

# DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

ANAIIS DO VII EPHIS

VII ENCONTRO DE  
PESQUISA EM  
HISTÓRIA DA UFMG

---

Anais Eletrônicos do VII EPHIS - Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Diálogos Necessários

Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, 07 a 11 de maio de 2018.

Organização:

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa, André Onofre Limírio Chaves, David Barbuda Guimarães Meneses Ferreira, Jéssica Bley da Silva Pina, Laura Jamal Caixeta, Luíza Lima Dias, Maria Luíza de Sousa Lopes, Marina Helena Meira Carvalho, Matheus Yago Gomes Ferreira, Paula Miranda de Oliveira, Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo, Romilda Oliveira Alves, Vinícius Garzon Tonet, Ygor Gabriel Alves de Souza.

Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas FAFICH /UFMG, 2018.

Modo de acesso: [www.ephisufmg.com.br](http://www.ephisufmg.com.br)

1452p.

Texto em Português

ISBN: 978-85-54944-19-3

CDD 900. Geografia e História.

---



### **Organizadores**

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa  
André Onofre Limírio Chaves  
David Barbuda Guimarães Meneses Ferreira  
Jéssica Bley da Silva Pina  
Laura Jamal Caixeta  
Luíza Lima Dias  
Maria Luíza de Sousa Lopes  
Marina Helena Meira Carvalho  
Matheus Yago Gomes Ferreira  
Paula Miranda de Oliveira  
Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo  
Romilda Oliveira Alves  
Vinícius Garzon Tonet  
Ygor Gabriel Alves de Souza

# **Anais Eletrônicos do VII EPHIS - Encontro de Pesquisa em História da UFMG:**

## **Diálogos Necessários**

1ª Edição

**ISBN: 978-85-54944-19-3**

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas – UFMG  
Ano de publicação: 2019

Patrocínio



Anais Eletrônicos – VII Ephis – Encontro de Pesquisa em História da UFMG. 07 a  
11 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História – FAFICH / UFMG, 2018.  
[www.ephisufmg.com.br](http://www.ephisufmg.com.br)

**Reitora da UFMG**

Sandra Regina Goulart Almeida

**Vice-Reitor da UFMG**

Alessandro Fernandes Moreira

**Diretor da FAFICH**

Orestes Diniz Neto

**Vice-Diretor da FAFICH**

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

**Chefe do Departamento de História**

José Newton Coelho Meneses

**Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História**

Mauro Lúcio Leitão Condé

**Coordenador do Colegiado de Graduação em História**

Luiz Duarte Haele Arnaut

**Realização**

Comissão Organizadora do VII EPHIS

Departamento de História – UFMG

Programa de Pós-Graduação em História UFMG - PPGHIS-UFMG

**Patrocínio**





**Comissão Organizadora:**

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa  
André Onofre Limírio Chaves  
David Barbuda Guimarães Meneses Ferreira  
Jéssica Bley da Silva Pina  
Laura Jamal Caixeta  
Luíza Lima Dias  
Maria Luíza de Sousa Lopes  
Marina Helena Meira Carvalho  
Matheus Yago Gomes Ferreira  
Paula Miranda de Oliveira  
Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo  
Romilda Oliveira Alves  
Vinícius Garzon Tonet  
Ygor Gabriel Alves de Souza

**Revisão:**

KMA Soluções Gráficas

**Revisão Final:**

Jéssica Bley da Silva Pina  
Vinícius Garzon Tonet

**Diagramação:**

Kleber de Andrade Ribeiro  
KMA Soluções Gráficas

## Monitores:

Adriana Cristina Souza de Jesus  
Adriel Marques Nunes  
Álvaro Augusto Lourenço  
Ana Flávia Mourão de Miranda  
Átila Augusto Guerra de Freitas  
Bruna Luiza Costa Pessoa  
Bruna Maciel Arantes de Souza  
Bruno de Souza  
Camila Neves Figueiredo  
Caroline Nadir Félix de Paula  
Clara Lima Borges  
Daniela Coelho Brandão  
Dayane Maria Miranda de Araújo  
Déborah Soares da Silva  
Elisa Melo Brochado Santos Carvalho  
Eric Serbinenko  
Eva Santana Malheiro  
Fabio Henrique Menezes Apolinario  
Felipe Augusto Souza  
Gabriela Freitas Rocha  
Gleis Steliane Fernandes da Silva  
Iago Veloso  
Iasmin do Prado Gomes  
João Batista de Oliveira Dias  
João Carlos Starling do Nascimento Passos

João Paulo Nogueira Baptista  
João Victor da Fonseca Oliveira  
Juslane Gomes Oliveira  
Larissa Cristina Amaral  
Letícia Pereira de Freitas  
Luis Otávio Silva Botelho  
Luiz Fernando Cristiano Ferreira da Silva  
Luíza Nunes Silveira de Oliveira  
Maria Júlia Viana Matoso  
Maria Luísa de Souza Castro Pena  
Mariana Corradi Bruno  
Mariana Langkammer Bohler Motta  
Marina Almeida Martins  
Matheus Augusto Nogueira De Souza  
Paula Alves Melo dos Santos Pacheco  
Regiane Aparecida Farias Ferreira  
Roberta Ornelas Oliveira  
Samuel Antunes de Sousa  
Sara Rodrigues Handeri Araújo  
Sérgio Andre Ribeiro Ricardo  
Silvaneide Gonçalves Ferreira  
Stephanie Nunes de Lima  
Vanessa Martins Gonçalves  
Vívian Maria de Almeida Gomes  
Yuri Ricardo Ferreira Cruz

## Sumário

**Apresentação.....07**

**Comissão Organizadora**

### **Simpósio Temático**

“O eterno da paixão”: identidade clubística e o centenário do Atlético .....	<b>08</b>
As bolas Victoria produzem o mesmo efeito que estrangeiras – Propaganda e futebol .....	<b>15</b>
A mulher esportiva nas páginas da revista Alterosa (1939-1945) .....	<b>24</b>
O corpo, a estética e a moda nos movimentos negros no Rio de Janeiro .....	<b>29</b>
“Sé7ima é o poder”: as novas práticas corporais dos torcedores organizados.....	<b>38</b>
Educação, nacionalismo e valores republicanos: a política educacional do Estado Novo ensinada nos livros didáticos .....	<b>47</b>
“Deem asas ao Brasil”: a Campanha Nacional de Aviação no governo Vargas.....	<b>56</b>
A indústria fluminense nas falas de Amaral Peixoto: conexões com a Era Vargas .....	<b>62</b>
A nacionalização de imigrantes em São João Del Rei durante a IIª guerra mundial (1942-1945).....	<b>69</b>
O Partido Nacional-Socialista Alemão em Juiz de Fora: o processo criminal.....	<b>79</b>
De Nápoles ao Rio de Janeiro: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. ....	<b>88</b>
A república da canção: os diálogos musicais de Noel Rosa na Era Vargas.....	<b>97</b>
Acerca do tráfico interno de escravos em Juiz de Fora durante a década de 1870.....	<b>106</b>
Festas e despesas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, Vila Rica...	<b>115</b>
Reflexões sobre a escravidão africana no Brasil colonial: reconstrução identitária e inserção no tecido social .....	<b>123</b>
Nova história e a “história social” de Gilberto Freyre: O lugar do negro .....	<b>132</b>
Candendê – Sítio dos Crioulos: trajetória e relações de poder. Barbacena, XIX. ....	<b>142</b>
Livres por natureza: os Índios e a Justiça na Capitania do Maranhão (1720- 1757).....	<b>152</b>
Historiografia da escravidão: perspectivas de estudos historiográficos.....	<b>161</b>
História pública, cinema e historiografia: aproximações.....	<b>166</b>
Muçulmanos e cristãos uma relação a partir do cinema .....	<b>171</b>
Manifestações políticas pela lente da Tv Folha .....	<b>178</b>
Do golpe à memória: as memórias de ditadura em edições especiais de jornais .....	<b>184</b>
Identidades Impressas: “Norte de Goyaz” e a construção da Tocantinidade.....	<b>193</b>
A exploração da imagem na interface público/privado: um estudo do aplicativo Snapchat...	<b>203</b>
A produção midiática da identidade: uma breve análise das Jornadas de Junho.....	<b>213</b>

H“Pioneirismo mineiro: o Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais (1989-1998)” .....	223
Metas florestais: Desenvolvimentismo e proteção à natureza no governo JK.....	230
Operação Carne Fraca: o que a mídia não mostrou .....	242
Os pivetes de carvalho – o surrealismo no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 .....	250
A Máscara da Anarquia: Percy Shelley e o Massacre de Peterloo.....	258
Atavismo, profissionalismo e ansiedade burguesa no período vitoriano .....	266
História poética e poética da história em Octavio Paz.....	272
The Lady of the Shroud (1909), de Bram Stoker e a questão oriental.....	279
A literatura como ferramenta de legitimação cultural; Os casos dos Estados Unidos e Argentina.....	289
Mesquitas e catedrais: mudanças nos contextos citadinos ibéricos (séc. XI a XIV).....	297
Vínculos locais e desígnios papais: uma análise a partir da comendadoria de Ruou.....	303
Beda e a construção da identidade do povo anglo.....	309
Reflexões sobre História Medieval e Literatura de Viagem.....	316
Caráter autoral e construção de sentidos na Legenda aurea .....	323
Segurança pública – segurança nacional.....	331
Um terreno em disputa: a(s) nova(s) polícia(s) em São Paulo (1834-1850) .....	339
O crime dos irmãos Piriás: polícia e justiça em Sete Lagoas e região (1978-1979) .....	348
Processos-crime como fonte historiográfica: debates e apontamentos de pesquisa .....	357
O discurso sobre a prostituição e a criminalização da pobreza na cidade do Rio de Janeiro (1896-1920) .....	367
Aspectos da gênese do projeto jurídico do Brasil independente: Minas Gerais – Corte.....	374
O empoderamento da Polícia Federal na transição brasileira .....	382
Democracia e justiça no Brasil: todos são inocentes até que se prove o contrário?.....	393
Penitenciária da Pedra Grande e a internação obrigatória dos menores perigosos (1935-1945) .....	401
Pervertidas e perigosas: mulheres encarceradas em Florianópolis (1930-1940).....	407
A ciência normal e a “normalidade” da violência epistêmica: reflexões sobre alguns privilégios e inferiorizações epistêmicas.....	412
De Encontro ao Povo: questões acerca dos sentidos das histórias nos filmes Emitai e Ceddo de Sembène Ousmane, África Ocidental, séc. XX.....	423
O passado imperialista francês e o Charlie Hebdo .....	433
O historiador na Comissão Nacional da Verdade: contribuições e desafios .....	442
Democracia e legalidade: O JB e o golpe militar na Argentina (1962).....	452
Participação das mulheres na política formal: um desafio à democracia brasileira.....	462
Silviano Santiago: o intelectual desobediente .....	469

O conservadorismo identifica a nação: diálogos entre Affonso Arinos e Eduardo Prado entre 1889 e 1916.....	475
A revolução para implantar a república no Brasil na opinião de Francisco Cunha.....	483
Uma análise da coluna de Dionísio Bassi no jornal Correio de Maxambomba.....	491
O espelho de Alice: a imagem refletida do nosso país sem maravilhas.....	499
Os usos do passado pela intelectual Júlia Lopes de Almeida.....	506
O Lugar de memória do Palácio Tiradentes da Constituinte Estadual da Guanabara à instalação da ALEG (1960-1961).....	512
Frédéric Hartmann, Théodore Rousseau e o “inacabado” na pintura francesa do séc. XIX ..	521
De Lynch a Brennard: a imagem de um legado .....	529
Reservas visitáveis: o museu como mediador/zona de contato entre mundos coloniais e pós-coloniais .....	539
Diálogos Possíveis para a (re)interpretação da cultura material dos museus.....	549
As cópias pintadas da coleção didática do Museu D. João VI e sua relação com o sistema de ensino acadêmico de artes no século XIX .....	557
Memorial da Imigração Judaica: história e memória na construção de identidade.....	564
Musealização da imigração: formação de coleções em museus de imigração .....	573
Santuário Nacional de Aparecida: um estudo sobre a musealização do espaço sagrado na perspectiva do Museu Nossa Senhora Aparecida .....	582
O Museu do Sertão: uma discussão sobre processos museológicos.....	592
Política de aquisição de acervo do Museu Paulista: Pressupostos e Práticas .....	601
O projeto do IDART e a trajetória de suas coleções.....	608
Os “Cultos de Mistério” e a releitura cognitiva da dinâmica ritual greco-romana .....	616
Os Estudos Clássicos em tempos de guerra.....	626
Do divino ao mortal: transformações das Musas na cultura grega antiga .....	635
A romanização da Península Ibérica: as representações identitárias das nationes ibéricas na obra Geografia, de Estrabão.....	642
Ditadura Militar na Amazônia: projetos desenvolvimentistas e contrassensos.....	648
O relatório Figueiredo, política indigenista e ditadura militar no Brasil.....	657
O Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba: análise de acervo documental.....	666
Caso Volkswagen: Violações de Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar .....	674
Impactos do autoritarismo nas relações de trabalho (Juiz de Fora, 1964 - 1974).....	681
Da luta à extinção: os ferroviários de Petrópolis no pré e no pós-64.....	687
O processo de redemocratização nas memórias de alunos da EJA .....	696
A repressão política na UERJ na ditadura civil-militar: o caso de Wilson Choeri.....	701
Uma história relegada: os reflexos do golpe de 1964 nos pequenos centros urbanos .....	707
O Conselho de Intendência do Serro e a instrução pública, de 1890 A 1892.....	716

A educação escolar dos trabalhadores belorizontinos na Primeira República .....	<b>626</b>
Considerações sobre educação moral e a formação da República Brasileira: um estudo a partir das disputas entre intelectuais católicos e escola-novistas entre as décadas de 1920 e 1930 .....	<b>738</b>
Educação e progresso no discurso de Manoel Bomfim .....	<b>744</b>
História e Ensino de História na perspectiva da Educação para o Patrimônio .....	<b>750</b>
Pibid de História e a Interdisciplinaridade: Um estudo sobre o Rio Tocantins .....	<b>759</b>
“Pra que estudar o passado?” Apoio ao aprendizado escolar de História no ensino fundamental.....	<b>768</b>
O ensino de história dos traumas coletivos: o diário de Anne Frank sob perspectiva.....	<b>773</b>
O negro no livro “História do Pará”, de Benedicto Monteiro (2006) .....	<b>779</b>
Voz delas: novas práticas didáticas através da horizontalização dos saberes.....	<b>787</b>
Inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação profissional.....	<b>793</b>
A tecnologia para dentro de sala: o uso de mapas conceituais no ensino de história .....	<b>802</b>
O anticomunismo em Cuba no contexto da ditadura de Fulgencio Batista (1952-1958).....	<b>810</b>
Supercifuentes: um super-herói em luta contra o pinochetismo .....	<b>819</b>
Trajectoria política-institucional da Fiocruz (1988-2003): o público e o privado .....	<b>826</b>
Guerra fiscal na década de 1990: Estados e montadoras.....	<b>831</b>
A política externa do governo Jânio Quadros sob a ótica do jornal Lavoura e Comércio (1961): possibilidade de pesquisa.....	<b>839</b>
Guerra Fria, terra seca: o Nordeste na mira dos discursos hegemônicos (1960-1964).....	<b>848</b>
As experiências associativas dos barbeiros, Rio de Janeiro, começo do século XX .....	<b>856</b>
Born black in this white man’s world: Tupac Amaru Shakur e os Panteras Negras .....	<b>862</b>
A crueldade do silêncio em tempos sombrios: Dietrich Bonhoeffer, a ação cristã e nazismo .....	<b>872</b>
Entre visualidades e expressão: o cinema africano-americano como fonte histórica .....	<b>881</b>
Como vemos os outros? Representações do Candomblé e Umbanda no Fotojornalismo Brasileiro 1950/60 .....	<b>889</b>
A imagem do Candango:Uma análise dos registros fotográficos de Marcel Gautherot.....	<b>898</b>
Reconfigurações da história da arte segundo a leitura de Hal Foster .....	<b>908</b>
Arte e política na imprensa: trajetórias do palestino Abed Abdi (1972-1982) .....	<b>913</b>
Descolonização do corpo feminino: a produção de imagens na América Latina.....	<b>922</b>
História, memória e resistência: uma perspectiva benjaminiana sobre a imagem.....	<b>929</b>
“O progresso chega ao sertão”: o processo de “modernização” de Montes Claros.....	<b>936</b>
Brasília: Entre a modernização e o modernismo .....	<b>943</b>
‘Não é imaginação, é realidade’: intersecções entre o flâneur e o rolezeiro .....	<b>952</b>
O mundo é diferente da ponte pra cá: Rap, Hip-Hop e as identidades socioespaciais.....	<b>961</b>

A capital do trabalho: ordem, disciplina e moral pública em Belo Horizonte .....	971
Narrativas fotográficas em pesquisas etnográficas: cidades visíveis e sensíveis .....	977
Mulheres errantes: o ato de flunar através da perspectiva de gênero .....	983
Moda, História e Sociabilidade: um estudo sobre as mulheres capixabas, 1970-85.....	988
Cidade, corpo e poder: uma análise do papel da arquitetura como dispositivo e como ferramenta de exercício do poder.....	993
Historiografia Cognitiva: por um estudo científico não-reducionista do passado.....	999
Fukuyama e Žižek atualizando Hegel .....	1008
O tempo e a forma na arte: questões da historiografia francesa da arte .....	1015
Para além da última fronteira: a filosofia da história nas obras de Arthur C. Clarke.....	1024
José Honório Rodrigues e a escrita de Teoria da História do Brasil .....	1033
O intruso e suposto timbaleiro Gomes da Rocha .....	1042
A Batalha do Vimeiro: narrativa e gestos retóricos entre Lisboa e o Rio .....	1052
História, patrimônio imaterial e prática musical: a Dança dos Caboclinhos .....	1061
Entre Clássicos – Giselle, um clássico do balé romântico.....	1066
“Outro público chegou”: conflitos juvenis na cena de rock em Florianópolis (décadas de 1970 e 1980) .....	1074
Imaginário social e meios de comunicação: uma questão teórico-metodológica.....	1082
A imagem dos artistas nordestinos nos clipes do programa dominical Fantástico .....	1091
Juan de Palafox, bispo e vice-rei: Igreja e Estado na Nova Espanha do séc. XVII.....	1100
O início da presença portuguesa no “Reino de Angola”, século XVI.....	1109
O apreço pelas feras e materiais exóticos: elefantes e marfins no Atlântico .....	1118
“Seguir nos estudos para melhor servir”: a trajetória do mulato Antonio José da Silva Vale César pelos espaços de educação formal do Império português .....	1128
Poder, conflitos e corrupção no Tribunal da Bula da Cruzada em Portugal no século XVII.....	1137
O princípio do bem comum para as monarquias ibéricas modernas: um estudo de caso .....	1145
A venalidade de ofícios nas Minas setecentistas.....	1154
Montesquieu, Benjamin Constant, Tocqueville e alguns problemas do mundo moderno.....	1162
Do Bonde à Paineira: a conquista de espaço das mulheres na Universidade Federal de Viçosa (UFV) .....	1171
A potência do ensaio de Virginia Woolf: uma análise da submissão da mulher .....	1177
A representação da emancipação feminina no jornal O Lar Católico (1930-1945).....	1184
Nós, mulheres negras “sozinhas” e as intersecções: raça, gênero, classe e sexualidade.....	1197
O contraponto da República: Canudos e sua loucura político-religiosa.....	1203
A Guerra Fria na perspectiva da saúde: entre convergências e controvérsias .....	1211
Governador Valadares/MG: estigmas vividos por portadores de hanseníase .....	1220



Estratégias e luta pela terra na cidade de Valença (1850-1888).....	1229
Terra, trabalho e mobilidade indígena nas fronteiras do Leste mineiro .....	1239
As contribuições de Darcy Ribeiro para a história indígena dos séculos XX e XXI .....	1249
African Writers series e coleção autores africanos em perspectiva comparada.....	1257
“O povo da caravana”: agentes sociais do comércio sertanejo no Bié (séc. XIX).....	1266
A política de deportação dos libertos para a África: os casos do Brasil e dos EUA .....	1275
Virgem Margarida: Múltiplas feminilidades da mulher moçambicana no pós independência.	1283
Narrativas Oraís em Comunidade Remanescente de Quilombo – Taquaral (MG).....	1289
Laços de sociabilidade entre escritoras latino-americanas e questões de gênero nos ensaios de Gabriela Mistral, 1909 – 1937 .....	1299
Raça em Gilberto Freyre: uma aproximação a Ricardo Benzaquen.....	1308
Nacionalismo e Marxismo na obra de Nelson Werneck Sodré (1938-1964).....	1316
José Rodrigues da Costa e sua tipografia: poder e laços de sociabilidade .....	1325
Justiça em primeira instância, provimento dos cargos judiciais e comunicação política em Mariana, Minas Gerais (1711-1750) .....	1341
Uma ferrovia em disputa: o caso da Estrada de Ferro Leopoldina (1870-1898) .....	1348
A culinária “Labatu” de São José do Triunfo, MG .....	1355
Os porões da pesquisa histórica e o processo de recuperação e preservação de acervo.....	1367
Santos, práticas alternativas de cura e micro-história .....	1376
Travessia clandestina: diferentes representações sobre o “Coioote”.....	1385
Editorial de periódico científico: espaço de construção da narrativa científica .....	1395
A visão católica do pentecostalismo em Campanha – MG no jornal Voz Diocesana.....	1403
O sino da igreja: memórias de mães e pais de santo em São João del-Rei.....	1413
Apontamentos sobre a presença holandesa na Amazônia (1600 a 1623) .....	1420
História e literatura: uma análise de Redoble por Rancas, de Manuel Scorza .....	1428
Recriando a escrita da história no modernismo artístico brasileiro dos anos 1940 – trajetória de Vieira da Silva e Arpad Szenes .....	1437
O tempo de Nelson Rodrigues: construções de temporalidades em Vestido de noiva .....	1445
As canções de alucinação: as canções do disco “Alucinação” como diálogos com seus contemporâneos e sua época .....	1452
A república da canção: os diálogos musicais de Noel Rosa na Era Vargas.....	1462
As independências africanas, os estudos pós-coloniais e a história da arte .....	1471
O pós-abolição em Oliveira nos discursos do jornal Gazeta de Minas (sécs. XIX/XX) .....	1478

## Apresentação

O Encontro de Pesquisa em História (EPHIS) é uma iniciativa discente do departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Desde a sua primeira edição, em 2012, o evento promove - prezando sempre pela horizontalidade de seus participantes - o encontro e diálogo entre os pesquisadores de História de instituições de várias partes do Brasil. Mais recentemente, tem contando com contribuições internacionais e de estudiosos de outras áreas que incluem em suas pesquisas a perspectiva histórica. Em 2018, o evento prossegue com seu caráter discente, propiciando troca de experiências entre os seus ouvintes, proponentes e apresentadores, despertando reflexões, se debruçando sobre inquietações, sempre norteado pelo desejo de contribuição e compartilhamento.

E devido ao crescimento espontâneo da conversa entre as diversas áreas da História e desta para com os outros saberes, o EPHIS em sua sétima edição propõe que os diálogos já não são somente possíveis, mas necessários e urgentes. Quando o desmonte das universidades brasileiras se inicia e desenrola, além dos silenciamentos que chegam até o currículo escolar, é preciso debate. Da mesma forma que o processo histórico da desigualdade e da formação das elites tocarem intimamente a concentração de renda no país suscita reflexão. Vem da mesma sede de deslocar o olhar, o ouvir e o pensar para a alteridade que também discutimos nossas ideias de arte e corpo, que sabemos, são políticas. Diálogo pressupõe partes diferentes que entram em contato uma com a outra, logo vamos pensar juntos, nessa edição, como alternados mundos se comunicaram. E, enfim, após 130 anos de abolição do escravismo no Brasil, ainda se faz necessário o diálogo sobre os processos abolicionista e pós-abolicionistas.

Como é possível notar, em nossas Mesas Temáticas, várias áreas do conhecimento se farão presentes, inclusive Psicologia, Ciências Econômicas e Sociais, primando pela interdisciplinariedade. O que prossegue nos nossos Simpósios Temáticos, Comunicações Livres e Minicursos, selecionados todos de modo a promover a variedade de temas.

Assim, o VII EPHIS, edição do ano de 2018, se propõe a contribuir para que as pesquisas que envolvem conhecimento histórico prossigam valiosas, pertinentes e presentes. Temos ciência de que a História é um saber capaz de expor e criar posicionamentos sobre problemas passados e presentes, contribui para o diálogo dentro e fora da academia e mantém o conhecimento como ferramenta de transformação. Desejamos que ao final do evento, todos nós saíamos com o pensamento de que os diálogos propostos são necessários, devendo ser ampliados e levados conosco para quaisquer comunidades onde transitamos. Sejam bem-vindos!

Comissão Organizadora

## "O eterno da paixão": identidade clubística e o centenário do Atlético

**Davi Leonardo Mota**

Graduando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
davileomota@hotmail.com

**Ana Cristina Araújo Fernando**

Graduanda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
anaaraujof13@gmail.com

**Karina Fonseca Soares Rezende**

Graduanda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
kaa.rezende@gmail.com

### Resumo

O aniversário do clube é um momento importante por simbolizar no tempo uma trajetória que o time e seus seguidores defendem como louvável. Em especial, a comemoração de um centenário tem um viés de tornar pública a tradição de um clube. É momento de marcar no tempo a importância do objeto que está sendo festejado e trazer à tona os feitos que reiteram suas glórias. Portanto, à luz do centenário, um clube se movimenta no sentido de auto-afirmar seus feitos, aguçar a paixão de seus fiéis, bem como de salientar sua superioridade, ainda que, para isto, não evoque nominalmente seus rivais. Num momento como este, as celebrações só são possíveis a partir da mobilização das massas, isto é, dos indivíduos que mantêm um com seu time uma identificação tão forte que pode ser comparável a uma relação afetiva. Essa identidade clubística, que fundamenta a relação clube-torcida, é conformada em meios informais, entre os próprios torcedores, e adquire força em discursos proferidos pela mídia e pelos clubes.

É perceptível como a sensação de pertencer a uma comunidade também se constitui na dualidade com o outro. Possuir um outro que se apresenta como diferente, oposto e rival, é um caminho para a definição de sua própria identidade. Na lógica esportiva, o rival aparece como um “mal necessário” na constituição do discurso dos clubes sobre si mesmos. No caso de Belo Horizonte, a forma como o futebol adentrou na cidade e os clubes de futebol se estabeleceram criou uma tensão em torno do reconhecimento de qual seria o time popular representante da capital. Após a queda do América e ascensão do Cruzeiro em 1960, o “clássico das multidões” perde fôlego e a rivalidade entre o já consolidado Atlético e o ascendente Cruzeiro protagonizaram o cenário esportivo mineiro. Desde então, os clubes se apropriam de símbolos e representações na

memória coletiva, resgatando eventos de sua história e disputando atributos de forma a construir sua própria identidade.

O presente trabalho pretende analisar de quais maneiras o discurso do e sobre o Clube Atlético Mineiro em meio às comemorações do centenário em 2008 se formou sobre sua própria história e qual o lugar – ou o não-lugar – dado ao rival na construção da identidade atleticana. Os dossiês comemorativos do ano de 2008 e as produções oficiais do clube são fontes essenciais para essa investigação. Analisar de que maneira os clubes de futebol enxergam seus rivais é um importante exercício para percebermos como eles enxergam a si mesmos.

**Palavras-chave:** Identidade clubística, centenário, Atlético, alteridade

O universo futebolístico é marcado por tempos de glória e fases de assombro. Por mais que não queiram, todos os clubes vivenciam tempos de crise, momentos em que a perda dos títulos se torna rotina. O Atlético experimentou uma fase dessas entre 2000 e 2007. O novo século chegou com ares de ganhos para os atleticanos. O clube ingressou na Libertadores de 2000 por conta do excelente campeonato de 1999 e conquistou o título mineiro daquele ano. Entretanto, toda a expectativa de bons resultados foi por água abaixo. De 2000 a 2005, os grandes resultados não vieram. O pior momento certamente foi o de 2005, que encaminhou um time quase centenário ao rebaixamento. A participação na série B em 2006 trouxe frutos - o título. Em 2007, finalmente voltou a ganhar o campeonato estadual, mas apresentou, mais uma vez, um desempenho pífio. Mas o ano de 2008 era representativo demais, ano de centenário do clube, um momento único em que ele deveria consagrar uma série de glórias, homenageando seus feitos. Porém, o ano do centenário foi marcado por atuações ruins. Antes do aniversário de cem anos, o Atlético fazia um estadual ruim fraco, perdendo ou empatando algumas vezes<sup>1</sup>. O Atlético também demitiu seis técnicos em um intervalo de pouco mais de um ano, demonstrando de desorganização no comando da equipe. Dessa forma, como exaltar a tradição em um momento de tamanha fragilidade? A imprensa foi um veículo importante nesse período no sentido de ressuscitar uma memória atleticana assentada em vitórias. Os jornais impressos ainda não tinham perdido força nesse tempo, sendo um meio forte de disseminação de informação.

No centenário de uma agremiação esportiva, a memória é construída e compartilhada. A mídia se insere como espaço de seleção e compartilhamento dessas memórias. Para Jacques Le Goff, o entendimento do passado é mutável, construído e reconstruído ao longo do tempo. Muitas vezes usado com intuito de resgatar fatos do passado para legitimar discursos do presente, esse entendimento é feito a partir das diversas possibilidades da memória. A memória, como capacidade de recordar-se do passado, não diz respeito apenas ao acontecido neste, mas vai além, elaborando

1 O GALO que perde. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17.03.2008. Caderno de Esportes, p. 01.

e reelaborando o passado de acordo com o presente<sup>2</sup>. Segundo Rafael Fortes, “A memória nunca recupera o passado tal qual ocorreu -algo que, de resto, é impossível-, o que ela faz é atualizá-lo a cada rememoração”<sup>3</sup>.

O ato de lembrar é imbuído de escolhas já que não é possível - e nem desejado- lembrar-se de tudo. As escolhas do que lembrar e do que esquecer, passam por uma seleção da representação que deseja ser feita de determinado sujeito. O próprio esquecimento se mostra importante na construção da memória já que, muitas vezes voluntário, indica o desejo de um determinado indivíduo ou grupo de ocultar selecionados acontecimentos que não corroborem com a narrativa que pretende-se fazer. O olhar para o passado a partir da memória construída se encontra carregado de preocupações e perspectivas para o futuro. Ao narrar o passado, o sujeito fala de seu lugar no presente, mas também de sua pretensão de futuro. Dessa forma, o indivíduo resgata do passado aquilo que convém a uma determinada narrativa. Portanto, tanto o passado quanto a memória - ou melhor, as memórias – estão sujeitos a constantes disputas de afirmação de sua legitimidade.

Sendo assim, as datas comemorativas se inserem como momentos propícios de rememoração e funcionam como ganchos desse passado. O aniversário do clube é um momento importante por simbolizar no tempo uma trajetória que o time e seus seguidores defendem como louvável. Em especial, a comemoração de um centenário tem um viés de tornar pública a tradição de um clube. É momento de marcar no tempo a importância do objeto que está sendo festejado e trazer à tona os feitos que reiteram suas glórias. À luz do centenário, um clube se movimenta no sentido de auto-afirmar seus feitos, aguçar a paixão de seus fiéis, bem como de salientar sua superioridade frente aos rivais. Dessa forma, o clube seleciona os eventos e aspectos de seu passado que melhor se aplicam à construção de um passado glorioso. Como, então, investigar de que maneira essa memória é construída e compartilhada no ato de comemorar um centenário clubístico? A publicização e a construção de uma narrativa vitoriosa e de superação na mídia impressa belo-horizontina parece ser um bom caminho. Sendo assim, um dos objetivos deste artigo é investigar de que maneira o discurso sobre o centenário atleticano foi construído em 2008 em jornais da capital mineira - especialmente o Estado de Minas, o Hoje em Dia e O Tempo.

As preparações para o centenário do Galo pela via da imprensa iniciaram cem dias antes<sup>4</sup>. Alguns artigos já remetiam ao processo de comemoração do centenário. Portanto, Cem dias antes da comemoração do Centenário do clube, vê-se a significação da contagem dos 100 em muitos

2 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

3 FORTES, Rafael. *Entre passado, presente e futuro: a memória nas edições comemorativas da revista Fluir*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa (NP) 18 – Comunicação e Esporte, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006, p. 13.

4 O jornal Hoje em Dia fez uma série de reportagens, com craques e conquistas do Atlético. O jornal informou que iniciaria “uma série em que será relatada toda a trajetória de uma das grandes paixões de Minas Gerais”. Os tópicos elencados dizem respeito a campeonatos vitoriosos, craques heroicos e recuperações de tirar o fôlego. Cf. SIMÕES, Alexandre. Série contará, em detalhes, a vida centenária do Galo. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 16.12.2007. Caderno de Esportes, p. 21.

aspectos. Da parte do clube também havia movimentações. O Atlético produziu catálogos no período do centenário, materiais que fundamentaram os tempos áureos e gloriosos do clube, algo que não se podia dizer do presente. Não só da imprensa e do clube partiram elementos de comemoração. No dezembro anterior ao centenário, o jornalista e, à época, secretário de redação do jornal Hoje em Dia Eduardo Murta lançou seu livro “Galo: uma paixão centenária”, pela editora Autêntica<sup>5</sup>. Muitas eram as movimentações nos bastidores. Em campo, os resultados ainda não compareciam. Uma das agendas de comemoração foi o amistoso entre Atlético e Peñarol realizado no Mineirão um dia após o centenário. Nele, o Atlético empatou, em casa, um jogo que deveria brindar um momento especial na história do clube<sup>6</sup>. A torcida em si, como se percebe na presença do amistoso em comemoração e nas festividades nas ruas de Belo Horizonte no dia 25 e nos dias que se sucederam<sup>7</sup>.

É importante compreender que o centenário como um fenômeno de dois sentidos de *contar*. O *contar* no sentido numérico, como elemento matemático de contabilizar o tempo e o *contar* num sentido narrativo-literário, isto é, trazer para o plano discursivo uma série de ações e sentimentos<sup>8</sup>. Portanto, comemorar cem anos tem uma representatividade muito significativa no rememorar uma trajetória de sucesso. Essas comemorações atleticanas se inserem nesse contexto de trazer ao presente as vitórias na história do Galo e legar ao plano do esquecimento às tragédias, inclusive aquela própria que o clube vivenciava. Torna-se esse, então, um espaço de evidência da identidade clubística. Essa identidade é uma série de elementos forjados que justificam um indivíduo como compatível a uma agremiação esportiva<sup>9</sup>. No caso mineiro, temos uma série de fatores que caracterizam o atleticanismo, tanto por isso o mascote ser cunhado como Galo: símbolo de guerreiro, aguerrido. O atleticano traduz em si a essência da luta pela superação. Mas não apenas isso. O Atlético tem tradição e dividiu com o América até os anos 60 a hegemonia da torcida mineira, antes do crescimento da *China Azul*. Na lógica mineira, então, o Atlético era invejado pela raposa pela grandeza e fidelidade de sua torcida, enquanto invejava a raposa pela esperteza e astúcia de seus dirigentes no comando do clube<sup>10</sup>.

Nos discursos feitos pela imprensa durante o centenário, é perceptível a construção de uma memória atleticana que caracterizava a torcida atleticana a partir de alguns pressupostos. Um deles é o de time popular. Em diversos textos jornalísticos do período é notável a atribuição ao Atlético de

5 MURTA, Eduardo. *Galo: Uma paixão centenária*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. 192 p.

6 A partida terminou em 1x1. Marcos cravou para o Atlético, Franco marcou para o Peñarol. Há de se destacar aqui a presença da torcida atleticana nesse momento importante da história do clube. A ficha técnica da partida pode ser consultada em: [http://estadiomineirao.com.br/wp-content/uploads/2016/07/2008\\_13.jpg](http://estadiomineirao.com.br/wp-content/uploads/2016/07/2008_13.jpg)

7 SÁ, Ludymilla. Festa para ficar na memória. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26.03.2008. Caderno de Esportes, p. 29.

8 ALBUQUERQUE, Jakeline Lins Guimarães de. A propaganda Institucional do Centenário de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/Fafich/Dep. Comunicação Social/Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade, 1999, p. 3-7.

9 Nesse caso que tratamos, o Atlético.

10 SILVA, Marcelino Rodrigues da. Picadinho de Raposa com sopa de Galo. In: SILVA, Silvio Ricardo da; DEBOR-TOLI, José Alfredo de O.; e SILVA, Tiago Felipe da. (Org.). *O futebol nas Gerais*. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, v. 1, p. 67-89.



ser um time das massas. Como demonstrou o artigo de opinião “Atleticano é um sonhador: o centenário do Clube Atlético Mineiro”, Fernando Junqueira Ferraz correlacionou o Atlético à maior torcida de Minas<sup>11</sup>. Além disso, outro ponto constantemente mencionado é o da origem do clube. A construção de uma narrativa sobre um clube de futebol está permeada por diversos mitos e a esta ocupa um lugar privilegiado ao se falar da história do Atlético, principalmente nesse momento de síntese dos principais momentos e características do Clube. As narrativas sobre as origens dos clubes de futebol são um lugar interessante para observarmos os elementos que são levantados para a construção identitária desta aglomeração esportiva. Um dos exemplares centrais para a análise é o artigo de Lúcio Urbano da Silva Martins intitulado “Trajetória de um Vencedor”<sup>12</sup>.

Nesse artigo, podemos analisar uma série de questões relacionadas à identidade clubística. Logo no início do texto, a memória dos rapazes que mataram aula para reescrever as primeiras linhas da história do Galo é repetida no momento de comemoração. Alunos que deixam de ir na escola no dia 25 de março são a renovação da tradição alvinegra. É como se a torcida, ao lembrar, pudesse honrar e reproduzir a figura daqueles mitos fundadores atleticanos. O discurso do time de massa, a construção de um roteiro onde o Galo é o protagonista e se firma como time do povo coloca dentro de cada atleticano no ano de 2008 um pouco daqueles estudantes de 1908. É uma atitude louvável por fundar uma paixão. “Se todo estudante matasse aula para fundar um clube de futebol como o Atlético, o mundo seria muito melhor”<sup>13</sup>. É a construção de um discurso que coloca os fundadores do clube como cumpridores de uma missão e os atleticanos de então como àqueles que devem honra-la.

Isso nos remete diretamente à pensar nos elementos que são fundamentais para a construção de uma identidade atleticana. A questão identitária se forma a partir da interseção e da dependência com o outro rival. Como afirma Damo, há uma dificuldade de identificar e o que é o ser torcedor de um clube<sup>14</sup>. Ser atleticano é definido por muitos torcedores e cronistas como estar com o clube e amar o clube incondicionalmente. Segundo o autor, “[...] a paixão por um clube, seja qual for, implica também na aversão por "outro". Nesta perspectiva, dizer-se gremista é, mesmo que veladamente, dizer-se anti-colorado e não flamenguista, palmeirense, santista e assim por diante.”<sup>15</sup>

Martins afirma que “O atleticano não transporta a fobia das vitórias, nem imagina que só elas sublimam o Atlético, muito menos fazem dele palco para projeção pessoal. Sabe que o Atlético

11 FERRAZ, Fernando Junqueira. Atleticano é um sonhador: o centenário do Clube Atlético Mineiro. *O Tempo*, Belo Horizonte, 25.03.2008. Caderno do Leitor, p. 26.

12 MARTINS, Lúcio Urbano da Silva. Trajetória de um vencedor. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05.04.2008, p. 5.

13 MARTINS, Lúcio Urbano da Silva. Trajetória de um vencedor. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05.04.2008, p. 5.

14 DAMO, Arlei Sander. Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Futebol Porto Alegrense e seus torcedores. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1998. p. 68.

15 DAMO, Arlei Sander. Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Futebol Porto Alegrense e seus torcedores. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1998. p. 68.



não vive de intrigas, mas de bravura esportiva.”<sup>16</sup>. Dizer que o Atlético não depende das vitórias para se estabelecer no pedestal mineiro, é afirmar, de maneira silenciosa, que alguém precisa. A constituição da minha identidade parte, portanto, de uma relação da identidade que construo e que é construída sobre o outro. Outro artigo interessante para esta análise é publicado dois dias após o centenário. No exemplar de 27 de março de 2008, dois dias após o aniversário de 100 anos do Atlético, o cronista Maurício Lara escreve uma crônica sobre a perplexidade de uma figura, o “Zé Boa Fé”, diante das manifestações alvinegras durante a semana:

Por onde passou, viu atleticanos vestidos de preto e branco, numa alegria desmedida. Ouviu gritos de “Galo” por toda parte e ficou procurando o motivo. Desinformado, chegou a pensar que o clube tinha conquistado algum título importante, mas lembrou que o Atlético está numa fase ruim, cheio de dívidas e vazio de craques e conquistas. Logo, ele se deu conta de que a comemoração era pelo centenário. Era festa de aniversário.<sup>17</sup>

A partir desse trecho da crônica, conseguimos pensar em uma dupla temporalidade vivida pelos atleticanos de então: a temporalidade do evento, ou seja, da temporada vivida pelo clube, e a temporalidade da tradição. Damo em “Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores” afirma que

[...] a temporalidade do evento, depende, em grande parte, do equilíbrio e do empenho entre as equipes envolvidas no confronto, a temporalidade da tradição está permeada por simbolismos que vão desde as categorias sociais e culturais que os clubes são capazes de representar e confrontar até a intensidade com que os torcedores se identificam com tais categorias.<sup>18</sup>

Os atleticanos viviam, portanto, dois momentos diferentes. Um momento de total satisfação, relembando as grandes conquistas e os maiores feitos com os seus 100 anos, e um momento de dificuldade na temporada. O Atlético estava tendo no ano de 2008 um desempenho ruim, como citado anteriormente. Essas diferentes temporalidades são percebidas em diversas manchetes ao longo do ano. No caderno de esportes do Estado de Minas, em 28 de março de 2018, aparece “Festas ficam de lado” e o jornal salienta a concentração do clube para a partida contra o Rio Branco pelo Campeonato Mineiro. É a vivência de uma dualidade. Ao mesmo tempo que os feitos são rememorados pela comemoração também são como motivação. Zé Boa Fé comentou com um amigo de fé, atleticano roxo: “Por que tanta festa, se o time vai mal e há pouco tempo amargou até uma temporada na Série B?” O amigo respondeu: “Ah, nem vou explicar, porque você não vai entender o significado de ser atleticano”. Como então reafirmar a identidade de um clube e sua força enquanto paixão e enquanto instituição?

16 MARTINS, Lúcio Urbano da Silva. Trajetória de um vencedor. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05.04.2008, p. 5.

17 LARA, Maurício. É querer demais. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27.03.2008. Coluna de Opinião Pois é..., p. 26.

18 DAMO, Arlei Sander. Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Futebol Porto Alegrense e seus torcedores. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1998. p. 70.

Se o time está mal há tanto tempo, como essa meninada ainda teima em ser atleticana? Não seria mais lógico virar torcedor de um time que está vencendo mais, que está em alta?” A resposta cabal do amigo: “O atleticano é forjado na adversidade”. Mais uma vez Zé Boa Fé foi surpreendido e mais uma vez ele não entendeu. Então, a paixão por um time não é embasada nas vitórias e conquistas? Como é ser forjado na adversidade?<sup>19</sup>

Essa identidade atleticana, forjada na adversidade, é forjada, também, na comparação com outro. Em dado momento de “Trajetória de um Vencedor” o autor afirma que alguns não lheram a grandeza, que os incomoda e machuca, cegados pela inveja.”. É interessante pensar nessas questões sobre a alteridade a partir das análises de François Hartog sobre as obras de Heródoto em “O Espelho de Heródoto”<sup>20</sup>. Segundo Hartog, Heródoto ao fazer uma representação do outro, faz uma representação de si. Falar sobre o ritual egípcio e sua estranheza, Heródoto fala sobre si, sobre a própria cultura grega. Aquilo que Hartog chama de “Ensaio sobre a Representação do Outro” é uma análise sobre essa retórica da alteridade. Se na análise de Hartog, Heródoto levanta o espelho para os citas e, conseqüentemente, apresenta o reflexo de si, nos discursos sobre o centenário atleticano, o espelho é erguido para o próprio Atlético mas, encontra em seu reflexo, a imagem do Outro, a imagem do Cruzeiro. Se “O atleticano não tem necessidade neurótica de prestígio”<sup>21</sup> o outro, que a tem, é desqualificado por isso. É a representação do outro que não parte da análise deste outro, mas da análise de si. É uma forma de representar a si e ao rival partindo de um pressuposto diferente, mas tem, em comum, ao falar do Outro, falar de si.

Em suma, a mídia impressa do período do centenário ajudaram a fortalecer uma determinada visão do Atlético e do atleticismo. Nesse contexto, uma série de textos jornalísticos ressuscitaram uma série de memórias dos grandes feitos do clube, remontaram os mitos populares de origem da agremiação esportiva. Tudo isso nos indica que não é só uma instituição esportiva a responsável pela constituição de determinadas memórias sobre ela. Tanto a torcida, quanto a imprensa são veículos essenciais na cristalização dessas memórias no âmbito social. Além disso, o centenário atleticano nos demonstra como o centenário é um marco central para marcar no tempo uma série de discursos sobre si, um momento de se impor no passado e no presente. Notamos que a construção desses discursos, contudo, se justificava com deslegitimação do outro, se apresentando sempre como a oposição positiva daquele.

19 LARA, Maurício. É querer demais. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27.03.2008. Coluna de Opinião Pois é..., p. 26.

20 HARTOG, François. *Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

21 MARTINS, Lúcio Urbano da Silva. Trajetória de um vencedor. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05.04.2008, p. 5.

## As bolas Victoria produzem o mesmo efeito que estrangeiras – Propaganda e futebol

Glauco José Costa Souza  
glauco.josecosta@hotmail.com

### Resumo

A história do futebol no Rio de Janeiro não pode ser pensado como um elemento segregado do que acontecia no restante cidade. No início do século XX, este esporte faz parte do desenvolvimento de uma indústria de lazer que se manifestou sob diversas formas em meio à febre esportiva que incidia sobre a Capital Federal. A existência, cada vez maior, de partidas e torneios de futebol indica a presença da sua prática em terras cariocas e, como tal, esta atividade esportiva passou a ser absorvida por diversos segmentos, como o ramo publicitário. Neste sentido, o presente trabalho se debruça sob as formas em que se deu esta relação nas duas primeiras décadas do século XX. Para tanto, a imprensa carioca será nosso objeto de análise, em especial (mas não exclusivamente), o Gazeta de Notícias, o Gazeta Suburbana e o Jornal do Brasil. Ao longo de nossa análise, esperamos apresentar possibilidades para refletir sobre como os jogadores passaram ser envolvidos nas campanhas publicitárias feitas por empresas interessadas em vender seus produtos. Contudo, àqueles que assistiam aos duelos também eram alvo deste mecanismo, uma vez que mais do que atividades esportivas, as partidas também eram considerados autênticos eventos sociais. Iniciando nosso recorte apresentando o quadro da relação propaganda com o esporte existente desde o século XIX, podemos identificar que o futebol não foi o marco inicial para esta situação, entretanto, foi um dos que mais foram utilizados neste processo. Para tanto, analisaremos as regiões de Botafogo, Laranjeiras, Centro, Meier, Engenho de Dentro, Riachuelo, Cascadura e Bonsucesso entre 1902 a 1924 em busca de contribuições que possam somar ao estudo do futebol no Rio de Janeiro durante a Primeira República.

**Palavras-chave:** Esporte, propaganda, futebol, Rio de Janeiro, república.

### Introdução

O Rio de Janeiro na transição do século XIX para o século XX deixa de ser a Capital do Império do Brasil para se tornar a Capital da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Principal cidade deste novo regime político, ele se tornou logo no início dos anos 1900 foco principal das políticas de higienização lideradas por Oswaldo Cruz e das obras comandadas pelos engenheiros Paulo de Frontin e Francisco Bicalho. O aspecto do centro do Rio de Janeiro nos anos 1800 se transformou em outro a partir da chegada de Rodrigues Alves à presidência e, principalmente, de Francisco Pereira Passos à prefeitura carioca.

A Primeira República, período dividido pela historiografia de 1889 a 1930, se caracterizou por ser um período em que predominou um liberalismo excludente<sup>1</sup>, no qual não foi incorporada aos setores subalternos a noção de cidadania devido à representação política limitada e restritiva<sup>2</sup>. Todavia, tal conjuntura está longe de manter inerte a população menos abastada economicamente. As revoltas foram alguns dos caminhos encontrados por estes sujeitos para ter voz ativa em sua própria história<sup>3</sup>. A Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, é um exemplo de como a transformação da Capital Federal no início do século passado a colocou como objeto de disputa entre as diferentes camadas sociais.

O esporte, atividade praticada de pelo menos o século XIX na região<sup>4</sup>, também pode ser pensado neste contexto. Em alguns casos, um determinado grupo conseguiu deter o controle majoritário sobre a prática de uma atividade esportiva específica, como podemos perceber em relação ao turfe e às regatas. Não obstante, isto não ocorreu de forma exclusiva.

Embora o cavalo fosse um elemento insubstituível para a prática do turfe e seu custo de aquisição e manutenção fosse considerado elevado, já que “um bichinho destes custando 84 contos de reis deve ser tratado como um príncipe poderoso”<sup>5</sup>, foram criadas possibilidades alternativas de as pessoas com menos rendimentos financeiros participarem.

No remo, estes grupos também se faziam presentes. Até a transição dos anos 1880 para 1890 existia a possibilidade de membros das camadas de menor poder aquisitivo participarem como remadores. Todavia, mesmo quando tal possibilidade passou a ser dificultada pela expansão do esporte e a necessidade de os homens dentro das embarcações fossem sócios dos clubes que representavam, eles continuaram presentes assistindo às regatas em lugares nem sempre tão ideais da enseada de Botafogo.

O futebol, por sua vez, foi inserido neste contexto já tendo como cenário o desenvolvimento de uma indústria de lazer que, no século XX, estava avançando. Ele (que em sua prática se mostra mais acessível do que o remo e o turfe) atraiu indivíduos das mais variadas camadas sociais cariocas. Percebido também como objeto de disputa entre grupos diferentes, este esporte adquiriu significados diferentes. Por exemplo, para aqueles que poderiam adquirir os instrumentos básicos para a prática futebolística,

a técnica reproduzia dos ingleses tornava-se ao mesmo tempo um grande critério de exclusão – ajudando a fazer do futebol um jogo restrito àqueles poucos

- 1 MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e sociedade: A consolidação da República Oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda(org). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 316.
- 2 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 98.
- 3 MONTEIRO, Hamilton de Matos. O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, Maria Yedda(org). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 303.
- 4 MELO, Victor de Andrade de. Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001, p. 15.
- 5 Diário de Notícias, em 22/12/1870, p.2.

conhecedores dos ditames – e um meio de definição de uma imagem moderna e sofisticada para os sócios dos clubes futebolísticos cariocas<sup>6</sup>.

No entanto, o próprio Leonardo Pereira acredita que não foi possível manter o futebol como monopólio de um único grupo social, já que ele estava “alastrando-se por vários bairros e grupos”<sup>7</sup> e adquirindo significados variados.

### O desenvolvimento do futebol

O futebol não tomou um caminho único para o seu desenvolvimento. No Rio de Janeiro, a sua prática comportou, concomitantemente, as disputas de partidas em espaços públicos, a fundação de clubes, a criação de campeonatos e o surgimento de elementos “comerciais” naquele esporte que ainda era considerado amador na primeira quarta parte do século XX.

Em 1901, por exemplo, o jornal *Gazeta de Notícias* dava destaque a prática futebolística por meio “dos jogos gymnasticos dirigidos pelo professor Arthur Higgin”<sup>8</sup>. No ano seguinte, “queixam-se os moradores da rua Barão do Flamengo de que essa rua está, a tarde e pela manhã, cheia e afficionados do jogo denominado football”<sup>9</sup>. Praticado em espaços públicos, como destacam os periódicos utilizados nesta pesquisa, o futebol não apresenta nos primórdios a necessidade de instituições para atuarem como os motores de seu desenvolvimento. A possibilidade de inserção no cotidiano dos indivíduos é, pois, um elemento determinante para isso.

Não obstante, os clubes sociais e esportivos também não poderiam ficar de fora deste ramo. Ainda neste período, ocorreu a fundação de dois clubes no Rio de Janeiro voltados majoritariamente para a prática do futebol: o Fluminense Football Club e o Football & Athletic Club. O primeiro foi fundado em 1902 por Oscar Cox na região das Laranjeiras e se tornou um clube mais ligado à aristocracia carioca. O segundo, por sua vez, nasceu em 1903<sup>10</sup> por iniciativa de moradores do bairro do Andaraí, mas, posteriormente, mudou de nome para Associação Athletica Internacional.

Inicialmente, não eram incomuns as disputas de partidas amistosas entre os clubes sem a cobrança de ingressos. Posteriormente, este passou a ser até mesmo um critério de diferenciação do público presente às partidas. Assim, o futebol avançou na Capital Federal. Todavia, parte da imprensa carioca sentia falta de um maior incremento: a disputa de uma liga, a qual, se ainda não acontecia, era devido aos “próprios foot-ballers, que tem deixado seu belo sport dormir na impo-

6 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.39.

7 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.69.

8 *Gazeta de Notícias*, em 12/05/1901, p.3.

9 *Jornal do Brasil*, em 04/09/1902, p.5.

10 ASSAF, Roberto e MARTINS, Clovis. *História dos Campeonatos Cariocas de Futebol, 1906-2010*. Rio de Janeiro: Maquinária, 2010, p. 19.

pularidade”<sup>11</sup>. Para algumas pessoas que lidavam com o futebol naquele período, a falta de organização no Rio de Janeiro contrastava com o que se via em São Paulo, onde já havia sido “assignada a lei municipal que autoriza a regulamentação do jogo do football”<sup>12</sup>. Assim, com a fundação de uma competição, o “football fluminense ia colocar-se ao lado dos paulistas”<sup>13</sup>.

No ano de 1905, começou a ser organizada a Liga Metropolitana de Foot-ball do Rio de Janeiro, pelo “Football & Athletic Club [...] por intermédio de seu presidente, o primeiro-tenente Santiago Rivaldo, e de seu vice, José da Rocha Gomes, convocou assembleia para 21 de maio de 1905, na sede do Clube de Natação e Regatas, na qual apresentou o projeto da entidade pioneira”<sup>14</sup>. No entanto, a sua fundação aconteceu em data posterior na sede do Fluminense, e contou com os seguintes clubes presentes: Fluminense, Botafogo, Bangu Athletic Club, América Foot-ball Club e Foot-ball and Athletic Club. Lá também foi aprovado o projeto elaborado por Oscar Cox (representante do Fluminense), Antonio Pinto (representante do Botafogo) e Arnaldo Cerqueira (representante do Foot-ball and Athletic Club).

Assim, a competição teve início às 15h30min do dia 3 de maio de 1906. Contando com 270 jogadores inscritos – “o que excedeu a expectativa de muitos”<sup>15</sup> – a primeira edição do Campeonato de Futebol do Rio de Janeiro teve como partida inaugural uma goleada do Fluminense sobre o Paysandu por 7 a 1. Logo de início, o time das Laranjeiras mostrava sua superioridade e isto seria confirmado ao término do torneio com a conquista do título de campeão.

A disputa da Liga Metropolitana significou um grande avanço na consolidação do futebol carioca do ponto de vista institucional. Além disso, consolidou a ideia de que este esporte crescia a olhos vistos na Capital Federal e seu grau de alcance ia além das regiões Central e das Laranjeiras. Por ter características diversas de outros esportes da época, em que “sua principal diferença era a possibilidade cotidiana de sua prática. O futebol proporcionava ao torcedor a reprodução do jogo em qualquer espaço e momento”<sup>16</sup>. Assim, ele pode se inserir mais facilmente nos hábitos das camadas médias e pobres, parcela considerável, mas não exclusiva, na composição socioeconômica da população que ocupava os subúrbios cariocas, como assinalam os pesquisadores Giancarlo Livman Fabretti<sup>17</sup> e Maurício de Almeida Abreu<sup>18</sup>.

Nos subúrbios os matches de domingo. Adiantam-se bastante nos subúrbios o

11 Correio da Manhã, em 29/03/1905, p.4.

12 Jornal do Brasil, em 07/01/1904, p.5.

13 Correio da Manhã, em 29/03/1905, p.4.

14 NAPOLEÃO, Antonio Carlos. História das Ligas e Federações do Rio de Janeiro (1905-1941). In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs). Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006, p.82.

15 Jornal do Brasil, em 15/04/1906, p.7.

16 COELHO, Frederico Oliveira. Futebol e Produção Cultural no Brasil: A Construção de um Espaço Popular in SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, SANTOS, Ricardo Pinto dos (org). Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006, p. 239.

17 FABRETTI, Giancarlo Livman. A metropolização vista do subúrbio: Metamorfoses do trabalho e da propriedade privada na trajetória de São Caetano do Sul. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2013.

18 ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2010.



entusiasmo e animação pelos jogos athleticos. Já se fala numa liga suburbana e a rapaziada não pensa noutra cousa. Domingo ultimo foram disputados vários matchs.<sup>19</sup>

Os subúrbios cariocas também eram locais em que a prática futebolística encontrou campo para se desenvolver. O *Gazeta de Notícias* informava que, em 1905, a partida entre o Club Athletic do Meyer e o Joung's Football Club “correu animada, mostrando ambos os competidores o perfeito conhecimento do jogo”<sup>20</sup>. Aliás, o futebol ali se fazia presente também pela criação de clubes esportivos.

A fundação do Athletic Mangureira Club fora realizada “por grande número de rapazes fortes e conhecedores deste salutar sport”<sup>21</sup>. De nome semelhante, também foi criado em 1907: o Sport Club Mangureira, que, além do futebol, trazia como destaque a prática do críquete<sup>22</sup>. O crescimento futebolístico nas regiões suburbanas era grande e as disputas de partidas amistosas entre clubes esportivos levou a organização da Liga Suburbana de Futebol, no ano de 1907. Mais do que uma competição elaborada para dar vazão às equipes que tiveram sua participação vedada no eixo principal da Liga Metropolitana – como aconteceu com o Riachuelo Football Club-, este torneio era um dos muitos do gênero ao privilegiar a participação de equipes de regiões próximas, afinal de contas havia “cerca de doze a quinze clubs fora da Liga Metropolitana, alguns dos quaes bem florescentes e reunindo bons elementos para a disputa de uma prova de honra”<sup>23</sup>. Tanto era assim que, além da Liga Metropolitana e da Liga Suburbana, em 1907 também aconteceram a Taça Bangu, liderada pelo Bangu Athletic Club, e a União Sportiva Fluminense, tendo um de seus principais entusiastas o Rio Cricket<sup>24</sup>.

Sob a presidência de Augusto José Teixeira teve início em 5 de maio de 1907 a Liga Suburbana de Futebol, a qual “causou bela impressão nos subúrbios, porque o football só terá a lucrar com a ideia em boa hora lembrada e posta em prática pelas ditas sociedades”<sup>25</sup>. As sociedades cuja referência é feita pelo jornal *Gazeta de Notícias* e que participaram da edição desta competição foram o Riachuelo Football Club, campeão do 1º time, o Sport Club Mangureira (da Tijuca), vencedor do 2º time, o Nacional Football Club (do Riachuelo), o Pedregulho Football Club (de Benfica) e o Sampaio Football Club (do Sampaio).

Com a Liga Suburbana de Futebol temos, nas regiões suburbanas, um registro organizado da prática futebolística. Todavia, isto está longe de limitar o desenvolvimento deste esporte naquelas localidades. Mesmo nos anos em que ela não aconteceu, foi possível aos clubes suburbanos en-

19 *Gazeta de Notícias*, em 28/03/1907, p.4.

20 *Gazeta de Notícias*, em 15/11/1905, p.3.

21 *Gazeta de Notícias*, em 13/04/1907, p.3.

22 *Gazeta de Notícias*, em 21/04/1907, p.3.

23 *O Paiz*, em 15/03/1907, p.4.

24 *Jornal do Brasil*, em 18/08/1907, p.5.

25 *Gazeta de Notícias*, em 30/09/1907, p.4.



contrar adeptos suficientes para, por exemplo, realizarem campeonatos internos entre seus sócios<sup>26</sup>. O futebol, a essa altura, já era um fato de atração para a associação a clubes esportivos e, conseqüentemente, fonte de receita para essas associações, bem como àqueles que faziam das atividades culturais um elemento comerciável.

### “Todos correm para comprar” – Propaganda e cultura esportiva

Desde o final do século XIX, o Rio de Janeiro presenciava uma verdadeira febre esportiva que incidia sobre a Capital Federal e alcançava segmentos além daqueles diretamente ligados ao esporte. O lazer, ligado ao lúdico, adquiria ali características de uma verdadeira indústria e também estava suscetível, por exemplo, às ações de empresas de comércio. A Casa do Baptista, por exemplo, que ficava localizada na região Central do Rio de Janeiro, onde hoje fica a Praça Tiradentes, costumava fazer anúncios de seus produtos vinculado alguns deles ao Carnaval e também relacionava às necessidades de alguns de seus clientes à aquisição de produtos para a participação em eventos esportivos. Com muitos itens ligados à ornamentação e ao embelezamento, aquele estabelecimento fazia de uma de suas mais recentes novidades um dos requisitos necessários às jovens que acompanhavam as regatas em Botafogo.

“Todos correm para comprar os pentinhos para os lados última novidade para senhoras: é extraordinária a venda diária devido ao variado sortimento. Só na casa do Baptista, cabelleireiro, praça Tiradentes”,<sup>27</sup> dizia o anúncio feito em *Gazeta de Notícias*. A novidade também poderia cair bem nas regatas da enseada de Botafogo, eventos que atraíam os olhares de senhores e senhoras e poderiam ser melhor aproveitados pelas moças que adquirissem os tais “pentinhos”, apresentados como produtos utilizados mulheres que acompanhavam as regatas.

Regatas em Botafogo. Toda moça bonita não vai domingo às regatas sem ir á casa do Baptista comprar os pentinhos dourados para os lados, na moda, único que tem o maior e variado sortimento neste gênero. Ver, para crer. Só na praça da Constituição, em frente aos bonds de Villa Isabel.<sup>28</sup>

Um dos pontos que podemos depreender até então está atrelado ao surgimento de uma indústria de entretenimento em torno das práticas esportivas. Segundo Victor Andrade de Melo (2008), é a partir da transição do século XIX para o XX que podemos observar na cidade o desenvolvimento e a melhor estruturação de um mercado de diversões. É neste momento também que as propagandas deste ramo apresentam progresso<sup>29</sup>.

Se os primeiros anúncios, publicados desde o quartel inicial do século XIX nos nossos pioneiros jornais ou na forma de cartazes, painéis e folhetos distribuídos

26 O Paiz, em 24/05/1908, p.8.

27 Gazeta de Notícias, em 04/06/1895, p.3.

28 Gazeta de Notícias, em 12/10/1895, p.3.

29 MELO, Victor Andrade de. Esporte, Propaganda e Publicidade no Rio de Janeiro na transição dos séculos XIX e XX. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 29, n.3, maio, 2008, p. 28.

pela cidade e/ou afixados em estabelecimentos comerciais, eram muito simples, com informações deficientes, sem imagens e normalmente ligados à venda de posses (casas, escravos, móveis) ou oferta de serviços individuais (profissionais liberais em geral), no fim de siècle percebe-se uma clara mudança, um aperfeiçoamento das iniciativas de divulgação dos “novos milagrosos produtos do progresso”, notadamente relacionados à saúde e à higiene, duas preocupações crescentes no contexto de construção do ideário da modernidade<sup>30</sup>.

O futebol, como um dos esportes em ascensão na época, não ficaria imune a isso. Competições e jogadores seriam utilizados como plataforma para a divulgação de produtos que, como destaca Melo, apresentariam notadamente relação com saúde e higiene, e também poderiam estar tão somente ligados ao próprio universo esportivo.

### Nelson e as bolas Victoria: Propaganda e futebol

A Liga Suburbana de Futebol não pode deixar de ser vista como um símbolo da prática futebolística nas regiões. Dessa forma, esta mesma competição pode ser vista como uma marca relevante a ser vinculada por agentes econômicos. Em 31 de julho de 1918, a revista Tico-Tico trouxe em suas páginas elogios a um determinado instrumento comum no futebol: “As bolas Victoria produzem o mesmo efeito que as estrangeiras. A Liga Suburbana adopta-as e com grande resultado”<sup>31</sup>. A mensagem nos chama atenção devido à relação de garantia de satisfação atribuída ao produto pela sua utilização na principal competição de futebol dos subúrbios. Além da bola, os responsáveis por conduzi-las também ganhavam projeção para ser garoto-propaganda de alguns produtos, como ocorreu com Nelson da Conceição.

A figura de Nelson da Conceição nos é trazida para a discussão, em razão de um anúncio feito sobre o goleiro a respeito de um suplemento alimentar que exemplifica bem o que fora apontado por Melo. *Fortifican*, um tônico muscular vendido em algumas farmácias cariocas, era um dos muitos produtos indicados por especialistas em saúde da época a fim de trazer benefícios para quem os consumisse. Neste sentido, a fim de gerar maior interesse e venda deste produto, a afirmação de que o mesmo era utilizado por Nelson é apresentada em um jornal de grande circulação como o *Correio da Manhã*.

Certifico que tenho obtido muito bons resultados com o uso do “FORTIFICAN”, sentindo-me sempre bem disposto para os jogos. (a.) NELSON DA CONCEIÇÃO. Rio, 24 de Maio de 1922. Firma reconhecida ao Tabelião Paula Costa. Eis o que diz o querido e valoroso keeper do invencível Vasco da Gama, a respeito do FORTIFICAN, o tônico da moda.

O FORTIFICAN dá saúde, força e vigor. Encontra-se nas boas Pharmacias e Drogeria Gramado, Rua 1º de março n.16.<sup>32</sup>

30 MELO, Victor Andrade de. Esporte, Propaganda e Publicidade no Rio de Janeiro na transição dos séculos XIX e XX. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 29, n.3, maio, 2008, p. 28-29.

31 Revista Tico-Tico, em 31/07/1918, p.18.

32 Correio da Manhã, em 14/08/1923, p.10.

Considerado um dos melhores goleiros do futebol carioca, Nelson da Conceição é garoto propaganda no momento em que a relação entre capital e esporte começava a se entrelaçar no Rio de Janeiro. Mais do que uma prática lúdica ou elemento com finalidade puramente esportiva, o esporte era também uma chance de auferir renda. A venda de produtos era tão somente uma dessas facetas, sendo, pois, a venda de bilhetes para os jogos um elemento de grande importância.

João Santos (2010) ressalta em sua pesquisa que o Vasco da Gama, clube que Nelson passou a defender após deixar o Engenho de Dentro Athletic Club, conseguia obter em algumas partidas do Campeonato Carioca de 1923 cerca de 20 contos de réis, já descontando as despesas com a realização da partida e com o pagamento de bichos<sup>33</sup>. Sem campo próprio, o Clube da Cruz de Malta alugava o estádio das Laranjeiras, do Fluminense, e pagava uma taxa de aluguel pela utilização. As vendas das bilheteiras eram, portanto, parte importante da renda de um clube. Conseqüentemente, essa possibilidade gerava a necessidade de atrair jogadores de maior capacidade técnica.

Nos subúrbios, a realidade das equipes em relação à arrecadação dos jogos não era a mesma. Equipes da Liga Suburbana, por sua vez, tinham prejuízos em algumas partidas que os colocava em condição de inferioridade financeira para com outros times<sup>34</sup>, principalmente aqueles que jogavam as divisões principais da Liga Metropolitana. Um dos clubes que mais sofreram com isso foi o Engenho de Dentro A. C., que, em relação ao caso de Nelson da Conceição, viu alguns de seus principais elementos se transferirem para times com maior poder aquisitivo, como era o Vasco da Gama e obter retornos financeiros.

Em disputa por jogos do campeonato, Nelson poderia ganhar pelo menos 200\$000 por partida. Citando como exemplo, no mês de julho de 1923, o Vasco enfrentou, na sequência, as equipes do Flamengo, do América e do Fluminense. A título de comparação, em 1922 os operários de construção civil ganhavam: 199\$999 (pedreiro), 180\$000 (carpinteiro) e 173\$333 (pintor). Em 1923: 212\$499 (pedreiro) e 199\$999 (carpinteiro). Dessa forma, Nelson poderia ganhar em uma única partida mais do que o salário mensal de um carpinteiro da construção civil. Com a sequência dos referidos três jogos, isso equivaleria a 600\$000<sup>35</sup>.

A despesa que o Vasco fazia para contar com este bom elemento futebolístico era elevada, porém, o retorno advindo das bilheteiras compensava. Nelson, garoto-propaganda de tônicos musculares, primeiro goleiro negro campeão da 1ª Divisão da LMDT, mostrava dentro de campo que o capital aplicado pelo time português valia a pena. Não obstante, o Vasco não era o único clube a fazer pagamentos aos seus jogadores para desenvolverem o seu futebol dentro de campo e nem mesmo o único capaz de fazer um espetáculo para um público cada vez mais exigente.

33 SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2010, p. 297-298.

34 O Imparcial, em 16/10/1920.

35 SANTANA, W. P. *As mãos negras do chauffeur Nelson da Conceição: futebol e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1919-1924)*. Memória (Bacharelado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 71.

### Conclusão

As propagandas hoje são elementos comuns nas atividades esportivas profissionais e a história desse mecanismo vem de longa data. Neste trabalho, buscamos apresentar alguns exemplos pelos quais identificamos a sua presença no período da Primeira República. Tal qual este regime político, que se iniciou ainda no século XIX, a utilização do esporte para promoção de produtos já se fazia presente nos anos 1800. Não obstante, é no século seguinte que a maneira como essa relação se dá se expande, bem como ocorreu também com a indústria de lazer.

Tomando como exemplo o caso das bolas Victoria e do goleiro Nelson da Conceição, apontamos dois casos em que o futebol se viu envolvido nestas questões. Assim, buscamos contribuir para que novas temáticas com essas ou outras perspectivas explorem aspectos da história do futebol nem sempre lançados ao primeiro plano.

Também ressaltamos que tal processo não se manteve restrito a um único segmento socioeconômico ou regional. Assim como o futebol se disseminou por diversas regiões, as relações comerciais envolvendo o esporte também se fizeram presentes nas áreas centrais e nas suburbanas, o que reforça a ideia de que este esporte não se manteve como monopólio de um único grupo.

## A mulher esportiva nas páginas da revista *Alterosa* (1939-1945)

Gelka Arruda de Barros  
gelkabarros@yahoo.com.br

### Resumo

Este artigo<sup>1</sup> propõe analisar o discurso sobre a mulher esportiva presente na revista *Alterosa*, entre 1939 e 1945, no intuito de compreender a construção do papel social feminino naquele período histórico. O periódico lançado em Belo Horizonte, em agosto de 1939, era mensal, de caráter literário e noticioso, composto por contos, crônicas, reportagens econômicas, políticas e sociais sobre o estado de Minas Gerais, notas da sociedade mineira, humor, poesia, passatempos, entretenimento como o rádio e o cinema, prescrições sobre saúde, beleza, moda e anúncios publicitários. O surgimento da revista, em meio a um crescente processo de modernização da capital mineira, coincidiu com o estreitamento de relações entre o Brasil e os EUA, sob o regime do Estado Novo. No interior do projeto político varguista, a conformação das condutas sociais fundada na ordem conjugal reconfigurou o padrão corporal feminino, estabelecendo um ideal de beleza engendrado pela saúde, sendo o esporte, uma das expressões do vigor da nação. O conteúdo apreciado foi constituído por anúncios publicitários, reportagens, matérias e seção de moda, provenientes da investigação de todas as edições publicadas entre 1939 e 1945, combinando análise de texto e imagem. A conclusão evidencia o alinhamento entre o discurso da *Alterosa*, a cultura de massa norte-americana e o projeto nacionalista de Vargas na educação do corpo feminino. Fruto de tese em desenvolvimento, este trabalho reproduz partes de artigo originalmente publicado na revista *Comunicação e Sociedade*, da Universidade de Minho, Braga, Portugal.

**Palavras-chave:** Mulher, corpo, esporte, Estado Novo, cultura de massa.

A revista *Alterosa* foi criada em Belo Horizonte no ano de 1939 pelo jornalista Olímpio de Miranda e Castro. Era um periódico de variedades publicado mensalmente, de caráter literário e noticioso. Entre suas seções figuravam principalmente contos e crônicas, entremeados por reportagens econômicas, políticas e sociais sobre o Estado de Minas Gerais, notas da sociedade mineira, humor, poesia, passatempos, entretenimento como o rádio e o cinema, prescrições sobre saúde, beleza e moda, além de anúncios publicitários. Em maio de 1945, passou a apresentar sumário e o slogan “Para a família do Brasil”. A revista alcançou seu auge em torno dos anos 1950, quando sua tiragem chegou a 60.000 exemplares, circulando nacionalmente<sup>2</sup>.

1 O trabalho faz parte da tese em desenvolvimento financiada pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, sob a bolsa de estudos nº 12050.

2 A grafia das citações referentes à revista *Alterosa* está de acordo com a redação original. Esta opção visa manter a

Naquele período (1939-1945), Belo Horizonte vivia um intenso processo de transformação. A verticalização do centro da cidade, a diversificação do comércio, urbanização da área suburbana e ampliação da infraestrutura, a construção da Cidade Industrial, a criação de aparelhos sociais, econômicos e culturais (Pampulha, Museu Histórico, Instituto de Artes, expansão de salas de cinema). O contexto nacional estava marcado pelo projeto nacionalista do Estado Novo e pelo estreitamento das relações entre o Brasil e EUA por meio da “Política de Boa Vizinhança” que **objetivava obter o alinhamento do país ao esforço de guerra norte-americano**. Este cenário propagandístico era composto principalmente pelos meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema, que irradiavam a cultura norte-americana como referência de modernidade, mas a imprensa foi igualmente importante para a “[...] divulgação dos princípios do americanismo”<sup>3</sup>, por exibir fotografias profusamente, afirmando certa visualidade na cultura urbana da cidade.

A estratégia discursiva adotada pela revista *Alterosa* valorizava a ordem conjugal, instituição da qual afloravam os papéis definidos para a mulher branca, de classe média e alta: a mãe, a esposa e a dona de casa. De acordo com Maia, a família conjugal, legalmente constituída pelo casamento burguês, acentuou-se durante a constituição da República “[...] como lugar estratégico para instaurar a ordem e disseminar o progresso”<sup>4</sup>. A publicidade e a moda, aliadas à indústria cinematográfica norte-americana, amplamente presentes nas páginas da revista, que obtinha esse conteúdo da agência de notícias *Panamerican Press*, foram instrumentos auxiliares na construção do papel social feminino.

O argumento principal do discurso visava a regulação do corpo feminino com o propósito de assegurar a ordem conjugal e era pautado por dois elementos que se correlacionavam: a beleza e a saúde. Por exemplo: O regulador Veragridol assegurava à mulher as condições físicas para o cumprimento de seu papel social: “Sem saúde a mulher nunca será sadia, formosa, nem feliz”<sup>5</sup>. A beleza e a felicidade feminina dependiam de sua saúde, porém esses elementos não tinham valores nem finalidades em si, estavam vinculados à felicidade conjugal e à “[...] alta missão que Deus confiou à mulher”<sup>6</sup>. Dessa forma, a felicidade da mulher dependia de sua capacidade de cumprir o seu destino na sociedade, casar e gerar filhos. Reafirmada pela inserção da religiosidade, a condição natural da mulher precisava ser regulada para que ela cumprisse sua missão. O anúncio, em preto e branco, exibia uma mulher branca sorrindo, seu semblante era sereno. O sorriso, como índice de felicidade, em conjunto com o artifício da iluminação da face da atriz dos estúdios Paramount, tinha enorme apelo no imaginário social, logo, na construção da feminilidade. O uso da imagem de uma estrela de cinema norte-americana anunciando um produto nacional demonstra como a estética cinema-

---

integridade absoluta do texto.

3 TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 54.

4 MAIA, Cláudia J. Genealogia da solteirona no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2001, p. 5.

5 ALTEROSA. Regulador Veragridol. Ano I, n. 1, agosto de 1939, p. 21.

6 ALTEROSA. Regulador Veragridol, p. 21.



tográfica foi incorporada e reproduzida em larga escala na revista, por meio de imagens-modelo, como forma de educar a visualidade, e, por consequência, educando o corpo da mulher.

Essa regulação, grosso modo, envolvia também o controle dos humores via medicamentos, como por exemplo, a Água de Melissa (Granado), e mais, a higienização e a desodorização do corpo feminino. A regulação do corpo e do humor feminino estava amparada na ideia de que o útero e o cérebro não poderiam desenvolver-se simultaneamente, e a mulher deveria canalizar suas energias para as faculdades reprodutoras, limitando seu acesso às atividades intelectuais<sup>7</sup>. O corpo regulado, limpo e perfumado fazia parte dos preceitos higiênicos que correspondiam ao ideal de desenvolvimento da nação. De acordo com Carvalho, em Minas Gerais, nas décadas de 1930 e 1940, foi delegado ao saber médico “[...] o poder e o dever de sanear o corpo social por meio da educação higiênica e da Eugenia”<sup>8</sup>. O projeto varguista de aprimoramento da raça tinha a intenção de fortalecer o corpo feminino “[...] mediante a prática de atividades físicas objetivando prepará-lo para a condução de uma maternidade sadia [...]”<sup>9</sup>, relata Goellner, o que segundo a autora ocorreu em diversos países como Argentina, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Espanha e Portugal.

O gosto pela atividade física se desenvolveu como uma prática moderna de cultivo do corpo, proporcionando uma forma de divertimento em Belo Horizonte. Embora a mulher integrasse a mudança de hábitos na capital, existia a preocupação com a manutenção de sua feminilidade. A mineira “[...] também participou desse movimento, sem que fossem diminuídos os seus predicados de graça, de austeridade, de virtudes. Á sua robustez moral, aliaram-se as qualidades de resistência física, de elegância e plástica”<sup>10</sup>. Foram poucas as esportistas apresentadas na revista, o que sinalizava a tensão que ainda recaía sobre a prática esportiva feminina. Dentre as modalidades esportivas em que a mulher figurava estavam o vôlei, o atletismo e a natação. Eram esportes que a mulher podia praticar, em função de seu baixo impacto, fortaleciam o corpo e não prejudicavam a maternidade. O incentivo à prática física se dava, em grande medida, ao longo das páginas da revista, pela proposição de exercícios e atividades que pareciam ter a finalidade de apresentar à leitora, uma forma de aprimorar sua beleza e manter sua saúde, sem a necessidade de realizar uma prática esportiva metódica ou competitiva.

O esporte, que conferiu à mulher certa emancipação na esfera pública, retinha condicionantes relativos à sua função social. Nesse sentido, a defesa da prática física da mulher estava pautada na instrumentalização de seu corpo para o aprimoramento do povo brasileiro “[...] façamos do

7 MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Raquel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 115.

8 CARVALHO, Keila A. Em busca do tipo ideal: a perspectiva de reforma social dos médicos sanitaristas mineiros (1930-1940). *Revista Ágora*, Vitória, n. 12, 2011. p. 4.

9 GOELLNER, Silvana Vilodre. As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recordes*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2008. p. 12.

10 ALTEROSA. O calor convida as piscinas. Ano I, n. 4, dezembro de 1939, p. 68.



Esporte, com a magnificência de suas virtudes inegáveis, parte integrante da educação feminina das filhas do Seculo, para maior glória da mulher, para maior esplendor da raça”<sup>11</sup>. O exercício corporal deveria fortalecer o corpo feminino sem alterar sua imagem de mulher maternal, bela e feminina, “[...] sem lhe destituir a harmonia das formas, a beleza e a graciosidade”<sup>12</sup>.

A imagem da beleza e da elegância da mulher era reproduzida pela moda, por meio da introdução de novidades sazonais, que indicavam sua forma de uso, no conjunto dos sentidos que orientavam a mentalidade da época. Esses “lindos” modelos esportivos eram usados pelas estrelas “[...] nos dias calidos de verão, [...] nas piscinas, nas quadras de tenis e passeios campestres [...]”<sup>13</sup>. Nota-se que as jovens não usavam trajes específicos para os esportes mencionados, e suas poses não remetiam à prática esportiva, indicando que o interesse da matéria era propagar a imagem de corpos belos e saudáveis, conquistados através da prática de exercícios físicos. Uma nova aparência corporal, um novo modo de vestir, um novo estilo de vida. Inclusive, uma das estrelas estava de “saltos altos”, um elemento de fetiche da moda, signo de sedução e elegância. A moda, sob o impacto do esporte, transformou a aparência feminina. De acordo com Lipovetsky, grosso modo, a partir da década de 1920, o *sportwear* passou a ser usado para passeios ao ar livre na cidade, e não somente para a prática esportiva. Aos poucos, esses trajes foram desnudando os corpos, principalmente o feminino. O corpo natural se mostra sem as trucagens excessivas do vestuário anterior, o que implicou nas mudanças das linhas dos trajes, criando um novo ideal estético de feminilidade, a mulher esguia, esbelta e moderna, aquela que praticava esportes<sup>14</sup>.

Uma seção de fotos nas dependências do “Minas Tennis Club” definia como era essa mulher. A revista *Alterosa* apresentou a “bela” Frances Nell, estrela da R.K.O Radio (Imagem 1), para demarcar qual era o tipo de mulher que se pretendia constituir e para demonstrar qual era o padrão a ser seguido. Parte da legenda da fotografia dizia “[...] na fotografia acima, dá-nos bem uma ideia da especie de mulher que se está formando em Minas Gerais. Bela, sadia e forte”<sup>15</sup>.

11 ALTEROSA. O esporte como fator de beleza. Ano IV, n. 29, setembro de 1942, p. 46.

12 GOELLNER. *As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte*, p. 14.

13 ALTEROSA. O calor convida ao esporte. Ano I, n. 4, dezembro de 1939, p. 102.

14 LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 76-77.

15 ALTEROSA. Minas Tennis Club. Ano III, n. 13, abril de 1941, p. 46.

**Imagem 1** – Frances Nell, estrela da R.K.O Radio<sup>16</sup>

Alterosa, ano III, n. 13, abril de 1941, p. 46.

A imagem mostra uma mulher bela, branca e esbelta, sorrindo ao sol. Esses eram os ingredientes para a preparação de uma espécie. A ideia era indicar que havia outras mulheres com esse padrão de beleza circulando nas agremiações esportivas de Belo Horizonte, e isso parecia ser o suficiente para atestar o “sucesso” do projeto de aperfeiçoamento da raça e incentivar a adesão das jovens mineiras à prática física.

O estreitamento das relações entre Brasil e EUA, devido à confluência de interesses entre os países, e o consequente alinhamento sobre o papel social da mulher, criou um ambiente propício à legitimação de uma ideal de feminilidade, cujo símbolo utilizado para a persuasão foi a estrela do cinema hollywoodiano. Os esforços empreendidos criaram condições de educar, fortalecer e aprimorar o corpo da mulher branca, como instrumento de regeneração física e racial da população. Dessa forma, o esporte feminino, naquele período, foi institucionalizado como preparação para a maternidade sadia.

16 A Radio-Keith-Orpheum originou-se em 1928 da fusão da Radio Corporation of America, da cadeia de teatro Keith-Albee-Orpheum e da produtora americana Pathé (Tradução minha). Captado em: <<https://www.britannica.com/topic/RKO-Radio-Pictures-Inc>>. Acesso em 17. Abr. 2018.

## O corpo, a estética e a moda nos movimentos negros no Rio de Janeiro

**Camila Neves Figueiredo**

Mestranda da linha de História e Culturas Políticas

Universidade Federal de Minas Gerais

camilanfigueiredo@yahoo.com

**Resumo:** A criação e fortalecimento de movimentos negros que lutam pela igualdade racial, pela afirmação da identidade negra e sua efervescência entre as décadas de 1960 e 1980, nos convida a pensar em suas lutas políticas e sociais, em seus objetivos e pautas. Em um viés pouco usual, observamos que a moda e a estética recebem, na maioria das vezes, um lugar importante na constituição e atuação de movimentos. No caso de movimentos negros, se colocam como questionamento aos padrões de beleza hegemônicos, que refletem uma imagem eurocêntrica como ideal de beleza. Com isso em mente, pretendemos com este trabalho investigar, através das representações dos movimentos sociais negros de cunho identitário na cidade do Rio de Janeiro, o lugar ocupado pelo vestuário, pela estética e pelo corpo na ação política desses movimentos e na afirmação da identidade negra. A partir da bibliografia levantada, buscaremos pensar historicamente na possibilidade de se pensar o papel desses elementos nos movimentos negros, bem como de entender o lugar que ocupam na afirmação da identidade negra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Moda, estética, Movimento Negro, corpo, identidade.

O presente trabalho, surgiu do interesse em pesquisar temas como a moda e a estética negra, seus sentidos e significados na afirmação da identidade negra, nos movimentos sociais negros e no próprio modo de fazer política das pessoas negras. O pensamento no tema se iniciou a partir do movimento contemporâneo de aceitação e valorização da estética negra, pensando nos processos de resignificação dos corpos negros, nos seus sentidos e no papel de tudo isto na construção de identidade. A partir do trabalho da professora Nilma Lino Gomes<sup>1</sup>, que trabalha com o papel do corpo e do cabelo na construção da identidade negra, pensando nos salões étnicos de Belo Horizonte é que partimos para pensar em outros espaços. O livro, *Sem perder a raiz – Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*, o qual resultou de sua tese de doutorado, Gomes analisa a relevância da aparência e da estética para a construção e afirmação da identidade negra a partir de sua observação feita em salões de beleza étnicos de Belo Horizonte. Apesar de empregar uma abordagem antropológica, que se diferencia da que pretendemos nessa pesquisa, o trabalho de Gomes desenvolve diversos conceitos importantes para nós, como as noções de identidade, estética afirmação/

1 GOMES, N. L. *Corpo e cabelo como símbolos da beleza e da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

valorização racial. Entendemos que analisar os aspectos físicos e a relação de sujeitos negros com o próprio corpo seja importante para pensar tanto a construção do racismo quanto as formas de combate a ele. Como apontado por Gomes o preconceito racial no Brasil direcionado aos negros não ocorre somente em decorrência de tradições, costumes ou etnia, mas pela “conjugação desse pertencimento com a presença de sinais diacríticos, inscritos no corpo”<sup>2</sup>. Esses sinais remetem à ancestralidade negra e africana, socialmente vista como marca de inferioridade. Dessa forma, acreditamos que, apesar da abordagem e do período analisado pela autora diferirem do nosso, a forma como Gomes pensa o corpo negro e a resignificação desse corpo é muito relevante para nossa pesquisa.

A partir da leitura de trabalhos sobre o tema, notamos que dentro dos estudos sobre os movimentos negros do Rio de Janeiro das décadas de 1960, 1970 e 1980 haviam quase sempre um destaque para o estilo adotado pelos integrantes. Da mesma forma, essas pessoas eram reconhecidas como parte de determinados grupos, quando se vestiam de certa forma ou conforme intervinham em seus corpos e cabelos. Pensando nisso, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de pesquisa que ainda está sendo desenvolvida, de investigar, através das representações dos movimentos negros do Rio de Janeiro, o lugar ocupado pelo vestuário, pela estética e pelo corpo na ação política desses movimentos e na afirmação da identidade negra.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro e do período de 1974 a 1988 se justificam por, em primeiro lugar, acreditarmos que a cidade, além de ocupar uma posição central na indústria cultural, protagonizou ou contribuiu para surgimento dos movimentos que investigamos. O Movimento Black Rio, por exemplo, com toda a sua dinamização e importância, ainda apresenta para nós, historiadores, muitos elementos a serem analisados, sendo o tema escolhido um exemplo disso. Em segundo lugar, optamos por iniciar nosso marco temporal em 1974, ano em que se inicia a abertura política, “lenta, gradual e segura”, do regime militar. Isso se dá por acreditamos que enriquecerá nossa análise - pensando, tanto a imprensa quanto as ações dos movimentos negros - observar as representações desses eventos antes e depois da queda do AI-5. Por fim, encerramos nossa análise em 1988, ano em que é promulgada a nova Constituição do Brasil. A redução na censura e no cerceamento de liberdades, ainda que de maneira controlada, é fundamental para esta pesquisa, uma vez que pretendemos trabalhar a expressão e ação de pessoas no espaço público, bem como as repercussões de suas ações na imprensa.

Nos anos de 1970 um número relevante de pessoas negras se mobilizou, formando grupos que, apesar de empregarem diferentes formas de ação política, acreditamos que possam ser unidos em uma análise por partilharem de um mesmo ideal: a luta contra o racismo no Brasil. No mundo da música, o Movimento Black Rio, que teve seu auge em 1976, é considerado um movimento importante nessa luta e na afirmação e valorização da estética e culturas negras. O movimento foi muito inspirado pela música soul norte-americana, a qual ganha visibilidade nesta época, entre os

2 GOMES, N. L. *Corpo e cabelo como símbolos da beleza e da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

anos 1960 e 1970. Também na década de 1970, especificamente em 1978, é criado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), o qual surge como uma referência em escala nacional para a organização de movimentos populares de combate ao racismo. Além disso, consideramos na pesquisa, personagens que se destacaram nesse período e que, da mesma forma, traziam à cena pública, através da arte, discursos reivindicatórios da população negra. Exemplos desses personagens são Gerson King Combo, Tony Tornado, Wilson Simonal, Jorge Ben, artistas que contribuíram com os movimentos por igualdade racial, pensando também na afirmação da beleza, da identidade e das culturas negras.

Sobre o Movimento Black Rio, há discordâncias no que se refere ao grau de organização e coesão entre seus participantes. Apesar disso, como apontam os autores Luiz Peixoto e Zé Otávio Sebadelhe, tratou-se de um “fenômeno de massa raro e desconcertante para os padrões da época, que envolvia negros e mestiços, na sua maioria de bairros suburbanos do Rio de Janeiro”<sup>3</sup>. É importante pontuar, também, que o Movimento Black Rio não aconteceu de maneira isolada na cidade do Rio. O projeto é carregado de influências internacionais, principalmente com inspirações dos debates sobre a questão racial nos Estados Unidos e dos movimentos reivindicatórios pelos Direitos Civis nesse país. Além disso, o movimento acontece em um período de considerável atividade na cena cultural negra da cidade do Rio de Janeiro, o que, supomos, contribuiu para que o Black Rio atingisse amplas proporções. Prova das dimensões alcançadas pelo movimento é a iniciativa de outros estados do Brasil que promoveram movimentos similares, como é o caso do Black Uai, em Belo Horizonte, do Black Porto, em Porto Alegre.

Em nosso entender, apesar de possuírem formas de atuação diferentes, sejam elas coletivas ou individuais, esses sujeitos de diferentes movimentos compartilham uma mesma pauta, que tinha como base a resistência negra, o combate ao racismo e à inferiorização socioeconômica, cultural, intelectual e estética, às quais as pessoas negras estiveram historicamente sujeitas no Brasil e em outros países. Com relação ao combate à inferioridade socioeconômica e intelectual atribuída aos negros, consideramos interessante pontuar o destaque dado por esses grupos ao acesso à educação como uma das formas de superação desse estigma. É pensando nesse ponto de “conscientização” política e social dos movimentos em torno da luta racial que pretendemos entender as maneiras como o corpo e a moda foram, também, empregados como forma de atuação política. Buscaremos analisar, através das ações do Movimento Negro Unificado, do Movimento Black Rio e de outros personagens que obtiveram destaque nesse período, fazendo parte ou não dos movimentos destacados, o lugar ocupado por esses elementos na valorização da cultura negra. Além disso, acreditamos ser interessante pensar na ocorrência em maior escala de bailes de black music em subúrbios do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980. Espaços de sociabilidade nos quais a afirmação da identidade negra passa pelo ato de ver e ser visto, pela afirmação visual e estética do corpo, pelas coreografias, sendo os trejeitos e modos de se comportar importantes. Buscamos entender o quan-

3 SEBADELHE, Z. O.; PEIXOTO, L. F. L. 1976 - *Movimento Black Rio*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2016.



to esses movimentos se articulavam com objetivos políticos da luta contra a desigualdade racial no país. Segundo Amanda Alves<sup>4</sup>, o cantor e compositor, Tony Tornado, que participou do movimento Black Rio, afirma que com o pretexto da dança, foi possível reunir uma grande quantidade de pessoas e discutir temas como estudo e educação política. O cantor aponta ainda que as ideias de afirmação racial negras, no contexto da ditadura militar, eram consideradas perigosas e levaram à perseguição de vários integrantes do movimento.

Os movimentos negros inspirados no *soul* e na *black music* eram, de acordo com o observado em bibliografia e fontes, reconhecidos e destacados pela estética dos participantes, pela importância dada à aparência e na forma como a exibiam no espaço público. Pensamos a aparência como a forma que esses sujeitos se colocavam na sociedade, um conjunto que é composto pelo corpo negro e suas características, acrescido de determinados elementos estéticos – roupas, sapatos, penteado, acessórios. Entendemos que é comum aos movimentos analisados e às representações produzidas sobre esses movimentos, a preocupação com o corpo, com a maneira de se vestir e de se comportar na sociedade. Logo, gostaríamos de entender os motivos dessa preocupação, sua relação com a existência de sujeitos negros e com o processo de ressignificação de corpos negros, pensando na construção de uma identidade negra positiva.

Entendemos que no caso das pessoas negras pensar no sentido e papel do corpo seja importante, pois as interferências do racismo passam diretamente pelo corpo, tanto na construção do racismo quanto em seus efeitos. Os traumas deixados em pessoas negras pelo racismo envolvem diretamente a autoestima, o cuidado com o corpo e os ideais de beleza. Pensando nisso, consideramos que é importante se pensar nas relações das pessoas negras com o próprio corpo e com a forma como esses corpos se comportam em determinados espaços e tempos.

O estilo, que foi batizado como *black*, popular nesse período, contava com um visual composto por sapatos brilhantes de salto plataforma, roupas de cores chamativas e, ainda, fortalecido por meio da dança e das formas de sociabilidade nos chamados bailes. Nessa direção, destaco também, a importância do cabelo e dos estilos de corte e penteados adotados, o que, segundo Sônia Giacomini<sup>5</sup> eram sinais de identificação com o estilo adotado pela moda *soul*. O penteado ganha, nos Estados Unidos, da década de 1960, grande importância pela sua referência à celebração do lema *black is beautiful*, uma das expressões de orgulho negro mais conhecidas.

A autora aponta que nos bailes de *black music* realizados no Renascença Clube<sup>1</sup> o cabelo se torna um símbolo político:

No caso aqui estudado, o cabelo também é visto como marca ou sinal que melhor e mais decididamente que qualquer outro, expressariam – ou negariam – o

4 ALVES, Amanda Palomo. *O Poder Negro na Pátria Verde e Amarela: Musicalidade, Política e Identidade em Tony Tornado (1970)*. (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em História, Maringá, 2010. 137 p.

5 GIACOMINI, Sônia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.



orgulho negro. Trata-se de um ato de politização do cabelo, a generalização de uma leitura política do penteado: o penteado transformado em manifesto.<sup>6</sup>

Consideramos necessário pontuar que existe nesses elementos estéticos um importante caráter simbólico, que é percebido desde que utilizados por pessoas que atribuem a eles um sentido específico e de caráter político. Dessa maneira, esses elementos, quando utilizados separadamente ou por diferentes pessoas, não carregam os mesmos significados ou o mesmo sentido simbólico e imaginário. Isso porque, como defende Stuart Hall, o significado de determinado elemento da cultura “popular”, tendo sido pensado como uma oposição aos valores de grupos hegemônicos, não está no elemento em si, mas em suas formas de apropriação, além de poder ser reapropriado<sup>7</sup>. Para ele, a cultura popular não é um modo de vida, mas um modo de luta. Apontamos a ideia anterior, pois os elementos que relacionamos aqui aos participantes de movimentos negros eram utilizados, também, por outros grupos, apesar de não compartilharem da mesma carga simbólica. A diferença, como aponta Hall, está na dimensão simbólica e imaginária atribuída a esses elementos por grupos negros e no sentido dado a eles, que é relacionado ao uso político da identidade negra e da afirmação racial.

Pensando nisso, entendemos que o corpo também possui uma linguagem e é capaz de se comunicar politicamente quando pode acessar o espaço público. Stuart Hall aponta que, esse repertório da cultura negra popular, que se opõe a uma hegemonia, é decorrente de uma exclusão desse grupo às correntes majoritárias e se tornariam então os únicos espaços performáticos que restaram aos negros se inserirem. Esses espaços conduziram, segundo o autor:

[...] a inovações linguísticas na estilização retórica do corpo, a formas de ocupar um espaço social alheio, expressividades potencializadas, estilos de cabelo, posturas, maneiras de andar, de falar e uma forma de constituir e sustentar a camaradagem e a comunidade.<sup>8</sup>

Sobre a moda Erner<sup>9</sup>, aponta que a moda diz respeito à identidade dos sujeitos e que é uma questão essencial para a contemporaneidade. As diversas manifestações da moda e aquela escolhida por um determinado grupo se tornam formas de reconhecimento entre os participantes desse grupo e de diferenciação de outros. No que tange à estética, considerando o corpo e o cabelo como espaços de manifestações dessa, concordamos com Nilma Gomes, que considera que: “Para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária.”<sup>10</sup>. Nesse sentido, acreditamos que entender historicamente as lutas negras

6 GIACOMINI, Sônia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

7 HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. P. 231-247.

8 HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. P. 231-247.

9 ERNER, Guillaume. *Vítimas da moda? Como a criamos, por que a seguimos*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005.

10 GOMES, N. L. *Corpo e cabelo como símbolos da beleza e da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

identitárias a partir da perspectiva do visual e da aparência dos sujeitos negros seja uma maneira interessante de analisar a resistência negra no Brasil a partir um ponto de vista inovador.

O contexto histórico brasileiro é importante para essa pesquisa, pois o país vivia uma ditadura militar já há dez anos, na qual o mito da democracia racial, ainda que não tenha sido criado nesse período, foi fortemente empregado, por ser útil politicamente. Para a concretização de objetivos nacionalistas do regime militar a propaganda em torno de uma identidade que unisse todos os brasileiros se fazia muito necessária. Nesse sentido, era empregado o discurso da miscigenação existente no país como forma de comprovação de que se vivia, no Brasil, em igualdade racial. Considerando todos esses esforços para uma crença na democracia racial, qualquer movimento que denunciasse o racismo presente na sociedade brasileira, contrariava o governo. Nesse sentido, as representações dos movimentos negros identitários na imprensa, por vezes, os desclassificavam e reduziam a meras agitações.

Acreditamos que a análise da moda e da estética é importante para a compreensão de experiências e formas de vivência compartilhadas por esses movimentos e seus participantes. Dessa forma, o conceito de culturas políticas é importante para esta pesquisa, pois passa por vários dos aspectos que pretendemos investigar para compreender a afirmação da identidade e da beleza negra, enquanto manifestações políticas, nos movimentos negros que trabalharemos. É fundamental para o nosso trabalho pensar, também, o conceito de identidade e na forma como iremos mobilizá-lo em nossas discussões.

Hall considera, em sua abordagem discursiva, que a identificação é sempre uma construção que não se completa, pois está sempre se modificando. Isso permite que os sujeitos se mantenham ou não nesta identificação, já que ela não é fixa e nem universal e, ainda, que os sujeitos participem de mais de uma identificação. Para ele, a existência da identidade demanda de diversas condições, de recursos materiais e simbólicos para sua sustentação, mas, apesar disso, a identificação é alojada na contingência e não anula a existência da diferença. Considerando o pensamento de Hall, entendemos que nesses espaços de identificação, constroem-se símbolos, representações e discursos que orientam os sujeitos em seus comportamentos na sociedade.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós.<sup>11</sup>

Acreditamos que no estudo das identidades negras que pretendemos desenvolver, nos empregos dados a esses corpos na sociedade e na maneira como os corpos se apresentam e se comportam no espaço público. Assim, considerando a importância do conceito de moda para o nosso

11 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro : DP&A, 2005. 102 p.

trabalho, concordamos com o filósofo Gilles Lipovetsky<sup>12</sup>, que considera a moda como algo que interfere na sociedade e nos sujeitos, em seus relacionamentos consigo mesmo e com os outros, um elemento importante na formação de suas atitudes e personalidades. Lipovetsky dá à moda um lugar além do fútil, considerando-a um fator importante para o estudo de uma determinada sociedade. Para ele, através da moda o ser humano pode expressar sua individualidade e personalidade indo, inclusive, além da vestimenta, quando se incorpora esses elementos a um determinado estilo de vida e em formas de comportamento.

Consideramos, ainda, que conceitos como aparência, liberdade, política e resistência serão importantes para a nossa análise. Pretendendo entender como esses movimentos foram representados pela imprensa, por seus integrantes e a maneira como agiam na sociedade, seguimos o pensamento de Hannah Arendt sobre a aparência. A filósofa política entende que a ideia de ser e aparecer são coincidentes e, dessa forma, a existência só pode acontecer na medida em que os sujeitos aparecem na cena pública e são vistos e escutados pelos seus pares<sup>13</sup>. A liberdade é, então, exercida a partir da capacidade de ação - e, logo, de existirem - no espaço público, através de atos políticos. Na pluralidade de seres que aparecem no mundo e na forma como se apresentam diante dele, é interessante para nós pensar na ideia de performatividade presente em Arendt, quando considera que “as coisas vivas aparecem em cena como atores em um palco montado para elas”<sup>14</sup>. Isso porque acreditamos que parte importante da nossa análise sob o ponto de vista da aparência seja observar o modo como esses sujeitos agiram e performaram a sua existência no espaço público.

Pensar no conceito de liberdade defendido por Arendt é importante na medida em que a considera algo indissociável da capacidade de agir no espaço público. Se vamos pensar nas formas como esses sujeitos negros se comportavam e nas restrições impostas a eles, é interessante considerarmos se esses seres eram homens livres em suas ações. Assim, concordamos com o dizer da autora segundo o qual “Os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa.”<sup>15</sup> A liberdade desses sujeitos aconteceria, então, na medida em que fosse possível agir, no momento em que estivessem ocupando o espaço público e, principalmente, sendo vistos e escutados. Também nesse sentido da visibilidade e da aparência que pensamos o visual do corpo negro. Dessa forma, é através da ação no espaço público que a liberdade existe, bem como a política, já que, para Arendt, liberdade e política “coincidem e são relacionadas uma à outra como dois lados da mesma matéria”<sup>16</sup>. Isso porque, em um espaço público politicamente assegurado, pessoas livres podem se inserir através de palavra e feitos. Do contrário, a liberdade não encontra espaço onde seja capaz de aparecer e, ainda que ela habite nos corações humanos em forma de desejo e esperança, ela não é um fato

12 LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*; tradução: Maria Lucia Machado. 10ª reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

13 ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

14 \_\_\_\_\_. *A Condição Humana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

15 ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 5º ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

16 \_\_\_\_\_. *Entre o Passado e o Futuro*. 5º ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

demonstrável<sup>17</sup>. Pensando nisso é que pretendemos analisar o caso dos movimentos negros no Rio de Janeiro, considerando a forma como esses sujeitos negros se colocaram na cena pública, como e se demonstraram capacidade de agir e, além disso, a maneira como puderam ver/ouvir seus pares e serem vistos/escutados por eles. Acreditamos que a capacidade de ação, o ato de ocupar locais de visibilidade e a forma como essa visibilidade acontece, são maneiras encontradas por pessoas negras para resistir à opressão racial. Entendemos que a construção da ideia de inferioridade de pessoas negras se dá ao longo de muito tempo e é, ainda, presente na sociedade brasileira. Assim, acreditamos que parte da resistência negra passa pela valorização do próprio corpo, da cor e pelo resgate da autoestima para se expor, agir, exercer sua liberdade e travar suas lutas por igualdade.

Concordamos com Kabengele Munanga, quando aponta que a aceitação implica em uma visão do negro como qualquer outro ser humano.

Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano “normal”.<sup>18</sup>

Nesse sentido, entendemos como resistência o ato de se opor a um padrão hegemônico na sociedade, que descarte ou inferiorize o que não se aproxima dele, elaborando estratégias para a defesa e valorização de outras práticas e identidades diferentes daquelas hegemônicas.

A discussão sobre os movimentos negros do passado e suas pautas merece um lugar importante em nossa sociedade e na historiografia. Da mesma maneira, é muito atual a reflexão sobre temas como estética, corpo e moda como formas de empoderamento e resistência política dos sujeitos. Nesse sentido, a pesquisa que pretendemos desenvolver tem uma grande relevância, pois aprofunda o debate já existente na sociedade e na historiografia dedicada às questões raciais. Além disso, contribui para o desenvolvimento de movimentos negros contemporâneos, preocupados em construir e analisar cada vez mais a trajetória negra no país.

Entendemos que, dentre as maneiras encontradas para resistir à opressão racial no Brasil, as formas como esses sujeitos se apresentavam e ousavam agir no espaço público soam como manifestações importantes e dignas de estudo. A análise dessas performances na sociedade, do cuidado com o corpo e aparência e das formas com a qual se destacaram na cena pública, são aspectos que consideramos interessantes, inclusive para pensarmos nas formas de resistência de grupos negros hoje existentes. Considerando ainda o trabalho de ressignificação de estigmas carregados pelo corpo negro, nossa análise contribui para uma compreensão de quais são os valores políticos da utilização desses elementos para a resistência e para a afirmação da identidade negra.

Acreditamos que a questão negra, apesar de ter se tornado um tema muito pensado na atualidade, ainda apresenta muitos vazios possíveis de serem pensados pela historiografia. Dessa

17 \_\_\_\_\_, *Entre o Passado e o Futuro*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

18 MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2012.

forma, nossa pesquisa acrescenta ao debate racial brasileiro, dando importância, ainda, a aspectos pouco destacados nas pesquisas existentes. A importância de se atentar para tais aspectos existe, pois concordamos com Frantz Fanon quando pontua que em relações de pessoas brancas e negras existe um padrão, uma hierarquia e um complexo psicoexistencial, que pode ser destruído mediante análises<sup>19</sup>. A relevância acadêmica e social de nossa pesquisa, então, está em promover uma análise do lugar ocupado pelo corpo, pela estética e pela moda na afirmação da identidade negra e na resistência de pessoas negras a essa hierarquia existente.

---

19 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA. Salvador – BA. 2008. 191 p.

# "Sé7ima é o poder": as novas práticas corporais dos torcedores organizados

**Flávia Cristina Soares**

Doutora em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG  
flavia.c.soarez@gmail.com

**Mauro Lúcio Maciel Júnior**

Mestrando em Estudos da Lazer pela Escola de Educação Física,  
Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG  
maurolmj9@hotmail.com

## Resumo

Este trabalho objetiva apresentar narrativas históricas construídas por torcedores organizados de Belo Horizonte, a respeito de mudanças ocorridas no futebol brasileiro com a finalidade de preparar nosso país para sediar a Copa do Mundo de 2014. Seu desenvolvimento é fruto de trabalho realizado entre os anos de 2014 a 2017, quando frequentamos ações filantrópicas, reuniões, treinamentos e festas realizadas por um grupo de jovens da "sé7ima" - área habitada por moradores que possuem um baixo *status* socioeconômico, localizada na região Noroeste da capital mineira. Além disso, circulamos pela cidade com os torcedores organizados nos dias destinados às partidas futebolísticas, assim como nas arquibancadas dos estádios de futebol. Por fim, realizamos 18 entrevistas com os ex-integrantes da torcida organizada. A partir disso, foi possível perceber uma série de estratégias realizadas pelo poder estatal para controlar a violência no futebol e as reações dos torcedores às mudanças executadas. Exemplos disso são a implantação do Juizado Especial Criminal (JECrim), a alteração do Estatuto de Defesa do Torcedor em 2010 e as reformas dos estádios. Em decorrência dessas medidas, pode-se dizer que o grupo de torcedores estudado passou a adotar novas práticas corporais nas arquibancadas, caracterizadas por uma maior preocupação em controlar o comportamento dos torcedores e pela institucionalização de regras no interior do próprio grupo, constituindo uma atuação semelhante à do Estado, a fim de resguardarem a torcida organizada de penalidades por comportamentos inadequados vindo das arquibancadas.

**Palavras-chave:** Torcedores organizados, Estatuto de Defesa do Torcedor, JECrim.

## A alteração do Estatuto de Defesa do Torcedor

Entre os anos de 2014 a 2017, realizamos uma pesquisa de campo – vivenciando o cotidiano dos jovens pertencentes a um subgrupo de uma determinada torcida organizada da capital mineira. Durante esse período, acompanhamos as atividades realizadas pelos integrantes como, por



exemplo, as ações filantrópicas, as reuniões, as festas, a circulação desses jovens pela metrópole e as suas atuações na arquibancada do estádio de futebol. Diante disso, nos chamou atenção, particularmente, o fato desses torcedores organizados se adequarem as exigências determinadas pelo poder estatal para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014. Dentre elas, destacamos a alteração do Estatuto de Defesa do Torcedor – Lei N° 12.299, de 27 de julho de 2010<sup>1</sup>.

A primeira alteração da qual gostaríamos de ressaltar se refere à “relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo”<sup>2</sup>, dado que deve ser publicada na internet pela organização. Com isso, os torcedores organizados envolvidos com as rivalidades constituídas entre os agrupamentos juvenis, de caráter territorial, passam a ser expostos perante os seus inimigos, fato que propicia a vulnerabilidade do jovem ao cumprir a pena estipulada pelo juiz. Neste caso, o jovem morador da “Sé7ima”. Isto é, ele deve se apresentar duas horas antes do jogo na delegacia mais próxima de sua residência, assim como permanecer duas horas após o término da partida. Assim sendo, muitas vezes, é inviável ao torcedor que se envolveu em algum episódio de violência no interior do estádio de futebol cumprir a determinação, já que ele se torna reconhecido pelos pares.

No que se refere ao artigo 4º, esse passa a ser vigorado realçando que “a prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores, inclusive de seus respectivos dirigentes, bem como daqueles que, de qualquer forma, promovem, organizam, coordenam ou participam dos eventos esportivos”<sup>3</sup>. Como a preocupação está voltada para a prevenção de conflitos dentro e no entorno dos estádios, na presente pesquisa foi possível revelar que a dinâmica da violência se modificou na capital mineira, pois os jovens se reorganizaram e passaram a se encontrar em dias de semana e, em outros espaços da cidade, esquivando e fugindo dos “olhares” policiais.

O parágrafo único do artigo 4º dispõe que “a torcida organizada deverá manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações”<sup>4</sup> (nome completo, fotografia, filiação, número do registro civil, número do Cadastro de Pessoa Física / CPF, data de nascimento, estado civil, profissão, endereço completo e escolaridade). Esta foi uma medida adotada pelo Estado para que possa facilitar a identificação dos jovens que se envolvem em atos de violência nos estádios de futebol. O desafio desse parágrafo consiste na própria dinâmica dos grupos juvenis. Isto quer dizer que há uma dinâmica peculiar em relação aos membros: o nascimento de um filho, um encontro amoroso e os compromissos profissionais são

1 BRASIL. Lei N° 12.299, de 27 de julho de 2010. *Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências.* Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm) > Acesso em: 30 jun. 2018.

2 BRASIL. Lei N° 12.299, de 27 de julho de 2010.

3 BRASIL. Lei N° 12.299, de 27 de julho de 2010.

4 BRASIL. Lei N° 12.299, de 27 de julho de 2010.

fatores que podem afastá-los do agrupamento e, mesmo assim, dizer que ainda pertence à torcida organizada. Assim sendo, os documentos que o Estatuto de Defesa do Torcedor prevê para a identificação dos torcedores não estão atualizados, pois a dinâmica interna do grupo consiste no afastamento de alguns, reaproximação de outros, assim como a inserção de novos membros.

De fato, faz-se necessário refletir sobre o cadastro dos jovens envolvidos com as torcidas organizadas, uma vez que estes agrupamentos assumiram papel de destaque em relação às festas nas arquibancadas e nos confrontos físicos. Na medida em que estes embates são, em sua grande maioria, retratados pelos meios de comunicação como responsabilidade deles, acaba recaindo sobre os torcedores organizados uma “presunção da culpabilidade”<sup>5</sup>, observada pelas visões que permeiam o imaginário da sociedade e dos agentes estatais. Sabe-se que os líderes se responsabilizam penalmente pelos comportamentos de membros do grupo como, por exemplo, prisões temporárias com o intuito de forçarem a dizer quem são os verdadeiros responsáveis por situações que eles mesmos desconhecem. Assim, a prisão preventiva se torna uma prerrogativa que se estende ao longo de anos estigmatizando os torcedores organizados e rotulando enquanto “marginais” ou “vagabundos”. Inclusive, Hollanda aponta que “em junho de 2011, trinta e seis representantes de TO’s do Brasil – Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, entre outras – foram constrangidos a assinar medidas como o TAC, o Termo de Ajustamento de Condutas, decreto que acarreta responsabilidade penais infligidas diretamente aos líderes dos grupos”<sup>6</sup>.

Outros estudos destacam a atuação do poder público em relação aos confrontos físicos ocasionados por desentendimentos entre os torcedores organizados. Em 1995, após a batalha campal do Pacaembu, o estado de São Paulo proibiu as torcidas organizadas de adentrarem aos estádios de futebol com camisetas, bandeiras ou qualquer tipo de objeto que identificavam os jovens com os símbolos das torcidas organizadas. Além disso, tanto a Mancha Verde, quanto a Torcida Tricolor Independente do São Paulo foram extintas com a finalidade de puni-las em relação aos confrontos<sup>7</sup>. Porém, como se sabe, estas torcidas organizadas se reestruturaram e voltaram a estar presentes nas arquibancadas, se fazendo reconhecidas a partir de outros nomes. Na capital carioca, uma série de medidas foram adotadas pelo poder estatal. Dentre elas, destaca-se a suspensão de ingressos gratuitos pelo clube às torcidas organizadas, a instalação de um inquérito policial para prisão de jovens envolvidos em confrontos corporais e a punição do clube com a perda do mando de campo, possibilitando um controle sobre o comportamento agressivo no interior e nos arredores dos estádios de futebol<sup>8</sup>.

5 ALVITO, Marcos. A madeira da lei: gerir ou gerar a violência nos estádios brasileiros? In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. e REIS, Heloísa Helena Baldy. *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 50.

6 HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Torcidas, ultras e *hooligans*: paralelos da problemática torcedora no Brasil e na França. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. e REIS, Heloísa Helena Baldy. *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 153.

7 TEIXEIRA, Rosana da Câmara. *Os perigos da paixão: filosofia e prática das Torcidas Jovens Cariocas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 1998.

8 TEIXEIRA, Rosana da Câmara. *Os perigos da paixão: filosofia e prática das Torcidas Jovens Cariocas*.

A partir da promulgação do Estatuto de Defesa do Torcedor, algumas disposições foram estabelecidas nos artigos 13 A como “não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo [...]” e 39 A “a torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo máximo de 3 (três) anos”<sup>9</sup>. Estes artigos preveem possíveis punições aos indivíduos, às torcidas organizadas, bem como aos clubes de futebol. Após essas regras estabelecidas pelo Estatuto de Defesa do Torcedor, qualquer pessoa que lançar materiais em direção ao campo de futebol pode ser apreendida por um subgrupo da torcida organizada e conduzida até os policiais militares para evitar qualquer tipo de penalidade prevista pela legislação em relação ao agrupamento. Isto quer dizer que alguns integrantes passaram a controlar o comportamento do torcedor (organizado ou não) no interior das arquibancadas, utilizando da força física e constringendo as pessoas que estão no local.

Como exemplo de penalidade imposta pelo EDT, no dia 21 de outubro de 2014 houve confrontos entre a Torcida Organizada Galoucura, a Torcida Pavilhão Independente e o Comando Máfia Azul em um clássico de futebol no Mineirão. De acordo com as reportagens, os integrantes dessas torcidas lançaram bombas e quebraram cadeiras. Como a organização do evento não identificou os torcedores responsáveis pelo conflito, o Clube Atlético Mineiro e o Cruzeiro Esporte Clube foram punidos com multa de 50 mil reais e perda de um mando de campo, ou seja, na partida de futebol seguinte, os clubes não possuíam o direito de jogarem em seus estádios. Em relação às torcidas organizadas, a Galoucura, a Máfia Azul e a Pavilhão foram proibidas de entrar nos estádios com qualquer pertence que os identificassem com o grupo. No entanto, verificamos que um subgrupo da torcida organizada se adaptaram à essa determinação, confeccionando camisetas estampando na frente um símbolo que não faz alusão à torcida organizada, mas que passam a se tornar reconhecidos tanto no interior do grupo quanto em relação aos seus rivais.

Vale destacar que a proibição das camisetas, bandeiras e outros objetos no interior das arquibancadas como punição às torcidas organizadas que se envolvem em confrontos dificulta a identificação dos torcedores organizados pelos agentes de segurança pública, conforme observado por Monteiro<sup>10</sup>. Além disso, o autor ressalta que a extinção das torcidas organizadas dificulta a negociação entre o poder estatal e tais grupos em relação à pacificação dos conflitos. Assim, “o melhor caminho para diminuir a violência entre essas torcidas é contar com a sua existência legal e buscar interlocutores capazes de viabilizar um convívio, se não de todo pacífico, pelo menos isento de confrontação física”<sup>11</sup>.

9 BRASIL. Lei Nº 12.299, de 27 de julho de 2010.

10 MONTEIRO, Rodrigo Araújo. *Torcer, lutar, ao inimigo massacrar Raça Rubro-Negra! uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

11 MONTEIRO, Rodrigo Araújo. *Torcer, lutar, ao inimigo massacrar Raça Rubro-Negra! uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência*. p. 112

Para tanto, uma das principais críticas em relação ao EDT foi apresentada por Toledo<sup>12</sup>. Para além das medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência, primordialmente, nos estádios de futebol, esta lei procurou responder ao futebol enquanto mercado, transformando o torcedor em mero consumidor. Destaca-se, inclusive, que o aumento expressivo do preço dos ingressos rechaçou a cultura brasileira engendrada em torno dos estádios de futebol que recebiam os mais diferentes estratos sociais em setores distintos, excluindo as classes populares e, por conseguinte, dificultando a presença dos torcedores organizados nas arquibancadas de Belo Horizonte.

### **A reforma do Mineirão e a implantação do JECrim no interior do estádio**

A reforma dos estádios - uma outra medida adotada pelo poder estatal para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014 - possuía como propósito a garantia do conforto e da segurança dos mais diversos turistas e torcedores presentes no Brasil. Entre os anos de 2010 à 2013, o Mineirão foi fechado aos espectadores para a reestruturação do local. Antes da realização da reforma, o estádio era dividido em setores conhecidos por “geral”, “arquibancada” e “cadeiras”. Esses setores garantiam a presença dos mais diferentes estratos sociais nas tribunas, uma vez que a “geral” possuía ingressos a preços populares e, as “cadeiras”, a preços mais caros. Após a reforma, ocorreu a numeração das cadeiras, a extinção dos setores populares e, conseqüentemente, o aumento do preço dos ingressos.

No que se refere a Belo Horizonte, essa situação pode ser verificada a partir da escolha da cidade para receber as partidas de futebol no Mundial de 2014. Instituída essa decisão, o Governo de Minas Gerais estabeleceu uma parceria público-privada com a Minas Arena, o que proporcionou a contratação de uma empresa chamada Prosegur para realizar a segurança privada nas arquibancadas. A partir desse momento, o efetivo de policiais militares no interior dos estádios diminuiu consideravelmente, uma tendência verificada nos demais estádios construídos e reformados para receber os jogos da Copa do Mundo no país.

A segurança, observando as novas regras, será e deverá ser coordenada pelo ente privado, sendo que o ente público se incumbirá de controlar todo o entorno do estádio e as facilidades de acesso dos espectadores, numa clara demonstração de que a segurança pública é integrada com a segurança particular. Os *stewards*, colocados nesta posição de ajudantes do espetáculo, são a melhor forma do século XXI se efetivar em terras brasileiras<sup>13</sup>.

No trecho acima, retirado do texto “Grandes eventos, uma perspectiva sobre a segurança pública e as novas arenas”, Camilo D’ornellas afirma que um novo modelo de segurança passou

12 TOLEDO, Luiz Henrique de. Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. In: TOLEDO, Luiz Henrique de., MALAIA, João., HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de., MELO, Victor de Andrade. (orgs.). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

13 D’ORNELLAS, Camilo. Grandes eventos, uma perspectiva sobre a segurança e as novas arenas. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. e REIS, Heloísa Helena Baldy. *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 168-169.

a ser adotado pelos gestores dos estádios calcado em modelos internacionais como o *Safety* e o *Security*. O *safety* se refere ao “elemento de prevenção e as medidas subjetivas de prevenção” como, por exemplo, os planos de emergência e o *security* diz respeito aos “planos de gestão”<sup>14</sup>. Apesar de D’ornellas salientar que a presença dos *stewards* – indivíduos considerados como assistentes dos torcedores e contratados pela segurança privada – é uma experiência exitosa, não foi possível observar qualquer interferência deles nas arquibancadas em relação aos torcedores organizados. Possíveis casos de mau comportamento do torcedor são solucionados com a presença dos policiais militares, uma vez que eles possuem um maior controle sobre as torcidas. Este padrão internacional adotado no Brasil como um arranjo para garantir a segurança do torcedor e do turista na Copa do Mundo foi modificado de acordo com as particularidades de cada estádio, jogo ou cidade.

Assim sendo, os operadores do estado dividiram o estádio em dois espaços: o clube mandante ocupa a maior parte das cadeiras (57.600) e o clube visitante uma pequena parcela (6.400). Esta decisão tem acirrado as rivalidades entre as torcidas organizadas de Minas Gerais. Com o objetivo de diminuir a violência dentro e no entorno dos estádios de futebol, a segurança pública acreditava que teria certa facilidade em administrar os conflitos entre os torcedores organizados rivais. No entanto, a torcida visitante se torna vulnerável em função da quantidade inferior de pessoas. Uma vez que a grande maioria dos policiais se concentra dentro e no entorno dos estádios em dias de jogos decisivos na capital mineira, outros espaços públicos ficam desprotegidos em relação à segurança. Esta situação promove o encontro dos jovens pertencentes às torcidas organizadas rivais nos mais diversos espaços da cidade, distante da mídia e dos policiais militares.

As estratégias para erradicar a violência dentro e no entorno dos estádios têm sido contestadas, uma vez que a própria segurança pública possui dificuldade em lidar com as incertezas do comportamento da massa de torcedores e a sua imprevisibilidade. Por exemplo, uma série de grades é posicionada para que os torcedores sigam em filas padronizadas até a sua entrada ao estádio. A aglomeração dessas pessoas próximas ao acesso acarreta o deslocamento das grades e, em algumas ocasiões, o desabamento das mesmas, ferindo alguns torcedores. Cabe destacar que essas estratégias adotadas pela segurança pública tem sido discutidas pelos responsáveis para diminuir os episódios de confrontos entre os torcedores.

A análise do subgrupo estudado tem mostrado que as intervenções do poder estatal para controlar a violência dentro e no entorno do Mineirão é passível de adaptação por parte dos integrantes para se manterem atuantes na cidade de Belo Horizonte. O lucro arrecadado pelos clubes de futebol em função do aumento do preço dos ingressos e a privação da presença de pessoas das camadas populares dificultou o comparecimento dos jovens pertencentes à “Sé7ima” nas arquibancadas. Porém, eles possuem a obrigatoriedade de se juntar ao grupo e irem até os estádios para se protegerem de possíveis encontros com os rivais. Assim sendo, alguns membros dos Tatus07 que não possuem os recursos financeiros suficiente para adquirir os ingressos ficam aguardando

14 D’ORNELLAS, Camilo. Grandes eventos, uma perspectiva sobre a segurança e as novas arenas. p. 165.



pelos demais jovens ao lado de fora do estádio, fato que promove o encontro entre os torcedores organizados rivais nesses espaços, ocasionando episódios de violência.

Com a circulação da torcida organizada adversária nos arredores dos estádios de futebol, os embates físicos como a única possibilidade de estabelecer relações entre os rivais acaba por marcar a partida futebolística através dos conflitos entre torcedores organizados transmitidas pelas emissoras televisivas com os atributos de “selvagens”, “bárbaros” ou “baderneiros”, possibilitando o processo de estigmatização dos jovens pertencentes a esses agrupamentos e, posteriormente, facilitando o processo de internalização desses atributos como identidade.

Marcos Alvito<sup>15</sup>, em seus estudos, ressalta que os estádios brasileiros não possuem segurança, muito pelo contrário, o que se observa é a presença de policiais, funcionando a partir da “lógica da guerra”. Em sua pesquisa com o Grupamento Especial de Policiamento em Estádios na capital carioca – GEPE – um dos policiais salientou que “o problema estaria nos jovens de 15 a 17 anos que ‘se acham’ e querem bater nos outros, mas que eles do GEPE dão uma *porrada* neles e eles se acalmam”<sup>16</sup>. Com isso, um ponto que parece elucidatório é a presença da violência como mecanismo para a resolução de conflitos e o estabelecimento de relações sociais, com especial atenção para determinados subgrupos de jovens pertencentes às torcidas organizadas da capital mineira e alguns segmentos da polícia militar. Sendo assim, a criminalização, a estigmatização e a rotulação dos torcedores organizados enquanto “marginais” ou “vagabundos” serve para legitimar que os indivíduos com baixo *status* socioeconômico são os responsáveis pela violência no interior ou no entorno dos estádios, observado através do tratamento diferenciado dos operadores da segurança pública em relação aos mesmos comportamentos de indivíduos que ocupam espaços distintos nas arquibancadas.

Ao que parece, a instabilidade econômica e política no país, denominada pelos estudiosos de crise de legitimidade do Estado, propicia a construção de quem são os “vagabundos” que provocam a violência no futebol. Com isso, a polícia militar segue a lógica de distribuir “porradas” aos torcedores organizados e eles acabam por rivalizar com a própria polícia. Nesse sentido, uma das consequências mais nefastas da violência no futebol pode ser vista através da disputa de poder entre os torcedores organizados e os policiais. Assim sendo, a violência provocada por esses agrupamentos parece seguir a lógica da construção de masculinidades através do uso da força física como atributo de poder, resolvendo as suas divergências com pancadarias. Machado da Silva<sup>17</sup> desenvolveu o conceito de “sociabilidade violenta” para descrever o uso da força física nas relações constituídas socialmente como forma de atingir aos interesses individuais ou grupais, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras. Nesse sentido, o tratamento dado pela polícia aos torcedores organizados segue a mesma lógica dos membros do subgrupo: a visibilidade através do uso da força física como atributo de poder.

15 ALVITO, Marcos. A madeira da lei: gerir ou gerar a violência nos estádios brasileiros?. p. 43

16 ALVITO, Marcos. A madeira da lei: gerir ou gerar a violência nos estádios brasileiros?. p. 47.

17 MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, nº 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.



Uma outra medida adotada pelo poder estatal foi a implantação do Juizado Especial Criminal, conhecido por JECrim, no interior dos estádios de futebol, que veio a ocorrer após a implantação do Estatuto de Defesa do Torcedor. Sobre esse juizado, cabe ressaltar que sua criação veio na esteira do aumento exponencial da criminalidade, sobretudo, dos crimes de menor potencial ofensivo a partir da década de 1990. A Lei Nº 9.099<sup>18</sup> regulamentou o JECrim como uma “alternativa de controle mais eficaz e menos onerosa”<sup>19</sup>. Enquanto os JECrim’s atuam na resolução de crimes de menor potencial ofensivo, isto é, crimes ou contravenções cuja pena máxima é inferior a dois anos, as varas criminais se dedicam a solucionar os crimes de maior potencial ofensivo. Assim, o processo instaurado no JECrim é “orientado pelos princípios e critérios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade”, visto que não é necessário abrir um inquérito policial, apenas realizar um termo circunstanciado de ocorrência (TCO) pela polícia militar que “contém o boletim de ocorrência policial, com o nome do(s) envolvido(s) e o termo de remessa para o juiz do JECrim competente”<sup>20</sup>.

A promulgação do Estatuto de Defesa do Torcedor não citou a implantação do JECrim nos estádios de futebol, mas provocou a implementação dos Juizados Especiais Criminais nestas localidades, com os objetivos de proporcionar segurança aos torcedores e diminuir a sensação de impunidade em relação aos indivíduos envolvidos com as agressões físicas, venda de ingressos (cambistas) e guardadores de automóveis (flanelinhas). A partir de sua implementação nessas localidades, caso algum indivíduo se envolva em atos ilícitos nos arredores do estádio, a polícia militar o prende e conduz até o JECrim. Em 2003, o primeiro Juizado Especial Criminal dentro dos estádios de futebol foi implantado no Mineirão, improvisando algumas salas no local para julgar os torcedores envolvidos com os atos ilícitos. Posteriormente, outros dos principais estádios brasileiros também adotaram essa experiência, contando com a presença de juízes, promotores e defensores públicos para julgarem as contravenções no mesmo dia do fato. Em Belo Horizonte, no Mineirão, a reestruturação do estádio de futebol culminou em uma instauração do complexo de Defesa Social e Justiça Criminal, destacando a capital mineira como a pioneira na implantação deste sistema.

Um episódio ocorrido no dia 25 de outubro de 2014, envolvendo um dos membros dos membros da torcida organizada, ilustra a atuação do JECrim no Mineirão: o jovem foi detido sob a suspeita de vender sete ingressos nas proximidades do estádio por preço superior ao previsto na bilheteria. Como o artigo 41 do Estatuto de Defesa do Torcedor prevê como crime o fornecimento

18 BRASIL. Lei Nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm) > Acesso em: 30 jun. 2018.

19 AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelle. Juizados Especiais Criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.16, nº47, p.97-110, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7722.pdf>> Acesso em: 29 set. 2015.

20 LAGEMANN, Frederico. *Análise do sentimento de segurança dos torcedores no estádio de futebol: um estudo a partir da instituição do JECrim no estádio Olímpico Monumental*. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. p. 42. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28464> > Acesso em: 25 abr. 2016.

ou a facilitação da distribuição dos ingressos para a venda por preço superior ao estampado no bilhete, este torcedor foi encaminhado por policiais militares ao complexo de Defesa Social e Justiça Criminal dentro do Mineirão para o julgamento. Porém, como ele tinha provas que confirmavam a sua versão dos fatos, a defesa orientou a não aceitar os benefícios da Lei 9.099/95, encaminhando “os autos para distribuição nos Juizados Criminais”. É interessante notar que a sentença só foi transitada em julgado no dia 13 de maio de 2015. As testemunhas de acusação eram policiais militares que, nem sequer, lembravam do acontecimento, dado que foram intimados a relatar o episódio após 6 meses do fato ocorrido.

Ao observar o funcionamento dos JECrim's nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Reis<sup>21</sup> constata que até o ano de 2010, a única publicação em relação aos torcedores impedidos de entrar nos estádios foi realizada no primeiro semestre de 2008 pela CBF – Confederação Brasileira de Futebol. Através das entrevistas feitas com o promotor e a delegada de plantão, eles ressaltaram que “não tem existido, de fato, um controle para eventual impedimento da entrada dos indivíduos já punidos nos estádios paulistas, o que demonstra a necessidade de um trabalho mais articulado entre todos os agentes envolvidos na organização do espetáculo esportivo e na sua segurança”<sup>22</sup>. No caso de Belo Horizonte, observou-se uma junção entre os agentes militares e o JECrim. Cabe destacar que ao longo da realização dessa pesquisa, mesmo que os jovens pertencentes à torcida organizada demonstrem através dos corpos musculosos a disposição para confrontar fisicamente, houve apenas um episódio de violência observado nos dias destinados aos clássicos de futebol no interior dos estádios. Esta situação pode ser explicada pelo fato desses torcedores terem passado a combater fisicamente em outros espaços da metrópole, longe dos “olhares” dos policiais e da grande mídia.

Inclusive, uma série realizada pela ESPN<sup>23</sup> mostra como os policiais militares se preparam para a atuação nos clássicos, porém os próprios agentes policiais ressaltam a mudança de concepção em relação a violência no futebol, uma vez que foi constatado o uso indiscriminado de drogas nos camarotes e o aumento de registros de ocorrência de crimes nesse setor específico. Cabe ressaltar que esse contexto social, vivenciado pelos policiais militares após a escolha do país para sediar a Copa do Mundo ainda não foi objeto de estudo pelos pesquisadores, faltando, portanto, informações necessárias seja para confirmar ou para negar a tese de que a violência nos estádios de futebol é uma decorrência da presença de torcidas organizadas.

21 REIS, Heloísa Helena Baldy dos. O espetáculo futebolístico e o Estatuto de Defesa do Torcedor. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*. Campinas, vol. 31, nº. 3, p. 111-130, mai. 2010. p. 116.

22 REIS, Heloísa Helena Baldy dos. O espetáculo futebolístico e o Estatuto de Defesa do Torcedor. p. 124.

23 Nessa série, policiais militares e jornalistas ressaltaram a mudança ocasionada no perfil do torcedor. Disponível em: <[http://www.espn.com.br/futebol/artigo/\\_/id/3875156/em-estado-de-choque-com-gustavo-hofman-a-nova-serie-dos-canais-espn-e-do-watchespn](http://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/3875156/em-estado-de-choque-com-gustavo-hofman-a-nova-serie-dos-canais-espn-e-do-watchespn)> Acesso em: 16 abr. 2018.

# Educação, nacionalismo e valores republicanos: a política educacional do Estado Novo ensinada nos livros didáticos

Leandro Gonçalves de Rezende

Mestre em História Social da Cultura – UFMG

leandro9rezende@yahoo.com.br

## Resumo

Na primeira metade do século XX, tanto na Europa quanto nas Américas, uma onda nacionalista, que já havia sido gestada século anterior, influenciou a formação de diversos governos. Em geral governos conservadores e ufanistas. Logo, tais governos souberam manipular muito bem a propaganda política, com forte carga patriótica, usando inclusive dos sistemas escolares como meio e instrumento de civilização dos cidadãos, numa transformação progressiva da sociedade rumo à modernidade. No caso brasileiro, a partir de 1930, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, presenciaremos uma linha de ação muito diversa da política oligárquica anterior. Principalmente no período compreendido entre os anos de 1937 e 1945, ou seja, no período autoritário do Estado Novo, no qual o governo, aliando-se às ideias populistas, buscou utilizar diversas estratégias para a construção e veiculação de uma cultura política de cunho nacionalista. Para tanto, o governo investiu fortemente em propagandas políticas, reforçando o patriotismo e centralizando o poder. Nesse sentido, os esforços pautaram-se também na dimensão da escolarização, legitimando forças políticas que viam na educação o meio de difundir o ideário nacional, que intencionava produzir um homem civilizado, trabalhador e agente criador da nova pátria. Tal processo foi tão intenso que consolidou formas de pensar e agir nos padrões escolares, criando e articulando símbolos nacionais e tradições que permaneceram ao longo do tempo. Percebemos que o governo de Vargas e as ações do Estado, a ele articuladas, orientaram um ensino de História, que formou uma memória nacional, construindo uma identidade cultural, bem como formando moral e civicamente a nação. O “arsenal pedagógico” para essa mobilização contou com diversas propagandas políticas, manuais e livros didáticos; cartilhas de Moral e Cívica; heróis nacionais e festas cívicas. Tudo foi bem engendrado que permaneceu na tradição nacional, perpetuando visões de mundo e concepções de história, que, até hoje, vinculam Getúlio Vargas ao panteão dos grandes heróis da pátria. Nesta oportunidade, analisaremos como o Estado Novo foi ensinado nos livros didáticos atuais, a partir de dois livros com orientações pedagógicas distintas, a saber: o livro *Nova História Crítica*, de Mário Schmidt e o livro *História Global – Brasil e Geral* de Gilberto Cotrim.

**Palavras-chave:** Estado Novo, educação, nacionalismo, ensino de história, livros didáticos.

### Educação, nacionalismo e valores republicanos.

Na primeira metade do século XX, tanto na Europa quanto nas Américas, uma onda nacionalista, que já havia sido gestada no século anterior, influenciou a formação de diversos governos.<sup>1</sup> Em geral governos conservadores, ufanistas e arraigados à ideia do positivismo, ou seja, de um governo dentro da concepção de ordem e progresso. Na mesma linha, tais governos souberam manipular muito bem a propaganda política, com forte carga patriótica, usando inclusive dos sistemas escolares como meios e instrumentos de civilização dos cidadãos, numa transformação progressiva da sociedade rumo à modernidade. Tal processo foi tão intenso que consolidou formas de pensar e agir nos padrões escolares, criando e articulando símbolos nacionais e tradições que permaneceram ao longo do tempo.

Corroboramos a ideia de que símbolos e tradições podem ser usados na construção de um imaginário coletivo, na legitimação, conservação ou fundação de uma realidade, ou regime político, bem como no modelar de sentimentos e ideologias junto a uma população, ou seja, na própria “formação das almas”, como bem destacou o título da obra de José Murilo de Carvalho.<sup>2</sup> E, neste sentido, desde os primeiros anos da República do Brasil, mas principalmente no Governo Vargas, os diversos símbolos que evocavam o patriotismo, o nacionalismo e as virtudes republicanas foram largamente utilizados para amalgamar a população em torno do ideal republicano e na edificação de uma identidade coletiva, dando suporte e justificando o novo regime na medida em a população se identificasse com esse simbolismo. Almas, corações e mentes controlados e unidos em torno de um imaginário comum e significativa conteriam os “corpos rebeldes” contrários ou ao novo regime republicano ou a alguma de suas facetas, que foram modeladas ao longo do tempo. Da mesma forma, lançava-se uma semente modernizadora, capaz de transformar a sociedade, instaurando uma nova ordem. Por meio da educação e da utilização de uma pedagogia moderna se poderia atingir e modelar tanto o pensamento político e ideológico quanto o coração, isto é, as aspirações, medos e esperanças de um povo.

Vale a pena salientar que, em momentos de mudança política e social, a manipulação do imaginário da comunidade é particularmente importante e útil uma vez que ela pode redefinir a identidade coletiva e a sua organização. É, através desse imaginário, que a sociedade organiza e estrutura sua identidade, seus objetivos, inimigos, o seu passado, presente e futuro.<sup>3</sup> Nestes jogos de poderes<sup>4</sup>, pode-se, através da propaganda política e da escolarização, manipular os valores sociais e os conceitos políticos para formar uma nova sociedade e um novo homem. Muitas referências simbólicas se transformam em “arma cultural”, legitimando discursos, práticas e ideologias de grupos socialmente autorizados, em geral, o governo ou os intelectuais ligados ao regime.

1 Cf. HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

2 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

3 Cf. ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

4 Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Todavia, os meios, métodos e símbolos, usados para alcançar o consentimento popular são variados e dependentes de acordo com o grupo político ao qual são vinculados. Narrativas fundacionais, mito de origem, personagens heroicos, símbolos unificadores, alegorias, ícones nacionais e elementos presentes na tradição nacional, tudo é válido para se organizar e concretizar o imaginário nacional, justificando, assim, a farta carga simbólica da propaganda política, dos monumentos públicos, das obras de arte, dos símbolos cívicos, dos mitos políticos e alegorias, do mito do herói nacional, tal qual a imagem de Tiradentes como totem cívico. “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva”<sup>5</sup> e a figura histórica de Tiradentes representava bem esta ideia, sendo usada com símbolo por diversos e antagônicos grupos sociais, pois a sua imagem era identificada e (re)significada, de modo a evocar sentimentos, aspirações, valores e ideais. Tiradentes tinha “a cara da nação” e correspondia às necessidades e aspirações coletivas, sendo assim socialmente valorizado. Ele englobava várias ambiguidades, que misturavam religião e política, rebeldia e submissão, coragem e martírio, dando-lhe amplo espaço de aceitação. Não é atoa que a figura de Tiradentes foi imortalizada em obras artísticas extremamente nacionalistas, e, na propaganda pedagógica de muitos manuais escolares, que o entronizava como herói e mártir da luta republicana, a partir do seu sacrifício patriótico.

Neste complexo processo de construção do imaginário nacional, percebemos inúmeras lutas políticas e jogos de interesses. Tomemos, por exemplo, a construção do imaginário republicano analisado na obra *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, de José Murilo de Carvalho. No livro, o autor aborda o dinâmico embate entre os intelectuais republicanos na construção e consolidação desse imaginário, com os seus respectivos símbolos, principalmente entre os setores mais amplos da população, uma vez que houve uma reduzida participação popular, sobretudo no do Rio de Janeiro, palco da proclamação, onde o povo, no dizeres de Aristides da Silveira Lobo, assistiu os acontecimentos do dia 15 de novembro “bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”.<sup>6</sup> “A falta de envolvimento real do povo na implantação do novo regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica”.<sup>7</sup> Então o simbolismo republicano seria uma maneira de tornar a República mais popular e legítima, depois de proclamada. Era preciso “vender” a ideia de República, pois a implantação de um regime político tem no consentimento popular uma condição fundamental para a sua sobrevivência. Sem falar que era particularmente incômodo, na realidade intolerável e desmoralizante formar uma República sem a participação popular.

José Murilo analisa como as diversas correntes (liberais, ao estilo da República Americana, jacobinos à francesa e positivistas) combateram-se intensamente, batalhas ideológicas e políticas, nos anos iniciais da República, por um sistema de governo de acordo com suas justificativas ideológicas e políticas, já que não se tinha um modelo, nem uma imagem única, fixa e certa de república

5 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, p. 87.

6 LOBO, Aristides. Cartas do Rio. *Diário Popular*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889. Citado por HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 176.

7 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, p.55.

para ser seguida ou criada. Assim, encontraremos influências da Revolução Francesa, principalmente na inspiração para confecção do imaginário (*Marianne*, *Marselhesa*, o barrete frígio, etc); da democracia clássica, com a utopia da participação direta de todos os cidadãos; do liberalismo, com a utopia de uma sociedade composta por indivíduos autônomos e pela mão invisível do mercado; e dos positivistas, para os quais a república era “vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada”<sup>8</sup>, baseada na tríade “família, pátria e humanidade”.

Da mesma forma, rompendo com as oligarquias hegemônicas da República Velha, a Revolução de 1930 também causou importantes transformações na organização do estado, na estrutura econômica e nos jogos de poder, político e simbólico. De fato, a partir de Getúlio Vargas houve mudanças significativas na sociedade: a autoridade do Estado foi ampliada, o governo passou a interferir na economia, diversificando a produção, especialmente a industrial; a urbanização das cidades e o investimento em leis trabalhistas, que visavam o crescente apoio das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a propaganda política enfatizava as transformações, que, no rumo da modernidade, conduziram o processo civilizatório no Brasil. A propaganda, em suas diversas manifestações, é, sem dúvida, um grande instrumento de legitimação de poderes, articulando políticas culturais na criação de um imaginário coletivo e na própria formulação de identidades. Nesse sentido, o ensino de História tem papel fundamental, cumprindo não apenas um papel educativo, mas sim, articulando um caráter formador dos indivíduos. Os manuais didáticos desse período enfatizam uma boa formação cívica e moral para a população, reforçando sentimentos patrióticos. “Civismo e moral estabeleciam o laço entre política e religião, visível também no discurso político do período”<sup>9</sup>. A dissertação de mestrado de Verônica Costa corrobora a importância das ideias nacionalistas, morais e cívicas na educação estado-novista Segundo a autora:

no período compreendido entre 1937 e 1945, o Estado Novo utilizou diversos elementos culturais como estratégia de socialização da cultura política nacionalista. Embora o esforço de difusão e legitimação desse ideário tenha se manifestado em diferentes dimensões da vida social, foi relevante o papel atribuído à educação, sobretudo a escolarizada, como instrumento privilegiado para conformar as novas gerações, moral e civicamente.<sup>10</sup>

Assim, nas reformas educacionais das décadas de 1930 e 1940 o ensino de história pautou-se na formação de uma unidade nacional e nas grandes biografias dos heróis da pátria, ou seja, os principais nomes do passado nacional. Nesse momento, há unificação de conteúdos e de metodologias, privilegiando a centralização normativa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde na formação moral e patriótica, bem como na educação conectada com a realidade social,

8 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, p.9.

9 FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.75.

10 COSTA, Verônica Albano Viana. *Entre Imagens e Palavras: Educação e Nacionalismo no Estado Novo (1937- 1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009, p.7.



que almejava uma preparação para a ação, principalmente o mundo do trabalho. Nesse aspecto, os “programas curriculares e orientações metodológicas pautavam-se, assim, pela ideia da construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formariam na população o espírito do patriotismo e da participação consciente”.<sup>11</sup>

### O Estado Novo ensinado nos livros didáticos.

Para o presente artigo analisaremos a organização pedagógica usada em dois livros didáticos que foram adotados pela Escola Estadual Fernando Otávio, localizada em Pará de Minas, no interior de Minas Gerais. Em 2004, a escola usou a coleção *Nova História Crítica*, de autora de Mário Schmidt.<sup>12</sup> Pelos dados apurados na escola, entre 2004 e 2007, os professores de História ainda adotavam o livro em questão para o Ensino Fundamental. Acreditamos que 2007 foi o último ano que o livro foi adotado, pois a partir de 2008 o livro foi suspenso do Programa Nacional do Livro Didático. Em reportagem publicada no jornal *O Globo*, em 19/09/2007, criticava-se o livro de Schmidt e apontava-se falhas graves de conteúdo, bem como falhas pedagógicas pois a

obra se propõe a mostrar a história sob a “ótica dos vencidos”, mas tropeça no “maniqueísmo” e na visão “simplificada dos processos e contradições sociais”. A anunciada perspectiva “crítica” associa-se mais à utilização de uma linguagem marcada pela excessiva informalidade do que pela formação de um aluno capaz de pensar e compreender o procedimento histórico.<sup>13</sup>

A edição publicada em 2007,<sup>14</sup> no capítulo 9, intitulado “A Era do Populismo”, apresenta o contexto brasileiro da Era Vargas. O capítulo inicia-se com um resumo básico, numa página significativa, no qual há a imagem de uma manifestação cívica em apoio ao presidente. Trata-se de um desfile cívico, no qual elegantes e comportadas estudantes, uniformizadas, carregam a bandeira nacional. À frente, um grupo de três homens, uniformizados como operários, carregam um estandarte com a foto de Vargas. Tais desfiles eram uma exteriorização da vida escolar, demarcando, sobremaneira, a celebração do patriotismo.

A seguir, o autor analisa a subida de Vargas, numa abordagem nitidamente marxista, privilegiando aspectos econômicos e políticos. Para Schmidt, a Crise de 29, associada ao desgaste político da Política Café com Leite, levou as elites de Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul a articularem uma “revolução”<sup>15</sup>, no sentido de manterem seus privilégios. Dessa forma, Vargas tomou uma série de medidas, algumas das quais nada democráticas. Segundo o livro: “Getúlio Vargas queria que o país

11 FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & ensino de história*, p.54.

12 O livro não apresenta quem é o autor nem descreve sua formação. Sendo, portanto, ignorado esses dados.

13 O GLOBO. Livro didático reprovado pelo MEC continua sendo usado em salas de aula do Brasil. *O Globo*, 19/09/2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/livro-didatico-reprovado-pelo-mec-continua-sendo-usado-em-salas-de-aula-do-brasil-4153370>Cf. Acesso em: 02/05/2018.

14 SCHMIDT, Mário Furley. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2007, p. 140-155.

15 O autor questiona se realmente foi uma revolução, pois não houve mudanças na organização do Estado, afinal os latifundiários continuaram sendo a classe social mais poderosa.

inteiro acreditasse que o Brasil estava entrando numa nova etapa da história, na qual as oligarquias foram derrotadas e foi construído um Estado nacional capaz de promover a união entre todas as classes sociais e todas as regiões do país”.<sup>16</sup> No entanto, a forma como se deu essa construção não é bem trabalhada no livro, que, em síntese, analisa somente os fatos políticos.

A resposta à Revolução de 30 e ao governo provisório de Vargas foi a Revolução Constitucionalista de São Paulo, ocorrida em 1932. O autor é enfático nas disputas de poder. Vitorioso, o governo Vargas promoveu a Constituição de 1934, já incorporando algumas leis trabalhistas. Também enfoca-se as tendências de direita adotadas pelo governo, inclusive após a Intentona Comunista de 35, perseguindo os comunistas, nesse caso encarnados nas figuras de Luís Carlos Prestes e Olga Benário, afirmando ser esse um “idealismo marcado pelo amor e pela tragédia”.<sup>17</sup>

Em 1937, “um golpe antidemocrático” cancelou as eleições e impôs uma nova constituição, apelidada de Polaca. A ditadura do Estado Novo ampliou os poderes do Governo Central, inexistindo os partidos políticos e o Congresso Nacional. A imprensa por sua vez foi totalmente censurada. O estado passou a interferir na economia, buscando sua industrialização, criando empresas estatais e investindo na indústria de base e na infraestrutura. Sua visão de economia era nacionalista, protegendo o mercado brasileiro da concorrência. Por fim, o autor analisa o Governo Vargas como um governo populista, que apoiava os trabalhadores assalariados, criando direitos, mas reprimindo qualquer tentativa de greve, ou articulação socialista.

Percebemos que o livro de Mário Schmidt segue muito uma história de tendência marxista, na qual a luta de classes ganha bastante destaque. Assim, no que diz respeito à política de propaganda e a política educacional que foi desenvolvida pelo estadista, o livro dá pistas em um único parágrafo:

O Estado Novo se valia do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), um órgão que fazia a censura e a publicidade política. Nenhum jornal anunciava um fato desfavorável ao governo, por uma razão muito simples: era proibido. Qualquer jornal ou noticiário de rádio só trazia uma informação: “Como o Brasil está ficando maravilhoso graças ao grande presidente Vargas”. E assim, desde crianças na escola, a propaganda política tentava convencer os brasileiros de que Getúlio era o “pai dos pobres”.<sup>18</sup>

Pelo trecho acima, percebemos que o livro em questão usa uma linguagem despretensiosa, informal e até mesmo debochada em alguns casos para aproximar questões da História à realidade cotidiana dos alunos. O mote do autor é abordado do ponto de vista ideológico, no autoritarismo, sem ponderar na construção simbólica e na apropriação, que, de fato, aconteceram do ideário nacionalista proposto no período do Estado Novo. Todavia, o livro *Nova História Crítica* apresenta um grande diferencial: é ricamente ilustrado. Nos créditos das ilustrações, página 331, percebemos que o livro usa charges e fotografias da época, vinculadas, principalmente, em revistas importantes

16 SCHMIDT, Mário Furley. *Nova História Crítica*, p.142.

17 SCHMIDT, Mário Furley. *Nova História Crítica*, p.145.

18 SCHMIDT, Mário Furley. *Nova História Crítica*, p.151.

como *O Cruzeiro e Revista da Semana*. Na página 149, há uma ilustração de Getúlio Vargas sendo amável com crianças felizes e bem uniformizadas. O menino, inclusive, carrega uma bandeira do Brasil. A imagem apresenta a seguinte legenda: “Propaganda elaborada pelo DIP mostra ‘o amor de Vargas pelas crianças’. O governo Getúlio procurou reformular a educação para formar mão-de-obra especializada e disciplinada”.<sup>19</sup>

Dessa forma, concluímos que o livro *Nova História Crítica* pouco aborda o Estado Novo do ponto de vista da política educacional e cultural e, quando o faz, reitera a formação de classes e a luta entre elas. A gênese de trabalhadores “especializados e disciplinados”, com certeza, perpassava pela educação nacionalista, moral e cívica que foi articulada e construída na sociedade de então.

Já o livro *História Global – Brasil e Geral*<sup>20</sup> – de Gilberto Cotrim,<sup>21</sup> foi usada pelos professores de História da Escola Estadual Fernando Otávio, no Ensino Médio, desde o ano de 2007. O livro é um volume único, que apresenta uma visão global da história ocidental, incluindo nesse caso a História do Brasil. Em tese, o livro busca “abranger os processos históricos das sociedades, analisando aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais e incorporando, tanto quanto possível, as contribuições mais recentes da historiografia e do ensino de História”.<sup>22</sup> No entanto, trata-se de uma história tradicional, criada ainda nas mudanças curriculares dos anos 1980. Naquela década, os autores da linha tradicional promoveram adequações em suas obras. Segundo Thais Nivia de Lima e Fonseca, tais livros “passaram a ter uma linguagem mais materialista, um enfoque que acentuava os fatores econômicos, sem, no entanto, abandonar suas inspirações historiográficas tradicionais e suas metodologias baseadas em resumos, questionários, sinopses cronológicas, etc”.<sup>23</sup>

Com efeito, trata-se de um livro didático audacioso, que visa analisar historicamente das origens humana até os dias atuais, perpassando pela velha divisão de tempo: História Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Assim, no capítulo 50, intitulado “A Era Vargas”, mostra, de forma sinóptica, como se deu seu governo, destacando o nacionalismo, o populismo, a estatização econômica, o autoritarismo e o paternalismo político. Novamente, o texto inicia-se com a Crise de 29 e a “agonia da Primeira República”: “o enfraquecimento econômico dos cafeicultores contribuiu para desestruturar as bases políticas que [a] sustentavam”.<sup>24</sup> O texto é mais denso e mais formal, mesclando inclusive textos acadêmicos, o que é esperado no Ensino Médio. Todavia, o texto pauta-se nos fatos políticos, associados aos movimentos culturais, econômicos e sociais. Ao analisar o período getulista, o autor aponta as transformações político-sociais do país, enfatizando o crescimento urbano, a centralização política e estatização da economia.

19 SCHMIDT, Mário Furley. *Nova História Crítica*. p. 149.

20 COTRIM, Gilberto. *História Global – Brasil e Geral* – volume único. São Paulo: Saraiva: 2007.

21 Professor de História graduado pela USP, advogado inscrito na OAB-SP e mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie.

22 COTRIM, Gilberto. *História Global*, p.3.

23 FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & ensino de história*, p.65.

24 COTRIM, Gilberto. *História Global*, p.483.

Em 1937, um golpe deu continuidade à presidência de Vargas, outorgando uma nova constituição. Durante esse período, foi instaurado no país o estado de emergência, que beneficiava com amplos poderes o governo, em detrimento do federalismo. No entanto, “um governo dificilmente se sustenta apenas pela repressão”, assim “desde que se instalou no poder, Vargas buscou recursos de propaganda para conquistar a simpatia popular”.<sup>25</sup> Dessa forma, em 1939, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável pela coordenação da propaganda oficial e por censurar os meios de comunicação social – como rádio, cinema, teatro e imprensa. Ao falar da propaganda política, Cotrim é enfático nos exemplos: criou-se a *Hora do Brasil*, programa de rádio que divulgava, em nível nacional, as realizações do governo.

Do ponto de vista da política educacional e cultural, a obra *História Global* é mais atenciosa do que o texto de Mário Schmidt, todavia sem o uso de imagens ilustrativas. Segundo o texto, “o DIP também foi responsável pela produção de milhares de cartazes que apresentavam Vargas como ‘salvador da pátria’”<sup>26</sup>. Ampliou-se também a importância do Ministério da Educação na exaltação da imagem do governo, difundindo uma ideologia governista e patriótica dentro da escola: “obrigatoriedade do ensino da moral e cívica, canto coral com repertório musical nacionalista, desfiles e paradas de estudantes em comemoração a datas cívicas e adoção de livros didáticos que promoviam o culto a Getúlio Vargas e seu governo”.<sup>27</sup> Esses exemplos dados por Cotrim corroboram a visão ufanista, utilizando-se de uma pedagogia escolar, a qual demarcamos acima. A única imagem que o livro traz, nesse sentido, é a reprodução de uma cartilha sobre o Estado Novo, editada pelo DIP. A cartilha exaltava valores patrióticos e a figura do presidente, bem como evidenciava conceitos morais priorizados pela educação.

Além do âmbito da formação escolar e da pedagogia preocupada com a formação cívico-patriótica, Cotrim mostra como o governo do Estado Novo soube articular os intelectuais, os literários e os artistas na conformação de um governo, que transformava a sociedade brasileira rumo à modernidade. Mas uma modernidade que não excluía a história nacional, os monumentos históricos e a cultura brasileira. Segundo o autor, havia um nacionalismo romântico, exaltando um orgulho patriótico. “Nesse período, a exaltação à nação foi transformada em exaltação ao governo”.<sup>28</sup> Finalmente, o autor remete ao trabalhismo e ao populismo, demonstrando como o crescimento urbano, o desenvolvimento industrial e o aumento da mão-de-obra estavam associados às medidas trabalhistas para conquistar a simpatia dos trabalhadores, exercendo, assim, certo domínio sobre eles.

Diante da análise, fica claro que o governo de Vargas e as ações do Estado a ele articuladas orientaram e consolidaram um ensino de História que formasse uma memória nacional, construindo uma identidade cultural nacional, bem como formando moral e civicamente a nação. O

25 COTRIM, Gilberto. *História Global*, p.488.

26 COTRIM, Gilberto. *História Global*, p.488.

27 COTRIM, Gilberto. *História Global*, p.489.

28 COTRIM, Gilberto. *História Global*, p.489.

“arsenal pedagógico” para essa mobilização contou com diversas propagandas políticas, manuais e livros didáticos; cartilhas de Moral e Cívica; heróis nacionais e festas cívicas. Tudo isso foi tão bem engendrado que permaneceu na tradição nacional, perpetuando visões de mundo e concepções de história, que, até hoje, vinculam Getúlio Vargas ao panteão dos grandes heróis da pátria.

## “Deem asas ao Brasil”: a Campanha Nacional de Aviação no governo Vargas

**André Barbosa Fraga**

Doutor em História  
Universidade Federal Fluminense  
andrebfraga@yahoo.com.br

### Resumo

Esta pesquisa objetiva analisar a aviação brasileira no primeiro governo Vargas (1930-1945), período marcado por consideráveis mudanças e inovações provenientes de iniciativas públicas e privadas no setor. O estudo procura demonstrar como o grupo político que chegou ao poder por meio da Revolução de 1930, e se fortificou com a implantação do Estado Novo, identificou no fortalecimento do setor aéreo, principalmente a partir de 1940, algo fundamental à própria legitimação do regime. Defende-se no trabalho que o caminho mais seguro encontrado pelo governo para empreender alterações profundas no setor aéreo foi o de investir na elaboração de um projeto de Estado voltado à construção do que foi chamado na época de uma mentalidade aeronáutica. Ela consistia na tentativa de se generalizar a compreensão e o interesse da população pelo desenvolvimento da navegação aérea, despertando em cada brasileiro o interesse de colaborar com a causa. Este trabalho foca principalmente em uma das principais estratégias utilizadas por Salgado Filho, primeiro ocupante do cargo de ministro da Aeronáutica, para viabilizar a conscientização popular acerca de tudo o que dizia respeito à navegação aérea. A pasta ministerial da aviação passou a investir esforços no aumento do número de aviões disponíveis para treinamento dos atuais e futuros condutores. Com esse intuito, Salgado Filho recorreu principalmente à colaboração da sociedade civil, por meio de campanhas que estimulavam a doação particular de dinheiro ou de matérias-primas necessárias à obtenção de aviões endereçados aos mais diversos aeroclubes espalhados pelo território nacional. A mais importante delas foi a Campanha Nacional de Aviação (CNA), lançada em 1941. A CNA foi criada por Salgado Filho e pelo jornalista e empresário paraibano Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de jornais *Diários Associados*. Logo se tornou a iniciativa empreendida durante o governo Vargas de maior impacto para se promover a consolidação da aviação civil no país. Ela almejava incentivar a doação particular de aviões de treinamento aos aeroclubes brasileiros, bem como de dinheiro para a compra de aparelhos aéreos e para a ampliação ou construção de hangares e campos de pouso aptos a recebê-los.

**Palavras-chave:** Aviação, Governo Vargas, Ministério da Aeronáutica, Mentalidade aeronáutica.



O primeiro governo Vargas (1930-1945) mostrou-se um período marcado por consideráveis mudanças e inovações provenientes de iniciativas públicas e privadas no campo da aviação. O grupo político que chegou ao poder por meio da Revolução de 1930, e se fortificou com a implantação do Estado Novo, identificou no fortalecimento do setor aéreo, principalmente a partir de 1940, algo fundamental à própria legitimação do regime. Diante disso, o caminho mais seguro encontrado pelo governo para empreender alterações profundas no setor foi o de investir na elaboração de um projeto de Estado voltado à construção do que foi chamado na época de uma mentalidade aeronáutica. Ela consistia na tentativa de se generalizar a compreensão e o interesse da população pelo desenvolvimento da navegação aérea, despertando em cada brasileiro o interesse de colaborar com a causa. Tal investimento tinha por intuito, inclusive, estimular nos jovens o interesse de seguir futuramente alguma das ocupações militares ligadas à aviação.

Salgado Filho, o primeiro ocupante do cargo de ministro da Aeronáutica, a partir de janeiro de 1941, passou a empregar três estratégias para viabilizar a conscientização popular acerca de tudo o que dizia respeito à navegação aérea: o aumento do número de pilotos civis, o crescimento da quantidade de aviões disponíveis para treinamento dos atuais e futuros condutores e a elevação na proporção de jovens interessados nas profissões técnicas, como as de engenharia e mecânica para a aviação. O presente trabalho foca principalmente na segunda estratégia descrita. Dessa forma, procurar-se-á demonstrar como o Ministério da Aeronáutica logo percebeu que o melhor caminho para atingir seu objetivo de despertar nas novas gerações uma consciência a respeito da aviação era o de incentivar o aumento do número de aeronaves disponíveis no Brasil.

Salgado Filho estava consciente de que de nada adiantaria incentivar o crescimento da quantidade de pilotos civis brasileiros se de maneira simultânea não houvesse essa mesma preocupação em relação ao número de aviões disponíveis para treinamento. Portanto, com o intuito de atender ao aumento vertiginoso do volume de aspirantes a piloto provocado pela construção de uma mentalidade aeronáutica, Salgado Filho recorreu principalmente à colaboração da sociedade civil, por meio de campanhas que estimulavam a doação particular de dinheiro ou de matérias-primas necessárias à obtenção de aviões endereçados aos mais diversos aeroclubes espalhados pelo território nacional.

A Campanha Nacional de Aviação (CNA), lançada em 1941, foi a iniciativa empreendida durante o governo Vargas de maior impacto para se promover a consolidação da aviação civil no país. Ela almejava incentivar a doação particular de aviões de treinamento aos aeroclubes brasileiros, bem como de dinheiro para a compra de aparelhos aéreos e para a ampliação ou construção de hangares e campos de pouso aptos a recebê-los. A CNA foi criada por Salgado Filho e pelo jornalista e empresário paraibano Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de jornais *Diários Associados*.<sup>1</sup>

1 Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968) teve sua primeira experiência jornalística em 1906, aos 14 anos, escrevendo para *O Pernambuco*. Em 1908, ingressou na Faculdade de Direito de Recife e, para

Sob os auspícios do Ministério da Aeronáutica, cada etapa do ritual de doação dos aviões para a campanha foi muito bem planejada de modo a estimular ao máximo o fortalecimento do sentimento cívico e de uma mentalidade aeronáutica pela população. O primeiro aspecto a ser problematizado diz respeito ao destino reservado a cada avião doado. A “Obra getuliana” revela a intenção dos organizadores ao definirem as regras delimitadoras dessa ação. A determinação era a de que as ofertas fossem sempre feitas de preferência a aeroclubes de cidades longínquas daquela de onde é natural o doador, com o propósito de “favorecer o conagraçamento de todos os brasileiros”.<sup>2</sup> Geralmente, um estado cedia a outro o aparelho aéreo, de Minas Gerais para o Rio Grande do Sul, de São Paulo para a Paraíba, do Rio de Janeiro para o Mato Grosso, estimulando elos de gratidão e de amizade e o aparecimento de “mãos que se estendem por cima das serras e dos campos, que vão se estreitar a centenas de léguas de distância, fomentando o sentimento de fraternidade nacional”.<sup>3</sup> Por isso, sempre haver a reunião, em toda cerimônia, de no mínimo os seguintes representantes: da campanha, geralmente Chateaubriand ou Salgado Filho, do ofertante e do aeroclube contemplado.

A fraternidade, segundo o documento, é o próprio lema da Campanha Nacional de Aviação, iniciativa considerada também uma grande obra de unificação nacional, ao estimular o gesto nobre daquele que “oferece tão valiosa dádiva, não a seus vizinhos e amigos, mas a brasileiros que não conhece, que nunca verá talvez, e cuja gratidão só de longe sentirá”.<sup>4</sup> Ou seja, o que estava em jogo nessa decisão era o interesse de se incentivar no país o surgimento de uma lógica de reciprocidade entre os estados-irmãos, relacionando, assim como nos grupos estudados por Marcel Mauss, bens materiais a relações sociais e dádiva a retribuição, situação na qual há o estabelecimento de um vínculo.<sup>5</sup> É interessante observar que essa resolução esteve presente desde o primeiro avião ofertado, em 31 de janeiro de 1941. Doado em Porto Alegre e, portanto, vindo do Sul, ele foi destinado ao Nordeste. Dessa forma, saiu de uma capital rumo a uma cidade do interior: o Aeroclube de Pesqueira, em Pernambuco.<sup>6</sup>

Outro elemento que precisa de uma análise aprofundada é o do cerimonial da entrega dos aviões, uma dimensão fundamental da campanha, que contribuiu significativamente para o sucesso dela. O exame dos estágios do rito de doação dos aparelhos aéreos aos aeroclubes reve-

---

custear seus estudos, trabalhou como redator em diferentes periódicos. Bacharelou-se em 1913. Em 1917, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como advogado, não perdendo o contato com as atividades jornalísticas. Em 1924, com a ajuda de Alfredo Pujol e Alexandre Mackenzie, comprou, no Rio de Janeiro, o matutino *O Jornal* e, seis meses depois, em São Paulo, o *Diário da Noite*. Com base nessas duas publicações, ele iniciou a estruturação de seu grande conglomerado jornalístico, mais tarde conhecido como *Diários Associados*, ao qual foi acrescentada, entre outras, a revista *O Cruzeiro*, criada em 1927. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, CPDOC-FGV, verbete CHATEAUBRIAND, Assis.

2 Arquivo Gustavo Capanema, GC i 1938.00.00/2, microfilme rolo 70, pasta XIII, fot. 355/2. FGV/CPDOC.

3 Idem.

4 Idem. Fot. 355/2 e 356.

5 MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2008. Pp. 183-314.

6 Ver: ESCOBAR FILHO. “Variações sobre a Campanha Nacional de Aviação”. Revista *Cultura Política*, ano III, num. 26, abril. Rio de Janeiro: DIP, 1943. P. 74.

la claramente uma apropriação intencional da liturgia católica, de modo a buscar legitimação do discurso político no discurso religioso. Dessa forma, os organizadores da Campanha Nacional de Aviação instrumentalizaram conteúdos teológicos, formados por imagens e símbolos próprios do sacramento do batismo. Estes, ao serem secularizados e convertidos em elementos de domínio público, ganharam uma nova roupagem. Nesse processo, o batismo, adaptado e transformado em uma cerimônia cívica, foi reproduzido em todas as suas etapas. Portanto, foi comum, nas centenas de cerimônias organizadas pela Campanha Nacional de Aviação, a presença de um religioso para ministrar os rituais, ocorridos em logradouros públicos ou aeroportos.

O batismo fazia com que cada avião entregue à campanha ganhasse um nome, “quer de uma grande figura histórica, quer simplesmente de um brasileiro que haja honrado sua Pátria e contribuído para engrandecê-la, com sua vida ou sua morte”.<sup>7</sup> Segundo a prova tipográfica organizada pelo ministro da Educação e Saúde, a principal função disso era a de estimular o sentimento cívico na população, uma vez que a evocação desses proeminentes estadistas, engenheiros, industriais, cientistas e militares serviria para “apontar aos jovens o exemplo de seus maiores, e incitá-los a imitar suas virtudes cívicas e privadas”.<sup>8</sup> Foram múltiplas as motivações para a escolha dos nomes, dependendo do contexto político ao qual cada caso estava submetido, do interesse e da naturalidade do doador, da decisão de Salgado Filho e de Assis Chateaubriand e da localização da cidade receptora do avião.

Na cerimônia de entrega de aviões, a figura do padrinho também vai ter um lugar central, dada a sua importância no conjunto de símbolos, imagens e personagens familiares ao imaginário cristão. Voltando ao livro de Capanema, a manutenção do padrinho se justifica pela possibilidade que ele trazia de fornecer “nova oportunidade de homenagear outros Estados ou outras cidades”,<sup>9</sup> assim como já acontecia com os estados que doavam, com os que recebiam e com aqueles nos quais as personalidades escolhidas para dar nome ao avião nasceram. Havia critérios para se convidar determinada pessoa como padrinho, devendo-se dar prioridade a “figuras de destaque em qualquer campo das atividades nacionais, ou cidadãos que se imponham ao respeito de seus patrícios pelos dotes morais e pela integridade do caráter”.<sup>10</sup>

Por fim, para encerrar o ritual, ocorria o ápice simbólico do evento, quando o batismo do aparelho aéreo era efetivado. Na liturgia de iniciação cristã, o sacramento é feito com água benta. Esse líquido considerado sagrado, inclusive, foi utilizado algumas vezes também nas cerimônias cívicas organizadas pela Campanha Nacional de Aviação. No entanto, o mais comum, nessa secularização daquele sacramento, foi a sua substituição pelo “champanhe batismal”.<sup>11</sup> Cabia ao padrinho

7 Arquivo Gustavo Capanema, GC i 1938.00.00/2, microfilme rolo 70, pasta XIII, fot. 355/2. FGV/CPDOC.

8 Idem.

9 Idem.

10 Idem.

11 Expressão empregada na legenda de uma foto presente na revista pertencente à Sociedade dos Cadetes do Ar da Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos. Na matéria, são apresentadas imagens do batismo dos aviões doados à Campanha Nacional de Aviação. Ver: “Aviação civil”. Revista *Esquadilha*, Rio de Janeiro, ano II, num. 02,

derramá-lo sobre a hélice da aeronave e, em seguida, taças da bebida eram distribuídas aos convidados, para que brindassem a mais uma aquisição obtida.

O espaço reservado na “Obra getuliana” à Campanha Nacional de Aviação apresenta um trecho que demonstra o direcionamento a um público-alvo específico de doadores: “o seu alto e nobre objetivo consiste em apelar para os capitalistas, para os cidadãos abastados, para que forneçam aviões aos aeroclubes que deles necessitam”.<sup>12</sup> Dada a quantia vultuosa necessária à compra de um aparelho aéreo, o documento deixa clara a intenção de voltar-se, em um primeiro momento, ao “grande usineiro do Nordeste”, ao “grande industrial de São Paulo” ou ao “grande criador de Minas ou do Rio Grande do Sul”.<sup>13</sup> Dessa forma, todos os empresários foram convidados a se juntarem aos esforços iniciados pelo dono dos *Diários Associados* e passarem a contribuir, como ele, na tarefa de dar asas ao Brasil.

Um número significativo deles atendeu ao chamado, podendo ser dados alguns exemplos. A Casa Granado, importante drogaria e indústria de medicamentos, doou, em 1942, à juventude brasileira um avião chamado “Comendador José Granado”, homenagem ao fundador daquele estabelecimento comercial.<sup>14</sup> Por sua vez, uma comitiva do ministro da Aeronáutica foi a Foz do Iguaçu batizar o avião “Bartolomeu Mitre”, oferecido ao aero clube local pela Companhia Nitro-Química de São Paulo.<sup>15</sup> Em outra solenidade, ocorrida no primeiro semestre de 1942, dois aparelhos aéreos foram doados, um pelos comerciantes de café de Santos ao Aeroclube de Minas Gerais e outro por um comerciante de Minas aos paulistas do município de Presidente Prudente.<sup>16</sup>

Os resultados da campanha ultrapassaram as expectativas mais otimistas. Já em 23 de agosto de 1941, o centésimo avião foi batizado pelo próprio presidente Vargas, com a benção do Cardeal D. Sebastião Leme.<sup>17</sup> Em abril de 1943, uma matéria publicada na revista *Cultura Política* levantou o registro de 315 aparelhos aéreos obtidos até aquele momento. Além disso, o autor aproveitou o espaço para dar ciência aos leitores a respeito dos desdobramentos da iniciativa. Para ele, o reflexo mais nítido foi o desejo dos jovens das cidades do interior de se reunirem para fundar aeroclubes, construindo campos de pouso e hangares, condições essenciais para a obtenção e entrega dos aparelhos doados. Cerca de 250 aeroclubes, desde o Território do Acre até o Rio Grande do Sul, haviam recebido ou estavam prestes a receber aviões, alguns deles, inclusive, já possuindo três ou quatro.<sup>18</sup>

---

maio de 1942. P. 48. O artigo completo está situado nas páginas 48 e 49.

12 Arquivo Gustavo Capanema, GC i 1938.00.00/2, microfilme rolo 70, pasta XIII, fot. 354/1. FGV/CPDOC.

13 Idem. Fot. 354/2.

14 Ver: “A Casa Granado oferece um avião à mocidade do Brasil”. *Jornal Diário da Noite*, Rio de Janeiro, segunda-feira, 14 de setembro de 1942. P. 3.

15 Ver: CHATEAUBRIAND, Assis. “Democracia e autoridade”. *Revista Dos Jornais*, ano II, n. 19, dezembro. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Pp. 36-40.

16 Ver: “A aviação brasileira, dia a dia, se amplia e aperfeiçoa”. *Revista Dos Jornais*, ano II, n. 13, junho. Rio de Janeiro: DIP, 1942. P. 35 e 36.

17 Ver: “O batismo do avião ‘Getúlio Vargas’”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, domingo, 24 de agosto de 1941. P. 6.

18 ESCOBAR FILHO. “Variações sobre a Campanha Nacional de Aviação”. *Revista Cultura Política*, ano III, num. 26,

A busca por informações do total de aviões obtidos pela campanha até o final do Estado Novo encontrou em um documento depositado no arquivo Getúlio Vargas uma importante fonte para alcançar esse objetivo. Datado de 27 de julho de 1945, ele apresenta uma tabela com dados detalhados sobre o número total de aviões recebidos pela campanha até aquela data: 570. Os aparelhos aéreos foram discriminados pelo modelo e pelo estado de destino. No texto que acompanha a tabela, é especificado que 351 são de procedência estrangeira e 219 de fabricação nacional.<sup>19</sup>

Para concluir, um trecho do discurso proferido em 1941 pelo ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, padrinho de batismo do avião “Marechal Deodoro”, faz uma projeção futura da CNA, resumindo bem o otimismo e a esperança que muitos depositaram nela, tida como eficaz para a formação de novos pilotos civis, que se tornariam, em breve, reservas da Força Aérea:

Ela não terá fim e de todos os recantos do Brasil hão de surgir novas asas. Praza aos céus que elas aumentem até o infinito, que possam elas cortar em todos os sentidos os céus imaculados da Pátria, vigiando as nossas lindes e as nossas riquezas, espreitando todas as ameaças, velando pela segurança dos nossos lares, encurtando distâncias, fazendo-nos a todos – os do Norte, os do Sul, os do Litoral e os do sertão – a todos, enfim, mais unidos, mais coesos, mais solidários, dentro desta imensa solidariedade que é a nossa própria Pátria, transformando-a na grande e indissolúvel comunidade, de todas as nossas vontades pelo Brasil eterno, grandioso e soberano.<sup>20</sup>

---

abril. Rio de Janeiro: DIP, 1943. P. 75.

19 Ver: Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1945.07.27, microfilme rolo 8 fot. 895/2. FGV/CPDOC.

20 Ver: “Asas brasileiras”. Revista *Dos Jornais*, ano I, n. 4, setembro. Rio de Janeiro: DIP, 1941. P. 61. O artigo completo vai da página 59 a 61.

## A indústria fluminense nas falas de Amaral Peixoto: conexões com a Era Vargas

José Luís Honorato Lessa

Doutorando

Programa de Pós-Graduação em História, Política e

Bens Culturais – PPHPBC. FGV/CPDOC

honorato.lessa@gmail.com

### Resumo

Em primeiro plano esta comunicação compreende uma análise do depoimento de Amaral Peixoto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que está consubstanciado na obra: *Artes da política: diálogos com Amaral Peixoto*. Trata-se das primeiras observações do projeto de pesquisa - O comandante em marcha: Amaral Peixoto e a indústria fluminense - apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa tem a orientação do professor Américo Oscar Guichard Freire. Extrairemos do depoimento as falas de Amaral essencialmente em relação ao campo da indústria bem como da organização administrativa e fiscal-financeira do Estado, com ênfase à expectativa de investimentos associadas à confiança no futuro de progresso da terra fluminense e sua articulação com o contexto nacional ao longo do Estado Novo e entre 1951-1954.

**Palavras-chave:** Amaral Peixoto, indústria fluminense, modernização.

### O homem e a política

Amaral Peixoto, que atendia pela alcunha de comandante, foi quem por mais tempo esteve à frente do executivo fluminense. Foram praticamente doze anos de governo. No período compreendido entre novembro de 1937 a outubro de 1945, foi Interventor Federal no Estado; e entre 1951-1954, fora eleito pelo voto popular<sup>1</sup>. Peçanha o caracteriza como “um político tecnicista, pragmático e realista”.<sup>2</sup> No período posterior à sua interventoria não se verifica o isolamento político do comandante. Eleito deputado federal, a influência de Amaral Peixoto no cenário político fluminense manteve-se forte. Evidência disso está no seu retorno ao governo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) nas eleições de 1950, com ampla margem de votos.

1 Quando nos referirmos ao período de governo entre 1937 a 1945, usaremos como expressão - interventor ou interventor federal. Para o quadriênio de governo entre 1951 a 1955, usaremos - governador ou governador eleito.

2 PEÇANHA, Celso. *A planície e o horizonte*. memórias inacabadas. Niterói: Cromos, 1997, p. 63-64.



A obra *Artes da política: diálogos com Amaral Peixoto* organizada por Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina Soares D'Araújo e Dora Rocha Flaksman reúne a maioria das memórias do personagem em tela<sup>3</sup>. O texto que sistematiza e sintetiza o depoimento do mesmo ao Programa de História Oral do CPDOC percorre fatos de sua vida pessoal, familiar e do homem público. Na perspectiva das autoras, a obra trata do Amaral Peixoto expectador e agente de uma época, delimitada entre as décadas de 1930 e 1980 e expõe as principais tensões fluminense, nacional e internacional vivenciadas pelo líder. Sua forte influência regional espalhou-se para o cenário nacional, pois além de ajudante-de-ordens do presidente Vargas e interventor no ERJ, Amaral também exerceu as seguintes funções: deputado federal; governador eleito; presidente do Partido Social Democrata; articulador e líder da campanha presidencial de Juscelino Kubitschek (JK); no governo JK assumiu a embaixada do Brasil em Washington e depois o ministério da Viação e Obras Públicas; no governo João Goulart foi ministro do Tribunal de Contas da União em que deixou o cargo para assumir a ministério Extraordinário para a Reforma Administrativa; senador da República a partir de 1970 e presidente do Partido Democrático Social.

Ressaltamos que Amaral Peixoto assumiu a interventoria fluminense sem que houvesse organizado previamente um programa de governo, conforme entrevista do próprio comandante ao CPDOC. A partir de 1938, com o processo de organização financeira do ERJ e tornados eficientes os mecanismos de arrecadação, – surgiram os primeiros estímulos aos investimentos no campo do desenvolvimento econômico. A administração do Interventor elegeu como principais metas: a concessão de isenções à agricultura, ao comércio e à indústria e a captação de empréstimos para a consecução de obras públicas fundamentais ao desenvolvimento e à chamada refundação do Estado.

### As falas do Amaral Peixoto

No campo da indústria, o governo fluminense se espelha na experiência nacional para reequipar o parque fabril regional. Daí a importância de pensar o papel dirigente da administração Amaral Peixoto para o desenvolvimento, modernização industrial e refundação do ERJ em consonância com o projeto nacional. Dito de outra forma, o reequipamento do setor produtivo fluminense foi galvanizado por meio de forte influência do processo de modernização capitalista-industrial em curso no país desde a década de 1930.

Quanto a obra indicada no item – O homem e a política -, este documento traz em seu conjunto um amplo depoimento do Comandante, principalmente sobre sua trajetória pública. A ideia é identificar as articulações desfechadas por Amaral Peixoto essencialmente voltadas para modernizar a matriz econômico-industrial fluminense. Sob esse prisma, o próprio personagem nos oferece relevantes apontamentos aos principais embates enfrentados pelo seu governo. Quando

3 CAMARGO, Aspásia; HIPPOLITO, Lúcia; D'ARAUJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. *Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Coleção Brasil século 20).

fora nomeado Interventor Federal no ERJ, o Estado encontrava-se com dificuldades financeiras até mesmo para pagar o funcionalismo: uma das primeiras medidas foi organizar a política tributária, o que não existira nas administrações anteriores. Tributos que não eram efetiva e eficazmente pagos, dentro da lógica da nova administração, passaram a ser cobrados impostos sobre vendas e consignações além do imposto territorial, por exemplo.

O Conselho Econômico e Financeiro do Estado – órgão de cooperação econômica e administrativa - organizou as Secretarias do Estado bem como estudou e viabilizou alguns projetos. No campo econômico, surgiu o banco público estadual: a Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro e, ao que parece, o Conselho exerceu raio de influência nas ações do governo federal ao recomendar a criação do Instituto Nacional do Sal e da Companhia Nacional de Álcalis (CNA), sobre esta última, acompanhemos de perto:

O Gileno foi meu auxiliar direto, não só no caso do açúcar, mas sobretudo no da álcalis. Ele apresentou um projeto à Comissão de Comércio Exterior, que foi aproveitado pelo governo federal para a elaboração de Companhia Nacional de Álcalis, cuja constituição foi feita na minha mesa no Ingá, pois era uma coisa vital para o Estado do Rio<sup>4</sup>.

O auxiliar direto trata-se de Gileno de Carli. Membro da Confederação Nacional da Indústria (CNI) redigiu o projeto que deu origem ao Instituto Nacional do Sal e foi conselheiro técnico da CNA. Conforme Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1970, Carli ocupou cargos no campo da agricultura em diferentes governos e entidades de classe. Até o presente turno não encontramos qualquer outra referência de sua participação no Governo Amaral Peixoto. Quanto ao caso do açúcar o interventor federal enfrentou os usineiros da cidade de Campos dos Goytacazes com legislação de amparo ao produtor e depois com a lei federal que resultou no Estatuto da Lavoura Canavieira, entre outras normas, os usineiros só podiam beneficiar 50% de sua plantação, os 50% restantes teriam que ser comprados de produtores.

Vemos assim o nascedouro da CNA no Palácio do Ingá, sede do governo estadual. Amaral Peixoto ainda afirma que foi ele quem fez o projeto, os estudos e as comparações para o advento da Álcalis. Fala igualmente dos critérios técnicos para implantação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e das acusações que recebera em função do favorecimento do ERJ pelo governo federal. A fonte indica ainda que, para a construção da Usina Hidrelétrica de Macabu (UHM), o governo recorreu ao Conselho Administrativo - criado em cada estado pelo governo federal para controlar os interventores – e, a uma Comissão do Ministério da Justiça que aprovava os empréstimos. Indagado sobre a política do ERJ para o setor industrial, responde:

Havia a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, mas toda a parte de indústria e comércio era eu que fazia diretamente. Meu assessor nessa área era

4 CAMARGO, *Artes da política*, p.174.

o Frânzio Sales. Chegava alguém interessado em montar uma indústria, eu o colocava em contato com o Frânzio. Eles corriam o estado, escolhiam o local e negociavam diretamente comigo através de um corpo técnico do qual o Frânzio fazia parte<sup>5</sup>.

Até o momento não encontramos nenhuma outra referência que pudesse esclarecer melhor a figura de Frânzio Sales. Em conversa realizada em setembro de 2017 com a pesquisadora do CPDOC - Regina da Luz Moreira a mesma relatou que Sales era engenheiro e genro de Vicente de Paulo Galliez. Galliez, industrial, atuou em vários órgãos empresariais, como na Federação Industrial do Rio de Janeiro e na CNI. Isso pode ser um demonstrativo de proximidade que Amaral Peixoto tentou estabelecer com o empresariado fluminense e nacional. Ainda segundo Regina da Luz, Vicente Galliez viria ser parente do General José Galliez: ajudante- de- ordens de Getúlio Vargas.

Já em seu segundo governo, Amaral Peixoto cria, em 1952, a Comissão de Desenvolvimento Industrial. Embora afirme que a Comissão não desempenhou atuação muito forte, pode revelar que, por outro lado, a questão industrial ganhou contornos personalizados - “quem atuava mais era o Frânzio, diretamente comigo.”<sup>6</sup> Pela riqueza do relato, convém acompanhar com mais proximidade a fala do governador:

Para cada indústria que desejava se instalar no estado era feito um decreto dando isenção do imposto de transmissão para a compra do terreno. Era um imposto insignificante, mas a isenção sempre agrada à empresa. Eu dava também isenção do imposto de indústria e profissão pelo prazo de cinco anos, e as empresas eram obrigadas a pagar desde o início apenas o Imposto sobre Vendas e Consignações, que é a base da arrecadação estadual. Com isso atraí muitas indústrias. Se elas precisavam de auxílio técnico para resolver problemas como energia elétrica, o meu pessoal também tratava disso. A Antártica, por exemplo, ia fazer uma grande fábrica em Nova Iguaçu, e eu fiz uma estrada até o local. Acabaram não fazendo a fábrica, e quem se instalou lá foi a Merck. Talvez esse auxílio técnico representasse até mais que as isenções, que serviam apenas de estímulo<sup>7</sup>.

Queremos destacar com o trecho acima a preocupação em atender ao amplo setor industrial não necessariamente apenas àqueles de base, já elencados. Aliás, a CSN, FNM, CNA e a UHM trouxeram em sua calda, variadas atividades industriais para a região em que se situavam: um exemplo a ser dado e estudado está na região do Vale do Paraíba fluminense cuja modernização esteve capitaneada pela CSN, esta sediada na cidade de Volta Redonda. Insistindo e recuperando um pouco mais a fala de Amaral Peixoto:

Dei também muito auxílio à indústria. Dava isenção do imposto de transmissão, do imposto de indústria e profissão. Ajudava a resolver dificuldades de financiamento, dificuldades técnicas. Com isso umas cem indústrias vieram para o estado, e eu aumentei a renda estadual.<sup>8</sup>

5 CAMARGO, *Artes da política*, p.251.

6 CAMARGO, *Artes da política*, p.251.

7 CAMARGO, *Artes da política*, p.251.

8 CAMARGO, *Artes da política*, p.282.

No prosseguimento da pesquisa, é este movimento da fala a ser balizado e entrecruzado com um conjunto de fonte que pretendemos analisar e, como decorrência, identificar, a partir dos dados, como a administração Amaral Peixoto estava baseada em uma confiança no futuro de progresso da terra fluminense no período analisado.

### **O conceito de progresso industrial no Brasil pós 1930 e suas articulações com o caso fluminense: análise introdutória**

É consenso na historiografia a guinada urbano-industrial que se verifica no Brasil pós 1930 e o papel decisivo do Estado neste processo sob a fórmula do nacional desenvolvimentismo. Em outros termos, o progresso da sociedade brasileira capitaneada pelo Estado atendeu pela política desenvolvimentista através de várias agências criadas para a modernização capitalista no Brasil. Este, por exemplo, é o cerne da análise de Ricardo Bielschowsky.<sup>9</sup>

Vemos assim, em Bielschowsky, que o desenvolvimentismo brasileiro entre 1930 a 1964 consistiu na ação planejada do Estado brasileiro com vistas a promover a industrialização via processo de cooptação de forças do setor produtivo. Considerando o Estado como promotor de mudanças estruturais e contrapondo a tradicional vocação agrária do país, ao menos em tese, argumenta-se que estava incutida na política desenvolvimentista a expectativa de que a industrialização brasileira seria uma etapa de superação da pobreza e de combate ao subdesenvolvimento, reduzindo as diferenças entre países ricos e pobres.

Há de se destacar uma variação no conceito de desenvolvimentismo que assume nuances interpretativas e na formulação de propostas para o problema do desenvolvimento brasileiro. As diversas correntes desenvolvimentistas são assim identificadas por Bielschowsky: a) desenvolvimentismo privado - com interferência relevante da CNI e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; b) desenvolvimentismo público não nacionalista - com defesa de participação do capital estrangeiro e interferência da Comissão Mista Brasil Estados Unidos e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, c) desenvolvimentismo público nacionalista – igualmente com participação do BNDE - somadas as interferências da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Esta última corrente esteve mais próxima às ideias cepalinas - Comissão Econômica para a América Latina.

A gestação da política desenvolvimentista se dá com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal, tal perspectiva de desenvolvimento alcançou maturidade na década de 1950. Como já dissemos, o desenvolvimentismo resultou da ação incisiva do Estado brasileiro com objetivos de promover a modernização capitalista de forma a cimentar, de acordo com determinados contextos históricos, interesses públicos nacionais (sob a forma de nacionalismo ou estatismo) e interesses

9 BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

privados ora nacional, ora estrangeiro: o conceito de progresso passava por estes vieses. Sobre as origens do desenvolvimentismo, acompanhemos Bielschowsky:

[...], a partir de 1930 e sobretudo durante o Estado Novo, foi criada uma série de agências voltadas para a administração de problemas de alcance nacional. Automaticamente seus técnicos civis e militares foram levados a pensar questões do desenvolvimento econômico nacional de uma forma integrada e abrangente, gerando a ideologia desenvolvimentista.<sup>10</sup>

Neste sentido, as principais agências nacionais criadas podem ser assim sintetizadas: Departamento Administrativo do Serviço Público; Conselho Federal do Comércio Exterior; Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; Conselho Técnico de Economia e Finanças; Coordenação de Mobilização Econômica; Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; Comissão do Planejamento Econômico; Carteira de Crédito Agrícola e Industrial; Carteira de Importação e Exportação; Comissão Nacional de Gasogênio; Conselho Nacional de Minas e Metalurgia; e a Comissão de Indústria e Material Bélico.

Amaral Peixoto, como um dos agentes do desenvolvimento econômico fluminense não pode ser tomado como mero caudatário das formulações federais, ainda que seu governo tenha beneficiado de sua proximidade pessoal e familiar com Vargas. Por outro lado, é inegável que sua administração tenha extraído benefícios deste contexto:

No Estado do Rio, Amaral Peixoto soube aproveitar-se com habilidade da situação excepcional a seu favor. Levou a efeito uma política pessoal que lhe assegurou prestígio popular, porque atendia tanto aos interesses imediatos dos correligionários como as questões locais do agrado destes. Realizou obras de vulto, contando com apoio do governo federal que nada lhe negou.<sup>11</sup>

Desse modo, podemos elencar as agências correlatas criadas pelo governo Amaral Peixoto para conduzir o progresso fluminense: Departamento das Municipalidades; Departamento Administrativo; reorganização da Secretaria de Finanças; Conselho Econômico e Financeiro do Estado; Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio; Comissão de Estradas e Rodagens; Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro; Companhia de Expansão Econômica Fluminense S.A e a Comissão de Desenvolvimento Industrial.

Uma das etapas da pesquisa consiste em estudar a homologia destas agências nacionais e fluminenses. Entender a correspondência entre estes órgãos, em especial, aqueles do ERJ, permitirá mapear o caminho seguido pelo Comandante para formular a política de desenvolvimento fluminense. Informamos acima dois aspectos: a) o fato de que Amaral Peixoto assumiu a administração fluminense sem que houvesse planejado um programa de governo e - não obstante, do ponto de vista da administração e da modernização capitalista - b) seu governo refundou o ERJ.

10 BIELSCHOWSKY, *Pensamento econômico brasileiro*, p.78.

11 PINHEIRO, Maria Esolina. *O líder Soares Filho*. Rio de Janeiro: Editado pelo Jornal do Comércio por encomenda da Câmara dos Deputados, 1955. p.191.

Nestes termos e, a título de encaminhamento da conclusão, é importante indicar dois paralelos: a) ao assumir a interventoria Amaral Peixoto se deparou com um quadro de precariedades diante da crise do tesouro estadual: Estado deficitário; gastos internos excessivos; dificuldades na obtenção de créditos; dívidas contraídas por governos anteriores; dificuldades para pagar funcionários e credores; crise agrícola e industrial; sem uma rede minimamente satisfatória de escolas e hospitais; falta de estradas e de energia elétrica e sem redes de água e esgoto, e b) se despediu do governo fluminense com o seguinte legado: organização administrativa aliada à reconstrução econômica e financeira.

Em 1943 a arrecadação do Estado já era três vezes superior ao orçamento de 1937, de modo que ao término do seu segundo mandato em 1955, o ERJ estava incluído “entre os de maior progresso da Federação.”<sup>12</sup> Ainda que a indústria do ERJ tenha crescido abaixo da média nacional a partir de 1920, esta estagnação não pode ser tomada como sinônimo de esvaziamento industrial. Leva-se em conta a comparação com a industrialização paulista<sup>13</sup> que desde o censo industrial de 1920 já superava a indústria fluminense. Pós 1930 tem-se no ERJ “investimentos em indústrias de base e de bens intermediários.”<sup>14</sup>

### Conclusão

Pelo esboço apresentado, cabe concluir que as falas do Amaral Peixoto denotavam um grau de otimismo. O ERJ marcharia ao encontro do futuro: sua recuperação e modernização econômico-industrial. O entendimento e ampliação desta questão passam pela análise de um conjunto variado de fontes que, pela natureza deste texto, não convém aqui arrolar, inclusive àquelas de natureza censitária. Amaral Peixoto marcou uma época de progresso fluminense. Ao organizar o ERJ sob a forma administrativa, política e econômica, o Comandante reposicionou o Estado no conjunto da federação e angariou dividendos políticos ao notabilizar-se como uma das mais expoentes lideranças nacional e regional até década de 1980. Interpretar o passado da administração Amaral Peixoto pode ser um importante guia para entender a situação do ERJ na atualidade e, guardados os devidos anacronismos, quiçá contribuir para algumas saídas da crise fluminense.

12 SOARES, Emmanuel de Macedo. Cem anos do comandante Amaral Peixoto. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói, jul. 2005. Suplemento Especial, p.3.

13 O paradigma paulista para explicar a industrialização fluminense é criticado por LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. 1995.

14 SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 46.



# A nacionalização de imigrantes em São João Del Rei durante a II<sup>a</sup> guerra mundial (1942-1945)

Thiago Henrique Carvalho Davin

Graduando em História

Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

thiogodavin@gmail.com

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo estudar o impacto sociopolítico que a Segunda Guerra Mundial promoveu na cidade de São João Del Rei, dando enfoque no processo de nacionalização e repressão de seus imigrantes. Como fontes para análise foram utilizadas matérias publicadas no jornal Diário do Comércio, entre os anos de 1942 e 1945, legislação do estado de Minas Gerais e federal, além de inquéritos produzidos pela Polícia Política mineira (vinculada ao DEOPS-MG/DOPS).

**Palavras-chave:** Perseguição; imigrantes; São João Del Rei; segunda guerra mundial.

## Controle imigrante e primeiras medidas nacionalizadoras “pós-golpe”

Após a conflagração do golpe militar de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, houve um intenso embate entre o governo brasileiro e grupos sociopolíticos locais. Nesse sentido, a ditadura varguista, em dezembro do mesmo ano, proibiu a atuação e organização de partidos políticos e organizações estrangeiras com finalidades partidárias<sup>1</sup>.

No espectro sociopolítico, segundo Ângela Gomes, Vargas, desde o início de seu mandato, previu as implicações da imigração não-controlada, relacionando-a com a necessidade de valorização do “capital humano” nacional e com o equilíbrio político do país. Durante o Estado Novo, os imigrantes e descendentes “deveriam ser conduzidos para os trabalhos do campo, sem prejuízo do brasileiro que constituiria a base primordial dessa política de colonização”<sup>2</sup>.

Iniciando a repressão e nacionalização compulsória de estrangeiros, com o fracassado golpe integralista, em maio de 1938, a polícia varguista prendeu elementos suspeitos de conspiração, como líderes integralistas e membros das embaixadas alemãs e italianas<sup>3</sup>. No campo jurídico, Getúlio criou leis específicas que proibiam aos estrangeiros a execução de atividades econômicas e

1 Pelo Decreto-lei nº 37, de 02 dez. 1937, foram proibidas as atividades partidárias no país.

2 GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 68-69.

3 OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2011, p. 24-26.

sociopolíticas no Brasil. Em 17 de março de 1938, por exemplo, foi instituído que os estrangeiros residentes no país, que requeressem matrícula, inscrição de firma individual ou arquivamento de conta, deveriam provar a permanência regularizada no país. Em 18 de abril de 1938, foi aprovado um novo decreto que vedou toda atividade política estrangeira no país, culminando no fechamento das organizações políticas e paramilitares italianas e alemãs<sup>4</sup>. Ademais, em 27 de abril de 1938, foi regulamentada a expulsão de estrangeiros<sup>5</sup>, e em 04 de maio do mesmo ano, Vargas criou o Conselho de Imigração e Colonização, para determinar as cotas de admissão de estrangeiros, além de restringir a entrada de trabalhadores estrangeiros<sup>6</sup>.

Segundo Dennison de Oliveira, mediante a um decreto emitido em abril de 1941, Getúlio Vargas buscou limitar o ingresso de imigrantes no Brasil ao reduzir a entrada de negros, árabes, judeus e indivíduos de origem alemã. Ainda em 1941, foi decretada a nacionalização do nome de registro dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil e proibida a circulação e produção de jornais de língua estrangeira. Já no início de 1942, foi suprimida a execução de hinos, músicas, formas de cumprimento e o uso público das línguas alemã, italiana e japonesa<sup>7</sup>.

Em síntese, Maria Carneiro indica que Vargas, tido como o expoente do populismo, “impôs a censura, criou tribunais de exceção, estigmatizou os estrangeiros e negou abrigo aos judeus refugiados do nazi-fascismo”. Desde a instauração do Estado Novo até 1942, “alemães nazistas e integralistas, [...], propagandeavam suas ideias incentivados pelas atitudes ‘fascistóides’ do chefe da nação brasileira”<sup>8</sup>. Somente com a interferência norte-americana é que Vargas abandonou seu “falso neutralismo” e passou a apoiar a causa dos “Aliados”.

### Perseguição aos “quinta-colunas” oriundos de países do “Eixo”

Após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do “Eixo”, em janeiro de 1942, houve uma intensa ação policial para combater a espionagem no território brasileiro. No mesmo mês, por exemplo, foi criado o Serviço de Informações de Interesse de Segurança Nacional. Consequentemente, nos meses posteriores foram identificadas rádios clandestinas alemãs que informavam sobre a movimentação dos portos nacionais, fechados clubes, associações germânicas, empresas e grupos escolares e efetuada a prisão de vários “espiões” comprometidos com a

4 Decreto-lei nº 383, de 18 de abr. 1938. Diário Oficial da União, Seção 1, 19/04/1938, Página 7357 (Publicação Original).

5 O Decreto-lei nº 392, de 27 de abr. 1938, regulamentou a expulsão de estrangeiros.

6 CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988, p. 7. Em agosto de 1938, visando limitar a entrada de estrangeiros no Brasil, foi aprovado o sistema de cotas calculadas por países. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil Vai à Guerra: O Processo de Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Barueri: Manole, 2003, p. 102.

7 OLIVEIRA. **Os soldados alemães de Vargas**, p. 27.

8 CARNEIRO, Maria L. T. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 331.

causa “eixista”, que utilizavam aparelhos de radiotransmissão até janeiro de 1942<sup>9</sup>. Para Dennison de Oliveira, o número de espões alemães no Brasil foi reduzido e restrito à observação de navios nos portos do Rio de Janeiro. Com o afastamento do germanófilo Filinto Müller, Chefe da Política da Capital Federal, as redes de espionagem foram progressivamente extintas em 1942<sup>10</sup>.

Segundo Francisco Ferraz, o “esforço de guerra”, para além da mobilização econômica e militar, também esteve ligado à vigilância por parte da população civil contra atos de espionagem, visto que os integrantes das colônias alemãs, italianas e japonesas, tornaram-se, para o restante da população, suspeitos potenciais e passaram a ser considerados “quinta-colunas”, ou teóricos sabotadores, propulsores de boatos e espões que podiam ameaçar segurança nacional e subverter a ordem estabelecida, que além de serem “obrigados a portarem salvo-conduto especial para circularem pelas cidades do país e tornaram-se alvos constantes de denúncias, na maioria das vezes infundadas”<sup>11</sup>, foram presos por motivos fúteis ou arbitrários<sup>12</sup>. Corroborando, Maria Silva ressalta que o governo brasileiro, no início de 1942, buscou responsabilizar os países do “Eixo” pelos ataques de embarcações nacionais na costa litorânea brasileira, o que levou ao fechamento de bancos e estabelecimentos estrangeiros e o confisco de bens de imigrantes italianos e alemães<sup>13</sup>.

Nessa conjuntura, o chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais, Ernesto Dornelles, no dia 28 de janeiro de 1942, baixou uma portaria que, seguindo as ordens do governo do Estado, foi enviada a todas as autoridades policiais mineiras, determinando que:

a) - Os estrangeiros nacionais das potências com as quais o Brasil rompeu relações, nesta data [28 de janeiro] devem comunicar a autoridade policial a sua residência, dentro de 15 dias, contados da publicação do presente edital para verificação de residência; b) – residentes nesta capital [Belo Horizonte] farão aquela comunicação diretamente ao Serviço de Registro de Estrangeiros; os residentes no interior do Estado, à autoridade policial da sua localidade; c) – os súditos estrangeiros a que se refere a letra “a” não poderão mudar-se de uma para outra cidade sem autorização prévia do Serviço de Registro de Estrangeiros, sob pena de prisão; d) – a mudança de domicílio, na mesma cidade, depende, no interior de comunicação prévia à autoridade local, e na Capital, de autorização do Serviço de Registro de Estrangeiros<sup>14</sup>.

9 Decretos-lei nº 406 de mai. 1938, 3010 de ago. 1938; 3911 de 09 de dez. 1941; e Portaria 5408, de 28 de abr. 1942. Roberto Sander afirma que, apesar de toda desconfiança, a partir de 1939, existiram espões comprometidos em fornecer informações importantes, como o deslocamento das embarcações brasileiras para as potências inimigas. Além disso, havia a complacência/germanofilia de alguns setores do governo que contribuíam para montagem de uma complexa rede de espionagem nazista. SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 103-108.

10 OLIVEIRA. **Os soldados alemães de Vargas**, p. 41.

11 FERRAZ, Francisco C. A. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 22.

12 Dennison ressalta que foram propagadas pela mídia varguista notícias incompletas e deturpadas sobre os motivos que envolveram o país na guerra. OLIVEIRA. **Os soldados alemães de Vargas**, p. 28.

13 SILVA, Marina H. C. **Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial**. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2007, p. 162-163.

14 Uma Circular Da Chefia De Polícia, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 01 de fev. 1942, nº 1178, p. 1.

Ainda em Minas Gerais, no dia 29 de janeiro de 1942 o interventor Benedito Valadares baixou um decreto declarando extinta no Estado, a jurisdição das autoridades consulares (cônsules, vice-cônsules e outros agentes) da Alemanha, Itália e Japão<sup>15</sup>.

Em âmbito nacional, no espectro jurídico, o governo brasileiro emitiu o Decreto-lei nº 4.166, em 11 de março de 1942, que dispunha sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil<sup>16</sup>. Logo, os estrangeiros, foram obrigados a apresentar sua carteira de *Registro de Estrangeiros* sempre que tratassem de qualquer assunto na Coletoria Federal. No Estado de Minas Gerais, as firmas coletivas só puderam renovar as patentes de registro desde que provassem o registro na Junta Comercial estadual ou repartição equivalente<sup>17</sup>.

Segundo João Falcão, em 24 de agosto de 1942, foram cassados a autorização de funcionamento de dois bancos alemães e um italiano. Além disso, a partir de 31 de agosto, o governo caçou as cartas-patentes das companhias de seguros da Alemanha e Itália, e no mês de outubro do mesmo ano o determinou-se o confisco de bens e dispôs sobre as responsabilidades pelos prejuízos causados pelo “Eixo” aos brasileiros<sup>18</sup>.

A partir de agosto de 1942, o DIP reforçou a publicação de notícias ligadas aos torpedeamentos acusando os alemães de realizarem um atentado contra a marinha mercante brasileira e à soberania nacional. Consequentemente foram realizados nos grandes centros urbanos, e em áreas de colonização alemã, variados protestos, em geral violentos, contra órgãos, empresas e indivíduos advindos de países do “Eixo”.

Enquadrado no processo forçado de nacionalização e homogeneização cultural da população imigrante/brasileira, ocorreram episódios de pilhagens, quebra-quebra, linchamento e a humilhação pública generalizada<sup>19</sup>. Dennison de Oliveira ressalta que, após a declaração de guerra do Brasil aos países do “Eixo”, em 31 de agosto de 1942, iniciou-se um processo de confisco de bens e imóveis de imigrantes que poderiam colaborar com subversão e espionagem inimiga, e a nacionalização de empresas, seguido pela nomeação de interventores para assumi-las. Houve também uma série de prisões, e, em determinados locais do país, as populações imigrantes foram transferidas para áreas onde foram vigiadas<sup>20</sup>.

15 Decreto-lei nº 2.049, de 28 de janeiro de 1942. Cassado o "Exequatur" Das Autoridades Do "Eixo" Em Minas Gerais. *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 30 de jan. 1942, nº 1176, p. 1.

16 Decreto-lei nº 4.166, de 11 de mar. 1942. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 12/3/1942, Página 3918 (Publicação Original).

17 Coletoria Federal: Aviso, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 18 de mar. 1942, nº 1214, p. 1.

18 As instituições bancárias tratam-se, especificamente, do Banco Alemão Transatlântico, do Banco Francês e Italiano para a América do Sul e do Banco Germânico. FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 129-130. Decreto-lei nº 4.612, de 24 de ago. 1942 e Decreto-lei nº 4806, de 07 de out. 1942.

19 OLIVEIRA. **Os soldados alemães de Vargas**, p. 40-42.

20 OLIVEIRA. **Os soldados alemães de Vargas**, p. 28.

Nesse sentido, Priscila Perazzo, aponta que a repressão de estrangeiros do “Eixo” variava de intensidade entre grupos de distintos locais do país. Os imigrantes alemães, entretanto, foram os maiores acometidos pelas práticas nacionalistas varguistas, pois, ao valorizar sua cultura e atuar nos moldes políticos de um regime estrangeiro, colocavam em risco o projeto nacionalista interno e, como “súditos de um chefe com ambições imperialistas”, representavam um perigo internacional. Logo, muitos imigrantes foram considerados como prisioneiros de guerra e foram internados em “campos de concentração”<sup>21</sup>.

### “Perseguição” de imigrantes em São João Del Rei (MG)

Em relação à população imigrante estabelecida em São João Del Rei, em sua maior parte de origem e ascendência italiana, pode-se apontar alguns focos de perseguição, embora os ataques não ocorressem com a mesma intensidade como sucedido em cidades da região sul do país<sup>22</sup>.

Segundo Mariana Teixeira, na cidade são-joanense, existiu a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, intitulada *Figli del Lavoro*, que foi fundada pelos imigrantes italianos em 29 de outubro de 1891. No contexto da Segunda Guerra Mundial, a Sociedade, influenciada pela conjuntura beligerante, teve todos os seus documentos e registros, como atas, estatutos e quadrosincendiados<sup>23</sup>.

Já ao longo de 1942, após o rompimento das relações diplomáticas, e torpedeamentos na costa brasileira, a imprensa local buscou hostilizar os imigrantes são-joanenses. Conforme se lê em uma manchete do jornal local Diário do Comércio, estes passaram a ser comparados a espíões, subversores, que deveriam ser perseguidos e denunciados.

[...] A casta dos espíões, a quinta-coluna, é varia. Há os que entram, os que imigram; e há os naturais, os nativos. Aqueles agem por instinto racial à procura de espaço vital. São os plenipotenciários do exterior que nos entram pela casa a dentro e se intrometem na nossa vida para desalojar-nos das nossas posições materiais.

Os naturais, os nativos, os domésticos, esses são os piores, porque já conhecem os nossos segredos. São eles os traidores miseráveis, que convivem conosco

21 PERAZZO, Priscila F. *Prisioneiros de guerra: a reclusão dos imigrantes indesejáveis* (Brasil: 1942-1945). In: **Revista Seminários, nº 3 - Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República**. São Paulo, Proin - Arquivo Público do Estado; Universidade de São Paulo, p. 1-5, dez. 2003, p. 2. Captado em: [http://www.usp.br/proin/download/revista/revista\\_seminarios3\\_prisioneirosguerra.pdf](http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios3_prisioneirosguerra.pdf). Acesso em: 18 de jun. 2018.

22 Em 1940, havia no município de São João Del Rei 44.787 brasileiros natos, 92 brasileiros naturalizados, 454 estrangeiros, e 2 de nacionalidade não declarada. Dentre os estrangeiros, havia 200 imigrantes italianos; 111 de nacionalidade síriaca; 70 de origem portuguesa; e 18 imigrantes poloneses. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940); Série Regional, Parte XII, Minas Gerais, Tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950, p. 506-507.

23 Segundo Mariana, sua sede ficava próxima à Fábrica de Tecidos São-joanense, na Avenida Leite de Castro, e posteriormente passou para a Rua Cristóvão Colombo. “A associação preparava diversas atividades para adquirir renda, [...], organizava também as festas do dia 20 de setembro [...] e convocava todos os italianos para [contribuírem] quando a Itália se via envolvida em alguma catástrofe ou guerra”. TEIXEIRA, Mariana E. *Imigrantes italianos na cidade de São João del-Rei: debates na imprensa e os primeiros anos nos núcleos coloniais*. **Revista Latino-Americana de História. Dossiê História Política: temas, fontes e problemas**, v. 4, n. 14, p. 359-379, dez. 2015, p. 372-373.



na intimidade do nosso viver. São os ‘Judas de casa’, fraticidas por índole e por natureza, são os monstros que a Pátria gerou, amamentou depois, [buscam] venderem-na, entregarem-na ao inimigo implacável.

O espião deve, [...], ser vigiado e denunciado às autoridades nacionais. Segui-lo, vigiar-lhe os passos, persegui-lo, denunciá-lo, é dever precípua de cada brasileiro que quer ter sua liberdade garantida, a sua pátria livre, o direito de viver<sup>24</sup>.

Através da imprensa, havia são-joanenses que defendiam o confisco de bens dos imigrantes do “Eixo”. Por exemplo, no jornal *Diário do Comércio* encontra-se uma manchete na qual o autor argumentou que

Os nossos hóspedes, nascidos nos países do ‘Eixo’ [...], não se comportam. Formam uma perigosa quinta-coluna tão beligerante como os beligerantes propriamente ditos. A diferença é só de armas. Usam a língua como armas e a palavra como projétil. [...] A ‘quinta-coluna’ dá aos submarinos a notícia de quando deve partir e quando devem chegar nossos navios, o que significa em que ponto do mar devem estar em tal dia [...]. O submarino espera o navio brasileiro e mete-o ao fundo. Logo a ‘quinta-coluna’ determinou o dano e por ele deve responder, vida por vida, bens por bens, dente por dente. [...]. O confisco é justo<sup>25</sup>.

Além disso, existiu uma rígida crítica contra a ação de “quinta-colunas” imigrantes e brasileiros. Nina Rosa, autora da manchete, entendia que os alemães, italianos e japoneses desejavam introjetar suas “estratégias” no Brasil visando minar a força do país, e que, após aportarem e sugarem ‘vampiricamente’ a riqueza do país, abandonavam-no. Logo, Rosa questiona:

[...] haverá porventura são-joanense pertencente à Quinta-Coluna? Vergonha para São João [Del Rei] se tiver filhos de patriotismo de urso, traidores que por uma vã cobiça queiram entregar seu berço. Não queremos nem podemos crer [que] haja na sociedade são-joanense indivíduos que desçam tão baixo [...]<sup>26</sup>.

Em outra matéria publicada no jornal, o autor anônimo evidencia um sentimento inicial de compaixão com os imigrantes italianos residentes no país. Entretanto, o temor ao “Eixo” e de uma possível conspiração de seus descendentes, acaba sobrepondo-se à clemência.

Por mais santa que seja a nossa revolta, não podemos [...] pôr em prática os mesmos métodos sanguinários do paranoico bandido alemão, sem com ele nos nivelarmos. [...]. Por maior que seja monstrosidade de seus crimes, não é justo que molestemos milhares de súditos do ‘Eixo’ que aqui vivem há dezenas de anos perfeitamente integrados ao nosso meio, cooperando com o seu trabalho honesto pelo engrandecimento do patrimônio nacional, sem cogitar se existem outras pátrias, senão aquela que adotaram espontaneamente para viver. Haja vista a numerosa colônia que aqui vive há dezenas de anos [em São João Del Rei] que tem filhos brasileiros e que em grande maioria ignoram se existe um bufão cabotino chamado Mussolini, que entregou sua bela Itália a horda de hunos salteadores e selvagens que a dominam e saqueiam como saquearam os países conquistados. Com a pequena exceção de uns poucos italianos que aqui fazem fortuna e não perdem [a] oportunidade de escarrar no prato em que comem, a maioria não me-

24 CARVALHO, Freitas. O Espião, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 06 de mar. 1942, nº 1205, p. 4.

25 “M”. O Confisco é justo, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 20 de mar. 1942, nº 1216, p. 1.

26 ROSA, Nina. Quinta Coluna, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 02 de abr. 1942, nº 1227, p. 1.



rece nossa vingança. Mas, a esses ingratos que escolheram o Brasil como campo fácil de lavrar para amealhar fortuna e que não perdem ensejo de nos manifestar sua malquerença, não devemos permitir que afrontem nossa dignidade nem conspirem contra nossa segurança. Urge vigiá-los continuamente e que, cada brasileiro leve ao conhecimento das autoridades todo ato desrespeitoso aos nossos sentimentos de povo livre, para que, no fim da guerra, lhes seja mostrada a porta da rua, depois de confiscados os seus bens. [...]. Há ainda, entre estrangeiros, alguns que, sendo naturalizados, sentem-se com o direito de manifestar simpatias pelas nações que nos agridem. Esses são tão vis quanto certos brasileiros abjetos a soldo do estrangeiro. São perigosos ‘quinta-colunas’ para os quais não basta o nosso desprezo. Devemos exercer rigorosa vigilância sobre essa turma perigosa para que não escape o castigo que merecem<sup>27</sup>.

A busca pelo controle sobre a população imigrante pertencente aos países do “Eixo” também mostra-se evidente no aviso em que o agente do Banco do Brasil, Pedro dos Santos, e seu assistente Álvaro Coutinho, defendem que, de acordo com o Decreto-lei nº 4.166 de 11 de março de 1942<sup>28</sup>, os súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, residentes nos municípios de São João Del Rei, Prados e Resende Costa, comunicassem ao Banco, que localizava-se em São João Del Rei e às Coletorias Federais de Prados e Resende Costa, a natureza, a qualidade, a quantidade e o valor de seus bens, como imóveis, ações e móveis em geral<sup>29</sup>.

Nesse cenário, a Diretoria da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil de Barbacena, cidade próxima a São João Del Rei, passou a exigir que as estações da ferrovia cobrassem a apresentação de salvo-conduto de seus viajantes “súditos do Eixo” no ato da aquisição de passagens<sup>30</sup>. Somente em 1945, a exigência foi desfeita, visto que o comandante da Polícia do Distrito Federal, João de Barros, enviou um ofício ao major Napoleão de Alencastro Guimarães, chefe da Estação, solicitando o abandono da necessidade de apresentação de documentos de identidade na compra de passagens<sup>31</sup>.

Após a afirmação do decreto de estado de beligerância entre o Brasil, a Alemanha e a Itália, ocorrida no dia 22 de agosto de 1942, foi lançada uma manchete no jornal *Diário do Comércio* alegando que a população são-joanense solicitou a demissão de “eixistas” que ocupavam cargos públicos. Desta forma, de Belo Horizonte, um telegrama do interventor Benedito Valadares foi enviado a Getúlio Vargas, clamando que o presidente realizasse a demissão de funcionários estrangeiros e nacionais de cargos públicos, tidos como “quinta-colunistas” e “conspiradores contra a soberania nacional”<sup>32</sup>.

27 “X.X.X.”. Olho Vivo com os Indesejáveis, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 26 de ago. 1942, nº 1347, p. 4.

28 O Decreto-lei nº 4.166, de 11 de mar. 1942, referia-se às normas que dispunham sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 12/3/1942, Página 3918 (Publicação Original).

29 SANTOS, Pedro dos.; COUTINHO, Álvaro. Aviso Importante, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 24 de mar. 1942, nº 1219, p. 4.

30 O salvo-conduto era obtido nas delegacias policiais. Salvo Conduto. *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 24 de abr. 1942, nº 1244, p. 1.

31 Desnecessária a identificação dos viajantes, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 29 de mar. 1945, nº 2116, p. 1.

32 Uma medida necessária e patriótica, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 23 de ago. 1942, nº 1345, p. 4.

Segundo inquérito da Polícia Política, em 19 março de 1944, a polícia são-joanense apreendeu a câmera fotográfica, modelo Kodak A.G. Nagel-werk Stuttgart, do suíço Max Hohn, residente no Rio de Janeiro, pois este transgrediu as determinações impostas pela Polícia do Estado sobre a posse e utilização de máquinas fotográficas. No decorrer da investigação, Max foi acusado, por algumas testemunhas, de criticar a polícia local, e conversar em língua estrangeira com o lituano Juozas Jurgilas, residente na cidade, durante a festa de procissão dos Passos do respectivo ano<sup>33</sup>. Prestando declaração ao Delegado Regional, Max afirmou que não tinha autorização e licença de nenhuma autoridade policial para tirar fotografias, ou realizar visitas em cidades. Todavia, assegurou que estava em São João Del Rei a passeio e a trabalho, observando os fornos de fundição de cassiterita e terrenos de pesquisas do mesmo minério, e que a cerca de um ano era informado, no Rio de Janeiro, que a mineração na cidade era promissora. Na ocasião, Max declarou que esteve conversando com o lituano Juozas, e disse que pretendia viajar, mas estava com a sua carteira e sua máquina apreendidas pela polícia. Logo, Juozas ofereceu-se para acompanhá-lo e dialogar com o Delegado sobre a sua pessoa, para afirmar que Max não ofendeu a polícia com palavras ou gestos<sup>34</sup>.

Caminhando para o fim da guerra, foram afrouxadas as exigências impostas às populações descendentes de países do “Eixo”. Por exemplo, em 12 de dezembro de 1944, o Delegado Regional de Polícia de São João Del Rei, Abel Jacinto Ganem Junior, emitiu um aviso, cumprindo ordens do chefe de serviço de registro de estrangeiros do estado de Minas Gerais, sobre a determinação de Vargas de suspender medidas impostas aos italianos, e aprovar a “livre-circulação”, desde que os mesmos estivessem munidos da carteira de identidade modelo 19<sup>35</sup>.

Dentre os casos de prisão e sentenciamento de imigrantes com maior repercussão na cidade são-joanense destaca-se a apreensão, ocorrida em 10 de dezembro de 1944, do alemão Franz Ferdinand Ernest Albrecht, funcionário da Secretaria da Agricultura, e ex-chefe da 11ª Circunscrição Agropecuária de São João Del Rei, e do lituano Juozas Jurgilas<sup>36</sup>, minerador de ouro na cidade e antigo oficial do exército lituano durante a Primeira Guerra Mundial, que lutou contra os países “Aliados”<sup>37</sup>.

Segundo o relato descrito no jornal *Diário do Comércio*, em virtude de diversas denúncias, o delegado João Luís Alves Valadão, de Belo Horizonte, partiu para São João Del Rei afim de

33 Max Hohn possuía 43 anos de idade, era solteiro e químico, de nacionalidade suíça, natural de Basileia, filho de Carl Hohn e Da. Schaenlin, e residia no Rio de Janeiro. Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3650, rolo: 040, data: mar. 1944, p. 5 e 10-13.

34 Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3650, rolo: 040, data: mar. 1944, p. 6-7.

35 JUNIOR, Abel Jacinto Ganem. Delegacia Regional de Polícia em S. João del-Rey, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 15 de dez. 1944, nº 2033, p. 2.

36 Nascido em 1901, na cidade Taurage, Lituânia, além de professor de lituano na década de 1930, Juozas foi gerente da Aliança Lituano Brasileira (Sajunga), entre 1938 e 1939; e assumiu a tesouraria da organização até agosto de 1940, com 39 anos de idade. Captado em: <http://sajunga.weebly.com/o-s261jungietis.html>. Acesso em: 02 jan. 2017.

37 A Propaganda Nazista Em São João del-Rey, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 10 de dez. 1944, nº 2029, p. 1.

averiguar a propagação da “doutrina nazista”. Segundo denúncias apresentadas, esses indivíduos realizavam, antes e durante o estado de beligerância brasileiro, “intensa propaganda nazista”, distribuindo panfletos e folhetos recebidos diretamente de Berlim. Desta forma, o lituano Juozas foi preso e deslocado para Belo Horizonte, visto que, em busca realizada em sua residência, foram encontrados papéis escritos em língua lituana ligados a atividades políticas (cartas)<sup>38</sup>. O alemão Franz Ferdinand também foi preso, e, em seu julgamento, negou seu envolvimento com Berlim, porém foi contestado por várias testemunhas presentes no local<sup>39</sup>. As prisões tiveram alcance na imprensa nacional, conforme consta na matéria publicada no jornal “O Globo”, em 26 de dezembro de 1944<sup>40</sup>.

Apesar de o inquérito envolver muitas acusações e investigações, ao serem interrogados outros imigrantes/descendentes e pessoas suspeitas de estarem envolvidas na propagação de “idéias nazistas”, em 17 de fevereiro de 1945, ambos os indiciados foram liberados e o processo de julgamento foi arquivado<sup>41</sup>.

### Conclusão

A Segunda Guerra Mundial produziu uma gama de transformações nas dinâmicas cotidianas de pequenas e grandes localidades mundiais, exacerbadas pela veiculação de notícias em jornais impressos e rádios, gerando temor nos sujeitos que vivenciaram o período.

Nesse sentido, a guerra contribuiu para o processo de homogeneização social ao legitimar a repressão contra imigrantes e descendentes. As perseguições e violências efetuadas contra o teórico inimigo “quinta-coluna”, gerou sofrimento pessoal e coletivo, e atingiu fisicamente ou psicologicamente os descendentes de alemães, italianos e japoneses, taxados como “súditos do Eixo”, “em nada contribuindo para o aumento da segurança do país ou para o combate dos verdadeiros inimigos internos”<sup>42</sup>. Entretanto, houve uma resistência por parte dos colonos originários de países do “Eixo”, pois, mesmo que o projeto nacionalizador tenha tentado homogeneizá-los e integrá-los à pátria brasileira, tais pessoas driblavam às normatizações impostas. “Homens, mulheres, no calor da guerra, escreveram cartas, dissimularam, inventaram estratégias, desafiaram as autoridades, mobilizavam-se”<sup>43</sup>.

38 Arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982. Pasta: 3701, Rolo: 041, Data: jul. 1942 - Fev. 1945, p. 6.

39 A Propaganda Nazista Em São João del-Rey, *Diário do Comércio*, São João Del Rei, 10 de dez. 1944, nº 2029, p. 1.

40 Insultou a bandeira da própria pátria, *Jornal O Globo*, 26 de dez. 1942. Arquivo Público Mineiro. Arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3701, rolo: 041, data: jul. 1942 - Fev. 1945, p. 3.

41 O Tribunal de Segurança, em sessão de 23 de janeiro de 1945, arquivou o processo nº 5942, na qual estavam acusados Marina Reis, Franz Ferdinand e Juozas Jurgilas. Arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982. Pasta: 3701 Rolo: 041, Data: jul. 1942 - fev. 1945, p. 2.

42 OLIVEIRA. **Os soldados alemães de Vargas**, p. 150-151.

43 FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma outra guerra Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

Em São João Del Rei a população imigrante sofreu momentos de perseguição, principalmente após meados de 1942. Muitos dos ataques e intimidações, fomentados pela política varguista, partiram de redatores da mídia local, que afirmaram a necessidade de vigiar, denunciar, confiscar os bens e perseguir os “súditos do Eixo”. Na prática, houve o fechamento forçado da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Figli del Lavoro*, a imposição de decretos que exigiram a necessidade de portar salvo-condutos para circulação e a obrigatoriedade de declarar a natureza, a quantidade e o valor de seus bens ao Banco do Brasil. Ademais, foram realizadas prisões temporárias de indivíduos como o lituano Juozas Jurgilas e do alemão Franz Ferdinand Ernest Albrecht, e de itens pessoais do suíço Max Hohn.

---

duação em História, Florianópolis, 2002, p. 16.

## O Partido Nacional-Socialista Alemão em Juiz de Fora: o processo criminal

Luiz Antonio Belletti Rodrigues<sup>1</sup>  
luizbelletti@hotmail.com

### Resumo

Este trabalho analisa o processo criminal contra um casal de alemães acusados de fazer propaganda do Partido Nacional-Socialista Alemão em Juiz de Fora, Minas Gerais e de pregar uma política de germanização de brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial. O processo foi encontrado durante as pesquisas sobre a perseguição de estrangeiros ocorrida em Juiz de Fora no Estado Novo. O objetivo central da pesquisa é identificar, através do estudo das perseguições, os mecanismos repressivos do Estado Novo e sua ação em diversas situações, muito além da repressão oficializada e reconhecida pela historiografia. A pesquisa foi feita nos processos criminais existentes no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. O período pesquisado está compreendido entre 1937 e 1945, isto, é, imediatamente antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra, fazendo uma análise quantitativa e qualitativa das perseguições ocorridas contra os estrangeiros neste período.

**Palavras-chave:** Estado Novo, estrangeiros, nazismo, segunda guerra.

### Introdução

Uma pesquisa rápida na internet nos leva à página da União Nacional Socialista do Brasil, organização que se apresenta como uma continuidade do partido nazista no Brasil. Relata a história do partido no país, e está repleto de textos racistas contra mestiços e judeus, além da exaltação de Hitler e de outros nazistas históricos<sup>2</sup>. Segundo Ana Maria Dietrich o partido nazista no Brasil funcionou de 1928 a 1938 e estava inserido em uma rede de filiais espalhada por 83 países no mundo, e comandada pela Organização do Partido Nazista no Exterior, com sede em Berlim, sendo que a filial brasileira teve a maior célula fora da Alemanha com 2900 integrantes. O chefe do partido nazista no Brasil, foi Hans Henning von Cossel, considerado como *Führer* tupiniquim<sup>3</sup>.

Este artigo apresenta o processo contra Viktor Schwaner e sua esposa Annelise Schwaner, pastor da Igreja Luterana do bairro São Pedro, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Todos os

1 Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientador Fernando Perlatto Bom Jardim. Bolsista CAPES.

2 União Nacional Socialista. In <https://nacionalsocialista27.blogspot.com.br/>. Acessado em 16/05/2018.

3 DIETRICH, ANA MARIA. Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

indícios mostram que pertenciam ao Partido Nacional-Socialista Alemão em Juiz de Fora e ao processo estão anexados vários documentos, incluindo as cartilhas geradoras da denúncia, propagandas e fotos da sede do Partido na cidade, onde os símbolos nazistas estão em destaque. As diversas fontes documentais sobre o crime foram cruzadas, permitindo visualizar um quadro do processo de repressão existente no Estado Novo, bem como as articulações do partido nazista no Brasil.

Os alemães, japoneses e italianos que moravam no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial foram tratados como inimigos e passaram a sofrer perseguições. A guerra serviu de pretexto para a intensificação do autoritarismo do Estado Novo, usando o inimigo externo para que a nação se unificasse em torno de seu líder, Getúlio Vargas, e qualquer manifestação em contrário seria considerada uma sabotagem. O inimigo interno era qualquer um que não concordasse com o governo.

O artigo portanto faz parte de uma pesquisa que conta a história da perseguição aos estrangeiros ocorrida na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A questão central é entender como Juiz de Fora, uma cidade fundada por colonos alemães, e com grande número de imigrantes italianos, teve estes cidadãos, muitos deles nascidos aqui, perseguidos de diversas formas, inclusive violentas. A pesquisa de campo mobilizou diversas fontes documentais, mas especificamente duas foram as mais utilizadas para os objetivos propostos: processos criminais em que os estrangeiros aparecem como réus, e notícias de jornais do período analisado, relacionadas aos temas propostos. Estes documentos fazem parte do acervo do Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

O período pesquisado está compreendido entre 1939 e 1945. Neste artigo analiso especificamente os documentos encontrados que tratam do pastor luterano Viktor Schwaner. Também foram utilizados os documentos encontrados no Arquivo da Polícia Política, existentes no Arquivo Público Mineiro (APM)<sup>4</sup>. Analisando o arquivo de crimes e os jornais da época, pretendeu-se mostrar que a perseguição e os braços da repressão do Estado Novo se configuravam como uma trama complexa, que se aproveitou dos efeitos da guerra, antes e depois da declaração do estado de guerra. Apesar de atingir vários setores da população, foram os estrangeiros vindos dos países com os quais o Brasil estava em guerra os mais atingidos pela repressão. Se antes anarquistas e comunistas eram os inimigos ideológicos, agora bastava ser estrangeiro e originário dos países do Eixo para que o perigo existisse. Durante os anos de guerra, os imigrantes e seus descendentes sofreram restrições e perseguições, inclusive prisões em campos de concentração, confisco de bens, fechamento de associações e intervenções em escolas.

### **A perseguição a estrangeiros no Estado Novo**

Ao relatar a história de sua família, de origem judaica, Boris Fausto nos mostra como a relação da população brasileira com os imigrantes dos países do Eixo mudou a partir do rompimento

4 Arquivo da Polícia Política, Arquivo Público Mineiro. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acessado em 07/04/2016.



das relações diplomáticas em janeiro de 1942, e mais tarde com a declaração de guerra<sup>5</sup>. Não importava que sua família fosse judia, sobretudo, eram vistos como “súditos” de países em guerra com o Brasil. A mobilização popular que precedeu a entrada do Brasil na Guerra criou um clima hostil em relação aos estrangeiros destes países. A vida destas pessoas ficou muito difícil, com centenas de milhares de pessoas pedindo vingança pelo afundamento de navios brasileiros<sup>6</sup>.

A cidade de Juiz de Fora possuía um grande contingente de alemães e italianos em sua população. Os trabalhadores e técnicos contratados no século XIX para a construção da estrada União Indústria, ligando a região a Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, eram alemães, o que gerou a criação de um importante núcleo de imigração na cidade, ainda presente em alguns bairros nos dias atuais. O impacto dos protestos contra estrangeiros foi grande na cidade. Durante os protestos pelo afundamento dos navios brasileiros durante a guerra, a Casa de Itália foi fechada e ocupada, a Rua Itália se tornou Oswaldo Aranha, e a Rua Berlim passou a ser chamada de Avenida Governador Valadares.

A declaração de guerra representou um corte radical na vida de muitas pessoas que viviam aqui há muitos anos. Os idiomas destes países foram definitivamente proibidos de serem falados, e as pessoas passaram a ser “súditos do Eixo”. A expressão “Quinta-Coluna”, que nomeava os espões e sabotadores, era usada para humilhar os estrangeiros<sup>7</sup>. Rosângela Kumura nos conta que, no Paraná, os súditos do Eixo foram retirados da orla marítima, os bens foram confiscados, e as casas nunca mais foram devolvidas: até hoje pertencem aos bancos, não aos japoneses, que foram levados para a fazenda do interventor do estado<sup>8</sup>. Marlene Fávere relata o cotidiano e o medo dos estrangeiros, mas o que ela mais chama a atenção é que estas histórias não eram, na verdade, contadas<sup>9</sup>. O silêncio foi a forma de lidar com as lembranças. O rearranjo de forças políticas forçou também o esquecimento das dores e rancores. A destruição de lápides nos cemitérios, a proibição de ouvir rádio, de cantar e festejar causou muita mágoa.

### O arquivo da Polícia Política

A pesquisa no Arquivo da Polícia Política existente no APM encontrou a pasta 3692 com os documentos do pastor. São 112 documentos e incluem cartas, fotos, folhetos, história em quadrinhos e a tradução dos documentos. As fotos são de pessoas de uniforme nazista e de navios

5 FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios*. Histórias da Imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

6 NETO, Geraldo Magella de Menezes. **A “ressurreição da alma cabana”**: as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda. Em Tempo de Histórias. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) N°. 23, Brasília, ago. – dez. 2013 ISSN 2316-1191

7 LESSA, Daniele. **Segunda Guerra Mundial**: uma breve história do conflito. Programa de rádio, Rádio Câmara, 09/11/2011, transcrito em: <http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?>. Acessado em 29/03/2016.

8 Apud LESSA, op. Cit.

9 Idem

de guerra. O documento de abertura é um encaminhamento do delegado de Juiz de Fora para a delegacia de Belo Horizonte, em que era informado o envio dos documentos pelo correio, além de alertar para os crimes do pastor e o fato de ele ser reincidente.

Há uma carta escrita à mão e assinada pelo pastor, cuja primeira página é censurada. Nesta carta, datada de 17 de janeiro de 1943, ele pede para ser solto, alegando que precisa cuidar da família e quer voltar a cuidar da igreja. O documento seguinte é o alvará de soltura da penitenciária de Neves, emitido dois dias depois. Os documentos em alemão são dois livretos, um postal, uma história em quadrinhos e algumas cartas datilografadas. A tradução destes documentos são os documentos finais incluídos na pasta do arquivo.

A primeira tradução informa que o pastor era um atleta premiado no pentatlo. A seguinte é a tradução de uma carta de julho de 1933 ao sínodo evangélico do Rio de Janeiro informando sobre a chegada do pastor em Juiz de Fora, e sobre as providências que estavam sendo tomadas. Uma carta de 12 de junho de 1943 vinda de Berlim informava do envio de 25 folhetos de propaganda para o pastor. Uma carta circular, de maio de 1934 alertava sobre a necessidade de e criar pontos de apoio do partido nazista em todo o mundo, e que grupos como o de Juiz de Fora já existiam em 300 lugares do planeta. Pedia que todos os “alemães de sangue”, mesmo os nascidos no Brasil até a quarta geração deveriam ser chamados para o partido, para serem “soldados políticos de Hitler”. Os deveres destes soldados eram o aperfeiçoamento nos bens espirituais do nacional-socialismo, a obediência e a prática do *selbstzucht*, ou o domínio de si mesmo.

A tradução do folheto informava que era um *Guia de Ensinos* do grupo local do partido, datado de agosto de 1934 e assinado por Gohdes, dirigente de ensino do Reich em Berlim. Este extenso folheto contava a história dos *Impérios Germânicos*, além de pregar a criação de um novo *Germanntum*, expressão de difícil tradução e que representa tudo que se prende ao ser de um povo germânico-alemão. Explicava também o que eram os povos nórdicos e arianos, o uso da suástica e identificava como grandes inimigos os judeus e os maçons. Uma última carta relatório do pastor informava sobre suas viagens em diversas cidades de Minas Gerais, como Sete Lagoas, João Pinheiro, Belo Horizonte, contando a situação dos diversos grupos do partido nestas cidades.

### O processo contra o pastor

O processo analisado começa em 23 de julho de 1942, contra o pastor Viktor Schwaner e sua esposa Annelise Schwaner, acusados de fazerem propaganda do Partido Nacional-Socialista alemão. Este processo está na Caixa 1, Série 1, *Existência Política da República*<sup>10</sup>. Recebeu o número 2201, sendo a autuação datada de 23/07/1942 e a queixa-crime, de 12/02/1942. A acusação foi de propaganda em favor do Partido Nacional-Socialista Alemão. O que aconteceu foi que o declarante

10 Arquivo do Crime, Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Kurt Walter Schóber, alemão residente em Juiz de Fora, disse ter recebido do Pastor Viktor Schwaner um folheto impresso em seis páginas sobre os interesses da Inglaterra com a guerra.

O processo se inicia com o depoente Hermann Zahn, que declarou ter sido chefe do Partido Nacional-Socialista Alemão até 1937, quando foi fechado por um decreto do governo federal. Este partido, enquanto funcionou, levou filhos de alemães para a Alemanha a fim de que aprendessem algum ofício. No entanto, segundo o declarante, apenas um rapaz de Juiz de Fora seguiu para a Alemanha, o filho do senhor Alfred Möller. O declarante afirmou que anteriormente a presidência do Partido Nacional-Socialista era função o Pastor Viktor Schwaner, e que a sede deste partido funcionou anexa à Escola Alemã, dirigida pelo mesmo pastor. A escola também deixou de existir por determinação do governo brasileiro.

Após ser citado na declaração do senhor Hermann, Alfred Möller foi chamado a depor sobre o caso. O declarante disse ter sido participante do Partido Nacional-Socialista, tendo abandonado o partido por não conseguir comparecer às reuniões semanais. O senhor Möller também confirmou que seu filho, Paulo Edmundo Möller, encontrava-se na Alemanha, a expensas do governo alemão, para aprender um ofício. Sobre o folheto de propaganda do partido, ele alegou que este e outros materiais lhes foram entregues pelo pastor e pelo vice-cônsul alemão senhor Becker, com a finalidade de que fossem lidos e distribuídos para os amigos. Mas declarou não ter lido os folhetos por falta de interesse.

Mais tarde, o senhor Alfredo Möller foi chamado para depor novamente, a fim de esclarecer sobre a ida de seu filho para a Alemanha. Disse que seu filho, Paulo Edmundo Möller, partira para o país em abril de 1937, com a finalidade de aprender o ofício de pintor, e que estava sem dar notícias desde setembro de 1941. Foram anexadas ao processo cartas de Paulo, que teria partido em função da viagem oferecida pela Frente do Trabalho Alemã, que convidou vários filhos de alemães para embarcarem rumo a Alemanha e se aperfeiçoarem em qualquer ofício naquele país, uma vez que isto redundaria em benefício para a localidade na qual viessem a morar. Outra pessoa ouvida, o senhor Temístocles de Oliveira, disse ter ido à casa de um senhor chamado Severino, o qual lhe entregou um material impresso de propaganda nazista, dizendo que este material fora entregue pela esposa do Pastor Viktor Schwaner, seu vizinho.

Foi então chamado Severino José da Silva, que contou que em certa ocasião esperava para comprar um jornal na porta de casa, quando apareceu sua vizinha, a senhora Annelise, esposa do Pastor, com a qual comentou a demora do jornaleiro e a falta de ter o que ler. Neste momento, a senhora disse que lhe arranjaria algo para ler, entrou em casa e voltou trazendo uns livros. O depoente disse ter ficado receoso ao ver as capas dos livros e perguntou à senhora se haveria algum perigo, ao que ela respondeu que não. Transcorridos alguns meses, o senhor Temístocles esteve na casa do depoente e o recomendou entregar os livros as autoridades.

Sobre este depoimento do senhor Severino José Silva, a esposa do pastor disse que deu ao seu vizinho alguns livrinhos e folhetos de propaganda pertencentes ao seu marido, e não sabia

informar que livros e folhetos eram estes. Na declaração do pastor, ele assume que distribuía a diversas pessoas exemplares do folheto, sem se lembrar, no entanto, a procedência deles. Declarou que o senhor Severino pediu algum material de leitura, ocasião em que sua esposa lhe fez a entrega, através de um menor.

Quatro testemunhas depuseram em defesa do casal de alemães, um dizendo que nunca houve propaganda política por parte deles, os outros dizendo que desconheciam o fato, e tampouco o uso dos cultos para este fim. Eduardo Perteman, uma das testemunhas, fora zelador da Igreja Evangélica Alemã durante dez anos, sendo que em sua residência foram encontradas três fotos, das quais o depoente não sabia informar a procedência. Em qualquer caso, afirmou que o pastor não fazia propaganda nazista na referida igreja.

Outro ouvido foi Pedro Peterman Junior, que disse em depoimento que embora fosse protestante, frequentava pouco a igreja protestante de São Pedro, cujo culto está a cargo do pastor Viktor Schwaner. O depoente não sabia informar se este pastor fazia propaganda política. Ao ser pedido para identificar as fotos encontradas com o zelador, este disse que a primeira foto era da Igreja de São Pedro, mas não soube dizer do que se tratavam as outras duas.

Em outro depoimento coletado para esclarecer a ação do pastor como propagandista do partido nazista, ouviu-se Francisco Gustavo Faulhaber, presidente do Culto Evangélico Alemão da sociedade civil e religiosa organizada em Juiz de Fora. O depoente disse que desconhecia qualquer atividade de distribuição destes folhetos de propaganda política pelo pastor Schwaner, e afirmou não haver aquiescência do culto evangélico com relação ao tratamento destes assuntos, que eram desaprovados pelo próprio depoente, e pelos demais membros do culto.

Mais um depoente, o senhor Walkirio Seixas de Faria, contou que conheceu em Joinville, Santa Catarina, o alemão Karl Meyer, que nutria sentimentos antinazistas, e que teria vindo da Alemanha justamente pela incompatibilidade partidária com os nazismos, ligando-se mais a brasileiros na cidade citada, porém sendo mal visto pelos outros alemães. Por este motivo, o alemão mostrou-se desejoso de sair de Santa Catarina, recebendo do senhor Walkirio a indicação de Juiz de Fora como uma cidade que lhe ofereceria condições de trabalho, uma vez que o senhor Karl tinha por profissão o magistério. O depoente disse ter perguntado ao senhor Karl sobre suas impressões sobre a cidade, ao que o mesmo respondeu que os alemães em Juiz de Fora estavam mais nacionalizados e identificados com os brasileiros; todavia, ele teria encontrado um grupo de propagandistas nazistas exaltados, chefiados por um pastor luterano, cujo nome não foi mencionado. Em todo caso, o depoente disse estar certo de que esta propaganda nazista visava exclusivamente os filhos de descendentes de alemães nascidos no Brasil, com a finalidade de que estes mantivessem os sentimentos de nacionalidade germânica.

Imagem 1



Foto do altar com os símbolos nazistas

**Fonte:** Arquivo do Crime AHJF

Segundo os relatórios da investigação, o Pastor infringiu o inciso 2º do artigo 2º da Lei 383, de 18 de abril de 1938, por distribuir materiais de propaganda do Partido Nacional-Socialista Alemão. Além da distribuição do material, o relatório critica também o fato de o pastor se demonstrar preocupado com os interesses nacionais brasileiros. Foram citadas também as publicações do jornal “Mensageiro Lutherano”, no qual a comunidade luterana censura projetos de unificação das igrejas cristãs na Alemanha. E constataram, por fotos encontradas, as atividades partidárias ilícitas e o arranjo da igreja à moda nazista. Foram apreendidas fotografias de Adolf Hitler e alguns números da revista “Mensageiro Lutherano” na casa do pastor. Uma estatueta de metal em formato de suástica, usada como peso de papel, duas cadernetas militares do exército alemão e uma fotografia da Primeira Guerra foram apreendidas na casa do Sr. Hermann Zahn, uma das testemunhas citadas. No termo de audiência, consta que o Juiz responsável condenou o Pastor Viktor a três meses de prisão e uma multa de sete contos e quinhentos mil réis, absolvendo a acusada Annelise. A sentença diz que o único fato posterior à lei, e passível de condenação, foi o pastor ter entregado a várias pessoas folhetos e livros. A defesa alegou que o acusado estava sendo perseguido pela polícia.

A sentença considerou os seguintes pontos: o folheto apreendido não era de propaganda contra o regime vigente no país, mas assimilava os totalitarismos alemão e italiano como uma soma de nacionalismo e



socialismo; aparentemente não havia propaganda contra a política interna do país, mas sim contra a política externa seguida pelo governo, uma vez que os folhetos pregavam aproximação e solidariedade com os chamados países do Eixo, e afastamento dos países contrários; considerou-se também o artigo primeiro do Decreto Lei 383, de 18 de abril de 1938, que veda ao estrangeiro “imiscuir-se direta ou indiretamente nos negócios públicos do país” e “exercer qualquer atividade de natureza política”; o ato do acusado constituía não só uma intromissão, pois se relacionava “não só com a política interna, mas também com a externa, pretendendo influir naquela por meio de comparação impertinente, e nesta por meio de tendencioso incitamento” (AHJF, processo 2201/1942, transcrito da sentença do processo). Para o juiz o ato da acusada Annelise não pareceu ser intencional, e foi realmente praticado na ignorância, isentando-a do código penal. O mandato de prisão foi executado, com uma apelação negada. O pastor foi solto em dezembro 1942, segundo este processo.

Em 3 de setembro de 1942, o jornal *Diário da Tarde* noticiava: “Condenado o agente nazista Victor Schwaner da igreja evangélica local a três anos de prisão e a pagar 7.500\$000”<sup>11</sup>. A notícia informava que a condenação fora pelo Tribunal de Segurança Nacional. Não fica claro se é o mesmo processo acima descrito, pois tanto a pena quanto o tribunal são diferentes, mas o valor da multa é igual. Pode ser um erro do jornal quanto a pena e o tribunal, pois as datas também são coincidentes, mas há também a possibilidade de que o pastor tenha sido condenado em duas instâncias distintas. Os documentos do Arquivo Público Mineiro não foram incluídos no processo, e em um deles a data de soltura de Viktor da penitenciária de Neves é em 1943, o que indica uma segunda prisão. O primeiro dos documentos do APM, quando encaminha os folhetos e fotos para o TSN informa que o pastor seria reincidente. Dietrich também escreveu sobre a prisão do pastor, informando que ele permaneceu dois anos presos, as não cita a fonte onde esta informação foi retirada<sup>12</sup>.

#### Imagem 2



**Figura 2** – Foto com a capela Evangélica Alemã

Fonte: Arquivo do Crime AHJF

11 Jornal “Diário da Tarde” – Acervo do Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

12 DIETRICH, op. cit.



## Conclusão

Os estrangeiros que viviam no Brasil foram perseguidos de diversas formas, mesmo os que se consideravam brasileiros. Em Juiz de Fora a perseguição chegou a ser violenta, mas muitas vezes aparecia em atos simples, como um simples comentário de rua. Estes acontecimentos na cidade ainda precisam ser resgatados e relatados. Muito pouco se escreveu ou se falou sobre o que aconteceu, e praticamente não há literatura sobre o período na cidade. Este artigo pretendeu mostrar, através da análise de um processo criminal, e com o cruzamento de outras fontes, a teia de informações e mecanismos repressivos que o Estado Novo criou.

As curiosas ligações dos envolvidos também nos fazem indagar, quem era na verdade o pastor e o que fazia em Juiz de Fora. Teria apenas distribuído folhetos ou era um espião nazista. A foto do interior da igreja mostra-nos claramente um altar com os símbolos nazistas, e não deixa dúvidas sobre as intenções do pastor e de sua esposa. As cartilhas e documentos do APM deixam claro que o pastor era responsável pela organização do partido e pela rede em Minas Gerais. A pena parece muito branda frente aos documentos, imagens e ações dos réus. Conclui-se portanto que as atividades nazistas no Brasil continuaram, mesmo depois do fim do partido em 1938, e que a ligação com Berlim permanecia. A apreensão dos documentos e as atividades do pastor aconteceram em pleno andamento da guerra. Como vimos no início deste artigo, os nazistas ainda estão ativos no Brasil.

Os processos selecionados na pesquisa constituem vasto material para o prosseguimento do projeto. A pesquisa prosseguirá com entrevistas com estrangeiros residentes na cidade e com pesquisas no Arquivo Nacional, com os processos do Tribunal de Segurança Nacional. A análise dos processos criminais foi fundamental para resgatar alguns acontecimentos sobre a perseguição de estrangeiros que a imprensa local não relatou. Os processos também foram as únicas fontes que revelaram os apedrejamentos das lojas e estabelecimentos comerciais de estrangeiros na cidade, tendo a imprensa escrita também se calado. Este processo do pastor, apesar de não caracterizar uma perseguição a estrangeiros, pois as provas mostram claramente a pregação nazista dos participantes, revela o outro lado da moeda, o tratamento aparentemente leve dado a um provável espião.

# De Nápoles ao Rio de Janeiro: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira.

Rodrigo Musto Flores<sup>1</sup>  
rodrigomustoflores89@gmail.com

## Resumo

O Presente artigo se refere ao projeto de pesquisa intitulado: *Jogo de Luz e Sombra*; Os usos e abusos de uma memória sobre a Força Expedicionária Brasileira. Neste projeto abordo a desmobilização dos cidadãos incorporados à FEB durante a Segunda Guerra Mundial, abordando os pontos deste processo e suas consequências, sobre a memória dos ex-combatentes brasileiros no período posterior ao conflito. Ao término da guerra, ainda em Nápoles, foram outorgadas uma série de medidas que recaiam sobre o os expedicionários, tais medidas visavam, em alguma forma, conter um serie de agitações e minimizar o impacto da chegada da FEB ao Rio de Janeiro. Nos finais do Estado Novo, a atuação do Brasil ao lado aliado durante o conflito criava uma grave contradição interna no regime, contradição esta, acentuada pela vitória dos aliados e o bom desempenho da Força Expedicionária Brasileira nos campos de Batalha italianos. A proibição do uso de: uniformes, distintivos, medalhas, condecorações ou qualquer outro adereço que fizesse referência à campanha da Itália, assim como, a proibição de tecer relatos à imprensa sobre as experiências vividas nos campos de batalha na Itália (*Aviso N° 197-166* emitido em 11 de junho de 1945), são algumas das medidas apontadas e colaboram por identificar a proximidade entre os discursos de retorno da FEB e o discurso de retomada das rotinas democráticas no país. O problemático processo de desmobilização da FEB colabora para a reversão ao tratamento natural do veterano de guerra no Brasil, no qual a memória veiculada sobre a participação Brasileira no conflito será alvo de disputas, construções e desconstruções.

**Palavras-chave:** Reintegração Social, Memória, FEB, Ex-Combatentes

Com o término das hostilidades na Europa, em 08 de maio de 1945, a Força Expedicionária Brasileira integrante do 4º Corpo do V Exército norte americano, finda sua participação na Segunda Guerra Mundial. “No Brasil, a notícia que a guerra havia acabado chegou aos brasileiros no dia sete de maio através da edição extraordinária do Repórter Esso, apresentada por Heron Domingues, anunciava a morte de Hitler e o fim da guerra.”<sup>2</sup> Após esse comunicado jornais de

1 Mestrando vinculado ao programa de mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História na Universidade Federal de Viçosa (UFV)

2 NASS, Sirlei de Fátima. Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951), Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Univer-

diversas localidades, noticiavam o fim do conflito, ressaltando a participação do Brasil e a atuação do soldado brasileiro no *front* italiano.

O Jornal do Brasil, evidenciou a movimentação dos habitantes do Rio de Janeiro e o clima de empolgação e vibração cívica pelo fim da guerra:

As 14 horas quase todo o comércio já havia cerrado as portas. Nas ruas cariocas o movimento era intenso. Ouviam-se a todos os instantes a buzina dos automóveis, o clamor das sirenes. E, com isso, a explosão ininterrupta dos fogos e das bombas, o estampido incessante dos morteiros, que, em regozijo, os cariocas soltavam.<sup>3</sup>

Com o fim da guerra os problemas inerentes ao destino que seria dado as tropas mobilizadas para o combate, passam a ser uma preocupação constante. Organizar o retorno de milhares de jovens, materiais bélicos, equipamentos, além da recepção dos soldados vitoriosos no território brasileiro demandava tempo, planejamento e estudo devido ao aspecto logístico. A preocupação do Ministério da Guerra após a rendição alemã e o término das hostilidades era a evacuação, o mais rápido possível das tropas brasileiras na Itália.

Ferraz aponta que o comando brasileiro deixava claro, já no fim de abril, que as tropas brasileiras não seriam utilizadas para integrar missão de ocupação em territórios de nações vencidas.<sup>4</sup> Com a possibilidade da utilização de forças brasileiras no teatro de operações do pacífico descartada, poucos dias após a declaração de término das hostilidades, era notícia em jornais da capital federal o aviso assinado por Eurico Gaspar Dutra, então ministro da guerra, que determinava, o plano de evacuação da FEB na Itália.<sup>5</sup>

O retorno dos escalões da FEB, estava sendo organizado, assim como, o destino da tropa e as festividades de recepção de cada escalão no porto do Rio de Janeiro. A FEB, alvo de dúvidas desde sua criação, retornava da Europa como um símbolo da luta contra a tirania do nazi-fascismo e, por isso, merecia uma recepção que fosse à altura de seus feitos.

O momento político vivenciado pelo Brasil, à iminência do retorno da FEB, é o Estado Novo. Angela de Castro Gomes, aponta que esse momento de clara transição política, se torna um campo fértil para a manutenção das práticas em torno do calendário festivo do regime. As comemorações do dia do trabalho, dia da Independência e do aniversário do regime, 10 de novembro, se juntariam ao calendário de comemorações, que representavam a vitória das forças democráticas sobre os países do eixo. Essas comemorações segundo Angela de Castro Gomes “estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridades e o público trabalhador”<sup>6</sup> Numa proposta que vigorava desde o início do Estado Novo.

---

sidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. p.53.

3 O DIA da vitória. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 de maio de 1945. Edição 105, p.9.

4 FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000). Londrina: Eduel, 2012. p. 88.

5 A CONTRIBUIÇÃO do Brasil para a vitória das Nações Unidas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1945. Edição 108, p.6.

6 GOMES, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.319

Se por um lado, poderia parecer que o retorno dos “pracinhas” vitoriosos da guerra seria a coroação de um regime ditatorial já em decadência, por outro, a luta da FEB na Itália e a vitória da democracia sobre as ditaduras do eixo, convertia os soldados da Força Expedicionária Brasileira em símbolos de uma democracia que não tardaria em chegar no Brasil.

O dilema enfrentado pela ditadura varguista, a partir do momento que enviou os expedicionários para lutar ao lado dos aliados, chegava ao clímax. O mesmo regime que cerceou a liberdade de imprensa, perseguiu opositores e restringiu a cidadania agora, preparava a festa de recepção de seus soldados vitoriosos. Deixando as contradições políticas internas mais aparentes.

As comissões de recepção dos escalões expedicionários, criadas pelo Ministério da Guerra, ficariam encarregadas de receber propostas para a preparação do desfile da vitória, realizado no mesmo dia do desembarque dos escalões da FEB na capital federal. O simbolismo construído em torno das vitórias da Força Expedicionária Brasileira na Itália, ronda as páginas dos jornais. Há uma expectativa crescente, tanto dos soldados para voltar ao Brasil, quanto da população em receber seus combatentes.

Os soldados na Itália em depoimentos ao “Jornal do Brasil” na edição do dia vinte e cinco de maio de 1945, ressaltavam a ansiedade do regresso ao país e a importância do término do conflito. Pontuando a derrota da Alemanha em detrimento à “vitória dos povos amantes da liberdade” e ressaltavam o desejo do retorno a vida civil ao lado dos pais, noivas e esposas, bem como a oportunidade de levar novamente a vida que viviam antes da guerra.

Por outro lado, a instituição das comissões de honra e executiva, pelo ministério da guerra, denotam a preocupação do governo na recepção da FEB, além de nos permitir observar as intenções dos diversos setores da sociedade, sobre a relação da chegada da FEB no rio e a situação política do país em 1945. O movimento nos órgãos de imprensa dava conta que tais comissões recebiam sugestões de diversos setores da população, estudantes, educadores, empresas, bancos, órgãos de imprensa todos estavam inseridos nas comemorações em torno da vitória da FEB. A expectativa do retorno dos patrícios expedicionários, não só contagiava a população de forma geral, mas também indicava que grande parte da população, pelo menos na capital federal, possuía suas próprias inspirações sobre o significado da luta da FEB na Itália.

Segundo Patrícia da Silva Ribeiro a comissão de homenagens, ao ter como presidente, indicado pelo próprio ministro da guerra, o General José Pessoa, revelava o peso dos eventos que estavam para ocorrer naquele momento. O referido militar, além de figura do alto escalão do exército, possuía boas relações no governo estado-novista e era conhecido pelo seu apego as tradições militares.<sup>7</sup>

7 RIBEIRO, Patrícia da Silva. Em Luto e Luta: Construindo uma memória da FEB. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, Rio de Janeiro. p. 63.

O comandante da Força Expedicionária Brasileira, Marechal Mascarenhas de Moraes, escreve em suas memórias suas impressões sobre seu retorno ao Brasil. O militar ressalta as mudanças ocorridas no país durante sua ausência e as manifestações políticas que ocorriam, principalmente entre os oficiais, na Itália.

O Brasil no interregno de minha ausência, já não era mais o mesmo que eu deixara. Profunda transformação política ocorrera: a imprensa reconquistara a liberdade e alguns partidos políticos estavam sendo organizados para disputar as eleições a serem realizadas em 2 de dezembro de 1945. Havia no país a inquietação que levemente chegara a empolgar, na Itália, alguns expedicionários exaltados, mas cujas tentativas de manifestação foram refreadas porque alheias à nossa principal missão além-mar.<sup>8</sup>

O contexto de exaltação política dos militares na Itália, a qual se refere o Marechal Mascarenhas de Moraes, possivelmente pode ser fruto da aproximação de alguns militares do exército com o PCB. De Fato, como aponta o historiador Cesar Campianni Maximiano, a incorporação de soldados à FEB motivados por convicções ideológicas e políticas era extremamente comum, inclusive havia entre os militares, aqueles que se posicionavam a favor da orientação do Partido Comunista, este por sua vez, apregoava a luta contra Nazismo como missão de todos os trabalhadores.<sup>9</sup> Desta feita, é possível inferir que as manifestações políticas em torno da volta da FEB, ganhavam terreno fértil, não somente nos órgãos de imprensa e grupos políticos no Brasil, mas também entre os próprios militares na Itália.

O Jornal do Brasil, por seu turno, publica uma nota citando uma matéria do jornal cubano “El Mundo” ressaltando, a singularidade da participação do Brasil em um conflito de tamanha magnitude.

A corrente histórica tem fluido sempre, do velho para o novo mundo. Desta vez, uma nação latino-americana, presta seu concurso militar aos povos da Europa para resolver seus conflitos. Nossa América começa a ser algo a mais do que um receptor de cultura reflexa. O rio da história sae de seu curso e assinala novos roteiros.<sup>10</sup>

A única instituição que demonstrava certa insegurança mediante o cenário, era o ministério da guerra. Chefiado por Eurico Gaspar Dutra, general tido por muitos expedicionários como um “inimigo da FEB”, a instância governamental fez da FEB um alvo para suas medidas no mínimo questionáveis ao outorgar avisos que acabaram por contribuir, de certa maneira, para o esvaziamento do caráter simbólico que aquele evento histórico representava.

Enquanto o navio General Meighs, se preparava para receber os mais de 5.200 expedicionários, componentes do primeiro escalão, para retornar ao Brasil o ministério da Guerra, já atuava,

8 MORAES, J.B. Mascarenhas de, 1883 – 1968. Memórias. 2º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. p.409.

9 MAXIMIANO, Cesar Campianni. Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010. p. 64.

10 A CONTRIBUIÇÃO do Brasil na guerra: Exaltado em Havana o esforço da F.E.B. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945. Edição 144. p.6.

lançando um aviso que proibia os expedicionários de conceder entrevistas aos órgãos de imprensa. O jornal “Diário de Notícias” trazia em sua matéria de capa no dia 03 de julho de 1945, a manchete: “Não poderão dar entrevistas os soldados da FEB”. Nela o jornal informa que, de acordo com o boletim da FEB expedido pelo ministro da guerra, na chegada ao Brasil, os militares deveriam se abster de exaltar seus feitos e esquivar-se dos jornalistas.<sup>11</sup>

Não é possível ter uma dimensão correta, se a outorga do presente aviso, foi devidamente cumprida pelos expedicionários. Embora houvesse a proibição, são inúmeras as ocorrências de depoimentos veiculados pelos órgãos de imprensa da época, que se referem, tanto ao assédio da população carioca sobre os militares, que concediam depoimentos aos civis, ávidos por detalhes da campanha, quanto depoimentos de militares veiculados pelos jornais.

O retorno dos soldados da FEB, torna-se palco de diversos interesses políticos que estavam em voga à época. Direta ou indiretamente os envolvidos na recepção dos combatentes ou, posteriormente, no desfile construía os mais diversos simbolismos em torno da vitória brasileira no conflito. Começava a se formar, antes da chegada dos militares, o discurso de memória relacionado a FEB, discurso o qual repleto de subjetividades e significações irá compor parte, da memória coletiva sobre a Força Expedicionária Brasileira.

O historiador Francisco César Alves Ferraz comparou as medidas tomadas pelo comando do exército, responsável pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) e as instruções emitidas ao 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). Segundo o autor a diferença entre as perspectivas são constrangedoras. Enquanto os membros da FAB eram orientados a espalhar seus feitos, os da FEB, por seu turno, eram obrigados a escondê-los.<sup>12</sup>

A data marcada para a chegada do primeiro escalão no Brasil, era o dia 18 de julho de 1945. Em vista disso, como era de costume por todo o período do Estado Novo, Getúlio Vargas lança o decreto lei nº 19.220, o qual decretava o dia 18 de julho de 1945, feriado nacional, considerando a alta significação histórica desse acontecimento.<sup>13</sup>

O presente decreto, objetivava reunir o maior número de pessoas para acompanhar as festividades. Em um momento único, a política varguista, já em declínio, lança uma de suas jogadas finais e imprime ao retorno da FEB a propaganda em torno da unificação nacional. Estratégia característica do governo de Getúlio Vargas que buscava a través da propaganda política, direcionada às massas, ampliar a base de apoio do governo.

11 NÃO Poderão dar Entrevistas os Soldados da F.E.B. A chegada ao Brasil, devem abster-se os militares de exaltar seus próprios feitos. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 03 de julho de 1945. Edição 6960. p.1

12 FERRAZ. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000), p.96

13 BRASIL. DECRETO Nº 19.220, de 18 de Julho de 1945. Decreta Feriado nacional o dia 18 de Julho de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19220-18-julho-1945-469602-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31/05/2018



Segundo Maria Helena Capelato os organizadores da propaganda do regime, sediados no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), utilizaram inúmeras referências imagéticas. Embora a figura de Vargas como chefe da nação fosse largamente utilizada, símbolos nacionais [como o que a FEB se tornara] eram ainda mais explorados nas representações visuais do Estado Novo.<sup>14</sup> A propaganda política no regime atua com o intuito de produzir forte emoção, fixando no imaginário coletivo uma gama de ideias que atestem a legitimidade do regime.

Chegada a hora da recepção e do desembarque dos expedicionários no porto do Rio de Janeiro, o grande movimento de populares em torno do espaço onde seria realizado o desfile se acentua. O grande navio americano de transporte de tropas, General Meigs, atraca no cais do porto às 9 da manhã do dia 18 de julho de 1945. Com o início do desfile marcado somente para as 14:00 horas, os expedicionários ainda embarcados recebem a visita dos generais americanos Mark Clark, comandante do 5º exército americano, e Crittenberg comandante do IV Corpo do Exército dos Estados Unidos. O chefe do governo, Getúlio Vargas e o ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, também visitam os expedicionários à bordo do General Meigs.

Nas ruas a manifestação popular era notável o ministério da guerra, determinou construção de palanques para a melhor acomodação das autoridades civis e militares que acompanhariam o desfile. Os órgãos de imprensa, traziam em suas matérias de capa, detalhes sobre as festividades de recepção, ressaltando o movimento da população carioca, que afluiu as ruas nas primeiras horas da manhã, para reservar os melhores lugares para acompanhar o desfile dos combatentes.

Os trens, vinham dos mais diversos locais da cidade e chegavam abarrotados de gente que se espremiavam ao longo da avenida beira-mar para acompanhar o desembarque das tropas. Para os editores do jornal Diário de Notícias, a aclamação popular, dava a entender a grandeza daquele acontecimento histórico onde os patrícios expedicionários eram aplaudidos delirantemente.<sup>15</sup>

Victório Nalesso, em suas memórias relembra que durante todo o percurso, era possível ver as casas e ruas enfeitadas para o desfile. Segundo ele:

As ruas superlotadas de gente, com bandeiras e gritos, o povo ia saudando com vivas os vitoriosos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira. Aos poucos a população ia invadindo a corrente de isolamento, principalmente as mulheres: moças desfilavam abraçadas com os pracinhas até o término, isto é, até as proximidades da estação de ferro Central do Brasil. Foi um momento de festa e muita festa!<sup>16</sup>

Sobre a recepção e o desfile do 1º Escalão da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), o Marechal Mascarenhas de Moraes escreve que o apelo popular era tão grande durante o desfile

14 CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo. Volume – 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 123.

15 DELIRANTEMENTE aplaudidos os nossos pracinhas. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Edição 6974. p.1.

16 NALESSO, Victório. *Et al.* Diário de um combatente. Itapetininga – SP: Gráfica Regional, 2005. p. 149.

que “Em frente ao palanque presidencial, a massa humana se comprimia de tal forma que a tropa de infantaria teve que desfilar em coluna por um, confundindo-se com o povo.”<sup>17</sup>

A construção da identidade nacional, levada às últimas instancias e tida como projeto governamental varguista, estava em jogo no momento daquele desfile. Os expedicionários retornavam vitoriosos de um conflito de extrema importância e naquele momento eram dotados de uma unicidade. Não existia ali, barreiras políticas, locais, sociais, raciais regionais ou étnicas. Ser expedicionário estava intimamente ligado com “ser brasileiro.”<sup>18</sup>

Em todos os meios de comunicação impressos da época e analisados, os noticiários abordam o caráter singular da epopeia brasileira na guerra, além da recepção calorosa dos heroicos soldados da FEB. O Jornal do Brasil noticiava que “Grandes homenagens serão tributadas pelas autoridades e pelo povo aos heróis de Monte Castelo e Castelnovo.”<sup>19</sup> O Diário de Notícias, por sua vez, trazia em sua capa o seguinte destaque: “Regressam Cobertos de Glórias os Defensores da Democracia: Homenagens excepcionais serão prestadas, hoje, pela cidade, aos heroicos soldados da FEB.”<sup>20</sup>

A construção da figura de herói nacional serve, nesse momento, como elemento unificador de uma identidade. José Murilo de Carvalho aponta que “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva.”<sup>21</sup> As representações construídas em torno da recepção dos expedicionários, bem como, a atuação da FEB na Itália buscam difundir um ideário de uma sociedade que se mobilizou, lutou contra um inimigo comum e retornou vitoriosa ao seu país de origem.

O processo de construção de um discurso de memória sobre a FEB, não atendia somente as necessidades dos próprios governantes, membros de um regime político já claudicante, mas também do povo que recebia seus heróis, título este, que os cidadãos mobilizados para a FEB, receberam da maioria da população, já que, possuíam real envolvimento com o povo. Embora tenham sofrido o peso de inúmeras medidas coercitivas, impostas pelo ministério da guerra, o desfile era o seu momento de glória, “os pracinhas” ali representavam as aspirações de grande parte da população que os viam como símbolos. O que restava saber era se essa mesma população, estava preparada para recebe-los.

17 MORAES, J.B. Mascarenhas de, 1883 – 1968. Memórias, p. 424.

18 NASS, Sirlei de Fátima. Apud SINTONI, Evaldo. Em busca do Inimigo perdido: Construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930 – 1964). São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999. p. 44.

19 A CHEGADA hoje na capital o 1º Escalão da Fôrça Expedicionária Brasileira: Grandes homenagens serão tributadas pelas autoridades e pelo povo aos heróis de Monte Castelo e Castelnovo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Edição 166. p.6.

20 REGRESSAM Cobertos de Glórias os Defensores da Democracia: Homenagens excepcionais serão prestadas, hoje, pela cidade, aos heroicos soldados da FEB. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Edição 6973. p.1.

21 CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. 12.reimpr ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 55.

Os problemas na readaptação do veterano da FEB, ocorreram mesmo no interior da instituição militar, onde a minoria dos expedicionários que decidiram por permanecer, começaram por sofrer com o ressentimento dos próprios militares. As promessas e expectativas em torno de promoções e ascensão profissional na carreira, não se concretizaram. Segundo Campiani:

O contato com os Aliados trouxe mudanças drásticas nas relações costumeiras entre oficiais e praças brasileiros. Nosso exército era composto de conscritos que, até o Brasil entrar numa guerra, ainda estavam habituados com os resquícios dos padrões disciplinares que haviam vigorado no século XIX.<sup>22</sup>

Os problemas encontrados no interior da instituição militar, eram anteriores a ida dos escalões ao campo de batalha italiano. Segundo Ferraz, o envio de expedicionários para a guerra, chegou muitas vezes a ser alvo de piadas e chacotas pelos próprios militares da ativa.<sup>23</sup>

A utilização de subterfúgios e justificativas, para escapar da convocação, utilizando-se da posição social ocupada pelo conscrito também foram comuns. Essa situação, no momento do conagraçamento popular mediante a vitória da FEB na Europa, irá, sem dúvidas, acarretar uma situação de segregação entre “O exército da FEB e o Exército de Caxias”. O primeiro, adaptado as relações sociais do exército americano ao passo que o segundo, ainda fruto das relações sociais arcaicas do século XIX. Ao passo que a instituição militar, dificultava a reintegração social do “pracinha”, a sociedade civil também não apresentava uma pré-disposição para isso.

Aos jovens que optaram pelo retorno à vida civil, o processo foi tão ou mais árduo. O ex-combatente Merçon aborda em suas memórias, um certo ressentimento com a instituição militar e o descaso do governo no processo de reintegração social dos “febianos” “[quando o Exército] tinha precisado de nós, nos fez soldados capazes de ganhar a guerra, nos transformou psicologicamente, e nos lançou de volta à vida civil sem que estivessemos preparados para ela<sup>24</sup>”

Victório Nalesso, ex-combatente da FEB e co-autor do livro “Diário de um combatente” relata sua experiência como militar da FEB, e aborda a dura realidade com que foi recebido ao chegar da Itália, já que, como abordado havia um abismo entre as promessas governamentais e sua aplicabilidade o que dificultava ainda mais a recolocação profissional que ocorria a duras penas.<sup>25</sup>

O depoimento do expedicionário acima, desnuda os meandros do problemático retorno profissional dos soldados da FEB. Embora houvessem leis que garantiam ao conscrito mobilizado para a prestação de serviço militares o retorno a profissão antes ocupada, essas leis eram desrespeitadas desde o primeiro momento pelos empregadores, que mediante a convocação demitiam seus empregados convocados. Reinseridos no núcleo civil os expedicionários, possuíam somente a suas

22 MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010. p. 28.

23 FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)*, p. 139

24 NASS. Sirlei de Fátima. Apud. MERÇON, J. W. *A minha guerra*. Brasília: Thesaurus, 1985. p. 141.

25 NALESSO, Victório. *Et al. Diário de um combatente*, p. 181.

experiências no teatro de operações e as lembranças de um lado vil que somente um episódio de conflito revela. Segundo Raul da Cruz Lima júnior:

O conflito cessou, agora, aquela massa humana que, com grande esforço, se transformara de cidadãos pacíficos, sensíveis e humanos, em seres voltados para a violência, a destruição e a morte, agora, teria que se converter, novamente, em cidadãos pacíficos sensíveis e humanos.<sup>26</sup>

Para boa parte da população que afluiu as ruas pedindo a entrada do Brasil na guerra, ou comemorou lado a lado com os militares, no momento do desembarque e no desfile pelas ruas do Rio de Janeiro os, agora ex-combatentes, não passavam de “encrenqueiros”, “neuróticos”, “aproveitadores”. Muitas vezes taxados como “Inconvenientes pela nação brasileira”<sup>27</sup>. A sociedade não soube absorver e receber corretamente seus soldados, muito menos os ônus e as experiências obtidas por eles em combate. Os pouco mais de 25.000 indivíduos, se diluíam entre a população e retornavam como podiam para o convívio social.

Concomitantemente ao término da guerra e ao desembarque da FEB, as notícias davam a saber o alto número de feridos, doentes, mutilados e traumatizados. O preço a ser pago, após tão memorável participação no “concerto das grandes nações” era alto demais para esses indivíduos. Estes, após a desmobilização relâmpago da Força Expedicionária Brasileira, não receberam nada além de seus parcos vencimentos após o término do conflito, a não ser os efeitos físicos e psicológicos da participação na guerra.

Alguns lograram êxito na recuperação e conseguiram se readequar as normas de convívio social, outros, jamais se recuperaram totalmente, para aqueles, a vida seguiu constituíram família, escreveram suas memórias, se tornaram referências históricas em suas cidades de origem. Para os outros, os louros da vitória terminaram no momento do embarque em um trem qualquer após o desfile.

Começava nesse momento, para muitos jovens, outra guerra. A guerra por reconhecimento, a guerra contra as lembranças traumatizantes e a guerra pelos direitos prometidos e não cumpridos. Conflitos esses, encabeçados e levados como pauta das dezenas de sessões das Associações de Ex-Combatentes (AECB) espalhadas pelo território nacional.

26 LIMA JUNIOR, Raul da Cruz. Quebra-canela: a engenharia brasileira na campanha da Itália. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1982. p.202.

27 AECB-JF. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Juiz de Fora, 25 de dezembro de 1947, Livro nº 1, p. 29.

## A república da canção: os diálogos musicais de Noel Rosa na Era Vargas

André Luiz Rocha Mattos Caviola  
andrecaviola@live.com

### Resumo

Esse artigo tem como objetivo a análise de sambas compostos durante a Era Vargas. Serão objetos de estudo as canções Positivismo (1933), de Noel Rosa e Orestes Barbosa; Lenço no Pescoço (1933), Mocinho da Vila (1933), Conversa Fiada (1933), de Wilson Batista; e Rapaz Folgado (1933), Feitiço da Vila (1933) e Palpite Infeliz (1933), de Noel Rosa. Dentro dessa perspectiva, o estudo da República no Brasil é tema de grande destaque no meio acadêmico e nos estudos empreendidos por diversos campos da História, seja na perspectiva política, cultural ou social. A canção popular, além de acompanhar as diversas experiências humanas, é uma expressão artística possuidora de forte poder de comunicação principalmente quando difundida pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social. Dessa forma, a canção e a música popular podem ser pensadas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história dos setores da sociedade pouco lembradas pela historiografia. As canções selecionadas são anteriores à consolidação do samba como um ritmo nacional e distanciam-se três anos da revolução de 1930 e a formação da Aliança Liberal, estabelecida entre lideranças políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba para fazer frente às oligarquias paulistas. Essas canções dialogam com o universo mental do período, desvelando tensões sobre pautas relacionadas à educação e trabalho, economia brasileira, os ideais modernizantes que fundaram a república, a reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, além de ilustrar uma disputa entre os compositores sobre a representatividade do samba na sociedade republicana, trazem em si referências à capital republicana do período, polo de maior efervescência cultural no país.

**Palavras-chaves:** Era Vargas, Noel Rosa, Canção popular, História e música.

### Introdução

[...] Depois, aos poucos, o nosso samba / Sem sentirmos se aprimorou / Pelos salões da sociedade / Sem cerimônia ele entrou / Já não pertence mais à Praça / Já não é samba de terreiro / Vitorioso ele partiu para o estrangeiro [...]  
- Carlos Cachça e Cartola, *Tempos Idos*.

O estudo da República no Brasil é tema de grande destaque no meio acadêmico e nos estudos empreendidos por diversos campos da História, seja na perspectiva política, cultural ou social.

Um dos grandes autores que trata o período é o historiador José Murilo de Carvalho. Em seu livro *Os Bestializados* (1989), o autor fala da existência de “duas repúblicas”, uma com “R” maiúsculo e outra com “r” minúsculo.

Para o autor, a *República* era aquela oficial, na forma de estado, leis e instituições. Essa República tinha cunho tecnocrático, atendia aos interesses da elite. No caso do Rio de Janeiro, a República afastava os cidadãos da representatividade no poder da cidade, tendo os prefeitos nomeados pelo Presidente da República com aprovação do Senado. Essa estratégia servia para dar maior controle da cidade ao Estado, já que a capital era uma caixa de ressonância que fazia os problemas locais correrem por todo o território nacional.

Um dos projetos da República era a “europeização” da capital através das reformas que mexiam profundamente na estrutura da cidade, o que gerou tensões no espaço público. Dentre elas, José Murilo destaca uma relacionada ao romance *O Cortiço*, que na realidade era o lugar onde

se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, a menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo. Este inimigo era outro cortiço e, principalmente, a polícia. Frente à polícia, dono e moradores se uniam, pois estavam em jogo a soberania e a honra da pequena república. Cortiço em que entrava a polícia era o cortiço desmoralizado. É profundamente irônico e significativo que a república popular do cortiço se julgava violada, derrotada quando lá entrava o representante da república oficial.<sup>1</sup>

Apesar do autor apontar como exemplo da República com “r” minúsculo os cortiços – ocupações de cunho popular – podemos apontar vários outros locais dentro da cidade do Rio de Janeiro que funcionavam com uma dinâmica parecida e que ressoavam os debates da República. Locais como botequins, esquinas, terreiros de religiões de matrizes africanas, as casas das mães sinhás e dos sinhôs, as praças, dentre outros, eram locais de extrema sociabilidade dos populares do Rio de Janeiro.

Dessa forma, o autor apresenta dois lugares da República: uma institucionalizada, de reconhecimento oficial, e uma república que se faz nas ruas, nas resistências e nos lugares populares. Desse modo,

o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobreterráneo da cultura das elites. Das repúblicas renegadas pela República foram surgindo os elementos que constituíram uma primeira identidade coletiva da cidade, materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol.<sup>2</sup>

Para nos ajudar a desvelar esse mundo subterrâneo, o estudo da canção popular é de grande ajuda no que diz respeito ao estudo da cultura e das mentalidades no Rio de Janeiro do início da República.

1 CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. – Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1987, p. 39.

2 Id. *Ibidem*, p. 41.



Segundo José Geraldo Vince de Moraes,

entre as inúmeras formas musicais, a canção popular (verso e música), nas suas diversas variantes, certamente é a que mais embala e acompanha as diferentes experiências humanas [...] Ela está muito mais próxima dos setores menos escolarizados (como criador e receptor), que a maneja de modo informal (pois, como a maioria de nós, também é um alfabeto de código musical) e cria uma sonorização muito própria e especial que acompanha sua trajetória e experiências. Além disso, a canção é uma expressão artística que contém um forte poder de comunicação, principalmente quando se difunde pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social. Se de fato essas condições [...] são reais e se estabelecem dessa maneira, aparentemente as canções poderiam constituir-se em um acervo importante para se conhecer melhor ou revelar zonas obscuras das histórias do cotidiano dos segmentos subalternos. Ou seja, a canção e a música popular poderiam ser encaradas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história dos setores da sociedade pouco lembradas pela historiografia.<sup>3</sup>

A partir de tal perspectiva, pretendemos no âmbito desse artigo levantar discussões e problematizações através das canções *Positivismo* (1933), de Noel Rosa e Orestes Barbosa sobre os ideais que fundaram a república; *Lenço no Pescoço* (1933), *Mocinho da Vila* (1933), *Conversa Fiada* (1933), de Wilson Batista; e *Rapaç Folgado* (1933), *Feitiço da Vila* (1933) e *Palpite Infeliz* (1933), de Noel Rosa que ilustraram uma disputa entre os dois compositores sobre a representatividade do samba.

### Desde que o samba é samba “não” é assim

De acordo com Marcos Napolitano, a cidade do Rio de Janeiro, centro de encontros e mediações culturais altamente complexas, forjou, ao longo do século XIX e XX, a maioria das nossas formas musicais urbanas. O Nordeste (Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará) também exerceu grande contribuição, fornecendo ritmos musicais, formas poéticas e timbres característicos que se incorporaram a esfera musical mais ampla, principalmente a partir do final dos anos de 1940<sup>4</sup>.

Porém, ainda segundo o autor, apesar de todas as regiões brasileiras possuírem uma intensa atividade musical, nem todas conseguiram “contribuir para a formação das correntes principais da música urbana de circulação nacional, na medida em que não penetraram na mídia (sobretudo o rádio e a TV) nacional”<sup>5</sup>.

Nas palavras de Napolitano,

[...] a aceitação da música popular brasileira, sobretudo pelos seguimentos médios da população, não foi linear, nem repentina. A expansão e a diversificação

3 MORAES, José Geraldo Vinci de, 2000 – *História e música: canção popular e conhecimento histórico* - Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, no 39, p. 203-221. 2000 – São Paulo, SP. Disponível em: <<https://goo.gl/UZgHmn>>, p. 205.

4 NAPOLITANO, Marcos, 2002 – *História e Música – história cultural da música popular* – Belo Horizonte. Autêntica, 2002, 120p.

5 Id. *Ibidem*, pp. 39-40.

do público de música popular brasileira acompanharam as próprias vicissitudes da própria estruturação dessa esfera cultural e do sistema comercial em torno da música popular como um todo. As elites com maior formação cultural e poder aquisitivo ainda teriam de esperar a Bossa Nova para assumir, sem culpa, seu gosto por música popular brasileira.<sup>6</sup>

Contudo, o período ao qual as canções selecionadas dizem respeito é ao ano de 1933, anterior à consolidação do samba como um ritmo nacional. Fazem três anos da “Revolução de 30” e da formação da Aliança Liberal, compreendendo lideranças políticas dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba para fazer frente às demais oligarquias.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, a Aliança Liberal operava

sob o lema “Representação e Justiça”, sua plataforma estava voltada fundamentalmente para a regeneração política, o que implicava na luta pela reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, na defesa do voto secreto, da moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais. Ao propugnarem pelo liberalismo, as oposições pretendiam tornar o sistema político mais representativo ao nível da classe dominante, integrando à mesma as frações da elite não representadas na estrutura do poder, além dos segmentos médios urbanos que se desenvolveram em função da expansão econômica (VIZENTINI, 1983, p. 74). O programa propunha além das já mencionadas reformas políticas, a anistia aos revoltosos dos anos vinte e medidas de proteção ao trabalho como a aplicação da lei de férias e regulamentação do trabalho de menores e o da mulher.<sup>7</sup>

Tais propostas eram de fato medidas mais progressistas frente ao cenário que se desenvolveu na República no Brasil desde sua proclamação. Porém, após a derrota nas eleições de 1930, dá-se início a Revolução e Vargas chega ao poder.

No âmbito da educação e do trabalho, segundo Ângela de Castro Gomes, “os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários”<sup>8</sup>. Ainda segundo a autora, é neste período que

elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de ‘reabilitação’ do papel e do lugar do trabalhador nacional<sup>9</sup>

Noel Rosa, o Poeta da Vila ou Filósofo do Samba, e Orestes Barbosa, autor do mais belo verso da música brasileira, segundo Manoel Bandeira, resolveram questionar no ano de 1933, os próprios ideais republicanos fundados no positivismo que deram origem à nossa república e a crítica situação econômica do país no pós-1929, ao comporem o samba homônimo *Positivismo*:

A verdade, meu amor, mora num poço / É Pilatos lá na Bíblia quem nos diz /  
Que também faleceu por ter pescoço / O autor da guilhotina de Paris / A verdade, meu amor, mora num poço / É Pilatos lá na Bíblia quem nos diz / Que

6 NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*, p. 40.

7 FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos vinte e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f., pp. 15-16.

8 OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 151.

9 Id. *Ibidem*.

também faleceu por ter pescoço / O infeliz autor da guilhotina de Paris / Vai, orgulhosa querida / Mas aceita esta lição: / No câmbio incerto da vida / A libra sempre é o coração / O amor vem por princípio, a ordem por base / O progresso é que deve vir por fim / Desprezaste esta lei de Augusto Comte / E foste ser feliz longe de mim / O amor vem por princípio, a ordem por base / O progresso é que deve vir por fim / Desprezaste esta lei de Augusto Comte / E foste ser feliz longe de mim / Vai, coração que não vibra / Com teu juro exorbitante / Transformar mais outra libra / Em dívida flutuante / A intriga nasce num café pequeno / Que se toma para ver quem vai pagar / Para não sentir mais o teu veneno / Foi que eu já resolvi me envenenar<sup>10</sup>

Noel e Orestes eram amigos, boêmios e colegas de mesa no Café Nice, que fora inaugurado no ano de 1928, na Av. Rio Branco, na época em que o Rio completava o seu processo de reurbanização. Já o Positivismo é uma corrente filosófica, que teve no francês Augusto Comte (1798-1857) seu principal idealizador e serviu de base para fundamentar a Proclamação da República. Seu lema era: O amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim. Na bandeira estrelada que ostenta a mãe gentil, porém, o amor, primeira estrela do lema Comtiano, ficou de fora. Está lá, manca, a bandeira, a bradar insensível: “Ordem e Progresso”.

A ausência do amor tocou fundo o coração dos dois poetas, que resolveram abordar o progresso enaltecido pelo positivismo, expondo nossa crescente dívida externa com seus juros exorbitantes. Mas se o amor ficou fora da bandeira, não poderia ser excluído da canção também.

Devido isso que, em *Positivismo*, os desgostos da economia brasileira são comparados às de uma mulher que, também se esquecendo do amor, desprezou a tal lei de Auguste Comte e foi aproveitar a sua felicidade em outros ares, talvez com alguma ordem e, certamente, com muito progresso.

Tal situação é sintomática para pensar os novos significados que os populares, representados pela figura de Noel e Orestes, davam as questões que afligiam o país. Também nos desvela o limiar existente sobre a interação entre a *República* e a *república*, analisadas por José Murilo de Carvalho, além do fato de que o povo precisava sim de inclusão, de políticas públicas e assistencialistas, mas também, precisava de empatia, algo que lhe foi tolhido desde o início da República no Brasil.

Outro caso emblemático envolvendo Noel Rosa e seu samba deu-se no embate musical com Wilson Batista. Segundo Diniz e Cunha, ambos reivindicaram para si a representação que o samba deveria ter na sociedade. Se no caso de Noel o samba deveria representar além do malandro carioca, as donas de casa, os intelectuais, o pessoal do morro, dos subúrbios e os bacanas, para Wilson Batista o ritmo deveria ser a expressão da malandragem<sup>11</sup>.

Sobre o estudo dos diálogos musicais entre Noel e Wilson Batista, Marcos Napolitano afirma que

10 Noel Rosa e Orestes Barbosa, *Positivismo*, 1933.

11 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 176p.

por um lado, das elites e das camadas médias escolarizadas, em processo de afirmação de valores nacionalistas, em busca das ‘forças primitivas’ da nação; por outro lado, das classes populares, em busca de reconhecimento cultural e ascensão social<sup>12</sup>.

Essa situação deu-se no âmbito das outras canções<sup>13</sup> apresentadas ainda na introdução, que criaram um dos diálogos e intrigas mais famosos da música popular brasileira. Esse embate sobre a representatividade do samba também antecedeu a política que iria se consolidar no Governo Vargas a partir de 1939, com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), para “divulgar a imagem de bom-moço do presidente e censurar quem fosse do contra”<sup>14</sup>. Esse órgão, além de tentar moldar a imagem que seria criada sobre o regime através da censura, também era o responsável por avaliar o que estava de acordo ou não com as políticas defendidas pelo Governo Vargas.

Num contexto de censura e legitimação do governo, a valorização do trabalho foi um dos argumentos mais propagados pelo regime, reprimendo, de certa forma, os sambas que realizavam ode à malandragem e vadiagem.

Esta política de valorização do trabalho é denominada por Ângela de Castro Gomes como a *construção do homem novo* através do “reconhecimento de que a civilização e o progresso são um produto do trabalho”<sup>15</sup>. O grande esforço do Estado Nacional brasileiro estava relacionado ao fato de que o trabalho não era simplesmente um meio de ganhar a vida, mas, sobretudo um meio de servir a pátria.

As canções sobre as quais discorreremos agora, compostas no ano de 1933, ainda não estavam submetidas à censura do DIP, mas já traziam representações ideológicas sobre a construção da figura do malandro e a representação do samba, apesar de aparente liberalidade sobre o tema no contexto da composição.

André Diniz e Diogo Cunha, no livro *A República Cantada*, dedicaram-se a descrever essa situação a partir da análise das canções já mencionadas:

[...] Noel vivia na malandragem, mas para ele o samba era mais que isso: representava as donas de casa, os intelectuais, o pessoal do morro, dos subúrbios e os bacanas. Wilson Batista percorria os mesmos cenários de Noel Rosa e inspirou sua diversificada obra na exaltação à malandragem. O diálogo entre Noel e Wilson era moderno, político e tornou-se histórico sob a ótica musical. Tudo começou com lenço no pescoço”, composta por Wilson Batista em 1933.<sup>16</sup>

12 NAPOLITANO, Marcos. *A Síncopa das Ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2007, p. 27

13 Lenço no Pescoço (1933), Mocinho da Vila (1933), Conversa Fiada (1933), de Wilson Batista; Rapaz Folgado (1933) e Palpite Infeliz (1933), de Noel Rosa.

14 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, p. 71.

15 GOMES, Ângela de Castro. *A construção do homem novo*, p. 155.

16 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, pp. 72-73.

A canção *Lenço no Pescoço* trás em seus versos a descrição da figura do malandro que se consolidou em oposição aos ideais modernizantes que fundaram a república, sustentados pelas políticas cientificistas e higienistas dos governos e responsáveis também pelo processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro que ocasionou a demolição dos cortiços, a revolta da vacina e relegou à marginalidade as classes populares que não viam no trabalho representação e sobreviviam da forma que podiam.

Meu chapéu do lado / Tamanco arrastando / Lenço no pescoço / Navalha no bolso / Eu passo gingando / Provoco e desafio / Eu tenho orgulho / Em ser tão vadio / Sei que eles falam / Deste meu proceder / Eu vejo quem trabalha / Andar no miserê / Eu sou vadio / Porque tive inclinação / Eu me lembro, era criança / Tirava samba-canção / Comigo não / Eu quero ver quem tem razão / E eles tocam / E você canta / E eu não dou<sup>17</sup>.

Em sua linguagem musical, é notório o ritmo cadenciado do samba e a influência do gingado proporcionado pelos ritmos de maxixes e lundus, que também fazem referência às próprias artimanhas que esses populares deviam lançar mão para buscar a sua sobrevivência.

Noel ficou intrigado com o malandrecos Wilson querendo quebrar a banca. Respondeu no mesmo ano com “Rapaz Folgado”, contestando a identificação da figura do sambista com a malandragem<sup>18</sup>.

Já na canção *Rapaz Folgado*, Noel reivindica o próprio valor do sambista ao afirmar que direcionamentos apenas em relação ao malandro ignora outras esferas sociais. Chega a convocar o “povo civilizado” a não compactuar com tal postura e participar também do movimento do samba:

Deixa de arrastar seu tamanco / Pois tamanco nunca foi sandália / E tira do pescoço o lenço branco / Compra sapato e gravata / Joga fora esta navalha que te atrapalha / Com chapéu do lado desta rata / Da polícia quero que escapas / Fazendo um samba-canção / Já te dei papel e lápis / Arranja um amor e um violão / Malandro é palavra derrotista / Que só serve pra tirar / Todo o valor do sambista / Proponho ao povo civilizado / Não te chamar de malandro / E sem de rapaz folgado<sup>19</sup>.

Vale lembrar que diferentemente de Wilson Batista, Noel chegou a frequentar a escola de medicina, sendo colega de Oswaldo Cruz, e é oriundo de uma família de classe média, filho de um funcionário público. Ou seja, ambos falavam de locais diferentes.

Ainda novo no meio musical carioca, Wilson tirou proveito do sucesso momentâneo e prolongou a polêmica com “Mocinho da Vila”. O “mocinho”, por sua vez, ofereceu como réplica a obra-prima “Feitiço da Vila”, em parceria com Vadico.<sup>20</sup>

17 Wilson Batista, *Lenço no Pescoço*, 1933

18 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, p. 73.

19 Noel Rosa, *Rapaz Folgado*, 1933.

20 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, p. 73.

Essa diferença dos lugares de fala dos compositores contribuiu para a distinção dos tipos de samba que eram produzidos. Noel virou um expoente do “samba do asfalto”, enquanto Wilson Batista do “samba do morro”.

Dessa forma, em *Mocinho da Vila*, Wilson continua suas críticas direcionadas à figura de Noel, tirando-o a legitimidade para criticar quem é malandro e fala de locais diferentes dele:

Você que é mocinho da Vila / Fala muito em violão, barracão e outros fricotes mais / Se não quiser perder o nome / Cuide do seu microfone e deixe / Quem é malandro em paz / Injusto é seu comentário / Falar de malandro quem é otário / Mas malandro não se faz / Eu de lenço no pescoço / Desacato e também tenho o meu cartaz<sup>21</sup>.

Já em *Feitiço da Vila*, em parceria com Vadico, Noel adota uma postura diferente da de Wilson. Em vez de criticá-lo diretamente, recorre a figura da Vila Isabel para poder exaltar o samba que é produzido ali e o tem como principal expoente.

Quem nasce lá na Vila / Nem sequer vacila / Ao abraçar o samba / Que faz dançar os galhos / Do arvoredo e faz a lua / Nascer mais cedo / Lá, em Vila Isabel / Quem é bacharel / Não tem medo de bamba / São Paulo da café / Minas da leite / E a Vila Isabel da samba / A Vila tem um feitiço sem farofa / Sem vela e sem vintém / Que nos faz bem / Tendo nome de princesa / Transformou o samba / Num feitiço decente / Que prende a gente / O sol da Vila é triste / Samba não assiste / Porque a gente implora / Sol, pelo amor de Deus / Não vem agora / Que as morenas / Vão logo embora / Eu sei por onde passo / Sei tudo que faço / Paixão não me aniquila / Mas, tenho que dizer / Modéstia à parte / Meus senhores / Eu sou da Vila!<sup>22</sup>

De acordo com Diniz e Cunha, “Wilson compôs então ‘Conversa Fiada’, música bem elaborada, e a resposta de Noel veio na forma de outro clássico do samba – ‘Palpite Infeliz’”<sup>23</sup>. Wilson chama de *Conversa Fiada* o que Noel chamou de *Feitiço da Vila*, nos lembrando do trecho citado no início do artigo em que José Murilo de Carvalho fala sobre as rivalidades e disputas que se davam no âmbito dos cortiços na *república*:

É conversa fiada dizerem que o samba da Vila tem feitiço / Eu fui ver para crer e não vi nada disso / A Vila é tranquila porém eu vos digo: cuidado! / Antes de irem dormir dêem duas voltas no cadeado / Eu fui a Vila ver o arvoredo se mexer e conhecer o berço dos folgados / A lua essa noite demorou tanto / Assassina-ram o samba / Veio daí o meu pranto<sup>24</sup>

Noel, compõe em resposta a canção *Palpite Infeliz*, procurando exaltar os outros locais que também fazem samba e colocar panos quentes na discussão, afirmando que a Vila não quer abafar ninguém:

21 Wilson Batista, *Mocinho da Vila*, 1933.

22 Noel Rosa e Vadico, *Feitiço da Vila*, 1933.

23 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do brasil através da música*, p. 74.

24 Wilson Batista, *Conversa Fiada*, 1933.



Quem é você que não sabe o que diz? / Meu Deus do céu, que palpíte infeliz! / Salve Estácio, Salgueiro, Mangueira, / Osvaldo Cruz e Matriz / Que sempre souberem muito bem / Que a Vila não quer abafar ninguém, / Só quer mostrar que faz samba também / Fazer poema lá na Vila é um brinquedo / Ao som do samba dança até o arvoredo / Eu já chamei você para ver / Você não viu porque não quis / Quem é você que não sabe o que diz? / A Vila é uma cidade independente / Que tira samba mas não quer tirar patente / Pra que ligar a quem não sabe / Aonde tem o seu nariz? / Quem é você que não o que diz?<sup>25</sup>

Após *Palpite Infeliz*, pela parte de Wilson, o embate entre os compositores continuaria, porém, os fracos “Frankenstein da Vila” e “Terra de Cego”, de Wilson Batista, não receberam resposta do poeta de Vila Isabel. Hoje podemos agradecer a Noel e Wilson: qualquer que tenha sido o motivo da desavença, se ela aconteceu de fato ou se foi puro jogo de cena, gerou belíssimos sambas – e não impediu uma parceria entre eles, na música “Deixa de ser convencida”<sup>26</sup>.

### Considerações Finais

A esfera dos debates e do discurso é a esfera da própria formação do pensamento democrático. Ainda durante o processo de formação cultural brasileira e das incertezas da nação, o samba e a canção foram mecanismos utilizados por parte da população carioca, já que não possuíam voz mesmo numa república fundada nos ideais de liberdade, igualdade e participação.

Esse submundo existente na cidade do Rio de Janeiro contrastou durante muitos anos com a política dita oficial por parte da burocracia municipal, estadual e federal, até a assimilação das massas por parte do governo Vargas, ainda que negligenciada. Encarado como ignorante, o objetivo do estado seria o de educar e sanar a ignorância do povo.

Utilizar as canções como fonte para pensar os processos existentes durante a república nos afasta da ideia da ignorância das massas defendida por Vargas e seus ideólogos.

25 Noel Rosa, *Palpite Infeliz*, 1933.

26 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do brasil através da música*, p. 74.

## Acerca do tráfico interno de escravos em Juiz de Fora durante a década de 1870<sup>1</sup>

Dayana de Oliveira Silva

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

dayana.oliveira84@hotmail.com

### Resumo

Ao analisar os livros cartoriais de compra e venda de escravos, indagamos como procedeu o tráfico interno dos escravizados tendo em vista uma série de restrições a esse tipo de comércio no principal município cafeeiro da Zona da Mata mineira, a cidade de Juiz de Fora no decênio de 1870. Para além da procedência dos cativos no período final do regime escravista no Brasil império, outras questões estão surgindo no transcorrer da pesquisa. Ademais as questões envolvendo compra e venda, estamos observando quais foram às opções dos senhores para adquirir os cativos. Eles optaram mais na hora das transações pelo compra de cativos do sexo masculino ou feminino? A idade era um fator determinante no ato da negociação? As transações entre os senhores oitocentistas eram somente um simples ato de aquisição, ou havia outros motivos intrincados na negociação? As observações apontadas fazem parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, onde tem por objetivo a compreensão dos mecanismos usados para adquirir mão de obra cativa no principal município cafeeiro de Minas Gerais, Juiz de Fora. O exame atento das fontes está possibilitando extrair questões relevantes para elucidar aspectos do escravismo nesse município. A pesquisa vem sendo elaborada em conjunto com o Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS).

**Palavras-chave:** Escravidão, tráfico interno, Juiz de Fora, Século XIX.

### Introdução

O século XIX trouxe consigo profundas transformações, tanto no que diz respeito aos aspectos econômicos, políticos e sociais, fazendo com que o país entrasse em uma nova rearticulação interna. A instituição escravista ainda perdurou por bastante tempo no cenário internacional. Durante os séculos XVI ao XIX, ela foi um dos pilares centrais da sociedade brasileira, sendo a última a abolir o trabalho escravo. Mais o contexto não se manteve o mesmo durante todo o tempo, e uma das mudanças mais significativas nesse período foi o fim do tráfico transatlântico em

<sup>1</sup> O presente artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, sobre o tráfico interno de escravizados em Juiz de Fora, principal município cafeeiro da Zona da Mata mineira, durante a década de 1870.

1850, fechando o mercado do principal fornecedor de mão de obra escrava para o Brasil, à África. A partir disso, segunda metade do século XIX foi um período marcado pela escassez de força de trabalho, onde os senhores tiveram que recorrer a outros métodos para adquirir mão de obra e o tráfico interno foi a solução imediata ao problema instalado naquele momento.

Enquanto objeto de pesquisa, a escravidão foi e ainda é um dos temas mais estudados por pesquisadores nacionais e brasilianistas, que buscam entender como essa instituição perdurou por tanto tempo, quais foram suas estruturas, seus alicerces de sustentação e também suas peculiaridades. A pesar de muito estudado, esse tema ainda apresenta muitas lacunas que devem ser preenchidas.

Sob essa ótica, nos é dada a oportunidade de investigar com minúcia uma região, esta localizada ao sul da Zona da Mata mineira, especificamente a cidade de Juiz de Fora, cuja importância alcançada na segunda metade do século XIX é notável. Esse município, que nas origens era subordinado ao termo da Borda do Campo, hoje conhecida como Barbacena, logo se desmembra e desponta como uma das regiões, ao lado da Província fluminense e do oeste da Província paulista, como um dos maiores produtores de café na segunda metade dos oitocentos<sup>2</sup>. Daí se justifica o nosso recorte espacial. Quanto ao recorte temporal, esse se justifica devido à década de 1870, concentrar uma grande população escrava, inclusive de africanos que ali chegaram como se verá nas próximas sessões.

### Juiz de Fora: das origens ao tráfico interno

“Esculpindo seu relevo, uma densa rede fluvial ruma em direção ao Atlântico, sendo o Rio Paraibuna um dos mais importantes tributários. Às suas margens, se desdobraria a constituição espacial de Juiz de Fora”<sup>3</sup>.

Localizada na parte sul da Zona da Mata mineira, região de vegetação Atlântica, caracterizada por relevos sinuosos e morros, também conhecida como “Sertões Proibidos do Leste”, por se tratar de uma área geograficamente inóspita que compreendia parte do Vale do Rio Doce, uma faixa das Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, durante um longo período, serviu como uma barreira natural para os descaminhos do ouro. Por essas características a coroa portuguesa não tinha intensão, nos primeiros tempos, em explorar essa extensa faixa de terra, uma vez que, diversos eram os fatores que dificultavam o adentrar na mata. Esse território era habitado por diversas tribos indígenas, especialmente os Tupi. Havia, ainda, muitas espécies de animais bravios, característicos de mata Atlântica fechada.

A pesar da proibição de ocupação proposta pela coroa portuguesa das “áreas proibidas”, ações individuais e coletivas criaram diversas picadas nos sertões<sup>4</sup>. A chegada do colonizador alte-

2 Cardoso, Rosilene Costa. *Relações sociais na sociedade escravista: cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora- 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

3 BARBOSA, Yuri Amaral. *Pequena geografia histórica de Juiz de Fora: o processo urbano do Caminho Novo ao início do século XX*. –Juiz de Fora (MG): FUNALFA; Curitiba: CRV, 2017.

4 CAMPOS, Leonardo França. *Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento; termo de Barbacena, século*

rou a paisagem natural. Essas modificações começaram a partir do momento em que o bandeirante conhecido como Garcia Paes Leme, responsável direto por abrir um caminho cujo objetivo consistia em diminuir e facilitar o transporte da produção aurífera para o porto carioca. A então picada aberta pelo desbravador ficou conhecida como Caminho Novo que possuía 515 quilômetros ligando Vila Rica em Minas Gerais ao porto situado no Rio de Janeiro. Mesmo com importância desse caminho ele era extremamente débil. Foi durante esse processo desbravamento da mata que Garcia Paes adentrou em uma localidade por onde percorria um rio, este denominado Paraibuna.

Ao longo do Caminho Novo, floresceu estabelecimentos que forneciam alimentos e gêneros de primeira necessidade aos tropeiros que por ali trafegavam, dos produtos fornecidos encontravam-se (milho, feijão, queijo, cachaça). No decorrer dos anos, nas bordas do caminho foram desenvolvendo povoados que posteriormente deram origem a cidades. Nesse contexto, em 1850 foi criada a Vila de Santo Antônio Paraibuna. Posteriormente, em 1865, a então vila é elevada a cidade de Juiz de Fora.

Nessa época, já havia o plantio de café, no entanto, este era ainda incipiente. Por causa dessa cultura, houve a contínua entrada de pessoas na região, tanto homens livres, quanto escravizados, principalmente, tendo em vista que a expansão da lavoura que necessitava constantemente de braços. O crescimento da cidade coincide com um contexto problemático da história do Brasil, o fim do tráfico transatlântico em 1850, a Lei de Terras também em 1850. Apesar das leis proibitivas de traficar cativos, a expansão da rubiácea fez aumentar substancialmente o número de escravizados na cidade de Juiz de Fora.

O café era um dos poucos produtos comercializados com o exterior. Devido a grande produção na cidade, ela se torna referência nacional, com uma dinâmica própria<sup>5</sup>. O impulso proporcionado pela produção em larga escala de café contribuiu de forma significativa para o crescimento econômico e demográfico da cidade de Juiz de Fora.

Levando em consideração o número de habitantes desde a formação do arraial, chegando até a década de 1880, quando foram feitos os censos de habitantes, percebemos um acréscimo considerável de indivíduos escravizados em Juiz de Fora.

---

XIX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

5 PIRES, Anderson J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora- 1830/1930*. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1993.

## Quadro 1

## Evolução do crescimento da população da cidade e do município de Juiz de Fora (1853 e 1873)

População	Período
1853	16.428
1873	19.351
1886	20.905

**Fonte:** GUIMARÃES, Elione S. *Violência entre parceiros de cativeiro: Juíza de Fora, segunda metade do século XIX*. São Paulo: Annablume. 2006, p. 44-46.

Conforme o quadro acima, percebemos que em 1853, a então Freguesia do Santo Antônio do Juiz de Fora era composta por 16.428 indivíduos. Na contagem feita pelo censo de 1873, esse número sobe consideravelmente, tendo um acréscimo de 2.923 pessoas, subindo ainda mais na década de 1880.

Segundo a historiadora Elione Guimarães, a região de Juiz de Fora era composta por um expressivo número de pequenos proprietários, que voltavam sua produção para o abastecimento interno, estes também eram donos de pequenas escravarias. Entretanto, no caso dessa cidade, Rômulo Andrade destaca que as grandes propriedades com mais de 100 escravizados eram hegemônicas na cidade<sup>6</sup>.

Como explicar esse elevado percentual de escravizados entrando em Juiz de Fora em um contexto conturbado da história do Império brasileiro? A principal resposta para essa questão foi a reposição de braço escravo através do tráfico interno. O tráfico interno seja ele nas feições interprovincial, intraprovincial e ou local teve sua ascensão após a Lei Eusébio de Queiróz, todavia, Kátia Mattoso ressalta que essa prática já existia muito antes da proibição efetiva de comercializar escravos vindos do continente africano. Segundo Mattoso, o tráfico interiorano teve início no século XVIII, e este guardava semelhanças com o tráfico transoceânico<sup>7</sup>. As leis não foram eficientes a ponto de parar o tráfico interno, e em 1872, o censo aponta que a cidade em tela era a maior possuidora de cativos da província.

### Metodologia de pesquisa

Sabendo-se que o tráfico interno foi o principal responsável pela entrada de escravizados na cidade de Juiz de Fora, uma questão se coloca: como e quais foram às alternativas dos senhores juiz-foranos para adquirir, trocar ou mesmo repor as escravarias velhas e doentes na cidade? Partindo dessas questões o principal *corpus* documental que permite um levantamento dos dados são os Livros de Notas e Escrituras Públicas de compra e venda de escravos<sup>8</sup>.

6 ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1995 2 v. (Tese de doutorado em História).

7 MATTOSO, Kátia. M de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982.

8 Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos. AHJF Fundo do Primeiro Ofício de Notas de Juiz de Fora, 1870-1873.

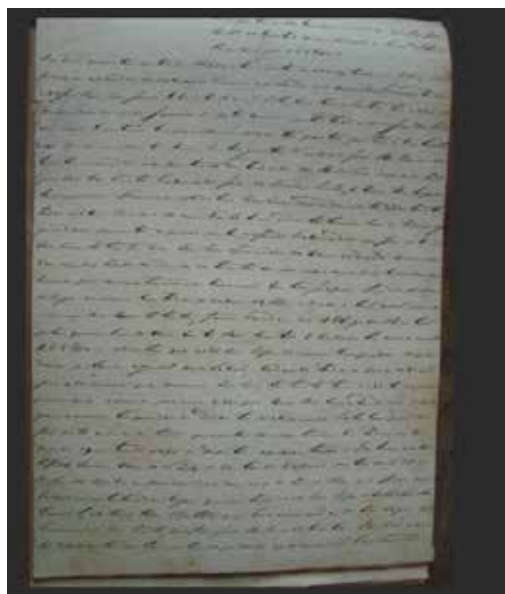
Para essa pesquisa foram analisados 2 livros de Notas, estes contendo 90 escrituras. Como documento jurídico, as escrituras não obedecem a um padrão rígido de funcionamento. O que vai predominar nessa documentação será ditado pelo escrivão responsável no cartório. Ou seja, nem todas as escrituras apresentaram um conjunto de informes totalmente iguais, por isso, algumas terão mais informações que outras. Após a coleta de dados feita no Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF), as escrituras foram transcritas primeiramente, e depois passadas para o banco de dados Access 2010 como se verá na (imagem 1), abaixo. Feita essa primeira etapa da pesquisa, e com alguns cruzamentos de dados, já nos é possível identificar e recuperar as histórias de alguns personagens que viveram no período escravista na cidade.

As escrituras de compra e venda de escravos do AHJF pesquisadas, em grande parte, apresentaram o nome do vendedor e do comprador, a cidade de ambos, o valor da negociação, e o tipo de tráfico. Quanto aos escravizados, cerca de 95% das escrituras foi possível identificar o nome do cativo, a cor, idade, estado civil, ocupação, origem. Nas escrituras posteriores ao ano de 1872, quando se tornou obrigatório o registro de matrícula dos escravos, esse item também foi detectado. Em um grau menor, elas também trazem descritas as características físicas dos escravizados como; doente, baixo, alto, magro, com alguma cicatriz, feio de cara, carrancudo e etc.

As escrituras enquanto fontes de pesquisa se constituem em uma rica documentação. E apesar dos problemas que o uso desse tipo de fonte possa conter, para os estudos em que o objetivo é investigar as transações de compra e venda de escravos efetuadas pelos senhores o principal caminho é através delas. As figuras 1 e 2 abaixo são um exemplo do documento digitalizado sob a guarda do AHJF. Estas imagens constitui-se apenas um exemplo das 90 escrituras analisadas para essa pesquisa.



**Figura 1**  
Escritura de compra e venda<sup>9</sup>



**Figura 2**  
Escritura (continuação)



Fonte: Segundo livro de Notas, JF, 25/01/1872.

Fonte: Segundo livro de Notas, JF, 25/01/1872.

**Imagem 1**  
Transcrição de parte das escrituras de compra e venda de escravos<sup>10</sup>

Código	ORDEM	NOME	SEXO	IDADE	QUALIDADE	O
01		LUIZA	FEMININO	32		
2 02		MARIA	FEMININO	09	CRIOULO	
3 03		ALBINO	MASCULINO	16	CRIOULO	
4 04		ANTONIO	MASCULINO	22		
5 04		JOAO	MASCULINO	26	CRIOULO	
6 04		JOAQUIM	MASCULINO	27	CRIOULO	
7 05		Victoria	FEMININO	17	CRIOULO	
8 06		Albino	MASCULINO	16	CRIOULO	
9 07		CLAUDIO	MASCULINO	28	CRIOULO	
10 07		VICTORIANO	MASCULINO	28	CRIOULO	
11 07		CARLOS	MASCULINO	30		DI
12 07		JOAQUIM	MASCULINO	40		DI
13 07		CANDIDA	FEMININO	25	CRIOULO	
14 07		FELICIANA	FEMININO	40	CRIOULO	
15 07		CANDIDA	FEMININO	30		
16 07		JANAINA	FEMININO	3	CRIOULO	
17 08						
18 08						

Fonte: Banco de Dados produzido a partir das Escrituras de Compra e Venda de escravos em Juiz de Fora (1870-1880).

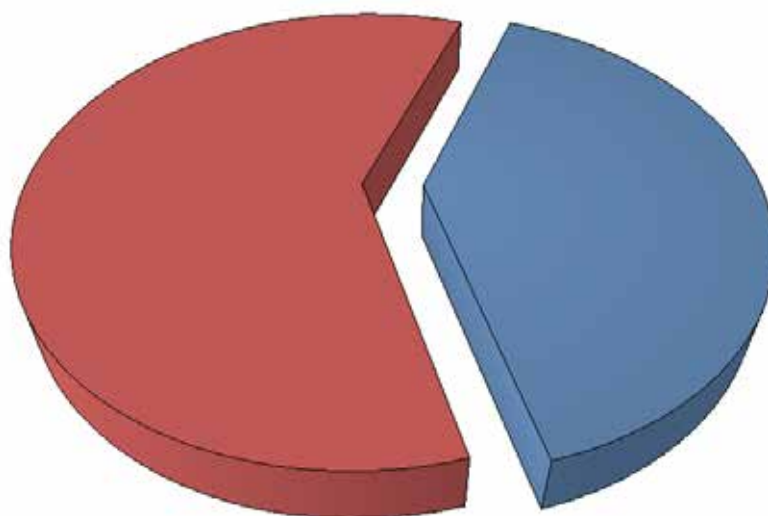
9 Escritura de compra e venda de escravos de Juiz de Fora efetuada no dia 25 de janeiro de 1872. Vendedor; BRIZAC & Companhia e comprador, Jerônimo de Assis Pinto Freitas, todos moradores na cidade de Juiz de Fora. Foram negociados 2 escravos, Deolinda de cor fula, por R.s. 800\$000 réis e seu filho Fabrício de meses, por R.s. 400\$000 réis, em um total de R.s. 2;200\$000 réis.

10 Banco de dados Access 2010, produzido para melhor alocar as informações transcritas dos Livros de Notas e escrituras públicas de compra e venda de escravos em Juiz de Fora.

Assim como exposto por Guimarães<sup>11</sup>, as informações vieram em migalhas, e somente com bastante persistência, e também, junto com o cruzamento de outras fontes está sendo possível reconstruir o cotidiano dessa gente que habitou a cidade de Juiz de Fora nos oitocentos.

Quanto aos principais personagens da nossa pesquisa, os escravizados, alguns resultados já estão presentes. Das 90 escrituras analisadas nesse trabalho, o Gráfico 1, abaixo nos permite ter uma noção, em termos de porcentagem da diferença entre os sexos dos escravizados em Juiz de Fora.

**Gráfico 1**  
**Contagem de escravizados por (sexo)**



**Fonte:** Livro de Notas e escrituras de compra e venda (1870-1880)

Os homens totalizam 60% dos escravizados em Juiz de Fora, contra 40% das escravizadas. A partir desses dados é possível inferir que pelo menos nos anos em que os senhores foram ao cartório registrar a compra e venda dos cativos, a maior parcela, era composta por mancípios. Esses resultados confirmam os expostos pela historiografia alusiva ao tema. José Flavio Motta, ao estudar a província paulista conclui os mesmos resultados, a maioria dos trabalhadores era composta por homens<sup>12</sup>, por tanto, um mercado de mão de obra bem seletivo.

A substancial desproporção entre os sexos pode ser entendida se levarmos em consideração o contexto local. Em 1870, a cafeicultura havia atingido seu auge de produção no município. O censo de 1872 demonstra que a região em tela possui a maior população cativa da província<sup>13</sup>. Não

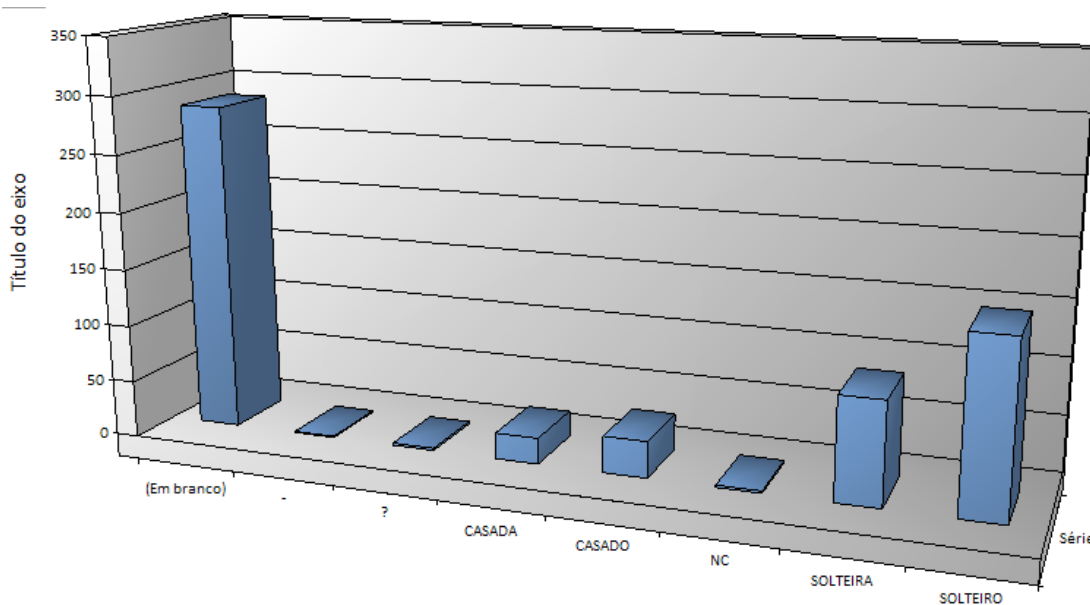
11 GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora- MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

12 MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista* (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda, 2012.

13 Os dados sobre o censo de 1872 estão disponíveis para pesquisa, para ter acesso a essa ferramenta basta fazer um cadastro no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30>. O censo apresenta além da contagem da população, dados mais específicos como profissão, na época a maior parte da população era descrita como lavrador, seguida de profissionais domésticos. Quando feito este censo em 1872, Juiz de Fora era composta por cinco freguesias: Santo Antônio do Juiz de Fora (Sede), N.S.D'Assunção Chapéu D'Uvas, S. José do Rio Preto, S. Francisco de Paula do Monte Verde

obstante, essas informações só reforçam os resultados encontrados nas análises das escrituras de compra e venda, onde a maior fração de trabalhadores escravizados, nesse caso específico, os homens, foram alocados no serviço da lavoura. Outro dado também se mostra importante, a maioria dos negros cativos eram indivíduos solteiros.

**Gráfico 2**  
**Estado cívil dos escravizados em Juiz de Fora (1870-1880)**



**Fonte:** Escrituras de compra e venda de escravizados em Juiz de Fora.

O Gráfico 2, demonstra a partir da análise das escrituras de compra e venda, a primeira coluna corresponde aos cativos onde não consta informes sobre seu estado cívil, um total de 287 cativos. Em segundo lugar, com 151, estão os cativos homens, em terceiro, as cativas com 90, seguido de 32 cativos casados e 23 cativas declaradas na escritura como casadas. Levando-se em conta os 151 escravizados declarados solteiros, temos uma um indício do mercado interno e suas escolhas. Era mais lucrativo para o senhor adquirir braços para a lavoura que não tivessem laços afetivos e familiares, todavia, como o gráfico 2 nos demonstra, os casais também se fizeram presentes na cidade, mesmo que em quantidade reduzida.

### Considerações finais

Mariana era africana de 30 anos de idade. Como cativa, era propriedade do senhor Manoel Felipe da Silva, morador do termo de Oliveira. No dia 13 de fevereiro de 1873, ela partiu com seu senhor para a cidade de Juiz de Fora. Já nessa cidade, o senhor Manoel se reuniu no cartório com

e N. S. da Glória em S. Pedro D'Alcântara. Essa foi não foi recenseada.

José Fernandes Guimarães, este residente em Juiz de Fora, e todas as testemunhas. Guimarães por seu vez passara a ser senhor e possuidor da escravizada em questão, efetuando a negociação de compra e venda, pagando a quantia de R.s. 400\$000 réis pela escrava<sup>14</sup>, um valor baixo para os padrões da época. Talvez o valor se justifique pela origem de Mariana, uma escravizada africana.

Mas o quê a história de Mariana, Manoel e José tem de especial? Se levarmos em consideração o recorte espacial desta pesquisa, muito! Tratasse de pessoas que viveram em Juiz de Fora durante o período onde o Brasil era império, e nesse universo a escravidão era um fenômeno social legitimado e amparado juridicamente.

Os escravos no império do Brasil faziam parte dos bens semoventes e como tais, eram artigos de propriedade dos senhores, que podiam ser vendidos trocados, doados. Nesse sentido, a história de Mariana, mesmo que narrada de forma sucinta nos demonstra como ocorriam as negociações envolvendo escravos naqueles tempos. Senhores saíam de diversas cidades com suas escravarias e efetuavam negociações de diversas naturezas. Manoel por exemplo, saiu de Oliveira e vendeu sua cativa para um senhor em Juiz de Fora. As escrituras analisadas nesse trabalho mostram a dinâmica de atuação dos traficantes de escravos, origem dos senhores e a quantidade. Os negócios aqui efetivados compreendem diversas regiões de Minas Gerais, bem como outros municípios mineiros e até mesmo, outros estados.

A pesar de resumidos, os dados apresentados fazem parte dos primeiros resultados de uma pesquisa de mestrado. Buscou-se demonstrar a importância do estudo do tráfico interno, as fontes primárias e a metodologia de pesquisa para chegar aos resultados aqui apresentados. Constitui-se como primordial nessa pesquisa, entender o cotidiano escravista da região, bem como identificar os principais traficantes envolvidos nesse negócio. Acreditamos que somente assim será possível entender o grau de complexidade alcançado pelo sistema escravista na região e os reflexos no território nacional.

---

14 Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos. AHCJF. Fundo do Primeiro Ofício de Notas de Juiz de Fora. Livro 217, 1871-1873.

## Festas e despesas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, Vila Rica

**Andressa Antunes**

Graduanda em História - UFOP

Grupo de pesquisa ILB

andressaantunes2@hotmail.com

### Resumo

Essa comunicação propõe apresentar o investimento dos *juizes de santos* da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz nos eventos festivos confraternais. Na pesquisa, dialogamos com historiografia que abordou a temática e cruzamos as suas conclusões com os registros setecentistas/ oitocentistas do sodalício (conforme o enquadramento quantitativo), que indicassem a mobilização dos irmãos “devotos de cor” durante o calendário das festas populares. Observamos que as formas públicas de exibição da Irmandade do Rosário do Alto da Cruz de Vila Rica – representação social e religiosa dos *pretos* – eram, com efeito, cruciais para os irmãos da mesa dirigente e, especialmente, para os juizes de santos, que organizavam as festividades dos seus oragos. Nessas ocasiões, esses agentes ofereciam avultadas esmolas ou doações que compunham as despesas da irmandade. Entretanto, ainda que se perceba o empenho desses africanos e afrodescendentes nas expressões festivas, bem mais marcante do que o observado nas confrarias dos brancos, seria prematuro supor que os pretos do Rosário não consolidassem planos de outros dispêndios, como os de construção e ornamentação da capela ou os que fossem necessários às ações caritativas.

**PALVRAS-CHAVE:** Confrarias, festa, juizes de santos.

### O Rosário do Alto da Cruz: sociabilidade religiosa e civil

A pesquisa que deu origem à análise apresentada nesse texto foi iniciada em 2015, com o intuito de realizar um estudo verticalizado acerca da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, situada no bairro Alto da Cruz, em Ouro Preto. Na primeira fase do projeto, transcrevemos o códice e criamos um banco de dados a partir do Abecedário de Irmãos (1770-1810)<sup>1</sup>, no qual registraram-se os irmãos e irmãs ingressos nessa confraria durante o século XVIII e início do XIX. Através da análise do banco de dados, formulamos tabelas e gráficos que renderam importantes conclusões iniciais: a maioria dos confrades era de mulheres, de indivíduos livres e residentes nas proximidades da capela do Rosário<sup>2</sup>.

1 Abecedário de Irmãos de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, 1770-1810, Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Antônio Dias, Ouro Preto (AEPAD/OP).

2 O Compromisso da Irmandade do Rosário do Alto da Cruz ao qual tivemos acesso data de 1733, quando a confraria

Contabilizamos um total de 3819 irmãos e irmãs registrados no livro Abecedário, dos quais 2289 eram mulheres, 2103 eram livres, 403 eram negros<sup>3</sup> e 56 eram pardos. Tanto o Compromisso da Irmandade quanto a forma como ela se configurou em Vila Rica contribuíram para o seu caráter democrático – diferentemente das segregacionistas Ordens Terceiras e irmandades de proprietários e comerciantes – e proeminente, enquanto uma comunidade de cor, no contexto escravista. Consideramos a localização da capela da confraria fator significativo para a trajetória da instituição. Os morros adjacentes e a própria Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias eram ocupados, em maioria, por negros (pretos ou crioulos) libertos que mineravam e/ou cultivavam pequenas roças, cujos gêneros eram consumidos ou vendidos.

O estudioso do assunto, Marcos Magalhães Aguiar, em sua dissertação de mestrado<sup>4</sup>, aponta a identidade da Irmandade do Rosário do Alto da Cruz como muito distinta daquela constituída pela Irmandade do Rosário dos Pretos da freguesia de Nossa Senhora do Pilar (localizada na área mais urbanizada de Vila Rica). Para esse autor, a configuração dos morros e da freguesia da Conceição de Antônio Dias possibilitou que os homens e mulheres de cor tivessem autonomia relativamente maior, tanto financeiramente quanto em relação ao seu culto – apesar de não podermos suspender o estigma da escravidão que acompanhava esses sujeitos diariamente.

Do total de 3819 registros, 351 irmãos indicaram o local de moradia, e é a partir desse dado que supomos o fator “moradia próxima à capela” como determinante para o grande investimento em festas e celebrações públicas que os irmãos e irmãs congregados realizaram. Corroborando a hipóteses de Aguiar, a configuração do *corpus* dessa confraria moldou a sua identidade, inclusive quando analisamos os momentos festivos – assunto principal desse texto.

O quadro abaixo apresenta um diagrama estilizado de Vila Rica, com ênfase nos logradouros e bairros indicados pelos irmãos, e na capela da Irmandade. Cada seta do diagrama indica 500 m de distância. Os círculos maiores representam até 30 irmãos moradores no logradouro, os círculos medianos representam até 20 e os menores, até 10 irmãos.

---

ria se reunia num altar lateral da matriz de Nossa Senhora da Conceição, no bairro Antônio Dias. Posteriormente, foi construída capela própria no bairro Alto da Cruz.

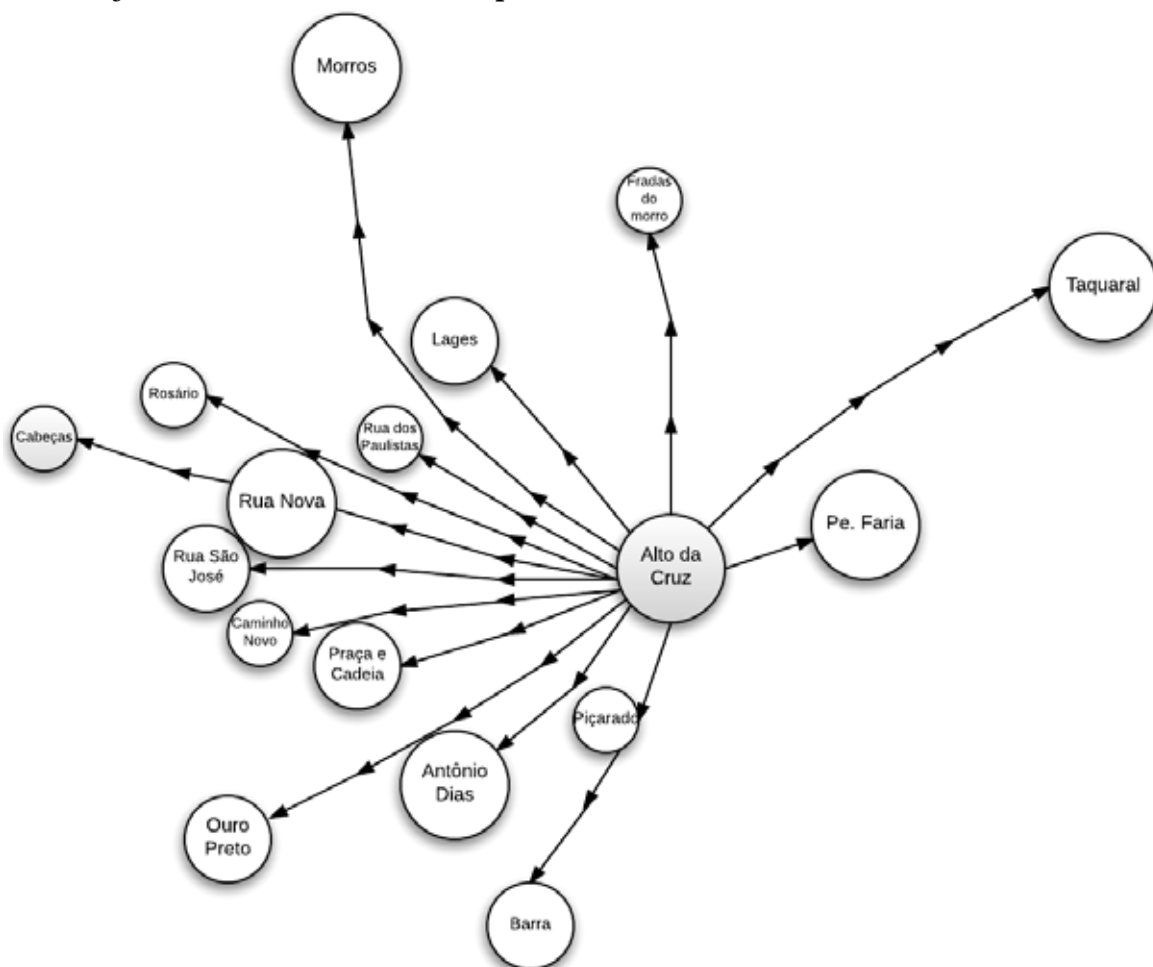
3 Do total de irmãos, apenas 467 nomes constavam a qualidade ou cor, enquanto 3352 não apresentaram. Do total que não consta a qualidade ou cor, 1274 são mulheres e 2048 são homens.

4 AGUIAR, Marcos Magalhães. Vila Rica dos Confrades. 356 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 1993.



Diagrama 1

Relação moradia dos irmãos e capela do Alto da Cruz, Vila Rica, séc. XVIII



**Fonte:** Projeto de Iniciação Científica PROBIC FAPEMIG 2017/2018 - Rosário do Alto da Cruz de Vila Rica: economia do sagrado e sociabilidade religiosa e política. Bolsista: Andressa Antunes, Orientador: Francisco Eduardo de Andrade. Baseado nos dados do Abecedário de Irmãos de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, 1770-1810, Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Antônio Dias, Ouro Preto (AEPAD/OP).

### Representações públicas na Irmandade do Rosário

As festas e celebrações públicas eram parte fundamental da vida confraternal. Um dos motivos era a confirmação da ordem hierárquica expressa nas procissões, que estipulavam uma sequência na exposição das irmandades de forma coerente com os estamentos do Antigo Regime na América Portuguesa. Embora as irmandades do Rosário sempre ocupassem as últimas posições nas procissões, seu esforço por brilhantismo e pomposidade não era pequeno. Em reunião da mesa diretora, em 1859, tratando-se dos preparativos para o mastro e festa da Senhora do Rosário, “O Ir. Juiz propôs que deزهjava que se fizesse a Festa de N. Sra no melhor brilhantismo, fosse a missa com Senhor Exposto, Sermão a noite [?]. O Ir. Sr. Francisco Prates pediu a palavra e fez algumas observações que a meza devesse fazer a festa simples pela razão de estarmos com obras. O Ir. Thezoureiro Antonio Fernandes Velozo respondeu a obra que estava tratada hera de piquena monta,

e não se convenceu a meza por já se estar autorizado de fazer hesa dispesa como consta do Termo [...]”<sup>5</sup>. Certamente, o Senhor Prates não encontrou grande apoio à sua petição, e se manteve o pressuposto no Compromisso, apesar da obra na capela (possivelmente, o conserto do telhado, como consta em termo de reunião da mesa).

Em relação à temática das festas, uma análise inexorável diz respeito às receitas e despesas das irmandades. Como mencionamos acima, as festividades representavam momentos de revigoramento da receita das confrarias, pois eram quando mais se faziam doações. Tais esmolas eram despendida tanto na realização dos eventos como na manutenção do culto e na confecção de obras no templo.

Uma figura bastante importante para compreendermos a relação entre festas e os trâmites financeiros da confraria do Alto da Cruz é o juiz (ou juíza) de santo. Célia Borges, que realizou um estudo sobre a devoção compartilhada à Senhora do Rosário, salienta de maneira categórica

As irmandades homenageavam cada um dos santos, em separado, em festa que transcorria em determinado dia da semana. Juízes e juízas davam grandes somas em dinheiro, ou mesmo joias, sem terem, no entanto, qualquer cargo ou responsabilidade na Mesa. A doação em si implicava somente a participação na festa.<sup>6</sup>

No entanto, consideramos justificável analisar o papel dos juízes(as) de santos como, às vezes, quase tão importante quanto a atuação dos irmãos de Mesa – responsáveis pela gerência da confraria. Os altos investimentos realizados por esses devotos de santos, de certa forma, davam o tom à festa atribuída ao mediador divino, e conferiam agenciamento aos doadores no espaço de sociabilidade confraternal.

### **Festas, entradas e anuais: composição da receita**

Como apontamos acima, os juízes(as) eram responsáveis pelas festas e assuntos relacionados aos santos que representavam, incluindo a necessidade de doação de 20 oitavas de ouro à Irmandade, segundo o Compromisso. A modalidade do juiz por devoção (que não precisava ser eleito pela Mesa) atraiu mais irmãos e mais esmolas do que o juizado por eleição. Segundo Anderson de Oliveira, “Na segunda metade do século XVIII, em função da diminuição das rendas, as irmandades generalizaram o cargo de juiz por devoção como forma de garantir o aumento das receitas com base no crescimento das esmola.”<sup>7</sup>

No Livro de Entradas e Anuais de Irmãos, 1737 – 1829, contabilizamos maior número de juízes(as) de Nossa Senhora do Rosário e juízes(as) de Santa Efigênia. Infelizmente, as fontes são silenciosas quanto aos juizados da primeira metade do século XVIII. Porém, devemos considerar

5 Termo de deliberação tomada sobre a Festa de Nossa Senhora do Rozario e mais Santos Anexos, AEPAD, Folha 23, Rolo 58, vol. 125, Casa dos Contos, Ouro Preto.

6 BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

7 OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos, Topoi, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 89.

a natureza e o objetivo do códice acima citado. A função do livro é apresentada na primeira folha do documento: “Este livro he, para se acentarem os Irmãos Brancos nesta Irmandade de Nossa Senhora do Rozário dos pretos do alto do Padre Faria para participarem do Jubileo em [ação de] Graças e [indulgência] que Sua Santidade servido consedera todas as pessoas que forem irmãos nesta Irmandade./ O qual vai por mim numerado e rubricado com a minha rubrica costumada (rubrica). E no fim leva [conclusão] de encerramento. Villa Rica 13 de abril de 1737./ Ouvidor da Capitania das Minas.”<sup>8</sup> Tratava-se de um livro de entrada de irmãos brancos, no qual foram registrados também alguns africanos, crioulos e pardos, que participaram ativamente do rodízio dos juizados de santos. Esse códice registrou os irmãos de alguma posse ou proeminência social, e que deram esmolas além das obrigatórias (entrada e anuais).

Dos registros de juízes(as) de Nossa Senhora do Rosário, 5 foram de devoção, 5 de eleição e 27 não constaram a justificativa. Dos responsáveis por Santa Efigênia, apenas 3 foram eleitos, enquanto mais de 200 agiram por vontade própria. Considerando que se tratam de registros de um códice destinado a irmãos beneméritos, é possível que os juizados de Nossa Senhora tenham sido registrados em outro livro: o de pretos africanos que tinham maior afinidade com a devoção à Virgem. Ao passo que os pardos e crioulos buscaram distinção entre nacionais de cor e negros da África, investindo na devoção à Santa Efigênia. Sobre essa clivagem étnica e mudança identitária no interior da Irmandade – que se traduziu no progressivo fortalecimento da devoção à Santa africana a ponto de, hoje, a capela ser conhecida como Igreja de Santa Efigênia – ainda não possuímos dados suficientes para confirmar nossas hipóteses.

Tabela 1

## Ocupação étnica da Mesa diretora e dos juizados de santos

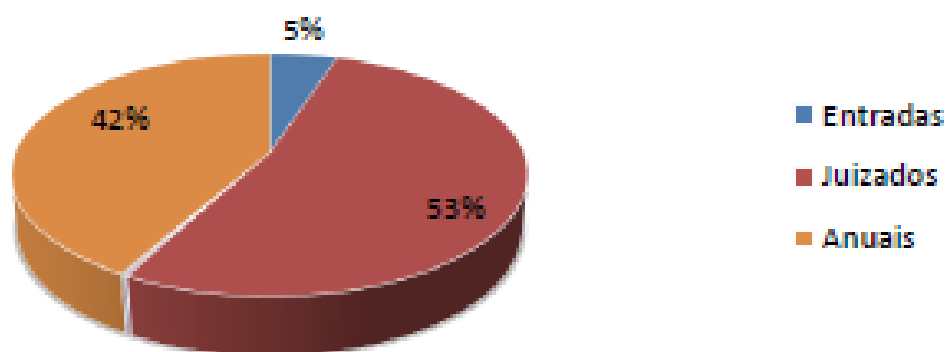
Cargo ocupado	Qualidade e Procedência							Total
	Preto	Branco	Pardo	Crioulo	Cabra	N.c.	Ileg.	
Escrivão	0	0	0	0	0	18	0	18
Irmão de mesa	0	0	0	0	0	5	0	5
Juiz(a)	1	0	3	2	0	6	0	12
Juiz(a) de Santa Efigênia	2	13	45	1	1	167	0	229
Juiz(a) de Nossa Senhora do Rosário	0	1	5	0	0	30	1	37
Juiz(a) de Santa Rita	0	0	0	0	0	0	1	1
Juiz(a) de Santo Antônio do Notto	1	0	3	0	0	9	0	13
Juiz(a) de Santo Elesbão	0	0	0	1	0	1	0	2
Juiz(a) de São Benedito	1	0	0	1	0	4	0	6
Juiz(a) de São José	0	0	0	0	0	1	0	1
Tesoureiro	0	0	0	0	0	0	7	7
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>56</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>241</b>	<b>9</b>	<b>331</b>

Fonte: Livro de Entrada de Irmãos, 1737-1829, AEPAD, Ouro Preto.

8 Fonte: Livro de Entrada de Irmãos, 1737-1829, AEPAD/OP.

Verificamos que as esmolas dos juizes estão diretamente relacionadas ao vigor da receita da irmandade, todavia não eram a sua única grande fonte de renda. O códice acima citado trata do acento e das doações dos irmãos brancos do Rosário, apesar da presença de africanos, crioulos e pardos nos registros, como já foi dito. Possivelmente, essa categoria de irmãos “benfeitores” fosse quase tão assídua nos pagamentos de entradas e anuais quanto era na doação de esmolas aos santos, enquanto o restante dos irmãos preferia agradecer mais aos seus mediadores com o divino. O quadro que segue apresenta a composição relativa da receita do Rosário, considerando as entradas e anuais e os juizados.

**Gráfico 1**  
**Origem da receita da Irmandade do Rosário do Alto da Cruz**



**Fonte:** Livro de Entrada de Irmãos, 1737-1829, AEPAD/OP.

Obs.: Não foram contabilizados como variáveis as doações dos irmãos de mesa, nem as esmolas para fábrica da igreja e missas festivas, pois, em números relativos, essas doações somam aproximadamente 0%.

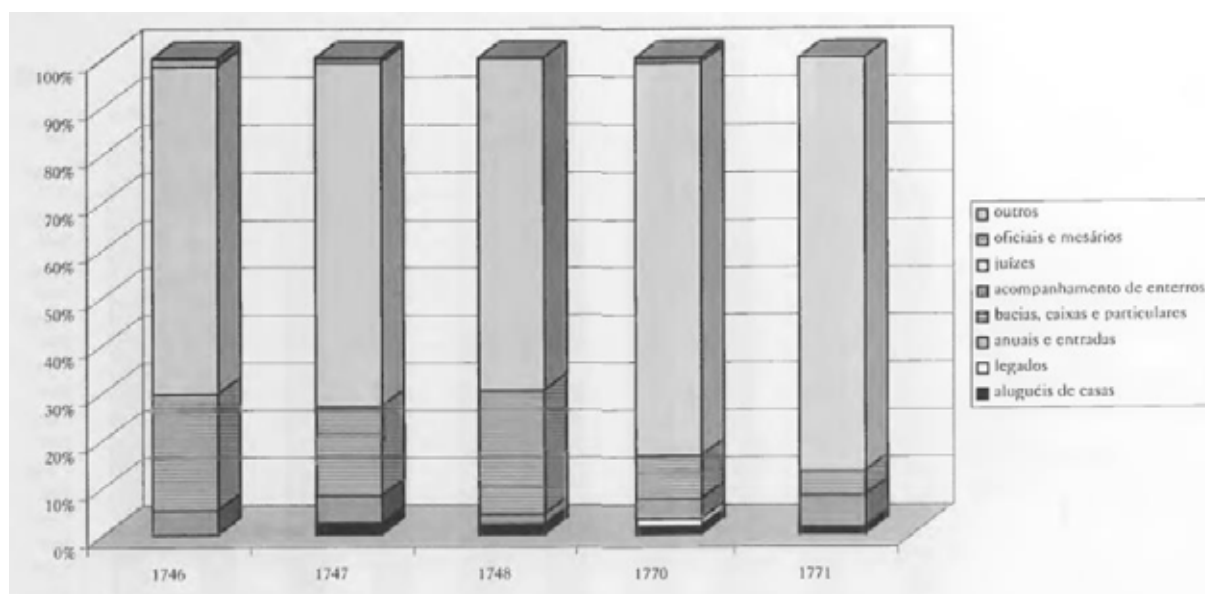
### **Crítica historiográfica e novas perspectivas**

Na sua tese “Vila Rica dos confrades”, Marcos Magalhães de Aguiar realizou estudo aprofundado sobre irmandades negras nas Minas Gerais setecentistas, inclusive levantando dados dos códices da Irmandade do Rosário do Alto da Cruz. O estudo se tornou referência sobre o tema. O assunto Festas retomou algumas análises já sugeridas na dita tese, mas dessa vez em capítulo de livro, pelo mesmo autor. Segundo Aguiar, o livro de Receita e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do arraial do Padre Faria (1726 – 1798) indica o grande investimento dos irmãos e gastos desta confraria com a realização de festas e manutenção da capela e dos cultos. Apesar da determinação do Compromisso de 1733, documentos apontam a negligência do Rosário no acompanhamento de enterros e rituais dos irmãos remidos, que necessitavam despêndios. Ainda segundo Aguiar, nas irmandades de brancos, como a do Santíssimo Sacramento, as naturezas da receita e dos gastos eram mais equilibrados entre si, enquanto que no Alto da Cruz, o Cônego José dos Santos reclamou, em 1776, que “a experiência tem mostrado que, nesta irmandade, se não se faz festa, não contribuem os irmãos”<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> AGUIAR, Marcos Magalhães de. Festas e Rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. *In: Festas: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. JANCÓS, I., KANTOR, I. (orgs). Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2001. p. 369

Além dos despêndios com a realização de festas e manutenção do culto serem maiores nas irmandades negras, a origem das esmolas também seria garantida nessas confraternizações, enquanto que, nas irmandades de brancos, o compromisso com as despesas obrigatórias eram supostamente cumpridas com maior assiduidade.

**Gráfico 2**  
**Composição da receita no Rosário do Alto da Cruz**



**Fonte:** AGUIAR, Marcos M. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org). Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001. pp. 372-373.

O quadro acima apresentado por Marcos Aguiar indica que as maiores contribuições financeiras provinham das esmolas de juizes (por motivação pessoal), em momentos festivos ou para a realização desses rituais. Já as entradas e anuais (doações obrigatórias) somavam pouca relevância no quadro geral da receita. O trecho a seguir, do autor já citado, indica justificativa social interna à irmandade para a configuração desse quadro:

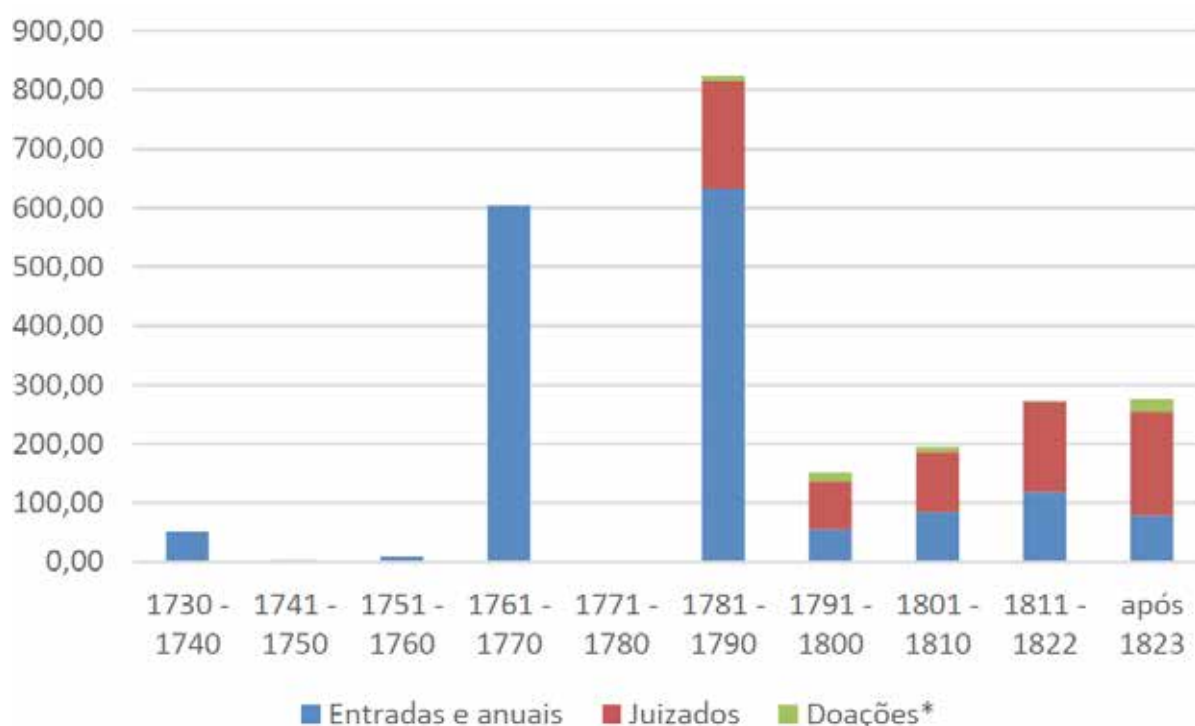
A natureza espontânea das contribuições dos confrades fortalecia conexões internas da comunidade negra, pois estava fundada no prestígio e integração que possibilitavam aos irmãos dedicarem-se à atividade de recolhimento de esmolas, ao contrário das irmandades brancas, nas quais as contribuições obrigatórias – esmolas dos oficiais, entradas e anuais – preponderavam.<sup>10</sup>

Como mostra o quadro abaixo, verificamos na presente pesquisa que a participação dos irmãos registrados no Livro de Entrada e Anuais de irmãos (1737 – 1829) era parte importante na composição da receita da Irmandade. Tratava-se de irmãos brancos e de cor, mas principalmente mestiços, que contribuíam anualmente, como previsto pelas obrigações do Compromisso, ou seja, esses irmãos faziam doações não só em momentos festivos, nos quais as esmolas eram espontâneas.

<sup>10</sup> AGUIAR. Festas e Rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. p. 311.

Gráfico 3

Composição da receita no Rosário do Alto da Cruz (dados da atual pesquisa)



**Fonte:** Livro de Entrada de Irmãos, 1737-1829, AEPNSC AD, Ouro Preto.

Obs.: \*Em “doações” foram considerados os registros de doações para fábrica da igreja, obras na capela, missas festivas e promessas a santos.

Como dito anteriormente, a Irmandade do Rosário do Alto da Cruz atingiu poder e importância impossíveis de serem categorizados apenas de acordo com o nome que ela carregava. Os seus irmãos, fossem pretos, mestiços, crioulos ou até brancos, compunham um complexo panorama de dinamização e complicação da ordem estamental pressuposta pelo Antigo Regime.



# Reflexões sobre a escravidão africana no Brasil colonial: reconstrução identitária e inserção no tecido social

**Thiago Rodrigues Tavares**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História/UFJF  
thiagor.tavares@yahoo.com.br

## Resumo

Diversas são as perspectivas teóricas utilizadas para compreender a escravidão africana no período colonial brasileiro. A historiografia tem dado destaque às relações de sociabilidade, parentesco, trabalho, religiosidade e outras mais. Este artigo visa, a partir de diferentes pesquisas e interpretações, refletir sobre o processo de reconhecimento identitário, apropriação e ressignificação cultural e religiosa, além de destacar algumas das estratégias de inserção na rede/teia social que estava em construção naquele momento. Veremos que africanos e afrodescendentes escravizados desenvolveram formas de se movimentar dentro das estruturas sociais e estabeleceram redes de sociabilidade e solidariedade.

**Palavras-chave:** Escravidão, Brasil colonial, Identidade, Religiosidade.

## Introdução

São vários os aspectos econômicos, políticos e sociais que compuseram a dinâmica escravista do período colonial. Evidencia-se que o Brasil foi um país constituído por grupos heterogêneos, os quais, ao chegarem em território brasileiro, tiveram que estabelecer novas relações sociais dentro da organização social que se formava. Nesse novo mundo, ocorreu a convergência de povos, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais diversas se enfrentaram e se fundiram para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária.<sup>1</sup>

A historiografia que desenvolve pesquisas em torno do período colonial mostra-se em constante expansão, na busca incessante por arquivos, documentos, testamentos, livros de batismo, registros, materiais e vestígios que possam trazer mais informações sobre a sociedade daquela época. Os historiadores têm dado destaque às relações de sociabilidade, parentesco, trabalho, religiosidade e outras mais. Todas essas relações perpassaram pelo entrelaçamento social entre portugueses, indígenas e as diferentes etnias africanas que vieram para cá.

Com o intuito de refletir sobre a escravidão africana no Brasil colonial, pretende-se observar como se deu a estruturação das relações sociais dos povos africanos no novo mundo, como

1 RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

ocorreu o processo de reconhecimento identitário e quais foram as estratégias de inserção na rede/teia social que estava em construção. Veremos que escravizados africanos e afrodescendentes desenvolveram formas de se movimentar dentro das estruturas sociais, estabelecidas em valores do antigo regime português.

Assim nesse artigo busca-se abordar as formas como escravizados, que tiveram seus laços sociais rompidos a partir da escravidão, construíram novas relações sociais, num processo sincrético e de hibridismo cultural, no qual comportamentos e atitudes foram ressignificados e incorporados. Tendo em vista a Capitania de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, serão analisadas as relações de compadrio e apadrinhamento entre escravos, uma possibilidade de (re)construir laços entre africanos. Já no item quatro, a ênfase se dá sobre a formação das irmandades, associações leigas fundamentais para africanos e crioulos se tornarem membros de um grupo social. Dentro dessas associações, eram criados laços de sociabilidade, solidariedade e religiosidade que garantiam um espaço de atuação social para o indivíduo. As irmandades eram a garantia da salvação do corpo físico e espiritual.

### **A organização social, religiosa e cultural em África**

A África ocidental era formada por uma multiplicidade de povos, que viviam em áreas de florestas e savanas. Alguns grupos tinham maiores semelhanças de línguas, costumes e crenças. Contudo, como em todo sistema heterogêneo e complexo, havia povos que não compartilhavam dos mesmos bens simbólicos e sistemas culturais. No que se refere aos povos situados mais ao sul, na região do rio Congo, viviam, e vivem, povos conhecidos como bantos, os quais têm uma origem comum, falam línguas semelhantes e apresentam crenças religiosas e organização comercial, política e cultural parecidas.

Algumas sociedades africanas formaram grandes reinos, como Daomé, Oió e Axante. Outros eram conjuntos pequenos de pessoas, povos caçadores, coletores com pequenas plantações para o clã familiar e comunitário. Desde as formações mais simples às mais complexas, organizavam-se em torno de relações de parentesco – matrilineares ou patrilineares. Mantinham fidelidade em primeira escala ao chefe da família e, de forma mais ampla, ao chefe da aldeia. Casamentos entre pessoas de diferentes famílias e trocas de produtos eram os principais motivos que possibilitavam o contato entre as aldeias e os diversos grupos étnicos.

Nas sociedades africanas de onde vieram os escravizados para o Brasil, toda a vida na terra estava ligada ao além, universo rico em mitos, símbolos, ritos e objetos sacralizados. Para esses grupos, quase tudo era explicado e resolvido por forças da natureza, manipuladas por curandeiros, adivinhos, mestres e sacerdotes<sup>2</sup>. Tudo girava em torno da relação entre o mundo natural e o sobre-

---

2 Foram chamados de feiticeiros pelos portugueses.

natural. Oráculos eram constantemente consultados, e a orientação de como agir diante de várias situações de vida era traçada valendo-se dos antepassados, dos espíritos, dos deuses. Em muitos casos, os infortúnios eram considerados frutos de ações humanas impróprias, conscientes ou não, que desestabilizavam a harmonia.<sup>3</sup>

#### A inserção dentro do tecido social<sup>4</sup> – constituição de redes

Como um derrotado de guerra ou descendente dele, o escravizado era um ser desonrado e, por isso, obrigado a suportar o fardo da exploração e do servilismo.<sup>5</sup> Era o morto social degredado de sua terra natal para o desconhecido. Os africanos que chegavam ao Brasil se encontravam desenraizados, *outsiders* frente a um novo mundo. Elias; Scotson observam como as relações de poder produzem status de estabelecidos para uns e de *outsiders* para outros. O outsider é aquele que vem depois, com novos costumes, é o diferente que é relegado à margem pelos estabelecidos, grupo mais antigo, coeso e conhecedor das regras.<sup>6</sup> Os recém-chegados eram chamados de boçais; aqueles que já estavam introduzidos (conheciam a língua e os costumes) eram identificados por ladinos; já os crioulos eram aqueles nascidos no Brasil. Havia também os forros<sup>7</sup> e pardos livres. Ao longo do processo, da captura ao traslado até a inserção na vida colonial, os escravizados buscavam se comunicar e estabelecer relações com aqueles com quem dividiam o sofrimento, e essas atitudes visavam tecer laços sociais e identitários. Além do mais, desenvolveram estratégias para se inserirem no novo modelo de formação societária que se formava.

Ao serem escravizados, além de perder a liberdade, os africanos tinham todos os seus laços sociais e traços identitários rompidos. Assim, buscavam refazê-los aqui no Brasil. Como aponta Souza, talvez o primeiro passo na construção de identidades novas fosse aceitar a designação que ganhavam dos traficantes, administradores e senhores. Não eram mais vistos como pertencentes à determinada família e aldeia; no processo de construção de novas identidades, foram identificados através dos nomes dos portos nos quais embarcavam, como Benguela, das feiras nas quais foram vendidos, como Cassange, e das regiões de onde vieram, como Angola<sup>8</sup>.

Para além das identidades fundadas em noções de origem e semelhanças culturais, era preciso se conectar uns aos outros em redes de relações sociais. Em África, as relações de parentesco ditavam as relações sociais, e, no Brasil colonial, foi semelhante. Os africanos se utilizaram e res-

3 SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil Africano. São Paulo: Editora Ática, 2006.

4 O termo tecido social, é usado aqui como correspondente para camadas sociais ou grupos sociais. São as formações sociais e suas redes de relacionamento que consistem na estruturação da sociedade.

5 SOARES, Márcio Souza. A promessa de alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa. In: GUEDES, Roberto (Org.). Dinâmica imperial no Antigo Regime português. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

6 ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

7 Negro forro era aquele que conseguiu sua liberdade através da carta de alforria.

8 SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil Africano. São Paulo: Editora Ática, 2006.

significaram as relações do compadrio português. O compadrio foi um mecanismo utilizado pela sociedade luso-brasileira para se aparentar, constituindo alianças desejadas por ambas as partes. Os escravos aprendiam a se movimentar dentro das estruturas dessa sociedade e, assim, adotaram o compadrio, que possibilitava a formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. Dentro dessa organização social, podiam afirmar relações de solidariedade, construindo uma parentela que não era sanguínea, mas que estava firmada em amplas redes de alianças.<sup>9</sup> Mesmo que a ideia de conversão pudesse ter provocado repulsa nos africanos, a possibilidade de ter outros escravizados como padrinhos pode ter sido benéfica. A cerimônia do batismo não acontecia logo que os cativos chegavam. Desse modo, ao longo do período de preparação para receber o sacramento, ocorria o contato com parceiros e com muitos outros escravos e libertos. No processo de adaptação, conviveram com seus futuros padrinhos, o que tornava o ritual cristão menos estranho.<sup>10</sup>

Em suas pesquisas em torno de Mariana no início do século XVIII, Maia evidencia relações existentes entre o local de origem dos africanos adultos e seus padrinhos. Segundo o autor, para os escravizados, o compadrio e/ou o apadrinhamento possibilitava alianças no mundo do cativo, laços criados que poderiam significar maior representação nas negociações cotidianas com os senhores e mesmo a solidariedade entre cativos. A partir dessa aliança “os cativos tinham também a possibilidade de escolher seus *parentes espirituais* no universo dos livres e dos libertos”<sup>11</sup>. Além de a maioria dos atores do ritual do batismo vivenciarem o cativo, eles poderiam ser da mesma procedência ou da mesma terra. O (re)encontro de indivíduos de mesma origem, falantes da mesma língua, com as mesmas marcas físicas e hábitos comuns, acontecia neste lado do Atlântico. No batismo, havia possibilidade para se construir ou reconstruir alianças entre africanos, ou seja, mesmo vindo de outra organização social, eles aprenderam rapidamente a se mover dentro das estruturas e valores de antigo regime, valorizando os laços de apadrinhamento. Ainda segundo o autor, os adultos batizados, além de terem cada qual o seu padrinho, tiveram critérios de escolha que reforçavam a importância dos laços estabelecidos entre cativos. Os dados sugerem que o *parentesco ritual* tinha papel relevante para os escravizados nessa localidade mineradora. Além da provável importância das alianças, o recebimento do sacramento batismal abria as portas para a comunidade cristã e possibilitava ao cativo a participação em vários espaços de sociabilidade e solidariedade, por exemplo, nas irmandades negras.

9 ENGEMAN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII a XIX. In: Florentino, Manolo (Org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

10 MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O apadrinhamento de africanos em Minas Colonial: o (re)encontro na América (Mariana, 1715-1750). *Revista Afro-Ásia*, n. 36, 2007.

11 MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O apadrinhamento de africanos em Minas Colonial: o (re)encontro na América (Mariana, 1715-1750). *Revista Afro-Ásia*, n. 36, 2007, p.46.

## Irmandades: apropriação e ressignificação cultural de espaços de sociabilidade no Brasil colonial

A descoberta do ouro, ao final do século XVII, transformou a região que veio a se chamar Minas Gerais. Os primeiros homens a migrar para o interior do Brasil foram atraídos pela ilusão da riqueza fácil. Este período inicial foi marcado por um clima de insegurança e instabilidade, tendo os homens a característica de aventureiro. O Estado, no princípio, não estabeleceu, em linhas precisas, uma política para a região, mas, ainda assim, proibiu a entrada de religiosos regulares, utilizando-se da alegação de que eles eram responsáveis pelo extravio de ouro e por insuflar a população a não pagar impostos. Dessa forma, a vida religiosa em Minas Gerais passou a ser acionada pelas associações leigas (Irmandades), destinadas a agremiar fiéis de todas as etnias e condições sociais, que a ela quisessem pertencer. O termo irmandade tem sentido genérico, sendo sinônimo de confraria, arquiconfraria e ordem terceira.

Assim, enquanto o Estado ainda não se fazia presente, foi no interior dessas associações leigas que os habitantes da região mineradora em Minas Gerais, encontraram ajuda espiritual e material. Mesmo quando o Estado implantou-se e consolidou-se, as irmandades não perderam a sua função social<sup>12</sup>. Essas eram um importante local de sociabilidade e solidariedade, tanto para libertos quanto para escravos. Nelas, a solidariedade, muito importante no caráter geral das confrarias, expressava-se com a ajuda dos membros da organização. Segundo Simmel interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os indivíduos se unam em associações, que podem ser econômicas, irmandades de sangue, sociedades religiosas.<sup>13</sup> No caso de Minas Gerais, as irmandades têm muita importância, pois foram fundadas para funcionar como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e à realidade social dos indivíduos.<sup>14</sup> As irmandades eram assim compostas por um grupo versátil de indivíduos que demonstravam sua necessidade em fazer parte daquele tecido social em formação.

Dentre os estudos sobre irmandades, ganha destaque o trabalho de Borges. A autora foca seu estudo nas Irmandades do Rosário mineiras, as quais foram as mais numerosas na região mineradora. Foram computadas, em sua pesquisa, 63 irmandades, datando o início do seu surgimento, na região, no final do século XVII. Atingem seu ápice de crescimento durante o século XVIII e decaem em fins do século XIX. Os membros eram em sua maioria negros – escravos e libertos. A organização religiosa desempenhou a função de integração do homem de cor na sociedade dominante.<sup>15</sup>

12 BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder. São Paulo: Editora Ática, 1986.

13 SIMMELL, George. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura e formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.) Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

14 BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder. São Paulo: Editora Ática, 1986.

15 BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

Podemos constatar que, nas confrarias, o encontro de diferentes etnias colocadas em convivência levava a uma “reorganização cultural das tradições”, num processo de apropriação e negociação de elementos de tradições distintas – os diversos grupos de africanos e europeus. Ao analisar os livros das Irmandades do Rosário, Borges nota que a composição social das confrarias era, em grosso modo, proporcional à população negra em Minas. Nas regiões mineradoras, entraram tanto Sudaneses (Mina, Courana, Cobu, Nagô, Cobu, Cabo Verde, etc) quanto Bantos (Angola, Benguela, Congo, Cambinda, Cassange, Monjolo, Rebolo, Moçambique, etc). Os primeiros vinham da região conhecida como Costa da Mina e pertenciam ao grupo linguístico Iorubá, sendo majoritariamente gegês e nagôs. Eles constituíram a maioria até a segunda metade do século XVIII, considerados mais fortes e aptos para o trabalho nas minas. O segundo grupo vinha da África Meridional e predominaram os Angola (Mbundu), Benguela (Ovimbundu) e Kongo. No que diz respeito à população africana presente nas irmandades, a princípio, os sudaneses eram numericamente superiores; contudo, ao final do século XVIII, os crioulos começaram a suplantá-los nas Confrarias do Rosário. A admissão de negros de um mesmo agrupamento étnico dentro da mesma irmandade estava na razão direta da entrada de negros escravizados na região. Além do mais, as pessoas eram propensas a levar amigos e conhecidos para a sua própria associação fraternal, sendo essa a possibilidade da manutenção e criação de novas redes sociais.<sup>16</sup>

As irmandades em seus nomes homenageavam a um santo. Os santos correspondiam a reivindicações imediatistas e temporais que eram feitas pelos membros dessas instituições religiosas. Os santos tiveram um papel fundamental no sistema de conversão dos negros ao catolicismo. A história de vida desses santos fez parte de um programa de pedagogia missionária junto aos homens negros. Suas histórias cercadas por cenas de milagres, protetores contra as adversidades, acabaram por compor mitos que conferiam poderes às suas imagens, construindo desse modo um novo imaginário religioso.<sup>17</sup> O Culto aos santos era marcado pela prática “toma lá, dá cá”. O santo representava a figura humana capaz de ouvir os apelos e resolver os problemas. Nesse contexto se dava a relação pessoal entre o devoto e o santo. Procissões eram realizadas para fazer chover, rezas para curar doenças e afastar maus-olhados. As irmandades mineiras adquiriram forte ligação com a religiosidade dos negros e com seus rituais e práticas – assentadas principalmente em imagens de santos, danças, festas, músicas –, e contribuíram para um tipo diferente de religiosidade, não menos profunda, segundo a autora. As práticas religiosas dos portugueses, inclusive, passaram também por ressignificações que as tornaram bem diferentes das formas tradicionais.

Os diversos grupos africanos que chegaram ao Brasil apresentavam em suas matrizes culturais um amplo imaginário simbólico, rico em crenças e rituais que incluíam elementos de culto à natureza e aos antepassados. As relações entre as pessoas e a divindades eram estabelecidas por sacerdotes, e a

16 BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

17 BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.



feiticeira era uma prática corriqueira. As práticas mágicas eram comuns também na cultura colonial, sendo portugueses e brasileiros usuários e vítimas de tais condutas. Dessa forma, Souza constata que, nas Minas do século XVIII, havia grande incidência de feiticeiros homens, resultando em inúmeras acusações e processos. O catolicismo era marcado por práticas que se aproximavam da magia, com diferentes segmentos sociais recorrendo aos trabalhos das benzedadeiras e curandeiros<sup>18</sup>.

As tradições mágico-religiosas das diferentes etnias africanas encontram nas Minas um novo habitat, que reordenou o seu tradicional sistema simbólico para outro eixo religioso. As práticas religiosas e culturais foram negociadas, e muitos de seus aspectos perduraram mantidos num híbrido com a cultura europeia. Segundo Borges, “os negros no processo de interação com a cultura dos grupos dominantes tenderam a assimilar o cristianismo a partir de suas necessidades, conservando-se fiéis às suas lógicas culturais”<sup>19</sup>. Vale pensar no uso de objetos para proteção mágica em inúmeras situações; entre os algumas etnias africanas era prática corriqueira carregar mandingas. Tais práticas permaneceram na Colônia. Além da bolsa de mandingas, no Brasil, foi adotado o uso da cruz, escapulário, rosário e outros amuletos. O rosário era aprovado pela Igreja, e a sua distribuição para a população negra era um costume durante a festa do Rosário. Todos os anos as Irmandades providenciavam a compra e entrega de dezenas de rosários.

As diferentes etnias precisavam negociar suas práticas e visões distintas de mundo, a fim de chegar a um denominador comum que possibilitasse a comunicação – prática marcada por muitos conflitos, diga-se de passagem. Na direção do estabelecimento de comunicação e convivência, as trocas materiais e simbólicas que ocorrem estão inevitavelmente submetidas a relações de dominação e poder, e acabavam por criar novo e específico espaço coletivo nas instituições da sociedade do Brasil Colonial.

Assim as Irmandades eram um importante local de sociabilidade e solidariedade, um espaço para os negros manifestarem seus descontentamentos com alguma autonomia. Esta solidariedade, muito importante no caráter geral das confrarias, expressava-se em forma de ajuda aos membros da organização, como assistência na doença ou pobreza, ou apoio aos que queriam obter alforria, muitas vezes, com a compra da liberdade. As Irmandades do Rosário mineiras, onde a participação dos negros era dominante, revelam-nos o interesse e tentativa destes de organizar e institucionalizar seus anseios; um espaço dentro do sistema escravocrata em que era possível reconstruir uma estrutura social com base no princípio da solidariedade. Nesse contexto, era muito importante ter sua própria igreja, local que garantisse uma relativa autonomia frente aos grupos dominantes. Construir uma igreja significava marcar um território, um espaço próprio para o encontro da comunidade.

Foi no interior das irmandades que os habitantes da região mineradora encontraram apoio mútuo, auxílio material e salvação espiritual. Pertencer a uma irmandade era condição indispensá-

18 SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro – A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004

19 BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p.133.

vel, mesmo depois da morte, pois nem todos possuíam sepultamento garantido. Ser enterrado nas cercanias da igreja era algo importante. Havia a concepção de que quanto mais próximo de locais sagrados o corpo estivesse enterrado, mais próximo de Deus estaria o morto. Ser enterrado na igreja também concedia à pessoa uma sensação de ser constantemente lembrado, tendo mais chance de receber orações. A distribuição espacial das sepulturas seguia uma determinada hierarquia; quanto mais importante o irmão, mais próximo ficava o defunto de locais de maior sacralidade, próximo ao altar ou de imagens de santos. Além do mais, interceder pelos mortos era também uma contrapartida: a reciprocidade. Na cosmologia africana e católica, os mortos poderiam auxiliar os vivos numa relação comunicacional.

As irmandades possibilitaram a formação de uma linguagem comum que acomodava as tradições dos negros africanos, crioulos e portugueses, numa junção de diferentes aspectos culturais e religiosos, principalmente. A acomodação ocorreu, segundo Borges em torno de um eixo estruturador, que seria a cultura da sociedade dominante baseada na organização católica religiosa e no barroco. No processo de “negociação cultural”, ao qual a autora se refere, o barroco teve papel fundamental na agregação das tradições distintas sob a mesma religiosidade, carregada de significados simbólicos. As práticas religiosas africanas foram apropriadas sob a estética barroca nos rituais, vestuários, nos hábitos e na música, plenos de dramaticidade e reverência ao poder do sagrado.<sup>20</sup>

### Considerações finais

A partir do contato com a produção historiográfica em torno do tema da escravidão no Brasil, buscou-se conhecer e refletir sobre o processo de construção do Brasil e de que forma foram tecidos os laços sociais entre os diferentes grupos. A prática cruel da escravidão foi extremamente lucrativa para os mercadores e impulsionou o comércio marítimo durante mais de trezentos anos. Milhões de africanos chegaram ao Brasil, desenraizados, e foram identificados através dos nomes dos portos e feiras, nos quais foram vendidos, ou das regiões de onde vieram. No novo mundo, a população vinda da África teve que se adaptar a novas relações sociais e econômicas. Foi preciso desenvolver maneiras de se movimentar dentro estruturas sociais estabelecidas por aquela sociedade. Na mesma proporção em que aumentavam o número de embarcações trazendo mão de obra escravizada, aumentavam também o número de forros. As alforrias concedidas por seus donos, compradas pelos próprios escravos ou adquiridas pelas irmandades, fizeram com que o tecido social colonial fosse amplo. Africanos, crioulos, forros e pardos livres deram vivacidade ao emaranhado social.

Os africanos e afro-brasileiros buscaram, mesmo contra a vontade da coroa portuguesa, estabelecer relações comunitárias a partir de convívio em vendas, chafarizes, nas minas e nas es-

20 BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

tradas, lugares esses nos quais conceberam laços de sociabilidade. Aparentar-se foi uma forma de sobrevivência e de assimilação daqueles que eram semelhantes. Ao ser escravizado, o indivíduo tinha todo o seu laço social anterior rompido; ao se fixar em uma nova localidade, era necessário buscar pessoas para compartilhar laços. Por isso, além das identidades fundadas nas noções de origem, a constituição dos quilombos, as escolhas de parceiros sexuais, as relações de compadrio, a formação de família e as irmandades foram práticas fundamentais para a sobrevivência e resistência dessa comunidade. Dessa forma, estabelecer redes foi um comportamento nevrálgico para esse grupo. Por exemplo, as associações leigas foram essenciais para a organização estabelecidas por mulatos, forros e africanos, para se tornarem membros do tecido social. Além do mais, foram as irmandades que possibilitaram, em grande parte, o desenvolvimento das artes, música, cultura e religiosidade das Minas Gerais colonial. Consequentemente carregamos marcas desse período até os dias de hoje.

## Nova história e a “história social” de Gilberto Freyre: O lugar do negro

Vinicius Henrique  
vineehenrique@gmail.com

### Resumo

A presente comunicação tem por proposta apresentar os primeiros resultados de pesquisa acerca da obra *Casa Grande & Senzala* sob ótica e crítica historiográfica. O objetivo central busca observar as contraposições existentes entre a “história social” orientada por Gilberto Freyre acerca da sociedade brasileira do século XVI ao século XIX e as produções da nova história sobre a mesma temática – a escravidão colonial brasileira. Influenciados pela Escola dos Annales, historiadores do século XX elaboraram a expressão “nova história”, esta fórmula historiográfica abriu horizontes para a resolução de novos problemas e um novo tratado ao sujeito e ao objeto de pesquisa no campo epistemológico da história. As produções decorrentes deste pensamento no que se refere à escravidão colonial do Brasil trouxeram grande avanço no entendimento deste processo histórico e na compreensão da identidade brasileira. Gilberto Freyre que se considerava para além de um historiador (1968), deixa a multidisciplinaridade marcada em sua obra aqui analisada, de antropólogo, sociólogo, historiador e escritor literário, retrata uma sociedade escravista diferente de Maria Helena P. T. Machado ou Emilia Viotti da Costa, e a fórmula da miscigenação enquanto amenizadora de antagonismos deixa alguns parágrafos quase inverossímeis. A pesquisa detém por objeto o sujeito histórico das produções analisadas, o lugar do negro, indígena e senhor das fazendas na obra de Freyre, e em produções da Nova História de forma geral, aprofundando-se nas obras de Maria Helena P.T. Machado e Emilia Viotti da Costa. Enfim, como o antagonismo presente no título “Casa Grande & Senzala”, Freyre e a Nova História se contrapõem e dão sentidos diferentes ao lugar do negro na história da escravidão. O autor pernambucano de difícil classificação adentra o texto e narra sua história ao lado do colonizador sem colocar a voz do colonizado em discussão, produzindo resultados distantes de historiadores da nova história. Portanto, evidenciar tais diferenças epistemológicas revela o que cada perspectiva – seja sociológica ou historiográfica, contribui para a história da escravidão colonial e o lugar do negro e indígena hoje.

**Palavras-chave:** Freyre, historiografia, escravidão.

Esquadrinhar sobre a história da escravidão colonial brasileira se tornou um encontro marcado com Gilberto Freyre<sup>1</sup> na obra *Casa Grande & Senzala*<sup>2</sup> – publicada em 1933 buscando demarcar o Brasil no plano cultural e desmistificar preconceitos entre populações negras e brancas. Apesar das controvérsias estendidas até hoje, Freyre se consagrou nas ciências sociais por sua via interdisciplinar, permeando os campos da história, antropologia, geografia, sociologia e literatura.

Assim, o recorte do objeto de uma pesquisa científica significa por vezes a escolha mutua de uma bibliografia obrigatória que não pode deixar de ser analisada de forma crítica. Nilo Odalia<sup>3</sup> em *As Formas do Mesmo*<sup>4</sup> enfatiza tal afirmação, pois, a análise revelará se o autor em questão está em um nivelamento teórico – em relação às produções europeias, ou se diferencia na afirmação de autor brasileiro<sup>5</sup> que analisa a partir das relações intrínsecas do país.

Então, a pesquisa historiográfica centrada na escravidão colonial do Brasil ao perpassar por *Casa Grande & Senzala*, sente a seguinte problemática: o que se diferencia nas produções de Freyre enquanto avanço neste sentido de autor brasileiro?

Para elucidar esta questão a fim de resolvê-la, Odalia será a orientação básica dos pressupostos iniciais:

A leitura atenta das obras de Silvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre mostram que seus esforços para delimitarem ou definirem um homem brasileiro não podem ser diferenciadas pelos objetivos finais. Cada um deles contribui com análises e argumentações, cuja sofisticação teórica ou metodológica pode variar, mas elas sempre reafirmam, por mais especiosas que possam ser a opção feita: uma sociedade europeia, basicamente com traços diferenciais indianizantes ou africanizantes, os quais não põem em risco, em nenhum momento a opção maior<sup>6</sup>

Esta afirmação não caminha rumo ao desprezo ou descarte das obras de Freyre, mas a atenção sobre sua orientação metodológica e os reflexos da sua visão de mundo, que não é fundamentada no Brasil, mas, sob paradigmas europeus.

Apesar de subtrair classificações e normas acadêmicas declarando-se até inclassificável<sup>7</sup>, G.F. como qualquer cientista havia de definir e delimitar as direções de suas pesquisas. De seus pressupostos metodológicos destacam-se dois: a conexão entre ciência - literatura e a sociologia participativa.

1 1900-1987

2 FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

3 1929-2004

4 ODALIA, Nilo. *As Formas do Mesmo*: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. 171 p

5 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p.14.

6 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p. 23.

7 FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 179

Para Freyre, a obra de um cientista deveria permear barreiras transcendendo-se enquanto antropólogo, sociólogo, historiador, escritor literário, etc. sendo este último de maior importância,<sup>8</sup> pois, a multidisciplinaridade marcaria o singular da obra.

É da aproximação entre ciência-literatura que se fundamenta a sociologia participativa, o autor enfatiza que além da imagem textual (material), o pesquisador deveria se apresentar simbolicamente dialogando e participando da narrativa<sup>9</sup> (a partir da sua “visão de mundo”).

Se a rejeição de pressupostos positivistas e determinismos geográficos ou biológicos são preceitos difíceis de encontrar em *Casa Grande & Senzala*, Freyre mantém o toque literário e sua participação ativa por toda obra como um personagem - da casa grande “Da escrava ou sinhama que nos embalou, que nos deu de mamar, de comer [...] Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé uma coceira tão boa”<sup>10</sup>

O objetivo deste artigo não é discutir com Nilson Freitas se *Casa Grande & Senzala* é ciência ou literatura<sup>11</sup>, sendo uma ou outra Gilberto Freyre produz significados e valores (e consequentemente identidades) aos sujeitos que aqui se atém por objeto. Afinal a proposta é estudar as abordagens históricas e suas concepções de sujeito (o lugar do negro, indígena e senhor) para apontar duas ideias de identidades brasileiras distintas que estão semeadas em suas estruturas, comparando as abordagens de Freyre em *Casa Grande & Senzala* e da nova história – representadas pelas obras de Maria Helena P.T. Machado (*Crime & Escravidão*<sup>12</sup> e *O Plano e o Pânico*<sup>13</sup>) e Emília Viotti da Costa (*A Abolição*<sup>14</sup> e *Da Monarquia à República*<sup>15</sup>) - apesar desta última tender ao marxismo, não deixa de dialogar com a nova história e rebater as conclusões de Freyre em suas produções.

Dentre as diferenças, a que está em questão é o tratamento dado para os sujeitos negros, indígenas e senhores na história do Brasil. O autor pernambucano se insere ao lado do colonizador sem colocar a voz do colonizado, produzindo figuras antagônicas aos sujeitos em relação à Emília Viotti da Costa ou Machado. Estas, pela formulação de novos problemas traduzem identidades negras e indígenas em símbolos de resistência, atividade e luta, descartando conclusões positivistas de acomodação, passividade e perda – que estão presentes em *Casa Grande & Senzala*.

Nesse sentido, é notada a necessidade de relacionar as conclusões da “história social” de Freyre com as noções de identidades brasileiras subentendidas hoje, pois, as ideias não surgem do

8 FREITAS, Nilson Almino de. A tortuosa vereda do método: Gilberto Freyre – Literatura ou ciência sobre o Brasil? *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.33, n.1, 2002, p.100.

9 FREITAS. *Revista de Ciências Sociais*, p. 102.

10 FREYRE. *Casa Grande & Senzala*, p. 366.

11 Freitas, em seu artigo *A tortuosa vereda do método: Gilberto Freyre – Literatura ou ciência sobre o Brasil?* Defende a obra *Casa Grande & Senzala* como produção científica.

12 MACHADO, Maria Helena P.T.. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Políticas(1830-1888)*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 218

13 MACHADO, Maria Helena P.T.. *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Edusp, 1994. 259 p.

14 COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 1982. p. 144.

15 COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia À República*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 523



acaso ou sem fundamentação teórica, assim como pré-conceitos sobre o negro ou o “ser” brasileiro.

Além disso, o presente ou o futuro não são guiados exclusivamente por um acúmulo de experiências históricas já vividas, mas também por um projeto de nação a ser constituída, portanto, o historiador ou sociólogo ao escrever sobre o passado projeta um futuro a ser alcançado.

Contudo, se essa realidade é uma realidade sobre a qual nada podemos, o mesmo não acontece com o futuro, pois este pode e deve ser amoldado segundo novas conveniências, não, exclusivamente, ditadas por uma realidade histórica já vivida, mas por um projeto de nação a ser constituída.<sup>16</sup>

A questão de quais identidades brasileiras Gilberto Freyre e a nova história desenvolvem e como estas são direcionadas ao negro no Brasil será o norte das resoluções dos problemas aqui formulados.

Para compreender o pensamento de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* é fundamental localizar uma visão de mundo, ou seja, atrelar todas as suas relações familiares, profissionais, de classe social, etc. enquanto parte da sua forma de interpretar a realidade.

Esta tarefa seria trabalhosa sem Darcy Ribeiro<sup>17</sup>, que ao comentar sobre *Casa Grande & Senzala* revela:

G.F. gosta de dizer que, apesar de descortinar o passado e o futuro e vagar pela terra inteira, é um escritor situado no tempo e no espaço. Assim é efetivamente. Escreve de sua casa senhorial no bairro dos Apipucos, no Recife, como um neto de senhores de engenho, um branco seguro de sua fidalguia. [...] Freyre escreve como um neuloso, como um dominador. [...] Mas essas são as figuras que assume, com as quais ele se irmana e se identifica. Seus livros são louvações delas.<sup>18</sup>

Ainda que se duvide da carta de Ribeiro sobre a visão de mundo freyriana, é indispensável recorrer ao próprio Freyre para verificar como o autor esta situado na obra:

É verdade que as condições sociais do desenvolvimento do menino nos antigos engenhos de açúcar do Brasil, como nas plantações ante-bellum da Virgínia e das Carolinas – do menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil – talvez expliquem por si sós, aquela predileção. Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção, mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra. [...] Outro caso referiu-nos Raoul Dunlop de um jovem de conhecida família escravocrata do sul: este para excitar-se diante da noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum, da escrava negra, sua amante.<sup>19</sup>

16 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p. 20.

17 1922-1997

18 RIBEIRO, Darcy. Gilberto Freyre: Casa Grande & Senzala. In: RIBEIRO, Darcy. *Ensaio Insólito*. Porto Alegre: Lpm Editores, 1979, p. 66.

19 FREYRE. *Casa Grande & Senzala*, p. 368.

Apesar de ser apenas um excerto, verifica-se aqui não só a confirmação de Ribeiro, mas a construção de uma identidade para a mulher negra: a sexualidade exarcebada e naturalizada como função de saciar os desejos do homem ou menino branco.

A mulher negra foi dominada em serviço de seu senhor e sob nenhuma circunstância (ao menos não em *Casa Grande & Senzala*) negará os desejos do homem branco sobre seu corpo – que não é nada além de um fetiche ou força reprodutora.

“Da mulata [...] que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem [...]”<sup>20</sup> A incorporação do colonizador com o pronome “nós”, coloca Freyre não só ao lado deste, mas, também seu leitor, que através da inovação estética ou a conexão entre ciência e literatura se vê convidado a entrar e participar daquela narrativa sob o ponto de vista do autor.

Mas, ao branco português o tratamento de Freyre não será o mesmo, este sujeito é “hereditariamente predisposto a vida nos trópicos”.<sup>21</sup> O contato comercial entre a Índia e a África desenvolveram sua aptidão, tornando a colonização do Brasil apenas a confirmação deste fato, pois, “A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa”.<sup>22</sup>

O português não: por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se a mulher de cor. Pelo intercuro com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical.<sup>23</sup>

Como a experiência histórica colonial brasileira está atrelada à sua presença, é inegável atentar-se a este sujeito. O problema, porém, deriva da articulação do português como mediador da formação cultural, o intermédio destes homens na leitura de Freyre acaba por privilegiar e sobrepor a sociedade europeia no Brasil, sendo esta um modelo a ser seguido.

Relacionar capacidades físicas e psicológicas do ser humano à sua etnia ou “raça” é determinar biologicamente predisposições, qualidades e até mesmo vitórias de um grupo sobre o outro, afinal, se é parte do gene português sua “aclimatabilidade”<sup>24</sup> este é naturalmente um vencedor.

Seria óbvio constatar que o Brasil não é a Europa, são inúmeras as diferenças geográficas, históricas, culturais e étnicas, por isso, é distante relacionar a “penúria” de gente branca no primeiro sentido da palavra: escassez<sup>25</sup>. Isto é um dado para o autor e conhecimento para Ribeiro:

20 FREYRE. *Casa Grande & Senzala*, p. 367.

21 FREYRE. *Casa Grande & Senzala*, p. 69.

22 FREYRE. *Casa Grande & Senzala*, p. 70.

23 FREYRE. *Casa Grande & Senzala*, p. 74.

24 FREYRE. *Casa Grande & Senzala*, p. 72.

25 FONSECA, Simões da. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. Belo Horizonte: Villa Rica, 2002. p. 350.

A costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas [...] Configuraram, desse modo, a ilha Brasil, de que falava o velho Jaime Cortesão (1958), prefigurando, no chão da América do Sul, o que viria ser nosso país. Não era, obviamente, uma nação, porque eles não se sabiam tantos nem tão dominadores. Eram, tão só, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam.<sup>26</sup>

Portanto, Freyre se refere à privação ou ausência daquilo que é necessário, neste caso, a cultura branca e européia que não existia no Brasil. Resgatando a reflexão de Odalia “No novo continente, uma nova civilização deve ser criada e embora símile da européia, deve conter em si elementos diferenciais ligados à raça”.<sup>27</sup>

Ora, é justamente no “mestiço” (a mistura das três populações) que Freyre encontra o produto diferencial do Brasil, mas, este sujeito será construído a partir de sua herança genética branca.

O processo de miscigenação do qual vai resultar o homem branco brasileiro não é simplesmente uma fusão racial. Seu significado maior é dado pelo fato de que é a miscigenação que possibilita a existência do homem brasileiro com a supremacia dos valores brancos, os quais constituirão o cerne de seu ser moral, da mesma forma que, para o indígena, ela representará a superação da sua condição de selvagem.<sup>28</sup>

Apesar de Odalia se referir a Varnhagen<sup>29</sup>, é importante destacar (assim como pontua o autor) que temas tratados por Freyre de forma mais sofisticada, já haviam sido apresentados pelo historiador positivista.<sup>30</sup>

Enfim, ao introduzir o sujeito da população “mestiça” (o brasileiro) na história, Freyre atribui à palavra “dúctil” como característica, que significa “flexível, elástico; dócil, adaptável, oportunista, covarde, contemporizador, acomodaticio, amoldável, complacente, transigente”.<sup>31</sup> Diante de todas as significações comuns é possível compreender uma imagem passível de continua moldagem e submissão, seja a partir do governo, estado ou uma cultura superior como a européia. Esta imagem amorfa atribuída ao brasileiro por Freyre torna sua identificação frágil e submissa, pois, este só se efetiva moralmente na civilização caso tenha algo ou imagem para ser moldado, e no caso a ponte será a Europa - o mundo ocidental “evoluído” e civilizado.

O balanço sobre o tratamento dado aos sujeitos em *Casa Grande & Senzala* acima referido, pode finalizar a problemática inicial, sendo assim, não há em Freyre o que o diferencia enquanto luta por afirmar-se como um autor brasileiro, mas, há o que o nivela a todos que produzem sob paradigmas europeus.

26 RIBEIRO, Darcy. Matrizes étnicas. In: RIBEIRO, Darcy. *O POVO BRASILEIRO: Formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Cap. 1, p. 26

27 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p. 21.

28 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p. 54.

29 1816-1878

30 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p. 24.

31 FONSECA, *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa*, p. 178

Pode-se argumentar que esta conclusão parcial despreza a importância de contribuições advindas de autores europeus e daqueles pesquisadores brasileiros que produziram e ainda produzem sob orientações teórico-metodológicas importadas. Porém, assim como pontua Odalia, as melhores contribuições historiográficas nasceram justamente deste “servilismo metodológico”,<sup>32</sup> mas este deve ser combatido, pois:

O que talvez se deva compreender é que as condições internas em que se desenrola o nosso acontecer histórico são as estruturas que, embora fortemente vinculadas e dependentes do que acontece no mundo exterior, não deixam de ter certa autonomia, nascida de uma experiência histórica singular.<sup>33</sup>

Portanto, a história brasileira não é apenas o resultado de condições e transformações externas, mas também, de relações intrínsecas e próprias do Brasil, assim, para um “centrismo” existir é cabível confrontar esta tendência centrífuga (que mistura paradigmas europeus com a realidade brasileira) e da corrente oposta centrípeta (responsável por manter os objetos presos em uma trajetória circular). Contudo, só com uma reflexão acerca da “história da historiografia brasileira” isto será possível, “sistematizando o tratamento ao fato brasileiro, dando-lhe dignidade e experiência passível de ser pensada por si mesma, e não por vinculações externas”<sup>34</sup>.

Em consequência disto, cabe a experiência de confrontar correntes opostas para encontrar o “centrismo” apresentado por Odalia, na procura de retificar conceitos e noções acerca das identidades brasileiras.

A via é contemporânea, 54 anos depois da publicação de *Casa Grande & Senzala*, Maria Helena P.T. Machado defende sua tese de mestrado *Crime & Escravidão* uma história social do Trabalho e da Criminalidade Escrava nas Lavouras Paulistas, 1830-1888. Obteve titulação de mestre em 1985 e doutora em 1991 pela Universidade de São Paulo onde atua como professora titular no departamento de história desde 1996<sup>35</sup>

Parte da nova historiografia brasileira, a obra é herdeira do movimento dos anos 80, onde historiadores buscaram em registros de tribunais, arquivos de juízes, provas encontradas em processos de crime (atos do judiciário brasileiro e da inquisição portuguesa) fontes para a produção de trabalhos historiográficos acerca da escravidão, causando uma renovação nos aspectos da história social.<sup>36</sup>

Centrada no processo de constituição da dominação escravista, Machado compreende que “Resgatar os comportamentos escravos em sua multiplicidade de formas e configurações históricas, ao longo do tempo, apresenta-se, pois, como tarefa pertinente para se atingir a problemática proposta em sua globalidade”.<sup>37</sup>

32 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p. 12.

33 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p. 13.

34 ODALIA. *As Formas do Mesmo*, p. 13.

35 Captado em: <http://lattes.cnpq.br/2466501217380597> Acesso em: 07 jun. 2018.

36 MACHADO. *Crime & Escravidão*, p.10.

37 MACHADO. *Crime & Escravidão*, p.17.

Assim, na contra mão Freyriana, a autora não aparta os sujeitos negros (escravos) e senhores (brancos) como se um não interferisse na configuração do outro, ou como se um definisse o outro sem definir a si próprio, a relação de ambos é dialética, pois, é o conflito senhor x escravo que constrói o ser social do século XIX e não como em Freyre um sujeito na formação de outro. “Esse procedimento baseia-se na crença da impossibilidade de se elaborar uma história do escravo apartada daquela do senhor, que é o contraponto do escravo [...] A sociedade escravista foi fruto da dinâmica social entre senhores e escravos.”<sup>38</sup>

A partir da forma com o qual é retratado, o sujeito na história pode gerar inúmeras formas de análise, compreensão e reflexos na sociedade, por isso, o tratamento dado a este em uma corrente historiográfica é de suma importância para interpretações posteriores, mas, principalmente para as formas de identificação do “ser” brasileiro.

Ao escravo adaptado ao mundo dos senhores e casas-grandes nordestinas de Gilberto Freyre opôs-se o escravo aquilombado e não corrompido pelo universo branco concebido por Clóvis Moura. Informados por concepções divergentes, essas duas tradições inspiram-se em figuras sociais distintas, pois parece inegável que a figura do escravo proposta por Freyre é aquela do escravo doméstico, aculturado e acomodado o bastante para vivenciar a mestiçagem como mecanismo capaz de lhe oferecer possibilidades de escapar da rigidez da sociedade escravista. De outra parte, a linha historiográfica que afirma a rebeldia do escravo inspirou-se no trabalhador do eito, africano recém chegado, alheio ao universo mental branco, que procurou, mediante a negação total do sistema escravista, reviver nos quilombos seu universo cultural de origem.<sup>39</sup>

Através desta ilustração de Machado, é evidente que a autora se conscientiza na colocação, por isso seu tratamento não será inverossímil ou capaz de gerar relações negativas aos descendentes de escravos negros ainda presentes na sociedade brasileira, mas, da forma mais ampla possível dar voz aos sujeitos que estão na história.

Se Freyre, a partir do “paternalismo” procura demonstrar uma hegemonia sem conflitos e uma relação harmônica entre senhor x escravo, a fim de que este último a tudo poderia ser moldado (assim como ele próprio), Machado tende a quebrar com esta ideologia:

Procurando resistir à disciplina férrea e impor um compasso mais moderado ao sistema, os escravos desenvolviam diversas artimanhas, tal como ilustra a história recolhida em um distrito cafeeiro, a qual contava “que um escravo mais velho e mais vagaroso nunca devia ser ultrapassado em sua carreira de café; o contrário o escravo velho podia arremessar a cinta na carreira do mais moço, e este seria mordido por uma cobra quando dela se aproximasse” Os ataques violentos contra os capatazes e feitores, e mesmo senhores fiscalizadores do trabalho, mostravam-se, também, como táticas de resistência à disciplina impiedosa do sistema de capinação.<sup>40</sup>

38 MACHADO. *Crime & Escravidão*, p.28.

39 MACHADO. *Crime & Escravidão*, p.29.

40 MACHADO. *Crime & Escravidão*, p.82.

O sujeito negro em Machado é ativo e percebe as imposições colocadas pelos senhores, a harmonia da casa grande não existe, mas, uma disciplina árdua de trabalho intenso, então, a saída do escravo para sobreviver não é outra se não resistir colocando limites - expressados no descompasso do trabalho, fugas, assassinatos contra capatazes e fazendeiros etc.

Procurando, dessa forma, utilizar-se do carisma que recobria sua figura pessoal, dirigiam-se os senhores, em momentos especiais, sobretudo nas épocas de pico de trabalho, ao eito, tentando inculcar nos escravos maior respeito às regras disciplinares, o que redundaria na aceleração do trabalho. Nessas circunstâncias, a estratégia podia voltar-se contra o próprio senhor, na medida em que sua presença ostensiva nos trabalhos do campo era percebida pelos escravos como uma intromissão injustificada no ritmo habitual de trabalho, assim como um prenúncio de renovadas exigências.<sup>41</sup>

Assim, ambos os sujeitos percebem suas relações e seus significados dos quais não são necessariamente aceitos, o escravo compreende que o senhor não é seu “pai” e que a influência desta figura é gerada no conflito e resistência. Seja senhor ou escravo, estes não são uma folha em branco, carregam em si características étnicas, históricas e sociais, por isso, não são flexíveis ao ponto de seguirem através da linearidade de algo externo ou fora da sua realidade habitual como uma sociedade européia e seus princípios.

Por isso, refletir sobre o tratamento dado aos sujeitos em uma escrita da história que se atém às relações intrínsecas e próprias do Brasil amplia de forma crítica o que constitui o “ser” brasileiro e os sujeitos presentes na sociedade, transformando as noções de identidades negativas (que diretamente provocam as opressões sobre negros e indígenas) em informações ajustadas sobre nosso passado histórico.

Esta adequação pode ser encontrada no “centrismo”, ou seja, o confronto de duas correntes opostas, pois, as contribuições de Freyre não podem ser negadas, mas, estas não se inserem na problemática inicial, se no tratamento dado ao sujeito Freyre distancia-se da afirmação de autor brasileiro, Machado alcança e se mantém.

Além disso, é fundamental enfatizar a voz ou o ponto de vista que um historiador permite que seus sujeitos possuam, pois, estes que ainda são presentes na sociedade brasileira irão se identificar e alinhar-se ao futuro proposto por aquela vertente historiográfica.

Freyre, ao retratar sobre a presença da religião na sociedade brasileira do século XVIII destaca:

A frequência da feitiçaria e da magia sexual entre nós é outro traço que passa por ser de origem exclusivamente africana. Entretanto, o primeiro volume de documentos relativos às atividades do Santo Ofício no Brasil registra vários casos de bruxas portuguesas. Suas práticas podem ter recebido influência africana: em essência.<sup>42</sup>

41 MACHADO. *Crime & Escravidão*, p.94.

42 FREYRE. *Casa Grande & Senzala*, p.406



A interferência da umbanda ou candomblé não é construída a partir do escravo e sua voz, mas, da leitura eurocêntrica cristã que atribuía como magia as práticas religiosas africanas/afrobrasileiras, deste modo, não há referência à ótica negra sobre sua religião que atualmente compõe o cenário religioso e sofre perseguições por justamente ainda ser identificada como feitiçaria, magia e inferior a religião cristã.

Já Machado, tratando sobre a organização do trabalho conclui:

Tratava-se, segundo o ponto de vista dos escravos, de defender, das investidas senhoriais, os espaços de autonomia conquistados através de constantes confrontos: uma cadência de trabalho orgânica ao grupo, uma organização social independente, uma incipiente produção de subsistência na forma de roças e de uma microeconomia monetária, provenientes tanto do pequeno comércio de gêneros – produzidos ou roubados –, quanto pelo recebimento de gratificações pelo trabalho realizado a mais ou nos dias de “folga”<sup>43</sup>

Neste caso, o ponto de vista do escravo vai para o primeiro plano, e os negros brasileiros descendentes conseguem absorver identidades ativas, resistentes e combativas diminuindo ou até mesmo avançando na eliminação de opressões raciais, religiosas e xenófobas.

Enfim, este apanhado geral não é suficiente para esgotar as discussões ou sanar todas as dúvidas em torno da temática abordada, mas, no que se refere à construção das identidades brasileiras a partir do papel do historiador os problemas levantados podem ser elucidatórios. O cuidado no tratamento do sujeito bem como as significações atribuídas a estes causam impacto na leitura das identidades atuais, se positivas e ajustadas à realidade do Brasil, possibilitam o fim da reprodução de opressões raciais que são semeadas na história, além de construir um passado que projeta um futuro de sujeitos resistentes, ativos e localizados na história de seu país.

43 MACHADO. *O Plano e o Pânico*, p.22

## Candendê – Sítio dos Crioulos: trajetória e relações de poder. Barbacena, XIX.

**Roseli dos Santos**  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Juiz Fora  
Selix07@hotmail.com

### Resumo:

O ponto específico da comunicação é sobre a Comunidade Candendê, também conhecida como Sítio dos Crioulos. Esta comunidade rural remanescente quilombola, situa-se na localidade de Ponto Chique do Martelo, distrito criado e anexado a Barbacena. Um dos personagens principais do lugarejo foi Antônio Lourenço da Costa, o Candendê e que segundo relatos locais falava embolado e era curandeiro, firmando relações próximas com a família do coronel Abel Carlos Moreira Campos. Nesta perspectiva, estamos analisando documentações relacionadas à família Campos e dos moradores locais encontradas no Cartório de Padre Brito e Arquivo Municipal de Barbacena, do meado do século XIX até o século XX, e que possam trazer vestígios da formação e relações estabelecidas pelos Candendê.

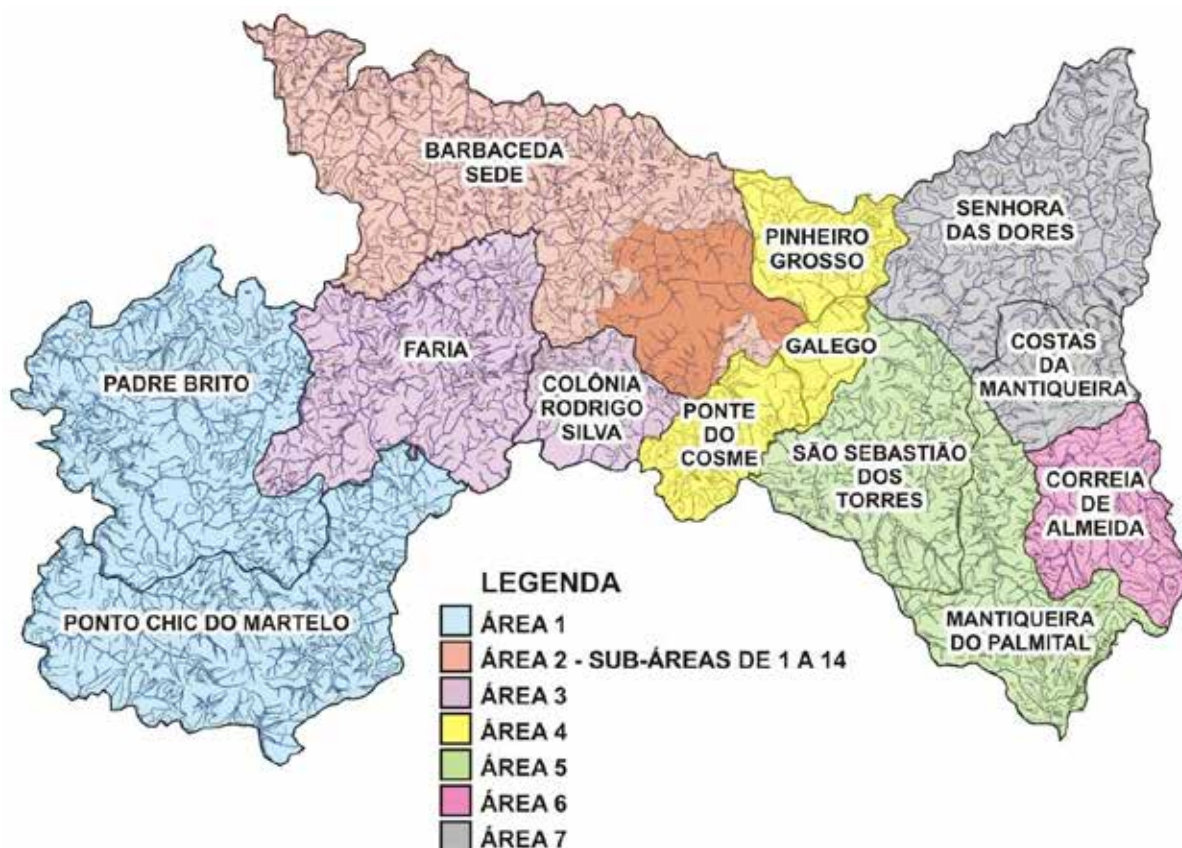
**Palavra- chave:** Sítio dos Crioulos, Memória, Resistência.

### A ancestralidade do quilombo

Candendê, Sítio dos Crioulos ou Ponto Chique do Martelo como são denominados, possui uma incógnita em sua história. Segundo relatos de moradores Antônio Lourenço foi um dos fundadores da região, ainda no século XIX, era próximo da família Moreira Campos, fazendeiros e escravocratas locais e, apesar de ser homem de cor é sempre lembrado por sua condição de homem livre. Contudo, logicamente, ele teria ascendência escrava, fato que explicaria seu aparecimento na região em pleno período escravista brasileiro, com características africanas, utilizando palavras do tronco linguístico banto e do curandeirismo afro-brasileiro.

O quilombo dos Candendê foi reconhecido pela Fundação Palmares no ano de 2012, sendo também denominado como Ponto Chique do Martelo ou Sítio dos Crioulos, e compõe um dos treze distritos da cidade de Barbacena, no estado de Minas Gerais, conforme demonstra o mapa:

Mapa 1  
Barbacena e distritos



Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Barbacena Serviço de Geoprocessamento, 2010.

O distrito de Ponto Chique do Martelo, segundo pesquisa organizada por José Lázaro de Andrade da FUNDAC<sup>1</sup> surgiu por volta do século XIX, localizado em uma gruta, entre fazendas e sítios. De acordo com a pesquisa, a comunidade era conhecida como os “candedês” ou “canden-dês”, como também é grafado. Este nome, segundo informações locais, se deve à chegada do seu primeiro morador, Antônio Lourenço, o qual ficou conhecido pelo codinome de Senhor Candedê. Ele “[...] falava meio embolado, usava algumas palavras do idioma africano, gostava de benzer utilizando um rosário no pescoço.”<sup>2</sup>

Existem alguns discursos sobre a origem dos primeiros moradores das terras que viriam a ser denominadas terra dos Candendê, ou terra dos Crioulos. No inventário de *Proteção do Patrimônio Cultural* (2011), publicado pela Prefeitura Municipal de Barbacena por meio da Fundação Municipal de Cultural (FUNDAC)<sup>3</sup>, o nome **Candendê** remonta a **Antônio Lourenço**, o primeiro morador do local, que teria se deslocado para a região.

1 ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA. Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena Prefeitura Municipal de Barbacena Administração 2009/2012

2 INFORMATIVO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DE BARROSO, 2006.

3 ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA. Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena Prefeitura Municipal de Barbacena Administração 2009/2012

A segunda hipótese publicada no Informativo da Consciência Negra de Barroso de 2006, no artigo de Cristiano Rodrigues supõe que:

Comunidade dos KADENDÊS foi formada por negros congoleses que refugiaram próxima a **KANDONGA**, hoje conhecida como PONTO CHIC. Os KADENDÊS eram famílias descendentes de uma das 48 tribos do Congo: a dos **KIMBONDOS**, que juntamente com **UMBONDOS** constituía a maioria da população daquela nação africana.<sup>4</sup>

Para Carla Malandrino, a história dos povos bantos se inicia por uma série de migrações internas na África devido ao aumento da população e pela busca de terras férteis. Isto levou grandes levadas migratórias saírem de regiões próximas a atual Camarões e se espalharem e ocupar a África Central e Oriental. Além do parentesco linguístico, os bantos conservam um fundo de crenças, ritos, usos e costumes similares. Para a autora, a unidade cultural revela-se nas linhas do pensamento, na concepção de mundo e vida, e no humanismo que dá base às instituições sócio-políticas.<sup>5</sup>

Ao entrevistarmos moradores da comunidade e visitarmos locais próximos ao lugarejo, constatamos a utilização de palavras do tronco linguístico Banto. O Candendê parece ter se formado a partir de um sentido comunitário, enraizado e que ultrapassou os limites do sistema escravista brasileiro. Seja por doação de terras feita por senhores a ex-escravos ou, pelo deslocamento voluntário de um descendente de escravo, livre, que para ali recriou sua forma de ver o mundo. Para Engemann as comunidades escravas do século XVII e XIX, tinham muito vestígios do tráfico negreiro, o qual iria moldar a formação da família escrava e até o sentido de unidade dentro da senzala<sup>6</sup>.

Ao pensarmos em Barbacena, segundo estudos do século XIX, data provável da formação dos Candendê e do fim do Tráfico Negreiro, o Termo possuía escravarias pequenas, o que favorecia uma proximidade entre os pares na busca de melhores condições de vida.<sup>7</sup>

Segundo Engemann, será o tempo no cativeiro que favorecerá na formação de um sentido comunitário, o outsider sempre será visto como o estrangeiro, o de fora, demandará uma continuidade dentro do mesmo local para que as afinidades e alianças políticas surjam. O tempo é o fator fundamental para a socialização e a formação da comunidade a partir da família, de ritos e crenças comuns que os façam sentir pertencentes ao mesmo grupo. Muitos são os vestígios da formação do sentido comunitário dentro do sistema escravista, as fontes nos trazem estes indícios por meio dos compadrios, matrimônios, cultos religiosos e culturais.

4 INFORMATIVO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DE BARROSO, 2006.

5 MALANDRINO, Brígida Carla. **“Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém”**: dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC São Paulo, 2010, p.42.

6 ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (ORG.). **Tráfico, Cativeiro e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

7 SANTOS, R. **Herdeiros da escravidão**: distribuição de legados a escravos no Termo de Barbacena (1850 a 1888). Dissertação de Mestrado, 2014.

A formação da sociedade brasileira, dentro ou fora das senzalas, reflete a base da sociedade do Antigo Regime. De acordo com o autor, nessas sociedades os laços de solidariedade e submissão desempenham papel relevante na posição do indivíduo, ou seja, importa mais os grupos relacionados do que o indivíduo propriamente dito. Fato que explicaria as diversas formas utilizadas pelos escravos para alcançar a liberdade, não apenas a rebeldia e aquilombamento, mas também, a busca pela negociação e até a aparente submissão. Assim, após o egresso do cativo, quanto mais se afastarem dos resquícios da escravidão, seja se tornando senhores de escravos ou se alinhando a antigos senhores, melhor para sua condição sempre subalterna dentro da sociedade escravista.<sup>8</sup>

Acreditamos que os membros do Sítio dos Crioulos, observaram as frestas do sistema normativo em vigor e aproveitaram das brechas advindas da aproximação com os potentados locais para angariar vantagens materiais e imateriais. De acordo com pesquisas orais realizadas na comunidade, há indícios que membros da família de Antônio Lourenço, Candendê, foram “capitão do mato” da família Moreira Campos, como relatado por João Pedro, neto do Candendê, “[...] que os fazendeiros pagavam a certos membros da comunidade para capturarem escravos rebeldes, sendo José Cirilo, parente do Candendê, o ‘puxador da corda’”.<sup>9</sup>

Como dito por Halbwachs, a memória é seletiva e irá se basear naquilo que fizer sentido para o membro da comunidade. Algumas lembranças são mantidas, mesmo depois da distância do fato ocorrido devido o vínculo com o grupo. Contudo, cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, que muda conforme o lugar ocupado no grupo e com outros meios.<sup>10</sup>

Da entrevista realizada com o Sr. João Pedro, neto do Candendê, observamos que para ele é muito importante ressaltar o status do avô, como sendo homem livre e com função relevante para aquela sociedade (capanga do Coronel Abel C. Moreira Campos). O sentido da liberdade se mostra muito forte e presente para os membros da comunidade. Segundo Pierre Nora, memória é o vivido e a história é o elaborado. Então a memória permite atualizar a história a todo instante.<sup>11</sup> Ao partir das observações sobre territorialidade escrava feita por Hebe Mattos<sup>12</sup> e a importância da Memória Coletiva observada por Halbwachs<sup>13</sup>, verificamos que o entrevistado tenta fortalecer e completar a história de um lugarejo que quer o reconhecimento político e social na atualidade.

Apesar de Candendê ser conhecido como quilombo, esse não se define pelo tamanho e número dos membros da comunidade, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Teoricamente, o parentesco poderia ser

8 ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e...”, op.cit., p.173.

9 Entrevista concedida ao pesquisador por João Pedro da Silva, neto de Antônio Lourenço da Costa, o Candendê, em 2012.

10 HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, p.55.

11 NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

12 MATTOS, Hebe. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil**. (Publicado em Revista USP, n. 68, dez. jan. fev. 2005 e 2006, p. 104-111).

13 HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.



definido como uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria antes de tudo, conseguir aliados, seja por consanguinidade ou consecução de conjugues.

Para Engemann, “[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. [...]” (ENGEMANN, 2005, p. 182). E o que fornece a amalgama são a existência comum de antepassados, símbolos e crenças. O espaço físico também se torna importante como sendo o continente onde estas culturas são simbolicamente divididas, representadas e repassadas, tornando o espaço um lugar sagrado de representações.

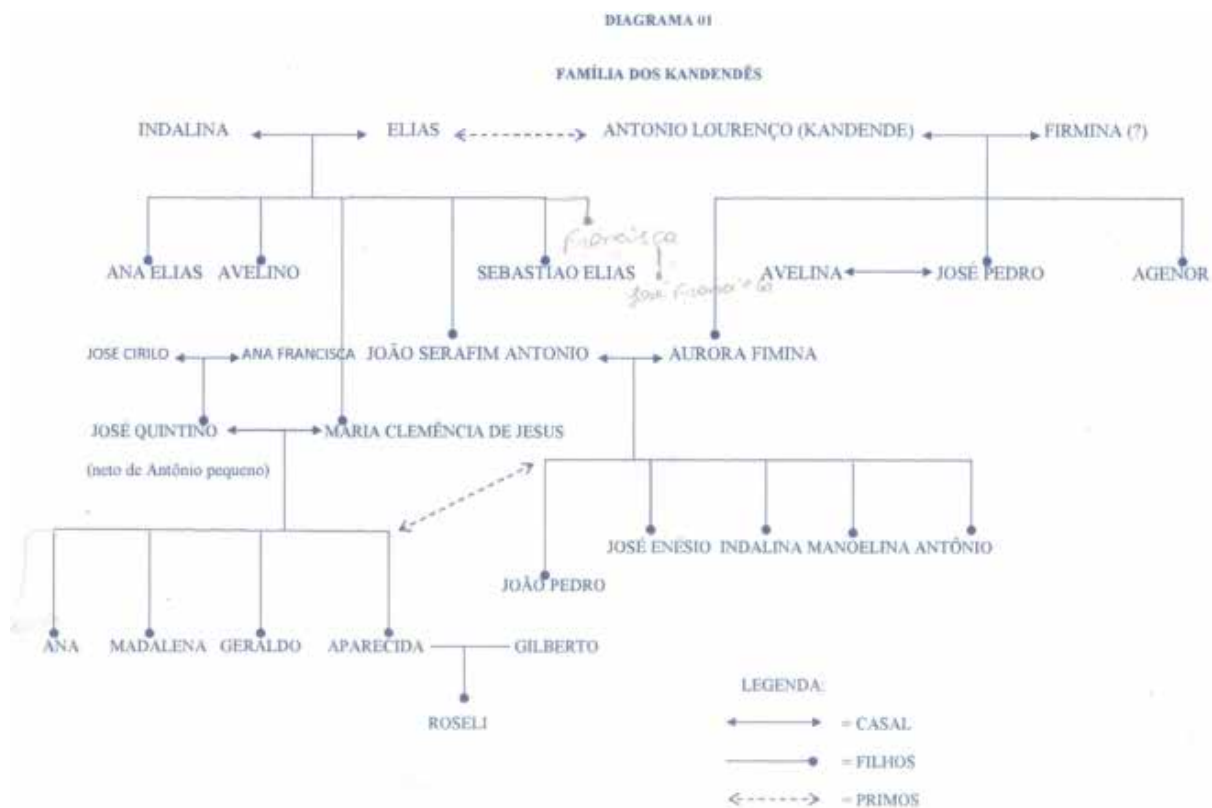
Este sentido de comunidade pode vim da “paz da senzala”, promulgada pelos senhores e aproveitada pelos cativos na busca de uma melhor condição de sobrevivência, adquirindo o direito ao matrimônio, a um espaço para a formação da família e até, um pedaço de terras que minimizasse sua condição precária de vida. Segundo Marshall Sahlins, há uma diferença da “Sociedade Tribal” da “Civilizada”, onde a primeira não possuía um Estado soberano que impõe a “paz” por meio da coerção (Leis). Já “[...] na civilizada, o indivíduo é súdito e a soberania do Estado se expressa através do monopólio da força.” (FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto, 1997, p.32).

Para ele, as tribos viveriam sempre em estado de guerra, por direito, já que não havia uma institucionalização que pregasse o contrário. Todavia, a guerra jamais se efetivava graças à sabedoria que buscava a paz por meio de trocas materiais, que se convertiam em reciprocidade, formação de laços parentais e nas cerimônias ritualísticas.<sup>14</sup>

Assim, nas grotas pertencentes ao Termo de Barbacena surge com fortes laços parentais, ou pela experiência escrava ou, pela imposição do sistema, uma comunidade cercada por sítios e fazendas em pleno século XIX, e que ainda se mantém neste espaço geográfico, interligados com valores simbólicos de resistência. Fora montado um diagrama para entendermos melhor a composição da família Candendê. No entanto, trata de um trabalho inicial e assim, é uma pequena amostra das relações que compuseram o Sítio dos Crioulos:

14 FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 –c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 32.





**Fontes:** Dados coletados por pesquisa oral pelo autor.

O diagrama foi construído baseado em entrevistas. Desta forma, alguns sobrenomes não foram mencionados por desconhecimento dos entrevistados. Para alguns, Antônio Lourenço é conhecido apenas como o Candendê, deixando em branco a sua ascendência, a qual poderia ser a chave para nosso entendimento de suas relações com os potentados locais, sua ascensão como referência do grupo e a acúmulo de bens materiais e imateriais deixado na memória do Sítio dos Crioulos.

No entanto, ao cruzarmos as entrevistas com os registros oficiais encontrados no Cartório de Registro das Pessoas Cíveis de Padre Brito, que possui documentação datada desde 1830, encontramos no livro n.3 de Registro de Casamento (1929 a 1967), o edital de proclamação do casamento civil de um dos filhos de Antônio Lourenço, citados no diagrama, José Pedro da Silva com Avelina Mariana de Jesus, ocorrido em 1947. Foi graças a este registro que conseguimos descobrir o verdadeiro nome do Sr. Candendê. Segundo a fonte, ele se chamava Antônio Lourenço da Costa, já falecido na data, e sua esposa chamava-se Firmina Floriana de Jesus, nome citado nas entrevistas.<sup>15</sup>

É relevante observar as relações demonstradas no diagrama, os vínculos diretos e indiretos realizados por Candendê e pelos seus. Afinal, o surgimento dos “nós” ocorria com as formações de parentescos, seja dentro das senzalas ou, sob os olhares de fazendeiros que viam com “angústia” a multiplicação de um Sítio de Crioulos formado por homens livres, em pleno período escravista.

<sup>15</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro n.3, 1929 a 1967, fls. 143v e 144.

De acordo com os relatos familiares, Candendê era parente de Elias Antônio Quintiliano, homem com traços Puris e casado com Indalina Ana Francisca, mulher branca de olhos azuis, descendente de italianos do distrito da Colônia Rodrigo Silva, região próxima ao Candendê. Elias, fora possuidor de uma fazenda chamada Boa Vista (próxima ao dito morro do Candendê, perto da Lagoa), e perdida por dívidas pelo filho Sebastião Elias para a família Moreira Campos.

E assim, as relações entre membros do Sítio dos Crioulos, denominação dada pelos fazendeiros locais, com a família Moreira Campos se estendia para além de simples vizinhança. Abel Carlos Moreira Campos, que na foto abaixo tem entre seus caçadores convidados, o Candendê, era conhecido como coronel na região. Sobrinho de Manoel Moreira Campos citado acima, Abel era filho de José Narcísio Moreira Campos, antigo dono da fazenda da Cachoeira e de mais de 50 escravos em seus 100 alqueires de terras <sup>16</sup>

**Figura 1**  
**A caçada**



Fonte: Acervo da família Campos, 1920.

A foto cedida pela família Campos comprova a ligação entre o Coronel Abel e Antônio Lourenço, Candendê. Ambos participam de uma caçada de veados na região, atividade esportiva corriqueira entre fazendeiros locais. A foto revela a aproximação e ao mesmo tempo uma subordinação hierárquica entre os participantes da caçada. Enquanto os familiares do Coronel ficam ao centro, Antônio Lourenço e teu compadre Esmael, estão nas extremidades da fotografia, demonstrando serem os capangas do bando. A data da foto mostra a chegada de Antônio ao século XX,

<sup>16</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Abel Santana Campos, neto do Coronel Abel, em 24 de agosto de 2017.

não sabemos ao certo sua idade. Seus trajes também trazem um pouco da informação sobre sua relação com os potentados locais. Afinal, se mostra à altura para um evento importante na época, como o período da caça.

É importante por em cena, indivíduos que se ascendem em meio ao grupo buscando desvendar suas escolhas dentro de uma racionalidade limitada que, poderia afetar tua vida e de toda uma comunidade. Limitações impostas por uma época, mentalidades e até financeiras, mas que são dribladas com formas diferenciadas de ver o mundo. Antônio Lourenço, de uma forma ou de outra, aproveitou seu poder de cura e influência e alcançou algo difícil até então para sua condição de homem de cor. Mas como?

Muitas ainda são as dúvidas sobre o Candendê e a formação deste lugarejo. Sabemos que algumas pistas poderão ser dadas a partir do estudo da família Moreira Campos. A relação ao longo dos anos com esta determinada família pode ser indícios de vínculos maiores. Afinal, sendo possuidores de cativos, não poderia a família de Antônio estar entre eles? Segundo relato do bisneto de Narcisio Campos, Abel Santana, seu avô era dono de uma escravaria considerável, fato que poderia dificultar a aquisição de liberdade e legados para todos os escravos, mas não impossibilitar.<sup>17</sup>

A historiografia já mostrou que as relações entre senhores e escravos não devem ser analisadas apenas pelo viés econômico. Mas, pelos valores simbólicos como a consanguinidade, o bom comportamento e bons serviços. Como alega Precioso em seu trabalho sobre a alforria em testamento de homens de cor, não existe um senhor padrão e nem um escravo padrão. Contudo, o que mais se priorizou nas alforrias fora às inter-relações entre senhores e escravos.<sup>18</sup> A área urbana foi mais propícia às manumissões escravas, mas a formação dos plantéis em determinadas áreas rurais e a função do cativo dentro desses, o poderiam favorecer.

Segundo relatos de parentes do Candendê, esse nascera livre, mas pessoas próximas a ele, como José Cirilo, pai do genro de Antônio, como demonstrado no diagrama, também morador do Candendê, era o capitão do mato dos Moreiras Campos, sendo o “puxador da corda”. Seria Cirilo escravo da família Campos? Ainda é cedo para afirmar algo. Mas o relato deixa claro que nem todos se sentiam iguais, ou seja, mesmo Cirilo sendo homem de cor, havia aqueles escravos, visto por ele como estrangeiro e assim, merecedor de captura em nome da missão dada pelos fazendeiros.

Para Engeman em sua pesquisa, os dados indicaram que além do tráfico atlântico, o tráfico interno, após 1850, também produzira outsider. Ou seja, havia um sentimento de distanciamento entre os estabelecidos, provavelmente crioulos, daí a referência do nome ao local, e aqueles, sejam eles crioulos ou africanos, que acabaram de chegar à região. O estranhamento, não se deve ao grupo étnico-cultural, mas principalmente, ao tempo de adaptação dentro desta sociedade multicultural.<sup>19</sup>

17 SANTOS, Roseli dos. **Herdeiros da Escravidão...**, op.cit.

18 PRECIOSO, Daniel. “**Última vontade**”: a alforria em testamentos de homens pardos (Vila Rica, 1755 -1831)”. Revista de história São Paulo, n.167, pp.99-128, 2012.

19 ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e...”, op.cit., p. 184.

Na contínua garimpagem das fontes mais antigas do Cartório de Padre Brito tivemos a chance de encontrar uma única carta de alforria, em meio a toda documentação ali guardada. Trata-se da alforria do pardo Antônio, doada por sua Senhora Anna da Costa, em 19 de outubro de 1830<sup>20</sup>. Muitos foram os pensamentos do pesquisador sobre a relação da carta e sobrenome da senhora com a história de Antônio Lourenço da Costa, o Candendê. Mas infelizmente, nada ainda foi comprovado.

Enfim, a origem da comunidade do Candendê ainda está longe de ser desvendada. Não se sabe se são terras ganhas após a liberdade do cativo por algum membro da família de Antônio Lourenço ou, se ela se forma após a abolição da escravatura. Até a grafia e o significado do nome do lugar deixam dúvidas, algumas certidões de óbitos do início do século XX menciona o lugarejo como Quendendê e, somente em 1918, os registros passam a chamá-lo de Candendê.<sup>21</sup>

Todavia, continuaremos com nossa costura de indícios, dados e narrações esperando tecer os fios da história, e assim chegar próximo do entendimento sobre a formação de um espaço geográfico que se mantém forte e unido pela memória de um personagem.

### Considerações finais

O rompimento do silêncio sobre a opressão e o racismo velado, fez com que as “terras de pretos” ou as “comunidades crioulas” entrassem na história como fator de busca pela identidade, onde posseiros e colonos na luta pela terra ameaçada com a modernização e progresso do século XX, se organizaram a princípio como “pretos” e depois como quilombolas para reivindicar direitos junto ao Estado Brasileiro.

Para Leite (2000)<sup>22</sup>, o quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, e reaparece no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40), retornando à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Após a promulgação do artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal de 1988, a autodeterminação das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos se dá em razão dos costumes, tradições, condições sociais, culturais e econômicas específicas que as distinguem de outros setores da coletividade nacional. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes “[...]. Falar dos quilombos no cenário político atual é falar de uma luta de classe e ideológica, que conseqüentemente, traz uma reflexão científica em processo de construção.” (LEITE, 2000, p.333).

Hoje se sabe que, a principal condição que possibilitou a manutenção dos territórios étnicos foi à perpetuação da territorialidade quilombola. Desta forma, é imprescindível adequar a apli-

20 Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro, n. 1, 1830 a 1895, s.p.

21 Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de óbito, n.3, 1889 a 1945.

22 LEITE, Ilka Boaventura (2000). **Os quilombos no Brasil:** questões conceituais e normativas in: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-54.pdfhttp](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-54.pdfhttp), acesso em 27/04/08.

ção do dispositivo constitucional que assegura às comunidades o direito a suas terras, ao respeito por sua cultura e ao reconhecimento de normatividades plurais, que advêm da autonomia de cada comunidade sobre o seu território.

A relação pessoal com o Candendê torna a pesquisa ainda mais relevante, ao passo que possibilita o entendimento de uma história familiar e ajuda no resgate histórico necessário para a aquisição de recursos técnicos, junto aos setores públicos. Fato, que possibilitará o fortalecimento da identidade e promoção do lugarejo como ponto histórico e cultural do Município de Barbacena, e assim, quem sabe conseguir angariar benefícios econômicos aos moradores que vivem à margem da história e dos interesses políticos locais.

Cientificamente, a pesquisa reforça a reflexão sobre a amplitude do termo quilombo. Esse não era apenas terras de “negros fugidos”. Mas sim, terras adquiridas de formas diversas por “homens de cor” livres, libertos e até povos Puris que ali buscaram reviver e ampliar sua cultura, e que mesmo vigiados pelos potentados locais, criaram o sentimento de comunidade e assim, tornaram-se mais fortes para enfrentar uma sociedade escravista, patriarcal e católica.

## Livres por natureza: os Índios e a Justiça na Capitania do Maranhão (1720- 1757)

**André Luís Bezerra Ferreira**

Doutorando em História Social da Amazônia - UFPA

Grupo de Pesquisa História Indígena e do Indigenismo na Amazônia - GP HINDIA (UFPA/CNPQ)

Grupo de Pesquisa Escravidão, mestiçagem, trânsito de culturas e globalização (UFMG/CNPQ)

andreluís\_bf@yahoo.com.br

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as ações de liberdade dos índios no tribunal da Junta das Missões na Capitania do Maranhão. Instituído em 1681 pela Coroa portuguesa na Amazônia, o referido tribunal foi de suma importância não somente para a atividade missionária, cujo intuito era a conversão dos índios em cristãos e vassalos do rei, mas também para as metas econômicas, pois constituiu o principal órgão deliberativo acerca das formas legais – resgates, descimentos e guerras justas – de arrematação da tão necessária mão de obra indígena. A Junta das Missões se caracterizou, assim, como uma interface administrativa de constante debate entre os diversos agentes coloniais. Composto por representantes da Coroa, das ordens religiosas e da autoridade eclesiástica secular, o órgão corroborou a legitimação da expansão do projeto colonial por meio da propagação da fé e, mais concretamente, auxiliou na aplicação da justiça referente à (i)legalidade dos cativos e, sobretudo, das liberdades dos índios do Maranhão. No decorrer do século XVIII, evidencia-se uma significativa proximidade dos índios com a justiça, cujo intuito seria o reconhecimento da legitimidade de suas liberdades. Na Capitania do Maranhão, os nativos submetidos à escravidão pleiteavam suas liberdades com os mais diversos argumentos e motivos, dentre os quais podemos destacar: os títulos (in)justos de cativo, as partilhas determinadas por testamentos, os matrimônios indígenas, os filhos bastardos, as violências, a inaptidão física e a obtenção de mercês. Todos esses eram significativos processos que permeavam a sociedade colonial. Em face disso, compreende-se que “ser livre” não era uma condição meramente dada pela lei, mas que implicava várias opções jurídicas, além de que os sentidos das liberdades dos índios devem ser compreendidos no plural, pois, malgrado as questões legislativas, estes variavam conforme os anseios dos índios, dos seus senhores e das articulações políticas dos deputados da Junta das Missões. Para o desenvolvimento da presente proposta serão utilizadas fontes históricas contidas no Livro de Assentos da Junta das Missões pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão e os documentos avulsos relativos ao Maranhão contidos no Arquivo Histórico Ultramarino.

**Palavras-chave:** Maranhão, índios, Junta das Missões, justiça, liberdade.



### A legislação indigenista e o estabelecimento de um *modus vivendi*

A colonização portuguesa na América teve como uma de suas principais peculiaridades a pluralidade dos projetos dos grupos que estavam inseridos em suas dinâmicas. No entanto, os objetivos dos agentes laicos e eclesiásticos estiverem em constante desalinho e o relacionamento entre os dois grupos foi conturbado, principalmente, quando o governo dos índios esteve no centro das discussões. Na Amazônia<sup>1</sup>, a questão indígena se constituiu como um ponto fundamental para o desenvolvimento da colonização portuguesa. Segundo Nádia Farage, a disputa pela posse dos índios pode ser considerada como “o fio que tece a história política do Maranhão e Grão-Pará”<sup>2</sup>.

Desta maneira, os nativos foram imprescindíveis ao poder da cruz e da coroa, pois além da salvação de suas almas por meio da conversão ao cristianismo, também estabeleciam pactos políticos de vassalagem com o monarca português. Nesse sentido, converter os nativos em cristãos e vassalos foi um elemento fundamental para a manutenção da ordem social e corporativa de uma monarquia que tendia a se expandir pelo mundo. Para que houvesse a integração dos diversos grupos indígenas a colonização portuguesa, coube ao poder metropolitano elaborar um conjunto de leis que tentasse conciliar o projeto missionário e mercantil. Desta forma, uma perspectiva para compreender a legislação indigenista é a busca por um *modus vivendi* da Coroa entre seus diferentes súditos no ultramar, pois como aponta Stuart Schwartz, somente essa práxis era a “possibilidade de governantes e súditos multiétnicos conviverem através do reconhecimento de direitos comunais, instigado por circunstâncias do bom senso políticos e econômico”<sup>3</sup>.

Sendo o rei, no contexto do Antigo Regime, considerado a cabeça do corpo político e social, tinha a incumbência de apaziguar as tensões por meio da justiça, principal mecanismo para o estabelecimento da paz social, fator que resultou na elaboração de uma farta legislação indigenista. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, a elaboração da legislação indigenista, marcada por intensas querelas em torno da liberdade e do cativeiro dos índios, foi fruto de constantes e, de certa forma, profícuas reflexões e discussões de cunho jurídico-administrativo e filosófico-teológico entre os principais agentes da sociedade portuguesa, uma vez que a legitimidade da dominação lusitana sobre os povos das conquistas requirava a transformação desses “em alteridade jurídica e socialmente operativa”<sup>4</sup>.

1 Por Amazônia compreendem-se os domínios do antigo Estado do Maranhão e Grão Pará. Em junho de 1621, a Coroa portuguesa instituiu o referido Estado, visando atribuir uma política administrativa mais diligente para as suas conquistas no norte da América do Sul. Entretanto, devido à vastidão territorial e à necessidade de melhor administrá-lo, o poder metropolitano separou a região em duas Capitanias, o Maranhão e o Grão-Pará. No decorrer do período colonial, a configuração político-administrativa do referido Estado passou por modificações até o reordenamento realizado pela administração pombalina em 1751, na qual a colônia foi restabelecida com o novo nome de Estado do Grão-Pará e Maranhão.

2 FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

3 SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75.

4 XAVIER, Ângela; SILVA, Cristina Nogueira. *Construção da alteridade no império português: temas e problemas*.

Não obstante, os debates acirrados acerca do status social e jurídico dos índios culminaram, em geral, no estabelecimento de um *modus vivendi*, baseado na tolerância e em um compromisso jurídico-prático entre os diversos agentes da colonização. Deve-se apontar que a tolerância foi um aspecto preponderante nas doutrinas religiosas e filosóficas que fundamentavam o corpo jurídico da monarquia portuguesa. A esse respeito, Stuart Schwartz afere que o tolerantismo se configurou como uma política de Estado, sustentada na tríade da necessidade prática, na tendência para a promoção da convivência religiosa, e como uma convicção filosófica. Nesse sentido, “o tolerantismo era amiúde uma solução de compromisso nascida de considerações políticas ou econômicas de ordem prática, e não de sentimentos de tolerância”<sup>5</sup>. Em suma, era indispensável para uma sociedade que estava a se esfacular pelos conflitos das Reformas Religiosas. Sendo assim, estabelecer um *modus vivendi*, baseado na tolerância com os povos de culturas diversas, era uma necessidade do poder da Coroa e da Igreja.

Desta feita, o contato com os povos ultramarinos (re) formularam teorias sobre a salvação e, conseqüentemente, as práticas da propagação da fé. Conforme Schwartz, as teorias desenvolvidas para o governo dos índios foi “um processo multidirecional de absorção, adaptação e incorporação”, mas, “sempre em desequilíbrio devido à desigualdade de forças e tradições envolvidas e à capacidade da cultura de limitar, extirpar, censurar e reprimir, com os instrumentos do Estado e da Igreja, qualquer coisa que contestasse sua cosmografia”<sup>6</sup>. Desta forma, aponta o autor:

Se a América, com sua vasta extensão e sua miríade de povos antes desconhecidos, abria a possibilidade para projetos utópicos e milenaristas de uma Igreja renovada, além da oportunidade de integração e ampliação de novos elementos no conjunto das crenças populares, ela também oferecia um ambiente fértil para o desenvolvimento de dúvidas e questionamentos das certezas do dogma. Como na Espanha e em Portugal, havia no Novo Mundo uma soteriologia dissidente que encontrava exemplos em todo o espectro social. Confeiteiros, sapateiros, *encomenderos* mestiços, governadores e ocasionalmente clérigos davam voz a sentimentos de tolerância e relativismo religioso. Essas expressões, por vezes brotavam de uma abertura mental e outros meios de influir no sobrenatural, por vezes se baseavam num puro e simples materialismo e por vezes nasciam do solo de um cristianismo universalista abrangente que enfatizava a caridade e a paz<sup>7</sup>.

De fato, os argumentos em torno da questão do governo dos índios foram de grande complexidade, envolvendo discussões jurídicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e econômicas. Em suma, embora houvesse relativa unanimidade quanto ao “atrelamento” dos indígenas à empreitada colonial, mediante a conversão de suas almas e a exploração de seus braços, existiam argumentações com acentos diferentes. Moradores e autoridades tenderam a atender mais às demandas da economia mercantil, buscando diminuir eventuais obstáculos jurídicos para o emprego da mão de

---

In: XAVIER, Ângela; SILVA, Cristina Nogueira. (Org.). *O Governo dos outros: poder e diferença no império português*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016. p.22

5 SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei*. p. 22.

6 Idem. p. 261.

7 SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei*. p. 261-262.

obra indígena. Já as ordens religiosas, ainda que seguissem diferentes tradições teológicas e correntes espirituais – como a vertente neoescolástica no caso dos jesuítas –, opuseram-se aos cativeiros ilegais dos índios, buscando tutelar os catecúmenos e neófitos nativos confinados em aldeamentos sob sua administração.

Na América portuguesa, os principais mecanismos utilizados para a integração dos índios na órbita colonial foram: as guerras justas, os resgates, os descimentos, e, sobretudo, os aldeamentos. Em vista da aplicabilidade de uma legislação em constante adaptação e reformulação, a Coroa portuguesa implantou o tribunal da Junta das Missões nas plagas amazônicas.

### O tribunal da Junta das Missões

Em 1681, tendo em vista a fundamental importância da propagação da fé para a expansão da monarquia portuguesa pelos quadrantes do mundo, o poder metropolitano, na figura do regente D. Pedro II, implantou o Tribunal da Junta das Missões no além-mar. Utilizado pela administração central e pelas demais esferas administrativas, este tornou-se um dispositivo intermediário que obteve ampla relevância e preponderância dentro do processo de colonização, pois, como aponta Mello, “incitava os governadores e demais autoridades religiosas a que escrevessem diretamente à Junta assinalando suas dúvidas e a ela endereçando suas representações sobre as missões ultramarinas”<sup>8</sup>.

No que se refere às especificidades da Amazônia, a Junta das Missões começou a funcionar no ano de 1683, coincidindo com a implantação de um conjunto de medidas políticas e iniciativas econômicas na região por parte do poder metropolitano que visava a “uma administração mais diligente e uma fiscalização mais eficiente”<sup>9</sup>.

Embora a Junta das Missões tivesse como sua principal incumbência propagar a fé por meio da dinamização da atividade missionária, o dito tribunal foi utilizado pelo poder metropolitano como a principal instância para aplicação da justiça referente ao cativo e a liberdade dos índios. Diante disso, defendo o argumento de que o tribunal da Junta das Missões se configurou como um desdobramento do compromisso lógico entre o soberano e a Igreja para legitimar a expansão da monarquia lusitana por meio da propagação da fé e a aplicação da justiça régia no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Desta feita, o tribunal peculiarizava-se, principalmente, pela pluralidade do seu colegiado, o qual era formado pelos principais representantes da governabilidade metropolitana na região: Governador, Bispo, Ouvidor, Prelados das ordens religiosas, além de contar com um oficial, o Procurador dos Índios, e um Secretário que desempenhava a função de escrivão. Foi

8 MELLO, Márcia Eliane. **Fé e Império**. As Juntas das Missões nas conquistas portuguesas. Manaus: EDUA, 2009. p. 64

9 ARENZ, Karl. “Fazer sair das selvas”: índios e missionários na Amazônia (século XVII). *Boletim Tempo Presente*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 29-49, 2015. p. 351

esse corpo administrativo que deliberou sobre as formas legais de arrematação da mão de obra escrava indígena, as quais eram: os resgates, os descimentos e as guerras justas.

### As ações de liberdade dos índios

A prática de concluir alianças entre o rei e seus vassallos indígenas, facultou, na transição entre os séculos XVII e XVIII, a implantação de medidas por parte do poder metropolitano com o intuito de reformular os mecanismos de arrematação da mão de obra indígena na colônia amazônica. Este processo possibilitou uma maior proximidade dos índios com a justiça colonial. No que se refere às especificidades maranhenses, tal proximidade pode ser explicada pela existência de três dispositivos: a instalação do tribunal da Junta das Missões, a instituição dos cargos de Procurador dos Índios e do Juiz Privativo das Liberdades e a “flexibilização” da legislação – Lei de Liberdade dos Índios (1680), o Regimento das Missões (1686), o Alvará dos Resgates (1688<sup>10</sup>). Estas “novas” instâncias e leis designavam as formas legais para inserir os índios nas dinâmicas do projeto colonial português que, no decorrer do século XVIII, encontrava-se em pleno desenvolvimento.

Uma importante questão a ser destacada, diz respeito ao espaço em que os índios pleiteantes estavam inseridos. As ações de liberdades, em grande parte, eram feitas por sujeitos oriundos de grupos indígenas que originalmente habitavam os sertões ou as várzeas da Amazônia e que, ao menos por duas ou três gerações, estão em contato direto ou encontram-se integradas à sociedade colonial. Sendo assim, muitos desses índios já nasciam na casa de seus senhores, mas não deixavam de reconhecer suas origens. De fato, ao pleitearem sua liberdade ante a Junta das Missões corriqueiramente mencionavam seus avós e bisavós que foram resgatados, aprisionados ou descidos para as vilas coloniais. Nesse sentido, na seara das denominações genéricas que fazem referência aos nativos da América, será utilizada a categoria de “índios coloniais”, introduzida por Karen Spalding para designar a relevante agência dos índios perante a colonização na América Espanhola<sup>11</sup>.

Outro ponto importante a ser destacado se refere aos possíveis argumentos e motivações pelos quais os índios coloniais submetidos à escravidão podiam pleitear suas liberdades. Realizando uma imersão nas fontes da Junta das Missões, pudemos evidenciar que as liberdades indígenas foram reivindicadas com os seguintes argumentos e motivos: títulos (in)justos de cativo, partilhas determinadas por testamento, matrimônios indígenas, filhos bastardos, violência e obtenção de mercês.

10 Ver: FERREIRA, André Luís Bezerra. *Nas malhas das liberdades: o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Capitania do Maranhão*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. MELLO, Márcia Eliane. *Fé e Império*. As Juntas das Missões nas conquistas portuguesas. Manaus: EDUA, 2009.

11 SPALDING, Karen. The Colonial Indian: past and future research perspectives. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, n. 1, p. 47-76, 1972.

O título injusto de cativo era o principal argumento utilizado pelos índios para pleitearem a sua liberdade. Conforme foi analisado anteriormente, a legitimidade da escravidão estava prevista no Alvará dos Resgates de 1688. Nas atas, contidas no Livro de Assentos da Junta das Missões, se observa que a falta do título da escravidão se configurou como um caminho para as articulações coletivas dos índios em prol de suas liberdades. Uma hipótese para justificar esse fato é a possibilidade de os escravos legítimos serem julgados na mesma medida como os suplicantes retidos em cativo de forma ilegítima. Entretanto, o tribunal costumava analisar e julgar caso a caso, sempre possibilitando aos senhores que apresentassem os documentos necessários para a comprovação da legalidade da escravidão dos índios que estavam sob sua custódia.

Essa questão aparece explícita na contenda envolvendo as índias Generoza, Margarida, Julia e o índio João contra Pedro Hipólito Domingues. Em reunião da Junta das Missões de 16 de setembro de 1748, os suplicantes, alegando serem oriundos dos sertões do Amazonas, requeriam o julgamento de suas liberdades “por não haver justo título da sua escravidão”. Estando presente o dito senhor, em seu depoimento declarou que tinha os registros de todas “aquelas pessas”, com exceção da índia Júlia. Desta feita, o pleito do tribunal assentou que a índia Júlia e “todos os seus produtos” seriam julgados como forros devido à ilegalidade da sua escravidão. Todavia, os demais índios seriam conservados na posse de Pedro Hipólito Domingues, com a ressalva de poderiam usar “dos meyo ordinários e o Procurador dos Indios [que] cuydará nesta cauza na forma que he obrigado”<sup>12</sup>.

Diferente do caso apresentado acima, os índios Ponciano, Raimundo, Francisco, Ignacio e Maria, com seus filhos, obtiveram logo parecer favorável para as suas liberdades. No dia 14 de setembro de 1754, o processo que envolvia os referidos índios foi remetido à Junta das Missões pela instância da Ouvidoria. Sendo assim, o Juiz Privativo das Liberdades, após ter solicitado os senhores que os possuíam para a apresentação do título da escravidão, constatou em seu despacho que os títulos “não foram satisfeitos, nem julgado matéria alguma, com q ainda a prova se fizesse duvidosa a sua condição”. Sem demora, os deputados da Junta das Missões, em consonância com as resoluções régias, declararam “aos suplicaddos livres e insentos de toda a escravidão e que podem usar de sua liberdade”<sup>13</sup>.

Quanto as partilhas de testamentos, podemos apontar o caso que envolve as índias Catarina, Domingas e Teodora. “Todo o gentio he livre de natureza conforme as Leys e ordens de Vossa Magestade”. Essas palavras foram proferidas pelos índios Martinho Lopez da Fonseca e Damazo Pereira em requerimento do dia 28 de janeiro de 1737 ao Conselho Ultramarino. Na missiva, os suplicantes informavam o rei D. João V sobre a necessidade da proteção dos índios e a conservação de suas liberdades no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Mas, o referido requerimento fazia menção de um caso bem particular: a disputa pela posse das índias Catarina e Domingas, esposas dos ditos suplicantes, além da cunhada dos dois, a índia Teodora<sup>349</sup>.

12 Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livro de Assentos da Junta das Missões. Fls. 41-43v.

13 APEM. Livro de Assentos da Junta das Missões. Fls. 47v-48.

A índia Maria, natural dos sertões do rio Amazonas, está no início da trajetória desta família indígena. Descida para a cidade de São Luís, a nativa foi direcionada para a casa de Francisco Deiró e Anna Roiz Sameiro, lugar em que deu à luz a sua filha Cecília, mãe das índias Catarina, Domingas e Teodora. Portanto, na mesma casa, as índias mencionadas criaram, respectivamente, seus filhos e netos<sup>350</sup>. Desde a sua infância, receberam, ao que o documento indica, “amor e bom tratamento”, chegando a “serem do sangue, e família” dos ditos senhores que “sempre as trataram como forras”<sup>351</sup>.

No entanto, o falecimento de Francisco Deiró e, posteriormente, da sua esposa Anna Sameiro veio a transformar a vida daquela família indígena. Isto porque, Joseph Pires Deiró, filho do casal e um dos seus herdeiros, “por sessam que fes de sua herança” resolveu vender Catarina, Domingas e Teodora a Manuel Gaspar Neves. O jovem Deiró era conhecido como “forte contendor”, tendo muito prestígio e influência política em São Luís. Seu intento, no referido caso, teria sido cativar as ditas índias<sup>352</sup>. Não obstante, Catarina, Domingas e Teodora, achando-se “oprimidas e vexadas”, buscaram ajuda perante o Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará João da Maia da Gama. Prontamente, o governador lhes socorreu, ordenando “[as] depositar em poder do procurador dos Índios para este lhes defender as suas liberdades”<sup>353</sup>. Entretanto, o Ouvidor-Geral Mathias da Silva Freitas, descumprindo a ordem do governador do Estado, tirou as índias do poder do Procurador dos Índios e as entregou a Manuel Gaspar Neves, além de decretar a prisão do referido procurador, deixando os índios daquela Capitania sem ninguém que pudesse advogar pelas suas liberdades<sup>354</sup>.

No conjunto documental pesquisado, o caso das índias Catarina, Domingas e Teodora é um dos mais emblemáticos sobre as ações dos índios e as contendas em torno de suas liberdades na Junta das Missões na Capitania do Maranhão. De fato, o complexo conflito envolveu os principais representantes da governabilidade metropolitana na região e suas articulações com o poder local, como também, uma expressiva agência por parte dos índios. Pelos registros encontrados, se evidencia que a contenda teve início na década de 1720 e se estendeu, pelo menos, até o decênio de 1750. Pelo fato de a Junta das Missões ser um tribunal cuja composição estava sujeita à constante alteração, o conflito ganhava contornos diferentes na medida em que novos sujeitos assumiram os cargos de deputado na Junta, principalmente aqueles que ocupavam o ofício de Governador e Ouvidor.

Um pertinente exemplo sobre os processos de liberdades dos índios está relacionado com a política de mercê. No dia 14 de fevereiro de 1723, o índio Lourenço da Gama, da aldeia de Caeté, desejando “viver na sua aldeia com pas, e quietação da sua consciência”, encontrava-se em Lisboa para solicitar uma mercê ao rei para que ninguém no Maranhão e Grão-Pará obrigasse a ele e a sua família a prestar serviços que não estivessem em consonância com suas vontades. O suplicante alegava que ele e sua mulher, Catharina Acandyra, pertenciam às principais famílias de sua nação, “seguindo a verdadeira Ley de Cristo Nosso Senhor que abraçarão seos avós”, e, so-



bretudo, “fizeram [seus avôs] grandes serviços a esta Coroa na expulsão dos Olandezes daquele Estado”<sup>14</sup>.

Por meio do caso de Lourenço da Gama, algumas indagações podem ser feitas em relação às ações dos índios perante a sociedade colonial. Em primeiro lugar, cabe destacar o conhecimento do índio Lourenço sobre os trâmites burocráticos para solicitar as mercês na corte e os argumentos a serem utilizados para que seu pedido fosse avaliado. Almir Diniz, analisando a recorrência dos principais indígenas que viajavam até Lisboa, classificou esse processo como “domínio da retórica burocrática” por parte dos índios<sup>15</sup>. Este fator nos possibilita compreender como os índios participavam dos fluxos e refluxos da monarquia portuguesa, inserindo-se nas diversas redes que potencializam as dinâmicas coloniais para, assim, barganhar honras e mercês a seu favor.

Em segundo lugar, cabe apontar que, do terceiro quartel do século XVII em diante, houve um declínio gradual da concessão de mercês devido ao fim das guerras na monarquia portuguesa – sobretudo, as querelas pós-Restauração com a Espanha (1668) e a expulsão dos holandeses das possessões americanas e africanas (1654) – e, ao mesmo tempo, um aumento significativo de solicitações de recompensa por parte dos índios. Diante disso, sucedeu um processo de resignificação das mercês, pois, como aponta Almir Diniz, ao invés de serem concedidos postos nas Ordens Militares, passou-se a distribuir roupas com bordados, hábitos e medalhas com a efigie do rei, que nada mais eram do que “meros símbolos para agradar a estes principais e não efetivamente vínculos às ordens militares”. No entanto, “a importância simbólica dos ‘vestidos’ era enorme para esses personagens entre dois mundos. A Coroa tinha consciência deste fato, até porque para no velho mundo as vestimentas também significavam ícones de prestígio”<sup>16</sup>.

Nesse panorama de reformulações, a liberdade também pode ser considerada como uma concessão de mercê. Esta foi solicitada, sobretudo, por índios aliados e vassallos que, amparados pela legislação indigenista que os diferencia dos “índios inimigos”, eram livres da escravidão, mas não de serviços compulsórios. O fato de as famílias de Lourenço da Gama e de sua esposa Catarina Acandryra terem lutado contra os holandeses é uma clara evidência que eram índios vassallos, amigos e fiéis servidores do rei. Sendo assim, cabia ao rei recompensar seus serviços com benesses e mercês. Ângela Xavier e Antônio Hespánha sinalizam que a prática das retribuições régias pelos serviços prestados resultou em uma “obrigatoriedade nos actos de benefícios reais, assim não apenas dependentes da sua vontade ou da sua *ratio*, mas muito claramente de uma tradição e de uma ligação muito forte ao costume de retribuição”. O “rei aparece, assim, sujeito ao constrangimento e contingências impostos pela economia de favores”<sup>17</sup>. Desta forma, é bem provável que o índio

14 REQUERIMENTO do índio Lourenço da Gama ao rei D. João V, em que solicita que nenhuma pessoa possa exigir a si ou a sua esposa servir contra sua vontade no Estado do Maranhão. AHU, Avulsos Maranhão. Cx. 13, Doc. 1356.

15 CARVALHO JUNIOR, Almir Diz. **Os índios cristãos**. p. 222.

16 CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005. p. 222.

17 XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998. p.347

Lourenço e sua família tenham conseguido a mercê suplementar de somente servir a quem quisessem, sempre de acordo com sua vontade.

Por fim, é oportuno assinalar que o desenvolvimento da presente pesquisa se insere na historiografia nacional e regional que debate as complexas relações entre a administração portuguesa, o processo missionário, a justiça colonial e/ou o status jurídico dos índios na Amazônia. Dentro destas temáticas, que são variadas e amplas, esse trabalho enfoca as particularidades da atuação da Junta das Missões na Capitania do Maranhão, revelando assim novos aspectos e nuances das dinâmicas coloniais na região amazônica. Cabe enfatizar que a liberdade dos índios – e não tanto seu cativo – foi o assunto principal do tribunal em estudo. Por isso, para além de uma mera análise de cunho administrativo ou missionário em torno da instituição em si, buscamos realçar o protagonismo indígena perante uma justiça colonial que guardou, ante as múltiplas realidades no interior da monarquia lusa, um caráter deliberativo e até – para fazer referência a um conceito judicial mais recente – restaurativo.

No entanto, muito há de ser feito ainda. De fato, o material documental disponível permite que a historiografia possa avançar mais na compreensão sobre a fundamental importância dos índios, como sujeitos-chave, na expansão da monarquia pluricontinental portuguesa na região amazônica, pois, como salientou o padre Antônio Vieira, “cativar índios e tirar de suas veias o ouro vermelho foi sempre a maior mina daquele Estado”<sup>18</sup>.

---

18 VIERIA, Antônio Apud AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1991. p. 136.

## Historiografia da escravidão: perspectivas de estudos historiográficos

**Igor da Silva Nunes**

Graduando em História pelo Uni-BH  
Igor85@gmail.com

**Tamires Celi da Silva**

Graduando em História pelo Uni-BH  
tamiresceli@hotmail.com

### Resumo

Desde meados da década de 70 e 80, a historiografia brasileira sobre a escravidão vem passando por relativas mudanças. Destacamos, aqui, a concepção que se é atribuída à cativos e ex-cativos. Em obras clássicas da historiografia brasileira produzidas no século XX, o escravizado começou-se a ser lido sob o signo de “coisa”, resultando na sua objetificação e descartando-se a humanidade desses indivíduos. Já no final do século XX, combinando a influência de pesquisadores estrangeiros, novas metodologias e fontes para o trabalho historiográfico, pesquisadores brasileiros começam a se debruçar sobre arquivos; além da influência de movimentos políticos acontecidos no país, que contribuíram para a mudança na perspectiva da pesquisa histórica. Tendo em vista tais ponderações, este trabalho visa analisar o processo judicial de uma crioula coartada, que aciona a justiça para evitar a sua volta ao cativo, e a partir deste processo, propor um diálogo com o que vem sendo produzido pela historiografia brasileira acerca da temática da escravidão, propondo um contraponto a historiografia clássica, está que ainda é muito presente em livros didáticos, na mídia e no imaginário social.

**Palavras-chave:** Escravidão, historiografia, revisionismo.

### Introdução

A década de 80 se mostra significativa para entendermos o campo de trabalho do historiador no Brasil. Marcada por ser uma década de esperanças, nela ocorreu o fim da ditadura militar no país e o processo de elaboração de uma nova constituição, este é um período no qual o ar de liberdade começa a tomar conta do país. É a década do “re”, repensar, reorganizar e reerguer a sociedade brasileira através de uma via democrática.

Neste contexto, as faculdades brasileiras começam a abrir as suas portas para pesquisas estrangeiras e iniciam um processo de ida e vinda de pesquisadores brasileiros para estudar em outros países, proporcionando conexões em especial com a Europa e os Estados Unidos. Alinhado

a isso, novos programas de pós-graduação começam a ser abertos nas universidades localizadas na região Sudeste do país.

Os frutos destes diálogos são traduções de livros e artigos que começam a circular pelo Brasil e que ajudam a pensar e a repensar a historiografia produzida no país. Muito destas traduções são obras ligadas a Escola dos Annales e da *New Left Review*. Estas duas escolas vão gerar frutos não apenas para os estudos da escravidão, mas para todas as áreas e recortes de trabalho.

A Escola dos Annales vem acrescentar ao questionamento do que pode servir de fonte para o ofício do historiador, os campos de estudos e os diálogos com outras áreas. Este ponto é vital, pois não apenas o documento “oficial” vai ser considerado fonte de estudo, mas todas as tipologias documentais vão ser fontes.

Já a contribuição da escola inglesa, no Brasil, vai ser uma virada historiográfica do objeto de estudo, as instituições ou uma história vista de cima, vai dar lugar a *história vista de baixa*, onde estudos vão procurar a agência dos sujeitos e os seus tempos históricos. Para os estudos que dizem respeito a escravidão, ela vira contribuir para entender o universo em que essas pessoas estavam inseridos e estes sujeitos vai ser analisado e compreendido no seu contexto.

Cabe destacar um outro ponto crucial, que é a organização dos acervos e arquivos no país. Embora ainda seja “comum” encontrar locais que não ofereçam nenhum suporte para a guarda de acervos de papéis e a atuação dos pesquisadores, algumas iniciativas de organizações por parte do estado e privadas, vem tentando manter preservado estes papéis, os quais são de fundamental importância no trabalho do historiador.

Todo este contexto brevemente apresentado, vai refletir sobre a historiografia brasileira. A área que aqui vamos analisar será a da escravidão. Entendemos que ainda é pertinente discutir a memória sobre este período no Brasil, pois embora na área acadêmica ela venha colhendo resultados relevantes, é importante significativo buscar compreender mais desse período multifacetado, onde as relações que foram tecidas apresentam características complexas. Nesse sentido, perceber os desdobramentos dessas relações nos possibilita investigações que fogem ao esquema dicotômico de análise e os reducionismos que ocultam o cenário diverso existente na época. É importante desconstruir a ideia de um “imaginário do tronco”<sup>1</sup> nos livros didáticos e respectivamente em uma memória sobre o que foi a escravidão.

Portanto, o uso destas novas metodologias contribuem para desconstruir os discursos de que a escravidão foi baseada apenas em relações de violência, legando ao escravizado o espaço da animalidade e da passividade diante do sistema escravista ou que fomentaram uma imagem de imposição e inferiorização sobre as populações africanas e seus descendentes. Na medida em que novos estudos revisionistas apontam para as trajetórias de vida, desejos, vontades, arranjos e estratégias

1 PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 24-25.

que foram mobilizadas por tais sujeitos e que não haviam sido trabalhados pela historiografia até o final do século XX.

Em diversos estudos que procuraram dar voz a estes sujeitos, foi realizada uma revisão sobre o que a historiografia vinha produzindo ao longo do século XX. Um ponto que conecta todos estes trabalhos, é a ressalva que eles fazem sobre os estudos que vinham sendo influenciados pela metodologia do marxismo.<sup>2</sup> Um expoente desta historiografia onde prevalece a perspectiva do “escravo coisa” foi a escola sociológica da USP<sup>3</sup>.

Sidney Chalhoub, discutindo sobre a produção de Jacob Gorender, e relacionando-a com o contexto político daquele período, diz o seguinte, “(...) teve o mérito de inspirar estudos sérios sobre a rebeldia negra em décadas de sufoco e repressão política.”<sup>4</sup> O contexto de produção desta historiografia clássica sobre a escravidão, é de grande importância para compreender essa escrita do passado colonial.

Naquele período o país passava por momentos de repressão política e estudantil, e as universidades constantemente eram alvos de vigia e perseguição do estado militar. Imersos no próprio tempo vivido, a escrita destes historiadores passa a ser muito influenciada pelo turbado contexto político e social daquele período. O peso cárcere da escravidão estava sustentado no preso do cárcere do sistema ditatorial.

José Carlos Reis aponta que os homens reescrevem a história por duas questões, a primeira seria de que os homens estão imersos em seu tempo histórico, por isso eles tem a dificuldade de realizar um distanciamento do seu tempo, do seu vivido. Já a segunda questão são as mudanças do objeto de pesquisa do historiador, com isso os objetos mudam e novas metodologias e conceitos são pensados para a pesquisa histórica.<sup>5</sup>

Cabe ressaltar que esta mudança de análise na história da escravidão, onde se busca observar as dinâmicas a partir de um paradigma cultural não se deu através uma aceitação total da academia, houveram e ainda existem os que denunciam esta historiografia como conservadora. Estes afirmam a necessidade da história da escravidão ser estudada a partir de uma perspectiva da luta de classes.<sup>6</sup> Vendo nesta historiografia culturalista uma forma de relativização nas relações do passado. Cabe ressaltar que essa historiografia ganha espaço no Brasil no período de redemocratização, após anos de estado dominante e autoritário.

2 PAIVA, Eduardo França Paiva. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2009. 283 p. GONÇALVES, Jener Cristiano. *Justiça e direitos costumeiros: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)*. 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2006. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

3 JENER. *Justiça e direitos costumeiros*, p.25.

4 CHALHOUB. *Visões da Liberdade*, p.49.

5 REIS, José Carlos, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 7-20.

6 MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. *Grilhão negro: Ensaio sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 7-9.

Gorender foi um destes que recusaram essa “subjetivade” do escravo, Roberto Manole, discutindo sobre a produção de Gorender, afirma o seguinte

(...) recebeu de forma crítica as inovações teórico-metodológicas apresentadas pela nova historiografia da escravidão. Em 1990, o autor redigiu um ensaio intitulado *A Escravidão Reabilitada*, onde teceu uma série de críticas a diversos trabalhos publicados durante os anos da década de 80.<sup>7</sup>

É interessante procurar pensar e refletir sobre as complexidades de se entender este período que se encontram distantes de nós temporalmente, estamos lidando com uma sociedade com costumes e modos de viver diferentes dos nossos e que a nossa relação com questões ligadas a trabalhadores em serviços análogos a escravidão, devem ser entendidas como coisas distintas.

Feito estas breves conexões, agora procuraremos dialogar com a “nova historiografia” sobre a escravidão. Para isso, utilizaremos um processo de uma crioula, por nome de Ana Ferreira de Souza, que vai à justiça setecentista mineira reclamar o seu direito à liberdade, quando aparece uma pessoa, a quem o seu primeiro senhor, Manoel Ferreira da Rocha, já falecido, devia uma dívida e queria levar ela como pagamento da dívida. Ana, em sua defesa afirmava já ser liberta.<sup>8</sup>

O processo de Ana se passa em Mariana, um local que foi marcado pela prática da escravidão urbana. Esse espaço criava condições de estabelecimentos de relações entre os senhores e escravizados, os quais, em muitos momentos souberam se utilizar das negociações. Neste sentido, o ambiente urbano dava condições de estabelecer acordos e negociações com os senhores e permitia a formação de redes de sociabilidade entre os escravizados.

O caso de Ana não é único ou uma “raridade”, ela, assim como outros escravos e ex-escravos formaram uma grande massa de diversas “qualidades” que acionaram a justiça setecentista mineira<sup>9</sup>. Esta foi uma prática que constantemente estavam envolvidos escravos e libertos, senhores. Neste sentido, explorar as relações jurídicas relacionada a essa camada, em especial os escravos e seus descendentes, se mostra significativa a medida em que nos permite lançar luz sobre este universo.

Em seu processo, Ana crioula afirma já ser liberta, a qual ela conseguiu através da coarctação, esta que era uma prática onde o escravo comprava a alforria de maneira parcelada. No seu caso, Ana afirma que seu segundo senhor, Manoel de Souza, “passando a suplicante o papel de licença incluso para liberdade; em cento, e sincoenta mil reis, por tempo de quatro anos, cumprio a suplicante, e o dito seu Senhor, repassou Carta de Liberdade (...)”<sup>10</sup>. Ainda afirmava que levaria quaisquer documentos que fossem necessários para comprovar a sua fala.

7 ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. *A emergência do escravo-agente na historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980*. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Assis, 2014, p. 15-16.

8 Arquivo Público Mineiro (APM). SG-CX.08 - DOC.31, fl.1.

9 Para ver as diversas formas de se acessar a justiça em Minas, no XVIII, ver: JENER. *Justiça e direitos costumeiros*, p. 73-169.

10 APM. SG-CX.08 - DOC.31, fl.1.



Feita esta introdução ao caso de Ana, cabe mencionar que a coartação era uma questão complexa para aquele período, pois não havia uma lei ou ordem que ditasse sobre isso. Era uma questão muito mais regulamentada por um direito costumeiro ou pelas Ordenações Filipinas, porém estas diziam sobre as práticas jurídicas em Portugal e acabaram muitas vezes sendo “apropriadas” na América Portuguesa. Então o que pretendemos levantar com essas questões, é que a ida de um escravo a justiça era algo possível, porém existindo delimitações e especificidades que variavam dentro do território de domínio português.

Assim como ela, diversos outros escravos conseguiram alcançar a sua liberdade nas Minas Gerais do século XVIII, as maneiras que eles utilizavam para alcançar a libertação foi variada, poderia ter sido de testamentos de seus antigos senhores, os quais a beira da morte poderiam dar a libertação para alguns escravos, através da compra direta da alforria pelo próprio escravo ou uma pessoa próxima a ele, ou como possivelmente ocorreu com Ana, através da prática do coartamento, que consista na prática da compra parcela.<sup>11</sup>

O processo de Ana é composto por duas folhas, a primeira que é a sua petição inicial, onde ele faz a sua defesa e a segunda, possivelmente a sua carta de coartamento, chamada carta de corte. Podemos fazer esta afirmação porque analisando a letra das duas cartas, podemos ver que as se diferenciam, além disso, a segunda consta a assinatura do seu segundo senhor, Ferreira Rocha, o qual havia coartado Ana. O segundo documento possui data, que é de 17 de Abril de 1776, infelizmente o segundo não possui data para realizarmos esta comparação.

Infelizmente não podemos ter certeza se Ana conseguiu ou não a vitória na justiça, pois não consta o desfecho do processo (o que era comum no período), porém cabe lembrar que Ana levou sua carta de coartamento, e que se ela realmente já tivesse a sua carta de alforria, ela não ficaria anexada ao processo, pois Ana ainda precisaria continuar a andar com ela para provar a sua liberdade.

### Considerações finais

Ainda há muito o que se pesquisar sobre a escravidão no Brasil e as suas diversas faces, agentes e processos, como o de Ana, estes casos nos permite realizar um diálogo constante entre a historiografia e os documentos. Porém, algo ainda se torna muito necessário, mostrar, nos livros didáticos de História, nas escolas, museus e instituições de memória, essa complexidade que foi a escravidão no Brasil.

E casos como esse de Ana, e vários outros, nos permite utilizamos para mostrar todo este universo que foi a escravidão, também com seu caráter violento, porém também essas negociações que existiam e a memória que nos foi legada sobre este período.

11 PAIVA. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. 283p.

## História pública, cinema e historiografia: aproximações

**Samuel Torres Bueno**

Mestrando em História

Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Ouro Preto

samueltorresbueno@gmail.com

### Resumo

A presente pesquisa almeja estabelecer pontos de contato entre a história pública e as produções cinematográficas. Em um primeiro momento, iremos estabelecer um debate conceitual acerca da categoria de história pública. Em seguida, argumentaremos que os usos públicos do passado que escapam aos ditames acadêmicos devem cada vez mais fazer parte do ofício do historiador na atualidade. Nesse sentido, entendemos que o cinema é uma das notáveis expressões da história pública e que as apropriações históricas geradas pela sétima arte seguramente suscitam debates profícuos. Por fim, demonstraremos alguns apontamentos metodológicos que versam sobre a relação entre o cinema e a operação historiográfica.

**Palavras-chave:** História pública; usos do passado; cinema.

### Usos do passado e história pública: uma breve apresentação

A história pública carrega consigo várias acepções possíveis, conforme aponta Sara Albeiri<sup>1</sup>. Talvez o sentido mais imediato que podemos atribuir a essa categoria é a noção de que o conhecimento de um certo passado é de interesse de toda uma coletividade, e não apenas da comunidade dos historiadores. É o caso das pressões em torno do direito à informação, especialmente na possível abertura dos arquivos secretos das Forças Armadas brasileiras, pois o acesso à tal documentação poderia ser imprescindível na compreensão detalhada da amplitude dos mecanismos repressivos utilizados na ditadura civil-militar (1964-1985). Outra maneira possível de se entender o que seria essa categoria é em relação ao ensino da disciplina na educação básica, responsável por moldar o “senso comum” acerca do passado. Há ainda a possibilidade de associar o campo historiográfico em questão aos lugares de memória, como museus ou monumentos, espaços que conseguem atrair um amplo público “leigo”. É possível também dizer que tal categoria se refere às interpretações do passado concebidas em diferentes linguagens e lugares.

1 ALBIEIRI, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Râbello; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.19-28

Conforme diz Jurandir Malerba<sup>2</sup>, é preciso ainda apontar que a prática da “história pública” não é uma novidade (já que sempre se produziu versões para o passado fora dos muros universitários), o conceito em si surgiu na década de 1970 para designar uma alternativa de trabalho para profissionais de formação acadêmica que não conseguiram postos nas universidades, tornando-se “historiadores públicos”, ou seja, construíram as suas carreiras através da divulgação histórica destinada às amplas audiências. No Brasil, segundo Bino Leal Pastor de Carvalho<sup>3</sup> e Juliana Sayuri<sup>4</sup>, tal conceito está ligado aos debates sobre história do tempo presente e aos usos públicos (e certamente políticos) do passado, sendo mais um objeto de estudos do que propriamente uma área de atuação.

Portanto, por mais que esse seja um campo polissêmico, tenha sentidos bastante abrangentes e práticas nacionais distintas, talvez possamos estabelecer uma possível síntese da história pública a partir de três relações:

A história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de autoridade compartilhada é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público que abarcaria a reflexividade e a autoreflexividade do campo).<sup>5</sup>

Nesse sentido, entendemos que a história pública pressupõe que lugares de produção do discurso histórico são múltiplos e a academia não pode passar incólume pelo fenômeno da enorme demanda social por história. Os historiadores não podem assumir uma postura corporativa e estabelecer que os únicos debates sobre história considerados como válidos sejam aqueles travados na academia. A história pública parte de outro pressuposto: a história é um patrimônio que pertence à coletividade.

Diante do que já foi exposto anteriormente, podemos afirmar que os modos pelo qual acontecem as (re) ressignificações do passado são diversos e acontecem em vários lugares, sendo a academia apenas um deles. O diálogo da historiografia profissional com esses lugares é extremamente frutífero e sem dúvida, contribui para que a nossa representação de um determinado passado seja feita a partir de uma multiplicidade de pontos de vista. É mais interessante identificar as muitas maneiras pelas quais um certo passado é constantemente (re) significado.

Por conseguinte, é preciso cada vez mais que voltemos a nossa atenção para as formas não acadêmicas pelas quais o passado é instrumentalizado socialmente. Por conseguinte, concordamos que

2 MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na Berlinda Ou Como Cada Um Escreve a História? Uma Reflexão o Embate Entre Historiadores Acadêmicos e não Acadêmicos no Brasil à Luz dos Debates Sobre Public History. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto, ago./ 2014, p.53-82. Captado em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 27 jun. 2018

3 CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública: Uma Breve Bibliografia Comentada. Captado em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/>. Acesso em: 27 jun. 2018

4 SAYURI, Juliana. Os historiadores, a Mídia e a Polêmica Entre Simplificação Didática e Distorção. Captado em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/01/1948121-os-historiadores-a-midia-e-a-polemica-entre-simplificacao-didatica-e-distorcao.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2018

5 SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, Muitos Significados: Alguns Comentários Sobre a História Pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele; MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo. (org.) *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. SP: Letra e Voz, 2016, p.28

Antes de uma disciplina científica e universitária, a história é uma narrativa sobre o tempo e a sobre a experiência humana do tempo. Ela não é monopólio de uma categoria, tampouco necessita, *para existir enquanto narrativa*, do cumprimento dos protocolos disciplinares que regem a prática científica [...] Nesse sentido, talvez mais adequado do que se falar de funções para a história, seja pensá-la a partir de seus variados usos públicos e políticos. Trata-se de um deslocamento da questão: do *para que serve a história?* passamos para *de que forma a história é usada?*<sup>6</sup>

Portanto, talvez os maiores méritos desse campo são: demonstrar a importância dos usos sociais do passado e evidenciar a centralidade das várias dimensões do termo “público” no interior da reflexão historiográfica.

### Cinema e história pública: aproximações

Hoje, as pessoas veem muito mais do que leem, e isso implica no fato de que as formas de apreensão do passado passam em boa medida pelas produções audiovisuais. Na atualidade, fica cada vez mais nítida a percepção de que as mídias visuais constituem o principal modo de propagação da história. Sendo assim, “o campo de estudos da cultura visual [...] pode em muito beneficiar o historiador e enriquecer consideravelmente o conhecimento que ele deve produzir.<sup>7</sup>” Devemos considerar a natureza imagética do nosso cotidiano, cada vez mais permeado pela cultura visual. Nesse sentido, entendemos, assim como Rodrigo de Almeida Ferreira<sup>8</sup> que o filme é uma das mais notáveis expressões da história pública. Sendo assim, devemos tentar perceber qual é a caracterização do mundo histórico realizado pelos filmes, de que maneira eles fabricam tal (re) construção e o significado que nós, hoje, podemos atribuir para tal construção.

### Cinema e história: alguns apontamentos metodológicos

Aqui, iremos apresentar alguns métodos, cuidados e procedimentos para que a operação historiográfica incorpore o cinema como fonte. Para realizar esse percurso, cabe recorrer às formulações de Rosenstone<sup>9</sup> para explicar o fenômeno da recusa da historiografia conservadora que reluta em trabalhar com o cinema. Uma das hipóteses levantadas pelo autor é que muitos historiadores

6 BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O Historiador e o Falsário: Usos Públicos do Passado e Alguns Marcos da Cultura Histórica Contemporânea. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.32, nº 60, set/dez 2016, p. 819 (grifo dos autores). Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00807.pdf>. Acesso em: 27 jun. 18.

7 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: Balanço Provisório, Propostas Cautelares. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, nº45, 2003, p.27. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>. Acesso em: 27 jun. 18

8 ALMEIDA, Rodrigo de. Cinema, Educação e História Pública: Dimensões do Filme Xica da Silva, p.207-223. In: *Introdução à História Pública*.

9 ROSENSTONE, Robert. *Cine y Visualidad: Historización de La Imagen Contemporánea*. Ediciones Universidad Finis Terrae, 2013, 111 p.

possuem a tendência de analisar os filmes como produções anacrônicas, que tratam exclusivamente do presente, enquanto as obras historiográficas escritas não seriam imbuídas de erros provenientes da “mácula” do tempo presente, sendo marcadas pelo distanciamento temporal e por tratar os tempos idos sob o viés da alteridade total.

O contexto no qual um historiador ou um cineasta vivem e atuam é um elemento que seguramente influencia as maneiras pelas quais esses sujeitos constroem as suas versões para a história. A marca do contemporâneo é uma condição comum a todas as obras (escritas ou filmadas) que tratam do passado, ou seja, “temos que começar a ler e pensar sobre todas as obras que abordam a história, seja qual for o seu meio, tanto pelo que dizem acerca do passado que descrevem como pelo presente no qual elas são criadas.”<sup>10)</sup>

Outra metodologia para se trabalhar com produções audiovisuais é indicada por Marcos Napolitano<sup>11</sup>, que estabelece três relações de interação entre a história e o cinema: cinema na história, na qual o cinema se torna fonte primária; história no cinema, na qual o cinema é percebido como um agente de veiculação de um discurso histórico e a história do cinema, que se ocupa das diferentes escolas cinematográficas e da evolução dos recursos técnicos.

Portanto, na análise de um filme, é necessário articular as duas categorias que devem constar em toda operação historiográfica: a crítica interna e externa. No caso de um filme, a crítica interna refere-se a elementos como os diálogos, os cenários, a trilha sonora e o gênero (drama, comédia, suspense, etc.) que determina o tipo de narrativa e o desenvolvimento das ações das personagens. Já a crítica externa diz respeito a questões como possíveis censuras, o contexto de lançamento, a recepção do filme entre o público e a crítica especializada.

Também deve-se ter a percepção de que os filmes não pretendem apresentar verdades literais sobre um evento histórico. Concordamos com Rosenstone<sup>12</sup>: “a dimensão metafórica na historiografia é, em última instância, mais poderosa (e mais interessante?) do que a dimensão literal ou factual”. Sendo assim, entendemos que os filmes almejam construir uma trama sugestiva, metafórica e simbólica de um dado passado.

Produções audiovisuais também podem realizar uma “contra análise da sociedade” de acordo com a formulação de Marc Ferro<sup>13</sup>. O historiador pertencente à 3ª geração da Escola dos Annales foi um dos pioneiros nos estudos sobre história e cinema, afirma que o filme realizaria “uma outra história-a o que ele chama de contra história-, o que tornava possível uma contra análise da sociedade [...] O exame de um filme abria assim caminho para um desmascaramento da realidade política e social.”<sup>14)</sup>

10 ROSENSTONE. *Cine y Visualidad*, p.27

11 NAPOLITANO, Marcos. A História Depois do Papel. In: *Fontes Históricas*. PINSKY, Carla Bassa Vezi (org). 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008, p.235-289.

12 ROSENSTONE, Robert A. *A História Nos Filmes, Os Filmes Na História*. Tradução de Marcello Lino. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p.60

13 FERRO, Marc. *Cinema e História*. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 143 p.

14 KORNIS, Mônica Almeida. FERRO, Marc. In: PARADA, Maurício (org). *Os Historiadores Clássicos da História. Vol.3: De Ricouer a Chartier*. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014, p.150

### Conclusões finais

Robert Rosenstone<sup>15</sup> afirma que durante a maior parte do século XX, historiadores trataram os filmes como fontes ilegítimas. A história válida seria aquela da comunidade acadêmica, realizada a partir do contato direto com os documentos e vestígios dos acontecimentos, o que permitia dizer a “verdade” sobre o passado. Logo, os filmes não poderiam ser levados a sério, pois traçam um quadro romanceado do passado, cheio de lacunas e anacronismos.

O autor, que é uma das maiores referências nos estudos acerca da relação entre o cinema e a história, também argumenta que um dos problemas que muitos historiadores, ainda hoje, por conta da formação excessivamente acadêmica, quando se deparam com filmes, esperam que eles sejam uma transposição de uma obra historiográfica para a tela. Ou seja, a expectativa é que as películas sejam caracterizadas pela precisão factual, pela crítica das fontes e pela capacidade de síntese da conjuntura histórica representada. Todavia, o cinema não pode ser analisado com os mesmos critérios que uma obra acadêmica. Em suma, o filme histórico é uma interpretação que

nos leva à questão básica: o que queremos do passado? Por que queremos conhecer aquilo? O que mais podemos querer saber que já não sabemos? [...] Pode parecer inesperado, até mesmo insultante sugerir que o filme é uma nova forma de pensamento histórico. No entanto, vivendo em uma era cada vez mais visual, precisamos estar preparados para pelo menos levar em consideração uma noção desse tipo, pois o pensamento visual do passado, a metáfora e a simbologia podem se tornar muito mais importantes do que o acúmulo de dados<sup>16</sup>.

Por conseguinte, não se pode rejeitar os filmes, tratá-los somente como “entretenimento” ou produções meramente ficcionais e anacrônicas e criticá-los por conta dos seus “erros factuais”, mas sim identificar como a História é representada no cinema, que é um agente que cria novos e instigantes sentidos e usos públicos para o passado.

15 ROSENTONE, Robert A. *A História Nos Filmes, Os Filmes Na História*. Tradução de Marcello Lino. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, 262 p.

16 ROSENTONE, Robert A. *A História Nos Filmes, Os Filmes Na História*. p.237/238



## Muçulmanos e cristãos uma relação a partir do cinema

Vitor Augusto Pereira  
vitor.54apple@gmail.com

### Resumo

A presente comunicação tem como objetivo fomentar um debate sobre a relação dos muçulmanos e cristãos a partir de uma perspectiva cinematográfica. Em suma, propõe-se notar como os filmes abordam esta relação que, de tempos em tempos, vem constituindo ser um desafio para os historiadores e para nossa sociedade. Para isso, serão analisados de forma técnica dois filmes de grande importância, *Cruzada* e *Arn: o Cavaleiro Templário* que podem contribuir com o debate. Defende-se que os filmes podem ser transmissores de conhecimento e principalmente um dos objetos que contribuem para a propagação de perspectivas que podem ajudar o debate entorno daquela relação.

**Palavras-chave:** Análise fílmica, cinematografia, Cristãos e Muçulmanos.

A obra de Francis Vanoy e Anne Goliot-lété “Ensaio sobre a análise fílmica” de 2014 nos traz uma nova compreensão acerca da análise cinematográfica. Sobre a obra os autores enunciam:

A presente obra não conseguiria evidentemente explicar *todos* os contextos em sua especificidade. No entanto, tenta proporcionar alguns princípios, alguns instrumentos, algumas condutas válidas em todos os contextos, a partir do momento em que se parte de um objeto-filme para analisá-lo, isto é, para desmontá-lo e reconstruí-lo de acordo com algumas ou várias opções a serem precisadas<sup>1</sup>.

Analisar um filme em sua totalidade, de forma que contemple todos os contextos, é um desafio a ser enfrentado como citado acima, porém é uma tarefa instigante que nos leva a refletir sobre vários temas e questões que são relevantes para o tempo do próprio filme. Neste artigo analisaremos um filme histórico. A história sempre foi uma fonte abundante de inspiração para os filmes com os mais diversos temas, desde a Roma Antiga dos césares e da Idade Média com suas grandes batalhas até as Grandes Guerras do século XX.

Os filmes vêm adquirindo uma grande importância no período contemporâneo, sendo um dos principais veículos de informação para as massas. Para a disciplina de História, eles se tornaram um meio de propagação de conhecimento histórico no qual pode vir a ser um objeto de estudo e uma ferramenta para o ensino. Segundo Rosenstone, “aceitar que o cinema, especialmente os

1 GOLIOT-LÉTÉ Anne; VANOYE, Francis. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 7. ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 10-11.

longas-metragens dramáticos, podem transmitir um tipo de história séria (com H maiúsculo) vai contra quase tudo o que aprendemos desde os nossos primeiros dias na escola”<sup>2</sup>.

Antes de prosseguirmos, creio que o termo filme histórico que foi comentado acima, requer uma caracterização ou simplesmente uma melhor explanação. Os filmes históricos se tornaram tradições e gênero nos cinemas nacionais e internacionais que sobrevivem até os dias de hoje. Esta tradição de filmes não hesita em fazer questionamentos sobre o passado e apresentar interpretações sérias sobre a história. “No final da década de 1910 houve o surgimento de uma outra tradição de filmes históricos que não hesitam em fazer perguntas sobre e apresentar interpretações sérias sobre o significado do passado.”<sup>3</sup>

Quando falamos de Filmes Históricos no singular, pois este termo compreende uma gama variável de exemplos de como colocar o passado na tela, ou melhor, cada um deles utiliza as imagens de maneiras distintas, com objetivo de representar um passado histórico. É possível classificar o cinema histórico ou filmes históricos, em várias categorias mas, nos atentaremos em apenas três formas principais, pois se não fizemos isso, podemos nos fadigar das inúmeras formas.

O Primeiro que destaco aqui será o longa-metragem dramático, é uma das mais importantes formas de histórias nas mídias visuais em termos de público e influência das massas. Em algumas vezes podem denotar algum debate público que está mais aflorado na contemporaneidade. O drama também busca atingir as emoções, assim, dando uma maior gama de artifícios para o espectador acreditar no que vê, em sua maioria, personagens que se envolvem em tramas e situações históricas apresentadas na película.

O segundo é o documentário, pode ser considerado uma das formas mais novas do longa metragem dramático “La historia como documento es una forma más reciente que la historia como drama”<sup>4</sup>. Em sua estética mais comum, um narrador fala enquanto uma série de fotos, dados históricos, gráficos e artefatos são apresentados. Os historiadores têm um maior apreço por este modelo, pois é sensivelmente mais perto do espírito e da prática da história escrita. O documentário conta com uma história linear e moral, muitas vezes trata de grandes tópicos e de por meio da experiência de grupos que sofreram algo positivo ou negativo no passado, que em partes pode ainda reverberar no presente.

Para finalizar esta parte, deixo aqui o último que pode ser considerado o mais experimental e variado modo de fazer filmes históricos. História como experimento e como inovação, os filmes apresentados aos públicos que compõem esta caracterização geralmente são de formas mais variáveis, podem fazer uma combinação entre documentários e longa-metragem dramáticos. Na

2 ROSESTONE, Robert A. **A História nos filmes / Os filmes na História**. 2. ed Trad. Marcello Lino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 15.

3 ROSESTONE. **A História nos filmes / Os filmes na História** p. 29.

4 ROSESTONE, Robert A. **Cine y Visualidad historización de la imagen contemporánea**. 1 ed Trad Pablo Abufom. Santiago de Chile, 2013, p 40.

maioria das vezes estes filmes demonstram uma oposição aos filmes Hollywoodianos. “Lo que estas películas tienen em común... es que todas fueron hechas em oposición al filme Hollywoodense convencional”<sup>5</sup>.

Agora que temos algumas bases podemos entrar evidentemente em nosso tema onde pretendo analisar os filmes *Cruzada* e *Arn: o Cavaleiro Templário* que são de extrema importância para o debate entre os Cristãos e Muçulmanos.

### Análise

Início com o *Arn: o Cavaleiro Templário*, o filme foi dirigido pelo cineasta Peter Flinth formado na National Film School da Dinamarca, uma escola de cinema de grande renome. Peter Flinth adaptou os livros do escritor Jan Guillou para a estética cinematográfica para dar origem ao filme. De algum modo podemos dizer que este filme se insere nos dramas comerciais porém, como ele foi adaptado de livros e de um romance escrito, podemos notar algumas diferenças que apontarei no decorrer da análise.

A obra cinematográfica tem como temática principal as cruzadas. O enredo tem como protagonista Arn, um jovem norueguês criado por monges que o ensinaram a rezar, a ler e a escrever, e o princípio de lutar para se defender, pois no mundo em que viviam, isto era essencial para a sobrevivência. Com o passar dos anos Arn acaba saindo do monastério e retorna para seu lugar de origem, lá acaba se apaixonando por Cecília, uma linda mulher que, para a infelicidade dos dois, está prometida para outro. Dentro deste conflito eles vivem um inconsequente amor, que por sua vez acaba os destruindo e os punindo, Arn é exilado para lutar como cavaleiro templário na Terra Santa e proteger os peregrinos que caminhavam até Jerusalém, e Cecília é aprisionada em um convento, mantida em reclusão, oração e trabalho. Passados os anos de exílio, Arn acaba regressando para casa mais maduro e está convicto de se reaproximar de Cecília, contudo ainda restam objetivos e assuntos a serem tratados em sua terra natal. Mais uma vez Arn é obrigado a ir para batalha com o objetivo de defender o reino e reconquistar a paz na Noruega.

Se nos fixarmos na personagem principal, Arn podemos notar que a história do filme pode ser apresentada em diversos universos, pois o personagem segue um roteiro determinado que perpassa o autodescobrimento indo em busca de novos desafios, contudo, seus pensamentos ainda se fixam em sua terra natal por laços afetivos. Quando o herói consegue obter respostas ou cumpre o objetivo ele acaba por regressar para seu lugar de origem, ao retornar pôde encontrar um estado de paz, outra grande questão ou uma batalha. No término do filme o personagem acaba encontrando seu par perfeito ou a paz tanto almejada, contudo no respectivo filme Arn acaba falecendo.

---

5 ROSESTONE. *Cine y Visualidad historización de la imagen contemporánea* p.42

Para fazer as análises das cenas, nos atentaremos a dois personagens que são essenciais: Arn, o cavaleiro templário e Saladino, o líder do exército muçulmano, que são de extrema importância para entendermos as relações que ocorrem durante a permanência do cavaleiro Arn em Jerusalém. Saladino é apresentado como um grande líder, piedoso com quem lhe respeitar e for justo, o personagem é tomado por um ar de mistério e ao mesmo tempo demonstra racionalidade em suas falas e ações, e Arn demonstra ser muito semelhante a ele.

Analisaremos atentamente as cenas onde os dois personagens se encontram. A sequência tem por volta de quatro minutos e transcorre no deserto, Arn salva a vida de Saladino, assim eles passam a noite juntos no mesmo acampamento. No início da cena, vemos Arn e seu ajudante cavalgando pelo deserto, enquadrados por um grande plano geral (GPG). Este plano tem como objetivo identificar o espaço físico e a localização. Alguns momentos, em outro quadro, vemos Saladino conversando com Arn montados em seus cavalos. Notemos que a câmera usa o plano (two shot) que pode enquadrar duas pessoas, com isso demonstrando que elas mantêm um certo diálogo, mas ficam afastadas. No cair da noite Arn se juntou a Saladino, acamparam no deserto, os quadros trazem um misto de planos médios (PM) que enquadram do tronco a cabeça, pois os personagens estão sentados. Outro plano que observamos é o plano Close-up fechado e fixado nos rostos dos personagens e por último, destaque que a câmera permanece travada ou imóvel, o máximo de movimento que notamos é um pequeno (Zoom-in) quando o Arn começa a falar. Com este zoom, notamos a passagem de um quadro ao outro do plano médio ao Close-up.

Apesar da cena se localizar em um ambiente escuro, percebemos os figurinos dos personagens, os enquadramentos colaboram para visualizarmos detalhes e minúcias no figurino e na maquiagem empregada nos atores. Esta cena demonstra a serenidade e racionalidade nas falas dos dois personagens principais da cena e do filme.

A seguinte cena que iremos analisar decorre no acampamento de Saladino e tem duração de aproximadamente três minutos. Saladino manda chamar Arn pois deseja conversar com ele antes da batalha. No primeiro quadro visualizamos o acampamento ao fundo e Arn sendo escoltado, o enquadramento utilizado é o grande plano geral (GPG), deste modo, podemos observar a grandiosidade de Saladino.

Quando Arn chega na tenda e encontra Saladino vemos uma sucessão de planos próximos (PP) que enquadram do peito para cima. Mais ao final da cena podemos verificar que os Close-up ganham preferência da câmera. Ao final da cena, fica evidente que está se aproxima muito da outra analisada.

Destacamos agora uma última cena onde Arn se encontra em Damasco, contudo está combatido pela batalha, Saladino salva-o da morte e autoriza que ele volte para casa. A presente cena tem como duração de aproximadamente cinco minutos, como já comentado, a cena começa com o enquadramento que tenta ressaltar a reação de estranhamento, com isso percebemos que a câmera adota um Plano próximo (PP), já quando Arn se coloca para conversar com Saladino, os planos se

modificam de plano médio (PM) para plano próximo (PP), ao final do Saladino se levanta e percebemos que a câmera enquadra Arn com um Close-up (CU) fechado demonstrando bem sua face, já Saladino é filmado a partir de um plano médio (PM). Notamos também um pequeno Zoom-in no rosto de Arn ao final da discussão. No final, Arn é filmado de costas e de lado em cima de um cavalo, o plano escolhido é o Plano geral (PG), assim dando contexto a cena e evidenciando que Arn voltará para seu lar.

A trilha sonora contribuí com as cenas, porém não se altera ou fica mais forte, os enquadramentos nas três cenas ganham destaque maior que a música, esta serve como algo a mais que de modo geral contribui. Analisado Arn podemos prosseguir para o segundo filme aonde analisaremos uma única cena que é de grande importância para o filme e que demonstra muito como uma produção pode afetar o presente e como o mesmo está interligado com o que se passa na tela.

O filme Cruzada, um drama comercial clássico lançado no ano de 2005 e dirigido pelo cineasta Ridley Scott, um grande diretor que é consagrado por outras obras que usam a história como plano de fundo mas, voltando a película que quero me ater, destaco sua inserção na sociedade, pois foi de grande alcance do público de forma geral, contudo, podemos dizer que vemos um drama, Blockbuster pelos motivos já citados.

Rapidamente me atento ao roteiro do filme, o jovem ferreiro Balian perdeu o gosto pela vida quando sua mulher e filhos morreram, contudo, sua vida muda quando misteriosamente seu pai Godfrey um nobre na corte de Jerusalém, convida-o para o acompanhar até a Terra Santa. No meio da viagem, Godfrey morre e deixa suas terras para seu filho que tenta cuidar delas e protegê-las. Neste tempo o rei de Jerusalém também morre deixando a sua irmã rainha e passa o reinado para Guy de Lusignan. Depois destes acontecimentos, Guy de Lusignan declara guerra a Saladino, sendo derrotado na batalha de Hattin, deste modo, deixando Jerusalém desprotegida. Contudo, Balian fica na cidade com objetivo de repelir o ataque de Saladino, com um êxito os cristãos conseguem impor um tratado, assim sendo todos retirados da cidade até as regiões costeiras, para saírem da Terra Santa. Neste meio tempo Balian se aproxima da irmã do rei e como esperado regressa ao seu antigo lar.

Agora analisaremos de forma técnica, como já feito acima, uma das últimas cenas do filme logo depois da derrota dos cristãos em Jerusalém, aonde Saladino caminha pelos corredores de Jerusalém no qual é consagrado por seus companheiros com reverências e saudações e, logo em diante, vemos uma das cenas que pode simbolizar mais do que uma simples composição de quadros porém, vemos que esta cena encerra as discussões que o filme trás entre Muçulmanos e cristãos no âmbito das cruzadas e da região da Terra Santa.

A cena analisada começa como já comentado no paragrafo acima, Saladino caminha pelo salão e notamos que a câmera se coloca no plano americano (PA) aonde podemos verificar informações mais amplas e detalhes mais próximos que nos conduzem a olhar no que está acontecendo e, além do personagem, neste caso podemos perceber que os muçulmanos estão queimando e pilhando papéis que, supostamente, eram dos cristãos.

Logo em seguida a câmera trás um novo movimento e mais um plano aonde Saladino continua a andar, contudo o enquadramento muda, pois agora ele é filmado de lado onde outros coadjuvantes são filmados. O plano preponderante nesta cena é o plano próximo (PP) que utiliza do peito para cima onde vemos outros soldados só que desta vez saudando o líder vitorioso e não podemos deixar de notar que os novos donos de Jerusalém começam a desmontar e a reorganizar os objetos e aos demais paramentos. Em seguida podemos observar a principal cena que diz muito do filme e como ela articula esta ralação das duas crenças. Quando os planos acima acabam, vemos uma cruz jogada no chão, e objetos espalhados por todo o cenário, contudo, ao fundo podemos observar os pés de Saladino, alguns segundo depois o plano é novamente mudado, de modo que o plano médio (PM) se estabelece até o final da cena, a escolha deste plano enfatiza as expressões corporais da personagem, suas escolhas e objetos que segura. Nestas escolhas, o personagem retira a cruz do chão e assim colocando o objeto no centro do enquadramento, demonstrando um respeito muito grande e um senso de percepção muito aguçado do personagem, para finalizar Saladino retira-se da cena e deixa o objeto tomar a centralidade até chegarmos no final.

Feito as análises técnicas, deixo nestas últimas páginas uma discussão sobre como os filmes servem para entendermos a relação dos grupos cristãos e muçulmanos no passado mas, mais do que isso no presente, pois as películas podem falar muito de seu presente. Saliento aqui uma das essências para entendermos os filmes e como eles trabalham com os temas e questões históricas, tudo depende dos cineastas e dos diretores, onde eles colocam suas formas cinematográficas e suas vertentes, deste modo encontramos uma grande diferença de filmes sobre um mesmo assunto. Desta forma podemos notar que um filme nunca é isolado, sempre irá seguir uma tendência estilísticas.

“Definir as características formais de algumas tendências marcantes da história das formas cinematográficas, um filme jamais pode ser isolado. Participa de um movimento ou se vincula mais ou menos a uma tradição. Ainda é preciso ser capaz de descobrir as figuras conteúdo ou expressão que permitem definir o papel e o lugar da obra nesse movimento ou nessa tradição”<sup>6</sup>

Quando olhamos para esse panorama vemos que há todo um contexto presente e vários agentes estão ligados para confecção do filme, assim conseguimos entender os movimentos das câmeras e como o cineasta monta os quadros para dar sentido as cenas e depois ao filme. Isso nos faz notar como a análise técnica dos jogos de câmera podem mudar uma análise e contribuir para entendermos as intenções depositadas nos filmes.

As intenções nos casos exemplificados acima nos fazem rememorar os contextos de produção dos dois filmes, aonde o debate refloresceu, fazendo que os filmes tomassem outros caminhos para equalizar as disputas entre os dois campos religiosos, exemplifico aqui com o filme Cruzada aonde ele colocou os templários como os vilões que perturbam a paz criada com dificuldades entre os Cristãos e Muçulmanos. De modo geral quando trabalhamos com produções de médio e grande

6 GOLIOT-LÉTÉ Anne; VANOYE, Francis. **Ensaio sobre a análise filmica**. p. 22-23.



porte aonde serão visualizadas por um grande público, podem causar revoltas de determinados grupos e também é visível que os filmes criem um equilíbrio para não causar tensões no presente. A figura dos personagens que têm centralidade no filme e nas relações com diferentes grupos e instituições, nos trazem sensações de respeito as diferenças e alteridade com outros grupos.

“Um filme histórico sempre foi mais do que penas uma coleção de fatos. Trata-se de um drama, uma interpretação, uma obra que encena e constrói um passado em imagens e sons.”<sup>7</sup> Como observamos um filme, quando histórico, demonstra uma sequência de formas e características cinematográficas que são de extrema importância para a continuidade das análises fílmicas, pois todos os elementos contam para entender e compreender o filme que em sua maioria ultrapassam a historiografia e vão além para compreender outros fatores que compreendem outras áreas do conhecimento.

---

7 ROSESTONE. A História nos filmes / Os filmes na História p. 60

## Manifestações políticas pela lente da Tv Folha

**Igor da Silva Nunes**

Graduando em História pelo Uni-BH  
igorsn85@gmail.com

**Guilherme Amormino Gomes**

Graduando em História pelo Uni-BH  
guilherme.amormino@yahoo.com.br

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar dois curta metragens, o primeiro intitulado “Em dia de debate, sutileza zero nas ruas de SP” e o segundo “Manifestação de 15 de Março de 2015”. Ambos foram produzidos pela TV FOLHA, sendo o primeiro em 2014, antes da votação do segundo turno para presidente e o segundo após a manifestação de março de 2015, onde se pedia o impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Neste contexto marcado por uma dicotomia política e pelas várias manifestações de rua, diversos meios de comunicação acompanharam os diversos eventos. Entretanto, cada mídia construiu uma determinada representação dos grupos participantes, seja esta uma das mídias alternativas ou grandes veículos de imprensa nacional e internacional. Com isso, selecionamos os curtas para pensar este contexto de crise e os discursos que emergem, ganham força, legitimidade, popularidade tanto em grupos políticos, quanto nas mídias. Por mais que os curtas não sejam a realidade, os discursos representados de determinado grupo político pelos diretores existem e refletem uma ideologia e uma cultura política na história específica. Feito isto, podemos perceber o que foi a manifestação na ótica desta mídia, ou seja, como ela representou os eventos, quem produziu, para quem, porque e as suas recepções.

**Palavras-chave:** Mídia, manifestações, representação, política.

### Introdução

Em junho de 2013 as avenidas e ruas de todo o Brasil foram tomadas para manifestações, as motivações, pedidos, ideias, grupos sociais, ideologias eram os mais diversos possível, talvez um retrato do que é o Brasil, um país multifacetado. E os desdobramentos daquelas manifestações ainda são visíveis, protestos pelas ruas do Brasil ainda acontecem. Nas manifestações muito se pedia sobre mudanças sociais no país, saúde, educação, economia. Pautas que ainda são muito necessárias para uma estabilidade da democracia brasileira. Porém, essas manifestações também mostraram aquilo de pior de uma parte do Brasil, o conservadorismo e o reacionarismo.

Como mencionamos, ideologias as mais distintas estavam nas ruas, haviam os que pediam a intervenção militar e também adeptos do anarquismo e da sua atuação prática. E podemos dizer, cinco anos depois, que a direita brasileira saiu vitória destes movimentos, onde conseguiram, através de um golpe político parlamentar, depor uma presidenta, além de uma série de política neoliberais e cortes na educação e ciência.

Tido está breve contextualização sobre a política brasileira pós 2013, procuramos analisar um curta metragem produzido pela TV Folha em 2014, durante a campanha eleitoral para presidente, durante os debates para a votação do segundo turno entre Dilma e Aécio<sup>1</sup>. Para pensar metodologicamente o audiovisual, utilizamos Marc Ferro<sup>2,3</sup>.

Desta forma, foi feita a análise do vídeo proposto como recorte deste trabalho, onde analisamos suas produções e recortes estabelecidos pelos produtores. Alinhado a isso, utilizamos o conceito de ideologia do britânico Terry Eagleton<sup>4</sup>.

Antes de apresentar os discursos representados na produção, é necessário fazer algumas perguntas ao documento, buscando problematizá-los. Questões como contexto e lugar de produção, quem produziu, para quem, gênero, motivações, trilha sonora, público alvo e a sua recepção a crítica.

É necessário aplicar esses métodos a cada substância do filme (imagens, imagens sonoras, imagens não sonorizadas), às relações entre componentes dessas substâncias; analisar no filme principalmente a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime. Pode-se assim esperar compreender não somente a obra como também a realidade que representa.<sup>5</sup>

Foi realizado uma pesquisa sobre os produtores do curta metragem, que são Isadora Brant e Rodrigo Machado corroborando a proposta de Ferro. Nos nomes acima mencionados, encontramos alguns indícios do posicionamento político dos mesmos. Porém, a análise dos vídeos nos permitiu evidenciar as preferências dos produtores, o que será melhor sublinhado nas linhas abaixo.

Durante as manifestações de 2013, a Folha de São Paulo realizou várias reportagens e os produtores da Folha para isto, João Wainer e Fernando Canzian (que também são colunistas em outros jornais), receberam o prêmio *Esso de Jornalismo*, pela *Melhor Contribuição ao Telejornalismo*<sup>6</sup>.

1 TV FOLHA. Em dia de debate, sutileza zero nas ruas de SP. Captado em: [https://www.youtube.com/watch?v=zb9\\_4yRjY&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=zb9_4yRjY&feature=youtu.be). Acesso em: 15/10/2017.

2 FERRO, Marc. O filme: uma contra análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. 4º ed. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 199-215.

3 Gostaríamos de destacar que a proposta original do trabalho era analisar dois curtas produzidos pela Tv Folha, como é afirmado no resumo e foi proposto no dia da apresentação. Porém optamos em analisar apenas um na parte escrita do trabalho, pois com a análise do segundo, não conseguiríamos chegar ao limite de páginas permitido para a elaboração do artigo.

4 EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma introdução. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Editora Boitempo, 1997, p. 1-32.

5 FERRO, Marc. O filme: uma contra análise da sociedade? p. 199-215.

6 PAULO, Folha de São. Folha vence duas categorias do prêmio esse de jornalismo. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/11/1370806-folha-vence-duas-categorias-do-premio-esso-de-jornalismo.shtml>.

João Wainer é fotógrafo, cineasta e jornalista<sup>7</sup>. Para tentarmos mapear as suas atividades, foi realizada uma pesquisa sobre a sua trajetória. Por meio da investigação nos deparamos com uma coluna na Folha de São Paulo<sup>8</sup> e um vídeo produzido<sup>9</sup> onde ele denuncia a violência policial. Além disso, na breve autobiografia profissional de Wainer, percebemos certo engajamento em lutas de movimentos sociais de esquerda, além de trabalhar em uma perspectiva de jornalismo a favor dos direitos humanos.

Fernando Canzian é jornalista e colunista da Folha de São Paulo, a partir de leituras de suas colunas<sup>10</sup> (não encontramos na pesquisa mais dados relevantes sobre o jornalista), não conseguimos traçar um caminho seguido por ele, porém, em suas publicações é sempre destacado uma crítica aos recentes governos de esquerda na América Latina.

### Em dia de debate, sutileza zero nas ruas de SP

Este curta-metragem foi publicado no dia 17 de outubro de 2014, momento em que se houve uma acentuação da dicotomia PT (Partidos dos Trabalhadores) x PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Vemos este conflito “além do filme”, ou seja, na própria escolha e montagens dos fotógrafos, podendo sem ser presunçoso identificar a posição deles diante deste cenário.

Tal conflito pode ser identificado ao longo dos quase oito minutos do curta. Enquanto alguns eleitores estão sendo gravados em determinado cenário e clima, outros fazem o contraste. Os ajuntamentos Pró Dilma estão localizados na praça Roosevelt área central de São Paulo, as pessoas se encontram organizadas, sentadas, em um ambiente pacífico e unido, podemos dizer que houve uma representação *pacífica* da esquerda política. Em contra ponto, os eleitores Pró-Aécio estão no Largo da Batata, e encontram-se em pé, com cartazes, tendo escolta da polícia e são representados com muita poluição sonora ao fundo, este cenário nos dá uma sensação de *bagunça*.

Esta construção em torno dos movimentos diz muito (não dos movimentos em si), mas do que os fotógrafos quiseram construir dos movimentos em questão (Pró Dilma x Pró Aécio). Outra perspectiva interessante de análise é a montagem, a forma como os depoimentos se encaixam e/ou se contrapõem, nos permitindo identificar, como afirmado por Eagleton, a utilização da ideologia como uma forma de poder, “O termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crença, mas a questões de poder.”<sup>11</sup>

---

Acesso em: 16/10/2017.

7 WAINER, João. Sobre. Captado em: <https://joaowainer.wordpress.com/midia/>. Acesso em: 15/10/2017.

8 STURM, André. A prefeitura deve exercer controle sobre o grafite em São Paulo? Captado em: <http://antigo.antp.org.br/website/noticias/show.asp?npgCode=FC3F432C-D467-486B-906D-25BFE7EEB539>. Acesso em: 15/10/2017.

9 INSTITUTO, Selo; WAINER, João. Ponte Jornalismo. Captado em: <https://www.facebook.com/pontejornalismo/videos/915354948614585/>. Acesso em: 15/10/2017.

10 PAULO, Folha de São. Captado em: <http://m.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/index.shtml>. Acesso em: 15/10/2017.

11 EAGLETON, Terry. *Ideologia*, p. 18.

Os depoimentos dos eleitores da Dilma estão sendo colhidos majoritariamente em clima pacífico, com as pessoas sentadas na praça, sem muitos ruídos ao fundo, o que dá a ideia de organização e/ou união. Além disso, os depoimentos são representados de forma coerente e se complementam entre si e com a fala da representante deste grupo, Dilma. Essa representação também pode ser pensada da ótica de um certo estereótipo dos eleitores da Dilma ou das pessoas de uma posição política de esquerda.

Em contra partida, os depoimentos dos eleitores do Aécio são colhidos em uma avenida, com a câmera não estática (dando uma impressão de confusão), muito ruído ao fundo, sem coerência dentro da fala dos entrevistados e menos ainda na do grupo. Alguns discursos causam a sensação de humor ao interlocutor (a menina sem *liberdade de expressão*, o bolsa família criado no período militar pela esposa do FHC) e colocados em sequência com uma fala coerente dão ainda mais evidência a isto. Porém, cabe mencionar que durante as falas dos eleitores do Aécio há uma diferenciação, quando se é representadas pessoas de uma classe média/alta, as falas delas se tornam coerentes, porém quando a classe social diminui, a fala já se torna estereotipada.

Nesse sentido, já observamos uma forma de ideologia na construção do curta-metragem. Analisando os vários significados de ideologia, Eagleton propõe em uma das suas afirmativas e que podem aqui ser aplicadas, “(...) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante (...)”<sup>12</sup>, embora o autor proponha “ideias”, analisamos no modo como os opositores do PT são representados, onde se quis deslegitimar o movimento deles.

Mas propusemos ir além nesta análise, selecionando alguns discursos para serem problematizados. Tendo em vista o que já foi dito sobre os movimentos, o texto por si só já justifica o porquê dessas seleções estarem presentes apenas de um lado da dicotomia, em momentos como esse cabe deixar tudo bem explícito.

A primeira tomada analisada encontra-se aos 1m58s do curta-metragem. Em caráter descritivo, trata-se de um momento onde a câmera filma em primeiro plano um senhor de terno que está filmando uma passeata Pro-Aécio. Este senhor encontra-se um pouco afastado, como quem aprecia um espetáculo, entre ele e o movimento existem uma linha de policiais, e este carrega no rosto um riso peculiar quando escuta a adaptação feita pelos manifestantes da música *Pra não Dizem que não Falei de Flores*, de Geraldo Vandré, quando eles cantam o seguinte, “Dilma vai embora/ o Brasil não quer você/ aproveita e leva o Lula/ e os vagabundo do PT.” A música expressa claramente uma cultura política conservadora, primeiro pela adaptação de uma das várias músicas que se consolidaram como símbolo da resistência contra a ditadura. O caso da música nos fornece um ótimo exemplo de como certos grupos se apropriam de um passado para fornecer novas leituras do presente e assim legitimar ações e práticas.

Motta, analisando as variáveis para a definição de cultura política, afirma “(...) conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano,

12 EAGLETON, Terry. *Ideologia*, p. 15.

que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”<sup>13</sup>

Na segunda tomada (seguindo aqui uma ordem não linear e cronológica do vídeo), peguemos o discurso de um outro manifestante deste mesmo movimento. Encontrado aos 1m49s do vídeo ele diz: "Eu tenho... não é medo, tenho a crença de que se o PT ganhar vamos nos aproximar cada vez mais da Venezuela". Perceba que esta fala além de nos mostrar certa religiosidade do depoente, nos dá indícios de outra associação do PT com governos de esquerda da América Latina, de forma pejorativa até.

O terceiro e último momento analisado aqui encontra-se aos 5m14s, onde uma mulher no canteiro central de uma avenida diz: "Eu vou salvar o meu Brasil sim, custe o que custar, seja pela intervenção militar ou pelo Aécio". Esta fala é emblemática, além dela corroborar com as outras analisadas, já que, na visão dela o Brasil precisa ser salvo de algum mal (O PT), outra parte interessante é a ordem dos fatores para se salvar o País. Para ela, e na sequência do curta-metragem fica mais claro, a intervenção militar é algo bom e necessário, que vira sanar os problemas brasileiros e ainda coloca os militares à frente do Aécio, mostrando, assim, sua preferência.

Juntando estas três tomadas analisadas, podemos perceber uma cultura política de determinado grupo que sempre vem à tona em momentos de crise. O medo do comunismo, somado a associações com ditaduras de esquerda e o discurso da corrupção sempre torna legítimo para essas pessoas um golpe, seja civil-militar ou civil-jurídico. Tais justificativas estiveram presentes na mídia e nos discursos que precederam o golpe de 64<sup>14</sup>, vemos, com isso, um retorno dessas ideias e justificativas.

Assim como no golpe civil-militar de 1964, onde se teve um grande propaganda da imprensa, para ajudar a legitimar o golpe e o seu funcionamento, vemos que no golpe de 2016 está propaganda também estava presente e estes discursos que surgem na mídia, tem que ser analisados com um olhar crítico, o calor do momento e dos acontecimentos pode levar a análises rasas e perigosas. Sobre este perigo, Ferro já nos lembrava “(...) a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A câmera revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar.”<sup>15</sup>

### Considerações finais

Propor uma análise sobre o nosso tempo presente, os desdobramentos daquilo que estamos vivendo se torna uma atividade de grande complexidade. Ao mesmo tempo que corremos

13 MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 21.

14 MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 192 p.

15 FERRO, Marc. *O Filme*. p. 202.



o risco de cair em um discurso simplista dos fatos e acontecimentos, também o fato de estarmos vivendo estes eventos. Isto nos coloca uma problema, temos que procurar nos afastar dos eventos para entendê-los, assim podemos procurar ter uma visão de fora do acontecimento.

Nos entendemos perante este problema, procuramos recortar o trabalho e analisar especificamente uma determinada produção, poderíamos analisar outras produções documentais ou discursos, e até mesmo as esquerdas e as manifestações de 2013. Porém escolhemos focar na TV Folha e este vídeo em específico, até pelo calor do momento em que ele produzido.

Por fim, gostaríamos de propor mais análises do presente, entendemos que é necessário fazer parte deste debate e falarmos e discutirmos o que está acontecendo ao nosso contexto.

## Do golpe à memória: as memórias de ditadura em edições especiais de jornais

Leylianne Alves Vieira

Mestre em Comunicação (UnB)

Bacharel em Jornalismo (UFC)

leylianne.av@gmail.com

### Resumo

Esta Comunicação tem como objetivo analisar especiais multimídia publicados por jornais de grande circulação acerca dos golpes militares realizados na segunda metade do século XX. Entendemos que a memória é uma construção social, que implica na sobreposição de narrativas, construídas e modificadas ao longo dos anos. No caso argentino, o jornal *Clarín* publicou, em 2006, o especial intitulado *‘El golpe del ‘76’*, apresentando textos, vídeos e fotografias, além de extratos de jornais publicados à época. Em se tratando do caso chileno, o periódico *La Tercera* lançou, em 2013, o especial *‘Las 24 horas que estremecieron a Chile’*. A narrativa é ilustrada e possui animações. Já o especial brasileiro foi publicado pela *Folha de S.Paulo* em 2014: *‘Tudo sobre a ditadura militar’* utiliza como gancho as figuras políticas que se destacaram no período democrático, percebendo as ligações que possuem com o período militar. A fim de nos aproximarmos deste corpus, recorreremos aos preceitos teóricos e metodológicos da Teoria da Narrativa e às reflexões realizadas por pesquisadores latino-americanos sobre a memória dos períodos de repressão. Percebemos que as batalhas pela memória se dão no cotidiano, e é neste cenário que os jornais, beneficiados pelo distanciamento do tempo, pensam e publicam narrativas que se pretendem detenedoras da verdade, nas quais se permitem omitir o próprio papel no plano social. Consideramos que os especiais lançados fazem parte de uma trama maior, de retomada destes acontecimentos dolorosos e autoritários, ao mesmo tempo em que estão ligados ao momento político: no caso chileno, uma tentativa dos jovens de se reaproximarem de memórias mal trabalhadas; no Brasil, um contexto político que finalmente criava uma Comissão da Verdade; na Argentina, o governo de Néstor Kirchner era o primeiro a pedir perdão pela forma como o Estado lidou com a memória dos desaparecidos. Estes especiais se inserem em um momento de reconstrução da memória das ditaduras, ao mesmo tempo em que buscam consolidar o lugar dos próprios veículos enquanto defensores da democracia e da liberdade.

**Palavras-chave:** Memória, Ditaduras, América Latina, Jornais, Narrativas

### Primeiras palavras

Lidar com um passado de repressão e violência é uma tarefa que exige certo esforço no sentido de, ao mesmo tempo em que lembra e retoma valores e sentimentos, luta contra o esquecimento e a impunidade. Cada pessoa lida com a memória de forma diferenciada, agregando a ela suas experiências, vivências, e em consonância com sua cultura, com as características que definem, em parte, os grupos sociais. Testemunho, memória, identidade e esquecimento, portanto, são conceitos que estão intimamente relacionados.

As efemérides são momentos em que a construção, a significação e a ressignificação das memórias são potencializadas, uma vez que as narrativas sobre aquele acontecimento alcançam os leitores a partir das mais variadas mídias e espaços. Aqui destacamos a possibilidade de olharmos para a rememoração dos golpes militares na América Latina como momentos em que a imprensa, tendo sido um importante elemento da trama ditatorial, tem a oportunidade de retrabalhar os fatos, beneficiada agora pelo distanciamento do tempo e, sobretudo, pelo fim da repressão.

Propomo-nos a olhar para três especiais jornalísticos multimídia sobre os golpes militares, publicados em Brasil, Argentina e Chile, em uma perspectiva comparada, uma vez que, como defende Prado, a história dos países da América Latina acontece paralelamente e, por vezes, atravessando situações sincrônicas<sup>1</sup>. Para este trabalho, apoiamo-nos em conceitos da Teoria da Narrativa, buscando elementos que possam ajudar a pensar a reconstrução que estes veículos traçam acerca do golpe militar, de seus personagens, do que foi publicando anteriormente.

#### Os meios de comunicação e as narrativas das ditaduras

Debruçar-se sobre a memória de momentos repressivos, segundo Jelin, é uma ação de pesquisa que implica na subjetividade do pesquisador, incorporando compromissos cívicos e políticos<sup>2</sup>. Trabalhar com memória implica riscos, na medida em que lembrar e narrar são práticas guiadas por disputas entre sujeitos sociais e políticos, buscando interferir nas marcas do passado no presente. Em meio ao processo contínuo de lutas pela memória, os meios de comunicação demonstram ser um terreno fértil para embates. Jelin também afirma que os meios de comunicação de massa estruturam e organizam a presença do passado na vida contemporânea<sup>3</sup>, assertiva que deve ser relativizada. Podemos perceber nas publicações especiais de jornais uma tentativa de ‘elucidar’ debates sobre elementos-chave dos acontecimentos.

Blaustein e Zubieta alertam para a possibilidade de encontrarmos, no que foi publicado na imprensa argentina entre 1975 e 1983, ‘pistas’ das realidades que hoje são ‘mal recordadas’<sup>4</sup>. A mí-

1 PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*. Nº 153, 2005, p. 11-33.

2 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002. 146p.

3 JELIN. *Los trabajos de la memoria*. 146p.

4 BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martín. *Decíamos ayer*. La prensa argentina bajo el Proceso. Buenos Aires: Colihue, 1998. 655p.

dia daquele país é comumente acusada de dar suporte ao governo ditatorial, o que tem relação com a pena de dez anos de reclusão àqueles que difundissem notícias que prejudicassem as atividades das Forças Armadas, estabelecida em março de 1976<sup>5</sup>.

Neste contexto, o jornal *Clarín*, dava destaque ao desenvolvimento de infraestruturas, fontes de energia e indústria básica. As notícias publicadas utilizaram-se da omissão do elemento ‘quem’ como estratégia discursiva para adequação ao discurso militar. Nos primeiros anos, o *Clarín* teria se resignado à reprodução do discurso oficial, um apoio por omissão, criticando apenas a política econômica de Martínez de Hoz<sup>6</sup>.

A respeito da imprensa chilena, Achurra afirma que os meios de comunicação e os dispositivos educacionais foram instrumentos utilizados pelo regime militar para difundir e impor seus ideais<sup>7</sup>. A censura de conteúdos impediu que os setores populares pudessem se expressar, sendo virtualmente eliminados do papel de fontes de informação: a realidade publicável foi fragmentada. Em setembro de 1973 as empresas de comunicação começaram a se submeter às limitações impostas pelo novo regime, silenciamento que contou com a tolerância das empresas e dos jornalistas, quadro que se modificou, em partes, conforme o enrijecimento das pressões<sup>8</sup>.

No início dos anos 1970 havia 10 periódicos de circulação nacional no Chile, ao passo que em 1984 estavam reduzidos a cinco. O jornal *La Tercera* está entre os maiores e mais relevantes do país. Ossandon e Rojas apontam que o jornal sofreu pressões econômicas por parte do governo durante a ditadura, sendo seus diretores considerados cuidadosos, não publicando o que pudesse ser visto como contestação<sup>9</sup>.

No caso brasileiro, é de comum interpretação o apoio dispendido pela imprensa ao golpe militar, travestido de defesa aos anseios da família brasileira, argumento utilizado pelos militares para legitimarem seus atos. Com a edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) e a institucionalização da censura, em 1968, alguns meios passam a lidar com a censura prévia ou com a autocensura. A imprensa, nos termos de Motta, não apoiou de forma irrestrita o projeto ditatorial, ao passo que também não se propôs a enfrentar o regime, acomodando-se à situação política<sup>10</sup>.

O grupo *Folha da Manhã*, que publicava diários como *Folha de S.Paulo* e *Folha da Tarde*, é um exemplo emblemático no que tange ao trato com o governo ditatorial. O grupo, como define

5 BLAUSTEIN, Eduardo. Decíamos ayer. In: BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martín. *Decíamos ayer*. La prensa argentina bajo el Proceso. Buenos Aires: Colihue, 1998, p. 13-59.

6 BORRELLI, Marcelo. Una “batalla ganada”: Clarín y la compra de Papel Prensa (1976-1978). In: SABORIDO, Jorge; BORRELLI, Marcelo (Coords.). *Voces y Silencios*. La prensa argentina y la dictadura militar (1976-1983). Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 19-53.

7 ACHURRA, Eduardo Santa Cruz. *Análisis histórico del periodismo chileno*. Santiago de Chile: Nuestra America Ediciones, 1988. 163p.

8 ACHURRA. *Análisis histórico del periodismo chileno*. 163p.

9 OSSANDON, Fernando; ROJAS, Sandra. *La Época y Fortín Mapocho*: el primer impacto. Santiago: ECO-CEDAL, 1989. 178p.

10 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa (1964-1969). *Topoi*, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013. Captado em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X014026005>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Kushnir, desenvolveu estratégias para se adaptar às mudanças políticas do momento<sup>11</sup>. Jornais da empresa apoiaram as mobilizações antijanguistas, foram fortemente censurados, colaboraram com a ditadura e defenderam as Diretas Já.

Qualquer narrativa é tornada pública em um determinado contexto social, político e cultural. O ambiente no qual é lida e os referenciais históricos e culturais do leitor também interferem na forma como se dará a significação de determinada produção textual. De acordo com os preceitos da Análise Crítica da Narrativa<sup>12</sup>, que utilizamos neste trabalho, textos podem ser analisados a partir de três instâncias: plano da expressão (linguagem), plano da estória (intrigas, personagens) e plano da metanarrativa (estrutura profunda).

Após o desmembramento das composições em suas principais intrigas e personagens, da observação atenta dos termos utilizados para construção dos enunciados e do contexto no qual está sendo publicada e lida, se faz possível ao pesquisador fazer assertivas acerca dos sentidos construídos pela narrativa. Os laços culturais são o elo entre as linguagens, as memórias e as representações.

### *El Golpe del '76: 30 anos do golpe militar na Argentina, segundo o Clarín*

Em 2006, momento em que as produções multimídia ainda eram uma ferramenta pouco utilizada, o diário *Clarín* lançou o especial *El Golpe del '76*. O especial foi publicado em 23 de março e é voltado para os momentos que antecedem o golpe, as articulações realizadas entre os dias 23 e 24 de março de 1976 e as consequências, especialmente no que tange aos direitos humanos, da última ditadura militar do país.

O especial está dividido em três capítulos: *La Alquimia del Complot*, *El Día del Golpe*, e *La Noche Más Negra*. A capa é composta pela conjugação de elementos gráficos que expressam seu valor representacional ao longo da construção narrativa. Um relógio, item de notável destaque visual, marca, continuamente, 3h22. Como elemento narrativo, aponta para o minuto seguinte ao primeiro comunicado da Junta Militar, proferido às 3h21 do dia 24 de março de 1976.

No texto de abertura do especial, “*La trama que condujo al 24 de marzo de 1976, las horas decisivas y la usurpación del poder por la Junta Militar*”<sup>13</sup>, destaca-se a utilização de três termos: trama, horas e usurpação. Temos indícios de que havia uma articulação anterior, que determinados eventos e ações foram se entrelaçando até chegar às horas decisivas, de forma que se prepara o leitor para uma narração que trabalha com articulações cronológicas, na medida em que isso seja possível na construção da memória. Toda a trama conduz, por sua vez, para a usurpação do poder. Usurpou-se o poder de Isabel Perón, da democracia, do povo.

11 KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*. Jornalistas e censores. São Paulo: Boitempo, 2004. 409p.

12 MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 254p.

13 CLARÍN. *El golpe del '76*. 2006. Captado em: <<http://edant.clarin.com/diario/2006/03/23/conexiones/golpe.html>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

No que tange à construção narrativa, há ênfase na fala dos jornalistas: dos onze entrevistados, cinco são profissionais da imprensa. María Seoane é responsável por apresentar detalhes, personagens e ‘fatos’. Ela abre os dois primeiros capítulos: em dezembro de 1975, os militares decidiram a data de tomada do poder; em 23 de março, a imprensa anunciava o golpe. Seoane, quando faz referência à imprensa, cita as produções de *La Razón* e *La Nación*. A jornalista apresenta a cronologia do golpe, minuto a minuto.

Apenas três capas reproduzidas no especial estão claramente vinculadas ao *Clarín*. As manchetes, *Pronunciamento en la fuerza aérea contra el gobierno nacional*, *Nuevo Gobierno* e *Son 4.000 los subversivos detenidos*, não deixam clara a participação do diário naquele governo. Além disso, não há citação à atuação dos jornalistas durante a ditadura. Díaz e Passaro enfatizam que a participação do *Clarín* no golpe, assim como a dos principais jornais impressos argentinos, se deu por meio do silêncio editorial como estratégia discursiva, marca peculiar na história da imprensa no país<sup>14</sup>.

Apesar de as mensagens serem acompanhadas por reproduções de jornais, as imagens são inseridas na narrativa como ilustração daquilo que é falado. Não há reflexão sobre o papel da imprensa. A interpretação e composição estão a cargo do leitor. A única capa de teor crítico ao governo provém do primeiro número do jornal *Madres de Plaza de Mayo*: “*A un año de gobierno radical y de impunidad militar ¿Donde estan los desaparecidos?*”. A grande mídia apresenta ‘fatos’ e documenta pronunciamentos.

### 11 Septiembre 1973: especial chileno de *La Tercera* sobre o golpe militar

Durante 40 anos, pouco se tratou sobre os fatos ocorridos entre 9 e 11 de setembro de 1973 no Chile, pouco se tratou sobre as consequências do golpe militar. É notório que há pouca discussão sobre a memória da ditadura chilena, em comparação a outros países da América Latina. Como destaca Waldman, foi durante as comemorações de 2013 que se vivenciou com intensidade uma revisão crítica das últimas quatro décadas, impulsionando a sociedade a enfrentar suas responsabilidades<sup>15</sup>. É neste contexto que encontramos o especial publicado por *La Tercera*.

Dando início à apresentação do núcleo de personagens, são exibidas ilustrações que se referem ao Comandante-em-chefe da Primeira Zona Naval, José Toribio Merino, ao Comandante-em-chefe do Exército, Augusto Pinochet, e ao Comandante-em-chefe da Força Aérea, Gustavo Leigh, com os cargos que possuíam em 9 de setembro de 1973, momento em que, segundo a nar-

14 Díaz e Passaro, 2002 apud DÍAZ, César L. *La Nación y Clarín frente a la violencia política (1976-1980)*. Dos casos de periodismo hermesiano. In: SABORIDO, Jorge; BORRELLI, Marcelo (Coords.). *Voces y Silencios*. La prensa argentina y la dictadura militar (1976-1983). Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 153-180.

15 WALDMAN, Gilda. *A cuarenta años del golpe militar en Chile*. Reflexiones en torno a conmemoraciones y memorias. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, vol. LIX, núm. 221, mayo-agosto, 2014. Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México. Captado em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42131174011>>. Acesso em: 19 maio 2017.



rativa, foi marcada a tomada do poder. Notemos que o general Pinochet ainda não é o personagem central da narrativa, fato corroborado pela leitura de uma carta disposta na página: José Merino se dirige a ‘Gustavo y Augusto’, empenhando sua palavra sobre qual será o ‘dia D’ e a ‘hora H’ para o golpe.

Primando pela qualidade das ilustrações, a narrativa se ancora no especial ‘*Las 24 horas que estremecieron a Chile*’, publicado por ocasião dos 30 anos do golpe, em 2003, por Ascanio Cavallo, jornalista de *La Tercera*. Ao partir de um trabalho jornalístico, lança luz sobre a leitura que o jornal faz sobre sua produção, buscando manter uma narrativa semelhante àquela já publicada. É a ressignificação da narrativa do próprio jornal, agregando valor e novos significados.

Em Santiago, mapas detalham os arredores dos dois principais cenários da trama: a Casa Presidencial Tomás Moro e o Palácio de La Moneda. A cada mudança de cenário, é exibido um novo mapa, uma nova ilustração em três dimensões ou mesmo fotografias com interferências animadas. Salvador Allende é descrito como um dos fundadores do Partido Socialista, tendo sido deputado, senador, presidente da Câmara Alta e Ministro da Saúde. O texto ainda destaca que foram necessárias quatro tentativas para eleger-se Presidente, como representante da coalizão de esquerda Unidade Popular. Uma ilustração apresenta as ‘armas’ que serão utilizadas por Allende durante aquele dia: óculos, capacete e um fuzil AK-47 presenteado por Fidel Castro.

O recurso à fotografia aponta para a documentação realizada na época. As imagens utilizadas na montagem do especial, contudo, não legendam a autoria dos registros. Utilizam fotografias da Agência France-Presse (AFP), do *Laboratorio de Criminalística Central de la Policía de Investigaciones* (LACRIM) e de outras fontes.

A narrativa enfatiza o caráter humano do presidente. Preso no palácio, às vésperas de um ataque aéreo, dispensando parte dos poucos apoiadores que ainda estão com ele, cometendo suicídio, salvando-os antes que mais vidas sejam perdidas. Segundo o especial, foi a morte do jornalista Augusto Olivares, um de seus aliados, que o fez considerar uma rendição. Do lado militar, vemos sujeitos implacáveis, lidando com uma operação de guerra. Canhões são dispostos nas ruas ao redor do Palácio; pontos estratégicos do país são dominados um a um; antenas de transmissão de rádios são derrubadas; e foguetes são lançados contra *La Moneda*.

A figura de Pinochet dá início à narrativa de forma coadjuvante, assumindo posição de liderança ao longo do dia. Por volta das 14h, marca aquela que seria uma das reuniões mais importantes do dia, demarcando a ‘*entera propiedad del movimiento*’, segundo o especial. Após a morte de Allende, temendo que outro general o substitua, dirige-se de imediato à *Escuela Militar*, onde se reunirão os chefes da operação. A representação final daqueles militares, em momento de glória, encerramento do especial, retrata Pinochet separado dos demais personagens, já se tornando uma imagem proeminente frente aos demais. Segundo esta representação da Junta Militar, já podemos perceber em Pinochet uma imagem de imponência, preâmbulo do que se daria nos anos seguintes.

**Tudo sobre a ditadura militar: *Folha de S.Paulo* e os 50 anos do golpe**

Em 23 de março de 2014, o jornal *Folha de S.Paulo* publicou um caderno especial impresso intitulado ‘Tudo sobre a ditadura militar’. A experiência fazia parte da série ‘Tudo Sobre’, lançada em dezembro do ano anterior. O texto impresso traz infográficos, fotografias e textos de convidados especiais e repórteres. Além disso, uma página especial sobre a ditadura iria ao ar naquele dia, contendo uma versão ampliada do texto impresso. A versão expandida é composta pelos seguintes capítulos: Introdução, A crise, A ditadura, A economia, A abertura, O acerto de contas, E se... e Artigos. O especial foi publicado uma semana antes do aniversário do evento.

Assinada pelos jornalistas Ricardo Balthazar, Lucas Ferraz, Érica Fraga, Bernardo Mello Franco, Fabiano Maisonnave e Ricardo Mendonça, a narrativa parte da crise que teria embasado o golpe, centrando-se no desconforto que o período de regime ditatorial ainda traz aos brasileiros: após quase 30 anos de redemocratização, lembrar ainda é sinal de desconforto.

Se para exercermos o voto para presidente em 2014 foi necessária a redemocratização, os três principais presidentes estão amarrados, em suas raízes políticas, à ditadura, assim como os últimos dois presidentes do país: Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. O texto afirma que a participação dessas pessoas no poder é sinal de uma transição exitosa no país, no entanto que esta teria sido incapaz de pacificar as controvérsias em torno do golpe. Com estas palavras, admite-se que haveria o objetivo de pacificar, esquecer, acalmar, tudo aquilo que foi vivido entre as décadas de 1960 e 1980. A expectativa descrita vai de encontro, por exemplo, ao fato de os militares não terem sido punidos.

Ao tratar da ‘Crise’, especificamente, relata o caminho que levou Jango ao poder e, posteriormente, o fez sair dali. Uma galeria de fotografias mostra eventos que, na leitura do jornal, culminaram no golpe, como é o caso do comício pelas reformas de base, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março. Leva a entender que foi uma aliança com a esquerda que, selada, conduziu ao golpe. A narrativa descreve em detalhes o momento: “ao final de um discurso de 54 minutos, durante o qual tomou duas garrafas de água mineral e parou 35 vezes para enxugar o suor do rosto, ele havia selado sua aliança com a esquerda e ampliado o fosso que o separava das forças que conspiravam para derrubá-lo”<sup>16</sup>. Não podemos deixar de destacar que não há referência ao conteúdo da fala. Do outro lado, os conspiradores são uma ‘força’, não possuem um rosto, uma liderança.

O texto ainda apresenta, isoladamente, os personagens do golpe: Luiz Carlos Prestes, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro, San Tiago Dantas, Leonel Brizola, Amaury Kruehl, João Goulart, Humberto Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Golbery do Couto e Silva, Olympio Mourão Filho, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Lincoln Gordon, nesta ordem. Eles se encontram agrupados de forma que à direita de João Goulart se encontram os conspiradores e, à esquerda, os aliados,

16 FOLHA DE S.PAULO. O golpe e a ditadura militar. Captado em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

podendo ser possível traçar uma correlação com a opção política de cada um deles, mantendo o presidente em uma posição de ‘indefinição’.

Sobre as guerrilhas, ao mesmo tempo em que Daniel Aarão Reis relata um dos pontos fracos da atuação, não ter consultado a população, Lício Maciel, militar, demonstra frieza: “Eu matei, matei. Eu combati, acho que não errei porque eu era bom atirador pra caramba. Acho que... Quantos eu matei? Pra mim é irrelevante”<sup>17</sup>. As afirmações do personagem demonstram o desprezo pelo outro, reclamando para si a responsabilidade pela manutenção da ordem, não havendo constrangimento social ou penal em afirmar isto: está protegido para dar sua opinião.

Mesmo tendo sido, na época, um dos personagens da trama ditatorial, a *Folha* se exime de qualquer citação, direta, ao jornalismo e aos jornalistas. A única ocasião em que o texto trata do assunto é quando aborda a morte de Vladimir Herzog. Ainda assim, o fato é colocado em meio a outros do mesmo período, o primeiro dos três momentos decisivos do enfrentamento entre Geisel e a linha dura.

A única crítica ao posicionamento da mídia durante a ditadura está presente na sessão ‘Artigos’, em texto assinado por Oscar Pilgallo, sobre o apoio dado pela imprensa ao golpe. Logo após ressaltar o papel do *Estado de S. Paulo* e dos *Diários Associados*, a narrativa ostenta uma *Folha* de papel periférico, dado seu ‘limitado peso editorial na época’: “Alguns jornais, como a *Folha*, acatavam as orientações dos censores, comunicadas por telex ou telefone, praticando a autocensura”. Segundo a construção, que participa de uma luta pela reconstrução da memória do veículo, temos no jornal um dos principais personagens da retomada à democracia.

Como é sabido, e destaca Kushnir, “como outros jornais, os do grupo [Folha] também apoiaram as mobilizações e os acontecimentos que culminaram na ação de 31 de março/1º de abril de 1964”<sup>18</sup>, numa posição um tanto menos periférica do que faz entender o especial. Além disso, destaca-se na história da empresa o papel desempenhado pelo jornal *Folha da Tarde*: antes da publicação do AI-5, um jornal com tendência à esquerda, combativo; em 1969, passa a uma posição de colaboracionismo com o governo. Pesam sobre o grupo as acusações de se terem transformado em porta-vozes e cúmplices do governo.

### **Os golpes revisitados, a construção das memórias da ditadura e algumas considerações finais**

Os três veículos midiáticos cujos especiais foram analisados estão entre os mais importantes, em tiragem e público leitor, dos seus respectivos países. Os três também eram publicados regularmente no período que antecedeu os golpes militares, tendo como público leitor prioritário a classe média urbana. Neles observamos igualmente a tentativa de criar uma narrativa com pretensão de verdade, não questionando os fatos narrados, apresentando narrativas baseadas em apuração e testemunho.

17 MACIEL apud FOLHA DE S.PAULO. O golpe e a ditadura militar. Captado em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

18 KUSHNIR. *Cães de guarda*, p. 220.

*La Tercera* centra sua narrativa nos militares que encabeçaram o golpe e em Salvador Allende, criando um cenário no qual o presidente se encontra claramente acuado pela força dos demais personagens. No caso da *Folha de S.Paulo*, há a apresentação de um escopo maior de personagens, descrevendo um ambiente complexo, de apoio civil ao golpe e mesmo de um quadro multifacetado dos aliados de João Goulart. No *Clarín*, diferentemente, não é possível encontrar uma listagem explícita dos personagens do golpe: os próprios entrevistados se tornam personagens centrais, ao trazerem para a narrativa a descrição de acontecimentos vividos.

O papel do próprio jornal, contudo, não pode ser acessado em nenhum dos especiais, apontando para uma tentativa de leitura do passado que isenta os veículos de terem apoiado qualquer tipo de ação do governo. A *Folha de S.Paulo*, optando por eximir jornais e jornalistas do plano social que culminou no golpe, acaba por não fazer nenhuma menção à imprensa no corpo principal da narrativa, onde descreve os acontecimentos. Levando para a última parte do especial, ameniza o papel do veículo e do grupo, na tentativa de modificar a leitura que, encoberta pelo tempo, poderia ser feita do jornal como cúmplice: ao contrário, na versão construída pelo jornal, foi uma das defensoras da democracia.

Se no jornal brasileiro há a tentativa de modificar a memória acerca da atuação do veículo, *Clarín* põe seus jornalistas como narradores e usa reproduções de capas de jornal como elementos ilustrativos, optando por utilizar poucas capas próprias. Há aqui o que podemos ler como uma tentativa de esquecimento do apoio que, porventura, poderia vir a surgir por meio da interpretação do leitor. *La Tercera*, por sua vez, omite o papel da imprensa, ao mesmo tempo em que utiliza fotografias e gravações que circularam em veículos de comunicação.

Como podemos perceber pela leitura dos especiais, as batalhas pela memória se dão no cotidiano, entre os personagens que possuam qualquer tipo de interesse em determinadas formas de ler o mundo. Os jornais, beneficiados pelo distanciamento do tempo, pensam e publicam narrativas que se pretendem detentoras da realidade, mas nas quais se permitem omitir o próprio papel na trama social. Se à época os eventos foram tomados pela imprensa como opção para salvaguarda do país contra a esquerda, o comunismo, os jornais não mais se permitem, hoje, negar o autoritarismo dos governos e as investidas contra os direitos humanos. Todos os especiais trataram, de alguma forma, das perdas humanas dos opositores dos regimes.

Consideramos que os especiais lançados fazem parte de uma trama maior, de retomada destes acontecimentos dolorosos e autoritários, ao mesmo tempo em que estão ligados ao momento político: no caso chileno, uma tentativa dos jovens de se reaproximarem de memórias mal trabalhadas; no Brasil, um contexto político que criava uma Comissão da Verdade para retomar os embates silenciados pela anistia; na Argentina, o governo de Néstor Kirchner era o primeiro a pedir perdão pela forma como o Estado lidou com a memória dos desaparecidos durante 20 anos de redemocratização, abrindo espaço para novas ações. Os especiais, portanto, se inserem em um momento de fértil reconstrução das memórias das ditaduras, ao mesmo tempo em que buscam consolidar o lugar dos próprios veículos enquanto defensores da democracia e da liberdade.

## Identidades Impressas: “Norte de Goyaz” e a construção da Tocantinidade

**Wedster Felipe Martins Sabino**  
Graduando em História – UFT  
wedster.sabino@mail.uft.edu.br

**Maycon Dougllas Vieira dos Santos**  
Graduando em História - UFT  
mdougllas0@gmail.com

**Prof. Dr. Radamés Nunes Vieira**  
Orientador – UFT  
radamesnunes@mail.uft.edu.br

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo propor análises sobre a importância do periódico *Norte de Goyaz* na construção identitária tocantinense, bem como sua posição frente aos primeiros debates separatistas que ocorreram na região norte de Goiás de outrora, Estado do Tocantins de agora, nas primeiras décadas do século XX. O periódico *Norte de Goyaz*, fundado em 1905, no município de Porto Nacional, evidencia a proeminência da cidade sobre a região em construção. Esse quinzenário, criado e dirigido pelo líder local Francisco Ayres da Silva, declaradamente contrário a emancipação da então região norte do estado goiano, se professava como defensor ferrenho dos interesses da população nortense. Pretende-se então demonstrar como, mesmo sem intenção, os números do jornal contribuíram para formar, consolidar e legitimar os discursos dos movimentos separatistas, bem como na criação da identidade tocantinense no imaginário da população. A partir das análises do periódico portuense, da revisão da historiografia tocantinense, da história da imprensa no Brasil e da história do pensamento social brasileiro intenta-se identificar como esse processo se articula com as tentativas de construção da nação, uma e indivisível, que influenciaram os debates sobre a construção da região e identidade nortense.

**Palavras chave:** Norte de Goyaz, imprensa, história do Tocantins, identidade.

### Introdução

Propor um estudo acerca das identidades regionais é bastante complexo nos dias de hoje, sobretudo, porque o próprio conceito de regionalidade vem, ora sendo recolocado em outros patamares, ora ficando em segundo plano em detrimento de uma possível cultura global vigente.

Diante deste desafio, tentaremos tecer como se deu a construção da identidade tocantinense por meio dos discursos separatistas proferidos ao longo do século XX. O periódico

“Norte de Goyaz” será aqui utilizado como objeto de estudo e fonte de análise. O quinzenário era dirigido pelo médico e deputado federal Francisco Ayres da Silva que, embora fosse veementemente contra a separação do território, era um ávido defensor do desenvolvimento econômico da região.

O intuito deste trabalho então será demonstrar as razões políticas que levaram Francisco Ayres a não aderir à separação e criação do estado do Tocantins, bem como analisar como os seus enunciados se relacionavam com os discursos de isolamento da região e o sentimento de abandono por parte do governo federal utilizados pelos movimentos separatistas da década de 50.

Ao realizar uma pesquisa sobre as questões voltadas à construção de uma “tocantini-idade”, é possível encontrar um enorme acervo de artigos e teses que demonstram como se deu essa construção. Porém, grande parte destas obras pouco utiliza a imprensa como fonte de pesquisa, e quando a utiliza se voltam mais para o jornal “Folha do Norte” do que para o “Norte de Goyaz”.

Os mais diversos trabalhos sobre o tema da identidade tocantinense trazem à tona os discursos feitos nas câmaras municipais, estaduais e no Congresso federal sem trazer como esses discursos estavam sendo noticiados na imprensa local. E a preferência pela “Folha do Norte” se dá provavelmente pela posição que Francisco Ayres tinha acerca da separação territorial do Tocantins. Eis a razão pela qual foi utilizado para este estudo o “Norte de Goyaz”, devido esta fonte documental ter sido até hoje colocada em segundo plano na historiografia tocantinense.

Será proposto neste artigo, dissertar a “retomada” de alguns discursos de isolamento, abandono e desenvolvimento regional que foram amplamente utilizados pelos movimentos separatistas, bem como apontar as contribuições do “Norte de Goyaz” para a legitimação dos respectivos discursos.

### **Uma breve história do “Norte de Goyaz”.**

O periódico “Norte de Goyaz” foi fundado no ano de 1905 pelo líder local Dr. Francisco Ayres da Silva, que teve ajuda de sua família, sobretudo de seu irmão João Ayres Joca. Não há conhecimento sobre a aquisição e a compra da Typographia Nortense, porém, o cabeçalho do primeiro número possuía as seguintes informações: propriedade “viúva Ayres e filhos”, era quinzenário e publicado na cidade de Porto Nacional.



## Imagem 1

## Cabeçalho do primeiro número do periódico Norte de Goyaz.



Fonte: Príncipe (2016)

É bem conhecido o fato de que a imprensa chegou ao Brasil (de forma oficial) somente com a vinda da família real para o país em 1808, e já naquela época, o papel da imprensa tinha um forte cunho político, noticiando todos os acontecimentos que envolviam os embates governamentais. E, apesar das profundas mudanças que ocorreram nas vias impressas brasileiras durante o final do século XIX e início do XX, os periódicos ainda possuíam esse forte papel. E não era muito diferente do caso do “Norte de Goyaz”. Segundo Radamés Nunes Vieira:

Durante décadas esse periódico circulou no Norte de Goiás, construindo e defendendo projetos políticos, projetos de/para cidade e região Norte, criando demandas e noções de progresso, civilização e modernidade, buscando a adesão de todo o estado, sobretudo dos chamados nortistas<sup>1</sup>.

Para fins de recorte temporal, o foco será nas primeiras décadas do século XX, deixando para outra oportunidade os fatos ocorridos com o “Norte de Goyaz” dos anos 50 em diante. Em 1925, o jornal teve sua primeira interrupção com a passagem da famosa Coluna Prestes na cidade, destruindo a tipografia. Em 1937, muitos periódicos em sinal de protesto vinham com páginas em branco, denunciando as inquietações acerca da censura que toda a imprensa sofria por conta da instauração do Estado Novo.

Por esses e outros acontecimentos é que se percebe a devida importância política que o “Norte de Goyaz” tinha para seu tempo. Esse jornal traz “evidências significativas dos anseios, interesses, desejos, sensações, expectativas, projetos, utopias, frustrações e outros aspectos não apenas da vida de Francisco Ayres, mas de seu tempo”<sup>2</sup>.

1 VIEIRA, Radamés Nunes. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir: porto nacional e a modernização no Norte de Goyaz**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2016.

2 VIEIRA, Radamés Nunes. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir: porto nacional e a modernização no Norte de Goyaz**. p. 244.

E justamente por trazer nos periódicos esses “desejos, frustrações”, que se encontram páginas carregadas de relatos que falam do sentimento de abandono e isolamento por parte do governo brasileiro. Luciana Reis Macedo e Verônica Dantas Meneses defendem a ideia de que:

Embora o dono do Norte de Goyaz, pertencesse à classe dominante, o jornal estava localizado e falava sobre o norte de Goiás. O lugar de fala do jornal era o interior do Brasil, era um lugar que não fazia parte dos discursos hegemônicos, um lugar esquecido para a maioria dos brasileiros<sup>3</sup>.

### Imagem 2 Antiga Casa de Serviço e Entrega de Porto Nacional



Fonte: Turismo no Tocantins (2018)

Os discursos separatistas irão utilizar como pilar a ideia de que essa região se tornará mais desenvolvida e menos abandonada quando a mesma se tornar um novo território, mas isso será tratado mais adiante. O importante agora é ter a ciência de que, embora o Dr. Francisco Ayres fosse contrário à separação, ele não deixava de comungar com a ideia de abandono por parte do governo e com o ímpeto de trazer o desenvolvimento para esta região.

### Contrário à separação, mas a favor do desenvolvimento: Francisco Ayres e o “Norte de Goyaz”.

Os primeiros anos do século XX já evidenciavam por meio da imprensa local indícios das intenções autonomistas do Norte Goiano. Imprensa essa que é a “Folha do Norte”, e o “Norte de

3 MACEDO, Luciana Reis. Jornalismo e militância no Tocantins: O jornal Norte de Goyaz e a criação do Estado do Tocantins. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015, p. 1-15.

Goyaz”, ambas localizadas na cidade de Porto Nacional. A “Folha do Norte” trazia em seus artigos a situação de abandono por conta da política que inviabilizava maiores recursos para a região. Se tratando do “Norte de Goyaz”, Francisco Ayres da Silva deixava claro sua posição contra a divisão do Estado. Ele argumentava que “a separação naquele momento era inviável, posto que a região não dispunha de infraestrutura que viabilizasse sua auto sustentação”<sup>4</sup>.

Francisco Ayres foi um dos únicos políticos da região Norte Goiana que se manteve em constante representação na Câmara Federal, o que contribuía para a manutenção do acordo oligárquico com o Centro-Sul. Uma vez que ocorresse a criação do Estado do Tocantins, arriscaria um possível fim desse “arranjo democrático”. Ainda segundo Cavalcante:

Nesse sentido, para a representação política local, a divisão era inoportuna, dadas as dificuldades de se viabilizar a auto sustentação econômica da região, arriscando-se a um isolamento ainda maior, caso adquirisse autonomia. Ademais, aquele era um momento em que o Norte goiano se fazia representar, pela primeira vez, por um deputado federal, eleito na região, e que se articulava com a oligarquia caiadista instalada no Centro-Sul<sup>5</sup>.

### Imagem 3

O deputado Francisco Ayres ao lado de amigos em sua fase política.



Fonte: Princípio (2016)

4 CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Edusp, 2003.

5 CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. p. 63

Em contrapartida, o deputado diversas vezes propusera projetos de integração do Norte com o Centro-Sul por meio da abertura de estradas, visando o desenvolvimento regional nortista. Suas ideias acerca do desenvolvimento e o descaso do poder público eram escancarados em seus impressos:

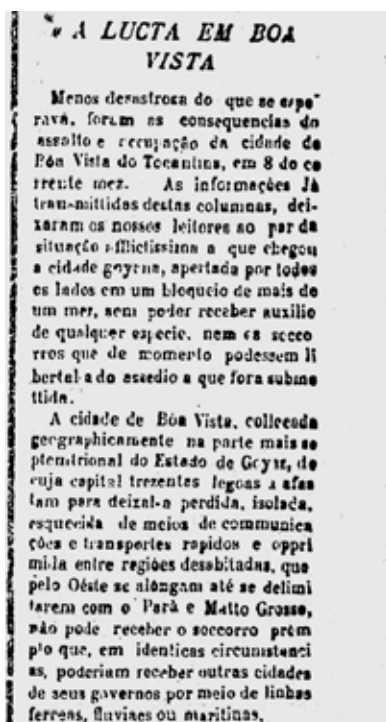
Entretanto, podemos verificar que os editoriais mostram que Francisco Ayres tinha um claro compromisso com o norte de Goiás. Ele era da região, e, como médico, voltou para Porto e fundou o jornal. Só depois entrou na política. Esta sua trajetória, galgando a visibilidade política, talvez justifique que seus editoriais não defendiam claramente a fragmentação do Goiás, embora deixasse claro o desequilíbrio desenvolvimentista e o descaso do poder público com o nortense<sup>6</sup>.

Já no início do século, em 1908, Ayres estampa em seu periódico a situação que a cidade de Boa Vista do Tocantins estava passando devido a uma onda de assaltos e ocupação que ocorreram no mês de abril.

“A cidade de Boa Vista, collocada geograficamente na parte mais septentrional do Estado de Goyaz, de cuja a capital trezentas léguas a afastam para deixal-a perdida, isolada, esquecida de meios de comunicações e transportes rapidos e oprimida entre regiões desabitadas, que pelo Oeste se alongam até se delimitarem com o Pará e Matto Grosso, não pode receber o socorro [visto que], em identicas circunstâncias, poderiam receber outras cidades de seus governos por meio de linhas ferreas, fluviaes, ou maritimas.”

#### Imagem 4

#### Trecho do periódico que noticia o caso de Boa Vista do Tocantins, no mês de abril de 1908.



Fonte: Biblioteca Nacional.

6 MACEDO, Luciana Reis. Jornalismo e militância no Tocantins: O jornal Norte de Goyaz e a criação do Estado do Tocantins. p. 09

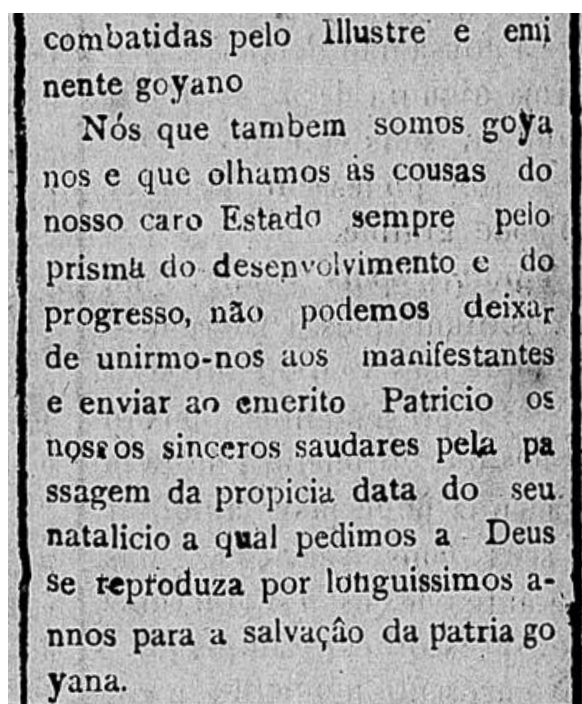
Faz-se importante notar que a cidade leva o nome de “Tocantins” e não de “Goiás”. Não cabe aqui estabelecer qual a importância política que há na nomenclatura de um município. Porém, essa questão é difícil de ser despercebida. Embora não haja movimentos separatistas já fortalecidos nessa época, inúmeras cidades da região norte de Goiás haviam adotado o nome Tocantins. Influência do grande rio, que tem papel importante em toda região, e que viria se tornar um dos símbolos do estado. Outro ponto interessante a ser salientado são as palavras que Francisco Ayres utiliza para falar a respeito da cidade, que é um local “afastado”, “isolado”, “perdido”.

No entanto, são diversas vezes que Ayres profere palavras de apego à região de Goiás. Seus discursos são carregados de sentimentos patrióticos, o que nos leva a concluir que o Dr. Francisco Ayres além de ser um ávido defensor da região nortense, era solícito para com os feitos do governo goiano:

“Nós que também somos goyanos e que olhamos as cousas do nosso caro Estado sempre pelo prisma do desenvolvimento e do progresso, não podemos deixar de unirmos-nos aos manifestantes e enviar ao emérito Patricio os nossos sinceros saudares pela passagem da propicia data do seu natalicio a qual pedimos a Deus se reproduza por longuíssimos annos para a salvação da patria goyanna.”

#### Imagem 5

Trecho do periódico que noticia a passagem do  
Cel. Eugênio Jardim, no mês de outubro de 1911.



Fonte: Biblioteca nacional.

Seria anacronismo de nossa parte acreditar que Ayres era contraditório em suas atitudes políticas. Devido ao cargo que ocupava, era de costume ter inúmeros discursos, e que dependendo a quem falar, esse discurso seria proferido sob uma outra perspectiva. Talvez isso nos faça compreender porque o deputado Ayres ora se dizia contra à separação, ora se fazia defensor ferrenho

da região norte goiana. Sem falar do acordo oligárquico que precisava ser mantido com os Caiado para uma harmoniosa convivência entre as regiões sul e norte.

O inegável é que, mesmo sendo integralmente contra a criação de um novo Estado, Ayres não deixava de enunciar o sentimento coletivo da sociedade nortense, como uma região isolada, esquecida e que grande parte dos discursos separatistas trouxeram à tona nos anos 50.

### Os movimentos separatistas e o advento da Tocantinidade.

Não cabe aqui dissertar uma história dos movimentos separatistas do Tocantins. Intenta-se apenas trazer algumas ideias defendidas por meio de seus discursos em diferentes momentos. O discurso autonomista do norte goiano se fortaleceu por conta das diretrizes do governo federal que visavam a ocupação do interior do país:

Esses projetos configuram como promissores nas falas dos nortenses, que recriaram o discurso autonomista do norte goiano, fortalecidas pelas diretrizes políticas do Governo Federal, as quais eram voltadas para a ocupação dos espaços vazios interioranos, inclusive no Estado de Goiás<sup>7</sup>.

#### Imagem 6

#### Movimento separatista do Tocantins em 1956.



Fonte: O discurso autonomista do Tocantins (2003)

7 RODRIGUES, Jean Carlos. “O tocantinense não é goiano”: a identidade regional e a criação do estado do Tocantins. *Espaço & Geografia*. Araguaína, v. 15, n. 2, p. 475-490, 2012.



Esses discursos possuíam o curioso papel de formar a identidade tocantinense. Através destes, é possível elencar determinadas características que são próprias do Estado do Tocantins. As lideranças do Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins (1956) diziam que esta região possuía grande potencial para economia agrária, o que ainda hoje é latente no território.

Os enunciados desse movimento eram inflados de ideias como “abandono”, um “território esquecido pelas autoridades governamentais”, um “povo isolado”. Tudo isso contribuiu para se construir a identidade tocantinense. Rodrigues diz que “as identidades regionais, enquanto instrumentos legitimadores produzem realidades a partir da exploração da diferença referendada no discurso e do pertencimento regional”<sup>8</sup>.

Como essa identidade no seu período de nascedouro estava sendo noticiada através dos impressos locais? Como já foi citado anteriormente, Francisco Ayres não era a favor da emancipação nortense, mas não deixava de defender sua região, por ser portuense, bem como anunciava sua insatisfação com o descaso do poder público sobre este território. Ou seja, o discurso autonomista do ano de 1956 retomou e trouxe à luz todos esses pontos que já estavam nas vias impressas locais.

### Imagem 7

**Acervo Particular Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional, 1956.**



Fonte: O discurso autonomista do Tocantins (2003)

8 RODRIGUES, Jean Carlos. “O tocantinense não é goiano”: a identidade regional e a criação do estado do Tocantins. p. 476

### Considerações Finais.

É possível traçar alguma relação entre o “Norte de Goyaz” e os movimentos separatistas de 1956? Diretamente não. O próprio dono do periódico era contrário a esse movimento. Porém, sob um olhar atento, é plausível a relação entre as ideias defendidas por ambos, isto porque, em primeiro lugar, tanto o Movimento Pró-Criação do Tocantins quanto “Norte de Goyaz” são frutos do mesmo tempo histórico, e, portanto, vivenciam as mesmas problemáticas. E esse “vivenciamento” pode ser vislumbrado por meio do impresso local tanto quanto por vias dos discursos emancipacionistas.

A identidade tocantinense foi, como qualquer outra, formada, e, sobretudo, planejada. Visto que, não era suficiente separar o Tocantins de Goiás somente de maneira territorial. Fazia-se necessário formular elementos comuns que pudessem dizer respeito desta região recém-criada. O “Norte de Goyaz” acompanha todos esses processos, estampando em seus impressos, mesmo não sendo a favor, desta identidade que foi formada sob o discurso do abandono e do isolamento, e de que ao se tornar o Tocantins, traria o desenvolvimento tão esperado por Francisco Ayres da Silva quanto por todos os nortenses de outrora, tocantinenses de agora.

# A exploração da imagem na interface público/privado: um estudo do aplicativo *Snapchat*

Afonso Ribas Moreira<sup>1</sup>  
afonsoribass@gmail.com

Victória Lôbo<sup>2</sup>  
vliabff@gmail.com

## Resumo

O presente artigo tem como finalidade analisar o modo como se estrutura o aplicativo *Snapchat*, assim como o conteúdo nele veiculado, considerando as mudanças nas configurações da interface público/privado decorrentes das novas plataformas de interação social. Se comparado a outras redes sociais, a exposição da imagem e da intimidade nesse aplicativo ocorre com maior intensidade. As postagens em tempo real se assemelham a um *reality show*. Com base em trabalhos de André Lemos (2006), Pierre Lévy (1999), Fernanda Bruno (2004), Dominique Wolton (2012) e Stuart Hall (2006), discutimos o quanto a adaptação às tecnologias móveis afeta as relações pessoais e banaliza a esfera do íntimo. Para entendermos como se dá essa exposição e conhecermos os seus efeitos, foi feito um formulário com algumas perguntas relacionadas ao uso do *Snapchat* e, para completar o estudo, a observação de alguns perfis e da própria estrutura do aplicativo. Foi possível perceber que, ao estar condicionado ao movimento de expansão da cibercultura móvel, o *Snapchat* intensifica a visibilidade empregada ao foro íntimo e privado, que já acontecia em outras redes sociais.

**Palavras-chave:** Foro íntimo, interface público/privado, redes sociais, *Snapchat*.

## Introdução

A ascensão dos *smartphones* ocasionou uma verdadeira mobilidade comunicacional<sup>3</sup>. A informação não está mais presa a telas fixas e as redes sociais se adaptaram às plataformas *Android* e *IOS*. Se as telas dos computadores já desterritorializavam os processos de comunicação, o uso da telefonia móvel e da internet sem fio engrandeceu essa escala.

1 Graduando do Curso de Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

2 Graduanda do II Semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

3 LEMOS, André. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 15. Unesp, Bauru, SP, 2006. *Anais*. Disponível em: <www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/territorio.pdf> Acesso: 22 set 2015.

As redes sociais modificaram as formas de interação social e aumentaram a necessidade que o indivíduo tem de se tornar visível. Com isso, a visibilidade deixou de se restringir apenas a celebridades e se estendeu ao cidadão comum na sociedade. Nessa discussão, surge a questão da banalização do íntimo e o distanciamento dos valores do homem moderno<sup>4</sup>, um processo que vem se desenvolvendo desde o *Windows Live Messenger*, em que a exploração da imagem se dava via webcam, até o atual *Instagram*. “O foro íntimo deixa de ser experimentado como o refúgio mais autêntico e secreto para se tornar uma matéria artificialmente assistida e produzida na presença explicitado do olhar do outro”<sup>5</sup>.

É possível pensar, então, nesse sentido, a relação entre o público e o privado nessas plataformas, ou seja, entre aquilo que o indivíduo veicula por meio das redes sociais e aquilo que se restringe ao seu âmbito particular. Porém, percebe-se claramente que essas questões têm ficado obsoletas, já que na era da informação e das novas configurações da comunicação cabe aos valores individuais (e não mais aos coletivos) decidirem o que deve ou não ser tornado público.

A era da conexão é a era da mobilidade. A internet sem fio, os objetos sencientes e a telefonia celular de última geração trazem novas questões em relação ao espaço público e espaço privado, como a privatização do espaço público (onde estamos quando nos conectamos à internet em uma praça ou quando falamos no celular em meio à multidão das ruas?), a privacidade (cada vez mais deixaremos rastros dos nossos percursos pelo cotidiano), a relação social em grupo com as *smartmobs*, etc.<sup>6</sup>

Contudo, como fica a imagem em tempos de cibercultura? Será que as pessoas pensam criticamente sobre o que estão tornando público? O que o Outro constrói a partir do que é postado? Será que, realmente, tudo é lícito na infoera? E o nosso “eu” é o conteúdo que postamos ou o que deixamos de viver para publicá-lo?

Por isso, pensar e discutir como o que tornamos público se reflete em nosso dia-a-dia e como se alterou o conceito da esfera privada com o advento das redes sociais. Usaremos o *Snapchat* como objeto de análise e instrumento de comprovação da ressignificação das interações sociais com as novas tecnologias.

### Novas plataformas de interação social: adaptação aos smartphones

O amplo desenvolvimento dos meios de comunicação, em geral, na pós-modernidade<sup>7</sup>, ocasionou modificações nos comportamentos do indivíduo, não apenas no âmbito físico, mas, si-

4 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio De Janeiro: DP&A, 2006.

5 BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, vol. 11, nº 24, p. 110-124, 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3271>>. Acesso: 21 set 2015.

6 LEMOS. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura, p. 4.

7 HALL. *A identidade cultural na pós-modernidade*.

milarmente, no ciberespaço. Dessa forma, a interação social ganha novas interfaces e assume uma nova dinâmica: a virtual. Segundo Wolton<sup>8</sup>, três palavras são essenciais para compreender o sucesso das novas tecnologias: autonomia, domínio e velocidade. O autor explica que, nesse novo espaço social cada um pode agir, sem intermediário, quando bem quiser, sem filtro nem hierarquia e, ainda mais, em tempo real. Isso, por fim, gera um sentimento de liberdade absoluta, até mesmo de poder, o que justifica muito bem a expressão “surfando na Internet”.

Em decorrência dessas novas configurações tecnológicas, novas plataformas digitais surgem e se desenvolvem. Assim, o ser humano, no desdobramento de sua evolução, adapta-se ao novo meio imposto para suprir suas novas vontades/necessidades advindas com o ciberespaço. “A revolução da comunicação engloba tudo por onde passa, integrando cada vez mais serviços, abrindo possibilidades de interação em todas as direções”<sup>9</sup>. Junto a isso, serviços e possibilidades andam de mãos dadas desde a manifestação das novas tecnologias e, sobretudo, das redes digitais. Lévy<sup>10</sup> teoriza estes fundamentos:

Indiretamente, o desenvolvimento das redes digitais interativas favorece outros movimentos de virtualização que o da informação propriamente dita. Assim, a comunicação continua, com o digital, um movimento de virtualização iniciado há muito tempo pelas técnicas mais antigas, como a escrita, a gravação de som e imagem, o rádio, a televisão e o telefone. O ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (telecomunicação, telepresença) e da coincidência de tempos (comunicação assíncrona).

Em vista disso, os atores sociais parecem ser induzidos a acostumar-se a esse encadeamento de progressões digitais, adequando os seus costumes às novas formas de interações. Com o celular, indivíduo passa a reconfigurar seu cotidiano, seus modos de ser e de agir em função das novas tecnologias comunicacionais.

Esses apontamentos acima tratam de elementos encontrados nos *smartphones*, dispositivo amplamente utilizado na atualidade que, assim como foi o computador de mesa, rapidamente ocupou os cenários habituais, como já era previsto por Lemos<sup>11</sup>, para ele, telefone, telégrafo, rádio foram os primeiros instrumentos midiáticos a proporcionar uma mobilidade comunicacional efetiva, antes possível apenas de forma imaginária. As tecnologias digitais sem fio vão potencializar esse sonho de mobilidade, instaurando uma inédita mobilidade informacional mundial.

A ampla interatividade nos meios tecnológicos, especialmente no que condiz ao uso dos smartphones, designa uma atividade sempre versátil, em que o usuário, ao mesmo tempo que é emissor, torna-se também receptor. “O termo ‘interatividade’ em geral ressalta a participação ativa

8 WOLTON, Dominique. *Internet, e depois?* Uma teoria crítica das novas mídias. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. Coleção Cibercultura, 229 p.

9 WOLTON. *Internet, e depois?*, p. 94.

10 LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 1999. Coleção Trans, 272 p.

11 LEMOS. *Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura*, p.10.

do beneficiário de uma transação de informação. De fato, seria trivial mostrar que um receptor de informação, a menos que esteja morto, nunca é passivo”<sup>12</sup>.

O grande reflexo da tecnologia móvel moderna é a exploração da imagem pessoal, que se integra por fotografias e vídeos e faz com que a confiabilidade entre uma pessoa e outra consista no contato recíproco entre ambos. Assim, como aponta Lévy, a comunicação por mundos virtuais implica, na mensagem, tanto a imagem da pessoa como a da situação, que são, quase sempre, aquilo que está em jogo na comunicação.

Esse jogo destaca-se também pela possibilidade que o dispositivo móvel oferece para os usuários que desejam entrar em contato com pessoas de lugares distantes. Esse "encurtamento" do espaço físico, em ligação com o ciberespaço, torna o *smartphone* um mecanismo ímpar, se comparado ao computador, principalmente pelo fato de que, mesmo ambos possuindo habilidades e funções similares, o *smartphone* é compacto e de fácil utilidade, tornando-o a preferência das pessoas.

### Entre o público e o privado: a exploração da imagem e do íntimo nas redes sociais

As novas configurações tecnológicas condicionaram novas dinâmicas para a vida social. Assim, a compreensão sobre como se formam e como acontecem as interações nos novos dispositivos comunicacionais se torna importante, pois, mais do que apenas se relacionar, os indivíduos imersos no mundo virtual estão hoje em busca do olhar do Outro. De acordo com Bruno<sup>13</sup>, há uma aparente necessidade de se mostrar, de apresentar uma “imagem de si” ao olho público.

Nesse novo contexto tecnológico, o usuário aloca seu cotidiano, sua vida íntima e seus modos de ser para o ciberespaço, explorando sua imagem de modo a transformar o seu “estar no mundo” em um verdadeiro *reality show* virtual. Isso, de certo modo, está relacionado ao que Wolton<sup>14</sup> aponta como a onipresença da tecnologia em todos os atos da vida cotidiana. Para o autor, a partir do momento em que a tecnologia adentra o escritório, a casa, as fontes de lazer e demais atividades do indivíduo, a banalização daí resultante é tranquilizadora. Para o usuário, mais valerá tirar proveito dessas novas possibilidades, visto que a tecnologia é cada vez mais sedutora, barata e performática.

É neste contexto e diante deste olhar regido pelo ideal de ego que os meios de comunicação se tornam um lugar privilegiado de exposição da vida privada. Ou ainda, numa cultura regida pelo ideal de ego, a vida privada se volta para fora, em busca de um olhar que a reconheça e ateste a sua visibilidade. Intimidade e visibilidade se encontram intimamente atreladas e amplamente expandidas. As bordas do visível expandem-se tanto no que concerne ao que é digno de nota e visibilidade – ser visto não é mais privilégio dos seres e feitos extraordinários e estende-se ao mediano e ao comum a todos – quanto ao que é passível de ser

12 LÉVY. *Cibercultura*, p. 51.

13 BRUNO. *Máquinas de ver, modos de ser*.

14 WOLTON. *Internet e depois?*



exposto a outrem – a intimidade sai dos recantos da vida privada para tornar-se matéria privilegiada de exposição pública<sup>15</sup>.

Nas redes sociais, sobretudo, isso ocorre continuamente. Nelas, a ideia de “chamar atenção para si” se torna muito mais fácil e, como explica Wolton (2012), a felicidade individual e coletiva passa a ser identificada de acordo à capacidade de estar “plugado” e “multiconectado”.

O advento da mobilidade e o conseqüente desenvolvimento dos smartphones impulsionou todo esse processo, permitindo que a dinâmica virtual da exposição acompanhe o indivíduo, praticamente, em qualquer hora e em qualquer lugar. Tudo isso resulta no rompimento das fronteiras entre o público e o privado. Com as redes sociais, passa a se enxergar uma penetração mais intensa da esfera privada na cena pública. Mas, antes de entender melhor essa relação, é preciso delimitar quais noções estão sendo atribuídas ao que é público e ao que é privado no contexto apresentado anteriormente.

Ao longo do tempo, a dicotomia público/privado serviu para expressar diversos significados nos mais diferentes âmbitos, sejam culturais, sociais, econômicos, políticos, etc. Por vezes, confundem-se os conceitos de privacidade e intimidade ou não são estabelecidas relações adequadas entre eles e o âmbito público. Para situar a discussão proposta por esse trabalho, escolhemos os conceitos apresentados por João Pissarra Esteves (2011)<sup>16</sup>. Os sentidos atribuídos pelo autor estão mais próximos da concepção atual dos termos:

Público neste sentido é o que é visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos ou muitos vejam ou ouçam. Privado é, ao contrário, o que se esconde da vista dos outros, o que é dito ou feito em privacidade ou segredo ou entre um círculo restrito de pessoas. Nesse sentido, a dicotomia tem a ver com publicidade versus privacidade, com abertura versus segredo, com visibilidade versus invisibilidade.

O embaralhamento entre os sentidos atribuídos ao que é público e ao que é privado no âmbito das redes sociais está justamente ligado a um fenômeno inerente às discussões acerca desses conceitos: a publicitação do privado. “É como se o princípio de visibilidade, que já se sobrepôs ao princípio de realidade no âmbito mais amplo da cena pública, se estendesse às vidas e existências privadas, que passam a requerer a visibilidade como uma espécie de direito ou condição almejada de legitimação e reconhecimento.”<sup>17</sup>

A problemática central estabelecida a partir disso é que as redes sociais apresentam múltiplas interfaces. Essas, por sua vez, implicarão em dizer se a exposição do indivíduo assume caráter privado ou público. Em redes como o *Facebook* e o *Instagram*, por exemplo, o usuário tem dispo-

15 BRUNO. *Máquinas de ver, modos de ser*, p. 63.

16 ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

17 BRUNO, FERNANDA. Quem está olhando? Variações do público e do privado em weblogs, fotologs e reality shows. **Contemporânea**, vol. 3, nº 2, p 53 – 70. jul/dez, 2005. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/download/3461/256>> Acesso: 21 set 2015.

nível a página inicial, onde pode postar fotos e vídeos para o seu conjunto de amigos virtuais ou até mesmo para o público em geral, mas também tem acesso a *chats* privados em que as conversas ou arquivos de mídia que deseja compartilhar se restringirão apenas ao indivíduo com quem ele escolhe interagir.

O cenário das atuações privadas é necessariamente observável, porque as atuações que aí tem lugar, embora feitas a sós, são atuações exteriorizadas. No entanto, o sujeito e aquele que partilha com ele um cenário privado protegem-se da observação alheia, de qualquer interferência estranha que possa ameaçar sua privacidade. O cenário público se dispõe de tal forma que as atuações são necessariamente observáveis. O público é expressamente exteriorizado e exteriorizável; o privado, exteriorizado, mas expressamente oculto, íntimo e invisível<sup>18</sup>.

Desse modo, a exposição do íntimo, que já era aparente no âmbito público da rede, passa a ser mais explorada pelos usuários, visto que eles se sentem livres (protegidos/seguros) para mostrar o que quiserem (e para quem quiserem) em uma interface privada que está ali, fácil e acessível. “O espaço interior da vida privada vai simultaneamente se individualizando e se complexificando, ganhando ‘regiões’ ao mesmo tempo mais íntimas e secretas”<sup>19</sup>.

Nesse sentido, a exploração que o indivíduo faz de sua imagem nesses novos espaços virtuais móveis condiciona uma relação particular entre ele e a rede social. Wolton<sup>20</sup> explica que o paradoxo da imagem no contexto pós-moderno consiste no fato de que a amamos e a consumimos, pois nós estamos a sós diante dela. Quando publicamos uma foto, por exemplo, a recepção da mesma será individualizada. Só a partir daí, o autor afirma que passamos a estar livres para amá-la ou rejeitá-la.

Porém, Bruno<sup>21</sup> destaca que, na ordem da aparência e da imagem, as ‘coisas’ podem muito bem valer pelo que elas não são, seja um corpo, seja uma intimidade ou ainda, o que elas são residem cada vez mais naquilo que elas se tornam e naquilo que delas se dá a ver. Assim, a autora afirma que, em um mundo onde corpos e almas ganham a plasticidade das imagens, a autenticidade também reside naquilo que se parece ser. Nos resta então, como aponta Lemos<sup>22</sup>, “reconhecer a instauração de uma dinâmica que faz com que o espaço e as práticas sociais sejam reconfigurados com a emergência das novas tecnologias de comunicações e das redes telemáticas”.

18 THIBES, Marina Zanata. **Orkut: o público, o privado e o íntimo na era das novas tecnologias da informação**. Monografia (Pós-graduação em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo (SP), 2008. Disponível em: < [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../publico/MarianaZanataThibes.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../publico/MarianaZanataThibes.pdf) >. Acesso: 21 set 2015.

19 BRUNO. *Quem está olhando?*, p. 61.

20 WOLTON. *Internet e depois?*

21 BRUNO. *Quem está olhando?*

22 LEMOS, ANDRÉ. Cidade e Mobilidade. In: **Apropriações do (in) comum: espaço público e privado em tempos de mobilidade**. São Paulo: Instituto Sérgio Mota, 2009. Disponível em: <[http://www.hrenatoh.net/curso/textos/\\_artemov\\_port\\_.pdf](http://www.hrenatoh.net/curso/textos/_artemov_port_.pdf)> Acesso em: 19 set. 2015.

Entre as novas tecnologias inseridas nesse contexto da atual mobilidade comunicacional indicada por Lemos<sup>23</sup>, o aplicativo Snapchat se destaca, pois é uma rede social em que as possibilidades de comunicação ganham novas dimensões em meio às interfaces pública e privada, onde a exploração da imagem individual e dos “modos de ser” se intensifica. Para observar a forma como se configura essa dinâmica, esta pesquisa tomou como base o método de pesquisa estudo de caso. De acordo com Yin (2001, p. 19)<sup>24</sup> “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Desse modo, o *corpus* da pesquisa se constituiu pelas respostas obtidas por meio de um formulário online com perguntas referentes ao uso do *Snapchat*, e pela observação assistemática da estrutura do aplicativo e de alguns perfis.

### *Snapchat: um diário pessoal ou um mini reality show?*

O aplicativo *Snapchat* é uma rede social de suporte para *smartphones* que tem como proposta o envio de mensagens por meio de imagens. Criado em 2011 pelos estudantes norte-americanos Evan Spiegel e Bobby Murphy, o aplicativo é um diário de imagens que não podem ser arquivadas e duram apenas 24 horas. A interface do aplicativo permite a publicação de duas formas: na opção chamada de “Minha História”, qualquer pessoa que tenha um determinado usuário como amigo pode ver o que ele publica; já na segunda opção, o usuário escolhe para quem deseja mandar imagens e quantos segundos o arquivo enviado deverá permanecer na tela de quem o recebe.

As relações que envolvem os usuários do aplicativo Snapchat, portanto, são distintas daquelas observadas em outras redes sociais, pois envolvem estratégias de “visibilidade” que são refletidas no uso de um “temporizador” para se limitar o acesso às imagens publicadas<sup>25</sup>.

O *Snapchat* é como um diário gravado, em que os usuários podem expor todo o seu dia a dia. Alguns usuários o utilizam apenas para acompanhar perfis de celebridades, mas a maioria expõe o seu cotidiano sem a menor criticidade: divulgam o que estão comendo, onde estão, com quem estão, ou ainda, imagens íntimas (chamadas de “nudes” entre os que utilizam o aplicativo).

A quantidade de informação postada no aplicativo induz ao questionamento sobre o íntimo e faz do *Snapchat* uma rede social mais exibicionista que outras como o *Facebook* e o *WhatsApp*. Os *reality shows* parecem ter saído do âmbito da televisão e chegado ao “*Snap*”. A quantidade de segundos diários em alguns perfis caracteriza isso.

23 LEMOS. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura, p.

24 YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

25 LEN, Fernando; MAZZILLI, Paola. Imagens líquidas: um estudo sobre a construção de identidades no aplicativo Snapchat. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 20. Uberlândia: *Intervom*, 2015.

As novas tecnologias são, como uma figura de emancipação individual, “uma nova fronteira”. Não é somente a abundância, a liberdade e a ausência de controle que seduzem, como também essa ideia de uma autopromoção possível, de uma escala sem mestre, nem controle<sup>26</sup>.

Os perfis de celebridades no *Snapchat* mostram essa característica da exploração excessiva da imagem. No aplicativo, isso torna-se real e mais próximo. Um exemplo é o perfil da *youtuber* KéferaBuchmann (@keferabuchmann), que, entre 2015 e 2016, costumava postar entre 500 e 1000 segundos diariamente, com a falsa ideia de estar se aproximando dos seus seguidores.

Sibília<sup>27</sup> constata que o fenômeno da exibição exagerada da imagem saiu das telas do cinema para, a partir do século 21, estar em todas as telas. Hoje como nunca, qualquer um realmente pode – e habitualmente quer, e talvez daqui a pouco inclusive deva – ser um personagem como aqueles que incansavelmente se mostram nas telas.

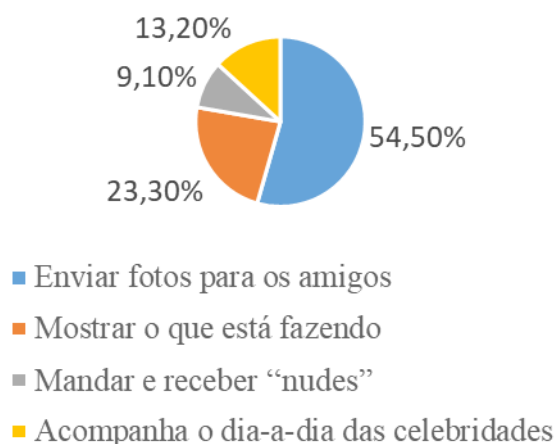
Isso faz com que a imagem, a partir do uso massivo da tecnologia, seja banalizada, tornando-se líquida<sup>28</sup>. Para Hall<sup>29</sup> quanto mais a vida social se torna mediada pelo estilo do mercado global, que podem ser os lugares e as imagens, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação que são globalmente interligados, mais imagens serão desvinculadas de tempos, lugares, histórias e valores.

Com a intenção de justificar essa problematização, foi elaborado um formulário online na plataforma *Google Forms*, sendo aplicado a uma amostra de 100 pessoas, para quem foram feitas perguntas sobre o uso do aplicativo. A pesquisa foi realizada em setembro de 2015, época em que o aplicativo estava em alta. Do total da amostra, 55% afirmaram utilizar o aplicativo diariamente.

### Gráfico 1

#### Finalidade da utilização do Snapchat

#### Finalidade da utilização do *Snapchat*



Fonte: elaborado pelos autores

26 WOLTON. *Internet e depois?*, p. 84.

27 *Apud* LEN; MAZZILLI. *Imagens líquidas*.

28 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

29 HALL. *A identidade cultural na pós-modernidade*.

Numa amostra de 100 pessoas, mais da metade usavam o aplicativo com a finalidade principal de enviar fotos para os amigos. Apenas 23% dos usuários afirmaram que utilizam o aplicativo com a intenção de mostrar o que está fazendo. Esse resultado mostra que, apesar do *Snpachat* ter como função principal a exposição do cotidiano dos seus usuários, a interação ainda é o aspecto que mais buscado pelos internautas. Percebe-se a necessidade de uma resposta, por parte dos usuários, às ações executadas na rede social.

É possível, dessa forma, perceber a incongruência do uso das redes sociais como um palco para expor a própria vida. O envio de fotos íntimas no “privado” (para quem o usuário escolher) é comum no aplicativo, mas não apareceu como uma das principais finalidades pelas quais os usuários utilizam o Snapchat. Porém, o ato de “mandar nudes”, apesar de ser o menor conteúdo publicado segundo as respostas, é o mais preocupante em relação à exposição da imagem, já que não interfere somente na questão do “eu”, mas também na banalização do corpo e do íntimo.

Como as imagens são publicadas em tempo real, a sensação de aproximação é uma das questões que fizeram o aplicativo se popularizar, o “show do eu”, a exposição do cotidiano e a facilidade faz com que as postagens sejam extremamente fúteis. Seja postando ou acompanhando as publicações do outro, o usuário do *Snpachat* participa de uma rede construção de imagens efêmeras, que passam pelo “eu” e pelo “outro”. Isso se dá pela quantidade de segundos que posta e vê diariamente, o tempo gasto com publicações e o sentido atribuído às imagens.

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual.<sup>30</sup>

O privado, que não é mais o secreto e sim o que é enviado para o “amigo”, e principalmente a parte da “Minha história” (o espaço público) são representações do espetáculo descrito por Guy Debord. Logo, pode-se inferir que a imagem é o ponto mais forte da exibição do “eu” na infoera e redes sociais como o *Snpachat* são o palco.

### Considerações finais

Diante da pesquisa realizada e do estudo empreendido para compreensão da discussão proposta no trabalho, pode-se perceber que o objeto em questão – o *Snpachat* – assume praticamente todas as características que o identificam como uma rede social em que a imagem, o íntimo e o privado são amplamente expostos ao olhar do outro. A rede social passa a expressar, como aponta

30 DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Fernanda Bruno, modos de ser, confirmando a lógica exibicionista propiciada pelas novas tecnologias digitais.

Percebe-se também que o aplicativo se tornou bastante popularizado rapidamente, algo normal, pois o ciberespaço é caracterizado como um meio onde tudo ocorre de uma maneira bastante "explosiva" e em um curto espaço de tempo. Ao estar condicionado ao movimento de expansão da cibercultura móvel, o *Snapchat* intensifica todo o show do íntimo, que já acontecia em outras redes.

Com o Snapchat, uma verdadeira “máquina de ver”, percebe-se que essa expansão invadiu ainda mais o cotidiano individual e a intimidade. O desejo de apresentar uma imagem de si se popularizou. Porém, não se pode afirmar que os questionamentos acerca deste assunto se esgotaram, pois, ele ainda diverge muitas opiniões.

Os questionamentos levantados pelo trabalho podem ser tomados como uma alerta. Ao lançarem-se no encantado mundo da comunicação digital, muitos usuários abstraem-se da criticidade necessária para entender os sentidos das novas formas de interação. Tornar-se um indivíduo inserido e popularizado nas redes sociais se tornou uma necessidade. É como se a atribuição da comunicação como fundamento da existência humana houvesse se transferido para a lógica da infoera, pois, para a grande maioria, não há mais como se desvincular ou mesmo viver fora do âmbito do ciberespaço.



# A produção midiática da identidade: uma breve análise das Jornadas de Junho

Fábio Júnio Mesquita  
fabiojmesquita@outlook.com

## Resumo

Este trabalho busca analisar as informações veiculadas na grande mídia ao longo das jornadas de junho, em 2013, afim de perceber se a identidade atribuída foi reivindicada pelos manifestantes ou rotulada pela mídia. O recorte temporal compreende os dias 03 de junho a 12 de julho, buscando entender como, quando e quem nomeou os manifestantes como Black Blocs. O objeto de análise foi a grande mídia brasileira, sobretudo o jornal G1, da Organização Globo, programas de notícias e outras plataformas virtuais também foram utilizadas na pesquisa. Assim o trabalho se divide em duas etapas: primeiro, aborda brevemente a origem e aplicação da tática Black Bloc ao longo dos anos, em diferentes lugares e épocas; e, em seguida, como a mídia abordou e noticiou os manifestantes e os protestos.

**Palavras-chave:** Black blocs, Jornadas de Junho, mídia.

## Introdução

Entre o fim do primeiro e início do segundo semestre de 2013, informações acerca das manifestações foram lançadas na mídia, gerando grandes discussões: os *Black blockers* se alastraram pelo território brasileiro. Os noticiários cobriram as aparições dos ativistas que se reuniram para manifestar atuando muitas vezes como grupos de pressão. Neste sentido, o questionamento aqui levantado é sobre a maneira como os noticiários trataram o assunto, imposto pela grande mídia e inculcado em seu público. Logo, assim como Renato Janine Ribeiro, que entende que “[...] o melhor modo de controlar os excessos da TV é ter um público que seja crítico”<sup>1</sup>, este trabalho busca contribuir a criticidade de seu público, por meio de uma pesquisa bibliográfica em artigos, jornais, sites e livros.

Existe desacordo entre os analistas sobre como nomear esses eventos. Para Flávio Morgenstern trata-se um movimento de massa<sup>2</sup>, que, a grosso modo, são pessoas, que vão às ruas, motivadas por um desejo de mudança ou desconforto, mesmo que não saibam o que querem ou como querem essa transformação, adotando assim qualquer meio para atingir o esperado. Em

1 RIBEIRO, Renato Janine. *O afeto autoritário: televisão, ética e democracia*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. p.35.

2 O autor se baseia na publicação de José Ortega y Gasset, *A rebelião das massas* (1926).

acordo com Morgenstern, Maria da Glória Gohn percebe também “[...] um caráter de movimento de massa, de protesto, de revolta coletiva aglutinando a indignação de diferentes classes e camadas sociais”<sup>3</sup> algo condizente com o primeiro autor citado. Enquanto “alguns analistas nominaram nos como ‘ondas’”<sup>4</sup>, como aponta Gohn, mantendo o sentido de uma “revolta” que se alastra em meio à população, que movidos por este sentimento tomam as ruas, conquistando mais espaços e adeptos.

Ao assumir uma identificação mais cronológica, pode-se nomear como “Jornadas de Junho”, algo já apontando por Gohn, onde notou que “no exterior, muitos dos protestos dos indignados têm sido conhecidos pela data que eles iniciaram suas ações coletivas”<sup>5</sup>. Sendo também um dos nomes mais comumente publicados em artigos científicos e de jornais. Também é possível classificá-los como movimentos, assim como no caso do *Occupy*; ou de forma mais genérica e imediata, tais eventos foram nomeados pela mídia como “manifestações” em todo o Brasil, já para os próprios manifestantes os chamavam de “atos”, pensando mais na ação propiciada pelo evento do que na problematização gerada por ele. A estudiosa considera “[...] que, em Junho, houve algo mais que jornadas ou atos. Houve ‘protestos’”<sup>6</sup>. Mais uma nomenclatura possível para o ocorrido, já que era notável como os envolvidos se opunham em forma de protesto contra políticos e empresários.

Qual o motivo para ser tão difícil assim de resumir em uma palavra ou expressão, que possa nomear/definir, os ocorridos de junho de 2013? Neste trabalho defende-se que está relacionado aos protestos não serem homogêneos. Não se tratava de uma unidade, com apenas uma identidade possível, eram blocos internamente diferentes, com causas e ações diferentes entre si. Assim diferenciavam apenas os policiais dos manifestantes, os dois únicos grupos que podiam ser distinguidos entre si. À medida que as mobilizações avançaram, existiu-se a necessidade de nomear um novo grupo: os *Black Blocs*, para que pudessem ser responsabilizados e colocados em oposição aos dois outros grupos mencionados.

Deste modo, faz-se necessário, assim como já iniciado por Julio Gonçalves da Silva Júnior, retomar alguns trabalhos, anteriores a este, para construir uma linha cronológica das aparições dos *Black Blocs* desde a década de 80, quando é datado seu início:

- 1986 - em Hamburgo (Alemanha) foi fundada a liga autonomista *Black Bloc* 1500, para

3 GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Carta CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014. p. 431. Captado em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a13v27n71.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

4 GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Carta CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014. p. 435. Captado em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a13v27n71.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

5 GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Carta CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014. p. 434. Captado em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a13v27n71.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

6 GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Carta CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014. p. 434. Captado em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a13v27n71.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

defender o Hafenstrasse Squat ; em 1987, na Berlim Ocidental, Anarquistas vestidos de preto protestam contra a presença de Ronald Reagan, então Presidente dos EUA, na cidade; e em 1988, também na Berlim ocidental, o *Black Bloc* confronta-se com a polícia durante uma manifestação contra a reunião do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional<sup>7</sup>, segundo Jairo Costa.

- Jairo Costa aponta ainda que no ano de 1992 - em São Francisco (EUA), na ocasião do 500º aniversário da descoberta da América por Cristóvão Colombo, o *Black Bloc* manifesta-se contra o genocídio de povos nativos das Américas<sup>8</sup>.
- 1992, em Washington, *Black Bloc* participam do protesto anti-guerra do golfo, resultando em janelas do Banco Mundial destruídas<sup>9</sup>, de acordo com Marcos Antônio Duarte Silva.
- 1994, Chiapas (México), 1º de janeiro, zapatistas com os rostos cobertos, mobilizados pela internet, reivindicaram direitos e Justiça para os povos indígenas e para os pobres, rejeitando bandeiras ideológicas, afastando partidos e utilizando mídias alternativas. Em 1999, em Seattle, 30 de novembro, nos protestos anti-OMC, militantes, estudantes, professores e grupos religiosos prepararam manifestação para impedir a reunião de cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este primeiro protesto global, contou com 4.000 anarquistas da ação *Black Bloc* que praticaram a destruição no distrito financeiro central, além de ataques seletivos contra símbolos do capitalismo global e da globalização<sup>10</sup>, conforme afirmou Flávio Citro Vieira de Mello.
- 1999 - Philadelphia, 24 de abril, 1500-2000 anarquistas realizam uma marcha de *Black Blocs* durante o *Millions For Mumia*; Nos dias 16 e 17 de abril de 2000, o Bloco Revolucionário Anticapitalista (RACB) participa dos protestos anti-FMI/BM, em Washington D.C. Entre 700 e 1000 anarquistas participaram no A16; e em Primeiro de maio de 2000, *Black Blocs* em Nova York, Chicago e Portland<sup>11</sup>, segundo Marcos Antônio Duarte Silva;
- 2001, em Quebec (Canadá), membros do *Black Bloc* são acusados de agredir um policial durante uma marcha pela paz nas ruas de Quebec, causando o distanciamento da popu-

7 COSTA, Jairo. A Tática do Black Bloc. *Revista Mortal*, São Paulo, out. 2010. p. 10. Captado em: <[https://issuu.com/revistamortal/docs/revista\\_mortal\\_a](https://issuu.com/revistamortal/docs/revista_mortal_a)>. Acesso em: 25 out. 2017.

8 COSTA, Jairo. A Tática do Black Bloc. *Revista Mortal*, São Paulo, out. 2010. p. 11. Captado em: <[https://issuu.com/revistamortal/docs/revista\\_mortal\\_a](https://issuu.com/revistamortal/docs/revista_mortal_a)>. Acesso em: 25 out. 2017.

9 SILVA, Marcos Antônio Duarte. *O Black bloc, apenas uma estratégia nas manifestações sociais?*. 2013. Captado em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=12338](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12338)>. Acesso em: 20 out. 2017..

10 MELLO, Flávio Citro Vieira de. **As manifestações populares como ferramenta reivindicatória dos consumidores**: Problema as manifestações populares de rua, para reivindicação de direitos dos consumidores, podem ser evitadas?. 2014. 57 fls. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra (ESG): Rio de Janeiro, 2014. p. 10-11. Captado em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2014/MELLO.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

11 SILVA, Marcos Antônio Duarte. *O Black bloc, apenas uma estratégia nas manifestações sociais?*. 2013. Captado em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=12338](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12338)>. Acesso em: 20 out. 2017.

lação local e vários manifestantes de esquerda<sup>12</sup>, como aponta Jairo Costa. Já Flávio Citro Vieira de Mello observou que em Julho do mesmo ano, manifestações contra a reunião do G8 realizada em Gênova, na Itália, capitaneado pelos “Macacões Brancos” que reuniu 300.000 mil militantes e sofreu uma resposta violenta da polícia<sup>13</sup>.

- Anos mais tarde, em 2010, na cidade de Toronto (Canadá), a reunião do G20 foi marcada pelo confronto, e mais de 500 manifestantes foram presos e dezenas de outros ativistas foram parar em hospitais com inúmeras fraturas<sup>14</sup>, de acordo com Jairo Costa.
- Em 2011 acontece o *Occupy Wall Street*, manifestantes iniciaram os protestos questionando a taxa Tobin e reivindicando a criação de uma comissão presidencial para tratar da dominação do poder econômico sobre o sistema político<sup>15</sup>, como indica Flávio Citro Vieira de Mello.
- Em 2013, no Cairo (Egito), o *Black Bloc* aparece com forte atuação nos protestos da Praça Tahir, no combate e resistência ao exército do então Presidente Hosni Mubarak<sup>16</sup>, como apresenta Júlio Gonçalves da Silva Júnior.

Após elencadas as aparições dos *Black Blocs*, torna-se inquietante saber como foi possível identificar determinados grupos ou indivíduos como *blockers*. Pois para Maria Gohn, “[...] encontrar eixos identitários ou unidade nos coletivos das manifestações é impossível, pois são blocos diferenciados internamente. São fragmentados. A referência é o presente. A permanência é circunstancial”<sup>17</sup>, se agrupam naquele momento, depois se afastam.

12 COSTA, Jairo. A Tática do Black Bloc. *Revista Mortal*, São Paulo, out. 2010. p. 12. Captado em: <[https://issuu.com/revistamortal/docs/revista\\_mortal\\_a](https://issuu.com/revistamortal/docs/revista_mortal_a)>. Acesso em: 25 out. 2017.

13 MELLO, Flávio Citro Vieira de. **As manifestações populares como ferramenta reivindicatória dos consumidores**: Problema as manifestações populares de rua, para reivindicação de direitos dos consumidores, podem ser evitadas?. 2014. 57 fls. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra (ESG): Rio de Janeiro, 2014. p. 11. Captado em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2014/MELLO.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

14 COSTA, Jairo. A Tática do Black Bloc. *Revista Mortal*, São Paulo, out. 2010. p. 15. Captado em: <[https://issuu.com/revistamortal/docs/revista\\_mortal\\_a](https://issuu.com/revistamortal/docs/revista_mortal_a)>. Acesso em: 25 out. 2017.

15 MELLO, Flávio Citro Vieira de. **As manifestações populares como ferramenta reivindicatória dos consumidores**: Problema as manifestações populares de rua, para reivindicação de direitos dos consumidores, podem ser evitadas?. 2014. 57 fls. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra (ESG): Rio de Janeiro, 2014. p. 11. Captado em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2014/MELLO.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

16 SILVA JÚNIOR, Júlio Gonçalves da. *Black Blocs nas manifestações populares no Brasil*: Uma análise sobre a atuação do Poder Público como Responsável pela ordem pública e pela liberdade de expressão nas manifestações de junho de 2013. 2015. 82 fls. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. p. 34. Captado em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19728/1/Dissertação%20Final%20-%20Júlio%20Gonçalves%20da%20Silva%20Júnior.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

17 GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016. p. 134. Captado em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=16100&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 18 out. 2017.

### A transmissão dos fatos.

No Brasil, os *Black Blocs* ganham as grandes mídias a partir de Junho de 2013. A mídia não apresentou a estratégia, muito menos possibilitou a defesa dos manifestantes que compunham a recente tática. Levantaram estereótipos, criaram identidades e geraram preconceitos. Em pouco tempo, toda a ação produzida pelos *Black Blocs* nas manifestações brasileiras, passaram a ser percebidas como barbárie. Toda a história da tática se resumiu naquilo que os grandes meios de comunicação decidiram transmitir e retransmitir entre si, cada qual com sua parcialidade. O que motiva a pensar “[...] sobre a função do discurso da mídia na produção de identidade [...]”<sup>18</sup>, como exposto por Maria do Rosário Gregolin.

Sabe-se também que as manifestações contra o transporte público se tornaram mais frequentes ao longo do primeiro semestre de 2013. Em junho não seria apenas uma manifestação organizada por alguns insatisfeitos, existiam mais pessoas compartilhando o mesmo sentimento, alguns já cansados de tentar lutar por outros meios, outros desesperançosos pela falta de efetividade das estratégias adotadas até o momento.

Dentre as mídias que compõe a grande imprensa, a Organização Globo se destaca. Ora, por ser uma emissora muito assistida em prédios públicos, ora por despertar o ódio dos manifestantes. Além do tradicionalíssimo *Jornal Nacional*, que passa no intervalo entre duas novelas, ou antes, do futebol de quarta-feira. Diante das muitas possibilidades de análise, o Portal G1 foi escolhido, devido à acessibilidade ao conteúdo (gratuidade e disponibilidade do material).

Posto isto, dentre os organizadores dos primeiros protestos o nome de maior visibilidade é o do Movimento Passe Livre (SP). O site G1 aponta que “segundo o movimento, desde 2008, a população já realizou pelo menos 11 manifestações exigindo melhorias no transporte, como a duplicação da estrada até a divisa e a extensão da Linha 5 do Metrô até o Jardim Ângela, também na Zona Sul”<sup>19</sup>. No mesmo dia, porém à noite, organizado por estudantes, houve manifestação no Rio de Janeiro<sup>20</sup> também contra o aumento da tarifa. Nas matérias que noticiam as manifestações do dia **3 de junho** não existem menções aos “*Black Blocs*”, também não falam em vandalismo ou violência, talvez por serem curtas demais. Diferente, da reportagem das manifestação de **6 de junho** que trazem mais imagens e palavras, dentre elas: violência e vandalismo em São Paulo<sup>21</sup>. Outro ato acontece no mesmo dia no Rio

18 GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. 2007. Captado em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

19 G1. Polícia é chamada para conter protesto em via na Zona Sul de SP. *G1 São Paulo*, São Paulo, 03 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/policia-e-chamada-para-conter-protesto-em-na-zona-sul-de-sp.html>. Acesso em: 19 out. 2017.

20 G1. Estudantes protestam contra aumento da tarifa de ônibus no Rio. *G1 Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 03 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/estudantes-protestam-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-no-rio.html>. Acesso em: 26 out. 2017.

21 MORENO, Ana Carolina. Manifestantes depredam estação de Metrô, banca e shopping na Paulista. *G1 São Paulo*, São Paulo, 06 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html>. Acesso em: 24 out. 2017.



de Janeiro<sup>22</sup>, também com violência, embora esta palavra não apareça escrita.

Na reportagem sobre o protesto do dia **7 de junho**, imagens e vídeos foram utilizados para apresentar aos leitores as ações dos manifestantes. Logo no início da matéria é possível ler que “após entrar em confronto com a Polícia Militar (PM) na Marginal Pinheiros, manifestantes do Movimento Passe Livre (MPL) seguiram até a Avenida Paulista na noite desta sexta-feira (7)”<sup>23</sup>. Dizem que são os manifestantes que confrontam a polícia, agora identificados como integrantes do MPL. Na matéria, reservam também um espaço, intitulado “vandalismo”, para retomar as ocorrências do dia 6.

No dia seguinte, outros jornais opinavam sobre os acontecimentos recentes, a exemplo Flavio Morgenstern nota que “o jornal *O Estado de São Paulo*, em editorial intitulado ‘Puro vandalismo’, pede mais rigor na ação policial [...]”<sup>24</sup>. A mídia pedia rigor, pois de acordo com o editorial<sup>25</sup> “a PM, recebida a pedradas, tentou conter a baderna, ainda no Anhangabaú, com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Mas não conseguiu”. Os policiais, segundo o que a mídia noticiava, agora acuados pelos jovens, ainda que mais equipados e melhor preparados não conseguiriam enfrentar aos manifestantes enfurecidos. A próxima manifestação só aconteceu nos dia 11 de junho, mas até lá muito se falou sobre a agressividade dos militantes.

Referente à manifestação do dia **11 de junho**, o foco é voltado para a ação dos manifestantes, com cenas de vandalismo e textos bem maiores que os primeiros, a reportagem<sup>26</sup> descreve o terceiro dia de protesto com vandalismo, 20 pessoas presas, dois policiais e dois manifestantes feridos, pichações pela cidade, agências bancárias quebradas e ônibus incendiado. No dia **12 de junho**, em Paris, Fernando Haddad (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB) deixam de lado as indiferenças e criticam a atuação dos manifestantes. Alckmin classifica-os como vândalos e baderneiros. Já Haddad preferiu dizer que as pessoas que depredam não aceitam o Estado democrático de Direito<sup>27</sup>. No mesmo dia o jornal EL País, noticia as manifestações acontecidas no país, que é traduzida e replicada no site UOL<sup>28</sup>.

22 G1. Protesto contra aumento da tarifa de ônibus gera tumulto no Centro do Rio. *G1 Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 06 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-gera-tumulto-no-centro-do-rio.html>. Acesso em: 20 out. 2017.

23 MORA, Marcelo. Após fechar Marginal Pinheiros, ato contra tarifa volta à Avenida Paulista. *G1 São Paulo*, São Paulo, 07 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contra-tarifa-volta-avenida-paulista.html>. Acesso em: 28 out. 2017.

24 MORGENSTERN, Flavio. *Por trás da máscara*. do passe livre aos black blocs, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 141

25 O ESTADO DE SÃO PAULO. Puro vandalismo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de jun. 2013. Captado em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,puro-vandalismo-imp-,1040106>. Acesso em: 27 out. 2017.

26 MORA, Marcelo; VIANA, Julia Basso. Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP. *G1 São Paulo*, São Paulo, 11 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contra-tarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>. Acesso em: 24 out. 2017.

27 ANDREI NETTO. Alckmin chama manifestantes de "baderneiros" e "vândalos". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 de jun. 2013. Captado em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-chama-manifestantes-de-baderneiros-e-vandalos,1041542>. Acesso em: 27 out. 2017.

28 ARIAS, Juan. Brasil se levanta em protesto contra aumento nos preços do transporte. *UOL Notícias*, Rio de Janeiro, 12 de jun. 2013. Captado em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/el-pais/2013/06/12/o-brasil-se-levanta-em-protesto-contra-aumento-nos-precos-do-transporte.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.



Com muitas agressões e mais de duzentos detidos no quarto dia de protestos, inclusive jornalistas, as manchetes dos jornais falavam da barbárie que fora o dia **13 de junho**. As imagens anexadas à reportagem mostram principalmente, profissionais da imprensa machucados; policiais prendendo pessoas; e manifestantes ajoelhados, com as mãos para o alto em sinal de rendição. A reportagem<sup>29</sup> é composta por mais palavras que as anteriores, e pela primeira vez noticia que “a polícia avançou com balas de borracha e gás lacrimogêneo sobre os manifestantes, que revidaram jogando pedras e garrafas em direção aos PMs”. Agora eram os manifestantes que revidavam à força policial, como se agissem em autodefesa. Mas qual o motivo para trocarem a ordem? Talvez relacionado às informações contidas nos parágrafos seguintes, em que “o jornal 'Folha de S.Paulo' diz que teve 7 repórteres atingidos no protesto, entre eles Giuliana Vallone e Fábio Braga, que levaram tiros de bala de borracha no rosto. Um cinegrafista foi atingido com spray de pimenta no rosto por um policial”, ainda soma-se a eles mais “um jornalista da revista 'Carta Capital' e um fotógrafo do portal 'Terra' foram levados para o 78º DP, nos Jardins, na Zona Sul da cidade, mas foram liberados por volta das 19h30” entre prisões e agressões a mídia recebia o maior rigor das ações policiais, como desejado anteriormente em editorial.

Após o ocorrido, no dia seguinte, era o momento de ir atrás dos responsáveis pelos ataques. A Rede Globo transmitiu as entrevistas realizadas com o Geraldo Alckmin (PSDB) pelo SPTV e com o Fernando Haddad (PT) pela Globo News. Posteriormente as entrevistas foram citadas em uma matéria publicada no G1. Em entrevista, Haddad disse que “**Não ficou bem para a polícia” a matéria afirma que “[...] pelas imagens veiculadas pela imprensa e pelos relatos que [Haddad] ouviu, os policiais deixaram de ‘observar os protocolos’**”<sup>30</sup>. O Governador disse que eventuais excessos serão apurados pela corregedoria da corporação, mas também disse “[...] que o Movimento Passe Livre é um movimento político e violento”. Como os mascarados, ainda, eram chamados de vândalos, sem nenhuma identidade (nem para eles próprios e nem para a mídia<sup>31</sup>), haviam, ali, escolhido os vilões.

Acerca do dia **15 de junho** nenhuma matéria relevante foi encontrada no site G1. No dia **16 de junho**, o termo *Black Bloc* seria pela primeira vez, como observado por Morgenstern, utilizado pela mídia para se referir aos manifestantes brasileiros. Na reportagem<sup>32</sup>, intitulada: *Serviço secreto da PM diz que PSOL “recruta” punks para protestos*, os jornalistas da Folha, falam de um acesso a documentos sigilosos da PM que somente eles tiveram. Neste acesso, em “um dos relatórios da P2, sigla pela qual é conhecido o serviço reservado da PM, frisa que não há envolvimento do PSOL como

29 G1. Quatro continuam detidos após protesto desta quinta-feira em SP. *G1 São Paulo*, São Paulo, 14 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/cinco-permanecem-detidos-apos-protesto-de-quinta-em-sp.html>. Acesso em: 23 out. 2017.

30 SANTIAGO, Tatiana. Alckmin cita 'rastros de destruição' e diz que abusos serão apurados. *G1 São Paulo*, São Paulo, 14 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-cita-rastro-de-destruicao-e-diz-que-abusos-serao-apurados.html>. Acesso em: 24 out. 2017.

31 MORENO, Ana Carolina; STOCHERO, Tahiane. Veja relatos de participantes de protesto em SP. *G1 São Paulo*, São Paulo, 14 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/veja-relatos-de-participantes-de-protesto-em-sp.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

32 CARVALHO, Mario Cesar. Serviço secreto da PM diz que PSOL “recruta” punks para protestos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de jun. 2013. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295714-servico-secreto-da-pm-diz-que-psol-recruta-punks-para-protestos.shtml>. Acesso em: 25 out. 2017.

partido, mas de militantes avulsos. A avaliação foi feita por policiais militares infiltrados”. Já o G1<sup>33</sup> publica o interesse do governo em se reunir com o MPL para discutir os rumos das manifestações, e a reunião já marcada para às 10 horas do dia 17. Para a jornalista, “Grella e Meira negaram a existência de investigações sobre grupos punks que estariam sendo convocados para integrar os protestos na capital”, mas “o comandante confirmou a presença de policiais à paisana durante os atos de protesto, mas disse que sua função seria fiscalizar e controlar a ação da própria corporação, ‘não para bisbilhotar a vida de ninguém’”. Por ora, nada de *Black Bloc* no G1 ou massivamente na grande imprensa, somente essa aparição. Já estava confirmado a existência dos policiais “infiltrados” nas manifestações, mas nada dos tais documentos sigilosos.

De acordo com matéria divulgada pelo G1<sup>34</sup>, no dia **17 de junho**, a reunião acontece como programado, e mesmo com a presença surpresa do prefeito, não conseguem revogar o aumento. O MPL convida o prefeito para uma reunião no dia 19 de junho, para discutirem sobre o aumento da tarifa. Para o dia **18 de junho**, as muitas manifestações ao redor do mundo era uma das pautas<sup>35</sup>. O apoio oferecido pelos brasileiros que não estavam no Brasil, mas se solidarizavam aos manifestantes é explorado nas mídias. Outra pauta presente nos jornais, em específico no G1<sup>36</sup>, era sobre a manifestação do dia anterior, que aconteceram em 12 capitais e ao menos 16 cidades do interior, reunindo mais de 250 mil pessoas e registrando confronto com a polícia e vandalismo em poucas cidades.

Em **19 de junho**, na cidade de Niterói, uma manifestação dura sete horas. A redução da tarifa foi alcançada em meio aos protestos. Os confrontos, o vandalismo e a violência são palavras recorrentes nesta matéria<sup>37</sup>. No mesmo dia, após protestos, São Paulo e Rio de Janeiro suspendem os aumentos das tarifas<sup>38</sup>, Belo Horizonte propõe estudar a redução<sup>39</sup>. Enquanto na cidade de Aracaju, a passagem é reduzida mesmo antes dos atos acontecerem lá, devido à repercussão das manifestações e receio dos governantes<sup>40</sup>. Em 19 de junho também são publicadas uma pesquisa que mostra o crescimento do

33 MACHADO, Lívia. Governo de SP quer reunião com manifestantes antes de novo protesto. *G1 São Paulo*, São Paulo, 16 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/governo-de-sp-quer-reuniao-com-manifestantes-antes-de-novo-protesto.html>. Acesso em: 26 out. 2017.

34 G1. Manifestante se encontra com Haddad em reunião na Prefeitura. *G1 São Paulo*, São Paulo, 17 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestante-se-encontra-com-haddad-em-reuniao-na-prefeitura.html>. Acesso em: 24 out. 2017.

35 G1. Brasileiros no exterior fazem atos em apoio a manifestações. *G1*, São Paulo, 18 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/vc-no-g1/noticia/2013/06/brasileiros-no-externo-fazem-ato-em-apoio-manifestacoes.html>.

36 G1. Protestos pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. *G1 São Paulo*, São Paulo, 18 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>.

37 SOUZA, P.; THUM, T. Niterói tem mais de 7h de protesto, apesar de redução da tarifa de ônibus. *G1 Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/niteroi-tem-mais-de-7h-de-protesto-apesar-de-reducao-da-tarifa-de-onibus.html>. Acesso em: 22 out. 2017.

38 G1. São Paulo e Rio anunciam redução das tarifas do transporte público. *G1 São Paulo*, São Paulo, 19 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/sao-paulo-e-rio-anunciam-reducao-das-tarifas-do-transporte-publico.html>. Acesso em: 22 out. 2017.

39 G1. Prefeito de BH faz proposta para reduzir passagens após protestos. *G1 MG*, Belo Horizonte, 19 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/prefeito-de-bh-faz-proposta-para-reduzir-passagens-apos-protestos.html>. Acesso em: 25 out. 2017.

40 NAVARRO, Fredson. Antes de manifestação, Prefeitura de Aracaju reduz tarifa de ônibus. *G1 Sergipe*, Aracaju, 19

apoio popular às manifestações, realizada pelo *Datafolha*<sup>41</sup>, e uma reportagem sobre a mudança de rumo das manifestações, onde os manifestantes entoavam gritos expressando que “não são só por 20 centavos”<sup>42</sup>.

O dia **20 de junho**, segundo matéria publicado no site G1, reuniu 1, 25 milhão de pessoas, em mais de 100 cidades, muitos confrontos e morte<sup>43</sup>. Um rapaz foi atropelado e morto em Ribeirão Preto, outras 12 pessoas ficaram machucadas<sup>44</sup>. As imagens são de muito vandalismo e violência, e outras características começam a ser descritas nas mídias: dos blocos que estão se formando aos anarquistas e apartidários presentes, e sua oposição aos partidários.

Infelizmente, no dia **21 de junho**, a notícia veiculada nas mídias era principalmente da morte de Cleonice Vieira de Moraes, que após tentar se refugiar em um prédio próximo a prefeitura, durante a manifestação do dia 20, uma bomba de efeito moral foi atirada próximo a ela, após a explosão, Cleonice desmaiou<sup>45</sup>. Ainda no dia 21, duas outras matérias sobre o MPL são publicadas. Na primeira<sup>46</sup>, o movimento critica a violência contra grupos que não pertencem ao movimento, e na segunda<sup>47</sup>, anuncia que não convocará novos protestos em São Paulo.

Durante as manifestações consecutivas entre os dias 17 de junho a 05 de julho, muita coisa mudou. Muitas cidades haviam revogado o aumento das passagens, a discussão sobre tarifas e/ou mobilidade urbana, raramente apareciam como pauta. Paralelamente a esses eventos, no dia 17 de junho, manifestantes expulsam a equipe da Rede Globo e partidos políticos<sup>48</sup> que estavam presentes no

---

de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/06/antes-de-manifestacao-prefeitura-de-aracaju-reduz-tarifa-de-onibus.html>. Acesso em: 25 out. 2017.

41 DATAFOLHA. Cresce apoio a protestos contra a tarifa de ônibus entre paulistanos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de jun. 2013. Captado em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297619-cresce-apoio-a-protestos-contra-a-tarifa-de-onibus-entre-paulistanos.shtml>. Acesso em: 25 out. 2017.

42 FOLHA DE SÃO PAULO. "Não são só 20 centavos", dizem manifestantes na avenida Paulista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de jun. 2013. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297985-nao-sao-so-20-centavos-dizem-manifestantes-na-avenida-paulista.shtml>. Acesso em: 25 out. 2017.

43 G1. Protestos pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. *G1 São Paulo*, São Paulo, 21 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>. Acesso em: 25 out. 2017.

44 G1. Um morre e 12 ficam feridos durante protesto em Ribeirão Preto; veja vídeo. *G1 Ribeirão e Franca*, Ribeirão Preto, 20 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/06/um-morto-e-12-ficam-feridos-durante-protesto-em-ribeirao-veja-video.html>. Acesso em: 25 out. 2017.

45 G1. "Mãe foi trabalhar e aconteceu esse desastre", lamenta filho de garí. *G1 Pará*, Belém, 21 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/06/mamae-foi-trabalhar-e-aconteceu-esse-desastre-lamenta-filho-de-gari.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

46 G1. MPL critica violência contra grupos que não pertencem ao movimento. *G1 São Paulo*, São Paulo, 21 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mpl-critica-violencia-contra-grupos-que-nao-pertencem-ao-movimento.html>. Acesso em: 28 out. 2017.

47 CASCIONE, Silvío. MPL anuncia que não convocará novos protestos em São Paulo. *G1 São Paulo*, São Paulo, 21 de jun. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/mpl-anuncia-que-nao-convocara-novos-protestos-em-sao-paulo-1.html>. Acesso em: 23 out. 2017.

48 SANTOS, F.; NOVAES, M. SP: manifestantes expulsam equipe da Globo e hostilizam partidos. *Terra*, São Paulo, 17 de jun. 2013. Captado em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-manifestantes-expulsam-equipe-da-globo-e-hostilizam-partidos,7264e7c0ac35f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

ato. Em 18 de junho, além da Globo, a Veja também vira alvo de protestos<sup>49</sup>. Repórteres cobriram as manifestações com microfones sem caracterização da Rede Globo<sup>50</sup>. No dia 20 de junho, para preservar a integridade física de seus colaboradores, diante das cenas de violência ocorridas nas ruas e do repúdio a grande mídia, Globo e Record<sup>51</sup> aprovaram novas normas para seus repórteres: “Na Globo, a ordem é que os mais conhecidos façam suas matérias do alto de prédios ou fora das multidões. Na rua, apenas os rostos menos frequentes na programação, com equipamento disfarçado e microfones sem a canopla que exhibe a marca do canal” e na “[...] Record a ordem é para que seus telejornais passem a transmitir as manifestações se utilizando ao máximo das câmeras de helicópteros e evitar colocar repórteres nas ruas”, e caso queiram fazer reportagens em “[...] um ponto de conflito, agora é necessário fazer um pedido formal e muito bem justificado. A nova regra foi implantada depois que um carro da emissora foi queimado esta semana”. A grade imprensa adota medidas de segurança para evitar que agressões lhes ocorram, escancarando assim a fragmentação de sua estrutura diante da população que se encontrava nas ruas.

Contudo, foi no dia **11 de julho**, pela matéria nomeada: *Entenda o que é o ativismo 'Black Bloc' presente nas manifestações*<sup>52</sup>, que os brasileiros seriam apresentados a este nome. Agora as mídias falavam dos *blockers*, embora ainda os confundisse com *Black Bloc*, não entendendo muito bem quem era o indivíduo e quem era a tática. A imprensa começava a corrida para explicar o que eram, quem eram, o que queriam, como pará-lo, entre outras discussões. Já a primeira aparição no G1, em **12 de julho**, foi para levantar o histórico, esperando explicar quem eram os mascarados. A partir do título *Conheça a estratégia 'Black Bloc', que influencia protestos no Brasil*<sup>53</sup>, a Globo inseria este novo termo ao vocabulário dos brasileiros, que agora o associavam a tudo o que dissessem que foi feito por eles.

O caminhar desta história já é conhecido: da repercussão a incriminação de jovens, identificados pela mídia ou pela polícia como integrante de um *Black Bloc*. E toda a enxurrada de informações que possibilitaram a produção de livros, artigos, pesquisas, dissertações e teses na busca da compreensão do que foi e como pode tornar a ser, a atuação desta tática.

49 TERRA. Globo e Veja viram alvo de manifestantes em novo ato em SP. *Terra*, São Paulo, 17 de jun. 2013. Captado em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/globo-e-veja-vejam-alvo-de-manifestantes-em-novo-ato-em-sp-2ec2fe174395f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>. Acesso em: 25 out. 2017.

50 PORTAL IMPRENSA. Por temor, Globo faz cobertura de protestos sem identificação; TV afirma ser imparcial. *Portal IMPRENSA*, São Paulo, 18 de jun. 2013. Captado em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/59436/manifestantes+protestam+na+sede+da+globo+em+sp+emissora+afirma+que+cobertura+e+imparcial>. Acesso em: 04 out. 2017.

51 OLIVEIRA, Fernando. Por causa de protestos, Globo e Record baixam norma que evita agressões a jornalistas nas ruas. *IG*, São Paulo, 20 de jun. 2013. Captado em: <http://natv.ig.com.br/index.php/2013/06/20/por-causa-de-protesto-globo-e-record-baixam-norma-que-evita-jornalistas-de-irem-as-ruas/>. Acesso em: 21 out. 2017.

52 FOLHA DE SÃO PAULO. Entenda o que é o ativismo "Black Bloc" presente nas manifestações. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de jul. 2013. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml>. Acesso em: 25 out. 2017.

53 G1. Conheça a estratégia 'Black Bloc', que influencia protestos no Brasil. *G1 São Paulo*, São Paulo, 12 de jul. 2013. Captado em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/conheca-estrategia-black-bloc-que-influencia-protestos-no-brasil.html>. Acesso em: 22 out. 2017.

## “Pioneirismo mineiro: o Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais (1989-1998)”

Gabriel Schunk  
gabrielschunk@hotmail.com

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de elaboração do Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais, publicado em 1998 pela Fundação Biodiversitas, instituição ambientalista de Belo Horizonte. O ataque à biodiversidade é uma das principais discussões quando falamos em conservação de espécies do mundo natural. Ainda que o movimento de extinção de espécies seja natural do processo evolutivo, devido ações antrópicas de degradação dos habitats, a extinção de plantas e animais tem crescido em ritmo vertiginoso, desequilibrando esse processo, e suscitando medidas mitigadoras por organizações conservacionistas, cientistas e pelo poder público. As listas vermelhas, originalmente publicadas pela UICN (União Internacional para Conservação da Natureza) desde a década de 60, são um importante mecanismo para identificação das espécies ameaçadas de extinção. Elas contribuem e auxiliam na definição de políticas públicas e diretrizes de conservação dessas espécies. No Brasil, as primeiras listas vermelhas datam da década de 1950, mas sem utilizar os métodos definidos pela UICN. Com a institucionalização dos órgãos técnicos ambientais na esfera pública, a atuação do movimento ambientalista no Brasil adquiriu um caráter técnico-científico, sobretudo a partir dos anos 1990. Em Minas Gerais, a Biodiversitas é uma ONG de atuação voltada para conservação da biodiversidade e que surgiu para ser um braço técnico do Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais, a primeira ONG desse modelo em solo mineiro. Um dos principais trabalhos da Biodiversitas é a produção dos livros vermelhos de Minas, o primeiro estado brasileiro a tê-los, e que resulta de um trabalho coletivo de cientistas, principalmente biólogos e zoólogos. Para tanto, essa pesquisa utiliza o conceito fleckiano de coletivo de pensamento como chave de compreensão da produção desses livros vermelhos. Como fonte, utilizamos os livros vermelhos, capítulos avulsos publicados pela Biodiversitas, entrevistas e documentos pessoais dos principais coordenadores e editores do livro. A análise compreende os anos de 1989, ano de fundação da Biodiversitas, e 1998, ano da publicação do primeiro livro. As primeiras impressões indicam a participação ativa de cientistas mineiros, ligados ao Instituto de Ciências Biológicas da UFMG e Universidade de Brasília, dentre outros centros de pesquisas em Minas, com a definição de um roteiro metodológico próprio e referência no país.

**Palavras-chave:** Livros vermelhos, conservacionismo, biodiversidade, Minas Gerais, Biodiversitas.



## Introdução

“A biodiversidade é mais complexa do que qualquer coisa inventada pelo homem. É uma biblioteca incrível, mas desconhecida em sua maioria”<sup>1</sup>. A frase é de Thomas Lovejoy, que trouxe o conceito de biodiversidade para a comunidade científica na década de 1980, alertou para os perigos da extinção de espécies e colocou a conservação da diversidade biológica como uma importante questão do mundo contemporâneo.<sup>2</sup> Desde então, cada vez mais a comunidade científica internacional, bem como inúmeras instituições conservacionistas, internacionais e também brasileiras, dedicam-se a trabalhos de pesquisa e conservação da biodiversidade, uma das novas e grandes bandeiras de luta dos movimentos ambientalistas.

Essa apresentação tem como fio condutor a biodiversidade e a conservação da mesma. Segundo Mittermeier, o histórico da conservação da diversidade biológica no Brasil compreende quatro áreas principais: a criação do sistema nacional de unidades de conservação (SNUC), a criação de organizações não-governamentais (ONGs) conservacionistas, o avanço da ciência da conservação no país e o desenvolvimento de listas nacionais e estaduais de espécies ameaçadas.<sup>3</sup> O presente trabalho, entretanto, enfoca especificamente a última questão, a produção de livros de espécies ameaçadas de extinção, os chamados livros vermelhos. Ainda assim, outras duas dessas áreas - a criação de ONGs e o avanço da biologia da conservação - tangenciam esse estudo, uma vez que essas ONGs e o trabalho científico de biólogos da conservação, como veremos, têm um importante papel na produção desses livros.

O objeto de pesquisa aqui é o Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais, publicado em 1998 pela Fundação Biodiversitas, uma organização não-governamental conservacionista de Belo Horizonte. O objetivo do trabalho, ainda em suas etapas iniciais, é compreender o processo de produção do livro e justificar ou criticar o pioneirismo mineiro reivindicado pelos autores da obra. Além do contexto histórico da produção, que está relacionada com o movimento ambientalista brasileiro mais amplo, pretendemos fazer um levantamento inicial dos principais atores e instituições envolvidas na produção do livro e quais os procedimentos e pressupostos metodológicos e científicos para elaborar o livro final. Essa última questão é importante pois denota um trabalho científico desenvolvido por parte de um grupo de conservacionistas e a adoção de um modelo que orienta a confecção do livro. Para tanto, utilizamos como fonte de discussão teórica o recorte geracional do movimento conservacionista brasileiro proposto por Franco e Drummond<sup>4</sup> e alguns conceitos de Ludwik Fleck sobre a epistemologia da produção do

1 A frase foi retirada de uma reportagem publicada no periódico *El país*. ARAÚJO, H. O ‘reality show’ de animais que quer desvendar os segredos da Amazônia. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/01/ciencia/1527879081\\_809621.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/01/ciencia/1527879081_809621.html). Acesso em 28/06/2018, às 12h33.

2 FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade. *Revista História (São Paulo)*, v. 32, n. 2, p. 21-48, 2013. p. 23.

3 MITTERMEIER, Russel A. *et al.* Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. *Revista Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2005. p. 15.

4 FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural



conhecimento científico<sup>5</sup>, como coletivo de pensamento, estilo de pensamento, círculo exotérico e círculo esotérico. Portanto, esse trabalho estabelece um diálogo entre dois campos da ciência histórica, a História Ambiental e a História das Ciências.

### Ciência e política: a elaboração do livro vermelho em Minas Gerais

A União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN; IUCN, em inglês), tendo como um dos seus principais objetivos a identificação de espécies que estão ameaçadas de extinção e a criação de meios de salvaguardá-las e protegê-las, foi a instituição responsável por publicar as primeiras listas e livros vermelhos de espécies em extinção, bem como definir os critérios e categorias de ameaça. As primeiras listas e livros datam da década de 1960, mais precisamente do ano de 1966<sup>6</sup>. Esse tipo de literatura científica tem o objetivo de identificar espécies biológicas em perigo de extinção, fornecer dados e informações, baseadas em metodologias científicas, sobre a situação real das espécies em determinada região, direcionar políticas e legislações para defesa da biodiversidade e orientar políticas e diretrizes públicas e privadas de conservação dessas espécies ameaçadas.

No Brasil, a elaboração dessas listas e livros vermelhos de espécies em extinção acontece desde os anos finais da década de 1960 e início da década de 1970, com a publicação de três trabalhos<sup>7</sup>. O primeiro é a *Lista das Espécies de Animais e Plantas Ameaçadas de Extinção no Brasil*<sup>8</sup>, publicado em 1968, pelo então presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), José Cândido de Melo Carvalho. O segundo foi publicado no mesmo ano por Ademar F. Coimbra-Filho e Alceo Magnanini em formato de artigo, intitulado *Animais raros ou em vias de desaparecimento no Brasil*<sup>9</sup>. O terceiro, o livro *Espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção*<sup>10</sup>, foi publicado em 1972 pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e reúne algumas listas de espécies apresentadas na Reunião Técnica sobre Espécies Cinegéticas e Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna Brasileira da ABC. Essa última lista foi estruturada como um livro vermelho e é comumente citado como o primeiro livro vermelho publicado no Brasil<sup>11</sup>.

As listas e livros estaduais, entretanto, são mais recentes. A primeira lista estadual teria sido publicada ainda em 1954 por Augusto Ruschi, entretanto nunca foi oficializada<sup>12</sup>. Essa lista de Rus-

---

no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José L. de A. et al (orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 333-366.

5 FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

6 MACHADO, Angelo B. M.; DRUMMOND, Gláucia M.; PAGLIA, Adriano P. *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção (2 vols.)*. 1ª ed. Brasília, DF: MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas. 2008. p. 92.

7 Não consideramos aqui as listas de Sick sobre as aves exatamente pelo fato de que se trata de uma lista temática sobre aves, não abrangendo todas as classes zoológicas da fauna: mamíferos, répteis, anfíbios etc.

8 Carvalho, J.C.M. 1968. Listas das Espécies de Animais e Plantas Ameaçadas de Extinção no Brasil. *Bol. Inform. FBCN*. 3: 11-16.

9 Coimbra-Filho, A.F. & A. Magnanini. 1968. Animais raros ou em vias de desaparecimento no Brasil. *Anuário Bras. Econ. Florestal*. 19: 148-177.

10 Academia Brasileira de Ciências. *Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção*. Rio de Janeiro: ABC. 175p.

11 MITTERMEIER et al. *Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil*. p. 17.

12 MACHADO et al. *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção (2 vols.)*. p. 104.

chi, contudo, compreende apenas uma pequena região de um município interiorano do estado do Espírito Santo. As primeiras listas e livros vermelhos estaduais oficiais datam da década de 1990, onde está inserido o objeto de estudo dessa pesquisa, o *Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais*. Esse foi o primeiro livro dessa natureza a ser publicado por um estado da federação de maneira oficial, tendo sido reconhecido e homologado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão ambientalista estadual responsável pela elaboração da lista.

Poderíamos fazer uma crítica ao requerimento do *status* de pioneiros por parte dos editores do livro<sup>13</sup>. Todavia, acreditamos que tal insígnia deve ser condicionada ou não a esses editores e cientistas colaboradores do livro a partir de alguns requisitos e premissas previamente estabelecidas. Por exemplo, se pensarmos o livro vermelho em questão em relação aos outros livros nacionais, e mesmo a lista ou livro que teria sido publicado por Ruschi em 1954, a ideia de conceber um livro vermelho que indique a presente situação das espécies que ocorrem naquele estado não é necessariamente nova, mas sim uma aplicação ou apropriação de um trabalho que, agora, se restringe a um território específico, o estado de Minas Gerais. Por essa via, portanto, não há nada de pioneiro.

Não obstante, acreditamos que a condição de pioneiros deve-se mais a outros pontos que devem ser considerados e que fazem com que o livro publicado pela Biodiversitas em 1998 se distancie não só temporalmente desses outros livros e listas vermelhas nacionais e estaduais. Aqui, há duas situações. A primeira é a própria relação desse movimento mineiro em relação ao movimento ambientalista brasileiro e a questão política que está envolvida no processo de elaboração do livro. A segunda é o componente científico que confere uma singularidade aos livros e listas vermelhas que começaram a ser publicadas a partir da década de 1990. Essa dimensão científica enquadra as metodologias empregadas para a elaboração do livro e a formação de uma comunidade científica que reúne especialistas de diversos outros coletivos para elaborarem conjuntamente o livro. Agora, o caráter coletivo da produção dos livros e listas pós-1990 se contrapõe ao caráter mais individualista da confecção dos livros e listas vermelhas anteriores. Vejamos cada uma dessas situações.

Segundo Franco e Drummond<sup>14</sup>, a terceira geração do ambientalismo brasileiro tem a conservação da biodiversidade como uma das novas bandeiras de luta política conciliada com a utilização de subcampos da Biologia, como a Biologia da Conservação, para o trabalho de proteção à biodiversidade. Os trabalhos de conservação são geralmente desenvolvidos por organizações conservacionistas, como é a Biodiversitas. As ONGs tiveram um papel importante nas pesquisas sobre conservação e são instituições “intermediárias – as catalisadoras – que unem a pesquisa da conservação (comunidade acadêmica) e sua aplicação (governo e, de modo crescente, corporações e indústria)”<sup>15</sup>. A Biodiversitas, fundada em 1989, foi pensada e organizada como um braço técnico

13 MACHADO, Angelo B. M. et al. *Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998. p. 15.

14 FRANCO e DRUMMOND. *História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade*. p. 333-366.

15 MITTERMEIER et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. p. 18.

do Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais (CCN-MG), uma das primeiras instituições ambientalistas mineiras. Em outras palavras, fora criada para fornecer argumentos técnico-científicos à atuação militante do CCN-MG. A ONG mineira, por exemplo, é um exemplo claro dessa intermediação entre a pesquisa acadêmica e sua aplicação real. Parceira do estado mineiro na elaboração das listas, conta com inúmeros especialistas em conservação no seu corpo técnico, formados principalmente no curso de pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre da Universidade Federal de Minas Gerais<sup>16</sup>.

A Biodiversitas, tendo em seu objetivo estatutário a conservação de espécies ameaçadas de extinção e a elaboração de listas e livros vermelhos<sup>17</sup>, possui, então, um papel central na produção do Livro vermelho de Minas Gerais, assim como teve na elaboração das listas e livros nacionais. Não obstante, a data de sua fundação é tomada como data inicial do recorte temporal desse trabalho. A instituição ambientalista de Belo Horizonte é responsável por reunir em torno dela o grupo de editores e colaboradores, zoólogos especialistas em cada um dos subgrupos de trabalho (mamíferos, répteis, anfíbios, peixes, aves, invertebrados etc.) que participaram da produção do livro. Mais do que isso, a Biodiversitas definiu também um roteiro metodológico para a elaboração das listas e livros vermelhos, publicado em 1997, que orientou a confecção de várias listas e livros vermelhos estaduais e nacionais, tornando-se uma referência no meio científico.

Contudo, outras instituições também forneceram cientistas que participaram da produção do livro vermelho de Minas. Dentre todas elas<sup>18</sup>, destacamos duas, o Instituto de Ciências Biológicas da UFMG (ICB) e a Universidade de Brasília (UnB). Os dois centros universitários têm um papel na formação científica de muitos dos especialistas que participaram da elaboração do livro. Todos os cinco editores, por exemplo, passaram pelo curso de mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, o primeiro na área de Ecologia do país e que tem uma proximidade com o curso de Ecologia da UnB. Por economia de tempo e espaço, os exemplos ficarão restritos aos editores do livro: Angelo Barbosa Monteiro Machado, Gustavo Alberto B. da Fonseca, Ricardo Bonfim Machado, Ludmilla Moura de Souza Aguiar e Lívia Vanucci Lins.

Angelo Machado é professor da cadeira de Zoologia do ICB e também no curso de pós-graduação em Ecologia no ICB, além de ser um dos fundadores da Biodiversitas. Gustavo da Fonseca, formado na UnB, também é professor do curso de Ecologia no ICB. Ricardo Machado e

16 MITTERMEIER *et al.* Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. p. 20.

17 MACHADO *et al.* *Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais*. p. 11.

18 Estas são as instituições e, em parênteses, a quantidade de especialistas pertencentes a cada uma delas: Instituto de Ciências Biológicas da UFMG (13), Univ. de Brasília (6), Fund. Biodiversitas (4), Inst. Est. de Florestas (2), Conservation International (2), Fundação Acangaú para Conservação e Uso Sustentado de Ecossistemas Naturais (2), Univ. Fed. de Viçosa (2), Univ. Fed. do Paraná (2), Univ. Fed. do Rio de Janeiro (2), CRAX – Sociedade de Pesquisa do Manejo e da Reprodução da Fauna Silvestre (1), Inst. de Ciências Geológicas da UFMG (1), Ibama-MG (1), Fund. Ezequiel Dias (1), Univ. of Wisconsin (1), Univ. of California at Berkeley (1), Univ. Est. de Campinas (1), The Nature Conservancy (1), PUC-MG (2), Universidade de São Paulo (1), Fundação Zoobotânica (1), Univ. Est. Paulista (1), Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda (1), Cemig – Divisão de meio ambiente (1), Museu de Biologia Mello Leitão (1) e sem instituição (5).

Ludmilla Moura de Souza Aguiar possuem formações idênticas. Ambos são mestres em Ecologia pela UFMG e fizeram o doutorado em Ecologia pela UnB. Os dois foram orientados por Gustavo da Fonseca. Por último, Livia Vanucci Lins tem mestrado em Ecologia pela UFMG e na época da publicação do livro pertencia à equipe técnica da Biodiversitas. Seja como professor ou como discente, em comum, todos passaram pelo curso de Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre da UFMG. Quando estendemos a contagem a todos os 56 zoólogos participantes, 23,2% deles são dos ICB. Se somarmos o ICB, mais a Biodiversitas e a UnB, as três instituições juntas são responsáveis por fornecer 41% dos cientistas que compunham a equipe técnica de produção do livro.

Reunidos em torno da Biodiversitas, todos esses cientistas oriundos de diversos coletivos acabam por constituir um novo coletivo. Segundo Fleck, coletivo de pensamento significa uma “comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos”<sup>19</sup>, mais ainda, definem seu estilo de pensamento, compartilhado entres os pares constituintes do coletivo e que significa “uma coerção definida de pensamento e mais: a totalidade das disposições mentais, a disposição para uma e não para outra maneira de perceber e agir”<sup>20</sup>. Em outras palavras, o estilo de pensamento significa a condução teórica e prática do trabalho científico desenvolvido pelo coletivo.

A adoção desse estilo que orienta a produção do livro vermelho de Minas Gerais é evidenciada pelo *Roteiro metodológico para elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinção*<sup>21</sup>, publicado pela Biodiversitas em 1997, baseada nos roteiros já publicados pela UICN e que definem os critérios de classificação das espécies nas categorias de ameaça definidas pelo roteiro. O roteiro metodológico que orienta a produção das listas e livros vermelhos indica que o procedimento é feito em três fases principais: etapa preparatória, decisória e final. Na etapa preparatória definem-se os critérios de ameaça, geralmente os mesmo da UICN com algumas modificações, e, então, os especialistas indicam uma relação de espécies candidatas à lista final. A segunda fase, decisória, compreende a realização de um workshop onde, de acordo com os dados compilados na primeira fase, os especialistas definem quais as espécies de fato irão integrar a futura lista. Por fim, a etapa final é reservada para organização definitiva da lista e o encaminhamento da mesma para ser homologada pelo órgão ambiental competente<sup>22</sup>. O roteiro da Biodiversitas tornou-se referencial nacional e foi utilizado para a produção de outros livros vermelhos estaduais e do livro vermelho nacional, publicado em 2008, também pela Biodiversitas.

Todo esse trabalho científico guarda algumas relações muito próximas com uma atuação política de muitos integrantes do ICB e da Biodiversitas que são também reconhecidos pela atuação como ambientalistas. A obrigatoriedade do estado de Minas Gerais de fazer a lista vem da própria Constituição Estadual. Segundo esta, o estado deve “definir mecanismos de proteção à fauna e à flora nativas e estabelecer, com base em monitoramento contínuo, a lista de espécies ameaçadas

19 FLECK. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. p. 82.

20 FLECK. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. p. 110.

21 LINS, Livia V. et al. *Roteiro metodológico para elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinção: (contendo a lista oficial da fauna ameaçada de Minas Gerais)*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1997.

22 LINS et al. *Roteiro metodológico para elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinção: (contendo a lista oficial da fauna ameaçada de Minas Gerais)*. p. 3.

de extinção e que mereçam proteção especial<sup>23</sup>. Sendo o Instituto Estadual de Floresta o órgão ambientalista responsável pela elaboração da lista, realizou-se uma parceria da instituição com a Biodiversitas para que os trabalhos de pesquisa científica e publicação fossem realizados.

O argumento aqui é mostrar que esse caso mineiro é um exemplo da inclinação que houve no movimento ambientalista mineiro, acompanhado do nacional, onde a atuação como militante ambientalista não se restringe mais à ação política e passa a compreender também um trabalho científico. Esse movimento responde a uma necessidade de formar um discurso técnico e científico a fim de garantir apoio do poder público, das instituições privadas e da sociedade civil às causas e pautas reivindicadas pelo movimento de maneira geral e não somente para as questões conservacionistas. Trata-se, em última instância, de entender, a partir de Fleck, como os círculos esotéricos e exotéricos dialogam e fazem parte da construção do livro, de como as diferentes esferas da sociedade, o social, o político e o científico se retroalimentam e se comunicam. Em resumo, é perceber que a discussão social sobre conservação e meio ambiente induz e alimenta um fazer científico, traduzido na criação de disciplinas como a Biologia da Conservação, por exemplo, mas não somente, e, na mão contrária, como as pesquisas e trabalhos científicos dão um retorno para a sociedade, tanto em termos de ciência como em termos de políticas, exemplificado na produção dos livros e no auxílio que estes prestam à definição de políticas públicas de conservação, na criação de unidades de conservação, dentre outras.

### Considerações finais

O livro faz parte de um esforço coletivo de cientistas e ambientalistas preocupados com a conservação de espécies no Brasil, mostrando diálogo com uma discussão realizada na comunidade científica internacional. O contexto de preocupações de ambientalistas alimenta o fazer científico dessa comunidade de especialistas, que agindo cientificamente e politicamente, conseguiram que o estado, no caso de Minas Gerais, através de uma lei constitucional, fosse obrigado a elaborar a lista de espécies ameaçadas de extinção. Em Minas, o primeiro estado da federação a fazê-lo, a lista é de 1995 (o estado do Paraná também publicou uma no mesmo ano) e o livro é de 1998, o que atesta esse pioneirismo mineiro nesse tipo de trabalho científico.

Cabe lembrar a função das listas de catalogação e levantamento biogeográfico dessas espécies em extinção, o primeiro passo para direcionar políticas e diretrizes públicas para conservação de espécies ameaçadas de extinção. Mais importante é o papel das listas estaduais como complementares da lista nacional, uma vez que do ponto de vista genético as espécies de uma região são diferentes das de outra região que ocorrem, bem como o fato de que uma espécie pode estar extinta em um estado da federação, mas não necessariamente no Brasil.

23 MINAS GERAIS. [Constituição (1989)] *Constituição do Estado de Minas Gerais*. 14 ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2012. Disponível em [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70446/CE\\_MG\\_EC\\_90.pdf?sequence=11](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70446/CE_MG_EC_90.pdf?sequence=11). Acesso em 25/04/2018, às 11h23. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE MINAS GERAIS, art. 214, § 1º, VI, 1989.



## Metas florestais: Desenvolvimentismo e proteção à natureza no governo JK

Filipe Oliveira da Silva

filipe\_oliveira\_da\_silva@hotmail.com

### Resumo

A gestão presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é marcada na historiografia pela sua política nacional-desenvolvimentista. A esteira disso, os estudos que o remetem, por vezes, sublimaram a agência da natureza durante esta conjuntura ou trataram-na de maneira secundária e pouco significativa para a compreensão deste período. No escasso leque de trabalhos que a mencionam, o enfoque é concedido às práticas destrutivas do mundo biofísico, destacando-se o avanço das fronteiras para o Oeste do território nacional, através da construção da nova capital federal, Brasília. Não ocultando esta face já conhecida da política JK, este trabalho busca realçá-la à proposta concomitante de proteção das matas brasileiras. Pretende-se investigar que, em meio a aceleração do processo urbano-industrial, a elite técnica juscelinista articulou iniciativas de minimização da degradação das florestas. Para isso, cotejam-se nesta análise vestígios em documentos oficiais, correspondências, periódicos e memórias.

**Palavras-chave:** Juscelino Kubitschek – Política Florestal - Nacional-desenvolvimentismo

Sr. Ministro,

A devastação de nossas matas está assumindo proporções de verdadeira calamidade nacional. Por toda parte, em minhas viagens pelo interior do país, tenho observado as graves consequências deste desgaste imprevidente de nossas florestas, dilapidadas e empobrecidas em suas riquezas por processos primitivos de exploração.

(...) Urge promover um entrosamento dos órgãos responsáveis pela conservação do nosso patrimônio vegetal, de modo a evitar a dispersão de esforços e a permitir que se coíba, por todos os meios, a ação dos devastadores.

A conservação do solo, a proteção dos mananciais, a preservação dos microclimas e a regularidade do regime pluviométrico – elementos indispensáveis ao equilíbrio ecológico – exigem a desvelada e persistente defesa do nosso painel florístico, como imperativo superior da economia e do bem-estar da nossa coletividade.

(...) este ministério deverá instituir, imediatamente, um Grupo de Trabalho que formule um plano de ação pronto e eficaz. Tal plano deverá estar pronto antes do dia 21 do corrente, dia consagrado à árvore, a fim de que possamos iniciar, nesse ensejo, a execução do amplo programa de reflorestamento e defesa do patrimônio florestal.

Juscelino Kubitschek<sup>1</sup>

1 AZAMBUJA, David de. *Retrospecto da minha vida funcional, uma contribuição à memória florestal brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, p.71.



A missiva em epígrafe assinada pelo presidente da República Juscelino Kubitschek (1902-1976) e destinada ao ministro da agricultura Mário Meneghetti (1905-1969) lança feixes de luz sobre horizontes nebulosos da política juscelinista. Redigida no dia 4 de setembro de 1958 em uma conjuntura de “grande seca” que assolava o Nordeste e sob o avanço do processo urbano-industrial, a correspondência acima ilumina representações acerca da natureza em período áureo do nacional-desenvolvimentismo.

Se aos olhos de JK a carta consistia em uma convocação para um reflorestamento mais intenso e integrado, aos ouvidos dos detratores da coligação PSD-PTB era um “atestado da falência” da intenção governamental de impedir a degradação ecológica do país.<sup>2</sup> Em que pese as críticas que se possa realizar sobre a efetividade desta política florestal, pode-se afirmar que existe uma evidência histórica latente neste discurso, qual seja: a intenção – nem que seja ao mero nível retórico e teatralizado - de JK pela proteção às matas.

Reconhecido pelo ímpeto industrial de seu governo do qual foi baluarte do *slogan* de realizar em um quinquênio o crescimento econômico equivalente a cinco décadas, Kubitschek ocupa as páginas da historiografia como o modelo mais bem acabado do projeto desenvolvimentista.<sup>3</sup> Por consequência, enumeram-se a ele um repertório de ações e práticas que valorizam o enfrentamento do mundo natural e a deterioração do mundo biofísico. No entanto, como a epígrafe expõe, o presidente da República não descartou a realização de uma política que coibisse a devastação das matas.

Pautando-se neste perfil conservacionista expresso pela datilografia desta carta, pode-se sugerir que o governo JK tenha-se interessado por estabelecer um modo próprio de interação com a natureza a partir de um plano de ação sobre as florestas. O presente ensaio ecohistoriográfico tem a finalidade exatamente de examinar o processo de formulação de políticas conservacionistas entre 1956 e 1961, período em que esteve a frente do poder executivo nacional. Por intermédio do coitejamento de fontes que contemplam discursos, mensagens presidenciais, correspondências, documentos oficiais, periódicos e registros memorialísticos, destaca-se como a conservação das florestas e o desenvolvimento econômico foram intimamente imbricados pela elite técnica juscelinista.

Para tanto, segmentamos esta narrativa em dois momentos: o primeiro deles refere-se a uma crítica historiográfica aos trabalhos dedicados à investigação deste mandato presidencial. Refletimos, posteriormente, acerca das políticas de proteção à natureza que foram realizadas pelo juscelinismo. Esta proposta não tem por interesse enaltecê-lo por uma posição favorável às matas laureando-o sob os imperativos do tempo presente. Tampouco trata-se do objetivo deste artigo abdicar dos impactos ambientais que a sua política econômica acarretou. Ao contrário, o que pretendemos é evidenciar as múltiplas representações de natureza que estavam em jogo neste campo

2 A FALÊNCIA das 'metas florestais' de JK. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 11-18 de setembro de 1958, p.14.

3 BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

social. Em outros termos, para além do conhecido “enfrentamento da floresta” que percebia o mundo biofísico como obstáculo ao progresso, coadunavam-se propostas de proteção, dos quais cabem às análises históricas investigá-las.

### Entre o silêncio das matas e o ronco do trator

A literatura acerca do governo JK é ampla, difusa e diversificada. Isso significa que a textualidade que remete à sua gestão presidencial é composta de múltiplos autores, desde simpatizantes a opositores, de abordagens que perpassam a economia, cultura e política, bem como de temas que mobilizam diversos enfoques. No que concerne ao lugar da natureza concedido pela historiografia a este governo duas posições devem ser sublinhadas, qual seja, a do *silêncio* em relação a ela e a percepção de *destruição* do mundo natural. Ambos grupos apresentam características divergentes, principalmente, em relação ao seu período de produção destes saberes.

### O silêncio das matas

O primeiro grupo historiográfico que esboçamos refere-se aqueles que negligenciam ou marginalizam a natureza como agente histórico do período. Correspondem, principalmente, a trabalhos datados das décadas de 1960 até 1990. Em se tratando dos primeiros estudos que coligiram informações sobre o governo Kubitschek seria demasiada pretensão buscarmos neles fontes que explanassem políticas de proteção do ambiente físico em suas narrativas. Boa parcela de autores desse grupo experienciaram o governo JK, tais como intelectuais do estirpe de Thomas Skidmore e Francisco de Assis Barbosa.

Para ambos autores o ano de 1967 foi decisivo na elaboração de representações sobre o período JK. Neste momento, o norte-americano Skidmore que havia recebido uma bolsa de financiamento de pesquisas para o estudo da América Latina publicou sua obra *“Politics in Brazil, 1930-1964. An experiment in Democracy”*. Esta começou a ser esboçada desde 1964, momento de implantação da ditadura civil-militar no país e da segunda viagem de Skidmore ao Brasil, que somente conseguiu ser publicada após resistências entre as casas editoriais norte-americanas. Adquirindo tradução ao português em 1969, a obra não pode ser analisada destituída de seu contexto de emergência dos estudos de áreas na academia norte-americana e sob interesse estatal para estreitar as relações com os países latino-americanos após a Revolução Cubana.<sup>4</sup>

Em que pese às críticas ao seu possível “colonialismo epistemológico” e intervenção direta sobre os acontecimentos políticos nacionais, Skidmore e outros brasilianistas buscavam suprir uma

4 CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. 185f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p.96.

lacuna do pensamento social brasileiro. Enquanto os historiadores nacionais recuavam sua argumentação para o período colonial e atingindo no máximo o ano de 1930, Skidmore produziu um discurso historiográfico sobre o tempo presente, no qual as testemunhas estavam vivas e atuantes no cenário nacional.

O capítulo que expõe o período JK sintetiza-o como os “anos de confiança”.<sup>5</sup> Tratam-no como um dos poucos mandatos na experiência democrática brasileira que foram cumpridos em sua plenitude, embora tivesse emergido sob contexto de tentativas golpistas de 1955. A pretensão de industrialização, as dificuldades de financiamento das medidas por parte de organismos internacionais e as relações do Estado com os grupos sociais (empresariado nacional, intelectuais, proprietários rurais, classes médias e trabalhadores) foram problematizadas. No entanto, esta estrutura sociopolítica não se enraíza em um mundo biofísico. Não há qualquer intencionalidade de questionar os recursos naturais empregados pela aceleração da industrialização ou, quiçá, apontar as iniciativas florestais de Kubitschek.

O prefácio desta obra de Skidmore foi redigido por Francisco de Assis Barbosa. Este também teve em 1967 uma publicação notória para o estudo do regime JK.<sup>6</sup> O historiador brasileiro não poupou elogios a esse governo, do qual ele tinha sido assessor de documentação da presidência, apontando como um presidente dotado de “prudência e habilidade” e que conseguiu impor sua personalidade “otimista, entusiástica e eufórica”. A única anotação que realiza sobre o ambiente físico é meramente pontual, embora incisiva. Assinalou que a construção da Estrada Belém-Brasília dobrava um tabu que resultou na seguinte assertiva: “a selva fora dominada”.

Barbosa não se contentou com o breve capítulo e compôs uma biografia do presidente bossa nova.<sup>7</sup> Tal gênero literário gerou um prestígio deste historiador no campo intelectual, tendo redigido biografias do escritor boêmio Lima Barreto e do cientista Santos Dumont. Na biografia de JK o estilo ascendente do presidente é enaltecido. Desponta-o como de origem humilde, cujo avô era marceneiro e pelo lado materno era oriundo de pequenos comerciantes de diamantes. Apesar desse passado, tornou-se presidente empenhado na interiorização do território nacional. Não há na textualidade enfoque sobre suas políticas de proteção à natureza, embora sejam descritas as paisagens que estavam na memória afetiva do protagonista.

No prefácio desta biografia, Barbosa assevera que os estudos sobre JK aprofundaram-se nos anos de 1970 com a tese de doutoramento de Celso Lafer (defendida no campo da ciência política em 1970 na Universidade de Cornell e somente traduzida tardiamente no Brasil em 2002),

5 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Tradução de Ismênia Dantas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.203-230.

6 BARBOSA, Francisco de Assis. O Quinquênio Kubitschek e as suas dificuldades iniciais. In: QUADROS, Jânio; FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Orgs.). *História do povo brasileiro*. 1ªed, v.6. São Paulo: Jânio Quadros editores culturais, 1967, p.179-212.

7 BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

além do estudo de Miriam Cardoso e de Maria Victória Benevides. Ambos trabalhos enfatizam uma perspectiva político-econômica dessa gestão promovendo, cada qual à sua maneira, uma análise sobre o Plano de Metas. Lafer insere esse conjunto de medidas enquanto, definitivamente, um programa bem-sucedido e planejamento econômico bem estruturado que inclui variáveis de participação (graus e formas de participação de setores da população nesse sistema político democrático), operacionais (que busca entender a racionalidade e a eficiência deste plano econômico) e, finalmente, direcionais (que observa a finalidade desse plano voltado ao desenvolvimento econômico).<sup>8</sup>

Miriam Cardoso, por sua vez, esteve interessada na comparação de JK ao governo de Jânio Quadros a partir de categorias sociais como desenvolvimento e subdesenvolvimento, nação e estrangeiro, Estado e iniciativa privada; atitude política geral; a relação entre governo e povo; a formação da consciência e a composição social. Em sua ótica, o programa de metas esteve no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que pretendia exaurir as bases do pobreza e instaurar a prosperidade material da nação.<sup>9</sup>

Benevides, ainda em seus agradecimentos, expõe correspondência trocada com JK que ilustra a proximidade entre a intelectual e o antigo presidente. A questão que a intrigava era sobre a maneira pela qual o governo JK conseguiu assegurar desenvolvimento econômico e estabilidade política. A hipótese central que desenvolveu para responder a esta questão não foi muito distante daquela que tinha sido esboçada por Barbosa. Tratou de enfatizar a “habilidade” do presidente e seu estilo conciliatório. A autora apontava, portanto, que ocorreu entre 1956 e 1961 uma conjuntura favorável no qual Forças Armadas (em especial o Exército) e o Congresso (cuja base estava voltada na junção entre o PSD e o PTB) atuaram para a implementação do Programa de Metas.<sup>10</sup>

Dos três últimos autores apresentados, esta última é aquela que mais se aproxima da intenção de inserir o mundo biofísico como ator que esteve em meio às intrincadas relações de forças existentes neste governo. Ao apresentar sua proposta teórica, a autora chega a afirmar que “as condições do meio ambiente modificam e afetam o funcionamento do sistema político”. A despeito disso, a variável da natureza é abandonada em sua análise, mantendo o negligenciamento que os demais intelectuais realizam.

Em linhas gerais, esta perspectiva da literatura observava, na verdade, o planejamento econômico do Brasil nos anos JK em que a natureza é mera externalidade e não se colocava como fator limitante para o desenvolvimento econômico. Dae Won Choi, por exemplo, orientado pela sociologia do desenvolvimento de Octávio Ianni, reiterava o plano de metas como uma transformação significativa do modelo de substituição das importações. Conforme Choi, através deste programa implementado por Kubitschek, ocorreu uma penetração do capital estrangeiro sobre o

8 LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Tradução Maria Victória Benevides. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

9 CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil JK-JQ*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

10 BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

aparelho estatal. Sendo assim, diferentemente de Vargas que pretendia configurar um sistema capitalista nacional, JK seguiu diretrizes do capitalismo dependente por intermédio do tripé Estado, iniciativa privada e capital estrangeiro.<sup>11</sup> A economia e a modernização, sobrevalorizada na narrativa do sociólogo, obscurece a o mundo biofísico como agente e os impactos ecológicos – nas diversas escalas geográficas – que esse processo resultou. Ou seja, novamente o silêncio pairou sobre a degradação ambiental e as possíveis mitigações propostas pelo Estado.

### O ronco do trator

Uma segunda tendência historiográfica que é possível sublinhar diz respeito àqueles que assinalam o processo destrutivo frente à natureza do regime JK. Essa interpretação tem-se enfatizado nas últimas duas décadas com o crescimento dos estudos da historiografia que preconiza as culturas políticas, o meio ambiente e as ciências enquanto construções sócio-históricas. São trabalhos que emergiram, predominantemente, a partir de meados dos anos de 1980, quando a questão ambiental ganhou, definitivamente, proeminência no debate público. Se o primeiro grupo silenciava a natureza em suas narrativas, esse produz um ruído ensurdecido e estridente do ritmo da devastação florestal, a tal ponto de levantar as catástrofes naturais e os conflitos geohistóricos, sem perceber, contudo, as medidas compensatórias que o regime JK buscou operacionalizar.

A dissertação de mestrado defendida por Ana Maria Ribas Cardoso<sup>12</sup> que inscrevia sua análise sob o olhar da “história das mentalidades” à revelia dos clássicos trabalhos anteriores formulou, por exemplo, uma narrativa que concebia a construção de Kubitschek como um mito político que não acantonou a natureza do horizonte historiográfico. Uma de suas principais contribuições para as intenções deste texto, contudo, foi a menção da seca de 1958 enquanto um fato de impacto para a economia nordestina, bem como a análise do processo de interiorização territorial a partir da construção imaginária de Brasília enquanto dotado da paisagem de Canaã ou da “terra prometida”.

Seguindo a mesma orientação de constatar a construção na memória social do presidente Kubitschek, Rosilene Montenegro evidencia que esse discurso presidencial associava-se à imagem do bandeirante. Tomando como estudo os discursos, biografias e memórias sobre JK, Montenegro acentua que a ele imbuíam-se metáforas de um o espírito aventureiro, desbravador e conquistador do território nacional.<sup>13</sup> Nesse sentido, Montenegro, tal como Ana Maria Ribas Cardoso, concede atenção especial às catástrofes naturais das estiagens nordestinas e a construção de Brasília.

11 CHOI, Dae Won. *Estado e industrialização tardia no Brasil: “Programa de Metas” (1956-1961)*. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

12 CARDOSO, Ana Maria Ribas. *O homem e o mito: revisitando os tempos JK (1956-1961)*. 283f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

13 MONTENEGRO, Rosilene Dias. *Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas*. 448f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p.357.

Acerca deste último evento, o estudo do geógrafo José William Vesentini se ocupou de traçar motivações geopolíticas da transferência da capital.<sup>14</sup> De acordo com o geógrafo, a construção de Brasília transformava a natureza primitiva em mercadoria, esteve vinculada a um processo de reinvenção da democracia brasileira, a um interesse de ocupação do *heartland* (terra do coração, demonstrando afeto sobre o espaço geográfico nacional), de articulação de um rede de transportes no país, bem como envolta por preocupações com as fronteiras do Brasil. Sua abordagem reporta-se ao intrincado debate entre espaço, natureza e território. Vesentini, porém, com suas matrizes afincadas sobre o marxismo refletiu sobre a exploração do trabalho e da natureza convertida em recurso, sem, contudo, evidenciar a contribuição de JK para a conservação da natureza.

Para além dos tijolos de Brasília e das secas de 1958, um evento significativo para esta historiografia que concede destaque à destruição da natureza foi a construção de estrada de Belém-Brasília. Se no primeiro grupo Francisco de Assis Barbosa chegou a mencionar, de modo breve e secundário, sobre o domínio da “selva”, os trabalhos desta vertente aprofundam a discussão. O enfoque que é colocado diz respeito à expansão das áreas agrícolas e disputas territoriais entre proprietários fundiários e populações ribeirinhas e indígenas. Esses autores parecem retomar as contribuições da historiografia norte-americana de Frederick Turner, bem como dos historiadores Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda para trabalhar com o conceito de “fronteira” ou “sertões” como mecanismo de formação da nacionalidade.

Vânia Maria Lousada Moreira, situada nesse *corpus* textual, considera que JK foi tributário do projeto de colonização da Marcha para Oeste que adquiriu expressão no governo Vargas. No entanto, a organização fundiária e ampliação do mercado interno de terras foi radicalmente modificada. Para Moreira, JK apoiou a apropriação espontânea do solo e prejudicou, principalmente, as comunidades de posseiros, indígenas e ribeirinhas.<sup>15</sup> A destruição, para além de atingir as comunidades humanas afetou diretamente as dinâmicas espaciais e paisagísticas, além de promover o desenvolvimento da indústria automobilística.<sup>16</sup>

Tal argumento é corroborado, cada qual a seu modo, por Rômulo de Paula Andrade, Sandro Dutra e Silva, além de Jorge Luiz Romanello. O primeiro, enraizado sobre a história ambiental de Warren Dean, sobrevaloriza a destruição das matas durante o governo JK. Andrade assinala que nas falas oficiais o que se percebe é um “pensamento (anti)ambiental”.<sup>17</sup> Certamente, esta lingua-

14 VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.

15 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.186.

16 WOLFE, Joel. The Multination solution: Juscelino Kubitschek and the National Auto industry. In: \_\_\_\_\_. *Autos and progress: the Brazilian search for modernity*. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.113-143.

17 ANDRADE, R. P. *Conceitos de progresso e natureza na construção da Belém-Brasília*. In: 13º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2012. Universidade de São Paulo: São Paulo: *Anais ...* Captado em: <[http://www.sbhic.org.br/resources/anais/10/1344996001\\_ARQUIVO\\_SBHC2012.pdf](http://www.sbhic.org.br/resources/anais/10/1344996001_ARQUIVO_SBHC2012.pdf)> Acesso em: 05.04.2017.



gem desenvolvimentista é repleta de vocábulos que representam a natureza como obstáculo a ser ultrapassado ou vencido. No entanto, o discurso é ambíguo, pois contempla dimensões de proteção, tais como a correspondência pública citada no início de nosso texto. Este possível horizonte ecológico do presidente JK ainda é algo a ser investigado.

Sandro Dutra e Silva, por sua vez, examinou o abate do último jatobá da floresta Amazônica por onde atravessaria a estrada Belém-Brasília.<sup>18</sup> Segundo o historiador, este ato protagonizado por Kubitschek simbolizou a conquista territorial e a materialização da construção da rodovia. Tal como Rosilene Montenegro, Silva recorre à imagem de que JK buscava um arquétipo do herói do progresso e desenvolvimento e dotado do espírito bandeirante, dimensão esta que perdura no imaginário. Portanto, debruça-se no enfrentamento da natureza sem, contudo, apresentar uma face de proteção a ela que o governo JK buscou implementar.

Romanello<sup>19</sup>, investigando o conceito de natureza na revista *O Cruzeiro*, impresso de propriedade do empresário Assis Chateaubriand – sujeito histórico beneficiado pelo Plano de Metas –, elucidou que as fotografias do periódico expressavam os desastres naturais (sobretudo enchentes no Centro-Sul e secas nordestinas), bem como apresentava a natureza como possibilidades econômicas para o crescimento e progresso nacional. Embora seja abordada na narrativa como conceito-chave, não é percebida as políticas de minimização da degradação ecológica das políticas desenvolvimentistas.

Enquanto Romanello tomou por base o magazine *O Cruzeiro*, outro impresso que valorizava a imagem de JK era a revista *Manchete*. Examinando este periódico Pedro Augusto Santos também concedeu destaque ao processo de conquista territorial, em especial, quando investiga a cobertura da revista às políticas de valorização econômica da Amazônia. O autor reitera a construção da imagem de bandeirante e desbravador de JK e, ademais, caracteriza o governo como aquele que buscava transformar e dominar a natureza para incorporar o Brasil a si mesmo, bem como livrá-lo, definitivamente, do “complexo colonial”.<sup>20</sup>

O fotojornalismo de *O Cruzeiro* e *Manchete* foi investigado por Maria Leandra Bizello. Em sua análise considera que as fotografias jornalísticas, sobretudo da construção de Belém-Brasília eram, em sua maioria, aéreas, pois transmitiam a ideia de que a floresta era grandiosa, demandando

18 SILVA, Sandro Dutra e. No caminho, um jatobá: enfrentamento e devastação da natureza na conquista do “último oeste”. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.147-170.

19 ROMANELLO, Jorge Luiz. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista, 1954-1961*. 269f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, 2006.

20 A mérito de esclarecimento os periódicos, de maneira geral, tem sido comumente revisitadas como *fonte e objeto* pelos historiadores a fim de compreender este momento da história contemporânea brasileira. Em geral, incluem-se no primeiro grupo de trabalhos que silenciam a natureza como problema histórico. Entre os materiais privilegiados constam o *Correio da Manhã*, a *Tribuna da Imprensa*, o *Diário de Notícias*, entre outros. Ver SANTOS, Pedro Augusto Gomes. *A classe média vai ao paraíso: JK em Manchete*. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2002.

um esforço humano para subjugar-la e dominá-la.<sup>21</sup> A interpretação de Bizello, tal como dos estudos deste grupo parecem manter a lógica da natureza sob o verniz da dominação e conquista territorial. Em vez de afirmar, como Francisco de Assis Barbosa sugeriu em 1967 que a “selva” havia sido, de fato, dominada, os autores buscam evidenciar como o imaginário do dominação à natureza foi uma imagem repercutiu neste governo JK.

Esta representação de bandeirante de JK também é expressa no trabalho de Ivany Neiva que investiga as correspondências de pessoas do comum enviadas ao presidente. Em uma das cartas analisadas em seu trabalho, a autora menciona que uma habitante de Juiz de Fora escreveu ao presidente contando-lhe sobre a comercialização de mudas de árvores - em especial, de coqueiro-anão – que estabelecia com Bernardo Sayão, antes deste falecer pela queda de um jatobá na construção de Belém-Brasília.<sup>22</sup> A autora esteve interessada na linguagem coloquial e não culta da fonte histórica, porém, para nosso trabalho pode indicar a colaboração ativa de pessoas na proposta de reflorestamento nacional. Não há, porém, menção a este projeto florestal por parte da autora.

Ricardo Maranhão, dentre os autores dessa tendência historiográfica, foi aquele que mais se aproximou dos interesses desse trabalho. Apesar de sua obra associar, tal como os demais, a construção de estradas de rodagem cortavam “a Amazônia e os cerradões do Brasil Central” à lógica de expropriação capitalista, com uma abertura ao grande capital por meio da agricultura e mineração, Maranhão vai além. No início da obra, acentua uma passagem do discurso oficial juscelinista que demonstrava o que considerava ser uma “antevisão das preocupações atuais dos defensores ecológicos da natureza”.<sup>23</sup> Na verdade, antever nos parece um vocábulo pouco adequado a esse contexto. O que se tem, entretanto, é um efetivo imaginário de proteção à natureza com suas especificidades temporais, do qual buscamos sublinhar nas linhas que se seguem.

### O ouro verde no relicário da nação

A despeito do silêncio da historiografia ou, simplesmente, do ressoar de sua agonia destrutiva, a natureza foi representada durante o período JK como um tesouro da nação. Mas, quais fatores motivaram essa gestão presidencial a reservar ao mundo biofísico um espaço no relicário da nacionalidade? Várias razões podem ser apontadas para justificar as preocupações ecológicas do Governo JK. Para fins analíticos deste texto pode-se mencionar os fatores exógenos e endógenos situados naquele contexto histórico.

21 BIZELLO, Maria Leandra. *Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. 332f. Tese (Doutorado em Multimídias). Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, 2008, p.199.

22 NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a capital: cartas a JK (1956-1961)*. 345f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

23 MARANHÃO, Ricardo. *O governo Kubitschek*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.8-9.

Quanto as motivações externas, ocorre *a priori* uma sensibilidade de autodestruição humana provocada pela Segunda Guerra Mundial aprofundados pela corrente existencialista na filosofia dos anos 50, a suposta cobiça estrangeira aos recursos naturais brasileiros e o alcance do debate científico internacional. Em acréscimo, revela-se, internamente, uma nostalgia em relação às paisagens pretéritas ao processo urbano-industrial, a intensificação de desastres ambientais, bem como a pressão de entidades civis e da imprensa dedicadas à proteção da natureza.

Diante disso, é preciso apontar aqui, minimamente, as linhas de atuação da política florestal juscelinista. Tal política era implícita no Plano de Metas de Kubitschek, principalmente nos artigos que se referiam a necessidade de diversificação e aumento da demanda por fontes energéticas. É por esse motivo que “as metas florestais” - tal como periódicos oposicionistas como a Tribuna da Imprensa trataram em suas colunas – consistiram no plantio inicial de 60 milhões de árvores por ano. Ao final do quinquênio, o Brasil deveria passar a escala de 100 milhões de árvores cultivadas.

Nas próprias palavras que configurariam o plano de metas era preciso construir “uma política objetiva tendente a incentivar a criação de florestas artificiais e a exploração racional das florestas naturais, [que] devia-se associar ao esforço de introduzir novos métodos tecnológicos de utilização da madeira, da lenha e do carvão vegetal”.<sup>24</sup> Nesse sentido, o presidente e sua elite “técnica” se pautava em “abalizados agrônomos” para buscar estabelecer nas terras um terço de pastagens, um terço de cultivos e um terço de matas.

Sob o espectro pedagógico, a gestão florestal de JK buscou enfatizar o ensino de proteção às florestas primordialmente sobre os segmentos populares empregando os diversos meios de comunicação para além da educação escolar. Diante desse repertório social já experimentado historicamente no Brasil, o governo JK implementou em 1956 a *Campanha Nacional de Educação Florestal*. A campanha possibilitou a promoção de exposições com cartazes, distribuição de mudas de plantas, palestras, debates e exibições cinematográficas propondo o reflorestamento de áreas degradadas. Além disso, foram criados clubes agrícolas que estimulavam a jardinagem e arborização.<sup>25</sup>

Ao nível do ensino superior foi criada durante a política JK a Escola Nacional de Florestas.<sup>26</sup> Essa era uma reivindicação antiga de intelectuais - como o agrônomo Paulo Ferreira de Souza - que estava presente em artigos das primeiras edições da *Revista Florestal*, impresso que circulou no Brasil entre 1929 e 1949. Com o estabelecimento do decreto 48.247 em 30 de junho de 1960, o presidente Juscelino aderiu às antigas solicitações do campo das ciências florestais e instituiu aquela unidade que pretendia formar profissionais de ensino superior e técnicos especializados ao assunto.

24 KUBITSCHKEK, Juscelino. *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Secretaria de Documentação, 1955, p.66.

25 AZAMBUJA, David de. *Retrospecto da minha vida funcional*, p.36.

26 BRASIL. Decreto 48.247 de 30 de junho de 1960. *Cria a Escola Nacional de Florestas e dá outras providências*. Captado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48247-30-junho-1960-387833-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 02.03.2017.

Preocupado em assegurar as bases democráticas e constitucionais, esta gestão não poderia deixar de atender o que previa 175º artigo da Constituição em vigor – a de 1946. Pelas letras da carta magna, “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público”. Além deste compromisso, ainda zelava por manter os acordos e tratados estabelecidos ao longo do tempo, bem como ampliar outros. No tocante a proteção à natureza de mais ampla assinou-se o protocolo internacional de caça da baleia em 1956.

Neste plano jurídico-administrativo pode-se apontar que corriam entre os intelectuais ideias sobre a criação de um Ministério das Florestas, tais como sugeriam a carta do agrônomo e então presidente da FGV Luiz Simões Lopes endereçada ao presidente Juscelino Kubitschek, o agrônomo Luiz Simões Lopes.<sup>27</sup> Além disso, apontava na carta que a construção de Brasília não era entendida como destruição do mundo natural, mas um modo do Estado incrementar a vigilância no interior sobre as matas (sobretudo da Companhia internacional Rio Impex que extraía indiscriminadamente cedro das florestas do Norte de Goiás) e aproximar-se da natureza dos sertões que representava a verdadeira brasilidade.

Juscelino optou, ademais, por garantir a estabilidade das principais instituições criadas no governo Getúlio Vargas para manter a racionalidade no uso dos recursos florestais. Entre os espaços institucionais que perduraram constam o Conselho Florestal Federal que foi reestruturado no período, bem como o Serviço Florestal e o Instituto Nacional do Pinho. Em funcionamento, estas instâncias foram responsáveis por implantar postos florestais volantes que se utilizavam de veículos automotivos para fiscalizar e monitorar os usos sobre as florestas.

No imaginário juscelinista o automóvel seria capaz de percorrer espaços distantes e inibir as práticas criminosas sobre as matas. Há de se registrar que as contravenções florestais adquiriram espaço em periódicos especializados nas questões florestais. Um caso ocorrido em 1957, porém, é notório, pois sugere a existência de punições àqueles que dilaceravam o código florestal em vigor. Tratava-se da condenação pelas derrubadas das florestas a Anésio Arcabs de Cantuária que era presidente da Câmara de Perdizes em Minas Gerais. Ele foi apontado pelo periódico Brasil Madeireiro como o primeiro a ser integralmente punido no Brasil por crimes florestais.<sup>28</sup>

As instituições que puniam também foram as mesmas que participavam a construção de Parques Nacionais. Entre as áreas protegidas criadas nesse governo estão, conforme indica a tabela:

27 CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Juscelino Kubitschek datada de 4 de Setembro de 1958. 2p. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*. Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo. Codificação: LSL 1909.08.01

28 BRASIL MADEIREIRO. Rio de Janeiro, ano XII, n.121, p.46, Set-out. 1957.

**Tabela 1**  
**Criação de parques nacionais no governo jk**

Legislação	Parque Nacional	Área geográfica
Decreto 45.954 de 30/04/1959	Ubjara (CE)	563 hectares
Decreto 47.446 de 17/04/1959	Aparados da Serra (RS)	10.250 hectares
Decreto 47.570 de 31/12/1959	Araguaia (GO)	562.312 hectares
Decreto 49.874 de 11/01/1961	Emas (GO)	131.868 hectares
Decreto 49.875 de 11/01/1961	Tocantis (GO)	65.515 hectares

Além de parques nacionais criados, foram concluídas obras que ainda estavam em andamento, tais como a do Parque Nacional do Iguaçu que, apesar de criado em 1939, somente adquiriu neste governo um impulso para sua conclusão. Também criaram-se florestas nacionais, sob os mesmos parâmetros que indicavam os Estados Unidos. Entre elas estavam: o Jaíba, Curitibanos, Anhanguera, Apodi, Bocaina e Caxiuná. Estes levantamentos florestais passaram a ser feitos com aerofotogrametria e o governo brasileiro recrutou alguns técnicos estrangeiros, tais como André Aubreville, silvicultor das áreas coloniais francesas na África.

### Considerações finais

Ao final deste trabalho é possível apontarmos sinteticamente que o governo JK buscou estabelecer algum grau de negociações com o mundo biofísico a fim de conter o esgotamento dos recursos naturais. Apesar de reconhecido por caracterizar a natureza como obstáculo ao progresso e contribuir para obras de grandes danos ambientais, tais como alocação de barragens e usinas hidrelétricas, pavimentação de rodovias em áreas antes florestadas, bem como a construção de Brasília, a elite técnica juscelinista articulou como projetos de proteção à natureza.

Entre essas iniciativas estavam a reativação da política de parques nacionais (não somente de criação, mas de conclusão de obras anteriores); incentivos a práticas educativas de valorização da árvore como elemento simbólico nacional, sendo a Campanha de Educação Florestal iniciada em 1956 um exemplo; o emprego de veículos automotores como postos florestais volantes, destinados a fiscalização e monitoramento das matas; debates sobre a reescrita do código florestal; manutenção das instituições dedicadas às florestas na arquitetura estatal, bem como a contratação de cientistas de renome internacional no campo da silvicultura. Tais medidas se atentamente analisadas evidenciam que ao nível da política florestal, JK deu prosseguimento as atividades herdadas de Getúlio Vargas. Tal política permanecia, portanto, sob os vernizes principais do rigor da legislação e da disseminação da educação e da ciência como meios de solucionar o dito “problema florestal”.

## Operação Carne Fraca: o que a mídia não mostrou

Maria Luisa Batista Moreira  
marialuisa\_moreira@yahoo.com

### Resumo

Nos últimos anos, o Brasil teve um crescimento expressivo no agronegócio internacional. Apenas alguns poucos países obtiveram crescimento semelhante. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e cresceu mais de 100% no saldo comercial. Este artigo tem como objetivo analisar as informações publicadas nos primeiros e últimos dias da divulgação da Operação Carne Fraca. Para isso, foram analisadas duas notícias veiculadas pela Revista Veja e duas notícias veiculadas pela Revista Carta Capital, com o intuito de conhecer e entender melhor como o agronegócio está ligado à política do país e a relação disso com a operação deflagrada pela Polícia Federal. Foi possível perceber que o discurso da mídia e da Polícia Federal mudou após os impactos causados na economia pela notícia do início da operação. A produção de carne no Brasil envolve muitos fatores que vão além da preocupação com a saúde de quem está consumindo esse produto. É um negócio envolto por corrupção, e exemplo disso é a bancada ruralista existente no Congresso brasileiro, que tenta flexibilizar as leis sobre desmatamento e demarcação de terras, e que tem como principal função defender os interesses de grandes proprietários rurais. Além da corrupção, a violência também faz parte do agronegócio, seja ela contra os animais, que em 2015 representavam um rebanho bovino maior que a população brasileira, chegando a 209 milhões de cabeças de gado, seja ela contra os ambientalistas, pequenos e médios agricultores, e indígenas que morrem todos os anos em busca de demarcações de terras mais justas. Outro impacto deste negócio é a preservação de biomas inteiros, matas, ecossistemas, principalmente a Floresta Amazônica.

**Palavras-chave:** Operação Carne Fraca, mídia, agronegócio, política, desmatamento.

### Introdução

Agronegócio é toda a relação comercial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. No Brasil, o agronegócio é responsável por 21,6% do Produto Interno Bruto (PIB), 44% das exportações totais de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada- CEPEA. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano.

O Brasil nos últimos anos teve um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio, que apenas poucos países cresceram igual. Em 1993, as exportações do setor eram



de US\$15,94 bilhões, com um superávit de US\$11,7 bilhões. Em dez anos, o faturamento dobrou com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial de acordo com o Portal do Agronegócio.

É fato que o agronegócio é extremamente importante e rentável para a economia brasileira, porém, da forma como ele acontece, faz com que graves problemas se apresentem, como o desmatamento da Floresta Amazônica, a questão da demarcação de terras e a reforma agrária. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, em publicação lançada no dia 17 de janeiro de 2017, 59 pessoas foram mortas no Brasil em consequência desses conflitos no ano de 2016. Outro dado lançado pelo Atlas Global dos Conflitos Ambientais, organizado pela Universidade Autônoma de Barcelona, mostra que o Brasil é o terceiro em conflitos ambientais no mundo, e esse número tende a crescer.

A região amazônica considerada nesse artigo compreende um “arco” composto pelas seguintes regiões: Pará, Tocantins, Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, e parte do estado do Maranhão. Essas regiões compreendem a Amazônia Legal, conceito criado pelo governo como forma de estimular esses estados a planejarem e promoverem o desenvolvimento dessas regiões que historicamente partilham dos mesmos desafios.

A proposta do artigo é de, por meio de duas notícias veiculadas pela revista *Veja* e duas notícias veiculadas pela revista *Carta Capital*, que abordam o tema da Operação Carne Fraca, conhecer e entender melhor como o agronegócio está ligado à política e ao desmatamento no país e a relação disso com a operação deflagrada pela Polícia Federal.

### Operação Carne Fraca

A Operação Carne Fraca é uma investigação feita pela Polícia Federal do Brasil, que revelou fraudes na indústria frigorífica, vindo a público no dia 17 de março de 2017, mas com início das investigações em 2015. Mais de vinte empresas passaram a ser investigadas por esquema de corrupção, que permitia a comercialização de produtos adulterados e sem devida fiscalização sanitária, com datas de vencimento alteradas e carnes estragadas “maquiadas” com produtos químicos que modificavam seu aspecto. Empresas como a JBS, dona das marcas [Seara](#), [Swift](#), [Friboi](#) e [Vigor](#), e a [BRF](#), dona da [Sadia](#) e [Perdigão](#), foram acusadas de envolvimento no esquema, que era comandado pelo superintendente regional do Ministério da Agricultura Daniel Gonçalves Filho, e pela chefe de Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Maria do Róscio Nascimento.

O início das investigações se deu após denúncia de um dos fiscais do Ministério da Agricultura, que se negou a participar do esquema, que contava com a participação de fiscais beneficiados com propina para emitir certificados sanitários sem fiscalização. Descobriram então uma organização criminosa estruturada no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura do Paraná, envolvendo sua diretoria, além de outras unidades da Federação e o próprio Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento. É até então a maior operação já realizada pela Polícia Federal. Foram mais de 300 mandados cumpridos por mais de mil policiais federais, com apreensão de R\$65 mil na casa do superintendente regional, Gil Bueno.

Segundo o delegado da Polícia Federal Maurício Moscardi Grillo, em relatório da Polícia Federal disponibilizado no jornal Estadão:

Os crimes cometidos por tais organizações atingem diretamente a saúde pública pela omissão daqueles que deveriam fiscalizar e pelos interesses escusos de empresários que comercializam produtos alimentícios em desacordo com as normas, colocando em risco à saúde dos consumidores, buscando apenas aumentar seus lucros.<sup>1</sup>

A empresa JBS é a maior processadora de carne bovina do mundo. Com 237 mil funcionários a empresa funciona em mais de 20 países. Em nota, a empresa afirmou não estar envolvida no esquema e que preza pela qualidade de seu produto. Outra empresa investigada é a BRF, que surgiu após fusão da Sadia com a Perdigão. Ela é responsável não só pelos segmentos de carnes, mas também de alimentos processados, margarinas, massas, pizzas, vegetais congelados, e atua em mais de 150 países. A empresa declarou seguir as normas para comercialização de seus produtos, e que não compactua com práticas ilícitas.

O impacto da notícia foi grande, alguns países suspenderam a importação da carne brasileira. Dezoito países adotaram algum tipo de restrição a esse produto, levando a média diária das vendas de carnes internacionais despencarem de R\$61 milhões para R\$74 mil. Além disso, uma unidade do frigorífico Peccin Agro Industrial, que é uma das empresas investigadas, demitiu todos seus funcionários em Curitiba, totalizando cerca de trezentos funcionários.

### **Revistas Veja e Carta Capital sobre a Operação Carne Fraca**

Ao analisar alguns veículos de informação podemos perceber algumas contradições no discurso da Polícia Federal. A seguir serão feitas algumas análises dos conteúdos de algumas matérias veiculadas pelas revistas Veja e Carta Capital, entre os dias 17 e 24 de março de 2017.

A Veja e a Carta Capital foram escolhidas enquanto fontes pois apresentam posicionamentos políticos divergentes, de forma a ampliar a visão sobre como a operação da Polícia Federal foi abordada. Alguns pontos foram apontados da mesma forma pelos dois veículos de informação, porém a Carta Capital aborda a questão política que envolveu o esquema de forma mais aprofundada que a Veja.

1 MACEDO, Fausto. PF indícia 63 da Carne Fraca, entre eles homens da BRF e JBS. Captado em: [http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2017/04/246\\_REL\\_FINAL\\_IPL1.pdf](http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2017/04/246_REL_FINAL_IPL1.pdf). Acesso em: 20 out. 2017.

Nas duas primeiras matérias a serem analisadas, a primeira da Veja, “Prioridade das empresas era o dinheiro, não a saúde, diz PF”<sup>2</sup>, e a segunda da Carta Capital, “Carne Fraca: Frigorífico colocava carne de cabeça de porco em linguiça”<sup>3</sup>, ambas publicadas no dia 17 de março, basicamente explicam ao leitor o que é a Operação Carne Fraca, e quais são as acusações feitas contra as empresas JBS e BRF. A Veja expõe a opinião do delegado Maurício Moscardi Grillo, que afirmou que a prioridade das empresas envolvidas na **Operação Carne Fraca** era o mercado, e não a saúde dos consumidores. Em seguida são aprofundadas as explicações sobre as denúncias feitas, falando dos lotes de carne estragados, como era a composição de salsichas e linguiças, a “maquiagem” de carnes estragadas com a substância cancerígena ácido ascórbico, carnes sem rotulagem e sem refrigeração. Há ainda um relato de pressão para liberação de um lote contaminado com salmonela, remessas de frango com papelão e lotes de linguiça com carne de cabeça. Após essas explicações a matéria expõe uma nota que as empresas JBS e BRF fizeram negando todas as acusações, assegurando aos leitores e consumidores a qualidade dos produtos por elas produzidos.

A matéria veiculada pela Carta Capital explica também do que se trata a Operação Carne Fraca, as acusações feitas, e, diferentemente da Veja, ela traz um diálogo entre Idair Antônio Peccin, dono do frigorífico Peccin, e Nair Klein Peccin, sua mulher e sócia. Na conversa, eles discutem a utilização de carne de cabeça de porco na fabricação de linguiças, o que é proibido por lei.

Na segunda e última reportagem analisada de cada veículo de informação, a Veja divulga a matéria “Carne Fraca: Exportação perde US\$130 mi em uma semana”<sup>4</sup>, veiculada no dia 26 de março de 2017, e a Carta Capital escreve, “Operação Carne Fraca é frágil, mas uma coisa é certa: há corrupção”<sup>5</sup>, veiculada no dia 24 de março de 2017.

Uma semana após a primeira notícia sobre a operação deflagrada, as notícias veiculadas vêm dizer das consequências para a economia brasileira da ação da polícia federal. A matéria da Carta Capital inicia falando sobre o choque que as investigações causaram na população não só brasileira, mas do mundo todo, levando países a deixarem de comprar da carne produzida pelas empresas investigadas, e de outras empresas brasileiras que não estavam incluídas nas investigações. Em seguida é apontada a fragilidade da investigação da PF, que veio declarar que as irregularidades encontradas nos produtos eram pontuais, que o papelão na carne não provou ser real, e o que de fato foi verificado após uma semana do início das investigações, foi que as embalagens não estavam em local adequado em que deveriam estar.

2 Veja. Prioridade das empresas era o dinheiro não a saúde, diz PF. Captado em: <https://www.veja.abri.com.br/brasil/prioridade-das-empresas-era-o-dinheiro-nao-a-saude-diz-pf/>. Acesso em: 15 set. 2017.

3 Carta Capital. Carne Fraca: Frigorífico colocava carne de cabeça de porco em linguiça. Captado em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/carne-fraca-frigorifico-colocava-carne-de-cabeca-de-porco-em-linguica>. Acesso em: 15 set. 2017.

4 Veja. Carne Fraca: Exportação perde US\$130 mi em uma semana. Captado em: <https://veja.abril.com.br/economia/carne-fraca-exportacao-perde-us-130-mi-em-uma-semana/>. Acessado em 15 set. 2017.

5 Carta Capital. Operação Carne Fraca é frágil, mas uma coisa é certa: há corrupção. Captado em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/operacao-carne-fraca-e-fragil-mas-uma-coisa-e-certa-ha-corrupcao>. Acesso em: 15 set. 2017.

Apesar dessa contradição apresentada no discurso da PF, a matéria vem dizer que, de fato, fica evidente um elaborado esquema de corrupção envolvendo fiscais agropecuários federais e empresários do agronegócio, emitindo assim, certificados sanitários sem fiscalização. A segunda parte da matéria ainda aponta o envolvimento de políticos nesse mesmo esquema, e que parte da propina era direcionada para os partidos PP e PMDB, que têm influência no Ministério da Agricultura através de Osmar Serraglio do PMDB, ministro da agricultura na época do escândalo, que estava também envolvido no esquema de corrupção. A matéria ainda explica que a JBS foi a maior doadora do país nas eleições de 2014, sendo R\$350 milhões doados a diferentes políticos e partidos.

Na última parte da matéria, é falado sobre como a Polícia Federal recuou após os danos causados na economia do país com a Operação Carne Fraca. A redação afirma que tanto a PF quanto o Ministério da Agricultura garantem a qualidade da carne brasileira, e por fim indagam se diante da pressão, as investigações serão empurradas “para baixo do tapete”.

A matéria da Veja, também publicada um pouco mais de uma semana após a deflagração da Operação Carne Fraca, trata mais especificamente do impacto na economia, apresentando que o setor de carnes teve perdas de mais de 130 milhões de dólares. Esse impacto levou à diminuição da produção, uma vez que o que não é exportado não é consumido internamente, gerando a redução de empregos. A JBS, por exemplo, anunciou a suspensão temporária da produção de carne bovina em 33 de suas 36 unidades no Brasil.

São apresentadas também informações sobre o bloqueio de vários países que importavam a carne brasileira e que, para reverter esse quadro, o Ministro da Agricultura vem trabalhando com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – Abiec, e a Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA, em busca de estratégias de como formar uma missão brasileira aos países que suspenderam as compras da carne brasileira, gerando assim um grande impacto na economia nacional.

### O poder do agronegócio

De acordo com as matérias observadas e agora analisadas, podemos perceber que o impacto da Operação Carne Fraca na economia do país assim como na política, fez com que em uma semana a Polícia Federal viesse a mudar seu discurso, e minimizar o que antes havia dito. É importante entendermos o porquê de todo esse peso da investigação para a economia e política brasileira.

O Brasil é um dos maiores produtores de carne bovina no mundo. Durante décadas foi preciso um alto investimento em tecnologia que elevou não só a produtividade como também a qualidade do produto brasileiro, fazendo com que ele se tornasse competitivo e chegasse ao mercado de mais de 150 países. Em 2016, o rebanho bovino chegou a 218,2 milhões de cabeças<sup>6</sup>, sendo

6 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Produção da Pecuária Municipal. Captado em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm\\_2016\\_v44\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2016_v44_br.pdf). Acesso em: 22 set. 2017.

o Brasil o maior exportador mundial de carne bovina<sup>7</sup>. Para facilitar dimensionar o tamanho do rebanho brasileiro, considere que enquanto o país, em 2018, tem população de aproximadamente 209,1 milhões de habitantes, o rebanho relativo ao ano de 2016 supera este número em aproximadamente nove milhões de cabeças.

A exportação de carne bovina em 2015 representou 3% das exportações brasileiras e 30% do PIB do Agronegócio, e um faturamento de 5,9 bilhões de reais.<sup>8</sup> Esses dados são referentes apenas ao rebanho bovino. Quando analisada a produção de frangos e suínos, os números são expressivos também. A produção de frango está cada vez mais perto dos 14 milhões de toneladas ao ano, e a carne suína tem uma produção estável pouco abaixo dos quatro milhões de toneladas ao ano. E esses números não param de crescer. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, em 2015 o abate de bovinos foi de 30,64 milhões de cabeças, o de suínos foi de 39,26 milhões de cabeças e o de frango foi referente ao número de 13,14 milhões de toneladas.<sup>9</sup>

Na segunda matéria analisada da Carta Capital, “Operação Carne Fraca é frágil, mas uma coisa é certa: há corrupção”, fala-se sobre o envolvimento de partidos políticos no esquema, o que nos leva à outra questão: o agronegócio. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e ocupa aproximadamente 220 milhões de hectares, sendo 70 milhões nos estados da Amazônia. Apesar de se tentar estabelecer um limite por meio de políticas mais rigorosas de combate ao desmatamento, como a Lei 12.727 de 17 de outubro de 2012, conhecida como o Novo Código Florestal, ou a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, o avanço do cultivo em larga escala da soja e de outras culturas, leva a um contínuo desmatamento.

De acordo com o Atlas da Agropecuária Brasileira<sup>10</sup>, as áreas protegidas correspondem a 25% do território brasileiro, enquanto que as terras privadas abarcam cerca de 54,3% do território, o que representa aproximadamente cinco milhões de hectares, sendo que mais de dois milhões deles correspondem a grandes propriedades. A Amazônia Legal tem hoje uma área de 5.020.000 km<sup>2</sup>, e segundo o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite- PRODES<sup>11</sup>, em 2016 o equivalente a 7.893 km<sup>2</sup> foi desmatado, sendo o segundo ano consecutivo de aumento nos desmatamentos. Os estados do Amazonas e Pará foram os que tiveram maior variação do ano de 2015-2016, saltando respectivamente de 712km<sup>2</sup> para 1129 km<sup>2</sup> e 2153km<sup>2</sup> para 2992 km<sup>2</sup> de áreas desmatadas.

7 Portal do Governo. Brasil e EUA renegociam mercado de carne bovina. Captado em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/brasil-e-eua-renegociam-mercado-de-carne-bovina>. Acesso em: 23 set. 2017

8 Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. Cadeia produtiva da pecuária cresce 27% e movimentada R\$ 483,5 bilhões em 2015. Captado em: <http://abiec.com.br/Noticias/Texto.aspx?id=1488>. Acesso em: 16 out. 2017.

9 OLIVEIRA, Nielmar de. IBGE diz que suínos e frangos têm abate recorde em 2015. Captado em: <http://agencia-brasil.abc.com.br/economia/noticia/2016-03/ibge-diz-que-suinos-e-frangos-tem-abate-recorde-em-2015>. Acesso em: 22 out. 2017.

10 Atlas da Agropecuária Brasileira. Captado em: [https://www.dropbox.com/sh/cvtrj35w6hzezhb/AADAIgoznBcC9tTB9Kmb6ij7a/MalhaFundiaria\\_LandTenure?dl=0&preview=Resumo\\_por\\_Estado\\_MalhaFundiaria\\_v170321.xlsx](https://www.dropbox.com/sh/cvtrj35w6hzezhb/AADAIgoznBcC9tTB9Kmb6ij7a/MalhaFundiaria_LandTenure?dl=0&preview=Resumo_por_Estado_MalhaFundiaria_v170321.xlsx). Acesso em: 20 jan. 2018.

11 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. PRODES. Captado em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Nos estados da Amazônia entre os anos de 1987 e 2013, o rebanho chegou a crescer 280%, enquanto que o rebanho brasileiro no mesmo período cresceu 60%<sup>12</sup>. Mas a pecuária não é a única responsável pelo desmatamento nessa região, a agricultura também gera impactos no meio ambiente.

Em documento lançado em 2005 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa<sup>13</sup>, sobre a produção de soja no país, informa-se que esta cultura tem 1/4 de sua produção feita na Amazônia Legal, concentrada nos estados do Mato Grosso, Amazonas e Pará, sendo o Mato Grosso o maior produtor nacional. Dessa produção, 90% dos grãos são direcionados ao processo de esmagamento, cujo principal produto gerado é o farelo de soja, que junto do milho, constituirá a matéria-prima essencial para a fabricação de rações, produto direcionado principalmente para a nutrição animal, sobretudo aves, suínos e bovinos. Dessa forma, o mercado de soja é diretamente influenciado pelo mercado de carnes, uma vez que grande parte dele mantém a produção pecuária.

Este avanço desregrado da agropecuária ocorre em função de legislações permissivas em relação ao desmatamento e à demarcação de terras indígenas e/ou quilombolas. Para que isso aconteça, existe no Congresso Brasileiro a “Bancada Ruralista”, que tem como função defender os interesses de grandes proprietários rurais. De acordo com a monografia de Marcela Machado, feita em 2013:

A Frente Parlamentar da Agropecuária, nome de registro da Bancada Ruralista, elegeu 160 parlamentares, segundo levantamento do DIAP. Deste número, 142 são deputados e 18 são senadores, eleitos ou reeleitos. Dos 142 deputados ruralistas, 36 foram eleitos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – a agremiação com a maior quantidade de ruralistas – seguido pelo Partido Progressista (PP), com 25 parlamentares e pelo Democratas (DEM), com 24. Das 27 legendas partidárias existentes em 2010, 13 possuíam parlamentares ruralistas em seus quadros.<sup>14</sup>

Hoje estima-se que a frente da agropecuária tenha 222 deputados e 24 senadores entre os seus integrantes. Para que esses políticos se elejam, empresas como a JBS, investigada pela Operação Carne Fraca, investem milhões em suas campanhas políticas. O diretor de Relações Institucionais e Governo da J&F, *holding* controladora do grupo JBS, Ricardo Saud, disse em um dos depoimentos que prestou ao Ministério Público Federal (MPF), que, em 2014, a J&F destinou mais de R\$500 milhões para ajudar a eleger governadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores de todo o país. De acordo com Saud, esse dinheiro financiou as campanhas de 1.829 candidatos. Desse montante, 179 se elegeram deputados estaduais em 23 unidades da federação e 167 foram eleitos deputados fe-

12 FILHO, Britaldo Silveira Soares. Cenários para a pecuária de corte amazônica. 1 ed. Belo Horizonte: Editora IGC/UFMG, 2015, p. 9.

13 Andrade, Emeleocípio Botelho de. A geopolítica da soja na Amazônia. 1 ed. Belém: Embrapa Amazônia Oriental: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005, p. 111.

14 MACHADO, Marcela. Doação ou investimento? A atuação legislativa dos parlamentares da Bancada Ruralista e a questão do financiamento de campanhas. 56f. Monografia (Bacharel em Ciência Política) – Universidade de Brasília Instituto de Ciência Política. Brasília, 2013, p. 21.



derais por 19 partidos. Em outro depoimento, o dono da JBS, Joesley Batista, também afirmou que a maioria das doações feitas pela empresa tratavam de propina disfarçada por contrapartidas recebidas.

Dessa modo, é possível visualizar e entender a Operação Carne Fraca de uma forma que vai além do que a mídia apresentou sobre o assunto. O choque da população mostra o nível de desinformação sobre o que se come e de onde vem esse alimento. Há um esquema por trás do agronegócio que a população ignora. Um esquema em que o lucro importa mais que a qualidade do produto fabricado.

### Conclusão

Desde o século XVI, já se tinha a criação de gados no Brasil. Utilizava-se a tração animal para os engenhos de cana-de-açúcar. Com o tempo, a criação de gado adentrou o Sertão e espalhou-se pela região do Rio São Francisco, alcançando os Rios Tocantins e Araguaia. No século XVII, as fazendas de gado que se formaram no interior do país eram grandes latifúndios, com pastoreio extensivo. No século seguinte, começou a se formar no Brasil um forte mercado interno, impulsionado pelas mulas, meio de transporte utilizado para movimentar boa parte do mercado interno brasileiro. Nessa mesma época surgia uma cultura pecuarista nos pampas sulistas, sendo que Santa Catarina fazia parte do circuito das mulas e do gado gaúcho, e em Curitiba havia criadouros ligados ao circuito de gado e muars. Em São Paulo, Sorocaba era o centro do mercado de mula e gado, por ser o ponto em que os rebanhos que vinham do Sul eram comercializados. Não só no Sul e Sudeste do Brasil o gado estava presente, mas no Norte, em algumas regiões do Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará e Paraíba, havia um circuito de atividades desenvolvidas em torno da criação de gado no século XVIII.

Hoje a carne é o principal produto da bovinocultura de corte brasileira, e até então esteve voltada, hegemonicamente, para o mercado interno. Porém, após altos investimentos nesse produto, a carne atingiu o mercado externo. A produção de carne no Brasil envolve muitos fatores como a política, demarcação de terras, o consumo de água para a produção bovina, e o desmatamento da Amazônia.

As matérias aqui utilizadas como fonte demonstram o peso do agronegócio para a economia do país, e as consequências momentaneamente desastrosas da divulgação da Operação Carne Fraca. Não é difícil entender porque o discurso da Polícia Federal mudou em uma semana. No início, sérias acusações foram feitas em relação ao produto carne, porém, depois, o que se nota é a minimização de todas essas acusações, inclusive a retirada de algumas delas. Em um momento em que os impactos da operação afetaram as relações comerciais nacionais e internacionais, a tentativa de minimizar as acusações é fundamental para que se recupere o a confiança do mercado interno e externo.

## Os pivetes de carvalho – o surrealismo no Brasil nas décadas de 1950 e 1960

Lucas Romano Silva

Graduando em História pelo Unibh  
lucasromano23@gmail.com

### Resumo

Serão analisados neste artigo os textos publicados pelo novelista Walter Campos de Carvalho e o poeta Roberto Piva entre as décadas de 1950 e 1960. Entre 1956 e 1964, Campos de Carvalho publicou os quatro romances que, por sua escolha, formariam a sua *Obra Reunida*, publicada em 1995 pela José Olympio Editora. Fazem parte desse volume *A lua vem da Ásia* (1956), *Vaca de Nariz Sutil* (1961), *A Chuva Imóvel* (1963) e *O Púcaro Búlgaro* (1964). Roberto Piva publicou entre 1961 e 1964 os textos que formariam *Um estranho na legião*, o primeiro volume de suas obras reunidas publicado em 2005 pela Editora Globo. Constam neste volume o poema *Ode a Fernando Pessoa* (1961), os manifestos *d'Os que viram a carcaça* (1962) e os livros *Paranóia* (1963) e *Piaçazzas* (1964). Além da estética surrealista, os autores têm em comum a crítica ácida à cultura ocidental e a construção, nas suas obras, de uma identidade cosmopolita relacionada ao modernismo. As representações construídas pelos autores serão pensadas a partir das sensibilidades que constroem os textos, que trazem em si significados que dialogam com o universo mental da época e fazem parte de uma cultura específica. A linguagem, essência da literatura, permite essa abordagem por surgir da relação dos homens entre si e com a realidade e se tornar elemento modelador dessas relações. Desta forma, a literatura enquanto produto de seu tempo apresenta a subjetividade da relação autor-cotidiano e autor-sociedade, pois não traz consigo apenas a percepção de seu criador sobre sua realidade, mas o que gostaria de, nesta realidade, ver modificado.

**Palavras-chave:** Surrealismo, Campos de Carvalho, Roberto Piva, História e Literatura

### Introdução

Numa obra literária são encontrados indícios que permitem ao historiador entender não apenas as intenções do autor no seu fazer artístico, mas também as sensibilidades que constroem o texto através de significados que dialogam com o universo mental da época e fazem parte de uma cultura específica<sup>1</sup>. Essa possibilidade surge da essência da literatura, que está na linguagem, instrumento produzido “pelo complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a

1 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os Olhos de Clio ou a Literatura sob o Olhar do Historiador a Partir do Conto O Alienista, de Machado de Assis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 16, nº 31 e 32, p. 108-118, 1996

realidade”. A literatura, assim observada, passa “também a ser, a partir do próprio momento de sua constituição, um elemento modelador desse mesmo conjunto de relações”.<sup>2</sup>

É comum, na literatura e outras artes modernistas, representações onde o eixo da narrativa é o movimento ou a viagem. O corpo transita e compartilha, textualmente, as experiências, descobertas e reflexões do percurso: os relatos de viajantes nas expedições às Américas, o cinematógrafo e o filme *L'Arrivée d'un train à La Ciotat*<sup>3</sup>, os *road movies* do cinema hollywoodiano, a geração beat e o *On The Road*, de Kerouac, as canções de Bob Dylan e diversos outros exemplos.

Para Mônica Velloso,

um dos traços da sensibilidade modernista era a disponibilidade do indivíduo para o deslocamento geográfico intrinsecamente conectado à atividade do conhecimento. O hábito da viagem (...) incutiu-lhe uma mentalidade internacionalista, cosmopolita e predisposta a agregar valores e experiências (...).<sup>4</sup>

No Surrealismo, o movimento é também tema importante na valorização da *deriva*, que se opõe às noções clássicas de viagem ou passeio. Entregando-se à um automatismo inconsciente, o indivíduo em deriva renuncia, momentaneamente, às razões de seus deslocamentos e ações habituais e deixa-se levar pelo terreno, obstáculos, fluxos e encontros proporcionados pela vida urbana. Entregar-se à deriva é perambular pela cidade aberto às sensibilidades da vida moderna da Belle Époque – uma vida urbana rica em estímulos, como

os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrício, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerante e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora.<sup>5</sup>

A mobilidade é uma oportunidade de conhecer a Si e ao Outro; quando em *deriva*, torna-se também o momento de entregar-se ao acaso dos caminhos e ao desconhecido para torná-lo parte de si, como em *A lua vem da Ásia*:

O peripatetismo, doutrina que abracei não só por causa do peri como sobretudo do patetismo, fez-me circular nestes últimos tempos pelas ruas as mais diversas e pelos caminhos mais ínvios, sempre acompanhado da minha sombra e do meu irmão dentro de mim, e tendo por única bússola a flor do meu umbigo, pobre mas exata.<sup>6</sup>

2 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1995, p. 19.

3 A Chegada do Trem na Estação. Irmãos Lumière, 1896.

4 VELLOSO, Mônica Pimenta. *História e Modernismo*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2010, p. 91.

5 SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Ed. Schwarcz, 1998, pp. 9-10

6 CARVALHO, Campos de. *Obra Reunida*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1995, p. 130.

## Modernidade e Mobilidade – O deslocamento na construção da identidade modernista

Nos escritos de Campos de Carvalho e Roberto Piva, a mobilidade aparece como elemento importante no processo de construção do eu-lírico por possibilitar o acesso ao desconhecido, ao *Outro* (análogo ao inconsciente), à cultura e novos hábitos através dos novos lugares. O movimento nas obras aparece de duas formas: 1) o deslocamento ao redor do mundo numa relação do exterior com o interior do personagem e 2) a permanência num mesmo *locus* que atrai e abriga uma diversidade mundial.

Em *A lua vem da Ásia*, Campos de Carvalho constrói uma personagem que alucinadamente se movimenta ao redor do mundo sem barreiras intransponíveis.

A novela é um diário escrito por Astrogildo, um alienado que acredita estar hospedado num hotel de luxo. Suas relações neste espaço são apresentadas na primeira parte do livro, chamada “Vida Sexual dos Perus”, onde o protagonista resgata suas memórias de viagem e as escreve em seu diário.

O protagonista está (ou não) inicialmente na França – “fui morar sob uma ponte do Sena, embora nunca tenha estado em Paris”<sup>7</sup> – onde chora desesperadamente devido a hecatombe que havia acontecido sobre a cidade de Melbourne, na Austrália. Ao longo da novela, transita pelos Estados Unidos da América, México, atravessa a América Central (disfarçado como padre), presta concurso para cozeiro na Colômbia e na Polônia aprende a tocar berimbau num conservatório em Varsóvia.

Astrogildo é um peripateta numa aldeia global, lembrando o *flâneur* de Baudelaire, e essa movimentação dá

(...) a impressão de que tudo que ele relata é uma construção do imaginário, ou uma reconstituição ficcionista de si mesmo. Isso possibilita pensar que tudo o que perpassou Astrogildo vira uma ficção fantástica, tanto as pessoas com as quais ele conviveu, como os lugares por onde passou.<sup>8</sup>

A segunda parte do livro, “Cosmogonia”, inicia quando Astrogildo foge da instituição. O momento de sua fuga é o início do seu contato com um “princípio de realidade”, e o ápice do seu desamparo é o suicídio.

Agora é dia claro, embora tudo continue escuro como dantes, apesar de meus novos pensamentos que me fazem fosforescente e ígneo. Quanto mais claro eu me torno por dentro, mais obscuro se torna o mundo e o dia dentro dele - descubro-o agora.<sup>9</sup>

7 CARVALHO, Campos de. *Obra Reunida*, p. 36.

8 RODRIGUES, Leonardo Vieira. *A Travessia entre a Razão e a Loucura: Uma leitura do livro A lua vem da Ásia de Campos de Carvalho*. 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2015, p. 51.

9 CARVALHO, Campos de. *Obra Reunida*, p. 148

A dinâmica que concilia numa mesma instituição os conceitos de “hotel”, “hospício” e “campo de concentração” pode ser lida como uma crítica às instituições modernas:

Razão tinha eu de suspeitar. Dissipou-se afinal a cortina de fumaça que encobria em parte o mistério deste hotel internacional em que me jogaram há mais de vinte anos. Não estamos num hotel, e sim num tenebroso campo de concentração, com tortura e tudo, a julgar pela que me infligiram ontem.<sup>10</sup>

Mesmo num espaço com a intenção de “repartir os indivíduos, fixá-los, e distribuí-los espacialmente, classificá-los, (...) codificar seu comportamento contínuo [e] mantê-los numa visibilidade sem lacuna”,<sup>11</sup> Astrogildo sente-se o mais ilustre dos hóspedes do hotel. A percepção do personagem dessa realidade apresenta uma das formas de resistência às instituições-prisão. O lugar escolhido para a obra torna-se, então, uma alegoria para as instituições naturalizadas no cotidiano: o trabalho, a escola, a casa, o banco, e o hospital, por exemplo.

Contrapondo a movimentação alucinada de *A lua vem da Ásia*,

Quase toda a intriga de *O Púcaro Búlgaro* está restrita aos limites de um apartamentozinho da Gávea, no Rio de Janeiro. É, pois, a partir desse lugar geográfico — talvez um correlato do hotel de *A lua vem da Ásia* — temos estabelecida uma lógica: Mirar o mundo, mas sem sair da Gávea. (ARANTES, 2010, p. 78)

O livro trata da organização de uma expedição de descoberta à Bulgária que nunca aconteceu. O não-alcance deste lugar pode tratar-se, ao fim, de uma crítica à importância dada por movimentos intelectuais a lugares que reafirmam suas intenções, como é a Bulgária para o Partido Comunista Brasileiro,<sup>12</sup> e Brasília para o nacional-desenvolvimentismo.<sup>13</sup> Vê-se a incredulidade do protagonista no seu prefácio ao próprio livro:

Este livro é dedicado à memória daqueles que, em todos os tempos e sob as condições mais adversas, tentaram ou conseguiram heroicamente atingir as regiões mais inatingíveis deste ou de qualquer outro planeta, de modo a possibilitar se tornassem conhecidos, ou quase, nomes e expressões tais como: Atlântida, **Império do Preste João**, Ciméria, Esquéria, Gripia, Ciclópia, **Bulgária**, Cochinchina, Patagônia, Eldorado, Utopia, Iêmen, Bramaputra, Micronésia e Melanésia, ilhas Antípodas e Galapagos, Terra Australis, embocaduras do Fellatio e do Cunnilingus, mar Cáspio, mar Jônio, Império do Grande Cã, **Brasília**, Boston, Continente Perdido do Mu, União Sul-Africana, lago Titicaca, Alabama, Texas, Arkansas, Mississipi, montes Urais e outros.<sup>14</sup>

10 CARVALHO, Campos de. *Obra Reunida*, p. 57

11 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2009, p. 217

12 ARANTES, Geraldo Noel. *Campos de Carvalho: Literatura e deslugar na ficção brasileira do século XX*. 311 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária, Campinas, 2010, p. 99.

13 CEBALLOS, Viviane Gomes de. *“E a História se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília*. Campinas, 2005, 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2005, p. 60

14 CARVALHO, Campos de. *Obra Reunida*, p. 316, grifo nosso.

A intenção de provar a existência de um lugar que, no senso comum, é tido como certo, apresenta certo ceticismo em relação ao cientificismo característico da modernidade e valoriza o empirismo do sujeito na relação com o mundo

Em Roberto Piva, uma identidade cosmopolita é construída através da aproximação de conceitos num único lugar. A cidade de São Paulo torna-se o ponto de confluência de autores e arquétipos diversos, numa narrativa que torna o eu-lírico familiar a outros grandes nomes da literatura, como no poema *Praça da República dos meus Sonhos*:

A estátua de Álvares de Azevedo é devorada com paciência pela paisagem de morfina / (...) Praça da República dos meus sonhos / onde tudo se faz febre e pombas crucificadas / onde beatificados vêm agitar as massas / onde Garcia Lorca espera seu dentista / onde conquistamos a imensa desolação dos dias mais doces (...).<sup>15</sup>

Em seus vinte e um poemas, *Paranóia* traz vinte e sete diálogos intertextuais diretos: Apollinaire, Allen Ginsberg, Baudelaire, Mário de Andrade, Fernando Pessoa, Walt Whitman, García Lorca, Modigliani, Dostoiévski, Lautréamont (Maldoror), Rainer Maria von Rilke, Machado de Assis, Pieter Brugel, Picasso, Santo Anselmo, Jorge de Lima, Pierro della Francesca, Giacomo Leopardi, Luís Camões, Oscar Wilde, André Gide, Kierkegaard, Antonin Artaud, Rimbaud, Richard Wagner e sua ópera *Lohengrin*, Miles Davis e Chet Baker.

As narrativas dos dois autores se contrapõem à dos regionalismos predominante no modernismo das décadas de 1950 e 1960 – Guimarães Rosa e suas representações do sertão em *Grande Sertão: Veredas* e Fernando Sabino e seu imaginário sobre a cidade de Belo Horizonte n' *O Encontro Marcado*, ambos de 1956. Mesmo com preocupações diferentes, o deslocamento é estratégia comum também na construção das duas obras, mas em caráter regional/nacional e não global, como em Campos de Carvalho e Roberto Piva.

Em *Grande Sertão: Veredas* Riobaldo e Diadorim atravessam os sertões das Minas:

Ao viável, eu tinha de atravessar as tantas terras e municípios, jogamos uma viagem por este Norte, meia geral. Assim conheço as províncias do Estado, não há onde eu não tenha aparecido. A que viemos: por Extrema de Santa Maria – Barreiro Claro – Cabeça de Negro – Córrego Pedra do Gervásio – Acari – Vieira – e Fundo – buscando jeito de encostar no de São Francisco. Novidade não houve. Passamos, numa barca. Só sempre bater para o nascente, diretamente em cima de Tremedal, chamada hoje Monte-Azul. Sabíamos: um pessoal nosso perpassava por lá, na Jaíba, até à Serra Branca, brabas terras vazias do Rio Verde-Grande.<sup>16</sup>

O *locus* em que se desenvolve a narrativa de Guimarães Rosa e é valorizada na construção de sua literatura é o mesmo admirado pelo autor: os interiores de Minas Gerais, a da linguagem regional, os modos de viver e fazer do homem sertanejo. É uma revisitação à Tradição para construir uma identidade Moderna.

15 PIVA, Roberto. *Um estranho na legião*, p. 43.

16 ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1994, p. 82.



Os deslocamentos de Sabino são, majoritariamente, urbanos, construindo uma narrativa também rica em elementos. Os rostos pelos quais Eduardo passa são para ele sem identidade, enquanto é estimulado pelas luzes da cidade em busca de Gerlane:

Em algum lugar dentro da noite um telefone toca sem parar mas ele não ouve nada. Vai caminhando com decisão, prosseguindo na sua busca. Atravessa ruas, dobra esquinas, sobe escadas, bate em portas, entra, pergunta, olha, sai, torna a andar. Procura entre os rostos que passam, que riem, que se mexem e se escondem atrás de outros rostos. Na esquina há um letreiro luminoso, mas basta, já esteve aqui, não há cabaré, nem dancing, nem botequim, nem pensão que não tenha esquadrinhado – nuns dizem que não, noutros dizem que sim mas vão ver estão enganados, noutros não dizem nada.<sup>17</sup>

Fernando Sabino e Guimarães Rosa, como outros modernistas, apresentam em seus livros a preocupação entorno do debate das identidades nacionais e regionais, caro ao contexto em que havia a preocupação sobre a “modernidade” brasileira e se o país podia ser assim considerado.

André, protagonista de *A chuva imóvel*, é um personagem arquétipo do homem de classe média:

(...) Olhava-me como a um estranho, na minha gravata, no meu porte todo de príncipe, o eleito da família, este sim!, estudando para isso e para aquilo, a respiração perfeita, o primeiro da classe apesar do Castanheira, e belo ou quase belo, os olhos da mãe, um pouco rebelde mas isto é o que importa, dono do seu nariz, do meu nariz!<sup>18</sup>

Elaborando o luto de seu irmão, o deslocamento de André é imaginativo:

Quando eu vi, estava com o dr. Schweitzer na África, em pensamento, curando leprosos e dando de comer aos porcos e macacos, todo de branco para me fazer mais puro, a barba crescida e uns óculos escuros disfarçando o que ainda havia em mim de Medeiros, dentro dos meus testículos. A língua não era nem nunca fora nenhum problema, nem eles precisavam lá de língua nenhuma mas de braços, mas de consciências: à noite um pouco ou muito de Bach para manter acesa a chama, divinamente tocado ao órgão pelo doutor, entre mosquitos, antílopes e pelicanos.<sup>19</sup>

As imagens que o autor constrói nessa passagem são demasiado simbólicas: a África é, no senso comum, o lugar não-civilizado, onde André estaria livre das convenções de sua família. Os leprosos são por ele curados de forma quase cristã, os porcos – e sobretudo seus espíritos – são alimentados assim como os macacos, imagem simbólica do primitivismo humano. Os óculos e a barba escondiam em André o que ainda havia nele de sua família e a língua não era problema onde não havia consciência-identidade. A chama acesa de Bach é uma forma de se manter civilizado, ainda que o exercício imaginativo de André seja evitar seu mal estar na instituição de sua família.

17 SABINO, Fernando. *O Encontro Marcado*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1981, p. 191.

18 CARVALHO, Campos de. *Obra Reunida*, p. 265.

19 CARVALHO, Campos de. *Obra Reunida*, p. 272.

### Considerações finais

O surrealismo no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, pelas obras de Campos de Carvalho e Roberto Piva, fez falar vozes silenciadas no processo civilizador: a criança, o louco, o pivete e os marginais, por exemplo. Fazer falar essas vozes é uma forma de dar ao leitor um prazer que será logo interrompido: é possível gozar dos feitos dos textos – sentir o colapso proposto de uma civilização, os excessos sexuais, as viagens e descobertas feitas – que serão logo interrompidos pelo contato com a realidade.

A escolha dessas vozes nos seus textos está ligada ao ceticismo que os autores apresentam em relação à sociedade burguesa, construída sobre as linguagens textual e numérica, fazendo entender somente aquilo que se escreve.<sup>20</sup> A importância da escrita na modernidade surge da mudança de um paradigma:

Quando se tinha certeza quanto ao locutor (“Deus fala no mundo”), a atenção se voltava para o ato de decodificar os Seus enunciados, os “mistérios” do mundo. Mas quando essa certeza fica perturbada com as instituições políticas e religiosas que lhe davam garantia, pergunta-se pela possibilidade de achar substitutos para o único locutor: Quem falará? E a quem? Com o desaparecimento do Primeiro Locutor surge o problema da comunicação, ou seja, de uma linguagem que se deve fazer e não mais somente ouvir.<sup>21</sup>

Dessa forma, o homem precisa escrever também em *si* para entender-se, elaborando narrativas para que não seja apenas carne, mas um corpo:

Do nascimento ao luto o direito se “apodera” dos corpos para fazê-los seu texto. Mediante toda sorte de iniciações (ritual, escolar, etc.), ele o transforma em tábuas da lei, em quadros vivos das regras e dos costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem social. (...) Seja como for, sempre é verdade que a lei se escreve na pele dos seus súditos.<sup>22</sup>

O problema da comunicação e a política de se escrever em corpos, apresentados por Certeau, são caminhos abertos para que escritores organizem os fragmentos e signos da língua construindo possibilidades de sentir e entender, buscando soluções para a comunicação e modos de subverter a política da escrita. Os indivíduos têm, então, a possibilidade de construir também suas inscrições e narrativas sobre o próprio corpo ou sobre o corpo de outrem, como o *Poema Porrada* de Piva traz consigo uma imagem de resistência à modernidade: não perder sua identidade no “sentimento oceânico” oferecido pelos subúrbios sem rosto das grandes cidades, não ser ou dar paz, criticando a fragilidade das metanarrativas e monumentos que são a estrutura do pensamento moderno:

Eu estou farto de muita coisa / não me transformarei em subúrbio / não serei uma válvula sonora / não serei paz / eu quero a destruição de tudo que é frágil: / cristãos

20 CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

21 CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*, p. 229.

22 CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*, p. 231.

fábricas palácios / juízes patrões e operários / uma noite destruída cobre os dois  
sexos / minha alma sapateia feito louca / um tiro de máuser atravessa o tímpano de  
duas centopeias / o universo é cuspidor pelo cu sangrento / de um Deus-Cadela<sup>23</sup>

As obras dos autores aqui analisadas são críticas em relação ao processo civilizador. Criticam e desconstruem o controle das pulsões, a moderação das emoções e as regulações das condutas.

---

23 PIVA, Roberto. *Um estranho na legião*. São Paulo, Ed. Globo, 2005, p. 66.

## A Máscara da Anarquia: Percy Shelley e o Massacre de Peterloo

**Bárbara Deoti Silva Rodrigues**

Graduanda, Universidade Federal de Minas Gerais  
bdeoti3@hotmail.com

### Resumo

O Massacre de Peterloo foi um dos eventos políticos mais marcantes da história inglesa do século XIX. A repressão violenta da manifestação pacífica reunida em *St. Peter's Fields*, em Manchester, teve um impacto significativo na formação do movimento operário e suas subsequentes formas de organização e luta, nas ideias e ideais.

O poema *The Mask of Anarchy* de Shelley, publicado postumamente em 1832, se tornou simbólico na memorialização do Massacre. A narrativa construída pelo poema desafia e subverte aquela promovida pelas autoridades e valida a posição e o discurso dos manifestantes. Há um entrelaçamento entre os campos político e literário – a ação política se dá através da intercessão literária por intervir na “partilha do sensível”<sup>1</sup>. O poema promove uma subversão cognitiva necessária para uma mudança política.

Através da análise do poema, de sua representação do conflito ocorrido em Manchester e das críticas da versão oficial procuramos recuperar o envolvimento do romantismo inglês com o nascente movimento operário.

**Palavras-chave:** Massacre de Peterloo, Percy Shelley, Movimento operário inglês, romantismo.

No dia 16 de agosto de 1819 uma grande manifestação se reuniu em Manchester, na Praça de São Pedro. Seria a maior de uma série de manifestações ocorridas naquele ano para reivindicação por reformas parlamentares, como ampliação do sufrágio e outras reformas eleitorais, e por direitos políticos, como direito de reuniões públicas, organização de clubes e sociedades, liberdade de imprensa. Estima-se que 60.000 pessoas compareceram. Os organizadores do evento tinham o objetivo de preparar uma demonstração pacífica e ordenada, para mostrar a legitimidade da causa reformista e dar credibilidade a suas demandas. Os manifestantes foram instruídos a se apresentarem limpos e bem vestidos, a controlarem o excesso de bebida, evitarem brigas e não portarem armas. As sociedades femininas em prol da reforma tiveram um papel central na organização e

1 RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. 2. ed. Trad. Raquel Ramalhete, Laís Eleonora Vilanova, Lígia Vassalo, Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 7,8.

estavam presentes no dia. Muitas mães inclusive levaram suas crianças de colo junto<sup>2</sup>.

Apesar disso, os magistrados locais deliberaram que a reunião era sediciosa e enviaram a polícia para prender os oradores e as tropas para dispersar a multidão. Estavam seguindo ordens do Ministério do Interior, que por meses havia alertado sobre o perigo de uma insurreição armada e recomendado o uso da força se necessário. Um destacamento das tropas regulares, os *Hussars*, já estava estacionado em Manchester alguns dias antes da manifestação para essa eventualidade. Mas, no dia, foi a cavalaria *Yeomanry* - uma milícia armada composta por pequenos burgueses - quem avançou primeiro contra a multidão com os sabres desembainhados. A multidão reunida entrou em pânico e o reforço dos *Hussars* apenas piorou a situação. 17 pessoas foram mortas na hora e quase 700 ficaram feridas, boa parte dos quais eram mulheres e crianças. Além disso, o número de feridas de sabre foi significativo quando comparado com machucados por atropelamento ou sofridos durante a fuga, o que atesta à violência das tropas<sup>3</sup>.

As notícias sobre o massacre logo se espalharam, causando uma controvérsia enorme na opinião pública. O governo rapidamente tomou o lado dos magistrados, publicando uma nota oficial parabenizando-os por sua conduta<sup>4</sup>. No entanto, as repercussões do massacre se prolongaram. Além dos julgamentos dos principais oradores e organizadores, os inquéritos sobre as mortes ocorridas no dia continuaram a alimentar as notícias<sup>5</sup>. Os grupos radicais se organizaram para conseguir ajuda financeira para as famílias das vítimas e compensação do governo pelos danos causados. A imprensa radical noticiou todos os avanços nesses casos e os reformadores em geral esperavam conseguir avançar sua causa devido a solidariedade com as vítimas de Peterloo e o choque provocado pela conduta das tropas. A alcunha de Peterloo foi criada pelos jornais radicais, uma referência a relatos de testemunhas que ouviram os policiais incentivando as tropas e gritando “Isso é *Waterloo*! Isso é *Waterloo* para vocês!”<sup>6</sup>.

Shelley compôs o poema *A Máscara da Anarquia* no final de agosto de 1819. Ele estava vivendo na Itália nesse período e o escreveu quando recebeu notícias sobre o massacre. O poema foi escrito em forma de balada (*ballad*), um gênero popular de poesia e canções, e nele Shelley faz diversas referências à literatura panfletária e à arte satírica do período. Durante esse período, os últimos meses de 1819, ele experimentou com outros estilos de poesia, utilizando imagens e referências conhecidas pelo público leitor dos textos radicais. Poemas como *A Máscara da Anarquia*, *Peter Bell the Third*, *England in 1819* e *Men of England* apresentam seu conteúdo político de forma muito mais

2 POOLE, Robert. ‘By the Law or the Sword’: Peterloo Revisited. *History*, v. 91, n. 301, p. 254-276, abril, 2006.

3 BUSH, Michael. *The Casualties of Peterloo*. Lancaster: Carnegie Publishing Ltd., 2007.

4 POOLE. ‘By the Law or the Sword’, p.

5 BRUTON, F. A. (org.). *Three accounts of Peterloo by Eyewitnesses Bishop Stanley, Lord Hylton, John Benjamin Smith, with Bishop Stanley’s Evidence at the Trial*. Manchester: Longman, Green & Co., 1921 *THE TRIAL OF HENRY HUNT, Esq., [and others] for na Alleged Conspiracy to Overturn the Government, &c. Before Mr. Justice Bayley, and a Special Jury at the York Lent Assizes, 1820*. London: T. DOLBY, 1820.

6 DOWLING, Joseph A. (ed.). *The whole proceedings before the Coroner’s Inquest [...] on the Body of John Lees, who died of Sabre Wounds at Manchester, [...]*. London: H. Hay, Newcastle-street, 1820, p. 267.

explícita do que *Promethens Unbound*, *Queen Mab* e *Hellas*, embora seja possível perceber as ideias políticas de Shelley em todos eles. Essa mudança de estilo e tom tinha o objetivo de atingir um outro público leitor – justamente o público dos jornais radicais, as classes média e trabalhadora<sup>7</sup>. Podemos dizer que ele fala justamente àqueles sobre quem escreve no poema, às pessoas que estariam presentes em uma manifestação como a de Manchester. Gardner, citando Scrivener, destaca que “a reação imediata de Shelley a Peterloo é interessante, pois em a *Máscara da Anarquia* ele encoraja os pobres a agirem [...] Sua militância não é isenta de suas qualificações e ambiguidades, mas o que distingue a resposta de Shelley é o desejo de impulsionar o movimento pela reforma para a esquerda, arriscando até uma revolução.”<sup>8</sup>.

Para Shelley, escrever poesia era uma forma de contribuir para o sucesso da causa reformista. Ampliar o número de leitores era essencial para conquistar mudanças políticas. Ele enxergava uma correlação direta entre o progresso social e o florescimento cultural<sup>9</sup>. Em *Uma defesa da poesia* Shelley elabora sua teoria sobre o papel da poesia. Ele define a imaginação como uma capacidade de síntese. A capacidade de recombinar elementos familiares em configurações não familiares, de combinar pensamentos em algo novo, de descobrir conexões e semelhanças onde elas não eram percebidas antes. Essa capacidade é denominada faculdade poética. A capacidade poética é também a capacidade de perceber o belo, uma certa ordem das coisas que causa enorme prazer. Os poetas, tendo a capacidade poética em excesso, são aqueles capazes de perceber, e também criar, a ordem que produz o maior prazer, ou seja, o belo. A poesia é a forma de arte que mais perfeitamente expressa a imaginação<sup>10</sup>. E a imaginação é a base da conduta moral. É através da imaginação que podemos exercitar nossa empatia – nos imaginar no lugar do outro<sup>11</sup>. “O grande segredo da moral é o amor; ou um afastamento de nossa própria natureza e uma identificação de nós mesmos com o belo que existe no pensamento, na ação ou na pessoa que não nós mesmos”<sup>12</sup>. E a poesia é o instrumento por excelência do aperfeiçoamento moral, pois exercita e fortalece a imaginação.

De acordo com Rancière, a partilha do sensível é a constituição estética que dá forma à comunidade. É uma configuração do sensível que determina o conjunto comum e as partes exclusivas de cada um; uma determinação dos modos do fazer, ser e dizer, dos corpos, de suas atribuições, dos espaços, dos sentidos, do que é visível e invisível. A ordem política é acima de tudo estética “na medida em que é um modo de determinação do sensível, uma divisão dos espaços – reais e simbólicos – destinados a essa ou àquela ocupação, uma forma de visibilidade e de dizibilidade do que é próprio e do que é comum.”<sup>13</sup>. Em *Desentendimento* Rancière define a atividade política como àquela

7 GARDNER, John. *Peterloo, Cato Street, and Caroline; Poetry and Popular Protest, 1819-1821*. Glasgow: Glasgow University Press, 2002, p. 121.

8 GARDNER. *Peterloo, Cato Street, and Caroline*, p. 120. Trad. própria.

9 SHELLEY, Percy B. *Uma Defesa da Poesia e Outros Ensaios – A Defense of Poetry and Other Essays*. Trad. Fabio Cyrino, Marcella Furtado. São Paulo: Editora Landmark, 2008.

10 SHELLEY. *Uma Defesa da Poesia*, p. 78.

11 SHELLEY. *Uma Defesa da Poesia*, p. 53.

12 SHELLEY. *Uma Defesa da Poesia*, p. 90.

13 RANCIÈRE. *Políticas da escrita*, p. 8.



que quebra com a ordem estabelecida do sensível<sup>14</sup>. “A atividade política, em outras palavras, abala a distribuição hierárquica de corpos, lugares, ocupações e assim por diante, de forma que grupos previamente marginalizados e partes heterogêneas do todo social são tornadas visíveis dentro da configuração do que é perceptível, ou “a partilha do sensível”.”<sup>15</sup>

Assim, podemos dizer que a poesia, como Shelley a concebe, é uma forma de intervenção na ordem do sensível. E ela é uma atividade política justamente por revelar aquilo que antes passava despercebido. A mudança mental operada pela poesia – a ampliação da faculdade poética – sempre parte de um rompimento com a ordem estabelecida na partilha do sensível, pois a ampliação da percepção torna visível aqueles excluídos do espaço comum. A poesia é política por romper com essa ordem e reescreve-la. Opera uma re-divisão do sensível e amplia as formas de experiência possíveis e assim pode incluir quem estava excluído.

O poema começa quando o eu lírico, que é o próprio Shelley, acorda com o chamado de uma voz vinda do outro lado do mar, o guiando para andar pelas “visões da Poesia”<sup>16</sup> (I)<sup>17</sup>. Ele então se depara com uma procissão de figuras sombrias - Fraude, Assassinato, Hipocrisia e outras Destruições: bispos, advogados, espíões. E liderando a marcha vem Anarquia, uma horripilante personagem, que é saudada como “DEUS, E REI E LEI” (IX). Eles avançam pela Inglaterra deixando um rastro de destruição e espalhando o terror. Quando chegam em Londres, uma figura foge em desespero - é a Esperança, que cai em frente ao cavalo da Anarquia pronta para ser pisoteada. Surge nesse momento uma figura sublime, uma Forma banhada de luz que passa por todos. Então, a Esperança se levanta, restaurada. Anarquia foge e uma voz incorpórea é ouvida por todos. Ela pergunta a todos os homens da Inglaterra o que é a Liberdade, mas eles não podem responder, pois só conhecem a escravidão. A voz denuncia o sofrimento e a miséria do povo inglês e conta a todos o que é a Liberdade. Ela então pede que se deixe reunir uma “grande Assembleia” (LXV) e que o povo se coloque contra aqueles que tentam oprimi-lo. Assim, ainda que eles sejam massacrados pelos tiranos, toda a nação ficará a seu lado e se levantará em solidariedade.

Shelley deixa sua posição clara desde o começo do poema. O governo, seus apoiadores e aqueles que são contra a causa reformista são representados como “Destruições” (VII), figuras sombrias. Shelley dá destaque especial a ministros do governo como Castlereagh, Eldon e Sidmouth, mas também inclui nesse grupo bispos, advogados, os pares do reino e espíões. Na parte final da procissão vem o exército, instrumento de violência, representado com “cada espada sangrenta” desembainhada e erguida “A serviço de seu Lorde” (XI). É uma possível referência a Peterloo, já que imagens das tropas avançando sobre a multidão com os sabres erguidos foram muito divulgadas. Shelley nos descreve a situação de ruína em que se encontra a Inglaterra nas mãos

14 RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

15 LAMBIER, Joshua D. Shelley's Aesthetic Dimension: The Politics of Resistance and Reform. Captado em: [http://www.rc.umd.edu/praxis/shelley\\_politics](http://www.rc.umd.edu/praxis/shelley_politics). Acesso em: 15 fev. 2018.

16 SHELLEY, Percy B. *The Complete Poetical Works of Percy Bysshe Shelley*. v. 1. Oxford: Oxford University Press, 1914.

17 A tradução do poema é nossa; a numeração entre parênteses indica o número da estrofe citada.

dessas pessoas e todos os habitantes estão tomados pelo terror: esse é o “triumfo da Anarquia.” (XIV). Shelley inverte a acusação de anarquia frequentemente dirigida aos reformadores e radicais – na verdade, é a monarquia que é anárquica, pois é um governo tirânico e opressor. Anarquia, que concentra em si os poderes de Deus, Rei e Lei, governa sem lei e de forma arbitrária e violenta.

Com o Parlamento tomado e controlado pela Anarquia já não há mais esperança para a Inglaterra. Em *A Philosophical View of Reform*, Shelley diz que a Revolução Gloriosa de 1688 foi uma conciliação entre o espírito da Liberdade e a tirania<sup>18</sup>. Embora ele visse a restauração da monarquia como um retrocesso, o limite aos poderes da monarquia garantiu a permanência da liberdade. E, mais importante que isso, ficou determinado que a vontade do povo era a fonte desse poder e sua única base de permanência. O rei só tem direito de assumir esse papel e nele permanecer se age em benefício do povo e se o povo julga que tem nisso benefício<sup>19</sup>. Portanto, Anarquia, ao se assumir Rei, Lei e Deus é quem se coloca contra o espírito das leis inglesas. É por isso que, quando Anarquia chega à Londres e envia seus seguidores para capturar “a Margem com a Torre” (XXI), ou seja, o edifício do Parlamento, por ele controlado, a figura da Esperança aparece pela primeira vez. Mas aparece como uma “dama maníaca”, aflita, e, ironicamente, que perdeu a esperança (XXII). A perda do Parlamento representa a perda dessa liberdade, ainda que não seja plena, que foi duramente conquistada com a Revolução Inglesa.

No entanto, a Esperança, prestes a ser esmagada pelo cavalo da Anarquia, é resgatada por uma Forma que lhe devolve a esperança. Essa Forma cresce e se torna luminosa e gigante e passa “Sobre as cabeças dos homens – tão veloz / Que eles sabiam estar ali a presença, / E olhavam, - mas tudo já era espaço vazio.” (XXX). Essa forma sublime representa o espírito da Liberdade de que Shelley fala em *A Philosophical View of Reform*, que sempre emerge em embate contra a tirania e continua a crescer em uma evolução histórica inevitável, em direção ao destino da humanidade de ser livre<sup>20</sup>. Diante de sua presença, Anarquia foge e todos sentem e ouvem um “acordar sensível”, e palavras “de alegria e medo” se elevam como se fossem gritadas pela voz da própria Inglaterra falando aos seus filhos (XXXIV - XXXVI).

A voz começa seu discurso com um chamado à libertação: “Ergam-se como Leões após o sono / Em número invencível, / Sacudam suas correntes para a terra como orvalho / Que no sono tivesse caído sobre vocês –” (XXXVIII). Ela então pergunta o que é a Liberdade, mas os homens da Inglaterra só conhecem a escravidão. O poema denuncia a opressão do povo inglês os piores problemas enfrentados pelo país. Expõe a situação dos trabalhadores, cujo trabalho pesado mal garante sua sobrevivência e a de suas famílias. Sua condição de escravos, pois todos os frutos de seu trabalho vão para os tiranos que se aproveitam deles. A fome que assola a população. A desigualdade social. O endividamento e a corrupção do governo. A repressão violenta de protestos

18 SHELLEY, Percy B. *A Philosophical View of Reform*. Oxford: Oxford University Press, 1920.

19 SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*, p. 5,6.

20 SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*.

ou expressões de descontentamento. O desamparo da população, que não tem forças para lutar. A vida dos ingleses é tão miserável que até os animais tem uma vida melhor, e bestas selvagens não aguentariam o que eles aguentam.

Mas se os escravos soubessem o que é liberdade, então os tiranos fugiriam “Como o imaginário turvo de um sonho.” (LII). A voz então diz a todos o que é a Liberdade. Para os trabalhadores, é uma vida digna e agradável e um trabalho que os sustente com comida suficiente, roupas quentes e um lar. A liberdade é também a restrição aos ricos, à exploração. É uma justiça que não pode ser comprada, que protege a todos e leis justas. Ciência, Poesia e Pensamento são suas bases. Espírito, Paciência e Gentileza são suas expressões em atos. A Liberdade é Amor, pois a compaixão pelo sofrimento do outro é da justiça<sup>21</sup>. O espírito da Liberdade não é “Uma sombra que logo passará,” (LIII) e mesmo que “o esforço e o sangue inglês/ Fossem derramados, ainda que em enchente” (LX) ele não seria extinguido.

Então Shelley menciona a manifestação em Manchester de forma muito explícita. “Deixem que se reúna uma grande Assembleia / Dos destemidos e dos livres / Em um ponto do solo Inglês / Onde se estendam planícies amplas ao redor.” (LXV). Essa Assembleia deverá ser testemunhada por todos, como Peterloo de fato o foi. Novamente, Shelley nos relembra porque a manifestação ocorreu: a miséria, a exploração, a indiferença do governo, a dívida pública. Mas a Assembleia lembrará a todos que eles são “como Deus os criou, livres-” (LXXIII).

O poema descreve os acontecimentos seguintes como um massacre. Os manifestantes do texto não retribuem em momento algum o ataque da cavalaria, o que relembra a intenção pacífica na organização da manifestação em Manchester. A resistência é passiva – eles devem deixar que os cavaleiros se abatem sobre eles, sem reagir, ficando “calmos e resolutos, / Como uma floresta cerrada e muda” (LXXIX). Essa representação dos manifestantes aceitando passivamente a violência é uma forma de atacar narrativas sobre Peterloo que descreviam os eventos ou como tendo sido provocados pela multidão ou como um embate entre iguais<sup>22</sup>. Mas, já que os manifestantes fictícios do poema não podem se defender, o que virá em seu auxílio são as “leis de sua própria terra” (LXXXI). Shelley defende nesses versos o direito ao protesto, e, mais importante, a constitucionalidade desse direito. As leis estão do lado dos manifestantes de Peterloo, e de fato estavam, afinal a lei contra reuniões públicas dessa natureza surge depois<sup>23</sup>. Novamente, a acusação de anarquia e ilegalidade é virada contra o governo.

Shelley acusa as tropas de serem culpadas pela violência, são eles que “retornarão com vergonha [...] e o sangue derramado então falará / Através do rubor nas suas bochechas.” (LXXXVI). Sua conduta será condenada por todos e o choque causado pelo massacre se tornará um catali-

21 SHELLEY. *Uma Defesa da Poesia*, p. 53.

22 POOLE. *By the Law or the Sword*.

23 GLASGOW, G. H. H. The John Lees Inquest of 1819 and the Peterloo Massacre. *Transactions of the Historic Society of Lancashire and Cheshire*, Liverpool, v. 148, p. 95-118, 1999. p. 117.

zador para a mudança. As palavras da voz da Inglaterra ecoarão pela nação: “Ergam-se como Leões após o sono / Em número invencível- / Sacudam suas correntes para a terra como orvalho / Que no sono tivesse caído sobre vocês - / Vocês são muitos – eles são poucos.” (XCI).

Shelley constrói uma narrativa favorável aos manifestantes, coloca a culpa do massacre nos magistrados e nas tropas, denuncia os problemas enfrentados pela sociedade e a incapacidade do governo de responder a eles. O poema defende não só a legalidade da causa reformista, como também a sua necessidade. Shelley acreditava que a mudança não só era inevitável, para bem ou mal, pois a situação da Inglaterra havia se tornado insuportável, mas também necessária<sup>24</sup>. No entanto, essa mudança poderia acontecer por mais de um caminho. Ou a tirania iria se tornar ainda pior, ou seria feita uma reforma, ou uma revolução iria estourar<sup>25</sup>.

Tendo isso em vista, podemos dizer que Shelley apoiava a reforma feita de forma institucional, pacífica e gradual. O melhor caminho para proceder seria organizar outras manifestações, petições, divulgar da causa através de jornais e panfletos, ampliar o sufrágio, eleger candidatos reformistas. As mudanças poderiam ser atingidas sem violência através de reformas na legislação. A representação no poema de uma resistência pacífica também é uma indicação de que esse caminho pacífico é o melhor a ser tomado. O apoio popular é essencial para que a mudança seja possível, mas como força de suporte.

No entanto, o poema possibilita uma leitura ambígua, que indica outro caminho que pode ser tomado. Afinal de contas, a posição do próprio Shelley não era tão claramente definida. Ele acreditava que a reforma era o melhor caminho, mas ele também acreditava no direito da humanidade de se levantar contra a tirania. O propósito dos governos é garantir a felicidade dentro dos limites do possível. A partir do momento em que a natureza do governo causa infelicidade, é direito da população expressar seu descontentamento, e, se este não for ouvido, a insurreição é justa. “O direito público de demandar a felicidade é um direito da natureza;”<sup>26</sup>. Esse direito não só é um direito natural, como também tem um precedente histórico: a Revolução Puritana. Embora a violência revolucionária não seja ideal, em primeiro lugar ela é sempre um produto da tirania, e por isso é sempre justificada. Nas palavras do próprio Shelley, “revertendo a expressão proverbial de Shakespeare, pode ser o bem que os Revolucionistas fizeram que vive depois deles, seus males são enterrados com seus ossos.”<sup>27</sup>.

Essa ambiguidade presente no poema, e no pensamento de Shelley, reflete uma tensão presente no movimento operário no início do século XIX. O movimento operário sempre teve grupos muito heterogêneos, alguns mais pacifistas e outros mais revolucionários. Mas visto de uma forma geral, podemos observar uma oscilação entre esses dois polos. De um lado temos movimentos e

24 SHELLEY. *A Philosophical view of Reform*, p. 32.

25 SHELLEY. *A Philosophical view of Reform*, p. 49.

26 SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*, p. 49.

27 SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*, p. 19.

momentos mais radicais como o ludismo, a destruição organizada de máquinas e ataques a donos de fábricas. As tentativas de revolta e conspirações, como *Spa Fields* em 1816, que ocorre em Londres e o levante de *Pentrich* no interior, em 1817, fomentado pelo espião do governo, Oliver. Do outro temos o entusiasmo eleitoral com as tentativas de eleger candidatos reformistas e radicais, as sociedades de ajuda mútua, e as grandes manifestações organizadas, como Peterloo.

As manifestações de 1819 são, em parte, o resultado de *Pentrich* e da controvérsia provocada pela atuação de Oliver<sup>28</sup>. O movimento pela reforma assumiu, nesse momento, uma política de transparência e abertura para se proteger de espiões. Passaram a atuar através de grandes manifestações públicas para pressionar por mudanças. Mas em Manchester, com o massacre de Peterloo, essa onda se quebra contra a repressão governamental. Em um primeiro momento, os reformistas acreditaram que, devido a indignação que Peterloo causou, seria possível fazer com que mais pessoas passassem a apoiar a causa. A imprensa radical aproveitou a atenção para noticiar detalhadamente os julgamentos e os inquéritos, pedindo pela condenação das tropas e repudição da ação dos magistrados, ajuda para financiar a defesa, apoio popular e solidariedade pelos manifestantes. No entanto, foi em vão. Muitos dos reformadores são condenados e presos e as leis de censura se tornam mais severas com a aprovação do Seis Atos (*Six Acts*). O caminho constitucional foi sendo fechado aos poucos e o movimento voltou para uma clandestinidade, o que resulta em casos como *Cato Street*, um ano mais tarde. O poema intervém na realidade em que se insere, mas também a reflete. A divisão interna e a indecisão entre o caminho institucional e o caminho revolucionário está presente nas ideias do próprio Shelley, mas o poema também representa o movimento operário como um todo.

28 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. III – A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

## Atavismo, profissionalismo e ansiedade burguesa no período vitoriano

Pedro Victor Antunes Guerra

Mestrando em História Social (Unimontes)

p.v.guerra@hotmail.com

### Resumo

Na presente pesquisa nos propomos a analisar, sob um viés histórico, a obra "The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde", de autoria do escritor escocês Robert Louis Stevenson. Na obra é apresentada a história do médico Dr. Henry Jekyll, que elabora um método para cindir a própria identidade: de um lado, resulta o respeitável burguês, exímio profissional, cumpridor de leis e "[...] expoente máximo das decências, [...] um dos homens que pratica o que se costuma chamar o bem" (STEVENSON, 2010, p. 14). Do outro, temos a figura do sádico, perverso e detestável Mr. Edward Hyde, apresentado como "[...] pálido e quase um anão, [dando] a impressão de deformidade sem que tivesse qualquer defeito a que se pudesse dar nome" (STEVENSON, 2010, p. 21). Logo de início, é quase inevitável relacionar a construção ficcional de Stevenson com as "descobertas" científicas disseminadas no período vitoriano, principalmente aquelas surgidas dos estudos do criminalista italiano Cesare Lombroso. Após observar e dissecar um número desconhecido de cadáveres de criminosos, colecionar obras de arte de delinquentes, juntamente com seguidores sob sua orientação, Lombroso pôde concluir que os homens criminosos o são desde o seu nascimento e esses poderiam ser reconhecidos por características físicas atávicas marcantes, que são indícios de regresso a um estágio mais primitivo do desenvolvimento humano (GAY, 1993). O criminoso de Lombroso carregava assim o estigma da degenerescência, um sinal de que o gênero humano ia mal, simbolizado pela deformidade física ou intelectual. Entretanto, fato é que os discursos científicos que pululavam na época, que embasaram a teoria da degeneração e outras, eram "legítimos" pois reproduziam as ideologias da classe burguesa, relacionando o criminoso com o atavismo, e ambos com as classes mais baixas (ARATA, 1996). Assim, a preocupação com os homens, que como Mr. Hyde, eram "degenerados", "atávicos" e "criminosos", era fruto muito mais de uma intensa "apreensão burguesa" do que uma preocupação real com a solução do problema da criminalidade e degeneração do gênero humano.

**Palavras-chave:** História, literatura, burguesia, atavismo, profissionalismo.

A produção do conhecimento histórico sofreu consideráveis alterações no decorrer do século passado. Como afirmado por Burke, a chamada "Nova História" surge como resposta ao paradigma tradicional da "história historicizante", que era realizada até então. Inserida no contex-



to francês da Escola dos *Annales*, a “Nova História” se distingue em vários aspectos da história tradicional, como por exemplo, o abandono do caráter prioritariamente político da história e a importância demasiada dada a fatos políticos (como guerras), a valorização da análise das estruturas em detrimento da pura narrativa dos acontecimentos e um afastamento do ideal de uma história objetiva e factual, com ênfase na pesquisa em arquivos, na qual o historiador conseguiria apresentar os fatos, usando a célebre frase de Leopold Von Ranke, “como eles realmente aconteceram”.<sup>1</sup>

Entretanto, a história é fruto da ação humana e, por isso, sujeita à constante evolução e releitura de suas estruturas. Convergindo ainda em torno das proposições iniciais dos *annalistes*, “[...] durante as décadas de 1960 a 1980, as novas gerações de historiadores ampliaram o leque relativo aos problemas, aos objetos e às abordagens da disciplina, influenciados pela ascensão dos estudos culturais”<sup>2</sup>. Conforme a historiadora gaúcha Sandra Pesavento (2012), a história nesse momento sofre grandes rupturas epistemológicas em decorrência da chamada crise dos paradigmas explicativos da realidade. Após duas guerras mundiais (com as conseqüentes perdas econômicas e de vidas humanas no campo de batalha), ocorre uma onda de irracionalismo e ceticismo em relação às certezas até então estabelecidas.<sup>3</sup> Neste momento, “a dinâmica social se tornava mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e novos interesses”<sup>4</sup>.

Assim, o que ocorre é o esgotamento da capacidade explicativa dos modelos historiograficamente até então dominantes, como o marxismo e a escola dos *Annales*. A história então, buscando afastar-se dos “grandes centros”, tomando estes como artificialidades com fito de formular interesses muito mais particulares do que universais e inspirada pela “incredulidade ante as meta-narrativas”<sup>5</sup>, ou seja, a perda de vitalidade daquelas grandes narrativas estruturadoras e repletas de verdades, propõe novas mudanças, principalmente no que diz respeito ao movimento historiográfico chamado de História Cultural, que é cada vez mais delineada a partir das últimas décadas do século XX. É apresentada uma nova maneira de trabalhar a cultura, pensando esta como um “[...] conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”<sup>6</sup>. Deste modo, a História da Cultura se afasta da maneira como era exclusivamente outrora praticada, elitizada tanto nos sujeitos como nos objetos, o que se traduz numa ampliação das possibilidades de abordagens e novas possibilidades de estudos, como as representações e quaisquer outros campos temáticos que sejam atravessados pela polissêmica noção de cultura.<sup>7</sup>

1 BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 09-11.

2 GRECCO, Gabriela de Lima. *História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 6. Nº 11, julho de 2014. (GRECCO, 2014, p. 41).

3 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

4 PESAVENTO. *História & História Cultural*, p. 05.

5 JENKINS, Keith. *A História repensada*. 3. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007, p. 94.

6 PESAVENTO. *História & História Cultural*, p. 08.

7 BARROS, José D’Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*. DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

A aliança entre a História e a Literatura representa uma dessas novas possíveis abordagens. Inicialmente, é essencial destacar que não é correto relacionar as obras literárias como integrantes exclusivas do mundo do fictício, do irreal e da fantasia, visto que

[...] há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também podem ser de ordem sentimental e emocional. Estas realidades por certo diversas não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais<sup>8</sup>.

Ao tomar uma obra literária como fonte histórica, temos em mãos um valioso meio de delinear as cores e os tons de determinada sociedade e a sua cultura, partindo a análise do autor da obra e de sua época, para em seguida delinear o sentido das representações por ele realizadas. Sobre o potencial de utilização da literatura como fonte histórica, expõe Borges:

A expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto socio-cultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico<sup>9</sup>.

Assim, fica demonstrada a viabilidade e relevância da utilização de uma obra literária como fonte histórica que, nos dizeres de Caleiro, deve ser trabalhada como fenômeno cultural e tem o poder de dar um depoimento histórico, revelando-se assim uma fonte valiosa para a compreensão histórico-cultural de determinado período ou sociedade<sup>10</sup>, visto que “[...] os discursos literários [...] operam seletivamente, assegurando um novo olhar sobre os fatos, reinterpretando-os”<sup>11</sup>.

Prolífica fonte de ideias para produções artísticas literárias e cinematográficas, a era vitoriana é palco de uma efervescência social nunca antes vista. A modernização vem à galope e as alterações na vida dos indivíduos, advindas das constantes evoluções na ciência e tecnologia são intensas. De maneira inédita, sofreram alterações “[...] o comércio, as finanças, o transporte, as comunicações, a administração, a medicina, as relações entre homens e mulheres e entre patrões e empregado”<sup>12</sup>. Ainda, no período vitoriano, as inovações surgidas, como a “[...] estrada de ferro, o cabo submarino, a teoria dos germes nas doenças, as ideias evolucionistas de Darwin, o advento da política de massas [...]”<sup>13</sup> colocavam os indivíduos como espectadores (tanto maravilhados quanto atemorizados) de uma impiedosa torrente de mudanças. Entretanto, antes de adentrarmos à análise

8 ISER, Wolfgang. *Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional*. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 958.

9 BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: Algumas Considerações*. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, Ano 1, Número 3, p. 94-108, junho/2010, p. 98.

10 CALEIRO, Regina Célia Lima. *Chica que manda: história e literatura no mundo das representações de Agripa Vasconcelos*. *História e Perspectivas*, Uberlândia (45): 217- 254, jul/dez. 2011.

11 GRECCO. *História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação*, p. 41.

12 GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud - Vol. 3: O Cultivo do Ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 449.

13 GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 161.

proposta, entendemos necessário fazer uma observação com relação à terminologia: utilizaremos aqui a expressão “vitoriano” como sinônimo de “século XIX”, como faz o historiador Peter Gay:

Existiram ‘vitorianos’ antes e depois da rainha Vitória; o século XIX estendeu-se da derrota de Napoleão, em 1815, à eclosão da Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914. Além do mais, os traços que corretamente consideramos como característicos dos vitorianos não estavam confinados à Grã-Bretanha.<sup>14</sup>

Deste modo, em meio a tal cenário social e cultural, um personagem se mostra de ímpar relevância para a compreensão da época: trata-se, é claro, do homem burguês. Chamamos de homem burguês este personagem emblemático do período vitoriano que, entre uma aristocracia cada vez mais decadente e a massa de indivíduos pobres e insubmissos, dá o tom da época. Dos escritores da era vitoriana, Stevenson, ao lado de nomes como Charles Dickens, Daniel Defoe, se apresenta como um arguto intérprete das agruras do homem burguês do século XIX. Nascido em Edimburgo, Escócia, no dia 13 de novembro de 1850, no seio de uma sólida família burguesa do período vitoriano, foi vítima durante toda a sua vida de uma saúde precária, mas que não o impediu de gozar os prazeres típicos de um burguês de sua época. A Edimburgo de Stevenson se apresenta como a clássica urbe vitoriana, conflituosa e insalubre em muitas de suas áreas, tomadas pela pobreza e pela criminalidade, com o mau cheiro decorrente dos dejetos e refugos frutos da vida urbana e pela degradação da vida humana representada por cortiços, bordeis e lojas de bebida encontradas por todos os lados.<sup>15</sup> Assim, rodeados pela massa de pobres irrequietos e insubmissos, os burgueses se mantinham em constante estado de alerta, o que era acentuado ainda mais pelo fato de que as classes médias eram minoria e representavam, quando muito, 15% das populações entre as quais viviam.<sup>16</sup>

Dentre os escritos de Stevenson, o mais popular é sem dúvida *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde* (título traduzido e popularizado na língua portuguesa como *O Médico e o Monstro*), escrito em 1885 e publicado em 1886. Sobre a relevância da obra, expõe a biógrafa escocesa Eileen Dunlop:

O que torna *O Estranho Caso de Dr. Jekyll e Mr. Hyde* notável, além da qualidade da escrita, é não somente sua abordagem única da antiga guerra entre o bem e o mal, mas o modo como o texto aborda, de forma única, preocupações modernas: a natureza multifacetada da mente humana, o medo da perda de identidade e os perigos do vício.<sup>17</sup>

Nessa obra de Stevenson é apresentada a história do médico Dr. Henry Jekyll que, através do uso de certa substância química, consegue cindir a sua própria identidade: de um lado o respeitável burguês, exímio profissional, cumpridor de leis e “[...] expoente máximo das decências, [...] um

14 GAY. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud - Vol. 3: O Cultivo do Ódio*, p. 14.

15 DUNLOP, Eileen. *Robert Louis Stevenson – The Traveling Mind*. Tradução. livre. Edimburgo: National Museums Scotland, 2008.

16 GAY. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*, p. 161.

17 DUNLOP. *Robert Louis Stevenson – The Traveling Mind*, p. 101.

dos homens que pratica o que se costuma chamar o bem”<sup>18</sup>. Na mesma linha, Dr. Jekyll é um homem das ciências, “[...] doutor em Medicina, doutor em Leis Cíveis, doutor em Leis, membro da sociedade real etc [...]”<sup>19</sup>. Do outro, temos a figura do sádico, perverso e detestável Mr. Edward Hyde, como apresentado na obra pela personagem do sr. Richard Enfield, outro respeitável burguês:

- Não é fácil descrevê-lo. Há algo de estranho em sua aparência, algo de desagradável, algo inteiramente detestável. Jamais vi homem com quem antipatizasse mais e, entretanto, mal sei o porquê de tal antipatia. Deve ter uma deformação qualquer: dá forte impressão de deformidade, embora não seja possível especificar o ponto. É homem de aspecto extraordinário, contudo nada posso apontar de concreto, como responsável por isso. Não, senhor. Não sei mais que dizer: não posso descrevê-lo. E não é por falta de memória, pois declaro que posso recordá-lo tal como é, neste momento.<sup>20</sup>

De acordo com o historiador Peter Gay, para os vitorianos, o trabalho se constituía em um “imperativo ético” e o exercício profissional de um labor seria nada menos do que “[...] o verdadeiro caminho para um bom caráter”<sup>21</sup> e também impediria “[...] que as pessoas sejam desonestas, pródigas, irreverentes, sensuais e irresponsáveis”<sup>22</sup>. Tal adoração ao labor profissional tem sua expressão na obra ficcional de Stevenson que elegemos, como passaremos a demonstrar.

Em “*The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*” podemos notar que Stevenson, além de sua atenção mais imediata com a representação do grotesco e animalesco Edward Hyde, deu amplo espaço à representação de um tipo humano mais específico, o dos burgueses profissionais.<sup>23</sup> Em meio aos personagens da obra temos, por exemplo, o advogado Gabriel Utterson e os médicos Henry Jekyll e Hastie Lanyon, profissionais de meia idade e bem-sucedidos em seus campos de atuação. É a partir do ponto de vista destes indivíduos que a anormalidade e o caráter desviante de Mr. Hyde serão expressos, o que aponta a uma questão relevante para a compreensão da obra de Stevenson: a relação entre a interpretação profissional e a construção do desvio criminoso.<sup>24</sup>

Não podemos deixar de relacionar a construção ficcional de Stevenson com as “descobertas” científicas disseminadas no período vitoriano, principalmente aquelas surgidas dos estudos do criminalista italiano Cesare Lombroso. Após observar e dissecar um número desconhecido de cadáveres de criminosos, colecionar obras de arte de delinquentes, juntamente com seguidores sob sua orientação, Lombroso pôde concluir que os homens criminosos o são desde o seu nascimento e esses poderiam ser reconhecidos por características físicas atávicas marcantes, que são

18 STEVENSON, Robert Louis. *O médico e o monstro e outras histórias*. Tradução de Nair Lacerda. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 14.

19 STEVENSON. *O médico e o monstro e outras histórias*, p. 16.

20 STEVENSON. *O médico e o monstro e outras histórias*, p. 15.

21 GAY. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*, p. 215.

22 GAY. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*, p. 217.

23 ARATA, Stephen. *Fictions of Loss in the Victorian Fin de Siècle: Identity and Empire*. Tradução livre. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 33.

24 ARATA. *Fictions of Loss in the Victorian Fin de Siècle: Identity and Empire*, p. 33.

indícios de regresso a um estágio mais primitivo do desenvolvimento humano.<sup>25</sup> O criminoso de Lombroso carregava assim o estigma da degenerescência, um sinal de que o gênero humano ia mal, simbolizado pela deformidade física ou intelectual. Entretanto, fato é que os discursos científicos que pululavam na época, que embasaram a teoria da degeneração e outras, eram “legítimos” pois reproduziam as ideologias da classe burguesa, relacionando o criminoso com o atavismo, e ambos com as classes mais baixas.<sup>26</sup>

Assim, podemos perceber que a preocupação com os homens, que como Mr. Hyde, eram “degenerados”, “atávicos” e “criminosos”, era fruto muito mais de uma intensa “apreensão burguesa”, frente a estes sujeitos que desafiam a ordem estabelecida do evangelho do trabalho e do profissionalismo burguês, do que uma preocupação real com a solução do problema da criminalidade e degeneração do gênero humano.

---

25 GAY. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud - Vol. 3: O Cultivo do Ódio*, p. 161.

26 ARATA. *Fictions of Loss in the Victorian Fin de Siècle: Identity and Empire*, p. 34.

## História poética e poética da história em Octavio Paz

Maycon Tannis  
ms.tannis@yahoo.com

### Resumo

O presente trabalho visa tratar da escrita historiográfica peculiar de Octavio Paz. O poeta que ao longo de sua vida compôs ensaios e escritos sobre a história do México, da modernidade e do riso, sempre preocupado em não cair no que ele próprio denominava de "embalsamamento teórico típico das ciências", para isso, o autor toma como ponto de partida a poesia e não a historiografia sobre o tema, sem, no entanto, cair para a incompreensibilidade de um discurso sem fim, tampouco reduzindo sua análise crítica ao campo da sociologia. Paz tem a capacidade de escrever a história fora das regras da ciência pura, isto é, escreve história sem objetivar a criação de um conceito puro, como é comum na ciência pós Hegel. Mas opera com as regras do eixo que o ocidente fez questão de esquecer, o Eixo Metafórico, um ramo da linguagem que tem na poesia seu ápice, diferente do eixo conceitual que tem no conceito puro sua forma máxima. O eixo da linguagem que foi identificado por Hans Blumenberg em vários dos seus livros, dentre eles "Paradigmas para uma metaforologia", "Saídas da Caverna" e "Naufrágio com Espectador", é o eixo onde existe a possibilidade uma escrita, produtora de sentido e real, que trafegue pela indeterminação, não objetive a síntese, permita a multivocidade das diversas forças que forma as tensões. Por ter a poesia como seu momento máximo, cabe a aproximação com o que pensou Paz, já que o poeta localiza na poesia todas essas características e lhe confere o poder de rompimento com o esquema hegeliano da *aufhebung*. Neste trabalho pretendo apresentar a partir da análise do ensaio "O Arco e A Lira" junto com a proposta de escrita da história do ensaio "O Labirinto da Solidão" como o poeta toma poesia como "método" para a escrita da história, sem decair em um não lugar onde falta o sentido, o que pode parecer contraditório já que, tomando o que Luiz Costa Lima escreve, a literatura é uma finalidade sem fim. Muito menos engessar uma formação que é dinâmica em seu sentido mais radical. Este tipo de contradição, formadora de forças que tensionam a realidade e a escrita da história formam aberturas para a exploração ampliada e contínua, que pode vir a ser a saída para um novo modelo historiográfico que permita encarar sobre outras bases os eventos históricos.

**Palavras-chave:** Metaforologia; Octavio Paz; Teoria história; teoria da literatura; Antropologia filosófica;



O presente texto visa tratar, panoramicamente como um primeiro esforço de pesquisa, da escrita da história nas obras do poeta Octavio Paz<sup>1</sup>, uma vez que este, reconhecidamente, empreendeu um esforço intelectual para compreender questões presentes dentro e fora de seu fazer poético. Isto é, dentro e fora do esforço poético de compreensão do mundo e produção de uma tensão que exponha de forma criativa os vários hiatos e eventos que compõem a realidade.

O Poeta, apesar de sua ênfase heideggeriana no tratamento do tempo como especificidade do humano, não deixa de dar tratamento especial às peculiaridades que cercam o pensamento sobre o passado enquanto escrita da história. Não à toa, suas obras onde a questão da história e da experiência do homem no tempo (Wetter) e no mundo (Welt)<sup>2</sup>, isto é a História, são mais claras e se comportam como a centralidade da sua análise (*El Arco y La Lira* [1956], *Conjunciones y Disjunciones* [1969], *Los Hijos del Limo* [1974], *El Laberinto de la Soledad* [1950]) carregam as mesmas questões de como ter em mãos a experiência de tempo que, no ocaso da modernidade no pensamento e na produção intelectual do ocidente, se torna difusa e fugidia. Isso sucede mesmo para as ciências que têm por centro a tematização do tempo. As obras acima citadas, por tematizarem a História serão objetos da tese de que este projeto pretende tratar. O que poderia parecer antagônico mostra o intento deste projeto. Portanto, como uma obra escrita por um poeta pode ser ao mesmo tempo poética e historiográfica? Como essa duplicidade é possível já que a poesia não se subordina ao propósito de dizer a verdade, que mobiliza o historiador? No referente à História, isso leva ao extremo afastamento estético de sua escrita, testemunhada de modo radical em Fustel de Coulange. Em Paz, isso e torna não só a regra como o método de escrita.

O sentido de buscar uma escrita de História dentro da obra de Octavio Paz não se confunde com o impulso de enquadrá-lo em um credo que ele mesmo nunca seguiu. Trata-se de desmistificar o fazer historiográfico enquanto factualidade, notando a existência de outras possibilidades de escrita. A saber, Paz utiliza seu esforço poético para produzir uma narrativa sobre o passado que opere em um eixo que difere do eixo lógico-analítico herdeiro da tradição hegeliana da não contradição. A escalada em nome da não-contradição é para Paz uma violência contra o real e contra a própria linguagem. E, ao enfrentá-la, o poeta produz uma série de escritos tratando da história e, de maneira mais estrita, do modo de produzir história.

Para destacar tal postura teórica e retirar da opacidade o *modus operandi* de Paz pretendo considerar as obras em que o autor mais se preocupa com a forma de escrever a história. Essa é a

1 Octávio Paz Irineo Lozano (1914-1998) foi poeta, ensaísta e diplomata mexicano Prêmio Nobel de Literatura em 1990.

2 Sempre que me referir a Tempo ou Mundo faço questão de grifar entre parênteses a versão alemã da palavra, pois, segundo minhas bases teóricas que se referenciam em Husserl, Wittgenstein e Blumenberg, as considerações sobre Tempo e Mundo, são valores que carregam em si uma amplitude existencial que não se limita a mera significação dos termos, a considerar a proposição de Wittgenstein, como exemplo, onde a definição de mundo (Welt) exigida pela questão “O que é Mundo? (Was ist Welt?)” a resposta dada na primeira proposição é “Mundo é tudo que Ocorre” e o mesmo se dá no caso do tempo, sendo assim, me mantenho na mesma proposição analítica e filosófica da definição de mundo e tempo.

razão pela qual tematizo os textos estritamente teóricos: *El Laberinto de La Soledad* (1950), *Los Hijos Del Limo* (1974) e *Conjunciones y Disjunciones* (1969), (História do México, a História das Vanguardas e da Estética Ocidental e finalmente a História do Riso no México). Tais livros cobrem o que determino como a parte física da obra de Paz, onde, por uma empiria marcadamente anti-hegeliana e por processos de reflexão sempre próximos de Martin Heidegger, o autor determina as plausibilidades de uma escrita não redutível a conceitos ou à lógica do pensamento analítico. Como poeta, Paz parte sempre da poesia presente além do poema. Aqueles três volumes são interessantes não só pelo conteúdo, mas por definirem, em sua cadeia de escrita e momento de produção, cada uma das tematizações efetuadas.

Como, seria impossível compreender as propostas de Paz sem a sua própria teorização. Primeiramente, pretendo tomar as obras onde o autor define o que é Poesia e Poético, porquanto esses dois elementos são os eixos centrífugos em torno do qual gira as três obras anteriores. Nesse sentido é necessário sinalizar que as obras que estabeleço como teóricas dizem respeito, em suas composições, à possibilidade de elaboração teórica das principais modalidades, categorias e conceitos que Paz elabora ou que surtem efeitos estruturais, estéticos ou reflexivos. Para isso pretendo mobilizar *El Arco y La Lira* (1956) onde o autor trata da compreensão sobre o fenômeno do poema em todas as suas vicissitudes. Isso significa dizer que Paz não só se dedicou à produção poética, como pensou sobre ela, excedendo uma capacidade de tematização provocadora de uma série de ensaios. Dessa forma, acompanhando o rompimento definitivo do filósofo poeta com Hegel e principalmente com a teoria da não contradição, para o autor, a poesia é um local onde se encontram, de modo tensionado, tese e antítese e se dão todas as subversões da palavra. Para o autor:

A linguagem funda o povo, pois recua na correnteza e bebe na fonte original. No Poema a sociedade se confronta com os fundamentos de seu ser, com suas palavras primeiras. Ao proferir essa palavra original o homem se criou. Aquiles e Odisseu são mais que duas figuras heroicas: é o destino grego se criando. O Poema é a mediação entre a sociedade e aquilo que a funda. Sem Homero, o povo grego não seria o que foi. O Poema nos revela o que somos e nos convida a ser o que somos.<sup>3</sup>

Ou seja, o autor retira as palavras de uma categoria analítica qualquer e devolve a elas a sua unicidade original, sem que haja sinônimos para um mesmo objeto. Nesse sentido *as pedras são pedras*. Para isso, o autor define que há um jogo entre o poeta, a poesia e a língua em que escreve:

Afirmar que o poeta só emprega palavras que já estavam nele não desmente o que foi dito a respeito das relações entre poema e linguagem comum. Para dissipar esse equívoco basta lembrar que por sua própria natureza, toda linguagem é comunicação. As palavras do Poeta são também as palavras de sua comunidade. De outro modo não seriam palavras. Toda palavra implica dois: aquele que fala e aquele que ouve. O universo verbal do poema não é feito com vocábulos do dicionário, mas com os da comunidade.<sup>4</sup>

3 PAZ, Octávio. *O arco e a lira*. São Paulo: COSAC-NAIFY. 2012. Página 32

4 *Idem*. Página 36

Como segundo passo há um regresso da palavra ao mundo da linguagem, o mesmo mundo que sofreu a violência do arranque inicial e por fim, se dá o efeito do poema, que é justamente o jogo de forças constituído por suas imagens. Esse movimento final, em que principia a atuação social do poema, é marcado por um tensionamento que é a marca principal da imagem, isto é da imagem dialética do instante, como definiu Walter Benjamin, em um instante consagrado.

A partir da teorização de Paz, pretendo adentrar na raiz de suas obras históricas. Pelo que já dissemos, tal propósito não exclui ter a poesia como modo de escrita. Nesse sentido, a escolha das obras (*Conjunciones y Disjunciones*, *Los Hijos del Limo* e *El Laberinto de la Soledad*) se justifica e nos interessa pelo caráter histórico e profundamente poético das concepções dessas obras. Em *Conjunciones y Disjunciones*, que surge primeiramente como uma introdução<sup>5</sup>, sendo publicado mais tarde como livro autônomo onde há um esforço histórico para a compreensão do “humor” mexicano. A peculiaridade desta se forma a partir da tematização dos *topoi* constituintes do humor, a partir das metáforas que a constituem e resultam em um texto formado por uma “metáfora absoluta”, que não sendo explicável conceitualmente é o próprio conhecimento objetivado por Paz.

Já nos outros dois livros (*Los Hijos del Limo* e *El Laberinto de la Soledad*), a matéria deixa de ser tão teórica quanto o riso, como em *Conjunciones y Disjunciones*, mas se apega a elementos com uma materialidade bem fixa. Mesmo assim o método e a teoria são os mesmos, escrever a história da modernidade e do México, respectivamente a partir dos tensionamentos e das rugas e deformidades criadas pelas tensões dialéticas. Isso não significa dizer que Paz vê tudo como metáfora e poesia, mas sim que essas são ao mesmo tempo seu ponto de partida e de chegada. Este é o limite a que este projeto se propõe.

Partindo assim de uma abordagem epistemológica centrada na sistematização que Hans Blumenberg (1920-1996) fez em relação à *Paradigmas para uma metaforologia* e de uma *Teoria da não-conceitualidade*. Em ambos os livros, o autor trabalha a possibilidade de uma episteme que não seja centrada no conceito como única modalidade de pensamento.<sup>6</sup>

O autor vai contra a corrente de todo o pensamento ocidental, que desde Platão tem o conceito como peça chave do pensamento e relegou a metáfora a um segundo lugar, ligado ao engano, às artes e a poesia. Essa abertura teórica será a minha porta de entrada para o pensamento de Octavio Paz. Tal episteme diferencia-se por se pautar em uma percepção da metáfora, que a toma como capaz de abranger o que se tem por indizível e contraditório desde Kant, Hegel e confirmado em Wittgenstein e Blumenberg se opõe a esse modo de tratar o indizível e o contraditório, entendidos na tradição ocidental, como entrave a ser desconstruído pelo processo analítico, marcadamente cartesiano. A metáfora em Octavio Paz então ganha direito de entrada em uma escrita da história.

5 O livro que me refiro é do autor espanhol Armando Jimenez, *Nueva Picardia Mexicana* editado pela Editores Mexicanos Unidos em 1971.

6 BLUMENBERG, Hans. *Paradigmas para una metaforología*, Trotta, Madrid, 2003. *Teoria da Não Conceitualidade*. Tradução: Luiz Costa Lima. Editora UFMG, 2014.

Na seleção de obras a serem aqui dispostas, estão as obras onde o autor propõe um método crítico da episteme conceitual e uma nova forma de produção de conhecimento. Aos dois primeiros, *El Arco y la Lyra* e *Conjunciones y Disjunciones*, onde o autor concebe sua via poética a atuar pela formulação de imagens dialéticas e de uma imobilidade da dialética, há a necessidade de agregar um estudo mais profundo. Daí o diálogo entre Paz, Blumenberg e Walter Benjamin se mostrar relevante, já que ao passo que uma leitura a partir da não conceitualidade e da metaforologia é possível dentro do que pretendi expor nos parágrafos anteriores, a proximidade com a dialética imóvel de Benjamin é notável, considerando que essa visão sobre a imagem já estava presente no ensaísta alemão, que em sua obra monumental, o livro *Passagens* o autor comenta que: “A Verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O Passado só se deixa fixar como imagem, que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.”<sup>7</sup> A concepção de imagem em Paz e Blumenberg faz-se concordante porquanto ambos compreendem que na Imobilidade da imagem, capaz de sustentar a contradição de dois objetos avessos ao que se dá na realidade de uma apresentação (*Darstellung*) que torna possível a compreensão mais pura de ambos os termos bem como uma escrita, ora ligada ao poema com Octavio Paz, ora de cunho materialista histórico com Walter Benjamin, ambas operando por uma imagem poética, ainda que não nomeada desse modo.

Para Benjamin, a única forma de escrever o passado é a partir do tensionamento propiciado pela escrita por imagens. Para o autor, a imagem anuncia um espaço de imobilidade conflitante, devido à contradição gerada pelos objetos em fricção, no caso, passado (tese) e presente (antítese). Por dois pontos, primeiramente, Benjamin trata de uma escrita da história que não é permeada pela lógica do progresso. Assim, para Benjamin, não há uma experiência de futuro pré-programado, aparecendo, ao contrário como um dado de incerteza e imprevisibilidade.

Considere-se ademais que Benjamin se propõe não diminuir a importância do presente quanto ao passado e, ao mesmo tempo, não reduzir o passado às expectativas do presente. O que Benjamin faz em várias escalas, como nas críticas ao Historicismo e ao próprio materialismo histórico. Para o autor, esses dois modos de conceber a história são compostos pela lógica do progresso processual.

Ao romper com a perspectiva cartesiana, Benjamin se propõe a escrever uma história que não trate mais dos avanços, mas sim das perdas e derrotas que deixaram apenas rastros e farrapos no caminho da história<sup>8</sup>. Deste modo, Benjamin se afasta do uso indiscriminado da cultura, que ele toma como sinônimo de aglomerado de barbárie<sup>9</sup>:

7 BENJAMIN, Walter. *Passagens de Walter Benjamin*. TIEDEMANN, Rolf; BOLLE, Willi; MATOS, Olgária Chaim Feres (Org.). Trad. Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG/Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

8 BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão e revisão de Patrícia de Freitas Camargo. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

9 “Método deste trabalho: Montagem Literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não surrupiarei as coisas valiosas, nem me apropriarei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: Não quero inventaria-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: Usando-os.” In BENJAMIN, Walter. *Idem*. Página 502.

Nunca houve monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E assim como a cultura não está isenta de barbárie, não o é, tampouco o processo de transmissão da cultura. Por isso na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela, Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.<sup>10</sup>

A primeira parte da base teórica será a porta de entrada para a concepção de uma escrita da história que atue pela via proposta por Hans Blumenberg. Desta forma, o pensador alemão é aproximado da escrita poética de Octavio Paz.

A segunda parte de meu conjunto teórico, diz respeito ao meu enfrentamento externo da criação teórica e poética de Octavio Paz. Para isso pretendo compor uma linha explicativa que estabeleça primeiramente a relação dele com a criação poética, enquanto próxima a Martin Heidegger e ligada a um fazer filosófico romanticamente engajado contra a ciência como chave de leitura do mundo.

Em segundo plano, pretendo definir o traçado do projeto político de Paz, onde há a possibilidade de uma crítica que parte dos mesmos pressupostos da criação poética, no sentido de uma interpretação do mundo. Para esse projeto, a própria escrita da história, orientada pela ideia de uma “paixão crítica” em que todas as consequências da colonização ibérica dão a propriedade de lidar com o mundo, não tratado analiticamente ou mesmo por uma relação estritamente racional. Essa relação apaixonada com o mundo pode ser a chave para uma leitura não violenta e não autoritária do mundo. Sendo assim, Paz deixa de ser simples objeto de estudo e passa a conter uma importância teórica. Pretendo, portanto, com essa segunda abordagem definir a ideia de “paixão crítica”.

Ao mesmo tempo em que procuro definir uma proposta poética de vida política, pois a escrita da história é um ato político, dessa forma, partindo de uma proposição de história intelectual, pretendo determinar a interação de um projeto de representação de si mesmo como um outro<sup>11</sup>, a moda de Paul Ricoeur<sup>12</sup>, em interação com as propostas de uma vida política a contramão do ocidente. Esse eixo duplo que abarca a formulação de uma metáfora condutora da vida e fundadora de uma formatividade da criação poética se unirá à compreensão de um projeto político fundado nos mesmos pressupostos da poesia e assim, nessa relação dialética compreender a ação e a cultura política do poeta no mundo.

Dessa forma, o mapeamento de Paz converge para uma conclusão a respeito de sua escrita que se colocava contra dois princípios básicos aos quais sua escrita da história se contrapõem. O

10 Idem, Página 225.

11 Tomo aqui a possibilidade de uma escrita da História Intelectual que acolha ao mesmo tempo a atuação política do sujeito e da ação subjetiva dentro da compreensão histórica sobre uma práxis de si, mas buscando a compreensão em uma análise das representações de si mesmo e da história, que segundo Octavio Paz lhe é formadora, mesmo das partes mais subjetivas, ou seja, dentro de uma análise estritamente ideológica de longa duração, que coaduna a historicidade e a capacidade do indivíduo de agir no mundo por si mesmo. Nesse sentido, pretendo tratar o tema da História Intelectual a partir do que Octavio Paz se propôs a fazer em relação a sua atuação no mundo e sua representação dentro dos conformes de uma “Razão Crítica”.

12 RICOEUR, Paul. Do Texto à Ação. Ensaios de Hermenêutica II. Trad.: Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés, 1989.

primeiro deles, o arco do sujeito autocentrado, que parte de Descartes e vai se fechando como única fonte de compreensão sobre o fenômeno humano, causando por sua vez um enfoque no *cogitatum*, isto é dentro da proposição *Cogito Ergo Sum*, a existência plena e realizável dentro de uma essência/substância mínima e irreduzível, reafirmando uma essencialidade constante. Mesmo em correntes que rompem com essa forma de pensamento essencialista o sujeito auto centrado, se mantém inerente às categorias de análise. O segundo arco que paz se contrapõe é o arco de um história conceitualmente centrada. Este segundo parte de um escalonamento vindo desde Platão, onde há um enfoque e objetivação do conceito como ponto final do ato de conhecer ou definir um conhecimento sobre um determinado objeto. Me refiro a um escalonamento pois em vários momentos da história da filosofia ocidental o conceito demonstra seu privilégio em relação ao pensamento. Paz se coloca contra esse privilégio por segundo o autor, a criação de um conceito, coo atitude hegeliana, sempre é uma violência redutiva em relação ao que se expõe. Considerando que o conceito gera um atravessamento unificador sempre externo, arbitrário e silenciador, pois a ciência como ela é pensada e como a História se pensa próxima a ela precisa de uma redução objetiva onde as peculiaridades de cada objeto ou experiência sejam esquecidas em prol de uma estabilidade dialética entre o que se vê no mundo da vida (*lebenswelt*) e o que se pensa sobre ele. Essa não sobreposição antitética entre objeto/evento e linguagem é superada a partir de um movimento de estabilização das forças, uma *aufhebung* que anula as forças dicotômicas em nome de um conhecimento conceitual novo. Ou seja, o objeto é substituído por um valor conferido a ele que responde também a um outro. Assim, Paz se move contra esse apagamento das forças conflitantes e teoriza, no sentido mais estrito do termo, sobre o tema tomando como axioma seu vínculo com a estrutura teórica mais básica da humanidade, a Poesia.

Neste trabalho pretendo traçar a como se dá a mobilização paziana em torno de um método que se aproxima da própria composição poética, sem, no entanto, cair no risco de uma desmobilização ou de uma finalidade sem fim, como seria próprio do terreno ficcional onde no topo está localizada a poesia como expressão máxima do eixo metafórico, como fora denominado por Luiz Costa Lima<sup>13</sup>, onde há a possibilidade de uma escrita que não forma conceitos e nem age por meio deles, mas antes de tudo, pela subversão dos sentidos que, além de extravasar o estável conceito, o compõe e é, antes de tudo, a verdadeira origem indócil da linguagem. Esse eixo se caracteriza pela sua instabilidade, sua para se abrir para um multivocidade de sentidos e uma impossibilidade de exaustão de interpretações, o eixo metafórico conserva, como observou, sem no entanto ver, Paz as tensões formadoras e motrizes da linguagem e do mundo da vida. Sendo assim, o término dessa breve fala se dá em uma aproximação dialógica entre a teoria do ficcional, a teoria da metaforologia (não-conceitualidade) e a proposta de uma História Poética de Octavio Paz. De modo a compreender, a partir desse eixo triplo a possibilidade de uma escrita da história que não mais flerte com a teleologia típica do essencialismo provido pelo arco, ainda ativo, do sujeito composto, bem como uma escrita da história que não esteja restrita à atuação e formação de conceitos.

13 LIMA, Luiz Costa. Os Eixos da Linguagem. Rio de Janeiro: Editora Iluminuras, 2015



## *The Lady of the Shroud* (1909), de Bram Stoker e a questão oriental

**Evander Ruthieri**

Doutorando em História (PPGHIS/UFPR)

Professor substituto em História da Educação

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação (DTFE/UFPR)

evander.ruthieri@gmail.com

### Resumo

Em 1909, o literato anglo-irlandês Bram Stoker (1847-1912) publica *The Lady of The Shroud*, um romance epistolar no qual narra as aventuras do anglo-escocês Rupert Sent Leger, que herda uma propriedade nos Bálcãs, apaixonou-se por uma misteriosa mulher envolta em uma mortalha e, após descobrir sua verdadeira identidade, envolve-se em conflitos contra a invasão turca na ficcional Land of the Blue Mountains. A narrativa literária, misto de ficção política e aventureira, constrói-se em torno do que se convencionou chamar, ao longo do século XIX, de “questão oriental”, a saber, um vasto número de problemas políticos que tinham como palco a região intermediária entre a Ásia e a Europa, e que se concentram em três aspectos centrais: a) o enfraquecimento do Império Otomano, considerado por muitos contemporâneos como o elo fraco dentre as nações europeias; b) a emergência de movimentos nacionalistas na península balcânica, sobretudo entre os sérvios; c) o avanço das políticas imperialistas russas, facilitadas por intermédio de tratados firmados com o Império Otomano no final da década de 1870. A análise do texto literário em questão, a partir de referenciais teórico-metodológicos concernentes à relação entre História e Literatura, converge em uma chave de leitura política, ao entender que, em *The Lady of The Shroud*, Stoker enreda fantasias políticas de revitalização do Império Britânico, ao enfatizar o protagonismo de personagens oriundos das fronteiras étnico-geográficas, ao exemplo de anglo-escoceses e anglo-irlandeses, na consolidação dos sonhos de uma *Greater Britain*.

**Palavras-chave:** História e literatura, Imaginário político, Bram Stoker.

Junho de 1897: enquanto o literato anglo-irlandês Bram Stoker (1847-1912) acolhia as críticas ao seu romance vampiresco recém-publicado, *Drácula*, a monarca Victoria comemorava o sexagenário ano régio em seu jubileu de diamante. As festividades decorridas naquelas semanas contaram com marchas e desfiles de tropas militares ou de representantes das mais diversas partes do Império Britânico, em uma tentativa de perpetuar uma memória coletiva em torno da soberana e de seus territórios. A emissão de símbolos e medalhas, de hinos comemorativos e de souvenirs, bem como a construção de monumentos na metrópole ou nas colônias, demarcaram os esforços

em converter a imagem de uma rainha doméstica em um ícone idealizado do Império, capaz de garantir a sua unidade e legitimidade. A mobilização da imprensa, da fotografia e da cultura escrita tornou os eventos festivos em um acontecimento transnacional, cujas performances culturais atuaram enquanto elemento mnemônico de forte caráter político<sup>1</sup>. Para alguns de seus observadores, a festa era uma garantia de imortalização da rainha e da unidade de seu império. Para outros, os desfiles trouxeram ao coração de Londres o signo da alteridade pelas distinções étnico-raciais, perceptíveis entre as performances cuidadosamente planejadas.

Se considerarmos as memórias narradas de Stoker a respeito daqueles eventos, o literato estava particularmente impressionado e interessado por “cada cor e variedade etnológica da raça humana, dos mais negros para os amarelos e até o tipo aclarado anglo-saxônico em retorno de novos reinos para além dos mares”<sup>2</sup>. Parte dos emissários estrangeiros, sobretudo indianos, e de seus soldados acomodaram-se nas poltronas do Lyceum Theatre para assistir as peças de Henry Irving, em algo que o anglo-irlandês interpretava como “a nota de unidade do Império que estava em celebração”<sup>3</sup>. Estas celebrações festivas estavam repletas de rituais e simbologias que teciam vínculos com uma tradição política que, desde meados do final do século XVIII e da Revolução Francesa visavam marcar acontecimentos especiais, enaltecê-los e preservá-los entre a memória e a história.<sup>4</sup> A festa do Império Britânico objetivava disseminar um sentimento de unidade, mas ao trazer à baila a “variedade etnológica da raça” deixava em evidência a questão da alteridade e da diferença, dos paradigmas de inclusão e exclusão que estruturavam as políticas imperiais.

Enquanto um anglo-irlandês residente em Londres, Stoker certamente não estava alheio a estas tipificações racialistas, muitas das quais, embasadas em pseudociências e vulgarizadas cotidianamente, reiteravam o que se consideravam como traços negativos da “raça céltica” ou “raça irlandesa”. Esta racialização da diferença tornou-se mais intensa na segunda metade do século XIX, em especial a partir de certo pseudodarwinismo que categorizava os irlandeses como rebeldes incivilizados, de traços físicos grotescos e intelectos atrofiados. É o que afirmava, por exemplo, o economista inglês Walter Bagehot em *Physics and Politics* (1872), no qual classificava a “raça céltica” como degenerada e atávica, repleta de características que remetiam à “natureza instável dos seus ancestrais bárbaros”<sup>5</sup>. Ou, ainda, o médico e antropólogo londrino John Beddoe, em *The Races of Britain* (1885), o qual, com base em métodos antropométricos, creditava ao tipo irlandês características físicas como olhos negros, narizes sinuosos e proeminentes, além de uma “cabeça larga”, “pouca inteligência” e uma “grande dose de suspeição e destreza”<sup>6</sup>. Estes estereótipos eram reforçados constantemente na imprensa

1 HÖLSCHER, Meike. Performances, souvenirs and music: the Diamond Jubilee of Queen Victoria (1897). In: ERLI, Astrid; RIGNE, Ann (org.). *Mediation, Remediation, and the Dynamics of Cultural Memory*. Berlim: Walter de Gruyter, 2009, p.177-179.

2 STOKER, Bram. *Personal Reminiscences of Henry Irving*. Londres: Heinemann, 1907, p.164.

3 Idem, ibidem, p.164.

4 HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

5 BAGEHOT, Walter. *Physics and Politics*. New York: D. Appleton, 1873, p.154.

6 BEDDOE, John. *The races of Britain, a contribution to the anthropology of Western Europe*. Bristol: Arrowsmith, 1885,

periódica, ao exemplo das chalaças da revista *Punch*, que retratava os irlandeses a partir de metáforas animais, como morcegos ou polvos, ou ainda como monstros incontroláveis e perigosos.

Estas representações imagéticas e textuais eram veiculadas em um contexto histórico demarcado por acalorados debates a respeito da manutenção do Império Britânico, em especial diante da emergência de movimentos nacionalistas e separatistas, ao exemplo do fenianismo entre os irlandeses. As comemorações do jubileu de diamante possivelmente vinham em resposta a uma sensação de instabilidade do império que se tornava particularmente forte naquele decênio. As décadas finais do período vitoriano foram interpretadas por muitos de seus contemporâneos como instâncias de enfraquecimento nos projetos coloniais, sobretudo diante das disputas com outras nações que se engajavam nas práticas políticas imperialistas, ao exemplo da Alemanha, da França, da Bélgica e da Rússia. Poucos anos depois, os resultados sôfregos na guerra sul-africana (1899-1902) tornaram-se fonte de aflições para muitos dos intelectuais engajados com as peripécias do império britânico. A guerra foi perpassada por batalhas acirradas e frequentes derrotas para muitas das tropas imperiais, o que parecia sugerir um estado de enfraquecimento do seu potencial físico. As denúncias da violência nos campos de concentração, experiências de segregacionismo organizadas pelos britânicos para acomodar mulheres e crianças bôeres na África do Sul, acarretaram em intensas discussões entre intelectuais que acusavam os soldados de causarem as mortes de milhares de colonos sul-africanos.

Os conflitos sul-africanos alcançaram de modo tangente a escrita literária de Stoker: Stephen Norman, a protagonista de *The Man* (1905), lamenta que “perto do Natal, a guerra Bôer tinha alcançado o clímax do mal. As notícias de desastre após desastre chegavam por telegrama, e ela sentia-se estarrecida diante dos sacrifícios pelo Deus da Guerra”<sup>7</sup>. E em *Lady Athlyne* (1908), o personagem Lord Athlyne inicia a trama como um prisioneiro em um campo de concentração na África do Sul. Com efeito, a guerra sul-africana era apenas o último exemplar de uma série de resistências coloniais, como a fracassada tentativa de anexação da colônia bôer do Transvaal pelos ingleses na chamada Jameson Raid (1896) e a Revolta dos Boxers (1900) na China. Na imaginação literária de Stoker, estes territórios coloniais ou nos limites coloniais eram vistos como possibilidades de revitalização política, nos quais homens comuns tornavam-se heróis e monarcas, mas também como fontes de ameaças à estabilidade do Império Britânico. Esta sensação contraditória de declínio e regeneração fica evidente no seu romance *The Lady of the Shroud* e a sua relação com a chamada “questão oriental”, foco de estudo e problematização das articulações entre literatura e política e, de modo mais específico, nas utopias políticas de uma *Greater Britain* imaginada por muitos liberais no último quartel do século XIX.

Fonte de desavenças para muitos políticos britânicos nas décadas de 1880 e 1890, a chamada “*eastern question*” remontava pelo menos ao final do século XVIII, com o acirramento das tensões militares entre russos e turcos pelo controle da região balcânica. No século vitoriano, a

---

p.10.

7 STOKER, Bram. *The Man*. Londres: Heinemann, 1908, p.247.

“questão oriental” abrangia um vasto número de problemas políticos que tinham como palco a região intermediária entre a Ásia e a Europa, e que se concentravam em três aspectos centrais: a) o enfraquecimento do Império Otomano, considerado como o elo fraco dentre as nações europeias; b) a emergência de movimentos nacionalistas na península balcânica, sobretudo entre os gregos e os sérvios; c) o avanço das políticas imperialistas russas, facilitadas por intermédio de tratados firmados com o Império Otomano no final da década de 1870. Dentre os problemas enfrentados pelo Império Otomano naquele decênio, destacavam-se a chamada Revolta de Abril (1876), na qual grupos nacionalistas búlgaros insurgiram contra a autoridade turco-otomana e foram violentamente reprimidos, e, por extensão, o rompimento das relações diplomáticas entre turcos e russos na Guerra Turco-Russa (1877-1878) que resultou na vitória russa e na independência política de seus aliados: Bulgária, Romênia, Sérvia e Montenegro.

A crise político-militar nos Bálcãs movimentou intenso debate entre os intelectuais ingleses na década de 1870. O apoio do governo conservador do primeiro-ministro Benjamin Disraeli aos turco-otomanos, mesmo diante das denúncias de atrocidades cometidas contra as populações búlgaras na Revolta de Abril, surtiu reações críticas de diversos personagens da *intelligentsia* finissecular, dentre os quais, o jornalista William Thomas Stead, então jovem editor do *Northern Echo*<sup>8</sup>. William Gladstone, parte dos círculos de sociabilidade intelectual de Bram Stoker, lançou-se à denúncia dos “horrores búlgaros e da questão do oriente”<sup>9</sup> por meio de um panfleto no qual questionava as ações do primeiro-ministro e acusava-o de negligenciar a perpetração de violência arbitrária por parte do governo otomano contra cristãos búlgaros. A revista *Punch*<sup>10</sup>, cujo perfil editorial na década de 1870 nutria forte peso crítico tanto aos conservadores quanto aos liberais, tornava-se um potencial porta-voz da oposição liberal, sobretudo ao opor-se fortemente contra as ações turco-otomanas, as intervenções russas na península balcânica e, em consequência, em forte crítica direcionada à política externa de Disraeli.

Por sua vez, a Guerra Turco-Russo, potencializada pelas ambições russas de compor um território geopolítico que se estendesse até o Mar Mediterrâneo, aproximou diretamente Stoker da “questão oriental”: seu irmão George atuou como cirurgião voluntário do exército turco durante os conflitos, e após retornar a Londres, passou a conviver com Bram e Florence, e oferecer seus serviços para o Lyceum Theatre<sup>11</sup>. Possivelmente sob os conselhos de seu irmão, que nutria aspirações literárias, George relatou suas experiências em *With the Unspeakables; or Two Years' Campaigning in European and Asiatic Turkey* (1878). A obra apresentava aos seus leitores um retrato da guerra e dos Bálcãs que se alinhava às expectativas políticas e estéticas de muitos dos seus leitores ingleses, qual seja, por meio de uma óptica racial que observava nos estrangeiros, sobretudo nos russos, figurações da incivilidade

8 SERGEANT, Jean-Claude. When Gladstone and W.T. Stead campaigned against the "Bulgarian Horrors". In: BONIFAS, Gilbert; MONACELLI, Martine (org.). *Southern horrors: northern visions of the Mediterranean world*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2013, p.130-137.

9 GLADSTONE, W. E. *The Bulgarian Horrors and the Question of East*. Nova York: Lovell, 1876.

10 VARNAVA, Andrekos. *Punch and the British occupation of Cyprus in 1878*. In: *Byzantine and Modern Greek Studies*, v.29, n.2, 2005, pp.167-186.

11 BELFORD, Barbara. *Bram Stoker: a biography of the author of Dracula*. Nova York: Knopf, 1996, p.128.

e do barbarismo. Os turcos são descritos por George Stoker de modo positivo, interpretados pelo irmão mais novo do literato anglo-irlandês como uma nação benigna, naturalmente aliada dos ingleses e necessária para apaziguar as tensões no leste europeu e na península balcânica.<sup>12</sup>

Aos aliados da Rússia, as nações eslavas representadas pela Bulgária, Romênia e Sérvia, era igualmente atribuído o peso dos estereótipos raciais, que focalizavam aquelas regiões como centros de despotismo, superstição e fanatismo religioso. Segundo Jimmie Cain Jr., a narrativa de George Stoker mobilizava o racismo vulgarizado para valorizar os setores da sociedade turca que tivessem aceitado a hegemonia política e cultural britânica, portanto distinguindo-se de membros corruptos do governo, cujo aprimoramento cultural era rudimentar e não atendia ao que considerava como um ideal civilizatório. Quanto aos “horrores búlgaros”, denunciados poucos anos antes por Gladstone, o cirurgião defendia que os atos haviam sido realizados por grupos étnico-raciais minoritários, submetidos à autoridade turco-otomana. A eventual derrota dos turco-otomanos pelos russos ao final da guerra não diminuiu as afeições de George Stoker, o qual se esforçava em afirmar que os turcos nutriam plena confiança nos exércitos ingleses, e estariam prontos para combater a presença russa na região caso obtivessem adesão de tropas do Império Britânico. O imaginário do heroísmo estava nítido nesta centralidade do protagonismo inglês, igualmente partilhada pelo irmão literato em *The Lady of the Shroud*.

A obra literária foi publicada em julho de 1909, e converte-se em um romance político demarcado pela utilização de aeronaves militares nos conflitos que assinalam o clímax da trama. A narrativa de *The Lady of the Shroud*, construída de modo epistolar, conduz a uma fantasia política mediante a qual seu protagonista, o bravo e corajoso Rupert Sent Leger, um híbrido de anglo-escocês e irlandês, oferece seus auxílios ao soberano de um reino balcânico para vencer os invasores turcos em seus domínios. No início da trama, Sent Leger recebe uma mansão como herança após o falecimento de um tio abastado, mas precisa obedecer a cláusula testamentária que estipulava que o herdeiro habitasse por um ano no castelo, localizado num país ficcional, Land of Blue Mountains, na península balcânica. Para conseguir a simpatia da população local, o protagonista tenta vender-lhes armamentos e provisões em suas lutas contra os turcos, os quais avançam rapidamente sobre a região. À noite, Rupert é visitado por uma bela mulher envolta em uma mortalha, que busca calor na fogueira do anglo-australiano. A jovem de aparência sobrenatural visita-o todas as noites, e apesar das suspeitas dela ser uma vampira, se apaixona.

Mesmo incerto a respeito da condição da jovem, Rupert decide casar-se com ela em uma cerimônia ortodoxa. Pouco depois, a “dama da mortalha” é sequestrada pelos turcos, e Rupert descobre que se trata de uma mulher viva, a princesa herdeira, Teuta Vissarion. Devido à ausência de seu pai, em viagem pela América, a jovem fingiu-se de morta para escapar dos invasores. O herói anglo-escocês resgata a princesa herdeira, a titular “dama da mortalha”, e após casar-se com

12 JR. CAIN, Jimmie E. *Bram Stoker and Russophobia: evidence of British fear of Russia in Dracula and the Lady of the Shroud*. Jefferson: McFarland, 2006, p.103-104.



a jovem, torna-se o monarca do referido estado oriental. Contudo, os triunfos de Sent Leger ocorrem apenas após uma sequência de batalhas, nas quais o aventureiro utiliza de uma aeronave para resgatar o monarca do reino e pai de Teuta, Peter Vissarion, que havia retornado do exterior. Com a união de Teuta e Rupert ao final do romance, iniciam-se promessas de uma monarquia constitucional para o reino, além da possibilidade de uma federação democrática com as nações limítrofes à utópica Land of Blue Mountains.

Para compor seu romance, é muito provável que Bram Stoker tenha se apropriado de informações a respeito do leste europeu e da península balcânica a partir de uma constelação de textos e narrativas de viajantes, ao exemplo daquelas produzidas por seu irmão George. Em sua especulação quanto às relações entre a ficcional Land of Blue Mountains e Montenegro, Lisa Hopkins sugere outras possíveis fontes para o romance de 1909: *Through the Land of the Serbs* (1908) de Mary Edith Durham e *Montenegro: its People and their History* (1877), de William Denton<sup>13</sup>. As narrativas de viajantes que alimentavam o arcabouço imaginativo de Stoker e de muitos dos seus contemporâneos desempenhavam um papel central na constituição de imaginários políticos da expansão colonial. Ao relatar as suas experiências em terras estrangeiras, interpretadas como zonas de interesses conflitantes entre as potências europeias, estes viajantes se encaixavam no que Mary Louise Pratt denominou de “monarca de tudo o que vejo”<sup>14</sup>. Por meio da primazia do olhar, os viajantes europeus apropriavam-se de formas locais de conhecimentos ou discursos, convertendo-os em objetos de conhecimento que estruturavam as relações de poder e política transnacional. O exemplo oferecido por Pratt referencia uma personagem familiar à Stoker e cavalheiro da Clubelândia, Richard Burton, responsável por traduzir elementos culturais e esteticizar a topografia da África, da América e da Ásia para o deleite dos leitores vitorianos. Estas narrativas tornavam-se importante instrumento para a política imperialista, na medida em que, por meio de sua escrita, elaboravam fantasias intervencionistas que imaginavam determinada região ou cultura sob controle político de sua nação pátria, sobretudo do Império Britânico.

Desta forma, torna-se significativa, na narrativa de *The Lady of the Shroud*, a carta deixada a Rupert por seu tio, no qual compele o sobrinho a agir, em caso de “perigo ou mal” que se abata sobre o monarca Vissarion, e sugere a ele que “deverá, com o conhecimento dos habitantes locais - embora não necessariamente de outros - transmitir a ele [Vissarion] ou aos seus herdeiros o direito às posses”<sup>15</sup>. A fantasia da intervenção política fica ainda mais evidente no momento em que um dos oficiais da monarquia local refere-se a Rupert enquanto “nosso mais novo irmão”, oriundo da “Grande Nação, a qual entre as nações tem sido nossa única amiga, e que tem nos ajudado em nossa necessidade mais urgente - aquela poderosa Bretanha cuja mão tem sempre se erguido pela

13 HOPKINS, Lisa. Bram Stoker's *The lady of the shroud*: supernatural fantasy, politics, Montenegro and its double. *English Literature in Transition, 1880-1920*, v.57, n.4, 2004, pp. 519-534.

14 PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Trad. Jézio Gutierre. Bauru: Edusc, 1999.

15 STOKER, Bram. *The Lady of the Shroud*. Londres: Heinemann, 1909, p.50.



causa da liberdade”<sup>16</sup>. A ficcional Land of Blue Mountains, território disputado por inúmeras nações limítrofes, sobretudo dos turcos, torna-se um local em que o cavalheiro vitoriano habilita-se a proezas físicas e heróicas, incapacitadas nos centros urbanos. Este tipo de ficção, típico do ressurgimento do romance, representava uma via de fuga, mesmo que imaginária, das estruturas sociais rígidas vivenciadas na metrópole, e, ao elogiar a força política inglesa em território estrangeiro, fornecia uma cartilha literária para o imperialismo<sup>17</sup>.

Nos relatos de George Stoker, de Richard Burton ou de outros viajantes do império que inspiraram Stoker a criar o seu herói, o leste europeu e sua miscelânea étnico-racial foram traduzidos para o olhar vitoriano enquanto um lugar de *wilderness*, um misto de mistério e esplendor, impotência e desorientação. Movimento semelhante ocorre em *Drácula* e *The Lady of the Shroud*, nos quais seu irmão Bram converteu um elemento cultural oriundo do imaginário do leste europeu, de modo a traduzi-los e interpretá-los a partir de suas próprias ansiedades e temores: o vampiro. Neste processo, o vampiro – originalmente uma criatura do imaginário medieval, uma alma que retorna dos mortos para atormentar os vivos – foi apropriado e ressignificado pelos leitores e letrados vitorianos no afã de corroborar a ideologia imperialista, e caracterizar as populações oriundas das regiões coloniais ou nos limites dos interesses coloniais como incivilizados e perigosos, enfim, monstruosos.<sup>18</sup> O ódio racial com relação às populações eslavas ou pertencentes ao leste europeu intensificava-se com as levadas migratórias impulsionadas pelos problemas derivados da “questão oriental”, e que conduziam muitos homens e mulheres pobres à Inglaterra. A estes, sobretudo aos imigrantes judeus, era atribuída a causa da disseminação de doenças, o que contribuía para acirrar um sentimento simultaneamente anti-eslávico e antisemita entre muitos vitorianos.<sup>19</sup>

Em *The Lady of the Shroud*, Stoker propôs uma alternativa ao problema oriental, qual seja, do herói que se infiltra no estrangeiro e conduz exércitos aliados a impedir o avanço de perigosos estrangeiros, sobretudo de turcos e russos. Neste romance, a incivilidade dos estrangeiros ficava demarcada no comportamento dos turcos, movidos ao combate por um forte senso de nacionalismo: trinta anos após a publicação de *With the Unspeakables*, Stoker parece ter se distanciado do olhar favorável de seu irmão pelos turco-otomanos, e se aproximado de uma óptica recorrente que compreendia o Império Turco-Otomano como o “homem doente da Europa”. Teuta, por sua vez, adere a uma retórica oitocentista que personificava a nação no corpo feminino. Somado à sua sagacidade, ao lutar e esquivar-se de seus inimigos políticos fingindo sua morte, ela se converte em um ícone de amor à nação, e como Rupert a descreve, tratava-se de “uma mulher esplêndida,

16 Idem, ibidem, p.113.

17 SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fin-de-siècle*. Trad. Waldéa Barcellos. Rocco: Rio de Janeiro, 1993, p.115.

18 Cf. BRANCO, Arturo Alejandro Gonzales y Rodrigues. *O lobo e o morcego: a cultura popular e o imaginário inglês do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

19 CAIN JR., Jimmie E. Racism and the Vampire: The Anti-Slavic Premise of Bram Stoker's *Dracula*. In: BROWNING, John Edgar; PICART, Caroline Joan (org.). *Dracula, Vampires, and Other Undead Forms: Essays on Gender, Race and Culture*. Nova York: Scarecrow Press, 2009, p.127.

incrivelmente corajosa, patriótica de uma forma a se igualar a apenas alguns poucos, mesmo na grande história da bravura!<sup>20</sup>. Na conclusão do romance, a mortalha utilizada por Teuta torna-se um símbolo de reverência entre os habitantes locais, e as mulheres passam a utilizá-la como um traje nacional. Contudo, a despeito de sua bravura, Stoker atribuiu à princesa guerreira um final conveniente e conservador, isto é, o matrimônio e a maternidade.

A identificação de Teuta com a nação estrangeira derivava de uma tradição cultural oitocentista que fazia uso de um corpo feminino idealizado, imaginado enquanto alegoria pátria. A representação literária de Teuta aproximava-se de uma série de mulheres imaginárias que personificavam as nações modernas: Britannia para os britânicos, Marianne para os franceses, Hibernia para os irlandeses, dentre outros. Por intermédio de Teuta, que descendia de linhagens anglo-saxônicas, as fantasias de intervenção e heroísmo viril assumiam uma dimensão simultaneamente política, racial e sexual. Os instintos guerreiros da princesa (motivados pelo “sangue militante de sua raça”<sup>21</sup>) são neutralizados de modo efetivo por intermédio do matrimônio e da maternidade na parte final do romance, situações que permitem a continuidade da linhagem racial de seu marido, último rebento de uma família anglo-escocesa. Seu discurso de encerramento converte-se em uma fala de abdicação, na qual a princesa transmite os direitos políticos ao marido, e conclui que seus atos seriam “um exemplo em uma época no qual mulheres egoístas de outras nações buscam esquecer-se da feminilidade em suas lutas para viver em equidade aos homens!”<sup>22</sup>. Assim, Stoker desloca a linha mestra do “culto da domesticidade” entre os vitorianos para um território estrangeiro e utópico (The Land of Blue Mountains), e o faz de modo a incrementar a própria alegoria nacional (Teuta) com atributos caros ao imaginário oitocentista do “anjo do lar”. A união de Teuta e Rupert igualmente cria um senso de comunidade entre nações estrangeiras, em uma tendência semelhante à defesa do projeto político do *Home Rule* por Stoker, Gladstone e outros liberais nas décadas de 1880-90.

A união entre o herói inglês e a princesa anglo-saxônica parece coroar as fantasias políticas de uma “*Greater Britain*”, em voga na metade do século XIX e início do século XX. Os projetos que convergiam nas expectativas de um império maior e renovado dependiam das crenças em uma identidade comum, dispersa e partilhada entre as populações anglo-saxônicas. Sobretudo a partir da década de 1860, a complexificação das tecnologias de informação, em particular relacionadas à cultura escrita, à literatura e à imprensa, alterou radicalmente a forma como os indivíduos interpretavam o mundo físico e as suas possibilidades sociopolíticas, o que levou à emergência de um imaginário capaz de eliminar as distâncias geográficas, sobretudo entre a metrópole imperial e as suas possessões coloniais.

As forças motrizes que impeliam a construção da chamada “*Greater Britain*” estavam associadas à intersecção de dois imperativos: em primeira instância, um acentuado temor de que o poder político britânico estivesse ameaçado diante da emergência de nações rivais – notavelmente

20 STOKER, op. cit., 1909, p.213.

21 Idem, ibidem, p.240.

22 Idem, ibidem, p.319.

a Alemanha, a Rússia e os Estados Unidos. Estas preocupações geopolíticas eram reforçadas pelas ansiedades britânicas com relação à expansão dos sistemas democráticos, os quais eram vistos por muitos observadores imperiais como uma ameaça à importância do império, pois suas energias e ambições eram concentradas em reformas internas.<sup>23</sup> Em *The Lady of the Shroud*, as instituições democráticas são utilizadas pelo monarca Rupert para garantir a unidade da confederação de nações balcânicas, com o pleno embasamento do Império Britânico, em uma possível ficcionalização de projetos alternativos da política britânica, não apenas do *Home Rule* defendido pelos liberais, mas também por propostas recentes como uma união Pan-Saxônica, imaginada no início do século pelo radical John Hobson como o futuro das políticas transnacionais. Até mesmo Arthur Conan Doyle, amigo pessoal e correspondente de Stoker, estava crente de que o futuro do império dependeria da unidade anglo-saxônica, e dedicou seu romance histórico *The White Company* (1891) à “esperança do futuro, a reunião das raças anglófonas”<sup>24</sup>, em uma clara alusão a uma persistente utopia anglo-racial.

O problema que se apresentava diante da consolidação de uma “*Greater Britain*” estava claramente relacionado à força dos nacionalismos. *The Lady of the Shroud* foi um romance gestado a partir da percepção de Stoker com relação aos embates entre distintas formas de nacionalismo que se fortaleciam na segunda metade do século XIX e muitos dos quais tinham o leste europeu e a península balcânica como palco de conflito e atuação. O interesse do literato possivelmente derivava de sua consciência em relação aos movimentos nacionalistas que se reafirmavam em solo pátrio, ao exemplo dos partidos irlandeses e do fenianismo, previamente mencionados. À sensação de instabilidade do Império Britânico, agravada por uma sequência de conflitos ambientados em territórios coloniais, a solução encontrada pelo romancista residia na possibilidade de enviar seus heróis para terras estrangeiras, onde, graças aos seus atos de bravura, empreendedorismo e ao seu intelecto, poderiam se tornar verdadeiros monarcas.

Os avanços políticos e militares de turcos ou de russos, fontes de ansiedade para muitos contemporâneos de Stoker, eram resolvidos no seu romance graças às intervenções de Rupert St. Leger (cujo sobrenome, em holandês, convenientemente traduz-se por “exército”). Suas ações, sobretudo na organização da federação balcânica, também impossibilitariam o “desejo alemão por expansionismo”<sup>25</sup>, evidencia de um sentimento anti-germânico gestado entre os britânicos pelo menos desde a metade do século, porém intensificado com o posicionamento pró-bôer do kaiser alemão durante a guerra sul-africana e as suspeitas de que a Inglaterra poderia ser alvo das políticas imperialistas alemãs<sup>26</sup>. O protagonista Rupert, fortalecido por uma vida de aventuras em todos os cantos do globo, também representava o ápice do ideal civilizatório, essencial para disseminar valores democráticos e liberais por meio da confederação de nações lideradas por ele ao encerramento da obra literária.

23 BELL, Duncan. The Project for a New Anglo Century: Race, Space and Global Order. In: KATZENSTEIN, Peter (org.). *Anglo-America and its Discontents: Civilizational Identities Beyond West and East*. Londres: Routledge, 2012, p.35-37.

24 CONAN DOYLE, Arthur. *The White Company*. Nova York: Harper & Brothers, 1894.

25 STOKER, op. cit., 1909, p.341.

26 PANAYI, Panikos. *Germans in Britain since 1500*. Londres: Hambledon Press, 1996, p.89-90.

Nestas e n'outras ficções do período observa-se aquilo que poderia ser denominado de heroísmo colonial, no qual muitos de seus leitores refestelavam-se em busca de alívio e compensação de seus próprios limites: é este pequeno herói, que tem no Robinson Crusóe de Dafoe seu protótipo, responsável por conquistar fortunas por sua genialidade ou mero acaso destino, que conforma uma “definição estética do indivíduo que deixou a Europa para conquistar outros territórios em finais do século XIX – e que fundou uma nova ética. Não mais a da solidariedade, como no movimento operário, ou no individualismo burguês que, no entanto, conhece seu freio pela lei”, mas sim, uma conduta ética que implicava “em apostar na sorte individual” e na “subjugação do outro”<sup>27</sup>. Rupert Sent Leger, por meio de sua trajetória, ilustra este baluarte da imaginação literária e política do período: o *self-made man*, o arrivista social, que, por meio de sua ação e potência individual, conquista um lugar de protagonismo político em terras estrangeiras. Ademais, edulcorado pelos louros da virilidade, Stoker não poupa termos ao descrever seu herói: Rupert é bravo e forte, um verdadeiro gigante físico, mas igualmente astuto e estratégico, forjado pela experiência na aventura, ou, como o próprio personagem afirma “eu sou um homem, e levei a vida de um homem, tal como deve ser”.

Aos problemas políticos relacionados ao fortalecimento dos nacionalismos balcânicos no leste europeu no início do século, Stoker imagina uma vitória favorável à Inglaterra, embora encabeçada por uma personagem que é claramente pertencente a fronteiras étnico-raciais, dada a etnicidade simultaneamente anglo-escocesa e anglo-irlandesa de Rupert estabelecida na primeira parte do romance<sup>28</sup>. Estes elementos demonstram que *The Lady of the Shroud* encontra-se entrelaçada às preocupações relacionadas à estabilidade do Império Britânico e à revitalização da raça gestadas por muitos intelectuais vitorianos do período, e reforça a perspectiva analítica de que os textos literários fornecem “os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma”<sup>29</sup>, isto é, expressões fragmentárias e impressões verossímeis das disposições políticas de ação, tramadas em um plano representacional, pela via da cultura escrita e literária. O desfecho do romance torna-se sugestivo do que Stoker compreendia como uma via de manutenção política do Império Britânico: Sent Leger, embora garanta a independência das nações balcânicas, preserva sua lealdade ao monarca britânico, o que assegura a região como uma esfera de influência imperial. Ao invés das conquistar militares, vistas como dispendiosas por muitos liberais do período, a ação faz-se pelo estabelecimento de uma espécie de protetorado, capaz de impedir o avanço do “o desejo alemão por expansionismo”. Ainda há muito o que pesquisar mas, as evidências apontam que, em *The Lady of the Shroud*, Stoker expõe muitas de suas sensibilidades e paixões políticas, produzindo uma utopia de enobrecimento do heroísmo colonial, de formas simbólicas de práticas políticas almeçadas por muitos liberais de seu tempo.

27 BREPOHL, Marion. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo*. Uberlândia: EdUFU, 2010, p.33.

28 Na abertura do romance, Stoker estabelece que o tio do protagonista, o Capitão St. Leger, era um “irlandês de nome Sellenger, irresponsável e trapaceiro (...), um homem dotado da qualidade de bravura”, embora “ausente de seriedade e inabalável vigor”. Seu pai, de certo outro irlandês, “era apenas um subalterno, e morreu na Batalha de Maiwand” [na guerra Anglo-Afegã em 1880], após casar com a mãe escocesa de Rupert. (STOKER, op. cit., 1909, p.5-7).

29 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Perspectiva, 2012, p.83.

# A literatura como ferramenta de legitimação cultural; Os casos dos Estados Unidos e Argentina

Hugo Farias de Sousa

Mestre pelo Programa de Pós graduação em Música  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
hgfariasdesousa32@gmail.com

## Resumo

Este trabalho pretende demonstrar por um comparativo entre a Literatura de Fronteira do EUA, que tem relação com a expansão para o Oeste durante o Século XIX, e a Literatura Argentina sobre as questões dos Pampas e das terras indígenas durante o mesmo século XIX, a relação da História com a Literatura, refletindo sobre as questões da sociedade, que estão presentes nas obras literárias de cada meio e tempo. As observações serão feitas refletindo a construção da memória e da narrativa historiográfica em sua ligação com as obras literárias, analisando como estas têm um papel fundamental para legitimar determinados discursos ou construir novos. Para tanto usaremos reflexões de Fernando Catroga sobre a memória e historiografia, com sua constituição baseada no esquecimento, nos afetos e nas disputas de poder presentes nas narrativas históricas. Analisaremos Eric Hobsbawm e suas questões sobre tradições inventadas, onde temos a eliminação de determinadas práticas e a manutenção de outras, o que se liga de forma sensível a construções narrativas. Outra questão será a de imaginários criados, na intenção de moldar a unidade, nacional por exemplo. Analisaremos Benedict Anderson e suas comunidades imaginadas, que possuem no texto historiográfico a ponte para isto. A análise e reflexão a respeito da relação da obra literária com a sociedade, feita por Antonio Candido nos mostra que as questões de cada período fazem com que a literatura passe o tempo e o espaço, mitificando, recriando e incorporando estruturas originadas na história do momento em que é criada, além de nos apresentar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais na literatura. Temos também as ideias de Roger Chartier em um debate sobre Literatura e História, que afirma que no texto literário há dispositivos de ficcionalização, que nos convidam a refletir sobre as categorias que governam em um dado momento e lugar, as normas estéticas e as expectativas dos públicos. Desde modo pretendemos refletir sobre as questões da literatura e sociedade nos EUA e na Argentina do século XIX através de obras como *The last of the Mohicans* (1826) de *James Fenimore Cooper* e *Facundo; Civilização e Barbárie* (1845) de *Domingo Fausto Sarmiento*, observando como os valores e as visões de mundo estão presentes no texto literário, servindo de base para uma legitimação de práticas políticas, econômicas e culturais nestas sociedades em expansão.

**Palavras-chave:** Literatura, Historiografia, Estados Unidos, Argentina, fronteira.

Este texto tem a intenção de apresentar um pequeno comparativo entre a Literatura de Fronteira Estadunidense do Século XIX e a Literatura Argentina sobre as questões relacionadas ao Gaúcho, aos Pampas e as terras indígenas durante o século XIX, visando observar a relação da História com a Literatura, refletindo sobre as questões da sociedade, que estão presentes nas obras literárias de cada meio e tempo. O estudo será baseado em questões relacionadas à construção da memória, da narrativa historiográfica e de sua relação com as obras literárias, além de analisar como estas podem atuar como ferramentas para legitimar determinados discursos ou construir novos, observando um exemplo da importância da escrita historiográfica, da função do historiador para tal trabalho.

No caso da Literatura relaciona a fronteira de colonização Oeste dos Estados Unidos da América durante o século XIX temos que observar que o desenvolvimento desta fronteira foi fundamental para a formação dos Estados Unidos da América, pois através do avanço em direção a terras entendidas como inabitadas e selvagens, a nação americana foi moldando os seus valores fundamentais, criando suas leis e instituições que lhes são características. Esse avanço, que proporcionou todo o desenvolvimento social dos Estados Unidos, afetou significativamente o imaginário das pessoas que não estavam à frente da fronteira de colonização. Isso acabou criando uma ideia um tanto mítica do Oeste, tendo um forte impacto no imaginário popular, ajudada por jornais, revistas e sem dúvida, e talvez a que mais influenciou, a literatura. O imaginário literário americano foi invadido pelas ideias a respeito do Oeste, sempre com os elementos que podemos considerar fundamentais para a criação literária a respeito da Fronteira no século XIX. Esses elementos são: a terra nova, a imagem do homem da fronteira, o índio e a natureza selvagem.

A literatura a respeito da Fronteira pode ser encarada de várias formas. Primeiro, podemos afirmar que o centro cultural americano se moldou no Oeste, passando assim a ter uma particularidade americana, do modo como afirmava Turner<sup>1</sup>, que é na fronteira que se faz a mais rápida americanização. Em segundo, podemos ver a literatura de fronteira, como algo que tivesse sido inspirado pela vida na fronteira, ou seja, que é produzida fora da fronteira, por pessoas que nunca estiveram no Oeste e que apenas se inspiraram em histórias sobre a vida neste lugar. Em terceiro lugar, temos a literatura que poderia vir da fronteira de colonização. Esta seria escrita por pessoas que viveram no Oeste, como Jonh Filson, que viveu aventuras com Daniel Boone e depois escreveu suas memórias. Temos diferentes períodos de produção literária sobre a Fronteira, que de acordo com as questões próprias de cada um deles, faz com que a literatura nos apresente o tempo e o espaço, mitificando, recriando e incorporando estruturas originadas na história do momento em que é criada.

Temos vários tipos de literatura, isto é, as várias formas como ela foi produzida e de onde ela foi produzida. Um tipo de literatura que fez um grande sucesso no século XIX nos Estados

1 Frederick Jackson Turner (1861-1932). Foi um historiador estadunidense que defendeu a tese da fronteira.



Unidos da América eram as chamadas "Dime novels"<sup>2</sup>. Era um tipo de escrita que seguia um padrão, atendendo as necessidades de mercado. Essa fórmula fez com que seu custo fosse barateado, facilitando o acesso a praticamente toda a população. As histórias contadas neste tipo de literatura e seu fácil acesso ajudaram muito na criação do aventureiro do oeste, que era o tema predileto destas histórias retratadas nas "Dimel novels". Homens como Buffalo Bill<sup>3</sup> se tornaram heróis por conta destas histórias. Há aqui a criação de uma espécie de cultura de massa.

James Fernimore Cooper<sup>4</sup> coloca a Fronteira em uma tradição temática fundamental. Ele nos apresenta em *The last of the Mohicans*(1826), *The Pioneers*(1823), *The Prairie* (1827), *The Pathfinder*(1840 e *The Deerslayer*(1841), a potencialidade épica da movimentação em direção ao oeste. Aqui vemos a figura do *Leatherstocking*<sup>5</sup>, que seria em suas histórias o personagem Natty Bumppo. As características de todo *Leatherstocking* ficam evidentes nele se apresentando de forma paradoxal, como: Nobre e simples; instruído e não instruído; prático e idealista; inocente e experiente. Essas características são as fundamentais encontradas em todos os homens descritos como os heróis do Oeste. Podemos afirmar que a literatura sobre a Fronteira fazia com que esses homens tomassem a forma de filósofos do primitivismo, fugindo dos centros de civilização e sempre ajudando a construir o Império Americano. Eles viveriam entre a civilização e a selvageria, o que explicaria os sentimentos opostos coexistindo dentro desses homens.

Observando a literatura que surgiu sobre a Fronteira de colonização podemos perceber que através dela, os valores formadores do pensamento social americano, ou seja, das ideias de como o americano se entende como tal, se difundiram na sociedade americana em formação. Para analisarmos isso devemos fazer um breve estudo da relação de história e literatura. Temos que entender que podemos fazer uma aproximação histórica para a literatura, que não é simplesmente ficção, mas que pode trazer uma reflexão sobre o tempo e meio em que é criada. O texto literário é escrito e direcionado para um leitor e deve ser entendido pela sua historicidade, ou seja, por aquilo que é próprio do processo histórico que está presente na literatura, apresentando os encontros sociais e culturais presentes na obra.

No caso da Argentina do século XIX, encontramos uma intensa prática de colonização de regiões tidas como não civilizadas. Temos o exemplo das Campanhas do deserto que foram responsáveis por dizimar milhares de nativos. Em 1862, com a ascensão política dos unitários<sup>6</sup> e a

2 Literatura popular nos EUA no fim do século XIX e início do XX.

3 Willian Fredrick Cody (1846-1917) Aventureiro Estadunidense que partiu para o Oeste. Caçador de búfalos, o que deu seu famoso nome de Buffalo Bill.

4 Escritor americano que viveu entre 1789 e 1851. Ficou muito conhecido no início do século XIX. Escreveu diversos romances, entre eles o que é considerado sua obra prima, *The Last of the Mohicans*.

5 Termo que ficou famoso pelos *Leatherstocking tales* de J. F. Cooper. Cada romance apresenta Natty Bumppo, um homem da fronteira conhecido pelos colonos europeus-americanos como "Leatherstocking", "The Pathfinder" e "the trapper". Os nativos americanos o chamam de "Deerslayer", "*La Longue Carabine*" ("Longo Rifle" em francês) e "Hawkeye".

6 Partido político de tendência liberal, aliado à Grã-Bretanha, que defendia a necessidade de um governo centralizado nas Províncias Unidas do Rio da Prata, chamadas *Provincias Unidas en Sud América* na Declaração da Independência.

busca pela centralização do território argentino, alterou-se as relações entre indígenas e criollos<sup>7</sup>. Observamos que neste momento os indígenas são definidos como bárbaros, como um inimigo representante da negação a civilização, e portanto que deveria ser vencido. A guerra do Paraguai (1864-1870) teve grande importância para isso, pois levou uma série de novas tecnologias, junto às campanhas militares e a modificação da importância da fronteira, além de ter resultado em transformações profundas para todos os envolvidos, desenhando um período de transição fundamental para as relações entre indígenas e criollos na Argentina.

Apresenta-se na Lei nº 215 de 13 de agosto de 1867 um exemplo das preocupações com a ocupação dos territórios. Esta Lei permite uma ocupação militar nas regiões pampeanas e andinas, levando a perceber os conceitos dos interesses da política fundiária e indígena proposta pelos liberais. Temos aqui uma lei que permite a ocupação de um território que é considerado importante, porém ocupado e dominado por indígenas. Aquela região pertencia por “direito” à República Argentina e não aos indígenas. Não foi considerada a posse da terra relacionada à tradição, tampouco seu uso produtivo pelos nativos. A tomada de decisão sobre a política fundiária era do governo, única autoridade habilitada para delimitar regiões específicas à sedentarização de nativos, que eventual e pacificamente aceitassem o controle criollo. Temos uma visão acerca dos nativos indígenas que os coloca sempre em uma visão de um ser inferior, primitivo, selvagem e bárbaro que deveria ser controlado, submisso ou eliminado, para que o progresso fosse levado a todo território. No telégrafo e no navio a vapor apresentam-se os símbolos da civilização e, uma Argentina que se pressupunha construir, os quais foram acionados para possibilitar a mobilidade necessária ao controle territorial e ao combate aos indígenas. Não se tratava somente de um embate entre civilização e barbárie, mas de uma disputa de poder e autoridade, pautada pela concepção ocidental de superioridade diante de povos ditos selvagens.

Temos, nas campanhas do deserto, a aplicação real da lei de nº 215, onde não houve uma submissão pacífica ou forçada, houve integração e assimilação, mas através do extermínio. A intenção era expulsar e aniquilar os indígenas e não deixar resistência alguma para a implantação do território argentino. A perseguição foi implacável e concretizou, em pouco mais de quatro meses, o domínio argentino sobre os pampas e as passagens andinas ao Chile. Segundo o próprio ministro Roca, a tarefa foi mais fácil do que a planejada. O cerco econômico, determinado pela trincheira de Alsina, resultou em rompimentos nas redes políticas, sociais e culturais. As operações militares prévias, dirigidas aos principais caciques, iniciadas em 1877, completaram a desestruturação das comunidades indígenas pampeanas. Entre abril e agosto de 1879, o exército perseguiu os últimos resistentes e confinou aqueles que ainda não haviam sido presos às serras pré-andinas ou à fria Patagônia, ao sul do rio Negro. Deste modo as terras estavam livres para a pecuária e a colonização

Na Literatura Argentina, no século XIX, existe um exemplo para observarmos as questões relativas ao espírito de colonização e as questões do argentino que procura, nesta fronteira

---

dência depois da denominada República Argentina, no século XIX.

7 Descendentes de espanhóis nascidos na América.

de colonização, uma expansão para o seu território e a busca pelo fim da barbárie praticada pelos indígenas. Em 1845, Domingo Faustino Sarmiento<sup>8</sup> publica “Facundo; Civilização e Barbárie” que trata da vida do caudillo Facundo Quiroga, o qual é posto no livro como um símbolo da barbárie, ao qual a sociedade deveria se opor, pois ia contra a ideia de civilização e progresso para a sociedade. Este livro é tomado pela crítica como o livro inaugural da Literatura Argentina.

Em 1866 trazemos a publicação de “Fausto” de Estanislao do campo<sup>9</sup>, que trata do gaúcho relatando à sua própria linguagem, uma representação de “Fausto” de Charles Gounod. O gaúcho seria o homem dos Pampas, que viveria entre a civilização e a barbárie, ele estaria nesta fronteira de colonização argentina, em contato com os indígenas e com as questões da natureza, do campo e da pecuária.

Temos a obra “El Gaucho Martín Fierro” de Jose Hernandez<sup>10</sup> publicada em 1872, que era um poema em duas partes. Esta obra teve grande sucesso na Argentina, sendo considerado o livro pátrio da nação. Ela narra o caráter independente, heróico e sacrificado dos habitantes dos pampas, e os situam como os verdadeiros representantes do caráter argentino, algo que contrariou os interesses políticos vigentes na época de Hernández. El gaucho Martín Fierro tem a peculiaridade de não estar escrito na forma *culta* do espanhol, mas sim, copiando foneticamente a forma de falar dos gaúchos. Esta obra contém as aventuras de um gaúcho na luta contra os indígenas e o seu retorno à civilização, mostrando como era a difícil vida dos pampas. Temos aqui nesta literatura sobre o gaúcho, os pampas e os indígenas uma demonstração de imaginários construídos e legitimados por essas obras literárias. Podemos fazer uma reflexão sobre as questões sociais e culturais presentes neste período histórico, que se encontram na sociedade e se apresentam na literatura, que se faz como uma ferramenta para difusão e legitimação.

Essa reflexão pode ter como embasamento teórico, observações feitas a partir de estudos relacionados à construção do discurso historiográfico, refletindo sobre os caminhos tomados, as relações de poder e legitimação que podem estar envolvidas na narrativa histórica. Para tanto podemos observar as concepções de *Fernando Catroga*<sup>11</sup> sobre Memória. Segundo o autor, há uma relação muito tênue entre lembrança/ esquecimento/memória e historiografia, pois o meio social ou grupo tem a sua maneira de pensar e observar as questões historicamente consideradas mais importantes e, para isso, se fazem utilizar de ferramentas para que se possa manter o que Catroga afirma ser, todo um imaginário cultural, que são moldados em valores, ideias e costumes. O autor nos mostra que as culturas são moldadas a partir destas relações entre lembrança e esquecimento, e neste ponto se faz importante observar a questão dos afetos na escrita da História. Segundo Catroga, a construção da memória passa pelos afetos, ou seja, estaria sempre lotada com questões éticas e estéticas, que seriam opções feitas pelo historiador ou impostas pelo meio social a que se

8 Escritor e político argentino, que viveu entre 1811 e 1888. Chegou a ser presidente da Argentina.

9 Escritor argentino que viveu entre 1834 e 1880.

10 Poeta, político e jornalista argentino. Viveu entre 1834 e 1886.

11 CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. 1ªed. Coimbra: Quarteto, 2001.

escreve. A memória seria seletiva, ou seja, passaria pelos afetos, onde uma série de questões que não seriam postas como importantes para se construir a ideia de unidade identitária, de um grupo social por exemplo, seriam deixadas de lado por esta história. Trazemos as ideias de *Eric Hobsbawm*<sup>12</sup> sobre tradições inventadas, em que nos é apresentado questões relacionadas às tradições das sociedades, suas origens e invenções. Temos uma discussão sobre os interesses relacionados à criação de determinadas tradições com a manutenção de práticas e a eliminação de outras, observando que isto tem relação direta com a historiografia e as narrativas, como as da literatura, que podem ser utilizadas para a legitimação disso. *Benedict Anderson*<sup>13</sup> e seu trabalho a respeito de comunidades imaginadas. A nação, para este autor, se trata muito antes de uma comunidade política imaginada, do que de um meio de relações estabelecidas na realidade do dia a dia, ela é intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo soberana, passando uma imagem de uma viva comunhão entre todos os atores sociais envolvidos em sua teia de relações. Aqui cabe a historiografia fazer esta ponte para que se tenha uma imagem de viva comunhão social, construindo fatos e acontecimentos sociais, históricos e culturais que relatem uma memória em comum àquela sociedade. *Antônio Candido*<sup>14</sup> e a sua reflexão a respeito da relação da obra literária com a sociedade nos mostra que as questões de cada período fazem com que a literatura passe o tempo e o espaço, mitificando, recriando e incorporando estruturas originadas na história do momento em que é criada, além de nos trazer reflexões sobre as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais no texto literário, o que faz deste texto uma obra de reflexão e compreensão sobre o meio social e o tempo em que é escrita. *Nicolau Sevcenko*<sup>15</sup>, em sua obra que trata da literatura brasileira e sua intensa relação com o meio social, nos apresenta ideias sobre como um discurso contido em uma obra literária fixa um conjunto de atos de uma determinada sociedade. O autor nos apresenta a ideia de que a Literatura é testemunho dos homens que foram vencidos pelos fatos. Ele se preocupa mais com a expectativa do vir a ser, do que realmente é, ou foi. Nos mostra como a literatura pode ter força significativa sobre a história de uma nação, apresentando tensões, tradições, criando e legitimando valores e práticas, além de trazer algumas concepções do que se espera da sociedade e o que ela pode ser. *Roger Chartier*, em um debate sobre Literatura e História, nos afirma que no texto literário há dispositivos de ficcionalização, que nos convidam a refletir sobre as categorias que governam em um dado momento e lugar, as normas estéticas e as expectativas dos públicos. Isto pode manifestar o poder da obra literária sobre as relações sociais. Para *Chartier*, há duas maneiras de observar a relação de Literatura e História; a primeira seria de enfatizar o aspecto histórico do texto, buscando compreender as pluralidades presentes nas construções literárias que atuam em negociação com as práticas sociais vigentes. A segunda forma de observar essa relação seria o tratamento dos textos literários como uma representação dos mecanismos que regem a produção deste material estético.

12 HOBSBAWM, Eric. *Invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

13 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

14 CANDIDO, Antonio. *A Revolução de 1930 e a cultura*. Novos estudos Cebrap n° 4. São Paulo, 1984.

15 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Desta forma as obras literárias serão analisadas refletindo as condições sociais, históricas e culturais que estivessem submetidas no tempo e meio ao qual foram feitas.

Podemos buscar uma abordagem comparativa, voltada a observar olhares para setores e práticas que podem ficar a margem de análises históricas. Teremos a ideia de um olhar mais plural para as concepções históricas de cada meio social a que as obras estão vinculadas. Esta reflexão talvez busque uma abordagem comparativa com um viés mais antropológico, voltado para algumas concepções de *Carlo Ginzburg*, que em sua obra “*O inquisidor como antropólogo; uma analogia e as suas implicações*” de 1991, nos afirma ser o diálogo entre a História e a Antropologia responsável pelas modificações nos eixos de análise, como novos olhares sendo postos sobre os objetos de pesquisas e as aplicações metodológicas.

Com estas concepções, temos que ter a intenção de buscar dar conta de algumas especificidades das culturas humanas, ou seja, das culturas em formação, ou formadas, ou buscando legitimidade, que podem estar presentes nas obras literárias que serão observadas, para que se faça uma reflexão sobre as sociedades e o uso destas expressões artísticas na legitimação ou resistência, em relação às práticas culturais ou às suas representações. A abordagem comparativa irá sempre observar as singularidades, o que se tem de plural na concepção identitária de cada sociedade, que podem ser consequências de historicidades diversas. Faremos uma análise comparativa, buscando se afastar das concepções de superioridade de determinada cultura em relação à outra. O que apresentaremos será uma reflexão comparativa, rompendo com um olhar hierarquizado entre culturas. Buscaremos um enfoque de uma História comparada que se centre nas especificidades culturais.

Dessa forma podemos dar um passo em direção a observação e interpretação dessas obras literárias por uma ótica da tese dos encontros, que é uma proposta de reflexão cultural baseada nos encontros culturais e sociais. A definição do termo encontro está relacionada com o ato ou efeito de estar diante de alguém, de ficar imprevistamente face a face com outro indivíduo ou coisa, funciona como um choque, uma colisão ou confluência de dois ou mais corpos. Pode contemplar um ponto de articulação onde as trocas acontecem, mesmo que divergentes, sendo esta uma condição que pode nos remeter a uma reflexão sobre a construção da identidade, no sentido de a entendermos como um convergir de diferenças. O encontro, que vem do latim *Incontrare*, nos apresenta a forma de ir na direção, ao encontro de algo ou alguém. Estar diante, se chocar, colidir, trocar, são termos que apresentam questões variadas que devem estar relacionadas a uma reflexão baseada nas interpretações sobre as relações culturais, históricas e sociais analisadas por uma ótica da literatura, buscando um novo olhar para as relações e trocas culturais estabelecidas e pré estabelecidas, refletindo sobre as categorias e prescrições que podem estar contidas na obra literária, a fim de propagar determinada ideia ou prática que tem por finalidade dar legitimidade para a definição de lugares sociais, políticas de estado e práticas culturais que tomam importância, ao ponto que temos o desaparecimento ou enfraquecimento de outras. Devemos ter em mente as forças estabelecidas e participantes dos encontros, para pensarmos as direções em que se movimentam, ligando-se

aos afetos de determinados grupos ou meios sociais. Determinando assim a direção do discurso histórico, que pode ser observado em uma reflexão sobre a constituição da historicidade das obras literárias, que no caso deste texto são obras literárias relacionadas à expansão territorial nos Estados Unidos da América e da Argentina.



## Mesquitas e catedrais: mudanças nos contextos cidadinos ibéricos (séc. XI a XIV)

Anna Carolina Alves Viana

Graduanda, Universidade Federal de Minas Gerais  
annacvianas@gmail.com

### Resumo

Mais do que grandes centros cúltricos, as mesquitas e catedrais podem ser, especialmente a depender de seu contexto, símbolos de conquista e poder, como defende Robert Hillenbrand. Nas cidades de Toledo e Córdoba, encontra-se um padrão que diz respeito à existência de alterações nesses edifícios – e também na estrutura interna que rege o clero – a partir das guerras da reconquista cristã. Encontram-se mudanças nas relações estabelecidas entre o clero local e aquele que veio com o rei, que passou a ocupar posições de maior importância. Além de trazer alterações na esfera clerical, vê-se também que ocorriam mudanças internas nas relações de poder da comunidade, que passava a ter novos líderes e a habitar um local que se organizava e se identificava de maneira diferente – as cidades do antigo império islâmico tornaram-se episcopados, como colocam Francisco Hernández e Hillenbrand, ganhando um novo ordenamento jurídico.

Assim, busca-se investigar a história dessas cidades, identificando possíveis relações entre as transformações sócio-arquitetônicas dos edifícios de culto, àquelas que dizem respeito ao grupo que se encontrava no poder e às novas redes de poder que ele estabelecia. Compreender as funções sociais e políticas dos espaços de culto comunal se faz, portanto, necessário, a fim de delimitar melhor como o lugar atribuído a esses centros influenciava o cotidiano e as relações que a comunidade local estabelecia com eles. Por meio de revisão bibliográfica e da análise da *Primera Crónica General de España*, pretende-se expor como o estabelecimento dessas construções trazia de maneira consequente ou paralela, diversas alterações organizacionais e estruturais para o clero e a cidade.

**Palavras chave:** Catedral, mesquita, Toledo, Córdoba, poder.

### Introdução

Objetivou-se, com esta comunicação, discorrer sobre parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica intitulada *Da mesquita à catedral: funções políticas de atuação no cenário ibérico cristão e muçulmano do século XIII*, na qual se buscou compreender os aspectos políticos e sociais das mesquitas e catedrais na sociedade ibérica medieval, para além de sua posição como locais de culto comunal. A proposta era apresentar as diferentes fases da pesquisa abrangendo os locais que se tornaram objeto de seu estudo – Córdoba e Toledo – mostrando o cenário religioso e político após os anos de 1236 e 1085, respectivamente, quando as cidades foram conquistadas pelos reis ibéricos Fernando III e Afonso VI após o período de domínio muçulmano.

## O batismo da mesquita

Tendo por objeto inicial a Mesquita-Catedral de Córdoba, a primeira etapa da pesquisa foi composta pelo mapeamento das mudanças físicas ocorridas no edifício da catedral após a conquista da cidade por Fernando III de Castela, em 1236, tais como a colocação de uma cruz no minarete da mesquita<sup>1</sup>, a instalação de um altar e a construção de capelas em seu interior<sup>2</sup>. Além das ocorrências relativas às transformações diretas na aparência da mesquita, o seu entorno foi modificado: as lojas que existiam ao redor da catedral foram destruídas por Afonso, o Sábio<sup>3</sup>, primogênito de Fernando III. De acordo com Francisco J. Hernández, essa mudança se deu devido à concepção urbana cristã que se diferenciava da muçulmana, na qual o mundo leigo e o mundo religioso se misturavam, o que era inaceitável para os recém-chegados. Portanto, a demolição do comércio significava a separação entre a cidade santa da catedral e a cidade leiga que a cercava.<sup>4</sup>

Por meio da *Primera Crónica General de España* é possível perceber a importância da transmutação da mesquita em catedral para os conquistadores, uma vez que existe um capítulo específico na narrativa para explicar como foi realizado esse processo<sup>5</sup>. Vale ressaltar que esta passagem ocorre após a narração do processo de reconquista, como primeiro feito do rei. De acordo com o documento, o procedimento se iniciou com cinco bispos que, seguindo as determinações da Igreja de Roma, teriam purificado a “grandiosa mesquita” com água benta, após a expulsão da “comunidade de Mohammad”. A consagração foi realizada pelo bispo D. Johan em nome do arcebispo de Toledo, D. Rodrigo. Este estava na corte de Roma e foi o responsável pela nomeação do primeiro bispo da Igreja reformada de Córdoba. No processo, o altar da nova catedral foi consagrado em homenagem a Virgem Maria mãe de Deus. Fernando III concedeu aos novos clérigos arrendamentos da nova Igreja, reservando um cargo em sua câmara para o bispo de Córdoba.<sup>6</sup>

1 MARCHI, Cesare. A mesquita batizada. In.: *Grandes pecadores, grandes catedrais*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991, p. 74.

2 DODDS, Jerrellynn D. The Great Mosque of Córdoba. In.: *Al-Andalus: The Art of Islamic Spain*. New York: Harry N. Abrams Inc., 1992, p. 24.

3 MARCHI, *A mesquita batizada*, p. 75.

4 HERNANDEZ, Francisco J. A catedral, instrumento de assimilação. In: *Toledo, séculos XII-XII. Muçulmanos, judeus e cristãos: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p.68.

5 Capítulo nº 1047 da *Primera Crónica General de España*, intitulado “Capítulo del refazi'miento et del heredamiento de la yglesia de Cordoua, et las canpanas tornadas a Santiago” (*Primera Crónica General de España*. Ed. PIDAL, Ramón Menéndez. Madrid, 1906, p. 733 - 735).

6 “El rey don Fernando apoderado de la çipdat de Cordoua et de la mezquita quel fizo esa ora egleſia, eſtonçe el onrrado don Johan obispo de Oſma, chanceler del palaçio del rey, com don Gonçalo, obispo de Cuenca, et don Domingo, obispo de Baeça, et don Adan obispo de Palençia et don Sancho, obispo de Coria, entraron esa ora em a mezquita de Cordoua, que sobraua et vençie de afeyto et de grandez a todas las otras mesquitas de los alaraues – porque el onrrado don Johan obispo de Oſma tenie eſtonçe las uezes de don Rodrigo era esa ora em la corte de Roma; - mas esse obispo don Johan com los otros obispos dichos, echada fuera la suziedat de Mahomad, çercaron a derredor toda aquella mezquita, eſparziendo agua bendicha por ella como deuie; et otras cosas annadiendo y que el derecho de sancta yglesia manda, restolaronla desta guisa, et restolaronla es tanto como <conbralla a seruiço de Dios>. Aquel obispo d. Johan, en boz del arçobispo de Toledo, fecho aquel alinpiamiento antes com los otros obispos, torno aquella mezquita de Cordoua em yglesia, et alço y altar a onrra de la bienventurada Uirgen Maria Madre de Dios; [...] don Rodrigo, arçobispo de Toledo primas de las Espannas, llego de la corte de Roma, et consa-gró y el primer obispo desta conquista a maestre Lope de Fitero de Rio Pisuerga. Et despues de aquello, el rey don

Por meio da *Crónica*, é possível observar alguns aspectos interessantes referentes ao contexto da mudança acima narrada: a primeira é a preocupação atribuída ao rei de estabelecer novas lideranças locais, com destaque para àquelas que possuíam relações com Roma, frequentemente citadas ao longo do processo. Isso sinaliza a relevância que a adoção do rito romano possuía, uma vez que o estabelecimento das novas tradições ocorreu em detrimento da continuidade do rito moçárabe, já existente na Península Ibérica. Outra questão significativa é atribuição de um papel de grande importância ao arcebispo de Toledo, D. Rodrigo. A cidade já havia passado por um processo de reconquista, que agora durava um século e meio, portanto, as relações com a Igreja de Roma já estavam mais estreitadas. A adoção desse rito por Leão e Castela ocorreu antes da reconquista toledana, e foi determinante naquele processo.<sup>7</sup>

Apesar das transformações físicas na mesquita de Córdoba serem bem documentadas, os registros sobre as mudanças que se seguiram com relação à estrutura da cidade e à reorganização clerical são esparsos. Portanto, em uma segunda fase da pesquisa, o contexto toledano foi inserido, na tentativa de compreender melhor os impactos causados e os papéis exercidos pelas catedrais durante a reconquista. A cidade de Toledo foi rendida em 1085 por Afonso VI, rei de Leão e Castela, e, de forma similar a Córdoba, mudanças no aspecto físico da edificação da mesquita foram realizadas. Relíquias de santos foram colocadas no interior da construção, além de um altar ter sido instalado. Em 1157, um panteão real foi construído na área da antiga mesquita e, em 1226, já sob o governo de Fernando III, a construção da nova catedral gótica de Toledo foi iniciada, sendo concluída em 1238.<sup>8</sup>

### O poder da catedral

A ocupação da mesquita por guerreiros cristãos foi protagonizada pela rainha Constância de Borgonha, segunda esposa de Afonso VI, e pelo monge clunicense Bernardo de Souvetad. O fato é mencionado no capítulo 871 da *Primeira Crónica General da Espanha*<sup>9</sup>, no qual consta que o “eleito” d. Bernardo e a rainha Constância de Borgonha fizeram uma “campanha de cavaleiros cristãos” e “entraram na mesquita maior de Toledo”, onde deram fim à “sociedade da lei de Mohammad”, e “fizeram um altar da fé de Jesus Cristo”, e colocaram um sino na “mais alta torre” da mesquita, a fim de “chamar os fiéis de Cristo às orações”.<sup>10</sup> Além disso, outro processo que se seguiu à con-

---

Fernando dioles algunas rentas a los de la yglesia de Cordoua et confirmogelas com su priuillégio, et dio al obispo de Cordoua Luçena por su câmara” (*Primera Crónica General de España*, p. 733 – 734).

7 HERNANDÉZ, *A catedral, instrumento de assimilação*, p.68.

8 HERNANDÉZ, *A catedral, instrumento de assimilação*, p.76 – 77.

9 Capítulo intitulado “El capitulo de como a mezquita de los morros fue fecha em Toledo eglesia de cristianos” (*Primera Crónica General de España*, p. 540 - 542).

10 “Et entre tanto este electo don Bernaldo, por amonestamiento et affincamiento de la reyna donna Costança, [...] entro em la mayor mezquita de Toledo, echo ende las suziedades de la ley de Mahomat, et alço y altar de la fe de Jhesu Cristo, puso en la mayor torre della campanas porá llamar los fieles de Cristo a las oras”. *Primera Crónica General de España*, p. 541.

quista da cidade, também narrado na Crónica, foi o estabelecimento das cortes do rei Afonso VI em Toledo, composta por “ricos homens do reino” e outros “maiores homens”, como arcebispos, bispos, abades e outros religiosos.<sup>11</sup> Esse fato já demonstra a reorganização clerical que ocorreria na cidade, uma vez que os homens da corte do rei seriam aqueles que conduziriam a vida religiosa da cidade a partir de então.

Um dos primeiros aspectos dessa reforma é a elevação do monge Bernardo à condição de bispo de Toledo, como narra a *Crónica*: “[...] fizeram eleito para arcebispo na Igreja de Toledo, d. Bernardo, homem de religião e de vida santa e grande clérigo”<sup>12</sup>. Ele foi o responsável pelo recrutamento de jovens clérigos para a Igreja e para as novas sedes episcopais do reino, a fim de garantir a expansão e a permanência do processo de reforma. O bispado de Bernardo ocorreu entre 1086 e 1125, e foi essencial para a integração de Toledo à Igreja Castelhana.<sup>13</sup> O principal ponto do programa reformista liderado por Bernardo foi impedir a continuação da cultura moçárabe e de seus ritos, especialmente no que diz respeito à catedral, afastando o clero local de suas atividades. Posteriormente, os sucessores de Bernardo mantiveram, em geral, sua posição, organizando jurídica e economicamente a cidade, além de se empenharem em tornar a catedral o ponto de referência para a cidade.

A escolha de Bernardo para bispo de cidade teve valor simbólico profundo, pois significou a instituição do bispado, dando a entender que ele nunca havia existido. Entretanto, as atividades religiosas dos clérigos moçárabes não cessaram durante o período muçulmano: a comunidade utilizava a igreja de Santa Maria de Alficén como catedral, possuía um diálogo com outras comunidades na Cristandade e os bispos iam até Leão para serem empossados – o que contribuiu para afirmar que o bispado anterior era reconhecido por Roma. A partir da metade do século XI não há registros sobre a investidura de bispos, entretanto, isso não é suficiente para afirmar que as atividades do clero e da comunidade deixaram de existir.<sup>14</sup> Assim, o reestabelecimento do bispado foi uma forma de negar a participação moçárabe.

A reforma empreendida com o estabelecimento da catedral também deve ser compreendida por meio das mudanças urbanísticas que aconteceram na cidade. A reorganização do tecido urbano da cidade se deu com a instalação de paróquias que formavam círculos concêntricos ao redor da catedral, gerando o estabelecimento de novas relações de poder. Desse modo, o rearranjo espacial feito foi um importante fator para a afirmação da presença cristã, uma vez que seguia à risca a estrutura urbana

11 “Pves ueyendo este rey don Alffonso las bienandanças que Dios le daua et ge las aduzie a las manos, ordeno de fazer entonces sus cortes em Toledo; et llamo sus ricos omnes del regno qui uniiessen ali a ellas, et los otros mayores omnes del regno assi como arçobispos et obispos et abades et uarones religiosos”. *Primera Crónica General de España*, p. 540.

12 “[...] fizieron electo porá su arçobispo em la iglesia de Toledo a don Bernaldo, uaron de religion et de santa vida et grabd clérigo.” *Primera Crónica General de España*, 1906, p. 540.

13 HERNANDÉZ, A catedral, instrumento de assimilação, p.71 - 72.

14 VEREZA, Renata Rodrigues. Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no século XI: questões a discutir. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.11, n. 14, 1º sem. 2010, p. 40 - 41.

dessa cultura, por meio da divisão de bairros “nos quais os habitantes estão atrelados religiosa, jurídica e fiscalmente a uma comunidade que é estabelecida em bases religiosas”<sup>15</sup>. Vale ressaltar que a principal característica das cidades muçulmanas, que as difere das cristãs, era a constituição dos bairros por meio das relações pessoas entre seus habitantes, isto é, eles eram bem definidos e constituídos por pessoas unidas por vínculos sociais e familiares, além de religiosas, como o matrimônio. Eles eram uma “extensão das casas”, cuja existência e constituição era explicada por ascendentes comuns entre os moradores. Como coloca Beatriz Bissio, “os bairros tinham características que correspondiam à idiossincrasia da sociedade muçulmana, que preza ao extremo a vida familiar”<sup>16</sup>. Não pode-se deixar de mencionar, entretanto, que uma distinção jurídica também existia nas cidades muçulmanas: aquela referente aos membros da Umma – a comunidade de fiéis – e os infieis, que poderia ser traduzida em segregação espacial, principalmente em épocas de tensão.

Sendo assim, é possível afirmar que:

As novas paróquias instaladas na cidade se sobrepuseram não somente à lógica urbana muçulmana, mas também à dos moçárabes. Some-se a isso, que desde a adoção do rito romano pelo reino de Leão e Castela inicia-se um programa de romanização dos ritos praticados pela cristandade ibérica que desprezava a cultura moçárabe, entendida antes de tudo como superstição pela Igreja de Roma.<sup>17</sup>

### A situação moçárabe

A situação da comunidade moçárabe traduz de forma eficaz as mudanças e os conflitos vividos em Toledo durante o período que se seguiu à reconquista. A relação estabelecida com o grupo foi complexa e permeada por conflitos. A atitude de Afonso VI foi de encontro à de d. Bernardo em alguns momentos, como, por exemplo, quando o rei estabeleceu, por meio do *Fuero de los Mozárabes*, de 1101<sup>18</sup>, que o grupo teria privilégios e garantias, entre eles o uso de seis paróquias dentro da cidade. Por meio dessa ação, é possível perceber que houve um impasse entre o desejo da Igreja, representada por Bernardo, e o do rei, pois, “ao passo que o bispado de Toledo tentava anular aquilo que entendia como um desvio, isto é, o rito moçárabe, a Coroa permitia a sua manutenção por meio de privilégios as características específicas dessa comunidade”<sup>19</sup>. E, além disso, nota-se que, inicialmente, a comunidade moçárabe foi beneficiada pela chegada dos conquistadores, especialmente com relação à localização dos centros de culto que passaram a se situar dentro das cidades.

Todavia, é importante enfatizar que, apesar disso, os moçárabes não deixaram de ser considerados um grupo marginal, uma minoria e, portanto, não foram totalmente incorporados à nova

15 VEREZA, Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no século XI: questões a discutir, p. 36.

16 BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe. A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 243.

17 VEREZA, Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no século XI: questões a discutir, p. 36.

18 VEREZA, Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no século XI: questões a discutir, p. 38.

19 VEREZA, Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no **século XI: questões a discutir**, p. 38.

lógica de funcionamento da cidade com a sua identidade original. Ainda que muitas famílias tivessem prestígio social e ocupassem cargos importantes, exercendo poder político, o cristianismo praticado por elas era considerado excêntrico. Esse ganho de poder significou, para os moçárabes, a perda de sua identidade, já que eram paulatinamente incorporados ao novo sistema paroquial composto por igrejas romanas.<sup>20</sup> Ainda que Toledo recebesse grande contingente populacional moçárabe, como foi o caso da migração ocorrida devido à política radical dos almorávidas no norte da África, que perseguiu cristãos, eles eram rapidamente imersos nesse novo sistema, que gerou a castelhanização de seus costumes. Logo, ainda que a população moçárabe fosse muito superior à castelhana, a cultura desta última predominava, resultando na diluição da população moçárabe em ambiente castelhano. No século XII, o número de igrejas de rito romano já superava em muito às daquelas de rito moçárabe.<sup>21</sup>

### Conclusão

De acordo com Renata Vereza, é possível concluir que

Mesmo sendo um caso pontual, o caso toledano é emblemático da política de assimilação e acomodação das minorias no reino castelhano. E apesar das generalizações serem sempre perigosas, é possível afirmar com certa tranquilidade que essa política não era somente direcionada a uma única cidade, mas representava uma postura geral frente à comunidade moçárabe em todo o reino<sup>22</sup>.

Sendo assim, apesar das diferenças existentes no tratamento dado aos edifícios *a posteriori*, com relação à manutenção dos traços da arquitetura muçulmana, o quadro que se segue à conquista das cidades é um tanto similar. As alterações físicas como a colocação de símbolos cristãos, a mudança no espaço ao redor dos edifícios cúltricos e, especialmente evidente em Toledo, a mudança organizacional da cidade revelam que o estabelecimento da cátedra possuía um sentido para além do propriamente religioso. O poder que emanava da catedral reverberava em toda a cidade, fazendo-se sentir a iminente presença cristã, evidenciada pela estrutura e pelo fluxo populacional criado por meio das paróquias. Uma verdadeira hierarquia espacial era construída após o estabelecimento das cortes cristãs, desmantelando a estrutura urbana muçulmana. O escanteio sofrido pelo grupo moçárabe sinaliza ainda mais a força com a qual essa reorganização agia, pois, ainda que inicialmente inseridos, sofreram em longo prazo, com a paulatina perda de características da sua cultura, até que esta foi absorvida na nova lógica paroquial. Reduzida a insignificância aos olhos dos novos bispos, os moçárabes não foram considerados agentes do estabelecimento do Cristianismo na Península, mesmo estando presentes ao longo da ocupação muçulmana. Símbolo potente da presença da Cristandade no local, a catedral significou, enfim, a vitória dos conquistadores sobre o antigo império muçulmano e a construção de uma história ibérica coordenada por novos atores.

20 VEREZA, Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no **século XI: questões a discutir**, p. 36 - 40.

21 VEREZA, Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no **século XI: questões a discutir**, p. 43.

22 VEREZA, Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no **século XI: questões a discutir**, p. 45.



## Vínculos locais e desígnios papais: uma análise a partir da comendadoria de Ruou

**Bruna Zucherato**

Licencianda em História  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Federal de Ouro Preto  
bruna.zucherato@gmail.com

### Resumo

O objetivo deste texto é analisar como se davam as relações entre os Templários da comendadoria de Ruou e as aristocracias locais no território de Vidauban e compará-las com os documentos papais. O poder pontifício é comumente visto como preponderante sobre o laicato e os eclesiásticos e os Templários como instrumentos do papa, sendo submetidos aos seus desígnios. A questão se mostra mais complexa se analisarmos os vínculos locais, pois a hipótese de que a vontade do papa possa interferir de maneira direta nesses vínculos revela-se muito questionável. Neste sentido, entender como o conceito de “Reforma Gregoriana” pode distorcer a leitura da nossa documentação e como a concessão de imunidades e isenções entre a Ordem e o Papado se ligam diretamente a ele, nos leva a necessidade de construir um ponto de vista mais específico, este mostra-se necessário para alcançar a proposta de que os desígnios presentes na documentação possam ser abordados de uma maneira diferente.

**Palavras-chave:** Papado, Ordem do Templo, Comendadoria, Reforma Gregoriana.

Criada no ano 1120, a Ordem do Templo possuía como objetivo inicial escoltar e proteger os peregrinos em seus percursos à Terra Santa. Formada por cavaleiros a serviço do Santo Sepulcro, que se comprometiam com os votos de pobreza, obediência e castidade, a Ordem passou a se sobrelevar no Oriente e no Ocidente devido ao seu poder militar, político e econômico. Sendo uma ordem religiosa e militar, seus membros se dedicavam a uma vida monástica, mas possuíam o combate como sua principal atividade. Posteriormente, a Ordem constituiu uma rede de comendadorias ou comunidades com práticas religiosas que partilhariam as devoções de cada região onde estavam estabelecidas, sendo um “mecanismo institucional”, a comendadoria poderia responder por “recursos móveis, como rebanhos ou simples direitos fiscais”<sup>1</sup>. De um ponto de vista tradicional, como o de Malcolm Barber (1984), as comendadorias seriam cumuladas com privilégios e isenções papais, livres do poder laico ou eclesiástico local.

1 JOSSERAND, Philippe. Commanderie. In: BÉRIOU, Nicole (dir.) & JOSSERAND, Philippe (dir.). *Prier et Combatre: dictionnaire européen des orders militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, p. 245.

Os vínculos entre os Templários e o Papado têm sido comumente vistos sob o ponto de vista da concessão de imunidades e isenções. Além disso, estariam diretamente relacionados ao que se convencionou chamar de “Reforma Gregoriana”, em outras palavras: “Eles, [os Templários] foram influenciados por um papado que, desde meados do século onze, tinha ele próprio tentado limpar a Igreja dos abusos da simonia e da falta de castidade clerical”<sup>2</sup>. Neste ponto de vista, os frades guerreiros são interpretados como instrumentos do papa, onde este direcionaria a Ordem para seus desígnios. Além disso, o poder pontifício é enunciado como determinante sobre o laicato e os eclesiásticos, especificamente, os bispos. Esta questão mostra-se problemática, como se o papado interferisse e se impusesse de forma desmedida sobre as relações a nível local. Antes de serem determinantes, os privilégios e isenções seriam apenas uma parte de um complexo de tessituras de vínculos locais. Os Templários participavam e eram parte dos equilíbrios senhoriais, como a documentação de uma única comendadoria, Ruou, nos leva a considerar. Buscamos analisar e comparar os documentos papais e os equilíbrios senhoriais locais.

### A Reforma Gregoriana

O conceito de Reforma Gregoriana surgiu no início dos anos 1920 e teve o historiador francês, Augustin Fliche (1884-1951), como seu principal teórico. Tendo o nome de seu realizador, o papa Gregório VII (1015-1085), a Reforma tinha o propósito de “corrigir de modo rigoroso e integral, os comportamentos que diariamente violavam os preceitos da religião cristã”<sup>3</sup>. Segundo Fliche, a Reforma exigia um Estado, seria a ascensão do papado, a solução para uma sociedade que estava em ruínas após a queda do Império Carolíngio e o surgimento do “feudalismo”, onde a separação entre clérigos e laicos havia desaparecido, e com ela, os demais limites para uma conduta social.

Gregório VII, de acordo com a linha historiográfica de Fliche, seria um exemplo do poder do papado, da sua supremacia perante os eclesiásticos e os laicos, e que em meio à chamada “anarquia feudal”, ele como soberano, sendo o líder máximo das ações reformadoras foi a solução para uma sociedade que havia perdido os limites para as condutas coletivas, coube ao papado se tornar uma monarquia eclesiástica e preservar a ordem pública. Esta concepção se mostra problemática ao analisarmos a relação de Gregório com o imperador do Sacro Império Germânico, Henrique IV (1050-1106). Como nos mostra Georges Duby, os bispos eram figuras de grande relevância naquela época, possuíam terras e edifícios em suas submissões, além da força ideológica que detinham, sendo assim, era interessante para os monarcas determinar quem ocuparia tal função<sup>4</sup>, o papa Gregório VII ao declarar, em 1074, que empossar um homem em condição de bispo era um

2 BARBER, Malcom. The Social Context of the Templars. In: *Transactions of the Royal Historical Society*. v. 34, 1984, p. 38.

3 RUST, Leandro Duarte. *A Reforma Papal (1050-1150): trajetórias e críticas de uma história*. Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 19.

4 RUST, Leandro Duarte. *Mitos papais: política e imaginação na história*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 119.

desígnio apenas do pontífice, o papa logo instaurou uma discórdia para com os laicos, e o imperador não ficou satisfeito com o posicionamento do pontífice. Gregório VII excomungou e destituiu Henrique IV do trono imperial, em contestação, o imperador cercou Roma em diversas ocasiões, entre 1081 e 1084, Gregório foi resgatado por aliados e morreu no exílio.

Gerd Tellenbach (1903-1999), historiador alemão, em sua obra publicada em 1936 faz uma contraposição às ideias flichianas. Tellenbach não recorre à comodidade explicativa oferecida por categorias como “anarquia feudal”<sup>5</sup>, para ele o Papado não teria sido forçado a reagir contra algum suposto *vacuum* político, que ameaçaria toda a sociedade, e com ela, a Igreja. As igrejas da Europa naquele período, com a ascensão da dinastia dos sális – tendo Conrado II (990-1039), avô de Henrique IV, como seu primeiro rei – permaneciam sobre o controle régio, sendo assim, o objetivo do Papado era mostrar que quem ministrava os sacramentos ocupava um ofício elevado, além de Deus não havia ninguém mais além, portanto, um sacerdote era superior a um monarca, logo, as mudanças na segunda metade do século XI não era a reforma moral, mas a derrubada do controle laico sobre os ofícios e patrimônios clericais.

Compreender que o período medieval e sua dinâmica é algo complexo e abrangente nos leva a considerar que dividir a sociedade em clérigos e laicos, papa e imperador, ordem e caos é problemático. Leandro Rust nos mostra que “não podemos encarar a questão como “ou tudo ou nada”, com um Estado, a paz; sem ele, o caos”<sup>6</sup>. Projetar o conceito moderno de “Estado” para a Idade Média nos leva a uma análise capciosa, para entender o que substituiu as estruturas jurídicas do período carolíngio é necessário utilizar-se dos métodos do historiador da sociedade e da cultura, mais do que os métodos do historiador tradicional do direito e das instituições<sup>7</sup>. Patrick Geary (1986) nos apresenta uma concepção sobre a resolução de conflitos durante o período medieval, como as sociedades dos séculos XI e XII lidavam com suas tensões não possuindo a estrutura do Estado moderno no qual conhecemos. Segundo o autor:

Na tradição política ocidental, fazer a justiça é, com a manutenção da paz, uma função governamental da mais alta importância. A justiça pública é a pedra angular da ordem moderna, tanto social quanto política; ela foi, durante mais de seis séculos, o objetivo, e, frequentemente, o mecanismo da criação do Estado-nação. Se opondo a outras sociedades (como o Japão, onde convenções e conflitos, às vezes privados e coletivos, necessitam só raramente da intervenção de tribunais ou de legistas), a sociedade ocidental tomou o hábito de ver resolvidas as controvérsias e os desacordos ordinários da vida de uma sociedade complexa por instituições judiciárias mais ou menos centralizadas.<sup>8</sup>

Sendo assim, analisar as sociedades ocidentais em um período que tais mecanismos de resolução de conflitos – instituições judiciárias públicas – eram inexistentes, segundo uma visão

5 RUST. *A Reforma Papal (1050-1150)*, p. 40.

6 RUST. *A Reforma Papal (1050-1150)*, p. 30.

7 GEARY, Patrick J. Viver em Conflito em uma França sem Estado: tipologia dos mecanismos de resolução dos conflitos (1050-1200). In: *Annales: économies, sociétés, civilisations*, n.º 5, 1986, p. 1108.

8 GEARY. *Viver em Conflito em uma França sem Estado*, p. 1107.

moderna, leva a crer que estas sociedades se mostravam anárquicas. Geary nos mostra, que novos estudos feitos sobre os conflitos medievais nos revelam que o conceito de conflito naquela época é extremamente complexo e mais ligado às estruturas sociais e culturais que à sua tradição jurídica, posto isto, a sociedade medieval possuía maneiras de tratar um conflito fora do quadro jurídico e só aparecem como prova de anarquia em relação a uma história anacrônica do direito<sup>9</sup>.

### O contexto social dos Templários

Malcolm Barber em *The social context of the Templars* (1984) afirma que muitos homens, em grupos ou individualmente, se comprometeram a levar vidas mais puras, como uma tarefa específica de caridade, ou simplesmente na tentativa de escapar das acumulações e corrupções materiais da vida na Terra, foram motivados pela limpeza da Igreja e da sociedade cristã que os reformadores papais do século XI haviam posto em prática, pela difusão dos movimentos de paz na sociedade feudal e o sucesso da Primeira Cruzada. De acordo com o autor, foi neste contexto que a Ordem do Templo foi fundada, segundo Guilherme de Tiro (1130-1186) – arcebispo de Tiro e um cronista das cruzadas – os cavaleiros da recém fundada ordem religiosa-militar prometeram ao patriarca de Jerusalém que seguiriam uma vida quase monástica de pobreza, castidade e obediência, além da tarefa de proteger os peregrinos que vinham do Ocidente para visitar os Lugares Santos.

Barber nos traz uma perspectiva tradicional sobre os Templários, segundo ele, os primeiros cavaleiros da Ordem eram típicos de sua geração, leigos piedosos procurando uma saída para seus impulsos religiosos, e a natureza de suas ações foi diretamente inspirada pelo impulso reformista do século XI, o da ideia de *miles Christi*<sup>10</sup>. Para o autor, o mundo de paz e harmonia só seria alcançado quando os praticantes do vício tivessem sido superados, sendo assim, era essencial que os motivos do guerreiro fossem irrepreensíveis e que ele agisse sob comando da autoridade legítima, o bispo de Roma, na época, Gregório VII. O pontífice havia colocado a ideia em prática, usou da força militar para dar apoio aos direitos de propriedade do papado, convertendo assim, as primeiras ideias medievais do “soldado de Cristo” como uma figura monástica em guerra contra o diabo pela oração e pelas armas. Sendo assim, o papel da Ordem seria um veículo para os impulsos reformistas gregorianos, a “Igreja militante” que usa a força contra seus inimigos a fim de purificar a Igreja.

Para o historiador britânico, havia uma necessidade da Igreja manter sua vigorosa propagação da sua mensagem, pois mesmo com a Primeira Cruzada, a aceitação de suas ideais entre os seculares era muitas vezes parcial e transitória. Os Templários teriam sido então um instrumento útil para esta ação, pois ofereciam um meio institucional de impor restrições morais à classe dos cavaleiros, bem como fornecer àquela classe uma forma adequada de expressar a controvérsia pelas

9 GEARY. *Viver em Conflito em uma França sem Estado*, p. 1109.

10 “*Miles christi* como mostrou Georges Duby, foi uma ideia construída para canalizar os impulsos bélicos de uma classe nobre não mais sujeita a qualquer restrição real ou judicial”. BARBER. *The Social Contexte of the Templars*. p. 28.

ações tomadas que eram contrárias à ética cristã.

Dominique Barthélemy (2007) nos traz um outro olhar sobre a cavalaria cristã e as cruzadas. Segundo o autor, não haviam Templários voltados para a “ordem pública”, pois “essa já havia sido garantida pela nobreza secular”. As cruzadas não teriam cristianizado a *militia*, dado que esta já era cristã e levava consigo suas especificidades para o Oriente com o intuito de expandir a aristocracia e seus valores<sup>11</sup>. Considerar que os cavaleiros não eram tão violentos ao ponto de serem enviados para as cruzadas a fim de aliviar essa violência combatendo judeus e sarracenos, e desconstruir a ideia de que a Cruzada era uma “empresa” papal, se faz necessário para compreender os Templários não como meros “jaguços” do Papa e sim como cavaleiros a serviço de Cristo e constituintes dos equilíbrios senhoriais.

Tendo em vista estas análises é possível compreender como a imagem que a perspectiva pautada pela ideia tradicional de Reforma Gregoriana pode induzir a respeito das relações entre o Papado e os Templários, e influenciar o pensamento de alguns autores acerca da Ordem do Templo. É necessário conceber os Templários a partir de suas relações locais e rever a proposição na qual são considerados meros peões do papa. Analisar as modalidades de tessitura de vínculos entre os frades guerreiros e as aristocracias locais, e o lugar do papado e de suas determinações nessa tessitura, tendo como exemplo a comendadoria de Ruou é o caminho para se alcançar este objetivo e o que faremos a seguir.

### A bula papal, a carta pública e o documento episcopal

A bula papal de Alexandre IV<sup>12</sup> (1256) era uma confirmação da permuta realizada entre os Templários e os monges de Santa Maria d’ Aregrandis das igrejas do território de Baume, diocese de Gap, por aquelas do território de Entraigues, diocese de Fréjus. A carta pública<sup>13</sup> (1284) escrita a pedido de Pôncio de Broseto, mestre das casas da milícia do Templo em Provença, afirmava o compromisso que os Templários deveriam ter com Rostagno Claper, o *rector* – pároco – das igrejas dos territórios de Vidauban. O documento episcopal<sup>14</sup> (1256) era uma confirmação do bispo de Fréjus, Bertrand, da permutação realizada entre os Templários de Ruou e os monges de Santa Maria d’ Aregrandis. Os primeiros, tendo à frente o mestre de Provença, Raimbaud de Caromb, concediam aos monges as igrejas e seus direitos que tinham no território de Baume, diocese de Gap. Os segundos, sob o priorado de Pedro de Mison, entregavam as igrejas e seus direitos nos territórios

11 SALLÉS, Bruno Tadeu. *Constituir a amizade, romper os vínculos, estabelecer o compromisso: a dinâmica dos equilíbrios senhoriais sob a perspectiva das comendadorias templárias de Vaour, Richerenches e Bayle (séculos XII e XIII)*. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2012, p. 150.

12 Serie 56H; fond 5284. Archives départementales des Bouches-du-Rhône (Marseille).

13 O ato consta a definição *hanc cartam publicam*. Serie 56H; fond 5284. Archives départementales des Bouches-du-Rhône (Marseille).

14 Serie 56H; fond 5284. Archives départementales des Bouches-du-Rhône (Marseille).



de Vidauban e Entraigues. Esta permuta teve lugar em 1252.

Os Templários demandaram o consentimento e a aprovação papal de Alexandre IV (1199-1261), e pediram o mesmo reconhecimento ao bispo de Fréjus, Bertrand. O Papa atende ao pedido do mestre templário, responde, mas a resposta é superficial, como o recurso à escrita deixa entender. O Papa não tem conhecimento sobre as especificidades dos equilíbrios concebidos em torno das igrejas tal como o bispo, por intermédio de seu pároco, conhece, além disso a bula remete-se a uma confirmação papal anterior sobre esta permuta, feita por Inocêncio IV (1195-1254), essa consideração nos leva a observar o caráter pessoal do Papa, sendo necessário reconfirmar algo que já havia sido feito. O documento episcopal contraposto à bula papal, mais sucinta e superficial, explicita as dificuldade em se considerar a decisão papal como algo determinante. Ela se convertia, nesse sentindo, em mais um componente dos arranjos de poder locais e em uma referência possível para orientar a partilha de bens eclesiásticos entre o bispado e a Ordem do Templo. Devemos nos perguntar em que grau tal aprovação apostólica estava no horizonte da constituição dos equilíbrios regionais manifestados no acordo que envolvia as ditas igrejas de Vidauban e Entraigues. Abaixo, a localização da comendadoria de Ruou e do território de Vidauban, diocese de Fréjus (mapa I).

### Mapa I

#### Localização da Comendadoria de Ruou e do Território de Vidauban (diocese de Fréjus)



Fonte: Adaptado de: BARTIER, Édouard; DUBY, Georges & HILDESHEIMER, Ernest. *Atlas Historique: Provence, Comtat Orange, Nice, Monaco*. Paris: Armand Colin, 1969.



## Beda e a construção da identidade do povo anglo

Francisco Pereira Castilho Ferreira Machado

Graduando UFMG

franzcast@grad.his.ufmg.br

### Resumo

Nesta apresentação será abordada a construção da identidade dos povos anglo-saxônicos na obra História Ecclesiastica Gentis Anglorum de Beda, o Venerável, durante o século oitavo. A obra, um dos mais importantes escritos de sua época, narra diversos acontecimentos importantes, desde os antecedentes da invasão romana até a contemporaneidade do autor. Uma das narrativas centrais desta obra é a de que o povo anglo teria sido escolhido por Deus para ir para a Grã-Bretanha e renovar a fé cristã na região, que se encontraria ameaçada pela degeneração dos habitantes da ilha. A partir daí, Beda cria em sua obra uma identidade para aqueles povos, baseada na ideia de povo eleito, terra prometida e também na ideia de unidade entre todos aqueles povos. Atualmente por meio de estudos de cultura material e pelo nível mais aprofundado de análise da obra, já se encontram evidências muito fortes de que o povo anglo não possuía uma identidade única, sendo na verdade uma miríade de diversos povos com origens muito diferentes no continente, além de que teria ocorrido uma importante assimilação dos povos romano-britânicos, o que levaria a outra questão que seria motivação da construção desta identidade por Beda. Durante o século oitavo, a região das ilhas britânicas onde se encontravam os reinos anglo-saxônicos passava por um processo de unificações, expansões e consolidações de unidades políticas, onde os menores reinos eram conquistados pelos mais poderosos, que lutavam pela hegemonia na ilha. Tal processo teria tido início em algum momento antes da conversão destes povos ao cristianismo, quando eles começaram a constituir unidades políticas relativamente estáveis no final do século sexto. É importante também ressaltar o papel da fé no contexto político da época, já que ao entorno dela que se constituíam as principais narrativas de legitimação dos poderes das lideranças políticas, das identidades e das ações. Durante sua vida, Beda permaneceu a maior parte do tempo em meio aos seus estudos nos mosteiros de São Pedro e São Paulo, tendo viajado poucas vezes a localidades importantes da ilha. Beda, tendo vivido na Northumbria dos séculos sétimo e oitavo, participou ativamente da construção destas narrativas.

**Palavras-chave:** Alta idade média, medieval, Beda, identidade, Northumbria.

O período entre os séculos V e IX na Grã-Bretanha é marcado pela consolidação dos reinos anglo-saxônicos e pela formação de uma identidade que não era presente nos respectivos povos que emigraram para ilha durante o quinto século. As populações que formariam aqueles

povos que mais tarde poderiam ser chamados de Anglos ou Anglo-saxões eram na realidade uma série de confederações tribais móveis<sup>1</sup>, provenientes de várias origens no continente, não possuindo nenhuma ideia de unidade, nem mesmo dentro dos grupos que eram conhecidos pela cultura latina e cristã como anglos, saxões e jutos. Também não se sabe ao certo quais eram as identidades destes povos antes da travessia em direção a Grã-Bretanha, já que a maior parte das denominações atribuídas a eles ou descrições sobre eles são provenientes dos relatos produzidos pela cultura latina e pelos cronistas do quinto século<sup>2</sup>, não podendo ser encarados como fontes que conseguem captar como estes povos se viam e se entendiam neste período que antecede sua migração.

A unificação cultural e a noção de uma identidade em comum só foram forjadas após a migração para ilha, sendo constituídas durante os séculos subsequentes<sup>3</sup>, sendo que fontes como a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* de Beda, podem ser vistas como testemunhos da elaboração de tal identidade. Para se explicar mais diretamente, foi na *Historia Ecclesiastica* que pode ser constatada em um grande relato escrito a noção de que todas as populações genericamente denominadas como anglo-saxãs, constituiriam um único povo, com uma única identidade. Na prática, a obra de Beda pode ser entendida como um dos elementos de construção ativa desta identidade, sendo esta fundamentada principalmente na comparação com elementos encontrados no Velho Testamento e na tradição cristã.

Antes de tudo, é importante explicitar o contexto em que Beda, o Venerável, escreveu sua *Historia*. Nascido na Northumbria, provavelmente no ano de 673, se tornou um importante clérigo, estudioso de diversas áreas, como teologia, gramática, métrica e cronologia. Passou a maior parte de sua vida nos mosteiros de São Pedro, em Monkwearmouth, e de São Paulo, em Jarrow. Produziu em sua posteridade a *Historia Ecclesiastica*, que ficaria sendo sua obra mais conhecida. Beda possuía estreitas relações com o Ceolwulf, rei da Northumbria na época, tendo dedicado a *Historia* a ele. O próprio reino da Northumbria naquela época passava por um período de consolidação, tendo sido unificado e cristianizado durante o início do século sétimo pelo rei e santo Oswald, cujo relato da vida e dos milagres, esta incluso na própria obra de Beda. Foi exatamente durante o século VII que muitos mosteiros foram construídos na Northumbria e em outros reinos anglo-saxônicos possibilitando a produção de uma série de obras como a *Historia Ecclesiastica* que se tornariam importantes marcos para a consolidação da identidade destes reinos nascentes e para a legitimação de seu poderio e de seus reis. As comparações entre povos e reis da contemporaneidade dos autores cristãos com povos e reis do Velho Testamento são recursos comuns de legitimação do exercício do poder e da autoridade das lideranças políticas durante a alta idade média.

Um dos elementos mais presentes no primeiro livro da *Historia Ecclesiastica*, é a construção da ideia de que os Anglos são um povo eleito assim como o povo de Israel no Velho Testamento<sup>4</sup>.

1 HAMEROW, Helena. *The earliest Anglo-Saxon kingdoms*. In: *New Cambridge Medieval History, Vol. I*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.268.

2 HAMEROW, *The earliest Anglo-Saxon kingdoms*, p.268-269.

3 HAMEROW, *The earliest Anglo-Saxon kingdoms*, p.268-269.

4 CADWELL, Samuel. *'The People whom the foreknew': the english as a chosen people in Bede's Historia Ecclesiastica*. In: *Journal*

Durante o capítulo XV da obra, Beda relata que os Anglos foram escolhidos por Deus, apesar de ainda pagãos, para punir os Bretões por sua heresia, sua falta fé e sua imersão em pecados, assim como os Caldeus foram escolhidos por Deus como agentes de sua ira divina para punir o povo de Israel:

At first, they obliged them to furnish a greater quantity of provisions; and, seeking an occasion to quarrel, protested, that unless more plentiful supplies were brought them, they would break the confederacy, and ravage all the island; nor were they backward in putting their threats in execution. In short, the fire kindled by the hands of these pagans proved God's just revenge for the crimes of the people; not unlike that which, being once lighted by the Chaldeans, consumed the walls and city of Jerusalem.<sup>5</sup>

Outro elemento importantíssimo é o relato da invasão da ilha como um mito fundador que é acompanhado pela narrativa da travessia do mar, outro elemento presente no Velho Testamento, mais precisamente no Êxodo. Outro relato que certamente faz parte da construção desta ideia do povo Anglo como o povo eleito, esta presente no início do segundo livro da *Historia Ecclesiastica*, no trecho onde Beda relata o avistamento de duas crianças de origem Anglo-Saxônica em um mercado de escravos pelo papa Gregório Magno, que teria confundido elas com anjos, fazendo um trocadilho com a palavra “Anglos”<sup>6</sup>:

He therefore again asked, what was the name of that nation? and was answered, that they were called Angles. "Right," said he, for they have an Angelic face, and it becomes such to be co-heirs with the Angels in heaven.<sup>7</sup>

Este próprio relato do avistamento destas crianças não foi citado pela primeira vez pelo próprio Beda, podendo ser remetido a monges de Deira do início do século sétimo<sup>8</sup>, o que implica que estes clérigos já possuíam a noção de pertencimento a um povo maior já nesta época. O próprio uso da palavra *Angli*, parece ser preferido por Beda devido à relação que ela carrega com o papa Gregório<sup>9</sup>.

Por outro lado, durante o século VII e o início do século VIII, as identidades locais de cada reino parecem ser consideravelmente mais fortes entre as elites e aqueles que possuíam relações com elas, do que a identidade geral anglo-saxã<sup>10</sup>. Durante a centena de anos que precedeu a elaboração da *Historia Ecclesiastica*, os diversos reinos não só passaram por um processo de consolidação e absorção de outros reinos menores, como também de intensos conflitos entre eles, que envolveram uma instabilidade política considerável. Nestes conflitos, alianças com outros povos que não se

---

of the Australian Early Medieval Association, Vol. 11. Victoria: Australian Early Medieval Association, 2015.

5 BEDA. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, Vol I, Cap XV.

6 FOOT, Sarah. The Making of Angelcynn: English Identity before the Norman Conquest. *Transactions of the Royal Historical Society*, Vol. 6. London: Royal Historical Society, 1996, p.43.

7 BEDA. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, Vol II, Cap I.

8 THACKER, Alan. *England in Seventh Century*. In: *New Cambridge Medieval History, Vol. I*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.470.

9 THACKER, *England in Seventh Century*, p.470.

10 THACKER, *England in Seventh Century*, p.470.

incluíam sob a identidade anglo-saxônica, ou até mesmo entre povos cristãos e não cristãos eram frequentes, o que demonstra que a identidade anglo-saxônica geral não era forte o suficiente no século sétimo para que alianças de um reino anglo-saxão com britânicos contra outro reino anglo-saxônico fossem impedidas. Um exemplo importante de tais alianças foi a frente formada por Penda da Mércia, pagão e anglo-saxônico, juntamente com Cadwallon de Gwynedd, cristão e britânico, contra o rei cristão e anglo-saxônico da Northumbria, Edwin<sup>11</sup>. Tal aliança parece demonstrar que durante o século VII a existência de uma identidade anglo-saxônica era bastante incipiente, sendo bastante secundária em relação às identidades locais dos reinos.

Assim como nas alianças, a imposição da cobrança de tributos também não possuía preferência em relação à quais unidades políticas seriam submetidas, sejam elas britânicas, sejam elas anglo-saxônicas. A Northumbria, por exemplo, na metade do século VII, após a morte do rei pagão Penda, submeteu seu filho Peada ao pagamento de tributos, assim como submetia alguns dos pictos e de alguns irlandeses<sup>12</sup>. No instável arranjo político entre os reinos anglo-saxônicos do sétimo século, geralmente os reinos mais poderosos submetiam os menores ao pagamento de tributos, apesar de que esta hegemonia geralmente não se mantinha por muito tempo, graças aos muitos reveses políticos a que os reinos estavam sujeitos. No início do século VII a hegemonia entre os reinos era exercida por Kent, passando por volta de 620 para a Anglia Oriental. Já nas décadas seguintes ela passou a ser disputada pela Mércia e pela Northumbria mais ao norte. Beda cita em sua *Historia* uma série de sete reis que possuiriam *imperium*, ou seja, que eram dominantes e recebiam tributos de reis menores, sejam eles anglo-saxônicos ou celtas. Tal enumeração realizada por Beda parece ser a antecessora do termo *bretwalda*, presente em fontes posteriores, como a Crônica Anglo-Saxônica, que é datada do século IX. Dentre os sete reis citados por Beda não se encontra nenhum rei da Mércia, o que pode ser explicado pelo fator de que este reino era o maior rival dos monarcas northumbrianos como Ceolwulf, rei para quem Beda dedicou a *Historia Ecclesiastica*. Esta hegemonia também parecia se estender sobre territórios britânicos, como é o caso das regiões que Wessex dominou na segunda metade do século VII, além das já citadas regiões ocupadas por pictos e irlandeses que eram tributárias da Northumbria na metade do século.

Um elemento importante a se problematizar é a própria constituição destes povos denominados anglo-saxões. Além das origens continentais distintas, evidências arqueológicas apontam que diversas populações de origem britânica foram assimiladas pela cultura anglo-saxônica<sup>13</sup>, passando a utilizar sua língua, seus rituais funerários e seus costumes. Tal adoção da cultura anglo-saxônica pelos britânicos parece ser explicada pelo fator de que o britânico era muitas vezes marginalizado na sociedade anglo-saxônica, podendo ser rebaixado à categoria de *wealh*, posição análoga à de servidão dentro desta sociedade<sup>14</sup>. A adoção de costumes anglo-saxões poderia permitir aos britânicos

11 THACKER, *England in Seventh Century*, p.465.

12 THACKER, *England in Seventh Century*, p.466.

13 HAMEROW, *The earliest Anglo-Saxon kingdoms*.

14 HAMEROW, *The earliest Anglo-Saxon kingdoms*, p.265.

posições melhores na sociedade, como a de *ceorl*, o equivalente a homem-livre. Sobre a relação de pertencimento e lealdade das posições como os *wealþ* e os *ceorl* em relação às elites, pode ser citado o relato de Beda<sup>15</sup> sobre um jovem chamado Imma, pertencente à pequena elite guerreira, sendo seus membros denominados como *thegn*. Imma teria matado aristocratas rivais durante a batalha de Trent, onde teria lutado pelo lado northumbriano, mas tendo sido capturado pelos mercianos quando estes ganharam a batalha. Imma então se fez passar por um camponês pobre que levava comida aos *militēs* northumbrianos, se livrando assim da condenação à morte por ter matado membros da elite merciana durante a batalha. Outra história que pode ser citada sobre a questão do pertencimento dos estratos sociais médios e inferiores em relação às elites é a narrativa presente em uma *vita* anônima do Papa Gregório, do traslado do corpo do rei northumbriano Edwin de Hatfield Chase onde ele havia sido morto até o mosteiro de Withby, que havia sido intermediado por um mosteiro, um padre e um *ceorl*<sup>16</sup>. Estas histórias parecem indicar que um *wealþ* ou um camponês pobre não possuíam laços muito fortes com as elites locais, enquanto um *ceorl* se via envolvido o suficiente para auxiliar no traslado do corpo do rei<sup>17</sup>.

Voltando a questão da noção de povo eleito dentro da *Historia Ecclesiastica*, Beda narra<sup>18</sup> que, por inspiração divina, o papa Gregório Magno enviou uma missão encabeçada por Agostinho juntamente com outros monges para o reino de Kent, que era na época governado por Æthelberht, casado com Bertha, que era cristã e de origem merovíngia. A missão de Agostinho, que tinha como finalidade pregar a palavra de Deus para os anglo-saxões foi bem sucedida, com Æthelberht se convertendo ao cristianismo e permitindo que Agostinho fundasse a diocese da Cantuária e a partir de então passa a receber novos missionários do continente e envia-los para diversas partes da ilha. *Æthelberht também auxiliou Agostinho a reconstruir igrejas e a erguer monastérios, consolidando o cristianismo em seu reino. Porém, depois de sua morte e da morte de seu herdeiro, Saberht, os seus sucessores “restauraram a idolatria”*<sup>19</sup>, fazendo com que as pessoas do reino retornassem a “perversidade”. O reino de Kent então se dividiu politicamente e na década de 620 a hegemonia passou para o reino da Anglia Oriental<sup>20</sup> e mais posteriormente também para a Northumbria.

Segundo Samuel Cardwell, Beda considera que o status de povo eleito é condicional à fé deste povo em Deus<sup>21</sup>, sendo que os britânicos seriam o grande exemplo de um povo que teria se afastado de Cristo, trocando a fé pela heresia e conseqüentemente perdendo esse status, sendo substituídos pelos anglo-saxões. Segundo Alan Tacker<sup>22</sup>, Beda estaria argumentando na *Historia*

15 THACKER, *England in Seventh Century*, p.471.

16 THACKER, *England in Seventh Century*, p.470-471.

17 THACKER, *England in Seventh Century*, p.471.

18 BEDA. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, Vol I, Cap XXIII.

19 BEDA. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, Vol II, Cap V.

20 THACKER, *England in Seventh Century*, p.464-465.

21 CADWELL, *The People whom the foreknew*, p.42.

22 THACKER, *England in Seventh Century*, p.462.

*Ecclesiastica*, que os próprios Northumbrianos estariam se desviando de seu caminho e precisariam ser lembrados de seu passado glorioso para manterem seu status como povo eleito. Os britânicos estariam sendo usados como exemplo a não ser seguido, enquanto os próprios northumbrianos do passado, como Oswald, seriam referências importantes sobre como os anglo-saxões deveriam proceder em relação à fé.

A grande importância de Beda foi ter dado ao significante “anglo”, um significado mais profundo de identidade, unificando povos de diversas origens distintas, mas que eram relativamente próximos linguisticamente, em uma única *gens* através da fé cristã.<sup>23</sup> Toda a narrativa de Beda envolvendo a ideia de povo eleito que substituiu os britânicos e que se aproximou de deus através das conversões que foram possibilitadas por missionários como Agostinho e seus companheiros da missão gregoriana coloca a diocese da Cantuária como um local de partida para a conversão de todos os denominados anglo-saxões. Isso deu a ideia de “anglicidade” uma carga profunda que é demonstrada por Beda quando ele narra que foi a Igreja a responsável por forjar o pacto entre os anglo-saxões e Deus, assim como o pacto realizado entre este e o povo de Israel.<sup>24</sup> Tal ideia de povo eleito construída por Beda e baseada na fé, serve como base para a construção de uma identidade que transcende os primeiros reinos e suas identidades locais baseadas nas elites.

A listagem de reis com *imperium*, presente em Beda, produzida nas primeiras décadas do século VIII, não parece indicar por si só a presença de uma identidade em comum entre os povos anglo-saxônicos, mas juntamente com a narrativa construída ao redor da ideia dos anglo-saxões, ou mais precisamente os northumbrianos, serem um povo eleito, parece demonstrar uma aspiração por unidade por parte dos intelectuais da igreja anglo-saxônica e de certos elementos da elite. A fé cristã e o objetivo da Igreja da Cantuária de se manter unida parecem ter sido outros elementos cruciais para o processo de elaboração desta identidade que transcende os reinos durante o século oitavo, que culmina no século seguinte com a produção da Crônica Anglo-Saxônica e com o início da efetivação de um projeto de unificação por parte do reino de Wessex.

Em síntese, podemos traçar um cenário sobre como a identidade anglo-saxônica se aperfeiçoou ao longo dos séculos, traçando sua origem às desconhecidas identidades tribais existentes no continente e nas denominações “anglos”, “saxões” e “jutos”, presentes na cultura latina e usadas pelos cronistas no quinto século. No século sexto se dá um processo de formação das primeiras unidades políticas e a formação de suas próprias identidades. No século sétimo, com a chegada da missão gregoriana liderada por Agostinho, começa um processo de elaboração de uma identidade que abrangeria todos aqueles povos com um idioma em comum e que se converteriam à fé cristã nas décadas subsequentes. A formação das hegemonias dos reinos de Kent, Anglia Oriental, Mércia, Northumbria e mais tardiamente Wessex, cada vez mais com o passar do tempo se parece cada vez menos com a realização de aspirações de hegemonia regional e cada vez mais com projetos

23 FOOT, The Making of Angelcynn.

24 FOOT, The Making of Angelcynn, p.38.



de unificação. Durante o século VIII, a ideia de um único povo se torna fortalecida a partir da *Historia Ecclesiastica* de Beda, colocando ênfase na questão de uma igreja, uma fé e um povo, traduzindo já uma aspiração por unidade política destes povos. Posteriormente, já no século IX, já com a produção da Crônica Anglo-Saxônica, tal identidade já se torna suficientemente difundida, sendo ainda mais reforçada graças às invasões dinamarquesas, que enfraqueceram a Northumbria e a Mércia, os principais rivais de Wessex no processo de unificação *dos povos anglo-saxônicos*.

## Reflexões sobre História Medieval e Literatura de Viagem

**Eduardo Leite Lisboa**

Graduando em História

Universidade Estadual de Ponta Grossa

E-mail: [eduardolisboa.his@gmail.com](mailto:eduardolisboa.his@gmail.com)

### Resumo

Talvez não seria exagerado dizer que o grande resultado da articulação entre História e Literatura seja o acesso privilegiado ao imaginário de determinado período. De igual maneira não teríamos novidade em afirmar que neste quesito a Idade Média era por excelência fantástica e maravilhosa. As narrativas de viagens nela produzida, por exemplo, estão repletas de sensibilidades muito caras à Cristandade ocidental, que, por inúmeras razões, verdadeiramente animou e colocou seus espíritos em movimento. Este gênero, todavia, parece-me estar sendo mais resgatado pela historiografia do que pelos estudos literários propriamente dito. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso tenho contactado com estas discussões e desenvolvido alguns pensamentos dentro da ótica das mentalidades e de sua permanência no Renascimento, visando discutir preconceitos históricos. Dessa forma, o objetivo da comunicação consiste em compartilhar estas reflexões ainda em processo, principalmente no que diz respeito à literatura de viagem enquanto fonte para o historiador interessado no longo e duradouro imaginário medieval.

**Palavras-chave:** História medieval, literatura de viagem, imaginário.

Sendo a viagem uma prática humana fundamental desde os primórdios, seus escritos sempre possuíram diversas serventias: dar a conhecer o mundo, relatar sobre povos e lugares desconhecidos, descrever melhores rotas, administrar domínios, transcender espiritualmente, etc. Sabendo disso, proponho pensar as características desta modalidade narrativa durante o período Medieval, partindo do pressuposto que a literatura é, para o historiador, fonte privilegiada de acesso ao imaginário<sup>1</sup> e sem esquecer que

Tal como a palavra “mentalidade”, a palavra “imaginário” apresenta-se com um certo halo de indefinição que lhe confere uma parte do seu valor epistemológico, já que assim nos permite atravessar fronteiras e escapar às compartimentações. É um conceito libertador, um instrumento que abre portas e janelas e nos leva a outras realidades, mascaradas pelos rótulos convencionais das preguiçosas divisões da história.<sup>2</sup>

1 PESAVENTO, Sandra. História & Literatura: uma velha nova história. In: COSTA, Cléria; MACHADO, Maria. História e Literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. X.

2 LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa. Editorial Estampa, 1994, p. 31.

Ligia Chiapianni recorda que desde o Círculo Linguístico de Praga (1928-1939) a tarefa da história literária complica-se, pois, para explicar “por que se fala” e “por que se fala daquilo que fala”, devemos relacionar o texto com a história política, social, econômica e cultural, sua relação com a tradição e literatura do seu tempo<sup>3</sup>. Ou seja, aquilo que Roger Chartier chama de materiais e matrizes da criação estética ou formas de apropriações das obras do passado na invenção literária<sup>4</sup>; tornando-se impossível desabrigar-nos daquela arquitetura que o tempo pouco deteriora:

[...] os quadros mentais mais resistentes aos movimentos, estas “prisões de longa duração” de que fala Fernand Braudel, que durante séculos determinam, geração após geração, as atitudes profundas e as condutas dos indivíduos. Herança cultural – pressão, por exemplo, que exercem os “autores”, os “clássicos”, as exemplares obras-primas –, sistemas do mundo e crenças – representações religiosas –, modelos de comportamento, virtudes, tais como o patriotismo ou a honra.<sup>5</sup>

Com esse breve aporte teórico-metodológico como chave de leitura, podemos avançar. Desde a aurora do Medievo encontramos relatos de viagens, sobretudo em função da missionação ao centro-norte da Europa continental e insular. Na Antiguidade Tardia, porém, destaca-se São Brandão (sécs. V-VI), abade irlandês que entrou para a história sobretudo pela *Navigatio Sancti Brendani*, onde desbravou o Atlântico junto de outros clérigos para encontrar a Ilha das Delícias. O monge navegador influenciou de tal maneira o imaginário de seus contemporâneos que desde então foi lido e interpretado como um relato verídico até o Paraíso Terreal: uma viagem que pouco a pouco se foi identificando com as Canárias e veio juntar-se a um *continuum* cultural que desde a época Antiga situava no arquipélago as Ilhas Afortunadas<sup>6</sup>, ideia, aliás, perpetuada por Isidoro de Sevilha (sécs. VI-VII), autor mais lido durante a Alta Idade Média. As implicações desse manuscrito veremos mais adiante.

Todavia, é a partir do século XII que tal gênero avultará juntamente com a intensificação do comércio e início das Cruzadas, sendo a ascensão do Império Mongol (1214) e sua tolerância com o cristianismo fatores fundamentais para a abertura do Oriente aos ocidentais, fazendo com que vários peregrinos, cavaleiros, emissários papais, comerciantes e aventureiros para lá fossem e registrassem suas experiências. Além de seus utensílios e mantimentos, ao preparem-se, os viajantes também levavam consigo uma bagagem muito mais pesada. Maria Amorim sintetizou-a de maneira magistral em uma capital coletânea de estudos bibliográficos sobre o assunto:

Conforme se alargavam os horizontes do espaço geográfico, tornando as terras longínquas mais conhecidas, também aumentava o fascínio pelas coisas maravilhosas que albergavam. Tudo o que de insólito, invulgar, ou estranho contivesse a natureza, o homem dessas paragens, mais aguçava a curiosidade e o espanto. Aquele mundo parecia um outro mundo, um lugar onde tudo era o reverso do cognoscível,

3 CHIAPINNI, Ligia. Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. *Literatura e Sociedade*, v. 1, n. 5, 2000. p. 26.

4 CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2000. p. 197-198.

5 DUBY, Georges. *Para uma história das mentalidades*. Lisboa: Terramar, 1999, p. 39-40.

6 LOPES, Paulo. *O Medo do Mar nos Descobrimientos*: representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média. Lisboa: Tribuna, 2009, p. 140-141.

o outro lado do espelho, o *alter mundus*. Um sistema de representações do “diferente” começou a marcar lugar no referencial dos Ocidentais, num processo que não se pode considerar totalmente novo, uma vez que essas categorias de significação, quer antropológicas, quer naturais ou espirituais, já se encontravam muitas vezes no seu universo mítico. O homem medievo possuía definições e quadros de entendimento apriorísticos, e, por vezes, o que o deslumbrava era também o corolário de uma rede subtil, mas reveladora de muitas permanências das antigas culturas da Antiguidade e das autoridades, sobretudo religiosas, do período medieval. Pouco importava, para o efeito, se as viagens eram reais ou imaginárias, se o autor era o próprio protagonista da experiência ou, apenas, um simples coletor de notícias, de relatos orais, de narrativas, de relatos bíblicos, de fisiólogos, bestiários, romances de cavalaria, tratados de astronomia, ou qualquer espécie de informes. [...] O itinerário podia reproduzir os anteriores, com uma ou outra variação, o escriba ser detentor de pior ou melhor estilo literário, ter, ou não, percorrido os lugares que bordejavam o Paraíso Terreal, o Reino do Preste João, as moradas das raças monstruosas, os vales do Demônio, as terras e Gog e Magog. Importante era o efeito produzido, o avolumar de maravilhas, o crescer em espanto.<sup>7</sup>

Portanto, a demanda da viagem muitas vezes – quando não *necessariamente* – eram as maravilhas. Por mais que difícil de se conceituar precisamente, as raízes de *mirabilia* estão em *mirari*, verbo latino para olhar, deslumbrar; uma admiração pelo extraordinário<sup>8</sup>. “O fato de, nas terras distantes, as coisas serem totalmente diferentes das nossas é uma das características mais importantes (e mais procuradas) da viagem”<sup>9</sup>.

Sabendo disso, compreendemos melhor Marco Polo, que nasceu em meados do século XIII e morreu no primeiro quarto do XIV, ou seja, viveu o epicentro deste contexto. O famoso mercador veneziano trabalhou como embaixador da corte mongol de Klubai Khan descrevendo riquezas e informando ao imperador sobre os territórios que visitara. Legou-nos seu *Livro das Maravilhas* onde relata o deslumbramento gerado pela imensa quantidade de pedras preciosas, luxuosos palácios e diferentes costumes locais. Levando consigo as referências de seu tempo, estava imbuído da cartografia e lendas Antigas, do Oriente como berço das mais *ricas terras e monstros* – atentando-se ao real graças à função administrativa que cumpria, confirmou ao Ocidente este primeiro elemento, das ricas terras; em se tratando do segundo, os monstros, temos o célebre episódio de seu encontro com o bíblico (Salmos 22:21) unicórnio (ou rinoceronte?): “É um bicho muito feio de se ver. Assim, não são como vemos e imaginamos, que dizem que se deixam prender à donzela, mas diríeis que são em tudo o contrário do que gostaríamos que fosse”<sup>10</sup>. Sobre isso, válido mencionar que os bestiários medievais derivam do *Physiologus* grego (séc. III), uma coletânea de antigas tradições gregas, romanas, egípcias, hebraicas e indianas acerca do mundo natural; porém, cristianizadas para serem pedagógicas.

7 AMORIM, Maria. Viagem e mirabilia: monstros, espantos e prodígios. In: CRISTÓVÃO, Fernando. (org.). *Condições culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Universidade de Lisboa: Edições Cosmos/Centro de Literatura de Expressão Portuguesa, 1999, p. 132-133.

8 LE GOFF. *O imaginário medieval*, p. 46.

9 KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994., p. 63.

10 POLO apud AMORIM, *Viagem e mirabilia*, p. 150-151.

O maravilhoso se apóia no desconhecimento e na falta de hábito. Mas não exige a concordância entre o objeto e o narrado. Importa menos se o rinoceronte e o unicórnio são o mesmo animal do que se a descrição do animal rinoceronte dá vida a um objeto original, elusivo, que adquire autonomia de seu criador, que será reconhecido e perseguido.<sup>11</sup>

Os relatos de viagens imaginárias foram igualmente importantes neste tempo. Sir John de Mandeville comprova isso com sua *Viagem* (c. 1356), afinal, hoje sabemos que esta obra é praticamente um aglomerado de outras narrativas medievais, livros de história, tratados científicos e literatura religiosa. Este autor, diferentemente de Polo, ia atrás do fabuloso, relatando inúmeras raças monstruosas, fontes da juventude e rios gigantes ao Éden, *maravilha das maravilhas*. É importante ter claro que a credibilidade desses relatos não residia na veracidade, até porque para os medievais tudo isso já era real, estando confirmado pelos Antigos, Bíblia e autoridades da Igreja; porém, para legitimar seu percurso narrativo, Mandeville cita no prólogo de seu segundo livro das *Viagens* o livro VII de Plínio-o-Velho, o livro XI, capítulo III, das *Etimologias* de Isidoro de Sevilha e, ainda, a *Crônica Mundi*.

Testemunho e lenda confundem-se nos relatos de viagens de fins da Idade Média. A inexistência de um método crítico que questionasse a produção do conhecimento histórico-científico apagava as fronteiras que hoje separam a história da ficção. Os anacronismos eram muitos, personagens reais e míticos se entrecruzavam, árvores genealógicas desembocavam em emblemas totêmicos, a narração histórica resvalava para a crônica moralizante. A mescla da observação pessoal e da intercalação fabulosa engrossava as páginas dos manuscritos. Mas a conjunção do testemunho da experiência e do lendário, que frequentemente contamina o próprio texto, obedece a causas mais complexas que a ingenuidade de uma época ou a submissão a uma tradição literária estabelecida. Certamente, esta combinação não resultava da inocência do escritor, embora demonstrasse um desconhecimento alarmante do mundo por parte do receptor. É em seu entroncamento com o desejado pelo leitor ou ouvinte que devemos buscar a causa profunda do êxito da fórmula narrativa que funde informação e anedota. De outro modo não teria prevalecido. Assim, como a regularidade e a repetição suscitam o desejo do imprevisível, a monotonia gera a esperança do extraordinário e do admirável. A fim de participar da ilusão dos contrários, o leitor transfere a experiência pessoal do viajante para seus próprios desejos de aventura. Tende, desse modo, a se colocar à margem da mediocridade de sua própria sociedade, apagar sua realidade imediata, a tornar exequível o inalcançável e a compensar suas frustrações cotidianas. Sente-se único fantasiando ser um outro diferente; emociona-se como o protagonista de uma expedição incomum; acredita renovar-se com seu desterro ficcional. Sintomaticamente, apenas no remoto visualiza uma alteridade espetacular. E junto à reprodução dos estereótipos insere-se o novo no código do fantástico convencional.<sup>12</sup>

Claro está que a recepção destes relatos foi vasta, e as razões disso estão justamente no cansaço da trivialidade cotidiana da Europa Ocidental. A obra de nosso cavaleiro, por exemplo, contou

11 GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o novo mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 14.

12 GIUCCI. *Viajantes do maravilhoso*, p. 87-88.

com mais de trezentos manuscritos em dez línguas (francês, inglês, latim, alemão, neerlandês, dinamarquês, tcheco, italiano, espanhol, irlandês) e noventa edições até 1600<sup>13</sup>. No célebre estudo de Ginzburg é-nos trazido que a *Viagem* figurava entre os livros do moleiro Menocchio, denunciando tamanha popularidade. E o mercado editorial não deixa por menos:

Do simples título de *Viagens* (1356), na primeira edição do livro de Mandeville, desembocamos – de acordo com a edição espanhola de 1521 – no sugestivo *Juan de Mandeville. Libro de las maravillas del mundo y del viaje de la Tierra Sancta de Jerusalem y de todas las provincias y ciudades de las Indias, de todos los hombres monstruos que hay por el mundo. Con otras muchas admirables cosas*. A reformulação do título, foco através do qual se percebe a totalidade do relato, não só releva a integração desta às convenções literárias como também indica a participação de uma variável de grande influência no processo de difusão do arquétipo do maravilhoso: o mercado. Ao título acima mencionado, e aos ciápodos, cinocéfalos e epistígios representados na capa, soma-se um intrigante “Quem quiser muitas coisas do mundo saber. Compre este livro e saberá coisas de que se espantará”. Quem escreve “compre” pensa em venda, propaganda, criação de entusiasmos, manipulação social das imagens, curiosidade pelo desconhecido, desejo de aventura. Esse desejo de aventura constitui, além da suposta crença na realidade fantástica narrada pelo texto, a base real do interesses suscitado pelos relatos de viajantes.<sup>14</sup>

Torna-se compreensível, dessa forma, o uso de tais autores durante a Expansão Ibérica: eram extremamente consumidos na península. Com a chegada da dinastia Ming na China em 1368 e conversão dos mongóis ao islamismo neste mesmo século, o Oriente fechou-se. Agora, como sariar a sede de notícias dos já deslumbrados europeus? Em grande resumo, era hora de buscar novas rotas para a Ásia e ir ao encontro das recônditas África e América, receptáculos do maravilhoso medieval. Vamos a alguns exemplos.

Polo e Mandeville relataram sobre mitológico reino de Preste João, que surgiu no contexto das cruzadas através de uma carta exortando os cristãos a lutarem contra seus vizinhos muçulmanos. O veneziano traz este mitológico rei cristão do século XII/XIII em conflito com o Grande Khan na Ásia, enquanto que nosso cavaleiro localiza-o na Etiópia, relatando sua riqueza material e espiritual, bem como seus habitantes fantásticos (tudo fruto de sua proximidade com o Paraíso). Umberto Eco fala-nos que “por volta da metade do século XIV, o reino do Preste João vai se deslocar de um Oriente impreciso para a África, [certamente encorajando] a exploração e a conquista do continente”<sup>15</sup>. Vejamos sua aparição no diário de Vasco da Gama:

Disseram-nos que o Preste João estava dali perto, e que tinha muitas cidades ao longo do mar, e que os moradores delas eram grandes moradores e tinham grandes naus; mas que o Preste João estava muito dentro pelo sertão, e que não podíamos lá ir senão em camelos.<sup>16</sup>

13 KAPPLER. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*, p. 59.

14 GIUCCI. *Viajantes do maravilhoso*, p. 88.

15 ECO, Umberto. *História das Terras e Lugares Lendários*. São Paulo: Record, 2013, p. 103.

16 VELHO, Álvaro. *O descobrimento das índias: O diário da viagem de Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998, p. 57.



Lima de Freitas recorda que em 1514 um armênio apresenta-se a D. Manuel I como um emissário deste Preste João. Após tal encontro, o monarca português enviou uma embaixada à Etiópia que lá chegou apenas 7 anos depois, em um território dividido entre cristãos, muçulmanos e somalis. Após combaterem os mouros, Cristóvão da Gama (filho de Vasco) e centenas de outros soldados morreram, ajudando um rei inexistente<sup>17</sup>.

Retomando o santo navegante, 120 foram os manuscritos da *Navigatio* chegados até nós (o manuscrito mais antigo remonta ao século IX!) e sua influência é tamanha que do século XIV até o XVIII as ilhas relatadas estão em muitas das cartografias mais famosas (de Angelino Dulcert, Pizigani, Beccario, André Bianco, Benincasa, Globo de Martin Behaim, etc.). Ao conquistarem Madeira (1423), Canárias (1424), Açores (1432) e Cabo Verde (1456-8), os lusos inserem-nas ao grupo das Ilhas Afortunadas, pois, para além de encontrar novas rotas ao Oriente, tal qual Colombo, Vespúcio e Magalhães no século XVI, buscaram-nas. Guillaume de L'Isle em 1707 representou-a na sua *Carte de la Barbarie, de la Nigritie, et de la Guinée* a fabulosa ilha de São Brandão a Ocidente das Canárias, denunciando sua forte presença ainda nos Setecentos.

### Considerações finais

Trouxe nas – breves – linhas acima apenas alguns exemplos de literatura de viagem no período medieval, sendo algo facilmente alargável quando pensamos nos romances de cavalaria, relatos de peregrinação, narrativas de transcendência espiritual, crônicas, biografias, trovas, etc. Porém, São Brandão, Marco Polo, John of Mandeville e Vasco da Gama cumprem minha intenção em demonstrar esta modalidade literária como fonte para o historiador interessado no longo e duradouro imaginário medieval.

Amarrando Le Goff e Duby citados logo no início, as preguiçosas divisões da história muitas vezes não obedecem àquilo de mais persistente no espírito humano. Quando Amorim explicita os quadros de entendimento apriorísticos dos viajantes rumo ao Oriente, por exemplo, estamos diante da ótica de leitura privilegiada sobre isto: a grande duração de uma permanência cultural. Vejamos em apenas dois autores: os enciclopedistas Plínio-o-Velho e Isidoro de Sevilha estão ligados de maneira umbilical, afinal, a *História Natural* do primeiro é referência para as *Etimologias* do segundo e ambos procuram fazer um grande compêndio dos saberes clássicos. Dessa forma, quebra-se com a ideia de uma intelectualidade estagnada, de uma Idade das Trevas, com o entendimento de “reavivar dos clássicos” gestado no dito Renascimento Cultural do século XV e XVI. Naturalmente, outros temas dão conta desse assunto, como é o caso da Filosofia, estudos universitários e bestiários, porém, cabe sublinhar que a matriz germânica e cultura popular também são fundantes do imaginário que perpassa as viagens e a vida intelectual na Idade Média.

17 FREITAS, Lima de. *Porto do Graak*. A Riqueza Ocultada da Tradição Mítico-Espiritual Portuguesa. Lisboa: Ésquilo, 2006, p. 41.

Dessa forma, a literatura de viagem do medievo rompe com a cronologia tradicional imposta a esse período. Suas influências remontam a tempos muito mais distantes que o século V e, de igual maneira, reverbera em centúrias muito posteriores ao XV, como tentei esboçar. Concluo, portanto, que ricos estudos são possíveis de serem feitos a partir desses escritos, sobretudo na intencionalidade de discutir preconceitos históricos: o período estagnado entre duas Eras brilhantes, na verdade, foi de sobrevivência e perpetuação em relação a ambas.

## Caráter autoral e construção de sentidos na *Legenda aurea*

André Rocha de Oliveira<sup>1</sup>  
andrero1898@gmail.com

### Resumo

A *Legenda aurea* é um compêndio de relatos sobre Vidas de santos e festas litúrgicas organizado pelo frade dominicano Jacopo de Varazze na segunda metade do século XIII. Ela foi uma das principais obras hagiográficas produzidas no período medieval, tendo sido sucessivamente copiada e traduzida para as línguas vernáculas. Deste modo, chegou à Inglaterra, França, Áustria, Alemanha, regiões do leste europeu, além da própria península itálica, onde o êxito foi imediato. Desta forma, a *Legenda aurea* alcançou os mais diferentes ouvintes e leitores, seja por meio da leitura – silenciosa ou em voz alta –, seja por meio das pregações, para as quais o legendário foi utilizado como fonte pelos frades e integrantes do clero em geral.

A obra do frade genovês pertence à modalidade de legendário conhecida como *legenda noua*, que se caracteriza pela presença de intervenções do compilador nos textos originais reunidos. Essas ações atribuem ao responsável certo caráter autoral, pois indicam que sua participação vai além da mera compilação de manuscritos. Elas constituem procedimentos que chegam até mesmo à reelaboração textual do escrito a ser inserido no legendário. Isto é, desde que não rompa com a tradição textual medieval, que preconiza o respeito às autoridades do passado. Neste sentido, na presente comunicação colocaremos em relevo três manifestações nas quais é possível identificar intervenções que podemos considerar autorais na *Legenda aurea*. São elas: a primazia pelas legendas antigas; a tipologia de santo privilegiada, e as modalidades de milagres mais comumente escolhidas.

Pretendemos com isso, em nossa comunicação, verificar como foi realizada a construção – ou transformação – de sentidos no legendário. Para, em seguida, voltarmos nossas atenções para o objetivo da manipulação de sentidos nos textos da *Legenda aurea*. Adotamos como hipótese que essas ações praticadas nos textos serviam ao propósito propagandístico da obra de Jacopo de Varazze em prol da implantação do *regime de verdade* almejado pelas autoridades eclesásticas.

**Palavras-chave:** Legenda aurea, caráter autoral, construção de sentidos.

1 Mestrando com bolsa Capes pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada e integrante do Programa de Estudos Medievais, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## Introdução

A *Legenda aurea* é um compêndio de relatos sobre Vidas de santos e festividades cristãs organizado pelo frade dominicano Jacopo de Varazze na segunda metade do século XIII. Com cento e setenta e cinco capítulos,<sup>2</sup> dos quais a maioria absoluta é dedicada às *Vitae* – cento e cinquenta e três legendas –, o legendário contempla mártires, apóstolos, bispos, papas, eremitas, monges e reclusos dispostos nos tempos do Desvio, da Renovação, da Reconciliação e da Peregrinação, segundo o prólogo. Ela é uma das principais obras hagiográficas produzidas no período medieval.

Pertencente à modalidade de legendário conhecida como *legenda noua*, o compêndio se caracteriza pela presença de intervenções do compilador tanto nos textos originais reunidos, quanto na obra como um todo. Como resultado disso, sustentamos que ela é dotada de certo caráter autoral, pois a participação de Jacopo vai além da mera compilação de manuscritos. Suas ações consistem em procedimentos que chegam até mesmo à reelaboração textual da matéria a ser inserida no legendário. Baseando-nos na historiografia específica produzida sobre o assunto, temos por objetivo colocar em relevo três indícios de intervenções realizadas na compilação do frade genovês. São eles: a preferência pelas legendas antigas; a tipologia de santo privilegiada, e as modalidades de milagres mais comumente escolhidas. Consideramos tais indícios como manifestações daquele caráter autoral.

Pretendemos, com isso, verificar como é realizada a construção – ou transformação – de sentidos no legendário. Em seguida, voltaremos nossas atenções para o objetivo por trás da manipulação de sentidos nos textos da *Legenda aurea*. Entendemos que essas ações visam tornar o texto mais alegórico, dotando-o de uma maior possibilidade interpretativa. Deste modo, Jacopo poderia interferir em temas mais próximos à sua realidade, como as relações de poder entre as autoridades eclesiástica e secular. Nas próximas páginas voltaremos nossas atenções para os aspectos destacados acima.

### Primeiro indício de intervenção: a preferência pelas legendas antigas

Percorrendo as páginas da *Legenda aurea*, podemos encontrar uma gama de aspectos que remetem ao caráter autoral por trás dela. Não se trata aqui de esgotar essa questão, mas apenas ressaltá-la. Sendo assim, de modo a destacar esse perfil, voltaremos nossas atenções àqueles três indícios suscitados na introdução, a saber: a escolha pelas Vidas antigas; a tipologia de santo privilegiada, e as modalidades de milagres mais comumente escolhidas.

Podemos encontrar a primeira dessas manifestações de autoria no privilégio às legendas antigas, que constituem grande parte das *Vitae* compiladas. Apenas cinco Vidas – daquele universo

---

2 Nos referimos aqui à edição brasileira da *Legenda aurea*, realizada pelo historiador Hilário Franco Júnior. A historiadora Néri Almeida participou do processo de tradução das legendas. Cf. JACOPO DE VARAZZE. *Legenda Aurea*. Trad. Hilário Franco Júnior. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

de cento e cinquenta e três – são dedicadas a santos próximos temporalmente a Jacopo de Varazze – séculos XII e XIII: Bernardo de Claraval, Tomás de Canterbury, Francisco de Assis, Domingos de Gusmão e Pedro Mártir. E, mesmo nestes textos, observam-se elementos que são comuns às lendas antigas: o destaque à pregação, paixão e pobreza.<sup>3</sup> De acordo com Maggioni, essa escolha pelas *Vitae* antigas visa fornecer uma maior margem para interpretações. Nas suas palavras:

Para oferecer maiores possibilidades interpretativas, Jacopo de Varazze utilizou lendas hagiográficas – algumas delas datadas do século IV depois de Cristo – retirando delas partes e elementos particulares inúteis ou considerados contraproducentes para o contexto particular do século XIII. Isso deixa a entender que havia a intenção de produzir um texto mais ‘neutro’ que as compilações hagiográficas precedentes à *Legenda áurea*, menos caracterizado histórica e geograficamente e que ao final das contas fosse mais interpretável da parte dos leitores, fossem eles clérigos medievais à procura de material edificante ou homens contemporâneos sensíveis às histórias interessantes.<sup>4</sup>

A manipulação dos textos antigos para descaracterizá-los histórica e geograficamente, com o intuito de torná-los mais interpretáveis aos leitores contemporâneos de Jacopo, implica em uma intervenção consciente que só pode ser realizada por um autor. Os protagonistas dessas lendas são sempre idealizados, construídos pelo hagiógrafo de acordo com as mais variadas motivações. Estas vão desde gravar nesses veneráveis as aspirações de determinada comunidade até moldá-los segundo interesses propagandísticos: “O trabalho dos hagiógrafos se converte então em uma espécie de obra propagandística que contribui para conseguir os propósitos de uma igreja, inclusive das elites políticas, dos reis ou das comunidades [...]”.<sup>5</sup> Neste sentido, podemos interpretar o ato de modificar as *Vitae* do legendário como uma maneira de expressar – por meio delas – tudo aquilo que é caro ao autor, como os preceitos cristãos e, principalmente, certa visão de mundo.

Essa cosmovisão em questão é expressa pelo material escolhido e adaptado por Jacopo. E ela é influenciada pelos interesses de seu autor, da ordem a qual pertence e, por fim, da própria autoridade eclesiástica como um todo. Neste sentido, Néri Almeida identifica quais são esses interesses, afirmando que a matéria trabalhada pelo frade o possibilita tratar, sobretudo, de temas “caros à sua ordem: a liberdade de pregação dos dominicanos face a quaisquer autoridades, a excelência da pobreza mendicante e a supremacia da autoridade papal no campo doutrinário e político”.<sup>6</sup> Com isso, Jacopo de Varazze situa – por meio das lendas antigas – os frades da ordem dos pregadores “como críticos do poder e salvaguarda da ordem por meio da defesa da Igreja [Romana] contra a heresia e os potentados laicos”.<sup>7</sup>

3 ALMEIDA, Néri de Barros. Intenção do autor e cultura folclórica: o martírio na *Legenda aurea*. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

4 MAGGIONI, Giovanni Paolo. A hagiografia em um sistema de comunicação medieval: questões filológicas sobre a *Legenda áurea*. Trad. Igor Salomão Teixeira. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *Tempo, Espaço e Texto: A Hagiografia Medieval em perspectiva*. São Leopoldo: Oikos, 2017. p. 110.

5 VELÁZQUEZ, Isabel. Hagiografía y Culto a los Santos en la Hispania Visigoda: Aproximación a sus manifestaciones literárias. *Cuadernos Emeritenses*, Mérida, n. 32, p. 7-271, 2005. p. 71, tradução nossa.

6 ALMEIDA, Néri de Barros. Intenção do autor e cultura folclórica: o martírio na *Legenda aurea*. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 27.

7 ALMEIDA, Néri de Barros. Intenção do autor e cultura folclórica: o martírio na *Legenda aurea*. In: TEIXEIRA,

### Segundo indício de intervenção: tipologia de santo privilegiada

O segundo elemento está na modalidade de santo predominante na *Legenda aurea*. Como mencionamos há pouco, a compilação conta com apenas algumas poucas legendas de santos dos séculos XII e XIII, ou seja, relativamente próximos ao período em que a obra é redigida – isto é, se comparado com as Vidas dos veneráveis antigos. E mesmo estas *Vitae* contemporâneas têm realçadas características tidas como essenciais para aquelas. Neste sentido, os santos são caracterizados, de maneira geral – antigos e contemporâneos –, como adeptos da pobreza voluntária, alvos de perseguição e dotados para a pregação.<sup>8</sup>

À predominância das Vidas de santos antigas na compilação, corresponde igual preponderância do tipo de santo preconizado por essa matéria antiga, os mártires. Estes consistem naquelas figuras que abdicam de suas próprias vidas para não renegar a sua fé. Eles são os veneráveis por excelência, pois atingem o mais alto grau de renúncia – o sacrifício. No entanto, há muito se passara o tempo das grandes perseguições impetradas pelos imperadores romanos. Logo, há muito o martírio decorrente de uma opressão sistemática deixou de ser um fenômeno comum. Por que, então, Jacopo de Varazze favorece esse tipo de santidade na *Legenda aurea*?

Podemos arriscar e dizer que se trata de uma maneira curiosa de chamar a atenção para esses santos – eles poderiam estar esquecidos –, e, assim, suscitar a promoção de seus cultos. No entanto, como nos lembra Maggioni, o intuito não pode ser “promover o culto dos santos, cuja devoção já estava estabelecida há séculos”.<sup>9</sup> Os santos antigos ainda são lembrados e cultuados. Talvez, então, se trate apenas de uma medida para homogeneizar o texto. Uma das ações autorais que se manifesta nos legendários do tipo *legenda noua* tem como escopo tornar a compilação homogênea. Porém, descartamos essa possibilidade em virtude da presença da *Vida de São Pelágio*, com as suas características bastante peculiares no interior do legendário.<sup>10</sup> Destarte, o propósito de sua presença em peso na obra só pode ser outro. E é Néri Almeida quem joga luz sobre essa questão,

---

Igor Salomão (Org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 27.

8 ALMEIDA, Néri de Barros. Intenção do autor e cultura folclórica: o martírio na *Legenda aurea*. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

9 MAGGIONI, Giovanni Paolo. Prefácio: Ler, estudar, narrar a *Legenda aurea* em outro tempo, outro mundo, outra história. Trad. Igor Salomão Teixeira. In: TEIXEIRA, Igor Salomão. *A Legenda aurea de Jacopo de Varazze: temas, problemas, perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 10.

10 A *Vida de São Pelágio* é o último texto presente na edição brasileira da *Legenda aurea*. Ela destoa dos demais relatos presentes na obra, e até mesmo das narrativas pertinentes ao gênero hagiográfico. Em seu interior, vários assuntos são abordados, indo de uma história dos lombardos aos imperadores do Sacro Império Romano, passando por figuras como Beda e Maomé. O que chama a atenção, contudo, é a pouca ou praticamente nenhuma atenção dispensada ao santo em questão. Todas as demais legendas presentes na compilação se caracterizam pela centralidade do(a) santo(a) ou de seus cultos no transcorrer da *Vitae*. A mesma incompatibilidade se verifica na relação com as possíveis definições para a hagiografia ou suas ramificações. Como vimos, toda definição hagiográfica exige certa maleabilidade, porém, nenhuma classificação exige a participação do venerável ou de seu culto como objeto central daquela modalidade, como é o caso da *Vida de São Pelágio*. Se a legenda nem sequer se encaixa nas definições de uma hagiografia, como podemos situá-la em uma obra do tipo *legenda noua*, que possui como uma de suas prerrogativas a homogeneização do texto?



ao afirmar que o martírio “oferece ao hagiógrafo a oportunidade para expor a doutrina por meio do sermão de um santo”.<sup>11</sup>

A posição de destaque da santidade martirológica, por meio de sua disseminação no legendário – os santos mártires constituem noventa e uma legendas das cento e cinquenta e três Vidas de santos presentes na compilação –, serve, portanto, como uma brecha. É por meio dessas *Vitae* que Jacopo intervém na construção/modificação dos sentidos, como nos assuntos que remetem àquela visão de mundo ideal – na qual os preceitos cristãos e os projetos da autoridade eclesiástica são canalizados de maneira pedagógica e catequética. Sendo mais específico, é por meio dos sermões dos santos mártires registrados em suas legendas que o frade genovês consegue intervir, moldar o discurso de modo a que atenda assim à sua vontade.<sup>12</sup>

### Terceiro indício de intervenção: modalidade de milagres

A temática do martírio é essencial para o transcorrer da *Legenda aurea*. Porém, ela não trabalha sozinha. A ela se soma outro elemento que, juntos, viabilizam “a exposição didática dos valores elevados que se pretende destacar na obra”.<sup>13</sup> Trata-se do milagre, nosso terceiro indício do caráter autoral no legendário. Manifestação do divino que se revela por meio dos feitos prodigiosos dos santos, o milagre tem durante a Idade Média uma dupla acepção. Por um lado, consiste – conforme Agostinho de Hipona o define – em tudo o que é difícil ou impossível de se compreender, que ultrapasse as expectativas e capacidades humanas deixando todos maravilhados.<sup>14</sup> Por outro, na vertente desenvolvida por Gregório Magno, “os verdadeiros milagres são os que servem à edificação do cristão e da Igreja”.<sup>15</sup> Como é possível constatar, os dois significados não são excludentes. Pelo contrário, são perfeitamente complementáveis.

Os milagres como manifestação da santidade são, portanto, indispensáveis. Eles permitem “aos homens reconhecer a presença dos santos na terra, presença que poderia passar despercebida sem tais milagres e que por meio destes torna-se uma realidade pública agindo em favor da Igreja”.<sup>16</sup> Em outras palavras, são estes feitos inexplicáveis que tornam os santos conhecidos e popularizam seus cultos, sendo as relíquias muitas vezes o instrumento pelo qual se operam.

11 ALMEIDA, Néri de Barros. Intenção do autor e cultura folclórica: o martírio na *Legenda aurea*. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 26.

12 ALMEIDA, Néri de Barros. Intenção do autor e cultura folclórica: o martírio na *Legenda aurea*. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

13 ALMEIDA, Néri de Barros. Intenção do autor e cultura folclórica: o martírio na *Legenda aurea*. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 20.

14 VAUCHEZ, André. Milagre. Trad. Eliana Magnani. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2v., V. 2, p. 197-212.

15 VAUCHEZ, André. Milagre. Trad. Eliana Magnani. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2v., V. 2, p. 200.

16 VAUCHEZ, André. Milagre. Trad. Eliana Magnani. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2v., V. 2, p. 200.

André Vauchez chama a atenção para o fato de que a maioria dos milagres – senão todos – é redigida por eclesiásticos que procuram exaltar um determinado santo ou fazer a propaganda de um santuário.<sup>17</sup> Neste sentido, o autor ressalta que, em determinados casos – marcados pela concorrência, inicialmente entre a promoção de templos e, posteriormente, entre as diferentes ordens religiosas – os hagiógrafos demonstram pouca preocupação com a escolha dos milagres que imputam aos santos.<sup>18</sup> Esse descuido não se verifica na *Legenda aurea*. É possível perceber uma recorrência de milagres que visam punir a outrem. E tais castigos são justificados pela necessidade que os santos têm de penalizar alguns para recolocar outros no caminho certo.<sup>19</sup>

No legendário de Jacopo de Varazze, a incidência de milagres punitivos é recorrente. De acordo com Hilário Franco Júnior, tais intervenções chegam à casa da centena. A manifestação do caráter autoral se revela, contudo, quando observamos mais atentamente quais são as causas principais para que eles ocorram. Franco Júnior indica que cinco são motivados pelo ataque ao patrimônio da Igreja; outros cinco se dedicam aos indisciplinados nos assuntos eclesiásticos; treze ocorrem por questões morais; vinte e três pelo desrespeito à autoridade da Igreja, e cinquenta e quatro, a maioria absoluta, são causados por ofensas aos santos.<sup>20</sup> Como podemos constatar, as duas causas mais comuns para os milagres que visam a punição de alguém são o desrespeito à autoridade eclesiástica e aos santos. Assim, torna-se necessário questionar por que Jacopo privilegia a recorrência de milagres que condenam essas transgressões em específico.

Não bastando a incidência de milagres sobre esses tipos de abusos em especial, eles ainda são igualmente mais pesados do que nos outros casos. Franco Júnior atesta que as infrações mais comuns de serem punidas com a morte remetem justamente às ofensas à autoridade da Igreja – onze em vinte e três casos – e aos santos – dezessete em cinquenta e quatro oportunidades.<sup>21</sup> Não apenas são as agressões mais recorrentemente penalizadas por tal modalidade de milagre, como

17 VAUCHEZ, André. Milagre. Trad. Eliana Magnani. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2v., V. 2, p. 197-212.

18 Para afirmar isso, Vauchez se baseia em pesquisa realizada por Pierre-André Sigal sobre a tipologia dos milagres registrados por escrito na França nos séculos XI e XII. Do total de mais de cinco mil milagres, no que concerne aos miraculados pertencentes às camadas populares, pouco mais que um terço remete à cura de paralíticos e doentes que sofriam com problemas de motricidade; a estes se seguiam os casos de cegueira ou outras doenças nos olhos, que consistiam em 17% dos milagres; 11% se dedicavam aos surdos-mudos; 8% às doenças mentais. Já com relação aos integrantes das camadas mais elevadas que eram agraciados pela intervenção dos santos, 4% remetiam a curas de doenças graves não determinadas; 4% a febres e doenças infecciosas, cujos sintomas eram pouco visíveis. Havia também nesses setores sociais os milagres de proteção no sentido amplo, que aparece em 5%, a liberação de cativeiros, 3,3%, além de 7,2% de diversas intervenções favoráveis. Outras duas modalidades ainda se somam a estas, e não estão vinculadas a nenhuma camada social específica, são elas: os milagres que visavam glorificar o santo e constituíam 3,1% do total, e os milagres punitivos que apareciam em 9,8% dos casos. Cf. VAUCHEZ, André. Milagre. Trad. Eliana Magnani. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2v., V. 2, p. 200-201.

19 FRANCO JÚNIOR, Hilário. A outra face dos santos: os milagres punitivos na *Legenda Aurea*. In: \_\_\_\_\_. *A Eva Barbada: Ensaios de Mitologia Medieval*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 221-229.

20 FRANCO JÚNIOR, Hilário. A outra face dos santos: os milagres punitivos na *Legenda Aurea*. In: \_\_\_\_\_. *A Eva Barbada: Ensaios de Mitologia Medieval*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 221-229.

21 FRANCO JÚNIOR, Hilário. A outra face dos santos: os milagres punitivos na *Legenda Aurea*. In: \_\_\_\_\_. *A Eva Barbada: Ensaios de Mitologia Medieval*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 221-229.

também recebem o pior dos castigos: os infratores têm suas vidas ceifadas. Se aceitarmos a interpretação de Franco Júnior sobre o porquê de se enfatizar os ataques aos santos, poderemos perceber as escolhas de Jacopo de Varazze por trás da incidência desses milagres punitivos a tais afrontas. Assim, de acordo com esse autor, um dos principais pontos a destacar reside em que

aquele tipo de milagre [punitivo] representava uma tentativa de valorizar os santos num momento em que a Igreja – cada vez mais centralizada, porém também ameaçada pelas heresias – passava a controlar a canonização, de forma a aproveitar um traço da cultura vulgar para afirmar a superioridade da cultura clerical.<sup>22</sup>

Desse modo, os milagres punitivos àqueles que ofendem os santos nas *Vitae* da *Legenda aurea* podem ser compreendidos como uma forma de reforçar a autoridade dessas figuras, que naquele período passam a ser legitimados por processos de canonização – que são conduzidos pela Igreja Romana, encabeçada pelo papa. Portanto, reforçar a autoridade dos santos naquele contexto pode servir para reforçar a própria autoridade eclesiástica. Destarte, agressões à autoridade da Igreja Romana e aos santos são tidas como a mesma coisa, o que nos leva ao índice de que dos cem milagres para castigar, nada menos do que setenta e sete estão voltados para quem desrespeita a autoridade eclesiástica. Neste sentido, a mensagem transmitida por tais prodígios não pode ser mais clara: obedeça à autoridade eclesiástica ou seja castigado.

### Considerações finais

Como podemos notar, os três indícios de intervenção destacados pela historiografia são todos observáveis no nível geral da obra. Em outras palavras, as ações para moldar o texto que ressaltamos aqui não são operadas apenas neste ou naquele manuscrito a ser compilado, mas sim no conjunto final de legendas reunidas. E isto se explica. As escolhas de Jacopo de Varazze pelas *Vitae* antigas, pela predominância de mártires e por certa tipologia de milagres, se verificadas em cada Vida de santo isoladamente, sem se levar em conta a visão global sobre a *Legenda aurea*, pouco nos dirá sobre o que chamamos de construções de sentidos no compêndio. Estas só são perceptíveis quando procedemos de forma a privilegiar o todo antes de adentrarmos às partes. Exemplo sintomático disso são os milagres punitivos. Pouco ou quase nada saberíamos de sua recorrência no legendário se nos atívéssemos apenas à esta ou àquela legenda. É a visão de conjunto que nos permite aferir a repetição desses casos ao longo de toda a obra e, então, deduzir quais os possíveis objetivos por trás dessas escolhas. E o que todos esses indícios nos permite inferir? Nos permite sustentar que as intervenções realizadas nos textos que compõem a *Legenda aurea* buscam fazer com que o texto final seja cada vez mais alegórico.

22 FRANCO JÚNIOR, Hilário. A outra face dos santos: os milagres punitivos na *Legenda Aurea*. In: \_\_\_\_\_. *A Eva Barbada: Ensaios de Mitologia Medieval*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 228-229.

De acordo com Michel Zink, “a procura pelo sentido oculto ou no texto ou na aparência, ocupa lugar considerável no pensamento e na arte literária da Idade Média”.<sup>23</sup> Neste sentido, o medievalismo herda da retórica vinda da Antiguidade a concepção de alegoria que, em uma de suas acepções é entendida “como tropo, consistindo em dizer uma coisa para significar outra”.<sup>24</sup> A construção/ transformação de sentidos a que aludimos antes passa impreterivelmente por essa técnica no que concerne ao legendário. Dizer uma coisa que, no fundo, signifique outra nos ajuda a compreender as escolhas do frade genovês. Assim, Jacopo pode falar de assuntos que lhe são contemporâneos de maneira sutil, disfarçada, pois o “sentido é pensado não como imanente ao texto, mas como glosa que se revela por trás dele”.<sup>25</sup>

Se faz necessário, portanto, questionarmos: para quê? Para que o dominicano tem todo esse trabalho – extenuante, diga-se de passagem – de intervir nos textos que compõem o legendário, principalmente da maneira como o faz? Defendemos que esses procedimentos, como deixar os manuscritos cada vez mais alegóricos, transformando ou até mesmo construindo, ou melhor, reconstruindo seus sentidos partem de determinados interesses. Mas que interesses são estes?

A *Legenda aurea* não está desconectada do contexto vivido por seu autor. Jacopo de Varazze é habitante de uma cidade da Lombardia. Esta região, na segunda metade do século XIII, é permeada por conflitos, com diversos níveis de intensidade, entre os três principais agentes atuantes na política peninsular: a autoridade eclesiástica, encabeçada pelo papa; os aspirantes ao trono do Sacro Império Romano – os herdeiros da dinastia Staufen –, e as comunas italianas. Jacopo é, nas palavras de Le Goff, um “homem da Igreja”.<sup>26</sup> Logo, os interesses a que nos referimos no último parágrafo remontam à autoridade eclesiástica. É pela defesa de sua superioridade nas relações de poder que se estabelecem com as outras instâncias que o mendicante age sobre os textos. O legendário de Jacopo de Varazze serve, portanto, como um instrumento de propaganda bastante útil às pretensões da Igreja Romana. Ele é capaz de difundir os preceitos mais caros aos cristãos, assim como determinadas visões de mundo que conferem à instituição certa primazia naquele conturbado contexto da Península Itálica.

23 ZINK, Michel. Literatura(s). Trad. Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2v., V. 2, p. 89.

24 ZINK, Michel. Literatura(s). Trad. Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2v., V. 2, p. 89.

25 ZINK, Michel. Literatura(s). Trad. Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2v., V. 2, p. 90.

26 LE GOFF, Jacques. *Em busca do tempo sagrado: Tiago de Varazze e a Lenda dourada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 25.

## Segurança pública – segurança nacional

Milene Lopes Costa

Mestranda em História e Culturas Políticas/FAFICH-UFMG  
milene@ufmg.br

### Resumo

Em 1970, em meio à fase mais aguda da repressão ao crime político pela ditadura civil/militar brasileira, é criada a *Coordenação Geral de Segurança (COSEG)* como parte da estrutura orgânica da extinta Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Sua missão era estudar, planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades operacionais e de Informação da Secretaria, sobretudo aquelas que envolviam o emprego conjunto de forças policiais do Estado. Mesmo se tratando da fase elementar da pesquisa que resultará em uma dissertação de mestrado, a análise por amostragem da documentação produzida pela *COSEG*, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, sustenta a tese de que se tratava na prática de um órgão de Informação a serviço do governo militar, indicando que, embora o órgão tenha sido ligado à segurança pública e leve a crer que cuidava do chamado crime comum, sua agenda era majoritariamente voltada para a troca de informações com órgãos afins e perseguição política desde o início de suas atividades até o fim do regime, em 1985. Ainda que não tenha sido aquele o ato inaugural da atuação das polícias, civil e militar, de Minas Gerais, na guerra ideológica que marcou o período (o anticomunismo), existem indícios da instrumentalização dessas polícias para o combate a “subversão” se consubstanciando a partir do momento em que os serviços de informações, até então desenvolvido no *Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG)*, passou para a competência da *COSEG*. Então, quais as conseqüências para o período e para a atualidade da incorporação da segurança pública à segurança nacional e da não autonomização da atividade de Informação em relação ao aprofundamento da guerra ideológica? Existe nessas questões a possibilidade de enriquecimento do debate sobre a constituição das polícias como instituição pública que, ao longo dos anos, vem participando ativamente da formação do Estado através do uso da força, dos valores e do etos discursivo compartilhado por militares e pela classe conservadora da sociedade. Daí a importância de incluir na discussão sobre história e a historiografia da punição, do crime, da polícia e da justiça, essa parte sensível e ainda pouco pesquisada do aparato policial mineiro que, em razão do exposto, pode-se inferir: exercia ação coercitiva ao produzir informações que resultavam na dominação e maximização do controle e poder do Estado.

**Palavras-chave:** Polícia Civil; Serviço de Informações; Ditadura militar/civil brasileira.

Desde os primeiros momentos do golpe de 1964, no Brasil, o crime político assumiu uma primordial importância, posto ser este tipo de “criminoso” considerado inimigo interno da nação.



O Estado entendia que era necessário se proteger da ameaça do comunismo e, para tanto, julgava como necessária a supressão de muitos direitos civis através de medidas com forte componente autoritário, tendo como pano de fundo as questões inerentes ao contexto de Guerra Fria e como arcabouço ideológico, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Ao final da década de 60 a ditadura passava por um momento de grande recrudescimento de seu aparato repressivo, legalmente possibilitado pela Lei de Segurança Nacional de 1967, por sua nova versão de 1969 ainda mais autoritária, bem como pelo Ato Institucional nº 5, de 1968. Essas ações faziam parte de um contexto específico em que parte das esquerdas se (re)organizava contra o regime e/ou em prol da implantação do socialismo. Nesse contexto, as atividades de informações e contrainformações referentes à segurança interna ganharam demasiada importância em todas as esferas responsáveis pela contenção desses grupos.

Em seu estudo sobre a evolução dos sistemas de inteligência modernos e formação de complexos sistemas de espionagem, análise e operações militares, diplomáticas e policiais, o cientista político Marco Cepik utiliza a definição de inteligência no sentido de “coleta de informações sem o consentimento, a cooperação, ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação”<sup>1</sup>, para tomada de decisão de autoridades. Conceituação que, não obstante tenha sido explicitada como recorte analítico, acaba por aproximar inteligência, espionagem e poder de coerção, isso porque, para Cepik, órgãos de informações/inteligência, quando em contextos não democráticos, exercem a função secundária “coercitiva” para além da função primária de promover informações. De acordo com o autor, a função secundária está associada ao uso dessas informações para a dominação e maximização de poder.

Essa conceituação dada por Cepik, mesmo não sendo a única a respeito do tema, se mostra bastante adequada para pensar o desenvolvimento desses serviços no âmbito da *Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais – SESP/MG*. Para atender as novas demandas por Informação, no contexto de aumento da repressão e luta armada durante o governo Israel Pinheiro (1966-1971), a *SESP/MG* reestruturou sua estrutura organizacional. Na *Polícia Civil* destacaram-se os investimentos no setor de gerenciamento de dados, informação e comunicação, além de sua primeira Lei Orgânica (Lei n. 5.406/69), que “estabeleceu um ordenamento jurídico mais racional e abrangente, com o objetivo de oferecer à *Polícia Civil* melhores meios de atuação, dada sua nova estrutura (...)”<sup>2</sup>. Por outro lado, a *Polícia Militar* ganhou um novo regulamento, que além de enfatizar sua condição de força reserva do Exército, instituiu a G2 (atual, PM2) – seção responsável por exercer atividades de informações – como parte da estrutura do Estado Maior da *PM*, porém, integrada ao *CIE*, o *Centro de Informações do Exército*<sup>3</sup>. Todo esse investimento fazia parte de um plano circunstancial

1 CEPIK, Marco A.C. Espionagem e Democracia: Agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 28.

2 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. História da Polícia Civil de Minas Gerais: a instituição ontem e hoje. Belo Horizonte, 2008, p. 80.

3 FURTADO, Juliano Meira. A Atividade de Inteligência em Minas Gerais no Raiar do Século XXI: Propostas de



de contenção da luta armada, que culminou na instrumentalização dessas forças pelos militares. É necessário salientar o potencial que mudanças dessa natureza possuem para exaltar o “espírito corporativo” presente em cada uma dessas instituições, pois, junto às reivindicações, tais como plano de carreira, salário ou auxílios sociais, coexistiu, em ambas, uma sólida base ideológica, que ainda hoje superlativa sua importância na sociedade.

Conforme a análise de Rodrigo Patto Sá Motta sobre a atuação da assessoria para treinamento e modernização técnica das corporações policiais, da *United States Agency for International Development – Usaid*, no Brasil, entre os anos de 1957 e 1972, partiu dessa Agência o diagnóstico de que “as polícias brasileiras seriam fracas que toca à organização e à coordenações das ações” e que “era preciso dotar os países atrasados de forças repressivas modernas, capazes de fazer frente às ações do comunismo”<sup>4</sup>. Assim, essa interferência aponta para uma influência no desenho organizacional, no *modus operandi* e na aparelhagem das polícias brasileiras nos anos posteriores. Constata-se que, junto ao trabalho pioneiro de Martha Huggins que trata da ingerência do governo norte-americano nas polícias latino-americanas demonstra que o escopo da ajuda dos Estados Unidos a essas polícias “foi o de atuar como mecanismo para ganhar controle sobre os sistemas de segurança interna dos países beneficiários, e não o de fomentar a difusão da democracia”<sup>5</sup>, como no discurso oficial.

Estrategicamente, uma das alterações na *SESP/MG* mais importantes no período foi a criação da *COSEG* em 1970, cuja principal função era operar integrando os diversos órgãos de segurança pública do estado e produzir/gerir informações para tomadas de decisões na área. Considerando o parágrafo anterior, é possível que esse programa da *Usaid* tenha estimulado um modelo de instituição do tipo *COSEG*, por enxergar que a centralização do comando e coordenação de ações conjuntas seria uma forma de otimizar o trabalho policial. No entanto, o estudo dos antecedentes históricos da atividade de inteligência no ambiente de segurança pública, feito por Luís Reznik, aponta que desde 1951, a cúpula do *Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)* já manifestava preocupação com a ausência de uniformização e centralização dos procedimentos de vigilância e repressão, cruciais ao melhor desempenho de toda estrutura policial, sobretudo para o combate dos crescentes movimentos sociais e da ameaça do “perigo vermelho”.

A *COSEG* como órgão central da segurança pública mineira começou a operar em 1971, e em 1975 era composta por 5 seções: Chefia, Coordenação de Informações (CODIN), Coordenação de Operações (COP), Seção de Expediente e Centro de Comunicações. É provável que a maior parte dos agentes treinados para atuarem na *COSEG* fossem oriundos da chamada “polícia de informações e segurança”<sup>6</sup>, ou seja, policiais com atuação no *DOPS/MG*. Em 1976, por meio

---

integração, disputas corporativas e busca por legitimidade (2000-2007). 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2012, p. 50-52.

4 Motta, Rodrigo P. S. Modernizando a Repressão: a Usaid e a polícia brasileira. *Revista Brasileira de História*, vol.30, n° 59, p. 239 e 241.

5 Huggins, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 22.

6 Capítulo IV da Lei 5.406, de 16/12/1969.

de decreto, a *SESP/MG* reavaliou o grau de interação entre as polícias, objetivando a criação de um Estado Maior combinado das polícias Civil e Militar. Sobre a relação entre *COSEG* e *DOPS*, acredita-se ainda que os dois órgãos mantiveram relações bastante estreitas, “um indicativo disso é que Ediraldo Brandão, além de coordenador geral de segurança entre 1976 e 1982, também foi designado para responder concomitantemente como chefe do *DOPS* entre 1979 e 1981”<sup>7</sup>.

Em relação a todas essas mudanças, respeitantes aos serviços de Informações no âmbito da segurança pública, o delegado Brandão, em depoimento, lembrou que:

Houve a criação da Escola Nacional de Informações. O pessoal da *COSEG* foi todo escolhido ‘a dedo’. Na época, foram quase todos os primeiros lugares da turma. Todos os que estavam lá tinham curso, e a informação, no Brasil, a partir da Escola Nacional de Informações, tomou um cunho científico, vale dizer, ela tinha um processamento científico, que não acontecia no *DOPS*. A Escola Nacional de Informações foi criada para dar unidade a essas informações. [...] ela foi criada para dar uma doutrina de informações gerais e preparar os elementos que trabalhavam nesse assunto <sup>8</sup>.

Vale aqui mencionar, que nesse mesmo depoimento, o delegado afirma que ainda na década de 1970, o *DOPS/MG* se tornou uma unidade da Polícia Civil preponderantemente operacional. Informação que traz consigo indícios das consequências imediatas do processo de institucionalização da *COSEG*. Em atenção aos dados acima mencionados, é importante ter em vista que a *COSEG* foi criada (1970) e regulamentada (1975) num período em que a ditadura despendeu grandes recursos para modernizar o setor de informações e capacitar militares e civis para atuarem na área. Exemplo disso foi criação da *Escola Nacional de Informações (EsNI)*, em 1971, que mostrou haver muita vontade política para o aprimoramento dos serviços de informações no Brasil, muito embora tenha sido a *Escola Superior de Guerra (ESG)* pioneira no oferecimento de cursos sobre informações desde 1959<sup>9</sup>. Estruturada com amplo apoio norte-americano e subordinada ao chefe do *SNI*<sup>10</sup>, entre as principais atribuições da *EsNI* estavam a formação de civis e militares para atender às necessidades de informações e contrainformações na esfera do Sistema Nacional de Informações (*Sisni*), e elaborar a Doutrina Nacional de Informações<sup>11</sup>. De acordo com depoimento de seu idealizador, general Ênio Pinheiro<sup>12</sup>, a escola foi equipada com o que havia de mais moderno em equipamentos

7 SILVA, Shirlene Linny da. Construindo o direito de acesso aos arquivos da Repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 253 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2007, p. 117.

8 Notas taquigráficas do depoimento de Ediraldo Brandão a Comissão Parlamentar de Inquérito formada para apurar a destinação dos arquivos do *DOPS*, v. 1, 1998.

9 QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, v. 28, n° 47, jan/jun 2012, p. 19-41.

10 Serviço Nacional de Informações, órgão central de informações da União, criado 1964 logo após o golpe civil/militar com estrutura e orçamento bem maiores em relação ao seu antecessor, o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (*SFIC*). QUADRAT, A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), p. 19-41.

11 ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços de secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 58.

12 Entrevista concedida a Maria Celina D’ Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares em julho de 1992 e julho

eletrônicos, e oferecia “o mais sofisticado curso de analista de informações”, além de cursos de línguas como chinês e russo e outro curso direcionado a ministros e secretários de Estado.

Criado em 1968 em decorrência do Plano Nacional de Informações (PNI), o Sisni, por sua vez, era composto por organismos setoriais de informações dos ministérios civis e militares, alcançando as autarquias e as empresas públicas a eles vinculadas. No intuito de promover maior integração entre os órgãos de informação de todo país, “também foram acoplados ao Sisni, por canais técnicos, os órgãos de informações da alçada dos governos dos Estados da Federação”<sup>13</sup>. Segundo Carlos Fico, os cargos de chefia desses órgãos geralmente eram reservados aos oficiais militares<sup>14</sup>. E foi justamente o que ocorreu na *SESP/MG*, que durante toda década de 70 teve generais como secretários/chefes da *Polícia Civil*, também foi o caso da *COSEG*, chefiada pelo coronel Edmundo Murgel até 1976. Ainda nesse período foram criadas as Diretrizes especiais que deram ensejo à criação do Sistema de Segurança Interna (Sissegin), que diferentemente do Sisni, tinha um caráter muito mais operacional.

De fato, o desenvolvimento do setor de informações no Brasil apresentou os resultados que os militares e os apoiadores do regime esperavam. O sistema *DOI-CODI*<sup>15</sup>, por exemplo, representou a materialização da eficaz comunidade de informações criada no final dos anos 60 que, associada a um complexo de forças repressivas, foi responsável pela caça e extermínio físico, moral e psicológico de muitos que resistiam à ditadura.

Por conseguinte, o Brasil da segunda metade da década de 1970 foi marcado por um generalizado clima de insatisfação popular para com o regime, momento em que o governo do presidente Geisel começou a colocar em prática o projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, motivado em parte, pelo fato de que muitos dos militantes das esquerdas brasileiras se encontraram presos, exilados, mortos ou desaparecidos. Suas principais medidas foram: revogação do AI.5, anistia (restrita) e redução da truculência. Isso porque,

Com o fim da guerrilha do Araguaia em 1974, encerrou-se um período de enfrentamento armado que havia se desenvolvido desde o final do ano de 1968, obrigando o país a rever alguns de seus pressupostos relacionados à segurança nacional e à Doutrina Nacional de Informações.<sup>16</sup>

No cenário seguinte, no qual a bandeirados direitos civis passou a ser demandada por grande parcela da população brasileira e por uma fração do próprio governo, as instituições civis e

---

de 1994, apud ANTUNES, SNI e ABIN, p. 58.

13 Agência Brasileira de Inteligência. [www.abin.gov.br/institucional/historico/1964](http://www.abin.gov.br/institucional/historico/1964). Último acesso em: 07/08/2016.

14 FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

15 Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações e Defesa Interna. Destaca-se, aqui, a função dos CODI, de tratamento e estudo das informações coletadas pelo DOI, assim como o planejamento estratégico das operações. Cabe lembrar que o “sucesso” da Operação Bandeirante (OBAN), efetuada em São Paulo em 1969, inspirou o modelo organizacional dos CODI-DOI. JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: EDUSP, 2012.

16 ANTUNES, SNI e ABIN, p. 59.

militares responsáveis pela segurança tiveram que se adequar ao novo contexto<sup>17</sup>, conquanto que, do período que compreende da abertura política à eleição de 1985, os militares ainda apresentassem preocupação com a segurança interna, sobretudo, em relação à crescente reestruturação de sindicatos e aos movimentos sociais contra a carestia de vida, por eleições diretas e pela anistia política.

Apartir da década de 1990, houve importantes mudanças nos serviços de informações militares e civis, a começar pela extinção do SNI e pela necessidade, enxergada pelas Forças Armadas, de “reverter a área de inteligência para a área militar, abandonando integralmente, a atuação na área política”<sup>18</sup>. Segundo Priscila Brandão, tendo em vista a preponderância da área de inteligência mesmo no contexto democrático, ainda nos anos 90 foram criados e regulamentados o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e a *Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)*, responsáveis, respectivamente, por “integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do país [...] necessárias ao processo decisório do poder executivo” e “planejar, executar, coordenar e controlar as atividades de inteligência do país”<sup>19</sup>. Ainda de acordo com a autora, foi a partir do ano 2000, com a criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública que começaram a serem definidos contornos mais claros que abrangessem a atuação na área, das polícias estaduais e federal.

Em Minas Gerais, novas políticas propostas para segurança pública procuraram reordenar o aparato de segurança. Os muitos debates e estudos sobre o tema trouxeram à tona o conceito europeu de “defesa social”, pautado na ideia de polícia cidadã, prevenção à criminalidade e fortalecimento de instituições de repressão penal<sup>20</sup>. Assim, a partir da fusão das secretarias de Segurança e de Justiça em 2003, foi instituída, na estrutura do executivo mineiro, a *Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)*. Na *Polícia Civil*, uma nova Lei Orgânica conferiu total autonomia a instituição em relação a nova secretaria. Nesse ensejo, a *COSEG* se manteve atrelada a *PCMG*, não mais com todas as competências de outrora.

### Considerações finais

A Informação era o produto final do trabalho desenvolvido na *Coordenação Geral de Segurança*. Com *I* maiúsculo, significava “o conhecimento de um fato ou situação, resultante do processamen-

17 Corroborar à essa afirmativa constatação de que, no Brasil, a partir da década de 1990, o uso do termo “informação” passou a ser questionado devido ao estigma negativo que os órgãos responsáveis por essa atividade carregavam, sempre associando informação com espionagem e repressão. A extinção do SNI marcou o início da tentativa de superação, com a inclusão do termo “Inteligência” no vocabulário de segurança pública e de segurança nacional. ANTUNES, SNI e ABIN, p. 10.

18 BRANDÃO, Priscila Carlos. O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública no Brasil: Uma análise Institucional. In: BRANDÃO, Priscila Carlos & CEPIK, Marco A. (Orgs). Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade. Rio de Janeiro: Impetus, 2013, p. 100.

19 BRANDÃO. O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública no Brasil, p. 112-113.

20 FURTADO, Juliano Meira. As novas propostas para segurança pública e para a inteligência no Brasil: o caso de Minas Gerais. In: BRANDÃO e CEPIK (Orgs.). Inteligência de Segurança Pública. Impetus, 2013. P. 164-165.

to inteligente de todos os Informes disponíveis relacionados com o referido fato ou situação”<sup>21</sup>. Se por um lado, seu processo de produção esteve em profunda sintonia com a modernização e o desenvolvimento técnico e científico de todo o setor, esteve também com o ambiente político autoritário, do qual surgiram as novas diretrizes para a área e disseminou-se um ideal de ordenamento e progresso para o país pautado, sobretudo, no repertório anticomunista. Sob esse aspecto, duas questões fundamentais vêm à tona: a primeira é a preponderância, no âmbito da segurança pública, do combate à subversão sobre o que se convencionou chamar de “crime comum”. A outra nos faz pensar nos aspectos conjunturais que tornaram possível o desenvolvimento desse setor, até então insipiente no Brasil.

Mas para além da abordagem conjuntural, que ajuda a esclarecer a demandada ditadura militar/civil brasileira por uma maior verticalização do comando e horizontalidade no comando do sistema repressivo, há também uma explicação localizada na longa duração: análises sobre serviços de informações no Brasil, que identificam os militares como constituintes de uma retórica responsável por “municar um corpo de especialistas de convicções que sustentaram por tanto tempo suas próprias ações de espionagem e violência”<sup>22</sup>, ou seja, que os apontam como portadores e disseminadores, até mesmo entre as forças policiais dos estados, de uma cultura política capaz de difundir esse modelo de “inteligência” voltado para caça e extermínio do “inimigo interno”. Dessa concepção também partiu Priscila Carlos Brandão Antunes<sup>23</sup>, quando, ao tratar do processo de institucionalização da atividade de inteligência no Brasil, assegura não ter havido no país uma autonomização da atividade de informação em relação ao aprofundamento da guerra ideológica. Para a autora, os órgãos para este fim, criados no contexto de Guerra Fria se desenvolveram, sobretudo, como aparato repressivo do Estado.

Portanto, o ponto fundamental deste texto está na ideia de que, durante a ditadura de 64, a institucionalização dos serviços de informações no Brasil, que na *Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais* adquiriu a forma da *COSEG*, acompanhou o transcurso de incorporação da segurança pública à segurança nacional, causa e efeito do processo de federalização da estrutura institucional de segurança pública<sup>24</sup>. Isso porque, sob a égide da legalidade – característica peculiar da ditadura brasileira –, as linhas de ação eram ditadas por um núcleo de comando mais centralizado que partia, principalmente, das Forças Armadas (*Exército, Marinha e Aeronáutica*) e do *SNI*. Dessa forma,

21 No caso dos órgãos de informações, os Informes sobre fatos ou situações, quer sejam originários de uma mesma fonte ou de fontes diversas, constituíam, normalmente, as bases para elaboração da Informação. (Manual de Informação do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, p. 9).

22 FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. O autor chega a essa conclusão ao fazer um competente balanço histórico sobre o assunto e avaliar o “poder simbólico”, aos moldes de Pierre Bourdieu, presente nas instituições que integravam a comunidade de informações.

23 ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços de secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

24 GUERRA, Maria Pia. Polícia e Ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016, p. 11-55.



A repressão política e a repressão que se convencionou chamar de comunistas intimamente ligadas neste período. Mais do que uma coincidência temporal, faziam parte de um mesmo processo de ampliação de controle sobre a segurança, nos termos da Doutrina de Segurança Nacional. O interesse do regime militar ia além da organização de centros de informações e repressão referentes à subversivos políticos, incluía também uma reforma estrutural das polícias que aprofundasse a militarização e o controle do Estado.<sup>25</sup>

Em termos práticos, observou-se boa parte do quadro efetivo das polícias, Civil e Militar, trabalhando na defesa interna, ou seja, na perseguição política. Como desdobramentos para o período e para a atualidade, embora múltiplos e complexos, tivemos, por um lado, o aparelhamento e modernização da área de segurança como um todo e, por outro, um ambiente de segurança pública “marcado por disputas institucionais por visibilidade, recursos e espaços de atuação [...]”,<sup>26</sup> em razão do uso dessas forças pelos militares, que fez do combate a “subversão” uma constante busca por mérito pessoal e institucional<sup>27</sup>. Assim, a ditadura deturpou aquilo que define a atividade policial, privilegiando a segurança do Estado em detrimento da segurança do cidadão.

Sobretudo desde a década de 1990, sociedade civil, polícias (estaduais e federal) e o Estado brasileiro lidam com a crescente criminalidade, em especial, com o narcotráfico, tráfico de armas, crime organizado, entre outros. Alguns dos estudos aqui apontados perceberam que se trata de um resultado indireto da não autonomização dos serviços de inteligência em relação ao aprofundamento da guerra ideológica. Apesar dos objetivos inerentes a atividade de inteligência em segurança pública – subsidiar o processo de controle do crime ainda na esfera pré-delitual, o planejamento e a execução de outras ações, operações e investigações policiais; estimar a evolução da criminalidade; assessorar autoridades governamentais na formulação de políticas de prevenção e combate da violência<sup>28</sup> – o sistema político e a cultura política dominante no período (conservadora, repressora e anticomunista) monopolizou essa parte sensível e ainda pouco pesquisada do aparato policial.

25 GUERRA, Polícia e Ditadura, p. 22.

26 FURTADO, A Atividade de Inteligência em Minas Gerais no Raiar do Século XXI, p. 94.

27 Será parte importante da dissertação de mestrado, na qual venho trabalhando, analisar como se deu a interação entre as polícias mineiras no interior da COSEG, no intuito de identificar possíveis disputas institucionais e sua influência na atividade-fim do órgão.

28 BRANDÃO, Priscila Carlos. O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública no Brasil: Uma análise Institucional. In: BRANDÃO, Priscila Carlos & CEPIK, Marco A. (Orgs). Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.



## Um terreno em disputa: a(s) nova(s) polícia(s) em São Paulo (1834-1850)

**Bruna Prudêncio Teixeira**

Mestranda em História  
Universidade Federal de São Paulo  
bruna.prudenciot@gmail.com

### Resumo

A presente comunicação é fruto da pesquisa de mestrado intitulada "Polícia(s) em São Paulo: a Guarda Municipal permanente e as Guardas Policiais (1834-1850)", financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). De maneira geral, a pesquisa tem como objetivos analisar a ação, administração e funcionamento da Guarda Municipal permanente (GMP) e da Guarda Policial (GP) na província de São Paulo logo nas primeiras décadas que sucederam suas criações (período ainda pouco explorado nos trabalhos sobre polícia). Em vista disso, temos em conta todo o cenário político provincial, entendendo o período de criação dessas instituições, também como o de formação da província e, assim, parte do processo de formação do Estado Nacional. Nesse sentido, para critérios de contextualização é fundamental destacar que em âmbito nacional a GMP foi criada por Diogo Antonio de Feijó em 10/10/1831, e se configuraria como a primeira instituição pensada para exercer apenas a tarefa de policiamento, onde os guardas receberiam pelo trabalho prestado e o alistamento seria voluntário. Já a GP, foi criada dois anos depois em 1833, quando o governo imperial autorizou às províncias a instauração de corpos policiais. A força armada deveria ser constituída por voluntários locais os quais arcariam com os gastos necessários. O número de voluntários que formariam essa guarda ficou em aberto, dando liberdade à Câmara Municipal junto ao juiz de paz decidir. Elegemos como marco inicial do trabalho o ano de 1834, pois foi a partir do Ato Adicional e da criação das Assembleias Legislativas Provinciais que as províncias ganharam liberdade administrativa no que toca a questão do policiamento.

Em vista disso, para a presente comunicação, teremos como foco o âmbito administrativo da polícia, ou seja, demonstraremos como a GMP e a GP se moldaram na província de São Paulo nas primeiras décadas desde suas instaurações. De maneira geral, a partir do Ato adicional, permeamos uma nova dinâmica em que novos agentes políticos entravam em conflito com instituições e cargos mais antigos e tradicionais ainda em vigor. Isso fica nítido no que toca o policiamento, uma vez que percebemos que a administração da(s) polícia(s) era um terreno de bastante conflituoso entre as forças do centro provincial (presidente da província e assembleia legislativa) e as câmaras e autoridades municipais (juiz de paz, chefe e delegado de polícia).

**Palavras-chave:** Polícia, São Paulo, Guarda Municipal permanente, Guarda Policial, Formação do Estado Nacional.

## Introdução

O presente artigo é fruto da comunicação apresentada no EPHIS realizado em Belo Horizonte/Minas Gerais entre os dias 07 e 11 de maio. Pretendemos expor aqui a comunicação bem como os resultados advindos dos debates proporcionados por tal evento. Assim, o objetivo do artigo é analisar a maneira como se estruturou a Guarda Municipal permanente e a Guarda Policial na província de São Paulo entre os anos de 1834-1850. Escolhemos como marco inicial o ano de 1834, pois foi a partir da instauração do Ato Adicional que as províncias passaram a ter liberdade para legislar sobre suas forças policiais. Contudo, para critérios de contextualização, torna-se necessário pontuar que tanto a Guarda Municipal permanente quanto a Guarda Policial foram criadas em âmbito nacional anos antes, logo nos primeiros anos do período regencial, evidenciando a afirmação de Marco Morel de que a Regência pode ser vista “como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais”.<sup>1</sup>

Assim, em âmbito nacional, a Guarda Municipal permanente foi decretada por Diego Antonio de Feijó em 10 de Outubro de 1831<sup>2</sup>, apenas dois meses depois da criação da Guarda Nacional.<sup>3</sup> Ao contrário dessa, na Municipal os guardas receberiam ordenado, os castigos físicos seriam proibidos e o alistamento seria voluntário. Ademais, tratava-se da primeira instituição pensada para exercer unicamente a tarefa de policiamento. Dois anos mais tarde, em 07 de Outubro de 1833<sup>4</sup>, o governo imperial autorizou a criação de Guardas Policiais atreladas aos distritos dos juizes de paz. A formação da Guarda deveria ser feita a partir de voluntários locais e não há menção a possíveis pagamentos aos praças.

Em 12 de Agosto de 1834, instaurava-se em território nacional a lei que ficou conhecida como Ato Adicional. A partir dessa medida foram criadas as Assembléias Legislativas Provinciais de modo a remodelar o Arranjo Imperial vigente até então.<sup>5</sup> Isso reformulou a relação entre o centro imperial com as demais localidades do território o que garantiu maior expressividade aos interesses locais.<sup>6</sup> Contudo, se por um lado a partir do Ato Adicional inaugura-se uma nova relação entre província e centro, a instauração das Assembléias Provinciais estabeleceu um novo terreno de disputa política dentro do território provincial. Os novos agentes da capital passaram a disputar poder com as antigas Câmaras Municipais e os poderios locais.

1 MOREL, Marco. *O período das regências (1831- 1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. P. 09.

2 *Collecção de leis do Império do Brasil* (doravante CLIB), volume 1, pt. I. Lei de 10 de outubro de 1831. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14\\_36.pdf#page=1](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_36.pdf#page=1)> acessado em: 21/05/2018. p. 129.

3 A Guarda Nacional, também criada por Feijó, em Agosto de 1831. Para mais ver: *CLIB*, volume 1, pt. I. Lei de 18 de agosto de 1831. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html)> acessado em: 21/05/2018.

4 *CLIB* - 1833, Vol. 1. Lei nº 55, 07 de outubro de 1833. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-55-7-outubro-1833-565030-publicacaooriginal-88927-pl.html>> Acessado em: 21/05/2018.

5 DOLHNIKOFF, Mirian. *O Pacto Imperial: Origens do federalismo do Brasil*, São Paulo: Globo, 2005.

6 GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Analisar a administração da polícia é, sem dúvidas, um locus privilegiado de observação de toda essa nova dinâmica que se instaurava na ordem do dia, isso por que, conforme já exposto, era a primeira vez que a província passava a ter o poder de legislar sobre suas instituições policiais;<sup>7</sup> além disso, é Marcos Luiz Bretas quem nos chama atenção para o quadro de múltiplas instituições exercendo funções policiais concomitantemente no território Nacional.<sup>8</sup> Isso é visível ao para o caso da província de São Paulo, uma vez que, foi inclusive a coexistência de instituições policiais distintas que garantiu uma série de embates entre as mais variadas instancias de poderes locais. Em vista disso, ao longo desse artigo buscaremos comparar, sobretudo, os espaços administrativos entre a Guarda Municipal permanente e a Guarda Policial.

Adentrando o cenário político provincial, a partir de 1835 (um ano após a instauração do Ato Adicional), já é possível notar que a Guarda Municipal permanente e a Guarda Policial se configuravam de maneira completamente diferente uma da outra na província de São Paulo. A administração de ambas era distinta bem como o espaço de atuação das duas forças. Enquanto a primeira ficava majoritariamente destinada ao policiamento da capital provincial; a segunda funcionava como corpos de polícia locais e descentralizados. Para melhor explicar, a Guarda Municipal permanente deveria atuar como a força de polícia da capital e sublinhar apenas as localidades provinciais consideradas importantes pelo Governo central da província. De maneira geral, a administração da Guarda Municipal permanente era feita diretamente entre presidente de província e comandante do corpo. Já a Guarda Policial era a força das demais localidades provinciais, ou seja, a instituição se configurou como inúmeros corpos de polícia espalhados pelo interior e litoral provincial. Nesse sentido, sua administração era feita de maneira a envolver além do presidente de província e comandante do corpo, uma série de agentes locais, como juiz de paz, prefeito, delegado, subdelegado, chefe de polícia e ainda as Câmaras Municipais.

Essas diferenças administrativas e geográficas entre a Guarda Municipal permanente e a Guarda Policial nos possibilitam entender como essas instituições funcionavam na primeira metade do século XIX e também adentrar os embates políticos que estavam ocorrendo entre os novos poderes instituídos pelo Ato Adicional e os poderios antigos ainda em funcionamento na província. Para o caso de São Paulo, tem sido analisado que a partir da criação da Assembleia Provincial, as Câmaras Municipais perderam "proeminência política", contudo, não tornaram-se instituições nulas, longe disso, visto que permaneceram sob sua diligencia matérias administrativas importantes como, o processo eleitoral e mesmo questões jurídico-policiais.<sup>9</sup> Tendo isso em mente, o cenário legislativo já nos deixa bastante evidente a diferença administrativa entre as duas instituições.

7 De acordo com o artigo 11 parágrafo 2º do Ato Adicional de 1834: "Também compete às Assembleias Legislativas Provinciais: Fixar, sobre informação do presidente da província, a força policial respectiva". Para mais ver: *CLIB* volume 1: Lei nº 16, 12 de Agosto de 1834. p. 15-22. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/Internet/Inf-Doc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19\\_3.pdf#page=3](http://www.camara.gov.br/Internet/Inf-Doc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf#page=3)> Acessado em: 21/05/2018

8 BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra nas Ruas. Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

9 MEDICCI, Ana Paula; HORNER, Erik & BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. "Do ponto à Trama: rede de negócios e espaços políticos em São Paulo (1765-1843)". In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles & BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. (org). *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: HUCITEC- FAPESP, 2007. p. 436.

### A(s) Polícia(s) sob as leis

Das 17 leis instauradas pelo poder provincial que legislam sobre as duas instituições estudadas no período selecionado (1834-1850), dezesseis são referentes à Guarda Municipal permanente e apenas uma sobre a Guarda Policial. Essa diferença numérica nos sugere que dentre as forças de polícia instauradas na província, a Assembléia Legislativa Provincial detinha maior autonomia sob a Guarda Municipal permanente em relação a Guarda Policial.

De maneira geral, das 16 determinações encontradas para a Guarda Municipal permanente, 13 são leis anuais que marcam a estrutura na qual deveria se organizar a instituição. A partir dessa legislação conseguimos dimensionar a Guarda Municipal ao longo dos anos. Assim, entre 1837 até 1844 a instituição era formada por com duas companhias: uma de infantaria com 100 soldados e uma de cavalaria com 50.<sup>10</sup> A partir de fevereiro de 1844 até o mesmo mês do ano seguinte, a instituição aumentou consideravelmente uma vez que passaria a contar com duas companhias de infantaria, com 106 soldados, cada e uma de cavalaria, com 80.<sup>11</sup> Em 1845, reduziu-se o tamanho da força de modo que cada uma das companhias de infantaria passou a ser composta por 65 soldados e a cavalaria por 80.<sup>12</sup> Três anos mais tarde, em 1848, a Guarda foi expandida, a partir de então as infantarias funcionariam com uma média de 90 a 107 soldados cada e a de cavalaria de 68 até 82.<sup>13</sup> Essa estruturação foi mantida até o fim do recorte temporal, em 1850. Além dessas, as medidas legislativas restantes para a Guarda Municipal permanente tratam sobre a forma com que deveriam ocorrer os engajamentos e as obrigações do Corpo de permanentes.<sup>14</sup> Portanto, tudo que era referente à organização e ao funcionamento dessa instituição passava pela alçada a Assembléia Legislativa Provincial.

Já no caso da Guarda Policial, o cenário é bastante diferente. A única determinação que encontramos trata sobre o processo de nomeação do comandante da instituição. De acordo com a medida legislativa, o comandante seria nomeado pelo presidente da província mediante proposta dos prefeitos.<sup>15</sup> Sendo assim, enquanto para a primeira instituição temos as mais vastas informações acerca da estrutura, obrigações e engajamento, na segunda a única informação que consta é referente ao processo de nomeação de comandante. Tendo isso em mente, é importante destacar

10 *CLIB/ALESP*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1837/lei%20n.13,%20de%2006.03.1837.pdf>> Acessado: 21/05/2018.

11 *CLIB/ALESP*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1844/lei-19-27.02.1844.html>> acessado: 22/05/2018.

12 *CLIB/ALESP*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1845/lei-3-17.02.1845.html>> acessado: 22/05/2018.

13 *CLIB/ALESP*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1848/lei-4-06.09.1848.html>> acessado: 23/05/2018.

14 Para mais ver: *CLIB/ALESP*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1841/lei-13-25.02.1841.html>> e *CLIB/ALESP*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1837/lei-11-02.03.1837.html>>.

15 *CLIB/ALESP*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei-12-23.02.1836.html>> acessado: 23/05/2018.

que além da gritante diferença numérica entre as leis destinadas para cada uma das instituições, os processos de nomeação de comandantes da Guarda Municipal permanente e da Guarda Policial vem para somar na tese de que o presidente da província detém mais controle sobre a primeira instituição do que sob a segunda. Vale nos aprofundar nisso.

### **Administração dos postos de mando da Guarda Municipal permanente e da Guarda Policial.**

No caso da Guarda Municipal permanente, de acordo com o 4º artigo da lei provincial número 19 de 27 de janeiro de 1844,

O Commandante do Corpo de Municipaes Permanentes será um official Superior de qualquer das quatro classes do Exercito, ou de 2.ª Linha: em caso de necessidade porém poderá ser um Capitão com a graduação de Major. Os Commandantes de Companhias, e Ajudante serão tirados d'entre os Officiaes de qualquer das quatro classes do Exercito, da 2.ª Linha, ou d'entre os Officiaes honorarios, e da Guarda Nacional. O Presidente da Provincia requintará do Governo Central os que lhe forem necessarios; e poderá despedil-os do serviço quando convenha.<sup>16</sup>

Portanto, desde que o comandante tivesse a graduação estabelecida pela legislação e requintado pelo Governo Central, o presidente da província poderia nomeá-lo e demiti-lo conforme seu gosto.

Já no caso da Guarda Policial, o presidente não tinha tanta liberdade. Por ser uma força espalhada pelo território provincial, sua administração envolvia autoridades locais e Câmaras Municipais. Isso já estava designado em sua lei de criação. Conforme se vê no primeiro artigo da lei: “em cada um dos Districtos dos Juizes de Paz, exceptuados os das capitaes das Provincias do Imperio, haverão tantos Guardas Policiaes, quantos julgarem necessario as Camaras Municipaes, ouvidos primeiramente os Juizes de Paz”.<sup>17</sup> Em vista disso, a instauração dessa instituição antecede a criação da Assembleia Legislativa de São Paulo, ou seja, a instituição estava muito mais ligada às Câmaras Municipais do que ao presidente da província. Assim, após 1834 a nomeação de comandantes de Guardas Policiais da província de São Paulo acontecia da seguinte forma: o presidente da província só poderia nomear como comandante alguém que tivesse sido indicado previamente por uma autoridade municipal responsável pela área de policiamento daquela companhia.

Sendo assim, para dar conta desse processo, analisamos 618 nomeações de comandante policiais e percebemos que em todo período houve a indicação por parte de uma autoridade municipal.<sup>18</sup> Contudo, o poder de indicar mudou ao longo dos anos, resultando em uma tentativa de

16 *CLIB/ALESP* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1844/lei-19-27.02.1844.html>> acessado: 23/05/2018.

17 *CLIB* – 1833, Lei número 55 de 7 de Outubro de 1833. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=67285&norma=83226>> acessado: 18/05/2018.

18 As nomeações de Guardas Polícias estão disponíveis nos seguintes conjuntos documentais arquivados no Arquivo



maior controle por parte do governo central provincial em relação ao processo de nomeação de comandantes de Guardas Policiais. Isso por que, de maneira geral, quem começava indicando um candidato a comandante era o juiz de paz, cargo eleito localmente. Em 1835 ele foi substituído pelo prefeito, cargo instaurado pela Assembléia Legislativa de São Paulo e que pode ser entendido como uma tentativa de diminuição das atribuições do juiz de paz.<sup>19</sup> Em 1838, por sua vez, os prefeitos foram revogados de modo que o juiz de paz voltou a assumir a indicação do possível comandante.<sup>20</sup> Quatro anos depois, em 1842, o delegado e o subdelegado de polícia, nomeados diretamente pelo presidente da província substituíram o juiz eleito localmente. O quadro permaneceu sem alteração até 1846 quando quem passou a indicar foi o Chefe de Polícia; cargo nomeado diretamente pelo presidente de província e que embora tenha sido criado em 1827 só ganhou evidência depois da reforma de 1841.<sup>21</sup> Tendo tudo isso em vista, é evidente que embora haja o reconhecimento e legitimação administrativa das autoridades municipais, há uma reforma na tentativa de sublinhar essas autoridades que deixariam de ser eleitas localmente para, ao final do processo, serem indicadas por uma autoridade nomeada diretamente pelo governo provincial. Isso nos remete a ideia de Ivo Coser em que com a instauração do Ato Adicional, ao mesmo tempo em que a província ganhou autonomia em relação à Corte, ela passaria a centralizar o poder das vilas, uma vez que deteria maior controle sobre suas instituições municipais.<sup>22</sup>

Tudo isso mostra que, embora a Guarda Policial fosse uma força descentralizada e atrelada às Câmaras Municipais desde sua lei de criação, há um tremendo esforço por parte do Governo Central da província em deter maior controle sobre sua administração. Essa tentativa de controle não se limita ao processo de nomeação dos comandantes da Guarda Policial, mas, perpassa também o desejo do Governo Central provincial em deter informações sobre a organização e atuação da prática das companhias de Guarda Policial.

### Diferentes polícias, diferentes agentes e diferentes níveis de informações

De acordo com tudo que foi exposto até aqui, é nítido que o presidente da província detinha maior controle sobre questões acerca da Guarda Municipal permanente do que da Guarda Policial. Também ficou evidente a diferença entre as duas instituições; enquanto a primeira era divi-

---

Público do Estado de São Paulo: APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo: Cód. E00396; E00397; E00509; E00470; E00471. Série: Justiça-polícia: Cód. E00586. Série: Polícia: Cód. C02436.

19 Para mais ver a lei de criação do cargo dos prefeitos disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.18,%20de%2011.04.1835.htm>> bem como a de revogação, <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1838/lei%20n.4,%20de%2029.01.1838.htm>>

20 FLORY, Thomas. *El juez de paz e el jurado em el Brasil imperial*: Control social y estabilidad em nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. P. p. 246-247.

21 ROSEMBERG, André. *De chumbo e Festim*: uma história da polícia paulista no final do império. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2010. p. 49.

22 COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai*, centralização e federalismo no Brasil, 1822-1866, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 146-147.



didada entre, no máximo duas companhias de infantaria e uma de cavalaria; a segunda se configurou como inúmeros corpos atrelados as Câmaras Municipais e espalhados pelo vasto território provincial. Assim, também era mais viável ao presidente da província deter controle sobre a estruturação da Guarda Municipal permanente do que sobre a Guarda Policial.

Nesse sentido, sobre a instituição da capital da província, além de todas as medidas legislativas já mencionadas aqui, encontramos entre os anos de 1835 e 1850 tabelas mensais com descrição e contabilidade da Guarda Municipal permanente, divididas entre as companhias de infantaria e cavalaria. No geral, o comandante de cada uma das companhias enviava ao presidente todo mês uma tabela aonde vinham definidas as graduações dos integrantes da Guarda, desde superiores, cabos, furriel, até soldados; o nome do indivíduo que ocupava os cargos; seus respectivos soldos; a atividade que desempenhava e, por fim, a soma dos gastos com soldos.<sup>23</sup> Isso demonstra que há um controle bastante direto e periódico do presidente da província em relação à organização e funcionamento dessa instituição.

Entretanto, para o caso da Guarda Policial o cenário é de novo, bastante diferente. Só o fato de ser uma instituição múltipla ligada às Câmaras Municipais demonstra que sua organização e seu contingente mudavam de acordo com o local ao qual o batalhão estava destinado. Em vista disso, essa organização se dava da seguinte maneira: seria responsabilidade do juiz de paz (1835-1845) e depois do subdelegado de polícia (a partir de 1846) enviar para as Câmaras Municipais a listagem dos indivíduos aptos à Guarda Policial. A Câmara por sua vez, deveria organizar os possíveis guardas em companhias e enviar para o governo central da província a proposta de estruturação da Guarda Policial ou das Guardas Policiais de suas localidades. Ao governo central provincial cabia julgar essa estrutura e retornar um ofício à Câmara aprovando ou alterando a organização da Guarda. Feito isso, a Câmara Municipal remeteria a organização aprovada ao juiz de paz que então selecionaria os guardas para trabalharem em companhias conforme suas moradias.<sup>24</sup> Contudo, um problema prático assombrou esse processo em todo período analisado: a ausência da remessa da listagem – tanto por parte das Câmaras quanto dos Juizes de Paz e, posteriormente, dos subdelegados de polícia. Em toda documentação analisada o índice de cobrança dessas listagens é sempre muito maior do que as acusações de recebimento; tanto que isso perpassa inclusive nos relatórios de presidentes. Vale citar, ao menos, dois casos. O primeiro faz parte do discurso recitado por Manoel Machado Nunes em 07 de Janeiro de 1840, o presidente dizia o seguinte.

Desde 16 de Setembro do anno que acaba de findar, exigi também das Câmaras Municipaes de toda a província listas dos indivíduos pertencentes á Guarda Poli-

23 Essas tabelas estão arquivadas nos seguintes conjuntos documentais disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo. APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Corpo de Municipais Permanentes – caixa. Cód.: C02263, C02263A, C02264, C02265, C02267, C02268.

24 Essa conclusão é advinda de análises das Atas das Câmara Municipal de São Paulo entre os anos 1834-1850 e das correspondências arquivadas no APESP nos seguintes conjuntos: Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo/Registro da correspondência do governo com câmaras municipais e prefeitos – encadernado. Códigos: E00396; Cód. E00397. série: Registro de Correspondências com as Câmaras Municipais – encadernado. Códigos: E00398; E00399; E00400; E00401; E00402; E00403; E00404; E00405.

cial. Algumas têm mandado, outras ainda não responderão; e muitas têm confessado, que não havia alistamento, e que passavam a requisitar as listas parciais dos Juizes de Paz, para então formarem.<sup>25</sup>

O segundo data de cinco anos depois, 1845, quando o então presidente Manoel da Fonseca Lima e Silva relata em seu discurso de maneira clara a ausência das listagens e mapas da força; o presidente menciona:

“Tendo com antecipação exigido dos diversos Comandantes d’ esta Força os mapas, que devem comprehendel-a, e não havendo-os até agora obtido, sem que possa atinar ao que tem ocasionado semelhante falta, careço por isso dos dados necessários para organizal-a e regularizal-a de um modo que seja convinável, e sempre de acordo com o que tendes legislado a respeito. Immediatamente que sejam n’ esta parte satisfeitas minhas exigências, dar-me-lhei a esse trabalho com dedicação, que me é peculiar, tanto por indole, como pelo dever que impões meu cargo”.<sup>26</sup>

Esses dois trechos deixam clara a total indignação dos presidentes em relação a ausência de informações sobre a Guarda Policial, entretanto, o fato do governo da província insistir em cobrar as listas durante todo o período analisado, demonstra o real desejo de maior conhecimento e controle sobre as questões policiais do interior.

Essa incessante cobrança nos sugere duas questões, ou de fato as listas não eram enviadas porque a Guarda Policial não era organizada em algumas partes do território, de modo que a população era armada conforme a necessidade e/ou ainda, que não havia interesse por parte dos poderes locais de que o presidente da província interferisse na organização de seus corpos armados. De todo modo, isso nos possibilita pensar acerca da maneira com que os pólos de poder estavam divididos no território da província de São Paulo, ou seja, no limite, estamos observando que, mesmo com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, instauradas pelo Ato Adicional, as atribuições administrativas das Câmaras Municipais foram mantidas. Um exemplo bastante emblemático disso é, justamente, a administração das Guardas Policiais que, mesmo em decorrência de toda insistência do Governo Central provincial em deter maior controle, continuou sendo gerida e organizada de maneira local.

### Considerações Finais

Em vista de tudo que foi posto até aqui fica claro que a Guarda Municipal permanente e a Guarda Policial tinham processos administrativos distintos. Por conta do tamanho e proximidade com o centro provincial, a Guarda Municipal permanente era gerida pelo governo central da pro-

25 Para mais ver: APESP. Sessão: Microfilme; Coleção do Império do Brasil, série: Relatórios Presidentes da Província de São Paulo. – microfilme. Cód. 0604019. P. 12

26 Para mais ver APESP. Sessão: Microfilme; Coleção do Império do Brasil, série: Relatórios Presidentes da Província de São Paulo. – microfilme. Cód. 0604019. P. 09.

víncia muito mais de perto do que a Guarda Policial. As listagens de contingente e organização da força deixam isso bastante evidente. No caso da Guarda Policial, por sua vez, além de não ter nada no cenário legislativo que marcasse a organização da instituição; não há nenhuma correspondência trocada de maneira direta com o comando do corpo. Toda informação a respeito dessa instituição chegava ao presidente da província via Câmara ou autoridades municipais. Além disso, a existência de um maior fluxo de cobrança de listagem do que de recebimento demonstra que, ao fim e ao cabo, o governo provincial ficava muitas vezes sem conhecimento da organização das forças armadas território à dentro. Contudo, mesmo não obtendo sucesso em receber a maioria das listas, as cobranças são feitas em todo o período analisado, o que evidencia o real desejo de controle do governo central provincial em torno da Guarda Policial. E por outro lado, a relutância dos poderes locais em não informar a Assembleia Legislativa Provincial acerca de seus corpos armados.

Portanto, fazendo um balanço geral de tudo que foi apresentado até aqui, fica claro que a Guarda Municipal permanente e a Guarda Policial tinham lógicas administrativas e de informações completamente diferentes uma da outra. A Guarda Policial respondia a uma lógica antiga que se relacionava com a ideia de forças centrífugas de dispersão de poder no território; a Guarda Municipal permanente, por sua vez, tem caráter centrípeto uma vez que se enquadra na tentativa dos novos agentes do centro provincial em deter o poder/conhecimento do que se passa no restante do território. Assim, analisar essas duas instituições de polícia na província de São Paulo é também permear os conflitos que se davam na província ao longo do processo de formação do Estado Nacional.

## O crime dos irmãos Piriás: polícia e justiça em Sete Lagoas e região (1978-1979)

Guilherme Amormino Gomes  
guilherme.amormino@yahoo.com.br

### Resumo

No ano de 1978 os irmãos Orlando Patrício da Costa e Sebastião Patrício da Costa, popularizados como “Piriás”, protagonizaram um caso bastante difundido nos jornais de Minas Gerais. Além da repercussão por vias dos periódicos do período sobre o caso policial, foram produzidos como fenômeno de construção da memória sobre o evento: curta e longa-metragem, música, ditados populares, lendas urbanas, notícias de jornais de outros estados. Na manhã de Natal do ano de 1978, após sete meses de perseguição, os irmãos foram mortos alvejados por 14 tiros cada um na cidade de Corinto/MG. Os policiais envolvidos nessa “captura” foram condecorados. Depois da montagem do processo, o juiz e o representante do Ministério Público acataram o arquivamento do processo. O Inquérito da Polícia Militar (IPM) teve sua abertura datada em abril de 1978 e o seu término no feriado de carnaval em 25/02/1979 – como o juiz fez questão de mencionar, fornecendo indícios da importância do caso – no ato de arquivar o processo. Na relação de documentos do processo encontram-se: relatórios das testemunhas, mapas da polícia e de operações, mapa do itinerário dos Piriás, fotos, autos de resistência e apreensão, mandato de prisão, histórico criminal e um termo de declarações do DOPS onde ficaram presos por um tempo. Além desses já mencionados, existem ainda outras duas pastas anexadas ao processo, ambas coletâneas contêm recortes de jornal e o relatório da autópsia. Esses documentos formam o processo criminal “Irmãos Piriás 1979 - nº 5607”, que juntos e articulados por um corregedor criam uma narrativa que deu legitimidade jurídica a um duplo assassinato. Sob a justificativa de “reestabelecer a paz no campo”, nenhuma denúncia à ação da PM foi efetuada. Tendo em vista esta perspectiva construcionista para pensar o processo enquanto fonte histórica, torna-se necessário problematizar o evento: até onde prejudicavam a paz no campo? A paz para quem? Por que os irmãos incomodaram tanto? Quais as questões históricas estavam envolvidas na construção do fato? Utilizando principalmente o processo-crime supracitado como fonte, articulado com o aporte teórico e metodológico de Keila Grinberg e Boris Fausto a seguinte pesquisa busca remontar o cenário em que se desenvolveu o caso. Além disso, analisando o processo é possível perceber: a forma como os órgãos de justiça se organizavam; a inter-relação com as polícias, dos efetivos policiais entre si e com os vários grupos da sociedade daquela região e época.

**Palavras-chave:** Piriás, crime, polícia, justiça.

No ano de 1978 os irmãos Orlando e Patrício da Costa, popularizados como “Piriás” protagonizaram um caso bastante difundido nos jornais de Minas Gerais e de outros Estados. Além dos jornais, foram produzidos como parte da memória sobre o evento: Curta e Longa-metragem, música, ditados populares e lendas urbanas.

Na manhã de natal do ano de 1978, depois de sete meses de perseguição, os irmãos foram mortos, alvejados por 14 tiros cada um na cidade de Corinto em Minas Gerais. Os policiais envolvidos nessa “captura” foram condecorados. Depois da montagem do processo, o juiz e o representante do ministério público acataram o pedido de arquivamento do caso.<sup>1</sup>

O Inquérito da Polícia Militar (IPM) teve sua abertura em abril de 1978 e o seu término no feriado de carnaval do ano seguinte. No ato de encerramento do processo, o juiz responsável fez questão de mencionar que o dia se tratava de um feriado, dando-nos indícios da importância do caso, já que, os plantões judiciários atendem em dias excepcionais casos de urgência e ou importância.<sup>2</sup>

Na relação de documentos do processo encontram-se: relatórios das testemunhas, mapas da polícia e de operações, mapa do itinerário dos Piriás, fotos, autos de resistência e apreensão, mandado de prisão, histórico criminal e um termo de declarações do DOPS onde ficaram presos por algum tempo. No entanto, existem ainda outros dois dossiês anexados ao processo, estas duas coletâneas contêm recortes de jornais e o relatório da autópsia.

Pretende-se desenvolver uma análise do processo buscando compreender o conjunto de significados ocultos que se explicitam a partir do estudo da construção deste. Ao trabalhar com o processo criminal enquanto fonte, um documento oficial do judiciário, especificamente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais é preciso alguns cuidados teóricos e metodológicos. É necessário pensar as complexas relações entre "documento/monumento", afinal, este documento foi construído, a partir de narrativas que são resultado, como aponta Le Goff:

do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo [...].<sup>3</sup>

Partindo desta perspectiva, a construção deste documento também possui um determinado objetivo, afinal, criam-se os processos criminais sabendo que, como aponta Keila Grinberg:

o objetivo primeiro da produção do documento não é reconstituir um acontecimento – o que, de resto, jamais poderia ser – mas buscar ou produzir uma verdade, acusando e punindo alguém. Nessa perspectiva, todos os depoimentos seriam “ficções”, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história. [...].<sup>4</sup>

1 Processo Irmãos Piriás – 1979 N° 5607.

2 Processo Irmãos Piriás – 1979 N° 5607.

3 GOFF, Jacques Le. *História e memória*; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 7° ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 472.

4 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários* In: PINSKY, Carla & DE LUCA, Tânia (orgs.). O

Parte-se do pressuposto de que esses documentos foram construídos, em um determinado tempo, por agentes específicos, para criar uma verdade e punir alguém, estabelecendo legalidade ao fato que este trabalho se situa. Desta forma, constroem-se investigações, montam-se processos, coletam-se evidências e anexam ao processo onde tudo isto será tratado como um crime e sua veracidade.

Numa abordagem histórica, o conceito crime "diz respeito ao fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções"<sup>5</sup>. Assim, o(s) crime(s) dos irmãos Piriás será pensado: como um fenômeno singular que guarda em si profundas questões históricas intrínsecas. A investigação do caso retoma questões culturais de um tempo, ao qual está ligada a construção do crime, ou seja, o crime é ponto de partida para (re)construir o enredo social e as suas questões subjacentes.

Assim como o personagem de Arthur Conan Doyle, comumente conhecido como Sherlock Holmes, o historiador por meio do método indiciário torna-se uma espécie de detetive ao analisar "pegadas, rastros, fezes (animais ou humanas), catarros, córneas, pulsações, campos de neve ou cinzas de cigarro"<sup>6</sup>. Desta forma, os sinais, como rastros, resquícios, vestígios e as ausências são os detalhes ao qual nos atentamos para remontar um cenário plausível do passado.

O papel é de um detetive, cujo trabalho não é desvendar um crime ou um culpado, trata-se de um investigador que parte do pressuposto de que o interessante é "o processo de transformação dos atos em autos, sabendo que ele é sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento"<sup>7</sup>.

Contudo, não podemos "esquecer que não existem fatos criminais em si, mas um julgamento criminal que os funda, e um discurso criminal que o fundamenta"<sup>8</sup>. Portanto, vale ressaltar o conjunto de leis que estabelece as ações proibidas, constituindo-se crimes e definindo suas punições, o Código Penal.

No caso do Código Processual Penal, ele é o responsável por regulamentar a investigação dos crimes e as formas de legitimá-los. Ele, assim como o Código Penal, é o mesmo de 1941 com algumas alterações, inclusões e revogações.

Os códigos penais sofrem alterações com o tempo, sendo assim, torna-se necessário retomar o conjunto de normas previsto no ordenamento jurídico brasileiro vigente na época, já que, nele constarão os crimes e as punições imputados aos criminosos em 1978. O último dispositivo elementar da Justiça Criminal é o mesmo desde 1941. Desde então, existem leis que alteram, in-

---

*historiador e suas fontes*, – 1ª ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2009, p. 127.

5 FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo(1880-1924)*, – 1ª ed. São Paulo, SP: Editora Edusp, 2001, p. 9.

6 GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*; tradutor. Federico Carotti. – 2ª ed. –São Paulo, SP: Cia das letras, 2012, p. 171

7 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciais*, p. 128.

8 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciais*, p. 128.



cluem ou revogam parte deste que não passou por uma grande reestruturação como os antecessores deste.

De 1941 até 1978 (data em que inicia o processo analisado), ocorrem no Código Penal, entre ressalva, correlatas, alterações e regulamentações, exatas 37 mudanças durante este período. Podendo elas, promover alterações significativas na dinâmica do processo, já que, podem alterar uma lei e, nesse sentido, deixar de contemplar um tipo de crime.<sup>9</sup>

Sobre as mudanças no código processual penal, é possível perceber algumas alterações significativas para este processo na leitura do mesmo, já que, não raras são citadas no processo. Encontra-se com aspecto de crítica a alteração de um determinado texto do código processual penal:

Uma onda de demagogia tola e barata andou, de uns anos para cá a percorrer as nossas leis e dela é a parte precisamente a lei nº 5349, de 3 de novembro de 1967, que deu nova redação ao capítulo III do título IX do CPP, redação essa que atingiu o aspecto austero e severo do texto anterior contido nos artigos 311 e seguintes da lei processual penal<sup>10</sup>

Em suma, o decreto lei altera o art. 311, e incrementa os artigos 312, 313, 314, 315 e 316 ambos referentes a prisão preventiva, que antes assim era descrito:

Art. 311. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria.<sup>11</sup>

A mudança deixa o texto mais detalhado, onde se estabeleceu quando a prisão preventiva poderá ser decretada, passa a exigir o despacho para prisão preventiva fundamentado em lei e ainda abre a possibilidade de que o juiz revogue algum decreto, caso falem motivos para o mesmo.

Além de conter neste despacho uma crítica às mudanças ocorridas nas décadas que antecedem o processo, também há, um relato do tipo de justiça pretendida por este agente. Não existia nenhuma mudança absurda naquele decreto lei, tanto que o texto permaneceu válido até 2011. Então, nesse sentido, o trecho é importante tanto para pensarmos a forma como as mudanças nos códigos reverberam no processo, tanto quanto como afirmou Sueann Caulfield: “Mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum”<sup>12</sup>

Desta maneira, analisando esses discursos dos envolvidos no processo, podemos chegar aos seus posicionamentos frente a sociedade, identificando assim, quais eram aproximadamente o

9 Consulta ao site através do link: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/16/1940/ALTERACAOCP.htm>> . Acesso em: 29 jun. 2018.

10 Processo Irmãos Piriás – 1979 Nº 5607.

11 Consulta ao site através do link: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/16/1940/ALRERACAOCP.htm>>

12 CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000, pp. 39 e 40.

era o imaginário da região e época. Este é um indício que de os agentes dos aparatos punitivos do Estado eram pouco tolerantes com os irmãos e cortejavam uma justiça mais austera e severa.

Espelho desta rigidez, pode-se observar na posição do Juiz:

Sempre considerei que a ordem pública como expressão da existência do próprio Estado, está acima, muito acima, das conveniências particulares. Por isto, dou-lhe aquele entendimento de "razão de Estado", "ragione di Stato", "Staatsrazson". Ainda que não chegue a tanto, podemos até mesmo considerar que, quando fala o alto interesse da coletividade, que se confunde com a nacionalidade, portanto, fundamento do bem-comum, que se creia uma "Razão de Estado", como sendo um "arbítrio do Príncipe" (Machiavelli). (sic)<sup>13</sup>

Em seu parecer, o Juiz nos dá possibilidades de análises, como pensar questões por exemplo do "alto interesse da coletividade" e a "nacionalidade". De fato, esse discurso nacionalista é presente no contexto de ditadura civil militar do Brasil, mas a ideia de interesse coletivo sem a participação da coletividade é o que chama mais atenção. A justificativa de "interesse da coletividade" também está presente no parecer do promotor militar, que diz que a morte dos irmãos serviu para "reestabelecer a paz no campo". Encontra-se também em parte dos relatos das testemunhas intimadas a depor no processo.

Porém, é preciso destacar que entre as cinquenta e cinco testemunhas que foram convocadas a depor neste processo, existiram determinadas escolhas subjetivas. A seleção é majoritariamente determinada por um grupo social – de fazendeiros –, construindo uma representação dos irmãos a partir do olhar deste grupo, que compõem vinte e três relatos somados. Outra coletividade que aparece em grande número é o do efetivo policial, não raro atuam para defender os interesses destes fazendeiros na zona rural e compõem quatorze relatos.

Pode-se dizer que o mesmo acontece nas escolhas dos jornais. A pasta que contém os periódicos é composta por 23 recortes, sendo quinze do chamado "A Notícia", quatro do "Estado de Minas" e, o restante, "Em Tempo", "A Gazeta", "Jornal de Minas" e "Movimento" com um recorte para cada publicação. Sendo assim, há também uma preferência por determinada narrativa sobre os irmãos, fruto das disputas entre versões sobre os indiciados no processo que reverberam de alguma maneira na legitimidade jurídica da execução dos Piriás.

Trata-se de um caso com vasta repercussão nos jornais, podendo até dizer que houve uma repercussão nacional da perseguição. Dentre as várias notícias e vários relatos, o corregedor do processo suprime grande parte da realidade e transforma em autos do processo uma versão que corrobora com a que eles tiveram do caso dos Piriás. Além disso, no acervo onde se encontra o processo aqui analisado, não é regra os processos conterem jornais como parte integrante das provas. Tal anexação remete a um imaginário da época que entendia os jornais como isentos de interpretação com fatos fidedignos ao acontecido.

13 Processo Irmãos Piriás – 1979 Nº 5607.

Tal forma de pensar e discutir sobre as notícias dos jornais estavam presentes na década de 1950, podendo ainda, conter alguma permanência nos anos de 1978 e 79, já que, ainda hoje esse tipo de pensamento existe. Perceba no trecho a seguir de Tânia de Lucca:

É possível distinguir notícia de interpretação? Vejam-se as respostas do jornalista Danton Jobim e da escritora francesa Marguerite Duras:

[Jobim:] A objetividade que persegue o repórter em nossos dias [1950] - "os fatos são sagrados" é a regra ideal – concorre para melhorar, tornando mais fidedigno o registro jornalístico. Parte cada vez mais importante desses registros se constitui de fatos objetivos da história, os quais, para usar a expressão de Butterfield, "podem ser estabelecidos por concreta evidência externa" e "podem e devem ser válidos tanto para um jesuíta como para um marxista".

[Duras]: Um jornalista é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia muito de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras, a informação objetiva é um logro total. Uma impostura.<sup>14</sup>

Nesse sentido, é plausível que o corregedor ao anexar os jornais como provas do processo tenha tratado as notícias como Jobim, fruto de uma ideia de época onde tais debates ainda engatilhavam. Com isso, constrói-se uma versão unívoca dos irmãos no processo o que de alguma maneira facilitou o processo de legitimação da execução.

Sobre os jornais e a construção de uma opinião pública por partes destes, torna-se necessário também uma reflexão metodológica. Na definição de Becker reação imediata diante de um evento, logo em um curto espaço de tempo, "a opinião pública faz parte dos fenômenos sociais aparentemente evidentes, mas que se furtam a análise do momento em que esta visa à precisão científica"<sup>15</sup>. Para o autor, os comportamentos da opinião pública são o resultado complexo entre o estado de mentalidades e o contexto. Esta relação se apresenta aparentemente como um paradoxo, pois a história das mentalidades diz respeito ao estudo histórico de longa duração e a história da opinião pública parece lidar com a "microhistória", afeita ao tempo breve, do evento: reação imediata a um acontecimento preciso. Neste sentido, a reação aos jornais, pautada nas publicações que iam ao encontro daquelas opiniões que defendiam a "captura" dos piriás por causarem desordem no campo ficam evidenciadas na documentação construída pelo dossiê Irmãos Piriás, e, desta forma, apontam para o impacto da opinião Pública no estudo do caso.

Para entender a construção da opinião pública construída por jornais que compõem o dossiê, pode-se perceber um elemento da construção desta opinião Pública em uma das páginas do jornal "A Gazeta" no dia 26 de dezembro de 1978. De acordo com o periódico:

Apenas dois homens, mateiros analfabetos, mas conhecedores do território por onde andavam, a partir de pequenos furtos para a própria manutenção, praticaram o primeiro crime de morte e, daí, mais outros. Antes, foram presos várias

14 DE LUCA, Tânia R.; *História dos, nos e por meio dos periódicos* In: PINSK, Carla & DE LUCA, Tânia R. (orgs) *Fontes históricas – 2ª ed.* São Paulo, SP: Editora Contexto, 2008, p. 139.

15 BECKER, Jacques Jean. A opinião pública. In: REMOND, René. *Por uma história política. tradutora Dora Rocha – 1ª Ed.* Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ 1996, p. 187.

vezes. Depois, apareciam e desapareciam sem deixar vestígios, causando inquietação e ambiente de pânico em vasta área rural da região centro de Minas. Acusados de vários crimes, foram perseguidos sistematicamente por mais de quatro meses, sempre levando vantagem com a PM, que usou helicóptero, avião, cães rastreadores, granada de gás, armas de vários tipos e calibres, homens treinados com métodos de guerrilha rural, e recursos técnicos como lunetas para enxergar no escuro e transmissores portáteis. Tudo em vão e a polícia mal situada perante a opinião pública. Os dois irmãos começaram a virar lenda. A estratégia para sua captura foi elaborada com a aprovação do tenente-coronel Vicente Rodrigues-que tem curso do FBI norte americano, com emprego de pessoal da PM do 3º, 6º e 14º batalhões, além de elementos da polícia civil. Agora eles estão mortos. E o comandante geral da PMMG lamentou a impossibilidade de pegá-los vivos para serem julgados.<sup>16</sup>

Existem nessa notícia e em outras do dossiê aspectos que corroboram com as justificativas que o processo-crime constrói de necessidade de "reestabelecer a paz no campo". Em outros casos, confirmavam outra ideia construída no processo: a dificuldade em capturar os irmãos vivos. Desta forma, evidencia-se como as questões construídas na opinião pública reverberam no processo-crime, a necessidade de paz acabou por dar cartas brancas a ação policial e a ideia de dificuldade montada justifica o mérito recebido aos que tiveram sucesso na "captura". Nesse sentido, os jornais anexados ao dossiê dos piriás auxiliam na construção imagética discursiva de um campo sem paz, culpabilizando e associando aos irmãos e a perseguição tal clima.

Sobre a execução e as escolhas por determinadas narrativas - o que também determina os relatos que não estariam no processo - existe um indício importante na pasta da autópsia. Segundo a análise dos peritos e os depoimentos dos militares envolvidos na diligência final, eles foram mortos cerca de cinquenta metros de distância um do outro. No entanto, há uma foto dos médicos do IML em que os corpos foram colocados lado a lado e esta foto aparece na capa do jornal que não está presente no processo, o periódico "A Notícia". Simbolicamente a foto é importante para a construção da "dupla" de criminosos que justifica a alcunha na opinião pública de "irmãos piriás".

Há além disso, um forte indício de que este jornal mantinha estreitas relações com os aparatos punitivos do Estado, tendo inclusive o privilégio de receber fotos que faziam parte dos autos do processo - quando ele ainda não era público. E assim como existe essa possibilidade, também há rastros que de os policiais atuavam lado a lado dos fazendeiros para que seus interesses fossem defendidos, ou seja, tudo que compõe majoritariamente o processo é fruto de uma coalizão de interesses, ambos mediados pelos aparatos punitivos.

Entretanto, esse tipo de representação dos irmãos, como perturbadores da paz, não se confirma em um cruzamento de fontes ou até mesmo em parte do processo. Como aponta este testemunho:

[...] que os conhece há cerca de 14, digo, há cerca de seis anos na época em que ambos viviam no mato do lugar conhecido como Cruzinha, próximo do açude,

16 A GAZETA, São Paulo, Caderno Extra Pág.1 26/12/1978.

neste município, retiro do Sr José Afonso; que os referidos elementos, naquela época, eram encontrados caçando passarinhos, enquanto que o depoente ali sempre comparecia para buscar lenha; que por várias vezes o depoente ao encontrar com os mencionados meninos, que eram irmãos, conversavam, via de regra, sobre assuntos atinentes a caçada de passarinhos; que em algumas oportunidades o depoente serviu-se de farofa de tatu, oferecida pelos epigrafados; que o relacionamento do depoente com os dois irmãos era amigável [...] (sic)<sup>17</sup>

Este é um fragmento do depoimento de um servente, que representa uma figura amistososa dos irmãos, como indivíduos ligados a um cotidiano mais rural e menos urbano. Essa não é a representação que compõem majoritariamente o processo, nos dando um rastro para investigar: quais as outras representações possíveis dos irmãos? Quem eram os irmãos para cada grupo que o representou? Qual o papel da mídia nestas construções?

Tal levantamento de versões e, a forma como cada interpretação é trabalhada no processo significa, como afirma Júlio Arostegui:

quantificar as variáveis que intervêm em um fenômeno histórico e expressar suas relações através de medidas, de equações, através da linguagem matemática de nível mais ou menos elevado, não é nunca o 'objetivo' de uma pesquisa, mas como sempre, um instrumento de preparação dos dados [...] A quantificação permite encontrar relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa [...] Mas quantificar não é nunca um fim em si mesmo.<sup>18</sup>

Portanto, na montagem desse processo o corregedor do IPM ao selecionar e desenvolver certa versão pejorativa dos irmãos explicitou questões que pudessem minar a imagem dos irmãos diante a sociedade e produziu a ideia de que era impossível captura-los com vida – para justificar talvez, a morte. Dentro dos adjetivos pejorativos estão: "Eram inimigos do trabalho", "Hábito adquirido quando crianças de embrenhar-se no mato como selvagens[...] informações abundantes desta anomalia", "Eram malvados. Atemorizavam pelo prazer de atemorizar", "Eram vingativos" entre vários outros adjetivos encontrados no processo. Todos esses adjetivos dizem muito de como a polícia e a justiça os viram, mas dizem também, das questões culturais do contexto do caso, tais como: a relação com o trabalho, a segurança, a "anomalia" de viver no mato etc. Dentro das disputas de versões, tal discurso negativo dos irmãos obteve êxito. Tal versão se aproxima da produzida para justificar a execução de índios "incivilizáveis" do interior de minas.

A representação desumana e incivilizada dos irmãos, por si só, ainda não justificaria a execução dos irmãos. Recorreram, então, a utilizar do descrédito para com o apoio popular e parte das mídias que questionavam a ação policial e, ainda, elevar essa ação militar para a construção heroica do feito. Além de justificar a ação como algo dentro dos limites legais. Como nesse trecho do processo:

17 Processo Irmãos Piriás – 1979 Nº 5607.

18 AROSTEGUI, Júlio. *A pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006. p. 538.

É até risível que uma minoria de certa imprensa inidônea, através de reportagens inverídicas e tortuosas, queira glorificar os "Piriás", transformando-os falsamente nos "Robin Hood" do sertão. Isto não passa de procedimento de "maniqueu cego", que, segundo certo escritor, enxerga o bem onde existe o mau, e vice-versa. Outrossim, há de se atentar também que fazer apologia do criminoso ou do fato criminoso constitui ilícito penal.

Mas em verdade, os objetivos escusos dessa pseudo imprensa são bem identificáveis. Só os tolos ou inocentes úteis não percebem.<sup>19</sup>

Percebe-se que na visão do corregedor há uma "minoria de certa imprensa" que é digna de risos, a qual realiza publicações "inverídicas" e "tortuosas" podendo realizar com isso algumas análises. A primeira está ligada a percepção dos jornais, onde acredita-se que as notícias são capturas da realidade e os jornalistas o fazem de maneira imparcial, porém, para criar a notícia o jornal "seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público"<sup>20</sup>. Nesse sentido então, nenhuma notícia de jornal pode ser tratada como verdade absoluta, como pensou o corregedor nesta crítica aos jornais e nem tampouco como completamente falsas. Tratam-se de uma abordagem histórica, uma fonte que evidencia o seu lugar de fala. Outra possibilidade é identificar que minoria é essa, afinal, trata-se de um período em que há censura na imprensa, fazendo com que os jornais se dividissem a priori em três tipos de ocupações sociais: há os jornais que aderem a intervenção estatal para receber alguns benefícios; os que por sua vez, criticam a censura de maneira subliminar e os que não aderem à repressão, sendo perseguidos e ou lançados na ilegalidade.

É possível refletir ainda que, por pensar desta forma os jornais que acompanharam a perseguição dos irmãos piriás o corregedor tenha excluído parte deles dos autos, já que, não publicam a verdade e fazem apologia ao crime e glorificam criminoso em sua análise. Acreditar nisto por sua vez, seria uma ingenuidade do historiador, múltiplas interpretações sobre a perseguição foram selecionadas para compor um discurso do processo e conferir legitimidade a execução dos irmãos. Sobre Orlando e Patrício, graças a várias fontes de várias tipologias muito sabemos, sobre outros perseguidos e mortos no campo durante a ditadura civil militar pouco ou nada sabemos.

19 Processo Irmãos Piriás – 1979 Nº 5607.

20 DE LUCA, Tânia R.; História dos, nos e por meio dos periódicos. P, 139.



## Processos-crime como fonte historiográfica: debates e apontamentos de pesquisa

Elimar Cosme do Espírito Santo<sup>1</sup>  
elimar.csanto@gmail.com

### Resumo

O processo-crime é, grosso modo, um meio no qual duas partes – a acusação e a defesa – tentavam impor uma versão de um fato criminoso considerado como tal pelo Estado, perpassando testemunhos, julgamentos, etc. A definição de crime e mesmo o alcance do recurso à justiça como forma adequada de resolver disputas variaram conforme a época, sociedade e Estado. É importante assinalar os percursos de modernizações e expansões da máquina jurídica, bem como conhecer os códigos criminais e processuais de cada época, o que permite apreender um pouco das definições de crimes e punições conforme o recorte espaço-temporal, assim como da própria estrutura do processo. Entre algumas das potencialidades de pesquisa do auto criminal está a investigação dos discursos oficiais de uma sociedade ou do funcionamento da justiça, assim como da atuação social de diversos grupos. Por serem fontes oficiais produzidas pelos Estados, são acusados de conterem fantasias e distorções com o fim de controle social por parte dos primeiros, ou pelo objetivo dos envolvidos em afirmarem-se socialmente diante dos oponentes e mesmo da sociedade e justiça em si. Há, por outro lado, colocações relacionadas ao uso de metodologias que permitam apreender aspectos ocultos, como contextos e atuações sociais, a partir de contradições, mentiras (etc.), mas não só nisso, nas falas dos “personagens”. É justamente este debate que moveu parte do trabalho, o qual dedicou-se a apresentar algumas pontuações de ambos os lados e, posteriormente, apontamentos deste tipo de fonte para estudos quantitativos e qualitativos. Além do mais, foi usado amparo bibliográfico e de fontes primárias.

**Palavras-chave:** Processo-crime, debates, fonte de pesquisa.

### Introdução

O processo criminal é cercado de potencialidades para a pesquisa historiográfica e por debates sobre seu alcance e limitações como fonte. Segundo Boris Fausto, *crime* corresponde ao fato criminoso individual e *criminalidade* é “o fenômeno social na sua dimensão mais ampla”<sup>2</sup>. O Para Keila Grinberg, crime é o “ato proibido” cujas definições e punições são previstas no Direito

1 Graduando em História (Bacharelado) pela *Universidade Federal de São João del-Rei/UFESJ*.

2 FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 9.

Penal de uma época.<sup>3</sup> Quanto aos *processos criminais*, Boris Fausto destaca ser uma fonte marcada pela atuação de “personagens” (acusação, defesa, funcionários jurídicos) cuja atuação gira em torno do objetivo de produzir uma versão final “verdadeira” do ato, que culmine em condenações ou absolvições das partes envolvidas.<sup>4</sup> Grinberg, por sua vez, pontua serem “relativos a atos criminosos considerados como tais pelo Estado, cujas definições variaram ao longo do tempo”<sup>5</sup> e seu “percurso nas instituições policiais e judiciárias”<sup>6</sup>. Em relação aos principais objetivos e eixos do presente trabalho, será feita uma tentativa de entrar em contato, e mesmo tomar posição, com parte do debate sobre as riquezas e limitações dos processos criminais como fonte. O texto também será construído com elementos extraídos de fontes primárias, a fim de estabelecer tentativas de corroboração empírica das posições defendidas e, claro, de demonstrar certos potenciais (ou carências) de tão importantes documentos.

### O processo criminal como fonte de pesquisa

Segundo Marcos Bretas, para os fundadores das Ciências Sociais, no século XIX, a análise do crime visava não apreender o cotidiano dos envolvidos, mas produzir um tipo de conhecimento da sociedade capaz de controlar ou eliminar esta “patologia” ou desvio comportamental.<sup>7</sup> Keila Grinberg pontua terem sido os processos criminais usados como fonte para análise especialmente da “criminologia”, mas cujo uso consolidou-se no Brasil para análises históricas e antropológicas na década de 1980, com a difusão no país da História Social tal qual ocorria no exterior desde os anos 1960. Naquela época, segundo a autora, houve aproximação entre História e Antropologia, principalmente a de Clifford Geertz, surgindo a ideia da “história vista de baixo” por mãos de autores do marxismo britânico. Além disso, Grinberg frisa que autores como Natalie Davis, Michelle Perrot, Carlo Ginzburg e E.P. Thompson inspiraram autores brasileiros como Sidney Chalhoub, Boris Fausto, Maria Helena Machado, etc. A autora pontua, também, que o impulso ao uso da fonte no Brasil deu-se em época de redemocratização e efervescência no qual houve grande apelo em analisar o cotidiano dos trabalhadores livres e escravos. Por isso, nesta época debateu-se intensamente sobre as possibilidades de uso do processo como fonte para investigar o cotidiano dos “excluídos” ou apenas a História da Justiça. Nisto, Grinberg cita as ressalvas feitas em trabalhos antropológicos de autoras como Mariza Corrêa e Yvonne Maggie, as quais serão melhor apresentadas no decorrer do texto.<sup>8</sup>

3 GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *O historiador e suas fontes*. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 122.

4 FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*, p. 21.

5 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários*, p. 123.

6 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários*, p. 126.

7 BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. In: *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. n. 32, 1991, p. 49.

8 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários*, p. 125-127.

### Debates e apontamentos sobre os processos criminais

O sociólogo Carlos Ribeiro cita haver duas correntes metodológicas sobre os processos-crime: a de historiadores como Boris Fausto e Sidney Chalhoub, que afirmam a possibilidade de estudos do cotidiano, valores e normas presentes na vida dos populares; a de antropólogos como Mariza Corrêa e Yvonne Maggie, que pontua viável apenas a análise do funcionamento da justiça enquanto órgão de repressão, ou seja, uma História da Justiça.<sup>9</sup> Este é um dos pontos centrais do debate, por discutir o tipo de pesquisa empírica que se pode fazer com o processo criminal. Seguimos aqui mais a possibilidade, elencada por historiadores citados e outros que ainda serão mencionados, de análise seja do cotidiano dos dominados e mesmo das pessoas mais ricas, ou da justiça enquanto órgão. Além disso, é necessário reconhecer a provável existência de outras metodologias para esta fonte e debates até mesmo mais atuais que os aqui descritos. Todavia, visando atender nossa proposta básica, de entrar em contato com a historiografia sobre os autos criminais, privilegiamos alguns dos debates que, em certa medida, foram “fundadores” para o campo de investigação. Além disso, comungar mais com a “vertente historiográfica” não significa desprezar a outra perspectiva, de grande importância como reconhece a historiografia brasileira.

Um dos tópicos do debate é a pontuação de serem os autos criminais uma ficção produzida a partir de um fato real, mas distanciando-se dele por meio de manipulações de funcionários da justiça ou pelos objetivos de acusação ou defesa dos envolvidos. Segundo Carlos Ribeiro, baseado em Pierre Bourdieu, para um “ato” ser julgado na justiça deve-se “retraduzi-lo” em “autos”, sendo feita pelos funcionários da justiça a reinterpretação das leis e suas brechas e seleção dos elementos do fato que comporão o processo.<sup>10</sup> Conforme Mariza Corrêa, os funcionários da justiça agem conforme os limites das leis, que correspondem aos “espaços preenchidos” dos autos, mas com liberdade de escolher o que comporá o processo, a partir dos “espaços em branco”, cuja versão final é o que vai para o julgador.<sup>11</sup> Estes funcionários são os *manipuladores técnicos*, ou seja, “os atores principais de um processo penal: o advogado, o promotor e o juiz, que detêm o conhecimento dos recursos legais possíveis em cada caso e também no âmbito de sua manipulação”<sup>12</sup>, os quais, de modo consciente, e para construir inocentes ou condenados, coletam do fato original aspectos que melhor se encaixem em seus pontos de vista e “interesses pessoais e sociais”<sup>13</sup>. Para a autora o processo criminal seria uma *fábula* por resultar de versões de um fato impossível de recuperar, estando as próprias relações concretas por trás do fato real, o crime, perdidas. Os processos possibilitam, então, estudos mais da natureza da justiça do que dos atos em si.<sup>14</sup> O historiador Marcos

9 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade* – estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 20.

10 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*, p. 31.

11 CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 25.

12 CORRÊA, Mariza. *Morte em família*, p. 25.

13 CORRÊA, Mariza. *Morte em família*, p. 40, 41, 306.

14 CORRÊA, Mariza. *Morte em família*, p. 23, 26.

Bretas, escrevendo nos anos 90, argumenta muito bem que nenhum tipo de fonte está isenta do problema de o que foi dito corresponder ou não ao real.<sup>15</sup> Concordando com o autor, pode-se dizer que, apesar de haver críticas e dúvidas sobre uma "objetividade" às fontes historiográficas, não significa negar possibilidade de análises objetivas às mesmas, como pontua Carlo Ginzburg<sup>16</sup>, mas sim o dever de desenvolver metodologias científicas que permitam um trabalho adequado. Caso contrário, pode-se chegar a uma negação completa da objetividade histórica, como ocorrido com alguns estudiosos pós-modernistas.<sup>17</sup>

Outro ponto do caso antropológico vem de Yvonne Maggie. Como resume Carlos Ribeiro, a autora, como Mariza Corrêa, pontua a necessidade de perceber os processos criminais não como os atos, mas sim atos que serão julgados na justiça.<sup>18</sup> Em um ponto interessante, Ribeiro ressalta que Maggie busca unir as perspectivas historiográfica e antropológica pelo fato de o processo, além de uma construção dos funcionários da justiça, exprime em suas decisões "algumas ideias dominantes na sociedade mais ampla"<sup>19</sup>, ou seja, "o próprio discurso jurídico e os discursos da sociedade mais ampla operam segundo os mesmos princípios e categorias"<sup>20</sup>. Haveria, então, reciprocidade entre os valores sociais e o Direito Penal.<sup>21</sup> Ribeiro acentua que Mariza Corrêa percebeu algo semelhante, quando assegurou que os manipuladores técnicos baseavam-se em "representações da sociedade mais abrangente sobre os papéis masculino e feminino na família contribuindo para a reificação destas representações nesta mesma sociedade"<sup>22</sup>. Em certo momento Corrêa enfatiza que "aparentemente os princípios determinantes na decisão dos julgadores são também os mesmos que informam a construção das fábulas a serem apresentadas pelos dois debatedores principais do processo" e argumenta em seguida que, embora tais princípios tenham ligação com o cotidiano, são esterilizados a partir da padronização jurídica.<sup>23</sup> Ou seja, as ambiguidades e contradições sociais imiscuídas no fato original perderiam pouco a pouco sua complexidade até chegarem a uma versão organizada em dois polos e em conformidade com a lei. Assim, ao que parece, enquanto alguns historiadores pontuam ser possível analisar o cotidiano popular, há antropólogos que reconhecem de maneiras distintas certa influência de valores sociais na arena processual, mesmo sendo valores dominantes expressos nas decisões e atitudes dos atores jurídicos e, portanto, não na dos populares atuantes pelos depoimentos. Quanto às influências sociais nas decisões do júri e dos juízes, consi-

15 BRETAS, Marcos Luiz. *O crime na historiografia brasileira*, p. 50.

16 GINZBURG, Carlo. Unu testis – O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros*. Trad. Rosa Freira d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 210-230.

17 Ver FONTANA, Josep. A história após a crise de 1989. In: \_\_\_\_\_. *História depois do fim da História*. Trad. Antônio Penalves Rocha. Bauru: Edusc, 1998, p. 7-38.

18 MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço – relações entre magia e poder na sociedade brasileira*. Tese (doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 1988 *apud* RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*, p. 22. CORRÊA, Mariza. *Morte em família*, p. 25.

19 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*, *Op. cit.*, p. 22.

20 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*, p. 23.

21 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*, p. 23.

22 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*, p. 23.

23 CORRÊA, Mariza. *Morte em família*, p. 304.

deramos ser uma colocação válida, sendo tal ponto, como pontua a historiadora Michelle Perrot, uma possibilidade importante de análise, visto que os números de condenações e absolvições, os tipo de penas propostas e as atenuantes aceitas pelos julgadores permitem perceber um pouco da “sensibilidade penal de uma sociedade, pelo menos daquela que julga”<sup>24</sup>.

É muito pertinente a constatação de haver uma simplificação e padronização das complexidades do ato original e das falas no decorrer de uma disputa judicial. Uma possível causa pode ser a necessidade de ordenar a miríade de detalhes existentes a fim de dividi-lo, como diz Mariza Corrêa, ao menos artificialmente entre acusação e defesa, claro que sendo presente aspectos e intencionalidades diversas. Consultando as fontes é fácil perceber, falando-se aqui dos processos do final do Império do Brasil, uma diferença quanto a organização dos dados em casos que iam para o júri e outros que não passavam do inquérito policial. Além disso, é possível perceber, por exemplo, semelhanças nas falas de testemunhas e recorrência de expressões como “sabe por ouvir dizer”, etc., às vezes até em processos de regiões diferentes. Isto ocorria provavelmente por causa de uma padronização dos depoimentos feita pelos escrivães. É importante lembrar, porém, das constantes mudanças no aparato de justiça, não tomando alguma estrutura ou padrão de fala como comum a todos os períodos. A padronização do falar incorre de fato em um problema, por mascarar em certa medida expressões próprias ou transgressões relatadas. Muitas vezes em concordância com Mariza Corrêa, Boris Fausto ressalta que as falas das testemunhas por vezes eram desfiguradas pelos discursos, seja quando o emissor desejava deixá-las mais livres (ou não), ou mesmo quando populares, apreensivos diante da justiça, decidiam falar o menos possível. O historiador pontua que os *manipuladores técnicos*, concordando com o conceito de Corrêa, condicionavam as testemunhas a falarem o que interessava ao processo e combinasse com a moral social, assim como os escrivães padronizavam as falas e excluía das mesmas emoções e expressões próprias do falar dos grupos sociais. O autor, todavia, afirma que estes detalhes configuram-se em limites, mas não em lacunas.<sup>25</sup>

Por outro lado, para os antropólogos citados ao que parece o cotidiano não era muito presente nas falas de pessoas populares, pois, conforme Carlos Ribeiro, Yvonne Maggie e Mariza Corrêa afirmam que os mesmos “revelariam versões do comportamento popular elaboradas para satisfazer as expectativas e necessidades jurídicas dos funcionários do sistema jurídico-policial”<sup>26</sup>, ou seja, os depoentes dissimulariam suas vidas cotidianas em prol das imagens que “deveriam” transmitir diante da justiça. Segundo Mariza Corrêa, mesmo as falas dos acusados eram limitadas, visto que eles falavam por meio dos agentes jurídicos, sendo referidos “na terceira pessoa do singular e no passado”<sup>27</sup>. É plausível a problemática de que os populares eram induzidos a aparentarem valores “corretos” nos autos. Isto, porém, permite descortinar um pouco da moral “adequada”

24 PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, parte III, cap.1, p. 17.

25 FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*, p. 21-25.

26 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*, *Op. cit.*, p. 22.

27 CORRÊA, Mariza. *Morte em família*, p. 40.



em dado recorte espaço-temporal e, por outro lado, apreender parte do cotidiano e das estratégias sociais, o que tentaremos demonstrar recorrendo às fontes.

Em 26 de junho de 1859, no arraial de Nossa Senhora de Nazareth, freguesia e distrito de Nossa Senhora da Luz do Aterrado, termo de Formiga (MG), Cândido José de Mesquita (homem livre e lavrador) foi denunciado por um inspetor de quarteirão por ter espancado publicamente a amásia Antônia Maria de Jesus (mulher livre) com um relho, insultado outras pessoas e estar com armas proibidas. Enfatiza-se nas petições, testemunhos e argumentos da acusação e defesa que a vítima abandonara o marido e fora viver com o réu, sendo insinuado por alguns personagens que isso “justificava” a agressão, por ser Antônia “desonesta”. Exemplo disso é o depoimento de José Joaquim de Oliveira, o qual, ao ser perguntado se a ofendida era fiel “aos homens com quem se trata”, respondeu saber por ouvir dizer que não “é fiel a ninguém pois se o fora não largava o seu próprio marido”<sup>28</sup>. Além disso, logo no início a ofendida deixou claro não ter interesse em mover ação contra o ofensor, bem como perdoava o mesmo, alegando tê-lo provocado.<sup>29</sup> Apesar de ser impossível saber à exatidão o que se passava na cabeça da vítima a ponto de fazê-la desistir do processo, o que não é o mais importante para a pesquisa, pode-se conjecturar que Antônia agiu por ameaças do amásio, que, afinal, a sustentava; ou por pressão social, visto ser tida como desonesta por ter abandonado o marido legítimo e ido morar com um amásio. Ou seja, por não conseguir demonstrar todos os valores tidos como “adequados” para uma mulher da época.

Outro caso ocorreu em 1862 na freguesia de São Thomé das Letras, subordinada ao termo e Comarca da cidade de Baependi (MG). Segundo os autos, a ofendida Angélica Maria do Espírito Santo (costureira e fiadeira) procurou a justiça a fim de denunciar Manoel Domingues Diogo Chaves (negociante viúvo e alfabetizado) por ter sofrido ameaças e injúrias, estendidas à filha, ao não aceitar “vender” a honra da filha ao acusado. Na petição de denúncia a ofendida declarou à autoridade responsável pela abertura do processo que era miserável e, portanto, incapaz de punir o réu por conta própria, recorrendo à justiça para tal. Em seu primeiro depoimento, Angélica relata ter Manoel procurado-a prometendo “construir uma casa de telha para ela bem arranjada” e dizendo que “queria tratar a ela e a sua filha, mas com o trato de ela dar a sua filha para ele desonrar”<sup>30</sup>. Mediante negação da proposta, Chaves teria argumentado que, sendo a menina, a quem chama de “mulata bonita”, pobre, não se casaria com ninguém e que, se fosse para “cair com alguma pessoa pobre”<sup>31</sup>, que fosse com ele que tinha dinheiro a oferecer. Angélica, por sua vez defendeu-se, mesmo sendo pobre, e também a filha, assim como “ameaçara [o réu] com justiça”<sup>32</sup> quando o mesmo

28 Depoimento de José Joaquim de Oliveira. Acervo do Fórum do município de Formiga/MG, AFF. Em processo de identificação pelo Projeto Fórum Documenta feito no *Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)/ Universidade Federal de João del-Rei (UFJ)*. Processo criminal de número 11, Cx. 23A, 1859.

29 AFF, processo criminal de número 11, Cx. 23A, 1859.

30 Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. Acervo do Fórum do município de Baependi/MG, AFB. Sob guarda do *Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)* seção São João del-Rei/MG. Processo criminal de número 14, Cx. 18, 1862.

31 Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB, processo criminal de número 14, Cx. 18, 1862.

32 Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB, processo criminal de número 14, Cx. 18, 1862.



quis entrar em sua casa para convencer a menina do que propunha. Ainda no depoimento citado, o réu teria pedido que a ofendida não levasse o caso a público, prometendo perdoar uma dívida que a mesma tinha com ele (ao que parece o mesmo tinha uma espécie de armazém). O processo gravitou em torno da citada dívida, tendo o réu alegado que tratava-se de um estratagem para um não-pagamento. Outro detalhe da fala da ofendida se destaca: o fato de o acusado referir-se à filha da mesma como.<sup>33</sup>

No primeiro momento, desenrola-se um caso iniciado por uma autoridade, denunciando-se a agressão sofrida por uma mulher e cometida pelo companheiro da mesma. Logo na denúncia é mencionada a condição conjugal de ambos: não só eram amásios, como a ofendida teria deixado o marido legítimo e ido viver na casa do réu. Um detalhe importante é que, pelo fato de um caso deste tipo ter “caído” na justiça, já é indicador da existência de pessoas que cotidianamente transgrediam normas, abandonavam os cônjuges legítimos ou viviam em união ilegítima. Além disso, é possível entrever um pouco da moralidade oficial presente no local, o que possibilita o estudo de um percurso de mudanças nos discursos e mesmo um pouco das práticas, a partir das falas dos personagens e julgamentos feitos. No segundo caso, apesar de ser tentador “investigar” qual das versões é a “correta”, de antemão é possível perceber indícios de expectativa popular à justiça como espaço de afirmação social e resolução de pendências, ou a chegada de valores vindos de cima, neste caso sobre honra e conduta feminina, às camadas sociais mais baixas, mesmo que vistos como estratégias sociais a acionar em ocasiões propícias e, portanto, sem repercussão prática. Claro que é necessário uma problematização de fatores como o local, a época, os grupos sociais atuantes e etc. Todavia, acreditamos ser esta pequena explanação suficiente para fornecer elementos de corroboração aos pontos por nós defendidos.

Sidney Chalhoub, em análise das tentativas de controle sobre a classe trabalhadora na transição para a ordem capitalista entre 1870 e 1920, é um dos principais exemplos de estudo do cotidiano popular a partir dos processos-crimes. Logo no início de sua obra, quando narra a história dos personagens Zé Galego, Paschoal e Júlia, o autor percebe, por exemplo, um pouco dos significados entre as pessoas populares de aspectos como a disputa dos dois homens por Júlia e até mesmo a trama da morte de Zé Galego, vista pelos jornais como “futilidade”.<sup>34</sup> Outro exemplo é o trabalho de Ivan Vellasco, tendo os processos entre as fontes, que investiga a estruturação do sistema judiciário brasileiro no século XIX, o significado da justiça entre as populações e suas interações a ela e ao Estado em si. A análise do autor é um importante exemplar de uma história da justiça e também do cotidiano das populações.<sup>35</sup>

33 AFB, processo criminal de número 14, Cx. 18, 1862.

34 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 19, 20.

35 VELLASCO, Ivan de A. *As seduções da Ordem – Violência, criminalidade de administração da justiça*. Minas Gerais, século 19. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2004. Ver também: Boris Fausto, Keila Grinberg com processos criminais e o de Carlo Ginzburg, com processos inquisitoriais. FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*.; GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciais*; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro*

Ver o processo criminal como uma construção é fato sublinhado por historiadores como um dos primeiros passos para a leitura adequada do documento. Boris Fausto concorda com Mariza Corrêa ao pontuar que o processo é uma ficção social quase sem ecos da realidade, produzida pelos atores jurídicos e baseada nas leis, que culmina em uma “verdade” que resulta em culpados e inocentes.<sup>36</sup> A fonte, então, deve ser encarada, segundo Chalhoub, como reflexo do objetivo da justiça e polícia em conhecer os detalhes da vida dos populares a fim de controlar, punir e imputar valores pré-estabelecidos a todas as esferas das vidas das mesmas<sup>37</sup> e, por isso, segundo Keila Grinberg, marcada por intencionalidades da justiça e de seus atores, incluindo os escrivães.<sup>38</sup> Com base nestas ideias e também a partir de leituras da fonte, concordamos que ver o processo-crime como uma construção oficial ajuda a escapar de armadilhas como considerar o documento um “espelho da realidade” e, assim, usar metodologias e problematizações adequadas.

Sidney Chalhoub critica que, mesmo após avanços das contribuições de nomes consagrados da Escola dos Annales, como, por exemplo, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, muitos autores ainda veem os fatos históricos seguindo a máxima rankeana de saber a exatidão dos fatos passados. Isto implicaria em enxergar um processo criminal como inútil, visto não ser possível saber “exatamente” como a trama do crime ocorreu. Chalhoub argumenta que, mesmo sendo difícil ou impossível resgatar à exatidão o ocorrido, há certezas em meio às dúvidas, até porque o cerne da questão não é conhecer a “verdade”, mas sim a produção das versões e os significados das mesmas para os personagens. O que importa, então, são as repetições entre as versões do ocorrido, as mentiras e incongruências, que permitem penetrar nas contradições e lutas sociais de uma época ou apreender o cotidiano das populações.<sup>39</sup> As mentiras, segundo Sueann Caulfield, ajudam a apreender a moralidade social comum a vários grupos, também dos ricos e não só dos marginalizados, visto que quem as dizia certamente acreditava em sua verossimilhança.<sup>40</sup>

Um bom exemplo de muito do que vem sendo dito é a queixa do negociante José Manoel Soares contra o Tenente Coronel José Ferreira Pires feita em 1865 em Formiga (MG), no qual o acusado supostamente tentou seduzir a esposa do ofendido, D. Maria Thomasia Soares. Em certos momentos, os envolvidos ressaltam que toda a sociedade local comungava de certos princípios, o que também era frisado pelo promotor ou advogado de defesa. Além disso, é interessante a exaltação, pela acusação e defesa, de características sociais e morais como serem ambos homens casados, honrados, de prestígio social e comercial.<sup>41</sup> Afinal, sendo os envolvidos grandes comerciantes, a se confirmar com outras fontes, era estratégico apresentarem-se como honrados e bem quistos so-

---

perseguido pela inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

36 FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*, p. 21.

37 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, p. 30-33.

38 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciais*, p. 127, 128.

39 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, p. 20-23.

40 CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2005, p. 39, 40.

41 AFF, processo criminal de número 22, Cx. 25, 1865.

cialmente a fim de garantir ou preservar a prosperidade dos negócios (e não apenas isso). Pode-se sugerir que, mesmo que tivessem apenas aparentando algo, os personagens pareciam acreditar na validade social do que diziam, como diz Caulfield<sup>42</sup>, visto que o contrário poderia trazer malefícios sociais e econômicos, como enfatizam muito. Casos como este ilustram a possibilidade de uso dos processos criminais para analisar estratégias sociais, neste caso as de pessoas mais ricas, e, claro, dos padrões morais garantidores de prestígio social, ou seja, dos discursos morais de dada sociedade. A exaltação destes, aliás, mesmo que apenas como discurso, permite entrever, conforme Caulfield, uma moral oficial comum a várias camadas sociais, até porque, segundo Chalhoub, certamente os pontos exaltados pelos envolvidos e justiça pressionavam as camadas populares a ao menos aparentarem certos valores.<sup>43</sup>

Keila Grinberg também pontua como tarefa o entendimento de como se deu o processo de produção do documento e como é retratada e mediada a realidade no mesmo. Assim, deve-se entender o processo como quem abriga várias versões do fato, devendo-se compreender a produção das versões. Também é necessário, para a autora, um conhecimento prévio da noção de crime e do próprio desenrolar de um processo em dada sociedade, sendo vital o recurso aos códigos criminais e processuais correspondentes aos recortes espaço-temporais.<sup>44</sup> Além de tudo o que foi citado, os processos criminais são fontes importantes para pesquisas qualitativas, sendo exemplo a de Grinberg, ou para levantamentos quantitativos, como o de Boris Fausto. Este último autor argumenta a possibilidade de detecção de regularidades e padrões de atuação social individuais ou coletivos, enfatizando, por um lado, fazer um levantamento de dados como crimes e características sociais dos envolvidos (cor, sexo, etc.), o que foge à dúvida de ser a história da criminalidade algo feito apenas com crimes pontuais repelidos socialmente. Para tanto, um dos métodos de análise de autor é a estatística. Fausto salienta também a não-pretensão de enfatizar a abordagem de regularidades em detrimento da excepcionalidade, visto que a última pode revelar dados inverificáveis em outras abordagens.<sup>45</sup>

## Conclusões

O processo criminal oferece potencial para quantificações no momento em que fornece dados sobre os envolvidos (nome, sexo, etc.), assim como para análises qualitativas, permitindo perceber discursos, contextos e cotidianos de vários grupos, incluindo os de menor ou maior condição social. Foi possível perceber a existência de debates sobre sua eficácia como fonte. Das análises antropológicas e sociológicas pode-se tirar lições muito importantes como a tarefa de enxergar, antes de qualquer coisa, o processo-crime como uma construção derivada de intencionalidades da

42 CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*, p. 39.

43 CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*, p. 39, 40; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, p. 30-33.

44 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários*, p. 122, 124, 128.

45 FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*, p. 17.

justiça, de seus funcionários e das partes que lutam por afirmarem uma versão. Este ponto é fulcral por auxiliar o pesquisador a fugir de armadilhas como enxergar o documento como algo que fala por si só, algo fundamental às pesquisas científicas. Em outras palavras, uma das contribuições desta vertente é levantar um dos eixos de problematização da fonte. Todavia, como esperamos ter transmitido, é possível transpor em certa medida estes entraves formais e acessar parte da realidade cotidiana existente por trás do documento. Ou seja, o processo criminal oferece mais que a possibilidade de uma História da Justiça, apesar de a mesma também ser viável e importante. Um ponto sempre necessário de ressaltar para o uso desta fonte é que o que menos importa é desvendar uma “verdade”, mas sim jogar luzes sobre contextos e contradições, como bem destaca Sidney Chalhoub. Apesar de todo este potencial citado, é necessário reconhecer as limitações da fonte, o que ocorre com todas as outras, visto que nem sempre é possível penetrar nas entrelinhas, assim como nem sempre há dados sobre todos os envolvidos e situações. Apesar de que, mesmo nestes casos, é com certeza possível descortinar discursos e entrever dados empíricos valiosos. Todavia, como Keila Grinberg ressalta, o mais interessante é detectar lacunas a serem preenchidas por cotejamento com outros documentos, assim como esclarecer contextos mais amplos, em diálogo com a historiografia.<sup>46</sup>

---

46 GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários*, p. 137.

# O discurso sobre a prostituição e a criminalização da pobreza na cidade do Rio de Janeiro (1896-1920)

Gabriela Fazolato Guedes<sup>1</sup>  
gfazolato@gmail.com

## Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar os discursos em torno do meretrício no âmbito do legislativo, com ênfase no Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro e a Câmara dos Deputados, por meio dos anais das sessões das respectivas casas, entre os anos de 1896 a 1920. A partir disso, buscaremos traçar como os discursos eram distintos ao levar em consideração qual era o tipo de meretrício alvo dos debates dos parlamentares: o de mulheres pobres, negras e as ditas “polacas”, ou as imigrantes francesas das *maisons*. Nosso intuito é mostrar como o baixo meretrício era o alvo principal das autoridades, tanto no legislativo, ao propor medidas de controle e saneamento, quanto da própria ação policial ao expulsar essas mulheres pobres das áreas centrais da cidade, constituindo muito mais uma criminalização da pobreza do que apenas o descontentamento com a prostituição.

**Palavras-chave:** Prostituição, criminalização da pobreza, Primeira República

Nosso objetivo inicial era confrontar as ocorrências somente no Conselho Municipal juntamente com a documentação policial, no entanto, as fontes do conselho se mostraram escassas no que diz respeito à discussão sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de poucas, duas ocorrências nos chamaram a atenção. A primeira, trata-se de um requerimento de autoria de Ricardo Dias Estevez. O requerimento em questão era um pedido de Ricardo para construir em áreas diversas da cidade do Rio de Janeiro, “três ou mais bairros especiais sob o nome de *Bairros Higiênicos*”<sup>2</sup>, com o objetivo de regularizar a prostituição. O requerimento foi lido na sessão do dia 3 de setembro de 1901 e levado para às comissões de Legislação de Justiça, de Indústria, Viação e Obras Públicas e Higiene, Assistência e Segurança Pública, mas a partir do parecer nº 32 de 1901, sabemos que o requerimento foi arquivado. Foi lido na sessão de 7 de outubro, entrando em discussão em única sessão no dia 8 do mesmo mês e, quando colocado a votos, foi aprovado sem debate pelo arquivamento. Não foi encontrada a relação da votação nos anais.

As informações sobre o requerente são insuficientes para conjecturar o que o teria inspirado a requerer uma permissão para construir bairros cuja finalidade era regulamentar a prostituição.

1 Mestranda pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista FAPEMIG.

2 BRASIL. *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*: Segunda sessão extraordinária de 22 de agosto à 31 de outubro de 1901. Vol.9, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1901, p.40.

Apenas se sabe tratar de um civil, não pertencente ao conselho, pois aparece no item “requerimentos das partes”, no qual era aberto às requisições dos habitantes da cidade. É provável que trabalhasse na Diretoria Geral de Obras e Viações – o que explica seu desejo de construir bairros higiênicos – pois vemos no periódico *Gazeta de Notícias*, no dia 26 de julho de 1905, um despacho do prefeito concedendo licença à Ricardo Dias Esteves.

O desejo de criar locais específicos para o confinamento de prostitutas não é novidade do período republicano, no entanto, é a primeira ocorrência, no âmbito municipal, que vemos do período cuja proposta seja a criação de bairros destinado a esse tipo de atividade, que trazia em seu cerne, o próprio reconhecimento da profissão, algo que dividia opiniões na sociedade, sendo repudiado tanto por setores conservadores, quanto por liberais. Um indício desse repúdio ao regulamentarismo, talvez seja, a própria posição unânime do conselho de optar pelo arquivamento sem mesmo debater o requerimento.

A segunda ocorrência que se trata de um discurso proferido pelo intendente Leite Ribeiro, em 1915, que nos oferece pistas do porquê as discussões sobre prostituição serem tão escassas no espaço do Conselho Municipal. A fala do intendente, proferida na sessão do dia 4 de maio de 1915, sob a presidência de Ozório de Almeida, é iniciada elogiando as ações tomadas pelo então Chefe de Polícia, que sabemos tratar-se de Aurelino Leal.<sup>3</sup>

Na fala de Leite Ribeiro, é traçado elogios ao Aurelino, pois a partir de suas ações, é possível tráfegar pelas ruas uma vez que estão limpas “dessa chaga social”, a saber, “o baixo meretrício, esse meretrício de janela ou porta de rua, que não raras vezes ofendia os mais pudicos transeuntes com os mais repugnantes e deprimentes espetáculos.”<sup>4</sup>

O intendente prossegue seu discurso argumentando que em grandes cidades a prostituição acontece, mas apenas para aqueles que a querem consumir, não estando às vistas das famílias, crianças e mulheres, próximo aos bondes, como ocorre na cidade do Rio de Janeiro:

Em Paris, Berlim, Londres, Vienna, Buenos Aires, etc., há uma infinidade de prostíbulo, alguns luxuosíssimos internamente onde a prostituição se mantém nababescamente instalada, por bem dizer em continua orgia, na mais dissoluta bacanal, mas isso só visto por aqueles que, muito a seus gosto, tal coisa procuram ver, sem violências à vontade de ninguém, pagando o preço de ingresso, enfim, sem ofensa ao pudor de quem entende conservá-lo respeitado.<sup>5</sup>

3 Aurelino exerceu o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, por indicação do presidente da república Veneslau Brás de 1914 a 1918. Ficou conhecido pelas campanhas contra a prostituição e o jogo. Sobre Aurelino Leal ver verbetes da primeira república do CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Aurelino.pdf>

4 BRASIL. **Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal**: primeira sessão extraordinária de 5 de abril a 31 de maio de 1915. Vol.22. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1915, p.135.

5 BRASIL. *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*: primeira sessão extraordinária de 5 de abril a 31 de maio de 1915. Vol.22. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1915, p.135.



Mais à frente, ele alega que durante os anos de 1899 a 1902, o Conselho tentou lidar com o problema da prostituição de forma mais sutil, uma vez que não seria competência do Conselho “legislar diretamente sobre o assunto, por ser este do domínio do Direito Civil, e caber ele, na sua totalidade, a alçada dos Poderes Federais”<sup>6</sup>. Ou seja, não seria da alçada do Conselho Municipal legislar sobre esse assunto, e sim das competências federais, o que explica o número pequeno de ocorrências.

A maneira “sutil” de resolver o problema da prostituição o qual Leite se refere, é o projeto nº135 de 1899, de sua autoria, que tinha como objetivo criar taxas extraordinárias de 2:000\$ anuais para os prédios do Distrito Federal que estivessem situado em ruas, travessas, avenidas ou praças onde trafegassem os carris de ferro e que fossem habitadas por meretrizes. O dinheiro arrecadado seria aplicado na criação e manutenção de asilos que pudessem acolher as próprias meretrizes. De acordo com o intendente “Seria o mal a atenuar os efeitos do próprio mal, o vício a socorrer as vítimas do próprio vício.”<sup>7</sup>

A partir dos indícios e a escassez de fontes que pudesse trazer o debate do meretrício, parti para a análise dos Anais da Câmara dos Deputados, cujas ocorrências são mais numerosas. Dentre os assuntos que versam sobre a prostituição, destacam-se: divórcio, jogos de azar, Conferência de Paris, mudança no Código penal, Lei Adolfo Gordo, Tráfico de Brancas e mudanças no aparato Policial.

No que diz respeito ao divórcio, a prostituição era o grande argumento utilizado para que o desquite não fosse aprovado. Era comum na fala dos deputados em dizer que o divórcio seria a institucionalização da prostituição, uma vez que as mulheres separadas estariam sem a tutela do marido, entregues à rua. Neste período também se criou um projeto em que previa o divórcio no caso do marido prostituir a própria esposa.

No entanto, o assunto mais corrente no que diz respeito ao meretrício é em relação a conferência de Paris, realizada em 1902, que teve como objetivo criar leis internacionais para combater o tráfico das mulheres brancas. Em 1904, o Brasil decretou a adoção das disposições fornecidas pela conferência tendo o compromisso de adaptar as leis do código penal para que fossem mais eficazes na repressão do tráfico.

Apenas em 1915, o código penal muda as disposições dos artigos referentes ao lenocínio.<sup>8</sup> Vale ressaltar que, em 1913, o presidente da República veta à resolução do Congresso Nacional que modifica os referidos artigos – 266, 277 e 278. De acordo com o parecer, os motivos que levaram ao veto era o fato de que ao ser executada, poderia gerar ações abusivas, que gerassem mais conflitos; que não era necessária, pois os crimes já estavam com as punições previstas na legislação

6 BRASIL. *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*: primeira sessão extraordinária de 5 de abril a 31 de maio de 1915. Vol.22. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1915, p.135.

7 BRASIL. *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*: primeira sessão extraordinária de 5 de abril a 31 de maio de 1915. Vol.22. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1915, p.135.

8 Lei N. 2992, de 25 de setembro de 1915. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2992-25-setembro-1915-774536-publicacaooriginal-138024-pl.html>

atual, estando o Governo e a Polícia “aparelhados com as medidas preventivas e acauteladoras, que lhes facultem a lei de expulsão de estrangeiros” (e aqui ele fala da lei Alfredo Gordo), e o decreto executivo (decreto da adesão do Brasil às disposições da conferência). A comissão de Constituição e Justiça rejeitou o veto do presidente, modificando as disposições originais dos artigos e o submetendo mais uma vez.

Analisando os anais, fica evidente que discussões em torno de posicionamentos abolicionistas ou regulamentaristas não aparecem nas sessões. No período estudado, países como França e Inglaterra já haviam abandonado as práticas regulamentaristas. Esse fato pode ter influenciado os parlamentares que em diversos discursos, teciam críticas aos moldes regulamentaristas.

Um exemplo disso ocorre na sessão do dia 12 de dezembro de 1898, em que o Deputado Erico Coelho faz algumas considerações sobre o projeto que dispõe em um dos artigos prevê a criação de três delegacias auxiliares, sendo uma delas destinada à fiscalização da prostituição.<sup>9</sup> Ele diz estar indignado, pois a princípio parecia que a comissão considerava uma atividade válida e, portanto, necessária à fiscalização. Alfredo Pinto, autor do projeto, diz que não era sua intenção regulamentar a prostituição, sendo ele também contra esse tipo posicionamento.

O deputado Erico Coelho era contra a regulamentação e a favor de uma emenda para esse artigo específico do projeto que retirasse o termo “prostituição”, para que não desse brecha ao governo de fiscalizar a atividade. Dizia que a única solução para o problema era a caridade. Ele ainda diz que a Inglaterra adotou a regulamentação por um tempo, mas apenas quando abandonou esse projeto e o exército da salvação criou asilos é que as prostitutas foram regeneradas. Quanto ao decoro da sociedade e a decência das prostitutas em público, dizia que o artigo 2.820 do código penal, já era o suficiente para conter o problema.<sup>10</sup>

Apesar dos demais membros da Câmara e, principalmente, Alfredo Pinto, autor do projeto, serem contra a regulamentação da prostituição, não foi acatada a emenda proferida pelo Erico Coelho de suprimir o termo “prostituição” do artigo n.6. Embora não tenha sido acatada, também não foi apresentado nenhum contra-argumento que justificasse que a emenda não fosse aprovada, apenas foi feita a votação.

9 Art.6 Ficam criadas mais três delegacias auxiliares no Distrito Federal, ficando assim elevado a cinco o número de delegados auxiliares e a três o de escrivães dos mesmos.

§1º Os respectivos funcionários perceberão os vencimentos dos atuais.

§2º As funções das delegacias serão assim distribuídas:

1.ª Investigações criminais

2.ª Superintendência de divertimentos públicos, hotéis e casas de pensão.

3.ª Acidentes, desastres, incêndios, atropelamentos e fiscalização de veículos nas ruas e praças públicas.

4.ª Fiscalização de loterias, jogo proibidos, rifas e infrações congêneres.

5.ª Fiscalização do serviço doméstico, da prostituição, mendicância, vagabundagem e menores vadios delinquentes e abandonados.”

10 “Ofender os bons costumes com exhibições públicas, atos ou gestos obscenos atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade; pena de prisão celular por um a seis meses”.

No que diz respeito à regulamentação dos jogos de azar, o raciocínio parecia ser o mesmo para a prostituição, ao menos para o deputado Garção Stockler, que dizia que: “a prostituição e o jogo são coisas excessivamente elásticas; que quanto mais comprimidas mais crescem. Por consequência, estar a comprimir essas coisas é dar-lhes expansão.”<sup>11</sup>

Para além da regulamentação incentivar ainda mais as atividades mencionadas, como disse Garção também se argumentava que, da mesma forma como as medidas repressoras e regulamentaristas só ocorriam no baixo meretrício, isentando a prostituição de luxo, o mesmo ocorria com os jogos, sendo o jogo do bicho alvo principal polícia. O deputado Germano Hasslocher, na sessão de 27 de dezembro de 1907, ao tecer críticas ao Chefe de Polícia Alfredo Pinto, afirmou que “enquanto alguns indivíduos eram levados à delegacia por pequenas suspeitas, haviam casas conhecidas por jogos em toda a cidade, que não eram tocadas pela polícia”<sup>12</sup>. Ele diz ainda que “com relação à mais notável das casas de jogos do Rio de Janeiro, diz-se que ela vive sossegada e tranquila porque tem a proteção de uma das pessoas mais íntimas do chefe de polícia, a qual paga 10 contos de réis por mês.”<sup>13</sup>

Só há um indício de projeto de cunho regulamentarista, trata-se da emenda n.122 de 1913, que autoriza o governo a regulamentar o jogo e a prostituição, nomeando para tal uma comissão composta de professores, advogados e médicos, para estabelecer as regras deste mesmo regulamento, sendo que o imposto ou taxa cobrado seria revertido em favor de obras de defesa nacional, pacificação de índios e outros serviços da República. Não foram encontrados outros rastros dessa emenda nos anais da Câmara.

A partir da leitura dos anais, se percebe que, primeiramente, havia um entendimento por parte dos deputados que as medidas regulamentaristas eram ineficazes, e para os setores mais conservadores, imorais. No entanto, na prática policial isso não parece evidente. Margareth Rago aponta que, em 1896, é criado em São Paulo o Regulamento Provisório da Polícia, sob iniciativa de Cândido Motta, onde tinha como medida a inscrição de prostitutas em livros de registros, horário para transitarem nas ruas e as vestimentas permitidas. A autora afirma que:

Embora Cândido Motta repetisse os argumentos que os seus opositores, os abolicionistas lançavam contra o regulamentarismo, então ultrapassado nos países europeus, sua proposta continha uma série de medidas que visavam confinar o comércio do prazer num espaço determinado da cidade e esquadrihar os comportamentos das meretrizes pobres. Afinal, não se cogitava da prostituição de luxo (...).<sup>14</sup>

11 BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*: sessões de 1 a 18 de novembro de 1907. Vol. VII, primeira parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.1702

12 BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*: sessões de 1 a 18 de novembro de 1907. Vol. VII, primeira parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.1704.

13 BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*: sessões de 1 a 18 de novembro de 1907. Vol. VII, primeira parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.1708.

14 RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*: prostituição e códigos de sexualidade feminina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.124.

Segundo, parecia claro para esses parlamentares que as autoridades destinavam tratamentos diferentes para prostitutas de luxo e o baixo meretrício. Erico Coelho, na mesma sessão citada anteriormente, afirma que as estatísticas distinguem as prostitutas entre submissas, “que são propriamente as meretrizes as mendigas, aquelas que reclamam a caridade particular, senão a assistência pública” e as insubmissas, “que tem a proteção de Senadores, e Deputados e até das autoridades policiais.”<sup>15</sup>

Em 26 de Agosto de 1901, Barbosa Lima também em sessão na Câmara dos Deputados, criticou a ação do chefe de polícia e seus agentes, que assassinaram um cidadão na Rua do Ouvidor. Perguntou quais providências seriam tomadas pelo governo. Também se questionou em que país “se mata pela asfixia no xadrez de polícia uma mulher?”<sup>16</sup>

O diário oficial faz menção ao caso de Idalina Maria, prostituta, residente na 4ª circunscrição, na rua Sete de Setembro morta pela polícia. O jornal *O Paiz*, noticia o ocorrido de duas maneiras diferentes, ambas no dia 21 de dezembro de 1900. A primeira, escrita, aparentemente, pelo próprio correspondente do jornal, sob o título de *Arbitrio Assassino*, feita após a autópsia realizada no dia anterior pelo médico legista da polícia Dr. Malcher Serzedello.<sup>17</sup>

Nessa notícia, é relatado que o inspetor policial, Souza Bandeira, da 4ª delegacia encontrou na noite do dia 19, por volta das cinco horas da tarde, a prostituta Idalina Maria Sara, que morava na casa n.211, que se dirigia à um restaurante que sempre frequentava. A figura da prostituta, segundo *O Paiz*, ofendeu o inspetor que arrastou Idalina, onde “metida aos empurrões na enxovia a respeito dos seus protestos e das súplicas que dirigia ao inspetor”<sup>18</sup>, alegava sofrer do coração. Ida foi levada para o xadrez onde, ao rolar por terra e se “estorcer na agonia”, morreu de asfixia, vista por suas companheiras de cela.

Já na outra notícia, sob assinatura de A.A, chamada *Ida Maria*, temos uma outra versão dos fatos, apesar do desfecho ser o mesmo – morta por asfixia na cadeia. Nessa versão, somos informados de que Ida Maria, como era conhecida, não fez nada mais do que chegar à janela, “esperando uns medicamentos que mandara comprar”<sup>19</sup>. O autor da notícia ainda alega que a prostituta gritou antes de ser levada “Não me arrastem! Não me tratem assim! Eu sofro do coração.”<sup>20</sup> Não sabemos, de fato, qual notícia está mais próxima do ocorrido, mas podemos supor que a segunda notícia foi escrita para comover o leitor de que a prostituta estava em sua residência a espera de medicamentos, fato que poderia ser mais aceito pela população, do que apensar se dirigiu ao restaurante que habitualmente frequentava.

15 BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*: apêndice ao 4º Volume (parecer). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p.424-425.

16 BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*: apêndice ao 4º Volume (parecer). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p.424.

17 *O Paiz*, 21 de dezembro 1900, p. 1.

18 *O Paiz*, idem.

19 *O Paiz*, idem.

20 *O Paiz*, idem.

Na sessão onde o deputado Barbosa Lima faz a leitura do diário oficial, o próprio deputado, representante de Sergipe, Fausto Cardoso está presente e concorda com as citações em seu nome. Lima prossegue na leitura, na parte onde Cardoso faz a denúncia de uma casa onde o jogo e a prostituição ocorrem. Fausto Cardoso alega no Diário Oficial, que esse mesmo chefe de polícia, no qual se referiram acima, abriu uma guerra contra o jogo e a prostituição na rua Senhor dos Passos e no Largo do Rócio, “mas e contra a alta prostituição que continua aí grimpada a rir-se dessa polícia coxa e vesga?”<sup>21</sup> E prossegue “Pois bem; eu venho denunciar a s. ex. uma casa onde o jogo e o meretrício, de mãos dadas imperam.” O deputado de Sergipe prossegue denúncia:

S. Ex. [chefe de polícia], quis extinguir e extinguiu o jogo e o prostíbulo. POR BEM; EU VENHO DENUNCIAR A S. EX. UMA CASA ONDE O JOGO E O MERETRÍCIO, DE MÃOS DADAS IMPERAM.

S. Ex. não quer que as prostitutas estejam à janela, afim de que as famílias não observem o espetáculo escandaloso de mulheres expostas.

POIS BEM; VENHO TRAZER A S. EX. A INFORMAÇÃO DE QUE HÁ UMA MERETRIZ QUE HABITA UM DOS BAIRROS MAIS FIDALGOS DO RIO DE JANEIRO, PREFERIDO PELA POPULAÇÃO DO ESCOL.

Se S. Ex. quer de fato sanear, si S. Ex. tem um princípio que segue sem perguntar as conseqüências, se S. Ex. quer prestar o serviço de saneamento moral desta Capital, desta Babilônia, onde o vício e a virtude se dão entrevistas, um durante o dia e o outro durante a noite, senão ambos à mesma hora; EU VENHO DIZER QUE NA PRAIA DE BOTAFOGO N.104 HÁ UMA CASA DE JOGO QUE É AO MESMO TEMPO UM MERETRÍCIO.<sup>22</sup>

Além da polícia, o próprio Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, também tinha ciência da residência, como fica claro na sessão, onde ele alega que “o Sr. Ministro da Fazenda sabia e sabe perfeitamente disto.”<sup>23</sup>

Essa passagem de Fausto Cardoso nos fornece, mais uma vez, o indício de que havia o arbítrio da polícia tanto na fiscalização da prostituição, como na fiscalização do jogo. Seja na morte da Ida Maria, dentro do xadrez, por ser prostituta pobre e desclassificada, ou na falta de fiscalização da polícia nas casas de alto meretrício. Também mostra como os próprios parlamentares denunciavam as relações estreitas com o mundo do meretrício.

Finalizando este artigo, acreditamos que, aparentemente, as ações policiais e as discussões nesses espaços de decisão não pareciam alinhados. Havia um entendimento por parte dos deputados, sobre os abusos das ações policiais recaindo sobre as prostitutas pobres, mas, não parece ser um problema dos deputados em si, e sim de responsabilidade da polícia. E durante seus discursos, pude perceber uma tentativa de se isentar desses problemas, mas sem, de fato, criarem uma solução.

21 BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*: apêndice ao 4º Volume (parecer). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p.425.

22 BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*: apêndice ao 4º Volume (parecer). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p.425.

23 BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*: apêndice ao 4º Volume (parecer). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p.425.

## Aspectos da gênese do projeto jurídico do Brasil independente: Minas Gerais – Corte

Marcus Vinícius Duque Neves  
Doutorando em História  
UFOP  
duqueneves@gmail.com

### Resumo

A presente comunicação tem como objetivo apontar impressões colhidas sobre a gênese política do projeto jurídico do Brasil Independente, no que se refere a algumas negociações e práticas políticas em que estiveram envolvidas famílias do centro-sul mineiro, que buscavam expandir suas bases clientelares com um olho na política local e outro na Corte do Rio de Janeiro.

Também deseja discutir alguns aspectos do que comumente passou a ser tratado como a “burocratização das elites”, que aparecem de um modo relativamente uniforme na historiografia, mas contém em seu cerne a questão original da escravidão e da violência, ainda que apareçam aspectos variados quando se analisa trajetórias particulares, onde aparece desigualmente o acesso ao ensino superior, a ocupação sucessiva (ou concomitante) de cargos públicos, a militância jornalística, os casamentos, etc.

O resultado pretendido é mostrar como as questões maiores dos projetos de construção da nação foram compreendidas por grupos das elites locais e como a partir dessas percepções esses grupos construíram, a partir do monopólio da violência física e simbólica, suas estratégias de manutenção de seus lugares de poder ou de ascensão a outros espaços institucionais.

**Palavras-chave:** Elites regionais, burocratização, clientelismo.

A construção das primeiras representações de uma identidade nacional se inicia logo após a independência de forma desarmônica, lenta e tortuosa. Entre os embates com momentos anti-lusos, tentativas de afirmação local e idas e vindas da popularidade de D. Pedro I, tudo roda em volta de inúmeras flutuações simbólicas e representações temerárias, temporárias ou desigualmente aceitas, em um fluxo confuso em que o peso do que ocorre no Rio de Janeiro tem um grande peso (mais ainda ao historiador) e fracamente se apresentam à análise acontecimentos e dinâmicas de algumas outras poucas localidades. Dos interiores, suposições. Portanto, poucas pesquisas se fizeram das pequenas localidades e pouco se sabe das elites locais que as gravitavam.

Assim, nota-se um fraco conteúdo crítico que é dirigido ao tema das relações das elites locais com a instituição da estrutura burocrática até cerca de uma década atrás, cuja bibliografia está



marcada de uma visão historicamente construída a partir de visões nascidas dentro das instituições jurídicas e jurídico-acadêmicas, que se funda na mitificação da noção de cidadania, desde o primeiro Reinado, da experiência das Regências, da monarquia de Pedro II e de sua figura. Tais visões, sendo marcadas por análises de fontes diretas como os discursos parlamentares e a bibliografia tradicional sobre o tema, idealizou uma correspondência indevida e muitas vezes, anacrônica, ao não perceber ou dosar o fato da captura do jargão nascido na Revolução Francesa e reidentificado pela burguesia e pela Restauração, se apresentava nas fontes sem ecoar para o mundo social. Assim, foram indevidamente cultuadas instituições nascentes, com quase nenhum eco popular e pouco sentido na prática inicial das trocas políticas das primeiras décadas, onde o fato da violência e da posse de meios para exercê-la era a marca principal do poder político.

Associações “patrióticas” ou de defesa da “liberdade” se espalharam por cidades do interior, mimetizando o jogo de trocas políticas da Corte e de outras aglomerações maiores; em algum tempo, os jornais se tornaram os veículos principais dessa retórica, e muitas formas se seguem até o surgimento da imagem autoproclamada de “Imperador Cidadão”, com Pedro II. Assim, o precedente para o contraste internacional, criado para contrapor as Repúblicas existentes alhures, guiou a produção necessária dos “Presidentes cidadãos”, imagem que a República buscou para seus primeiros ocupantes do Executivo. Essas dinâmicas, lidas sem cuidado, pouco contextualizadas, produziram certa leitura de uma noção de cidadania para além de seus ínfimos limites, e que retroagem muitas vezes ao período inicial da Independência, do período da Monarquia de Pedro I e nas atividades e políticas descentralizadoras do período regencial, sempre nas chaves analíticas da “concessão”, da “dádiva” e do “despotismo esclarecido”.

Com isso em mente, se voltarmos o olhar analítico aos interiores, mais distantes se tornam as interpretações antigas da realidade do poder como violência, como a posse dos meios de repressão e da troca clientelística. O poder local, paternalista e escravista não era tributário semântico ou ideológico do parlamento, e as relações eram negociadas no registro clientelar da troca política desigual. Continuidades no processo de cooptação do período Joanino podem ser enxergadas, então, como acordos variados, não como uma submissão totalizante e fortemente hierárquica. Continuava a atuar a lógica que vez os Governadores e outros administradores da então Capitania de Minas Gerais se perguntarem, durante o século XVIII: “...como introjetar o poder e as normas nas lonjuras do sertão? Como enquadrar os potentados, contornar o desejo de mando das câmaras municipais, ordenar a população heterogênea de várias gamas de mestiços, conter a violência sempre represada do contingente escravo?”<sup>1</sup>

Toda essa argumentação dos governadores e administradores da Coroa Portuguesa quanto às necessidades para a efetiva interiorização das instituições desaparece quando do início do período Monárquico? A resposta historiograficamente mais adequada nos parece ser de que a continui-

1 SOUZA, Laura de Mello e. *Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII*. 347-366. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

dade da Casa Real de Bragança no governo do Brasil, após a independência, mantém em foco os problemas já conhecidos e elaborados anteriormente, portanto, dando uma profundidade temporal na busca de soluções já conhecidas e a continuidade de uma política de cooptação e gradual incorporação e criação burocrática.

A criação historiográfica dessa falsa noção de uma cidadania ampliada ainda no período monárquico é fruto da luta simbólica travada pelos grupos de monarquistas que se ressentiam nas primeiras décadas do período republicano, que fizeram retroagir uma visão de cidadania que se disseminava no início do século XX, ainda de viés apenas jurídico, aproveitando-se das contradições da República para desconsiderar o processo social mais amplo do período monárquico de manutenção das hierarquias e desigualdades, de falta de acesso a direitos e - mais importante - os esforços de cooptação progressiva das elites para as causas da Independência e, posteriormente, da adesão à monarquia no período da Maioridade.

Para Luisa Rauter Pereira, que analisou as nuances de significado tomadas pelo termo “povo” entre 1750 e 1870 no Brasil, a ideia de regeneração política que se referia à restauração de “princípio inscrito na natureza eterna do homem”, presente em Portugal por via do jus naturalismo e de tradições antigas, quase não encontrava eco no Brasil recém-independente, e nem mesmo a ideia de estado-nação. Simplesmente por não existir as correspondências e tradições necessárias para tal, entre a população e elites brasileiras. Assim, tais imprecisões e “flutuações” do termo atingiam todos os outros que dele derivavam ou que com ele se relacionavam.<sup>2</sup>

Como expressou muito bem Letícia Bicalho Canêdo: “A formação da nação e, portanto, a formulação jurídica da cidadania se complicava, uma vez que nem mesmo existia a definição do que era ser brasileiro”.<sup>3</sup>

Se havia essa dificuldade enorme de “se enxergar, de baixo, como pertencente a um grupo idealizado há pouco tempo entre setores da elite”, como conceder algo a estes que não se percebiam e, portanto, ‘não existiam’ enquanto cidadãos? Analogias entre a oposição analítica entre “consciência de classe” e “posição de classe” vêm à mente, mas, impróprias para uma sociedade de base escravista em que o que resta da população (menos de 40% em alguns momentos, para a região que se analisa) se estrutura entre diversos níveis de proprietários, uma minoria absoluta de trabalhadores especializados livres e um informe grupo de “desclassificados”.

Então, como vincular estruturalmente, norteados por conceitos e pelos métodos de análise desenvolvidos pelas ciências sociais, as relações sociais historicamente construídas, em diversos níveis de sobreposição, a expansão da burocracia no âmbito da sociedade, nos espaços interioranos, ligando-os ao processo de aliança e cooptação com o mandonismo local no conjunto da política

2 PEREIRA, Luisa Rauter. *Povo/povos*. 203-224. In: JÚNIOR, João Feres. (Org.) *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

3 CANÊDO, Letícia Bicalho. *Aprendendo a votar*. 517-543. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.) *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 524.

provincial e monárquica, desnaturalizando as explicações tradicionais que apontam uma unicidade orgânica das elites e um sentido sobre-humano de progresso institucional invencível e modernizante?

Para os efeitos de minha pesquisa, divido em três níveis de análise que precisam ser realizados para a desconstrução das consequências destas mitificações, que assombram algumas obras historiográficas tidas como clássicas, e que espero, possa contribuir para o aprofundamento do entendimento sobre esse objeto:

No nível das relações políticas da Corte com as elites locais, devemos reconsiderar o contexto de carências, dos pactos, intermediações, demandas das elites e a conjuntura expressa nos discursos, tendo em mente como funcionam as sociabilidades que orientam os acordos que se produzem (e que instituem) para a cooptação das elites locais. O argumento unidirecional da implantação da cidadania “de cima para baixo” é congruente com outro mito - o do “povo” - e os estudos sobre as elites do período imperial têm desconstruído tal noção, mostrando a capilaridade dos laços intraelites, das famílias extensas e das populações espacialmente pulverizadas.

Em um segundo nível, englobando a estruturação hierárquica e de acesso à burocracia judiciária e policial, é necessária análise de como conviveram, ao longo do período proposto, as tradições jurídicas do período colonial (onde o provisionado, o rábula e os nomeados *ad hoc* eram os agentes comuns) e as novas instituições criadas “pelo alto” e qual o papel instituidor progressivo de novos padrões, assim como seu alcance social. Nessa análise está a ideia de acesso à formação, às carreiras, aos cargos eletivos e do ensino jurídico, que conformam as regras e exceções do estatuto meritocrático (mais especificamente semimeritocrático e intraelites) que a burocracia idealiza e promove. Nessa análise entram o surgimento das escolas jurídicas, o papel dos círculos literários, associações e da educação pública, o surgimento da literatura especializada, assim como o estudo das representações culturais sobre o mundo jurídico, judiciário e policial.

No terceiro e último nível está a reavaliação do funcionamento do sistema burocrático-judiciário ao longo do tempo, analisando a relação do sistema com o que ele se propõe em tese: a eficiência no combate ao crime, o atendimento das demandas judiciais locais de forma efetiva, a conciliação e a legitimação do poder de polícia junto às comunidades do interior. Essa reavaliação está sendo realizada por diversos trabalhos recentes sobre história do crime, das instituições de polícia e outros que acompanham essa linha. Os resultados estatísticos e qualitativos não deixam de se mostrar surpreendentes, ainda que, nem sempre, completos. Dentro dessa reavaliação do funcionamento do sistema burocrático-judiciário-policial está outra questão muito atual, mas, pouco arguida nas pesquisas históricas, que é a inclusão de uma análise da discricionariedade relativa, ao longo do período proposto, dos agentes dessa burocracia. São indícios desse nível de discricionariedade as acusações de desmandos (algumas, bem posteriores aos fatos, talvez inclusas na questão da competição por capital simbólica entre monarquistas e republicanos), os crimes de responsabilidade e as transferências ou destituições relacionadas ao abuso ou lutas intestinas entre componentes das

elites locais. Alguns trabalhos apontam uma menor discricionariedade do que se poderia esperar, na perspectiva que tais lutas e seus reflexos em periódicos e discursos políticos inflaram os abusos dos ‘mandões’ de algumas comarcas e distritos.

Dentro desses três níveis de análise, surgem muitas possibilidades. Buscando clivagens, outras obras que apresentam aspectos metodológicos vêm à mente, como a de Ángel Rama, que no seu livro *A cidade das letras*, rompe em parte os aspectos positivos, sobre a força das instituições ‘cidadãs’ do período inicial do século XIX, em especial o período monárquico, mesmo na sociedade urbanizada da Corte, no Rio de Janeiro, e por consequência, faz com que o leitor atento possa vislumbrar as permanências e lógicas próprias que as instituições reproduzem ou operam à margem do mundo dos bacharéis que está surgindo. Ao perceber os anéis em volta da *cidade escriturária*, que descrevem a periferia da Corte, dá-se conta que os representantes da estrutura burocrática no interior (Padres e juízes), são figuras incertas e de presença, muitas vezes, intermitente, sendo sua obstinação em se distanciar dos problemas de que deveria cuidar, o principal motivo de falhas do sistema em prover o que se propõe: a omissão, muito mais que os desmandos, seriam causa da má prestação, nessa visão.<sup>4</sup>

Assim, na gênese de um novo projeto jurídico, muitas questões de fundo se colocavam, já que um clientelismo “nu e cru” estaria localizado no início do processo, mas, problemático em sua reprodução indefinida, em um contexto de busca por melhorias qualitativas nos quadros administrativos e judiciários, que cada vez mais eram perpassados pela visão de época do “progresso” e da “civilização”, com um forte sentido instrumental a fim de permitir a inserção do novo estado como nação reconhecida na órbita internacional.

Para tal, a formação de um novo campo jurídico devia recuperar e recriar, ainda que limitadamente, sobre parâmetros novos, uma estrutura capaz de suportar o prestígio e a “dignidade” de seus novos integrantes, cuja maior parte seria oriunda das elites locais a serem absorvidas e cooptadas pela estrutura central, em uma forma clientelística de ‘novo corte’, que pudesse sustentar um discurso ‘meritório’ entre as elites, produzindo efeitos positivos no sustento da sociedade hierarquizada, burocratizada e que reforçasse a coesão e os vínculos entre elites locais e aquelas situadas na Corte.

Muitas questões surgem para explicitar e tentar explicar como ocorreram essas mudanças e até onde surtiram os efeitos desejados, assim como quais efeitos secundários ou indesejados, se produziu. O fato eleitoral de um baixo corte censitário quanto à renda para a eleição local de vereadores e juízes de paz (após 1827), não destoa do argumento de uma cidadania destituída conteúdo prático e de significado democrático, já que a família patriarcal estendida, com o voto de agregados realizado “no cabresto” era a prática corriqueira. Inclusive, se analisadas de perto, tais eleições paroquiais (o distrito eleitoral mínimo) se apresentam disputadas no contexto do mandonismo, fosse

4 RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

pacífica ou na forma violenta, com constantes fraudes. Assim, o mandonismo se revela em sua completude, não a dita “cidadania”, como alguns afirmaram no passado.<sup>5</sup>

Ainda assim, a burocracia que se multiplica para ser ocupada por membros das elites locais leva a uma ‘cartorização’ de certas funções, um impulso na direção da educação formal de uma parcela maior das elites econômicas e a combinações ‘omissivas’ entre elites locais e a Corte.

Nesse aspecto, a criação de uma nova ordem jurídica foi incrivelmente omissa em temas importantes, o que revela acordos de divisão de poderes por omissão, sendo muitos destes poderes deixados aos potentados locais. Omissões relacionadas à ordem econômica, como no tráfico interprovincial e o contrabando de escravos, ou à exploração mineral, liberdades muito veneradas em Minas Gerais, além de nenhuma atenção a mudanças em relação ao mundo do trabalho, seja no sentido da escravidão ou do trabalho livre que já surgia no horizonte, se juntam às “vistas grossas” quanto a delitos menores quando praticados por gente dessas elites.

A nova ordem jurídica com certeza não estava sendo erigida para alcançar a elite em seus efeitos punitivos, mas, para dar-lhe outro rosto no novo arranjo. As ideias de modernização, civilização e progresso só fariam sentido com as devidas ressalvas de suas “liberdades históricas”, e desse verniz necessário para uma suposta sintonia com os projetos de modernidade econômica, da qual a modernidade jurídica era considerada uma parte. Enquanto isso, as mudanças reais deveriam se arrastar lentamente, sem atropelos.

Não podemos esquecer, por exemplo, que Ilmar Rohloff de Mattos já apontou como os Juizes de Paz e policiais eram os elementos chave para a manutenção do tráfico de escravos, proibido desde 1831, com a lei Feijó, porém, sem nenhum efeito prático fora do apaziguamento das pressões inglesas e a mudança de rotas e práticas para diminuir sua visibilidade<sup>6</sup>.

Autoridades que estão ocupadas em manter o *status quo* das elites de onde provém ou, ainda, a quem devem favores, apenas isso. Note-se, não cabem nessas ações a noção de cidadania, essa falsa premissa maior, palavra no título de tantos livros, e que convém abandonar. Beneficia à análise abandonar o uso referencial da palavra como um marco importante do Brasil Monárquico.

Assim, qual a razão da noção de cidadania ser uma das premissas em que se estruturou inicialmente o campo historiográfico sobre as ações instituintes do campo jurídico que surge após a Independência?

A razão é a aceitação acrítica, por vezes até anacrônica, da função retórico-parlamentar da noção de cidadania nos discursos políticos, como uma realidade social. A presença da noção de cidadania nos discursos parlamentares funcionou para as primeiras discussões historiográficas

5 CARVALHO, José Murilo de. *A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930*. In: CARVALHO, José Murilo de & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.) *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

6 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

como uma armadilha retórica: seus recortes propositais e laudatórios foram vistos como idôneos testemunhos de uma realidade geral nunca existente. Entre os usos dessa retórica, a da expansão burocrática da prestação judiciária para os interiores com a criação dos Juizados de Paz, exaltados como uma espécie de justiça popular.

Foucault, em vários momentos destrincha a forma usual de se fazer história tradicional sobre documentos sobre os quais não se dirige um forte olhar crítico, olhar esse que seja guiado por uma metodologia também crítica. A Foucault parece que falar em justiça popular seria algo contraditório, já que justiça é algo da esfera dos instrumentos de repressão do Estado. Se os atos de justiça popular não podem ter lugar em um tribunal, também não será popular uma forma jurisdicional, em outra forma, ainda que eletiva, em uma sociedade excludente. Em uma sociedade extremamente excludente, marcada pelo autoritarismo, não pode haver, para Foucault, algo como uma noção participação popular. Assim, podemos concluir que também não haverá a possibilidade de uma noção de cidadania<sup>7</sup>.

De fato, em uma sociedade autoritária como o Brasil oitocentista, o fato do Estado Nacional nascente delegar por uma lei funções jurisdicionais e policiais a proprietários de terras, ainda que estes proprietários ou seus familiares e agregados sejam escolhidos em um processo eleitoral em que praticamente só esses mesmos integrantes privilegiados participassem, não se constitui uma noção nem de longe parecida com a de “popular”.

Se admitirmos que a expansão burocrática para os interiores e o estabelecimento dos Juizados de Paz eletivos se compõe de um mesmo fluxo de uma nova ordem jurídica no início do Brasil independente, sendo que entre seus motivos aparentes está o estabelecimento de uma estrutura de combate à criminalidade descentralizada, voltada para as demandas de elites locais, mas, porém, voltada para a cooptação dessas elites ao poder central, devemos admitir por convergência lógica que antes, é através de uma retórica sobre “justiça popular” que ganhou força, posteriormente, a noção de cidadania que se quis retroagir àquele tempo, e que essa interpretação se conforma à crítica de Foucault, e que terá o condão de alterar parte do valor dado até hoje a certa historiografia que se estruturou ao redor de um conceito, agora esvaziado (se é que um dia foi sequer de longe pleno) de *Cidadania*.

Para Foucault a hipótese é que um tribunal “não é a expressão natural da justiça popular mas, pelo contrário, tem por função histórica reduzi-la, dominá-la, sufocá-la, reinscrevendo-a no interior das instituições características do aparelho de Estado”<sup>8</sup>.

Não importa em que momento histórico ou local se dá a impossibilidade lógica dessa relação entre aparelho de Estado e justiça popular. Se desviarmos o olhar nesse momento, mantendo essas palavras de Foucault em mente, para o que existia antes da institucionalização do campo do

7 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

8 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



direito no Brasil independente, no que tange o seu exercício nos rincões distantes, teremos a chave inicial para paradoxos (aparentes) que incomodaram muitos estudiosos da história do direito, e para o qual nunca acharam resposta completamente convincente. Entre esses paradoxos, o maior seria o que se perguntava por que causa é tão difícil identificar o “direito dos rústicos” no Brasil colonial e Joanino? Ele não transpôs o oceano? Deteriorou-se entre os mandões locais? Ele se dissolveu na falta de comunidades plenamente reconhecidas e sedentárias entre uma atividade rabular inconstante e itinerante? Qual o motivo dessa tradição não aparecer como opositora ou como algo a ser absorvido pela nova ordem que a independência funda?

Precisamos urgentemente abandonar o recorte historiográfico inicial imposto por gerações passadas de historiadores ensaístas que tentaram explicar o nascimento de nossas instituições pelos espelhos legais europeus, pouco considerando o substrato do escravismo violento, patriarcal e clientelista que produziu tais instituições a partir do que era essa sociedade e não a despeito do que ela era. Nossas instituições não nasceram redimindo e civilizando, mas, conservando a lógica histórica da violência em seu seio.

O *diálogo necessário* entre os componentes da nova geração de historiadores está na necessidade de focar nos modos de organizar, modos de sujeitar, modos de cooptar os agentes sociais, próprios às relações sociais do nascente Brasil independente. Assim como analisar mais de perto o papel de mudanças e permanências na formação e reformulação das elites locais, que permitiram sua inserção e reinserção nessas novas estruturas burocráticas *usando da e no processo da* violência física e simbólica. Ainda que nesse processo houvesse tensões, rupturas, conflitos e acomodações, mostrando maior ou menor adaptação de integrantes das elites locais, é a violência o pilar mais significativo da estruturação de nossas instituições ao longo do século XIX e adiante.

Assim diante do exposto, a dinâmica de pressões políticas dialéticas entre essas elites consistem em seu próprio projeto de poder. Os desenlaces dessas lutas imprimiram aos poderes institucionalizados, locais e regionais, seus primeiros vícios de origem, seus incompletos projetos civilizatórios e seus legados de ineficiência crônica em superar os tratamentos desiguais e em inserir espaços de negociação que diminuíssem a violência institucional que constitui o legado mais profundo e duradouro da escravidão nas nossas instituições judiciais e policiais.

# O empoderamento da Polícia Federal na transição brasileira

Felipe Augusto Souza

Graduando em História Universidade Federal  
de Minas Gerais felipeaugusto53@gmail.com

## Resumo

O processo de justiça de transição brasileira, teve seus problemas e permanências, a Polícia Federal também teve os seus. Como forma de fugir dos processos de justiça, diversos agentes dos sistemas repressivos estaduais e das PM's foram "federalizados", na medida que a PF, sob a condução de Romeu Tuma, continuou como importante baluarte de poder dos militares, o que poucos sabem. O objetivo da pesquisa é justamente descortinar este processo de escamoteamento da "face repressiva e corrupta" da PF, que ainda levou um bom tempo para se transformar. Esta análise será feita por meio de leitura da bibliografia, análise de documentos, de entrevistas produzidas por pesquisadores e outras disponíveis na mídia, e dados disponíveis na internet.

**Palavras-chave:** Polícia Federal, transição, justiça, agentes.

## Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo de estudo a observação das relações de poder crescentes da instituição de polícia federal brasileira na sociedade civil, construídas na história republicana brasileira, sobretudo a análise do aumento de poder e prestígio que a polícia federal obteve após o fim da ditadura, durante a redemocratização e seu período de transição.

Para alcançar os objetivos de nosso trabalho, utilizamos alguns documentos do CIE (Centro de Informações do Exército) que foram divulgados pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), datados de 01/02/1983 e revelados para público em 2010 pelo jornal *O Globo*.

Esses documentos revelam nomes de agentes estaduais que atuaram nas antigas Delegacias de Ordem Político Social (DOPS ou DEOPS, para o caso de São Paulo), inclusive de um famoso médico legista da ditadura, os quais detiveram engajamento profissional ou pessoal com sistema repressivo, e que para serem salvaguardados, deveriam ser transferidos para o Poder Executivo Federal, sobretudo para a Polícia Federal, *locus* privilegiado do poder militar durante a ditadura. A partir da análise desta documentação, em paralelo a uma análise dos motivos que ensejaram a criação da Polícia Federal na ditadura, procuraremos compreender como estes processos impactam diretamente a qualidade da democracia que se inaugura por meio de uma transição condicionada

pelos militares. Por outro lado, procuraremos demonstrar a crescente força e influência que a PF obteve nos anos após a redemocratização<sup>1</sup>, recebendo crescente investimento e ganhando uma notável popularização, o que lhe concede muito poder político.

Partimos do pressuposto que estes traços ajudam a esclarecer outras permanências que a redemocratização ainda detinha. A redemocratização e a “nova democracia” brasileira têm uma relação ambígua com o regime militar e a justiça de transição. Ao mesmo tempo em que tenta construir um ambiente reconciliador, com uma Constituição cidadã, que inclui diversos direitos progressistas, coexiste a visão autoritária de setores militares que temem um processo de revisão do passado e continuam relacionados com o poder civil, com a intenção de diminuir os problemas que a redemocratização poderia trazer, a exemplo dos direitos à justiça e à verdade que têm direito às vítimas da repressão e seus familiares (torturas e assassinatos, sobretudo), a exemplo da instituição que ora estudamos<sup>2</sup>.

### O Estado e a violência

Historicamente, o Estado brasileiro é alvo de críticas constantes relativas à violação aos Direitos Humanos feitas pela sociedade, sobretudo por militantes de direitos humanos, ONGs, etc., como no caso de notas lançadas em 2012 por órgãos da ONU, que pedem a desmilitarização da polícia militar e o fim dos esquadrões da morte<sup>3</sup>. Algo que certamente não é novo, pois o estado de exceção policial que existe no Brasil é algo alarmante e de grande preocupação em todos os períodos de sua história, com um perfil constante de vítimas (pobres e negros), o que aproxima a lógica da violência da polícia à lógica de manutenção da desigualdade social do país. Há uma constante busca de respostas para todo tipo de repressão estatal/policial dentro da própria sociedade civil. Julgamos tratar-se, algumas vezes, da falta de treinamento, o que não ocorre sempre, pois atualmente o que não faltam são cursos para policiais, em sua maioria com disciplina sobre Direitos Humanos. No entanto, entendemos que o problema está na forma com que se é dada esta disciplina, e na forma que ela (não) é absorvida enquanto valor. Muitas vezes a disciplina é ministrada em função da obrigatoriedade legal e aqueles que a ministram já o fazem deixando claro que se trata de “pura bobagem”. Sem dúvida, o peso da herança institucional e do legado cultural é muito maior na formação destes novos profissionais.

Reparando e refletindo sobre as “justificativas” apresentadas para o emprego desproporcional do uso da força, nos perguntamos como e por que, com policiais cada vez mais treinados, cursos de direitos humanos, lutas pela desmilitarização de policiais, esses fatos ainda ocorrem. Poderíamos pensar

1 <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/policia-federal-ganha-simpatia-da-populacao-apos-propaganda-e-investimento-pesado-no-governo-lula-20101231.html>. Acesso em 15 de mar 2018.

2 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1933804-daiello-foi-o-mais-longevo-diretor-da-pf-apos-o-fim-da-ditadura.shtml>. Acesso em 15 de mar 2018.

3 <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.html>. Acesso em 8 de set 2017.

então que é algo relativo à uma “cultura autoritária” do Brasil? Seria a necessidade de afirmação, dilema do proverbial “com quem você pensa que está falando”, ou da cordialidade<sup>4</sup>, que leva tudo para o privado, ignorando o conflito mediado como algo necessário para a criação da coesão social<sup>5</sup>, de um consenso que agrade duas partes? Sem dúvida estes aspectos estão presentes neste tipo de comportamento.

No Brasil é difícil não observar relações de poder nessa repressão: a necessidade da elite de camuflar conflitos que são de interesse público debater, fator de extrema importância para a resolução de problemas relacionados à segurança pública, de acordo com o antropólogo Kant Lima (colocar referência). Elite essa que justamente utiliza desses aparatos sociais para reprimir as manifestações dessas necessidades, de forma a dar a entender que no Brasil tais contradições não ocorrem. A forma piramidal da sociedade brasileira<sup>6</sup> não permite o conflito, que é algo necessário à democracia. A polícia, por sua vez, atua como o braço armado dessa repressão social, ao invés de ponderar e mediar os conflitos sociais. A ausência da internalização dos valores democráticos em nossa sociedade impede o bom funcionamento de uma polícia democrática, necessária para a consolidação democrática. Esta ausência de democracia, ou esta democracia relativa, se assim é possível definir, está expressa tanto do emprego arbitrário da violência, no desrespeito à legislação ou no seu uso subjetivo, sendo utilizada de acordo com os interesses privados ou de grupos, conforme veremos no caso da Polícia Federal no processo de transição para a democracia.

### Governo Vargas

Vargas, já logo após a vitória da aliança liberal em 1930, começou a organização do seu aparato repressivo em 1930, dentro de uma proposta de centralização do poder<sup>7</sup>, esse que era encontrado de forma difusa pelos estados, tendo grande autonomia em suas forças policiais e respondendo pouco ao poder central. Assim Vargas com o aparelhamento do Estado centralizado e dessa forma, das forças policiais, cria divisões e departamentos, como a Divisão de Polícia Política e Social e a Delegacia Especial de segurança Pública e Social, para tentativa de centralizar ou ter um respaldo maior sobre as polícias estaduais, com sistematização das informações e maior controle de outros órgãos repressores, além da colocação da chefia de polícia sob controle do executivo.

Nessa perspectiva, posteriormente foi criado por Vargas o DFSP<sup>8</sup>, derivado do seu núcleo que o orientava o DPS<sup>9</sup>, com o Decreto-Lei no. 6.378, de 28 de março de 1944, transformando

---

4 Conceito extraído das obras de Serio Buarque de Holanda, se referindo a necessidade do brasileiro de levar tudo para o âmbito privado de sua vida, seja relações ou instituições públicas (cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015 [1936]).

5 Roberto Kant Lima – Cultura Policial; REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA N° 13: 23-38 NOV. 1999.

6 Ibid.

7 CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: o Estado policial na Era Vargas. 1991*. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

8 Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP).

9 Divisão de Polícia Política e Social (DPS).

a antiga polícia civil do distrito federal no departamento federal de segurança pública, que não possuía capilaridade em todo território e atuava apenas no distrito federal. Mas nasce da tentativa e percepção da necessidade de uma polícia política de atuação nacional para perseguir ideologicamente os comunistas, dessa forma não tinha os moldes do DPF<sup>10</sup> na ditadura, ou a PF moderna pois, mesmo carregando o nome de federal, não atuava em todo território. O DFSP, por meio da DPS, desempenhou papel semelhante ao dos DOPS estaduais, perseguindo ideologicamente e moralmente os indivíduos, realizando censura política e moral, sendo esta última ainda constitucional na época<sup>11</sup>, sendo permitida a exclusão de trechos de músicas, de movimentos artísticos e de práticas cotidianas no meio público, que, segundo a lógica, atentasse contra a moral pré- estabelecida na época. Com o fim do Estado Novo e após o mandato democrático de Vargas, a modernização da repressão e do aparato de informações/inteligência do Estado brasileiro continuou. O pós-guerra é esclarecedor nesse aspecto: surgiu a necessidade da sistematização de aparelhos de coleta de informações e repressão, devido ao contexto de Guerra Fria e movimento macarthista<sup>12</sup>. Contando com modificações e debates sobre a Doutrina de Segurança Nacional, o Estado brasileiro caminhou cada vez mais rumo à sistematização destes serviços. Com Juscelino Kubistchek a modernização começou a desenhar um sistema de informações que seria aperfeiçoado durante a ditadura brasileira<sup>13</sup>. O DFSP continuou tendo somente o Distrito Federal como área de atuação, mas as aproximações com os estados e sua cooperação com os DOPS e outros órgãos criados pelo Executivo viabilizaram a centralização da repressão por meio da troca de informações.

No Brasil os órgãos de informações/inteligência serão utilizados basicamente para a segurança interna, devido ao contexto de Guerra Fria, com suas ações influenciadas sobretudo pelos EUA e pela França, que ensinava práticas de guerra contra movimentos revolucionários utilizados na Argélia, ministradas nos Estados Unidos e no Brasil, para militares latino-americanos<sup>14</sup>. Essas foram as peças-chave para o desenvolvimento e modernização dos aparatos repressivos do Estado, discurso ideológico que orientou as perseguições e prisões durante tanto a República liberal brasileira, quanto na ditadura militar. Segundo Nilo Dias:

[...] sob essa perspectiva, o início da Guerra Fria somente intensificou a cultura repressiva inerente ao Estado brasileiro, na medida em que o crescimento das agremiações de esquerda e a mobilização da classe trabalhadora expressavam – para a burguesia engendrada nos interesses do capital mundializado – um crescente perigo<sup>15</sup>.

10 Departamento de Polícia Federal (DPF).

11 FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucília de A.; FERREIRA, Jorge (Orgs). O tempo da ditadura: movimentos sociais em fins do século XXI. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p.169-205.

12 Perseguição política ao comunismo e outras posições progressistas e de esquerda, iniciada nos EUA, pelo senador Joseph McCarthy, e exportado para outros países.

13 OLIVEIRA, N. D. A Configuração do Sistema Nacional de Repressão no Governo JK (1956 A 1961). 2013. 317 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

14 JR, Martins Filho. A conexão francesa da Argélia ao Araguaia The French-Brazilian military connection during the cold war, 1959-1975. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.519-536: jul/dez 2012.

15 OLIVEIRA, N. D. A Configuração do Sistema Nacional de Repressão no Governo JK (1956 A 1961). 2013. 317

Com JK pela primeira vez se viu um esboço de um aparato de informações/inteligência no Brasil organizado verticalmente e horizontalmente, além de centralizado no Executivo. Juscelino criou órgãos diretamente ligados a ministérios ou ao Executivo, e que coordenariam os braços repressivos, como o Conselho de Segurança Nacional, subordinado ao Executivo e responsável por assessorar o presidente e deter todas as informações coletadas, além de comandar durante um período de tempo, o Serviço Federal de Informações e Conta Informações.

Essas relações demonstram como o assunto de segurança interna e políticas de repressão estavam presentes no pré-golpe, e que reforçou as concepções de guerra interna e de perseguições políticas, projetando a reformulação do DFSP em 1964, por meio da lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964 que reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências, sendo a estrutura institucional base da Polícia Federal, criada para ser a polícia judiciária da ditadura, viabilizando os mecanismos que inexistiam em termos federais, e um poder que não era de alcance dos militares. Ela tanto coletava informações, como realizava a censura e a repressão política.

Foi durante o regime civil-militar que a centralização da repressão se completou, pois, o Executivo finalmente deteve os meios para incorporar as polícias estaduais ao seu poder, se tornado força reserva do Exército, e utilizando de convênios realizados entre as Secretarias Públicas Estaduais e o Executivo Federal. Foi também durante a ditadura que o sistema de informações ganhou novos moldes, por influência da Escola Superior de Guerra (ESG) e das diretrizes estadunidenses, engendrando a estrutura institucional do Serviço Nacional de Informações. Agentes dos Estados Unidos ministraram cursos para militares brasileiros, forneceram equipamentos e todo tipo de suporte, até mesmo com a presença de unidades da CIA trabalhando dentro do território nacional.<sup>16</sup>

A ditadura reestruturou as polícias e o sistema repressivo, tornando-lhes algo cada vez mais complexo, com capilaridade intensa, e portanto, mais poderoso. A refundação do DFSP em 1964 foi a estratégia utilizada pelo regime para então atender a demanda de capilaridade, ou seja, de uma polícia política que detivesse atuação em todo território nacional, com o poder de polícia judiciária, atuação que não era facultada nos períodos anteriores, e que lhe podava a capacidade de ação repressiva.

### **A Polícia Federal e a Ditadura**

A Polícia Federal foi muito importante para a ditadura, como demonstram os documentos, não só como órgão repressivo, mas também como um *locus* privilegiado de salvaguarda de seus

f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

16 FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucília de A.; FERREIRA, Jorge (Orgs). O tempo da ditadura: movimentos sociais em fins do século XXI. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p.169-205.



agentes e outros agentes da repressão. Muitos funcionários do DPF foram censores políticos, o que era considerado “legal” dentro daquela lógica, mas muitos outros também foram torturadores<sup>17</sup>, trabalhando ostensivamente dentro da lógica da segurança nacional, que parte do pressuposto de perseguições políticas e cerceamento de direitos democráticos, principalmente relacionados ao bode expiatório do comunismo e reivindicações de esquerda<sup>18</sup>. Aqui no Brasil ficou latente a cooperação de estadunidenses, iniciada em 1957 e fortalecida após o golpe, a qual ocorreu em função da preocupação daquele país com os países que julgavam mais “atrasados”, tornando-se mais propícios à uma revolução de esquerda. A partir da criação da Agência dos Estados Unidos para Ajuda Internacional (Usaid) em 1961, existiram vários programas de “modernização” de diversos setores na América Latina, inclusive os de segurança, visando disseminar a Doutrina de Segurança Nacional. Foi justamente o interesse americano na redução de ação dos movimentos de esquerda e sua crescente criminalização, associada aos interesses da direita e dos militares brasileiros, em sua maioria inseridos na lógica da DSN, que ensejaram os primeiros passos concretos para o processo de centralização do aparato repressivo brasileiro. Dessa forma, atuaram sistematicamente no DFSP, além de outras polícias.

Esse processo de abertura e anistia se dá com lutas internas do regime, entre militares mais “legalistas” e os “linhas dura”, a abertura lenta e gradual, junto da anistia permite a saída à francesa dos militares, em contrapartida dos linhas duras que desejavam permanecer no poder, e não conceder anistia aos “inimigos” de esquerda, permanecendo a saída lenta e gradual dos “legalistas”, coberta de entraves posteriores.

Esse problema da federalização na transição, de permanências dos agentes tem raízes na anistia concedida pelo governo Figueiredo, quando procuraram conceder anistia geral, inclusive para todos os torturadores. A transição no Brasil foi elaborada para não permitir grandes impactos nas instituições militares, e a interpretação da Lei da Anistia inviabilizou, posteriormente, uma grande possibilidade de condenações. No Brasil, esta abertura lenta e gradual iniciada em 1974 no governo do general Ernesto Geisel, que condicionou os termos políticos da saída dos militares do governo, em conjunto da anistia, faz com que as instituições que lutam contra as permanências e entraves autoritários tenham extrema dificuldade para atuar. Para além do atraso na criação de uma Comissão Nacional da Verdade (Lei 12528/11, sancionada em 18 de novembro de 2011 e instaurada em 2012), e apesar da criação de outras comissões no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, continuam existindo diversos empecilhos para seu trabalho. As comissões da verdade criadas nos anos de 1990 e 2000 tiveram esses obstáculos condicionados pela reabertura política, e como essas instituições no Brasil não tem poder de julgar ou iniciar processos, procuram apenas revelar a verdade e a memória em prol de familiares de vítimas e pessoas envolvidas. Visam

17 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html> acesso em: 26/05/2018.

18 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Segundo grande surto anticomunista: 1961-1964. In: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002. p.231-278

oferecer um mínimo de reparação e também realizar pressão para que cargos não sejam assumidos por ex-torturadores ou cobram para que sofram algum tipo de punição.

É certo que no Brasil diversas famílias e vítimas receberam reparações financeiras ou outros tipos de apoio, mas ainda existe uma dívida simbólica. Mesmo após o fim do regime, ver militares influenciando diversas esferas da sociedade é algo que causa incômodo, principalmente porque esses são muitas vezes militares que tiveram papel ativo na ditadura como torturadores, a exemplo da fala do filho de Vladimir Herzog, torturado e morto pela ditadura. André Herzog diz:

No Brasil, não estamos exigindo nem isso, não pedimos punições, já que foi promulgada a Lei da Anistia em 1979. Queremos apenas que se apure a verdade e que ex- torturadores sejam afastados de cargos públicos. É muito?<sup>19</sup>

Essas heranças da ditadura são um dos principais estigmas na sociedade brasileira atual, e além de desrespeitar vítimas e familiares, são circunstâncias perigosíssimas para todos os âmbitos sociais, pois permitem a ação de agentes autoritários.

Em vários momentos é muito clara esta continuidade do regime mesmo depois das eleições indiretas, da Constituinte, da redemocratização e da instauração da nova República brasileira, ela foi governada por um presidente civil com ligações estreitas com a ditadura<sup>20</sup>, e com uma relação ambígua com o regime militar e a justiça de transição. Ao mesmo tempo em que o novo regime democrático tenta construir um ambiente reconciliador, com uma constituição cidadã que inclui diversos direitos progressistas, coexiste a visão autoritária de setores militares que continuam relacionados com o poder civil e com a intenção de diminuir os problemas que a redemocratização poderia trazer, ou seja, problemas com a justiça e com as vítimas de tortura e seus familiares, por medo de prisões e condenações.

Para exemplificar esta questão das garantias, trabalhamos aqui com o caso da Superintendência da Polícia Federal de São Paulo e com a própria Direção Geral da PF. Em 2010 o jornal *O Globo* publicou uma série de reportagens vinculadas à identificação de um documento elaborado pelo antigo Centro de Informações do Exército em fevereiro de 1983 e divulgado pelo SNI.

A divulgação destes documentos traz uma importante contribuição para a história do país, pois mostra informações para além dos nomes de agentes, deixa e forma explícita o lugar da Polícia Federal, a instituição brasileira que atualmente talvez seja a de maior popularidade e confiança da população – a própria virtude em forma de instituição – durante a ditadura. Evidencia como ela se instituiu e para que, o que nos permite um olhar mais crítico, pois são fatores que condizionarão a cultura institucional durante muitos anos, trazendo reflexo até os dias de hoje. Para se compreender melhor a participação da Polícia Federal neste processo, é preciso conhecer a dimensão de o que representava o Delegado da Polícia Civil de São Paulo Romeu Tuma, e o que a sua nomeação para a Superintendência Regional de São Paulo representa.

19 Publicado na Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 out. 1995. p. 3 <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12952&anchor=487715&origem=busca&pd=a66b6c3e2d6ba5203d192963342d9355> Acesso em 9 de Nov 2017.

20 <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/jose-sarney/index.html>

Romeu Tuma foi peça chave da ditadura e teve participação em diversos órgãos durante o regime, inclusive como delegado e diretor da DEOPS-SP em 1977. Apesar de não haver nenhuma acusação de tortura comprovada que o envolva, existem depoimentos dele ter sido conivente com maus tratos, tortura e o massacre da guerrilha do Araguaia, ao mesmo tempo que negou a existência de torturas em sua época de DEOPS<sup>21</sup>. Tuma não é citado diretamente nos documentos anteriormente mencionados divulgados pelo *O Globo*, mas está diretamente relacionado à questão, devido a ser São Paulo o Estado que mais transferiu agentes para a Polícia Federal de São Paulo, que naquele momento passou a ser dirigida por Tuma<sup>22</sup>.

Os documentos divulgados pelo *O Globo* contém uma lista de 49 agentes que teriam sido convidados para se inserir no poder Executivo Federal. A motivação explicitada seria a eleição de candidatos opositoristas em diversos estados brasileiros, tal como Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Paraná, e que teriam sido considerados como revanchistas em relação aos agentes da ditadura. E que tais agentes, devido ao seu engajamento com a “revolução” de 64, seriam alvos, e deveriam ser transferidos para o Executivo Federal, como uma forma de justiça e reconhecimento para si. Como dito nos documentos:

[...] este centro solicitou aos comandos militares de áreas, que indicassem os funcionários estaduais de suas respectivas jurisdições que [...] seriam os mais visados por uma possível represália opositorista. A passagem desses funcionários a disposição da área federal, livrandos-os de situações de constrangimentos e aflição, seria uma medida de justiça e reconhecimento<sup>23</sup>.

Tratava-se de uma tentativa de proteger seus pares, com medo de uma “Argentinização<sup>24</sup>” da transição, país que teve grande investigação em relação a repressão e violações dos direitos humanos, além de condenação de diversos agentes repressores.

Um fato interessante que demonstra a importância dos documentos é a sua origem e divulgação; são de origem do CIE<sup>25</sup>, conhecido por ser um dos principais expoentes da repressão; e de divulgação pelo SNI, maior órgão de inteligência no regime que sistematizava a repressão, uma das grandes criações do regime militar brasileiro. Os documentos divulgados demonstram como as instituições estavam conectadas e como esses processos de fuga das condenações estavam presentes, além de inserir o nome desses colaboradores do regime, o que é algo raro em um documento oficial. A Polícia Federal não só já possuía os seus, como recebeu torturadores dentro da instituição, trazendo à tona projetos que deixam latente a continuidade do regime de exceção e as condutas antidemocráticas, algumas delas que ainda hoje podem ser observadas no órgão federal, a exemplo das conduções coercitivas desnecessárias.

21 1998, ROMEU TUMA, ANTECEDENTES, BREVE HISTÓRIA. Sobrevivente, Tuma chega à reta final. MÃRIO MAGALHÃES da Folha de S.Paulo. Acesso em 15 de mar 2018

22 <https://oglobo.globo.com/brasil/sp-teve-maior-numero-de-agentes-transferidos-11476961>

23 Documento 1 <https://oglobo.globo.com/brasil/ditadura-militar-atuou-para-protoger-agentes-11478595> Acesso em 30 Jan 2018.

24 Termo para relacionar com o processo de condenação de diversos agentes da ditadura argentina após o fim do regime.

25 Centro de Informações do Exército (CIE).

Nesses documentos são encontrados nomes conhecidos da cena policial brasileira e do regime militar, para além de Tuma, que ficou conhecido também na cena política nacional. O delegado Aparecido Calandra que trabalhava com o Romeu Tuma na DEOPS de São Paulo é uma figura do regime militar, tristemente conhecido como “Capitão Ubirajara”. Calandra recebeu esse apelido por diversos militantes e civis que o reconheceram após torturas e interrogatórios<sup>26</sup>. Junto dele existem outros nomes famosos da repressão aos movimentos políticos, nomes ligados aos DOPS, como Thacir Omar Meneses em Minas Gerais, hoje conhecido como grande nome da Polícia Civil do estado<sup>27</sup>; José Xavier do Bonfim, de Goiás, investigado por participação na execução de dois militantes no interior de Goiás<sup>28</sup>; além de outros nomes já conhecidos por serem acusados e estarem em investigação por assassinatos e práticas de tortura durante o regime.

Outro caso interessante e ilustrativo é sobre a participação de agentes que não eram militares, mas civis e que tiveram participação e colaboração com o regime. Na lista consta também o nome do médico legista Henry Shibata, famoso por fraudar a autópsia de Yoshitane Fujimore e por assinar como diretor do IML paulista a autópsia no corpo de Vladimir Herzog, que teve declarada pelo regime a causa de morte de suicídio. Shibata dizia estar ciente de que as torturas aconteciam, mas que não via sinais nos corpos. O médico teve sua licença cassada nos anos 80, mas a recuperou anos depois. A demonstração da importância desse legista para o regime, além da cooperação, pode ser percebida não só pela sua presença na lista para federalização, mas também pelas medalhas que ganhou pelo Exército nos anos de 1970, por sua cooperação com o regime. Todos acobertados por Tuma. Após o fim do regime, Tuma ainda assumiu a Direção Geral da Polícia Federal com seu grupo, e, conhecido por seu viés autoritário, fez pressão para indicações e continuidade da direção militar na instituição<sup>29</sup>. Com sua saída da direção da Polícia Federal, Tuma almejou outros cargos públicos, sendo o cabeça da Receita Federal no governo Collor até a sua chegada ao Senado por São Paulo em 94. Seu resto de vida seria cercado de acusações de corrupção<sup>30</sup>, se candidatou à reeleição ao Senado pelo PTB em 2010, mas faleceu antes das eleições.

O caso do Rio se difere muito dos outros, pois os agentes cariocas não foram transferidos para o governo federal, mas sim atuaram no próprio ambiente estadual, apesar de estarem nas listas. A continuidade pelo trabalho na área estadual pode ser lida como uma maneira de vigilância mais próxima do então governador eleito, Leonel Brizola. Brizola era tido como um dos “inimigos” pelos aliados do golpe, e sendo eleito e assumindo o governo do Rio, acreditavam ser necessário o acompanhamento próximo do governador, para a realização do repasse de informações a órgãos

26 <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-comissao-da-verdade-delegado-nega-ter-praticado-tortura-na-ditadura-1486.html> Acesso em 16 de Nov 2017.

27 <http://www.cyberpolicia.com.br/historia/grandes-policias-da-historia/226-thacir/> <http://hojeemdia.com.br/opinião/colunas/josé-antônio-bicalho-1.334759/os-criminosos-mineiros-da-ditadura-militar-1.334597> Acesso em 16 de Nov 2017.

28 <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/r03563.pdf> Acesso em 8 jun 2017.

29 SOARES, S. F. S. Entre dados e controvérsias: A influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal Brasileira. Tese (doutorado em História) – UFMG, 2015, Belo Horizonte.

30 <http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/morre-aos-79-anos-o-senador-romeu-tuma/n1237772875006.html>

centrais militares. Brizola tinha grande força na esquerda e envolvimento com movimentos armados, além de proximidade com membros do PCB tal como Prestes, e isso fazia com que todos os passos do governador eleito fossem vigiados e repassados, inclusive interceptações de correspondências, e tais agentes, antes funcionários do DOPS, exerceram esse papel.

Os agentes cariocas trabalhavam no DGIE<sup>31</sup>, e por isso tinham tal proximidade com Brizola. Os indivíduos citados nas listas não negam tal proximidade, mas também afirmam que respeitavam o governador, pois afinal “ele era eleito pelo povo”<sup>32</sup>. Negam também que repassassem informações para o Exército em relação ao governador, assim como negam também o conhecimento de seus nomes nas listas para federalização. Fernando Pires de Aragão, que trabalhou no DGIE junto de outros nomes da lista, como Joubert de Jesus Peixoto e Pedro Américo de Oliveira Dias Alves, afirma que “nega conhecimento sobre pedido de sua federalização: diz de pessoas do Exército que não gostavam da Polícia Civil e faziam documentos apócrifos”<sup>33</sup>. Apesar disso, essas informações foram passadas para o Exército, contendo encontros e até mesmo “manias” de Brizola, como a de nunca fazer o mesmo trajeto de volta para casa.

Muitos desses casos nos quais os agentes continuaram exercendo cargos dentro de instituições policiais, seja pela federalização e posterior retorno para os estados de origem, ou nos casos que a federalização não se efetivou, conferem-lhe tratamento com honrarias até o fim de suas vidas ou então o desaparecimento público, sem nenhum tipo de punição, e muitos foram condecorados pelas instituições onde atuaram por muitos anos.

Apesar disso, a polícia em um ambiente republicano ainda pode ser uma ferramenta democrática, se utilizada da maneira correta. É o caso de um agente do DOPS-SP, Valdir Bianchi, nome presente na lista e agente federalizado, uma boa ilustração. Não colocando mérito em sua atuação no DOPS ou posteriormente na PF, Bianchi foi um dos criadores do disque denúncia paulista<sup>34</sup> após sua aposentadoria, ferramenta extremamente útil para denúncias anônimas e para a segurança pública, pensando em seu plano inicial e total funcionalidade. Mas é claro que esta contribuição não retira a necessidade de ele ter sido julgado, condenado e preso em função da violência empreendida durante a ditadura.

Esses documentos são fontes interessantíssimas para o entendimento cada vez maior sobre o regime e sobre os criminosos que fizeram parte dele. Por exemplo, os documentos carregam nomes de figuras que não exerciam mais cargos estaduais, mas mesmo não mais estando ligados diretamente às atividades, foram incluídos como quem “exercera funções de relevo ligadas a segurança e informações em seus estados, podendo, portanto, serem aproveitados em atividades

31 Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE)

32 <https://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-convocara-agentes-estaduais-para-depor-11495775>. Acesso em 15 de Jun 2017.

33 <https://oglobo.globo.com/brasil/a-gente-nao-tinha-nada-contrale-era-governador-eleito-pelo-povo-11495766>. Acesso em 15 de Jun 2017.

34 <https://oglobo.globo.com/brasil/sp-teve-maior-numero-de-agentes-transferidos-11476961> Acesso em 15 de Jun 2017.

correlatadas”<sup>35</sup>. Isso demonstra como os colaboracionistas do regime não estavam somente nos meios militares ou exercendo cargos militares ou civis; a rede de cooperação era um emaranhado de posições sociais e cargos, que não se define apenas por indivíduos contrários ou apoiadores, mas na forma de uma confusa neblina, uma zona cinzenta.

### Conclusões

Os documentos, claro, não são úteis apenas para os historiadores e a produção historiográfica sobre o período, eles são uma peça fundamental para investigações e para a realização da justiça. Após a divulgação dos documentos pelo jornal *O Globo*, a Comissão da Verdade coletou as informações em busca de realizar ligações com outros documentos, relacionar e cruzar provas. Dessa maneira procura-se encontrar os culpados e acusados de infringirem os direitos humanos durante o regime, e mesmo que a Comissão não detenha poder condenatório, a busca pela verdade é essencial, apesar de dificultada pelos órgãos militares. A importância desses documentos pode então ser vista em diversos ramos: para historiadores, para familiares e para vítimas que veem uma chance de verem nomes até então esquecidos, finalmente trazidos à tona.

---

35 Documento 5 <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-convocara-agentes-estaduais-para-depor-11495775>



## Democracia e justiça no Brasil: todos são inocentes até que se prove o contrário?

Nathalia Silva Mourão  
nathalia.s.mourao@gmail.com

### Resumo

O processo de redemocratização brasileira vivido no país no final da década de 1980 despertou o interesse de vários estudiosos das Ciências Sociais na temática da justiça, com um foco maior ao acesso à Justiça, como salienta Sinhoretto (2011). Esse interesse ressaltou que, em relação aos grupos sociais identificados como criminosos, não houve grandes variações em relação à classificação desses sujeitos. Isto porque, a cultura jurídica justifica a desigualdade em sua própria prática e fomenta a determinação de um perfil de criminoso que é reproduzido no imaginário popular. Essa determinação pode ser entendida como a ideia de sujeição criminal de Misse (2012), onde argumenta que a sociedade brasileira rotula como criminoso um perfil específico que são os indivíduos interpelados pela polícia e pela moral pública. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo discutir como um grupo social se tornou alvo do Sistema de Justiça Criminal, a partir da análise das Audiências de Custódia, implantadas pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de São Paulo. Para satisfazer esse objetivo serão mobilizados documentos, relatórios e pesquisas produzidos pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) com a parceria de institutos de pesquisa de diversas regiões brasileiras<sup>1</sup>.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça, audiências de custódia e perfil do criminoso.

A transição do regime militar para o regime democrático no Brasil pode ser entendida como um acontecimento que, nas palavras de Maximiliano Martín Vicente, é um “episódio desencadeador de mudanças no *status quo* da sociedade.”<sup>2</sup> Nesse processo, a mudança é visivelmente percebida em todas as instâncias da sociedade brasileira, sendo a promulgação da Constituição de 1988 a sua concretização. Isso porque os cidadãos passam a ter direitos que antes eram negados. O foco deste artigo é a Democracia e a Justiça, mais especificamente a Justiça Criminal e/ou Penal.

No Brasil, a Justiça Criminal segue um fluxo, que pode ser organizado em três fases<sup>3</sup>: seu início, com a formalização do registro de um crime pela Polícia Militar, será investigado pela Polícia

1 Artigo baseado no meu trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais pela UFMG em 2016, intitulado “(Pré) Conceito da Justiça: Uma avaliação das Audiências de Custódia em Belo Horizonte.”

2 VICENTE, MM. História e comunicação na ordem internacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p. 43. <<http://books.scielo.org>> Acessado em 27/04/2018.

3 RIBEIRO, Ludmila Lopes Mendonça; COUTO, Vinícius Assis; Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria de reforma do Judiciário. *Mensurando o tempo do processo de homicídio doloso em cinco capitais*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2014. P 183.

Civil. Nesta fase são averiguados se houve ou não crime, possíveis autores, motivos e meios para o seu cometimento. Vale ressaltar que a investigação é inquisitorial, ou seja, o investigado não tem acesso ao que é produzido como prova. O acesso ao conteúdo da investigação só será possível mediante a formalização e acusação por parte do Ministério Público, nesta segunda fase a denúncia é transferida para o Poder Judiciário, última fase, que pode absolver ou continuar com o processo. Caso a escolha seja pela continuação, o acusado terá o direito de se defender, apresentando provas de sua inocência nas Audiências de Instrução e Julgamento (AIJ), com o fim dessas audiências o juiz sentenciará entre culpado ou inocente, sendo culpado determinará o tipo de punição para o acusado. É importante ressaltar que, em casos de homicídios dolosos contra a vida a fase da AIJ não termina, pois nesses casos, será decidido e encaminhado a Júri Popular.

A pena de prisão é um exemplo dentre as punições executadas no Brasil, mas nem sempre foi assim. As prisões, ao longo do tempo, passaram por alterações em seus objetivos, na Idade Média as prisões não se constituíam enquanto penas, eram entendidas como um lugar de espera para os prisioneiros que iriam ser julgados (prisão como segregação). Entretanto, na modernidade começam a ser pensadas como instituições de punição e correção dos indivíduos, o objetivo era a detenção e não mais a espera de uma sentença (prisão como punição).<sup>4</sup> Em outras palavras, as prisões podem ser entendidas hoje como um mecanismo de controle social, que, no fluxo do Sistema de Justiça Criminal brasileiro, se localiza com o fim da última fase, quando o juiz decide pela condenação com a pena de prisão.

Como abordado anteriormente o processo de redemocratização despertou o interesse de vários teóricos das ciências sociais para o tema da Justiça, com foco principalmente ao acesso à justiça<sup>5</sup>. Essa consolidação pode ser observada, segundo Fontainha, Oliveira e Veronese com a criação, em 1980, de uma área especializada da Sociologia, conhecida como a Sociologia do Direito: “estudo das formas por meio das quais o direito se manifesta e se materializa na sociedade (o Direito em ação), bem como dirigida à compreensão dos efeitos que o Direito produz nas relações sociais, e vice-versa, enfocando as correlações entre o social e o jurídico”.<sup>6</sup>

O interesse desta nova área, em relação ao acesso à justiça, dizia respeito a dois aspectos: as circunstâncias em que os cidadãos com demandas de administração de conflitos acessam os serviços públicos de justiça e as barreiras encontradas para alcançar a solução almejada. Como observado por Junqueira,<sup>7</sup> existia uma divisão em relação às pesquisas desenvolvidas com esta temática na época: a primeira, marcado na primeira metade da década de 80, tinha como foco entender como

4 SALLA, Fernando; LOURENÇO, Luiz Claudio. Aprisionamento e prisões. In: Lima, Renato Sérgio; Ratton, José Luiz; Azevedo, Rodrigo Guiríngelli. (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. 1ed.São Paulo: Contexto, v. 1, 2014, p. 26-34.

5 SINHORETTO, Jaqueline. *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*. Ed: Alameda. São Paulo, 2011.

6 FONTAINHA, Fernando de Castro; OLIVEIRA, Fabiana Luci de; VERONESE, Alexandre. Por uma Sociologia Política do Direito no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol 05, nº11. Set-Dez. 2017. P.31 <<http://dx.doi.org/10.20336/rbs.220>> Acessado em 27/04/2018

7 JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Acesso à justiça um olhar retrospectivo*. *Revista Estudos Históricos*, n.18, p.1-15, out. 1996.

os movimentos sociais e suas demandas por direitos coletivos e difusos lidavam com o Poder Judiciário que tradicionalmente era estruturado para o processamento de direitos individuais, ou seja, a preocupação era do acesso coletivo à justiça. Já o segundo momento, marcado pela segunda metade da década de 80, Junqueira o caracteriza como acesso individualizado à justiça, que em linhas gerais, era uma preocupação nas resoluções de conflitos individuais tanto sobre as formas estatais quanto as não estatais, sobressaindo uma ação mais rápida e informal que não envolvia o Judiciário.

Em resumo, a preocupação dos teóricos das ciências sociais com a temática da justiça criminal proporcionou um entendimento sobre o tema que versa, principalmente, sobre a seletividade da justiça e a construção de um perfil de criminoso. Nas palavras de Sinhoretto: “Estudos das ciências sociais tem demonstrado a existência de tratamento diferenciado das instituições judiciais e policiais entre demandas e públicos – o que gera desigualdades sociais ao privilegiar ou bloquear o exercício dos direitos.”<sup>8</sup> Esse entendimento vai de acordo com o objetivo deste artigo de discutir como um grupo social se tornou alvo do Sistema de Justiça Criminal e, essa discussão será pautada pela análise das Audiências de Custódia, em Belo Horizonte, implantadas pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Audiência de Custódia é a apresentação do indivíduo autuado preso em flagrante delito a um juiz e essa apresentação permite um contato pessoal rápido capaz de assegurar o respeito aos direitos fundamentais do indivíduo. Surgiu em fevereiro de 2015 como uma tentativa de diminuir o número de pessoas encarceradas sem condenação que, no Brasil, chega à marca de 222.190 presos<sup>9</sup>. Além de fiscalizar mais efetivamente possíveis violências policiais. Neste novo modelo, o juiz não analisa apenas o Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD), mas tem a oportunidade de ouvir o flagranteado e as manifestações do Ministério Público, Defensoria Pública ou um advogado constituído para decidir, então, entre a continuidade da prisão, a concessão de liberdade, com ou sem medidas cautelares, ou relaxamento da prisão em flagrante e, ainda averiguar se houve abusos policiais.

A fim de avaliar este novo modelo, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), uma organização de referência no tema das audiências e na luta pelo fim dos abusos das prisões preventivas, assinou um termo de cooperação técnica com o CNJ e o Ministério de Justiça (MJ) “com o objetivo de viabilizar a implementação do ‘Projeto Audiência de Custódia’ que vislumbra o acompanhamento e monitoramento do projeto e, a partir dos dados coletados avaliar o impacto no Sistema de Justiça Criminal brasileiro.”<sup>10</sup> Para tanto, elaboraram um questionário que abarcava questões tanto da dinâmica das audiências como informações contidas no APFD para serem

8 SINHORETTO, Jaqueline. Seletividade penal e acesso à justiça. In: Lima, Renato Sérgio; Ratton, José Luiz; Azevedo, Rodrigo Guiringhelli. (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. 1ed. São Paulo: Contexto, v. 1, 2014. P. 401

9 BRASIL. DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN – Junho 2014. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acessado em: 28/04/2018

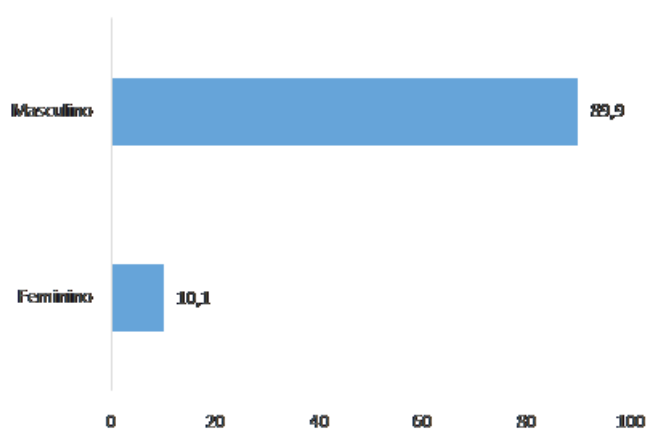
10 MOURÃO, Nathalia Silva. *(Pré)Conceito da Justiça: uma avaliação das Audiências de Custódia em Belo Horizonte*. 60f Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2016. P.36

aplicadas, por pesquisadores, no transcorrer das audiências. Em Belo Horizonte, o IDDD contou com a parceria do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública CRISP/UFMG para a aplicação da pesquisa.

Na capital mineira, a pesquisa iniciou em setembro de 2015 e se encerrou em março de 2016, onde foram acompanhadas 825 audiências de um total de 5727, o que representa aproximadamente 14% do total no período analisado. Neste artigo, não serão apresentados todos os dados que a pesquisa foi capaz de recolher, isso porque, além do questionário estruturado elaborado pelo IDDD, a percepção dos pesquisadores em campo foi coletada e, também entrevistas com os operadores foram realizadas. Ou seja, para este trabalho apenas alguns dos dados quantitativos serão apresentados, pois são eles que corroboram com o objetivo.

Os dados que serão apresentados dizem respeito ao perfil dos indivíduos encaminhados para as Audiências de Custódia, o motivo da sua apreensão em flagrante e a relação da decisão tomada pelo juiz com a cor da pele do acusado. Uma tentativa de discutir o que a literatura vem apontando e mostrando ao longo dos anos. Dos dados, pode-se verificar uma maioria absoluta de homens em relação às mulheres, praticamente 90% dos flagranteados (Gráfico 1)

**Gráfico 1**  
**Distribuição percentual dos custodiados por gênero**

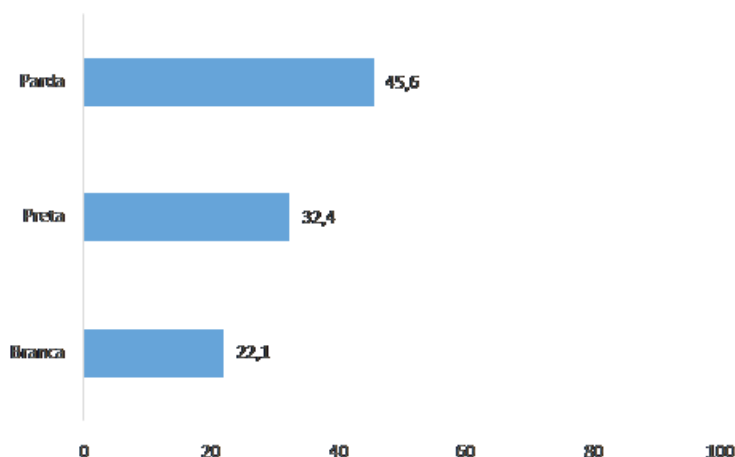


**Fonte:** Acompanhamento das Audiências de Custódias em Belo Horizonte (CRISP/UFMG)

Outro dado bastante relevante é em relação à cor/raça dos custodiados (Gráfico 2), observa-se a predominância de pretos e pardos, que juntos totalizam 78% do total, sendo a maioria, quase a metade, constituída de pardos 45,6%. Os brancos somam um total de 22,1%.

Gráfico 2

Distribuição percentual dos custodiados, por cor da pele/raça

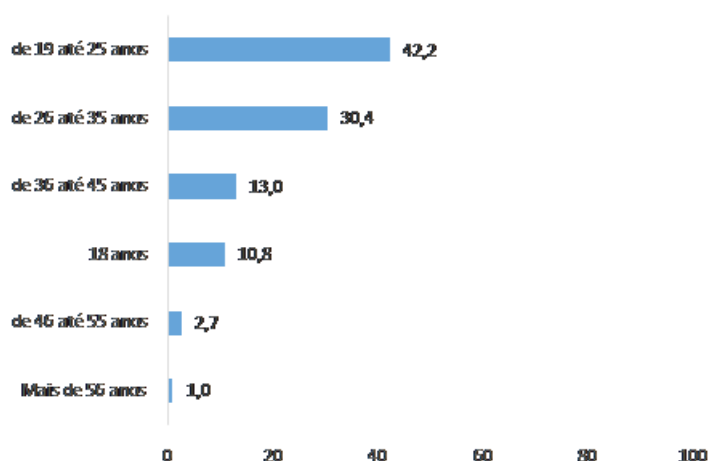


Fonte: Acompanhamento das Audiências de Custódias em Belo Horizonte (CRISP/UFMG)

A idade é outra característica importante na definição do perfil desses acusados e possibilita afirmar que há predominância de jovens encaminhados para as Audiências de Custódia, pois mais da metade, 53% dos custodiados tem entre 18 e 25 anos de idade (Gráfico 3), sendo que aqueles com idade entre 19 a 25 anos representam 42,2% do total, seguido pelos jovens com idade entre 26 a 35 anos (30,4%).

Gráfico 3

Distribuição percentual dos custodiados, por faixa de idade, em anos



Fonte: Acompanhamento das Audiências de Custódias em Belo Horizonte (CRISP/UFMG)

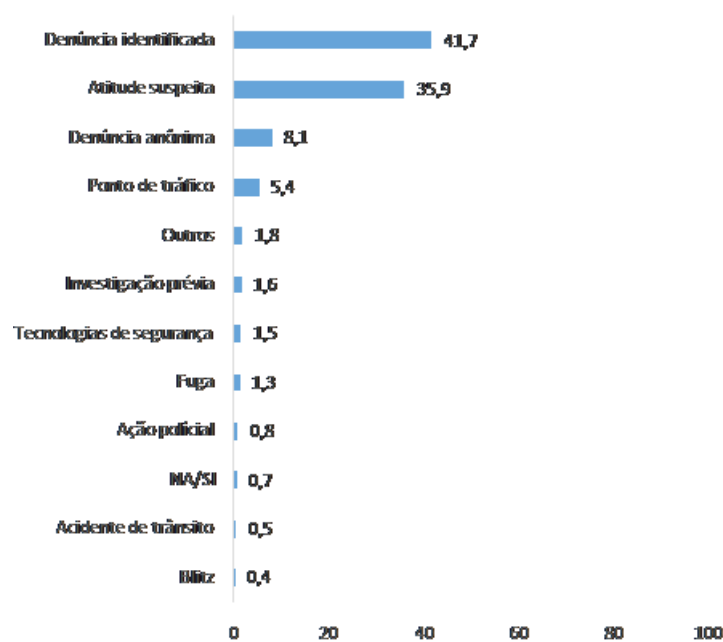
Essas características evidenciam e comprovam o que foi levantado por vários estudiosos ao longo da déc. de 80 no Brasil, mas que também foi percebido por Wacquat ao analisar os EUA “Em todo o sistema de justiça criminal urbana, a fórmula ‘jovem mais negro mais sexo masculino’ é

hoje abertamente igualada ‘causa provável’ que justifica a prisão, o interrogatório, a revista corporal e a detenção de milhões de afro-americanos todos os anos”.<sup>11</sup> Esse pensamento é compartilhado por Misse ao definir o conceito de sujeição criminal<sup>12</sup> que, a grosso modo, é a sociedade brasileira rotulando como “bandido” um determinado perfil, que são aqueles interpelados pela polícia e pela moral pública. Este autor acredita que existem práticas criminais que geram um sentimento maior de insegurança no cotidiano das pessoas e existem “tipos sociais” que são enquadrados socialmente pela condição socioeconômica, pobreza, a cor da pele, negra ou parda, e o estilo de vida.

Esse enquadramento social é reproduzido principalmente pelo trabalho da polícia, pois é ela que tem uma proximidade maior com o mundo do crime devido sua função, uma vez que é a Polícia Militar a responsável por fazer a vigilância e a suspeição constante desses indivíduos. Esse pensamento permite apontar o agente da lei como porta de entrada para o sistema criminal, o que é verificado com os dados coletados (Gráfico 4), em que 35,9% dos custodiados, com o perfil enquadrado no tipo social considerado bandido, foram detidos pela razão de “atitude suspeita”.

Gráfico 4

## Distribuição percentual dos motivos da abordagem policial da prisão em flagrante



Fonte: Acompanhamento das Audiências de Custódias em Belo Horizonte (CRISP/UFMG)

O motivo “atitude suspeita” em incorporação com o perfil dos flagranteados reforça a ideia de classes perigosas,<sup>13</sup> pois orientam as ações dos membros do Estado em suas atividades rotineiras, em outras palavras, a ação é orientada para uma vigilância de indivíduos estigmatizados.

11 WACQUANT, Loic. Da escravidão ao encarceramento em massa. Revista *New Left Review*, n.13. Jan/fev.2002. P 25.

12 MISSE, Michel. Sujeição criminal. In: Lima, Renato Sérgio; Rattón, José Luiz; Azevedo, Rodrigo Guiringhelli. (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. 1ed.São Paulo: Contexto, v. 1, 2014, p. 204-212.

13 PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. Dados: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982, p. 63-85.

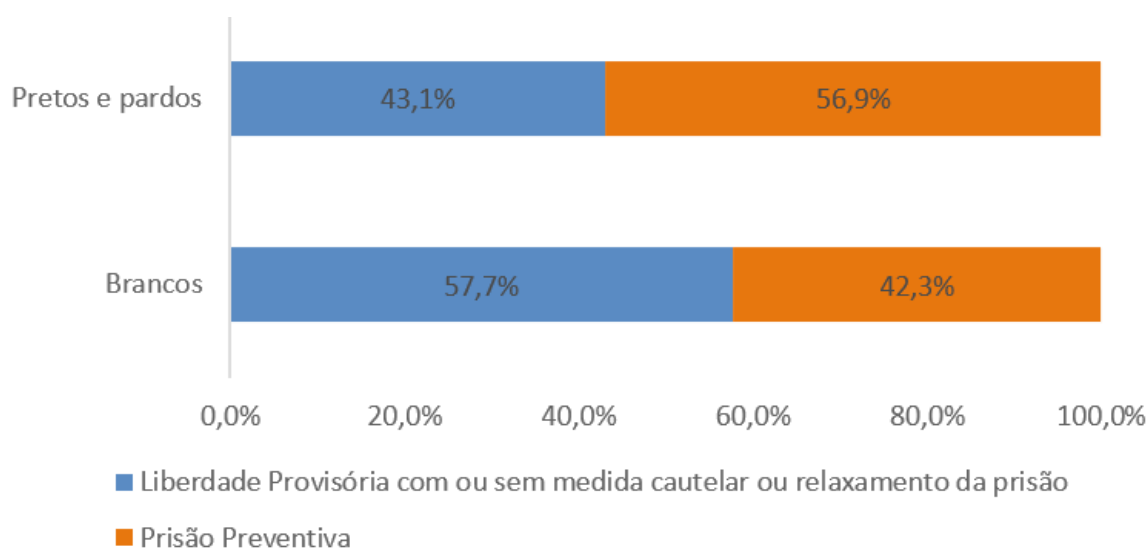


Por um lado, o produto final é a classificação formal de indivíduos em artigos do código penal (...). Por outro lado, a atividade prática é o uso e a ampliação da cultura organizacional. Esta dimensão, independentemente da primeira, ela é exercida cotidianamente sem o estímulo da ocorrência e da investigação e refere-se ao patrulhamento e vigilância constantes de sua clientela para atualizar e ampliar o ‘arquivo do policial’.<sup>14</sup>

A ação de vigiar, abordar e punir um determinado perfil não está somente na ação policial, os juízes também acreditam em um tipo de bandido a ser punido (Gráfico 5), que fica explícito na conversão, ou não, da prisão em flagrante para a preventiva em relação a cor da pele/raça. É possível afirmar que os pretos e pardos tiveram a prisão preventiva decretada em 56,9% dos casos, já os brancos em 42,3% dos casos. Entretanto, ao observarmos as decisões de liberdade provisória com ou sem medida cautelar ou o relaxamento da prisão é possível afirmar que os pretos e pardos não tiveram a prisão decretada em 43,1%, enquanto os brancos em 57,7% dos casos.

**Gráfico 5**

**Distribuição percentual da decisão em relação à cor da pele/raça dos custodiados<sup>15</sup>**



**Fonte:** Acompanhamento das Audiências de Custódias em Belo Horizonte (CRISP/UFMG)

Diante dos dados apresentados, é possível responder a pergunta que norteou não só o título do texto, mas principalmente o desenvolvimento deste trabalho: “Todos são inocentes até que se provem o contrário?” E, infelizmente a resposta é não. Pois, mesmo após a mudança do regime militar para o democrático, onde ocorreu a conquista e a garantia de vários direitos, dentre eles a presunção de inocência, na prática, entretanto, como demonstrado, não é isso que ocorre. A cultura jurídica brasileira justifica a desigualdade em sua própria prática, pois além de existir um perfil bem definido dos conduzidos presos em flagrante, existe um padrão nas decisões dos juízes que não avaliam somente o crime em si, mas sim o perfil do custodiado (cor da pele).

14 PAIXÃO. A organização policial numa área metropolitana. P 79.

15 Este dado representa significância como comprovado pelo teste estatístico *Qui-Quadrado* de Person, que apresenta o valor de 0,018. O que evidencia a associação entre a decisão do juiz e a cor da pele/raça do custodiado.

Em outras palavras, para a Justiça há uma acomodação, mesmo que internalizada, de como certo perfil de indivíduo (homens, jovens, pretos ou pardos) deve ser tratado diante de uma acusação. Pegando emprestadas o sonho e as palavras proferidas, a mais de meio século, em outro contexto por Martin Luther King, mas que se encaixam perfeitamente na realidade brasileira atual quando se pensa em democracia e justiça criminal: “Eu tenho um sonho que meus quatro pequenos filhos um dia viverão em uma nação onde não serão julgados pela cor da pele, mas pelo conteúdo do seu caráter.”<sup>16</sup>

A sociedade brasileira precisa concretizar este sonho e abolir a ideia de que existe um perfil socialmente aceito de criminoso para que o aparato estatal consiga, em fim, se desprender de atitudes pré-concebidas e, proporcionar e garantir os direitos estabelecidos na Constituição Federal Brasileira.

---

16 Trecho do discurso proferido no dia 28/08/1963 por Martin Luther King, um dos maiores líderes do movimento por direitos civis norte-americano

# Penitenciária da Pedra Grande e a internação obrigatória dos menores perigosos (1935-1945)

Fernanda Biava  
biavafernanda@gmail.com

## Resumo

A Penitenciária da Pedra Grande entrou em funcionamento no mês de setembro de 1930 buscando acompanhar as ideias modernizadoras que circulavam no Brasil no início do século XX. A instituição aprisionava homens, mulheres e menores ditos infratores. O presente trabalho pretende analisar a internação obrigatória dos menores delinquentes considerados perigosos em Santa Catarina na Penitenciária da Pedra Grande, entre os anos de 1935 e 1945, período em que o advogado Edelvito Campelo D'Araújo esteve na direção da instituição. Entre os anos de referidos para a pesquisa foi inaugurado o Abrigo de Menores, 1940, em Florianópolis. Tal instituição era destinada à internação de meninos abandonados e delinquentes. Após a abertura do abrigo, muitos menores foram transferidos da penitenciária para essa nova instituição, mas a partir do decreto n. 6.026 de 1943 os menores classificados como perigosos passaram a ser encaminhados a penitenciária. Esses casos não tinham um tempo determinado de internação a ser cumprido, sendo apenas liberados após a cessão de periculosidade. Por fim, procuro compreender através da análise dos prontuários, processos crime e relatórios administrativos a internação desses menores perigosos na penitenciária.

**Palavras-chave:** Menores, crime, instituição.

## Introdução

No ano de 2012 iniciou-se o projeto e salvaguarda dos prontuários da Penitenciária Estadual de Santa Catarina, antiga Penitenciária da Pedra Grande. O contato com esses documentos proporcionou encontrar entre eles os casos dos “menores” considerados infratores. Esses documentos foram encaminhados para o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/FAED-UDESC), totalizando mais de 4.200 prontuários, que consistem entre as décadas de 1930 e 1970<sup>1</sup>. A possibilidade de pesquisa com essa tipologia, despertou em mim o interesse em investigar os casos dos “menores”. Essas são fontes de arquivos marginais<sup>2</sup> de pessoas

1 Os referidos prontuários que integravam o acervo foram higienizados, organizados e estão atualmente em processo de catalogação e digitalização. A equipe do projeto de pesquisa e extensão Arquivos Marginais, coordenado pela Profa. Viviane Trindade Borges, é responsável pelo trabalho.

2 BORGES, Viviane Trindade. *Abandonados e Pervertidos, ou em perigo de o ser: biopoder e práticas de normalização dos menores enviados à Penitenciária de Florianópolis (Santa Catarina, década de 1930)*. Trashumante. Revista Ameri-

que foram segregadas pelo Estado e pela sociedade, documentos tantos anos esquecidos no escuro de uma sala, sem uso e sem cuidado.

O prontuário é formado por diferentes documentos, entre eles o Documento Padrão, que está anexado em todos os indivíduos internados da penitenciária. As informações apresentadas no Documento Padrão são: nomes dos pais, nacionalidade, idade, data de nascimento, estado civil, profissão, se sabe ler e escrever, e as características cromáticas como: cútis, cabelo, barba, bigodes, sobrancelhas, olhos, estatura, corpo, instrução e aspecto social na vida ordinária. O Documento Padrão informava outros dados como: marcas particulares, cicatrizes e tatuagens, parentes –nome, grau de parentesco, domicílio e observações-, data em que foi preso e em que entrou na penitenciária, as causas e o lugar do delito, julgamento, cumprimento da pena, se havia antecedentes, castigos, trabalho, fotografia –consistia em seis fotos: quatro referentes a entrada, com duas fotos de perfil e duas de frente, as duas últimas são da data de soltura-, impressões digitais e outros dados considerados relevantes. Esse documento era em formato de um livro, contendo cerca de vinte páginas, essas iam sendo preenchidas conforme o comportamento do indivíduo.

Ao manusear os prontuários, nos deparamos com diferentes indivíduos que passaram pela penitenciária. Indivíduos com histórias únicas e que oferecem um novo olhar sobre a Penitenciária da Pedra Grande, possibilitando analisar e problematizar a história da instituição e de seus detentos a partir de documentos produzidos para controle interno e relato institucional<sup>3</sup>. Cada prontuário continha os dados que foram considerados importantes de serem anexados sobre a passagem do indivíduo pela penitenciária. Esses documentos são “vestígios brutos de vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia”<sup>4</sup>.

Para Michel Foucault, filósofo francês, o corpo documental acaba por excluir e normalizar o indivíduo, tornando cada indivíduo um caso:

O exame cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um caso: um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder. O caso não é mais, como na casuística e na

---

cana de História Social 8 (2016).

- 3 Sobre a Penitenciária Estadual de Florianópolis, ver dissertação de Antônio Luiz Miranda intitulada “A Penitenciária de Florianópolis: De um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário” (1998); Viviane Poyer defendeu sua dissertação “Penitenciária Estadual da Pedra Grande: Um estudo sobre a política de combate à criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945” (2000); Com a doação do acervo da Penitenciária de Florianópolis para o IDCH, foi possível produzir novos trabalhos com fontes inéditas sobre a instituição. O meu Trabalho de Conclusão de Curso utilizou os prontuários como principal fonte da pesquisa: “Os menores atrás dos grandes muros: Penitenciária da Pedra Grande (1931-1939)” (2014); Lucas Coelho Baccin apresentou seu Trabalho de Conclusão de Curso: ““Dos dias que são tantos que nem posso contá-los”: os primeiros anos da penitenciária da Pedra Grande – Florianópolis, 1930” (2015). Ainda que o foco seja a Penitenciária e os “menores” infratores, é necessário entender a criação e a dinâmica de funcionamento da assistência aos “menores” em Santa Catarina. Neste sentido, o trabalho de Sílvia Regina Ackermann (2002), “Um espaço e muitas vidas: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis na década de 1940”; Outro trabalho neste sentido inspirador é o livro de Sílvia Maria Fávero Arend (2011) intitulado “Histórias de abandono: Infância e justiça no Brasil (década de 1930)”.
- 4 FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 13.

jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros, e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc<sup>5</sup>.

Essa classificação, da qual nos fala Foucault, foi feita a partir dos registros realizados por diferentes profissionais da penitenciária: carcereiros, guardas, juízes, diretor, secretário, professor. São tantas as pessoas que relatam sobre cada sentenciado que é importante pensarmos: para quem era criado o prontuário? Qual era a sua real função? Quem eram essas pessoas que escreviam e que de uma forma direta interferiam na vida dos sujeitos confinados?

O presente artigo objetiva trazer dados preliminares de uma proposta de pesquisa, problematizando a internação dos “menores” infratores que através do Decreto-Lei n. 6.026 de 1943, foram classificados como perigosos, entre os anos de 1935 e 1945 em Santa Catarina.

### Penitenciária da Pedra Grande e os prontuários

Para essa pesquisa, o termo “menor” será mantido, visto ser o termo indicado pelas fontes, procurando captar todas as nuances inscritas nesta expressão e o quanto ela ajuda a instituir os sujeitos perigosos. O termo “menor” caiu em desuso, paulatinamente, a partir do ano de 1990, com a promulgação do ECA, que tornou as crianças e adolescentes sujeitos de direito. O termo, contudo, permanece em uso, principalmente nas mídias. Frontana complementa que “menor” tratava-se “da criança ou adolescente cuja existência social e pessoal é reduzida à condição de ‘menoridade’, passível, por conseguinte, de intervenção ‘saneadora’ das instituições modernas de assistência e de correção e integração social”<sup>6</sup>, principalmente por esse termo ter seu uso para se referenciar;

Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral, e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas<sup>7</sup>.

A noção segue, portanto, reverberando no presente. Para esse trabalho ainda será discutida a questão dos “menores” considerados perigosos. O conceito da periculosidade é inaugurado na legislação brasileira com a implementação do novo Código Penal, no ano de 1940.

5 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: ED. Vozes, 2012, p. 181.

6 FRONTANA, Isabel Cristina Ribeiro da Cunha. *Crianças e adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 59.

7 RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Usu, Amais, 1997, p. 96.

O recorte temporal escolhido para esta pesquisa compreende o período que jurista Edelvito Campelo D'Araújo esteve na direção da Penitenciária da Pedra Grande. Esta instituição carcerária foi inaugurada em setembro de 1930, com o objetivo de ser uma penitenciária moderna. Nos primeiros anos de funcionamento ocorreram diversas trocas de diretores e reformas estruturais, dificultando manter o projeto administrativo efetivo apresentando nos primeiros cinco anos de funcionamento problemas como: lotação das celas, menores infratores e mulheres internados no mesmo local, sem oficinas de trabalhos para os detentos. Visto essa situação, no ano de 1935, foi nomeado ao cargo de diretor Edelvito Campelo D'Araújo, um jovem advogado baiano que foi transferido para Santa Catarina com a pretensão de organizar a instituição. No relatório de 1936 para o Governador do Estado (APESC), foi observado grandes mudanças no local, como a criação de diferentes oficinas de trabalho, a construção de um gabinete fotográfico, a organização dos prontuários dos detentos. Conforme colocado, entre estes documentos encontramos homens, mulheres e “menores”.

O número de “menores” internados na Penitenciária da Pedra Grande era bem inferior ao de adultos, já que a instituição não foi construída com o fim de abrigar tal grupo de desviantes. Porém, a falta de um estabelecimento exclusivo para o internamento desses sujeitos no estado fazia com que muitos fossem encaminhados à penitenciária, aproveitando, conforme veremos, uma brecha possibilitada pela lei. No ano de 1935, entrou em funcionamento o Juizado de Menores de Santa Catarina, órgão responsável pela gestão da assistência aos jovens abandonados e delinquentes, bem como pelo cumprimento do Código de Menores no estado. Para melhorar a assistência aos “menores”, em 1940 o estado inaugurou o Abrigo de Menores. Neste recorte, podemos destacar a abertura de outras instituições no Estado, como o Colônia Santa Teresa (1940) e Colônia Sant'Ana (1941).

O objetivo desta pesquisa é analisar a internação de menores infratores na Penitenciária da Pedra Grande, prática permitida pelo Código de Menores, 1927, artigo 87, a qual permanece mesmo com a abertura de uma instituição específica destinada aos menores em 1940, o Abrigo de Menores. O Abrigo era dirigido pelos Irmãos Maristas e abrigava meninos abandonados e infratores de 8 a 18 anos. O primeiro ano da instituição foi marcado com mensagens enviadas pelos Irmãos ao Governador do Estado, solicitando a não internação de menores delinquentes no Abrigo de Menores, pois, sua má educação influenciava os demais jovens, por isso deveriam ser encaminhados para a penitenciária. Também no ano de 1940 foi promulgado o novo Código Penal, período de forte repressão policial e jurídica no país, mediante a ditadura varguista (1937-1945). Diante dessa conjuntura a promulgação do novo código penal destacava a questão da periculosidade em seus artigos 77 e 78. Assim, mediante o indivíduo ser considerado perigoso seu destino era a medida de segurança. Essas novas políticas eram destinadas aos adultos, somente no ano de 1943 foi instituído o decreto n. 6.026, que instituía que todo menor que fosse perigoso deveria ser internado na penitenciária, atendendo a determinadas normativas que serão exploradas ao longo do presente trabalho. A partir das fontes selecionadas para essa pesquisa, foi sinalizado que após



a promulgação desta lei, não ocorreu mais entradas de menores infratores no Abrigo de Menores, sendo considerados perigosos e encaminhados para a internação obrigatória na penitenciária até a sessão de periculosidade. Dito isto, através de prontuários, autos de processo crime, relatórios do diretor ao governador do estado e a bibliografia selecionada, busca-se perscrutar a internação dos menores perigosos na Penitenciária da Pedra Grande.

O Decreto-Lei n. 6.026 trazia artigos em relação a periculosidade dos menores de 18 anos. Dentre os artigos da referente legislação, foram encontrados nas fontes;

Art. 2º São as seguintes as medidas aplicáveis aos menores de 14 a 18 anos: se os elementos referidos na alínea anterior evidenciam periculosidade o menor será internado em estabelecimento adequado, até que, mediante parecer do respectivo diretor ou do órgão administrativo competente e do Ministério Público, o Juiz declare a cessação da periculosidade.

1º Em casos excepcionais, o Juiz poderá mandar internar o menor perigoso em seção especial de estabelecimento destinado a adultos, até que seja declarada a cessação da periculosidade, na forma da alínea b deste artigo<sup>8</sup>.

Entre os 43 prontuários analisados, 3 são referentes aos ditos perigosos. A partir da leitura do conjunto documental, é verificado que praticamente todos os menores foram internados por serem considerados perigosos. Contudo, é importante destacar que entre estes casos, os menores receberam um tempo determinado de internação, diferente dos três casos que serão aqui aprofundados, menores que entraram na instituição a partir da legislação citada e ficaram reclusos até a cessação da periculosidade. A cessação seria definida a partir de um parecer redigido pelo diretor da penitenciária, levando em consideração: o comportamento do menor; sua educação e regeneração; o ambiente que este viveria após sua liberdade; e outros. É objetivo desta pesquisa discorrer sobre esses três casos, utilizando como fonte os prontuários da penitenciária e os processos crimes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

## Conclusão

No presente artigo me propus a dissertar sobre um projeto de pesquisa problematizando a internação dos “menores” considerados delinquentes recolhidos na Penitenciária da Pedra Grande através do Decreto-Lei n. 6.026 entre os anos de 1935 e 1945. Para realizar esse estudo serão utilizados 45 prontuários de menores referentes à instituição carcerária. A pesquisa ainda se encontra em estágio inicial, não tendo sido realizado nenhuma análise das fontes selecionadas. Buscou-se então, apresentar algumas informações sobre os prontuários, documento despertou em mim o interesse pela temática dos “perigosos” e apresentar de forma breve alguns dados sobre o assunto proposto para pesquisa.

8 BRASIL, Decreto-Lei nº 6.026 de novembro de 1943. Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/11/1943, Página 17345. Link para acesso: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6026-24-novembro-1943-416164-publicacaooriginal-1-pe.html>

Neste caso, apesar do período central deste estudo ser entre os anos de 1935 e 1945, focando na Penitenciária da Pedra Grande, podemos observar ressonâncias no presente. Na atualidade a discussão acerca do “problema do menor”, como um problema social, segue reverberando os discursos pejorativos acerca da juventude marginalizada. Esta pesquisa busca contribuir para que seja possível repensar as políticas e práticas para com os “menores” classificados como abandonados, delinquentes e perigosos, como um instrumento de reflexão e questionamento sobre essas práticas.

## Pervertidas e perigosas: mulheres encarceradas em Florianópolis (1930-1940)

Carolina Wanderley Van Parys de Wit<sup>1</sup>  
carolinavanparys@gmail.com

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o encarceramento feminino no Brasil e suas reverberações no estado de Santa Catarina. Com o cárcere de mulheres sendo regulamentado no país somente em 1940, a partir da promulgação do Código Penal, o período anterior é marcado pelo trânsito das criminosas em diversos tipos de instituições de isolamento. O recorte temporal deste artigo se baseará nesse período do não dito, não regulamentado, pois é nesse entremeio que o crime feminino fica muito próximo a loucura, fazendo com que a medicina e a criminologia se chocassem tentando controlar e padronizar a vida dessas detentas. Assim, utilizarei nesse trabalho os prontuários das primeiras mulheres encarceradas na penitenciária da Pedra Grande, em Florianópolis, para analisar o discurso médico e jurídico exercido sobre esses corpos, tentando observar como a política de aprisionamento feminino nacional reverberou no Estado. O trabalho se desenvolve a partir de algumas balizas, como um levantamento de dados sobre as mulheres ali encarceradas – quem eram, nacionalidade, onde moravam, o tipo do crime, idade, e outros dados encontrados nos prontuários; analisar a diferença das práticas institucionais no cumprimento da pena feminina em comparação aos homens; compreender que tipo de ressocialização era esperada da criminosa mulher. A partir desses pontos procuro perceber como a prisão feminina serve como um mecanismo de domesticação da mulher criminosa e vigilância de sua sexualidade. Para isso, dialogarei com Michel Foucault para discutir a função social do cárcere, realizar a análise de discurso e compreender como a sociedade cria aparelhos para controlar e normatizar a sexualidade dos corpos.

**Palavras-chaves:** Criminosas, penitenciária, Florianópolis.

No presente artigo buscarei investigar quem foram as primeiras mulheres encarceradas na penitenciária de Florianópolis, para isso dialogarei diretamente com as teses médicas e jurídicas que buscam uma solução para o encarceramento feminino. É importante ressaltar que durante o recorte temporal definido, o Código Penal que estava em vigência era o de 1890, não havia neste código, ou em outras legislações, nada que regulasse o aprisionamento de mulheres que cometiam crimes. Por conta desta brecha na legislação é difícil observar qual trajetória e por onde caminharam essas criminosas. Desta forma, trabalho com o não dito, não registrado, tento observar o trânsito destas

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista PROBIC/UDESC.

mulheres por diferentes instituições, como as vidas delas estavam nas mãos de juízes e diretores penitenciários que decidem onde, como e por quanto tempo elas ficariam alocadas. Na penitenciária de Florianópolis as detentas eram a menor parcela dos encarcerados, na primeira década de funcionamento haviam apenas 16 mulheres internadas. Apesar de poucas, posso buscar compreender, com ajuda dos prontuários, um pouco dos caminhos percorridos, sentenças, castigos e marcas que essas mulheres deixaram na história.

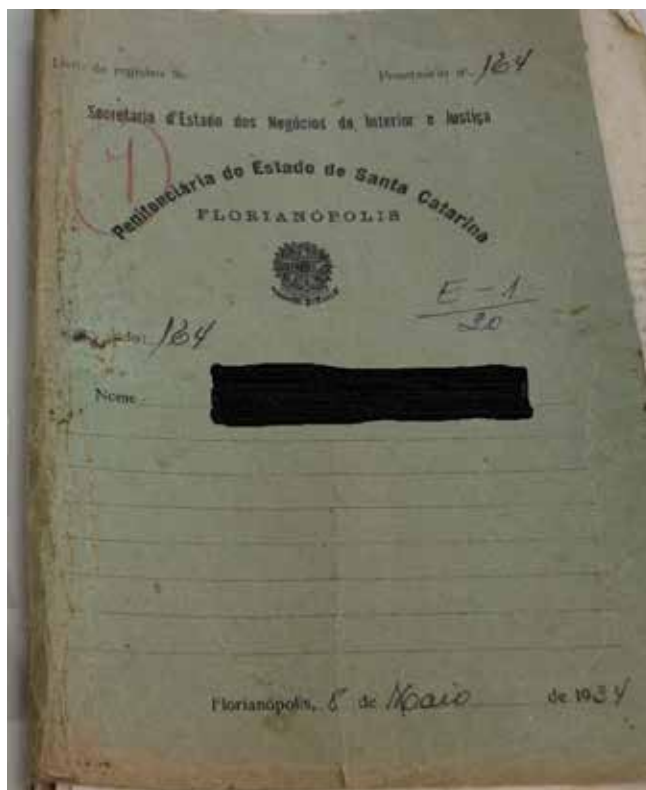
A penitenciária de Florianópolis inaugurou o seu funcionamento em 1930, na época foi construída em um bairro considerado distante do centro urbano da cidade, porém, hoje é um bairro centro, localizado ao lado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Quando construído, o presídio foi projetado para seguir as ideias de modernização e higienização. É durante este período que a penitenciária é criada, e o Hospital Colônia Santana começa a ser construído. Neste sentido, Santa Catarina segue os padrões e movimentos dos grandes polos do Brasil, onde os processos de urbanização estão em intenso desenvolvimento. Seguindo, também, as regras da ciência penal positivista, a penitenciária deveria ser higiênica e os indivíduos regenerados. Segundo Lucas Coelho Baccin:

Desta maneira é possível perceber no discurso de inauguração da Penitenciária a preocupação em relatar a instituição como modelo em consonância com as discussões acerca das políticas penais em voga na época. O destaque dado por Bulcão Vianna ao local de construção da instituição é um exemplo disto, pois como denota Machado (1978), para a ciência penal, o primeiro aspecto a ser levado em conta para a construção de um estabelecimento penal que vise a regeneração de criminosos era justamente a escolha de uma localização afastada dos centros das cidades, com boa ventilação de ar e longe de umidades<sup>2</sup>.

Os prontuários são documentos que os sujeitos que foram encarcerados ganham ao entrar na penitenciária, o prontuário é composto por diversos documentos que formam um dossiê sobre os presos na instituição. O principal documento é chamado de *Prontuário Padrão*, nele pode ser encontrado dados básicos sobre o encarcerado como: nome, idade, naturalidade, profissão, onde mora, a data de entrada na penitenciária, o crime que cometeu, local do crime, etc. Outros documentos podem ser observados no prontuário, cartas guias – um resumo do processo crime –, pedidos de livramento condicional, perdão e comutação de pena, punições institucionais sofridas, cartas, fotografias, requisição de materiais e trabalho. É a partir deste documento que podemos analisar as brechas, as resistências e a presença dos sujeitos na instituição. Uma trajetória de vida no presídio.

2 BACCIN, Lucas Coelho. “*Dos dias que são tantos que nem posso contá-los*”: os primeiros anos da Penitenciária da Pedra Grande - Florianópolis, 1930. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 79p.

### Imagem 1 Capa de prontuário



**Fonte:** Acervo Arquivos Marginais – Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/UEDESC).

Primeiro faço uma análise quantitativa acerca das mulheres encarceradas entre 1930-1939, para compreender melhor o universo destas criminosas em regime de privação de liberdade. Temos um total de 16 mulheres, se dividindo temporalmente da seguinte maneira: três que tiveram entrada na penitenciária em 1934, 1937 e 1938; duas em 1932, 1933 e 1935; e uma em 1936. Nos dois primeiros anos e em 1939 não foram registradas entrada de mulheres na instituição. Elas são, em sua maioria, naturais de Santa Catarina, em que apenas duas são naturais da Alemanha, duas do Paraná e uma do Rio Grande do Sul. Salta os olhos o fato de ter duas mulheres alemãs neste espectro, o que pode ser analisado sobre a luz da colonização alemã no Estado.

Com relação as profissões, onze são descritas como domésticas; duas operárias; e uma não consta profissão. Um ponto interessante se dá sobre as operárias, ao ler o prontuário padrão dessas duas mulheres elas são descritas enquanto domésticas, contudo, analisando a carta guia, a profissão de ambas é apontada diferentemente, no resumo do processo crime, o juiz as define como operárias. Outra categoria colocada no prontuário é sobre as características com destaque a terminologia cútis. Seguindo essa nomenclatura, nove mulheres são declaradas pela instituição como brancas; quatro como claras; duas como morenas; e uma como parda. É possível observar, então, a subjetividade do agente que preencheu o documento, uma vez que os termos apontados são contraditórios, pois se confundem em diversos momentos.

Sobre as suas idades, duas são menores de idade; cinco estão entre 18 e 23 anos; seis entre 26 e 29 anos; e três entre 43 e 47 anos. Vale ressaltar que as detentas menores estão inseridas em um diferente Código Penal, que seria o Código de Menores de 1927, significa que elas estão sobre regimento de uma diferente legislação, que determina os espaços que elas devem abrigar. O código demanda que estas meninas infratoras fiquem separadas dos adultos e homens da instituição. Contudo, é difícil precisar ao certo qual ala elas ficavam alocadas, em diversos momentos é possível ver registro delas junto com as mulheres criminosas, e as vezes relatos de brigas entre as duas, por conta de relacionamentos amoroso com um detento.

O último ponto analisado diz respeito aos crimes cometidos, três foram processadas e encarceradas por lesão corporal; duas por homicídio; duas por infanticídio; duas por lenocínio; uma por abandono de menor; uma por lesão corporal e injúria; uma por furto; uma por roubo e extorsão; uma por homicídio e lesão corporal; e duas não consta no prontuário. As duas detentas que não possuem registro do crime cometido são as mesmas categorizadas como operárias, porém, também tidas enquanto domésticas. Essas contrariedades dentro do prontuário pode indicar algumas questões, como a subjetividade de quem preenche, e também, sobre a complexidade das relações entre as detentas e o sistema punitivo. Todos os crimes foram cometidos no Estado de Santa Catarina.

Essa análise quantitativa é importante para compreender o espectro diverso e multifacetado das mulheres encarceradas na penitenciária de Florianópolis. Mesmo com uma amostragem pequena ela é muito rica, por mostrar um pouco da trajetória institucional destas mulheres. Como coloca Foucault<sup>3</sup> esses choques com o poder, muitas vezes são os únicos registros de sujeitos marginalizados na história.

Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidivo trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder<sup>4</sup>.

Essas mulheres foram apreendidas em um momento de mudanças jurídicas no país, o Brasil vinha passando por diversas discussões sobre uma reformulação do Código Penal, que em 1930 era tido como datado e retrogrado. Não à toa que em 1940 um novo Código Penal é decretado e entra em vigência em 1941. Nesses debates diversos autores se debruçaram sobre as mulheres criminosas, José Tavares Bastos e Viveiros de Castro são os dois juristas mais famosos a discutirem

3 FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

4 FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*, p.206



a questão. Em seu livro *A unisexualidade do regime penitenciário: penitenciária para mulheres*<sup>5</sup>, Bastos defende que as mulheres necessitam de um espaço próprio para elas, pois somente assim elas poderiam ser regeneradas a partir de oficinas de trabalho próprias para mulheres – como costura, cozinha, serviços de domésticas. É possível observar nesses discursos uma preocupação dos juristas maior com o crime do que com um criminoso. Como aponta Alvarez:

Para os juristas brasileiros familiarizados com conceitos da criminologia, da nova escola penal, os fundamentos do direito de punir deveriam ser colocados em novas bases, as práticas jurídico-penais deveriam desempenhar novas funções, orientadas não mais pelos critérios clássicos de justiça, mas por conhecimentos científicos dirigidos não para o crime em si, mas sim para o indivíduo criminoso.<sup>6</sup>

Estes juristas brasileiros foram muito influenciados pelo Direito Positivista italiano, uma corrente que tinha como pai Cesare Lombroso. Cesare Lombroso é considerado por muitos um dos pais da criminologia positivistas. Nascido na Itália, obteve seu diploma de medicina aos 23 anos pela Universidade de Paiva, em 1876 começou a lecionar na Universidade de Turim nas cadeiras de medicina legal e higiene pública, onde mais tarde deu aulas de psiquiatria e antropologia. Lombroso revolucionou a antropologia criminal e suas ideias foram grandes influenciadoras da Escola Positivista de Direito Penal. Seus estudos e escritos obtiveram alcance global, influenciando correntes jurídicas e psiquiatrias em grande parte do mundo, principalmente no que se refere ao positivismo evolucionista.

Lombroso compreendia a mulher criminosa dentro de diferentes parâmetros, para ele nem toda mulher que cometia crimes poderia ser considerada criminosa, muitas delas possuíam apenas distúrbios como histeria e epilepsia, outras viam a prostituição como uma forma de extravasar o lado criminoso – ele vê a prostituição como uma “mal necessário”. Contudo, as criminosas poderiam ser divididas em dois grupos: as criminosas natas e as ocasionais. O primeiro grupo é considerado muito raro, degenerado, monstruoso e não é passível de ser regenerado e voltar a sociedade. O segundo grupo, é mais comum, normalmente são mulheres que acabam por cometer crimes, e podem ser levados a eles por vários motivos, como inveja, luxúria, algum surto psicótico, e que podem ser regeneradas, se colocadas dentro do regime correto.

Os juízes brasileiros, assim como Lombroso, acreditavam que o regime correto seria um que estivesse focado em trabalhos voltados para o lar. O discurso determina que essas mulheres tenham um apreço grande pela maternidade, casamento e pela casa. Nos prontuários é possível observar esses discursos, tanto nas sentenças dos juízes, quanto nos pareceres fornecidos pelos diretores da penitenciária. A instituição de isolamento assume a função de disciplinadora e controladora dos corpos. A criminosa só poderia voltar a sociedade se aceitasse e se responsabilizasse a cumprir com a sua função social determinada por eles, ser uma mulher do lar.

5 BASTOS, José Tavares. *Unisexualidade do regime penitenciário: Penitenciária para Mulheres criminosas*. São Paulo: Duprat & C., 1915. 110 p.

6 ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003

# A ciência normal e a "normalidade" da violência epistêmica: reflexões sobre alguns privilégios e inferiorizações epistêmicas

Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves

Graduanda em Ciências Sociais

Universidade Federal de Alfnas

crln.stephanie@gmail.com

## Resumo

Neste ensaio é problematizado o processo fundante da violência epistêmica. Neste sentido, almeja-se discutir o sentido da violência presente na estrutura científica ocidentalizada não como ocasional, mas antes como sua forma constitutiva. A especificidade deste processo se faz num recorte sócio-histórico de genocídio/epistemicídio de muçulmanos e judeus, indígenas, africanos e mulheres ao longo do século XVI, e, aditaremos, de "LGBT+", a partir do século XIX. Assim, o foco da análise, iniciado com o racismo/sexismo epistêmicos, desdobrar-se-á no estranhamento para com outra injustiça epistêmica: a heteronormatividade. Aventa-se que esses marcos epistêmicos, suas excludências e limites, são componentes "normais" do desenvolvimento científico designado como "ciência normal" por Thomas S. Kuhn. A partir das colocações kuhnianas veremos que o elemento de arbitrariedade que é constitutivamente presente nos afazeres dxs cientistas "normais" (embora tenhamos consciência de seu efeito essencial no seguimento das pesquisas), timbrado, de forma fundante, por um certo essencialismo cartesiano, faz com que as suas sensibilidades sejam restringidas, afetando de forma excludente suas interpretações.

**Palavras-chave:** Ciência normal, violência epistêmica, racismo/sexismo epistêmicos, heteronormatividade.

## Considerações iniciais

Lembro-me de quando eu era uma estudante de graduação em direito quando um envolvimento com um ciclo de palestras em direito e administração pública, e mais especificamente com uma palestra que apresentava temas polêmicos do Direito Constitucional Contemporâneo, proporcionou-me uma primeira exposição a uma reflexão crítica epistemológica. O palestrante em questão, José Luiz Quadros de Magalhães, constitucionalista e professor titular da *Pontifícia Universidade Católica* de Minas Gerais, em um certo momento de sua explanação, perquiriu-nos, ao auditório, pedindo-nos que nos lembrássemos e disséssemos o primeiro nome de um filósofo que nos viesse à mente. Os nomes foram muitos: Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes, Kant, Nietzsche,

para citar alguns dos quais me lembro. Tais nomes rememorados adaptavam-se, infelizmente, às expectativas do palestrante, corroborando-as: todos os filósofos lembrados e citados eram homens. Sim, nenhuma filósofa fora citada. Para, acredito, a completa surpresa do auditório, ele nos pedira, seguidamente, que entoássemos uma espécie de "cântico", assumidamente provocativo e com ares, sadios, de deboche, com os dizeres: "homem, branco, rico e proprietário".

Em vista disso - de algo que minara algumas das minhas concepções básicas acerca da estrutura do conhecimento científico e do que eu até então percebia com dificuldade, a saber, a violência deste não como algo ocasional (tal como eu pensava), mas como sua forma fundante e constitutiva - parece-nos valer a pena perseguir mais detalhadamente, no ensaio a seguir, a partir das concepções de Thomas S. Kuhn, este objeto de análise. Isto é, refletiremos sobre e provocaremos alguns marcos epistêmicos da *ciência normal*, suas normas excludentes e seus limites quanto ao pensável, reconhecível, enunciável e representável. Em parte este ensaio será, pois, uma tentativa de explicar os problemas epistemológicos que me foram trazidos à atenção por aquele constitucionalista, utilizando-nos, como se disse, do arcabouço kuhniano, mas mais especificamente de uma noção que lhe é fundamental: a de ciência normal, acessada por nós por meio do capítulo A Natureza da Ciência Normal, o segundo de sua obra *A estrutura das Revoluções Científicas* (1962); combinando-o com dois artigos de maior recenticidade: *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/ sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI*, de Ramón Grosfoguel (2016); e *Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo*, de Rosana Medeiros de Oliveira e Débora Diniz (2014). Este segundo e último artigo é por nós adotado na medida em que, acreditamos, poder-se aditar aos dizeres "homem, branco, rico e proprietário", dois outros: cisgênero e heterossexual. A estrutura do trabalho dar-se-á apresentando separadamente cada um dos autores em suas discussões, na sequência já aventada.

### **A estrutura das revoluções científicas: breve síntese**

Devotado, na obra *A estrutura das revoluções científicas*, publicada originalmente em 1962, menos ao campo de estudos da ciência e mais ao de sua história, mas não só a este, Thomas S. Kuhn se interessa por esboçar uma diferente definição de ciência, a partir do entendimento do que possa ter sido a história das ideias científicas. A mudança instada - viabilizada e comunicada - da imagem de ciência, implica e advoga em favor da passagem de uma antiga concepção a respeito da natureza da ciência (a de desenvolvimento-por-acúmulo), mas que ainda estaria a nos dominar, para o desenvolvimento de uma outra concepção - historicamente orientada - e de outra ordem, sob a qual anomalias reconhecidamente fundamentais e violações de interesses, desde que transicionadas em crise e, esta, em ciência extraordinária, e sua resultante, a revolução científica (com seu novo candidato a paradigma), emergiriam para assumir um papel decisivo para a compreensão do avanço científico (não mais como fonte de irritação de menor importância ou como fonte de problemas, nem mesmo como simples fatos - isto é, não como meros quebra-cabeças da ciência normal).

Apresentemos o conceito de desenvolvimento-por-acumulação capitaneado pela tradição historiográfica mais antiga:

O desenvolvimento [científico] torna-se o processo gradativo através do qual esses itens foram adicionados, isoladamente ou em combinação, ao estoque sempre crescente que constitui o conhecimento e a técnica científicos. E a História da Ciência torna-se a disciplina que registra tanto esses aumentos sucessivos como os obstáculos que inibiram sua acumulação<sup>1</sup>.

Contrariamente à noção acima esposada, Kuhn esboçará, como já se disse, uma outra, que lhe é bastante diversa. Este resultado conceitual extremamente contrastado a que Kuhn é levado, o fora, em grande medida, como nos dirá o próprio em seu prefácio, pelo

[...] reconhecimento do papel desempenhado na pesquisa científica por aquilo que, desde então, chamo de "paradigmas". Considero "paradigmas" as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência<sup>2</sup>.

Esta leitura da realidade preestabelecida e drasticamente determinada, restritiva e arbitrária (apesar de Kuhn não negligenciar o efeito importante por ela gerado no desenvolvimento científico), e pela qual uma comunidade científica está embebida por uma sólida rede de compromissos e adesões (conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais) em sua prática e espírito científicos e por seus custos consideráveis, está relacionada à atividade empreendida pela maioria dos cientistas e na quase totalidade do tempo de seus ofícios: a ciência normal, compreendida como "[...] uma tentativa vigorosa e devotada de forçar a natureza a esquemas conceituais fornecidos pela educação profissional"<sup>3</sup>. O que significa ser a atividade de pesquisa normal a "[...] disposição da comunidade para defender esse pressuposto [paradigmático] - com custos consideráveis, se necessário"<sup>4</sup>, visto ser esse sua fonte de coerência, isto é, para as tradições da pesquisa normal.

Mas se ela comporta em si uma dimensão de negatividade, aparecendo a Kuhn como essa leitura da realidade pretensamente sabedora de como o mundo é e supressora de novidades fundamentais por estarem estas em rota de colisão com os compromissos básicos nos quais encontrar-se-ia engastada, não se fecha, nosso autor, para a outra dimensão que ela também produziria, dimensão esta de positividade. A face bifronte da ciência normal consistiria, deste modo, no fato de que, se as novidades são suprimidas numa tentativa de evitar o solapamento dos pilares do edifício paradigmático, os cientistas normais não o podem fazê-lo por muito tempo, posto que o elemento de arbitrariedade já se encontra inscrito nos próprios compromissos profissionais.

A ciência normal frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos. Não obstante, na medida em que esses compromissos retêm um elemento de arbitrariedade, a própria

1 KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 20.

2 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 13.

3 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 24.

4 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 24.

natureza da pesquisa normal assegura que a novidade não será suprimida por muito tempo<sup>5</sup>.

Assim, mesmo que os elementos de arbitrariedade pelos quais a ciência normal estaria inevitavelmente manchada desempenhem, em quase todo o seu tempo e reiteradamente, um esforço fortemente inibidor de novidades, eles não resistem unicamente a desempenharem este papel, isto é, servirem para fins de pesquisa normal e às expectativas profissionais. Quando admitidos em sua atitude desorientadora e desintegradora da ciência normal, localizam-se as *revoluções científicas*.

E quando isto ocorre - isto é, quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica - então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. [...] [S]ão denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada, [que] forç[am] a comunidade a rejeitar a teoria científica anteriormente aceita em favor de uma outra incompatível com aquela. Como consequência, [...] [há a] produ[ç]ão [de] uma alteração nos problemas à disposição do escrutínio científico e nos padrões pelos quais a profissão determinava o que deveria ser considerado como um problema ou como uma solução de problema legítimo<sup>6</sup>.

Ao reconhecermos então que a explicação científica anteriormente aceita (isto é, o paradigma e a ciência "normal" baseada neste) é deixada em favor de uma outra teoria científica (num primeiro momento revolucionária) e que lhe é incompatível, há que se admitir, evidentemente, a impossibilidade de se conceber essa nova teoria como mero incremento e o desenvolvimento científico como um mero processo cumulativo ao que era conhecido pela teoria precedente.

A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações<sup>7</sup>.

Deste modo, o que a assimilação de um processo intrinsecamente revolucionário inevitavelmente e necessariamente imporá, será antes, "[...] a reconstrução da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores"<sup>8</sup>, constituindo-se em uma transformação de ares não apenas qualitativos mas também quantitativos. Freinando e tentando aniquilar qualquer forma de se pensar o conceito de ciência via acumulação de conhecimento, Kuhn renova-o em seus contornos principais, desenvolvendo as noções de ciência normal e revolução científica como complementares.

5 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 24.

6 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 25.

7 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 116.

8 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 26.

### A noção de ciência normal e seu elemento de arbitrariedade

Uma vez apresentada, em uma forma extremamente condensada, a concepção kuhniana do que possa ser a história das ideias científicas, em seus contornos mais gerais, e a reorientação advogada a qual chega o autor após quebrar com as ficções através das quais a ciência ideologizar-se, passemos, agora, a perscrutar o componente "normal" do desenvolvimento científico, isto é, a ciência normal, mais detidamente. É certo que o assunto requer muita exploração e estudo adicionais, mas, projetando nossos refletores sobre o elemento de arbitrariedade que lhe é constitutivamente presente (embora tenhamos consciência, como dissemos, de seu efeito essencial no seguimento das pesquisas), seguem-se excertos nos quais certamente estão indicados a forma com a qual esta prática de pesquisa lidaria com o mundo e moldaria, por conseguinte, a nossa sensibilidade, afetando como interpretamos nossas experiências:

[...] uma tentativa vigorosa e devotada de *forçar* a natureza a esquemas conceituais fornecidos pela educação profissional<sup>9</sup>;

Grande parte do sucesso do empreendimento [da atividade da ciência normal] deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto [de que a comunidade científica sabe como o mundo é] - *com custos consideráveis, se necessário*<sup>10</sup>; Os compromissos que governam a ciência normal especificam não apenas as espécies de entidades que o universo contém, mas também, implicitamente, aquelas que não contém<sup>11</sup>;

Examinado de perto, seja historicamente, seja no laboratório contemporâneo, esse empreendimento parece ser uma tentativa de *forçar* a natureza a *encaixar-se* dentro dos limites preestabelecidos e *relativamente inflexíveis* fornecidos pelo paradigma. A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos; na verdade, *aqueles que não se ajustam* aos limites do paradigma frequentemente *nem são vistos*. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se *intolerantes* com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma<sup>12</sup>.

Inflexibilidade. Invisibilidade. Intolerância. Para Kuhn, como ele mesmo o coloca, "talvez essas características sejam defeitos"<sup>13</sup> da ciência normal. Para nós, certamente o são. Se posso ter alguma razão ao afirmá-lo neste ensaio, é por estar considerando implicitamente para tanto outras teses que até agora não foram consideradas explicitamente, mas que agora passo a fazê-lo quanto a esses fenômenos epistemológicos e teóricos.

9 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 24, grifo nosso.

10 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 24, grifo nosso.

11 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 26.

12 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 44-45, grifo nosso.

13 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 45, grifo nosso.



## A violência epistêmica como fundacional na estrutura do conhecimento hegemônico: sobre privilégios e inferiorizações epistêmicas

Os fragmentos autobiográficos que abriram este ensaio serviram (esperamos) para dar testemunho de que a produção da ciência e do conhecimento, ainda que supostamente se pensem (independentemente de se aperceberem-se disso ou não) como "objetivas", "neutras", "imparciais", "universais" e não condicionadas por um corpo ou como "não situadas" por uma localização no espaço, não o são. Vimos que quem é ouvido são sujeitos bem precisos (homens, brancos etc), que o fazem a partir de um corpo político do conhecimento ou da geopolítica do conhecimento, e que os custos, inclusive epistemológicos, são consideráveis e desastrosos, na medida em que aqueles que tentam subverter os compromissos básicos nos quais a atividade da ciência normal daqueles sujeitos (hegemônicos) baseia-se, serão frequentemente suprimidos pela ciência normal, sendo vistos como tendenciosos, inválidos, irrelevantes, sem seriedade, parciais - em suma como vozeadores de um conhecimento inferior ou até mesmo ilegítimo.

As universidades ocidentalizadas, desde o início, internalizaram as estruturas racistas/ sexistas criadas pelos quatro genocídios/ epistemicídios do século XVI. Essas estruturas eurocêntricas de conhecimento se tornaram consensuais. Considera-se *normal* haver homens ocidentais de cinco países que produzem o cânone de todas as disciplinas daquela universidade. Não é escândalo nisso, é tudo um reflexo da naturalização das estruturas epistêmicas racistas/ sexistas de conhecimento que imperam no mundo moderno e colonial<sup>14</sup>.

Considerando que a forma de ser dos humanos modernos (e coloniais) continua a destruir o "diferente", nutrida pela "boa" intenção de transformar o "outro" em "nós" mesmos, e que esta forma de ser moderna (problemática e intolerante com a alteridade) inscrever-se-ia fundacionalmente também nas pesquisas teóricas e epistemológicas empreendidas pelos programas universitários ocidentalizados, parece-nos oportuno voltar para as condições mesmas de existência que possibilitaram à filosofia cartesiana, em 1637, inauguralmente pretender produzir "[...] um ponto de vista que não assume a si mesmo como ponto de vista"<sup>15</sup>. Desejamos, com esse retorno e com o exame mais de perto do legado cartesiano, sustentar, a partir de Ramón Grosfoguel, que os efeitos de confiança nesse paradigma, mesmo passados 370 da filosofia cartesiana, continuam a restringir drasticamente a visão dos cientistas e a tornarem *consensuais* as estruturas epistêmicas racistas/ sexistas e eurocêntricas.

Assim, como o privilégio epistemológico dos homens europeus dera-se sobre os demais? Como chegara-se a valorar e valorizar as epistemologias Norte-cêntricas, "normásculas" e brancas como o centro do mundo, e a menosprezar, subjugar e inferiorizar os valores epistêmicos dos seres humanos classificados como não ocidentais, não masculinos, não cisgêneros ou não heterossexuais, como sujeitos que não pensam e "não são"?

14 GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/ sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. p. 43, grifo nosso.

15 GROSFOGUEL, *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*, p. 30.

A tese principal de Grosfoguel, em seu artigo *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/ sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI*, é a de que a nova fundação do conhecimento secularizada e produzida pelo cartesianismo (compendiada na frase célebre "penso, logo existo") só chega a sê-lo historicamente graças à precedência de um "conquisto, logo existo", mediado por um "extermino, logo existo". Para entendermos o argumento, retrocedamo-nos aos argumentos secundários que o subsidiam.

René Descartes (1596-1650) é o fundador do racionalismo moderno e tido como o suposto fundador da moderna filosofia ocidental. Por sê-lo, falar de filosofia cartesiana não pode ser algo do qual possa prescindir-se quando o assunto são os projetos ocidentalizados de produção do conhecimento e, mais especificamente, quando o assunto são as estruturas de conhecimento das universidades ocidentalizadas, uma vez que, como já afirmamos nesta mesma página, uma nova fundação do conhecimento é produzida pelo autor. Convicto está Descartes de que poder-se-ia chegar a um conhecimento da realidade (pretensamente verdadeiro, universal, objetivo, neutro e equivalente à visão do "olho de Deus") pelo labor racional-dedutivo a partir de princípios instituídos de maneira independente da experiência (para além do tempo e do espaço). A condição de possibilidade para a suposta produção de um conhecimento nos moldes acima indicados, requereu de Descartes dois principais argumentos: um ontológico (o argumento do dualismo ontológico) e outro epistemológico, como apontado pela marcha analítica de Grosfoguel. Pelo primeiro dos dois argumentos, mente-corpo são substancialmente diferenciados e a mente é entendida como indeterminada e incondicionada pelo corpo (negando, portanto, que o conhecimento produzido produzir-se-ia, em verdade, a partir de uma condição particular de existência de quem fala e a partir de um espaço geopolítico particular do mundo). O outro argumento afirma que as ideias claras e distintas, tidas como verdadeiras por Descartes, só poderiam ser descobertas em nossa mente (supostamente não-situada em um corpo), por meio da dúvida metódica e, portanto, através do método do solipsismo - e este seria o único modo de se alcançar a certeza na produção do conhecimento. A produção do conhecimento dar-se-ia, pois, por meio de uma produção monológica (do sujeito com ele próprio, num monólogo interior, isolado, não-dialógico e anti-social). Supostamente, de acordo com essa ótica, uma produção de conhecimento não engastada nas relações sociais particulares, históricas e concretas (que efetivamente a atravessam).

Empenhemo-nos agora em mostrar como, em sua própria lógica, tal pretensão de se produzir um conhecimento não situado pode ser levado a cabo precisamente em meados do século XVII, mais precisamente nos anos 1640 deste, por Descartes. O que mostra-nos Grosfoguel, apoiando-se em Enrique Dussel, é que para que a "tradição do pensamento ocidental masculino" inaugurada pelo cartesianismo possa ter emergido em 1637, 150 anos de "conquisto, logo existo" foram historicamente requeridos (e aqui voltamos à tese principal do autor).

Enrique Dussel (2005) responde a essas perguntas com o seguinte argumento: o "penso, logo existo" de Descartes é precedido por 150 anos de "conquisto, logo existo". O *Ego conquirio* é a condição de existência do *Ego cogito* de Descartes.

Segundo Dussel, a arrogante e idólatra pretensão de divindade da filosofia cartesiana vem da perspectiva de alguém que se pensa como centro do mundo porque já conquistou o mundo. Quem é esse ser? Segundo Dussel (2005), é o *Ser imperial*. O "eu conquisto", que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição da possibilidade do "eu penso" idolátrico que seculariza todos os atributos do Deus cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento. Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades "divinas" que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais<sup>16</sup>.

Mas para que o "penso, logo existo" possa tornar-se completamente inteligível, não se pode pretender, dirá Grosfoguel, derivá-lo imediatamente do "conquisto, logo existo", pois em nada as conexões assim estabelecidas seriam inerentes ou necessárias. Para que se possa corretamente deduzir do "penso, logo existo" o "universalismo idólatra" mas sobretudo (para os fins que aqui nos interessam) o "racismo/ sexismo epistêmicos" como constitutivos das estruturas epistêmicas do mundo moderno e colonial, não se pode percebê-lo sem a ligação lógica e histórica de um conector entre ambos: é este o "extermino, logo existo", de acordo com nosso autor. O "conquisto, logo existo" está ligado ao "penso, logo existo" por meio do elo fornecido pelo "extermino, logo existo". "O *Ego extermino* é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o *Ego coquiro* e o *Ego cogito*"<sup>17</sup>. E essa etapa mediadora e conectora efetivamente se produzira por meio de quatro genocídios/ epistemicídios ocorridos ao longo do século XVI (1450-1650), vistos pelo autor com olhos de enxergar a interconexão e inter-relação entre eles. Seriam, estes, portanto, os conectores sócio-históricos, concomitantemente genocidas e epistemicidas, que em número de quatro, permitiram se atingir o ponto culminante do "penso, logo existo".

Esses quatro genocídios/ epistemicídios ao longo do século XVI são:

1. contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da "pureza do sangue";
2. contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia;
3. contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e
4. contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas<sup>18</sup>.

Assim, a partir do que foi exposto, pode-se conceber que no "sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista"<sup>19</sup>, a estrutura epistêmica pretensamente universal e, por conseguinte, as universidades ocidentalizadas, fundaram-se sobre eventos históricos e mundiais (relacionados aos quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI) de severos custos para "outros" corpos políticos e geopolíticas do conhecimento. O cimento do privilégio

16 GROSFOGUEL, *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*, p. 30-31.

17 GROSFOGUEL, *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*, p. 30-31, grifo do autor.

18 GROSFOGUEL, *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*, p. 31.

19 GROSFOGUEL, *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*, p. 32.

epistêmico foi o extermínio, a dominação, a excludência, e o outro lado da moeda da lógica genocida, já sabemos qual foi/ é: o "não penso, não existo" e, conseqüentemente, a inferiorização epistêmica.

### O marco epistêmico da cisgeneridade e da heteronormatividade

Mas existe uma outra exclusão epistêmica internalizada pelas estruturas do conhecimento e naturalizada por estas, assim como o racismo/ sexismo epistêmico discutidos por Grosfoguel, e que não pode ser por nós negligenciada. Efetivamente, se o sujeito oculto - o "Eu" - da frase "penso, logo existo" - tal como escrevera Descartes, em Amsterdã -, ainda raramente pode ser um africano, um indígena, um judeu ou uma mulher, tal como para o próprio naquela época, a partir do século XIX, quando, tal como situado por Michel Foucault, uma mudança no pensamento europeu passa a ver a sexualidade do mesmo gênero biológico ("sexo") como uma função de definições estáveis de *identidade* (e não mais em função de meros *atos*), raramente o sujeito oculto, adite-se, poderá ser um ou uma *homossexual*. O que é "verdade", o que é a "realidade" e o que é melhor para os "demais" estará informado pelo marco heteronormativo. Assim, se Grosfoguel inscreve-se mais nitidamente contra o racismo/ sexismo epistêmico e o assume plenamente como "[...] um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo"<sup>20</sup>, tal como de saída o coloca, não podemos nos eximir, para além do colocado, e deixar de assumir a heteronormatividade como também ela sendo um marco do conhecimento produzido pelas estruturas globais e suas epistemologias, cosmologias e visões de mundo.

Antes de chegarmos ao término deste ensaio, e para situarmos-nos em relação ao registro discriminatório e injusto produzido pelo marco heteronormativo, inspiremo-nos em Rosana Medeiros de Oliveira e de Débora Diniz, contida no trabalho *Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo*, de 2014, e na crítica daquelas à retórica pedagógica oficial do Ministério da Educação (MEC), órgão do governo federal do Brasil, em especial de seus livros e filmes - foco empírico do artigo<sup>21</sup>.

Os mundos apresentados nos materiais didáticos afirmam definições políticas e históricas do que deve ser conhecido. Os enquadramentos de gênero e sexualidade nesses materiais são molduras, seleções, algo que ao mesmo tempo apresenta e descarta/ elimina, demarcando o que é sujeito humano e as vidas que são reconhecíveis<sup>22</sup>.

20 GROSFOGUEL, *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*, p. 25.

21 Duas foram as pesquisas precedentes conduzidas pelas mesmas autoras: a primeira, analisara 67 dos 98 livros didáticos mais distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD e PNLEM) e 25 dicionários distribuídos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Quanto à segunda, referente à programação audiovisual da TV Escola, 88 programas de 122 programas adquiridos pelo MEC entre 1996 e 2010 foram analisados (especialmente a programação sobre gênero e sexualidade).

22 OLIVEIRA, Rosana Medeiros de; DINIZ, Débora. *Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica. Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 241-256, 2014. p. 242.

Este artigo, assim, pareceu-nos poder ser útil para pensarmos como, no desenvolvimento da ciência normal (e das narrativas pedagógicas e paisagens curriculares que dela derivam), prevaleceria, paradigmaticamente, o conservadorismo das comunidades acadêmicas, tal como apontado pela análise de Kuhn, bem como prevaleceria, via de regra, a não percepção daqueles sujeitos que não figuram como os sujeitos hegemônicos da representação, e como aquele afazer científico ordinário desinteressar-se-ia e também não se aperceberia em relação aos fenômenos, teorias e problemas colocados por essas vidas humanas reputadas como "abjetas", por localizarem-se estas fora das estreitas faixas de problemas ("esotéricos") - colocados na fase de vigência paradigmática - sobre as quais se concentram os cientistas.

Muito embora essa prevalência não seja válida de forma cabal, pois muitos seriam os paradigmas das Ciências Sociais, por exemplo, que trabalhariam com esse tema, o que vemos é que não só muito frequentemente não são vidas não vistas pelas estruturas sociais e epistêmicas, como frequentemente, quando tentam subverter suas invisibilidades promovendo fissuras epistêmicas, não são toleradas. Ou seja, dito de forma mais clara, a ordem epistêmica paradigmática, não só mas também, sustenta a violência e subalterniza as formas de experiência do corpo e da sexualidade fora da cisgeneridade e da heteronormatividade. "Os assassinatos, espancamentos e insultos sexistas e homo[lesbo/bi/pan]fóbicos são gestados em um horizonte epistêmico específico, em que um modo de inteligibilidade dos corpos e da vida se afirma"<sup>23</sup>. Assim, as vidas travestis, transexuais, transgêneras, lésbicas, gays, pansexuais, bissexuais, assexuais, intersexuais, queers, não figuram nas paisagens epistemológicas hegemônicas (ou quando muito, sempre como extremamente e incomodamente visíveis), sendo-lhes, assim, retirado o direito à existência plena.

O marco epistêmico da heteronormatividade é um dispositivo hierarquizante cujas regras naturalizantes (tidas como autoevidentes) tornam o que a elas escapa um erro, uma exceção, uma abjeção. Esse sistema de inteligibilidade é o horizonte sobre o qual emergimos como sujeitos, e em que aprendemos a sentir, pensar, falar, existir. Esse marco rege a inteligibilidade dos corpos, estabelece o que é cognoscível, condiciona as formas de reconhecimento dos corpos por meio de características que serão consideradas óbvias, visíveis e, até mesmo, presumíveis. Os marcos epistêmicos são normas de inteligibilidade, são esquemas de percepção pelos quais conhecemos um corpo e pelos quais reconhecemos os modos de vida considerados naturais ou normais. Se a heteronormatividade coloniza os modos de representação dos materiais didáticos [e da estrutura do conhecimento como um todo], as paisagens curriculares não ensinam que corpos e subjetividades podem ser vividos e pensados de outras maneiras, isto é, fora dessa norma<sup>24</sup>.

Ou seja, debaixo de um discurso de "universalidade" e "neutralidade" do conhecimento produzido, disfarça-se suas referências (silenciosas mas não menos evidentes), a heterossexualidade e o diferencialismo de gênero, a partir das quais mundos são binariamente performados. As epistemologias "universais" são, portanto, heterocentradas.

23 OLIVEIRA; DINIZ, Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica, p. 248-249.

24 OLIVEIRA; DINIZ, Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica, p. 249-250.

### Considerações finais

Chegando ao término de nossa proposta textual, a sensação pode ser de desalento e frustração, diante do que fora mobilizado no decorrer deste ensaio quanto ao *acriticismo* (ausência de questionamento dos princípios paradigmáticos) característico da atividade de pesquisa normal e de seus marcos epistêmicos (que operam como suas engrenagens constituidoras dos campos de reconhecibilidade e dos parâmetros de inteligibilidade), bem como do verdadeiro *mutismo* curricular nela e neles implicado. Mas, gostaríamos antes de ficar aqui, por fim, com a lição inolvidável legada por Kuhn, a saber, a de que:

[se] [a] ciência normal frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos [...] [n]ão obstante, na medida em que esses compromissos retêm um elemento de arbitrariedade, a própria natureza da pesquisa normal assegura que a novidade não será suprimida por muito tempo<sup>25</sup>.

---

25 KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 24.



## De Encontro ao Povo: questões acerca dos sentidos das histórias nos filmes *Emitai* e *Ceddo* de Sembène Ousmane, África Ocidental, séc. XX

Vinícius Pinto Gomes  
(PPGH-UDESC)  
vgomes19@gmail.com

### Resumo

O cinema africano é particularmente bastante desconhecido do público brasileiro de modo geral, um pequeno grupo de pessoas já visualizou e conhece os diretores e suas obras, contudo elas são pouco a pouco sendo mais visualizadas e analisadas nas ciências humanas. A proposta que se desenha aqui vai ao encontro de uma demanda para a discussão do cinema africano da África Ocidental, em especial o produzido pelo cineasta senegalês Sembène Ousmane. Pretende-se, portanto, analisar os sentidos das histórias nas narrativas cinematográficas desse cineasta, centrando nos seus filmes da década de 1970, momento de consolidação dos processos de libertação. Suas histórias têm como tema central a discussão dos conflitos dentro do continente africano, tendo os dois filmes propostos temas bastante distintos, mas que tem como fundo as várias questões do colonialismo e do conflito entre a tradição e a modernidade. Assim, as narrativas fílmicas propostas para análise são os filmes: *Emitai* de 1971 e *Ceddo* de 1977, a primeira trata do conflito de uma aldeia *Diola* com o poder colonial francês, no contexto da Segunda Guerra Mundial, pela produção do arroz, situação que os africanos recusam entregar o seu alimento; o segundo filme por sua vez retrata o encontro dos povos africanos com o islã, ao mesmo tempo que o cristianismo vai se introduzindo aos poucos, o filme trata, dessa maneira, da violência desse processo e das disputas vindas dele. Objetiva-se questionar como a partir de suas obras, o cineasta fez uma leitura da história a partir da tradição, ou seja, a própria colisão entre o mundo da modernidade europeia e a tradição africana. Da mesma maneira, junto a isso é interessante também perceber as possibilidades de transformação total ou não da forma como esse cineasta via essa dicotomia ao longo do processo de formação da nação e do seu projeto para a mesma. A discussão se dará no diálogo com autores pós-coloniais, decoloniais e africanos para compreender o sujeito dessa pesquisa a partir do diálogo sul-sul.

**Palavras-chave:** Estudos africanos, cinema africano, história.

O cineasta senegalês Sembène Ousmane<sup>1</sup> produziu durante sua carreira como cineasta filmes de temas distintos, mas que atravessavam as suas escolhas políticas. A preocupação do seu cinema está na formação do ser africano ao produzir um cinema libertador, em uma narrativa pós-

---

1 A escrita do nome do diretor será feita a partir da grafia francesa, pois é dessa forma que o diretor se coloca nos créditos de seus filmes. O seu nome é também muito conhecido a partir da grafia inglesa, que inverte a ordem ficando como Ousmane Sembène.

colonial. A partir disso, o cineasta produz uma leitura do passado que posiciona e coloca um embate entre o colonialismo e a sua resistência. Sua produção fílmica atravessa também as violências produzidas pela própria entrada do islamismo na África Ocidental. O texto, dessa maneira, pretende compreender como o diretor dá sentido as suas imagens para produzir narrativas fílmicas que, de certa maneira, disputem com as narrativas hegemônicas sobre o colonialismo e a entrada do islã. Percebendo nas cenas e na história, abarcando um estudo do contexto, como o diretor faz uso da linguagem do cinema para questionar ou polemizar certos pontos da sociedade senegalesa, indo, por vezes, mais além no que tange o próprio continente e os povos subalternizados.

As suas narrativas, produzidas a partir das suas visões de mundo, são permeadas por debates e polêmicas com relação ao continente africano e seus caminhos frente ao colonialismo e as lutas por independência. Nesse mesmo caminho, o diretor também questiona as manutenções dos sistemas coloniais, ou seja, da própria colonialidade que permeia as relações entre as culturas no mundo até hoje, seja na dependência econômica com a França, ou mesmo com os EUA. Sembène nunca se isolou do seu contexto, mas inscreveu em seus filmes aquilo que considerava correto com relação aos destinos possíveis do Senegal, ampliando para todo o continente.

A vida do diretor Sembène Ousmane começa no Senegal, na cidade de Zinguichor, capital da região de Casamance, no sul do país, com forte influência da cultura portuguesa, especialmente pela proximidade com Guiné-Bissau. Ele é fruto do rápido relacionamento entre Ramaroulaye Ndiaye, sua mãe e Moussa Sembène, seu pai, sendo criado pela avó materna, mas com grande proximidade com seu pai, um pescador do grupo étnico *Lebú*. A relação com seus pais, descrita pelo seu biógrafo Samba Gadijgo é interessante para se notar uma proximidade com seu pai, particularmente, no amor que o cineasta desenvolve pelo mar e que aparece na proximidade que sua casa, no Senegal, tem com o mar. A mãe dele, por sua vez, não aparece muito na biografia, temos somente a informação que ela havia se casado novamente e ido morar em Dakar. Algo que também relevante é o fato de ele ter nascido como cidadão francês, por causa da sua ascendência paterna ter nascido na região de Dakar, e ela ser uma das que os seus residentes tinham direito e garantia alguns direitos distintos dos seus contemporâneos, inclusive os da região que ele havia nascido. Esse é um ponto de certo conflito na vida do diretor, pois ele nunca fez uso dessa distinção, mas ainda assim, isso o constituía.<sup>2</sup>

A juventude e constituição de Sembène é também bastante rica, tanto em deslocamentos, quanto nas experiências vividas. Sua educação, por exemplo, não se concentrou em um determinado ponto de convergência, mas uniu tanto a cosmovisão africana, seja nos *Lebú*, como seu pai, ou nos *Wolof*, como a sua mãe; amalgamando a o aprendizado na escola francesa, até ser expulso e, posteriormente, a educação com os preceitos da religião islâmica através de seu tio, com quem viveu uma parte de sua vida e que teve grande admiração. Da mesma forma, o seu nascimento em uma cidade tão cosmopolita, como nos traz Gadijgo em sua pesquisa sobre o diretor, descrevendo

2 GADIJGO, Samba. Ousmane Sembène: the making of a militant artist. Bloomington: Indiana University Press. 2007.

a região como reunião de *Joolas, Mandingos, Serers*, franceses e portugueses, um “caldeirão de várias culturas regionais”<sup>3</sup>.

[Essa vivência] me imbuíu um senso de respeito pela diferença. Essas jornadas pelo interior do meu próprio país, pareciam jornadas de uma cultura para outra. Eu saíria dos Joolas para entrar na área cultural dos Wolof; daí eu saíria para os Mandingos; e quando eu saísse de lá, eu entraria na região dos Fulani. Esses pulos culturais deixavam com que eu ganhasse conhecimento em primeira mão sobre códigos culturais, línguas e sabedorias.<sup>4</sup>

A passagem a partir da fala do próprio diretor nos faz perceber a riqueza cultural e o deslocamento dessas culturas através dos territórios, exemplo muito vivo na costa ocidental, pois as fronteiras que cortaram os territórios colonialmente, não são as mesmas que separam os povos nas suas trocas culturais. Dessa maneira, é desse caldo de conhecimentos que o diretor vai constituiu o seu olhar e partir disso, a sua forma de escrita e do que filmar. Os dois filmes aqui discutidos carregam essa multiplicidade, em diferentes formas de resistência e trazem a cosmovisão africana para as telas, nas escolhas de como essas histórias são contadas. As narrativas, portanto, podem ser captadas a partir do exemplo dos *griots* que contam as histórias a partir da oralidade e sempre em diálogo com a ancestralidade, dentro do cotidiano, e que marca a maneira com que a vida desses sujeitos se organiza. O diretor, em várias das suas entrevistas, se coloca nesse lugar, ou seja, se percebe enquanto um desses sujeitos que tem a responsabilidade de manter a palavra viva.

A categoria de palavra viva, trazida por Hampaté Bá conforma um entendimento sobre essa relação entre ancestralidade e oralidade, ou seja, os mais velhos mantêm a memória e a cultura dos povos, mas essa mesma não é imutável, ela se transforma conforme os fatores culturais vão sendo modificados. Assim, nas palavras de Bá:

A tradição é a grande escola da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica aqueles que não lhe descortinam o segredo e descontentar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é a o mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar a Unidade primordial.<sup>5</sup>

O entendimento e vivência de Bá com relação a esse aspecto muito importante das sociedades descortina a maneira ampla com que esse aspecto da tradição oral contorna todos os aspectos da vida dos nascidos em África, ela, portanto, atua dentro das suas cosmovisões que caminham para além do mundo cartesiano. Ao passo que, o próprio Sembène compartilha dessa forma de

3 GADIJGO, Samba. Ousmane Sembène: the manking of a militant artist..p. 11.

4 GADIJGO, Samba. Ousmane Sembène: the manking of a militant artist.. p. 11-12. Tradução minha

5 HAMPATÉ BÁ, Amadou. A Tradição Viva. In KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África: metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO. 2010. p.183.

colocar e vivenciar o mundo, pois o cineasta busca nos valores locais para produzir tanto as suas narrativas, seja nas polêmicas que adentra ou na estética que produz.<sup>6</sup>Dessa forma, essa visão “permitiu a formação de um pensamento fortemente atrelado à ancestralidade e à tradição, sem perder de foco os desafios do presente e do futuro”.<sup>7</sup>

Contudo, não se pode perder de vista que a construção do olhar do cineasta se dá também a partir da sua saída do continente, indo até o sul da França, onde viveu trabalhando como estivador no porto de Marselha e lá teve contato com a literatura marxista, filiando-se ao *Partido Comunista Francês* e a *Confederação Geral dos Trabalhadores*. Naquele país Sembène viu-se como um imigrante, sofrendo o desenraizamento e a desumanização que a condição de ser africano e negro o dava. Dessa forma, o diretor percebeu como se dava a violência que o racismo construía, e o seu caráter perverso na sua chave com o colonialismo. Na sua estadia em Marselha, a vida lhe rendeu um revés quando um acidente de trabalho machucou sua coluna e o deixou preso numa cama por dois meses, impossibilitando de voltar ao trabalho como estivador. Da dificuldade desse episódio a transformação de sua vida, pois o tempo de recuperação o fez escrever, lançando o seu primeiro livro em 1956, *Le Docker Noir* conta a história de um estivador negro, sendo o livro quase uma autobiografia sobre o seu tempo de trabalho pesado no porto.

A sua carreira como escritor é muito importante, se torna um dos grandes escritores africanos da costa ocidental, porém a sua vontade de atingir a todo o povo, do Senegal e mais além no continente, era impedido pela própria maneira como se dava a construção do que era ser africano. Como apontado anteriormente, o continente africano era pautado na oralidade e a leitura permanecia um privilégio das classes dominantes, a literatura, portanto, não seria a forma como Sembène conseguiria atingir as massas, em um sentido marxista. O caminho escolhido por ele foi aprender a arte cinematográfica, lançando-se candidato a bolsas de estudo de cinema ao redor do mundo, foi aceito na Rússia, onde aprendeu cinema no estúdio *Gorki*, voltando com uma velha câmera de 16mm.<sup>8</sup>

A produção cinematográfica de Sembène data da metade do século XX em diante, sendo reconhecido como “pai do cinema africano”, apesar de não ter sido o primeiro africano a fazer um filme, ele foi uma das figuras mais reconhecidas e cultuadas dentro e fora do continente. Seu esforço em mostrar os problemas que as sociedades enfrentavam, indo além dos estereótipos e dos exotismos o fez ter muitas dificuldades de financiamento, um dos filmes propostos nesse texto, *Emitai*, teve seu orçamento cortado quando o diretor insistiu em colocar na tela a violência do colonialismo francês. Entre onerações orçamentárias, censuras completas e as dificuldades usuais de uma produção de cinema o diretor foi um sobrevivente, auxiliando, inclusive, na constituição do *Festival Pan-Africano de Cinema e Televisão (FESPACO)* que acontece anualmente em *Ouadenago*, capital

6 SOUZA, Victor Martins de. A poética e a política no cinema de Glauber e Sembène Ousmane. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação em História/PUC. São Paulo. p.83.

7 SOUZA, Victor Martins de. A poética e a política no cinema de Glauber e Sembène Ousmane. p.83.

8 GADIJGO, Samba. Ousmane Sembène: the manking of a militant artist. Bloomington: Indiana University Press. 2007.

de Burkina Faso. Assim, mesmo cinema não sendo a sua arte primeira, nem a que ele mais se interessava, lugar da literatura na sua vida, a sétima arte foi o lugar onde ele montou a sua tribuna e de lá falou e contou histórias que tinham o interesse de polemizar, fazer sangrar as feridas de África.

Nesse sentido, os filmes do diretor acabam por serem colocados na chave do Cinema Político Africano, categoria que marca uma determinada época do cinema produzido em África que estava vinculado as emancipações do jugo colonial em todo o continente. Os filmes tinham como aspiração o auxílio na luta pela libertação do continente, no primeiro frame de *Emitai* o diretor coloca que dedicava o filme a todos os lutadores da causa africana, e assim o filme se torna uma arma para denunciar a violência do colonialismo, vociferar contra o mal produzido pelo exercito colonial francês e homenagear aos mortos nessa luta. O foco desse filme se dá na resistência e servia para discutir de maneira interna ao continente, mas também externamente, com as audiências de outros lugares que precisam também ver naquele momento de luta as práticas colonialistas que eram combatidas.

A partir disso, a percepção deve ser feita a partir da perspectiva do subalternizado, categoria trazida pela antropóloga Veena Das<sup>9</sup>, onde as análises dos cientistas sociais precisam partir de problemáticas que tenham o subalternizado como ponto de dialogo principal. Percebendo a maneira de visão do sujeito com base nos conhecimentos que o sujeito fora do centro epistemológico tem. Ampliando o conceito para a História, a aspiração é trazer para o centro do debate as narrativas históricas desses sujeitos e seus pontos focais, produzindo um diálogo com os africanos e não por eles, como nos aponto Paulin Houtondji<sup>10</sup>, ou seja, buscando o entendimento que eles têm de mundo e das experiências ao seu redor.

O cinema de Sembène carrega esse caminho ao ir na perspectiva local, nas narrativas locais e assim produzir filmes que eram também populares, pois falavam a língua do povo e não o francês e tratavam de questões que atingiam o povo. É uma fala de um africano, que sofre também a violência colonial, para os seus próprios, mas também com a ânsia de ir além, a todos os povos que também sofrem com a dureza que o colonialismo produziu, nessa na raça, no gênero ou na classe, para ele apesar de haver distinção, a violência era comum.

### **Lentes que disputam histórias: *Emitai* e *Ceddo*.**

Os filmes propostos nessa análise são respectivamente: *Emitai* e *Ceddo*, o primeiro de 1971, narra a resistência de uma aldeia *Diola*, no Senegal, contra o requerimento colonial francês de confisco da produção de arroz para alimentar as tropas na Segunda Guerra Mundial. Os africanos es-

9 DAS, Veena. Subaltern as Perspective. Subaltern Studies, vol VI, 1989, p. 310-325.

10 HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

tão no centro da narrativa e buscam frear as práticas consideradas abusivas por partes dos franceses que respondem invadindo a localidade e perdendo as pessoas até a entrega do alimento. O segundo filme, de 1977, mostra a resistência dos *Ceddo* a entrada do islamismo na costa ocidental africana, eles seriam os sujeitos que permaneciam fieis as tradições da terra, sequestrando a filha do rei como forma de desestabilizar as relações entre o rei e o Imã. Os dois filmes tratam de tomadas de posições e violência por imposição de determinadas práticas de fora do cotidiano dessas populações.

Os dois filmes tratam sobre o colonialismo, no sentido em que tanto os franceses, como o islã nesse período adentram ao território modificando as vivências das populações, forçando modos de vida e de crença que não eram comuns e proibindo as práticas antigas. Porém, alguns apontamentos devem ser feitos para que não se interprete de maneira simplista essa polêmica que Sembène traz em seus filmes, pois o colonialismo francês fatalmente produziu e utilizou de um corpo teórico que desumanizou os africanos, fez no discurso com que se acreditasse que eles eram sujeitos de segunda classe, algo que o islamismo não praticou. O colonialismo francês e europeu de maneira geral construiu uma forma de distinção, seja no mito do Cam, do ensinamento religioso ou o racismo científico. Essas duas práticas violentas atuaram em cada sociedade africana para que o europeu pudesse atuar dentro delas e subverter dinâmicas sociais para o seu próprio bem-estar econômico.<sup>11</sup>

O filme *Ceddo*, dessa maneira, é uma narrativa que está conversando muito mais com o seu tempo presente, ao polemizar a entrada do islã na costa ocidental, região que o Senegal faz parte, o diretor busca desnaturalizar a posição que essa religião tem no país. Conforme dito em entrevista constada no documentário produzido por Samba Gadjigo, o diretor queria falar para a sua sociedade, porque a ele pertencia e era importante que isso fosse dito. Assim, muito além de um comparativo, o diretor busca questionar as realidades da sociedade que ele participa no tempo do seu presente. A narrativa, portanto, se preocupa em apresentar que a entrada dessa religião no Senegal não aconteceu de maneira pacífica ou passiva, mas gerou uma série de conflitos entre uma determinada tradição e o mundo islâmico.

Em *Emitai*, a estrutura a ser atacada é o colonialismo, especialmente o francês, como dito anteriormente, sendo esse o primeiro filme que o diretor vai pautar essa discussão, temática que aparecerá posteriormente em outras tantas narrativas propostas pelo diretor. O filme narra a resistência das mulheres de uma vila ao esconderem o arroz que seria confiscado pelo exército, ao mesmo tempo um dos líderes da localidade lança um ataque contra a tropa que vinha tomar o alimento, indo contra a consulta feita aos ancestrais. Sembène, dessa forma, desestabiliza conceitos pré-concebidos de pacifismo perante a entrada da colonização em territórios africanos e da naturalização de uma linearidade entre os ancestrais e os vivos, onde os mortos são a palavra final, sem questionamentos. As lentes do cineasta trazem um mundo vivo, em transformação, onde a palavra é discutida entre os sujeitos e os desmandos com relação a rituais são desrespeitados, com consequências.

11 Fanon, Frantz. Da Violência. In: Fanon, Frantz. O Condenados da Terra. Salvador: EDUFBA. 2008.



A sequência da discussão do chefe com os mais velhos, seu desafio perante a consulta com os deuses, posteriormente indo a batalha e sendo ferido, para depois ser levado perante o baobá que representava as entidades ancestrais. Todas essas cenas no desenrolar do filme trazem o desafio como questão, pois o chefe estava preocupado em não perder mais nada para os colonialistas, pois eles já haviam levado vários jovens para lutar uma guerra que não era deles, agora buscavam mais coisas da comunidade. Ao mesmo tempo que discutia com os ancestrais, eles demandavam a produção de um ritual, não se podia fazer guerra enquanto não se fizesse as oferendas corretamente.

A partir disso, o chefe já moribundo se torna um mensageiro entre os deuses e a comunidade, pois em um ritual de oferenda de uma galinha, o seu espírito sai da reunião com os vivos e vai ao encontro das entidades. A cena começa com um homem indo onde acontecia a reunião, com a galinha em mãos, agachando-se em respeito e oferecendo o animal para a casa. De dentro do lugar, um dos mais velhos sai, pega e adentra. A forma de filmar escolhida pelo diretor é o plano sequência, não há nessa narrativa um processo de aceleração do tempo, tudo é filmado com calma, mostrando todas as ações conforme elas se desenrolam. Esses grandes planos mostram todo o ritual: o corte do pescoço da galinha, o banho de sangue no totem e, por fim, jogando o corpo do animal dentro da árvore. As ações ocorridas causam a transformação do mundo, ou a transposição do mundo dos vivos para o dos mortos, aparecendo as entidades que regem a vida das pessoas. O cenário permanece o mesmo círculo de banquinhos, com a árvore em uma das pontas, sentados em seus lugares os homens mais velhos, a modificação para o plano espiritual faz os sujeitos desaparecerem em truques de imagem e som.

A escolha do figurino das entidades carrega escolhas estéticas interessantes, particularmente por ser a única vez que o diretor escolheu colocar em tela um corpo físico para os ancestrais, posteriormente eles habitaram muito mais o imaginário. A separação entre um mundo e outro no cinema se dá por um filtro que deixa a imagem arroxeadada, essa marca destoa da imagem com luz natural que temos no mundo “real”. Ao passo que os seres trazidos na imagem têm arquétipos do masculino, do feminino e, na interpretação possível do filme, as ferramentas para cultivo do arroz. Dessa forma, estão ali presentes as várias representações do cotidiano, daquilo que está na base dessa sociedade, destacando o homem e a mulher, mas também aquilo que dá sustento a eles, a alimentação que também serve como ponto importante na organização social, tanto na sobrevivência, quanto na prática ancestral. Porém, é preciso dizer que no caso das duas entidades interpretadas como a ferramenta para o cultivo do arroz, ou seja, caracterizadas como tal no filme, elas não aparecem com todos os detalhes na tela, portanto, é preciso reunir mais informações para se ter certeza, a discussão aqui se dá na forma de aproximações, saltos e saltinhos que não tem poder de fechar as questões.<sup>12</sup>

A perspectiva do subalternizado se encontra justamente nessa humanização do sujeito, onde é entregue novamente para ele o poder de não ser exótico. Desse modo, não aparecem em cena somente as resistências na narrativa, mas também na forma como a estética do filme é monta-

12 A ação descrita ocorre entre 46:11 até 52:29.

da pelo diretor. Assim, descortinam-se as várias camadas do filme, levando ao mesmo ponto de luta pela libertação, denunciando a violência do colonialismo, mas trazendo o africano em sua totalidade, na sua relação com a ancestralidade e na sua discussão com esse outro mundo. Dessa maneira, a narrativa traz para si a colocação de África como centro da narrativa, mas sem voltar as formas a idealizam. O diretor vai além ao trazer também as formas que aparentam ser contraditórias com relação as cosmovisões, mas que conformam cotidianos e estes também não são completamente lineares, trazem consigo o embate.

No filme *Ceddo*, uma sequência que chama atenção é a cerimônia de batismo islâmica, já no final do filme, passado todas as lutas entre um lado e outro, o Imã se torna o grande líder da região. O plano sequência escolhido pelo diretor mostra cada um dos homens da aldeia sendo chamados para serem renomeados com nomes islâmicos, sendo proferido para a aldeia inteira o novo nome. A luz natural de um dia de sol acaba por ressaltar o branco das cores dos adeptos ao islã, bem como o preto da cor dos homens que com o torso exposto esperam sentados em fileiras o novo nome, faz-se assim um contraste com as roupas coloridas usadas pelos *ceddo* e pela princesa. É necessário ressaltar que esse grupo não é necessariamente uma etnia, mas uma expressão para os sujeitos que não aceitaram a entrada do islã e queriam resguardar os conhecimentos e as crenças tradicionais. Dessa forma, o sequestro da princesa, mulher que carrega vários símbolos da cosmovisão desse grupo, serve também como simbolismo para a resistência.

A morte do guerreiro líder dos *ceddo* e a tomada final dos favoráveis ao islamismo mostra a vitória do islã que não tem mais resistência, porém a princesa e mais dois homens voltam para a aldeia a cavalo. O grupo em menor número, vai ao encontro do Imã e seu grupo que mantém todos subjugados pelas suas armas, porém em um ato de resistência, a população se coloca na frente das armas: as mulheres com crianças de colo se colocam a frente de alguns mosquetes e os homens se sentam e colocam as pontas das armas na boca. A ação toda se passa na montagem, dividindo a sequência entre planos gerais e *close-ups* dos personagens que praticam as ações. Por fim, a princesa armada com um mosquete tomado de um dos apoiadores do Imã caminha até a passos lentos, com a arma apontada, isso é visto através da sua sombra, pois a câmera vira-se para essa imagem. O plano seguinte tem ele no canto direito, olhando para ela que está no centro da imagem, assim, a personagem para ainda com a arma apontada e atira fatalmente contra o homem que cai no chão, morto. A imagem abre para revelar os apoiadores dele em pé ao redor do corpo. E depois volta-se para um *zoom in* do rosto da mulher que olha para o corpo caído, deslizando os olhos para encarar diretamente a câmera e o espectador com olhos lacrimejados. A montagem traz novamente o corpo do Imã e a sombra da princesa que joga o mosquete no chão, a sequência segue com ela no centro da imagem até sair caminhando, ainda no centro, onde o filme acaba.<sup>13</sup>

A passagem acima descrita, quando analisada e colocada a contrapelo pode nos fazer compreender como o diretor buscou nas narrativas fílmicas históricas, especialmente de um tempo

13 A ação descrita acontece entre 1:47:20 até 1:49:50.

mais recuado, a forma como debater questões do seu presente. Ao retornar ao embate entre o tradicional africano e o islã ele coloca em questão a naturalização dessa religião no Senegal, pois uma grande maioria da sua população traz dessa religião a sua visão de mundo, inclusive o próprio Sembène. Assim, o diretor busca questionar como a religião é utilizada e coloca nas mãos dos espectadores africanos a decisão sobre as transformações, a cena do olhar direto da princesa traz essa carga para a sequência final. Além disso, na própria cinematografia do diretor, as mulheres e as crianças são colocadas em posições de lutas, pois é para esses segmentos da sociedade que o diretor se volta para apontar os caminhos da modificação das realidades no continente, algo que ele mesmo diz que não é o cinema que deve fazer, mas a própria população.

### Conclusão

Os filmes de Sembène são múltiplos, tanto em temáticas quanto em estéticas, mas carregam a assinatura do diretor em polemizar sobre as violências sofridas, seja pela tradição ou pela modernidade, nada escapa as lentes do diretor para discutir transformações. Sembène criou imagens questionadoras sobre África e que tinham como alvo e principal articulador, o próprio povo africano. Apesar de seus filmes serem nas línguas locais da Costa Ocidental, ou no francês, ele falava para todo o continente que desenhava a consolidação dos seus estados e reorganizava as suas sociedades. Nas palavras de Diawara:

[Seu] cinema era igualmente investido na criação do mito de uma imagem africana. No começo, seus filmes confrontaram o espectador com personagens que questionavam a ordem do mundo a seu redor, demandando mudanças, e desafiando a nossa visão de África como um continente fora da história.<sup>14</sup>

A grande obra do diretor e de sua geração de cineastas foi como apontam Diawara, Gadijgo e tantos outros africanos que se debruçaram em sua filmografia a de trazer para o cinema as imagens dos africanos. Na passagem de início do documentário de Sembène o próprio Gadijgo comenta como era importante para ele em sua juventude em África ver na tela do cinema pessoas que eram assim como e sua família, gente africana. A representação de sua pele em um mundo carente de seus iguais, sempre olhados como diferente é de uma importância ímpar, mas Sembène Ousmane foi além e trouxe para a tela um continente que estava dentro da história, tinha uma história e disputava com as narrativas de fora que as colocava como o outro a sua própria narração, com as suas questões e a sua forma de compreender como a sua realidade se organizava. Tanto com o colonialismo, ou mesmo de maneira interna, desse modo, o sujeito africano se reumaniza e se coloca em primeiro plano, tal qual a princesa ao final de Ceddo, pois ali ela retoma o poder de decisão para si, a reorganização está mais uma vez na mão daqueles que sofreram e não dos que praticam a violência.

14 Diawara, Manthia. African Cinema: politics and culture. Bloomington: Indiana University Press 1992, p.30

Dessa maneira, o diretor também vai colocar em Emitai o poder de decisão e transformação na mão do povo, algo que ele sempre retorna em seus filmes, pois como comunista ele acredita que é preciso a força popular para desbancar os desmandos das elites. Ao colocar o povo na frente das câmeras ele subverte imagens, retira do foco as burguesias africanas que controlaram os países posteriormente a luta pela libertação, tal qual com os deuses que não querem ajudar os sujeitos, ele lança contra essas formas de opressão um manifesto de revolta popular.

## O passado imperialista francês e o Charlie Hebdo

Rafael Oliveira Sousa

Mestrando em História

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

rafael.cg@hotmail.com

### Resumo

Esta produção é marcada pelos estudos da problematização das charges do Charlie Hebdo entre os anos de 2006 e 2015 e sua associação direta com o passado imperialista francês durante os séculos XIX e XX. Buscar as raízes históricas nos desdobramentos coloniais e pós-coloniais, observar o suposto "subalterno", como esses sujeitos coloniais são nomenclaturados pelos impérios. Essa suposta superioridade ainda é presente no imaginário francês e norteiam as representações e as relações entre a comunidade oriunda desses ex-colônias e a sociedade francesa contemporânea

**Palavras-chave:** Charlie Hebdo, Imperialismo, Descolonização, Muçulmanos.

“Quando o historiador mergulha no passado ultrapassando suas próprias evidências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje.” (KOSELLECK, 2006) Após essa breve reflexão do historiador alemão Reinhart Koselleck é possível inferir que ater-se ao passado para compreender o futuro é uma prática bem presente durante o processo de escrita da história. Busca-se encontrar conjecturas que expliquem os acontecimentos ocorridos em determinadas ocasiões, do mesmo modo faz-se o movimento inverso, olha-se o hoje e projeta-se um amanhã, pois o hoje, amanhã será passado, será “Espaços de experiência”, esse olhar não é uma prerrogativa exclusiva do historiador, mas é correto dizer que ele faz com um pouco mais de zelo.

Melhor esclarecendo as ideias, Koselleck nos permite pensar o passado e estabelecer expectativas futuras (Horizonte de expectativa), aqui, o que se propõe é a partir do presente, buscar desdobramentos no passado para melhor compreender o momento atual. O movimento é inverso, pois não se busca no passado projetar um futuro, mas no presente olhar o passado.

Essa concepção é bastante presente nos escritos *Koselleckianos*, ele as chama de “Espaço de experiências” e “Horizonte de expectativa”, ou seja, a partir de suas experiências o historiador sugere possibilidades futuras.

O que essas categorias históricas têm relacionadas com a presente produção? Buscar compreender em que “lugar” no passado francês algo ou algum acontecimento possa servir como condicionante para elaboração e recepção das charges do *Charlie Hebdo* pela sociedade francesa.

Não é o caso aqui de se fazer um trabalho de rememoração histórica que objetive a totalidade da história da França, deste modo é prudente estabelecer um ponto e retroceder até ele. Como se trata de questões que remontam contatos culturais de populações notadamente de origem estrangeira (Majoritariamente do Norte da África) e agora com descendentes franceses ter-se-ia que buscar na história da França um momento semelhante, no qual populações distintas se tocaram, estabeleceram trocas simbólicas e materiais, esse momento remete ao passado imperialista daquele país<sup>1</sup>.

Durante os movimentos Imperialistas dos séculos XIX e XX a França garantiu sua posse quase que total de todo o norte da África, países como Marrocos, Argélia, Mauritânia, Mali, Senegal, Togo, dentre outros espalhados por toda África foram subjugados ao domínio francês, objetivava-se o lucro à custa do sangue do colonizado, durante anos a França explorou e espoliou suas colônias e as populações oriundas dessas (HOBSBAWM, 1992)<sup>2</sup>.

A dominação fora garantida a custo de discursos hoje risíveis e facilmente questionáveis, justificativas de uma suposta inferioridade do africano, seja racial e cultural estiveram presentes como validadores dos movimentos colonizatórios dos séculos XIX e XX. Também se explorou a concepção de uma propensão do europeu para governar e isso também deu aval para essa exploração. “A França tem muito a fazer no Oriente, porque o Oriente espera muito da França” (SAID, 2007, P.294)<sup>3</sup>.

É prudente, deste modo, antes de estabelecer as conexões entre o passado Imperialista francês e as charges do *Charlie Hebdo*, entender como se deu esse processo de dominação de uma miríade de civilizações dispostas por todo o continente Africano durante os séculos XIX e XX. Um dos primeiros movimentos de subjugação da era contemporânea em território africano foram as campanhas napoleônicas contra o Egito, o que resultaria mais tarde num dos primeiros fatores que levaram ao Orientalismo, os estudos de civilizações orientais para garantir a dominação<sup>4</sup>.

Durante o século XIX o primeiro país a sofrer uma ação direta da França foi a Argélia que “caiu” perante as pressões francesas em 1830, esse domínio se estendeu até 1962, mais de 132 anos de opressão (BOAHEN, 2010)<sup>5</sup>. O governo francês tentou ocidentalizar o país, estabelecer nele uma extensão da metrópole francesa no intento de fazer com que ocorresse uma substituição cultural ou um mero apagamento da cultura argelina.

1 SAID, Edward. Cultura e Imperialismo / Edward Said ; tradução Denise Bottman. - São Paulo :Companhia das Letras, 2011.

2 HOBSBAWM, Eric J., 1917 - A era dos impérios, 1875-1914 / Eric J. Hobsbawm - 19ª Ed - Ed - São Paulo: Paz e Terra, 3015.

3 SAID, Edward; Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2007.

4 Faz-se referência aqui a pedra de roseta achada pelo egiptólogo Champolion, que foi preponderante para o entendimento do idioma egípcio. Esse estudo detalhado das nações africanas e asiáticas por parte dos europeus era chamado de Orientalismo. Os estudos dessas nações eram garantia de que a medida que o europeu angariasse conhecimento suficiente acerca dos povos estudados eles estariam suscetíveis a dominação mais rápida.

5 GUEYE, M'Baye e BOAHEN, Adu. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880 -1914. In: HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA - VII África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). – Brasília : UNESCO, 2010



O avanço Imperialista era propagado aos quatro ventos na sociedade europeia, como necessário e válido, uma grande nação conseguiria demonstrar força à medida que estabelecesse uma colônia e a partir disso reproduzir uma sociedade semelhante a sua, desta feita existia uma busca constante por tentar modificar os costumes locais, seria uma prerrogativa que garantiria, em tese, o sucesso daquela potência. Nesse sentido, Said afirma:

Grande parte do fervor expansionista na França durante a última terça parte do século XIX foi gerado a partir de um desejo explícito de compensar a vitória prussiana em 1870-1871 e, não menos importante, a partir do desejo de igualar as realizações imperiais britânicas [...] Uma sociedade coloniza quando, tendo chegado ela própria a um alto grau de maturidade e força, procria, protege, coloca em boas condições de desenvolvimento e torna viril uma nova sociedade a que deu origem (SAID, p. 296 e 297)<sup>6</sup>

É importante pontuar que o orgulho (Em dados momentos da história ferido) norteou os movimentos imperialistas da França durante o século XIX, ele seria inibidor/apaziguador da derrota francesa na guerra franco-prussiana. Esse sentimento, o orgulho, também exorta o povo francês para tentar perfazer frente aos êxitos contínuos do Império Britânico, esse constantemente em expansão. O orgulho francês é algo evidente na história daquele país, desde o período colonizatório até os movimentos de descolonização, estes últimos a metrópole tenta barrar a todo o momento. O ato de possuir colônias era moralmente aceito e estimulado pela sociedade da época, demonstrava o êxito do país, maturidade e força, essas virtudes garantiriam que a nova sociedade gestada na colônia estaria em boas condições de desenvolvimento, à medida que fosse protegida e cuidada por essa potência Imperialista.

A França nunca conseguiu os êxitos e sucessos alcançados pelo Império britânico durante a “Era dos Impérios”, o que a colocava em certo grau de desnivelamento entre as potências. A competição entre Inglaterra e França remonta ao período medieval, quando ambos os países travaram guerra entre os anos de 1337 a 1453<sup>7</sup>, com o passar do tempo as diferenças e disputas somente fizeram recrudescer. No século XIX a disputa se configurava no âmbito colonial, quanto mais colônias e quanto mais exitosas fossem as experiências, maior a garantia de sucesso da nação colonizadora. Desta feita, o receio em acentuar ainda mais as diferenças entre ambos, no que concerne aos domínios coloniais, faz com que a França tome as rédeas de suas colônias mais importantes, como a Argélia, e as governasse com pulso firme de maneira direta e com ojeriza a mínima manifestação de independência (BETTS, 2010)<sup>8</sup>.

6 SAID, Edward; *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, p. 296 e 297

7 Entre os anos de 1337 e 1453 a França e a Inglaterra se enfrentaram belicamente em um confronto que a historiografia chamou de Guerra dos cem anos. A disputa travada entre ambos os reinos tinha por objetivo a expansão do poder e supremacia na região, em particular a Inglaterra tentava lançar mão do reino francês e garantir o trono.

8 BETTS, Raymond. *A dominação europeia: métodos e instituições*. In: *HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA - VII África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). – Brasília : UNESCO, 2010

Não se pode negligenciar o processo de luta ante o colonizador, a tomada do continente pelos europeus não foi pacífica, ocorreram lutas, o processo de resistência se elevou para perfazer frente às potências imperialistas dos séculos passados, do Marrocos ao Egito, as nações africanas lutaram de forma brava e da maneira que podiam para não se sujeitar ao domínio do colonizador. Caíram ante o julgo opressor, a resistência ocorria de forma ordenada, mas não conseguia superar o aparato militar do opositor composto do mais moderno e complexo armamento bélico.

Ao contrário de Ahmadu, Samori Touré optou por uma estratégia de confronto e não de aliança. [...] A conquista desta região também havia permitido a Touré criar um poderoso exército, relativamente bem equipado à europeia. Estava dividido em dois corpos: infantaria (ou sofa), que em 1887 contava com 30 mil a 35 mil homens, e cavalaria, que na mesma época não tinha mais que 3 mil homens. [...] Até 1876, as tropas de Samori Touré estavam equipadas com velhas espingardas, que os ferreiros locais eram capazes de consertar. (Gueye e Boahen, p. 138)

A África resistiu como pode, tentou fazer frente à superioridade bélica do europeu, tentou articular-se militarmente e diplomaticamente, recorreu a acordos enquanto pode, mas nada disso foi suficiente para impedir o avanço do Imperialismo. A Europa lançava mão de práticas reprováveis, tecia acordos e os descumpria, usavam violência extrema, fazia vítimas civis, perseguia, pilhava e inviabilizava a vida das nações africanas até que elas caíssem diante do domínio colonialista.

O estágio de dominação passavam por etapas, criava-se pretextos que garantissem e validassem as ações militares na região, firmavam-se acordos entre as nações européias para garantir os interesses das nações imperialistas, tratados eram firmados com povos africanos e deliberadamente desrespeitados, por fim, recorria-se a força bruta e a superioridade militar, assim era o *modus operandi* da “Era dos Impérios”.

Em meados do século XX começam a surgir movimentos contestatórios e de independência das colônias, esses movimentos não surgem a esmo, eles são gestados após anos de opressão e humilhação imposta pelo Imperialismo a esses povos, essas circunstâncias levam esses indivíduos gestarem movimentos de caráter nacionalistas, que em si são importantes, mas também ambivalentes, já dizia Edward Said<sup>9</sup>.

O nacionalismo africano fora responsável por levantar e exortar as nações africanas para luta, para expulsar o colonizador que por décadas subjugava num rígido e violento domínio a partir das mais torpes justificativas, dentre elas a mais conclamada e exortada era a incapacidade de “autogestão” de tais povos, argumento facilmente questionável, haja vista a extensa temporalidade dessas nações. As nações africanas não toleram mais o seu destino controlado pela Europa, a ingerência estrangeira que buscava locupletar-se à custa de trabalho forçado e espoliação do continente africano se tornarão insustentáveis, da Argélia a África do Sul o controle sobre a vida desses indivíduos foi exercido de forma violenta e impositiva, ele não mais seria aceito ou tolerado.

9 SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: Reflexões sobre o exílio e outros ensaios / Edward W. Said ; tradução Pedro Maia Soares - São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

Tomaremos como caso principal os movimentos contestatórios a dominação francesa na Argélia pelo intenso diálogo que com o objeto de estudo da presente produção. Não se pode dizer que a contestação a presença francesa surge, excepcionalmente, durante a guerra de independência (1954-1962), ela evidencia-se antes, nas lutas cotidianas contra essa dominação, no ato de resistir, de continuar a defender sua cultura, sua religião, são exemplos de como os argelinos fizeram frente aos movimentos imperialistas que tomavam conta do país (CHÉRIFF, 1977)<sup>10</sup>.

As péssimas condições de vida na Argélia levam a uma intensa crise em prol da descolonização. A Frente de Libertação Nacional (FLN) encabeça em 1954 uma intensa luta armada, em um primeiro momento conduzida com táticas de guerrilha e terror, os subúrbios da cidade de Argel é o principal ponto de apoio da FLN. À medida que a pressão metropolitana se enrijecia os ataques do grupo também chegam a um nível de maior agressividade, uma série de atentados em ambientes freqüentados por franceses espalhavam o medo devido à imprevisibilidade dos ataques. Investidas contra policiais e soldados eram feitas no intuito de angariar armas para a resistência.

O movimento de descolonização foi uma resposta às ações metropolitanas ao longo dos mais de 120 anos de dominação colonial. A Argélia foi subjugada, humilhada e praticamente escravizada, a população facilmente padecia por fome e por outras misérias, as jornadas de trabalho eram extenuantes, o confisco de terras era prática comum, entre outros desmandos direcionados a essa população. O governo francês resiste de forma ferrenha e violenta, tenta a todo custo subjugar o movimento de descolonização, o orgulho francês está ferido, e é constantemente ferido.

Perder a Argélia resultaria para a França em um sentimento de humilhação e derrota, somente antes visto após a invasão de Paris pelos nazistas em 1940. Garantir a posse daquela colônia já não era mais uma questão econômica, era orgulho. Sartre evidencia que a arrecadação anual argelina seria gasta se a batalha se estendesse em 1956, ele aventa que o sistema colonial por si só se destrói, sendo incapaz financeiramente de manter a posse colonial, haja vista que as divisas financeiras advindas da colônia eram gastas no processo de subjugação dos movimentos de descolonização<sup>11</sup>.

A questão vai além dos fatores econômicos, garantir a posse dessa colônia era necessário para garantir a manutenção do orgulho francês. Os franceses tiveram um papel “secundário” durante a Segunda Guerra, a França cai em menos de 1 ano de guerra e só é libertada pelos aliados em 1944, ser novamente derrotado em batalha colocaria em cheque não só a credibilidade do governo francês, mas também a força do exército.

Após 8 anos de intensos confrontos, entre tropas francesas e nacionalistas argelinos da Frente de Libertação Nacional (FLN), e após ceifar a vida de mais de 1 milhão de civis, 150 mil

10 CHÉRIFF, Mohamed. Novos desenvolvimentos no Magreb: Argélia, Tunísia e Líbia. In: HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VI África do século XIX à década de 1880 / editado por J. F. ADE AJAYI. – 2. ed. rev. Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). – Brasília : UNESCO, 2010

11 Les Temps Modernes, n° 123, marzo-abril de 1956. Intervención en un mitin "por la paz de Argelia"

militares da FLN e 17 mil soldados franceses, a França, na figura do General De Gaulle, aceita a negociação. Entre Maio de 1961 e Março de 1962 algumas conversações ganham corpo, em Maio de 1961 o governo francês declara um cessar-fogo. Mas somente em Julho de 1962 um referendo, feito na Argélia aprova a independência do país.

Conforme já vem sendo mencionado ao longo desta produção a perda das colônias francesas do Norte da África em particular a Argélia provocam na França um sentimento de incapacidade e humilhação sem precedentes. Esse sentimento de incapacidade irá acentuar-se, gradativamente, e fará com que a França passe a enxergar aqueles indivíduos, oriundos de suas ex-colônias, como cidadãos de segunda classe e inferiores (Durante os séculos XIX e XX o estado francês adotou uma política extensa de concessão de cidadania aos membros de suas colônias). Essa inferiorização desses indivíduos é facilmente evidenciável no tratamento cotidiano dado à esses e se reverbera ao longo da história.

Desde o negro, como pontua Frantz Fanon em, *Pele negra, máscaras brancas*<sup>12</sup>, até o Muçulmano vão ser vistos de soslaio por olhares atravessados e que os depreciam, são sujeitos “inexistentes” na sociedade francesa, suas reivindicações, clamores, vontades e desejos não são ouvidos, eles são vidas que não vivem. A partir dos olhares de parcela significativa da sociedade francesa eles são intrusos e ali estão “de favor”, são eles os responsáveis por ameaçar a identidade cultural da França, são eles que podem vir a islamizar todo o país. A situação da vida desses homens e mulheres é traumática, estão deslocados, mesmo sendo filhos da França. Seus erros? Descender de ex-colônias ou professar uma fé distinta das que a sociedade francesa toma como aceitáveis.

Perseguições diárias como a adoção em 2010 da proibição do véu islâmico (Niqab e Burca) nas ruas da França; o impedimento de merenda alternativa à carne de porco em cardápios de escolas francesas em 2015, como o que fez a prefeitura da cidade de Châlon-sur-Saône que proíbe a adoção de merenda alternativa alegando que fere o princípio de laicidade estatal, como também as representações imagéticas produzidas pelo Charlie Hebdo, entre outras ações cotidianas que ferem a dignidade desses indivíduos.

É possível evocar a filósofa americana Judith Butler, em seu livro “Quadros de guerra”, quando a autora destaca a existência de vidas que são passivas de luto e as que não são enlutadas se perdidas<sup>13</sup>. Essas vidas que não são sentidas quando são perdidas, que não provocam luto e comoção, são assim tratadas por fugirem de uma suposta normatividade imposta pelo mundo ocidental, em sua maioria destoam no que se refere à cor, gênero e religião. Esse princípio proposto por Butler é evidente na relação estabelecida com os muçulmanos na França, suas vidas não são sentidas, suas opiniões não são respeitadas e suas concepções não são aceitas, pois eles não se en-

12 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

13 BUTLEER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* / Judith Butler; tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. - 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

quadram na normatividade imposta por aquela sociedade. No caso dos muçulmanos residentes na França ainda acentua-se a diferença devido ao fato de que parcela significativa deles é oriunda das ex-colônias francesas.

O muçulmano na sociedade francesa sofre ataques sistemáticos, sofre uma tentativa de apagamento, seja cultural e até mesmo existencial. É possível associar diretamente essa postura à suposta humilhação francesa durante a guerra de independência de suas ex-colônias, em particular a guerra da Argélia, essa derrota irá influenciar a longo prazo que se gestem esse modo de tratar tais indivíduos.

Essa breve historicização nos permite compreender a relação atual da França com sua significativa população de imigrantes. É possível tecer um paralelo histórico analítico de modo a associar o passado imperialista francês e a perda das colônias com as charges presentes no *Charlie Hebdo*, essa associação é pertinente e pretende subsidiar o argumento que trago nesse trabalho. O *Charlie Hebdo*, conforme fora anteriormente mencionado, é um jornal semanal francês que aborda criticamente assuntos relacionados à sociedade francesa. Esse periódico é tradicionalmente crítico as mais diversas religiões, entre elas o Islã e o Cristianismo.

Entre 2010 e 2015 se intensificaram as charges que satirizavam e ridicularizam o islã e os muçulmanos, com intuito claro de causar depreciação daqueles indivíduos ante toda sociedade. Em 2003 a Central de inteligência americana (CIA) fez um levantamento que identificou que entre 7 a 9% da população francesa era muçulmana (Entre 4,4 milhões e 5,6 milhões em 2003), deste modo é possível inferir que as charges, do já referido jornal, conseguem atingir de maneira depreciativa uma parcela significativa, quase 10% da população francesa. Se levarmos em consideração os desdobramentos da Primavera Árabe<sup>14</sup>, iniciada em 2011, e o fluxo populacional de refugiados que atinge a Europa nos anos subsequentes, em particular após os movimentos do Estado Islâmico<sup>15</sup> entre o Iraque e a Síria, é possível sugerir que a população islâmica na França se eleva, tendo em vista esses movimentos populacionais. Em 2016, segundo o senso do Banco Mundial, 12% da população francesa é composta por imigrantes, destarte o impacto causado pelas charges do Charlie Hebdo é cada vez mais “devastador”.

É necessário levantar dois questionamentos acerca dessas charges, eles são nevrálgicos e fundamentais para compreensão dos acontecimentos que se desdobram em decorrência dessas representações, são eles: Qual a intenção de tais Charges? E O que leva o Charlie Hebdo a representar dessa maneira os muçulmanos e o Islã?

A intenção é clara e direta, depreciar, humilhar, violentar os muçulmanos residentes na França e fora dela, é tentar subjugar esses indivíduos, derrubar a auto-estima que eles possam ter, é

14 Movimento contestatório dos governos existentes em países islâmicos do Norte da África e da península Arábica. Iniciou em finais de 2010 na Tunísia após a morte do jovem tunisiano Mohamed Bouazizi revoltado com as ações do governo. O movimento alastrou-se pelos países da região, como Líbia, Egito, Síria e outros. As reverberações da Primavera Árabe ainda não evidentes em particular pelo intenso fluxo de refugiados provocados pela crise síria.

15 Grupo extremista islâmico de orientação salafita wahhabita criado em 2003, teve seu auge de atuação entre os anos de 2012 e 2014.

ridicularizá-los com um claro intento de colocá-los em um patamar de inferioridade. Encapsulam-se essas questões sob o manto do riso, da comédia proveniente da charge, mas na realidade ela é um veículo das intenções políticas.

Já se sabe que a intenção de tais representações é depreciar os muçulmanos e o Islã, mas o que leva o *Charlie Hebdo* a representar dessa maneira esses indivíduos? Esse questionamento para ser respondido deve ater-se ao passado francês e em particular aos movimentos imperialistas dos séculos XIX e XX, como também os processos de luta pela independência (Centra-se a análise nos movimentos do Norte da África e do Magreb) que ganharam corpo e força durante a segunda metade do século XX como a luta pela descolonização argelina. Esses movimentos levam a se instituir na sociedade francesa uma ideia de revanchismo, haja vista que o processo de descolonização fora verdadeiramente traumático para a França (Não se nega o trauma para as nações colonizadas, mas o objeto de análise nesse momento é a França).

A relação entre o “Eu” e o “Outro” é evidente nas charges do *Charlie Hebdo*, ela expressa como esse periódico encara a população islâmica dentro e fora da França. Ela é sem dúvida resultado de um passado imperialista francês, o semanário lança mão de caracterizações acerca desse “Outro” que é encarado como inferior para, assim, ridicularizá-lo em suas charges, semelhante a como fez a França com as nações imperializadas, garantir um rótulo de inferior para a partir daí garantir a dominação.

O *Charlie Hebdo* promove a Islamofobia na Europa, serve como porta-voz dos intolerantes, persegue uma população que compõe quase 10% da sociedade francesa, insufla o ódio e o medo. Essas ações (As representações a partir das charges) são atitudes irresponsáveis e completamente repreensíveis, encapsulam-se sob o manto de uma suposta liberdade de expressão, mas atentam violentamente contra o direito do outro. A noção de liberdade de expressão deve ser acompanhada de uma condução responsável desse direito, pois o mesmo conduzido de forma violenta e egocêntrica atinge violentamente a liberdade do “Outro” e sua existência.

As charges não podem ser vistas como meras representações desintencionadas, com o intuito meramente jocoso. Elas são politicamente ativas e violentamente endereçadas a um grupo. Atribuí-las um teor meramente artístico é negar o engajamento e a militância que parte da arte. Então é prudente que analisemos o que nos traz as imagens do semanário:



Imagens<sup>16</sup>

(Uma série de charges do periódico francês, Charlie Hebdo, publicadas entre os anos de 2011 e 2013 ridicularizando o islã e os muçulmanos.)

A ridicularização dos muçulmanos e em particular do profeta Maomé é evidente em algumas capas do *Charlie Hebdo*. A violência contida nessas representações não devem ser vistas como meramente uma expressão artística, elas são discursos, e como tal possuem um lugar de fala e esse por sua vez exprime suas opiniões. As charges possuem teor violento dirigido e associado aos muçulmanos, excedem o limite da liberdade de expressão na medida em que desrespeitam e direcionam o ódio para determinado grupo, nesse caso, os muçulmanos.

Por tanto, é possível concluir que as charges produzidas pelo *Charlie Hebdo* são também resultados de um passado imperialista francês que encara os muçulmanos como indesejados, inferiores e extremistas. A derrota francesa durante a luta da descolonização não foi exclusivamente militar, foi também uma devastadora derrota no ânimo e na moral francesa. Esse revés estimula a xenofobia e a aversão para os indivíduos oriundos dessas ex-colônias e os muçulmanos residentes em França são, em sua maioria, oriundos de ex-protetorados franceses. Orgulho associado a um pretense sentimento de superioridade acalora a animosidade existente entre franceses e muçulmanos.

16 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/europa/relembre-charges-da-polemica-revista-charlie-hebdo,62cc1db9454ca410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html> Acessado em: 15 de Maio de 2018

# O historiador na Comissão Nacional da Verdade: contribuições e desafios

Natália Aparecida Godoy da Silva  
nataliajfm@gmail.com

## Resumo

O presente trabalho se constitui como uma pesquisa de mestrado em andamento e pretende discorrer sobre a participação de historiadores nas investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade – CNV entre 2012 e 2014. A criação da Comissão Nacional da Verdade foi aprovada em 2011, através da Lei nº 12.528, para investigar e tornar públicas as violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 1946 a 1988. Um número significativo de historiadores brasileiros participou das investigações conduzidas por tal comissão sobre o contexto supracitado, trabalhando nas pesquisas e na redação de seus relatórios. O trabalho analisará a criação da Comissão Nacional da Verdade relacionando-a com a justiça de transição no Brasil, a inserção de historiadores em suas equipes de pesquisa e os trabalhos desenvolvidos. A partir dessa investigação, serão tecidas considerações iniciais sobre a participação dos historiadores na comissão, com especial atenção para as contribuições no que tange à compreensão do passado recente e desafios enfrentados. Por intermédio de discussões recentes acerca da história pública e do tempo presente, pretende-se destacar a importância do papel social do historiador em disputas públicas de memória sobre a Ditadura Civil-Militar e em espaços públicos voltados para a reparação do passado traumático.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar, história pública, Comissão Nacional da Verdade, memória.

## Introdução

A Comissão Nacional da Verdade - CNV foi aprovada em 2011, através do Decreto-Lei nº 12.528,<sup>1</sup> com o intuito de investigar as violações dos Direitos Humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 1946 a 1988. Esta comissão operou entre maio de 2012 a dezembro de 2014 com a colaboração de um grande número de profissionais de diversas áreas, entre os quais historiadores, conforme será abordado ao longo deste trabalho.

A CNV despertou reflexões sobre o papel público do historiador em organismos de reparação como as comissões da verdade e em debates públicos. Tais inquietações serão abordadas

1 BRASIL. Decreto-lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Presidência da República*. Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

neste trabalho, em vista de sua permanência na agenda do historiador do tempo presente findado os trabalhos desta comissão. Em diálogo com essas reflexões, o trabalho apresentará uma pesquisa inicial sobre a participação de historiadores na CNV durante seu primeiro ano de atividades, maio de 2012 a maio de 2013.

### A Comissão Nacional da Verdade: antecedentes e funcionamento

Dissertar sobre esta comissão implica em considerar as medidas de reparação adotadas pelo Estado brasileiro a partir da transição democrática.

A redemocratização desenvolveu-se sem investigações conduzidas pelo Estado sobre os crimes ocorridos durante a ditadura civil-militar. De acordo com Fernando Perlatto e Cristina Buarque de Hollanda, o medo do retorno ao autoritarismo, compartilhado por diversos setores da elite política e da sociedade civil, contribuiu para a ausência de investigações. A anistia aos ativistas e militares definida na Lei nº 6.683, aprovada em agosto de 1979, predominava como garantia de sucesso na redemocratização.<sup>2</sup>

Cristina Buarque de Hollanda <sup>3</sup>observa que as iniciativas de esclarecimento do passado foram promovidas por indivíduos vítimas da repressão civil-militar ou sensibilizados com estas, como o relatório *Brasil Nunca Mais*<sup>4</sup>, produzido por advogados de presos e exilados políticos vinculados a Arquidiocese de São Paulo em 1985.

Nas décadas seguintes, a reparação às vítimas foi assegurada pelo Estado brasileiro através de indenizações estabelecidas a partir de projetos como a Comissão Especial de Reconhecimento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995 (Lei nº 9.140) e a Comissão da Anistia, instituída em 2002 (lei nº 10.559). Entretanto, os documentos necessários para provar o status de vítima ao Estado eram reunidos pelos próprios interessados, algo limitado porque “[...] os documentos de que eventualmente dispunham exibiam “verdades” da ditadura, como, por exemplo, a alegação de suicídio em casos de morte causada por agentes do Estado”.<sup>5</sup> Portanto, a aprovação da Comissão Nacional da Verdade em 2012, marca a preocupação do Estado em investigar a violência ocorrida no passado.<sup>6</sup>

2 PERLATTO, Fernando; HOLLANDA, Cristina B. de. Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade. In: ARAÚJO, M. P.; PINTO, A. C. *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Pernambuco: Editora Universitária de Pernambuco (EDUPE), 2017, v.1, p. 17-19.

3 HOLLANDA, Cristina Buarque de. Sobre as políticas de justiça e reparação no Brasil. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 61, p. 100-111, abr/maio/jun. 2013, p.103-105. Disponível em <<<http://insightinteligencia.com.br/pdfs/61.pdf>>>. Acesso em 10 ago. 2017.

4 Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1985.

5 PERLATTO; HOLLANDA. *Entre a reconciliação e a justiça*, p.18.

6 HOLLANDA. *Sobre as políticas de justiça e reparação no Brasil*, p.102.

Segundo Caroline Bauer<sup>7</sup>, a ideia de se criar a CNV começou durante a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, em 2008 que proporcionou a promulgação do III Plano Nacional de Direitos Humanos através do Decreto nº 7.037, em 2009.<sup>8</sup> Seguindo as recomendações deste decreto para a criação de uma comissão da verdade, apresentou-se ao Congresso o projeto de Lei nº 7.376, em 2010 visando sua criação. Este foi sancionado em 18 de novembro de 2011 através da Lei nº 12.528.<sup>9</sup>

Em novembro de 2011 também foi aprovada a Lei de Acesso às Informações Públicas (Lei nº 12.527) que autoriza o acesso de qualquer pessoa física ou jurídica a informações e documentos presentes em órgãos e entidades e permitiu a CNV o acesso a amplo número de documentos referentes ao período a ser investigado.<sup>10</sup>

A Lei nº 12.528 definiu que a Comissão Nacional da Verdade deveria investigar as graves violações dos Direitos Humanos ocorridas entre 1946 a 1988 com o intuito de promover “o direito à memória e a verdade histórica e a reconciliação nacional”. Adotou-se este recorte temporal em respeito ao artigo oitavo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que concede anistia política aos atingidos por atos de exceção entre 1946 a 1988.<sup>11</sup> Ficou estabelecido que a CNV não apresentasse um caráter judicial em respeito às disposições da Lei da Anistia.<sup>12</sup>

As atividades da CNV ocorreram entre 16 de maio de 2012 a dezembro de 2014, data na qual o relatório final de suas atividades foi entregue a presidenta Dilma Rousseff<sup>13</sup>. Sob as recomendações de sua Resolução nº 1, aprovada em julho de 2012, a CNV se organizou em colegiado, subcomissões e grupos de trabalho.<sup>14</sup> O colegiado foi integrado por

7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.<sup>15</sup>

Dilma Rousseff designou para o exercício do colegiado José Carlos Dias, José Paulo C. Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria C. da Cunha, Claudio Fonteles e Gilson

7 BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p.33-34.

8 BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 e dá outras providências. *Presidência da República*. Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm)>>. Acesso em 16 abr. 2018.

9 BRASIL. *Decreto-lei nº 12.528*.

10 BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Volume I, p.22. Disponível em: << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

11 BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Artigo oitavo. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Presidência da República*. Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct)>>. Acesso em 20 jul. 2017.

12 BRASIL. *Decreto-lei nº 12.528*, **artigo sexto**.

13 BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Seção de agradecimentos.

14 BRASIL. Resolução nº 1, de 02 de julho de 2012. Aprova o regimento interno da Comissão Nacional da Verdade. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, Seção I, 13 de julho de 2012. **Artigo oitavo**. Disponível em << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/regimento\\_interno\\_cnv\\_130712.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/regimento_interno_cnv_130712.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

15 BRASIL. *Decreto-lei nº 12.528*, **artigo segundo**.

Dipp. Com exceção da psicanalista Maria Rita Kehl e do cientista político Paulo S. Pinheiro, todos os membros apresentavam formação em direito. Gilson Dipp se afastou da CNV em abril de 2013 por problemas de saúde. Claudio Fonteles renunciou ao cargo em setembro do mesmo ano e em sua substituição, nomeou-se o advogado Pedro B. de Abreu Dallari. Portanto, oito indivíduos integraram o colegiado.<sup>16</sup>

A Comissão Nacional da Verdade foi coordenada pelos integrantes do colegiado conforme recomendações da resolução nº1<sup>17</sup>. Entre maio de 2012 a maio de 2013-período a ser analisado-Gilson Dipp, Claudio Fonteles e Paulo Pinheiro, respectivamente foram coordenadores.<sup>18</sup>

As atividades da CNV se realizaram com a colaboração de assessores<sup>19</sup>que atuaram nas três subcomissões instituídas: subcomissão de pesquisa, geração e sistematização de informações, subcomissão de relações com a sociedade civil e instituições e subcomissão de comunicação externa.<sup>20</sup>O relatório final informa a presença de um número significativo de colaboradores, entre os quais é possível identificar historiadores, advogados, filósofos e médicos.<sup>21</sup>

A partir de dezembro de 2012, as atividades de pesquisa desenvolvidas no interior da primeira subcomissão ocorreram por meio de grupos de trabalho temáticos, de modo a descentralizar as investigações.<sup>22</sup>Em vista deste dado, optou-se por analisar a participação de historiadores na CNV entre maio de 2012 a maio de 2013 com o intuito de compreender a organização inicial da comissão e a inserção de tais profissionais neste momento.

### Os historiadores na Comissão Nacional da Verdade

A pesquisa proposta inicialmente identificou os historiadores que participaram dos grupos de trabalho da CNV no recorte supracitado através da análise de relatórios das atividades desta comissão produzidos pelo *Instituto de Estudos da Religião- ISER*. Em seguida, elaborou-se uma prosopografia dos historiadores identificados.

O ISER é uma organização da sociedade civil, laica, atuante desde os anos 1970 em questões relativas aos direitos humanos e a democracia.<sup>23</sup> A organização monitorou as atividades da Comissão Nacional da Verdade durante o seu período de trabalho principalmente através de con-

16 BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, p. 21. Comissão Nacional da Verdade. Membros. *Memórias Reveladas*. Disponível em << <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros.html>>>. Acesso em 25 jun. 2018.

17 BRASIL. *Resolução nº 1*, artigo sexto.

18 BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, p.49.

19 BRASIL. *Resolução nº 1*, artigo nono.

20 BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, p.50.

21 BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, seção Equipe.

22 BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, p. 51.

23 ISER. I Relatório de Acompanhamento Semestral da Comissão Nacional da Verdade. Maio a Novembro de 2012. *Instituto de Estudos da Religião*. Rio de Janeiro: ISER, nov. 2012, p.4. Disponível em <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 01 maio 2018.



tatos com representantes desta comissão. O processo de monitoramento resultou na produção de relatórios periódicos pelo ISER.<sup>24</sup>

As duas primeiras edições destes relatórios, produzidas entre maio de 2012 a maio de 2013, foram consultadas para a realização desta pesquisa. Ambas as edições destacaram os antecedentes da criação da Comissão Nacional da Verdade, estrutura e funcionamento e metodologias de trabalho. A primeira produção discorreu sobre as atividades da CNV ocorridas entre maio e novembro de 2012 e reforçou o funcionamento da Subcomissão de pesquisa, geração e sistematização de informações através de grupos de trabalho coordenados pelos comissionados e assessorados por jornalistas, filósofos, advogados e historiadores.<sup>25</sup>

O ISER através de comunicações com a CNV, ocorridas em agosto de 2012, reconheceu a formação de nove grupos de trabalho no interior da subcomissão de pesquisa: “antecedentes, contexto e razões do golpe militar”; “mortes, desaparecimentos forçados, ocultação e destruição de cadáveres, tortura e violência sexual”; “violação de direitos relacionados à luta pela terra, incluindo populações indígenas, com motivação política”; “Araguaia”; “operação Condor”; “estruturas da repressão do Estado e seus patrocinadores apoios, internos e externos”; “violação de direitos de exilados e desaparecidos políticos fora do Brasil”; “perseguições sofridas por militares”; “o papel das igrejas de denominação cristã (católica e evangélica) durante a ditadura.”<sup>26</sup>

Observou-se a presença de dois historiadores no quadro de assessores da CNV: Wilkie Buzzati Antunes e Heloísa Maria Murgel Starling. Esta foi identificada em “antecedentes, contexto e razões do golpe militar”; “mortes, desaparecimentos forçados, ocultação e destruição de cadáveres, tortura e violência sexual”; “violação de direitos relacionados à luta pela terra, incluindo populações indígenas, com motivação política” e “Araguaia”. Wilkie Antunes foi atuante no penúltimo grupo.<sup>27</sup>

Conforme mencionado anteriormente, o relatório final da CNV esclareceu que os grupos de trabalho começaram a atuar em dezembro de 2012, o que permite afirmar que em agosto de 2012 tais grupos estavam se constituindo.

A segunda edição produzida pelo ISER aborda as atividades da CNV entre maio de 2012 a maio de 2013 enfatizando as mudanças em sua estrutura de funcionamento, entre as quais a relação atualizada dos grupos de trabalho formados até maio de 2013.<sup>28</sup>

Nesta edição, foi possível reconhecer alterações na disposição dos historiadores em grupos de trabalho constituídos no segundo semestre de 2012. Heloísa Starling não é mais assessora nos

24 Os relatórios encontram-se disponíveis na página eletrônica do ISER << <http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 25 jun.2018.

25 ISER. *I Relatório de Acompanhamento Semestral da Comissão Nacional da Verdade*, p.24-27.

26 ISER. *I Relatório de Acompanhamento Semestral da Comissão Nacional da Verdade*, p.25.

27 ISER. *I Relatório de Acompanhamento Semestral da Comissão Nacional da Verdade*, p.24-27.

28 ISER. Um ano de Comissão Nacional da Verdade: contribuições críticas para o debate público. *Instituto de Estudos da Religião*. Rio de Janeiro: ISER, maio 2013. Disponível em << <http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 01 maio 2018.p.40-43.



grupos “Graves violações dos direitos humanos”, antes denominado “mortes, desaparecimentos forçados, ocultação e destruição de cadáveres, tortura e violência sexual” e “Araguaia”. Ambos os grupos, nesta data, encontravam-se assessorados pela historiadora Vivien Fialho Ishaq, ausente no semestre anterior. Wilkie Buzzati Antunes, no primeiro semestre de 2013, foi assessor do grupo “Contextualização, fundamentos e razões do golpe Civil-Militar de 1964”, anteriormente chamado “antecedentes, contexto e razões do golpe militar” e permaneceu no grupo sobre violações aos indígenas.<sup>29</sup>

No início de 2013, houve historiadores em quatro grupos de trabalho, sendo três grupos atuantes sem estes profissionais no semestre anterior. Heloísa Starling colaborou no grupo acerca da operação Condor e os historiadores Leandro Seawright Alonso e José Oscar Beozzo assistiram ao grupo “Papel das Igrejas durante a Ditadura”, antes denominado “o papel das igrejas de denominação cristã (católica e evangélica) durante a ditadura”. Vivien Ishaq foi também assessora de “Perseguição a Militares” e “O Estado Ditatorial Militar” sendo este último grupo inexistente no semestre anterior.<sup>30</sup>

O relatório em análise conseguiu identificar a presença da historiadora Tereza Eleutério de Sousa na “Subcomissão de Núcleo da CNV no Arquivo Nacional”. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade destaca o apoio fornecido pelo Arquivo Nacional a CNV para o desenvolvimento de suas pesquisas.<sup>31</sup>

Assim, pode-se afirmar que em maio de 2013, a Comissão Nacional da Verdade apresentava seis historiadores em seu quadro de assessores: Heloísa Maria Murgel Starling, Vivien Fialho Ishaq, Leandro Seawright Alonso, José Oscar Beozzo, Wilkie Buzzati Antunes e Tereza Eleutério de Sousa. As informações levantadas possibilitam ressaltar a ausência de historiadores em cinco grupos de trabalho na presente data: “estruturas de repressão,” “ditadura e gênero”, “violações dos direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil”, “ditadura e sistema de justiça” e “ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical”. É observável que os treze grupos de trabalho explicitados no relatório final da CNV se encontravam formados em maio de 2013.<sup>32</sup>

Os seis historiadores identificados foram submetidos a um levantamento prosopográfico com o objetivo de elaborar um perfil coletivo de tais historiadores através da pesquisa de dados profissionais de cada um. A prosopografia ou biografia coletiva consiste em estabelecer características comuns de um grupo social através de um estudo coletivo de suas vidas por meio do mapeamento de um conjunto de questões comuns aos investigados.<sup>33</sup>

29 BRASIL. *Um ano de Comissão Nacional da Verdade*, p.40-43.

30 BRASIL. *Um ano de Comissão Nacional da Verdade*, p.40-43.

31 BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, p.22.

32 BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, p.51.

33 STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011, p 115. Disponível em << <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689>>>. Acesso em 11 abr. 2018.

Os critérios de análise utilizados nesta pesquisa foram a formação acadêmica, temas pesquisados e atuação profissional dos seis historiadores antes da participação na CNV. Os dados foram recolhidos através da consulta ao Currículo Lattes de cada profissional.<sup>34</sup>

Com a relação à formação acadêmica, conclui-se que metade dos historiadores investigados apresentava graduação, mestrado e doutorado em História em 2012. José Oscar Beozzo é uma exceção, pois é graduado em Filosofia, mestre em Sociologia da Religião e doutor em História Social. Quatro historiadores realizaram seus estudos em universidades localizadas na Região Sudeste. Não foi possível identificar a graduação de Leandro Alonso e a pós-graduação e de Tereza de Sousa.

Entre os historiadores com os dados completos, um historiador desenvolveu sua formação acadêmica entre meados de 1950 e início dos anos 2000, dois profissionais teceram suas trajetórias acadêmicas entre o final dos anos 1980 e o final dos anos 1990, seguido de um pesquisador que desenvolveu seus estudos durante os anos 2000.

A maioria dos historiadores pesquisa temas relacionados ao período da Ditadura Civil-Militar. Vivien Fialho pesquisa o catolicismo entre os séculos XVI e XVIII. Não foi possível identificar os temas pesquisados por Tereza de Souza.

Três historiadores são professores de História no Ensino Superior nas regiões sudeste e centro-oeste e duas historiadoras - Vivien Ishaq e Tereza de Sousa - são pesquisadoras no Arquivo Nacional do Distrito Federal. Wilkie Antunes atualmente cursa o doutorado em História na Universidade Federal de Minas Gerais, mas não foi possível reconhecer sua ocupação em 2012. Portanto, metade dos profissionais nesta data já trabalhava e estudava na região Sudeste e metade na região Centro-Oeste.

Para além de traçar uma trajetória coletiva, os Currículos Lattes dos historiadores corroboram as informações levantadas pela leitura dos relatórios produzidos pelo ISER. Entretanto, ambas as fontes não permitem identificar os critérios de escolha de tais profissionais pelo colegiado, suas condições de ingresso na CNV e se somente os seis historiadores reconhecidos assessoraram as pesquisas durante o primeiro ano da CNV. O relatório final desta comissão menciona que sua equipe de pesquisa foi formada por assessores, consultores e pesquisadores nomeados para tais atividades ou cedidos temporariamente de outros órgãos públicos sem distinguir, entretanto, quais profissionais se enquadram em tais critérios de atividade e ingresso.<sup>35</sup>

34 ANTUNES, W. B. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 16 jun. 2016. Disponível em <<<http://lattes.cnpq.br/5816483415571194>>>. Acesso em 04 maio 2018.

BEOZZO, J.O. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 09 fev. 2009. Disponível em <<<http://lattes.cnpq.br/3166980288788615>>>. Acesso em 04 maio 2018.

ISHAQ, Vivien. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 24 abr. 2018. Disponível em <<<http://lattes.cnpq.br/1498789003915341>>>. Acesso em 04 maio 2018.

SEAWRIGHT, Leandro A. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 02 maio 2018. Disponível em <<<http://lattes.cnpq.br/8064808306141687>>>. Acesso em 04 maio 2018.

SOUSA, T. E. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 26 fev. 2018. Disponível em <<<http://lattes.cnpq.br/6986744667707478>>>. Acesso em 04 maio 2018.

STARLING, H. M. M. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 03 maio 2018. Disponível em <<<http://lattes.cnpq.br/3321652451642202>>>. Acesso em 04 maio 2018.

35 BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Seção Equipe.

Espera-se esclarecer tais questões com o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado que também almeja mapear a atuação dos historiadores na CNV após maio de 2013, incluindo aqueles analisados neste trabalho.

### O papel público do historiador: contribuições e desafios

A aprovação da Comissão Nacional da Verdade provocou debates e controvérsias públicas entre diversos atores, tais como militares, ex- perseguidos políticos e seus familiares e jornalistas. Tais disputas ocorreram em jornais de grande circulação nacional e em entidades de representação militar.<sup>36</sup> Tais debates, ao acionar o passado, promoveram disputas de memória sobre a ditadura civil-militar.

As repercussões da CNV não se resumiram a controvérsias públicas e batalhas de memória, pois o período de formação de seu corpo investigativo, no início de 2012, foi marcado por debates entre historiadores sobre a necessidade ou não de participação dos profissionais em tal comissão. A Associação Nacional de História- ANPUH promoveu gestões para indicar um historiador para compor o corpo de membros da CNV e publicou<sup>37</sup>, em janeiro de 2012, uma nota na qual se mostrou favorável à participação de historiadores em tal comissão.

Segundo a entidade, os historiadores apresentariam preparos metodológicos para lidar com documentos e compreender as lembranças do passado e poderiam contribuir para o trabalho da CNV. Entretanto, o corpo de comissionados foi composto por profissionais ligados ao direito, em sua maioria, conforme anteriormente abordado.

O posicionamento da ANPUH foi compartilhado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta em artigo publicado em uma revista acadêmica, em 2013.<sup>38</sup> Ao contrário de Motta, Carlos Fico, em um vídeo publicado em seu canal no *YouTube* em parceria com o blog *Café História*, se mostrou contrário à participação de historiadores na Comissão Nacional da Verdade, porque, segundo ele, tais iniciativas geram a formação de narrativas oficiais ao invés da busca de interpretações plurais. Tal posicionamento foi reafirmado pelo autor em um artigo acadêmico.<sup>39</sup>

36 PERLATTO; HOLLANDA. *Entre a reconciliação e a justiça*, p.21.

37 ANPUH. *Comissão da Verdade: entre a memória e a história*. Disponível em: << <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/item/543-posicao-da-anpuh-sobre-a-participacao-dos-historiadores-nacomissao-da-verdade>. >> Acesso em: 13 jul. 2017.

SCHMIDT, Benito. Conhecimento Histórico e diálogo social. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n° 67, p.325-345, 2014.p.340. Disponível em << <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a15v34n67.pdf>>>. Acesso em 20 jun. 2018.

38 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, jan.-jun, 2013. Disponível em << <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/334>>>. Acesso em 01 set. 2017.

FICO, Carlos. *Vídeo - palestra sobre Comissão da Verdade*. Disponível em:<< <https://www.youtube.com/watch?v=g8-T3UhSK38&t=24s>>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

39 \_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*; v.28, p.49, Jan/jun 2012. Disponível em << <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>>>. Acesso em

Conforme apontado por Caroline Bauer, a criação da Comissão Nacional da Verdade também incentivou os historiadores a refletirem sobre seu papel social e científico, enfatizou o caráter ético e político da escrita da história e os obrigou a se posicionar publicamente.<sup>40</sup> Pode-se afirmar que tais debates continuam presentes mesmo após a conclusão dos trabalhos da CNV, motivados também por um cenário de consumo e produção de saberes históricos por indivíduos não necessariamente graduados em história e pela emergência na sociedade brasileira de discursos autoritários e conservadores que tem levado os historiadores a refletir sobre suas responsabilidades social e científica e acerca das possibilidades de sua inserção na esfera pública.<sup>41</sup>

O momento tem propiciado o crescimento de reflexões em torno da história pública enquanto prática e campo de debates.<sup>42</sup> É necessário também destacar a função reparadora e pedagógica assumida pela história em sociedades sem a punição judicial dos envolvidos em violações dos Direitos Humanos.<sup>43</sup>

Diante de tal conjuntura, quais as contribuições dos historiadores para o conhecimento acerca do período da ditadura civil-militar? Segundo Caroline Bauer, a história poderia contribuir para a inscrição coletiva de experiências e memórias e para leituras alternativas ao passado. As narrativas históricas e o trabalho dos historiadores tornariam possível a formação de “[...] uma consciência moral a partir de processos de compreensão e autorreflexão, principalmente em relação a como ocorreram determinados eventos e porque esses acontecimentos foram possíveis.”<sup>44</sup>

Pode-se afirmar que as potencialidades do conhecimento histórico apresentadas acima justificariam a presença de historiadores em debates públicos e em organismos voltados para a reparação de passados traumáticos, como as comissões da Verdade. Tais tarefas colocam ao historiador inúmeros desafios, entre os quais as dificuldades em trabalhar com a multiplicidade de narrativas produzidas por diversos atores sobre o passado<sup>45</sup> e a necessidade de tornar acessíveis e compreensíveis aos leigos as narrativas resultantes da pesquisa histórica.<sup>46</sup>

### Considerações finais

Ao longo deste trabalho discorreu-se sobre a participação de historiadores na Comissão Nacional da Verdade durante seu primeiro ano de funcionamento. Tais profissionais foram identi-

---

18 ago. 2017.

40 BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* p. 39-40.

41 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis.** *História da Historiografia*. Ouro Preto; n. 2; p. 321-335, dez. 2016. Disponível em << <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1186/665>>>. Acesso em 13 jul. 2017.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n° 74, p.135-154, 2017, p.141. Disponível em << [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882017000100135&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000100135&lng=pt&nrm=iso)>>. Acesso em 11 abr. 2018.

42 SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, J. R. de (Org.); MAUAD, Ana Maria (Org.) ; SANTHIAGO, R. (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016 .v. 1, p.28.

43 BAUER. *Como será o passado?* p.92.

44 BAUER. *Como será o passado?* p. 106-109.

45 MOTTA. *História, memória e as disputas pela representação do passado recente*, p.61.

46 BAUER. *Como será o passado?* p.40.

ficados em um número significativo de grupos de trabalho-nove grupos- e nas pesquisas da CNV no Arquivo Nacional. Procurou-se mostrar que o lugar ocupado pela história em debates públicos contemporâneos, incluindo as disputas de memória sobre a ditadura civil-militar e o interesse público e das comissões da verdade pela história fornecem elementos para que o historiador possa participar de tais comissões e de debates públicos. Reforça-se que em um momento também marcado por discursos autoritários é importante refletir sobre a dimensão social e pública da atividade do historiador.

## Democracia e legalidade: O JB e o golpe militar na Argentina (1962)

Josiane de Paula Nunes<sup>1</sup>  
josinunesbj@yahoo.com.br

### Resumo

Neste artigo serão analisados os noticiários publicados no *Jornal do Brasil (JB)*, em 1962, no momento do golpe militar sobre o governo do presidente Arturo Frondizi, na Argentina. Considerando os noticiários publicados pelo periódico e reconhecendo os jornais da grande imprensa como parte integrante da história e, portanto, capazes de formularem consensos sobre questões políticas, percebemos como o panorama de crise política na Argentina foi usado como um espaço de construção de um panorama político do Brasil. A partir das representações sobre a derrubada do governo de Frondizi foi possível analisar quais os sentidos atribuídos pelo jornal às concepções de democracia e legalidade, conceitos fundamentais para o entendimento da realidade política brasileira, em um horizonte próximo, o golpe civil-militar, em 1964.

**Palavras-chave:** Ditadura, Argentina, Jornal do Brasil.

Após as eleições de 18 de março de 1962, na Argentina, os militares iniciam intensa pressão sobre o presidente Arturo Frondizi. Para os militares, o país estava passando por uma crise política, iniciada com a eleição de alguns candidatos peronistas. A crise apontada pelas Forças Armadas estava relacionada à possível posse dos peronistas eleitos em grande parte das províncias argentinas. Isso causava inquietação nos militares, fosse pela possibilidade do retorno de Perón ou mesmo de uma política peronista continuísta, já que, em 1958, a eleição do presidente Arturo Frondizi foi realizada a partir de um pacto com os peronistas, o que foi interpretado pelas Forças Armadas como uma possibilidade do retorno do governo de Perón.<sup>2</sup> E, agora, em 1962, a possibilidade de o presidente apoiar a posse desses candidatos, para as Forças Armadas, se apresentava como a concretização de tal “ameaça”.

O anonimato do redator, no caso específico das matérias ligadas à questão frondizitas-peronistas e militares, está relacionado a um contexto mais amplo, a tentativa de formalização da imprensa, a partir de um modelo norteamericano “do fazer notícia”, principalmente com a inser-

1 Doutoranda da Universidade de São Paulo. FFLCH/USP. Professora na Universidade Estadual de Minas Gerais. UEMG/Unidade de Campanha, MG.

2 Arturo Ercoli Frondizi foi presidente da Argentina, de 1 de maio de 1958 até 29 de março de 1962, ligado à União Cívica Radical Intransigente (UCRI). Fez-se eleito após um pacto com os peronistas. DELASSOPA. Emílio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina (1943-1983)*. São Paulo: Hucitec, 1998. Pág. 231.



ção do *copy desk* – um revisor de texto que, para sua melhoria, poderia cortar, acrescentar, deslocar, incluir e, até mesmo, inverter frases e parágrafos – além da implementação de uma formalização do enunciar jornalístico. Com isso, a própria autoria era complicada, pois se tratava de um trabalho coletivo, do repórter, que apura e escreve, do editor, que enquadra, do *copy desk*, que modifica, enfim, um trabalho conjunto da linha editorial. No presente caso, embora não houvesse um repórter do jornal envolvido, havia os informes recebidos das agências de notícias internacionais.

Entretanto, embora houvesse a busca pela padronização do texto jornalístico e a possibilidade de um jornal com espaços bem demarcados, como seções para a informação e para a opinião, divisão de cadernos etc., a implementação na imprensa brasileira de um modelo jornalístico importado assumiu moldes diferenciados. Ao contrário do que se pregava no modelo norteamericano, no Jornal do Brasil, a imparcialidade e a objetividade são relativizadas no momento da apresentação sobre o político, ou melhor, sobre a própria política.

A modernização realizada pelo Jornal do Brasil apresentou características diferenciadas. No entanto, é marcante que as matérias não estavam desvinculadas de um juízo de valor, em especial no teor político e diplomático que assumiam em contextos de interesse nacional, como as questões sobre a preponderância econômica e política do Brasil frente à Argentina, no momento da *crise* política do presidente Frondizi.

Como aponta Heloisa Jochims Reichel:

Apesar de relações pendulares e ambivalentes, elas (relações de cooperação e de rivalidades entre Brasil e Argentina) sempre estiveram fortemente presentes no imaginário coletivo de ambas as sociedades, fazendo com que cada um dos países atribuisse ao outro, tanto no cenário latinoamericano quanto no regional, uma importância marcante.<sup>3</sup>

Com isso, se explicaria a assiduidade com que as notícias sobre a Argentina aparecem nos periódicos brasileiros, ganhando lugar de destaque nos espaços destinados às notícias internacionais. Todavia, é preciso destacar que se essa característica esteve presente, em vários momentos, sob o prisma da competição geopolítica, que remonta ao século XIX, no contexto da Guerra Fria ela se adensou com a identificação de semelhanças nos respectivos processos políticos internos, que possibilitaram ler no país vizinho dilemas e conflitos parecidos com os vivenciados, na mesma época, pelo Brasil.

No JB, as matérias sobre a Argentina ganham substancial valor. O desenrolar de questões políticas no país vizinho é sempre tratado em várias edições da semana, constantemente direcionadas em dois vieses: primeiro, um destaque mais imparcial do acontecimento; segundo, um destaque opinativo, com títulos e vocabulários sugestivos do posicionamento sobre o acontecido.

Em 1962, com a pressão dos militares para a renúncia do presidente eleito da Argentina, Arturo Frondizi, o primeiro caderno do JB traz uma matéria intitulada “A hora final”, sem iden-

3 REICHEL. Heloisa Jochims. Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955). Revista Eletrônica da Anphlac - número 7. Págs. 57-58.

tificação da autoria. Na matéria, é destacada a movimentação dos militares argentinos em prol da renúncia de Frondizi como a solução da crise argentina que, de acordo com a notícia, é apontada pelos militares como consequência da eleição e possível posse de candidatos peronistas, eleitos em março de 1962, às províncias do interior.

Na matéria, a princípio de teor informativo, a “solução constitucional” da crise argentina seria finalizada no que as Forças Armadas pregavam como a “renúncia voluntária” do presidente. A utilização das aspas nos termos “solução constitucional” e “renúncia voluntária” são ressaltadas pelo periódico como expressões usadas pelos militares argentinos e não como uma representação do periódico sobre a situação política no país vizinho; ao contrário, já que no decorrer da matéria é deixado claro que tanto a “solução constitucional” como a “renúncia voluntária”, pregados pelos militares, são compreendidos de outra forma pelo jornal.

Para o periódico, a resistência de Frondizi à “renúncia voluntária” assume um caráter de proteção à nação argentina. A noção de “renúncia voluntária”, proposta pelas Forças Armadas, aparece no periódico mais como uma pressão política contra o presidente do que como um ato voluntário. Na matéria, a posição do presidente em não renunciar é uma forma de desmascarar a “trama reacionária”<sup>4</sup> exposta na Argentina, nas eleições de março de 1962. E mais, contrariar tal presunção básica da democracia, a manutenção de um presidente constitucional e das decisões pelo voto direto é ir de encontro ao que a mesma significa, “a vontade do povo argentino”, posição da qual o jornal não comunga.

Com isso, para o periódico, a noção de democracia se contrapõe às tentativas de um golpe sobre um governo constitucional, escolhido pelo “povo argentino”. A “aparência legal” que os militares tentavam dar à renúncia de Frondizi, nesse momento, não passava de uma afronta à legalidade constitucional, que claramente se opõe aos conceitos do periódico. Em “Militares Irredutíveis”, matéria publicada em 28 de março de 1962, o JB destaca:

(...) os dois únicos sucessores constitucionais de Frondizi – o presidente do Senado José Maria Guido e o Presidente da Câmara Fernandes Monjardim – declararam apoio ao presidente. Caso o golpe seja dado não assumiriam a presidência, dificultando a tarefa dos militares, preocupados em dar uma aparência legal à deposição de Frondizi.<sup>5</sup>

De acordo com Emílio Dellasoppa, as eleições de 1962 na Argentina foram marcadas por um rompimento de Frondizi com os militares e pela realização de um pacto entre aquele e os peronistas. Em 1958, quando Frondizi assumiu a presidência, tomou algumas medidas para o cumprimento do pacto com os peronistas, entre elas: aboliu o decreto que tornava os mesmos *inomináveis*<sup>6</sup>

4 Jornal do Brasil. 28 de março de 1962. Quando o JB faz referência à “trama reacionária”, deixa bem claro que “A América Latina não é ameaçada somente pelo comunismo, fidelismo ou forças de extrema esquerda, mas também a trama reacionária exposta na Argentina nas eleições de 1962 com anticomunistas profissionais, políticos condenados ao ostracismo, latifundiários e militares desorientados”.

5 Jornal do Brasil. 28 de março de 1962.

6 O Decreto 4.161 sancionado em 5 de março de 1956, logo após a deposição de Perón pela junta militar, previa a

e pôs fim à intervenção à CGT.<sup>7</sup> As medidas não foram suficientes para satisfazer os peronistas e acabaram indispondo ainda mais, e de forma irreversível, o presidente com as Forças Armadas.

Já em maio [1958] podiam apurar os resultados da política frondizista: o recurso ao terrorismo já não era privativo dos setores duros do peronismo inconformados com o apoio de Perón a Frondizi; os *gorilas*, que se sentiam logrados pelo *maquiavelismo* de Frondizi, inauguraram uma nova série de atentados a bomba (...).<sup>8</sup>

A busca de uma saída política para a crise argentina também é destacada pelo JB. Em uma entrevista do assessor político de Frondizi, Rogelio Frigerio para Hermano Alves, são destacados pelo assessor, tanto uma manutenção do peronismo no jogo democrático, como também uma defesa das Forças Armadas e do General Pedro Eugenio Aramburu – líder do movimento contra a posse dos peronistas eleitos em 18 de março – pois, de acordo com Frigerio, parte que são do “povo argentino” (os militares), não estavam “auspiciando um rompimento da legalidade constitucional”.<sup>9</sup>

No JB, principalmente na primeira página, chama a atenção que, no desenrolar do depoimento do Rogelio Frigerio, o mesmo defende uma solução equilibrada, entre peronistas e militares, e que o jornal moderasse seu discurso quanto à crise político-militar no país vizinho. Embora tenha tentado transparecer certa imparcialidade ao depoimento do assessor, dava ênfase a questões pontuais. Na matéria central (1ª página), aponta: “Frigerio: repressão ao peronismo é um erro fatal para a Argentina”. Na mesma página, a primeira matéria ressalta: “Novo governo argentino toma posse sob ameaça”.

Tais questões pontuais se desenvolvem nessa última matéria. Nela, se deixa transparecer a parcialidade do JB quanto à fala de Frigerio. Nesse artigo, são destacados termos como: “Frondizi ouvia o juramento de figuras *apolíticas* de projeção nacional”,<sup>10</sup> fazendo referência ao Gabinete de União Nacional, formado por exigência dos militares, com uma composição plenamente militar. A presença dos militares no poder é referenciada por seu caráter *apolítico*. As Forças Armadas não possuem características de *tutoras* do governo, argumento que será destacado em matérias posteriores.

Todo o desenrolar da crise político-militar e a atuação dos militares perante a mesma é destacada como desmoralização dos poderes constituídos legalmente pelo voto e, além disso, contrárias ao conceito de democracia representativa.

---

proibição de quaisquer divulgações ou publicidade peronista na Argentina. No Decreto ficava claro que estava expressamente proibida: "La utilización de imágenes, símbolos, signos, expresiones significativas, doctrinas, artículos y obras artísticas, (...) que sean (...) representativas del peronismo". Neste caso, esclarecia também que mesmo os discursos do presidente deposto não poderiam circular pelo país, tendo como punição a prisão e/ou multa para o *infrator*.

7 Central Geral dos Trabalhadores que tinha seus principais líderes ligados ao peronismo.

8 DELASSOPA. Emílio. Op. Cit. Págs. 233-234.

9 Jornal do Brasil. 27 de março de 1962.

10 Jornal do Brasil. 27 de março de 1962.

Ainda que o jornal não abandonasse um caráter mitigado, evitando os conteúdos mais polêmicos, as matérias destacavam a contrariedade causada pela ascensão ou tentativa de ascensão dos militares ao poder sobre um governo constitucional. A noção do ideal de democracia ainda estava em um governo constitucional e não nos governos militares.

Agindo como macacos – melhor gorilas – causaram grande dano a todo o Continente. Não é à toa que se julgam tutores da democracia argentina. Se há regime que abomina os tutores, que os rejeita – inevitavelmente – os expõe, esse regime é a democracia. Aqueles que desejam tutelá-la é porque ou não a entendem ou, simplesmente, porque querem, com hipocrisia, violá-la.<sup>11</sup>

Neste momento, é clara a oposição do jornal em relação aos militares no governo. A ideia de democracia é violada com a presença dos militares como “tutores” do poder. Na deposição do presidente Frondizi, em 29 de março de 1962, as possibilidades de intervenção militar no poder e a tentativa de aparência legal buscada pelas Forças Armadas na deposição do presidente, contradiziam a noção de legalidade, que, nesta circunstância, era materializada pelo jornal, na manutenção de Frondizi na presidência.

Durante todo o desenrolar da crise argentina, em março de 1962 e em, praticamente, toda a semana até a deposição de Frondizi e, posteriormente, a movimentação para a formação do governo, as notícias sobre o país vizinho são centrais no JB, ganham a primeira e a segunda página deste, além de colunas opinativas.

A partir da efetivação do golpe, com a deposição de Frondizi, o caráter moderado do periódico passa a ser relativizado e os discursos ganham um tom mais hostil em relação aos militares. Em 29 de março de 1962, os vocabulários do JB passam a apontar os militares como “controladores” da Argentina. A matéria de capa, tomando conta de grande parte da primeira página, mas mantida no anonimato, trazia imagens de Frondizi e do General Raúl Poggi<sup>12</sup> à porta da sede do governo argentino, a Casa Rosada, e também um *sublead* fazendo referência às “tropas em posição para a luta”, ressaltando que as mesmas “tomam conta da nação”.

Com isso, as representações no JB indicam que a presença das Forças Armadas no poder exerce um controle sobre a nação, sendo esta subjugada à força dos militares que se colocam em posição para a luta.

Além disso, um caráter moral passa a compor as representações do periódico sobre a situação na Argentina, principalmente no que diz respeito à resistência de Frondizi. Nas matérias, o periódico classifica que a deposição do presidente foge à moralidade. Isso porque sua permanência no governo estava ligada a uma *vitória moral*.

A contrariedade do periódico quanto às ações dos militares fica mais evidente a partir da derrubada do presidente Frondizi. Em uma das matérias do dia 29 de março, o JB publica um texto

11 Jornal do Brasil. 28 de março de 1962.

12 O General Raúl Poggi foi o líder do golpe sobre Arturo Frondizi em 29 de março de 1962.

dos militares para o presidente, em que aqueles ressaltam que há necessidade de “ante a gravíssima situação imperante, exigir o afastamento de suas funções, a fim de que possa ser salva a ordem constitucional”.<sup>13</sup> Logo em seguida, na página 6, em uma matéria intitulada “E agora?”, o JB questiona qual será a posição dos Estados Unidos perante as atitudes antidemocráticas na Argentina. Destacam: “Em suma: esperamos que, na Aliança para o Progresso, os gorilas argentinos sejam tratados em igualdade de condições com os barbudos de Fidel Castro”.

Com isso, fica evidente que a noção de democracia não é acompanhada pelos rumos tomados pela Argentina com a ascensão dos militares. O descontentamento com os militares no governo é tão grande que, na repulsa à sua tomada de poder vale, até mesmo, uma comparação com a “Revolução Cubana”, movimento rejeitado pela América Latina e Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

É interessante notar que, a partir da deposição do presidente Arturo Frondizi, o JB parece realizar um jogo “informativo-opinativo”. Por um lado, a movimentação dos militares é destacada durante toda a semana, a divulgação de medidas, pronunciamentos etc., mas, por outro lado, o periódico publica noticiários que contradizem a tão propugnada “defesa da ordem” pelos militares, principalmente nas colunas.

O JB aponta a proclamação militar em defender o país dos subversivos e, portanto, defender a segurança do povo; também assinala que, de acordo com as Forças Armadas, o governo carecia de força e autoridade e que, portanto, esses se viram obrigados a assumir a responsabilidade de restaurar aqueles valores. Mas, ainda na mesma página, com imagens de militares e cassetetes, o periódico destaca a atuação da polícia contra as manifestações em favor de Frondizi.

A tentativa da imprensa argentina em justificar o golpe como decorrente da ligação do presidente Frondizi com os peronistas é colocada em segundo plano, já que, em uma nota logo abaixo, o periódico traz o pequeno trecho do discurso de Perón, exilado na Espanha, no qual este afirma: “os candidatos eleitos em 18 de março serão empossados de acordo com as leis do país”.

Até mesmo o peronismo, posteriormente questionado pelo periódico, defende a manutenção da constitucionalidade, e a preponderância do povo na escolha política. Continuando a defesa da constitucionalidade, sobre a manifestação pró ou contra Estados Unidos em relação à situação na Argentina, o JB destaca a frase do presidente Kennedy: “as eleições devem ser livres, o povo pode escolher, soberanamente, seus governantes”.<sup>14</sup>

Ainda na mesma página, ganha destaque de centro uma fotografia de um popular que levantava *vivas* a Frondizi próximo às tropas militares. A fotografia ocupa mais de um terço da página, ao lado de notícias que apontam a possível recusa dos militares em aceitar como sucessor de Frondizi o presidente do Senado José Maria Guido; com isso, a própria tentativa de dar um conteúdo legal à deposição de Frondizi passa a malograr.

13 Jornal do Brasil. 29 de março de 1962.

14 Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

Ademais, logo abaixo da fotografia, de forma saudosista, o periódico traz uma breve história de vida do presidente deposto. Os destaques do periódico, nessa matéria, chamam a atenção. Apontado pelo JB como um dos maiores “malabaristas do panorama político argentino”, o jornal destaca suas grandes habilidades em permanecer no poder, frente a inúmeras crises durante seu governo.

Na sua história, é ressaltado o momento em que foi preso no governo “do ditador Pedro Eugenio Aramburu e, mais tarde, durante a presidência de Juan Perón”<sup>15</sup> (sic.). Interessante notar a diferença aplicada ao tratamento de Aramburu e Perón, o primeiro como ditador militar e o segundo como presidente. Uma diferença a princípio sutil, mas que exemplifica o posicionamento do jornal perante os presidentes eleitos pelo voto do “povo” (mesmo que militares, pois Perón chegara a Tenente-General) e dos presidentes empossados por golpes militares.

Durante todos esses momentos, o JB não apresenta aprovação ao peronismo, o que está em questão é a defesa da legalidade e da democracia. Em uma matéria sobre o exílio de Perón na Espanha, o periódico destaca que a preocupação do mesmo está na posse dos peronistas eleitos em 18 de março de 1962, “de acordo com as leis do país”.

As noções de força e ilegalidade impressas na efetivação do golpe argentino são reafirmadas em matérias sobre o reconhecimento ou não reconhecimento do novo governo na Argentina por outros países na América Latina. Ao tratar do reconhecimento venezuelano, o JB destaca que “o governo venezuelano não reconhecerá um governo imposto pela força”. A matéria destaca trechos de um telegrama de Haedo a Frondizi, no qual aquele aponta o caráter da saída do presidente como “uma hora de dura prova para as instituições e a democracia da República Argentina”.<sup>16</sup>

Na mesma página, com ampla dedicação ao tema do golpe na Argentina, uma nota, a partir de uma matéria do Le Monde, em Paris, destaca que, em longo editorial sobre a situação na Argentina, o “influente Le Monde diz que o golpe militar que depôs o presidente Frondizi constitui um novo fracasso para a diplomacia norteamericana, que queria ver aquele país como padrão de democracia na América do sul”. Na continuação, o editorial do Le Monde questiona:

Kennedy dificilmente poderá explicar como uma ditadura militar, ultraconservadora e sem apoio popular, será capaz de conduzir a bom termo, com ajuda econômica norteamericana, as medidas previstas na carta de Punta del Este.<sup>17</sup>

A utilização do editorial do Le Monde assume um papel de confirmação da resistência do próprio JB quanto ao processo anticonstitucional e antidemocrático na Argentina, a falta de apoio popular ao novo governo apontada pelo Le Monde é, ainda que de forma implícita, compartilhada pelo periódico brasileiro, afinal a democracia está no apoio e no voto do “povo”.

15 Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

16 Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

17 Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.



Na publicação das declarações do Ministro do Exterior San Tiago Dantas e do Primeiro Ministro Tancredo Neves são destacadas enfaticamente a solidariedade do Brasil para com o povo argentino, em prol da “preservação das liberdades públicas e pela integridade da democracia representativa”. Nas palavras de Tancredo Neves, ressaltadas pelo JB, devem-se “consolidar e aprimorar, em ambas as nações, as instituições democráticas”.<sup>18</sup>

Os elementos associados às instituições democráticas são reafirmados no desenrolar das matérias durante toda a semana da preparação para o golpe até os dias posteriores. Como apontado anteriormente, a partir da deposição de Frondizi, as matérias são mais incisivas, mas, mesmo antes, fica evidente o descontentamento do periódico com as ações dos militares na pressão contra o governo constitucional de Frondizi e, no geral, no decorrer da situação política na Argentina, o periódico apresentará algumas tendências, indicando que o modelo de democracia, nesse momento, é o brasileiro.

Para o JB, o movimento golpista iria contrariar o modelo de instituições democráticas, pregado em Punta del Este, e o Brasil, com seus exemplos de governos e crescimento econômico, na prática, seria o modelo, na representação do periódico, da verdadeira democracia. Ao mesmo tempo, o jornal defendia certo nacionalismo econômico (caso brasileiro), frente a uma perspectiva mais submissa aos ditames liberalizantes do FMI e do governo norteamericano (caso argentino).

Assim sendo, o direcionamento que o periódico dá ao conceito de democracia também envolve a capacidade do crescimento econômico proporcionado pelo governo constitucional. Não é mais somente o “voto do povo” o elemento central para a prática da democracia, mas, também, melhores condições econômicas e sociais.

Nas representações do periódico, o modelo argentino foi falho. O golpe mostrou a fragilidade das bases democráticas do país vizinho, condição *sine qua non* para o crescimento econômico do continente. Entretanto, a questão econômica não era o foco; novamente, em uma crônica política, o descontentamento com a derrubada de Frondizi é fundo de críticas em relação à atuação dos militares na Argentina, que acabam se estendendo ao restante da América Latina.

Na crônica “Rumo Certo”, Ferreira Gullar é bem mais incisivo nas considerações sobre os militares. Diante da deposição do presidente Frondizi, Gullar destacava: “os pronunciamentos militares são mesmo um hábito arraigado nesta agitada América Latina, embora os otimistas anunciem de vez em quando que essa época passou”.<sup>19</sup>

A princípio, de acordo com Gullar, sua crônica iria focar-se no cinema brasileiro, mas, ao se deparar com a situação da deposição de Frondizi, sente a necessidade de mudar o direcionamento. Com uma referência irônica em relação aos militares argentinos, tratando-os como *gorilas*, observa: “Agora vejam vocês: ia falar dos Cafajestes (o filme) e vejo-me às voltas com os gorilas (*sic.*)”.

18 Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

19 Jornal do Brasil. 30 de março de 1962.

De fato, o que podemos corroborar a partir da crônica de Ferreira Gullar é que o termo “gorila” entrou em uso rapidamente no Brasil. Em finais de março de 1962, os escritores do JB já faziam uso da expressão quando se referiam aos militares argentinos.

Em 1964, com o golpe civil-militar no Brasil, o termo ganhará maior expressão e será, muitas vezes, utilizado para representar os militares brasileiros. Em uma matéria do Jornal do Brasil, em 01.04.1964, com referência à invasão dos militares, no JB, abaixo da fotografia de militares na porta do jornal, aparece ““Gorilas” invadem o JB”.<sup>20</sup> As aspas colocadas pelo próprio periódico aludem à apropriação do termo para referenciar-se à situação brasileira.

Retomando a crônica de Gullar, o autor continua sua representação sobre a tomada de poder pelos militares, na Argentina, comparando-os, durante todo o tempo, com os cineastas. O recurso é utilizado principalmente para ressaltar o profissionalismo daqueles em relação ao antiprofissionalismo destes. De acordo com Ferreira Gullar, “os cineastas sabem do seu papel, têm mais consciência de sua situação no mundo, mas os militares pensam, erradamente, que a sua função é dirigir os destinos do País. São maus profissionais”.

As ações e medidas dos militares apresentadas são questionadas enquanto medidas salvadoras. Para Gullar, medidas salvadoras que pretendem defender a democracia não anulam eleições e não depõem presidentes. Destarte, o cronista fazia referência ao impedimento de posse dos peronistas eleitos em março de 1962 e à consequente deposição do presidente Arturo Frondizi, devido à crise iniciada com a eleição e à provável posse dos peronistas nas províncias argentinas.

Em sua conclusão, Gullar ainda ressalta que frequentemente temos assistido a esse abuso de força dos militares contra o poder desarmado na Argentina, mas que além de tal ato ser “*uma burrice*”, “o exemplo é mau, e não deve ser imitado”.

Nas abordagens do JB, o Brasil passa ser o referencial da democracia e de crescimento econômico. Toda a movimentação na *nação irmã* é vista como um triste processo, uma vergonha, contra a preservação da democracia argentina, principalmente quando as Forças Armadas dão a crise política como encerrada. Para o JB, essa atitude comprova que o novo governo cedeu às pressões militares, submetendo-se, assim, às suas imposições e atendendo a repressão aos movimentos peronista e comunista no país.

O momento da deposição do presidente Frondizi, em 1962, também envolve um contexto maior na América Latina: a efetivação de sequentes golpes militares, geralmente, explicados pelos efeitos da Revolução Cubana e sua aproximação com o regime soviético e, com isso, a possibilidade de um *efeito dominó* no restante da América Latina. Ainda que o comunismo não fosse, em nenhum momento, modelo de governo no JB, a ascensão dos militares com medidas salvacionistas, nesse

---

20 A afirmativa diz respeito a presença de militares na porta de entrada da sede do periódico no Rio de Janeiro. Como sabemos o Jornal do Brasil apoiou o golpe de 1964, entretanto, logo após as primeiras ações militares no poder, parte da imprensa, inclusive os jornais que se mostraram favoráveis ao golpe começaram a sentir as restrições do governo sobre a imprensa. (bilhetinhos, censores no jornal, prisões de jornalistas)

momento, também não eram. Até esse momento, as representações no JB reпреndem as atitudes militares, consideradas como um malogro da democracia, sendo o exemplo maior a crise na Argentina.

A movimentação militar em torno da legalidade, na Argentina, perdia seu conteúdo legal e democrático à medida que anulava eleições e depunha o presidente eleito constitucionalmente, como já vinha sendo apontado desde o início da crise. Em março de 1962, o Brasil ainda era, em relação ao contexto vivenciado pela Argentina, o exemplo democrático e econômico para a América Latina.

O discurso jornalístico, permeado por representações do social, do político e do econômico, ao expor o direcionamento da situação política na Argentina, preocupava-se para que o modelo não fosse reproduzido no Brasil e destacava a proeminência democrática dos governos brasileiros. Ao menos nesse momento, a conhecida realidade brasileira era o modelo a ser seguido, enquanto a democracia argentina era desgastada pelos novos tutores do poder, os militares. Condição muito próxima da situação brasileira após 1964.

## Participação das mulheres na política formal: um desafio à democracia brasileira

Jessica Holl

Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais  
Pesquisadora do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG  
jessica\_holl@ymail.com  
<http://lattes.cnpq.br/8710494509767162>

### Resumo

Foi em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, que as mulheres brasileiras, pela primeira vez, puderam votar e serem votadas a nível nacional. Em que pese a Constituição de 1924 não vetar expressamente a participação das mulheres no processo eleitoral, ela também não regulamentava esse direito. Ainda assim, já em 1927 o estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro a regulamentar a participação das mulheres nas eleições, não estabelecendo distinções de sexo para o alistamento eleitoral. Desse modo, a primeira mulher a se eleger no Brasil foi Alzira Soriano, eleita prefeita do município de Lages(RN), em 1929. Já a nível nacional foi a Constituição de 1934 a primeira a estabelecer o voto obrigatório para as mulheres, mas somente para aquelas que exerciam função pública remunerada. Já a Constituição de 1946 não estabeleceu distinção de direitos políticos baseada no sexo, indicando que são eleitores os brasileiros maiores de 18 anos, alistados na forma da lei. Novamente, o fato de não ser especificado o voto feminino trouxe controvérsias que só foram definitivamente superadas em 1965, com o atual Código Eleitoral. Entretanto, a regulamentação dos direitos políticos das mulheres não foi capaz de promover uma efetivação material desses direitos, isto é, na prática ainda hoje verifica-se uma atuação na política formal muito mais tímida das mulheres, em relação aos homens. Mesmo as mulheres representando 53% dos eleitores (conforme dados do TSE de 2016), o Brasil ainda ocupa o 151º lugar no ranking que avalia a presença das mulheres nos parlamentos nacionais de 193 países, conforme a Inter-Parliamentary Union. E mesmo a Lei nº 12.034, que determinou que cada partido deve lançar um mínimo de 30% de candidatos de cada sexo nas eleições proporcionais, não foi capaz de impactar significativamente o número de mulheres eleitas, apesar do aumento do número de candidatas. O que se percebe diante desse cenário é que o Brasil ainda precisa desenvolver políticas públicas no sentido de favorecer a eleição de mulheres, o que se mostra condição essencial para a efetivação do Estado Democrático de Direito, uma vez que as mulheres, mesmo constituindo maioria da população e do eleitorado, ainda não dispõem de condições materiais que lhes permitam proporcional representação parlamentar. Dessa forma o presente trabalho baseia-se na revisão da bibliografia atinente ao tema e na análise de dados quantitativos, com o emprego do método dedutivo e indutivo.

**Palavras-chave:** Participação política feminina, democracia, Brasil, política formal, Câmara dos Deputados.

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo levantar o debate sobre a necessidade de se garantir a efetividade dos direitos políticos das mulheres na atual sociedade brasileira, com destaque para o direito de se apresentar como candidata aos cargos eletivos e de ser eleita para esses cargos. Isso, considerando que a simples positividade, ainda que no texto constitucional, dos direitos políticos das mulheres não implica em sua imediata concretização no meio social. Isso tanto é verdade que, mesmo as mulheres tendo podido, pela primeira vez, elegerem e serem eleitas em 1933, nas eleições para a Assembleia Constituinte, ainda hoje sua presença na Câmara dos Deputados é significativamente inferior à dos homens (nas eleições de 2014, apenas 51 candidatas foram eleitas para a Câmara dos Deputados, o que representa um pouco menos que 10% do total de deputados, conforme informações divulgadas pelo próprio TSE<sup>1</sup>).

A desigualdade da atuação das mulheres na política formal brasileira compromete significativamente o desenvolvimento e a solidificação da democracia nacional. Isso, uma vez que em 2010 a população brasileira já era composta por 51,03% de mulheres<sup>2</sup>, maioria essa que não chega perto de ser representada na ocupação de cargos eletivos, em especial na Câmara dos Deputados. E esse déficit de representação impacta a formulação de leis e no encaminhamento de políticas públicas, que não contam com a atuação direta das mulheres para sua elaboração e aprovação. Assim, as perspectivas políticas e sociais das mulheres, que são carregadas de experiências necessariamente diferentes das apresentadas por homens, não chegam, em grande medida, à tribuna da Câmara dos Deputados ou ao texto das leis lá aprovadas.

A ideia de representatividade será, então, trabalhada a partir da perspectiva apresentada por Nancy Fraser, ao abordar as questões de justiça em um mundo globalizado.<sup>3</sup> Como será exposto na sequência, Fraser trabalha a justiça a partir de uma perspectiva que atualmente configura-se como tridimensional, tendo como elementos a questão econômica, de status e de representatividade. Assim, a representatividade motrar-se-á elemento essencial para o acesso à justiça em um mundo globalizado, o que por sua vez, torna-se também uma demanda para o Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, o presente trabalho está centrado, partindo da demanda por representatividade, no estudo da presença das mulheres nas eleições para a Câmara dos Deputados, a partir de

1 Mais informações disponíveis em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>> Acesso em 25 jan. 2018.

2 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Distribuição percentual da População por Sexo - Brasil - 1980 a 2010. *Brasil em Síntese*: População. 2010. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>> Último acesso em 23 mai. 2018.

3 FRASER, Nancy. Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado. Trad. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. *Lua Nova*, São Paulo, 77: 11-39, 2009. Artigo originalmente publicado na *New Left Review*, n. 36, nov./dez. 2005.

1988, quando foi inaugurado o atual momento constitucional democrático. A escolha pelas eleições para a Câmara dos Deputados, em específico, deu-se por permitir uma análise que englobe as diversas peculiaridades regionais de cada estado da federação, possibilitando um panorama mais geral a nível nacional, além de que, ao menos teoricamente, a Câmara dos Deputados consiste no segmento mais jovem do Congresso Nacional e por isso mais próximo das mudanças sociais em curso. E, também, por se tratarem de eleições proporcionais, sobre as quais incide a Lei n. 12.034/2009, que estabeleceu a atual redação da chamada “reserva de vaga por sexo”, isto é, determina que cada partido deve registrar um mínimo de 30% de candidatos de cada sexo, para as eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas estaduais e municipais.

### As presença das mulheres na Câmara dos Deputados

Em um primeiro momento, será apresentado o panorama geral da presença das mulheres nas eleições para a Câmara dos Deputados do Brasil, para então ser desenvolvida uma análise a partir da representatividade como elemento essencial à justiça e, portanto, para o Estado Democrático de Direito. Note-se aqui que se trabalha com a ideia de *presença* das mulheres na Câmara dos Deputados e não com a sua atuação, propriamente. Dessa forma, não se pretende uma análise dos perfis políticos ou da atuação das mulheres que se candidataram ou foram efetivamente eleitas, mas uma análise quantitativa da presença das mulheres no meio político formal. Naturalmente as deputadas que se apresentaram como candidatas e que foram efetivamente eleitas podem representar, e de fato representam, escopos políticos variados, sendo que podem mesmo não se identificarem e não se reconhecerem como feministas e representarem pautas mais conservadoras.

Entretanto, a presença de mulheres, de quaisquer ideários políticos, na Câmara dos Deputados é um passo no sentido de se alcançar uma maior igualdade de gênero. Questões que dialogam com uma perspectiva mais interseccional podem não ser respondidas pela simples presença de mulheres nos foros da política formal. Contudo, a presença de mulheres nesses espaços é uma questão inicial fundamental à igualdade de gênero, que não resolve por si só as demandas por representatividade (que na prática demandam uma perspectiva eminentemente interseccional), mas que pode representar um primeiro passo. Ademais, se a presença quantitativa de mulheres na Câmara dos Deputados não encerra os debates sobre representatividade, a ausência dessas mulheres (ou sua presença em proporções muito inferiores aos homens) diz muito sobre as brechas de gênero que precisam ser enfrentadas.

Desde que foi promulgada a Constituição de 1988, ocorreram 7 eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil, em 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Dessa forma, cumpre analisar a presença das mulheres nessas eleições, especialmente como candidatas e candidatas eleitas. Como o voto no Brasil é obrigatório, o presente estudo está centrado na presença das mulheres como candidatas e como candidatas eleitas e, não, como eleitoras. Isso considerando que a obrigatoriedade do voto já eleva consideravelmente o índice de comparecimento às urnas.



Com base nos dados e estatísticas divulgados no site do Tribunal Regional Eleitoral (TSE)<sup>4</sup>, observa-se que nas primeiras eleições para a Câmara dos Deputados ocorridas no período democrático, em 1990, elegeram-se apenas 28 mulheres como deputadas federais, em contraste com os 485 homens eleitos. Em 1994, de um total de 181 candidatas, foram eleitas 32 deputadas federais. Em contra partida, foram 3.173 candidatos, dos quais 481 eleitos. Nas eleições de 1998 houve um aumento considerável no número de candidatas à Câmara dos Deputados, um total de 353, das quais 29 foram eleitas. Em relação aos homens, nessas eleições foram 3.064 candidatos a deputado federal, dos quais 484 eleitos. Em 2002, ocorreu um primeiro crescimento mais significativo no número de deputadas federais eleitas. Foram 497 candidatas, das quais 42 elegeram-se. Nesse mesmo ano 3.863 homens candidataram-se para a Câmara dos Deputados e 471 foram eleitos. Em 2006 foram 628 candidatas à Câmara dos Deputados, sendo que 45 se elegeram, e 4.328 candidatos, dos quais 468 foram eleitos. Já em 2010 verificou-se novamente um significativo aumento do número de candidatas, que passou a 933, o que não alterou o número de deputadas federais eleitas, que se manteve em 45. Enquanto isso, nesse mesmo ano foram 3.954 candidatos, dos quais 468 foram eleitos. E em 2014 o número de candidatas à Câmara dos Deputados e de deputadas federais eleitas alcançou seu maior número até o momento, 1.796 e 51, respectivamente. Em contrapartida foram 4.382 candidatos e 462 deputados federais eleitos.

Apesar destes números apresentarem apenas um panorama geral acerca das eleições para a Câmara dos Deputados, eles nos permitem chegar a algumas breves conclusões. A primeira delas é no sentido de que o número de deputadas federais vêm aumentando desde 1990. É verdade que a passos lentos e que atualmente o total ainda não chega a 10% dos assentos, contudo no geral houve um aumento gradual. Outro ponto de relevo consiste no aumento do número de candidatas à Câmara dos Deputados, mesmo antes da chamada “lei de reserva de sexo” (Lei n. 12.034/2009). O primeiro aumento mais significativo do número de candidatas ocorre das eleições de 1998, o que pode ser explicado pela Lei n. 9.100/1995 que determinou a reserva de no mínimo 30% e no máximo 70% das vagas nas listas partidárias para cada sexo. Nesse ponto, cumpre destacar que os partidos e na sequência os tribunais eleitorais aplicaram o entendimento de que exigir a reserva das vagas na lista partidária não implicaria na obrigação de preencher essa cota de vagas ao registrar os candidatos. Isso, uma vez que o fato das vagas estarem reservadas não implicaria em haver o interesse de um número suficiente de pessoas para ocupá-las. Coincidentemente, eram as vagas destinadas às candidatas mulheres que não eram completamente ocupadas por falta de um número suficiente de mulheres com interesse em se candidatar.<sup>5</sup>

4 TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições Anteriores. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteciores/eleicoes-anteciores>> Acesso em 26 jan. 2018.

5 A esse respeito merece destaque a asserção de Daphne Barak-Erez, que destaca como documentos aparentemente neutros foram interpretados como não se aplicando às mulheres por questões culturais ou tiveram sua interpretação moldada de forma a não assegurar direitos às mulheres. No caso em estudo, já a legislação de 1995 tinha como objetivo aumentar a presença das mulheres como candidatas na eleições majoritárias, entretanto, somente com a atual redação dada em 2009 passou a ser feita interpretação que reconhece a necessidade de que haja um efetivo registro de no mínimo 30% e no máximo 70% de candidatos de cada sexo por partido (o que implica no regis-

A partir de 2010, e conseqüentemente a partir da entrada em vigor da referida lei, os aumentos foram mais contundentes, mas, mesmo antes, o número de candidatas já se encontrava em crescimento. E a terceira, e talvez mais importante, conclusão indica que a Lei n. 12.034/2009 não trouxe significativos impactos para o número de candidatas eleitas. No primeiro ano em que a lei esteve em vigor não houve qualquer alteração no número de deputadas federais eleitas, apesar do significativo crescimento do número de candidatas, e nas eleições seguintes houve um aumento de 6 deputadas federais eleitas, contudo manteve-se o ritmo de aumento do número de candidatas eleitas bem próximo ao anterior à entrada em vigor da lei.

### Nancy Fraser e a representatividade como elemento essencial à justiça

Para discutir a falta de representatividade das mulheres na Câmara dos Deputados do Brasil, cumpre problematizar a questão da representatividade a partir da teoria da justiça de Nancy Fraser. Nancy Fraser, ao atualizar sua teoria bidimensional da justiça, tornando-a uma teoria tridimensional, acrescenta às dimensões de status e de condição econômica a questão da representatividade<sup>6</sup>. Nessa nova dimensão levantada por Fraser, a do político, está o debate sobre a jurisdição do Estado e das regras que estruturam as disputas sociais, de forma que a dimensão da representatividade consiste no palco das lutas e tensões por reconhecimento e redistribuição (relacionadas às dimensões de status e condição econômica, respectivamente)<sup>7</sup>. No entanto, Fraser vai além ao propor que a falsa representação, isto é, a injustiça decorrente de lacunas representativas, ou a “característica política da injustiça”<sup>8</sup>, apresenta ao menos dois níveis: a falsa representação política-comum (na medida em que as próprias regras de decisão política impedem uma igualdade efetiva de participação) e o mau enquadramento (quando as fronteiras da comunidade são estabelecidas de forma equivocada, sendo que os não membros não são nem considerados para efeitos de demandas por redistribuição e reconhecimento).<sup>9</sup> Na sequência, Fraser destaca ainda como uma política adequada da representação deve, além de reconhecer os dois níveis apresentados, “procurar democratizar o processo de estabelecimento do enquadramento”.<sup>10</sup>

Contudo a questão que surge a partir dessa afirmativa é: seria possível para uma sociedade que ainda enfrenta marcantes índices de falsa representação política-comum pretender a democratização do processo de estabelecimento do enquadramento? Ou seria essa democratização do processo de estabelecimento do enquadramento a chave para uma efetiva representação política-

---

tro de 30% de candidatas mulheres). BARAK-EREZ, Daphne. Her-meneutics: Feminism and Interpretation. in. BAINES, Beverley. BARAK-EREZ, Daphne. KAHANA, Tsvi (eds). *Feminist Constitutionalism: Global Perspectives*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 85.

6 FRASER. Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado. p. 17-18.

7 FRASER. Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado. p. 19.

8 FRASER. Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado. p. 21.

9 FRASER. Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado. p. 21-22.

10 FRASER. Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado. p. 26.

comum? Essas questões tornam-se especialmente relevantes ao se observar o cenário brasileiro de participação política das mulheres.

Nesse sentido, é preciso recuperar a ideia de que para a efetiva solução da questão da representatividade das mulheres na Câmara dos Deputados brasileira é necessário enfrentar também questões de mau enquadramento e a democratização do processo de estabelecimento do enquadramento. Isso uma vez que discutir a presença das mulheres como deputadas também implica em discutir a quais mulheres será garantido esse acesso, o que não é possível apenas no nível da representação política-comum. O que, por sua vez, não implica em dizer que o déficit de representatividade no nível da política-comum também não seja, por si só, um problema. Na verdade, ele é um problema, cuja solução está necessária relacionada à questão do mau enquadramento e da necessidade de democratização do processo de estabelecimento do enquadramento.

### **A representatividade como elemento central para a superação da crise política**

A grande questão que enseja todas essas reflexões sobre a presença das mulheres na Câmara dos Deputados e sobre a necessidade de um maior número de deputadas federais, aproximando assim da proporção de mulheres na população brasileira, pode ser resumida na ideia de representatividade, isto é, a capacidade de alguém de fato de exprimir em nome de outrem ou de um grupo, o que por sua vez, demanda um mínimo de sororidade ou empatia. Por sua vez, reconhecimento de que as experiências sociais de homens e mulheres são significativamente distintas nos leva à necessidade de que as mulheres também estejam presentes no parlamento.

Nesse ponto cumpre destacar que a presença de mulheres na Câmara dos Deputados, por si só, não asseguraria a defesa de qualquer pauta, nem mesmo daquelas ligadas ao feminismo. Contudo, asseguraria, no mínimo, a presença de uma maior diversidade de opiniões e de histórias de vida, o que é essencial a um ambiente em que são discutidos projetos de lei e de políticas públicas destinadas a todo o espectro da população nacional. Também aumentaria a probabilidade de manifestação de sororidade em relação aos principais desafios enfrentados pelas brasileiras, novamente considerando como as experiências de vida de homens e mulheres tendem a ser distintas. Ademais, a garantia de maior representatividade no nível da política-comum poderia favorecer as discussões sobre representatividade em relação ao mau enquadramento e à necessidade de democratização do processo de estabelecimento do enquadramento, visto que essas questões se implicam mutuamente.

A partir dessa discussão, observa-se a importância do aumento da representatividade das brasileiras na Câmara dos Deputados, entretanto, os dados apresentados acima indicam que a imposição, por meio legislativo da presença das mulheres nas eleições como candidatas não é suficiente. E isso, por diferentes fatores, desde as mulheres que apenas compõem as listas partidárias, sem que haja qualquer investimento em suas campanhas, até a própria intenção de voto do eleitorado, em uma sociedade sexista. Dessa forma, são apenas duas vias que podem promover de fato uma

inclusão das mulheres na política formal, especialmente se combinadas. O desenvolvimento de políticas públicas que promovam a aproximação das mulheres com a política formal e um movimento organizado das eleitoras no sentido de promover a eleição de um número maior de mulheres. Isso, a partir de uma perspectiva em que mulheres fortalecem mulheres.

### Conclusão

A partir da compreensão da democracia como um ideal hiperbólico, como um horizonte a ser alcançado e, por isso, em permanente construção, visto que sempre que se concretiza, concretiza-se de forma necessariamente inesperada<sup>11</sup>, entende-se que a democracia brasileira, especialmente fragilizada com os recentes acontecimentos políticos, necessita de encontrar formas para ultrapassar os limites que lhe são impostos. E um desses limites consiste na exígua presença das mulheres nos cargos eletivos, especialmente na Câmara dos Deputados. Somente com a superação desse entrave, e com um número de deputadas federais mais próximo à proporção das mulheres na população brasileira é que será possível a construção de uma democracia que não se restringe por questões relacionadas ao gênero. E, para tanto, inicialmente é necessário o reconhecimento pela população brasileira, em especial pelas mulheres, do caráter sexista da democracia até então existente e da necessidade de atuação coletiva, abarcando os diversos espectros políticos, para a construção de uma Câmara dos Deputados mais plural.

---

11 CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. Justiça de transição e o projeto constituinte do estado democrático de direito no Brasil. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica – RIHJ*, Belo Horizonte, ano 9, n.10, p. 213-232, jul/dez. 2011. p. 225.

## Silviano Santiago: o intelectual desobediente

**Pedro Henrique Alves de Medeiros**

Graduando em Letras - habilitação em Português/  
Inglês pela UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
Membro do NECC (Núcleo de Estudos Culturais Comparados)  
e bolsista PIBIC/UFMS  
pedro\_alvesdemedeiros@hotmail.com

**Edgar César Nolasco**

Doutor em Literatura Comparada pela UFMG  
ecnolasco@uol.com.br

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo traçar um perfil pós-colonial do intelectual Silviano Santiago a partir da epistemologia crítica biográfica fronteiriça (NOLASCO, 2015) à luz, sobretudo, do conceito de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2003). Para isso, a metodologia adotada assenta-se sumariamente em duas perspectivas: nos ensaios de caráter pós-colonial do intelectual mineiro e nos textos que discutem a figura de Silviano enquanto crítico que engendra um posicionamento desobediente epistemicamente (MIGNOLO, 2003) por excelência. Além disso, faz-se necessário pontuar que a teorização aqui proposta é pensada e erigida a partir da fronteira-Sul, territorial e epistemológica, atravessada, portanto, por nossas sensibilidades biográficas (NOLASCO, 2015). Como resultado, espera-se explicitar o papel do intelectual pós-colonial na crítica cultural e literária brasileiras pensadas a partir de uma epistemologia fronteiriça. Por fim, os teóricos basilares para a discussão são Edgar César Nolasco, Edward W. Said, Ricardo Piglia e Walter Mignolo.

**Palavras-chave:** Silviano Santiago, pós-colonialidade, Cultura, teorização, intelectual.

A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público.<sup>1</sup>

O objetivo deste texto é refletir acerca da concepção de “intelectual” e debater como tal conceito se configura na trajetória dos autores e intelectuais brasileiros Silviano Santiago e Clarice Lispector à luz da epistemologia crítica biográfica fronteiriça. Relendo a epígrafe supracitada, podemos nos questionar quanto à relação desta com os objetos deste texto: Silviano Santiago e Clarice Lispector. Faz-se possível o levantamento de questionamentos sobre quais são as semelhanças e

1 SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. 1. ed. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25

diferenças que aproximam e distanciam tais intelectuais justificando, assim, as razões pelas quais nos levaram a escrever esse texto. Como Edward W. Said afirmou em *Representações do intelectual* este sujeito compreendido como “intelectual” possui um papel na sociedade, uma voz, uma filosofia, uma arte para e/ou pelo o outro.

Neste ponto, já podemos estabelecer ponderações pertinentes à relação entre Silviano Santiago e Clarice Lispector. Ambos os escritores cumpriram seus papéis enquanto intelectuais, todavia, de modos distintos. Silviano Santiago escreve a partir da sua vida, ficcionalizando amores, amizades, questões de sexualidade, políticas, de identidade e familiares; além disso, escreve sobre literatura, ou seja, produz crítica literária destoando de outros intelectuais da sua época por pensar a partir de um lugar que não se resguarda aos limites acadêmicos tradicionais.

Silviano se coloca como um crítico que pensa descolonialmente apresentando um projeto intelectual da desobediência epistêmica: “[...] a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...] já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial.”<sup>2</sup> Com ensaios como “O entre-lugar do discurso latino-americano”, o professor mineiro escava as fendas pós-coloniais de uma cultura latino-americana e brasileira sempre marginalizadas e não consideradas pelos grandes centros hegemônicos. Silviano nos ensina a aprender a desaprender os discursos exportados dos centros para as margens e olhar para os nossos *loci* discursivos, epistemológicos e geostóricos. Conforme Edgar Cézár Nolasco e Denilson Lopes afirmam:

Hoje, indiscutivelmente, Silviano é o maior representante de uma visada pós-colonial no Brasil e um dos críticos brasileiros mais lidos nas discussões pós-coloniais e subalternas latinas. Quero entender que tal mobilidade crítica encontrada na vivência crítica do intelectual se deu pelo fato do crítico passear por várias tendências críticas, como a antropológica, por exemplo, e não ter medo de fazer grandes amizades nos trópicos, como a que estabeleceu com Derrida [...]<sup>3</sup> [...] ler Silviano Santiago continua sendo uma referência para realizar uma política do fragmento e da diversidade. Não ler com (por dentro ou em companhia), nem ler contra; ler entre – o que possibilita movimentos, deslocamentos, infidelidades, aproximações e afastamentos.<sup>4</sup>

Clarice Lispector se difere do escritor mineiro na medida em que sua literatura se aquilata, sumariamente, sob o crivo da linguagem em seu mais alto grau deixando, sob um prisma de leitura superficial, as questões políticas de lado. Segundo Silviano “A literatura de Clarice, na sua radicalidade, se alimenta da palavra, ‘é um mergulho na matéria da palavra’ [...]”<sup>5</sup> Diferentemente

2 MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Captado em: [www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf](http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf). Acesso em: 25 de jun. 2018.

3 NOLASCO, Edgar Cézár. Silviano Santiago e o lugar onde o sol se põe: entrelugares epistemológicos ao sul da fronteira-sul. *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIIS: SILVIANO SANTIAGO: uma homenagem*, Campo Grande, v. 6, n. 11, p. 17-29, jan/jun. 2014, p. 19.

4 LOPES, Denilson. Do entre-lugar ao transcultural. In: LOPES, Denilson. *No coração do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, p. 29.

5 SANTIAGO, Silviano. A aula inaugural de Clarice Lispector. In: SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 232.



de Silviano, a autora não se debruçou sobre o exercício da crítica literária, deixando como herança para a sociedade uma vasta produção literária constituída de romances, novelas, contos, colunas jornalísticas e crônicas, por exemplo. À vista disso, Ricardo Piglia em “Ficção e teoria: o escritor enquanto crítico” afirma:

O escritor gera uma espécie de duplo, que tem a figura de crítico pessoal, devotado a uma obra em processo. Neste ponto, diria que *todo escritor é um crítico*, já que ele tem uma relação particular, de um lado, com a literatura já escrita e, de outro, com essa obra que ele está realizando porque o ato de corrigir já supõe uma certa concepção de literatura. [...] *O fato é que, embora todo escritor seja um crítico, nem todos os escritores escrevem crítica.*<sup>6</sup>

Nessa citação de Piglia encontramos a chave para compreender a relação de disparidade entre Silviano e Clarice. Enquanto aquele, além de uma vasta produção literária, apresenta livros renomados de crítica literária com perspectivas pós-coloniais latentes, tais como *Vale quanto pesa* (1982), *Nas malhas da letra* (1989) e *Literatura nos trópicos* (1978), Clarice mostra sua grandiosidade apenas no plano da produção, do labor literário. Sob a égide de Piglia, Clarice Lispector seria uma escritora crítica na medida em que, ao revistar sua obra para revisá-la, estaria exercendo um exercício crítico.

Todavia, apesar desse trabalho artístico, seria uma autora que não escreveu textos de teoria da literatura propriamente. Piglia completa: “Creio que a idéia de um escritor inocente ou ingênuo, que realize seu trabalho completamente à margem de qualquer reflexão é um mito. Não há nenhum escritor que seja assim.”<sup>7</sup> Em síntese, apesar da ucraniana naturalizada brasileira não ter se debruçado a teorizar sobre literatura, ainda sim, na esteira de Said, ela cumpre seu papel como intelectual, visto que transmite uma mensagem destinada ao outro acerca do outro, essencialmente, em seu último livro publicado *A hora da estrela* (1977). Said ressalta:

Não tenho nenhuma dúvida de que o intelectual deve alinhar-se aos fracos e aos que não têm representação. Robin Hood, dirão alguns. No entanto, sua tarefa não é nada simples e, por isso, não pode ser facilmente rejeitada como se fosse idealismo romântico. No fundo, o intelectual no sentido que dou à palavra, não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis, ou clichês prontos, ou confirmações afáveis [...]”<sup>8</sup>.

Em *A hora da estrela* vemos a narrativa de uma nordestina relegada à marginalidade, à subalternidade e a humilhações sociais diárias. Uma mulher que apresentava comportamento “inadequado” à época, que não possuía costumes de higiene e modos semelhante a outras mulheres. Em suma, um sujeito alocado à margem: mulher, nordestina, pobre e miserável. Diferentemente de outras produções claricianas, aqui, podemos identificar uma veia política altamente aflorada, pois, como afirmou Sil-

6 PIGLIA, Ricardo. Ficção e teoria: o escritor enquanto crítico. Captado em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/16569>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

7 PIGLIA, Ricardo. Ficção e teoria: o escritor enquanto crítico. Captado em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/16569>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

8 SAID. *Representações do intelectual*, p. 35-36.

viano em citação supracitada, o trabalho de Clarice sempre foi com a linguagem, deixando, assim, as temáticas sócio-políticas de lado. Para Mário Câmara: “A lista de ficções que permitem escutar a voz do outro que propõe Silviano em seu artigo é a seguinte: [...] *A hora da estrela* de Clarice Lispector.”<sup>9</sup>

No último livro publicado por Clarice Lispector é possível notar uma outra autora: transformada. O trabalho com a linguagem, de certo modo, dá espaço para temáticas sociais em que a escritora, por conhecer a realidade daquele lugar uma vez que viveu no Nordeste, explicita a voz desse povo, principalmente, da mulher nordestina e pobre. Macabéa é representada como uma estrangeira em território nacional, deslocada, fora do centro, expurgada às margens.

Silviano Santiago, novamente sob o crivo do político, no texto “A política em Clarice Lispector”, realiza um panorama da literatura brasileira no que tange às temáticas mais recorrentes e de maior sucesso nacional e internacionalmente. Para o mineiro, a literatura tupiniquim se nutriu, em sua maior parte, de temas sociais, em que a realidade sócio-política do país era trazida à tona, explicitando denúncias, misérias e gritos por mudanças. Todavia, Clarice, para ele, seria uma exceção nisso tudo, pois seu trabalho era primordialmente com a linguagem e mesmo assim fazia-se altamente consumido no mundo:

Desde a *Carta* de Pero Vaz de Caminha até o mais recente Paulo Lins, a nossa literatura é mais elogiada quando se nutre deliberada e gulosamente de acontecimentos político-sociais da história do país. Qualquer truque retórico que vise a “mascarar” essa realidade é sempre visto pelos leitores vigilantes como um crime cometido pela arte. O gosto do leitor brasileiro é ratificado pelo do leitor estrangeiro da nossa literatura. Também ele está mais interessado em livros traduzidos que mantenham viva a chama do “exotismo” (a palavra não é descabida se ele for europeu) [...] *Nesse sentido, Clarice é de novo uma exceção*. Há alguns anos, seus livros são bem pouco *tropicalientes* e, no entanto, são muito consumidos mundo afora.<sup>10</sup>

No texto “A política em Clarice Lispector” Olga Borelli, amiga íntima da Clarice Lispector, afirma que a escritora não se debruçava sobre temática político-sociais pois, para ela, isso era algo tão básico e essencial que não conseguia escrever sobre. Clarice acreditava que o mais importante era fazer e não dizer. Isto é, para a ucraniana erradicada brasileira era mais útil arriscar-se em passeatas e reuniões clandestinas a fim de lutar contra as desigualdades do país ao invés de dedicar seu labor literário a isso. No que concerne à questão da política relacionada à arte, Said pontua:

A política está em toda parte; não pode haver escape para os reinos da arte e do pensamento puros nem, nessa mesma linha, para o reino da objetividade desinteressada ou da teoria transcendental. Os intelectuais *pertencem* ao seu tempo. São arrebanhados pelas políticas de representações para as sociedades massificadas, materializadas pela indústria de informação ou dos meios de comunicação, e capazes de lhes resistir apenas contestando as imagens, narrativas oficiais, justificações de poder [...]<sup>11</sup>.

9 CÂMARA, Mario. Silviano Santiago: *el intelectual astucioso*. Captado em: [ri.conicet.gov.ar/handle/11336/3792](http://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/3792). Acesso em: 25 de jun. 2018.

10 SANTIAGO, Silviano. A política em Clarice Lispector. Captado em: <https://www.rocco.com.br/blog/a-politica-em-clarice-lispector>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

11 SAID. *Representações do intelectual*, p. 34.

Para Silviano, o ativismo de Clarice Lispector *robustece, fortalece a sua literatura pelo avesso*<sup>12</sup> e a torna liberta do compromisso que a literatura brasileira sempre teve com temáticas sociais, histórias e políticas do país. Salvo a exceção, há um processo de apagamento de injustiças sociais no texto clariciano para que a linguagem tome o primeiro plano e se sobressaia, como ocorre em *Água Viva* (1973) ou *Paixão segundo G.H.* (1964), por exemplo. O mineiro complementa: “Na literatura brasileira, Clarice é a primeira a transferir para a linguagem o lugar central ocupado autoritariamente pela *realidade histórica*. ‘Minha ação é a das palavras’, anota.”<sup>13</sup>

Apesar da ruptura que Clarice Lispector realiza na tradição literária brasileira, seu papel, à luz de Said, como intelectual brasileira é extremamente consolidado, visto que a partir do seu estilo literário, a autora leva sua mensagem, sua arte, sua filosofia e sua literatura para o outro. Além disso, derruba categorias redutoras limitadoras do pensamento humano transitando entre perspectivas literárias e filosóficas, por excelência:

Em “A política em Clarice Lispector” o intelectual mineiro aponta que enquanto a autora se mostra ativista, pessimista e apocalíptica, seu texto seria o inverso: utópico e otimista. Para ele, é apenas no plano da superficialidade que a literatura clariciano se constitui como antipolítico visto que “[...] é altamente politizado na medida em que, como na filosofia de Ernst Bloch, opõe à imanência história a salvação.”<sup>14</sup> A questão politizada aparece, como já discutido, mais fortemente em *A hora da estrela* com a narrativa da nordestina miserável Macabéa. Said retoma: “[...] penso que a tarefa do intelectual é universalizar de forma explícita os conflitos e as crises, dar maior alcance humano à dor de um determinado povo ou nação, associar essa experiência ao sofrimento dos outros.”<sup>15</sup>

Clarice Lispector, de fato, o faz, uma vez que torna público o sofrimento de uma mulher, pobre, nordestina e miserável “solta” na grande metrópole paulista como uma estrangeira em seu próprio país. Essa narrativa é comum para diversos nordestinos que migram de suas cidades, com suas histórias locais, para tentarem a sorte na “Cidade Grande”. A maioria não obtém êxito e é submetida a diversas situações tais quais a protagonista de *A hora da estrela*.

Silviano em “Bestiário” afirma que a autora faz parte de uma plêiade de ficcionistas em que a densidade autobiográfica constitui seus textos ficcionais, além disso, o mesmo autor, em “A aula inaugural de Clarice Lispector” traz a voz de Antonio Candido para ressaltar que a escritora construía seu mundo literário através de suas próprias emoções e capacidade de interpretação. Em síntese, é sabido que Clarice viveu grande parte de sua vida no Nordeste e, que por isso, possivelmente tenha presenciado questões que serviram de material criativa para a produção de sua personagem Macabéa.

12 SANTIAGO, Silviano. A política em Clarice Lispector. Captado em: <https://www.rocco.com.br/blog/a-politica-em-clarice-lispector>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

13 SANTIAGO, Silviano. A política em Clarice Lispector. Captado em: <https://www.rocco.com.br/blog/a-politica-em-clarice-lispector>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

14 SANTIAGO, Silviano. A política em Clarice Lispector. Captado em: <https://www.rocco.com.br/blog/a-politica-em-clarice-lispector>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

15 SAID. *Representações do intelectual*, p. 53.

Por fim, neste texto objetivou-se relacionar o conceito de “intelectual” na esteira de Edward W. Said aplicado à Clarice Lispector e Silviano Santiago. Buscou-se trabalhar semelhanças e, sobretudo, as diferenças entre os autores focalizando em suas produções literárias e literário-críticas, respectivamente. Foram arrolados críticos como Ricardo Piglia para se discutir a noção de autor-crítico e autor não-crítico além de nos valermos do texto “A política em Clarice Lispector” de Silviano Santiago para aquilatar a discussão política que atravessa nosso discurso.

Intelectualidade e política foram palavras-chave para (re)lermos a literatura de Clarice Lispector em paralelo com o crítico, autor e intelectual contemporâneo pós-colonial Silviano Santiago. Ambos os escritores apresentam carreiras distintas que se aproxima e se distanciam; todavia, a partir dos escritos de Said, Silviano e Clarice representam intelectuais brasileiros por transmitirem seus ideais aos outros, quebrarem paradigmas e representarem, seja no que concerne às suas próprias vidas ou às suas produções literárias, sujeitos de seu próprio tempo.

## O conservadorismo identifica a nação: diálogos entre Affonso Arinos e Eduardo Prado entre 1889 e 1916

Vanessa Martins Gonçalves  
vanessamartins41@outlook.com

### Resumo

A presente proposta para simpósio temático é decorrente de uma pesquisa que visa compreender o diálogo travado entre as obras de Affonso Arinos e Eduardo Prado em um período de transição da monarquia para a república, procurando compreender como as trajetórias cruzadas dos dois intelectuais influenciaram a escrita de suas respectivas obras. Arinos se atendo a uma identificação da nação na literatura de cunho regionalista, Prado também o fez por meio de uma escrita da sua percepção da história do Brasil, sendo ambos compreendidos como autores conservadores e defensores da monarquia, críticos contumazes da República.

A partir do diálogo entre as obras procura-se compreender qual o fio condutor do diálogo entre os dois intelectuais, se este se pauta na questão da modernidade, de aversão à República, do Americanismo, ou de uma afirmação de uma tradição conservadora que era exaltada através do sertão. Visto que a questão do Americanismo, muito presente na obra de Prado, e reverenciada por Arinos, era compreendido pela má influência dos Estados Unidos no Brasil, sendo que o Brasil deveria seguir os próprios costumes e tradições, ou seja, a Monarquia e a Igreja, sendo o sertanejo o elemento nacional que expressava essa raiz tradicionalista, que por sua vez, tinha aversão a mudanças e preferia a manutenção dos costumes e tradições.

Levando em consideração que os intelectuais estavam imersos nos institutos e academias como: IHGB e ABL, perceber como a rede a qual estavam inseridos exerceu uma influência na forma como foi travado o diálogo entre os intelectuais, procurando não ater somente na identificação dessa rede, mas também perceber o que surgiu como consequência dessa rede, apostando no fio condutor do diálogo entre as obras de Arinos e Prado uma consequência dessa rede de sociabilidades.

Affonso Arinos e Eduardo Prado além de manter relações familiares tinham próximas relações profissionais, sendo que Arinos dirigiu por cerca de cinco anos o jornal do Comércio, de posse de Eduardo Prado. Visto como um jornal conservador, de elogio à Monarquia e crítico ao regime republicano, o jornal e as cartas trocadas entre Arinos e Prado são o ponto central onde se pode perceber um diálogo entre os autores e identificar o fio condutor desse diálogo, revelando, portanto, uma questão de maior preocupação entre os Arinos e Prado e por consequência, dos intelectuais do período.

**Palavras-chave:** Intelectuais, Trajetórias Cruzadas, Redes de Sociabilidade, Affonso Arinos, Eduardo Prado.

A pesquisa que aqui será apresentada se trata de uma pesquisa de graduação, de iniciação científica e, portanto, ainda está em um nível de desenvolvimento diferente de uma pesquisa de pós-graduação. No entanto, a pesquisa se insere em uma linha de história intelectual pela escolha dos personagens históricos e pela forma como estão sendo tratados e abordados. A pesquisa tem como ponto principal os intelectuais Affonso Arinos de Melo Franco e Eduardo Paulo da Silva Prado, ambos categorizados aqui como intelectuais.

Os classifico como intelectuais devido a atuação que tiveram no século XIX e início do século XX, preocupando-se com questões históricas que ultrapassaram o mero deleite individual pelo conhecimento. Tanto Prado como Arinos foram pessoas que tiveram preocupação em fazer uso do conhecimento para exercer uma diferença no espaço público. No que tange a definição de intelectual colocada por Carlos Altamirano no texto *Ideias para um programa de História Intelectual*<sup>1</sup>, o intelectual está preocupado com questões políticas e também sociais, em usar do conhecimento que adquiri para intervir na sociedade, construindo e encabeçando projetos que tenham esse viés com a preocupação com a situação presente em que vivenciam.

Dessa forma, como será mostrado, Arinos e Prado foram intelectuais que tiveram essa preocupação e estavam inseridos em meios e projetos que tinham um forte viés de contestação política republicana, utilizando do conhecimento histórico para legitimar a argumentação sobre a decadência que a república traria ao Brasil. Situando-os de antemão como autores monarquistas, vale salientar a relação de proximidade entre os dois intelectuais, uma vez que além da amizade e da relação profissional, ambos tinham também relações familiares, Affonso Arinos foi casado com a sobrinha de Eduardo Prado. Por isso, a partir desses dados, foi priorizado a vertente metodológica proposta por Sirinelli sobre Trajetórias Cruzadas<sup>2</sup>, não pensando em influência, mas na possibilidade do que pode nos mostrar as trajetórias cruzadas de ambos intelectuais, que por sua vez, tiveram fartas redes de sociabilidades dentro e fora do país, o que é possível perceber pelas cartas trocadas. Sobretudo, vale salientar que Arinos no discurso de posse da ABL elogiou as obras de Prado e assumiu o quanto é conhecedor e adepto do conceito de Americanismo cunhado por Eduardo Prado<sup>3</sup>. Não somente, Olavo Bilac, no discurso de recepção de Arinos na ABL ressalta a grande simpatia intelectual entre Prado e Arinos, a mesma força antirrepublicana, o mesmo nacionalismo, o mesmo amor pela pátria e a mesma necessidade de pensar a nação dentro da dicotomia: povos civilizados e povos da periferia, usando a expressão de Maria Aparecida Rezende Mota<sup>4</sup>.

1 ALTAMIRANO, Carlos. *Ideias para um programa de história intelectual*. Tempo Social. São Paulo, v.19, n.1, p.9-17, jun. 2007.

2 SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÈMOND, Rene (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: URFJ: FGV, 1996, p. 231-262.

3 ARINOS, Afonso. "Recepção de Afonso Arinos (18 de setembro de 1903) – Discurso do Sr. Afonso Arinos". In: Discursos Acadêmicos – Tomo I – Volume I a IV, 1897-1919. Rio de Janeiro: ABL, 2005, p. 141-160.

4 MOTA, Maria Aparecida Rezende. Diálogos possíveis na periferia da civilização: Eduardo Prado e Eça de Queirós.



Embora Affonso Arinos e Eduardo Prado tivessem uma preocupação com a história, eles recorreram a meios diferentes para expressar essa preocupação. Arinos começou a sua trajetória no que toca a História quando foi professor da cadeira de História e Geografia do Liceu Mineiro de Ouro Preto, fundando, na mesma cidade, o Arquivo Público Mineiro, não aceitando o cargo de diretor do arquivo que foi passado para Xavier da Veiga. Em toda a sua literatura, Arinos expressou uma grande preocupação com o sertão e em exaltar o sertanejo e o sertão como símbolos da identidade nacional, afirmando que somente o sertanejo era autêntico brasileiro, livre de quaisquer estrangeirismos. Entretanto, não foi apenas ao sertão que Arinos ateuve a sua preocupação, algumas de suas obras e inclusive a peça de teatro que escreveu são de cunho histórico, remetendo, em grande parte, ao período colonial e à atual região de Ouro Preto.

Pensando junto com o texto da Ângela de Castro Gomes: *A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro*, em que a autora detalha um pouco sobre as obras que dialogava Viriato Corrêa, Ângela Gomes fala sobre como o primeiro período da República teve autores que recorriam às tradições brasileiras para fazer uma obra de afirmação da República, recorrendo às tradições e costumes populares, assim como à história como linha geral do trabalho, usando dos arquivos o meio para garantir certo distanciamento subjetivo das obras<sup>5</sup>. Em geral, esses autores publicavam em jornais e revistas e muitos reuniam os textos em livros posteriormente. Todavia, o fato que nos chama a atenção é que mesmo sendo republicanos esses autores faziam uso dos costumes e tradições para formar a identidade do Brasil de acordo com a recente República. Já Affonso Arinos tinha o mesmo esforço na direção contrária, recorria às lendas e tradições brasileiras e às histórias coloniais para reforçar a ideia monárquica, exaltar as tradições tipicamente nacionais que só seriam possíveis em uma monarquia, usando para isso a figura do sertanejo.

Chegando a República com o advento da modernidade, muito estaria a ameaçar os verdadeiros costumes nacionais que estavam no sertão. Não somente, Arinos no livro “Os jagunços” trata do descaço da República com o sertão, denuncia a negligência da política litorânea com o interior nacional<sup>6</sup>. Logo, somente a monarquia poderia abraçar esse interior e construir a partir daquela tradição a nossa nacionalidade de levar o Brasil a cumprir o seu devir histórico, longe do estrangeirismo litorâneo que era trazido pela incipiente República. Dessa forma, podemos perceber como os autores utilizavam do mesmo ponto para defender ideias contrárias e defender projetos políticos e ideológicos dissonantes. Por mais que pareça comum nesse momento recorrer às lendas, tradições e à história, essas construções culturais servem a projetos intelectuais que buscam uma interferência na realidade, utilizando jornais e revistas para chegarem com mais propriedade a um público mais amplo.

---

In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍIA, Artur César. *Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal, 1889-1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 35-53.

5 GOMES, Ângela de Castro. *A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro. O Brasil em Dois Tempos. História*, Pensamento Social e Tempo Presente. 1a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

6 ARINOS, Afonso. *Os Jagunços*. In: \_\_\_\_\_. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 123-383.

Já Eduardo Prado não se enveredou pelo campo da literatura e do teatro, a sua obra embora seja considerada histórica, não seguiu as mesmas regras de escrita da história colocada pelo IHGB no século XIX. Dialogando muito com a tradição panfletaria, a sua mais conhecida obra: a *Ilusão Americana*, possui um forte carácter panfletaria e de contestação política<sup>7</sup>. Preocupado com o fato de que a República não seria capaz de auxiliar o Brasil a cumprir o seu devir histórico, Prado não mede críticas a República e à falsa ideia de fraternidade americana. Aponta que o Brasil devia seguir as suas tradições e não copiar a república norte-americana, que só seria possível e daria certo nos Estados Unidos. A República no Brasil, assim como em toda a América Latina, somente seria exercida da forma ditatorial. A República no Brasil não levaria a outra coisa se não à ditadura e a fragmentação do território brasileiro. Não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, a República desaguaria em uma ditadura, pois os nossos costumes não são propícios à prática republicana.

Uma especificidade da pesquisa é o meio pelo qual Affonso Arinos e Eduardo Prado publicavam os seus textos. Affonso Arinos escreveu os primeiros textos para um jornal em Ouro Preto, logo passando para o jornal do Comércio. Porém, a grande maioria dos textos que publicou, de pendor literário, foi para a revista brasileira, publicando na segunda e terceira fase da revista, que teve como direção Nicolau Midosi e José Veríssimo respectivamente. O livro *Os jagunços* foi publicado em partes no jornal do Comércio, no momento em que Arinos era o diretor do jornal, no qual fez severas críticas ao descaso da República com a população sertaneja, crítica esta que posteriormente Euclides da Cunha também faria. Já uma de suas principais obras, o livro *Os Sertões*, teve seus textos publicados separadamente pela revista brasileira, reunidos e publicados em livro pela livraria Garnier. Sobretudo, devemos pensar que o ato de publicar em revistas e jornais permite uma difusão e alcance maior do texto publicado. No caso brasileiro era comum em revistas e jornais serem doados a instituições fora do país, da mesma forma que tinham uma maior circulação nacional através das trocas de materiais produzidos pelas instituições, assim como pelos próprios intelectuais. Não somente, não podemos descartar o que propõe Beatriz Sarlo no texto: *Intelectuais e revistas: razões para uma prática*<sup>8</sup>, no qual diz que estudar os textos que foram publicados em uma revista é tentar compreender o momento em que foi publicado, pois muito diferente do livro a revista fala sobre o presente, os debates e as questões do presente, assim como as inimizades, amizades e redes de relacionamento intelectuais, da mesma forma que fala também das afinidades e discordâncias políticas e intelectuais.

Já as publicações na Revista Brasileira tinha outra intensão, pois de acordo com o próprio carácter do periódico, esta se destinava a um público mais restrito, a pessoas com interesses intelectuais mais definidos, uma vez que o próprio estilo da publicação não era de forma a chegar ao público mais amplo, como os jornais, mais sim difundir um conhecimento e publicar críticas e no-

7 PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

8 SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una práctica*. In: América: Cahiers du CRICCAL, nº 9-10, 1992.

vidades teórico-metodológicas para sujeitos já inseridos no campo do debate. A Revista Brasileira principalmente na sua terceira fase, dirigida por José Veríssimo, foi inspirada na publicação francesa *Revue des Deux Mondes* (Revisão dos dois mundos) que tinha como o objetivo tratar de temas literários, históricos, científicos, críticas, debates para aqueles que estavam inseridos em um debate intelectual da época. Por ventura, vale salientar que essa mesma publicação francesa serviu de modelo e exemplo para várias outras formas de publicação no mundo, seja no Brasil, na Argentina, no México e em Portugal, sendo que a revista de Portugal, dirigida por Eça de Queiroz também foi inspirada na publicação francesa.

Essa questão do meio em que foram publicados os textos diz muito quando refletimos sobre a proposta de Eduardo Prado e Affonso Arinos sobre as elites brasileiras. Para esses intelectuais, a elite intelectual brasileira que deveria ser responsável por levar o Brasil ao seu destino, por auxiliar o país a cumprir o seu dever histórico. Tanto Arinos como Prado expõe essa questão em suas obras, deixando claro que essa elite intelectual tinha um compromisso a cumprir com o país, e de fato, publicar em revistas como a Revista Brasileira e a Revista de Portugal, era dialogar com essa elite intelectual, chamando-os para a sua missão, convocá-los para manifestarem e agir em prol do país. De fato essas publicações se aproximam mais de um manifesto aos intelectuais pela causa patriótica; mais para ajudar o país a cumprir o seu dever do que promover uma circulação de ideias, debates e críticas, não excluindo essa última função, mas colocando-a como a menor das prioridades. O meio pelo qual os textos são publicados é fundamental para nos auxiliar a pensar qual o objetivo do texto, pois este foi publicado onde poderia alcançar o público alvo e onde poderia atingir a quem compraria a ideia lançada no texto.

Uma coisa que unia Eduardo Prado, Eça de Queiroz e Affonso Arinos, era a preocupação em pensar a nação, descrevê-la, criticá-la, os seus problemas, os possíveis remédios, sugerir modelos e projetá-la para o futuro. Assim, a relação entre Eduardo Prado e Eça de Queiroz se torna importante ser analisada, uma vez que pelas cartas trocadas percebemos uma afinidade de ideias que chega à forma como Arinos escreve a sua literatura. Prado e Queiroz mesmo com uma diferença de idade, eram amigos íntimos, trocando muitas cartas e revelando uma grande intimidade pessoal e familiar. Entretanto, a partir do texto da Maria Aparecida Rezende Mota: *Diálogos possíveis na periferia da civilização: Eduardo Prado e Eça de Queiroz*, podemos pensar uma relação da pesquisa com a historiografia portuguesa e com o pensamento nacionalista português da geração de 1870. Eça de Queiroz, Eduardo Prado, Affonso Arinos, Olavo Bilac, Paulo Prado, Oliveira Martins e Ramalho de Ortigão eram amigos e por vezes frequentaram o apartamento de Eduardo Prado em Paris, recinto de grande movimento intelectual, uma vez que Prado fazia muitas festas que tinha como lista de convidados a grande intelectualidade europeia e brasileira.

É pensando através do texto e deste fato que chegamos ao ponto de que Eça de Queiroz era defensor de um nacionalismo português baseado na valorização do campo, do interior, das tradições do campo de Portugal. Crítico ao advento da modernidade em Portugal, Eça de Quei-

roz, defendia que as cidades estavam incrustadas de culturas e objetos que não dizia da cultura portuguesa, mas sim da modernidade francesa e inglesa, que por ventura eram responsáveis por desenraizar o indivíduo. Os elementos do nacionalismo português estavam no campo, nas tradições e costumes do interior. Tal argumento está expresso no livro *As Cidades e as Serras*, em que Eça de Queiroz fala de um português que vive em Paris, cercado pela modernidade, mas não estava feliz, pois a sua essência estava no campo português, no local onde ele nasceu e que fala muito sobre a sua essência. É importante apresentar que o personagem principal da obra *As cidades e as serras* foi inspirado em Eduardo Prado e na forma como ele circulava entre campo e cidade, assim como o apartamento da personagem Jacinto foi inspirado no apartamento de Eduardo Prado em Paris. Diga-se de passagem, essa forma de compreender o nacionalismo português de Eça de Queiroz estava em diálogo com a historiografia portuguesa da geração de 1870, que muito se preocupava com a decadência de Portugal, interpretando a história de Portugal como ciclos regidos pelo movimento de ascensão e decadência, uma vez que naquele momento Portugal, assim como o Brasil, pretendia entrar para o círculo dos países civilizados. Visto como um país atrasado, intelectualmente e culturalmente, a historiografia portuguesa muito se ateve a tentar compreender e explicar a decadência de Portugal, e uma forma de lidar com esse fato de forma a superá-lo e regenerar Portugal.

Sobretudo, Eduardo Prado e Eça de Queiroz se tornaram críticos da modernidade, uma vez que Eça passou a valorizar a tradição representada pelo campo português, pela natureza calma, em oposição à modernidade que desenraizava o indivíduo e o inseria em uma modernidade francesa, inglesa e alemã. Prado viu na modernidade, no Brasil, a ascensão da república e por consequência um governo ditatorial, que extinguiu as instituições representativas tornando o cidadão um sujeito a mercê dos abusos dos generais da república. Mais que isso, Prado viu a possibilidade de uma fragmentação do território, o que para ele significava uma fenda que impediria o Brasil a seguir o seu destino. Para ele a unidade territorial, a união, foi um fato conseguido pela monarquia e que era um ponto fundamental para a formação da nacionalidade brasileira, ponto este que seria, por sua vez, mais central que a língua e a religião.

Esse nacionalismo que focava no campo e nas tradições do interior também vai surgir aqui no Brasil na obra de Affonso Arinos. Como já foi dito, Arinos acreditava que a verdadeira essência da nossa identidade nacional estava no sertão brasileiro, somente o sertão estava livre de quaisquer estrangeirismos e representava os aspectos que deveriam ser valorizados pela nossa nacionalidade. Enquanto Eça de Queiroz falava de um Portugal situado entre tradição e modernidade, Arinos também levantava esses aspectos no Brasil, valorizando o sertão e o interior como símbolos da nossa identidade nacional, denunciava o descaso da república com esse interior, mas também não deixava de admirar e defender a modernização do sertão pelas locomotivas. Assim como a literatura de Eça de Queiroz foi construída entre modernidade e tradição, Arinos também não foge a regra.

É pensando a inserção de Brasil e Portugal no círculo dos países civilizados que tanto Eça de Queiroz como Affonso Arinos vão recorrer à literatura para conseguir colocar seus respecti-

vos países nesse patamar. Tomando a literatura como expressão máxima da nacionalidade, Eça de Queiroz vai buscar nos exemplos da literatura social, militante e ativa francesa o molde para falar sobre Portugal, mesmo sofrendo acusações de estrangeirismo. Eça acreditava que seguindo esses moldes e mostrando um Portugal situado entre modernidade e tradição conseguiria fazer com que a sua literatura influísse na sociedade e contasse ponto para que Portugal fosse tido como um país civilizado. Já Affonso Arinos recorre à literatura com o objetivo de chamar a elite intelectual brasileira para a sua função, que seria de auxiliar o país a cumprir a sua missão, que era tornar-se civilizado e ser reconhecido como um país civilizado entre França, Inglaterra e Alemanha. Arinos busca nos sertanejos esse argumento, mas joga a responsabilidade para a elite, que devia almejar a voltar da monarquia para conseguir cumprir a sua missão.

Sob o heterônimo de Fradique Mendes, os intelectuais portugueses: Eça de Queiroz, Ramalho de Ortigão, Antero Quental, Teófilo Braga, vão dizer a Eduardo Prado que o Brasil estava perdendo muito com o advento da modernidade, pois o Brasil só seria um país civilizado se fosse agrário, se investisse no campo, se deixassem florescer do campo as tradições, costumes, ideias e sentimentos; uma pura originalidade que só seria do Brasil e que não teria nada a dever para os padrões europeus. Arinos vai nessa mão de ideia e a compra para a sua literatura, anunciando que o Brasil teria de ser agrário para realmente se desenvolver, tínhamos que ocupar e produzir as fartas terras que temos para nos fortalecer economicamente e chegar a inserirmos junto aos países civilizados.

Se no início da pesquisa estava pensando em um fio condutor que conduzisse o diálogo entre Arinos e Prado, agora me atenho a pensar que esses homens estavam pensando um projeto de país, um devir histórico para o Brasil. Qual seria esse devir? Em que ponto eles almejavam que o Brasil chegasse? Isso é pensar políticas públicas, ideias, manifestos, interesses. No caso de Arinos, esse projeto de país também passa pela educação, uma vez que em carta a Olavo Bilac, Arinos sugere que seja inserida nas escolas a arte nacional, que os alunos pudessem conhecer a arte nacional para aumentar o sentimento nacional e valorização da pátria. Não parando por aí, Arinos também em carta a Bilac, mostra que contribuiu para a pesquisa do livro *Através do Brasil*, descrevendo regiões, a natureza e costumes do interior, os quais pouco conhecia Bilac, o qual recorreu ao auxílio do amigo mineiro<sup>9</sup>. Já Eduardo Prado recorre à crítica republicana como uma ação para incentivar a volta da monarquia, já que este seria o único regime capaz de cumprir um projeto para o Brasil a partir da unificação.

Por fim, deve ser destacado que a modernidade chega causando questionamentos e abalando os indivíduos e as concepções que se tinham. A partir da leitura de Marchall Berman<sup>10</sup>, é possível compreender as obras de Arinos e Prado como uma resposta, uma luta contra a moderni-

9 BILAC, Olavo. BONFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

10 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

dade que se instalava, pois esta quebraria as tradições, transformaria todos os títulos de honrarias, desmancharia toda a certeza e a estabilidade que a cultura clássica representada pela monarquia representava. A modernidade propunha uma constante revolução, reinvenção; enquanto a cultura clássica propunha a sua manutenção. Assim, ao valorizar excessivamente a tradição monárquica e a Igreja Católica, ou seja, tradições e costumes que tendem a se preservarem, Arinos e Prado estavam escrevendo uma resposta às imposições da modernidade, ao medo da mudança colocada por ela. A modernidade colocava em xeque as estruturas econômicas e sociais estabelecidas até então. Ela vinha reivindicar o individualismo do homem, o trabalho assalariado, a industrialização, os direitos individuais e a supremacia do capital sob os valores culturais. Portanto, a chegada da modernidade e os questionamentos trazidos por ela se fazem presente nas obras de Affonso Arinos, Eduardo Prado e Eça de Queiroz, sendo um ponto central de provocação do pensamento desses intelectuais.



## A revolução para implantar a república no Brasil na opinião de Francisco Cunha

**Dievani Lopes Vital**

Doutorando em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
dievanilopesvital@yahoo.com.br

### Resumo

Enquanto correligionário e representante do programa dos republicanos da Corte imperial na província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco (Xavier da) Cunha foi colaborador do Jornal *A Republica*, lançado a 03 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro. De Porto Alegre, na qualidade de responsável pela agência do órgão na imprensa gaúcha, ele escreveu vários artigos que foram publicados na principal coluna editorial da folha no Rio, por intermédio do talento jornalístico dos ilustres redatores proprietários Salvador de Mendonça e Luiz Barbosa da Silva, em edições de 1871 e 1872.

F. Cunha, tal como assinava no final de seus artigos, pode ser identificado como um dos porta-vozes da revolução no ambiente republicano daquela época. Ele a defendia como um meio através do qual se implantaria a república em substituição aos 30 anos da monarquia de d. Pedro II, em pleno alvor da década de 1870.

Decorrente da pesquisa que procura investigar as inspirações francesas da “via revolucionária”, cogitada por membros do movimento republicano no Brasil entre 1869 e 1889, este trabalho pretende demonstrar a inserção do republicano gaúcho Francisco Cunha nesse quadro. Através das páginas de *A Republica*, os seus discursos comprovam que a opção pela “reforma”, pretendida por liberais históricos, entre os quais, Nabuco de Araújo, Zacarias Góis, Teófilo Otoni, Sousa Franco, no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de março de 1869, não põe um ponto final decisório na opção por uma saída não convencional para a crise política vivida no período. Muito menos pode ser considerada assim, a solução reformista reivindicada pelos republicanos históricos, signatários do *Manifesto Republicano* de 03 de dezembro de 1870.

Os discursos de Francisco Cunha na imprensa confirmam que opção pela via revolucionária, para solucionar a “questão do regime” no Império do Brasil, permaneceu como uma possibilidade para além dos marcos cronológicos assinalados por esses documentos políticos.

**Palavras-chave:** Francisco Cunha, república no Brasil, França, revolução.

### A trajetória, as estratégias e as posições políticas do correligionário sul-riograndense d' A Republica

Francisco Xavier da Cunha nasceu em 1835, na cidade de Porto Alegre. Juntamente com Félix da Cunha, ele era filho de Maria Quitéria de Castro e Cunha com o brigadeiro imperial homônimo seu, o qual foi comandante legalista durante a Revolução Farroupilha e pereceu em combate quando o filho tinha apenas quatro anos. A família de Francisco Cunha guardava estreitos vínculos com as autoridades do Império. Ele teve por padrinho de Crisma o próprio Imperador D. Pedro II, quando este esteve em visita ao Rio Grande do Sul, em 1845, por ocasião do término da guerra civil na província. No ano seguinte, aos 10 anos de idade, ele entrou para o 2º regimento.

Em 1853, sentou praça no Exército imperial na condição de soldado. Em 1855, recebeu os galões de alferes. Contudo, por razões de saúde teve de deixar a vida militar e passou a se dedicar à vida civil. Para nossos propósitos, vale ressaltar a ligação de comprometimento político estabelecida e mantida pela família de Francisco Cunha, desde muito cedo, com o Partido Liberal gaúcho. Seu irmão, Félix da Cunha, nasceu em 1833 em Porto Alegre e faleceu aos 32 anos naquela mesma cidade. Realizou preparatórios no Colégio D. Pedro II e, em 1854, diplomou-se em Direito pela Academia de São Paulo. Ele foi um dos organizadores do Partido Liberal na província, em conjunto ao General Osório e a Gaspar Silveira Martins. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1856/57, 1858/59 e 1862/63, bem como deputado geral na legislatura de 1861/64.

Na década de 1860, quando já afastado da vida militar, Francisco Cunha comprou *O Mercantil*, do qual tornou-se diretor e publicou ao lado de Félix da Cunha até a morte deste, em 1865. Nesse mesmo ano, passou a desempenhar o cargo de inspetor geral das Colônias do Rio Grande do Sul. Situação que não se prolongou muito devido à eclosão da Guerra do Uruguai (1864-1865), a qual o levou à reingressar nas fileiras militares. Logo em seguida, foi servir na Guerra do Paraguai (1865-1870).

Terminado o maior conflito armado da história da América do Sul, F. Cunha mudou-se para Montevideu e, em seguida, voltou a Porto Alegre. Como é explorado pela historiografia de um modo geral, os condicionantes da década de 1870 revelaram-se extremamente fecundo para o empreendimento jornalístico em todo país. Conseguimos perceber os reflexos dessa situação no Rio Grande do Sul a partir da trajetória de Francisco Cunha.

Uma vez estando de volta à capital de sua província, ele se tornou redator d' *A Reforma*. Logo depois, passou a sê-lo no *Jornal do Commercio*. Na primeira folha mencionada publicou uma série de artigos intitulada *O Nosso Atraso*, em que começou a pugnar pela República. Entre os anos de 1870 e 1871, o republicano sul-riograndense produziu vários artigos que mais tarde, em 1878, foram publicados no Rio de Janeiro sob o título *As Minhas Crenças e Opiniões*.

Na qualidade de membro do Partido Liberal, Francisco Cunha escreveu para a Revista do *Parthenon Litterário*, associação literária sediada em Porto Alegre entre 1869-1885, e estreitamente articulada com a política gaúcha. Na edição de número um de julho de 1872 foi publicada a série

de artigos intitulada *A religião nas sociedades modernas*. Naquele momento, a revista dava ressonância a uma das vozes que faziam oposição ao ultramontanismo no Rio Grande do Sul. Na série de artigos, o autor aparecia como um defensor das liberdades laicas<sup>1</sup>.

Enquanto homem de letras na imprensa, num primeiro momento, ele foi colaborador, depois, em novembro de 1872, tornou-se redator do Jornal *A Republica* do Rio de Janeiro. Além disso, foi o fundador do primeiro jornal dessa clivagem política em Porto Alegre. Trata-se de *A Democracia* (1872-79)<sup>2</sup>, autodeclarado órgão do Partido Republicano. Esta folha circulou na capital por cinco meses em 1872 e de novembro de 1874 a maio de 1875<sup>3</sup>.

Enquanto correligionário e representante do programa dos republicanos da Corte imperial na província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco (Xavier da) Cunha prestou notáveis contribuições ao Jornal *A Republica*, lançado a 03 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro. De Porto Alegre, o responsável pela agência do órgão na imprensa gaúcha escreveu vários artigos para a principal coluna editorial do órgão republicano da imprensa carioca. Ele o fazia por intermédio do talento jornalístico dos ilustres redatores proprietários Salvador de Mendonça e Luiz Barboza da Silva, em edições de 1871 e 1872.

F. Cunha, tal como assinava no final de seus artigos publicados, em sua maioria, na principal coluna homônima d' *A Republica*, pode ser identificado como um dos porta-vozes da revolução no ambiente republicano daquela época. Na fase inicial de sua propaganda republicana, ele a defendeu como um meio através do qual o Partido Liberal, na qualidade de seu agente, retomaria o poder do qual foi expulso pelo Imperador, com a demissão do terceiro Gabinete de Zacarias de Goes em 1868<sup>4</sup>. Esta se constituiu no evento responsável pela cisão liberal de fins da década de 1860, da qual resultou a formação do próprio Partido Republicano no decênio seguinte.

1 DA SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. **Dois pra lá. Dois pra cá.** O Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. 2008. Dissertação de Mestrado. 189f. IFCH-UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 61

2 Para acesso a mais dados que foram utilizados para a construção do perfil biográfico de Francisco Xavier da Cunha ver: MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: ED. Da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 172. FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937).** Sérgio da Costa Franco; Mario Rosano (org.). Porto Alegre: Suliani letras & Vida, 2010, p. 71. Ver também: BLACK, Augusto Victorino Aloes Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, v. 3, p. 137. Para essa construção biográfica tivemos aos temas-tabus que se apresentam ao historiador que pretende lançar mão do gênero biográfico, tais como: a natureza epistemológica híbrida da biografia, seu teor imaginativo, seus fundamentos ideológicos, visão totalizante e a construção de uma trajetória coerente de vida. A fim de superar esses problemas foram consultadas e confrontadas informações das fontes biográficas citadas que tratam do perfil de Francisco Cunha.

3 Informação possível de ser averiguada no site da Hemeroteca Digital.

4 A demissão do gabinete Liberal de Zacarias esteve intrinsecamente atrelada à política imperial direcionada à Guerra do Paraguai (1865-1870). A nomeação do general Caxias, de posição conservadora, havia desagradado o meio liberal. Suas estratégias de condução da guerra foram maciçamente criticadas pelos liberais do período. Na escolha da lista tríplice de senador para a província do Rio Grande do Norte, o Imperador optara por Torres Homem, seu preferido, o qual nutria inimizades com Zacarias de Goês. Eis a oportunidade para este exonerar-se do cargo. A demissão de Zacarias promoveu reação na Câmara de maioria liberal. Em 16 de julho de 1868 ela foi dissolvida pelo Imperador para, na eleição de maio de 1869, ser eleita uma nova câmara, de maioria conservadora, afinada com o novo Gabinete do Visconde de Itaboraá. Nesse processo, os liberais se dividiriam em duas alas, a moderada (Centro Liberal), e a radical. Esta última reuniu-se em torno do Clube radical, do qual emergiu o clube republicano em 1870.

Até o ano de 1872, se destacou em seu pensamento a exigência para que os liberais do Império retomassem o governo por meios violentos, como cumprimento da máxima – “Reforma ou Revolução” – com a qual concluíram o seu programa formulado e apresentado no *Manifesto do Centro Liberal*, divulgado em 31 de março de 1869 na imprensa carioca, através do *Jornal do Commercio*<sup>5</sup>. Ele criticava constantemente os liberais por não reivindicarem o uso da revolução enquanto um direito já que as reformas que pregavam eram incompatíveis com a Monarquia e, por isso, inaplicáveis segundo a ótica das autoridades imperiais<sup>6</sup>.

Antes de discorrermos sinteticamente sobre os resultados obtidos da análise das edições de *A Republica*, através da qual fica demonstrada, com minuciosidade, a exigência revolucionária que Francisco Cunha faz ao Partido Liberal, e também a sua defesa da revolução enquanto um direito, logo na etapa inicial da propaganda republicana, apontamos uma observação intrigante que não pode passar despercebida numa compreensão mais adequada da trajetória do agente do qual se está tratando. Observa-se em Francisco Cunha uma personalidade política com livre trânsito entre o circuito liberal e o circuito republicano da época. Ao mesmo tempo em que aparece enquanto um agente declaradamente republicano, as suas relações com o meio liberal são reveladas. Sua história foi marcada pelas consequências da Revolução Farroupilha e pelos incidentes envolvendo a política imperial orientada aos países do Rio da Prata.

Um exame de obras que o retratam biograficamente mostra evidentes pontos de ruptura na trajetória de Francisco Cunha no decorrer da década de 1870. Se nos anos iniciais daquela década encontramos um Francisco Cunha colaborador de *A Republica*, representante da agência deste órgão na imprensa gaúcha e, logo em seguida, seu principal redator na cidade do Rio de Janeiro, o mesmo não se observa a partir da segunda metade do decênio. Não se afirmar isso tendo em vista o fim da circulação do jornal em fevereiro de 1874. A razão tem a ver com a trajetória política traçada pelo próprio agente no Rio Grande do Sul. Acontece que, surpreendentemente, Francisco Cunha veio a tornar-se deputado da Assembleia Provincial na legislatura de 1877/78<sup>7</sup>, eleito pelo próprio Partido Liberal, a quem tanto criticara. Há estudo que afirma que no decurso do mandato voltou a declarar-se republicano<sup>8</sup>.

Exposta essa importante consideração de análise, à qual não nos deteremos, atenhamos ao que interessa aos propósitos desse trabalho, isto é, a proposta da via revolucionária apresentada pelo republicano Francisco Cunha nos primeiros anos da década de 1870, nos quais escreveu fre-

5 Sobre o Manifesto do Centro Liberal ver: **Jornal do Commercio**, 31/03/1869. Disponível também em: BRAZILIENSE, Américo. **Os Programas dos partidos e o 2º império: exposição dos princípios**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878, p. XXXI-LVI.

6 Entre as reformas exigidas pelos liberais no período, de um modo geral, estavam: a emancipação dos escravos; a relativa ao sistema eleitoral; a descentralização política administrativa; a reforma política envolvendo o fim da vitaliciedade do Senado, a responsabilidade ministerial, o fim das funções políticas do Conselho de Estado; a promoção da instrução privada e expansão da pública; independência do poder judiciário.

7 MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**, p.172.

8 FRANCO, Sérgio da C. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**, p. 71.

quentemente para *A Republica* do Rio de Janeiro, na qualidade de colaborador e de representante de sua agência em Porto Alegre.

A partir do exemplo oferecido por Francisco Cunha sustentamos que a opção pela “reforma”, pretendida por liberais históricos, entre os quais, Nabuco de Araújo, Zacarias Góis, Teófilo Otoni, Sousa Franco, no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de março de 1869, não põe um ponto final decisório na opção por uma saída não convencional para a crise política vivida no período. Nem muito menos consideramos assim, a solução reformista reivindicada pelos republicanos históricos, signatários do *Manifesto Republicano* de 03 de dezembro de 1870. Tomando o republicano gaúcho como modelo, sustentamos que a retórica da revolução extrapola os anos de 1870 e se perpetua, como uma possibilidade para além das estratégias traçadas e dos marcos cronológicos assinalados nesses documentos políticos.

Para demonstrar e comprovar a argumentação apresentada foram selecionadas algumas edições de *A Republica* de outubro a novembro de 1871 e de janeiro de 1872. Nestas edições consta a intervenção de Francisco Cunha no debate gerado na imprensa pelas consequências da crise política enfrentada pelo Império na época. Na sequência apresentamos resultados que obtivemos da análise dos dados que foram extraídos dessas edições.

### **Democracia, liberdade e federação: a tríade sinonímica da república que viria com a revolução**

Mais do que demonstrar Francisco Cunha buscando nos repertórios da França revolucionária argumentos para sustentar sua proposta radical para implantar a República no Brasil, em substituição aos quase 50 anos de regime monárquico bragantino, conseguimos ir além<sup>9</sup>. Sobressai na análise o sentido moderno de história partilhado pelo correligionário de *A Republica* em Porto Alegre: a República, mesmo que viesse através de uma revolução, conduziria o país à liberdade. Para chegarmos a esse ponto foi imprescindível um estudo em conjunto de seus artigos publicados na folha<sup>10</sup>.

9 Sobre as referências da França republicana e revolucionária de 1792, 1848 e 1871, tomadas por Francisco Cunha em seus debates na imprensa ver: **A Republica**, 24/01/1872, p. 3. O trecho extraído é do artigo intitulado *Devoção monárquica: o avanço da República dos Estados Unidos*.

10 Artigos de Francisco Cunha publicados em *A Republica*, de outubro a novembro de 1871 e de janeiro de 1872, que corroboram para a argumentação desenvolvida neste trabalho: As cousas por seu nome (Panorama político do Império no pós 16 de julho de 1868); Os partidos ante o governo pessoal (Impossibilidade de vitória dos partidos em uma eleição); Coalisão dos Partidos (aprofunda a ideia da revolução enquanto um “direito sagrado”); Abstenção e Revolução (Sugere ao partido liberal o uso da força para tomar o poder); O Partido Republicano Federal (recapitulação de suas propostas em artigos anteriores a este); Monarquia e República (série de debates travados entre Francisco Cunha e os redatores do *Jornal do Commercio* de Porto Alegre. Artigos publicados em 1872 em *A Republica*). Esses artigos encontram disponíveis respectivamente nas seguintes edições: **A Republica**, 04/10/1871, p. 3; **A Republica**, 20/10/1871, p. 3; **A Republica**, 25/10/1871, p.3; **A Republica**, 03/11/1871, p. 4; **A Republica**, 23/11/1871 e 24/11/1871; **A Republica**, 14/01; 24/01; 25/01; 26/01; 27/01 28/01; 29/01.



Depreendemos qual significado do conceito estava ele operando em sua contenda na imprensa contra um dos redatores do *Jornal do Commercio*<sup>11</sup>. República certamente implicava na organização político-administrativa federal do Estado brasileiro. República e federação, ambas juntas, eram sinônimo de autonomia administrativa para as províncias e para os municípios, o que por sua vez significava liberdade. Ou seja, o que conseguimos captar do pensamento de Francisco Cunha através do jornal, nas edições entre 1871 e 1872, pode ser resumido nas seguintes palavras: a República federal implantada no Brasil através de meios violentos, se necessário fosse, já que os liberais não se tornaram governo e não emplacaram as reformas, traria a liberdade ao país.

Por meio da leitura do jornal *A Republica* até 1872, constata-se que havia um repertório comum, compartilhado pelos nossos republicanos, entre os quais o próprio Francisco Cunha. Um repertório que os inseria num universo mais amplo extra-fronteiriço, se assim podemos dizer, do pensamento republicano. Fosse ele na Europa, fosse ele nas Américas. Percebe-se que a retórica dos republicanos do jornal, as tópicas apresentadas por ela, as desvantagens da monarquia, a sua belicosidade, o privilégio, a corrupção, a concentração de poder, se inseriam numa linha de pensamento compartilhada pelas correntes de movimentos republicanos que iam desde *A Republica* do Rio da Prata a Emilio Castellar na Espanha, chegando até Léon Gambetta na França<sup>12</sup>. Democracia e liberdade eram entendidos como termos sinônimos de República, especificamente no caso deste último político francês mencionado<sup>13</sup>.

Através dos atos de fala do correligionário, identificamos que a revolução é concebida num sentido de ruptura, ruptura com a Monarquia de D. Pedro II. Não se esperava que a revolução viesse apenas para substituir um rei por outro, como em 7 de abril de 1831. Isso é inteligível a partir do modo como ela é representada no universo do discurso: ela aparece como a maneira violenta de reivindicação dos direitos, dos direitos da nação<sup>14</sup>. Quanto ao modelo de revolução, ele demanda que os membros do Partido Liberal, uma vez convertidos nas fileiras do republicanismo, o promova. Aliás, essa é uma exigência recorrente em seus discurso<sup>15</sup>.

Na impossibilidade de ascender ao poder através da conciliação ou promoção, o seu antigo partido deveria executar a revolução que prometera em seu dilema de 69 – “Reforma ou Revolução!” – no momento oportuno, lançando para isso mão da mobilização popular. A despeito do am-

11 A série de debates travados entre Francisco Cunha e os redatores do *Jornal do Commercio* de Porto Alegre podem ser encontradas nas edições de 1872 d’ *A Republica* nos dias: 14/01; 24/01; 25/01; 26/01; 27/01 28/01; 29/01.

12 Sobre essa relação do movimento brasileiro com o republicanismo do Prata (Montevideu e Buenos Aires) ver as edições de *A Republica*: 05/02/1872 e 02/03/1872. Sobre essa relação com Emilio Castellar ela aparece nas páginas de *A Republica* sob a forma de *A Internacional*, uma série de discursos realizados pelo político e orador espanhol nas sessões do Parlamento espanhol.

13 Para isso ver a transcrição de uma notícia do periódico madrileno *La Discusión* feita pela *A Republica*. A notícia traduzida informa sobre o discurso que o senhor Gambetta pronunciou em Toulon, durante um banquete para o qual ele foi convidado, e que teve lugar no Grande Hotel daquela cidade francesa naquela circunstância. **A Republica**, 08/02/1872, p. 2.

14 **A Republica**, 03/11/1871, p. 4.

15 **A Republica**, 24/11/1871, p. 3.



biente conservador do Brasil do século XIX, “Violência” e ‘Povo’ são dois termos que aparecem em momentos da fala do correligionário, nos remetendo ao imaginário da revolução popular liberal do século XVIII. Em seu pensar, a revolução é vista na ocasião como o caminho para a liberdade do Brasil. Seus propósitos atendem a fins claramente salvacionistas, de regeneração da pátria.

A presença inusitada de uma reivindicação revolucionária para promover a mudança de regime no Brasil vinda do meio republicano, ainda em pleno começo da década de 1870, particularmente da posição de Francisco Cunha, nos suscita uma constatação. No conjunto de argumentos apresentados pelo correligionário, aceitos e publicados na principal coluna homônima d’ *A Republicana*, pelos redatores chefes Luiz Barboza Silva e Salvador de Mendonça, aparece a contradição do discurso republicano brasileiro em relação à proposta reformista inicialmente defendida em seu texto fundador, o Manifesto de 03 de Dezembro.

O cerne dessa contradição relaciona-se à indignação do meio republicano com a postura adotada pelos liberais em relação ao lema “Reforma ou Revolução”. É certo que o seguimento do partido reunido em torno do Centro Liberal não levou adiante o ato que se desprende como corolário prático da máxima. Em outras palavras: não conseguiu liderar a reforma do sistema e nem muito menos se rebelou contra a Monarquia bragantina. É fato que os liberais não conseguiam naquele momento conduzir o movimento das reformas, posto que haviam sido deslocados do governo. Pelo que parece também não se apresentavam dispostos a cumprir a promessa da revolução, atitude política moderada que aliás se encontra defendida no Manifesto Republicano. A proposta evolucionista, de transição pacífica da Monarquia para a República, está impressa no documento político<sup>16</sup>.

Desse modo, não passou despercebido esse rasgo de contradição no desapontamento dos republicanos em relação à atitude do Partido Liberal. Ora, esperavam eles, os republicanos de 1870 que já haviam se definido pela moderação em seu manifesto, que os liberais a fizessem? Podiam eles, que já haviam se definido pela reforma em seu programa, cobrar dos liberais uma atitude sediciosa em relação ao governo da Monarquia, que não se reformava, naquele período, pela ação do Partido Liberal? Enfim, queriam os republicanos de fato a insurreição no plano da prática, apesar de a terem negado no plano do discurso?

Como o membro de um partido que já havia se decidido pela moderação pode cobrar de um dos partidos monárquicos a revolução que supostamente seu partido afirmara não querer fazer, inclusive a ponto de chamar liberais para engrossar as fileiras republicanas antes de se lançarem

16 Nas palavras do Manifesto de 3 de Dezembro: “Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos [grifo nosso]. Nosso intuito é esclarecê-la”. Mais adiante lê-se: “As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa (...)” (PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p.40). Analisando trabalhos que tratam do assunto, parece que essa via evolucionista se daria através da convocação de uma nova Assembleia Constituinte que permitiria a mudança de regime no país. Isso se daria após a morte de D. Pedro II.

à ação? Afinal resta-nos inquirir sobre qual é a verdadeira intenção dos nossos republicanos por detrás dessa atitude contraditória. No documento político de 3 de dezembro teriam eles escondido suas verdadeiras intenções? Quanto à revolução, estariam eles se aproveitando do ensejo dado pelos liberais em 69 para pregá-la? Se sim, qual motivação estaria os levando a não declararem abertamente seus propósitos?

### Considerações finais

Uma análise acuidosa do movimento republicano brasileiro não deve deixar de considerar a sua heterogeneidade. Por ser plural, suas ramificações encontrava cada qual sua tonalidade nas distintas realidades geográficas do Império das quais se manifestavam seus agentes. Isso não significa a perda de referência dos mesmos em relação ao seu centro precursor. De Porto Alegre, escrevendo para a sede d' *A Republica* na Corte imperial, na qualidade de representante de sua agência na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o até então ex-liberal Francisco Cunha exemplifica concretamente esse ponto de vista. Nem todos os republicanos brasileiros expressavam ou defendiam a visão moderada da proposta reformista de transição da monarquia para uma república no Brasil, conforme a que foi apregoada no Manifesto de 3 de Dezembro. Já nas páginas do órgão porta-voz na imprensa das ideias do Clube Republicano, ainda no início dos anos de 1870, o correligionário sul-riograndense, antes mesmo do aparecimento dos radicais da república no cenário político, Silva Jardim e Lopes Trovão, primeiramente apontava para uma saída radical para resolver a “questão do regime” no país.

## Uma análise da coluna de Dionísio Bassi no jornal Correio de Maxambomba

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre  
Doutoranda em História - CPDOC/FGV  
marialuciabsa@gmail.com

### Resumo

Este estudo pretende analisar os escritos de Dionísio Bassi no semanário *Correio de Maxambomba*, jornal situado em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, entre os anos de 1958 e 1961. Fundado em 18 de dezembro de 1955, o CM consolidou-se, sobretudo, pelas mãos de seu diretor e jornalista Dionísio Bassi, agente politicamente influente na metade do século XX. Intitulado *Arauto das Reivindicações da Baixada Fluminense*, o *Correio de Maxambomba* veiculou inúmeras matérias e colunas de caráter sensacionalista denunciando a “Velha ordem política” a frente da administração municipal iguaçuana. Próximo ao empresariado industrial e comerciário, o jornalista afirmou que o progresso municipal se daria através da indústria. Neste momento, emergiu uma disputa entre distintos projetos de cidade, tendo como base diferentes perspectivas acerca do rural e urbano. Estes ideários concorrentes se deram, uma vez que Nova Iguaçu se estabeleceu através de bases agrárias. Tendo a citricultura como sua principal atividade econômica, a cidade tornou-se, nos anos 1920 e 1930, um dos principais centros agroexportadores de laranja do país. Representantes do movimento ruralista se estabeleceram enquanto lideranças políticas vinculadas à produção cítrica, por meio de práticas e representações. Instituições e indivíduos consolidaram um imaginário em que o desenvolvimento citadino seria resultado dos investimentos no campo. Contudo, ao final dos 1940, iguaçuanos viveram uma ampla reconfiguração socioeconômica, política e territorial. A “crise” no plantio da laranja atrelada ao processo de loteamentos das chácaras produtoras fez com que a cidade ganhasse novos contornos. Concomitante a estas transformações, se deu o movimento de reabertura política (1945) e às emancipações dos distritos de Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947). Tal conjuntura mobilizou a produção de matérias valorizando a importância do grupo ruralista na história local, especialmente no semanário mais antigo da cidade, o *Correio da Lavoura*, concorrente ao *Correio de Maxambomba*. Foi neste quadro de rivalidades políticas e ideológicas que se fez a produção intelectual de Dionísio Bassi. De março de 1958 a janeiro de 1961 o jornalista e militante redigiu sem interrupções conflitos e demandas da Baixada Fluminense, especialmente, em Nova Iguaçu. Será com base nestes escritos, que se investigará as proposições e questionamentos abordados pelo diretor do CM, acerca de uma Nova Iguaçu em transi.

**Palavra-chave:** Dionísio Bassi, Correio de Maxambomba; imprensa, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense.

## O jornalismo como objeto

O CORREIO DE MAXAMBOMBA não é apenas o grande jornal que domina até os seus adversários mais endurecidos – é também o amigo que enleia e cativa como acontece a mim sempre exaltado e consagrado numa ampliação bondosa e excessiva nas suas colunas. A êsse jornal, que não podia ter outro destino que não fôsse a vitória e a projeção progressiva, pois seu diretor é Dionísio Bassi, agradeço o registro amável do meu aniversário bem como o interesse pelo casamento de minha filha Alia, contente por vêr o relevante serviço que prestam seus redatores ao Município de Nova Iguaçu, ao fazerem um jornalismo honesto, limpo e esclarecedor, [grifo meu] além de monstruosamente corajoso.<sup>1</sup>

Êste jornal é a minha ferramenta de trabalho, assim como o bisturi o é para o médico e a bigorna é o ganha pão do ferreiro. Tais eram as palavras que tinha a dizer sobre a minha atividade jornalística, agora em que mais uma vez me submeterei ao julgamento popular nas urnas.<sup>2</sup>

Em julho de 1957 José Brigagão, colaborador do *Correio de Maxambomba*, escreveu carta em agradecimento ao semanário e enalteceu a prática jornalística desempenhada pelo semanário fundado por Dionísio Bassi em 18 de dezembro de 1955. Com sua linguagem direcionada ao grande público, matérias em tom denunciativo e ampla cobertura sobre os bairros e distritos “esquecidos”, o *Arauto das Reivindicações da Baixada Fluminense* se constituiu enquanto um dos principais meios de comunicação locais durante anos 1950. Este periódico é parte deste estudo que pretende analisar o jornalismo de Nova Iguaçu, na República de 1946, e suas relações com distintas visões da cidade ao longo desse período.

Neste sentido, ao tomar o *Correio de Maxambomba* por objeto se faz necessário situar o papel desempenhado por seu criador, assim como, a proposta editorial e gráfica deste jornal que faria concorrência ao *Correio da Lavoura*, semanário mais antigo do distrito iguaçuano. Alinhado ao empresariado industrial e comerciário, Dionísio Bassi exerceu uma extensa carreira no funcionalismo público municipal e estadual. O filho de José Bassi e Maria Genaro, foi nomeado Auxiliar de Recebedoria de Nova Iguaçu em 1937<sup>3</sup> e desde então, passou por diferentes cargos burocráticos e políticos até o ano de 1946. Foi vereador por dois mandatos pelos Partido Social Democrático (PSD), o primeiro de 1947 a 1950 e o segundo de 1955 a 1958, quando se tornou o segundo candidato mais votado para câmara legislativa.

A fundação do *Correio de Maxambomba* se deu comitantemente ao auge da vida pública de Dionísio Bassi. Sua trajetória também foi marcada por embates e tensões importantes, haja vista

1 BRIGAGÃO, José. Jornalismo, honesto, limpo e esclarecedor. *Correio de Maxambomba*, Nova Iguaçu, 13 e 14 de julho de 1957, ed.86, p.3.

2 BASSI, Dionísio. Minha ferramenta de trabalho. *Correio de Maxambomba*, Nova Iguaçu, 23 de agosto de 1958, ed. 144, p.3.

3 Dionísio Bassi foi exonerado do seu cargo de agente fiscal do estado do RJ, classe j, em D.O de 18 de abril de 1964, sob a justificativa de passado subversivo junto ao partido comunista e por infiltrar-se nas legendas dos demais partidos após o TSE cancelar o registro do PCB. Em 08 de outubro de 1966 o jornalista deu entrada no processo para sua reintegração, mas sem sucesso. Ver: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Gestão de Documentos. Relação de processos da Divisão de Segurança e Informações [do Ministério da Justiça]: 1955-1987. Rio de Janeiro, 1996, 400 f., ms.

sua passagem pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), nos anos 1940, quando dirigiu os Comitês Populares Democráticos, espaços em que membros do PCB mobilizaram ações pela melhoria de serviços como saneamento básico, abastecimento d'água e melhorias no campo da educação e transportes. Sua empreitada nestes comitês nos então distritos de Mesquita, Belford Roxo e Nilópolis evidenciam a importância de sua atuação junto as camadas mais populares para o alcance e sucesso de seu jornal.

O jornalismo desenvolvido por Bassi também nos revela sua capacidade em se adequar a nova onda editorial e diagramação implementada na imprensa brasileira, a partir dos anos 1950. A influência do periodismo norte americano é fruto do contexto de pós-guerra “em que as empresas jornalísticas passaram a viver uma fase denominada de transição pelos historiadores, que vai refletir no jornalismo praticado até os dias de hoje com a incorporação de técnicas redacionais e os valores imprensa como produto.”<sup>4</sup> Portanto, o modelo estadunidense foi substituindo o europeu, sobretudo o francês, especialmente nos anos 1950.

Atento as estas transformações, Dionísio Bassi “assumiu a feição de uma crença na modernização dos valores sociais e nas representações simbólicas”<sup>5</sup>. Ao assumir este perfil, o *Correio da Maxambomba* produziu um estilo de escrita e apresentação gráfica diferente de seu concorrente, o *Correio da Lavoura*. O CL é decorrência de um grupo constituído fundamentalmente por homens vinculados a terra e a administração do município, mais precisamente a citricultura, principal atividade econômica de Nova Iguaçu, nas primeiras décadas do Regime Republicano. Fundado pelo capitão Silvino Azeredo, o semanário de aproximadamente quatro páginas, caracterizou-se pela panfletagem a favor da lavoura, instrução e saneamento básico, elementos fundamentais para o crescimento da produção cítrica e valorização dos agentes vinculadas a ela, sobretudo, as conquistas a partir do campo.

A proposta gráfica e editorial do jornal dirigido pelos Azeredo<sup>6</sup> esteve pautado no modelo francês, estilo a ser destituído com a chegada do padrão americano na metade do século XX. Sua escrita em tom político e partidário a favor dos interesses de um grupo ficam evidentes quando se analisa a produção da matérias e colunas. Parte considerável do *Correio da Lavoura* foi redigido por colaboradores à serviço das demandas do “homem do campo”, ou seja, que dessem visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo por seus pares pelo desenvolvimento e modernidade da cidade.

Opinativo e procedimentos de escrita quase literária, marcaram as edições do CL nas décadas que se sucederiam o decréscimo da citricultura iguaçuana. O seu formato e maneira de apurar notícias, em certa medida, já não contemplava as mudanças em curso na região. Luiz Martins

4 BASSO, Eliane Corti. A modernidade na imprensa brasileira. *Revista Imes*, janeiro/julho, 2004, p.51.

5 BASSO, A modernidade na imprensa brasileira, p.51.

6 NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. As Efemérides Iguaçuanas do mulato Luiz Azeredo: memórias de uma cidade chamada perfume. (Nova Iguaçu, 1950-1980). In. Sessão 15: Intelectuais negros no pós-abolição, Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. In. *7º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba: UFPR, 2015. p. 1-12.

Azeredo, jornalista e filho do fundador, reverberou em seus escritos no jornal, muito deste olhar acerca da imprensa e sua relação com a cidade. Em coluna<sup>7</sup> datada de 09 de novembro de 1947, o jornalista afirmou que a folha é sinal de integridade e não se envolveria em euforias políticas e tensões provocadas por figuras do meio periodista:

Esta folha, em sua longa jornada através de três decênios, em que pesem os detratores que sempre o há, e os que não querem ver, que são os piores cegos, sempre se manteve equidistante dos embates e das paixões partidárias, em que os políticos não raros, desprezando programas honestos de govêrno, procuram destruir-se reciprocamente, em busca só de posições, de mando e grandeza. Nessa conjuntura, achou prudente aparta-se das correntes em luta demasiado acesa, torna-se um órgão sério, equilibrado, imparcial, capaz de impôr-se, como de feito se impôs, aos seus leitores como o fiel de balança, e pugnar, tanto quanto lhe fosse possível em tão árdua trajetória, pelos altos interêsses desta terra e de seu povo. Estamos neste caminho, que nos parece o mais seguro, e dele ainda não pensamos sair.<sup>8</sup>

No segundo momento do artigo, o jornalista completa:

O que repelimos são as insinuações ditadas por espíritos de má fé, porque nosso passado de periodistas, só de canserias e lutas por Nova Iguassú cada vez maior, mais próspera e rica, não autoriza nem permite insinuações de que queiramos, interesseiramente, agradar a Pedro ou Paulo. Isto, sim, ofende a opinião pública, habituada a ver de há muitos anos o modo limpo e correto de agirinos, fazendo jornalismo honestamente, honrando a imprensa fluminense, respeitando as tradições da terra iguassuana O mais só perguntando como o grande Rui: “... quem lhe dará como batimso adequado? Politiquice? Politiquismo? Politicaria? Politicalha?”<sup>9</sup>

Neste sentido, o jornalismo iguaçuano praticado no final dos anos 1940, se fez em meio a tensão política da redemocratização e o destaque de representantes como Dionísio Bassi, que neste momento, já se destacava enquanto vereador no município. Isto foi acentuado com a criação do seu jornal em 1955 e a perspectiva de sua ascensão no meio político estadual. Quando se lançou a deputado estadual pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional)<sup>10</sup>, cargo em que não se elegeu, Dionísio Bassi publicou em sua coluna o texto intitulado “Minha Ferramenta de Trabalho”, que ao se candidatar ao legislativo estadual, deveria ele prestar contar de seus serviços enquanto vereador de Nova Iguaçu. Afirmando que o *Correio de Maxambomba* era aberto ao povo, o jornalista enumerou os interesses da população defendidos por ele:

[...] convém agora que voltemos os olhos sôbre um curto mas acidentado caminho percorrido: a minha atuação de jornalista. E é com carradas de razões que

7 A coluna “Luiz Martins escreveu...” deu início em 23 de setembro de 1945 e foi publicada pela última vez em 26 de dezembro de 1948. Nela, Luiz Azeredo escreveu sobre questões do cotidiano do município, assim como posicionamentos acerca dos movimentos políticos e administrativos do dado período.

8 AZEREDO, Luiz Martins. Politiquice? ... *Correio da Lavouara*, Nova Iguaçu, 09 de novembro de 1947, ed.1599, p.1.

9 AZEREDO, Luiz Martins. Politiquice?..., p.1.

10 FERREIRA, Marieta de Moraes. Partido Trabalhista Nacional (PTN). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, Rio de Janeiro: CPDOC- FGV. Captado em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-nacional-ptn>. Acessado em: 24 jun. 2018.



o faço, já que, como jornalista militante, mantenho constantemente os relações com o público, tratando de questões de interesse da coletividade. [...] Fomos uma tribuna incessantemente a defender o calçamento, o abastecimento de água, a instalação de esgotos e o combate aos mosquitos, construção de escolas, etc., nos mais distintos rincões deste Município. [...] Nunca esmorecemos. As ameaças fomos pondo à margem enquanto prosseguíamos nossa trilha. [...] Correio de Maxambomba hoje, queiram ou não queiram os inimigos de Nova Iguaçu, faz parte da vida deste Município, da vida industrial, comercial, cultural e cívica desta terra.<sup>11</sup>

Dionísio Bassi reiterou nesta e outras matérias assinadas por ele que Nova Iguaçu deveria ser conduzido, em definitivo, a era do progresso. Para que isto ocorresse os representantes do poder executivo e legislativo deveriam favorecer as condições necessárias para que, a indústria em especial, crescesse. A ampliação da rede elétrica, abastecimento d'água e isenções fiscais são fatores, de acordo com Bassi, fundamentais para que industriais e comerciários ampliassem seus negócios. Grande parte dos estabelecimentos citados pelo jornal eram seus anunciantes, são eles: Indústrias Granfino S.A, Compactor S.A, Galeria Iguaçu, Lojas Maracanã e etc. Por esta razão o Correio de Maxambomba publicou diversas matérias em apoio

Foi nesta conjectura, Dionísio Bassi fez com que seu jornal adquirisse seu espaço no cenário das comunicações. Com linguagem diferenciada, capas combinadas por fotografias e grandes manchetes, o *Correio de Maxambomba* fez frente, não somente ao CL, mas a tudo que ele representava na construção de uma determinada memória e identidade coletiva acerca da cidade. A maneira com que o *Correio da Lavoura* fez seu jornalismo recebeu questionamentos, no que se refere aos sujeitos e instituições atrelados a ele. De acordo com Bassi o “Correio Mandioquinha”, termo atribuído pelo direto ao CL, estava atrelado a uma “velha política” que atravancava o progresso municipal. Em sentido contrário, seu jornal seguiria o caminho do desenvolvimentismo industrial e comerciário, ou seja, o jornalismo o do novo Correio estava em sintonia com o moderno, o cosmopolita em curso no estado e Brasil.

### De Iguassú a Iguaçu

O posicionamento editorial do *Correio de Maxambomba* e a competitividade estabelecida com o *Correio de Maxambomba* é parte de um conjunto maior de transformações em curso no município, sobretudo, nas décadas de 1940 e 1950. No final dos anos 1930, a cidade agroexportadora, ou seja, a citricultura deixou de ser o motor econômico do distrito-sede e o uso da terra ganhou novos fins. A expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro pela industrialização e urbanização, reconfigurou o subúrbio e a Baixada Fluminense, com isto as chácaras antes ocupadas pela citricultura foram loteadas.

11 BASSI, Dionísio. Minha ferramenta de trabalho. p.3.

Segundo Sonali Souza, esse retalhamento das antigas chácaras reordenou o espaço urbano. “Embora articulados às necessidades de habitação popular, eles representaram a invenção de um mercado específico, assim como desencadearam um processo de especulação em lotes.”<sup>12</sup> Os loteamentos iguaçuanos atraíram migrantes e investidores, haja vista sua proximidade da cidade do Rio de Janeiro e a rede de acesso aos setores de comércio e indústria. Em contrapartida o setor industrial adquiriu uma fatia importante da receita municipal. Aspectos como os baixos valores dos lotes, a abertura de rodovias, a disponibilidade de recursos hídricos, a abundância de mão-obra e incentivos fiscais favoreceram a incorporação de novas áreas para instalação de indústrias

Na Baixada foram concluídas “as grandes unidades fabris estatais [...] como a CSN e a Alcalis e instaladas novas unidades como a REDUC em Duque de Caxias.”<sup>13</sup> Em *De Maxambomba a Nova Iguaçu*, Adrianno Oliveira afirma que por uma estratégia econômica as indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital foram estimuladas. “A região Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, naquele momento representavam um papel importantíssimo e por isso tinham a maior parte do setor industrial.”<sup>14</sup> A guinada de industriais e comerciários na Baixada Fluminense mobilizou novas demandas e frentes de atuação.

Trata-se, portanto, de relacionar o jornalismo praticado pelos semanários e a possível emergência ou continuidade de núcleos de poder, uma vez que a guinada dos industriais, durante o pós-guerra na Baixada Fluminense mobilizou novas demandas e setores de atuação, como comércio. A modernização do município já não passava somente pelo campo, mas pelo desenvolvimento da indústria, do comércio e urbanização da cidade. O retorno do eleitorado as urnas, pós-1945, provocou um acirramento político entre o PSD e a UDN (União Democrática Nacional), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Tanto a plataforma política da UDN, quanto do PTB e do PCB ganhou espaço junto aos eleitores, especialmente após as emancipações de distritos pertencentes à Nova Iguaçu.<sup>15</sup>

Figuras como Tenório Cavalcanti exploraram economicamente a venda de loteamentos em Duque de Caxias com objetivo ampliar o número de votantes pós-emancipação em 1943. A instalação de novas indústrias e o crescimento do eleitorado nos distritos emancipados, Nilópolis (1947) e São João de Meriti (1947), permitiu que novas lideranças políticas se formassem. Neste sentido, os des-

12 SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu*. 181 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1992, p. 93.

13 SIMÕES, Manoel Ricardo. *Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno, 2011, p. 153.

14 RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 903): Economia e Território em Processo*. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2006, p.57.

15 Marluccia Santos afirmou que em 1943 “os distritos de Caxias, São João de Meriti, Xerém e Estrela se emanciparam compondo o Município de Duque de Caxias. O novo município passou a ser composto por três Distritos: Duque de Caxias, S. João de Meriti e Imbariê. Em 1947, São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias e em 1954, o Distrito de Imbariê deu origem a outros dois distritos, o de Xerém e o de Campos Eliseos.” Ver: SOUZA, Marluccia Santos de. *Memórias da Emancipação e Intervenção no Município de Duque de Caxias nos anos 1940 e 1950*. *Revista Pílares da História* – Ano II – nº03 – Dezembro de 2003, p.37.

membramentos reestruturaram os núcleos administrativos e poder e com isto, remodelaram o cenário político da região. Estabelecer a aproximação entre o povo e certas lideranças políticas se mostrou um caminho viável para atingir um determinado número votantes. A Baixada Fluminense, foi parte deste cenário em que novas estruturas administrativas se formaram durante a pós-descentralização política.

A nossa situação política passa, pela segunda vez, a um plano inferior ao em que já estava. Em 1940, atingimos mais de 140 mil habitantes; descemos depois, com a criação do Município de Duque de Caxias, a 82 mil, e agora vamos ficar reduzidos a cerca de 57 mil almas. Éramos, com Nilópolis, o 6º Município de maior população do Estado. Sem Nilópolis, passaremos a 8º lugar. E o número de eleitores? Se já beirávamos a casa dos 20 mil, restam-nos hoje uns 15 mil eleitores. Como se observa, a nossa situação política não está pesando tanto como dantes na balança estadual, simplesmente porque deram para nos roubar no peso...<sup>16</sup>

O semanário liderado por Bassi por sua vez, fez inúmeras críticas ao *Correio da Lavoura* e o acusou de encobrir as ações do prefeito Ary Schiavo (1955-1959) e alguns membros do legislativo. Em matéria publicada no dia 24 março de 1957 o fundador do *Correio de Maxambomba* escreveu o texto “A indústria do silêncio” e afirmou:

Rompendo a crosta bruta de uma “paúra” patológica e conveniente, o funâmbulo travestido de arauto, que sempre usou a imprensa como uma tendinha, veio a público, através do seu “Correio da Mandioca”, para prestar explicações que não explicam nada. PERFILHANDO as mais sórdidas intrigas do que existe de mais repugnante na política local, e que um dia há de ser saneada como já foi a Baixada Fluminense, o grotesco arauto, com a coragem de afirmar, contra toda a evidência dos fatos, distila as seguintes inverdades: a) estamos apavorados e desesperados; b) “a comissão de inquérito deixou à margem, porque lhe faltaram ou foram negados os elementos relativos” a irregularidades que por nós teriam sido praticadas; c) não quisemos apresentar a nossa defesa.<sup>17</sup>

Dionísio Bassi se referiu ao aumento de subsídios dos vereadores municipais no ano de 1957, sobre o qual foi contra e afirmou que ameaças não abalariam seu posicionamento nem de seu jornal. Após disputas no legislativo municipal alguns vereadores tentaram sem sucesso cassar seu mandato. De acordo com o jornalista, isto foi um movimento do *Correio da Lavoura* e da gestão municipal contra as denúncias do vereador. O Inquérito instaurado para cassação de seu mandato era uma farsa para “mascarar” a reais intenções promovidas por seus colegas.

ALIADO, agora com toda a sua decantada pureza de princípios, aos empresários, de sicários, a banqueiros da batota e sócios de assassinos, o caricato Arauto, pseudônimo de Lulu Coisinha tenta mistificar o reduzido público do seu “Mandioquinha”, ao asseverar que a comissão não pôde apurar tôdas as denúncias formuladas. A comissão de inquérito-farsa, esta é que é a realidade, que dissemos no plenário da Câmara na madrugada de 26 para 27 de fevereiro, perante a silenciosa matilha de acusadores, não quis, por exclusiva vontade sua, investigar as acusações formuladas. E não o quis porque fatalmente chegaria à conclusão de que tôdas são mentirosas. [Grifos meus]<sup>18</sup>

16 AZEREDO, Luiz Martins. Várias, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, 22 de junho de 1947, ed.1579, p.1.

17 BASSI, Dionísio Bassi. Indústria do Silêncio, *Correio de Maxambomba*, Nova Iguaçu, 24 de março de 1957, ed.68, p.1 e 7.

18 *Correio de Maxambomba*, Nova Iguaçu, 24 de março de 1957, ed: 69, p. 1 e 7.

Tendo por contexto, a *transição da imprensa*<sup>19</sup>, situamos o momento em que estes jornais se aproximaram de posicionamentos políticos específicos, mas ainda não compunham linhas editoriais do tipo empresarial, revelando as tendências da imprensa iguaçuana e o papel desempenhado por seus intelectuais na promoção do campo jornalístico. Entender as razões que levaram os principais semanários iguaçuanos a promoverem agentes e instituições vinculadas a uma nova ou velha ordem política, pode esclarecer as tensões provocadas pelo intenso contexto de transformações políticas, mas também, socioeconômicas e territoriais em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro.

---

19 ABREU, Alzira Alves (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

## O espelho de Alice: a imagem refletida do nosso país sem maravilhas

Cochise César de Monte Carmo<sup>1</sup>  
cochisecesar@zoho.com

### Resumo

Alice No País das Maravilhas é uma obra imortal na literatura infantil e, tendo mais de um século não é de se espantar que seu sentido tenha se transformado, mas é especialmente interessante perceber que sua principal característica em sua época é secundária hoje: o nonsense. A aventura histórica – história de personagens que em suas peripécias afetam tempo histórico – é o cerne da última adaptação cinematográfica, ao contrário do absurdo, que permeava a primeira.

A partir do caráter utópico, e portanto distópico, de toda obra, entendemos que sua leitura é muito influenciada por necessidades sociais de compensação (utopia) ou denúncia (distopia). Apesar dos perigos e das dificuldades que Alice passa, a obra tem um caráter utópico, em que o País das Maravilhas é um contraponto aos aspectos negativos de nosso mundo. Defendemos que o sucesso de Alice, da publicação até o filme de 1951 se deve em grande parte por seu caráter utópico, retratando uma sociedade regida pelo absurdo e pela fantasia, que se contrapõe às regras rígidas que a sociedade seguia. Essa ênfase no absurdo sustenta a apropriação da personagem pelo movimento psicodélico nos anos 60, quando a jornada de Alice assume caráter exemplar e simbólico para a contestação da sociedade a partir da experiência de estados alterados de consciência. Nesta época, a narrativa de Alice adquire caráter mítico para este movimento, explicando metaforicamente nosso mundo e justificando e guiando ações.

Eventualmente, as profundas transformações sociais provocadas por este e outros movimentos reduziram as regras de etiqueta, fazendo com que a obra perdesse sua capacidade utópica. Essa perda justifica que o filme de 2010 abandone o foco no absurdo e se concentre na disputa política da libertação do País das Maravilhas da tirania da Rainha Vermelha. Essa leitura se encaixa dentro da teoria kunderiana que a aceleração do tempo histórico tem afetado a relação entre personagens e história no romance. Antes, a história era pano de fundo para a aventura dos personagens, enquanto hoje a própria história de confunde com a aventura destes. A ascensão da aventura histórica nos mostra uma visão utópica em que o indivíduo tem poder sobre sua própria realidade, é capaz de transformá-la, apontando que a sociedade que se reflete no espelho de Alice não é mais a engessada por regras excessivas e arbitrárias, mas uma em que os indivíduos se sentem impotentes.

**Palavras-chave:** Alice no País das Maravilhas, história da literatura, mitos modernos, cultura pop.

<sup>1</sup> Graduando em História pela UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Divinópolis.

### Alice enquanto mito

Vivemos uma era que Weber chamaria de “desencantada”, em que o irracional não possui valor ou lugar e a racionalidade guia nossas vidas, ou deveria guiar, e a permanência de elementos irracionais ou místicos indicaria um problema no desenvolvimento da sociedade. Naturalmente, esta proposta não se apresenta sem contraponto. Toda a filosofia romântica defende a importância dos elementos irracionais do ser humano, a antropologia estuda a fundo nossas relações com mitos e outros conteúdos simbólicos, a religião continua sendo um fenômeno de maior importância para compreender o ser humano em sociedades ditas desencantadas.

O argumento do desencantamento, que é anterior a Weber, tendo raízes no fundador da filosofia moderna, René Descartes, se baseia não só na escolha da racionalidade como meio preferível de se relacionar com o mundo, mas também na associação automática do mito com a tradição pelo fato da maior parte das narrativas míticas que temos acesso serem tradicionais. Há uma teleologia embutida nesta escolha, que é antes de mais nada ética, bem como um eurocentrismo que hierarquiza sociedades, de modelo europeu, “racionais” e portanto avançadas, e irracionais e portanto primitivas. No entanto observamos constantemente a irracionalidade mítica na sociedade ocidental em fenômenos religiosos como a Cientologia ou em fenômenos políticos, como os fascismos.

Hans Blumenberg<sup>2</sup> propõe, contra esta teleologia racional que as “formas simbólicas” que compõem nossa psique, racionais ou míticas, tem uma origem comum: a busca de um ordenamento do mundo que reduza o *Angst*<sup>3</sup> que deriva do “absolutismo da realidade”, ou seja, da condição do ser humano de estar a mercê de condições externas caóticas e impessoais. Uma vez que esta é uma condição permanente, em todos os tempos e sociedades, o mito não se resume a elementos do passado, mas pode surgir sempre que necessário. Assim, se torna possível trabalhar com a narrativa de Alice no País das Maravilhas na categoria de mito, não como releitura de um mito anterior, mas como uma forma simbólica autônoma que busca resolver questões de seu contexto.

Roland Barthes propõe em *Mitologias*<sup>4</sup> um método de análise semiótica dos mitos em que separa o mito da narrativa na qual este se baseia. A narrativa é um primeiro processo semiótico que tem o texto como significante que possui um significado que constitui um signo em um processo semiótico. O mito toma este signo como significante para um processo semiótico segundo, em que a narrativa como um todo evoca um novo significado, formando um novo signo, que é o mito. Este novo processo semiótico possui relativa independência do texto, significante do primeiro processo, mergulhando nele em momentos, mas não se prendendo a ele, o que define uma arbitrariedade relativa do signo. Como todo signo, o mito tem seu significado definido através de outros signos em

2 BLUMENBERG, Hans. *Work on Myth*. Studies in contemporary German social thought, 2ª imp. Cambridge: MIT Press, 1990.

3 *Angst* é normalmente traduzido como medo ou ansiedade, mas é importante para o argumento ressaltar o significado mais específico como um “medo ou pavor intenso que não possui uma causa inequívoca”, uma vez que a função das formas simbólicas é também fornecer meios de canalizar a sensação para objetos endereçáveis.

4 BARTHES, Roland. *Mitologias*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.



uma cadeia de referências, que exige o compartilhamento social de signos. Portanto, a existência de um mito depende de existir o compartilhamento dos signos usados na sociedade, para que a leitura desde novo símbolo possa acontecer.

Neste livro Barthes ainda partia do pressuposto de haver um alto grau de controle do autor sobre a interpretação dos signos, inclusive os mitos, e isto é patente no modo como ele realiza as análises. Mais tarde em ele rompe com esse pressuposto a partir da teoria da morte do autor. Consideramos que esta mudança, apesar de invalidar ao menos parcialmente os exemplos que compõe o livro não prejudica o método proposto, que pode ser utilizado desde que se leve em conta a virada da teoria da recepção.

### Três Alices e suas leituras

Assim, analisando a recepção da história em suas três encarnações mais famosas, o livro de 1865, o filme de animação de 1951 e o filme com atores de 2010 em busca de processos de mitificação dos mesmos, nos deparamos antes de mais nada com uma mudança da percepção do que seria a principal característica da obra. O livro e o filme de 1951 compartilham como principal característica o *nonsense*, mas a percepção deste elemento no filme de 2010 é muito menos pronunciada.

Jean-Jacques Lecercle<sup>5</sup> define o *nonsense* como narrativa ao mesmo tempo suporta e subverte o mito da linguagem ser comunicativa, frustrando deliberadamente a profunda necessidade de significado do leitor para cumprir as necessidade de comunicação. Não é portanto o absurdo completo, mas a subversão do sentido dentro do discurso aparentemente coerente. Seja considerando esta característica positiva<sup>6</sup>, como na resenha publicada na *Aunt Judy's Magazine*, que elogia “*exquisitely wild, fantastic, impossible*” mesmo anunciando que a obra não é “*knowledge in disguise*”; seja considerando negativa, como a resenha da *Children's Books*<sup>7</sup>, que critica “*who can in cold blood manufacture a dream, with all its loops and ties, and loose threads and entanglements and inconsistencies, and passages which lead to nothing, at the end of which Sleep's diligent pilgrim never arrives?*”; ambas datadas do lançamento.

A adaptação de 1951, produzida pelos estúdios Disney, não apresenta uma mudança significativa em sua recepção, quando medida pela crítica de jornais e depoimentos, que se concentram no aspecto fantástico e no efeito de humor do *nonsense* do filme. Já a crítica do filme de 2010, também dos estúdios Disney, se espanta com a ausência do absurdo e com as adaptações que aproximam a história do gênero aventura, como o duelo com o Jaguadarte, tomado emprestado de Alice através do espelho.

5 LECERCLE, Jean-Jacques. *Philosophy of Nonsense: The Intuitions of Victorian Nonsense Literature*. London: Routledge, 1994.

6 REVIEWS. *Aunt Judy's Magazine*. 1 June 1866, London. Disponível em <<https://www.bl.uk/collection-items/review-of-alices-adventures-in-wonderland>> acessado em 29/06/2018

7 FROM "Children's Books" a review of Alice's Adventures In Wonderland (1865). In PHILIPS, Robeert. (ed) *Aspects of Alice*. New York: The Vanguard Press, 1971.

Esta mudança é um indício de mudança do modo como os produtores percebem a história e seu público-alvo. Então, se torna necessário estudar que transformações ocorrem com a narrativa no intervalo entre os dois filmes. Nesta busca a apropriação da narrativa pelo movimento psicodélico saltou aos olhos.

A música *White Rabbit* de 1967 da banda *Jefferson Airplane* nos fornece uma representação de Alice bastante divergente da personagem tradicional.

One pill makes you larger  
And one pill makes you small.  
And the ones that mother gives you  
don't do anything at all.  
Go ask Alice  
when she's ten feet tall.  
And if you go chasing rabbits  
And you know you're going to fall.  
Tell 'em all who got a smokin' caterpillar  
has given you the call.  
Call Alice  
when she was just small.  
When men on the chessboard  
get up and tell you where to go.  
And you've just had some kind of mushroom,  
and your mind is moving low,  
Go ask Alice  
I think she'll know.  
When logic and proportion  
have fallen sloppy dead,  
And the White Knight is talking backwards,  
and the Red Queen's lost her head,  
Remember what the Dormouse said:  
Feed your head<sup>8</sup>

Alice, que no livro questiona o Chapeleiro na festa do chá, exigindo dele sentido quando este faz uma charada para a qual não sabe a resposta, se apresenta na música não mais como bastião da razão em um universo alucinado, mas como uma guia para o processo de perseguir o coelho, de passar por experiências sensoriais psicodélicas. “*Go ask Alice. I think She'll know*”, a música afirma, marcando sua posição não mais como estranha ao mundo caótico do País das Maravilhas, mas como conhecedora de suas particularidades.

As atitudes que levam a buscar esta Alice são a transformação de eventos da história em metáforas para o consumo de psicotrópicos e as dificuldades que advêm de interagir com a realidade em estados alterados de consciência. A jornada de Alice pelo País das Maravilhas se torna então o caminho que o leitor busca percorrer, adquirindo caráter exemplar, e Alice se torna guia desta jornada. As figuras de autoridade, “*the man on the chessboard*”, a mãe, o cavaleiro, são todos tornados obstáculos para a realização desta jornada, assumindo o papel que os personagens absurdos

8 SLICK, Grace. *White Rabbit*. In JEFFERSON AIRPLANE. *Surrealistic Pillow*. Hollywood: RCA Victor, 1967.

ocupam em Alice no País das Maravilhas. Esta Alice psicodélica, então, guia experiente de viagens anteriores, o que é um metatexto implícito, tem o papel ordenador do mundo, aplacando a *Angst* da comunidade psicodélica. Uma narrativa que reordena ética questionando a autoridade tradicional e construindo uma em que a jornada é o desejável, e a postura de Alice de questionar a autoridade durante a jornada é louvável.

A operação desta inversão de sentido, em que o absurdo é desejável e os elementos que impõe ordem e racionalidade são os adversários mostra claramente a construção de uma segunda semiose, que utiliza a narrativa original como significante, mas constrói outros significados a partir deste significante. Este novo signo se liga a outros, como o uso da palavra “Alice” como gíria para LSD<sup>9</sup>, o uso de imagens de Alice, principalmente o filme de 1951 em cartelas e outros acessórios consumidos por membros do movimento psicodélico, o uso da gírias “*down the rabbit hole*” para se referir à experiência psicodélica. Esta apropriação da figura de Alice pelo movimento nos aponta que este novo signo é compartilhado socialmente, mas esta apropriação diverge bastante do personagem criado originalmente por Carroll, em consonância com a primazia da recepção na operação semiótica.

A Música e outras apropriações possuem um sentido inequívoco, mas o fato desta leitura ter se popularizado não tem a ver apenas com a intenção de Grace Slick, mas com o fato de haver um grupo social que compartilhava os dilemas apresentados e que, entre tantos signos criados nesta geração, escolheu esta Alice psicodélica como mascote. Podemos perceber portanto tanto a função do mito apresentada por Blumenberg quanto a construção de uma segunda semiose, caracterizando este mito.

O movimento psicodélico não existe isolado, mas fazia parte de um grande conjunto de posições contestatórias nos anos 60 e 70 do século XX. Estas posições se alinhavam a favor do aumento das liberdades pessoais diante de normas de etiqueta muito restritivas, um controle de corpos biopolítico. Estas posições lograram um relativo sucesso e, hoje, as restrições biopolíticas são menos estritas, o que muda a posição do nonsense de objeto de desejo privilegiado para apenas mais um gênero textual. Esta hipótese se alinha com a ampla associação do nonsense à literatura infantil vitoriana e sua interpretação como crítica da rigidez disciplinar da infância neste período.

### O País das Maravilhas como espelho do nosso País sem Maravilhas

A superação do nonsense enquanto elemento central de Alice no filme de 2010 passaria então pelo alargamento dos limites biopolíticos sob os quais vivemos, do qual o movimento psicodélico e sua apropriação de Alice faz parte. Nos chama a atenção o fato que a história, em suas duas encarnações apresenta um aspecto utópico importante. O País das Maravilhas ocupa a categoria do

9 PARKER, Scott F. How Deep Does the Rabbit-Hole Go? DAVIS, Richard Brian (ed). Drugs and Dreams, Perception and Reality.. In *Alice in Wonderland in Philosophy*. Curiouser and Curiouser. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.

desejado, sendo o desejado a dissolução dos limites e a subversão da autoridade. O deslocamento do gênero do filme de 2010, do nonsense para a aventura, se mantivermos a busca do caráter utópico, nos diria que um elemento central do desejo no contemporaneidade é a aventura.

A compreensão da utopia, exige a operação binária com a distopia, uma vez que ambos os gêneros carregam em si seu contrário. A utopia, que nos fala do desejado, por oposição nos aponta o temido e a distopia, que alerta sobre o temido nos permite indica o desejado. Em sentido amplo um grande número de narrativas possui elementos utópicos e distópicos, apesar deste aspecto não esgotar suas interpretações.

Assumindo que há a permanência de um aspecto utópico no País das Maravilhas e que houve um deslocamento do gênero preponderante do nonsense para a aventura, podemos nos perguntar o que esta transformação do signo nos diz sobre os desejos e medos da contemporaneidade.

Um tema central da história do tempo presente é a redução das expectativas. A virada pós-moderna e a queda das metanarrativas implica também uma redução do horizonte de expectativas das ações humanas. Esta visão chegou inclusive a uma formulação teórica importante: o fim da história. Uma das manifestações da redução das expectativas no campo político é o declínio das organizações e atitudes revolucionárias e a ascensão dos reformistas. Esta redução é fato consensual e mesmo quem se opõe politicamente a ela, admite sua existência, embora haja um grande debate em torno de sua desejabilidade. Paralelo a isso se avoluma uma crise de representatividade dos sistemas políticos, que tem relações ainda incertas com a redução das expectativas e que alimenta mal estar onde os representados sentem que mesmo essas expectativas reduzidas não são atendidas, catalisando fenômenos de massa como as primaveras árabes ou as revoluções coloridas que apontem que esta redução pode não ser tão inquestionável, irreversível e hegemônico quanto seus defensores propõe.

Acreditamos que a eleição da aventura como gênero principal em uma obra que possui um forte aspecto utópico, como Alice, nos fala do desejo de potência provocado por vivermos uma época de redução de expectativas. Esta hipótese se torna ainda mais forte se delimitarmos o gênero não apenas como aventura, mas como aventura histórica.

Definimos a aventura histórica não como aventura com ambientação histórica, mas a partir da observação do escritor Milan Kundera<sup>10</sup> que a aceleração do tempo histórico levou a uma transformação do papel da história na narrativa romanesca, de pano de fundo para as peripécias dos personagens para o elemento central e irremovível da história. Alice, no livro, não provoca transformações no tempo histórico do País das Maravilhas. Seu contato com a rainha termina com ela fugindo e acordando do sonho, ao passo que no filme de 2010 toda sua estada no País das Maravilhas é marcada pela esperança que ela cumpra uma profecia e liberte o País da tirania, transformando radicalmente o tempo histórico e tornando a história elemento irremovível da narrativa do filme.

10 KUNDERA, Milan. *A arte do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

A utopia apontada por Alice ao longo de suas adaptações teria se deslocado portanto da libertação dos corpos para o poder de transformar o mundo em que vivemos, indicando uma superação do mal estar provocado pela rigidez das normas de etiqueta e um aumento do mal estar advindo da sensação de impotência política, principalmente considerando a abundância de exemplos de obras de sucesso na contemporaneidade que se enquadram no gênero da aventura histórica, tais como Harry Potter e Jogos Vorazes.

### Conclusão

De todas as interpretações estudadas identificamos como claramente mítica apenas a apropriação psicodélica da obra, uma vez que em torno dela se construiu um novo signo, compartilhado por um grupo social que colabora com a ordenação do mundo e orientação do indivíduo dentre deste ordenamento, contribuindo para a redução do *Angst* através de símbolos que identificam os elementos impessoais e difusos do controle de corpos biopolíticos, permitindo o estabelecimento de relações, sejam de negociação ou combate no processo de “regulação”<sup>11</sup> do poder absoluto da realidade.

Esta pesquisa, reunindo diferentes interpretações e apropriações da obra ao longo do tempo permitiu a emergência do contraste entre sua mais recente adaptação e as anteriores, que trabalham dentro da mesma unidade temática, suscitando a reflexão sobre o caráter utópico da obra e o que esta mudança do signo nos diz sobre as transformações da sociedade que a interpreta e adapta, concluindo que a redução das expectativas políticas nos leva incluir ente os elementos utópicos da obra a possibilidade de transformar o tempo histórico, evidenciando um mal estar advindo da redução das expectativas.

---

11 O absolutismo da realidade não diz respeito apenas ao poder da natureza sobre o humano, mas também ao seu caráter arbitrário e inquestionável, “absolutista” por associação ao regime político. O surgimento do mito é, neste aspecto, semelhante a um processo de constitucionalização, em que este poder absoluto precisa ser não só limitado, mas principalmente regulado, reduzindo o arbítrio, uma vez que a existência da regulação que permite o estabelecimento da negociação.

# Os usos do passado pela intelectual Júlia Lopes de Almeida

Mateus Vinícios Afonso Rocha  
mateus.afonso16@gmail.com

## Resumo

O artigo é uma breve exposição de uma pesquisa em andamento sobre os usos do passado feitos pela intelectual brasileira Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), sobretudo a partir de sua obra “Histórias de Nossa Terra”, publicada em 1907. Composto por contos infantis, o livro é marcado por uma pedagogia moral que buscava transmitir valores de civilidade e certo ideal de homem.

**Palavras-chave:** Memória, intelectuais, cultura histórica, Júlia Lopes, educação.

## Intelectuais na Primeira República

Muitas eram as questões que se colocavam para a sociedade brasileira após a proclamação da República em 1889. As primeiras décadas que se seguiram foram marcadas pela necessidade de se construir uma identidade nacional capaz de sustentar o novo regime. A língua falada e escrita, tradições étnicas e religiosas, um passado que remeta a uma origem comum – todos são elementos fundantes de uma consciência nacional.<sup>1</sup>

Os intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o XX se debruçaram sobre essa questão, e as décadas em questão foram “estratégicas para se pensar o problema das relações entre política e cultura no Brasil”<sup>2</sup>. As discussões a respeito da história foram centrais na fundamentação dos projetos de identidade nacional, uma vez que os intelectuais precisaram lidar com o desafio de enfrentar o passado monárquico e escravista do país, considerado responsável pelo atraso que vivenciava a sociedade então. Era necessário pensar o passado nacional em função do presente republicano, um presente cada vez mais valorizador do progresso e da ciência.

Muitos dos intelectuais do início da República que se engajaram na construção de projetos para a constituição da identidade nacional, não eram considerados historiadores “de ofício”. Na virada do século XIX para o XX, há um crescimento considerável da publicação de livros infantis preocupados com a formação de uma juventude patriótica e cidadã. São textos cívicos com uma

1 GOMES, Angela de Castro. República, educação e história pátria no Brasil e em Portugal. In: \_\_\_\_\_. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

2 GOMES, Angela de Castro. República, educação e história pátria no Brasil e em Portugal. In: \_\_\_\_\_. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 23.



pedagogia moral que buscava transmitir valores de civilidade e certo ideal de homem.<sup>3</sup> Essa literatura infantil cívico-pedagógica não foi escrita exclusivamente por intelectuais que se debruçavam sobre as discussões teóricas a respeito do fazer historiográfico. Mas foram mediadores culturais que se preocuparam em fazer certa interpretação do passado nacional que favorecesse a constituição identitária da pátria em formação.

### Júlia Lopes de Almeida

Dentre os intelectuais que se dedicaram a produzir obras de teor pedagógico cívico e patriótico, estava a intelectual Júlia Lopes de Almeida. Nascida em 1862 na cidade do Rio de Janeiro, oriunda de família burguesa, Júlia Lopes cresceu em meio a livros e rendas, e começou a escrever ainda jovem. Em entrevista a João do Rio, publicada no livro *O momento literário* (1907), a escritora conta o receio que tinha de que descobrissem os versos que fazia às escondidas, quando criança. Para uma mulher, aquele tipo de atividade ainda era considerado inapropriado. Sua irmã mais nova delata a prática ao pai, o qual não reage como temia a jovem Júlia – ele a incentiva a escrever publicamente. Português, o médico Valentim Lopes era também escritor, e havia sido proprietário e administrador do Colégio de Humanidades, no Rio de Janeiro. Já com a família em Campinas, deu à filha mais nova a chance de escrever no jornal local *Gazeta de Campinas*, no qual ela começa a publicar já em 1881.

A partir de então, a escritora alcança grande sucesso e reconhecimento com seus escritos. Segundo Nazilda Moreira, *Família Medeiros*, romance de 1894, teve sua primeira edição esgotada em três meses, e recebeu críticas positivas, como a do periódico *A mensageira*, em 1899.<sup>4</sup> A sensibilidade da autora para questões humanistas relativas à redenção de parte da sociedade – os escravos e as mulheres – foi apontada como uma característica louvável. Júlia Lopes ainda teria sido reconhecida pela crítica como a primeira romancista brasileira (ainda que não o tenha sido, de fato), e por alguns de seus pares como merecedora de mesmo espaço e prestígio que outros escritores já consagrados. José Veríssimo, por exemplo, a colocou no mesmo patamar que Machado de Assis e Aluísio de Azevedo.

A intelectual se casou com o escritor português Francisco Filinto de Almeida, o que teve grande repercussão na ampliação de seus espaços de convívio e atuação. Estando envolvida de perto nas discussões iniciais a respeito da fundação da Academia Brasileira de Letras, Júlia Lopes não pôde ocupar nenhuma das cadeiras, devido à mentalidade machista do período, com argumentos que ignoravam completamente seu mérito literário e influência sobre a própria constituição da Academia.<sup>5</sup>

3 HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. 2007. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

4 MOREIRA, Nadilza M. de B. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

5 FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida: Entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.27, pp.317-338, 2009.

Todos esses acontecimentos apontam para as redes de sociabilidade nas quais se embrenhou Júlia Lopes de Almeida, tão importantes para a configuração de projetos intelectuais capazes de interferir na sociedade brasileira, enfatizando determinados aspectos em detrimento de outros. Mais uma evidência dessa atividade intelectual da personagem aqui estudada é o salão literário organizado por Júlia Lopes em sua casa no bairro carioca de Santa Tereza. O Salão Verde, como era conhecido, contava com a presença frequente de importantes nomes do mundo literário da cidade, como Olavo Bilac e os irmãos Aluísio e Antônio de Azevedo.

A obra de Júlia Lopes de Almeida é marcada por experiências em diferentes gêneros literários, além de escritos para jornais diversos. Publicou em periódicos de circulação local, nacional e mesmo internacional, contribuindo não apenas com contos em formato de folhetins, mas também com artigos relativos a questões sociais que lhe preocupavam, e sobre as quais sentia necessidade de escrever. Além disso, escreveu diversos romances e contos, dentre os quais se destacam o já citado *A Família Medeiros* (1891), *Memórias de Marta* (1899), *A viúva Simões* (1897), *A Falência* (1901) e *A Intrusa* (1908). Parte considerável de seu compromisso nessas obras era com a “mulher classe média, educada, burguesa, idealista e ambiciosa por um espaço”<sup>6</sup>. Mas dedicou-se também à questão da formação moral de jovens cidadãos, publicando quatro coletâneas de contos, crônicas e poemas, voltados ao público infantil: *Contos Infantis* (1896), junto de sua irmã, Adelina Lopes Vieira; *Histórias da Nossa Terra* (1907); *Era uma vez...* (1917); e *A Árvore* (1916), com seu filho, Afonso Lopes de Almeida.

### Histórias da Nossa Terra

De todas suas publicações, me detenho com maior afincamento sobre *Histórias da Nossa Terra*, obra que se enquadra em um grupo específico de livros destinados ao público infantil – a literatura preocupada com a formação cívico-patriótica. Pode-se dizer que o livro em questão alcançou considerável patamar de leitores (dentro dos padrões da Primeira República), levando em conta a grande quantidade de edições (vinte e uma) em um espaço de vinte e três anos. Apesar de não haver indícios oficiais, esse fato aponta para uma grande probabilidade de adoção do livro por escolas primárias.<sup>7</sup>

O livro é composto por contos e textos epistolares, todos perpassados por forte pedagogia moral – valorização do trabalho, do estudo, das boas ações – e valores patrióticos. Logo no início, há dois textos enaltecendo aspectos fundamentais à construção identitária nacional: a bandeira e a língua. A bandeira seria “símbolo do bem, da razão, da justiça”, sob o qual todos os cidadãos se estremecem de orgulho. Há um desejo de integração total da nação, de norte a sul, em prol das ações virtuosas. Esse desejo de integração fica explícito na obra, sendo os contos ambientados em cidades de diferentes regiões do país, ilustrados por fotografias de pontos importantes das mesmas

6 MOREIRA, Nadilza M. de B. *A condição feminina revisitada*. Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p. 78.

7 MOREIRA, Nadilza M. de B. *A condição feminina revisitada*. Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p. 80.

(como praças e portos). Apesar disso, não há grande valorização das particularidades de cada localidade, e os personagens, independente da origem geográfica, demonstram a mesma preocupação em honrar a pátria em sua totalidade.

A língua portuguesa é apresentada como “a mais bela expressão da inteligência humana”, que carrega nossa tradição, nosso pensamento e nossa nacionalidade, e, por isso mesmo, seu estudo pelos jovens é imprescindível. Acompanhando a exaltação da bandeira e da língua, há dois textos que demonstram a preocupação com a família, e também os papéis de cada membro considerados mais adequados ao desenvolvimento da nação: a mãe como incansável conselheira e cuidadora dos filhos, e o pai como o trabalhador e supridor das necessidades da família. Aqui vale uma observação sobre as complexidades que marcam o pensamento e a escrita de Júlia Lopes. Mesmo dando importância a uma posição “tradicional” para a mulher dentro do lar, a autora se destaca ao criar personagens femininos complexos, que se posicionam diante das adversidades, reconhecendo a necessidade do trabalho e da instrução das mulheres.<sup>8</sup>

Os conteúdos de História do Brasil são incorporados à narrativa dos textos de *Histórias da Nossa Terra* de forma natural, corroborando a mensagem moral passada pelo conto. Como exemplo, tomemos o primeiro conto, *A pobre cega*. Júlia Lopes de Almeida traz a história de uma velhinha cega que se sentava perto de certa escola para ouvir os meninos, pelos quais tinha grande afeição. Certo dia, rapazes que chegaram mais cedo e esperavam a aula começar perto da velhinha (a pontualidade é um dever que os fez aguardar até a hora exata), repassavam a lição de História do Brasil. Nesse momento a narrativa se transforma na lição do estudante, e apresenta uma visão engrandecedora da civilização, em contraposição ao atraso dos selvagens que habitavam o território americano antes da chegada dos europeus:

A civilização adoça os costumes e tem por objetivo tornar os homens melhores, disse-me ontem o meu professor, obrigando-me a refletir sobre o que somos agora e o que eram os selvagens antes do descobrimento do Brasil [...] Que eram os selvagens, ou os índios, como impropriamente os chamamos? Homens impetuosos, guerreiros com instintos de animal feroz. Entregues absolutamente à natureza, de que tudo sugavam e a que por modo algum procuravam nutrir e auxiliar, estavam sujeitos às maiores privações; bastando que houvesse uma seca, ou que os animais emigrassem para longe das suas tabas, para sofrerem os horrores da fome. [...] O índio vivia para a morte; era antropófago, não por gula, mas por vingança.

[...]

Que alegria invade o meu espírito quando penso na felicidade de ter nascido quatrocentos anos depois desse tempo [...] e como estremeço de gratidão pelas multidões que vieram redimir essa terra, cavando-a com a sua ambição, rasgando -a com o seu sangue, salvando-a com a sua cruz!<sup>9</sup>

8 A trajetória de vida de Júlia Lopes aponta para uma preocupação com a questão feminina: participou de conferências diversas acerca do lugar da mulher na sociedade em que vivia, bem como da fundação da Legião da Mulher Brasileira. Leonora de Luca caracteriza o engajamento da intelectual como “feminismo possível”, moldado pelos limites do meio social em que viveu (LUCA, Leonora de. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1864-1932). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 2, pp. 275-299, 1999).

9 ALMEIDA, Júlia Lopes. *Histórias da nossa terra*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris, Aillaud, 1911 (1907), pp. 26-27.

O conto retorna ao cenário das redondezas da escola, e em determinado momento, os estudantes perguntam à velha como havia se tornado cega. Ela então conta que salvara uma criança de um incêndio muitos anos antes, e que perdera a visão nesse acontecimento. Um dos alunos reconhece a história, e revela que a criança salva era seu pai, e que a velhinha, a partir de então, sempre teria um lugar em sua casa. A mensagem moral trazida pela lição de História do Brasil é retomada pela narradora:

Uma hora depois, a velha cega entrava para sempre em casa de Chico, onde lhe deram o melhor leito e a trataram sempre com o mais doce carinho, provando assim que muita razão tinha o mestre fazendo ver ao discípulo quanto **a civilização adoça os caracteres e torna os homens bons!**<sup>10</sup>

A História funciona, no enredo da narrativa, como um elemento que apresenta modelos de comportamento a serem seguidos para que a nação seja constituída: a civilidade e a racionalidade, no caso do conto citado, trazem a solidariedade entre os homens, traço fundamental para a convivência harmônica entre os indivíduos que dividem o mesmo território nacional.<sup>11</sup>

Outro conto interessante é *Um mártir*, que apresenta um formato distinto dos outros que compõem a obra. Aqui, Júlia Lopes apresenta um diálogo entre dois homens que passeavam “pela estrada enluarada e deserta que ia do Pombal para a Villa de S. João d’El Rey”, em 1789. Eram um sacerdote e um “moço mineiro, de olhar sonhador e fronte altiva” – Tiradentes. A narrativa constrói um herói destemido, honesto e que diz o que pensa a todos os que o queiram ouvir (ainda que o padre o aconselhe a ser mais resguardado). Em uma de suas falas, Tiradentes defende arduamente a República, ultrapassando o questionamento do abuso do Reino por meio dos impostos, e assumindo sentimentos patrióticos:

Reverendo e amigo! A República é a liberdade, e a liberdade é a aspiração de todos os brasileiros. O bem que o Reino nos fez, já lh’o pagamos. Se a nossa capitania, tão arruinada, lhe satisfizer a voracidade com as setecentas arrobas de ouro que ele exige, a que tristeza e desalento nos entregaremos todos? Vede essa terra, padre! [...] toda ela é fértil, toda ela reclama braços filhos livres e amorosos, que lhe rasguem os seios, que a fecundem, que a tornem numa grande pátria, bendita e forte. O Reino está muito longe!<sup>12</sup>

A estratégia de mesclar ficção e história era relativamente comum nesse tipo de produção literária, e constitui uma forma própria de mobilização do passado para a formulação de uma narrativa patriótica que fosse acessível aos pequenos homens da nação, que construiriam o futuro do país novo.

10 ALMEIDA, Júlia Lopes. *Histórias da nossa terra*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris, Aillaud, 1911 (1907), p. 34 (grifo nosso).

11 HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. 2007. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

12 ALMEIDA, Júlia Lopes. *Histórias da nossa terra*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris, Aillaud, 1911 (1907), pp. 101-102.

### Considerações finais

A pesquisa em andamento sobre a qual falamos nesse breve texto tem por objetivo investigar as possíveis relações entre os usos do passado feitos por Júlia Lopes de Almeida, e as discussões historiográficas que eram feitas a respeito do passado nacional. A literatura infantil cívico-patriótica tinha objetivos específicos, fazendo uso pedagógico do passado para a criação de uma identidade e uma memória nacionais e republicanas, criando uma narrativa histórica que poderia ser diferente daquela que se buscava construir nos círculos intelectuais de produção historiográfica. Acreditamos que investigar como se dava esse diálogo contribui para pensar as diversas formas de dar sentido ao passado que constituem a cultura histórica.<sup>13</sup>

Sobretudo em um momento no qual a disciplina histórica ainda estava se consolidando, e o entendimento do que era ser historiador ainda fomentava intensos debates, não faz sentido pensar que a história tenha tido o monopólio da interpretação do passado e da construção de narrativas de memória. O estudo das relações entre os indivíduos mais próximos de uma “profissionalização” da disciplina histórica, e aqueles menos envolvidos com esse mundo, pode nos ajudar a caracterizar de forma mais ampla a sociedade analisada, pois todos esses sujeitos mobilizaram valores, atitudes e representações de um passado coletivo.

Ademais, a produção de Júlia Lopes de Almeida parece apontar para a participação em um projeto intelectual de divulgação dos ideais de República defendidos pela autora. Os espaços de sociabilidade que frequentava (ou que criava, como no caso do Salão Verde), os temas sobre os quais escolhia escrever, a contribuição para uma pedagogia cívica e patriótica, são alguns dos elementos que indicam uma atuação ativa de Júlia Lopes em prol das transformações que acreditava necessárias na nova conformação política e social que se delineava no Brasil.

---

13 RÜSEN, Jörn. *¿Qué es la cultura histórica?* Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia, 1994. Trad. de F. Sánchez e Ib Schumacher. Versão espanhola inédita do texto original em alemão publicado em FÜSSMANN, H. T. Grütter y RÜSEN, J. (eds.). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, 2009, pp. 3-26. Disponível em: <[http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf)>. Acesso em 28/06/2018.

# O Lugar de memória do Palácio Tiradentes da Constituinte Estadual da Guanabara à instalação da ALEG (1960-1961)

Thiago Figueiredo Martins<sup>1</sup>  
thiagofigueiredomartins@gmail.com

## Resumo

A nossa pesquisa tem por objetivo analisar a representação na imprensa carioca das disputas de memória em torno do Palácio Tiradentes durante as atividades da constituinte estadual da Guanabara e da instalação da Assembleia Legislativa do estado da Guanabara de 1960-1961. A memória construída sobre o Palácio Tiradentes, como sede do poder legislativo, e da cidade enquanto centro do poder político teria sido mobilizado através da imprensa no processo de transferência da capital para Brasília, para legitimar a criação de uma nova unidade político-administrativa na antiga capital, o estado da Guanabara. O nosso objetivo é demonstrar como a imprensa carioca da época noticiou as atividades da assembleia e o debate para a instalação definitiva da ALEG no prédio. Estamos analisando um conjunto de matérias dos principais jornais cariocas da época, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*. O debate sobre o uso do prédio teria relação com importância da cidade do Rio de Janeiro como capital federal e a criação do estado da Guanabara também estão ligados a recuperação da memória da cidade como centro de poder, e o interesse dos grupos políticos que se beneficiaram da criação do estado estão ligados a relação com o processo de afirmação da capitalidade da cidade. Os dois processos: o uso para a constituinte estadual e o debate que envolve diretamente o poder legislativo estadual e federal em relação a questão da cessão do espaço para a ALEG indicam o interesse do poder legislativo estadual, das elites políticas cariocas que criaram o novo estado passaram a mobilizaram o peso simbólico do edifício.

**Palavras-chave:** Monumento, imprensa, Palácio Tiradentes.

## Introdução

A cidade do Rio de Janeiro deixou de ser a capital da República em 1960, quando o antigo Distrito Federal passaria a ser o território de um novo estado<sup>2</sup>. Essa transformação representou uma relação paradoxal para as elites políticas cariocas, pois ao mesmo tempo em que a cidade teria

1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ

2 DANTAS, Camila e FERREIRA, Marieta. **Os apaziguados anseios da Terra carioca: lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945** in FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.



um governante eleito democraticamente, e não um interventor escolhido pelo presidente da República, também perderia a importância como centro da política nacional. Dessa forma os grupos que tinham influência política na cidade, como jornalistas e políticos realizaram um esforço de recuperação do passado dessa cidade, da sua capitalidade<sup>3</sup>, o conjunto de valores simbólicos que uma capital carrega, como forma de legitimar o novo estado e criar uma nova identidade<sup>4</sup>.

Estamos analisando o Palácio Tiradentes como um Lugar de memória de acordo com a definição de Pierre Nora<sup>5</sup> carregado de simbolismo e foi construído para funcionar como um espaço para recuperar um passado mítico nacional. Carlos Sarmiento em seu trabalho sobre o Palácio aponta como os lugares de memória são carregados de múltiplos significados, sobre o prédio Sarmiento “As representações a partir dele formuladas integram o repertório das diferentes memórias possíveis, mas não o situam, nem tampouco o definem”<sup>6</sup>. O conceito desenvolvido por Pierre Nora é um fio condutor importante para compreendermos os processos de uso e apropriação simbólica do Palácio Tiradentes, que acabou indo muito além da utilização como um espaço institucional, transformando-se em monumento, nesse aspecto que memória ou memórias o lugar representa. Marcio Romão abordou o espaço com outra perspectiva. Para o autor o foco estava na construção da memória presente na própria arquitetura do prédio. Podemos traçar um paralelo entre a composição pelo uso político do espaço, como um palco da história dos eventos políticos que ali se desenrolaram, e do monumento carregado de uma história da sua própria construção que é formada por elementos arquitetônicos e artísticos dotados de simbolismo e significação<sup>7</sup>.

A questão dos usos políticos da memória na contemporaneidade é marcada pela emergência de múltiplas memórias fundadoras que surgem com a criação dos Estados nacionais. Fernando Catroga em seu trabalho defende que as políticas de memória, a História enquanto disciplina colaborou para a construção de uma memória fundacional para o Estado moderno. O autor apresenta uma visão que contesta a perspectiva de uma memória coletiva e espontânea demonstrando que as memórias são atravessadas pelos seus usos políticos<sup>8</sup>.

A relação entre poder e memória é um ponto fundamental do nossa pesquisa e, portanto devemos compreender como as memórias são construídas? Como noticiaram as disputas pelo uso e pela sessão do espaço entre o poder legislativo federal e o recém-criado poder legislativo estadual? Essas disputas estão no campo político e perpassam o campo profissional dos jornalistas respon-

3 ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. Organização de Bruno Contardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

4 MESQUITA, Cláudia. **Um Museu para a Guanabara: um estudo sobre a criação do Museu da Imagem e do Som e a identidade carioca (1960-1965)** Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

5 NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 7-28. 1993.P7.

6 SARMENTO, Carlos. "Com o passado a nos iluminar": as representações da memória sobre a nação no prédio do Palácio Tiradentes. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.

7 ROMÃO, Márcio. *Palácio Tiradentes: que história escrever, que passado lembrar?* Anais ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

8 CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015

sáveis pela cobertura política do congresso. A memória e o papel da imprensa estão diretamente relacionados, devemos pensar nas linhas editoriais que cada periódico seguia, fundamental também compreender como o campo jornalístico atua produzindo narrativas que se compõem no espaço de produção simbólica.

Segundo Pierre Bourdieu, o campo profissional funciona com um instrumento de coerção, de exigências de condutas e padrões de uma determinada profissão, prática de seus membros, e o campo jornalístico especificamente mais propenso à pressões externa, como a dos patrocinadores, do Estado e do público leitor<sup>9</sup>. Nesse sentido, quando analisamos a representação na imprensa estamos olhando um pouco para o conjunto de disputas na sociedade e, sobretudo que grupos conseguiram hegemonizar o seu poder. Segundo Andreas Hussey A memória encontra na produção da mídia a sua forma de propagação e produção<sup>10</sup>.

Analisando como a imprensa cobriu especificamente a Constituinte Estadual da Guanabara e o debate sobre a cessão do Palácio a ALEG podemos observar claramente como a mídia contribuiu de forma significativa para moldar novas memórias e com isso para a criação de uma nova identidade para o novo estado. Dessa forma as políticas de memória e o poder do Estado não podem ser considerados como fatores cristalizados. Compreender a natureza do poder, como são as dinâmicas dele em nossa sociedade, é um fundamental para analisar a construção e a propagação de memórias. Diversos setores como a imprensa e as instâncias de poder local, nacional atuam no sentido de se apropriar de narrativas e memórias para garantir uma coesão social. Se pudermos avaliar a memória como um campo de disputas então devemos considerar que os atores sociais que se encontram nesse processo compartilham de certas premissas ao mesmo tempo em que pretendem impor sua narrativa.

### A constituinte e a representação na imprensa da memória do Palácio Tiradentes

Os jornalistas fazem parte de um campo profissional que sofre influências de outros campos, como o político e o econômico. Podemos traçar um vínculo de dependência entre a imprensa e o Estado e dos grupos políticos. Especificamente no Rio de Janeiro, então capital federal, a imprensa especializada na cobertura política tinha ali um espaço de atuação e de interferência nas decisões no Congresso junto à opinião pública<sup>11</sup>.

A questão da transferência da capital, e do que seria feito do Palácio Tiradentes, apareceu no *Diário de Notícias*, matutino carioca que teve sua história marcada pela revolução de 1930,

9 BOURDIEU, Pierre. 1997. **Sobre a Televisão - Seguindo de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos** (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 143 pp.

10 HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Tradução de Sergio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

11 BOURDIEU, Pierre. 1997. **Sobre a Televisão - Seguindo de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 143 pp.

quando o jornal foi fundado por Orlando Dantas, concebido com a proposta de lutar contra o autoritarismo da República oligárquica e favorável à Revolução de 30 que destituiu a oligarquia que governava o país. Ao longo do tempo em que esteve nas bancas, buscou uma posição política independente, nacionalista e anti-getulista, também se colocando contrário à transferência da capital para o Planalto Central e mantendo forte oposição ao governo de Juscelino Kubitschek, que era tratado como aventureiro<sup>12</sup>. Com o título de “Adie-se a mudança” o jornal demonstra a importância do edifício para o exercício democrático da atividade parlamentar e da cobertura jornalística. A reportagem se utiliza da comparação entre os dois espaços, a nova sede da Câmara e a antiga, para demonstrar como a nova sede não reunia as características que permitiram o serviço jornalístico dentro do prédio e o pleno funcionamento da democracia.

Impressionante descrição do Palácio do Congresso, em reportagem assinada por um velho e criterioso profissional, Manuel Gonçalves, decano da crônica parlamentar, mostra as péssimas condições desse edifício quanto a sua funcionalidade: é a única sede de poder do estado enterrado no chão, com suas principais instalações metidas no subsolo, o plenário relativamente exíguo (tinha que ser previsto o periódico e fatal aumento de representatividade popular) e com o seu piso plano e não declive, como o do Palácio Tiradentes, para possibilitar a todos os Deputados a mesma capacidade de visão e visibilidade; as salas das comissões também acanhadas e sem aeração, iluminação e ventilação naturais, o recinto destinado a reportagem inteiramente isolado do Plenário, condição impeditiva de um eficiente serviço jornalístico, e inclusive antidemocrático<sup>13</sup>.

Podemos perceber como o jornal aponta para dificuldade do novo estado se manter sem o seu papel enquanto capital, mostrando também preocupação com o Palácio Tiradentes e com os espaços representantes do poder federal na capital. O que podemos traçar de paralelo entre as reportagens é a ideia do espaço como local de funcionamento da democracia liberal. Acreditamos que a própria atividade jornalística na cobertura do congresso tenha contribuído decisivamente para a construção dessa memória em relação ao Palácio Tiradentes. Um ponto importante é compreender como jornais sempre estiveram conectados à política de uma forma partidarizada.

O *Jornal do Brasil* foi criado em 1891, surgiu como jornal católico e monarquista. As transformações sofridas com a reforma na sua linha editorial na década de 1950, com a chegada de uma nova equipe, levaram a seção sobre política ganhar mais destaque. O veículo se colocou em oposição mais clara e definida ao presidente Juscelino Kubitschek e a mudança da capital para Brasília<sup>14</sup>. Em 6 de Janeiro de 1960 no *Jornal do Brasil* o destino, ou melhor, a falta de destino que o Palácio Tiradentes teria com a mudança da capital para Brasília é apresentada com o título “Nada decidido sobre a finalidade dos prédios após a mudança”. A matéria, apesar de apontar a incerteza do destino do prédio, tenta demonstrar que o espaço tem um dono que vai preservar algumas funções,

12 FERREIRA, Marieta. Verbete Correio da manhã. Dicionário Histórico Brasileiro Bibliográfico-FGV.

13 Adie-se a mudança. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro 17 de Fevereiro de 1960. p.4.

14 FERREIRA, Marieta; MONTALVÃO, Sérgio. Verbete Jornal do Brasil. Dicionário Histórico Brasileiro Bibliográfico-FGV.

como o arquivo do Congresso e a biblioteca, espaços esses destinados à preservação da memória da instituição<sup>15</sup>.

Essa reportagem apresenta como certo o fim do Palácio como sede da Câmara, mas podemos constatar a preocupação com o seu destino. A possibilidade do prédio ainda abrigar funções relacionadas ao Congresso nacional, como a biblioteca e o arquivo, afirmando que esse espaço não poderia ser nem vendido ou alugado. A matéria indica que a transferência da capital poderia não significar a completa eliminação das funções que o Palácio Tiradentes tinha como sede do Parlamento, o que acabaria se cumprindo, em decorrência do fato de que a Câmara dos Deputados iria manter salas no quinto andar como sua seção no estado da Guanabara.

Em entrevista concedida ao *Jornal Do Brasil* no dia 7 de Janeiro veiculada na reportagem “Arquivos da Câmara começam a partir dia 20 para Brasília-sem destino”, o deputado federal Neiva Moreira, buscou demonstrar que o espaço teria um destino, dando como alternativa a ocupação pelo Poder Legislativo do novo estado. O deputado indicou a possibilidade do espaço torna-se sede do poder legislativo da Guanabara, ou mesmo passando a ser um espaço de conferências e encontros internacionais.

Sobre o destino que será dado ao Palácio Tiradentes, o Deputado Neiva Moreira disse que nada está decidido ainda. Acha que o palácio com a mudança para Brasília deveria servir de sede para a câmara dos deputados da Guanabara ou ser aproveitado para a recepção de nacionalidade estrangeiras, como local de conferência, congressos, seminários e simpósios<sup>16</sup>.

Outra questão que se tornou importante entre as casas legislativas foi a discussão sobre a permanência da Câmara dos Deputados no Palácio, a qual devemos compreender como um elemento da disputa pelo simbolismo e pela memória que o prédio carregaria naqueles momentos. Apesar da discussão em muitos casos aparecer como apenas burocrática, podemos analisar que a reportagem do dia 12 de março com o título de “Louvável atitude”, defende que o Poder Legislativo Federal deveria permanecer na cidade, mesmo com a mudança da capital. A manutenção da instituição no Rio de Janeiro contribuiria para a manutenção do estatuto de capital cultural da cidade.

A mesa da Câmara dos Deputados resolveu manter o Palácio Tiradentes em condições de novamente receber esta casa do congresso, caso ocorra qualquer anormalidade que venham impedir o funcionamento normal do regime... Não haveria nenhum motivo para que o Palácio Tiradentes pelo menos no início de uma experiência tão profunda que é a mudança da capital federal para o Planalto Central passasse levemente para outras mãos<sup>17</sup>

Podemos perceber a intenção de recuperação da memória histórica do prédio ao rememorar aspectos da sua arquitetura devido ao peso político do espaço. A cidade e os prédios, antes

15 Nada decidido ainda sobre a finalidade dos prédios após mudança para Brasília. *Jornal do Brasil*, 06 de janeiro de 1960, p4.

16 Arquivos da Câmara começam a partir dia 20 para Brasília - Sem destino. *Jornal do Brasil*, 07 de janeiro de 1960. p4.

17 Louvável atitude. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 12 de março de 1960. p.3.

espaços centrais da política, agora estariam perto de se tornarem objetos abandonados e tomados pelo caos e pela desordem. Um forte simbolismo aparece em toda a matéria, ao defender que o prédio não deveria ser abandonado ou ficar à mercê de funções que não fossem a de palco do Poder Legislativo.

O uso do espaço após a transferência se liga ao processo de valorização da memória do Palácio Tiradentes como um símbolo da História nacional. Constantemente utilizada pela imprensa como podemos perceber nas seguintes reportagens. *Um palácio sem destino*, acompanhado do subtítulo *O Palácio Tiradentes vai ficar vazio, mas ainda se ignora o seu destino*. O caráter dessa matéria está diretamente relacionado ao peso que o prédio tem na história. O *Diário de Notícias* volta na história do edifício, caracterizando-o como o velho, para justamente valorizar os inúmeros acontecimentos históricos que tiveram o Palácio Tiradentes como palco e, como isso, criticar a possibilidade do espaço perder completamente suas funções, ficando silencioso. Nesse caso o silêncio também indica a preocupação com um uso que não estivesse de acordo com uma vocação de sede do embate político.

Intitulado “Custou 14 milhões o Palácio Tiradentes”, o texto cita a recomendação da comissão da Câmara dos Deputados, na qual “os materiais a empregar na construção, no revestimento, na decoração, nas pinturas em todas as partes desse edifício serão nacionais” e complementa ainda com a história do prédio, reafirmando a sua memória como símbolo da República e da nação. O estilo arquitetônico, das obras de arte, como as estátuas e pinturas que compõem o monumento e são aspectos que remetem a construção da memória oficial realizada na sua construção<sup>18</sup>.

Essas duas reportagens que apresentamos nos indicam justamente como o local estava sendo caracterizado por parte da imprensa carioca como um espaço especial para a história política do Brasil e também do Rio de Janeiro. Acreditamos que essas reportagens indicam um processo de apropriação da memória que fazia parte do edifício, como um espaço da política nacional, mas também como um monumento republicano que expressa uma memória oficial. Na transferência da capital da cidade do Rio de Janeiro, essas apropriações teriam como finalidade referendar a importância histórica da própria cidade do Rio de Janeiro como sede do poder.

Ainda no ano de 1960, com o estado da Guanabara já estabelecido, temos o debate sobre a ocupação física do espaço pelas instituições que fariam parte da estrutura administrativa da Guanabara. Como havíamos apresentado, com a criação do novo estado seria eleita uma Constituinte Estadual e um governador, que tomariam posse em outubro de 1960. Com o fim dos trabalhos da Constituinte essa se juntaria à Câmara dos Vereadores, que até então representava o Poder Legislativo do Distrito Federal para formar a nova Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara.

A discussão onde deveria ser instaurada a Assembleia Estadual Constituinte do novo estado ganhou as páginas da imprensa carioca, sendo o Palácio Tiradentes um símbolo importante para a

18 Custou 14 milhões o Palácio Tiradentes. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro. 22 de Junho de 1960. p.1.

legitimação do Poder Legislativo carioca. O edifício seria a herança simbólica dos tempos da capital, em um momento em que as novas instituições precisavam se apropriar do peso simbólico da antiga sede do Parlamento para justificar a sua própria existência.

A decisão pelo uso do lugar de memória republicano como espaço para a Assembleia Constituinte Estadual foi alardeada pela imprensa, como podemos analisar na matéria *34 anos depois*, veiculada pelo *Diário de Notícias* do dia 27 de Setembro, poucos dias antes do começo da Constituinte. O jornal buscava fazer um balanço histórico da construção do Palácio, assim como rememorar a participação de atores importantes no empreendimento de construir um espaço definitivo para o Poder Legislativo.

Palácio Tiradentes será a sede de constituinte de novo estado da União. Apesar da relutância dos vereadores cariocas, tudo indica que a constituinte efetuara mesmo as suas reuniões no Palácio Tiradentes, o belo edifício em estilo grego-romano que serviu de sede do Poder Legislativo da República durante trinta e quatro anos. Por isso mesmo trazemos aqui algumas notas a respeito de tão ilustre Casa, as quais se tronaram ainda mais oportunas diante do falecimento, há poucos dias de um dos arquitetos da obra, o prof. Arquimedes Memória<sup>19</sup>

A Assembleia Constituinte Estadual começou no dia 03 de outubro de 1960, sendo a constituição promulgada em 27 de março de 1961. Durante esse período, a Assembleia funcionou no Palácio Tiradentes, enquanto a Câmara Municipal continuou no Palácio Pedro Ernesto. O uso do Palácio Tiradentes como sede da Constituinte e posteriormente como sede da ALEG serviu para dar legitimidade para o novo estado. O *Jornal do Brasil* mostrou a aprovação da Constituição Estadual no Palácio Tiradentes em 28 de março de 1961. A matéria ocupou uma página do primeiro caderno com título “Estado da Guanabara ganhou a sua primeira constituição”. Em destaque se lê “O Povo compareceu no Palácio Tiradentes em massa para assistir a solenidade de promulgação da constituição”<sup>20</sup>. A promulgação da constituição como um ato fundacional do novo estado, com diversas imagens de lideranças da Guanabara, e a população mais uma vez entrando em cena como ator político, foi um marco importante no processo de criação da nova unidade da federação.

Outro aspecto importante sobre o uso do Palácio está ligado diretamente à força simbólica que o monumento carrega. Durante a Constituinte Estadual algumas manifestações foram retratadas, como por exemplo, no *Diário de Notícias* do dia 11 de Janeiro de 1961, apresenta um comício de aeroviários sendo realizado nas escadarias do Palácio Tiradentes. Podemos sugerir aqui um forte indício da construção do lugar de memória da política, não apenas oficial, mas no seu sentido mais amplo, como um espaço de reivindicação, de participação de setores populares na política do Rio de Janeiro. A matéria apresenta ainda a greve dos aeroviários e uma manifestação em decorrência da greve que correu nas escadarias do Palácio Tiradentes. Os manifestantes chegaram a ser recebi-

19 34 dias depois. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 27 de Setembro de 1960. pp. 1-5

20 O estado da Guanabara ganhou a sua primeira constituição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1961. pp.1-10



dos pelo presidente da Constituinte Estadual que ocorria no prédio<sup>21</sup>. Um comício organizado pelo PTB com a participação de João Goulart foi noticiado em 17 de Fevereiro de 1960. Essa reportagem reforça a nossa ideia central, da representação do espaço da política e da encenação. O interessante é perceber como as escadarias ganharam força nesse tipo de reportagem. A ideia é a conexão do lugar com o povo e, em última instância, com o próprio político. O Congresso enquanto lugar de memória contribuía para esse tipo de narrativa<sup>22</sup>

### Considerações finais

A mudança da capital em pleno governo de Juscelino Kubitschek em alguma medida atendeu essa demanda de “neutralizar” a capital, e os políticos cariocas conseguiram com a criação do estado da Guanabara na área do antigo Distrito Federal manter o prestígio da antiga capital, e ao mesmo tempo a conquista da autonomia política para a cidade. Com a transferência da capital e a criação do estado da Guanabara a memória foi o elemento determinante na legitimação social da nova unidade da federação. Mais do que isso, podemos utilizar o estudo de caso para compreender como as dinâmicas de poder não estão concentradas apenas no núcleo central do mesmo, mas permeia toda a sociedade, nas diferentes instâncias que são mobilizadas para criar legitimidade para uma determinada classe política.

Voltamos assim à ideia de lugares de memória, não é possível pensar em espaços de memória cristalizados, apenas o trabalho ativo de memória pode criar memórias, e as disputas que permeiam a nossa sociedade nos mais diversos níveis de poder. O papel da imprensa na propagação da memória é um elemento desse trabalho de memória que exploraremos nesse pequeno artigo. A ocupação do Palácio Tiradentes era uma questão de manter o capital político e preservar a memória da cidade do Rio de Janeiro como espaço da política. O destino do prédio estava diretamente relacionado à manutenção da capitalidade da cidade, da preservação do poder simbólico que as elites da cidade desejavam manter e perpetuar. Nesse sentido a imprensa contribuiu significativamente para manter viva a discussão da importância de manter o Tiradentes como lugar de memória do Parlamento. Em última instância podemos dizer que ao mesmo tempo em que se disputa uma memória já existente se cria outras tantas memórias que nascem justamente do calor da disputa política e da ação de organismos como a imprensa na propagação dessas narrativas. Quando dizemos que estamos analisando a representação da memória na imprensa também analisamos a sua construção e apropriação.

21 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 1961. p 3- terceira seção.

22 *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 1960.p 9.

**Bibliografia**

- ARGAN, Giulio Carlo. Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco. Organização de Bruno Contardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. 1997. Sobre a Televisão - Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 143 pp.
- CATROGA, Fernando. Memória, História e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- DANTAS, Camila e FERREIRA, Marieta. Os apaziguados anseios da Terra carioca: lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945 in FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- MESQUITA, Cláudia. Um Museu para a Guanabara: um estudo sobre a criação do Museu da Imagem e do Som e a identidade carioca (1960-1965) Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 7-28. 1993.
- ROMÃO, Márcio. Palácio Tiradentes: que história escrever, que passado lembrar? Anais ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- SARMENTO, Carlos. "Com o passado a nos iluminar": as representações da memória sobre a nação no prédio do Palácio Tiradentes. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.

## Frédéric Hartmann, Théodore Rousseau e o “inacabado” na pintura francesa do séc. XIX

Luciana Lourenço Paes

PhD candidate at The State University of Campinas - Brazil

Temporary researcher at EHESS - Paris, France

paes.lu@gmail.com

### Resumo

O historiador Albert Boime (1971) afirmou que durante o período pós-davidiano, que testemunhou a emergência de tendências românticas, o esboço, antes considerado uma parte da fase generativa do processo de criação, foi adquirindo cada vez mais destaque até tornar-se, no fim do séc. XIX, o paradigma mesmo da execução da obra. A pergunta implícita da crítica era: como o artista resolveu o dilema de permanecer fiel à verve do esboço, da primeira ideia, de sua inspiração, sem renunciar ao trabalho diligente e metucioso que leva à objetivação da obra final? Esta comunicação investiga a postura que o colecionador alsaciano Frédéric Hartmann manteve em relação a esse modelo de apreciação, por meio da análise de trechos de sua correspondência com o pintor Théodore Rousseau. Suas cartas a Rousseau atestam o quanto seu gosto fluía entre o seu século e a sua personalidade, pois ora requer, ora considera excessivo o inacabado nas telas que lhe encomenda.

**Palavras-chave:** Hartmann, Frédéric (1822-1880); Rousseau, Théodore (1812-1867); Pintura francesa - séc. XIX.

Albert Boime escreveu, no livro *The Academy and French Painting in the Nineteenth Century*<sup>1</sup>, que a dicotomia “esboço-acabado” tornou-se parte intrínseca do vocabulário da crítica de arte durante o período pós-davidiano (ou pós-Revolução Francesa), o qual testemunhou a emergência de tendências românticas. A técnica do esboço, segundo o autor, já era ensinada dentro da Academia de Belas Artes, cuja parte pedagógica transfere-se, a partir de 1816, para a École des Beaux-Arts. Boime defende que esboços sempre foram apreciados enquanto tais, ou seja, enquanto elementos inerentes à fase generativa do processo de criação de uma obra (a École des Beaux-Arts estabeleceu, inclusive, um concurso de esboços de composições em 1816 que duraria até 1863). O problema surge quando os artistas passam a expor trabalhos que se parecem com esboços *publicamente*, ou seja, na qualidade de obras acabadas.

Assim, mais do que uma questão técnica, a emergência de uma estética do esboço na arte francesa com a ascensão do Romantismo liga-se ao problema mais amplo do que o artista escolhe

1 BOIME, Albert. *The Academy and French Painting in the Nineteenth Century*. 2ª ed. New Haven and London: Yale University Press, 1986 [1971].

mostrar e do que ele escolhe esconder dos olhos do público. Como o esboço é a exteriorização imediata e espontânea da primeira ideia, sem a interferência posterior e consciente de regras e condições então exigidas pela pedagogia acadêmica para terminar uma obra, acreditava-se que ele era a expressão por excelência da personalidade do artista, de sua individualidade. A ideia de originalidade estava vinculada, inclusive dentro da teoria acadêmica, à de individualidade. Nesse sentido, uma obra mais esboçada conteria num grau muito mais elevado algo de original, por ser a projeção direta da individualidade, do que um quadro conscientemente revisado antes de ser assinado.

Portanto, a ascensão da estética do esboço acompanha não só mudanças na noção de *intimidade*, mas também nos critérios de avaliação da qualidade artística, que passam a se voltar, no decurso do séc. XIX, mais à *originalidade* do que à *imitação* e à *emulação*. O meio então encontrado para alcançar a originalidade, o qual não negou totalmente a tradição, foi o de produzir uma mudança de ênfase nas etapas da criação, incorporando aspectos do primeiro momento, o do esboço, ao derradeiro, cujo resultado é a obra final.

Selecionei algumas cartas do colecionador que estudo, Jacques Frédéric Félix Hartmann (1822-1880), escritas ao pintor Théodore Rousseau (1812-1867), com o objetivo de distinguir nelas aspectos dessa discussão mais geral sobre o “esboço-acabado” que perpassa a arte francesa durante todo o séc. XIX.

Hartmann é um dos herdeiros de uma importante dinastia industrial da Alsácia. Depois de estudar direito em Paris, toma parte, em 1846, na direção das indústrias têxteis da família. Paralelamente à gestão dos negócios familiares, ele segue uma carreira política. Em 1857, é nomeado prefeito de sua cidade natal, Munster, na Alsácia, cargo que ocupará até o fim de sua vida; em 1861, torna-se membro do Conselho Geral do Alto Reno e, em 1871, é eleito deputado na Assembleia Legislativa.

O pintor de paisagens parisiense Théodore Rousseau estreia no *Salão*, a exposição anual dos artistas vivos, em 1831; entre 1836 e 1841, seus quadros são sistematicamente recusados (ele é então apelidado de *le grand refusé*) e ele decide se ausentar dos *Salões* de 1842 a 1848. Retorna em 1849. Sua maneira mais esboçada é então mal recebida pela crítica. Em resposta a essa reação, ele faz, aparentemente, um esforço para “acabar” suas pinturas, mas a crítica vai ao outro extremo e considera seus quadros acabados demais. Rousseau muda-se para uma cidade próxima a Paris, chamada Barbizon, em 1848, onde ele e outros artistas pintam sobretudo paisagens.

Hartmann conhece Rousseau no ateliê dele em Paris, em 1852. Na verdade, Rousseau não se encontra na ocasião, mas Hartmann entra e vê lá algumas *grisailles* (monocromias), fruto da viagem que o artista fez a Les Landes, centro-oeste da França, em 1844. Ele encomenda a Rousseau, por carta, em fevereiro de 1852, o pendant do *Pântano em Les Landes* (Musée du Louvre, Paris) e da *Fazenda em Les Landes* (Clark Art Institute, Williamstown, MA). Depois, os quadros do *Forno Comunitário em Les Landes* (Museum der bildenden Kunst, Leipzig) e do *Vilarejo de Becquigny* (Frick Collection, Nova York) vêm se juntar a essa primeira encomenda.

O *Pântano* lhe é entregue provavelmente na passagem do ano de 1855-1856<sup>2</sup>. Mas tanto a *Fazenda*, quanto o *Forno* e o *Vilarejo* só lhe serão entregues em janeiro de 1868, após a morte de Rousseau. Esse atraso gerou uma troca de cartas bastante produtiva entre artista e mecenas do ponto de vista da discussão sobre o acabado, o *fini*, na pintura francesa do séc. XIX.

Vejamos a opinião de Hartmann sobre os quadros de Rousseau, numa carta de 15 de março de 1857, quando, portanto, já tem consigo o *Pântano em Les Landes*:

“Você parece ter resolvido, em muitos dos seus quadros feitos nos últimos tempos, o problema mais difícil que o artista pode se colocar, ao traduzir [...] a **impressão primeira** que te fez criar o seu quadro. Por essas obras fortes, você marcou a enorme distância que te separa dos **pintores de efeito** que se creem seus iguais. Deixe que eles pensem que a sua ideia primeira se enfraquece sob a execução poderosa pela qual você chega, ao contrário, a precisá-la ainda mais [...]”<sup>3</sup>

Vejam que aqui, Hartmann define o problema que os pintores independentes, não vinculados à Academia, irão se esforçar por resolver nessa época: como incorporar aspectos da origem, da concepção inicial da obra, no trabalho final, submetido aos crivos de regras e de cânones que constroem, a princípio, toda espontaneidade. Ele considera que Rousseau foi bem-sucedido na tarefa e de um modo diferente dos outros “pintores de efeitos”.

Alguns anos depois, numa carta de 17 de agosto de 1864 a Rousseau, Hartmann transcreve dois trechos de críticas que considera emblemáticas da recepção, no *Salão* de 1864, de *A cabana sob as árvores* (Musée du Louvre, Paris) e da sua encomenda do *Vilarejo de Becquigny*. O primeiro crítico citado pelo alsaciano é Maxime Du Camp (da *Revue des Deux Mondes*), o qual menciona apenas o quadro da *Cabana* e fala sobre o seu *Vilarejo*, Hartmann pensa que por considerá-lo “uma tentativa frustrada”. Du Camp elogia a *Cabana* somente na medida em que conserva as qualidades pictóricas da primeira fase de Rousseau – ele admira nela, sobretudo, a harmonia geral e o efeito obtido pelo emprego de grandes massas de verde, interrompidas em algumas áreas pela claridade do céu e pelo azul do vestido da camponesa.

Jules-Antoine Castagnary (do *Courrier du Dimanche*), o outro crítico citado por Hartmann, vê problemas no *Vilarejo*, sugere uma série de correções – por exemplo, modelar melhor as árvores, que parecem coladas ao céu, e variar mais a pincelada, demasiado uniforme – e acredita, ao contrário de Du Camp, que Rousseau pode melhorar sua maneira atual, tendo em vista o que ele já

2 Essa data é suposta por conta de uma carta de abril de 1859 na qual Hartmann escreve a Rousseau que esperou três anos pelo quadro (Cabinet des Dessins du Musée du Louvre, BSB22L90). Como ele foi exibido na *Exposição Universal de 1855*, que terminou em 15 de novembro, o quadro deve ter-lhe sido entregue entre o fim de 1855 e o início de 1856.

3 Todas as traduções dos trechos das cartas são minhas. « Vous me paraissez avoir résolu, dans plusieurs de vos tableaux faits depuis quelques années, le problème le plus difficile que l'artiste puisse se poser, en rendant [...] l'impression première qui vous a fait créer votre tableau. Par ces œuvres fortes, vous avez marqué l'énorme distance qui vous sépare des peintres à effets se croyant vos égaux. Libre à eux de prétendre que votre idée première s'affaiblit sous l'exécution puissante par laquelle vous arrivez au contraire à la préciser davantage [...] » (grifos meus, Cabinet des Dessins du Musée du Louvre, BSb22L85).

mostrara anteriormente. Hartmann compartilha de seu otimismo. Ele copia, ainda, outro trecho do texto de Castagnary bastante revelador do estilo de Rousseau:

“Ele conhece a solidez do solo, a irradiação dos céus e, entre estes dois esplendores, as **lentidões surdas da vida vegetativa**. Ele traduz isso em **impressões** diversas sem se fazer juiz [...] com a **sinceridade de um holandês** [...]”<sup>4</sup>

Este trecho é revelador primeiro pela acuidade da analogia: a pintura de Rousseau conhece “a lentidão surda da vida vegetativa”; ela traduz em imagem processos orgânicos longos, lentos, silenciosos e alheios à presença de vida humana, que, aliás, ocupa sempre um espaço minúsculo em suas telas. É assim que Rousseau, apesar da pincelada livre, rápida e das formas desprovidas de contorno, da luz que banha sem definir, é assim que ele, mesmo pintando “efeitos”, efêmeros e transigentes, demora-se muito, retoma sempre e encontra dificuldades infinitas para ver o fim de suas telas.

Este trecho é revelador também pela comparação com os holandeses do séc. XVII: Hartmann, em suas cartas, aconselha Rousseau reiteradas vezes a ver obras desses mestres. Ele cita paisagistas e pintores de gênero, como Paul Potter, Albert Cuyp, Gerard Ter Borch (ou Terburg), Gabriel Metsu, os Teniers, os Ostade, Aert van der Neer, Meindert Hobbema e provavelmente Jacob van Ruisdael (e não seu irmão mais velho Salomon van Ruysdael), dos quais o Louvre possuía pinturas significativas. Aliás, um museu ao qual o mecenas e o artista iam juntos. Na mesma carta de 1864 contendo as citações da crítica, ao questionar Rousseau a respeito do *Forno comunitário em Les Landes*, que chama de *Arbusto*, Hartmann evoca os holandeses:

“Vou ficar cheio de ansiedade até o dia de ver o *Arbusto* acabado. [...] Será ele redondo e preciso, sem acusar nem peso nem cansaço? Sobre essa bela tonalidade geral, vai reinar uma pincelada livre, nervosa e expressiva, como aquela de seus desenhos à pena ou a grafite, e ao mesmo tempo gorda e transparente como aquelas de **Paul Potter, de Hobbema e de Cuyp?** [...] Quando temos sempre uma tela diante dos olhos, terminamos por vê-la apenas sob o prisma de nossas emoções passionais e momentâneas. Para retomar e percepção clara, é preciso mergulhar de novo na natureza e, sobretudo, na meditação dos mestres. Gostaria de ver em seu ateliê cópias de vacas e do cavaliño branco de Paul Potter, do pequeno cavaleiro de **Van der Neer**, de alguma coisa de **Ruysdael** ou de **Hobbema** [...]. Essas são comparações que acrescentam muito à discussão. O cavalo branco de **Paul Potter** é de uma pincelada gorda e franca, ao mesmo tempo que de um desenho firme, realmente maravilhoso. O pequeno cavaleiro do *Vilarejo* cujo papel é tão importante, deixa muito a desejar em termos de sutileza e nitidez.”<sup>5</sup>

4 « Il sait la solidité su sol, le rayonnement des cieux, et, entre ces deux splendeurs, *les sourdes lenteurs de la vie végétative*. Il en traduit les impressions diverses sans s'en faire juge [...] avec la sincérité d'un hollandais [...] » (grifos meus, Jules-Antoine Castagnary citado por Hartmann, Cabinet des Dessins du Musée du Louvre, BSb22L109).

5 « Je vais être plein d'anxiété jusqu'au jour où j'aurai vu le Buisson achevé. [...] Sera-t-il serré et précis, sans accuser ni lourdeur ni fatigue ? Sur cette belle tonalité générale, va-t-il régner une touche libre, nerveuse et expressive comme celle de vos dessins à la plume ou au crayon, et en même temps grasse et transparente comme celles des Paul Potter, des Hobbema et des Cuyp ? [...] Quand on a toujours une toile devant les yeux, on finit par ne plus la voir qu'à travers le prisme de ses impressions passionnelles et momentanées. Pour en ressaisir la perception nette, il faut se retremper dans la nature, et surtout dans la méditation des maîtres. J'aimerais à voir dans votre atelier des copies des vaches et du petit cheval blanc de Paul Potter, du petit cavalier de van der Neer, de quelques morceaux



Vejam os quadros dos holandeses dos quais Hartmann fala nesta carta e alguns que ele poderia ter em mente nesse seu diálogo epistolar com Rousseau. Mostro a vocês primeiro o *Cavalo Pintado* (1653), de Paul Potter<sup>6</sup>, e o *Vilarejo atravessado por uma estrada* (início dos anos 1860), de Van der Neer, ambos no Louvre e ambos citados explicitamente pelo alsaciano. Hartmann pede a Rousseau que estude o cavalo e o cavaleiro nessas telas para revisar os mesmos elementos no seu *Vilarejo de Becquigny*. A pincelada *grasse et franche* de Potter não prejudica, para Hartmann, a precisão de seu desenho; o holandês já era, inclusive, reconhecido na França como um animalista “literal”, focado em detalhes e na cor local. Sobre Van der Neer, Hartmann é bastante sumário, mas podemos notar como o agenciamento da luz sobre o cavaleiro, no quadro do Louvre, o define (fazendo dele o centro perceptivo da composição) sem minorar os demais elementos que compõem a paisagem – antes os integrando perfeitamente. Hartmann o toma como exemplo de *finesse e neteté*. Quer dizer, um meio termo entre sugestão e literalidade.

Os quadros da *Alameda em Middelbarnis* (1689, National Gallery, Londres), de Hobbema e da *Alameda em Meerdervoort* (c. 1650, Wallace Collection, Londres, em Paris no início do séc. XIX), de Cuyp, apresentam um tipo de composição recorrente na produção dos paisagistas holandeses do séc. XVII<sup>7</sup>. Neles vemos uma estrada que começa no centro do primeiro plano e que leva, através de uma alameda arborizada, a uma cidadezinha ao fundo. Rousseau poderia ter visto estas obras em alguma reprodução em gravura, pois, em termos compositivos, lembram muito o *Vilarejo em Becquigny*, sobretudo o quadro de Hobbema.

Um *tropo* bastante explorado por Hobbema foi o da casa no meio da floresta, como atestam os quadros no Louvre e na National Gallery de Londres (1662, c. de 1660 e c. 1665, respectivamente; o do Louvre foi adquirido em 1904). A fachada da casa rústica, escondida no meio das árvores em segundo e último planos, aonde o olhar é conduzido por uma estrada estreita de terra batida que começa no primeiro plano, essa solução visual em Hobbema é praticamente a mesma do quadro da *Fazenda em Les Landes*, de Rousseau, encomendado por Hartmann. Rousseau deve ter tido contato, ao menos por meio de reproduções, com alguma dessas pinturas do holandês.

Finalmente o quadro do *Arbusto* (c. 1649), de Ruisdael, na coleção do Louvre desde o fim do séc. XVIII, parece ter sido uma fonte para o *Forno Comunitário em Les Landes*, de Rousseau. Sua composição, centrada numa grande massa de galhos em formato oval, é muito semelhante àquela do paisagista francês. Hartmann, inclusive, chamava com frequência essa sua encomenda, em suas cartas a Rousseau, de “arbusto” (*buisson*).

---

*de Ruysdael ou d'Hobbema [...] Ce sont là des types de comparaison qui aident beaucoup à la discussion. Le cheval blanc de Paul Potter est d'une touche grasse et franche, en même temps que d'un dessin ferme, vraiment merveilleux. Le petit cavalier du Village, dont le rôle est très important, laisse beaucoup à désirer comme finesse et comme netteté* » (grifos meus, Cabinet des Dessins du Musée du Louvre, BSb22L109).

6 Este quadro entra para a coleção do Louvre em 1858. É possível, ainda, que Hartmann estivesse se referindo ao cavalo totalmente branco (e não branco com pintas pretas) de Potter do quadro *Dois cavalos de tração diante de uma cabana* (1649), no museu desde o fim do séc. XVIII.

7 Ver também o *Maião, caminhada na alameda* (séc. XVII), de Jan Wildens, no Pallazzo Rosso, Gênova.

Dois livros importantes sobre a arte holandesa haviam sido publicados na França no fim dos anos 1850: *L'Histoire des peintres de toutes les écoles* (1858), de Charles Blanc, com dois tomos tratando da École Hollandaise, e *Les Musées de la Hollande*, de Thoré-Bürger (o primeiro volume publicado em 1858 e o segundo, em 1860). Alguns anos depois, em 1876, Eugène Fromentin publica o seu *Les maîtres d'autrefois: Belgique et Hollande*<sup>8</sup>. Neste, um capítulo inteiro é dedicado aos paisagistas franceses; nele, é feita uma comparação direta entre Rousseau e os holandeses. Fromentin acredita que em termos de invenção e espírito, os paisagistas franceses poderiam superar os holandeses, mas sua técnica continuava aquém<sup>9</sup>.

Em termos técnicos, Blanc, Bürger e Fromentin reconhecem na pintura holandesa do século de ouro tanto o detalhismo quanto a generalização - uma maneira mais diligente, de superfícies lisas e formas bem demarcadas e outra mais rápida, voltada ao “todo” ou “efeito geral” (embora esta seja mais uma categoria de exceção, poderosa o suficiente, contudo, para conter nada mais nada menos que Rembrandt). Cuyp e Van der Neer são estimados por Blanc, por exemplo, nesses últimos termos. Mas mesmo essa pintura mais sumária, *piquante*, direta, feita sem a intermediação de estudos, tendo apenas a natureza como guia, mesmo ela é admirada somente em função do naturalismo de que é o veículo. A pintura de Rousseau buscava suprimir detalhes em nome do efeito e de sua tradução pictórica numa impressão. Rousseau realizou isso de um modo muito mais radical, contudo, que os paisagistas holandeses. Assim, quando Hartmann clama a Rousseau que retome suas pinturas evocando os holandeses como modelos, ele está pensando não só em termos de composição, mas também demandando dele maior atenção aos detalhes, mais meticulosidade, mais

8 Tais autores, mesmo versados em outras línguas, já tinham à sua disposição alguns textos de referência traduzidos, bem como estudos locais sobre o tema, a saber: o manuscrito da tradução francesa do *Groote Schouburgh der Nederlantsche Konstschilders en Schilderessen* (1718-21), de Arnold Houbraken, feita por Madame Bernard-Picard, então na biblioteca do Louvre; os quatro volumes da *Vie des peintres flamands et hollandais* (1753-64), de Jean-Baptiste Descamps, com adaptações de trechos do *Schilder-boeck* (1604), de Karel Van Mander, e da obra de Houbraken supracitada; os três volumes da *Galerie des peintres flamands, hollandais et allemands* (1792-96), do marchand Jean-Baptiste-Pierre Le Brun; a brochura *Les Musées d'Angleterre, de Belgique, de Hollande et de Russie : guide et memento de l'artiste et du voyageur* (1844), de Louis Viardot; os quatro volumes da *Histoire de la peinture flamande et hollandaise* (1846), de Alfred Michiels; e, finalmente, as *Lettres écrites de Hollande* (outubro de 1857), de Maxime Ducamp, publicadas na *Revue de Paris*.

9 Fromentin escreve: “Rousseau [...] representa [...] os esforços do *esprit français* em criar, na França, uma nova arte holandesa [...]. Ele deriva dos pintores holandeses e deles se afasta” (minha tradução, 8ª ed., Paris, 1896, pp. 275-77). E, mais além: “Se você pegar um de seus quadros [de Rousseau], o melhor, e colocá-lo ao lado de um quadro de Ruysdael, de Hobbema ou de Wynants, de mesma ordem e aceção, você ficará admirado com as diferenças [...]. A solução é mais fisionômica, a observação, mais rara, a paleta, infinitamente mas rica, a cor, mais expressiva, a construção mesma, mais escrupulosa. [...] Um holandês ficaria [...] estupefato diante de tais faculdades de análise. E, no entanto, as obras [dos modernos] são melhores, mais inspiradas? São elas mais vivas? [...] Quando Rousseau pinta uma *Pesca de trutas*, ele é mais grave, mais úmido, mais sombrio do que Ruysdael em suas águas dormentes ou em suas cascatas escuras? [...] Isso é um progresso ou o contrário de um progresso? (id., pp. 280-82). No fim da seção, Fromentin esboça uma resposta, sutil, a essa última pergunta: “Não ficaria surpreso se a Holanda nos prestasse um serviço, e que depois de nos haver coduzido da literatura à natureza, mais cedo ou mais tarde [...], ela nos conduzisse da natureza à pintura. [...] Nossa escola sabe muito, ela se esgota em errâncias; sua coleção de estudos é considerável e é mesmo tão rica que ela nela se compraz, se perde; e ela termina por reunir em documentos [em estudos] forças que empregaria melhor produzindo e colocando em obra. [...] o dia no qual pintores e pessoas de gosto se persuadirem de que os melhores esboços [études] do mundo não valem um bom quadro, o espírito público terá feito [...] um retorno sobre si mesmo, o que é o meio mais seguro de progredir” (id., p. 289).

precisão. Não que ele esteja exigindo um acabamento “de porcelana”, mas a certa altura ele pensa que Rousseau avançou de tal modo que perdeu, no trabalho com a cor, a forma. E, no entanto, pouco depois do fim do Salão de 1864, em novembro, o alsaciano escreve sobre o *Forno* ao pintor:

“Veja o *Vilarejo*, reporte-se em pensamento aos seus bons quadros sutis, transparentes e vaporosos, depois examine o *Arbusto* [o *Forno Comunitário*] com o olho imparcial de um estrangeiro. Sua impressão será a de um doloroso espanto. Você o encontrará [...] duro, pesado, carregado nos detalhes, muito recortado e irregular, e carente de transparência, de frescor. As articulações dos ramos que você executa tão admiravelmente, como que brincando, encontram-se constrangidas; é uma pintura velhota na qual o esforço se mostra em toda parte. [...] Mais graça, meu caro Rousseau, **menos ciência e trabalho e mais frescor, juventude, transparência, liberdade e mesmo imprevisto**. Isso é preciso realmente, se você quiser que o *Arbusto* não produza um efeito tão desagradável no *Salão* como produziu o *Vilarejo*.”<sup>10</sup>

Aqui Hartmann já abandona o discurso da *estrutura* e pede mais frescor, mais juventude, mais imprevisto, mais - justamente - *inacabado*. Como não podemos saber como esses quadros pareciam a cada momento que Rousseau os retomava para o seu comitente, é difícil imaginar exatamente o sentido das demandas de Hartmann. Fato é que o alsaciano era muito próximo do pintor, sentia-se íntimo a ponto de dirigir o seu pincel e, apesar da procrastinação infinita de Rousseau, nunca assumiu uma postura rígida e inflexível junto a ele. Ao contrário, essa sua tolerância ou passividade era paradoxalmente bastante ativa e o fazia tomar mesmo parte no processo de criação da obra, de um ponto de vista técnico. Mais do que apenas escolher um tema, estabelecer um programa, ele opinava sobre a distribuição das cores, a harmonia dos tons, a direção e velocidade da pincelada, o desenho em relação à cor, etc.

## Conclusão

Seguindo os movimentos oscilantes da crítica de arte, que ora queixa-se do excesso ora da ausência do *inacabado* nas telas de Rousseau, Hartmann procura orientar o pintor movido pelo desejo de ver suas encomendas terminadas. Em 1864, ele considera o seu *Forno Comunitário em Les Landes* “uma pintura velhota”, visivelmente retrabalhada, e pede mais frescor, mais imprevisto a Rousseau. Um pouco antes, neste mesmo ano, ele pedira a Rousseau para, ao contrário, reencontrar nela o desenho por baixo da cor, portanto, para definir melhor as formas. Tanto no caso do *Forno*, quanto do *Vilarejo de Becquigny*, Hartmann evoca os mestres holandeses como parâmetro ao

10 « Regardez le Village, reportez-vous par la pensée à vos bons tableaux fins, transparents et vaporeux, puis examinez le Buisson avec l'œil impartial d'un étranger. Votre impression sera un étonnement pénible. Vous le trouverez [...] dur, plombé, lourd dans ses détails, trop déchiqueté et manquant de transparence, de fraîcheur. Les articulations des branches que vous faites si admirablement en vous jouant, sont gênées; c'est une peinture vieillotte où l'effort se montre partout. [...] De grâce, mon cher Rousseau, moins de science et de travail, et plus de fraîcheur, de jeunesse, de transparence, de liberté et même d'imprévu. Il le faut absolument, si vous voulez que le Buisson ne fasse pas au salon plus fâcheux effet encore que le Village » (grifos meus, Cabinet des Dessins du Musée du Louvre, BSB22L111).

propor mudanças a Rousseau, quando considera que o pintor precisa definir melhor a estrutura das composições. Ele tenta, então, ancorar essa “pintura de efeito”, rápida, ampla, não fixada em detalhes, naquela solidez formal dos paisagistas holandeses do séc. XVII, uma influência notória já nas composições dos quadros que espera do artista.

## De Lynch a Brennand: a imagem de um legado

Paula Andrade Coutinho<sup>1</sup>  
paulaacoutinho@yahoo.com.br

Suely Moraes Ceravolo<sup>2</sup>  
sumocem@gmail.com

### Resumo

Este artigo objetiva apresentar uma reflexão sobre a prática colecionista e os processos de construção de narrativas e sentidos atribuídos às coleções museológicas. O Instituto Ricardo Brennand (Instituto RB) é a entidade custodiadora do conjunto conhecido como *Coleção Cultura Inglesa*. Os procedimentos de documentação da referida *Coleção* nos levaram, através da pesquisa, a perceber temporalidades e contextos distintos – da formação aos sucessivos guardiões –, acarretando mudanças no perfil original, além das intencionalidades em jogo que ganharam visibilidade antes desconhecida. A jornada se inicia com a trajetória do colecionador Henry Joseph Lynch (1878-1958) e a fabricação de sua imagem, a partir das estratégias que mobilizou para consagrar-se socialmente. Lynch investiu em sua legitimação por meio da construção do seu *autorretrato social* tendo como principal amparo o colecionismo, forma de prestígio social e aquisição de poder simbólico. Amparado por essa estratégia, buscou perpetuar seu nome por meio da *coleção-imagem*, que moldou para representá-lo. Garantiu a preservação de seu legado ao doar, com o objetivo de imortalizar-se, parte da coleção para a instituição que ajudou a criar, a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (SBCI), transformada em lugar de memória institucionalizada. Decorre posteriormente o sucessivo desmembramento da coleção inicial. No primeiro momento, a SBCI diferencia o conjunto doado em duas coleções que, posteriormente, tomam outros rumos: a *Coleção Cultura Inglesa*, composta por sua pinacoteca, e a *Coleção Sir Henry Lynch*, constituída pela biblioteca. Em 2000, a *Coleção Cultura Inglesa* é adquirida pelo colecionador Ricardo Brennand para compor o acervo do Instituto RB. Ao longo da trajetória da *Coleção* novos significados foram construídos e incorporados, o que nos leva a concluir que, conforme as diferentes entidades custodiadoras, formam-se graus distintos de representatividade para o conjunto colecionado e para a imagem do indivíduo que a concebeu, por vezes, esquecida ou mesmo perdida ao longo do tempo. Simultaneamente, novas configurações são promovidas, servindo a diferentes fins.

**Palavras-chave:** Henry Joseph Lynch, Instituto Ricardo Brennand, *Autorretrato social*, *Coleção-imagem*, *Coleção Cultura Inglesa*.

1 Mestra em Museologia – PPGMUSEU - UFBA e coordenadora do Setor de Museologia do Instituto Ricardo Brennand.

2 Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Museologia da UFBA.

### Comentário inicial

Era mês de setembro de 2014, próximo à portada principal da Pinacoteca do Instituto Ricardo Brennand (Instituto RB), em uma tarde de lançamento, no *Foyer*, em uma mesa ladeada por uma pilha de catálogos, o crítico de arte José Roberto Teixeira Leite, autografava a última produção, resultado dos estudos iconográficos e artísticos das obras da coleção *Oitocentos Brasileiro* do acervo da instituição. No auditório, o organizador, Leonardo Dantas, e o próprio autor comentavam sobre o catálogo e a reabertura da exposição que levou a mesma titulação (antes *Paisagens Brasileiras*), com obras nunca antes apresentadas ao público, guardadas, durante muitos anos, em mapotecas e tranéis.

O catálogo enuncia produções de artistas há muito não apresentados, trazendo, ainda que simbolicamente, a lembrança do passado anteriormente encoberta, todavia, reveladora de trajetórias. Na publicação, há o relato da formação da coleção oitocentista no Instituto, iniciada no ano de 2000, graças à doação do seu fundador, o colecionador e empresário pernambucano Ricardo Brennand, nascido em 1927.

O colecionismo de Ricardo Brennand inicia em meados de 1939, a partir de um canivete que recebeu de presente, o que o estimulou a adquirir outros objetos relativos a armaria. Com o passar dos anos expandiu as preferências, obtendo peças de tipologias variadas: mobiliário, esculturas, livros, manuscritos raros, pinturas, estampas, entre outras. Sua coleção cresceu numericamente de forma considerável, de tal maneira que o colecionador percebeu a necessidade de construir um ambiente externo a sua residência para abrigar parte de sua coleção. Planejou um prédio inspirado em castelos medievais, semelhante aos que viu em viagens à Europa<sup>3</sup>.

Nos primeiros anos de 2000 finaliza a construção do Castelo de Armas São João da Várzea, localizado em terras de sua propriedade, no bairro da Várzea, Recife, com o fim de abrigar sua coleção particular. Parte dessa coleção foi doada pelo colecionador para a instituição museológica que estava construindo, o Instituto Ricardo Brennand.

A Pinacoteca, primeiro prédio do Instituto RB, foi aberto ao público em setembro de 2002 (sua fundação ocorreu em 13 de agosto de 2001)<sup>4</sup>. A princípio abrigou a exposição internacional *Albert Eckhout volta ao Brasil – 1644-2002* (13 de setembro e 24 de novembro de 2002)<sup>5</sup>. Com o encerramento dessa exposição temporária, o colecionador decide abrigar no Instituto RB outras exposições. Dessa vez, expondo pela primeira vez parte de sua coleção, de uma de suas novas categorias colecionistas: *Brasil Holandês*, com foco no pintor holandês setecentista *Frans Post*. E, em 09 de abril de 2003, inaugurou a exposição *Frans Post e o Brasil Holandês*<sup>6</sup>.

3 RIQUE, Ricardo. O senhor do castelo: Ricardo Brennand. **Revista Portfólio da Ampla**, Recife, v. 4, n. 6, 2002.

4 Posteriormente, o Castelo de Armas foi integrado à instituição e foram construídos novos prédios, a Galeria e a Capela Nossa Senhora das Graças.

5 **ALBERT ECKHOUT volta ao Brasil 1644-2002**. Apresentação de Ricardo Brennand; Prefácio de Elly de Vries. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2002, p. 7.

6 LAGO, Bia Côrrea do (Org.). **Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand**. Recife: Capivara, 2003 p. 42-45.



É nesse universo colecionista que se cria um elo forte com a exposição *Oitocentos Brasileiro*. Nesse período um grande fato ocorre: Ricardo Brennand adquire um conjunto de obras de arte, estimulado pela presença de dois Frans Post na coleção. Trata-se da coleção *Sir Henry Joseph Lynch – Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa*, primórdio da formação da coleção *Oitocentos Brasileiro*, doada pelo colecionador ao Instituto RB.

Não obstante a rememoração do passado no catálogo *Oitocentos Brasileiro*, e a necessidade de contextualizar o colecionismo de Ricardo Brennand, fica a pergunta: o que uma coleção pode trazer como legado? Para compreendê-lo retomemos ao catálogo. Leonardo Dantas Silva, no texto introdutório, escreve a respeito do esforço de Ricardo Brennand para adquirir obras do artista holandês Frans Post e como a existência de duas obras desse artista em uma coleção o estimulou a adquirir o conjunto inteiro. Leonardo Silva se refere à já mencionada coleção *Sir Henry Joseph Lynch – Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa*<sup>7</sup>. O autor José Roberto Teixeira Leite comenta também que, ao adquirir “em bloco” essa coleção, o colecionador transforma-a “[...] quase da noite para o dia [...] na mais recente e sem dúvida homogênea e importante pinacoteca do Brasil [...]”<sup>8</sup>.

Nos últimos anos da década de 1990, Ricardo Brennand passou a direcionar seus interesses à obra de Frans Post – atualmente possui 20 pinturas, o que a torna a maior coleção particular<sup>9</sup> desse artista no mundo. Dentre elas, dois óleos: *Casa de fazenda e engenho (Pernambuco)* e *Aldeia e capela com varanda (Pernambuco)*, datados de 1660, integrantes da coleção *Sir Henry Joseph Lynch – Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa*. Assim, o colecionador não adquire unicamente telas e estampas mas, também, simbolicamente, a imagem de um legado construído pelo personagem que dá nome à coleção doada, em primeiro lugar, à Cultura Inglesa: Henry Joseph Lynch.

Em 2000, Ricardo Brennand foi informado pelo antiquário e colecionador carioca Mário Fonseca que, no Rio de Janeiro, havia oferta única: uma coleção que contava com duas telas a óleo de Post, que não poderiam ser vendidas separadamente. O colecionador, compreendendo a importância das demais obras contidas no conjunto, decidiu-se pela compra das 95 obras, entre pinturas e estampas, produzidas por artistas nacionais e internacionais relacionadas, em sua maioria, à pintura oitocentista brasileira, com exceção dos dois Frans Post, que são obras do século XVII<sup>10</sup>.

A documentação institucional no Instituto RB referencia o conjunto e sinaliza a trajetória anterior; a coleção entra como *Sir Henry Joseph Lynch – Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa*, e com o passar dos anos as informações acerca de sua trajetória foram encobertas. Dentro do museu é conhecida como coleção *Cultura Inglesa*. As duas telas de Frans Post foram logo agregadas à coleção

7 DANTAS In LEITE, Jose Roberto Teixeira. **O Oitocentos Brasileiro na Coleção Ricardo Brennand**. Organização de Leonardo Dantas Silva. Recife: Caleidoscópio; Instituto Ricardo Brennand, 2015, p. 133.

8 LEITE, Jose Roberto Teixeira. **O Oitocentos Brasileiro na Coleção Ricardo Brennand**. 2015, p. 133.

9 Cf. LAGO, Bia Côrrea do (Org.). **Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand**. 2 ed. Recife: Capivara, 2010.

10 LEVY, Carlos Roberto Maciel et al. **Iconografia e Paisagem**: Coleção Cultura Inglesa. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1994.

homônima, e exposta em *Frans Post e o Brasil Holandês*, 2002. As demais obras foram posteriormente integradas ao conjunto de paisagem e iconografia brasileira, intitulado *Oitocentos Brasileiro*, tal como a exposição. A essas duas coleções foram integradas novas obras e, expograficamente, se destacam as produções dos artistas dos séculos XVII e XIX e os respectivos contextos históricos. Atualmente, as trajetórias e procedências não são indicadas nas etiquetas expositivas, mas apresentadas nos catálogos institucionais e na documentação museológica disponível para consulta e pesquisa no próprio Instituto RB, para os pesquisadores e interessados, no terminal de consulta da Biblioteca.

Os documentos que acompanharam as aquisições abriram caminho para a nossa pesquisa, aqui apresentada parcialmente<sup>11</sup>. Acreditamos que a coleção é indissociável da sua respectiva trajetória até o atual guardião pois, nessa trilha, há aspectos sociais e simbólicos do colecionismo, bem como da própria história da instituição museal. Ou seja, a história, concepção e formação ganham dimensão documental para a gestão do acervo dentro do museu e possibilitam, mesmo dentro de certos limites, a reconstrução dos motivos, por vezes, bastante particulares, que remetem à imagem que o próprio colecionador teve de si. As lacunas na documentação institucional nos levam a indagações e a uma teia de caminhos possíveis: A quem pertencia tal coleção? Por que colecionar? Quais as decisões tomadas para aquisição ou se desfazer? Qual a importância e que valor simbólico têm essas obras?

### O colecionador e a construção da sua imagem

A coleção adquirida por Ricardo Brennand pertencia anteriormente à Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (SBCI) que, por sua vez, a havia recebido, *via* legado, do carioca Henry Joseph Lynch, por doação testamentária após sua morte. O processo de doação de Lynch à SBCI não foi totalmente desinteressado e altruísta. Doações não estão isentas de interesses e trocas simbólicas. A antropóloga Regina Abreu chama de “troca de presentes”, o procedimento que implica em parceiros envolvidos que lucram simbolicamente<sup>12</sup>.

Se por um lado a SBCI obteve a posse da coleção, ganhando *status* social e cultural pelo nome de Henry Lynch, a preservação da coleção garante também a continuidade do nome de seu promotor. Para Krzysztof Pomian, coleção é “[...] qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades económicas, sujeitos a uma protecção especial [...], e expostos ao olhar do público”<sup>13</sup>. Nessa definição nos interessa ressaltar alguns pontos: a coleção possui “valor de troca”, ativado esporadicamente, contudo quando

11 Resultado da pesquisa desenvolvida no mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Museologia – UFBA. Cf. COUTINHO, Paula Andrade. **Do palacete ao castelo**: estudo da trajetória do colecionador Henry Joseph Lynch. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, p. 96-137.

12 ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996, p. 30.

13 POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**: memória – história. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 51-86, v. 1, 1984, p. 53-54.

inserida no contexto colecionista, o valor econômico fica subtraído, mas não excluído. À coleção agregam-se valores simbólicos distintos, associam-se sentidos e significados novos. A importância da coleção estaria em seu deslocamento do cotidiano para o contexto colecionista e em sua exibição. Dá-se significado maior à coleção quando esta é exposta ao olhar do outro<sup>14</sup>.

A coleção é construída pelo indivíduo sempre em “relação ao outro”; “suporte de interação”, como ressalta Ulpiano Bezerra de Menezes, “está vocacionada para o ‘espaço público’”<sup>15</sup>. Portanto, o diálogo com aspectos da vida do promotor da coleção se torna fonte para a compreensão dos meios e agências acionados pelo colecionador.

Se a coleção está para o espaço público assim como o colecionismo se constrói a partir da interação do indivíduo com a sociedade, vale nos apropriarmos da definição de Paulo Costa, que considera colecionismo como “processo criativo” em que o colecionador coleta de forma “seletiva e apaixonada” cada objeto, destacando-o de seu contexto inicial e dotando-o de “de significados a ele atribuídos pelo indivíduo ou pela sociedade em determinado contexto cultural”<sup>16</sup>. A formação da coleção fica assim tão carregada de significados e sentidos atribuídos pelo colecionador que sua composição pode até ser confundida com um “reflexo” de seus possuidores, aparentemente estabilizando e consolidando a imagem do indivíduo. Entretanto, essa concepção pode induzir à ideia de passividade do colecionador perante a coleção, quando, ao contrário, ele a edifica e molda conforme seus objetivos e intenções. Infere-se que a coleção não “reflete” a imagem real de seu colecionador, mas a que este conscientemente constrói, de si para a sociedade. Paulo Costa compara, por analogia, a coleção a um autorretrato, pois o colecionador compõe o seu *eu* para o outro “como imagem de si mesmo”<sup>17</sup>.

Ao constituir o autorretrato, o colecionador, assim como um artista, opera com sua experiência para “pincelar” a sua imagem ideal, esboçando-a mediante suas ambições e objetivos, acionando estratégias para ter êxito. Entretanto, seu processo criativo não é deliberadamente livre, sofre influência, constituída durante sua formação enquanto indivíduo e submetida às “normas” sociais, adequando-se assim, ao meio pertencente. Desenvolve uma imagem adaptada à sua realidade e às necessidades pessoais e sociais, elabora um “trabalho” que atenda aos dois lados. Essa construção intitulamos de *autorretrato social*, considerando a projeção do colecionador para além da coleção, percebendo-o como indivíduo que deseja construir uma imagem de si para a sociedade e que utiliza, para esse objetivo, manobras variadas, incluindo a própria coleção: a *coleção-imagem*<sup>18</sup>.

14 POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. 1984, p. 53-54.

15 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jan./jun. 1998, p. 97.

16 COSTA, Paulo de Freitas. **Sinfonia dos objetos**: a coleção de Ema Gordon Klabin. São Paulo: Iluminuras, 2007, p. 20.

17 COSTA, Paulo de Freitas. **Sinfonia dos objetos**. 2007, p. 24-25.

18 Acerca do *autorretrato social e coleção-imagem* Cf. COUTINHO, Paula Andrade. **Do palacete ao castelo**: estudo da trajetória do colecionador Henry Joseph Lynch. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. p. 23-48.

O *autorretrato social* é o conjunto de estratégias adotadas pelo indivíduo para obter distinção e legitimidade na sociedade e acionar mecanismos para esse desenvolvimento: presença em meios sociais de prestígio, relações sociais, a *coleção-imagem* para autopromoção e divulgação de si, entre outros aspectos. Comentamos a seguir algumas estratégias adotadas por Henry Lynch para aquisição de prestígio social, para a manutenção e perpetuação de sua imagem.

O empresário e comerciante Henry Joseph Lynch nasceu em 14 de abril de 1878, no Rio de Janeiro, filho dos ingleses Adèle Theresa Gosling (1843-1925) e Edward James Lynch (1838-1907). Ao longo de sua vida construiu e estabeleceu seu nome, por meio de um conjunto de estratégias que prestigiaram sua imagem socialmente, pautada com ênfase no seu papel de articulador da relação Inglaterra e Brasil. Em todos os campos ligados à sua atuação individual, percebe-se a construção anglo-brasileira constantemente reforçada. Recebeu na Inglaterra a “educação à inglesa”.

Ao retornar ao Brasil, continuou residindo no Rio de Janeiro (Botafogo) e adquiriu residência em Teresópolis para passar os fins de semana. A residência de Botafogo pertencia a sua mãe. Com a morte dela, Henry Lynch passou a morar ali sozinho. Os irmãos constituíram família e se mudaram. Em 1936, Lynch vende a propriedade, mas antes de concretizar a negociação, contrata os serviços da Photo-studio Huberti para registrar os cômodos do palacete, resultando em álbum de imagens em preto e branco, reproduzido para que cópias fossem entregues aos sobrinhos e uma delas doada à Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O álbum nos fornece algumas evidências sobre o intento de autorretratar-se: o intuito de perpetuar sua memória (por meio dos vestígios materiais) e de sua família, e a seleção do que iria ser preservado, ao autorizar apenas o registro dos cômodos “sociais” da residência, com ênfase nos objetos expostos, que integravam sua coleção.

Na então capital brasileira, atuou profissionalmente como empresário e comerciante, o que lhe rendeu prestígio e reconhecimento nos campos sociais por onde circulava. Devido a sua descendência inglesa, Lynch tinha dupla nacionalidade<sup>19</sup>, o que lhe conferiu trânsito livre por ambos os países. Profissionalmente, destaca-se a de representante brasileiro dos banqueiros ingleses Rothschild, atividade que durou mais de quarenta anos. Isso lhe permitia transitar pelo campo político-econômico do país estabelecendo fortes e importantes relações sociais, a exemplo dos presidentes Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa, Washington Luiz e Getúlio Vargas, com quem manteve íntima amizade<sup>20</sup>. A função de representante significava a responsabilidade sobre os trâmites e relações de intercâmbio e empréstimo econômico da Inglaterra para o Brasil.

Em Londres, atuou como sócio da *Davidson Unwim*, no Rio de Janeiro foi representante da empresa inglesa *The São Paulo Company*, diretor da Cia Fiat Lux e Davidson Pullen & Cia, e como

19 MORREU o único “Sir” brasileiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1958.

20 Cf. LACERDA, Maurício Caminha de. O “Tory” que auxiliou uma Revolução. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1958. Caderno 1, p. 2-4.

comerciante foi membro da Câmara do Comércio Britânico<sup>21</sup>. Auxiliou também na fundação e estabelecimento de importantes instituições socioculturais no Brasil, atuando como sócio fundador do Gávea Golf Club (antigo Rio de Janeiro Golf Club), do Country Club, da Federação das Bandeirantes e da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, em 1934. Henry Lynch, além de ser um dos fundadores da SBCI, foi ao longo de sua vida benfeitor da instituição: fundou e ajudou a custear a casa de sua memória<sup>22</sup>.

Seus esforços e investimentos não foram em vão. Os ganhos ultrapassavam o âmbito monetário e material: rendiam-lhe lucros simbólicos. Além disso, lhe proporcionavam privilégio e poder social, situando-o em elevada camada social, em que obteve reconhecimento nacional e internacional, como o título de *Knight Bachelor*, concedido em 1923 pelo rei George V, da Inglaterra, tornando-se, Sir Henry Joseph Lynch K<sup>123</sup>. Foi o único brasileiro, nesse período, a possuir esse título, o que já significa reconhecimento e valoração do papel de Henry Lynch junto aos interesses da Inglaterra no Brasil. Empenhou-se em reforçar sua genealogia inglesa, e em 1928 solicita ao *College of Arms* de Londres pesquisa sobre a família. Quatro gerações foram retraçadas. Solicita a elaboração e concessão do brasão de armas inspirado no escudo original dos primeiros Lynch (Irlanda, século XV)<sup>24</sup>. A prática colecionista de Lynch se beneficia: o brasão é convertido em marca pessoal ao ser impresso no *ex libris*, meio de firmar a posse de seus livros.

Tudo indica que o interesse colecionista de Lynch iniciou ainda cedo, quando tinha 18 anos, por volta de 1896, o registro mais antigo, até então encontrado, da aquisição de obra – *Interior de Floresta em Teresópolis* de Antônio Parreiras<sup>25</sup>. Eclético em suas escolhas, dedicou-se a iconografia, bibliofilia e orquidofilia. Ao longo de sua vida adquiriu pinturas e estampas, majoritariamente ligadas ao Brasil, retratando paisagens, aspectos urbanos e a população do Brasil, através das representações de cidades do país, em particular, Rio de Janeiro e Teresópolis. Como orquidófilo optou por colecionar/cultivar exemplares brasileiros, em sua maioria coletados em sua residência de Teresópolis. Foi inclusive creditado como descobridor da *amarilis azul*, por botânicos londrinos, ao enviar amostra dessa espécie para análises desses especialistas<sup>26</sup>. Como bibliófilo, sua coleção somava mais de 4000 mil títulos, ligados a temas como a Inglaterra (questões sociais e econômicas), religião (Católica cristã) e Américas, este último com ênfase notória na *Brasiliana*, com mais de 1000 títulos, incluindo obras raras, documentos e 1º edições. Todos os exemplares estavam marcados com seu registro colecionista de posse, o *ex libris*<sup>27</sup>.

21 SOCIEDADE Brasileira de Cultura Inglesa: sete décadas de história. [Rio de Janeiro]: Sextante, 1999, p. 41.

22 SOCIEDADE Brasileira de Cultura Inglesa. 1999. 333 p.

23 SOCIEDADE Brasileira de Cultura Inglesa: sete décadas de história. 1999, p. 41.

24 HOWARD, Algar. [Correspondência para Sir Henry Lynch]. Londres, 23 ago. 1928. 1 p. Estudo da linhagem da família Lynch e intenção de registro do *Pedigree*.

25 FORMULÁRIO de Catalogação de Obras de Arte Coleção Cultura Inglesa, Rio de Janeiro. Documentação Pina-kotheke, 1994. 95 p.

26 SIR HENRY Lynch, fazendeiro of Teresópolis. **Brazil Herald**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1982.

27 VIANNA, Júlia Godois; MINELLI, Maria Carolina (Org.). **Brasiliana**: Coleção Sir Henry Lynch. Rio de Janeiro: Gráfica Vitória, 1959. 180 p.



Sua biblioteca era um espaço de consolidação e divulgação de seu intelecto e conhecimento enquanto indivíduo colecionador. A coleção foi fonte de consulta para muitos estudiosos, citamos dois importantes historiadores: Gilberto Freyre em sua obra *Ingleses no Brasil*, de 1948, e Gilberto Ferrez em - *Colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus (1700-1900) – da Fazenda March a Teresópolis*, de 1970. Este último inclusive credita o início de seu colecionismo graças a influência de Henry Lynch<sup>28</sup>.

Henry Lynch construiu e consolidou em vida sua imagem como indivíduo anglo-brasileiro, de estirpe, culto, nobre, conseguindo o que almejava: reconhecimento de seus contemporâneos, convertido em legitimidade e prestígio. Faleceu em 16 de janeiro de 1958, Lynch, aos 80 anos de idade, na sua cidade natal. Planejando a perenidade ao edificar seu *autorretrato social*, bastante alicerçado na *coleção-imagem*, deixa *via* testamento os principais segmentos de sua coleção para a SBCI: a biblioteca, contendo a mencionada *Brasiliana*, e a pinacoteca composta por 100 obras, entre estampas e pinturas, além de quantia em dinheiro<sup>29</sup>. Sua doação (seu presente à SBCI) trazia consigo interesses, expressos documentalmente por seus sobrinhos à SBCI no processo de entrega da doação. O de perpetuar o “trabalho de longos anos de pesquisas efetuadas em benefício da Cultura Anglo-Brasileira”, instalando uma Biblioteca na sede da Sociedade, para expor os livros e quadros doados<sup>30</sup>. A doação pode anunciar o fim do ciclo de vida do colecionador, mas enuncia seu renascimento perene, ao menos em seus planos.

### Novos colecionadores: a preservação do legado

A SBCI é uma entidade filantrópica, criada com o principal objetivo de integrar o Brasil e Grã-Bretanha, tendo como foco central os serviços educativos, com ênfase nas atividades pedagógicas e culturais. Foi a primeira instituição a ensinar regularmente a língua inglesa no país, com sede no Rio de Janeiro<sup>31</sup>.

Com a efetivação da doação, a SBCI abriga a coleção de livros na biblioteca de sua sede e os quadros expostos ao olhar dos funcionários, alunos e pesquisadores, nas paredes internas do prédio. Ambas as coleções preservavam a memória do colecionador pretérito, com a denominação Coleção Lynch<sup>32</sup>. Posteriormente, a biblioteca passou a *Coleção Sir Henry Lynch*, foi catalogada por especialistas e disponibilizada para consulta e pesquisa. O que logo resultou na publicação de um catálogo bibliográfico em comemoração aos 25 anos de fundação da SBCI, organizado pelas bibliotecárias Julia Godois Vianna e Maria Carolina Minelli, em 1959, intitulado *Brasiliana: Coleção Sir Henry Lynch*, ganhando em 1980 versão atualizada.

28 FERREZ, Gilberto. *Colonização de Teresópolis: À sombra do Dedo de Deus (1700-1900) - da Fazenda March a Teresópolis*. n.º 24. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: 1970, p. 9.

29 SOCIEDADE Brasileira de Cultura Inglesa. 1999, p. 45.

30 RELAÇÃO das Obras Seleccionadas para Doação. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1958, p. 1.

31 SOCIEDADE Brasileira de Cultura Inglesa. 1999. 333 p.

32 LUCAS In. LEVY, Carlos Roberto Maciel et al. *Iconografia e paisagem*: Coleção Cultura Inglesa. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1994, p. 11-12.



A pinacoteca, por sua vez, passou a representar não somente Lynch como, também, a própria SBCI. Denominada *Coleção Cultura Inglesa*, referenciando em primeira instância a SBCI e posteriormente a imagem de Lynch, acabava por promover simbolicamente o colecionador e, simultaneamente, a instituição por ele criada. Durante a comemoração dos 50 anos da Sociedade, uma das atividades realizadas foi a exposição *Acervo Cultura Inglesa* no Museu Nacional de Belas Arte (MNBA), em 1984. Pauta em jornais, os comentários exaltavam a origem da coleção construída por Lynch, mencionando aspectos de sua trajetória e dando ênfase aos dois Frans Post<sup>33</sup>. O mesmo aconteceu com o catálogo da exposição<sup>34</sup> que apresenta uma breve trajetória das coleções: pinacoteca e biblioteca, do Lynch à SCBI.

Desde a doação as obras foram salvaguardadas e armazenadas na SCBI, passando por tratamento técnico. Contudo, em 1987, cinco obras da coleção foram furtadas. No intuito de evitar novos riscos, a Sociedade, em parceria com o MNBA, transfere por comodato a *Coleção Cultura Inglesa*<sup>35</sup>. Apesar do empenho em recuperar as cinco telas furtadas, elas nunca foram encontradas. Em 1993, o conjunto de telas e estampas foram catalogadas, digitalizadas e pensa-se na preservação das obras em nova reserva técnica. Como resultado desse levantamento das informações, em 1994 em comemoração aos 60 anos da Sociedade, são realizados grandes eventos, entre eles uma exposição, intitulada *Iconografia e Paisagem: Coleção Cultura Inglesa*, ocorreu entre 22 de julho a 14 de agosto desse mesmo ano, na Pinakothek Cultural. Também foi elaborado um livro com o mesmo título da exposição que, pela primeira vez, estampa a maior parte das obras da coleção e traça breve trajetória de Henry Lynch e do percurso da coleção na SBCI, exaltam-se ambas as imagens: Lynch, colecionador e benfeitor e a SBCI, custodiadora<sup>36</sup>.

A SBCI passa a ter gastos com os processos técnicos, manutenção e preservação das obras, o que se tornava cada vez mais oneroso para a instituição. E no início dos anos 2000, se desfaz de ambas as coleções: as 95 obras da *Coleção Cultura Inglesa*, vendida para o colecionador Ricardo Brennand e, alguns anos depois, não se sabe ao certo o ano, a biblioteca *Coleção Sir Henry Lynch* cedida em consignado à Livraria Carioca Rio Antigo, para venda. Os livros foram dispersos entre colecionadores e compradores distintos, entretanto se pode identificar alguns exemplares, por conta do *ex libris*. Já a pinacoteca se mantém coesa ao ser adquirida pelo Ricardo Brennand.

Ao chegar ao Instituto RB as obras integram outros conjuntos: *Frans Post* e *Oitocentos Brasileiro*. Anteriormente, a procedência não era explicitada, mas com o trabalho documental e a inventariação, novas informações são recolhidas. O catálogo *Oitocentos Brasileiro*, traz um retorno à imagem de Lynch – e em menor escala, da própria SBCI –, mesmo que de forma mais tímida, seu nome não está mais esquecido; “renasce”.

33 BARRETO, Gilson. Cultura Inglesa, a festa dos 50 anos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 41, 13 ago. 1984, p. 41.

34 SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESIA. **Acervo Cultura Inglesa**. [Rio de Janeiro]: Museu Nacional de Belas Artes, 1984. 11 p.

35 LUCAS In. LEVY, Carlos Roberto Maciel et al. **Iconografia e paisagem**. 1994, p. 12.

36 LEVY, Carlos Roberto Maciel et al. **Iconografia e paisagem**. 1994. 257 p.

Henry Lynch não obteve êxito em seu objetivo de manter a coleção salvaguardada na instituição que ajudou a fundar. Contudo, a ideia de imortalização, o *autorretrato social*, mesmo sofrendo oscilações e menor enaltecimento, se mantém resistente; seu nome está evocado no catálogo institucional, na documentação museológica e em informações disponíveis à pesquisa na atual guardiã de sua coleção. O colecionismo aqui se perfaz em dois sentidos: os colecionadores que estiveram presentes e somaram sentidos e valoração à coleção, bem como a própria coleção, ao se tornar uma “colecionadora” de tantos colecionadores: Lynch, SBCI e Brennand.

## Reservas visitáveis: o museu como mediador/zona de contato entre mundos coloniais e pós-coloniais

Vinicius Santos da Silva<sup>1</sup>  
vinicius-santos@ufmg.br

Profa. Dra. Ema Pires<sup>2</sup>  
epires@uevora.pt

### Resumo

A presente proposta de comunicação discute as relações entre os múltiplos usos do passado, discursos museológicos, a representação do outro em espaços museológicos, memória colonial e pós-colonialismo, através da análise empírica de uma ação educativa em curso no Museu Nacional de Etnologia em Lisboa. O MNE, localizado em Lisboa, acolhe coleções etnológicas constituídas desde o colonialismo tardio português até ao período contemporâneo. Originariamente designado por Museu de Etnologia do Ultramar, foi concebido na década de 1960 como projeto museológico que procurava documentar as culturas dos povos do “Ultramar português” e também da sociedade “metropolitana” continental portuguesa. Na contemporaneidade, o MNE enquadra contextos expositivos compostos por exposições permanentes e temporárias, e por reservas visitáveis, como as Galerias da Amazónia. Estas últimas são o nosso enfoque específico neste trabalho, já que mostram-se uma ação recente nos museus. As reservas sempre foram um espaço não visitável, onde somente poucos interessados em estudar os acervos poderiam ter acesso, ainda restrito. Concebida objetivando assegurar os princípios de conservação, preservação e salvaguarda dos objetos que não estão em exposição, por motivos essencialmente espaciais ou de escolha narrativa, as reservas continuaram a ser apenas espaços imaginados para o público. Com as discussões museológicas atuais, procura-se ampliar o acesso à totalidade de seu acervo, inspirar investigações e gerar o encontro do público com seu patrimônio, surgindo ações como as reservas visitáveis. Metodologicamente, a presente investigação é alicerçada em pesquisa bibliográfico-documental e observação direta das visitas às Galerias da Amazónia. Argumenta-se que o Museu Nacional de Etnologia se posiciona como um lugar de pós-memória do colonialismo na contemporaneidade, e como mediador entre mundos coloniais e pós-coloniais. Assim, percebe-se a necessidade de análises críticas, sob a luz de conceitos como globalização, pós-colonialismo e multiculturalismo. Objetiva-se também com-

1 Graduando no curso de Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mobilidade na Universidade de Évora no Mestrado Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural.

2 Antropóloga. Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora. Investigadora do Instituto de História Contemporânea (IHC-CEHFCi-UÉ) Doutorado em Antropologia (ISCTE, 2012), com a tese “Paraísos Desfocados: Nostalgia Empacotada e Conexões Coloniais em Malaca”. Mestrado em Sociologia (Universidade de Évora, 2002) e licenciatura (graduação) em Antropologia (UTL, 1998).

preender o processo de ressignificação de coleções etnográficas em um museu europeu após o período colonial e seus discursos contemporâneos. Como esse processo se dá através de um recurso como as reservas visitáveis? Quais são os usos e discursos presentes? Essas e outras reflexões serão colocadas em debate, ao qual considera-se importantes para o futuro dos museus.

**Palavras-chave:** Reservas visitáveis, colonialismo, multiculturalismo, museus de antropologia, representação.

## Introdução

Os museus são espaços culturais que se baseiam na tentativa de constituírem múltiplos espelhos das sociedades que representam, ou construir uma identidade coletiva, ao mesmo tempo em que são instituições encarregadas de selecionar, conservar e expor objetos e artefatos<sup>3</sup>. No caso de museus antropológicos dedicados à outras culturas, nota-se que têm confrontado a imagem ocidental (eurocentrista), com a imagem dos Outros<sup>4</sup>, em uma construção permeada por violências subjetivas, onde este último é constantemente subjugado. Nesse formato, essa tipologia de museu se constituiu apresentando culturas consideradas “exóticas”, legitimando através do século XIX e início do século XX, o ideário do pensamento colonial<sup>5</sup>.

Após o fim do período colonial (acabou de fato?), já em meados da década de 60 e 70, esses museus foram pressionados a renovar seus discursos, através dos novos pressupostos antropológicos e sob a luz das discussões propostas no período pós-colonial. De um discurso colonial, percebe-se a busca de apagamento deste período ou explicá-lo em um contexto multicultural. Claro que, neste processo, muito foi silenciado, como os apagamentos de crenças, tradições e vidas dizimadas pelos processos coloniais.

Frente a esse histórico, a presente pesquisa discute as relações entre os múltiplos usos do passado, discursos museológicos, a representação do Outro em espaços museológicos, memória colonial e pós-colonialismo, através da análise empírica de uma ação educativa em curso no Museu Nacional de Etnologia em Lisboa. A pesquisa *Amazônia em Lisboa: o museu como mediador/ zona de contato entre mundos coloniais e pós-coloniais* surge de uma pesquisa maior já em curso, chamada *Presença Karajá: cultura*

3 DUARTE CANDIDO, Manuelina Maria. **A função social dos museus**. In: Canindé- Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, nº9. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Junho/2007. P.169-187.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990), **Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação**. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro: IBPC, n. 3, p. 7-12, 1990.

4 Esta relação ao outro se institui através de trocas que fazem com que cada um dos parceiros se reconheça semelhante e diferente do outro. Nas palavras de Lévinas: “Na relação com o outro este aparece para mim como alguém a quem eu devo algo, em relação a quem eu sou responsável. Daqui a assimetria da relação Eu/Você, uma relação de completa diferença entre mim e você, porque toda a relação com o outro é uma relação de responsabilidade.” LÉVINAS, Emmanuel. *Alterity and transcendence*. New York: Columbia University Press, 1999. p. 101.

5 VAN GEERT, Fabien. **ARRIETA URTIZBEREA, Iñaki. ROIGÉ, Xavier. Los museos de antropología: del colonialismo al multiculturalismo. Debates y estrategias de adaptación ante los nuevos retos políticos, científicos y sociales**. In: Revista Opsi. Catalão-GO, v. 16, n. 2, p. 342-360, jul./dez. 2016. Disponível em: [https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/view/36932/21944#.Wy\\_sg7IrLIU](https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/view/36932/21944#.Wy_sg7IrLIU) Acesso em 20 de abril de 2018.

*material, tramas e trânsitos coloniais*<sup>6</sup>, na qual os pesquisadores praticavam um estudo de campo no MNE, em Lisboa. Após algumas visitas ao museu objeto do estudo, foi tornando-se impossível não atentar para o discurso que colocava o Outro exótico como algo ainda naturalizado, algo distante. Perante a isso, os pesquisadores decidiram abrir esse parêntese na pesquisa inicialmente colocada.

### Objetivos gerais:

Desenvolver uma análise das narrativas estruturadas em torno de coleções coloniais, no tempo presente e através do recente recurso de mediação das reservas visitáveis, via análise empírica do caso observado nas Galerias da Amazónia, no Museu Nacional de Etnologia, situado em Lisboa.

### Objetivos específicos:

- Observar a alteração do uso das reservas como ferramenta mediadora no Museu Nacional de Etnologia de Lisboa;
- Promover uma análise crítica acerca dos discursos presentes na utilização das reservas visitáveis em um contexto pós-colonial;
- Contribuir para discussões críticas sobre o processo de ressignificação de coleções etnográficas em um museu europeu após o período colonial e seus discursos contemporâneos;

### Metodologia

Metodologicamente, a presente investigação é alicerçada em pesquisa bibliográfico-documental e experiência direta/participante das visitas às *Galerias da Amazónia*. Argumenta-se que o Museu Nacional de Etnologia se posiciona como um lugar de pós-memória do colonialismo na contemporaneidade, e como mediador entre mundos coloniais e pós-coloniais. Assim, percebe-se a necessidade de discussões acerca de análises críticas sob a luz de conceitos como zonas de contato, colonialismo, pós-colonialismo e multiculturalismo.

Como sugere Letícia Julião, sob a luz do conceito de Zonas de Contato de James Clifford, é possível construir um caminho que medie as relações assimétricas de poder derivadas de coleções do período colonial<sup>7</sup>. As discussões propostas pelo pós-colonialismo<sup>8</sup> poderão também prover

6 Projeto coordenado pela Profa. Manuelina Duarte Cândido, da Universidade Federal de Goiás. Para saber mais sobre o projeto, acesse: <https://museu.ufg.br/p/1322-bonecas-karaja>

7 JULIÃO L. **Museu, Patrimônio e História: cruzamentos disciplinares**. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). 2015. [Consulta: 10.06.2017]; João Pessoa (PB), Brasil. p.1-15. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/1/ti/ocs/index.php/enancib2015/paper/view/3135/1206>

8 Citando Homi Bhabha, em sua obra *O local da cultura* (1998) sobre o movimento pós-colonialista: “A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela

elementos importantes para mediar a relação entre quem representa e está sendo representado no MNE. Ora, Lisboa possui uma população considerável de imigrantes brasileiros ao qual poderiam contribuir na construção de uma narrativa sobre si mesmos. Através das reservas visitáveis Galerias da Amazônia, pode-se perceber a possibilidade de exercer uma ferramenta que busque equilibrar essas relações pós-coloniais. Entretanto, percebe-se a necessidade de estabelecer diálogos entre os que representam e são representados em espaços de memória, e os questionamentos colocados por James Clifford parecem servir como apoio para essas discussões necessárias.

### O Museu Nacional de Etnologia – Lisboa, Portugal

O Museu Nacional de Etnologia, localizado em Lisboa (Portugal), segundo sua autodescrição disponibilizada em seu site na internet, acolhe coleções etnológicas constituídas desde o colonialismo tardio português até ao período contemporâneo. Originariamente designado por *Museu de Etnologia do Ultramar*, foi concebido na década de 1960 pelo antropólogo português Jorge Dias, e no seu ideário inicial, o projeto museológico procurava documentar as culturas dos povos do “Ultramar português” e também da sociedade “metropolitana” continental portuguesa. Na contemporaneidade, o Museu de Etnologia enquadra contextos expositivos compostos por exposições permanentes e temporárias, e pelas reservas visitáveis: as *Galerias da Vida Rural* e as *Galerias da Amazônia*. Estas últimas são o nosso enfoque específico neste trabalho de pesquisa, já que se mostram uma ação recente nos museus.

Com relação à abertura das Galerias da Amazônia, esta vem

[...] dar sequência a um longo processo que se iniciou com a inauguração das Galerias da Vida Rural em Dezembro de 2000, concretizando um dos objetivos do MNE, a reunião do seu acervo em reservas acessíveis ao público em geral. Estas reservas que permitem trazer junto do público a totalidade dos objetos MNE procedentes das sociedades ameríndias e resultam de um trabalho iniciado em 1998 com as obras de ampliação do museu e a construção de dois novos espaços para armazenamento de coleções. Estes espaços foram adaptados, através de suportes expositivos que possibilitassem a logística no espaço, iluminação adequada – para atender conservação, comunicação e segurança. Os objetos, organizados numa sequência sistemática que define conjuntos temáticos, sem deixar de individualizar as coleções de onde procedem.<sup>9</sup>

A coleção foi majoritariamente constituída por Victor Bandeira na década de 1960, por solicitação de Jorge Dias na altura da criação do próprio museu (1965), tendo sido parcialmente

---

autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos.” BHABHA, Homi K. **O pós-colonial e o pós-moderno. A questão da agência.** In: O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG. 1998.

9 MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA. Disponível em: <https://mnetnologia.wordpress.com/> [Consulta em 26.03.2017]



exposta em 1966 nas instalações da Sociedade Nacional de Belas Artes por iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, desdobrando-se posteriormente na exposição *Índios da Amazônia* que o MNE inaugurou em 1986.

### As reservas visitáveis

Historicamente, as reservas técnicas sempre foram um espaço não visitável, onde somente poucos interessados em estudar os acervos poderiam ter acesso, ainda restrito. A reserva é pensada como uma zona privada, fechada, por oposição à de área expositiva, aberta, pública. Concebida objetivando assegurar os princípios de conservação, preservação e salvaguarda dos objetos que não estão em exposição, por motivos essencialmente espaciais, de conservação ou de escolha narrativa, as reservas continuaram a ser apenas espaços imaginados para o público. As discussões museológicas atuais procuram ampliar o acesso à totalidade de seu acervo, inspirar investigações e gerar o encontro do público com seu patrimônio, surgindo ações como as reservas visitáveis.

A ampliação do acesso do público e da comunicação museológica vem sendo discutida desde a década de 1990<sup>10</sup>, debatendo questões sobre o fato de que as coleções de museu são salvaguardadas para serem comunicadas – na maioria dos casos – e, devem estar acessíveis. Assim, as reservas visitáveis, ou *visible storage*, vem tornando-se uma ferramenta popular entre diversos museus pelo mundo nos últimos anos para incrementar o acesso de suas coleções<sup>11</sup>. Normalmente, as reservas visitáveis são exibidas de uma forma mais sistemática com relação à alta densidade de objetos em um mesmo espaço, além de serem apresentadas sem textos e outras formas de apresentação de informações acerca dos objetos. Outra forma percebida em alguns museus, é a de mostrar “à distância”, através de janelas abertas para o espaço que anteriormente eram restritos à conservadores e profissionais do museu, onde o visitante pode visualizar parte do processo interno de salvaguarda.

Desde a criação do conceito de reservas visitáveis pelo Museu de Antropologia da *University of British Columbia* do Canadá nos anos 1970<sup>12</sup>, diversos museus pelo mundo passaram a efetivar

- 
- 10 GARDNER, L. **The Uses of Stored Collections in some London Museums**. Institute of Archaeology. 2007. Disponível em: <https://pia-journal.co.uk/articles/abstract/10.5334/pia.288/> Acesso em 10 de maio de 2018.
- KELLY, L. **Developing access to collections through assessing user needs**. In Museums Australia Conference, Albury. 1999. Disponível em: [http://www.ibrarian.net/navon/paper/Developing\\_access\\_to\\_collections\\_through\\_assessin.pdf?paperid=10568766](http://www.ibrarian.net/navon/paper/Developing_access_to_collections_through_assessin.pdf?paperid=10568766) . Acesso em 10 de abril de 2018.
- THISTLE, P. C. (1994). **Visible Storage in Small Museums**. In S. J. Knell, Care of collections (pp. 207– 217). London; New York: Routledge. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10164763> . Acesso em 20 de abril de 2018.
- 11 GOMES, Maria Fernando; VIEIRA, Eduarda. **“As reservas visíveis do Schaulager, em Basileia”**. In Ge-Conservación.Nº4 (2013), pp. 65-77. <http://www.ge-iic.com/ojs/index.php/revista/article/view/145/pdf> [Consulta: 26.03.2017]
- ORCUTT, Kimberly. **The Open Storage Dilemma**. In: Journal of Museum Education Vol. 36 , Iss. 2,2011.
- SANTOS, Raul e FREITAS, Marília. **Reservas, o lado “obscuro” dos museus**. Disponível em: [http://rr.sapo.pt/noticia/54430/reservas\\_o\\_lado\\_obscuro\\_dos\\_museus](http://rr.sapo.pt/noticia/54430/reservas_o_lado_obscuro_dos_museus) Acesso em 26.03.2018
- 12 DAWES, Sena. **Looking Through Glass: Understanding Visitor Perceptions of Visible Storage Methods in Museums**. University of Washington. 2016. Disponível em: <https://digital.lib.washington.edu/researchworks/bi->

ações de “democratização” de suas coleções. Dentre as ações, visitas guiadas às reservas, disponibilização online de sua coleção e laboratórios de conservação visível pelos visitantes são opções populares entre os museus pelo mundo. A disponibilização online dos objetos que estão nas reservas, pode ser também uma opção quando a espacialidade não permite visitas. Entretanto, efetivamente essas ações dão acesso às coleções? Uma pesquisa realizada por Sena Dawes, da *University of Washington* relembra que, apesar de o museu com reservas visitáveis mostrar-se mais transparente ao público, ainda este último não possui expectativa alguma perante essas ações e as incursionam mais por curiosidade do que por interesse em mais informações sobre a coleção<sup>13</sup>.

A reserva Galerias da Amazônia possui uma dinâmica sistematizada para acesso, sendo possível sua visita somente através de agendamento, em grupos de até 30 pessoas, de quarta a domingo, em horários específicos. Na observação foi possível perceber uma grande variedade de público, desde sua faixa etária, como também seus interesses. Havia crianças, adultos, estudantes, turistas e investigadores. A necessidade de agendamento leva a crer que as pessoas que visitam as reservas possuem um maior interesse no objeto da visita, seja por investigação ou curiosidade. Pode-se constatar *in loco*, que o processo de mediação na reserva do MNE é bem estruturado e conduzido, permitindo que a experiência vivenciada seja positiva e enriquecedora a diversos níveis, assumindo-se como mais uma ferramenta pedagógica de conscientização do público para a conservação do patrimônio cultural.

### Descrevendo um pouco a experiência

Às 16h, do dia 19 de março de 2017, estava prevista a visita teatralizada à reserva visitável “Galerias da Amazônia”, organizada pela Dra. Rosário Severo e o serviço educativo do MNE. Ao chegar, entramos junto a um grupo de, mais ou menos, 15 pessoas de diferentes idades. Todos parecíamos um pouco perdidos, por adentrar uma grande sala escura com um foco em um texto expositivo sobre a reserva mencionada, transcrevemos parte do texto exposto:

[...] todos eles [os objetos] se encontram identificados por siglas, por exigência do trabalho de conservação e investigação, mas igualmente para mais facilmente satisfazer a curiosidade dos visitantes: Col. VBD (Victor Bandeira, 1964/5); Col. ARM (Artíndia Manaus, 1995); Col. CND (Comissão Nacional dos Descobrimentos, 1995); Col. ABN (Aristóteles Barcelos Neto, 1999/2000); Col. OCL (Outros Colectores).

Os objectos expostos estão organizados numa sequência que se inicia com a profusa expressão e diversidade das máscaras e termina com a cerâmica funerária. Estas reservas são o resultado de um trabalho conduzido desde 1998, com as obras de ampliação do museu e a construção de novos espaços para armazenamento de coleções, e culminam um já extenso conjunto de actividades que comporta exposições, edições, colóquios, realização de filmes e videogramas, estágios e programas de investigação.”<sup>14</sup>

tstream/handle/1773/36373/Dawes\_washington\_0250O\_15856.pdf?sequence=1 Acesso em 26 de abril de 2018.

13 DAWES, Sena. **Looking Through Glass: Understanding Visitor Perceptions of Visible Storage Methods in Museums.** University of Washington. 2016. Disponível em: [https://digital.lib.washington.edu/researchworks/bitstream/handle/1773/36373/Dawes\\_washington\\_0250O\\_15856.pdf?sequence=1](https://digital.lib.washington.edu/researchworks/bitstream/handle/1773/36373/Dawes_washington_0250O_15856.pdf?sequence=1) Acesso em 26 de abril de 2018.

14 MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA. Disponível em: <https://mnetologia.wordpress.com/> [Consulta em 26.03.2017]

Após alguns minutos, Manuel, nosso guia, agradece a presença e nos guia até o outro foco de luz na sala, em máscaras de grande porte. Após breve explicação dos usos das máscaras, um grito de um homem. Trata-se do ator que interpreta um marinheiro presente em uma das caravelas com destino às Índias e que foram parar no Brasil.

Após uma introdução do personagem, o ator nos guia para um espaço onde possui cadeiras para o público, em frente à uma grande mesa com diversos objetos. Ali irá desenrolar-se uma narrativa pessoal do marinheiro e suas desventuras, misturada com o relato de Pero Vaz de Caminha<sup>15</sup>. Entre a plateia, dois brasileiros: Evanildo Estomano, doutorando pela UFPA e eu, estudante de museologia pela UFMG. Após a encenação, Dra. Rosário Severo toma a palavra e fala sobre a iniciativa das reservas visitáveis ao público. As luzes da sala são acesas e o público pode andar livremente entre as vitrines para conhecer as coleções. É estabelecida uma conversa informal com a mediadora.

Neste contexto de abertura de processos e abertura para uma maior comunicação com a sociedade, acredita-se que possibilidades e relações mais profundas com as comunidades ou temas ao qual o museu trata, poderão ter suas ações pautadas sob a luz do conceito de Zonas de Contato, adaptado por James Clifford para os museus, a partir de estudos realizados pela autora Mary Louise Pratt, para não ocorrer discrepância entre as discussões críticas no campo da museologia e discursos ultrapassados, como o praticado pelo MNE na mediação observada.

### As Zonas de Contato

Inicialmente, o termo Zonas de Contato foi concebido por Mary Louise Pratt, em seu livro *Imperial Eyes: Travel and Transculturation* (Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação) e o definiu como o “espaço de encontros coloniais, o espaço onde povos geográfica e historicamente separados entram em contato uns com os outros e estabelecem relações concretas, geralmente envolvendo condições de coerção, desigualdades radicais e conflitos irredutíveis.”<sup>16</sup> e mostra-se como uma tentativa de conciliar a presença destes povos agora em constantes encontros contemporâneos. James Clifford toma esse conceito e o contextualiza nos museus, visualizando a estrutura deste enquanto um conjunto de coleções que evidenciam as disparidades de poder e tensões sociais entre os grupos ali presentes, funcionando como a fronteira de Pratt. Como coloca o autor, “O museu, geralmente localizado em uma cidade metropolitana, é o destino histórico das produções culturais cuidadosa e autoritariamente salvaguardadas, cuidadas e interpretadas.”<sup>17</sup>, e traz o exemplo vivido por ele no *Portland Art Museum*, onde a etnia *tingit* foi convidada a (re)significar os objetos provenientes de seu povo que encontravam-se no acervo do museu. Clifford não configura a experiência deste museu como uma zona de contato, de fato,

15 Ver Carta a El Rei D. Manuel, Dominus : São Paulo, 1963. Disponível em <http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf>

16 PRATT, Marie Louise. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation**. 2nd Edition. New York: Routledge, 2007. 276p.

17 CLIFFORD, James. **Museus como zonas de contato**. In: Periódico Permanente. Nº 6, 2016. p.5.

mas uma experiência passível de compreender as vias de possibilitar as diferentes relações entre os lados, no presente. Outro exemplo é trazido à tona pelo autor, realizado na Universidade de Stanford, onde foram convidados escultores da Nova Guiné para desenvolver trabalhos artísticos, esculpir e instalar o chamado Jardim de Esculturas da Nova Guiné. Diferentemente das ações correntes realizadas pelo ocidente em relação ao oriente, o autor defende que processos interativos importantes ocorreram ali, enquanto produção de arte e cultura. Os escultores foram apresentados como artistas e não como nativos de um país distante. Esse processo de colocar o Outro como parte de uma rede produtora de cultura e não como um “lá” distante e exótico pode ser nomeado como “transculturação”, também abordado por Pratt. Apesar de boas intenções serem claramente visualizadas, ainda é possível problematizar, visto que no exemplo do Jardim de Esculturas da Nova Guiné, os artistas chamados para os Estados Unidos, possuíam expectativas talvez nunca alcançadas, como a de entrar em um mercado internacional de arte ao qual não foram absorvidos, além das obras criadas estarem sendo utilizadas majoritariamente por ocidentais e turistas<sup>18</sup>. Mesmo assim, faz-se importante refletir ações que citam ou representam o Outro sob a luz do conceito de zonas de contato, para ao menos exercitar a escuta e empatia quando se tratam de coleções que constituem culturas diferentes.

### Resultados preliminares

Adentrar este espaço junto a um público demonstra que os museus estão tomando novas atitudes para estabelecer uma relação com a(s) comunidade(s), uma tendência crescente no panorama internacional e nos anais teóricos acerca da comunicação museológica. No contexto concreto do museu visitado e da mediação utilizada, percebe-se uma relação díspare entre visitante e mediador, já que havia a manutenção de papéis pré-definidos - em formato de pergunta (público) e resposta (mediadora) – relações que poderiam ser desconstruídas perante às discussões contemporâneas acerca do papel do público no museu. A pequena divulgação acerca das reservas visitáveis em alguns museus, ou a falta de hábito por parte do público, já que trata-se de um fenômeno recente, leva-nos a crer que este espaço ainda é apropriado em sua maioria ainda por um público restrito, de investigadores e especialistas em assuntos relacionados às coleções presentes, podendo ser considerada ainda um uso elitista deste espaço, divergindo dos ideais mais recentes da nova museologia, que busca uma relação concreta e próxima com a comunidade e seu território.

Em meio a narrativa da encenação feita pelo ator como meio de mediação, foram declamados e representados excertos da *Carta de Achamento do Brasil*. Observou-se que o papel dado ao público foi o de ouvinte-espetador e fruitor da mensagem artística em comunicação. Acerca da comuni-

18 BOAST, Robin. **Neocolonial collaboration: Museum as Contact Zone Revisited**. In: *Museum Anthropology*. Vol. 34, 2011; P. 56-70

cação, é possível perceber um discurso colonialista e civilizador, refletida possivelmente da carta de Pero Vaz de Caminha, mas que não foram postas em questão, nem problematizadas durante a narrativa construída para o espetáculo. Debates poderiam ser propostos após a encenação ou a visita mediada, como forma de compreender como o público percebe este acervo, já que o museu é espaço de troca, onde percebemos o outro através de uma representação construída, seja pela linguagem da exposição ou disposição dos objetos fora de seu contexto. Além disso, não seria interessante, para além da relação com os objetos, em contextos onde busca-se representar o Outro, utilizar-se da auto-definição de quem está representado nos espaços museológicos, respeitando o lugar de fala do representado? Colocar relatos de pessoas pertencentes às sociedades ali representadas?

Com relação ao conceito de Zonas de Contato, é possível levantar algumas questões também. Em uma leitura crítica do termo e das experiências vivenciadas por Clifford, é preciso lembrar que existem relações inerentemente assimétricas de poder nos envolvidos. O uso e apropriação do Jardim de Esculturas da Nova Guiné ainda é para o centro, enquanto os artistas retornaram para seu país com expectativas de integrar uma rede que nunca se concretiza. A zona de contato, enquanto proposta pelo centro, sempre será uma performance para o centro e não *no centro*. Não é correto dizer que a experiência feita em Stanford é errada ou insensível. A importante autora da crítica pós-colonialista Gayatri Spivak<sup>19</sup> compreende que existindo uma violência epistêmica cotidiana, que trabalha a representação do oprimido que, por trás de um verniz libertário, acabam por ajudar na manutenção de práticas essencialistas e imperialistas, sendo que o diálogo entre os pólos (eu – outro, centro – periferia) implica em engajamento de ambos os lados. Trata-se, assim, de uma relação ética de criação de um espaço discursivo para o Outro existir. A autora enfatiza que é necessária a constante negociação de representações e recriações e o consequente questionamento dos termos desta negociação. O ponto é lembrar que as ações de museus em contextos pós-coloniais necessitam de engajamento do Outro representado, mas não pelo convite do centro, que sempre irá abrandar tensões que não são brandas, mas pela periferia que é centro também. Como coloca o autor Robin Boast, o centro constantemente generaliza, constantemente sumariza, constantemente faz estandarte. Essa é a razão de ser do centro.<sup>20</sup>

Apesar das questões críticas problematizadas acima, as reservas visitáveis se mostram uma proposta efetiva a espaços anteriormente completamente privados. Sua contribuição para a difusão de conhecimento e fomentar o interesse pelo acervo são pertinentes na contemporaneidade. Dessa forma, coloca-se que as reservas visitáveis ampliam o uso destes espaços, relacionando-os aos espaços adjacentes, criando diálogo e assumindo sua função junto ao patrimônio

19 SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. Nascida em Calcutá, na Índia, Spivak faz parte da primeira geração de intelectuais do pós-colonialismo. Uma das mais expressivas intelectuais do grupo de críticos pós-coloniais, Spivak teve destacada atuação no *Subaltern Studies Collective*.

20 BOAST, Robin. **Neocolonial collaboration: Museum as Contact Zone Revisited**. In: Museum Anthropology. Vol. 34, 2011; P. 65

nio da sociedade. Em conjunto aos pressupostos do conceito de Zonas de Contato, é possível confrontar legados colonialistas em um mundo pós-colonialista, sendo o museu um espaço de confronto propício para este encontro e engajamento. Como esse processo se dá através de um recurso como as reservas visitáveis? Sendo esta uma ação recente nos museus, quais são os usos e discursos presentes? Essas e outras reflexões ainda serão colocadas em debate, ao qual considera-se importantes para não perpetuar discursos que fazem a manutenção de imagens coloniais frente a coleções deste período.<sup>21</sup>

---

21 HERNANDEZ-HERNANDEZ, Francisca. **El discurso museológico y la interpretación crítica de la historia**. In: ICOFOM. *Museologia e história; un campo del conocimiento*. Córdoba, Argentina, 2006, p. 331. (ICOFOM study series, ISS 35).



## Diálogos Possíveis para a (re)interpretação da cultura material dos museus

**Wagner Lucas Pereira**

Mestrando em Ciência da Informação pela  
Universidade Federal de Minas Gerais  
wagnerlucasbonfim@hotmail.com

### Resumo

O trabalho aqui descrito discorre acerca de um projeto de pesquisa que fomenta relações interdisciplinares entre Antropologia, História e Museologia para discussões que envolvem um alicerce epistemológico para a pesquisa e extroversão com a fortuna documental material das instituições museológicas e as oportunidades de narrativas possíveis de serem constituídas com objetos tridimensionais. Nesta perspectiva, serão privilegiadas as discussões dos estudos de cultura material, na qual será proposto o desenvolvimento de aplicações das construções teórico-metodológicas destes estudos nos museus e em seus respectivos acervos e exposições. A partir do campo cultivado na Museologia para o trabalho com a materialidade, tornando a temática um núcleo importante de discussões e reflexões neste campo científico, o trabalho suscita o diálogo com vertentes atuais na História e na Antropologia que contêm discussões atuais para o trabalho com cultura material. Desta forma, descrevem-se algumas nuances do projeto, apresentando, brevemente, os problemas, os objetivos e os métodos pretendidos.

**Palavras-chave:** Cultura Material, Museus, Museologia, História Cultural, Narrativa Museológica.

### Introdução: Caminhos e pressupostos

A pesquisa tem como objetivo explorar os estudos de cultura material no que tange a pesquisa com acervos, e as relações entre conhecimento produzido a partir dos objetos e coleções e a formação de narrativas museológicas, partindo da premissa que os museus e a Museologia desconhecem e, em certa medida, desconhecem os valores destes estudos. A abordagem deverá recorrer à História e à Antropologia, compreendendo-as como campos de conhecimento que podem contribuir para “leitura” de objetos museológicos. A pesquisa deverá atuar em áreas pouco exploradas, podendo ter resultados que corroborem e potencializem alternativas teórico-metodológicas pouco valorizadas pela Museologia.

Pode-se indicar que há algumas facetas contempladas pela Museologia que exploram discussões, teorizações e metodologias de outras áreas de conhecimento, carecem de trabalhos siste-

matizados que podem melhor servir ao museólogo e a prática em museus. Este é o caso da vertente de estudos aqui contemplado, os estudos de cultura material, que mesmo apresentando enorme potencial de investigação e de produção de conhecimento em se tratando de instituições museológicas, detentoras de uma expressiva fortuna documental material, possui um quantitativo de trabalhos muito aquém do que poderia ser considerado razoável. Mesmo com as investidas de alguns teóricos nessa área, como, por exemplo, Ulpiano Bezerra de Meneses<sup>1</sup> e José Reginaldo Gonçalves<sup>2</sup>, que postulam a necessidade de engajamento das instituições museológicas em trabalhos de pesquisa e extroversão de vestígios da cultura material, nota-se que os desdobramentos de tais discussões não tiveram um efeito expressivo dentro do campo teórico-metodológico da Museologia praticada no Brasil. Pode-se elencar três sintomas da falta de apropriação das ideias estruturadas pelos autores citados acima como: 1) a falta de articulação para traduções de livros, coletâneas e artigos de outros idiomas para o português, tais como, por exemplo, as produções bibliográficas de Daniel Miller, Susan Pearce e Hooper Greenhill (as duas últimas, ligadas a chamada *museum studies*) que contemplam em suas discussões, temáticas que de forma relevante podem contribuir para estudos com cultura material em museus e coleções; 2) a desconsideração e a insuficiência do aporte de pesquisas museológicas (que engendra diálogos interdisciplinares) que sustentam a concepção de uma exposição, muitas das vezes acobertando potenciais e denotando frágil poder heurístico aos objetos que a compõe, contribuindo para a marginalização do museu como lugar de pesquisa e 3) a proliferação e criação de museus sem acervos à custos milionários, enquanto instituições que gozam de um grande aparato documental se mantêm na inércia sendo sucateadas por falta de investimentos.

A pesquisa com objetos museológicos em exposições será o caminho para testar e visionar dentro de um horizonte empírico o que pode mudar quando se considera, de maneira sistemática, os estudos que dão suporte para o trabalho com cultura material. Nesta perspectiva, a pesquisa está delimitada pela problematização em torno da contribuição dos estudos de cultura material para a produção de conhecimento no campo da Museologia. A pesquisa deverá conduzir-se a partir das seguintes questões: Em que medida os estudos de cultura material podem apoiar os museus em suas atividades? Qual o impacto desses estudos para a comunicação desses acervos? Em que medida os resultados de pesquisa no campo da cultura material podem impactar positivamente as narrativas expositivas, na perspectiva da construção do conhecimento?

1 MENESES, U. T. B. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista História e Cultura Material, São Paulo, n.2, p. 9-42-75-84, 1994. MENESES, Ulpiano T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, NS. 1983. 103-117p

2 GONÇALVES, J. R. S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Departamento de Museus e Centros Culturais – IPHAN, Rio de Janeiro, 2007, 252p

### Percurso teórico

O pilar básico para a sustentação destes estudos se encontra nos trabalhos instigantes de Ulpiano Bezerra de Meneses. Dois deles norteiam diretamente a construção do tema: o primeiro é um texto de 1983 intitulado “A cultura material no estudo das sociedades antigas” na qual apresenta seus incômodos em relação ao trabalho com cultura material no campo historiográfico<sup>3</sup> e tenta delinear os benefícios do trabalho com tais fontes; o segundo texto é intitulado “Do teatro da memória ao laboratório da história: exposição museológica e conhecimento histórico” de 1994, que explora as possibilidades das exposições contribuírem através dos arranjos narrativos com objetos para a produção do conhecimento histórico. Os dois trabalhos são apresentados como convite para pesquisadores visualizarem possibilidades nesses tipos de estudo, apresentando mais entradas para o tema do que soluções.

A definição de cultura material delineada por Meneses será aqui considerada para exploração do tema na qual ele escreve:

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica).<sup>4</sup>

Esta conceituação holística de cultura material compreenderá as discussões aqui propostas, contemplando, até mesmo, as linhas epistemológicas paralelas que serão analisadas nesta pesquisa.

A partir deste alicerce conceitual do que será considerado como cultura material, o propósito da pesquisa concentrará nas possibilidades sustentadas dentro de vertentes de trabalho da História e da Antropologia que apresentam status atuais de discussões e movimentações teóricas, sondando as reverberações que poderão dar suporte para o trabalho com cultura material dentro das instituições museológicas.

Em relação à História, as teorias historiográficas exploradas se encaixam dentro das discussões atuais de história cultural e da narrativa historiográfica. A história cultural é vista como um campo consequente das revisões críticas da história das mentalidades – dada na época como o *mainstream* da disciplina, realizadas a partir dos anos 70 e 80<sup>5</sup>. Suas principais viradas de pesquisa

3 Textos mais recentes sobre a relação entre história e cultura material como o presente no livro de Peter Burke “O que é história cultural?” (2000, P.90) e no capítulo escrito por Marcelo Rede “História e Cultura Material” (2012, p. 133 - 150) apresentam marginalizações, incômodos, possibilidades e tendências de estudo em história com cultural material. Textos desta estirpe apontam para o ideal atual do texto seminal de Meneses.

4 MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. p. 112

5 VAINFAS, R, História das Mentalidades e História Cultural. 1997 p. 220; CHARTIER, R. O mundo como repre-

consistem na consideração das classes subalternas, do cotidiano e das diversas manifestações culturais presentes e combatentes em uma dada sociedade trazendo para o escopo da pesquisa histórica uma concepção mais pluralista culturalmente e dialética em relação ao coletivo e o individual<sup>6</sup>.

Um dos mais notáveis pensadores da história cultural, responsável pelos delineamentos teóricos deste campo é Roger Chartier. Este autor, em um texto manifesto sobre a história cultural, publicado em uma edição especial dos *Annales*<sup>7</sup> em 1988, intitulado “O mundo como representação” apresenta as suas considerações teórico-metodológicas que alicerçam sua perspectiva em relação ao campo. Neste texto ficam claros os principais conceitos norteadores de suas análises historiográficas: Representação, prática e apropriação. Diferente da história das mentalidades, este paradigma historiográfico considera a cultura como uma razão prática<sup>8</sup> refletidas nas relações sociais. Destacando um ponto importante para a presente pesquisa, é possível já visualizar neste texto de Chartier suas considerações em relação à materialidade, e consequentemente, a cultura material:

Enfim, ao renunciar ao primado tirânico do recorte social para dar conta dos desvios culturais, a história em seus últimos desenvolvimentos mostrou, de vez, que é impossível qualificar os motivos, os objetos ou as práticas culturais em termos imediatamente sociológicos e que sua distribuição e seus usos numa dada sociedade não se organizam necessariamente segundo divisões sociais prévias, identificadas a partir de diferenças de estado e de fortuna. Donde as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados.<sup>9</sup>

No que tange as discussões sobre narrativa na História, existe alguns trabalhos que já propõem laços entre a Museologia e a historiografia, ou sobre a historiografia nas narrativas museológicas. Como exemplo, pode-se citar Salgado Guimarães (2003, 2007)<sup>10</sup>, Morales Moreno (2009)<sup>11</sup> e Pomian (2003)<sup>12</sup>. As questões que pretendem-se colocar no debate são sobre a construção de sentido e de narrativas museológicas autônomas com cultura material atreladas às discussões historiográficas recentes, principalmente, no que tange aos usos do artifício expositivo entrelaçando elementos documentais e estéticos com o objetivo de compor uma narrativa de poder heurístico, representacional e ao mesmo tempo com sensibilidade de despertar um senso crítico sobre o pas-

sentação. 1991. p. 173-176

6 VAINFAS, R, História das Mentalidades e História Cultural. 1997 p. 220 -221

7 Movimento historiográfico Francês criado em 1929 reconhecido pela sua relevância mundial nas inovações de pesquisa em história. Ver mais: REIS, J. C. Escola dos Annales – a inovação em história. São Paulo, Paz e Terra. 2000

8 Vale destacar a influência da Antropologia cultural nos trabalhos que envolvem as noções, conceitos e métodos da história cultural.

9 CHARTIER, R. O mundo como representação. 1991. p. 177

10 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.15. n.2. p. 11-30. jul- dez. 2007; GUIMARÃES, M. L. S. (2003). Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, J. N., BENCHETRIT, S.F. & TOSTES, V. L. B. (Eds.), História representada: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2003 p.75-96

11 MORENO, L. M. Limites narrativos de lós museos de historia. *Alteridades*. 19 (37), 2009. Pp. 43-56.

12 POMIAN, K. (2003). **Contemporary historiography & contemporary museums**. In Soldatjenkova, T. & Waegemans, E. (Eds.), *For east is east* (pp. 367-378). Leuven: Paris: Dudley: Uitgeverij Peeters: Departement Oosterse Studies.

sado, o presente e o futuro, tudo isso, na perspectiva de explorar as possibilidades de interpretação e reinterpretação da cultura material. Diante disso, os trabalhos de Jörn Rüsen sobre paradigma narrativista e construção de sentido (2001 e 2009)<sup>13</sup> e de Paul Ricoeur sobre narrativa, mais estritamente a discussão sobre tríplice mimeses<sup>14</sup> (1983) e representação<sup>15</sup> (2007) serão analisados sondando as oportunidades de debates que estes podem oferecer para subsidiar a concepção de narrativas museológicas. Algumas discussões já presentes no seio da Museologia serão chaves de interpretação para tais discussões sobre narrativa, como por exemplo, o trabalho de Hooper-Greenhill que tenta compreender como dar a construção de sentido na fruição dos visitantes das exposições museológicas<sup>16</sup> e Susan Pearce que explora as possibilidades de pesquisa e extroversão com objetos de museu<sup>17</sup>.

No que diz a Antropologia, a vertente que nesta pesquisa será explorada serão os estudos de cultura material que se desdobram da “*material turn*” ou “*material-cultural-turn*”<sup>18</sup>. Esta virada ontológica teve seus primeiros passos nos anos 60 e 70 nas tentativas de aproximação realizadas, sobretudo, pelos Arqueólogos, para aproximar suas práticas da Antropologia, muito devido um incômodo com a abstração envolvida nas discussões teóricas do conceito de cultura, que consequentemente, promovia uma desmaterialização das relações sociais<sup>19</sup>. Nesta perspectiva, foram desenvolvidas novas práticas no seio do campo da Arqueologia, como a Nova Arqueologia (Arqueologia pós-processual), Arqueologia Contextual, Arqueologia Histórica e EtnoArqueologia muito apropriada no mundo Anglo-Americano, principalmente, na Inglaterra<sup>20</sup>. Esta virada ganhou fôlego nos anos 80 (“High Period”)<sup>21</sup>, com novos motes de estudo, como por exemplo, a Antropologia do consumo, envolvendo nomes como Daniel Miller e Arjun Appadurai. A *material turn* é um movimento que busca reconsiderar o social em sua interação com a materialidade<sup>22</sup>, transcendendo abordagens semiológicas<sup>23</sup> e buscando novos delineamentos teóricos para lidar com os mundos não humano na qual agimos sobre e modificamos para atender aos interesses práticos e simbólicos do Homem.

13 RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. 2001.; RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. 2009.

14 RICOEUR, P. Tempo e Narrativa. Tomo 1. Campinas: Papyrus, 1983. p. 85 – 132

15 RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp 2007

16 HOOPER-GREENHILL, E. Museums and the interpretation of visual culture. 2000.

17 Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Pearce que ela analisa em termos semióticos e históricos uma jaqueta de um combatente de Waterloo suscitando sua diversidade de significados possíveis ao ser explorados pela pesquisa. Ver: PEARCE, S. Objects as meanings; or narrating the past. 1994. p. 19-29

18 Termo usado por Dan Hicks no seu texto sobre a história deste movimento. Ver: HICKS, Dan. The material-cultural turn: event and effect. 2010 p. 25-98

19 REDE, M. História e cultura material. 2012. CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (org.). Domínios da História. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 144

20 HICKS, Dan. The material-cultural turn: event and effect. In: The Oxford Handbook of Material Culture Studies. Oxford: Oxford University Press. 2010. p. 43-64

21 HICKS, Dan. The material-cultural turn: event and effect. 2010. p. 64

22 REDE, M. História e cultura material. 2012. P. 144

23 MENESES, U.T.B. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. 2003. p. 15

Vale destacar aqui, os esforços teóricos e de articulação para publicações de Daniel Miller, professor vinculado à University College London. O autor mobiliza muitos pensadores para a construção de teorizações em relação à cultura material, desde Hegel, Simmel, Marx, até Bourdieu, Gombrich e Latour. Dois conceitos suscitados por Miller são importantes aqui: o conceito de “humildade das coisas”, na qual ele sinaliza para a banalização da materialidade em relação à indagação científica por ela ser algo dado. Esta marginalização do olhar sobre as coisas mostra que elas estão cumprindo seu papel: *“objects are important not because they are evident and physically constrain or enable, but often precisely because we do not “see” them”*<sup>24</sup>. E o conceito de “objetificação” que, em suma, trata materialidade não só como um produto das relações sociais, mas que é possível estabelecer relações sociais com objetos<sup>25</sup>. Essa última conceituação, está muito próxima aos dizeres de Gonçalves nas discussões sobre o conceito de patrimônio:

Objetos materiais e técnicas corporais, por sua vez, não precisam ser necessariamente entendidos como simples “suportes” da vida social e cultural (como tendem a ser concebidos em boa parte da produção antropológica). Mas podem ser pensados, em sua forma e materialidade, como a própria substância dessa vida social e cultural<sup>26</sup>.

A fundamentação teórica aqui sucintamente descrita será o norte para as pesquisas e análises desejadas, na qual traz a cultura material e suas possibilidades de contribuição para o conhecimento científico e sua difusão para o cerne da questão.

## Metodologia

Esta investigação, concentrando-se nos estudos de cultura material, partirá, como já dito anteriormente, da epistemologia fomentada em duas áreas, a História e a Antropologia, tendo como elo de ligação as contribuições que essas podem oferecer a Museologia e sua práxis. Vale destacar que a presente pesquisa, no momento deste texto, ainda se encontra nos primeiros passos, passando ainda por delineamento metodológico mais consistente. Dessa forma, a pesquisa empírica sondada ainda necessita de ser mais desenvolvida.

Como horizonte empírico para a proposta de pesquisa, dois museus foram selecionados: O Museu de Artes e Ofícios (MAO), localizado em Belo Horizonte e o Museu do Escravo, localizado em Belo Vale (a cerca de 80 km de distância da capital mineira). As instituições foram escolhidas pela proximidade de algumas temáticas observadas tanto no discurso expositivo quanto nos acervos que elas detêm. Dessa forma, as possibilidades de sustentar comparações são mais viáveis podendo demarcar o uso do aparato documental de cada museu, suas nuances específicas e convergências.

24 MILLER, D. Materiality. London: Duke University Press 2005. p. 5

25 MILLER, D. Materiality. 2005 p. 8; MILLER, D. Material cultures: Why Some Things Matter. 1998, p. 10

26 GONÇALVES, J. R. S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. 2007. P. 219



A partir da revisão bibliográfica e do entendimento dos estudos promovidos para com cultura material destacando a importância desse tipo de documento para as atividades do museu, e que tais estudos podem ajudar as instituições museológicas na qualidade da mediação da informação, pode-se dividir a pesquisa empírica em três momentos.

O primeiro momento será a identificação dos aspectos narrativos das exposições de cada museu: os conceitos que nortearam a construção da exposição, as temáticas contempladas e as representações simbólicas sustentadas. Para isso serão consultados, os documentos existentes das instituições que podem relatar sobre a concepção narrativa; e observações da expografia ( a concepção de escrita da narrativa da exposição) e da museografia (as práticas realizadas para possibilitar a construção da exposição, explorar suas potencialidades narrativas e avaliar a percepção e recepção do público). Tem como objetivo essa tarefa demarcar os discursos sustentados pela exposição. Como exemplo, pode-se indicar que em ambos os museu escolhidos é contemplada a temática do trabalho, sob duas perspectivas diferentes: a primeira, em um contexto de uma memória “romântica” do trabalho pré-industrial (MAO) e a segunda o trabalho em um contexto de supressão e repressão (Museu do Escravo).

Em um segundo momento, será selecionado um segmento de acervo de cada exposição. Entende-se como segmento de acervo, um conjunto de objetos que representam naquele contexto expositivo uma temática. Se possível, serão escolhidos nas exposições um segmento de acervo equivalente, seja pela tipologia ou pela representação sustentada. A partir dessas escolhas será realizada uma tarefa de “desdocumentalização”, nas palavras de Meneses<sup>27</sup>, que consiste em analisar os usos desses objetos e os atores envolvidos tanto em uma dimensão histórica quanto em uma dimensão antropológica, e também musealizações em outras instituições e contextos que podem indicar outros motivos para transformar objetos semelhantes em documentos. Esse momento tem como objetivo explorar as possibilidades de interpretação dos objetos, inclusive, àquelas interpretações que não são exploradas nas narrativas dos museus escolhidos. Pretende-se levantar e mapear o maior número de representações possíveis ( a partir de recortes temporais e espaciais). Neste momento, em que se lidar diretamente com os objetos, será o mais oportuno do trabalho para a consideração da teoria e estudos empíricos sobre cultura material. Como exemplo de segmento de acervo, pode-se citar uma temática que está presente na exposição dos dois museus: a tecelagem.

No terceiro momento, serão construídos critérios de comparação e de confrontação para analisar a força que os objetos pesquisados têm dentro das suas respectivas exposições. Alguns questionamentos serão o ponto de partida para a análise: Como eles aparecem na exposição? Quais os discursos criados sobre eles? Tais objetos são relevantes para a concepção e construção da exposição ou foram apenas enquadrados? Quais representações esses objetos podem suscitar e quais elas subsidiam na exposição? Quais representações sobre estes objetos são silenciadas pela exposição? A exposição possibilita conflitos de representação? Qual a relação que os objetos podem

27 MENESES, U. T. B. A cultura material nos estudos das sociedades antigas. p. 110

estabelecer com o presente? A exposição potencializa ou esmaece essas relações? Essa etapa do trabalho tem como objetivo confrontar os discursos do segmento de acervo escolhido com a narrativa expositiva tentando indicar o caráter marginal que a pesquisa com os objetos componentes da exposição assume na concepção e criação das exposições.

### Considerações finais

O trabalho aqui exposto, ainda embrionário, tem como objetivo contribuir para suscitar discussões que destacam o papel das instituições museológicas e suas atividades como mediadoras de um conhecimento acessível com respaldo de pesquisas mais diligentes. Os estudos de cultura material, cada vez mais consolidado, tem um enorme potencial para embasar pesquisas e discussões que perpassam por veredas contempladas pelos museus, e que conseqüentemente, podem ser exploradas pela Museologia, por ser um campo científico que fundamenta e tem estimulada sua práxis nestas instituições.

Pesquisas como esta são importantes para alinhar o comprometimento do campo da Museologia com sua aplicabilidade nos museus através de oportunidades captadas em ressonância com os problemas enfrentados pela área. O estudo busca mostrar como os museus e a Museologia podem se beneficiar dessa aproximação com aportes teórico-metodológicos de outras áreas, podendo viabilizar caminhos através da interdisciplinaridade para incrementar discussões pertinentes em seu campo, e conseqüentemente, aperfeiçoar as práticas exercidas pelos museus, principalmente, as que dizem a respeito da preservação, pesquisa e extroversão de seus acervos.

Por último, se aposta nas expectativas sobre a competência do museu para contribuir para um despertar crítico da sociedade em relação à realidade, na qual atribui às instituições museológicas papéis cruciais para promover a mediação entre grupos culturais diferentes tanto historicamente quanto antropologicamente, sendo capaz de usar artifícios que possa construir uma sociedade mais tolerante e sensível. Nesta perspectiva, Meneses tem um pensamento otimista em relação ao papel do museu no século XXI.

Estou convicto de que, no século XXI, os museus não serão espaços anacrônicos e nostálgicos, receosos de se contaminarem com os vírus da sociedade de massas, mas antes, poderão constituir extraordinárias vias de conhecimento e exame dessa mesma sociedade. Serão, assim, bolsões para os ritmos personalizados de fruição e para a formação da consciência crítica, que não pode ser massificada.<sup>28</sup>

Dentro desta perspectiva, espera-se que a pesquisa possa realizar movimentos que convergem com o pensamento que se sustenta sobre o papel social ativo do museu no mundo contemporâneo.

28 MENESES, U. T. B. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. p 14

# As cópias pintadas da coleção didática do Museu D. João VI e sua relação com o sistema de ensino acadêmico de artes no século XIX

**Flora Pereira Flor**

Mestre em Artes Visuais - PPGAV / EBA / UFRJ

Bacharel em História da Arte - EBA/UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/5500141342816215>

[floraflor@gmail.com](mailto:floraflor@gmail.com)

## Resumo

A presente comunicação propõe abordar em um primeiro momento a Coleção Didática do Museu D. João VI (MDJVI), museu da Escola de Belas Artes (EBA) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta coleção foi composta ao longo dos séculos XIX e XX por obras como desenhos, estampas e moldagens com função de dar suporte ao sistema pedagógico de ensino das Artes Visuais característico das Academias europeias a partir do século XVI. A partir da visão geral do conjunto da coleção didática, o trabalho tratará de um universo menor dentro desta coleção composto por conjunto de cópias pintadas de obras de arte europeias, que aqui denominamos “Coleção de cópias pintadas do Museu D. João VI”. A análise desse grupo de pinturas permite desvendar os motivos e critérios utilizados para a aplicação da tradição de pintura europeia que remonta ao Renascimento na academia brasileira, bem como: o papel das cópias na formação do artista, o lugar das cópias pintadas no colecionismo da Academia e os critérios de escolha das pinturas a serem copiadas.

**Palavras-chave:** Coleção, cópias pintadas, século XIX, Academia Imperial de Belas Artes, Escola Nacional de Belas Artes.

## O Museu D. João VI

O *Museu D. João VI*, foi criado em 1979 pelo então diretor da *Escola de Belas Artes* (EBA) da *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ) Professor Almir Paredes Cunha, com objetivo de reunir as obras que pertenciam à escola e encontravam-se dispersas por seus ateliês e salas de aula. Entretanto, antes de prosseguirmos a descrição de seu acervo atual, faz-se necessário rememorarmos o histórico de sua constituição.

Ao olharmos para a linha do tempo da EBA, enquanto instituição de ensino, chegamos ao Decreto de criação da *Escola Real de Artes e Ofícios* de 12 de agosto de 1816, que está diretamente relacionada ao projeto de Joachim Lebreton para o ensino de arte no Brasil, no contexto do que

se convencionou chamar Missão Artística Francesa ou Missão Francesa. Le Breton trouxe consigo um conjunto de obras europeias que irão constituir o núcleo inicial da coleção da *Escola Real de Artes e Ofícios* (1816 - 1820), *Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil* (1820 – 1824), *Academia Imperial de Belas Artes* (AIBA 1824 – 1890), *Escola Nacional de Belas Artes* (ENBA 1890 - 1966). Podemos observar no projeto manuscrito por Lebreton, em 12 de junho de 1816, o destaque da necessidade de constituição de um acervo de obras europeias que pudessem exemplificar esta tradição artística.

A este núcleo inicial de obras somou-se, no reinado de D. Pedro II, obras da *Coleção Real*: coleção dos reis de Portugal trazidas ao Brasil em 1808 juntamente com a transferência da corte (parte desta coleção regressou à Portugal em 1821 juntamente com D. João VI). Além de uma grande quantidade de peças adquiridas pela instituição em museus europeus, sobretudo italianos e franceses, como: as moldagens de gesso - ornatos arquitetônicos e cópias de esculturas - da antiguidade clássica e renascimento e os álbuns franceses de estampas didáticas, cópias de estatuária e de pintura que abrangiam obras da antiguidade clássica ao século XIX, apresentando tanto partes do corpo humano e de composições de pinturas e esculturas, quanto figuras humanas e composições completas.

Outra forma de ingresso de obras na coleção da academia derivava da própria produção de seus docentes e discentes como: os estudos de estampas, moldagens e modelo vivo; obras resultantes de concursos escolares usuais e de grandes concursos, como o Prêmio de Viagem, bem como aquelas provenientes dos concursos para os cargos de magistério; assim como aquelas decorrentes das obrigações dos pensionistas durante sua estadia na Europa, que convencionamos chamar de envios de pensionistas.

Somam-se ainda a estes grupos algumas coleções doadas como, por exemplo, a *Coleção Jeronymo Ferreira das Neves* (doada à ENBA em 1947), a *Coleção Renato Miguez de Arte Popular* (doada à EBA em 2012) e a coleção do *Centro de Referência Textil/Vestuário*, decorrente de projeto desenvolvido que atualmente encontra-se em fase de incorporação ao acervo do *Museu D. João VI*.

Neste percurso faz-se importante ressaltar o desmembramento da coleção ocorrido em 1937, com a criação pelo *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) do *Museu Nacional de Belas Artes* (MNBA). Permaneceram na ENBA as obras de arte cunho didático, muitas das quais eram utilizadas nos ateliês da escola, conservando esta função após a divisão do acervo. A ENBA e o recém-criado MNBA permaneceram coabitando o mesmo edifício até o ano de 1975, quando a Escola (a época já denominada *Escola de Belas Artes*) transferiu-se para o campus da Cidade Universitária (Fundão).

Desta forma, no momento da constituição do *Museu D. João VI*, a EBA já não contava com a totalidade do acervo colecionado ao longo do século XIX e das três primeiras décadas do século XX, porém contava ainda com um grande número de obras empregadas nos ambientes de ensino acadêmico. Motivo pelo qual a *Coleção didática* abrange parte significativa das obras do acervo do MDJVI. Esta coleção é composta por objetos que possuíram funções didáticas como as estampas,

as moldagens, desenhos dos professores, exercícios dos alunos, estudos de modelo vivo, cópias de obras europeias. Há ainda as peças provenientes dos concursos: Prêmio de Viagem, Exposições Gerais, Salões, admissão de professores. Inclui também um conjunto de cópias pintadas de obras europeias. Sendo este último, o objeto central desta comunicação.

### O colecionismo acadêmico e o modelo de ensino artístico europeu no século XIX

Podemos afirmar que há uma relação intrínseca entre modelo de ensino artístico europeu e o colecionismo acadêmico no século XIX. Através do breve histórico apresentado no início desta comunicação é perceptível que a formação de uma coleção artística europeia já estava presente no projeto original de Lebreton. Esta concepção segue inalterada na atuação da Academia ao longo de todo século XIX.

A professora e pesquisadora Sonia Gomes Pereira ressalta que a constituição de um acervo que apresentasse aos alunos a tradição artística europeia era parte da estrutura do ensino acadêmico do século XIX<sup>1</sup>, portanto item obrigatório em qualquer projeto de Academia. Devemos ressaltar que a concepção de tradição artística europeia daquele século, abrangia em seu conceito a arte dos antigos (gregos e romanos) e a arte dos modernos (artistas europeus do Renascimento italiano e posteriores a este). Sobre o conceito de moderno, é importante ressaltar que essa era uma denominação empregada pelos artistas a partir do renascimento até o século XIX e que não possui relação com o movimento modernista do Século XX. Sonia Gomes pereira salienta que:

Até bem avançado o século XIX, o Renascimento era considerado um longo período, desde os seus primeiros sinais no século XIII - com Giotto - até o século XIX, em que os movimentos como o Neoclassicismo e o Romantismo eram vistos como atualizações da tradição, sem rompimento<sup>2</sup>.

Desta forma, a Academia deveria possuir um acervo que permitisse aos alunos adquirirem no cotidiano de seu processo visual um repertório visual que lhe permitisse dialogar e se inserir nessa grande tradição artística europeia de representações artísticas, tanto na produção dos antigos, quanto na produção dos modernos.

Inserida neste contexto de constituição o que aqui denominamos *coleção de cópias pintadas do Museu D. João VI*, são pinturas que reproduzem obras de arte europeias e que foram integradas ao acervo da instituição por vias diversas como os envios de pensionistas, as doações, etc. Estas obras além de serem um exemplo visual da tradição artística europeia e auxiliarem, portanto, na formação do olhar dos discentes, inserem-se também em um contexto específico da formação do pintor que abordaremos de forma mais detalhada no tópico abaixo.

1 PEREIRA, Sonia Gomes. *Arte ensino e academia: estudos e ensaios sobre a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad / Faperj, 2018, p. 125.

2 PEREIRA, Sonia Gomes. *Arte ensino e academia: estudos e ensaios sobre a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad / Faperj, 2018, p. 195.

### A coleção de Cópias Pintadas do Museu D. João VI

A coleção de cópias pintadas do Museu D. João VI é composta por um conjunto heterogêneo de 34 pinturas identificadas como cópias de obras europeias, com exceção da cópia do Auto-Retrato de Pedro Américo cujo original pertence à Galleria Uffizi. Heterogêneo, pois nem todas as pinturas possuem autoria (do copista) e datação identificadas. Mas também pela variedade de temáticas e artistas copiados: 18 cópias da escola italiana, abrangendo artistas de final do século XV ao século XVIII; 7 cópias da escola francesa, de artistas do século XVII ao XIX; 3 cópias da escola holandesa, de artistas do século XVI e XVII; 2 cópias da escola flamenga, de artistas do século XVII; 1 cópia da escola inglesa, de artista do século XVIII; 1 cópia da escola espanhola, de artista do século XVII; 1 cópia da escola brasileira, de artista do século XIX e 1 cópia de escola não identificada. Em relação à temática, temos temas religiosos, retratos, temas históricos, mitológicos, alegorias, natureza morta e academias (modelo vivo).

Para compreendermos essa conformação, devemos rememorar o papel da cópia. A cópia no sistema de ensino acadêmico do século XIX e início do século XX era uma prática que embasava a maior parte do longo processo de aprendizado mecânico e intelectual do ensino/aprendizagem da arte. Mecânico, pois através da cópia se desenvolvia a habilidade dos movimentos mecânicos da mão, o domínio do desenho, da reprodução das formas naturais na superfície do papel, sobretudo da figura humana. Intelectual, pois o processo de criação artística envolvia também o aprendizado da tradição e de suas soluções compositivas, processo que ocorria através do estudo e da cópia de obras de arte. Copiando o aluno absorvia a grande tradição artística e formava seu olhar.

O processo de domínio do desenho estava dividido em três etapas e iniciava com o desenho a partir de estampas diversas. Copiando obras traduzidas pela gravura os alunos lidavam com a questão dos contornos e a percepção preliminar das áreas de luz e sombra. Ao mesmo tempo em que o aluno aprendia a técnica do desenho, ao copiar as estampas ele também estabelecia contato com a tradição artística renascentista e da antiguidade clássica, iniciando assim seu processo de formação do olhar.

Vencida esta etapa inicial, o aluno prosseguia seu aprendizado copiando a partir de moldagens. A cópia de moldagens de gesso iniciava o aluno na questão da percepção do relevo e de sua transcrição para a superfície planar do papel. Nesta etapa o aluno deveria utilizar os conhecimentos de desenho, aprendidos através da cópia da estampa didática, para representar graficamente no papel não a forma volumétrica da moldagem, mas também os efeitos da luz sobre a escultura.

Adquirido este domínio, o aluno passava para a última fase de sua formação comum (da pintura e escultura), o desenho a partir do natural através das aulas de modelo vivo. Nesta etapa o aluno deveria dominar através do desenho o processo de transcrição para o papel daquilo que ele via. Era, portanto o processo de cópia da natureza, do natural, no qual ele deveria aplicar não só o conhecimento do desenho, do modelado, da interpretação e tradução da luz e da sombra



para a superfície do papel, como também todo conhecimento da tradição artística europeia adquirido pelo contato com as cópias destas obras.

Posteriormente o aluno passava para uma etapa de formação a partir do material que era específico de sua arte, ou seja, deveria adquirir o domínio do processo de representação das formas que era específico de seu meio (pintura ou escultura).

Os alunos de pintura passavam a enfrentar as questões relacionadas à cor através da cópia pintada. Eles realizavam cópias de obras de grandes pintores, com objetivo de entender questões como as áreas de luz e sombra, o emprego das cores, as questões referentes à pincelada, a solução de determinados problemas compositivos.

Neste contexto, a cópia pintada não estava relacionada ao aprendizado do desenho e sim ao aprendizado das questões inerentes à pintura, dos problemas específicos deste campo artístico. Era justamente o contato constante com a tradição artística europeia, desde a etapa das cópias a partir da estampa, que possibilitava ao aluno obter um conhecimento sobre o repertório temático e analisar na etapa das cópias pintadas os diferentes sistemas de cores empregados pelos mestres e as diversas soluções de adequação entre forma e tema propostas nas obras reproduzidas.

Portanto, o longo contato com a tradição artística europeia através das cópias, permitia que o aluno tivesse, nesta última etapa de formação, um repertório visual que o possibilitava conhecer diversos tipos possíveis de soluções para resolução de problemas temáticos, assim como avaliar diferentes possibilidades para estruturação formal de suas composições.

Segundo Albert Boime, no contexto do ensino acadêmico, a cópia sistemática de obras de arte permitia que o copista assimilasse e refletisse sobre as qualidades de um velho mestre. Outra função da cópia era servir de preparação para uma obra, através da tentativa de reprodução das etapas e técnicas empregadas por um velho mestre na produção de uma obra<sup>3</sup>. Sob essa perspectiva, percebemos que no contexto de ensino e produção acadêmica do século XIX a cópia servia ao artista como uma fonte de informação para o artista, através da qual ele não só absorvia a tradição artística europeia, mas também dialogava e se nutria.

Neste contexto, as cópias pintadas que constituíam o acervo da Academia deveriam possibilitar ao aluno entender a ideia inicial da obra do mestre copiado, bem como os esquemas compositivos e os valores plásticos (cor, luz, etc.) empregados naquela pintura.

A avaliação pela Academia de três cópias produzidas por Vitor Meirelles no seu período de pensionato em Roma exemplifica o que a academia esperava de uma cópia e também nos informa a situação da “coleção de cópias” da instituição no ano de 1855:

Nas duas cópias de cabeças de Pilatos, e do Mestre da Música, o Sr. Vitor compreendeu e traduziu bem o colorido divino do imortal Vandick; os tons estão acentuados com firmeza, o trabalho é fino, e o estudo feito conscientemente...

3 BOIME, Albert. *The Academy and French Painting in the nineteenth century*. New Haven: Yale University, 1986, p. 123.

Cópias tais são úteis ao Estabelecimento; porque elas podem servir para estudos dos principiantes da Classe de Pintura Histórica, vista a pobreza de nossa coleção composta quase totalmente de cópias muito velhas e enegrecidas pelo tempo.<sup>4</sup>

Logo após esta avaliação, o relator expõe o interesse da Sessão de Pintura em solicitar a prorrogação do pensionato de Vitor Meirelles na Europa e encomendá-lo, como parte de suas obrigações de pensionistas, outras cópias:

Parece à Seção de Pintura esta a ocasião adequada de se pedir ao Governo Imperial, mais alguns anos de pensão na Europa para este jovem Artista, não só a fim de atingir a um talento superior, como também para aumentar com boas cópias dos grandes Mestres da arte, o número de exemplares de que precise a nossa aula de Pintura Histórica.<sup>5</sup>

No ano seguinte, a academia envia a Vitor Meirelles a decisão de prorrogação de seu pensionato e as instruções para os estudos e envios deste novo período.

1º Em cumprimento do art. 12 do precitado regulamento copiará do mesmo tamanho o quadro n. 360 de Salvador Rosa, que se acha no Louvre na coleção da Escola Italiana; e se este painel desagradar-lhe, copiará no ponto maior que puder a figura de Leônidas no quadro da “passagem das Termópilas” de Luiz David. Pede-se-lhe todo o esmero possível na execução destes trabalhos; porque são destinados a servirem de norma aos alunos de pintura, e darem idéia do estilo e colorido dos mestres.

2º No 2º ano, fará todo o seu possível para nos mandar uma cópia do famoso Tronco de Pagnest, que está na Escola de Belas Artes, porque é ainda para o mesmo efeito, visto que este primor d’arte é um modelo completo de desenho e pintura para o estudo do nu.

3º no 3º ano, nos mandará algumas figuras inteiras dos quadros do Barão Gros, seja da “Peste de Jaffa” ou da “Batalha de Aboukir”, mormente aquele árabe que se acha deitado, e de costas por baixo do cavalo de Murat. Se puder mandar estes magníficos exemplares do tamanho dos originais, será muito bom; e muito belo efeito produzirão na sala própria dos Pensionistas. [...]

Se a opinião do Professor que tomar em Paris for contra o desejo que lhe manifesto nesta limitada instrução, o que poderá acontecer, porque cada mestre tem a sua maneira de ver particular, diga o que lhe ordenar o seu Professor particular, prevenindo-o contudo qual o fim da Academia na aquisição destas normas do talento de tão grandes mestres<sup>6</sup>.

Esta orientação, assim como outras fornecidas a pensionistas anteriores, estabelece os trabalhos que os mesmos devem enviar durante os seus três anos de pensionato, sempre dando mais de uma indicação do que deve ser copiado e fazendo a ressalva sobre a autonomia do mestre ao qual o pensionista se vincula na Europa. Entretanto duas passagens devem ser destacadas: A primeira, que menciona o efeito que as obras solicitadas teriam na “sala própria dos pensionistas”, evidenciando a existência de um ambiente expositivo específico para os envios de pensionistas e a preocupação com a configuração de obras nesta sala. A segunda, que ressalva sobre a finalidade

4 Academia Imperial de Belas Artes, Sessão de 13 de agosto de 1855. Arquivo do Museu D. João VI.

5 Academia Imperial de Belas Artes, Sessão de 13 de agosto de 1855. Arquivo do Museu D. João VI.

6 Academia Imperial de Belas Artes, Sessão de 13 de agosto de 1855. Arquivo do Museu D. João VI.

a que se destinavam as cópias pintadas dos grandes mestres, que era justamente a de auxiliar no processo didático de formação do aluno.

Finalizamos esse artigo ressaltando que além do caráter didático estrito das cópias pintadas, elas também serviam para a “educação do olhar” não só dos artistas, como também do público que frequentava as Exposições Gerais organizadas pela Academia a partir da década de 1840.

Nesta perspectiva, pensar o conjunto de cópias pintadas do MDJVI como uma coleção não significa desvinculá-la da Coleção Didática e sim reconhecer suas especificidades, tendo como foco as intenções contidas na constituição deste acervo de cópias, relacionando-o, sempre que possível, com o acervo do MDJVI como um todo e com as obras atualmente pertencentes ao Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), mas que pertenceram anteriormente à AIBA e à Escola Nacional de Belas Artes (ENBA).

# Memorial da Imigração Judaica: história e memória na construção de identidade

Otávio Pereira Balaguer

Mestrando em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação  
Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (PPGMus-USP)  
otavio.balaguer@gmail.com | otavio.balaguer@usp.br

## Resumo

O *Memorial da Imigração judaica* é um museu estabelecido em 2016 no edifício da primeira sinagoga do Estado de São Paulo. A instituição faz parte das comemorações dos cem anos do primeiro templo paulista. Fundada na capital, em 1912, a *Kehilat Israel* – ou Comunidade Israelita de São Paulo – foi resultado do esforço de imigrantes judeus oriundos do leste europeu, sua maioria da Bessarabia, antiga região do Império Russo, hoje dividida entre Moldávia e Ucrânia.

A presença de imigrantes judeus no Brasil data da abertura dos portos em 1808. Ao longo do século XIX diferentes levas de judeus europeus e magrebinos provenientes, majoritariamente, da Alsácia, Reino Unido e Marrocos aportaram entre o Rio de Janeiro, Belém e Manaus. No entanto, é no início do século XX que grupos preponderantes se estabelecem na cidade de São Paulo.

Carregando seus idiomas, culturas, usos e costumes religiosos os imigrantes constituíram comunidades no país de acordo com seus lugares de origem no velho mundo. Desta maneira, a *Kehilat Israel*, estabelecida no Bom Retiro – região de grande trânsito de mercadorias e pessoas na virada do século – é formada por judeus *ashkenazim*, falantes do ídiche e moradores dos *shtetlach*, vilas campesinas judaicas da Europa do Leste.

As exposições do *Memorial da Imigração Judaica* são a fonte do presente estudo. Nelas há uma construção de sentidos e valores, por meio da história e da memória judaica em uma narrativa assentada nos temas da diáspora e da imigração. Acreditamos que os processos museológicos, deste museu-memorial, colaboram para a construção de uma identidade judaica apreensível ao longo do discurso expositivo no edifício, que opera como *lugar de memória*.

Sua coleção é formada por doações e comodatos de documentos textuais, iconográficos e objetos tridimensionais, pertencentes à comunidade e a outras famílias imigradas. Os elementos em exibição são livros e peças da *judaica* – objetos de uso cotidiano e cerimonial relacionados à prática da fé.

Por meio da discussão dos conceitos de *história* e *memória* pretendemos entender o discurso produzido pela exposição. Acreditamos que a construção desta identidade tem no sítio histórico e nos objetos expostos o suporte de uma memória que atende a exigências contemporâneas de

afirmação de um lugar em uma sociedade multicultural. Para isso, a instituição museológica nas funções de aquisição, estudo, conservação e difusão é demandada.

**Palavras-chave:** Museologia, Exposição, Memória, Imigração judaica

Entendemos que o museu, enquanto espaço de representação, é disputado pela legitimidade social que ele dá às narrativas que se circunscrevem em seu domínio, demonstrando que poder contar e registrar em suas paredes uma história é constituir poder. Discutindo o pensamento de Alice Semedo, Carlos Alberto Araújo em *Museologia: correntes teóricas e consolidação científica*<sup>1</sup>, coloca os museus como criadores de “realidades” a partir de suas ideologias. Logo, temos um espaço museal que constrói um discurso – uma realidade – e que, justamente por ser uma construção, pode e deve ser posta à prova por um olhar crítico.

A centralidade dos museus na sociedade contemporânea pode ser vista pela quantidade de instituições existentes ao redor do mundo, dado o seu crescimento quantitativo das últimas décadas do século XX<sup>2</sup>. Além de estarem intimamente ligados aos nossos processos de representação, recordação e ao estabelecimento de um universo simbólico de identificação, os museus se tornaram “paradigma-chave das atividades culturais contemporâneas”<sup>3</sup>, estando no centro das cenas culturais do mundo de hoje.

Andreas Huyssen observa um tipo de apropriação da instituição museológica por agentes político-econômicos que dão sentido diferente ao das propostas das tendências de apropriação comunitária do espaço museológico, como expusemos com os debates da museologia social. Segundo o autor, o museu se torna centro de espetáculos sendo demandado pela Indústria Cultural em um cenário de fragmentação das identidades<sup>4</sup>, para ele, promovida pela fase histórica do sistema de vida que compartilhamos.

É no contexto da ampliação do espectro representativo do museu, da sua apropriação por grupos anteriormente afastados da narrativa institucional e operando como agentes sociais que o objeto do presente estudo se insere. O *Memorial da Imigração Judaica* é um museu contemporâneo que se vale das modernas linguagens expositivas e que tem “um amplo e valioso acervo documental

1 ARAÚJO, Carlos Alberto. *Museologia: correntes teóricas e consolidação científica*. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/MAST*, Vol. 3, nº 2, 2012.

2 Dominique Poulot aponta “Um crescimento recente e significativo dos estabelecimentos”. *Museu e Museologia*. Trad. Guilherme Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, pp. 103-107.; HUYSEN, Andreas. Escapando da Amnésia. O museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, número 23, 1994.

3 HUYSEN, Andreas. Escapando da Amnésia. O museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, número 23, 1994, p. 36.

4 O autor acredita que as exposições não podem promover “paralisia”, “esterilidade” ou “repressão” ao tratar da representação das identidades. No entanto, a instituição deve, ao contrário, ser “lugar de contestação e negociação cultural” refinando suas estratégias de representação. *Idem*, *Ibidem*. p. 54-55.

destinado a valorizar a contribuição dos judeus ao desenvolvimento do Brasil”<sup>5</sup>. Esse espaço parece surgir como ponto de memória de um setor da sociedade brasileira ansioso por se representar.

Na tentativa de entender sua atuação no imaginário coletivo, elegemos as exposições permanentes da instituição como documento central desta reflexão. Pretendemos entender o discurso apresentado pelo *Memorial da Imigração Judaica* lançando mão de ferramentas da Museologia, História e Ciências Sociais, tendo em consideração que há diversos caminhos possíveis para a leitura do material exposto, visto que cada visitante traz consigo uma bagagem pessoal composta por experiências e conhecimentos que lhe possibilitam interagir com o discurso expositivo, refletir e produzir sínteses. Já que, como aponta o historiador Camilo de Mello Vasconcellos, as exposições são a linguagem própria dos museus para comunicar conteúdos, com os quais o público pode dialogar:

(...) o museu é produtor de sentidos para a sociedade. Seu campo específico são os objetos e as imagens, documentos que possuem uma forma bidimensional e tridimensional. Por isso, mantém um modo próprio de comunicar seu conteúdo, por intermédio das exposições, cujo princípio básico é a disposição dos artefatos em um determinado espaço físico, criando-se um discurso museal que pode ser apreendido pelo público que o visita. Esse contato direto com a cultura material, baseado nas exposições, é uma experiência única que não pode ser oferecida por nenhuma outra instituição.<sup>6</sup>

Concordando com as ideias anteriormente colocadas, e nos apoiando na museóloga Maria Cristina de Oliveira Bruno em *Museologia: algumas ideias para sua organização disciplinar*<sup>7</sup>, acreditamos que a disciplina museológica permite a criação de um universo de *sentidos* e *Valores* por meio das exposições. Assim, nos perguntamos quais são os valores e significados criados pela ação museológica e expográfica no *Memorial da Imigração Judaica no Brasil* e qual a finalidade do seu discurso? Acreditamos que uma leitura analítica das exposições, associada à discussão de fortuna crítica nas áreas do conhecimento, podemos extrair um texto discursivo sobre a identidade e presença dos judeus no país.

Em *Exposição: concepção, montagem e avaliação*, Marília Xavier Cury<sup>8</sup> aponta que a centralidade do *Fato Museal*, na museologia, é o que torna a exposição unidade de análise da disciplina. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri nos diz que este fenômeno é a relação que se dá entre o homem e o objeto catalisada pelo espaço museológico<sup>9</sup>. Isto é, o museu ao expor objetos e narrativas propicia o encontro do homem com produtos de sua própria realidade que, no entanto, estão arranjados no

5 Texto de apresentação “O memorial” disponível em <<<http://www.memij.org.br/index.php/historico/o-memorial>>> Acesso em: 14 nov. 2017.

6 VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*. O Museu Nacional de História do México 1940-1982. São Paulo: Alameda, 2007, p. 20.

7 BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Museologia: Algumas idéias para a sua organização disciplinar*. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 9, n. 9, junho 2009. ISSN 1646-3714.

8 CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

9 GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. “Museologia e identidade”. In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. pp. 176-185.



tempo e no espaço em uma rede de sentidos. Ancorados nessas reflexões, justificamos a delimitação de nosso objeto de estudo.

A experiência proporcionada pelo espaço institucional produtor das exposições que analisamos, é pautada pela “guarda” de uma memória e de uma história, imbuindo-se de comunicar uma narrativa positiva sobre a presença de todos os coletivos judaicos no país, que se diferenciam da sociedade brasileira por sua religião e história. Por isso, é necessário pensar conceitualmente os processos de construção da memória, tendo como partida uma discussão museológica, posteriormente historiográfica, sobre os judeus no Brasil, para chegarmos à construção de sua identidade.

### O Memorial da Imigração Judaica: de sinagoga a museu

O prédio no qual está instalado o memorial é o segundo edifício a abrigar a Comunidade Israelita de São Paulo – *Kehilat Israel* em hebraico – fundada em 1912 por imigrantes judeus da Bessarabia<sup>10</sup>. Inaugurado em 1957, ele substituiu a pequena casa localizada na rua da Graça, número 26, que serviu de sinagoga para a primeira comunidade israelita do Estado de São Paulo<sup>11</sup>. A sinagoga se manteve como ponto de encontro e reza da comunidade do Bom Retiro ao longo do século. Parece ter entrado em “decadência” com a saída dos descendentes das famílias de imigrantes do distrito em direção a bairros de classe média, ao longo das últimas décadas do século XX. Com a chegada de seu centenário nos anos 2000, a comunidade passou a organizar sua memória com a publicação de *90 anos da sinagoga Kehilat Israel – a primeira sinagoga de São Paulo*<sup>12</sup> em 2002 e com a reforma do edifício e adaptação para a abertura do memorial, que se efetivou em fevereiro de 2016.

O espaço expositivo se constrói de maneira linear; as exposições possuem um fluxo pré-estabelecido em um “plano de circulação”, conduzido pela arquitetura da edificação e pela expo-grafia, que passa por temas comuns da vida judaica e da situação de imigração: como a memória da fundação da comunidade, as práticas religiosas da fé mosaica e os ofícios desenvolvidos pelos imigrantes judeus.

O espaço expositivo está dividido em três andares: cada qual é dedicado a um eixo temático que aglomera os núcleos expositivos acima citados, assim o primeiro andar se intitula “Onde estamos”, o segundo “O que mantivemos” e o subsolo “O que construímos”. De modo que o visitante, a partir do primeiro piso, é conduzido por uma trajetória que dá conta de apresentar como os imigrantes chegam a esse país, seguindo ao segundo andar que nos mostra o que foi trazido por

10 Bessarabia é a antiga denominação para a região da atual Moldávia. Situada entre a Ucrânia e a Romênia, durante o século XX foi palco de grandes conflitos.

11 VALADARES, Paulo; FAIGUENBOIM, Guilherme. “Kehilat Israel, a primeira sinagoga paulistana (1912) – origem e fundadores”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Recordações dos primórdios da imigração judaica em São Paulo*. São Paulo: Maayanot, 2013, pp. 31-70.

12 *90 anos da Sinagoga Kehilat Israel – a primeira sinagoga de S. Paulo*. São Paulo: Editora Maayanot, 2002.

essas pessoas – e aqui não falamos apenas das práticas culturais que vêm de um universo de cultura imaterial, mas também é o único momento em que objetos tridimensionais são mobilizados na narrativa museal –, continuando, somos guiados ao subsolo, lugar que nos mostra o que foi feito pelos que para cá vieram.

No Primeiro andar se localiza a *Sala de projeções e imersão* (antigo salão destinado ao culto religioso) e as áreas expositivas *As diversas expulsões dos judeus/Pedras que falam* (onde há pedras provenientes dos muros de alguns guetos da Europa), *A língua falada pelos judeus* (instalação com a pronúncia de frases em Hebraico, Ídiche e Ladino) e *A história da sinagoga Kehilat Israel*. No segundo pavimento é destinado a elementos da vida religiosa judaica com as exposições *O ciclo da vida*, *As muitas faces dos imigrantes judeus* (galeria de fotos), *Sala de núpcias* (instalação que simula um ritual de casamento judaico), *Calendário das festividades e culinária*, *Objetos judaicos* (peças e livros do cotidiano dos praticantes do judaísmo), *Mitsvot, preceitos e judaica* (práticas e ritualística da religião). E por fim, no Subsolo há as exposições permanentes *Os ofícios dos imigrantes judeus*, *Galeria de personalidades que contribuíram para o Brasil*, *O bom retiro dos Imigrantes* e uma área destinada a exposições temporárias.

A curadoria da exposição é feita pelo trabalho de um curador-mor, que é assessorado por um conselho curatorial. Aquele é o professor Fábio Magalhães, conhecido por seu trabalho no Museu de Arte de São Paulo, e este conselho é composto por representantes da comunidade judaica, pesquisadores e professores universitários do cenário intelectual paulista.

### História, memória e identidade

Com a finalidade de entender a situação histórica do coletivo que constitui uma rede de representação por meio da instituição museológica, é necessário recorrer à história da imigração judaica, visto que as comunidades que no Brasil se estabeleceram são provenientes dos grandes deslocamentos dos séculos XIX e XX, e está inscrita no que a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro chama de “moderna imigração judaica”<sup>13</sup>.

Segundo o historiador Nachman Falbel, a história contemporânea dos judeus no país está em processo de escrita, devido à dificuldade de acesso a seus documentos<sup>14</sup>. Em *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*, o autor elucida que “ainda estamos dando os primeiros passos para o seu pleno conhecimento”<sup>15</sup>. De modo que pretendemos traçar algumas linhas para entender o estabelecimento no Brasil dos núcleos iniciais do coletivo em questão que trouxe consigo, criou e recriou memórias e histórias, outrora *migrantes* e agora judaico-brasileiras.

Os primeiros a chegar ao Brasil o fizeram com a lei de abertura dos portos às nações

13 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Mosaico de nacionalidades*. São Paulo: Maayanot, 2013.

14 As complicações se dão pela dificuldade de preservação dos registros e a falta de pesquisadores com acesso aos idiomas ídiche e hebraico.

15 FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: Humanitas; EDUSP, 2008, p. 18.

amigas com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Os judeus que aqui chegaram provinham da Inglaterra, parceira comercial da coroa, e da Alsácia-Lorena, região francesa com grande presença de asquenazitas<sup>16</sup>. Esses grupos estabelecem-se ao redor da corte, onde permanecem e crescem ao longo do período imperial, estando envolvidos com grande parte das transações comerciais do recente país<sup>17</sup>. Mais a diante, ao longo da segunda metade do século XIX, um grande fluxo de imigrantes provenientes do Marrocos e norte da África se estabelecem em cidades amazônicas como Belém do Pará e Manaus. Estas duas são as que possuem as maiores e mais pujantes comunidades do período no país<sup>18</sup>, ali eles se dedicaram à importação de bens de consumo e à exportação de borracha.

Já a imigração da qual provem os primeiros judeus a se estabelecerem em São Paulo é posterior ao seu estabelecimento na capital e na região norte do país. Os judeus que chegam a São Paulo entre as últimas décadas do oitocentos e primeiras dos novecentos são majoritariamente originários do leste europeu, dos limites do Império Russo, onde as comunidades judaicas vinham sofrendo com o recrudescimento do antissemitismo manifestado uma série de perseguições, repressões institucionais, violência física e simbólica.

As comunidades empobrecidas e sem perspectivas de vida, como aponta Falbel<sup>19</sup>, vislumbraram na emigração uma possibilidade de nova vida. Muitos destes judeus russos encontraram nos Estados Unidos da América, Argentina e Brasil uma outra sociedade para se estabelecer na esperança de poder praticar livremente sua fé e ter garantias constitucionais de cidadania<sup>20</sup>. A vinda destes emigrantes russos para o continente americano não está simplesmente relacionada com o “fazer a América” tradicional dos europeus que aqui se estabeleceram em busca de fortunas. Flávio Limonic aponta que

(...) os judeus que aportaram no Brasil – e também nos Estados Unidos e em outros países – não tinham como objetivo, simplesmente, ‘fazer a América’, reunir pecúlio e voltar às terras de origem. Ao contrário de outros fluxos migratórios, os judeus vieram largamente para ficar, para reconstruir suas vidas no Brasil, e logo deram início à construção de instituições de ajuda mútua e de caráter religioso (...).<sup>21</sup>

As instituições das quais Limonic fala são os espaços de sociabilidade dos judeus, que historicamente se organizam em torno de suas sinagogas. Estas não são apenas o lugar de celebração do culto divino, mas funcionam como base da vida cotidiana, aglomerando escolas, hospedarias e serviços sociais. Novamente recorremos a Nachman Falbel que elucidada:

16 Asquenazita é o termo designador do judeu nascido na Europa central e do Leste, que constitui um dos grupos culturais judaicos, falantes do idioma Iídiche, e predominante no Brasil.

17 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Mosaico de nacionalidades*. São Paulo: Maayanot, 2013.

18 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Mosaico de nacionalidades*.

19 FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: Humanitas; EDUSP, 2008.

20 No continente europeu os judeus só terão direito à cidadania após a Revolução Francesa com o governo napoleônico. Por não serem cristãos não eram regidos pelas mesmas leis que eles nos Estados europeus modernos.

21 LIMONIC, Flávio. “Um mundo em movimento: a imigração asquenaze nas primeiras décadas do século XX”. In: GRINBERG, Keila (Org.). *Judeus no Brasil: Inquisição, Imigração e Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 268-269.

(...) a sinagoga, no passado, e ainda no presente, serviu, e serve, de centro catalizador da vida comunal e pode ser o foro de expressão para todo tipo de manifestação social da minoria judaica, onde quer que ela se encontra. Ao seu redor organizam-se vários moldes e instituições da vida comunitária, procurando atender a suas múltiplas necessidades, seja no campo educacional, beneficente, jurídico, cultural e os demais.<sup>22</sup>

Com isso, percebemos a importância da Comunidade Israelita de São Paulo para a memória coletiva judaico-paulista. Visto que tal instituição será a primeira a registrar um estatuto e a aglomerar outras instituições judaicas no bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo, como a EZRA<sup>23</sup>, atendendo ao crescente número de imigrantes que aqui chegam constantemente entre a década de 1910 e 1940. Impulsionados por outras questões e provenientes de outros países, mais homens e mulheres de fé mosaica se somam ao coletivo inicial dando vida a novas instituições.

É importante destacar como o processo de criação de entidades culturais e coletivos de assistência mútua que aconteceu ao longo do século XX – e continua hoje com outras instituições que seguem atendendo às demandas dos judeus do Brasil – auxilia no processo de fixação desse grupo social na nova realidade. Conforme se instalam no país, esses imigrantes formam as chamadas *Landsmanschaften*<sup>24</sup>, isto é, aglomerações de pessoas provenientes do mesmo lugar do continente europeu. Como a sinagoga em questão, ou os grupos de teatro ídiche dos russos ou poloneses<sup>25</sup>. Constituindo um cenário de fragmentação comunitária, já que os judeus constituem suas comunidades a partir de suas nacionalidades, entre os patrícios.

Em *A memória Coletiva*, Maurice Halbwachs<sup>26</sup> destaca a importância de entender as estratégias que os grupos sociais utilizam para garantir a sensação de estabilidade no lugar em que se encontram. Se durante a imigração os *Landsmanschaften* eram importantes como espaços de sociabilidade e utilização da língua materna daqueles homens e mulheres, e agora já são anacrônicas<sup>27</sup>, visto que com a integração das novas gerações à sociedade brasileira sua necessidade se dilui, já que em nossos dias os judeus não são mais imigrantes, hoje temos o Memorial da Imigração Judaica como um espaço simbólico de registro da memória e marco de fixação desse grupo.

Tal memória é construída dialeticamente, de modo que o coletivo se transforma para o espaço e transforma o espaço. Vemos isso por meio do levantamento de um marco patrimonial na cidade de São Paulo. Halbwachs elucida:

22 FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: Humanitas; EDUSP, 2008, p.284.

23 A Sociedade Israelita Amigos dos Pobres (EZRA) foi criada em maio de 1916 com a finalidade de auxiliar materialmente pobres e doentes da comunidade judaica em São Paulo, naquela época ainda com números reduzidos. Cf. FALBEL, Nachman. *Os judeus no Brasil*. p.301.

24 Cf. FALBEL, Nachman; CANEIRO, Maria Luiza Tucci.

25 O teatro ídiche foi instrumento importante para aqueles imigrantes que se viam deslocados de seu substrato cultural com a emigração.

26 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice; Revista dos tribunais, 1990.

27 FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: Humanitas; EDUSP, 2008.

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo<sup>28</sup>.

Assim, por meio destes marcos que elencamos ao longo do texto, a coletividade que compartilha dos elementos expostos no memorial cria pontos de estabilidade e inclusão na sociedade mais ampla, ao mesmo tempo que demarca a sua diferença. Lembremos que Andreas Huyssen destaca o museu como sendo uma instituição que opera na exclusão de conteúdos, definindo-se pelo que ele não contém. Para o autor, o museu “a partir de seus arquivos disciplinares e de suas coleções, ajudou na definição da identidade da cultura ocidental ao desenhar as fronteiras externas e internas baseadas, principalmente, na exclusão e marginalização, assim como na codificação positiva”<sup>29</sup>.

Para pensar a trajetória memorialística recorreremos ao historiador Yosef Hayim Yerushalmi que discute as origens do povo judeu em *Zakbor: História judaica e memória judaica*. O pesquisador destaca que a lembrança é um imperativo na cultura desse povo, e que tem raízes em seu sistema religioso, no qual a importância da narrativa da história é central. Segundo ele “a memória fluiu, acima de tudo, através de dois canais: o ritual e a narrativa”<sup>30</sup>. Assim, temos que a história e a memória judaica se cruzam pela tradição religiosa como fonte de coesão narrativa dos judeus. Não é possível falar de cultura e identidade sem a sua relação com a fé, seja porque a fé é praticada, ou porque ela não é praticada, mas o “substrato” cultural judaico-laico vem da sua diferenciação do mundo cristão de natureza religiosa. Devemos estar atentos que o grupo que estudamos tem sua origem na situação de diáspora, ou seja, estava afastado de sua terra natal, ainda que essa terra seja um lugar discursivo no imaginário hebraico.

O encontro da história, enquanto registro historiográfico da imigração judaica, com a memória da pequena comunidade do Bom Retiro manifestada na “construção” de um monumento memorial nos permitem vislumbrar um discurso produtor de identidade. Acreditamos que esta é produto de um processo orgânico, no qual está sempre se construindo e reconstruindo, de maneira que não existe uma identidade estática e pronta, mas ela é produto das necessidades contemporâneas a si, como aponta Ulpiano Bezerra de Meneses “a identidade não é uma essência, um referencial fixo, apriorístico, cuja existência seja automática e anterior às sociedades e grupos – que apenas os receberiam já prontos do passado. Não existe um conteúdo ou grau ideal de identidade”<sup>31</sup>.

A relação que se estabelece nesses espaços, acreditamos, é uma mediação entre o Eu e o Nós, que se constituem na diferença com o Outro. Isto é, entre o indivíduo e o coletivo há uma

28 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. p. 131.

29 HUYSEN, Andreas. Escapando da Amnésia. O museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, número 23, 1994, p. 35.

30 YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakbor: história judaica e memória judaica*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992, p. 31.

31 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, número 01, 1993, p. 210.

distância permeada pelas experiências pessoais que tem a ver com os diversos grupos sociais que a pessoa compartilha durante sua trajetória<sup>32</sup>. No museu essa relação é dilatada e ampliada, de modo que a identidade ali fica amalgamada por elementos generalizadores. Tal amálgama é conduzido não só pelos interesses de quem o constrói, mas também por suas experiências individuais e coletivas em relação à (sua) identidade; e claramente pela ação da curadoria que pode ou não pertencer ao grupo representado<sup>33</sup>, mas que atua de acordo com um conselho curador.

As exposições do objeto de estudo deste trabalho operam no imaginário do visitante mostrando uma identidade determinada pelos elementos constituintes da narrativa expositiva, consolidando aos olhos do leitor da exposição<sup>34</sup> elementos para que ele construa o seu próprio referencial da figura “o imigrante judeu”. Para isso, o memorial mobiliza textos, imagens, documentos e objetos a fim de expor seu judeu e o seu judaísmo.

### Considerações finais

Entendemos que as exposições, documento da presente reflexão, devem ser confrontadas com um olhar analítico e reflexivo. No balanço intitulado *A problemática da identidade cultural em museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento)*, Ulpiano Meneses nos estimula a pensar criticamente a identidade nos museus<sup>35</sup>. Ela é *objeto de conhecimento*, portanto o museu é espaço privilegiado de questionamento e crítica e não deve ser lugar de cristalizações. Visto que, acreditamos, como o autor, no paradigma da interação como ponto de partida do debate. Não somos apenas observadores da exposição, mas interagimos no seu texto com o nosso contexto e damos significado o exposto, portanto ali é o lugar da construção e não do recebimento.

Tendo em vista o debate necessário para trabalhar com o contexto do nosso objeto de estudo, dirigimo-nos às exposições com algumas perguntas em busca de confrontar o conteúdo que elas nos apresentam sobre esses judeus: Quem são e como aparecem? De onde falam? Como se colocam? Qual o percurso narrado pelo memorial da imigração judaica?

Se por um lado Alice Semedo e Carlos Alberto de Araújo revelam, o discurso ideológico que está presente – e não há possibilidade de ser diferente – nos museus. Pelo outro, Ulpiano expõe a necessidade de desconstruí-lo e torná-lo objeto de estudo da instituição. Deste modo, cabe a nós estudá-lo, trabalhando com o discurso expositivo, que é realizar uma das tarefas dos museólogos, o que proporciona reflexões para o exercício de uma curadoria crítica e construtiva.

32 Halbwachs aponta que participamos fazemos parte de diversos grupos sociais ao longo de nossa vida.

33 No caso do objeto de estudo o curador é o professor Fábio Magalhães, não judeu.

34 A exposição é um discurso que é lido pelo visitante a partir de suas referências, como colocamos no início deste texto.

35 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, número 01, 1993.



## Musealização da imigração: formação de coleções em museus de imigração

Letícia Suárez Victor

Mestranda em Museologia pelo Programa de

Pós-Graduação Interunidades da USP

leticia.victor@usp.br

### Resumo

Nas décadas de 1980 e 1990 o ambiente intelectual, alinhado à nova história cultural e à crítica pós-moderna sobre a fragilidade das meta-narrativas unificadoras, renovou a problematização historiográfica sobre o papel dos museus na consolidação de representações culturais socialmente apropriadas e difundidas. Desde então, a temática da imigração vem ganhando uma expansão contínua na esfera dos museus, especialmente a partir da reabertura do *American Museum of Immigration* em 1990. Tal dimensão memorial dos deslocamentos humanos tem sido colocada cada vez mais em evidência, em função dos debates em torno do acolhimento e das tensões econômicas ligadas à recente expansão das ondas migratórias, bem como aos conflitos identitários por eles gerados. As políticas curatoriais dos museus passaram, assim a recuperar o lugar destas instituições na construção da cidadania e na afirmação dos direitos socioculturais, atentando-se aos aspectos tensos na formação de suas nações, ou comunidades imaginadas, como é o caso da absorção da imigração. Todavia, os museus são espaços de disputa, arenas de conflitos que trabalham em uma relação dialética entre memória e esquecimento, envolvidos na trama do poder. Eles transmitem os padrões políticos, estéticos e organizacionais, firmando valores e concepções de mundo. À vista disso, compreender a formação das coleções dos museus de imigração, tomando o *Museu da Imigração de São Paulo* como estudo de caso, analisando sua política de aquisição de acervo a partir de fontes institucionais, nos auxiliará a entender como a imigração tem sido balizada pela narrativa adotada pela instituição e pelos doadores dos documentos textuais, iconográficos e objetos tridimensionais que compõe seu acervo. A análise da construção dos conceitos ligados ao processo de patrimonialização da imigração, entendendo o processo de musealização dos objetos como parte de tal processo, se faz premente para percorrer a trajetória de formação da coleção museológica do museu em questão, como expressão de uma decisão política de evidenciar a importância da imigração na formação da sociedade brasileira. Esta pesquisa insere-se, assim, no âmbito da compreensão da ação museológica e da formação de coleções como suportes para significação do papel dos imigrantes na comunidade que os acolheu, procurando também dimensionar, interpretar e evidenciar o grau de compartilhamento social de tais decisões governamentais por meio da formação de seus acervos.

**Palavras-chave:** Musealização, coleções, imigração, memória.

A palavra museu, derivada do grego *mouseion*, etimologicamente remonta ao templo das musas, filhas de *Mnemosine* (memória) e de *Zeus* (poder), o representante mais importante da mitologia grega.<sup>1</sup> Um lugar onde memória e poder estão imbricados, sugere-se que serão rememorados aqueles que desfrutem de alguma forma de prestígio e influência. Seguindo essa lógica, o museu foi concebido como um lugar de guarda das quinquilharias das elites que almejavam reforçar seu status social e perpetuar os seus valores, construindo assim o seu capital simbólico. Justamente por isso, as memórias dos outros grupos sociais ficaram escamoteadas e não eram consideradas dignas de serem representadas<sup>2</sup> no templo das musas, como é o caso da memória dos imigrantes. O historiador francês Noiriél lembra que a imigração permaneceu por muito tempo em um *non lieu de mémoire*,<sup>3</sup> o que faz com que os museus históricos dedicados a esta temática, criados a partir dos anos 1990, sejam possíveis espaços de revalorização e revitalização de heranças do passado desprezadas pelos discursos memoriais hegemônicos.

A integração dos novos sujeitos sociais ao discurso museal, deve-se às reformulações das ondas do pensamento museológico<sup>4</sup> que desde os anos 70, com a Mesa de Santiago (1972), propõe profundas transformações à disciplina, priorizando a intervenção social. Nesta esteira, é pensada a Nova Museologia a partir das ideias de Georges Henri Rivière, Hugues de Varine Bohan e Germain Bazin, ligados à École du Louvre, mas atuantes no seio do ICOM.<sup>5</sup> Segundo Marc Maure, este fenômeno histórico foi produto de movimentos culturais dos anos 60 e 70 (essencialmente relacionados com o ativismo político e social), que via o museu tradicional como excessivamente marcado pelo “projeto de construção de uma cultura nacional, fundamentada na crença um tanto mítica de uma cultura hegemônica”.<sup>6</sup> Em oposição a esta, os novos museus apostaram na cultura das “vítimas”, dos “esquecidos”, com o “objetivo de que todos os grupos da nação conseguissem os mesmos direitos e tivessem as mesmas oportunidades de preservar, valorizar, utilizar e difundir sua própria cultura.”<sup>7</sup>

Varine-Bohan também analisou o problema da identidade cultural dos grupos minoritários e menos favorecidos da sociedade e o fez partindo da seguinte afirmação: “é necessário repensar o

1 VASCONCELLOS, C. Patrimônio, memória y educación: una visión museológica. *Memoria y sociedade*, 17, n. 35, 2013, p. 98.

2 O museu não é um espaço de reprodução do mundo e da vida, é, na verdade, uma maneira de representar o mundo, o homem, as coisas e as relações. Essa confusão entre reprodução e representação é bastante recorrente e comprometedor. Ver: MENESES, U. A pesquisa no Museu como produção de conhecimento original. *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas. Pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2002., p. 23.

3 NOIRIEL, G. 2001. Apud. FLICOTEAUX, M. La construction des identités du Musée national de l’histoire et des cultures de l’immigration: vers un nouveau modèle museal?. *Héritage culturel et muséologie*. Université d’Avignon, 2010, p. 11.

4 CÂNDIDO, Manuelina. As ondas do pensamento museológico: balanço sobre a produção brasileira. In: *Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento. Propostas e reflexões museológicas*. Coord. Maria Cristina O. BRUNO. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008, p. 53.

5 ARAÚJO, C. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. *Revista eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio PPG-PMUS. Unirio/MAST*, vol. 3, n. 2, 2012, p. 47

6 MAURE, 1995. Apud. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. *Planteamientos teóricos de la museología*. Gijón: Ediciones Trea, 2006, 180.

7 MAURE, 1995. Apud. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *Planteamientos teóricos de la museología* p. 180

conceito de museu.”<sup>8</sup> Ele assevera que é preciso *resituar* o museu dentro do novo contexto socio-cultural e econômico no qual sociedade está inserida e, ao mesmo tempo, favorecer que o museu lide com o desafio do desenvolvimento da comunidade local, isto é, os museus devem envolvê-las no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio.<sup>9</sup>

Isso traz consequências ao ambiente intelectual dos anos 90, alinhado à história cultural e à crítica pós-moderna sobre a fragilidade das meta-narrativas unificadoras, que renova a problematização historiográfica sobre o papel dos museus na consolidação de representações culturais socialmente apropriadas e difundidas. Assim, as políticas curatoriais dos museus passaram a recuperar o lugar destas instituições na construção da cidadania e na afirmação dos direitos socioculturais. Esta reorganização de acervos e exposições testemunha a vocação política e politizadora do discurso histórico no espaço museológico através da criação de novos sentidos culturais e imaginários. Sendo que presentemente, a responsabilidade dos museus de atentarem-se aos aspectos tensos na formação de suas nações, como é o caso da absorção da imigração, passou a ser assumida.

Porém, resta saber sob qual perspectiva e qual discurso: alimentam as estratégias de dominação? Desempenham funções anestésicas em busca de uma harmonia cosmética entre nacionais e imigrantes?<sup>10</sup> Ou rompem com os estereótipos, favorecendo, de fato, a inclusão, integração e direito à diferença tanto dos imigrantes quanto de seus descendentes que nasceram em território nacional?

### Lugares de memória para os imigrantes

A prática memorialística é utilizada na construção de um discurso pela busca de uma aura histórica legitimadora, no sentido benjaminiano, de relação genuína com o passado. Assim, os museus são, além de *lieux de memoire*,<sup>11</sup> na célebre expressão cunhada por Pierre Nora, espaços de disputa, arenas de conflitos seletivos e contraditórios que trabalham em uma relação dialética entre memória e esquecimento, envolvidos na trama do poder. É através da construção social da memória que os processos de constituição de identidade foram celebrados e potencializados nestas instituições.

A memória como construção social, é a formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é a forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pela legitimação que produz.<sup>12</sup>

8 VARINE-BOHAN, 1992. Apud. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. *Planteamientos teóricos de la museología* p. 180.

9 ARAÚJO, C. *Museologia: correntes teóricas e consolidação científica*. p. 47

10 MENESES, U. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (da ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista, Nova Série*, n. 1, 1993, p. 209.

11 NORA, P. et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, v. 10, 1993.

12 MENESES, U. “A história cativa da memória?” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, 1992, p.

Com a Revolução Francesa, novas concepções foram incorporadas ao universo museal: a noção de patrimônio e a instituição de marcos de memória, ambos articulados na justificção ideológica para a construção de um novo conceito de nação e a formulação de uma identidade nacional. A celebração desses novos marcos (datas, heróis e monumentos) estava inserida no projeto revolucionário, e era utilizada para opor-se à antiga classe dominante do Antigo Regime, desta forma os museus dos príncipes e dos reis passaram a ser museus de nações. Desde então, os museus, arquivos, bibliotecas, tornaram-se instituições públicas, remanescendo à contemporaneidade como patrimônio coletivo e memória instituída. Transmitindo os padrões políticos, estéticos e organizacionais, firmando valores e concepções de mundo, isto é, proferindo o poder da classe burguesa.

Entender a formulação deste novo conceito de nação é premente para o estudo da imigração, pois é justamente essa concepção e dos mitos desenvolvidos a partir dela que diferencia “quem pertence” ao país, ou seja, o cidadão nacional, daquele que “não pertence”, quem vem de fora, o imigrante. Além desta demanda, também é imprescindível para as questões museológicas, haja vista, que os museus, sobretudo históricos, tornaram-se veículos centrais na criação de um sentido de passado que justificasse a formação das representações das nações no tempo presente, assumindo o papel de protagonistas na criação da memória imaginada dos estados nacionais modernos. A partir da leitura de Benedict Anderson, propomos nação como uma “comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente soberana e limitada”.<sup>13</sup> Limitada no sentido de ter fronteiras, as quais justamente a separa e a diferencia das demais, destarte, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa as suas fronteiras e pisa no seu território.<sup>14</sup> O imigrante sendo classificado como “o outro” em oposição a “nós”, faz do discurso homogeneizador a redenção nacional.

Ulpiano Bezerra de Meneses nos recorda de que a identidade forçosamente não apenas deriva das diferenças, mas precisa explicitá-las e exacerbá-las. O semelhante é inofensivo, inócuo, enquanto o diferente que encerra risco, perturba. E ele continua, afirma que “a identidade não é, pois, fruto do isolamento de sociedade ou grupos, mas, pelo contrário, de sua interação”.<sup>15</sup> A identidade nacional é construída e reconstruída, portanto, a partir da interação com os não nacionais, isto é, os imigrantes. Devemos lembrar que a concepção de identidade está vinculada à percepção de legado, de patrimônio cultural e de construção de conhecimento – a qual se refaz sempre no tempo presente. A preservação é o resultado da vontade de defender aquilo que constitui os testemunhos de experiências comuns e, sendo assim, ela viabiliza a ideação de uma memória - voluntária ou involuntária, individual ou coletiva – a qual é seletiva, o que indica suas articulações com os dispositivos de poder.<sup>16</sup>

---

17

13 BENEDICT, A. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ed. Ática, 1989, p. 14.

14 SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1998, p. 16.

15 MENESES, U. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (da ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, n. 1, 1993, p. 210.

16 CHAGAS, M. “Memória e poder: dois movimentos”. *Cadernos de Sociomuseologia*, Universidade Lusófona de Huma-

Herdeiros do ato de colecionar, os museus aludem aos gabinetes de curiosidades ou câmaras das maravilhas. Microcosmos no sentido de resumo do mundo, no qual tomam parte objetos da terra, dos mares, dos ares, ou dos três reinos, mineral, vegetal e animal, ao lado das produções do homem, onde colecionadores eram movidos pelo exótico, pelo espetacular da natureza. E nos remontam a essa ânsia de ser a “expressão da totalidade das coisas e dos seres ou a reprodução museológica do universal” à qual se refere Chagas quando fala sobre coleções.

Os processos de colecionar são compreendidos como atos referentes ao desejo de se apropriar o mundo, de classificar, isto é, são gestos de domínio, de poder, sendo uma maneira eficaz de construir determinado conhecimento a partir de certas ideologias. As implicações do colecionismo em âmbito institucionalizado são muito influentes, pois o caráter perene do museu cristaliza as representações materiais das memórias individuais e de grupos, vinculando-as à construção de uma história homogênea.

Em seu estudo clássico sobre coleções, Pomian sinaliza como o colecionismo e o valor desses objetos na Europa Ocidental se relacionavam com o campo de cada conhecimento e destaca que esta prática era também investida de prestígio social, fazendo com que a dinâmica de coleta de objetos, o modo de estruturar internamente a coleção, as situações de abertura ao visitante, fossem também orientadas pela luta de poder entre os grupos que dela se beneficiavam.<sup>17</sup> Os objetos refletiam então, e ainda hoje refletem, valores relacionados à sociedade à qual o colecionador pertence, mas são também objeto de disputa entre grupos concorrentes. Se, nos termos deste autor, semióforo é um objeto despido do seu valor de uso, preservado enquanto signo de si mesmo, por conferirem poder e prestígio, aquele que possuísse uma coleção de semióforos, também poderia ser considerado um “homem semióforo”, demonstrando o poder simbólico revestidos em tais objetos. Por isso, ao relacionar o museu e colecionismo, Köptcke aponta questões sobre o grau de violência simbólica do gesto classificatório. Para a autora, as coleções que são formadas nos museus são frutos de construções arbitrárias e não costumam questionar as categorias que implicitamente as conformam, sendo revestidas de naturalidade.<sup>18</sup>

Assentimos que apesar de pautadas por critérios de natureza científica, as seleções de coleções estão longe de serem neutras, nem se dissociam de seus curadores, sujeitos às contingências de ordem política, econômica e cultural, bem como àquelas ditadas pela subjetividade. Ou seja, as instituições de guarda não pairam acima das pessoas como uma realidade objetiva e nem operam ao largo da sociedade, mas, ao contrário, delas fazem parte e a elas respondem dinamicamente.

Assim, atentamo-nos que os critérios ou a política de aquisição das instituições são frutos de embates e mudam segundo a dinâmica das relações de força entre os grupos que os orientam.

---

nidades e Tecnologia, n. 19, 2002, p. 44

17 POMIAN, K. *Coleção*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. v. I, História-Memória.

18 KÖPTCKE, L. Coleções que foram museu, museus sem coleções, afinal que relações possíveis? In. GRANATO, M. (Org.) *Museus Instituição de pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2005.

Esta intervenção que eles pressupõem está revestida de poder simbólico, o qual interpretado por Bourdieu, é como um espaço organizador, produtor, no qual circulam bens culturais, mas que, ao mesmo tempo, faz ver a sua realidade simbólica entranhada de recursos teórico-práticos para intervir, qualificando-se culturalmente a apropriar-se dos bens.<sup>19</sup> Por isso, a ação espontânea do doador na seleção do que julga pertinente transferir da esfera privada para a esfera pública se vê muitas vezes coibida pela política de formação de acervo dos museus. Reforçamos que a compreensão de um processo formativo de coleções implica em tomar como objeto de análise não apenas a coleção, mas também os discursos e narrativas que envolvem a concepção e a aquisição desses objetos. A busca por recuperar esta constituição é basilar para reinstrumentalizar as definições patrimoniais do acervo do museu hoje.

Conquanto que seja essencial compreender a trajetória de uma coleção musealizada, é impreterível que se realiza também o mapeamento dos agentes, condições e limites que pressionaram direta ou indiretamente, a formulação de uma política de aquisição de acervo institucional. A leitura crítica desse processo enseja, da mesma forma, que sejam reconstituídos os circuitos e capacidades de influências dos atores nele envolvidos e as dimensões simbólicas que são construídas, por isso, buscamos analisar a formação deste acervo dividindo-o em quatro fases, referentes às quatro diferentes gestões desde 1993, ano da criação do museu, até 2017, focalizando nas deliberações de suas diretoras e de suas respectivas equipes: Jussara Nunes Ferreira (1993 – 1994); Midory Makino Figuti (1995 – 2004); Ana Maria Leitão (2005 – 2010) e Marília Bonas (2010 – 2017).

### O Museu da Imigração de São Paulo

O *Museu da Imigração de São Paulo* foi criado em 1993, a partir de um decreto estadual assinado pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho, com a finalidade de levantar dados, recolher objetos e os documentos relacionados à imigração ocorrida no estado de São Paulo.<sup>20</sup> O projeto inicial, superintendido pelo secretário da cultura Ricardo Ohtake e pela nomeada diretora da instituição, Jussara Moraes Nunes Ferreira – à época, esposa do vice-governador do estado de São Paulo, Aloysio Nunes – previa a instalação da área expositiva do museu no Pavilhão das Nações, obra projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, situada no Parque do Ibirapuera.<sup>21</sup>

Almejou-se um projeto ousado, o qual contava com profissionais de diferentes áreas do conhecimento: história, educação, museologia, arquitetura. Estes formavam a equipe de pesquisa para mapeamento de acervo junto às comunidades de imigrantes em todo estado; equipe museo-

19 BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Trad : Sérgio Miceli, Silvia Prado, Sonia Miceli e Wilson Vieira. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Estudos). Textos escolhidos de Pierre Bourdieu por Sergio Miceli.

20 Decreto n. 36.987, de 25 de junho de 1993. *Apud*. MARTINS, M. “Museu da Imigração como espaço de discussão e prática de direitos”. *Revista eletrônica Ventilando acervos*. Florianópolis, v. 4, n. 1, dez. 2016, p. 84.

21 O pavilhão encontrava-se desocupado desde a transferência da sede da prefeitura da cidade em 1992, e o projeto do museu demandava uma grande reforma desse espaço a fim de ocupá-lo.



gráfica que esboçou a exposição de longa duração. Importante para esta pesquisa apontar que o projeto preliminar não apenas mapeou, como captou acervo.<sup>22</sup> Esses objetos foram acomodados em uma reserva técnica no edifício da Antiga Hospedaria do Brás, juntamente com a documentação burocrática produzida por esta instituição desde sua criação em 1887 até o encerramento de suas atividades em 1978<sup>23</sup>, documentos tombados que estavam sob a guarda do Centro Histórico do Imigrante<sup>24</sup>

No tempo de sua criação, o *Museu da Imigração* estava na esteira do fomento mundial que suscitou a criação dos museus dedicados à imigração, processo marcado sobretudo pela reabertura do *American Immigration Museum*<sup>25</sup> de Nova York, em 1990. O discurso expositivo do museu americano baseava-se em mídias eletrônicas e à vista disso, Júlio Abe e Zuleika Alvim, museólogo e historiadora especialista em imigração, contratados pela Secretaria da Cultura, viajaram a Nova York com o intuito de estudar a conceitualização deste museu e assimilar ideias e para o projeto que se desenvolvia em São Paulo.

Em consonância com o uso museológico do antigo centro de recepção de imigrantes de Ellis Island, a hospedaria do Brás teria a condição privilegiada de abrigar um museu com a temática imigratória. Sua localização geográfica em um bairro fabril, contudo, não pareceu adequada para a expectativa da equipe à frente do projeto em curso em 1993. A intenção era produzir um museu interativo, informatizado com tecnologia, algo inovador para meados dos anos 1990, e os ares mais elitizados do Parque do Ibirapuera pareceram dialogar com tais pretensões.

No fim de 1994, encerrou-se a gestão Fleury e, por conseguinte, solapou-se o projeto inicial de implementação do Museu da Imigração, devido à saída repentina da diretora Jussara Moraes Nunes Ferreira. Em paralelo a esse processo de criação museológica, funcionava desde 1986, o Centro Histórico do Imigrante em uma pequena parte da Hospedaria do Brás. Ainda que seja sinalizado pela historiografia presente, acreditamos que a esse centro não pode ser atribuída o germe do museu, em detrimento do projeto inicial supracitado da gestão Fleury. Enquanto o Centro Histórico estava indexado à Secretaria de Promoção Social, o *Museu da Imigração* era um projeto da Secretaria da Cultura. Obviamente que com o solapamento do projeto inicial, tornava-se conveniente associar a criação do museu a partir de algo já concretamente vinculado à temática, em um local que já era reconhecido pela comunidade de ascendência imigrante e pelos órgãos patrimoniais<sup>26</sup> como um local de memória da temática.

22 Registrados em fichas que formavam uma espécie de caderno de campo

23 PAIVA, O e MOURA, S. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p.11.

24 CONDEPHAAT. Número do Processo: 20949/79 Resolução de Tombamento: Resolução 26 de 06/05/1982 Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 188, p. 44, 17/6/1982 Tombamento do Acervo Arquivístico da Hospedaria dos Imigrantes.

25 Atual *Ellis Island National Museum of Immigration*.

26 O edifício da Hospedaria do Brás já havia sido tombado como patrimônio de São Paulo pelo CONDEPHAAT em 1982. Número do Processo: 20601/78 Resolução de Tombamento: Resolução 27 de 6/5/1982 Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 188, p. 44, 17/06/1982 Tombamento da Hospedaria de Imigrantes.

A história institucional do atual *Museu da Imigração* teve uma reorientação a partir de 1998, quando ocorreu uma nova mudança de vínculo e escopo estabelecido em Decreto Estadual assinado pelo governador Mário Covas.<sup>27</sup> Agregado ao Centro de Pesquisa e Documentação, ao Núcleo Histórico dos Transportes e ao Núcleo de Estudos e Tradições, o *Museu da Imigração* passa a ser reconhecido como Memorial do Imigrante. Midory Makino Figuti – que trabalhou como nutricionista desde os anos 1950 na Hospedaria do Brás e que assumiu a direção do Centro Histórico do Imigrante – foi nomeada diretora do Memorial. Odair Paiva aponta que, nesse período, a instituição não era profissionalizada, não existiam museólogos em seu quadro de funcionários, nem comissão de avaliação de acervo.

Já em 2005, por orientação da Secretaria da Cultura, o museu passou a ser gerido por meio de uma organização social,<sup>28</sup> a Associação de Amigos do Memorial do Imigrante, sendo a museóloga Ana Maria Leitão sua diretora executiva até 2010. Nesse período, o Memorial foi profissionalizado e em 2006 foi instituído uma comissão de avaliação de acervo, cuja finalidade era julgar, avaliar e providenciar documentação museológica de qualquer entrada e saída de objetos, fotografias e documentos de valores artístico ou histórico que fossem incorporados ou descartados do acervo.<sup>29</sup> Tal reformulação afinava-se com a criação de organismos internacionais afins como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) a Rede Internacional de Centros de Estudo de Migração.

No final de 2010, o *Museu da Imigração* foi fechado para restauro e passou por nova requalificação conceitual, mudando a gestão para a organização social Instituto do Futebol Brasileiro. Com troca de gestão e o afastamento de Leitão, todos os funcionários do Memorial foram demitidos. Com essa abrupta alteração, o andamento das atividades curatoriais foi impactado, e é perceptível as negativas influências na gerência do acervo.

Em menos de um ano, a Associação dos Amigos do Museu do Café - hoje nomeada Instituto de Preservação e Difusão do Café e da Imigração - assume a direção do Museu. E após quatro anos de restauro, ele foi reaberto em maio de 2014. Marília Bonas, a nova diretora, inseriu os processos migratórios contemporâneos em suas ações museológicas, consolidando-os em novas exposições e nas suas programações culturais – importante também mencionar que a instituição voltou a ser nomeada Museu da Imigração. No entanto, a sua política de aquisição de acervo ainda é um desafio. O caminho encontrado é o registro de vida dos imigrantes por meio da História Oral, não sendo apontada a resposta de como colecionar esses movimentos.

27 DECRETO N. 43.014, de 6 de abril de 1998. Cria o Memorial do Imigrante e dá providências correlatas.

28 As Organizações Sociais da Cultura são entidades da sociedade civil sem finalidade lucrativa, qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 846/1998 e do Decreto nº 43.493, de 29/09/1998, as quais por meio de contrato de gestão firmado com a Secretaria da Cultura podem administrar equipamentos públicos de arte e cultura como museus, bibliotecas, teatros, escolas de formação artístico-cultural e também realizar programas, projetos e atividades de fomento e difusão da arte e cultura, entre outras estabelecidas em contrato.

29 Relatório trimestral – Organização social de cultura Associação de Amigos do Memorial do Imigrante – abril a junho de 2006, p. 2.

Nota-se a partir dos esboços e anotações da pretendida exposição de longa duração da primeira fase de captação de acervo, entre 1993 e 1994, estava subordinada às necessidades heurísticas e de fontes, assim, selecionou-se objetos destinados à exposição, apropriados à ideia de ilustração. Com o fim do projeto, houve o fim dessa forma sistemática de coleta de objetos.

Entre 1995 a 2005, a instituição recebeu praticamente todas as doações que lhe foram ofertadas, alguns processos de doação do período não foram concretizados devido a questões burocráticas de recebimentos de bens instituídas pela Secretaria da Cultura, e não pelo fato da instituição analisar a pertinência de determinada doação compor o acervo. Durante esse período, a instituição que não assumiu um papel ativo na busca racional e objetos para a formação de seu acervo, ficou refém de coleções constituídas de maneira reativa, baseada em eventuais doações. A Comissão de avaliação de Acervo é estabelecida a partir da gestão de Leitão no Memorial do Imigrante. Ainda assim, a formulação de um documento que estabelecesse a política de gestão de acervo começou a ser delineada somente na gestão de Bonas, em 2015, quando foi divulgado uma versão preliminar do documento.

### Considerações finais

Os museus de imigração como lugares de memória estão revestidos de poder simbólico e poder político. Tendo em vista que hoje a temática da imigração está em voga, graças a retomada do crescimento dos fluxos imigratórios e o consecutivo fomento de discursos políticos a eles contrários, esse poder político com caráter decisório é preocupante no universo museal. A constituição dos museus celebrativos da memória do poder decorre da vontade política de indivíduos e grupos e representa a concretização de determinados interesses.

# Santuário Nacional de Aparecida: um estudo sobre a musealização do espaço sagrado na perspectiva do Museu Nossa Senhora Aparecida

Erica Andreza Coelho  
ericaandrezacoelho@gmail.com

## Resumo

A proposta dessa comunicação é apresentar os resultados parciais da dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (USP), que se vincula à linha de pesquisa 'História dos processos museológicos, coleções e acervos'. O objeto de estudo é a formação do Museu Nossa Senhora Aparecida, situado no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, inaugurado em meados da década de 1950, quando iniciou-se as obras de construção do maior Santuário Mariano do mundo, que recebe atualmente cerca de 13 milhões de visitantes ao ano. Com essa pesquisa, propõe-se analisar a evidência material da cultura religiosa por meio da devoção a Nossa Senhora Aparecida, o desenvolvimento de seu Santuário até a fase recente de revestimento interno com as obras do artista sacro Cláudio Pastro, bem como a importância do Museu Nossa Senhora Aparecida para preservação da memória e compreensão do processo de musealização do espaço sagrado. Sendo necessário analisar a formação de coleções religiosas, a oferta de ex-votos, a simbologia sacra das obras de revestimento do Santuário e a compreensão desses objetos como produtos de uma sociedade, fazendo deles um suporte de informações referentes aos sistemas socioculturais onde estão inseridos e, por isso, devem ser preservados e divulgados. Em linhas gerais, para discorrer sobre o processo de musealização do sagrado é necessário primeiramente verificar se o sagrado pode ser e como deve ser musealizado. Para isso é preciso fazer um levantamento histórico da museologia, analisando a preservação e exposição de objetos referentes às práticas religiosas, partindo-se da premissa de que o sentido do sagrado é musealizável, conhecer como esse tipo de musealização tem sido feito e refletir sobre esse tipo de processo. Considerando que os museus têm sido associados aos espaços da cultura, como espaços materiais de representação social. Portanto, é preciso investigar qual é o lugar que a sociedade ocupa nesses museus e se ela os considera como meios de desenvolvimento ou se apenas proporcionam um local de consumo cultural. Pois, o que caracteriza um museu é a intenção com que foi criado e o reconhecimento público. É necessário, portanto, a implementação de processos museais que identifiquem e reconheçam as diferentes comunidades a que se destinam, procurando adequar estratégias de ação, procedimentos metodológicos e técnicas, aplicando às especificidades de cada comunidade.

**Palavras-chave:** Cultura material e religiosa, museu, Santuário Nacional de Aparecida, Museu Nossa Senhora Aparecida, processo de musealização.

## Introdução

O município de Aparecida/SP compõe um circuito turístico religioso no Vale do Paraíba, que inclui as cidades de Guaratinguetá, Lorena, Canas e Cachoeira Paulista. Neste contexto, o Santuário Nacional de Aparecida é um dos maiores santuários católicos do mundo e, segundo seu *website* oficial, recebe a cada ano cerca de 13 milhões de visitantes, que percorrem os mais diversos caminhos, desde uma trilha solitária até viagens em grupos familiares, romarias paroquiais, entre outros, viagens estas por meio de carro, de ônibus, a cavalo ou a pé, em busca de conforto espiritual.<sup>1</sup>

É nesse contexto que pretendemos estudar o histórico de formação do Museu Nossa Senhora Aparecida, suas coleções, acervos e exposições, bem como apresentar e analisar as simbologias de algumas obras do artista sacro Cláudio Pastro, que revestem os pisos, paredes e cúpula do Santuário, com o intuito de estudar os processos museológicos, bem como a atuação do Museu Nossa Senhora Aparecida para preservação da memória religiosa.

De maneira geral, diversas questões se fazem cada vez mais presentes num mundo em que a preservação se torna uma questão de identidade cultural. Neste contexto, Vasconcellos em seu estudo sobre patrimônio, memória e educação, diz que “o patrimônio, independentemente da sua categoria, teria a função de representar a nação” (tradução nossa)<sup>2</sup>. Assim sendo, ao expandir o conceito de museu, preservar o patrimônio cultural significa preservar a identidade cultural, desta forma, o setor de museus vem evoluindo e acompanhando o desenvolvimento da sociedade.

Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes “a cultura é uma dimensão que pode qualificar qualquer lugar, momento ou instância da vida humana”<sup>3</sup>. Neste sentido, a cultura é fruto da miscigenação de diferentes povos que introduziram seus hábitos e costumes, o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, a música, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros. É um processo dinâmico de construção contínua. Diante desta perspectiva, a identidade cultural é, pois, uma forma de caracterização das pessoas, através de seu modo de agir, sendo possível a identificação a partir dos modos específicos de sua cultura. De acordo como Stuart Hall, “[...] nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural”<sup>4</sup>.

Gonçalves aborda que os museus têm sido associados, nas modernas sociedades ocidentais, aos espaços da cultura, sendo considerados como espaços materiais de representação social. Para

1 A12. Disponível em: <<http://www.a12.com/santuاريو/impressa/releases/santuاريو-nacional-alcanca-marca-de-13-milhoes-de-visitantes-em-2017>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

2 VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Patrimônio, memória y educación: una visión museológica*. *Memoria y Sociedad*, 17, número 35, 2013. p.97.

3 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A pesquisa no Museu como produção de conhecimento original*. Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas. Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. p.21.

4 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.12.

o autor, o espaço material dos museus é constituído, social e simbolicamente, pelo tenso entrecruzamento de diversas relações entre os variados grupos sociais.<sup>5</sup> Segundo Heloisa Barbuy, “[...] a expressão “Cultura Material” é normalmente mais associada ao universo dos objetos (ou coisas) que povoam o quotidiano urbano ou rural [...]”<sup>6</sup>. Desta maneira, a evidência da cultura material é um elemento importante para esta análise e os museus estão entre as principais instituições que guardam os indicadores da dimensão cultural das sociedades. Neste contexto, Heloisa Barbuy argumenta que, “[...] a cultura material é uma expressão que se tornou necessária para designar certo tipo de estudo em torno de objetos, mas também todo estudo que se debruça sobre aspectos materiais da cultura”<sup>7</sup>.

De acordo com Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes "identidade e memória são assim ingredientes fundamentais da interação social, [...] e, por isso, não poderiam em hipótese alguma estar ausentes dos museus que pretendam dar conta dos aspectos fundamentais de uma sociedade [...]”<sup>8</sup>. Para o autor, se a memória se constrói filtrando e selecionando, ela pode também ser induzida, provocada, garantindo assim, a produção e reprodução da vida social. Ainda segundo o autor:

O conhecimento não mais se produz especulativamente a partir de pressupostos teológicos, teóricos ou filosóficos, mas do sensível é que se chega ao inteligível: daí a consolidação das coisas materiais como documentos, fontes de informação. Desta postura surgem traços que marcam o museu ainda hoje. Antes de mais nada, a própria noção de coleção, não como um conjunto disparatado de objetos, mas como uma série sistematicamente organizada de “fontes”<sup>9</sup>.

Heloisa Barbuy argumenta que, “de fato, se tratados do ponto de vista histórico, os artefatos são, sem dúvida alguma, poderosos portadores de informações, mesmo individualmente, mas, sobretudo, enquanto integrantes de sistemas culturais configurados materialmente”<sup>10</sup>. Por isso, o museu deve levar em consideração a sociedade na qual ele está imerso, pois cabe a ele relacionar passado e presente por meio da preservação dos artefatos, possibilitando sua leitura. De acordo com a autora:

Não se trata, no entanto, de abordar qualquer problemática histórica a partir de fontes materiais. Embora isto também possa ser feito, a questão essencial é que o exame de universos materiais traz problemáticas novas, muitas vezes relacionadas a dimensões não percebidas quando se examinam fontes relacionadas apenas a ideias abstratas e não a expressões materiais da cultura<sup>11</sup>.

5 GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *Os museus e a representação do Brasil*. Revista do IPHAN, número 31, 2005. p.255.

6 BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914 (estudo de história urbana e cultura material)*. Tese (Doutorado em História Urbana e Cultura Material). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 2001. p.24.

7 BARBUY. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*, p. 24.

8 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Educação e museus: sedução, riscos e ilusões*. Ciências & Letras, Porto Alegre, número 27, 2000. p.94.

9 MENESES. *A pesquisa no Museu como produção de conhecimento original*, p.29.

10 BARBUY, Heloisa Maria Silveira. Documentação museológica e pesquisa em museus. p.33-43. In: *MAST Colloquia. Documentação em Museus*. Vol.10. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Organizadores Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p.34.

11 BARBUY. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*, p. 25.



Diante destas perspectivas, o museu é, portanto, uma base institucional necessária, uma condição dentro da qual o fato museológico<sup>12</sup> se realiza. Conforme abordado por Waldisa Rússio, o objetivo da museologia e da pesquisa museológica é o conhecimento claro e intenso do fato museal e do espaço institucionalizado do museu dentro de um contexto. De acordo com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses,

O museu é por excelência o espaço da representação do mundo, dos seres, das coisas, das relações. Não é o único espaço, pois a ciência é também um espaço de representação do mundo, assim como a arte. Qual, então, sua especificidade? É que esta representação se faz com segmentos do mundo físico, se faz com elementos que integram a nossa própria natureza enquanto seres humanos, natureza que está marcada pela nossa corporalidade<sup>13</sup>.

É necessário, pois, a implantação de processos museais que identifiquem e reconheçam as diferentes comunidades a que se destinam, procurando adequar estratégias de ação, procedimentos metodológicos e técnicas, buscando aplicar às especificidades de cada comunidade.

A partir desta fundamentação sobre o método de pesquisa e a atuação da museologia, propomos estudar o processo de musealização do sagrado no Santuário Nacional de Aparecida, a partir da perspectiva do Museu Nossa Senhora Aparecida, a formação de suas coleções, acervos e exposições. Em linhas gerais, para discorrer sobre esse tipo de processo é necessário primeiramente verificar se o sagrado pode ser e como deve ser musealizado. Para isso, de acordo com Maria Isabel Roque, é preciso estudar a preservação e exposição de objetos referentes às práticas religiosas, partindo-se da premissa de que o sentido do sagrado é musealizável, conhecer como esse tipo de musealização tem sido feito e refletir sobre esse tipo de processo. Neste sentido, Maria Isabel Roque em sua tese de doutorado analisa a maneira como o museu refere o sagrado, a forma como exprime o pensamento imaterial, os sentimentos religiosos, e como referenciar os objetos litúrgicos e devocionais numa apresentação museológica.<sup>14</sup>

Segundo a autora, “a musealização do objeto religioso é atualmente encarada como uma das soluções mais eficazes para a preservação [...]”<sup>15</sup>. Desta forma, a autora considera que a museologia do patrimônio católico, veiculando os aspectos da sua ligação ao sagrado, não ultrapassou ainda o perímetro eclesiástico. Como podemos observar a influência do clero na formação de Museus de Arte Sacra e tesouros eclesiásticos, normalmente instalados em igrejas, mosteiros, conventos ou demais ambientes administrados pelo clero. De acordo com Roque, “a questão central da museologia é, neste contexto, identificar a forma como o museu recontextualiza os conteúdos

12 Principal conceito abordado por Waldisa Rússio, compreendido como a profunda relação entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, documento e testemunho de uma realidade sobre a qual o homem igualmente atua. Essa profunda relação entre o homem e o objeto se estabelece no espaço institucionalizado do museu, constituindo um cenário onde se apresenta os resultados de sua ação transformadora.

13 MENESES. *A pesquisa no Museu como produção de conhecimento original*, p.23.

14 ROQUE, Maria Isabel. *O sagrado no museu*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.

15 ROQUE. *O sagrado no museu*, p.11.

funcionais, semânticos e simbólicos deste patrimônio ligado ao sagrado”<sup>16</sup>, para a correta musealização dos acervos.

Manuel del Carpio em sua pesquisa sobre a musealização da arte sacra, a partir de um estudo sobre a arte sacra no Brasil e as diferentes influências culturais, aborda que é importante analisar o processo de ressignificação dos objetos, no qual os objetos religiosos, ao entrarem no Museu, passam a ser classificados como artefatos culturais.<sup>17</sup> De acordo com o autor,

No museu os objetos não têm “poder” individual ou “mistério” - qualidades um dia possuídas pelo seu caráter religioso. Parece, no entanto, que estes objetos de culto retirados de seu contexto de sacralidade e submetidos à reclassificação segundo critérios da museologia, conservam e readquirem novos “mistérios” na sua comunicação com o público para certos setores da população. Existem relatos de que muitos dos Museus Sacros, principalmente os ocupados por edificações com funcionalidade religiosa anterior, testemunham comportamentos místicos de parte dos visitantes ao estarem frente ao objeto museal<sup>18</sup>.

O autor argumenta que, “museu sacro e o objeto musealizado na sua apresentação ao público, retirados de seu contexto de sacralidade, conservam ou readquirem a devoção popular”.<sup>19</sup> Desta forma, segundo o autor, quando estes objetos são apreciados principalmente pela comunidade mais simples ou do interior, essa apreciação é feita de forma religiosa, devido à devoção popular, podendo considerar que na maioria dos casos os prédios ocupados pelos museus podem ter tido alguma origem religiosa anterior, como é o caso do Museu Nossa Senhora Aparecida desde a sua fundação até os dias atuais.

### O Museu Nossa Senhora Aparecida

O Museu Nossa Senhora Aparecida foi inaugurado pela Profa. Conceição Borges Ribeiro Camargo<sup>20</sup> em 8 de setembro de 1956, em duas salas nas Oficinas Gráficas de Arte Sacra, conforme anotações manuscritas no verso das fotografias da inauguração do Museu. Na ocasião esteve presente o primeiro arcebispo do município de Aparecida/SP, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, ainda Cardeal Arcebispo de São Paulo, na época da abertura do Museu.

De acordo com Pasin, após a leitura da ata, Cardeal Motta agradeceu com o pronunciamento, “cultivar as tradições de um povo é como alimentar as raízes de uma árvore; quando queremos

16 ROQUE. *O sagrado no museu*, p.15.

17 CARPIO, Manuel Júlio Vera del. *A musealização da arte sacra: uma proposta museológica para o museu da Fundação Pierre Chalita*. 2000. 63 f. Monografia (Especialização em Museologia). Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, Universidade de São Paulo, 2000.

18 CARPIO. *A musealização da arte sacra: uma proposta museológica para o museu da Fundação Pierre Chalita*, p. 33.

19 CARPIO. *A musealização da arte sacra: uma proposta museológica para o museu da Fundação Pierre Chalita*, p. 34.

20 Conceição Borges Ribeiro Camargo, professora e historiadora, filha do português Jaime Ribeiro e da aparecidense Julieta Borges Ribeiro, nasceu em 05 de setembro de 1914 em Aparecida/SP. Fez parte de vários movimentos culturais e cívicos na região do Vale do Paraíba e foi uma personagem muito ativa no resgate e salvaguarda dos objetos arqueológicos encontrados durante escavações no município de Aparecida/SP.

cuidar de uma planta, não são os galhos, as flores e as folhas que merecem a nossa atenção e sim as raízes; as tradições são como as raízes da árvore nacional, quer as religiosas quer as cívicas”<sup>21</sup>. Ao concluir seu discurso, o Cardeal “pediu bênção a Nossa Senhora para que mais tarde o museu atinja plenamente o seu objetivo, alargando-se em todas as suas seções, para a glória do futuro desta pequena grande cidade de Aparecida do Norte”<sup>22</sup>.

A partir desse discurso da Profa. Teresa Pasin, podemos relacionar os conceitos de tradição, povo, enraizamento e civismo, que são evidentes no pronunciamento do Cardeal, reforçando a ideia de que o museu é um local para se preservar as tradições da sociedade por meio de seus artefatos. Neste contexto, de acordo com Waldisa Rússio,

Preservar o artefato das mãos do Homem é documentar a longa trajetória do seu evoluir, estudando-lhe as raízes e o devir: documentação e estudo que se podem fazer, ora universalizando tal evoluir, ora particularizando-lhe características nacionais ou regionais, ou fazendo-lhe cortes cronológicos, ou dando-lhe unidade sob tais ou quais aspectos. Isso equivale a manter a memória do processo evolutivo do Homem, uma dura e penosa conquista do ser racional e emotivo. Isso equivale, também, a possibilitar visões prospectivas, pontes para o futuro, a partir do estudo das raízes do passado<sup>23</sup>.

Ainda segundo a autora, a principal tarefa do museu é registrar, portanto, os aspectos da trajetória do homem, podendo ser variáveis os recursos de comunicação adaptados à época. Desta forma, o museu irá variar de acordo com a sociedade, quanto à forma e aos seus meios.<sup>24</sup>

Para Hugues de Varine-Borhan “o patrimônio sempre foi um elemento essencial da identidade local, regional, nacional”<sup>25</sup>. Já Mário de Andrade argumenta que “a religião está na gênese de todas as civilizações e culturas, das mais antigas às mais recentes. Somos tão recentes, que sequer ultrapassamos a infância cultural; mesmo assim, agimos como se desfigurados pela herança das tradições, usos e costumes [...] a fim de encontrarmos a própria identidade”<sup>26</sup>.

Outro fator importante para análise é a função social do museu, a qual Hugues de Varine-Borhan questiona a visão do museu sobre seu papel social e se a sociedade os considera como meios de desenvolvimento ou apenas um local de consumo cultural?<sup>27</sup> Deste modo, para Gonçal-

21 PASIN, Tereza Galvão. *Conceição Borges, das entranhas da terra ao canto à Senhora Aparecida*. Discurso proferido no evento de comemoração dos 60 anos do Museu. 2016. p.2. (Texto digitado). Fonte: Museu Nossa Senhora Aparecida.

22 PASIN. *Conceição Borges, das entranhas da terra ao canto à Senhora Aparecida*, p. 2.

23 RÚSSIO, Waldisa. *Museu, para quê? (A necessidade da arte)*. Acervo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). In: BRUNO, M.C.O. (org.); COUTINHO, M. I. L.; ARAÚJO, M. M. *Waldisa Rússio Camargo Guarneri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.76.

24 RÚSSIO. *Museu, para quê? (A necessidade da arte)*, p.77.

25 VARINE-BORHAN, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. p.40.

26 ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. Texto crítico de Claudéte Kronbauer. São Paulo: Experimento; Giordano, 1993. p.7.

27 VARINE-BOHAN, Hugues. *Museu e Desenvolvimento social: balanço crítico*. In: \_\_. *Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento*. Propostas e Reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. p.12.

ves, “não basta dizer que os museus representam identidades nacionais, identidades étnicas, religiosas, etc. É preciso responder por que essas representações feitas por meio de objetos materiais continuam a exercer sua magia e a despertar fascínio nas pessoas”<sup>28</sup>.

A partir dessa perspectiva, observamos que o Museu Nossa Senhora Aparecida reúne um vasto acervo coletado pela professora Conceição Borges Ribeiro Camargo, com auxílio de seu esposo Vicente Camargo. Em sua fundação, o Museu foi caracterizado com um conceito de museu abrangente e eclético, devido ao recolhimento e exposição de objetos de diversas áreas do conhecimento. Segundo Waldisa Rússio, “[...] o museu eclético tende a se confundir com o regional, abrangendo vários campos do conhecimento humano em função de uma paisagem específica: a região e sua realidade geográfica, econômica, antropológica, ecológica, etc.”<sup>29</sup>.

Coletaram-se no decorrer do tempo alguns exemplares de arqueologia (fragmentos e objetos cerâmicos retirados de sítios arqueológicos do município de Aparecida/SP), objetos litúrgicos, paramentos religiosos, imaginária, arte popular, ex-votos, porcelanas, prataria litúrgica e doméstica, objetos de uso doméstico, instrumentos musicais, coleções de etnologia, mineralogia, numismática, filatelia, materiais da Revolução Constitucionalista de 1932, etc. Em especial, peças ligadas à história do Santuário Nacional e devoção a Nossa Senhora Aparecida. Compondo, portanto, um acervo expressivo e diversificado, como se fazia na época. Neste contexto, é possível remeter a Dominique Poulot quando diz que “nossos museus contemporâneos estão associados certamente a arquétipos antigos. Assim, o túmulo ou o templo, a um só tempo, lugar de acúmulo de riquezas intelectuais e lugar de sacralização, representariam as raízes de uma antropologia da musealidade”<sup>30</sup>.

Em relação aos locais de funcionamento, ao longo dos anos, as coleções do Museu foram abrigadas em diversos locais na cidade de Aparecida/SP. A primeira localização e local de inauguração do Museu Nossa Senhora Aparecida foi no prédio das Oficinas Gráficas de Arte Sacra, na rua Dr. Oliveira Braga nº. 80, em Aparecida/SP. Antigamente este prédio abrigava o Colégio das Irmãs Canisianas, posteriormente o Seminário Propedêutico da Congregação Redentorista e atualmente abriga o Projeto de Educação Musical do Santuário de Aparecida (PEMSA).

Dois anos depois, em 1958, o Museu transferiu-se para uma sala das Galerias do Hotel Recreio, pertencente à Congregação do Santíssimo Redentor, localizado na Praça Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida/SP. Conforme informação publicada no Jornal Santuário de Aparecida, “o museu, incorporado ultimamente ao “Centro Social Redentorista”, contém peças de alto valor

28 GONÇALVES. *Os museus e a representação do Brasil*, p.271.

29 RÚSSIO, Waldisa. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. Texto publicado em Seminários do Museu da Casa Brasileira (Solar Fábio Prado), Boletim n.1, fev. 1974, p57-67. São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Governo do Estado de São Paulo. In: BRUNO, M.C.O. (org.); COUTINHO, M. I. L.; ARAÚJO, M. M. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.52.

30 POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.16.

artístico: santos de madeira, pinturas, objetos antigos. Além de outras coisas dignas de nota, apresenta ao visitante uma reconstituição do milagre do encontro da virgem milagrosa<sup>31</sup>.

Nesta época, além de o Museu estar localizado nas Galerias do Hotel Recreio, também havia outros agrupamentos de objetos materiais, entre eles um Museu de Cera, ao qual a Profa. Conceição Borges demonstra não ser muito favorável, de acordo com as correspondências entre ela e membros do clero.<sup>32</sup> E próximo ao Museu havia também a Sala dos Milagres, ao lado da Basílica Velha, que pode ser observada em fotografias antigas encontradas no Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional.

Esses outros agrupamentos de objetos materiais podem ser entendidos como museus ou embriões de museus e podem ter influenciado de certa maneira a própria formação de acervos e coleções do Museu Nossa Senhora Aparecida, pois alguns objetos encontrados em antigas fotografias da Sala das Promessas, atualmente estão incorporados ao acervo do Museu, como é o caso de uma grande pintura de Rosalbino Santoro, um pintor italiano, que reproduziu a cena da Coroação da Imagem de Nossa Senhora Aparecida ocorrida em 1904, a partir de uma fotografia da época.

Segundo o artigo de Vittorio Cappelli,

Mais tarde, em 1907, ele realizou uma pintura de grande formato, que representa a manifestação religiosa popular da Coroação de Nossa Senhora Aparecida, a coroação da Virgem, patrona do Brasil, ocorreu perto de Taubaté. Ainda hoje, a nova Basílica de Nossa Senhora Aparecida e o anexo Museu, dentro do qual é preservada a grande tela de Santoro, são um destino para uma incessante peregrinação de todo o Brasil (tradução nossa)<sup>33</sup>.

Ainda segundo o autor, em outro artigo para a revista *Calabrese di Storia del '900*, “na cerimônia de entrega da rica coroa, doada pela Princesa Isabel, o núncio apostólico, participou com toda a igreja brasileira e o presidente da república Rodrigues Alves. Dois anos após a execução, em 1909, a grande pintura é colocada no Santuário” (tradução nossa)<sup>34</sup>. A obra de Rosalbino Santoro é datada de 1907, período em que o pintor vivia no município de Taubaté/SP. Atualmente, a pintura encontra-se em exposição no 1º andar da Torre Brasília e foi restaurada por Renato Rinaldi em 2004.

De acordo com Waldisa Rússio,

A musealização não acarreta apenas a comunicação museológica. Ela acarreta uma valorização, uma ênfase sobre certos objetos. A musealização repousa em pesquisas prévias, na seleção dos objetos, na documentação, na direção, na administração, conservação e, eventualmente, na restauração. Essa musealização recobre, portanto, ações muito diferentes que dependem de domínios científicos muito diversos<sup>35</sup>.

31 \_\_\_\_\_. Museu N. Sra. Aparecida. *Santuário de Aparecida*, Aparecida, 9 nov. 1958, número 52, p.1.

32 CAMARGO, C.B.R.; CAMARGO, V. [Carta] 16 set. 1967, Aparecida [para] ROSA, J.F., Aparecida. 1f. Apresentação de propostas para o problema de instalação de um Museu de Cera ao lado do Museu Nossa Senhora Aparecida.

33 CAPPELLI, Vittorio. Rosalbino Santoro: Paesaggi e fazendas nei suoi dipinti. *Itaca*. Periodico Trimestrale, Anno VII, N° 25, Giugno, 2014, p.13.

34 CAPPELLI, Vittorio. Rosalbino Santoro in Brasile: Un «pittore itinerante» a Rio de Janeiro, San Paolo e Taubaté. *Rivista Calabrese di Storia del '900*, N° 2 (número monográfico), p.47-60, 2014.

35 RÚSSIO, Waldisa. A interdisciplinaridade em Museologia. Texto publicado em MuWoP – Museological Working



A partir deste argumento de Waldisa Rússio e do exemplo apresentado acima é possível refletir sobre o processo de musealização ao fazer uma análise sobre o modo como um objeto material - a Imagem de Nossa Senhora Aparecida - acrescido de outro objeto, neste caso a coroa ofertada pela Princesa Isabel, passou de um ex-voto à acervo, considerando que a coroa foi ofertada como pagamento de uma promessa. É interessante notar que esse acervo se tornou uma iconografia, numa operação que incluiu um registro fotográfico do momento da Coroação da Imagem de Nossa Senhora Aparecida e, posteriormente, a criação de uma cena em pintura, com conotações imateriais, que passou por um processo de musealização.

Posteriormente, em 1967, mediante um convênio com o Santuário Nacional de Aparecida, o Museu Nossa Senhora Aparecida é transferido para o 2º andar da Torre Brasília, localizada no Santuário Nacional, Av. Dr. Júlio Prestes, s/nº, Ponte Alta - Aparecida/SP. Bem relacionados com o clero do município de Aparecida/SP, Conceição Borges Ribeiro Camargo e seu esposo Vicente Camargo, assinam em 30 de janeiro de 1967 um “Contrato de Doação”<sup>36</sup> de todo o conjunto que compõe o Museu, tendo como outorgada donatária a Sociedade Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida.

Com a instalação do Museu no Santuário Nacional de Aparecida, em 12 de outubro de 1967, o fluxo de visitação passa a aumentar constantemente, devido às grandes romarias e a busca por entretenimento. Outro fator importante é a instalação de uma Sala das Promessas na Torre, o que faz com que os visitantes passem a ofertar mais objetos ao Museu, tanto ex-votos quanto demais objetos antigos para complementar as coleções do Museu.

Com o falecimento dos fundadores, o Museu Nossa Senhora Aparecida passou a ser administrado diretamente pelo Santuário Nacional de Aparecida em 1996, sendo o detentor de todo acervo, com respaldo do contrato de doação. Neste período o Santuário tinha como administrador e ecônomo o Padre Darci José Nicioli C.Ss.R, que realizou mudanças importantes na forma de gestão do Santuário, promovendo a criação da Campanha dos Devotos, fundamental para o desenvolvimento e continuação das obras de acabamento e revestimento interno do Santuário com a arte sacra de Cláudio Pastro, além de obras sociais realizadas pela instituição.

Em 2003, inicia-se então a revitalização institucional, por meio da consultoria realizada pela Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo (FPHESP), com coordenação da museóloga Ana Silvia Bloise, que implantou novas rotinas de trabalho com o acervo no interesse de inventariar os objetos, buscando sua correta identificação e a reunião do conhecimento existente

---

Papers, n.2, p.58-59 (versão original em francês e inglês), 1981. Publicação do Icofom / ICOM – Comitê de Teoria Museológica do Conselho Internacional de Museus. In: BRUNO, M.C.O. (org.); COUTINHO, M. I. L.; ARAÚJO, M. M. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.125.

36 CONTRATO de doação e outros encargos que entre si fazem Vicente Camargo e sua esposa Conceição Borges Ribeiro Camargo com a Sociedade Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Museu Nossa Senhora Aparecida.



sobre o acervo. A partir de 2005, Giselle Peixe, a museóloga responsável pelo projeto da FPHESP desenvolvido no Museu Nossa Senhora Aparecida, inicia a consultoria junto com Silvia Bigareli, com o intuito de dar continuidade às atividades técnicas para reestruturação do Museu. Criam, portanto, o Plano Museológico, além de diversos projetos, tais como: expografia para o 1º andar (2005), capacitação da equipe técnica e contratação de estagiários para realização de inventário e documentação (2007-2009), implantação de Reserva Técnica climatizada (2008), revitalização do Mirante da Torre (2008), ampliação da Casa de Ouro (2011), expografia para o 2º andar (2012), coordenação editorial do catálogo comemorativo dos 60 anos do Museu Nossa Senhora Aparecida e produção de Folders em três idiomas (2016). Atualmente, o projeto em andamento é referente à expografia do Circuito de Visitação à Cúpula, com três módulos expositivos nos corredores superiores da Nave Norte e Cúpula Central, que remetem à construção da Basílica e obras de Cláudio Pasto, bem como a produção de Folders em três idiomas para o Circuito (2017-2018).

## O Museu do Sertão: uma discussão sobre processos museológicos

Vanessa Cavalcanti Vargas Leal<sup>1</sup>  
vanessacavalcanti\_15@hotmail.com

Madjer Costa Souza Cesar<sup>2</sup>  
madjer\_fsa@hotmail.com

Tatyane de Oliveira Vieira Santana<sup>3</sup>  
tatyaneovs@gmail.com

### Resumo

O Museu do Sertão foi criado por Cícero Alves dos Santos, conhecido como Véio, o artista plástico sergipano com maior visibilidade nacional e internacional na atualidade. Artista e pensador, Véio é um colecionador de toda sorte de objetos, demonstrando seu interesse pelas histórias de sua região, pelas manifestações culturais, sobretudo as ligadas ao universo popular. Este profundo interesse, associado a uma ideia de preservação e divulgação da história de Sergipe, motivou a criação do museu. Véio conseguiu com recursos próprios montar um espaço, ao lado de sua residência, no sítio SóArte, localizado entre os municípios sergipanos de Feira Nova e Nossa Senhora da Glória, designado pelo mesmo de Museu do Sertão. Neste espaço, cujo acervo conta com aproximadamente 17.000 (dezesete mil) peças, segundo Cícero, estão misturados objetos, entre os quais figuram documentos, fotografias, mapas, cartas, ferramentas e instrumentos de trabalho, uma casa de farinha completa, máquinas de diversos tipos e funções, e esculturas de sua autoria. Os objetos estão distribuídos e organizados em espaços específicos em cada “casa” construída para abrigar as seções elaboradas pelo artista-colecionador, como um percurso estruturado pelas narrativas históricas e simbólicas do mesmo. Véio está no sítio há 15 anos e o museu vem se desenvolvendo desde então. São 4 “salas” interligadas e outros 4 espaços independentes, as “casas temáticas”. Tudo apresentado de modo um pouco improvisado, empoeirado e sem recursos tecnológicos ou de identificação. No entanto, tudo tem relação entre si, transformando o Museu do Sertão num espaço de potência histórica, estética e simbólica, principalmente diante do contexto local, cujos equipamentos culturais são praticamente inexistentes. Véio, ao montar um circuito de visitação parece saber muito bem o que apresentar mesmo diante de um cenário aparentemente desorganizado e distante de

1 Vanessa Cavalcanti Vargas Leal, Graduanda do Curso de Museologia/UFS, Bolsista de Iniciação Científica no projeto: Véio: narrativas de um artista-colecionador de memórias. PIBIC/FAPITEC 2017/18.

2 Madjer Costa Souza Cesar, Graduando do Curso de Museologia/UFS, Bolsista de Iniciação Científica no projeto: Véio: narrativas de um artista-colecionador de memórias. PIBIC/FAPITEC 2017/18.

3 Tatyane de Oliveira Vieira Santana Graduanda do Curso de Museologia/UFS, Bolsista de Iniciação Científica no projeto: Véio: narrativas de um artista-colecionador de memórias. PIBIC/FAPITEC 2017/18.

teorias ou processos museológicos. Trata-se de um espaço que existe independente de qualquer financiamento externo, fragmentado, o qual resiste pela imensa vontade de um homem que tem consciência da potência cultural e das relações patrimoniais, educativas e simbólicas do Museu do Sertão. Esta iniciativa, partida de um sujeito que é ao mesmo tempo produtor de obras de arte significantes, e sujeito analítico, agente de intervenção do meio cultural, torna-se um objeto de estudo desafiador para se pensar a formação e o sentido dos processos museais na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Museu do Sertão, processos museológicos, Véio.

Este artigo foi pensado para abrir a discussão sobre procedimentos e modos de entender alguns processos museológicos a partir de uma iniciativa particular, realizada no interior do estado de Sergipe por um artista-colecionador chamado Véio. O museu criado por este escultor se chama Museu do Sertão, o qual está localizado no sítio SóArte, ao lado de sua residência, entre os municípios sergipanos de Feira Nova e Nossa Senhora da Glória. Abordaremos alguns aspectos sobre o artista, seu colecionismo e por fim, sobre o Museu do Sertão e seus processos museológicos.

### Véio, o artista

Cícero Alves dos Santos é um dos artistas plásticos sergipanos com maior visibilidade nacional e internacional na contemporaneidade. Seu nome foi dado em homenagem ao Padre Cícero, o qual muitos sertanejos eram (são) devotos, porém este Cícero é conhecido pelo seu apelido: Véio, contração de velho, cuja alcunha recebeu ainda criança, aos cinco anos de idade, devido a um interesse constante em estar entre os mais idosos, ouvindo histórias e narrativas de sua gente. Nascido em 1947, na cidade de Nossa Senhora da Glória, sertão sergipano, Véio começou a esculpir muito jovem. Seu interesse em “modelar formas” teve a cera de abelha como primeiro suporte e material. Sertanejo, como tantos outros, destinado a trabalhar na lavoura, fez um outro percurso na sua vida, completamente diferente do que o estaria “predestinado”, segundo a tradição familiar. Dividindo-se entre a lavoura e seu desejo de manifestar sua arte, foi criando seu mundo imaginário paralelamente aos acontecimentos do cotidiano. Véio conta em entrevistas a Rodrigo Naves<sup>4</sup> que não teve contato com outros artistas e ninguém era capaz de compreender seu desejo pelas formas naquele ambiente rural, sem instrução, repleto de rudeza e preconceitos.

Autodidata, o escultor teve uma luta árdua para chegar ao reconhecimento atual. Suas obras podem ser encontradas no Pavilhão das Culturas Brasileiras, na Pinacoteca do Estado de São Paulo e em diversas coleções particulares importantes no Brasil, além de ser representado pela Galeria Estação, em São Paulo. Já realizou inúmeras exposições individuais e coletivas em Sergipe, em outros Estados brasileiros e em alguns países. Sua primeira exposição internacional ocorreu em 2012

4 NAVES, Rodrigo. Cícero Alves dos Santos [Véio]: esculturas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014

na Fondation Cartier Pour L'Art Contemporain, em Paris, França, onde expôs novamente em 2014. Em 2015 participou da *Becoming Marni*, exposição paralela da 56ª Bienal de Veneza, na Abadia de São Gregório, em Veneza, Itália, e em 2016 realizou uma exposição individual na SEEDS Gallery em Londres, Inglaterra. Em 2017, o escultor foi contemplado com um dos maiores prêmios do sistema das artes brasileiros: o Prêmio Itaú Cultural 30 Anos, o qual foi escolhido na categoria “Criar”. Como desdobramento desta premiação, entre os dias 15 de março e 13 de maio de 2018 o Itaú Cultural apresentou uma grande exposição individual que reuniu parte da obra do escultor. A mostra *Véio – a Imaginação da Madeira* teve curadoria de Agnaldo Farias e Carlos Augusto Calil.

### Véio, o colecionador

Véio é um escultor que se dedica a criar mundos e personagens que vem sendo sobrepostos a um desejo latente de preservação de memórias, suas e dos personagens que fazem parte do seu ambiente, as quais são apresentadas tanto em suas peças, quanto através das centenas de objetos que coleciona. Artista e pensador, Véio é concomitantemente um colecionador de toda sorte de objetos, demonstrando seu interesse pelas histórias dos homens e mulheres de sua região, pelas manifestações culturais, sobretudo as ligadas ao universo popular: “causos”; religiosidade popular católica, curandeiros, benzedores, Padre Cícero, Candomblé, feitiços, grupos de penitentes, crenças de todas as ordens; reisados; danças; circo; caretas; e mais uma miríade de manifestações da cultura popular sertaneja sergipana. Este profundo interesse, associado a uma ideia de preservação e divulgação da história de Glória, de Sergipe, de um Brasil profundo, motivou a criação do Museu do Sertão.

#### Segundo o historiador Michel Platini

o colecionador torna-se ele mesmo objeto da própria coleção, sua paixão passa a integrar o montante dos itens sem os quais o sentido da coleção estaria incompleto. É a multiplicação narcisista dos objetos, que refletem infinitamente a imagem do colecionador, que faz o “milagre da coleção”[...]. Enfim, o colecionar, no fundo, é sempre um colecionar a si mesmo.<sup>5</sup>

Neste espaço, cujo acervo conta com aproximadamente 17.000 (dezesete mil) peças, segundo Cícero, estão misturados objetos, entre os quais figuram documentos, fotografias, mapas, cartas, livros, ferramentas e instrumentos de trabalho, uma casa de farinha completa, máquinas de diversos tipos e funções, e esculturas de sua autoria. Os objetos, incluindo as esculturas de sua autoria, estão distribuídos e organizados em espaços específicos em cada “casa” construída para abrigar as seções elaboradas pelo artista-colecionador, como um percurso consciente e estruturado pelas narrativas históricas e simbólicas do mesmo. O colecionador de memórias e criador de narra-

5 SILVA, Michel Platini Fernandes da, LISBOA, Pablo Fabião. Histórias sobre coisas e pessoas: Coleção e colecionismo em Krzysztof Pomian e Jean Baudrillard. In: IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro da ANPUJ/SE, 2014, Aracaju. Anais Eletrônicos do IV Congresso Sergipano de História. Aracaju, 2014. v. 1, p. 109.

tivas guarda e reinventa a si mesmo. Fala para o público visitante e alimenta a própria imaginação a cada visita, organização e agrupamento dos objetos musealizados, os quais aumentam de número ao longo dos anos.

Em entrevista aos autores, Véio conta que está no sítio há 15 anos e o espaço do Museu do Sertão vem se desenvolvendo desde então. São quatro “salas” interligadas e outros quatro espaços independentes, as “casas temáticas”. Tudo apresentado de modo um pouco improvisado, empoeirado e sem recursos tecnológicos ou de identificação. No entanto, tudo tem relação entre si, transformando o Museu do Sertão num espaço de potência histórica, estética e simbólica, principalmente diante do contexto local, ou seja, numa cidade do interior sergipano, cujos equipamentos culturais são praticamente inexistentes.

### O Museu do Sertão

É importante ressaltar a relação que o artista Véio produz em seu sítio, que é o espaço denominado Museu do Sertão, com a tentativa de uma musealização mais aberta à experiência, mesmo que o artista a utilize de maneira intuitiva. Estamos considerando como processo de musealização aquele conjunto de procedimentos que, segundo Mário Chagas, começa com a seleção realizada pelo “olhar museológico” sobre as coisas materiais, ou seja, “[...] uma atitude crítica, questionadora, capaz de um distanciamento reflexivo diante do conjunto de bens culturais e naturais [...]”<sup>6</sup> Durante algumas visitas de campo realizadas pelos autores foi constatado que Véio, ao montar um circuito de visitação parece saber muito bem o que apresentar mesmo diante de um cenário aparentemente desorganizado e distante de qualquer técnica ou metodologia museológica. De maneira despreziosa, o espaço transforma-se em um lugar potente no momento presente, na hora em que a experiência/visitação é realizada, o que é bastante revelador de museus ao ar livre que possuem a proposta de caminhar para descobrir as obras ao mesmo tempo que se ganha um banho da história do local que se recupera e se atualiza enquanto se transita.

As histórias vão se intensificando ainda mais quando o próprio artista vai nos revelando como se construiu algumas obras, ou ainda quando resgata da sua memória, uma memória que é coletiva do sertão do Sergipe nas peças que coleciona, mas também de uma criação imaginativa do próprio artista-colecionador. Memórias individuais, narrativas fantásticas, sobreposições de realidades, invenções, apropriações e jogos interpretativos. De determinada maneira, o espaço do Museu nos remete ao lugar: o sertão nordestino, não somente porque é lá que está fincado, contudo, muito mais porque a experiência do artista com este universo e o seu trabalho incessante de preservação da memória, nos é apresentado quando o mesmo relata por meio de descritores do tipo percurso, levando-nos a perceber a potência que um espaço guiado por um circuito ou um percurso não pre-

6 CURY, Marília Xavier. 2005 Comunicação museológica- Uma perspectiva teórica metodológica de recepção. Doutrinado em Ciências da Comunicação- Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

viamente definido pode ofertar para outros visitantes que possuem o interesse nas obras de Véio e nos detonadores de memórias que são os objetos colecionados pelo mesmo.

Cristina Freire<sup>7</sup>, aponta sobre espaços que condensam o passado e o presente, numa recriação de diversidades de tempos e de espaços, cujo exemplo do Museu do Sertão pode ser apresentado como tal. Este impõe sua própria narrativa, todavia, se mostra aberto às múltiplas leituras, intervenções e sugestões de aprendizado sobre cultura, sobre memória, patrimônio, arte, estética, história, entre outros. Os museus, enquanto instituições, vem sendo associados aos processos de formação simbólica de diversas modalidades de autoconsciência individual e coletiva, constituindo a ideia de patrimônios, os quais “nos ‘inventam’ (no sentido de que constituem nossa subjetividade), ao mesmo tempo em que os construímos no tempo e no espaço. Em outras palavras: quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como ‘patrimônios culturais’, esses objetos estão por sua vez a nos ‘inventar’, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente.”<sup>8</sup>

O Museu do Sertão foi, e continua a ser construído pelo agrupamento de objetos que refletem uma memória coletiva, do sertanejo, mas também do indivíduo Cícero Alves dos Santos, como afirmado anteriormente. É notório a relação simbiótica entre as coleções e as esculturas produzidas pelo artista, entre o colecionador e o escultor. Véio faz de sua arte uma espécie de testemunho do encontro com o irrepresentável, que segundo Rancière<sup>9</sup> desconcerta o pensamento normativo e ordinário das coisas.

Em todas as entrevistas realizadas pelos autores, Véio se queixa de não ser reconhecido na sua própria região, apesar de já ter participado de muitas exposições, feiras de arte e mesmo de ter representado Sergipe em eventos realizados na capital do país, por exemplo. Todavia, a queixa mais frequente é em relação a não valorização da “memória do sertão”, dos costumes e fatos acontecidos em Glória. O Museu do Sertão, a partir dos objetos que o criador coleciona, reelabora e reclassifica, assim como também as esculturas criadas pelo artista perpassam por uma construção narrativa muito particular, de acordo com seus desejos, perspectivas e entendimento do que seria um espaço de um Museu, um ateliê e uma galeria.

### Processos museológicos

O Museu do Sertão foi sendo construído à revelia de qualquer metodologia técnica aplicada, todavia, existe um risco real dessas narrativas, histórias e objetos se perderem. Em primeiro lugar, Cícero não tem seguidores ou aprendizes. Ninguém da família seguiu seus passos como es-

7 FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os movimentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

8 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007, p. 29.

9 RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO experimental org. Editora 34, 2009.



cultor e nem como colecionador, e ainda não foi realizado um processo de documentação e registro do acervo do Museu, nem tão pouco de suas obras escultóricas. O Museu do Sertão existe, porém não como uma instituição formal, ou seja, não possui nenhum tipo de documentação, histórico ou qualquer acompanhamento técnico museológico de seu acervo. Os telhados necessitam de reparos, as salas necessitam de limpeza, iluminação, organização na disposição das peças - uma expografia própria e clara, extintores de incêndio, questão apontada como uma das maiores preocupações do próprio artista-colecionador, entre outras necessidades primárias, como o inventário do acervo, por exemplo.

Trata-se de um espaço que existe independente de qualquer financiamento externo, completamente fragmentado, o qual resiste pela imensa vontade de um homem que tem consciência da potência cultural e das relações patrimoniais, educativas e simbólicas do Museu do Sertão. Esta iniciativa partida de um sujeito, que é ao mesmo tempo produtor de objetos obras de arte significantes, e sujeito analítico, agente de intervenção do meio cultural, cujas funções se misturam e se complementam, é muito desafiadora para se pensar a formação e o sentido das instituições formais que lidam com a preservação de bens culturais, sobretudo, os bens ligados ao universo conceituado como popular, já que a maioria dos exemplos de museus de arte popular ou cultura popular foram constituídos a partir de acervos provenientes de pesquisadores, antropólogos, etnólogos, ou colecionadores, estrangeiros ou brasileiros, interessados em elementos das culturas populares, quase sempre de origem abastada. É interessante destacar que boa parte das discussões acerca desta temática se deram num contexto fortemente influenciado por ideias que tomavam o povo como uma entidade abstrata e coletiva, numa perspectiva de confronto entre o popular e o erudito, ou ainda, entre os saberes ditos tradicionais e os modernos.<sup>10</sup>

Estamos desenvolvendo através do Projeto de Iniciação Científica “Véio: narrativas de um artista-colecionador de memórias”, coordenado pela professora Neila Dourado Gonçalves Maciel<sup>11</sup>, a documentação e ordenamento do acervo do artista, que consiste na identificação de uma parte das esculturas de Véio, para posteriormente construir o inventário museológico possibilitando o tratamento da informação e conhecimento das peças. Serão adotados alguns procedimentos metodológicos de documentação utilizados em alguns museus. É necessário salientar que para esse projeto que estamos desenvolvendo, quem vai determinar a categorização é o próprio artista, conforme a necessidade de organização do mesmo, já que o museu é também uma galeria, ou seja, existe um fluxo dinâmico de algumas peças. Desse modo, estamos realizando entrevistas com Véio, fazendo um levantamento de informações necessárias para identificação das peças visando, captar suas intenções e gestos.

10 Não iremos abordar os conceitos de arte ou cultura popular pelo pouco espaço deste artigo.

11 Neila Dourado Gonçalves Maciel, artista plástica, professora do curso de Museologia da UFS, Doutora em Arquitetura e Urbanismo (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFBA, na linha de Conservação, Restauração e Gestão dos Bens Patrimoniais. É Professora Adjunta de Teorias e História da Arte e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da UFS – neilamaciel@gmail.com

Pretende-se a aproximação com o artista para analisarmos as múltiplas memórias coletivas e individuais do colecionador, visando compreender seus processos criativos e metodológicos que foram escolhidos para pensar e construir a expografia do Museu do Sertão, cujo acervo traz grande relevância para o Nordeste e para Arte Contemporânea.

As relações entre o projeto do PIBIC e o Museu do Sertão vem nos fazendo ampliar o olhar sobre coleções de arte e cultura popular, sobre memórias coletivas e individuais, percebendo que este museu tem muito a acrescentar nas discussões sobre Museologia, coleção e colecionadores.

Compreende-se coleção, segundo Krzysztof Pomian<sup>12</sup>:

Qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito de atividade econômica, sujeitos a uma proteção especial num local fechado, preparado para este fim, e exposto ao olhar do público pela instituição que os abriga ou por seu proprietário

A questão do colecionismo, a problematização sobre a desvalorização da arte no estado de Sergipe, levantada pelo próprio Véio, nos faz debater sobre pontos e fragilidades referentes ao campo da Museologia, das artes visuais, das noções de patrimônio, entre outras questões. Apesar da sua produção não ter grande reconhecimento no estado, ela pode ser visualizada em catálogos, exposições, prêmios, homenagens de instituições nacionais e internacionais, como já descrito anteriormente. Segundo Ribeiro Filho:

O admirador de arte que pretende adquirir uma obra de arte de Véio, certamente terá que ouvir do autor a história de vida do ser extra humano que habita aquela escultura, suas características e o traço de personalidade mais marcante, aquilo que o diferencia dos outros seres de sua nação polissêmica. O traço mais forte que ele coloca em evidência em casa escultura trás virtudes e defeitos humanos, nos quais ele expõe sua crítica às vaidades e mazelas do ser humano.<sup>13</sup>

Questionamentos levantados para analisarmos o Museu do Sertão a partir de dramas da vida cotidiana, que o levaram construir suas esculturas baseadas em discussões do dia-a-dia e que vem tornando o artista sergipano conhecido mundialmente. É importante reconhecer a importância do espaço criado no que o artista identifica como Museu do Sertão. As coleções que o compõem estabelecem discursos e ganham força, ainda que não tenha passado por técnicas ou procedimentos de documentação, registro fotográfico, ou mesmo uma conservação adequada, possibilitando pesquisas e difusão de conhecimento de estudiosos e interessados nos objetos e narrativas que ali se encontram.

O Museu do Sertão é fruto de coleções particulares do artista, as quais se acumulam e se organizam nos sete espaços, estes dispostos que acordo com a logística do mesmo. Existe uma disposição dos objetos, obras e ordenamento das peças feitas pelo próprio Véio, enquanto colecionador e comunicador, com critérios diferentes daqueles padronizados pela Museologia. O Museu,

12 POMIAN, Krzysztof. *Collectors and Curiosities. Paris and Venice: 1500-1800*, Cambridge: Polity Press, 1990. p. 53

13 CUMBUCA, Revista EDISE. Ano V, n°16, novembro de 2017, p.13.

tal como existe, nos oferece gatilhos para vivenciar seus objetos abrindo discussões sobre possíveis universos do nordeste, modos e costumes, além de fazer refletir sobre o próprio fazer museológico. Além de tudo, apesar de se constituir como um museu, o espaço é gerido, organizado e exibido por seu próprio colecionador mantenedor. O Museu do Sertão e seu mentor propõe a prática da reprodução mediante vivências, base para a compreensão da formação e arranjo singular dessas obras feitas pelo artista de suas coleções adquiridas ao longo dos anos.

É notório que algumas coleções do artista são ligadas a uma tentativa de resgate histórico, como um “fio condutor” que liga memórias da vida do colecionador. Em visita ao museu, o mesmo apresenta o acervo e faz interfaces com memórias dele e histórias contadas pelos mais velhos.

A princípio a mistura das materialidades distintas desorienta o observador e visitante e as tentativas de organização, que seguiriam padrões aprendidos na Museologia, numa linearidade temporal, de suporte material, de temas e de estilos, se veem frustradas a cada passo a cada novo espaço dentro do museu, porém a orientação fornecida pelo próprio Véio oferece caminhos que nos ajudam a orientar-nos frente à coleção.

Objetos musealizados como é o caso das obras do artista tem uma natureza não-verbal sendo assim em maior parte de obras de arte em si. O trabalho pretendido pelo projeto de pesquisa que vem se desenvolvendo é um trabalho de documentação museológica, e o desdobramentos oriundos desse procedimento, existe uma urgência clara que é o inventário do acervo do Museu do Sertão por serem poderosos portadores de informações acerca da cultura nordestina e da vida e trajetória do artista.

Após todo o levantamento existirá certamente diferenças ponderáveis na forma de documentar os acervos do Museu e do artista. Segundo Peter Van Mensch<sup>14</sup>, o objeto é “portador de informações” e dessa forma o ato do artista selecionar e atribuir um valor intrínseco às suas obras concentra nesta atividade muitas informações e conhecimento sobre a cidade de Glória e sobre o universo de memórias do sertanejo, sua trajetória de vida e poética.

O levantamento de informações sobre os objetos encontra-se em processo inicial, possibilitando assim o tratamento da informação e preservação como uma prática concreta e material, o qual será utilizado no reconhecimento e na difusão do conhecimento dos mesmos nas etapas posteriores.

Segundo Camargo- Moro documentação Museológica é:

- (1) Processo de organização dos diversos elementos de identificação do acervo,
- 2) Conjunto de conhecimentos e técnicas que têm por fim a pesquisa, reunião, descrição, produção e utilização dos documentos sobre as coleções.<sup>15</sup>

14 MENSCH, Peter Van. Society, object, Museology. In: SYMPOSIUM COLLECTING TODAY FOR TOMORROW. ICOFOM, Leiden: 1984

15 CAMARGO-MORO, Fernanda de . Museus: aquisição e documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986, p.239.

Sendo assim a documentação Museológica pode ser entendida como toda informação referente aos acervos de museus e, uma das funções fundamentais intrinsecamente ligada a musealização.

Todas os procedimentos e metodologias estão sendo discutidas e serão aplicadas de acordo com o entendimento e curadoria do idealizador e mantenedor do espaço. Os critérios para definição dos agrupamentos ainda estão sendo estudados, levando em consideração as expectativas e necessidades apontadas pelo artista como de maior relevância.

As coleções serão definidas e a escolha do código adotado pelo Museu do Sertão encontra-se em fase de discussão, embora já se saiba que a coleção composta pelas obras do artista permanecerá aberta, recebendo suas novas produções, assim como também, às coleções dos objetos também poderão ser incorporadas novas aquisições como a compra, coleta, permuta ou doação. E pretende-se utilizar o sistema alfanumérico, e a numeração tripartida para registrar os objetos.

A identificação e classificação das peças será possível por conta do conhecimento do próprio artista em relação a todas as obras que estão dispostas no Museu do Sertão, visto que não há nenhum tipo de registro ou documentos das peças, bem como todos os campos da ficha de registro serão pensadas em conjunto com o mesmo mediante as necessidades das peças.

Entendendo que a catalogação é uma forma de gerenciamento de informações ligada ação de documentação museológica, e funcionará como auxiliadora por reunir informações essenciais sobre o Museu do Sertão, favorecendo a gestão do Museu, será um processo metodológico longo, e de extrema importância, exigindo assim um sistema apropriado que supra as necessidades do artista e do Museu, com estruturas, e adoção de metodologias aplicadas.

Posteriormente será pensando um sistema informacional automatizados que facilitam a documentação dos acervos do colecionador e artista, esse sistema permitirá a ação clara de identificação com terminologias específicas para cada objeto, tornando acessível a informação aos pesquisadores e dando suporte informacional ao artista.

Assim, o procedimento de documentação que será desenvolvido permitirá a realização da organização do espaço expográfico pensado em conjunto com o artista, entendendo que a necessidade da documentação do acervo não é como o objetivo final do Museu, mas ela dando suporte ao artista e a quem pretende desenvolver atividades em torno das obras de Véio, bem como nos objetos oriundos de coleções do artista.

É necessário apontar que este projeto não visa reconfigurar ou descaracterizar o Museu do Sertão, trata-se de uma construção em parceria com o próprio artista, desta forma promovendo, ainda que minimamente, a salvaguarda das obras e das memórias deste artista sergipano..

# Política de aquisição de acervo do Museu Paulista: Pressupostos e Práticas

Leonardo da Silva Vieira  
leonardo.silva.vieira@usp.br

## Resumo

O Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP – USP) implementou seu Plano Diretor, responsável por caracterizar as principais feições que a instituição possui, em 1990 durante a gestão do professor Ulpiano Bezerra de Meneses. Após uma série de desmembramentos e redirecionamentos institucionais, este documento foi responsável por estabelecer definitivamente a atuação do museu voltada para o campo da História e da Cultura Material, bem como por definir a atual política de aquisição de acervo museológico da instituição. A partir da análise documental e bibliográfica, podemos afirmar que muitas das definições do Plano Diretor encontram referências conceituais nos campos da História e da Museologia, tendo como pontos de partida, por exemplo, a ampliação dos objetos e das fontes da pesquisa histórica, seja no meio acadêmico ou no campo de atuação dos museus. O presente artigo visa apresentar alguns dos pressupostos que fundamentam o Plano Diretor citado e também suas consequências na prática de aquisição de acervo, seja por doação ou compra, no Museu Paulista. É importante lembrarmos que as ideias que serão expostas foram amadurecidas ao longo da pesquisa de mestrado desenvolvida pelo autor no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP (PPGMus-USP).

**Palavras-chave:** Aquisição de acervo, Museu Paulista, musealização, objeto museológico, museus de história.

## O Plano Diretor de 1990: conceitos e referências.

O Museu Paulista (MP) constitui atualmente uma unidade ligada à Universidade de São Paulo (USP). Inaugurado como o primeiro museu público do estado paulista, esta instituição, abrigada no prédio-monumento construído como marco representativo da Independência do Brasil, surgiu como um museu dedicado às ciências naturais. Ao longo das primeiras décadas de século XX, porém, a instituição foi sendo cada vez mais direcionada para o campo da história.

Tal direcionamento ocorreu a partir da gestão de Afonso d'Escragolle Taunay, iniciada em 1917 e finalizada em 1945, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil. Foi, porém, apenas durante a gestão do professor Ulpiano Bezerra de Meneses, ocorrida dentre os anos de 1989 e 1994, que o MP foi decisivamente definido enquanto instituição atuante no campo da disciplina

da história e da cultura material. Tal definição foi estabelecida por intermédio do desenvolvimento do Plano Diretor (PD) da instituição, implementado em 1990, por seu atual diretor.

Por meio do Plano Diretor, o Museu Paulista, para além de seu campo de atuação redefinido, e dentre outros tópicos, estabeleceu sua política de aquisição de acervo museológico. Sendo assim, o artigo 4.2 do PD afirma:

A especificidade do museu deriva do acervo, mas a especificidade do acervo deve derivar não de qualquer propósito taxonômico, mas de uma determinada problemática científica (no caso, histórica), que tal acervo permite cobrir. Por esta razão, o acervo tem que ter organicidade, coerência e amplitude e incluir, não “objetos históricos”, obrigatoriamente marcados por atributos particulares, mas quaisquer suportes materiais de informação pertinentes aos problemas históricos em causa. Daí porque a ampliação do acervo do Museu Paulista deverá ser desenvolvida apenas nos quadros da pesquisa em torno dos três eixos propostos (item 3) e terá que assumir postura ativa, quer na coleta de campo, quer na indução de doações (com a caracterização explícita das categorias de interesses institucional).

Os três eixos aos quais o trecho acima se refere dizem respeito às três linhas de pesquisa da instituição, definidos também pelo Plano Diretor. Estas linhas deveriam, a partir de então, funcionar como garantias de que a instituição conseguiria aprofundar os conhecimentos nos tópicos aos quais o MP deveria ser referência obrigatória: “Trata-se, não de impor camisa de força, nem de excluir legítimas opções individuais, mas de assegurar meios para que a instituição atinja os objetivos para os quais existe”. As três linhas são as seguintes:

- I. Quotidiano e sociedade (papéis sexuais, etários e enculturação)
- II. Universo do trabalho (pré- e proto-industrial)
- III. Imaginário (os vetores materiais do sentido).

O Plano Diretor, ao versar sobre a caracterização de um museu histórico, estabelece que “o Museu Paulista tem sido um repositório de “objetos históricos” (duplicados por um arquivo de “documentos históricos”), coletados ou recebidos segundo uma perspectiva positivística da História, que privilegiava eventos e figuras de exceção (além do valor estético)”. A nova política de acervo surgia, portanto, com o intuito de transformar a faceta do acervo institucional, e, conseqüentemente, o *modus operandi* das demais atividades da curadoria.

Consideramos que tanto a política de aquisição de acervo, quanto outros tópicos abordados no Plano Diretor, manifestam concepções compartilhadas por determinados movimentos intelectuais fundamentais no desenvolvimento metodológico da História e da Museologia em meados do século XX. Tais movimentos ficaram conhecidos na bibliografia pelas denominações de Nova História e Nova Museologia. Heloisa Barbuy e Sheila Walbe Ornstein, sobre tais aproximações, afirmam:

Um dos fatores que a esse processo [de redirecionamento ocorrido em 1990] foi o desenvolvimento da própria área de história, que caminhou para tendências que privilegiaram novos aspectos, novos objetos de estudo e novas fontes documentais. Desde a primeira metade do século XX, foi sendo abandonada a



chamada história factual, que destacava grandes fatos e personagens, em favor de uma noção de processo histórico e de uma história coletiva, vivida na longa duração. Estas tendências começaram a chegar aos museus de história. No Museu Paulista, estavam implícitas no plano diretor de 1990, formulado pelo professor Ulpiano T. Bezerra de Meneses.

Também naquele momento, antes de 1989, a instituição já expressava uma tendência à renovação, que se pode apreender em novas temáticas expositivas e na busca de inserção nos debates internacionais no campo dos museus. Esta tendência, entretanto, ia mais na direção do que se poderia sintetizar pelo termo “museologia”, mais voltada para preocupações com a “dessacralização dos museus” e sua democratização, para uma maior aproximação com diferentes públicos e uso pelas comunidades que os cercavam.

Antes de adentrarmos especificamente em certas características destes dois movimentos devemos pontuar também que a existência do Plano Diretor já constitui um importante diálogo do Museu Paulista com discussões e políticas contemporâneas internacionais. O Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946, foi responsável por incentivar de maneira fundamental as discussões em torno de políticas de uniformização das práticas das instituições museológicas.

Dentre as diversas iniciativas do ICOM, cabe citarmos a publicação de normativas que estabeleceram parâmetros e direcionamentos para a atuação dos profissionais atuantes nos diversos setores dos museus, em especial as primeiras normativas oficiais do ICOM, o *Ethics of Acquisition* (EA), publicado em 1970, e a primeira versão do *Code of Professional Ethics* (CPE) de 1986.

Retornando nosso foco para as relações estabelecidas entre o Plano Diretor do Museu Paulista e os movimentos da Nova História e da Nova Museologia, devemos precisar que, dentre os diversos pontos essenciais que caracterizam tais movimentos, é perceptível no documento do MP o empenho em alargar a concepção de objeto museológico e de fonte documental e também a problematização do conhecimento histórico.

Tanto o movimento da Nova História quanto o movimento da Nova Museologia foram muito importantes na ampliação da noção, respectivamente, de fonte histórica e objeto museológico. No âmbito da História, os historiadores ligados a tal movimento esforçaram-se por defender que não apenas as fontes textuais oficiais fossem consideradas dignas de confiança por parte dos historiadores, e sim que qualquer objeto possa ser manipulado com vistas a propiciar o encaminhamento de problemas históricos. Devemos considerar também que tal corrente de pensamento foi muito importante para a ampliação dos temas de estudo por parte dos historiadores.

No âmbito da museologia, e do patrimônio cultural como um todo, a Nova Museologia foi responsável por erigir uma compreensão alargada de patrimônio, na qual todo objeto fruto da cultura material das sociedades tem a possibilidade de tornar-se parte do patrimônio e memória nacionais. Podemos notar no Plano Diretor do Museu Paulista também uma noção dilatada de instituição museológica, sendo que neste documento foram reconhecidas as várias facetas destas entidades: “O conhecimento científico não é o único alvo do museu, que também se apresenta como espaço de fruição estética, de criação lúdica, de exercício de afetividade”.

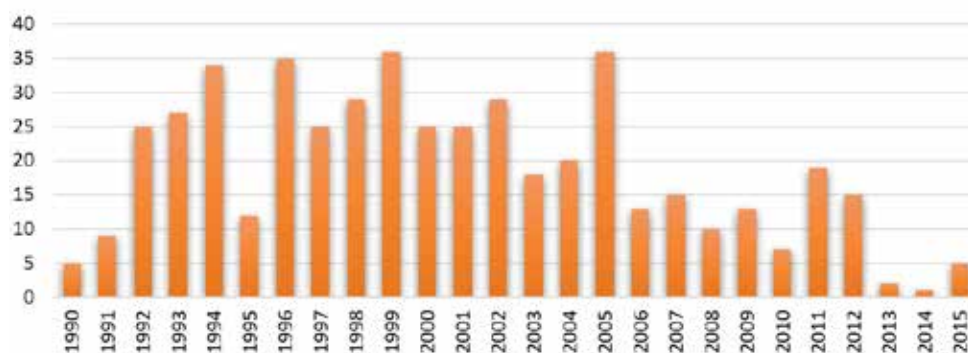
Após estas breves considerações sobre alguns tópicos presentes no Plano Diretor nos atentemos daqui em diante nos dados obtidos acerca da aquisição de acervo museológico pelo Museu Paulista no período de 1990 a 2015. Incumbe-nos informar, primeiramente, que estes dados foram obtidos a partir do exame das cartas de doação, dos processos de aquisição de acervo por compra direta e dos relatórios anuais do MP.

### Práticas de aquisição de acervo: tipologias e justificativas

Ao longo da pesquisa sobre as aquisições de acervo museológico efetuadas pelo Museu Paulista foram localizadas referências à 509 processos de doação e 108 processos de compra direta. No gráfico abaixo podemos notar um crescimento expressivo das doações no início da década de 1990, atingindo-se picos nos anos de 1999 e 2005; após 2006, o número de doações cai drasticamente, mantendo-se em menos de 15 doações por ano até 2010.

Figura 1

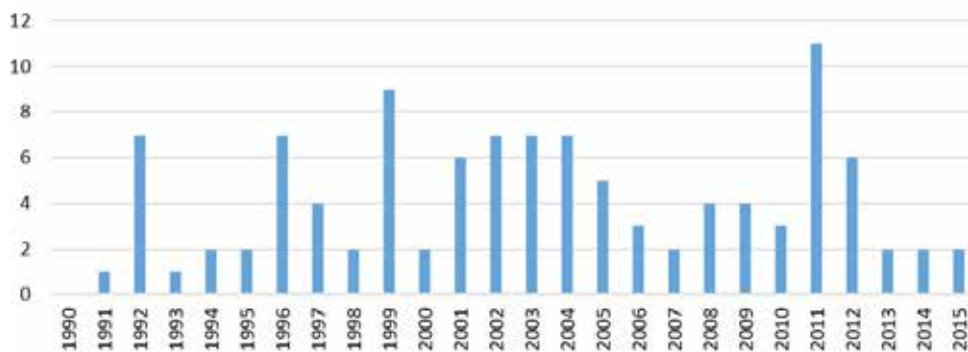
Gráfico do número anual de processos de aquisição de acervo por doação (1990-2015).



Fonte: Produzido pelo autor, 2018.

Figura 2

Gráfico acerca do número anual de processos de aquisição de acervo por compra (1990-2015).



Fonte: Produzido pelo autor, 2018.

O gráfico acima apresenta o número de processos de aquisição por compra empreendidos na instituição. Diferentemente das doações, as compras não apresentam uma estabilidade, e sim

uma volatilidade acentuada ao longo do período investigado. Dentre outros fatores para tal situação, podemos relacionar o fato de que os conjuntos documentais adquiridos por compra, geralmente, constituem-se de um número maior de objetos; devemos considerar também que o processo de aquisição por compra mostra-se muito mais burocrático devido às exigências da reitoria da USP.

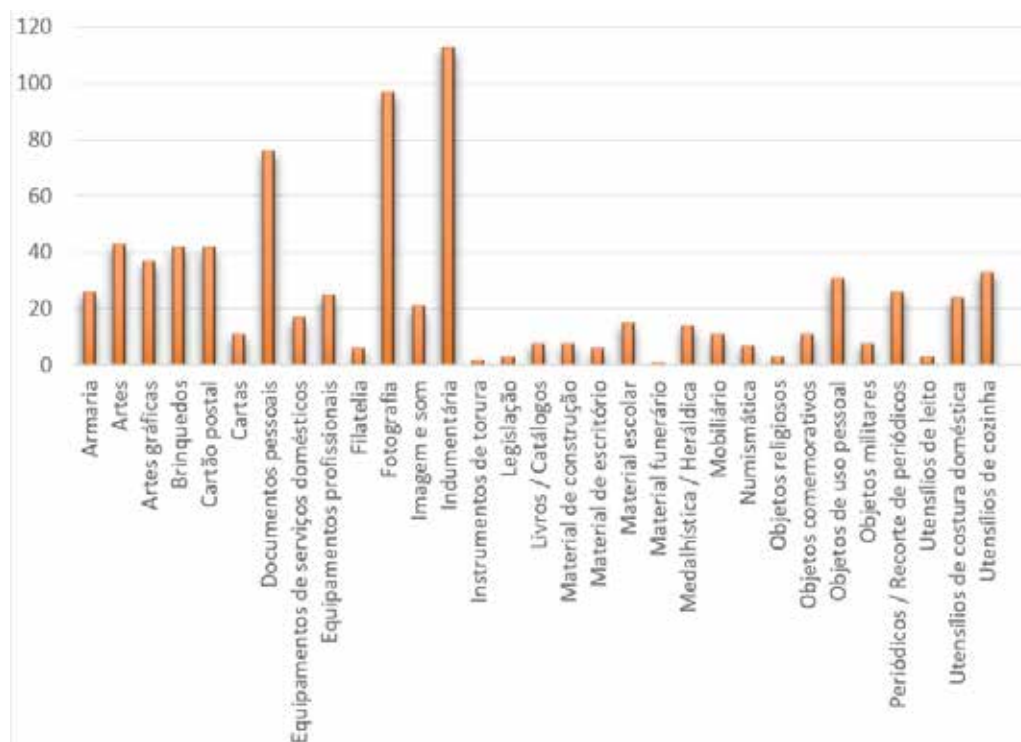
Para além do número de doações e compras localizado a partir da documentação consultada, nosso trabalho focou nas seguintes facetas dos processos: seu trâmite, seus agentes envolvidos – os doadores e proponentes de vendas são pessoas físicas ou jurídicas? -, as tipologias de acervo presentes nos conjuntos e as justificativas que embasaram as aquisições. Dado o caráter limitado deste texto, iremos focar, daqui em diante, nos últimos dois aspectos citados.

As tipologias predominantes nas coleções doadas referem-se a itens ligados à indumentária, fotografia e documentos pessoais, seguidos de artes e cartões postais. Estes dados apontam tanto para uma valorização das fontes iconográficas e de itens relacionados à âmbitos ordinários da vida social.

Com relação às tipologias acrescidas pelos processos de compra, de maneira decrescente, podemos notar que as fotografias, os objetos relacionados ao campo da Medalhística e da Heráldica, utensílios de cozinha, cartões postais e documentos ligados ao campo das artes gráficas foram os que mais mostraram-se presentes. Da mesma forma com o que acontece nas doações, nos processos de aquisição por compra também foram priorizadas fontes de cunho iconográfico e objetos de uso cotidiano.

Figura 3

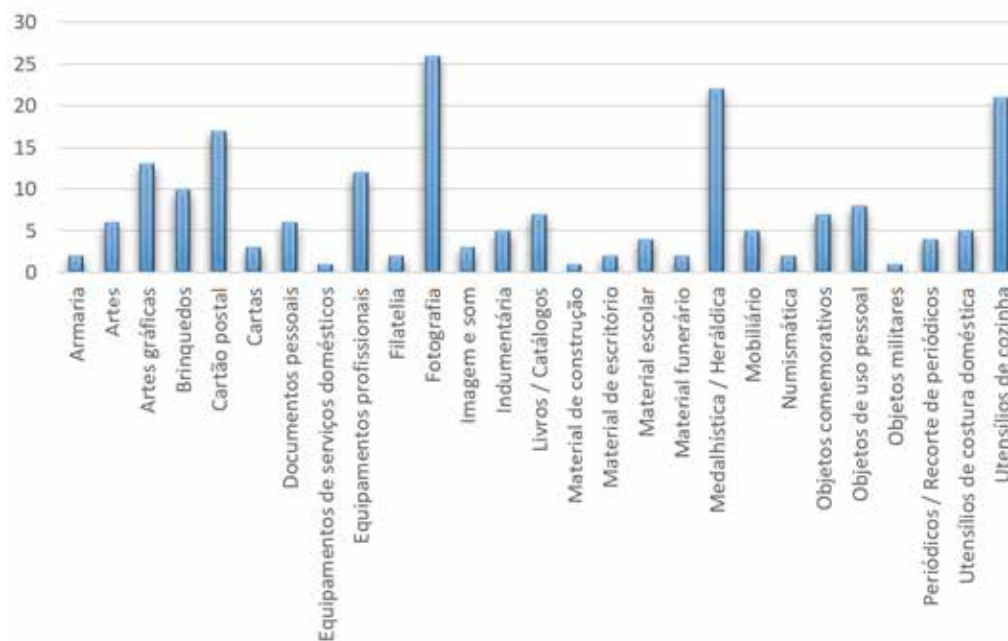
Gráfico da tipologia de acervo incorporado por doação (1990-2015).



Fonte: Produzido pelo autor, 2018.

Figura 4

Gráfico acerca da tipologia de acervo incorporado por compra (1990-2015).



Fonte: Produzido pelo autor, 2018.

Quando nos atentamos às justificativas que fundamentaram as aquisições de acervo entre 1990 e 2015, tanto para as doações quanto para as compras, notamos que as linhas de pesquisa Cotidiano e Sociedade e História do Imaginário foram as mais citadas na documentação. Especificamente acerca das doações, os projetos de pesquisa mais citados nos laudos técnicos foram o projeto Banco de Dados Iconográficos, os projetos de pesquisa ligados ao Movimento Constitucionalista de 1932, ao espaço doméstico, ao estudo de retratos e do âmbito educacional.

Nos laudos técnicos dos processos de aquisição por compra os projetos mais citados foram aqueles ligados ao espaço doméstico, ao projeto de pesquisa O Morar Paulistano, ao estudo de história urbana, de retratística e de elementos que caracterizam distinções de gênero.

É interessante apontarmos que, nas justificativas, há poucas referências, quando enxergadas em perspectiva, à temas clássicos para a história de São Paulo. Pelo caráter do Museu Paulista, é compreensível que haja alusões, por exemplo, ao Movimento Constitucionalista de 1932, ao movimento da Independência do Brasil e ao ciclo econômico do café. Porém, apenas a ação armada da década de 1930 consta como um dos temas mais recorrentes atrelados aos objetos e conjuntos adquiridos.

Devemos salientar também que pesquisadas relacionadas ao ambiente doméstico foram responsáveis por inúmeras aquisições de acervo. Tais aquisições foram realizadas visando inúmeros aspectos do âmbito privado, tais como socialização, educação e trabalho. Neste sentido, nos cabe enfatizar também que a problemática da distinção de gênero foi muito referenciada nos processos de aquisição.

### Considerações finais

Quando um objeto ou qualquer outro suporte documental torna-se item de um acervo museológico, ele adquire novos sentidos e significados na esfera pública. Sua valoração, portanto, procede de sua capacidade de propiciar determinadas inferências acerca da cultura material e das relações sociais de dada sociedade. O objeto torna-se fonte para a pesquisa e para o encaminhamento de problemas históricos.

Investigar as políticas e práticas de aquisição de acervo mostra-se, conseqüentemente, uma oportunidade essencial para compreendermos os conceitos que baseiam tais ações e as trajetórias institucionais. A pesquisa realizada sobre a aquisição de acervo pelo Museu Paulista nos propiciou a identificação das referências presentes no momento de estabelecimento da política de aquisição de acervo e nos processos de aquisição consecutivos.

Fundamentalmente, foi possível, dentre outros aspectos, notarmos o empenho do corpo funcional do Museu Paulista em ampliar os objetos de pesquisa da instituição, no que se refere tanto às suas tipologias quanto aos grupos sociais a que estão relacionados. O MP mostra-se, desde o início da década de 1990, não mais centrado essencialmente em circunstâncias e temáticas ligadas à elite política e econômica do estado de São Paulo e sim, de forma crescente, nos mais diversos grupos que compõem o tecido social paulista.

## O projeto do IDART e a trajetória de suas coleções

Andréa Andira Leite  
deinha.andira@gmail.com

### Resumo

Criado em 1975, na Prefeitura de São Paulo, o Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART) organizou importantes coleções de arte para a cidade. Embora o Departamento tenha se tornado conhecido pela inovação do seu Centro de Pesquisa (Centro de Documentação e Informação sobre Arte Brasileira Contemporânea), pretendemos demonstrar que ele se constituiu numa instituição muito mais complexa, que previa o desenvolvimento de coleções já existentes. Para tanto, apresentaremos o projeto que deu origem ao IDART, os antecedentes institucionais que serviram de base para o estabelecimento de suas matrizes conceituais, bem como a contribuição de diferentes intelectuais que estiveram envolvidos em sua concepção, com destaque para o papel preponderante desempenhado pela escritora, curadora e crítica de arte Maria Eugênia Franco. Iremos também detalhar as atividades do Centro de Pesquisa, ressaltando o caráter pioneiro das metodologias e das rotinas de trabalho adotadas. A ideia é evidenciar o modo como o IDART buscou conjugar as funções de centro de documentação às atribuições de uma instituição museológica, no que se refere à formação de coleções e difusão de conhecimento por meio de publicações e exposições didáticas.

**Palavras-chave:** Arte brasileira, coleção de arte, documentação artística, IDART, Maria Eugênia Franco.

Esta comunicação focalizará um recorte da minha pesquisa do mestrado em museologia, concluído em julho do ano passado (2017), sob o título “A experiência do Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART) em São Paulo: uma revisão crítica”.

Apresentarei, portanto, o projeto do IDART, realizado em 1975 durante a gestão do prefeito Olavo Setúbal e do secretário de cultura Sábato Magaldi, bem como o legado por ele deixado para a cidade de São Paulo.

A sua criação foi uma iniciativa inédita na área de pesquisa e documentação de arte contemporânea. Idealizado por Maria Eugênia Franco, reconhecida escritora, bibliotecária, curadora e crítica de arte, o Departamento foi elaborado como parte do projeto de reformulação da recém-criada Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, que dividiu o então Departamento do Patrimônio Artístico-Cultural em dois outros: o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e o Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART).



De acordo com a sua lei de criação, ao IDART competiam as seguintes atribuições:

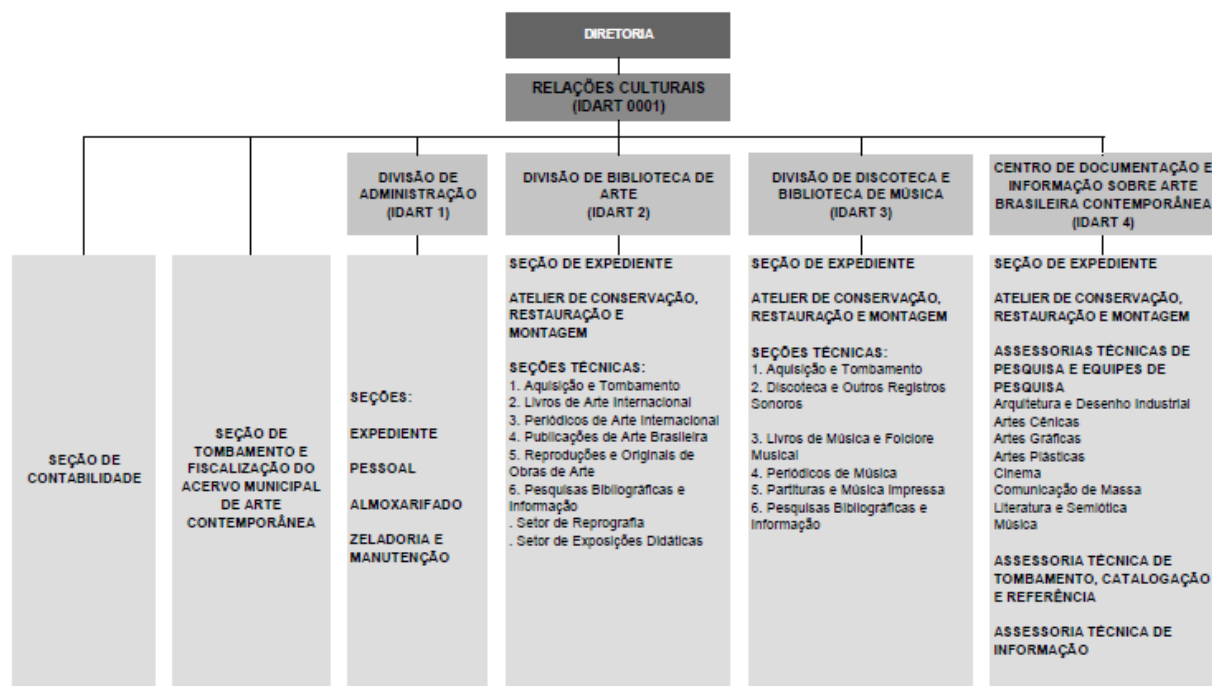
- I – Proceder ao levantamento, cadastro, tombamento, conservação e fiscalização de obras de arte de suas várias especializações, pertencentes a dependências de seus próprios órgãos, situadas em logradouros ou colocadas em edifícios públicos municipais, para fins de ornamentação;
- II – Organizar e manter atualizados arquivos documentários da arte brasileira, abrangendo todos os ramos de suas especializações, de modo a possibilitar a pesquisa, o estudo e a utilização reprográfica desses materiais;
- III – Organizar e manter atualizadas bibliotecas que reúnam livros, álbuns, periódicos e outras publicações de arte brasileira e internacional, nos vários campos de suas especialidades;
- IV – Administrar e supervisionar as atividades culturais, técnicas e burocráticas das unidades a ele subordinadas;
- V – Promover a edição de uma revista de artes e outras publicações nas várias especialidades do Departamento<sup>1</sup>.

Vale ressaltar que, ao projetar o IDART, Maria Eugênia Franco decidiu pela incorporação de dois organismos preexistentes ao novo Departamento. Com isso, Maria Eugênia pretendia dar melhores condições para a ampliação e a manutenção desses acervos. Apresento um breve relato a respeito da criação dessas duas coleções que constituíram parte do IDART.

As três principais divisões técnicas eram responsáveis pela constituição, desenvolvimento e difusão de acervos especializados. A seguir falarei brevemente sobre cada uma delas.

### Imagem 1

#### Organograma elaborado a partir da versão final do projeto do IDART.



Fonte: Andréa Andira Leite, 2017.

1 São Paulo (cidade). Lei 8.252, art. 2º, de 20 de maio de 1975. Dispõe sobre a criação do Departamento de Informação e Documentação Artísticas e dá outras providências. Diário Oficial do Município, 21 de maio de 1975.

### **Divisão de Bibliotecas de Artes (antiga Seção de Arte da Biblioteca Pública Municipal)**

A Seção de Arte da Biblioteca Pública Municipal foi inaugurada em 1945 sob a denominação oficial de Serviço de Belas Artes. Sérgio Milliet, então diretor desta que era a maior e principal biblioteca pública da cidade de São Paulo, foi o responsável pela viabilização do projeto, indicando a funcionária Maria Eugênia Franco para o cargo de direção.

O principal objetivo da criação da Seção de Arte foi preservar os livros de arte, que “[...] começavam a ser objeto de vandalismo, apresentando reproduções arrancadas e outros estragos, já que essa coleção fazia parte do acervo geral da Biblioteca, fundada em 1925”<sup>2</sup>.

A Seção de Arte acolheu um projeto preexistente naquela Biblioteca, a Mapoteca, ou seja, o antigo Serviço de Gravuras, Documentos, Manuscritos e Mapas. Já acervo artístico teve início em 1936, quando Rubens Borba de Moraes, então diretor da Biblioteca, adquiriu 35 desenhos de Rugendas.

A partir da criação da Seção de Arte, o acervo especializado em arte foi separado do acervo geral daquela Biblioteca e logo se transformou num importante documentário sobre arte brasileira, um trabalho de natureza incomparável no país até aquele momento. Tal acervo reuniu temas como história da arte, estética, urbanismo, arquitetura, escultura, cerâmica, gravura, desenho, decoração, mobiliário, pintura, fotografia, cinema, música, teatro e dança e se caracterizou pela reunião de livros, revistas, catálogos, reproduções e obras de arte originais de artistas como Aldo Bonadei, Antonio Bandeira, Cândido Portinari, Clóvis Graciano, Ernesto De Fiori, Flávio de Carvalho, Marcelo Grassmann, Tarsila do Amaral, entre outros.

#### **Imagem 2**

**Seção de Arte, 1945, com obras originais do acervo expostas nas paredes.**



**Fonte:** Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

2 ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Por uma rearquitetura dos serviços de informação em arte na cidade de São Paulo. 1998. 365 p. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.35.

Assim, a Seção de Arte configurou-se como o primeiro acervo público de arte moderna brasileira. O ensino e a divulgação eram os principais eixos orientadores dos trabalhos da Seção de Arte, práticas que condiziam com o ideário modernista que vigorava no ambiente da intelectualidade da capital paulista naquele momento.

### **Divisão de Biblioteca e Discoteca de Música (antiga Discoteca Pública Municipal)**

A Discoteca Pública Municipal havia sido criada em 1935, pelo então diretor do Departamento de Cultura, Mário de Andrade, que escolheu a ex-aluna, poetisa, musicóloga e folclorista, Oneyda Alvarenga (1911-1984) para a sua organização e direção. O intuito era que o local servisse para pesquisa e aprimoramento de estudos, contribuindo para a formação de músicos em São Paulo, o que também evidenciava o caráter educativo da instituição, criada sob a já mencionada marca do projeto modernista para o Departamento de Cultura.

#### **Imagem 3**

**Mário de Andrade, Oneyda Alvarenga e Silvio Alvarenga.**



Fonte: Acervo IEB/USP (site), 2017.

## Imagem 4

Atual Discoteca Oneyda Alvarenga no Centro Cultural São Paulo.



Fonte: CCSP (site), 2017.

A trajetória da Discoteca Pública foi marcada por períodos de carência, e em 1975, ela foi incorporada ao recém-criado IDART como medida para melhorar as condições de funcionamento e acesso à coleção.

Hoje, o acervo da então Discoteca Oneyda Alvarenga, é formado por livros, discos e partituras adquiridos e conservados desde a fundação da instituição. Há, ainda, o acervo histórico, constituído de documentos, objetos, discos, mobiliários, filmes e fotografias.

### Centro de Documentação e Informação sobre Arte Brasileira Contemporânea

A atuação do Centro de Documentação e Informação sobre Arte Brasileira Contemporânea, o Centro de Pesquisa, ganhou uma considerável proeminência em São Paulo, o que fez com que ele fosse confundido com o próprio IDART em sua totalidade. A sua trajetória foi marcada por vários momentos de instabilidade institucional, causada talvez, pela complexidade e abrangência de sua atuação, o que teria dificultado o estabelecimento de um perfil institucional claro. Também considero que essa complexidade foi a maior responsável pela incompreensão sobre os conceitos que nortearam a sua proposta de atuação por parte do poder público.

A ele foi atribuída a responsabilidade pela pesquisa e documentação sobre arte brasileira contemporânea produzida e/ou veiculada na cidade de São Paulo, assim como pela divulgação e difusão dos seus resultados, por meio da realização de exposições didáticas, de publicações e da disponibilização do acervo documental para a consulta pública.

É indispensável ressaltar que uma das principais propostas do Centro de Pesquisa era o registro das manifestações artísticas não convencionais, efêmeras ou fora do sistema institucionalizado da arte. Incluíam-se nesta categoria os happenings, as performances, os graffitis, espetáculos teatrais e musicais, as intervenções urbanas, outras modalidades de arte de rua não catalogadas. Ao observar tal demanda, em ascensão naquele momento, é possível considerar que o Centro de Pesquisa produziu um acervo documental composto por registros e referências que abarcam aquilo que depois veio a ser caracterizado como cultura imaterial.

Observo que o Centro de Pesquisa buscou atualizar-se no campo da arte contemporânea de forma bastante próxima a dos museus com a mesma temática, não apenas na atividade de documentar e registrar as novas práticas artísticas, mas também na problematização de como deveria fazê-lo. Além disso, determinadas atividades da instituição, contaram com a coleta de elementos constitutivos dessas práticas artísticas.

A documentação coletada pelo Centro de Pesquisa, assim como a maior parte do material produzido a partir das pesquisas que se seguiram, foi reunida no Arquivo Documental, posteriormente denominado Arquivo Multimeios, e foi composta por entrevistas, fotografias, filmes, slides e documentos textuais inéditos.

O projeto de publicações do Centro de Pesquisa gerou doze títulos da coleção denominada Cadernos, onze títulos da Coleção Pesquisa, anuários, catálogos e títulos avulsos. Tais publicações tinham uma tiragem de 2000 exemplares e eram distribuídas a instituições culturais do país.

O seu principal diferencial esteve no fato de ser um organismo da ação, não somente uma instituição recolhadora, mas produtora de documentos e fomentadora da reflexão sobre a produção artística contemporânea na cidade de São Paulo.

### Imagens 5 e 6

#### Folhetos de exposições realizadas pelo Centro de pesquisa do IDART.



Fonte: Arquivo Multimeios/CCSP.

Atualmente o acervo conta com mais de 900.000 documentos em variados suportes, entre eles negativos, contatos, ampliações, cromos, diapositivos, microformas, fitas sonoras, filmes, vídeo-tapes, audiovisuais, catálogos, programas, folhetos, press-releases, convites, cartazes, fotos publicitárias, roteiros, scripts, mapas, plantas, textos de pesquisas, livros de artista e outras obras de arte não convencionais.

### Imagem 7

#### Algumas tipologias documentais do Arquivo Multimeios: programa, filme super-8, contatos e ampliação.



Fonte: Morelatto, Mantovani e Lovizio (2007).

Em 1982, já na gestão do prefeito Reynaldo de Barros e do secretário de Cultura Mário Chamie, o IDART foi absorvido pela estrutura do recém-criado Centro Cultural São Paulo, transformando o antigo Centro de Pesquisa na sua Divisão de Pesquisas. A antiga instituição começou a sofrer perdas a partir da sua transferência física para as dependências do Centro Cultural São Paulo, ocorrida apenas em 1992. A antiga gráfica do IDART, por exemplo, passou a realizar serviços relativos à demanda de divulgação dos eventos do novo espaço, deixando de ter disponibilidade para realizar os trabalhos referentes à produção da nova Divisão de Pesquisas. Durante mais de dois anos, o acervo do Arquivo Multimeios permaneceu sem instalação adequada para o seu acondicionamento e guarda. Foi somente em 1995 que o setor conseguiu viabilizar a construção da reserva técnica climatizada que atualmente abriga o acervo. A nova Divisão de Pesquisas despreendeu-se das antigas divisões do Departamento, ou seja, a Divisão de Biblioteca de Arte e a Divisão de Biblioteca e Discoteca de Música, cujas coleções também se encontram sob a guarda do Centro Cultural São Paulo<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Livros de arte e obras raras da antiga Seção de Arte permaneceram salvaguardados pela Biblioteca Municipal Mário de Andrade.



A pesquisa permitiu traçar o organograma do IDART, o que possibilitou-me compreender o quão complexa foi a sua proposta, e conseqüentemente sua estrutura, tendo em vista que o projeto foi pensado como parte relevante de uma nova política cultural para a cidade de São Paulo. A integração da Discoteca Pública e da Seção de Arte ao novo Departamento evidenciou que os ideais imbuídos na sua formulação ainda mantinham vínculos com os ideais de criação do Departamento de Cultura nos anos 1930.

Foi possível concluir, no entanto, que o caráter inovador do projeto esteve relacionado à criação do Centro de Documentação e Informação sobre Arte Brasileira Contemporânea, o chamado Centro de Pesquisa do IDART.

A partir do levantamento das ações empreendidas pelo IDART, foi possível constatar que elas aproximam a atuação do Departamento do campo museológico, o que redefine a ideia corrente de que o Departamento seria apenas um centro de documentação. A existência da coleção de obras originais formada pela antiga Seção de Arte, aliada a algumas tipologias do Arquivo Multimeios que, a meu ver, se configuram como obras de arte não convencionais, colaboram para consolidar essa interpretação.

## Os “Cultos de Mistério” e a releitura cognitiva da dinâmica ritual greco-romana

Thales M. M. Silva

Mestrado em Ciência da Religião  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
thalesmms@gmail.com

### Resumo

A genealogia das abordagens cognitivas para o comportamento humano inclui, entre outras, a teoria linguística de Noam Chomsky; a análise estrutural de dados etnográficos, por parte de Claude Lévi-Strauss; a proposta programática de Stewart Guthrie para uma Antropologia Cognitiva da Religião; e o inovador estudo antropológico-cognitivo de Harvey Whitehouse. Uma vez que as evidências históricas, assim como as etnográficas, representam produtos das mentes humanas, as teorizações empiricamente testáveis propostas por cientistas cognitivos fornecem insights que podem auxiliar historiadores a “conectar os pontos” dos registros materiais e textuais, com os quais trabalham, com uma convicção maior do que aquela, comumente, observada em sua disciplina. Intuições advindas das ciências cognitivas a respeito da dinâmica do sistema ritual greco-romano, por exemplo, proporcionam uma instrutiva ilustração desse novo campo de empreitada historiográfica. Sob uma perspectiva cognitivista, as raras, porém intensas, práticas dos grupos iniciatórios antigos complementavam os costumes rotineiros das sociedades em larga escala nas quais estavam inseridas e produziam um equilibrado sistema ritual que pode ter dado fisionomia à diversidade de mentalidades que povoou o mundo greco-romano. Em outras palavras, uma abordagem cognitiva pode ajudar historiadores na organização e integralização de seus, confusos, dados, em teorizar a significância de suas, muitas vezes ambíguas, fontes e até mesmo inferir a respeito das mentalidades passadas.

**Palavras-chave:** Cultos de Mistério, História Antiga, Arqueologia, Ciências Cognitivas

Uma vez que as evidências históricas, assim como as etnográficas, representam produtos das mentes humanas, as teorizações empiricamente testáveis propostas por cientistas cognitivos - que procuram mapear traços inatos comuns às funções mentais do *Homo sapiens* - fornecem insights que podem auxiliar historiadores a “conectar os pontos” - fragmentados, incompletos e, até mesmo, contraditórios - dos registros materiais e textuais, com os quais trabalham, com uma convicção maior do que aquela, comumente, observada em sua disciplina. As práticas e crenças religiosas compõem um dos primeiros domínios no qual a interação entre os estudos da cognição humana e a História está sendo examinada. Cada vez mais bem articuladas teorias acerca dos comportamentos e da transmissão das ideias religiosas têm nos auxiliado em uma maior compreensão

dos fundamentos cognitivos, bem como processos culturais e sociais que intermediam práticas e preceitos religiosos. Nesse contexto, ao passo que hipóteses teóricas e descobertas laboratoriais das ciências cognitivas estão sendo aplicadas às religiões modernas, simultaneamente, as primeiras tentativas de empregar teorias cognitivas contemporâneas no estudo das práticas religiosas do passado esboçam as promessas e, possíveis, oportunidades de uma coordenação entre as ciências cognitivas e os estudos históricos.

Embora, desde os anos de 1980, várias teorias cognitivas tenham, progressivamente, sido aplicadas no estudo histórico das religiões, a teoria dos modos divergentes de religiosidade, proposta pelo antropólogo britânico Harvey Whitehouse, obteve um apelo particular entre historiadores e estudiosos da antiguidade.<sup>1</sup> Whitehouse propôs uma explicação generalizável para a dinâmica e a transmissão de dois movimentos religiosos que ele encontrou durante seu trabalho de campo, realizado entre o povo Barning em Papua Nova Guiné entre 1987 e 1989: um movimento religioso relativamente estável e um grupo dissidente que se separou dele.<sup>2</sup> Segundo o argumento de Whitehouse, a conservação e transmissão de qualquer conhecimento religioso envolve, necessariamente, a dinâmica universal da memória humana. As formas pelas quais diferentes sistemas mnemônicos são ativados na transmissão de instruções, conclui Whitehouse, resultam em formações históricas que se enquadram em uma divergência previsível de escalas e estruturas sociopolíticas. Com base na distinção entre memória episódica (a coleção de experiências pessoais passadas que ocorreram em um determinado momento e local) e semântica (a qual, ao contrário da memória episódica, não é pessoal - sendo partilhada por todos os falantes de uma língua - e se refere aos significados, compreensão e a todas as formas de conhecimento baseadas em conceitos), Whitehouse propõe dois estilos diferentes para a codificação, transmissão e associação política religiosa, que, supostamente, se veriam presentes em todas as culturas humanas, tanto sincrônica quanto diacronicamente.

As “tradições imagísticas” referem-se a um dos modos divergentes de religiosidade propostos por Whitehouse para a descrição da dinâmica de sociedades de pequena escala, como as representadas pelo grupo dissidente da Nova Guiné por ele estudado. É importante enfatizar, no entanto, que o termo “imagístico” não se refere, nas hipóteses de Whitehouse, a tradições que lidam com imagens, como é o caso da maioria das religiões. Em vez disso, o modo imagístico de religiosidade, conforme o descrito pelo autor, refere-se a uma convergência de preceitos e práticas que são transmitidos por meio de rituais realizados de forma infrequente, mas sensorialmente intensa, entre grupos de pequena escala, cujas relações interpessoais são publicamente visíveis. A saliência emocional de tais ritos atua na evocação de um conhecimento analógico ou “revelador” que é desencadeado por uma lembrança episódica compartilhada entre seus sujeitos rituais, que fornece, por sua vez,

1 WHITEHOUSE, H., MARTIN, L. *Theorizing Religions Past: Archaeology, History, and Cognition*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004; MARTIN, Performativity, Discourse and Cognition: “Demythologizing” the Roman Cult of Mithras. In: BRAUNN, W. (org.). *Rhetoric and Reality in Early Christianity*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2005.

2 WHITEHOUSE, *Inside the Cult: Religious Innovation and Transmission in Papua New Guinea*. New York: Oxford University Press, 1995.

um foco para suas reflexões exegéticas individuais. As recordações relativamente detalhadas acerca dos indivíduos que se encontravam envolvidos e compartilharam desses rituais reforçam, assim, sua coesão grupal, enquanto os significados pessoais, associados ao conhecimento religioso produzido pela modalidade imagística, mitigam sua disseminação além dos confins desse grupo.<sup>3</sup>

Por outro lado, Whitehouse identifica um “modo doutrinal de religiosidade” que está associado a uma transmissão e afirmação generalizada de um conjunto comum de crenças expressas, convincentemente, sob forma narrativa, que permitem a construção de comunidades em grande escala, cuja afinidade grupal se dá de forma anônima. A fim de manter certo grau de coerência para os, frequentemente complexos, conjuntos distribuídos de crenças e ensinamentos, característicos desta modalidade, faz-se necessário a emergência ou estabelecimento de alguma autoridade centralizada ou institucionalizada. Representantes oficiais de tais órgãos ou instituições autorizadas podem, então, transmitir suas doutrinas a convertidos e seguidores por meio de instruções rotineiras e revisões regulares. Tal repetição pedagógica codifica o conhecimento adquirido no sistema de memória semântica daqueles sujeitados a esses rituais, o que torna tal instrução passível de ser recordada como roteiros formalizados e compartilhados por meio dos quais as vidas daqueles que a partilham podem ser organizadas coletivamente e, assim, facilitando sua ampla disseminação.

Se confirmada, então, a teoria dos modos divergentes de religiosidade poderia fornecer aos historiadores das religiões um valioso suporte para a explanação da transmissão e diversidade religiosa, em termos gerais. Intuições a respeito da dinâmica do sistema ritual greco-romano, por exemplo, proporcionam uma instrutiva ilustração dessa promissora forma de empreitada historiográfica.

Embora a modalidade doutrinal, teoricamente, possa ser encontrada em contextos não-letrados, trata-se de algo mais comumente característico de sociedades literatas ou daquelas por elas influenciadas. Logo, esse processo reiterativo de codificação parece se aplicar bem aos ritos sacrificiais, centrais ao sistema religioso oficial de Roma.<sup>4</sup> A religião oficial romana se caracterizava pela frequente repetição de rituais cuja conduta era supervisionada por uma hierarquia de autoridades político-religiosas: domesticamente pelo *pater familias* (a posição masculina do chefe de família), socialmente pelo *magister* (presidente) dos *collegia* (associações religiosas) e a nível estatal pelos sacerdotes públicos. De fato, a partir do ano de 12 a.C., todas as práticas “fixas e formais” dos cultos latinos se tornaram sujeitas à regulamentos precisos e prescritos<sup>5</sup>, controlados pela “sabedoria dos *pontífices*”<sup>6,7</sup>. Tais reiterações rituais cuidadosamente prescritas possuíam a função cognitiva de co-

3 WHITEHOUSE, *Arguments and Icons: Divergent Modes of Religiosity*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

4 GRIFFITH, A. The Imagistic Modes in Roman Religion: National Catastrophe and Religious Response in the Second Punic War. In: MARTIN, PACHIS, P. (orgs.). *Imagistic Traditions in the Graeco-Roman World*. Thessaloniki: Vaniias, 2009.

5 PLINY. *Natural History: Books 28-32*. Cambridge: Harvard University Press, 1963, 28.11.

6 Na antiguidade clássica, membros do mais ilustre corpo de sacerdotes da religião romana, o *Colégio de Pontífices* (Cf. SCHMITZ, L. Pontifex. In: SMITH, W. (org.). *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*. Londres: John Murray, 1875).

7 MAXIMUS, Valerius. *Memorable Doings and Sayings: Books 1-5*. Cambridge: Harvard University Press, 2000, 1.1.1a-b.

dificar valores oficiais de “romanidade” na memória semântica de seus praticantes. Efetivamente, tais condutas, historicamente roteirizadas e oficialmente regidas, eram prontamente replicáveis e, conseqüentemente, estavam facilmente dispostas à serem amplamente difundidas, não apenas diacronicamente, mas por toda a extensão do Império Romano. Porém, com o passar do tempo, tais práticas repetitivas tenderam a se tornar convenções tediosas, requerendo um nível de opulência cada vez maior, a fim de reter a atenção de seus adeptos até que um limite efetivo para a restrição de seus recursos e respostas emocionais fosse atingido - momento no qual sua eficácia didática começou a diminuir. Esse efeito limitador e subsequente deflação no sistema ritual da religião oficial romana, em associação com uma ortopraxia cada vez mais controlada e rotineira, pode ser encontrado nos registros histórico-arqueológicos desde o final do período republicano.<sup>8</sup>

Em contraste com os ritos repetitivos da religião oficial romana, e adequados às variáveis do modo imagístico de religiosidade, os cultos de mistério, documentados no Ocidente desde os princípios do século I d.C. (precisamente o período durante o qual as condutas rituais latinas foram oficialmente estabilizadas sob controle pontifical), iniciavam seus membros apenas uma vez ou - como no exemplo do mitraísmo - a cada grau iniciatório. A partir de representações de seus rituais de iniciação - como as preservadas no mitreu<sup>9</sup> de Capua Vetere - fica claro que tais ritos eram projetados para intrigar, humilhar e, até mesmo, ameaçar os iniciados ao alterar seus estados somáticos por meio da prática do jejum ou pela ingestão de álcool ou psicotrópicos, ao elevar sua vulnerabilidade cognitiva por meio da manipulação da luz e da escuridão e/ou de ruídos repentinos e sons rítmicos e por intermédio da exibição de máscaras e imaginários exóticos. Conforme já é sabido por neurocientistas e cientistas cognitivos, algumas técnicas psicológicas e somáticas incitam reações neuroquímicas previsíveis que podem ser experienciadas, de acordo com o contexto, como “religiosas” - conforme o argumentado pelo historiador das religiões Luther H. Martin, referindo-se, justamente, aos mistérios greco-romanos, e o proposto pelo historiador do mediterrâneo Daniel L. Smail, no que diz respeito à história humana, em termos gerais.<sup>10</sup> Tipicamente, tais experiências emocionalmente salientes acabam por se codificar no sistema de memória episódica dos indivíduos participantes, forjando um elo perene entre si e contribuindo com a estabilidade dos grupos locais.

Logo, apesar de, muito provavelmente, qualquer conhecimento conclusivamente formulado entre membros iniciados tenha permanecido intangível, uma forte noção de solidariedade grupal teria sido internamente produzida, dado que recordações episódicas tendem a enfatizar detalhes do cenário espaço-temporal que cerceia aqueles que, juntos, vivenciaram determinados eventos dramáticos.<sup>11</sup> Um senso ficcional de “parentesco e identidade”, comum à organização

8 LIVY. *History of Rome: Books 23-25*. Cambridge: Harvard University Press, 1940, 25.1-2.

9 No período clássico, templo subterrâneo erguido pelos adoradores do deus Mitra (Cf. BECK, Ritual, Myth Doctrine, and Initiation in the Mysteries of Mithras: New Evidence from a Cult Vessel. *Journal of Roman Studies*, v. 90, p. 145-180, 2000).

10 MARTIN. Aspects of “Religious Experience” among the Hellenistic Mystery Religions. *Religion & Theology*, v. 12, n. 3, p. 349-369, 2005; SMAIL, D. *On Deep History and the Brain*. Berkeley: University of California Press, 2008

11 TULVING, E. Episodic vs. Semantic Memory. In: WILSON, R., KEIL, F. (orgs.). *The MIT Encyclopedia of the Cog-*

social romana, de forma mais geral, pode, desse modo, ter se formado precisamente a partir da ausência de qualquer sistema extrínseco de instrução e resultado em uma perseverança dos mistérios como associações diminutas, autônomas e pessoais.<sup>12</sup> Em outras palavras, a atração dos mistérios pode, muito bem, ter estado nos efeitos cognitivos das ações rituais, neles presentes, e em suas consequências sócio-políticas em pequena escala, ao invés da possível comunicação e controle de qualquer tipo de corpus compartilhado de “conhecimento misterioso”.<sup>13</sup>

A inferência a respeito da autonomia local e variação entre as religiões de mistério é apoiada pela completa ausência de evidências para uma administração centralizada que possa ter controlado e monitorado sua ortodoxia ou ortopraxia - uma conclusão histórica acerca das características sociopolíticas de tais grupos que pode, então, ser confirmada e esclarecida por uma Historiografia Cognitiva. Sob uma perspectiva cognitiva, as raras, porém intensas, práticas dos grupos iniciatórios antigos complementavam os costumes rotineiros das sociedades em larga escala nas quais estavam inseridas e produziam um equilibrado sistema ritual que pode ter dado fisionomia à diversidade de mentalidades que povoou o mundo greco-romano. Em outras palavras, uma abordagem cognitiva pode ajudar historiadores na organização e integralização de seus, ambíguos, dados, em teorizar a significância de suas, muitas vezes dúbias, fontes e até mesmo inferir a respeito das mentalidades passadas, que, conforme o argumentado pelo historiador da antiguidade Chester G. Starr, “hão de ser o interesse necessário de toda historiografia”.<sup>14</sup>

Com essa conclusão (provisória) relativa à presença de modos (cada vez mais divergentes) de religiosidade durante a história religiosa romana, preocupações acerca de ulteriores exceções às previsões realizadas pelas teorizações de Whitehouse, no que diz respeito aos mistérios greco-romanos, podem, agora, ser abordadas. De fato, várias questões foram levantadas quanto à adequação de tal generalização teórica ao exame preciso de temas de complexidade histórica e, mais precisamente, ao trato com especificidades de causa imediata. Uma questão recorrente, estabelecida por historiadores das religiões, é a de se os dois modos de religiosidade são, ou não, “como óleo e água”, ou seja, “permanecem perceptivelmente separados como domínios operacionais” mesmo “quando ocorrem dentro de uma mesma tradição [histórica mais ampla]”.<sup>15</sup> Ou, ainda, se os elementos de ambas as modalidades podem, de fato, misturar-se ou interagir entre si, se manifestando, então, associadamente dentro da complexidade de formações históricas comuns. Dentro dessa temática, em suas considerações acerca do culto romano em honra ao deus Mitra, o historiador Roger Beck, por exemplo, argumentou que várias características “doutriniais” pontuais parecem ser características de um culto que, em aspectos gerais, aparenta estar de acordo com as previsões da modalidade imagis-

---

*nitive Sciences*. Cambridge: MIT Press, p. 278.

12 MARTIN, Akin to the Gods or Simply One to Another? Comparison with Respect to Religions in Antiquity. In: KLIMKEIT, H. (org.). *Vergleichen und Verstehen in der Religionswissenschaft*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1997, p. 147-159.

13 MARTIN, *Performativity, Discourse and Cognition*.

14 STARR, C. *A History of the Ancient World*. Oxford: Oxford University Press, 1965, p. 27.

15 WHITEHOUSE, Theorizing Religious Past. In: WHITEHOUSE, MARTIN. *Theorizing Religions Past*, p. 216.



tica de religiosidade. Entre tais traços doutrinários, Beck inclui a rápida e eficiente disseminação do mitraísmo por todo o Império Romano, sua, possível, utilização de esquemas semânticos e roteiros implícitos, a possibilidade de seus participantes absorverem certos significados rituais pré-concebidos, em vez de gera-los internamente, além da presença de uma liderança dinâmica e de um alto grau de uniformidade entre as células mitraicas individuais<sup>16</sup>.

Adicionalmente, a estudiosa das religiões antigas Anita Leopold tem argumentado não apenas pela presença conjunta de ambos os modos de religiosidade internamente aos primeiros cultos cristãos, mas por uma interação ativa entre alguns desses grupos. Segundo Leopold, esses "sincretismos" heréticos teriam provocado, por sua vez, uma reação doutrinal ortodoxa ou fornecido uma estrutura fundamental sobre a qual subsequentes desenvolvimentos doutrinários puderam ser construídos.<sup>17</sup> De maneira similar, o classicista Douglas Gragg, recentemente, caracterizou a religião oficial romana como representada por uma congregação pré ou proto-doutrinal de traços cognitivamente naturais ou otimizados, aptos a se desenvolver em uma modalidade doutrinal completa - mas que, por motivos específicos, acabou por se estagnar sob um estágio intermediário.<sup>18</sup>

Nesse contexto, conforme pode ser antecipado na consideração de qualquer nova teorização, uma das razões pelas quais alguns desses questionamentos possam ter surgido, a respeito da teoria dos modos divergentes de religiosidade, aparenta ser a própria diversidade de estudiosos envolvidos em sua avaliação inicial, além da extensa gama de dados, por eles, considerados. E embora o próprio Whitehouse tenha julgado que seu modelo, em termos gerais, resistiu aos questionamentos levantados e apresentados por tais estudos especializados<sup>19</sup>, a questão mais ampla, e ainda não amplamente discutida, de se os modos divergentes de religiosidade (previstos por tal modelo) devem ser entendidos de forma sincronizada ou diacrônica parece ser fundamental para a verificação da validade de sua aplicação em pesquisas históricas.

A valer, a resposta para tal problemática é determinante para a consideração das duas modalidades como, mistas, proto ou interdependentes, ou se elas representam discretos polos atratores para trajetórias históricas divergentes. Lidos sincronicamente, os dois modos de transmissão religiosa parecem oferecer uma tipologia descritiva de dados históricos e etnográficos que, teoricamente, é similar a várias outras tipologias científico-sociais já existentes.<sup>20</sup> A aplicação de qualquer forma de análise atemporal de dados em termos de (supostos) "tipos ideais", normalmente, tende a resultar no congelamento de qualquer tradição religiosa em um ponto intermediário específico

16 BECK, R. Four Men, Two Sticks, and a Whip: Image and Doctrine in a Mithraic Ritual. In: WHITEHOUSE, MARTIN. *Theorizing Religions Past*, p. 96-99.

17 LEOPOLD, A. Syncretism and the Interaction of Modes of Religiosity: A Formative Perspective on Gnostic-Christian Movements in Late Antiquity. In: WHITEHOUSE, MARTIN. *Theorizing Religions Past*.

18 GRAGG, D. Old and New in Roman Religion: A Cognitive Account. In: WHITEHOUSE, MARTIN. *Theorizing Religions Past*, p. 75-76; WHITEHOUSE, *Modes of Religiosity: A Cognitive Theory of Religious Transmission*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004, p. 29-47.

19 WHITEHOUSE, *Theorizing Religions Past*, p. 216.

20 WHITEHOUSE, *Inside the Cult*, p. 203-217; *Arguments and Icons*, p. 3; *Modes of Religiosity*, p. 63.

de seu desenvolvimento, levando à consequente conclusão da existência de relações aparentemente mistas ou interdependentes. Quando interpretada diacronicamente, no entanto, a teoria das modalidades religiosas de Whitehouse prevê uma divergência de trajetórias transmissivas *ao longo do tempo*. Logo, como, de acordo com sua própria concepção, a teoria dos modos não é uma teorização acerca dos tipos de agrupamentos religiosos, mas um modelo para a explanação da transmissão do conhecimento religioso, essa, posterior, “leitura histórica” parece ser fundamental para uma compreensão adequada de sua eficácia.

No que lhe diz respeito, a interpretação diacrônica da teoria dos modos prediz que a transmissão de qualquer tradição religiosa irá, com o tempo, divergir em uma modalidade plenamente imagística ou doutrinária. Logo, a alegação de Douglas Gragg, de que a religião oficial romana manteve uma posição de “estagnação cognitivamente otimizada” ao longo dos, aproximadamente, quinhentos anos de duração do período republicano romano, parece, por conseguinte, problemática.<sup>21</sup> Logicamente, como o alicerce fundamental do modelo proposto por Whitehouse está no reconhecimento de funções diferenciais do sistema de memória humano, toda consideração de qualquer tradição religiosa deve, preferencialmente, partir de uma análise de como esses complexos mnemônicos estão, essencialmente, envolvidos na transmissão de seus costumes.<sup>22</sup> Sob essa perspectiva cognitiva, a religião oficial romana parece, de fato, conformar-se às previsões do modo doutrinário. Deveras (e ao que tudo indica), tal constatação se faz possível não porque o sistema religioso romano mantinha e transmitia qualquer conjunto coerente ou organizado de “doutrinas” ortodoxas, mas porque ele era caracterizado por uma (já mencionada) ortopraxia ritual controlada por autoridades centralizadas, além de possuir a capacidade de compilar a memória semântica de seus participantes por meio de práticas rituais rotineiras e repetitivas.<sup>23</sup> Em outras palavras, de acordo com o modelo doutrinário, uma vez que a memória semântica humana parece ser codificada por um conjunto de estímulos frequentemente reiterados, a forma específica sob a qual determinada informação religiosa se consolida e é transmitida - se como “esquemas”, modelos cognitivos para a organização de informações conceituais (doutrinas) ou como “roteiros”, modelos cognitivos para sequências performáticas (rituais) - acaba por se tornar irrelevante.<sup>24</sup>

Isto posto, uma vez que, aparentemente, durante os períodos republicano e imperial, a religião oficial romana compunha um sistema ritual inseparável dos interesses e funções do Estado, pode-se argumentar que a preocupação pública com a transmissão da ortopraxia também concernia à difusão de conjuntos coerentes de “doutrinas”, ou seja, (os, outrora mencionados,) valores

21 GRAGG, *Old and New in Roman Religion*, p. 76.

22 WHITEHOUSE, *Inside the Cult*, p. 214.

23 MARTIN, History, Cognitive Science, and the Problematic Study of Folk Religions: The Case of the Eleusinian Mysteries of Demeter. *Temenos*, v. 39-40, p. 91-99, 2003, p. 92.

24 *Roteiro* é um termo geralmente utilizado por cognitivistas para designar modelos cognitivos referentes a sequências performáticas. Por sua vez, *esquema* é um termo genérico para modelos cognitivos, às vezes usado para designar modelos conceituais, em contraste com modelos performáticos (BREWER, W. Schemata. In: WILSON, KEIL. *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*, p. 720).

de “romanidade” sancionados e controlados pelo aparato estatal romano.<sup>25</sup> Por sua vez (apesar da, posterior, presença dos cultos de mistério por toda a extensão do Império), uma modalidade divergente imagística (ainda) não foi totalmente documentada no contexto das condutas religiosas vigentes durante a República Romana. Um candidato para tal modo, entretanto, pode estar no costume comum da divinação, conforme o realizado por indivíduos prodigiosos. Dentre os tais, por um lado, temos aqueles adivinhos que foram qualificados e aceitos pelos oficiais romanos (preeminentemente, pelo Senado) como importantes para a manutenção do bem-estar público e, por outro, aqueles rejeitados pelo Estado, por serem estrangeiros, excessivamente carismáticos ou atuarem de forma “privada”. Não estranhamente, essas últimas características (o patronato por divindades “estrangeiras”, a presença de ritos emocionalmente intensos e de enigmáticas revelações pessoais) são, precisamente, variáveis prognosticadoras de uma modalidade imagística para o comportamento religioso. Concomitantemente, parece ser, precisamente, com a diminuição da preocupação com as práticas divinatórias de indivíduos prodigiosos, ao final do período republicano, que os cultos de mistério greco-romanos emergiram como exemplos, aparentemente, não-ambíguos do modo imagístico de religiosidade, divergindo claramente do (“doutrinal”) sistema oficial de ortopraxia romana.

De qualquer forma, é importante lembrar que Whitehouse formulou sua teoria para a explanação das transmissões religiosas como forma de oferecer hipóteses que poderiam explicar um conjunto específico de dados. E embora ele afirme que suas previsões teóricas sejam universalizáveis, em grande parte, sua teoria permanece formulada em termos das condições históricas e das variáveis etnográficas características de um movimento religioso atual, observado no contexto da Nova Guiné contemporânea. Não obstante as variáveis psicológicas e histórico-etnográficas identificadas por Whitehouse pareçam ser significativas e estar presentes em todas as sociedades humanas, elas podem *funcionar* de maneira diferente em ambientes distintos e, assim, compor um problema para quaisquer historiadores (e demais estudiosos das comunidades passadas) que buscarem na teoria dos modos divergentes de religiosidade uma ferramenta para uma melhor compreensão das particularidades de seus objetos de pesquisa.

A ampla difusão de alguns dos mistérios, por exemplo, pode ser explicada por outros meios que não a dinâmica restrita para a transmissão de cultos conforme o previsto por sua modalidade específica, não sendo, então, um indicador de uma variável doutrinal excepcionalmente presente em uma tradição predominantemente imagística (algo que conflita, diretamente, com o exposto por Beck). Por sua vez, embora a teoria de Whitehouse conjecture que os movimentos religiosos que se conformam às previsões da modalidade imagística não são transladáveis<sup>26</sup>, a presença

25 MARTIN, The Amor and Psyche Relief in the Mithraeum of Capua Vetere: An Exceptional Case of Graeco-Roman Syncretism or an Ordinary Instance of Human Cognition? In: CASADIO, G., JOHNSTON, A. (orgs.). *The Mystic Cults in Magna Graecia*. Austin: University of Texas Press, 2009; Why Christianity Was Accepted by Romans but not by Rome. In: BERNER, U., TANASEANU, I. (orgs.). *Religion und Kritik in der Antike*. Munster: LIT, 2009.

26 WHITEHOUSE, *Arguments and Icons*, p. 73-77, 224.

do mitraísmo em todo o território imperial, por exemplo, pode ser, simplesmente, explicada por meio do (re) destacamento de pessoal militar ou pela (re) atribuição dos funcionários públicos que compunham a maior parte de seus membros.<sup>27</sup> Similarmente, o culto a Isis foi disseminado - pelo menos inicialmente - pelas movimentações de comerciantes e imigrantes egípcios.<sup>28</sup> Em contraste, os Mistérios de Elêusis parecem ter retido seu caráter locativo essencialmente porque nunca se tornaram “helenísticos”<sup>29</sup>, ou seja, nunca desenvolveram uma estrutura cósmica expandida ou uma escala sociopolítica internacionalizada<sup>30</sup> (apesar de uma identificação entre Deméter e Isis ter ocorrido durante a diáspora isíaca, ela nunca se identificou com Isis no culto eleusino - não obstante o precedente grego para tal identificação, conforme o enunciado por Heródoto.)

Ademais, conforme o anteriormente mencionado, os mistérios também não parecem ter, sequer, desenvolvido o tipo de autoridade dinâmica prevista por Whitehouse para a modalidade doutrinal. Dado que a liderança prevista para este modo requer uma estrutura hierárquica para controlar e administrar um conjunto de doutrinas que possa ser amplamente disseminada por meio das pregações de agentes autorizados ou por intermédio de documentos associados à sua autoridade.<sup>31</sup> Embora cada associação de mistério greco-romana, certamente, teve seu líder, possuímos poucas evidências acerca de quais eram suas reais funções. Entretanto, independentemente do papel exercido por tais dirigentes em meio às várias tradições de mistério, sua autoridade, ao que tudo indica, estava confinada à sua célula cültica individual. Nenhuma forma de liderança extensiva, muito menos centralizada, jamais se desenvolveu entre qualquer um desses grupos. Ademais, qualquer percepção de uma instrução compartilhada entre as células de mistério pareceria refletir, por sua vez, pontos generalizados de referências culturais comuns à toda população helênica, sobre os quais algo que se aparentasse a um “conhecimento religioso misterioso” poderia ser almejado<sup>32</sup> - ou, pelo menos, concebido por estudiosos modernos - visto que, certo minimalismo textual e, até mesmo, narrativo parece ter caracterizado os cultos de mistério greco-romanos. A noção popular acerca da astrologia, que, nos princípios do período imperial romano, caracterizava, praticamente, todas as questões religiosas, fornece-nos um bom exemplo para este caso.<sup>33</sup>

Concomitantemente, o ideal doutrinário de um líder forte que pudesse formular, controlar e disseminar um conjunto de crenças comuns chegou a se desenvolver, justamente, entre as primeiras comunidades cristãs. Entretanto, foi a dinâmica de sua variação “doutrinal”, inicialmente

27 CLAUSS, M. *The Roman Cult of Mithras: The God and His Mysteries*. New York: Routledge, 2000, p. 36-37.

28 HEYOB, S. The Cult of Isis among Women in the Graeco-Roman World. *EPRO*, v. 51. Leiden: Brill, 1975, p. 10-12; MARTIN, *Performativity, Discourse and Cognition*, p. 192-196.

29 MARTIN, *Hellenistic Religions: An Introduction*. New York: Oxford University Press, 1987.

30 A retenção do caráter locativo dos Mistérios de Elêusis pode ter uma explanação na persistência de seus laços políticos e econômicos com Atenas - e com a Ática, de maneira geral (Cf. MARTIN, *Those Elusive Eleusinian Mystery Shows*. *Helios*, v. 13, n. 1, p. 17-31, 1986).

31 WHITEHOUSE, *Inside the Cult*, p. 183.

32 WHITEHOUSE, *Theorizing Religious Past*, p. 219.

33 CUMONT, F. *Astrology and Religion among the Greeks and Romans*. New York: Dover, 1960, p. 51-52; BECK, *Four Men, Two Sticks, and a Whip*, p. 92-96.

prevista pela figura do apóstolo Paulo, que deu à uma específica tradição cristã, quando de seu desenvolvimento, uma vantagem seletiva sobre as demais modalidades imagísticas de cristianismo.<sup>34</sup> Não foi por acaso, então, que essa tradição doutrinal se tornou uma forma dominante do culto cristão, se estabelecendo, inclusive, como a religião oficial do Estado romano.<sup>35</sup>

Se a validade geral da teoria dos modos divergentes de religiosidade para o estudo histórico das religiões, em última análise, provará ser tão sólida quanto sua utilidade se mostrou conveniente, permanece algo a ser demonstrado por adicionais (e futuras) pesquisas histórico-comparativas. Parece-nos, no entanto, que a promessa das teorizações propostas por Whitehouse, assim como as de outros autores fundamentados em preceitos das ciências cognitivas, não podem mais ser negligenciadas.

---

34 BRAUN, Theories of Persuasion and Modes of Religiosity in the Study of Emergent Christianities. In: MARTIN, PACHIS. *Imagistic Traditions in the Graeco-Roman World*.

35 MARTIN, *The Amor and Psyche Relief in the Mithraeum of Capua Vetere*.

## Os Estudos Clássicos em tempos de guerra

Rafael Silva  
gts.rafa@hotmail.com

### Resumo

No período de consolidação dos Estados Nacionais europeus industrializados, principalmente no fim do séc. XIX e início do séc. XX, os Estudos Clássicos foram incorporados ao modelo educacional responsável pela formação patriótica de seus futuros cidadãos. Refletindo acerca dessa dimensão educativa e política, vários classicistas do período voltaram suas pesquisas para uma compreensão dos modelos pedagógicos aplicados pelas bem-sucedidas civilizações antigas (como a Atenas ou a Esparta do período clássico) a fim de propor novos caminhos para os desafios do presente: dessa forma se dão a ler algumas das reflexões de Girard (1889), Wilamowitz-Moellendorf (1901; 1914-5), Freeman (1907) e Jaeger (1933-46). Esse impulso pedagógico esteve intimamente ligado às conjunturas sócio-políticas da época – responsáveis, inclusive, pelo movimento que culminou nas duas Guerras Mundiais, entre 1914 e 1945. Cumpre lembrar que formas violentas de controle estatal, manifestadas principalmente enquanto prerrogativas policiais e carcerárias, unidas a formas mais sutis de poder – por meio da educação obrigatória, por exemplo –, estão entre os fatores que contribuíram para um acirramento das tensões entre os Estados Nacionais na época. Tal como sugerido pelos estudos de Luciano Canfora (1980), François Hartog (2003) e Suzanne Marchand (2015), a filologia clássica acabou se revelando um front entre os muitos outros que entraram em disputa nesse complicado período histórico. O objetivo desta comunicação é compreender esse processo e suas consequências para o desenvolvimento do campo dos Estudos clássicos.

**Palavras-chave:** Recepção clássica; Estudos clássicos; Filologia; Educação; Guerra Mundial.

O campo de estudos conhecido como recepção clássica é relativamente recente no interior dos estudos clássicos, embora represente um considerável alargamento de seu horizonte epistemológico, podendo abarcar estudos dos mais diversos períodos históricos a partir das mais diversas perspectivas críticas. Gostaria de destacar aqui uma dimensão emblemática da longa história dessa recepção: o emprego dos estudos clássicos para o desenvolvimento de uma nova educação durante o período de formação e consolidação dos Estados Nacionais europeus industrializados, principalmente na França, no Reino Unido e na Alemanha. Esse fenômeno de apropriação e cooptação dos estudos clássicos com fins políticos e práticos é bastante complexo e multiforme, mas pretendo apenas indicar suas principais linhas de força que um primeiro contato com algumas das fontes do período parece sugerir.



Se necessário fosse remontar ao início da relação entre estudos clássicos e educação, inevitavelmente teríamos que começar com os escritos da própria Antiguidade, pois muitos autores antigos já teorizavam sobre isso, como sugerem certas reflexões de Platão, Aristóteles, Cícero e Quintiliano, por exemplo.<sup>1</sup> Contudo, como nosso escopo é a educação a partir do período de industrialização dos principais Estados Nacionais europeus, um bom ponto de partida é a ruptura histórica representada pela Revolução Francesa, a partir das ideias propostas por autores do Iluminismo, e seus desdobramentos para a modernidade europeia.

Tal como sugerido por Luciano Canfora<sup>2</sup> e François Hartog,<sup>3</sup> os jacobinos – mesmo os mais radicais dentre eles – empregaram constantemente uma retórica classicizante, buscando retomar uma série de lugares comuns do discurso antigo, com o objetivo de propor uma renovação do imaginário relativo à realidade presente. Nesse sentido, seja por meio de uma retomada da Esparta de Licurgo, seja por alusões à formação da República Romana (com a expulsão da realeza), a Antiguidade evocada por eles representava um momento de ruptura. Tal estratégia retórica, contudo, não deixa de apresentar contradições, como pode indicar a limitada abrangência da ideia de “igualdade” numa Esparta comandada por uma elite de algumas centenas de nobres guerreiros (os únicos considerados de fato “semelhantes”) ou mesmo numa República romana dominada pelas elites que compunham o Senado e os cargos públicos de maior prestígio social. Segundo Canfora, a superficialidade do conhecimento sobre a Antiguidade por parte dos dirigentes da Revolução teria sido em larga medida responsável por essa (des)leitura.<sup>4</sup>

As principais obras sobre a Antiguidade a que tinham acesso os franceses do período eram aquelas da autoria do abade de Mably e, ainda mais, as de Jean-Jacques Rousseau. A fascinação que os antigos exerciam sobre esses autores é notável em muitas de suas obras e, em todo caso, elas foram responsáveis por projetar uma dimensão fascinante da Antiguidade, propiciando uma passagem como a seguinte, no início de um discurso inflamado de Robespierre, num momento bastante delicado da Convenção, em 7 de maio de 1794:

O mundo moral, muito mais ainda do que o mundo físico, parece cheio de contrastes e enigmas. A natureza mostra-nos que o homem nasceu para a liberdade e a experiência dos séculos mostra-nos o homem escravo; seus direitos estão escritos em seu coração e sua humilhação, na história: a espécie humana respeita Catão e se curva sob o jugo de César; a posteridade honra a virtude de Bruto, mas ela só a admite na história antiga; os séculos e a terra são uma partilha do crime e da tirania; a liberdade e a virtude mal repousaram um instante em alguns lugares do globo: Esparta brilha como um raio nas trevas imensas.<sup>5</sup>

1 HARTOG, François. O confronto com os antigos. In: \_\_\_\_\_. *Os antigos, o passado e o presente*. Org. José Otávio Guimarães; trad. Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 118-122.

2 CANFORA, Luciano. *Ideologie del classicismo*. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 1980, p. 11.

3 HARTOG, François. O confronto com os antigos, p. 142.

4 CANFORA, Luciano. *Ideologie del classicismo*, p. 12.

5 ROBESPIERRE, Maximilien de. *Œuvres de Robespierre*. Texte établi par A. Vermorel. Paris: F. Cournol, 1867, p. 309. Tradução minha.

O destino reservado aos jacobinos e à sua tentativa de encontrar na Antiguidade os modelos para uma ação revolucionária radical bem-sucedida, contudo, seria a derrota. Nesse sentido, é emblemático que um termidoriano como Constantin Volney – discursando na *École Normale Supérieure*, pouco após a queda de Robespierre – já apontasse a contradição de se tentar constituir um ideal de liberdade com base em algum exemplo extraído da Antiguidade: seja Esparta, onde uma multidão de escravos hilotas era massacrada sob o jugo feroz dos senhores lacedemônios; seja Atenas, onde um regime de escravidão igualmente difundido era em larga medida responsável pelo ócio do cidadão livre; seja a Roma republicana, onde fundamentalmente a mesma forma de organização social também vigorava em favor de uma minoria.

Esse tipo de correção à leitura que os jacobinos tentaram fazer da própria Revolução à luz de modelos antigos tornou-se um fenômeno recorrente na produção literária francesa posterior, como indicam os escritos de Madame de Staël, Benjamin Constant e, ainda mais tarde, Fustel de Coulanges. Na célebre conferência pronunciada por Constant em Paris em 1819, “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”, essa correção aparece de forma evidente, na medida em que o autor contrapõe a noção de liberdade dos antigos àquela que deveria figurar entre os modernos, sugerindo que seria um erro fatal confundir essas noções e suas especificidades. Essa tendência viria a marcar profundamente a relação que a França desenvolveria com os clássicos ao longo de grande parte dos sécs. XIX e XX, pois, desconfiando que o emprego da Antiguidade como modelo para o presente constituiria o erro responsável pela brutalidade do Terror, os intelectuais franceses permaneceriam reticentes com relação a qualquer tentativa de se instituir uma política apoiada em modelos antigos, pelo menos no futuro próximo. Já “[n]o resto da Europa, as tradições alemã, inglesa e italiana, respondendo a outros interesses, iriam organizar-se diferentemente”.<sup>6</sup>

Na Inglaterra, a publicação dos múltiplos volumes da *História da Grécia* (1846-1856), de Georges Grote, tornava possível uma relação menos conflituosa entre o presente e a Antiguidade. Tal como sugerido por Hübscher, “[v]inculando a história política à história intelectual, o banqueiro e historiador britânico buscava estabelecer, através de um exame rigoroso das evidências, uma relação entre democracia e progresso intelectual, abordando a história grega a partir de uma perspectiva liberal.”<sup>7</sup> Nesse sentido, a democracia ateniense revelava-se uma espécie de prefiguração e fonte de inspiração para os ingleses e o império marítimo que eles estabeleceram ao longo do séc. XIX. Assim sendo, é como se a Atenas clássica já trouxesse em si aquilo mesmo que viria a constituir os pilares do próprio ideal inglês, “as origens do governo democrático, os princípios da liberdade de pensamento e da investigação racional”.<sup>8</sup>

6 HARTOG. O confronto com os antigos, p. 149.

7 HÜBSCHER, Bruno. *Werner Jaeger e o “Terceiro Humanismo”*: O ideal político antigo na Alemanha, 1914-1936. 2016. 236f. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 182.

8 HARTOG. O confronto com os antigos, p. 151.

Na Alemanha, contudo, a função modelar que os antigos viriam a desempenhar na educação moderna é a mais diametralmente oposta àquela que teve lugar na França (tanto durante a Revolução quanto no período da Restauração). O movimento intelectual iniciado por Winckelmann, mas levado a cabo principalmente por Schiller, Schleiermacher e Humboldt, culminou no projeto daquilo que viria a se tornar o modelo hegemônico de universidade moderna. Não é possível delinear aqui os meandros desse complexo desenvolvimento intelectual,<sup>9</sup> mas o processo pode ser compreendido em linhas gerais da seguinte forma: em reação aos Estados absolutistas, às apropriações da Revolução Francesa e às reações advindas com o período da Restauração, elaborou-se um “mito grego alemão [*der deutsche Griechenmythos*]” – tomando por base principalmente as referências literárias clássicas –, que foi responsável por se sobrepor ao mito grego europeu e se transformar em um mito especificamente alemão, nacional, acerca da superioridade cultural da Alemanha (tal como se dá a ver nas obras de Herder, Schlegel e Humboldt). Assim sendo,

[o] parentesco com a nação eleita dos gregos antigos elevava os próprios alemães ao posto de uma nação eleita, nação no sentido de *Kulturnation*. Nesse contexto, a multiplicidade dos Estados e estruturas estatais na Alemanha não era considerada um fenômeno negativo, mas, pelo contrário, a condição da superioridade nacional no plano cultural. Essa primeira etapa é a do *Neuhumanismus* [Novo humanismo] que afirma a identidade profunda entre alemães e gregos antigos.<sup>10</sup>

Essa concepção universalista, contudo, servia muito bem aos propósitos políticos do florescente Estado Nacional da Prússia, em sua gradual ascendência sobre as demais regiões de língua e cultura alemãs. Defendendo a necessidade de se estabelecer uma relação de continuidade com a tradição – principalmente com essa tradição fictícia que passava a ser incorporada como a origem espiritual dos alemães, i.e., a Antiguidade helênica –, o modelo educacional da Alemanha e sua inspiração filosófica evitavam, a um só tempo, as consequências políticas da apropriação que a Revolução Francesa fizera da Antiguidade e a reação que autores termidorianos e do período da Restauração propuseram a tal forma de lidar com o passado. Ao invés de serem guiados pelo ditado de Mirabeau, segundo o qual, “para reconstruir tudo, era preciso demolir tudo [*pour tout reconstruire, il fallait tout démolir*]”, os clássicos na Alemanha instituíam uma relação de continuidade com o presente, algo que se revelaria bastante proveitoso para o poder do Estado prussiano: a educação alemã – apoiada nos clássicos – passava a existir para produzir razão sem revolução e sem destruição.<sup>11</sup>

Esse quadro bastante sucinto indica, em linhas gerais, de que forma alguns dos principais Estados Nacionais europeus concebiam sua complexa relação com a herança clássica no período em que a industrialização e a modernização se tornavam incontornáveis palavras de ordem na Europa. Se o trauma da Revolução Francesa deixara suas marcas na forma como a Europa – e, mais especificamente, a França – lidava com essa herança clássica, os atritos e conflitos advindos

9 Para detalhes, cf. HÜBSCHER. *Werner Jaeger e o “Terceiro Humanismo”*, p. 19-32.

10 BRUHNS, Hinnerk. *Grecs, Romains et Germains au XIXe siècle : quelle Antiquité pour l’État national allemand. Anabases*, p. 17-43, 1 (2005), p. 23-4. Tradução minha.

11 READINGS, Bill. *The university in ruins*. Cambridge (MA); London: Harvard University Press, 1996, p. 64.

da corrida imperialista viriam a modificar essa relação de maneira ainda mais profunda: os Estados envolvidos nessa corrida passavam a cooptar essa tradição clássica não apenas para se demarcarem uns dos outros, mas para desfrutarem de uma prerrogativa histórica e espiritual sobre os demais. Nesse sentido, pode ser instrutivo acompanhar a formulação que certos classicistas desses Estados elaboraram nesse período sobre alguns modelos pedagógicos aplicados pelas bem-sucedidas civilizações antigas (como a Atenas ou a Esparta do período clássico).

A obra de Paul Girard, *A educação ateniense nos séculos V e IV a.C.* (publicada em 1889), apresenta um caso interessante. Sugerindo certa identificação entre uma espontaneidade que seria característica dos atenienses clássicos e algo típico dos franceses, Girard defende uma educação espontânea e livre, de base evidentemente rousseauiana, na qual as capacidades intelectuais seriam desenvolvidas a partir da ação e dos interesses pessoais.<sup>12</sup> Em seu estudo, nota-se, portanto, não apenas uma contraposição a um modelo educacional rígido e impositivo – como era característico do final do séc. XIX na Europa de modo geral –, mas a proposição de que esse modelo devesse ser adotado “no mais ateniense” dos Estados europeus, isto é, na França da Terceira República. Segundo François Hartog,

[u]ma certa repolitização tornaria a acontecer na França apenas com a Terceira República, por meio da tese do ‘milagre grego’. Estético a princípio, este se politizou a ponto de designar quase exclusivamente a democracia ateniense, com a qual se foi levado a identificar-se tanto mais de bom grado quanto mais se via surgir, na outra margem do Reno, o que não cabe chamar senão de uma ‘nova Esparta’.<sup>13</sup>

Cumprir observar que, com o fito de oferecer uma imagem idealizada da Atenas clássica, concebida como contraposição à Esparta que servia de modelo ao militarismo defendido pelo Império Prussiano de Bismarck,<sup>14</sup> o estudioso francês não se furtaria sequer a cometer certos “deslizes” de uma perspectiva histórica. A derrota ateniense na Guerra do Peloponeso, por exemplo, parece ser deliberadamente esquecida por Girard quando ele propõe o seguinte comentário – de tom evidentemente exortativo – na conclusão de seu estudo:

A história de Atenas, do início ao fim, é apenas um longo e esplêndido triunfo da juventude. Com esses sentimentos, os atenienses não podiam obrigar a criança à severa disciplina que se lhe impunha em outros lugares e, nem nos estudos nem na conduta, exigiam dela uma obediência que julgavam incompatível com seu caráter. Eis o que faz com que a educação nos apareça, junto deles, marcada por tal doçura. O estudante trabalha, mas livremente; seus mestres contentam-se com a indicação do que deve fazer: cabe a ele exercer-se nisso. Nem o ginásio nem a escola são para ele prisões sombrias onde seria preciso cumprir, em um tempo dado, uma tarefa fixa.<sup>15</sup>

12 GIRARD, Paul. *L'Éducation Athénienne au V<sup>e</sup> et au IV<sup>e</sup> siècle avant J.-C.* Ouvrage couronné par l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. Paris: Librairie Hachette, 1889, p. 258-9.

13 HARTOG. O confronto com os antigos, p. 153.

14 Para mais detalhes, cf. ROCHE, Helen. “Go, tell the Prussians...”: The Spartan paradigm in Prussian military thought during the long nineteenth century. *New Voices in Classical Reception Studies*, Issue 7 (2012), p. 25-39.

15 GIRARD. *L'Éducation Athénienne au V<sup>e</sup> et au IV<sup>e</sup> siècle avant J.-C.*, p. 331. Tradução minha.

Na Inglaterra, por outro lado, a tradição liberal e democrática que caracterizou seu discurso ao longo do séc. XIX, levando-a a identificar-se principalmente com a Atenas clássica (ou antes, com seu império marítimo), veio a sofrer uma mudança gradual e, de uma perspectiva pedagógica, passou a ganhar uma inflexão cada vez mais rígida, à medida que seu imperialismo já não conseguia mascarar a necessidade de empregar a violência pura e simples para se manter enquanto tal. Nesse sentido, não é um acaso que quanto mais a França recorria a Atenas para defender uma imagem livre e democrática de sua Terceira República, tanto mais os autores britânicos sentiam a necessidade de colocar Esparta como o modelo ideal para a educação de um império vitorioso. Veja-se o que afirma Kenneth Freeman, em seu importante estudo, *Schools of Hellas*:

[A] educação também tinha que consultar a felicidade das crianças, tanto quanto a felicidade da comunidade, embora em menor grau. Isso pode parecer uma declaração surpreendente para se fazer no que diz respeito à educação espartana. Contudo, acredito ser estritamente verdadeira. Deve ser lembrado que todos os relatos dos rigores e horrores dos métodos espartanos vêm de autores atenienses que certamente nunca tinham estado na Lacedemônia. Xenofonte, que teve seus filhos educados lá, oferece um relato muito mais brando e totalmente elogioso. O visitante ático, algo hedonista, deve ter observado os jogos e exercícios espartanos com muito dos sentimentos que tem um francês ao visitar uma escola pública inglesa; ele considera difícil imaginar que os garotos se submeteram a tais rigores por escolha própria. Então devemos lembrar o que eram de fato os garotos espartanos.<sup>16</sup>

Explorando diretamente a comparação entre um francês e um ateniense, em contraposição a um inglês e um espartano, Freeman propõe o mesmo tipo de crítica anteriormente visto com Girard ao modelo educacional adotado na Europa: parece-lhe necessário que a educação diga respeito a questões do interesse dos estudantes, tal como ele afirma ter sido entre os povos helênicos, de modo a que a afeição pelo estudo seja um dos principais motores do aprendizado.

Como se vê, os classicistas que – entre o fim do séc. XIX e o início do XX – se voltaram para a questão da educação na Antiguidade preocupavam-se constantemente em propor e estabelecer um modelo pedagógico renovado a fim de atender às novas demandas de um Estado Nacional industrializado e empenhado em uma corrida imperialista e armamentista feroz. Nesse sentido, a Alemanha oferece o mais evidente testemunho dessa tendência generalizada, pois o debate pedagógico que se desenrola nesse país é não apenas muito complexo, mas fundamental para que se compreenda o futuro da relação entre os estudos clássicos e a educação.

De maneira geral, é possível afirmar ter havido certa tendência a um historicismo cientificista entre os principais classicistas alemães do final do séc. XIX, principalmente a partir de Wilamowitz-Moellendorf, um dos maiores responsáveis por ampliar o movimento de historicização dos textos antigos, em uma tentativa de compreender a Antiguidade à luz de suas próprias especificidades. Esse movimento engendrou uma relativa despolitização dos estudos clássicos na Alema-

16 FREEMAN, Kenneth. *Schools of Hellas: An essay on the practice and theory of ancient Greek education from 600 to 300 B.C.* Ed. by M. J. Rendall. London: Macmillan and Co., 1907, p. 284. Tradução minha.



nha, o que talvez se explique pelo fato de a filologia não ter sido capaz de oferecer uma resposta convincente ao problema sobre a origem e a identidade desse Estado Nacional no séc. XIX. Ainda assim, à medida que as sensibilidades nacionais foram afloradas por disputas imperialistas – cujo ápice viria a ser justamente a eclosão da Primeira Guerra Mundial –, os estudiosos alemães vieram a se posicionar vigorosamente no que diz respeito à relação entre os clássicos e a necessidade de preparar os jovens para o momento presente.

O historicismo totalizante de Wilamowitz conviveu tranquilamente desde suas primeiras obras e discursos com o mais sereno classicismo e a mais plena convicção do valor permanente dos conteúdos da Antiguidade clássica.<sup>17</sup> Ainda assim, no período da Primeira Guerra Mundial, seu engajamento com as questões mais prementes para o governo prussiano ganhou um redirecionamento mais prático:

Wilamowitz lançou-se à escrita de discursos violentamente nacionalistas e conclamou tão vigorosamente ao alistamento que seu próprio filho, o acadêmico extremamente promissor para o estudo de tragédia grega, Tycho von Wilamowitz-Moellendorf, partiu imediatamente para o front oriental – apenas para morrer já em outubro de 1914.<sup>18</sup>

Posteriormente, engajando-se em uma disputa acadêmica internacional, conhecida pelo nome de *Krieg der Geister* [Guerra dos espíritos], Wilamowitz assinou o infame e malfadado *Aufruf an die Kulturwelt* [Apelo ao mundo civilizado] – ou, como veio a ser conhecido, “Apelo dos 93”, porque contou com a assinatura de noventa e três intelectuais da universidade alemã. Contudo, tal como demonstrado pelo detalhado artigo de Robert Norton (2008), o pior ainda estava por vir: insatisfeito com o resultado surtido por seus pronunciamentos anteriores, Wilamowitz redige com suas próprias palavras a famigerada *Erklärung der Hochschullehrer des Deutschen Reiches* [Declaração dos professores universitários do Império Alemão], reiterando a terrível afirmação da identidade entre a cultura alemã – da qual já haviam sido explicitamente destacadas as figuras de Goethe, Beethoven e Kant – e o militarismo prussiano. Essa declaração, que viria a ser assinada por mais de quatro mil professores universitários alemães,<sup>19</sup> começava com o seguinte parágrafo:

Nós, professores de universidades da Alemanha e institutos de ensino superior, servimos o estudo e produzimos uma obra da paz. Contudo, enche-nos de indignação que os inimigos da Alemanha, tendo a Inglaterra à frente, desejem – massivamente em nosso favor – polarizar o espírito do estudo alemão e aquilo que chamam de militarismo prussiano. No exército alemão, não há espírito diverso daquele do povo alemão: ambos são um só e nós pertencemos a ele.<sup>20</sup>

Reafirmando enfaticamente a crença de que uma salvação da cultura europeia [*Kultur Europas*] dependeria de uma vitória do “militarismo” alemão [*der deutsche Militarismus*], essa declaração

17 Cf. CANFORA. *Ideologie del classicismo*, p. 35-38.

18 MARCHAND, Suzanne. The Great War and the Classical World: GSA Presidential Address, Kansas City, 2014. *German Studies Review*, 38.2, p. 239-261 (2015), p. 253. Tradução minha.

19 NORTON, Robert. Wilamowitz at War. *International Journal of the Classical Tradition*. Vol. 15, No. 1, p. 74-97 (2008), p. 90.

20 WILAMOWITZ *apud* NORTON. Wilamowitz at War, p. 96. Tradução minha.



teve por resultado acirrar ainda mais a animosidade contra os alemães de forma geral. Ainda assim, Wilamowitz jamais voltaria atrás na postura política adotada nessa época, lamentando-se apenas pela destruição do mundo como antes o conheceu.

A destruição desse mundo esteve intimamente relacionada à destruição física provocada pelo conflito, mas não se restringia a isso: na Alemanha, um dos impactos da derrota foi um aumento na insatisfação com o formato acadêmico tradicional, levando a um questionamento de suas bases e à adoção de medidas modernizadoras e democratizantes do ensino. As mudanças sociais acentuaram tal tendência, mas esse quadro era compreendido pelos classicistas como nefasto, tanto da perspectiva do novo tipo de estudante que se apresentava, quanto da perda de prestígio acadêmico da própria área. Essa “crise das humanidades” foi sentida de forma aguda por muitos dos filólogos alemães, que, em sua busca por uma solução, se voltaram para a mais jovem promessa do campo na Alemanha: Werner Jaeger.

Alçado à cátedra de filologia clássica da Universidade de Berlim em 1921 – então a mais prestigiosa cátedra da disciplina no mundo –, Jaeger assumia a tarefa de dar continuidade à atuação de seu antecessor, o célebre Wilamowitz, como figura de liderança na campanha pela preservação e fortalecimento dos estudos clássicos no sistema de ensino alemão, tanto nas escolas secundárias quanto nas universidades. Não se tratava de uma tarefa simples, visto que o filólogo respondia agora às demandas impostas pela nova e hostil realidade da recém-instaurada República de Weimar.<sup>21</sup>

A forma como Jaeger resolveu articular o ensino clássico com as novas exigências do presente foi por meio da ideia de um Humanismo renovado – que foi chamado de “Terceiro Humanismo” porque sucedia o primeiro, no Renascimento italiano, e o segundo, com o *Neumanismus* de Winckelmann. Sua proposta consistia em articular o presente alemão com o que seria o “seu” passado helênico. Esse passado constituiria para Jaeger não apenas a origem da verdadeira cultura [*Kultur*], a única que o mundo jamais teria conhecido – segundo uma visão extremamente eurocêntrica que limitava todo o desenvolvimento cultural apenas à Europa<sup>22</sup> –, mas seria responsável por renovar o poder espiritual dos próprios alemães no presente.

Ainda que o estudioso tenha atuado regularmente como professor universitário e palestrante na Alemanha ao longo dos quinze anos que se seguiram à sua nomeação para a cadeira de filologia clássica na Universidade de Berlim, em 1921, tentando divulgar e defender seu ideal educacional classicizante,<sup>23</sup> a verdade é que seus esforços não obtiveram o sucesso almejado: mesmo tendo buscado angariar a simpatia do novo regime político alemão – i.e., do nazismo –, o tom e as propostas do filólogo foram considerados incapazes de se equiparar ao entusiasmo requerido pelos promotores da “revolução” nazista.<sup>24</sup> Desiludido com a recepção conferida às ideias que ele

21 HÜBSCHER. *Werner Jaeger e o “Terceiro Humanismo”*, p. 54.

22 JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013 [1933-46], p. 5-6.

23 MARCHAND. *The Great War and the Classical World*, p. 254.

24 Para mais detalhes do processo, cf. HÜBSCHER. *Werner Jaeger e o “Terceiro Humanismo”*, p. 142-181.

defendia em seu livro e em suas apresentações, Jaeger abdica de sua cadeira na Universidade de Berlim e migra para os EUA em 1936, onde sua influência sobre o campo dos estudos clássicos se faria sentir ainda pelas próximas décadas.<sup>25</sup>

Muitas outras propostas foram desenvolvidas por classicistas europeus e americanos desse período sobre a relação entre os estudos clássicos e uma educação para o presente. Ainda que a multiplicidade de propostas e abordagens pudesse ser revelada por meio de uma análise mais detalhada de muitas outras obras, acredito que uma tendência geral possa ser extraída desse breve panorama delineado aqui a partir de Paul Girard, Kenneth Freeman, Ulrich von Moellendorf-Wilamowitz e Werner Jaeger: recorrendo à antiguidade como alternativa às dificuldades impostas pela industrialização, bem como pela corrida imperialista e armamentista, esses classicistas propuseram renovar a educação presente por meio do caráter paradigmático que a formação dos antigos helênicos ganhava a partir de seus estudos. O resultado de nenhuma dessas propostas, contudo, foi capaz de entusiasmar as gerações futuras, depois de terem vivenciado os horrores dos conflitos mundiais, e as premissas dos estudos clássicos têm sido fundamentalmente questionadas desde o fim da primeira metade do séc. XX. As perguntas então colocadas a esses estudiosos continuam pertinentes até hoje: afinal, os estudos clássicos ainda têm alguma importância para o presente? Se sim, de que forma seria possível articular esses estudos sobre o passado com a realidade contemporânea? E como a questão da educação na era digital poderia se beneficiar de tais estudos?

O desafio do classicista contemporâneo é dar prosseguimento a suas pesquisas e atividades docentes, tendo sempre em mira formular uma ou mais respostas contundentes a esses questionamentos. Do contrário, o futuro dessa área pode estar ameaçado e – o que é pior – pode ser que tal ameaça apresente boas razões para se concretizar.

---

25 MARCHAND. *The Great War and the Classical World*, p. 256.

## Do divino ao mortal: transformações das Musas na cultura grega antiga

Ívina Silva Guimarães

Mestranda em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

ivinaguimaraes@ymail.com

### Resumo

O presente trabalho se dispõe a explorar um aspecto da mitologia e da sociedade grega que contribuiu, em grande parte, para a formação sociocultural da Grécia Antiga e permanece objeto de profundo interesse entre estudiosos da Antiguidade: as divindades nomeadas Musas. Este artigo se propõe a expor os resultados iniciais de um projeto de mestrado em andamento, que busca compreender as transformações nas figuras das divindades Musas a partir da análise de obras literárias de diferentes períodos da antiguidade grega.

**Palavras-chave:** Grécia antiga, musas, literatura grega.

Os séculos que precederam o vigente calendário ocidental cristão são representados como a origem ou o berço da civilização europeia. Dentre as comunidades e povos antigos, destaca-se a sociedade helênica. Milênios após seu período, a antiguidade grega permanece viva entre os intelectuais e estudiosos das eras passadas. Rica em sua cultura e política, a Grécia proporciona infindáveis possibilidades de estudos, tendo a religião como um dos principais campos de interesse. Parte de um extenso e diversificado panteão, as deusas Musas são indispensáveis no estudo da religião e literatura grega nos períodos arcaico e clássico, **épocas essas** marcadas pela importância dos *aedos* e *rapsodos* na transmissão do conhecimento e da história do povo heleno.

A figura das Musas se faz constantemente presente no imaginário da sociedade grega antiga, a poesia oral vinda das deusas e transmitida pelos *aedos* acaba por perpetuar um modelo de organização social e psicológica, além de preservar as crenças e a cultura da Grécia. Deve-se às divindades o resgate da memória de grandes feitos e de grandes homens, de um passado longínquo repleto de glórias e riquezas. Além de relacionadas com a memória, as deusas encontram-se presentes no mundo das artes estando envolvidas com a dança, o canto, os instrumentos musicais e, claro, com a poesia. Sua influência alcança também os níveis mais altos da sociedade grega, auxiliando reis nas formas de governar. Divindades de grande poder, sua potência advém de uma influente árvore genealógica. Tendo, por um lado, Zeus como pai, o rei do Olimpo e líder de todo o panteão, e por outro, a Memória (*Mnemosine*) como mãe, divindade que possui o conhecimento de tudo o que existe e neta da própria Terra, fazendo das Musas bisnetas de uma divindade originária. Agraciadas

com tamanho poder, não é surpreendente a extensa influência que as Musas possuem na história da Grécia Antiga.

Na *Teogonia*<sup>1</sup> de Hesíodo encontramos a narrativa dos grandes feitos de Zeus, assim como a origem de diversos deuses da mitologia grega, mas o autor escolhe dedicar seu próêmio à gênese das Musas. Filhas da Memória e de Zeus, as Musas são uma mescla das duas entidades. As relações sexuais entre Zeus e a Memória aconteceram em Eleutera, local onde a Memória era cultuada provavelmente por cantores, e o nascimento das Musas foi em Piéria, perto do monte Olimpo, que possivelmente tornou-se o principal local de culto às deusas. A quantidade de vezes em que Zeus se deitou com a Memória, resultou igualmente na quantidade de filhas que a Memória pariu, como vemos nos versos 53-63, da *Teogonia* de Hesíodo:

A elas, na Piéria unida ao pai, filho de Crono, pariu  
Memória, dirigente das ladeiras de Eleuteros,  
como esquecimento de males e suspensão de afãs.  
Por nove noites com ela uniu-se o astuto Zeus  
longe dos imortais, no sacro leito subindo;  
mas quando o ano chegou, e as estações deram a volta,  
os meses finando, e muitos dias passaram,  
ela gerou nove filhas concordes, que do canto  
no peito se ocupam com ânimo sem aflição,  
perto do mais alto pico do Olimpo nevoso:  
lá têm reluzentes pistas de dança e belas moradas<sup>2</sup>

Enquanto filhas da Memória, as Musas possuem a missão de lembrar e fazer esquecer. As Musas foram criadas para o “esquecimento dos males e pausa das preocupações”, como destaca Jacyntho Brandão, em seu livro *Antiga Musa*,<sup>3</sup> o que faz com que seu traço fundamental não seja lembrar, mas *fazer esquecer e fazer cessar*. Esse esquecimento não é total, nem negação da memória, e sim seletivo, entregando apenas os males ao esquecimento, impondo assim limites à memória. Com a mescla de seu pai, as deusas são uma memória organizada, dirigida, com limites postos por Zeus. As Musas são então resultado da mistura entre memória e não-memória, sendo que a pausa e o esquecimento são heranças de Zeus.

As nove Musas, todas elas, entoaram com bela voz o treno  
antifonal: não terias visto qualquer Aqueu que não chorasse,  
de tal forma lhes comoveu o espírito a Musa de límpido canto.<sup>4</sup>

As nove deusas estão ligadas ao mundo das artes, e cada uma possui o nome referente ao seu encargo. Segundo o hino às Musas encontrado nos *Hinos homéricos*,<sup>5</sup> as Musas e suas funções são Calíope da poesia, Clio da história, Polímnia da pantomima, Euterpe da flauta, Terpsícore da

1 HESÍODO. *Teogonia*: a origem dos deuses. Estudo e tradução JAA Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2011.

2 HESÍODO. *Teogonia*. Org. Trad. C. Werner. São Paulo: Hedra, 2013, versos 53-63.

3 BRANDÃO, Jacyntho L. *Antiga Musa*: arqueologia da ficção. 2. ed. Belo Horizonte: Relicário, 2015.

4 HOMERO. *Odisseia*. Trad. F. Lourenço. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011, *canto XXIV, verso 60-63*.

5 *Hinos homéricos*. RIBEIRO JR, W. A. (org.). Tradução, notas e estudo E. B. da Rosa, F. B. dos Santos, F. R. Marquetti, M. C. C. Dezotti, M. L. G. Massi, S. M. S. de Carvalho e W. A. Ribeiro Jr. São Paulo: UNESP, 2010.

dança e da poesia ligeira, Érato da lírica coral, Melpómene da tragédia, Tália da comédia e Urânia da astronomia.

Começarei pelas Musas, por Apolo e por Zeus,  
pois graças às Musas e a Apolo, que fere de longe,  
existem sobre a terra homens que cantam e tocam a cítara  
e, graças a Zeus, reis. Afortunado é aquele a quem as Musas  
amam, doce é a voz que flui de sua boca.  
Salve, filhas de Zeus, honrai o meu canto!  
E a seguir eu me lembrarei de vós e também de outro canto.<sup>6</sup>

Dentre as obras mais aclamadas na antiguidade e nos períodos posteriores, encontramos os poemas épicos de Homero e Hesíodo, fontes de diversas passagens que mencionam as Musas e que nos proporcionam um vasto conteúdo para o estudo das divindades. Os famosos poemas homéricos *Iliada*<sup>7</sup> e *Odisséia*<sup>8</sup> trazem, ambos no primeiro verso, uma menção à Musa, transformando a deusa no primeiro componente da construção dos poemas. A simples menção dessa divindade no primeiro verso de obras tão célebres indica a importância da deusa no contexto em que o poema foi criado e sobre o qual é escrito.

Canta, ó deusa, a cólera de Aquiles, o Pelida<sup>9</sup>  
Fala-me, Musa, do homem astuto que tanto vagueou,  
Depois que de Troia destruiu a cidadela sagrada.<sup>10</sup>

A gênese das deusas, porém, ainda é algo debatido. Entre os estudiosos das Musas falta consenso em relação à quantidade de deusas que existiram. Podemos encontrar diversas interpretações acerca desse tópico, tanto em autores antigos, quanto em estudiosos contemporâneos. Nas obras de Homero, o poeta se refere às Musas ora no singular, ora no plural, e refere-se às deusas enquanto nove apenas uma vez:

As nove Musas, todas elas, entoaram com bela voz o treno  
antifonal: não terias visto qualquer Aqueu que não chorasse,  
de tal forma lhes comoveu o espírito a Musa de límpido canto.<sup>11</sup>  
Deste modo, durante todo o dia, até o pôr do sol  
se banquetearam; e nada lhes faltou no festim compartilhado,  
nem mesmo a lindíssima lira, que Apolo segurava,  
nem o canto das Musas, que cantavam um canto alternado,  
respondendo umas às outras com voz maravilhosa.<sup>12</sup>  
Mas entre eles quem era o melhor diz-me agora tu, ó Musa  
entre homens e cavalos, que seguiram com os dois Atridas.<sup>13</sup>

6 *Hinos homéricos*, Canto 25: Às Musas, 7 versos.

7 HOMERO. *Iliada*. Trad. F. Lourenço. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.

8 HOMERO. *Odisséia*.

9 HOMERO. *Iliada*, canto I, verso 1.

10 HOMERO. *Odisséia*, canto I, versos 1-2.

11 HOMERO. *Odisséia*, canto XXIV, verso 60-63.

12 HOMERO. *Iliada*, canto I, versos 601-604.

13 HOMERO. *Iliada*, canto II, versos 761-762.

Luis S. Krausz apresenta diferentes interpretações acerca dessa questão em seu livro *As musas*.<sup>14</sup> Krausz aponta a teoria de Musaio que afirma existir duas gerações de Musas, as mais antigas do reinado de Crono, que eram três, e as nove mais jovens do reinado de Zeus. Por outro lado, Krausz destaca a teoria de Robert Graves, na qual uma única deusa estava na origem de todas as divindades femininas, uma Musa original, que posteriormente se dividiu em três entidades, que representavam os três aspectos da lua, e ainda depois, se dividiu em nove. As invocações dos primeiros versos da *Iliada* e da *Odisseia*, seriam então, segundo Graves, dos mais antigos ciclos épicos gregos, pois se referem a apenas uma Musa. Hesíodo é o primeiro autor conhecido a detalhar a genealogia das Musas, dando-lhes quantidade, nomes e as funções desempenhadas por cada uma das nove deusas. Krausz também destaca a existência de outras genealogias que tomam Apolo como pai das Musas ou que consideram as deusas filhas de Gaia e Urano.<sup>15</sup> De acordo com a teoria de Martin P. Nilsson,<sup>16</sup> a crença nas Musas seria anterior à Homero e aos poetas épicos, incluindo Hesíodo, uma vez que o termo *Mousa* é muito antigo na língua grega e comporta grande variedade de formas dialetais (*Mousa, Moosa, Moisa*).

Durante o período arcaico em que a escrita era inexistente, a poesia oral se tornou o instrumento de conservação da identidade de grupo, devido à ausência de registros escritos, ela era considerada a única capaz de fazer recordar e reutilizar as tradições gregas. O *aedo* tornou-se, portanto, o responsável pela preservação e transmissão da visão de mundo e consciência da própria história dessa sociedade. De acordo com JAA Torrano, em seu estudo *O mundo como função de Musas*,<sup>17</sup> durante o período anterior à adoção da escrita, “a poesia foi oral e foi o centro e o eixo da vida espiritual dos povos, da gente que – reunida em torno do poeta numa cerimônia ao mesmo tempo religiosa, festiva e mágica – a ouvia”.<sup>18</sup> Era através do canto do *aedo* que o homem comum via-se capaz de romper as fronteiras geográficas e temporais que o prendiam, e entrar em contato com outros mundos, homens e deuses de um tempo que seria inacessível não fosse o canto que o carregava.

Na obra *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*,<sup>19</sup> Marcel Detienne trabalha com outro contexto de grande prestígio para as Musas: o louvor dos grandes feitos. Ainda que tenhamos escassos vestígios da civilização micênica, a própria cidade de Esparta, com sua cultura guerreira, atesta a importância dos atos de guerra narrados na poesia épica. Nas sociedades antigas em que a proeza guerreira era intensamente valorizada, o poeta, através da sua ligação com as Musas, ocupava um papel de destaque por ser o responsável pelo louvor ou pela censura dos atos dos guerreiros. Na antiga Esparta, as Musas eram de grande importância, pois eram “duplamente honradas, primeiro como protetoras dos flautistas, das liristas e das citaristas, já que a música faz parte da educação espartana e que as marchas

14 KRAUSZ, Luis S. *As Musas: poesia e divindade na Grécia Arcaica*. São Paulo: Edusp, 2007.

15 KRAUSZ. *As Musas*, p.156.

16 NILSSON, Martin P. apud KRAUSZ. *As Musas*, p.144.

17 TORRANO, JAA. O mundo como função de Musas. In: HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Estudo e tradução JAA Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2011.

18 TORRANO. O mundo como função de Musas, p.19.

19 DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.



e encargos militares se fazem ao som da flauta e da lira".<sup>20</sup> Mas acima de qualquer outra libação, as Musas eram cultuadas pelos guerreiros e pelos reis, que ofereciam a elas sacrifícios, para que seus atos e façanhas fossem dignos de serem celebrados e de se transformarem em uma "memória ilustre". Autores de períodos posteriores ao arcaico, como Píndaro e Baquilides, invocam as Musas com o intento de exaltar as vitórias e os grandes feitos de homens de seu tempo, ato que mostra que esse traço da função das deusas não se perdeu no tempo e na mudança dos costumes gregos.

For I came, Muse, a steward of victory-songs to Phylacidas and Pytheas and Euthymenes.<sup>21</sup>

Come, Muse, give a straight course to the glorious wind of song for this man.<sup>22</sup> White-armed Calliope, stop your well-made chariot right there. Sing of the Olympian ruler of the gods, Zeus son of Cronus, [180] and the untiring stream of the Alpheus, and the strength of Pelops, and Pisa, where glorious Pherenicus won victory in the race with his feet, and returned to Syracuse with its fine towers, [185] bringing to Hieron the leaf of good fortune. For the sake of truth we must give praise, pushing away envy with both hands, [190] if any mortal man does well.<sup>23</sup>

Homero também proporciona exemplos das relações entre Musas e *aedos*. Dentre os *aedos* mais conhecidos da antiguidade, temos Demódoco, Fêmio e Tâmiris. Demódoco é um *aedo* da ilha dos feácios que foi privado pelas musas da sua visão do mundo concreto, mas recebe também das deusas, a visão de um mundo obscuro e abstrato inacessível para os mortais. Sua transformação parece ter um caráter mágico, e ele se torna totalmente dependente das Musas, por não ter mais sua visão do mundo que o cerca:

Chegou depois o arauto, trazendo pela mão o exímio aedo,  
a quem a Musa muito amava. Dera-lhe tanto o bem como o mal.  
Privara-o da vista dos olhos; mas um doce canto lhe concedera.<sup>24</sup>

Para analisar a relação de dependência entre aedos e musas, evoquemos os versos 484 a 493 canto II, que precedem o Catálogo das Naus, na *Iliada* de Homero.

Dizei-me agora, ó Musas que no Olimpo tendes vossas moradas –  
pois sois deusas, estais presentes e todas as coisas sabeis,  
ao passo que a nós chega apenas a fama e nada sabemos –,  
quem foram os comandantes dos Dânaos e seus reis.  
A multidão eu não seria capaz de enumerar ou nomear,  
nem que tivesse dez línguas, ou então dez bocas,  
uma voz indefectível e um coração de bronze,  
a não ser que vós, Musas Olímpias, filhas de Zeus detentor da égide,  
me lembrásseis todos quantos vieram para debaixo de Ílion.  
Enumerarei os comandantes das naus e a ordenação das naus.<sup>25</sup>

20 DETIENNE. *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*, p.19.

21 Pindar. *Odes*. Diane Arnson Svarlien. Captado em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0162:book=I.:poem=6&highlight=muse>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

22 Pindar. *Odes*. Diane Arnson Svarlien. Captado em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0162:book=N.:poem=6&highlight=muse>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

23 Bacchylides. *Odes*. Diane Arnson Svarlien. 1991.

24 HOMERO. *Odisséia*, canto VIII, verso 62-64.

25 HOMERO. *Iliada*, canto II, versos 484-493.

A priori, a leitura dos versos demonstra as limitações do *aedo*, que não é capaz de cantar, sem o auxílio das deusas, quem são os comandantes dos Dânaos e seus reis, e menos ainda, enumerar todos os homens que foram guerrear em Ílion. Em seu livro *Antiga Musa*,<sup>26</sup> Jacyntho Brandão analisa os versos conferindo às Musas o conhecimento absoluto, por terem visto e presenciado tudo, enquanto os mortais não sabem nada, pois não viram com seus próprios olhos, e por isso dependem das Musas para ouvirem o que aconteceu. Nos catálogos de guerra, o poeta não é capaz de narrar todos os detalhes, assim, ele escolhe quais informações cantar, ajustando suas limitações como homem e demarcando o saber total das Musas.

Tendo grande expressão e importância nas epopeias do período arcaico, as deusas não deixam de ser citadas e utilizadas por diversos autores do período clássico. Mantendo sua relação de guardiãs das artes, as Musas são invocadas e aclamadas em diferentes gêneros literários, transitando entre a comédia de Aristófanes até a tragédia de Eurípides, louvadas nas odes de Píndaro e nos ditirambos de Baquilides, e lembrada pelo célebre Platão.

Em Aristófanes nos deparamos com numerosas manifestações das Musas, ora invocadas para começar a narrativa, ora louvadas como autoridades do canto.

Musa, dá início aos coros sagrados, vem trazer beleza ao nosso canto.<sup>27</sup>

[Coro] Donzelas, nove filhas de Zeus, Musas divinas, que do alto olhais os espíritos subtis e engenhosos dos poetas cinzeladores de sentenças, agora que eles se confrontam com golpes estudados e se digladiam com argumentos sinuosos, observai a potência destas duas bocas, tão hábeis em produzir palavreado e seradura de versos. Pois está iminente o grande concurso do talento.<sup>28</sup>

[Corifeu] Silêncio! Afaste-se para dar lugar aos nossos coros todo aquele que é estranho a esta linguagem; que não é puro de espírito; que nunca assistiu nem celebrou as festas das Musas divinas; que se não iniciou nos ritos báquicos do Cratino taurófago<sup>29</sup>

Na tragédia *Reso*<sup>30</sup> de Eurípides, encontramos um caso à parte das demais obras literárias do período clássico. Eurípides insere em sua obra uma das Musas como personagem de destaque, com falas e importância dentro da narrativa. Mãe da personagem Reso, a Musa se encoleriza pela morte de seu filho e interage com outras personagens, manifestando sua dor e ira.

[Fala de Atena] Agora à tropa troiana de boa sorte venho te conduzindo grande amigo filho trácio da Deusa que faz hinos Musa, e tem nome do pai Estrímon.<sup>31</sup>  
[MUSA] Troianos, podeis ver a que tem honras

26 BRANDÃO. *Antiga Musa*.

27 Aristófanes. *Rãs*. Trad. Maria de Fátima Silva. São Paulo: Annablume editora, 2014, verso 675.

28 Aristófanes. *Rãs*, versos 875-883.

29 Aristófanes. *Rãs*, versos 354-357.

30 TORRANO, Jaa. A tragédia *Reso* de Eurípides. *Philia&Filia*, 2012.

31 TORRANO. A tragédia *Reso* de Eurípides, versos 649-652.

entre os sábios, uma das irmãs Musas  
sou eu com este meu filho pranteável  
morto por inimigos. Doloso Odisseu  
o matou e dará a tempo digna justiça.<sup>32</sup>

É imprescindível compreender que as Musas retratadas por Homero e Hesíodo possuem profundas diferenças em relação às Musas apresentadas por outros gêneros literários e autores gregos de períodos posteriores, como na comédia de Aristófanes e na tragédia de Eurípides. As constantes transformações na mitologia grega provocam questionamentos pertinentes ao estudo das divindades, como os motivos de tais mudanças terem ocorrido e quais foram essas mudanças. A intenção da pesquisa é compreender as apropriações das deusas e as mudanças nas suas funções e imagem, ou seja, como cada época e vertente de pensamento, durante a antiguidade grega, utilizou o conceito das divindades e sob qual propósito surgiu o interesse pelo tema. Como foi esclarecido no início deste artigo, foram expostos os resultados iniciais de uma pesquisa em andamento. Há ainda um longo caminho a percorrer até a elucidação dos questionamentos apresentados, um caminho que nos deixa mais perto dos mistérios que circundam as enigmáticas Musas.

---

32 TORRANO. A tragédia *Reso* de Eurípides, versos 890-894.

# A romanização da Península Ibérica: as representações identitárias das *nationes* ibéricas na obra *Geografia*, de Estrabão

Guilherme de Aquino Silva<sup>1</sup>

Graduando em História  
Universidade Federal do Espírito Santo  
guilherme.historiaufes@gmail.com

## Resumo

A prática imperialista romana, sobretudo durante a República (509 – 27 a. C.), levou os romanos ao estabelecimento de formas de contato com diversos povos, num processo conhecido como romanização, o que em longo prazo promoveu hibridismos culturais em todo o Império Romano. A Península Ibérica, também conhecida pelos romanos como Hispânia, foi um dos primeiros territórios conquistados por Roma no além-mar, movimento que teve início no III século a.C.. Uma fonte que nos fornece informações para o estudo da trajetória de contato entre os romanos e as *nationes* ibéricas é a *Geografia*, de Estrabão. É possível notar que o autor da *Geografia* possuía uma visão que colocava os romanos em uma posição superior em relação aos autóctones, ao mesmo tempo em que indicava a existência de uma polarização entre o Norte e o Sul da Península Ibérica. Neste artigo, temos por objetivo discutir a representação elaborada por Estrabão, que pôde ser observada a partir da análise do Livro III de sua obra. Utilizamos como aporte os conceitos de espaço, identidade, representação e estigmatização.

**Palavras-chave:** Império Romano, romanização, Estrabão, espaço, Península Ibérica.

## Introdução

No presente artigo, buscaremos mostrar a maneira pela qual Estrabão, em sua obra *Geografia*, elaborou uma visão estigmatizante dos povos que habitavam o Norte da Península Ibérica, ao mesmo tempo em que revela uma aproximação maior dos habitantes da área meridional com a cultura romana, o que os tornou, segundo o autor, mais civilizados. Nosso intuito é apresentar os principais vetores de romanização, bem como os elementos da cultura local que atendiam ao modelo de civilização representado por Roma. Além disso, apontaremos algumas características consideradas como selvagens por Estrabão, as quais, segundo ele, muitos povos detinham antes da intervenção romana.

<sup>1</sup> Aluno do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Espírito Santo, instituição na qual é vinculado ao Programa Institucional de Iniciação Científica. É membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Seção Espírito Santo) e desenvolve uma pesquisa com orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, cujo título é *A descrição da Turdetânia por Estrabão: Espaço, representação e identidade sob o Principado*.

Roma, desde a fase da Monarquia Etrusca, até a Antiguidade Tardia, colocou em prática uma ação de cunho imperialista no Mediterrâneo. Trata-se, portanto, de um fenômeno de longa duração, que sofreu diversas modificações durante a sua trajetória. Fatores de ordem tanto política quanto econômica podem ser elencados para justificar a ação imperialista de Roma, entre eles a defesa do território contra ataques externos, o fortalecimento de sua imagem militar e a busca de novos territórios de cultivo e entrepostos comerciais.<sup>2</sup>

Um termo recorrente nos estudos sobre o imperialismo romano é romanização. Esse conceito se torna um pouco problemático, caso não o trabalhemos de forma crítica. Isso porque ele foi elaborado no contexto de imperialismo europeu, no século XIX, e trazia consigo uma carga de preconceitos que colocava os romanos em uma posição superior em relação aos povos conquistados. Nessa lógica, Roma era considerada detentora de civilização, enquanto os povos não romanos eram incivilizados e necessitavam, por isso, de uma intervenção por parte dos romanos. Visto como herdeiros diretos do Império Romano, os europeus, entre eles franceses, ingleses e italianos justificaram a colonização em diversos locais do mundo, da América à Ásia, pois se viam como um povo superior aos demais povos do globo e, portanto, estavam encarregados da tarefa de civilizar o mundo, assim como fez Roma em outro momento.<sup>3</sup>

Tal pensamento é, para nós, ultrapassado, visto que uma nova perspectiva sobre o fenômeno da romanização foi estabelecida pelas correntes pós-coloniais de pensamento. Em vista disso, a romanização pode ser entendida como um processo de trocas culturais entre Roma e os povos por ela conquistados. Nesse sentido, não entendemos romanização como uma via de mão única na qual os povos conquistados absorviam, sem nenhuma resistência ou protagonismo, a cultura imperial, mas sim como um processo de constante troca de aspectos culturais em ambas as direções.<sup>4</sup>

Por analisarmos as características materiais e simbólicas dos povos englobados pelo fenômeno da romanização, foi necessário nos valermos do conceito de espaço, que pode ser entendido como o meio no qual um conjunto de indivíduos compartilham, além do mesmo território, aspectos relacionados à sua cultura.<sup>5</sup>

Para proceder à análise da fonte, utilizamos a definição de representação elaborada por Chartier, para quem representação é uma forma de conceber o seu próprio mundo e o dos outros.<sup>6</sup> Este conceito é útil para constatar a visão que Estrabão possuía em relação aos romanos e aos povos autóctones da Península Ibérica, levando em consideração o seu local de pertencimento.

2 GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1994, p. 38.

3 MENDES, Norma Musco. Romanização: a historicidade de um conceito. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel; FELDMAN, Sérgio Alberto (Orgs.). *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor e Cultura, 2008, p. 38.

4 MENDES, Norma Musco. Romanização: cultura imperial. *Phoenix*, n. 5, p. 307-324, 1999, p. 307.

5 NAVARRO, Alexandre Guida. Sobre el concepto de espacio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17, p. 3-21, 2007, p. 12.

6 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

O conceito de representação é interdependente dos conceitos de identidade e de estigmatização. Sendo assim, identidade pode ser entendida como uma maneira singular de ser no mundo, o que diferencia os indivíduos e grupos entre si, uma vez que cada um possui o seu próprio *modus vivendi*, em outras palavras, a sua identidade.<sup>7</sup>

É por meio da diferença entre as identidades, principalmente no que tange à carga de poder de cada uma, que ocorre o fenômeno da estigmatização, que nada mais é do que uma representação negativa de determinado grupo ou indivíduo em detrimento de outro considerado de *status* superior.<sup>8</sup> Com base nisso, Neto afirma que “(...) os indivíduos estigmatizados são tidos como desajustados, não se enquadrando nas normas sociais e possuindo uma identidade decaída, deteriorada, diminuída frente àquela que é considerada ‘normal’ e desejável”<sup>9</sup>.

### A Hispânia romana na visão de Estrabão

Utilizamos como fonte de análise a obra *Geografia*, de Estrabão. Trata-se de uma compilação de dados geográficos que o autor fez a partir de informações trazidas por viajantes vindos dos lugares mais remotos do mundo conhecido e também de viagens que ele mesmo fez pelo Império Romano, além de dados presentes nas obras de autores gregos, tais como Políbio e Posidônio.<sup>10</sup> Estrabão também utilizou dados oficiais do governo imperial.<sup>11</sup>

Para além dos aspectos geográficos dos territórios, tais como relevo, clima e hidrografia, Estrabão também inseriu em sua obra características culturais de diferentes povos que habitavam o Império Romano.

O geógrafo nasceu em Amásia, uma cidade do Ponto, onde hoje se situa a Turquia. Sua data de nascimento e morte são incertas, mas especula-se que ele tenha vivido entre os anos de 64 a.C. e 24 d.C., ou seja, no final da República e início do Principado, em particular durante os governos de Augusto (27 a.C. - 14 d.C.) e Tibério (14 d.C. - 37 d.C.). Temos notícia de que ele escreveu duas obras, uma denominada *História*, que não temos acesso, e a outra chamada *Geografia*, que foi conservada.<sup>12</sup>

7 WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 9.

8 ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 20.

9 NETO, Belchior Monteiro Lima. *Conflito familiar, vida urbana e estigmatização na África proconsularis: o caso de Apuleio de Madaura (século II d.C.)*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, Vitória, 2015, p. 34.

10 GARCÍA BLANCO, J. Introducción general. In: Estrabón. *Geografía*. Libros I-II. Madrid: Gredos, 1991, p. 103.

11 MONTERO BARRIENTOS, Daniel. El determinismo geográfico, la geografía económica y el imperialismo en la obra de Estrabón. *Studia historica: Historia Antigua*, Salamanca, n. 13-14, p. 311-330, 1996-1997, p. 319-320.

12 DESERTO, Jorge e PEREIRA, Susana da Hora Marques. Introdução. In: ESTRABÃO. *Geografia*. Livro III. Introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 13.



Saber a identidade do autor torna-se necessário no sentido de que o meio no qual Estrabão viveu influenciou de forma direta a sua visão de mundo e a maneira como ele representou o povo romano e as *nationes* ibéricas. É possível saber, mediante dados presentes na *Geografia*, que a família de Estrabão era da elite e possuía ligação com os soberanos do Ponto, o que possibilitou que Estrabão fosse educado pelo erudito Aristodemo de Nisa, pelo gramático Tirânio, pelo filósofo Xenarco de Selêucia e por Boeto de Sídon.<sup>13</sup>

A *Geografia* possui dezessete livros, sendo que o terceiro trata especificamente do território da Hispânia. Este livro é dividido em cinco partes: a primeira corresponde a uma introdução geral sobre a Hispânia, a segunda está relacionada ao território da Turdetânia, região meridional da Península Ibérica, a terceira e a quarta expõem dados sobre os territórios limítrofes da Turdetânia, onde residiam os povos chamados por Estrabão de montanhese e, por fim, a quinta parte corresponde às ilhas da Costa ibérica. Nosso enfoque, no entanto, se deu apenas sobre o território continental.

Nas primeiras linhas da *Geografia*, o autor realiza uma abordagem dos aspectos físicos da Hispânia e, ao fazer isso, ele divide o território entre Norte e Sul. O Norte é um espaço degradado, com solo infértil, pobre em água, inóspito e frio. Além disso, seu relevo é constituído por acentuadas elevações, o que dificultava a habitação e a comunicação entre os nativos e os romanos.<sup>14</sup>

Diferente do Norte, a Turdetânia possuía boas características, como a fertilidade do solo e a existência de diversos rios, muitos deles navegáveis, sendo que os mais importantes eram o Anas e o Betis. Além disso, Estrabão afirma que havia ali uma abundância de minerais preciosos, como a prata, o bronze e o ouro.<sup>15</sup>

Havia também um vasto número de aglomerações urbanas. Entre as principais cidades encontram-se Córdoba, Gades, Híspalis, Betis, Munda e Conistorgis. O comércio da Turdetânia era bem desenvolvido, além do fato de seus habitantes se assemelharem aos romanos, devido ao seu alto grau de civilidade, possuindo eles até mesmo uma escrita conhecida como tarteso turdetana, com a qual escreviam sua história, assim como poemas e leis escritas de até seis mil anos.<sup>16</sup>

Com essas primeiras informações extraídas da *Geografia*, podemos perceber que Estrabão considerava como civilizados os povos que possuíam características semelhantes às suas. Um solo propício à agricultura e à mineração, rios navegáveis, a presença da escrita, uma vida urbana desenvolvida e um comércio próspero são alguns fatores de aproximação ao ideal de civilização defendido por Estrabão.

Para o autor, o padrão de vida ideal era o da civilização greco-romana, portanto, aquele que se apropriasse dele, por mais que não se tornasse um romano de fato, possuía um *status* superior

13 DESERTO, Jorge e PEREIRA, Susana da Hora Marques. Introdução. In: ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 13.

14 ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 35.

15 ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 43-45.

16 ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 39, 43-45.

frente àquele que se encontrava mais distante. Sendo assim, os povos da Turdetânia eram elogiados por Estrabão na medida em que eles se adequaram ao modo de vida romano, como indica este trecho:

[...] Contudo, os turdetanos, e sobretudo os que vivem em redor do Bétis, adotaram por inteiro o estilo de vida dos romanos, nem sequer se recordando já da sua própria língua. Na sua maioria, tornaram-se latinos e receberam [os] romanos como colonos, de modo que pouco lhes falta para serem todos romanos. E as cidades agora povoadas de forma mista, *Pax Augusta* entre os célticos, *Augusta Emerita* entre os túrdulos, *Caesaraugusta* na região dos celtiberos e algumas outras colônias evidenciam a transformação das mencionadas formas de vida cívica. E todos os iberos que adoptaram este modelo são denominados *togati* (entre eles estão também os celtiberos, que outrora eram considerados como os mais selvagens de todos). É isto o que há a dizer sobre os turdetanos.<sup>17</sup>

Nos capítulos III e IV, Estrabão se atém ao espaço do Norte peninsular, onde habitavam um grande número de povos, entre eles lusitanos, ártabros, oretanos, carpetanos, vetones, vaceos e galaicos.

Os lusitanos foram descritos por Estrabão como um povo guerreiro, com altas habilidades militares. Em decorrência disso, resistiram durante muito tempo à conquista romana. Estrabão, no seguinte trecho, visa a ressaltar uma ideia de barbárie em relação a eles:

[...] E fazem ainda predições através de entranhas de homens, prisioneiros de guerra, que cobrem com saios; em seguida, quando a vítima é golpeada pelo arúspice nas entranhas, adivinham em primeiro lugar a partir do seu modo de cair (depois, cortando as mãos dos prisioneiros, consagram as direitas como oferenda aos deuses).<sup>18</sup>

O autor indica que os habitantes das zonas montanhosas do Noroeste peninsular, como os astures, galaicos e cântabros, possuíam costumes semelhantes entre si. Eram todos considerados selvagens e incivilizados, não só por seu caráter belicoso, como também pelo isolamento em que viviam, distantes de qualquer contato com a cultura romana. No entanto, segundo Estrabão, essa realidade mudou após as campanhas de Augusto e Tibério ao Norte da Hispânia, tendo os dois imperadores não só pacificado a região, como também civilizado os povos que a ocupavam.<sup>19</sup>

Ao falar sobre os iberos, povos que habitavam o Nordeste da Península, Estrabão tece uma crítica àqueles que afirmavam que naquela região havia cidades. Segundo ele, tais pessoas estariam chamando de cidades algumas aldeias grandes. Ele justifica seu pensamento dizendo:

[...] Ora nem a natureza da região tem capacidade para muitas cidades, por causa da pobreza, ou então por causa do isolamento e da rudeza do terreno, nem a vida ou as ações dos seus habitantes (fora os que moram junto da costa do Nosso Mar) apontam para algo desse gênero: os que vivem nas aldeias são selvagens, e esses constituem a maioria dos Iberos; por outro lado, nem sequer as próprias

17 ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 58.

18 ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 63.

19 ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 66.

idades os tornam facilmente civilizados, quando o que predomina é viverem em florestas, causando dano aos que vivem perto.<sup>20</sup>

Sendo assim, podemos dizer que Estrabão só considerava como cidade as aglomerações urbanas de tipo romano. O que diferisse desse padrão era considerado como aldeia, e nestas habitavam, segundo o autor, homens incivilizados que causavam transtornos às populações vizinhas.

Uma consideração de Estrabão a respeito dos galaicos é a ausência de religião, como podemos notar no seguinte trecho: “Alguns dizem que os galaicos não têm deuses e que os celtiberos e os seus vizinhos a norte fazem sacrifícios a um deus sem nome (...)”<sup>21</sup>. Sabe-se hoje, porém, que os galaicos cultuavam a uma deusa chamada Nábia, da qual se têm catalogadas dezoito inscrições votivas espalhadas por todo Noroeste peninsular. O local originário do culto à Nábia é *Bracara Augusta*, hoje a cidade de Braga, em Portugal. Com isso, podemos afirmar que a estigmatização das práticas religiosas era algo imposto por Estrabão e, de modo consequente, pela tradição a que ele pertencia, a todos aqueles povos que ainda não haviam sido romanizados.<sup>22</sup>

### Considerações finais

O processo de romanização da Península Ibérica, iniciado a partir de 218 a.C. foi lento, mas resultou no abandono, por parte dos autóctones, de características ancestrais em favor de um modo de vida romano. A presença dos romanos nos locais mais remotos da Península transformou de maneira acentuada o *modus vivendi* de seus habitantes, mas devemos destacar um protagonismo das populações locais no processo de assimilação cultural, o que acarretou na constituição de hibridismos culturais, não só na Hispânia romana, como em todo o Império Romano.

A *Geografia*, de Estrabão, é uma obra importante para entendermos o processo de romanização da Península Ibérica, uma vez que o autor inseriu um vasto número de informações sobre o período pré-romano de vários povos ibéricos, indicando também a forma como se deu a atuação dos romanos naquele território, tudo isso a partir de uma visão de mundo orientada para o modelo de civilização representado por Roma.

Finalizo o presente artigo dizendo que são poucas as pesquisas no Brasil que tratam da romanização da Península Ibérica, utilizando como fonte a *Geografia*, de Estrabão. Com isso, nossa intenção é contribuir com dados sobre um tema ainda pouco explorado pela historiografia nacional.

20 ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 76.

21 ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III, p. 77-78.

22 BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María. Religiones indígenas en la Hispania Romana. *Gerión*, n. 14, p. 333-362, 1996, p. 339.

## Ditadura Militar na Amazônia: projetos desenvolvimentistas e contrassensos

**Camila Monção Miranda**

Professora de História e Historiadora

*Mestranda em História* - Universidade Federal do Amazonas

camilabmoncao@hotmail.com

### Resumo

Ainda na década de 1960, alguns anos após o golpe de 1964, a ditadura militar dava início aos empreendimentos voltados para a Amazônia. Visando demonstrar seu alcance como "provedor do desenvolvimento" na promoção de um "Brasil Grande", o regime militar cria dispositivos governamentais especialmente voltados para a região. Nesse sentido, é possível citar, dentre outros, o BASA (Banco da Amazônia S.A), a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Estes organismos tinham como objetivo a execução do Plano de Valorização Econômico da Amazônia, que deveria, segundo o governo: colonizar, ocupar, desenvolver, integrar e descobrir a Amazônia. Contudo, o planejamento e execução desses projetos foram permeados por inúmeras contradições e problemáticas que pouco foram explorados. Em raras ocasiões são discutidas as ligações desses empreendimentos com o projeto político autoritário que foi estabelecido no Brasil após 1964. Normalmente, estes são associados a noções de desenvolvimento, investimento e progresso da Amazônia. Além disso, é usual que sejam propagadas no senso comum ideias de que a repressão ditatorial não chegou ao Amazonas ou à região amazônica, como um todo. Dessa maneira, objetiva-se aqui demonstrar a correlação desses projetos desenvolvimentistas com o autoritarismo da ditadura militar. Estes empreendimentos serão entendidos como um exercício de poder, uma das formas encontradas pela ditadura para se fazer presente na Amazônia, ocupando e controlando a região.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar, Amazônia, desenvolvimentismo, autoritarismo

A região amazônica ocupa papel central em diversos períodos da história brasileira. Ao longo da ditadura militar iniciada em 1964, a Amazônia foi alvo de variadas empreitadas dos militares, que "cuidaram" de buscar o controle do território. Sabe-se que as práticas da ditadura foram muitíssimo influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN alimenta de forma intensa a compreensão presente nas Forças Armadas de que era seu papel zelar pela proteção da pátria. No contexto de Guerra Fria, ordem e segurança estavam diretamente ligados ao anticomunismo. Por isso, "ocupar, desenvolver e integrar" a Amazônia não foi apenas um ato político-econômico, mas também ideológico, estratégico e de caráter repressor. Assim, estando presentes

na Amazônia, os militares poderiam exercer controle ali, garantindo a “ordem e segurança”, mas também coagindo um possível avanço da esquerda. Ademais, a Escola Superior de Guerra (ESG) já formulava, muito antes do golpe de 1964, um Projeto de Brasil que tinha como um de seus focos o domínio, a ocupação e o desenvolvimento da região amazônica, entendida como área estratégica para a segurança nacional e para o crescimento econômico do país.

Não à toa, a ocorrência da Guerrilha do Araguaia, em fins dos anos 1960 e primeira metade da década de 1970, coincide com o aumento da presença da ditadura na Amazônia, com mais projetos e maior busca por ocupação e desenvolvimento na região. Isso nos mostra a ligação que podemos fazer entre o combate ao comunismo e o desenvolvimentismo na Amazônia.

A compreensão, pelas Forças Armadas, de que o território amazônico ocupa posição estratégica e tem grande importância geopolítica, faz com que os militares considerem fundamental firmar presença na região. Isso se dá de variadas formas. Os projetos desenvolvimentistas, por exemplo, representam uma maneira de a ditadura se autolegitimar entre parte dos amazônidas, além de se fazer presente de maneira ativa na Amazônia, utilizando o território como “vitrine do desenvolvimento”<sup>1</sup> para o restante do país; a submissão e perseguição de grupos indígenas no Norte e em outras localidades são justificadas pelo entendimento de que o índio é fator de segurança nacional, por isso seria preciso vigiar para que não ocorresse “infiltrações comunistas” nas aldeias, além de garantir que os indígenas se tornassem “verdadeiros brasileiros” através da aculturação e até militarização desses sujeitos. Não é coincidência que um dos períodos de efervescência dos movimentos indigenistas organizados é a década de 1970. Estes movimentos têm como resposta a atuação ambígua e controladora da FUNAI e um “Estatuto do Índio” que preza mais pela tutela e controle das comunidades indígenas do que pela sua liberdade e independência<sup>2</sup>.

Quando digo que os projetos da ditadura para a Amazônia compõem uma proposta econômica desenvolvimentista, entendo que o desenvolvimentismo é ferramenta de controle do Estado sobre a economia, de modo a promover sua legitimação, da mesma forma que privilegia determinados setores civis. Logo, o que decorre do modelo desenvolvimentista é o beneficiamento das empresas que se aliam aos objetivos propostos pelo Estado, pois elas utilizam de privilégios concedidos pelo governo, como os incentivos fiscais no caso da Amazônia, para crescer. Por outro lado, as empresas que não se encaixam às diretrizes prioritárias traçadas pelo Estado e não encaram a burocracia estatal, se veem limitadas.

1 Janaína Martins Cordeiro aponta que as grandes obras como a Rio-Niterói e a Transamazônica foram apresentadas pelo governo como “vitrines de um Brasil moderno” (CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 186-202.).

2 Essas problemáticas que envolvem as relações dos indígenas com o regime ditatorial foram muitas discutidas durante o minicurso “Violações de direitos indígenas durante a ditadura militar”, ministrado por Pedro Berutti Marques e Marco Túlio Antunes Gomes, e durante a Mesa 1 do Simpósio Temático “Diálogos sobre a ditadura militar brasileira: ensino e pesquisa”, coordenado por mim, Ana Carolina Monay e Jessica Machado Martins, durante o VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG (2018). As discussões ocorridas nestes dois momentos foram fundamentais para que a questão indígena aparecesse com maior relevância neste trabalho. Boa parte dos comentários sobre este assunto foram inspirados pelos debates dessas duas ocasiões.

Dessa forma, o que se percebe no desenvolvimentismo é a escolha autoritária, por parte do governo, das áreas que ele considera mais relevantes para a economia nacional. Nessas áreas, há incentivos e financiamentos governamentais, nas outras não há. Por isso, apesar do desenvolvimentismo não inibir o capitalismo, ele certamente impede uma livre concorrência verdadeira em sua prática.

É identificado, então, o fortalecimento de um capitalismo de Estado<sup>3</sup>, no qual boa parte das decisões econômicas estão centradas nas mãos do governo ou, no mínimo, são delimitadas prioridades de ação econômica, com a oferta de benefícios para incentivar as empresas a seguirem na direção desejada pelo poder público. Junto disso, o Estado investe diretamente em determinadas áreas, como energia, infraestrutura e indústrias de base, delimitando um Projeto Econômico Nacional único e sistemático. Isso pode ser feito em parceria com a iniciativa privada ou não, mas geralmente há a prevalência da gestão pública.

Por outro lado, o desenvolvimentismo permite um controle que não é só econômico. A escolha de como investir, onde investir e por que investir determinando recurso é uma forma de modificar ou manter o *status quo* de uma localidade. Os investimentos econômicos (ou a ausência deles) têm a capacidade de alterar a realidade social, cultural e política. Um exemplo muito claro disso é a escolha dos militares e de governos desenvolvimentistas anteriores de se fazerem presentes na Amazônia.

Os investimentos na região amazônica durante a ditadura são uma expressão da importância que os militares veem no território. A Amazônia é considerada um local estratégico para as Forças Armadas<sup>4</sup>. Por isso, as empreitadas desenvolvimentistas na região abrangem muitos outros fatores além do crescimento econômico e da modernização. É uma forma de o governo controlar o território, reprimir manifestações culturais que não agradam à ideologia militar, determinar quais e como funcionarão os centros urbanos e de que maneira será a circulação de bens e de informações.

A “ocupação, integração, desenvolvimento e colonização” da Amazônia é totalmente baseada no interesse da ditadura na região e nos lemas dos militares: “Desenvolvimento com segurança” e “Integrar para não entregar”. Quanto mais territórios ocupados por simpatizantes do regime, menores as chances para o surgimento de oposição; quanto menor o espaço destinado às tribos indígenas e populações tradicionais, maior o controle sobre a “cultura brasileira” e a definição do que é “ser brasileiro”; quanto maior o conhecimento sobre o território, mais facilidade no controle destes; quanto mais a Amazônia está próxima do centro de poder, pelas estradas, pelo rádio, pela imprensa e etc., mais fácil é para fiscalizar, tomar e subjugar.

3 O conceito de capitalismo de Estado pode ter mais de um significado, por isso, é preciso esclarecer que aqui o termo é aplicado a “[...] países capitalistas com forte intervenção do Estado na economia onde ele se esforça para desenvolver as forças produtivas, [...] não aguardando iniciativas particulares das livres forças de mercado” (COSTA, Fernand Nogueira da. Capitalismo de Estado Neocorporativista. In: *Texto para discussão*. Instituto de Economia UNICAMP, Campinas, n. 207, julho 2012.).

4 MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.



Os projetos desenvolvimentistas da ditadura para a região amazônica são aqui entendidos como uma forma de exercício autoritário de poder dos militares sobre a Amazônia. Um meio de exercer controle, determinar as funções do território para a nação, subjugar sua população e usar isso para legitimar o regime ditatorial como o grande modernizador do Brasil. Tudo isso dentro de um Projeto de Nação que interliga definições rígidas de economia, sociedade, política e cultura ideais.

A ditadura reprimiu para além dos quartéis. E aqui, compreendo que o controle da economia e do pensamento, as restrições políticas e a imposição de uma cultura que as Forças Armadas entendiam como a “verdadeiramente brasileira” são formas de restrição à liberdade que foram articuladas sob o postulado da defesa da segurança nacional, do combate ao comunismo e da promoção do desenvolvimento.

A Transamazônica (BR-230) é, talvez, a maior alegoria dessa relação conflituosa entre a ditadura e a Amazônia no seio da busca irrefreável pelo desenvolvimento, integração e ocupação. É uma das maiores rodovias brasileiras, com mais de quatro mil quilômetros de extensão, que vão desde Cabedelo, na Paraíba, até Lábrea, no Amazonas. A estrada foi uma das grandes empreitadas da ditadura para a Amazônia e sua construção e funcionamento ainda são parte de um projeto controverso, uma vez que a rodovia enfrenta, até hoje, sérios problemas de manutenção, fazendo com que muitos de seus trechos sejam intrafegáveis em vários períodos do ano.

Falar da Transamazônica é falar dos vários conflitos com as populações indígenas; do autoritarismo e repressão travestidos de modernização; dos imaginários e representações da Amazônia e do Brasil; das relações de trabalho e mortes de trabalhadores; da devastação ecológica; é falar sobre uma integração não concretizada, um nacionalismo que suprime regionalismos, um caminho sem volta que pode não levar a lugar nenhum. E, por isso, uma atenção especial precisa ser dada a esta imensa rodovia.

Acredita-se que o grande motivador para a construção da Transamazônica foi a preocupação de Médici com as condições devastadoras da seca no Nordeste. Afinal, a rodovia não estava prevista no Plano Nacional de Viação, de 1967<sup>5</sup> e dez dias após a visita do presidente à Recife, em 1970, foi assinado o Decreto-lei 1.106 que criou o Programa de Integração Nacional (PIN). O PIN previa o investimento de dois bilhões de cruzeiros em obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), buscando promover sua mais rápida integração à economia nacional. O segundo artigo do decreto garante que “A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém”<sup>6</sup>.

5 CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1978.

6 DECRETO-LEI 1.106, 16 de junho de 1970.

Mais uma vez, este grande projeto que causou intensas modificações na Amazônia, teve como motor principal a resolução de um problema exógeno à região: a seca no Nordeste. O PIN, portanto, é parte de um objetivo maior de eliminação das regionalidades e fortalecimento de um ideal grandioso de nação, como pode ser percebido na fala de Médici: “ou crescemos juntos todos os brasileiros ou nos retardaremos indefinidamente para crescer. E, como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil”<sup>7</sup>.

Assim como as outras obras faraônicas da ditadura, a Transamazônica também foi repleta de contradições e problemáticas que precisam ser destacadas. Um ponto a ser levantado são as “intenções escusas” para a construção da rodovia. Dentre elas, o uso da Transamazônica como projeto de grande impacto para a legitimação do governo através da propaganda e o provável beneficiamento das grandes empreiteiras do Sul do país que participaram das obras. Já que, assim como nos outros grandes projetos de engenharia, nas obras da Transamazônica também houveram denúncias de corrupção.

As relações da ditadura com empreiteiras foram muito bem exploradas na tese de Pedro Henrique Pedreira Campos, “A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985”<sup>8</sup>. De acordo com o autor, a construção de estradas foi uma tendência durante a ditadura, sendo as construtoras e multinacionais do setor automobilístico duas grandes interessadas nestas obras que priorizavam o transporte rodoviário<sup>9</sup>. Contudo, Pedro Campos afirma que as empreitadas de grandes rodovias na região Amazônica tiveram características específicas em comparação a investimentos no setor de transportes de outras regiões brasileiras:

Na Amazônia foi diferente. Ali, novos desenhos de estradas foram criados, expressando uma política de colonização e avanço de capitais. A região era dotada de recursos pouco explorados, que poderiam servir, segundo o discurso oficial, ao desenvolvimento do país. Houve no desenho dessas rodovias o encontro de interesses agregando: empresas minerais desejosas do acesso a regiões ricas em minérios, com vias para escoamento da produção; interesses fundiários e agrários que viam possibilidades de expansão agrícola e especulação com a terra; um elemento geopolítico e estratégico, com princípios de defesa e povoamento de regiões “desabitadas” e da região de fronteira; e, por fim, e não menos importante, as empreiteiras, aliadas às fabricantes de equipamentos e de automóveis, pressionando e influenciando na implementação desses projetos<sup>10</sup>.

7 MÉDICI, Emílio Garrastazu. Sob o signo da fé, 08 de outubro de 1970. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM.

8 Esta tese defendida em 2012 na Universidade Federal Fluminense foi publicada pela editora da Universidade (Eduff) com o título “Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”. A obra ganhou o prêmio Jabuti em 2015 na categoria “Economia, Administração, Negócios, Turismo, Hotelaria e Lazer”.

9 CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

10 CAMPOS, *A ditadura dos Empreiteiros*, p. 468-469

Apesar de todos os interesses contraditórios que circundavam a construção da Transamazônica e da propaganda do governo que insistia em divulgar apenas as possíveis benesses que a existência da rodovia poderia trazer para a formação do “Brasil Grande”, alguns problemas ficaram, inevitavelmente, à mostra. Exemplos desses questionamentos que não poderiam ser ignorados nem mesmo pelos entusiastas da grande estrada amazônica estão no livro do jornalista Flavio Alcaraz Gomes, “Transamazônica: a redescoberta do Brasil”, publicado em 1972.

Gomes foi convidado pela própria ditadura para visitar a Transamazônica e documentar o que visse. De acordo com trecho do próprio livro, ele teria sido escolhido por ser um jornalista “sério e honesto” que iria registrar o que testemunhasse com “honestidade e espírito construtivo”<sup>11</sup>. Apesar de Gomes dizer que buscaria a isenção a todo custo em seu relato, trazendo à tona os problemas identificados na Transamazônica, percebe-se um tom bastante ufanista e otimista em seu texto. Mesmo ao descrever os pontos negativos no projeto da rodovia, ele sempre dizia que o governo estava trabalhando arduamente para encontrar as soluções cabíveis.

Sobre os problemas identificados por Gomes, destacam-se a assistência médica precária, a questão indígena, a falta de escolas para os moradores das localidades próximas a rodovia, o questionamento sobre a fertilidade das terras distribuídas e as chuvas intensas, que faziam ser necessário a reconstrução constante de vários trechos da Transamazônica.

Portanto, as promessas da Transamazônica foram apenas parcialmente e precariamente cumpridas. A integração nacional, tão propagandeada, não se efetivou. Por outro lado, os custos foram altos, seja em valor monetário, seja em vidas humanas.

A promoção de grandes obras e de uma economia capitalista tutelada pelo Estado, alinhada aos ideais integradores que levam em conta as estratégias geopolíticas de ocupação e tomada da Amazônia, além da disseminação de um sentimento ufanista e da repressão às oposições resumizam o lema “desenvolvimento com segurança” propagado pela ESG. Portanto, o desenvolvimentismo da ditadura militar é parte da execução da DSN no Brasil, uma vez que traz consigo a defesa do capitalismo, o controle autoritário do Estado e a disseminação de um sentimento nacionalista avesso ao comunismo. As majestosas obras faraônicas simbolizam o crescimento econômico, uma suposta vitória da ditadura e de seus ideais integradores e modernizadores. Por isso, elas são utilizadas constantemente para legitimar o governo ditatorial e estimular o patriotismo. “Ser brasileiro” na ditadura é defender o Estado, ter orgulho de suas obras e lutar contra toda a qualquer demonstração contrária a isso.

A preocupação com a Amazônia era tema central nos projetos desenvolvimentistas da ditadura e na busca pela garantia da segurança nacional. Os militares trataram de criar diversos organismos governamentais para colocar em ação os planos para a região. O processo de criação e

11 GOMES, Flavio Alcaraz. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Livraria Cultura Editora; Springer Adminal, 1972.

funcionamento desses órgãos foram permeados pela formação e reformulação de representações sobre a Amazônia, que foram utilizadas para dar às ações do governo uma fachada de legalidade em três diferentes níveis: o regional, o nacional e o internacional. Assim, a propaganda oficial, com a ajuda dos veículos de comunicação, contribuiu para concretização desses planos, legitimação do regime e constituição de uma memória positiva sobre o período ditatorial. Certamente, essa memória é múltipla. Mas, foi grande o esforço da ditadura e de seus admiradores em transformá-la em algo positivo, um legado.

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi reelaborado em 1966. Em síntese, alguns de seus objetivos eram: promoção de pesquisas e levantamentos que servissem de base para as atividades econômicas praticadas na região, buscando definir o verdadeiro potencial econômico da Amazônia; incentivo ao desenvolvimento, alcançando áreas cada vez maiores; formação de grupos populacionais estáveis, especialmente nas fronteiras; adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, especialmente o Nordeste; "maior organização no aproveitamento dos recursos naturais da região, mas somente incentivando a economia extrativista quando esta não pudesse ser substituída por atividade mais rentável"<sup>12</sup>; incentivo à expansão da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes para o sustento das populações locais; qualificação da mão de obra da região; uso de recursos federais e privados para promover o desenvolvimento: "[...] dever-se-iam resguardar para a iniciativa privada as atividades econômicas rentáveis (industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos), ficando a parte de infraestrutura, planejamento e pesquisa com o governo [...]"<sup>13</sup>; investimento nas áreas de comunicação e transporte.

A ditadura, após traçar os novos objetivos em relação à Amazônia (muitos deles semelhantes às propostas anteriores), criou e reformulou diversos órgãos e programas dedicados a colocar os planos em ação. A primeira reformulação feita pela ditadura, antes mesmo de lançar as diretrizes do novo Plano de Valorização da Amazônia, foi a transformação do Banco de Crédito da Amazônia no Banco da Amazônia S.A, o BASA, em setembro de 1966.

O BASA se torna o principal dispositivo bancário da ditadura na administração de recursos, incentivos fiscais e financiamentos para a região amazônica. Sua relevância tem caráter estratégico, uma vez que ele é um banco público, voltado para executar as diretrizes do governo e, além disso, é um instrumento financeiro próprio da Amazônia, que chegou aos interiores que demais agências bancárias não chegavam. Assim, o alcance do BASA favorece o controle financeiro do território, ao mesmo tempo em que legitima o governo ditatorial junto à população local, visto que boa parte dos moradores do interior não contavam com nenhum banco até a criação do BASA.

Praticamente junto ao BASA, foi inaugurada a SUDAM, subordinada ao Ministério do Interior. As duas instituições teriam que trabalhar lado a lado garantindo a execução do Plano de

12 CARDOSO; MÜLLER, *Amazônia: Expansão do capitalismo*, p. 112-113.

13 CARDOSO; MÜLLER, *Amazônia: Expansão do capitalismo*, p. 113.

Valorização da Amazônia. Dentre as atribuições da SUDAM, destacam-se: coordenação e supervisão dos programas e planos de outros órgãos federais que estejam atuando na Amazônia; revisão periódica do Plano, de acordo com as necessidades regionais e avanço das pesquisas de reconhecimento do território; fiscalização e distribuição de verbas na Amazônia (oriundos de incentivos fiscais, por exemplo); incentivar, promover e divulgar pesquisas sobre a região amazônica<sup>14</sup>. Desta forma, a SUDAM operava como um guarda-chuvas de planos e projetos na Amazônia, sendo seu papel coordenar todos eles e adequá-los às premissas do Plano de Valorização.

A SUDAM era um organismo estranho dentro da Amazônia, que tinha como propósito garantir que os projetos da ditadura fossem ali aplicados. Ademais, muitos dos investimentos no território amazônico partiram de fora dela e boa parte dos retornos financeiros desses investimentos retornaram para seu lugar, de origem exógena. Segundo Pere Petit<sup>15</sup>, em 1968, 60% do total de projetos apresentados à SUDAM eram de empresários que tinham depositado 50% do valor total de seus impostos na agência do BASA de São Paulo. Sobre esse mesmo assunto, o autor também cita uma fala do jornalista Lúcio Flávio Pinto, na qual ele teria dito que “as críticas mais constantes à SUDAM passariam a ser feitas por empresários e governantes da própria região e os elogios, pelos investidores de fora”<sup>16</sup>.

Desenvolver a Amazônia era como um esforço de guerra. E isso não é de se impressionar, visto que a ditadura constituiu um Estado de exceção que se alimentava de uma batalha “sem fim” contra a subversão, uma ameaça muitas vezes invisível, mas construída pelo medo e que fomentava uma busca infundável pela segurança nacional.

Nessa guerra pelo desenvolvimento civilizatório, capitalista e opressor, os mais variados organismos foram criados e as vítimas foram muitas. Mas, como em toda guerra, nesta modernização conflituosa também há quem diga que “os fins justificaram os meios”.

A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia), o FIDAM (Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia), o RADAM (Radar da Amazônia), o POLAMAZÔNIA (Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) e o Projeto Grande Carajás são apenas algumas das “criações” da ditadura para a região amazônica. Além desses, cabe citar o INCRA (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária), o PIN (Programa de Integração Nacional), o I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que atuaram diretamente no território.

Portando, ao analisar a presença da ditadura na Amazônia é preciso ter em mente que a modernização implantada na região é fundamentalmente autoritária. Ela pode ter trazido alguns benefícios para parcelas da população local e pode ter melhorado razoavelmente certas condições

14 CARDOSO; MÜLLER, *Amazônia: Expansão do capitalismo*, p. 115.

15 PETIT, Pere. *Chão de Promessas. Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 256.

16 PETIT, *Chão de Promessas*, p. 256

nas áreas de energia e transporte, por exemplo. Porém, os conflitos existiram, vidas foram sacrificadas, culturas foram subjugadas e dizimadas. O homem da região, nas várias camadas sociais, foi pouco ouvido e teve pequena participação nessa corrida para o desenvolvimento em comparação com o próprio Estado e grupos particulares das outras localidades do país. Assim, mesmo que a propaganda tenha sido efetiva, gerando memórias positivas da ditadura na região amazônica nos dias atuais, muitas das consequências negativas dessa modernização conflituosa também perduram no presente.



# O relatório Figueiredo, política indigenista e ditadura militar no Brasil

Talita Gama de Magalhães<sup>1</sup>  
talita.jc@hotmail.com

## Resumo

O Relatório Figueiredo é um grande conjunto documental produzido no decorrer de 1967 a partir de uma Comissão de inquérito, presidida pelo Procurador da República Jáder Figueiredo, constituída para apurar irregularidades do SPI. A comissão de inquérito apurou muitas irregularidades dentro do órgão, percorrendo o território brasileiro em busca dos postos indígenas submetidos ao SPI. Finalizado e entregue em 1978, o relatório foi dado como perdido, sendo encontrado por um membro da Comissão Nacional da Verdade em 2012, no Museu Nacional do índio, na cidade do Rio de Janeiro. Em 2014 foi anunciado a sua descoberta e feita sua divulgação e disponibilização digital na internet para consulta e pesquisa. O relatório traz graves denúncias de violações aos direitos indígenas sob a gestão do SPI. Dentre os muitos crimes praticados e denunciados no relatório, estão roubo de patrimônio e exploração do trabalho indígena. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi o órgão indigenista federal responsável pela gestão dos postos indígenas, entre os anos de 1910 a 1968, vindo a ser extinto e em seu lugar, seria fundado, a Fundação Nacional do índio (FUNAI), durante o período da Ditadura militar. Há muito a historiografia indigenista se dedica a entender a proteção tutelar que o Estado exerce sobre os povos originários no Brasil. Podemos citar Antônio Carlos de Souza Lima, com uma vasta produção que se alinha a esta temática de forma pioneira. Antônio Carlos, visualiza a tutela desses órgãos como exercício de poder e dominação dos povos indígenas. Este trabalho se propõe a analisar o inquérito processual descrito no Relatório Figueiredo e sua possível participação direta, através de suas inquirições, na dissolução de uma instituição federal. Analisar, qual o papel de um relatório produzido pelo estado, no contexto histórico que depôs o SPI e fez nascer a FUNAI. Apresentar uma possível correlação e reflexão histórica acerca da fonte, como sendo resultado direto de burocracia estatal.

**Palavras-chave:** Relatório Figueiredo, indigenismo, ditadura militar.

## O Relatório Figueiredo

Em 10 de junho do ano de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes, no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), graves

---

1 Mestranda em História Social pelo Programa de Pós graduação da Universidade Federal do Amazonas.

denúncias contra o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – órgão federal que prestava assistência às populações indígenas – foram levadas a cabo. A referida comissão apuraria as denúncias, com o fim de corrigir supostas irregularidades dentro da entidade. Na tarde daquela segunda feira, depoimentos importantes eram aguardados.

Desde o dia 25 de abril do mesmo ano, data em que se inicia o trabalho da CPI na Câmara, funcionários do governo, figuras públicas e pessoas relacionadas diretamente à administração do SPI foram convocadas a depor sobre o funcionamento dos postos indígenas e Inspetorias do órgão, intervalados pelo país. O requerimento da CPI foi solicitado pelo deputado federal por Mato Grosso, Édison Garcia (UDN)<sup>2</sup>, e, segundo ele, partiu de uma série de irregularidades, constatadas na gestão do SPI naquele estado.<sup>3</sup> A denúncia foi acatada com base em seu depoimento e em documentos entregues por ele. Édison Garcia acusava o SPI não somente de irregularidade administrativa, mas de crimes contra os índios, lesão nas contas do Estado, bem como incitação dos indígenas contra fazendeiros e posseiros em terras arrendadas e fronteiriças, degenerações que se referiam ao ano de 1962. A lista foi extensa, e o depoimento de Garcia, prolixo. Segundo ele, 139 deputados acordaram seu requerimento a uma CPI que apurasse as irregularidades da administração do SPI. O inquérito foi aberto dando início às investigações, com ciclos de depoimentos prestados afim de compor o quadro de denúncias e acusações.

A CPI de 1963 seria apenas a primeira dentre muitas investigações que se seguiram e perduraram até 1968, com repercussão nacional e internacional. Esse processo investigativo acarretou na extinção do SPI como órgão indigenista e a posterior criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), com promessa de novo modelo indigenista. Depois de sua divulgação em 68, o volume documental derivado deste inquérito foi supostamente perdido, ou propositalmente lançado no esquecimento, sendo apenas resgatado muito recentemente, em 2012, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade.

O conjunto documental desse relatório é integrado por documentos de diferentes tipologias. Para entender sua composição, deve-se observar comissões de inquérito integradas em momentos distintos.

Como já dito anteriormente, as primeiras denúncias levadas a cabo, foram feitas em 1963, e que originaram, com a Resolução nº 01/63, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa CPI solicitaria depoimentos e percorreria os Postos que haviam sido alvo das denúncias apresentadas na câmara dos deputados. Muito da documentação derivada deste inquérito se perdeu num incêndio no Ministério da Agricultura em junho de 1967.

Após o encaminhamento do relatório desta comissão, em 1965, o então Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, solicitou uma nova comissão de inquérito, através da Portaria nº

2 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edson-brito-garcia>

3 Depoimento da Deputado Édison Garcia em 24 de abril de 1963. In: Relatório Figueiredo, Vol. I, p. 109.

174 de 24 de Julho de 1967, a fim de apurar as denúncias constantes na resolução de 1965, da Câmara dos Deputados.<sup>4</sup> A comissão definida por Albuquerque Lima foi composta por Jäder Figueiredo Correia (Procurador de Categoria), Francisco de Paula Pessoa (Técnico de Administração), e Udmar Vieira Lima (Técnico de contabilidade). Posteriormente à indicação da comissão, Max Luix Nóbrega (escrevente datilógrafo) seria indicado para ser secretariar os trabalhos. Ao início do processo, Figueiredo, presidente da CPI, solicita cópias de documentos que faziam parte do inquérito de 1963, anexando-os aos autos do novo inquérito<sup>5</sup>. A partir de então, o volume se tornou uma junção documental de todo o inquérito a partir de 1963.

De acordo com Figueiredo, “sofrendo a angústia de tempo”, a comissão da Câmara dos deputados somente foi capaz de investigar uma pequena área administrativa que correspondia respectivamente à jurisdição da 5ª, 6ª no Mato Grosso e 1ª Inspeção, no Amazonas<sup>6</sup> e que correspondia às denúncias acatadas. Entende-se que a comissão de Figueiredo contemplou inicialmente o contexto dos documentos produzidos pela C.P.I de 63, para só a partir de novembro de 1967, após a instituição de nova comissão, com nova abrangência, apura as irregularidades dentro de outras inspeções da jurisdição do SPI. A partir daí, da comissão de Figueiredo, foram produzidas provas testemunhais e documentais, e “Ouviram-se dezenas de testemunhas, juntaram-se centenas de documentos nas várias unidades da Sede e das cinco Inspeções visitadas”<sup>7</sup>.

Dentro de 7 meses, já em 1968, Jader Figueiredo concluiu o relatório, no qual indicava nomes e possíveis implicações nos crimes descritos no documento. Esse relatório foi uma síntese do inquérito processual, possui 68 folhas e foi entregue ao ministro Albuquerque Lima. Em conclusão, Figueiredo sinaliza o encerramento das atividades daquela comissão, devido aos prazos legais, e que seria necessário mais tempo para os acusados e sua defesa<sup>8</sup>.

Jader Figueiredo assinalou e fez denúncia esquemática das violações cometidas contra os indígenas.<sup>9</sup> O relatório denunciou todo tipo de violência contra os indígenas alcançados pela comissão de inquérito. Massacres de grupos inteiros em atos deliberados, cometidos por diversas frentes, com grande indicação de que tenham sido executados sem que o SPI tenha se colocado em defesa desses povos, como deveria ser a sua premissa institucional. Além disso, a prática de roubo, exploração do trabalho indígena entre outras acusações, de terem sido praticados por funcionários do SPI. Mais de 134 pessoas são arroladas ao fim do documento, listadas com suas infrações e indicadas a investigação pelo relator da Comissão de inquérito.

Os documentos, até esse momento das investigações, compõem os vinte primeiros volumes do processo. A partir daí, Albuquerque Lima então constitui nova comissão, com

4 Portaria 154 de 24 de julho de 1967. Ministério do Interior. In. Relatório Figueiredo, Vol I, fl.2.

5 Ofício nº 5 da Comissão de Inquérito nº 154 de 1967. In. Relatório Figueiredo, Vol I, fl. 23.

6 Relatório final encaminhado ao Ministro do Interior. In. Relatório Figueiredo, Vol XX, fl. 4911.

7 Relatório Figueiredo, Vol XX, fl. 4911.

8 Relatório final encaminhado ao Ministro do Interior. In. Relatório Figueiredo, Vol XX, fl. 4978.

9 Relatório Figueiredo, Vol XX, fl. 4916.

outros membros, mas ainda encabeçada por Jäder Figueiredo. Essa comissão daria continuidade às inquirições contra o SPI, o que incluía apresentação da defesa dos acusados. Os dez volumes restantes são cópias e documentos da continuidade do processo, documentos anexados a partir de março de 1968, e totalizam 6.969 páginas ao todo. Atualmente o relatório encontra-se digitalizado na íntegra e pode ser acessado por meio do acervo digital do Museu do Índio<sup>10</sup>.

O relatório com as conclusões do inquérito de Jader Figueiredo foi publicado em Diário Oficial em setembro de 1968. Com a pressão, o Brasil seguia atravessado de instabilidades geradas por mudanças de cunho constitucional. No final daquele mesmo ano, em 13 de dezembro, é instaurado o Ato Institucional nº5, o que significou um maior endurecimento na política interna brasileira. O Congresso nacional foi fechado e com ele todos os inquéritos em curso, incluindo a CPI do Índio, a comissão que se seguiu à de Jader Figueiredo e que foi instaurada ainda em 1968 para aprofundar os problemas da gestão indígena.

Elena Guimarães destaca a hipótese de que, por ocasião da configuração política que se instalou com o AI5, “os documentos foram arquivados e oportunamente esquecidos”<sup>11</sup>. Chegou a ser veiculado que o volume documental da comissão de inquérito tenha sido perdido no incêndio do Ministério da agricultura, porém, o incêndio ocorreu em junho, enquanto que a comissão no Ministério do Interior somente foi instituída em julho do mesmo ano.

A Funai se ergueu como novo órgão protecionista, porém, com a política de integração articulada pelo governo militar no Brasil, a instituição novamente foi omissa em não defender os interesses dos povos indígenas. Um exemplo foi o caso do desenvolvimento dos projetos de construção de rodovias e estradas em território indígena. Fazia parte de uma política de integração e da questão da ocupação militar da Amazônia que vinha sendo noticiada com frequência desde os primeiros meses de 1967. Eduardo Gomes diz que a Funai “assimilou” esse discurso integracionista do governo civil-militar e, citando o antropólogo Shelton Davis, sinalizou essa intenção através do discurso do General Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da FUNAI:

Minha tarefa será a de integrar o índio na sociedade nacional, porque é impossível deter o processo de desenvolvimento do país com o argumento de que os índios deveriam ser protegidos e mantidos em seu estado puro. General Smarth de Araújo Oliveira. Presidente da Fundação Nacional do índio.<sup>12</sup>

O trecho do discurso do General Ismarth evidencia que as mudanças jamais viriam para esse “novo” órgão. O militarismo, agora mais articulado à FUNAI, com o governo federal agora ainda mais rígido pela ditadura civil-militar pós1968.

10 Endereço para acesso ao acervo digital: <<http://basearch.museudoindio.gov.br>>

11 GUIMARÃES, Elena. O Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UERJ, 2015. p.56.

12 GOMES, Eduardo. Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e resistência dos Waimiri Atroari (1964-2014) Dissertação (Mestrado em História). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015. p.31.

Apesar da grande repercussão da comissão de inquérito que envolveu o Serviço de Proteção aos Índios, pouco se sabe sobre a transição do SPI para a FUNAI. A relação entre essa mudança e a comissão de Jader Figueiredo parece concreta. Sobre isso, Souza Lima diz:

A extinção do Serviço e a criação da Funai, em 1967, ainda que atendendo também a uma necessidade de conferir no plano internacional, visibilidade positiva aos aparelhos de poder de Estado no país – fruto da importância do financiamento externo para as transformações que se queria implementar –, devem ser entendidas como dentro de um movimento mais geral de redefinição da burocracia de Estado, realizado nos anos de 1967-8, quando se preparava mais um fluxo de expansão econômica e da fronteira agrícola do país, com a consequente montagem de alianças e esquemas de poder que a ditadura militar implantaria.<sup>13</sup>

Souza Lima não cita diretamente o relatório da comissão de Jader Figueiredo, mas sublinha a mudança transcorrida em face dos problemas internos do SPI, somados à fatores das relações comerciais e à necessidade de manutenção da imagem do país no exterior, já que uma nova estrutura política era implantada no Brasil. A hegemonia, disputada em espaços de poder, encontrou seu curso e se acomodou em novos moldes.

É necessário que se pense agora a história da Funai e dos enredos dessa transição nas permanências dessas violências, naturalizadas pela atuação do Estado sobre esses povos. A continuidade de práticas desarticuladoras de direitos deve ser tomada “seja para o passado mais tardio, que se deve ter a coragem de desnaturalizar, seja para os anos mais recentes para os quais tem também o papel de denúncia”.<sup>14</sup> O conteúdo do relatório caiu no esquecimento e somente foi redescoberto em 2012, no Museu do Índio.

O Relatório Figueiredo pode ser lido como uma longa e acurada documentação a respeito da violação dos direitos indígenas no Brasil, mas que falhou em cumprir o papel de denúncia criminal. Da mesma maneira, seria errôneo tratar do Relatório como um divisor de águas na história do indigenismo ou que sua divulgação resultou em medidas administrativas que efetivaram a ação da CPI que o originou. Impõe-se a tarefa de superação de “ingenuidades” ao analisar esses “documentos-monumentos”<sup>15</sup>, devendo-se considerá-los em seu momento de produção.

Tomamos o ano de 1964 não um marco divisor, instituindo não um fato em si, mas um processo histórico que transcorria, sem que as balizas temporais aqui adotadas sirvam de camisa-de-força para a reflexões acerca do documento. Porém, ao caminhar na contramão e recusar o silêncio de supostos “vencidos”,<sup>16</sup> não devemos descuidar no que seja talvez, o equívoco da supressão da relação do militarismo com a política brasileira e sua intervenção na direção do SPI. É possível estabelecer as relações de poder e fixar os agentes envolvidos.

13 LIMA. O governo dos índios sob a gestão do SPI, p. 170.

14 LIMA. O governo dos índios sob a gestão do SPI, p. 170.

15 LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.pp.

16 DECCA, Edgar de. 1930: O silêncio dos vencidos. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

### Política indigenista e Ditadura Militar

Ao retroceder à história do SPI e observar os meandros sobre os quais fora construído e dirigido através dos anos, foi fácil encontrar e analisar perspectivas de relação entre esse órgão e o período da ditadura civil-militar, momento de produção do relatório. Além disso, temos a instigante produção do Relatório, em pleno processo histórico desse período, não obstante as circunstâncias da sua divulgação e possíveis desdobramentos. Entendo que o indigenismo no Brasil foi uma prática intrínseca ao militarismo e uma prática persistente e recorrente durante a existência do SPI, foi a relação de militares com a gestão de povos indígenas. Antônio Carlos de Souza Lima compreende essa prática como vestígios históricos do nosso passado colonial<sup>17</sup>. Concordo que a ideia dos militares como supostamente qualificados para lidar com as questões nacionais, reverbera ainda nos dias de hoje. Podemos verificar essa constante histórica no quadro de diretores do SPI, sendo sua maioria, militares<sup>18</sup>.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi criado pelo Decreto nº 872, de 20 de junho de 1910, com a intenção de “catequizar indígenas e reabilitar o trabalhador nacional”. Embora a partir de 1918 o Serviço tenha perdido a responsabilidade sobre os trabalhadores nacionais, a prática tutelar do SPI, marcadamente militarista, perseguiu através dos anos na intenção de “transformar” o indígena em trabalhador rural, segundo padrões entendidos pela oficialidade do que seria o trabalho rural à época.<sup>19</sup> Marechal Rondon, vulto conhecido pelas incursões militares de contato com indígenas em território brasileiro,<sup>20</sup> dentre outras questões, foi convidado a dirigir o órgão. Em 1911, por decreto oficial o SPILTN foi regulamentado, tendo como finalidade a assistência plena aos indígenas e o estabelecimento de “centros agrícolas” aos trabalhadores nacionais.<sup>21</sup> Esse regulamento instituiu um quadro funcional: em primeira instância estavam as povoações indígenas (antigos aldeamentos) relacionados à administração dos Postos e ao território de ocupação e contato direto com os indígenas, tinham um diretor em cada povoação; em segunda instância, estavam as inspetorias regionais, responsáveis pela administração de divisões regionais. Neste mesmo ano foram estabelecidas dez Inspetorias, com um responsável para cada regional. No momento das investigações que compuseram o Relatório podemos observar que pouca coisa nessa configuração foi modificada. Em ofício que respondia a questões

17 LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal da Cultura: Fafesp, 1992. p.160.

18 LIMA. O governo dos índios sob a gestão do SPI, p. 159.

19 LIMA. O governo dos índios sob a gestão do SPI, p. 159.

20 Outras problematizações da atuação de Rondon no estabelecimento de contatos com indígenas e o planejamento “civilizatório” de suas incursões, cf.: MACIEL, Laura Antunes. A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. Tese (doutorado em História). São Paulo: PUC-SP, 1997.

21 Art. 1 do Decreto nº 9.214 de 15 de dezembro de 1911. Regulamento do serviço de Proteção aos índios e Localização dos trabalhadores nacionais. Conselho Nacional de Proteção ao índio. Publicação de nº 94. (Anexo nº 7. Assuntos indígenas). In: Coletânea de Leis, Atos e Memoriais referentes ao indígena brasileiro compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1947.



quantitativas acerca da administração do SPI em território brasileiro, podemos observar que pouca coisa nesse quadro mudou. Existiam em 1963, 105 postos indígenas em território brasileiro, sendo 8 deles no Estado do Amazonas, e nove inspetorias regionais supervisionavam tais postos. O Amazonas fazia parte da 1ª Inspetoria, juntamente com o Acre, que tinha sede em Manaus. Neste mesmo período, a área territorial total do SPI é ignorada pela administração do órgão.<sup>22</sup>

É possível perceber que a configuração administrativa do SPI não mudou drasticamente desde a sua criação e, visando questões relacionadas aos povos indígenas dentro do território nacional, foi também necessário estabelecer a legalidade do Estado sobre esses povos. Dessa forma, guiado por noções de “capacidade civil” e “grau de civilização dos índios”, correntes à época, foi criado um estatuto jurídico específico para o indígena no Código Civil da época (Lei 5484 de 27/06/1928)<sup>23</sup>. Souza Lima destaca que este sempre foi um propósito estabelecido no Brasil, foi a primeira vez que algo assim foi realizado: “o índio” passando a ser caracterizado como tal, por vias legais. Uma vez sob a tutela federal, o SPI tinha plenos poderes sobre os povos indígenas, dentre outras responsabilidades regulamentadas. A União teria como dever fixar terras em território nacional para o SPI, respeitando as demarcações estaduais<sup>24</sup>. A esta altura, um novo cenário político se configurava, e é importante atentar, por ora, retrospectivamente os passos do SPI, para entender a ação dos atores envolvidos na movimentação das engrenagens políticas do período.

Para compreender a que forma o SPI se moldava naquele momento, é necessário guiar o olhar para o aparelho que o compreendia. As forças armadas estavam intrinsecamente relacionadas ao Serviço de Proteção aos Índios desde sua criação, em 1910. A partir de 1928, quando do estabelecimento do Estatuto do Índio, o Brasil caminhava irremediavelmente a um período de instabilidade política, com as forças armadas se mantendo em intensa atividade nesse período.

Os movimentos políticos de 1930, de diferentes correntes ideológicas e identidades de classe, e suas implicações na reorganização política nacional, davam sequência às lutas políticas e sociais dos anos 1920.<sup>25</sup> A massiva participação militar nesse ambiente político, sinaliza posicionamentos e aspirações sociais de parte dos militares. O movimento tenentista incidiu novas demandas àquela agenda política com significativa influência na conjuntura que se seguiria. Em dado momento o tenentismo veio a apoiar a chamada Aliança Liberal, de Getúlio Vargas, sendo supostamente aderido por militares, civis e políticos. Pesando ressalvas à ideia de “revolução”, Nelson Werneck Sodré pontua que “1930, foi, assim, uma etapa do desenvolvimento da revolução burguesa em

22 Ofício de nº 311 de 7 de maio de 1963, do Diretor do Serviço de Proteção aos índios, Cel. Moacyr Ribeiro Coelho ao Deputado Valério Magalhães, presidente da CPI. Relatório Figueiredo, Vol. I, pp. 56-111.

23 LIMA. O governo dos índios sob a gestão do SPI, p. 160.

24 Decreto de nº 5.484 de 27 de junho de 1928. Regula a situação dos índios nascidos em território nacional. In: Coleção de Leis, Atos e Memoriais referentes ao indígena brasileiro compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1947.

25 Para maiores discussões sobre o período, cf.: DECCA, Edgar de. Op. Cit.; VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato. São Paulo: Hucitec, 1997; CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, M.; FRANCO, M. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

nosso país”.<sup>26</sup> E a “revolução” suportada pela burguesia, buscou apoio dos latifundiários para deter forças antagônicas que pudessem emergir nesse cenário. Já sob o Estado Novo, é criado o Conselho Nacional de Proteção aos índios (CNPI).<sup>27</sup> E o SPI é submetido mais uma vez ao Ministério da Agricultura<sup>28</sup>. Em 1942, o regimento institucional é estabelecido<sup>29</sup>.

Segundo Souza Lima, para o SPI foi um período de “ênfase na gestão do patrimônio indígena”. O autor também argumenta que através da Seção de Estudos, efetivamente implementadas em 1945, ideias de preservação e aculturação ganharam espaço, coincidindo com a inclusão de civis no departamento (um período de exceção dentro do SPI que teria ocorrido até 1955). No entanto, as “pequenas variações à prática protecionista” estão localizadas nesse momento ímpar do SPI. Souza Lima encontra nos Boletins do SPI as práticas que persistiam ainda ao ideal de trabalhadores agrícolas.<sup>30</sup> Em 1963 o SPI se afirmava em definitivo como o gestor do patrimônio indígena em detrimento das denúncias contra o genocídio amplamente divulgado, mantido até sua dissolução. Na teoria, a função o SPI continuou a perseguir os ideais de transformar os indígenas em trabalhadores nacionais. Na prática, o SPI se tornou um órgão de corrupção desmedida, onde os indígenas foram violentados sistematicamente até estarem na beira de um escândalo internacional e acabar ocasionando a sua extinção.

A relação do SPI com o militarismo foi estreita desde sua fundação e seguiu mesmo após sua extinção. O indigenismo continuou a ser prejudicado pelos ideais militaristas que relegaram os povos indígenas a espaços cada vez mais reduzidos, sujeitos a extermínios sistemáticos e outras violências, principalmente enquanto se colocavam no caminho de projetos desenvolvimentistas.<sup>31</sup> Em outros casos, manejados debaixo dos planos de tutela militar, etnias inteiras sofriam o terror de terem suas identidades deformadas não somente pela violência física, mas também a violência simbólica.<sup>32</sup>

A violação aos direitos indígenas se insere em um contexto muito amplo e que perpassam períodos históricos do Brasil.<sup>33</sup> Da mesma maneira, a prática tutelar exercida pelo Estado, tem

26 SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 327-328.

27 Decreto Lei nº 10.652 de 16 de outubro de 1942.

28 Decreto Lei nº 1736 de 3 novembro de 1939.

29 Decreto Lei nº 1886 de 15 dezembro de 1939.

30 LIMA. O governo dos índios sob a gestão do SPI, p. 159.

31 Ver: GOMES, Eduardo. Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e resistência dos Waimiri Atroari (1964-2014) Dissertação (Mestrado em História). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015.

32 Em 2016 um documentário que retrata a resistência da etnia Krenak durante a ditadura militar foi lançado. Com o nome de Guerra sem fim, o documentário guarda a memória de depoimentos de indígenas que vivenciaram a violência da ditadura militar contra essa etnia. Guerra Sem Fim. Direção: Vitor Blotta. Produção: MPF, Inês Prado Soares, Unnova, Vitor Blotta. Unnova Produções em parceria com o Ministério Público Federal (MPF - 6CCR; PR-MG; PRR 3a Região). Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DfkGV-fkJPAM>> Acesso em: 30/07/2018.

Ver também: BARRETO, Marcos Rodrigues; ELTERER, Edylane. Memórias Indígenas na Ditadura: Cárcere e Tortura no Reformatório Krenak. In: Congresso Internacional de História, n. 7, 2015, Maringá, Anais Eletrônicos. Maringá, UEM, 2015.

33 Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos do Índio. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

diferentes momentos.<sup>34</sup> Apesar de todas as sevícias que a tutela do Estado lhes impôs e continua a impor, o que a história indígena tem experimentado cada dia mais, é o crescimento e o fortalecimento das resistências culturais a eles atribuído. Mais do que apoio, é necessário que cada vez mais a esses povos tomem seu lugar de fala, para o fortalecimento do seu protagonismo na busca pela reparação dos crimes contra eles cometidos.

Um documento, embora possa ter tido determinada intencionalidade em sua produção, pode revelar muito mais do que ali intencionalmente se evidencia. O Relatório Figueiredo possui meandros na configuração da comissão de inquérito que precisam ser lidos e relatados. Ainda há generosas problematizações a serem feitas deste documento. Sua divulgação, faz parte de um intenso trabalho para preservação da memória da violência cometida pelo Estado contra grupos e minorias. Muito ainda há de ser problematizado. É um diálogo, paciente e como disse Walter Benjamin, é “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança”.<sup>35</sup>

---

34 Ver: LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre Tutela e Participação: povos indígenas e formas de governos no Brasil, séculos XX e XXI. In: *Mana*. Rio de Janeiro, vol. 21 n° 02, agosto/2015.

35 BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 244-5.

## O Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba: análise de acervo documental

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares<sup>1</sup>  
terezadantas92@hotmail.com

### Resumo

Esta proposta de comunicação busca apresentar e relatar a trajetória e os resultados de pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2016 e 2017 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do projeto: *A sociedade civil sob vigilância: Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985)*; tendo como recorte específico o plano de trabalho: *Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: A vigilância sobre os políticos e militantes políticos na Paraíba (1964-1985)*. Orientado pelo professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, esse projeto visou analisar a vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI), sob a sociedade civil paraibana, entre 1964 e 1985, tal Serviço era encarregado de “subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contra-informações e promover a difusão adequada das informações.” (ANTUNES, 2001: 52). A fonte documental utilizada foram os arquivos do Fundo SNI – Agência Pernambuco, composto por mais de 7.000 documentos referentes aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com data de produção entre os anos de 1979 e 1990, disponíveis para pesquisa no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Nesta comunicação, buscaremos descrever o SNI, apresentar o corpo documental locado na Agência Pernambuco, analisar brevemente a atuação do Serviço no que concerne à vigilância à políticos e militantes na Paraíba, bem como indicar possibilidades de futuras pesquisas sobre o tema através desse vasto acervo documental.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar, SNI, Paraíba.

No projeto intitulado *A sociedade civil sob vigilância: Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985)*, vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e, sob a orientação do professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes<sup>2</sup>, trabalhei como pesquisadora bolsista especificamente com o plano de trabalho *Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: A vigilância sobre os políticos e militantes políticos na Paraíba (1964-1985)*<sup>3</sup>. Desta forma, cabe aqui destacar que tal projeto de pesquisa objetivava:

- 1 Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2017 com a monografia, “Políticos na Paraíba sob a vigilância do SNI (1979-1985)”. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Ver: <http://lattes.cnpq.br/7401628626997630>
- 2 Professor Doutor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ver: <http://lattes.cnpq.br/1940162740032485>
- 3 O outro plano de trabalho do projeto PIBIC em questão intitulava-se: *Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI)*

analisar a produção de informações feita pelo Serviço de Nacional de Informações (SNI) referentes a políticos profissionais paraibanos, tanto de oposição ao governo quanto da situação; aos militantes políticos; aos movimentos sociais no campo surgidos na conjuntura da transição da ditadura para a democracia e a Igreja Católica que auxiliava os referidos movimentos.<sup>4</sup>

Para a realização de tal objetivo, a fonte documental empregada ao longo da pesquisa foram os arquivos do Fundo SNI – Agência Pernambuco, que se encontram no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Estes arquivos são formados por, precisamente, 7.429, distribuídos entre os anos de 1979 e 1990, constituem-se como documentos referentes aos chamados quatro “Estados da Área”, para utilizar nomenclatura presente nos próprios documentos, são eles: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Devemos lembrar aqui que o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 13 de junho de 1964, era formado por uma agência central com sede no Distrito Federal e por “Agências Regionais, tantas quantas necessárias, com sede em capitais dos Estados ou cidades importantes.”<sup>5</sup> Nesse sentido, cabia à Agência Pernambuco, que funcionava na sede dos Correios no Recife, a operacionalização/instrumentalização sob os estados citados anteriormente.

No que concerne à função e objetivo do SNI, existe um consenso atualmente que o mesmo teria como função primordial “subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contra-informações e promover a difusão adequada das informações.”<sup>6</sup> Bem como, teria como objetivo, atender à um desejo dos estrategistas do golpe civil-militar e da ditadura militar que se seguiu, em especial a figura do general Golbery do Couto e Silva que, inclusive, teria contado com sugestões de consultores norte-americanos para a criação do SNI, tendo em vista que “o novo governo sentia-se desamparado de um sistema de coleta de informações seguras” e, sobretudo, queria implantar um serviço que estivesse em conformidade com a “doutrina de segurança nacional”.<sup>7</sup>

Em 1967, o SNI passou por um processo de ampliação, centrado na ideia de criação de uma vasta rede de espionagem pelo país.<sup>8</sup> Desta forma, as antigas Seções de Segurança Nacional dos ministérios civis foram transformadas em Divisão de Segurança e Informações (DSIS) e, estas,

---

*na Paraíba: A vigilância sobre os movimentos sociais no campo e a Igreja Católica na Paraíba (1975-1985)*, este ficou sob a responsabilidade da pesquisadora bolsista Olga Larissa Veiga Ferreira. Ver: <http://lattes.cnpq.br/0140103515729422>.

4 NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Projeto referente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvido pelo professor doutor Paulo Giovanni Antonino Nunes, durante o ano de 2017 na Universidade Federal da Paraíba pelo curso de História. Projeto PIBIC/UFPB. 2016, 13p.

5 ANTUNES, Priscila C. B.. *SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001, p. 53.

6 ANTUNES. *SNI e ABIN*, p. 52.

7 FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 40.

8 FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 176.

assim como as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), presentes em instituições públicas, tornaram-se órgãos complementares que compunham o SNI.<sup>9</sup> Em 1968, o Serviço passaria por outra “ampliação”, mas esta era menos de caráter estrutural e mais de caráter de ação. Tendo em vista que neste ano era promulgado o Ato Institucional N°5 (AI-5)<sup>10</sup> e tinha-se início a luta armada, era necessário, na visão dos chefes do regime, uma maior integração e troca de informações entre os órgãos de informações e inteligência e, a chamada polícia política.<sup>11</sup>

Seguindo o contexto de radicalização da ditadura iniciado com o AI-5 e atendendo aos interesses do grupo dos chamados “linha-dura” do regime, expostos no próprio texto do AI-5, iniciou-se o estabelecimento de um sistema de informação e de um sistema de segurança. Em 1970 foram criados: o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), que mediante a instrumentalização de seus órgãos era responsável, de forma geral, pelas prisões, investigações e interrogatórios (CODI-DOI)<sup>12</sup>, instrução de inquéritos (DOPS)<sup>13</sup>; e, foi criado também, o Sistema Nacional de Informações (SISNI), um sistema de espionagem e de censura, voltado para o recolhimento de informações.

O SISNI centrava-se no SNI, mas, contava ainda com: os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis (Divisão de Segurança e Informações, Assessoria de Segurança e Informações e/ou Assessoria Especial de Segurança e Informações), que eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos ministérios e das autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas; os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares (CIE, CISA, CENIMAR, M-20, ADIDAL, 2º/EME, 2º/EMAer, ADIAer, ADIex); o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM); e outros órgãos setoriais.<sup>14</sup>

Assim, com a estruturação dos sistemas de segurança e de informações, cabia aos órgãos que compunham o SISNI a coleta, análise e encaminhamento das informações consideradas importantes ao Presidente da República e também, aos órgãos que compunham o SISSEGIN para que estes pudessem dar prosseguimento às operações que fossem julgadas de importância para a segurança nacional, seguindo as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido, acreditamos que muitos dos documentos com que tivemos contato ao longo de nossa pesquisa, devem ter circulado entre os diversos órgãos do regime.

Como dito anteriormente, ao longo de nossa pesquisa trabalhamos especificamente com os documentos do Fundo SNI – Agência Pernambuco. Estes, por sua vez, possuem apontado como ano de produção dos mesmos, no formato em que tivemos acesso a eles, entre 1979 e 1985, os anos

9 ANTUNES. *SNI e ABIN*, p. 54.

10 Ato promulgado pelo então general presidente Arthur da Costa e Silva em dezembro de 1968. Considerado por muitos como o “golpe dentro do Golpe”, pois fechava de vez o regime ditatorial, retirando direitos individuais e políticos sem a necessidade de consultar o congresso, autorizava o presidente da República, independente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, dentre outros.

11 FICO. *Como eles agiam*, 269p.

12 Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamento de Operações e Informações.

13 Departamento de Ordem Política e Social.

14 SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. *Políticos na Paraíba sob a vigilância do SNI (1979-1985)*. 70 f. Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba, Graduação em História, João Pessoa, 2017, p. 23 e 24.



da chamada “abertura política do regime”<sup>15</sup> e os anos do último presidente militar do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Ao realizarmos uma ampla revisão bibliográfica sobre os anos da ditadura e, especificamente sobre o SNI, identificamos duas questões que nos ajudam a compreender a grande produção de documentos por parte do Serviço já, ou ainda, no período da chamada “abertura lenta, gradual e segura”. Primeiramente, é necessário destacar que o general Figueiredo, assim como o general e ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, havia sido chefe do SNI antes de assumir a presidência da República, assim, em concomitância com este fato podemos constatar que foi justamente durante o governo dos dois generais citados que o Serviço recebeu os maiores incrementos de recursos financeiros e físicos. Uma segunda constatação é que, a proposição da descompressão política e seu processo gerou incômodos à grupos militares, tendo em vista que o grupo dos chamados “linha-dura” e os que comandavam os sistemas de informação e de segurança que, haviam desfrutado de grande prestígio ao longo dos anos de Costa e Silva e de Médici, ficaram preocupados de qual seria seu futuro dentro do processo de abertura e, incentivaram a produção constante de informações visando demonstrar que os serviços ainda eram fundamentais ao regime e à segurança nacional.

Percebemos então que, ao unir os altos recursos de que dispunha o SNI, com o momento político e social que o país estava vivenciando, não é de se estranhar que o Serviço estivesse coletando informações e produzindo documentos a todo vapor. Principalmente, se levarmos em consideração a ideia de “distensão em estágios bem planejados” posta em prática pelos militares, em que, como podemos observar pela história política do Brasil, eles estiveram no comando do país até a última eleição indireta para presidente da República, mediante a vitória como vice-presidente e, posteriormente assumindo como presidente da República em 1985, do ex-partidário do regime e ex-senador pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), José Sarney eleito pela então Frente Liberal (FL).

Assim, partindo desta percepção da atuação do SNI entre os anos de 1979 e 1985, constatada mediante pesquisa bibliográfica, seguimos para a pesquisa nos documentos do Fundo SNI – Agência Pernambuco, tendo em vista que a justificativa para o projeto formulado pelo professor Dr. Paulo Giovani, era a “necessidade de se constatar o grau de vigilância que a chamada “comunidade de informações” exercia sobre a sociedade civil paraibana” durante a ditadura civil-militar brasileira.<sup>16</sup> Haja vista a grande quantidade de documentos, nossa pesquisa com os documentos seguiu a seguinte ordem: diminuição do recorte temporal, observação-seleção das fontes, divisão/separação dos documentos, elaboração de fichas, análise.

15 O processo de descompressão política da ditadura militar inicia-se em 1974 com a chamada “política de distensão ou de abertura” em estágios bem planejados pelo general e então presidente da República, Ernesto Geisel, com o auxílio do também general Golbery do Couto e Silva. O general João Baptista de Oliveira Figueiredo, como último presidente militar, deu continuidade ao processo. (ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989. 362p.

16 NUNES. Projeto PIBIC/UFPB. 2016, p.3.

Em um primeiro momento, tivemos que realizar um ajuste no recorte temporal a ser empregado, pois, nosso projeto de pesquisa havia sido pensado inicialmente para abarcar todo o período da ditadura militar brasileira, contudo, tendo em vista o ano de produção das fontes documentais com que estávamos trabalhando, decidimos por inserir um novo recorte temporal para análise, apenas os documentos que tiveram produção entre 1979 e 1985, ou seja, que foram produzidos durante os anos finais da ditadura militar brasileira, reduzindo assim o número para 5.536. Posteriormente, partimos para a observação destes documentos, visando, selecionar para nossa análise os que versavam sobre qualquer temática relativa ao estado da Paraíba. Em seguida, tendo em vista nosso plano específico de trabalho, separamos os que tratavam de políticos, partidos políticos, militantes políticos e eleições políticas referentes à unidade federativa aqui estudada e então elaboramos fichas sobre tais documentos. Por fim, realizamos a análise dos documentos em si e das informações neles contidas, buscando executar o cruzamento com a bibliografia<sup>17</sup> sobre o período, sobre o SNI e, tendo em vista as análises teóricas da Nova História Política<sup>18</sup>, objetivando alcançar um maior entendimento sobre o período, a temática estudada e as fontes utilizadas em nossa pesquisa.

- Desta forma, analisamos o documento como um todo, desde seu assunto e sua caracterização até seu conteúdo e as escolhas de termos. Observamos a estrutura dos documentos de forma geral; fontes e datas das informações; a forma como os assuntos eram abordados, a escolha de palavras; quem eram os indivíduos, grupos/organizações, partidos políticos, presentes nos documentos; como eram mencionados, observamos a presença de termos específicos.
- Haja vista a perspectiva com a qual escolhemos trabalhar, a da Nova História Política e, nos apropriando do entendimento do conceito de “cultura política” como apresentado por Rodrigo Patto Sá Motta<sup>19</sup>, questionamos: Qual a cultura política, ou quais as culturas

17 Nossa bibliografia sobre a ditadura militar no Brasil baseou-se, principalmente, na obra de Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, publicado pela Editora Vozes em 1985. Ao analisarmos a estrutura do sistema de informações da ditadura, o SNI e os demais órgãos de informações e espionagem do regime, utilizamos: *Como eles agiam*, obra de Carlos Fico (2001); *SNI e ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*, de Priscila C. Brandão Antunes (2001); *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula* (2005) e *Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura* (2015), ambos de Lucas Figueiredo.

18 Aquilo que hoje chamamos de Nova História Política ou História Política Renovada, foi fruto de uma revalorização do político no âmbito dos estudos históricos, muito decorrente, como destaca René Rémond em “Por uma História Política” (1996, p.6) dos novos debates em torno dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais. Nesse sentido, houve por um lado uma ampliação do que se entende por ação política, bem como, a política passou a ser vista em fatos coletivos, o conceito tornou-se mais amplo, trazendo seu estudo para vários outros setores da sociedade além do Estado. A nova história política passou a trabalhar com a curta, média e longa duração e envolvendo todos os atores no jogo político. E, tão importante quanto, a interdisciplinaridade com as demais ciências sociais se tornou fundamental para a nova história política, bem como maiores diálogos com outras modalidades no interior da disciplina, aumentando o leque de conceitos possíveis de serem empregados em uma análise de e sobre política, como é o caso do conceito de cultura política.

19 “Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropria-

políticas eram foco da vigilância do SNI? Havia distinções entre quem era foco da vigilância do SNI, governo e oposição? Em resumo questionávamos: como e quem o Serviço vigiava; e, como escrevia sobre essa vigilância. Ao realizamos estas perguntas para os documentos que tínhamos em mãos, partíamos do entendimento de Priscila Brandão Antunes: “as fontes produzidas pelos serviços de inteligência são de extrema importância para o esboço da complexa rede de informações articulada no período militar”<sup>20</sup>.

- É importante destacar que, ao trabalharmos com documentos produzidos pelos próprios órgãos do regime militar, ou seja, produzidos pela própria ditadura, estamos trabalhando com documentos de arquivos da repressão ou denominados “sensíveis”, que são assim chamados pois são “conjuntos que foram criados como instrumentos de repressão”<sup>21</sup>. Portanto, como pesquisadores, ao trabalharmos com tal documentação, devemos estar atentos ao que a fonte nos diz de forma direta, mas também como ela nos diz, porque ela nos diz determinada informação. Pois, especificamente estes arquivos do SNI, tinham justamente a função de informar ao regime, cabendo a nós a função de questioná-lo: o porque deste informe, se o mesmo é oriundo de um fato real, ou foi criado, distorcido, apenas para atender anseios repressivos do regime.
- Dito isto, sobre uma caracterização geral dos documentos do Fundo SNI que pesquisamos, identificamos que os mesmos eram muito diversificados, de forma que, destacamos a presença de documentos referentes à políticos paraibanos<sup>22</sup>, magistrados, militantes de organizações de esquerda, funcionários públicos, membros do clero paraibano e de indivíduos não-clérigos mas que atuavam em conjunto, membros de movimentos organizados do campo, professores de universidades públicas, estudantes secundaristas e universitários. Os documentos que mais encontramos foram os chamados juízos sintéticos e históricos de sujeitos de forma individual, ou seja, abordando especificamente sobre a vida da pessoa que era o “Assunto” do documento; também identificamos relatórios sobre eleições políticas; relatórios de reuniões e acontecimentos; relatórios sobre instituições ou grupos específicos, como a Igreja Católica, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), partidos políticos, movimento estudantil, Assembleia Legislativa, Governo do Estado, prefeituras, câmara de vereadores; além de documentos que tinham como assunto “aperfeiçoamento do processo eleitoral”; dentre outros.

---

ção de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) *Cultura Política na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 21.

20 ANTUNES. *SNI e ABIN*, p. 9 e 10.

21 THIESEN, Icléia. Informação, Verdade E Conhecimento: Memórias Em Litígio. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013). GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, 2013. Captado em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4015/3138> Acesso em: 20 de abril. 2018.

22 Tanto dos partidos políticos de oposição ao regime, MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e pós 1979, PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PT (Partido dos Trabalhadores), PP (Partido Popular), PCB (Partido Comunista Brasileiro), PC do B (Partido Comunista do Brasil); como de partidos que estavam alinhados com a ditadura, como a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) até 1979 e, posteriormente o PDS (Partido Democrático Social).

- Todos os documentos do SNI em que pesquisamos consta o carimbo de confidencial. Em sua maioria, tais documentos são compostos por um cabeçalho, que contém: o local de produção do mesmo, “Data”, “Assunto”, “Origem”, “Referencia”, “Difusão”, e “Anexos”, caso possuam; consta ainda uma identificação quanto ao tipo do documento, se é “Juízo Sintético”, “Informe”, ou “Apreciação”, seguido de número, agência e ano de produção. Sobre o local de produção dos documentos pesquisados, identificamos que a grande maioria foram produzidos ou pela Agência Central (ACE) do Serviço Nacional de Informações, localizada em Brasília-DF, ou pela Agência Recife (ARE) do SNI.

Entretanto, também encontramos informações produzidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba (SSP-PB), Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco (SSP-PE), Universidade Federal da Paraíba, Ministério do Exército – IV Exército – 1º GPT e Estado Maior – 2ª Seção. Cabe destacar que estes documentos produzidos por outros órgãos eram difundidos pelo SNI e vice-versa.<sup>23</sup>

No que se refere à vigilância do SNI à políticos e militantes na Paraíba, observamos que tal Serviço vigiava tanto indivíduos que atuavam em partidos, organizações ou associações que tinham o consentimento da lei existir, como também vigiava os que por ventura estivessem atuando por fora da lei vigente. Pelos documentos, pudemos perceber que o Serviço observava os posicionamentos políticos e ideológicos, bem como, as ações de todos os políticos que estavam em mandato, assim como de líderes políticos que não estavam ocupando cargos parlamentares ou executivos, fossem eles de partidos de oposição à ditadura ou não, fossem eles individualmente opositores do regime ou não. E no caso dos militantes, estivessem eles atuando politicamente ou não, mesmo que um militante tivesse afastado de sua organização, sem participar de reuniões ou de ações, seus prontuários e históricos continuavam sendo abastecidos, mesmo que fosse apenas com suas atividades banais do dia-a-dia.

No que se refere a produção de documentos individuais, ou seja, o documento que tinha como assunto apenas um indivíduo, como era comum no caso de documentos sobre políticos, percebemos que o SNI produzia, geralmente, na forma dos chamados *juízos sintéticos* e/ou *prontuários* com histórico detalhado, destacando aspectos da trajetória política e pessoal dos mesmos. A vigilância efetuada de forma coletiva, geralmente se dava em documentos sobre processos eleitorais ou em documentos sobre as organizações partidárias.<sup>24</sup>

Um assunto de documento em especial chamou atenção durante nossa pesquisa, o chamado “Aperfeiçoamento do Modelo Político Brasileiro”, desde 1979 a 1985 observamos pelo menos um documento com esta temática por ano. Em geral, estes documentos abordavam tal aperfeiçoamento nos quesitos: “atuação de líderes políticos”, “atuação dos partidos políticos”, “relacionamento entre autoridades e as lideranças dos partidos políticos”, “unidade partidária”, “surgimen-

23 SOARES. *Políticos na Paraíba sob a vigilância do SNI (1979-1985)*, p. 37.

24 SOARES. *Políticos na Paraíba sob a vigilância do SNI (1979-1985)*, p. 37.

to de novas correntes políticas, identificação de novos líderes, tendências e áreas de influência”, “receptividade à política governamental” e “interferência de elementos estrangeiros no processo político nacional”. Entendemos então, que a presença recorrente de um documento informado sobre o modelo político brasileiro, evidencia como se dava a vigilância do SNI à toda a política nacional, partidos e grupos políticos nos Estados. Todas as ações dos membros dos partidos individualmente e todas as ações dos partidos em sua coletividade, deveriam ser plenamente conhecidas pelo Serviço Nacional de Informações e conseqüentemente pelos demais órgãos e instituições da ditadura militar brasileira.

Buscamos neste trabalho relatar nossa trajetória de pesquisa de iniciação científica e os resultados aos quais a mesma nos permitiu chegar. Podemos perceber, por meio da pesquisa nos documentos do SNI, que o estudo da atuação de tal Serviço ao longo da ditadura militar pode nos proporcionar uma visão ampla sobre os objetivos e ações dos dirigentes do regime, tendo em vista que o SNI era o principal órgão de informação e contrainformação dos militares. O Serviço era requisitado, ou melhor, seus prontuários, juízos sintéticos, dossiês, etc., sobre praticamente todas as ações a serem desenvolvidas pelos militares em âmbitos estratégicos, seja nas movimentações partidárias, votações no congresso ou eleições, seja em ações policiais/militares contra indivíduos suspeitos, seja em movimentações universitárias, seja na contratação ou promoção de algum indivíduo para cargo público, etc.

Existem documentos do Serviço Nacional de Informações sobre universidades, empresas públicas e privadas, partidos políticos, organizações, associações, sobre o poder judiciário, sobre a Igreja Católica, políticos, militantes, professores, estudantes universitários e secundaristas, padres, indígenas, advogados. Ou seja, observamos que muito ainda pode ser pesquisado sobre a atuação do SNI bem como sobre os demais órgãos de informações da ditadura militar brasileira, cabe aos pesquisadores desbravarem os arquivos e os documentos em suas minúcias.

## Caso Volkswagen: Violações de Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar

Caroline Weeden Martins<sup>1</sup>  
carol.weeden@gmail.com

### Resumo

Nesta comunicação será mostrada uma parcela da pesquisa de Iniciação Científica, fomentada pela CNPq, através do Centro de Estudos de História da América Latina e do Caribe (CEHAL-PUC-SP) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O recorte inicial do projeto, comandado pela Profa. Dra. Vera Lucia Vieira, é analisar a repressão dentro das fábricas, contra trabalhadores e sindicatos durante a ditadura civil militar, entre 1964 e 1985. Foi utilizado como fontes as documentações fornecidas pelo IIEP (Instituto de Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) através da parceria com CEHAL-PUC-SP, na qual ficam evidentes a articulação da burguesia com o Estado, somado a algumas produções acadêmicas sobre o período e o movimento sindical. A minha pesquisa é focada no caso da Volkswagen, mais especificamente na sede de São Bernardo do Campo, referente às condições de trabalho e violações de direitos humanos nos relatos sindicais e operários sofridos durante a ditadura civil-militar.

O enfoque será nas violações de direito humanos, que não foram apenas patrocinadas pela Volkswagen e outras empresas da época, mas também cometidas por essas de múltiplas formas e em diversas ocasiões. Sendo assim, através dos documentos contidos no IIEP, será explicitado que a Volkswagen, esteve intensamente ligada ao governo repressivo, praticando ações que violam os direitos humanos condicionados em 5 pilares: articulação empresarial para fins de perseguição e repressão; elaboração de listas sujas; controle, vigilância e repressão fora das fábricas; prisões e torturas e graves violações dos direitos humanos.

Utiliza-se os documentos retirados do Trabalho, pelo IIEP somados aos concedidos por esta entidade a fim de constatar e provar essa ação que viola os direitos humanos na fábrica da Volkswagen em São Bernardo Do Campo, junto a produções acadêmicas que exploram esse período e o movimento operário brasileiro.

**Palavras-chave:** Ditadura militar brasileira, Volkswagen, operariado, graves violações aos Direitos Humanos, perseguição ao trabalhador.

---

1 Bacharelanda em história pela Pontifícia Universidade de católica de São Paulo (PUC-SP).



## Introdução

Esse artigo é fruto de uma parcela da pesquisa de Iniciação Científica<sup>2</sup>, que se encontra dentro de um projeto comandado pela Profa. Dra. Vera Lucia Vieira, que visa analisar a repressão dentro das fábricas, contra trabalhadores e sindicatos durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985. As fontes utilizadas são as documentações fornecidas pelo IIEP (Instituto de Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) através da parceria com CEHAL-PUC-SP, na qual ficam evidentes a articulação da burguesia com o Estado, somado a algumas produções acadêmicas sobre o período e o movimento sindical. A minha pesquisa é focada no caso da Volkswagen, mais especificamente na sede de São Bernardo do Campo, referente às condições de trabalho e violações de direitos humanos nos relatos sindicais e operários sofridos durante a ditadura civil-militar.

O presente estudo é justificado a partir de documentos que evidenciam que todas as empresas participaram da repressão diretamente, em parceria com órgãos do SNI, porém há pouca ou nenhuma bibliografia sobre o tema. A maior parte dessa bibliografia acompanha as teses de Dreifuss,<sup>3</sup> que apontam a união da burguesia nacional e multinacional para a instauração do regime ditatorial que se iniciou em 64, evidenciando que a repressão ao trabalhador, foi apenas um ramo dessa união de poderes do Estado e do setor empresarial.<sup>4</sup>

Dessa extensa malha burguesa, foi selecionado um estudo de caso a partir da empresa automobilística alemã Volkswagen, por essa aparecer, em uma vasta quantidade de documentação que atesta esses abusos de legalidade contra o trabalhador, sendo uma peça importante do jogo de poderes por trás desse período sombrio<sup>5</sup>.

A documentação analisada neste artigo, que aborda diferentes tipos de abuso de legalidade é a correspondente às chamadas “listas sujas”. “Lista suja” foi a denominação dada à relações de nomes de operários que aparecem na documentação, tanto dos acervos do Ministério do Trabalho, quanto no dossiê da Volks, encontrado no arquivo nacional (Rio de Janeiro e Brasília) pelos pesquisadores do IIEP<sup>6</sup>. A aparição do nome desses trabalhadores era devido a qualquer tipo de ligação com o movimento operário, sindicatos ou ideias consideradas, conforme apontam os documentos, de caráter comunista e “subversivos”, sendo

2 Fomentada pela CNPq, através do Centro de Estudos de História da América Latina e do Caribe (CEHAL-PUC-SP) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3 DREIFUSS, Renee Armand. 1964: *A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

4 Ver também *Brasil: nunca mais! Arquidiocese de São Paulo*: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011;

5 Ver RUSSAU, Christian. *Empresas alemãs no Brasil. O 7X1 na Economia*. Tradução Daniel Martineschen e Kristina Michahelles. São Paulo: Autonomia Literária, Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2017. Ver também KOPPER, Christopher. *A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985): Uma abordagem histórica*. Bielefeld: Corporate History Department of Volkswagen Aktiengesellschaft Dieter Landerberger, 2017. Disponível em [https://www.volkswagenag.com/presence/konzern/documents/Historische\\_Studie\\_Christopher\\_Kopper\\_VW\\_B\\_DoBrasil\\_14\\_12\\_2017\\_PORTUGUESISCH.pdf](https://www.volkswagenag.com/presence/konzern/documents/Historische_Studie_Christopher_Kopper_VW_B_DoBrasil_14_12_2017_PORTUGUESISCH.pdf)

6 O trabalho desses pesquisadores consistiu em levantar a documentação, visando a formalização de um processo judicial exigindo justiça e reparação a tais violações. Mas tais documentos não foram analisados. Parte desses documentos serão analisados ao longo da pesquisa.

considerados como um perigo à ordem pública. Esse documento foi escolhido para ser analisado nesse artigo, por definir a vida de vários trabalhadores e suas famílias, comprovar a união do empresariado da região e de órgãos do governo com o âmbito de perseguir os mesmos e de revelar a extensão dessa perseguição.

### As listas sujas como expressão de abuso de legalidade

O conceito de abuso de legalidade, que é amplamente usado nesta pesquisa, é definido pelas maneiras que as empresas<sup>7</sup>, neste caso a Volkswagen, usaram, ilicitamente, para perseguir o operariado. Dentro dessa concepção, os documentos foram classificados dentro de cinco pilares: articulação empresarial para fins de perseguição e repressão; elaboração de listas sujas; controle, vigilância e repressão fora das fábricas; prisões e torturas e graves violações dos direitos humanos.<sup>8</sup> A articulação do setor público, juntamente com esse empresariado, não começou exclusivamente para a repressão da classe operária, uma vez que sem o apoio empresarial, nem o golpe de 1964 e nem a ditadura que se seguiu seriam possíveis.

Conforme demonstra Dreifuss<sup>9</sup>, os interesses multinacionais no setor público brasileiro, começaram a assumir destaque ainda durante a política desenvolvimentista empreendida por Juscelino Kubitschek, na década de 50, porém só se consolidaram como força dominante a partir de 1960. Em razão desse interesse de controlar o país para obter políticas que apenas interessavam essa alta classe burguesa, a aliança com as Forças Armadas foi necessária, a fim de alcançar o objetivo comum de remoção do modelo populista que estava no governo. Devido a infiltração dessa elite, esta acaba por transformar interesses particulares em nacionais, tornando necessária uma racionalidade empresarial na política, desprezando os anseios das camadas que formam a base da sociedade brasileira. Oriundo desses interesses burgueses, inicia-se um processo de alta complexidade, onde o militar detém uma forte rede influenciadora dentro de suas academias através do complexo IPES/ADEP/IBAD, e na sociedade através da mídia, que sucumbe na tomada de força do presidente João Goulart, por parte dos militares. Essa tomada de poder, que acarretou em 21 anos de ditadura, foi a maneira de conseguir obter totalmente seus interesses, já que as últimas tentativas democráticas não haviam sido bem-sucedidas.

Um exemplo de ‘lista suja’ aparece nesse documento<sup>10</sup> que consta com o nome de 433 funcionários de diversas empresas, dos quais 73 são da VW, empresa cujos empregados mais são mais citados.

A fim de uma melhor compreensão dessas “listas sujas”, é necessário explicar o Centro Comunitário de Segurança (CECOSE) que foi um grupo, cujo objetivo era a troca de nomes de militan-

7 Ver também CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira Campos. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar 1964-1988*, Niterói RJ, 2017;

8 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Texto 2. Violações de direitos humanos dos trabalhadores. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume 2. Brasília: CNV, 2014.

9 DREIFUSS. *A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 1981.

10 DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – DOPS, SETOR DE ANÁLISE, OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES – SOI, datado de 21/01/198, contendo 17 páginas preenchidas com nomes de operários de várias empresas.

tes e ativistas operários entre os órgãos do governo e de diferentes empresas da região, ou seja, aquelas que engendraram as referidas listas, já tratadas acima<sup>11</sup>. Um dos documentos que apontam essa reunião citam a presença das seguintes empresas: Indústria Villares S/A, Avibras S/A, Caterpillar S/A, Confab S/A, Embraer S/A, Engesa S/A, Rhodia S/A, Ford S/A, Ericsson S/A, F.N.V. S/A, General Motors S/A, Petrobrás S/A, Jonhson S/A, Kodak S/A, Phillips S/A, Telesp S/A, Volkswagen S/A, Embrapre S/A e Vibasa S/A e os seguintes órgãos governamentais: Unidades das Forças Armadas, como do Exército, do Centro Técnico Aeroespacial e das Polícias Civil, Militar e Federal, representadas pelos respectivos chefes. Este documento que relata a referida reunião, começa identificando os presentes, seguido da indicação dos respectivos assuntos de interesse de cada uma das empresas ali presentes, com destaque para a Volkswagen<sup>12</sup>. As informações tratadas na ata desse encontro, são atividades sindicais consideradas pelos presentes como “crimes”, tanto dentro das fábricas como fora delas. A partir dessa breve introdução a esse documento que não será completamente analisado, infere-se, por parte das companhias, a sensação de glória de compor aquela organização.

No documento,<sup>13</sup> classificado como “lista suja”, cada um desses nomes completos citados é acompanhado de seu endereço residencial, empresa e setor que trabalham, como está na página do dossiê abaixo:

### Imagem 1

#### Foto do documento no dossiê referido neste artigo como "listas sujas"

EMPRESA	NOME	ENDEREÇO (RESIDENCIAL)
VOLKSWAGEN DO BRASIL S/A	VANUCCI DIAS DE SOUSA	R. das Anatólias, 355 - V. Morina - S. Andr
	JOÃO BATISTA M. LOPES	R. Cinco, 11 - Jd. Pilar - São
	ARMANDO CATALANO	Av. Júlio Prestes, 64 - Pa. 7 de setembro - Distam
	ERONILDO CONSTANTINO	R. Alvaro Nunes, 204 - Chaparrão - Santa André
	JOSÉ FERNANDA DOS SANTOS	R. Otaviana, 1105 - apt 01 - Parque Jata - S. André
	IRATAY VITOR DA SILVA	R. Nossa Senhora, 69 - Ferrazópolis - S. J. do Oeste
	FRANCISCO ROCHA RIBEIRO	R. de Toledo, 30 - Centro - S. J. do Oeste
	VALDO ENJAFIA	R. Afonso de Assis, 153 - Ferrazópolis - S. J. do Oeste
	ELIEZ SOARES SILVA	R. Maria Flinger, 710 - Valséria - S. J. do Oeste
	ARNESTO ESTRELA	R. Sereias, 182 - Santa Rosa - S. J. do Oeste
	JOÃO DA SILVA	R. Tiana Severo das Anjos, 737 - Santa Rosa - S. J. do Oeste
	ARISTEN DOS SANTOS COCCONDO	R. Paulo Dias, 65 - V. Figueira - Distam
	ARISTEL FERNANDA DOS SANTOS	Av. Euráclio Mariani, 796 - Jd. Fênix - S. J. do Oeste
	FRANCISCO FERNANDA DA SILVA	Av. 15 de Novembro, 25 - Centro - Santa André
	JOSÉ ALFREDO	R. Taboão, 704 - Jalema - SP
	JOSÉ FORTINATO ANDRADE	R. Cristiano Anelli, 605 - Assunção - S. J. do Oeste
	FRANCISCO DE PAULA ELIAN	R. 24 de Maio, 712 - V. Vitória - São
	JOSÉ NATALINO ALVES	R. das Figueiras, 11 - Sumaré - Santa Rosa
	JOSÉ ANTONIO LIMA	R. Ministro Miguel Costa, 100 - Jd. de São - S. J. do Oeste
	VALDIR CLAUDIO DE ANDRADE	R. Afonso Furtado de Bastos, 802 - Jd. Vitória - S. J. do Oeste
	FRANCISCO BARRIGA SOUSA	R. Nova, 25 B - V. Santa Maria - Distam
	BONITO MOURA DA SILVA	R. São, 18 - Pa. São - Distam
	JOSÉ OMAR DE LIMA	R. Terra, 50 - Pa. João Basílio - Santa André
	ELIEZ CARLOS AMILAN FERREIRO	R. Cristiano Anelli, 1141 - Assunção - S. J. do Oeste
	ANDRÉ ANTONIO COSTA	R. Santos, 15 - Taboão - S. J. do Oeste
	ELIEZ SANTO GALLI	R. Ugo de Venosa, 108 - Jd. Vitória - S. J. do Oeste
	GUINÉAS GARRINHO	R. Felipe Camargo, 195 - V. Valséria - S. J. do Oeste
	Garcias LAURINDO VIEIRA	R. Nogueira - Valséria, 186 - Assunção - S. J. do Oeste
	SILVIA ALMEIDA COSTA	R. Santa Joana - Valséria, 47 - Assunção - S. J. do Oeste
	JOSÉ ROBERTO DONATO	R. Nogueira - Valséria, 186 - Assunção - S. J. do Oeste

Fonte: Dossiê VW. Acervo IIEP

11 Ver OLMO, Maria José Acedo del. Ditadura empresarial-militar: o caso do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE). *Relatório de Trabalho. Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos* – Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica – IP&D – Univap. [www.camarasjc.sp.gov.br/.../Ditadura-empresarial-militar-o-caso-do-centro-comunitari...](http://www.camarasjc.sp.gov.br/.../Ditadura-empresarial-militar-o-caso-do-centro-comunitari...)

12 Enquanto as outras 8 empresas aparecem com apenas um parágrafo de informação, o tema da Volks ocupa páginas inteiras, colocadas como anexo intitulado “lembrete”, no qual há apenas a percepção dessa multinacional alemã.

13 Pertencente ao DOPS-SOI (Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Setor de Operações, Análise e Informações). Código do documento: 50C 34 489.

Os possíveis desdobramentos dessas listas, por conter o repasse ilegal de informações privadas de empregados a outros, é o aprisionamento do trabalhador feito em sua residência e a incapacidade do trabalhador, que tivesse sido demitido, de encontrar emprego em outras indústrias da região.

Neste período ditatorial, os presos políticos eram detidos na localidade onde residem, de modo que o serviço de informações da ditadura fosse responsável em descobri-lo, porém no caso destes operários, o seu endereço já era entregue ao governo por essas companhias, caracterizando uma grave violação aos Direitos Humanos. Através desse repasse, a empresa se torna responsável pelos aprisionamentos, não apenas dentro de fábrica, mas em seu domicílio.

A dificuldade do trabalhador citado de conseguir um novo emprego, após uma demissão política, obrigava ao trabalhador e a sua família a buscar emprego e “fazer a vida” em uma outra região. A referida demissão política, responsável pela dispensa dos contratados citados nas “listas sujas”, ocorria em virtude de suas concepções e atos políticos, vinculados a sua vida profissional, geralmente associados ao sindicato, como greves, ou a algum partido de oposição ao governo, que eram considerados comunistas. Um relato desse tipo de dispensa é relatado no seguinte trecho:

“Aí me chamaram. Aí eu comecei a trabalhar. [...] Quando chegou na sexta feira, me chamaram lá e “Oh, o seu Cargo foi criado por engano. Você não deveria ter sido chamado”. [...] aí a pessoa [do departamento pessoal] disse: “Não, desde que você entrou aqui duas pessoas já vieram dizer que você era da oposição sindical, já vieram denunciar aqui, mas eu não levei a diante. Agora a ordem veio lá de cima”.<sup>14</sup>

Neste depoimento, identifica-se, a ocorrência de denúncias diversas contra a “oposição sindical”, que detinham mais força quando a “ordem vinha lá de cima”. Essa ‘ordem’, faz referência ao uso dessas “listas sujas”, que circulavam nessas instâncias superiores, e que não eram acessadas pelo departamento pessoal.

O primeiro trecho de entrevista remonta uma experiência do operário, diferentemente do fragmento a seguir, que trata do relato do ex-diretor de Recursos Humanos da General Motors, Paulo Moreira:

Agora, uma carteira de trabalho onde foi dado baixa em março de 85, a pessoa apresentava, era a primeira coisa que você levava pra seleção antigamente, agora tem muito currículo, mas, levava a carteira de trabalho e a pessoa [do Departamento Pessoal/RH]: “ah, sei, sei”. Agora, ninguém diz nada, mas você nunca é chamado. Sabe? Até porque, numa seleção que alguém disser isso [...] ela provavelmente pode ser processada. Mas não diz.<sup>15</sup>

Neste trecho da entrevista é nítido o contraponto que o entrevistado faz de 1985 e de quando a entrevista foi realizada, em 2014. Esse contraste, é executado acerca das práticas empregatícias,

14 Ernesto Gradela, entrevista cedida ao GP da CVM/SJC (Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade de Metalúrgicos de São José dos Campos) em fevereiro de 2014.

15 Paulo Moreira, entrevista cedida ao GP da CVM/SJC em fevereiro de 2014.

mas direcionado especificamente a reação de não contratação do candidato em detrimento de ter seu nome envolvido em alguma listagem, ainda não explicitada. Essa informação vinda do ex-diretor de recursos humanos, confirma o depoimento do operário analisado anteriormente. Mesmo essa lista assumindo um caráter ilegal, há uma banalização da lesividade dessa prática por parte do interrogado, por este assumir a recorrência de tal ato e não mostrar incômodo. Esse caso relatado é um exemplo nítido de demissão política, fato que ganhará continuação no seguinte trecho, retirado da mesma entrevista analisada.

[...] Na prática essas pessoas foram prejudicadas porquê tendo o nome dela envolvido era difícil que elas conseguissem conseguir emprego em São José. Porque ninguém ia pegar um cara daquele. [...] Então, eles ficaram marcados. Sabe? [...] porque você pega a carteira de trabalho. Quando é que foi demitido? Da GM, em março de 85. Pessoal falava: tá bom, ok. Aí você sai pela porta e a pessoa [onomatopeia do papel sendo rasgado]. Isso acontecia, sabe? Jogava no lixo. Todo mundo fazia isso.<sup>16</sup>

A partir da explicação da não contratação de operários “marcados”, de maneira que a chance de admissão destes eram “jogadas no lixo” por “todo mundo”, constata-se a articulação empresarial para fins de perseguição e repressão, elaboração de listas sujas e a demissão política. A demissão política se insere no momento em que ele justifica a dispensa do contrato passado junto a não contratação por ter “o nome dela envolvido”, ficando assim, “marcado”. A elaboração de listas sujas é o meio ao qual a informação de “envolvimento dessas pessoas” chegava aos setores responsáveis por contratação de São José, por exemplo, enquanto a articulação empresarial para fins de perseguição e repressão aparece como responsável pela elaboração dessas “listas sujas”.

A demissão política, é comprovada de maneira mais explícita, do que os apresentados anteriormente, no excerto abaixo:

“De acordo com um informe produzido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) e difundido pela Agência Central do SNI, seis ativistas da CS – Toninho, Miriam Lazarim, Araldo Todesco, Ladislau Tavares (“Português”), todos cipeiros, além de José Benedito de Oliveira e Samir Ghattas – foram demitidos pela direção da Embraer entre julho e setembro<sup>17</sup>, considerados os principais “agitadores” da “malograda greve geral” do dia 21 de julho de 1983<sup>18</sup>”

Nota-se documentos com aparições concretas de demissões causadas por participações e protagonismo em greves, o que caracteriza uma demissão política. Os “agitadores” da “malograda greve geral” dispensados, eram de ambos os gêneros, porém de sua maioria masculina. Identifica-se a aparição de apelidos junto ao nome de registro do trabalhador, indicando um informe possivelmente produzido por um agente infiltrado no movimento. Outra característica evidente é a lingua-

16 Paulo Moreira, entrevista concedida ao GP-CVM/SJC, 29 de abril de 2014.

17 Informe nº2403-S/102-A6-CIE, 29/09/1983, Arquivo Nacional-RJ

18 GUERRA, Caio César da Silva. “Mais vale um ano de leão do que cem anos de cordeiro”: trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1990). F. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015, p.215.



gem policial, em tom de incriminação. Também há a comprovação da vigilância do empregado fora da fábrica, uma vez que os citados acima foram demitidos em função de um ato que não ocorreu dentro desta.

A demissão política, era majoritariamente classificada como “justa causa”, como mostra o seguinte trecho:

“A companhia pode ou não readmitir funcionário. Teve gente que entrou e saiu duas ou três vezes da companhia. Sem problema nenhum. O que não pode entrar, se a pessoa é demitida por justa causa. Essa, o retorno dele pra companhia tinha que ser explicado. Caso contrário, não vinha mesmo. E na verdade, o pessoal da comissão nem pedia uma explicação. Ficava lá no escritório da seleção. Então, se é justa causa, não volta pra companhia.”<sup>19</sup>

A readmissão do funcionário não era um problema às companhias, salvo no caso desse sujeito ter sido dispensado por justa causa, uma vez que esse era um indicativo de que o trabalhador tivesse sido demitido por razões políticas do emprego anterior. Configura-se, portanto, um “código” para disfarçar o real motivo da demissão, a partir do termo “justa causa”, o qual significa um modo de dispensa no qual o trabalhador, conforme a Consolidação das Leis de Trabalho<sup>20</sup>, não possui nenhum direito trabalhista na rescisão, como o saque do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou alguma dívida que a empresa tenha com ele. De acordo com a lei citada acima, os motivos para a demissão por justa causa são concentrados nas seguintes divisões: ato de improbidade, incontinência de conduta ou mau procedimento e negociação habitual, não havendo referência para casos de demissões oriundas de atos políticos.

### Conclusão

A partir dos diversos documentos aqui referenciados, a lista suja foi apenas um exemplo dos abusos de legalidade que a Volkswagen do Brasil cometeu contra os trabalhadores durante a Ditadura Militar brasileira, comprovando a atuação empresarial direta na repressão, em parceria como os órgãos do SNI.

19 Paulo Moreira, entrevista concedida ao GP-CVM/SJC, 29 de abril de 2014.

20 (CLT)- Decreto Lei 5452/43, de 1 de maio de 1943.



# Impactos do autoritarismo nas relações de trabalho (Juiz de Fora, 1964 - 1974)

Paulo Henrique Silveira Damiano<sup>1</sup>  
paulohenriquesd@hotmail.com

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo perceber os impactos das políticas autoritárias do regime civil-militar sobre a classe operária, destacando a atuação dos sindicatos de Juiz de Fora durante os anos de 1964 a 1974. Desse modo, evidenciaremos que o movimento sindical esteve, nesse período inicial da ditadura, atuando em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Para tal, utilizaremos os dissídios coletivos ajuizados por sindicatos de Juiz de Fora na Justiça do Trabalho, com intuito de compreender o papel desta instituição frente aos sindicatos e aos trabalhadores e por quais direitos estavam lutando. Ademais, colocaremos ênfase nos impactos da repressão sobre a classe operária, a partir, principalmente, dos relatórios das comissões nacional e municipal da verdade e dos depoimentos de pessoas ligadas ao movimento sindical colhidos por elas. A partir dessas fontes, poderemos compreender como se davam as relações de trabalho e de que forma o movimento sindical atuou em defesa dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Movimento sindical, ditadura civil-militar, autoritarismo e repressão, relações de trabalho, direitos.

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as políticas autoritárias da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1974, demonstrando como elas impactaram a vida dos trabalhadores e as relações de trabalho em Juiz de Fora. Ao mesmo tempo, busca-se dar luz à atuação dos sindicatos da referida cidade em um contexto de endurecimento do regime autoritário e de repressão massiva aos trabalhadores. O recorte temporal escolhido para a pesquisa é bastante significativo, pois, por muito tempo a historiografia que se dedicou ao estudo da classe operária no tempo da ditadura pautou a ação dos trabalhadores nesses anos iniciais do regime sob a chave da desarticulação, da inação e/ou da passividade, sendo a principal causa dessa constatação historiográfica o sistema de repressão. Foi somente no final da década de 1970, quando a agitação operária passou a ter grande visibilidade, que a historiografia passou a enxergar uma maior articulação do movimento sindical. Nesse contexto, ocorreram inúmeras greves, além de todo movimento de redemocratização do Brasil.

1 Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Perlatto. É, também, integrante do Laboratório de História Política e Social da UFJF (LAHPS-UFJF).

A partir do uso da Justiça do Trabalho, através dos dissídios coletivos impetrados por sindicatos de trabalhadores de Juiz de Fora, nossa principal questão colocada vai no intuito de demonstrar que, mesmo naqueles anos de endurecimento do regime autoritário e de repressão intensa, havia articulação dos trabalhadores, que, na Justiça do Trabalho, através de seus sindicatos, lutavam por um salário melhor, num momento em que o mesmo já não correspondia à realidade econômica vivida, a qual o custo de vida aumentava mês a mês, reflexo da política e dos projetos econômicos adotados pelos governos, dentre eles o projeto de arrocho salarial.

A proposta de se estudar a atuação sindical via Justiça do Trabalho se justificaria, pois, pelo caráter de resistência atribuído a essa instituição, muito devido a sua postura de tutelar o trabalhador, definido dentro da relação de trabalho como ‘economicamente mais fraco’.<sup>2</sup> A Justiça do Trabalho foi, durante o regime autoritário, um dos poucos espaços de defesa dos direitos sociais para os trabalhadores. Suas principais características, mesmo em um período de desmobilização dos direitos sociais, foram mantidas, como, por exemplo, sua estrutura e sua marca antiliberal.<sup>3</sup> O uso da Justiça do Trabalho foi, então, tendo em mente sua marca histórica de defesa dos direitos dos trabalhadores, uma das formas de mobilização utilizada pelos sindicatos, sendo o local no qual os trabalhadores, representados ou não por estes, buscaram a manutenção e a expansão de seus direitos, sobretudo os de ordem econômica.

Assim, com o olhar voltado para a ação dos sindicatos dentro das instâncias da Justiça do Trabalho, procura-se perceber os impactos das políticas autoritárias nas relações de trabalho a partir de três eixos. O primeiro gira em torno da política econômica do governo, conhecida pelo arrocho salarial e pela espiral inflacionária. Tal política foi responsável por um significativo aumento do custo de vida, atingindo diretamente os trabalhadores. No segundo, discutiremos a repressão sistemática aos trabalhadores. Tivemos, em Juiz de Fora, cidade de onde partiram as tropas militares, um sistema de repressão organizado e complexo durante o regime autoritário, composto por quatro unidades de repressão e articulado em torno de operações que visavam o controle dos meios de comunicação e a ocupação das sedes de partidos políticos e sindicatos, justificando, assim, a escolha da cidade como delimitação espacial. Quanto ao terceiro eixo, abordaremos as alterações na legislação trabalhista entre os anos de 1964 e 1974, muitas delas via decreto presidencial, e de que forma elas influenciaram o rito processual e as ações dos juízes, assim como as relações de trabalho. Essas alterações visaram, por exemplo, controlar os dissídios coletivos e regular o aumento salarial proferido pelos juízes do trabalho, uma forma de cercear o poder normativo conferido à Justiça do Trabalho desde 1946.

A partir desses dados, será possível perceber o quanto a classe operária – compreendida por trabalhadores urbanos e rurais, líderes sindicais e partidários – foi, em Juiz de Fora, alvo do regime implantado.

2 Cf. MOREL, Regina Lucia M. & PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. *Tempo Social*. São Paulo, v. 19, n. 2, novembro 2007, p. 91.

3 Cf. MOREL & PESSANHA. *A Justiça do Trabalho*.

## Impactos do autoritarismo nas relações de trabalho e na vida dos trabalhadores de Juiz de Fora:

### a) No plano econômico:

Pouco mais de quatro meses após o golpe civil-militar, em 20 de agosto de 1964, o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Juiz de Fora ingressou com uma ação na Justiça do Trabalho, na 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora, exigindo que os salários da categoria fossem reajustados, levando em consideração a taxa de aumento do custo de vida na cidade. Este é o primeiro dissídio coletivo impetrado por um sindicato de trabalhadores de Juiz de Fora já sob o regime militar. Nele, consegue-se fazer um exame inicial da situação vivida pelos trabalhadores: *o contínuo aumento do custo de vida*. O processo faz referência a um aumento do custo de vida da cidade, somente entre janeiro e março de 1964, na casa dos 25%, conforme dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT).<sup>4</sup>

Em outro dissídio, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora expôs o seguinte:

[A majoração salarial se faz necessária] tendo em vista que a contraprestação pecuniária recebida, atualmente, pelo trabalhador, já não corresponde ao equilíbrio ou equivalência econômica existente no momento da decretação do vigente salário mínimo, que se encontra largamente superado pelo *aumento crescente do custo de vida* (doc. anexa), aumento que gera, por sua vez, considerável *diminuição do poder aquisitivo* destes salários [...]. [...] porque necessitam [os trabalhadores] de uma majoração salarial que lhes permita *enfrentar as dificuldades resultantes da espiral inflacionista*, mormente porque o pagamento de um salário melhor influi no êxito do trabalho facilitando ao trabalhador maior resistência ao desgaste de sua atividade [...].<sup>5</sup>

Percebe-se, nos dissídios analisados, que os argumentos dos sindicatos dos trabalhadores para pleitear a majoração salarial retomam, em sua maioria, a elevação do custo de vida e o baixo salário percebido pelos trabalhadores. No contexto analisado, tem-se o arrocho salarial, que diz muito sobre os anseios dos trabalhadores. De acordo com Marco Aurélio Santana, “o movimento operário e sindical no pós-64 vai travar uma árdua luta contra esta política”<sup>6</sup>, a exemplo do recurso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho na luta por melhores salários.

Dados do Departamento Nacional do Trabalho e Emprego dizem respeito a uma acumulação, entre março de 1964 e junho de 1965, de mais de 100% no custo de vida da cidade de Juiz de Fora.<sup>7</sup> Já entre janeiro de 1964 e janeiro de 1975 o custo de vida passou de um índice de 2.994.277 para 69.149.00, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeco-

4 TRT3, processo nº 3.857, 1964.

5 TRT3, processo nº 4.338, 1964, grifo nosso.

6 SANTANA, M. A. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política e Sociedade*, n. 13, pp. 279-309, out. de 2008, p. 287.

7 TRT3, processo nº 5433, 1965.

nômicos (DIEESE). Por sua vez, o índice de salário mínimo real caiu de 92,49, percebido em 1964, para 59,91, em 1975. Um outro dado interessante foi a retração, entre 1970 e 1975, no número de estabelecimentos de Juiz de Fora, o que pode evidenciar, *a priori*, uma crise econômica no município. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea), o comércio passou de 1.717 estabelecimentos para 1.685, a indústria, de 696 postos de trabalho para 672, e os serviços, de 1.626 para 1.621 estabelecimentos.

Em novembro de 1965, o Governo baixou um decreto instituindo o sistema de incentivos à estabilização de preços. O decreto pode ser compreendido como uma resposta à inflação descontrolada, que estava impactando diretamente nos preços das mercadorias, principalmente as de primeira necessidade, deixando o custo de vida mais caro.<sup>8</sup> A variação dos preços de mercadorias essenciais para a subsistência dos trabalhadores e de suas famílias constitui, assim, mais uma possibilidade para a percepção da situação econômica a qual esses trabalhadores estiveram inseridos no pós-golpe. Entre janeiro e junho de 1964 o açúcar, feijão preto e o fubá mimoso tiveram uma variação entre 30% e 45%. O macarrão comum teve uma alta exorbitante de aproximadamente 115%. O arroz, por sua vez, encareceu em torno de 10%.<sup>9</sup> Essa alta nos preços significava muito para a vida dos trabalhadores, fazendo com que estes lutassem por um reajustamento salarial que fosse justo à situação econômica.

## b) Repressão aos trabalhadores de Juiz de Fora:

O relatório da Comissão Nacional da Verdade descreve que se formou, a partir de 1964, uma aliança empresarial-policial-militar que definiu um novo regime nas fábricas. Havia, por um lado, a existência de agentes da repressão infiltrados entre os operários, repassando informações para os órgãos repressores. Por outro lado, o empresariado passou a financiar e apoiar de forma material, logística e ideológica a organização da repressão.<sup>10</sup>

Em decorrência do novo regime fabril, algumas atividades operárias, tais como panfletagem, greves e participação nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), espaços utilizados como organização e ação política dentro das empresas, tornaram-se arriscadas, trazendo frequentemente, como consequência, a demissão por justa causa, o desemprego e a prisão, deixando profundos prejuízos para os trabalhadores e suas famílias<sup>11</sup>. O relatório descreve que:

No dia a dia, o terror e o controle preventivo voltavam-se para a classe trabalhadora em seu conjunto. A violência e a repressão pontuais eram não só dirigidas às

8 BRASIL. Decreto nº 57.271, de 16 de Novembro de 1965. Institui o sistema de incentivos à estabilização de preços e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/11/1965, Página 11735. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57271-16-novembro-1965-397614-publicacaooriginal-50835-pe.html>>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

9 Dados fornecidos pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Disponível em: TRT3, processo 4338, 1964.

10 BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014, p. 64.

11 BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*, p. 65-66.

lideranças, consideradas alvos centrais a serem liquidados, mas também àqueles que manifestavam maior combatividade [...]. A violência exercida pelo Estado ditatorial atingiu os trabalhadores não apenas individualmente, mas também de forma coletiva ou massiva.<sup>12</sup>

Em Juiz de Fora, cidade de onde partiram as tropas militares de 1964, montou-se, em consonância com todo o país, um sistema de repressão organizado e complexo durante o regime autoritário. Existiram na cidade, a exemplo, quatro unidades de repressão, nas quais ocorriam torturas físicas e psicológicas, agressões, maus tratos e constantes violações dos direitos humanos, além de operações militares que visavam controlar os meios de comunicações, a vida política dos cidadãos, a ordem e a segurança. Além dessas unidades de repressão, destacam-se duas operações – Gaiola e Silêncio – que determinavam, respectivamente, o controle dos meios de comunicação e a ocupação das sedes de partidos políticos e sindicatos. A partir desses dados, percebemos o quanto os trabalhadores, líderes sindicalistas e partidários, foram alvos do regime implantado.<sup>13</sup>

Percebe-se que a partir do governo Costa e Silva (1967-1969) a repressão foi intensificada, devido, principalmente, à publicação do Ato Institucional 5, em 1968, que proferiu, entre outras providências, plenos poderes ao presidente para decretar estado de sítio; o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; cassar mandatos eletivos de qualquer instância dos Poderes Legislativo e Executivo; decretar a intervenção nos estados e municípios, e suspender direitos políticos de qualquer cidadão, fixando restrições e proibições ao exercício de qualquer outro direito público ou privado.<sup>14</sup>

A partir de 1968, os movimentos sociais se intensificaram, principalmente os da esquerda revolucionária, como, por exemplo, o movimento estudantil, sindical e as organizações revolucionárias clandestinas, que lutavam contra o aparato repressivo. Os operários ou trabalhadores manuais, de acordo com o relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, foram alvo desse sistema de repressão e chegaram a representar 11,9% das vítimas na cidade.<sup>15</sup> **São identificados, também nas estatísticas, profissionais liberais, comerciantes e sindicalistas, o que representou para a classe trabalhadora mais de 30% das vítimas da repressão.**<sup>16</sup>

12 BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*, p. 71-72.

13 JUIZ DE FORA. *Comissão Municipal da Verdade*. Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMM, 2015, p. 48.

14 BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 18 de setembro de 2016.

15 JUIZ DE FORA. *Comissão Municipal da Verdade*, p. 91.

16 JUIZ DE FORA. *Comissão Municipal da Verdade*, p. 91.

### Conclusão

A partir do exposto acima, pode-se concluir que a ditadura civil-militar instaurada em 1964 representou grandes retrocessos para a classe trabalhadora, seja através da política econômica, das alterações na legislação trabalhista, ou da repressão sistemática. O regime autoritário colocou em prática um projeto de desmobilização de direitos sociais e de exclusão das classes populares da cena política, tal como a operária.

A partir da análise dos dissídios coletivos, do conflito entre trabalhadores e patrões, constatou-se que a situação política, econômica e social atingia em cheio os trabalhadores, sendo, talvez, uma das classes que mais sofreu com o regime civil-militar.

No entanto, não podemos falar que trabalhadores e sindicatos não lutaram contra as práticas autoritárias ou por melhores condições de vida. Pelo contrário, o exame atento dos dissídios coletivos atesta que os trabalhadores de Juiz de Fora estiveram organizados e atuantes no período, e que a Justiça do Trabalho representou um dos canais de luta da classe.

Ademais, coloca-se em evidência que o autoritarismo de Estado da ditadura não era apenas expresso através do seu aparato repressivo, da violência física, mas que pautas econômicas direcionadas a grupos específicos, que colocam à margem da sociedade outras parcelas significativas, como os trabalhadores, representam, também, uma face perversa desse autoritarismo.



## Da luta à extinção: os ferroviários de Petrópolis no pré e no pós-64

Glauber de Oliveira Montes<sup>1</sup>  
glaubermontess@gmail.com

### Resumo

Esta apresentação tem como objetivo expor uma pesquisa, em andamento, sobre os trabalhadores ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, especialmente em seu setor organizado sindical e politicamente, e seu papel nas lutas sociais e políticas travadas na cidade (e no país), entre os anos de 1960 e 1969, com base na interpretação de documentos de época da polícia política e da 67ª Delegacia de Polícia, livros de memórias, entrevistas orais e também da imprensa local e carioca, além da literatura acadêmica que tem relação com o assunto.

Nesses marcos, a pesquisa dá maior ênfase ao período entre 1960 e 1964, buscando entender a importância dos ferroviários no processo de radicalização política que culminou no golpe de 1964, e também como suas lideranças e seus militantes eram monitorados pela polícia política, supondo-se que a categoria tenha tido considerável importância no processo descrito. Mas também analisa como essa vigilância posteriormente contribuiu para prisões e perseguições logo após o golpe, e avalia as características e o peso desse processo repressivo, sabendo-se que estes trabalhadores foram duramente impactados pelo golpe e pela ditadura subsequente, inclusive com a extinção da ferrovia na cidade pelo novo regime, ainda no ano de 1964.

O estudo busca entender esses processos à luz do sindicalismo de então, inserido nos enfrentamentos sociais e políticos da época, com base no conhecimento já produzido sobre estes temas. De maneira inversa, não obstante seu maior enfoque local, esse estudo visa também contribuir para um conhecimento mais geral desta área de investigação histórica, buscando reconhecer semelhanças e diferenças, conformidades e particularidades.

**Palavras-chave:** Petrópolis. Ferroviários, Sindicalismo, Golpe de 1964, Ditadura Militar.

No início da década de 1960, a sociedade brasileira passava por um acentuado processo de polarização e radicalização político-social. Em meio a um cenário de crise do modelo de “desenvolvimento” econômico praticado até então, forças sociais e políticas cada vez mais abertamente divergentes buscavam afirmar seus interesses e ideias nessa disputa, desafiando um sistema político que conseguira refrear em grande parte – até então – esse tipo de conflito. De um lado, as classes

<sup>1</sup> Aluno do mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), bolsista da CAPES.

dominantes, em cuja vanguarda despontava o empresariado multinacional e associado, juntamente com as frações dominantes subalternas, altos oficiais das Forças Armadas, a cúpula da Igreja Católica, políticos profissionais, ideólogos e adeptos das ideias de direita. De outro, trabalhadores urbanos e rurais e seus presumidos representantes, crescentemente organizados em sindicatos, centrais, frentes, ligas camponesas e partidos (como os legalizados PTB e o PSB, ou o clandestino PCB), em convergência com estudantes, militares de baixa patente, intelectuais e ativistas de esquerda.

O estudo aqui apresentado tem como cenário a supostamente pacata cidade de Petrópolis, na serra fluminense, durante a convulsionada década de 1960 no Brasil. Os atores sociais observados nesse cenário são os trabalhadores pertencentes à categoria dos ferroviários que de alguma forma estiveram implicados nas graves disputas sociopolíticas que marcaram o pré-64 no país.

A pesquisa concentra-se em duas fases: entre fins de 1962 e abril de 1964 e entre 1964 e 1969. O marco divisor na periodização da pesquisa é o golpe de 1964. O primeiro momento estudado vai, portanto, de agosto de 1962, quando da criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), até o golpe de abril de 1964; e a segunda fase, do golpe ao ano de 1969, em que ocorreram cassações de direitos políticos como uma espécie de última etapa de perseguição a militantes petropolitanos de esquerda envolvidos nas lutas do “pré-64” – entre eles, ferroviários.

O marco inicial, com o surgimento do CGT, justifica-se pelo fato de que a criação desse organismo, no qual a participação dos ferroviários era destacada, impulsionou ainda mais o movimento ascendente de greves e outras mobilizações operárias do período, entre outras coisas, por somar demandas políticas – como as Reformas de Base – às reivindicações econômicas dos trabalhadores como motivos para suas ações.

A definição dos marcos espaciais da pesquisa traz certa complexidade, já que o que se apresenta, num primeiro plano, é a atuação política da categoria e do sindicato no nível municipal, através de, entre outras fontes, registros de como essa atuação era acompanhada pela polícia e pela imprensa, acompanhamento que era também feito localmente – atentando-se, todavia, para as articulações espaciais mais amplas, tanto dos ferroviários quanto da polícia, por exemplo. Um desafio, portanto, para esta investigação, é tentar encadear formas diversas de recorte espacial, usando também do método comparativo, no sentido de ampliar a capacidade de entendimento dos atores e fenômenos estudados, como sugere Claudio Batalha, quando diz que:

Os estudos de caráter monográfico que caracterizam de modo geral nossos mestrados e doutorados ainda respondem pela maioria da produção tanto da disciplina, quanto da história do trabalho. [...] A lógica dos estudos monográficos conduz muitas vezes a uma dimensão puramente local nas análises, com isso perde-se não apenas a possibilidade de formular as questões pertinentes para o caso estudado, mas também a articulação entre diferentes escalas (local, estadual, regional, nacional e, por vezes, internacional e inter-regional). [...] As articulações, trocas, cruzamentos, redes de sociabilidade fora da escala local raramente figuram nas preocupações das pesquisas.<sup>2</sup>

2 BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, 13 (23/24), jan.- dez. 2006,

A possibilidade de atuações (pessoais, profissionais, políticas), vivências, contatos e socializações (individuais e coletivas) que extrapolem limites espaciais definidos, como o município, por exemplo, é sempre uma realidade na vida humana, sendo portanto merecedora de atenção e busca de vestígios de existência, seja na história do trabalho, seja em outros campos. Para os ferroviários, contudo, a própria natureza comunicativa de seu trabalho, marcada pela forma integrada de seu meio material de trabalho (a *rede* ferroviária), traz como certas essas possibilidades. O que buscamos aqui então é tentar mapear essas inserções e contatos, e entender seu sentido e influência para a existência coletiva da categoria e também para a atuação política, para as mobilizações, etc. Além disso,

[...] sempre é possível e desejável a introdução de alguma comparação em qualquer fenômeno estudado, mesmo que fundada no conhecimento desigual dos casos comparados e recorrendo à literatura secundária como fonte de informação. A comparação auxilia na elaboração das hipóteses explicativas e suscita questões que dificilmente surgiriam apenas com um estudo de caso. Somente a comparação permite distinguir os traços gerais dos específicos no estudo de um dado fenômeno.<sup>3</sup>

Nesse sentido, buscamos também casos e estudos que tratem do mesmo objeto – ou que tenham com ele alguma relação – e que estejam fora dos nossos perímetros de análise, para que, como sugere Batalha, possamos traçar comparações, obter uma visão mais ampla de conjunto, pensar questões e identificar particularidades e generalidades. Alguma bibliografia já previamente consultada nos mostra por exemplo a existência de trabalhos sobre ferroviários de cidades próximas em períodos coincidentes com o de nosso estudo<sup>4</sup>, bem como estudos sobre a extinção de ramais ferroviários da E. F. Leopoldina<sup>5</sup>.

Outra característica da pesquisa em que o aspecto do recorte espacial tem importância diz respeito aos mecanismos de espionagem, vigilância e repressão do Estado contra os trabalhadores, bem como a própria conformação destes mecanismos, já que, como é notório, as estruturas investigativas/repressivas também seguiam uma organização que tendia a ser integrada e que interligava diferentes espacialidades, formando também elas uma rede (ou redes) de caráter informativo-repressivo. Como a documentação policial constitui, até o momento, a maior parte do corpo de fontes disponíveis para a pesquisa, conhecer essa rede em seus diferentes planos e também de

---

p. 93.

3 BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da história do trabalho, p. 96.

4 Ver FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Um golpe e duas cidades*: memórias dos moradores de Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. Também COSTA, Isabel Jovita da. *Ombro a ombro*: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015. E ainda CARVALHO, Meynardo Rocha de. *Relatório da comissão da verdade de Macaé*. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016. Especialmente o capítulo IV (Ferroviários).

5 PAULA, Dilma Andrade de. *Fim de Linha*: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina/Dilma Andrade de Paula. – Niterói: [s.n.], 2000. 356 p. Tese (Doutoramento em História) - Universidade Federal Fluminense, 2000. Ver também: PAULA, Dilma Andrade de. *Passado-presente: a extinção de ramais ferroviários durante a ditadura civil-militar*. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 14, n. 56, 2014.

maneira integrada é igualmente uma necessidade para este estudo, bem como buscar outras fontes referentes à repressão sobre a categoria que não se restrinjam à municipalidade.

Em sondagens preliminares de fontes, o exame dos jornais petropolitanos da época e da documentação da polícia política fluminense disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), além do Acervo da 67ª Delegacia de Polícia (que era, no período pesquisado, a delegacia da cidade), apontou para a presença e a importância dos ferroviários no contexto anterior ao golpe na cidade.

Nacionalmente, os trabalhadores das estradas de ferro tinham grande destaque no movimento operário e nas movimentações políticas do período entre 1945 e 1964, especialmente em seus anos finais, como aponta Marcelo Badaró Mattos: “Capitaneados pelo Sindicato de Leopoldina, [...] os ferroviários cariocas foram sem dúvida campeões das greves naquela fase”<sup>6</sup>. Outro exemplo disso é o protagonismo dos ferroviários na criação de entidades intersindicais e de cúpula, como – respectivamente – o Pacto de Unidade e Ação (PUA), criado em 1960, e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de 1962. Isso é demonstrado pelo papel destacado de líderes ferroviários nas direções dessas entidades, como Rafael Martinelli (nas duas) e Demistóclides Batista, o “Batistinha” (nessa última).

As proporções que as greves dos ferroviários atingiam nesse período eram enormes, porque o setor que operavam era essencial para a economia e a vida social – circulação de grandes valores em matérias-primas e produtos, além de milhões de pessoas; ademais, no inevitável transporte de trabalhadores, a paralisação dos trens implicava frequentemente que os movimentos parciais se estendessem a outros setores. Esse processo seria ainda ampliado pelas atuações grevistas conjuntas com outras categorias, como as que redundaram nas (ou que foram consequência das) fundações do PUA e do CGT.

Tratando sobre a radicalização da luta sindical e política do período, Lucília Delgado, em seu livro *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*, ressalta que o surgimento do CGT advém de um “processo de contínua mobilização sindical característico do início dos anos 60”, e que nesse período (1961-1964):

“O crescimento do nível de consciência da classe operária, provocado inclusive pela queda do seu nível de vida, é um dos elementos responsáveis pela deflagração do elevado número de greves”. [...] A referida sequência de greves aparenta um forte avanço do movimento sindical na definição da vida política do país. [Mas] A resposta a esse avanço não tarda a ser articulada, através de uma clara preparação a um golpe de Estado. O que o CGT e seus filiados fazem em resposta a esta articulação [...] é [...] radicalizar o processo através das greves e ameaças de greves [...] mas limitadas às cúpulas sindicais<sup>7</sup>.

6 MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca. *Lutas Sociais – Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP*. São Paulo, n. 6, 1999, p. 91-2.

7 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores, 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, 2. ed., p. 202; 204.

Como consequência desse processo, chega-se ao ápice da radicalização com o golpe de abril de 1964. Quanto ao fracasso da crucial greve de abril daquele ano, a autora entende que tenha se dado pela “ausência de lideranças intermediárias e de uma inserção orgânica nas massas trabalhadoras”<sup>8</sup>.

O movimento sindical naqueles anos, teria portanto experimentado um fortalecimento e aumento de combatividade, expressos inclusive na criação do CGT. Por outro lado, o isolamento entre a cúpula e as bases, como herança da estrutura sindical corporativa, teria determinado a derrota do movimento para as forças conservadoras que impuseram o golpe de 1964.

Essa avaliação insere-se em uma linha historiográfica crítica ao chamado sindicalismo populista, conforme indica o já citado Marcelo Mattos. Para o autor, essa corrente compreende o sindicalismo pré-1964 marcado pelas seguintes características:

... a inconsistência organizatória; a falta de sintonia entre as reivindicações políticas mais gerais priorizadas pelas lideranças e as questões específicas do mundo do trabalho [...], que teriam maior poder de mobilização entre as massas de trabalhadores; o poder de mobilização restrito aos trabalhadores de empresas controladas pelo Estado; e o privilégio ao Estado, tomado como o interlocutor principal e suas instâncias (Executivo, Legislativo, Justiça do Trabalho e Forças Armadas) como espaços a serem conquistados, secundarizando-se os conflitos diretos entre capital e trabalho.<sup>9</sup>

Apesar de não descartar totalmente esse modelo – o autor ressalta sua operacionalidade para boa parte dos estudos em que foi aplicado –, Marcelo Mattos considera-o insuficiente para explicar na totalidade o sindicalismo do “período democrático”. A partir da pesquisa que embasa o artigo, sobre as greves de três importantes categorias cariocas no pré-64 (metalúrgicos, bancários e ferroviários), Mattos demonstra a fragilidade da generalização do modelo, por exemplo, quanto ao conceito de “sindicalismo de cúpula”, constatando a existência de inúmeras comissões ou conselhos sindicais por locais de trabalho entre as duas primeiras categorias, além de greves por empresa, no caso dos bancários. A suposta necessidade do apelo das direções sindicais aos piquetes para obrigar as massas trabalhadoras a aderir às greves também deveria ser questionada, já que muitas vezes eles (e as greves em si) eram organizados pelas comissões de local de trabalho ou não eram necessários – “os ferroviários, por exemplo, os dispensavam por completo”.<sup>10</sup>

A “ação do estado, como mediador imparcial dos conflitos, ou como protetor dos trabalhadores” é também contestada pela permanência das “estratégias patronais de desmobilização (em especial a demissão de ativistas)” – no caso de metalúrgicos e bancários, mesmo em empresas estatais –, e da repressão policial – em relação às três categorias estudadas. O autor objeta ainda o possível privilégio dado às pautas políticas pelas lideranças sindicais (“Embora se constate que a maioria das greves do período teve motivações de natureza estritamente econômica [...]”):

8 DELGADO. O Comando Geral dos Trabalhadores, p. 205.

9 MATTOS. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64, p. 87.

10 MATTOS. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64, p. 88-91.

As três categorias aqui privilegiadas tiveram participação direta nas greves políticas do período, em especial nas greves gerais convocadas pelo CGT. Não nos parece que os trabalhadores aderissem a essas mobilizações motivados pelas demandas econômicas que compunham a pauta de reivindicações, ou mesmo pressionados pela deterioração salarial frente ao avanço inflacionário. Os bancários, como vimos, passavam por uma conjuntura de ganhos econômicos [...]. Parece-nos que a eficiência das lideranças no encaminhamento das reivindicações econômicas [...] as legitimava para propor paralisações motivadas por pautas políticas. Em apenas um ano, o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, por exemplo, liderou 14 paralisações, 12 das quais motivadas por atraso no pagamento, todas bem-sucedidas.<sup>11</sup>

O estudo exposto neste trabalho busca portanto contribuir, a partir de um enfoque local, e por meio da análise de documentação escrita policial e jornalística, para o entendimento mais geral do sindicalismo e das lutas sócio-políticas do “período democrático” e sobre o impacto do golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu sobre os trabalhadores e suas organizações.

Para tanto, esta pesquisa entende o golpe de 1964 e a ditadura que o sucedeu como processos que incidiram primordialmente sobre os trabalhadores e suas organizações de classe, ou seja, “que o golpe foi contra os trabalhadores, por causa de sua presença e ação”<sup>12</sup> – embora outros grupos sociais tenham sido também atingidos, de maneira colateral, até mesmo alguns membros da classe empresarial. Há, portanto, a opção por uma compreensão da história baseada nas lutas sociais e políticas ocorridas no Brasil no período em questão.

Como critério de relevância, ressaltamos que a história dos ferroviários de Petrópolis e mesmo do golpe de 1964 no âmbito da cidade não mereceu ainda atenção acadêmica (e tem muito pouca, em geral, na memória coletiva), tendo este estudo, então, a possibilidade de preencher essa lacuna e ajudar a reconstruir parte da história do trabalho e da história política desse município, e quiçá ajudar a recuperar uma face “perdida” da identidade coletiva dos trabalhadores da cidade. Pode ainda ajudar a compreender o momento analisado e os processos citados também em nível nacional, já que, como afirmou Franklin Martins na introdução a um dos poucos registros memorialísticos petropolitanos que trata, entre outras coisas, do golpe de 1964:

É que aqui [tratando-se de Petrópolis] o registro dos acontecimentos não se faz a partir do Rio de Janeiro, de Brasília ou de São Paulo – epicentros do terremoto que abalou e infelicitou o país durante tanto tempo – nem tem origem em regiões afastadas dos centros de decisão e, por isso mesmo, de vida política mais rarefeita<sup>13</sup>.

De maneira mais objetiva para a consecução dessas propostas, tem-se aqui então como meta avaliar a importância dos ferroviários de Petrópolis no contexto de radicalização da luta de classes no

11 MATTOS. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64, p. 93-4.

12 NEGRO, Antonio Luigi; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. Trabalhadores e Ditadura. *Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, 2015, p.8.

13 MARTINS, Franklin. Introdução. In: BOMTEMPO, Rubens de Castro. *Estação Petrópolis: memórias de um médico que não perdeu o trem da História*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006, p. 11.



período pré-1964, que culminou no golpe de 1964 e na ditadura subsequente. Numa caracterização da cidade feita por um dos atores políticos daquele período e cuja participação também é objeto deste estudo, Rubens de Castro Bomtempo, que entre 1955 e 1966 foi médico do sindicato dos trabalhadores da Leopoldina em Petrópolis, vereador, vice-prefeito e prefeito cassado pela ditadura,

Os ferroviários despontavam como liderança entre os trabalhadores não só do [bairro do] Alto da Serra, mas de toda a cidade. Era uma classe unida, politizada e muito respeitada. Dependendo da reivindicação, quando uma greve parava os trens da Leopoldina, os têxteis também cruzavam os braços em solidariedade e os metalúrgicos faziam o mesmo<sup>14</sup>.

Em um documento da polícia política disponível no APERJ, sem data, mas que supomos ser de pouco tempo após o golpe de 1º de abril de 1964, consta ainda que:

[...] n) O Sindicato dos Ferroviários no Alto da Serra-Petrópolis mantinha ligações com a [sic] CGT. Nos documentos apreendidos e em poder do Exército foram encontradas provas dessa ligação. o) [...] muitas greves e movimentos subversivos na Leopoldina, tiveram origem em Petrópolis [...] q) A Delegacia do Sindicato dos Ferroviários participou de todas as greves nacionais e municipais [...].<sup>15</sup>

É evidente que essas fontes devem ser analisadas mais detidamente, mas elas no mínimo trazem afirmações que merecem ser consideradas. Dentro dos elementos que nos apontam a documentação, está a possibilidade de uma disputa pela liderança dos ferroviários entre o delegado sindical Saturnino da Silva, apontado pela documentação repressiva como membro da “Cúpula Comunista – Comitê Municipal” do PCB (Partido Comunista Brasileiro<sup>16</sup>) e Rubens de Castro Bomtempo, ligado inicialmente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que entre 1955 e 1966 foi médico do sindicato dos trabalhadores da Leopoldina em Petrópolis, vereador, vice-prefeito e prefeito cassado pela Ditadura.

A liderança de Saturnino é indicada na extensa documentação policial produzida contra ele, como no documento já citado: “

[...] e) Todo o movimento grevista da Leopoldina em Petrópolis era determinado por SATURNINO DA SILVA [rasura] e muitas greves e movimentos subversivos na Leopoldina, tiveram origem em Petrópolis determinada por Saturnino<sup>17</sup>;

Em outros documentos policiais localizados nesta pesquisa, constam reafirmações dessa liderança, não sendo possível, por questões de espaço, repeti-las todas aqui. Após o golpe de 1964,

14 BOMTEMPO, Rubens de Castro. Estação Petrópolis: memórias de um médico que não perdeu o trem da História. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006, p. 64.

15 RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Política Social. Resposta ao Pedido de Busca Nº 208/DPS/RJ. APERJ. Fundo Polícia Política; Tema: Saturnino da Silva; Setor: DOPS; Notação: 18; Dossier: 2; fls: 10 a 13.

16 Desde agosto de 1961 o PCB mudara seu nome de Partido Comunista do Brasil (que vinha desde a fundação, em 1922) para Partido Comunista Brasileiro, no intuito de facilitar sua legalização, que tinha como um dos obstáculos a alegação, por seus opositores, de que era um partido estrangeiro, controlado pela União Soviética.

17 RIO DE JANEIRO (Estado). Resposta ao Pedido de Busca Nº 208.

Saturnino seria preso<sup>18</sup> e, segundo as palavras de seu – aparentemente – adversário político, Bomtempo, “pelas notícias que eu tive de sua permanência na prisão, Saturnino Silva foi muito maltratado. Cassado, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos<sup>19</sup>”.

Já Rubens Bomtempo foi por longo tempo médico do sindicato dos ferroviários, além de ter criado, em 1962, “com o apoio de amigos ferroviários” uma clínica assistencial no bairro do Alto da Serra, seu reduto eleitoral<sup>20</sup>. Esse era o bairro dos ferroviários na cidade, onde encontravam-se as oficinas da Estrada de Ferro Leopoldina e também onde morava grande parte dos trabalhadores da empresa e das várias fábricas que existiam nas proximidades. Por sua aceitação junto aos trabalhadores do bairro, especialmente os ferroviários, Bomtempo teria disputado com Saturnino a liderança desses últimos, conforme aponta a documentação policial<sup>21</sup> e o próprio Bomtempo.<sup>22</sup>

Os documentos da polícia política e o próprio Bomtempo em seu livro indicam que ele também tinha uma participação ativa nos momentos de radicalização política dos ferroviários, inclusive disputando muitas vezes sua liderança.

Ainda de acordo com outros documentos do APERJ, militantes de diversas categorias do movimento sindical petropolitano teriam cruzado suas atuações na Frente de Mobilização Popular e no(s) Grupo(s) dos 11 na cidade, tentando inclusive seguir a palavra de ordem disparada pelo CGT, da greve geral contra o golpe militar, paralisando as fábricas e os trens da Leopoldina<sup>23</sup>, mas sendo, por fim, derrotados.

Em Petrópolis, pelas mesmas fontes já citadas e outras mais, aparece também como liderança o vereador José de Araújo Aranha, que tinha forte presença junto ao movimento sindical, participando ativamente de várias assembleias, além de ser presidente da Frente de Mobilização Popular na cidade. Em documento já aqui citado, consta que:

Era o Vereador JOSÉ ARANHA, Presidente da FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR, (órgão auxiliar do Partido Comunista); que desenvolveu grande ação subversiva em nossa cidade; também da tribuna da CAMARA MUNICIPAL DE PETROPOLIS fazia constantemente pronunciamentos favoráveis ao senhor João Goulart, Reforma Agrária, Reforma Bancária, Reformas de Base.<sup>24</sup>

18 RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Boletim de Preso. Petrópolis-RJ, em 22 de abril de 1964. APERJ. Polícia Política. Saturnino da Silva. Prontuário RJ 21.093. Cx. 3010. Fl. 301.

19 BOMTEMPO, Estação Petrópolis, p.112.

20 BOMTEMPO, Estação Petrópolis, p. 96.

21 Certo documento diz “[...] que aconteceu uma briga entre o Rubens Bomtempo e Saturnino da Silva, por greve dos ferroviários, ficando um com ciúmes do outro, porque os ferroviários atenderam ao dr. Rubens, desprestigiando Saturnino”. RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Política Social. 1. Comunistas processados na Lei de Segurança Nacional. Município de Petrópolis. 2. Departamento de Polícia Social. Referências Contidas em Depoimentos (Processo da Lei de Segurança Nacional contra os Comunistas de Petrópolis) APERJ. Fundo Polícia Política; Tema: Alencar Thomaz Gonçalves; Setor: Comunismo; Notação: Caixa 78; Dossier 7.

22 BOMTEMPO, Estação Petrópolis, p.112.

23 O que também é relatado por: QUADROS, Maria Alves de. Fabrício: quadros de uma existência. Petrópolis, ed. da autora, 2011, p. 155.

24 RIO DE JANEIRO (Estado). Resposta ao Pedido de Busca N° 208.

Tal protagonismo não ficaria impune após o Golpe: José Aranha seria preso e além disso cassado pelos seus pares na Câmara Municipal. O já citado líder ferroviário Saturnino da Silva, à época um dos suplentes de vereador, foi também cassado, junto com outros nomes.<sup>25</sup>

Como já falado, as fontes elencadas têm permitido analisar o monitoramento policial sobre os sindicalistas ferroviários e em suas relações com outros ativistas políticos no pré-1964, demonstrando a importância dessa vigilância prévia para as prisões e indiciamentos após o golpe. Além disso, esses documentos são elementos para se avaliar o impacto do golpe e da Ditadura Militar sobre o sindicalismo petropolitano, especificamente quanto à categoria dos ferroviários, demonstrando a existência de prisões, atos de violência física e psicológica, além de cassações de mandatos e direitos políticos de ferroviários e suas lideranças; considerando ainda a extinção da ferrovia em Petrópolis pela Ditadura, em 1964, e as consequências desses diversos impactos para a categoria dos ferroviários.

A confirmação que temos até o momento é a de que os trabalhadores petropolitanos organizados foram duramente atingidos pelo golpe de 1964, como no restante do país. Na cidade, a categoria específica dos ferroviários figura como destruída em sua capacidade de organização e reivindicação, através da prisão e perseguição, pós-golpe, de suas lideranças e membros politicamente ativos e até mesmo em sua própria existência no plano local, já que a extinção do ramal de Petrópolis pela Ditadura, ocorre ainda no ano de 1964, e das oficinas em 1966. As cassações de direitos políticos de ferroviários sindicalistas, entre as ocorridas em 1969, aparecem aparentemente como ato “final” desse processo de perseguição. Cabe, porém, lembrar que essa pesquisa encontra-se ainda em andamento, e que somente a análise mais completa poderá confirmar ou não (ao todo ou em parte) essas indicações.

---

25 PETRÓPOLIS. Câmara Municipal. Dispõe sobre a cassação de mandato de vereador e dá outras providências. Projeto de Resolução nº 220/64, de 24 de abril de 1964.

## O processo de redemocratização nas memórias de alunos da EJA

Bruna Aparecida Gomes Coelho  
bruna.agcoelho@gmail.com

### Resumo

A presente pesquisa foi desenvolvida com alunos da EJA da cidade de São João del-Rei, MG. O objetivo foi identificar as memórias dos alunos sobre o processo de Redemocratização que ocorreu no Brasil durante a década de 1980. Enfatizamos que o recorte temporal foi escolhido a partir do recorte espacial, pois São João del-Rei é o berço político de Tancredo Neves, que esteve no centro desse processo histórico. Assim, desenvolvemos este trabalho nas duas escolas estaduais que ofertam a EJA (modalidade Ensino Médio) e atendem alunos do próprio município, além de zonas rurais. Inicialmente aplicamos um questionário prévio para conhecermos o perfil dos alunos e selecionarmos alguns para participarem de uma entrevista, na qual conseguimos aprofundar as questões sobre a relação que os alunos fazem entre as memórias do processo histórico e o ensino de história dentro da sala de aula. Para acessarmos essas primeiras memórias, utilizamos uma imagem de Tancredo Neves e pedimos os alunos para associá-la ao processo histórico da Redemocratização. Os primeiros resultados da pesquisa apontaram que os alunos mais velhos, que viveram o período histórico, não conseguem inserir Tancredo Neves dentro do processo histórico da Redemocratização, isolando o político e caracterizando-o como um herói nacional. Em contrapartida, os alunos mais novos relembram fatos narrados pelos pais e avós e divergem sobre o papel de Tancredo Neves. Alguns acreditam que ele foi o responsável pelo processo de transição política, enquanto outros acham que ele soube apenas aproveitar o momento para se tornar presidente. Os alunos mais novos também apresentam dificuldades em relacionar Tancredo com o processo histórico.

Palavras-chave: EJA, memória, ensino de história.

### Introdução

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é definida como uma modalidade da educação básica, que foi reconhecida na LDBEN nº 9.394/1996, destacada no art. 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”<sup>1</sup>. Na atualidade “é praticamente um consenso que o su-

1 SOUZA, Maria Antônia de. Educação de Jovens e Adultos. – Curitiba: Editora InterSaberes, 2012, p. 16.

jeito da EJA possui uma vasta bagagem cultural e que os conteúdos da EJA precisam ter estreita ligação com essa realidade”<sup>2</sup>. Portanto, a história da EJA no Brasil se insere num cenário político, social e econômico, em que seus sujeitos são trabalhadores, jovens em busca do primeiro emprego, ou aposentados. Tais fatores criam uma relação entre a educação e o trabalho e são resultado de um processo em que os trabalhadores passaram a ter voz ativa no sistema educacional brasileiro. A educação, atualmente denominada de “jovens e adultos”, em outros momentos históricos foi definida como educação de adultos e educação popular justamente por essa referência a pessoas mais velhas que já se inseriram no mercado de trabalho.

Todavia, durante o processo de construção da EJA observa-se que, nos primeiros programas desenvolvidos pelo governo, a educação para adultos era colocada no mesmo molde do ensino para crianças. Com o avanço da concepção da educação popular e o acúmulo de novas experiências por educadores e educandos, passou a haver um questionamento sobre os conteúdos e metodologias que fundamentavam a educação oficial de adultos<sup>3</sup>. Deste modo, foram desenvolvidas novas formas de atender esses alunos, buscando suprir as demandas e necessidades desse público.

Paulo Freire disse que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”<sup>4</sup>. A educação de jovens e adultos tem contado, desde seu princípio, com a solidariedade e relações interculturais como práticas de ensino. A luta pelo reconhecimento do direito a uma educação de qualidade e promotora de cidadania para jovens e adultos ainda continua através de discussões e ações, pois, como afirmou o próprio Freire, “o ser humano é maior do que os mecanismos que o minimizam”<sup>5</sup>. Sendo assim, pesquisas sobre os alunos da EJA e como eles se inserem na educação são necessárias para promovermos um ensino voltado, especialmente, a atender esse público.

### **Campo de pesquisa e metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida na cidade histórica de São João del-Rei, localizada no Campo das Vertentes, sudeste do estado de Minas Gerais. Selecionamos para a pesquisa as duas escolas estaduais que oferecem a modalidade de EJA referente ao Ensino Médio, nas quais tivemos contato com oito turmas, somando 123 alunos que participaram da coleta de dados.

A primeira é a Escola Estadual Milton Campos, que é conhecida pela alcunha de Polivalente por ter sido construída nos moldes do sistema ensejado pelo acordo MEC-USAID, que foi desenvolvido na década de 1970 através do Programa de Expansão do Ensino Médio (PREMEM). A

2 SOUZA. Educação de Jovens e Adultos, p. 17

3 SOUZA. Educação de Jovens e Adultos, p. 37.

4 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 199, p. 154.

5 FREIRE. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa, P. 130.

escola foi inaugurada em 15 de outubro de 1974, na Avenida Sete de Setembro, bairro Matozinhos, e abriga alunos de toda a cidade por oferecer a EJA e cursos do Pronatec, além do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Seus alunos possuem um perfil socioeconômico sem muito poder aquisitivo, pois os alunos com melhores notas são realocados para escolas mais centrais e aqueles com melhor poder aquisitivo são matriculados em escolas particulares da cidade.

A outra escola estadual que oferece a modalidade EJA é a Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa (Estadual). Fundada em 1963, a escola foi intitulada Escola Normal Oficial e, posteriormente, de Escola Normal Oficial Cônego Osvaldo Lustosa, sendo localizada no centro da cidade em um prédio alugado pelo estado. Em 1968 foi transferida para o bairro Guarda-Mor e recebeu o título de Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa. Esse bairro, apesar de ser próximo ao centro da cidade, também agrega uma comunidade mais periférica, atendendo alunos de baixa renda no Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

Dentre os vários campos de estudo que podem ser desenvolvidos com turmas de EJA a memória tem se destacado. O conceito de memória foi discutido por autores desde o final do século XIX e início do século XX. A ideia de que a memória era apenas um fenômeno individual foi superada por Maurice Halbwachs ao demonstrar que a memória deve ser entendida como um fenômeno social, pois sua construção é feita coletivamente e está sujeita a constantes recriações<sup>6</sup>. Na cidade de São João del-Rei há uma memória coletiva sobre Tancredo Neves e o momento político que culminou em sua vitória para a presidência, construído ao longo do tempo e fixado no imaginário social. Isso porque, a cidade é o berço político do mineiro, que foi eleito presidente da república por meio de uma eleição indireta, decretando o fim da ditadura no país. Tancredo morreu em 1985, antes de tomar posse, e foi enterrado no cemitério da Igreja São Francisco de Assis que fica localizada no centro da cidade. Além disso, um memorial em sua homenagem foi inaugurado na década de 1990 com o intuito de preservar a sua memória. Assim, apesar de muitas pessoas não terem presenciado tais fatos, é quase impossível que não saibam nada sobre o político.

Justamente por ter sido uma figura importante desse processo histórico é impossível falarmos de Tancredo sem citarmos a redemocratização e seu legado nesse processo histórico. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a sofrer um golpe militar na década de 1960 e o último a se tornar democrático novamente. Com um eleitorado maior do que muitos países europeus, sua dívida externa era superior a qualquer outro país de Terceiro Mundo<sup>7</sup>. As esperanças do povo de um país melhor foram depositadas e centralizadas em Tancredo Neves, o homem que não viveu para materializá-las. Aquele que foi visto como o salvador político do Brasil ganhou proporções de santo após sua morte. Seu corpo foi seguido por uma romaria nos locais em que passou antes de ser sepultado em São João del-Rei.

6 HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004, p. 15.

7 SKIDMORE, Tomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Tradução Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 594.



Assim, definimos o processo de redemocratização para ser trabalhado em sala de aula, pois além de ser um período recente na história do Brasil também está relacionado com uma figura política da cidade. A memória tem sido usada em estudos historiográficos e seu uso, no caso do processo de transição política do país, pode ser mais bem averiguado no ensino de história porque faz parte da história do presente. Ou seja, há uma memória coletiva sobre Tancredo na cidade, que pode ser pesquisada entre os alunos mais velhos que estudam em turmas da EJA.

Inicialmente aplicamos um questionário prévio em oito turmas para 123 alunos que aceitaram ser voluntários na pesquisa. Isso possibilitou uma coleta de dados sobre os conhecimentos prévios dos alunos e viabilizou uma primeira análise do conhecimento que eles possuem sobre o período de transição democrática, além do papel de Tancredo nesse processo. Um perfil geral desses estudantes foi definido também nesse questionário. Posteriormente, alguns alunos foram convidados para uma entrevista.

A metodologia da história oral foi utilizada no processo de coleta dos dados durante as entrevistas. Os estudantes foram questionados sobre determinadas respostas do questionário o que permitiu que eles acionassem suas memórias para descrever o momento histórico em sua perspectiva, como isso afetou a história do país e como eles enxergam Tancredo Neves. Lucília Delgado lembra que a história oral “não é a História em si, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória”<sup>8</sup>, ou seja, o objetivo com as entrevistas foi entender como a memória está inserida no processo de aprendizagem desses alunos, não julgando se o discurso dos indivíduos estará de acordo com as pesquisas historiográficas.

## Resultados

Os alunos, em sua maioria, possuem entre 18 e 20 anos, sendo 66 mulheres e 57 homens. Moram em bairros mais afastados do centro histórico e, em geral, dividem a casa com 2, 3 ou 4 pessoas. A grande maioria trabalha (71), se declaram pardos (51) e católicos (83). Tem preferência por assistir novelas, filmes, desenhos e séries na televisão (76), acessam internet pelo celular, em casa, e quase sempre redes sociais. Cerca de 83% dos alunos afirmaram já ter ido em algum museu, cinema e/ou teatro, mas apenas cinco disseram conhecer o Memorial Tancredo Neves.

Dentre os estudantes, 89 são naturais de São João del-Rei, mas 101 conseguiram comentar alguma coisa sobre a cidade como, por exemplo, dos sinos das igrejas, do centro histórico e seus monumentos. Dos 123 voluntários, 109 conseguiram identificar Tancredo Neves em uma imagem, mas apenas 22 comentaram alguma coisa que ligasse o político com o processo histórico da redemocratização.

8 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades – 2 ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2010, p. 18.

Após essa primeira análise de dados foram realizadas 12 entrevistas. Os critérios de seleção foram as respostas do questionário e diferentes perfis dos entrevistados no intuito de agregar visões distintas do mesmo processo. Ou seja, além das respostas dos alunos no questionário, os outros dados também foram relevantes como, por exemplo, a idade dos alunos. As entrevistas foram direcionadas para as memórias que os alunos tinham, direta ou indiretamente, sobre a figura de Tancredo Neves, sua relação com a cidade de São João del-Rei e a história política do país dando enfoque no processo de Redemocratização.

### Conclusões

Os primeiros resultados da pesquisa apontaram que os alunos mais velhos, que viveram o período histórico, não conseguem inserir Tancredo Neves dentro do processo histórico da redemocratização, isolando o político e caracterizando-o como um herói nacional. Em contrapartida, os alunos mais novos relembram fatos narrados pelos pais e avós e divergem sobre o papel de Tancredo Neves. Alguns acreditam que ele foi o responsável pelo processo de transição política, enquanto outros acham que ele soube apenas aproveitar o momento para se tornar presidente. Os alunos mais novos também apresentam dificuldades em relacionar Tancredo com o processo histórico.

Alguns entrevistados apresentaram uma memória afetiva por Tancredo, afirmando que o político ajudou algum membro de sua família a conseguir emprego ou resolver uma situação de saúde. Apenas dois entrevistados não conseguiram mencionar nada sobre o político e justificam, em ambos os casos, que a história da cidade não os afeta e por isso eles não tem interesse em conhecer sobre essa figura política ou demais coisas que se relacionam com São João del-Rei. Além disso, a relação que todos fazem do que é histórico se relaciona com o sentido de materialidade como, por exemplo, o centro da cidade, citando como sinônimos outras cidades mineiras (Ouro Preto e Sabará).

## A repressão política na UERJ na ditadura civil-militar: o caso de Wilson Choeri

Leonardo Faria Cazes

Mestre em História

Universidade Federal Fluminense

leocazes@gmail.com

### Resumo

A partir do estudo da trajetória e da atuação do professor e dirigente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Wilson Choeri, o presente artigo busca analisar como operou a repressão política na instituição durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A UERJ, por ser estadual, não abrigou uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), braço do Serviço Nacional de Informações (SNI) dentro das congêneres federais. Isso significa que o monitoramento e a repressão assumiram contornos diferentes na UERJ e, hipótese nossa, garantiu à burocracia universitária uma margem de ação maior no caso de professores investigados pelo regime. É nesta “zona cinzenta” que Choeri se movimenta. Durante a ditadura civil-militar, ele viveu uma ascensão contínua na burocracia universitária, de diretor do Departamento Cultural a vice-reitor, acumulou enorme poder e se tornou um interlocutor privilegiado junto aos órgãos de informação. Ao colocar em relação os documentos desses órgãos e depoimentos de docentes da época, foi possível apontar que o professor atuou como um interlocutor, mas também como mediador e “amortecedor” das pressões vindas do aparato repressivo. Para ilustrar essa atuação, será apresentado o caso do professor Ivo Barbieri, preso durante o regime.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar; UERJ; reforma universitária; Wilson Choeri.

O professor Wilson Choeri ocupava o posto de diretor do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à época Universidade do Estado da Guanabara (UEG), quando os militares chegaram ao poder através de um golpe em 31 de março de 1964. Neste cargo, ele atraiu a atenção do então governador Carlos Lacerda, apoiador da derrubada do presidente João Goulart, e do então reitor Haroldo Lisboa da Cunha. Durante a ditadura civil-militar, Choeri viveu uma ascensão contínua na burocracia universitária: diretor do Departamento Cultural (1964-1967), secretário-geral (1967-1971), sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva (1971-1975) e, finalmente, vice-reitor (1975-1978). Em paralelo, o professor se aproximou da elite militar através de dois seminários, em 1965 e 1966, indispensáveis para a compreensão das políticas públicas do regime para o campo educacional. O primeiro, realizado na própria UERJ, contou com diversos instrutores da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e deu início

a uma parceria entre as instituições.<sup>1</sup> O segundo, sediado pela ECEME, reuniu representantes de várias universidades do Rio de Janeiro e gestou uma das principais bandeiras da ditadura, o Projeto Rondon<sup>2</sup>, uma sugestão do próprio Choeri, que ocupou o posto de secretário-geral do evento.<sup>3</sup>

A sua passagem ao posto de secretário-geral da UERJ, no início da gestão do reitor João Lyra Filho, é significativa. Lyra Filho impulsionou o processo de reestruturação da universidade, em sintonia com os debates nacionais sobre o tema e com a Reforma Universitária que seria levada a cabo em 1968, e Choeri foi o seu braço-direito ao assumir o comando da reorganização da universidade e da construção do novo campus do Maracanã. Posteriormente, pouco antes do fim do mandato de Lyra Filho, o professor foi nomeado sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, cargo que ocupou durante toda a gestão seguinte, de Oscar Accioly Tenório. Como sub-reitor, Choeri ganhou autoridade sobre praticamente tudo que acontecia dentro da UERJ. Em entrevista dada a Lerner, em 2012, ele afirmou que sua escolha para o posto foi fruto de uma “costura com os militares”, pois Tenório seria considerado “fraco para controlar a massa estudantil”<sup>4</sup>.

A centralização de poderes na Reitoria e vultuoso investimento na construção do campus do Maracanã tinham como objetivo responder a um problema fundamental para a UERJ: criada em 1950 a partir da encampação de quatro faculdades particulares isoladas, a universidade penou para se tornar, efetivamente, uma universidade, e não apenas um aglomerado de escolas profissionais relativamente autônomas. Neste sentido, ao longo das décadas de 1960 e 1970, as sucessivas reitorias trabalharam pela construção de um campus que unificasse a instituição fisicamente e de uma burocracia que unificasse a universidade administrativamente. Um dos resultados deste movimento foi a criação e o fortalecimento dos mecanismos de controle da atividade docente na instituição. Assim, Choeri foi a cabeça de uma estrutura verticalizada e hierarquizada, principal responsável pela montagem e funcionamento da burocracia universitária.

Essa escalada dentro da universidade não ocorreu apenas por suas afinidades com o regime, mas antes se devem a uma rede de relações que ele teceu desde a década de 1930, ainda no Colégio Pedro II<sup>5</sup>. Contudo, é fato que o protagonismo e o poder que acumulou internamente dentro da instituição foi fundamental para que se tornasse um interlocutor privilegiado dos órgãos da repres-

1 LERNER, Samara Lima Tavares. *A Pós-graduação em Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil*. Tese - (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2013, p. 140.

2 Sobre o desenvolvimento e apropriações do Projeto Rondon, ver: AMATO, Gabriel. *“Aula prática de Brasil”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)*. Dissertação - (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

3 *O Globo*, 3 de novembro de 1966, p. 7

4 CHOERI apud LERNER, *A Pós-graduação em Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ*, p. 139.

5 Para a construção dessa rede de relações construída por Choeri, assim como os laços que unem o Colégio Pedro II e a UERJ, ver CAZES, Leonardo Faria. *Tempo de reforma, tempo de repressão: a trajetória de Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2017.

são e tivesse uma atuação decisiva num contexto de perseguições e prisões políticas, como será visto mais à frente. Antes, porém, é preciso fazer algumas considerações sobre a dinâmica que a repressão política assumiu na UERJ no período da ditadura civil-militar.

O modus operandi das forças da repressão na UERJ é bastante particular. Por se tratar de uma universidade estadual, a UERJ não tinha a sua própria Assessoria de Segurança e Informação (ASI), o braço do Serviço Nacional de Informações (SNI) que operava nas autarquias e universidades federais subordinado às Diretorias de Segurança e Informação (DSIs), que funcionavam nos ministérios<sup>6</sup>. Isso não significa que a repressão política fosse menor na instituição, mas sim que assumiu contornos bastante específicos. A hipótese apresentada nesse trabalho é que isso garantiu à burocracia universitária uma liberdade de ação maior. Os próprios professores se envolveram em investigações internas abertas a pedido dos órgãos de informação. Em termos de documentação, entretanto, isso produziu um problema: a maior parte das investigações foi conduzida internamente e poucas ficaram guardadas nos arquivos da repressão. Segundo Deise Mancebo, já no início dos anos 1990, quando a Reitoria da UERJ garantiu o acesso aos chamados “arquivos confidenciais” para qualquer um que assim desejasse, quase todos os conjuntos tinham desaparecido<sup>7</sup>.

Ao longo da investigação para esta pesquisa, o acesso aos arquivos da universidade constituiu um enorme desafio. Nos documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), guardados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), e do SNI, depositados no Arquivo Nacional, foram localizadas três investigações completas contra professores que são representativas do modo como se deu a repressão política dentro da universidade e do papel ocupado por Choeri. Primeiro, é importante ressaltar que houve uma diferença significativa de atuação do comando da universidade em relação aos professores e em relação aos estudantes. O protagonismo dos professores nas investigações foi um recurso para proteger docentes e a própria universidade. Já no caso dos estudantes, os pedidos dos órgãos da repressão, como a expulsão de alunos, foram atendidos sem hesitação. Este tema, entretanto, ainda carece de pesquisas mais aprofundadas.

Para ilustrar esse modus operandi, será apresentado aqui o caso do professor Ivo Barbieri, do Instituto de Letras e reitor da UERJ entre 1988 e 1992. Gaúcho, Barbieri se mudou para o Rio de Janeiro no início da década de 1960 para fazer um curso de especialização. Em 1966, começou a dar aulas na UERJ, como assistente da catedrática Dirce Côrtes Riedel. Paralelamente, lecionava no Colégio Estadual André Maurois, no Leblon, um dos principais centros de organização do movimento secundarista do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar<sup>8</sup>. Em depoimento ao autor, Barbieri afirmou que não sofreu nenhum tipo de interferência nos conteúdos ensinados em sala de aula.

6 Para a atuação das ASIs das universidades e da DSI do MEC, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

7 MANCEBO, Deise. *Da gênese aos compromissos: uma história da Uerj*. Rio de Janeiro: EdUerj, 1996, p. 159.

8 O colégio era protagonista nas articulações da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas (Ames). Muitos dos seus alunos partiram para a luta armada, como Lúcia Velloso Maurício e Alex Polari.

Eu fazia o que eu queria, [ninguém] nunca interferiu no meu trabalho, trabalhei com os textos que quis, do jeito que quis, mas fiquei marcado. Eu era tido como um professor de esquerda. Porque nosso grupo andava com a professora Dirce. Eu era um pouco mais inconstante e falava mais. Os outros eram mais prudentes. (...) Nos meus cursos, me dava muito bem com os alunos. No André Maurois fizemos um trabalho muito bonito também. Interferência direta na sala de aula não tive não. Me rendeu esse rótulo de esquerdista, o bom relacionamento com os alunos. Nunca fui filiado.<sup>9</sup>

O professor negou a qualquer filiação a um grupo político no período. Contudo, os órgãos de informação o apontavam como membro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). No Inquérito Policial-Militar (IPM) que investigava o MR-8, o professor era acusado de receber exemplares do jornal “Resistência” e guardá-los em sua casa, e de hospedar militantes do grupo em seu apartamento no Jardim Botânico, entre 1969 e 1971<sup>10</sup>. Barbieri confirmou, entretanto, que deu guarida a ex-alunos seus do André Maurois, que estavam na clandestinidade, em sua casa.

A razão [da minha prisão] não foram as aulas na universidade. Eu morava no Jardim Botânico, desde 1969, dei acolhida a alguns perseguidos. Eram meus alunos no André Maurois, teve uma moça também. E aí aconteceu que essa moça tinha uma ligação com um cara que era da pesada mesmo, o Salgueiro, que era da Faculdade de Medicina da UERJ. Ficaram os dois lá, depois que eles saíram, ela foi presa na Bahia e não aguentou e disse que tinha ficado hospedada na casa de um professor. Chegaram a mim. Esse foi o motivo.<sup>11</sup>

No ano de 1970, Solange Lourenço Gomes e João Lopes Salgado, aluno da Faculdade de Medicina da UERJ, passaram duas temporadas na casa de Barbieri. Solange viajou para a Bahia em dezembro de 1970, foi presa em abril e Barbieri foi preso oito dias depois. Em depoimento, Solange confessou que ficou na casa do professor. Barbieri foi “sequestrado” no Centro do Rio, levado para a Base Aérea do Galeão e depois para o Destacamento de Operações de Informação (DOI) do 1º Exército na Barão de Mesquita, na Tijuca, um dos principais centros de tortura naqueles anos. O professor ficou preso de 16 de abril a 16 de setembro de 1971.

A prisão criou um problema para a burocracia universitária. Oficialmente, Barbieri não estava preso, mas, por estar sob custódia do Exército, não aparecia nas universidades para dar aula. Durante a ditadura civil-militar, o suposto “abandono de emprego” de presos políticos foi um recurso utilizado pelas instituições públicas para se livrar dos “indesejáveis”, sendo um dos casos mais notórios o da professora da Universidade de São Paulo (USP), Ana Rosa Kucinski. Na UEG, quem apresentou uma solução para o caso de Barbieri foi o então secretário-geral Wilson Choeri. Barbieri conta que a catedrática Dirce Côrtes Riedel, de quem era assistente, procurou o secretário-geral em busca de ajuda.

Na UERJ, a professora Dirce falou com Choeri. Ele disse: “vamos fazer o seguinte”. Como o Choeri tinha relações muito pessoais com a ditadura, podia

9 BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro.

10 AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

11 BARBIERI, 2017.



fazer isso. Ele falou: “vou suspender o contrato dele por motivo de força maior”. Suspendeu o meu contrato, publicou lá no boletim da universidade, e aí quando eu saí, no dia seguinte que eu saí, a professora Dirce o procurou e ele falou o seguinte: “cessado o motivo de força maior, reassume as suas funções”. Eu fui dar aula no dia seguinte. Sem problemas.<sup>12</sup>

É importante ressaltar que os professores da UEG não eram concursados, e sim contratados como celetistas, o que permitiu uma ação deste tipo pela parte de Choeri. Esta leitura de Barbieri sobre o episódio ganha força se compararmos com o desfecho do mesmo caso na UFRJ, a partir dos registros feitos pelos órgãos de informação. Inclusive, por se tratar de uma universidade federal, há farta documentação sobre o episódio. Barbieri era ligado ao então diretor da Faculdade de Letras, Afrânio Coutinho. No boletim de frequência da instituição dos meses de abril e maio, só foram marcadas as faltas nos dias de aula do professor. Contudo, por ser contratado, todos os dias de ausência deveriam ser computados, não apenas os dias de aula, de acordo com investigação do SNI<sup>13</sup>.

A “irregularidade” só foi constatada pela Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais em outubro, após a libertação do professor. A sub-reitora Rosalina Brand pediu, então, a retificação dos boletins de frequência e foi aberto um processo sobre o ocorrido<sup>14</sup>. Pareceres de Guaracy Silveira, superintendente-geral da Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais, e da sub-reitora Rosalina Brand afirmaram que estava caracterizado o “abandono de emprego”.

Está caracterizado, nesse processo, o abandono de emprego, por parte do Auxiliar de Ensino IVO BIASIO BARBIERI, localizado na Faculdade de Letras. A esta caberia, de acordo com o Regimento Geral, a iniciativa de rescisão contratual, nos termos da legislação trabalhista.<sup>15</sup>

No mesmo mês, Afrânio Coutinho encaminhou um ofício ao reitor Djacir Menezes, acompanhado de uma certidão da 1ª Auditoria do Exército confirmando a prisão de Barbieri. O documento foi obtido pelo próprio Barbieri através de um militar do I Exército que dava aulas de grego na UEG.

Logo que eu saí, fui dar aula, [na UEG] tinha professores lá militares. E tinha um professor Haroldo, de grego, militar do I Exército. Eu falei com ele que precisaria de um atestado que eu fiquei ausente. Ele disse: “eu consigo para você”. Ele colocou “durante esse período, de tanto a tanto, à disposição do Exército”. Peguei isso, cheguei em casa, fiz dez cópias. No dia seguinte, ele veio: “professor, me desculpe, fiz uma coisa que não podia fazer. O senhor por favor me devolva”. Ele achou que não tinha problema nenhum, foi repreendido e teve que voltar atrás.<sup>16</sup>

12 BARBIERI, 2017.

13 Essas informações foram encaminhadas no “Infão nº 09919/72” pela Agência do Rio de Janeiro (ARJ) à Agência Central (AC), a DSI/MEC e ao CIE. Em: AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

14 Ver: “Infão nº 09919/72” em AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

15 Trecho do parecer de Rosalina Brand citado no “Infão nº 09919/72” em AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

16 BARBIERI, 2017.

O parecer da procuradoria da universidade foi pela reintegração do professor e pelo pagamento dos dias de afastamento. Contudo, em janeiro de 1972, o contrato do professor não foi renovado. Para Barbieri, por pressão do reitor Djacir Menezes.

As maneiras como a prisão do professor foram tratadas nas duas universidades são significativas. Wilson Choeri chamou para si a responsabilidade e, com uma canetada, impediu que Barbieri fosse demitido por abandono de emprego, apesar de ambos pertencerem a grupos políticos opostos dentro e fora da universidade. Isso só foi possível pelos amplos poderes que o então secretário-geral contava, delegados pelo reitor João Lyra Filho, mais do que por suas relações com os militares. Em oposição, na UFRJ, observa-se um choque de burocracias: a da Faculdade de Letras tenta contornar a situação do seu professor preso, não comunicando todas as faltas, enquanto a Reitoria descobre a “irregularidade” e pede a demissão por abandono de emprego.

É sintomático também que os órgãos de informação não tenham se interessado pelo ato de Choeri, mas tenham registrado tudo que se passou na UFRJ. Por um lado, a UERJ, através de lideranças como o próprio Choeri e Lyra Filho, mantinha relações pessoais bastante próximas com a cúpula do regime. Além disso, por se tratar de uma universidade estadual, a UERJ não tinha uma Assessoria de Segurança e Informação (ASI). Esses dois fatores deram uma liberdade de ação maior para os dirigentes da universidade e podem explicar a pouca atenção dispensada pela ditadura civil-militar ao que acontecia dentro da instituição. Já no caso da UFRJ, ocorre a situação oposta. Tratava-se da maior universidade federal brasileira e um importante centro de agitação política no período, que contava ainda com um braço do SNI em funcionamento. Essa atenção reduziu significativamente a margem de atuação do diretor da Faculdade de Letras, Afrânio Coutinho, que tentou ainda encobrir a ausência de Barbieri. Sem sucesso.

## Uma história relegada: os reflexos do golpe de 1964 nos pequenos centros urbanos

**Gilvan Gaspar de Melo**

Graduado em História e Biblioteconomia – UFMG  
gilvangmelo@yahoo.com.br

### Resumo

A historiografia brasileira no que concerne ao período da Ditadura Militar dedica-se nos acontecimentos ocorridos nos grandes centros urbanos, salvo casos como o movimento armado, deixando de lado milhões de brasileiros que moravam nos sertões do Brasil e passam a ser sujeitos da história dentro de um contexto geral chamado de "Sociedade Brasileira". Nada mais enganoso acabam sendo suas conclusões. Foucault já chamava a atenção para se entender o Poder "em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais". E esta é a proposição desta pesquisa, que traz uma visão de micro-história para entender este momento histórico e como se comportaram milhões de relegados por nossa história. O que era a Ditadura Militar nestes locais? Como se comportavam os grupos políticos dentro deste contexto? As questões nacionais sobressaíam sobre a disputa de poder local com os resquícios do Coronelismo? As alianças nacionais ou estaduais refletiam da mesma forma em nosso interior? E os comunistas e os subversistas locais existiam? Os jornais locais de época embasam esta jornada, uma vez que eram os únicos meios de disseminação de notícias locais, além dos rádios de Ondas Curtas de alcance nacional, e que trazem a baila nossos "Menocchios" para descortinar um novo panorama de acontecimentos e desdobramentos enriquecendo a análise deste momento histórico. Os arquivos de órgãos oficiais também dão sustentação à história acontecida em nosso microcosmo no nordeste mineiro. A narrativa, destes nossos anônimos, muito tem que incorporar na historiografia brasileira deste período.

**Palavras-chave:** Ditadura militar, micro-história, comunista, interior, jornal.

O final da década de 1960 e início da de 1970 apresentam mudanças significativas no cenário social e político de Nanuque. A região, desde sua fundação, foi controlada pelos fazendeiros, pelos desbravadores desta terra, que exerciam seu poder, como já vimos, através de uma forma denominada Mandonismo.

Já na a composição da Câmara Municipal, no final da década de 1960, se mostra uma configuração de "forasteiros", pessoas que vieram para a cidade no "boom" da exploração da madeira e que, criando suas raízes, passam a exercer política e a se candidatar a cargos eleitorais.

No início da década de 1960, a cidade passa a contar um jornal, “Folha de Nanuque”, de variedades, mas com um viés bem voltado para a política local e repercutindo, também, a nacional e estadual, haja visto que na grande maioria de suas edições este assunto ocupa todas as primeiras páginas através da coluna “POLÍTICA AQUI E ACOLÁ”, dividido em seção “Panorama Nacional” e “Situação Local”.

Cumpramos ressaltar a importância da chegada da Folha de Nanuque, jornal que perdurou por toda a década de 60 e 70 sendo disponibilizado, de forma digital, na Biblioteca Nacional até o ano de 1977. Esta fonte reveste-se de importância para este trabalho uma vez, que neste período que vai de 1962 a 1977, pode-se consultar cerca de 230 exemplares desta publicação.

Maria Helena Capelato acentua a importância da imprensa como fonte já que “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos”<sup>1</sup> sendo que ressalta a observância de sua, eventual, parcialidade, já que carrega a subjetividade em suas páginas no que é acompanhada por Tania de Luca que alerta para ser ele: “instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”<sup>2</sup>.

Um grande tema, e que “assombra” esta região, a muitos anos, é a reforma agrária, que é recorrente neste jornal, através de editoriais, e mais acentuadamente em artigos, em diversas edições intitulado “REFORMA AGRÁRIA”, assinados por R.C, cognome de Raphael de Castro e que na edição de 16/02/1962, destaque é dado para uma visita do Secretário de Agricultura do Estado, Paulo Salvo, que recebido por lideranças diversas vem apresentar o Projeto Jaíba, que “é o plano de REFORMA AGRARIA promovido pelo Gov. Magalhães Pinto” e que distribuirá “100 mil alqueires de terras de boa fertilidade que serão cedidas a famílias cujos chefes não possuam propriedade”<sup>3</sup>.

Na edição de 12/07, e sob o título de “REAGEM OS RURALISTAS”, aparece, pela primeira vez, uma nota de uma instituição organizada vindo divulgar a instituição da “Companhia Nacional de Defesa da Reforma Agrária Democrática” preocupados que estão os líderes rurais com “a defesa do direito da propriedade” e para “evitar uma lei inócua, contraproducente, de sentido socialista ou comunista”; refletindo a conjuntura nacional e a preocupação com as idas e vindas de João Goulart com relação a este tema.

Os ruralistas não são contra, são até a favor, mas não creem na capacidade do camponês de andar por si só, admitem que a necessária Reforma Agrária perpassa pelo apoio, e educação, ao camponês, mas até então não se referência a forma de pagamento das terras a serem desapropriadas.

A defesa da Reforma Agrária, aceita por toda a sociedade, encontra amparo em nossa historiografia, mas não numa forma como a preconizada pelo líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, de fazê-la “na lei ou na marra, com flores ou com sangue”.

1 CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. P.13.

2 LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.1.

3 Folha de Nanuque, Nanuque, 16 abr. 1962, p.1.

No mesmo sentido Jorge Ferreira dá importante colaboração:

Em abril de 1961, ainda no governo Jânio Quadros, líderes da Confederação Rural Brasileira e de 21 federações entregaram ao presidente da República um memorial de apoio à reforma agrária.<sup>4</sup>

E mais:

Realizada no mês de junho de 1963, em dez capitais de estado do país, tal pesquisa constatava que 62% do eleitorado brasileiro eram favoráveis à reforma agrária, 11,5%, contrários e 26,5% não tinham opinião formada. (FERREIRA, 2014, p.109)<sup>5</sup>

A efetivação, através de ações, da luta dos grupos sociais aparece pela primeira vez nas páginas quando encontramos na coluna “Situação Local”, na edição de 23/08/1963, e depois de anos de “tranquilidade fundiária”, quer urbana quer rural, o relato de uma “invasão de terrenos baldios do Alto Bonito orientada por certos cidadãos”<sup>6</sup>, acontecimentos estes que vão ter relação direta com as ações da política no pós 31/03/1964.

No editorial, o jornal não indica tal ação como resultado de promessas eleitorais de campanha do prefeito Miguel Viana, eximindo-o de qualquer culpa, considera: “Elogiável, o interesse de se lotear e permitir que cada família possua sua casa própria”, condena a forma acontecida: “não é digna de elogios nenhuma violência, sobretudo quando alimenta fins demagógicos”, e mostra o que considera ser o caminho mais adequado para atender a esta população: “Também não se admite que sejam doados lotes urbanizados” por não se ter, as instituições, condições financeiras de fazê-lo e “Ceder terrenos e auxiliar na construção sem fins lucrativos ou apenas adicionado pequenas taxas para pagamentos suaves é muito louvável e perfeitamente moral, probó e honroso” completando com “toda esmola degrada, alvita e repugna”.<sup>7</sup>

Em 1962, pela Lei Delegada nº 11, João Goulart cria a SUPRA – Superintendência de Política Agrária que passaria a ser responsável por todas as ações governamentais de gestão de terras, inclusive a Reforma Agrária. Pressionado por todos os lados, o governo divulga um Decreto que expropriaria terras ao longo de rodovias, e ferrovias, federais, numa margem, inicialmente de 30km, modificado para 10km, além de outras medidas. Mais uma vez, João Goulart joga um “balão de ensaio” e não toma decisões, pois não assina o Decreto, levando o país a embates, dos prós e dos contra, e nosso ambiente estudado, agora sim, pega fogo

Na edição de 14/02/1964, artigo publicado pela Associação Rural de Nanuque, intitulado “Aos fazendeiros”, dirige à classe questionamentos como: “porque tripudiam sobre nossos direi-

4 FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela. 1957-1964 [recurso eletrônico]: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil / Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. <Disponível em <http://lelivros.love/book/baixar-livro-1964-jorge-ferreira-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/> >

5 FERREIRA. o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. p.109.

6 Folha de Nanuque, Nanuque, 23 ago. 1963, p.1.

7 Folha de Nanuque, Nanuque, 26 jul.1963, p.1.

tos, por que ainda nos classificam de senhores feudais, latifundiários, exploradores, sonegadores, tubarões da lavoura, etc.?” e conclama esta classe tão desunida: “**Ninguém quer nada. Ninguém comparece aos Encontros Rurais, às vezes não vão ver as exposições de produtos agropecuários**” (negrito nosso) e mais “Que triste sensação tem um dos dedicados Presidentes de associações Rurais quando convoca seus associados. Um foi pescar; outro caçar,” o que nos induz a que, neste momento, os ruralistas desta região não são um movimento organizado e “preparado para a luta”.

Certo é que a iminência da assinatura do decreto da SUPRA atizou os ânimos sendo convocada uma reunião da Associação Ruralistas, pelo seu presidente Gilberto Ruas, com o propósito de convocar “os fazendários da região a se filiarem num movimento contra as invasões de terra e desapropriações injusta **que porventura** aqui venham verificar-se”<sup>8</sup> (negrito nosso). Tal colocação reforça a análise de que não estariam havendo conflitos agrários nesta localidade adotando, neste caso, uma organização de caráter preventivo. Esta reunião criou a Liga Anticomunista em Nanuque. A matéria encerra como a mensagem explícita de que: “a Liga Anti-Comunista de Nanuque lutará até o fim, contra as arbitrariedades da reforma agrária e seus componentes derramarão sangue, se possível, em defesa de seus direitos numa forma análoga ao brado das Ligas Camponesas.

Estava assim criado o “inimigo” bem como o Tribunal, “inimigos” estes que existiam na cidade, mas que conviviam pacificamente com a sociedade como um todo, estaria assim liberada a “caça aos comunistas”.

Nesta mesma edição, cumpre destacar, matéria na qual, o prefeito condena a criação da Liga e questiona o que poderia ser uma explicação para o que estaria acontecendo na cidade quando diz: “É de opinião que em Nanuque não há comunistas. E interroga “porque só a U.D.N. tem comunistas?”

No dia 13 de março de 1964, no famoso comício da Central, o presidente Goulart anuncia a assinatura do Decreto e estava assim selado, na visão ruralista, o seu fim; acontece o golpe em 31 de março, golpe este que terá reflexos na nossa localidade em pauta.

O primeiro reflexo é o de cidadãos da cidade serem atingido pela “Operação Limpeza” sendo conduzidos presos uns, para Governador Valadares e outros, para Belo Horizonte e, nesta mesma edição, sob o título de “DOPS devolve homens honestos aos seus lares”, o José salgado relata os dias de detenção e elucida os “porque” de algumas prisões.

No interrogatório, às 14hs, feito por um tenente e um sargento, foi questionado se fazia parte de alguma Liga tendo informado que: “disse-lhes que sim: Liga Anti-Comunista de Nanuque, fundada em 17/02/1964 e que tínhamos convocado uma reunião para o dia 2 deste mês para co-

8 Folha de Nanuque, Nanuque, 28 fe. 1964. p.1.

9 Assim denominada, e amparada pelo AI-1, visando a tirar da cena pública todos os considerados “inimigos do golpe”, o que poder-se-ia, quase, que os intitulas como “todos os comunistas”.



memorarmos a vitória da revolução” ao que os interrogadores o questionaram sobre Liga e com a resposta negativa, esclareceram-me que meu nome figurava como 1º. Tesoureiro, em uma “Liga de Emancipação Econômica”, fundada em Nanuque há anos, a qual havia sido publicada no Jornal “O Povo” de Belo Horizonte”.<sup>10</sup>

Assim, a “Operação Limpeza”, em Nanuque, constituiu-se na prisão de cidadãos que, em 1956, quando Carlos Ventura ali registrou a LEN, tiveram seus nomes postos numa “diretoria” que, por ter sido publicado num jornal de esquerda, foi parar no arquivo do DOPS e resgatado quando se foi verificar os “comunistas” da localidade sendo presos, inclusive, membros da Liga Anticomunista da cidade.

A “acumulo” de material do DOPS constituía-se de recortes, notadamente, dos jornais de esquerda; relatos, a partir de infiltrações em reuniões de movimentos, que se supunha, de esquerda como sindicatos, associações, grupos de teatro, etc.; trabalho de campo de agentes da polícia civil não ligada a polícia política e, neste último caso, é que nos leva à segunda leva de comunistas em Nanuque.

Conforme “Relatório” de um investigador, não identificado e sim assinado, datado de 03/03/1964, o mesmo foi a Nanuque, entre 18 e 17 de fevereiro, encontramos a narrativa da constituição da Liga Anticomunista citando diversos discursos com destaque para o do suplente de deputado, Mamede Batista, que “acusando o Senhor Governador Magalhães Pinto de ser esquerdista e de estar conivente com os agitadores vermelhos que pretendem invadir as terras dos fazendeiros” sendo aparteado por Aníbal de Miranda que inflama: “A cada fazenda nossa invadida deverá corresponder a uma cabeça rolando, e que rolem inicialmente a do governador, a do José Aparecido, a do Prefeito Miguel Viana e a do comunista Ubirajara de Brito”, seguido de muitos aplausos inclusive do Vigário local, Frei Salésio Heskes.

Continuando o relato do investigador, segue uma relação de “adeptos do Prefeito Miguel Viana de Oliveira, todos eles, esquerdistas de coloração bem acentuada” citando Ubirajara Brito, Antônio Santos, José Câmara, Nicodemus Araújo, Wilson Marinho (Vereador/UDN), Paulo Franco, Nilo Penido, Luiz Oswaldo (UDN), Alicio Coelho (Vereador/UDN) e Milton Pacheco (Vereador/UDN), “todos eles considerados homens de esquerda”<sup>11</sup>. Está pronta mais uma relação de comunistas e, curiosamente, mais uma vez a UDN prospera como reduto dos comunistas, haja visto que foi anexado uma relação de nomes, datilografada, com anotação, a mão, relacionando todos a esta sigla.<sup>12</sup>

Com o golpe militar passa-se a se ter uma “Operação Limpeza” doméstica e, é o momento do grupo que perdeu a eleição para a prefeitura e para a Presidência da Câmara, fazer sua justiça” e que passa pelo expurgo dos políticos eleitos vinculados a Esquerda. Na Câmara Municipal é apre-

10 Folha de Nanuque, Nanuque, 24 abr. 1964 p.1.

11 APM – DOPS, Pasta 4780, Documento 20.

12 APM – DOPS, Pasta 4780, Documento 21.

sentada uma “Representação”, pelo vereador Péricles Gonçalves Filho onde é pedida a cassação do mandato do Vice-Prefeito Antônio dos Santos, do Vereador Nicodemos Araújo e dos suplentes Josman Santos e Adonel Almeida sendo, tal Representação, amparada pelo Ato Institucional de 09/04/1964 editado pelo “COMANDO SUPREMO da revolução VITORIOSA”.<sup>13</sup>

É então constituída uma “Comissão de Averiguação”, constituída de vereadores do PSD, que conclui, em 21/05/1964, que os acusados “estiveram atuando contra o regime Democrático, seguindo o credo comunistas sob a orientação do Sr. Leonel Brizola” infringindo a Lei de Segurança Nacional nos seus artigos 2, 7, 12, 15 e 17, estando selado assim o seu destino.<sup>14</sup>

Mas não acabam aí as agruras dos “Menochios” desta localidade, uma vez que a “Santa Inquisição” chega a cidade na pessoa do Tenente-Coronel Urano Nunes de Queiroz que, a mando do Chefe do Departamento de Vigilância Social, vai apurar a “responsabilidade dos elementos ligados aos movimentos subversivos nesta comuna”<sup>15</sup> através de Inquérito, instaurado em 08/05/1964, começando com a “prisão dos suspeitos de sempre”.<sup>16</sup>

Não se encontra menção deste acontecimento no jornal da cidade, quer na edição de n.º. 54, de 08/05/1964, quer na seguinte de n.º. 55, de 22/05/1964, sendo que o Inquérito que iniciou no dia 08/05/1964 foi encerrado em 12/06/1964.

Assim, com o silêncio do jornal local, são inqueridos indiciados e testemunhas durante o mês de maio num total de 38 depoimentos que culminou com a denúncia de 14 moradores como tendo incorrido “em faltas capituladas na Lei de Segurança Nacional”.<sup>17</sup>

Nas páginas do processo, Ubirajara Brito é considerado o chefe da célula local e contra si além dos relatos testemunhais pesam a ida de grupo de professores a Brasília para um “Curso de Alfabetização Paulo Freire”, manifestações comunistas no 7 de Setembro e da invasão das terras do hospital da cidade ocorrida no Alto do Bonito, única manifestação popular/social ocorrida na década no município. Estes acontecimentos, e esta pessoa, merecem uma análise face terem movimentado a cidade.

Seguindo os acontecimentos a partir dos depoimentos deste processo podemos entender os acontecimentos como o do Alto do Bonito, um terreno urbano, onde seria construído o Hospital da cidade, e que foi objeto de invasão, em 1963.

Segundo Jorge David Schieber, que, no início de junho de 1963, foi na sua casa Ubirajara Brito que, em nome do prefeito, solicitava autorização para realizar uma Exposição Agropecuária e que relutou, mas pensando na importância do evento para a cidade, concordou com o “empréstimo”

13 APM – DOPS, Pasta 3863, Documento 9.

14 APM – DOPS, Pasta 3863, Documento 12.

15 APM – DOPS, Pasta 3863, Documento 15.

16 Alusão ao filme “Casablanca” onde o chefe de polícia para investigar um crime manda prender os que sempre são acusados de crimes na cidade.

17 APM – DOPS, Pasta 3863, Documento 111

do terreno. A prefeitura terraplanou o terreno e, 4/5 dias depois, o mesmo foi invadido por famílias que se instalaram, de forma rápida, organizada, como se já estivessem orientados haja visto que em poucos dias ergueram casas inclusive de alvenaria.<sup>18</sup>

João Felismino, morador do Alto Bonito desde a invasão, relata que ali construiu uma casa de 3 cômodos numa área de 10m x 40m sendo que, antes de construir deu casebre, houve uma reunião no próprio loteamento com João Alfaiate onde foram orientados a invadir pois não seriam retirados e que o Vice-prefeito, Antônio Santos, reuniu as mais de 100 famílias para garantir que não seriam retirados.<sup>19</sup>

Ubirajara Brito relata, sobre este assunto, que solicitou os terrenos para uma Exposição Agropecuária sendo que destinaria uma parte para uma praça de esportes; que tais fatos não aconteceram pois acompanhou o prefeito a Belo Horizonte sendo suspensas as obras ocasião, então, que ocorreu a invasão, que aconselhou o prefeito a não tomar providência pela retirada dos invasores face a falta de amparo legal e que ficou surpreso com o envolvimento do Vice-prefeito na invasão.<sup>20</sup>

Outro acontecimento que repercutiu na cidade foi com relação ao “Curso de Alfabetização Paulo Freire”. Um grupo de alfabetizadores da cidade foram a Brasília para fazer um curso para aprenderem uma nova forma de ensino, o “método Paulo Freire”. Tal iniciativa foi comandada por Ubirajara Brito que escolheu e conduziu estas pessoas e, inclusive, era quem entregava-lhes o dinheiro para as despesas de viagem.

Nestes depoimentos todos ficaram configurado as acusações de existência na cidade de reuniões de estudo de literatura comunista, formação de Grupo dos Onze<sup>21</sup>, distribuição e leitura de jornais de esquerda, criação de núcleo subversista, mobilização de operários e camponeses com criação de Ligas Camponesas, audição da rádio Mayrink Veiga; em suma, todos os fatores necessários para caracterizar uma série de cidadãos como comunistas e indiciá-los, através da Lei de Segurança Nacional, pelo IPM N°. 33 – DVS N°. 027, sob a responsabilidade do Cap. Geraldo Vicente de Souza Barros.<sup>22</sup>

Em 01/04/1966 onde um investigador informa ter ido à cidade e não conseguindo as fichas de Ubirajara Brito, Antônio Pereira, Admone Lima, Nicodemos Araújo, Elizeu Borges, Manuel de Barros e Jonas Bastos por estarem todos foragidos da cidade, estando o Ubirajara exilado na Embaixada da Alemanha. Quanto a José Inácio escondeu-se quando soube que estava sendo procurado não sendo localizado.<sup>23</sup>

18 APM – DOPS, Pasta 3863, Documentos 71 a 73.

19 APM – DOPS, Pasta 3863, Documento 43.

20 APM – DOPS, Pasta 3863, Documento 107.

21 Grupos dos Onze Companheiros, criado, em 1963, por Leonel Brizola visando organizar a luta pelas reformas de Base e contra eventuais movimentos da Direita. Foram distribuídos formulários onde um responsável mobilizava onze companheiros que a partir daí estariam engajados na luta sob seu comando.

22 APM – DOPS Pasta 318, Documento 11.

23 APM – DOPS Pasta 318, Documento 317.

O processo seguiu, a revelia de alguns, e em 29/03/1968, o Juiz-Auditor Antônio Arruda Marques, de Juiz de Fora, emite correspondência ao Secretário de Segurança de Minas Gerais onde comunica que “por unanimidade de votos, absolveu os civis” seguindo da relação de todos os indicados e já tendo transitado em julgado a sentença.<sup>24</sup>

### Considerações finais

As premissas que nortearam este trabalho eram de se analisar os acontecimentos relativos ao golpe de 1964 no microcosmo mineiro, que poderia ser qualquer um, para verificarmos as atuações de seus personagens, dos movimentos sociais locais em busca de um entendimento das consequências do golpe bem como da existência de movimentos ditos “comunistas” em nosso Interior.

E, a partir das massas documentais trabalhadas, pode-se ver um outro Brasil, relegado em nossa historiografia, mas que viveu este momento histórico e que; a partir de depoimentos, atas, processos de investigações, jornais, etc.; pode-se escrever uma outra página, ou um adendo, em nossa história.

Reveste-se de importância a constatação de imigrantes que passaram a praticar ativamente atividades vistas como comunistas nesta localidade, fato este que aconteceu e por diversas oportunidades em períodos diversos, e num momento que praticar atividades comunistas eram proibidas e sujeitas a prisão, mas como apresentamos, ser comunista não o era.

Os arquivos da Polícia Política, do DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, foram de importância fundamental neste trabalho onde se pode observar esta estrutura Panóptica<sup>25</sup> que buscava ser onipresente na vida dos cidadãos através de uma rede tentacular de informações, e de vigilância, vindas de fontes como policias civis, militares, órgãos de segurança, forças armadas mas que não tinha uma forma efetiva, e eficiente, de gerenciar o manancial de informações produzidas levando erros que levaram muitos à prisão indevidamente e, por consequência, liberados.

O Poder local, tão disputado, que pudemos constatar em forma de disputa em que se convivía com os contrários, convivía-se com os comunistas locais, mas não absorvia os externos. Os momentos em que, uma parte da sociedade local buscou ajuda exterior, através da polícia política, para resolver seus problemas locais foi sempre pela atuação de sujeitos vindos de fora, inclusive nos documentos consultados pode-se verificar uma condução, nos depoimentos, para culpabilizar os “estrangeiros” e minorar a participação dos locais.

Percebia-se que a briga local era em busca de alijar os adversários, no caso mais específico a UDN onde estava a Esquerda local, do poder local e se o meio era “comuniza-los”, fez-se nas ocasiões em que ocorreram movimentos encabeçados por pessoas vindas de fora deste microcosmos.

24 APM – DOPS Pasta 318, Documento 170.

25 Conceito presente em Foucault no sentido de uma estrutura criada de forma a possibilitar uma vigilância generalizada e central.

Este trabalho nos leva a observar que a convivência com os “outros”, locais, ocorreram por anos a fio, e até mesmo em localidades como Teófilo Otoni e Governador Valadares sendo que o “gatilho” das mudanças, na década de 60, foi o Decreto da SUPRA haja visto que até então, nos jornais pesquisados, não havia maiores agitações na região mas a publicidade deste decreto, e a possibilidade de sua assinatura, colocou fogo na região provocando, no início de 1964, a criação das Liga Anticomunistas.

Assim, foi possível traçar um panorama municipal, diferente, dos embates nacionais e que podem ser ampliados em busca de identificação com outras localidades de forma a se verificar um padrão de comportamento municipal, ou até mesmo regional.

Não se busca aqui um revisionismo histórico mas sim preencher uma lacuna não contemplada na nossa historiografia, e que se mostra diferente da história homogênea que é apresentada pela historiografia atual, e que se torna necessária, haja visto a imensidão do nosso sertão, para que se contemple o Brasil como um todo e, que dentro da premissa da Micro-História, o estudo desta pequena escala possa trazer maior compreensão de nosso tempo.

## O Conselho de Intendência do Serro e a instrução pública, de 1890 A 1892

Danilo Arnaldo Briskievicz<sup>1</sup>  
doserro@hotmail.com

### Resumo

Analisamos a conjuntura de criação e funcionamento do Conselho de Intendência do Serro no período de 23 de janeiro de 1890 a 07 de março de 1892, em especial sua Inspeção Municipal, responsável pelo novo projeto modernizador da instrução pública no município-sede e seus distritos a partir dos documentos de Câmara do IPHAN - Serro. A partir dos documentos originais do desconhecido arquivo público, discutimos a respeito dos conflitos inerentes ao novo projeto de instrução pública considerando quatro pontos: o primeiro é como o ideário positivista da modernização da instrução pública se manifestou; o segundo é como a imensidade geográfica do município e de seus distritos afetou o projeto renovador; o terceiro é como o funcionamento burocrático através de documentos se dava no contexto (impactado pelas reformas de Leôncio de Carvalho, de 1879 e de Benjamin Constant, iniciada em 1890) e o quarto é o embate republicano na imprensa serrana. A metodologia utilizada é a de pesquisa documental das fontes primárias do Conselho de Intendência do Arquivo de Câmara do IPHAN Serro, bem como de fontes primárias e secundárias da história do Serro, de Minas Gerais e do Brasil, como leis, decretos, portarias, recibos de obras e livros, além de fontes secundárias de autores ligados à história da educação imperial e republicana para ampliação conceitual do contexto pesquisado. Espera-se como resultado oferecer uma contribuição para a história da educação no Brasil republicano.

**Palavras-chave:** Conselho de Intendência do Serro, Instrução pública, República brasileira.

### O problema: a instrução pública republicana no Serro

No dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a república brasileira na cidade do Rio de Janeiro, a antiga corte da abolida monarquia de Dom Pedro II, o imperador constitucional parlamentarista. O marechal Manuel Deodoro da Fonseca destituiu do poder o monarca Dom Pedro II e foi instituído um Governo Provisório da República que vigiu até 24 de fevereiro de 1891, data da promulgação da nova Constituição. O governo provisório da República dos Estados Unidos do

1 Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Temas Filosóficos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor de Filosofia e Sociologia do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, campus Santa Luzia.



Brasil constituiu um Conselho de Intendência após a dissolução da Câmara Municipal por ofício do governador, datado de 23 de janeiro de 1890. Assumiu a presidência do Conselho de Intendência o coronel Sebastião José Ferreira Rabello (1823-1900) que governou de 04 de fevereiro até *supostamente* janeiro de 1891<sup>2</sup>, sendo sucedido por outro intendente, Secundo José Baptista (DC:180, 21), que permaneceu no cargo até a posse da nova Câmara Municipal, no dia 07 de março de 1892. Por isso, o governo provisório serrano se estendeu para além da Constituição de 1891, prolongando-se até 1892, dentro do período mais longo chamado de República Velha (1889-1930) e do período mais curto denominado República da Espada (1889-1894). Nesse contexto, interessa-nos entender como a instrução pública foi tratada na transição realizada no Serro por esses dois intendentes, seus vice-presidentes e seus procuradores, sob o impacto decisório dos governos provisórios e constitucional federal e estadual. Evidentemente, o Conselho de Intendência também era um governo provisório para instaurar uma nova ordem política e de governança republicanas.

Priorizamos como metodologia a coleta de informações nas fontes primárias do município do Serro, principalmente os documentos do Conselho de Intendência encontrados no Arquivo Iphan da Casa do General Carneiro. O resultado esperado é uma descrição pormenorizada da instrução pública no Serro no período de 1890 a 1892.

### O início de tudo: a mudança de governo no Serro

Os republicanos históricos serranos receberam sua recompensa pela fidelidade ao novo governo brasileiro. Entre eles formou-se o Conselho de Intendência nomeado diretamente pelo governador do Estado de Minas Gerais, Cesário Alvim, no dia 23 de janeiro de 1890 como se lê em seguida:

Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais em Ouro Preto, 23 de janeiro de 1890. Comunico-vos que, que nesta data, dissolvi essa Câmara e criei em substituição um Conselho de Intendência composto dos cidadãos: Cel. Sebastião José Ferreira Rabello – Presidente, Major Jacinto Pereira de Magalhães e Castro, Coronel José de Ávila Bittencourt e adjuntos Ernesto Peregrino do Nascimento Moura e Capitão José Generoso de Moura e Silva. José Cesário de Faria Alvim<sup>3</sup>.

A comunicação da dissolução da Câmara Municipal à população serrana se deu através de Edital publicado no dia 04 de fevereiro de 1890, instaurando uma nova ordem republicana na cidade:

O Conselho de Intendência Municipal de Serro faz saber a todos os habitantes desta cidade que nesta data assumiu o exercício de suas funções digo de governo e administração dos negócios do município, conhecimento o direito que tem

2 ARQUIVO IPHAN SERRO, Documentos de Câmara, Doc. 180, Cx. 21. Doravante apenas DC seguido do número do documento e da sua caixa.

3 BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *A arte da crônica e suas anotações: história das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas*.(14/03/1702 a 14/03/2003). Porto Alegre: Revolução E-book – Simplíssimo, 2017.

todo o cidadão deste país a manutenção de sua tranquilidade e de seu bem estar, está disposto a providenciar sobre tudo quanto for em bem dos interesses comuns de sua municípes, para o que espera o seu valioso concurso, muito confiado em seu ânimo justo e patriótico<sup>4</sup>.

No dia seguinte, os Intendentes nomeados enviaram ao governo de Minas Gerais o comunicado de aceitação da nomeação elencando os diversos problemas herdados da monarquia imperial de Dom Pedro II. O tom de reivindicação está presente no ofício, justificando-se o baixo investimento em instrução pública a ser realizado pelas poucas rendas do município. É o que se lê a seguir:

Acusamos o recebimento do vosso ofício datado de 23 do passado em que nos dignastes nomear-nos Intendentes Municipais desta cidade e em cumprimento de nosso dever temos a honra de levar ao vosso conhecimento que em data de ontem tomamos posse de nossos cargos e assumimos as respectivas funções. A missão que hoje nos cabe depois de vossa nomeação é assaz pesada por isso que a nossa localidade acha-se bastantemente depauperada e até sofrendo a calamidade da fome. Foi esta cidade uma das mais ricas e prósperas do Estado de Minas Gerais antes da baixa dos diamantes, donde nos vinha todo o nosso bem-estar, hoje, porém que essa fonte de riqueza está quase extinta, ficou este território assaz reduzido e pobre. *O pequeno rendimento desta Intendência não nos habilita a dar o impulso que desejaríamos dar à instrução pública*, à introdução do trabalho adiantado do arado, pois não há talvez no Estado terrenos tão férteis como o do Serro, para todo o gênero de cultura e mais adaptado a um melhoramento; ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da criação; aos consertos de estradas e construções de pontes indispensáveis ao trânsito público; e assim transparece da posse que tomamos e da responsabilidade que assumimos dos negócios desta Intendência a confiança que nos merece o digno cidadão patriota que em boa hora foi colocado pelo governo provisório à frente dos destinos de nosso Estado<sup>5</sup>.

Pelos documentos citados acima, evidencia-se que nem todos os republicanos históricos serranos fizeram parte da Intendência como titulares ou suplentes. No caso da família Rabello, um membro titular na Intendência já garantia a perpetuação na elite política da cidade e o acesso às informações privilegiadas do governo, bem como a família Magalhães e Castro, em que apenas o tio mais velho e mais influente fez parte do governo provisório como vice-presidente. Teotoninho herdou o poder de outra forma: foi nomeado inspetor da Instrução Pública do município do Serro, cargo que permitia operar diretamente com as elites rurais e urbanas dos distritos. O coronel José de Ávila Bittencourt foi o terceiro membro titular, nomeado intendente procurador. Os intendentes adjuntos, com pouca influência *direta* nas decisões do governo provisório foram o major Ernesto Peregrino do Nascimento Moura, farmacêutico, e o capitão José Generoso de Almeida e Silva, também farmacêutico<sup>6</sup>, que pediu dispensa do cargo que foi aceita em 17 de abril de 1890 (DC:139, 21). O titular José de Ávila Bittencourt também solicitou dispensa do cargo tendo sido liberado da função em 07 de março de 1890. Por isso, o titular foi substituído por Ernesto Pere-

4 BRISKIEVICZ, *A arte da crônica e suas anotações*.

5 BRISKIEVICZ, *A arte da crônica e suas anotações*.

6 SILVA, Dario Augusto Ferreira. *Memória sobre o Serro Antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928, p.185.

grino do Nascimento Moura que se tornou intendente procurador, sendo nomeado outro adjunto para completar o quadro do Conselho. Foi nomeado o cidadão Carlos da Cunha Pereira, em 15 de março de 1890, através de ofício escrito por próprio punho, por João Pinheiro da Silva, governador interino (DC:144, 21;140, 21).

Na segunda Intendência, outros políticos *republicanizados* (proprietários de terras e minas, comerciantes no distrito sede) acabaram por assumir os cargos. Secundo José Baptista foi o intendente presidente, proprietário de grande casarão em uma chácara na Rua das Flores<sup>7</sup>. Para intendente “procurador das rendas municipais” foi nomeado por ofício nº 43 o cidadão Joaquim Pereira de Andrade no dia 05 de fevereiro de 1891 e este “prestou juramento e tomou posse do cargo” (DC:137,07). Outros dois membros aparecem nos documentos da Intendência, particularmente no dia da dissolução da Intendência e posse da Câmara Municipal em 07 de março de 1892: o comerciante Francisco Roberto Brandão da Fonseca, proprietário do Bazar do Norte e o capitão Francisco Caetano Xavier<sup>8</sup>.

O governo provisório serrano teve duas etapas bem distintas: num primeiro momento os republicanos históricos residentes no Serro foram coordenados pelos republicanos da capital Ouro Preto e se organizaram para realizar a transição e mantiveram seus privilégios, antes como súditos de Dom Pedro II agora como cidadãos da república. Desse acerto político resultou a primeira Intendência.

Este governo municipal tomou medidas modernizadoras: no dia 07 de fevereiro de 1890 publicou edital em que extinguiu o imposto anual para carros e carretões que conduzissem tabuados e alimentos “para o consumo da cidade;” obrigou os agricultores a plantar gêneros alimentícios como “mandioca, batata e bananas em seus sítios;” obrigou os donos de quintais da cidade e suas povoações e aos agricultores “extinguirem os formigueiros em seus quintais, chácaras, sítios ou fazendas, ficando os infratores sujeitos à multa de 5\$000 a 30\$000.” No dia seguinte enviou ofício ao governador solicitando sementes de trigo, cereais, cacau, quina calyssaia do Peru, fumo, hortaliça e frutos, devendo as sementes do cacau ser de frutos antes de secar vindo estas apenas quebradas ensacadas e envoltas em capim”; solicitou ao governo do Estado “um exemplar da música e do hino da proclamação da República, desconhecido ainda nesta cidade” para complementar o quadro de um novo tempo já que havia recebido “os novos desenhos da bandeira da República e das Armas Nacionais ultimamente adotados pelo governo federal”; ainda negociando o fim do padroado, o Conselho autorizou o repasse de verbas para a construção da capela de São Miguel e Almas, o cemitério municipal<sup>9</sup>.

A elite oligárquica serrana tinha uma proposta de modernização bem clara, provavelmente advinda da mentalidade positivista comtiana<sup>10</sup> ajuntada com a perspectiva de um certo progresso

7 SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999, p. 223.

8 BRISKIEVICZ, *A arte da crônica e suas anotações*.

9 BRISKIEVICZ, *A arte da crônica e suas anotações*.

10 IGLÉSIAS, F. *Trajatória política do Brasil*. 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 198.

industrial e/ou comercial para o norte de Minas Gerais, em que a substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes europeus, aliada à modernização da agricultura e a construção da ferrovia Vitória-Serro poderiam criar um novo cenário favorável para a mesma elite oligárquica tradicional serrana (DC:184, 30). Miranda corrobora com nosso ponto de vista quando afirma, retrazendo a trajetória modernizadora das elites serranas, que “a valorização da agricultura como principal fonte de riqueza de uma sociedade é ‘o mais poderoso factor de felicidade popular’ pois “havia naquela conjuntura uma intensa campanha para modernizar a agricultura do município, abandonando os rudimentares meios de tratamento da terra até então utilizados, mecanizando a cultura da terra, construindo escolas agrícolas e fazendas modelo<sup>11</sup>”

Assim, a oligarquia serrana mineradora e rural, num impulso modernizador hipostasiado no governo republicano, acreditou que a instrução pública poderia ser a forma mais rápida de criação de uma nova classe trabalhadora *livre*, capaz de manter a produtividade do campo e os privilégios na cidade. Segundo Fausto, “progresso significava [...] a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações<sup>12</sup>.” Nesse sentido se entende melhor o que é anunciado no jornal *Tentamen*:

Instruir a mocidade, formar homens, isto é, educá-los uns para os outros, inspirando-lhes o amor da pátria, é o que hoje mais do que nunca deve-se procurar. Desde que o moço, recebendo o pão da instrução com este começa a nutrir-se, deve compenetrar-se dos sentimentos das públicas virtudes, pelo exemplo que nos legaram nossos antepassados, e que nos continuam a dar os hodiernos patriotas. Os antigos legisladores não se tinham contentado de inscrever nas suas instituições amor à pátria, eles tinham gravado este sentimento em todos os corações. [...] São as escolas o pórtico, por onde se passa para a sociedade, nelas se principiam a preparar os futuros cidadãos, dos quais dependem os destinos da pátria<sup>13</sup>.

Duas conclusões preliminares sobre a transição da monarquia para a república ao modo serrano precisam ser evidenciadas. A primeira diz respeito ao espírito da época, que determinava a forma das elites oligárquicas e urbanas das antigas vilas do ouro de Minas Gerais lidarem com as relações políticas de poder. As elites se organizaram de acordo com a necessidade de manterem seus privilégios na monarquia dissolvida e de manterem seus direitos na república instaurada. De fato, estamos falando de cinco homens da elite serrana que discordam dos fundamentos da monarquia e, por isso, tornam-se liberais, organizando-se em clubes e partidos, vencendo eleições e participando da imprensa local para divulgarem seus ideais). A segunda conclusão é a condução elitista oligárquica e centralizadora para um governo dito republicano, democrático. Os donos do poder, aqueles que revezavam no controle social a partir da centralidade das decisões através das instituições públicas na monarquia continuaram a exercer esse poder e autoridade da mesma forma

11 MIRANDA, L. S. A. Olhar de moribundo: o discurso das elites sobre a decadência do Serro de 1912 a 1919. *Revista de História do Serro*, n. 01, 14 mar. 2002, p. 30-31.

12 FAUSTO, B. *História do Brasil*. 9.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da educação, 2001, p. 246.

13 LOYOLA, Inácio de. A instrução. *Tentamen*, Serro, 21 de ago. 1890, p. 1.

na república, modificando o seu discurso e insistindo no ideário modernizador através da instrução pública.

Portanto, após a demonstração do quadro geral do novo arranjo das elites serranas do monarquismo para o republicanismo, com a a caracterização de seus atores, podemos aprofundar em que sentido a modernização serrana pela instrução pública tornou-se um novo discurso hegemônico das elites locais para legitimarem sua *posse* no poder local.

### A educação para o povo: o cotidiano da instrução pública

O Conselho de Intendência usou o jornal *Tentamen* para propagandear o seu principal corolário: a instrução popular republicana. A ampliação do número de escolas apareceu como uma meta do governo municipal provisório. Chama-nos a atenção, contudo, o fato de que a educação pareceu adquirir um sentido *universal, popular, intergeracional* em que o atraso do passado, apesar do esforço da Câmara Municipal dissolvida pela república em expandir a instrução, parecia se revelar no tempo do *agora*, de maneira clara e evidente com a moderna forma de governo adotada no Brasil. O momento atual do *agora* se dá como a superação dos momentos anteriores e se por causa dele *exclusivamente* se elucida a história *do passado*: todas as dificuldades da instrução pública do passado foram necessárias para que algo de novo surgisse, *agora* em um estágio superior, mais adequado à modernização da vida social.

Estamos diante da prerrogativa da modernização do positivismo em que “a existência de uma essência transcendental exterior aos indivíduos e que os enquadra coercitivamente na dimensão da norma<sup>14</sup>” se transforma numa força externa controladora e impulsionadora da sociedade e da sua consciência coletiva, cabendo ao ser individual guiar-se para seu projeto de homem social, aquele que respeita o papel *formador e universal* das instituições. Nesse sentido, “Comte defendia a ideia de ordem industrial e o progresso nela embutido. Seu lema é a ordem por base, o amor por princípio, o progresso por fim.” Por isso, “o positivismo tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação” em que “os ideais de ordem e progresso na educação aparecem sob forma de disciplina e educação, respectivamente, como processo evolutivo.” Por isso, “por progresso entende-se que o aluno, como membro da sociedade, deve passar por fases evolutivas: o pensamento teológico, o metafísico e, por fim, o positivo<sup>15</sup>” (ISKANDAR e LEAL, 2002, p. 4).

Na impossibilidade de se fazer uma comparação de dados no período imperial e os primeiros anos do Conselho de Intendência, ficamos à mercê do otimismo republicano em relação à instrução. Assim, o artigo destacou a disciplina e o respeito “que reinam durante o ensino, e pela

14 ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 10.

15 ISKANDAR, J. I.; LEAL, M. R. Sobre positivismo e educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002.

frequência de numerosos alunos, o que parece provar o gosto que tem em frequentar a escola.” As escolas mistas municipais regidas pelas professoras Bibiana Augusta de Queirós e Ana Procópio da Costa impressionaram o inspetor municipal do Serro, Teotônio de Magalhães e Castro, o Teotoninho, autor do artigo. Assim, descreveu que a comissão avaliadora composta por ele, Dr. Sabino Barroso Júnior, Raimundo Augusto da Silva, Antônio de Araújo Costa du Cursage, Francisco Xavier de Figueiredo Júnior e João Moreira da Silva Júnior, ficou surpresa com o aluno da segunda classe, Raimundo Alves de Queirós “que tem 7 anos de idade” e “foi matriculado analfabeto em 16 de janeiro de 1888.” Concluiu, pois, que “prossiga o Conselho de Intendência na criação de aulas ambulantes, que está salva a nossa querida pátria” pois “deve-se orgulhar o Serro, visto ter partido desta cidade a iniciativa da criação de tais aulas, tendo sido feita a proposta em sessão da Câmara no ano [18]79 e convertida em lei pela resolução nº 2.717 de 18 de outubro de 1880<sup>16</sup>.”

A viabilidade imediata da nova instrução pública esbarrou num problema de primeira grandeza: a imensidade geográfica dos municípios e de seus distritos sedes em relação ao território total. Como controlar um novo projeto sem a presença dos seus inventores e articuladores nos espaços em que precisam de sua intermediação? É assim que localização do Serro em relação ao restante dos demais distritos do município deve ser levada em conta na avaliação da proposta de expansão da instrução pública republicana para o norte de Minas Gerais.

O Conselho de Intendência bem que tentou agilizar a implantação de um novo projeto de instrução pública através de um Código de Posturas publicado no dia 06 de fevereiro de 1890, dois dias após sua posse. É o que se lê a seguir:

A Intendência Municipal do Serro no intuito de desenvolver largamente a instrução pública primária entre os seus munícipes observando que o número de crianças em idade escolar é muito superior ao que frequenta as escolas estabelecidas no município; e que por conseguinte a causa deste mal nasce da inércia dos pais ou protetores dos mesmos resolveu submeter à aprovação do vosso benéfico governo o seguinte plano de Postura para ser observado nesta Intendência: Art. 1º - Nesta cidade, em seus arraiais e povoados onde houver escolas públicas do Estado ou criadas por esta Intendência fica estabelecido o ensino obrigatório. Parágrafo único - todos os pais, tutores, protetores e mais pessoas que tenham em sua companhia filhos menores, tutelados, parentes ou mesmo estranhos serão obrigados a fazê-los frequentar a escola: pena de multa de 5\$ a 30\$000; caso de reincidência pena de prisão<sup>17</sup>.

Contudo, o código não passou pelo crivo do Governo Estadual, em Ouro Preto. Em ofício de próprio punho João Pinheiro da Silva, governador, arbitrou pela negação da aprovação das posturas.

Sabemos que a permanência de Teotônio de Magalhães e Castro como inspetor da Instrução Pública do Serro durou poucos meses, ou seja, de 22 de março a 1º de setembro de 1890

16 CASTRO, Teotônio de Magalhães e. Escolas municipais. *Tentamen*, Serro, 21/08/1890, p. 2.

17 BRISKIEVICZ, *A arte da crônica e suas anotações*.



quando foi exonerado pelo secretário da Inspeção Geral da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais (DC:04, 02), sendo renomeado no dia 9 de setembro de 1890 (DC:06,02), não se podendo verificar se, de fato, reassumiu suas funções e, se isso aconteceu, até quando permaneceu no cargo. Consta em arquivo interessante correspondência entre Teotoninho e a Inspeção Geral em Ouro Preto, bem como das escolas do Serro com ele, através de mapas de turmas e pedidos de transferência para outras localidades. Entre estas correspondências, há um ofício da Inspeção Geral de 27 de março de 1890 onde se pode ler:

Comunico-vos que por ato de 20 do corrente foi concedida licença aos professores Januário Júlio Baracho e Francisco da Costa Botelho, este da cadeira de S. Domingos, termo do Peçanha, e aquela da de S. José dos paulistas, desse termo, licença para permutarem entre si as mesmas cadeiras, ficando-lhes marcado, a contar de hoje, o prazo de 60 dias para apostilarem os seus títulos e entrarem em exercício (DC:05, 02).

Pelos documentos, pode-se vislumbrar a rotina burocrática da Instrução Pública serrana. São nomeações por conta de concursos (DC:16,02) ou designações (DC:14,02; 02,02; 11,02; ), exonerações e transferências de servidores (DC:07,02; 57,33; 35, 19), mapas e diários de classes (DC:56,33; 05,12; 09,02; 128, 31; 55, 33; 64,10; 28,10), ofícios normativos (DC:01,02; 10,02; 08,02), atas de exames (DC:60,33; 54, 33), cartas de agradecimento (DC:66,18), declarações de serviços prestados por professores (DC:68, 22). Este acervo mostra uma instrução pública com grande movimentação burocrática, baseada em legislação *ainda predominantemente monárquica em suas formulações*, estabelecendo normas e registros para o acompanhamento do processo de matrículas dos alunos, de seus exames e do exercício do magistério em diversas localidades do município.

A rotina burocrática da Instrução Pública do Conselho de Intendência do Serro em seus ofícios, nomeações, exonerações, mapas e diários de classes demonstra claramente que o funcionamento das escolas serranas estava condicionado ainda às práticas do período imperial, em especial, ao Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, instituído por Carlos Leôncio de Carvalho e que afetou a organização do pretense sistema de ensino brasileiro<sup>18</sup>, ainda incipiente. Nesse sentido, a reforma Leôncio de Carvalho procurou inovar no campo da instrução pública em relação às normas anteriores, em especial, a reforma de Couto Ferraz, realizada pelo Decreto nº 1.331-A, de 1º de fevereiro de 1854<sup>19</sup>. A reforma Leôncio de Carvalho estabeleceu a obrigatoriedade da frequência em escolas de primeiro grau para indivíduos de sete a quatorze anos. Ressalta-se que a matrícula dos alunos era obrigatória para os pais e o não fazê-lo poderia gerar multa.

Os jornais serranos iniciados com a nomeação do Conselho de Intendência foram muitos, o que denota uma efervescência de embates políticos na sociedade, sendo que a imprensa acaba por funcionar como um *espaço-arena em que os conflitos inerentes à sociedade civil são resolvidos, criando-se uma luta ideológica em torno do que é verdadeiro e falso*, através daquilo que é escrito, positivado, hipostasiado em páginas

18 SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, p. 166-171.

19 SAVIANI, *História das ideias pedagógicas*, p. 137-138.

*de papel*. Evidentemente, imprimia um jornal numa tipografia especializada para isso quem tivesse apoio financeiro, seja através de assinaturas, seja através do patrocínio do Conselho de Intendência. Por isso, a maioria dos jornais apoiava a república e recebia pagamentos oficiais para isso como mostram dois recibos salvaguardados em arquivo público (DC: 140, 20; 165, 22).

Logo após a proclamação da república, no ano de 1890, a cidade do Serro reavivou sua imprensa com a publicação de jornais simultâneos como o *Tentamen*, *Corisco*, *O Serro* e *O Mensageiro*. Já a partir de 1893 até 1896 restou o jornal *A sentinella*<sup>20</sup> que teve como redatores Teotônio Pereira de Magalhães e Castro e o coronel Ângelo Ribeiro de Miranda (1866-1931). Este apareceu no dia 21 de abril de 1893, com a explícita legenda republicana: “resolutos e impávidos combateremos o mal seja qual for a providência. Em política somos o que sempre fomos, pela república até o sacrifício<sup>21</sup>.”

Enquanto a imprensa serrana era dominada pelos republicanos, por outro lado, o jornal *O mensageiro* era um semanário católico e conservador e que, não por acaso, foi o único jornal da Igreja na história da imprensa serrana. Tratava-se de uma *resposta ao projeto modernizador da república*<sup>22</sup> que incluía a discussão sobre o papel dessa instituição nas decisões políticas e na instrução pública, com a discussão sobre o ensino religioso nas escolas.

Portanto, entre conflitos e acordos, avanços e retrocessos, permanências e mudanças, entre o velho e o novo, entre o atrasado e o moderno, entre o religioso e o laico, entre o cristianismo e a secularização, a elite agrária e mineradora serrana fez seu ritual de passagem de um regime monárquico parlamentarista para um regime republicano federalista. A casaca virada do império para a república só não conseguiu nos primeiros anos mudar a realidade da instrução pública, pelos diversos fatores analisados.

### Conclusão: não há república sem instrução pública

Concluimos nossa investigação apontando quatro resultados. O primeiro é a confirmação de que o ideário positivista da modernização da instrução pública foi assumido *imediatamente* pelo Conselho de Intendência do Serro, sendo nomeado para inspetor municipal o republicano histórico Teotônio de Magalhães e Castro. Ele incorporou em sua atividade cotidiana a difícil tarefa de republicanizar uma instrução pública com um legado imperial, marcada pela reforma de Leôncio de Carvalho, de 1879 e que afetava as relações das escolas municipais com a Intendência. A república precisava se tornar realidade rapidamente. O problema de um ideário positivista é que ele necessita de dados, de experiência, de processos eficazes e modernizadores para ser lido como verdadeiro

20 BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *A arte da tipografia e seus periódicos*. História da imprensa serrana das Minas do Serro do Frio à cidade do Serro. 1702 – 2000. Serro: Tipographia Serrana, 2002, p. 37-58.

21 BRISKIEVICZ, *A arte da tipografia e seus periódicos*, p. 32.

22 LEITE, F. C. O *Laicismo* e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, jun. 2011, p. 32.

pela população. Nesse ponto o inspetor não conseguiu muito sucesso nos seus poucos meses de mandato: foi deixando o projeto se tornar legislação renovada com a reforma Benjamin Constant iniciada em 1890 e consolidada na Constituição de 1891. Isso nos leva à segunda conclusão. O município do Serro de 1890-1892 era de proporções espaciais gigantescas. Com isso, a pedagogia da novidade foi sonhada apenas para o município-sede e alguns de seus povoados mais próximos. Isso ficou claro com a insistência de publicações de exames escolares nos jornais serranos para satisfazer o desejo de reformulação da instrução pública apresentando à população resultados efetivos. O terceiro resultado de nossa investigação diz respeito ao funcionamento burocrático da Instrução Pública dirigida pelo Conselho de Intendência. O continuísmo do império tornou-se evidente com a negativa do governador ao novo Código de postura relativo à instrução pública serrana. O quarto resultado é a constatação de que a imprensa serrana foi reavivada pelo golpe republicano e a nomeação da Intendência. Os intendentess foram rápidos em produzir informação para *o povo compreender qual era o novo funcionamento do jogo político, da nova constituição de poder do corpo político*. Por fim, nossa investigação, longe de esgotar as possibilidades de análise da transição de um projeto de instrução pública no interior do Conselho de Intendência, intencionou colaborar com a compreensão das articulações políticas ligadas à educação nos primeiros anos da república brasileira, a partir de sua célula primeira, o município, nesse caso, o município do Serro com uma elite agrária e mineradora profundamente apegada ao controle de seus antigos súditos, agora transformados em *cidadãos*.

## A educação escolar dos trabalhadores belorizontinos na Primeira República

Daniela Oliveira R. dos Passos<sup>1</sup>  
ddanipassos@gmail.com

### Resumo

O presente trabalho visa pensar a formação das classes trabalhadoras na nova capital mineira, e também pensar a construção deste espaço onde as disputas políticas pelo acesso à cidade, melhores condições de vida e trabalho tornaram-se pano de fundo da constituição dos trabalhadores belorizontinos enquanto classe. No que tange ao projeto de educação da nova Capital mineira, apesar de prevista no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, a estrutura escolar da instrução pública somente se organizou após sua inauguração e, principalmente, no início do século XX com o surgimento dos grupos escolares durante o governo do Estado de João Pinheiro (1906-1910) e de sua Reforma do Ensino Primário e Normal, de 1906. O objetivo do empreendimento desse governante coadunava com a ideia de formar “um povo instruído e regenerado para a nova vida.” Os seus pressupostos se relacionavam ao ideário republicanista brasileiro, segundo o qual a escola seria concebida como instrumento de civilização, avaliando e medindo o progresso e a moralidade de um povo, sendo a instrução considerada a base fundamental para o verdadeiro progresso social. “A hierarquização da ocupação da cidade corresponde à hierarquização do acesso ao saber”, o que significa dizer que o próprio ordenamento urbano de Belo Horizonte interferiu na abertura de grupos escolares, que seguiram a lógica da racionalidade partindo do centro (zona urbana, destinada as elites) em direção a periferia (zona suburbana, em geral, ocupada por pobres e trabalhadores). Nessa conjuntura, as associações operárias desempenharam um importante papel, já que algumas delas mantiveram escolas (diurnas e noturnas) destinadas aos trabalhadores e seus filhos, em suas sedes ou nos centros fabris. Assim, o objetivo do trabalho reside na proposta de investigar a formação do movimento operário dos trabalhadores belorizontinos no início do século XX (1893-1930) e a luta em prol de melhores condições de trabalho e vida, passando pela possibilidade de instrução pedagógica da classe trabalhadora. Pensar a luta por uma educação (moral e cívica) dos operários, por parte das entidades classistas (ora citadas), o que simboliza na oferta de cursos noturnos para operários até a promoção de atividades educativas, por meio de seus periódicos e das palestras e conferências ofertadas pelas entidades classistas.

**Palavras-chave:** Trabalhadores, Belo Horizonte, Educação.

1 Professora Efetiva da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UEMG). Doutora em Sociologia (UFMG). Mestre em História (UFOP).

## Introdução

A classe trabalhadora, de meados do século XIX e início do século XX, foi incorporada ao processo político por uma forte e intensa solidariedade de classe, trazida em consciência revolucionária por suas organizações. Mesmo havendo diferenciações na forma de luta, variando de país para país, podemos dizer que verificou-se um padrão relativamente homogêneo em busca da consolidação dos interesses da classe trabalhadora, concretizado no papel exercido pelos partidos e pelos sindicatos. “Ao partido, cabia à solidariedade de classe em termos ideológicos e ao segundo representar seus interesses imediatos frente ao capital”<sup>2</sup>. Desta forma, a entrada da classe trabalhadora na arena política, trouxe consigo uma tradição política ideológica articulada em torno de seus próprios interesses.

A formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte data, desde o início da fundação da cidade (1893-1897), quando se fez necessário a contratação de operários para trabalhar nas diversas áreas da construção civil e nas atividades comerciais e industriais da nova capital mineira. Os trabalhadores passaram a se reunir e organizar-se politicamente no intuito de conquistar principalmente condições mais dignas de trabalho. Esta formação teve características diversas, mas com interesses comuns de luta e reivindicações, onde procuravam criar centros para defesa de seus interesses.

O contexto no qual se constituirá este trabalho está relacionado ao final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (de 1893 a 1930), quando uma parte da sociedade brasileira, a classe trabalhadora especificamente, procurou ganhar força e voz na vida institucional do país<sup>3</sup>. Assim, haverá a tentativa de pensar a classe trabalhadora belorizontina como um fenômeno histórico ligado à vida política do estado mineiro.

Uma das práticas que nortearam o movimento trabalhista em Belo Horizonte foi o reformismo<sup>4</sup>, e para entender sua influência junto aos trabalhadores belorizontinos será indispensável realizar um estudo mais aprofundado sobre a construção da cidade de Belo Horizonte para, desta forma, identificarmos, por meio das condições socioeconômicas da cidade em formação, os elementos que propiciaram a estruturação e constituição do proletário enquanto classes.

Belo Horizonte apresentou um grau de especificidade em sua formação, se comparada à constituição das outras capitais do país. Construída com o ideal de ser uma metrópole republicana, a referida cidade representou o que de mais moderno existia para o período. Ao romper com a anti-

2 PRATES, Antônio Augusto Pereira. Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 1, n. 2. p. 1-17. 1986. p.01

3 GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Primeira parte: A hora e a vez dos trabalhadores. p.299

4 O termo reformista refere-se ao movimento operário que buscava mudar aspectos sociais definidos sem romper com ordem social e econômica, e visava conquistar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. No que concerne ao reformismo, ou “sindicalismo amarelo”, Cláudio Batalha (1990, p.120) o analisa não apenas como uma corrente política una, mas de práticas mistas que poderiam ir “[...] desde o socialismo reformista ao mais estreito tradeunionismo, passando por correntes que se arvoram republicanas, sociais ou cooperativistas”.

ga ordem política – monarquia – a capital mineira teria a missão de simbolizar a “*ordem e o progresso*” da nascente República.

Concomitantemente, Belo Horizonte foi construída através da intervenção estatal, planejada nos modelos urbanísticos inspirados nas construções dos centros urbanos de Washington e Paris. No plano das ideias, os engenheiros-chefes responsáveis pela edificação da cidade, se basearam, sobretudo nas matizes filosóficas do positivismo e do racionalismo, assentando-se ainda, em ideias sanitaristas que, conseqüentemente, proporcionaram um espaço modelar, disciplinado, de ordem social.

Desta forma, para pensar a formação das classes trabalhadoras na nova capital mineira, será importante reconstituir a construção deste espaço onde as disputas políticas pelo acesso à cidade, melhores condições de vida e trabalho tornaram-se pano de fundo da constituição dos trabalhadores belorizontinos enquanto classe.

No que tange ao projeto de educação da nova Capital mineira, apesar de prevista no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, a estrutura escolar da instrução pública somente se organizou após sua inauguração e, principalmente, no início do século XX com o surgimento dos grupos escolares durante o governo do Estado de João Pinheiro (1906-1910) e de sua Reforma do Ensino Primário e Normal, de 1906. O objetivo do empreendimento desse governante coadunava com a ideia de formar “um povo instruído e regenerado para a nova vida.”<sup>5</sup> Os seus pressupostos se relacionavam ao ideário republicano brasileiro, segundo o qual a:

escola é concebida como instrumento de civilização, o ensino público é avaliado como padrão para se medir o progresso e a moralidade de um povo, a instrução é base fundamental para o verdadeiro progresso social.<sup>6</sup>

Ainda de acordo com Veiga<sup>7</sup>, “a hierarquização da ocupação da cidade corresponde à hierarquização do acesso ao saber”, o que significa dizer que o próprio ordenamento urbano de Belo Horizonte interferiu na abertura de grupos escolares, que seguiram a lógica da racionalidade partindo do centro (zona urbana, destinada as elites) em direção a periferia (zona suburbana, em geral, ocupada por pobres e trabalhadores).

Nessa conjuntura, as associações operárias desempenharam um importante papel, já que algumas delas mantiveram escolas (diurnas e noturnas) destinadas aos trabalhadores e seus filhos, em suas sedes ou nos centros fabris. Para fins de análise deste trabalho, destaque para as ações das entidades *Centro Operário*, *Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais*, *Centro Confederativo*

5 VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 310.

6 ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A escola primária e o ideário republicano nas mensagens dos presidentes de Estado: investigações comparativas (1893-1918). In: SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 105-145.

7 VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. p.330.



do Estado de Minas Gerais (1º Congresso Operário Mineiro) e Confederação Católica do Trabalho. No caso belorizontino, essas associações se caracterizavam como entidades que formavam um misto de reformismo e mutualismo, contrapondo-se (*a priori*) às ações ditas revolucionárias.

Estas entidades procuravam desempenhar uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem diretos trabalhistas, desenvolviam práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Também tinham por meta, como dito, a instrução dos proletários através da criação de escolas operárias, ou mesmo por meio de palestras e conferências. Entre algumas ações, no âmbito pedagógico, há de se destacar a oferta de cursos noturnos aos trabalhadores, e o apoio às políticas educacionais promovidas pelos poderes públicos, visando a ampliação do número de escolas voltadas para operários e seus filhos.

Assim, a relevância da pesquisa reside na proposta de analisar a construção da nova Capital mineira e investigar como ocorreu a formação dos trabalhadores belorizontinos, enquanto classes, neste espaço e a luta em prol de melhores condições de trabalho e vida, passando pela possibilidade de instrução pedagógica dos operários.

### **Belo Horizonte: formação espacial, formação das classes trabalhadoras e instrução pedagógica.**

A mudança da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, cidade nova e planejada, foi decidida pelo Congresso Mineiro em 1893. Sem demora, no ano seguinte, a Comissão Construtora da Nova Capital deu início as obras da futura sede estadual.<sup>8</sup> Em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se na então chamada Cidade de Minas (antigo Curral del-Rei), embora ainda houvessem obras por fazer. Somente com a Lei nº 302, de 01 de julho de 1901, a capital foi oficializada com o nome de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, ao contrário da maioria das cidades, foi construída pela intervenção estatal, num traçado modernizador, inspirado nas experiências urbanísticas das cidades europeias e norte-americanas, ou seja, uma cidade planejada. Segundo Letícia Julião<sup>9</sup>, a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de uma ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional.

Movido pela nova ordem republicana, positivista e científica, inspirado ainda em um repertório urbanístico em alta no estrangeiro, Aarão Reis (atendendo ao governo da época) planejou a cidade concebendo as ruas como “artérias e veias”. O planejamento das cidades, durante o século

8 A Comissão Construtora da Nova Capital foi extinta em 1898, no ano seguinte a inauguração da nova capital. As obras inacabadas da cidade foram assumidas pela Secretaria da Agricultura.

9 JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p.51

XIX, assentou-se em ideais sanitaristas, comparando-as a um corpo saudável, limpo e onde o movimento se dava com total liberdade, e a população pudesse respirar livremente, numa cidade altamente organizada e compreensiva, em que ruas, avenidas e praças representassem uma ruptura radical com o modelo das cidades até então<sup>10</sup>.

Característica de uma cidade que se desejava moderna, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de ser um local de segmentação. De acordo com o estilo funcional e progressista de urbanismo que se iniciou na segunda metade do século XIX, a nova Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidades sociais. Tal fato é percebido no projeto/planta do engenheiro Aarão Reis, que dividiu Belo Horizonte em três zonas:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção<sup>11</sup>.

Esta divisão funcionava como instrumento para o controle social da cidade. Os construtores fixaram os seus limites, classificaram e hierarquizaram os territórios, que deixaram de ser uma “dimensão indefinida” para se transformarem em áreas delimitadas e identificáveis. O objetivo desse “enquadramento social” era o de estabelecer uma ordem, dentro da cidade. Nas ideias de Aarão Reis era necessário “traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana”<sup>12</sup>.

Assim, em se tratando do plano da cidade de Belo Horizonte houve uma rigidez quanto à construção do espaço, que destinava a área interna - perímetro da Avenida do Contorno - a funções específicas, empurrando para as zonas suburbanas e rurais as camadas populares.

No que tange a formação das classes trabalhadoras belorizontinas, esta, segundo Eliane Dutra<sup>13</sup> iniciou-se em Belo Horizonte através da criação de associações de cunho operária, ou seja, da necessidade dos trabalhadores de se reunirem, enquanto parte de um mesmo grupo social, para tratarem de seus interesses.

10 PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva*: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX. Tese em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. p.56

11 OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004. p.34-35

12 JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org).

13 DUTRA, Eliane de Freitas. Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República. São Paulo: HUCITEC, 1988. p.16

Impedidos pela Constituição de 1824 de criar qualquer forma de organização sindical, os trabalhadores encontraram, primeiramente, nas sociedades de socorro mútuos o meio para exercer a “solidariedade” (auxílios para membros em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral, etc.) e para zelar pelos interesses classistas<sup>14</sup>. Posteriormente, os trabalhadores também se organizaram em associações sindicais que mesclavam o mutualismo e resistência, lutando por melhores salários, diminuição da jornada de trabalho e condições de labuta mais dignas - o que se estenderia de 1888 a 1917. Contudo, é importante levarmos em consideração que estas duas formas de organizações operárias, não foram puramente dicotômicas. A passagem do período mutualista para as organizações de resistências ocorreram de forma gradual e lenta. Ou seja, este seria um fenômeno mais complexo. As mutuais “puras” nunca desapareceram completamente; elas incorporam práticas de resistência, assim como as sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais.

Para Dutra<sup>15</sup>, durante a Primeira República, houve em Belo Horizonte predominância de setores sindicais moderados (trabalhistas e reformistas) que frequentemente recorriam ao Estado, e que foram engrossados com a influência da Igreja Católica no movimento operário, expressão máxima do fenômeno que denomina de “clientelismo operário”. A primazia das propostas reformistas no movimento operário da cidade era explicada por esta ser o centro político mineiro, onde o poder público interferia diretamente em todas as atividades. Ademais, além de Belo Horizonte ser uma cidade administrativa, já em seu início o parque industrial era moderno e mecanizado (apesar de incipiente), e por isso menos dependente de mão de obra, o que proporcionava sensível redução das chances de êxito das demandas operárias.

Cabe ressaltar que mesmo o reformismo sendo, por vezes, percebido como adesão consciente aos valores dominantes, logo, seus princípios não seriam revolucionários, não ter embasamento revolucionário não significava que os reformistas eram desprovidos de qualquer forma de consciência. Ao contrário, pois apresentavam também uma forma de luta, pois mesmo que a crítica ao capitalismo assumia por vezes uma forma radical, o fundamental da ação reformista visa combater os males do capitalismo e não superá-lo, ou melhor, destruí-lo<sup>16</sup>.

Portanto, é interessante entender que nem toda política envolve o confronto direto. As reivindicações trabalhistas podem ir desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, e mesmo a formação da consciência de classe, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva<sup>17</sup>.

14 BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p.14.

15 DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República*.

16 DUARTE, Renata Garcia Campos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. O jornal O Operário da Confederação Católica do Trabalho e as orientações para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte (1920-1930). In: *Revista Escrita da História*, vol. 4, n.8, p.240-261. 2017

17 TILLY, Charles; McADAM, Doug; TORROW, Sidney. Para mapear o confronto político. In: *Revista Lua Nova*,

Quanto à instrução pedagógica em Belo Horizonte, tais orientações tiveram início nos primórdios do século XX com o surgimento dos grupos escolares durante o governo estadual de João Pinheiro (1906-1910) e de sua Reforma do Ensino Primário e Normal, de 1906. Essa reforma de ensino era destinada a parcela considerada mais carente da população mineira e “deu uma nova feição ao ensino primário, com a criação dos grupos escolares, reinventando, portanto, a escola mineira.”<sup>18</sup>. Ademais, buscou ser uma alternativa às escolas isoladas (tidas como atrasadas e materialmente precárias) ao instituir os grupos escolares em Minas Gerais,<sup>19</sup> tomada em sua materialidade (suntuosidade dos prédios dos grupos escolares, boa localização, mobiliário e métodos modernos, turmas seriadas, professores adequados, fiscalização profissional, etc.) como “um espetáculo de racionalidade e de civismo.”<sup>20</sup> .

Seguindo esse pressuposto, entre 1907 e 1910, Belo Horizonte contava com três grupos escolares localizados na zona urbana: Barão do Rio Branco (1907 - O Grupo Escolar Barão do Rio Branco funcionou até 1914 onde atualmente está localizada a Escola Estadual Afonso Pena, na Avenida João Pinheiro. A partir desta data foi transferido para prédio próprio, na Avenida Getúlio Vargas), Afonso Pena (1907) e Cesário Alvim (1909 - O prédio do Grupo Escolar Cesário Alvim foi inaugurado em 1930. Antes disso, funcionou provisoriamente em outros locais). Já o quarto grupo escolar, Francisco Sales (1911), foi construído no Barro Preto, bairro naquele tempo residido por trabalhadores e que se localizava no limite entre a zona urbana e suburbana, donde percebe-se a inicial expansão dessas instituições para além da região central. A partir de então, outros grupos escolares foram inaugurados na zona suburbana ou no seu limite.<sup>21</sup>

Segundo Faria Filho e Nogueira<sup>22</sup>, a instrução primária noturna de trabalhadores já existia em Minas Gerais desde o século XIX, sofrendo retração em seu movimento de expansão a partir dos anos finais do século XIX, e retomando seu desenvolvimento, a partir das reformas educacio-

---

2009, nº 76. p.11-48.

18 FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924). In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação: temas e problemas*. Belo Horizonte: Mazza, p. 532-555. 2011, p.538.

19 Schueler, Sá e Ferro (2013) apontam que, a despeito da defesa nos discursos dos presidentes dos estados brasileiros dos grupos escolares como a mais moderna forma de escola primária, esta se manifestou timidamente até a década de 1920, momento em que as escolas isoladas ainda eram maioria. As autoras (2013) revelam, a título de exemplificação, a existência de 171 grupos escolares e 1.566 escolas isoladas em Minas Gerais no ano de 1922.

20 VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 203-222. set. 1997, p.2016.

21 Tais como: Grupo Escolar Barão de Macaúbas (1914), no Floresta; Grupo Escolar Bernardo Monteiro (1914), no Calafate; Grupo Escolar Henrique Diniz (1914), no Santa Efigênia; Grupo Escolar Silvano Brandão (1914), no Lagoinha; Grupo Escolar Sandoval de Azevedo (1928), no Horto; Grupo Escolar Mariano de Abreu (1929), no Cachoeirinha; Grupo Escolar Lúcio dos Santos (1929), no Carlos Prates; Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos (1930), no Floresta; Grupo Escolar Flávio dos Santos (1930), no Floresta; Grupo Escolar José Bonifácio (1930), no Santa Tereza; Grupo Escolar Professor Caetano Azeredo (1930), no Barro Preto; etc.; além de outros grupos escolares criados na área central – Olegário Maciel (1925) e Pedro II (1926) – e das escolas isoladas e escolas reunidas dispersas pela cidade e que coexistiram junto aos grupos escolares.

22 FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924).

nais que ocorreram após 1906. De acordo com a Reforma João Pinheiro, regulamentada pelo decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, era obrigação do governo a criação de escolas noturnas para adultos desde que a frequência mínima fosse de 30 alunos. Em 1917, inclusive, foi criado o primeiro grupo escolar noturno do Estado, o Assis das Chagas (o Grupo Escolar Assis das Chagas foi criado pelo decreto nº 4.726, de 21 de março de 1917. Funcionou nas dependências do Grupo Escolar Cesário Alvim até 1937, depois foi transferido para as dependências do Grupo Escolar Olegário Maciel.

Como dito, as associações operárias, inseridas neste contexto desempenharam um importante papel, já que algumas delas mantiveram escolas (diurnas e noturnas) destinadas aos trabalhadores e seus filhos, em suas sedes ou nos centros fabris. Essas escolas vinculadas às associações empreendiam, única e exclusivamente, a alfabetização desses operários, não pretendendo ser lugar de “doutrinação político”<sup>23</sup>. De acordo com iniciativa dos trabalhadores no estabelecimento de escolas estes foram:

Agentes indispensáveis na promoção das mudanças e na reivindicação de seus direitos, articularam, para isso, uma intensa vida associativa, via organização e mobilização da classe trabalhadora, buscando na instrução e na educação os principais instrumentos de luta e defesa de seus direitos<sup>24</sup>.

Esse foi o caso do Centro Operário de Belo Horizonte, fundando em 1903 e tendo como porta voz o jornal *O Operário*. O Centro, mesmo se identificando como uma associação de resistência, ao desenvolver ações de caráter sindical, também mantinha práticas assistenciais, atuando como uma sociedade mutualista. E entre os principais fins, do Centro Operário havia a ideia da instrução do proletariado por meio da escolarização:

a) (...) criação de um consultório legal para defender os sócios que forem vítimas de abusos e injustiças, seja por parte de autoridades ou particulares; b) **promoção da instrução e cultura geral dos sócios e do proletariado em geral por meio de escolas, bibliotecas, conferências, etc.**; c) trabalho pela união e organização do proletariado em geral, a fim de conseguir melhoramentos e reformas tendentes a emancipar as classes trabalhadoras da servidão econômica e política em que jazem; d) trabalho pela união e organização de cooperativas de consumo e de produção e angariar o proletariado local em todos os casos em que for útil e conveniente.<sup>25</sup>

No noticiário do jornal *O Operário* de dezembro de 1903, há uma menção da iniciativa de se concretizar a criação de uma escola noturna para os operários, e filhos destes, filiados ao Centro.<sup>26</sup> Mas, o que se tem é apenas a instrução dos trabalhadores via palestras e através do próprio periódico.

23 DUARTE, Renata Garcia Campos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. O jornal *O Operário* da Confederação Católica do Trabalho e as orientações para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte (1920-1930).

24 FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924).

25 *Estatutos do Centro Operário de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1905. Grifos meus.

26 *O Operário*, Belo Horizonte: 07/12/1903



Contudo, é somente com a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, é que foi criada uma escola para trabalhadores e seus filhos. Fundada na Capital mineira no ano de 1905 a Confederação seguiu atuando até 1920. Um dos princípios desta associação e de seu jornal *O Labor* era agregar todo e qualquer operário. Seus princípios eram a filantropia, a sociabilidade e a instrução, e dentre seus objetivos constava os de cuidar dos enterros dos associados e dispor de fundos financeiros para criar pensões aos órfãos e uma comissão de beneficência.

No que se refere à instrução dos operários, a Confederação Auxiliadora teve um importante papel. Como dito, a associação foi à primeira entidade classista da capital a criar uma escola primária pública para os trabalhadores e seus filhos, no ano de 1910<sup>27</sup>. E em 1917 foi à primeira associação a criar uma escola com cursos noturnos exclusivos para operários, como noticiado no jornal *Minas Gerais*:

Fica deste já, aberta a matrícula para os operários adultos e menores que quizerem frequentar a escola primária pública desta confederação que funcionará no edifício próprio, sito à Rua Tupinambás em frente ao 2º grupo escolar. Os pretendentes deverão procurar o abaixo assinado encarregado do serviço de matrícula que se encerrará no dia 31 do corrente, em sua residência, a praça da estação nº 150.<sup>28</sup>

Os cursos tinham duração de quatro anos; contavam com subsídios do governo para mantê-los regulares. O espaço escolar era destinado exclusivamente à instrução, sendo proibido qualquer tipo de palestra com fins reivindicatórios, ficando as lutas trabalhistas apenas para as assembleias que ocorriam na sede da Confederação<sup>29</sup>.

Ainda de acordo com Vera Nogueira<sup>30</sup> quanto à gestão e ao acompanhamento pedagógico do curso, esses eram da competência do Presidente da Confederação, a quem também competia nomear dois membros para compor a banca examinadora e acompanhar a realização de todos os exames. As competências eram assim, explícitas no Art. 4º do Regimento Interno da Escola Operária:

(...) exercer a inspeção geral da Escola; observar e fazer cumprir o presente Regimento; convocar e presidir as sessões do Conselho Deliberativo (...); rubricar todos os livros de escritura da Escola lançando nos mesmos os termos de abertura e encerramento; ordenar as despesas de aquisição de objetos de expediente e artigos escolares; assistir, sempre que julgar conveniente, às lições.

De acordo com os líderes da entidade o que poderia dar força moral aos trabalhadores seria a instrução, pois através do saber escolar, os filhos de operários não empunhariam a “gazua” e a “dinamite” nas grandes mineradoras. Através do saber escolar os trabalhadores poderiam se “salvar na arca santa das letras”, tendo instrução suficiente para cobrar “amparo legal do Estado” e

27 NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009.

28 *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 15/10/1910.

29 NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. 2009.

30 NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. 2009.



garantias de um futuro digno para eles e seus familiares.<sup>31</sup> Toda essa experiência da Confederação será utilizada como argumento, pelo seu Presidente, para reivindicar junto ao governo do Estado mineiro a criação do primeiro Grupo Escolar noturno, como extensão da Escola Operária.

A preocupação com a educação dos trabalhadores esteve também presente no I Congresso Operário (1907) quando, em meio às reivindicações, foi assim expressa:

(...) quais os meios que se devem lançar mãos para preparar o operariado mineiro, para a luta pacífica pelos seus direitos? Instrução e Educação? Fundação de escolas livres? Frequência obrigatória? Perseguição aos jogos e demais vícios?<sup>32</sup>

Em resposta os responsáveis pelo Congresso afirmam ser necessário:

Preparar o operariado para a luta profícua pelos seus direitos (...) [solicitando ao governo estadual] a necessidade da fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais e de escolas profissionais e de belas artes no Estado, e de ser concedido auxílio pecuniário às fundadas pelas associações; e aconselhará a fundação de escolas livres nas sedes destas (...). As escolas livres fundadas pelas associações terão regulamentação especial, calçada nas leis do país e terão por fito a difusão da instrução e educação moral, cívica e intelectual entre os operários.<sup>33</sup>

Essa preocupação deu lugar à ação e várias foram às associações e sindicatos que se dedicaram à instrução dos operários da capital. Ao assumir, durante décadas, juntamente com diversos outros sindicatos, essa tarefa, as entidades estavam proporcionando à população trabalhadora um acesso à instrução e, de acordo com os discursos das elites do final do século, o acesso às luzes e à cidadania<sup>34</sup>.

Outra entidade que também corroborou para a instrução das classes trabalhadoras belorizontinas foi a Confederação Católica do Trabalho. Um dos princípios desta associação e de seu jornal *O Operário* era o de promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores. Desse modo, o periódico ao mesmo tempo em que elogiava dirigentes por iniciativas voltadas a criação de escolas primárias, escolas maternas, nomeação de professores, entre outras, cobrava pela expansão de escolas para os trabalhadores. Isso porque a alfabetização dos operários era vista como meio destes possuírem liberdade, de compreenderem os regimes políticos, e de saberem regular as suas aspirações pela medida do justo, partindo da ideia de que se o regime não havia sido adaptado ao estado do povo, a educação seria responsável por elevar o povo a altura do regime, fornecendo, assim, instrumentos para a conquista de seus direitos em prol do “progresso” da classe operária<sup>35</sup>.

A pretensão de instalação de um curso noturno direcionado aos operários, principalmente sócios desta associação, era anunciada logo na primeira edição do jornal. Este curso seria dirigido

31 *O Labor*, Belo Horizonte: 02/08/1905.

32 Programa do I Congresso Operário Mineiro (Sabará 02/03/1907) In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 02/03/1907.

33 *O Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

34 NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. 2009.

35 DUARTE, Renata Garcia Campos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. O jornal *O Operário* da Confederação Católica do Trabalho e as orientações para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte (1920-1930).

pelo professor Campos do Amaral<sup>36</sup> e funcionaria a partir de julho de 1920, após a efetivação das matrículas (custo de 5\$000 por sócio, pagas adiantadas) que se encerrariam no mês anterior (final de junho). Conforme a proposta, as aulas ocorreriam de 19 às 21 horas, de segunda a sábado, respeitando domingos e feriados oficiais e religiosos. Às segundas, quartas, quintas e sábados, as lições seriam de português e aritmética, e às terças e sextas, de geografia e história do Brasil.<sup>37</sup> Anos mais tarde, em 1929, o periódico informava sobre a construção de sua sede “para nela instalar um ‘curso noturno’, uma ‘biblioteca’, um escritório de colocações e informações aos operários, um centro ‘esportivo’, uma sala de educação social e profissional operária, uma “secção” de união de todas as organizações congêneres existentes no país.”<sup>38</sup> Novamente era retomada a ideia de implementação de um curso noturno vinculado a Confederação.

A Confederação e seu impresso apontavam para uma vontade geral das classes operárias em “progredir” e ocupar um posto mais “elevado” e “nobre”:

[...]. É esse lema adotado pelo atual governo de Minas. Se as classes populares não estão aptas para dirigirem-se porque constituem-se na maioria de analfabetos, vamos alfabetizá-las. Espalhemos mestres, criemos escolas, derramemos, difundamos a luz da instrução por este território vastíssimo.

Livros, livros a mãos cheias, e que ao em vez de cercear-se a liberdade dos cidadãos por não terem suficiente preparo para dela gozar, por meio de obras de educação popular, demos ao grande número a dose de capacidade e experiências necessárias para que se tornem capazes de compreender o regime, de regular as aspirações pela medida do justo. Se o regime não foi adaptado ao estado do povo, procuremos elevar o povo até colocá-lo à altura do regime. Bem haja, pois, um governo que assim pensa, e, o que é melhor, age nesse sentido. Desde o governo Bernardes nos habituamos a ver o órgão oficial do Estado com a sua primeira página repleta de decretos criando escolas, de atos de nomeação de professores. [...].<sup>39</sup>

Para concretização dos objetivos e direitos dos trabalhadores em busca do “aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade”, as “inferioridades civis e políticas” deveriam ser eliminadas e para tal o direcionamento do Estado se fazia necessário por meio de políticas educacionais de combate ao analfabetismo, as quais, segundo o jornal, possibilitariam a paulatina elevação do povo à altura do regime.<sup>40</sup> Outra edição do periódico daquele ano destacava como fato consolador “de um lado o esforço titânico do governo mineiro em destruir o analfabetismo, do outro a boa vontade do povo em corresponder a esse patriótico e nobre esforço oficial.”<sup>41</sup>

36 Campos do Amaral atuou na Confederação Católica do Trabalho como membro da comissão de revisão dos estatutos, eleito diretor social em 1919 e 1927, fundador do jornal *O Operário*, diretor do curso noturno operário em 1920, nomeado para as comissões de descanso dominical e regime interno em 1929. Também foi deputado federal em 1934. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

37 *O Operário*, Belo Horizonte: 19/06/1920.

38 *O Operário*, Belo Horizonte: 17e 25/1929

39 *O Operário*, Belo Horizonte: Maio 1925.

40 *O Operário*, Belo Horizonte: Maio 1925

41 *O Operário*, Belo Horizonte: 10/09/1925

### Considerações finais

Diante do exposto, é possível afirmar que sendo Belo Horizonte a primeira cidade planejada do país, a proposta dos engenheiros da época (mesmo que de forma não intencional) era enquadrar todas as classes sociais em seus devidos “espaços”, e mesmo que a camada menos favorecida – incluindo os trabalhadores – tenha sido “expulsa” das localidades da Avenida do Contorno (área urbana e, portanto o “cartão de visita” da cidade), isto não impediu a emergência de uma classe que buscava a realização de seus direitos, reivindicando, se mobilizando e implementando ações organizadas.

Lembrando que muitas destas ações tinham um caráter reformista e que giravam em torno do apoio explícito às políticas educacionais levadas a cabo pelo governo mineiro, traduzidas em homenagens e manifestações de apoio a políticos e outras personalidades mineiras nos periódicos das associações e/ou centros classistas ou em manifestações que estas organizavam nas sedes ou nas ruas de Belo Horizonte.

Isso reforça as ideias sobre o reformismo enquanto corrente predominante no movimento operário de Belo Horizonte. Essa corrente reformista, ainda que por décadas foi diminuída frente a outras manifestações da classe operária, não aceitava os males gerados pelo capitalismo. Ao contrário, compôs uma estratégia diferenciada de luta e manifestação de consciência de classe de grande parte dos trabalhadores brasileiros durante a Primeira República.

E entre as ações organizadas pelas entidades classistas dos trabalhadores, destaque para existência de uma proposta educacional por parte das associações aqui mencionadas, mediante a possibilidade do oferecimento de cursos regulares aos operários e filhos destes. O que os líderes trabalhistas pensavam era que se os operários obtivessem instrução escolar poderiam ver suas próprias vidas “como parte de uma história geral”<sup>42</sup>. Através do saber escolar, os trabalhadores poderiam formar um quadro político de organização dentro da sociedade em que viviam. Por meio da escolarização os operários conseguiriam amadurecer uma consciência de classe e provavelmente estariam cada vez mais cientes do seu papel em lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho.

---

42 THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Vol. III: A força dos trabalhadores. p.304

# Considerações sobre educação moral e a formação da República Brasileira: um estudo a partir das disputas entre intelectuais católicos e escola-novistas entre as décadas de 1920 e 1930

João Victor Jesus Nogueira<sup>1</sup>  
jvnog@hotmail.com

## Resumo

Pretendemos no presente artigo sintetizar os objetivos da pesquisa “Educação Moral e a formação da República Brasileira: um estudo a partir das disputas entre Intelectuais Católicos e Escola-Novistas entre as décadas de 1920 e 1930”, situando os avanços e desafios do referido trabalho no primeiro semestre de 2018, cursado no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social,<sup>2</sup> da UFMG.<sup>3</sup> Dessa maneira, abordaremos como desejamos analisar a forma pela qual os conflitos em torno da temática da Educação Moral na transição da Primeira República para a Era Vargas conformaram a República Brasileira. Para desenvolver tal empreendimento de pesquisa, nos dedicaremos a analisar a obra *Educação Moral e Econômica (1928)*, de um importante pensador escola-novista chamado Sampaio Dória e, tendo como contraponto, obras de pensadores católicos do período que também tratam da temática. Como ferramentas teórico-metodológicas, tencionamos utilizar as categorias e conceitos levantados pela chamada História dos Intelectuais, concatenados com as formulações referentes ao conceito de imaginário elaboradas por Bronislaw Baczko ao longo de suas obras. Assim, procuraremos articular as referidas disputas com os processos sociais de construção da república brasileira, em especial a partir de sua interconexão através da formação e consolidação da instituição escolar em território nacional.

**Palavras-chave:** Educação moral, escola, república.

## Objetivos e justificativa

Durante parte da década de 1920 e nos anos subsequentes, um debate educacional se destacava no cenário político-intelectual de então. Trata-se do debate entre os adeptos do chamado Movimento Escola Nova e o grupo de intelectuais da conhecida Reação Católica Brasileira.

1 Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestrando em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela mesma instituição. Linha de pesquisa: História da Educação. Orientação: Profª. Dra. Cynthia Greive Veiga.

2 PPGE

3 Universidade Federal de Minas Gerais

No contexto das disputas políticas e simbólicas de tais grupos acerca da educação, ficavam patentes as lutas por projetos diferentes de país. Eram projetos reformadores que pretendiam, de um lado, consolidar-se dentro do seio da república e do republicanismo e, do outro, construir uma república católica.

Em outros termos, se por um lado os adeptos do movimento Escola Nova buscavam laicizar e difundir a educação pública, rompendo com o domínio da Igreja Católica sobre a educação, por outro, grupos católicos buscavam manter seu primado sobre questões educacionais e a própria educação no Brasil.

Nesse período um pensador escola-novista ganhou grande destaque. Trata-se de Antônio de Sampaio Dória. Dória nasceu em Belo Monte, em 25 de março de 1883, na província de Alagoas. Em 1889 mudou-se para São Paulo junto com a família, onde terminou o estudo primário e concluiu também o secundário. Em 1904 ingressou na Faculdade de Direito, colando grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1908. Recém-formado, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde atuou como advogado e posteriormente como jornalista. Retorna a São Paulo em 1914 e é aprovado em concurso público para o cargo de professor na cadeira de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica da Escola Normal Secundária de São Paulo. Em 1925 é nomeado livre docente na Faculdade de Direito e passa a atuar primordialmente na área jurídica, sem dissociar-se, entretanto, da causa da Educação.<sup>4</sup>

Sampaio Dória ganhou grande destaque pelas reformas educacionais que buscou empreender na Instrução Pública de São Paulo em 1920. Suas reformas tinham em mente a construção e aprofundamento de valores republicanos no Brasil via educação e, para tal, pretendiam a erradicação do analfabetismo e o incremento da qualidade da educação pública.

Além disso, o referido pensador esteve vinculado ao movimento Liga Nacionalista de São Paulo. Tal movimento, gestado em contexto de proximidade do centenário da Independência do Brasil, tinha em sua agenda uma luta pelo serviço militar obrigatório, a melhoria da educação e o voto secreto.

Tendo este quadro como pano de fundo, é importante notar que, se o movimento Escola Nova se balizava em uma proposta de renovação pedagógica laicizante, o movimento de Reação Católica buscava recobrar a influência e o prestígio da Igreja em assuntos educacionais assentado em diversos argumentos, dentre eles, fazendo referência ao aspecto moral da educação.

É interessante notar, nesse sentido, que em 1928 o escola novista Sampaio Dória tenha escrito um livro intitulado Educação Moral e Econômica para a Coleção Biblioteca da Educação, organizada por Lourenço Filho e publicada pela Editora Melhoramentos. Nesse contexto, intelectuais católicos capitaneados por Jackson de Figueiredo e posteriormente por Alceu de Amoroso

4 CARVALHO, Marta Maria de Chagas. Sampaio Dória - Coleção Grandes Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuc/ Editora Massagana, 2010. Disponível em: .Acessado em: 24 jul. 2017

Lima (Tristão de Ataíde),<sup>5</sup> também se dedicaram a questão da educação, produzindo conteúdos a esse respeito em especial a partir da fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação (1933). Esta instituição aglutinava diversas das Associações de Professores Católicos e foi responsável pela publicação da Revista Brasileira de Pedagogia entre 1934 e 1938.<sup>6</sup>

A questão da moral na educação estava na ordem do dia, muito em razão dos esforços dos pensadores da Reação Católica. Torna-se proveitoso, nesse sentido, indagar sobre como a obra do escola-novista Sampaio Dória se insere neste debate. Tal indagação é pertinente, pois embora existam estudos que enfocam o caráter republicano da pedagogia do pensador alagoano, ou mesmo sobre sua preocupação com uma formação moral dos estudantes de sua época, pouco tem se debatido até então sobre a relação dos conceitos que Dória mobilizou em sua atividade pedagógica, especialmente os de educação moral e, de maneira genérica, de moral, e os debates com os intelectuais da Reação Católica. Nesse sentido, pretendemos ao longo da pesquisa, ainda que de maneira limitada, perfazer o caminho de tais disputas, de modo que possamos, mesmo que parcialmente, obter vislumbres do fazer pedagógico do período, bem como do processo de construção e consolidação da República. Para tal, além da obra supracitada de Sampaio Dória, buscaremos na literatura católica do período, que está disponível sobre o tema, o contraponto necessário para delinear tal debate.

Nesse contexto, algumas indagações motivam nossa pesquisa, a saber, quais as categorias e conceitos relacionados a educação moral são mobilizados por Dória? Como tais conceitos e categorias estão situados nas disputas com os integrantes da Reação Católica? Escolanovistas e intelectuais católicos possuem bases teóricas comuns ou diferentes no que diz respeito à moralidade? Que usos do conceito de moral tais grupos empreendem? Como as definições sobre moralidade impactam a visão de República de tais grupos intelectuais? Por fim, a pergunta central: como o debate quanto a moralidade efetuado por Sampaio Dória e alguns desses intelectuais católicos se insere no processo de construção da República, pensando a questão da educação?

A pesquisa em curso busca, ainda que de maneira inicial, deslindar os processos históricos de construção da política republicana brasileira no período primevo desta forma de organização da sociedade, investigando para tanto, as disputas educacionais e políticas do começo do século XX em terras brasileiras.

Pensamos que o problema aqui proposto é de importância singular para o fazer educacional nos dias de hoje. Isso porque ele nos permite aprofundar no debate já relativamente antigo sobre os limites tênues entre propostas educacionais de caráter religioso e laicas no âmbito da educação pública, questão tão em foco na atualidade.

5 Pseudônimo

6 SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013. 472p.



Dessa maneira, tendo como recorte em que concentraremos nossas atenções o período compreendido entre a década de 1920 e a de 1930, poderemos, lançando mão de questionamentos pertinentes àquele período histórico, ter vestígios que nos permitam compreender o processo de formação do campo educacional brasileiro e que, com isso, nos permitam lançar questionamentos apropriados ao nosso próprio tempo.

### Referenciais teórico-metodológicos

A pesquisa que estamos desenvolvendo busca dialogar, em grande medida, com a chamada História dos Intelectuais, compreendida nos termos de Sirinelli no texto *Os Intelectuais*, situado no livro *Por uma História Política* (2003), de René Rémond.<sup>7</sup>

Nesse sentido, as disputas envolvendo Sampaio Dória e os intelectuais da Reação Católica do período das décadas de 1920-1930, são compreendidas no enlace da História Política com as novas abordagens no campo sociocultural.

Inicialmente, temos como suporte, também, as reflexões sobre o republicanismo realizadas na obra *Pensar a República* (2002),<sup>8</sup> organizada por Newton Bignotto, assim como as discussões realizadas sobre tal temática no livro *A Escola e a República* (1989),<sup>9</sup> de Marta Maria Chagas de Carvalho. Estes textos parecem apontar caminhos para pensar aspectos tanto mais gerais quanto mais específicos acerca da construção de um fazer republicano pelos indivíduos aqui estudados.

A nossa pesquisa também tenciona utilizar como referencial teórico para diálogo o texto *A configuração da historiografia educacional brasileira*,<sup>10</sup> igualmente de Marta Carvalho, que está inserido na obra *Historiografia Brasileira em Perspectiva* (1997), organizada por Marcos Freitas.

Foram úteis no delineamento da temática os livros *Território Plural, a pesquisa em História da Educação* (2010),<sup>11</sup> de Ana Maria Galvão e Eliane Lopes, bem como *Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação* (2007),<sup>12</sup> organizado por Marcus Taborda. Tais obras, além de já terem sido proveitosas para a construção do objeto de pesquisa aqui apresentado, pensamos poderem trazer contribuições para a realização da mesma.

A pesquisa aqui proposta tem como fonte principal para a compreensão das ideias sobre educação moral dos intelectuais do movimento Escola Nova, o livro *Educação Moral e Econômica*

7 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

8 BIGNOTTO, Newton (org.) *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, 192p.

9 CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989a.

10 \_\_\_\_\_. *A configuração da historiografia educacional brasileira*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1997.

11 GALVÃO, Ana Maria. O.; LOPES, Eliane Marta T. *Território plural: a pesquisa em História da Educação*. São Paulo: Ática, 2010. 112p.

12 OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

(1928),<sup>13</sup> de Antônio de Sampaio Dória. Visamos, com ela, apreender do pensamento do intelectual alagoano suas formulações sobre a questão da moral e a construção da República.

Com o objetivo de fazer o contraponto necessário, através do pensamento dos intelectuais católicos, ao que Dória estava propondo, iremos ao longo da pesquisa identificar dentro das obras católicas aquelas que são mais apropriadas para tal tarefa. Nesse contexto, é relevante salientar que já possuímos indícios nesse sentido dentro da *Revista Brasileira de Pedagogia*<sup>14</sup> e na obra *Debates Pedagógicos* (1931),<sup>15</sup> de Alceu Amoroso Lima, bem como na revista *A Ordem*.<sup>16</sup>

Como aporte metodológico para realizar a análise de tais fontes contaremos não somente com as noções pertinentes a História dos Intelectuais, como já mencionado, como também as discussões levantadas por Bronislaw Baczko<sup>17</sup> sobre o conceito de Imaginário. Para tal, mobilizaremos o instrumental analítico apreendido das obras de Baczko.

Pretende-se, ainda, pensar os textos do intelectual alagoano e dos pensadores católicos em questão, em consonância com o que defendia Michel de Certeau em seu livro *A escrita da História*,<sup>18</sup> a partir do qual podemos pensar o lugar social a partir de onde Sampaio Dória e os intelectuais católicos elaboravam seus discursos e dos mecanismos de legitimação aos quais se submetiam.

Com efeito, pretendemos utilizar também, a obra *A História Cultural: entre práticas e representações*,<sup>19</sup> bem como o artigo *O mundo como representação*,<sup>20</sup> afim de analisar as articulações do pensamento dorianiano e católico com suas representações sobre o político e a república, em especial.

Esta pesquisa pretende utilizar tais abordagens teórico-metodológicas com o fito de situar a obra já mencionada de Dória no conflito com os grupos de intelectuais da Reação Católica e, com isso, compreender como as disputas sobre a educação moral entre o pedagogo alagoano e tais grupos católicos se inseriu no processo de construção da República. Para tanto, desejamos lançar luz sobre tal embate a partir de um enfoque especial, direcionado à educação escolar e pública.

13 DORIA, Antonio de Sampaio. Educação Moral e Econômica: suas bases, sua aplicação na escola. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1928. 190p.

14 Revista Brasileira de Pedagogia (1934-1938). Confederação Católica Brasileira de Educação.

15 ATHAYDE, Tristão de [Alceu Amoroso Lima]. Debates pedagógicos. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

16 A Ordem (1920-1928). Centro Dom Vital.

17 BACZKO, Bronislaw. Los imaginarios sociales :memorias y esperanzas coletivas. Buenos Aires : Ediciones Nueva Visión, 1991.

\_\_\_\_\_. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Antropos, 1985.

18 CERTEAU, M. A Escrita da História. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

19 CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

20 \_\_\_\_\_. O mundo como representação. Estud. av., São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Apr. 1991. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso)>. access on 29 Jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>.

### Avanços e Desafios

No primeiro semestre de 2018 o projeto acima descrito sofreu algumas reformulações, em especial a partir das discussões nas disciplinas cursadas no PPGE. As alterações se deram tanto no refinamento do recorte sobre o objeto a ser estudado quanto das abordagens teórico-metodológicas que pretendemos mobilizar no desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, foram de grande valia as ideias debatidas nas disciplinas de Tendências do Pensamento Educacional<sup>21</sup> e de Metodologia de Pesquisa.<sup>22</sup>

Ao longo dos 6 primeiros meses de 2018, o trabalho ganhou um aprofundamento maior no campo educacional em articulação com as demandas históricas da pesquisa. Nesse sentido, além do aprimoramento nas questões relativas à temática educacional, também o aspecto histórico do estudo ganhou maior complexificação, de maneira que o trabalho vem se delineando mais nitidamente no campo da História da Educação.

No tocante ao objeto de pesquisa, a utilização de Sampaio Dória como intelectual do movimento Escola Nova brasileiro a ser estudado vem se impondo com vigor, ao passo que constitui ainda um desafio o delineamento mais específico do conjunto de intelectuais católicos a serem estudados.

Nesse contexto, o livro Educação Moral e Econômica, de Sampaio Dória, tem se apresentado como fonte primordial na compreensão da participação do movimento Escola Nova no problema de pesquisa aqui levantado. Em contrapartida, ainda é necessário optar por qual conjunto de fontes referentes aos intelectuais católicos, entre as que já dispomos, serão selecionadas.

Em meio a avanços e desafios, pretendemos realizar ao longo do trabalho aqui proposto, uma pesquisa que permita, mesmo que limitadamente, contribuir para o avanço do campo da História da Educação.

---

21 Disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda, professor da linha de História da Educação no PPGE, FaE, UFMG.

22 Disciplina ministrada pela Profª. Dra. Thaís Nívia de Lima e Fonseca, professora da linha de História da Educação no PPGE, FaE, UFMG.

## Educação e progresso no discurso de Manoel Bomfim

Bruna Oliveira

bna.oliveira@gmail.com

### Resumo

Nascido em Aracaju no ano de 1868, Manoel Bomfim viveu a maior parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1932. Filho de comerciantes enriquecidos e donos de engenho, Bomfim se dedicou aos estudos em Medicina iniciado na Bahia e concluído no Rio de Janeiro. Na capital, Manoel Bomfim atuou como jornalista, mas, sobretudo, se dedicou a educação. Atuando em diversos cargos e funções ligados a instrução pública e mesmo quando circulava em outros espaços, como as redações de periódicos e no congresso, a educação era a inspiração de Manoel Bomfim. Contrariando a intelectualidade de seu tempo, Manoel Bomfim negava a veracidade das teorias racialistas levando diversos pesquisadores a considerá-lo um rebelde e esquecido visto que suas teses não tiveram grande repercussão. Atualmente, Bomfim tem sido amplamente estudado, todavia há um destaque para sua produção intelectual sobre a questão nacional em detrimento a sua faceta como educador. Deste modo, o presente artigo visa a ampliação do conhecimento sobre o Manoel Bomfim enquanto educador e militante da educação. Para tanto, será destacado o entendimento de Bomfim sobre a o papel da educação na formação da nação brasileira a partir do seu discurso O progresso pela instrução proferido na solenidade de formatura da Escola Normal no ano de 1903. Ao discursar para as recém-formadas, Manoel Bomfim além de entusiasmar as professoras pontuou suas expectativas para a educação no Brasil. O referido discurso apresenta o cerne do pensamento de Bomfim sobre o papel da educação, entendido pelo educador como a via possível para o progresso e a inserção do Brasil a modernidade. A fim de alcançar o objetivo recorreu-se a História Intelectual como norteadora teórico-metodológica. Manoel Bomfim pode ser considerado um intelectual, pois ao longo da vida do sergipano, destaca-se sua transição entre o produtor de ideias, pensador engajado e o pertencente aos espaços de poder. Com isso, ressalta-se a importância do estudo de sua trajetória, uma vez que entender a trajetória de vida de Manoel Bomfim pode esclarecer uma série de perguntas a que sua produção intelectual em si não responde. No que tange a análise do conteúdo, preocupou-se em agregar a este estudo a ferramenta de análise do texto que mescla texto e contexto, a obra com a vida do de seu autor.

**Palavras-chave:** intelectual, educação, Manoel Bomfim.

### Uma pequena biografia

Manoel José do Bomfim<sup>1</sup> nasceu em Sergipe, em 1868. Era o sexto filho de comerciantes enriquecidos e donos de engenho e, após passar a infância e parte da adolescência no engenho da família, decidiu estudar medicina. A escolha desapontou seus pais que o desejavam na direção dos negócios dos Bomfim. Em 1886, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, porém concluiria seus estudos no Rio de Janeiro, em 1890.

Durante os anos de 1891 e 1892, Manoel Bomfim<sup>2</sup> trabalhou como médico da Secretaria de Polícia na cidade do Rio de Janeiro e, não se diferenciando da intelectualidade de seu tempo, atuou também como jornalista, além de circular por diversos cafés, redações de periódicos e livrarias. Aos vinte e três anos, casou com Natividade, mantendo vivência tranquila na capital, que foi interrompida entre 1893 e 1894, em decorrência de perseguições políticas<sup>3</sup>, sendo obrigados a mudar-se para o interior de São Paulo.

Conforme Ronaldo Conde Aguiar, a morte da filha Maria levou Bomfim retornar à capital e largar a medicina. Através de Alcindo Guanabara, em 1896, ele retornou ao funcionalismo público, porém na área da educação, no cargo de subdiretor do *Pedagogium*, para o qual foi nomeado diretor, no ano seguinte. Essa nova área de atuação impactaria fortemente Bomfim:

Manoel Bomfim confessou que o seu interesse pelos assuntos educacionais foi despertado pela leitura do *Report of the Commissioner of Educations [...]* E confessou: “foi tão profunda a impressão que me causou essa leitura, pela insignificância e pobreza patentes dos nossos recursos escolares, que nunca mais me pude furtar ao desejo de observar e estudar o problema da instrução popular entre nós. De então pra cá só tenho encontrado motivos para maior desconsolo”<sup>4</sup>.

Desde então, Manoel Bomfim passou por diversos cargos relacionados à educação pública<sup>5</sup>, fez viagens comissionadas pelo governo para estudar psicologia experimental (1903) e a organização do ensino técnico-profissional (1910), além de publicar diversos livros voltados à educação<sup>6</sup>, sendo o mais famoso escrito em parceria com Olavo Bilac – *Através do Brasil* (1910).

Manoel Bomfim, todavia, é mais conhecido pela autoria de *A América Latina: males de origem*, publicado no ano de 1905 (duramente criticado por Sílvio Romero) e por sua trilogia sobre o

1 As informações sobre a vida de Manoel Bomfim foram retiradas da biografia escrita por Ronaldo Conde Aguiar e do livro *Manoel Bomfim*, da Coleção Educadores. Ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000; e GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

2 “Atendendo a uma sugestão de Guimarães Passos, resolveu adotar o nome ‘fantasia’ de Manoel Bomfim. ‘Manoel José do Bomfim não é nome de médico, nem de jornalista, disse-lhe o poeta alagoano, que logo acrescentou, rindo: mais parece nome de monarquista”. In: AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde esquecido*. p.133.

3 Bomfim questionou a legitimidade de Floriano Peixoto para ocupar o cargo de presidente da República.

4 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde esquecido*. p.193.

5 Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1898-1900/1906-1907), Diretor da Instrução Pública Municipal (1905-1907), professor da Escola Normal (1897-1932), Diretor do *Pedagogium* (1897-1905/1911-1919).

6 Rebeca Gontijo apresenta uma lista bastante completa das obras de Bomfim. Ver: GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. pp.155-157.

Brasil (*O Brasil na América –1929; O Brasil na História e O Brasil Nação –1931*), já escrita sob os efeitos do tratamento de câncer na próstata, que o levou a falecer em 21 de abril de 1932. Porém, antes de morrer, ditou a obra *Cultura e Educação do Povo Brasileiro* ao amigo Joracy Camargo, publicada em 1933 e agraciada com o segundo lugar do prêmio Francisco Alves.

Buscou-se, a partir desta pequena biografia, destacar elementos da trajetória de Manoel Bomfim que ressalte sua aproximação e importância no que diz respeito à educação sem a pretensão de lançar luz a todos os acontecimentos de sua vida.

### A grande missão das professoras: educar para a liberdade

O presente artigo visa aproximar do entendimento de Manoel Bomfim sobre educação e progresso, bem como a relação entre as duas ideias. Para tanto, recorreu-se ao discurso proferido por Bomfim na solenidade de entrega dos diplomas as normalistas formandas do ano de 1903<sup>7</sup> como fonte principal. E para instrumentalizar a análise do texto, opera-se conforme as proposições de Oscar Terán<sup>8</sup> que afirma a necessidade da justaposição das esferas internas – demarcadas no título, subtítulo, epígrafe, introdução e o conteúdo do texto – e externas – contexto de produção, sociabilidade/geração e recepção – para o melhor entendimento do pensamento de um intelectual.

Convidado a discursar na solenidade de formatura das normalistas em 1903, Manoel Bomfim entre apelos aos sentimentos, metáforas e argumentos de autoridade conclamava as futuras professoras a se dedicarem a causa da educação. Para Bomfim ser educadora era assumir a função de formar sociedades livres, em suas palavras:

Alegria, serenidade, confiança – eis os sentimentos que, certamente, aquecem as vossas almas, agora que aceitaes a função de educadoras, função formadora das sociedades livre, ou que aspiram á liberdade, função capital nas Repúblicas e Democracias que merecem esse nome<sup>9</sup>.

Bomfim continua seu discurso destacando que apesar da grandeza da tarefa de educar para a liberdade e a cidadania a profissão de professor não era valorizada na proporção a grandeza da tarefa e sugeria que essa desvalorização estaria relacionada com o principal público atendido na instrução pública, para o discursante a “instrução popular, *ensinar meninos...* continua a ser uma função esquecida e humilde, para humildes e esquecidos”<sup>10</sup>.

Mais melancólico, Bomfim afirmava para seu auditório que “nessa pátria através de todas as suas fases não encontrareis [ilegível] a instrução e a educação popular na ordem dos proble-

7 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. (Discurso proferido na solenidade da entrega de diplomas às normalistas que terminaram seu curso no ano escolar de 1903). Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Profissional, 1904. pp-46-80.

8 TERÁN, Oscar. *Para leer el Facundo: civilización e barbarie: cultura de fricción*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

9 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.48.

10 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.48.



mas a resolver”<sup>11</sup>. Não desconsiderando a possibilidade de que a educação tenha recebido pouco investimento no Brasil, ao largo da história, acredita-se que esse tom de pesar empregado no discurso seja mais um recurso retórico com o objetivo de sensibilizar o auditório a fim de enfatizar a ideia de que a causa da educação era realmente uma missão grandiosa e necessária. Deste modo, na impossibilidade de afirmar que a educação e a profissão de professor eram dotadas de grande prestígio, Manoel Bomfim buscava ganhar as normalistas falando das dificuldades, mas destacando a importância da profissão que abraçariam.

O discursante reafirmava a importância da educação ao associar a perfectibilidade do homem ao progresso da nação. Bomfim afirmava que o progresso dos indivíduos estava atrelado ao progresso da nação, com isso, reiterava que não era possível alcançar qualquer avanço desconsiderando a educação do povo. Segundo Manoel Bomfim,

Desde que se trata de achar o meio que conduz os povos ao progresso, lembremos que a sociedades, e por conseguinte as nações, são constituídas de indivíduos; são elementos activos nas sociedades. Si estes elementos forem adiantados, cultos e progressistas, a nação será adiantada, prospera e progressista; si os indivíduos permanecem retardados, ignorantes e inaptos, – a nação persistirá, fatalmente, atrasada, barbara, fora do progresso e da atividade fecunda. Lembremos ainda: que o ser humano é o ser educável e adaptável por excellencia; inculto, nullo, incapaz, ignorante, elle póde adquirir, em duas ou tres gerações, todas as aptidões, e mostrar-se preparados para todo o progresso<sup>12</sup>.

E continua,

Logo, para conduzir uma nação a todos os progressos, á prosperidade e á perfeição, só ha um meio natural e infalível – instruir, educar os indivíduos; nas sociedades que aspiram a progredir, o preparo das gerações futuras vem a ser um dos mais importantes dos serviços públicos<sup>13</sup>.

O discurso é estruturado a partir de argumentos lógicos e de autoridade, mas frequentemente há apelos as emoções. Bomfim convocava as futuras professoras a educar para a liberdade, educar a inteligência, contudo ressaltava também a importância de ultrapassar a lógica e atingir os sentimentos dos educandos, pois para ele sem ganhar os corações não seria possível afastar o mal da ignorância, em suas palavras,

Mas, logica, conclusões, raciocínios, não fazem convicções; estas se geram nos sentimentos – e o sentir geral é o bem do outro. É mister conquistal-o, afirmando a nossa crença – uma fé viva no poder da intelligencia, esclarecida, creadora e fecunda; propagando-a, capitando as convicções. É mister tenacidade, confiança e ardor. Formar, desenvolver, cultivar e exaltar a intelligencia – eis a vossa função; pela intelligencia penetrareis os corações, comtanto que vossa fé não vacille, comtanto que se accenda e se conserve em vosso coração o desejo humano de combater e affastar os males gerados na ignorância<sup>14</sup>.

11 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.49.

12 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.50.

13 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. pp. 50-51.

14 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.51.

Manoel Bomfim não via sentido em “fazer a vida moderna com ideias antigas, esgotadas, reveladoras de uma anquilose cerebral, ideias anódinas, ou mortas, incapazes de suscitar entusiasmos, e de levar á actividade”<sup>15</sup>. Entendia que a velha forma de ensinar ancorada na imitação e na autoridade tendia a imobilidade, já que não educava para o livre pensar ou agir. Portanto, para que as professoras executassem sua função, segundo Bomfim, era necessário a adoção de novas ações e formas de ensinar, uma vez que as velhas práticas não seriam capazes de formar o homem novo que o tempo da liberdade e do progresso exigiam.

O progresso para Bomfim era mais que o avanço das ciências, como afirmava “compreendéis muito bem que não refiro, apenas, a esse progresso enunciado em cifrões, e calculado ás toneladas e aos kilometros. O verdadeiro progresso é alguma cousa de superior, e exprime-se pelo domínio crescente da razão e da justiça”<sup>16</sup>. Alcançar o progresso, por consequência, de acordo com Bomfim, dependia da educação. Para o discursante,

Saber não se decreta, conquista-se e transmite-se. Só ha um meio de elevar a nação, é elevar os cidadãos; só ha um meio efficaz e seguro de elevar os cidadãos – é trazer pessoalmente, a cada um delles, o ensino e a educação, indispensaveis para a vida superior que imaginamos.<sup>17</sup>

E continua,

Não ha progresso na ignorância. Na economia social de nossa época, paiz de analfabetismo quer dizer: paiz de miséria e pobreza, de despotismo e degradação.

Conforme a citação acima, Bomfim afirmava que era a falta de educação que afastava as nações do progresso. Essa crença na educação como via fundamental para chegar a perfeição humana, por mais que encontrasse em fundo comum<sup>18</sup> de sua época, ia de encontro a teorias racialistas que não concebiam a perfectibilidade do homem em “raças inferiores ou mestiças”. Mas, de acordo com o discursante, não era qualquer educação que conduziria ao progresso, para tanto, era imprescindível que a educação primasse pela ação e que tivesse como objetivo a liberdade do indivíduo. Desta maneira, se entrelaçava as ideias de educação, liberdade e progresso. Manoel Bomfim assim destacava para seu auditório e em particular as futuras professoras,

Lembrae-vos que ides preparar individuos para a corrente tumultuaria da vida, individuos, cujas cogitações sejam a propria vida; lembrae-vos que participaes de uma democracia, que servis a uma Republica, e que é vosso dever, pois, preparar os cidadãos para que este regimen seja uma realidade. Si, ate hoje, democracia, Republica, e liberdade, são para nós, aspirações irrealizadas, e das quaes já muio desesperam, é porque nos faltam as gerações de individuos educados para a democracia e liberdade. Pretender a verdade e a pureza de um regimen democrático, em Nacao onde 90% dos individuos são incapazes de participar da vida politica por analphabetos, é pretender o absurdo<sup>19</sup>.

15 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.53.

16 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.58.

17 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.56.

18 BRESCIANI, S. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum”. In: BRESCIANI, S; MAXARA, M. (Orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

19 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.64.

Assim sendo, Manoel Bomfim acrescentava a democracia como outra condição para o progresso. Atribuindo a educação uma função social, protetora e progressista Bomfim ampliava a sua importância e, posteriormente, destacava que por tais características e relevância o Estado deveria ser o responsável por garanti-la aos membros da sociedade. O discursante, todavia, ressaltava,

O Estado não é um indivíduo, nem se resume numa função. O Estado somos todos nós, que aceitamos a responsabilidade de qualquer dos serviços, ou das atribuições que lhe são conferidas; e, neste particular, os mais responsáveis seremos nós mesmos, do professorado<sup>20</sup>.

Desta forma, Bomfim deixava claro que a educação era de responsabilidade do Estado, mas que este era formado pelos cidadãos – e o professorado em particular – que não deveriam se eximir da obrigação de defender a educação ideal para o conjunto de indivíduos. Percebe-se que ao longo do discurso Bomfim reafirmava a importância da educação e buscava alçar um protagonismo para o professorado. Um exemplo, dos vários que o discurso apresenta, é a citação de Émile Zola –“amanhã, a França fará o que os professores primários quizerem”<sup>21</sup>, usando da autoridade do escritor francês, Bomfim enfatizou seu entendimento de que a educação é potencialmente transformadora da realidade; que a profissão que as jovens exerceriam era de fundamental importância e que, por fim, seus resultados seriam observados no futuro.

### Considerações finais

Manoel Bomfim mobilizou habilmente em seu discurso recursos retóricos – metáforas, argumentos de autoridade, repetições – e mostrou que conhecia bem a sua audiência, uma vez que em vários momentos fez uso de argumentos que apelavam para a emoção chamando seu público alvo, as futuras professoras, a aderirem ao que entendia ser a missão do professorado: educar para a liberdade. Tentou-se, perceber como Bomfim articulava as duas ideias a fim de vislumbrar um futuro mais promissor para o Brasil. Acreditando na perfectibilidade do homem, Bomfim via na educação o meio pelo qual se alcançaria a perfeição. O progresso era a outra face dessa perfeição, visto por Bomfim para além dos cifrões e do avanço da ciência entendido, como a razão espraiada e condicionante as ações humanas.

A análise do discurso empreendida representa um pequeno esforço de aproximação da concepção de educação de Manoel Bomfim e não apresenta a característica de uma verdade cristalizada do que este educador entendia por educação e progresso.

20 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.67.

21 BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. p.71.

## História e Ensino de História na perspectiva da Educação para o Patrimônio

**Tamires Celi**

Graduanda em História  
Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH  
tamiresceli@hotmail.com

**Wemerson Felipe Gomes**

Graduando em História  
Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH  
wemersonfelipe10@gmail.com

### Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta de prática pedagógica que possibilite articular História, Ensino de História e Educação para o Patrimônio; que, nessa perspectiva, pode ser pensada com o intuito de desconstruir uma visão linear e descontextualizada da História. Nosso esforço se justifica devido a uma conjuntura em que o crescente desinteresse pela História (enquanto disciplina e processo social) demonstrado por crianças, jovens e adultos se tornou uma questão central no debate sobre Educação e Ensino de História no Brasil. Esse desinteresse, que, de modo geral, envolve a escola como todo, i.e., possui implicações nas diversas “disciplinas escolares” e diz respeito a maneira mesma com que a escola é organizada (tempos, currículos, arquitetura etc.), vem se manifestando de forma particularmente insistente em relação a História. Isso se dá, sugerimos, sobretudo devido ao modo com que geralmente os estudantes são apresentados a essa “disciplina”. Visto que os aspectos destacados acima apontam para necessidade de se articular novas formas de se pensar o saber Histórico em sala de aula, uma possibilidade, que exploramos, é a complexa, embora absolutamente profícua, relação entre História e Educação para o Patrimônio. Partindo de algumas de nossas experiências com projetos de Educação para o Patrimônio (apresentados no âmbito da disciplina “Trabalho Interdisciplinar de Grupo” – TIG/ Uni-BH), realizados com estudantes de escolas da rede pública, discutimos, entre outras coisas, a Educação e ensino de História na contemporaneidade, os novos paradigmas da educação contemporânea e apresentamos, brevemente, algumas possibilidades de abordagens de temas vinculados ao Patrimônio Cultural em sala de aula. De modo geral, insistimos que pensar a História (e o Ensino de História) na perspectiva da Educação para o Patrimônio implica – entre várias outras coisas – em pensar que a História está necessariamente vincula a realidade dos estudantes e que, portanto, é preciso partir dessa realidade para discutir temas presentes no ensino de História. Conceitos como historicidade e noção de tempo; memória individual e coletiva; preservação do patrimônio material e imaterial; política e cidadania se juntam a metodologias

como a da História Oral para nos auxiliar a pensar historicamente a realidade na qual estamos inseridos e, assim, problematiza-la.

**Palavras-chaves:** História, patrimônio cultural, educação, ensino.

### **A Polegarzinha, ou os novos paradigmas da educação contemporânea**

Esse novo aluno, essa jovem estudante nunca viu um bezerro, uma vaca, um porco, uma ninhada.<sup>1</sup>

Inicialmente, seria possível insistir que vários de nós, professores (ou futuros professores), talvez não tenhamos visto nenhum desses animais. No entanto, o pressuposto do qual parte Michel Serres (descendente de marinheiros e camponeses de Garona) não é de difícil compreensão: essa “nova geração” de estudantes, as Polegarzinhas e Polegarzinhos – para usar sua feliz expressão sobre a agilidade com que crianças e adolescentes manuseiam seus *smartphones* –, experimentam o tempo, a vida, o espaço e o próprio conhecimento de forma diferente, dinâmica e acelerada.

Nesse sentido, é preciso que a escola, em geral, e os professores, em particular, busquem outras formas de articular ensino e aprendizagem que não mais aquela pautada por um sujeito (o professor) que ilumina os outros (alunos) com a luz do seu conhecimento. Ou seja, é preciso que os atores da educação passem a pensar em propostas pedagógicas que levem em conta essa nova dinâmica imposta pela democratização do acesso a informação que, de certa forma, desmitificou o papel do professor (como transmissor de um saber absoluto), ressignificando sua função em sala de aula e o papel da escola na sociedade contemporânea.

Dessa forma, insistiríamos que os Patrimônios da cidade, da comunidade e os Patrimônios individuais (às vezes tão ou mais importantes que os outros) podem ser instrumentos importantes para a construção de uma educação que de fato leve em conta o sujeito humano nas suas múltiplas dimensões.

### **Patrimônio e ensino de história**

A atual conjuntura do ensino de História no Brasil aponta para necessidade de se articular novas formas de se pensar o saber Histórico dentro e fora de sala de aula. Uma possibilidade, que exploramos, é a complexa, embora absolutamente profícua, relação entre História, Ensino de História e Educação para o Patrimônio; que, nesse sentido, pode ser pensada com o intuito de desconstruir uma visão linear e descontextualizada da História.

Embora a ideia de Patrimônio tenha se articulado durante muito tempo com os chamados monumentos de “pedra e cal”, i.e., monumentos oficiais ligados a memória de um passado colonial,

1 SERRES, Michel. Polegarzinha. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 13.

barroco, português e católico, hoje novas abordagens sobre o Patrimônio buscam construir outros significados para esse conceito, o aproximando do cotidiano e de representações que não necessariamente coincidem o olhar “de cima”.

Nesse sentido, pensar a relação entre Ensino de História e Patrimônio implica, sobretudo, na percepção de que o fazer e o pensar histórico pode (e, na medida em que fosse possível, deveria) se dar em ambientes outros que não necessariamente o espaço escolar. Muitas vezes, a visitação de espaços e a utilização de atividades não-escolares ou não-formais acrescentam de forma muito mais efetiva no processo de construção do conhecimento de uma criança, de um jovem ou de um adulto do que a rotina “padrão” da escola. Se pensarmos que todo espaço guarda em si uma potencialidade pedagógica e que, portanto, pode ser apropriado criativamente no sentido oferecer possibilidades outras além daquelas ofertadas pela escola, os Patrimônios da cidade (oficiais e não oficiais; materiais ou imateriais) podem contribuir para um processo de construção de identidades e de apropriação da cidade (ou do próprio bairro) por estudantes que, cada vez mais, se distanciam desses espaços devido à violência.

No caso do Patrimônio Cultural de natureza imaterial, temos ainda a especificidade de que o objeto de estudo não é, num certo sentido, tangível. Isso permite, entre outras coisas, propor um trabalho que articule as mais variadas formas de expressão cultural, favorecendo, desse modo, uma percepção mais aguda sobre como alguns processos de patrimonialização expressam particularidades de grupos, identidades, crenças, saberes e como contribuem, em articulação com os bens de natureza material, na composição da pluralidade cultural brasileira.

Ainda nesse sentido, é importante frisar que, quando falamos em Patrimônio de natureza material ou imaterial, não o fazemos de modo a compartilhar do pressuposto de que essas instâncias compõem campos diferentes ou antagônicos. Se insistimos no uso dessa terminologia é porque ela nos permite, no âmbito da educação para o patrimônio, problematizar a relação entre o material e o imaterial, construindo, a partir da complexidade da relação entre esses dois campos, possibilidades várias sobre abordagens de temas e conceitos vinculados a discussão sobre História e Patrimônio Cultural.

Outro ponto significativo, que buscamos explorar neste trabalho, diz respeito ao processo histórico de constituição de políticas patrimoniais no Brasil. Essas políticas patrimoniais passaram por mudanças desde sua concepção até os dias atuais, razão pela qual se torna importante tecermos alguns comentários sobre as propostas que visam preservar as dinâmicas de identidades dos diversos sujeitos atuantes nesse processo, tanto no passado como no presente.

Durante anos, diversos grupos e movimentos sociais em busca de representatividade e de reconhecimento enquanto sujeitos atuantes no processo histórico, levantaram, também, bandeiras requerendo representatividade no que diz respeito as identidades que compõem este país. Por ser assim, falar em patrimônio implica sempre em falar sobre política, discursos e lutas, ou seja, em toda uma tensão que compõe a trama do Patrimônio Cultural, reflexo dos dilemas das sociedades



do passado e suas permanências no presente. Explicitar essa dimensão numa dinâmica de Ensino de História é explorar as nuances presentes nos discursos patrimoniais naquilo que eles têm de mais significativo, sem, no entanto, deixar de notar também o “lado perverso do patrimônio”. É nesse sentido, portanto, que propomos que História, Ensino de História e Patrimônio podem ser articulados dentro e fora de sala de aula.

Por outro lado, exercitar e potencializar atividades em espaços não formais se coaduna com a perspectiva do sócio interacionismo e do sócio construtivismo, que norteou alguns dos projetos que comentaremos aqui. Partimos, então, do pressuposto de que o conhecimento, em Educação para o Patrimônio como em outras áreas, pode ser sempre construído a partir das relações que os sujeitos estabelecem entre si e com seu meio, relacionando-se com o seu conhecimento *a priori*.

Desse modo, é possível concretizar propostas que valorizem a interação dos diversos grupos existentes, estabelecendo diálogos entre práticas e saberes comuns e distintos, oferecendo ao jovem uma educação que se conecte não só com o conteúdo, mas com o outro, num movimento de identidade, empatia e alteridade.

### O Patrimônio como fonte

Um evento passado não pode ser apreendido de forma pura, completa ou direta. Entretanto, ele pode ser compreendido através dos vestígios que os homens deixam no tempo. Esses vestígios são os indícios através dos quais o saber histórico é construído. Pensar em um Ensino de História que contemple o uso de fontes diversas em sala de aula requer, nessa perspectiva, mais do que a simples exposição dessas fontes – é preciso construir uma reflexão crítica, problematizadora e interpretativa.

Um exemplo simples dessa dimensão são perguntas sobre o porquê da preservação do patrimônio? Quais os critérios foram usados ao longo dos anos para se definir o que seria patrimônio? Qual a importância dessa ação nos dias atuais? Quais os impactos dessas políticas?

O primeiro ponto importante a ser destacado quando tomamos o Patrimônio Cultural como fonte de Ensino em História é que os Patrimônios podem ser pensados tanto como documentos como monumentos. Para Le Goff,<sup>2</sup> por exemplo, os documentos não traduzem uma verdade absoluta sobre o passado, mas se constituem enquanto monumentos, ou seja, tal como estes, aqueles também são construções. Essa abordagem enfatiza que os documentos – ou os registros – deixados por povos durante seu percurso no tempo não foram produzidos ou preservados de maneira aleatória, mas sim com o intuito de se construir uma memória, uma imagem, um discurso sobre si.

Nesse sentido, podemos compreender o Patrimônio como uma “escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos

2 LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 553.

que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.<sup>3</sup> A partir dessa concepção, pode-se estabelecer uma análise histórica crítica, ou seja, que não tome o vestígio como um testemunho detentor de um discurso verídico sobre o passado. Os Patrimônios, sobretudo os oficias, podem assim ser lidos a contrapelo, problematizados e possibilitar a articulação de outras narrativas sobre a memória das cidades.

Quando a cidade começa a ser vista de forma problematizadora – como espaço em disputa – o papel do historiador é ressignificado:

O ofício do historiador deixa de ser (no momento em que se vive) o de cotejar o documento para verificar sua veracidade, e passa de ser o de marcar as condições políticas da sua produção. Documento/ monumento é um engenho político, é um instrumento do poder e, ao mesmo tempo, uma manifestação dele.<sup>4</sup>

Logo, no que diz respeito às novas estratégias de ensino e aprendizagem no campo da História, o uso do Patrimônio pode se tornar um caminho importante para superar o uso de vestígios passados como “meras ilustrações”, potencializando, ainda, uma dimensão política, visto que o Patrimônio Cultural e as políticas patrimoniais possuem uma função social: permitir e potencializar o direito a cidade, a memória etc.

Desse modo, dialogando também com as novas tendências historiográficas que procuram trabalhar na perspectiva da crítica documental, os professores podem articular de forma muito mais dinâmica a relação dos sujeitos com o mundo que os cerca.

### **Patrimônio, identidade e alteridade: experiências**

Em se tratando de Patrimônio Cultural, poderíamos, por exemplo, apresentar uma lista de bens materiais e/ou imateriais patrimonializados que contemplassem expressões de grupos minoritários, por vezes desconhecido por grande parcela da população brasileira. Isso poderia conduzir – e a depender do público quase sempre conduz – a dúvidas de por que registrar ou tomar tais manifestações, sendo que não possuem um significado efetivo para um grande número de pessoas ou para aqueles que, naquele momento, se deparam com o bem. Esse tipo de questionamento nos foi colocado, sobretudo, em trabalhos de Educação para o Patrimônio realizados em escolas, onde não só a dimensão da identificação com o espaço a que pertencem é problemática, mas também o outro é sempre visto com certo receio, justificado ou não.

Desse modo, durante o desenvolvimento de projetos vinculados a disciplina Trabalho Interdisciplinar de Grupo (TIG/ UNIBH), tivemos a oportunidade de dialogar com os estudantes sobre os problemas e contradições implicados nas políticas patrimônios e museais, por um lado,

3 LE GOFF, Jacques. História e memória, p. 553.

4 PEREIRA, Nilton M.; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 113-128, 2008.

mas também nas potencialidades desse reconhecimento para as comunidades tradicionais e/ou outros interessados, por outro.

Nesse sentido, o TIG, condicionado pelo nosso interesse em questões vinculadas ao Patrimônio Cultural e ao Ensino de História, nos permitiu vivenciar algumas experiências relacionadas a dinâmica da Educação para o Patrimônio. Trabalhos como “Apropriação cultural e o espaço formador: EJA e o Museu de Artes e Ofícios”, realizado durante o primeiro semestre de 2016, e “(Re) Descobrimo a Pampulha: Patrimônio, discursos históricos e alteridade”, desenvolvido em 2017, nos fizeram refletir sobre a complexa relação que se estabelece entre sujeitos sociais diversos e bens patrimonializados. De modo geral, o que observamos foi que essa relação pode se dar ou em uma perspectiva de identificação, em que o indivíduo se vê no objeto ou no bem que é valorizado (numa mediação que nem sempre se dá de forma tranquila); ou, de outro modo, pode surgir uma espécie de estranhamento, que leva ao questionamento da legitimidade do bem em questão.

Dessa forma, o que orientou nossa prática foi menos a busca por soluções para esses dilemas e conflitos, e mais a explicitação dessas contradições em forma de diálogos críticos com os estudantes. Acreditamos que uma vez que se apresente aos estudantes a possibilidade de uma apreciação crítica dos bens patrimoniais, de uma visualização das memórias com a qual se articulam e a percepção das dinâmicas políticas, sociais e econômicas que os circundam, essa dinâmica entre identidade e alteridade é articulada de forma dialética. O resultado é não só na percepção de que o estranho pode ser familiar, por que embora diferente partilha de questões que compreendo, mas também que o familiar guarda camadas que só são explicitadas e compreendidas quando analisadas pormenorizadamente.

O projeto “Apropriação cultural e o espaço formador: EJA e o Museu de Artes e Ofícios”, por exemplo, foi realizado durante o 1º módulo do 2º ciclo do curso de História do Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH. A escolha do Museu de Artes e Ofícios (MAO) como eixo central desse projeto foi baseada no fato do museu retratar a história do trabalho, com a qual pretendíamos trabalhar, e das artes de ofícios no Brasil com acervos que datam do século XVIII ao XX. Nesse sentido, e em alguma mediada, seria possível problematizar uma dinâmica histórica do desenvolvimento e das transformações dos mais variados ofícios em terras brasileiras.

Outro fator importante que nos chamou atenção foi que o MAO se localiza entre a Estação Central da Linha 1 do Metrô e a Estação Ferroviária Vitória-Minas. Nesse sentido, tendo como localização o centro da cidade de Belo Horizonte, literalmente em cima da estação de metrô e na frente do MOVE, percebemos que o museu era parte constitutiva da paisagem visualizada por aqueles que se deslocavam diariamente (casa-escola-casa ou casa-trabalho-casa, ou ainda casa-trabalho-escola-casa) por aqueles entornos.

Dessa forma, para o desenvolvimento do trabalho, foi escolhida uma escola da regional Noroeste (E.E. Ricardo de Souza Cruz), em que os alunos, quase que necessariamente, em seu traslado cotidiano, passariam ou em cima ou em frente ao Museu e a Praça da Estação. Com isso,

nosso trabalho consistiria em dialogar com os estudantes sobre aqueles espaços (o do museu e o da Praça) e seus significados na vida cotidiana e no imaginário de todos eles.

Durante a primeira visita que fizemos a escola, a direção nos fez a sugestão de trabalharmos não com os alunos do terceiro ciclo (como pensávamos) mas sim com o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Pois, desta maneira, nosso projeto ganharia uma pertinência maior, já que desenvolveríamos um projeto sobre um museu cuja temática é o trabalho para pessoas que buscam concluir (ou iniciar) seus estudos a noite, já que trabalham durante o dia. Desde modo, o trabalho ganhou o título presente: Apropriação cultural e o espaço formador: EJA e o Museu de Artes e Ofícios.

Algumas questões logo vieram à tona a partir das discussões com a turma da EJA. A primeira delas, verificada sem muita surpresa, foi a constatação de que o MAO era quase que desconhecido pelos estudantes – que, lembremos, não só estudam em uma escola próxima ao museu, mas também passam por aquele espaço cotidianamente. Nesse sentido, embora a Praça da Estação se constitua do ponto de vista de um imaginário coletivo como um espaço de manifestações populares, como a Praia da Estação, ou, do ponto de vista político, de manifestações de esquerda, o MAO não parece compor esse cenário de forma coerente.

Uma explicação para esse fenômeno poderia se dar pelo fato de que embora o museu tematize o trabalho, o trabalhador, em si mesmo, é pouco lembrado. Entre o trabalho, numa perspectiva distanciada – digamos estetizada –, e o trabalhador, numa dinâmica efetiva de trabalho, a distância é sutil, mas determinante. Quando os objetos expostos em um museu não se transformam em objetos geradores,<sup>5</sup> ou seja, não nos proporcionam um “alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência à nós e ao mundo, em suas múltiplas relações”<sup>6</sup>, o que haverá é centralização dos discursos numa perspectiva monocausal, que não diz respeito aos sujeitos e suas experiências. Ainda nesse sentido, outro ponto que poderia ser destacado, numa perspectiva mais problematizadora, é a violência implícita no processo de constituição do acervo do museu, em que as peças, muito provavelmente dotadas de um imenso significado afetivo para os donos originais, foram sendo sistematicamente adquiridos a partir da década de 50.

No entanto, embora problemático do ponto de vista do imaginário e da constituição de seu acervo, o potencial do museu é indiscutível. Todas essas dimensões podem ser trabalhadas em uma visita ao Museu. Muito mais interessante do que decorar a história do objeto é contar história a partir do objeto.

Já o projeto (Re) Descobrimo a Pampulha foi desenvolvido com alunos do 3º ano do Ensino Médio na Escola Estadual José Heilbuth Gonçalves, localizada na Avenida Dom Pedro I, bairro Santa Branca, em Belo Horizonte. A escola se encontra próxima ao conjunto arquitetônico da Pampulha e recebe alunos de diversas localidades na região.

5 RAMOS, Regis. Objeto gerador: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. Revista Historiar, Vol. 08, N. 14, Ano 2016.1. p. 70-93.

6 RAMOS, Regis. Objeto gerador, p. 70-93.

O projeto teve como objetivo compreender o olhar dos estudantes em relação as políticas patrimoniais e mais especificamente sobre Conjunto Arquitetônico da Pampulha. Tendo como referência este olhar, proporíamos então a discussão de alguns temas como a História da cidade de Belo Horizonte e da Regional Pampulha, articulando as discussões com o Patrimônio Cultural por meio da contextualização das políticas patrimoniais no Brasil. Por fim, tentaríamos perceber junto com os estudantes as relações e contradições que poderiam ser estabelecidas entre o imaginário construído pelas instituições oficiais e pela população.

Partindo desses pressupostos, o projeto se embasou na perspectiva educacional construtivista, tendo como suporte as teorias de sócio-interacionismo e sócio-construtivismo, elaboradas por Vygotsky. Nesse sentido, o projeto buscou construir dinâmicas de conhecimento partindo das relações que os estudantes estabeleciam com o meio e com seus pares. Na medida em que os estudantes exploravam suas vivências, os espaços e as compartilhava com o grupo, diversas relações foram sendo tecidas entre as experiências de cada um deles, o grupo e a cidade. Assim, buscamos aproximar os estudantes do objeto de estudo: a cidade e o conjunto patrimonial da Pampulha, ao mesmo tempo em que construíam relações de proximidade com os demais. Essas ações nortearam o primeiro encontro com os estudantes.

No segundo encontro do projeto, realizamos uma aula dialogada, onde os alunos podiam aproximar as discussões anteriores com as discussões apresentadas em sala a respeito da História da cidade de Belo Horizonte e da regional Pampulha. Articulamos as discussões sobre os significados das políticas patrimoniais, destacando a participação popular como um dos elementos que contribuíram para as mudanças nas políticas patrimoniais. Essa participação culminou na incorporação de outros elementos culturais e de outras categorias como o patrimônio imaterial. Além disso, comentamos sobre como o discurso patrimonial que possui raízes positivistas e eurocêntrica, passou a observar e representar outros grupos sociais que descendem da matriz africana e indígena. Assim, a proposta caminhou para demonstrar os discursos, os sentidos de uma prática cidadã além de trabalhar a alteridade na medida em que para se compreender a importância cultural de um bem para um grupo é preciso estar aberto a compreensão do outro, numa relação de empatia.

No terceiro encontro, propusemos uma visita ao conjunto. A experiência tinha como proposta estimular uma experiência dos alunos com um outro olhar onde suas observações contemplassem reflexões embasadas nas discussões levantadas em sala de aula. No quarto encontro realizamos uma roda de conversa. Os alunos expuseram o que eles acharam sobre os debates e sobre o que viram. Significativo pontuar que a questão da violência nos bairros que ficam no entorno foi levantada por um número significativo de alunos como um dos motivos de não frequentarem o conjunto. Alguns pontuaram que há mais preocupação com o conjunto do que com a segurança das pessoas. Outro ponto também foi a questão dos preços altos devido à localização do conjunto.

No final, essas reflexões convergiram para discussões sobre direito à cidade e a necessidade de se ocupar os espaços. Os alunos expuseram que a questão do imaginário sobre o público que

frequenta é outra barreira, mas que ao pensar criticamente essas construções o ideal seria “desconstruir por meio de ocupação”[sic].

### Considerações finais

Pensar o Ensino de História numa perspectiva que abarque os saberes e vivências dos estudantes é uma forma de vencer o distanciamento existente entre os mesmos e a História enquanto disciplina e processo social. Ao trabalhar conceitos como memória, identidade, empatia, alteridade, cidadania e discursos patrimoniais, entre outros, partindo de experiências próximas aos estudantes, abre-se a possibilidade de o conhecimento histórico ter um sentido efetivo na vida dessas pessoas, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência histórica que lhes permita olhar para o mundo de forma mais crítica.

Além disso, outro ponto que consideramos significativo é a relação absolutamente profícua entre o Patrimônio Cultural e a prática de Ensino de História. Na medida em que a proposta teve como objetivo historicizar as políticas patrimoniais e o próprio Conjunto Moderno da Pampulha, por exemplo, buscou-se também pensá-los criticamente através de leituras que contemplassem as reflexões sobre o imaginário e as construções desses espaços de memória. Assim, o resultado foi a problematização do discurso oficial na tentativa de abrir espaço para apropriações e ressignificações de ambientes como a Pampulha ou o Museu de Artes e Ofícios.

Ainda nesse sentido, desatacaríamos que a possibilidade de analisar o envolvimento popular na luta por garantias de direito de reconhecimento, promovendo ponderações sobre o exercício da cidadania, também foram de suma importância na medida em que as políticas patrimoniais, ao cumprirem sua função social, abrem espaço para tal feito.

Por fim, lembraríamos que a prática de Ensino de História sempre pode encontrar aliados que enriquecem a aprendizagem quando dialoga com outras áreas. Nesse sentido, a possibilidade de aprender partindo de uma história problema é uma dimensão que precisa ser mais valorizada e explorada.



## Pibid de História e a Interdisciplinaridade: Um estudo sobre o Rio Tocantins

**Maycon Douglas Vieira dos Santos**

Subprojeto de História UFT/PIBID/CAPES  
mdouglas0@gmail.com

**Wedster Felipe Martins Sabino**

Subprojeto de História UFT/PIBID/CAPES  
wedster.sabino@mail.uft.edu.br

**Prof. Dra. Juliana Ricarte Ferraro**

Orientadora UFT/PIBID/CAPES  
juferraro@uft.edu.br

**Gladis Helena Homrich**

Supervisora UFT/PIBID/CAPES  
gladis50hh@gmail.com

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar os registros e estudos produzidos sobre a temática do Rio Tocantins no âmbito das experiências vividas pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Subprojeto de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e estudantes do ensino básico do Colégio Estadual Doutor Pedro Ludovico Teixeira, localizado no município de Porto Nacional. A metodologia de estudo baseou-se nos registros realizados em forma de oficinas pedagógicas, que tiveram como temática principal o Rio Tocantins e a formação histórica da cidade de Porto Nacional, problematizados nos aspectos culturais, ambientais, econômicos, históricos, políticos e sociais configurando-se em um estudo interdisciplinar. A metodologia de oficinas escolhida para este trabalho teve como premissa a participação ativa dos estudantes do ensino básico da escola, reforçando a metodologia dialógica empregada pelo Subprojeto de História. Como resultado principal obteve-se a produção de materiais didáticos, que auxiliarão professores de diversas áreas, conferindo uma contribuição significativa do trabalho interdisciplinar e do enriquecimento da história e memória local.

**Palavras-chave:** PIBID, história, interdisciplinaridade, rio Tocantins, oficinas pedagógicas.

### Introdução

A história do Rio Tocantins é permeada de causos, lendas, poesia e sofrimento. Tomando parte importante no desenvolvimento da região Norte, sua narrativa se confunde com a dos esta-

dos do Tocantins, Pará e Maranhão, bem como dos ribeirinhos e cidades que floresceram à margem do “Rio Turuna”. Nascendo ainda no norte goiano, na região da Serra Dourada, o caudal atravessa grande parte da região Norte até sua foz no golfo Amazônico – próximo a Belém, onde fica localizada a Ilha de Marajó.

Este trabalho tem por objetivo apresentar os registros e estudos produzidos sobre a temática do Rio Tocantins no âmbito das experiências vividas pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, do subprojeto de História da Universidade Federal do Tocantins<sup>1</sup>, Campus Porto Nacional em parceria com o Colégio Estadual Doutor Pedro Ludovico Teixeira.

A metodologia trabalhada se dá por meio de oficinas pedagógicas, executadas semanalmente. Intenta-se pensar em atividades que permitam com que os estudantes sejam os protagonistas e não apenas espectadores das atividades. Primordialmente, levamos em consideração o conhecimento e a capacidade que os estudantes já possuem e através disso, norteamos nossas temáticas. Pretende-se neste artigo relatar o movimento de integração entre os estudos realizados pelos bolsistas acerca do tema Rio Tocantins e a ação interdisciplinar na execução das oficinas pedagógicas.

Por fim, o presente artigo está estruturado em três momentos: o primeiro, tratará da importância da interdisciplinaridade no estudo da temática do Rio Tocantins, além das reflexões germinadas sobre a importância da ótica interdisciplinar; no segundo momento, nos ocuparemos de relatar o desenvolvimento das oficinas e o diálogo entre o ensino de história e as outras áreas relacionadas ao tema, apresentando os estudos e análises dos resultados das oficinas e a participação dos estudantes na construção do processo de ensino-aprendizagem e, por fim, apresentaremos os materiais didáticos produzidos e a aula-campo realizada na Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, situada no município de Lajeado, na região central do Tocantins.

### **Rio Tocantins: tecendo um estudo sob a ótica interdisciplinar.**

antes de prosseguirmos com a narrativa dos estudos e registros produzidos acerca do tema é preciso indicar ao leitor, mesmo que brevemente, o que entendemos por interdisciplinaridade e sua importância para a construção de um processo de ensino-aprendizagem participativo e decisivo na formação do sujeito social. Partiremos do conceito de disciplina, que tomou formas no século XIX com a formação das universidades modernas e fortaleceu-se no século XX com a impulsion da pesquisa científica. Tomaremos como definição:

A disciplina é uma maneira de organizar, de delimitar, ela representa um conjunto de estratégias organizacionais, uma seleção de conhecimentos que são ordenados para apresentar ao aluno, com o apoio de um conjunto de procedimentos didáticos e metodológicos para seu ensino e de avaliação da aprendizagem.<sup>2</sup>

1 O subprojeto aqui relatado é composto por oito bolsistas do curso de licenciatura em História, do campus de Porto Nacional, em parceria com o Colégio Estadual Pedro Ludovico Teixeira focalizando suas atividades na temática do Patrimônio Cultural

2 FORTES, Clarissa Corrêa. Interdisciplinaridade: Origem, conceito e valor. Revista Acadêmica Senac Online, v 06,

A palavra interdisciplinaridade, tal qual como o conceito, apenas tem sentido a partir do conceito de disciplina. Com a instituição das universidades, dividiu-se o conhecimento afim de dar maior eficiência, como forma de “organizar, de delimitar”. No entanto, o aspecto disciplinar da educação dificulta o aprendizado, torna o processo insuficiente e exaustivo tanto para professores quanto para os estudantes. Tal processo raramente estimula o pensamento, há uma repetição excessiva dos conteúdos que não são apreendidos pelos estudantes, bastando apenas que eles o memorizem.

Segundo MORIN, “o ensino por disciplina, fragmentado e dividido, impede a capacidade natural que o espírito tem de contextualizar, é essa capacidade que deve ser estimulada e deve ser desenvolvida pelo ensino de ligar as partes ao todo e o todo às partes”<sup>3</sup>. Após alguma reflexão tornou-se nítido que não era apropriado ao tema que estávamos propondo este caráter disciplinar da educação, era preciso uma abordagem diferente que interligasse o tema a uma ampla área do conhecimento. Este pressuposto nos levou a questão: O que é interdisciplinaridade? Com base em alguns estudos pudemos chegar a uma resposta satisfatória a nossa finalidade:

Essa temática é compreendida como uma forma de trabalhar em sala de aula, no qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender, entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para transpor algo inovador, abrir sabedorias, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado. É a busca constante de investigação, na tentativa de superação do saber<sup>4</sup>.

Para D’ávila, “interdisciplinaridade é uma ação voltada a integração de conteúdos antes divididos em um único e novo saber, para proporcionar aos estudantes várias perspectivas sobre determinado assunto, estimular o pensamento e causar reflexões”<sup>5</sup>. Partindo de uma perspectiva disciplinar trabalhar todas as características do tema seria impossível, visto que o conhecimento de alguns destes aspectos está dividido em outras disciplinas que não a História. Procurando dar continuidade às atividades desenvolvidas na temática anterior, onde tratávamos a formação do território tocantinense com foco nas Microrregiões do Tocantins, optamos, juntamente com os estudantes, a pesquisar o Rio Tocantins. No entanto, ao escolher como tema o Rio Tocantins estamos nos propondo a um assunto que por sua natureza é interdisciplinar. Dito isso, realizar o estudo sem uma abordagem interdisciplinar seria um equívoco.

Durante as pesquisas realizadas para o planejamento das oficinas pedagógicas tomamos como principais os aspectos ambientais, econômicos, geográficos, históricos, políticos e sociais do Rio Tocantins, buscando entender como todas essas características contribuíram para a formação cultural do estado com enfoque no município de Porto Nacional, na região central do Tocantins.

---

p. 01, 2009.

3 MORIN, Edgar. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

4 FORTES, Clarissa Corrêa. Interdisciplinaridade: Origem, conceito e valor. Revista Acadêmica Senac Online, v 06, p. 01, 2009.

5 D’ÁVILA, Cristina. Interdisciplinaridade e mediação: desafios no planejamento e na prática pedagógica da educação superior. Conhecimento e Diversidade, v. 6, p. 59-70, 2011.

A dependência econômica da região sobre o Rio é anterior à criação do próprio estado tocaninense. Durante muito tempo o rio foi a principal rota de comércio, tanto para chegada, quanto para o escoamento da produção da região, além de proporcionar ao município um dos mais importantes complexos turísticos do estado:

O turismo de Porto Nacional é de grande importância histórica, econômica e social, traz um acervo riquíssimo das culturas e tradições, belas praias, monumentos históricos, paisagismos com ambientes muito agradáveis. Diante de uma cultura e turismo tão relevantes, Porto Nacional recebe um grande público de turistas, principalmente em datas comemorativas, movimentando, assim a economia da cidade e gerando novos empregos<sup>6</sup>.

Esta interação econômica gerou relações políticas e sociais entre os ribeirinhos e outros grandes centros econômicos, principalmente com a cidade de Belém. A navegação como forma de transporte das mercadorias e habitantes contribuiu para a formação de uma personalidade do Rio:

Esta história de múltiplas e constantes intervenções humanas alicerçou uma sociedade que se serviu do rio para a construção de sua vida material e acabou por construir um imaginário lendário e mítico. Um rio dual, personificado no bem e no mal; no bom e no ruim; no alegre e triste; enfim, uma natureza de múltiplas facetas engendrando um homem também dual, místico e cético; corajoso e medroso ao mesmo tempo. Um homem de múltiplas identidades<sup>7</sup>.

Todos esses elementos contribuíram, da sua forma, para a construção de um imaginário em torno do rio Tocantins. Imaginário esse que permeia a sabedoria popular, com variadas produções de escritores, compositores, jornalistas e vários outros artistas que se inspiram nas lendas do majestoso caudal. A história de vários municípios se entrelaça à história do importante Rio do Norte, histórias retratadas em livros, contos e poemas de artistas locais:

É um rio que mereceu grandes espaços na literatura com descrições mais poéticas e metafóricas, porém não menos importantes para compreensão da importância do rio Tocantins no imaginário popular e no cotidiano das pessoas da região<sup>8</sup>.

De acordo com Ivani Fazenda<sup>9</sup>, a interdisciplinaridade tem um papel importante na construção de um processo ensino-aprendizagem participativo através da união de várias perspectivas, rompendo as barreiras deixadas pela divisão do conhecimento em disciplinas isoladas. O parcelamento e a compartimentação dos saberes impedem apreender o que está tecido junto. Sendo um tema caro a todo o estado do Tocantins, é necessário uma preocupação em se ocupar do saber prévio dos estudantes, para tornar esse processo ainda mais participativo e assim tecer uma sensa-

6 FRANÇA, Anderson Antonio de Oliveira; COSTA, Kênia Gonçalves. A construção do território tocaninense por meio da cartografia das microrregiões. Revista Tocantinense de Geografia, Ano 05, N<sup>o</sup> 008, 2016.

7 FLORES, Kátia Maia. Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. 1. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

8 FLORES, Kátia Maia. Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. 1. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

9 FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 4 ed. Campinas: Papirus, 1999.

ção de identidade para com os estudantes. É importante frisar que tal processo precisa ser como o de uma obra de arte, onde o artesão sabe exatamente onde conectar os fios, amarrar os nós, respeitando os vazios e ligando os assuntos de disciplinas distintas da melhor maneira possível, não deixando transpassar a costura para que os estudantes se integrem no processo compreendendo estar trabalhando um único tema.

No ponto de vista ambiental, optamos por trabalhar uma temática mais recente, porém, não menos importante na vida das populações ribeirinhas. A implantação das usinas hidrelétricas no curso do rio Tocantins geraram debates fervorosos entre os governos federal, estadual, municipal, população e ambientalistas. A formação de barragens no curso d'água impactou de forma expressiva a vida das cidades ribeirinhas, em especial a população portuense que testemunhou uma transformação drástica do seu leito do rio com a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no município de Lajeado<sup>10</sup>. Buscamos enfatizar a realidade do município de Porto Nacional, local onde realizamos nosso subprojeto, afim de trabalhar com os estudantes a memória coletiva das gerações passadas (pais, avós, bisavós e etc.), bem como desenvolver a identidade patrimonial nos jovens. Como referência e julgando ser uma importante forma de reflexão e reconhecimento, trabalhamos nesse ponto especialmente com o documentário: “Tocantins Rio Afogado<sup>11</sup>”, do diretor e roteirista portuense João Luiz Neiva.

Os estudantes e bolsistas trabalharam a temática desfrutando de várias perspectivas, compreendendo o Rio Tocantins em todas as suas particularidades, bem como a importância dele para a construção da região e identidade de cada indivíduo.

### **As oficinas pedagógicas e os diálogos interdisciplinares: relatando a prática**

Apresentaremos os registros descrevendo as oficinas, dando ênfase aos momentos de introdução, elaboração e desenvolvimentos dos materiais, bem como a apresentação dos resultados obtidos durante o período de trabalho<sup>12</sup>.

No primeiro momento, as oficinas pedagógicas tiveram como objetivo apresentar aos estudantes as pesquisas realizadas pelos bolsistas referentes ao Rio Tocantins. Com base nos estudos foram sugeridas ações com o intuito de familiarizar os estudantes ao tema proposto. Iniciamos as oficinas com a exibição do documentário Tocantins Rio Afogado, de modo a colocá-los em reflexão sobre a importância do rio Tocantins bem como os impactos ambientais gerados pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no município de Lajeado. Cujas a implantação impactou

10 FRANÇA, Andison Antonio de Oliveira; COSTA, Kênia Gonçalves. A construção do território tocantinense por meio da cartografia das microrregiões. Revista Tocantinense de Geografia, Ano 05, N° 008, 2016.

11 TOCANTINS RIO AFOGADO. Roteiro e Direção João Luiz Neiva e Hélio Brito. Produtora Log On. 47:04 min. 2015.

12 O relato apresentado é fruto das atividades desenvolvidas no período entre os meses de outubro a dezembro de 2017.

diretamente os municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras<sup>13</sup>. Iniciamos assim, o diálogo entre o ensino da história e outras áreas do conhecimento abordando os impactos ambientais e sociais causados na região pelo empreendimento.

Elaboramos para a atividade subsequente a proposta intitulada “Varal do Conhecimento” onde os bolsistas e estudantes buscaram fontes históricas (fotografias, jornais, músicas, poesias e etc.) relacionadas ao tema para atividade em sala. Durante todo o desenvolvimento do trabalho as ações foram sempre decididas em conjunto, bolsistas e estudantes, valorizando o diálogo e respeitando a formação e conhecimentos prévios dos alunos como forma de integrá-los ao planejamento das oficinas, aplicando assim o conceito de oficinas pedagógicas de CANDAU<sup>14</sup>:

Entendemos a oficina pedagógica como uma metodologia de trabalho em grupo, caracterizada pela construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, em que o saber não se constitui apenas no resultado final do processo de aprendizagem, mas também no processo de construção do conhecimento.

Ao expormos os documentos, buscamos explicar como o Rio influenciou na formação das cidades ao longo de seu curso e do imaginário produzido pelos causos, lendas e mitos que permeiam por gerações o Rio Tocantins, formando a cultura dos ribeirinhos e habitantes da região portuense. Com base nessas discussões direcionamos as próximas atividades dividindo os estudantes em grupos para a definição e desenvolvimento dos materiais didáticos. Após o momento inicial, foi pensada a possibilidade de reunir os registros encontrados em um portfólio que retrataria os aspectos culturais da história do Rio Tocantins e também das cidades e populações ribeirinhas, privilegiando a cidade de Porto Nacional.

### Imagem 1 Oficina “Varal do Conhecimento”



Fonte: Arquivo Pessoal

13 FRANÇA, Andison Antonio de Oliveira; COSTA, Kênia Gonçalves. A construção do território tocantinense por meio da cartografia das microrregiões. Revista Tocantinense de Geografia, Ano 05, N° 008, 2016.

14 CANDAU, V. M. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. In: CANDAU, V. M., ZENAIDE, M. N. T. Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos, João Pessoa: Programa Nacional de Direitos Humanos; Secretaria da Segurança Pública do estado da Paraíba; Conselho Estadual da Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1999.



O prosseguimento da atividade deu-se através da elaboração do portfólio, onde em conjunto, bolsistas e estudantes selecionaram os documentos para a formação do material, priorizando aqueles com referência a região portuense. Além dos registros históricos, fotografias, jornais, músicas e poemas, incluímos os materiais elaborados pelos estudantes durante o desenvolvimento das ações. É neste ponto que o ensino de história novamente dialoga com outras áreas do conhecimento, pois, de acordo com as pesquisas realizadas pelos estudantes, o Rio Tocantins é ao longo de sua história alvo de várias obras literárias, como livros, poemas, músicas e etc. desenvolvendo eles mesmos novos registros literários acerca do tema para apresentação.

### Imagem 2

#### Desenvolvimento dos materiais didáticos



Fonte: Arquivo Pessoal

É interessante ressaltar que durante o processo identificamos uma mudança em relação a praia de Porto Real, obrigando-nos mais uma vez a dialogar com outra área do conhecimento, desta vez a geografia. Diante disso e recorrendo a memória coletiva popular de seus pais, avós, tios entre outros, procuramos reconstituir uma representação da antiga praia de Porto Real através da produção de uma maquete, desenvolvida com fotografias utilizadas no próprio portfólio. Com base nesta representação e utilizando os relatos colhidos por eles entre seus familiares, foi possível identificar as causas de tal mudança, bem como incentivar os estudantes a um diálogo com o passado.

A fim de demonstrar os resultados obtidos durante as oficinas, os estudantes realizaram uma apresentação do material desenvolvido; a representação da antiga praia de Porto Real, o portfólio, os desenhos e os poemas produzidos por eles mesmos, como meio de compartilhar os conhecimentos adquiridos através dos estudos, relatos e produções.

Durante a execução dos trabalhos observamos a necessidade da realização de uma aula-campo, para que os alunos conhecessem a realidade da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães devido à grande importância de sua construção para o município de Porto Nacional, bem como de toda região.

Com o intuito de conscientizar os alunos acerca dos riscos que estariam expostos durante a visita, foi realizada uma oficina de preparação onde o Técnico de Segurança do Trabalho do Colégio instruiu todos às normas de segurança aplicadas a uma instalação deste tipo. No dia seguinte nos encaminhamos para UHE Lajeado, onde fomos recebidos pela equipe de segurança da empresa. Após breve palestra sobre o empreendimento e seus valores, nos dirigimos ao complexo onde é gerada a energia. Ao longo da visita, o técnico responsável nos orientou sobre o funcionamento da usina, desde a geração até a distribuição da energia. Finalizamos a aula-campo com uma visita ao balneário do município de Lajeado, onde foi preparado um momento de confraternização e encerramento das atividades do semestre.

**Imagem 4**  
**Aula-campo UHE Lajeado**



Fonte: Arquivo Pessoal

**Imagem 5**  
**Estudantes no interior da UHE Lajeado**



Fonte: Arquivo Pessoal

### **Considerações finais**

Como foi citado anteriormente, abordar um tema tão grandioso como o Rio Tocantins distante de uma perspectiva interdisciplinar tornaria o alcance do objetivo proposto ainda mais difícil de ser alcançado. Graças ao levantamento bibliográfico feito pelos bolsistas sobre a interdisciplinaridade, foi possível enxergar a potencialidade que o tema possuía para a o desenvolvimento de um conhecimento interdisciplinar.

Estudar sobre o Rio Tocantins visando somente o aspecto histórico, sem levar em conta outros pontos (ambientais, geográficos, políticos, etc.) faz com que haja uma limitação do próprio tema. O conhecimento que pode ser adquirido sobre um determinado assunto quando apreendido sob o olhar interdisciplinar, com certeza, torna-o mais enriquecedor.

No tocante à aprendizagem dos estudantes, conseguimos captar através das oficinas a participação ativa dos mesmos no processo de elaboração do portfólio e da maquete, bem como o significado que a temática tinha para eles. Os familiares, naturais de Porto Nacional, contaram muitas histórias sobre a antiga praia. A grande maioria deles não tinha ciência dos impactos ambientais causados pela construção da usina, o que tornou ainda mais interessante o trabalho proposto, visto que o conhecimento entre bolsistas, alunos e comunidade foi construído de maneira horizontal. O diálogo entre outras áreas do conhecimento pode proporcionar uma grande experiência aos estudantes se trabalhado de forma eficiente. É uma grande responsabilidade para nós, professores em formação, tentarmos trabalhar de maneira interdisciplinar e esperamos poder ter mais oportunidades enriquecedoras como esta.

# “Pra que estudar o passado?”

## Apoio ao aprendizado escolar de História no ensino fundamental

Brenda Nataly de Paula Castelari<sup>1</sup>  
brendahist13@gmail.com

Edna Mara Ferreira da Silva<sup>2</sup>

### Resumo

O projeto visa aproximar a universidade da escola, atenuando as barreiras encontradas no processo de ensino-aprendizagem em História no ensino fundamental. A orientadora atua junto com discentes do curso de História da UEMG Campanha na Escola Estadual Benedita Roquim, realizando atividades de extensão que visam aulas de apoio ao aprendizado na disciplina História. Os objetivos principais são de contribuir para um conhecimento amplo e crítico da história, dar noção de pertencimento e comparar acontecimentos no tempo. Foram traçadas metas e planejadas as atividades, os alunos puderam expor oralmente suas expectativas e estão sendo implantadas atividades, com variados recursos metodológicos. A participação e empenho da comunidade escolar tem sido de grande ajuda para desenvolvimento do projeto.

**Palavras-chave:** História, Educação, Ensino fundamental.

### Justificativa e relevância social

Este projeto tem por finalidade aproximar a universidade da escola, visando atenuar as barreiras encontradas no processo de ensino-aprendizagem em História no ensino fundamental. Para alcançar tal objetivo a coordenadora do projeto atua junto com os discentes do curso de História da UEMG Campanha na *Escola Estadual Professora Benedita Roquim*, realizando atividades de extensão que visam aulas de apoio ao aprendizado na disciplina História. Na oportunidade, os alunos do curso de História contemplarão a reflexão sobre a prática pedagógica, constituindo-se num momento privilegiado para a formação destes.

Compreendemos que o ensino da história não deve ser algo distante da realidade dos alunos, mas deve antes permitir-lhes a compreensão de que a experiência histórica é algo vivo, dinâmico, inerente à vida de cada indivíduo.

1 Graduada em História pela UEMG Unidade Campanha.

2 Doutorando em História e professora do curso de História da UEMG Unidade Campanha.

Em meio ao dilúvio de informações, que se tem no mundo moderno, juntamente com a incorporação das diferentes linguagens (televisão, rádio, cds, jornais, revistas, entre outros) ainda persiste nas escolas a mania por aulas puramente livrescas, onde os professores “despejam” para seus alunos uma série de informações, muitas vezes desconectadas e acabadas e cabe ao aluno, apenas, consumir tudo que lhe é transmitido passivamente. Muitas vezes, o que os professores de história transmitem a seus alunos são conteúdos já cristalizados dentro do ensino da história e totalmente descontextualizado da vida do aluno (Ana Paula OLIVEIRA, Revista de Pedagogia, ano 3, número 6).

Compreendemos, assim, que todo ato pedagógico deve se inserir em uma ação determinada sobre a sociedade, permitindo também uma ação das pessoas sobre si mesmas e destas sobre o mundo. A tradição educacional tem nos mostrado que as atividades e conteúdos escolares têm se organizado de forma a desenvolver um ensino fragmentado e sem integração entre as disciplinas e, mais grave ainda, desconectado dos problemas mais imediatos do contexto sócio cultural. Torna-se, portanto, fundamental, o empenho seja da escola, seja do professor, oferecer condições e possibilidades para que cada aluno possa construir e reconstruir sua identidade sócio cultural, sendo sujeito interativo com direito a expressar suas experiências e conhecimentos de mundo.

O trabalho coletivo e interdisciplinar promove uma maior participação, mas em contrapartida requer responsabilidade e envolvimento em todo processo: no planejamento, na execução, no registro e na avaliação das atividades didáticas. O trabalho coletivo permite as pessoas se encontrarem mais, aprenderem a se defrontar com diferentes perspectivas, a conviver e trabalhar com o diferente, com o conflito. Este trabalho mostra o conhecimento individual como essencial ao fortalecimento do grupo.

Nesse sentido, a História enquanto disciplina ministrada no Ensino Fundamental deve ter como principal desafio possibilitar ao aluno o acesso a temas, informações e questões que envolvam a reflexão acerca de si mesmo enquanto indivíduo/cidadão, bem como sobre sua comunidade, época, cultura e sociedade em que vive.

### Objetivos

Contribuir para um conhecimento mais amplo e crítico da história, desenvolvendo o autoconhecimento e auto-estima dos alunos envolvidos.

Capacitar os estudantes do curso de licenciatura plena em História da UEMG Campanha para atividades de extensão.

Comparar acontecimentos no tempo, e estabelecer relações entre presente e passado.

Produzir textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos e iconográficos.



Capacitar os discentes do curso para atuarem no Projeto de Apoio ao Aprendizado Escolar aos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas da cidade de Campanha.

Explorar conteúdos históricos e melhorar a qualidade da aprendizagem em História nas escolas públicas.

Propor melhorias no ensino-aprendizagem em sala de aula mediante ações de extensão.

### **Fundamentação teórica**

História é um componente curricular obrigatório no ensino fundamental, porém, nem sempre desenvolvido de modo adequado, considerando sua importância para a formação dos indivíduos e de modo que possibilitem a construção de conhecimentos significativos.

Em sua trajetória histórica, esta disciplina foi negligenciada em alguns momentos como no período militar, quando as disciplinas História e Geografia foram substituídas por Estudos Sociais, esvaziando seus conteúdos e objetivos, e ainda hoje são desconsideradas ou desenvolvidas de maneira inadequada por muitos professores, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental.

Essa área do conhecimento tem muito a contribuir para a formação dos indivíduos, pois ela nos permite compreender as transformações socioeconômicas, políticas e culturais que estamos vivenciando, desenvolver valores e construir identidades. Vivemos em uma época de individualismo, consumismo, intolerância e conflitos diversos e os conhecimentos da História nos instigam ao questionamento e à reflexão sobre a realidade, reavaliando ações e projetando o futuro, e principalmente, nos propiciam o conhecimento de si e do outro, o que contribui para a construção de identidades, o respeito e a convivência mais solidária entre as pessoas.

Aprender a ser sujeito da história e adquirir consciência de si e do mundo são princípios que devem nortear a educação como um todo, mas que têm no estudo da História seus principais mecanismos. É preciso que esses princípios orientem a educação em todos os níveis de ensino, ou seja, da educação infantil ao ensino superior, e em especial nos cursos de formação de professores, pois os conhecimentos históricos e geográficos fundamentam sua identidade pessoal e profissional, que para muitos teóricos são indissociáveis, possibilitam a compreensão da realidade e contribuem para o desenvolvimento de valores e atitudes como o respeito às diferenças, que é um requisito indispensável ao fazer docente.

O futuro professor precisa dominar os principais conceitos de História, compreender os fundamentos teórico-metodológicos de seu ensino e desenvolver habilidades relacionadas a essas áreas do conhecimento, buscando fundamentar uma ação pedagógica reflexiva e transformadora.



## Metodologia

Este projeto de extensão tem por objetivo possibilitar a aproximação dos estudantes do ensino básico à UEMG Unidade Campanha, como meio de quebrar as barreiras Universidade/Escola, na garantia de acesso ao ensino público de qualidade, para isso, 02 tipos de atividades foram trabalhadas: 1º) O Apoio ao Aprendizado Escolar: Apoio ao aprendizado (antigo reforço escolar) pelos discentes do curso de História, por meio de ambientes de aprendizagem construídos pelos discentes do projeto. 2º) Grupo de discussões. Reuniões em que os discentes do projeto juntamente com a coordenadora trocaram experiências das atividades construídas. Este projeto visa aproximar os alunos do curso de História dos problemas existentes no processo ensino-aprendizagem nas escolas públicas, proporcionando aos seus envolvidos uma reflexão crítica, e ação transformadora.

### São etapas metodológicas do projeto:

1ª. ETAPA – Encontro da equipe executora com professores que ministram aulas de História nas escolas municipais, para traçar perfil do grupo a ser trabalhado, compreensão do projeto de extensão, traçar metas e planejar atividades.

Vale ressaltar, que reuniões da equipe executora com professores serão contínuas de modo a avaliar trajetória do projeto, redefinir objetivos e atividades realizadas.

### 2ª. ETAPA – O que é a História?

Apresentação da equipe executora aos alunos das turmas selecionadas, atividades estimuladoras com vistas à adesão ao projeto por parte dos alunos, atividades iniciais (diagnóstico do conhecimento dos alunos acerca da história, seus questionamentos sobre os conteúdos e dificuldades).

Nesta etapa será privilegiado a exposição oral por parte dos alunos, de modo a estimular o raciocínio, a argumentação e articulação das ideias. A finalidade é identificar pontos de cisão entre os conteúdos ministrados e a apreensão desses conteúdos pelos alunos.

### 3ª. ETAPA – Pra que serve a História?

Depois de diagnosticados temas ou conteúdos com maior dificuldade de aprendizado dos alunos do ensino fundamental, os discentes do curso de História envolvidos com a ação extensionista, propuseram atividades diferenciadas com recursos metodológicos novos para promover o apoio necessário a promoção dos educandos do ensino fundamental e para consolidação do conhecimento histórico.

Os discentes foram a todo o momento auxiliados pelos professores titulares das escolas e tiveram suas propostas de atuação e ações extensionistas aprovados por estes professores. A ideia é trabalhar conjuntamente para promoção do conhecimento histórico.

### Resultados finais

Os alunos tiveram uma ampliação quanto à auto estima, uma vez que percebem serem detentores e transmissores de conhecimento. Ampliam o domínio da escrita e leitura, acerca dos documentos exibidos durante o projeto, o domínio sobre temas históricos, principalmente da região do sul de Minas Gerais. Ampliação dos conhecimentos sobre a história da cidade de Campanha.

Há uma grande compreensão da ideia de “documento” e sobre sua importância enquanto fonte de informações para entendimento da história e do passado. Entendimento de que patrimônio cultural também pertence àqueles que não moram próximos aos grandes e pequenos centros.

Há a criação e desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, importante também para criação de identidade referente ao local de nascimento e moradia.

### Referências bibliográficas

FONSECA, Selva Guimarães. (Org.). *Ensinar e aprender História - formação, saberes e práticas educativas*. Campinas: Átomo & Alínea, 2009.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GUIMARÃES, Selva. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 91, n.228, p. 390-407, 2010.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2001.

PINSKY, Carla Bassanzi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

GUIMARÃES, M. N.; FALLEIROS, I. *Os diferentes tempos e espaços do homem: atividades de Geografia e de História para o ensino fundamental*. SP: Cortez, 2005.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette. M.; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

# O ensino de história dos traumas coletivos: o diário de Anne Frank sob perspectiva

Jairo Fernandes da Silva Júnior

Mestrando

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4377438U7>

[jairo.ferandes1994@gmail.com](mailto:jairo.ferandes1994@gmail.com)

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir sobre a necessidade de Políticas educacionais voltadas para o ensino de História dos Traumas Coletivos, além de demonstrar as diversas possibilidades que traz o Diário de Anne Frank com ferramenta para o ensino de História da Shoah. Estando dentro do grande campo de estudos sobre ensino de História dos eventos traumáticos, o motivo condutor deste trabalho está baseado na afirmativa de François Dosse sobre o Renascimento do acontecimento, visto que, no tempo presente, há necessidade de lembrar fatos perpetrados por seres humanos contra os próprios seres humanos. Alguns conceitos do século XX estão ressurgindo ressignificados, tais como nacionalismo e novas formas de fascismos, assim como uma crescente considerável de teses revisionistas e negacionistas ao regime Nazista alemão. A utilização do diário de Anne Frank como ferramenta para o ensino de História da Shoah é de fundamental importância não só por seu alcance internacional, mas também por sua ampla capacidade de promover discussões sobre problemáticas do nosso tempo, tais como racismo, preconceito e alteridade.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Traumas Coletivos, Tempo Presente

## Introdução

Com análise realizada sobre o caso de racismo registrado em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, podemos perceber como a temática está presente no ambiente escolar. O caso se tornou público quando a mãe da jovem que sofreu as agressões publicou sua indignação, em redes sociais, como forma de protesto. Lorena, 12 anos de idade, sofria insultos racistas de seus companheiros de turma, fato que lhe trouxe incômodos a ponto de querer deixar de frequentar a escola. Camila, mãe da garota, recebeu os áudios que eram enviados para sua filha, por meio de uma rede social de mensagens instantâneas. O conteúdo dos áudios, que chegavam a mais de 20, eram pejorativos e agrediam a garota com relação a sua cor da pele, formato do cabelo e continham palavras de baixo escalão. Um dos jovens que enviava o áudio para Lorena chegou a assumir seu posicionamento racista, com afirmação como “Eu sou racista mesmo, quando eu quero ser racista eu sou racista”.<sup>1</sup>

1 <https://pt.globalvoices.org/2015/05/06/brasil-vitima-de-racismo-em-escola-menina-e-obrigada-a-pedir-descul>

O preconceito étnico-racial e a discriminação por questões físicas lideram o ranking de problemas entre jovens nas escolas no Brasil, segundo pesquisa efetuada em 2009 pela Fundação Institucional de Pesquisas Econômicas (FIPE). Na ocasião, foram entrevistados o corpo docente, administrativo e discentes de 500 escolas no território nacional.<sup>2</sup> Estes dados demonstram o complexo cenário social do Tempo Presente, no qual se nota um crescimento considerável de disseminação do ódio e negação do outro. As redes sociais se transformaram em um espaço onde se diluíram as noções de público e privado, tornando-se um local de naturalização e divulgação da dor do outro, a qual está a ser banalizada com ações radicais e refletidas em locais de transformação de pessoas e críticas, como a escola, por exemplo.

No Brasil, os casos de racismo e preconceito no ambiente escolar têm aumentado, sobretudo de forma naturalizada pelo corpo docente. Nascido após indignações políticas proveniente da crise econômica na qual os brasileiros estão inseridos, esses grupos conservadores vêm aumentando e ganhando notoriedade discursiva no cenário e nos espaços políticos e sociais. A disseminação do ódio e a não aceitação do outro é cada vez mais latente no dia a dia brasileiro, fortificando o que Peter Gay chama de “busca do outro conveniente”, ou seja, é a busca de um culpado por um determinado cenário de crise, catalisado por problemas estruturais, tal como corrupção o maus governos. Nesse contexto, no Brasil, este outro tem característica marcada, são eles os homossexuais, os negros, o pobre e o taxado como comunista.

Nesse contexto histórico-social brasileiro, a mudança de governo fez com que políticas educacionais se modificassem e novas propostas fossem trazidas à tona. Exemplo como o projeto *Escola sem partido e reforma do ensino médio*, trouxeram novas discussões para o âmbito educacional brasileiro, a exemplificar, em uma escola no Espírito Santo foi proibido a utilização do Diário de Anne Frank, no seu formato HQ, porque os pais dos estudantes alegaram que o material continham temas inadequados para crianças<sup>3</sup>.

### O ensino dos traumas coletivos: ensinar a história, ensinar o trauma

Temporalmente, a crise de 2008 confirma as afirmativas do historiador inglês Eric Hobsbawm<sup>4</sup> sobre o início do século XXI ao destacar que o fator determinante para a maioria das problemáticas políticas e sociais do início do século seria a globalização. Hobsbawm, afirmara que a globalização teve um peso importante no fim do século passado e que suas consequências viriam, de forma contundente para este século. Em determinado ponto, o historiador destaca as conse-

---

pas-aos-agressores/

2 <https://pt.globalvoices.org/2015/05/06/brasil-vitima-de-racismo-em-escola-menina-e-obrigada-a-pedir-desculpas-aos-agressores/>

3 <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/versao-em-quadrinhos-de-o-diario-de-anne-frank-causa-polemica-em-escola-de-vitoria.ghtml>

4 HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

quências e as divide como positiva e negativa. As positivas, para ele, foram as relações sociais mais estreitas e, sem dúvidas, o acesso à informação, dentro da lógica do avanço da tecnologia digital. Esse avanço, não se deu somente na comunicação, mas também, para as formas de transporte, pesquisas para ciência, etc. Em contrapartida, as negativas, são, em certa medida, mais catastróficas, tendo em vista que são consequências dos pontos positivos desse fenômeno. Dentre eles, o destaque é para o fluxo de pessoas no mundo, este que vem causando um inchaço nas grandes cidades de países da Europa central e Estados Unidos. Tidos como refugiados, esses indivíduos que migram para estes pólos acima citados, fogem das duras realidades de guerra, fome e ditaduras de onde vivem, em busca de novos caminhos e alternativas de um bem-estar<sup>5</sup>.

Desta maneira, destacamos a problemática central, que está na consequência do citado fenômeno. A crescente nos problemas de diferenças entre os seres humanos e a relação com os processos de construção da identidade, refletem em outras questões de ordem maior, tais como, os novos conceitos de nacionalismo e pátria, que se ressignificaram no tempo presente, sem forma e com várias interpretações. Não existe mais a identificação pela identificação necessariamente, mas com elementos que proporcionam tal sentimento de pertencer aquela região, ou aquele lugar onde está no momento, transformando-se em passageiro e efêmero.

Em consequência disso, após a crise internacional de 2008, houve uma crescente significativa de políticas de extrema direita<sup>6</sup> que trouxeram – e vêm trazendo – agendas conservadoras, não só na perspectiva econômica, mas também, na perspectiva política e social<sup>7</sup>. São agendas pautadas no velho conceito de nacionalismo e pertencimento, que exclui esses novos integrantes da sociedade, que no caso, são os ditos refugiados. No Brasil, este cenário obteve crescimento no ano de 2013, com as jornadas de Julho<sup>8</sup>. O conservadorismo político vem radicalizando de forma consistente e rápida, as noções de público e privado se deturpam a cada projeto de lei discutida no congresso nacional. Espaços públicos se tornaram novas ágoras, onde muito se rosna e pouco se debate. Aceitar o outro se tornou uma tarefa difícil, no simples exercício da alteridade. De forma sistemática, a sociedade vem se transformando em uma “máquina de produzir fascistas”<sup>9</sup>.

A pedagogia do trauma coletivo nos faz refletir sobre a dor do outro e a necessidade de lembrar atos perpetrados contra seres humanos, afinal, ensinar o trauma é trazer experiências limites, dentre atrocidades cometidas por humanos, contra próprios humanos.<sup>10</sup> Criando condições

5 HOBSBAWN, Eric. *O Novo Século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; HOBSBAWN, Eric. *Globalização, Democracia, e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

6 Experiências conservadoras pelo mundo, a exemplo do Front Nacional, na França; e o Aurora Dourada, na Grécia.

7 A exemplificar as agendas do Partido conservador grego Aurora Dourada, do francês Front Nacional, do norteamericano Tea Party, e medidas no atual governo de Donald Trump, nos Estados Unidos.

8 Pesquisadores das ciências humanas também chamam de “inverno brasileiro”, fazendo uma releitura da “Primavera árabe”, de 2011.

9 TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

10 Ver ampla discussão em: SCHURTER, Karl. *Através de nossos olhos: uma análise sobre o Ensino de História do Holocausto em Israel*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C.; SCHURSTER, Karl. *Ensino de História, regimes*

necessárias para que não aconteçam, de forma massiva e repetitiva, atos de violência sem precedentes. A importância de ensinar para os jovens, nesse sentido, parte da prerrogativa que Theodor W. Adorno defende em *Educação Após Auschwitz*<sup>11</sup>, da possibilidade de esse público perpetuar e criar condições para uma sociedade tolerante, consciente e reflexiva.

É notório a existência de uma geração de jovens, principalmente os nascidos já nos anos 2000, desenvolvendo um fascínio pelo fascismo<sup>12</sup>, a alimentar uma boçalidade do mal<sup>13</sup>. Vem crescendo a normalização e normatização do ódio. Tornou-se normal declarar-se racista, fazendo parte da lógica seguida do que o Nobel em Literatura, Octávio Paz de que o racismo é fruto do sistema capitalista, reflexo cultural do colonialismo arraigado na sociedade<sup>14</sup>. É de forma contundente a afirmativa de Tiburi que o “desejo autoritário é sempre delirante”<sup>15</sup>. A banalidade do mal<sup>16</sup> é real e está entre nós.

### **Os institutos casa de Anne Frank: a pedagogia da memória e o ensino de um passado que não passa**

Os centros e memória que levam o nome da jovem Anne Frank, judia que morreu no campo de concentração em Bergen Belsen, em 1944, e ficou conhecida internacionalmente pelo seu diário, escrito no esconderijo onde ficou na Holanda com sua família e amigos, servem de suporte para a criação e elaboração de políticas educacionais voltadas ao ensino da Shoah. Tais políticas podem possibilitar projetos e formatos pedagógicos inovadores nas escolas públicas a nível nacional e internacional, por ser direcionada para que qualquer jovem ou criança tenha acesso a materiais e a este nível de informação.

A casa de Anne Frank, na Holanda, compreende o processo pedagógico através do *Programa Educacional pra jovens*, o qual tem a intensão de propor programas educativos para escolas ao redor do mundo. Este programa divide-se em 3 grupos de atuação: escola primária, escola secundária e adultos<sup>17</sup>. Nesse sentido, para a concepção educacional brasileira, segunda a LDB/1996, os dois primeiros grupos do citado programa estão inseridos nos primeiro e segundo ciclo da educação básica, respectivamente.

---

*autoritários e traumas coletivos*. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Autografia: EDUPE: EDIPUCRS, 2017.

11 ADORNO, Theodor. W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

12 SONTAG, Susan. Fascinating Fascism. New York: The New York Review of books, 1975. Acesso em: 12 dez. 2017.

13 BRUM, Eliane. A boçalidade do mal. São Paulo: El país brasil, 2015. Acesso em: 03 jan. de 2018.

14

15 TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

16 ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

17 Destinados aos responsáveis dos jovens envolvidos nos outros ciclos educacionais.



O motivo que conduz os coordenadores do instituto hoje são baseados nas ideias iniciais do idealizador e fundador da Casa de Anne Frank, o pai da garota, o Sr. Otto Frank, com o objetivo central desse local de memória ser educativo. A finalidade é perpassar para jovens o que ocorrera naqueles dias, em especial no anexo que serviu de esconderijo para aquelas famílias, principalmente no contexto geral da Guerra, desejando que aquele local fosse um centro de encontros internacionais e diálogos que tivessem como foco a disseminação da história não só de Anne Frank, mas sim, de cada judeu que sobreviveu ou não ao Holocausto. Nesse sentido, organizadores têm como cerne remontar e contar a história do massacre deflagrado contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial para jovens, através de exposição de imagens, dinâmicas de grupos e outras formas metodológicas.

Preservar a memória de Anne Frank é a missão do centro Argentino. Os coordenadores do museu têm como objetivo transformar os jovens por meio da pedagogia da memória, a qual consiste na elaboração de formatos metodológicos que possibilitam o diálogo entre o que fora relatado pela jovem judia por meio do seu diário em discussões centrais acerca da conjuntura política contemporânea, relacionando com o passado, geralmente traumatizado por sucessões de governos ditadores no país. Fazendo uma ponte entre o passado e o presente que possibilita o diálogo entre os participantes.

<b>Temas dos Institutos Casa de Anne Frank</b>	<b>Nível Fundamental I (Primeiro ciclo)</b>	<b>Nível Fundamental II (Segundo ciclo)</b>
A vida da família Frank Antes da Guerra.	Discutir sobre o conceito da Shoah e familiaridade com o tema, através de materiais didáticos criados pela casa, além de imagens e vídeos traduzidos do alemão para 4 idiomas (inglês, espanhol, francês e holandês).	Aprofundar sobre o conceito do que é ser judeu e aproximar à cultura judaica, através da demonstração de cultos, alimentação, atividades, por meio de imagens.
Os anos de Anne Frank no esconderijo	Buscar identificação com o local onde vive, ou seja, construção de identidades, a partir de atividades propostas por materiais criados pelo instituto e perguntas diretamente feitas pelos guias da casa, sobre onde vivem, em que país nasceram, etc. Além de explicar as informações sobre Anne Frank, onde nasceu e onde ficou.	Identificar na realidade de vida dos jovens presentes, e comparar com a de Anne Frank, para que seja possível enxergar os anseios e as privações de um jovem em desenvolvimento, a ser submetido a situações limites. Através do diálogo e imagens por meio de exposição.
Questões problemáticas do tempo presente	Buscar discutir aceitação do outro, através das diferenças visíveis entre os outros colegas.	Discutir, de forma efetiva e participativa, sobre temas considerados como problemas no tempo presente, tais como racismo, preconceito e xenofobia, através da exibição de vídeos e discussões em blocos, na atividade “free to choose” (livre para escolher).

Em estudos feitos na Casa de Ana Frank, na Argentina, em 2016<sup>18</sup>, percebemos o formato de como é trabalhado e operacionalizado o ensino da história da Shoah nos Institutos, tendo em vista que a casa argentina funciona com autorização e em consonância a casa holandesa. Abaixo demonstraremos este panorama através de uma tabela elaborada após a efetuação desse estudo, levando em consideração à realidade educacional brasileira:

É sabido que existem leis no Brasil que regulamentam a obrigatoriedade do ensino de história da Shoah, assim como a lei 5.267/11 que traz para a rede pública municipal do Rio de Janeiro noções básicas sobre o Holocausto Nazista no currículo do primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental; Em Porto Alegre, a lei 10.965/10 preza pela conscientização e produção artístico-intelectual dos alunos da rede pública municipal, instigando os estudantes a promover eventos e elaborar projetos onde são expostas as produções textuais e artísticas, frutos de maturação das ideias após a leitura do Diário de Anne Frank, somado ao exercício do reconhecimento da realidade da jovem naquela ocasião com as próprias vidas nos dias atuais<sup>19</sup>. Com isso, e com o envolvimento do tema com os Direitos Humanos, vemos como proposta interessante e necessário a revisão dos currículos e a possibilidade da criação de leis e políticas educacionais, que estimulem e tragam o incentivo para o ensino dos traumas coletivos, assim como a Shoah. Entretanto, saibamos nós que, essas ações são, de forma clara, um ato político, universal e participativo, para que todos e todas estejam englobados as tais políticas<sup>20</sup>.

Nesse sentido, trabalhos e projetos podem ser elaborados e efetuados entre secretarias de educação, ou ministério da educação em conjunto com os embaixadores supracitados, em parceria com os institutos Casa de Anne Frank, afim de encontrar formatos para políticas de combate às problemáticas do tempo presente a nível nacional e internacional, para combater fatos como sofreu a jovem Lorena, uma jovem que tem todo direito de frequentar o espaço que lhe convier, principalmente a escola, espaço de emancipação.

18 Estudos efetuados por um semestre letivo, onde o estudante Jairo Fernandes esteve como bolsista do Programa de bolsas Ibéro-americanas do banco Santander, estudando na Universidad Nacional de La Plata (UNLP), dentro da Facultad de Ciencias Humanas y de la Educación (FaCE).

19 <http://www.firs.org.br/valter-nagelstein-o-ensino-no-holocausto/>

20 APPLE, Michael W. A política do conhecimento universal: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; TADEU, Tomaz (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2013.

## O negro no livro “História do Pará”, de Benedicto Monteiro (2006)

Amanda Martins Olegário  
amandamolegario25@gmail.com

### Resumo

Desde a regulamentação dos currículos escolares no século XIX no Brasil, os conteúdos de História eram voltados à história da Europa, afirmando que estudar o continente europeu era estudar a história da humanidade e da civilização, e esse fato acabou priorizando e destacando o branco colonizador nos livros didáticos, marginalizando outros personagens históricos importantes para a formação do país e do Estado do Pará, como o negro, e por muito tempo ele não era considerado um objeto de estudo tão interessante na historiografia brasileira, só quando se tratava das teorias raciais as quais estavam sendo debatidas na época. Mas agora, depois das reivindicações do Movimento Negro, foi criada a Lei 10.639/03 a qual torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, abrindo espaço para pesquisas sobre o assunto e ocorrendo mudanças nos livros didáticos tanto nacionais quanto regionais a fim de se adaptarem a Lei. Então, passados os anos desde a promulgação da Lei, de que forma esses materiais didáticos estão abordando o negro e sua história? Em quais assuntos tal personagem aparece? Quais fontes são utilizadas para falar sobre o negro? As imagens se referem somente à escravidão? Como esse projeto científico é baseado numa produção regional, essas questões estão focadas na História do Pará e para o objeto de estudo utilizado para a construção de tal análise historiográfica o qual é o livro do autor paraense Benedicto Monteiro, História do Pará (2006), utilizado em algumas escolas públicas do Estado, apesar de não ser necessariamente um livro didático. Para analisar as representações do negro na obra de Benedicto Monteiro, dialogamos com autores que tratam sobre o livro didático e sobre os negros nesse material, como Circe Bittencourt (2004), Warley Costa (2006), Itamar Freitas (2009) e as autoras Hebe Mattos, Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas e Renata Moraes (2009). Esta pesquisa faz parte do projeto de Iniciação Científica intitulado Reflexos da Lei 10.639/03 na produção didática regional: representações do negro no livro didático de História da Amazônia (anos 1990-2000) desenvolvido na Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), localizada na cidade de Belém do Pará.

**Palavras-chave:** História do Pará, livro didático, negro.

A história e cultura afro-brasileira por muito tempo foi ignorada e ocultada na historiografia brasileira, predominando a história do homem branco, principalmente a do europeu. Mas com implantação da lei 10.639/03 a partir de muita luta e contestação, principalmente do Movimento Negro, a figura do negro e do afrodescendente ganharam uma nova visão histórica possibilitando uma compreensão maior sobre nosso passado. Desse modo, será realizada uma análise crítica no livro “História do Pará”<sup>1</sup> com o objetivo de discutir como o negro e o afro-brasileiro são representados na história amazônica, mas antes será mostrado uma breve introdução do autor.

Benedicto Wilfred Monteiro nasceu em Alenquer (PA) em 1º de março de 1924 e morreu no dia 15 de junho de 2008 em Belém (PA). Filho de Ludgero Burlamaqui Monteiro e Heribertina Batista Monteiro, Benedicto foi escritor, jornalista, advogado e político paraense. Foi casado com Wanda Marques Monteiro e teve cinco filhos, dez netos e quatro bisnetas. Fez o curso de humanidades no colégio Marista N. S. de Nazaré em Belém e completou seus estudos no Rio de Janeiro e lá cursou Direito na Universidade do Brasil. Exerceu jornalismo na imprensa carioca e publicou seu primeiro livro de poesia *Bandeira Branca* (1945), mais tarde publicou várias outras obras como *Verde vago mundo* (1972), *O minossauro*, *A terceira margem* (esta recebeu o Prêmio Nacional de Literatura da Fundação Cultural do Distrito Federal), *Carro dos Milagres* (foi premiado pela Academia Paraense de Letras), dentre outras publicações. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, exerceu os cargos de Promotor Público, Juiz de Direito e Secretário de Estado, já foi eleito deputado estadual e foi cassado e torturado pelo regime militar em 1964. Após sair da prisão, se dedicou à advocacia agrarista e à literatura, publicando o livro *Direito Agrário e Processo Fundiário* e vários livros de poesia e ficção.

A partir dessa biografia é possível iniciar a discussão sobre o tema. No livro, o autor reserva o quarto capítulo da obra para abordar sobre o índio e o negro na história paraense, exaltando a importância de estudarmos tais etnias para compreender nossas origens, e mais adiante ele conta a história do negro de forma resumida, mas bem explorada pois ele conta com uma riqueza de detalhes e utiliza fontes visuais inéditas, tornando possível a compreensão do tema, entretanto essas imagens não possuem referências de onde foram retiradas, somente legendas dizendo o conteúdo que a imagem traz. Ele divide o capítulo em tópicos, tais como “A situação do escravo negro africano”, “A importação dos escravos”, “A luta contra a escravidão”, “As comunidades negras”, “O negro na Cabanagem” e “As campanhas abolicionistas”, contando de forma cronológica e linear para melhor entendimento. Os tópicos são resumidos e objetivos, mas não aborda de forma tão profunda no assunto, narrando desde a chegada dos negros às terras amazônicas até a abolição da escravidão no estado do Pará, então o autor continua se limitando a falar sobre o negro nesse período histórico, ou seja, do início da escravidão até seu fim no Estado.

1 MONTEIRO, Benedicto. *História do Pará*. Belém: Editora Amazônia, 2006.

## Imagem 1

O escravo urbano. Essa gravura, por exemplo, representa a vida cotidiana do escravo negro na cidade cumprindo ordens de seu senhor ao exercer ofícios como transportador de água ou de vendedor ambulante, a fim de garantir a produção de seu proprietário.



Fonte: MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006, pp. 80.

Ele traz gravuras da época - no entanto não dizem suas fontes, só as descreve - e um texto complementar o qual se chama “A convocação dos trabalhadores” contada por Domingos Antônio Raiol a criação de funções – como serviços nas lavouras, nas obras públicas e no comércio – pela Assembleia Legislativa Provincial para erradicar a presença de vadios que havia no interior da província, ou seja, negros, índios e mestiços estavam nessa classificação. No primeiro tópico, segundo os historiógrafos, a figura do negro na Amazônia não foi tão forte quanto foi em outras regiões do Brasil, como Bahia e Rio de Janeiro, pois a mão de obra indígena ainda era utilizada, apesar da proibição de Portugal em relação a isso, uma vez que, segundo Rafael Chambouleyron, o escravo africano era considerado um artigo de luxo, então era extremamente caro possuí-lo e trazê-lo para o Maranhão e Grão-Pará e tal Estado não tinha recursos suficientes para comprar essa “mercadoria”<sup>2</sup>. No segundo tópico, conta a razão de como os escravos trazidos da África acabaram vindo para Belém e São Luís, sobre a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em que tipo de propriedade trabalhavam e de quais países africanos geralmente vinham esses escravos, como mostra o autor:

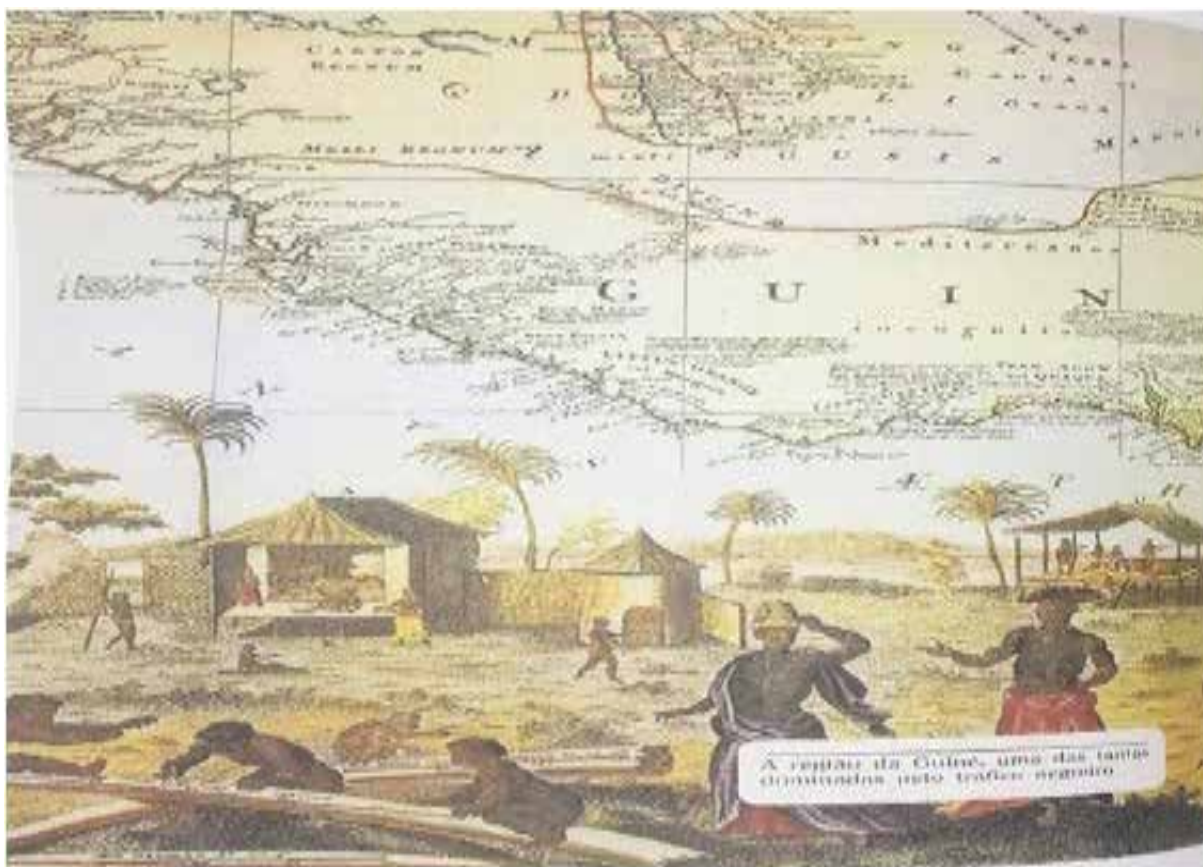
Os historiógrafos que se referem aos escravos de origem africana são acordes em que o contingente negro na formação social e econômica da Amazônia não teve a importância que os negros tiveram em outras regiões do Brasil. Os negros não

2 CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. Revista Brasileira de História, v. 26, n° 52 (2006), pp. 79-114.



chegaram ao Pará trazidos, primeiramente, pelos portugueses, e sim pelos ingleses, para trabalhar nas feitorias que montavam entre rios Paru e Xingu. Eles eram utilizados na cultura da cana e de outras espécies, mas foram desaparecendo com a destruição desses estabelecimentos pelos portugueses nesse início de colonização, pois a exploração se limitava à aventura da colheita das drogas do sertão [...].<sup>3</sup>

### Imagem 2 Mapa africano



Nessa gravura, retrata um mapa antigo mostrando a região africana da Guiné, um dos principais pontos do tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, além de Angola e Costa da Mina e no livro são mencionadas diversas outras regiões africanas como Mocimboa, Benguela, Cabinda, Moçambique, Mali, Bijogó, dentre outras. **Fonte:** MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006, pp. 78.

Os tópicos “A luta contra a escravidão” e “As campanhas abolicionistas” se complementam e tratam da mesma questão: homens da elite paraense se organizando em instituições para lutar contra a escravidão até a promulgação da Lei Áurea. Em “As comunidades negras”, já trata da existência dos quilombos na Amazônia e conta da participação dos negros dos motins políticos e de como os religiosos defendiam a libertação dos indígenas, mas não dos escravos negros. Por fim, “O negro na Cabanagem”, discute a importância do negro nos ideais cabanos e na participação

3 MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006, pp. 76.



do movimento, citando até nomes de alguns deles como Manoel Barbeiro, algo surpreendente e inédito, pois, infelizmente raros são os negros e os afro-brasileiros reconhecidos em nossa História, como Zumbi e Henrique Dias os quais somente no século XIX foram citados nos livros didáticos, mas seus papéis como personagens históricos foram se alterando ao longo de nossa historiografia.

Como o próprio Abreu e Lima reconhecia, ele valeu-se amplamente de trechos do livro História do Brasil, do inglês Robert Southey, na confecção do manual. A construção do compêndio trazia, porém, uma concepção pedagógica original que buscava formar o estudante no sentimento patriótico, identificado a um povo brasileiro em formação, que incluía os cidadãos brasileiros descendentes de indígenas e africanos escravizados. Talvez por isso tenha feito curta carreira no ensino da história do período monárquico. O manual escrito por Joaquim Manoel de Macedo, cujo título é Lições de história do Brasil (1865), baseado na história do Brasil escrita por Varnhagen, teve uma carreira bem mais longa e reservou um lugar bem menos proeminente para os dois personagens negros. Mas eles estavam lá. [...] a “Guerra Holandesa” mereceu seis lições, nas quais Henrique Dias foi rapidamente citado em apenas duas. De forma mais restrita, o herói só apareceu uma vez no quadro sinóptico, com a seguinte definição: “Henrique Dias, chefe dos negros”. [...] o Quilombo dos Palmares é citado uma única vez, como uma ameaça à ordem produzida pelos malefícios da escravidão. Numa perspectiva já abolicionista, Zumbi é definido como um negro que preferiu a morte à escravidão. Mas não havia elogios à civilização de Palmares. Para Macedo, o quilombo reunia escravos fugidos, bandidos e desertores. Em suas lições de história do Brasil, o herói era Domingos Jorge Velho, bandeirante que destruiu o quilombo.<sup>4</sup>

### Imagem 3 Africanidades



4 MATTOS, H. et al. “Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira”. A história na escola. Pp. 299-320.

Nessa outra gravura, pode-se observar expressões culturais dos negros, no caso, a dança e os batuques. Nela, o autor fala como a cultura africana foi importante para suportar a dominação colonial. **Fonte:** MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006, pp. 81.

Sendo assim, é necessário avaliarmos como cada livro e autor descrevem o negro e sua história, pois eles têm uma visão diferente do assunto, uma vez que ele carrega sua própria ideologia, e cada editora interfere na edição do material didático para atender à lógica do mercado, como explica Circe Bittencourt<sup>5</sup>. Apesar disso, o livro didático continua sendo referencial nas salas de aula para os professores e alunos como objeto básico da educação posto que seja a base para as aulas do docente, servindo como instrumento pedagógico e alicerce para o conhecimento escolar, é ele que seleciona os conteúdos considerados fundamentais para a aprendizagem do aluno a partir dos programas curriculares. Mas esses conteúdos estão sendo apresentados de forma aprofundada e correta? O que o livro didático nos revela sobre esse personagem histórico? Quais aspectos e estereótipos estão sendo apresentados aos alunos sobre o negro?

A partir desses questionamentos foi possível analisar que o autor Benedicto Monteiro explora bem a temática, apesar da questão de o negro ter outros aspectos históricos, sociais e culturais que precisam ser estudados e aprofundados, pois esse personagem histórico contribuiu bastante não só na formação da cultura e na história paraense e brasileira, como também de outras partes do mundo influenciando a História da humanidade. Apesar de ter dado destaque ao negro, o autor não aprofunda muito esse personagem histórico; ele não aborda sobre a cultura (só diz que ela foi importante nesse processo histórico na Figura 3) e a religião, por exemplo, as imagens apresentadas mostram mais a escravidão na época, levando em conta os tópicos, do Brasil Império, há poucas imagens dos momentos iniciais da escravidão no Estado e os nomes que mais aparecem são homens da elite paraense, militares, religiosos e maçons que ajudaram na abolição da escravidão como Felipe Patroni, Paulino de Brito, brigadeiro Soares de Andréa, dentre outros. Mas essa falta de embasamento sobre a história do negro se deve a vários fatores, e um deles é a pouca produção de materiais de História Regional por parte das universidades e por ser um assunto que não interessa às editoras, desse modo, não há muitos recursos para a elaboração desse tipo de livro didático. Além disso, segundo Itamar Freitas, “não bastassem esses entraves, verificamos também que a maioria dos historiadores universitários demonstra certo desprezo pelo artefato, predominantemente, considerado como uma literatura de segunda ordem”<sup>6</sup>.

Mas por trás de toda produção, o livro didático acaba se modificando e se limitando a certos conteúdos, muitas vezes reproduzindo uma determinada ideologia e saber definidos pelo Estado e por outros setores do poder. Isso pode facilitar ou dificultar a vida do professor na hora de planejar uma aula, e quando se trata de História Africana e Afro-brasileira é preciso examinar bem o mate-

5 BITTENCOURT, Circe Ma. Fernandes (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

6 FREITAS, Itamar (org.). História Regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

rial didático, pois por muito tempo ela foi ignorada da História por conta das mudanças pedagógicas influenciadas pelo Positivismo no século XIX as quais definiram que a História da humanidade era baseada na história das nações europeias, criando uma ideologia a qual o branco europeu era a melhor “raça” enquanto as outras eram inferiores.

Por conta disso, por muito tempo, poucas as pessoas não-brancas se consideravam negras por causa da memória que se criou do negro, criando julgamentos prévios pejorativos, exclusão e desigualdades em diversos setores da sociedade sobre esse grupo durante muito tempo. Hoje em dia, eles estão combatendo tudo isso ao reconhecerem e se orgulharem de suas heranças afrodescendentes, formando, assim, a identidade negra. Mas esse reconhecimento histórico, e também social, foi adquirido com muita luta e protesto, principalmente do Movimento Negro. Mas ainda há muito a ser feito para alcançarmos o que esse grupo almeja. E para ajudar a combater o preconceito e a discriminação racial, a exclusão e a desigualdade social, é preciso que os professores e outros profissionais da educação debatam sobre o tema, discutindo os diversos significados e a história da palavra “negro”.

E para o profissional de ensino, que tem um comprometimento com o fim da exclusão social e com a deferência pelas identidades minoritárias, o respeito pela crescente afirmação da negritude como identidade cultural passa pela compreensão histórica não apenas da escravidão, mas do próprio significado de “ser negro”. Traçar em sala de aula a origem do conceito de negro é uma forma de perceber como a própria discriminação é sem sentido, é mais eficaz do que simplesmente dizer aos alunos que todos somos iguais, quando, na verdade, todo nosso arcabouço mental continua a considerar essa “raça” inferior. Avaliar todos os significados do conceito é, na verdade, perceber que não há fronteiras entre as cores e falar em negro no Brasil é uma construção tão artificial quanto falar de *branco*<sup>7</sup>

Como já explicava a autora Mônica Lima e Souza, os negros foram personagens ativos na questão da luta pela liberdade, formando alianças e participando de resistências e das lutas populares, superando o sofrimento e a tortura dos navios negreiros e das fazendas do senhor branco<sup>8</sup>. Exemplo disso foi a criação dos quilombos e a integração ao movimento da Cabanagem. A partir disso, foi possível o negro dar sua contribuição na composição étnica, no folclore e na cultura do Pará, adicionando mais uma identidade ao homem paraense. No entanto, ela é pouco vista ou reivindicada no estado. Mas isso se deve ao fato de que a identidade negra nunca ter sido vista de forma positiva pela sociedade, pois está ligada à figura do escravo, o do que está à margem da sociedade, dos castigos, do trabalho pesado, das torturas, e a identidade é uma construção não só social, política e cultural, mas também histórica.

Na sociedade brasileira, por mais que digam que não haja isso pelo fato de ser uma nação mestiça, é praticado o racismo, a discriminação e o preconceito racial. Conforme destaca Nilma

7 SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. “Negro”. In: Dicionário de conceitos históricos. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 311-315

8 SOUZA, Mônica Lima e. Por que conhecer a história da África? Publicado na revista História Viva, nº 123, 2014.

Lino Gomes, é difícil tentar se orgulhar das origens afrodescendentes quando a população “ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo [...]”<sup>9</sup>.

É uma triste realidade, até porque nosso país foi o que mais recebeu africanos em grande quantidade por mais tempo na História. Foram eles que enriqueceram nossa cultura e história tornando-as únicas, a partir das suas crenças, danças, comidas, músicas, celebrações, dentre outras contribuições.

Após toda essa análise, pôde-se observar a visão que o autor tem sobre o negro e a importância que ele dá sobre a temática. Esse personagem histórico tem ganhado espaço na historiografia brasileira, mas ainda é preciso muita pesquisa e estudo para escrever a história afro-brasileira para chegarmos ao ponto certo que a lei 10.639/03 almeja dos atuais e futuros educadores.

---

9 GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação – 2005.

## Voz delas: novas práticas didáticas através da horizontalização dos saberes

**Fernanda Gabriella Silva Ribeiro**

Mestranda em Educação  
Universidade Federal de Minas Gerais  
fernandagabriella16@gmail.com

**João Batista de Oliveira Dias**

Graduando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
jbdias@yahoo.com.br

**Taynara Isabele Marques**

Graduanda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
tatamarques95@hotmail.com

### Resumo

O presente artigo trata da produção do documentário Voz delas, realizado ao longo de 2017. O trabalho reuniu a equipe do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PI-BID/UFMG) e os alunos(as) das escolas estaduais Pedro II e Walt Disney, localizadas na cidade de Belo Horizonte. O intuito do documentário foi registrar depoimentos de alunas destas escolas envolvendo a temática das desigualdades de gêneros, contextualizá-las historicamente e transformar todo o processo de produção do material em práticas didáticas capazes de estreitar laços entre os variados saberes que fecundam o processo de aprendizagem. Dessa forma, a metodologia usada segue na linha freireana, na lógica de uma educação emancipatória, capaz de transformar o sujeito aluno em cidadão ativo. O debate sobre o lugar da mulher nos vários espaços sociais ainda é um tema pouco trabalhado em sala de aula. Considerando que um dos objetivos do ensino de história não é meramente repassar um conteúdo, mas desenvolver a consciência histórica e o senso de cidadania dos estudantes, a construção e a utilização do documentário em sala de aula se mostra extremamente importante, tanto para os professores quanto para os alunos, na medida em que apresenta como resultado saberes distintos e igualmente privilegiados, horizontalizando a produção do conhecimento. O formato documentário enfatiza o lugar de fala e de protagonismo dos alunos, dando sentido prático ao aprendizado em suas vidas.

**Palavras-chave:** Documentário, práticas didáticas, consciência histórica.

Imaginação querida, o que sobretudo amo em ti é não perdoares. Só o que me exalta ainda é a única palavra, liberdade. Eu a considero apropriada para man-

ter, indefinidamente, o velho fanatismo humano. Atende, sem dúvida, à minha única aspiração legítima. [...] Só a imaginação me dá contas do que pode ser, e é bastante para suspender por um instante a interdição terrível; é bastante também para que eu me entregue a ela, sem receio de me enganar (como se fosse possível enganar-se mais ainda). Onde começa ela a ficar nociva, e onde se detém a confiança do espírito? Para o espírito, a possibilidade de errar não é, antes, a contingência do bem?

Manifesto surrealista, André Breton

Aprender pelo sensível. Multiplicar os saberes; tornar igualmente privilegiado todos os conhecimentos. Ideia antes talvez nunca concebidas na história. O XIX nos trouxe péssimas práticas; asfixiou nossos pensamentos e possibilidades de projeção e ação no mundo. Impôs um cenário, uma única história; nos limitou. Um único modelo que desconsiderava tudo e todos. O XX seguiu na mesma posição e nos trouxe junto modelos de repressão, censura, medo, violência. Não foi diferente no mundo da educação. O conhecimento verticalizado, inspirado em histórias heroicas e meramente factuais, que reproduziam uma lógica padronizada e eurocêntrica, vencia. Não se permitia a fala, não era possível expressar. Os espaços de experiência não comungavam com os horizontes de expectativas.

O fim dos regimes ditatoriais abre espaços para debates no campo intelectual acerca dos problemas na educação até chegar, de forma prática, a atuar no cenário político contemporâneo. No Brasil, trouxe grande mudança constitucional. O ano de 1988 abrigou (pelo menos no papel) a necessidade de inserir o mundo do aluno nos processos educacionais. Trouxe como centralidade o papel da educação, a subjetividade e as experiências comuns do dia-a-dia dos alunos. Quebrou com os valores eurocêntricos que detinham um saber único e universal para a história. A proposta não gira em torno somente da escolarização enquanto letramento, mas também como formação cidadã do sujeito. Tudo isso chega a ser pouco realizada nas escolas públicas por inúmeras razões, cujas quais não são cabíveis de discussão neste momento. Mas o que realmente interessa (aqui) é que esse entrave foi gatilho para novas produções e discussões acadêmicas, pensando novas metodologias e práticas de ensino para que realmente o objetivo de aprendizagem fosse alcançado.

Nessa perspectiva, a História é um dos campos disciplinares que mais vem questionando o seu papel enquanto saber escolar. Cada vez mais observamos tendências, dentro de nossos debates acadêmicos que vem questionar os modelos de ensino vigentes, tal como sua razão de existir. A tendência, por exemplo, que coloca o aprendizado da História como uma prática que se resume em uma gradativa acumulação de informações (por vezes pouco conectadas) acerca do passado, tão vinculada a uma perspectiva que pensa a História e seu ensino a partir de uma chave verticalizante e pouco crítica, vem sendo fortemente colocada em questão dentro dos debates teóricos da disciplina. Jörn Rüsen, por exemplo, vem propor um ensino de História preocupado como o desenvolvimento da consciência histórica, mais do que uma aprendizagem de caráter acumulativo<sup>1</sup>.

1 RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética



Para Rüsen, o desenvolvimento da consciência história diz respeito a um processo a partir do qual o indivíduo passa a se entender dentro de uma totalidade que engloba tanto o passado, quanto o presente e o futuro. A partir da revelação de uma dimensão temporal da vida prática do indivíduo, uma vez que o ele se coloca dentro de um “todo temporal mais extenso que em sua vida temporal”<sup>2</sup>. Como afirma o autor:

O histórico como orientação temporal une o passado ao presente de tal forma que confere uma perspectiva futura à realidade atual. Isto implica que a referência ao tempo futuro está contida na interpretação histórica do presente, já que essa interpretação deve permitir-nos atuar, ou seja, deve facilitar a direção de nossas intenções dentro de uma matriz temporal.<sup>3</sup>

Nesse sentido, a consciência histórica, enquanto elemento que se utiliza da história como base para compreensão do passado, e que nos coloca dentro de um todo temporal mais amplo que nossa própria existência, acaba por nos fazer compreender os elementos passados que constituem nossa própria formação identitária e os elementos externos a nós e que nos influenciam, e tem importância significativa nas nossas escolhas do presente e que conseqüentemente reverberam em um futuro que não se limita ao nisso. Nesse sentido, Rüsen argumenta que:

A consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança.<sup>4</sup>

Logo, para Rüsen, a consciência histórica se constitui inclusive como elemento que dá plausibilidade às nossas decisões. É a narrativa histórica que se apresenta como um dos elementos mais decisivos para a constituição de valores morais que tem grande força condutora em nossa sociedade.<sup>5</sup> Neste sentido, repensar as práticas da disciplina se mostra um desafio necessário.

A produção do documentário *Voz Delas*, enquanto prática didática em história, se mostrou uma tentativa neste sentido. Concebido durante o ano de 2017, o documentário, de duração de 38 minutos, contou com o depoimento de 13 alunas e 1 aluno, das escolas estaduais Walt Disney e Pedro II, ambas da cidade de Belo Horizonte. Os relatos apresentaram as perspectivas das alunas e do aluno acerca de questões tais como o significado do “ser mulher”, sua inserção nos ambientes sociais, destacadamente o escolar, e os julgamentos e cobranças inerentes às relações interpessoais que se apresentam em tais espaços. Temáticas como assédio, violência sexual e psicológica e padrões de comportamento, beleza impostos à mulher e representatividade histórica foram amplamente abordados.

A proposta de ir de encontro a alunas dispostas a compartilhar suas experiências parte da ideia de que os estudantes são capazes de serem eles próprios protagonistas de seu processo de

---

relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Trad. Ana Cláudia Urban e Flávia Vanessa Starke. Curitiba: Ed. UFPR, 2010a. p. 51.

2 Ibid. p. 58.

3 Ibid. p. 56.

4 Ibid. p. 56.

5 Ibid. p. 55.

aprendizagem. Os relatos expressam experiências de grande valor no que diz respeito a uma produção de um conhecimento histórico tal como o proposto por Rüsen. Afinal de contas, os alunos e alunos envolvidos com o documentário, sejam eles os que produziram os relatos, sejam aqueles que se colocam na posição de espectadores, acabam por estar envolvidos por um processo de construção da consciência histórica. Afinal de contas, cada uma das mulheres que relataram suas experiências à luz das relações de gênero, a fazem entendendo que as desigualdades e demais problemas que surgem de tais relações, possuem raízes históricas em um passado que explicam suas manifestações no presente. Logo, discutir gênero é inerentemente se discutir história, uma vez que o histórico se mostra fundamental para se compreender o social. Muitos são os relatos que expressam essa consciência. Além disso, os alunos que se colocam na posição de expectadores acabam por criar uma relação de aproximação com os relatos, uma vez que se apresentam como coisas cotidianas que dizem respeito a vivência de muitos (e sobretudo, muitas) que se inserem em nossos múltiplos meios sociais.

O desenvolvimento da tecnologia tem sido cada vez mais assimilado no campo da educação, entretanto, existe pouca reflexão teórica (por parte dos professores) acerca do trabalho com imagens; torna-se um desafio na medida em que esse trabalho se limita muitas vezes à uma apresentação conteudista do filme. É desafiador também quando se pensa na “cultura de massa industrial”, principalmente na produção de materiais educativos. Esses por sua vez também repetem convenções estéticas pré-estabelecidas pela indústria do cinema ou da TV, ainda que tenham intenções pedagógicas. As apropriações não problematizadas das imagens em vários campos do conhecimento como na geografia, na história, português, biologia e outros, acabam “fazendo do filme a loucura burra da pedagogia, que ilustra mas não pensa.”<sup>6</sup>

Os materiais educativos deveriam seguir princípios (educativos) inovadores, que apresentassem alguma alternativa à essa linguagem cinematográfica industrial, até porque o que se espera do uso do audiovisual na educação “é uma contrapartida a essa estética comercial”.<sup>7</sup> É preciso pensar as imagens como um espaço de construção do conhecimento, “onde a imagem pensa e faz pensar”, pois sua pedagogia reside aí. “Uma imagem ensina na medida em que ela, tanto do ponto de vista formal, quanto de conteúdo, veicula um pensamento encorajando assim o pensamento no espectador”<sup>8</sup> O *Voç delas* revela que o processo criador do documentário de forma comunitária despertou nos alunos a consciência de seu protagonismo na vida e para vida.

O gênero documentário traz consigo um lugar de conhecimento através da narrativa, como se a pedagogia do cinema, nesse caso, residisse na construção do filme propriamente dito. O documentário é visto como uma experiência relacional e não um simples produto artístico de um só autor/diretor. Para que haja efeito entre as pessoas, observa a necessidade de explorar aquilo que

6 LEANDRO, Anita. Da imagem pedagógica à pedagogia da imagem. In: Revista Comunicação e Educação. São Paulo: USP, n. 21, 2001, p. 27.

7 Ibid. p.32.

8 Ibid. p.34.

está próximo e presente no cotidiano. Michele Garneau em *Ser ou não ser autor de seus documentários*<sup>9</sup> ressalta o exemplo do cineasta Pierre Perreault, que não assina seus documentários por acreditar que todos que estiveram envolvidos no processo de produção, como roteirista, iluminação, montagem e outros, são também autores do produto. Isso é trabalhar dentro da ideia de comunidade de cinema.<sup>10</sup>

O *Voz delas* foi produzido dentro dessa perspectiva, ou seja, todos foram autores do produto; todos participaram de modo igualmente privilegiado. Na perspectiva de comunidade de cinema todos que participam do filme produzem juntos uma *enunciação coletiva*, horizontalizando os laços de ensino aprendizagem. Não se recebe, então, uma enunciação única e intimidadora, que impõe interpretações. Trabalhar com a ideia de comunidade de cinema como prática pedagógica aplicada no ensino de história produz efeito emancipador para o sujeito, uma vez que essa prática vai pelo caminho daquilo que o sujeito já sabe àquilo que desconhece. Jacques Rancière conceitua essa prática como *espectador emancipado*.<sup>11</sup>

Embora tenha sido a minoria a participar da produção do documentário enquanto produto, os demais não são excluídos, uma vez que o espectador é tido também como sujeito ativo nessa comunidade. De acordo com Rancière, “a emancipação começa quando se põe em questão a oposição entre olhar e agir, quando se compreende que as evidências que estruturam as relações do dizer, do ver e do fazer pertencem elas próprias à estrutura da dominação e da sujeição.”<sup>12</sup> Ou seja, o espectador emancipado é aquele que encara o olhar como ação e não como passividade; ele traduz à sua maneira aquilo que percebe, elaborando os signos apresentados e formando significados a partir de suas próprias experiências e conhecimentos “prévios”, digamos assim.

O documentário sendo produzido e exibido com base nesses pensamentos engatou nos alunos um processo de emancipação intelectual muito forte. Essa metodologia vai de encontro ao paradigma do *mestre ignorante e o sábio aprendiz*, proposto por Rancière. O mestre ignorante é aquele que ignora a desigualdade das inteligências e possibilita que os conhecimentos múltiplos ganhem igual importância. Assim, o aluno aprende como consequência de um tipo de ensino que o obriga a pesquisar sobre o que se quer, mas não aprende o saber do mestre propriamente dito. Elaborar-se o conhecimento pelo caminho das experiências do aluno para chegar àquilo que ele ignora e de acordo com Jacques Rancière, aí reside uma das práticas *emancipadoras* de uma das várias pedagogias do cinema.

O processo de construção das narrativas que foram filmadas pode ser interpretado como exercício de produção de uma autonomia. Por via da produção discursiva, a seleção de palavras e

9 GARNEAU, Michèle. Ser ou não ser o autor de seus documentários. In: Pierre Perreault: o real e a palavra. Belo Horizonte: Balafon, 2012, p. 77-87.

10 GUIMARÃES, César. O que é uma comunidade de cinema? In: Revista Eco-Pós Dossiê Arte, Tecnologia e Mídia. V. 18, N. 1, 2015, p. 45-56.

11 RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. In: RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. Orfeu Negro: Lisboa. 2010, P. 5-36.

12 Ibid. p.22.

imagens além da significação que elas têm para o enunciador (os alunos), foi capaz de proporcionar a saída de valores padrões e a reafirmação da própria presença, bem como reforçar a ideia de um coletivo num determinado lugar/espço e tempo. A identidade se elabora justamente na ampliação dos sistemas de significação e representação cultural do sujeito, possibilitando-o se manifestar enquanto cidadão por meio da busca de formas subjacentes de se expressar e deixar registrado a experiência vivida.

## Inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação profissional

**Simone Pinto Vasconcellos**

Mestranda em Educação  
Universidade Federal de Minas Gerais  
simone.spv@gmail.com

**Profa. Dra. Mônica Maria Farid Rahme**

Pós doutora em Psicologia  
Universidade Federal de Minas Gerais  
monicarahme@hotmail.com

### Resumo

A proposta da Educação Profissional originou-se no século XIX objetivando a qualificação do trabalhador urbano associada à formação moral. Em 1909, foram criadas as escolas de aprendizes e artífices que deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica. A maioria dessas instituições foi transformada, em 2008, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente, a Rede Federal possui como missão a qualificação profissional para os setores produtivos, o desenvolvimento de pesquisas, processos, produtos e serviços. Com esse propósito, as instituições federais oferecem, dentre outras modalidades, o ensino técnico articulado ao médio. Em Belo Horizonte, estas instituições registraram recentemente o ingresso de alunos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), condição que se refere a um *continuum* de transtornos do neurodesenvolvimento caracterizados por limitações na comunicação, na interação social, além de comportamentos, interesses ou atividades restritos e repetitivos. Tendo em vista a escassa produção científica nacional sobre a inclusão destes jovens nos cursos técnicos e a persistência de práticas educacionais contraditórias e segregadoras nas várias etapas de ensino, a presente pesquisa objetiva analisar o impacto das estratégias educativas no processo de escolarização dos alunos autistas na educação profissional técnica de nível médio, a partir da percepção desses sujeitos, de seus pais e educadores. Para esta investigação, será realizada uma pesquisa qualitativa, envolvendo: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com pais e alunos autistas, e grupos focais com os educadores de duas instituições federais de educação profissional de Belo Horizonte (Minas Gerais). Tendo em vista as dificuldades de comunicação, sociais e comportamentais dos sujeitos autistas, as especificidades do ensino técnico integrado podem acarretar obstáculos ao processo formativo desses alunos quando apresentam dificuldades em se adequar à proposta pedagógica, à metodologia de ensino e à carga horária diferenciada. A reflexão sobre as experiências de escolarização dos sujeitos autistas na educação profissional pode colaborar com o aprimoramento dos processos de inclusão,

ampliando as oportunidades profissionais e contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e realização pessoal desses jovens.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista, inclusão, estratégias educativas, educação profissional.

### Educação Profissional para pessoas com deficiência

Ao longo da história, as pessoas com deficiência, que inicialmente eram tratadas em instituições residenciais e asilares, passaram a ser educadas em classes e escolas especializadas e, somente após a mudança do paradigma educacional, na década de 1990, tiveram acesso às classes comuns em escolas regulares, conforme descreve Mendes<sup>1</sup>. No âmbito da Educação Profissional, também houve a segregação das pessoas com deficiência das instituições regulares de ensino até o movimento mais recente de universalização da educação.

A proposta da Educação Profissional originou-se no século XIX objetivando a qualificação do trabalhador urbano associada à formação moral. As primeiras Escolas de Aprendizes e Artífices foram criadas em 1909, pelo decreto 7.566/1909, tendo o objetivo de ensinar um ofício aos filhos da classe trabalhadora, como se observa nas considerações iniciais deste documento:

[...] que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime.<sup>2</sup>

Para ingressar nos cursos de formação profissional, além da idade requerida, os alunos não poderiam possuir “molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do officio”<sup>3</sup>. Portanto, as pessoas com deficiência estavam excluídas dessa possibilidade de formação para o trabalho.

Goessler expõe que os princípios assistencialistas, implícitos nesse documento, fundamentaram também a trajetória do ensino profissional para as pessoas com deficiência, sendo criadas instituições privadas de caráter filantrópico destinadas à educação desse público, de forma segregada, ou seja, paralelamente ao ensino regular<sup>4</sup>. Nesse sentido, pode-se citar a criação do *Imperial Instituto dos Meninos*

1 MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Captado em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016. 19 p.

2 BRASIL. *Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primario e gratuito. Diário Oficial da União - Seção 1- 26 set. 1909. P. 6975. Captado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em 11 jun. 2018.

3 BRASIL. *Decreto nº 7566*, p. 6975.

4 GOESSLER, Danieli de Cássia Barreto. *As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná: uma análise dos indicadores do Censo Escolar*. 213 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)- Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Londrina, 2015. Captado



*Cegos* e do *Instituto Nacional dos Surdos-Mudos*, no final do século XIX, que posteriormente foram denominados *Instituto Benjamim Constant* e *Instituto Nacional de Educação de Surdos*, respectivamente, conforme pontua Silva<sup>5</sup>. A autora explica que, desde essa época, foi implementado o modelo de oficinas com o intuito de possibilitar às pessoas com deficiência o desenvolvimento de habilidades e aptidões por meio de atividades de trabalho, sendo adotado por várias organizações filantrópicas, inclusive públicas. Nessa perspectiva, Silva e Dore<sup>6</sup> citam a criação da *Sociedade Pestalozzi*, em 1932, e da *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)*, em 1955, ambas instituições filantrópicas. Segundo as autoras, o modelo de oficinas também se tornou uma referência, em 1974, para diretrizes do governo federal no que se referem à formação para o trabalho das pessoas com deficiência. Silva e Dore<sup>7</sup> ressaltam que a proposta das oficinas eram fundamentadas pela concepção de *normalização* segundo a qual se busca adaptar a pessoa com deficiência à estrutura educacional vigente, de forma que a educação é desenvolvida em espaços separados até que os alunos estejam aptos a integrar as classes regulares.

No entanto, a partir da década de 1990, a legislação e as políticas públicas nacionais, ratificando as diretrizes de documentos internacionais em defesa dos direitos humanos, preconizaram a universalização da educação e a igualdade de oportunidades de aprendizagem a todos os indivíduos, independentemente de suas características, em um mesmo ambiente escolar. Dessa forma, assegurou-se o direito das pessoas com deficiência de ter acesso às escolas regulares, inclusive às instituições de educação profissional. Nesse sentido, destaca-se a implementação da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, em 2008<sup>8</sup>, que define a educação inclusiva como um paradigma de educação fundamentado na concepção de direitos humanos, na equidade e na superação de práticas discriminatórias e de exclusão social. A partir da circulação desta Política, a educação especial passou a ser considerada como uma modalidade de ensino que oferece o atendimento educacional especializado em todos os níveis e etapas, em classes comuns de escolas regulares, de forma que os serviços de apoio especializados assumiram obrigatoriamente o caráter complementar ou suplementar, e não mais substitutivo, ao ensino regular. Ressalta-se que o público-alvo da educação especial consiste nas pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, conforme a Resolução CNE/CEB nº 04/2009<sup>9</sup>.

---

em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4037395](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4037395)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 213 p.

- 5 SILVA, Izaura Maria de Andrade da. *Políticas de educação profissional para pessoa com deficiência*. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2011. Captado em:<[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8M4M2S/tese\\_izaura\\_silva\\_2011.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8M4M2S/tese_izaura_silva_2011.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 209 p.
- 6 SILVA, Izaura Maria de Andrade da; DORE, Rosemary. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 203-214, mar. 2016. Captado em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19152>>. Acesso em: 12 abr. 2018. 12 p.
- 7 SILVA, Izaura Maria de Andrade da; DORE, Rosemary. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais, p. 207.
- 8 BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008. Captado em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- 9 BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 04, de 02 de outubro de 2009*. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação bá-

Desse modo, o paradigma educacional inclusivo possibilita a educação profissional às pessoas com deficiência nas escolas regulares em igualdade de condições. No atual momento, a educação profissional é oferecida em diferentes âmbitos e níveis de ensino, conforme a exposição que se segue.

### A estrutura da Educação Profissional no Brasil

Goessler<sup>10</sup> descreve que, atualmente, a educação profissional é ofertada por instituições técnicas públicas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, como também por organizações privadas nas quais se encontram as escolas do Sistema S, instituições sindicais, comunitárias e filantrópicas. A autora esclarece que, na esfera federal, a Rede Federal de Educação Profissional é composta pelos Institutos Federais, os Cefets, e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Essas instituições se originaram das Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas em 1909, conforme citado anteriormente, que após sucessivas mudanças, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, a partir de 1978<sup>11</sup>. Em 2005, houve uma expansão da oferta da educação profissional no país e, em 2008, a maioria dessas instituições foi transformada em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No presente momento, a Rede Profissional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possui como missão a qualificação profissional para os setores produtivos, o desenvolvimento de pesquisas, processos, produtos e serviços<sup>12</sup>.

Quanto ao ensino ofertado, a educação profissional engloba cursos de qualificação, de ensino técnico de nível médio, de graduação e pós-graduação. Conforme descrito na Lei nº 9.394<sup>13</sup>, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, o ensino técnico de nível médio pode ser desenvolvido de forma articulada ao ensino médio, para os alunos que concluíram o ensino fundamental, e, de forma subsequente, no caso dos que já concluíram a educação básica. A educação profissional técnica articulada ao nível médio pode ser realizada de forma integrada, quando o ensino médio e o ensino técnico são ministrados na mesma instituição educacional, com matrícula única, e de forma concomitante, quando o curso médio e o técnico ocorrem em diferentes estabelecimentos de ensino, com matrículas distintas<sup>14</sup>.

Neste contexto dos cursos técnicos de nível médio da rede federal, os dados do Censo Escolar indicam o ingresso de alunos com deficiência conforme será discutido no último item deste trabalho. Considerando esse ingresso das pessoas com deficiência na educação profissional, tor-

---

sica, modalidade Educação Especial. Captado em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2016.

10 GOESSLER, Danieli de Cássia Barreto. *As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná*, 213 p.

11 Informações disponíveis em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 20 ago. 2017.

12 Informações disponíveis em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 20 ago. 2017.

13 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Captado em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm#art92](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92)>. Acesso em: 09 jul. 2017.

14 BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*.

na-se relevante compreender como está ocorrendo o percurso educativo desses jovens nos cursos técnicos. Com este intuito, propõe-se uma pesquisa sobre o processo de escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista/TEA, público-alvo da educação especial, na educação profissional, a partir das perguntas: como está ocorrendo a escolarização de alunos autistas na educação profissional técnica de nível médio? Quais estratégias educativas estão sendo adotadas na educação profissional e quais os impactos destas ações no processo educativo desses jovens?

### **Transtorno do Espectro Autista e Educação Profissional: uma proposta de pesquisa**

Tendo em vista o atual paradigma da educação inclusiva, a pesquisa em questão tem o objetivo de analisar o impacto das estratégias educativas adotadas no percurso de escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista/TEA, na educação profissional técnica de nível médio, a partir da percepção desses sujeitos, de seus pais e educadores. As pessoas com TEA estão contempladas dentre o público-alvo da educação especial, enquanto um transtorno global do desenvolvimento e também como pessoas com deficiência, visto que a lei nº 12.764<sup>15</sup>, que instituiu a *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*, declara que os autistas devem ser considerados pessoas com deficiência para todos os efeitos legais.

Como objetivos específicos desta investigação, pretende-se descrever e analisar as estratégias educativas adotadas durante a escolarização de alunos com autismo em escolas técnicas de nível médio, identificar as percepções destes alunos, de seus pais e educadores a respeito dessas estratégias, analisar o impacto destas ações e contribuir para o processo educativo nesse contexto.

Para implementar esse estudo, será realizada uma pesquisa qualitativa, cujos dados serão coletados a partir de uma pesquisa documental, de entrevistas semiestruturadas com pais e alunos autistas, separadamente, e de grupos focais com os educadores de instituições federais de educação profissional do município de Belo Horizonte (Minas Gerais). O grupo focal consiste em uma entrevista em grupo, realizada a partir de um “debate aberto” sobre um tema, sem privilegiar indivíduos específicos, de acordo com Bauer e Gaskell<sup>16</sup>.

Neste trabalho, considera-se que *estratégias educativas* são as ações desenvolvidas pelos profissionais da educação no ambiente escolar, com o objetivo de favorecer a aprendizagem dos alunos que apresentam demandas específicas, como é o caso dos estudantes com TEA. A esse respeito, o inciso I do artigo 59 da LDBN, prevê que os sistemas de educação devem assegurar, ao públi-

15 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Captado em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2016.

16 BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som: um manual prático*. 2 ed. Trad.: Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002. 512 p.

co-alvo da educação especial, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”<sup>17</sup>.

Os dados obtidos a partir das entrevistas e dos grupos focais serão complementados pelo levantamento do número de matrículas dos alunos com TEA na educação profissional, do índice de evasão e de aprovação/reprovação, da frequência e do desempenho registrados no boletim escolar dos estudantes participantes da investigação, da estrutura administrativa e acadêmica, do plano de desenvolvimento institucional e da proposta pedagógica das instituições pesquisadas. As percepções dos alunos, dos pais e dos educadores serão analisadas e relacionadas, na medida do possível, aos dados de frequência, permanência e desempenho escolar localizados nesses levantamentos.

Para maior compreensão da proposta do estudo em questão, a seguir, serão abordados, sucintamente, os principais aspectos sobre o transtorno do espectro autista, referentes aos critérios diagnósticos, prevalência desta condição na população, e posteriormente, os resultados de estudos sobre o percurso escolar de pessoas com deficiência na educação profissional.

### Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) consiste em um *continuum* de transtornos do neurodesenvolvimento que envolve dificuldades de comunicação e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, de acordo com a quinta edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V*<sup>18</sup>. Conforme este Manual, as características do autismo se manifestam desde a infância, com intensidades que variam de leve a grave, de acordo com o contexto e o tempo, sendo prevalentes em indivíduos do sexo masculino.

A Associação Americana de Psiquiatria<sup>19</sup> aponta que cerca de 1% da população dos Estados Unidos e de outros países são autistas. Apesar de não haver dados oficiais sobre a prevalência do autismo no Brasil, estima-se que aproximadamente dois milhões de pessoas podem ser incluídas nesse diagnóstico, consoante pontuam Fada e Cury<sup>20</sup>.

Tendo em vista as características particulares apresentadas pelas pessoas com TEA, pretende-se, com o estudo aqui proposto, refletir sobre o processo formativo desses jovens nos cursos técnicos integrados que envolvem tanto a formação geral quanto a formação técnica, o que implica em uma proposta pedagógica, metodologias de ensino, carga horária e rotinas escolares diferen-

17 BRASIL. *Lei nº 9.394*.

18 ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5*. 5. ed. Trad.: Maria Inês Correa Nascimento; Paulo Henrique Machado; Regina Machado Garcez. Porto Alegre: Artmed, 2014. 948 p.

19 ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais*, 948 p.

20 FADDA, Gisella Mouta, CURY, Vera Engler. O enigma do autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, n. 3, p. 411-423, 2016. Captado em: < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/30709> >. Acesso em: 30 jun. 2017. 13 p.

ciadas. Para a consecução desse objetivo, inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para levantamento das produções científicas sobre a educação profissional para pessoas com deficiência cujos resultados serão discutidos adiante.

### **Escolarização de pessoas com deficiência na Educação Profissional**

Para investigar a escolarização dos alunos com autismo na Educação Profissional técnica de nível médio, realizou-se um levantamento dos estudos sobre o tema, nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS - Psi Brasil). Para esta pesquisa bibliográfica, foi selecionado o período de janeiro de 2009 a abril de 2018, e utilizou-se os seguintes grupos de descritores: ("pessoas com deficiência" OR "alunos com deficiência" OR "estudantes com deficiência" OR "deficientes" OR "pessoas com necessidades especiais" OR "pessoas com necessidades educacionais especiais" OR "portadores de necessidades especiais" OR "portadores de necessidades educacionais especiais" OR "portadores de necessidades educacionais especiais") AND ("educação profissional" OR "escola técnica" OR "ensino profissionalizante" OR "curso técnico" OR "ensino técnico"). Foram identificadas 149 produções científicas, dentre artigos, dissertações e teses, sendo que muitas delas apareceram mais de uma vez nas diferentes bases consultadas. Dentre estes estudos, foram selecionados inicialmente 16 produções que tratavam da escolarização de alunos com deficiência em cursos de educação profissional. Essas investigações revelam tanto avanços como limitações no processo educativo desses sujeitos nas instituições técnicas.

A respeito do acesso do público-alvo da educação especial nos cursos técnicos, ao analisar os dados do Censo Escolar de 2007 a 2010, Silva e Dore<sup>21</sup> observaram um crescimento do ingresso desses alunos na Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. As autoras analisam que esse aumento do número de matrículas pode estar relacionado à reserva de vagas no processo seletivo em alguns Institutos Federais, além de outras questões. No entanto, as autoras destacam que, nos cursos técnicos integrados, é bastante reduzido o ingresso das pessoas com deficiência, sendo maior o acesso desses jovens nos cursos subsequentes, nos quais também consta uma maior taxa de evasão.

Quanto à permanência dos alunos com deficiência na educação profissional, onze das pesquisas selecionadas apontaram para a falta de acessibilidade nas instituições pesquisadas, em diferentes aspectos: arquitetônica, recursos, equipamentos, curricular, pedagógica, tecnológica e atitu-

---

21 SILVA, Izaura Maria de Andrade da; DORE, Rosemary. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais, 12 p.



diniais.<sup>22</sup> Ademais, a falta de capacitação dos educadores para a atuação com alunos com deficiência neste contexto foi demonstrada na maior parte desses estudos, sendo que algumas investigações destacam que não somente os docentes mas também outros profissionais da instituição não possuem formação nesta temática<sup>23</sup>. Outro aspecto demonstrado em algumas pesquisas refere-se à

- 22 BETTIN, Sílvia Ana Crochemore. *Política institucional de educação inclusiva de alunos com deficiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas*. 201 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, 2013. Captado em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=93165](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93165)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 201 p.
- CARDOSO, Maria Heloisa de Melo. *Inclusão de alunos com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Educação, Sergipe, 2016. Captado em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3991511](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3991511)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 166 p.
- MARQUES, Cláudia Luíza. *Educação Profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília*. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. Captado em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1627380](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1627380)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 165 p.
- SILVA, Izaura Maria de Andrade da. *Políticas de educação profissional para pessoa com deficiência*, 209 p.
- FREITAS, Cesar Gomes de; DELOU, Cristina Maria.; CASTRO, Helena Carla. Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, p. 765-778, set. 2015. Captado em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/15747>>. Acesso em: 10 jun. 2018. 14 p.
- REIS, Andreia Rêgo da Silva. *Política de diversidade e inclusão para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano – Campus Guanambi*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Tecnologias Aplicadas à Educação, Salvador, 2017. Captado em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4789599](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4789599)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 129 p.
- RAMOS, Ismar Batista. *Inclusão na educação profissional: uma avaliação a partir da visão dos profissionais e alunos de um campus do IFNMG*. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Educação, Diamantina, 2016. Captado em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4979169](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4979169)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 155 p.
- CUNHA, Angélica Moura Siqueira. *Educação profissional e inclusão de alunos com deficiência: um estudo no colégio universitário/UFMA*. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Luís, 2011. Captado em: <<https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/200>>. Acesso em: 13 abr. 2018. 226 p.
- MOURA, Katia Cristina Bezerra. *A política de inclusão na educação profissional: o caso do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife*. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Paraíba, 2013. Captado em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1201869](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1201869)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 124 p.
- CORDEIRO, Diana Rosa Cavaglieri Liuthevicene. *A inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de educação profissional*. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Educação, Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/91207>>. Acesso em: 22 jul. 2016. 184 p.
- CHICAR, Soraya Tatiana Costa Lopes. *Inclusão na educação profissional e tecnológica. A experiência do IFMA – campus Codó na visão de seus atores*. 120 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Teresina, 2014. Captado em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2270336](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2270336)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 120 p.
- 23 MARQUES, Cláudia Luíza. *Educação Profissional*.
- FREITAS, Cesar Gomes de; DELOU, Cristina Maria.; CASTRO, Helena Carla. Alunos com deficiência.
- REIS, Andreia Rêgo da Silva. *Política de diversidade e inclusão para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano*, 129 p.
- RAMOS, Ismar Batista. *Inclusão na educação profissional*, 155 p.



ausência de apoio especializado, tais como atendimento educacional especializado, disponibilização de sala de recursos multifuncionais ou apoio de equipe psicopedagógica, que foi mencionada em seis estudos<sup>24</sup>. Ressalta-se que os relatos apontam que apenas três das instituições pesquisadas contrataram profissionais intérpretes de Libras, monitores<sup>25</sup> ou especialistas em Educação Especial<sup>26</sup>. Nestas instituições em que houve a contratação de intérpretes e monitores para apoio ao processo educativo, foi indicada a existência de uma política sistematizada que estabelecia diretrizes para a educação de pessoas com deficiência na educação profissional<sup>27</sup>.

Isto posto, observa-se avanços nesse contexto, a partir da mudança dos sistemas de ensino para o paradigma da educação inclusiva, visto que houve uma ampliação do acesso do público-alvo da educação especial na educação profissional e que identifica-se, nestas instituições, a implementação de algumas ações para favorecer a escolarização das pessoas com deficiência. Entretanto, apesar da ampliação, ainda é reduzido o número de matrículas desse público nas instituições federais técnicas, como também encontram-se desafios em diversos aspectos, desde obstáculos no espaço físico a questões metodológicas e atitudinais. Entendendo-se que a implementação de uma educação na perspectiva inclusiva está em processo, a análise das experiências vivenciadas nas instituições pode contribuir para a superação dessas limitações e aprimoramento do processo educativo.

---

HONEFF, Cláudia. *Trabalho docente articulado: a relação entre a educação especial e o ensino médio e tecnológico*. 147 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Maria, 2013. Captado em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7047>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

CUNHA, Angélica Moura Siqueira. *Educação profissional e inclusão de alunos com deficiência*, 226 p.

MOURA, Katia Cristina Bezerra. *A política de inclusão na educação profissional*, 124 p.

CORDEIRO, Diana Rosa Cavaglieri Liuthevicene. *A inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de educação profissional*, 184 p.

CHICAR, Soraya Tatiara Costa Lopes. *Inclusão na educação profissional e tecnológica*. 120 p.

ARANEGA, Cláudia Abboud. *Representações sociais e práticas docentes no IFSP: a educação de pessoas com deficiência*. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação, São Paulo, 2016. Captado em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4231464](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4231464)>. Acesso em: 12 abr. 2018. 178 p.

BETTIN, Sílvia Ana Crochemore. *Política institucional de educação inclusiva de alunos com deficiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas*, 201 p.

24 SILVA, Izaura Maria de Andrade da. *Políticas de educação profissional para pessoa com deficiência*, 209 p.

MARQUES, Cláudia Luíza. *Educação Profissional*, 165 p.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da; DORE, Rosemary. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. 12 p.

MOURA, Katia Cristina Bezerra. *A política de inclusão na educação profissional*, 124 p.

REIS, Andreia Rêgo da Silva. *Política de diversidade e inclusão para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano*, 129 p.

RAMOS, Ismar Batista. *Inclusão na educação profissional*, 155 p.

25 BETTIN, Sílvia Ana Crochemore. *Política institucional de educação inclusiva de alunos com deficiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas*, 201 p.

REIS, Andreia Rêgo da Silva. *Política de diversidade e inclusão para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano*, 129 p.

26 HONEFF, Cláudia. *Trabalho docente articulado: a relação entre a educação especial e o ensino médio e tecnológico*. 226 p.

27 BETTIN, Sílvia Ana Crochemore. *Política institucional de educação inclusiva de alunos com deficiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas*. 201 p.

REIS, Andreia Rêgo da Silva. *Política de diversidade e inclusão para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano*, 129 p.

## A tecnologia para dentro de sala: o uso de mapas conceituais no ensino de história

Gilvan Gaspar de Melo

Graduado em História e Biblioteconomia – UFMG  
gilvangmelo@yahoo.com.br

### Resumo

O recente veto de Lei Estadual<sup>1</sup> que proibiria o uso de celulares em sala de aula, em Minas Gerais, trouxe à tona o despreparo de nossas instituições para com o uso da tecnologia no ambiente escolar. Mais do que proibir, ou não, deve-se procurar a forma de tornar esta, e outras ferramentas digitais, aliados do aprendizado. Evidencia-se que o poder público não tem acompanhado os avanços tecnológicos e, pior, nossos professores não tem se atualizado e se preparado para este "novo mundo", como bem mostram pesquisas como as de Pavanelli-Zubler e Gonçalves onde, de forma geral, a "tecnologia" utilizada no ambiente escolar resume-se em projetores (PowerPoint e outros) e vídeos. Amparados nas disponibilidades digitais e nos pressupostos da Teoria de Aprendizagem Significativa de Ausubel, onde ressalta-se a relevância do conhecimento prévio, temos novos universos como no trabalho de Novak, que encontra uma forma de trabalhar estes conhecimentos pela construção de mapas conceituais que, através de representação de conceitos e proposições estruturam o conhecimento concernentes a determinado assunto, venham a tornar o aluno um agente ativo de sua formação em sala de aula. Assim, o desafio é motivar o aluno a ser este agente ativo, através de sua estrutura cognitiva, aliado ao compartilhamento destes saberes pessoais por atividades com sujeitos de seu ambiente social e os mapas conceituais são ferramentas tecnológicas, disponíveis até mesmo em dispositivos moveis como "smart-phones", e que podem propiciar a transformação da sala de aula de agentes passivos centralizados no professor, como usualmente se tem hoje, em um ambiente de pro - atividade. Recente estudo da UNICEF informa que três de cada quatro crianças entre 10 e 12 anos utiliza "smart-phone" e que nos leva a questão: Até quando o professor vai ficar afastado dos recursos digitais disponíveis para a educação? Aqui é apresentado a utilização de softwares geradores de mapas conceituais em sala de aula.

**Palavras-chave:** Mapas conceituais, aprendizagem significativa, tecnologia, estratégias de aprendizado, c-map.

Entre o envio do resumo, acima, deste trabalho e o do artigo, ocorreu uma mudança importante na Lei referenciada no resumo já que a Assembleia Legislativa do estado derrubou o veto do

1 [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/06/interna\\_gerais,929171/pimentel-veta-lei-proibiria-celular-em-escolas-teatros-e-igrejas-mg.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/06/interna_gerais,929171/pimentel-veta-lei-proibiria-celular-em-escolas-teatros-e-igrejas-mg.shtml)

Governador<sup>2</sup> reestabelecendo a proibição de dispositivos eletrônicos em diversos locais, inclusive em sala de aula, sendo uma das justificativas o seguinte:

Segundo os professores, é constante entre os alunos o uso de “walkmans”, “diskman”, iPods, MP3, MP4, fones de ouvido, “blue tooth”, “wireless”, “game boy”, e muitos alunos deixam de prestar atenção na aula, prejudicando sobremaneira o rendimento no processo de aprendizagem<sup>3</sup>

Um Estudo da UNICEF<sup>4</sup> com o seguinte título “Brasil lidera em número de crianças e jovens entre 9 e 16 anos que acessam as redes sociais, afirma ONU reflete o grau de utilização das redes sociais por nosso jovens e este mesmo estudo cita que “Na América Latina, estima-se que 60% das crianças ganham o seu primeiro telefone celular aos 12 anos e que uma em cada cinco utiliza a Internet mais de duas horas ao dia”.

Ora, se temos esta disponibilidade nas mãos de nossas crianças, cumpre encontrar formas de que o uso desta tecnologia seja canalizado, também, para o aprendizado escolar haja visto que esta forma de contato pode, e deve, ser utilizada como forma de compartilhamento, disseminação e aperfeiçoamento de saberes.

Este é o intuito deste trabalho que relata uma intervenção com o uso de tecnologia dentro da sala de aula.

### A base teórica

O alicerce teórico que nos leva ao Mapas Conceituais passa pela Construtivismo, que vem a trabalhar a construção do conhecimento pelo próprio sujeito sendo que esta concepção construtivista da aprendizagem escolar promover o crescimento pessoal do aluno dentro do grupo cultural

Esta concepção construtivista é organizada, e tomando por base Piaget que é um dos expoentes desta corrente, em torno de três ideias:

1. O aluno é responsável pelo seu processo de aprendizagem.
2. A atividade mental do aluno é aplicada a conteúdos que têm um grau de elaboração.
3. A função do professor é pegar os processos de construção do aluno e adicioná-los e fazê-los sentir que sua opinião é válida e levada em conta.

Na escola piagetiana, ressalta-se que a motivação, fator essencial para o “envolvimento”, do aluno para aprender na sala de aula é inerente a ele, não sendo manipulável diretamente pelo professor.

2 [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/06/13/interna\\_gerais,966574/deputados-derrubam-veto-de-pimentel-e-limitam-dispositivos-eletronicos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/06/13/interna_gerais,966574/deputados-derrubam-veto-de-pimentel-e-limitam-dispositivos-eletronicos.shtml)

3 [https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/texto.html?a=2011&n=853&t=PL](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2011&n=853&t=PL)

4 Fonte: <https://nacoesunidas.org/tecnologias-de-comunicacao-e-informacao-um-aliado-na-garantia-dos-direitos-das-criancas-diz-onu/>

Outro nome de destaque é o Lev Semenovich Vygotsky, que ressalta o papel da cultura no desenvolvimento, e aprendizagem, e a influência das contribuições sociais no crescimento cognitivo já que muito do aprendizado passa pela contribuição de outras pessoas, quer colegas, quer professores, quer amigos; quem “moldam seu conhecimento e comportamento.

David Paul Ausubel baseou suas teorias em seus estudos de Jean Piaget e, a partir daí, desenvolveu a Teoria da Aprendizagem Significativa que ajudam na aprendizagem possibilitando ao construir seus próprios esquemas de conhecimento para entender melhor os conceitos e baseado nos conhecimentos prévios de cada um. A aprendizagem significativa desenvolve-se quando o novo conhecimento adquire significado à luz dos conceitos anteriores que o aluno já possui. Conforme ele é citado por Tavares: “O fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece. Descubra o que ele sabe e baseie nisso os seus ensinamentos”.<sup>5</sup>

Trabalhando com base na teoria de Ausubel, Joseph D. Novak desenvolveu uma poderosa ferramenta instrucional que são os "Mapas Conceituais". Estes procuram determinar ou expressar uma aprendizagem significativa, se tornam um instrumento didático que permite detectar se o aluno realmente assumiu em suas estruturas cognitivas o novo aprendizado através da criação de mapas conceituais.

Segundo Novak, Mapas Conceituais são: “ferramentas gráficas para a organização e representação de conhecimento. Eles incluem conceitos, geralmente dentro de círculos ou quadros de qualquer espécie, e relações entre os conceitos, que são indicadas por linhas que os interligam”<sup>6</sup>

Outra base desta ferramenta são as proposições que estabelecem relações entre dois, ou mais conceitos, mas, antes de tudo a utilização de Mapas Conceituais tem um caráter precípuo de que o aluno passe a ser um agente ativo da construção de seu conhecimento.

### Os softwares utilizados

Existe uma ampla gama de softwares no mercado que podem ser utilizados na construção de Mapas Conceituais. E dentre eles podemos citar : XMind, Mindmeister, CmapTools, SimpleMind+, Coogole It, Mindomo e GoConqr.

Para utilização num ambiente escolar, ou mesmo para que os alunos possam utilizar em casa, consideramos características como: Facilidade de uso, uma vez que será utilizado por pessoas que não o conhecem e que precisam utilizar a ferramenta como rapidez; gratuidade da licença, uma vez que o público alvo não teria, de forma geral, condições financeiras de pagar por um software o que poderia impedir um uso mais amplo; ser possível utilizar via internet de forma a poder ser

5 TAVARES, Romero. Construindo mapa conceituais. Ciências & Cognição. 2007. Vol.12. p.73

6 NOVAK, Joseph. CANAS, Alberto. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.5, n.1, p. 9-29, jan.-jun. 2010. p.10. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/1298/944>.

utilizado e recuperado o produto do trabalho em qualquer plataforma e, finalmente a possibilidade de compartilhamento de mapas confeccionados bem como a possibilidade de mais de uma pessoas poder trabalhar um mesmo mapa permitindo a troca, a absorção, de conhecimento/experiências entre pessoas.

Dentro desta premissa optamos por utilizar o CMaps, sistema foi desenvolvido pelo Florida Institute for Human & Machine Cognition (IHMC) para criação e compartilhamento de Mapas Conceituais e o GoConqr, desenvolvido pela empresa de mesmo nome.; e que atendem todas estas demandas necessárias para o projeto.

### **A atividade em sala de aula**

Esta atividade foi efetivada na Escola Estadual Getúlio Vargas, da rede estadual de ensino, no mês de novembro de 2017 durante um período de reposição de aulas sendo que o foco da mesma era a Ditadura Militar brasileira.

Assim, a base para levar a criação do Mapa Conceitual foi a utilização do Conto “O quintal dos guerrilheiros” de José Saffioti Filho, já que poder-se-ia trabalhar, também, a literatura como fonte de aprendizado escolar.

Este conto traz três jovens estudantes de um país que vivia o momento mais caótico da submissão aos militares. Um quintal é o palco para as decisões sobre que tipo de obras, filmes, músicas e que personalidades poderiam ser considerados contra as leis, e o regime, vigentes no momento.

Foi feita uma contextualização histórica do autor e da obra literária destacando o momento histórico no qual a obra foi escrita e o contexto que a obra retrata destacando o aspecto ficcional da obra, mas que seu contexto político, social e cultural é inerente ao contexto histórico a ser trabalhado.

Foi entregue cópia do texto aos alunos para leitura e debate na aula seguinte sendo que foram escolhidos alguns para a leitura em sala.

O texto se mostra apropriado para a atividade como se pode ver através de um excerto:

O combinado foi que deveríamos nos reunir à noite, no quintal da casa do Alfredo, onde havia espaço suficiente para a operação.

Pela manhã, na escola, circulavam rumores sobre a repressão. O Congresso fora fechado pelo AI 5, a imprensa estava sob censura, políticos sendo presos, boatos proliferando, pânico e medo geral. Alguém soprou que o Padre Zequinha, professor de Filosofia, popular pelas idéias avançadas, já havia dado no pé. A polícia, diziam, poderia entrar na casa de qualquer um, sem pedir licença. E, encontrando material subversivo, a família inteira iria presa.

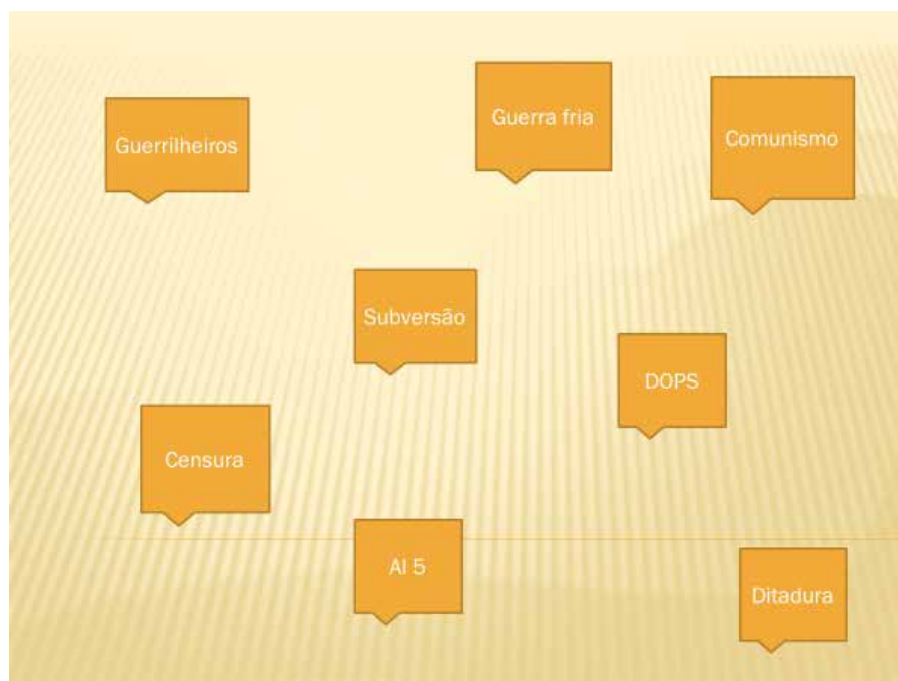
Magali, Alfredinho e eu estávamos assustados com o inesperado fato novo. Apesar de adolescentes e desarmados, tínhamos fama de comunistas e maconheiros, não só pelas idéias que defendíamos como também pelo fato de estarmos sempre juntos, discutindo mais política que banalidades e desafiando professores com perguntas impertinentes. Na última aula de Literatura, eu questionara o Quincas Borba, provocando o velho e asqueroso Professor Sebastião, conservador de extrema direita, simpaticamente do golpe militar, dedo-duro que rotulava de comunista qualquer um que não compartilhasse de suas idéias.

No livro do Machado, intrigava-me o fato de Rubião imitar, na sua loucura, o sanguinário Napoleão III, também um golpista. E eu já sabia que outro maluco, Adolf Hitler, considerava o ditador francês seu ídolo político e militar. A curiosidade é que Hitler só nasceria três anos depois da publicação do romance brasileiro.<sup>7</sup>

Estabelecido a base, foi feita uma explanação sobre Mapas Mentais e como o mesmo poderia ser útil para o aprendizado, não só de História, mas de qualquer disciplina. Pode-se mostrar que a utilização dos mesmos passa desde uma sala de aula tradicional, com giz a um laboratório de informática e, inclusive, a utilização de celulares.

Foram divididos em grupos de 3 alunos e pedido que, do texto, separassem termos que remetesse ao período estudado sendo apresentado, e colocado no quadro da seguinte forma, como “post-it”:

### Imagem 1 Estacionamento inicial



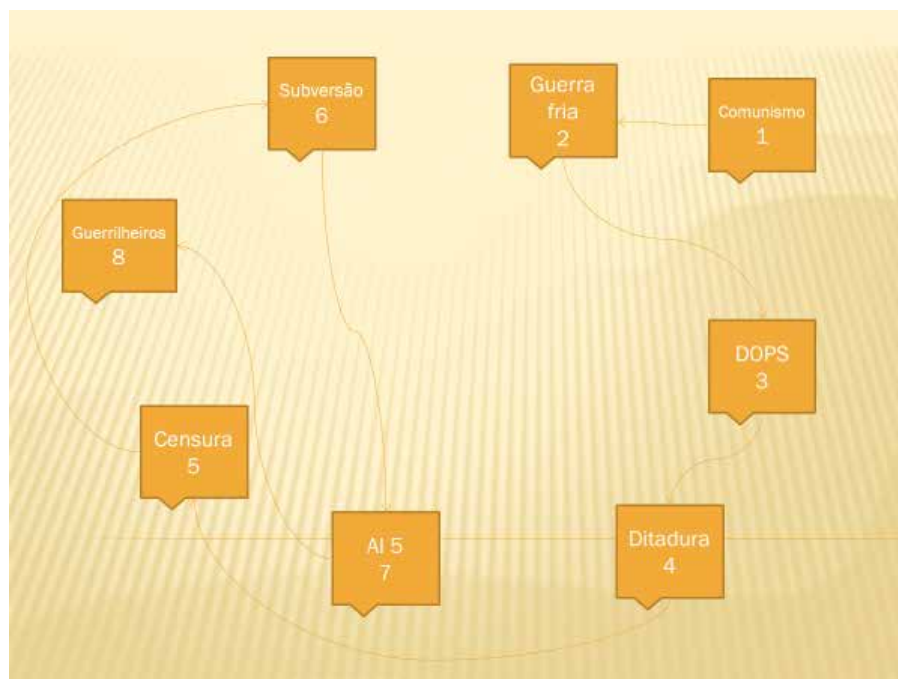
Fonte: Elaborada pelo autor (2017)

7 SAFFIOTI FILHO, José. O quintal dos guerrilheiros. disponível em <http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar2/Guerrilheiros.pdf> . acesso em 13/11/2016



Continuando a prática, foi solicitado que estabelecessem uma logica temporal para os termos citados, sendo estabelecido para efeitos de Esqueleto, em consenso, o seguinte:

**Imagem 2**  
**Relação entre Conceitos**



Fonte: Elaborada pelo autor (2017)

Importante ressaltar que neste caso, foi utilizado um formato de Mapa Mental, até para estabelecer, didaticamente, a diferença de um Mapa Conceitual.

Estava pronto uma base de entendimento, e um Estacionamento inicial de termos. Foi solicitado aos grupos que relacionassem outros termos, de seu conhecimento prévio, que remetessem ao tema “Ditadura Militar brasileira”.

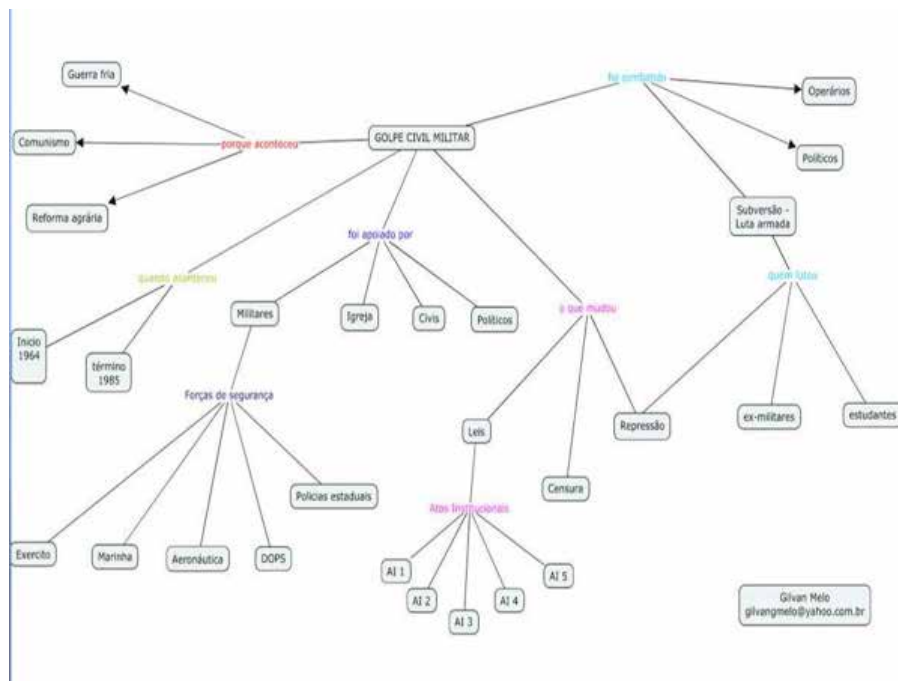
Expurgados termos sem relevância, e explicados os porquês, ficamos com os seguintes termos no nosso Estacionamento:

Comunismo / Reforma agrária / 1964 / 1985 / Exército / Marinha / Aeronáutica / Militares / Igreja / Políticos / AI 's / Censura / Repressão / Estudantes / Subversão / Operários / Leis / Civis / Ex-militares / Luta armada (Guerrilheiros) / Golpe Civil-Militar / Ditadura Militar

A partir daí, passamos para o estabelecimento de conceitos que pudessem alicerçar nosso Mapa mental a partir de dois softwares apresentados. Foram estabelecidos também as proposições de ligação aos conceitos apresentando: “Porque aconteceu”, “Quando aconteceu”, “foi apoiado por”, “o que mudou” e “foi combatido por”.

O resultado no CMaps ficou da seguinte forma:

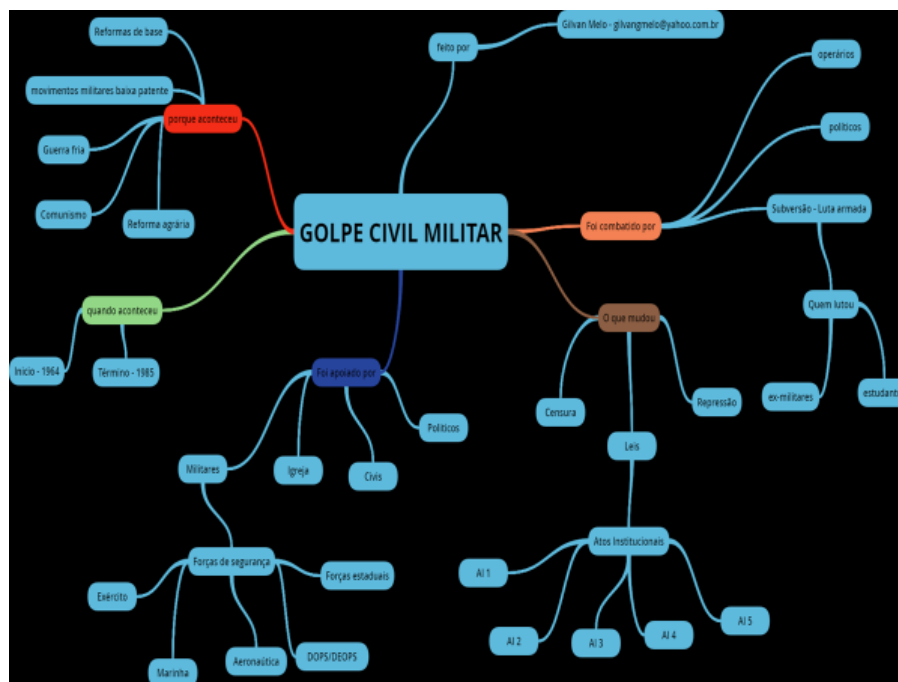
Imagem 3  
Mapa Conceitual utilizando o CMaps



Fonte: Elaborada pelo autor (2017)

E no GoConqr, temos nosso mapa final, com algumas novas contribuições:

Imagem 4  
mapa Conceitual utilizando o GoConqr



Fonte: Elaborada pelo autor (2017)

Os objetivos pretendidos foram alcançados porque se conseguiu motivar os alunos a utilizarem esta nova ferramenta que vem de encontro com a tecnologia *up-to-date* que eles têm em suas mãos e utilizam, até dentro de sala, para atividades não relacionadas com o ensino.

Pôde-se também perceber que a formação de grupos propiciou a interação entre os integrantes fazendo com que um aluno que “tivesse menos conhecimento” do que outros, aprendesse com os próprios colegas, monitorados pelo professor para que não houvesse um “ensinamento” de forma errônea, o que seria uma possibilidade.

Um aluno não tinha um “perfeito” conhecimento do que era Ditadura, o que foi sanado pelos outros integrantes do grupo, assim como outro precisava de ajuda sobre “Reforma agrária”, o que também conseguiu.

Muito se tem a agregar com o uso desta tecnologia, não só no ensino de História bem como das outras disciplinas e podemos até vislumbrar um Mapa Conceitual que venha agregar outras disciplinas dentro do conceito tão almejado da interdisciplinaridade.

## O anticomunismo em Cuba no contexto da ditadura de Fulgencio Batista (1952-1958)

Ana Paula Cecon Calegari  
anapccalegari@gmail.com

### Resumo

Este trabalho insere-se no campo da história política na medida em que se preocupa com os embates pelo poder e sua manutenção. Esta questão mobilizou diversos Estados durante todo o século XX a combater ideologias e ideias num momento em que os conflitos da Guerra Fria opuseram os defensores do comunismo e do capitalismo. As confrontações entre ambos os modelos socioeconômicos apontam para os mecanismos de controle usados, quase sempre, para a repressão política e a censura estatal. Para esta apresentação, faremos a análise do anticomunismo dentro de Cuba por meio da investigação da trajetória dos comunistas vinculados ao Partido Socialista Popular (PSP). Acreditamos que a experiência insular revela os procedimentos oficiais de repressão da ditadura de Fulgencio Batista, mas também aponta para os conflitos políticos que existiam dentro dos grupos de oposição ao regime. Usaremos documentos partidários, como o folheto Carta Semanal, e jornais pertencentes à grupos rivais ao PSP, como o *Diario de la Marina*, a fim de contrapor as informação divulgadas e as narrativas feitas nestes meios de comunicação. Pensamos que o caso cubano desvela aspectos de práticas políticas e sociais que foram comuns em muitos partidos comunistas, latino-americanos especialmente, que se vincularam à União Soviética e sofreram dura repressão quando os enfrentamentos do mundo bipolar se acirraram.

**Palavras-chave:** Anticomunismo, Cuba, Anos 1950.

Este artigo é parte das questões que desenvolvo, atualmente, em minha pesquisa de doutorado, na qual investigo a cultura e as relações políticas dos comunistas cubanos filiados ao Partido Socialista Popular (PSP), entre as décadas de 1950 e 1960. O objetivo primordial da tese será discutir o papel desempenhado pelos comunistas no desenvolvimento da Revolução Cubana (1959) e na construção do sistema socialista insular após 1961. Para alcançar tal proposta investigativa, foi necessário fazer um recuo temporal que auxiliasse a reconstrução da trajetória e das relações constituídas pelo PSP antes de 1959, as quais indicam o lugar político desfrutado pelo Partido no contexto da ditadura de Fulgencio Batista. Pela leitura da documentação partidária consegui dar conta de mapear os vínculos políticos mais importantes daquela temporalidade, alguns dos quais os comunistas participaram e outros dos quais foram excluídos. As fontes primárias produzidas pelo

PSP, especialmente a Carta Semanal,<sup>1</sup> provocaram algumas inquietações, dentre elas as denúncias de perseguição, prisão e assassinato dos membros da agremiação. Além disso, era comum encontrar matérias com respostas dadas pelos comunistas às acusações e calúnias feitas por outros meios de comunicação.

Foi a partir deste incomodo que surgiu a ideia de analisar o anticomunismo em Cuba, pois esta temática poderia ser uma chave importante para a compreensão do espaço político que correspondia aos comunistas. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, parafraseando Berstein e Becker, os anticomunistas “seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação.”<sup>2</sup> Ainda de acordo com o autor, o anticomunismo que predominou no século XX foi uma manifestação de negação ao projeto marxista-leninista encabeçado pela União Soviética e por seu modelo político. Nos estudos sobre este tema se sobressai a dupla dimensão, teórica e prática, do fenômeno. A primeira vincula-se com os imaginários sociais relacionados com construção do que seria a sociedade comunista e o corpo teórico mobilizado por aqueles que acreditam em seus significados. A segunda liga-se com as práticas sociais de combate ao inimigo e o enfrentamento ao perigo comunista.

O objetivo primordial deste artigo foi analisar as representações e o imaginário construído sobre os comunistas e as ações de combate ao Partido Socialista Popular. Para isso, após uma busca pela documentação disponível onde estaria a resposta à questão deste texto, optei por analisar o jornal cubano *Diario de la Marina* e os documentos da embaixada dos Estados Unidos, porque sabia que encontraria ali algumas respostas e pela disponibilidade de acesso das fontes. O *Diario* era uma publicação que circulava de terça à domingo e que pode ser caracterizado como um meio representante das direitas cubanas, fortemente anticomunista. Durante a ditadura de Batista, o jornal não esteve preocupado demasiadamente com as atividades do PSP, ao menos não se pensamos nas poucas publicações sobre o comunismo dentro de Cuba. Apesar disso, o clima da Guerra Fria se fez presente em manchetes que condenavam as ações e atividades políticas da União Soviética e glorificavam aquelas empreendidas pelos Estados Unidos. Os imaginários do conflito bipolar podem ser estudados pelas constantes notícias sobre os embates entre a URSS e os EUA, as atividades de combate ao comunismo em países da Europa e da América Latina e reportagens sobre a situação econômica, social e cultural da União Soviética e do leste europeu. Já os documentos (memorandos, notas editoriais, telegramas) da embaixada dos Estados Unidos evidenciaram os vínculos íntimos entre a ditadura de Fulgencio Batista e o governo norte-americano, bem como a pressão por uma ação mais combativa contra os comunistas dentro da ilha.

De acordo com Leslie Bethell e Ian Roxborough, no período após a Segunda Guerra Mundial, os partidos comunistas latino-americanos tiveram um crescimento (em número de filiados e de

1 Semanário com aproximadamente 8 páginas, que existiu entre 1953 e 1959.

2 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. XIX.

votos) significativo na região, mas tal ascensão foi interrompida com o desenvolvimento da Guerra Fria e uma mudança na conjuntura continental em direção a governos autoritários caracterizados pelo cerceamento da democracia, repressão aos comunistas e aos sindicatos.<sup>3</sup> Michael Löwy destacou que após 1948 irrompeu uma ofensiva norte-americana contra a URSS, seguida pelo endurecimento contra o movimento comunista internacional. Por outro lado, a União Soviética orientou os partidos comunistas latino-americanos a reforçarem suas prerrogativas anti-imperialistas “e, até certo ponto, reiniciaram a luta de classe contra as burguesias.”<sup>4</sup>

Desde o final da década 1940, as perseguições, assassinatos e prisões passaram a fazer parte da vida do PSP. Foi naqueles anos que aconteceu o fechamento da rádio *Mil Diez* e do jornal *Notícias de Hoy*. Essa situação política piorou com a ditadura de Batista, pois se somou a este cenário os exílios políticos de muitos membros do Partido. O decênio de 1950 marcou o acirramento dos embates da Guerra Fria, por causa da corrida espacial e das pesquisas e produção de armas atômicas. A ditadura de Batista era aliada dos Estados Unidos e as relações econômicas e diplomáticas entre os dois países, que já eram bem próximas, foram acentuadas naquela conjuntura. Após o golpe de 1952, todos os partidos perderam o registro eleitoral. Naquele ano ainda, aconteceu a abertura de inscrição dos partidos, mas o PSP não conseguiu o registro. A situação se deteriorou depois do assalto ao quartel Moncada, organizado por Fidel Castro em 1953, quando o PSP foi acusado pelo governo de participação na ação e declarado ilegal.

Durante a ditadura, o regime criou o BRAC (Bureau de repressão às atividades comunistas) que atuava junto com o SIM (Serviço de Informação Militar) para a repressão das atividades consideradas subversivas. Existiu dentro da ilha algumas iniciativas com claro objetivo de perseguir e denunciar o comunismo e o Partido, como a Liga Anticomunista de Cuba, a Liga Feminina Anticomunista e a Liga dos Advogados Anticomunistas. Foi criada, por iniciativa do jornalista Salvador Díaz Versón, uma revista chamada *Occidente*, que tinha como proposta política o combate aos comunistas. Versón, que esteve vinculado à estrutura de contraespionagem do exército batistiano responsável pelo mapeamento das atividades comunistas, foi um proeminente combatente do comunismo insular, tronou-se presidente da Liga Anticomunista da América Latina e promotor de eventos desta mesma natureza dentro de Cuba. O *Diario de la Marina* fazia questão de noticiar as atividades das citadas associações, bem como o lançamento de edições de *Occidente*, as viagens de Díaz Versón para os congressos anticomunistas e suas ações junto de alguns setores da sociedade cubana. Por estes exemplos fica bem evidente que o movimento anticomunista era volumoso e bem organizado dentro de Cuba.

De modo geral, há poucas reportagens sobre os comunistas cubanos e suas ações no *Diario*, porque, segundo o próprio jornal publicou certa vez, aquele órgão não iria dar espaço para propa-

3 Bethell, Leslie & Roxborough, Ian (org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

4 Löwy, Michael. *O marxismo na América Latina*. uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 36.



gar as atividades do Partido.<sup>5</sup> Noticiavam de forma quase contemplativa as atividades do BRAC e criaram sessões específicas para tratar do tema em questão, como a série de charges intitulada *Los Camaradas* e uma coluna chamada *Catecismo comunista*, com perguntas e respostas sobre a realidade política, econômica e social da União Soviética. Era comum a publicação de cartas de personalidades políticas negando sua vinculação com o comunismo, a fim de convencer a opinião pública e as autoridades policiais de sua aversão por aquela ideologia. María del Pilar Días Castañón salientou em sua obra *Ideología y Revolución* que “para Cuba dos anos cinquenta, herdeira da síndrome da guerra fria imposta pelo vizinho do norte, ‘comunista’ era uma acusação muito séria.”<sup>6</sup>

Alguns elementos do imaginário<sup>7</sup> e das representações<sup>8</sup> feitas pelo jornal chamaram a atenção. O primeiro deles refere-se às artimanhas políticas dos comunistas, que foram caracterizadas como conspiração, infiltração, sabotagem, penetração no serviço público, nos partidos políticos, nas escolas, nas empresas. Segundo a fonte, o Partido objetivava corromper as consciências e destruir o sistema político, econômico, social para a implantação de uma ditadura em Cuba. O jornal justificava a ação estatal, como a proibição de contratar os comunistas para serviço público, como uma medida de segurança pública, uma vez que aqueles eram representados como causadores de desordem pública e, inclusive, um folheto apenas já era considerado um distúrbio passivo de prisão na opinião dos editores de *La Marina*. Sobre as artimanhas e o combate ao comunismo observa-se a seguinte passagem:

Eles se disfarçam, se mascaram e empurram desde o escuro para objetivos e consignas que não parecendo ser comunistas, o são em realidade. Por isso nos parece útil que as organizações políticas cubanas, sem distinção, ponham toda a ênfase de seu trabalho público na perseguição ao comunismo.<sup>9</sup>

O editorial deixou bem claro o apoio do jornal à perseguição ao PSP, por considerar que os membros do Partido estavam pronto para perverter parte da sociedade com seus ensinamentos e conduzi-la ao caos político. Outra questão bastante forte no imaginário é a representação do comunismo como uma ideia estrangeira oposta ao ideal republicano e à liberdade, como uma ideologia

5 PONS, César García. *Leyendo un papelucho comunista*. In: Diário de la Marina, 11 de janeiro de 1957, p. 4. Disponível em: <http://dloc.com/UF00001565/00320?search=diario+=marina>. Acesso em: 16/5/2018.

6 CASTAÑÓN, María del Pilar Días. *Ideología y Revolución*, Cuba, 1959-1962. Editorial de Ciencias Sociales, la habana, 2004, p. 112.

7 Compartilhamos com a conceituação de Bronislaw Baczko para quem o imaginário refere-se à produção de representações coletivas produzidas por cada época e na qual esta encontra a sua unidade. Através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento [...]” (BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: LEACH, Edmund et alii. *Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985).

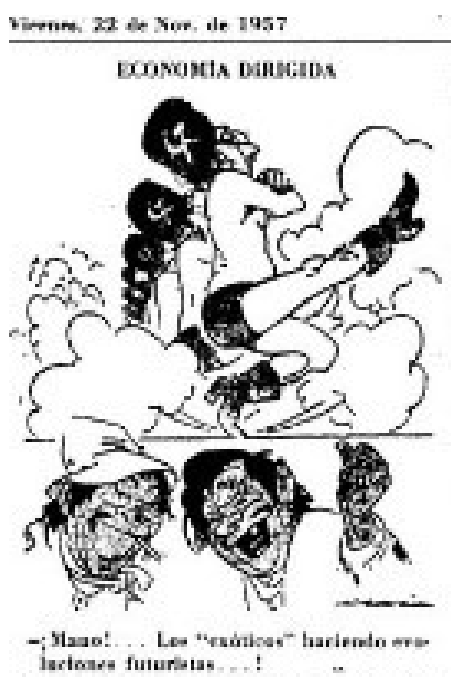
8 Corroboramos com a perspectiva de Roger Chartier quando o ele destaca que as representações dizem respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. (CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990)

9 DIARIO DE LA MARINA. *Editorial: A luta contra o comunismo e os problemas nacionais do momento*. 20 de julho de 1957, p. 4. Disponível em: <http://dloc.com/UF00001565/00480?search=diario+=marina>. Acesso em: 20/5/2018.

exótica à realidade nacional. Em uma passagem de 11 de janeiro de 1957, o *Diario* defendeu que o Partido se esquecia de que ele não pertencia aos grupos de oposição nacional, pois não possuía uma raiz cubana, mas era, na verdade, um ramo da Internacional Comunista, dirigido desde Moscou e obediente aos lineamentos ideológicos traçados na URSS, os quais eram contrários aos postulados ideológicos de Cuba.<sup>10</sup> Na figura 1 nota-se a representação dos russos como elementos estranhos. Os dois personagens que aparecem abaixo comentam o exotismo do que chamam de “evoluções futuristas”, numa referência, neste caso, ao discurso da União Soviética de que aquela região alcançaria uma sociedade igualitária e desenvolvida num futuro próximo. É interessante observar que, por outro lado, os socialistas populares também acusavam o anticomunismo de ser uma ideia estrangeira imposta pelos Estados Unidos aos cubanos,<sup>11</sup> quer dizer, ambas as ações políticas focavam-se em justificar seu comportamento como genuinamente cubano, enquanto seus opositores representavam valores externos que não correspondiam à realidade política insular.

Figura 1

## Charge “Economia dirigida”



Fonte: Diario de la marina,  
22/10/1957, p. 4

Figura 2

## Charge “Eficazes aliados”



Fonte: Diario de la marina,  
23/10/1957, p. 4

A imagem 2 corresponde a outro componente do imaginário anticomunista, que é a representação daquela ideologia como o mal, principalmente porque, segundo o jornal, os comunistas eram opositores da Igreja, da família, dos costumes, da moral ocidental e, por causa disso, os seus princípios tinham como função semear maldade, a desordem. Na imagem vê-se um homem que

10 DIÁRIO DE LA MARINA. *Tentativas de penetração comunista na política nacional*. 11 de janeiro de 1957, p. 4. Disponível em: <http://dloc.com/UF00001565/00320?search=diario+=marina>. Acesso em: 16/5/2018.

11 PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. *El anticomunismo: producto de la imposición extranjera*. Carta Semanal, nº 12, 2 de novembro de 1953, p. 2.

simboliza a União Soviética e muito próximo dele, no caso abraçado a ele, estavam caracterizadas a morte e o demônio. Pela nota da charge (“Com isso pensa em fazer triunfar sua doutrina”) não cabe dúvidas sobre a interpretação de que a URSS e os comunistas adotavam a violência como método de expansão de sua experiência e, por causa disso, representavam uma ameaça para Cuba. Numa reportagem publicada de 25 de maio de 1957, o *Diário* salientou que os comunistas ficavam satisfeitos com a confusão, a perturbação, os desacordos, os conflitos obreiros e a violência, pois este era o meio no qual a ideologia se perpetuava, confirmando novamente a vinculação da ideologia com a desordem, o caos e a crise.

Pela leitura dos documentos da embaixada dos Estados Unidos foi possível perceber uma vinculação próxima entre o governo de Batista com os diplomatas dos Estados Unidos. Um dos primeiros memorandos após o golpe de 1952 relatou uma entrevista entre o embaixador norte-americano com Miguel Angel de la Campa, Ministro de Estado de Batista, para inquiri-lo sobre a relação entre o general e os comunistas, o que mostra a prematura preocupação norte-americana com as influências da nova administração.<sup>12</sup> Uma origem possível para esta atitude encontra-se na coalizão eleitoral realizada entre Batista e o Partido nas eleições de 1940, o que teve um efeito a longo prazo por causa da associação do ditador aos comunistas e das acusações, contra o Partido e contra Batista, que eram mobilizadas pelos opositores de ambos para lembrar, sempre com finalidades políticas, a danosa coalizão.

Nos documentos analisados, as referências aos comunistas apareceram com dois focos de preocupação: a economia, principalmente nos primeiros anos da ditadura, e a política, nos momentos finais do regime. A preocupação econômica recaía nas possíveis denúncias e críticas feitas pelo Partido em seus meios de imprensa contra os negócios entre Cuba e os EUA. Apesar de alguns documentos relatarem que os cubanos não seriam irresponsáveis em acreditar nos comunistas, a preocupação quanto às relações comerciais, em especial quanto à diminuição da cota açucareira, era recorrente, pois a embaixada acreditava que a oposição ao governo ditatorial iria crescer, a instabilidade aumentaria, assim como o sentimento antiamericanismo e o crescimento da atividade comunista em uma área de grande importância estratégica e econômica para os Estados Unidos.<sup>13</sup> Novamente aparece a percepção de que os comunistas estavam prontos para se aproveitar das instabilidades como método para seus fins políticos.

Outra matriz de preocupação percebida relaciona-se às questões de ordem política, como o envio, por parte da embaixada para o governo cubano, de pedidos e sugestões de leis para restringir as atividades comunistas, especialmente dentro dos sindicatos e órgãos educacionais. A partir de 1957, a aflição norte-americana recaiu na possível ajuda dos comunistas ao movimento guerrilheiro e na penetração deles no exército rebelde. Aqui também a instabilidade política foi tomada como

12 FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. *Memorandum of Conversation, by the Ambassador in Cuba (Beaulac)*. 1952–1954, The American Republics, Volume IV, 737.02/3–2452, Habana, March 22, 1952.

13 FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. *The Secretary of State to the Secretary of Agriculture (Benson)*. 1952–1954, The American Republics, Volume IV, MID files, lot 56 D 569, “Sugar Act”, Habana, June 4, 1954.

circunstância favorável ao Partido. Em um despacho do embaixador Earl Smith, de dezembro de 1957, ele adverte ao governo de seu país de que se a conjuntura cubana se deteriorassem ainda mais ou se houvesse uma súbita derrubada do governo, a situação resultante seria a ascensão dos comunistas e dos ultranacionalistas, o que constituiria “um duro revés para a política dos Estados Unidos e um golpe para nossa liderança no hemisfério.”<sup>14</sup> Neste momento, já era notável o desgaste da ditadura, principalmente por causas das ações de combate a ela através da guerra de guerrilhas na região de Sierra Maestra e das denúncias de diversos grupos políticos das irregularidades do regime. A percepção da perda de legitimidade de Batista, levou o governo estadunidense a repensar suas relações com a ilha, principalmente os acordos de fornecimento de armas, que foram suspensos em março de 1958 e o apoio diplomático, mantido até o final de 1958.

Após 1957 e o início da guerra de guerrilhas, a preocupação com a infiltração dos comunistas no exército de Fidel Castro ganhou força. Segundo os documentos, o Partido Socialista Popular possuía o mesmo objetivo do Movimento 26 de julho, que era a derrubada do governo Batista, e estava pronto para capitalizar os conflitos políticos oriundos dos embates contra a ditadura.<sup>15</sup> Uma conclusão que mobilizou a ação do governo dos Estados Unidos encontra-se abaixo:

O comunismo infiltrou-se neste Movimento. O Movimento é composto de elementos heterogêneos - a maioria deles indesejável. A segunda frente sob Raul Castro é definitivamente antiamericana e ambas as frentes têm o apoio dos comunistas. Os vários grupos que compõem a oposição revolucionária são mantidos unidos pelo desejo comum de derrubar o regime de Batista. Uma vez que ele é removido, as forças centrífugas dos interesses egoístas podem ser esperadas resultando em uma completa desintegração da oposição. Um período de caos certamente seguirá com derramamento de sangue, vandalismo e destruição desnecessária de vidas e propriedades inocentes.<sup>16</sup>

Havia a percepção, pelo que se lê no memorando anterior, de que os comunistas estavam usando os revolucionários, mas mantem-se a incerteza, por parte da embaixada, quanto a influência do Partido sobre o movimento armado até a queda da ditadura. A inquietação incessante do governo estadunidense era motivada também pela preocupação em relação aos negócios que mantinha na ilha, principalmente as propriedades e indústrias de produção de açúcar que pertenciam a cidadãos norte-americanos. Tanto o Movimento de 26 de Julho quando o PSP expuseram em seus programas uma série de demandas político-sociais de incluíam a reforma agrária e a nacionalização de empresas, de modo que a chegada de qualquer um destes grupos no poder traria problemas para os Estados Unidos. Em um memorando de 30 de dezembro de 1958, a embaixada relatou o pedido do governo cubano de suspensão do embargo de armas com a finalidade de assegurar a continuidade de Batista no poder e garantir que os EUA não encontrassem uma "Cuba comunista à sua

14 FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. 307. *Memorandum From the Director of the Office of Middle American Affairs (Wieland) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom)*. 1955–1957, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean, Volume VI, Washington, December 19, 1957.

15 FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. 121. *Paper Prepared by the Embassy in Cuba*. 1958–1960, Cuba, Volume VI, Havana, August 8, 1958.

16 FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. 121. *Paper Prepared by the Embassy in Cuba*.

porta."<sup>17</sup> O pedido de Batista foi negado, mas naquela altura o exército rebelde já estava entrando em Havana, o que provocou a saída do ditador da ilha nas vésperas do ano novo de 1959. A partir daquele momento, tanto o *Diario de la Marina* quanto a embaixada dos Estados Unidos tiveram que lidar com os novos atores políticos que tomaram o poder e dentre eles estavam os membros do Partido Socialista Popular. O desenvolvimento da Revolução Cubana provocou, dentre outras medidas, o fechamento do centenário *Diario*, que após a vitória rebelde não poupou críticas àquilo que já intitulava como “penetração comunista,” e a ruptura da relações diplomáticas e econômicas entre Cuba e os EUA num contexto de nacionalizações das empresas norte-americanas que haviam na ilha e de declaração do caráter socialista da Revolução no momento de invasão armada em Playa Girón por meio de uma expedição preparada pelos Estados Unidos.

### Considerações finais

O *Diario de la Marina*, apesar de seu forte anticomunismo, não se referia constantemente às atividades do PSP. Isso porque não queriam dar espaço para os comunistas, nem divulgar as atividades do PSP em seus órgãos. Fizeram o mesmo com as guerrilhas de Castro. A falta de informações não significa que os editores não tinham receio do ameaça comunista interna. As notícias sobre o contexto internacional refletiram diariamente o clima da Guerra Fria e a demonização da URSS era uma ação política constante do jornal. Este mecanismo político se refletia diretamente na formação do imaginário anticomunista insular ao associar o Partido com as atitudes políticas da União Soviética.

De maneira mais explícita, ficou latente a atenção dos EUA às atividades do PSP, pois o governo norte-americano tentou se prevenir para evitar a ascensão do Partido ao pressionar o governo de Batista na aprovação de leis anticomunistas e pedindo garantias à ditadura de que os comunistas não estavam atuando em cargos públicos (educadores, sindicatos, serviço público). Constantemente a embaixada se questionou sobre a relação do M-26-7 com o PSP, mas é importante lembrar que ambos os grupos incomodavam os norte-americanos por causa da perspectiva programática que defendiam. A embaixada deixou claro para seu governo os riscos que representava a queda de Batista e evidenciou o medo norte-americano quanto ao movimento comunista insular e sua perspicácia de infiltração em outras instituições e organizações.

No imaginário e nas representações que aparecem em ambas as fontes, os comunistas estavam prontos para se aproveitar da situação de crise. Os membros do Partido foram caracterizados como sorrateiros e estavam se introduzindo em todas as esferas de poder. Não há dúvidas de que a formação do imaginário anticomunista de alguns setores da sociedade cubana foi influenciado pelas notícias que circulavam na imprensa. Não há dúvidas também de que parte da repressão sofrida

---

17 FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. 200. *Telegram From the Department of State to the Embassy in Cuba*. 1958–1960, Cuba, Volume VI, Washington, December 30, 1958.

pelo PSP foi causada pela pressão dos EUA sob o governo de Batista por meio da embaixada norte-americana. Os documentos investigados revelaram os mecanismos de perseguição e isolamento do Partido, a percepção que se tinha do comunismo, os esforços para difundir uma representação negativa da ideologia e alguns mecanismos de funcionamento da ditadura cubana. Deste modo, ainda que forma breve, as questões abordadas lançaram luz à aspectos pouco discutidos pela historiografia brasileira, quais sejam o apoio dos Estados Unidos à Batista e os instrumentos, como o *Diario de la Marina* e a embaixada estadunidense, que impulsionaram a repressão ditatorial.



## Supercifuentes: um super-herói em luta contra o pinochetismo

Gabriela Freitas Rocha  
freitas.g@outlook.com

### Resumo

O assassinato do presidente Salvador Allende, no dia 11 de setembro de 1973, simbolizou a ruptura do Chile com sua “via chilena ao socialismo” proposta pelo governo da Unidade Popular e inaugurou um período de 17 anos em que o poder político esteve nas mãos de Augusto Pinochet. Este capítulo da história chilena foi marcado pelos assassinatos, torturas, exílios e repressão política e cultural contra os considerados simpatizantes dos projetos de esquerda.

Neste cenário de repressão política, surgem estratégias diversas de resistência política e cultural, dentre elas, as revistas de cultura. Estudaremos aqui a revista “La Bicicleta” que foi lançada em 1978 e circulou até 1990, cujo recorte temático abrange os movimentos musicais latino-americanos de resistência política. O objeto desta análise se detém com mais afinco a série de charges produzidas pelo cartunista chileno Hernán Vidal, conhecido como Hervi, cujo título, homônimo ao personagem principal, é Supercifuentes.

Nessas charges, Hervi traça uma crítica ao estereótipo de super-heróis americanos ao transformar um cidadão chileno comum em um super-herói assolado pelos desdobramentos políticos e econômicos do regime de Pinochet. Através desse conjunto de charges de estrutura fixa publicadas regularmente entre os números 3 de 1979 e 49 de 1984 da revista, problemas como: desemprego, repressão policial, censura moral, entre outros, são abordados com uma acidez crítica mais acentuada em relação ao conteúdo restante da revista.

O humor, em nossa análise, se torna uma ferramenta política por propor críticas, e consequentemente resistência, apropriando-se de uma linguagem verbal e não-verbal para difundir o ponto de vista do autor em relação à conjuntura política e econômica que será consumido por um público leitor que se identifique com as situações representadas. As revistas de humor e a produção de cartunistas, comediantes, e outros artistas têm sido estudadas no campo acadêmico pois conhecer os signos utilizados para estabelecer a comunicação entre o cartunista e seu público nos permite conhecer parcialmente a sociedade que analisamos, além de indicar por vezes os limites que a censura de governos ditatoriais impõe aos seus críticos.

**Palavras-chave:** Supercifuentes, humor gráfico, revistas culturais, Chile, ditadura.

## Introdução

O regime militar instaurado no Chile em 1973 foi implacável na perseguição ao marxismo e seus simpatizantes, utilizando exacerbadamente da violência para “extirpar o mal que assolava a sociedade chilena”, neste sentido, o projeto ditatorial de refundação social tentou sufocar as manifestações políticas e culturais<sup>1</sup> no país contrárias ao regime, o que resultou no exílio de muitos artistas e intelectuais de renome.

O exílio destes intelectuais e artistas suscitou a narrativa de um “apagão cultural” e de apatia política no país, justificado pela ausência destes sujeitos, e uma das consequências desse discurso foi o silenciamento da produção cultural e a resistência política dos indivíduos que permaneceram em território chileno.

A fim de refutar o discurso do “apagão cultural” chileno e o mito de apatia política, nos propusemos a analisar uma revista cultural chilena, denominada *La Bicicleta*, trabalhando, mais especificamente, uma das frentes de resistência política presente em seu projeto editorial, delineada pelo humor político.

As histórias em quadrinhos do Supercifuentes, personagem criado por Hervi, como é conhecido o cartunista Hernan Vidal, foram desenvolvidas a fim de compor a seção de criação da revista *La Bicicleta*. Suas narrativas criticam o regime de Pinochet, sobretudo, no que se refere às políticas neoliberais adotadas pelo regime. A análise deste objeto nos propiciou problematizar tanto a narrativa do “apagão cultural” quanto a da apatia política chilena, haja visto que, tornar risível as propostas de um regime compõe uma estratégia de deslegitimação, portanto, resistência, na tradição ilustrada chilena e, especificamente em nosso objeto, as historinhas teciam críticas diretas ao regime.

Ainda, o programatismo editorial<sup>2</sup> da revista na qual os quadrinhos do Supercifuentes foram publicados aponta sua vocação para a divulgação da produção artística chilena do contexto, assim como, uma reflexão sobre a função social da arte e do artista e dos símbolos de resistência que são elegidos neste meio. Esse trabalho desenvolvido na iniciação científica do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, com orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriane Vidal Costa e auxílio do Núcleo de Pesquisa de História das Américas (NUPHA), pretende dialogar com os diversos trabalhos em desenvolvimento dedicados às revistas culturais latino americanas, assim como, reforçar o espaço das histórias em quadrinhos como fontes históricas.

1 DONOSO FRITZ, Karen. Discursos y políticas culturales de la dictadura cívico militar chilena, 1973-1988. *Dossier Chile contemporáneo*, n. 29, agosto, 2012. Captado em: [http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/chile\\_donosofritz.pdf](http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/chile_donosofritz.pdf). Acesso em: 30 jul. 2018.

2 As fontes utilizadas para nossa pesquisa estão disponíveis nos arquivos online da Biblioteca Nacional do Chile. Revista *La Bicicleta* (1978-1990). Captado em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-100795.html#documentos>. Acesso em: 30 jul. 2018.

### La Bicicleta: resistência e arte

A revista *La Bicicleta* foi publicada entre 1978 e 1990, sem periodicidade definida, e alcançou 75 números publicados, além de 11 especiais temáticos. Por ser produzida em Santiago, no Chile, a revista passou por um processo de censura prévia que autorizava a publicação de seus números, o que influenciou diretamente na linguagem figurada adotada para a revista, marcada pelo abuso de metáforas e construções poéticas.

O corpo editorial de *La Bicicleta* era formado majoritariamente por universitários e, entre os principais nomes, figuraram Eduardo Yentzén e Paula Edwards. Fortemente marcada pela jovialidade, a revista pretendeu divulgar as manifestações e produções culturais do Chile durante o período ditatorial. Em um primeiro momento, pretendeu se dedicar ao teatro, à literatura, ao cinema e a música de maneira equânime, contudo, a música se tornou o nicho de especialização da revista.

A circulação da revista não pôde ser precisada por não termos encontrado, ainda, as informações de controle de periódicos e revistas chilenas de algum órgão oficial, segundo a autobiografia de Eduardo Yentzén<sup>3</sup> foram impressos 500 exemplares do primeiro número e o nono número da revista alcançou 10.000 exemplares impressos, demonstrando um crescimento vertiginoso no público-leitor. A respeito destes números, eles nos parecem indicar que houve uma significativa circulação desta revista fora do território chileno, tanto na América Latina -principalmente na Argentina- quanto na Europa, espaço de exílio de muitos intelectuais e artistas chilenos.

Algumas das estratégias de resistência que a revista propõe são, através de linguagem figurada traçar críticas ao regime ditatorial, divulgar manifestações artísticas pró-democracia e, principalmente, transformar a imagem do artistas exilados em símbolos de resistência. Desta forma, *La Bicicleta* designa como símbolos da arte chilena a cantora Violeta Parra, lembrada por sua vocação folclórica na canção, e Pablo Neruda, poeta chileno filiado ao Partido Comunista Chileno (PCC) e ministro do governo de Salvador Allende. Além, claro, de valorizar os principais artistas e grupos musicais dos movimentos da canção latino americana do período como, Silvio Rodriguez, Pablo Milanés, Mercedes Sosa, Victor Jara, entre outros.

### O Supercifuentes e seu repertório de resistência política

Refletir sobre o Supercifuentes incide diretamente em pensar a respeito de seu criador, Hernán Vidal. Hervi nasceu em 1943 em Santiago, Chile, e começou a trabalhar como cartunista aos 13 anos, se formou em arquitetura na *Escuela Experimental de Educación Artística y en la Facultad de Arquitectura de la Universidad de Chile* em 1975 e durante o governo da Unidade Popular foi o diretor de arte das coleções *Cuncuna*, do Editorial Quimantú, voltadas para o público infantil. Atualmente,

3 YENTZÉN, Eduardo Péric. La voz de los setenta. Un testimonio sobre la resistencia cultural a la dictadura, 1975 - 1982. Santiago, 2014, p.200.

Hervi trabalha como cartunista no jornal *La Tercera*, em 2012 foi condecorado com o prêmio *La Catrina*, uma premiação que visa homenagear os melhores cartunistas da América Latina.

O Supercifuentes foi um personagem desenvolvido por Hervi para a revista *La Bicicleta*, sua primeira aparição se deu no nº03 da revista, lançado em 1979 e, a partir deste momento, todas as revistas até o nº49 apresentaram quadrinhos do Supercifuentes. Nesta série de quadrinhos, Hervi criou um super-herói que é reflexo da sociedade chilena, por isso a personagem é constantemente assolada por problemas como desemprego, consumismo e inflação. As críticas desenvolvidas nos quadrinhos se concentram prioritariamente no viés econômico, mas perpassa em alguns momentos questões como a importação de produtos materiais e culturais, violência policial, a transformação da educação em um mercado, dificultando o acesso da população, entre outros.

Cifuentes, o homem chileno que se converte em super-herói, trabalha nas ruas de Consumópolis vendendo quinquilharias, geralmente sem utilidade prática. Possui super-audição, super-força e voa mas, ao usar esses poderes, Cifuentes acaba se envolvendo em algum problema que culmina na sua prisão. Na prisão, Cifuentes dialoga com outros presos e são esses diálogos que criticam de maneira mais ácida às práticas do governo.

Essa é uma estrutura fixa que se repete em todas as 37 histórias em quadrinhos protagonizadas pelo Supercifuentes. Dessas 37 histórias em quadrinhos, 20 tratam diretamente de políticas econômicas do regime de Pinochet, muitas vezes os quadrinhos trazem referências internacionais como, por exemplo, as relações diplomáticas entre Chile e Argentina durante o regime, o “*peligro rojo*” que assola o Chile, entre outros.

Sobre o processo de criação do personagem e a entrada de Hervi em *La Bicicleta*, Eduardo Yentzén descreve

Recuerdo haber ido a visitar a Hervi a su casa en Lord Cochrane. Tenía ya una larga trayectoria de humor gráfico y nos habían dateado que se las jugaba por la democracia. Iba con la idea de proponerle la creación de un personaje que retratará sutilmente la época que estábamos viviendo, y que escribiera una tira para nuestra revista, por cierto que gratis. Hervi no dudó un segundo, y un par de semanas después me dejaba caer de nuevo por su casa para retirar la primera tira del Supercifuentes. (YENTZÉN, 2014, p.89-90).

Pensamos no conceito de pinochetismo associado aos quadrinhos do Supercifuentes por notar que a crítica dos quadrinhos reside, exatamente, na incongruência de um liberalismo econômico voraz<sup>4</sup> e um conservadorismo social acentuado. Sobre essa associação, Verónica Valdívía assera

o personalismo da ditadura chilena, definido como Pinochetismo, tem relação com o caráter projetual do regime, o qual deu lugar a uma refundação total do país, identificada como uma “guerra social”, ou seja, uma guerra contra o

4 GAUDICHAUD, Franck. Las fisuras del neoliberalismo maduro chileno. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 15-26 (cap. 1).

marxismo que seria travada fundamentalmente nas frentes econômicas, sociais e políticas, e que devia dar lugar a uma nova estratégia de desenvolvimento e a um novo sistema de crenças e valores na população chilena. *Tal disposição refundacional requeria um projeto global, assunto sobre o qual se conseguiu entrar em consenso no fim dos cinco primeiros anos de ditadura e que era uma mescla entre o neoliberalismo, o autoritarismo e a doutrina de seguridade social.* [grifo nosso] (VALDIVIA, 2015, p. 123)

O humor de Supercifuentes é apropriado como uma forma de resistência porque o uso do humor político visa deslegitimar, através da ridicularização, a atuação de um regime ou de um político. Esse processo de deslegitimação política através do humor faz parte do repertório de atuação política chileno desde o século XIX, com o aprimoramento técnico da imprensa<sup>5</sup> e foi, ainda no século XIX, intensamente utilizado em disputas eleitorais<sup>6</sup>.

Nós entendemos que a produção de charges, caricaturas e histórias em quadrinhos de crítica política não são responsáveis por mudanças de regimes políticos, todavia, são capazes de atingir a opinião pública, gerando, por vezes, um desgaste na imagem de um político ou de um regime e, por isso, são elementos importantes de um determinado contexto político de um período<sup>7</sup>. Para além, a leitura de publicações críticas funda uma rede de sociabilidade entre o público-leitor que, subentende-se, partilha das críticas expostas no texto<sup>8</sup>.

Devido à ausência de informações institucionais sobre a circulação de *La Bicicleta* não foi possível aferir o impacto dos quadrinhos do Supercifuentes, todavia, seu posicionamento dentro da revista, ocupando as primeiras páginas dos números, assim como, a produção de um especial totalmente dedicado ao Supercifuentes indica a popularidade do personagem entre os leitores da revista.

### Quadrinhos, humor e pesquisas históricas

A entrada das histórias em quadrinhos no meio historiográfico se deu através da terceira geração dos Annales, inaugurada por Pierre Nora e Le Goff<sup>9</sup>, que propôs a presença de novos sujeitos, novos problemas e novas abordagens para os estudos históricos, buscando integração da

5 La ilustración editorial en Chile(1812-1920). Captado em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-31484.html#presentacion>. Acesso em: 30 jun. 2018.

6 La sátira política chilena en el siglo XIX. Captado em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-708.html>. Acesso em: 30 jun. 2018.

7 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 09-31.

8 BURKART MARA. De Satiricón a Humor: Risa, cultura y política en los años setenta. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017.

9 O lançamento da coleção “Faire de l’histoire” organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1974 inaugurou essa terceira geração dos Annales e marcou o momento de menor vínculo entre a produção destes historiadores e a revista fundada em 1929.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Apresentação a Faire de l’histoire. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio F. da (orgs.). Nova História em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, 2011, v. 1, p. 123-127.

História às demais Ciências Humanas. Aliada às bases lançadas pela terceira geração dos Annales, em um diálogo com as concepções da Nova História Política e das perspectivas do poder consolidadas por Foucault<sup>10</sup>, tratamos um objeto político inserido no âmbito civil, ou seja, partilhando da perspectiva de poder e política independente dos meios oficiais e disseminado socialmente.

Apesar desse objeto de estudo já estar consolidado no meio acadêmico, não só na História, como na Comunicação Social e nos estudos de linguagem, a análise de quadrinhos impõe certas próprias deste objetivo. Dentre elas, as principais são o fornecimento limitado de informações que produzem o humor, o resultado da limitação de informações é “datar” o quadrinho, que precisa de informações contextuais para que sua interpretação se complete.

Outra questão inerente ao estudo de quadrinhos é o cruzamento da linguagem denotativa e conotativa fortemente marcada pelo uso de expressões coloquiais, abreviações e gírias, no caso de estudo de charges estrangeiras, esses coloquialismos se tornam um problema ainda maior. O problema da linguagem figurada reside nas diversas interpretações que ela possibilita. Não podemos também, excluir o caráter artístico destas produções e as características visuais que compõem o traço do artista e os quadrinhos, reforçando as mensagens da narrativa textual desconstruindo o texto do quadrinho, construindo uma antítese.

Assim como os quadrinhos, nosso outro objeto de análise, o humor é assunto recorrente em pesquisas da Filosofia e das Ciências Humanas. Já na antiguidade clássica, Aristóteles afirmava que o riso é próprio do homem, Platão considerava o riso uma mudança violenta da alma. Dentro destas perspectivas sobre o humor, pretendemos dialogar com a concepção de Alain Deligne<sup>12</sup> de que o momento de riso é a ausência do controle do indivíduo sobre si ou sobre outrem, por isso, as ditaduras perseguem o riso e, por isso, é recorrente que se produza humor nesses períodos. Segundo Elias Thomé Saliba, “o humor incentivou laços de sociabilidade, sublimou agressões ou ressentimentos, administrou o cinismo ou estilizou a violência”(SALIBA, 2017, p.1). Saliba entende ainda que o humor foi a arma social e política dos impotentes, por expressar sua insatisfação de um modo incensurável<sup>13</sup>.

10 FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.174.

11 O poder para Foucault é fator produtor de individualidade, de mais poder, de segregação e de junções, se espalhando e configurando-se em um micropoder, que é mais eficaz que o poder reconhecido como autoritário por não ser detectável. Foucault percebe o poder como fator determinante de legitimidade discursiva, o que justifica, nos estudos acadêmicos, a introdução de novos sujeitos na história.

12 DELIGNE, Alain. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo?. In: LUSTOSA, Isabel. Imprensa, humor e caricatura. A questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 29-46.

13 Saliba, Elias Thomé. Treze Obras para conhecer a história cultural do humor. In: Faria, João Roberto. (Org.). Guia Bibliográfico da FFLCH-USP. 1ed.São Paulo: FFLCH USP, 2016.



### Possibilidades de pesquisa

As revistas culturais latino americanas têm sido objetos de estudos recorrentes no meio acadêmico por oferecerem possibilidades de estudo de redes e resistência intelectual<sup>14</sup>, história e literatura, história e canção, história e teatro, entre outros. Em nosso caso, *La Bicicleta* figura em muitos estudos sobre história e canção latino americana, com ênfase nos movimentos musicais da década de 1980 iniciados no Chile, com a Nueva Canción, em Cuba, com a Nueva Trova, o rock argentino, entre outros<sup>15</sup>.

Todavia, apesar de ser amplamente utilizada como fonte, *La Bicicleta* não foi utilizada ainda como objeto de estudos de estudos historiográficos, apesar de fornecer muitas possibilidades de pesquisa que perpassam as redes mobilizadas por seu corpo editorial, assim como, a relação dos artistas e intelectuais do exílio com a revista, a circulação e recepção destes números na sociedade chilena e nas comunidades do exílio, a atuação dos órgãos de censura do regime em relação à revista.

### Conclusão

Esta breve pesquisa nos possibilitou perceber que ao passo em que o regime de Pinochet tomava medidas para desestruturar a produção artística chilena e privilegiava a entrada de produções culturais importadas, assim como, buscava interferir no âmbito privado a fim de garantir a inserção social de novos valores no Chile, os sujeitos contrários à este projeto mobilizaram estratégias de resistência de acordo com as brechas de atuação deixadas pelos órgãos de censura do Estado.

Neste sentido, *La Bicicleta* pode ser lida como uma revista de resistência pois, apesar de não efetuar críticas ásperas e diretas ao regime, mobilizou a produção artística e buscou resistir, através de linguagem simbólica aos excessos da ditadura. Um dos símbolos utilizados pela revista foi o *Supervivientes*, que munido das estratégias correntes de deslegitimação política na imprensa, pôde desenvolver críticas mais acentuadas ao governo. As narrativas dos quadrinhos demonstram que de heroico Cifuentes tinha muito pouco mas, produzir humor em uma conjuntura fortemente marcada pela violência, tortura, assassinato e exílio acaba por se converter em uma missão hercúlea.

Apesar do pequeno recorte que nossa pesquisa elucidada, ela dialoga com muitos outros trabalhos que percebem na ditadura argentina e brasileira o estabelecimento de uma resistência nas mídias alternativas e, que principalmente, encontraram no humor uma arma de maior potência. Nomes como Henfil, por exemplo, são elucidativos do poder que um artista, um pincel e sua insatisfação tem em disputar com a narrativa oficial a opinião pública, é neste sentido, e com esta motivação, que envergamos este trabalho.

14 COELHO NETO, Raphael. Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile (1977-1989). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017, p. 464.

15 Para maiores informações a respeito dos movimentos musicais latino americanos ler: GOMES, Caio de Souza. Quando Um Muro Separa, Uma Ponte Une: Conexões Transnacionais na Canção Engajada na América Latina nos Anos 1960. São Paulo: Alameda, 2015, p.230.

## Trajетória política-institucional da Fiocruz (1988-2003): o público e o privado

Тiago Siqueira Reis  
siqueira.treis@gmail.com

### Resumo

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é a principal instituição estatal na área da saúde, vinculada ao Ministério da Saúde brasileiro, responsável pela prestação de serviços em ciência, tecnologia, pesquisa, ensino e produção de vacinas e medicamentos. Para além da sua importância a nível nacional, a Fiocruz é reconhecida como a maior instituição de saúde na América Latina. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a trajetória político-institucional da Fiocruz, a partir da discussão do seu modelo de gestão, entre os anos de 1988 e 2003. Nosso objetivo consiste em identificar os conflitos entre os ideais público e privado relativos à fundação, explorando os itinerários que culminaram na edificação de um projeto institucional de orientação empresarial, tomando como referência o conceito de Estado Ampliado de Antônio Gramsci para compreendermos as relações de poder no interior da entidade. Definiu-se como baliza temporal o ano de 1988, referente ao enquadramento da instituição na personalidade jurídica de Fundação Pública de Direito Público, anteriormente respondia pelo Direito Privado (1970-1988), até 2003, quando define seu modelo de gestão e estabelece o estatuto oficial vigente até os dias de hoje.

**Palavras-chave:** Fiocruz, trajetória institucional, público e privado.

### Fundação Oswaldo Cruz

A Fiocruz é uma instituição pública e estatal de ciência e tecnologia em saúde, criada em 25 de maio de 1900 a partir do Instituto Soroterápico Federal que em 1970 por meio da fusão de distintas entidades<sup>1</sup> vinculadas ao Ministério da Saúde deu origem ao complexo fundacional denominado Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Sediada na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de

<sup>1</sup> De acordo com o Decreto nº 66.624, de 22 de maio de 1970, as seguintes entidades passam a compor a Fundação Instituto Oswaldo Cruz: Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança, o Instituto Nacional de Endemias Rurais do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Instituto Evandro Chagas e o Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepra. No mesmo ano a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e Instituto de Produção de Medicamentos e Produtos Profiláticos (Ipromed) foi integrado a Fiocruz. A Fundação Instituto Oswaldo Cruz passa a se chamar Fundação Oswaldo Cruz em 1974 através do Decreto nº 74.891. O Instituto Soroterápico que em 1908 foi rebatizado para Instituto Oswaldo Cruz tornou-se a base estrutural da Fiocruz, por esse motivo a historiografia e a própria entidade assumem que sua história tem início em 1900.

Manguinhos, Brasil, a fundação se destaca como a mais importante do setor na América Latina e um dos mais proeminentes patrimônios científicos e tecnológicos da saúde brasileira, voltado para a finalidade de ensino, pesquisa, informação, tecnologia, produção de bens e serviços e apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde brasileiro, produção de vacinas e farmacológicos e com objetivo de contribuir para a melhoria e qualidade de vida da população<sup>2</sup>.

A Fiocruz é responsável pela prestação de serviços em ciência, tecnologia, pesquisa, ensino e produção de vacinas e medicamentos. Para além da sua importância a nível nacional, a Fiocruz é reconhecida como a maior instituição de saúde na América Latina. Durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985) ocorreu a fusão de seis institutos de saúde pública, dentre eles o Instituto Oswaldo Cruz, formando o que conhecemos hoje como Fiocruz<sup>3</sup>. Após a criação do complexo fundacional em 1970, o regime civil-militar atribuiu a esse novo empreendimento a natureza jurídica de Fundação Pública de Direito Privado.

A ditadura brasileira criou a Fiocruz com a feição de uma empresa privada, seguindo as mesmas normas legais e métodos do setor privado, porém, mantendo seu vínculo com o Estado de instituição prestadora de serviço público e sem fins lucrativos. Essa flexibilidade no campo jurídico, administrativo e das relações de trabalho, durou até o ano de 1988. A constituição previu que a Fiocruz não deveria mais ser designada juridicamente de Fundação Pública de Direito Privado, passando a seguir a norma jurídica de Fundação Pública de Direito Público.

A nova natureza jurídica passa a restringir as flexibilidades administrativas, como por exemplo, contratos sem licitação pública, ausência de controle financeiro e dos processos administrativos, que agora no Direito Público passam a ser analisados e auditados por órgãos do governo federal, entre outras restrições. De instituição típica do setor privado, a Fiocruz passa para a alçada do governo e tem por obrigatoriedade que seguir as normas de uma instituição governamental, com regras, diretrizes, procedimentos específicos do serviço público.

Um dos desdobramentos da Constituição consistiu na promulgação em 1990 da lei do Regime Jurídico Único, que é o estatuto do servidor público brasileiro. Em resumo, o Regime Jurídico Único serve como estatuto do trabalhador público ou servidor público. Ele garante uma série de proteções e direitos aos trabalhadores estabelecidas em Lei, sendo o principal deles a estabilidade no emprego. Já no regime Celetista, o trabalhador é regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas

2 FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Relatório de Atividades 2000*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

3 De acordo com o Decreto nº 66.624, de 22 de maio de 1970, as seguintes entidades passam a compor a Fundação Instituto Oswaldo Cruz: Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança, o Instituto Nacional de Endemias Rurais do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Instituto Evandro Chagas e o Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepra. No mesmo ano a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e Instituto de Produção de Medicamentos e Produtos Profiláticos (Ipromed) foi integrado à Fiocruz. A Fundação Instituto Oswaldo Cruz passa a se chamar Fundação Oswaldo Cruz em 1974 através do Decreto nº 74.891. O Instituto Soroterápico que em 1908 foi rebatizado para Instituto Oswaldo Cruz tornou-se a base estrutural da Fiocruz, por esse motivo a historiografia e a própria entidade assumem que sua história tem início em 1900.

(CLT), no qual o trabalhador se liga ao empregador ou ao Estado por meio de um contrato e não por uma lei. No regime celetista o trabalhador não possui o direito da estabilidade no emprego, ele segue as mesmas premissas normativas do trabalhador das empresas privadas.

Após a constituição designar uma nova natureza jurídica para a Fiocruz, os anos subsequentes foram marcados por um intenso debate interno na instituição a fim de buscar alternativas para flexibilizar o direito público e em primeira instância resgatar o direito privado. A Fiocruz não conseguiu a retomada do Direito Privado, mas em 1998 optou por criar um modelo de gestão misto formado por ela (instituição pública) e uma empresa privada (REIS, 2016). Essa empresa privada responderia pelo modelo de fundação de apoio privado, entidades que prestam serviço às instituições federais de ensino, pesquisa e extensão<sup>4</sup>.

Dessa forma, a Fiocruz passa a contar com uma entidade de natureza privada, porém, sem fins lucrativos para atuar na gestão administrativa, logística e financeira dos projetos da Fiocruz. A justificativa adotada pela direção da Fiocruz para esse modelo é a possibilidade de flexibilizar as ações administrativas e os processos internos. O interesse da entidade consiste em atuar conforme a empresa privada nos moldes do que vinha ocorrendo na ditadura civil-militar, mas sem perder de vista sua natureza pública, que lhe permite gozar da estrutura estatal, receber recursos financeiros, vantagens em negociações, em compras nacionais e internacionais, entre outros benefícios de estar vinculado ao poder público (REIS, 2016).

Nesse sentido, a Fiotec enquanto fundação de apoio privado tem por objetivo prestar serviços de apoio logístico, administrativo e financeiro aos projetos desenvolvidos pela Fiocruz em nível nacional e internacional nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, subdivididas em: ensino e pesquisa, produção de bens e insumos para a saúde, serviços de referência em saúde, informação em saúde, desenvolvimento institucional e promoção de eventos técnico-científicos. Para além disso, em agosto de 2009, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro reconheceu a Fiotec como Organização Social (OS). Essa medida permite que a empresa exerça atividades de interesse público na gestão de projetos desenvolvidos pela Fiocruz em parceria com as secretarias de Governo estadual e municipal de saúde do Rio de Janeiro. A nova habilitação contribui para que a instituição alcançasse um elevado grau de desenvolvimento, ampliando suas funcionalidades e importância no arcabouço político da Fiocruz.

### **Estudo da relação Fiocruz x Fiotec: desafios e reflexões teórico-metodológico**

As principais ideias e justificativas teóricas para a existência das fundações de apoio privado vinculadas as instituições públicas, deve-se as noções de “público não-estatal” e terceiro setor, entendidas como sendo a transferência de serviços e gestão pública para organizações não-governamentais.

4 FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Relatório Final do III Congresso Interno: Fiocruz Pública e Estratégica*. Rio de Janeiro, Biblioteca Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, 1998.

mentais, de direito privado, sem fins lucrativos e que não utilizem diretamente servidores públicos no seu quadro de trabalhadores. Bresser Pereira, certamente é o expoente dessa corrente interpretativa, no qual defende a setorização das esferas sociais em três níveis: o primeiro setor (Estado); o segundo setor (mercado) e; o terceiro setor (sociedade civil)<sup>5</sup>. Assim, a sociedade civil comportaria nessa concepção as entidades do terceiro setor e as ditas instituições “público não-estatal”, sem, contudo, estabelecer com precisão os limites para adequação nesse segmento, pois, no terceiro setor misturam-se fundações privadas relativas a interesses empresariais, como a Fundação Roberto Marinho e Fundação Santander, com movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e fundações de apoio que prestam serviços públicos na área de educação, ciência e tecnologia e saúde<sup>6</sup>.

Nesse sentido, atribui-se ao Estado o campo da política, ao mercado a função econômica e a sociedade civil o âmbito social. A sociedade civil nessa interpretação é tratada de modo positivo formada por “associações voluntárias”, auto organizadas, marcadas por laços de solidariedade, atuando de forma autônoma, sendo responsável por harmonizar a relação Estado e mercado, bem como por manter a coesão social, promovendo a cidadania e a democracia participativa.

Contrário a tal perspectiva, defende-se que a fragmentação setorial das esferas sociais proposta pelos neoliberais “isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles que, portanto, desistoriciza a realidade social”<sup>7</sup>. Assim, partimos do conceito de Estado ampliado/integral de Antônio Gramsci. O marxista italiano na tentativa de compreender as formas de organização da dominação no capitalismo nas sociedades ocidentais, tendo como horizonte a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, desenvolveu uma análise ampliada da noção de Estado. Para Gramsci, o Estado é formado pela sociedade política<sup>8</sup> e sociedade civil, que se constituiu através do nexo dialético de unidade-distinção, ou seja, uma inseparável relação entre o exercício da dominação que se expressa na sociedade civil e a coerção na sociedade política, mesmo que ambos possuam funcionamentos distintos<sup>9</sup>. Dessa forma, entendemos o Estado como uma relação social concebida por Nicos Poulantzas como “a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado”<sup>10</sup>.

Gramsci se distanciando de uma visão economicista da história, defende que o Estado não é um sujeito autônomo, tampouco o comitê exclusivo dos interesses da burguesia, mas um Estado que se ampliou e que também está atravessado pelas lutas de classes de interesses dos trabalhado-

5 BRESSER-PEREIRA, L. C. & GRAU, N. C. (Org.). *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

6 Não há um conceito definido ou um marco regulatório do terceiro setor no Brasil. No Brasil, Bresser Pereira é o principal ideólogo desse projeto.

7 MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2. ed., 2003, p. 53.

8 A sociedade política também chamada por Gramsci de “Estado-governo” ou “Estado do político” é o Estado em seu sentido restrito, correspondente ao aparelho governamental voltada para a administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem de maneira ativa ou passivamente.

9 GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

10 POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 147.

res. Nesse sentido, Gramsci sustenta que a sociedade civil é formada por um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos sociais coletivos que organizam as vontades coletivas, visões de mundo, as consciências sociais de modo a adequá-las ou não aos interesses das classes dominantes, através de formas de dominação por meio do convencimento<sup>11</sup>. Dessa forma, será na sociedade civil que ocorre o processo de “luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista”<sup>12</sup>.

A noção de Estado Ampliado se mantém atualizada para o estudo da história política contemporânea, sobretudo, na busca por compreender como se organiza a dominação na sociedade civil atual a partir da investigação de seus aparelhos privados de hegemonia. Entretanto, seguindo uma análise a rigor do conceito gramsciano, tanto Fiocruz como Fiotec não são entendidas como aparelhos privados de hegemonia, mas como integrantes da infraestrutura. Por outro lado, no contexto em que Gramsci desenvolveu seu conceito de Estado Ampliado, não existia fundações públicas nos termos da Fiocruz e fundações de apoio privado. Tais relações institucionais não faziam parte da realidade investigada por Gramsci.

Desse modo, poderíamos dizer que a Fiocruz por integrar o âmbito público federal pode ser compreendida como Estado restrito nos termos gramscianos? A Fiotec por não almejar lucro e responder diretamente ao ente público a ela relacionado (Fiocruz) pode ser vista como um aparelho privado de hegemonia (APH)? Certamente que a segunda hipótese é de mais fácil resolução, tendo em vista que os APHs possuem como característica a organização voluntária e coletiva, na qual as vontades coletivas são reunidas em ações organizadas por intelectuais orgânicos. A Fiotec atua e se organiza conforme uma empresa, porém não se presta ao lucro, o que não é o mesmo que dizer que produz lucro.

Quanto a Fiocruz ser vista como integrante do Estado restrito é ao nosso entender uma das grandes dificuldades da presente pesquisa. Apesar de situar no âmbito do Estado, a Fiocruz possui autonomia e detém de uma trajetória e especificidade própria. Por outro lado, não pode ser encarada como uma empresa em seu sentido estrito sensu. Para além dessas dificuldades conceituais, o aporte teórico e metodológico de Estado Ampliado, permite com que sejam circundadas as relações de poder entre Fiocruz e Fiotec.

A relação Fiocruz e Fiotec está diretamente ligada ao Estado em seu sentido estrito e as disputas na sociedade civil, pela natureza social, pública e estatal das diretrizes estruturais e funcionais da Fiocruz. Portanto, compreender a relação entre essas instituições é de alguma maneira perceber os meandros da luta de classes na sociedade civil e suas novas facetas na contemporaneidade, com novos obstáculos e adaptações conceituais.

11 GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

12 FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história*. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010, p. 133.



## Guerra fiscal na década de 1990: Estados e montadoras

Fernando Marcus Nascimento Vianini\*  
fernandomvianini@gmail.com

### Resumo

O texto pretende debater o Novo Regime Automotivo (NRA), aprovado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e suas implicações. Em 14 de dezembro de 1995, o governo lançou Medida Provisória nº 1.235, o governo federal brasileiro lançou o NRA, com o objetivo de, através de eliminar certos impostos de importação, atrair novos investimentos para o setor automotivo. Logo no início, esta política sofreu pressões dos governos estaduais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, clamando por uma medida que desconcentrasse os investimentos da região sudeste, sendo, assim, aprovada uma lei que garantia incentivos maiores para as empresas que viessem a se instalar nestas regiões. Assim, os governos estaduais iniciaram um processo de Guerra Fiscal, abusando de medidas de desoneração e doação de terrenos para atrair as empresas para seus estados. A literatura identificou quatro fases, em que gradativamente foram ampliadas as concessões destinadas às montadoras. Como resultado, a guerra fiscal entre os governos estaduais e municipais foi uma competição de puro desperdício, em que as melhorias do bem-estar a longo prazo pareciam ser insignificantes e acarretaram em consequências perversas para outras regiões. Os custos para o governo e a população foram altos e as contrapartidas das empresas, além de superestimada pelo governo, eram incertas e indefinidas. Assim, o NRA significou uma submissão do poder público aos interesses privados, no caso das montadoras de capital externo aprofundou a desnacionalização do maior setor fornecedor da América Latina, permitindo que as empresas de capital nacional fossem absorvidas pelo capital estrangeiro, que por seu turno, recebeu maiores incentivos que as empresas locais. Ademais, a prática de guerra fiscal comprometeu a capacidade financeira dos estados e municípios, distorceu competição de mercado e acabou reduzindo o investimento privado, que foi compensado pelo aumento dos gastos públicos. Além de não arrecadar tributos, o governo investiu em infraestrutura e modernização para a chegada das empresas, sem haver um retorno à maior parte da população. Foram consultadas fontes primárias e secundárias para a realização deste trabalho.

**Palavras-chave:** Indústria brasileira, guerra fiscal, setor automotivo

1 \* Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O governo Fernando Henrique Cardoso, que perdurou entre 1995 e 2002, optou pelas continuidades das reformas neoliberais e da abertura econômica, consideradas responsáveis pela modernização tecnológica e pela reestruturação do setor industrial. Foram lançadas medidas de desregulamentação dos fluxos de capitais; realizadas novas privatizações em setores como telecomunicações e gás; permitida a entrada de capital externo em setores estratégicos, como petróleo, telecomunicações e energia elétrica; e alterada a Constituição de 1988, através da Emenda Constitucional nº 6, garantindo o fim da distinção entre o capital nacional e estrangeiro, o que implicou em habilitar as empresas estrangeiras a receberem incentivos e subsídios das agências de fomento do governo e seu acesso a diversos setores da economia.<sup>2</sup>

Outras transformações ocorreram durante o governo FHC. Em primeiro lugar, se consolidou o Mercosul, alterando as estratégias das montadoras que, a partir de 1994, procuraram ampliar a complementação das linhas de produção presentes nos países do bloco comercial, eliminando a duplicação da produção de determinados veículos.<sup>3</sup> Em segundo lugar, ocorreu o aumento do custo de produção, o excesso de concorrência e a saturação dos mercados nos países desenvolvidos, que disponibilizaram grandes somas de capital externo para serem investidos em países com mercados mais baratos para produzir e maior potencial de consumo.<sup>4</sup> Num contexto em que o governo abriu a economia e desregularizou os fluxos de IDE, o Brasil se tornou um dos alvos preferenciais para este capital, tanto o especulativo quanto o produtivo. O fluxo de IDE a partir de 1995 se dirigiu para os setores industrial e de serviços e principalmente onde as empresas multinacionais possuíam maior presença, como no setor automotivo e químico. Em geral, no setor fornecedor, o IDE ocorreu por meio de compra ou de fusões de empresas já estabelecidas, em especial empresas de capital nacional em dificuldades.<sup>5</sup>

Durante o governo FHC ocorreu o lançamento do Novo Regime Automotivo Brasileiro (NRA). O NRA surgiu como resposta à criação de um regime automotivo pela Argentina, que passou a atrair muito mais investimentos externos que o Brasil. Assim, o governo brasileiro, temendo ser superado pelo país vizinho, procurou a conformação de um regime automotivo nacional. A lei 9.449 e o decreto 1.863 regulamentaram o NRA.

A primeira teve origem na Medida Provisória nº 1235, de 14 de dezembro de 1995, que reduziu o imposto de importação em 90% sobre máquinas, equipamentos, moldes e instrumentos de controle de qualidade, matérias-primas, componentes, peças, conjuntos e pneumáticos; e em

2 DULCI, João Assis. *Desenvolvimento regional e mercado de trabalho em perspectiva comparada: Vale do Paraíba Fluminense e Camaçari (BA)*. 341 fs. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

3 BEDÉ, Marco Aurélio. A política automotiva nos anos 90. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) *De JK a FHC: a Reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

4 DULCI. *Desenvolvimento regional e mercado de trabalho em perspectiva comparada*.

5 ARBIX, Glauco. *Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro*. 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/2CZm4SO>>. Acesso em: 11/07/2014.

até 50% sobre a importação de veículos completos, peças, componentes e conjuntos.<sup>6</sup> A Medida Provisória nº 1.235 foi consolidada na Lei nº 9.449.<sup>7</sup>

O decreto nº 1.761, de 26 de dezembro de 1995, regulou a participação das empresas nestas operações de importação com tarifas reduzidas. As empresas beneficiárias seriam as produtoras de veículos de passeio, comerciais leves e pesados, ônibus, tratores e carrocerias, e as fornecedoras de peças, componentes e conjuntos, instaladas no país ou que viessem a se instalar (chamadas de *newcomers*). Para a importação de bens de capital, a redução definida era de 90% do imposto. Para insumos, seria de 85% em 1996, 70% em 1997, 55% em 1998 e 40% em 1999, prazo limite do programa. O decreto estabelecia que para cada bem de capital produzido no país, a empresa poderia importar um bem de capital com redução de imposto, até 31 de dezembro de 1997. Após esta data, para cada um e meio bem de capital produzido no país, seria liberado a importação de um bem de capital com redução de imposto. Já para as aquisições de matérias primas, a proporção deveria ser de uma produzida para uma importada. Para as *newcomers*, as proporções seriam calculadas com base num período de três anos, contendo um índice mínimo de nacionalização de 60% e considerando os insumos originários do Mercosul como nacionais para a apuração deste valor. Este decreto ainda afirmou que em caso de prejuízo na produção nacional, seriam estabelecidos limites adicionais para a importação de bens de capital, autopeças e matérias-primas. Em seguida, o governo promulgou o Decreto nº 1.863, em 16 de abril de 1996, que nada mais era que uma reedição do decreto 1.761.<sup>8</sup>

A política possuía vigência de 1995 a 1999, procurou atrair e consolidar novos investimentos e tinha como objetivos: a manutenção do funcionamento das montadoras e fornecedoras já instaladas no país, sendo as montadoras vistas como instrumento de modernização industrial e reestruturação tecnológica; a atração de novas companhias; o estímulo para a construção de novas plantas; a reestruturação setorial através dos processos de fusão e aquisição; a consolidação do Mercosul, sendo o Brasil um elemento chave do bloco; e a produção de 2,5 milhões de veículos em 2000.<sup>9</sup>

Ambas as leis que regularam o NRA vigoraram até 31 de dezembro de 1999. Dezesseis montadoras, cento e cinquenta fornecedoras e vinte e nove empresas de outros setores produtivos aderiram à política, que ainda foi um elemento a mais para a deflagração da chamada “Guerra Fiscal”. Os governos estaduais, na tentativa de criar diferenciais que objetivam a atração de incentivos privados, se valeram de medidas distintas como o fornecimento de crédito subsidiado, investimento em infraestrutura e isenção ou redução de impostos estaduais e municipais.

6 BRASIL. *Medida provisória nº 1.235*, de 14 de dezembro de 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/1990-1995/1235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/1235.htm)>. Acesso em: 10/07/16.

7 BRASIL. *Lei nº 9.449*, de 14 de março de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9449.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9449.htm)>. Acesso em: 10/07/16.

8 BRASIL. *Decreto nº 1.863*, de 16 de abril de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1863.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1863.htm)>. Acesso em: 10/07/16.

9 ARBIX. *Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro*; BELIEIRO JÚNIOR, José Carlos Martines. *Política e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: a experiência do setor automotivo*. 2012 Disponível em: <<http://bit.ly/2D1BS7w>>. Acesso em: 05/04/17.

Segundo o conceito de Alves, guerra fiscal é o processo pelo qual os governos estaduais procuraram intervir no procedimento privado de alocação espacial, seja no deslocamento de plantas existentes ou na instalação de novas unidades.<sup>10</sup> Os governos utilizaram estímulos para influenciar no processo de concorrência das empresas já instaladas e empregaram incentivos fiscais para favorecer determinados setores estabelecidos localmente frente à grupos empresariais do mesmo setor instalados em outros estados. O processo de guerra fiscal é tido como permanente, na medida em que existe desde a década de 1960, através da operacionalização dos programas estaduais, ainda que os incentivos tenham variado de acordo com o período e não se restringindo ao setor automotivo.

No setor automotivo esta questão atingiu uma escala maior na mídia, que pode ser explicada devido ao montante dos investimentos, das concessões estaduais e da concentração temporal destes processos e em razão da ação do governo federal, que adotou uma postura de não intervenção, distinta de períodos anteriores, quando procurava interferir sobre os efeitos da guerra fiscal. Todavia, na ausência de um Estado central coordenador e com uma estratégia de desenvolvimento, os governos estaduais e municipais subordinaram suas políticas de desenvolvimento aos interesses e estratégias privadas.<sup>11</sup>

Os governos estaduais e municipais passaram a ofertar como contrapartida para a instalação local das empresas o ICMS, utilizado como mecanismos de financiamento; a doação de parte ou de todo o terreno onde a planta seria instalada; a construção da infraestrutura viária e logística; a isenção de taxas locais e de impostos estaduais por, ao menos, dez anos; a concessão de empréstimos pelo estado através de fundos ou bancos estatais a taxas inferiores às de mercado; a criação de garantias legais e financeiras; e, algumas vezes, a isenção de impostos na importação de peças.<sup>12</sup> As justificativas para a atração das empresas do setor automotivo incluíam a diminuição das desigualdades regionais e da pobreza, a ampliação da oferta de empregos, a geração de efeitos de encadeamento na economia local e a modernização do país através da tecnologia estrangeira.<sup>13</sup>

Arbix identificou quatro fases distintas na evolução dos incentivos oferecidos pelos governos locais às empresas. Sendo as três primeiras uma escalada de oferta de incentivos pelos governos estaduais e, a quarta, atingindo o governo federal. Na primeira fase, que se estendeu do lançamento do NRA até 1996, o nível de disputa consistiu em oferecer incentivos locais para favorecer o deslocamento industrial, como nos casos da VW em Resende e da Mercedes em Juiz de Fora. No

10 ALVES, Maria Abadia da Silva. *Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo*. Dissertação de Mestrado (Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas) 122 fls. Campinas, 2001.

11 IBAÑEZ, Pablo. Guerra fiscal e território brasileiro: o caso do setor automotivo. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2tjrAAn>>. Acesso em: 22/04/2015.

12 ARBIX, Glauco. Políticas do desperdício e assimetria entre o público e privado na indústria automobilística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 17 n. 48. P. 109-129, 2002.

13 LOPES, Ademil Lucio. A desconstrução da Indústria Automobilística Brasileira constituída no governo de JK pela política setorial do governo FHC. *Revista Unilara*. N. 17/18, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2G15xAX>>. Acesso em: 09/08/2016.

primeiro caso, Rio de Janeiro e São Paulo disputaram a planta da VW e, ao final, a empresa optou por instalar-se em Resende, no Rio. No segundo, quando a Mercedes-Benz anunciou sua intenção de investir no Brasil, a empresa apontou como cidades preferenciais Juiz de Fora em Minas Gerais e Joinville em Santa Catarina. Posteriormente, Campinas entrou na disputa, o que levou Minas a ampliar os incentivos destinados à empresa, reformulando o Fundo de Incentivo à Industrialização (FIND) e criando o Fundo de Desenvolvimento das Indústrias Estratégicas (FUNDIEST). Por fim, a empresa selecionou Juiz de Fora. A empresa se comprometeu a investir 845 milhões de reais entre 1996 e 2000 e empregar mão de obra local, gerando 1.500 empregos diretos. No acordo ficou estabelecido a doação de um terreno no valor estimado de 50,5 milhões de reais a empresa, a responsabilidade municipal e estadual de criação da infraestrutura necessária - como as licenças ambientais e judiciárias, pavimentação, coleta de lixo e tratamento de esgoto, fornecimento de água, energia, gás e telefone -, a isenção de impostos municipais por dez anos e a disponibilidade dos fundos do FIND e do FUNDIEST para a empresa.

A segunda fase teve início com a ofensiva do governo de Jaime Lerner (1995-2002) no Paraná, em 1996, que ampliou os incentivos oferecidos, atraindo a VW-Audi, a Chrysler e a Renault e a fábrica de motores da Chrysler-BMW. Os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) paranaense foram utilizados para qualificar trabalhadores para o setor automotivo e o Estado participou diretamente como investidor. Por exemplo, no acordo com a Renault, além dos incentivos dados para a empresa, como terrenos, investimentos na infraestrutura, créditos, isenções e incentivos fiscais, o governo estadual investiu 140 milhões de reais.<sup>14</sup>

A terceira fase se iniciou em 1997, quando o governo gaúcho ofereceu 310 milhões de dólares à GM a título de capital de giro e infraestrutura, além da doação de terrenos, no valor de 12 milhões de reais, toda a infraestrutura, como rodovias, energia, água, esgoto e telefonia, uma área exclusiva no porto, financiamento de até 35% dos investimentos das fornecedoras de peças e componentes, incentivos fiscais, isenção de impostos e taxas municipais, como IPTU e taxa de iluminação pública, entre outros benefícios. A prefeitura de Gravataí isentou a GM do IPTU por 30 anos.

A quarta, por fim, foi quando a Bahia, governada por Antônio Carlos Magalhães, incluiu benefícios fiscais municipais, estaduais e federais. Em 1998, a Ford firmou um acordo com o governo gaúcho, envolvendo as medidas clássicas de incentivos creditícios e infraestruturais para a instalação de uma planta em Guaíba, região metropolitana de Porto Alegre. O Rio Grande do Sul já havia investido 48 milhões para a instalação da Ford. No ano seguinte, o novo governo, liderado pelo PT, procurou renegociar alguns pontos, o que levou a Ford a suspender a sua decisão. Isto abriu uma janela de oportunidade para a Bahia oferecer mais incentivos para a instalação da Ford naquele estado. A bancada baiana no Congresso pressionou para que o governo federal prorro-

14 OLIVEIRA, Vladimir Luís. *A política industrial do setor automotivo e a crítica ao modo de regulação sob o desenvolvimentismo (1995-2002): o caso do Paraná*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. 232 p, 2003.



gasse a validade da lei 9.440, que concedia benefícios adicionais para a instalação de plantas no norte, nordeste e centro-oeste. Recebendo benefícios estaduais e federais, a Ford mudou-se para Camaçari.<sup>15</sup>

Como resultados, o NRA foi responsável por uma nova onda de investimentos externos no setor automotivo brasileiro. O regime conseguiu com que montadoras já estabelecidas no país, como a Volkswagen, Fiat, GM e Ford investissem, além de trazer outras montadoras como as japonesas Honda e Mitsubishi e as europeias Peugeot e Renault. A maior pressão da concorrência externa e a entrada dos *newcomers* fez com que as empresas já instaladas o país focassem na equiparação de suas plantas, através da importação de máquinas e equipamentos. As montadoras também introduziram processos de reestruturação produtiva e organizacional e ampliaram a mecanização. De acordo com os dados da Anfavea, após o lançamento do NRA, o volume de investimentos do setor automotivo saltou de cerca de 1,3 bilhão de dólares em 1994, para 2,4 bilhões em 1996, 2,1 bilhões em 1997 e 2,4 bilhões em 1998, declinando em seguida.<sup>16</sup>

Dulci afirmou que, uma vez que o Brasil já havia sido escolhido como destino para os investimentos, não havia a necessidade dos Estados e municípios disputarem entre si e a guerra fiscal significou um desperdício de recursos para todo o país e não uma disputa de soma zero entre governos estaduais e municípios. As montadoras multinacionais saíram como as verdadeiras vencedoras da guerra fiscal. As empresas nacionais perderam por não receber incentivos e as pequenas e médias empresas permaneceram com a mesma carga tributária, extremamente mal distribuída. Deste modo, nos acordos entre montadoras e governos locais ocorreu um processo de total subordinação dos governos estaduais às empresas. Os acordos não possuíam referências precisas sobre o impacto na arrecadação de impostos e nem estabeleciam o número de empregos gerados ou elementos de aprendizagem, qualificação e transferência de tecnologia.<sup>17</sup> Os novos investimentos eram em plantas altamente modularizadas, com novas tecnologias e técnicas organizacionais, voltadas para reduzir o investimento em P&D e concebidas exatamente para empregarem o menor número possível de trabalhadores.<sup>18</sup> Entre 1995 e 1999, as montadoras fecharam 20 mil vagas, enquanto nas fornecedoras foram quase 50 mil postos de trabalho. As altas expectativas dos governos estaduais com relação à geração de empregos diretos e indiretos pela instalação das plantas automotivas se mostraram superestimadas.<sup>19</sup>

15 SILVA, Ronaldo. *A implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90*. Dissertação de mestrado – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Universidade Federal de Goiânia, 2002.

16 ANFAVEA. *Anuário da Indústria Automobilística Brasileira*, 2015. São Paulo. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2015/Anuario2015.zip>>. Acesso em: 11/03/2015.

17 DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. N. 18, 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/2I7XALa>>. Acesso em: 10/02/2016.

18 LOPES. *A desconstrução da Indústria Automobilística Brasileira constituída no governo de JK pela política setorial do governo FHC*.

19 SINDIPEÇAS. *Desempenho do Setor de Autopeças - 2013*. São Paulo. Disponível em: <<http://bit.ly/2FinM83>>. Acesso em: 10/04/2016.



Além de não arrecadar tributos, o governo investiu em infraestrutura e modernização para a chegada das empresas, sem haver um retorno à maior parte da população, resultando no fato de que muitos dos governadores que disputaram os investimentos estrangeiros de forma agressiva perderam para seus rivais nas eleições de 1998. O NRA não estimulou a capacitação de mão de obra; não foi capaz de promover a P&D, uma vez que os novos empreendimentos já eram realizados de modo a reduzir custos, inclusive os de P&D; não especificou a participação do setor produtor ou da comunidade científica locais nos projetos das empresas; e permitiu às empresas aumentarem as economias de escala combinando a produção doméstica com as importações inter-firmas. Segundo os dados do Sindipeças, o setor fornecedor se tornou deficitário desde 1997. As exportações brasileiras permaneceram restritas em termos de mercados de destino, se direcionado principalmente para a Argentina e para o México, após o acordo bilateral, assim como as importações, predominantemente destes países.<sup>20</sup>

O NRA também não atingiu suas metas quantitativas, de 2,5 milhões de veículos em 2000. As razões podem ser encontradas nas crises externas e internas do final da década de 1990, na sobrevalorização do real que prejudicava as exportações, nas importações, no baixo crescimento econômico e na queda da demanda interna devido ao desemprego. Após o recorde de produção de 2 milhões de unidades 1997, em 2000 a produção foi de 1,7 milhões de unidades.<sup>21</sup>

Nas fornecedoras, o impacto do NRA também foi sentido. No período, o setor fornecedor experienciava uma dinâmica particular. Entre as décadas de 1980 e 1990 ocorreu a transferência de responsabilidades sobre as atividades de design das montadoras para as fornecedoras, alterando a relação de poder entre estas empresas. As montadoras se voltaram para as áreas mais rentáveis da produção automotiva, como na pesquisa e desenvolvimento, projetos de novos veículos e comercialização; reduziram o número de fornecedoras e aumentaram as exigências tecnológicas, envolvendo seus fornecedores mais capacitados na formulação dos novos projetos.<sup>22</sup>

Na medida em que as montadoras se expandiram para os mercados dos países em desenvolvimento, as fornecedoras tiveram que acompanhá-las, sob pena de perder mercado no país de origem. Como resultado, se aprofundaram as diferenças dentro do setor fornecedor. Outros problemas surgidos desta relação é que uma fornecedora poderia operar com duas montadoras concorrentes, o que levantou dilemas acerca do desenvolvimento conjunto e engenharia simultânea entre montadoras e fornecedoras, segredos industriais e informações tecnológicas.<sup>23</sup> Estas transformações nas fornecedoras de peças e componentes levou a uma reestruturação da indústria. Fusões e aquisições na década de 1990 levaram a criação das primeiras mega-fornecedoras, como a Delphi

20 SINDIPEÇAS. *Desempenho do Setor de Autopeças*.

21 SINDIPEÇAS. *Desempenho do Setor de Autopeças*.

22 POSTHUMA, Anne Caroline. Autopeças na encruzilhada: modernização desarticulada e desnacionalização. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) *De JK a FHC: a Reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

23 SALERNO, Mário Sérgio; ZILBOVICIUS, Mauro; ARBIX, Glauco; DIAS, Ana Valéria Carneiro. Mudanças e persistências no padrão de relações entre montadoras e autopeças no Brasil. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 16-28, 1998. Disponível em: <<http://bit.ly/2Fl2dzH>>. Acesso em: 10/04/2016.

e a Visteon, responsáveis pelo design de sistemas completos para veículos, capazes de entregar nas mais distintas regiões e responsáveis pela administração dos demais fornecedores.<sup>24</sup>

No Brasil, as empresas de primeira linha se tornaram predominantemente de capital externo, enquanto as empresas de segunda e do mercado de reposição mantiveram parte do capital nacional. Formado essencialmente por pequenas e médias empresas, o setor de autopeças não tinha acesso ao mercado de capitais, estando defasado tecnologicamente.<sup>25</sup> O NRA, todavia, focou na modernização das montadoras, cujo centro decisório nem se encontrava no país e grande parte, se não a totalidade, do desenvolvimento científico não era produzido localmente, significando a consolidação dos interesses das montadoras e fornecedoras estrangeiras em detrimento do setor fornecedor nacional e às custas do bem público. Inclusive, garantia a importação de peças e componentes, prejudicando ainda mais as fornecedoras nacionais. Em 1994 a propriedade nacional representava 51,9% do setor fornecedor, caindo para 37,9% em 1998 e para 22,8% em 2001.<sup>26</sup>

Assim, o NRA foi uma política que beneficiou as montadoras multinacionais em detrimento do capital nacional ainda presente no setor fornecedor e subordinou as políticas do Estado a favor das empresas de capital externo. A política resultou numa maior verticalização do setor automotivo e uma reestruturação, aumentando a concentração de mercado, em que empresas com maior capacidade tecnológica e competitiva ganham maiores parcelas de mercado. As montadoras transferiram para as fornecedoras de primeira linha a responsabilidade sobre o relacionamento com as fornecedoras de segunda linha, permitindo a redução de custos para as montadoras e maior foco em marketing, design e P&D.

24 HUMPHREY, John; MEMEDOVIC, Olga. *The global automotive industry value chain: what prospects for upgrading by developing countries*. UNIDO. Sectoral Studies Series. Viena, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2oLQnrR>>. Acesso em 09/12/2015.

25 LIMA, Uallace Moreira. O Brasil e a cadeia automobilística: uma avaliação das políticas públicas para maior produtividade e integração nacional entre 1990 e 2014. IPEA – *Texto para discussão 2167*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2topPBX>>. Acesso em: 09/08/2016.

26 ANFAVEA. *Indústria automobilística: 50 anos*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2FcsXGB>>. Acesso em: 11/03/2015.

# A política externa do governo Jânio Quadros sob a ótica do jornal *Lavoura e Comércio* (1961): possibilidade de pesquisa

Guilherme Gonzaga Bento<sup>1</sup>  
ggonzagabento@hotmail.com

## Resumo

O Governo Jânio Quadros em 1961 perdurou por quase sete meses, tendo como uma de suas principais ações, a criação das diretrizes da denominada Política Externa Independente – PEI, o que rendeu ao Presidente, conservador na política interna, e progressista na política externa, a inimizade de lideranças e partidos que o apoiaram na eleição. Com amplo debate historiográfico até o início dos anos 2000, principalmente acerca das origens e dos fundamentos dessa “nova” maneira do Brasil se relacionar externamente a partir de 1961, a Política Externa empreendida por Jânio Quadros, pouco é colocada a partir da ótica da imprensa. Nesse sentido, a pesquisa pretende investigar como o Jornal *Lavoura e Comércio*, um dos maiores periódicos do Brasil Central naquele momento, representava as questões da política externa do Governo Jânio Quadros, diante de um ambiente de bipolaridade mundial no conflito da Guerra Fria, e de constante tensão interna com o medo de uma invasão comunista no país.

**Palavras-chave:** Política externa; Governo Jânio Quadros; Jornal *Lavoura e Comércio*

## O governo Jânio Quadros: relação entre política interna e externa

Jânio Quadros chega à Presidência da República em 31 de Janeiro de 1961 aos 43 (quarenta e três) anos de idade, com o apoio popular de 48,5% dos votos dados naquela eleição (5.636.623 votos), e ainda com a chancela da União Democrática Nacional e um de seus grandes líderes, o jornalista Carlos Lacerda.

No campo da política interna Jânio se alinha a uma plataforma conservadora, cujo mote principal de campanha era: combate à corrupção, estabilização da economia e controle da inflação. Segundo Maria Victoria Benevides, Jânio Quadros “(...) centrava sua campanha nos ataques à “corrupção do governo anterior”, à inflação e alta do custo de vida, o desperdício com as obras “faraônicas” de Brasília (...)”.<sup>2</sup>

1 Bacharel em Direito (UNIUBE). Licenciado em História (UFTM). Especialista em Direito Constitucional (DAMÁSIO). Mestrando em História (UFU). Advogado e Professor.

2 BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Jânio Quadros**. 4ª ed. Brasília: Brasiliense, 2011. p.23-24.

Durando exatamente 205 (duzentos e cinco) dias, quase 7 (sete) meses, o Governo Jânio Quadros buscou adotar no plano interno medidas ortodoxas do ponto de vista econômico a fim de cumprir com o objetivo de estabilizar a economia. Já no plano externo procurou dar maior densidade a inserção do Brasil na ordem mundial. As diretrizes de sua política externa foram formadas no curso do processo eleitoral, sem, no entanto, ser levada a sério pela maioria de seus apoiadores e adversários.

A política externa “inaugurada” pelo Governo Jânio Quadros, é teorizada ainda nos anos 1960, sendo conceituada como uma Política Externa Independente - PEI, trazendo em seu escopo o cumprimento de princípios como: a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a defesa da paz; a neutralidade do país frente ao conflito da Guerra Fria e da bipolaridade mundial estabelecida; a mundialização das relações internacionais do Brasil sem preconceito político-ideológico, entre outras diretrizes.<sup>3</sup>

No que concerne à relação entre a política interna e externa de Jânio, Clodoaldo Bueno nos aponta que “No plano interno, a ortodoxia adotada para estabilizar a economia, bem como outras medidas administrativas, eram de natureza conservadora. No externo (...) a administração mostrava-se avançada, o que agradava às esquerdas e os nacionalistas.”<sup>4</sup> Nesse sentido, a política interna do governo Quadros agradava ao *staff* udenista, que por outro lado ficava incomodado com a política externa janista, que tinha como Chanceler o udenista e liberal Afonso Arinos de Melo Franco.

A política externa do Governo Jânio Quadros, é colocada, portanto, dentro do que se convencionou denominar de “Política Externa Independente”.<sup>5</sup> Para a grande maioria dos pesquisadores que se dedicaram ao estudo do tema, a PEI está inserida dentro de uma tradição nacional-desenvolvimentista, que tinha na política externa, um meio para viabilizar a eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento e ao mesmo tempo a superação do subdesenvolvimento.

Acerca da questão apontada, Tania Manzur em seu estudo sobre a Política Externa Independente e a Opinião Pública, nos afirma que “Como diretriz sistemática, portanto, a PEI foi conceitual e estruturalmente para favorecer a independência política do Brasil e o desenvolvimento nacional.”<sup>6</sup>

Em perspectiva teórica, na busca de analisar as relações e interdependências entre política interna e política externa, o politólogo e historiador Pierre Milza nos aponta, citando o discurso do ministro de Relações Exteriores francês em 1981, Claude Cheysson, afirmando que “Não há mais

3 Ver mais em: DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

4 CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. P. 349.

5 A Política Externa Independente, PEI como é comumente tratada nos ciclos acadêmicos, abrange os governos Jânio Quadros (Janeiro à Agosto de 1961) e João Goulart (Setembro de 1961 à março de 1964), tanto o período Parlamentarista quanto Presidencialista. Paulo Vizenini, por exemplo, a divide em três momentos: 1º abrangendo o governo Jânio Quadros; 2º De agosto de 1961 a fins de 1962; e o 3º de 1963 até abril de 1964, com o golpe civil-militar marcando seu fim.

6 MANZUR, Tânia Maria P. G. **Opinião Pública e Política Exterior no Brasil: 1961-1964**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 181.

assuntos estrangeiros. Há uma tradução externa das políticas internas, há uma capacidade de expansão para o exterior daquilo que constituiu as prioridades internas.” e conclui com suas palavras afirmando “Não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna.”<sup>7</sup> Nesse sentido, vê-se a experiência histórica da PEI na perspectiva apontada por Tânia Manzur e outros pesquisadores em seus estudos.

Desde a campanha eleitoral, Jânio Quadros buscava tratar os assuntos de política externa de forma destacada. Visitou Cuba a convite de Fidel Castro, convite este, que foi rejeitado por seu principal adversário na disputa, o General Lott. Maria Victoria Benevides nos afirma a esse respeito que “O ponto alto da plataforma janista na campanha de 1960 era a proposta de abertura na política externa, sobretudo em relação aos países socialistas.”<sup>8</sup>

Essa ‘abertura da política externa’ deu-se principalmente a partir do estabelecimento ou reestabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com países do leste europeu e da África. Segundo Tania Manzur “(...) todos os países seriam potenciais parceiros comerciais e diplomáticos independentes, independentemente de seus vínculos a blocos políticos-militares; isso significava, efetivamente, a abertura de relações com os países socialistas e com os novos estados africanos.”<sup>9</sup>

E de fato foi o que aconteceu. O Brasil no governo Jânio Quadros restabeleceu relações diplomáticas com a Hungria, Romênia e Bulgária, além de iniciar com a Albânia. Iniciou o processo de reaproximação com a União Soviética, e enviou missões diplomáticas e comerciais a China Comunista e ao Leste Europeu. Além disso, firmou acordos culturais e educacionais com a África e aumentou o tom do discurso anticolonialista nos fóruns multilaterais.

De forma geral, a caracterização da PEI se dá de forma homogênea entre historiadores e internacionalistas, que apontam como princípios enunciadores e fundamentos da Política Externa Independente, as seguintes diretrizes: 1) mundialização das relações internacionais do Brasil; 2) atuação isenta de compromissos ideológicos; 3) ênfase na bissegmentação do mundo entre Norte-Sul, e não Leste-Oeste; 4) busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais; 5) desejo de participação nas decisões internacionais; 6) busca pela paz e pelo desarmamento; 7) adoção claramente contrária à realização de experiências nucleares; 8) adoção dos princípios de autodeterminação dos povos e não intervenção.

Nesse sentido, abrem-se duas questões importantes a se apresentar brevemente, quais sejam: o contexto externo de formulação da PEI e seus reflexos na política interna; e a discussão bibliográfica acerca de suas origens, ou seja, sua gênese.

Sobre o primeiro ponto, partimos da premissa de que o mundo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, vivia sob o espectro da denominada Guerra Fria. Conflito político e em certa me-

7 MILZA, Pierre. **Política interna e política externa**. In: REMOND, René. (Org.). Por uma história política. 2ª ed- Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2010. p. 368.

8 BENEVIDES. O Governo Jânio Quadros, p. 60.

9 MANZUR. Opinião Pública e Política Exterior no Brasil: 1961-1964, p. 178.

didada militar, que opunha dois polos ideológicos de poder. De um lado o capitalismo, representado pela hegemonia dos EUA e de outro o comunismo, sob a liderança da União Soviética.

Nesse contexto, a América Latina e mais propriamente o Brasil, eram tidos como um aliado preponderante no campo da disputa de influência, mas que na visão norte-americana, a região era tida como uma aliada natural do qual não deviam se preocupar muito.

No entanto, após a Revolução Cubana de 1959, o temor de uma expansão comunista cresce no continente com a aproximação da ilha ao regime soviético. O Brasil por sua vez, vinha de ciclos de alinhamento automático aos EUA nos governos Dutra de 1945 a 1959 e no breve mandato de Café Filho após o suicídio de Vargas em 1954. No entanto, Vargas em seu segundo mandato (1951-1954), e depois JK com a Operação Pan-americana, inauguraram uma política externa denominada por alguns historiadores como “barganha nacionalista”<sup>10</sup>, que não confrontaria os EUA, mas, no entanto, se alinharia a partir de contrapartidas norte-americanas.

Sobre esse contexto, Tania Manzur nos coloca que “Soluções para os problemas nacionais eram buscadas no contexto externo e o projeto de desenvolvimento nacional baseava-se em uma política de atração do capital estrangeiro favorecida pela conjuntura internacional (...)”<sup>11</sup>.

O tensionamento das forças internas conservadoras e progressistas, se arrefecava de forma latente, e não só a disputa eleitoral que levava Jânio ao poder em 1961, mas também suas ações no campo da política externa geram um permanente conflito interno, que culmina posteriormente com golpe de 1964.

Nesse sentido aponta Charles Sidarta Machado Domingos ao analisar os reflexos da política externa na política interna afirmando que “(...) a política externa do governo se mostrava em dissonância com o projeto político ao qual representava. Embora realizasse um governo conservador na política interna, as propostas de política externa eram progressistas.”<sup>12</sup>

A segunda e importantíssima questão, que devemos pontuar para o desenvolvimento do presente ensaio são as análises realizadas, em especial por historiadores, entre os anos 1960 e 2000. Ainda que diminuta a produção historiográfica sobre o tema, nos interessa aqui as duas correntes de análise da PEI que se constituíram ao longo do tempo, e que são pontuadas por Thiago Brum em sua dissertação. A primeira aponta a PEI como uma política externa de continuidade, ou seja, com bases teóricas, históricas e ideológicas advindas de governos anteriores. Já a segunda, propõe

10 Paulo Vizontini (1995) e Clodoaldo Bueno (2002) utilizam o termo “barganha nacionalista” ao tratar da política externa de Vargas e JK. O termo pode ser definido como um apoio brasileiro aos EUA no plano político-estratégico da Guerra Fria em troca de ajuda para o desenvolvimento econômico do Brasil, que se daria a nível do projeto industrial de base nacional.

11 MANZUR. Opinião Pública e Política Exterior no Brasil: 1961-1964, p. 180.

12 DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é Notícias**: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do Jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961). 2009. 214 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 26.



que a PEI é uma ruptura de tudo aquilo que se conhecia sobre ação de política externa no Brasil até aquele momento, de forma que suplantou práticas chancelares anteriores e incompatíveis com os objetivos perseguidos pelo país.

A partir dessa perspectiva e de um arcabouço teórico e metodológico de análise, o pesquisador nos traça um quadro da historiografia que analisou a PEI durante as últimas quatro décadas. Enquanto historiadores como Willian Gonçalves e José Flávio Sombra Saraiva veem a PEI como uma ruptura do que havia até então sido praticado em termos chancelares, outros como Tania Quintaneiro, Clodoaldo Bueno e Paulo Vizentini, analisam como uma continuidade de outro momento que já havia sido inaugurado anteriormente.

No entanto, os autores que se alinham a corrente da continuidade, irão enxergar a gênese da PEI em dois momentos diferentes. Para Tania Quintaneiro, que escreve nos idos dos anos 1980, a PEI teria surgido a partir da Operação Pan-Americana – OPA, proposta em 1958 pelo governo JK, como forma de captar a ajuda norte-americana necessária para o desenvolvimento do Brasil e a superação do subdesenvolvimento latino-americano. Tal proposta segundo a autora, nunca seria bem aceita pelas esquerdas, em virtude de sua associação com o imperialismo, diferentemente do que ocorreu com PEI, vista com bons olhos, principalmente pelos nacionalistas de esquerda. Já na leitura de Paulo Vizentini feita em meados de 1990 e de Clodoaldo Bueno que escreveu no início dos anos 2000, a Política Externa Independente, teve sua base no segundo governo Vargas (1951-1954). Nesse sentido, Vizentini no afirma que “Esta (a PEI) não representava uma inovação completa, na medida em que se estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubistchek, e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial.”<sup>13</sup>

Por outro lado, os autores da ruptura, enxergavam que a mudança ocasionada com o advento da PEI, inaugura um novo momento da política externa brasileira, que nada tinha de semelhante com a política externa de Vargas ou JK, por exemplo. Visto assim, principalmente pela ótica inaugural de uma efetiva política brasileira para a África, e ainda pelo forte teor nacionalista empregada na ação externa brasileira, causando inclusive atritos com os EUA.

Por fim, é importante destacar que o curto período do Governo Jânio Quadros, é tido para os pesquisadores como o momento de formulação geral das bases PEI, com poucas ações efetivas para concretizar os princípios e diretrizes dessa nova política externa. Conforme nos coloca Paulo Vizentini:

As tensões que marcaram o curto governo Quadros impediram que a maior parte das questões propostas pela PEI fossem implementadas, o que ocorrerá somente no governo seguinte. De qualquer forma, coube a seu governo lançar as bases de uma experiência inédita na política externa brasileira, coroando m processo iniciado com limitações pelos governos anteriores.<sup>14</sup>

13 VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: O nacionalismo e a política externa independente.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 177.

14 VIZENTINI. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: O nacionalismo e a política externa independente,** p.

A Política Externa Independente, permitiu assim o questionamento do *status quo* vigente no mundo, e uma nova forma de inserção do Brasil em suas relações internacionais, de forma a contestar o hegemonismo norte-americano. Do ponto de vista econômico, a PEI significou uma reação à queda contínua de produtos primários, o que ocasionou a busca de novos mercados para os produtos brasileiros, para os produtos da nascente indústria nacional de base. Foi ainda, um instrumento diplomático a serviço do interesse nacional.

Diante do exposto, e a partir de toda a bibliografia já existente, é fundamental avançar nos estudos da Política Externa Independente, trabalhando as representações formuladas pela imprensa, em especial do interior, a partir de uma análise da PEI no Governo Jânio Quadros, de forma a suprir o hiato de pesquisa existente até o momento na historiografia brasileira. A partir da dicotomia “política interna conservadora” e “política externa progressista”, teremos o surgimento de uma tensão política criada pela oposição a Política Externa Independente de Jânio Quadros e Afonso Arinos. Assim, a PEI era apoiada pela oposição ao governo e recebia críticas no interior da base do próprio governo, além dos ataques vindo dos setores conservadores e de grande parte da imprensa.

#### **Deu no *Lavoura E Comércio*: política externa e imprensa**

Sobre o posicionamento da imprensa acerca dessa dicotomia, temos a colocação pontual de Clodoaldo Bueno ao nos afirma que “Tal dicotomia facilita a compreensão da pressão interna, da imprensa, sobretudo, sobre o executivo. Dividiu-se a opinião nacional, que até então dera pouca atenção aos assuntos internacionais. Política exterior tornou-se assunto popular à época da PEI.”<sup>15</sup>

Diante do exposto, o uso das fontes de mídia impressa permite compreender práticas e representações que extrapolam as fontes oficiais, tornando-se um registro privilegiado da história contemporânea.

É importante salientar que, no Brasil, há historicamente uma concentração dos meios de comunicação nas mãos de uma pequena elite, e que, embora existam diferenças e tensões nas linhas editoriais e de conteúdo, o lugar social pelo qual se expressam e os interesses são quase sempre semelhantes.

Logo, os jornais desempenham um papel informativo, mas também ideológico, cultural, pois fazem representar os fatos usando da legitimidade e confiabilidade de repassar informações para representar o real sempre de acordo com seus interesses, fazendo com que se tornem “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.”<sup>16</sup>

---

178.

15 CERVO; BUENO. História da Política Exterior do Brasil, p. 334.

16 CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa, uma mercadoria política**. Revista História & Perspectiva, Uberlândia, v.4, 131-139, jan/jun/1991. p. 136.

Merece destaque que o jornal, embora exerça uma função pública de informação, é também um órgão privado que tem como objetivo principal a obtenção de lucro, tornando-se assim mercadorias políticas.

Os empresários jornalistas atuam na esfera privada orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões, atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, essa empresa que visa o lucro, põe à venda no mercado uma mercadoria muito particular: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio é que se entrelaçam o público e o privado. Há uma mescla de direitos: os dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre um e outro são muito tênues.

Por isso, os jornais se tornam fonte privilegiada para a investigação histórica, pois é possível explicitar o papel da imprensa na construção das representações da Política Externa de Jânio Quadros, além de contribuir para a compreensão dos conflitos, interesses e disputas naquele momento, uma vez que traz a visão diária dos fatos ocorridos.

A política externa até então não era tema recorrente, dado ao tratamento pela imprensa. Conforme nos aponta Carlos Alberto Leite Barbosa, esse panorama muda, e “Nas entrevistas coletivas de imprensa no Palácio do Planalto, cerca de 70% das perguntas dos jornalistas referiam-se às questões da política externa.”<sup>17</sup>

Partido das assertivas anteriormente levantadas, temos uma escassez de trabalhos que analisam, seja a Política Externa de Jânio Quadros, ou a Política Externa Independente propriamente dita, tendo como fonte primária o conteúdo veiculado por Jornais publicados à época.

Os grandes nomes que pesquisam a política externa nesse período, a partir de uma perspectiva historiográfica, entre eles Paulo Vizentini, Tania Quintaneiro e José Honório Rodrigues, não têm como fonte primária de análise a imprensa ou determinado periódico, utilizando-a sempre de forma secundária para analisar o tema, e quando o fazem, privilegiam jornais do eixo Rio - São Paulo (Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo; Jornal do Brasil; etc).

Os trabalhos que se dedicam a análise da PEI em sua quase totalidade, dedicam uma parte quase insignificante da pesquisa para tratar das ações implementadas no Governo Jânio Quadros, que deu a base de formulação da Política Externa Independente, que perduraria de Janeiro de 1961 até a deflagração do golpe de 1964. Talvez pela curta duração de seu governo ou ainda pela escassez de acontecimentos, o que, no entanto, não tira a necessidade de uma pesquisa mais profícua sobre o que para alguns autores foi o ponto alto do Governo Jânio Quadros.

Vale lembrar as palavras de Charles Sidarta Machado Domingos que ao pesquisar a PEI afirma:

---

17 BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado – A Política Externa de Jânio Quadros**. São Paulo: Atheneu, 2007. p. 29.

A bibliografia histórica conta com poucos trabalhos que tomam a Política Externa Independente como elemento central de seu estudo. Via de regra, a PEI parece em número maior ou menor de linhas, em estudos relacionados com os Governos Jânio Quadros/João Goulart (...).<sup>18</sup>

Partindo da lacuna existente quanto às análises da Política Externa Independente, em especial nos sete meses de Governo Jânio Quadros, nossa proposta é analisar as representações dadas pela imprensa, a partir do Jornal *Lavoura e Comércio*, inserido no contexto mundial e brasileiro da Guerra Fria, no entanto, localizado cultural, geográfica e economicamente no interior de Minas e do Brasil.

O Jornal *Lavoura e Comércio* foi fundado em 06 de julho de 1899, pelo “Clube Lavoura e Comércio”, que reunia fazendeiros e comerciantes de Uberaba e região, insatisfeitos com a criação do Imposto Territorial Rural de 3% sobre o valor das propriedades, criado pelo Governador de Minas Ferais Silviano Brandão. O Jornal permaneceu sob a direção do Advogado Antonio Garcia Adjunto até meados de 1906, quando passou para as mãos da família Jardim, permanecendo sob a direção de Quintiliano Jardim até 1966, ano de sua morte, e depois com seus filhos até o fechamento do Jornal em 27 de outubro de 2003. Circulou durante esse período além de Uberaba, em cidades da região e do Estado de Goiás.<sup>19</sup> Segundo o historiador José Eustáquio de Paula o Jornal *Lavoura e Comércio* era “(...), um periódico vespertino, que nos anos 60 e 70 era o principal veículo de imprensa escrita de Uberaba.”<sup>20</sup> Além de abranger e influenciar outras cidades do Triângulo Mineiro. O lema do Jornal era “Se no Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu”.

Os estudos que utilizam o referido Jornal, seja como objeto, seja como fonte de estudo, são praticamente inexistentes até o presente momento, sendo conhecido por nós, apenas a pesquisa do historiador Eustáquio Donizete de Paula, que analisa o discurso e as representações do Jornal sobre o período do regime militar, tentando entender a construção da memória desse período através do periódico.

Nesse sentido, a escolha do Jornal *Lavoura e Comércio* se dá por três motivos: em primeiro lugar pela intenção de sair da linha de análise dos periódicos do eixo Rio-São Paulo; em segundo, para compreender como a imprensa do interior, no caso de Minas Gerais e do Brasil Central, visto que o jornal possuía circulação em outras cidades de Minas e Goiás, representava as questões da política externa do Governo Jânio Quadros a partir do contexto apresentado; e em terceiro, suprir o hiato de pesquisa que permeia o centenário Jornal *Lavoura e Comércio*, abrindo novas perspectivas historiográficas.

18 DOMINGOS. **A Política Externa Independente é Notícia:** o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do Jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961), p. 29.

19 BILHARINHO, Guido. **Quintiliano Jardim.** In: \_\_\_\_\_. Personalidades uberabenses. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014. p. 255-257.

20 PAULA, Eustáquio Donizete de. **As memórias do regime militar sob a perspectiva de um centenário jornal mineiro, o Lavoura e Comércio de Uberaba.** In: Simpósio Nacional de História, 28º, 2015, Florianópolis. Anais. Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 9.

A pesquisa se insere dessa maneira se insere no espectro da “nova história política” e incorpora para si, conceitos da nascente história cultural. Representação, imaginário, memória individual e coletiva, mentalidades, práticas discursivas associadas às relações de poder e ainda o conceito de cultura, passam a integrar o vocabulário epistemológico desse estudo histórico do político ‘ressignificado’. Tais conceitos e teorias são advindos não só do campo historiográfico, mas sobretudo de disciplinas afins à história e que nos levam a uma interdisciplinaridade latente na construção da “nova história política”.

Nesse sentido há a partir desse movimento nos anos 1970, a definição e incorporação de novos objetos, novos problemas, novas abordagens, novos temas e novas fontes. Essa nova historiografia do político pelo cultural, traça parâmetros que alteram a concepção de documento e fontes históricas, dando a imprensa um novo papel na construção do conhecimento histórico.

Nessa medida, os jornais atuam como construtores de um imaginário social e político em determinada época e contexto, manipulando informações e edificando representações. Nas palavras de Bronislaw Baczko “Os meios de comunicação difundem ideias, opiniões e conceitos de um determinado segmento social e legitimam seu discurso de poder, de acordo com os seus interesses.”<sup>21</sup>

A partir dessa perspectiva podemos analisar o discurso da imprensa, em especial dos jornais (enciclopédias do cotidiano), nos permite ver além das aparências, enxergar nas linhas e entrelinhas, por meio dos editoriais e demais elementos que compõe o periódico, os conteúdos conscientes e inconscientes, investigar assim os “(...) sentidos implícitos, os imaginários e as representações para a apreensão das condições de produção de seus discursos.”<sup>22</sup>

Trabalhar, portanto, com a perspectiva de uma história política renovada, dentro das bases epistemológicas, que levam em consideração o imaginário, as subjetividades e as representações, nos permite desvelar questões importantes da sociedade, uma vez que a mídia e sua estrutura como um todo, ao publicar seu conteúdo, não estão livres de sua condição de produção social e nem se desvencilham dos interesses políticos e econômicos que o cercam.

Sendo assim, compreender a Política Externa de Jânio Quadros a partir das representações dadas pelo jornal *Lavoura e Comércio*, nos permitirá compreender como os assuntos externos eram pautados, em uma região que a priori não possuía maiores interesses na pauta de política externa, mas, no entanto, recebia a influência do arrefecimento dos ânimos da política nacional.

21 BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 310.

22 PAULA. As memórias do regime militar sob a perspectiva de um centenário jornal mineiro, o *Lavoura e Comércio* de Uberaba, p. 2.

## Guerra Fria, terra seca: o Nordeste na mira dos discursos hegemônicos (1960-1964)

Pedro Carvalho Oliveira<sup>1</sup>  
pedro@getempo.org

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve e introdutória análise a respeito do interesse dos Estados Unidos no Nordeste brasileiro entre os anos de 1960 e 1964, visto como região propensa a levantes "subversivos" em decorrência de sua intensa pauperização. Após a Revolução Cubana de 1959 e seu rápido alinhamento ao bloco soviético, os EUA passaram a temer novas revoluções no hemisfério. Assim, em fortes comparações do Nordeste brasileiro com Cuba e outros países onde movimentos revolucionários se iniciaram no campo, documentos da *Central Intelligence Agency* (CIA), importantes veículos de comunicação como o jornal *The New York Times* e canais de TV como a *ABC*, entre outros meios de comunicação, reportaram o Nordeste como região de disputa entre socialistas sobre o qual os EUA deveriam intervir. Nesse processo, discursos hegemônicos foram criados e transmitidos e, nesse sentido, é necessário pensarmos como eles foram fundamentais para a) desenvolver um consenso sobre o suposto perigo que representava a região e, assim, legitimar intervenções; b) como estas intervenções dialogavam com imagens particulares existentes no Brasil sobre o Nordeste e c) como estes discursos hegemônicos encontraram respaldo no Brasil. Além disso, diante de uma conjuntura presente na qual o Brasil vive uma intensa crise política amplificada desde aproximadamente 2013, é possível encontrarmos ecos destes discursos, da criação desta imagem, em meio aos antagonismos políticos entre esquerda e direita vigorosamente presentes nos campos onde estes embates ocorrem, como nas redes sociais virtuais, representando assim uma permanência a ser averiguada.

**Palavras-chave:** Guerra Fria, Nordeste, Hegemonia.

### Introdução

Quando a Revolução Cubana, iniciada ainda em 1956, saiu vitoriosa de um conflito sangrento com as forças defensoras do regime de Fulgencio Batista, um sinal de alerta soou em todo o hemisfério. Pouco tempo depois, após os revolucionários liderados por Fidel Castro se alinharem abertamente ao bloco soviético, a Guerra Fria passava por uma reviravolta: o socialismo havia che-

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá. Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo-UEM) e do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET-UFS). Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz.



gado ao Ocidente. Para os Estados Unidos, carro-chefe do bloco capitalista e nação de maior influência na região, o acontecimento representava um perigo de magnitude ainda pouco conhecida.

A chegada do socialismo a Cuba foi examinada pelos estadunidenses sob diversos prismas. Para nossos intentos, um deles merece destaque: o entendimento de que o sistema econômico do país, latifundiário e entreguista, combinado a uma gritante pauperização, haviam atraído os cubanos na direção dos “agitadores subversivos”. Segundo essa visão, o comunismo internacional se aproveitava da vulnerabilidade e da pobreza dos camponeses para lhes prometer o paraíso na Terra, dando-lhes, na verdade, migalhas em troca de sua convivência. Essa perspectiva era fortemente defendida pelos EUA e seus aliados<sup>2</sup>.

Com o tempo, o Estado *yankkee* percebia, por meio de uma série de análises técnicas e de retrospectivas históricas, que a América Latina como um todo sofria com uma grande pobreza, sistemas políticos ultrapassados e organizações econômicas superadas. Além disso, alguns países, como o Brasil, exerciam uma política internacional neutra, não alinhada exclusivamente com qualquer um dos blocos antagônicos da Guerra Fria. No caso brasileiro, desde o curto governo de Jânio Quadros, a Política Externa Independente (PEI) era o mecanismo usado pelo país para regimentar sua flexibilidade em termos de negociação internacional<sup>3</sup>, gerando preocupação para os EUA, sobretudo ao ganhar continuidade com o governo de João Goulart.

Temendo a propagação do socialismo pela América Latina, onde a pobreza e as más condições de vida de milhares era evidente, olhando para Cuba com a ignição impulsionadora de levantas parecidos, os EUA buscaram estreitar sua participação no desenvolvimento econômico e estrutural da região sem, contanto, evidenciar seu desejo de intervenção direta. Para isso, era necessário criar meios de justificar sua participação aparentemente amigável no desenvolvimento da América Latina. Uma das formas que encontrou para fazer isso foi com a criação da Aliança Para o Progresso (APP), programa que destinava milhões de dólares para dar sustentáculo a um projeto de cooperação que deveria ser conduzido pelas próprias nações latino-americanas. Sua decorrência se relaciona também à pouca eficácia dos investimentos militares para a defesa da América Latina – vide a experiência cubana, na qual guerrilheiros derrubaram soldados treinados pelos EUA. Assim, os Estados Unidos buscaram um novo tipo de investimento<sup>4</sup>. Com a APP, os EUA buscavam espalhar sua visão de mundo e sua influência política na região antes dos soviéticos, sem, contudo, levantar suspeitas.

Em meio a isso, o bloco liderado pelos estadunidenses chegaram a uma importante conclusão ao examinarem o caso brasileiro, um dos seus maiores parceiros históricos na América Latina.

2 CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

3 VISENTINI, Paulo G. O populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, Sidnei J.; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Orgs.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 211-244.

4 FICO, Carlos. *O Grande Irmão*: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Constatou, por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA) e de técnicos dedicados a pensar estratégias para barrar o avanço do socialismo, que o Nordeste brasileiro não só representava um imenso perigo por sua pobreza crônica e pelas semelhanças de suas dimensões e cenários efervescentes com as de Cuba, mas porque lá existiam organizações de trabalhadores sertanejos, como as Ligas Camponesas, que ameaçavam as propriedades latifundiárias. Tudo isso, supostamente auxiliadas por intelectuais orgânicos como Francisco Julião, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, aparentemente, simpático a Castro. Com isso, os EUA precisavam investir em meios de expor este suposto problema e mediar a interrupção de qualquer levante “subversivo” na região.

Os relatórios da CIA utilizados nesta pesquisa ainda em fase inicial exprimem estes meios de mediação. Exprimem também visões específicas sobre o Nordeste brasileiro, que acabam sendo diluídas em versões menos tecnicistas e mais fluidas, compreensíveis para boa parte da sociedade estadunidense, mas também para a brasileira. Acreditamos que esse processo, executado com o auxílio dos meios de comunicação de massa, objetivou perpetuar um consenso quanto à imagem dessa região brasileira, ao perigo representado pela pobreza nela existente e às formas disponíveis para saná-la. Com isso, criou-se um reforço das classes hegemônicas e de seus mecanismos culturais, cujas consequências ainda ecoam no tempo presente.

### A sombra do socialismo sobre o Nordeste brasileiro, segundo a CIA

Em janeiro de 2017, a BBC Brasil divulgou a desclassificação<sup>5</sup> de um importante documento da CIA contendo 33 páginas que destacava o Nordeste brasileiro como região decisiva para a possível proliferação de movimentos socialistas na América Latina<sup>6</sup>. Com isso, era necessário auxiliar no estruturamento e no desenvolvimento econômico da região, posto que sem isso as populações mais pobres, como os camponeses sertanejos, poderiam ser cooptadas pelo socialismo como ocorrera em Cuba.

O referido documento, intitulado *The economic-military strengthening of Brazil, a factor of main importance for the security of the U.S.A. and of the democratic world*, aponta para a necessidade de não poupar esforços para “o estabelecimento de uma forte, duradoura e minuciosa cooperação entre os povos das Américas – especialmente dos Estados Unidos e do Brasil – para garantir a existência de um mundo livre”<sup>7</sup>. Mais adiante, o mesmo texto diz que o Nordeste é uma parte do Brasil a ser:

provavelmente escolhida pelos soviéticos como centro privilegiado de agitações na eventualidade de um conflito com a Rússia, pois (...) é uma região na qual problemas sócio-econômicos condicionados pelo clima e por fatores econômicos são fortes e servem para enfatizar as diferenças entre Norte e Sul do país,

5 Ato de tornar um documento confidencial em um documento público.

6 FELLET, João. Para CIA, Nordeste era crucial para defender EUA de ataque soviético. Captado em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38660151>. Acesso em: 15 mai. 2018.

7 CENTRAL Intelligence Agency. *The economic-military strengthening of Brazil, a factor of main importance for the security of the U.S.A. and of the democratic world*. 1960, p. 01.

causando assim maiores perigos para a unidade nacional; conseqüentemente, é uma região apontada como centro permanente de agitações sócio-econômicas e para a disseminação de ideias comunistas, especialmente na atualidade.

Vemos com isso que ainda no início dos anos 1960, o Nordeste brasileiro era tido pelo Estado americano como palco para a subversão, pois suas condições atrasadas – uma mistura entre fatores naturais e humanos, históricos – poderiam facilitar a penetração do comunismo. Outros documentos buscam atestar que a presença soviética na região vinha se efetivando desde a década anterior. Um memorando da CIA afirma que, segundo reportagens de rádio e jornais, desde 1959 diferentes agentes de países ligados ao bloco soviético ofereceram ajuda para desenvolver o Nordeste, aplicando verbas e serviços técnicos, todos eles estudados ou solicitados pelo Brasil. Nos anos 1960, isso estaria prosseguindo: "uma rádio de Recife reportou que em maio de 1961, uma missão polonesa esteve na cidade para buscar meios de inserir a indústria polonesa na capital pernambucana"<sup>8</sup>.

Nos chama a atenção um relatório da CIA no qual não consta sua data de produção (mas podemos presumir que fora produzido depois de 1964, visto que se refere à deposição de João Goulart), apenas sua data de liberação para consulta pública, no qual a agência relata as aproximações de líderes políticos brasileiros com Cuba e Fidel Castro, caso de Francisco Julião, deputado por Pernambuco, apontado como líder das Ligas Camponesas do estado, uma das organizações mais visadas pelo Departamento de Estado dos EUA. No relatório, lemos que:

No Brasil, a violência tem sido ligeiramente atribuída ao largo número de camponeses organizados e liderados por comunistas. As atividades mais espetaculares tem ocorrido pelas Ligas Camponesas, em especial no Nordeste. Originalmente organizada em 1957, foram tomadas em 1959 por Francisco Julião, um advogado radical com ligações Castristas e a favor da revolução sangrenta como única forma de se obter transformações sociais. Julião fez viagens frequentes a Cuba, recebeu armas e dinheiro de Castro, queimou alguns canaviais, e por um tempo manteve aberta revolta contra o governo. Em outubro de 1962 foi eleito deputado federal de Pernambuco, o que lhe deu imunidade parlamentar. Depois do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, Julião fugiu mas acabou sendo preso mesmo com sua imunidade parlamentar<sup>9</sup>.

Fica evidente como a CIA, imbuída pelo espírito de defesa dos interesses estadunidenses, não apenas aponta a pobreza do Nordeste como decisiva para a difusão de ideias comunistas, mas também encheria a região como um laboratório para uma nova Cuba, permeada por agentes interessados em importar o Castrismo ou as premissas soviéticas para o Brasil. Tudo isso, sempre tendo como pano de fundo a pobreza e a miséria do Nordeste, sobre a qual os EUA deveria intervir a fim de garantir o estreitamento de laços com o Brasil e, assim, afastar o comunismo de sua rota. A imagem do Nordeste brasileiro como miserável e, por isso, sujeito à influência soviética, representada como antagonista maior da democracia estadunidense, não foi retratada apenas pelas superintendências da inteligência estadunidense, mas também por sua grande imprensa, consonante com os discursos presentes nos documentos por nós explorados.

8 CENTRAL Intelligence Agency. *Soviet bloc interests in Brazil's Northeast*. 20 ago. 1961, p. 06.

9 CENTRAL Intelligence Agency. *How communists sabotage agrarian reform*. 08 ago. 2001, p. 02.

### Os meios de comunicação estadunidenses “descobrem” o Nordeste brasileiro

Como dito por Josué de Castro, o Nordeste brasileiro foi “descoberto” duas vezes por diferentes povos: em 1500, pelos portugueses, e em 1960, pela imprensa estadunidense. O autor, ao relatar as diferenças entre a “descoberta” do Nordeste brasileiro pelos portugueses em 1500 e pelos estadunidenses em 1960, afirma que no segundo caso, ao contrário do primeiro, houve um alarde muito grande por parte dos descobridores que pensavam a região como um enorme foco de agitação social<sup>10</sup>. O medo de uma “nova Cuba” se travestia de uma preocupação com a penúria do povo nordestino.

Tad Szulc, correspondente do *The New York Times*, publicou em 1960 uma série de artigos nos quais recriava uma imagem do Nordeste centrada em suas mazelas e no perigo decorrente delas. Não do perigo da fome, da mortalidade precoce, das péssimas condições de trabalho; o perigo existente no potencial subversivo dos nordestinos, sobretudo os camponeses, como se estes estivessem aptos a aceitar qualquer migalha, política paternalista ou doutrina em troca de comida e condições mínimas de sobrevivência.

O primeiro dos artigos de Szulc, talvez o mais emblemático por seu pioneirismo, buscava revelar como “a miséria é explorada pela crescente influência esquerdista nas cidades superpovoadas. As Ligas Camponesas, infiltradas pelos comunistas, organizando e doutrinando, tornaram-se um fator político importante nesta área”<sup>11</sup>. Um ano depois de sua intervenção midiática, o canal *ABC* autorizava a produção do documentário *Brazil – The troubled land*, dirigido por Helen Jean Rogers, exibido em 1963 e dedicado a mostrar como as Ligas Camponesas ganhavam impulso no Nordeste brasileiro, motorizadas pelo comunismo, ameaçando a hegemonia estadunidense no hemisfério mais uma vez.

Ainda em 1959, a edição de 22 de junho do jornal *O Globo*<sup>12</sup> se dedicou a expor Francisco Julião como um agitador entre os camponeses de Pernambuco. Não há na matéria um alarde tão grande a respeito das condições nas quais viviam os sertanejos, mas o deputado estadual é creditado erroneamente como fundador das Ligas Camponesas e íntimo dos líderes revolucionários cubanos, um perigo para uma região que se encontrava em condições tão vulneráveis. Crítico ao regime castrista, o jornal antecipava o *The New York Times*, mas não necessariamente o conhecimento de Washington sobre o caso.

Antonio Torres Montenegro, cujos trabalhos a respeito das Ligas Camponesas são notórios, destaca como neste período que compreende a transformação das “Ligas Camponesas em um amplo instrumento de organização e luta dos trabalhadores até o golpe militar tornou o Nordeste objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional”<sup>13</sup>. Jornais diários como o renomado *Cor-*

10 CASTRO. *Sete palmas de terra e um caixão*.

11 CASTRO. *Sete palmas de terra e um caixão*, p. 105.

12 GLOBO, O. Francisco Julião e as Ligas Camponesas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1959, p. 17.

13 As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. *Saeculum: Revista de História*, vol. 1, n. 18, p. 11-21, jan./jun. 2018.

reio da Manhã, do Rio de Janeiro, já se dedicavam a expor o Nordeste como campo fértil para a subversão, personificada pelas Ligas.

Visões sobre o Nordeste como uma região particular do Brasil existem desde a segunda década do século XX. Para Durval Muniz de Albuquerque Jr., a intelectualidade nordestina forjou a cultura do Nordeste, estigmatizada e cristalizada pelos brasileiros no decorrer dos anos, como um esforço para atrair a atenção do Brasil às suas necessidades estruturais. Da forma como é colocado por ele, parece que esse processo teve como interesse, ou mesmo consequência, a retomada do prestígio das elites da região preteridas pelo avanço industrial do Sul<sup>14</sup>. Para Castro, no entanto, essa produção é resultado e ao mesmo tempo impulsionadora de uma tomada de consciência do povo nordestino<sup>15</sup>. Esse havia descoberto um outro Brasil, o do Sul, no qual a mortalidade não aparentava ser tão fatalista e onde a vida corria com menos penúria, o que consequentemente fez com que esse povo não mais desejasse se sujeitar ao sistema de produção encontrado no Nordeste. Neste sentido, esta segunda visão retira da imagem criada sobre o Nordeste o fatalismo de ter sido parte mera luta pela manutenção de privilégios, abandonando a visão verticalizada da produção cultural pensado por Albuquerque Jr..

Apesar disso, teóricos paulistas como Oliveira Vianna, talvez o mais lembrado sobre suas colocações quanto ao tema, pensavam o Nordeste brasileiro como região naturalmente atrasada por ser o resultado de um ambiente desfavorável, da missigenação e da pouca proximidade com o mundo europeu. Dessa forma, segundo alegava, o Nordeste não era inferior devido a qualquer interferência humana como alegavam seus intelectuais, mas naturalmente inferior<sup>16</sup>. Essa visão permaneceu em parte da sociedade brasileira, encontra eco na produção documental feita pela CIA, pela imprensa estadunidense, pelos seus meios de comunicação e por jornais brasileiros. O percurso feito por esses discursos sinaliza para um objetivo específico.

### Consenso e hegemonia: múltiplas construções sobre o Nordeste

De acordo com Antonio Gramsci, o consenso se estabelece socialmente quando as classes dominantes definem normas, signos culturais e formas de comportamento diante do bloco histórico existente sem necessitar o uso da força, sem se fazer de aparatos repressores. Criam-se suítes meios de convencimento, entrelinhados em uma série de mecanismos, responsáveis pela manutenção do *establishment* e da hegemonia destas classes<sup>17</sup>. Com isso, as classes subalternas tendem a ser docilizadas por se perceberem como parte de um todo, quando na verdade são apartadas de um tecido social mais amplo, restritas ao fragmento ao qual são inseridas, mas crendo ser possível chegarem aos camarotes da sociedade em que vivem.

14 ALBUQUERQUE JR. D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

15 CASTRO. *Sete palmas de terra e um caixão*.

16 ALBUQUERQUE JR., D. M. *A construção do Nordeste e outras artes*.

17 GRAMSCI. *Cadernos do cárcere*: vol. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Por sua vez, a hegemonia, ainda como dito por Gramsci, direciona a sociedade moral e intelectualmente. Representa o domínio dos códigos morais, culturais e representações correntes numa sociedade pelas classes superiores, de modo que a superestrutura viabilize a permanência e as características das estruturas<sup>18</sup>. De forma mais clara, a hegemonia facilita a compreensão de que a dinâmica social e suas diretrizes devem permanecer como estão, sem, contudo, revelar abertamente as perdas e os ganhos envolvidos nisso.

Quando observamos o percurso da criação e desenvolvimento de uma imagem sócio-política do Nordeste nos anos 1960 por órgãos do Departamento de Estado dos EUA, podemos observar como a hegemonia opera em sua necessidade de criar consenso. Mais do que isso: podemos observar uma espécie de radiografia dos mecanismos utilizados por ela para complementar seus objetivos. Afinal, era possível que a linguagem técnica da inteligência estadunidense não fosse palatável para o grande público, que necessitava conhecer a “nova Cuba”, a iminência de um problema significativo para a hegemonia estadunidense nas Américas àquela época.

É improvável que a produção feita pelos meios de comunicação estadunidenses não estivessem em sintonia com a leitura feita pela CIA, ou por qualquer setor do Departamento de Estado. As semelhanças não nos permitem achar que tratam-se de análises coincidentes, feitas ao acaso. Pelo contrário: a aproximação dos discursos sublinha a diluição de construções técnicas em termos mais simples, em narrativas emocionantes, literárias ou imagéticas, que chegassem à sociedade de forma mais clara. Por meio de seus aparelhos privados de hegemonia<sup>19</sup>, as classes superiores ou aquelas atreladas a elas, interessadas em sua supremacia, suprimem a complexidade dos códigos produzidos pelo Estado e os transformam em notícia, em conhecimento consensual. Tais notícias, claro, defendem a hegemonia guardada pelos seus próprios produtores.

Assim, o que o Estado americano produziu sobre o Nordeste brasileiro centralizou um discurso estigmatizador, cujas características tiveram impacto significativo na sociedade brasileira. Claro que estes discursos não foram a origem de um estigma existente no Brasil em relação ao Nordeste e aos nordestinos: vieram para se somar àqueles já existentes no país, elaborados em torno de pseudo-ciências e construções históricas hegemônicas nacionais espalhadas pelo tempo, com objetivos particulares.

A imagem do Nordeste pobre, de um povo “indisciplinado”, atrasado e paternalista se enraizou na sociedade e se prolongou até o presente. Isso se constata ao vermos manifestações em redes sociais como o *Twitter*, nas quais eleitores de oposição acusam os nordestinos de serem coniventes com governos supostamente corruptos para manterem vivos projetos assistencialistas, “esmolas” dadas para “garantir o cabresto”. Ao que parece, os nordestinos ainda são vistos como indivíduos capazes de aceitar qualquer coisa em troca da sobrevivência e do mínimo esforço.

18 GRAMSCI. *Cadernos do cárcere*.

19 GRAMSCI. *Cadernos do Cárcere*.



Assim, constatamos que este consenso, o de que o Nordeste brasileiro representava um perigo por sua pobreza, não se desfaz de uma hora para outra. Suas marcas ressoam no tempo presente e nos fazem questionar sobre sua responsabilidade em torno da imagem do Nordeste e dos nordestinos predominante no país hoje, mesmo esta imagem não tendo sido criada nos anos 1960. Como naquele tempo, os nordestinos muitas vezes são representados pelo consenso como incapazes de votar responsabilmente, ou de desconfiar do socialismo (ou de seus simulacros) se pensarmos no cenário de quase sessenta anos atrás: estariam aptos a acolher propostas assistencialistas ou ditas totalitárias que solucionassem os seus problemas estruturais sem discernir a respeito de quem as propõe.

### Considerações finais

Os documentos aqui analisados, junto a centenas de outros que podem ser encontrados no *National Archives* por meio do *Opening the Archives Project*, sinalizam para a elaboração de um consenso por parte das autoridades estadunidenses: de que o Nordeste brasileiro poderia se tornar uma nova Cuba nos anos 1960, visto que suas características sócio-políticas, econômicas e ambientais de alguma forma se assemelhavam. Num contexto de instabilidade política e de uma neutralidade internacional, o Brasil foi empurrado contra a parede no sentido de tomar medidas que barrassem a possível penetração comunista pelo Nordeste, inclusive aceitando o financiamento estadunidense.

A visão estimulada pela CIA sobre o Nordeste era uma visão que a todo momento estava circunscrita pelo exemplo cubano. A imagem da pobreza, da insubordinação, da agitação social e dos fatores naturais determinantes para uma sociedade tão estruturalmente precária. Esse é um caminho pelo qual buscaremos transitar no desenvolvimento desta pesquisa, mas compreendendo que os discursos hegemônicos sobre o Nordeste brasileiro partidos do Estado americano se encontram em sintonia com o das novas e das antigas classes hegemônicas brasileiras: as elites industriais e os latifundiários que, por um lado, forjaram um Nordeste atrasado e suscetível à subversão e, por outro, atrasado por ter sido preterido pelo Sul industrializado.

Por fim, devemos destacar que as construções hegemônicas sobre o Nordeste vistas nos documentos aqui utilizados, navegando entre o passado e o presente no qual foram produzidas, se aproximam das visões hegemônicas brasileiras sobre a região. Sem isso, seria impossível o exercício de alguma influência capaz não só de garantir o alinhamento do Brasil aos EUA, mas também de garantir a aproximação entre as classes hegemônicas brasileiras e o posicionamento subalterno de seu país dentro do cenário internacional.

## As experiências associativas dos barbeiros, Rio de Janeiro, começo do século XX

**Kaio César Goulart Alves**

Doutorando em História pela Universidade  
Federal de Juiz de Fora (UFJF).  
kaio.goulart@yahoo.com.br

### Resumo

A comunicação analisa as experiências associativas dos barbeiros e cabeleireiros no Rio de Janeiro no começo do século XX, dedicando especial atenção às tentativas de organização em associações de tipo sindical, cujo ápice se deu em 1919, com a decretação de uma greve pela conquista de direitos. Adota-se como fontes documentos sindicais, como relatórios e históricos, e jornais, da imprensa comercial e da imprensa operária.

**Palavras-chave:** Associativismo; Barbeiros; Rio de Janeiro; Primeira República.

### A “Revolução dos Canjicas”

Consta na literatura dedicada ao tema do cotidiano no Rio de Janeiro oitocentista a história de uma revolução fictícia, imaginada em 1882, por Machado de Assis. Essa agitação entrou para os anais com nome de “Revolução dos Canjicas”, e o texto, em que está presente, foi publicado na forma de conto, com o título *O Alienista*.<sup>1</sup>

Importa-nos a menção à “Revolução dos Canjicas”, pelo fato de que seu líder foi um barbeiro, de nome Porfírio. Ao liderar os canjicas – como ficaram conhecidos os revolucionários –, o barbeiro que antes dedicava seus dias e horas ao ofício da navalha e da tesoura, ou, até mesmo, à realização de sangrias na Corte, foi exemplar, por também demonstrar conhecimento da arte da agitação pela conquista dos seus direitos.

A revolta em questão resultou da política de encarceramento na Casa Verde, um espaço supostamente de tratamento da loucura, criado pelo Dr. Simão Bacamarte, o alienista – médico considerado especialista no tratamento das doenças mentais. Tal prática de internação forçada produziu enorme descontentamento na população de Itajaí, que se viu vulnerável diante das práticas autoritárias do Dr. Bacamarte, e, assim, resolveu ingressar nas fileiras da revolta.

Em que medida, a revolta dos canjicas, cuja liderança se deu pelo barbeiro Porfírio, pode nos auxiliar na formulação de questões a respeito da cultura e das práticas políticas dos barbeiros

1 ASSIS, Machado de. *O alienista e outros contos*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2004. 104 p.

do Rio de Janeiro, cujo fim seja a compreensão de suas formas associativas? Em suma, o que é possível conhecer sobre a cultura associativa dos barbeiros no começo do século XX?

Da radicalidade do barbeiro Porfírio desdobraram-se tendências autoritárias, bem registradas por Machado de Assis. Deixamos de lado a sua história e partimos para a análise das experiências associativas dos barbeiros e cabeleireiros da então Capital Federal, tendo como fontes relatórios manuscritos e históricos dos sindicatos, bem como a imprensa, operária e de grande circulação. Adotamos como recorte temporal as três primeiras décadas do século XX, por critérios de importância histórica, ou seja, trata-se de um período de efervescência associativa no Rio de Janeiro, com o desenvolvimento de solidariedades horizontais de vários matizes entre os operários. Isso considerando a diversidade de ideais críticos influentes no meio operário e, também, a existência de concepções de organização sindical concorrentes, como o sindicalismo reformista e o sindicalismo com intenção revolucionária.<sup>2</sup>

Embora seja tarefa das mais difíceis, tentar identificar o temperamento político de um ofício constituiu-se como uma tarefa instigante. Inspirados por Eric Hobsbawm, que, em um texto em coautoria com Joan Scott, identificou e analisou o perfil radical dos sapateiros da Inglaterra no século XIX,<sup>3</sup> buscaremos compreender alguns aspectos do ofício dos barbeiros e cabeleireiros, tendo como foco a greve de 1919, entendida como uma expressão importante da cultura associativa dos barbeiros em construção no Rio de Janeiro durante a Primeira República.

### Os barbeiros e cabeleireiros do Rio de Janeiro no começo do século XX

Ele aprendeu a ler devido às aulas de instrução que teve na Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros – uma associação de tipo mutualista -, e, se orgulhava de escrever semanalmente na coluna paga de um importante jornal diário da cidade do Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*. Seu poeta preferido era Eça de Queiroz, especialmente o livro *Prosas Bárbaras*.<sup>4</sup> Defensor da organização dos operários em associações, ele foi um dos fundadores do sindicato que representava os barbeiros e cabeleireiros da Capital Federal, a Associação dos Empregados Barbeiros e Cabeleireiros.<sup>5</sup> Em sua coluna, intitulada “Barbeiros e Cabeleireiros do Rio de Janeiro e São Paulo”, costumava fazer observações sobre os principais desafios que o ofício de barbeiro enfrentava, e não fugia de polêmicas eventualmente abertas pelos leitores.

2 A respeito das correntes ideológicas influentes e das práticas sindicais atuantes durante a Primeira República, conferir: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 78 p.

3 HOBBSAWM, Eric J; SCOOT, Joan W. Sapateiros politizados. In: HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

4 QUEIROZ, José Maria Eça de. *Prosas bárbaras*. Porto: Lello, 1951. 291 p.

5 Fundada em 05 de abril de 1903, com sede na Rua São Pedro, 182, e que contava, na época, com 170 associados e um patrimônio de 371\$660. Cf. BATALHA, Claudio H. de M. *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 186-187.

José Pinto Cardoso, o barbeiro e cabeleireiro na Capital Federal em questão, falava em sua coluna da “lamentável desunião em associação e mesmo em coleguismo” dos barbeiros, mas também lembrava a batalha pela não abertura dos salões aos domingos, feita pelo sindicato da classe, a Associação dos Empregados Barbeiros e Cabeleireiros - que mantinha, com pagamentos, a referida coluna no *Correio da Manhã*. Na imprensa, Cardoso denunciava as jornadas exorbitantes praticadas em muitas casas de barbearia, conclamava os barbeiros a se organizarem, e fazia elogios ao ofício que praticava, uma “profissão honesta e digna”.<sup>6</sup> Cardoso foi uma liderança dos barbeiros importante, atuante na imprensa e na militância sindical.

Em um período de quase 20 anos, foram inúmeras as mobilizações feitas pelas lideranças dos barbeiros para a formação de associações e as adesões dos operários as mesmas.<sup>7</sup> As associações acima citadas, de tipo sindical e mutual, são resultantes de tal militância, ou seja, das recorrentes reuniões, convocadas na imprensa, com o fim de construir a solidariedade entre os barbeiros, considerando: a criação e a manutenção de um jornal dedicado aos temas pertinentes aos barbeiros; a sustentação política e financeira de sua associação; a militância na imprensa e nas ruas e etc.<sup>8</sup> Com o passar dos anos e das sucessivas mobilizações, foi construída a mais importante greve em prol da conquista dos direitos dos barbeiros do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Adiante trataremos da sua dinâmica.

### **A greve de 1919: os barbeiros lutam pela jornada de 8 horas e pelo fim da gorjeta**

Os barbeiros, como ofício, possuíam características que, aparentemente, não favoreciam a unidade. Nos subúrbios, os poucos salões de barbearia contavam com, além do patrão, no máximo dois oficiais. No centro da Capital, em salões considerados de primeira classe - locais que as elites frequentavam -, poderia haver de seis a quinze cadeiras, mas a média de oficiais era de cinco ou seis barbeiros por salão.

Entre 14 e 20 anos, os jovens oficiais de barbeiro eram treinados para aprender a arte do manuseio da navalha e da tesoura. As jornadas de trabalho eram de 12 a 15 horas por dia, sendo que o trabalho começava às sete da manhã, incluindo os sábados, e em algumas regiões até mesmo os domingos. Havia, em média, 40 minutos para o almoço. Nos salões, a regra era a falta de luz e ventilação.<sup>9</sup> À exemplo do que ocorria com outros ofícios, como o de sapateiro, o trabalho dos

6 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de mar. 1919. p. 4.

7 Domingos Ribeiro Cabral, Manuel Fernandes, José Pinto Cardoso, João Macedo da Costa Cabral e Custódio Paes são algumas das lideranças dos barbeiros no período. Cf. Fundo Comissão do II Congresso Operário Brasileiro. Relatório da Associações dos Empregados Barbeiros e Cabeleireiros. Microfilme 546/2004. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

8 Sobre a militância na imprensa conduzida pelos barbeiros, conferir: *Voz do Povo: órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral*, Rio de Janeiro, exemplares de 1919 e 1920.

9 Cf. Fundo Comissão do II Congresso Operário Brasileiro. Relatório da Associações dos Empregados Barbeiros e Cabeleireiros. Microfilme 546/2004. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

figaros<sup>10</sup> era considerado indispensável. Fazer a barba e cortar o cabelo era uma prática comum ao cotidiano tanto das elites quanto das classes populares.

Embora indispensável, o ofício de barbeiro era marcadamente precarizado, e foi, em função disso, que na noite de 31 de julho de 1919, quinta-feira, uma comissão composta por barbeiros dirigiu-se até às redações dos jornais diários mais importantes da cidade do Rio de Janeiro, entre eles *A Época*, para comunicar que a greve geral da categoria seria decretada no primeiro dia do mês de agosto.<sup>11</sup>

O primeiro ato da greve foi a realização de uma reunião, às seis e meia da manhã, no Largo da Carioca - um local escolhido com frequência pelos operários para a realização de assembleias populares desde, ao menos, o começo do século XX.<sup>12</sup>

Os barbeiros e cabeleireiros reivindicavam com o seu protesto o aumento de salários, a jornada diária de oito horas e o fim das gorjetas. Aquele contexto era de intensa agitação operária na Capital Federal. Os jornais mencionavam que não se conseguia atravessar uma quinzena sem ter, ao menos, uma greve em andamento na cidade. Tecelões, ladrilheiros, marmoristas, empregados em lavanderias, marceneiros e alfaiates estavam com as atividades paralisadas. Certos redatores se surpreenderam, ao saber que as costureiras iniciaram uma greve para pleitear os seus direitos.<sup>13</sup>

A notícia da greve de um ofício indispensável como o de barbeiro correu célere, de boca em boca. Comentários diversos surgiram nas rodas de conversas. Com a greve decretada, houve salões que tiveram alguns oficiais de barbeiro em serviço, mas em outras casas, com quatro até quinze cadeiras, apenas o patrão estava em trabalho. Comentários satíricos diziam que aquela era uma “greve cabeluda”, devido a suspensão do corte de cabelo, mais demorado, para se dar conta da demanda com pouca mão de obra. “Olha o cabeludo”, gritava o freguês na porta da barbearia.<sup>14</sup>

Acreditava-se que a população, tanto dos subúrbios quanto do centro da cidade, reconheceria que a greve era justa, devido às condições de trabalho precárias de um ofício considerado indispensável. Para conquistar o apoio popular, o comando da greve enviou uma nota, publicada no jornal *A Época*. Citamos:

Ao público – A greve dos oficiais de barbeiros visa estes dois pontos: o aumento de ordenados e a abolição da gorjeta. Ninguém contestará, por certo, a justiça do aumento de vencimentos que desejamos, quando todas as classes clamam contra a carestia de vida. Quanto a extinção da gorjeta, é uma medida que beneficia não

10 Graças à ópera do século XIX “O Barbeiro de Sevilha”, de Gioachino Rossini, cujo personagem de nome Fígaro era um barbeiro, tornou-se comum utilizar a palavra “figaro” como sinônima de barbeiro. É interessante notar que essa ópera foi apresentada na Capital Federal inúmeras vezes no começo do século passado, e recebeu comentários elogiosos nas páginas da imprensa de grande circulação. Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1902. p. 1

11 *A Época*, Rio de Janeiro 02 ago. 1919. p. 2.

12 Entre outros protestos, o Largo da Carioca foi o palco escolhido pelas lideranças operárias para a realização de uma série de comícios contra a carestia (fome) e pela organização sindical dos trabalhadores, em 1913 e em 1917. Cf. Alves, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro*. 137 f. (Dissertação em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em História, Mariana-MG, 2014.

13 *A Época*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1919. p. 2.

14 *A Época*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1919. p. 2.

só a classe, como ao próprio público, pois este só merece consideração e atenção [...]. Quando o freguês se torna conhecido com o infenso à gorjeta, o ‘figaro’ recebe-o sempre de cara enrugada e, às vezes, até o trata indelicadamente. Quando oferece grossa ‘lambuja’, provoca entre os barbeiros, não raro, desarmonia [...], ao ponto de atracarem-se ao retirar-se o freguês, cada qual a advogar-se para si o direito de atender sempre o ‘tão bom amigo’. O público que vê essas demonstrações de tarturismo, de hipocrisia, [há] de convir na necessidade da vitória na nossa causa – A comissão de oficiais barbeiros”.<sup>15</sup>

A gorjeta, criticada na nota acima, possuía, na visão dos operários, uma dimensão negativa, uma vez que, não sendo compulsória, apenas alguns fregueses a pagavam. Nesse sentido, poucos eram os barbeiros que a recebiam, fator que gerava rivalidades entre os mesmos.

Após um mês do início da greve, embora não alcançasse toda a classe, os que aderiram ao protesto continuavam afastados do trabalho.<sup>16</sup> Atenta ao desenrolar da greve, a União dos Oficiais Barbeiros<sup>17</sup> – naquele momento o sindicato com maior representatividade no ofício - convidou os operários para uma reunião de “máxima importância”. O ponto alto coube à divulgação de uma nota da Associação dos Proprietários em Barbearias – órgão de representação dos patrões.

Achando-se impressas as tabelas de preços que deverão vigorar do dia 1º de outubro próximo, convido as pessoas interessadas, que ainda as não receberam, a procura-las nesta secretaria, durante todo o dia de hoje. Rio, 30 de setembro de 1919. O secretário, J. N. Figueiredo Filho.<sup>18</sup>

### Considerações finais

Nas páginas d’ *O Paiz*, folha diária de grande circulação no Rio de Janeiro, observou-se que “os barbeiros conseguiram chegar a um acordo”.<sup>19</sup> A negociação previa a permissão aos barbeiros e cabeleiros da cobrança de uma taxa a título de “pequenos serviços”, que cobririam complementos, como a loção usada no feitiço da barba. O jornal também noticiou que a partir de primeiro de dezembro entrou em vigor a jornada de oito horas de trabalho para oficiais de barbeiro e cabeleiro do Rio de Janeiro.<sup>20</sup>

A partir do fim da greve e do acordo estabelecido entre o sindicato patronal e os operários, o que se pode sugerir, a respeito das experiências associativas dos barbeiros da Capital Federal? Não obstante as conquistas da greve serem efêmeras, fator que notamos ao acompanhar as notícias

15 *A Época*, Rio de Janeiro, 05 de ago. 1919. p. 8.

16 *A Época*, Rio de Janeiro, 04 de set. 1919. p. 6.

17 Período de atuação entre, provavelmente, 1916 e 1922, cuja sede era no Largo do Rosário, 34, em 1918; na Praça da República, 58, em 1920. Em agosto de 1920, o sindicato participou do 3º Congresso Operário Brasileiro, representado por Amílcar dos Santos e José Cardoso Soares. Cf. BATALHA, Claudio H. de M. *Dicionário do movimento operário*. p. 269.

18 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 30 de set. 1919. p. 10.

19 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27 de set. 1919. p. 4.

20 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 02 de dez. 1919. p. 8.



na grande imprensa alguns meses após a efetivação do acordo,<sup>21</sup> qual foi o peso da agitação de 1919 no conjunto das lutas sociais travadas naquela conjuntura?

Como um episódio importante da história associativa dos figaros, a greve de 1919 promoveu organização e colocou os barbeiros em estado de luta pela conquista de direitos. Ao mesmo tempo, os barbeiros contribuíram, junto a outras associações mutuais e sindicais do Rio de Janeiro, para a formação de uma cultura associativa, caracterizada pela realização de celebrações, reuniões, campanhas, congressos e protestos, cujo fim era gerar organização e criar laços de identidade.<sup>22</sup> Nesses termos, ao lado das efemérides, das aulas de instrução, da prestação de socorros às famílias dos associados falecidos, ou dos comícios públicos de protesto, a greve dos barbeiros, decretada em agosto de 1919, se constituiu como uma prática de solidariedade e resistência operária importante da classe trabalhadora do Rio de Janeiro.<sup>23</sup>

Por meio do acompanhamento das ideias expressas na imprensa, especialmente a operária, foi possível identificar a defesa das práticas defendidas pelo sindicalismo de ação direta, também chamado à época de “sindicalismo francês”,<sup>24</sup> ou seja, a organização sindical de enfrentamento e com intenção revolucionária era considerada uma forma legítima, e necessária para a criação da solidariedade, tão fundamental para a conquista de uma vida com padrões mais dignos para os barbeiros. Por ora, é o que se pode observar acerca das experiências associativas desse ofício tão importante no cotidiano do Rio de Janeiro durante a Primeira República.

21 Segundo consta no Dicionário do movimento operário no Rio de Janeiro, em 1920, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) desenvolveu uma campanha pela oito horas de trabalho, num período em que os barbeiros trabalhavam dez horas diárias e 15 horas aos sábados. Cf. BATALHA, Claudio H. de M. *Dicionário do movimento operário*. p. 269.

22 BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. 438 p.

23 A respeito do processo histórico de formação da classe trabalhadora carioca, considerando as lutas, organizações e formas de consciências compartilhadas por escravizados e “livres”, conferir: MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Editora Bom Texto, 2008.

24 Cf. “Fundo Comissão do II Congresso Operário Brasileiro”. Relatório do Centro Cosmopolita. Microfilme 546/2004. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

*Born black in this white man'z world:*

## Tupac Amaru Shakur e os Panteras Negras

Vinícius Novaes Ricardo

vinicius\_novaesricardo@hotmail.com

### Resumo

Durante a segunda metade do século XX, os EUA se tornou palco de uma intensa e sistemática luta por direitos políticos e pela valorização da cultura negra. Destacam-se uma série de sujeitos e movimentos sociais que se envolveram no que ficou conhecido como “The Civil Rights Movement”, mas poucos obtiveram um interesse historiográfico tão elevado quanto os Panteras Negras. Anos depois, a cultura Hip-Hop se consolidou como uma das principais plataformas de discurso e reivindicação política da população negra dos EUA, sobretudo com as músicas de rap. Em vista disso, busca-se na figura de Tupac Amaru Shakur, um dos maiores rappers de todos os tempos, a essência de reivindicação política, e de denúncia, próprias ao Hip-Hop. Utilizando como referencial teórico pensadores da história cultural, busca-se em suas músicas e trajetória pessoal elementos que possibilitem a compreensão de mensagens de valorização da população negra, bem como seu chamamento para uma luta política. Portanto, partindo dos ensinamentos de Chartier (1991) e Ginzburg (1989), serão elucidadas temáticas como identidade, cultura, violência e revolução, todas muito caras à retórica de Shakur. O procedimento metodológico adotado consiste em: estudo de sua vida pessoal e familiar (os Shakur não são uma família regulada pela consanguinidade, estabelecendo seus laços por uma identificação baseada na luta política revolucionária, como fica evidente com as figuras de Afeni Shakur e Mutulu Shakur, ex-panteras aos quais Tupac se referia enquanto seus pais); análise de algumas de suas músicas (Panther Power, Words of Wisdom, White manz World), pela letra e melodia, identificando as mensagens implícitas e explícitas; estudo do contexto social e histórico em que viveu; levantamento de movimentos sociais que fazia parte e explanação da T.H.U.G. L.I.F.E. (código de conduta criminal que estabeleceu e redigiu com auxílio de Mutulu Shakur). Essa metodologia tem por principal objetivo a identificação de Tupac Amaru Shakur enquanto um intelectual orgânico e anti-hegemônico, em termos gramscianos, como é defendido por Mitchell (2014), e como um dos maiores artistas de todos os tempos, que se mantém relevante mesmo duas décadas após sua morte.

**Palavras-chave:** Rap, Tupac Shakur, Gramsci.

### Young Black Male<sup>1</sup>

A história dos negros nos EUA é a história dos EUA<sup>2</sup>. A opressão dos negros é um elemento constitutivo da sociedade estadunidense e, ao longo da história, assumiu variados formatos e mecanismos de discriminação. Nesse sentido, Loic Wacquant<sup>3</sup> analisa o paradigma racista de organização social e as diversas facetas pelas quais se manifestou na estrutura política dos EUA. Sendo assim, o autor descreve quatro dispositivos que, de maneira associativa e sucessiva, foram desenvolvidos para coerção e domínio desses grupos: a escravidão, as leis segregacionistas *Jim Crow*, os guetos e, por último, uma fusão simbiótica do gueto com a prisão. De maneira oposta a estes dispositivos de coerção foram desenvolvidas práticas de resistência das populações negras oprimidas. Durante o século XX, por exemplo, foram observados diversos movimentos sociais, manifestações de rua, produções artísticas, culturais e intelectuais, ou seja, múltiplas formas de significação do mundo, próprias ao tempo, sociedade e cultura nas quais se inseriam. Em vista disso, e dos objetivos propostos neste trabalho, compreende-se no rap e no hip-hop, respectivamente, um gênero musical e uma prática cultural urbana que promovem discursos contra hegemônicos e antirracistas, veículos de reivindicação e instrumentos utilizados, em certa medida, para a formação política de seus adeptos.

Formado por uma confluência de expressões artísticas corporais, sonoras e visuais o movimento hip-hop surge nos EUA em meados da década de 1970. Herdeiro direto das festas comunitárias e de bairro, os eventos de hip-hop surgem em uma época de intensa mobilização política e cultural dos negros estadunidenses<sup>4</sup>. Impulsionado pela eclosão internacional de movimentos artísticos, culturais e políticos, o hip-hop é forjado por discursos reivindicatórios de uma juventude em busca de empoderamento, que expressou esse processo de diversas formas: no movimento dos corpos marcados pela opressão<sup>5</sup>, na irrupção de cores e traços que desenham uma outra cidade<sup>6</sup> ou na agressividade ácida das imagens pintadas com sons<sup>7</sup>.

Nesta feita, o hip-hop é um movimento cultural formado, originalmente, por quatro elementos: o *break*, o graffiti, o DJ e o MC (com a incorporação do rap, DJ e MC se unem enquanto

1 Os subtítulos do trabalho fazem referência às músicas de grande relevância na discografia de Tupac. Na música *Young Black Male*, de seu primeiro álbum *2pacalypse Now* (1991), Tupac se identifica enquanto representante dos jovens negros, principal alvo do racismo institucional.

2 Frase de James Baldwin no filme “Eu não sou seu negro”, de Raoul Peck, lançado em 2017.

3 WACQUANT, Loic. Da escravidão ao encarceramento em massa. *New Left Review*, Londres, n. 13, p. 41-60, jan/fev. 2002.

4 SILVA, Rogério de Souza. *A periferia pede passagem: A trajetória social e intelectual de Mano Brown*. 2012. 302 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2012

5 Chamado de *Break*, este estilo de dança foi o principal responsável pela popularização do hip-hop nos anos iniciais. Teve seu ápice de popularidade com o filme *Beat Street*, dirigido por Stan Lathan e lançado em 1984.

6 O graffiti, expressão artística visual que tem a cidade enquanto sua tela de pintura, teve como um dos seus principais popularizadores Jean-Michel Basquiat.

7 O rap, gênero musical jamaicano, é importado para Nova York ainda na década de 1970 pelo DJ Kool Herc. Nas décadas de 1970 e 1980 o rap se tornaria o ente sonoro da cultura hip-hop e em 1990 se consolida enquanto um produto comercial da indústria fonográfica. Atualmente é um dos tipos de música mais consumidos no mundo.

ente sonoro). A conexão do hip-hop e do rap com o engajamento político se estabelece logo nos primeiros momentos de formação do movimento, tendo, inclusive, a participação de movimentos políticos como os Panteras Negras<sup>8</sup>. A utilização da música enquanto plataforma de reivindicação não é inaugurada pelo rap, na verdade, é precedida por outras produções musicais engajadas da primeira metade do século XX. Portanto, a gênese do movimento hip-hop, a consolidação do rap enquanto um gênero musical de grande alcance, além dos sujeitos envolvidos nesse processo, emerge de um contexto político e cultural que, em grande medida, subsidiou seu caráter engajado.

Todavia, evidenciar o caráter político do rap não quer dizer que este gênero musical limite sua retórica neste tema e nem mesmo que exista a obrigação dos rappers rimarem sobre isso. Inclusive, essa não parece ser a orientação majoritária dos rappers, como já afirmado por Mano Brown<sup>9</sup>. Contudo, alguns rappers fazem da política seu principal tema, como é o caso de Tupac Shakur.

Tupac Amaru Shakur foi um rapper e ator estadunidense que se destacou por sua conturbada vida pessoal e estrondoso sucesso comercial. Nascido no Harlem, bairro novaiorquino, em 1971, Tupac vivenciou o mecanismo racista institucional definido por Wacquant enquanto o quarto dispositivo. Iniciando sua carreira em 1990, seu ritmo de trabalho é impressionante mesmo para os padrões atuais, duas décadas após sua morte. Lançou quatro álbuns solo em vida<sup>10</sup> (seu primeiro álbum póstumo foi finalizado ainda em vida), oito álbuns póstumos, participou de quatro filmes lançados em vida e de dois lançados de maneira póstuma. Quebrou alguns recordes da indústria fonográfica, como ser o primeiro a lançar um álbum duplo de rap e o primeiro músico a lançar dois álbuns no mesmo ano e ambos se tornarem disco de platina já no ano de lançamento. Além disso, ainda podem ser consideradas diversas participações em outros projetos musicais, programas de televisão e alguns movimentos sociais. Tudo isso antes de ser assassinado em setembro de 1996, alguns meses depois de completar 25 anos de idade.

Não obstante seu irrefutável sucesso comercial, nosso interesse em Tupac Shakur reside no tom engajado de suas músicas e de seu desempenho em alguns movimentos políticos. Nesse sentido, para satisfazer os objetivos de análise deste trabalho, é necessário um estudo não apenas das músicas produzidas e de sua atuação política, mas também seu percurso de formação pessoal e o contexto histórico e sociocultural que denota relevância para sua atuação.

### Trapped<sup>11</sup>

Conforme apresentado anteriormente, Wacquant descreve uma fusão simbiótica da segregação socioespacial com a pena de privação de liberdade, isto é, uma associação cumulativa entre os guetos e

8 SILVA. *A periferia pede passagem: A trajetória social e intelectual de Mano Brown*. p. 32.

9 Entrevista concedida ao programa “Roda Viva”, exibido pela TV Cultura, no ano de 2007.

10 *2Pacalypse Now* (1991), *Strictly 4 My N.I.G.G.A.Z*(1993), *Me Against the World*(1995), *All Eyez on Me*(1996)

11 A música *Trapped* (1991) descreve a vida de um jovem negro nos EUA, encurralado pela institucionalidade do racismo, pela violência policial, desemprego, pobreza, encarceramento em massa e segregação nos guetos.

as prisões. Segundo o autor, já no último quarto do século XX era institucionalizado nos EUA um sistema que, simultaneamente, marginalizava a pobreza e a violência, ou seja, um formato que encurralava alguns sujeitos entre a miséria, criminalidade e a violência das forças policiais do Estado. Esse processo estabeleceu, e mantém, o jovem negro enquanto o grupo social de maior vulnerabilidade<sup>12</sup>.

É importante notar que esse sistema começa a ser desenvolvido após a atuação de jovens lideranças negras, como Martin Luther King Jr. e Malcolm X e, posteriormente, de movimentos políticos de natureza diversa, mas que objetivavam a defesa das populações negras. Nesse contexto, foi formado o grupo Panteras Negras na cidade de Oakland, no ano de 1966. O grupo tinha como objetivo o patrulhamento armado dos bairros de maioria negra e pobre para proteção contra a violência policial, mas também atuava de maneira orgânica dentro da própria comunidade. Nesse sentido, era comum que o Partido dos Panteras Negras servisse cafés da manhã para as crianças antes de irem para as escolas e ainda oferecesse assistência médica básica.

O partido, que progressivamente atinge importância nacional, funcionava pela formação de células responsáveis por regiões específicas. Essas células eram compostas por indivíduos pertencentes aos Panteras Negras e pela associação com outros movimentos sociais. Foi este o caso de Afeni Shakur, mãe de Tupac Shakur, que ocupava um posto de direção no grupo conhecido como *Panthers 21* e atuava no Harlem em Nova York. Afeni e Mutulu Shakur, padrasto de Tupac, foram os principais responsáveis pela formação política do rapper<sup>13</sup> que, desde o nascimento, convivia de perto com grandes nomes do movimento. São recorrentes as referências que Tupac faz à Afeni, Mutulu, Assata e outros ativistas da família Shakur<sup>14</sup>.

Contudo, mesmo com a intensa atividade política dos Panteras Negras, e outros, a desigualdade sociorracial nos EUA não é superada, mas altera de formato. Nesta feita, Tupac cresce em um país cada vez mais compromissado em infringir danos às populações negras lá residentes. Nesse sentido, o rapper se insere em uma sociedade que, no início dos anos 1990, a chance de um branco cumprir pena de prisão era de 4% frente os 29% de um negro<sup>15</sup>. Em decorrência da perda de direitos políticos após o encarceramento, no ano de 1997, um em cada seis negros estadunidenses estavam excluídos do processo eleitoral. Atualmente, no ano de 2018, o número de detentos se aproxima dos 2,5 milhões de pessoas, sendo os negros a maioria numérica<sup>16</sup>. Em vista disso, é evidente que Tupac vivenciou os momentos gestacionais dessa política de Estado, largamente aplicada nas duas últimas décadas do século XX, sendo capaz de articular uma leitura crítica desse ambiente.

12 WACQUANT. *Da escravidão ao encarceramento em massa*. p. 14

13 Nascido com o nome Lesane Parish Crooks, Afeni Shakur muda oficialmente seu nome para Tupac Amaru Shakur, inspirada no líder revolucionário indígena Tupac Amaru.

14 Como de praxe nas populações afroamericanas, uma forma de resistência consistia na alteração do nome “ocidental” (considerado um mecanismo de dominação) para nomes de origem africana ou outras representações de resistência. A família Shakur, de vinculação islâmica, é constituída também por muitas adoções, apadrinhamentos e outros mecanismos de associação. É imprescindível notar a atuação política dos membros da família, principalmente por sua associação com os Panteras Negras.

15 WACQUANT. *Da escravidão ao encarceramento em massa*. p. 15.

16 O encarceramento em massa estadunidense é estudado pelo documentário “13º Emenda”, de Ava DuVernay.

Portanto, mesmo não tendo uma trajetória política formal ou acadêmica, o rapper teve uma sólida formação política por sua trajetória de vida familiar. O diferencial de Shakur é sua capacidade comunicativa e sua aptidão artística. Tupac é frequentemente reconhecido como revolucionário e como um dos mais talentosos rappers de todos os tempos, ou seja, Shakur conseguiu confluir sua perspectiva política com sua capacidade artística. Sendo assim, é perceptível em sua curta trajetória de vida um explícito compromisso com a luta política por direitos civis e justiça social, que subsidiava com a promoção de discursos contra hegemônicos e a capacidade organizativa em sua própria comunidade. São esses aspectos que serão discutidos a seguir.

### Rebel of the Undergorund<sup>17</sup>

A cultura é uma das engrenagens da formação política dos sujeitos. Nesse sentido, compreende-se no acesso à cultura um importante instrumento da construção da cidadania e da significação do mundo. A ideia de organizadores de cultura enquanto agentes políticos é defendida por Gramsci durante o estudo dos intelectuais.

Segundo o italiano, algumas formas de disputa política acontecem em nível epistemológico, ou seja, o embate ideológico é também uma forma de desempenho político. A hegemonia se sustenta não apenas pela ação de uma rede de solidariedade que, de maneira mutualista, regula seu poder econômico e sua dominação do corpo social, isto é, os grupos dominantes também se dedicam à construção e promoção de leituras do mundo para reverberar culturalmente seu domínio. Desta forma, os discursos produzidos podem ser contributivos para a hegemonia ou podem ser nocivos para esta.

Todavia, o organizador de cultura não é identificado como o “intelectual tradicional”, isto é, o intelectual de percurso formativo acadêmico, mas sim como “intelectual orgânico”, ou seja, um sujeito portador de discurso contrário ao da hegemonia e ação organizadora do grupo em que se insere, inclusive, é esse empenho de organicidade que justifica sua alcunha de “orgânico”.

Essa possibilidade de análise tem sido usada para o estudo de diversos sujeitos, por exemplo os músicos. Em vista disso, Scott Mitchell<sup>18</sup> faz um estudo de Tupac Amaru Shakur enquanto um intelectual orgânico. O estudo consiste na compreensão das mensagens políticas de Tupac enquanto denúncias do poder hegemônico e que incutiam nos ouvintes uma ânsia por mudanças que estruturava seu chamamento para a luta política. Todavia, a pesquisa de Mitchell se dedica majoritariamente ao estudo da retórica de Shakur pela análise de algumas de suas letras, sendo descartados outros aspectos de significância na própria música, como a parte melódica, ou qualquer outra esfera de significação externa ao documento musical.

17 Música do álbum *2pacalypse Now* (1991) em que Tupac se apresenta enquanto um rebelde do submundo, isto é, como alguém que defende os oprimidos. Uma das mensagens mais significativas da música é a afirmação de que “a arma mais perigosa é o negro educado”, dando absoluta relevância para o conhecimento e a cultura.

18 MITCHELL, Scott Andrew. *Hegemonic Resistance in Hip-hop Music: A Gramscian Rhetorical Criticism of Tupac Shakur*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação). *Illinois State University*. 149 p.



A análise de rappers como intelectuais orgânicos não é inaugurada por Mitchell. Rodrigo Souza Silva empreende a mesma leitura gramsciana, entretanto com o rapper brasileiro Mano Brown. Em sua tese de sociologia pela Unicamp, Silva amplia sua investigação para além das letras musicais, considerando relevante também a trajetória pessoal e intelectual do rapper “sobrevivente do inferno”<sup>19</sup>, e, portanto, o estudo do contexto social e político que se insere.

Contudo, ambos os trabalhos carecem de uma crítica historiográfica. Por não se tratarem de trabalhos na área de História, tanto o estudo de Mitchell quanto o de Silva tem a tendência a negligenciar a lógica interna do documento. Nesse sentido, é indispensável que se contemple as significâncias do documento enquanto compostas indissociavelmente pelo âmbito intrínseco e extrínseco. Isso significa defender que a música, assim como qualquer outro documento histórico, tem seus significados constituídos pela tensão entre evidência e representação. Desta forma, é necessária uma investigação técnico-estética e representacional da música<sup>20</sup>.

Ainda nesse sentido, é de grande valia as reflexões de Chartier<sup>21</sup> sobre a presença da representação em toda estrutura e prática, e que não só a produção dessas representações, mas também suas possibilidades de leitura estão condicionadas ao tempo, lugar, comunidade e suporte da informação veiculada, sem os quais a mensagem é ininteligível.

### Holla if ya hear me<sup>22</sup>

Em vista do exposto acima, isto é, dos fatores históricos e socioculturais característicos do ambiente em que viveu Tupac, sua formação política em sua trajetória familiar, a relevância de suas músicas e a importância da esfera representacional para a determinação do seu caráter político, é imperioso a identificação e análise desses elementos no conjunto documental selecionado. É indispensável comentar a variação dos tipos de música produzidas por Tupac, muitas vezes chamado de contraditório, o rapper fez sucesso com músicas muito distintas. Apesar de seu caráter engajado, Tupac não tinha uma temática única. Também lançou músicas com objetivo exclusivamente comercial, que muitas vezes culminou na escrita de letras apologéticas e machistas. Portanto, e em vista dos objetivos deste trabalho, foram selecionadas três músicas dentro de um conjunto documental propício.

A primeira música que analisaremos, de nome *Panther Power*<sup>23</sup>, foi uma das primeiras gravadas por Tupac. A batida rápida e o *scratch*<sup>24</sup> produzem, junto com as rimas rápidas e enérgicas de

19 SILVA. *A periferia pede passagem: A trajetória social e intelectual de Mano Brown*. p. 100.

20 NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel (fontes audiovisuais). In: PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 254-273.

21 CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, p. 173-191, Maio. 1991.

22 Lançada em 1993, a ideia central é a provocação do ouvinte para que se sinta indignado e coagido a agir. No clima da música, Tupac afirma que se tornou uma grande ameaça por lembrar as pessoas das coisas que foram feitas para esquecer, isto é, ataca o discurso hegemônico que subsidia a dominação.

23 Faz referência a uma saudação dos membros do Partido dos Panteras Negras. Foi lançada em 1989.

24 Técnica musical que consiste na alteração da rotação original do disco com a música, produzindo novos sons.

Tupac, a sensação de agitação no ouvinte. Com um *flow*<sup>25</sup> moderno para a época, a música possui um ritmo especialmente rápido em relação ao comum nos últimos anos da década de 1980.

O argumento da letra consiste na desconstrução do *American Dream*, que, segundo o rapper, não era uma promessa para todos. Ao contrário disso, os negros estadunidenses eram intencionalmente excluídos da possibilidade de educação, saúde e emprego, sendo sistematicamente alvos da violência e encarceramento. É importante notar a concepção de Shakur do narcotráfico enquanto um mecanismo de disseminação da violência e que o comportamento violento dos sujeitos é uma consequência direta deste sistema opressivo. Tupac, após incluir-se entre os oprimidos, conclui, enfaticamente, com a convocação para mudar o governo.

A concepção de que os EUA têm o objetivo perene de eliminação e subjugação dos negros é recorrente na retórica de Tupac. A segunda música que analisaremos é *Words of Wisdom*. Esta música, lançada em seu primeiro álbum, possui em sua *beat*<sup>26</sup> a sample de *Chameleon*, de Herbie Hancock. Inclusive, a *beat* é uma esfera de significado muito valorizada por Shakur, sendo comuns as referências à *black music*. A música começa dando maior destaque para a fala de Tupac, que denuncia a intenção dos EUA de exterminar os negros e afirma que a parte mais alarmante do genocídio da juventude negra é a falta de reação dessa própria juventude. Convocando entre os ouvintes seus semelhantes, a quem se dirige pela classificação de irmãs e irmãos, Tupac questiona o que sua comunidade fará: continuar se direcionando cegamente ao extermínio ou resistir, mesmo que isso também significasse a morte.

O momento mais relevante da música é a construção da imagem de um júri popular, em que o réu, os EUA, é julgado pelos crimes de homicídio, roubo, estupro e marginalização. O rapper inicia o julgamento pela revelação da verdadeira face do réu, que chama de “*Amerikkka*”<sup>27</sup>. O júri considera o país culpado das acusações. As representações evocadas nesse trecho são muito interessantes, sobretudo a identificação dos EUA enquanto o criminoso e do povo como detentor do poder de Justiça. Outro momento de destaque é a identificação de alguns sujeitos enquanto pesadelos dos EUA. Entre estes, são citados outros grupos de rap e três membros dos Panteras Negras: Mutulu Shakur, Assata Shakur e Geronimo Pratt. A estratégia argumentativa utilizada é muito interessante, uma vez que ataca noções hegemônicas ao mesmo tempo que convoca para a resistência política e lista exemplos a serem seguidos.

Não obstante a densidade de significados que Tupac inseria em suas letras, a parte melódica de suas músicas também apresenta informações relevantes. A utilização de uma sample, muitas vezes ignorada nas análises, nem sempre é por recortes de bases musicais para a composição da batida, mas também recortes de sons e falas diversas que são inseridas na música como forma

25 O *flow* é a forma com que o rapper encaixa suas rimas na batida. Também é conhecida como “levada”.

26 A *beat* é a parte melódica da música. Também é chamada de “batida”.

27 Tupac insere a imagem da *Ku Klux Klan* na palavra América ao repetir enfaticamente o som da letra “k” no fonema “ca”. Essa metáfora tem por objetivo explicitar a violência e o racismo invisibilizados na história dos EUA.

complementar de significado. É o que acontece intensamente na terceira música em análise, *White Man's World*, lançada em seu primeiro álbum póstumo no ano de 1996.

A abertura da música é um diálogo retirado do filme *Malcolm X*, de Spike Lee, no qual o jovem Malcolm X, ainda na prisão, é confrontado sobre sua identidade negra. Na cena, outro indivíduo negro o questiona a razão dele se envergonhar por ser negro, afirmando que este é o objetivo do homem branco. Em diversos momentos na música, Shakur insere mensagens de valorização da identidade racial, afirmando enfaticamente que ser negro é motivo de orgulho. O rapper, associando cultura e identidade, sintetiza seus argumentos pela assertiva de que todos devem saber o que significa ser negro nos EUA, isto é, viver sob a necessidade da autoafirmação.

Essa ideia ainda serve para subsidiar sua percepção de violência e revolução. Ao longo da música são descritas diversas formas de violência com múltiplos alvos e perpetradores. Em momentos é explicitada a violência dentro da própria comunidade negra e em outros dos negros apenas como o alvo dessa violência. A violência é compreendida de maneira ampla, dando destaque para a não corpórea, como a marginalização, pobreza e a mentalidade racista do país. Tupac argumenta que todos esses fatores de opressão serão acumulados e utilizados como força motriz para reaver os danos infringidos à essa população. Esse processo, que chama de “reparação”, é entendido por ele enquanto uma obrigação.

É interessante notar a percepção da estrutura de poder e dominação presente em seus versos. O rapper identifica como grupo sociopolítico dominante o homem branco, que oprime qualquer outro grupo. Nesse sentido, essa música é fundamentada na identificação de dois grupos, o “nós” e o “eles”, e pela descrição das consequências de se inserir no primeiro grupo, isto é, entre os oprimidos. Os argumentos de Shakur são reforçados pela utilização de samples de discursos de ativistas negros. Dentre os utilizados, destaca-se o de encerramento, no qual é utilizada um excerto do discurso de Louis Farrakhan, líder da Nação do Islã, que afirma que a Constituição e o governo são reflexos do pensamento dos pais fundadores de que os EUA seria uma nação dos brancos e para os brancos, sendo qualquer outro grupo um fardo a ser superado.

Como já afirmado, é necessário compreender as representações evocadas na música. No momento de sua composição, o rapper estava preso (fator que é explicitado na letra) e passava pelo mesmo processo que Malcolm X, como representado no filme, de afirmar ou não seu engajamento. O paralelo estabelecido entre Tupac e Malcolm X não é um caso isolado. São recorrentes os momentos em que Tupac afirma seu alinhamento político-ideológico com Malcolm X e em outros se coloca em uma linha de sucessão deste. Por mais hiperbolizada que seja essa comparação, a razão desta é relevante. Não se trata de atestar uma proporcionalidade entre esses dois sujeitos, mas de perceber as intenções do rapper ao se proclamar um continuador do pensamento político de Malcolm X. Ainda nesse sentido, Shakur indica alguns sujeitos que seriam seus verdadeiros professores: Mutulu Shakur, Geronimo Pratt, Mumia Abu Jamal e Sekou Odinga. Deste modo, compreende-se nesta música um esforço intenso de mapear a concepção política do rapper, evidenciando orientações ideológicas e estratégias políticas que valorizava.

Frequentemente Tupac construía sua imagem enquanto um sujeito culto, inteligente e sensato, mas em outros se aviltava e amedrontava seus espectadores, devido ao seu comportamento impulsivo. Longe de creditar esse processo a uma espécie de plano consciente, a tensão entre as imagens que produzia de si mesmo parecem ser provenientes de um processo humano de amadurecimento e formação de caráter de um jovem.

Seu perfil errante proporcionou que flertasse com tipos distintos de atuação política. No início dos anos 1990 funda o movimento T.H.U.G. L.I.F.E.<sup>28</sup> com a ajuda de Mutulu Shakur. Inspirado no programa do Partido dos Panteras Negras<sup>29</sup>, o movimento redige um código de conduta criminal que tinha por objetivo o controle do crime e direcionamento da violência para que não fossem autodestrutivos para a comunidade negra. Desta forma, entre outras coisas, o código proibia atividades criminais em regiões escolares ou a utilização de crianças no tráfico de drogas. Com lampejos de eficiência, o movimento, que tinha por objetivo a redução de crimes banais acaba se tornando um slogan comercial.

Outra forma de atuação política era mencionar em suas músicas eventos relevantes para a população negra, como o homicídio da adolescente Latasha Harlins<sup>30</sup>, o espancamento de Rodney King e as *L.A. riots*<sup>31</sup>, o assassinato de Huey Newton<sup>32</sup>, entre outros. Com esta forma de comemoração, o rapper mantinha viva a indignação em seus ouvintes. Anos mais tarde, ao fim de sua vida, Tupac participa da campanha contra a proposta de lei 209<sup>33</sup>, da Califórnia, que tinha por objetivo proibir o governo estadual de promover ações afirmativas em cargos públicos.

### Violent<sup>34</sup>

Ao longo da discussão supracitada, foram expostas as características históricas e socioculturais do ambiente em que Tupac Amaru Shakur viveu e a forma como articulou essa vivência em suas músicas. Nesse sentido, é possível identificar em grande parte de suas produções críticas sociais pautadas em argumentos que versavam sobre a estrutura política e social dos EUA e a forma como esta é sistematicamente direcionada para a opressão dos negros estadunidenses. Entendendo o potencial comunicativo da música, Shakur pretendia a organização e formação política de seus

28 *The Hate U Give Little Infants Fucks Everyone*. Em português pode ser compreendido como “o ódio que você dá para as crianças prejudica todo mundo”.

29 O programa de 10 pontos do Partido dos Panteras Negras (1966) estabelecia exigências. Algumas das reivindicações eram: liberdade, emprego, moradia, saúde e fim da violência.

30 Assassinada pela proprietária de uma loja coreana em Los Angeles, em 1991. A assassina foi absolvida.

31 Ocorrido em 1992, foi uma das maiores manifestações urbanas da história dos EUA, deixando um número elevado de mortos, feridos e presos. O evento foi desencadeado após a absolvição dos policiais flagrados em vídeo espancando o taxista Rodney King em 1991.

32 Cofundador e um dos principais líderes do Partido dos Panteras Negras, morto em 1989 na cidade de Oakland.

33 Tupac discursou contra essa proposta de Lei no evento organizado pelo movimento *Brotherhood Crusade*, no dia 15 de agosto de 1996.

34 Música lançada em 1991. Tupac considera seu comportamento violento uma reação ao comportamento violento original dos EUA. Diz que o que pretende é “acordar as massas”, apontando quem é a real fonte da violência.

ouvintes. Com a intenção declarada de utilizar o rap enquanto plataforma de discurso político reivindicatório, Shakur foi rapidamente associado à imagem de violento<sup>35</sup>.

O rapper, poliglota na linguagem da violência, conseguia inseri-la em suas produções de múltiplas formas: pela temática, pela melodia e por sua performance vocal. Desta forma, Tupac compôs músicas que transmitiam pela letra, pela batida da música ou mesmo pela forma como vocalizava suas rimas, a violência que sempre fez parte de sua vida.

Todavia, na ânsia e ambição de politizar a comunidade negra, o rapper acabou se consubstanciando com aqueles que almejava salvar. O assassinato de Tupac Shakur é sua mais dolorosa e vívida lição: um homicídio, com requintes profissionais, levado a cabo em uma das maiores cidades turísticas dos EUA, ocorrido na noite de um dos maiores eventos até então<sup>36</sup>, em uma movimentada avenida de Las Vegas, que teve como alvo um dos maiores artistas do mundo na época, protegido por um forte esquema de segurança, duas décadas depois permanece sem solução. O cadáver, mesmo com a palidez de um corpo sem vida, não oculta sua pele preta e as consequências disso: Tupac, como milhares dos que buscava defender, é a corporificação da injustiça e da desvalorização da vida que atropela tantos negros nos EUA.

Dentre as coisas que pretendeu, fracassou e conquistou, permanece a memória de Tupac enquanto um rapper politicamente consciente e ativo. A faceta revolucionária de Tupac Shakur enseja, desde seu falecimento, o tom politizado do rap e da cultura hip-hop que ecoam o que Fred Hampton<sup>37</sup> bradava a plenos pulmões na década de 1960, isto é, que a morte de um revolucionário não significava a morte da revolução.

35 Essa associação foi estabelecida, principalmente, por seu papel no filme *Juice* (1992), dirigido por Ernest Dickerson. Bishop, personagem interpretado por Tupac, era o vilão da história.

36 Mike Tyson contra Bruce Seldon, setembro de 1996, na cidade de Las Vegas.

37 Jovem proeminente liderança do Partido dos Panteras Negras. Seu homicídio (1969), um dos maiores escândalos da polícia de Chicago e do FBI, foi revelado enquanto um plano conjunto entre as duas instituições para assassinar Hampton aos 21 anos. Sua morte teve a participação de dezenas de agentes que, inclusive, alteraram a cena do crime para forjar um tiroteio. A versão da polícia foi desmentida pela perícia, que concluiu que os militantes foram atacados e alvejados com dezenas de tiros enquanto dormiam, provocando a morte de Fred Hampton e Mark Clark.

## A crueldade do silêncio em tempos sombrios: Dietrich Bonhoeffer, a ação cristã e nazismo

**Karina Fonseca Soares Rezende**  
Graduanda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
kaa.rezende@gmail.com

### Resumo

O político e o religioso se imbricam de maneira tão profunda em algumas circunstâncias que é impossível delimitar onde um começa e o outro termina. Algumas ações de indivíduos tanto no passado quanto no presente encontram-se nesta fronteira. As definições de ambos os conceitos não são, em nosso entendimento, rígidas e inflexíveis. As experiências humanas não podem ser definidas por um conceito de religião estático e pouco abrangente. Tão pouco o conceito de política deve contemplar apenas aquilo que se refere ao institucionalizado. Se a política é o espaço da liberdade e da ação do ser humano no âmbito público, como compreende Hannah Arendt, é impossível não considerar espaços que contemplam experiências e práticas religiosas como meios onde a política se constitui. Igrejas, seminários, espaços informais de estudos dominicais, sermões e cultos são exemplos de lugares contemplados nos estudos teológicos, mas não tão privilegiado nos estudos historiográficos que focam em manifestações políticas não institucionalizadas.

Dentro desta perspectiva, analisaremos o caso do pastor luterano Dietrich Bonhoeffer e sua vivência na Alemanha Nazista a partir de um de seus sermões proferido em 1937. Desde a posse de Adolf Hitler em 1933, o teólogo se colocou na linha de frente contra o regime – diferentemente da maior parte dos protestantes do período –, se posicionando publicamente sobre os perigos das altíssimas expectativas que a sociedade alemã depositava no Führer alemão, a exclusão dos judeus e o processo de nazificação da Igreja Protestante Alemã. Morto no campo de concentração de Flossenbürg após auxiliar na fuga de judeus da Alemanha, dirigir um seminário ilegal, fazer parte de uma operação tiranicida para acabar com a vida de Adolf Hitler e se tornar espião dos Aliados, os caminhos traçados por esta figura nos ajuda a pensar na complexidade das ações políticas dentro de um mesmo grupo religioso. Em “Pregando o Evangelho em uma Era Maligna”, observamos as reflexões de Bonhoeffer acerca da responsabilidade de ação dos indivíduos, a culpa da humanidade e a necessidade de se relacionar e se preocupar com o outro sendo levadas para a esfera pública como um ato político. As próprias seleções de passagens bíblicas e alegorias feitas pelo teólogo nos ajudam a perceber como seu posicionamento e ação política se constitui. Se, para ele, o silêncio diante do mal é o próprio mal, de qual silêncio político e religioso Dietrich Bonhoeffer acusa a Igreja e a Alemanha?

**Palavras-chave:** Dietrich Bonhoeffer, nazismo, responsabilidade moral, protestantismo.



Poucos estudos no Brasil, especialmente fora da teologia, estiveram com seu olhar destinado à relação entre religião e política em regimes políticos totalitários. O pastor e teólogo Dietrich Bonhoeffer foi uma das principais figuras no século XX para os estudos nas áreas da teologia e filosofia. No entanto, seu legado e fama não se restringe a seus escritos teológicos mas, estão centrados principalmente em suas ações na esfera pública. Bonhoeffer foi um pastor luterano nascido em 1906 em Breslau – hoje Polônia – que possuiu uma oposição pública ao nacional-socialismo desde 1933. Suas ações, tanto práticas ou discursos, estavam em consonância com o resto da Igreja Protestante de então? Qual é a relevância de se pensar as ações públicas de alguém com prestígio, tanto dentro quanto fora da Alemanha, que foram duramente derrotadas? Dietrich Bonhoeffer se insere dentro daquilo que Robert Ericksen nomeia de “minoría radical”. A minoría radical não diz respeito a nenhuma instituição religiosa do período mas sim a indivíduos que agiram de maneira solitária ou reunidos em pequenos grupos para trabalharem contra determinadas questões que estavam sendo defendidas (ou não questionadas) pela própria Igreja Evangélica.

Para haver uma minoría que se opunha, pressupomos uma maioria que estava em consonância com as propostas ideológicas e políticas do governo nazista. A Alemanha pré Terceiro Reich possuía cerca de 65 milhões de habitantes no princípio da década de 1930, sendo 150 mil membros de igrejas livres (como batistas e metodistas) e entre 41 e 48 milhões membros de 28 igrejas territoriais independentes (luteranos e reformados)<sup>1</sup>. A união das igrejas em uma instituição única sob domínio estatal como desejava a cúpula nazista ocorreu no ano de 1933 com a constituição da Igreja do Reich (Reichskirche) sob coordenação do movimento dos Deutsche Christen – os “Cristãos Alemães” -, movimento teológico e religioso liberal pró-nazista. A perspectiva teológica desse grupo, calcada nas reinterpretações da fé cristã e da figura de Jesus Cristo proposta pelo cristianismo positivo ascendente na Europa desde o século XIX, era influenciada por ideólogos antisemitas como Houston Chamberlain, com proposições como a eliminação de quaisquer elementos judeus das Igrejas Protestantes e da própria Bíblia<sup>2</sup>. A tentativa de abandonar uma explicação do mundo a partir de um “cristianismo fraco”, calcada em uma ideia de um Cristo morto e um Deus que sofre, é um dos motes dessa vertente teológica do cristianismo positivo. Não é a tentativa de esvaziar a sociedade alemã do cristianismo. É a necessidade de readequá-lo às novas propostas de mundo conformadas a partir de então pelo Terceiro Reich Alemão. A suástica passa a disputar espaço e ocupar o lugar simbólico da cruz nas Igrejas Protestantes alemãs a partir de 1933.

Em oposição às interferências estatais nos âmbitos eclesiásticos surge a Igreja Confessante, núcleo de pastores que, se opondo ao processo de nazificação das Igrejas Evangélicas Alemãs, propõe um memorando amplamente divulgado no período: a Declaração Teológica de Barmen. No pós-guerra, a Igreja Confessante ficou conhecida como o grande baluarte de resistência ao nazismo e suas opressões. No entanto, no que diz respeito a exclusão e assassinato dos judeus, muito pou-

1 BARNETT apud FERREIRA, Franklin. **A Igreja Confessional Alemã e a Disputa pela Igreja (1933-1937)**. Fides reformata. São Paulo, 15, nº1, 2010, p. 14.

2 GRIGG, Russel. **Did the Nazis rewrite the Bible?**. Journal of Creation. Camberra: v. 26, nº 2, 2012, p. 110.

co ou quase nada foi feito pela instituição. O silêncio da Igreja Confessante em assuntos como o antissemitismo promovido institucionalmente pelo governo de Adolf Hitler foi um dos principais motivos de crítica e decepção de Bonhoeffer com a instituição e, conseqüentemente, sua exclusão e marginalização dentro desta. Por colocar a perseguição aos judeus como um dos assuntos primordiais a serem discutidos e combatido na Igreja, Bonhoeffer não era bem visto além do fato de se opor politicamente ao regime e sua solidariedade aos judeus.<sup>3</sup>

É importante, antes de adentrarmos na análise de suas obras, fazermos um balanço bibliográfico da atuação político-religiosa de Dietrich Bonhoeffer. O objeto deste artigo é analisar as críticas do teólogo ao Estado e a Igreja no que diz respeito ao silêncio e complacência a exclusão de grupos marginalizados no período, especialmente os judeus. Para tal, será feita a análise de um dos sermões<sup>4</sup> proferidos por Bonhoeffer no ano de 1937 intitulado de “Pregando o Evangelho em uma era maligna”<sup>5</sup>. No entanto, antes de ter seu seminário ilegal, ser proibido de pregar e ser constantemente vigiado pela Gestapo, como os primeiros anos de dominação nazista foram encarados pelo pastor luterano?

Desde a posse de Hitler como chanceler, Dietrich Bonhoeffer se posicionava publicamente sobre os perigos das altíssimas expectativas que a sociedade alemã depositava na figura de Adolf Hitler. Em 01 de fevereiro de 1933, o pastor luterano havia proferido um discurso em cadeia nacional intitulado “O Conceito Alterado de Führer da Nova Geração”. No texto, ele acusa os alemães de verem em um líder a imagem de um ídolo e que, dessa maneira, ele se tornava um “misleader”<sup>6</sup>. Após o boicote aos judeus em 1 de abril, Bonhoeffer escreve seis teses foram elaboradas sobre a questão judaica acompanhadas por um prefácio que determinava as responsabilidades da igreja em relação aos judeus: o ensaio “A Igreja e a Questão Judaica”. Se opôs ao parágrafo ariano e adoção deste pela Igreja Protestante no mesmo ano. Elabora, juntamente com Hermann Sasse a Confissão de Bethel no fim do ano de 1933. A versão mais radical do documento foi alterada principalmente no que diz respeito às medidas antissemitas. Dietrich Bonhoeffer se viu praticamente sozinho, contando com a colaboração de poucos amigos que compactuavam com a maior parte de suas visões como Karl Barth e Martin Niemoller mas desesperançoso de que a Igreja Protestante da Alemanha teria alguma ação efetiva em relação aos judeus. Em 1934, é convidado para pastorear duas congregações alemãs em Londres, por exemplo.

A vida e obra de Bonhoeffer é um dos exemplos onde não conseguimos delimitar com segurança onde sua ação política começa e onde a ação no âmbito religioso termina. Compreendemos que tais conceitos não são rígidos e inflexíveis e que esses dois campos se imbricam e se

3 HOCKENOS, Matthew D. **The Church Struggle and the Confessing Church: An Introduction to Bonhoeffer's Context.** Studies in Christian-Jewish Relations. Boston, v. 2, n.1, p. 1-20, 2011, p. 2.

4 Para o presente trabalho, a análise do sermão foi feita em duas obras. A primeira delas é a coletânea “Prédicas e Alocuções” e a segunda é a recém-lançada “The Collected Sermons of Dietrich Bonhoeffer”.

5 BONHOEFFER, Dietrich. **Pregando o Evangelho em uma Era Maligna.** In: Prédicas e alocuções. Editora Sinodal, 2007

6 BONHOEFFER apud BETHGE, Eberhard. Dietrich Bonhoeffer: a biography. Fortress Press, 1999.p. 260

confundem a todo momento ao analisar a ação histórica dos indivíduos. Se a política é o espaço da liberdade e da ação do ser humano no âmbito público, como compreende Hannah Arendt, não podemos, de maneira alguma, restringi-la apenas às ações políticas institucionalizadas ou àquelas que se autodesignem como tal. Os memorandos, panfletos e sermões mencionados como autoria de Bonhoeffer são ações político-religiosas. Há, por parte do teólogo, a mobilização de elementos e concepções teológicas como maneira de se posicionar politicamente na esfera pública como oposição a algo ou outrem. O nacional-socialismo também mobilizou elementos religiosos, inclusive dentro de uma leitura do que é o Cristianismo e o que é a figura de Jesus Cristo, em favor de uma legitimação de seu poder. Neste caso, observamos religião e política se relacionarem da maneira mais difundida no meio social: a religião enquanto um dos principais recursos legitimadores da ordem social e forma de poder.<sup>7</sup> Observamos, portanto, uma disputa entre grupos antagônicos nessa relação e nessa instrumentalização da religião e do discurso religioso no âmbito político.

### **“Pregando o evangelho em uma era maligna”: a crueldade daqueles que estão em silêncio**

O sermão “Pregando o evangelho em uma era maligna” está situado em meio a uma série de pregações realizadas por Bonhoeffer em 1936 e 1937, a *Volksmission*. Sua missão incluía viagens para a pregação do evangelho em vários seminários no interior da Pomerania. A sensação de caos vivida pelo teólogo está na própria definição do mundo em que vive: uma era maligna. Bonhoeffer pode tanto se referir a era maligna como toda e qualquer época em que os seres humanos exercitam o mal como ao momento específico em que vive. Em vários momentos, não só nesta pregação como ao longo de obras sistematizadas de sua autoria – Vida em Comunhão, Ética, Discipulado –, Bonhoeffer coloca em evidência os tempos particularmente difíceis que está tendo que enfrentar. Nesta pregação, ele caracteriza como uma das evidências deste tempo mau em que vive o silêncio daqueles que, testemunhando ações injustas, nada fazem. Existem quatro temáticas principais em “Pregando o Evangelho em uma era maligna”: vingança, responsabilidade e culpa, inocência e o silêncio. Analisemos, portanto, os elementos trabalhados por ele em cada uma destas

### **Vingança**

Por que Dietrich Bonhoeffer traria um salmo sobre vingança para os seminaristas luteranos que em sua maioria faziam parte da Igreja Confessante? A “era maligna” de Bonhoeffer já havia atingido muitos daqueles que ele mantinha um contato direto. Em 1937, a punição à membros da Igreja Confessante já estava sendo amplamente difundida.

7 DA MATA, Sérgio. *História & religião*. Autentica, 2013.. p. 104

Mais de oitocentos pastores identificados como confessantes foram presos. A leitura de nomes de presos para as orações foi proibidas nos púlpitos, todas as coletas feitas pela Igreja Confessante foram consideradas ilegais e quaisquer produções da Igreja seriam submetidas à Lei Editorial Nazista.<sup>8</sup> Essas são algumas das várias medidas tomadas pelo governo em relação à Igreja Confessante e seus membros. Diversos alunos que estudavam em Finkewalde, seminário ilegal dirigido por Bonhoeffer a partir de 1935 até 1937, foram presos. Em 1 de julho de 1937, dez dias antes de Bonhoeffer escrever o sermão acima mencionado, um de seus amigos e aliados na luta contra o antissemitismo e a nazificação da Igreja e da Bíblia, Martin Niemöller, foi preso pela Gestapo. Diante desse momento tão complicado para aqueles que se opunham ao regime em alguma medida dentro da Igreja, não seria a vingança uma alternativa viável e justa? De acordo com Bonhoeffer, não. Inicia seu sermão com a leitura do Salmo 58, salmo sobre a vingança. Se essa for a oração da comunidade em relação aos últimos acontecimentos, Bonhoeffer afirma que os indivíduos que a proferirem se colocam em um local de inculpabilidade pois são capazes de julgar e fazer justiça em relação ao outro. Um dos principais pontos da ação e discurso de Bonhoeffer é colocar em questão a legitimidade do Estado Nazista diante das ações tomadas pelos governantes. Ele rompe com um modelo de teologia luterana praticado até então, sendo considerado por alguns como *pseudoluterano* ao defender que se o Estado age com injustiça cabe à Igreja amparar as vítimas mesmo que não pertencentes à comunidade cristã<sup>9</sup>. No entanto, não defende a ação dos indivíduos como ações de vingança. É importante ter em mente, entretanto, que o pensamento de Bonhoeffer, como de qualquer indivíduo, não é o mesmo ao longo de toda sua vida. Na década de 1940, diante da falta de ação e do silêncio da Igreja e sociedade em relação ao assassinato em campos de concentração, Bonhoeffer defenderá que é responsabilidade dele e da Igreja “não apenas cuidar das feridas das vítimas que estão sob a roda, mas ela mesma deve parar a roda”<sup>10</sup>. No entanto, Bonhoeffer não vê e não defende que estas ações devem ser feitas como reações de vingança. Afirma no sermão que

Quem deseja a *própria* vingança não tem ideia sobre com quem está lidando, ele quer tomar a causa nas próprias mãos. Quem, entretanto, delegou a Deus a vingança, este está disposto a sofrer e a suportar sem vingança, sem pensar na vingança, sem ódio e sem contradição, ele é manso, pacífico e ama seus adversários.<sup>11</sup>

A ação, portanto, não deve ser instigada por desejos particulares – própria vingança - e impulsivos – pelo ódio. A justiça, neste momento para Bonhoeffer, simboliza confiar a Deus esta vingança. Justiça, para tal, é a vingança de Deus contra o ímpio. Todavia, esta vingança tem bem delimitado seu fim: “O ímpio deve morrer para que a justiça de Deus seja vitoriosa.”<sup>12</sup>. Não obser-

8 METAXAS, Eric. Bonhoeffer: pastor, mártir, profeta, espião. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

9 CALDAS, Carlos. Dietrich Bonhoeffer and Public Theology in Brazil. *Theologica Xaveriana*, v. 66, n. 182, p. 289-312, 2016, p. 100.

10 BETHGE, Eberhard. Dietrich Bonhoeffer: a biography. Fortress Press, 1999, p. 275

11 BETHGE, Eberhard. Dietrich Bonhoeffer: a biography. Fortress Press, 1999, p. 69.

12 BETHGE, Eberhard. Dietrich Bonhoeffer: a biography. Fortress Press, 1999, p. 70

vamos a defesa de um tiranicídeo claro como posteriormente será advogado por ele. Pelo menos, não a partir de suas próprias ações.

### Responsabilidade e Culpa

O fato do indivíduo não ter o direito de se vingar está diretamente vinculada à ideia de responsabilidade e culpa que recai sobre toda a humanidade. A humanidade caída desde os primeiros indivíduos no Eden é uma narrativa recorrente em diversas vertentes do cristianismo. Bonhoeffer justifica que a impossibilidade de nos vingarmos do próximo com as nossas próprias ações se asente no fato de que

Como é que nós, que somos culpados e passíveis da vingança divina, vamos incovar a vingança de Deus sobre nossos inimigos sem que essa vingança não atinja, antes de tudo, a nós? Não, nós não podemos orar este salmo. Não porque, talvez, sejamos bons demais para fazê-lo (que pensamento superficial, que arrogância inconcebível!) mas, sim, porque somos pecadores, somos maus demais para fazê-lo.<sup>13</sup>

Os seres humanos não são potencialmente maus, de acordo com Bonhoeffer. Eles são maus e pecaminosos por natureza. A maldade reside nos homens e mulheres e não reconhece-la é cair em arrogância. Em *Ética*, uma de suas obras mais densas, Bonhoeffer afirma a necessidade do indivíduo de perceber sua culpa diante Cristo. É interessante o balanço que Bonhoeffer faz em relação à culpa do outro em relação a minha nesta obra:

Não posso me tranquilizar alegando que minha parcela seja ínfima; aqui não se fazem contas; ao contrário, devo reconhecer que exatamente o meu pecado é a causa de tudo. Sou culpado de covarde silêncio quando deveria ter falado; sou culpado de hipocrisia e falta de veracidade diante da violência; sou culpado de falta de misericórdia e de renegar os mais pobres dos irmãos; [...]. Que é que importa a vocês se outros também tem culpa?<sup>14</sup>

Bonhoeffer propõe uma teologia e uma ação política no mundo que tenha consciência da culpa que tem diante das experiências vividas. Percebemos o quanto o silêncio e a passividade dos cristãos mediante aos horrores políticos de sua época transpassam por todo o seu pensamento.

Já responsabilidade para Bonhoeffer é o dever de agir com e para o outro e estar disposto a assumir a culpa e a liberdade. Bonhoeffer põe em confronto a questão da consciência e da responsabilidade. Segundo ele “consciência é a voz que [...] clama pela unidade da existência humana consigo mesma. [...] Protesta contra um fazer que põe em perigo esse ser na unidade consigo mesmo”<sup>15</sup> além de ser aquele que se nega a sacrificar sua integridade por qualquer outro bem”. A responsabilidade, no entanto, coloca o indivíduo na tensão entre não sacrificar sua integridade ou

13 BETHGE, Eberhard. Dietrich Bonhoeffer: a biography. Fortress Press, 1999, p. 66

14 BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 7ª edição. Rio Grande do Sul: Sinodal, 2005, p.74

15 BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 7ª edição. Rio Grande do Sul: Sinodal, 2005, p. 154

agir contra a voz da consciência em prol do outro. O indivíduo deve ter uma consciência libertada por Cristo para agir mesmo que seja contra a lei.

Bonhoeffer, portanto, se coloca no sermão como alguém que assume a culpa tanto como pecado como, também, indivíduo no mundo. O chamado à ação responsável e a consciência libertária, ou seja, a ação que “não é temerosa como aquela comprometida com a lei, mas amplamente aberta para o próximo e suas necessidades concretas”<sup>16</sup>, ideias que serão desenvolvidas posteriormente na década de 1940, é algo que permeia o pensamento do teólogo desde a década de 1930. A ética de responsabilidade ou a ação responsável construída por Bonhoeffer é se espelhar na própria visão que tem de Cristo: viver para o próximo, está lá, estar com e estar para.

### Inocência

O sermão “Pregando o evangelho em uma era maligna” apresenta claramente a oposição de Bonhoeffer à perseguição aos judeus e a legislação antissemita. Em primeiro lugar, fala de dois tipos de inocência. Aquele que é inocente de qualquer pecado e pode orar o sermão da vingança – apenas Cristo – e aqueles que são inocentes em suas ações. Nesse segundo caso, Bonhoeffer defende os judeus.

Filhos dos homens estão sofrendo injustiça; [...] Eles são filhos dos homens, criaturas de Deus como vocês; que sentem dor e miséria como vocês, que os tratam com violência; que têm sua felicidade e suas esperanças como vocês [...] filhos dos homens que são pecadores e carecem da misericórdia de Deus como vocês.<sup>17</sup>

Dietrich Bonhoeffer nivela os seres humanos diante um julgamento extra-terreno em um momento no qual um dos motes principais do nacional-socialismo é forjar uma inferioridade judaica em todo e qualquer aspecto. Em Ética, Bonhoeffer afirma haver a promoção de morte arbitrária de vidas inocentes. Declara que

Arbitrária seria, no entanto, a matança de prisioneiros ou feridos indefesos, que não podem mais se tornar culpados de agressão à minha vida. Arbitrário é o assassinato de uma pessoa inocente por paixão ou por causa de alguma vantagem. Arbitrária é qualquer eliminação consciente de vida inocente.<sup>18</sup>

Outro ponto interessante é a própria escolha do pastor do saltério. O livro de Salmos, escrito majoritariamente por Davi, um dos maiores símbolos do judaísmo, é uma manifestação política de sua parte. Tanto em sermões quanto em livros escritos, Bonhoeffer coloca em evidência elementos e figuras da tradição judaico-cristã. Essa escolha pode ser vista como um ato de resistência dentro do campo teológico do período. Em disputa, os Cristãos Alemães, sob influência nazista,

16 BONHOEFFER, Dietrich. Ética. 7ª edição. Rio Grande do Sul: Sinodal, 2005, p. 155

17 BONHOEFFER, Dietrich. **Pregando o Evangelho em uma Era Maligna**. In: Prédicas e alocações. Editora Sinodal, 2007, p. 67

18 BONHOEFFER, Dietrich. Ética. 7ª edição. Rio Grande do Sul: Sinodal, 2005, p.103



investiram em uma retirada de qualquer menção ao judaísmo, tanto na bíblia quanto nas igrejas. Obras como *Vida em Comunhão* e *Orando com o Salmos* são textos onde Bonhoeffer deixa clara a sua crítica às tentativas de arianização do cristianismo.

No sermão de 1937, o pastor afirma categoricamente que “aprouve a Deus preparar em Davi aquele que seria chamado de Filho de Davi, Jesus Cristo.”<sup>19</sup>. Davi e os Salmos não são resgatados apenas para evidenciar a importância dessa figura. Bonhoeffer afirma a centralidade de Davi para a própria figura de Jesus Cristo. É uma oposição religiosa que se constitui política às leis antissemitas desde o Parágrafo Ariano de 1933.

### Silêncio

É tempo mau quando o mundo, mudo, deixa acontecer a injustiça. Quando a opressão dos pobres e miseráveis clama aos céus e os juizes e senhores da terra ficam calados. Quando a comunidade perseguida clama por ajuda e os seres humanos por justiça, mas nenhuma boca se abre na terra para fazer justiça.<sup>20</sup>

A questão do silêncio e da passividade diante do sofrimento alheio aparece como um dos principais incômodos nos escritos de Dietrich Bonhoeffer. Em “Pregando o Evangelho em uma era maligna”, o teólogo acusa dois sujeitos do silêncio diante do mal: o mundo e as autoridades, os detentores do poder. Acusa o mundo, a comunidade em que vive, por não se indignar e não agir contra as injustiças perpetuadas por um governo que considera ilegítimo e enganador. Acusa os poderosos, aqueles que poderiam se mobilizar contra as legislações impostas pelo governo, por não fazerem nada desde o princípio. No entanto, o público ao qual Bonhoeffer se dirige não se insere dentro de nenhum desses dois grupos. Sua insatisfação e indignação com a Igreja Protestante e especialmente com a Igreja Confessante que transparecia um núcleo de resistência às interferências nazistas era apenas isso: um núcleo de resistência aos nazistas no que dizia respeito ao âmbito eclesiástico. Os pastores que a princípio se identificaram como confessantes não tinham como preocupação a perseguição dos judeus ou a instituição de um regime tirânico e, posteriormente, totalitário. A preocupação era que a estrutura básica da Igreja protestante não fosse alterada. Isso fica evidente na formulação do documento inaugural da Igreja Confessante. Vários assuntos eclesiásticos são colocados em cheque, mas em nenhum momento a perseguição aos judeus é citada. A maior parte dos membros da Igreja Confessante não eram radicais no âmbito político ou social. Nesses aspectos se assemelhavam bastante aos conservadores<sup>21</sup>.

A omissão não é a mesma coisa que a ação persecutiva. A Igreja Confessante, institucionalmente, optou pelo mal menor, por não se comprometer conforme a opressão se acentuava. Os

19 BONHOEFFER, Dietrich. Pregando o Evangelho em uma Era Maligna. In: Prédicas e alocuções. Editora Sinodal, 2007, p.66

20 BONHOEFFER, Dietrich. Pregando o Evangelho em uma Era Maligna. In: Prédicas e alocuções. Editora Sinodal, 2007, p. 67

21 HOCKENOS, Matthew D. **The Church Struggle and the Confessing Church: An Introduction to Bonhoeffer's Context.** Studies in Christian-Jewish Relations. Boston, v. 2, n.1, p. 1-20, 2011, p. 6

cristãos, num geral, permaneceram em silêncio. Mas “aqueles que escolhem o mal menor esquecem muito rapidamente que escolhem o mal”<sup>22</sup>. Hannah Arendt nos explica que essa tática era fundamentalmente utilizada com funcionários do governo. O indivíduo é confrontado com dois males sendo dever deste escolher pelo menos. Os indivíduos de então, dentre eles, cristãos, foram confrontados frequentemente com a escolha: me coloco em risco em prol do outro, contra a injustiça, com nos aponta Bonhoeffer, ou me calo diante do caos como autopreservação e proteção daqueles que estão próximos a mim?

Dietrich Bonhoeffer não se isenta de responsabilidade no mundo diante daqueles que sofrem. Após seu seminário- Finkenwalde - ser fechado pela Gestapo no ano seguinte ao sermão analisado por nós, Bonhoeffer tem um difícil caminho para percorrer. Teve sua chance de liberdade e isenção em relação ao regime nazista ao viajar para Estados Unidos no ano do início da Segunda Guerra Mundial. No entanto, escolhe retornar para a Alemanha pois, do contrário, sua vida estaria em dessonância com o seu discurso e não conseguia ter tranquilidade de deixar seus irmãos vivendo neste momento difícil e ele não. Pretendeu difundir a ideia de uma teologia que pudesse ver o mundo sob a ótica dos excluídos e oprimidos<sup>23</sup>. Para ele, nem o fim do mundo era desculpa para a omissão ou passividade, especialmente da Igreja que cria ser a manifestação do consolo e compadecimento com os derrotados e destituídos de poder.<sup>24</sup>

22 ARENDT, Hannah; KOHN, Jerome. **Responsabilidade e julgamento**. Companhia das Letras, 2004, p 99

23 BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão: cartas e anotações escritas na prisão**. Editora Sinodal, 2003.

24 CALDAS, Carlos. Dietrich Bonhoeffer and Public Theology in Brazil. *Theologica Xaveriana*, v. 66, n. 182, p. 289-312, 2016.p. 100.

## Entre visualidades e expressão: o cinema africano-americano como fonte histórica

João Lucas França Franco Brandão

joao.franco94@hotmail.com

### Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo problematizar o conceito de representação que fora melhor explanado por Roger Chartier e que ainda é muito usado por historiadores da cultura. A fim de se discutir teorias e metodologias para o estudo do cinema pela história, principalmente uma cinematografia feita por cineastas africano-americanos, este estudo também levanta a questão da visualidade como uma das alternativas para complementar carências do regime representativo, bem como traz os conceitos de expressão, postulado por Esteban Dipaola, e o de regime estético, refletido por Jacques Rancière, como outras alternativas – que por vezes se cruzam – na compreensão de um estudo da história usando as imagens como principal fonte. Desta forma, o modo de análise imagética, os usos do político no cinema e as possibilidades no estudo da “História Visual” são algumas das questões e discussões mais presentes nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** Representação, visualidade, cinema africano-americano

Este texto surge a partir de alguns incômodos teórico-metodológicos quando realizávamos uma pesquisa, cuja fonte é o cinema africano-americano da década de 1990: cineastas tais como Spike Lee ou John Singleton, por exemplo. A problemática vem da seguinte questão: o conceito de *representação*, este melhor explanado por Roger Chartier, em seu livro seminal *A história cultural: entre práticas e representações*<sup>1</sup>, é suficiente para entendermos tais produções cinematográficas e seu diálogo com a sociedade que a consome? Diante da problemática, chegamos a algumas conclusões. A primeira delas é que muitas vezes, nós historiadores, usamos esse termo de forma indiscriminada, como se fosse um conceito “gaveta”, usado sem maiores criticidades e usado sem explorar seu enorme potencial - a *representação* cai na banalidade.

O outro ponto diz respeito a relação com o próprio cinema africano-americano. Além de já ser um campo muito explorado por pesquisadores (*qual a representação do negro/branco em determinado filme?*), estudar os estereótipos, ter a preocupação de estabelecer discursos negativos ou positivos somente com as imagens, podem nos levar a um tipo de *essencialismo*, como aponta Robert Stam. Para o autor, essas simplificações reducionistas correm o risco de estabelecer o mesmo discurso

1 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

racista que queremos combater; de criar um tipo de *a-historicismo*; assim, “a análise tende a ser estática, a não permitir mutações, metamorfoses, mudanças de valência, funções alternadas; ignora a instabilidade histórica do estereótipo e mesmo da linguagem”.<sup>2</sup>

Deste modo, faremos aqui uma breve consideração do que Roger Chartier quis com seu conceito, tentando buscar outras alternativas para o estudo do cinema como fonte histórica: a *visibilidade* e a *expressão* serão rumos a seguir. Contudo, é importante apontar que não queremos ignorar a *representação*, pois, a consideramos como sendo uma ferramenta metodológica fundamental para certas análises. Nosso intuito, portanto, é somente apresentar algumas críticas para repensarmos o seu uso, ponderando alguns pontos, englobando certas questões com outros conceitos, a fim de encontrarmos um meio satisfatório nessa compreensão teórica.

Pois bem, logo na Introdução de seu livro *A história cultural: entre práticas e representações*, Chartier faz uma crítica a “história das mentalidades”, objetivando ilustrar outras possibilidades de compreensão da história/sociedade, e uma delas seria explanando o conceito de *representação*. A fim de se fazer uma história cultural, cujo objetivo seria “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, o historiador deveria observar alguns tópicos: o primeiro deles, segundo o autor, diria respeito às classificações, divisões e delimitações, que fazem parte da logística cambiável entre a assimilação do mundo social e a disposição de percepção e de apreciação do real; depois, a verificação dos signos em comum entre classes, meios ou grupos, compõe esses “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.<sup>3</sup>

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, pro elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>4</sup>

Deste modo, levando em consideração que Chartier considera as *lutas de representação* tão importantes quando os embates econômicos para a verificação de um *status quo*, e os mecanismos que grupos utilizam para impor domínio ou hegemonias, a compreensão dos discursos, que no campo social são travados, é de fundamental relevância para uma boa pesquisa no âmbito cultural. Uma vez que os discursos emanam *pontos de vista*, a interpretação de tais é mote chave para verificar como uma realidade social é construída, levando em consideração que esta não é dada a priori, não é estática e é disputada por visões concorrentes.

2 STAM, Robert. Raça, multiculturalismo e representação. IN: *Introdução à teoria do cinema*. 2º ed. Trad.: Fernando Mascarello. Campinas: Papyrus, 2003, p. 303.

3 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

4 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termo de poder e de dominação.<sup>5</sup>

Se aproveitando da *apropriação dos discursos* em que os leitores de texto (ou de imagens) vão ver e pensar o real, a partir do “mundo como representação”, é tido um interesse marcante pela verificação da produção de sentidos, se assemelhando à hermenêutica uma vez que o historiador valer-se-á da interpretação dos objetos para uma reconfiguração da experiência social. Entretanto, a relação da hermenêutica com o que o autor chama de “história social das interpretações”, se encerrou por aí, já que o modo de fazer história para Chartier implicaria no “rompimento com o conceito de sujeito universal e abstrato tal como utilizam a fenomenologia e [...] a estética da recepção”.<sup>6</sup>

Assim, aplicada a teoria da leitura, por exemplo, o pesquisador fugiria da análise insatisfatória, de acordo com o autor, de não considerar os objetos *exteriores* que compõe o texto – tais como o material escolhido para a capa e sua disposição, ou o tipo de papel usado, entre outros –, ou de tomar o leitor como uma “cera mole” a ser moldada conforme o discurso do autor. Metodologicamente, devemos, então, considerar uma relação dialética entre texto e leitor; ou filme e espectador; em que não só os diálogos entre as partes, bem como toda uma configuração de distribuição e recepção, devem ser considerados para se interpretar o *sentido da obra*.

Esta história [a cultural] deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único [...] dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo.<sup>7</sup>

Retomando Roger Chartier, por mais que ele tente desvincular seu regime de representação da hermenêutica, ele acaba também traçando laços em comum, como já citado, a partir do modelo de interpretação por ele proposto. Assim, André Voigt, acredita que Chartier, na verdade, defende uma ampliação do princípio hermenêutico, uma vez em que não se é dissolvido os lugares de discurso de suas práticas sociais e de suas lutas por representações. “Em outras palavras, a interpretação de Chartier, por mais que possa parecer inovadora, não se emancipa totalmente da esfera discursiva/retórica da representação”.<sup>8</sup>

E, segundo Voigt, em pelo menos mais um livro, “A beira da falésia” (1998), Chartier volta usar o caráter *discursivo/retórico* da representação como forma de entender as inúmeras produções intelectuais e as práticas sociais de determinados grupos. Isso, pois, o autor francês, pressupõe uma ideia de social marcada pelas disputas de representações, que se dão “a partir da *comunidade de sentido* dentro de um grupo, classe ou comunidade, retomando a característica essencialmente *consensual*

5 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

6 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 25.

7 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 27.

8 VOIGT, André Fabiano. História e representação: a abordagem de Jacques Rancière. *Revista de Teoria da História*, Ano 6, Número 12, Dez/2014, Universidade Federal de Goiás, 2014, p. 320.

das representações sociais [...] Esse princípio *consensual* é, lembremos, fundamental dentro da lógica e dialética aristotélicas[...].<sup>9</sup> Na disputa por um discurso que sobressaia, portanto, não conseguimos desvincular certa imposição de autoridade, para se fazer valer tal escolha, nos levando a caminhos *persuasivos* destes discursos.<sup>10</sup>

Em parâmetros semelhantes, conseguimos até mesmo estabelecer uma relação metodológica com o texto de Chartier com o que fora proposto por Spinoza em seu tratado “Teológico-político”, ao tentar interpretar as fontes históricas (no caso a Escritura) como testemunhos de uma época. Em especial quando o autor aponta que

Em primeiro lugar, ela [a interpretação] deve abranger a natureza e as propriedades da língua na qual foram escritos os livros da Escritura e que seus autores tinham o hábito de falar. [...] Em segundo lugar, é preciso agrupar os enunciados contidos em cada livro e os reduzir a um certo número de chaves principais, de modo a reencontrar com facilidade todos aqueles que se relacionam ao mesmo objeto; em seguida, anotar todos aqueles que são ambíguos, obscuros ou estejam em contradição uns com os outros. Chamo aqui enunciado claro ou obscuro conforme seu sentido seja fácil ou dificilmente percebido com a ajuda do contexto e não conforme seja fácil ou dificilmente percebido pela razão, pois nos ocupamos aqui do sentido dos textos e não de sua veracidade.<sup>11</sup>

A partir deste trecho, fica evidente uma forma que é comum aos historiadores da atualidade de se fazer história: que é análise de contextos, pelos vestígios deixados pelas fontes, que delas emanariam criteriosas interpretações do modo pelo qual uma dada realidade passada estaria configurada.<sup>12</sup> No campo da História Cultural, pela dita ampliação dos princípios hermenêuticos, percebemos tanto em Spinoza, quanto em Chartier, essa preocupação das fontes funcionando como mote de uma *verdade histórica*. Essa que pode ser comumente, também, atribuída a pensadores como Droysen<sup>13</sup> e Langlois e Seignobos,<sup>14</sup> que dissertam sobre o rigor que o historiador deve ter sobre os documentos analisados.

A questão é que ainda arraigados na tradição, vide os exemplos dados acima, nós historiadores do presente muito *bebemos* de uma possível retórica/política antiga, que por si só, é também antidemocrática. Por mais que se queira afastar o *rei* e aproximar o *povo* à própria questão social, é certo apontar que a máxima aristotélica ainda pode ser válida aos dias atuais:

[...] há homens feitos para a liberdade e outros para a servidão, os quais, tanto por justiça quanto por interesse, convém que sirvam. No entanto, é fácil ver que a opinião contrária não seria inteiramente desprovida de razão.<sup>15</sup>

9 VOIGT, André Fabiano. História e representação: a abordagem de Jacques Rancière, p. 321.

10 VOIGT, André Fabiano. História e representação: a abordagem de Jacques Rancière, p. 320.

11 SPINOZA. *Capítulo VII – Da interpretação da Escritura*. In: Obra Completa IV: Ética e Compêndio de Gramática da Língua Hebraica. Tradução de J. Guinsburg, Newton Cunha e Roberto Romano. São Paulo: Perspectiva, 2014.

12 VOIGT, André Fabiano. *História, arte, política: o conceito de regime estético da arte na obra de Jacques Rancière*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. p. 91.

13 DROYSSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009

14 LANGLOIS, Ch.; SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos Estudos Históricos*. Curitiba: 2017

15 ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: EDIPRO, 2009



Seja pelo orador, pelo historiador, por meio do juiz, ou por qualquer um que julga ter a autoridade da palavra, é percebido que a compreensão da realidade social por meio do regime representativo funda, segundo André Voigt, uma “hierarquia da comunidade fundamentada pelas regras da retórica/poética aristotélicas – que se encontram imersas em uma ética da autoridade dos sábios sobre os que trabalham”.<sup>16</sup>

Certos ainda de que esse conceito carece maiores problematizações, poderíamos até mesmo apontar que no regime representacional as imagens precisam sempre de um agente exterior para fazerem sentido, são sempre agenciadas e não tem significados por elas mesmas. Um exemplo bem preciso deste caso é apontado por Francisco das Chagas Fernandes Santiago Jr. quando ele escreve que “uma representação da pobreza, de etnias, ou do Brasil no cinema, sempre estará em referência a um conjunto de práticas discursivas e não discursivas externas a própria imagem e referentes à pobreza, à etnia ou ao Brasil no mundo social”, fazendo, assim, com que as imagens careçam de uma realidade realmente própria e de uma concretude fundamentalmente única. Ordenação, esta, que coloca a imagem à mercê da palavra, dependente sempre do conceito de *prática*.<sup>17</sup>

E mais, levando em consideração a preposição de Santiago Jr., a qual as imagens, não precisam ser explicadas somente por meio da teoria da representação, justamente porque elas existem para além da representação, e concordando com a premissa de que “um filme não representa em si mesmo, mas sim coloca em ação uma relação na qual os sujeitos agenciam processos representacionais”, vale a pena refletir que quando o historiador analisa uma imagem e forja representações, ele está só articulando outros retratos de acordo com o contexto social que ele vive, e não com as diversas relações que a imagem traz. O filme analisado como representação é mais uma visão e interpretação de mundo do próprio historiador que a estuda, se tornando mais uma apropriação.<sup>18</sup>

Seguindo caminhos teóricos-metodológicos semelhantes, Esteban Dipaola irá dissertar sobre o porquê devemos trocar nosso prisma conceitual de *representação* pelo de *expressão* – o qual explicaremos nas páginas a seguir. Para o autor argentino o conceito de representação delimita a arte em suas particularidades e sua força de intervenção na experiência social, justamente por nos apresentar uma ideia pré-concebida da realidade que está sendo representada. Ele completa que no regime representativo há uma pretensão moral de definir o que é ou o que não é real – e essa não é uma pergunta que nos interessa em uma perspectiva de história visual.<sup>19</sup>

Teríamos então, no *regime estético*, proposto por Rancière, uma concepção mais *democrática* nas análises que tangem arte, política e história? E uso, aqui, a palavra democracia justamente indo contra

16 VOIGT, André Fabiano. História e representação: a abordagem de Jacques Rancière, p. 328.

17 SANTIAGO Jr. Francisco das Chagas Fernandes. Entre a representação e a visualidade: alguns dilemas da relação história e cinema. *Domínios da Imagem*, Londrina, ano II, n 3, 2008, p. 70.

18 SANTIAGO Jr. Francisco das Chagas Fernandes. Entre a representação e a visualidade: alguns dilemas da relação história e cinema, p. 74.

19 DIPAOLO, Esteban. Trayectos y performatividad: preliminares nociones para el abordaje de una imagen-espacio em el cine contemporáneo. *III congreso internacional de la asociación argentina de estudios de cine y audiovisual*. Buenos Aires, 2012, p. 6.

a hierarquização verificada pelos críticos do *regime representativo*, em que nem as linguagens vindas dos objetos e nem a relação entre produtor/orador e receptor são colocadas em pé de igualdade.

Parece claro que se nos baseamos nos estudos de Rancière a resposta para a pergunta feita a cima é: sim. A partir do momento em que o autor considera que as formas de ver, pensar e sentir a arte não se separam das próprias expressões artísticas, surgindo aí um regime de percepção de espaço e tempo próprios, há a quebra do sentido mimético postulado por Aristóteles, que perpassou pelo regime das belas-arts.<sup>20</sup> Essa mímise, não mais vista como uma imitação – e assim, não condicionando um regime socialmente regulado do uso das semelhanças<sup>21</sup> – vem para dar base ao regime estético, uma vez que “não prevê uma *comunidade consensual de sentido* no momento de assisti-la, nem mesmo prevê uma *fusão dialética de horizontes* entre autor e leitor”.<sup>22</sup>

Assim, para compreender uma obra de arte em sua verdade, não é necessário compreendê-la com o auxílio de um *orador* que explique sua intencionalidade a partir de uma relação estável entre forma e conteúdo – caracterizando o efeito que se pretende ter a partir de tal ou qual figura de linguagem – mas sim, que o espectador, *emancipado* de uma relação estável entre as palavras e as coisas colocadas pela retórica/poética, possa fazer usos da arte para a vida que não estejam mais sob as regras da *representação*.<sup>23</sup>

Regras, as quais, evitam, também, o que Rancière chama de “constrangimento representativo”. Um dos elementos dissertados por ele a respeito deste constrangimento se refere à “dependência do visível em relação à palavra”, que de maneira sucinta se pode definir como o *poder* que a palavra, ou a interpretação, tem sobre uma cena imagética que está visível ou que, de forma subliminar, está referenciada. O espectador estaria, então, a mercê de uma explicação de *outrem* para compreender uma perspectiva que muitas vezes o “visível excede sua descrição”, como anteriormente fora comentado em uma perspectiva semelhante de Santiago Jr. Outro constrangimento representativo está na maneira pela qual vemos uma dada *ordenação da realidade*. Aqui, o espectador/receptor é levado por meio da mímese a um tipo de regulação entre aqui que seria “ficção” e o que faria parte do “real”, “demonstrando que a ficção estaria, de certa maneira, a serviço da *depuração* da realidade”.<sup>24</sup>

Deste modo, a partir de uma nova “partilha do sensível”, em que o regime estético se propõe, vemos um espaço e tempo político universal a ser partilhado na comunidade, em que essa “discutirá o que é comum de modo distinto a um critério dominante que se impõe como autoridade para todos”.<sup>25</sup> Sem, então, uma hierarquização de “ocupações políticas e sociais [...], dos gêneros segundo a dignidade dos seus temas [...] que entram em analogia com toda uma visão hierárquica de comunidade”<sup>26</sup>, referente ao *regime representativo*, Rancière define:

20 VOIGT, André Fabiano. Imagem, palavra e eficácia estética em Jacques Rancière. *Colóquio Internacional Vicente e Dora Ferreira da Silva e do Seminário de Poesia – Poesia, Filosofia e Imaginário*. Volume 1, Número 1. Uberlândia: ILEEL, 2015, p. 1.

21 VOIGT, André Fabiano. A estética em Jacques Rancière: a questão da mímese. *Tempos Históricos*. Volume 19, 1º Semestre de 2015b, p. 200.

22 VOIGT, André Fabiano. História e representação: a abordagem de Jacques Rancière, p. 327.

23 VOIGT, André Fabiano. História e representação: a abordagem de Jacques Rancière, p. 328.

24 VOIGT, André Fabiano. A estética em Jacques Rancière: a questão da mímese, p. 202.

25 VOIGT, André Fabiano. História e representação: a abordagem de Jacques Rancière, p. 328.

26 RANCIÈRE, Jacques. Da partilha do sensível e das relações que estabelece entre política e estética. In: *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005, p. 32.

A esse regime representativo, contrapõe-se o regime das artes que denomino *estético*. Estético, porque a identificação da arte, nele, não se faz mais por uma distinção no interior das maneiras de fazer, mas pela distinção de um modo de ser sensível próprio aos produtos da arte. A palavra “estética” não remete a uma teoria da sensibilidade, do gosto ou do prazer dos amadores de arte. Remete, propriamente, ao modo de ser de seus objetos. No regime estético das artes, as coisas da arte são identificadas por pertencerem a um regime específico do sensível. Esse sensível, subtraído a suas conexões ordinárias, é habitado por uma potência heterogênea, a potência de um pensamento que se tornou ele próprio estranho a si mesmo: produto idêntico ao não-produto, saber transformado em não-saber, logos idêntico a um *pathos*, intenção do inintencional, etc.<sup>27</sup>

Indo ao encontro do uso do conceito da *estética* para a compreensão de imagens, principalmente as pertencentes ao cinema contemporâneo, Esteban Dipaola também disserta sobre outros modos de interpretação diferentes do regime representativo, e é neste momento que ele nos apresenta a noção de “*expressão*”. Diante deste entendimento, para o autor, o conceito de expressão amplia as possibilidades interpretativas das obras artísticas, pois, aqui, as imagens são sempre tratadas como experiências – sempre em transformação e sem a anulação do olhar estético dessas. Diferentemente do regime representativo, este novo não engloba a já citada pretensão moral de estabelecer as dimensões do que é real na arte, mas sim se preocupa em englobar as diversas experiências culturais e sociais que fluem das imagens produzidas no que ele chama de pós-modernidade.<sup>28</sup>

Dipaola ainda aponta que “a imagem cinematográfica não pode, então, se representar como o registro de uma realidade, mas como uma expressão de produção de realidade, que é meramente visual”<sup>29</sup> E é exatamente nesse mundo cercado pela visualidade que pretendemos articular nossas análises sobre esse cinema africano-americano do início da década de 1990, uma vez que se observa precisamente a influência e o vínculo nas decisões das personagens com o espaço urbano que nele se interage.

Já que o cotidiano, o urbano e as relações sociais nos espaços públicos são plenos objetos da história - e considerando que “sob a cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis, tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas”<sup>30</sup> - não podemos perder de vista a forte relação entre as imagens artísticas e as imagens produzidas no cotidiano, bem como a grande relação entre a arte e a experiência social, que são pontos fundamentais para o conceito de expressão. Ainda de acordo com o autor argentino, tanto as imagens cinematográficas quanto as que são produzidas a partir de nossas experiências práticas são indiscerníveis, criando, portanto, *imagens-espaço*, onde corpos, objetos, trajetórias e trânsitos são dispositivos constituídos de performatividades, convertendo imagens e cidades em uma experiência vivida.<sup>31</sup>

27 RANCIÈRE, Jacques. Da partilha do sensível e das relações que estabelece entre política e estética, p. 32.

28 DIPAOLA, Esteban. Trayectos y performatividad: preliminares nociones para el abordaje de una imagen-espacio em el cine contemporáneo, p. 7.

29 DIPAOLA, Esteban. Trayectos y performatividad: preliminares nociones para el abordaje de una imagen-espacio em el cine contemporáneo, p. 12. Do original: “La imagen cinematográfica no puede, entonces, representarse como un registro de la realidad, sino que es expresión de la producción de una realidad que, em la actualidad, es plenamente visual”.

30 MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho* – Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 35

31 DIPAOLA, Esteban. Trayectos y performatividad: preliminares nociones para el abordaje de una imagen-espacio

Diante da grande relevância que a cidade tem na pós-modernidade, segundo Dipaola, o espaço urbano se corresponde muito bem com a produção cinematográfica, e é por isso que temos a ênfase nessa óptica. E ao que diz respeito a definição de *imagens-espaço*, o autor vai indicar que tal não se liga com uma possível representação da cidade, mas sim com as “expressões dos fluxos, das mobilidades, a permanente circulação”. As *imagen-espacio*, são uma experiência do tornar-se, das metamorfoses do espaço público e de suas produções imagéticas.<sup>32</sup>

E esse é um dos motivos que Esteban Dipaola aparece referenciado neste texto, por compreender de forma efetiva as dimensões do visual e do estético que as imagens, sejam produzidas a onde for, tem a fornecer para os estudos na história. E é também propondo uma virada para os estudos da visualidade que Francisco Santiago Jr. aguça uma provocação interessante, a de que “dizer que um filme é uma representação não esclarece o porquê de sê-lo”<sup>33</sup>. E realmente excluimos uma gama de possibilidades analíticas ou interpretativas se nós mesmos atribuímos formas prontas a essas imagens, que por si só estão em diálogo com muitas outras produções, sendo citadas e também servindo como mote referencial.

Santiago Jr. entra em conformidade com Dipaola principalmente quando ele escreve que o traço material da imagem, esta que se enquadra como sendo parte de uma tecnologia da comunicação, é constituído de parâmetros próprios não somente semióticos, “mas também de atributos materiais cujos sentidos são gerados na interação social”.<sup>34</sup> Ao guinarmos para uma proposta teórica e metodológica de visualidade, portanto, na concepção de Santiago Jr., a dinâmica representacional de uma imagem deve ser submetida ao seu funcionamento no que diz respeito ao encadeamento de ações que agencia. Principalmente uma vez que muitos estudos demonstram que uma mesma imagem possui diferentes corroborações sociais de acordo com as relações estabelecidas em grupos sociais. Comportar todas os significados da imagem em diversas sociedades se torna um trabalho inviável e é por isso que o conceito de representação também tem que ser problematizado.<sup>35</sup> Como Ulpiano Bezerra de Menezes aponta: “a mesma imagem, portanto, pode reciclar-se, assumir vários papéis, ressemantizar-se e produzir efeitos diversos”, devemos estar cientes disso, portanto.<sup>36</sup>

---

em el cine contemporáneo, p. 11.

32 DIPAOLA, Esteban. Trayectos y performatividad: preliminares nociones para el abordaje de una imagen-espacio em el cine contemporáneo, p. 13.

33 SANTIAGO Jr. Francisco das Chagas Fernandes. *Entre a representação e a visualidade: alguns dilemas da relação história e cinema*, p. 73.

34 SANTIAGO Jr. Francisco das Chagas Fernandes. *Entre a representação e a visualidade: alguns dilemas da relação história e cinema*, p. 73.

35 SANTIAGO Jr. Francisco das Chagas Fernandes. *Entre a representação e a visualidade: alguns dilemas da relação história e cinema*, p. 74.

36 MENEZES DE. Ulpiano T. Bezerra. *Fontes visuais, cultura visual, História visual: Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, 2003, p. 29.

## Como vemos os outros? Representações do Candomblé e Umbanda no Fotojornalismo Brasileiro 1950/60

José Vinícius Peres Silva<sup>1</sup>  
zevinicius1@hotmail.com

### Resumo

O presente trabalho traz um breve apontamento entre as relações próximas das religiões de Matriz Africana, o Candomblé e a Umbanda no contexto do fotojornalismo brasileiro na década de 1950 e 60. Desta forma, destacamos no cotidiano das representações e visualidade o marco conceitual do estudo. Apontamos ainda um caso regional na cidade de Montes Claros/MG. Por meio de diálogos com a visualidade, as representações estudadas no trabalho apontam para uma aproximação forte entre outras ideias feitas anteriormente. Como é caso da exemplificada Antropologia de Urgência, que produziu material visual permanente proporcionando imagens e padrões para o fotojornalismo.

**Palavras-chave:** Fotojornalismo, Candomblé e Umbanda, Representação

### Introdução

Estamos inseridos em um mundo onde o visual é parte de uma instancia determinante do nosso cotidiano. Todas as sociedades humanas sempre se comunicaram, e se expressaram por meio de imagens, todavia, em nossa sociedade contemporânea é inquestionável o fato de ter a imagem, suplantado outras formas de comunicação e representação, permitindo-nos compreender e expressar emoções, sentimentos e desejos. Sendo assim, a possibilidade de pensar a história por meio da visualidade é fundamental para perceber como as interações sociais são produzidas e debruçadas.

Atribuímos inúmeros significados às imagens produzidas pelas sociedades, embora toda imagem traga consigo referências de significações anteriores. Imagens são antes de tudo ideias, nós lhes atribuímos significados que foram construídos e muitas vezes pensados e moldados para transmitir um discurso ou pensamento específico. Por meio disso, a imagem já produzida ganha novos atributos de acordo com suas formas de apresentação, sua circulação e seu ambiente onde são divulgados e demonstrados para o mundo.

Entendemos que, para pensar em visualidade como proposta nos estudos de história visual, o conceito de Representações sociais funcionou como instrumental teórico importante. Depurar as

---

1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de Montes Claros; Bolsista Capes

representações sociais atribuídas às imagens é um exercício no qual o historiador deve ter em vista o todo processo de criação, circulação e difusão desses produtos.

A partir disso, o presente trabalho propõe um diálogo com o fotojornalismo produzido sobre as religiões de Matriz-africanas no contexto da década de 1950. Para isso elencamos duas reportagens que exibem um contraste de como algumas visões ou representações dessas religiões eram feitas naquele período. No tempo histórico no qual o trabalho se encontra, destacamos o momento que as revistas ilustradas, conforme Ivete Batista a ganharam grande expansão no cotidiano brasileiro da época, que muitas vezes produziram visões sobre o “diferente” e “exótico” acerca do candomblé e a Umbanda (ALMEIDA, 2014).

### A revista “O Cruzeiro”

As construções e significados que produzimos sobre o "outro" dizem respeito sobre os nossos repertórios individuais e coletivos. Enxergamos o "diferente" e o "distante" a partir das nossas próprias vivências que condicionam a forma como qualificamos aquilo que não é habitual ao nosso mundo. Desta forma, ao perceber cotidianos divergentes, produzimos manifestações e linguagens que representam certa visão específica que condicionam e produzem significados, situações que estiveram muito mais ligados ao local de fala do produtor do que daquele que se fala.

Partes dessas construções refletem nas representações que criamos a partir das ideias formuladas sobre esse diferente. Nesse sentido, as religiões no Brasil são um grande exemplo sobre essa situação. Principalmente as religiões de Matriz Africana que na sua história esteve vinculada a ambientes pouco abertos ao cotidiano das pessoas, que muitas vezes eram perseguidas ou negligenciadas pela sociedade.

A grande proximidade das religiões de Matriz Africana, a fotografia esteve por muito tempo ligado aos estudos etnográficos usados por fotógrafos do final do século XIX, que produziram material com essa temática. Sobre tal assunto, apontamos na ideia do surgimento da Antropologia visual que segundo José da Silva Ribeiro (2005) no artigo *Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação* onde é apontado um diálogo de como as práticas antropológicas atreladas ao uso da Imagem eram voltadas para a documentação e preservação das práticas culturais ameaçadas.

Desta forma, para Ribeiro (2005) a Antropologia de Urgência, termo definido em seu trabalho, procurava destacar povos e culturas antigas que estavam se acabando com o processo da modernização. As temáticas relativas à África eram presentes nos assuntos abordados por esses antropólogos sendo que o interesse por esses povos passou-se assim a ser latente nas produções desse momento.

Esse ambiente onde o interesse cada vez maior por povos isolados, diferentes, “exóticos” e principalmente modos de vida que estariam desaparecendo foram recorrentes por meio da visualidade que estava sendo construído.



Encontramos uma ligação entre a própria antropologia e etnografia de urgência com as temáticas do fotojornalismo, pois a busca por informações sobre essas comunidades isoladas e esse mundo diferente cada vez mais despertou um interesse e curiosidades pelas pessoas naquele momento.

Um possível exemplo dessa relação entre as religiões de matriz africana a imprensa e a fotografia no Brasil aparecem desde o ano de 1951, em uma reportagem da revista *O Cruzeiro*<sup>2</sup>. Esta publicação intitulada *As noivas dos deuses sanguíneos* assinada pelo repórter Arlindo Silva, com fotografias de José Araújo Medeiros, retratavam um terreiro de Candomblé em Salvador, Bahia onde foram realizadas cerimônias de iniciação na religião. Foram apresentadas 38 fotografias que retratavam a rotina do terreiro, os rituais e sacrifícios que até então eram inéditos para o fotojornalismo brasileiro da época.

Destacamos ainda, que a reportagem foi o objeto principal da obra do antropólogo Fernando de Tacca em seu trabalho intitulado *Imagens do sagrado: entre Paris Match e o Cruzeiro* (2009) pois, a revista ilustrada pretendia opor a outra publicação realizada por um periódico francês do mesmo ano. A revista *Paris Match*<sup>3</sup> foi o modelo para tal crítica.

Segundo o antropólogo as duas publicações romperam com o silêncio acerca desse ritual sagrado, mostrando cenas e cenários da religião que caracterizaram um ambiente "preservado" de registros fotográficos (TACCA, 2009). As fotografias deixaram de modo geral encurtar o distanciamento com o qual a sociedade da época olhava para os cultos do candomblé e seus adeptos. De qualquer forma, as reportagens envolveram uma polêmica disputa por espaço jornalístico, valendo-se, principalmente, do ineditismo das imagens dos rituais secretos de iniciação dos praticantes do candomblé.

Para Fernando de Tacca (2009), o próprio significado que as imagens retratadas por José Medeiros na Reportagem estudada foram modificadas por meia repercussão que as imagens tiveram naquele do momento. Pois, a própria ideia da produção da matéria veio de uma da insatisfação da publicação da Revista *Paris Mach* que já havia produzido um material visual recorrente. O periódico Francês, conforme o próprio depoimento de Medeiros no artigo de Fernando de Tacca (2009) sofreu grande críticas por ter retratado o Candomblé da Bahia com uma áurea sensacionalista, um "furo" de reportagem e que trazia uma visão estereotipada do Candomblé do momento.

Desta forma, a intelectualidade no período da divulgação da matéria pela revista agiu de uma forma apática á publicação francesa, com duras críticas e depoimentos de rejeição. Um caso

2 *O Cruzeiro* ou simplesmente *Cruzeiro* foi uma revista semanal ilustrada brasileira, lançada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1928, editada pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Carlos Malheiro Dias foi seu diretor no período de 1928 a 1933, sendo sucedido por Antônio Accioly Neto<sup>[1]</sup> e depois por José Amádio que, em 1960 imprimiu um novo design editorial que ficou conhecido como "bossa nova". Foi a principal revista ilustrada brasileira da primeira metade do século XX. Deixou de circular em julho de 1975.

3 *Paris Match* é o nome de uma revista francesa de atualidades, de periodicidade semanal, fundada em 1949 e célebre pelo seu lema "*le poids des mots, le choc des photos*" ("o peso das palavras, o choque das imagens," em tradução literal). Desde janeiro de 2008 apresenta um outro mote: "a vida é uma história verdadeira", de forma a inscrever o jornal num contato mais pessoal com os leitores.

citado por Tacca de Roger Bastide<sup>4</sup> que na própria *O Cruzeiro*, teria escrito um texto de repúdio a publicação. Tal polemica e insatisfação da revista foi às motivações para a reportagem que objetiva mostrar um Candomblé que é povo, por uma publicação feita por “brasileiros”.

Posteriormente, com a publicação de Arlindo Silva e fotos de Medeiros, não houveram grandes modificações com relação ao proposto pela *Paris Mach*, pois o conteúdo da matéria foto-jornalística, continuava tratando o Candomblé como algo impactante, diferente, exótico. As fotografias que foram veiculadas da Casa de Mãe Riso de Plataforma, em Salvador no ano de 1951, trazem representações de uma iniciação das iaôs na prática religiosa.

Á partir de toda essa polêmica agora referindo se as imagens de Medeiros houve novas discussões intelectuais o verdadeiro valor etnográfico que as imagens detinham na publicação brasileira. Principalmente da atitude do fotografo de veicular imagem feitas do ritual de iniciação dentro da Camarinha, algo que eram amplamente repudiados por todos os pais de santo do momento. Dentro da cosmo visão da religião, esse ambiente é proibido para os não feitos e a atitude dos enviados do periódico foi interpretada de forma errada tanto para a intelectualidade da época como os líderes do Candomblé.

Uma informação relevante que diz respeito a essas fotografias após a polêmica gerada pela reportagem foi publicada um livro com todas as fotografias feitas por José Medeiros no ano de 1957. No novo lançamento foram acrescidas 22 imagens a mais do que foram veiculadas totalizando assim 60 imagens. A partir deste feito, uma nova interpretação sobre as discussões envolvendo essa a reportagem foi revelada. Para Tacca (2009), com a publicação do livro;

O material fotográfico coletado por José Medeiros transformou-se em conteúdo. De uma primeira publicação marcada pelo fotojornalismo sensacionalista transforma-se em um documento etnográfico na apresentação gráfica e nas marcações das legendas no formato livro. Na primeira versão temos uma profanação do espaço do sagrado, permitindo somente para os iniciados, ao torna-lo visível ao olhar leigo e massificado pela importância da revista *O Cruzeiro* na opinião pública. Na segunda versão temos as mesmas imagens, mas sem o tratamento sensacionalista, com uma abordagem que transparece uma aparente neutralidade na explicitação visual do ritual, transformando-as em documento etnográfico ou “científico”, coroando-as com uma nova aura para o sagrado profanado. (2009, p. 43)

Do sensacionalismo proposto no primeiro momento da apresentação das imagens ao material etnográfico, novos sentidos foram construídos para essas fotografias. As ideias que a imagética criada por meio da reportagem do Candomblé da Bahia, tanto da *O Cruzeiro* como da *Paris Mach*

4 Roger Bastide (1898 — 1974) foi um sociólogo francês. Em 1938 integrou a missão de professores europeus à recém-criada Universidade de São Paulo, para ocupar a cátedra de sociologia. No Brasil, estudou durante muitos anos as religiões afro-brasileiras, tornando-se um iniciado no candomblé da Bahia. Apesar de sua aproximação com as religiões afro-brasileiras o sociólogo era protestante, Bastide era membro da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo. Uma de suas obras mais importantes é *O Candomblé da Bahia*, reeditada em 2001 pela editora Companhia das Letras. Outra obra que merece destaque é *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*, editada pela EDUSP em 1974.

revela uma construção de ideias visuais sobre as religiões de Matriz Africana para os leitores do momento. Desta forma destacamos que os repertórios culturais e visuais sobre essas religiões perpassam justamente o embate em que essas reportagens se consolidaram naquele momento.

Por meio da visibilidade em que essas fotografias tiveram, fundava-se, segundo Ana Paula Goulart Ribeiro(2000), uma "escola de fotojornalismo baseada na importância da imagem como notícia" (pg. 23), com ênfase na qualidade técnica, propiciada pelas novas câmeras de médio formato, priorizando assim o registro documental. Ribeiro ainda coloca a diferenciação em que as fotografias produzidas.

Nesta perspectiva, a imprensa brasileira aumentou gradativamente seus noticiários e reportagens que abordavam as religiões de matriz africana. Conforme a obra de Ribeiro (2000) entre 1951 e 1962, rituais de Umbanda e Candomblé foi tema de pelo menos seis reportagens que iam de simples folclore à editoria de polícia com tratamento sensacionalista e editorial pejorativo.

É importante ressaltar que como as imagens do Candomblé e da Umbanda que necessariamente representam um cotidiano diferenciado para os brasileiros do momento, traziam em seu significado algo muito além do explícito, na imagem e na reportagem. Essas fotografias proporcionaram repertórios sobre comunidades suburbanas e cotidianos pouco conhecidos para os leitores destas revistas. Propomos então, fazer uma reflexão na forma como as imagens forneciam e moldavam visões e ideias específicas sobre algo que, no caso estudado são as religiões de Matriz Africana.

Para Mauro Pinheiro Koury (1998), A fotografia também é;

Artefato de objetificação do real, a fotografia submete a realidade ao olhar mecânico da máquina e, através dele, parece disciplinar o conjunto de fatos capaz de organizar um discurso sobre o mundo e os homens e seus mundos. A fotografia aparece assim, como uma forma singular de apreensão do real, e seu uso tem um significado variado segundo as formas de assimilação ou os discursos produzidos a partir de elementos conotados que o substituem. (1998, p. 68)

Entendemos então, que no momento em que as fotografias organizam discursos sobre o mundo, ele coloca em práticas ideias que necessariamente estão ligadas ao cotidiano dos fotógrafos e também dos leitores. Essa prática cristaliza uma visão sobre algo, que no ambiente estudado é a representação.

Partes destas representações partiram justamente de como a inserção do fotojornalismo sobre essa temática passa a ser amplamente divulgada naquele momento. O grande contato com as imagens etnográficas também é um ponto para ser pensado nesse período. Pois com já descrito no trabalho com a participação cada vez maior do intelectualismo brasileiro dentro do cotidiano midiático brasileiro, como Tacca relata informando as colunas de Roger Bastide e Pierre Veger.

Como destacado, o periódico ilustrado brasileiro inspirou na produção francesa e principalmente em uma busca autêntica de uma produção nacional e livre de um padrão internacional que criava estereótipos. Mas, como já definido aqui, a produção brasileira e principalmente as fotogra-

fias publicadas reforçavam a ideia de diferente e exótico, algo que não tornava as duas matérias tão distantes, como a *O Cruzeiro* pretendia no seu início.

Entre um ritual “sanguinário” descrito e representado pelas fotografias de José Medeiros e um grupo de “possuídas” como trouxe a produção europeia sobre o Candomblé da Bahia essas mudanças não foram tão aparentes. Na verdade, que podemos considerar são analogia de imagens e ideias que foram pensadas inicialmente por uma publicação e depois transformada em um “novo propósito”, pouco diferenciado do primeiro.

Desta forma, pensar nessas imagens como um processo de representação dentro das representações faz-se importante entender as ideias que vincularam e construíram uma ideia sobre o Candomblé no fotojornalismo. Foram fotografias que tiveram um ponto em comum, ou seja, o desejo pelo “novo”, “diferente”, “exótico”, “original” e “intangível”. É sobre essas visões que podemos perceber como essas contrações foram feitas.

### O Cotidiano das representações

Propomos aqui sobre a perspectiva do mundo das representações uma interdisciplinaridade com a psicologia social, onde as ideias de representação coletivas foram importantes para definir algumas ponderações no contexto de estudos com a religião dentro do universo da história. A contribuição da Psicologia Social é analisada aqui a partir do estudo das representações sociais e coletivas.

O conceito de representação coletiva nasceu na sociologia, nos estudos de Durkheim. Foi empregado na elaboração de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico. Conforme Serge Moscovici(2003), O sociólogo argumentou que esses fenômenos coletivos não podem ser explicados em termos de indivíduo, pois ele não pode inventar uma língua ou uma religião. Esses fenômenos são produto de uma comunidade, ou de um povo.

A teoria das representações sociais pode ser considerada como uma forma sociológica de Psicologia Social, expressão usada por Moscovici, em seu estudo sobre as representações. O autor busca no seu trabalho compreender de que forma a psicanálise, ao sair dos grupos fechados e especializados, adquire uma nova significação pelos grupos populares. O psicólogo ainda nos informa sobre o cotidiano das representações como;

"As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica. Mas se a realidade das representações é fácil de ser compreendido, o conceito não o é. Há muitas boas razões pelas quais isso é assim. Na sua maioria, elas são históricas e é por isso

que nós devemos encarregar os historiadores da tarefa de descobri-las. As razões não históricas podem todas ser reduzidas a uma única: sua posição “mista”, no cruzamento entre uma série de conceitos sociológicos e uma série de conceitos psicológicos. É nessa encruzilhada que nós temos de nos situar. O caminho, certamente, pode representar algo pedante quanto a isso, mas nós não podemos ver outra maneira de libertar tal conceito de seu glorioso passado, de revitalizá-lo e de compreender sua especificidade (2003. p. 40-41)

Para Moscovici (2003) o estudo das representações sociais dentro de uma metodologia científica foi uma crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas das demais teorias que não explicavam a realidade em outras dimensões, como é o caso da dimensão histórica-crítica.

Representação assim passa a serem vinculadas com o cotidiano dos sujeitos suas ideias e posteriormente a práticas delas para como o mundo onde vive. Trazer essas questões para dentro de trabalhos com a fotografia é pensar que a imagem é a prática direta da representação sobre uma ideia e principalmente sobre o outro. Mas, como toda atividade humana, as representações sociais são subjetivas e estão vinculadas a maneira de como cada um tem sua interpretação do mundo, ou seja, através do seu repertório. Desta forma, as representações não são estáticas e modificam o ambiente no qual elas estão inseridas, mas ao mesmo tempo elas produzem novas representações gerando assim um movimento não linear de conhecimento mais diverso sobre as coisas e o mundo.

É importante perceber que, sobretudo em aspectos religiosos referentes a culturas que fogem das grandes religiões cristãs bem como as práticas religiosas referentes às comunidades e povos marginalizados também tiveram uma forma de manifestar suas crenças e utilizá-las como modo de vida de certa época. Desta forma representação é usado para compreender como em determinado época certo modo de vida religiosa foi posta e dada a ler por certas outras pessoas que representaram.

### Um caso regional

Propomos aqui apresentar outra reportagem que trata da mesma temática estudada em uma revista regional ilustrada da época. A revista *Encontro*<sup>5</sup> de Montes Claro-MG mais de uma década depois após a publicação do *O Cruzeiro*, veiculou uma matéria com o título *Nos Terreiros de Umbanda e Candomblé- Mistério e Pomba dos ritos fetichistas* realizadas pelo jornalista Haroldo Lívio, com fotografias de Rilson Santos e Waldevino Fátimo. Dentro desse contexto, dois Pais de Santo, José Fernandes da Umbanda e Pai Teresino do Candomblé, destacaram-se como os sujeitos retratados nessa reportagem.

Foram feitas 14 fotografias veiculadas no corpo da publicação estudada as quais trouxeram a rotina e cotidiano dos cultos de Matriz Africana em Montes Claros daquele período. A matéria

5 Revista ilustra que fez existiu na década de 1960 na cidade de Montes Claros em Minas Gerais sob a direção de Konstantin Christoff, Lúcio Bemquerer e Waldir Senna Batista.

estudada possui uma divisão específica de Candomblé e Umbanda, já que as imagens estão articuladas a pequenos textos que apresentam cada um dos dois terreiros visitados pelos fotógrafos e jornalistas que trabalharam nesta produção.

Diferentemente da proposta da *O cruzeiro*, na revista de Montes Claros os aspectos gerais de apresentação das religiões foram mais respeitosos com os rituais. A rotina do terreiro é destacada por um distanciamento em relação ao rito, a ideia que as fotografias feitas por Rilson Santos transparecem uma proposta de mostrar o culto com um aspecto mais próximo ao leitor e de forma descrever a religião.

Diferentemente, com o caráter rudimentar que a revista de Montes Claros, à uma aparente ingenuidade nas suas imagens e no seu texto, devido um análise inicial do periódico, podemos revelar poucas informações, que a partir dos estudos posteriores podem revelar outras ideias.

### Considerações finais

Fotografias são ideias que constroem visões e, sobretudo representações dos “outros” e diferentes. Nesse sentido as imagens do Candomblé e da Umbanda apresentadas na presente pesquisa são apenas alguns exemplos de construções que formulavam ideias dessa religião no cotidiano do fotojornalismo do período estudado.

Propormos trazer algumas das representações que vinculavam ideias específicas e pouco expressivas sobre a religião distante das pessoas naquele momento. Então, as imagens das revistas ilustradas foram importantes para essas visões determinantes sobre um ambiente que não faz parte do nosso cotidiano.

Por meio de diálogos com a visualidade, as representações estudadas no trabalho apontam para uma aproximação forte entre outras ideias feitas anteriormente. Como é caso da exemplificada Antropologia de Urgência, que produziu material visual permanente proporcionando imagens e padrões para o fotojornalismo. Conforme, iniciado no começo dos estudos, a imagem tem um valor importe dentro do cotidiano das representações e como especificamos ao logo do trabalho, essas afirmações são importantes perceber como todo esse repertório visual foi construído.

### Referências

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. *As faces do héracles-quasímodo: representações do nordeste e dos nordestinos durante a era Vargas*. Teze de Doutorado.USP. São Paulo. 2014

BURKE, Peter. *História y teoria social*. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.



BORGES, Ângela Cristina Marques. *Tambores do Sertão: Diferença Colonial e Interculturalidade: entrelaçamento entre Umbanda/Quimbanda e Candomblé Angola no Norte de Minas Gerais*. Tese de Doutorado PUC-SP, 2012

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. “Fotografia e a questão da indiferença”, in, *Imagens & ciências sociais*, João Pessoa, Editora Universitária. 1998

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Rio de Janeiro: 2000. 335 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2000.

TACCA, Fernando de. *O Cruzeiro versus Paris Match e Life Magazine: um jogo espetacular*. 2009.

# A imagem do Candango: Uma análise dos registros fotográficos de Marcel Gautherot

Thiago Sobreira Vailati Silva<sup>1</sup>  
thisobreira@gmail.com

## Resumo

Ao longo de minha pesquisa me deparei com a forte presença dos registros fotográficos dos construtores da cidade capital Brasília, os candangos. Marcel Gautherot foi o fotógrafo contratado pela NOVACAP para os registros das obras e dos edifícios monumentais, porém, ele escolhe criar uma segunda narrativa sobre a construção da cidade, registrando a vida cotidiana dos operários. Este trabalho, portanto, pretende não somente apresentar essa segunda narrativa sobre a construção da cidade capital Brasília, como também apresentar o debate político e estético inserido na obra de Gautherot com o registro destes cidadãos. É importante assinalar que Gautherot foi membro colaborador do SPHAN onde foi responsável pela documentação de eventos variados em torno do debate sobre a nacionalidade e brasilidade ao longo dos anos 1930 - 40. Possuidor de um arsenal estético marcado pela etnofotografia, pela brasilidade e pela arquitetura moderna, Gautherot apresenta uma nova estética ao registrar o candango em seu cotidiano e ao longo de seus trabalhos na construção. Assim, ao monumentalizar este trabalhador em suas fotografias, Gautherot nos apresenta esta segunda narrativa sobre a cidade capital de Brasília e sobre o próprio projeto de nação em jogo.

**Palavras-chave:** Candango, Brasília, modernismo, fotografia.

---

1 Mestrando em História Política e Cultura pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientando do Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Foto 1

Os Candangos de Bruno Giorgi, 1960.



Fonte: GAUTHEROT *apud* IMS. Acervo virtual: Marcel Gautherot. Disponível em: <<https://ims.com.br/titular-colecao/marcel-gautherot/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

A Foto 1 apresenta a principal poética visada ao longo deste trabalho. O embate existente dentro do projeto de Brasília entre a vontade dos artistas e a vontade e ação do Estado brasileiro. O olhar de Marcel Gautherot para o trabalhador da obra da construção da nova cidade-capital – o candango – nos revela aspectos tanto da falha da retórica da nova cidade-capital quanto de sua própria trajetória de fotógrafo ligado a etnofotografia e ao registro do homem comum. Para isso, serão analisados tanto os processos políticos e simbólicos que envolvem a figura do candango, quanto os registros de Gautherot ao acompanhar o trabalho e vida dos candangos.

No primeiro plano e objeto principal da fotografia, dois candangos constroem a obra “Os (dois) *Candangos*” de Bruno Giorgi. A proporção da peça remete imediatamente a ideia de monumentalidade que ela carrega, evidenciada não somente pela relação entre a peça e seus construtores, mas também pelo gesto do trabalhador do solo de olhar para cima e contemplar a peça toda.

Lembrando que “na mensagem fotográfica o espaço geográfico é investido de determinados significados que estão intimamente relacionados ao público receptor desta mensagem, impondo-lhe comportamentos e ensinando a ver o mundo sob um certo ângulo”.<sup>2</sup>

Assim, a primeira monumentalidade percebida na Foto 1 se faz presente nessas relações em que um indivíduo deverá olhar para cima sempre que quiser observar toda a peça.

A dupla monumentalidade desta obra de Giorgi somente é observada pela obra de Gautherot. Nesse caso, ao registrar os candangos construindo *Os Candangos*, Marcel Gautherot nos apresenta um testemunho de sua vontade somada a de Giorgi de que aqueles trabalhadores tivessem sua imagem transmitidas e rememoradas ao longo da história. O monumento se faz presente quando a perpetuação voluntária da imagem e memória desses homens compõem a narrativa em construção de uma memória coletiva sobre a construção da cidade-capital e, por consequência, da nação: o lugar central do candango, do trabalhador brasileiro no novo país em (re)construção.

### Foto 2

#### Trabalhadores na Construção de Brasília, 1960.



Fonte: GAUTHEROT *apud* BURGI, Sérgio; TITAN JR, Samuel (Org.). **Marcel Gautherot, Brasília**. Rio de Janeiro: IMS, 2010. p. 84.

2 ESSUS, Ana Maria Mauad de S. Andrade; GRINBERG, Lúcia. O século faz cinquenta anos: fotografia e cultura política em 1950. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 27, p.129-148, 1994. Disponível em: <[http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3747](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3747)>. Acesso em: 22 maio 2015. p. 143.

Na Foto 2, ao escolher retratar esse homem em meio ao seu espaço de trabalho, Gautherot privilegia completamente a imagem do trabalhador, abandonando quase que por completo o local e monumentalidade dos edifícios que o cercam. Ele faz isso utilizando tanto as técnicas da fotografia como a acentuada profundidade de campo, que retira o foco dos objetos nos demais planos, bem como usando as técnicas dos campos visuais de posicionar o objeto principal – o trabalhador – no centro da fotografia e, assim, ocupando quase todo o espaço da imagem. Essas escolhas, ao compor o retrato, refletem um possível desejo de direcionamento do olhar para seu objeto, o trabalhador.

Outro ponto importante a ser analisado nessa fotografia (Foto 2) é a escolha do modelo, postura, sombras e expressões que ele apresenta na hora do registro. É bem provável que Gautherot tenha pedido a esse homem que lhe olhasse diretamente, o que causa a sensação de estar olhando para o próprio trabalhador, um diálogo direto entre ele no passado e nós no presente. A expressão do trabalho e cansaço fica ainda mais marcada pela presença da cicatriz no rosto, a qual, devido a posição da sombra do seu chapéu, fica em evidência. O acentuado contraste utilizado por Gautherot somado com a alta incidência da luz solar tornam a pele desse trabalhador ainda mais escura, algo que acredito ter sido proposital para demonstrar não somente quem socialmente é o trabalhador brasileiro, mas também suas origens étnicas e, possivelmente, a denúncia quanto a manutenção dos povos negros em trabalhos braçais como o da construção civil.

Devido a necessidade de mão de obra para a construção da capital, o governo Kubitschek lança, no ano de 1957, uma campanha nacional destinada a recrutar pessoas para os diversos cargos e ofícios.

Procurava voluntários para três tarefas: construir a capital, fornecer os suprimentos para as atividades de construção, e planejar e administrar o projeto. Para esses objetivos, recrutou trabalhadores e profissionais de construção, empresários de vários tipos e funcionários da Novacap e de outros órgãos estatais. Todas essas pessoas passaram a viver no lugar que a cidade estava sendo construída e foram chamados de ‘pioneiros’.<sup>3</sup>

Porém, James Holston já aponta que o discurso igualitário e democrático que colocava todos os migrantes em condição de igualdade simbólica é rapidamente combatido e perde força devido ao tipo de recrutamento, às condições e tipos de trabalho e ainda, à manutenção das práticas políticas e de poder moral hierarquizado. “Estes estratificavam os pioneiros em várias classes com diferentes interesses, privilégios e poderes em relação umas às outras – formando uma estrutura de diferenças que gerava lutas e alianças entre as classes. (...)”.<sup>4</sup>

Com isso, Holston observa um importante aspecto sobre o deslocamento e relações de poder existente entre os termos pioneiros e candangos. O termo Pioneiros é deslocado do grupo geral para o quadro específico dos indivíduos de alta classe – engenheiros, funcionários do Estado,

3 HOLSTON, James. **Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 206.

4 HOLSTON, **Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. 1993.p. 207.

burocratas, empresários – que migram para a cidade já no início das obras. Para o operário, o camponês, o servente, enfim, todos aqueles que se destinavam aos serviços de base, ressurge o termo Candango.

É interessante perceber como as significâncias dos termos também transitam e dialogam com os demais processos intelectuais e de poder. Um termo da língua quimbundo, dos grupos bantos do Sudeste da Angola é rapidamente assumida pelos seus opressores e revertida como forma de depreciação, não somente dos grupos bantos, mas de todos os grupos dedicados ao trabalho braçal e a todos os mestiços brasileiros que herdaram a pele, o ofício e a segregação sócio racial.

A palavra virou sinônimo de cafuzo, mestiço, mameluco e negro. Posteriormente, seu significado foi ampliado, passando a abranger genericamente as populações pobres do interior do país, especialmente trabalhadores itinerantes, de baixa qualidade profissional, situação predominante entre aqueles que chegaram ao canteiro de obras da futura capital.<sup>5</sup>

Paralelo a isso, dentro da tradição fotográfica brasileira, o indígena e o negro ocupam espaços diferenciados. Enquanto o indígena era enaltecido – na literatura e nas imagens – pelo movimento romântico, o negro era segregado das imagens e discursos oficiais. Aos negros e à escravidão ficou o papel secundário de auxiliar, de posse material e objeto, de unidade de medida quando presentes nas imagens de particulares ou completamente ausentes das imagens produzidas pelas instituições de Estado.

A cor da pele em tons mais escuros, a presença das mãos e braços que demonstram força física, o rosto marcado e o olhar fixo são características constantes dos trabalhadores nas fotografias do que se convencionou a pensar como a imagem do trabalhador brasileiro. Outro regime visual que se soma a esse é o da própria figura dos sertanejos. Ana Maria Mauad ao observar as fotografias militares da Guerra de Canudos apresenta as seguintes representações:

No patamar inferior da escala de representação está o elemento sertanejo, que é o ‘outro’, o ‘diferente’, aquele que deveria ter a sua imagem silenciada ou reestruturada. (...). Aos residentes de Belo Monte são associadas somente imagens de miséria e destruição. (...). A presença de crianças misturadas à tropa, geralmente trajando farrapos; (...) a vinculação da figura feminina ao acampamento sempre em plano secundário (...).<sup>6</sup>

Porém, o mestiço brasileiro, o negro, o índio e o sertanejo estão aos poucos se tornando objetos de estudo, admiração e inspiração estética e poética para grupos intelectuais da modernidade brasileira. É nesse contexto, e perante esses debates, que Gautherot se insere e decide retratar o candango brasileiro. Suas fotos apresentam o embate existente entre as consolidadas práticas de

5 LUIZ, Edson Beú. **Os Filhos dos Candangos**: exclusão e identidade. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília 2007. Disponível em <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia\\_artigos/3candangos\\_dissertacao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia_artigos/3candangos_dissertacao.pdf)>. Acesso em 21 de janeiro de 2018. p.45.

6 MAUAD, Ana Maria. O olho da história: análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 27, jan./dez. 1993. p.41.



representação dos negros, mestiços e sertanejos e as renovações políticas e estéticas direcionadas a essas populações.

A imagem do mestiço, do sertanejo e do nordestino se confundem e muitas vezes se tornam uma única representação, muito disso devido aos processos migratórios internos ao país. A partir do início das obras, Brasília passa a ser o principal destino das migrações nordestinas, porém os acampamentos criados para alojar os migrantes destinados à mão de obra já não suportavam o grande número populacional. O resultado disso foi o surgimento das várias vilas não oficiais. As famílias de retirantes e migrantes são também imagens conhecidas no regime visual brasileiro, especialmente pelas obras de Candido Portinari e sua poética que denuncia as condições sócio políticas dessas populações. Essas mesmas famílias também se fazem presentes na obra de Gautherot, como pode ser observado a seguir.

### Foto 3

#### Moradores da Sacolândia, 1959



**Fonte:** GAUTHEROT *apud* IMS. **Acervo virtual:** Marcel Gautherot. Disponível em: <<https://ims.com.br/titular-colecao/marcel-gautherot/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

Na Foto 3 Gautherot se utiliza dos elementos da paisagem para compor a moldura de seu objeto. As traves do gol improvisado e o barraco ao fundo dão o pano de fundo e moldura necessárias para que nosso olhar se fixe no objeto central. Além disso, o barraco forma uma parede escura, evidenciando os tons claros das roupas. A família em movimento remete a própria ideia de migração. Essa família é possivelmente mais uma das várias a emigrarem do Nordeste em busca de melhores condições de vida nos centros urbanos.

Como debatido anteriormente, o termo *candango* passou a representar todos que se dedicassem a trabalhos braçais e fossem não brancos. Durante o intervalo dos anos 1940-1960 há um aumento dos brasileiros pardos e mestiços comparados com as demais etnias, esse aumento contribuiu para a ressignificação da condição de mestiço. Antes vistos como símbolo do atraso nacional, agora são parte integral da força de trabalho e, por isso, motivo de orgulho.

Parte desse orgulho está ligado diretamente aos discursos estéticos e historiográficos sobre a importância das populações mestiças na composição do quadro cultural brasileiro. Dentre variados movimentos, são exemplos o movimento artístico intelectual modernista de 1920, do SPHAN e da CDFB<sup>7</sup>. As atuações artísticas e de intelectuais contribuí diretamente para um novo olhar para o brasileiro comum, o mestiço, o trabalhador e futuramente, o *candango* de Brasília.

O homem brasileiro, o trabalhador nacional, e não mais o imigrante estrangeiro, era o grande protagonista desse cenário de migrações internas que se descortinava a partir do fim dos anos 1930. (...). Nesse volumoso e diferenciado contingente de homens, mulheres e crianças, os nordestinos se destacavam quase como o tipo ideal de migrante, buscando a Amazônia, São Paulo e, por fim, Brasília. **Na pele o ‘arigó’ que vai para a Amazônia ou do ‘candango’ que constrói a nova capital no centro do país, ele era o herói trágico da história do povo e do território brasileiro nessa travessia demográfica (...).**<sup>8 9</sup>

Ao observar a retórica propagandística que envolve a construção da cidade-capital é possível reconhecer muito das defesas dos modernistas verde-amarelo. O gigantismo da nação com base na geografia, a projeção do presente para o futuro grandioso aliada ao rompimento com o passado arcaico, o ideal de interiorização dos sertões partindo da força mítica dos bandeirantes, a relação de oposição entre o interior e o litoral pendendo para a valorização do interior, o olhar para o homem do campo como forte e o caboclo como herói nacional. “(...) Pode-se antever aqui não apenas a veiculação do mito ufanista do país novo, mas o desdobramento do lado irracional do modernismo, aquele que eclipsou a razão, turvou mentes e forjou mitos de mobilização política”.<sup>10</sup>

Todos esses elementos foram, em menor ou maior intensidade, diversamente apropriados ao longo da construção da nova capital, tanto nos espaços propagandísticos quanto nos intelectuais.

7 Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

8 GOMES, Olhando para dentro: 1930 – 1964. 2013 p. 60.

9 Grifo meu.

10 SALIBA, Elias Thomé. Cultura/As apostas na República. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.) **A abertura para o mundo 1889 – 1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (História do Brasil Nação: 1808-2010, v.3) p. 239 – 294. p.282.

tuais. O próprio presidente Juscelino Kubitschek usa de Euclides da Cunha e sua descrição sobre o sertanejo para ressignificar o candango construtor da cidade-capital. A retórica da construção é pensada enquanto uma epopeia civilizacional que rompe com o passado e inaugura o futuro da nação. Nesse caso, a geografia se sobrepõem ao tempo, pois parte da cidade o futuro promissor.

A retomada do mito dos bandeirantes é um dos principais pontos escolhidos por esses intelectuais, mito esse que foi apropriado diversas vezes pela ação do Estado e foi base para o incentivo às migrações nordestinas para a construção de Brasília, assim como a reformulação da imagem do candango. A retomada da figura do bandeirante fica evidente até mesmo no segundo nome dado à Cidade-Livre, o Núcleo Bandeirante, o local em que todos os bravos desbravadores que buscam riqueza com seu trabalho se encontravam.

**Foto 4**  
**Trabalhadores, 1959**



**Fonte:** GAUTHEROT *apud* BURGI, Sérgio; TITAN JR, Samuel (Org.). **Marcel Gautherot, Brasília.** Rio de Janeiro: IMS, 2010 p. 83-84.

A Foto 4 apresenta um pouco dessa estética de força e bravura que envolve o imaginário do bandeirante. Homens de origem popular e pobre, ligeiramente alinhados e em posturas eretas.

Suas expressões são de seriedade, duras e até mesmo intimidantes. A força de suas mãos e braços é bem evidenciada pelas posições em que foram registrados. Apesar de olharem diretamente para a câmera na hora do registro, não é provável que Gautherot tenha feito algum tipo de direção de cena, deixando-os livre para posar como quisessem.

A figura do bandeirante é constantemente utilizada nas campanhas políticas de alistamento para o trabalho, assim como nas propagandas das empresas parceiras aos projetos estatais. Repaginado e atualizado, o migrante nordestino é comumente chamado de ‘bandeirante moderno’ ou ‘bandeirante do século XX’.<sup>11</sup> As bandeiras modernas estavam, portanto, diretamente ligadas às necessidades do Estado brasileiro de povoamento de regiões com mão de obra para trabalhos específicos. Ao longo do período da construção, os termos e símbolos dos bandeirantes e candangos passam a se misturar, especialmente devido às campanhas políticas e empresariais que buscavam atrair os emigrantes nordestinos e mineiros.

O papel do governo e do presidente Kubitschek foram centrais nesse deslocamento do sentido e união dos imaginários. Afim de garantir não só a mão de obra, mas a eficiência da mesma para a epopeia Brasília, Juscelino, além de presença constante nas obras, reforçava seus discursos em jornais partidários: “A triste aparência de um indivíduo abatido, com que Euclides da Cunha retratou o sertanejo, está-se apagando do panorama brasileiro. Vocês não o encontrarão no companheiro candango, a quem devemos esta cidade”.<sup>12</sup>

Assim como o termo Pioneiros, agora o Candango também se tornou um termo honorífico e essa mudança foi aos poucos forjada e reforçada na retórica da construção da capital e da (re) construção nacional. O candango, agora exemplo de fibra do homem comum, agrega os símbolos do bandeirante moderno, do sertanejo forte e, por fim, do construtor da nação. Observar isso na narrativa visual construída por Gautherot junto aos candangos é um caminho não só de reconhecimento desses homens, mulheres e crianças responsáveis pela edificação da nova cidade-capital Brasília, mas de um reconhecimento da própria imagem do candango e, por extensão, do povo brasileiro trabalhador.

Gautherot se apoia nos debates teóricos e políticos dos modernistas para compor sua própria versão visual do candango. Homens e mulheres trabalhadores que, apesar da adversidade social, são símbolos de força e determinação, possuem sorrisos, olhares e sensibilidades próprias. A representação do candango enquanto homem trabalhador e criador é passível de apropriação dentro de vários discursos, especialmente naqueles já preconizados pelo ufanismo nacionalista que olham para o sertanejo como fonte de inspiração, mas o idealiza enquanto elemento humano e o segrega enquanto agente social e político.

11 Em Holston (1993 p.209) são apresentados diversos exemplos das propagandas das empresas envolvidas na construção de Brasília, além das próprias propagandas produzidas pela Novacap.

12 Diário Carioca, 05/01/1961 *apud* HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993 p.210.

Porém, para os candangos, os homens e mulheres que construíram a cidade-capital, se ver em foco diante dos edifícios da Esplanada ou dos Palácios políticos fora de foco, é uma consagração de sua própria história enquanto agentes construtores não só de cidades, mas de memórias. Não é à toa que dentre as primeiras gerações de brasilienses – da qual faço parte – era comum ouvir de alguns senhores a frase: “tá vendo aquele prédio ali, eu ajudei a construir”.

## Reconfigurações da história da arte segundo a leitura de Hal Foster

Milena Guerson<sup>1</sup>

UFT

milenaguerson@gmail.com

### Resumo

Este trabalho coloca em evidência o pensamento de Hal Foster, demonstrando como esse autor aborda a existência de genealogias inovadoras nos fazeres da História da Arte, partindo do contexto das neovanguardas, na década de 1960, e com reflexos na atualidade. Essencial nas ideias de Foster é a concepção da existência de dois eixos, um deles vertical/diacrônico, referente à dimensão histórica da Arte, o outro horizontal/sincrônico, referente à dimensão social da Arte...

O “Modernismo formalista” se ajusta ao eixo vertical, pois a ideia de uma Arte pura, voltada aos seus próprios meios, situa-se em defesa da preservação da vida histórica da Arte. Não há, nesse caso, intenção de ruptura com o passado, mas de manutenção da Arte em sua “área de competência”, para sua sobrevivência. Em contrapartida, o “Modernismo vanguardista” vincula-se ao eixo horizontal, pois opera uma “quebra com o passado”; há ruptura em relação aos retornos históricos, entendidos como influências de paradigmas do passado sobre a Arte do presente.

O diferencial das neovanguardas foi procurar manter os dois eixos em “coordenação crítica”, superando o modelo cindido do Modernismo, pois ao mesmo tempo em que se abasteceram em antecedentes e recorreram a paradigmas do passado, reconfiguraram as possibilidades presentes de práticas artísticas. Contudo, somadas a um contexto de “virada etnográfica” no campo de produção e de entendimento das Artes Visuais, também acabaram sendo responsáveis por novas afetações nas coordenações interativas dos dois eixos, que interagem na atualidade de maneiras plurais.

Em outras palavras, os “problemas discursivos” em torno da Arte (projetos específicos de debate) acabaram se sobrepondo às “formas intrínsecas” da Arte (elaborações específicas do meio), provocando novos modos de relação entre os eixos e a consequente ampliação da variação de práticas artísticas. Para dar conta dessas práticas, em um contexto de deslocamento da “História da Arte” para a “História das Imagens”, um método de abordagem mais contextualizado mostrou-se necessário. A Antropologia aproximou-se dos usuais fazeres da História da Arte, para contemplar a abertura ocorrida da “história” para a “cultura”, assim como a Psicanálise igualmente o fez, para acompanhar a passagem da “Arte” para o “Visual”.

**Palavras-chave:** Hal Foster, modernismo e vanguarda, paradigmas críticos.

1 Professora Assistente na Universidade Federal do Tocantins.



Hal Foster, crítico e historiador da arte norte-americano, inicia seu livro *O Retorno do Real* (originalmente publicado em 1996) narrando uma visita feita por ele a uma exposição de Arte em que havia obras minimalistas. Ao observar a filha de um amigo que o acompanhava brincar por entre as vigas de uma obra de Robert Morris – *Sem título*, de 1977 –, acabou tendo um insight, que o levou à escrita do mencionado livro. Conforme descreve o autor, a obra de Arte em questão era “composta de quatro vigas de madeira que formavam um retângulo comprido e um espelho atrás de cada quina”<sup>2</sup>; o espelho refletia as vigas a partir das quinas, causando a sensação de ampliação do espaço e gerando, assim, novas vigas, retângulos, entre outros elementos, em um espaço paralelo dentro do espelho.

Ao observar a figura da menina que se afastava – segundo ele, em direção ao passado – na *mise-en-abîme*<sup>3</sup> do espelho, apesar de estar apenas pulando as vigas da obra no presente do recinto expositivo, Foster pensou em uma representação “paradoxal no tempo descrita pela vanguarda. Pois mesmo quando a vanguarda recua ao passado, ela também retorna ao futuro, reposicionada pela arte inovadora do presente.”<sup>4</sup>

Mais especificamente, Foster intencionava responder: “entre as viradas nos modelos críticos e os retornos de práticas históricas: de que maneira uma reconexão com uma prática passada respalda uma desconexão de uma prática presente e/ou o desenvolvimento de uma nova prática?”<sup>5</sup> Para desenvolver a teoria relativa a este insight inicial, nosso autor forjou então a metafórica imagem de dois eixos, correspondentes a uma modelo cindido de leitura teórica do Modernismo artístico.

Classificando o primeiro eixo como vertical/diacrônico, representando a “dimensão histórica da Arte”, Foster associou a ele as intenções do “modernismo formalista”. Essa correspondência se dá sob o argumento de que as intenções formalistas modernistas ocorriam com a intenção de preservação da vida história da Arte. Objetivava-se a manutenção da Arte em sua “área de competência”, para sua sobrevivência, bastando lembrar aqui das ideias de uma Arte pura, dedicada aos seus próprios meios, difundidas por Clement Greenberg.<sup>6</sup> A esse respeito, Foster elucida:

Clement Greenberg, o mais importante herdeiro dessa tradição formalista [derivada de Bakhtin, Medvedev e, por fim, Wölfflin], insistiu repetidamente nesse ponto contraintuitivo e escreveu, em 1961, que ‘o modernismo jamais pretendeu,

2 FOSTER, H. *O retorno do real: a vanguarda no final do século XX*. São Paulo: Ubu, 2017, p. 7.

3 O conceito de *mise en abyme* (narrativa em abismo) foi primeiramente estabelecido por André Gide que, tomando por base a tradicional imagem heráldica “de um escudo que guarda, em seu centro, uma réplica de si mesmo em miniatura”, procura transpor essa ideia para os campos da Pintura e da Literatura. Na heráldica, “abyeme” é um termo técnico que designa “coração do escudo”. Por sua vez, a expressão *mise en abyme* viria a designar, na imagem pictórica ou no texto, “todo ‘enclave’ que guarde relação de similitude com a obra que o contém.” Esse conceito é trabalhado pelo teórico Lucien Dällenbach no livro *Le récit spéculaire*, cuja publicação original data de 1977. Dällenbach explica que o referido conceito consiste basicamente na ideia de uma narrativa dentro de outra narrativa, uma pintura dentro de outra pintura, como um reflexo de espelho que nos direciona para a infinidade dos códigos, questionando as possibilidades da verossimilhança entre a estrutura formal da obra e sua inteligibilidade.

4 FOSTER, H. *O retorno do real*, p. 7.

5 FOSTER, H. *O retorno do real*, p. 8.

6 GREENBERG, C. Pintura Modernista. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília. (orgs.). *Clement Greenberg e o Debate Crítico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 101-110.

e não pretende hoje, nada de semelhante a uma ruptura com o passado'. Nessa época, porém, o princípio da autonomia estética estava bastante reduzido ao protocolo da especificidade do meio (por exemplo, pintura é pintura, e nada mais) – redução essa que foi institucionalmente bastante eficaz. Ao compartilharem desse protocolo, a prática artística, o museu de arte e a história da arte puderam concordar igualmente sobre os parâmetros destinados à adequada criação, exibição e narração da arte modernista.<sup>7</sup>

Explica-se assim como o eixo vertical, diacrônico e formalista preservava a vida histórica da Arte. E para Foster era o museu que fornecia institucionalmente a ilusão de autonomia requerida tanto pela prática artística quanto pela História da Arte. “Apenas o museu podia elevar, individualmente, essas diferentes funções-objeto de uma pintura ou escultura ao status de arte – elevação essa que se adaptava bem à abstração da arte modernista.”<sup>8</sup> Em síntese, a “natureza essencial” da pintura e da escultura era passível de se revelar por meio da prática, do museu e da história, seguindo o protocolo da especificidade do meio.

Por sua vez, o outro eixo, horizontal/sincrônico, representava a “dimensão social da Arte”, sendo correspondente ao “modernismo vanguardista”, pois neste, sim, havia intenção de “quebra” com o passado, ou ruptura em relação aos retornos históricos, entendidos como influências de paradigmas do passado sobre a Arte do presente. A respeito deste eixo, vale lembrar Compagnon, em sua obra *Os cinco paradoxos da modernidade*, quando sugere que as vanguardas, diante do propósito de intensa quebra de padrões e consequente busca pelo novo, acaba fundando uma nova “tradição” feita de rupturas.<sup>9</sup>

Daí, uma vez situados os dois eixos, Foster propõe que o diferencial das Neovanguardas, estabelecidas a partir da década de 1960, foi procurar manter os dois eixos em “coordenação crítica”, superando o modelo cindido do Modernismo. O paradoxo desse modelo cindido era precisamente o seguinte: “como pode a arte possuir uma forma autônoma e estar imbricada na história social?”<sup>10</sup> Para nosso autor, as neovanguardas significaram uma abertura para a superação desse paradoxo, pois ao mesmo tempo em que se abasteceram em antecedentes e recorreram a paradigmas do passado, reconfiguraram as possibilidades presentes de práticas artísticas.

Note-se que as Neovanguardas podem ser observadas como gérmen da Arte Contemporânea, então, diante da multiplicidade de práticas e proposições artísticas que se veria surgir a partir daí, a questão que Foster busca esclarecer é: “O que produz um presente como diferente, e como o presente, por sua vez, enfoca o passado?” Em outros termos, como se produzem as novas práticas e proposições artísticas, e em que – ou até que ponto – elas tocam as heranças de práticas e proposições anteriores?

7 FOSTER, Hal. Antinomias na história da arte. In: \_\_\_\_\_. *Design e Crime*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 98.

8 FOSTER. *Antinomias na história da arte*, p. 98.

9 COMPAGNON, A. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

10 FOSTER. *Antinomias na história da arte*, p. 99.

A esse respeito, o autor reconhece e problematiza que novos vieses surgem a partir da coordenação crítica dos eixos que as neovanguardas visavam manter. Somadas a um contexto de “virada etnográfica” no campo de produção e de entendimento das Artes Visuais, as neovanguardas também acabaram sendo responsáveis por novas afetações nas coordenações interativas dos dois eixos, que interagem na atualidade de maneiras plurais. Desdobram-se novos modos de relação entre os eixos sincrônico (social) e diacrônico (histórico) da Arte, com a conseqüente ampliação da variação de práticas artísticas.

Essas práticas então requerem novos modos de se teorizar sobre elas. Pois em detrimento de formas intrínsecas da Arte (elaborações específicas do meio, “formalistas”, mantenedoras da historicidade), prevalecem os problemas discursivos em torno da arte (projetos específicos de debate, fartamente socioculturais). Então, para dar conta dessas práticas, em um contexto de deslocamento da “História da Arte” para a “História das Imagens”, um método de abordagem mais contextualizado mostrou-se necessário.

Foi nesse sentido que a Antropologia aproximou-se dos usuais fazeres da História da Arte, para contemplar a abertura ocorrida da “história” para a “cultura”, assim como a Psicanálise igualmente o fez, para acompanhar a passagem da “Arte” para o “Visual”. Para Foster, esses dois campos hoje “competem pelo coração teórico dos estudos visuais”<sup>11</sup>, pois as usuais histórias do estilo, com suas análises de forma, teriam perdido espaço para as genealogias do sujeito. É este o sentido do conceito de “virada etnográfica”, trabalhado pelo autor, pois a etnografia, método de base da Antropologia, foi solicitado para atender os novos modos de práticas artísticas, não mais restritas ao espaço do museu, mas espalhadas no cotidiano da sociedade.

Os historiadores e críticos de Arte não mais conseguem dar conta de seus construtos inserindo-se no reduto institucional do museu, pois as obras, ou melhor, as “imagens” encontram-se culturalmente espalhadas e mediadas no cotidiano sociocultural. “Devido às transgressões artísticas, às críticas teóricas, às demandas políticas e às pressões tecnológicas [...], esses antigos ordenamentos institucionais vieram abaixo”<sup>12</sup> Como etnógrafos, os profissionais de Arte precisam hoje adentrar os respectivos contextos de cada obra/proposição artística, as quais não cabem mais apenas em um só reduto; cada uma delas é um novo objeto que requer a realização de diferenciados estudos de campo. É o fato de o método antropológico ser contextual que então faz dele uma ferramenta chave para os estudos artísticos atuais.

Foster assevera que a imagem é hoje “uma ferramenta analítica que revela o artefato cultural de novas maneiras, especialmente em relação aos posicionamentos psicológicos de espectadores distintos.”<sup>13</sup> Por isso as disciplinas que dão conta dos processos da subjetividade e da alteridade entram em voga. A respeito dessas disciplinas, destaque-se o conceito de efeito *a posteriori*, recuperado por Foster a partir da psicanálise freudiana. Em Freud, um evento traumático apenas se coloca quando um aconteci-

11 FOSTER. *Antinomias na história da arte*, p. 106.

12 FOSTER. *Antinomias na história da arte*, p. 98.

13 FOSTER. *Antinomias na história da arte*, p. 106.

mento posterior faz referência, ou encontra conexão com algo já operado no passado, ou seja, o trauma atual é fruto de uma recodificação retroativa de um evento passado; por isso a importância que Freud atribui à repercussão de eventos ocorridos na infância sobre os sintomas de seus pacientes.

Foster, transpondo a lógica do efeito *a posteriori* para o campo das Teorias da Arte, sugere que os retornos históricos atinentes às práticas das vanguardas sobre as neovanguardas acontecem “de maneira análoga, mediante uma complexa alternância de antecipação e reconstrução”<sup>14</sup> Isso permite ao autor propor um modelo diferenciado de compreensão sobre as práticas das neovanguardas, usualmente acusadas de serem mera redundância das vanguardas históricas, assim como o pós-moderno é frequente tomado somente como aquilo que é posterior ao moderno.

Na modificação de leitura dessas proposições, acrescente-se, por fim, o conceito de paralaxe, significando, segundo Foster, “o deslocamento aparente de um objeto causado pelo movimento real de seu observador”<sup>15</sup>. A paralaxe – de forma semelhante ao efeito *a posteriori* – ajudaria a explicar o fato das elaborações do passado dependerem de posições do presente, sendo estas intrinsecamente dependentes das próprias elaborações passadas. Isso desloca a ideia de transgressão vanguardista em favor de um modelo mais adequado às práticas artísticas contemporâneas, nas palavras do autor, um modelo de “deslocamento/localização desconstrutivo.” Cabe então pontuar, por fim, que os conceitos de paralaxe e efeito *a posteriori* dizem respeito aos modos de reflexividade do espectador a partir do contato com as proposições neovanguardistas e seus derivados na Arte Contemporânea, tratando-se de figuras correspondentes aos novos modos de coordenação dos eixos diacrônico (histórico) e sincrônico (social), aqui trabalhados. A respeito da coordenação desses eixos, Foster sugere:

De modo geral, os estudos visuais provavelmente se apressaram em depreciar a autonomia estética, considerando-a retrógrada, bem como em adotar formas subculturais como subversivas. Seu modelo etnográfico também pode gerar outra consequência não intencional: ele pode ser encorajado a se mover horizontalmente, de sujeito em sujeito, através do espaço social, em vez de se mover verticalmente ao longo das linhas históricas de forma, gênero ou problemática particulares. Dessa maneira, os estudos visuais acabam por privilegiar excessivamente o presente e, em vez de refrear, estimulam a atitude pós-histórica que se transformou na posição padrão de inúmeras práticas artísticas, críticas e curatoriais da atualidade.<sup>16</sup>

Foster termina por indicar então que a coordenação dos eixos empreendida pelas neovanguardas traz novos problemas, ou pontos de debate para as Teorias da Arte. Não se trata de observar linearmente os desvios estéticos ou rupturas históricas em jogo, trata-se de entender como esses desvios e rupturas situam-se frente às práticas artísticas em voga na atualidade, superando uma maneira simplista de entender as teorias a eles conexas. Se os novos modos de relação entre os eixos trazem a consequente ampliação da variação de práticas artísticas, eles trazem também a necessidade de leituras mais complexas, para dar conta dessas proposições.

14 FOSTER. *O retorno do real*, p. 10.

15 FOSTER. *O retorno do real*, p. 10.

16 FOSTER. *Antinomias na história da arte*, p. 104.

## Arte e política na imprensa: trajetórias do palestino Abed Abdi (1972-1982)

Carolina Ferreira de Figueiredo  
carolina.ferreirafigueiredo@gmail.com

### Resumo

Este trabalho tem como proposta apresentar parte da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que visa analisar a cultura visual presente em Israel e na Palestina durante as décadas de 1970 e 1980, através da singular interação entre o universo das imagens e a luta política da Palestina. Isto porque a Palestina enfrenta um cenário único desde 1948, com o estabelecimento do Estado de Israel e a expulsão da população local. Para desenvolver este estudo, analisaram-se as trajetórias do artista palestino Abed Abdi, especialmente nos trabalhos que desenvolveu com ilustrações para a revista literária Al-Jadid e as charges produzidas para o jornal Al-Ittihad, realizadas no período entre 1972 e 1982. O recorte temporal escolhido ambienta um momento de uma rica produção do artista, devido suas posições ideológicas de esquerda, a filiação ao Partido Comunista de Israel e os estudos formais realizados em Dresden (Alemanha), elementos fundamentais da biografia de Abdi. Sua produção crítica e marcadamente política proporcionam retratos de um cenário complexo das relações entre Israel, Palestina, outros países do Oriente Médio e do restante do mundo no período. Assim, no entremeio da história e arte, visualidade e política, são abordadas temáticas como a construção identitária de palestinos/as, as produções artísticas como resultado desse processo de expulsão, a construção de uma nação palestina, as relações da esquerda comunista em Israel e seus dissensos e contradições, bem como a existência de uma intelectualidade palestina no período. Neste sentido, Abdi escancara em suas produções os efeitos do Imperialismo, Colonialismo, poder, relações entre países, conflitos entre Ocidente e Oriente, bem como produz uma narrativa e uma memória acerca desse processo violento de seu presente. O problema, enfim, consiste na hipótese de uma centralidade do visual no processo de afirmação, discussão, enfrentamento e expressão das causas palestinas no século XX.

**Palavras-chave:** Arte palestina, Abed Abdi, impressos, nação, comunismo.

Protagonista desta narrativa, acompanha-se a trajetória do artista plástico Abed Abdi, palestino, cujos posicionamentos políticos são externalizados através de sua extensa produção, da qual analisa-se nesta pesquisa charges e ilustrações, publicadas, respectivamente, para o jornal Al-Ittihad e a revista literária Al-Jadid, editadas durante o período de 1972 a 1982, em Haifa, hoje cidade



de Israel. Nesse sentido, a problemática do estudo centra-se na análise da sociedade palestina-israelense, focalizado pela busca em compreender o lugar das narrativas visuais na luta política e nos processos de identificação na Palestina e em Israel a partir de Abed Abdi. Mostra-se fundamental, com isso, problematizar as condições de produção e as relações sociais (institucionais, pessoais, de classe e outras) desenvolvidas que possibilitaram a emergência de Abed Abdi enquanto artista, visto que “para compreender o estilo, seria necessário investigar qual papel a arte tem dentro de uma determinada sociedade. A forma de uma representação não pode ser separada de sua função, das exigências da sociedade onde aquela determinada linguagem visual é válida”.

Em uma perspectiva teórica, é fundamental refletir sobre as especificidades das fontes visuais, e nesse sentido, o tratamento dado a eles.

Em uma primeira observação, é importante enfatizar que não se deve tomar a visão como um dado natural, questionando assim a universalidade da experiência visual. Faz parte da área de estudo compreender a importância da visualidade para a conformação da linguagem – e portanto da cultura –, não como substituição, mas de modo a interpenetrar outras formas midiáticas, como a própria expressão textual.

#### Charges produzidas por Abed Abdi. Jornal Al-Ittihad. 1972-1981.



Aby Warburg traz uma abordagem culturalista das imagens, e nesse sentido como dotadas de fluidez temporal, isto é, a produção como parte de uma cadeia cultural, parte da memória da cultura, que recria padrões dentro da sua compreensão visual. Na mesma perceptiva, os teóricos Jan Assmann e Maurice Halbwachs ambientam a presença da memória na sociedade, Assmann a partir da problematização da memória cultural, enquanto algo fabricado, transferido e incorporado entre as gerações; e Halbwachs, da formação da memória coletiva. Assim, as imagens tornam-se evidência histórica, sobretudo, para compreender o caráter intrínseco sócio-histórico do visual, ou seja, o papel das imagens em processos históricos que relacionam memória e identidade. Ressalta-



se a importância de conceitos específicos da arte à medida em que estes ajudam a solucionar problemas estéticos particulares, mas de modo a remeter à interpretação de problemas no sentido da cultura visual. Reforçando assim que o artista é sujeito, e enquanto tal, está enredado nas diversas instituições sociais, de modo que “a hipótese de fundo é que todo ator histórico e, mais ainda, todo objeto histórico tem um propósito – ou um intento ou, por assim dizer, uma ‘qualidade intencional’. Nessa acepção, a intencionalidade caracteriza tanto o ator quanto o objeto”.

### Trajetórias de Abdi

Abed Abdi nasceu em Haifa no ano de 1942, sendo que seis anos depois foi expulso da cidade com a mãe e irmãs, em decorrência da criação do Estado de Israel. Em 15 de maio de 1948 é atribuído a violenta expulsão de milhares de palestinos/as de suas casas, dando ao origem ao que se cunha como Nakba, palavra em árabe para catástrofe. Depois de uma longa viagem, a família de Abdi chegou no Líbano, local que transitou entre vários campos de refugiados durante três anos, até serem autorizados a voltar para Haifa, em 1951, onde reencontraram o pai, que ficara na cidade desde 1948. A temática dos refugiados é muito recorrente à Abed Abdi, visto que traz à superfície a memória da situação vivida ainda quando era criança: “Eu me sinto realmente ligado a minha experiência de infância nos campos de refugiados e isto tem me acompanhado por muitos anos (...) ser um refugiado significa sair de sua terra natal e a esperança de retorno permanece como um sonho”. Como testemunha, esta experiência proporcionou ao artista uma série de produções acerca do sentimento de desamparo e violência.

Estas e outras experiências o levaram a refletir acerca do engajamento artístico desde suas primeiras relações com a arte, ainda jovem, antes mesmo de realizar estudos formais:

Talvez depois de quatro anos do meu retorno [para Haifa], eu percebi que eu tinha uma tendência para arte resultante de problemas. Eu não vivi uma infância feliz... O ambiente social e politicamente restrito me levou a questionar por que as coisas eram daquela maneira, por que minha irmã estava no exílio, por que existiam guerras, por que existiam fronteiras fechadas e como resultado eu percebi que eu preciso de criatividade, de necessidade espiritual, e talvez foi a linguagem expressiva disponível para mim.

A percepção desta linguagem, ainda quando criança, proporcionou a Abdi um desenvolvimento acadêmico na juventude, a qual destaca-se seu período de formação artística na Alemanha. Tendo participado da Aliança da Juventude Comunista em Haifa ainda jovem, em 1962, Abdi foi aceito como membro da Associação de Artistas em Haifa, o que, dois anos depois, garantiu-lhe a bolsa para estudar design gráfico na Alemanha Oriental. Frequentou a Academia de Belas Artes de Dresden, cidade onde morou por sete anos, completando seu mestrado e uma especialização. Lá teve professores e professoras como Lea Grundig, Käthe Kollwitz e Gerhard Bondzin. Segundo Tal Ben Zvi, o desenvolvimento de artistas palestinos dentro de Israel ocorreu tardiamente, apenas 25 anos depois do estabelecimento de Israel: “Foi então apenas depois que o governo militar foi revogado in 1966 que jovens palestinos começaram a estudar arte em Israel e no exterior; fato que

ajuda a compreender como as décadas de setenta e oitenta do século XX foram efervescentes artisticamente, mesma época da produção das charges e ilustrações analisadas.

Durante este período, Abed Abdi teve uma produção significativa, promovendo exposições, como a de 1962, sua primeira em Tel Aviv, e em 1972, em Haifa, na Galeria Beit Hageffen. Também, Abdi fez diversas ilustrações e pôsteres para comemorações de eventos históricos, como para o memorial do Dia da Terra (Land Day) em 1980, a data comemorativa do massacre de Kafr Qassem, bem como pôsteres para o Partido Comunista. Ainda, Abdi atuou como professor de arte em Kafr Yasif, e a partir de 1985, na Universidade Árabe de Educação em Haifa.

### Abdi e a imprensa em Haifa

A participação de Abed Abdi no jornal Al-Ittihad e na revista Al-Jadid marcaram um período importante da produção do artista, vinculada a uma política de cunho institucional. Abdi conta a experiência de estar no Partido Comunista na época,

Claramente minha situação era difícil mas era mais fácil do que eu imaginava. Naqueles anos iniciais, atenção à arte começou a acontecer. Aqui e lá, clubes e seminários populares apareceram, e eu comecei a organizar cursos informais para ministrar. Eu retornei [de Dresden] em 1971 e em 1972 eu estava empregado no Al Ittihad e Al Jadid [órgãos do Partido Comunista] como designer e escritor na área de arte e história da arte. Este trabalho me ajudou muito. Eu podia levar minha mensagem artística para as pessoas que estavam sedentas por arte.

Abdi remete, em sua fala, a característica de sua arte engajada, que pôde ter espaço a partir das publicações de Al-Ittihad e Al-Jadid. Além disso, foi este traço alinhado a ideais comunistas que possibilitou a aproximação de pessoas como sua professora Lea Grundig, visto que ambos pretendiam agendas comuns. O encontro, segundo Tal Ben Zvi, “[...] foi marcado pelo denominador comum político e experimental, o comprometimento deles para com a justiça social e política, o protesto contra a guerra e pesadas cobranças de humanidade”. Foi a luta, de caráter internacionalista, que possibilitou o encontro, como continua a teórica: “Foi na verdade a identidade comunista, cosmopolítica e a-nacional que possibilitou o encontro e amizade deles, e a grande admiração mútua”.

Quando do encontro entre Abdi e o jornal Al-Ittihad e a revista literária Al-Jadid, os dois periódicos já tinham algumas décadas de produção. Portanto, parte-se do pressuposto de que não é possível “[...] lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa (...) sem o reinserir no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura”. Assim, é necessário considerar duas esferas principais: uma de dimensão micro (mas nem sempre menos conflituosa), entre os interesses e compromissos dos proprietários e seus contribuintes, e um espelhamento no macro, entre os leitores e os críticos do jornal, e suas territorializações na sociedade.

O jornal começou a ser publicado em 1944, ainda não pertencente ao Partido Comunista, movimento que se concretizará em 1948. Porém, é importante dimensionar que os contribuintes desse periódico circulavam em um mesmo ambiente, e possuíam tensões particulares quanto a construção do partido e da luta palestina, especialmente sob uma perspectiva nacional. Já a revista Al-Jadid apresentava outras agendas, ainda que dentro do viés político e nacional, mas mais centrado no aspecto da produção cultural na região e no mundo. Diferentes teóricos apontam para anos de fundação diversas, mas convergem para este ambiente em meados da década de 1950. É importante ressaltar aqui que muitos dos contribuintes do jornal foram presentes nas publicações da revista, levantando uma discussão pertinente sobre esta rede de intelectuais, artistas e políticos que estão em Haifa no período. Nesse sentido, podemos afirmar que as revistas são “[...] um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias”. Movimento este perceptível através do histórico de criação da revista, sua ligação com o jornal Al-Ittihad, fundamentalmente através dos atores envolvidos e de suas ações – nem sempre convergentes – políticas.

### Contestação e denúncia

As charges produzidas por Abed Abdi para o jornal Al-Ittihad, durante o período de 1972 a 1981, apresentam um diálogo com a proposta contestatória do jornal, enquanto o único periódico escrito e publicado em árabe em Israel no período. As charges, suporte iconográfico em questão, apresentam-se como uma forma que dialoga com o tempo e memória do presente, ativando personagens e cenas reconhecíveis de acontecimentos diários, a partir de traços que buscam a ironia de elementos, além de proporcionar críticas da relação entre o público e o privado, ao questionar “[...] ideias e comportamentos que de maneira geral partem da esfera pública da sociedade e alcançam significação no âmbito privado, porque invocam posicionamentos e apreendem relações desenvolvidas em diferentes cenários de um mesmo tempo, o presente”.

É possível afirmar que quase a totalidade das charges apresentadas dissertam sobre as relações entre Palestina e Israel, especialmente sob o viés das políticas empregadas por Israel e na contrapartida, a resistência e consequências desta ocupação para os palestinos. Estas dimensões se cruzam em termos da presença estadunidense em Israel, em que as charges demonstram um interesse explícito e uma manipulação política, militar e econômica no Oriente Médio. Neste contexto, é importante compreender a noção de Pax Americana, quando a hegemonia estadunidense assumiu uma versão pacificadora, uma “polícia” internacional, como por exemplo, no seu relacionamento com a ONU; todavia, na prática, essa hegemonia não foi neutra, beneficiando Israel principalmente militarmente, e fomentando conflitos internos, a partir da destruição de territórios palestinos, através da violência física e do processo de judaização na Cisjordânia, por exemplo. Portanto, as charges que criticam essa face imperialista abordam os principais personagens do cenário, como o ex-Primeiro-Ministro de Israel Yitzhak Rabin, que governou entre 1974 a 1977 e Henry Kissinger,

membro do Conselho Nacional de Segurança entre 1969 a 1975, e Secretário de Estado dos Estados Unidos, entre 1973 a 1977.

As duas charges apresentadas a seguir abordam algumas das questões mencionadas, em termos de relações externas, interesses políticos e econômicos. Na primeira, Kissinger aparece “tentação” pelo maior interesse estadunidense, o petróleo do Oriente Médio. Kissinger aparece diversas vezes, abrindo e fechando portas, como se fossem escolhas, opções para ele. A escolha está no final, entre Genebra – Congresso de Genebra, que aconteceu em 1973 – e o petróleo, assinalado especificamente como o petróleo árabe. Na segunda charge, é possível visualizar, em caráter cômico, um jogo de “bem-me-quer, mal-me-quer”, quando o presidente do Egito Aswan Sadat assina um tratado de paz com Menachem Begin, o Primeiro-Ministro de Israel, com a mediação de Jimmy Carter. Este evento ocorreu em 17 de setembro de 1978 e ficou conhecido como o Acordo Camp David. Segundo Edward Said (2012), este acordo demonstrou um grande poder intervencionista dos Estados Unidos, em que levou as relações de Egito e Israel à quase normalidade, o que significava na perspectiva árabe, a protelação e esquecimento da discussão da Palestina, bem como a “venda” de uma das maiores lideranças e resistências do mundo árabe à negociações israelenses.

As duas charges a seguir apresentam um dos vieses de controle e poder sobre o território palestino, com a alteração do nomes das ruas, retirando-lhe o elemento árabe (o trabalho do pintor em riscar com “x” o que seria palestino) e adicionando os mesmos significados, mas sob posse judaica. Nesta imagem é interessante o tom generalista escolhido por Abdi, em que todos os âmbitos parecem ter sido tomados pelo sufixo “judaico”, e como o próprio poste sugere, muitas ramificações deste poder, o que alude diretamente à perda de terras – e dos direitos dos palestinos a uma nação.

O tom da ocupação ainda é entoado por Abdi através das ações do Primeiro-Ministro de Israel, durante os anos de 1974 a 1977, Yitzhak Rabin. . A charge a seguir faz alusão à vinculação de Rabin, aí propriamente como Israel, e a árvore, uma oliveira, símbolo do território, a qual é encarnada como a Palestina. Israel é concebido pela perspectiva da charge como um desenraizador da Palestina, arrancando-lhe do seu lugar primeiro, e em um tom provocativo, Rabin como um bloqueio para a paz, arranca galhos um a um.

### Memória e Política

A produção das ilustrações por Abed Abdi para a revista Al-Jadid, tem desenvolvimento por dois anos, entre 1980-1982, em um projeto específico. Configuram-se dentro de uma coleção de contos chamado Wa ma nasima, traduzido como “Nós não esquecemos”, todas escritas por Salman Natour. No total, foram escritas dezenove histórias, que integram a publicação do Al-Jadid. Neste projeto, Abed Abdi ilustrou as primeiras páginas de cada história, começando na edição de agosto de 1980. Segundo Tal Ben Zvi, o nome das histórias refletem um remapeamento da Palesti-

na na época do Mandato Britânico, antes da destruição de cerca de 400 cidades e vilas, a “Palestina perdida”. As histórias contam passagens de diferentes vilas, que são ocupadas e tomadas de violência de expulsão, morte e luto. Todas são narradas por um *sheikh*, observador e participante, uma espécie de testemunha ocular. Abdi não ilustra necessariamente uma parte da história, mas conversa com o conteúdo da narrativa, priorizando temas como luto, a presença de mulheres, a testemunha ocular – o *sheikh*, e as paisagens. O destaque à cidade pode ser visualizado na ilustração abaixo:

Charges produzidas por Abed Abdi. Jornal Al-Ittihad. 1972-1981.



Ilustração produzida por Abed Abdi. Revista Al-Jadid. 1980-1982. Edição de dezembro de 1980.





Nesta ilustração, Abdi apresenta uma narrativa em forma de cenas simultâneas, a que é possível dividir em dois segmentos de imagem, separados pela torre e por um rosto. Para a cena do lado esquerdo, em um agrupamento intenso em tom de preto conformam pessoas, dirigidas a um mesmo destino, ao fundo, o mar e as embarcações. Quase centralizado junto a torre, encontra-se um rosto fora de escala, um homem, fitando o horizonte, a que Tal Ben Zvi identifica como sendo Qassem Abdi, o pai de Abed, utilizando um chapéu simples de trabalhador, retratando a família Abdi como nativa de Haifa. A torre, explica Zvi, faz parte do enquadramento central da obra, onde localiza-se a “[...] Kharat Al-Kanais (bairro da igreja), com suas igrejas, mesquita e uma torre-re-lógio, bem como o lar da família”<sup>1</sup>. Ao lado direito, encontra-se um pedaço da cidade, as ruínas da cidade velha de Haifa, a qual é descrita pelo conto, em contraposição a uma ‘nova’ Haifa:

Haifa não sumiu no nosso mapa do país, mas seus pontos de referência mudaram, Haifa Velha e Haifa nova (...) muitos anos já se passaram, e na memória muitas coisas já se perderam, sumiram, transformaram-se em imagens e ilusões que torturam o coração e a alma (...) Como podemos lembrar tudo sobre Haifa, nós lembramos somente algumas coisas, talvez o homem velho possa contar mais e mais sobre seus pontos de referência escondidos<sup>2</sup>.

O conto em questão ambienta uma data específica, dia 22 de abril de 1948, data da expulsão da cidade, e apresenta-se como um espaço de memória geográfica não somente através da dicotomia entre uma velha e nova Haifa, mas visível através dos olhos do Sheikh acerca da mudança de nomes das ruas: “[...] lá ele vê novos nomes que ele não pode parar de falar e as novas ruas em que ele não pode parar, YL Birts, Hanfim, Mandali Mokhir Safrim, Abraham Afino, Sara Amino e outros nomes”<sup>3</sup>. Este é fenômeno recorrente e já analisado a partir da charge de Abdi expressando o processo de despossessão através da mudança dos nomes de ruas por seus conquistadores.

### Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar algumas reflexões sobre parte da produção de Abed Abdi. Foi possível observar, para além de características artísticas propriamente, as funções de suas produções, voltadas para dois projetos diferentes, com diálogo ideológico, este mais ou menos exacerbado. Para as charges, produções mais rapidamente realizadas e de cunho imediatista, diária, a função é evidentemente ressaltada, e não só Abdi as produziu, como corroborou com uma política defendida dentro de Israel, marcadamente de esquerda. Devido ao modelo do periódico como um jornal, pode-se constatar que Abdi esteve comprometido não só com um trabalho a ser cumprido, mas com um projeto de futuro de Palestina, ressaltando o que de sua realidade não era correto, tolerado, a partir de crítica feitas às relações internas e externas. Estas relações foram elementos

1 Tradução livre do original. ZVI, Tal Ben. Abed Abdi: “Wa Ma Nasima” (We have not forgotten). In: ZVI, Tal Ben (org.). *Abed Abdi – 50 years os creation*. Rahash offser Haifa lts, 2010. pp. 197-223. p. 210.

2 Tradução livre do original de parte da história. Traduzido do árabe por Maher Zalabawi em 2015.

3 Tradução livre do original de parte da história. Traduzido do árabe por Maher Zalabawi em 2015.



primordiais para a compreensão de sua realidade na década de 1970 especificamente, as forças políticas e o mundo da esquerda e da direita, e de suas diversidades.

Ao contrário do elemento instantâneo, as ilustrações de Abdi reportam a um projeto muito da cultura e arte palestina, de forma a ressaltá-la através do passado. Para a revista Al-Jadid, o artista acionou um ponto fundante do pertencimento palestino, amparado pelas histórias de Natour, para ressaltar elementos recorrentes, como a violência e a presença de mulheres, dimensões retratadas dentro de um contexto e dentro da historicidade da arte palestina. Nesta ocasião, suas posições político-ideológicas não estiveram visivelmente empregadas em suas produções, mas sua postura diante da história e da memória palestina – suas, em grande medida – também são formas de compreender como arte e política se engendram. Pode-se, portanto, afirmar que as bases ideológicas dos periódicos eram sólidas, e que, no período, Abdi esteve afinado com este projeto de nação, exercendo seu papel enquanto artista e intelectual comprometido com sua prática, expressando de formas diversas, a sua ideia de presente e futuro.

## Descolonização do corpo feminino: a produção de imagens na América Latina

Natália Rezende Oliveira

Mestranda em Artes plásticas, visuais e interartes – Bolsista CAPES/PROEX

Universidade Federal de Minas Gerais

natalia.rzd@gmail.com

### Resumo

Na 31ª Bienal de São Paulo (2014), uma instalação produzida pelo coletivo latino americano *Mujeres Creando* (Bolívia) apresentava relatos de aborto e violência de gênero sofridos por mulheres brasileiras e registros em vídeo de manifestações em defesa do direito ao aborto ocorridas na Bolívia. O coletivo, que produz textos e imagens em múltiplas linguagens como vídeo, performance e grafite, não define sua produção como artística, mas é absorvido pelo meio e se apropria dos dispositivos e instituições da arte para dar visibilidade a sua luta e provocar discussões sobre a violência institucionalizada contra a mulher. Dentro dessas ações tidas como poéticas, as mulheres que integram o coletivo também se engajam na construção de uma revisão da história latino americana, tecendo análises críticas acerca da relação entre os processos de colonização e o patriarcado e as representações da figura feminina dentro desse contexto. A intenção deste trabalho é apresentar parte da produção visual e teórica de coletivos de mulheres como o *Mujeres Creando* e *Mujeres Publicas* (Argentina) e de pesquisadoras da história latino americana, tais como a ativista María Galíndo, integrante do *Mujeres Creando*, que atua na construção de um novo corpo simbólico de referências subvertendo as imagens comuns associadas ao feminino; a norte americana radicada no Chile, Nelly Richard, revelando métodos e posicionamentos que criam alternativas possíveis de abordagem historiográfica frente à hegemonia masculinizada da teoria e pesquisa das práticas artísticas, e a filósofa María Lugones trazendo o conceito de ‘colonialidade’ de gênero, que problematiza as relações entre raça, classe e territorialidade como figurações de poder sobre os corpos; questões essas que aparecem tencionadas nas imagens difundidas pelos grupos ativistas. Nessa perspectiva, percebe-se a ampliação das possibilidades de produção e absorção de teorias interdisciplinares no âmbito da arte, que não pode mais ignorar a influência dos fatores geopolíticos na criação e compreensão das imagens na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, há o alargamento do próprio conceito de obra de arte em si, a partir do momento em que ações de cunho estético atreladas a movimentações políticas desestruturam as configurações comuns das imagens, que passam a ser compreendidas como arte ou encontram na arte um espaço de legitimação e desdobramento, potencializando seu impacto na sociedade.

**Palavras-chave:** Arte, gênero, feminismo, história, América Latina.

Quando, em 1971, a historiadora norte-americana Linda Nochlin escreveu o célebre artigo *Porque não houve grandes artistas mulheres?*<sup>1</sup>, publicado na revista *ArtNews*, sua intenção não era a de responder a essa questão relativamente simples, mas apontar que a participação da mulher artista na grande história da arte se via fraturada pela propagação de discursos institucionais que alimentavam noções distorcidas de que arte só poderia ser fruto de uma inspiração geniosa – ou seja, que a arte exprime uma emoção ou impulso sensorial, contrariando os processos de investigação da prática artística – e de que as mulheres só poderiam produzir aquilo que chamamos de arte feminina, estigmatizada como delicada, intimista e da ordem do comum, desconsiderando o fato de que grandes artistas homens possuem uma produção dotada destes mesmos atributos, tais como Monet, Renoir e outros nomes trazidos pela autora. Deste modo, ao longo do artigo, Nochlin desconstrói cada uma das diversas noções forjadas para justificar o apagamento da produção feminina dentro da grande história, denunciando a clara intenção, por parte de tais instituições, de proteger do patriarcado e suas extensões sutis de alcance na sociedade. Na introdução do livro *Crítica Feminista na Teoria e História da Arte* (2001), organizado por Karen Cordero e Inda Saenz, um compilado de artigos de várias historiadoras como Nochlin e Griselda Pollock, publicado pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero da Universidade Ibero Americana da Cidade do México, as autoras analisam a relevância de se realizar leituras críticas da história da arte apoiadas no feminismo, numa perspectiva em que poucas artistas tiveram acesso a tais teorias e puderam questionar suas próprias experiências, abandonando os cânones artísticos e agindo ativamente em prol da causa das mulheres. Segundo as autoras, ainda há uma carga de simbolismo ou romantismo no discurso da história da arte que seria convenientemente usado para suprimir as discussões de grupos minoritários ou marginalizados. Quando nos colocamos diante do estudo de um recorte geográfico da América Latina, a questão do reconhecimento das mulheres torna-se um pouco mais complexa devido as implicações históricas da colonização, entretanto, organizações de mulheres têm trabalhado de forma ativa pela transformação do universo simbólico que circunda a produção artística feminina e as maneiras pelas quais podemos repensar uma historiografia realmente representativa.

Neste trabalho, apresento, brevemente, parte da produção visual e teórica de coletivos de mulheres como o *Mujeres Creando* (Bolívia) e *Mujeres Publicas* (Argentina) e de pesquisadoras independentes da história latino americana, tais como a ativista María Galíndo, integrante do *Mujeres Creando*, que atua na construção de um novo corpo simbólico de referências que subvertem as imagens comuns associadas ao feminino; a norte americana radicada no Chile, Nelly Richard, revelando métodos e posicionamentos que criam alternativas possíveis de abordagem historiográfica frente à hegemonia masculinizada da teoria e pesquisa das práticas artísticas, e a filósofa argentina María Lugones, trazendo o conceito de “colonialidade de gênero”, que problematiza as relações entre raça, classe e territorialidade como figurações de poder sobre os corpos; questões essas que aparecem tencionadas nas imagens difundidas pelos grupos ativistas. Nessa perspectiva, percebe-

1 Artigo traduzido em 2016, pelas edições Aurora, captado em: <http://www.edicoesaurora.com/ensaios/Ensaio6.pdf>, acesso em 29/06/2018.

mos a ampliação das possibilidades de produção e absorção de teorias interdisciplinares no campo expandido da arte, que não pode mais ignorar a influência dos fatores geopolíticos na criação e compreensão das imagens na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, há o alargamento do próprio conceito de obra de arte em si, a partir do momento em que ações de cunho estético atreladas a movimentações políticas desestruturam as configurações comuns das imagens, que passam a ser compreendidas como arte ou encontram na arte um espaço de legitimação e desdobramento que potencializa seu impacto na sociedade.

O coletivo boliviano *Mujeres Creando*, que produz textos e imagens em múltiplas linguagens como vídeos, performances, murais e grafite nas ruas, não define sua produção como artística, senão como essencialmente militante, mas é absorvido pelo meio e se apropria dos dispositivos e instituições da arte para dar visibilidade a sua luta e provocar discussões acerca da violência institucionalizada contra a mulher. Dentro dessas ações tidas como poéticas, as mulheres que integram o coletivo também se engajam na construção de uma reflexão da história latino americana, tecendo análises críticas acerca da relação entre os processos de colonização e o patriarcado e as representações da figura feminina dentro desse contexto. É o caso da ativista Maria Galíndo, co-fundadora do *Mujeres Creando*, que possui uma extensa produção teórica empenhada em denunciar aquilo que chama de “perversa aliança entre colonizador e colonizado”, no que diz respeito a manutenção dos privilégios masculinos acima dos corpos diferentes mesmo em relações de subalternização de povos (a autora ressalta que não deseja relativizar, com essa afirmação, os processos violentos de colonização). Em seu livro *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar*, publicado em 2013, Galíndo traça uma leitura crítica da história que parte da análise da atuação do travestismo peruano até a situação da mulher indígena e das questões da mestiçagem, onde demonstra que se faz imprescindível e urgente expor que o colonialismo e o patriarcado são instâncias inseparáveis e que a luta contra um implica necessariamente em uma tomada de posição frente ao outro. Do mesmo modo, Galíndo insiste na necessidade de um feminismo interseccional, que seja capaz de aglutinar as diferentes manifestações de identidade, indo de encontro à fala da pesquisadora Nelly Richard, que afirma ser o atual desafio do feminismo extrapolar ao significado da palavra mulher, rompendo com a homogeneização e institucionalização de um feminismo que sempre esteve muito distante das múltiplas realidades nas quais as mulheres se encontram ao redor do mundo. Aqui destaco que nos anos 1970 e 1980 era bastante comum que as artistas brasileiras rejeitassem o rótulo de feministas, principalmente porque as ideias que chegavam aqui, importadas já tardiamente, não se adequavam à realidade do Brasil e às demandas das mulheres, conforme podemos verificar em entrevistas das artistas Rosana Paulino e Anna Maria Maiolino. A urgência exposta por Galíndo se conecta também à leitura crítica da filósofa María Lugones, que utiliza a expressão *colonialidade de gênero*<sup>2</sup> para se referir às teorias feministas generalizantes, que caem na tentação da universalização – e aqui retomo a afirmação de Nelly Richard de que precisamos nos lembrar que o neutro,

2 Conforme citado em artigo específico publicado pela autora, captado em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> acesso em 27/03/2018.

o universal, é masculino<sup>3</sup> – e acabam por replicar padrões de comportamento, crenças e relações perpetuadoras dos vestígios de colonização, operando como mais uma ferramenta de normatização dos comportamentos que desconsidera as camadas de diferenças sociais frente à hegemonia do modelo eurocêntrico.

Engajadas em denunciar essa realidade e, mais ainda, desconstruir a rede de símbolos que mantém a colonização do corpo da mulher, de um modo geral, os coletivos latino americanos aqui citados dedicam sua produção à construção de novas perspectivas simbólicas para o universo feminino, implementando novos meios de subversão e desestruturação de tais normas, representações, imagens e referências que operam como figurações de poder sobre os corpos. Conforme veremos adiante, o trabalho com a dimensão simbólica seria também um dos aspectos de interesse dos coletivos no diálogo com o campo da arte contemporânea.

No vídeo *Virgen Barbie* (2010), uma espécie de performance produzida pelas Mujeres Creando, uma mulher branca interpreta a Virgem Maria acompanhada de algumas mulheres indígenas; ela está vestida com um manto inteiramente ilustrado com imagens e objetos da cultura pop norte-americana, tais como figuras emblemáticas das princesas dos filmes de Walt Disney, algumas bonecas barbies penduradas ao redor de seus ombros, além de carregar um globo terrestre e uma cabeça de cordeiro em suas mãos. Na borda de sua vestimenta, lemos os dizeres: Virgem patrona do racismo. Junto das mulheres indígenas, realiza uma procissão pelas ruas de La Paz até chegar ao mirador Killi Killi, onde profere um discurso de libertação feminina:

Ya no quiero ser la Virgen Barbie. Ya no quiero ser la patrona del racismo ni la protectora del capitalismo. No quiero ser la Virgen Barbie. No quiero enseñar a las niñas a odiar sus cuerpos morenos. [...] Que detrás de mi el capitalismo se derrumbe y pierda hasta los dioses y las vírgenes que lo sustentan. Que detrás de mi se desmorone el racismo y el color blanco que lo sustenta. Que los úteros de las mujeres blancas puedan parir hijas morenas. Que las morenas tengan hijos rubios. Y que el amor y el placer nos mezcle y nos mezcle y nos mezcle. Hasta diluir todas las estirpes de nobles, de patrones y de dueños del mundo [...]<sup>4</sup>

Em seguida, a Virgem é despida e lavada pelas mulheres que a acompanharam durante o processo performático. Enquanto é despida, vemos escritas em seu corpo, com tinta vermelha, palavras de agressão contra a figura da mulher. Todo o procedimento se assemelha a um ritual de purificação que não almeja a santificação de seu corpo, mas, precisamente, o retorno à dimensão do carnal, do humano. Ao fim da ação, a Virgem Barbie é vestida com os mesmos trajes típicos bolivianos que as indígenas estão usando, reafirmando a força da identidade cultural dos povos frente à imposição cultural importada dos países imperialistas. Numa análise do vídeo, a pesquisadora Aline Miklos observa que o processo de apropriação e subversão de valores de um símbolo opera

3 RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo?. In: *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. P.131

4 Cf.: <https://www.mujerescreando.org/pag/activiades/2010/espana-potosi/museoreinasofia.htm>, acesso em 05/04/2018.

como uma forma de engajamento que passa pela criação de um novo corpo simbólico, operação esta essencial para a reconfiguração dos modelos criados pelo patriarcado:

Neste curta-metragem, a artista Maria Galindo procura se apropriar de um símbolo feminino, a Virgem Maria, com o objetivo de desconstruí-lo e de criar novos símbolos e referências para o universo feminino pois, para ela, “a luta contra o patriarcalismo é também uma luta simbólica.”<sup>5</sup>

De forma similar e paralelamente à atuação das Mujeres Creando, o coletivo argentino Mujeres Públicas desenvolveu trabalhos relacionados à desconstrução dos estereótipos femininos, como o cartaz *Mujer Colonizada* (2004), que identifica tais estereótipos partindo de uma análise da representação da *Santa Maria* como um modelo ideal de comportamento fundado principalmente na carga de culpa proveniente da experiência religiosa; da *La niña*, apontando as restrições de educação sexual às meninas; e da *La Pinta*, com seu corpo completamente absorvido e modificado pelas demandas da sociedade de consumo, expondo as contradições às quais a identidade feminina deve se submeter e adequar, mesmo na contemporaneidade. *Mujer Colonizada* é uma obra, tal como a *Virgen Barbie*, que desconstrói a feminilidade do corpo usando os próprios pressupostos que caracterizam o gênero feminino ativados em instâncias completamente novas que pretendem reestruturar, também, nossa percepção histórica acerca das camadas de relações de poder que perpetuam a colonização do corpo da mulher, disseminando uma luta simbólica contra o ocultamento desses processos, como Maria Galindo nos advertiu.

Na 31ª Bienal de São Paulo (2014), uma instalação produzida pelo Mujeres Creando, intitulada *Espaço Para Abortar*, apresentava câmaras de tecidos, denominadas de útero, com áudios de relatos de aborto e violência de gênero sofridos por mulheres brasileiras, além de registros em vídeo de manifestações em defesa do direito ao aborto ocorridas na Bolívia. As pessoas eram, portanto, convidadas a entrar num útero e experimentar as sensações evocadas pela violência. Elas também realizaram um protesto nas ruas e a instalação foi censurada, tornando-se obrigadas a impor uma classificação de faixa etária para a visitação do público. Elas relataram todo o processo de censura em um site, expondo também as relações perversas das próprias instituições da arte que estabelecem uma espécie de jogo de aceitação e adequação daquilo que se é desejado manter em pauta.

A partir das obras apresentadas, observamos a relevância em discutir a importação e imposição cultural dos modelos eurocêntricos e norte-americanos, assim como a apropriação e desestabilização de culturas consideradas periféricas por parte dos países colonizadores, enquanto articulações de um jogo simbólico que fortalece a manutenção de um sistema de hierarquias baseado em abusos e privilégios que legitimam ou marginalizam os grupos sociais, interferindo na formação de identidade dos povos. Hans Belting, em seu livro *O Fim da História da Arte*, diz que a necessidade de representação na história parte dos próprios grupos que não se sentem representados, que reinvin-

5 MIKLOS, Aline. O interdito, a transgressão religiosa e a desobediência do corpo feminino na arte contemporânea e latino-americana. Captado em: [http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?page=imprimir\\_articulo&id\\_article=324](http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?page=imprimir_articulo&id_article=324), acesso em 20/11/2017.



dicam um posicionamento não só dos artistas, mas também uma espécie de “revisão” da história pelos historiadores. Sobre a questão específica do feminismo, Belting afirma:

[...] o feminismo já reclamava aqui a sua participação numa imagem da história da arte em que se quer reconhecer a própria identidade. Em todo lugar onde se descobre arte feminista, a história da arte é rapidamente ampliada ou reescrita de modo a finalmente atribuir a esse tema suficiente importância.<sup>6</sup>

O modo como vemos e escrevemos a história acaba por ser forçado a se dissociar do modelo tradicional, unilateral, unívoco, centralizado e cronológico. Adiante, Belting ainda afirma: “A arte universal, que pertence a todos e a ninguém, não institui nenhuma identidade [...]”.<sup>7</sup>

Segundo Belting, essas questões revelam a conexão entre cultura e história, compreendendo a história da arte como imagem da cultura em uma sociedade complexa e globalizada. Hal Foster no texto *O Artista enquanto etnógrafo* confirma esse pensamento:

[...] a instituição de arte não pôde mais ser descrita somente em termos espaciais (estúdio, galeria, museu, etc...); pois era também uma rede discursiva de diferentes práticas e instituições, outras subjetividades e comunidades. O observador também não podia mais estar delimitado apenas em termos fenomenológicos, ele ou ela era também um sujeito definido em uma linguagem e marcado pela diferença (econômica, étnica, sexual e etc...). Obviamente a crise das descrições restritivas da arte e do artista, identidade e comunidade, foi pressionada também por movimentos sociais (direitos civis, feminismos variados, políticas estranhas, multiculturalismo) da mesma forma que os desenvolvimentos teóricos (a convergência do feminismo, psicanálise e a teoria cinematográfica; a redescoberta de Antonio Gramsci e o desenvolvimento dos estudos culturais na Grã-Bretanha; as aplicações de Louis Althusser, Lacan e Foucault, especialmente no jornal inglês *Screen*; o desenvolvimento do discurso pós-colonial com Edward Said, Gayatri Spivak, Homi Bhabha, e outros; e assim por diante). Portanto, a arte deslocou-se para o campo ampliado da cultura, espaço este pensado pela pesquisa antropológica.<sup>8</sup>

Hannah Arendt, filósofa que baseia seu conceito de política na definição clássica grega de uma relação que surge entre os homens, ou seja, na vida social, e que é lugar por excelência da expressão da liberdade, confirma esse pensamento ao dizer que “se se quer mudar uma instituição, uma organização ou uma entidade pública existente no mundo, então só se pode renovar sua constituição, suas leis, seus estatutos e esperar que tudo mais se produza por si mesmo”.<sup>9</sup> No único texto dedicado à questão das mulheres, intitulado *Sobre a emancipação das mulheres*, Arendt também argumenta que apesar da conquista de direitos, o valor social da mulher ainda não atingiu um nível equiparado aos homens, e isso ainda se reflete em situações como a diferença salarial ou as dificuldades em conciliar os trabalhos e as demandas domésticas, que ainda permanecem intrinsecamente ligadas à mulher sustentadas por justificativas de bases biológicas.

6 BELTING, Hans. O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois. São Paulo: Cosac & Naify, 2006. P.34

7 BELTING. O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois. P.78

8 FOSTER, Hal; SÁ, Alexandre. O artista enquanto etnógrafo. The MIT Press. London; 1996. Captado em: <https://liviafloreslopes.files.wordpress.com/2015/12/foster-hal-o-artista-como-etnocc81grafo.pdf>, acesso em 15/01/2018.

9 ARENDT, Hannah; LUDZ, Ursula. O que é política?. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P.8

Concluindo, acredito que o texto de Linda Nochlin, retornando aos apontamentos do início deste texto, desmistifica diversos preconceitos com relação ao feminismo no campo da crítica da história e consegue aproximar a mulher às possibilidades de novas leituras da história da arte e perspectivas de atuação enquanto artistas sem restrições. É interessante ressaltar que a arte feminista andou ao lado das questões marginais como questões raciais ou de classe, fazendo críticas a todo discurso e posicionamento individual ou institucional que constrói os modelos sexistas, as mídias e informações manipuladas, o consumismo, as guerras e qualquer estereótipo de identidade. Junto da produção de pensamento e imagens no contexto latino americano, percebemos que as mulheres têm trabalhado incansavelmente para transformar, a partir, principalmente, da educação e da reflexão sobre a história, as perspectivas de atuação das mulheres frente a uma sociedade que ainda falha em compreender os reais questionamentos trazidos pelo feminismo. Retomando as palavras de Arendt, muito já foi transformado, mas resquícios permanecem e não devem ser esquecidos. A arte ainda é um espaço de fala privilegiado em que se pode por em debate questões polêmicas que não seriam toleradas em outros espaços, mesmo que nossa sociedade tente transparecer o contrário, como diz Hans Belting em *O Fim da História da Arte*. Por tudo isso, acredito na potência política do trabalho das mulheres artistas e ativistas da imagem e da história, e na relevância de sua atuação com suporte no feminismo, ainda hoje.

## História, memória e resistência: uma perspectiva benjaminiana sobre a imagem

Marcela Somensari Campana<sup>1</sup>  
marcelascampana@gmail.com

### Resumo

Walter Benjamin foi um filósofo e crítico de literário que construiu seu pensamento em cima da ideia de co-pertencimento do eterno e do efêmero, a partir de elementos materiais ou oníricos, por meio da sensibilidade de seu olhar. Como o título anuncia, nas linhas que seguem o autor será evocado dentro de um de seus temas mais marcantes: a noção de história e de rememoração. O objetivo é entender como o autor transformou os padrões de estudos culturais e simbólicos, reinventou a ideia de história e inspirou novos métodos de interpretar os elementos materiais de uma dada sociedade, notando, ainda, formas revolucionárias possíveis que o olhar do pesquisador pode assumir na pesquisa. Para tal o argumento se desenrola por três conceitos propostos pelo autor, que demonstram seu pensamento e suas propostas metodológicas. São eles o conceito de Origem, Imagem Dialética e de Montagem Literária. O primeiro da conta da leitura benjaminiana sobre o materialismo-histórico marxista, misturado com o messianismo judaico, indicando um caminho reflexivo onde a história linear e a oficial deveriam ser superadas. O segundo conceito explica o potencial encontrado pelo autor nas formas e elementos que, notados por ele na cidade de Paris, se desdobram em fatos e dados a serem usados para a reflexão, sendo parte da proposta de rompimento da história linear ao contar sobre o passado no presente em um rompante dialético. O terceiro, por fim, é o método de escrita indicado por Benjamin como uma forma de demonstrar – também seguindo a proposta de rompimento de uma linearidade histórica – seu argumento, reorganizando os fatos em outra lógica. Os três combinados criam uma possibilidade metodológica para estudo de imagens e formas da cidade, contrariando as bases da ciência do esclarecimento que trabalha para o progresso e pela barbárie. Como base bibliográfica para o estudo foi usado o livro das Passagens, um trabalho não finalizado de Walter Benjamin, que seria a grande obra onde seu pensamento sensível e político estaria condensado com suas formas e olhares para o mundo. A obra sintetiza o pensamento e a proposta de práxis revolucionária proposta pelo autor, quando declara o objetivo do livro como sendo contar da Paris do século XIX através do olhar do caminhante do século XX.

**Palavras-chave:** Imagem; Arte; Política; História.

1 Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com bolsa CNPq e orientação do Prof. Dr. Rafael de Paula Araújo.

O presente trabalho tem como objetivo a discussão sobre o estudo de imagens e da arte enquanto objeto possível dentro das ciências sociais. Para tal, é estabelecida uma metodologia estruturada a partir da teoria sobre imagem nos trabalhos de Walter Benjamin, e sua discussão sobre o conceito de história. O trabalho apresenta então as bases teórico-reflexivas do pensamento benjaminiano, passando para tal metodologia de leitura de imagens e, por fim, trata de sua aplicação em uma pesquisa desenvolvida dentro do campo das ciências sociais, sobre uma instituição de arte.

O complexo pensamento de Walter Benjamin perpassa questões e autores precedentes diversos, é característico do autor uma ação assimiladora de correntes e escolas. Dado o tema e o espaço a qual esse trabalho se destina, ressaltam-se três pontos principais que dão conta da relação de Benjamin com a história e com o método historiográfico: são eles o materialismo histórico de origem marxista, a ideia de História (ou do fim da História) dada por Nietzsche e por fim o messianismo judaico. Esses três elementos compõem um método híbrido de lidar com tempo histórico e com os acontecimentos. Benjamin busca ativamente redesenhar a forma metodológica do materialismo histórico, criando uma teoria sobre a história e sobre o tempo.

Não é raro que se conteste a presença de Benjamin dentre os nomes de marxistas, principalmente por não ser um pensador convencional e pela sua releitura de certos aspectos da forma metodológico-reflexiva. O olhar crítico guiado para como as formas da vida material e das trocas estabelecem as relações através da história, ganha um novo tipo de brilho sob a presença intelectual de Lukács, que expande os objetos de análise dessa vida material considerando obras da cultura e da literatura, iniciando uma escola de estética marxista. *História e consciência de classe*<sup>2</sup>, sua principal obra, vai ser especialmente influente nos jovens marxistas da época. Benjamin enxerga no pensamento lukacsiano uma forma de assimilar sua paixão pela literatura com seus impulsos revolucionários e uma forma metodológica completa – o materialismo histórico – que será por ele abraçada<sup>3</sup> como um novo modo de revitalizar a crítica.

Entretanto, é particular do trabalho de Benjamin sobre a forma metodológica marxista, precisamente uma reconstrução crítica de sua base. Essa reconstrução crítica e a negação de um materialismo histórico clássico é engatilhada por conta de questões despertadas na leitura de Nietzsche (especialmente de sua obra *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*<sup>4</sup>) e pelo romantismo. Nietzsche representa a quebra da tradição filosófica racionalista, não apenas kantiana, mas com toda a tradição desde o pensamento pré-socrático (a que chama de *metafísica*), buscando uma nova forma de construção filosófica a partir da crítica à tradição do pensamento, especialmente o racionalismo, a cientificidade e a ideia de verdade. Essa questão o faz esmiuçar também a ideia de história.

2 LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 598p.

3 LÖWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005. 160p.

4 NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida: segunda consideração extemporânea. Organização e tradução de André Itaparica. São Paulo: Hedra, 2017. 146p.

Em geral a história é tida como algo linear, como uma esteira, que caminha por si e carrega os homens. Nesse sentido criticava diretamente Hegel e seu esforço para a criação de *leis da história* e *progresso de espírito*. Para Nietzsche era necessário rever esse historicismo racionalizado que tinha o tempo como algo dado, o sentido histórico para ele é reconhecido como doença, um signo da decadência. “Como se pensa a história é o sintoma da nossa vida”, afirmou. A proposta era então agir *contra* o tempo e construir um novo tempo *por vir*, em uma ideia de “extemporaneidade”, ou seja, “considerações, reflexões ou meditações que trazem a marca da inconformidade e intempetividade para a época presente”. A escrita no presente deve ser um incentivo à ação, para tal o historiador então deve ter a força da criação. O passado serve para a construção do futuro. E não para aguardá-lo<sup>5</sup>.

Toda a questão iniciada por Nietzsche vai ter em Benjamin um aprofundamento da crítica à Teoria do Conhecimento, indicando a racionalidade como a trilha que desemboca na barbárie e o progresso como uma das forças que move a história, construindo consequentemente a barbárie. O pensamento é perfeitamente ilustrado em sua reflexão sobre o quadro de Klee, *Angelus Novus*, a nona de suas *Teses sobre o conceito de história*<sup>6</sup>:

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão encanarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.

Assim, Benjamin dedica boa parte de suas reflexões para conceber uma Teoria do Conhecimento, inspirada por Nietzsche, e consequente cria uma crítica à ideia de progresso. Esse esforço o faz recriar o conceito de história, agora como uma potência transformadora, mais do que a forma de registro da barbárie. A história não deve ser linear, mas um fluxo dialético que perpassa o ocorrido e o agora, essa nova relação que quebra com o contínuum da história, permite o acesso e reconstituição do passado, e essa é a forma da revolução<sup>7</sup>. Para tal é papel do historiador abandonar o materialismo histórico que ele chama de *vulgar*, em prol do *verdadeiro* materialismo histórico, aquele que não analisa apenas o processo de criação, mas como o acontecimento chega até nós e é interpretado no *agora*<sup>8</sup>.

5 NIETZSCHE. Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida: segunda consideração extemporânea.

6 BENJAMIN, Walter. O anjo da história. Organização e tradução de João Barrento. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 14.

7 Noção indicada em várias de suas obras. Mais sobre esse assunto ver GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e Narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 2011.

8 GAGNEBIN, Jeanne Marie. Estética e experiência histórica em Walter Benjamin. In: \_\_\_\_\_. Limiar, aura e reme-

Esse conceito de *tempo-de-agora* que é o instante que interrompe o contínuo da história vem, segundo Löwy<sup>9</sup>, da mística judaica. Nesse ponto se mistura a visão heterodoxa do relato da emancipação segundo marxismo e o messianismo (afinidade eletiva para construir uma fusão). A fusão da revolução comunista com a ideia de “reino messiânico”. Resumidamente, da dialética histórica marxiana ele toma, então, a possibilidade de retorno não-temporal, mas simbólico, ao comunismo primitivo. Também se inspirando na nostalgia romântica de retorno ao passado pré-capitalista, desacelerado e anterior ao nascimento das cidades solitárias, toma-se do passado não um impossível caminho de volta, mas um desvio rumo ao futuro utópico. Ou a construção de um novo *por vir*, como em Nietzsche.

Importante ressaltar que esse processo é ativo, é uma ideia de construção de uma realização, não apenas a espera pelo *de vir*, pelo tempo vazio do progresso. A ação deve ser desempenhada pelo historiador materialista histórico *não-vulgar*, tomado de consciência desse processo bárbaro da história, que sucumbe às ruínas os vencidos e carrega os vencedores. Em certos pontos de sua obra, Benjamin é assertivo quanto ao papel a ser desempenhado pelo pesquisador inspirado. Na sétima de suas *Teses sobre o conceito de história*<sup>10</sup>, por exemplo, temos o célebre trecho onde fala do materialista histórico que se afasta da transmissão da tradição com a missão de “escovar a história a contrapelo”. Nessa tese ele descreve a tradição da historiográfica como algo que tem como objetivo um processo frio, não-empático, que prioriza precisamente o vencedor. O materialista histórico, por sua vez, ao testemunhar o mesmo “cortejo triunfal que levam os senhores” deve prestar a atenção aos “despojos” que “também são levados no cortejo”, a quais chamam de “patrimônio cultural”, ali estão as respostas das questões que não foram dadas já que “não há documento de cultura que não seja também um documento de barbárie”.

Já nas *Passagens*<sup>11</sup> encontram-se alguns fragmentos que vão além da discussão do método materialista histórico verdadeiro, mas dá pistas para um procedimento metodológico desempenhado por Benjamin: neste livro o objetivo dado é *desvendar* a história do século XIX marcada na Paris do início do século XX. Por conta dessa atividade do olhar, se insere nesse ponto uma possibilidade metodológica de analisar, para além de acontecimentos descritos em palavras, os acontecimentos descritos em imagens, como canalizadora do potencial da ação de leitura da história oculta do passado. Ele vai dizer que a história não se decompõe em história, mas em imagens<sup>12</sup>, e é no olhar para elas que se pode realizar a quebra do continuum da história, formando uma constelação, que

---

moração: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 197-216.

9 LÖWY. Walter Benjamin: Aviso de incêndio.

10 BENJAMIN. O anjo da história, p. 12.

11 BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

12 BENJAMIN. *Passagens*. [N 11,4]: "Sobre a doutrina elementar do materialismo histórico. 1) Um objeto da história é aquele em que o conhecimento se realiza como sua salvação. 2) A história se decompõe em imagens, não em histórias. 3) Onde se realiza um processo dialético, estamos lidando com uma mônada. 4) A apresentação materialista da história traz consigo uma crítica imanente do conceito de progresso. 5) O materialismo histórico baseia seu procedimento na experiência, no bom senso, na presença de espírito e na dialética."



se dá em consequência da quebra da linearidade histórica e a formação do fluxo, do salto do presente para o passado de forma não mais contínua, mas dialética, criando uma constelação infinita de possibilidades de se contar os acontecimentos. É a imagem que produz essa possibilidade do resgate do passado, essa possibilidade revolucionária. Esse novo olhar sobre o ocorrido, pela imagem, significa “estudá-lo não como fez até agora, de maneira histórica, mas de maneira política, com categorias políticas”<sup>13</sup>.

Assim, credita o papel da análise, a práxis revolucionária, ao autor do olhar, ao historiador. Milita por uma sincronia entre o onírico que sonha e reproduz e a ação prática no agora. A arte é, assim, importante objeto para observar a realidade, escavá-la e, conseqüentemente, transformá-la.

### Da aplicação do método

Com base neste debate teórico sobre a prática política que é o ato de pesquisar sobre um acontecimento, apresentado o embasamento teórico, é importante indicar o objeto da pesquisa aqui apresentada: trata-se de uma instituição artística brasileira, localizada no Município de Brumadinho (Minas Gerais), o Instituto Inhotim. A pesquisa foi desenvolvida dentro do campo das ciências sociais, desta forma é necessário que a reflexão perpassasse a arte, extrapolando seus significados para uma construção reflexiva que dê conta da realidade social. Em outras palavras: a arte serve como um objeto de reflexão que é espelho de relações sociais e políticas, aplicáveis a outras instâncias da vida social, e não apenas como representações de seus significados diretos.

No método materialista histórico benjaminiano, a obra não se encerra no passado, mas vive na sua recepção e transmissão constante, cabe ao pesquisador ficar atento àquilo que jaz nos acontecimentos e nas obras do passado como sinal ou balbúcio de outro porvir, o materialismo histórico desconstrói a imagem engessada da tradição e procura nas interferências do tempo, tanto do passado quanto do presente, o sopro de uma outra história possível. O método benjaminiano permitiu primeiramente a delimitação do tipo de olhar que seria direcionado ao objeto artístico, afastado da análise do processo de criação da obra, mas focado na questão de *como* a obra chega até a situação de exposição e, conseqüentemente de análise, e, dessa forma, *como* a obra pode ser interpretada<sup>14</sup>.

Como exemplo, o estudo se inicia em um painel  *sintético*, a obra *Abre a porta* de John Ahearn e Rigoberto Torres. Nele são apresentados alguns elementos da vida cotidiana da cidade de Brumadinho (talvez de todas as cidades de Minas Gerais). O discurso oficial da parede e dos catálogos,

13 BENJAMIN. Passagens. [K 2, 3]: “[...] O passado adquire o caráter de uma atualidade superior graças à imagem como a qual e através da qual é compreendido. Esta perscrutação dialética e a presentificação das circunstâncias do passado são a prova da verdade da ação presente. Ou seja; ela acende o pavio do material explosivo que se situa no ocorrido (cuja figura autêntica é a moda). Abordar desta maneira o ocorrido significa estudá-lo não como fez até agora, de maneira, histórica, mas de maneira política, com categorias políticas.”

14 GAGNEBIN. Estética e experiência histórica em Walter Benjamin. p. 197-216.

algumas entrevistas com representantes da entidade e uma visita guiada, apontam o painel como essa *síntese* da relação próxima do Instituto com a cultura popular local, com o habitante da região.

É a partir dos elementos apresentados na mesma obra que se pode desvendar a história oculta pela figura. Essa nova história, perpassada do método materialista, narra um processo de violência simbólica que desalocou uma comunidade que habitava a região desde o século XIX para dar lugar à expansão do *Centro de Arte Contemporânea do Inhotim* (como inicialmente era chamado, quando coexistia com a comunidade) que se apropria da terra e do nome, se tornando o *Instituto Inhotim*.

Não só o painel, mas diversos outros elementos do terreno indicam que existe um passado ocultado pelo discurso oficial, pela história hegemônica pelo Inhotim, descoberto através de elementos diversos e da resistência de agentes que lutam para não ficar nos escombros do passado, dentre eles o trabalho de um jornalista do jornal da cidade de Brumadinho e moradores que se dispuseram a contar mais sobre a origem de Inhotim, a comunidade.

Diversas outras obras possibilitam uma interlocução entre a realidade figurativa e a realidade política, que extravasa os limites territoriais do Inhotim, como a Galeria Claudia Andujar, que exhibe o trabalho da fotógrafa com o povo yanomami, que sofre desde os anos de 1970 com violência endêmica vinda do Estado e de mineradoras. Essa questão entra em choque também com o espaço, quando leva-se em consideração que o Inhotim foi construído pelo dinheiro do Grupo Itaminas, especializado na atividade mineradora, e seu então dono, Bernardo Paz, o mecenas da arte contemporânea. Também a figura dele auto assimilada ao *Jardim de Narciso* (*Narcissus Garden*), a obra de Yayoi Kusama que é uma crítica à arte institucionalizada e capitalizada, mas pelo Inhotim é adquirida e seu novo dono faz questão de montá-la com suas próprias mãos. Ou a *Máquina de Ver* (*Viewing Machine*, de Olafur Eliasson) que quando bem direcionada, permite uma visão focada na serra delapidada pela mineração.

Todas essas imagens contam sobre quem tem vencido e quem perdido nos processos e nas relações políticas atuais, sejam locais ou globais. O Inhotim serve como espelho de acontecimentos, camuflado nos belos contornos alienantes que propositalmente ludibriam e entorpecem seus caminhantes em uma *flânerie* hedonista. Ao contrário, o método para Benjamin, propõe a renúncia do caminho seguro e bem traçado, o que tira proveito dos desvios, da errância, prega a desobediência, e rejeita os mandamentos. Por isso, o caminhar por dentro da instituição teve nas placas e textos de parede o discurso oficial a ser superado pelo olhar crítico. Nesse ponto, o método se dá talvez por meio de uma análise de discurso comparativa. O que se vê se difere do que querem que se veja.

É importante delimitar outro aspecto metodológico proposto por Benjamin também utilizado na realização da pesquisa, não um método de pesquisa, mas sim um método de exposição, ou seja, como se ordena e apresenta um trabalho. Para realização de uma reflexão com base benjaminiana, busca-se traçar um fluxo histórico dialético não linear, iniciando a discussão sobre o presente aparente do Instituto, o que se conta sobre ele oficialmente; em seguida o retorno do passado

impulsionado pelas imagens dialéticas apresentadas, mostrando enfim a história dos vencidos; por fim retorna-se ao presente não-linearmente, onde se constrói o argumento da arte extrapolada à sua confecção e apresentação, mas como espelho da realidade social e política; formando um fluxo dialético de tese, antítese e síntese e presente, passado e agora-da-cognoscibilidade. Nesse último ponto, o retorno não é ao presente, mas uma discussão sobre a contemporaneidade, debate-se o *como a obra chegou até ali*, questionando a quem e ao que serve a obra de arte e como se desenvolvem as relações para a legitimação de um objeto artístico e seu valor.

Por fim, ainda quanto à apresentação, Benjamin priorizava a escrita em forma de ensaio. Em Benjamin é particular também o uso de fragmentos, recortes, citações livres e conscientemente descontextualizadas. Tudo isso ajuda a libertar a forma da oficialidade da narrativa científica, consequentemente, livrar a história das amarras da condução da barbárie esclarecida. Afinal, como bem disse nas suas *Passagens*:

Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não surrupiarei coisas valiosas, nem me apropriarei de formulações espirituosas. Porém os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os.<sup>15</sup>

Despir o conhecimento científico de uma pretenciosa necessidade de consolidação de uma verdade, não buscando no patrimônio histórico e cultural uma forma de valoroso desenvolvimento social, mas sim uma das faces das tantas formas de violência que a vida comum leva em prol de projetos grandiosos, é para este trabalho, um objetivo extraoficial, que prioriza os farrapos e os resíduos e busca dar voz aos vencidos.

---

15 BENJAMIN. Passagens. [N 1a,8].

## “O progresso chega ao sertão”: o processo de “modernização” de Montes Claros

Pedro Jardel Fonseca Pereira

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

fpedrojardel@yahoo.com.br

### Resumo

A implantação do polo industrial a partir da década de 1960 acarretou diversas transformações e expansão do espaço urbano de Montes Claros, inclusive atraiu um grande contingente de migrantes. Nesse contexto foi elaborado o *I Plano Diretor* e o *Código de Posturas Municipal*, com o intuito de regulamentar, reestruturar e modernizar a cidade. Uma das metas do projeto modernizador era fazer a passagem da cidade agrário-mercantil à cidade urbano – industrial, e adequá-la às novas “necessidades” impostas pela industrialização nascente. Nesse sentido, o objetivo do texto é analisar as memórias desse período, assim como também, aquelas localizadas nas páginas da revista *Montes Claros em Foco* e nos documentos mencionados acima.

**Palavras-chaves:** Montes Claros, memórias, modernização, marginalização.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o período conhecido como: “A chegada do progresso no sertão”, em Montes Claros, Norte de Minas Gerais e as memórias desse período, construídas a partir da revista *Montes Claros em Foco*. A abordagem tem como enfoque o contexto econômico e social da cidade no período das décadas de 1960 e 1970, e a necessidade de adaptar a estrutura urbana com características rurais, num espaço moderno, que correspondesse às demandas da nova realidade industrial. A metodologia é estruturada com base na memória,<sup>1</sup> constatada a partir de fontes, como a *Revista Montes Claros em Foco*<sup>2</sup> e os documentos da Prefeitura Municipal, *I Plano Diretor e Código de Posturas Municipal*, ambos elaborada na década de 1970. Inclui a mídia mencionada, pertencente ao grupo, do qual fez parte Antônio Lafetá Rabelo, tido pela mesma como o responsável e o único até então preparado para modernizar o sertão.<sup>3</sup>

1 FENELON, Dea Ribeiro. ALMEIDA, Paulo Roberto de Maciel. Laura Antunes. KHOURY, Yara Aun. *Muitas Memórias Outras Histórias*. São Paulo: olho D’água. 2004. BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 210.

2 MACHADO, S. Geraldo. Na voz do secretário não criar sub-raça. *Montes Claros em Foco*, ano. Ano XIV. Nº 39, out. 1979. p. 89.

3 LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 120.

A princípio a finalidade do texto era discutir sobre a modernização do espaço urbano, com a elaboração do *I Plano Diretor*<sup>4</sup> e do *Código de Posturas Municipal*<sup>5</sup> e os conflitos enfrentados na execução das mudanças estruturais previstas nos documentos. Considerados na época como símbolo do progresso, os mesmos propuseram diversas alterações na cidade. Como por exemplo, as proibições relacionadas à criação de animais no perímetro urbano, que era uma prática recorrente entre os cidadãos, sobretudo aqueles que eram migrantes do campo. Alterações também ocorreram em relação a apropriação da região central, com descentralização de diversas atividades que ocorriam nesse espaço. Outra mudança perceptível também foi em relação os terrenos localizados em áreas habitadas por pessoas com grande poder aquisitivo, esses foram supervalorizados, enquanto outros situados na periferia, sobretudo próximo ao Polo Industrial foram desvalorizados, com a finalidade de torna-los acessíveis aos trabalhadores das fábricas da região. Contudo, após a realização do *Simpósio Temático, (Histórias e culturas urbanas)*<sup>6</sup> e com as sugestões realizadas pelos componentes do ST, diante das fontes obtidas sobre esse período da história da cidade, redirecionamos nossos objetivos, no sentido de analisar as memórias construídas sobre a cidade, pela revista *Montes Claros em Foco* e a exclusão social gerada a partir do processo de reestruturação urbana que também podem ser constatadas a partir dessas memórias. Nesse sentido, consideramos, por exemplo, os bairros onde os novos habitantes que na maioria eram migrantes foram habitar, não contavam com qualquer infraestrutura. Outro problema detectado também foi o desemprego que os trabalhadores se deparavam ao chegar à cidade. A mão de obra de reversa era composta na maioria nesse período, por migrantes. Todos esses fatores colaboraram para alargar o número de marginalizados.

A urbe que estamos retratando, antes dos anos 1970, era formada por sua maioria de pecuaristas. A elite local desejava a independência econômica da região, o que começou a ganhar contornos reais com a integração do Norte de Minas a área de abrangência da *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE*, oficialmente em 1963.<sup>7</sup>

Através da revista *Montes Claros em Foco* podemos observar como que foi construída a memória de Montes Claros como cidade do progresso, e como esses migrantes trabalhadores foram retratados na sua chegada e estabelecimento no espaço urbano. De acordo com imprensa citada a nova fase a qual passava a urbe era apenas uma consequência do inevitável, pois, a mesma foi predestinada ao progresso, este seria nato, uma vocação que a região carregava na própria origem, como podemos constatar no trecho a seguir: “A cidade tímida e bucólica dos anos passados vai assim assumindo um caráter de metrópole, perdida entre o progresso físico e involução interna, jamais podendo livrar-se do progresso que foi condenada”.<sup>8</sup> A reportagem segue afirmando que

4 Prefeitura Municipal de Montes Claros. *I Plano Diretor de Montes Claros*, 1970. p. 310.

5 Prefeitura Municipal de Montes Claros. *Código de Posturas Municipal*, 1976. p. 310.

6 VII EPHIS – Encontro de Pesquisa em História (7º: 2018: Belo Horizonte, MG). *Diálogos Necessários*.

7 OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Organizadores). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros*: Ed. Unimontes, 2000. p. 211.

8 MACHADO, S. Geraldo. Na voz do secretário não criar sub-raça. *Montes Claros em Foco*, ano. Ano XIV. Nº 39, p. 37 – 47, out. 1979. p. 39.

o progresso seria uma consequência devidos os investimentos realizados no passado, inclusive em relação ao contingente populacional, prevendo que os 180 mil habitantes contabilizados em 1979, seriam ampliados para 500 mil no ano 2.000. Esta foi uma forma que a mídia em evidencia encontrou de justificar que o desenvolvimento econômico da cidade notado em 1970 financiado pelos incentivos da SUDENE, não seria apenas mérito do grupo dos industriais em evidencia no momento. E sim, um caminho inevitável a ser percorrido pela região. As raízes do dito progresso haviam sido implantadas pelos empresários e pecuaristas que anteriormente, desde o início de sua fundação vinham investindo na região.

A revista *Montes Claros em Foco* evidenciou a relação entre indústria e a pobreza, contudo a elite local foi isentada das mazelas que afligiam os trabalhadores pobres e moradores da periferia. A população foi retratada pelo editor compondo dois grupos: de um lado os moradores de Montes Claros que foram obrigados a assistir atônita a mazela dos novos tempos, isto é, a chegada dos pobres á cidade, o que ocasionou o sentimento de insegurança, medo e a incerteza advinda com a industrialização. Além de terem que compartilhar o espaço urbano com os recém-chegados. E do outro lado, os novos habitantes, os migrantes, mencionados sempre pelo viés da marginalização, os pobres, favelados e violentos. No intuito de justificar que a pobreza era algo inerente aos novos tempos da industrialização, a revista vinculou uma matéria, absolvendo os moradores da cidade de qualquer relação com a pobreza e a miséria, enfatizando que antes da década de 1970, a gleba de pobre era composta por comerciantes, bancários e professoras, um perfil social e econômico, bem diferentes daquele que surgia: “No início da década de 60, a sociedade de Montes Claros era distintamente dividida em duas classes: quem era rico era rico; quem era pobre era pobre mesmo. A classe rica pertencia aos fazendeiros, os doutores”.<sup>9</sup> Fica evidente que a imagem da cidade que o veículo de comunicação buscou demonstrar era de que os pobres faziam parte de um grupo social que ocupavam nível econômico inferior ao dos fazendeiros e doutores, mas não representavam um problema para a região, como aqueles que chegavam desempregados, constituindo favelas, a mercê das vulnerabilidades sociais. Demonstrando que desde sua chegada os migrantes já eram vistos de uma maneira efetivamente marginalizada.

Um dos aspectos que podemos analisar é a organização espacial da cidade, e como ocorreu o seu processo de expansão físico-territorial. O crescimento urbano de Montes Claros aconteceu de forma descontínua, e, como consequência, esse desenvolvimento foi espontâneo, de maneira dispersa e horizontalizada. A ocupação de áreas localizadas nas zonas norte, leste e sul, por exemplo, foi maior do que a zona oeste que abriga uma população de poder aquisitivo maior. Essa é a opinião do pesquisador Marcos Esdras Leite,<sup>10</sup> que afirma ainda que, as grandes áreas vazias, isto é, os vazios urbanos que surgiram e ainda hoje existentes, ocorreu devido aos interesses do capital,

9 MACHADO, S. Geraldo. Na voz do secretário não criar sub-raça. *Montes Claros em Foco*, ano. Ano XIV. Nº 39, p. 37 – 47, out. 1979. p. 40.

10 LEITE, Marcos Esdras. *Metamorfose do espaço urbano de Montes Claros – MG/*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2008. p. 159.



sobretudo ligados a especulação imobiliária. Nesse sentido, a cidade passou por um processo de ocupação de forma desigual.<sup>11</sup>

Pensar a cidade numa perspectiva moderna também foi um dos marcos da década de 1970, a industrialização já era uma realidade, a urbe precisava se adequar ao novo projeto modernizador que as capitais do país já haviam colocado em ação. Em Montes Claros, a elite política ligada aos ruralistas, que já tinha no grupo dos industriais seus concorrentes nas disputas pelo poder local, decidiram empreender em prol da reestruturação e modernização. Diante da falta de políticas de planejamento urbano, foi anunciado o *I Plano Diretor de Montes Claros*, elaborado em 1970, na gestão do então prefeito, Antônio Lafeté Rebelo, considerado pelos seus companheiros como: “A expressão das forças modernizantes da década de 1970, responsável por trazer progresso ao sertão”.<sup>12</sup> O documento ficou conhecido como *Plano Diretor* de “Toninho Rebelo”. O político foi prefeito de Montes Claros por duas vezes, de 1966 a 1970 e 1977 a 1982. Em seu primeiro mandato foi elaborado o I PDMC, considerado um dos marcos das suas gestões. No entanto, também houve grande empenho em criar uma memória sobre o político como um mito da política local,<sup>13</sup> o que pode ser confirmado nas páginas da revista Montes Claros em Foco, em uma de suas matérias, quando ele já estava no segundo mandato de prefeito, “(...) o mito do Prefeito Toninho Rabelo permaneceu, tanto que nas últimas eleições, há dois anos, ele massacrou seus quatro adversários, obtendo a maior votação que um candidato a prefeito já teve em toda a história política de Montes Claros”.<sup>14</sup> Uma das intenções era demonstrar a força política que Antônio Lafeté e o grupo de seus apoiadores os ruralistas representavam no município. Nesse sentido, Silva nos lembra de que em torno de Toninho Rabelo já havia se criado uma expectativa de ser homem certo para trazer o progresso, para a cidade.<sup>15</sup> inclusive devido o fato de ele ser considerado um grande empreendedor, administrador do FRIGONORTE.<sup>16</sup> Isto é, Antônio Lafeté contava com o amplo apoio de um grupo de forte expressão na região, os fazendeiros, e se não existia um político certo, trataram de criar um. É importante destacar também que embora a cidade tenha se tornado um canteiro de obras nas gestões do então prefeito, as suas gestões contou com auxílio de diversos recursos do governo federal, de suma importância para a efetivação de seus projetos.

Uma das metas do projeto modernizador era fazer a passagem da cidade agrário-mercantil à cidade urbano – industrial, e adequá-la às novas “necessidades” impostas pela industrialização nascente. O documento organizado em 1970 é o primeiro dessa natureza, contudo, é relevante

11 ROLNIK, Raquel. *Cidade: Planejamento Urbano – Morar, atuar e viver*. Revista Teoria e Debate, n.9 – janeiro/fevereiro/março de 1990. Fundação Perseu Abramo. São Paulo – SP. Disponível em: < <https://goo.gl/NLcCBb> >. Acesso em: 05 jan. 2017. p. 126.

12 SILVA, Lindon Jonhson Dias da. *A modernidade no sertão: A experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970*. (Dissertação) Mestrado – Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, Montes Claros, MG: 2008. p. 189.

13 CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: Experiências e Lembranças de Viveres Urbanos em Uberlândia (1938-1990)*2001. Tese (Doutorado em História.) PPGH/PUC-SP, 2001. p. 210.

14 MACHADO, S. Geraldo. Na voz do secretário não criar sub- raça. Montes Claros em Foco, ano. Ano XIV. Nº 39, p. 10 – 25, out. 1979. p. 20.

15 SILVA, A modernidade no sertão: p. 78.

16 O Frigorífico foi a primeira empresa da região a receber os subsídios da SUDENE na década de 1960. (Nota 1).

observar que nessa mesma década foi produzido um número considerável de Planos Diretores em todo o Brasil, isto é, era uma tendência nacional. Nesse sentido, o mesmo não era uma ideia pioneira de Antônio Lafetá, como procurou evidenciar a memória tida como hegemônica sobre esse período da história de Montes Claros.<sup>17</sup>

Ao debruçarmos sobre o documento em discussão, queremos enfatizar não apenas as normas vigentes em suas diretrizes, mas como nesse contexto buscou-se difundir na população as ideias de exclusão e promoção da marginalização de diversos grupos e costumes da população. O antigo deveria ser substituído pelo novo, as favelas tornaram-se preocupação, era preciso conter a entrada de novos imigrantes na cidade. Atividades que eram comuns tornaram-se antiquados, por exemplo, criar animais no perímetro urbano e sua utilização como meio de transporte. O próprio fato da cidade ter sido zoneada no documento tem como reflexo a marginalização, como a região centro-oeste, que passou a concentrar os bairros nobres, áreas supervalorizadas. E do outro lado a região norte que teve o maior crescimento em relação as outras áreas urbanas, composto por bairros, onde estava situadas a maior partes das “favelas” recém formadas, mas que foram desvalorizada.<sup>18</sup> Os novos moradores da cidade foram responsabilizados de ter sufocado a cidade. Ao retratar o Morro do Frade, uma das favelas que surgiu nesse período, a revista Montes Claros em Foco informou que a população poderia tranquilizar-se, pois o Prefeito Lafetá Rabelo planejava criar um conjunto habitacional, e assim “impar” o Morro do Frade, por se tratar de ponto turístico e o palco das festas de Santos Reis, mas que havia se tornado a maior favela de Montes Claros. Essa seria uma das metas do *I Plano Diretor*. E o Centro que até então era composto por um grande número de residência, tornaria apenas comercial. Nesse sentido, a pesquisadora Lucia Silva nos indica que ao depararmos com as diversas leituras que são possíveis de serem realizadas sobre a cidade, influenciadas pelos variados processos sociais ligados, sobretudo a cidade formal, é preciso desconstruir as leituras que existem sobre a urbe, sobretudo as que procuram evidenciar a cidade formal, é necessário reconhecer os múltiplos processos sociais e experiências que existem no espaço urbano.<sup>19</sup> Algo que a mercantilização da vida procurar sucumbir, como se o valor da troca fosse o único aspecto acessível para se pensar esse espaço social. No caso do documento de 1970 é nítida a preocupação com a cidade formal, necessário para o progresso do município, enquanto os moradores da periferia aparecem apenas como pano de fundo, diante da intenção de higienizar o ponto turístico que era Morro do Frade.

O *I Plano Diretor* em suas disposições preliminares resume as preocupações centrais do documento, que tinha como meta questões como, higiene, segurança e estrutura das habitações, que passariam ter um padrão a ser observado pelos construtores. Nesse sentido, o foco era realizar

17 GOMES, Fernanda Silva. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais*. (Dissertação) Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2007. p. 180.

18 ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203). Disponível em: <<https://goo.gl/NgGQ3m>> Acesso em: 25 nov. 2017. p. 211.

19 SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana. In *Cidades*. Déa Ribeiro Fenelon (Org.) Olhos d'água, São Paulo, 2000. p. 148.

o controle sobre as edificações e a população que crescia de maneira desordenada e em grande proporção, sobretudo nas favelas. Alguns fatores teriam favorecido a expansão urbana de forma desigual como: a topografia, os poucos obstáculos físicos, que possibilitou o surgimento de novos loteamentos e, sobretudo, uma legislação que era flexível. O documento eminente seria uma forma do município demonstrar que estava em sintonia com o progresso desejado e em voga no país. Outro objetivo era a setorização das atividades realizadas, setores econômicos e sociais não poderiam coexistir no mesmo espaço, como era costume. Essas ações obtiveram uma maior efetividade no centro, onde o espaço era dividido entre comercial, residencial e órgãos públicos. Através de um planejamento racional visava adequar as vias públicas, proporcionando maior segurança para os cidadãos.<sup>20</sup> As metas previstas no documento permaneceram em sua maioria no papel, o desafio em coloca-las em práticas parece ter sido maiores do que o esperado pelos seus elaboradores. Além de outros problemas, na visão de Gomes no tange o desenvolvimento da cidade, não foram apresentadas propostas levando em consideração a posição de polo regional da cidade.<sup>21</sup> Contrariando as expectativas, por se tratar de um momento de transição, o qual deveria estar em consonância com os novos tempos, sobretudo no aspecto econômico. Não foi apresentada, por exemplo, uma proposta de desenvolvimento, de ação global para a cidade. Na interpretação da pesquisadora o documento se tratava de intervenções, muito mais de caráter emergencial, do que modernizador.

Outra preocupação do *I Plano Diretor* foi com os locais de criação de animais, mantidos dentro do perímetro urbano, como os matadouros, cocheiras, estábulos, galinheiros, pocilgas e lavadouros. Estes foram permitidos continuar funcionando, no entanto, fora da zona delimitada como perímetro urbano do município, obedecendo aos decretos federais. É importante observar que partir das novas legislações, sobretudo com as sanções imposta pelo Código de Postura, que viria posteriormente, a população passou a adotar novas estratégias no sentido de apropriação das áreas periféricas da cidade. Algumas locais passaram a ser locados para manter os animais, como os cavalos e muars usados na tração das carroças como também ocorreram a aquisição de lotes para a instalação, por exemplo, de pocilgas. O que não significa que muitos não resistiram e infringiam as novas normas e leis.

Outro documento elaborado na década de 1970 foi o *Código de Posturas Municipal* de 1976, por razões das leis existentes ter sido consideradas desatualizadas em relação as novas demandas que surgiram, sobretudo levando em consideração desenvolvimento da cidade, e o projeto modernizador. Ao analisarmos os artigos do documento é notório a preocupação em combater os costumes ligados as práticas do campo, sobretudo em relação a criação de animais. As restrições foram contra as ações realizadas na área urbana, como, criação e engorda de porcos, as cevas existentes tiveram um prazo de noventa dias pra serem removidas juntamente com os animais. A criação de gado bovino também ficou proibida, e algumas espécies ganharam um artigo próprio, pois não seriam tolerados de forma alguma a sua manutenção como: as abelhas, as galinhas e os pombos.

20 BRESCIANI Maria Stella. *Cidade e história*. In: Cidade: história e desafios / Organizadora: Lúcia Lippi Oliveira. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/2GEgJN>>. Acesso em: 06 mar. 2016. p. 220.

21 GOMES, Discursos contemporâneos sobre Montes Claros, p. 150.

As observações contidas no *Código de Posturas* nos possibilitam conhecer uma cidade permeada por hábitos ligados ao campo, mantidos por grande parte da população composta por migrantes. Ao se mudarem para a cidade, essas pessoas trazem consigo praxes que os ampara na manutenção de itens alimentares de consumo como, por exemplo, a carne de porco e de frango. Estratégias utilizadas, não apenas para conservação de comportamentos que fazem parte da cultura, mas também um recurso financeiro que auxiliava nas despesas familiares. O que demonstra que campo e cidade eram uma realidade na vida desse sujeito que não podem ser tratados separadamente, podendo ser vistos como uma amalgama de costumes rurais e urbanos.

As mudanças de ordem política, econômica, social e demográfica, que ocorreram em Montes desde a década de 1960, de acordo com Iara Soares de França provocou diversas alterações na reestruturação da cidade, sobretudo na região do centro. As atividades de comércio e serviços passaram por uma descentralização. As modificações ocorreram de maneira efetiva na administração do prefeito Antônio Lafetá Rabelo, (1967- 1970). Nesse período foi implantada na área central, a rede de esgoto e águas pluviais; as ruas foram asfaltadas, e foi também construído o mercado municipal da rua Joaquim Costa. Chama-nos atenção o fato de que na década 1970, a região central, por onde iniciou o processo de ocupação da cidade, local que também estavam sediados os órgãos públicos, bancos, escolas e comércio local, obras de infraestrutura básica ainda estavam sendo implantadas. Como por exemplo, pavimentação das ruas e instalação de rede água. O que não tira o mérito do gestor responsável pelo empreendimento, mas que demonstra que os serviços executados se tratavam de uma necessidade da população que ali residiam e trabalhavam, e não como procurou demonstrar a mídia, retratando-o como progresso.<sup>22</sup>

Em síntese, o presente texto nos possibilitou analisar o contexto econômico, social e urbano de Montes Claros, a partir da década de 1970, com as mudanças ocorridas na cidade, com a implantação do Polo Industrial, a chegada dos migrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida e as intervenções consideradas necessárias na estrutura urbana da cidade. Percebemos ainda, que mesmo diante das medidas restritivas, a população buscou adaptar-se, no sentido de manter seus costumes. Outra questão também latente nessas memórias é o processo de marginalização da população, sobretudo aqueles que eram migrantes/trabalhadores, que enfrentaram dificuldades ao apropriar do espaço urbano, devidos as diretrizes presentes no *I Plano Diretor*, onde os terrenos de algumas regiões tiveram seus preços elevados. Coube então, a população com pequeno poder aquisitivo ter que ir morar na periferia sem qualquer infraestrutura. O que evidencia o processo de marginalização desse grupo, e que o progresso não foi para todos, como é enfatizados pela revista *Montes Claros em Foco*. As diversas favelas que surgiram nesse período confirma essa constatação.<sup>23</sup>

22 FRANÇA, Iara Soares de. A cidade média e suas centralidades: o exemplo de montes claros no norte de minas gerais. (Dissertação) Mestrado, UFU, Uberlândia/MG. 2007. p. 350.

23 LEITE, Marcos Esdras. *Geotecnologias aplicadas ao mapeamento de uso do solo urbano e da dinâmica de favelas em cidades médias: o caso de Montes Claros/MG*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/kFxQjB>> Acesso em: 12 dez. 2017. p.310.

## Brasília: Entre a modernização e o modernismo

Thiago Sobreira Vailati Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho pretende apresentar o debate existente em torno da construção da cidade capital Brasília ao final da década de 1950. Brasília possui como seu projeto arquitetônico urbanístico a maior representação da arquitetura modernista brasileira. De autoria de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, este projeto visava a transformação da sociedade brasileira a partir da transformação do cidadão brasileiro que, devido ao caráter coletivista da arquitetura da cidade, seria ele próprio coletivista. Ou seja, Brasília é projetada e anunciada enquanto berço de uma nova sociedade e nova nação. Porém, ao observar os demais projetos de modernização inseridos no grande arco da Modernidade - Iniciado pelas Reformas Haussmann em Paris e finalizado pela Construção de Brasília - percebe-se que a nova cidade-capital mantém em sua estrutura as mesmas lógicas segregantes dos demais projetos de modernização, em especial, dos projetos brasileiros. A Modernidade Brasileira carrega em suas aplicações diversas formas de modernização, estetização e segregação social. As teorias europeias aqui são acomodadas às classes dominantes que delas tiram somente as bases de sustentação para a manutenção de suas próprias políticas. Por isso, a escolha de Brasília como a representação deste local de embate e acomodações de ideias e projetos contraditórios. O modernismo que, partindo da estética e cultura, valoriza o cidadão brasileiro e, a modernização que, partindo das políticas públicas e reformistas, segrega o cidadão brasileiro.

**Palavras-chave:** Modernismo, modernidade, urbanidade, Brasília.

Recuperar Brasília, portanto, é não só recuperar a utopia de uma sociedade moderna, mas também retomar da realização moderna raízes de uma tradição mais antiga que se atualiza em leituras e projetos posteriores, mantendo acesa a suspeita de que são inseparados, conflitivos e por vezes anteriores os traçados arquitetônicos da modernidade.<sup>2</sup>

A prática da colonização pela construção de cidades é uma retórica forte e já consolidada no imaginário nacional ao longo dos momentos históricos. Soma-se a esse imaginário o da conquista dos sertões e a integração nacional e tem-se a base retórica para a construção da nova cidade-capital. A

1 Mestrando em História Política e Cultura pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientando do Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (thisobreira@gmail.com)

2 BOMENY, Helena. Utopias de Cidade: as capitais do modernismo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002 p. 206.



cidade-capital é apresentada como a cidade que trará o futuro, “como prenunciadora de um desenvolvimento invertido no qual a capital cria a civilização sobre a qual exerce uma radiosa soberania”<sup>3</sup>. Faz parte da retórica da cidade-capital a convergência dos vários mitos nacionais e nela, o encontro dos tempos que serão unificados para a construção de um novo Brasil. Luiz S. D. da Silva observa que a retórica do Nacional-desenvolvimentismo busca raiz no início do período republicano.

Genealogicamente, o nacionalismo-desenvolvimentista retoma temas da ortodoxia positivista republicana, recorrendo a referências de um iluminismo periférico (Pombal, inconfidentes, Bonifácio), desdobrando-se no nacional-primitivismo do modernismo de Cassiano Ricardo e Plínio Salgado e no autoritarismo reformados do tenentismo. Forjar uma comunidade, encontrar uma identidade, construir uma nacionalidade – é essa a questão.<sup>4</sup>

É coerente, no entanto, lembrar que outras cidades-capitais já haviam sido construídas. Belo Horizonte, a cidade-capital mineira e Goiânia, a cidade-capital Goiana que fora construída nos anos 1930. Freitas apresenta Mario Pedrosa, um dos principais críticos da arte e arquitetura moderna, que postula que os artistas brasileiros souberam se apropriar dos movimentos estrangeiros, dando a eles uma interpretação e transformando-os, “projetando essa arquitetura à vanguarda arquitetônica internacional(...) Brasília, para o crítico, seria o espaço e o lugar para fazer desabrochar essa cultura regional de uma linguagem internacional”.<sup>5</sup> Já, segundo Lauro Calvalcanti, o alto do modernismo brasileiro acontece entre os anos 1930 a 1960, um “processo de transformação que provocará uma revolução estética”<sup>6</sup> iniciada pela construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde sob a consultoria de Le Corbusier e que tem seu amadurecimento ao longo da construção da região da Pampulha, em Belo Horizonte, e seu ápice na construção da cidade-capital Brasília em 1956-1960.

Nesse sentido, Brasília além de agregar e representar debates teóricos sobre a modernização, modernidade e modernismo, passa a ser construída tanto no campo físico quanto no simbólico e as duas construções acontecem quase que simultaneamente. Um dos aspectos apresentados por James Holston é o debate que a arquitetura modernista propõe: “É a estética do apagamento e da reinscrição, da possibilidade apontada pela arquitetura e pelo planejamento modernista de apagar a velha ordem e reinscrever uma nova. Esse discurso de ruptura com o passado que simultaneamente postula um futuro”<sup>7</sup>. O encontro dos tempos na cidade é uma das marcas mais importantes da arquitetura modernista e da própria cidade-capital brasileira.

O projeto urbanístico da cidade-capital deveria impedir que houvessem bairros nobres e bairros populares. Para os arquitetos “Brasília deveria simbolizar, em termos urbanísticos e arquitetônicos, a criação de uma nova sociedade. Deveria ainda materializar o modelo de sociedade a ser construída em todo o país: uma sociedade moderna, desenvolvida e urbana”<sup>8</sup>.

3 HOLSTON, James. **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 24.

4 SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília**: modernidade e periferia. Goiânia: UFG, 1997. p.38

5 FREITAS, Grace de. **Brasília e o projeto construtivo brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007 p. 41.

6 CAVALCANTI, Lauro Pereira. **Moderno e Brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930 – 1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 9.

7 HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993 p. 208.

8 OLIVEIRA, Márcio. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília, Paralelo 15, 2005. p. 110.

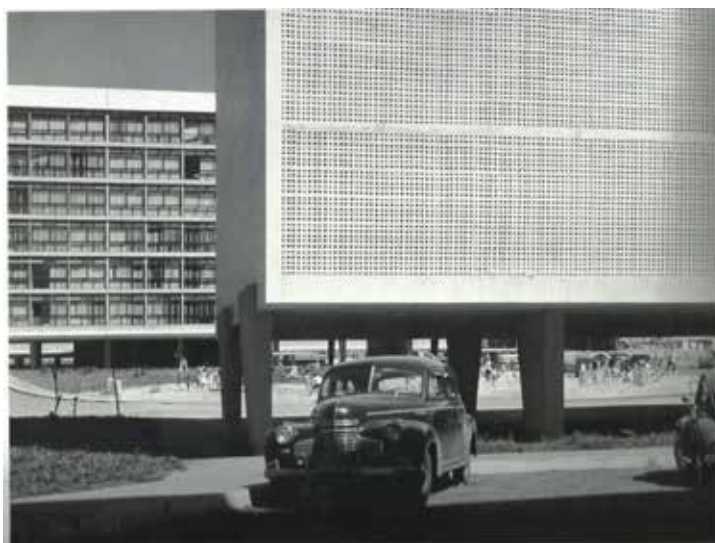


A arquitetura como moldadora da sociedade é, segundo Holston uma das utopias modernistas dos anos 1950. O autor recorre ao que ele classifica como *'pedigree de Brasília'* para traçar as bases que deram origem ao projeto de Lúcio Costa. Apresentando os debates do CIAM<sup>9</sup>, o qual, tanto Lúcio Costa quanto Oscar Niemeyer eram representantes do Brasil desde 1930, Holston destaca as cinco funções base que uma cidade modernista deve possuir:

- 1) organizar a cidade em zonas exclusivas e homogêneas de atividade, baseadas na tipologia predeterminada de funções urbanas e formas de construção;
- 2) concentrar a função do trabalho em relação com assentamentos dispersos de dormitórios;
- 3) instituir um novo tipo de arquitetura e organização residenciais;
- 4) criar uma cidade verde, uma cidade no parque; e
- 5) impor um novo sistema de circulação de tráfego.<sup>10</sup>

Tanto os CIAMs quanto o Construtivismo Soviético<sup>11</sup> são base para o pensamento sobre a função social da arquitetura de Costa e Niemeyer. Vale lembrar que Oscar Niemeyer era membro do Partido Comunista Brasileiro desde sua juventude. Sua aproximação com os ideais soviéticos se faz presente quando observamos, por exemplo, as semelhanças entre os espaços residências dos projetos soviéticos e dos CIAMs e as unidades de vizinhança – as superquadras – de Brasília.

Foto 1  
Sem título, 1960



9 Os CIAMs foram considerados os mais importantes fóruns internacionais de debates sobre a arquitetura moderna durante os anos 1928 a 1960. Dentre seus membros de destaque está a figura intelectual de Le Corbusier, grande influência para os arquitetos Costa e Niemeyer e para o fotógrafo Marcel Gautherot. Holston alerta que o uso do termo arquitetura e urbanismo modernista estão diretamente relacionados aos princípios estéticos e ideológicos produzidos nos CIAMs.

10 HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993 p.29.

11 Segundo Holston (**Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993 p. 44) embora não tenham participado diretamente dos encontros ou dos manifestos dos CIAMs, os russos mantinham relações profissionais com seus líderes. Ambos os grupos partilhavam muito dos princípios básicos no desenvolvimento de uma crítica das condições urbanas existentes, assim como uma teoria abrangente de nova cidade, e propunham soluções arquitetônicas específicas para as novas instituições da sociedade industrial, (...) os membros dos dois grupos partilhavam basicamente das mesmas posições sociais e políticas, como a crítica radical da propriedade privada e das relações baseadas no dinheiro (...) e a organização combinada de prédios de apartamento e unidades de vizinhança.

Nas imagens de Gautherot estão presentes os diversos aspectos desse projeto de moradias e segregação. Na foto 1, em primeiro plano observamos um dos símbolos mais marcantes da cidade de Brasília, da política do Nacional-desenvolvimentismo e da retórica kubitschekiana: o carro<sup>12</sup>, que passa a representar para a nova sociedade brasileira, que surge pós Brasília, um símbolo de *glamour* e progresso ao mesmo tempo. Ainda nessa imagem, no segundo plano é possível perceber os pilotis característicos das linhas arquitetônicas modernistas de Niemeyer. No terceiro plano é possível ver um pequeno parque com crianças e adultos brincando nele. O pequeno parque entre os edifícios de moradia faz parte do sistema de *Unidades de Vizinhança*<sup>13</sup> proposto por Lúcio Costa. O que se vê nessa imagem é o fundo de um prédio e a frente de outro, ambos virados para o parque e para a área de lazer coletiva. Nesse aspecto, as superquadras<sup>14</sup> seriam responsáveis pelo convívio entre indivíduos de todas as classes sociais, gerando empatia e identidade, especialmente entre as crianças, pois nelas morariam tanto os pioneiros (primeiros funcionários públicos a viver na capital) quanto os filhos dos construtores e demais trabalhadores da cidade. Os edifícios “primam pela descrição e gabarito de seis andares, estipulado por Costa, permitindo às mães ter ao alcance da voz os filhos que brincam nos gramados”.<sup>15</sup>

Porém, esse mesmo projeto prevê a construção das cidades-satélites para atender às demandas migratórias das novas populações e aos próprios construtores pós fim da obra. Não é possível constatar, mas é permitido indagar se as crianças que aparecem brincando no parquinho seriam os filhos dos pioneiros, logo, filhos das classes médias e altas da sociedade brasileira. Para os membros do CIAM e segundo a *Carta de Atenas*<sup>16</sup> o desenvolvimento desorientado e estratificado das cidades está relacionado ao predomínio de interesses privados e patrimonialistas dentro do espaço urbano gerando as crises urbanas como a segregação social e o alto nível de especulações imobiliárias. “O CIAM sustentava que, sob o capitalismo, a propriedade privada controla o uso da terra e dessa forma

12 Segundo Cavalcanti (**Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura.** 2006 p. 22) o automóvel era central em Brasília: não nos esqueçamos de que o desenvolvimento da indústria automobilística era outra prioridade absoluta do governo JK. Foram aplicadas técnicas rodoviárias ao planejamento de circulação da cidade para atingir os diversos setores de atividades homogêneas e distantes entre si, outra preocupação do plano para que Brasília não se assemelhasse às ‘heterogêneas e caóticas’ cidades existentes.

13 Segundo descrito por Oliveira (**Brasília: o mito na trajetória da nação.** 2005), Lúcio Costa acreditava que a vida social poderia ser influenciada pelo tipo de arquitetura e projeto urbanístico. As Unidades de Vizinhança seriam espaços designados para moradia e convívio de diferentes classes sociais, as superquadras localizadas ao longo de todo o principal Eixo rodoviário da cidade fomentariam novas noções de comunidade e harmonia social. A unidade de vizinhança é formada por quatro superquadras.

14 Cada superquadra mede 240 metros de cada lado, estando limitada por uma faixa de vegetação de 20 metros de largura, dispostas ao longo de uma estrada-parque, na extensão de um quilômetro. Construídos os prédios sobre pilotis, a área livre fica assim aumentada. Cada superquadra comporta 11 blocos de 6 pavimentos, havendo, também, as superquadras duplas, com 33 edifícios de 3 pavimentos. Cada superquadra deve abrigar, em média, 3.000 moradores. Estes são defendidos do automóvel, uma vez que o tráfego de acesso é concentrado no centro. Por outro lado, dentro das superquadras, há uma Escola Primária e um Jardim de Infância. A Igreja fica na confluência e a Escola Secundária atrás das superquadras. SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 3.

15 CAVALCANTI, **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura.** 2006 p. 217.

16 Documento manifesto produzido pelos membros do CIAM de 1933.

determina a estrutura da cidade”<sup>17</sup>. Nesse aspecto, o predomínio privado dita, não somente o tipo de arquitetura para os edifícios, como a construção de avenidas, parques, locais de comércio, toda a estrutura pública que envolve o centro urbano. Para os membros do CIAM portanto, a cidade deveria ser toda ela pública, coletiva e igualitária, eliminando os espaços de domínio privado sob a organização e tutela do domínio público<sup>18</sup>. “A cidade que emerge dessas transformações é, em tese, inteiramente pública. Suas concepções utópicas eliminam a propriedade imobiliária privada enquanto base institucional da ordem urbana no âmbito da vida privada e no âmbito da vida civil”<sup>19</sup>.

A solução proposta então pelo CIAM é que o Estado – em seus diferentes níveis hierárquicos – seja o responsável pela ação de construção ou reforma das cidades, impedindo assim a ação das vontades privadas e capitalização dos espaços urbanos e suas variadas consequências. Ou seja, seguindo a definição de Harvey, para o CIAM a cidade é um espaço público, mas não necessariamente comum. É interessante perceber como esta orientação encontra base nas práticas reformistas de modernização das cidades brasileiras e internacionais. Em vários casos observados historicamente, a ação do Estado somada a ação de particulares foram responsáveis pelos projetos reformistas das capitais. “Reformadores sociais e sanitaristas foram pioneiros na proposição de leis desse tipo, procurando fazer a propriedade imobiliária privada compatibilizar-se com padrões mínimos de saúde e de bem-estar, fixados pelo Estado”<sup>20</sup>. Lucila de Almeida Neves apresenta esses mesmos aspectos na conjuntura da construção da cidade-capital.

A conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país.<sup>21</sup>

Um aspecto sobre o autoritarismo do projeto modernista está enraizado diretamente nas reformas Haussmann. Como já observado, as reformas de Paris, entre outros aspectos, alargaram as avenidas afim de impedir as concentrações e aglomerações das multidões urbanas. Esse aspecto foi muito elogiado pelos membros do CIAM. Não é à toa que um dos maiores exemplos de uma cidade aos moldes do CIAM tenha abolido as ruas de seu projeto.

17 HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia 1993 p. 51.

18 Cabe aqui um esclarecimento feito por David Harvey sobre a diferenciação entre os espaços/bem públicos e os comuns: “Há uma distinção importante entre espaços públicos e bens públicos por um lado e, por outro, os comuns. Os espaços e bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum. (...). Na medida em que as cidades têm sido espaços para vigorosos conflitos e lutas de classes, a administração pública viu-se muitas vezes forçada a suprir os bens públicos (como habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamento e água) a uma classe trabalhadora organizada. (...). A educação pública torna-se um comum quando as forças sociais se apropriam dela, protegendo-a e aprimorando-a em benefício mútuo”. HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 144.

19 HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993. p. 141.

20 HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993. p. 53.

21 NEVES, Lucila de Almeida. **Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo**. In: FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**: debate e crítica. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p.172.

A cidade-capital Brasília conta com largas avenidas que a cortam de ponta a ponta das Asas Sul e Norte, porém, as ruas, enquanto espaço de sociabilidade, deixam de existir. “Na Brasília planejada, não há multidões urbanas, sociedades formadas nas esquinas, sociabilidade nas calçadas, em grande medida porque não há praças, nem ruas, nem esquinas”<sup>22</sup>. Segundo Harvey “a rua é um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um espaço comum do movimento revolucionário, assim como um espaço de repressão sangrenta”<sup>23</sup>.

A ausência das esquinas e ruas enquanto espaços públicos e de sociabilidade, forçou a população brasiliense ao processo de interiorização aos locais de âmbito privado – das casas, bares, restaurantes, apartamentos – como forma de manutenção da sociabilidade. “As vias de serviços em Brasília só podem ser percebidas como fitas de asfalto atendendo às necessidades de máquinas em movimento. Não mantêm nenhuma semelhança com a rua enquanto espaço de sociabilização para os pedestres”<sup>24</sup>.

A ausência da rua é também criticada a partir do ponto de vista das elites políticas e urbanas que foram transferidas para a nova capital federal. O sistema de comerciais locais a cada divisão entre as superquadras e a não existência de avenidas principais como as Avenidas Rio Branco e Paulista, impediria a tradicional prática do ‘fazer a avenida’ muito comum do início do século e da pequena burguesia brasileira. Porém, na prática, apesar dos apartamentos e superquadras possuírem uma estética igualitária, dentro dos apartamentos manteve-se a arquitetura de classe e ampliou-se a lógica de socialização somente entre pessoas conhecidas como familiares e amigos do trabalho, afinal o local do encontro seria dentro do apartamento. Essa resistência à arquitetura modernista pode ser compreendida pela colocação de Sérgio Buarque de Holanda sobre os processos de urbanização em geral no país: “Não faltou, além disso, o constante argumento dos partidários eternos do *status quo*, dos que, temerosos do futuro incerto e insondável, só querem, a qualquer custo, o repouso permanente das instituições”<sup>25</sup>.

A arquitetura modernista ainda carrega consigo, necessariamente, o aspecto e prática totalizante que busca solucionar o que se classifica como caráter heterogêneo das cidades pré-industriais, ou seja, a não divisão de espaço específico para as atividades sociais distintas. Para isso, a arquitetura modernista classifica as atividades sociais em quatro funções: habitação, trabalho, lazer e circulação. No caso de Brasília, foi acrescentado ainda a quinta função: centro cívico. Partindo dessa divisão, o plano-piloto será desenhado e construído com a divisão entre os espaços/eixos habitacionais – Eixão que atravessa as Asas Norte e Sul – e os espaços/eixos do trabalho – eixo monumental – e na ponta final, o centro cívico. Segundo Freitas, Brasília apresenta quatro conjuntos arquitetônicos principais, sendo o primeiro deles e centro cívico, a Praça dos Três Poderes.

22 HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993 p. 114.

23 HARVEY, **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. 2014 p. 144.

24 HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993 p. 143.

25 HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 43.

Quando analisamos o caso de Brasília, vemos um fator adicional que intensifica esse aspecto totalizante: todos os seus setores estão organizados em uma única imagem arquitetural e esquemática, a do cruzamento dos dois eixos. (...). Serve tanto como espinha dorsal que organiza a distribuição das funções sociais e das formas de edificação, quanto como símbolo da organização total da cidade.<sup>26</sup>

### Foto 2

#### Vista aérea da Praça dos Três poderes, 1960



Observando a Foto 2, composta a partir da perspectiva de um helicóptero, Gautherot apresenta toda a Praça dos Três Poderes com os edifícios-monumentos perfeitamente alinhados nos três vértices do triângulo que formam a base da Praça. A figura do triângulo, inclusive, salta

<sup>26</sup> HOLSTON, **Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. 1993 p. 153.



aos olhos pelo desenho formado pelas avenidas laterais que direcionam o olhar para o edifício do Congresso Nacional que ocupa um dos vértices. Localizado nos demais vértices estão o Palácio do Planalto e o Edifício do Superior Tribunal Federal, os quais possuem desenhos e projetos de Oscar Niemeyer dentro da estética da arquitetura modernista. A ‘Praça do Povo’, nome dado por Lúcio Costa para a Praça dos Três Poderes, é pensada para permitir manifestações populares, assim como para “criar um espaço para o tempo do gozo estético, justamente as funções simbólicas da pátria (capital, com seus três poderes), ideologia (socialismo e paz), percepção (educação) e arte (belo)”<sup>27</sup>.

### Foto 3

#### Esplanada dos Ministérios em Construção, 1958.



Fonte: GAUTHEROT *apud* BURGI, Sérgio; TITAN JR, Samuel (Org.). **Marcel Gautherot, Brasília**. Rio de Janeiro: IMS, 2010. p. 38-39.

Posicionados simetricamente ao longo do eixo monumental, os edifícios dos ministérios “estão ordenados em forma de paralelepípedos, nos quais a monocromia e a grade se evidenciam na série que formam”<sup>28</sup>. Angotti-Salgueiro<sup>29</sup> aponta que essas fotografias do Gautherot (Foto 3)

27 FREITAS, **Brasília e o projeto construtivo brasileiro**. 2007. p. 49.

28 FREITAS, **Brasília e o projeto construtivo brasileiro**. 2007. p. 49

29 ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana, (Org. e ed.). **O olho fotográfico: Marcel Gautherot e seu tempo**. São Paulo: Faap, 2007



compõem parte da cultura visual nacional. Nelas é possível também perceber a tônica que envolve todo o processo da construção da nova cidade-capital. A união de trabalhadores às obras em andamento, os esqueletos de ferro que rompem em meio a imensidão e a poeira do cerrado e, principalmente, a proporção dos edifícios em contraposição aos trabalhadores – mesmo nas fotografias próximas – demonstra a tônica do desenvolvimentismo que Juscelino tanto propagandeava, o ‘ritmo de Brasília’ e o nascimento do Brasil Moderno.

Neste caso, a percepção das fotografias<sup>30</sup> como documento-monumentos nos permite reconhecer traços do imaginário social<sup>31</sup> que são chave para a compreensão de aspectos de uma cultura política em nosso próprio tempo histórico. Porém, é coerente nesse caso lembrarmos de Lilia M. Schwarcz quando nos alerta para “não ler o passado com lentes exclusivamente voltadas para o próprio momento ou para os interesses do pesquisador”.<sup>32</sup> Partindo do princípio que as “imagens não contribuem apenas para representar o passado, mas também para construí-lo”<sup>33</sup>, a escolha da angulação ao registrar a construção dos prédios públicos da nova capital, o diálogo poético entre as curvas e retas dos edifícios com o enquadramento e curvatura das lentes podem atender, além dos fatores estéticos, aos fatores político-culturais como a idealização de grandiosidade dos edifícios remetendo ao próprio poder da nação ou do governo que buscava projetar ideias de monumentalidade daquele momento histórico.

30 Neste caso, usarei como base a definição de Mauad onde a fotografia é: “resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções signílicas diferenciadas de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto no local que ocupam no interior da própria mensagem.” MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. p. 80

31 Segundo Baczko (1985, p. 309) “imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”. BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund *et Alii*. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

32 SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: O rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.04, n.02, p. 391-431, out, 2014. p. 422.

33 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 13, p. 259.

## ‘Não é imaginação, é realidade’: intersecções entre o flâneur e o rolezeiro

Laíza Santana Oliveira<sup>1</sup>

Mestranda em História Social - USP

laiza.oliveira@usp.br

### Resumo

A partir das perspectivas temporal, espacial e social visa-se investigar qual foi o cenário, o impacto de ação e as relações identificáveis entre o flâneur, pelas ruas de Paris, capital da modernidade no século XIX, e o rolezeiro, pelos corredores dos shoppings centers da maior metrópole do hemisfério sul, a cidade de São Paulo, no século XXI, partindo da concepção de que a flânerie e o rolezinho são fenômenos sociais e não experiências efêmeras e desconexas de seus tempos históricos. Tanto Charles Baudelaire, escrevendo sobre o flâneur, quanto o historiador do século XXI, escrevendo sobre a cultura funk paulista estão, em medidas diferentes, estão fazendo a História do Tempo Presente. Para Jean-Pierre Rioux, a História do Tempo Presente é “um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas” (1999) e o historiador deve, nesse sentido, se atentar a recusa do que é efêmero de modo a ser protagonista na redação da História e não os jornalistas que possuem as informações nas mãos mas, realizam análises superficiais, momentâneas e enviesadas. Domínio ainda em consolidação na academia, a História do Tempo Presente é para Eric J. Hobsbawm, um dos maiores historiadores do século XX, uma necessidade “ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do III milênio” (1998). Com base, deste modo, nas obras sobre o tema é possível salientar que o exercício da inserção tanto do flâneur, quanto do rolezeiro se dá nos seus referidos tempos históricos, então, na chave da experiência no/do espaço urbano que com seus ritmos e traços característicos moldam estes sujeitos, ao passo que, estes sujeitos também moldam as referidas cidades, não existindo, assim, uma relação hierárquica entre o homem e o espaço, mas, uma relação de dupla-troca em que a temporalidade se afirma, ademais, como um elemento de suma importância, tendo em vista, que sociedade, espacialidade e temporalidade são produtos de construções sociais de longa duração. Isto é, estes três elementos (sociedade, tempo e espaço) são resultados de interações sociais, das quais o flâneur e o rolezeiro desempenharam papéis significativos, cada um a seu modo, com seu trajeto, seja caminhando pelas ruas de Paris, no século XIX, em meio a arte, jogatina, mulheres ou seja caminhando pelos corredores de um shopping center, em São Paulo, no século XXI.

**Palavras-chave:** Funk; rolezinhos, rolezeiro, flâneur, flânerie.

<sup>1</sup> Bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Nas décadas iniciais do século passado, sobretudo, na cidade de São Paulo, o *footing* era hábito praticado por rapazes e moças que saíam às ruas para andar e conversar. O passeio era realizado, principalmente, em espaços abertos, públicos e centrais como praças e parques arborizados, ao ar livre, entretanto, com o processo de interiorização e verticalização do comércio em espaços fechados com a construção de centros comerciais, megalojas, as ruas foram gradualmente obliteradas e, de local de diversão e descontração, foram transformadas em locais de passagem e de temor da violência nas grandes metrópoles.

Os shoppings centers, então, nesse cenário, ganham destaque e se fortalecem enquanto espaços de segurança e lazer. Contudo, no limiar entre o caráter público e privado, com regras fixas e pré-determinadas, não são todos os sujeitos que nesse ambiente são bem-vindos e, ademais, esta acepção não se configura, contudo, como uma inovação dos anos 2000. No que tange a questão da restrição da presença de determinados indivíduos, têm-se os rolezinhos nos shoppings como caso paradigmático acerca da relação entre grupos sociais, espaços de sociabilidade e entre este fenômeno social — o dos rolezinhos, na cidade de São Paulo, no século XXI — é possível encontrar similaridades com o fenômeno social da *flânerie*, da Paris, do século XIX.

Marshall Berman aponta que na cidade pós-1848, pós-primavera dos povos, é a ordem, o limite, o cerceamento que estrutura cidadania.<sup>2</sup> A cidade parisiense se altera de modo a permitir o fluxo do capital pelas alamedas e boulevards, a arquitetura modernista segrega, o indivíduo e o coletivo se distanciam ao passo que também, contraditoriamente, se encontram. E nessa cidade o olhar de estranhamento parte exatamente de um personagem, o *flâneur*, que conforme salienta Walter Benjamin, é aquele que anda, que observa, que se asila na multidão — multidão, esta, que o acolhe mas também que, em alguns momentos, é apenas um cenário.

No que tange ao tempo histórico, *flâneur* e *rolezeiro* estão distantes, um, no despontar da segregação entre espaço público e privado, nas ruas desenhadas de Paris, no novo projeto arquitetônico que se torna modelo mundial, enquanto o outro personagem, caminhando entre corredores, escadas rolantes. Porém, ao que se refere a questão espacial, *flâneur* e *rolezeiro* se aproximam — e muito — visto o local por onde circulavam, demarcado por vitrines, consumo e pelo modo como viam o corpo social e como eram vistos por aqueles indivíduos que estavam circunscritos em outra dinâmica.

São, então, estes, protagonistas de uma trama que engloba muito mais que o meio urbano mas, acima de tudo, a maneira pela qual apreendem esta cidade e seus novos-velhos espaços de encontros e desencontros. Não somente o passado, como também o presente se mostram, assim, objetos de análise do Historiador que a partir da seleção e indagação de suas fontes pode analisar também as dinâmicas contemporâneas a sua própria existência enquanto sujeito-pesquisador.

2 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo. Cia das Letras. 1986. p. 162.

### A Paris do flâneur e a São Paulo do rolezeiro

Para Berman, os tempos contemporâneos encontraram novos meios de mascarar e mistificar conflitos ideológicos e de classe, sobretudo, a partir da alteração do espaço urbano de modo a impedir os “confrontos e colisões”, aos quais se refere Charles Baudelaire. Nessa perspectiva, se o século XIX foi o século dos boulevards, o século XX deu início ao modelo rodoviarista, com fomento do uso de carros como veículos prioritários de locomoção.

Na capital paulista (vale-se ressaltar, a maior metrópole do Hemisfério Sul) este processo foi acelerado especialmente, com os tamponamentos e retificações dos mais de trezentos cursos de rios e córregos que corriam pela cidade e que deram lugar à ruas, avenidas e marginais.<sup>3</sup> Progressivamente, com a alteração dos pólos de centralidade em direção ao vetor sudoeste, o alargamento das pistas, concomitantemente com a intensificação da migração nortista e nordestina, o fortalecimento da indústria automobilística, as calçadas, de lugar de passeio, se transformaram em locais associados ao perigo e ao medo. Esta associação tornou-se mais latente a partir da década de 1980 e o fenômeno chamado por arquitetos e geógrafos urbanos como “crise das cidades” e que foi marcado pelo acréscimo da população nas metrópoles, taxas altas de inflação, desemprego, reduzida existência de políticas públicas capazes de prover moradia digna e condições mínimas de sobrevivências à população pobre. Segundo Deák, seria esta crise de “reprodução da sociedade de elite no âmbito da acumulação entravada que [...] mantém aberta a questão sobre todas as transições, umas mais, outras menos ‘democráticas’, que pretenderam evitar a transformação da ordem social.”<sup>4</sup>

Em síntese, segundo o autor, a crise da década de 1980 não foi uma crise contra “fantasmas”, “espectros”, “ineficiências”, mas sim, uma crise de transformação sobretudo, da reprodução das forças de trabalho, concentradas nas grandes cidades. É neste cenário que foram erguidos os 53 shoppings centers da cidade de São Paulo desde 1966 (ano de inauguração do primeiro shopping de São Paulo, o shopping Iguatemi, construído sob o terreno da influente família Matarazzo).<sup>5</sup> Tais construções, contudo, alteraram de modo significativo os espaços de lazer da cidade, deslocando-os das ruas, portanto, do espaço público, administrado pelas representações políticas, para o espaço fechado, privado, sob gerência direta de empresários e empresas.

Essa, portanto, é a cidade pós-haussmanniana, embora não em sua totalidade, dada as particularidades do movimento de desenvolvimento da sociedade brasileira, marcado pela diacronicidade e simultaneidade do(s) tempo(s) histórico(s). Entretanto, é neste espaço que se mascaram as forças opostas, as contradições sociais: em largos corredores, refrigerados, repletos de lojas, modelos e padrões a serem seguidos. A vida social, os encontros, os desencontros ocorrem nos

3 SEABRA, Odette C. de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do Poder*. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de Paulo. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1987.

4 DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo. Fupam, Edusp. 1997. p. 37.

5 Dados obtidos no site da ‘Associação Brasileira de Shoppings Centers - ABRASCE’. Disponível em: <<http://www.abrasce.com.br/monitoramento/numeros-nas-capitais>>. Acesso em: <23 de junho de 2017>.

shoppings, em meio a escadas rolantes, mesas, em um ambiente racionalizado, tal qual o projeto urbanístico da Paris do século XIX e suas novas amplas ruas, seus boulevards e contradições, palco do encontro dos diferentes.

Benjamin aponta que as transformações no traçado urbano projetadas pelo arquiteto Georges-Eugene Haussmann tornaram Paris uma cidade estranha até para os próprios moradores. Boulevards, exposições universais passaram a compor a paisagem de uma cidade que passa a priorizar o capital financeiro e pressionar a população desassistida para o cinturão vermelho, por meio de demolições, restrições de circulação. Ironicamente, descreve Berman, foi assim que a arquitetura modernista destruiu a vida urbana que um dia almejou libertar: “pessoas aqui, tráfego ali; trabalho aqui, moradias acolá; ricos aqui, pobre lá adiante; no meio, barreiras de grama e concreto, para que os halos possam começar a crescer outra vez sobre a cabeça das pessoas.”<sup>6</sup>

Essa lógica teve ressonâncias e produziu locais com entradas e saídas distintas, espaços para carros e pessoas, organização e proteção no cerne da racionalização do espaço que se pauta na facilitação da produção e escoamento para o mercado que, nada mais é, que um desconhecido, um anônimo entre a sociedade. Georg Simmel destaca que essa complexa cadeia de relações, com pessoas tão diferentes, interesses tão distintos, só se sustenta por conta da existência da matematização da vida, onde os relógios possuem papel fundamental. Para Simmel, “pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana (...).”<sup>7</sup>

Edward Thompson aponta que é após 1790, sobretudo, durante o século XIX, com a popularização dos relógios, que o tempo não mais pautado em condições da natureza, como ciclos da chuva, ou movimento solar, mas sim o tempo deste objeto, o relógio, que começa a regular as atividades humanas e a internalizar uma nova temporalidade e disciplina no sujeito, incluindo crianças, com o advento de uma regularidade temporal para exercer o controle sob o sujeito, assim como nas fábricas. Essa mudança, todavia, não foi marcada por uma transição etapista, já que, todo o ônus da mudança para o capitalismo industrial recaiu única e exclusivamente sobre a cultura que expressou (e ainda expressa) todos os sistemas de poder. Assim, trabalho, lazer, ensino, pregação: todos estes âmbitos impuseram uma nova relação do Homem com seu próprio tempo.<sup>8</sup> Na mesma linha, Norbert Elias aponta que é essa instituição social temporal, materializada em relógios e calendários, que molda uma autodisciplina responsável por estruturar um habitus social e construir, desta maneira, os indivíduos.<sup>9</sup>

6 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo. Companhia das Letras. 1986. p. 166.

7 SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: Velho, O (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1967. p. 5.

8 THOMPSON, Edward. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: *Costumes em comum*. São Paulo. Companhia das Letras. 1998. pp. 267-304.

9 ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro. Zahar. 1998.

Essas novas relações entre o Homem, o tempo, o trabalho, a religião, o ensino, a moradia tomam forma no contexto urbano. É na metrópole, conforme argumenta Simmel, que se constrói e se exerce a liberdade individual, ao passo que esta liberdade não é de fato exercida, dado que, conforme sustenta Jane Jacobs, a cidade moderna eliminou a vida social e espiritual, apesar de serem espaços completamente limpos e organizados. Essa situação se dá pois são as pessoas que ao ocuparem as ruas, vielas, calçadas criam conflitos, embates que podem tornar ruidosa a relação entre o sujeito e o espaço urbano, mas que podem, por outro lado, produzir efeitos positivos.

Entretanto, há um paradoxo na cidade milimetricamente calculada, onde os choques podem ser inviabilizados pelas restrições de circulação impostas — “as muralhas invisíveis”, segundo a concepção de Nicolau Sevcenko que aponta que:

“Para os técnicos planejadores [modernos], a cidade e seus habitantes aparecem como um problema, assim como tudo o que tende a escapar do controle e da previsibilidade, como os jovens, os desempregados, os desajustados de todo tipo. Mas nada, nem esse descontrole potencial, pode se furtar ao olhar planejador que tudo vê. O que nos remete a Kafka, o primeiro a indicar que a muralha é apenas uma preparação para o advento decisivo da torre: a muralha cerca e a torre organiza e vigia. Como a Babilônia mítica e a Torre de Babel; ou como as múltiplas civilizações que conjugavam as muralhas e as pirâmides.”<sup>10</sup>

Inclusão e exclusão; visível e invisível; público e privado; cidadãos e carros; calçadas e avenidas: são essas as contradições que caracterizam a cidade e que apesar de opostas, não se anulam, convivem dialeticamente de modo a produzir a ordem, como a estrutura dos modernos shoppings centers da cidade de São Paulo do século XXI, e o caos, como a Comuna de Paris e suas barricadas do século XIX.

### **A Paris para o flâneur e a São Paulo para o rolezeiro**

Walter Benjamin destaca que a poesia de Charles Baudelaire foi a primeira a colocar Paris como centro de sua escrita. Seu personagem principal, o flâneur, emite o seu olhar de estranhamento, “com um halo reconciliador a desconsolada forma de vida vindoura do homem da cidade grande”.<sup>11</sup> O estranhamento do flâneur frente a Paris reside no fato dele ter de se inserido no espaço arquitetado durante o Império de Napoleão III, as reformas urbanísticas do Barão de Hausmann alteraram profundamente os traçados das ruas, as calçadas, os locais de moradias da cidade, dando espaço para uma inovação: os boulevards.

Largas, arborizadas, com pavimento de macadame para as charretes dos cavalos, com prédios comerciais, os boulevards alteraram a experimentação cidadina pela população que foi profundamente atingida pelas alterações no traçado urbano que transformaram Paris em uma cidade

10 SEVCENKO, Nicolau. *As muralhas invisíveis da Babilônia moderna*. Revista Ócullum, nº 1. 1985. p. 44. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.170/5253>>.

11 KOTHE, Flávio. R. (Org.). “Paris, a capital do século XIX” In: *Walter Benjamin*. São Paulo. Ed. Ática. 1985. p. 39.



modelo, uma cidade a ser desfrutada. Entretanto, essa cidade não foi construída para ser desfrutada por todos: havia o lado iluminado, do comércio, do agrado aos olhos, havia o lado obscuro, das residências dos mais pobres e miseráveis nas áreas periféricas. Esse encontro entre diferentes pessoas que agora é possível em meio as esquinas e boulevards, porém, não é sempre harmonioso como é possível analisar em um trecho do poema de Baudelaire de título “Os olhos dos pobres” (1864):

“[...] Dizem os cancionistas que o prazer torna a alma boa e amolece o coração. Não somente essa família de olhos me enternecia, mas ainda me sentia um tanto envergonhado de nossas garrafas e copos, maiores que nossa sede. Voltei os olhos para os seus, querido amor, para ler neles meu pensamento; mergulhava em seus olhos tão belos e tão estranhamente doces, nos seus olhos verdes habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, quando você me disse: “Essa gente é insuportável, com seus olhos abertos como portas de cocheira! Não poderia pedir ao maître para os tirar daqui? [...]”<sup>12</sup>

Esta prosa poética baudelairiana muito mais do que demonstrar a relação afetiva entre um casal, apresenta os contrastes da cidade e a maneira como estes contrastes influíram na ação dos sujeitos. Enquanto os personagens pobres circulam pelo boulevard, ao fim da tarde e se magnificam com a imponência da rua e do café, do lado de dentro, diante de um espaço quase que onírico, descrito pelo poeta como um local com “superfícies faiscantes dos espelhos, os ouros das madeiras e cornijas”, a moça se incomoda com o olhar dos pobres. Não é somente a presença deles que a atordoia, conforme explicita o título, são os olhos, o olhar dos pobres que é o centro de seu constrangimento e de seu pedido para que os sujeitos sejam retirados de suas vistas.

Se é em meio a esta cidade por onde circula o flâneur, de certo modo, como um apreciador e ao mesmo tempo, como um indivíduo na multidão, na tentativa de apreender, aprender e compreender o espaço, ele está lá para ver, o rolezeiro quer ser visto. Suas vestes coloridas, listradas, estampadas, seu modo de caminhar, que embala passos com danças, seu modo de dialogar com seus semelhantes, com gírias, risada frouxa, fazem dele não só mais “um” visitante no shopping, mas sim “o” visitante, que sempre em conjunto, formam um coletivo atuante. Este coletivo, de fato, chama a atenção - e incomoda. Incomoda os olhares daqueles que desacostumados a ver tal compostura em um centro de consumo, se incomodam sobretudo, com o propósito da visita que é consumir e vender olhares, estão prontos para isso.

Teresa Caldeira destaca que “no decorrer das últimas duas décadas, a cidade foi se tornando, para os jovens do sexo masculino, especialmente aqueles vindos das periferias, um espaço não só de circulação, mas também de experimentação, transgressão, prazer e risco”.<sup>13</sup> Trajados com seus tênis Nike, seus óculos Juliet, seus bonés Oakley, suas camisetas Lacoste, estes jovens não

12 Prosa de autoria de Charles Baudelaire, extraída do livro de Marshall Berman. BERMAN, Marshall. “O modernismo nas ruas”. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. da Letras, 1986. pp. 146-147.

13 CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Qual a novidade dos rolezinhos? espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 98, 2014. p. 15. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100002&lng=en&nrm=iso)>.

necessitam mais circular pela cidade somente por questões de trabalho, eles podem se deslocar por lazer, por consumo, estes jovens têm a possibilidade de construírem uma imagem de si próprios.

Dados divulgados pelo IpeaData, em 2011, indicam que entre 1994 (ano de implementação do Plano Real) e 2010, o salário mínimo da população sofreu valorização de cerca de 700%.<sup>14</sup> Barbosa destaca que este reforço no orçamento familiar resultou em um aumento significativo da venda de bens de consumo não duráveis, como roupas e tênis de marcas, por exemplo. Renato Meirelles, presidente do Instituto Data Popular, destacou que, principalmente, a juventude das classes mais baixas, somaram nos anos iniciais da década de 2010, um poder de compra estimado em R\$130 bilhões.<sup>15</sup> Nas palavras de MC Boy do Charmes, um dos pioneiros da vertente do funk ostentação “Não é imaginação, é a realidade, já virou passado, miséria, necessidade, [dinheiro] não traz felicidade, mas a<sup>16</sup>fasta a tristeza e talvez minha humildade seja minha maior riqueza”.

Entretanto, assim como o pobre no boulevard francês do século XIX, o rolezeiro do shopping também provoca calafrios em determinados segmentos da sociedade que acaba se utilizando dos aparatos judiciais para se distanciar do que julga estar ligado a criminalidade. Danilo Cymrot disserta que o funk é criminalizado na sociedade, sendo frequentemente alvo de política penal em vez de política cultural. Isso por conta das associações realizadas destacadamente pela mídia entre as gangues e o funk e que muitas vezes acabam por ocultar que as relações firmadas entre estes jovens se consolidam por afinidades musicais, reuniões para atividades de lazer e que não é a violência que os caracteriza enquanto grupo social.<sup>17</sup>

Observar, caminhar, vivenciar: embora em espaços e tempos distintos, entre o flâneur e o rolezeiro há continuidades que indicam que apesar do lapso temporal de um século e meio, a circulação pelo espaço não é completamente livre, já que, está condicionada a determinadas convenções sociais que são historicamente construídas e consolidadas, ligadas às questões de classe, etnia e gênero, por exemplo. Tais convenções objetivam, mesmo que de maneira não explícita, moldar o comportamento não somente de “quem” caminha mas, destacadamente o do “porquê” se caminha, o que se reflete na forma de se experienciar a cidade com seus muros visíveis e invisíveis.

### Entre o social, o temporal e o espacial

MC Daleste, um dos mais importantes cantores da cena funk paulista, assassinado em 2013 durante um show, na canção “São Paulo” assim descreve a cidade: “(...) onde 10 mil [reais] vai, no

14 Em 1994, o salário mínimo era de R\$ 64,79 e em 2010, o valor alcançou R\$ 510,00. BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Brasil Real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo. Ed. Outras Expressões. 2012. p. 40.

15 MEIRELLES, Renato. *Rolezeiros' têm mais poder de compra do que os jovens de das classes média e alta juntos*. Portal UOL. 12 de março de 2014.

16 MC Boy do Charmes. “Onde eu chego eu paro tudo”. In: *Boy do Charmes*. Berger Mobile. c2013. 1 CD. Faixa 4 (2:13).

17 CYMROT, Danilo. *A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica*. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011. dissertação de mestrado. p.48.

mesmo tempo vem, claro que é São Paulo, capital das notas de cem (...) São Paulo é ostentação, o dele [relógio] é lata, o meu é ouro, o que eles tem, “nóis” tem em dobro (...)”. Nascido e criado na zona leste da capital, MC Daleste foi um dos cantores principais no processo de difusão do funk ostentação e no fortalecimento do imaginário ligado a esta vertente do funk que está intrinsecamente relacionado à cidade de São Paulo enquanto tal, já que, por conta de sua pujância sobretudo, econômica, o luxo e o dinheiro são associadas como elementos característicos da metrópole paulista.

A imagem, as ideias, o comportamento dos MCs foram e ainda são características fundamentais na conformação da cultura funk pois, conforme destaca Carla Abdalla, “fama, admiração e inveja estão ligadas principalmente ao que os MCs representam para os jovens funkeiros. Seus estilos de vida são idolatrados e os garotos copiam suas falas, seus cortes de cabelo e jeito de vestir”<sup>18</sup>. E é exatamente este estilo de vida que é, dada às devidas proporções, recriado pelos adolescentes nos rolezinhos que usufruem do momento, do ato de “dar um rolê” para se constituírem enquanto sujeitos e enquanto grupo coletivo.

Rosana Pinheiro Machado e Maria Lucy Scalco apontam que nesse sentido os rolezinhos foram centrais para a compreensão da sociedade brasileira acerca da existência de uma massa de jovens de periferia com anseios, desejos, fortemente influenciados por uma atmosfera consumista decorrente do contexto político e econômico do país<sup>19</sup>. Focado no universo imagético e simbólico, Rafael Ribeiro dos Santos, na mesma linha, aponta que a identidade do funk ostentação é caracterizada pela possibilidade de expressar pulsões, desejos e necessidades próprias da juventude, baseados nos MCs, onde o consumo de artigos de marca é o ponto de partida: “não há como falarmos em funk ostentação, sem falarmos em consumo”<sup>20</sup>.

Se o espaço e o contexto foram importantes para a conformação do rolezeiro, o mesmo também foi central para a conformação do flâneur. As alterações na arquitetura da cidade, a abertura de novas ruas, instalação de monumentos, iluminação à gás, dão o sustentáculo para o crescimento da modernidade, ou segundo France Vernier, “a cidade é certamente o pivô em torno do qual bascula o mundo no século XIX”<sup>21</sup>. É esta cidade que inspira o poeta Charles Baudelaire e por onde circula o flâneur, e essa nova Paris é impressa nos versos do poema “O cisne” de autoria de Baudelaire no livro “As flores do mal”, de 1857, tais quais, “Morto é o velho Paris (a forma da cidade muda bem mais que o coração de um infiel)” e “Paris mudou! Porém minha melancolia/É sempre igual: torreões, andaimarias, blocos/arrabaldes, em tudo eu vejo alegoria/Minhas lembranças são mais pesadas que socos.”

Partindo da perspectiva Benjaminiana de análise, o flâneur é o indivíduo que se dispõe pela cidade de modo a se encaixar neste recém-surgido sistema capitalista, em sua fase industrial, que

18 ABDALLA, Carla C. *Rolezinho pelo funk ostentação: um retrato da identidade do jovem da periferia paulistana*. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 2014. dissertação de mestrado.

19 PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Maria Lucy. *Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no país*. Revista de estudos culturais - USP. São Paulo. 2014. p. 9.

20 SANTOS, Rafael Ribeiro. *Funk ostentação: imagens do consumo*. CELAC - ECA - USP. São Paulo. 2014. p. 21.

21 VERNIER, France. *Cidade e modernidade nas "flores do mal" de Baudelaire*. ARS São Paulo, v. 5, n. 10, p. 62-79, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-53202007000200007&lng=en&nrm=i-so](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202007000200007&lng=en&nrm=i-so)>.

modificou significativamente não somente a paisagem, como também os homens e seus modos de viver. De modo análogo, o rolezeiro - a sua maneira - tenta se inserir no universo do consumo, e assim, portanto, tenta se inserir no sistema capitalista em uma nova fase, da financeirização do capital.

Ambos, deste modo, não são somente meros reflexos da fase do capitalismo que se engendra diante de seus olhos, e sim, são agentes que, apesar de protagonistas, estão circunscritos às condições que lhes foram herdadas, ou nas palavras de Karl Marx: “os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.<sup>22</sup>

### **Agentes sociais, agentes históricos**

Tanto Charles Baudelaire, escrevendo sobre o flâneur, quanto o Historiador do século XXI, escrevendo sobre a cultura funk paulista estão, em medidas diferentes, fazendo a história de seu presente, a História do Tempo Presente. A reação à ideia da efemeridade dos acontecimentos históricos e o posicionamento contrário aquilo que é, muitas vezes, taxado de frívolo e sem relevância é, para o pesquisador de seu próprio tempo, preceitos essenciais para o estudo das sociedades e seus mecanismos de produção e reprodução, perpetuação e esquecimento.

Com base, deste modo, nas obras sobre o tema é possível salientar que o exercício da inserção tanto do flâneur, quanto do rolezeiro se dá nos seus referidos tempos históricos, então, na chave da experiência no/do espaço urbano que com seus ritmos e traços característicos moldam estes sujeitos, ao passo que, estes sujeitos também moldam as referidas cidades, não existindo, assim, uma relação hierárquica entre homem e espaço, mas, uma relação de dupla-troca em que a temporalidade se afirma, ademais, como um elemento de suma importância, tendo em vista, que sociedade, espacialidade e temporalidade são produtos de construções sociais de longa duração.

Isto é, estes três elementos (sociedade, tempo e espaço) são resultados de interações sociais, das quais o flâneur e o rolezeiro desempenharam papéis significativos, cada um a seu modo, com seu trajeto, seja caminhando pelas ruas de Paris, no século XIX, em meio a arte, jogatina, mulheres ou seja caminhando pelos corredores de um shopping center, em São Paulo, no século XXI, entre lojas de calçados, lojas de vestuário, lojas de acessórios.

Estes dois atores sociais, assim, ao se apropriarem do espaço urbano, conformaram novas redes de sociabilidade em suas respectivas cidades, se utilizando destes novos circuitos estabelecidos como espaços compartilhados de reconhecimento, pertencimento e identidade social. Porém, não apenas isso, tendo em vista que, os caminhos traçados pelo flâneur e pelo rolezeiro dizem muito com relação a Paris e a São Paulo e a forma de inserção de grupos no contexto das metrópoles, apontando não somente como esses sujeitos lidaram (e lidam) com a cidade, mas também, como a cidade lidou (e lida) com eles.

22 MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 7.

## O mundo é diferente da ponte pra cá: Rap, Hip-Hop e as identidades socioespaciais

Vinícius Novaes Ricardo  
vinicius\_novaesricardo@hotmail.com

### Resumo

As culturas urbanas têm se consolidado enquanto um tema caro às ciências sociais e à historiografia. Partindo-se do pressuposto de que a cultura é um arcabouço de significados que torna a realidade social inteligível e que, como é elucidado por Chartier (1991), os distintos lugares e momentos produzem expressões culturais particulares, a cidade é vivenciada por uma miríade de sentidos distintos. Nesse sentido, pela episteme culturalista, afirmar-se que uma cidade, enquanto espaço geográfico, é composta por diversas cidades, enquanto locus sociocultural. Portanto, pretende-se o estudo de identidades socioespaciais pela análise de músicas de rap, explicitando a cultura Hip-Hop enquanto uma cultura urbana que se sustenta pela linguagem anti racista e anti *status quo*, que tem no rap seu ente verbalizador e propagandístico. Em vista do exposto acima, procede-se a seleção de músicas do período da virada do século XX ao XXI, tendo como foco principal o estudo das músicas “Straight Outta Compton”, do N.W.A, e “Da ponte pra cá”, do Racionais MC’s. Após a seleção das músicas, da análise da letra e melodia, sendo traçadas suas referências explícitas e implícitas, parte-se para a pesquisa dos sujeitos envolvidos em sua produção, seus contextos históricos e sociais, questão nevrálgica do trabalho. Para isso serão utilizadas as reflexões de Souza (2012) e Pasini (2007), que estudaram a trajetória individual de Mano Brown. Além disso, será utilizada a literatura de Ferréz em “Capão Pecado” (2010). Já para o N.W.A. serão utilizadas entrevistas e documentários. Em vista do supracitado, os resultados obtidos têm como ponto basilar a explicitação do que Ginzburg, em sua argumentação sobre o paradigma indiciário (1989), chama de indícios diminutos, que são reveladores de uma cidade até então omitida. Por fim, conclui-se que o instrumental teórico e a bibliografia mobilizada auxiliam na interpretação dessas músicas. Portanto, o procedimento escolhido consiste em: seleção dos grupos de rap de acordo com sua relevância musical e identificação socioespacial com um centro urbano; análise das partes textuais e não textuais das músicas; estudo dos contextos históricos e sociais, bem como a trajetória de vida individual dos sujeitos envolvidos na produção das músicas selecionadas; utilização do instrumental teórico e bibliográfico para a compreensão e análise socioespacial destes indivíduos e dos locais que representam.

**Palavras-chave:** Rap, identidade socioespacial, cidade.

### A juventude negra agora tem voz ativa<sup>1</sup>

Os termos rap e hip-hop muitas vezes se confundem, mas se referem, respectivamente, a um gênero musical e um movimento cultural. O hip-hop surge nos EUA em meados da década de 1970, nos bairros pobres e de maioria negra em Nova York. Constituído por uma profusão de expressões artísticas corporais, visuais e sonoras é um herdeiro direto da explosão cultural e política que interpelou diversas populações negras ao redor do mundo durante a segunda metade do século XX. Surge entre os grupos que amarguravam o luto de grandes lideranças políticas, como Malcolm X e Martin Luther King Jr., mas que mantinham a tenacidade de suas lutas por quaisquer meios que encontravam, promovendo, inclusive, eventos de resistência não violenta: as *black parties* e, futuramente, os encontros de hip-hop.<sup>2</sup>

Originalmente, o hip-hop é formado por quatro elementos: o break (principal responsável pela difusão da cultura nos anos iniciais, consiste em passos de dança), o graffiti (pintura caracterizada pela intervenção no espaço urbano) o DJ (responsável pela música) e o MC (mestre de cerimônia). Ao longo do desenvolvimento do hip-hop, o rap foi se tornando o ente sonoro e vocalizador do movimento, pela junção do DJ e do MC.

O rap, cujo nome significa “ritmo e poesia”, é um estilo musical surgido na Jamaica e levado aos EUA, em meados de 1970, pelo DJ Kool Herc, imigrante jamaicano residente em Nova York. Ao longo da década de 1980 o rap foi se consolidando enquanto um produto da indústria fonográfica, culminando em um dos gêneros musicais mais consumidos do mundo na década seguinte. Contudo, mesmo que, muitas vezes, uma música de rap esteja desvinculada do movimento hip-hop, ainda assim a música mantém, com grande frequência, imagens e linguagens deste movimento cultural, em destaque as relações sociais e de poder na cidade.

Portanto, a relação do hip-hop e do rap com a cidade não se limita em ser o ambiente em que esta prática cultural se desenvolve, mas se apresenta também como um importante conceito. Nesta feita, são recorrentes não apenas as representações da cidade, mas também a promoção de vivências urbanas. Inclusive, essas vivências urbanas são estabelecidas também em comportamentos políticos, uma vez que, no Brasil, a cultura hip-hop proporciona a construção de uma nova cidadania da juventude que o impulsiona, pela ocupação dos hipercentros das metrópoles como forma de intervenção política<sup>3</sup>.

Dadas as assertivas anteriores, resta-nos o questionamento de qual espaço urbano seria este. Uma das principais características das cidades é a segregação socioespacial, principalmente por denotar as regras de organização do espaço urbano. Segundo Teresa Caldeira, essas regras são prin-

1 Lançada no álbum “Escolha seu caminho” (1992), a música “Voz Ativa” é uma das músicas mais politizadas dos Racionais Mcs. Pela afirmação de existência de voz ativa para a juventude negra, os integrantes do grupo explicitam seu engajamento político e se identificam como porta-voz dessa juventude.

2 MARQUES, Gustavo Souza. *O Som que vem das ruas: Cultura, Hip-Hop e música rap no Duelo de MC's*. 137 fls. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

3 MARQUES. *O Som que vem das ruas: Cultura, Hip-Hop e música rap no Duelo de MC's*, p. 58.



cípios que estruturam a vida pública e, variando historicamente e culturalmente, indicam as relações sociopolíticas do espaço urbano<sup>4</sup>. Isso significa dizer que os padrões de organização de um espaço urbano não estão dissociados das temporalidades que os produzem, isto é, o caráter segregacionista da cidade serve a um propósito que está historicamente e sociopoliticamente posto no momento de sua configuração. Desta forma, Teresa Caldeira compreende na evolução urbanística da cidade de São Paulo signos reveladores de disputas de poder e, portanto, indícios para a compreensão da dinâmica social da cidade.

Paralelamente a isso, Loic Wacquant<sup>5</sup> percebe na segregação socioespacial estadunidense a manifestação de um dispositivo de controle das populações negras. Inclusive, segundo o autor, o gueto nos EUA seria a terceira faceta do sistema de opressão dos negros, sendo precedido pela escravidão e pelas leis Jim Crow e sucedido por uma fusão simbiótica com o sistema prisional.

A percepção da organização do espaço urbano enquanto portadora de significado histórico e cultural culmina com a constatação de que os comportamentos dos sujeitos inseridos nesse espaço urbano é igualmente significativo. A cidade, enquanto um espaço geográfico, comporta uma miríade de cidades, enquanto *locus* sociocultural.

É justamente sobre essas formas de leitura do espaço urbano que versa Michel de Certeau em “A invenção do Cotidiano”<sup>6</sup> ao estabelecer uma analogia das vivências urbanas com o processo de leitura. Segundo o autor, a leitura é um processo criativo e, portanto, é também uma forma de escrita. Sendo assim, o autor defende que as formas de consumo de um espaço urbano produzido são também formas de produção desse espaço urbano consumido. Essa relação se sustenta principalmente pela percepção de que uma representação não necessariamente será interpretada da maneira pela qual foi produzida. Nessa perspectiva, o autor afirma que “uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se no texto claro da cidade planejada e visível”<sup>7</sup>.

Esses “modos de fazer” defendidos por Certeau são mecanismos de inteligibilidade do “universo” cidade. Essa ideia pode ser identificada no comportamento dos indivíduos que, segundo o autor, fazem com que seus corpos obedeçam “aos cheios e vazios de um 'texto' urbano que escrevem sem poder lê-lo”<sup>8</sup>. Nesse sentido as práticas culturais urbanas seriam expressões dessas formas de compreensão e ação no ambiente, isto é, esquemas de assimilação coordenados por leituras imprevisíveis do espaço urbano.

Seria possível, então, analisar o rap e o hip-hop partindo das noções defendidas por Certeau? Curiosamente, Certeau diz que, se fosse necessária uma ilustração desses “modos de fazer”,

4 CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 34 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

5 WACQUANT, Loic. Da escravidão ao encarceramento em massa. *New Left Review*, Londres, n. 13, p. 41-60, jan/fev. 2002.

6 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Artes de fazer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994

7 CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. p. 159.

8 CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. p. 159.

ele utilizaria as “imagens transito [...] que bradam sem gritar e listram os subsolos da cidade, [...] gestos feitos de violência, [...] cujas fugidias aparições são acompanhadas pelos ruídos abafados do metrô: os graffiti de Nova York.”<sup>9</sup>.

Os graffiti de Nova York. Um dos elementos basilares do hip-hop, caracterizado pela irrupção no espaço urbano, um efeito colateral da cidade conceito. Arte que insiste em estampar nas telas da cidade a imprevisibilidade das leituras da urbe. Além disso, Nova York é o espaço fundamental da cultura hip-hop e da incorporação do rap ao movimento.

Desta forma, em vista do exposto acima, parece-nos razoável a defesa do hip-hop e do rap enquanto vetores de “modos de fazer” da cidade, de espaços urbanos caracterizados pela segregação socioespacial, que remete aos projetos e intencionalidades historicamente e culturalmente estabelecidos nos momentos de formatação. Formas de leitura que proporcionam também a escrita de um novo tecido urbano, pela ocupação dos hipercentros em defesa da promoção de uma nova cidadania.

Entretanto, de que forma é possível a utilização do rap enquanto fonte histórica para o estudo destas identidades socioespaciais? Para satisfazer este questionamento é imprescindível uma crítica historiográfica. Por uma questão circunstancial, a maior parte da bibliografia especializada no estudo do rap e do hip-hop não desenvolve o trato documental necessário, algo natural dado que não se tratam de trabalhos na área da História. Portanto, alguns cuidados metodológicos são absolutamente relevantes.

A utilização de músicas enquanto fontes históricas deve sempre considerar que, como qualquer documento histórico, seu significado se estabelece por uma díade entre evidência e representação<sup>10</sup>. Isso significa afirmar que os possíveis significados que podem ser extraídos de sua utilização devem sempre atentar para a linguagem interna que estabelece, ou seja, para além de seus significados históricos e culturais a música deve ser também estudada em sua composição técnico-estética e representacional. Dessa forma, os significados intrínsecos de um documento fonográfico se dão pelo conjunto “palavra (letra); música (harmonia, melodia, ritmo); performance vocal e instrumental [...]; veículo técnico (fonograma, apresentação ao vivo, videoclipe).”<sup>11</sup>. Por consequência, qualquer significado extrínseco ao documento se apresenta de maneira indissociável dos significados intrínsecos.

Ainda nesse sentido, como elucidado por Chartier<sup>12</sup>, toda estrutura ou prática é formada por representações e tanto a escritura quanto a leitura dessas representações estão condicionadas ao tempo, lugar, comunidade e o suporte pelos quais são recebidas. Por fim, é limitada qualquer proposta que hiperbolize o caráter de evidência frente ao caráter representacional da música enquanto fonte documental.

9 CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. p. 169.

10 NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel (fontes audiovisuais). In: PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 254-273.

11 NAPOLITANO. *A história depois do papel*. p. 271.

12 CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, p. 173-191, Maio, 1991.

## O mundo é diferente da ponte pra cá

As práticas e as representações da cidade são recorrentes desde o início das grandes reformas urbanísticas no século XIX. Da solidão da vida urbana nos versos de Alan Poe<sup>13</sup>, que nos oferece lampejos poéticos da vida parisiense do século XIX, à marginalização social nas prosas de Ferréz<sup>14</sup>, o espaço citadino ocupa uma posição de destaque na expressão artística dos sujeitos que nele residem e com ele dialogam. Ademais, não é apenas por meio da literatura que essas faces ocultas de uma cidade podem ser reveladas, a fotografia<sup>15</sup> tem se colocado como um grande suporte para esta temática e, vez ou outra, o cinema tem apresentado narrativas contra-hegemônicas sobre o espaço urbano<sup>16</sup>. Nesse sentido, e como já anunciado, o objetivo deste trabalho é a percepção destas leituras da cidade promovidas pelo rap e hip-hop.

Se é verdadeira a afirmação que o hip-hop surge em Nova York e é lá que acontece a incorporação do rap ao movimento, isso não significa dizer que o rap e o hip-hop são novaiorquinos. Na verdade, o rap rapidamente se espalha por grande parte do mundo, se estabelecendo como um gênero musical de sucesso em diversos países nos primeiros anos do século XXI, em destaque o rap estadunidense e o brasileiro. Em vista disso, e para manter a coerência com a bibliografia selecionada, foram escolhidas músicas de rap dos EUA e do Brasil, determinando a seleção das fontes pelo alcance da música e pela forma como é articulada a relação com o ambiente. Em vista dos objetivos e limitações deste trabalho, dentre o conjunto documental propício para a análise, foram selecionadas duas músicas: “*Straight Outta Compton*”, do N.W.A. e “Da ponte pra cá”, dos Racionais Mcs. Por uma questão cronológica trataremos da música do N.W.A. primeiro.

O grupo de rap *Niggaz Wit Attitudes*<sup>17</sup>, oriundo de Los Angeles, na Califórnia, lançou seu primeiro álbum em 1988, de nome *Straight Outta Compton*. Neste disco, as músicas oferecem aos ouvintes as representações que os integrantes<sup>18</sup> do grupo têm de Los Angeles e das regiões próximas. Nesse sentido, a música que dá nome ao álbum possui significados verbais, sonoros e visuais das leituras que estes sujeitos fazem da cidade. Apesar de apenas a cidade de Compton ser nominalmente citada no título da música, outras cidades e regiões são citadas na letra, inclusive nas samples utilizadas na melodia, além do formato audiovisual proporcionado pelo videoclipe que também mantém essa relação de representação.

O videoclipe da música nos mostra um grupo de jovens, composto, entre outros, por integrantes do N.W.A., andando pelas ruas do Compton, quando são surpreendidos por uma viatura

13 POE, Edgar A. O homem na multidão. Tradução de Dorothée de Bruchard. Edição Bilingüe. Porto Alegre: Paraula, 1993, 51p.

14 FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000. p. 149.

15 Gordon Parks foi um fotógrafo de Nova York reconhecido por fotografar os guetos da cidade em 1950.

16 *Do the Right Thing* (1989), *Boys n Tha Hood* (1991), *Juice* (1992), *Cidade de Deus* (2002).

17 O termo “nigga” é uma subversão positiva do termo “nigger”, originalmente ofensivo. Isso se estabelece pela transformação das desinências “er” em “a”, algo recorrente no rap.

18 Dr. Dre, Ice Cube, Easy-E, DJ Yella e MC Ren.

policial e, ao fugirem, são perseguidos. Na sequência, os integrantes do N.W.A. são colocados em um camburão até serem resgatados por outros integrantes do grupo. A narrativa do clipe é composta por diversos pontos de vista, inclusive o dos policiais, que aparecem portando diversas armas e agindo de forma arbitrária e violenta. De maneira absolutamente crítica é dado grande destaque para o lema da polícia: “Para proteger e servir”. Além desta violência corpórea descrita, a representação da cidade também revela a violência social pela condição de pobreza e marginalização que os indivíduos vivem. Não obstante as referências supracitadas, são mostrados mapas das cidades representadas: Compton, Pasadena, Los Angeles, Anaheim.

A batida da música é composta pelas samples das músicas *Amen Brother*, *You'll Like it too*, *West Coast Poplock*<sup>19</sup>. O ritmo acelerado, com interrupções bruscas e um uso intenso de tons graves, dita a performance vocal dos rappers, que transmitem agressividade. É interessante notar que em cada transição de um rapper para outro essa transição é também demonstrada na parte melódica da música. É de grande importância para a letra, e para a música como um todo, a forma como é estabelecido o discurso. Ao início da apresentação de cada rapper, é anunciado pelo mesmo o local de onde vem, sua identidade e uma breve descrição de si. Esse sistema argumentativo é interessante, pois explicita a relação do sujeito com a cidade, isto é, a descrição feita pelos enunciadores estabelece uma relação direta entre quem eles são e o ambiente de onde são provenientes. Essa conexão se torna ainda mais evidente com as frases de abertura e encerramento da música na versão do videoclipe, que são, respectivamente, “você está prestes a testemunhar a força do conhecimento das ruas” e “as coisas são assim na cidade do Compton, rapaz”.

De forma sintética, é possível dizer que a principal mensagem passada pela música é da violência, seus diversos praticantes e suas múltiplas formas de manifestação, seja corpórea e direta pela agressão física ou a violência social pela negligência do Estado e pelo processo de marginalização. É importante notar como essas propriedades intrínsecas se relacionam com os significados extrínsecos: a data de lançamento da música coincide com o ano em que os negros passaram a ser maioria numérica nos presídios estadunidenses<sup>20</sup> e que precede em pouco tempo o escândalo de Rodney King, que culminou nas *L.A. riots*<sup>21</sup>. Portanto, fica evidente que a análise conjunta das esferas interna e externa do documento musical, no caso o rap, é capaz de auxiliar na compreensão das representações e práticas cidadinas dos espaços aos quais faz referência.

Esse procedimento nos permite, por exemplo, compreender os sentidos inseridos na imagem de uma ponte, isto é, uma estrutura física que serve ao propósito de conectar duas regiões da cidade pode ser usada como representação da conexão de dois mundos distantes. É exatamente isso que é empreendido pelos Racionais Mcs na música que analisaremos.

19 Respectivamente, *The Winsons* (1969), *Funkadelic* (1980), *Ronnie Hudson & The Street People* (1982)

20 WACQUANT. *Da escravidão ao encarceramento em massa*. p. 14.

21 Ocorrido em 1992, foi uma das maiores manifestações urbanas da história dos EUA, deixando um número elevado de mortos, feridos e presos. O evento foi desencadeado após a absolvição dos policiais flagrados em vídeo espancando o taxista Rodney King em 1991.

Lançada no ano de 2002, dentro do álbum “Nada como um dia após o outro”, a música, que não possui videoclipe, tem por principal objetivo realizar, de maneira figurativa, a passagem da ponte a qual faz referência, ou seja, ao mesmo tempo que cria a imagem de um outro espaço urbano distante e segregado, a construção imagética da música também consiste em fazer com o ouvinte a passagem dessa ponte e representar qual é esse outro ambiente citadino.

A localização do ambiente começa logo na abertura da música, que nos apresenta um trecho radiofônico em que o radialista faz menção a uma série de regiões de São Paulo. Em segundo plano, em relação a voz do radialista, é tocada a música “Onda” de Cassiano, lançada em 1976. A função que essa música ocupa é de associação dos Bailes Black com rap e o hip-hop, inclusive, os trabalhos de Cassiano são recorrentemente referenciados nas músicas dos Racionais Mcs. Findado o trecho radiofônico, a letra e a melodia mudam drasticamente: a música é agora composta pela sample de *Cusswords*<sup>22</sup>, uma batida marcada pelos tons graves, que é ainda acelerada para a versão dos Racionais Mcs. Concomitante a isso, a fala calma e lenta do radialista é substituída pela rimas graves e marcantes de Mano Brown.

Entre várias mensagens relevantes, evidenciam-se três trechos da letra da música. O primeiro, contém os versos: “mesmo céu/ mesmo CEP/ no lado Sul do mapa/ sempre ouvindo um rap/ pra alegrar a rapa”. A construção discursiva presente nesses versos é muito relevante, pois associa um ambiente (céu, CEP, lado Sul) com uma prática (ouvir rap) e um grupo de pessoas (“rapa” é uma gíria que designa rapaziada). Nesse sentido, Mano Brown está nos dizendo que do lado de cá da ponte o rap é consumido por um determinado grupo de pessoas, ou seja, explicita a associação entre sujeito, espaço e prática cultural, elementos que subsidiam uma identidade, neste caso, socioespacial.

Em vista disso, e isso nos leva ao segundo trecho, é estabelecida uma analogia da cidade com a escola, que pode ser percebida no verso: “da ponte pra cá antes de tudo é uma escola”. É interessante notar como esse trecho afirma a relação do espaço na construção da identidade do indivíduo, ou seja, ao associar o ambiente com um lugar de aprendizado, que é a escola, é explicitado o impacto que o espaço tem na formação dos indivíduos que nele residem. Na sequência, a música representa qual é este espaço que serve de escola e, sendo assim, no terceiro trecho, o verso: “nesse capão redondo, frio e sem sentimento” é muito relevante.

Ao longo de toda a música, o ambiente é descrito como frio, ou seja, que possui temperaturas baixas, algo explicitado pelo radialista ao sugerir o uso de roupas de frio para quem fosse sair de casa na noite em questão. Entretanto, o Capão Redondo é frio não apenas em temperatura, mas em valores humanos. A representação do espaço enquanto frio e sem sentimento remete não somente à temperatura, em termos físicos, mas a uma certa temperatura, em termos poéticos, que se refere a um acolhimento ou um desconforto. Na representação feita, o Capão Redondo é um lugar frio por também não ser acolhedor.

22 *Too Short* (1989).

Por fim, são identificadas nominalmente ao longo da música as regiões<sup>23</sup> que os Racionais Mcs se referem, estabelecendo uma relação de representatividade entre os rappers e os ambientes.

### Holocausto urbano

Em vista das reflexões realizadas, é evidente a necessidade do estudo histórico e sociocultural não apenas dos ambientes aos qual esta produção musical está condicionada, mas também dos sujeitos envolvidos em sua produção.

Os Racionais Mcs, composto por, KL Jay, Edi Rock, Ice Blue e Mano Brown, é um grupo de rap radicado em São Paulo. Fundado em 1988, se insere em um momento de conturbada transição política, com a institucionalização de um Estado Democrático de Direito pela promulgação da Constituição. Surgido em um processo de extensão dos direitos políticos e incorporação na Constituição de uma série de garantias individuais, como o direito à vida, saúde, educação, moradia, entre outros, a retórica dos Racionais Mcs revelava um Brasil ainda autoritário e genocida, que sofria perenemente com os “Anos de Chumbo”. Esse discurso contra-hegemônico é logo percebido em seu primeiro álbum, “Holocausto Urbano”, de 1990. A utilização de um dos genocídios de maior visibilidade na história, que foi o Holocausto, como caracterização dos processos de vivência urbana cumpre uma função explícita: a denúncia de um processo genocida e segregacionista que estaria em curso não na Alemanha nazista do início do século, mas na São Paulo das décadas de 1980 e 1990.

Pedro Paulo Soares Pereira, o Mano Brown, é frequentemente estudado por pesquisas acadêmicas, seja pelo estudo de sua retórica e processo de composição<sup>24</sup> ou por sua trajetória individual e intelectual. Rodrigo Silva, na sua tese em sociologia pela Unicamp, faz uma análise de Mano Brown enquanto um importante artista e organizador cultural, que, segundo o autor, faria com que fosse possível identificá-lo enquanto um intelectual orgânico com discurso contra hegemônico<sup>25</sup>. Para Silva, a imagem sisuda de Brown e a aversão à grande mídia o alçaram à figura de artista engajado e comprometido, diferente dos chamados “vendidos”. Essa compreensão é importante, pois sustenta a imagem de Mano Brown enquanto um produtor cultural e não um produto, isto é, por não ser exclusivamente um produto comercial é que Mano Brown sustenta sua relação de identificação com o grupo social que diz representar.

Justamente por, de maneira explícita, se situar entre o “nós” e não o “eles”, se localizar no “cá” e não no “lá”, é que o rapper partilha das identidades socioespaciais que escreve durante o processo de leitura da cidade. É assim que seu discurso por justiça social ganha peso, isto é, na

23 Capão Redondo, Jardim Rosana, Três Estrela e Imbé, Santa Tereza, Valo Velho e Dom José, Parque, Chácara, Lídia, Vaz, Fundão

24 PASINI, Leandro: *Mano Brown: Poesia e Lugar Social*, in; Cultura e Pensamento, nº 3, dezembro de 2007, Ministério da Cultura/FAPEX, Brasília/Salvador

25 SILVA, Rogério de Souza. *A periferia pede passagem: A trajetória social e intelectual de Mano Brown*. 2012. 302 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2012



reverberação das pessoas que partilham dessa identidade. Analogamente, no rap estadunidense essa definição de um espaço urbano, uma prática cultural e um grupo social portador dessa cultura também está presente, como demonstrado com a música *Straigh Outta Compton*. Contudo, se a São Paulo e o Compton retratados nas músicas estudadas são espaços geograficamente distantes e temporalmente distintos, ambas expressam relações de poder cidadinas análogas.

A presença de linguagens e imagens similares em músicas de rap de países diferentes é recorrente. Uma das maiores imagens do rap brasileiro é a personagem do “Vida Loca”, que segundo a definição oferecida pelos Racionais Mcs, se trata de um sujeito que dialoga constantemente com a opressão sofrida. É imprescindível notar a inspiração direta desta imagem do “Vida Loca” com a imagem da *Thug Life*, do rapper estadunidense Tupac Shakur.

Tupac, reconhecido pela tonalidade política de suas músicas, sintetizou na imagem da *Thug life* as dificuldades da vida de um indivíduo classificado como oprimido. Desta forma, ambas as representações da vida passam por pontos comuns, como a violência social e policial, a marginalização, a pobreza, o racismo, a segregação espacial, entre outros. As semelhanças e distinções nas imagens evocadas pelo rap têm sua justificativa localizada no próprio ambiente que produz a música. Se de um lado temos uma política social e habitacional com o viés explicitamente segregacionista nos EUA, no Brasil as intencionalidades iniciais são menos evidentes do que os resultados obtidos, isto é, mesmo partindo de articulações políticas distintas, produziram efeitos semelhantes: uma cidade opressora e conflitante.

Essa ligação se sustenta, sobretudo, pela compreensão do racismo enquanto um fenômeno global, mas que é nacionalmente ressignificado. A mesma leitura pode ser feita com a dominação de classe social. Apesar da similaridade do paradigma social classista e racista, ser negro e pobre na cidade de São Paulo significa ser oprimido de forma distinta do que se estivesse no Compton. Em decorrência disso, será também analogamente distinta a retórica contra-hegemônica do rap.

É importante frisar que o rap expressa em seu conteúdo relações de poder, mesmo que isso, infelizmente, venha a produzir uma série de discursos machistas, as vezes misóginos, e homofóbicos. Defender o rap enquanto promotor de discursos contra hegemônicos não quer dizer que o rap é portador de todos esses discursos<sup>26</sup>, ao contrário, em alguns casos reforça a hegemonia. A crítica ao machismo no rap não deve se limitar às letras dos rappers homens, mas também ao espaço que é negado para as mulheres na indústria fonográfica e na memória do rap.<sup>27</sup> Para além da percepção do machismo enquanto fenômeno estruturante da sociedade e que, assim sendo, reflete nas práticas cotidianas, seu combate também deve ser feito de forma pormenorizada. Sendo assim, o rap ainda tem uma longa desconstrução para passar, mas se apresenta, paradoxalmente, enquanto um dos gêneros em que esse processo mais tem força.

26 Inclusive, a utilização da política para a temática das músicas de rap não se apresenta como uma obrigação. Como afirmado por Mano Brown em entrevista no programa Roda Viva (2007), por mais que a mensagem política no rap seja valorizada, não é uma regra.

27 SOUZA, Angela Maria de. Repensando as relações de gênero através das práticas musicais jovens: o movimento hip-hop. *Fazendo Gênero*, Santa Catarina, n. 9, p. 1-9, agosto. 2010.

### Considerações Finais

Ao longo do trabalho foram evidenciadas de quais formas o rap e o hip-hop dialogam com a cidade, utilizando um instrumental teórico e metodológico para a análise de duas músicas dentre um conjunto documental propício<sup>28</sup>. O instrumental utilizado permite, pela abordagem de fenômenos ditos marginais<sup>29</sup>, a explicitação do entrelaçamento de sujeitos, práticas culturais e espaços. Considerando todas as reflexões feitas ao longo do texto, ratifica-se a questão nevrálgica que aqui se pôs: a construção da identidade social e espacial expressa no rap e hip-hop.

Por fim, é possível apreender o processo de construção dessas identidades pela promoção de imagens e representações de espaços, que produzem a sensação de pertencimento entre alguns indivíduos, ou seja, os sujeitos invisibilizados pelo *status quo* encontram no rap e hip-hop uma organização lógica de sentimentos e leituras da vida urbana que escancara a sua existência em um sistema genocida que insiste em ocultá-la.

---

28 Outras possibilidades seriam: Grajuex (Criolo), Um bom lugar (Sabotage), Na zona sul (Sabotagem), No Brooklin (Sabotagem), Como sobreviver na favela (Mv Bill), Panico na zona sul (Racionais Mcs), Fórmula Mágica da Paz (Racionais Mcs), *N.Y. State of Mind* (Nas), *This is Compton (Compton's Most Wanted)*, *The Streets* & *R DeathRow* (Tupac).

29 GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

## A capital do trabalho: ordem, disciplina e moral pública em Belo Horizonte

Fábio Luiz Rigueira Simão<sup>1</sup>  
fabiolrsimao@gmail.com

### Resumo

Neste artigo debruçamo-nos sobre a problemática construção da cidade de Belo Horizonte (1895-1897) e os primeiros anos de sua existência, enfocando especialmente a questão da habitação, da nova ética do trabalho e da moral pública forjadas na prática e no discurso. A partir de jornais e cartilhas da época, bem como de documentação oficial, estudamos o trabalho de engenheiros, sanitaristas e policiais, que, agindo a partir de novos pressupostos da ciência à época, vão se debater com a resistência de grupos cuja única forma de inserção e assimilação seria a partir da nova lógica do trabalho ali construída e defendida. Pretendemos mostrar como a falta de infraestrutura e o desinteresse do governo em estender melhoramentos urbanos às classes trabalhadoras acabaram criando a necessidade de se desenvolver métodos e discursos capazes de absorver a população pobre, coagindo-a a partir de uma alocução moral que apelava à convivência pública e a uma nova ética do trabalho difundida entre jornais e discursos oficiais, uma experiência nova para o estado de Minas Gerais na virada do século XIX para o XX.

**Palavras-chave:** Urbanidade, Trabalho, Moral, Policiamento.

Nesse artigo pretendemos mostrar como um discurso construído em meio à imprensa oficial e não-oficial dos primeiros anos de construção e consolidação de Belo Horizonte influenciou a formação de uma certa opinião pública na difusão de uma moral urbana pautada no disciplinamento pelo trabalho e numa intrincada construção simbólica do povo mineiro com ordeiro e laborioso. Ao cabo essas construções culturais orientariam os trabalhos de policiais e própria retórica de defesa de alguns trabalhadores presos em diligência policial.

Belo Horizonte foi concebida como capital modelo do novo regime republicano. Segundo palavras de João Pinheiro, tratava-se da “filha primogênita das realizações materiais da República, [a] noiva do trabalho (...), mais famosa cidade brasileira (...), ansiando pela realização de seus destinos, *ponto de convergência* que deve ser de nossos esforços, *centro de impulsão* que será da *nossa atividade*” (MELLO, 1996 *apud* DUTRA, 1996, p. 45). Alfredo Camarate, engenheiro da comissão construtora, afirmou tratar-se de

<sup>1</sup> Doutor em História UFJF, 2016. Professor História do CAP-Coluni Universidade Federal de Viçosa.

(...) uma capital para os filhos do Estado de Minas; filhos do século das luzes (...); a criação de uma capital nova traz, portanto, *pesadíssimos encargos para os mineiros e refiro-me aos encargos morais e não aos econômicos* (...). Fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo.<sup>2</sup>

É recorrente nas matérias dos jornais da capital, a referência à cidade monumental, dádiva de um povo, de uma inteligência, de um governo. Numa poesia publicada em 1895 podemos observá-lo:

Já o sol com seus lumes fulgentes  
desce á terra a dor da vida e calor  
Eia! Erguer, meus irmãos, e contentes,  
Ao trabalho com alma e vigor!  
Lide a mão que não teme o conção, (sic)  
Lide o peito que tem coração.  
Na bigorna batendo o compasso,  
Diga o malho ao artista a canção.  
O trabalho nobrezas encerra,  
*É quem glorias á patria conduz;*  
Só o trabalho dá frutos á terra,  
Só trabalho nobreza produz.  
(...)  
Á vitoria! Á vitoria! – sem susto,  
Mostre o peito firmeza e valor;  
Quem confia em seu braço robusto,  
Não lhe falta na lucta o vigor.<sup>3</sup>

Esses versos do poeta J. Jardim inserem-se no contexto de troca de gestão da comissão construtora. A. Reis exonerado do cargo de engenheiro-chefe em 1895 entrega-o a Francisco Bicalho, a quem competira tornar concretos os planos de seu antecessor. As máximas que se podiam ler no estandarte do Palácio da Liberdade, sede do governo: “Saudação, Trabalho, Fortuna e Esperança” também apontam nessa direção.

Aliado a esse discurso do trabalho, são igualmente notáveis as recorrências de autoridades administrativas em seus relatórios e jornalistas em seus artigos à influência dos preceitos católicos ao tratar família e trabalho como instituições determinantes da “boa índole” do povo mineiro. O Operário, periódico da “Confederação Católica do Trabalho” veiculava uma coluna chamada “Pela Moralidade”, a partir da qual se difundiam cruzadas morais como a repulsa à nudez presente em muitos filmes exibidos na capital:

(...) corrupção dos costumes [que causa] decadência da sociedade, delinquência dos povos, fraqueza e ruína das nações, [a sensualidade é fator] de desequilíbrio econômico e retardo de solução da questão operária.<sup>4</sup>

2 MINAS GERAIS, Ouro Preto, 21 out. 1894, p. 2 *apud* MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. Belo Horizonte, um espaço para a república. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

3 Citado por BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, história média*. Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1897). Belo Horizonte: Rex, 1936, p. 347, grifos nossos.

4 O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 10 jul. 1920, p. 1.

O jornal *Povo Mineiro* veicula no seu editorial inaugural, em 1914, o quarteto moral proferido por Afonso Pena “Deus, Pátria, Família e Liberdade”, afirmando que

(...) daí nasce o nobre e justo apego deste povo [mineiro] aos sentimentos religiosos; daí (...) decorre o respeito dos mineiros às leis e às autoridades (sic); daí a sua beleza moral e a sua simplicidade de costumes (...).<sup>5</sup>

Era um “povo laborioso e trabalhador”, declararia outro cronista, o Padre Francisco Martins Dias, em 1895. Há aí uma intrincada relação estabelecida entre trabalho, moral e costumes religiosos. Mas o que isso pode dizer sobre o cotidiano policial da cidade?<sup>6</sup> Na análise que fizemos da documentação policial, bem como das notas de jornais acerca de diligências policiais, esse ideal de trabalho aparece como discurso legitimador das ações de guardas e policiais.

Caso emblemático e original é o da presença imigrante. Imigrantes pobres – nomeadamente italianos – vieram compor as fileiras de mão-de-obra necessária à construção da cidade. Eles foram recrutados ao trabalho sob a tutela da Hospedaria do Imigrante, controlada a princípio pelo chefe da comissão construtora. Tão logo esgotassem as demandas da construção civil, o braço imigrante tornar-se-ia desnecessário, e a sua presença repudiada. Ainda nos tempos da construção da capital, entre 1895-1897, a comissão construtora ordenava ao serviço de imigração que preferisse homens desacompanhados de família. De modo que esses operários ocuparam-se como puderam em casinholas improvisadas (cafuas) nos limites da Avenida do Contorno, cuja inscrição destinava-se às nobres famílias.

Rapidamente os bairros operários tornavam-se uma antinomia, um anti-discurso, bem como os seus habitantes, passariam a ser identificados com a desordem e com a turbulência (ANDRADE, 1987). Nas pastas de ocorrências policiais da chefia de polícia de Belo Horizonte, reunidas em documentos concernentes à prática do cotidiano daquela instituição no ano de 1915, pode-se ler as seguintes palavras do Chefe de Polícia:

(...) *vagabundos* e desordeiros se aglomeravam nas TASCAS e TAVERNAS para promoverem ASSUADA e DESORDEMS, determinei ao subdelegado desses dois distritos policiais [refere-se ao Calafate e ao Barro Preto, bairros adjacentes] que, em giro de inspeção, reprimissem, prendendo os perturbadores da ordem pública (sic) (grifos nossos).<sup>7</sup>

Note-se como a ação policial é deliberada por se tratar de distritos policiais situados em “lugares perigosos”, “focos de periculosidade” ou “zonas pecaminosas”, como se referiam os jor-

5 POVO MINEIRO, Belo Horizonte, 29 nov. 1914.

6 Nossa ideia inicial era trabalhar com policiamento, crimes e diligências. As fontes, porém, nos impuseram outras perspectivas; daí desloca-se nosso enfoque para o tema da ordem, e vimos ser este um termo a ser alargado, pensado para além da ação do Estado. Traços importantes do que se queria como ordem estava na opinião pública, revestida de temperos morais, devotos e por vezes pretensamente científicos.

7 Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol 8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

nais<sup>8</sup>. A ordem pública, segundo conjecturamos, deve referir-se ao novo em detrimento do arcaico, a civilização em detrimento da barbárie, o trabalho em detrimento da vadiagem.

O rótulo que se imprimiu à figura do imigrante foi o de aventureiro, de comportamento imprevisível, sem raízes com o local. O *Contemporâneo*, periódico de Ouro Preto, ao noticiar a agressão por parte de alguns operários da construção civil ao senhor Carlos Poma, empreiteiro responsável pela construção do Palácio Presidencial, dizia que os agressores, presos em flagrante pelo Capitão Lopes, faziam parte da população recém-chegada ao arraial, “(...) numeroso pessoal, em grande parte alheio ao sentimento do dever”.

Os hábitos de frequentar os botequins das áreas suburbanas colocam os imigrantes na mira das ações e prisões preventivas. Ao tratar do período em foco, Abílio Barreto relatava o seguinte:

“(...) aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, explanando o solo e construindo a cidade (...) mal a noite caía, ajuntavam-se nas tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e aí bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam frequentes distúrbios” (BARRETO, 1936, p. 352).

O periódico *A Capital* de Belo Horizonte publicava em 1897 uma crônica intitulada “Honra ao mérito”, veiculada por ocasião da saída do Capitão Lopes do cargo de subdelegado do distrito de Belo Horizonte:

Amável e delicado com todas as pessoas de bem, (...) [conquistou o Capitão Lopes] geral simpatia. Ai da ordem publica na barafunda desse cosmopolitismo individual em Belo Horizonte, si não fosse o tino, prudência, e a justiça do Capitão Lopes, sempre cercado do merecido apoio! (...) Terror dos velhacos, vagabundos e desordeiros, ele é um temível Menelik em Belo Horizonte.<sup>9</sup>

A retórica da vida ordeira podia também ser usada por meliantes em sua defesa. Essa cultura parece intrincada porque o próprio homem pobre, uma vez enquadrado por contravenção – como jogo de azar – ou vadiagem, irá se defender dentro dessa mesma lógica de argumentação.

O caso gerou duas repercussões, que podem ser analisadas em outros dois documentos. O primeiro documento chegou às mãos do Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais no dia 18 de agosto de 1915, isto é, cinco dias após o ocorrido. Tratava-se de um abaixo-assinado escrito por Vitório Lorenzato e seus amigos, presos na noite do dia 13 daquele mês. A carta dizia assim:

Os abaixo assinados, vem ante V. Ex. pedir providencia contra o seguinte facto arbitrário praticado pelo Alferes João Baptista, subdelegado do Barro Preto, no dia 13 do corrente, às 9 horas da noite: no dia acima mencionado estavam os abaixo assinados pacificamente em a casa comercial do cidadão italiano Victorio Lorenzato, jogando simplesmente por divertimento, um jogo Italiano denominado “escopa”, quando a casa daquele senhor foi invadida abruptamente, pelo referido Alferes acompanhados um soldado da força publica, que efetuou sem

8 A Barroca e o Barreiro, como o Calafate e a Lagoinha. A propósito desses veja-se Hélio Gravatá em suas contri-buição bibliográfica sobre Belo Horizonte, na REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Belo Horizonte, n. XXXIII, 1982).

9 *A Capital*, Belo Horizonte, 11 ago., 1897.



motivos ao justificado a prisão dos abaixo assinados, fazendo-os recolher o xadrez da 2a. delegacia onde ficaram até o dia seguinte, às 11 horas da manhã.<sup>10</sup>

Mas o clímax da carta está nas linhas finais, quando os requerentes se declaram “cidadãos operários”, honrados por isso e merecedores, portanto, de justiça. Assim escrevem:

Os suplicantes são todos cidadãos pacíficos e ordeiros, vivendo honestamente de suas profissões como podem atestar as autoridades desta Capital. Confiados, pois, no espírito (...) da justiça, que [é] característica dos (...) policiais, os suplicantes operários desta capital esperam providências que o caso exige. Nestes termos pedem justiça: Domingos Pessoto (proprietário da Marcenaria); Ardunísio Trattesí (Pedreiro); Pedro Nicolau (Pintor); Emilio Righi (Pedreiro); Manuel Alo-no (Comercio); João Pedro de Resende (Eletricista); Silvio Lazaretto (pedreiro); Moreto Nicolau (Pintor); Lourano A Batista (guardalivro); Vittorio Lorenzato.<sup>11</sup>

Pudemos, enfim, concluir que a falta de infraestrutura e o desinteresse do governo em entender melhoramentos urbanos às classes trabalhadoras, bem como admiti-las nos bairros centrais da cidade, acabaram propiciando o desenvolvimento de métodos e discursos capazes de absorverem-nas a partir da coação e de uma alocação moral que apelava à convivência em meio público (uma experiência nova para o estado de Minas Gerais) e a uma nova ética do trabalho, livre, ordeiro e regular.

### Bibliografia

ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897/1930)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1987. Dissertação de Mestrado.

AZEVEDO, Arthur. “Um Passeio a Minas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM, 1982, n° 33.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, história média*. Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1897). Belo Horizonte: Rex, 1936.

BOMENY, Helena, *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Edições Tempo Brasileiro, 1994.

DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital: apontamentos históricos*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, p. 339-82, 1905.

\_\_\_\_\_. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954; estudo crítico e nota biográfica de Maria Ceres Pimenta S. Castro*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

10 *A Capital*, Belo Horizonte, 11 ago., 1897.

11 *A Capital*, Belo Horizonte, 11 ago., 1897.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Belo Horizonte: a cidade escrita*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

MONTEIRO, Norma de Góes (1974). *Imigração e Colonização em Minas (1889-1980)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

PAIVA, Eduardo França (Org.). *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

# Narrativas fotográficas em pesquisas etnográficas: cidades visíveis e sensíveis

**Frederico Luiz Moreira**

Mestre em Educação  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
fredmoreir@gmail.com

**Junia Patricia Cardoso**

Mestra em Educação  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
contato@juniacardoso.com.br

## Resumo

O recorte no estudo apresentado parte do pressuposto do uso de fotografias como dados etnográficos na investigação de uma festa. No estudo foram analisados processos educativos imersos nos saberes e feitura dos tapetes de serragens, que ornamentam a via da procissão da festa de *Corpus Christi*, em Sabará/MG, durante três anos consecutivos. Durante este processo pode-se verificar possibilidades educativas que se fizeram presentes nas relações intergeracionais, nos gestos e em diferentes composições e desenhos que delineiam a perpetuação dessa prática cultural e religiosa. A investigação partiu da hipótese de que a feitura dos tapetes interconecta não apenas relações de sociabilidade estabelecidas entre os moradores das ruas investigadas, mas, a festa, o rito, a memória e a instauração de situações de transmissão que reforçam valores identitários e laços de pertencimento, fazendo dos tapetes um patrimônio cultural imaterial da cidade. Essa apreensão contou com o auxílio de horas de observação participante, análises e estudos de referenciais socioantropológicos e da sociologia da educação. Em diálogo com os dados apreendidos numa perspectiva etnográfica, principalmente na captura de imagens visuais, entrevistas semiestruturadas e notas em diários de campo. Para apreender reflexões sobre os dinamismos presentes na referida tradição e, por fim, tornar visível a maneira como os sujeitos que participam deste momento de festividade se apropriam da rua e dos espaços urbanos, compondo formas outras de educação.

**Palavras-chave:** Fotografia, etnografia, narrativas visuais, festa.

## Introdução

O uso da imagem tem contribuído para documentar diferentes culturas e modos de vida. Ele fez avançar as compreensões antropológicas do próprio usufruto da fotografia, como uma representação que se encontra além da linguagem escrita. Já que ela se articula como um contributo ao registro e ao relato do etnógrafo.

Dessa forma, o recorte no estudo apresentado parte do pressuposto do uso de fotografias como dados etnográficos na investigação de uma festa. Foram realizadas capturas e análises na sequência de três anos, tendo entre os objetivos compreender as diferenciações visuais, no que tange à iconografia tradicionalmente utilizada e às novas apropriações e leituras elaboradas na atualidade pelos mais jovens, da feitura dos tapetes de serragens que ornamentam as ruas, na festa do *Corpus Christi*, em Sabará/MG.

Os tapetes de serragens coloridas, que marcam um caminho a seguir, são produtos da fé e festa, da resistência de um povo. Ao serem sensivelmente postas no chão, o uso das serragens relata costumes, saberes e fazeres. Além de ser passagem para o sagrado, o tapete, largamente encontrado em toda Minas Gerais, reafirma as expressões populares, a fé, cultura e, também, a educação pelo patrimônio nas cidades que os utilizam. Esse movimento surgido como adorno para as festas populares de cunho religioso suscita, ainda na atualidade, a retomada da identidade histórica, da memória social<sup>1</sup> e valores sensíveis de costumes tradicionais, como os presentes na histórica cidade de Sabará, vizinha da capital mineira Belo Horizonte.

Sabará foi um dos primeiros povoamentos de Minas. Devido ao bandeirantismo e aos interesses da coroa pela abundância de ouro e metais preciosos em suas terras, rapidamente foi elevada a Vila em 1711, incorporando outros arraiais próximos. Acompanhado de escravos, nobres representantes da coroa, artífices e demais sujeitos em busca por ouro e riquezas, seu crescimento participou da construção do imaginário social brasileiro sobre este período, alimentando as relações estabelecidas no crescente encontro com a cultura religiosa cristã que, já instalada, educava seus fiéis nos preceitos de sua igreja. Por essa catequização, os fiéis criaram adornos e parâmetros ímpares para decorar e expressar suas devoções nas celebrações e festejos das paróquias, como na festa do *Corpus Christi*<sup>2</sup>, ou, *Corpo de Deus*<sup>3</sup>, fazendo uso dos poucos materiais que detinham.

Para tal apreensão, foi necessário o uso de métodos, como a fotografia, que conseguissem dialogar e ilustrar, com detalhes, o que pôde ser *contemplado*, ou seja, o campo sensível e subjetivo em que os sujeitos elaboradores desse ornamento se apropriam e transmitem em sua tradição: seus conhecimentos e técnicas por intermédio de suas narrativas orais, gestuais e visuais.

1 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão, et all. Campinas: UNICAMP, 1990.

2 *Corpus Christi* é uma festa devotada ao *Corpo de Deus*, ou Corpo de Cristo. É uma data adotada pela Igreja Católica, para comemorar a presença *real* de Deus no sacramento da Eucaristia. Sua comemoração acontece numa quinta-feira, em referência à Quinta-Feira Santa, que nas narrativas bíblicas, faz referência à última ceia dos seguidores de Cristo. Na ceia, Cristo dá simbolicamente sua vida aos seus seguidores e assinala para que comam o pão e bebam o vinho que seriam seu corpo e sangue transformado em alimento e fé.

3 SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América; a procissão de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.

### Do visível ao sensível, fotografias e olhares

As imagens visuais *são* fontes de *representações* sociais e culturais; contribuíram e continuam a contribuir para conexões culturais e sociais, comunicando iconograficamente as intenções e ideologias, as trocas de mensagens e propósitos a quem essas serviriam, constituam-se em ritos, mitos, histórias, imaginários, cotidianos, memórias, crenças ou como segredos. As representações visuais carregam o discurso de um tempo e expressam intencionalidades. Por isso, podem ser decodificadas, analisando-se, sobretudo, a cultura e o tempo em que foram produzidas, suas representações simbólicas, e o imaginário coletivo que a concebeu.

Desse modo, desprezar as imagens como fontes da História pode conduzir a deixar de lado não apenas um registro abundante e mais antigo do que a escrita, como pode significar também não reconhecer as várias dimensões da experiência social e a multiplicidade dos grupos sociais e seus modos de vida. O estudo das imagens serve, assim, para estabelecer um contraponto a uma teoria social que reduz o processo histórico à ação de um sujeito social exclusivo e define a dinâmica social por uma direção única<sup>4</sup>.

A palavra imagem do latim *imago* e do grego antigo *eidos*, ideia, tem sua etimologia baseada na representação, simulação de algo real, ou, na *mimese*<sup>5</sup>. A imagem visual antecede a escrita e torna-se contemporânea a ela. Mesmo com a definição da escrita ela não foi substituída, por ambas serem próximas, como podemos verificar nos hieróglifos egípcios, enfatiza<sup>6</sup>, elas caminharam juntas no desenvolvimento das civilizações.

A primeira e constante função da fotografia é o registro. Através da fotografia pode-se documentar, informar, narrar o ocorrido, evidenciando o que esteve e o que não esteve presente num dado momento e local. Para a antropologia, o advento da fotografia inaugurou um instrumento valioso de registro visual das linguagens simbólicas presentes nos costumes, modos de vida cotidiano, nas práticas culturais, dentre outros objetos. O testemunho visual irrompe com menor sombra as dúvidas geradas na captura de dados e ilustra a escrita para com ela reunir à narrativa daquilo que foi notado. De acordo com o pesquisador Boris Kossoy, em sua obra *Fotografia e História*<sup>7</sup>, vale lembrar que a fotografia não reacende /reconstitui o passado, mas apenas lhe confere meios de se informar sobre ele. A imagem fotográfica é um documento, uma fonte histórica que pode apresentar (ou desvendar) pistas sobre os acontecimentos. Além de se tornar memória.

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem - escolhida e refletida - de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do

4 KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura, Uberlândia*, v. 8, n. 12, p. 99-100, jan.-jun, 2006. Captado em: <[http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012\\_knauss.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012_knauss.pdf)>. Acesso em: mar de 2017.

5 Em outras palavras, uma representação idealizada, possível, do real. Uma *ilusão*.

6 KNAUSS, *ArtCultura*, p.99.

7 KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente<sup>8</sup>.

### Metodologia

A imagem, enquanto *comunicação visual* serviu de fonte de dados para esta pesquisa, tanto quanto de mote na construção de um percurso investigativo. Ao fotografar o evento (e seus detalhes) foram registrados relatos etnográficos. Foi denunciada a vivência, documentada como uma “história visual”. Assim sendo a

[...] contribuição que a imagem traz ao registro etnográfico não se resume, portanto, na valorização da técnica que gera imagens similares ao mundo sensível, mas reside no fato de que essas imagens são produtos de uma experiência humana<sup>9</sup>.

É preciso esclarecer que as fotografias podem “revelar”, como dados possíveis de serem utilizados - como referência e descrição - os gestos dos sujeitos presentes na feitura do tapete. Assim sendo, nos três anos de capturas fotográficas, foi registrada a referida celebração, como anteriormente descrita, nas datas de 19/06/2015, 04/06/2015 e 26/05/2016. Tendo em vista a utilização dos registros, como uma narrativa visual, iniciada na cidade e sequenciada na festa, pela observação das pessoas em sociabilidade e da educação na transmissão de uma tradição, e, por fim, da iconografia cristã, que compõe a celebração.

Sobre o uso de diferentes materiais, a pesquisa suscitou de início listá-los. Entretanto, a partir dos dados colhidos por entrevistas, foi possível explorar como a Igreja Católica e a população da cidade, que participa dessa tradição, notam essas alterações. Assim, a ideia de listá-los para em seguida analisá-los foi anulada.

Dessa maneira, foi escolhido o tipo, a diferença na representação visual e o material utilizado para a elaboração desse tapete, que “pode ser abordado por sua materialidade visível e palpável, bem como por sua potência provocativa da memória, da sensibilidade com razões do presente, ou, ainda, da leitura renovada do passado”<sup>10</sup>. E, sobre uma contextualização “[...] em que o sujeito consegue se perceber em sua condição histórica [...]”<sup>11</sup>.

8 KOSSY, *Fotografia e história*, p.130.

9 BITTENCOURT, Luciana A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO. Bela; LEITE. Míriam L. M. (orgs.). *Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1998, p.197.

10 PEREIRA, Júnia Sales. Ensino de História e Patrimônio na Relação Museu-escola. Cap. 5, p. 87. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline. *Memória Sensibilidades e Saberes*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2015.

11 MIRANDA, Sonia Regina. *A Memória em Arenas de Sentidos, Reflexões sobre saberes práticas e territórios educativos na contemporaneidade*. Cap. 22, p.330.



### Considerações finais

Na perspectiva de analisar sobre o uso dos novos materiais e técnicas para se compor os tapetes, tendo a hipótese de analisá-los sobre comparações iconográficas, (entre as ruas de Sabará) já que: “As imagens são textos que instruem, ressignificam o caráter temporal do discurso”<sup>12</sup>. A princípio os desenhos, suas desigualdades e conexões com o contexto histórico-social e, sobretudo, religioso, puderam nos fornecer respostas para entender algo sobre a educação das sensibilidades. Por sua vez, entrecruzam-se às abordagens geracionais, no sentido em que os desenhos produzidos na rua metaforizam a própria dinâmica social que é ininterrupta.

Com efeito, é sempre arriscado sustentar que a metáfora ou o símbolo poético, a realidade sonora ou a forma plástica constituem instrumentos de conhecimento do real mais profundo do que os instrumentos proporcionados pela lógica. O conhecimento do mundo tem na ciência seu canal autorizado, e toda aspiração do artista à vidência, ainda que poeticamente produtiva, contém sempre algo de equívoco. A arte, mais do que *conhecer* o mundo, *produz* complementos do mundo, formas autônomas que se acrescentam às existentes, exibindo leis próprias e vida pessoal. Entretanto, toda forma artística pode perfeitamente ser encarada, se não como substituto do conhecimento científico, como *metáfora epistemológica*: isso significa que, em cada século, o modo pelo qual as formas da arte se estruturam reflete – à guisa de similitude, de metaforização, resolução, justamente, do conceito em figura. O modo pelo qual a ciência ou, seja como for, a cultura da época veem a realidade<sup>13</sup>.

No mesmo sentido da reflexão de Umberto Eco<sup>14</sup>, a pesquisa considerou “O modo pelo qual a ciência ou, seja como for, a cultura da época, veem a realidade” como ponto de encontro entre as sensibilidades, senão, como possibilidade de observar a própria dinâmica no uso de materiais e iconografia dos tapetes.

O autor considera a obra artística como inacabada e aberta, já que ela admite diversas interpretações. Tal como a obra, a *expressão leiga* que constitui a iconografia do tapete é *inacabada*, porque, sendo “um artefato em torno do qual as reflexões e ações acontecem [...], o tapete é portador de simbologias religiosas consideradas capazes de comunicar, sensibilizar e convidar à reflexão”<sup>15</sup>. As modificações presentes na iconografia e no uso de novos materiais, e, por que não, no sentido mesmo em que o tapete atribui e detém como significados são indeterminados por intermédio da pluralidade de sujeitos, ideologias, épocas, sentidos e sensibilidades envolvidos em sua realização, em somatório, a um diálogo com Kimi Tomizaki<sup>16</sup> sobre as abordagens geracionais.

12 NEVES, José Alberto Pinho Neves. Uma Juiz de Fora sob o desígnio da Memória: notas sobre cidade e Literatura. Cap. 10, p. 237-277. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro. *Cidade, Memória e Educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p.238.

13 ECO, Humberto. *Obra Aberta*. 8ª ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001, p.54.

14 ECO, *Obra Aberta*, p.54.

15 PEREIRA, Júnia Sales [et all]. *Escola e Museu: diálogos e práticas*. Belo Horizonte. Secretaria Estadual de Cultura, Superintendência de Museus, PUC/MG, Cefor, 2007, p.97.

16 TOMIZAKI, kimi. Transmitir e Herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. In: *Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111*, p. 327-346, abr.-jun. 2010. Captado em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

É provável que sejam encontrados alguns materiais que tiveram uso em épocas distintas e outros que estejam sendo utilizados ininterruptamente até os dias de hoje. Entretanto, a imaginação, a ludicidade e a liberdade de expressão no meio coletivo atual possibilitam uma maior abertura para se *transgredir* a tradição, através deste “modo de geração” específico. Como exemplifica o padre que sediou as celebrações do *Corpus Christi* nos três anos desta investigação:

Pesquisador - Quais foram as principais mudanças que o Sr. percebeu na confecção dos tapetes, aqui na cidade?

Padre – É o seguinte: os que já faziam tradicionalmente, sempre fizeram o tapete, voltado pra Deus passar. Ele é sempre uma pequena passarela na rua. Não se preocupam em fazer grandes tapetes largos, ocupando a rua toda, mas, sim, aonde o padre vai passar levando o Santíssimo Sacramento. Os jovens e as outras pessoas, já se preocupam em fazer quadros e estes quadros, geralmente, são maiores, gastam mais cores, mais serragens, mais tempo. Essa é a diferença. Até porque, eles têm mais gente para fazer. O pessoal mais tradicional, que são poucos, são sempre os mesmos. E o pessoal que está vindo de fora, está com uma força maior, né! Juntam os jovens e acaba virando uma festa e isso é muito importante.

Eu nasci no interior. No sul de Minas. Minha mãe é de São João Del’ Rei; então eu não preciso falar mais nada, né?! [risos]. As pessoas ficavam por conta do tapete. A gente pegava tampinha de garrafa pra cobrir com papel laminado, guardava o pó de café, depois que tinha feito o café, para secar, para poder fazer a ornamentação. Estourava pipoca, para poder fazer o desenho da pomba do Espírito Santo e cobri-la com pipoca. Então, essas coisas todas - além da serragem - tudo isso se usava aqui nas cidades de Minas Gerais, de maneira especial. Claro que isso tem caído! Nas grandes metrópoles tem caído, mas, nas cidades pequenas - nas menores cidades, isso ainda é muito forte. E, Sabará, sendo uma cidade histórica, como as outras, preserva tudo isso.

Cumpre lembrar, que os desenhos feitos nas ruas, na geografia da cidade, ou na *pequena passarela* como elucidou o sacerdote - delineiam - daqui até ali, uma intervenção na espacialidade além dos mapas oficiais. Em análise, nota-se que a cidade tem sido *desenhada* com a iconografia de uma religião. Um controle sobre o espaço nos domínios de lugares bem demarcados por suas igrejas e do tempo, por meio de suas festas. Como disse Jacques Le Goff:

[...] a intervenção dos detentores do poder na medida do tempo é um elemento essencial do seu poder: o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos do poder; por outro lado, apenas os detentores carismáticos do poder são senhores do calendário<sup>17</sup>.

Outro ponto a ressaltar é que a fotografia tem passado por muitas transformações nas últimas décadas. Usá-la como dado investigativo já é uma tarefa por si só árdua, mas ela também tem se cruzado com os elementos da festa. Tendo em vista que as pessoas que participam do processo de feitura do tapete também fazem seus registros visuais e os que assistem a procissão igualmente fazem suas capturas fotográficas, e muitas vezes, disseminam as mesmas nas redes sociais fazendo com que aquele espaço sagrado seja amplificado e ganhe outras ressonâncias e crie novas experiências.

Acesso em: 17 de maio de 2016.

17 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão, et all. Campinas: UNICAMP, 1990, p.486.

## Mulheres errantes: o ato de flanar através da perspectiva de gênero

Clycia Gracioso  
clycia.gracioso@gmail.com

### Resumo

O trabalho proposto pretende analisar a transmissão de experiências urbanas através das narrativas femininas sobre o ato de flanar, contrapondo as produções existentes acerca do tema, que evidenciam a *flânerie* como privilégio social masculino. Para isso, são analisadas as produções feitas por mulheres estudando o próprio corpo feminino e sua relação com o espaço como matéria do urbanismo. Assim, são utilizadas narrativas urbanas como fontes literárias, cinematográficas e acadêmicas resultantes de experiências erráticas femininas ou que retratam a mulher enquanto errante no espaço urbano. Afirmado-se a experiência errática como possibilidade de experiência urbana<sup>1</sup>, o estudo se faz necessário uma vez que o espaço urbano se constitui historicamente como um local opressor, impedindo que a mulher seja reconhecida como flâneuse.

**Palavras-chave:** Flânerie, Flâneuse, corpo, urbanismo, narrativa.

A presente comunicação é resultado de uma pesquisa ainda em fase inicial do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de graduação em Arquitetura e Urbanismo pela *Universidade Federal de Minas Gerais*. A pesquisa que será desenvolvida pretende analisar as experiências erráticas femininas e suas narrativas levando em consideração a produção do espaço urbano e as limitações sociais impostas às mulheres no que diz respeito ao ato de flanar e até mesmo de estar e existir no espaço exterior à vida doméstica. Assim, propõe-se uma análise das produções femininas acerca da vida urbana, reconhecendo a mulher enquanto *flâneuse* tanto no século XIX quanto na contemporaneidade sem, no entanto, deixar de evidenciar o caráter opressor da vida urbana para as mulheres; o que limitou, e ainda limita, a participação feminina no movimento da *flânerie*.

Para uma análise do ato de flanar através da perspectiva de gênero, é necessário passar pelo conceito da *flânerie* enquanto fruto da modernidade no contexto europeu do século XIX e pela situação em que se encontravam as mulheres no que diz respeito ao acesso ao espaço urbano. Assim, pretende-se realizar uma contextualização da vida urbana nas grandes cidades europeias do século XIX, representadas principalmente por Paris e Londres, e introduzir as produções femininas sobre as experiências erráticas.

1 JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

As origens da palavra *flâneur* são incertas. De acordo com Lauren Elkin, na obra *Flâneuse – women walk the city in Paris, New York, Venice and London*<sup>2</sup>, o termo *flâneur* foi mencionado pela primeira vez em 1585, nascido provavelmente do substantivo escandinavo *flana*: a pessoa que anda. Nesse contexto, o termo diz respeito à pessoa no geral, não necessariamente o homem e o termo só foi ter limitação de gênero no século XIX. Ao longo do século XIX, o termo surgiu como definição de um homem branco suficientemente privilegiado financeira e socialmente para ter tempo de caminhar pela cidade, passando pela definição do homem que gosta de não fazer nada. Assim, a definição do *flâneur* passa pelo artista ocioso que observa a multidão e utiliza o espetáculo urbano como matéria prima de suas obras. A autora Paola Berenstein, na obra *Elogio aos errantes*, trata a errância como meio de sobrevivência da experiência urbana de alteridade, e essa experiência sobrevive justamente quando é compartilhada em narrativas urbanas<sup>3</sup>. Para a autora, a figura do *flâneur* é fruto da modernidade e da grande cidade, ao mesmo tempo em que faz uma crítica às grandes reformas urbanas. Assim, o *flâneur* deixa-se fascinar pela modernização, mas também reage a ela.

O *flâneur* é, por excelência, um observador que utiliza do anonimato e da invisibilidade no meio da multidão para analisar e narrar a vida urbana e a modernidade característica das grandes capitais europeias do século XIX. Baudelaire, na obra *O pintor da vida moderna*, define a rua como habitat natural do *flâneur*:

A multidão é seu domínio, como o ar é do pássaro, como a água, o do peixe. Sua paixão e sua profissão consistem em esposar a multidão. [...] Estar fora de casa e, no entanto, sentir-se em casa em toda parte; ver o mundo, estar no centro do mundo e continuar escondido do mundo, esses são alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes, apaixonados, imparciais, que a língua não pode definir senão canhestamente.<sup>4</sup>

Tecendo comentários sobre a obra de Baudelaire, Walter Benjamin qualifica a figura do *flâneur* como aquele que, na condição de artista, exerce a “botânica do asfalto”, constituindo-se num naturalista de um ambiente não natural<sup>5</sup>. Para o autor, o contexto das reformas urbanas de Haussmann, em Paris, que deu origem às passagens - definidas como qualquer coisa de intermédio entre a rua e o interior - foi um ponto essencial para que a deambulação pela cidade alcançasse a importância que veio a ter, graças, entre outras coisas, à proteção oferecida pelos novos passeios largos aos pedestres contra os veículos que circulavam. Dessa forma, o *flâneur* baudelaireano busca se refugiar na multidão.

Sendo, segundo Rebecca Solnit, o ato de caminhar por prazer a representação de uma ação política, estética e de grande significado social<sup>6</sup>, a análise da produção acerca da *flânerie* muito diz

2 ELKIN, Lauren. *Flâneuse – women walk the city in Paris, New York, Tokyo, Venice, and London*. 1ª ed. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2017.

3 JACQUES. *Elogio aos errantes*.

4 BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 30.

5 BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

6 SOLNIT, Rebecca. *A história do caminhar*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

sobre a relação do indivíduo no espaço urbano. Logo, é possível, a partir dessa perspectiva, analisar a relação entre a mulher e a produção do espaço. A autora determina três pré-requisitos para que haja uma caminhada por prazer: 1º) Tempo livre; 2º) Lugar para ir; 3º) Corpo livre de enfermidades ou restrições sociais. Assim, o caráter socialmente limitador da territorialização, que divide a locomoção segundo o gênero, dificulta, chegando muitas vezes a impedir que a mulher exista fora do ambiente doméstico e circule livremente como era permitido aos homens.

Com o advento da Revolução Industrial, houve uma intensificação da divisão entre o público e o privado, gerando um discurso moralizante e repressivo ao longo do século XIX, dividindo as influências entre exterior e interior de acordo com o gênero.<sup>7</sup> É importante ressaltar que, apesar do ambiente feminino ser o ambiente doméstico, a esfera privada, assim como a pública, é de domínio masculino, uma vez que foi organizado, primeiramente, para o descanso e o lazer dos homens, e não das mulheres que ali vivem, ou seja, o domínio privado não era refúgio das mulheres, mas sim, o seu local de trabalho.

Em uma sociedade que se preocupa em controlar a sexualidade feminina, o caminhar da mulher foi continuamente sexualizado. Assim, ao sair de casa, as mulheres eram constantemente intimidadas e castigadas, sendo o domínio masculino estendido à exterioridade enquanto a circulação feminina é restrita à interioridade. O século XIX é repleto de casos em que a mulher é punida pela prática do caminhar. Exemplo disso é a história de Caroline Wyburgh, 19 anos, que foi acusada e detida por prostituição após ser vista caminhando com um marinheiro em uma cidade portuária inglesa em 1870<sup>8</sup>. O poder de prender qualquer mulher suspeita de prostituição, principalmente em cidades que abrigavam bases militares, era dado pela Lei de Doenças Contagiosas, que podia transformar uma mulher em suspeita pelo simples fato de andar na hora e no local “errado”.

A própria questão linguística é um exemplo da sexualização do caminhar das mulheres. Comumente, as palavras utilizadas para descrever o homem que circula no ambiente público, quando levadas para o feminino, dizem respeito à vida sexual das mulheres, relacionando-as, muitas vezes, à prostituição. (Exemplos: homem da rua/mulher da rua; homem do mundo/mulher do mundo; homem público/mulher pública). Assim, Solnit afirma que a sexualidade feminina é controlada pela regulação do espaço público e privado e pela própria arquitetura<sup>9</sup>. Outra forma de controle do corpo feminino é pelo medo da violência sexual, que coloca muitas mulheres no lugar que lhe é socialmente atribuído: dentro de casa, cobertas por uma espécie de véu de alvenaria. Com o desenvolvimento de uma periferia burguesa como refúgio à privacidade, a mulher de uma multidão urbana, a restrição imposta às mulheres de classe média foi a mais bem sucedida nesse sentido, pois, de acordo com o discurso sócio-espacial do período, as mulheres deveriam ser protegidas da multidão urbana. Ainda segundo Solnit:

7 WILSON, Elizabeth. The invisible flaneur. *New Left Review*. n. 191, jan.-fev. 1992.

8 SOLNIT. *A história do caminhar*. p. 386.

9 SOLNIT. *A história do caminhar*.

As mulheres são os alvos principais da violência sexual, que elas confrontam nos espaços rurais, suburbanos e urbanos, partindo de homens de todas as idades e faixas de renda, e a possibilidade dessa violência fica implícita nas propostas, nos comentários, olhares maliciosos e nas intimidações mais ofensivas e agressivas que são parte da vida ordinária para as mulheres em locais públicos. O medo do estupro coloca muitas mulheres em seu lugar: dentro de casa, intimidadas, dependentes mais uma vez de barreiras materiais e protetores, e não de sua própria vontade, para salvaguardar sua sexualidade.<sup>10</sup>

O controle social dos corpos femininos dividia as mulheres desse período no que diz respeito à liberdade de se locomover. As mulheres burguesas, consideradas ícones passivos de feminilidade, eram confinadas em suas casas, situadas geralmente nas regiões mais periféricas que foram surgindo principalmente nas cidades inglesas, enquanto que as mulheres da classe trabalhadora circulavam pela cidade em locais bem determinados pelo percurso entre a casa e o trabalho. As operárias, diferente das anteriores, eram vistas como não femininas, insolentes e que desafiavam os códigos de moralidade e, apesar de terem mais acesso ao ambiente urbano, era ainda muito limitado com relação ao privilégio masculino. Além das mulheres burguesas e operárias, havia, também, as que trabalhavam com a prostituição, que tinham mais acesso à vida fora do domicílio, o que fez com que as prostitutas fossem, muitas vezes, consideradas como um equivalente feminino do *flâneur*. Essa presença de mulheres prostitutas nas ruas dá uma falsa impressão de que elas eram mais livres, no entanto, elas eram ainda mais controladas e vigiadas pelo estado, pois tinham lugares e vestimentas determinados para circular, entre outras formas de controle estatal. Assim, Elizabeth Wilson defende que a presença das mulheres não prostitutas na rua era um transtorno para o Estado, pois dificultava a identificação das mulheres enquanto prostitutas, já que, de acordo com a lógica vigente, cada mulher na rua era, em tese, prostituta. Além disso, a própria presença de mulheres desacompanhadas e “sem dono” ameaçava o poder masculino.<sup>11</sup>

Uma vez que o conceito de *flânerie* se pauta no gênero, se restringindo ao homem branco do século XIX não proletário, há uma discussão a respeito da possibilidade de existência da *flâneuse*. Segundo essa crítica do termo *flâneuse*, o termo mais adequado para designar as mulheres nas ruas é o *streetwalker*. O *flâneur* é o homem do prazer, que toma posse visual da cidade, é a personificação do olhar masculino, baseado, também, no domínio visual dos homens sobre as mulheres, assim, a liberdade gozada pelo *flâneur* é uma liberdade masculina. Pode-se observar na literatura errante do século XIX, o retrato de mulheres nas ruas. No entanto, o caminhar feminino era interpretado como uma performance, e não locomoção. Ou seja, as mulheres não andam no papel de observadoras, mas de observadas por uma plateia masculina. Exemplo disso são os autores errantes Edgar Allan Poe, em *O Homem da Multidão*<sup>12</sup>, e Baudelaire, em *As Flores do Mal*<sup>13</sup>, que dedicam parte de suas obras à retratar mulheres de forma performática, como algo a ser observado.

10 SOLNIT. *A história do caminhar*.

11 WILSON, Elizabeth. *The invisible flaneur*.

12 BAUDELAIRE. *O pintor da vida moderna*. p. 91.

13 BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. 1ª ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2011.



Apesar de todas as limitações e controle sobre os corpos femininos e da forma da mulher estar no espaço urbano certamente não se dar da mesma forma que o homem, existiam, no fim do século XIX e início do século XX, mulheres que se propunham a andar pela cidade. O termo *flâneuse* teria surgido ainda nesse período com materiais ainda tímidos sobre a presença das mulheres na cidade e produções femininas de diversos tipos acerca do tema, mesmo que muitas vezes restritas aos espaços sociais internos, como cafés, bibliotecas e comércios no geral. Assim, a afirmação de que não existiam *flâneuses* desconsidera as escritoras que, tendo em vista essas dificuldades, adotavam diversas formas de contornar essas limitações no que diz respeito tanto ao acesso ao espaço quanto à possibilidade de produzir uma narrativa sobre suas experiências erráticas. A forma da mulher estar no espaço urbano certamente não se dá da mesma maneira dos homens, mas essa presença feminina existe, mesmo que com inúmeras limitações e particularidades.

O surgimento de centros comerciais e de novas opções de lazer, como a cultura do cinema, propiciou que mais mulheres fossem às ruas e participassem de diversas atividades populares. A fim de conseguir estar no espaço urbano e narrar suas experiências, artistas mulheres utilizavam de certas estratégias, como a adoção de identidades masculinas no momento da publicação de suas narrativas, como é o caso da escritora Delphine Girardin, ou a utilização de uma vestimenta mais masculinizada e de uma aparência andrógina, a fim de estar fora dos padrões sexualmente desejáveis e ter certa liberdade de locomoção por meio da extinção social da mulher, que era ignorada socialmente, recurso utilizado pela artista gráfica Jeanne Mammen.

Ao longo do século XX e início do século XXI cada vez mais produções femininas sobre a *flânerie* foram surgindo, apesar de ainda estarem em muito menor quantidade quando comparadas às produções masculinas. Além da própria discussão feminista acerca da presença da mulher em espaços que não se restringem ao lar, novas formas de linguagem apareceram e, aliadas à tecnologia, propiciaram uma produção em maior escala e maior divulgação desses trabalhos. Atualmente, podemos observar mulheres ligadas às artes que falam sobre a experiência feminina no espaço urbano tanto no cinema, como a cineasta Agnès Varda, conhecida por retratar mulheres em diversas situações urbanas, quanto nas artes gráficas, performáticas e até mesmo na teoria da arquitetura e do urbanismo. Dessa forma, sendo ao ato de caminhar considerado uma forma de intervenção urbana e uma forma de arte como prática estética,<sup>14</sup> considera-se relevante a análise dessas produções desde a modernidade com o aparecimento da figura do *flâneur* até a contemporaneidade, aliadas às discussões de gênero sobre o direito das mulheres ao espaço público, uma vez que a própria sexualidade feminina é controlada por meio da regulação do espaço público e privado.

14 CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. 1ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

## Moda, História e Sociabilidade: um estudo sobre as mulheres capixabas, 1970-85

Louise Maestri Ferreira

Mestranda em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista CAPES.  
louisemaestri1@gmail.com

Nos anos de 1970, Vitória, capital do Espírito Santo, apresentou um crescimento demográfico, econômico e social em decorrência da implementação dos Grandes Projetos Industriais, tais como a Siderúrgica CST (atual ArcelorMittal Tubarão), o Porto de Tubarão e a expansão da Vale do Rio Doce. O perfil urbano da cidade, se alterou e nele emergiu um grande mercado na área de serviços e de comércio. Concomitantemente, a sociedade capixaba passou a buscar um estilo de vida diferente do que vivido até então. Paralelo à isso, anteriormente no ano de 1962, a loja de departamentos Mesbla Magazine se instalou em Vitória com serviços prêt-à-porter de moda, e, que nos anos seguintes, instituiu seu poder econômico e social na sociedade frequentadora da capital. À luz dessas transformações sociais e econômicas realizamos uma pesquisa cuja proposta de trabalho, na temática História, Cidade e Sociabilidade, tem como objetivo analisar os paradigmas do consumo social, e identificar o impacto que essa primeira loja de departamentos da capital capixaba trouxe para o desenvolvimento social da cidade no período de 1970 a 1985. Optamos por realizar um estudo de caso, afim de pesquisar a relação entre as mulheres capixabas, a moda dos anos de 1970 e a Mesbla Magazine, podendo assim, analisar este impacto quando da instalação da loja na cidade. Como metodologia, além dos estudos documentais da Mesbla e da sociedade vitoriense, realizamos entrevistas em profundidade com mulheres e frequentadores da capital, que vivenciaram o impacto causado pelo comércio trazidos por essa loja de departamentos. De resultado da análise das entrevistas já realizadas identificamos que, as mulheres identificadas como consumidoras, eram casadas, não tinham renda própria, pois algumas não tinham profissão ou optaram pelo magistério que as remuneravam mal e, pertenciam à classe média local, além de possuírem uma relação direta com o espaço público ao frequentar, por vezes, a vida noturna e assim, promovendo, a sociabilidade feminina de uma época na qual um novo estilo de vida capixaba estava por nascer.

**Palavras-chave:** História, poder, sociabilidade, cidade de Vitória, mulheres.

### Nuances do consumo das mulheres vitorienses

Por um longo período, o assunto “moda” tem se mostrado presente entre os intelectuais das ciências sociais e na literatura. O objeto “moda”, bem como os estudos desenvolvidos trouxeram em uma multiplicidade, contribuições de natureza filosófica, antropológica e sociológica.

Na historiografia, o tema “moda” passou a ser mais mencionado e discutido pelos historiadores, em meados da década de 1970. A *Escola dos Annales*, essa geração de intelectuais que impulsionam temáticas afins, se estabelece como parte da *história nova*, definida assim por Le Goff (1990). A essa nova projeção da História- por meio do questionamento ao modelo tradicional da historiografia francesa- proporcionou o surgimento de novos problemas, paradigmas e métodos em relação aos campos tradicionais da História. A perspectiva adotada para os estudos referentes a moda desde Braudel (1967), elencaram moda como algo cultural, seja pela a imitação, ou pela representação do uso e até como forma de poder. Tratar o consumo feminino capixaba na década de 1970, é considerar que a sua construção teve como base uma economia agrária, de uma elite que, advinda do café, formava a população habitada do centro da cidade, como os comerciantes e produtores de café. O adquirir e se apropriar dos bens era relacionado aos aspectos sociais e culturais, no estilo de vida da elite cafeeira do charmoso centro de Vitória.

Buscou-se neste estudo identificar e analisar as relações entre a moda e o gênero feminino na cidade de Vitória. A indumentária masculina e feminina se diferenciava desde o século XVI, a partir dos papéis sociais inculcados nas relações de gênero do homem e da mulher, ou seja, nas relações de poder. No Brasil colônia, a mulher obtinha os deveres “naturais” de cuidar da casa, da prole e do marido, portanto “cabia a mulher investir em sua relação com a religiosidade popular, caseira e também, nos costumes do corpo e da casa”.<sup>1</sup> Sendo, de tal modo, as atividades femininas eram restritas ao espaço privado da família. A mulher era desobrigada de qualquer trabalho produtivo, desta forma cabia ao homem, o papel social de sustentar a família, por meio da renda fixa, fazendo uso do espaço. A condição feminina durante o Brasil colônia se estabeleceu paralelo aos discursos proferidos de amplos setores da sociedade, os quais controlavam o comportamento feminino no uso da indumentária até o final do século XIX.

A escolha pelo sujeito da pesquisa, mulheres, se estabeleceu pelo fato de que em sua maioria, movimentaram o setor de moda, beleza e entretenimento da capital Vitória, além de concomitantemente promoverem um desenvolvimento cultural e social do Estado. O espaço público alcançado, teve como repercussão de novos comportamentos e normas capaz de expressar o *status quo* da elite que se afirmava no centro de Vitória.

A razão pelas práticas sociais do frequentar ao espaço público e de consumir propriamente os legitimaria parte desse meio. Em outras palavras, a apropriação de significado por parte de quem consome esse bem seria de maneira simbólica capaz de reforçar o poder e o prestígio dessa pessoa na sociedade. Na *O processo civilizador* (2011), Norbert Elias, elucida algumas questões pertinentes sobre processo civilizatório apresentando como as estratégias e os meios seriam utilizados para que os indivíduos se auto afirmem. Por este fato, o consumo de moda abordado nesta pesquisa se equivaleria a cultura das aparências na qual, moda seria e é, “não apenas o vestuário, mas também

1 PRIORE, Mary del. Ao sul do corpo a condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio ; Brasília: Edunb, 1993.

a cultura das aparências- que envolve também os acessórios, as joias, os calçados, os penteados, os cosméticos, etc.”<sup>2</sup>

### O desenvolver da cidade de Vitória

O processo de industrialização da década de 1970, promoveu alterações no estilo de vida capixaba. O bairro central da cidade de Vitória, perpassa por modificações de valores e *status quo* na medida em que, o comércio e o consumo crescem em regiões aterradas.

Novas configurações foram estabelecidas, neste crescimento, acerca das estruturas sociais evidenciadas no bairro Centro de Vitória, antes da chegada da loja Mesbla Magazine na Avenida Princesa Isabel, no ano de 1962. As mulheres da elite do café que frequentavam teatros, reuniões sociais e tinham compromissos nas Igrejas, utilizavam o consumo como um artifício de composição do arquétipo de elite e prestígio do bairro central da cidade. Todavia, quando ocorre o processo de industrialização, conseqüentemente, essa imagem é desconstruída, permitindo às mulheres a escolha do porquê consumir, e do porquê adquirir determinado bem material.

A imagem percebida pela mulher na sociedade, se modifica ao longo do período. O estilo de vida vitorense passa a enaltecer os valores acerca do trabalho e não exclui os paradigmas anteriores. O que incute na imagem social dessas mulheres que passam a obter uma concepção de consumo individualizada tal como o trabalho fora de casa evidenciado no ser empreendedora abertamente. Novas nuances de consumo, irão delinear a mulher como consumidora e como sujeito de moda na sociedade.

Paralelo à isso, a cidade de Vitória- bairro Centro de Vitória- é segmentado, no qual todo lugar teria valor para um consumo e distinção. Dentre as oportunidades que foram geradas neste período de 1970, a historiadora e pesquisadora Maria Beatriz Nader (2013), explana que a crescente migração da população rural trouxe um acréscimo da oferta e procura no consumo da cidade. Portanto, empreendimentos familiares surgiram e aumentaram a concorrência entre os comerciantes já estabelecidos na região. A oportunidade estava em se reinventar investindo nos produtos e nas atividades comerciais dentro de uma mesma loja. À luz dessas novas características sociais e culturais que estavam se afluando entre os capixabas, é o que versa este estudo a fim de delinear e compreender a relação existente entre consumo, moda e cidade de Vitória.

### A loja Mesbla Nagazine na cidade, novos hábitos

Na Avenida Princesa Isabel era inaugurada a Mesbla Magazine, ano de 1962, no centro de

2 RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, pg 12.

Vitória, capital do Espírito Santo. Obtendo matriz carioca, a loja de departamentos Mesbla, a primeira grande loja do estado do Espírito Santo, se instalava na cidade, com serviços de *pret à porter*, trazendo um novo conceito e formato para o comércio capixaba da época.

Até a década de 1960, o Espírito Santo caracterizava-se em um estado de economia predominantemente agrária. O processo de industrialização e urbanização promoveu o desenvolvimento da cidade –do espaço habitado– sendo concomitante impulsionado pelo êxodo rural (NADER, 2008:27-36). A população passa a ocupar o espaço urbano e à luz da nova paisagem comercial, o centro da cidade de Vitória se afirmava como palco de apresentação para consumidoras de posse, tanto para um passeio, quanto para fazer compras.

Neste cenário, o que se pretende estudar é até que momento a loja de departamentos influenciou na mudança de hábitos de moda e consumo das mulheres de elite. Este estudo, busca por meio das representações dos discursos, entender as múltiplas histórias de mulheres e seu estilo de vida quando da instalação da primeira grande loja de departamentos, na intenção de tentar construir a história da cidade de Vitória.

### **Algumas considerações finais**

O presente texto aborda a relação entre a moda, as mulheres e seu papel na sociedade caracterizada pelo consumo de moda, em uma cidade de médio porte, Vitória, capital do Espírito Santo. O consumo é apresentado em viés social e cultural, de modo a compreender moda como produto das aparências que vai desde o vestir, o se portar, a ornamentação de acessórios até produtos de maquiagem. Todavia, a moda teria origem de um processo civilizatório, sendo equivalente à imagem deste indivíduo ao fazer uso dos bens e serviços na sociedade que está inserido.

Portanto, os bens aqui estudados, seriam simbólicos e, a reapropriação desses bens daria ao indivíduo que faz uso, status quo e prestígio sendo identificado como pertencente a determinado grupo social como no caso, a classe média alta capixaba. O arquétipo de consumidores de moda e essas mulheres consumidoras diretas ou indiretas, era o que se estabelecia.

Na medida em que a cidade perpassa por transformações o significado e a apropriação no consumo pelas mulheres da elite se modificar também. A desconstrução e nova construção de imagem por parte dessas mulheres, é visível em um panorama simbólico e, que fora necessário para o crescimento em vários aspectos do Estado.

Pensar na sociedade de consumo capixaba seria abarcar a realidade cultural que viviam os frequentadores do centro da cidade. A urbanização e o deslocamento do comércio foram reflexo das transformações culturais acerca de profissão dos filhos, de empreendedorismo por parte da mulher e do consumo de moda e que com o passar das décadas fora evidente.

## Referências

- BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle et capitalisme- destins du monde, XV- XVIII siècles*. Paris: Armand Colin, 1967.
- BONADIO, Maria Claudia. *Moda e Sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. vol 1. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.
- NADER, Maria Beatriz. *Paradoxos do progresso: A dialética da relação mulher, casamento e trabalho*. Vitória: Edufes, 2013.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- SANT'ANNA, Mara Rúbia. *Elegância, beleza e poder na sociedade de moda dos anos 1950 e 1960*. São Paulo: Editora Estação das letras e cores, 2014.
- SIMMEL, Georg. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*, 2.ed. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- WILSON, Elizabeth. Tradução: Maria João Freire. *Enfeitada de sonhos: moda e modernidade*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.
- XAVIER, Kella Rivéria L. *O perfil feminino nas páginas da revista Vida Capichaba (1920-1940)* In: Debates sobre gênero. Espírito Santo: Editora Edufes, 2008, pg 24.

## Notas

<sup>1</sup> Mestranda em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista CAPES. E-mail: louisemaestri1@gmail.com.

<sup>2</sup> Sku's é um termo utilizado na área de Administração e tem origem inglesa, das palavras Stock Keep Unit, e significa, faz menção, a variedades de produtos no estoque de uma loja seja na disposição nas gôndulas, ou em toda a estrutura.

<sup>3</sup> Fala de uma entrevistada, D.N, concedida em maio de 2017.

<sup>4</sup> A Escola Normal é a nomeação que se dá ao curso de segundo grau escolar, sendo um tipo de habilitação para o magistério. As normalistas eram as moças estudantes que advindas da classe média visavam a profissão de professoras de ensino infantil. Data-se que a estrutura do ensino é a mesma herdadas pelos países europeus como a França.

<sup>5</sup> Fala de uma entrevistada, E.P, concedida em maio de 2017.



# Cidade, corpo e poder: uma análise do papel da arquitetura como dispositivo e como ferramenta de exercício do poder

**Wesley Henrique da Silva Sousa**  
Graduando em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal de Minas Gerais  
wesleyhenriquedasilvasousa@gmail.com

## Resumo

Este trabalho tem como pauta analisar de maneira crítica os processos de produção do espaço, partindo do entendimento de que arquitetos criam, a partir do projeto arquitetônico, lugares que docilizam os corpos e auxiliam no exercício do poder, como por exemplo: escolas, hospitais, presídios e as próprias cidades onde tais estruturas se localizam. Pretende-se então que haja um questionamento, principalmente por parte dos arquitetos, da função política das proposições espaciais.

O que se busca neste trabalho é entender o papel da Arquitetura nos processos de subjetivação e sua utilização como meio para que o poder se exerça. Aqui será considerada a definição de Arquitetura como “qualquer transformação do espaço pelo trabalho humano”<sup>1</sup> uma definição que inclui então as mais diversas formas de apropriação e transformação do espaço, sejam elas feitas por arquitetos ou não-arquitetos.

**Palavras-chave:** Corpo, arquitetura, movimento, poder.

## Introdução

O que aqui se encontra são pesquisas e ideias ainda pouco maturadas, algumas delas pouco desenvolvidas, mas que, felizmente já são indicativos do caminho que pretendo seguir com minhas pesquisas, acredito que esses escritos serão seminais no desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso e no prosseguimento das minhas pesquisas sobre os entrelaçamentos entre o corpo e o espaço. Eis aqui então o começo de uma pesquisa que espero me faça boa companhia e que dure enquanto o tema ainda se fizer necessário.

1 KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas. [Originalmente: Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture', keynote lecture at Alternate Currents International Symposium, Sheffield, November, 2007, published in Field: a free journal for architecture, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2008]. Disponível em: [http://field-journal.org/wp-content/uploads/2016/07/Architecture-as-Critical-Exercise\\_MOM.pdf](http://field-journal.org/wp-content/uploads/2016/07/Architecture-as-Critical-Exercise_MOM.pdf) . Acesso em: 15 fev. 2018

Trata-se aqui de tentar entender a função da arquitetura nos processos de subjetivação, especialmente na subjetivação dos movimentos, na geração dos automatismos do corpo humano e de tentar se colocar os corpos em questionamento, assim como questionar sobre a função política das proposições espaciais. Importante destacar que quando se fala em arquitetura, pelo menos neste trabalho, se diz de “qualquer transformação do espaço pelo trabalho humano”<sup>2</sup>, essa definição inclui as mais diversas formas de apropriação e transformação do espaço.

### Arquitetura como dispositivo

Os arquitetos projetam e possibilitam a construção de uma grande e variada parcela dos espaços das grandes cidades. Dentro desses espaços projetados as pessoas se relacionam, tanto entre si quanto com o próprio espaço. Um primeiro questionamento a ser colocado é: Quanto do cotidiano de cada pessoa se passa dentro de um espaço que algum dia já foi um projeto arquitetônico? E entendendo que esse espaço, que depende do corpo para que nele exista uma espacialidade, e que um dia foi projeto, é de total importância para o desenvolvimento das relações sociais, já é possível arriscar dizer que a prática da arquitetura exerce sobre os corpos um papel de transformação, de influência e de manipulação, podendo ser tratada então como um dispositivo. Entendido que os espaços, que a arquitetura, apresenta essa possibilidade, a de agir como um dispositivo e de gerar subjetivação, outro questionamento surge como impulsionador para o prosseguimento da pesquisa, como: Quanto do cotidiano de cada um de nós é fruto de projetos arquitetônicos? Ou seja, quanto do cotidiano de cada um é moldado por arquitetos? Richard Sennet nos diz que “As relações entre os corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se veem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam”<sup>3</sup>

Algo que precisa ser introduzido e elucidará caminhos para o desenvolvimento dessa pesquisa é o conceito de dispositivo, tal conceito se associa as teorias de Michel Foucault e foi destrinchado por dois grandes filósofos, Gilles Deleuze e Giorgio Agamben. A terminologia dispositivo pode ser facilmente encontrada na obra de Foucault e é, portanto, segundo Agamben, decisiva para o seu entendimento. Dispositivo, por menos óbvio que possa parecer, tem sua origem no termo economia, do grego *oikonomia*, que por sua vez significa administração da casa. Este termo surge nos primeiros anos da Igreja e é utilizado por teólogos para possibilitar a existência da Divina Trindade sem que a Igreja corresse o risco de esbarrar no paganismo e no politeísmo, com o tempo *oikonomia* passa a possuir significados mais amplos e a se associar com a ideia de um governo divino providencial, o termo então já carregado de muitos novos significados é traduzido pelos padres latinos como *dispositio*.

2 KAPP, BALTAZAR, MORADO. Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas.

3 SENNETT, Richard., Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. edição. Rio de Janeiro: Record, 1997, p.17.

Foucault, antes de utilizar o conceito dispositivo, utiliza-se do conceito positivo. Segundo Agamben, o conceito de positivo pode ser encontrado na obra de Jean Hyppolite que foi tutor de Foucault na *Escola Normal Superior de Paris*, mais especificamente no capítulo III do livro *Introduction à la philosophie de l'histoire de Hegel*, pois Positividade (coersão, história) e Destino (liberdade, razão), são conceitos fundamentais na filosofia de Hegel.<sup>4</sup>

Segundo Hyppolite, “positividade” em Hegel é o nome dado ao elemento histórico com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizado nos sistemas de crenças e de sentimentos.<sup>5</sup>

Agamben, em *O que é um dispositivo?*, descreve dispositivo como “qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceder, modelar, controlar, e assegurar os gestos, as opiniões e as condutas dos seres vivos”<sup>6</sup>. Sendo assim, é possível entender que a arquitetura é um dispositivo e as cidades e seus equipamentos são também dispositivos e portanto precisam ser entendidos como tais. Agamben descreve a atualidade como “fase de gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos” e segundo ele “não há um instante só da vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo”<sup>7</sup>

A produção de dispositivos não é, portanto, responsabilidade exclusiva dos arquitetos, produzindo dispositivos e gerando situações de controle e de dominação, os dispositivos estão basicamente em todos os lugares, eles são as leis, a internet, o celular, a televisão, os livros, basicamente tudo que nos cerca. Entendido o conceito de dispositivo e tendo claro que a arquitetura é, também, um dispositivo, resta buscar entender como o dispositivo arquitetura gera subjetivação e transforma os corpos dos indivíduos.

### Corpo social

A partir do século XIX, o corpo social se torna o novo parâmetro para se pensar na sociedade, é o corpo das massas que precisa ser pensado, cuidado, controlado e regido, e é desse tema que Foucault trata quando perguntado sobre o que vem a substituir a importância do corpo do rei nas repúblicas.

[...] não há um corpo da república. Em compensação, é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. É este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico [...]<sup>8</sup>

As sociedades, sabemos, são bastante diversas, são muitos e múltiplos os corpos, com cores, alturas e estruturas infinitamente diversas. O que é capaz de garantir a existência de um corpo

4 AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009, p. 30.

5 AGAMBEN. O que é um dispositivo. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. p. 32.

6 AGAMBEN. O que é um dispositivo. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. p. 40.

7 AGAMBEN. O que é um dispositivo. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. p. 42.

8 FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.145.

social, são as homogeneizações que ocorrem através do exercício do poder sobre esses corpos. Segundo Richard Sennet “A civilização Ocidental não tem respeitado a dignidade dos corpos humanos, e a sua diversidade”<sup>9</sup> e é possível complementar esse pensamento com a seguinte fala de Foucault “[...] Não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo do indivíduo.”<sup>10</sup>

Richard Sennet, assim como Foucault, analisa os processo de homogeneização que ocorrem por meio das diversas formas pelas quais o poder se exerce sobre os corpos. No livro *Carne e Pedra* Sennet introduz o seguinte termo: corpo passivo. Em *Carne e Pedra*, Sennet destaca a mídia, a nova forma de organização das cidades e a alta velocidade com a qual se circula como dispositivos fundamentais no processo de criação de corpos passivos.

[...] a transferência geográfica das pessoas para espaços fragmentados produz efeito muito devastador, enfraquecendo os sentidos e tornando o corpo muito mais passivo [...] tudo isso acontece porque essa transferência só é viável graças a uma outra experiência física - a experiência da velocidade.<sup>11</sup>

Outro autor que trata do tema, de uma perspectiva parecida é Theodor W. Adorno, que é bastante categórico em uma passagem do livro *Minima Moralia*, intitulada “Não bater à porta”. Ele destaca o “processo de coisificação mediado pela técnica, que parece tornar as pessoas iguais às máquinas e transferir a violência originalmente nelas radicada para aquelas”<sup>12</sup> (BASSANI e VAZ). Adorno trata nesse escrito da questão do funcionalismo exagerado das coisas, da violência, da automatização dos gestos e da morte da experiência, que também é um tema tratado por Walter Benjamin em *Experiência e Pobreza*.

A tecnificação torna, entretanto, precisos e rudes os gestos, e com isso os homens. Ela expulsa das maneiras toda hesitação, toda ponderação, toda civilidade, subordinando-as às exigências intransigentes e como que a-históricas das coisas. Desse modo, desaprende-se a fechar uma porta de maneira silenciosa, cuidadosa e, no entanto, firme. As portas dos carros e das geladeiras são para serem batidas, outras têm a tendência a fechar-se por si mesmas, incentivando naqueles que entram o mau costume de não olhar para trás, de ignorar o interior da casa que os acolhe. Não faz mais justiça ao novo tipo de homem, se não se tem consciência daquilo que está incessantemente exposto, pelas coisas do mundo ao seu redor, até em suas mais secretas inervações. O que significa para o sujeito que não existam mais janelas que se abram como asas, mas somente vidraças de correr para serem bruscamente impelidas? Que não existam mais trincos de portas, e sim maçanetas giratórias, que não existam mais vestíbulos, nem soleiras dando para a rua, nem muros ao redor do jardim? E qual motorista que já não foi tentado pela potência do motor de seu veículo a atropelar a piolhada da rua, pedestres, crianças e ciclistas? Nos movimentos que as máquinas exigem daqueles que delas se servem localizam-se já a violência, os espancamentos, a incessante progressão

9 SENNETT. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. p.15.

10 FOUCAULT. Microfísica do poder.146.

11 SENNETT. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. p.17.

12 BASSANI, Jaison; VAZ, Alexandre. Técnica, corpo e coisificação: notas de trabalho sobre o tema da técnica em Theodor W. Adorno - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2008.

aos solavancos das brutalidades fascistas. No desaparecimento da experiência, um fato possui uma considerável responsabilidade: que as coisas, sob a lei de sua pura funcionalidade, adquirem uma forma que restringe o trato delas a um mero manejo, sem tolerar um só excedente – seja em termos de liberdade de comportamento, seja de independência da coisa – que subsista como núcleo da experiência porque não é consumido pelo instante da ação.<sup>13</sup>

Temos portanto em Foucault o entendimento de que o corpo social, docilizado e surgido da cotidianidade do exercício de poder e das homogeneizações que este é capaz de gerar, se torna a partir do século XIX o novo parâmetro, a nova regra para se pensar a sociedade. Sennet e Adorno tratam de entender como as novas tecnologias, a velocidade e a técnica são capazes de apassivar, segundo Sennet “Através dos meios de comunicação, experimentamos nossos corpos de uma maneira mais passiva do que o faziam as pessoas que temiam suas próprias sensações”<sup>14</sup>. Ou de enrudecer os corpos, segundo Adorno “A tecnificação torna, entretanto, precisos e rudes os gestos, e com isso os homens”<sup>15</sup>

É possível arriscar dizer que o que estimula Adorno a utilizar o termo rude seja em grande parte por conta da situação de pós-guerra e do fascismo, pois os termos aqui citados, todos dizem de um sujeito para o qual a experiência morreu e o que esse tipo de sujeito havia há pouco causado na Europa, naquele momento, muito provavelmente não poderia ser descrito como docilidade ou passividade.

### Poder e subjetivação

Em palestra o arquiteto Pasqualino Magnavita diz que “cabe ressaltar que na formação da grande maioria das profissões, inclusive a de arquitetos e urbanistas, pouco se tem investido no entendimento dos processos de subjetivação, relacionados com questões teóricas e práticas, no desenvolvimento de suas competências profissionais, particularmente em relação ao conceito criatividade tem prevalecido apenas a objetividade do mundo da representação, do real e do possível.”<sup>16</sup>

O que se intenta nesta última parte é entender como e por quais meios ocorre o exercício de poder e como esse exercício gera subjetivação. Em Foucault, o poder é pensado a partir das relações existentes entre os seus integrantes, ou seja, não se trata de poder com o binário ter e não ter, para ele, “o poder é circular, se exerce em uma rede, em uma cadeia onde transita de forma a possibilitar que aqueles que estão submetidos a ele também possam exercê-lo.”<sup>17</sup>

13 ADORNO, T.W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1993, p. 33

14 SENNETT. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. p.17.

15 ADORNO. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. p. 33.

16 MAGNAVITA, Pasqualino. CC5 - Breve ensaio sobre uma diferente teoria do gesto. 2016. (30m03s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7lXj5DifPBI>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

17 PESSANHA, Daniela. *Intensidades corporais e subjetividades contemporâneas: uma reflexão sobre o movimento da body modification*. Tese (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa

Em uma entrevista sobre Poder E Corpo, realizada pela *Quel Corps?* e publicada no livro *Microfísica do Poder*, Foucault diz o seguinte:

[...] nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder... Qual é o tipo de investimento do corpo que é necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa? Eu penso que, do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, meticuloso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias...E depois, a partir dos anos sessenta, percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo.<sup>18</sup>

Por fim analisando da perspectiva da transformação do espaço pelo trabalho humano, ou seja, a perspectiva da arquitetura, é possível entender os espaços como ferramentas para o exercício do poder, os espaços são dispositivos que geram subjetivação, que modificam nossos modos de pensar e agir. Quando se propõe espaço está se propondo um dispositivo gerador de subjetividade e que é parte fundamental na manutenção, reprodução e transformação do poder.

---

de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005. 148 p.

18 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.145.



## Historiografia Cognitiva: por um estudo científico não-reducionista do passado

Thales M. M. Silva

Mestrado em Ciência da Religião  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
thalesmms@gmail.com

### Resumo

Ao se analisar a possibilidade de uma redução normatizada das explanações historiográficas à Psicologia, vê-se possível defender a não-existência de argumentações contundentes para a realização de tal processo. De fato, a plausibilidade desse argumento dependeria da condição (duvidosa) de que características psicossociais específicas proovessem os mecanismos subjacentes a todas as generalizações historiográficas conjecturáveis. Embora se posicione de forma a rejeitar tal pretensão, o presente artigo pretende examinar em maiores detalhes tais supostos atributos psicológicos. Ao que tudo indica, dado que historiadores tendem a contar apenas com um entendimento genérico dos comportamentos e estados mentais humanos, não se faz necessário, no fazer de sua disciplina, a existência de tal redução teórica. Entretanto, a limitação a uma concepção pré-teórica das ações individuais pode, por sua vez, comprometer a confiabilidade das explanações historiográficas, concedidas em total ignorância da existência de todo um campo de relevantes pesquisas que tendem a estender ou modificar tal forma genérica de compreensão. Um cenário desejável, então, seria aquele no qual a pesquisa historiográfica se veja enriquecida por seu envolvimento com pertinentes resultados advindos (entre outras áreas) das ciências cognitivas, em um processo de enriquecimento que não seja reduutivo, mas complementar. Diante do exposto, o presente artigo explorará o conceito de Historiografia Cognitiva, uma empreitada acadêmica realizada sob o pressuposto de que as ciências cognitivas proveem valor teórico e instrumental para o fazer historiográfico, advogando que, quando aplicada de forma adequada, uma abordagem cognitivo-historiográfica pode promover um melhor entendimento do passado e das mentalidades que nele povoaram.

**Palavras-chave:** Teoria e Metodologia da História, Ciências Cognitivas, Historiografia Contemporânea, História da Historiografia.

Um dos maiores desenvolvimentos das (neuro) ciências cognitivas, nos últimos vinte e cinco anos, foi a percepção de uma conexão intrínseca entre a cognição humana e o contexto cultural no qual ela se encontra. Tal concepção deu origem a um novo campo de pesquisa: o da cognição social, a qual se foca no estudo das maneiras pelas quais, em nossa espécie, tanto os processos cog-

nitivos superiores quanto os inferiores se constituem e são afetados pelo mundo social e cultural externo.<sup>1</sup>

As práticas e crenças religiosas constituem um dos primeiros domínios no qual a interação entre os estudos da cognição humana e cultura está sendo examinada. Cada vez mais bem articuladas teorias acerca dos comportamentos e da transmissão de ideias religiosas têm nos auxiliado em uma maior compreensão dos fundamentos cognitivos, bem como processos culturais e sociais que intermediam práticas e preceitos religiosos. Nesse contexto, ao passo que hipóteses teóricas e descobertas laboratoriais das ciências cognitivas estão sendo aplicadas às religiões modernas, simultaneamente, as primeiras tentativas de empregar teorias cognitivas contemporâneas no estudo das práticas religiosas do passado esboçam as promessas e, possíveis, oportunidades de uma coordenação entre as ciências cognitivas e os estudos históricos. Apesar de algumas críticas, o envolvimento de historiadores em projetos cognitivos parece ser imperativo tanto para o aprofundamento do conhecimento histórico quanto para o avanço de uma compreensão diacrônica da mente humana e de seu desenvolvimento.

Embora a disciplina da História esteja, principalmente, interessada no passado humano, a pesquisa histórica tende a se concentrar nos resultados das ações humanas, e não em seus próprios agentes (em si). Isso é bastante razoável se levarmos em conta a natureza das evidências históricas disponíveis. Testemunhos escritos e vestígios materiais constituem as fontes primárias para estudo histórico. Essas fontes são produtos dos pensamentos e ações de seus compositores e construtores e são diretamente suscetíveis a questionamentos.

No estudo das obras literárias e historiográficas produzidas em eras passadas, a primeira pretensão de historiadores é a reconstrução das sequências de eventos remotos, fornecendo um modelo para sua descrição: achados arqueológicos permitem-nos delinear topografias naturais e arquitetônicas; vestígios materiais fornecem evidências de técnicas de manufatura, práticas culturais, instituições sociais e atividades comuns que compreendem, mais amplamente, os contextos culturais, sociais e econômicos de diferentes períodos históricos. No entanto, o estudo histórico não se limita à articulação de uma narrativa do passado e a descrição das evidências disponíveis. Historiadores, inevitavelmente, buscam *insights* a respeito da vida das pessoas comuns, tentam traçar mudanças e transições ocorridas no percurso da história e, então, prosseguir para a sugestão de interpretações psicológicas dos comportamentos, pensamentos e ações passadas dos indivíduos.

A *História das Mentalidades*, surgida internamente à *Escola dos Annales*, no início do século XX, chamou a atenção de historiadores para os sistemas de crenças, percepções, atitudes coletivas, expressões psicológicas e modos de pensar das populações passadas.<sup>2</sup> Sua abordagem apontou

1 Cf. HAN, S., NORTHOFF, G. Culture-Sensitive Neural Substrates of Human Cognition: A Transcultural Neuroimaging Approach. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 9, n. 8, p. 646-54, 2008; CHIAO, J. *Cultural Neuroscience: Cultural Influence on Brain Function*. London: Elsevier, 2009; ROEPSTORFF, A. et al. Enculturing Brains through Patterned Practices. *Neural Networks*, v. 23, n. 8-9, p. 1051-1059, 2010.

2 Cf. HUIZINGA, J. *The Waning of the Middle Ages*. London: E. Arnold, 1924; LEFEBVRE, G. *La Grande Peur de 1789*. Paris: A. Colin, 1932; GRANET, M. *La Pensée Chinoise*. Paris: Albin Michel, 1934.

que, para estudar diferentes grupos culturais e sociais ao longo da história, historiadores devem “transcender” seu próprio modo de pensar e entender as crenças, categorias, símbolos e visões de mundo desses indivíduos em termos de suas “mentalidades”.<sup>3</sup> Apesar das fraquezas dessa forma de abordagem historiográfica, por seu foco nas mentalidades coletivas como sistemas homogêneos de ideias e crenças e por sua concepção “evolucionista” de mudança cultural<sup>4</sup>, a *Escola das Mentalidades* inaugurou, todavia, uma forma de estudo das culturas e do pensamento humano sob uma escala cronologicamente expandida.<sup>5</sup>

A partir de então, alguns estudiosos passaram a se interessar pelas formas como o pensamento humano se padroniza e organiza em “esquemas” e “categorias mentais ou perceptivas”<sup>6</sup> que estruturam e interpretam tanto experiências individuais quanto coletivas no mundo.<sup>7</sup> Em paralelo, o crescente interesse pela mente humana introduziu nas pesquisas históricas termos e teorias advindos da Psicologia.<sup>8</sup> Nesse contexto, o progresso na pesquisa psicológica e na psicoterapia deu origem a dois campos relacionados: os da Psicohistória<sup>9</sup> e da Psicobiografia<sup>10</sup>. De fato, esses dois campos de inquérito histórico foram severamente criticados por historiadores convencionais. No entanto, mesmo classicistas e historiadores das práticas e concepções passadas que não se aderem explicitamente às interpretações psicológicas da história usam termos e sugestões psicológicas quando articulam suas visões historiográficas.<sup>11</sup>

Atualmente, várias noções psicológicas (sugeridas por psicólogos e utilizadas por historiadores) são examinadas por cientistas cognitivos como resultados de processos mentais e emocionais específicos. Durante as últimas décadas, os rápidos desenvolvimentos em Psicologia Cognitiva, Neurociência e Biologia, juntamente com os avanços nas técnicas de neuroimagem, nos forneceram informações valiosas acerca da cognição humana. Uma ampla gama de experimentos laboratoriais realizados por pesquisadores cognitivos tem investigado e revelado os fundamentos

3 BURKE, P. Strengths and Weaknesses of the History of Mentalities. *History of European Ideas*, v. 7, n. 5, p. 439-51, 1986, p. 442.

4 BURKE. *Strengths and Weaknesses of the History of Mentalities*, p. 443-445.

5 HUTTON, P. The History of Mentalities: The New Map of Cultural History. *History and Theory*, v. 20, n. 3, p. 237-59, 1981; BURKE. *Strengths and Weaknesses of the History of Mentalities*.

6 Cf. GOMBRICH, E. *Art and Illusion: A Study in the Psychology of Pictorial Representation*. London: Phaidon, 1960; KUHN, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1970; FOUCAULT, M. *Les Mots et les Choses*. Paris: Gallimard, 1966; COHN, N. *Europe's Inner Demons*. London: Chatto and Windus, 1975.

7 BURKE. *Strengths and Weaknesses of the History of Mentalities*, p. 446.

8 Cf. SIMMEL, G. *The Problems of the Philosophy of History: An Epistemological Essay*. New York: Free Press, 1977; STARR, C. *A History of the Ancient World*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

9 Cf. DEMAUSE, L. *The New Psychobiography*. New York: Psychohistory Press, 1975; *The Emotional Life of Nations*. New York: Karnac, 2002.

10 SCHULTZ, W. *Handbook of Psychobiography*. New York: Oxford University Press, 2005.

11 Cf. DODDS, E. *The Greeks and the Irrational*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1951, BURKERT, W. *Greek Religion*. Cambridge: Harvard University Press, 1985; *Creation of the Sacred: Tracks of Biology in Early Religions*. Cambridge: Harvard University Press, 1996; VERSNEL, H. *Faith, Hope and Worship: Aspects of Religious Mentality in the Ancient World*. Leiden: Brill, 1981; *Coping with the Gods: Wayward Readings in Ancient Greek Theology*. Leiden: Brill, 2011; BREMMER, J. *Greek Religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994; PARKER, R. Pleasing Things: Reciprocity in Greek Religion. In: GILL, C. et al. (orgs.). *Reciprocity in Ancient Greece*. Oxford: Oxford Press Clarendon, p. 105-25, 1998.

e mecanismos subjacentes a múltiplos processos cognitivos - como a consciência, a memória, a percepção, o raciocínio e a imagética mental. Além da pesquisa acerca dos universais de nossa cognição, muitos cientistas cognitivos recentemente se interessaram pelas formas como a cognição humana interage e é influenciada pelos mundos materiais e sociais externos.<sup>12</sup> Os seres humanos são concebidos como entidades complexas “enraizadas e incorporadas”, “profundamente dependentes da cultura” (enculturadas), e sua cognição é “estendida e distribuída além das fronteiras de seus cérebros individuais”<sup>13</sup>. Tal concepção está conectada à percepção de que descobertas experimentais devem ser testadas no âmbito da vida cotidiana dos indivíduos. Para este fim, diversos antropólogos cognitivos vêm realizando um número crescente de estudos de campo, como forma de investigar processos cognitivos internamente a contextos sociais e culturais específicos.

Entretanto, uma vez que a cultura humana não só existe no presente, mas também se estende a toda a história de nossa espécie, o estudo das capacidades e operações cognitivas de indivíduos modernos fornece apenas *insights* parciais acerca de nossa cognição. Nesse ponto, a contribuição da História parece ser crucial tanto para o avanço do nosso conhecimento moderno relativo à mente humana quanto para o aprofundamento de nossa compreensão histórica dos agentes humanos.

Os primeiros esforços para a aplicação de teorias cognitivas às práticas culturais passadas foram empreendidos por proeminentes historiadores das religiões. Luther H. Martin foi o primeiro especialista no estudo dos cultos greco-romanos a descrever os potenciais fornecidos por abordagens cognitivas para a pesquisa histórica. Em muitos de seus artigos, Martin sugeriu o uso de algumas dessas teorizações na análise de seu objeto historiográfico específico, o culto romano em honra ao deus Mítras<sup>14</sup>, e articulou argumentos convincentes a respeito do valor dessa forma de abordagem para o estudo das religiões passadas, de forma geral.<sup>15</sup> Em uma temática semelhante, Roger Beck produziu a primeira obra compreensiva na qual teorias cognitivas modernas foram aplicadas às maneiras pelas quais o culto a Mítras pode ter sido apreendido pelos iniciados em seus mistérios.<sup>16</sup> A partir de então, um amplo cenário de discussões acerca da colaboração entre historiadores e cientistas cognitivos emergiu no meio acadêmico, levando ao surgimento de um novo subcampo de pesquisa histórica: o da “Historiografia Cognitiva”.

12 Cf. HAN, NORTHOFF, *Culture-Sensitive Neural Substrates of Human Cognition*; CHIAO, *Cultural Neuroscience*; ROEPSTORFF, et al, *Enculturating Brains through Patterned Practices*.

13 GEERTZ, A. Brain, Body and Culture: A Biocultural Theory of Religion. *Method & Theory in the Study of Religion*, v. 22, n. 4, p. 304-21, 2010a, p. 304.

14 Cf. MARTIN, L. Performativity, Narrativity and Cognition: Demythologizing the Roman Cult of Mithras. In: BRAUN, W. (org.). *Rhetoric and Reality in Early Christianity*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, p. 187-217, 2004; *The Mind of Mithraists: Historical and Cognitive Studies in the Roman Cult of Mithras*. London: Bloomsbury, 2015.

15 Cf. MARTIN, Towards a Cognitive History of Religion. In: WHITEHOUSE, H., MARTIN, L. (orgs.). *Theorizing Religions Past: Archaeology, History, and Cognition*. Walnut Creek: AltaMira Press, p. 7-14, 2005; The Promise of Cognitive Science for the Historical Study of Religions, with Reference to the Study of Early Christianity. In: LUOMANEN, P. et al. (orgs.). *Explaining Early Judaism and Christianity: Contributions from Cognitive and Social Sciences*. Leiden: E. J. Brill, p. 37-56, 2007; *Deep History, Secular Theory: Historical and Scientific Studies of Religion*. Boston: de Gruyter, 2014.

16 BECK, R. *The Religion of the Mithras Cult in the Roman Empire: Mysteries of the Unconquered Sun*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

No entanto (apesar de um número relevante de tentativas iniciais e promissoras apontamentos), a aplicação de teorias cognitivas à análise de materiais históricos ainda é recebida com ceticismo pela maioria dos historiadores tradicionais. Todavia, suas considerações teóricas e objeções às abordagens cognitivas são minadas pelos aspectos mentais e afetivos intrínsecos à história humana. Apesar de seu ceticismo teórico e racional, nos fazeres de sua disciplina, historiadores inevitavelmente se utilizam de termos e noções intimamente ligados a processos mentais, habilidades cognitivas e reações emocionais de indivíduos passados. Ainda, seu estudo histórico depende profundamente de seu próprio equipamento cognitivo, uma vez que a própria noção de história possui inerentes raízes cognitivas.

Possuímos interesse em nosso passado porque somos humanos. Nossa memória autobiográfica permite-nos ter uma autoconsciência - estarmos cientes de que somos indivíduos únicos, distintos dos outros e de nosso entorno, “entidades” que mudam ao longo da história, mantendo, ao mesmo tempo, a sensação de que permanecemos as mesmas pessoas durante toda a nossa vida.<sup>17</sup> Assim, os seres humanos são capazes e querem produzir narrativas (histórias) acerca de si mesmos, do mundo e dos eventos que experimentam. Compomos essas histórias, recordando e (re) estruturando nossas memórias, reconhecendo causas e resultados, traçando relações, “preenchendo espaços em branco”, e nos esforçando para fornecer certa coerência e significado tanto para nossas vidas quanto para a realidade que percebemos. Para além da autoconsciência, seres humanos categorizam-se intuitivamente como pertencentes à mesma espécie e são capazes de reconhecer semelhanças entre outros seres e entidades.<sup>18</sup> Ao longo prazo, procuramos por origens humanas e estamos interessados nas histórias de nossos predecessores.<sup>19</sup> Aquilo que narrativas pessoais são para determinados indivíduos, a história é para a espécie humana. Interpretado dessa maneira, o pensamento histórico é uma tarefa cognitiva.

Logo, teoricamente, as ciências cognitivas são legitimadoras do estudo do passado e da necessidade da História. A nível individual, o pensamento histórico é natural<sup>20</sup>, e as narrativas constituem uma valiosa ferramenta cognitiva na organização e fornecimento de sentido às nossas vidas e ao mundo.<sup>21</sup> No entanto, ao se desenvolver em uma empreitada acadêmica, a História parece se tornar um empreendimento complexo e altamente exigente. De fato, historiadores são agraciados com a árdua tarefa de narrar a história de sua espécie e do mundo no qual ela habita. No entanto, tal tarefa é predeterminada, restrita e estruturada pelos processos e capacidades da cognição humana. Nesse contexto, as ciências cognitivas podem oferecer aos historiadores a possibilidade de se tornarem conscientes dessas restrições e predisposições de

17 DAMASIO, A. *The Feeling of What Happens: Body, Emotion and the Making of Consciousness*. San Diego: Harvest, 2000, p. 176.

18 BOYER, P. *Religion Explained: The Evolutionary Origins of Religious Thought*. New York: Basic Books, 2001.

19 CLAUS, P., MARRIOTT, J. *History: An Introduction to Theory, Method and Practice*. Harlow: Pearson, 2012, p. XIV.

20 MARTIN, *The Promise of Cognitive Science for the Historical Study of Religions*, p. 38.

21 GEERTZ, A. Too Much Mind and Not Enough Brain, Body and Culture: On What More Needs to Be Done in the Cognitive Study of Religion. *Historia Religionum*, v. 2, p. 21-37, 2010b, p. 29-30.



sua própria mente e, assim, resinificarem a tumultuosa relação entre seu trabalho e suas próprias preocupações.<sup>22</sup>

O passado humano compreende uma infinidade de eventos, incontáveis ideias e pensamentos, inúmeras ações, práticas e crenças, interações sociais e expressões culturais que parecem se desdobrar a cada segundo. Indivíduos não são capazes de lembrar e explicitar cada momento de suas vidas e, da mesma forma, historiadores são incapazes de registrar e narrar cada instante do passado humano. Da mesma forma como as pessoas fazem quando narram suas próprias histórias pessoais, historiadores são clamados a entender o “substrato” dos eventos passados e a organizar seus conhecimentos de acordo com padrões e sequências lógicas. Entretanto, enquanto indivíduos valem-se de memorandos e “memoráveis” (como, entre outros, fotos, diários e anotações) para se recordarem de seu próprio passado, historiadores usam fontes históricas geradas por outras pessoas. Memorandos pessoais funcionam como âncoras que acionam a própria memória de um indivíduo e retornam a suas próprias representações.<sup>23</sup> No que lhes diz respeito, as fontes históricas são a primeira informação sobre a qual historiadores podem confiar para reproduzir as representações mentais e públicas produzidas e compartilhadas por outros indivíduos em algum momento do passado. Por meio do estudo de suas fontes, historiadores obtêm certo acesso às mentes que criaram os dados sobre os quais suas interpretações se fundamentam e, então, geram suas próprias representações mentais e simulações de eventos passados, que, por sua vez, são organizadas seguindo princípios lógico-estruturais narrativos.<sup>24</sup> Assim, a História não consiste no registro de uma série de eventos e práticas não relacionados que se desenvolveram aleatoriamente no espaço e no tempo. Em vez disso, as narrativas históricas se encaixam nas estruturas da cognição humana que tendem a reconhecer relações causais e correlações lógicas em eventos naturais e sociais e a procurar consistência e coerência em informações e instruções dispersas (o “raciocínio” histórico possui uma estrutura narrativa). Dado que as fontes históricas fornecem evidências fragmentadas e não um relato completo do passado, as capacidades cognitivas dos historiadores permitem-lhes vislumbrar um quadro mais amplo de uma era histórica particular e deduzir um cenário mais amplo de inferências e conjecturas. Assim compreendidos, os historiadores são “historiógrafos” que escrevem uma história do passado com base em evidências disponíveis que, por sua vez, são organizadas de acordo com seus princípios cognitivos.<sup>25</sup>

Ao estudar suas fontes, historiadores podem optar por se concentrar em diferentes aspectos das evidências remanescentes e sugerir várias interpretações para tais indícios. Seu foco, escolhas e decisões são amplamente determinados por seus próprios interesses, bem como, mais amplamente,

22 WHITEHOUSE, H. Cognitive Historiography: When Science Meets Arts. *Historical Reflections*, v. 31, n. 2, p. 307-18, 2005, p. 308-311; MARTIN, *The Promise of Cognitive Science for the Historical Study of Religions*, p. 39-40.

23 GEERTZ, *Too Much Mind and Not Enough Brain, Body and Culture*, p. 30.

24 MARTIN, *The Promise of Cognitive Science for the Historical Study of Religions*, p. 39-40; WHITEHOUSE, *Cognitive Historiography*, p. 312-315.

25 MARTIN, *Towards a Cognitive History of Religion*, p. 12-13.



pelas necessidades, demandas, perspectivas e preferências de sua época.<sup>26</sup> Em todos os casos, entretanto, seu trabalho é governado pelos princípios comuns da cognição humana. Classificações de diferentes tipos de evidências, por exemplo (como no caso de fontes primárias e secundárias, testemunhos escritos e vestígios materiais), refletem a tendência universal de nossas mentes em categorizar vários aspectos do mundo “fenomenal”. Por sua vez, concepções de história e sua separação em diferentes períodos dependem de percepções metafóricas de tempo. Noções como era, cultura e sociedade constituem termos convencionais usados por historiadores na organização de seu material. Embora esses argumentos pareçam auto-evidentes, tais princípios (geralmente entendidos como senso comum) são amplamente utilizados por historiadores no “preenchimento dos espaços em branco” de seus relatos históricos. No entanto, as ciências cognitivas têm apresentado teorias bem articuladas, testáveis e apoiadas por métodos científicos, na investigação, justamente daquilo que é, amplamente, concebido como senso comum, mas que aparenta estar profundamente enraizado no modo como os seres humanos pensam, concebem e raciocinam sobre si mesmos e sobre o mundo. Adicionalmente, na estruturação de seus relatos históricos, historiadores tomam por certo e usam uma ampla gama de ferramentas cognitivas (como, entre outras, metáforas, categorias, conceitos e narrativas). As ciências cognitivas investigam a construção e constituição dessas ferramentas em termos das características comuns de nossas mentes. Suas descobertas nos fornecem esclarecimentos a respeito dos processos e mecanismos que moldam e modulam o pensamento e o raciocínio humano, fornecendo aos historiadores os meios para examinar e compreender mais profundamente as várias formas e conteúdos moldados por ferramentas cognitivas comuns em diferentes contextos históricos.<sup>27</sup>

Além disso, a tentativa, comumente observada entre historiadores, de incorporar suas evidências em contextos históricos e culturais específicos é, muito provavelmente, insuficiente para a compreensão desses indícios. Conforme o antropólogo Ernest Lawson e o filósofo Robert McCauley apontam<sup>28</sup>, esses próprios contextos exigem explicação, uma vez que não constituem entidades independentes ou “hiper-instituições” que determinam externamente a vida dos indivíduos.<sup>29</sup> Pelo contrário, elas são o produto de interações contínuas entre agentes humanos e seus mundos naturais, sociais e culturais externos - interações que afetam constantemente tanto sua cognição quanto o mundo.<sup>30</sup>

As principais características da cognição humana, que se desenvolveram no decorrer da história evolutiva de nossa espécie, foram motivadas pela necessidade de nos adaptar a um ambien-

26 BLAKE, C. Can History Be Objective? *Mind*, v. 64, n. 253, p. 61-78, 1955, p. 61.

27 MARTIN, *Towards a Cognitive History of Religion*, p. 12.

28 LAWSON, E., MCCAULEY, R. Crisis of Conscience, Riddle of Identity: Making Space for a Cognitive Approach to Religious Phenomena. *Journal of the American Academy of Religion*, v. 61, n. 2, p. 201-23, 1993.

29 MARTIN, *The Promise of Cognitive Science for the Historical Study of Religions*, p. 42-43.

30 Cf. GEERTZ, *Brain, Body and Culture*; MALAFOURIS, L. The Brain-Artifact Interface (BAI): A Challenge for Archaeology and Cultural Neuroscience. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, v. 5, v. 2-3, p. 264-73, 2010; ROEPSTORFF, et al, *Enculturating Brains through Patterned Practices*.

te em constante mudança. No entanto, evolução e o desenvolvimento cognitivo não são apenas desencadeados por mudanças no mundo natural. Conforme o sugerido pela psicóloga Margaret Wilson, vários contextos culturais fornecem incontáveis estímulos que não apenas geram diferentes “conteúdos cognitivos”, mas, também, modulam e modificam a própria cognição.<sup>31</sup> Simultaneamente, alterações nas maneiras como os indivíduos pensam e agem são impressas no meio externo natural, cultural e simbólico que, por sua vez, afeta os pensamentos e as percepções das pessoas. Nesse contexto, as teorias cognitivas fornecem *insights* cruciais sobre as tendências cognitivas e afetivas universais que permitem aos seres humanos construir imagens específicas, pressupostos e categorias mentais de realidade perceptível, bem como acerca dos processos que dão forma aos diferentes conteúdos dessas percepções em contextos históricos diversos. Assim, o emprego de teorias cognitivas em modelos de interpretação das fontes históricas pode auxiliar nossa compreensão dos processos de transição histórica e de diversidade cultural, com referência direta aos agentes humanos que mediarão e geraram mudanças e alterações no ambiente externo natural, social, cultural e simbólico.<sup>32</sup>

Paralelamente, os contextos históricos fornecem um novo campo de pesquisa para as ciências cognitivas, no qual os achados laboratoriais e experimentais podem ser testados na “vida real” das eras passadas.<sup>33</sup> Embora os métodos experimentais não possam ser aplicados aos indivíduos passados, historiadores podem investigar se as habilidades cognitivas comuns da espécie humana são subjacentes e geram, precisamente, o material histórico que possuem à sua disposição. Dessa forma, a História pode avaliar (confirmar, refinar ou mesmo rejeitar) os pressupostos teóricos acerca da evolução cognitiva e das universalizações da mente e dos cérebros humanos, de acordo com o reivindicado pelos cognitivistas. Estudos históricos podem, ainda, indicar quais processos cognitivos podem ser sensíveis a influências culturais que afetam as formas pelas quais os indivíduos percebem e conceituam seu mundo, bem como que tipos de estímulos externos aparentam “reprojetar” a mente humana.<sup>34</sup>

Dado que, ao que tudo indica, as próprias noções de história e de consciência histórica são produtos de nossa cognição, e que a cognição humana aparenta possuir uma historicidade intrínseca, a (con) junção entre ciências cognitivas e estudos históricos parece, em princípio, (explícita ou implicitamente) inevitável. História e ciências cognitivas aparentam se diferir em termos de temas de pesquisa, fontes disponíveis e ferramentas metodológicas. No entanto, compartilham sua condução por pesquisadores que estão situados em um mundo cultural e social específico que

31 WILSON, M. The Re-Tooled Mind: How Culture Re-Engineers Cognition. *Social, Cognitive, and Affective Neuroscience*, v. 5, n. 2-3, p. 180-7, 2010.

32 MARTIN, *Deep History, Secular Theory*, p. 353; MCCORKLE, W. Cognitive Historiography: Religion as an Artifact of Culture and Cognition. *Journal of Cognitive Historiography*, v. 1, n. 2, p. 140-5, 2014, p. 143.

33 EIDINOW, E., MARTIN, L. Editor's Introduction. *Journal of Cognitive Historiography*, v. 1, n. 1, p. 5-9, 2014, p. 8; MARTIN, *Deep History, Secular Theory*, p. 351-352.

34 WILSON, *The Re-Tooled Mind*, p. 180-181.

afeta seus pensamentos e escolhas.<sup>35</sup> Além disso, partilham de, pelo menos, um interesse comum: a compreensão dos seres humanos.

Com base nessas premissas, as linhas que separam esses dois campos de pesquisa tornam-se menos rígidas. Levando-se em consideração os desenvolvimentos contemporâneos nas metodologias científicas, a colaboração entre acadêmicos de diferentes disciplinas provou ser extremamente valiosa para o “progresso” de suas pesquisas. Estudiosos com diferentes especialidades vêm unindo seus métodos e conhecimentos na abordagem de objetos de investigação compartilhados, objetivando o alcance de *insights* e conclusões mais pluralistas. Nesse contexto mais amplo, historiadores parecem estar entre os últimos a se abster desse tipo de colaboração.<sup>36</sup> Tal hesitação aparenta se originar nas características únicas dos dados históricos que determinam os limites e os potenciais da pesquisa historiográfica. No entanto, as abordagens cognitivas ao material histórico não pretendem substituir os métodos tradicionais de historiadores. Na realidade, tratam-se de ferramentas em potencial, dirigidas, principalmente, àqueles historiadores que compartilham, com os cientistas cognitivos, de um interesse comum no funcionamento da mente humana ao longo da história.<sup>37</sup> Nesse meio, descobertas e modelos cognitivos poderiam “reforçar” considerações e pressupostos teóricos de historiadores, contribuindo com uma fundamentação empiricamente testável para a própria teorização histórica. Ao mesmo tempo, historiadores poderiam fornecer, às ciências cognitivas, uma quantidade adicional de dados empíricos para apoiar, melhorar ou modificar suas hipóteses teóricas ou, até mesmo, determinar suas objetivos e questões de pesquisa.

A colaboração entre historiadores e cientistas cognitivos não implica na demolição de métodos, objetivos ou muito menos da existência de ambos. No entanto, a negligência intencional do conhecimento acerca dos processos mentais humanos pode levar a abordagens e interpretações obsoletas das representações mentais dos agentes históricos, reações psicológicas, intenções, escolhas e agendas ocultas. Simultaneamente, as afirmações de cognitivistas a respeito das propensões e capacidades universais da mente humana permanecerão, apenas, como pressupostos e modelos teóricos, se não houver uma investigação histórica para validar essas universalizações na “vida real” de pessoas reais” na história. Resta aos estudiosos de ambos os campos perceber os benefícios mútuos de sua colaboração, a fim de alcançar seu grande objetivo comum: a promoção do conhecimento.

35 HEINTZ, C. Cognitive History and Cultural Epidemiology. In: MARTIN, L., SØRENSEN, J. (orgs.). *Past Minds: Studies in Cognitive Historiography*, London: Equinox, p. 11-28, 2010, p. 13.

36 Cf. XYGALATAS, D. On the Way towards a Cognitive Historiography: Are We There Yet? *Journal of Cognitive Historiography*, v. 1, n. 2, p. 193-200, 2014.

37 XIGALATAS, *On the Way towards a Cognitive Historiography*, p. 195.

## Fukuyama e Žižek atualizando Hegel

Renato Paes Rodrigues  
renato09sohc@gmail.com

### Resumo

Neste simpósio pretendo apresentar meu projeto de doutorado, A atualidade da filosofia da história hegeliana nas obras de Fukuyama e Žižek, com o objetivo de receber críticas da mesa para o aperfeiçoamento do trabalho. Como o título indica, queremos pensar se Hegel pode ser atual hoje, considerando diferentes apropriações de seu pensamento. Enquanto muitos críticos no campo da história e das humanidades em geral vem identificando nas últimas décadas a morte das metanarrativas, seria ainda possível pensar em alguma contribuição de Hegel para os problemas atuais? Nossa percepção é de que sim, sobretudo por considerarmos ser fundamental a categoria hegeliana de *aufheben* (anular e conservar uma categoria em outro nível) à compreensão da modernidade; é através dessa categoria, por exemplo, que Žižek interpreta o colapso do socialismo real e sua conservação em outras esferas dentro das sociedades capitalistas. Além disso, a partir de Hegel, temos a hipótese de ser a modernidade um período sem precedente na história, mesmo com todas as suas contradições, de domesticação da alteridade, contingência e experiências passadas. Neste aspecto, é importante tencionar o polêmico "fim da história" desenvolvido por Fukuyama, que apresenta ser uma espécie de leitura radical e conservadora de Hegel com as críticas de Žižek ao capitalismo e a sociedade liberal, para sabermos que tipo de síntese pode ser feita a partir deste debate.

**Palavras-chave:** Hegel, Fukuyama, Zizek, Filosofia da história.

Na tradição filosófica e intelectual do Ocidente, Georg Wilhelm Friedrich Hegel é notadamente um autor fundamental à compreensão da modernidade. Sua primeira grande obra, *A fenomenologia do Espírito* (1806), representa uma espécie de símbolo desse novo tempo, marcado pelas consequências da Revolução Francesa (1789) e Revolução Industrial. Além do significado filosófico e cultural, esta obra tem um alcance histórico; nela, a tradição filosófica é concebida numa perspectiva histórica, ou seja, submetendo os sistemas filosóficos anteriores ao crivo da razão histórica. E Karl Marx admitiu o esforço de Hegel em "... conciliar a contingência histórica e a necessidade racional, a situar a razão mesma da história numa história da razão, que articule o imenso processo dialético os momentos e os planos que integram a experiência total do espírito do mundo".<sup>1</sup>

1 VAZ, Henrique C. de Lima. *Ontologia e história: escritos de filosofia VI* – 2 ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 123.

Algumas décadas depois, Hegel aprofunda suas reflexões sobre a história, afirmando que esta é o palco do desenvolvimento do espírito (*Geist*) e da liberdade, em direção do conhecimento absoluto e do reconhecimento de Deus. Ele parte da ideia que a razão é uma forma infinita, lei do mundo, da vida natural e espiritual, e por isso, domina a história universal. Essa seria a única contribuição que a filosofia teria a dar à história, porque ela em si mesma não considera a razão como premissa. “Ao contrário de substâncias finitas, que dependem de coisas exteriores a ela, a razão se autoconsume. E ela é a forma infinita, pois apenas em sua imagem e por ordem sua os fenômenos surgem e começam a viver”.<sup>2</sup> Além da construção abstrata do mundo se dever à razão, ela não está em oposição à providência divina; pelo contrário, a filosofia da história hegeliana coincide exatamente com uma teodiceia.

Entretanto, tais afirmações lhe renderam várias críticas; muitos o acusaram de falsificar todo processo histórico ao procurar determinar qual seria a lógica e o fim deste. Em Berlim, a *escola histórica* se posicionava radicalmente contra as proposições do filósofo; a principal crítica é que ele teria reduzido a complexidade da história às categorias da filosofia.

Entre os discípulos de Hegel, o revisionismo foi também muito forte, já que entre eles havia certo consenso de que construções filosóficas não deveriam ter a pretensão de criar sistemas definitivos, mas ser um resultado dos desafios colocados pelo presente.<sup>3</sup> Certamente, entre eles, Marx foi o que mais se notabilizou nesta crítica, sobretudo após ter rompido com os hegelianos de esquerda. Ele concordava com Hegel sobre o caráter dialético da história, mas dispensou o *espírito* enquanto sujeito ou essência, porque acreditava que a realidade social não era construída pelas ideias ou consciência dos homens sobre ela, mas sim do trabalho, da ação concreta do homem no mundo.

Para outros filósofos alemães, como Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche, Hegel chegou mesmo a ser motivo de escárnio. E Karl Popper radicalizou a crítica, acusando-o de ter dado, ao menos no plano teórico, subsídios para experiências totalitárias no século XX, como o fascismo e o nazismo. A única diferença residiria na substituição do espírito pela raça ou sangue, já que a outra base do totalitarismo viria tanto do materialismo histórico, e, sobretudo, do darwinismo (na fórmula de Haeckel).

De todo modo, o pensamento de Hegel se manteve imprescindível para muitas correntes intelectuais no século XX. Lembremos da influência que exerceu no trabalho de muitos frankfurtianos, como Hebert Marcuse ou mesmo na tradição marxista em geral. Num campo mais conservador, Joaquim Ritter demonstrou ser a *Filosofia do Direito* uma obra fundamental para compreender as mudanças do direito na modernidade. É de se destacar também que através dos esforços de Alexandre Kojève e Jean Hyppolite, pôde se ter na França um olhar renovado sobre Hegel, influen-

2 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, p. 52.

3 LÖWTH, Karl. *De Hegel a Nietzsche: La quiebra revolucionaria del pensamiento el el siglo XIX*. Buenos Aires, Katz, 2008.

ciando também o campo da piscanálise. No Brasil, ele não foi menos importante: Paulo Freire, Henrique Lima Vaz, Paulo Arantes, Vladimir Safatle, entre tantos outros, comprovam isso. Entretanto, se olharmos de um ponto de vista mais amplo a influência de Hegel, de fato, sua filosofia da história foi se tornando cada vez mais superada para historiadores, filósofos e outros cientistas sociais que passaram a desacreditar na racionalidade e, sobretudo, em metanarrativas. Não bastasse às críticas de Popper, o advento do pós-modernismo e outros fenômenos como o giro linguístico e o pós-colonialismo, pareciam ter colocado um ponto final nas filosofias da história (como a de Hegel).

A despeito das controvérsias que o conceito de pós-modernismo tem suscitado, e são muitas, não há dúvida de que este só pôde surgir no horizonte por razões muito concretas. Neste aspecto, as marcas indeléveis deixadas pela Segunda Guerra Mundial (genocídio em massa, uso de bomba atômica, etc.) foram decisivas para o aprofundamento da crítica à modernidade e seu projeto racional e progressista. Os eventos da guerra evidenciavam para os críticos e ideólogos de que o Ocidente tinha falhado em conduzir à humanidade para um patamar superior de desenvolvimento, de que a razão poderia ser manipulada para fins bárbaros.

No plano político, ainda restava derrubar a utopia comunista, última guardiã de um projeto moderno que se deteriorava com as descobertas nefastas a respeito do regime socialista soviético – o chamado “socialismo real”. Desse modo, eventos como a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1991), vieram apenas para “pregar os últimos pregos no caixão do comunismo”. Para os pós-modernos, ao menos no plano cultural, todo este processo representou um marco importantíssimo para consolidação de suas ideias; agora estava mais que claro que um projeto racional ou ideológico não conduziria a humanidade para um futuro melhor. Contudo, outras leituras apareceram a respeito do fim do socialismo real. Para outros, como Franz Fukuyama, representou o “fim da história”, não dos acontecimentos evidentemente, e sim dos modelos societários possíveis de serem construídos pelos homens – era o triunfo da sociedade democrática liberal. À luz da filosofia da história hegeliana, Fukuyama diagnosticou que com o colapso do “socialismo real”, a sociedade liberal não teria mais um inimigo capaz de lhe fazer frente e, portanto, o único desafio restante seria o de aperfeiçoá-la.

Assim, desde a publicação de *O Fim da História e o Último Homem* (1992) aos dias atuais, Fukuyama tem sido contestado de todos os lados, nos círculos acadêmicos e intelectuais, como se sua obra não passasse de uma falácia. É a partir desta “marginalização” das ideias deste autor que começamos a desenvolver a problemática deste projeto. Nossa ideia é fazer um estudo honesto e “sem preconceitos” da obra de Fukuyama sobre o suposto “fim da história” e procurar identificar de que modo à filosofia da história hegeliana aparece para dar sustento aos seus argumentos. Será também importante neste trabalho analisar outra recepção de Hegel na contemporaneidade; neste caso optamos por Slavoj Žižek, porque mesmo ele dizendo que depois do colapso do socialismo real somos todos “fukuyamista”, sua leitura se situa mais no âmbito da esquerda, problematizando



ideias supostamente progressistas da sociedade neoliberal, como a filantropia, o respeito às diferenças, o ecologismo, etc. Mas antes de falarmos mais sobre esses autores, consideramos importante discutir brevemente a importância da filosofia de Hegel, de modo que fique mais claro a intenção deste projeto.

Em sua filosofia da história, Hegel defende que o historiador filosófico não pode aplicar seus princípios *a priori* à história e, sim, proceder empiricamente. Por isso que a história não é um conceito imediato, ela é constituída primeiramente a partir da autorreflexão do eu, proporcionada pelo exercício filosófico. Se a ontologia tradicional se questionava basicamente pelo *ser*, Hegel foi além, pensou no *dever*, conciliando *ser* e *pensar* dentro de uma unidade especulativa e isso aparece em muitas de suas obras, como na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (1817). A filosofia não pressupõe objetos imediatos, mas ela exige mostrar a necessidade do seu conteúdo e de provar o ser e as determinações do seu objeto, que é uma forma de pensar que se distingue do sentimento, intuição e representação, que faz do próprio pensamento objeto. Para que a filosofia alcance sua concretude, entretanto, ela precisa se conscientizar da efetividade.

Entretanto, quando se analisa a frase de Hegel que a “razão governa a história” em suas lições sobre a filosofia da história, isso aparece como se fosse um *a priori* abstrato, que extingue a autonomia da ciência histórica. Mas a racionalidade que Hegel vê na história do mundo não exclui seu interesse pelo particular, e não é um gosto pela pura abstração e generalidade, e sim o reconhecimento de que a forma mais adequada de se estudar a história seria utilizando a razão, por esta ser infinita, realizando-se por si mesma. E ele não tem dúvida que a história deva ser considerada como ela é em si; entretanto, as relações entre o historiador e os fatos se dão através de categorias.

Se então, nossa relação com o mundo sempre é mediada por categorias, não haveria outra, senão a razão, a mais adequada para estudar a história universal. Neste ponto qualquer historiador concordaria, mas o sentido dado por Hegel à razão é muito mais amplo que uma simples categoria analítica; ela seria autossuficiente, astuciosa, providencial, que se realiza a despeito da vontade dos homens. Aqui identificamos o aspecto determinístico que caracteriza as reflexões de Hegel a respeito do processo histórico como filosofia da história (no sentido clássico do termo) e que ele mesmo admitiu ser uma teodiceia, uma justificação de Deus e “assim deveria ser entendido o mal no universo, e o espírito pensante deveria reconciliar-se com o mal”.<sup>4</sup>

A ideia de uma teodiceia ou de fim da história, entretanto, não podem ser imagens absolutas do pensamento hegeliano; vários autores contemporâneos têm chamado atenção para o fato de que uma visão teleológica da história não pode ser aplicada absolutamente a Hegel. Terry Pinkard, por exemplo, no artigo *Saber Absoluto: por que a filosofia é seu próprio tempo apreendido no tempo*, argumenta que o saber absoluto (último capítulo da *Fenomenologia do Espírito*) é última forma contingente do saber, pois neste estágio o espírito está voltado à ciência, precedente à sua própria efetivação

4 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 21.

filosófica, o que remonta à ideia de que a filosofia aparece como um balanço das experiências acumuladas. E como o mundo científico reflete a si mesmo, deixa de ser um fenômeno localizado para ser uma expressão do espírito, autoconsciente que lida e conhece o seu negativo. “Saber é saber de seu próprio limite. É também uma outra maneira de afirmar que sua filosofia pode ser nada mais do que seu próprio tempo apreendido em pensamentos”.<sup>5</sup>

A história enquanto processo de transformações, que jamais repete as mesmas condições e sempre fracassa em utilizar fórmulas antigas, é outro elemento que demonstra o modo pelo qual Hegel compreende a ideia de fim. “... Hegel cree que la vida social y política no puede conservar el mismo carácter después de la invención de la pólvora y de la imprenta, después de la aparición del capitalismo y la reforma”.<sup>6</sup> Hegel considerava que as mudanças desencadeadas pela Revolução Francesa viriam para se estabelecer no mundo moderno e que toda tentativa da restauração de uma ordem antiga seria inútil. Por isso, mais do que uma filosofia da história em sentido estrito, a visão hegeliana da história parece ser mais uma dialética entre mudança e continuidade, sobretudo se pensarmos no conceito de *Aufheben* (suprassumir), que significa essencialmente negar e conservar simultaneamente. Dado que a realidade histórica sempre se apresenta de modo contingente, no processo de suprassunção muita coisa é anulada, mas conservada no que tem de essencial, elevando um problema ou paradigma a outro patamar.

Mas não seria o artigo polêmico de Fukuyama, *The End of History* (1989), contrário à nossa ideia, ou seja, uma leitura hegeliana da história nos induziria a considerá-la encerrada? Posteriormente, no livro *The End of History and the last man* (1992), Fukuyama esclareceu que seu artigo não falava em fim dos acontecimentos, mas da democracia liberal como ponto final da evolução ideológica da humanidade. Os acontecimentos do fim do século XX indicavam o desgaste dos sistemas alternativos, como o stalinismo e o maomismo, e uma gradativa mudança dos países comunista para um sistema mais liberal em termos econômicos e políticos. Diferentemente de ordens passadas, a sociedade liberal não teria um inimigo externo, como poderia se supor a respeito do fundamentalismo religioso, ou interno, com a desigualdade econômica entre classes sociais, capaz de abalar sua estrutura básica; seu desafio seria a implementação efetiva de sua própria ideologia, ou seja, mais liberdade e bem-estar social. Neste ponto, Fukuyama concorda com a análise que Kojève faz da *Fenomenologia do Espírito*: Hegel teria acertado ao decretar o fim da história com a derrota de Napoleão pela monarquia prussiana, pois, dali em diante, as bases do liberalismo não poderiam ser alteradas.

Para o doutoramento queremos analisar com mais profundidade o livro *The End of History and the last man* (1992), porque neste trabalho Fukuyama desenvolve melhor sua ideia de fim da história, que ele mesmo admitiu se distanciar de seu artigo de 1989. Mudando o eixo do problema,

5 PINKARD, Terry. Saber absoluto: por que a filosofia é seu próprio tempo apreendido no pensamento. *Revista Eletrônica aEstudos Hegelianos*, Ano 7, no13, Dezembro – 2010 p. 20-21.

6 HONDT, Jacques d'. *Hegel, filósofo da le história vivente*. Buenos Aires: Amorrortu, 1966, p. 352.

ele se pergunta: “Whether, at the end of the twentieth century, it makes sense for us once again to speak of a coherent and directional history of mankind that will eventually lead the greater part of humanity to liberal democracy?”<sup>7</sup> Sua resposta é afirmativa por duas razões: uma é de natureza econômica e a outra (recuperando a dialética do senhor-escravo) é a *luta por reconhecimento*.

O grande problema quando se encara esta pergunta para Fukuyama diz respeito a negação de Marx e Hegel pelos pensadores contemporâneos, perplexos com os eventos da primeira metade do século XX, como já aludimos acima. Esses pensadores são pessimistas sobre o progresso das instituições democráticas e liberais, o que nos fez acostumar com a visão de um futuro ruim. Fukuyama acredita no contrário: o balanço que ele fazia no começo dos anos de 1990 era de que governos autoritários de esquerda e direita estavam cada vez mais fracos e os estados liberais permaneciam com uma política coerente que se espalhava pelo mundo. Além disso, o princípio do livre mercado também se espalhava, com uma produção de riqueza material sem precedentes na história.

Que criatura, então, surgiria no fim? Seria a sociedade liberal capaz de se sustentar? Ela não teria contradições que levariam à sua ruína? O “último homem” não ambicionaria nada? O reconhecimento desigual em sociedades aristocráticas não seria o mesmo que em democracias liberais? Fukuyama parece ter uma visão positiva sobre onde este processo todo está nos levando; ou seja, para ele, a sociedade liberal é realmente a melhor das opções que o homem poderia alcançar; assim, podemos dizer que sua leitura de Hegel é um tanto conservadora, na medida que atualiza a ideia do fim da história como um caminho necessário. É aí que Žižek aparece como um contraponto fundamental. Ele também trabalha com o conceito de suprassunção, mas, diferente de Fukuyama, parece utilizá-lo mais para dar mais ênfase nos problemas das sociedades liberais do que qualquer outra coisa. Isso fica bem evidente no seu artigo *Contra os direitos humanos*, onde o esloveno analisa problemas relacionados à tolerância no Ocidente. Se foi tendência de o Ocidente valorizar a tolerância, o laicismo, a pluralidade cultural, Žižek demonstra, por exemplo, a partir da proibição do véu em escolas francesas, como estas ideias caem por terra, ainda mais se tratando de religião:

... em nossas democracias liberais seculares, as pessoas que mantêm uma fidelidade religiosa substancial estão em posições subordinadas: sua fé “tolerada” por ser sua própria escolha pessoal, mas no momento em que a apresentam publicamente como o que a fé é para elas – uma questão de pertencimento substancial – são acusadas de “fundamentalismo”.<sup>8</sup>

Ainda sobre sua crítica à sociedade liberal, segundo a suprassunção hegeliana, Žižek parece nos dar respostas interessantes quando demonstra que a queda do socialismo real não representou o fim de demandas por assim dizer “comunistas”; pelo contrário, o próprio capitalismo e a democracia liberal ao negar o “comunismo orgânico”, conservaram algumas de suas ideias. No âmbito político, o reflexo são governos como na América Latina preocupados com a redistribuição de

7 FUKUYAMA, Francis; RODRIGUES, Aulyde Soares. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. xii.

8 ŽIZEK, Slavoj. *Contra os Direitos Humanos*. *New Left Review*, n. 34, julho-agosto de 2005, p. 15.

renda, com programas sociais, etc. Até mesmo o “capitalismo selvagem” teria absorvido tais demandas, através de ações filantrópicas. Num vídeo<sup>9</sup> muito criativo, Žižek dá o exemplo da cafeteria Starbucks: você entra na loja como um consumidor capitalista normal, mas seu senso moral diz que você não pode prejudicar o mundo; então, a própria empresa de café lhe oferece uma forma de consumo sustentável e filantrópico; ao comprar o café, você alimenta todo o sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, há uma caixinha que você deposita um dinheiro que será enviada para crianças com fome na África ou para alguma instituição de caridade. Ou seja, numa situação contraditória, de lucro e mitigação simultânea do mesmo, é possível identificar como uma ideologia supostamente contrária a sociedade capitalista se conserva em outras formas, o que significa, em linguagem hegeliana, a aplicação do conceito de *Aufheben* na interpretação da sociedade contemporânea.

Mas a importância de Žižek para este trabalho não consiste simplesmente em contrapor Fukuyama. Ele também é fundamental para reafirmar e atualizar o valor da retroatividade do pensamento de Hegel. Em *Menos que nada – Hegel e a sombra do materialismo histórico*, uma das perguntas que se coloca para Žižek diz respeito sobre a possibilidade atual de encararmos nosso mundo a partir da ótica hegeliana, pois o que lhe parece fundamental é a ideia – já reconhecida por Joaquim Ritter e Jacques D’Hont – de que depois de uma verdadeira ruptura, não podemos simplesmente voltar ao passado e ir à frente como se nada tivesse acontecido. “Ainda que façamos, a mesma prática adquirirá um significado radicalmente diferente”.<sup>10</sup>

Portanto, a leitura que Fukuyama e Žižek fazem de Hegel para compreender a sociedade contemporânea faz-nos questionar se ainda é possível pensar numa história universal, considerando o caráter singular do processo histórico, mas que também não ignorasse a ideia de *continuidade*, desafio este que implicaria admitir a importância das filosofias da história, sobretudo a de Hegel e seu conceito de *Aufheben*. Nossa hipótese é de que a modernidade, mesmo com todas as contradições possíveis, vem se mostrando ser um período sem precedentes na história, de domesticação da alteridade, contingência e síntese de experiências passadas.

9 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=hpAMbpQ8J7g>>. Acesso em fevereiro de 2016.

10 ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução Rogério Bettoni, Editora Boitempo, 2013, p. 31.

## O tempo e a forma na arte: questões da historiografia francesa da arte

**Lorena Fonseca**

Historiadora e mestranda em Artes Visuais  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
lorennaf@gmail.com

### Resumo

A proposta tem por objetivo considerar algumas questões posicionadas entre a relação das categorias de "tempo" e de "forma" que foram apresentadas pelo historiador da arte francês Henri Focillon. Por meio desses dois conceitos, seria possível traçar algumas conexões de rupturas e continuidades com a historiografia passada. Entre os séculos XIX e XX, a História da Arte contribuiu diretamente para estabelecer a identidade entre a forma artística e a obra de arte, sendo consolidada com o surgimento da disciplina na Universidade de Viena. Foi a partir da influência da estética kantiana que, para os teóricos da forma, tanto a experiência sensorial quanto a faculdade da razão poderiam condicionar a maneira de experimentamos o mundo. Nessa perspectiva, a arte é apreendida sensorialmente e a sua forma seria capaz de condicionar, de alguma maneira, a nossa experiência, capacitando a produção de conhecimento. Por meio da arte, na relação entre obra e espectador, é que se realiza uma contemplação produtiva e expressiva. Por conseguinte, seria nessa "tradição" historiográfica que podemos entender algumas marcas do pensamento de Focillon e a sua concepção de forma proposta no livro *Vida das formas* (1934). Por outro lado, Focillon nos sinaliza a importância da categoria de tempo. A partir dela é que entendemos a oposição de seu pensamento à teoria do filósofo Hippolyte Taine, expoente do positivismo francês do século XIX. A arte, para Taine, seria a "filha de seu tempo", e a percepção de cada obra somente seria possível se apresentasse em uma relação causal entre a "raça", o "meio" e o "ambiente" de cada sociedade. Em contrapartida, para Focillon a obra de arte pertence à história como aquilo que é temporal, todavia, ela antecipa e transcende essas limitações contidas no tempo. A arte, para o autor, estabelece uma relação dicotômica com o tempo, ela estaria edificada tanto na mobilidade quanto no transcendente. Ademais, para Focillon, ainda que a arte esteja "suspensa" e simultaneamente "sujeita" ao tempo, ela não poderia estabelecer uma relação totalmente causal com os outros acontecimentos históricos, pois ela possui sua própria história, isto é, uma historicidade própria. Portanto, as rupturas analisadas no pensamento de Focillon seriam em relação à historiografia francesa. Em contraste, os laços de continuidade seriam com o formalismo, tal como o da Escola de Viena, que estava apoiado na oposição aos modelos da filosofia idealista hegeliano e do positivismo.

**Palavras-chave:** Historiografia da arte, formalismo, teoria da forma, tempo

Entre os séculos XIX e XX, na história do pensamento estético e histórico da arte, o conceito de forma apareceu amiúde nos debates sobre a arte, de tal maneira a ganhar espaço dentro dos círculos da história da arte. Foi entre esses séculos que a disciplina história da arte contribuiu diretamente para estabelecer a identidade entre a forma artística e a obra de arte, sendo consolidada com o surgimento da disciplina na Universidade de Viena em 1858. A estética kantiana foi um dos grandes impulsionadores da teoria da forma, o esteta Pedro Sargento nos demonstra que a condução de Kant ao pensamento da forma estava ligado pelo seu interesse aos aspectos básicos da estrutura empírica dos objetos, além de dar um lugar importante a “forma”, isto é “as formas *a priori* da intuição e do entendimento”.

É na Crítica do Juízo que

Kant explicita como o juízo estético é formado e formalizado nos termos de um acordo entre percepção sensível de um objeto e a capacidade de nele perceber uma configuração das suas partes que sejam harmoniosas em relação a uma finalidade<sup>1</sup>

Ao considerar esses aspectos Kant vai influenciar a reflexão estética, dos séculos posteriores que buscavam entender o objeto em seu fenômeno de presença no mundo.

Por esse caminho é notório nos aproximarmos de algumas questões expostas no ensaio *Vidas das formas* do historiador da arte Henri Focillon. As relações entre as categorias de “tempo” e de “forma” apresentados nesse livro nos dão elucidacões para pensar a arte como um acontecimento no mundo que age dentro e para fora de si. Para tanto, será levado em conta a problemática da “arte como ação”. Ao analisar essas categorias caberia conceber os objetos artísticos como aqueles, que a começar pela sua própria forma, estão imersos na realidade e instauram novas temporalidades. Vale salientar, a partir dessas categorias podemos perceber que Focillon se contrapôs, de alguma maneira, aos estudos de caráter positivista, os quais prezavam a análise do objeto pelos eventos extra artísticos. Na perspectiva positivista, no geral, os fatos que extrapolam o objeto artístico eram satisfatórios para explicá-lo. Desse modo, os acontecimentos exteriores eram suficientes para interpretar a obra artística, tratando-a apenas como causa das condições do ambiente em que estava imersa. Portanto, na perspectiva desse autor, ao refletir sobre essas categorias na arte, seria possível entender a historicidade da obra, pensá-la não apenas como reflexo dos eventos históricos e o seu aspecto representativo, mas tratar a arte como atuante e criadora de evento, pois ela é concomitante histórica e artística.

Sobre o dilema do tempo e arte, Focillon sinaliza que o objeto artístico seria um acontecimento da realidade assim como os outros fatos, e ainda possuiria uma relação dicotômica com o tempo, pois da mesma maneira ela estaria sujeita a ele pelas circunstâncias em que foi criada, mas

---

1 SARGENTO, Pedro. Se um conceito desce à terra: a implementação da forma artística na objetualidade e na presencialidade. In: TERCEIRAS JORNADAS INTERNACIONAIS DE JOVENS INVESTIGADORES EM FILOSOFIA. Actas das IIIas Jornadas Internacionais de Jovens Investigadores de Filosofia, Évora: Grupo Krisis, 2012, p. 363.



ela também transcenderia essas limitações. Por isso, o objeto artístico não estabeleceria uma relação totalmente causal com os outros acontecimentos históricos, como um mero capítulo das atividades da cultura. Ainda que a obra de arte possua um contexto social em que ela foi produzida, a sua explicação não poderia ser limitada a ele, pois a obra é um fato criativo que ultrapassa as fronteiras do tempo. A obra de arte, diante disso, pertence à história como aquilo que é temporal, contudo, ela antecipa e transcende essas limitações contidas no tempo, muitas vezes até de maneira subversiva. Nisto, o autor nos indica que o impacto causado por essas produções artísticas também ultrapassa a sua condição histórica e as formas são capazes de trazer novas elucidações. A relação de absoluta causalidade da arte com os acontecimentos históricos (entendendo que o histórico abarca todas as dimensões humanas) seria problemática, pois a arte não estaria apenas sujeita ao tempo como um mero capítulo da história da cultura, ela seria uma atividade com uma força ativa que instaura novas temporalidades na existência, ela seria uma ação que cria universos e poderia ser até mesmo capaz de recriar o próprio homem<sup>2</sup>. A proposição de Focillon sobre arte não apresenta a negação da arte e a sua relação com a sociedade e o universo em que ela está ligada; pelo contrário, a tomada de decisão seria a necessidade de compreender a inteireza do objeto artístico e sua potencialidade como operativa e criadora de eventos. Para o autor, o caminho para se entender as ações da arte estaria em sua própria forma, o que de nenhuma maneira elimina a reflexão sobre os contextos culturais, religiosos, políticos e econômicos, em razão dela ser igualmente uma manifestação destes. Desse modo, teria a necessidade de colocar no centro da investigação histórica a compreensão da forma artística.

Ao decifrar essa dicotomia entre a arte e o tempo, infere-se que a arte é um evento na história, ela relaciona-se com o mundo e, concomitantemente, possui as suas peculiaridades. A criação artística impulsiona as suas diversas interpretações e na sua profunda relação com a realidade, serve para ilustrar o homem e o mundo, mas, do mesmo modo ela tem a capacidade de inventá-los, pois é criadora do mundo e do homem. A arte, portanto, firma-se em uma totalidade e pertence a um sistema de relações complexas:

Ela mergulha na mobilidade do tempo, e pertence à eternidade. É particular, local, individual, e é uma testemunha universal. Mas domina seus diversos significados e, servindo para ilustrar a história, o homem e o próprio mundo, é criadora do homem, criadora do mundo e instala na história uma ordem que não pode ser reduzida a nenhuma outra coisa.<sup>3</sup>

Nessa lógica, a arte seria uma realidade histórica que não fica na retaguarda de outros acontecimentos históricos e é possível explicá-la historicamente, pois é um fato, assim como os fatos econômicos, políticos e científicos. Por esse ângulo, a arte é um agente da história e não apenas um reflexo dela. Essa postura se insere na disposição de se distanciar de perspectivas deterministas que limitavam a obra de arte unicamente como fruto de seu meio. Para o autor, as pesquisas em arte de-

2 FOCILLON, Henri. *Vida das Formas: seguido de elogio da mão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 9-10.

3 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*. p. 9-10

vem ser edificadas sobre a análise dos fenômenos artísticos e a sua proposta é uma resposta à teoria desenvolvida por Hippolyte Taine. Focillon discute no seu ensaio, em sua crítica ao pensamento positivista, algumas dificuldades sobre o arranjo teórico desse historiador da arte do século XIX.

Hippolyte Taine foi expoente do positivismo. Ficou conhecido por estudar as “ciências do espírito” pela perspectiva das “ciências da natureza”<sup>4</sup>. Guiou-se pela teoria da influência do meio geográfico, etnológico, sociológico e climático sobre a arte, procurando “a causalidade da criação artística nas reações do meio sobre esta última”<sup>5</sup>. A arte era concebida segundo uma trilogia (a raça, o meio e o momento) como fatores condicionantes. Taine interpretou a história da arte como consequência do tempo em que ela foi criada, constituiu o objeto artístico meramente como um reflexo do meio, em que o clima, a raça e o ambiente subordinavam a produção artística. Essa trilogia contribuía para um estado moral elementar da obra de arte: a raça estava inserida nos estudos da hereditariedade e seria um fator interno para a transformação da obra; o meio seria um fator externo baseado na ação da natureza e da sociedade sobre o objeto, assim, o clima seria um fator que contribuiria para a diferença entre as raças; e, o momento abrangeria os fatores internos e externos sob a perspectiva evolutiva, abarcaria os períodos e seus aspectos econômicos, sociais e políticos. A arte, para Hippolyte Taine, dessa maneira, seria a “filha de seu tempo”<sup>6</sup>, o seu pensamento estava baseado nas ciências naturais para a compreensão dos processos artísticos, e a percepção de cada obra seria somente possível se a relacionasse a raça, ao momento e ao meio. É neste determinismo que Taine interpreta a obra de arte como produto de condições externas e internas, *le milieu et la race*, isto é, a arte seria o resultado da raça e do meio, e o objeto artístico estaria na etapa do desenvolvimento em que se encontrava naquele momento.

Henri Focillon afirma que a consideração de Taine a respeito da arte como “obra prima de uma convergência exterior” seria uma grave insuficiência, pois teria um ilusório rigor determinista<sup>7</sup>. Nota-se a crítica, à vista disso, das categorias *race* e *milieu* como valores absolutos para a análise da obra artística. Para Focillon o meio não deveria ser aceito em seu estado bruto, tal como Taine o utilizou, sendo necessário decompor essa noção e reconhecê-la como uma variante e um movimento. Em alternativa, Focillon não nega o meio como potência criadora da arte, pois tal exemplo seria o da arquitetura, a qual para ele seria difícil concebê-la fora de um meio, pois em sua própria forma original ela já estaria ligada à terra. A arquitetura também responde a necessidades coletivas, ela é geográfica e é sociológica, porém, ainda é capaz de criar meios imprevisíveis, e isto é a sua potência de ação criativa. O arquiteto não apenas inventa edificações que se relacionam ao seu meio, mas ele cria novas condições para a vida histórica e social, por isso a arquitetura é criadora de meios inesperados. Dessa maneira o meio da arte não seria algo fixo e estável, pois a própria arte é capaz de modificá-lo e criá-lo. Focillon cita a importância da paisagem gótica, ou melhor, ao tratar a arte gótica como um local,

4 KULTERMANN, Udo. *Historia de la historia del arte. El camino de una ciencia*. Madrid: Ediciones Akal, 1996. p. 146

5 BAZIN, Germain. *História da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 111.

6 FERNÁNDEZ URIBE, Carlos. *Hipólito Taine: la obra de arte como hija de su tiempo*. Medellín: Artes la Revista, 2004.

7 FOCILLON, Henri. *Vida das Formas: seguido de elogio da mão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 110.

percebeu-se que ela criou uma França inédita, com perfis de horizonte e silhuetas de cidades, criou uma poética que se origina da própria arte e que não se explicaria pela geologia (as condições geográficas) ou pela instituição capetíngia (as condições políticas). A arquitetura gótica francesa do século XII atinge um grau de variedade e virtuosidade, as pirâmides dos edifícios vão apresentar problemas que excedem a geometria plana, e que não estão mais ligados somente aos jogos das proporções e é por isso que a “arquitetura gótica é, ao mesmo tempo, ‘experimental’ e racional, pesquisa empírica e lógica interna”<sup>8</sup>. Da mesma maneira, o pintor não pinta apenas o seu próprio meio, mas deixa-o para buscar outros meios. Focillon ilustra esse exemplo a partir de Rembrandt, o qual ainda que seja holandês, se coloca fora da Holanda e fora do seu tempo, no sentido em que o meio não limitava a sua produção artística. Ainda que Rembrandt criasse paisagens e luzes que apontavam para a realidade da Holanda, ele a recriava, de tal modo que inovava e se tornava uma nova Holanda imaginária, perpassando até as próprias limitações temporais, devido à técnica empregada.

Focillon não pretende aplicar um modelo de temporalidade linear para interpretar os movimentos dos estilos, pois para ele vários estilos poderiam conviver na mesma época, e o desenvolvimento deles nos diversos domínios técnicos das sociedades se distinguiria. Ou seja, os estilos não progredem da mesma maneira, o seu percurso seria desigual em determinados lugares e épocas. Por isso, até mesmo um estilo não deveria ser considerado como algo sólido e rigoroso, mas a vida de um estilo teria que ser pensada a partir de uma dialética e um processo experimental. Para o autor, as produções que buscam classificar a atividade de um estilo, que é um processo experimental, embasadas na noção de evolução, possuem um caráter perigoso, pois teriam uma percepção unilinear da história e, também, produziriam uma ilusão de harmonia da história da arte. Focillon menciona que a noção de evolução poderia trazer o aspecto de causalidade e o viés unilinear do movimento da história da arte:

Demonstrei em outro trabalho o que ela [a noção de evolução] tinha de perigoso pelo seu caráter falsamente harmônico, pelo seu trajeto unilinear, pelo emprego nos casos duvidosos, nos quais se vê o futuro às voltas com o passado, do expediente das “transições”, pela sua incapacidade de dar espaço à energia revolucionária dos inventores.<sup>9</sup>

O seu questionamento da temporalidade linear seria uma resposta ao idealismo estético hegeliano<sup>10</sup>, pois haveria na proposta de história em Hegel um movimento baseado na continuidade de eventos, onde o Espírito chegaria sem interrupção, por meio de um processo dialético, à uma finalidade. Focillon garantiu o rompimento com essa tradição idealista, ao excluir uma lógica transcendente que ordena os fatos artísticos e desobstruindo a continuidade serial desses fatos. O autor previamente afirma que no momento do nascimento da obra de arte, esta seria de antemão um fenômeno de ruptura.

8 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 25.

9 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 23.

10 THUILLIER, Jacques. La Vie des formes: une théorie de l'histoire de l'art ?. IN: *Relire Focillon*. Paris : Musée du Louvre et École nationale supérieure des Beaux-Arts, 1998.

No que concerne à noção de raça, Focillon demonstra que não caberia apresentar mais uma vez a crítica a essa noção, pois o próprio conceito apresenta ambiguidade de definições que adentram as áreas da antropologia, da etnografia e da linguística. De qualquer maneira se este conceito for considerado deve-se admitir que a raça não é algo estável e nem constante. No que tange a essa temática, Focillon afirma que não existiriam no universo os “conservatórios de raças puras”, pois a raça é algo que está em movimento, assim, tanto a raça como o meio ambiente “não estão suspensos acima do tempo”<sup>11</sup>. Vale frisar que essa crítica a noção de raça ocorreu nos anos 1930, no mesmo momento do apogeu do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, de Adolf Hitler, que propunha a pureza das raças, como também de outras perspectivas eugênicas que já ocorriam desde o século XIX. Focillon destacou que, do mesmo modo, o meio como a raça pertencem ao tempo vivido e formado, e é por isso que são dados propriamente históricos. Inclusive a noção de meio geográfico, ainda que supostamente possa ser algo inabalável, seria suscetível a mudanças, pois os homens, por meio das culturas, do desmatamento ou da construção de canais e estradas modificam e inventam uma espécie de geografia específica. A noção de momento, além disso, que implica o contexto histórico, não vai determinar totalmente as produções artísticas, no sentido de limitar suas produções em um movimento único. Pelo contrário, em um contexto histórico tem-se a pluralidade de criações artísticas e a sobrevivência dessas criações em períodos posteriores, assim como há as antecipações que são feitas pela criação de novas formas em dados períodos e a justaposição de várias obras.

As obras de arte são acontecimentos, isto é, elas são estruturas e definições de tempo. Esses acontecimentos, que são os próprios objetos artísticos, são provocados pela vida das formas, e agem sobre si mesmos, na pluralidade inventiva da arte, e também para fora de si, operando sobre a vida histórica. A forma artística é exatamente a demarcação de espaço e tem a potencialidade de sugerir a criação de outras formas, pois ela propaga-se no imaginário humano, e seria por essa razão que a vida é a substância da arte<sup>12</sup>. Para Focillon, ao se utilizar a noção de momento deveria aliá-la a noção de acontecimento para corrigi-la e completá-la. O acontecimento seria um fenômeno cujo efeito é brusco, no sentido que seria uma precipitação operativa e que poderia causar contato e contrastes, relatividades ou absolutos entre dois fatos, ou melhor, entre as relações dos objetos artísticos. Dessa maneira, a arte não poderia ser delimitada por uma série de acontecimentos cronológicos, pois as referências do tempo não teriam um puro valor numérico<sup>13</sup>. Saber que existe a sucessão de fatos na história não seria suficiente para se compreender o movimento temporal das obras artísticas. As produções de arte ao serem criadas não se movem no tempo de maneira linear. Existe, portanto, a coexistência de várias manifestações artísticas, isto é, a simultaneidade, e a possibilidade inventiva da arte que é a ação criadora de eventos. Assim, a arte é um objeto que se localiza no espaço, possui duração no tempo; e o movimento dessa duração não seria linear nem

11 FOCILLON, Henri. *Vida das Formas: seguido de elogio da mão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 122.

12 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 101.

13 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 106.

seguiria uma ordem sucessiva e determinada. Focillon demonstra que a própria “ciência” histórica também não deveria fundamentar-se em uma concepção que reduz às experiências lineares e que prossegue em uma única direção, pois “A história não é unilinear e puramente sucessiva, ela pode ser considerada como uma superposição de presentes amplamente estendidos”<sup>14</sup>. Embora os historiadores organizem o tempo sobre o viés da cronologia, os fatos artísticos que estão imersos na história coexistem, têm seus desenvolvimentos alineares e apresentam múltiplos caminhos.

Há uma curiosidade em conceber a noção de século, onde cada recorte temporal de cem anos se inicia com uma espécie de infância, desenvolvendo para a juventude até chegar à uma decrepitude. De tanto comparar os séculos com as diferentes idades do homem, entre nascimento e morte, cria-se uma ficção, em que o tempo e as atividades estão presas nestes dois parênteses, o começo e o fim. Para o autor, a noção “fim de século” seria difícil de reconhecer, pois de que maneira o fim ou o início de algum século coincidiria inevitavelmente com o começo e o término das atividades históricas? Focillon nos indica que os problemas temporais da forma artística somente são colocados, porque a própria temporalidade da obra de arte não progride com o mesmo sentido e movimento de todos os fatos da história. As posições e durações temporais em que se encontram os fatos políticos, econômicos e artísticos são distintas, as suas trajetórias na história são desiguais, isto é, cada ordem de ação segue seu próprio movimento e possui exigências específicas: “Não apenas esses movimentos são diferentes entre si, mas cada um deles não é uniforme”<sup>15</sup>.

De fato, a arte ainda possui sua própria temporalidade, isto é, ainda que o autor não utilize este termo podemos dizer uma historicidade própria. Isto posto, a arte conserva, simultaneamente, uma noção de mobilidade e de imobilidade. A relação da obra de arte com o tempo se subdivide entre imanência e transcendência, por conseguinte, do mesmo modo que a obra de arte é temporal e foi criada por algum artista em um determinado momento, ela seria um evento que ultrapassa a suas condições temporais; está cravada na eternidade, sem princípio e fim. O aspecto de imobilidade da vida da obra artística é a eternidade do seu presente, que transcende o seu contexto de produção. A arte exprime um desejo de fixidez e seria uma pausa em um momento do passado. Contudo, a criação artística apenas seria imóvel na sua aparência, por isso, na sua condição de mobilidade, ela nasceria de uma mudança e prepararia outra. Nesse sentido, o movimento temporal da história da arte buscada por Focillon romperia com o tempo cronológico, pois sua história das formas não poderia ser representada no decurso de uma linha única ascendente.

Focillon indicou, ainda, que Taine construiu uma ligação do tempo entre os diversos exercícios humanos, ele retirou o tempo do plano supramundano e deixou de julgá-lo como uma força em si ou de tratá-lo como o mito do deus ceifador que possui a capacidade criadora ou destruidora<sup>16</sup>. Nesse caso, “Taine, sem dúvida, instituiu uma técnica durável, mais para a história da cultura

14 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 108-109.

15 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 109.

16 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 110.

do que para a história da arte”<sup>17</sup>, visto que procurou uma ligação entre a arte e os diversos esforços do homem na raça, nos ambientes e nos momentos. Todavia, a teoria de Taine é passível de indagações, pois, “ao substituir o vazio ativo do tempo pelo cheio de cultura humana”<sup>18</sup>, ele não havia rompido com a estrutura de pensamento, apenas mudado de “mitologia”, dado que o tempo ainda pertenceria à uma estrutura fechada e que se preencheria de coisas. Inclusive a concepção de cultura, para Focillon, não poderia ser definida como uma estrutura sólida, vista como um reflexo da sociedade, todavia ela reflexiona a si mesma e se constrói. A cultura é fluida, ela está aberta a trocas, isto é, nas palavras do autor, a cultura é “uma possessão progressiva e uma renovação”<sup>19</sup>. Focillon elucidou o mérito de Taine em “mobilier” o tempo, dando a este um motivo e uma posição “profana”, colocando-o no “chão duro”, no recinto da vivência, ou seja, o tempo seria algo tal como o espaço que está “sob a condição de ser vivido”<sup>20</sup>.

A concepção da teoria de arte desenvolvida em *Vida das Formas* assemelha-se de alguma maneira ao *elân vital* da filosofia de Henri Bergson, por atribuir um impulso criativo da vida e das formas. Em vista disto as formas artísticas estariam em um incessante devir, em contínuo movimento e fluir<sup>21</sup>, mas que ao mesmo tempo se interrompe. Seria possível comparar a percepção de tempo destacada por Focillon com a filosofia de Henri Bergson. Tanto para Bergson, quanto para Focillon, o tempo real é algo percebido e vivido, pois ao representar quaisquer temporalidades concebidas, isto seria possível somente ao configurá-las como algo vivido e percebido. No geral, Focillon dialogou através de categorias (o tempo, o espírito, o espaço e a matéria), que se mostram relevantes para o entendimento da condição da forma artística. Tais categorias, perante as relações dialéticas com as formas, instalam por meio da arte uma nova ordem no tempo que é original. Pedro Sargento demonstrou que a obra de arte proposta por Focillon estrutura novas temporalidades/espacialidades:

A obra de arte possui qualidades passíveis de estruturar o tempo e o espaço por um poder imanente e através da relação construtiva que a forma estabelece com a matéria.<sup>22</sup>

Para Sargento a noção de autonomia das formas seria a ideia nuclear da teoria de Focillon, pois:

Trata-se, isso sim, de dotar a forma de uma verdadeira capacidade sistemática e categorizadora, reposicionando o foco da ação criadora e, portanto, *formadora*, no interior das obras de arte.<sup>23</sup>

17 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 110

18 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 110.

19 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 113.

20 FOCILLON. *Vida das Formas seguido de elogio da mão*, p. 110

21 CHECA, Fernando; GÁRCIA, Mária de los Santos; TURINA, José Miguel Morán. *Guia para el estudio de la Historia del arte*. Madrid: Ediciones Cátedra S.A., 1999.

22 SARGENTO, Pedro. Autonomia, alheamento, incorporação. Uma leitura de A vida das formas. *Calixtilia*, nº1, Milão: Lampi di Stampa, 2009. p. 2

23 SARGENTO, Pedro. Autonomia, alheamento, incorporação. Uma leitura de A vida das formas, p. 2.



Desse modo, para Focillon, a história da arte não seria uma sequência demarcada de “quadros harmoniosos”, pois existiria em cada um de seus pontos contradições, diversidades e câmbios, dos quais a arte também é participante e, concomitantemente, ação: “como é ação, age, sobre si mesma e para fora de si”<sup>24</sup>. Por esse ângulo, poder-se-ia inferir que a obra de arte tem uma historicidade que lhe é própria, por isso é ação e pela sua existência na qualidade de objeto imerso no espaço/tempo, move-se pela vida.

---

24 FOCILLON, Henri. *Vida das Formas: seguido de elogio da mão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 110.

## Para além da última fronteira: a filosofia da história nas obras de Arthur C. Clarke

Henrique Carvalho Figueredo  
Graduando em história na UFMG  
henriquecarvalho100@gmail.com

### Resumo

Arthur Charles Clarke foi um dos mais importantes escritores de ficção científica da história, tendo publicado centenas de obras, exercendo também destacado papel como divulgador científico e cientista, apesar de não ter feito carreira como um. Nessa apresentação buscarei identificar e expor elementos do que entendo ser uma filosofia da história subjacente no pensamento desse autor, presente tanto em obras ficcionais quanto não ficcionais do mesmo. Me deterei em publicações localizadas entre o fim da década de 1940 e o fim da corrida espacial em 1975 (contexto muito importante para Clarke), focando sobretudo na obra “Profiles of the future: An Inquiry into the Limits of the Possible” de 1962.

Explicarei como a filosofia da história presente nesse livro consiste em uma teleologia cientificista e otimista da humanidade, que identifica um sentido transcendente e histórico para a existência humana na conquista do espaço, que Clarke diz ser a “última fronteira”, cuja a sociedade necessita “física e espiritualmente”. Isto é, a humanidade somente faz sentido em escala cósmica para ele. Como aponta Luís Paulo Piassi, se apoiando em Rabkin (1977), Reid (1997) e Marigny (2005), é um traço das obras do autor que a humanidade seja um objeto central de preocupação, e que uma certa ambiguidade de uma evolução humana ao mesmo tempo racional e mítica seja um dos temas centrais. Mostrarei que Clarke não cria uma narrativa histórica da trajetória dos homens no tempo, mas estabelece um fim evolutivo para o gênero humano, que confere significado a sua história. Esta, em seu método preditivo (presente na obra Perfil do Futuro), é instrumentalizada em um movimento de previsão do porvir tecnocientífico (seu objetivo no livro), subjugando o passado ao futuro. A trajetória humana, mesmo indefinida e não linear, se norteia pôr um rumo quase que inevitável, inexato, mas com certeza otimista em sua visão.

Buscarei, portanto, esclarecer os elementos constitutivos dessa filosofia da história. Expondo as ideias de Clarke acerca da dinâmica do movimento da história, do papel fundamental da ciência e da tecnologia no futuro, do método de previsão do porvir no âmbito técnico-científico, e claro, abordarei o sentido atribuído pelo autor a trajetória humana no tempo; correlacionando esse conjunto de ideias, mesmo que de forma complementar, a singularidade de sua figura intelectual atuante no contexto da corrida espacial.

**Palavras-chave:** Filosofia da história, teleologia, predição, cientificismo, evolução.

## Introdução

Arthur Charles Clarke, nascido em Somerset na Inglaterra, em 1917, foi um dos maiores escritores de ficção científica da história, junto a nomes como H. G. Wells, Júlio Verne, Isaac Asimov, entre outros. Durante seus 91 anos de vida, Clarke publicou mais de 100 livros, vendendo milhões de cópias mundo afora, sobretudo no Estados Unidos, onde alcançou a fama principalmente com o lançamento do filme 2001 Uma Odisseia no Espaço, de Stanley Kubrick, o qual produziu o roteiro. Suas publicações além de numerosas são de tipos variados, tendo escrito ficção científica principalmente, mas também literatura de divulgação científica, artigos científicos e muitas outras obras não ficcionais de difícil categorização. Ou seja, Clarke é um expoente desse gênero literário considerado por muitos de forma pejorativa como um tipo inferior de literatura ou até juvenil<sup>1</sup>, mas que possui grande difusão social. Além disso, esse autor inglês representa de forma precisa a essência de um subgênero importante na ficção científica, denominado *Hard Science Fiction*, o qual “pressupõe a existência de um universo ordenado, cujas leis são constantes e passíveis de descoberta”<sup>2</sup>, isto é, um tipo de literatura que se propõe como limitada pelo rigor da ciência.

Normalmente suas obras assim como o gênero como um todo são vinculadas ao campo da divulgação científica (do qual realmente ele fazia parte)<sup>3</sup>, ou interpretadas como um tipo de utopia<sup>4</sup>. Marcel Teixeira contudo, vai além desse tipo de interpretação dessa literatura em seu trabalho na área da crítica literária, quando trata não de Clarke em específico, mas de toda a ficção científica, com destaque para o período da *Golden Age*<sup>5</sup>. Ele classifica esse gênero literário, em consonância aos estudos comuns sobre esta literatura, como um tipo de “Mitologia Moderna”<sup>6</sup>, uma literatura autêntica do nosso tempo, capaz de “erguer as bases da percepção do imaginário moderno”<sup>7</sup>, enquanto uma mitologia de uma sociedade imersa na ideologia do progresso. A ficção científica é interpretada assim como uma formadora de imagens ligadas a ciência que povoam o imaginário<sup>8</sup>, e como uma forma de vazão qualificada as expectativas científicas posteriores a Revolução industrial. Ela operaria transformando essas expectativas existentes em uma forma bruta, em mitos, e no sentido defendido por ele, arquétipos de uma cultura da modernidade<sup>9</sup>. Além disso, Teixeira buscou mostrar a relação da ficção científica com o tempo e a história, chegando a categorizar de modo

1 TEIXEIRA, M. Marcel. Leituras especulativas do mundo, ficção científica e discurso teórico-crítico. 2010. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. P.20.

2 ALLEN, L. D. No mundo da ficção científica. São Paulo, Summus, 1976. P. 21.

3 SOUZA, Carlos A. Carl Sagan: a exploração e colonização de planetas-ficção científica, ciência e divulgação. 2006. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. P. 19.

4 NUNES, Diogo Cesar. Na Trilha do Não-Impossível: utopia, estranhamento e pitié através da ficção científica. Todas as Musas (versão impressa), v. 4, p. 3, 2012.

5 A Golden Age foi o período no qual o gênero conquistou o reconhecimento da crítica, abrindo espaço no mercado e explorando seu potencial como plataforma para a expressão de ideias. (TEIXEIRA, 2010, P. 20)

6 TEIXEIRA, M. Marcel. Leituras especulativas do mundo, ficção científica e discurso teórico-crítico. P. 59.

7 TEIXEIRA, M. Marcel. Leituras especulativas do mundo, ficção científica e discurso teórico-crítico. P. 30.

8 TEIXEIRA, M. Marcel. Leituras especulativas do mundo, ficção científica e discurso teórico-crítico. P. 56.

9 TEIXEIRA, M. Marcel. Leituras especulativas do mundo, ficção científica e discurso teórico-crítico. P. 61.

abrangente esse gênero ficcional como uma “categoria literária de especulações históricas”<sup>10</sup>. A *Golden Age* (período do qual Clarke é um expoente) nessa perspectiva, tratou o futuro e o progresso como sinônimos e a história, nas palavras de Monteiro: “é vista como uma flecha que corta o tempo em direção ao progresso humano”<sup>11</sup>. O futuro, portanto, é proposto como uma meta produzível pela humanidade por meio da ciência, pela mão dos homens.

Essa visão acerca da ficção científica guarda coerência com a maioria das interpretações do gênero feita por autores estrangeiros dessa área, mas no caso de Teixeira ganha um caráter generalista ou abrangente demais em muitos momentos, talvez porque o foco da sua análise fosse mais a *New Wave*<sup>12</sup> do que a *Golden Age*, e talvez porque este parta de uma perspectiva teórica da teoria literária, não histórica, e não analisando nenhum autor da *Golden Age* mais a fundo. Inclusive no Brasil existem pouquíssimas pesquisas sobre ficção científica e menos ainda sobre Arthur C. Clarke, cujas obras me interessam aqui. Esse autor, portanto, foi pouco estudado, sendo trabalhado somente por um pesquisador da área de educação, alguns do campo da semiótica, outros poucos na teoria literária e de forma lateral por um autor da psicologia social. Contudo, o objeto de estudo que defendo como pertinente a uma pesquisa histórica nessa temática, e mais especificamente pertinente a teoria da história, não é a *Golden Age* de forma genérica, ou a ficção científica enquanto gênero, mas sim alguns elementos centrais do pensamento de Arthur C. Clarke dispostos de uma forma específica.

Estes elementos constituem o que entendo ser uma filosofia da história científicista e otimista da humanidade, disposta na produção de Clarke em uma metanarrativa teleológica<sup>13</sup>. Os elementos desta, somente são entendidos por mim como formadores de uma filosofia da história porque são centrais no pensamento de autor e não somente tópicos dentre tantas tratadas na ficção científica muitas vezes aleatoriamente, como ocorre com outros escritores do gênero, que abordam hora uma hora outra. As tópicos clássicas dessa literatura estão obviamente presentes nas obras desse autor, como o encontro com alienígenas, as questões éticas da inteligência artificial, a viagem intergaláctica, entre tantas outras, contudo sempre girando em torno e trabalhando em função de um núcleo duro de ideias, formando o que entendo ser uma filosofia da história que perpassa a produção ficcional e não ficcional de Clarke. Ou seja, para além de um entendimento difuso do futuro como progresso, entre outras ideias que permeiam o pensamento dos autores da *Golden Age*, como expõe Teixeira, Clarke organiza de forma coesa um pensamento sobre a trajetória humana no tempo, dando um caráter hora mais sistemático hora mais subjacente as ideias dispersas em suas obras ficcionais formando essa metanarrativa que denota a singularidade de sua atuação histórica

10 TEIXEIRA, M. Marcel. Leituras especulativas do mundo, ficção científica e discurso teórico-crítico. P. 36.

11 TEIXEIRA, M. Marcel. Leituras especulativas do mundo, ficção científica e discurso teórico-crítico. P. 32.

12 A *New Wave* é, na história da ficção científica, o ponto de revolução, o momento que empurra as características do gênero – que talvez tivessem encontrado seu perfeito plano de existência – para lugares impensados. (TEIXEIRA, 2010, P. 21).

13 IACHTECHEN, N. Fabio. O Argonauta de Cronos: Estratos temporais em H. G. Wells historiador. 2015. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. P. 10.

e explicita suas intenções enquanto intelectual. Daí a importância do livro *Perfil do Futuro*<sup>14</sup>, de 1962, para esse texto, pois é nele que entendo que esse conjunto de ideias ganharam corpo e se juntaram, não numa proposição tradicional de uma filosofia da história sistemática, mas sim numa obra que se propõe dizer do futuro teoricamente e exemplarmente, revelando nesse movimento o objeto de estudo que tentarei explicar e defender como pertinente a uma pesquisa historiográfica e a teoria da história.

Trabalharei assim, sobretudo com o livro *Perfil do futuro*, mas também com obras ficcionais do autor em poucos momentos onde se fizer necessário, porém, sempre me limitando a obras anteriores a década de 70, momento áureo da *Golden Age*, momento onde Clarke produziu suas principais histórias (década de 50 e 60); e principalmente porque esse é o período de vigência da corrida espacial, que formou um contexto técnico-científico em que Clarke buscava atuar, no qual influenciava e sofria influências diversas. Apesar de não ser o foco aqui, vale ressaltar que a atuação intelectual de Clarke nesse meio é fundamental para o entendimento de suas ideias e principalmente para a compreensão de sua singularidade em relação aos demais escritores de ficção científica de sua época, normalmente inseridos na *Golden Age*. Não aprofundarei isso, mas destacarei pontos necessários sobre o assunto em alguns momentos.

### A Filosofia da História no pensamento de Arthur C. Clarke

Como define William Dray, o que se costuma chamar por filosofia da história pode ser dividida entre duas categorias, “Filosofia Especulativa e Filosofia Crítica da História. A Filosofia Especulativa busca descobrir na história o curso dos acontecimentos, um padrão ou significado que se situa para além da esfera do historiador comum”<sup>15</sup>, ou seja, a definição de um sentido para a trajetória humana no tempo independente de uma sistematização detida sobre os meios e leis da natureza ou dinâmica da história, como poderia fazer um historiador ou filósofo. E além dessa categoria, Dray propõe a supracitada Filosofia Crítica da história, que se empenharia “em tornar clara a natureza da própria investigação do historiador, de modo a ‘situa-la’, por assim dizer, no mapa do conhecimento”<sup>16</sup>. Sendo essa última categoria algo bastante próximo ao que se costuma denominar atualmente como Teoria da História, um campo próprio dentro da disciplina onde residiriam de forma apropriada as preocupações teóricas acerca da prática do historiador e da natureza da história, o que obviamente englobaria uma análise sobre qualquer filosofia da história.

No caso presente, defendo que as publicações de Clarke (pelo menos as que tive acesso) se encaixam na primeira categoria quando se leva em consideração o aspecto não necessariamente sistemático que pode ter uma filosofia da história, e em específico com Clarke, também não inten-

14 CLARKE, Arthur Charles. *Profiles of the Future: An Inquiry into the Limits of the Possible*, 2000

15 DRAY, William H. *Filosofia da História*. Trad. Elizabeth e Monroe Beardsley. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977. P. 9.

16 DRAY, William H. *Filosofia da História*. P. 9.

cional conceitualmente. Esse autor não mobilizou suas ideias entendendo-as como uma filosofia da história, mas tentarei mostrar aqui como os elementos dispostos pelo autor em seus livros ficcionais e não ficcionais ganharam essa face teleológica que aponto como expressa fortemente e de forma mais coesa no livro *Perfil do Futuro*. O livro tem um objetivo deixado claro pelo autor logo no início, dizer sobre o futuro, mas não predizê-lo em detalhe, o que é impossível para Clarke, mas sim definir os limites das possibilidades do porvir, o que ele chama de limites do possível, ou as fronteiras<sup>17</sup> do país do futuro<sup>18</sup>.

Por se propor sério, o livro é escrito em oposição as outras obras sobre o mesmo assunto que buscam dizer o que acontecerá de fato no futuro. Assim, Clarke fundamenta seu movimento preditivo no único elemento contemporâneo a ele, possuidor do que ele chama de “leis gerais de extrapolação científica”<sup>19</sup>, a ciência e a tecnologia. Pois como diz Clarke, “a ciência dominará o futuro ainda mais do que já domina o presente”, o que denota o caráter cientificista da filosofia da história que delinearei. A ciência, portanto, é vista como um elemento estrutural de conformação da realidade futura, seja ela qual for, algo que por ser previsível segundo o autor, pode revelar as fronteiras do que virá. Por isso ele explica que seu livro não “trata de escalas de tempo, mas somente de metas”<sup>20</sup>, não fala sobre o quando, mas sobre o que. E é a partir desses pressupostos que Clarke propõe suas famosas três leis de Clarke<sup>21</sup>, e explica seu método preditivo, produzindo no decorrer do livro a efetuação da predição teorizada como possível. Este, portanto, é o mote do livro, mas em segundo plano, ou num âmbito menos obvio, se desenrola o que chamei de filosofia da história, como se observa primeiramente em seu método de predição estrutural.

A fim de justificar e fundamentar tal método, o autor cria uma mini história da ciência, recorrendo a fatos de descobertas científicas ou falhas nas possíveis descobertas, para justificar o ato de predizer o futuro técnico-científico. Ele mostra casos onde cientistas e não cientistas tentaram predizer o porvir, mas falharam de formas computáveis em duas classes, “o malogro por falta de atrevimento e o malogro por falta de imaginação”<sup>22</sup>. Ou seja, o autor mostra como se falhou ao dizer sobre o futuro e o porquê dessas falhas, justamente para poder defender o método e o perfil de um “profeta” possível que dirá dos limites das possibilidades do futuro, alguém que possui a lógica, o conhecimento necessário, mas também fé e imaginação<sup>23</sup>, pois segundo Clarke, o “modo

17 A questão das fronteiras permeia seu pensamento.

18 CLARKE, Arthur Charles. *Perfil do futuro*. Trad. Álvaro Borges Vieira Pinto. Petrópolis; 1970. P. 9.

19 CLARKE, Arthur Charles. *Perfil do futuro*. P. 9.

20 CLARKE, Arthur Charles. *Perfil do futuro*. P. 12.

21 São leis relacionadas a ciência:

1ª Lei: Quando um cientista de renome, mas de idade avançada ou idoso (ou seja, mais experiente) estima que algo é possível, ele está quase certamente com razão. Quando ele diz que algo é impossível, ele está muito provavelmente enganado.

2ª Lei: A única maneira de descobrir os limites do possível é se aventurar um pouco além dele, através do impossível.

3ª Lei: Toda tecnologia suficientemente avançada é indistinguível da mágica.

22 CLARKE, Arthur Charles. *Perfil do futuro*. P. 15.

23 CLARKE, Arthur Charles. *Perfil do futuro*. P. 25.



de descobrir os limites do possível é aventurar-se um pouco além deles, no impossível<sup>24</sup>. Dessa forma, Clarke tenta livrar suas previsões da pecha de absurdas ou ficcionais, mostrando que a lógica do desenvolvimento científico na história deixa claro o caráter de uma dinâmica de avanço científico que ocorre além das condições de conhecimento racional pelo próprio tempo. Logo, a ideia de que “somente os leitores ou escritores de ficção científica são realmente competentes para discutir as possibilidades do futuro”<sup>25</sup>. Não é possível a ninguém preso as amarras da própria historicidade, estabelecer metas e delinear as fronteiras do possível somente pela lógica, somente pela imaginação ou somente pela fé, é preciso, segundo o autor, a conjunção dessas características.

Com isso, Clarke expõe suas concepções acerca da metodologia de conhecimento da dinâmica histórica na era da tecnologia<sup>26</sup>, no caso, falando do futuro. E pensando isso em junção as suas concepções sobre o âmbito técnico-científico, percebesse também seu entendimento acerca da dinâmica de desenvolvimento da história de um modo geral. Essa dinâmica, pautada por uma inerente prevalência do âmbito técnico-científico sobre a política e a economia no futuro<sup>27</sup>, leva a compreensão de que as condições de possibilidade do desenvolvimento histórico, são intrinsecamente conectadas as condições objetivas de desenvolvimento científico no pensamento para Clarke. Já que “a ciência dominará o futuro”, eis seu imperativo, logo o futuro é estruturalmente previsível, pois assim o é a tecnologia e, portanto, assim caminha a história, definida pela dinâmica de desenvolvimento do âmbito técnico-científico em relação a humanidade. Inclusive esse é o movimento de seu mais famoso livro, 2001, Uma Odisseia no Espaço<sup>28</sup>, onde a história do homem na terra e em relação ao universo é identificada a história do desenvolvimento da técnica, o caminho dos macacos a viagem interestelar.

A ciência assim, apesar de vista com desconfiança por Clarke em alguns momentos, como quando aborda a clássica temática da inteligência artificial, é em seu pensamento ferramenta e motivo do desenvolvimento histórico da humanidade, mas também consequência<sup>29</sup>. Clarke ignora prazos para essa evolução, como foi destacado, mas deixa claro que “tudo o que é teoricamente possível será realizado na prática”<sup>30</sup>. Há nessa sentença um imperativo do desenvolvimento da ciência, mas também da humanidade na sua dependência crescente da ciência e da tecnologia, e esse desenvolvimento é tratado tanto como consequência inescapável em seu pensamento, quanto como uma meta fundamental a ser perseguida pela humanidade. A previsão do futuro para Clarke, portanto, não busca somente jogar com as possibilidades da configuração da realidade vindoura ou mapear a capacidade do autor de extrapolar a ciência atual com propriedade ou da forma mais

24 CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. P. 36.

25 CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. P. 10.

26 E de certa forma para ele, toda a história é a história do desenvolvimento da técnica, vide 2001 Uma Odisseia no Espaço.

27 CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. P. 9.

28 CLARKE, Arthur C. 2001: Uma Odisseia no Espaço. 6. Ed. Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: Aleph, 2013.

29 PIASSI, L. P. C. A perspectiva sociocultural da física nos romances de ficção científica de Arthur Clarke. P. 212.

30 CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. P. 25.

divertida possível, mas sim busca influir na constituição de uma meta existencial para a humanidade no tempo e em relação ao universo.

Isso fica claro no capítulo 8 do livro, onde ele estabelece uma face evidente e unificante a um conjunto de ideias ainda dispersas, formando assim uma otimista teleologia da evolução humana. Segundo Luís Paulo Piassi, se apoiando em Rabkin (1977), Reid (1997) e Marigny (2005), “é um traço de suas obras que a humanidade seja um objeto central de preocupação e que uma certa ambiguidade de uma evolução humana ao mesmo tempo racional e mítica seja um dos temas centrais”<sup>31</sup>. Esse *Telos* estabelecido para a evolução humana consiste na conquista do espaço, “a última fronteira” do desenvolvimento, cuja sociedade necessita “física e espiritualmente”<sup>32</sup> segundo Clarke. Esse fim evolutivo da civilização, confere em seu pensamento um significado a história humana frente a infinitude do universo, pois produz um sentido para a trajetória de seres insignificantes desde a origem quando olhados de um ponto de vista cósmico, e normalmente esse é o ponto de vista das ciências naturais, sobretudo da física, na qual Clarke tem formação e a qual influenciou suas obras.

Ou seja, os problemas humanos comuns, normalmente relacionados a política e a economia, ganham um tom de certa forma provinciano no pensamento desse escritor. E certos acontecimentos da história humana parecem ridículos perto do que significará a conquista do espaço e a inserção do humano na história do universo, evento somente comparável para ele aos momentos iniciais do surgimento da espécie. Ele trata esse possível evento como um recomeço necessário da história<sup>33</sup>, o maior renascimento até o momento na trajetória da humanidade e um fundamental salto da evolução. A questão do crescimento da humanidade em nível civilizacional inclusive é tratado metaforicamente, quando Clarke compara a evolução ao crescimento de um indivíduo, algo comum em suas obras, tanto que um de seus livros se chama “O Fim da Infância”<sup>34</sup>. Boa parte de sua produção é voltada para essa questão, a evolução, e o maior exemplo disso é a obra “2001 Uma Odisseia no Espaço”, a meu ver, uma espécie de encarnação ficcional do que estou chamando de filosofia da história de Arthur C. Clarke, por contar a história da conquista do espaço, o *Telos*, alcançando com isso a evolução enquanto se desbrava o desconhecido.

Como diz Clarke, “Em toda a longa história do homem a nossa idade é a primeira que não tem fronteiras”<sup>35</sup>. Isso para o autor é uma grande ausência para a civilização, pois assim se perde o aspecto do desconhecido enquanto desafio e fator de impulsão histórica pela busca do novo, da aventura que impele o desenvolvimento. Porém, o autor deixa claro que nenhuma fronteira na terra se compara a última fronteira, o espaço. Que é fisicamente importante pelos recursos que pode gerar, mas é mais relevante de um ponto de vista espiritual<sup>36</sup>. Sem novas fronteiras que animem o

31 PIASSI, L. P. C. A perspectiva sociocultural da física nos romances de ficção científica de Arthur Clarke. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 11, p. 205-226, 2011. P. 212.

32 CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. P. 102.

33 CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. P. 104.

34 CLARKE, Arthur Charles. O Fim da Infância. 2. Ed. Trad. Carlos Angelo. São Paulo: Aleph, 2010.

35 CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. P. 101.

36 CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. P. 102.

espírito da sociedade, está se apequena e se torna insana pra Clarke. Este é o diagnóstico de uma sociedade que desistiu dos desafios em nome do medo e do comodismo, como um exemplo da falta de um *Telos* como guia da evolução. Inclusive isso é expresso em parte da trama de um dos seus livros mais famosos, *A Cidade e as Estrelas* de 1956<sup>37</sup>. Este aborda o caso de uma sociedade cuja ausência de desafios chegou a tal ponto, que a vida perdeu o sentido em parte e a sociedade dessa estória se tornou apática, vivendo uma forma de existência descrita como fútil, sem os necessários desafios.

Estes elementos colocados, do desafio, do desconhecido e das fronteiras, são frequentes no pensamento desse escrito inglês e remetem a algumas referências intelectuais que vale ressaltar aqui. No caso duas, que justificam essa sua compreensão de história dos grandes acontecimentos e parte da sua filosofia da história. O autor diz, por exemplo, que a conquista do espaço irá corroborar as leis da história propostas pelo historiador inglês Arnold Toynbee<sup>38</sup>. Este, junto a Walter Prescott Webb<sup>39</sup>, são os únicos dois historiadores citados no livro. Um influenciou Clarke em sua reflexão sobre as fronteiras, tema crucial de seu pensamento e do imaginário norte americano, e o outro foi base ao entendimento do autor acerca dos renascimentos das civilizações e das leis do desenvolvimento destas, no caso a lei do Desafio e Resposta citada no livro<sup>40</sup>, entre outras desenvolvidas na vasta obra de Toynbee. Apesar de citar poucas pessoas e ainda menos historiadores especificamente, parece patente observando-se as obras ficcionais e não ficcionais de Clarke como Toynbee influenciou as ideias centrais do autor. E o mais interessante, justamente um historiador que propõe umas das últimas filosofias da história, o que somente serviu como uma comprovação a mais da visão que tentei estabelecer aqui sobre as ideias de Clarke, a de que estas compõe dispostas em uma metanarrativa uma filosofia da história, hora subjacente, hora explícita em seu pensamento, sobretudo nessa importante obra abordada, *Perfil do Futuro*.

## Conclusão

Em suma, Arthur C. Clarke no movimento proposto e executado de predição do futuro técnico-científico, se propôs, para além de um escritor de ficção sem compromisso, como um estimulador dessa evolução prevista e estabelecida como meta, um fator de influência para a sociedade rumo a seu destino auto imposto. Ao mesmo tempo que Clarke disse das possibilidades desse futuro, ele determinou uma meta evolutiva real e simbólica para a humanidade, identificável de forma palpável na conquista do espaço. Seu movimento, portanto, tanto no *Perfil do Futuro*, quanto em suas obras ficcionais<sup>41</sup>, foi o de criação e difusão disso que para ele é somente uma importante

37 CLARKE, Arthur C. *A Cidade e as Estrelas*. Trad. Donaldson Garschagen. Abril Cultural. São Paulo. 1984.

38 Foi um historiador britânico, cuja obra-prima é *Um Estudo de História*, em que examina, em doze volumes, o processo de nascimento, crescimento e queda das civilizações sob uma perspectiva global.

39 Foi um historiador americano conhecido por seu trabalho inovador sobre a questão do oeste Norte Americano.

40 CLARKE, Arthur Charles. *Perfil do futuro*. P. 105.

41 No caso das obras ficcionais tenho menos certeza, pois são centenas de obras publicadas. Pude consultar somente

ideia, a de que necessitamos da busca pela transcendência da terra enquanto espécie, mas que aqui, na medida em que organizei seu pensamento, espero ter mostrado ser uma filosofia da história, expressa por elementos compositores de uma teleologia científicista e otimista da humanidade.

Portanto, apesar dos escritos de Clarke sofrerem forte influência de seu ambiente intelectual como escritor (a *Golden Age* e a *Hard Science Fiction*), ele também foi influenciado e influenciou vários núcleos sociais e intelectuais, como o ambiente técnico-científico e político da corrida espacial, as organizações científicas, o ambiente da divulgação científica, revistas, entre outros. Clarke foi um intelectual com muitas faces e muito por isso seu pensamento é singular e interessante a uma pesquisa como a que proponho e desenvolverei melhor em minha iniciação científica vigente. Além disso, seu pensamento ganha ainda mais relevância para uma investigação histórica (ainda inexistente no Brasil) na medida em que percebesse que fora do ambiente acadêmico da historiografia, algo com diminuída relevância teórica no século XX, sobretudo após a segunda guerra mundial, como a filosofia da história de Toynbee, ganhou ressignificações num âmbito de grande difusão social como a Ficção científica, sobretudo no período da corrida espacial, o qual é um contexto fundamental para atuação intelectual de Clarke. Por fim, é necessário dizer que o pensamento desse importante escritor se mostrou relevante enquanto produtor de um imaginário social, como já dito com as proposições de Teixeira, mas também é essencial ressaltar que, tal pensamento também foi fundamental como matriz de ideias que, durante a corrida espacial animaram as expectativas de milhões de americanos, sobretudo dos participantes dessa empreitada no ambiente social e científico da *NASA*<sup>42</sup>. O que denota a importância desse autor como intelectual e expõe um ponto importante a ser explorado em futuras pesquisas.

---

algumas principais.

42 SOUZA, Carlos A. Carl Sagan: a exploração e colonização de planetas-ficção científica, ciência e divulgação. 2006. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. P. 19.

## José Honório Rodrigues e a escrita de Teoria da História do Brasil

SAAD, Cesar Leonardo Van Kan  
Doutorando em História – UFMG  
cesar\_van\_kansaad@hotmail.com

Meu objetivo com essa comunicação cumprirá um papel específico. Quero apontar em termos gerais um dos pressupostos que guiaram meu argumento em minha dissertação, defendida em 2016, na UFRGS, e intitulada: “Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949)”<sup>1</sup>. Por meio da referida dissertação objetivei compreender as acepções, usos e sentidos do conceito de “teoria da história”, que instrumentalizaram, não só a *economia textual* de *Teoria da História do Brasil*<sup>2</sup>, mas que também – e esse é um dos argumentos por mim defendidos –, engendram a leitura de José Honório naquela contingência para a prática historiográfica, bem como para a própria ideia de disciplina da história e que culmina na figuração do ser historiador.

**Palavras-chave:** Teoria da História, História da historiografia brasileira, José Honório Rodrigues.

Logo, a noção de “teoria da história” seria, assim, entendida como a possibilidade de uma autoimagem compreensiva e imperativa da produção do conhecimento histórico, somada a um caráter produtor de subjetividades constitutivas da disciplina historiográfica e dos historiadores de modo geral, que pelo ponto de vista de *Teoria da História do Brasil*, assumiria em suas multiplicidades de possibilidades, *reflexões epistemológicas* (a história como ciência hermenêutica, o papel da compreensão, a atribuição e significação da história, desenvolvimento conceitual da história, legitimidade do conhecimento histórico, razões de possibilidade e caráter de cientificidade); *considerações em torno da filosofia da história* (entendida em um amplo sentido do controle e atribuição de significação ao devir-histórico ou à dinâmica do tempo no mundo histórico) e, por fim, *o próprio estatuto metodológico ou a enunciação dos recursos metodológicos do fazer prático da história ou historiografia*. Assim, umas das considerações traçadas por meio do trabalho de mestrado inscrevem-se do seguinte modo:

Nesse sentido, e levando em conta a análise da economia textual de *Teoria da História do Brasil*, teoria da história é sempre geral, sustentada por um conceito de história que é geral, de validade universal. Como também, metodologia implica em regras gerais, convergentes em um senso comum para os historiadores. Assim, essa concepção geral da teoria e da metodologia corrobora com uma interpreta-

1 SAAD, Cesar L. V.K. *Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939-1949)*. [Dissertação de mestrado]. UFRGS, 2016.

2 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

ção da disciplina da história como o todo definidor do trabalho do historiador dotado de regras e reflexões próprias, válidas para todos, sendo diferente somente a experiência histórica que preenche de conteúdos históricos dos objetos das narrativas históricas. É em relação a esses protocolos que compõe a disciplina da história que *Teoria da História do Brasil* foi compreendida em minha leitura, já que, em sua narrativa, José Honório Rodrigues desenvolve o modo como o conhecimento histórico deverá ser estruturado para ser científico, usando da memória disciplinar como o princípio de autoridade de seus enunciados prescritivos<sup>3</sup>.

Em vista disso, gostaria de discutir na sequência quatro pontos que em minha leitura, são fundamentais para que se entendam as acepções e os usos de teoria da história na operacionalização de um vocabulário disciplinar da história, bem como o funcionamento desses usos e acepções na compreensão do fazer historiográfico, para Rodrigues. Esses quatro pontos dizem respeito à *economia textual* de THB e ao entremeio narrativo que liga os capítulos iniciais, os quais considerei como sendo de reflexões epistemológicas, aos capítulos de proposições metodológicas. Esses quatro pontos, que nada mais são do que os capítulos dessa ligação narrativa, dizem respeito a questões como: causalidade histórica, periodização geral e na história do Brasil, diversos tipos de história e, por fim, a questão da certeza histórica. Em minha maneira de lê-los, esses quatro pontos que levanto para discussão, indicam tópicos disciplinares da história em THB, ao mesmo tempo, em que justificam certo vocabulário historiográfico, e com isso, fabricam um determinado sentido teórico da teoria da história, em específico, e da historiografia, em geral.

Começo pela noção de “causalidade histórica”. Como um conceito determinante em explicar fenômenos que recorrem ao princípio de identificação, e que sustenta uma interpretação sobre o evento antecedente determinante ao conseqüente, não podem ser levadas em consideração em relação ao conhecimento histórico, segundo Rodrigues<sup>4</sup>. Esse conceito foi importante, em sua avaliação, para o século XIX, e desempenhou uma função dentro dos quadros científicos que diz respeito à epistemologia das ciências naturais, uma vez que a causa de um fenômeno é a sua lei.

Partindo do epistemólogo francês Émile Meyerson, José Honório sustenta que houve uma assimilação completa entre os conceitos de causa e lei<sup>5</sup>. O conceito de lei domina e absorve o conceito de causa, e a transforma em princípio de legalidade<sup>6</sup>. Essa legalidade seria a de todos os princípios da natureza. Diferente disso, o conhecimento histórico uma vez libertado do naturalismo, vide as referências a Dilthey e Rickert, teria de abandonar essa relação mecânica e determinante da causa, e da investigação sobre a mesma, para compreender uma dada realidade histórica<sup>7</sup>. Cito Rodrigues:

3 SAAD, Cesar L. V.K. *Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues* (1939-1949). Op. Cit. p.235-236.

4 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. p. 50-51.

5 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.50.

6 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.50.

7 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p. 51.



*Não se pretende proibir o uso da palavra, mas o do conceito.* O historiador pode valer-se dele como de uma metáfora, mas não julga que, com ele, descreve um processo efetivo do pensamento histórico. O jogo das causas eficientes, sem alma alguma, é substituído pelas representações, sentimentos e motivos. A torrente que se precipita compõe-se de gotas d'água homogêneas, que se entrecrocaram; porém, uma só frase, que não é mais que o hábito de uma boca, comove toda a sociedade, mediante um jogo de motivos de puras unidades individuais. É uma interação diferente que consiste não só no fator externo mas na ação interna, pessoal, individual, singular. *Existe um fim, e o historiador procura ver a adequação do ato ao propósito, a pressão do mundo, o impulso e a resistência, tudo isso mostra a relação íntima entre a ação e o fato. Um espírito se objetiva no fato.* Este não pode ser compreendido se nos limitarmos a uma relação mecânica de causa e efeito. *Formam-se fins, realizam-se valores, e é este algo espiritual que se incorpora ao fato, que impede explicação e existe compreensão*<sup>8</sup>.

A defesa de uma nova significação do conceito de causa cumpre um fim epistemológico. Se o conhecimento histórico se estrutura na tentativa de compreender uma realidade passada por meio dos problemas do presente, a mesma complexidade que impõe ao historiador no presente, múltiplos problemas históricos, também está em uma relação de presença do passado, uma vez que a objetivação de um fato estará encerrada em uma multiplicidade de elementos que solapam a determinação de uma causa e um efeito. Portanto, a melhor atitude interpretativa, para Rodrigues, reside na procura de um conjunto de condições materiais que se relacionem funcionalmente na dinâmica dos múltiplos feixes de relações que fabricam ou objetivam um fato. Tratar esses vários elementos que funcionam ativamente na objetivação do fato, e de seus respectivos significados, rompe com o conceito de causa, rompendo também com o tratamento hierárquico em relação à motivação histórica<sup>9</sup>. Ao investigar um acontecimento, sustenta Rodrigues, o historiador deverá distinguir entre o que se pode chamar, de um modo, o lado externo de um acontecimento, e de outro, o lado interno. Em suas palavras:

O interno é o que só pode ser descrito em termos de pensamento. O historiador nunca pode excluir qualquer deles. *Ele investiga não meros acontecimentos, mas ações, e ação é a unidade do aspecto externo e interno de um acontecimento.* Ele sempre se lembra de que sua tarefa consiste em pensar na ação, para discernir o pensamento, o motivo, o fim ou o propósito do agente<sup>10</sup>.

A respeito dessas disposições internas e externas que encerram um acontecimento em meio à ação inscrita sobre o mesmo, ao que toca o historiador, o mesmo só atinge uma densidade intelectual sobre o acontecimento utilizando-se da compreensão. O que Rodrigues sustenta é que a história, enquanto um conhecimento compreensivo esforça-se pela prática do historiador em compreender os vínculos, nexos, conexões que ligam o agente aos resultados ou efeitos; logo, aos fins<sup>11</sup>. Essa atitude compreensiva sobre o acontecimento impõe a imagem de passado que a narrativa histórica deve perfilar. Posto a ampliação do conceito de causa, outros três termos operam nessa

8 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.52 [Grifos meus].

9 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.55.

10 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.55.

11 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.56.

relação. “Na história temos também três termos, com a diferença fundamental que o segundo é o homem, e que, portanto dominam motivos psíquicos que só a compreensão pode conhecer, mas que não podem ser explicados, como nas ciências naturais. Daí os acasos, os condicionais e o azar na história”<sup>12</sup>.

Ao conceito de humano, e suas decorrências, o antecedente e o conseqüente que operariam na relação determinista da análise em ciências naturais, dissolvem-se em uma miríade de possibilidades interpretativas que abrem ao conhecimento histórico a possibilidade de sua concretude compreensiva, possibilitando um conhecimento do presente e do passado. Essa base não deriva somente do método, mas é determinada pelo objeto, tendo em vista a reconstituição e apreensão do significado na ação da objetivação do fato. Logo, o conhecimento, assim constituído, não se torna uma reprodução de experiências, mas deriva, para Rodrigues, de uma seleção abstrata dos elementos particulares da experiência para um fim intelectual específico<sup>13</sup>. Por meio da causalidade, e de um novo sentido a ela atribuído, José Honório criva a ação compreensiva do historiador sobre a historicidade da ação passada, enquanto produção do acontecimento, e está produtividade do mesmo se dá por meio do ato de compreensão que o historiador deverá reconstituir.

Na seqüência, emerge na *economia textual* de THB, a periodização<sup>14</sup>. Considerada por Rodrigues como fundamental para a produção do conhecimento histórico e, por conseguinte, da escrita da história, a periodização é um elemento ativo do desenvolvimento do objeto do historiador. Partindo de Croce, sustenta que pensar na história, é já, certamente, dividi-la. Em suas palavras: “[...] periodizá-la, pois, como lembra Croce, pensamento é organismo, dialética, drama, e como tal, tem seu princípio, meio e fim e todas as outras pausas que um drama comporta e requer”<sup>15</sup>.

Visto pela perspectiva da escrita da história, a periodização demarcar um problema de significação sobre a especificidade de um dado processo histórico, de um lado, e o significado de um período, de outro. Assim, a periodização tomada enquanto problema de escrita da história inscreve-se junto da tentativa de controle do tempo, como também da tentativa de compreender as relações do devir histórico, entre continuidades e descontinuidades, impondo-se aos historiadores, de modo geral, como uma prerrogativa problemática e não natural da escrita da história, uma vez

12 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.56.

13 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.56.

14 É importante destacar que Rodrigues desenvolve uma reflexão sobre a periodização em torno da história do Brasil, com um vasto conjunto de exemplos. Nesse sentido, as asserções gerais dessa problemática para a escrita da história é sustentada na seqüência de sua teorização, sobre os exemplos historiográficos brasileiros. A título de economia de espaço, deixo apenas indicado a presença e a preocupação dessa revisão historiográfica pela temática da periodização, e assumo os riscos dessa supressão na presente comunicação. No entanto, é importante dizer que Capistrano de Abreu figurará no quadro historiográfico apontado como um “divisor de águas” na maneira em que periodiza a história do Brasil, principalmente em *Capítulos de História Colonial*. Vale ainda mencionar, que ao lado de Capistrano, outros nomes da historiografia aparecem para compor seu argumento, são eles: Joaquim Ribeiro, que seguiria o modelo de Martius, como também Oliveira Lima e João Pandiá Calógeras. A esse respeito, ver: Capítulo 3, SAAD, Cesar L. V.K. *Um teórica nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues*. Op. Cit.

15 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil. Op. Cit.*, p.58.

que, conscientemente ou não, toda escrita histórica parte de princípios de divisão e encadeamento de períodos. “Em nenhuma parte como aqui o historiador demonstra tanto se ficou na exterioridade ou na superfície do suceder ou se penetrou mais profundamente na essência de uma época. É aqui, ainda, onde ele mostra se é um pedante, um rato de biblioteca, um burocrata da história ou realmente um historiador”<sup>16</sup>.

A periodização é tomada como um dos pressupostos de distinção da escrita histórica. José Honório, por meio do trecho acima destacado, aponta a periodização como um elemento de crítica à própria narrativa histórica. Por meio da periodização, ou por meio da interrogação a respeito da periodização, pode-se visualizar a imagem de passado que um dado historiador constituiu e o modo como desenvolveu a representação do passado por meio da divisão dos períodos oferecidos. Logo, a divisão por períodos, ou o conjunto de reflexões que envolvem a ação intelectual, a qual José Honório denomina de periodização, indica os esforços em desnaturalizar o próprio objeto da história, em vistas do presente do historiador, e por meio disso, desenvolver uma ação compreensiva do sentido e significado da historicidade dos períodos históricos.

Nesse sentido, outro aspecto que caracteriza as discussões em torno da periodização é o ponto de vista do historiador ao construir seu objeto de conhecimento. Em toda periodização, afirma Rodrigues, “se intromete a ideia do mundo do historiador ou filósofo”<sup>17</sup>. Dado que uns preferem periodizar segundo critérios econômicos, outros, por critérios políticos, ou ainda, como Troeltsch, sustenta Rodrigues, que marca períodos com base nas transformações espirituais e culturais, ou nas suas relações com as modificações econômicas<sup>18</sup>. Portanto, para Rodrigues, qualquer fixação de fronteiras históricas no curso do suceder histórico, ou mesmo na divisão com base no devir histórico, está condicionada subjetivamente em meio às crenças ou ideologias do historiador ou filósofo<sup>19</sup>.

Uma das leituras possíveis, em torno do problema da periodização na *economia textual* de THB, leva-me a considerá-la como um caráter ativo na composição narrativa do historiador. De todo modo, Rodrigues não abre mão de considerar o processo histórico, a partir de uma leitura que presa pela continuidade, pois, em sua leitura, o suceder da história é único e indivisível<sup>20</sup>. A periodização, por meio dessa continuidade, procuraria apenas destacar os atributos de distinção dentro desse contínuo pela reflexão do historiador. A unidade do contínuo da história é o próprio suceder da história como processo histórico. A partir dessas considerações, Rodrigues enuncia os diferentes tipos de história por meio de uma distinção de “tipos ideais de historiadores especialistas”. Somado à periodização, apresenta a divisão por matéria ou por conteúdo: “Quando o historiador se dedica especialmente a uma determinada matéria histórica, então, sim, ele realmente divide, deformando

16 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.59.

17 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.61.

18 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.61

19 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.61.

20 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.79.

a realidade do sucedido. A devoção exclusiva à recriação da vida econômica, artística ou política significa a mutilação da unidade do sucesso histórico, conjunto complexo de fato de estrutura e de fenômenos ideais”<sup>21</sup>.

Na leitura de José Honório, a especificação do conhecimento histórico por tipos de história estaria disposta por esses dois tipos ideias de especialistas: o de períodos e o de matéria. Essa distinção, embasada não pela escritura do passado, mas pelo componente autoral de uma presunção identitária, leva Rodrigues a distinguir, em meio a generalizações, esses dois tipos de especialista. O especialista de períodos não opera por uma divisão propriamente do passado, mas apenas logra encontrar a distinção que singulariza o período de que trata. O especialista de matéria, ao contrário, mutila a unidade do processo histórico que caracteriza a história como um contínuo, porque assim revela apenas os aspectos da vida que interessam à especialização<sup>22</sup>. O que está em jogo nessas distinções apresentadas por José Honório é a defesa de um conceito de totalidade do passado histórico, junto da ideia de que o fim do conhecimento histórico é a reconstituição dessa mesma totalidade passada, com o propósito de encontrar o seu sentido último. Por meio da crítica ao especialista de matéria, fica clara a posição assumida pela narrativa de THB.

Ao tomar partido pelo especialista de períodos, e nesse caso não é gratuito o esforço em torno da periodização, a *economia textual* de THB, não rompe com a ideia de que a totalidade da vida passada estaria sintetizada pela complexidade que o conceito unitário de vida parece representar. Visto nesses termos, o historiador especialista de períodos apresenta uma narrativa histórica que se caracteriza pelo aspecto geral de uma determinada fase do processo histórico, pois: “[...] o historiador [de período] não mutila a unidade das atividades humanas, embora deixe, quase sempre, de ver a significação do seu período na totalidade do passado”<sup>23</sup>. Em contrapartida, o de matéria apresenta a história geral de uma única atividade, ao exemplo da história política, econômica, etc., correndo, dois riscos graves: “[...] primeiro, a continuidade também não se salva na íntegra, porque é mutilada em um só aspecto – a continuidade da vida econômica, da vida literária, da vida política; segundo, toda a vida histórica é brutalmente ferida na unilateralidade de uma visão”<sup>24</sup>.

A partir dessas tipificações da identidade historiadora, e por consequência, da escrita histórica, Rodrigues aponta, ainda, dois outros tipos de especializações históricas que tem por pressuposto o especialista de matéria. O terceiro modo de especialização da história seria segundo o espaço em que uma dada atividade se desenvolve. “Aí estuda-se o grupo humano em todo o seu conjunto de atividades, limitando-se o historiador a recriar a vida deste num espaço delimitado. É a história das cidades, dos estados, regional, territorial”<sup>25</sup>. E, por fim, o quarto modo de especialização da matéria histórica estaria inscrito em torno da biografia. Em síntese, a imagem negativa

21 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.79.

22 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.79.

23 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.79.

24 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.79.

25 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.80.

construída pela economia narrativa do historiador que se especializa por um recorte temático ou de matéria indica uma desvalorização em face do especialista de períodos. José Honório considera que o especialista de períodos consegue dominar melhor o seu objeto e apresentar uma caracterização que leve em consideração a potencialidade do fator tempo, uma vez que a concepção de história que engendra sua prática é a de tentar abarcar todas as características de um dado período do tempo, para com isso reconstruir a especificidade do período e atingir a compreensão de sua historicidade.

Esses enunciados gerais a respeito dos diferentes especialistas e, por conseguinte, das diferentes escritas de história, servem à *economia textual* de THB para exemplificar, a partir da historiografia brasileira, os tipos de história do Brasil. Importante destacar que se impõe aqui a mesma estrutura argumentativa descrita a respeito da periodização, em que a experiência nacional é tomada como exemplo aos enunciados teóricos gerais<sup>26</sup>.

Um último ponto que é fundamental na presente investigação, e que sinaliza as conexões enunciadas anteriormente, e visto pelo ponto de vista da narrativa de THB, dizem respeito a relação entre a conceitualidade de “certeza histórica” e da “construção da prova”.

A certeza histórica para a *economia textual* de THB depende fundamentalmente da vinculação teórica que sustenta os pressupostos interpretativos do historiador. Nas palavras de Honório Rodrigues: “O historiador deve saber pesquisar, exercer a crítica interna e externa do documento e interpretá-lo à luz de teoria para chegar à convicção da verdade [...]”<sup>27</sup>.

Em seguida, esses enunciados imputam aos historiadores a obrigação de que não só devem se perguntar se um dado testemunho ou documento é falso ou verdadeiro. Ao lado dessa interrogação, deverá ser fundamental a construção de respostas sobre a intenção da escrita do documento, sua contingência, os elementos que esclarecem sua historicidade e também questões de autoridade: quem o escreveu e a que instituição se refere, com o propósito de expor a síntese dos problemas que tocam a crítica interna, para reconstituir o mesmo testemunho, ou documento, dentro do tempo<sup>28</sup>.

Nesse sentido, construir a veracidade do documento é um dos pressupostos do trabalho do historiador, pois a fonte nunca equivale à certeza histórica. A relação de certeza de um documento é construída e regida pelo trabalho de crítica do historiador. A fonte é o ponto de partida que deve levar o historiador à convicção e, por consequência, à certeza histórica. Assim, a possibilidade de

26 Os tipos de história que Rodrigues desenvolve em THB são os seguintes: história geral civil e história local, história das instituições políticas, historiografia econômica, história diplomática, historiografia militar, historiografia naval, historiografia eclesiástica, historiografia científica, história da educação, história da imprensa, historiografia territorial e regional, biografia. Esses tipos de história são endossados na narrativa do capítulo, com os exemplos e levantamentos bibliográficos a respeito do Brasil. Jogando com a imprecisão de um vocabulário que ora chama de história, ora de historiografia, sem preocupar-se em deixar claro o que entende por cada qual, José Honório apenas descreve a disposição do campo historiográfico brasileiro como um todo.

27 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.110.

28 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.110.



certeza histórica não é uma questão de referência, mas de um discurso de autoridade atribuído ao documento. Pela teoria da história da qual participa, junto das ferramentas metodológicas disponíveis pela disciplina da história, o historiador, nessa chave de leitura, tem a autoridade de transformar o simples documento em documento histórico, autorizando-o como prova para fundamentar seus enunciados e constituir, assim, o princípio que estrutura a certeza histórica. Logo, ao historiador compete transformar o estatuto de uma fonte em prova documental. Nesse ponto do argumento, lembro da epígrafe que abriu a presente comunicação, pois fica claro que a ciência hermenêutica, da qual parte Rodrigues não é mera legitimação do que para ele significa a história, mas é fundamento integrante dos pressupostos epistemológico, mas ao mesmo tempo, práticos do fazer da história e da historiografia. Impensável, seria, para Rodrigues, desatrelar essa carga compreensiva que faz o humano no tempo, ele mesmo temporalizado, dos pressupostos que inscrevem o fazer histórico sobre os domínios da historicidade. Assim, tal qual o humano é ele mesmo constituído historicamente, o saber decorrente dessa relação é também feito e prescindido de seu vir a ser no tempo. “Daí serem todas as tendências da moderna metodologia no sentido de mostrar a necessidade do conhecimento histórico, por parte do historiador, das correntes filosóficas da história, das teorias da história, que nos facilitem o trabalho de interpretação. Como o direito, *a história é uma ciência hermenêutica, que não se limita puramente à descoberta dos fatos, mas trata de interpretá-los*. A finalidade do método heurístico, como lembrou Dilthey, consiste em compreender melhor o autor do que ele próprio se compreendeu, e é na validade universal da interpretação que descansa toda a segurança da história”<sup>29</sup>.

A história como um conhecimento hermenêutico, portanto, não se estrutura como um saber de reproduções das evidências que autorizam seus enunciados. A formação dos enunciados do conhecimento histórico, nessa altura da argumentação, leva em conta, de um lado, o próprio estatuto da compreensão e suas relações com o tempo (o tempo do historiador e o tempo da história) e, de outro, a construção da fonte como evidência da história, ou nesse caso, como prova. Não é preciso dizer que a construção da fonte já é fruto de um trabalho de elucidação de sua relação com o tempo, de um trabalho de interpretação, fruto de uma perspectiva enredada teoricamente. A construção da certeza da história é um dos objetivos do trabalho do historiador – ou, nesse caso, um dos objetivos do trabalho de interpretação, que é por si só um trabalho teórico. Isso não quer dizer que para José Honório a prova que fundamenta a certeza histórica é algo menor, ou fica em segundo plano quando comparada ao trabalho interpretativo, mas ao contrário. Para Rodrigues, a possibilidade da afirmação, ou construção de enunciados históricos, se dá pela construção da prova documental. O documento histórico, depois de passado pela crítica interna e externa e de ser verificado sua autenticidade, se constitui como elemento de prova, culminando na certeza histórica. Toda essa operação é um ato de compreensão por parte do historiador, uma vez que ele, a partir das posições teóricas que assume, vai estruturar o conjunto de enunciados de sua narrativa

29 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.111 [grifos meus].



com a intenção de legitimar a história que escreve a partir do conjunto documental que seleciona. Portanto, para Rodrigues, o documento em si constitui-se, apenas, como instrumento de prova, sendo a prova o resultado de um exercício compreensivo e interpretativo por parte do historiador que depende fundamentalmente das concepções teóricas que carrega e assume, a fim de produzir a certeza dos enunciados que constrói como históricos ou historiográficos. Seja como prova, ou instrumento de prova, qualquer afirmação em história tem de estar em direta relação com os documentos que a sustentam, logo com o arquivo que dá a ela possibilidade. Conseqüentemente, para Rodrigues, a história como um conhecimento hermenêutico e indutivo parte de um núcleo, um *a priori*, que são os documentos<sup>30</sup>. Os documentos, no entanto, são dissolvidos na narrativa histórica. Assim entendida, a narrativa: “[...] que é a forma histórica, não é, assim, a mera cópia dos documentos ou das autoridades anteriores, mas recriação sintética de várias operações analíticas feita à base das fontes”<sup>31</sup>.

Em suma, os quatro pontos aqui discutidos indicam os desdobramentos teóricos das questões epistemológicas em *Teoria da História do Brasil*. Uma interpretação possível sobre esses quatro pontos seria colocá-los como definidores de um vocabulário específico do historiador e da disciplina da história. Em linhas gerais, a escrita de THB aponta para uma defesa estrita da especialização e da autonomia do conhecimento histórico, uma vez da justificação argumentativa de uma epistemologia da história alicerçada pela ideia de história entendida como ciência hermenêutica, e do fazer histórico e historiográfico engendrado pela ideia de compreensão. Junto a esses problemas epistemológicos, o desenvolvimento de um vocabulário teórico que engendra teoria e método também se faz presente e incide na ideia de que, uma vez que os historiadores a partir da leitura presente em *Teoria da História do Brasil*, deverão ter clareza em suas práticas historiográficas das reflexões que são constituintes do campo de conhecimento em que estão inseridos. Logo, questões epistemológicas do conhecimento histórico (especificidade teórica, funcionalidade da história, valores da história etc.), como também o modo como o objeto da história constitui-se teoricamente (causalidade, periodização, questão da prova e certeza e os diferentes tipos de história), a partir de *Teoria da História do Brasil*, tornam-se, juntamente com as questões metodológicas e de filosofias da história, fundamentais, não só na concepção do ser historiador, mas imprescindíveis para sua prática cotidiana.

30 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, p.112.

31 RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*, 112.

## O intruso e suposto timbaleiro Gomes da Rocha

**Felipe Novaes**

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Música  
Linha de Pesquisa Música e Cultura  
Universidade Federal de Minas Gerais  
f.novaesr@gmail.com

**Edite Rocha**

Pós-doutora - Universidade de Aveiro (Portugal)  
Professora Adjunta em Musicologia na Universidade Federal de Minas Gerais  
edite.rocha@gmail.com

### Resumo

O presente artigo objetiva a análise do conceito de violência enquanto referência na realidade musical da Capitania das Minas Gerais durante o último quartel do século XVIII, a partir da análise do discurso do compositor Florêncio José Ferreira Coutinho em carta denúncia destinada à D. Maria I, cujo original encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa/Portugal). Para tanto, considerando-se o campo historiográfico advindo dos estudos de Carla Anastasia (2005, 2012), Célia Nonata da Silva (1998, 2001, 2007) e Marco Antonio Silveira (1997) que versam sobre a manifestação da violência enquanto estratégia de distinção social, procede-se: 1) à descrição do conceito de violência de acordo com as reflexões da socióloga Tereza Koloma Beck (2011); 2) à delimitação de um quadro teórico-conceitual constituído a partir do pensamento de Roland Barthes (2006) acerca dos processos de significação e da teoria lingüístico-cultural de Roy Wagner (1986, 2012). Desta maneira observa-se que, enquanto processo social, relações de violência pressupõem estados e posições assimétricas que se estabelecem a partir de uma tríade inter-relacional Performer, Alvo e Observador; configurando não somente o exercício da violência, mas sua observação e julgamento. Nesta senda, por extensão do conceito de observação, identifica-se no processo de significação a constituição de signos na díade significado-significante que, por sua vez, são compreendidos enquanto constituintes de ordenações lingüístico-simbólicas pertencentes a uma base relacional coletiva acessada, partilhada e compreendida. Para se entrever tais enunciados em um complexo simbólico recorre-se à redução da escala de observação do objeto adotando os postulados indiciários da micro-análise. Neste âmbito, pode-se concluir, a partir do conceito de violência enquanto processo social e signo lingüístico-simbólico compartilhado na Capitania das Minas Gerais no último quartel do século XVIII, o reconhecimento e emprego de estratégias de distinção social por meio de representações semióticas da violência identificadas no discurso de Ferreira Coutinho enquanto fiel vassalo em assimetria ao designado intruso e suposto timbaleiro Gomes da Rocha.

**Palavras-chave:** Violência e distinção social em Minas setecentista; Estudo musicológico da violência; Florêncio José Ferreira Coutinho; Francisco Gomes da Rocha.

### Da reciprocidade da violência às condições sociais assimétricas

Pode-se afirmar que sobre o território centro-sul da América Portuguesa durante o século XVIII delinear-se quadros de sociabilidade articulados em dinâmicas recíprocas de violência e pautados no direito da honra e qualidade<sup>1</sup>. Ademais, assentados em configurações fundamentalmente *aluvionais*, os grupos populacionais da região delimitada geopoliticamente enquanto Capitania das Minas Gerais manifestavam redes de negociações distintas às sociedades litorâneas, assim como às d'além mar. Neste âmbito, pode-se enunciar, igualmente, uma multiplicidade sócio-cultural dentre as regiões coloniais durante o século XVIII ao âmbito Americano do Império Lusitano<sup>2</sup>.

Ademais, constituído por uma miríade de redes simbólicas em conflituosas negociações, o universo de significados culturais ordenados por estes grupos pode ser compreendido enquanto predominantemente *híbrido*<sup>3</sup>. Da mesma sorte, suas resultantes podem ser delineadas em campos de natureza simbólica de instável equilíbrio; representadas, majoritariamente, pelos embates e implicações da disposição e ordenação do poder institucionalizado e seu jogo com as elites locais; do avanço da empresa colonial e o inevitável confronto em paragens distantes já povoadas; e no cotidiano abrasivo das vilas e arraiais tracejado em confrontos de violência interpessoal e coletiva.

Entretanto, apesar de associações e significações de caráter majoritariamente híbrido, as sociedades fixadas no centro-sul minerador respondiam a quadros de pensamento amplos. Neste sentido, inseridos em lógicas de significações barrocas, em definição Deleuziana, os resultados das significações assumiam, igualmente, um contorno de intencionalidades discursivas mais ou menos consoantes ao modelo epistemológico Ibérico. Ou seja, mesmo em dobras próprias tecidas em territórios negociados, indícios de uma linguagem barroca na América Portuguesa<sup>4</sup>.

Neste âmbito, o simbolismo da *honra* apresentava-se enquanto predicado social – redobra das tradições ibéricas de virilidade, fama e mando – basilar ao direito do indivíduo inserido na comunidade e definidor de sua qualidade. Da mesma forma, articulada por meio da violência, a honra manifestava-se em rituais com o intuito de representar, física ou simbolicamente, poderes. Nesta senda, constituída na reciprocidade da violência, a honra ordenava uma lógica geral de distinções sociais por meio de reconhecimento público, delimitações de espaços e territórios de mando, per-

1 Cf. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2005; \_\_\_\_\_. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.; SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de Mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007; SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

2 SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.227

3 GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

4 RICARDO, Felipe Novaes. Um universo em instável equilíbrio: tensão e repouso na lingüística musical do barroco mineiro. In: ROCHA, Edite; PÁSCOA, Márcio; EUFRÁSIO, Vinícius (Orgs.) *Caderno de Resumos e Anais do IV SIMiBA e I Congresso da ABMUS*. Belo Horizonte: Escola de Música UFMG, 2016, pp.174-190.

tencimento social e seu conseqüente destaque, seja ao âmbito da administração local ou dentre a fragmentação do poder institucional pelos sertões da Capitania.

Entretanto, o comportamento ritual relativo à performance de símbolos alusivos à honra, com objetivos de destaque social, não se manifesta exclusivamente na America Portuguesa durante o setecentos. Integrante de uma lógica social geral articulada pelas diferenciações de status e qualidade, as sociedades do Antigo Regime apresentam, enquanto pertinência simbólica, a percepção da qualidade pública do corpo. Neste aspecto, o ataque à honra do indivíduo delineava-se em agressão de igual importância à integridade física; ou seja, a honra enquanto corpo público<sup>5</sup>.

Adota-se, portanto, o conceito de violência referente ao entendimento de relações dispostas em quadros de interação nos quais a dependência entre sujeitos se constitui em negociações e renegociações de estados e locais assimétricos que se valem do corpo ao estabelecimento, produção e reprodução de uma constelação de desigualdades relativas<sup>6</sup>. No entanto, a configuração de identidades complementares e opostas em qualidade e suas contingências ou reversões de posições é crucial entendimento da violência enquanto processo; a observação das interações não em papéis definidos (exercer e sofrer), mas constituídas em uma tríade de modos de vivência do fenômeno: performer, alvo e observador.

O ganho analítico referente à possibilidade de se avaliar interações de violência a partir de uma tríade relacional se dá na transição de associações entre sujeitos/sujeitos-objetos a um exercício de poder (*violentia* e *potesta*). Neste sentido, o efeito social da violência não somente compreendido enquanto subscrito à intensidade de suas relações, mas respectivo à observação, julgamento e *significação* do evento. Nesta orientação, o que se constitui enquanto violência decorre de pertinências sócio-culturais. Entretanto, tal perspectiva pressupõe uma multiplicidade resultante da *semiosis* do fenômeno observado.

Desta maneira, uma análise do encadeamento simbólico do fenômeno delinear-se-ia a partir de ordenações contextuais, seus limites e articulações em um dado universo de símbolos. Neste sentido, por extensão do conceito de *observador* e suas implicações de ordem semiótica, articula-se, portanto, o entendimento das relações sociais de violência e suas ordenações sócio-culturais a partir da percepção dos processos de significação<sup>7</sup>. Neste âmbito, o fenômeno da violência e, conseqüentemente, seu significado resultante enquanto signo cultural: uma imagem mental da coisa dizível (o conceito formulado do fenômeno da violência) circunscrito a uma materialidade própria significante (gestual, gráfica, sonora, verbal etc.).

5 SCHWERHOFF, Gerd. Criminalized violence and the process of civilization: a reappraisal. *Crime, histoire & Sociétés*. Genebra, vol.6, n.2, 2002, pp.103-126.

6 BECK, Teresa Koloma. The eye of the Beholder: violence as Social Process. *International Journal of Conflict and Violence*. Bielfeld, vol.5, n.2, 2011, pp.345-356.

7 BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 2006.

### Uma perspectiva lingüístico-musical: subsídios teóricos

R. Wagner<sup>8</sup>, assim com Barthes<sup>9</sup>, dispõe a linguagem na esfera coletiva das sociedades. Igualmente, descreve um conjunto de elementos representativos de certas experiências e coisas culturalmente reconhecidas em condição ordenada à expressão significativa. Portanto, convenções que denotam significados específicos e articulados à comunicação.

Neste espaço de signos delineados, as convenções de determinada linguagem estabelecem sentido em suas correlações contextuais. Mediante alguma inter-relação situacional, tais convenções lingüísticas se estabelecem na objetificação de um dado universo de elementos apreendidos pela percepção. Ou seja, antes de somente um processo qual resultado provoca um recorte em significação sucessiva, a linguagem compreendida enquanto “um meio de racionalizar o mundo, de inventá-lo como um *continuum*”<sup>10</sup>

As ordens e distinções convencionais que constituem a linguagem estão envolvidas em uma *troca de características* com o conjunto de controles alternativos que constituem temas do discurso (o ‘mundo’), pois os efeitos de longo prazo do controle são os de transformar contextos não convencionalizados em convencionalizados e vice-versa<sup>11</sup>.

Tácito ao aspecto expressivo, no emprego de convenções significantes, é o compartilhamento e reconhecimento mútuo destes entrecruzamentos de significados pelos envolvidos no processo comunicativo. Neste sentido, pode-se afirmar que o âmbito contextual do uso de signos indica, sobretudo, uma partilha cultural de significados. Ademais, esta partilha se constitui por bases relacionais coletivas<sup>12</sup>, na qual um determinado elemento simbólico agenciado pode envolver-se em contextos diversos, uma vez que estes se articulam em momento, grupo, indivíduo. Nesta observância, o que se estabelece enquanto símbolo contextual responde, também, aos processos de articulação destes contextos. Nesta senda, um dado elemento posto em contraste contextual, por exemplo, possibilita a articulação de novos complexos e enunciados e, conseqüentemente, engendra e elicitam outras relações.

Neste aspecto, Wagner propõe uma análise dialética, em seus termos, das relações convencionais de um dado elemento simbólico disposto em um universo relacional, caracterizando enquanto procedimentos de *obviação* uma “série de metáforas substitutivas que constituem o enredo de um mito (ou a forma de um ritual)”<sup>13 14</sup>.

Para Wagner uma metáfora, ou *tropo*, equipara uma convenção referencial à outra, ou substitui, por obviação, outra. Tropos, ou metáforas em âmbito e sentido antropológico, elicitam ana-

8 WAGNER, Roy. *Symbols that stand for themselves*. Chicago: University of Chicago Press, 1986; \_\_\_\_\_. *A invenção da Cultura*. Trad. Marcela C. de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

9 BARTHES. *Elementos de semiologia*.

10 WAGNER, *A invenção da cultura*, p.257.

11 WAGNER, *A invenção da cultura*, p.258.

12 WAGNER, *A invenção da cultura*, p.117.

13 WAGNER, *Symbols that stand for themselves*, p.xi.

14 Todas as citações foram traduzidas da língua inglesa ao português pelos autores.

logias *através e dentro* da linguagem. No entanto, as metáforas de Wagner não indicam seus pontos referencias, contudo, somente, referenciam por meio da disposição de pontos relacionais entre uma e outra. Neste aspecto, tropos constituem-se em uma *imagética* interna a linguagem e relativa a esta, tornando-se “elas mesmas, aquilo que expressam”<sup>15</sup>.

Adentrar uma análise da linguagem musical a partir do referencial de tropos demonstra-se proveitoso à compreensão de suas estruturas de significado, pois, torna-se possível a observação de dois sistemas estruturados inter-relacionados: a linguagem musical (com sua própria *sintaxe e gramática* culturalmente estabelecida) disposta em um tempo histórico definido, com agentes e resultantes simbólicas específicas; e complexos residuais coletivos delineados em/por núcleos de convenções culturais. Neste âmbito, circunscrever a análise de determinado discurso a partir da observância de estruturas relacionais e sua imagética nuclear possibilita uma análise substanciada pela percepção de **texturas associativas**; ou seja, a análise das contingências associativas constitui-se na identificação de predicados sociais pontuais apresentados na narrativa do compositor aos seus interlocutores. Mais específico, a identificação de um enunciado em Ferreira Coutinho que possibilite entrever critérios e classificações do compositor setecentista relativos à violência.

Neste âmbito, recorreremos ao recorte de estruturas de significado presentes no discurso de Ferreira Coutinho tendo em vista o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg que indica a observância de conexões profundas em um recorte contextual a partir de suas zonas privilegiadas<sup>16</sup>. Igualmente, situa-se em nossa discussão a compreensão da relação centro e periferia enquanto uma relação móvel<sup>17</sup>, ou seja, os enunciados também submetidos a variações contextuais; o que veremos mais detalhadamente na seção posterior relativa ao critério *ser e parecer* na designação de Florêncio a Gomes da Rocha circunscrita em um regime de significados em finais do século XVIII.

### O intruso e suposto timbaleiro e o fiel vassalo de Vossa Majestade

Diz Florêncio Jozé Ferreira Timbaleiro no Regimento Regular da guarnição da Capitania das Minas Gerais que na criação do referido Regimento [1775] que por Ordem de Vossa Majestade regulou Excelentíssimo General D. Antonio de Noronha [1775-1780] foi o suplicante criado no dito Posto de Timbaleiro, e passados alguns meses se lhe fez a injustiça constante dos Documentos juntos de ser passado para Trombeta da 1ª Companhia por ocasião da baixa que se deu ao que o era e - este sucesso foi em tempo do Governador Excelentíssimo General D. Rodrigo Jozé de Menezes [1780-1783] que, além de varias enfermidades que padeceu no princípio do seu Governo, lhe foi preciso viajar em diversas jornadas que fez, já à Serra Diamantina, já às novas conquistas dos Índios, e outros descobrimentos; motivos estes por que nunca teve o suplicante pela oportuna ocasião de apresentar àquele Excelentíssimo General a injustiça que sofria, sem ofender

15 WAGNER, *Symbols that stand for themselves*, p.6.

16 GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*: São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.117.

17 \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.37.



às sagradas Leis de Vossa Majestade que tanto recomendam a submissa moderação. Foi sucessor ao Governo, o Excelentíssimo General Luiz da Cunha Menezes [1783-1788] nos fins do ano de 1783, e dando ordem à positura de Estandartes, e solene juramento de Felicidade a qual Função foi celebrada em 17 de Dezembro de 1784, dia dos felizes anos de Vossa Majestade; com as Licenças necessárias requereu àquele Excelentíssimo General lembrando sempre o suplicante das obrigações de Católico, e fiel vassalo de Vossa Majestade; da qual diligência resultou a decisão constante dos Instrumentos junto (f.1 ate 3) sendo proferido o Último Despacho nos fins do seu Governo mandando restituir o suplicante ao seu Posto, foi em ocasião que este se achava distante daquela praça, por ter marchado com a Companhia que foi destinada a encontrar o General o Excelentíssimo Visconde de Barbacena como se faz certo pela Atestação (f.6) pela qual razão a não pôde o suplicante fazer dar a execução em tempo do Governo daquele Excelentíssimo General vendo-se precisado a requerer o complemento daquela decisão ao Dom Excelentíssimo General Visconde de Barbacena [1788-1797]; e apresentando-lhe o suplicante os Documentos, e Despachos com seu requerimento este Excelentíssimo General os conserva em Si, desde o dia 19 de julho de 1788 [posse em 11 de julho de 1788] sem que haja o suplicante de ser restituído. Bem clara se manifesta a Vossa Majestade a intrância daquele suposto Timbaleiro [Francisco Gomes da Rocha], na Certidão extraída da Patente de Ajudante que mandou passar o Excelentíssimo General D. Rodrigo Joze de Menezes no ano de 1780 ao Sargento Miguel Dionizio Valle, que fez certo ter passado o intruso Timbaleiro de Ajudante para Trombeta, e não Timbaleiro, como consta da Certidão (f.7 ate 9); mas o suplicante como Filho da Obediência nunca quis exceder aos limites da moderação. Senhora o miserável suplicante se vê naquela longitude impossibilitado de recorrer com a brevidade de que podem estes, e outros casos bem alheio da piedosa intenção de Vossa Majestade, e por este meio que lhe é o mais possível vem o suplicante clamar a Vossa Majestade suplicando a graça de ser servida mandar a determinação do Excelentíssimo General Luiz da Cunha Menezes constante dos Documentos juntos, não só na Circunstância de restituição do Posto que lhe foi conferido (ilegível – ordem?) de Vossa Majestade na criação do sobre dito Regimento, como a Mercê que novamente suplica a Vossa Majestade da declaração do soldo competente de Timbaleiro com mais Cento, e Cinquenta reis sobre as Trombetas. Ultimamente quando a Vossa Majestade pareça não bastarem tão verídicos Documentos, nesta se acham os Excelentíssimos Generais que foram daquela Capitania: D. Antonio de Noronha como primeiro Coronel, e criador do Regimento; D. Rodrigo Jozé de Menezes; e Luiz da Cunha Menezes como regulador do mesmo Regimento, que tendo todos conhecimento do suplicante podem bem informar a Vossa Majestade neste particular.

Pa Vossa Majestade lhe faça a graça confirmá-lo na forma requerida ERMercês<sup>18</sup>

Com o intuito de require a restituição do cargo de Timbaleiro, tal qual uma concessão de mercê no acréscimo de cento e cinquenta reis no soldo sobre as trombetas<sup>19</sup>, Ferreira Coutinho

18 Requerimento de Florêncio Jose Ferreira, timbaleiro do Regimento Regular da Guarnição da Capitania das Minas Gerais, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 136, doc. 73, código: 10603. 2 de dezembro de 1791

19 Camargo recorta em Ricciardi o seguinte argumento: “[...] todo o esforço de Ferreira Coutinho visava tão-somente sua confirmação no posto de timbaleiro, para que seu soldo pudesse ser aumentado em míseros ‘cento e cinquenta reis’. Esta quantia correspondia exatamente àquela que um timbaleiro vencia a mais que um trombeteiro” (RICCIARDI, 2007, p.50 *apud* CAMARGO, 2013, p.50). Apesar de não ter sido possível o acesso direto ao trabalho de Ricciardi, considerou-se o documento *Registro de cartas, ordens e provisões régias, avisos e cartas do governador* que, em

articula sua narrativa a partir de três eixos principais de enunciações: o primeiro, relativo à interlocução direta com os governadores da Capitania, argumentando a um grau de inserção na elite administrativa de Vila Rica; o segundo, relativo à *conquista* de regiões de importância econômica para a Coroa, defendendo um comprometimento com os territórios da Rainha; e o terceiro, o reconhecimento das sagradas *Leis de Vossa Majestade* e no *solene juramento*, indicando seu reconhecimento da relação de vassalagem. Em contraposição, Ferreira Coutinho caracteriza Gomes da Rocha enquanto *suposto e intruso*.

Relativo ao primeiro complexo enunciativo, vale ressaltar que a necessidade de destaque e imposição da qualidade se fazia presente e perpassava a organização estamental e o âmbito militar não se excluía desta determinante. Trombetas e timbaleiros correspondiam a um e dois graus, respectivamente, acima do posto de soldado. Não obstante à cadeia de comando e o local hierárquico das trombetas e timbaleiros, as determinações e ordens marciais se faziam intermediadas por estes instrumentos no cotidiano do regimento ou em manobras e ações em campo. Enquanto designação dos ofícios, a função de Timbaleiro é própria aos regimentos de cavalaria, local primeiro da condição *branca* no âmbito militar – mesmo que tais ordenações e classificações estivessem sujeitas a negociações.

Igualmente, as ordens seguiam do comando aos timbales e destes aos trombetas – indicando, portanto, qualidades distintas – e, exclusivo à 1ª Companhia de Vila Rica a qual Ferreira Coutinho e Gomes da Rocha pertenciam, o comando simbólico se dava pelo próprio governador. Neste sentido, é significativo o delineamento dos locais de Timbaleiro e Trombeta, uma vez que alocar-se próximo à soldadesca ou à linha direta de comando articulava diferenças<sup>20</sup>.

Relativo ao segundo eixo enunciativo, Ferreira Coutinho indica as *diversas jornadas que fez, já à Serra Diamantina, já às novas conquistas dos Índios; e outros descobrimentos*. Apesar de interpretada por Camargo<sup>21</sup> enquanto indício de barbárie, o avanço da máquina colonial às paragens distantes dos centros urbanos durante o último quartel do século XVIII respondia a expansão e consolidação de espaços de influência da administração lusitana nos sertões da comarca indicando, diferentemente da barbárie, o próprio processo civilizatório destas regiões aos moldes do projeto colonizador<sup>22</sup>.

---

seu fôlio 68 registra o mesmo ganho para timbaleiros e trombetas – 400 reis diários – em uma relação dos soldos do “novo Regimento de Cavalaria da Capitania de Minas Geraes de que he Capitão D. Antonio de Noronha” (REGISTRO DE CARTAS [...], 1775-1779, f.68). Observamos este embate no caráter informacional a partir da possibilidade da existência de outro documento, datado pós 1779, em que conste tal informação, contudo, em nosso levantamento não foram identificados outros documentos de igual, ou semelhante, teor. Todavia, não obsta à existência ou ausência de diferença no soldo a chancela e reconhecimento público de patentes oficiais, que se faziam representantes da qualidade, honra, do sujeito social em Minas setecentista. Neste aspecto, analisamos o embate timbaleiro-trombeta a partir desta distinção e suas implicações sociais.

20 LEONI, Aldo Luiz. *Os que vivem da arte da música: Vila Rica, século XVIII*. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2007, 193p.

21 CAMARGO, Fernando Emboaba. *Florêncio José Ferreira Coutinho – compositor dos tempos coloniais – partituras e documentação*. 197f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade do Estado de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Artes, São Paulo, 2013, p.47-48.

22 Indubitavelmente, as investidas da empresa colonial às regiões não habitadas por colonos ou reinóis, contudo,

Ademais, demonstra-se expressivo o discurso de D. Antonio de Noronha (ca.1779) às determinações da administração da Coroa sobre as regiões de interesse econômico e político na Capitania das Minas Gerais na presença da Real Fazenda<sup>23</sup>.

Neste sentido, observar-se Ferreira Coutinho enunciando sua consonância às determinações da Coroa e, tendo em vista a datação do requerimento (02 de dezembro de 1791), declarando vínculos e preocupações com a soberania de D. Maria I sobre os territórios coloniais. Vale ressaltar que, em 1792, executou-se em Vila Rica um *Te Deum* de autoriza desconhecida em celebração ao *Malogro da Inconfidência*. Dentre os músicos participantes encontram-se tanto Ferreira Coutinho quanto Gomes da Rocha.

Relativo ao terceiro eixo enunciativo ressalta-se a declaração de Ferreira Coutinho referente a seu reconhecimento das sagradas *Leis de Vossa Majestade* e ao *solene juramento*. Neste terceiro eixo demonstra-se patente a disposição da condição de vassalo, sobretudo, no conhecimento do decoro pertinente ao tratamento a indivíduos de qualidade nobiliástica; governadores da Capitania. Ademais, o solene juramento quando da comemoração do aniversário de D. Maria I em 1784 em exaltação ao poder monárquico.

Neste sentido, observa-se na narrativa de Ferreira Coutinho o esforço em delimitar sua condição de *fiel vassalo*, agente dentre o corpo do Império Português e integrante de uma elite administrativa local, mesmo, institucionalmente, com cargo de baixa expressividade na administração local. Entretanto, estas são constituintes discursivas de seu objetivo: a concessão de mercê.

Em troca do empenho, zelo e desinteresse demonstrado no real serviço, solicitavam [as elites locais] ao monarca mercês diversas como: cargos administrativos, patentes militares ou hábitos de ordens militares. Embora tais ‘remunerações’ pudessem significar a possibilidade de angariar ganhos materiais, o principal ganho era simbólico<sup>24</sup>.

Florêncio indica que Francisco Gomes da Rocha foi indevidamente alçado ao posto de Timbaleiro devido sua patente de *ajudante*. No quadro hierárquico-militar o posto de Ajudante indicava ofício ou condição auxiliar inferior a um posto de comando imediatamente superior<sup>25</sup>; um ajudante de trombeta, portanto, um soldado. Em uma sociedade assentada na verticalização estratificada dos estamentos, as pequenas variações de *status* que possibilitavam um maior ou menor grau de destaque constituíam prerrogativas fundamentais às estratégias sociais de reconhecimento. Portanto, identificar o local hierárquico-militar de Gomes da Rocha em relação ao autor da carta circunscreve-se a um artifício argumentativo no qual se expõe e delimitam os locais sociais desi-

---

povoadas, se configuraram em um ambiente belicoso assentado no poderio das armas.

23 SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antonio de Noronha e o Plano secreto para o Cueté. *Tempo*, Niterói, v.20, n.36, pp.1-15, 2014.

24 STUMPF, Roberta G. Os critérios hierárquicos na sociedade colonial: reflexões para um estudo da *nobreza da terra* americana. *Múltipla*, Brasília, v.10, n.20, pp.65-79, 2006.

25 AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM). Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1976, vol. I, p.345)

guais entre Florêncio e Francisco. Neste aspecto, a definição de *intruso* se dá não somente ao posto militar, mas, também, à condição social.

Outro argumento apresentado por Ferreira Coutinho à caracterização de Gomes da Rocha nos é caro: a sinalizada virtude de *suposto* Timbaleiro. Para analisarmos tal afirmação vale tecer uma leve digressão ilustrativa.

Mas se atentar qualquer para o modo, porque vivem, e comerciam os vassallos de S. Majestade neste país, verá que o ordinário deles pensa mal, e olha tão somente para uma falsa reputação, e trabalha por um falso brilhante no que pertence aos seus que de longe quer se lhe atribuam: pretendendo, à imitação dos cômicos, e figuras teatrais, fingir com palhetas douradas ouro maciço, e com vidros lapidados preciosa pedraria.<sup>26</sup>

O trecho acima selecionado é parte do documento *Causas determinantes da diminuição das cem arrobas de ouro, apresentadas pela Câmara de Mariana* (transcrito no quinto volume da Revista do Arquivo Público Mineiro) endereçada ao visconde de Barbacena em junho de 1789 e composto de motivos e considerações acerca do tema. Marco Antonio Silveira<sup>27</sup> analisa tal fragmento a partir da observância de uma crítica ao desvio normativo em proximidade ao pensamento de J.-J. Rousseau. Demonstra-se interessante esta análise, assim como os instrumentos argumentativos utilizados pela Câmara de Mariana, pois, a leitura dos mandatários se dá em um campo valorativo no qual se pontua um “afastamento entre o ‘ser’ e o ‘parecer’”<sup>28</sup> (SILVEIRA, 1997, p.68).

Este aspecto do discurso da Câmara Mariana, contemporâneo à caracterização de Gomes da Rocha enquanto *suposto timbaleiro*, é tecido em um espaço no qual a redução da escala de observação proposto pela micro-história se faz útil à compreensão das ações dos atores e suas realidades sociais não encerradas em uma objetividade global. Circunscrito em uma estrutura própria da sociedade do Antigo Regime, e suas implicações nas estratificações subseqüentes pautadas no direito e qualidade de origem, observa-se uma crítica própria às Luzes. Mais importante, talvez, um deslocamento enunciativo da representação e teatralidade próprias da sociedade barroca à crítica iluminista.

Neste sentido, e retornando ao argumento de Florêncio, Gomes da Rocha é descrito enquanto um representador – em termos setecentistas – das qualidades de Timbaleiro, diferentemente de um sujeito social em reconhecimento de seu local por virtudes e honrarias. Assim como os habitantes da Mariana setecentista que fingiam “com palhetas douradas ouro maciço, e com vidros lapidados preciosa pedraria” a condição *assimétrica* construída por Coutinho a Rocha também se assenta entre *ser* e *parecer* – adotando a análise de Silveira.

26 Causas determinantes da diminuição das cem arrobas de ouro, apresentadas pela Câmara de Mariana. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol.5, n.1, p.141-151, 1901.

27 SILVEIRA. *O universo do indistinto*, pp.67-68.

28 SILVEIRA. *O universo do indistinto*, p68.

### Considerações finais

Por meio da identificação de representações de ordem semiótica relativas ao *fiel vassalo* em assimetria ao designado *intruso* e *suposto* timbaleiro Gomes da Rocha, apresentadas por Ferreira Coutinho em seu requerimento à D. Maria I, foi possível delimitar o reconhecimento e emprego de uma estratégia discursiva de distinção social assentada no desejo de destaque e honra. Por outras palavras, o delineamento de um enunciado, respectivo à violência, compartilhado e reconhecido por Florêncio Jose Ferreira Coutinho ao final do século XVIII.

Compreendida enquanto processo social, a violência e suas subseqüentes relações de natureza social agenciam estados e posições assimétricas por meio de uma tríade inter-relacional. Igualmente, inseridas no campo da semiosis devido à sua observação, tais relações assimétricas integram um campo de significados a partir de sua delimitação enquanto signo reconhecível e empregado em ordenações simbólicas; o transpassar da vivência do fenômeno ao campo das bases relacionais coletivas acessadas, partilhadas e compreendidas coletivamente: à cultura.

Entretanto, metodologicamente, a análise de enunciados dispostos e empregados em um complexo simbólico exigiu a redução da escala de observação. Neste aspecto, adotando os postulados indiciários da micro-análise, puderam-se entrever na narrativa de Ferreira Coutinho enunciados discursivos correlatos ao desejo da assimetria social. Não obstante, predicado fundamental presente em uma ordenação estamental própria às sociedades Antigo Regime, as diferenciações de qualidade perpassam a postura enunciativa de Ferreira Coutinho.

Por fim, vale ressaltar que tais reflexões não se encerram no momento imediatamente posterior à pontuação final, se estendendo a um segundo estágio de análise no qual se contemplam as relações enunciativas entre os tropos da distinção social de outros compositores circunscritos à cultural setecentista no território da Capitania das Minas Gerais; nomeadamente, em uma massa documental que possibilite uma contextualização em série. Não obstante, pode-se indicar o reconhecimento e emprego destas estruturas trópicas de significado e suas subseqüentes estratégias de distinção social no discurso de Ferreira Coutinho enquanto um direcionamento investigativo do impacto da violência na produção musical da Capitania das Minas Gerais, sobretudo, devido à percepção da dependência discursiva sujeito-contexto.

## A *Batalha do Vimeiro*: narrativa e gestos retóricos entre Lisboa e o Rio

**Felipe Novaes**

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Música  
Linha de Pesquisa Música e Cultura  
Universidade Federal de Minas Gerais  
f.novaesr@gmail.com

**Robson Bessa**

Pós-doutorando PNPd Capes  
Escola de Música – UFMG  
robsonbessa@yahoo.com.br

### Resumo

Partido da aproximação entre as perspectivas de H. Becker (1974, 1982) e B. Haynes (2007) acerca das atividades envolvidas na constituição de obras artísticas, o presente trabalho tem por objetivo a análise de *A Batalha do Vimeiro* (entre 1808 e 1820) de Joaquim Félix Baxixa, cuja cópia oitocentista encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa/Portugal). Para isto, procede-se à delimitação de um quadro teórico-conceitual acerca de figuras retórico-discursivas (BESSA COSTA, 2017; MIRKA, 2014) que possibilite um maior entendimento sobre as células descritivas que compõem a narrativa do compositor lusitano. Posteriormente, delimita-se o contexto sócio-histórico no qual a composição de J. F. Baxixa se insere, assim como se indica a prática composicional das Batalhas para Teclas sete-oitocentista. Por fim, cruzam-se os dados arqueológicos da Batalha do Vimeiro (1808) levantados por Ribolhos Filipe (2015) com as estruturas narrativas de Baxixa. Deste modo observa-se que, mesmo em espaço já deslocado de *figurae* retóricas barrocas, a *Batalha do Vimeiro* de J. F. Baxixa apresenta estruturas enunciativas dispostas sob figuras definidas: galope de cavalos, trombetas, golpes de sabre, tambores e canhões, gemidos etc. Desta maneira, entende-se uma proposta retórico-discursiva a partir de representações e enunciados estabelecidos em gestos específicos, dispostos de maneira estruturante e articuladora que concedem à *Batalha do Vimeiro* um caráter comunicativo. Ademais, o contexto de deslocamento do centro político-administrativo aos trópicos, conseqüência das Guerras Peninsulares, a escolha da temática da obra – a última batalha antes do armistício assinado entre Ingleses e Franceses e a conseqüente restauração da monarquia em Portugal – assim como a atuação de Baxixa na Capela Real de Lisboa e na erigida no Rio de Janeiro, ensejam a possibilidade das estruturas retórico-discursivas de Baxixa dispostas em uma narrativa estruturada sob um cenário de disputas por espaços aos serviços musicais destinados à família real.

**Palavras-chave:** Joaquim Félix Xavier Baxixa, Batalha do Vimeiro, Guerra Peninsulares, Análise musical.



O conceito de arte enquanto ação coletiva<sup>1 2</sup> demonstra-se rico à análise de *Batalha do Vimeiro*<sup>3</sup> (entre 1808 e 1820), de Joaquim Félix Bachixa, por meio da possibilidade de se observar uma rede de atividades e ações articuladoras de um determinado objeto artístico. Evidentemente, as devidas ressalvas são necessárias tendo em vista que a perspectiva de H. Becker se insere em um contexto de análise circunscrito ao final do século XX.

Entretanto, é possível observar pontos de aproximação entre a compreensão de H. Becker sobre ações coletivas e a de Bruce Haynes<sup>4</sup> a respeito da produção musical pré-Revolução Romântica (1789/1803). Ambos reconhecem no imaginário oitocentista do *agente sublime* uma construção historiográfica, ou seja, circunscrita a predicados localizados.

Nesta senda, H. Becker<sup>5</sup> identifica em ações e atividades cooperativas a constituição de redes nas quais, por meio de convenções significativas e conhecimentos compartilhados por agentes, um determinado produto concebido em bases estéticas se configura a partir de ações coletivas. Entretanto, a sociologia proposta por Becker se direciona a “tratar arte enquanto não tão diferente de qualquer outro tipo de trabalho”<sup>6</sup>, ou seja, propor análises em âmbito sociológico e não exclusivamente estéticos.

Para uma orquestra sinfônica realizar um concerto, por exemplo, instrumentos devem ter sido inventados, manufaturados e mantidos, uma notação deve ter sido elaborada e música composta utilizando aquela notação, pessoas devem ter apreendido a executar nos seus instrumentos as notas escritas, tempos e espaços para ensaios devem ter sido providenciados, propagandas para o concertos devem ter sido dispostas, publicidades devem ter sido preparadas e ingressos vendidos, audiências capazes de escutar e, de certa forma, entender e responder à performance devem ter sido recrutadas.<sup>7 8</sup>

De maneira semelhante, Bruce Haynes sugere que a produção musical que antecede ao giro estético que se dá ao final do século XVIII e início do XIX, se constituía em um universo no qual o papel desempenhado por compositores não se diferenciava ao de “artífices, assim como construtores ou jôqueis de cavalo atuais, mais interessados em competência do que grandiosidade”<sup>9</sup>. Ademais, os recursos empregados por estes compositores se articulavam na compreensão do âmbito comunicativo da música enquanto linguagem capaz de evocar e promover emoções.

Neste âmbito, propõe-se a aproximação entre estas perspectivas na análise de *Batalha do Vimeiro*; a compreensão de uma rede de atividades articuladoras de um determinado objeto estético e

1 BECKER, Howard. Art as Collective Action. *American Sociological Review*, vol. 39, n.6, p.767-776, dez. 1974. 1982

2 BECKER, Howard. *Art worlds*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1982.

3 Optou-se pela grafia apresentada por J.F.Bachixa: *Vimeiro* ao contrário da grafia contemporânea Vimeiro.

4 HAYNES, Bruce. *The end of early music*. New York: Oxford University Press, 2007.

5 BECKER. *Art worlds*, p. x.

6 BECKER. *Art worlds*, p. ix.

7 BECKER. *Art worlds*, p. 2.

8 Todas as citações em língua inglesa foram traduzidas livremente pelo autor. Neste sentido, as citações colhidas em Howard Becker (1974, 1982), Bruce Haynes (2007) e Raymond Monelle (2000).

9 HAYNES. *The end of early music*, p.6

o emprego de estruturas *retórico-discursivas* na constituição da narrativa de Bachixa. Embora cronologicamente excedente à teorização e emprego de figuras retórico-musicais, J. F. Bachixa vale-se de um número de enunciados descritivos à constituição de sua narrativa.

### Figuras retórico-discursivas

A teorização das relações entre música e as compleições humanas obteve na epistemologia de René Descartes substrato expressivo. Autor de tratados de ampla influência no pensamento estético-composicional Barroco, sobretudo *Les passions del l'âme* (1650), Descartes observava cientificamente *paixões* enquanto percepções, sentimentos ou emoções da alma e suas associações à objetos internos ou externos<sup>10</sup>.

Entretanto, o movimento de codificação de paixões não se dava somente na teorização do filósofo francês. Spinoza, Leibniz e Hobbes também prosseguiram com o desenvolvimento de catálogos que pudessem descrevê-las em maior número ao de Descartes.

Ademias, substanciados por uma literatura dirigida ao *mover afetos* retórica, desenvolvida desde o Renascimento, e influenciados pelo pensamento cartesiano das associações entre estruturas sonoras e os movimentos da alma compositores Barrocos recorreram a “aplicação de figuras retórico-musicais e dos princípios retóricos às novas formas vocais e instrumentais, surgidos nos séculos XVII e XVIII” que “tinham como objetivo intensificar as paixões do público”<sup>11</sup>.

Nesta senda, a representação musical de afetos através de associações miméticas aos movimentos corporais resultantes de uma *paixão* se delineia em gestos retórico a partir de recursos tímbricos, rítmicos, melódicos; *figurae* musicais. No entanto, as estéticas do setecentos Europeu assistem a deslocamentos conceituais e a *Teoria dos Afetos*, que se estende até o fim deste século, é perpassada por epistemologias musicais diversas a seu escopo retórico.

A epistemologia musical de Johann Sulzer (1792), por exemplo, direcionava a uma compreensão das paixões e suas associações enquanto efeitos sonoros (Schall) provocados no sistema nervoso<sup>12</sup>. Neste aspecto, a partir de uma diferenciação entre signos naturais e arbitrários – signos naturais são dados pela natureza enquanto signos arbitrários delimitam-se a partir da ação humana – o teórico austríaco propõem um movimento conceitual no qual *afetos* são deslocados a uma estética sensorial de sentimentos ou sensações (*Empfindung*) em vibrações simpáticas do corpo.

Para Sulzer, desta maneira, a linguagem é um sistema de sinais arbitrários, enquanto a música é composta por sinais naturais. Na medida em que o ouvinte é afetado por simpatia, isto é, através do reconhecimento de sinais naturais de

10 COSTA, Robson Bessa. *A importância da oratória, da retórica e da Teoria dos afetos na gênese e na fruição lítero-musical das cantatas de Alessandro Scarlatti*. 172f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Belo Horizonte, 2017, 172p.

11 COSTA. *A importância da oratória...*, p.48.

12 MIRKA, Danuta. *The Oxford handbook of Topic Theory*. New York: Oxford University Press, 2014.

afeto [...] Ao mesmo tempo, entretanto, o surgimento das paixões pode ser não mediado por paixões, caso seja causado por vibrações simpáticas. A idéia que emoções consistem em vibrações de nervos [...] alinhou-se com a teoria dos *corpos sonoros* de Rameau. Desde que o exemplo de Rameau sobre *corpos sonoros* era o monocórdio, a vibração das cordas tornou-se a imagem para a vibração dos nervos e o compor do ouvinte era compreendido enquanto um *corpo sonoro* no qual a música pode ser tocada assim como em um clavicórdio<sup>13</sup>.

No entanto, mesmo neste espaço já deslocado de *figurae* retóricas barrocas em novas formulações estéticas, a *Batalha do Vimeiro* de J. F. Bachixa apresenta estruturas enunciativas dispostas sob figuras definidas: galope de cavalos, trombetas, golpes de sabre, tambores e canhões, gemidos etc. Desta maneira, observa-se uma proposta retórico-discursiva a partir da apresentação descritiva de enunciados estabelecidos em parâmetros sonoros específicos e dispostos de maneira estruturante e articuladora que concedem à *Batalha do Vimeiro* um caráter comunicativo.

### Narrativa e dados arqueológicos

O objetivo desta seção é o de cruzar os dados arqueológicos levantados por Ribolhos Filipe<sup>14</sup> relativos à Batalha de Vimeiro com os enunciados descritivos de Joaquim Felix Bachixa na peça homônima. Não obstante aos enunciados de Bachixa, a *Batalha do Vimeiro* possui três seções finais nas quais não há uma descrição do campo de batalha, são estas: uma marcha *allegro* em 6/8, a *Canação Pastoril com que os Camponozes do Vimeiro Festejaraõ esta Visctoria* e *Finale Escosseza*, um tema com variação. Neste sentido, optou-se pela análise das estruturas correlatas à movimentação em campo, as estratégias empregadas pelos exércitos franceses e anglo-lusitanos e suas representações propostas por J. F. Bachixa.

Ribolhos Filipe articula em três momentos a batalha: o *combate da Colina*, o *combate da Igreja de S. Miguel* e o *combate da Ventosa*. No primeiro momento o general francês Jean-Andoche Junot divide seu contingente em duas fileiras, sendo uma destas enviada ao combate em posto avançado atacando os batedores britânicos dispostos por Wellesley.

Deste modo Junot dividiu as suas tropas em duas forças separadas sendo a primeira para atacar diretamente a colina do Vimeiro, com cerca de seis mil soldados de Infantaria, sob o comando dos Generais Kellerman, Charlot e Thómiers, com o apoio de alguma cavalaria e artilharia<sup>15</sup>.

A *Batalha do Vimeiro* de Bachixa, por sua vez, inicia-se com a marcha “O general Wesleley passando revista ao Exército”, articulada em duas seções temáticas contrastantes apresentando figuras pontudas distribuídas em tríades maiores do I e V grau enquanto característica do primeiro núcleo

13 MIRKA. *The Oxford handbook...*,p.26-27

14 RIBOLHOS FILIPE, Rui Alexandre. *A Batalha do Vimeiro numa Perspectiva Arqueológica*. 152f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015, 152p.

15 RIBOLHOS FILIPE, *A Batalha do Vimeiro numa...*,p.33.

temático e progressões cromáticas ascendentes sob um pedal distribuído em figuras rítmicas no segundo núcleo temático. Contrastando à Marcha, o *Molto Vivo* no qual *huma patrulha da guarda avançada vindo dar parte que os inimigos estão à vista* se estrutura em tonalidade diversa (Eb Maior) apresentando as tercinas *galope dos cavalos* e figuras de *trombetas* também distribuídas sobre tríades maiores em relação I-V propondo representações do avanço das tropas francesas e o comunicado realizado por meio das trombetas<sup>16</sup> ao general britânico.

**Figura 1**  
**Galope dos Cavalos e Trombetas.**



Segue-se ao anúncio do avanço francês pelas trombetas dos batedores em posto avançado o *som dos tambores*; J.F.Bachixa retorna à tonalidade inicial da Marcha (Dó) dispondo em figuras de curta duração e em desenho composto pelo semitom diatônico *si-dó* distribuídos entre a segunda e terceira oitavas do registro do piano, possibilitando uma representação do *rufado* dos tambores que anunciam o inimigo.

A seção seguinte, *A falla que faz o General Wellesley as suas Tropas*, inicia-se com fraseados deslocados metricamente sobrepostos a figuras arpejadas no baixo, iniciadas em tempo fraco. A presença de somente duas vozes nesta seção (uma polarização Melodia/Baixo), o caráter lírico nas elaborações (coloraturas, notas de passagem e apojaturas) e sua designação enquanto “*fala*”

16 Aldo Luiz Leoni em dissertação acerca dos músicos atuantes em Vila Rica (Minas Gerais) no século XVIII destaca o papel dos instrumentos na comunicação militar: “Na infantaria eram usados tambores e pífanos, instrumentos leves que não dificultavam o transporte na marcha a pé. Nos Dragões, apesar de serem tropas montadas a cavalo, suas funções eram relacionadas à infantaria, portanto, seus instrumentos também eram tambores. Os instrumentos musicais próprios da cavalaria eram as trombetas e os pesados tímpanos. Tanto tambores quanto trombetas eram os instrumentos mais numerosos e os intermediários entre as ordens do comando e ação dos soldados e também a comunicação entre as tropas em combate.”. LEONI, Aldo Luiz. *Os que vivem da arte da música – Vila Rica, Século XVIII*. 188f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p.156.

denotam uma estrutura *recitada*. Segue-se a fala de Wellesley um *presto* no qual as tropas o saúdam “pela notícia”. Constituída em elaborações de figura descendente, progressivamente reduzindo suas figuras de tempo e acumulando um âmbito duas oitavas (dó6 ao dó4) articuladas por pausas de mínima em fermata denotando, possivelmente, um sentimento crescente entre os soldados à iminência da batalha.

Os franceses surgiram defronte da Colina do Vimeiro, a sudeste, atacando de imediato os batedores Britânicos e perseguindo-os em direção à colina. A artilharia britânica, posicionada no alto da colina, iniciou o bombardeamento sobre as colunas francesas<sup>17</sup>.

Joaquim Felix Bachixa articula por meio de um *Canção q’annuncia o combate com os postos avançados*, representado por um fortíssimo sobre dó2, o momento da batalha respectivo o *combate da colina* descrito por Ribolhos Filipe. Neste momento, os generais franceses propunham um avanço em formação de coluna à colina, contudo, “os ingleses formados em linha podiam disparar salvas de centenas de espingardas contra as poucas dezenas que a formação em coluna permitia.”<sup>18</sup>.

Seguem-se dois movimentos nos quais estruturas de quatro semicolcheias, hora em bordaduras inferiores, hora em *Baixos de Alberti* ou dispostas em intervalos de oitava creditam a estas seções intermediárias uma movimentação representacional do combate entre as tropas anglo-lusitanas e francesas. Inicialmente o *Allegro Moderato* em 2/2 se desenvolve em uma movimentação harmônica que se desloca da tonalidade de Dó Maior ao homônimo menor do segundo *Allegro* em tempo comum C. No entanto, articulando um movimento ao outro J. F. Bachixa dispõem um *Canção q’annuncia o combate Geral* representado pela oitava constituída entre o fá1 e fá2 também em fortíssimo.

Neste segundo *allegro*, tercinas em fusa sobre as regiões graves do piano e desenhos cromáticos descendentes nas regiões agudas articulados em *legato*, assim como grupos de quatro semicolcheias em *staccato* compõem os recursos de Bachixa à construção narrativa do combate que se deu na Colina do Vimeiro. Este movimento apresenta deslocamentos harmônicos em maior intensidade que as seções anteriores, sobretudo, a partir da presença da figura *Desordem dos Franceses* no compasso dezoito; constituída em intervalos diminutos e encontros de sétima entre as vozes possibilitando um deslocamento à região do V grau na qual se inicia a seção posterior.

Numa tentativa desesperada para flanquear as unidade Britânicas na colina do Vimeiro, o General Kellerman, sob o comando de mil granadeiros decidiu não atacar diretamente a colina mas contorná-la, entrando na povoação do Vimeiro, e seguindo o caminho de acesso ao topo, surpreendendo-os de flanco.<sup>19</sup>

As tropas de Kellerman se deslocam ao povoado de Vimeiro, contudo, atento à movimentação francesa, o general da 7ª brigada, Robert Anstruther, ordena disparos e desloca suas fileiras

17 RIBOLHOS FILIPE, *A Batalha do Vimeiro numa...*,p.33.

18 RIBOLHOS FILIPE, *A Batalha do Vimeiro numa...*,p.34.

19 RIBOLHOS FILIPE, *A Batalha do Vimeiro numa...*,p.33.



à povoação. As tropas britânicas tomam posição na Igreja de S. Miguel, situada em porção elevada e estratégica, e no largo da igreja, junto dos granadeiros sob comando do general Acland, iniciam confronto corpo a corpo com as tropas francesas. O número de baixas francesas se acentua e Kellerman recua sendo perseguido “por uma carga de cavalaria aliada”<sup>20</sup>

Correspondente à retirada de Kellerman e o ataque da cavalaria anglo-lusitana, J. F. Bachixa emprega novamente figuras designadas enquanto *trombetas* na seção que se segue a *Desordem dos Franceses*, anunciado *A cavalaria Inglesa, e Portuguezes cabem sobre os Franceses*. As trombetas se apresentam sobre o V grau em sextas, terças e arpejos sobre a tríade de Si bemol maior. Seguem-se as tercinas de colcheias e semínimas ascendentes sobre a tríade do I grau (Mi bemol) indicando o *Galope dos Cavallos* e *Galope de Sabre*. J. F. Bachixa desenvolve tais figuras, dispondo em grupos de quatro semicolcheias estruturando desenhos nos quais movimentos ascendentes e descendentes diatônicos denotam um galope acelerado.

Do compasso c.19 ao c.28 apresenta novamente a figura *Desordem dos Franceses*, contudo, desenvolvendo-a harmonicamente até atingir a tonalidade de Ré Maior. Segue-se figura deslocada tonalmente na seção denominada *Trombeta q'indica a Victoria*, no entanto, em tonalidade homônima menor (Ré Menor).

Dois aspectos demonstram-se interessantes nesta pequena seção articuladora: o fato de seu emprego no singular (a trombeta) e a tonalidade proposta por J. F. Bachixa. Sobre o primeiro pode-se inferir que a escolha da trombeta vitoriosa (e sua representação em célula com salto de quinta descendente) relaciona-se ao simbolismo dos instrumentos naturais enquanto “espécie de encarnação sonora da teoria das proporções; ele [o trompete] só era introduzido quando se tratava de Deus ou das mais eminentes altezas”<sup>21</sup>. No entanto, a escolha da tonalidade (Ré Menor) em contraste ao emprego de seu homônimo maior na representação de poderes supremos<sup>22</sup> é intrigante.

Ademais, vale ressaltar que durante o século XVIII “o comando do corpo de tropas era símbolo de posição nobre e os instrumentos militares, trompetes e tambores, também se apossaram desta significação secundária”<sup>23</sup>. Entretanto, tendo em vista o contexto das guerras peninsulares e a expansão Napoleônica enquanto “uma era de guerras brutais”<sup>24</sup> a seção que se segue ao anúncio da vitória demonstra este cenário.

Um *Largo Molto*, em 2/2, desenvolvido a partir de desenhos cromáticos descendentes é apresentado por Bachixa enquanto *Gemidos dos Feridos*. Igualmente, o trilo sobre um pedal, ocupando quatro dos dez compassos da desta seção, reforça a representação do sofrimento dos combatentes.

20 RIBOLHOS FILIPE, *A Batalha do Vimeiro numa...*, p.35

21 HARNONCOURT, Nikolaus. *O Discurso dos Sons – caminhos para uma nova compreensão musical*. Trad. Marcelo Fagerlande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p.79-80.

22 HARNONCOURT. *O Discurso dos Sons*.

23 MONELLE, Raymond. *The Sense of Music*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2000, p.37.

24 MONELLE. *The Sense of Music*, p.158.



O terceiro momento da Batalha do Vimeiro descrito por Ribolhos Filipe (2015) em seu levantamento arqueológico, o *combate da Ventosa*, se constituiu na movimentação das tropas dos generais franceses Antoine-François Brenier e Jean Baptiste Solignac da 1ª Brigada com o intuito de flanquear as tropas anglo-lusitanas, contudo, a movimentação francesa não possui êxito.

Junot sabia que não podia sobreviver a outro confronto em campo aberto e vendo que o exército Aliado não tomava a iniciativa de perseguição, enviou o General Kellerman para negociar uma rendição com termos favoráveis.<sup>25</sup>

Segue-se seção na qual Bachixa, por meio da figura de *galope* em tercinas sobre tríade maior e posterior desenvolvimento em grupos de quatro semicolcheias em movimento ascendente e descendente diatônico, descreve a apresentação de Kelerman ao Estado-maior britânico a negociar um armistício. Entretanto, esta seção se dá em tonalidade maior homônima à anterior. Posterior à descrição da chegada a cavalo, a *trombeta de Kelerman* e a *Resposta do General Inglês* se constituem em um pequeno diálogo no qual a negociação dos termos de rendição é representada por relações harmônicas entre o I e o V grau da tonalidade de Ré Maior.

**Figura 2**  
**Negociação dos termos de rendição dos franceses.**



Segue-se à negociação um *adágio* (*segue súbito*) em Lá menor no qual o *General Inglês manda tratar dos Feridos Franceses*. O recurso utilizado por Bachixa se assemelha a figura do *gemido os feridos*, contudo, não há o emprego de desenhos descendentes cromáticos em colcheia como na seção

25 RIBOLHOS FILIPE, *A Batalha do Vimeiro numa...*, p.37.

anterior. Por movimento cromático na voz extrema aguda e desenho de figura cromática descende no baixo Bachixa atinge, em resoluções secundárias, Fá sustenido menor e Sol sustenido menor; na segunda frase apresentada nesta seção, J. F. Bachixa propõe retardos em voz intermediária configurando intervalos de nona e sétima maior.

### Considerações finais

Objetivou-se neste ensaio a aproximação das perspectivas de H. Becker e B. Haynes acerca das atividades envolvidas na constituição de produtos estéticos e suas correlações com uma produção musical *retórica-discursiva* intentada à observância da peça *Batalha do Vimieiro* de Joaquim Félix Bachixa. Nesta senda, apresentou-se a possibilidade de análise das estruturas enunciativas de Bachixa enquanto elementos retórico-discursivos empregados à elaboração de uma narrativa específica, mesmo excedente à teorização Barroca dos *Afetos*.

Igualmente, a escolha da temática da obra em um contexto de transferência da Corte Bragantina aos trópicos coloniais – promovida por uma estratégia diplomática evasiva proporcionada pela expansão das forças Napoleônicas e afronta intervencionista às monarquias Europeias – enseja a possibilidade da estruturação narrativa de *Batalha do Vimieiro* enquanto mecanismo de confirmação de locais e vínculos que permitiriam Bachixa apresentar-se enquanto recurso à prestação de serviços à famílias real portuguesa; dado o contexto de deslocamento político-administrativo e as subseqüentes re-estruturações.

Entretanto, indica-se que um estudo mais detalhado tanto da inserção de J. F. Bachixa na produção musical luso-brasileira à luz do século XIX, quanto um levantamento enfático da prática composicional para teclas e seus produtos coevos à *Batalha do Vimeiro*, se faz necessária.

Ademais, pode-se concluir que J. F. Bachixa se vale de enunciados retórico-discursivos à construção de sua narrativa e que a escolha da temática dos combates que se deram em Vimeiro, em relação ao deslocamento ao Rio de Janeiro tanto da Corte quanto do próprio compositor, é representativa.

## História, patrimônio imaterial e prática musical: a Dança dos Caboclinhos

Marina Fares Ferreira  
marinafaresferreira@hotmail.com

### Resumo

Na História Cultural a interseção entre diversas disciplinas com a área da História acarretou na possibilidade de que novas fontes de pesquisa fossem exploradas. Nessa comunicação, pontuo as colaborações analíticas entre o campo da História e da Etnomusicologia; a contribuição desse diálogo para compreender uma forma de expressão no âmbito do patrimônio imaterial; e o desdobramento de uma prática musical ser considerada um bem cultural registrado.

**Palavras-chave:** História cultural, interdisciplinaridade, registro

### Introdução

Na segunda metade do século XX, vemos ampliada a discussão sobre a possibilidade de novas fontes, além das documentais, através da interseção do campo da História com outras áreas do conhecimento. A História Cultural, nas últimas décadas do século XX, relaciona-se com diálogos interdisciplinares, como a Antropologia, a Linguística, a Psicologia ou a Ciência Política. Nessas proximidades surgem dois temas propostos nesse texto: história oral e estudos da performance cultural, no âmbito do patrimônio imaterial.

No campo do patrimônio imaterial, podemos identificar suas 4 categorias, definidas pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de acordo com as diretrizes da UNESCO: modo de fazer, celebrações, lugares e forma de expressão. Como instrumento de preservação para essas categorias, no ano 2000, foi instaurado o modelo de registro que busca identificar, valorizar e salvaguardar os bens culturais imateriais.

Em Minas Gerais, a instituição responsável pelo patrimônio cultural, o IEPHA (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico), adotou as tais categorias e variações do registro como pertencentes à Política de ICMS Patrimônio Cultural, onde, através da arrecadação de impostos de circulação de mercadorias e serviços, uma porcentagem de 25% é destinada ao órgão estadual. Com procedimentos a serem tomados, o IEPHA possui a obrigação de repassar verbas às prefeituras, sendo que a quantia varia de acordo com a pontuação de cada município.

O principal fato é que essa política consegue preservar um grande número de bens culturais, seja de natureza material ou imaterial, com mais de 700 municípios mineiros participantes. Não

cabe aqui tratar da validade dessa política estadual de preservação, pois inúmeros são os conflitos que ela abarca, assim como sua eficácia. Entretanto, um ponto abordado será o registro da prática musical Dança dos Caboclinhos, categorizada como forma de expressão.

### A prática musical

No município de Peçanha, Minas Gerais, há mais de 70 anos, um grupo de pessoas dança o que eles denominam de Dança dos Caboclinhos. Peçanha está localizada a 310 km da capital mineira e está situada na região do Vale do Rio Doce. Com mais de 17 mil habitantes, a perpetuação da dança se dá graças aos mestres mais antigos. Sua música é tocada por 4 músicos mais velhos do grupo com os seguintes instrumentos: sanfona, caixas e reco-reco. Esses músicos, juntamente com o organizador e puxador do grupo, passam o modo de dançar aos caboclinhos através da oralidade. Os caboclinhos são jovens, na idade de 7 a 15 anos, que participam da dança pelos mais diversos motivos. Os 20 integrantes do grupo são moradores do bairro Alvorada e têm sua principal apresentação no dia 13 de junho, dia de Santo Antônio, padroeiro da cidade.

A Dança dos Caboclinhos de Peçanha faz menção ao imaginário indígena ao contar a passagem de um jovem índio para a fase adulta através da preparação de ir à guerra. Ela divide-se em 3 atos: dança das flechas, dança das fitas e dança do porrete. Em cada um desses 3 atos são utilizados elementos agregadores à dança, como na dança das flechas, em que os caboclinhos utilizam arco e flecha. Nessa parte, por exemplo, o arco e a flecha perdem sua função de arma para tornar-se um instrumento percussivo que, quando se bate um ao outro, produzem um som grave que faz a marcação da dança durante esse ato.

Ao observar essa forma de expressão, nota-se que a música e a dança não se separam. Uma se desenvolve em consonância com a outra. Os passos da dança acompanham o ritmo da música que não possui variações durante a execução dos três atos. Essa dança também possui versos que são cantados pelo mestre puxador, seja nos principais pontos do percurso, seja para colocar ordem aos caboclinhos durante a dança. Esses versos são improvisados pelo mestre puxador e remontam à religião católica. Essa dança, de acordo com os mestres, faz saudação a Deus.

A Dança dos Caboclinhos de Peçanha foi reconhecida pelo IEPHA como patrimônio imaterial do município em 2014, através do seu dossiê de registro. Ao analisar o dossiê e presenciar a dança ao vivo, constata-se que o dossiê não descreve detalhes dessa manifestação artística. Não adentrando na discussão sobre a forma como o dossiê é elaborado, o conteúdo ali exposto mostra-se raso e superficial em relação aos itens que precisam ser apresentados sobre a dança.

No que se refere à prática musical no dossiê, compreendendo aqui essa prática como uma junção da música e da dança que chamamos de movimentos corporais, não é encontrada a significação da música, assim como os passos, para a dança e seu contexto. As particularidades da música, como a fabricação dos instrumentos e as variações dos passos em cada ato da dança, não são men-

cionadas no documento, assim como há uma lacuna na verificação histórica dos versos recitados. Esses elementos mencionados são importantes fontes de análises para o entendimento do que é a Dança dos Caboclinhos de Peçanha. Tratar a dança nos requisitos apenas históricos e realizar uma descrição inconsistente não me parece suficiente diante da complexidade dessa forma de expressão.

Para buscar compreender com mais profundidade os movimentos corporais dessa dança, encontro, na interdisciplinaridade entre História e os Estudos da Performance, subsídios consistentes que contribuem para uma análise descritiva densa. O Estudo da Performance é um tema amplo, com várias vertentes interessantes e cabíveis para a análise desse bem cultural imaterial, a Dança dos Caboclinhos. Considero ser a área mais apropriada para os estudos que o campo da Etnomusicologia nos oferece. O campo etnomusicológico é um ramo independente da musicologia, estudo da história da música.

### A Etnomusicologia

O conceito de musicologia, segundo o dicionário musical Grove, mostra a definição em três visões: primeiro como estudo acadêmico da música; depois como um campo de conhecimento que tem como objeto a investigação da arte da música como um fator físico, psicológico, estético e cultural fenômeno; e, por último, como um estudo avançado da música que deve ser centrado não apenas na música, mas também em músicos agindo dentro de um ambiente social e cultural<sup>1</sup>. Nessa última definição, a música aparece como processo que envolve compositor, performer e público, abarcando métodos das Ciências Sociais para sua compreensão, denominados, assim, como etnomusicologia.

A etnomusicologia destacou-se por “romper com os princípios eurocentrados que sempre ditaram os caminhos dos conhecimentos em torno da música”<sup>2</sup> e, por isso, muitos acreditam ser uma área autônoma da musicologia. A etnomusicologia, definida por Seeger<sup>3</sup>, como a escrita descritiva da música, aproxima-se da antropologia, utilizando o método da etnografia. Nos estudos dessa disciplina a interdisciplinaridade faz-se necessária, em debate com a antropologia, a sociologia e a história cultural.

A interdisciplinaridade é um importante elemento na nova abordagem da musicologia, sendo imprescindível também o contexto e a relação com a cultura, assim como é para a etnomusicologia. Esse último viés, que tem como objetivo o estudo da música em seu âmbito cultural, ou o estudo da música como cultura, toma o contexto como base para atingir seu propósito, juntamente com a combinação de três elementos: pesquisa de campo, investigação das categorias nativas e des-

1 GROVE. *Grove Music Online*, Verbete A natureza da Musicologia.

2 ZILLE, José Antônio B. Prefácio do livro In: Rocha, E.; Zille, J.A.B. (Org.) *Musicologia[s] Série diálogos com o som*. 1ª ed. v.3, Belo Horizonte, EdUEMG, 2017. p.15

3 SEGGER, Anthony. *Etnografia da Música*. In: *Cadernos de campo*. São Paulo, n° 17, 2008, p.256.

criação cuidadosa.<sup>4</sup> Os estudos etnomusicológicos buscam seu objeto fora do denominado eixo da tradição ocidental, que, por sua vez, geralmente, referem-se de minorias<sup>5</sup> em seu contexto cultural.

Para esse texto, que visa verificar a importância da análise dos movimentos corporais para o patrimônio imaterial, citamos o etnólogo francês Jean-Michel Beaudet<sup>6</sup>. Esse autor buscou compreender a música e a dança de uma tribo indígena em seu contexto, centralizando suas descrições no percurso, dispositivo, movimentos e lugares do grupo, aumentando a noção de totalidade da dança. Esses elementos trazidos pelo pesquisador mostram-se essenciais para compreensão da música e da dança dos caboclinhos que, quando descritos, nos revelará mais proximidade com a relação musical e dançante.

Enfatizamos que esses elementos citados por Beaudet, ao serem abordados no registro, complementaria o dossiê dos caboclinhos, sendo totalmente possível de serem elaborados por qualquer técnico dedicado a elaborar dossiês. Apesar da longa discussão sobre o registro de uma forma de expressão viva ser transformada em fonte documental, ou seja, a escrita versus oralidade, tentar relatar a realidade do bem cultural no formato escrito é o que se pretende no registro.

Retomando a relação entre os campos da História e dos Estudos da Performance, direciono para a contribuição da área da História, que é a História Oral. A análise dos movimentos corporais acontece com o método de observação, mas também com a metodologia da oralidade que visa conversar, entrevistar os integrantes do grupo caboclinhos para trazer mais informações para o objetivo do entendimento da dança.

### A História Oral

O uso da metodologia da História Oral possibilitou a inserção de novas fontes na historiografia. As fontes orais permitem construir um discurso de interpretação histórica mais completo, mais rico e mais complexo<sup>7</sup>. Essas fontes também possibilitam desenvolver novas abordagens em história, agregando novos sujeitos e ampliando as possibilidades de pesquisa. Os sujeitos de uma classe minoritária, que muitas vezes foram excluídos e silenciados, passam a ter voz ativa no processo histórico.

A investigação da História Oral é de suma importância na análise da patrimonialização da forma de expressão em questão. Ela contribui para identificar os atores sociais da dança, assim como compreender a forma como ela é desenvolvida. No dossiê de registro da Dança dos Caboclinhos são citados esses principais sujeitos, fazendo menção aos seus dizeres. Essas entrevistas são um dos requisitos a serem obedecidos para um bem cultural ser reconhecido como patrimônio municipal.

4 SEGGER, Anthony. Etnografia da Música. In: *Cadernos de campo*. São Paulo, nº 17, 2008, p. 256

5 CARDOSO, Ângelo N.N. Apontamentos críticos sobre tendências atuais na etnomusicologia brasileira. In: Rocha, E.; Zille, J.A.B.(Org.) *Musicologia[s] Série diálogos com o som*. 1ª ed. v. 3, Belo Horizonte, EdUEMG, 2017, p.69

6 BEAUDET, Jean-Michel. *Dançaremos até o amanhecer: uma etnologia movimentada na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2017

7 SELAU, Maurício da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. *Esboços Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Santa Catarina, vol 11, nº 11. 2004, p.217



Entretanto, com a utilização de entrevistas com os mestres no trabalho de campo, percebemos a superficialidade com que o dossiê trata as informações dadas pelos informantes. Na conversa percebemos a complexidade que é a Dança dos Caboclinhos, fato não retratado no dossiê. Para exemplificar essa constatação, retomamos o caso dos movimentos corporais, que inexistem no registro. Em entrevistas com os mestres, percebe-se a importância da descrição do trajeto feito pelo grupo para chegar à Igreja Matriz, passando pelo Cruzeiro, onde acontece o recital dos primeiros versos. Também foi através das entrevistas que percebemos o valor da música para a dança, pois sem a música não tem dança e sem a dança não tem música<sup>8</sup>

### Considerações finais

Para Peter Burke<sup>9</sup> a História Cultural é multidisciplinar e, por isso, é difícil conceituá-la. As invasões de fronteira e território são comuns entre a história literária, da arte e da antropologia, tomando emprestados destes seus conceitos. É dessa interseção em diferentes áreas do saber que se dá o surgimento do campo do patrimônio cultural.

O patrimônio cultural busca estar cada vez mais integrado com outras áreas para melhor compreender os mais diversos objetos de pesquisa que estão no seu domínio. Os estudos da performance é um deles, onde o diálogo entre ambas disciplinas faz com que ocorra uma melhor elaboração em relação ao instrumento de preservação dos bens culturais, o registro. É utilizando a teoria e prática dos estudos da performance que o registro ganha um detalhamento mais profundo, além de uma melhor representação do que é a Dança dos Caboclinhos.

A problemática tarefa de registrar uma performance artística através de sua escrita nos leva à discussão do congelamento dessa prática através de um modelo fechado e padronizado de formulário, que é imposto para as mais variadas expressões culturais que possuem características diferentes e singularidades. Essas particularidades não são levadas em conta no modelo de registro do IEPHA, onde pretendem preservar o que é chamado de repertórios por Taylor<sup>10</sup>. Os repertórios para a autora são denominados práticas efêmeras, como dança, ritual, oralidade, etc. Esse conceito anda ao lado de outro em que a autora chama de arquivos, que são fontes duradouras como textos, documentos, papéis, etc. Os repertórios precisam tornar-se arquivos para serem permanentes e, conseqüentemente, preservados.

Assim, notamos que o padrão imposto pelo IEPHA de registro da categoria forma de expressão sofre por não possuir um modelo que adeque às exigências e individualidades das manifestações artísticas. Contudo, é indiscutível que essa referência de registro é uma importante forma de preservação dos bens culturais patrimoniais.

8 Trecho da entrevista com o mestre Senhor Antônio realizada em novembro de 2017

9 BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008, p.170

10 TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

## Entre Clássicos – *Giselle*, um clássico do balé romântico.

Franciara Sharon Silva do Carmo<sup>1</sup>  
franciarasharon@hotmail.com

### Resumo

O trabalho tem como principal objetivo, colocar em questão a formação, consolidação e a variação que uma obra considerada clássica pode apresentar. Das inúmeras categorias que a denominação ‘Clássico’ pode gerar, foi-se escolhido trabalhar com o que vem se apresentar como um clássico do balé. Desta forma se é colocado em pauta o estudo de um balé romântico, *Giselle*, considerado por todos do meio, como obra máxima do período em questão, desta forma então consolidada. Criada por Théophile Gautier em 1841, foi apresentada pela primeira vez nos palcos da *Académie Royale de la Musique et de la Danse*. O período romântico foi extremamente frutífero para o balé, inúmeras obras foram criadas e apresentadas para o público, todavia dentre todas *Giselle* conseguiu se elevar ao patamar de um clássico, ocupando um importante lugar na História do balé. A beleza que a obra apresenta advém dos variados fatores que a compõe, *Giselle* uniu os diversos elementos que foram construídos ao longo do período anterior a sua estreia, refinou-os trazendo para o palco todas as chaves que deixaram o público admirado, além de novos detalhes cênicos tão dignos da mesma. Este balé conseguiu exprimir o melhor do romantismo, aliado a grandes construtores e grande investimento, o sucesso foi garantido. Sempre que se apresentava *Giselle* a Ópera contava com sessões de lotação máxima atingida. *Giselle* saiu, somente, do repertório da Ópera em 1868, após 27 anos de sua estreia. As apresentações atuais são uma versão criada por Marius Petipa, a partir do que o mesmo viu em uma das apresentações da Ópera. Petipa, o qual fora um renomado mestre de balé, recriou a apresentação para o balé Imperial de Moscou, suas anotações de 1884 (primeira versão apresentada por ele), serviram de base para os posteriores mestres de balé. *Giselle* retornou para o palco da Ópera em 1911, com a Companhia de Balé Russo de Diaghilev. Todavia com as apresentações atuais podemos por meio da beleza da obra apresentada, entender o sucesso de *Giselle* e o frenesi das bailarinas que almejam apresentá-la.

**Palavras-chave:** História, Arte, Balé, Clássico.

Dentre os clássicos em sua infinidade este artigo tem por objetivo colocar em discussão um clássico do balé romântico francês do século XIX, *Giselle*. Este balé representa para os bailarinos e

---

1 Mestranda do programa de pós graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora

baletômanos<sup>2</sup>, um dos balés mais completos e importantes dentre os quais conseguiram se edificar no cenário. Desta forma serão levantadas questões para ampliar esta discussão.

Ao falar de clássico é importante delimitar o conceito, este o qual pode gerar inúmeros questionamentos, tais como, o que é um clássico? Trabalharemos com as seguintes definições: É aquilo que serve como modelo ou referência, exemplar; Algo que segue ou está de acordo com os cânones ou usos estabelecidos ou que é conforme com um ideal, tradicional; que pertence à primeira classe, de primeira ordem. Desta forma é interessante a partir destas explicações analisarmos como é a consolidação do mesmo segundo estas definições. “Existe uma força particular da obra que consegue fazer-se esquecer enquanto tal, mas que deixa sua semente.”<sup>3</sup> Uma obra clássica é aquela que consegue se reeditar, sobreviver as estações, e ao seu ápice sem perder sua importância, o seu lugar social é marcado. “Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual.”<sup>4</sup>

Todavia estes clássicos ao contrário do que pensamos, não são algo que se restringem a um pequeno número de itens, pois estes clássicos podem ter as mais diversas variações de classificação. Dentre elas, além da variação regional e, sobretudo cultural, temos que destacar a variedade de itens os quais esta divisão pode acontecer, tais como músicas ou um álbuns, livros ou autores, balés, pessoas (enquanto idealizadoras), os clássicos sobretudo podem ser individuais. “Aquilo que distingue o clássico no discurso que estou fazendo talvez seja só um efeito de ressonância que vale tanto para uma obra antiga quanto para uma moderna, mas já com um lugar próprio numa continuidade cultural.”<sup>5</sup> Desta forma ao trabalhar com um clássico é importante trabalhar todas estas questões para situá-lo como tal.

Neste contexto temos *Giselle*, um balé que conseguiu se edificar nestes patamares, podemos encontrar vários depoimentos de bailarinos, coreógrafos, músicos falando da importância desta obra, entretanto pode-se destacar o depoimento do mestre de balé George Balanchine, sendo ele um importante coreógrafo do cenário, Balanchine foi um dos fundadores do Balé da Cidade de Nova York e em seu livro *101 Stories of the Great Ballets* destaca:

Como *Hamlet*, *Giselle* é um clássico: não é apenas importante historicamente, também acontece de ser bom. É apenas popular hoje como quando foi realizado pela primeira vez, há mais de 130 anos. As pessoas vão ver *Giselle* e vêem novas bailarinas dançando pela mesma razão que vamos ver novas interpretações de *Hamlet*: o trabalho é tão bom que sempre descobrimos algo nele que não tínhamos visto antes.<sup>6</sup>

Para fins de comparação da importância deste, Balanchine afirma que é possível sempre surpreender-se com uma nova apresentação de *Giselle* assim como vibramos com *Hamlet*, um

2 Passionais espectadores de balé. Termo cunhado por A. Haskell em seu livro, *Balletomania* (1934).

3 CALVINO, Ítalo. *Porque Ler os Clássicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1993. p.10.

4 CALVINO, Ítalo. *Porque Ler os Clássicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1993. p.10-11.

5 CALVINO, Ítalo. *Porque Ler os Clássicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1993. p. 14.

6 BALANCHINE, George. *101 stories of the great ballets*. New York: Anchor Books, 1989. p. 193.

clássico da literatura e do teatro. Os detalhes na obra são de grande variedade e importância, é possível sempre se surpreender com o mesmo, aqui é apresentado a relevância para aqueles que acompanham temporada a temporada o balé ser apresentado e vibram ou se decepcionam com as apresentações.

Ao trabalharmos com o ponto de vista de uma bailarina, aquelas que levam ao palco esta obra, podemos trabalhar com a da bailarina brasileira e atual diretora do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Ana Botafogo que em seu livro *Ana Botafogo na Magia do Palco* nos traz:

O registro que melhor exemplifica o sucesso da obra é o fato de que em toda a história da dança, nunca em nenhuma outra produção, tantas lágrimas rolaram e tantos contratos se romperam quanto em *Giselle*. Isto porque todas as bailarinas do mundo querem ser Giselle e todos os bailarinos, Albrecht.<sup>7</sup>

E em algumas páginas depois complementa esta ideia:

Interpretar Giselle é tarefa para estrelas, o mesmo acontecendo com o papel de Albrecht. Com desempenhos de maior ou menor brilho, Giselle e Albrecht sempre foram e serão protagonizados por grandes bailarinos, dotados de luz e carisma, próprios das exceções artísticas.<sup>8</sup>

Desta forma podemos por meio das três citações, que de alguma forma se complementam, exemplificar um pouco a relevância no mundo do balé e de seus clássicos a importância de se apresentar, e assistir, *Giselle*. Entretanto para entender melhor a força deste clássico, teremos que voltar ao momento de sua criação, 1841, para compreender a força que o mesmo veio se apresentar enquanto obra.

Sobretudo é importante destacar algumas mudanças que o balé passou no século XIX para entender o que *Giselle* levou aos palcos neste período. No século XIX, a Ópera de Paris é o local que mais investe e possui certo status enquanto local de ensino e de apresentação dos mais importantes balés do período, isto devido a um grande investimento para o ensino da técnica do mesmo, todos os grandes bailarinos europeus passaram por este palco. É considerado que a Ópera detinha o monopólio<sup>9</sup> do balé por este motivo, a dança francesa conseguia influenciar toda a Europa, sobretudo países como Dinamarca e principalmente a Rússia. No início do século o balé conseguia se desvincular das apresentações em óperas e ser independente quanto a estilo. Ao conseguir status enquanto arte de palco o mesmo aderiu ao movimento romântico, o qual foi condizente com a dança e conseguiu a admiração popular. Os enredos levados ao palco contavam histórias de amores impossíveis, o envolvimento dos seres humanos com os seres etéreos e as dificuldades deste amor acontecer. De sobretudo tragédias apresentava-se o balé romântico.

Neste momento podemos constatar uma evolução da dança, além do refinamento técnico, os bailarinos possuíam uma maior expressividade no palco, e buscavam traduzir sua dança com

7 BOTAFOGO, Ana. BRAGA, Suzana. *Ana Botafogo: na Magia do Palco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.p. 35.

8 BOTAFOGO, Ana. BRAGA, Suzana. *Ana Botafogo: na Magia do Palco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.p. 39.

9 Fato que Paul Bourcier elucidou em sua obra *História da Dança no Ocidente* (1987).

uma fluidez maior dos gestos e movimentos. Para que os bailarinos pudessem se movimentar melhor no palco temos uma mudança brusca no que diz respeito aos figurinos, os pesados figurinos que compunham a ópera-balé foram substituídos por vestimentas compostas de malhas, tules e musseline. Outro elemento conhecido do balé as sapatilhas de pontas são advindas deste período, sendo usado em palco, pela primeira vez no primeiro grande balé romântico *La Sylphide* (1832).

No que diz respeito à apresentação os balés, passaram a ser compostos por dois atos, e para que a mudança de cenário pudesse ser feita, mudança exigida pelos libretos, era-se feito um pequeno intervalo entre eles para que isto ocorresse. O primeiro ato era passado no contexto terrestre e no segundo ato era apresentado a habitação do sobrenatural da história. Este segundo ato passou a ser chamado por “Ato Branco”, pela dominação da tonalidade branca a qual era composta a roupa dos seres sobrenaturais.

Todas estas mudanças foram feitas nas primeiras décadas do século XIX, grande parte delas já sendo levadas ao palco em 1832, com *La Sylphide*. Todavia neste período temos uma sociedade ávida por mudanças, à ópera tinha que saber dosar entre seus grandes clássicos e as últimas novidades para assim cativar o exigente público. Dez anos mais tarde a ópera já carecia de um novo grande enredo de balé para ser apresentado, provavelmente sabendo deste fato o então poeta e crítico de artes Théophile Gautier, apresenta ao então diretor da ópera, Léon Pillet, sua ideia para um novo enredo. Léon Pillet acolheu a ideia desde que a mesma fosse trabalhada em conjunto com um libretista da casa, Jules-Henri Vernoy de Saint-Georges, um dos mais prolíferos libretistas do século XIX.

“Enquanto o coreógrafo, o músico e o desenhista faziam, cada qual no seu campo, uma importante contribuição a ilusão produzida pelos palcos, todo processo era iniciado pelo roteirista ou libretista do balé, que naturalmente se baseava num esquema literário, buscando inspiração no seu próprio trabalho ou no de outros autores.”<sup>10</sup> A ideia de Gautier para este balé advinha de um texto do poeta e crítico alemão Heinrich Heine, recém chegado em Paris, que conta em sua obra *De l'Allemagne* (1835), a história de dançarinas noturnas que trajam vestido de noiva, estas dançarinas são espíritos de jovens mulheres que morreram antes de se casar, então seus espíritos levantam de seus túmulos após as doze badaladas e dançam até a chegada do primeiro raio de sol, quando estes espíritos encontram com homens, estes jovens sob os encantos dos espíritos dançam até a exaustão e lhe findar a vida. Estes espíritos são conhecidos nos países eslavos como Wilis. Gautier então ao ler o trecho da obra que conta a história das Wilis, rascunha o que a primeiro momento vem se chamar de *Giselle, ou Les Wilis*.

Todavia posteriormente se tem a informação que Gautier não sabia como faria a transformação dos atos<sup>11</sup>, como levaria o primeiro ato passado em uma aldeia camponesa ao segundo ato que conta a poesia noturna das Willis, neste momento sabemos que vieram as contribuições de Vernoy de Saint-Georges, através do poema de Victor Hugo, *Les Fantômes*, que

10 FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p.68.

11 Esta informação é trabalhada por Roberto Pereira em sua obra *Giselle, o vóo traduzido – Da lenda ao balé* (2003)

constitui a obra *Les Orientales*(1829), que traz a ideia de mulheres que amam tanto dançar e os bailes, e isto acaba lhes levando a morte. “Ela amava muito dançar, e foi isso que a matou” é a frase exata que Vernoy de Saint-Georges captou e serviu de inspiração para todo o primeiro ato.<sup>12</sup> Então é possível delimitar as contribuições de ambos, além de serem mútuas, é possível sabermos que o responsável pela escrita do primeiro ato, o terreno foi, sobretudo de Vernoy de Saint-Georges e o responsável, sobretudo do segundo ato, etéreo, foi Gautier.

Três dias depois de apresentar a ideia, o libreto foi terminado e entregue a Ópera, que encarregou Adolphe Adam por escrever a partitura, para este balé ele trabalhou com uma inspiração genuína, compôs uma partitura que possuía extrema elegância de ritmo ao ser comparado com outros balés da época. Neste momento os coreógrafos poderiam indicar aos músicos como seriam as coreografias e quanto tempo deveria durar cada variação, Adam surpreendentemente para o período escreveu para cada personagem um motivo musical e os desenvolveu ao longo da obra, este prospecto de Adam serviu como inspiração para os balés posteriores.

É importante destacar que neste momento o balé é feito para a bailarina, e Gautier escreveu o balé com uma bailarina em mente, sua cunhada e amor platônico, a bailarina italiana, Carlota Grisi. Para Gautier, Grisi reunia as principais características de duas grandes bailarinas do período, a delicadeza e graça de Marie Taglioni e o vigore agilidade de Fanny Elssler. Grisi era recém-contratada da Ópera, a sua acolhida ao palco foi ótima e Giselle acabou sendo o seu grande sucesso, poucos meses depois de sua chegada a Paris. As coreografias oficialmente ficaram a encargo do mestre de balé e coreógrafo da ópera Jean Coralli, atualmente é de conhecimento dos públicos dos balés que Coralli apenas criou as partes a qual o corpo de balé dançava<sup>13</sup>, e o mesmo reintroduziu ao balé a pantomima<sup>14</sup> para contar a história. Alguns creditam a ele também a ideia da junção de estilos do elemento aéreo de Taglioni e o estilo terreno de Elssler na nova estrela Carlota Grisi. Sobretudo sabemos hoje que apesar de não ter sido creditado no período Jules Perrot, então marido de Grisi, criou para ela todas as suas variações e também aquelas as quais outros personagens interagiam com a bailarina.

O Cenário ficou a cuidados de Pierre Ciceri. “Foi Duponchel quem autorizou o cenógrafo Ciceri a construir seus cenários de forma mais complexa e realista, o que acabaria por originar o estilo não apenas da Ópera de Paris, mas de todos os teatros europeus até o final do século XIX.”<sup>15</sup> Duponchel que também começou a tradição de se abaixar as cortinas nos intervalos de troca de cenário, pois ele achava inconveniente essa troca ser com as cortinas altas, acabou por contribuir para aumentar a ilusão do público. Ciceri já era um importante cenógrafo do período, chefe do departamento de decoração da Ópera, seus cenários condiziam completamente com o estilo romântico, muitas vezes seus cenários eram aplaudidos ao se levantar a cortina.

12 *Elle aime à trop Le bal, c'est ce qui l'atruée.* (HUGO, Victor. *Les Orientales*. Paris, 1829.).

13 Paul Bourcier também trabalhou com esta ideia em sua obra *História da Dança no Ocidente* (1987).

14 Tremo empregado no balé para designar ações expressas unicamente através de gestos.

15 FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p.74



No que diz respeito aos costumes, ficou a encargo do figurinista da casa Paul Lormier criar todos os figurinos que seriam usados nos dois atos deste balé, estes figurinos conseguiram também se eternizar servindo de influência para outros balés do mesmo estilo. Não apenas os trajes, mas os próprios figurinistas conseguiram adquirir determinado prestígio, como “é o caso de Eugène Larmi e Paul Lormier, que buscavam a melhor associação possível entre a autenticidade dos costumes e sua adaptação, para que os bailarinos pudessem movimentar-se com facilidade.”<sup>16</sup> É interessante destacar que Heine faz uma pequena descrição do que as Wilis trajavam em seu texto: “Vestidas com seus trajes de casamento, coroa de flores, anéis ofuscantes nos dedos, as Wilis dançam ao luar como elfos.”<sup>17</sup> A informação é habitualmente apresentada nos libretos das apresentações, esta que é relevante para história, logo, ficou a cargo de Lormier adaptar estes trajes e criar algo condizente com a história e com os palcos, o modelo criado é amplamente reproduzido nas companhias de balé.

Desta forma pouco tempo depois, exatamente dia 5 de abril, o balé foi anunciado e no dia 26 de Junho foi feito o ensaio geral, com o corpo de balé, sendo sua estreia dia 28 de junho de 1841. O balé contou com uma produção extremamente rápida o que não o prejudicou em nada em termos de qualidade. E assim “as lendas de Heinrich Heine ganharam vida através de Giselle”.<sup>18</sup> Eis que este trabalho conjunto de um importante poeta e um grande libretista gerou o seguinte enredo:

Primeiro Ato – Pequena Aldeia nos arredores de uma vindima. Ao Longe as torres de um castelo. Giselle, jovem e ingênua camponesa, está apaixonada pelo Conde Albrecht, que julga ser um humilde camponês, pois é com este disfarce que ele se apresenta a ela. Berthe, sua mãe, deseja ver a filha casada com Hilarion, um jovem da aldeia loucamente apaixonado por Giselle. Este, cheio de ciúmes, descobre a verdadeira identidade de Albrecht e resolve desmascara-lo na presença de Giselle e de seus amigos, bem como à vista de Bathilde – noiva do nobre Albrecht. A revelação da verdade deixa a jovem profundamente abalada. Não suportando tamanha mágoa, enlouquece e morre.<sup>19</sup>

O primeiro ato realista traz em cena os vales ensolarados da Alemanha, uma singela e animada aldeia que está em festa pelo dia da colheita. Em cena a jovem Giselle, a mais bela da aldeia que sofre de uma doença cardíaca, e o jovem Albrecht, que está dividido entre aquela a qual ele ama e a jovem princesa a qual ele havia sido prometido. O final do ato é marcado por Giselle repetindo insanamente a dança que havia feito mais cedo com o seu amado, até que o seu fraco coração não aguenta e lhe finda a vida.

Segundo Ato –Hilarion está de vigília na tumba de Giselle quando soa meia-noite. Esta é a hora da materialização das Wilis, espíritos de jovens que foram enganadas e morreram antes do dia do casamento. Elas se vigam fazendo dançar até a morte qualquer homem que encontrem nos arredores do cemitério. Myrtha, sua rainha, aparece e chama as demais Wilis. Neste momento elas tiram Giselle da

16 FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p.76.

17 Programa do balé Giselle, Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 2008. p.5.

18 FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 66.

19 Programa do balé Giselle, Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 2008. p.10.

sepultura para iniciá-la nos seus ritos. Quando Albrecht aparece trazendo flores, Giselle surge para ele. Logo as Wilis retornam, perseguindo Hilarion, a quem levam à morte depois de fazê-lo dançar até a exaustão. Sob as ordens de Myrtha, as Wilis preparam destino semelhante para Albrecht. Giselle, porém, coloca-o sob a proteção da cruz do seu próprio túmulo. Myrtha usa seu poder sobre Giselle para forçá-lo a dançar. Ao longo da noite, Giselle luta para sustentá-lo e ajudá-lo. Mas ele dança e desmaia, exausto. Quando parece estar quase à morte, surge a aurora como primeiro raio de sol, quebrando o poder das Wilis. Giselle também desaparece. Albrecht teve sua vida preservada.<sup>20</sup>

O segundo ato etéreo, traz em cena o cemitério banhado ao luar, envolto de um lado de uma densa vegetação e do outro de um lago profundo, que espalha sobre cena uma vasta fumaça que torna a ambientação um tanto quanto gélida. Este ato apresenta um cenário mais sombrio que evoca o sobrenatural, cenário este que é propício para aparição das Wilis, traz ao enredo a vingança, o amor verdadeiro que salva, todavia o amor romântico que separa, temos aqui o amor impossível. O principal da ação é a oposição entre os dois mundos, o material e o imaterial. “Com o processo do desenho dos cenários e da iluminação, foi possível criar lugares misteriosos, bailarinas em voo, personagens que apareciam ou desapareciam, provocando na plateia todo um frisson bem de acordo com o momento vivido.”<sup>21</sup>

A beleza que a obra apresenta advém dos variados fatores que a compõe, *Giselle* uniu os diversos elementos que foram construídos ao longo do período anterior a sua estreia, refinou-os trazendo para o palco todas as chaves que deixaram o público admirado, além de novos detalhes cênicos tão dignos da mesma. Este balé conseguiu exprimir o melhor do romantismo, aliado a grandes construtores e grande investimento, o sucesso foi garantido. Sempre que se apresentava *Giselle* a Ópera contava com sessões de lotação máxima atingida. “Pelo que vemos atualmente, podemos, todavia, compreender que a obra era suficiente bela para ter, num espaço de três anos, passado por todos os palcos da Europa.”<sup>22</sup> E até o final da década todas as grandes companhias de dança recriaram *Giselle* a partir do que viram nas apresentações parisienses.

*Giselle* saiu, somente, do repertório da Ópera em 1868, após 27 anos de sua estreia. As apresentações atuais são uma versão criada por Marius Petipa, a partir do que o mesmo viu em uma das apresentações da Ópera. Petipa recriou a apresentação para o balé Imperial de Moscou, o qual fora um renomado mestre de balé, suas anotações de 1884 (primeira versão apresentada por ele), serviram de base para os posteriores mestres de balé. *Giselle* retornou para o palco da Ópera em 1911, com a Companhia de Balé Russo de Diaghilev. Todavia com as apresentações atuais podemos por meio da beleza da obra apresentada, entender o sucesso de *Giselle* e o frenesi das bailarinas que almejam apresentá-la.

Esta obra impõe aos nossos artistas um fluxo de motivação e superação constante, dada à importância que ela imprime inconscientemente a todos os intérpretes

20 Programa do balé *Giselle*, Theatro Municipal do Rio de Janeiro, 1999. p.9.

21 FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 69.

22 BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p.208.

que atuam como protagonistas e antagonistas. Nela, os personagens guardam latente uma memória em cada um que os revisitaram, de que estes foram vividos por gerações de todos os mais importantes bailarinos que o mundo produziu, de Nijinsky a Baryshnikov, de Karsávina a Makarova, entre outros antológicos intérpretes, e hoje os mesmos serão de nossas estrelas e futuras promessas desta casa, os quais particularmente muito nos orgulham.<sup>23</sup>

Neste pequeno prospecto que o primeiro bailarino do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, Marcelo Misailidis, faz para o programa do repertório de 2008, podemos ver que bailarinos do mundo inteiro dão a devida importância a este balé. Participando do balé nos papéis principais ou como coadjuvantes, estes bailarinos se sentem lisonjeados de participarem de tal obra. De alguma forma eles se sentem não só participando da História, como também fazendo História. Uma obra clássica tem este poder, ela consegue fazer com que aqueles que a utilizam de alguma forma, seja lendo, ouvindo, representando, adquiram uma magnitude pessoal. Pois acima de tudo, o mais importante que um clássico pode vir a se apresentar, é se tornar o clássico de alguém, pois ele só pode sobreviver em tal status sendo primeiramente um clássico pessoal e somente depois um clássico de um grupo.

---

23 Marcelo Misailidis, programa do balé Giselle do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, 2008.

# "Outro público chegou": conflitos juvenis na cena de rock em Florianópolis (décadas de 1970 e 1980)

Carlos Eduardo Pereira de Oliveira<sup>1</sup>  
kaduliveira23@gmail.com

## Resumo

Este presente trabalho tem por objetivo analisar os conflitos entre diferentes gerações da cena de *rock* em Florianópolis. Conseguimos enxergar um deslocamento nos referenciais de circulação dos jovens da cidade na década de 1980, em detrimento da geração dos anos 1970, evidenciado por alguns pontos, como o rompimento com pequenos agrupamentos juvenis reunidos em um mesmo local, em um grupo fechado e “exclusivo”; uma extensão abrangente nos participantes da cena de rock; o conflito entre migrantes e os nativos. O objetivo desse trabalho é compreender esse trânsito da juventude de Florianópolis entre os anos 1970 e 1980, que nos colocam a par de diferentes espacialidades e temporalidades. A partir de um conjunto de práticas, enxergamos diferentes olhares sobre a cidade, abordando uma relação entre os usos sociais e formas urbanas que denotam complexas conexões na malha urbana da capital catarinense. Os fragmentos de espaços e tempos que nela vivem são frutos de diferentes narrativas e visões realizadas na troca entre os sujeitos e a própria urbe. Podemos compreender que a passagem para a década de 1980 modificou as visões que os indivíduos inseridos na cena de *rock* florianopolitana construíram sobre a cidade. Analisam-se, assim, como os espaços e os sujeitos, em uma relação mútua de trocas simbólicas e narrativas, são capazes de colocar em jogo novas imagens sobre Florianópolis. Proponho um esforço de cartografar o trânsito da juventude da capital catarinense nos anos 1980, com foco na relação que eles empreendem com o *rock* e com a cidade. O ponto de congruência, aqui, é a conceitualização de cena, tornando-se cara a essa ideia de intercâmbios entre o urbano e os indivíduos. As fontes utilizadas se baseiam em uma série de entrevistas realizadas com diferentes atores da cena de rock, sendo, ao todo, oito depoimentos com esses sujeitos.

**Palavras-chave:** *Rock*, juventude, cena musical, conflitos, territorialidade.

Falta em Florianópolis (falta tanta coisa) – e reclamar é chover no molhado (é reclamação habitual dos colunistas eventuais) – um lugar elegante para dançar, beber, inclusive para comer. Não na Beira-Mar – mas um espaço feito especialmente, mais pro Centro; não exatamente no Centro, não sei... O que importa é que não temos um ponto chic sem a invasão juvenil e habitual – porque aí fica tudo impossível. Conversar, consumir, conviver, namorar, gastar, comer, dançar – tudo é tão difícil, pra não dizer impraticável. O que há não dá pra frequentar. A não ser que o freguês queira ser pisoteado nas suas pretensões<sup>2</sup>.

1 Mestre pelo Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina.

2 STODIECK, Beto. Um ponto chic. *O Estado*, Florianópolis, 01 dez. 1988. Lazer, p.11.

As falas sobre uma Florianópolis pacata, com poucas opções de lazer e condicionada a eventos que circundem aspectos dados como naturais da cidade, como a prática do *surf* e idas à praia, não são recentes. Nos anos 1980, inclusive, o colunista social Beto Stodieck chamava a atenção para a falta de um espaço para se divertir com amigos. Diversos aspectos podem ser evidenciados a partir dessa matéria. Primeiro, devemos ter claro o papel que Stodieck possuía, sendo uma figura notável na sociedade de classe alta florianopolitana, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Ocupava lugar de destaque em um dos principais jornais de Santa Catarina, escrevendo sua coluna diariamente. Nas páginas de O Estado, vimos uma infinidade de particularidades sobre a capital catarinense. Nessa fala destacada acima, temos algumas questões cruciais para o andamento desse trabalho.

A primeira, e mais nítida, diz respeito a falta de um espaço de lazer para ele e seus pares. Diversão, que envolvia dançar, beber e, inclusive, comer. Adensando, Stodieck reclama sobre a falta de um espaço “elegante” na região central da cidade, o que inclusive era ponto de pauta “habitual dos colunistas eventuais”, demonstrando não estar sozinho nessa indignação, mas ancorado por outros sujeitos de destaque na capital. A partir disso, se abre a segunda questão. Para o jornalista, esses locais não existem porque, aqueles que estavam abertos, foram invadidos pelos jovens, e que, segundo ele, tornava impossível fazer qualquer coisa. Stodieck, como colocado, era um sujeito com grande circulação pelas classes altas de Florianópolis, o que envolvia orbitar pelos mesmos espaços desses indivíduos. Ao falar que não existia um ponto de lazer, lançamos uma pergunta: existiam locais para se divertir na Florianópolis oitentista ou não?

Essa provocação vem ao encontro da proposta aqui elencada. Partindo da fala de Beto Stodieck, temos evidente um grande conflito geracional. Mesmo sendo uma figura atuante na classe alta da cidade nos anos 1980, o jornalista encontrava um embate entre sua geração – arraigada na década de 1970 – com os jovens oitentistas. Importante pontuar que, no final da década de 1980, o colunista não se coloca mais como um jovem. Se, nos anos em que circulava pelo Centro, ele encontrava facilmente um “lugar elegante” para se divertir, não poderia dizer o mesmo da década subsequente. O momento da escrita, a sua Florianópolis era atravessada por uma “invasão juvenil e habitual”, que tornava tudo impossível. Entretanto, temos outra pergunta a ser lançada: impossível para quem?

Impossível, além dele mesmo, para uma geração envelhecida nos anos 1980, que enfrentava outras questões e dando importância a objetivos diversos. Os signos que corroboravam uma experiência jovem já não eram mais compartilhados por esses sujeitos. Adensando nessa problemática, a vida noturna de Florianópolis se tornava impossível para uma classe média e alta, e que via seu “pedacinho de terra perdido no mar”<sup>3</sup> ser “invadido” por pessoas das mais diversas cidades, tornando

---

3 A frase pertence a canção “Rancho de Amor a Ilha”, composta por Cláudio Alvim Barbosa (Zizinho) e escolhida, em 1965, como o hino oficial de Florianópolis. A letra da conta das belezas da ilha: Um pedacinho de terra / Perdido no mar / Um pedacinho de terra / Beleza sem par / Jamais a natureza / Reuniu tanta beleza / Jamais algum poeta / Teve tanto pra cantar / Num pedacinho de terra / Belezas sem par! / Ilha da moça faceira / Da velha rendeira tradicional / Ilha da velha figueira / Onde em tarde fagueira / Vou ler meu jornal / Tua lagoa formosa / Ternura de rosa / Poema ao luar / Cristal onde a lua vaidosa / Sestrosa, dengosa / vem se espelhar.

tudo “impossível”. São essas algumas questões exploradas nesse trabalho, que tem por objetivo analisar os conflitos entre diferentes gerações de Florianópolis. Especificamente, me debruço sobre os embates geracionais inseridas em uma cena de *rock* florianopolitana, em que conseguimos enxergar um deslocamento nos referenciais de circulação dos jovens da cidade na década de 1980, em detrimento da geração dos anos 1970, evidenciado por alguns pontos, como o rompimento com pequenos agrupamentos juvenis reunidos em um mesmo local, em um grupo fechado e “exclusivo”; uma extensão abrangente nos participantes da cena de *rock*; e o conflito entre migrantes e os nativos. Lançando luz nos trânsitos da juventude florianopolitana no período trabalhado, podemos analisar diferentes espacialidades e temporalidades.

A partir de um conjunto de práticas, enxergamos diferentes olhares sobre a cidade, abordando uma relação entre os usos sociais e formas urbanas que denotam complexas conexões na malha urbana da capital catarinense. Os fragmentos de espaços e tempos que nela vivem são frutos de diferentes narrativas e visões realizadas na troca entre os sujeitos e a própria urbe. Podemos compreender que a passagem para a década de 1980 modificou as visões que os indivíduos inseridos na cena de *rock* florianopolitana construíram sobre a cidade. Analisam-se, assim, como os espaços e os sujeitos, em uma relação mútua de trocas simbólicas e narrativas, são capazes de colocar em jogo novas imagens sobre Florianópolis. Proponho um esforço de cartografar o trânsito da juventude da capital catarinense nos anos 1980, com foco na relação que eles empreendem com o *rock* e com a cidade. O ponto de congruência, aqui, é a conceitualização de cena, tornando-se cara a essa ideia de intercâmbios entre o urbano e os indivíduos. As fontes utilizadas se baseiam em uma série de entrevistas realizadas com diferentes atores da cena de *rock*, sendo, ao todo, oito depoimentos com esses sujeitos.

### **Turma do Quiosque e Baixo Vidal: espacialização dos embates geracionais**

Caminhando por outro lado, podemos enxergar esse choque geracional na fala de Paulo Carreirão, frequentador do Centro de Florianópolis e proprietário de estabelecimentos nessa região nos anos 1980.

Boa parte do público que, digamos, frequentou cineclubes e música e etc, era... grande parte era de fora. Eu abri, e ele [seu irmão, Yan Carreirão, também presente na entrevista] trabalhou depois como sócio meu, o primeiro restaurante natural de Florianópolis, que chamava Sol da Terra, de 78 a 81. E lá era um centro multicultural, porque era uma novidade pra cidade, e eu posso dizer que 80% da população, dos frequentadores, que eram 600 pessoas por dia, não eram daqui<sup>4</sup>.

Temos diversos pontos para explorar na análise da fala de Paulo. Podemos compreender que grande parte de seu restaurante, o Sol da Terra, era advinda de outros lugares que não Florianópolis. Importante pontuar que esse estabelecimento foi um dos primeiros do gênero na cidade, em uma região que era, outrora, “dominada” pelos nativos e no coração do Centro, na Rua Vidal

4 Paulo Carreirão. *Entrevista concedida ao autor*. Florianópolis, nov. 2017.



Ramos. Podemos compreender a Vidal como um centro cultural para a juventude florianopolitana nos anos 1980. O “Baixo Vidal”, como a região era nomeada pelos frequentadores, congregava bares, restaurantes e lanchonetes, sendo ativa tanto durante o dia quanto a noite. Ali se localizavam o Bar Degrau, o restaurante Sol da Terra – posteriormente Döll – e a lanchonete Vidal 87.

Com uma vida diurna e noturna agitada, foi tema de uma coluna sobre os 30 anos da inauguração do Sol da Terra, assinada por Cacau Menezes, outro personagem crucial dessa juventude. Dividia com Beto Stodieck o panteão ilhéu de grandes colonistas sociais, com espaço destacado nos jornais O Estado e Diário Catarinense, além de um quadro no programa Jornal do Almoço, na RBS TV, afiliada da Rede Globo em Santa Catarina.

Neste dia 18, há 30 anos, era inaugurado o Restaurante Sol da Terra, o pioneiro e maior restaurante natural de Floripa. Aberto por Paulinho Carreirão e Marinácio Livramento e localizado na rua Vidal Ramos, o restaurante conheceu seu auge em 80 (na época já com Yan Carreirão no lugar de Marinácio), quando atendia 600 pessoas por dia. Foi também a 1ª casa de sucos e o 1º restaurante de mesas comunitárias da cidade. Era o point diurno de surfistas e das “maria-prancha”, além de bichos-grilo em geral, militantes estudantis, intelectuais e pessoas comuns, que procuravam alimentação mais saudável, indicadas pelos primeiros homeopatas. O Degrau, de Mário Gustavo e na mesma Vidal, era seu equivalente noturno<sup>5</sup>.

O Bar Degrau, localizado na esquina das ruas Vidal Ramos e Trajano, próximo à Praça XV de Novembro e no coração do Centro de Florianópolis, era um dos centros irradiadores de uma cena de *rock*. Ele não era uma casa noturna, e tampouco tinha espaço para bandas tocarem em seu interior, mas o *rock* era executado como som ambiente, além de diversos sujeitos de uma cena de *rock* circularem por eles. Ademais, estava no centro do Baixo Vidal, e movimentava a noite florianopolitana no bairro. O Degrau é frequentemente recordado, por sujeitos que viveram na região do Centro nos anos 1980, como um de seus principais bares. Paulo aprofunda sobre os frequentadores tanto do Degrau, quanto do Sol da Terra.

Paulo<sup>6</sup>: O Degrau era um sucesso. Ele funcionava no almoço... já era um método diferente ali, bife na chapa e tal, fazia na frente da pessoa, a pessoa escolhia, era uma novidade pra cidade ali, assim como o natural, mas ele era um barzaço. Lotava, lotava. E era... o público que ia nos dois, não era um público típico do centro da cidade, entendeu? Era... esse é um detalhe. O nosso mesmo, era um monte de bicho grilo, né, porque era o único restaurante natural que tinha, e o surfista, a gente chamava de cocota que eram as gurias que acompanhavam os surfistas mas eram riquinhas, digamos assim, as patricinhas de mais tarde. Então era um público bastante diferenciado que ia no nosso e também no Degrau. Porque o Centro ainda tinha... atraía a gente. Ainda não tinha a Lagoa, entendesse?

Yan: E não era muito deteriorado assim. Não era perigoso ficar no Centro a noite<sup>7</sup>.

5 MENEZES, Cacau. *Há 30 anos*. 2008. Captado em: <http://wp.clicrbs.com.br/cacaumenezes/2008/09/18/ha-30-anos/?topo=67,2,18,,67>. Acesso: 25 mai. 2018.

6 A entrevista com Paulo Carreirão aconteceu em conjunto com a de Yan Carreirão. Por conta disso, optei por trazer, em alguns momentos, o diálogo empreendido entre os dois. Separei a fala de cada um pelo seu nome logo antes do depoimento.

7 Yan Carreirão. *Entrevista concedida ao autor*. Florianópolis, nov. 2017.

O contato entre migrantes e nativos coloca em conflito diferentes costumes e referenciais culturais. Enquanto que para Stodieck não existia um espaço elegante, onde poderia beber e dançar, e que recebesse seus pares, para Paulo e Yan a percepção sobre a vida noturna é outra. Para eles, existiam opções para lazer, inclusive no Centro, em que poderiam encontrar seus amigos, paquerar, beber e dançar. O jornalista “denunciava” a atitude de jovens baderneiros, que faziam os espaços existentes virarem impraticáveis, sem vontade de ir até eles. Esses mesmos jovens, no entanto, faziam parte da realidade de Paulo e Yan. Não somente seu próprio trânsito por esses espaços, quanto o estabelecimento que geriam. Quando Paulo coloca que o Degrau e o Sol da Terra estavam sempre lotados, destaca para algumas características desses frequentadores: “um monte de bicho grilo<sup>8</sup>”, “não era um público típico do centro”. O público típico do Centro, nesse caso, era aquele com que Stodieck se aproximava.

Podemos empreender uma aproximação entre dois momentos do depoimento, evidenciando algumas particularidades desses sujeitos. Se a grande maioria das pessoas que frequentavam esses espaços era oriunda de outras localidades que não a capital, eles não eram, também, o “público típico do centro”. Esse público, na verdade, se contrastava com aquele que vivia nessa região, e que muitas vezes é natural de Florianópolis. Um choque entre os nativos e os “forasteiros”, os “invasores” que, segundo Luis Felipe Falcão:

Produzem situações fronteiriças saturadas de aceitações e de rejeições, de tal sorte que configuram um processo complexo e contraditório no qual acontecem acolhimentos, recusas, permutas e transferências mútuas e simultâneas nas quais práticas e signos são continuamente modificados, perdendo qualquer sentido de "pureza original", ainda quando tais mudanças são negadas por indivíduos ou grupos que se consideram encarregados de preservar o que julgam serem as relações adequadas de sociabilidade ou as verdadeiras e legítimas heranças dos antepassados<sup>9</sup>.

Assim, vimos um conflito que produz fronteiras entre os sujeitos, em uma constante negociação entre aqueles que estão estabelecidos na cidade e os *outsiders*, migrantes que vieram à Florianópolis por diversas razões. Com isso, temos, para além dos embates, situações que geram acolhimentos e aproximações, em uma constante negociação entre esses sujeitos. Um exemplo dessa questão são as experiências de Paulo e Yan, nativos da cidade e que conviviam em espaços considerados de “forasteiros”. O Bar Degrau, por exemplo, pertencia a Mário Gustavo, gaúcho radicado na capital catarinense. Por conta disso, conseguimos compreender que essa oposição não se baseava em um binarismo entre nativo/migrante, mas sim através de diversas dinâmicas sociais que permeavam outros tantos agentes envolvidos na cidade. Rafael Damaceno Dias, ao analisar as colunas de Beto Stodieck e Cacau Menezes, coloca que essa “visão binária da estrutura demográfica de Florianópolis surgia como uma tentativa de explicação dos conflitos culturais que aconteciam no município<sup>10</sup>”.

8 “Bicho grilo” é uma gíria utilizada para denominar sujeitos que não se adéquam aos ordenamentos da sociedade, com ideias e costumes diferentes. Também era utilizada para definir os *hippies*.

9 FALCÃO, Luis Felipe. *Quando os “nativos” e os “baoles” se encontram...* In: XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Londrina, 2005, p.1-2.

10 DIAS, Rafael Damaceno. *A efêmera chance de encantar o mundo: Florianópolis nas últimas décadas do século XX*. Tese

Afastando de uma noção binária sobre esses conflitos, a cena de *rock* florianopolitana se mostra como um olha interessante, principalmente no choque geracional que a permeava. Partimos de um pequeno excerto da coluna de Cacau Menezes de 1983, sobre uma batida policial em um bar do centro da cidade.

O Delegado David de Castro foi o personagem central da grande batida policial realizada na noite da última terça-feira, no Kioski, da Praça Benjamim Constant, hoje indiscutivelmente o principal point noturno dos jovens florianopolitanos. A batida rendeu: foram presas mais de 19 pessoas<sup>11</sup>.

O Kioski (ou Quiosque), localizado na Praça Benjamim Constant, foi um ponto de confluência de uma juventude urbana da capital catarinense dos anos 1970. Alçado por Menezes como “o principal *point* noturno dos jovens florianopolitanos”, era um centro gravitacional dessa juventude, sendo palco de diversas relações sociais. Seus frequentadores eram, em grande maioria, pertencentes as camadas altas da sociedade de Florianópolis. No Kioski, circulavam os sobrenomes mais eloquentes da urbana capital do Estado, que eram definidos (por eles mesmos) como a Turma do Kioski. O espaço era um agente catalisador desses jovens, servindo como ponto de encontro de uma juventude do Centro, que morava pelas redondezas e que viam no Kioski um local autorizado para exercerem suas práticas cotidianas. O *rock* estava sempre presente, seja pelas músicas nos carros, ou pelas exibições de Fernando Bahia e sua guitarra, no alto de um sobrado, de frente à praça.

Esses que frequentavam o espaço eram, em grande maioria, pertencentes a camadas altas da sociedade de Florianópolis, assim como o jornalista do texto acima destacado. No Kioski, circulavam os sobrenomes mais eloquentes da urbana capital do Estado, que poderiam ser colocados sob uma definição: a Turma do Kioski, onde o espaço era um agente catalisador desses jovens, um ponto de encontro da juventude do centro da cidade, que morava pelas redondezas e que via tanto na praça quanto no próprio lugar, um local autorizado para exercerem suas práticas cotidianas<sup>12</sup>. Cacau Menezes e Beto Stodieck, inclusive, se colocava como pertencentes a esse grupo social.

Entretanto, este espaço e estes sujeitos são característicos dos anos 1970 na cidade. Vimos na virada da década mudanças intensas na paisagem urbana da capital catarinense. Aliado a isso, a vinda de migrantes de outras capitais do país, como evidenciado, e uma intensificação da ocupação da ilha, com lugares outrora deixados de lado sendo habitados, como a região norte e leste. Nesse movimento, outros locais foram sendo explorados pelos jovens, e não somente aqueles nativos da cidade. Outro público praticando a urbe, e não mais arraigados ao Kioski ou aos sujeitos que faziam parte daquela turma. Paulo evidencia esse ponto, falando que “na década de 80 o foco foi pra Vidal Ramos. Essa Turma do Quiosque já ficou, digamos... uma pequena elite lá no canto. Porque eles são... a hegemonia deles é pré-invasão. Florianópolis foi invadida no final da década de 70<sup>13</sup>”.

---

(doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. 2013, p.64.

11 MENEZES, Cacau. Pessoalmente. *O Estado*, Florianópolis, 14 jan. 1983. Lazer, p.21.

12 Com relação à Turma do Quiosque e o próprio espaço, ver: *ILHA 70*. Roteiro e Direção: Marco Martins e Loli Menezes. Documentário, parte 3.1, 7:12. Vinil Filmes, 2010. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=sATEz4yR2X0> > Acesso em: 16/09/2017.

13 Paulo Carreirão, *Entrevista concedida ao autor*. Florianópolis, nov. 2017.

Dessa forma, podemos compreender um deslocamento nos referenciais espaciais dos jovens na década de 1980, rompendo com a noção de pequenos agrupamentos, definidos pelo local praticado, e em um grupo fechado e exclusivo. Saindo da Praça Benjamim Constant e do Kioskí, deslocando-se para a Rua Vidal Ramos e da parte mais antiga do Centro da cidade, desloca-se, também, os referenciais de espaço onde uma juventude urbana de Florianópolis circula, a fim de se divertir, encontrar os amigos, entre outras práticas. Paulo e Yan aprofundam sobre essa passagem do centro gravitacional dessa parcela da população, e também o movimento geracional acarretado.

Paulo: é, todo mundo sabia quem era todo mundo. Tinha a turma da chácara da Espanha, turma do não sei o que, várias turmas e ai... eu acho assim né, do meu ponto de vista, conheço eles né, meus amigos e tal, eu circulo mais ou menos nessas áreas todas, e eu vi, tendo o restaurante, lá o natural, que esse pessoal mais... que seria... como é que vou dizer... vanguarda conservadora, tipo do Quiosque, eles ficaram perdidos quando Florianópolis foi invadida, entendeu? Porque daí vem outro público, outros costumes e eles já não eram mais os caras mais conhecidos da cidade. E a mudança de foco, e o Degrau e o Sol da Terra ajudaram muito nisso aí, porque um outro público chegou lá e que não conhecia, não sabia quem era o Cacau Menezes, não sabia quem era essa turma, a turma do Quiosque, essas pequenas turmas que eram... se achavam assim, digamos, os mais conhecidos da cidade, isso se dilui.

Yan: Turma do Quiosque tem muita coisa assim é, digamos, a elite mais provinciana aqui da ilha, mais rica né. Pessoal de grana, mas alternativa <sup>14</sup>.

Paulo: Moderninha, mas doida<sup>15</sup>.

Esse movimento de uma parcela da juventude florianopolitana entre os anos 1970 e 1980 nos coloca a par de espacialidades e temporalidades diversas, construindo diferentes olhares sobre a cidade. Conseguimos enxergar uma relação entre os “usos sociais e formas urbanas<sup>16</sup>” que denotam complexas conexões na malha urbana da capital. Os fragmentos de espaços e tempos que nela vivem são frutos de diferentes narrativas e visões realizadas na troca entre os sujeitos e a própria urbe. Podemos compreender a partir da fala de Paulo, que a passagem para a década de 1980 foi um baque nas visões que aqueles indivíduos construíram sobre Florianópolis. Agora, não era mais o Kioskí como centro gravitacional, mas o Baixo Vidal; agora, não tinham mais lugares elegantes para certa camada da sociedade ilhéu se divertir, mas outras pessoas poderiam encontrar diversão nas ruas da capital: outras “hierarquias espaciais<sup>17</sup>” se mostram no horizonte.

### Gerações em disputa: considerações finais

O objetivo proposto é jogar luz sobre conflitos geracionais em uma cidade que se urbanizava e crescia exponencialmente. Em meio a embates diversos, como os colocados aqui, minha

14 Yan Carreirão, *Entrevista concedida ao autor*. Florianópolis, nov. 2017.

15 Paulo Carreirão, *Entrevista concedida ao autor*. Florianópolis, nov. 2017.

16 LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)*. Florianópolis: Insular, 2016, p.175.

17 LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro*, p.196.

preocupação se baseia em tentar compreender a territorialidade dos jovens florianopolitanos, analisando como os espaços e os sujeitos são capazes de colocar novas imagens sobre Florianópolis. Uma relação mútua de trocas simbólicas e narrativas, que condicionam e cristalizam uma memória sobre certa camada da juventude da capital catarinense. Assim, proponho um trabalho inicial de cartografar o trânsito desses sujeitos, considerando o espaço em uma condição relacional entre cidade e indivíduo, entre os grupos humanos e a localidade.

Gláucia Costa coloca a questão de pequenos espaços territoriais em Florianópolis sendo fracionados, seguindo determinadas "regras" de sociabilidade que ali estavam postas, emergindo um novo ordenamento e outras atitudes sobre o fazer urbano<sup>18</sup>. A aproximação da fala de Paulo com a de Cacau Menezes é um exemplo dessa condição, em que uma antiga maneira de se projetar na cidade já não encontra mais seus referenciais, dando espaço para novos meios e novos sujeitos, apresentando uma pluralidade de práticas sociais. Enquanto Beto Stodieck afirma não ter um espaço adequado para se divertir, sem a costumeira baderna juvenil, se afasta da sua própria condição de jovem. Assim, se considera como uma pessoa já adulta, sem paciência para os signos e sociabilidades da juventude dos anos 1980.

Como Canevacci evidencia, “compreender uma cidade significa colher fragmentos. E lançar entre eles estranhas pontes, por intermédio das quais seja possível encontrar uma pluralidade de significados. Ou de encruzilhadas herméticas<sup>19</sup>”. É nessa chave de interpretação que podemos aprofundar a relação entre os espaços da cidade e os sujeitos que circulavam por ela. Indo além da mera circulação, a preocupação aqui é tecer linhas entre esses dois polos interpretativos, tendo como objetivo ligá-las por pontes, conectando pontos que não possuíam ligação aparente. Os fragmentos de uma cidade que se modernizava, atentando para os, por vezes, pequenos espaços de *rock* em Florianópolis, serão essenciais para compreender diferentes formas de constituir imagens sobre ela e, por conseguinte, do gênero musical.

18 COSTA, Gláucia Dias. *Vida noturna e cultura urbana em Florianópolis (Décadas de 50, 60 e 70 do século XX)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. 2004, p.11.

19 CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação*. São Paulo: Studio Nobel, 2004, p.35.

## Imaginário social e meios de comunicação: uma questão teórico-metodológica

Rubens de Brito Ferreira Teixeira<sup>1</sup>  
rubaohistoria@gmail.com

### Resumo

Há décadas que o conceito de Imaginário Social de Bronislaw Baczko é comumente aplicado às pesquisas culturais e políticas na Historiografia brasileira. Destarte, a proposta deste exame é apreender em que medida o dito conceito pode vir a ser útil nos empreendimentos cujos temas são os meios de comunicação. Para isto, foi preciso analisar o conceito de Imaginário e suas ligações com os conceitos de Representação e Poder no campo da História, bem como suas problemáticas. Entendeu-se como pertinente comparar dois estudos cujos temas são os meios de comunicação, onde o conceito de Imaginário Social é central: a propaganda no populismo feito por Maria Helena Rolim Capelato; o disco *Dante XXI*, da banda de *Thrash Metal* brasileira Sepultura, feito por Alexandro Buffon e Cristina Ennes. No decorrer do presente trabalho, foi possível compreender que as transformações teórico-metodológicas e epistemológicas no campo da História ao longo do século XX resultaram em renovações, reformulações e incertezas. Isto porque houve a crise dos paradigmas hegemônicos do século XIX e outras mudanças políticas no corpo sociocultural como um todo que afetaram a História e colocou em evidência um conjunto de elementos subjetivos pouco valorizados até então: a Cultura, o Imaginário e a Representação. Para muitos críticos, este período é marcado pelas incertezas, modismos e contradições, para outros, é um tempo de se pensar as minorias, as relações de poder e questionar a verdade e o real. Em certo sentido, as críticas são pertinentes, uma vez que o conceito de Imaginário é polimorfo e polissêmico, não havendo uma definição sólida, assim também o é o conceito de Representação, que para muitos seu conjunto compõe o Imaginário. Apesar desta insegurança, o conceito é muito válido nas análises políticas, culturais e sociais no que tange ao simbólico, em especial ao poder simbólico, pois percebê-lo, estudá-lo e até combatê-lo é demasiadamente complexo, tanto é que atualmente os meios de comunicação são os maiores produtores e difusores do Imaginário. Neste sentido, ao comparar os dois exemplos de estudos supracitados, pode-se perceber que o estudo de Capelato está muito mais próximo ao conceito de Baczko, sobretudo por pensar regimes de exceção. No caso de Alexandro Buffon e Cristina Ennes, o conceito aparenta ser demasiadamente amplo para o que foi proposto no trabalho dos autores, porque o Imaginário aparentemente requer e se orienta em função do tempo, memória e complexidade simbólica.

**Palavras-chave:** Imaginário social; Meios de comunicação; Propaganda; Representação; *Thrash Metal*.

1 Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Acadêmico bolsista CAPES. Orientando do Professor Doutor César Henrique de Queiroz Porto.



## Introdução

O Imaginário nas últimas décadas tornou-se um ponto de vários debates e temas de muitas pesquisas dentro das Ciências Humanas, fato que garantiu aos historiadores a perspectiva de trabalhos interdisciplinares. Tais estudos pautam-se em análise cultural e política sobre agremiações, na qual uma coletividade que se enquadra numa sociedade e em um espaço-tempo específicos, sobretudo em suas características e pensamentos em termos simbólicos, procurando entender as combinações de sentidos.

A História Cultural Francesa adotou o conceito de Imaginário, e Representação, como um de seus principais fundamentos nas pesquisas sobre a coletividade e o social no mundo contemporâneo. Fato é que por não ser originalmente um conceito cunhado por historiadores e tendo em vista as transformações historiográficas tanto teórico-metodológicas, quanto epistemológicas, o uso dos conceitos de Imaginário e Representação gerou controvérsias e polêmicas, atingindo ainda a Nova História em seu atual estágio de promotora de saberes. Em contrapartida, é inegável que estas transformações também foram benéficas aos historiadores, seja na promoção da interdisciplinaridade, na formulação de novos conceitos, abordagens, métodos e, talvez, o principal, objetos. Cabendo ainda lembrar que até a metade do século XX, muitos dos elementos que se consideram como ‘novos’ eram já conhecidos, mas desprezados por conta do projeto da História Política Tradicional, como o Imaginário.

Neste ínterim, o presente texto busca apreender em que medida o conceito de Imaginário pode vir a ser útil nas pesquisas em que os meios de comunicação estão envolvidos. Procurou-se analisar o conceito de Imaginário e suas ligações com outros conceitos adjacentes, como Representação e Poder, no campo da História. Entendeu-se como pertinente comparar dois casos em que os meios de comunicação estão sendo examinados com base no conceito de Imaginário: o estudo das mídias no populismo por Maria Helena Rolim Capelato e o estudo do disco *Dante XXI*, da banda de *Thrash Metal* brasileira Sepultura, por Alexandro Buffon e Cristina Ennes da Silva.<sup>2</sup>

Concorda-se com a historiadora Sandra Jatahy Pesavento quanto ao novo ofício do historiador, tendo em vista que trabalhamos com discursos sobre o passado. Para a autora,

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer.

Não será este o verdadeiro caminho da História? Desvendar um enredo, desmontar uma intriga, revelar o oculto, buscar a intenção?<sup>3</sup>

2 Alexandro Buffon é mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale – RS. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1036113531947385>. Cristina Ennes da Silva é doutora em História e é professora na Universidade Feevale – RS. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7837979692837308>.

3 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n.29, p.9-27, 1995, p.24.

Enfim, uma parte significativa do trabalho do historiador da cultura nos últimos períodos tem sido os exames do simbólico, do discurso, não apenas do dito, mas também do não dito. O Imaginário não é somente um recurso para trabalhar sobre os símbolos das culturas, e sim do que deles resultam como sentidos, relações de poder e lutas por legitimidade, ações claramente políticas, mesmo que os seus agentes assim não as vejam.

### Duas ferramentas da História Cultural: imaginário e representação

O campo da História enquanto ciência, desde sua consagração como disciplina no século XIX, passou a dotar-se de linhas de ‘escolas’ que lhes garantia, aos moldes do Iluminismo, uma explicação pontual sobre o acontecimento. Contudo, as mudanças no mundo externo em alguma medida sempre acabam por afetar um determinado campo, seja ele acadêmico ou qualquer outro.<sup>4</sup> Na metade do século XX, estas mesmas linhas de explicações dos acontecimentos entraram crise, logo, as linhas consideradas como paradigmas, o funcionalismo, o marxismo, o positivismo e o estruturalismo, já não conseguiam acompanhar as agitações contemporâneas e explicá-las. Dentro da historiografia francesa do início do século XX houve reformulações após a criação da Escola dos *Annales* e sua preocupação com o tempo histórico e a história-problema, após os trabalhos epistemológicos de Michel Foucault e com rivalidade para com as Ciências Sociais.<sup>5</sup> Ainda assim, a Nova História pretendia ser uma ciência explicativa, seja pelo projeto universalista, fuga da narrativa, tempos longos ou pelo método quantitativo. O fato é que entre 1970 e 1980 surge a *Nouvelle Nouvelle Histoire* – opondo-se à Nova História – com mais trabalhos interdisciplinares, sobretudo com a Antropologia, porém, este novo segmento passou a acumular críticas, ironias e desconfiança quanto a sua postura acadêmica e sua constante busca por inovações.<sup>6</sup>

Uma das grandes mudanças na historiografia francesa de 1960 – e até garantiu a hegemonia da Escola dos *Annales* e das pesquisas sobre o assunto – foram os frequentes debates em torno da cultura, sobretudo a dita popular, principalmente visando delimitar seu espaço ao fazer uma reflexão crítica de seus próprios meios e conteúdos. Porém, este objeto apesar de permitir estudar até as culturas pré-industriais ainda era cercado de incertezas. Os usos e abusos do conceito de cultura enquanto ferramenta de pesquisa levantou críticas quanto ao modo como o conceito vinha sendo pensado.<sup>7</sup>

4 BOURDIEU, Pierre. O campo político. Trad. André Villalobos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.193-216. BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. In: \_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004a, p.7-48.

5 BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. 2.ed. ampli. Trad. Klaus Brandrini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. São Paulo: Editora Unesp, 2012. REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de História e Historiografia*. Trad. Claudia O'Connor dos Reis. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.15-71.

6 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar. In: \_\_\_\_\_. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, p.39-62, 2012; PESAVENTO. Em busca de uma outra história. p.9-27; REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.112-188.

7 REVEL. *Proposições*. p.163-186.

Em meio à hegemonia das pesquisas sobre culturas, uma transformação historiográfica que ela possibilitou foi uma História Política reformulada, longe das proposições de outrora da História Política Positivista. A nova História Política estava sendo fundamentada sobre o conceito de poder e de cultura – tanto é que emerge o conceito de cultura política –, cujos focos passaram a ser os marginalizados, o simbólico e os micropoderes. Este distanciamento valorizou novos objetos, como o discurso, a violência simbólica, a Representação e o Imaginário, já que as aproximações com a História Social e a interdisciplinaridade foram intensificadas<sup>8</sup>. As imagens em meio ao conceito de imaginário permeiam os discursos, verbal, mental ou visual, atuando sempre em relações de poder, pois “as imagens podem ser empunhadas como instrumentos de poder ou então mostram como aquilo mesmo pelo qual se luta”.<sup>9</sup>

Desde 1990, o estudo do imaginário foi intensificado, já que o subjetivo entrou em moda, assim, as multidisciplinaridades e os sentidos também têm sido pontos de fascínio. Os paradigmas, desde Descartes, tomaram o conceito de Imaginário como algo fantasioso e irrelevante, só que com a crise destes modelos racionalistas o conceito paulatinamente incorporou-se aos objetos da História, à medida que o cultural era valorizado. No entanto, há controvérsias quanto ao uso do imaginário, como a aproximação que muitos historiadores fazem com o conceito de mentalidade ou mesmo o fato de que o conceito ainda não está bem definido.<sup>10</sup>

Bronislaw Baczko é o autor comumente lembrado quando se trata de imaginário, pois compreende que o imaginário, assim como Cornelius Castoriadis, Evelyne Patlagean e Jacques Le Goff, tem historicidade, é um saber-fazer e uma condição humana, possui função criadora, detém grande abrangência e poder explicativo do mundo social. Conforme Baczko, o estudo ligando a política ao imaginário social estava em moda, e um fator que colaborou para que o imaginário fosse levado a sério foram as manifestações de Maio de 68, onde seu uso era para expressar ideias, identidade e coerência. O conceito saiu do campo das belas-artes e passa a ser empregado na política, porém o conceito é ambíguo, mas isso não exclui o fato de que os símbolos, as imagens e o próprio imaginário são usados como fatores políticos para gerar agremiações e lutas de e pelo poder. O imaginário lida com representações coletivas que estão dispostas na sociedade que dão sentido ao mundo social em um espaço-tempo definido. “Todavia, a sociedade constitui o seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade absoluta, pois ela se apóia no que já existe”.<sup>11</sup>

Apesar das ambiguidades, vários autores concluem que o Imaginário nunca vem só, é um conjunto de representações coletivas e articula reações de poder. O Imaginário é uma articulação entre o real e o irreal, sem maniqueísmo, mas compreender que é um jogo complexo de influências,

8 BARROS, José D'Assunção. História política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educere et Educare: Revista de Educação*. v.4, n.7, p.147-162, jan./jun. 2009.

9 BARROS, José D'Assunção. História política. p.157.

10 PESAVENTO. Em busca de uma outra história. p.9-15.

11 PESAVENTO. Mudanças epistemológicas. p.40-42.; BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.296-308.; PESAVENTO. Em busca de uma outra história. p.22.

contradições e subjetividade, havendo jogos de espelhos das imagens produzidas similares ao real. Dessa forma, o real, o irreal, a ficção, o sentido presente ou o ausente e o imaginário social coexistem na vida social.<sup>12</sup> Ao contrário do conceito de Ideologia, o Imaginário é sutil e problemático, mas ele é prático na sociedade e sempre está acompanhado por seus guardiões em qualquer época, e são eles próprios que cuidam das manipulações do imaginário social, seja nas ritualizações na antiguidade ou pela racionalização atual em meio à propaganda.<sup>13</sup>

O Imaginário é um conjunto de Representações Sociais quase indissociáveis. No Brasil, quando se pensa no assunto o nome do historiador francês Roger Chartier sempre está envolvido nas discussões. Por um lado, há muitos historiadores que articulam e mostram o quão próximas estão as conclusões sobre a Representação Social de Chartier e de Pierre Bourdieu. De fato, o conceito de Representação Social deriva do conceito durkheimiano de Representações Coletivas. Ao unir suas noções com as de *habitus* em Bourdieu, Chartier propôs uma análise sociológica histórica, dando grande projeção às relações de poder, assim, seus conceitos de Representação, Prática e Apropriação sempre apresentam tensões. Estes autores são exemplos dos que compreendem as representações sociais estabelecendo relações entre texto/contexto, pois o real funciona como referência de onde os indivíduos buscam dar sentido as suas realidades.<sup>14</sup>

Por outro lado, há aqueles autores, como Dominique Vieira Coelho dos Santos, que questionam a hegemonia do estudo das representações no Brasil conforme as ideias de Roger Chartier e Carlo Ginzburg, pois haveria outros tão importantes quanto. As representações coletivas são fenômenos sociais que estabelecem uma realidade comum que é compartilhada, um elemento coletivo que não nega o individual. O autor ainda cita as pesadas críticas de Ciro Flamarion Cardoso e de Helenice Rodrigues da Silva ao conceito de representações em Chartier, afirmando ser metafísico, um substituto para o conceito de mentalidade, portanto, frágil e simples, por isso é agradável.<sup>15</sup>

Roger Chartier entende que o mundo, os usos e as relações sociais são criadas em coletividade pelo princípio da Representação, onde, fugindo das ideias das duas primeiras gerações da Escola dos *Annales*, propõe-se uma metodologia que pretende compreender a História Cultural do Social se afastando da História Intelectual e da História Social da Cultura. Aqui, seus conceitos de Prática, Apropriação e Representação permitem compreender os usos das coisas e visões de mundo dos grupos a serem estudados. As Representações possibilitam pensar signos e símbolos, seu

12 PESAVENTO. Em busca de uma outra história. p.15-23.; PESAVENTO. Mudanças epistemológicas. p.39-40.; BACZKO. A imaginação social. p.308-314.; VIGÁRIO, Jacqueline Siqueira. História e Imaginário. II *Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História*. Goiás, 10p., set.2009, p.1-7.

13 SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Santa Catarina, v.4, n.52, 10p., dez.2003, p.2-4.

14 SARBENA. Imaginário, ideologia e representação social. p.4-10; PACHECO, Alexandre. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu. In: ANPUH, 2005, *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 6p., 2005.; PESAVENTO. Em busca de uma outra história. p.15-22.

15 SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*, Universidade Federal de Goiás, ano 3, n.6, p.27-53, dez.2011, p.27-48.

poder criativo gera outras representações sociais que agem por meio de poder<sup>16</sup> e regulam a vida em comunidade onde a força aparente se faz ausente.<sup>17</sup>

Um exemplo significativo a ser dado é o artigo de Wilson de Souza Gomes, que estudou o simbolismo em torno do ‘mito’ do “banco do capeta” no Alto do Araguaia, em Goiás, de acordo com a História Cultural. Segundo o autor, o Imaginário em torno da pedra com marcações indígenas é visto por muitos moradores da região de Santa Fé de Goiás, na Serra do Tira Pressa, como ruim, haveria um maniqueísmo derivado de uma visão cristã. O foco de Wilson Gomes é a ‘demonização do outro’, foi necessário a compreensão do imaginário cristão na região contra o indígena, assim, o maniqueísmo estabelece um confronto de ideias entre o sagrado e o profano. No ‘banco’ as pessoas iriam para fazer pactos com forças sobrenaturais a fim de adquirir dinheiro. A hipótese seria que o imaginário do ‘banco do capeta’ promove a manutenção da violência contra os indígenas, como nos etnocídios, logo, o imaginário vem tanto em forma de símbolos como nos discursos.<sup>18</sup> Wilson Gomes não nega o fato de que o Imaginário manipula os sentimentos, visto que

O imaginário é uma peça eficaz do dispositivo de controle da vida, em especial quando se trata da questão do poder, assegurar o domínio do imaginário, guiando membros e suas ações, isso produz e determina o comportamento, diante desse aspecto a individuo tem expectativa de recusa, de temores e isso é um fator que se tona social e coletivo.<sup>19</sup>

O Imaginário, de fato, está em meio ao político, porém, não fica restrito a signos e a discursos, mas também em torno dos meios de comunicação, sobretudo no que tange aos ‘mitos e mitologias políticas’, só que os meios racionais de comunicação somente não explicam o poder dos Imaginários que eles produzem.<sup>20</sup> Neste sentido, deve-se voltar ao que acima foi argumentado sobre a História Política atual, isto porque o conceito de imaginário permite apreender quanto ao seu uso em termos políticos e também em torno dos meios de comunicação contemporâneos.

16 “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Estas estruturas estruturantes fundamentações em si, são ‘sistemas’, isso não quer dizer que é algo puramente estruturalista. Por excelência os símbolos são instrumentos de integração social e geram consensos que se reproduzem, assim, as integrações lógicas são condições de integração ‘moral’. Pode-se concluir que o poder simbólico constrói o normal, a visão de mundo e a aquisição de algo pela enunciação, substituindo a força bruta. Sempre arbitrário e carente de legitimidade. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p.7-15.

17 CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Trad. Andréa Daher e Zenir Campos Reis. *Estudos Avançados*. 11, 5, p. 173-191, 1991, p.177-188.

18 GOMES, Wilson de Souza. O conceito de representação e imaginário e sua aplicação às leituras simbólicas do “Banco do Capeta”. In: BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Luisa Router; MATA, Sérgio Ricardo da (Orgs.). *Anais do 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da História e História da Historiografia: Diálogos Brasil-Alemanha*. Ouro Preto: EduFOP, 2013, 10p.

19 GOMES. O conceito de representação e imaginário e sua aplicação às leituras simbólicas do “Banco do Capeta”. p.7.

20 GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



### Apontamentos e indagações frente aos meios de comunicação: dois casos

“A função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos, individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos”. Deste modo, verdades são difundidas e concebidas como normais, atingindo a memória coletiva. São tão complexas quanto os mitos, ideologias, religiões e utopias, até porque não funcionam isoladamente. E nas últimas décadas pode-se acrescentar a este quadro os meios de comunicação de ‘massa’, por conta de seu grande poder de difundir imagens, valores e ideia. No entanto, as informações são polimórficas, fragmentadas e de validade banal, devido ao fato de que são produzidas por determinados interesses, e assim são sempre carentes de unificação e legitimidade. “Em e mediante a propaganda moderna, a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente activo, através da qual se exerce o poder simbólico”.<sup>21</sup>

Em um estudo bastante importante, a historiadora Maria Helena Rolim Capelato buscou fazer um estudo empírico e comparativo entre os meios de comunicação durante os populismos peronista e varguista, pois assim poderia visualizar como eles conquistaram “corações e mentes”. Um de seus objetivos era “mostrar, ao longo da análise, como as propagandas políticas varguista e peronista se valeram exaustivamente das imagens religiosas”.<sup>22</sup>

Valendo-se teórico-metodologicamente de autores como Baczko, Girardet, Chartier, Bourdieu, Theodor Adorno e Pierre Ansart, Capelato ao longo de seu livro, Capelato mostrou que mesmo em épocas diferentes os governos de Getúlio Vargas no Brasil, o primeiro, e o de Perón na Argentina foram repletos de símbolos e mitologias que eram disseminados pelos meios de comunicação afiliados aos respectivos governos, como o rádio, o cinema e a imprensa escrita. As imagens não só dos governantes, como a de Eva Perón, do Estado, da Nação e a origem dos cidadãos, eram racionalmente conduzidas a fim de criar consenso contra ideias que eram tidas como ameaças, como a democracia e o liberalismo, sempre com um viés religioso cristão e maniqueísta. Todo um conjunto de ideias que já estavam sendo disseminadas, nacional e internacionalmente, foi usado conforme os interesses dos governantes para tentar manter seu povo sobre controle, no entanto, cada qual com seu próprio nível de poder, razões, alvos e métodos para desenvolver suas verdades junto a seus órgãos competentes, mas é importante frisar que ambos tiveram como inspiração os métodos Nazistas.

A complexidade mostrada na ocorrência das lutas simbólicas entre Estados e cidadãos e projetos políticos em ambos os governos, evidenciando como muitas vezes eram falhos e deixavam fissuras revelando que eles não eram onipotentes, pelo contrário, às vezes tinham que agradar para tentar promover uma unidade. No caso argentino, por exemplo, “Apesar das pressões e restrições

21 BACZKO. O imaginário social. p.311-314.

22 CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 19; 29.



governamentais, a oposição pôde manifestar-se. A literatura como arte certamente foi prejudicada, mas como arma política revelou sua potencialidade máxima”.<sup>23</sup>

Desta forma, o imaginário, até mesmo o veiculado pelos meios de comunicação, buscam por legitimidade, e esta é como um fim, já que os elementos que promovem a legitimação são raros. Em contrapartida, são nos momentos de crise que os concorrentes criam novos símbolos com base no imaginário social para confrontar a ordem estabelecida com mais agressividade.<sup>24</sup>

Em outro estudo sobre meios de comunicação, Alexandro Buffon e Cristina Ennes da Silva<sup>25</sup> procuraram conciliar o conceito de imaginário social com a releitura que a banda de *Thrash Metal* brasileira Sepultura faz de *A Divina Comédia* do poeta florentino Dante Alighieri em seu disco *Dante XXI* lançado em 2006. Os autores apresentam partes dos resultados de uma pesquisa que aparenta ser mais ampla, e usam o conceito de imaginário em Bronislaw Baczko como um conceito, bem como método para aproximar duas obras distintas, uma musical e a outra literatura, em um intervalo de quase 700 anos. Segundo os autores, citando Baczko, “Todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar”.<sup>26</sup>

Em contrapartida, o período entre os objetos é demasiadamente amplo para uma análise comparativa, a citação anterior já atesta a compreensão do imaginário respectivamente para cada tempo e lugar. Ao trabalhar com um conceito tão amplo e num estágio de grande valorização das pluralidades e subjetividades, não parece ser uma comparação tão fácil de fazer ou mesmo possível sem assumir grandes imprecisões e anacronismo. A justificativa de que ambas as obras compartilham de ideias não parece ser convincente<sup>27</sup>, pois se entende que o fato de lidarem com idéias, o intervalo temporal pode ser superado e a aproximação pode ser possível sem maiores consequências. Não seria apenas juntar duas obras, mas também dois imaginários.

Na tentativa de aproximação, os autores utilizam o livro de Dante como uma alegoria do exílio que o poeta sofrera quando fora expulso de Florença após um novo governo assumir o local, já que fazia parte da oposição política enquanto prior. Os conceitos de Roger Chartier de prática e representações são usados pra mostrar como o pensamento de Dante está inserido no contexto das estruturas sociais do Medievo e do Cristianismo. A política aparece como um subsídio contundente para ligar as duas obras, uma vez que Dante utiliza de vários simbolismos para retratar as lutas políticas entre as famílias de Florença pelo controle da região, bem como essa mesma ação crítica é utilizada pelo Sepultura nas músicas presentes em *Dante XXI* para criticar as ações políticas dos Estados Unidos e de seu chefe de Estado, George W. Bush. A banda, portanto, estaria criando um

23 CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena*. p.127.

24 BACZKO. A imaginação social. p.308-311.

25 BUFFON, Alexandro; SILVA, Cristina Ennes da. Dante XXI: uma ponte entre a Idade Média e a Contemporaneidade. *ANIMUS - Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v.16, n.31, p.196-212, 2017.

26 BUFFON. *Dante XXI*. p.197.

27 BUFFON. *Dante XXI*. p.198.

discurso se utilizando do imaginário para atacar seu alvo e ao mesmo tempo unir seus fãs em torno da causa.

Por fim, duas questões merecem ser pronunciadas: em primeiro lugar, o conceito de imaginário proposto por Baczko, como acima foi dito, tem como referência um governo autoritário, onde se observam grandes complexidades, contradições, maior número de símbolos e lutas simbólicas que permitem ver com mais nitidez a questão dos meios de comunicação; em segundo lugar, os modos como o conceito de imaginário foi empregado no caso musical, primeiro como um recurso teórico-metodológico para aproximar duas obras simbólicas muito distintas em quase 700 anos e depois se confundindo com o conceito de representação – e certa visão de mundo –, acaba por mostrar mais que o Sepultura fez uma releitura de uma obra medieval conforme seu contexto a fim de criticar o governo norte-americano. Talvez os Buffon e Ennes fossem mais felizes se utilizarem os conceitos de representação, prática e apropriação, do que o de imaginário. O qual se mostrou amplo de mais e incompatível com a proposta.

### Conclusões

Antes de qualquer coisa, lamenta-se que o assunto seja amplo o bastante para poder ser bem tratado em poucas páginas, todavia, não foi um objetivo aqui esgotar o assunto. Ao observar os desdobramentos e usos dos conceitos de imaginário, principalmente, e representação, percebeu-se que as mudanças epistemológicas promovidas após crises externas afetaram internamente o campo da História. Muitas destas promoveram transformações positivas e outras nem tanto, que colaboraram para os questionamentos contra a História Nova, sobretudo a História Cultural. Tanto o conceito de imaginário como o de representações apesar de serem ambíguos e imprecisos permitem questionamentos sobre o ofício do historiador, suas ferramentas e área de atuação.

Também, pode-se observar que o conceito de imaginário quando empregado em um acontecimento amplo e complexo em se tratando de meios de comunicação mostrou-se ser mais proveitoso se comparado com um símbolo apresentado por um pequeno grupo. Aparentemente, o imaginário social requer certo tempo para poder povoar o imaginário de uma sociedade, parece ainda requerer um papel na memória coletiva e uso de concepções que já estão espalhadas na sociedade e que permitem dar suporte e legitimar aquele imaginário que está sendo difundido. Não precisando somente dos meios de comunicação para existir.

## A imagem dos artistas nordestinos nos clipes do programa dominical Fantástico

Daniel Lopes Saraiva  
danielsaraiva\_15@hotmail.com

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo trabalhar de que forma a imagem dos artistas Nordestinos que iniciaram suas carreiras entre as décadas de 1970 e 1980 eram abordadas nos clipes do programa Fantástico. O dominical teve início na rede Globo na década de 1970, e desde a sua estreia consolidou como campeão de audiência. Um uma época anterior ao canal MTV, os clipes dos artistas brasileiros ficavam a cargo do programa, que muitas vezes dividiam com as gravadoras o custo da produção. Estar na televisão na década de 1970 era a maior exposição que um artista poderia ter, o caminho para o clipe do Fantástico poderia ser o de apresentar uma música inédita do público ou o clipe de uma canção que já era conhecida. Para o trabalho aqui proposto analisaremos quatro clipes. São eles Frevo Mulher, Banquete dos Signos, Revelação e Pavão Mysteriozo. Intertpretados. Respectivamente interpretados por Amelinha, Elba Ramalho, Fagner e Ednardo. Levando em conta que a televisão no Brasil é introjetada no imaginário da população do país nas décadas supracitadas, e no período referido, fazer sucesso significava estar na telinha, artistas de outros estados tinham de se mudar para o eixo Rio-São Paulo onde estavam as gravadoras e emissoras de televisão. Analisaremos então o contexto no qual esses artistas surgiram, o contexto da indústria musical nas décadas referidas, assim como a relação entre o audiovisual e a consolidação da carreira dos cantores surgidos na década de 1970, e por fim como parte central da proposta observar de que forma os artistas nordestinos são apresentados nos clipes, levando em consideração, roteiro, indumentária e relação entre letra da música e imagem do clipe.

**Palavras-chave:** Música, televisão, Fantástico, clipe.

### O fim dos festivais e a consolidação da TV Globo

Na década de 1960 os festivais foram uma catapulta que alavancou a carreira de diversos artistas, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Os Mutantes tiveram suas primeiras oportunidades de sucesso apresentando em festivais. Na década seguinte o festival passa a ser um caminho incerto, e acontecia cada vez mais de formas esporádicas, e nem sempre era certeza de sucesso, a indústria fonográfica passa então a tentar encaixar seus artistas em programas, como forma de visibilidade. Nada melhor para vender um produto do que estar na emissora de maior audiência do Brasil, estamos falando da TV Globo que na década de 1970 já era sucesso absoluto de audiência.

Seriam dois os caminhos, o primeiro negociar uma música na trilha de uma novela, o segundo a participação em programas populares como Chacrinha, Fantástico e o programa Globo de Ouro.

Cabe aqui falar a história da Rede Globo de televisão, criada em 1965 por Roberto Marinho, já dono das organizações Globo, que envolvia entre outros produtos o Jornal O Globo. Na década de 1960 as emissoras regionais tinham grande poder, os programas de nível nacional circulavam através do videotape, e podia passar dias depois em cidades distintas. A Rede Globo, aproveitando a da infra-estrutura da Rede Nacional de Telecomunicação, inaugurada em 1967 pelo governo militar, lava ao em 1969 o Jornal Nacional, primeiro programa da televisão brasileira em Rede Nacional. Ou seja, a emissora conseguiria atingir todo território, o que fortaleceria sua área comercial, quanto mais telespectadores, mais compradores de produtos, mais comerciais e mais lucro<sup>1</sup>.

A rápida adesão da Globo a modernização possibilitou que a emissora tivesse um crescimento vertiginoso na década de 1970, passando a TV Tupi então campeã de audiência. Construiu uma programação voltada para a família, adequando sua programação ao horário do trabalhador. Novelas programas jornalísticos e de variedade eram sucesso de audiência, e desde 1970 forma poucas as vezes que a emissora perdeu o primeiro lugar de audiência.

Portanto estar na tela da Globo, por diversas vezes era sinônimo de sucesso, vendas. Era a vitrine que as gravadoras precisavam. Com maior audiência vieram novos negócios. Inicialmente em 1969, a Globo produziria as trilhas junto com a Philips, após uma proposta de seu diretor André Midani. A gravadora pagaria todos os custos e a emissora ficaria com uma pequena porcentagem dos lucros, o produtor seria Nelson Motta, carioca que fez parte da segunda geração Bossanovista e que concorreu como compositor em diversos festivais.<sup>2</sup>

A primeira trilha lançada pela Som Livre enquanto gravadora foi em 1971, da novela O Cafona. Como a maioria dos artistas já tinham gravadora, os primeiros discos foram feitos por artistas que não tinham contrato como Osmar Millito, Mara Creuza e composições de artistas lançados no FIC(Festival Internacional da Canção). Já em 1972 cada trilha passou a ser feita inteiramente por uma dupla de compositores, a intenção era otimizar os trabalhos e dar uma unidade ao álbum. Algumas duplas foram Roberto e Erasmo Carlos fizeram os temas de O Bofe; Vinícios de Moraes e Toquinho fizeram a do O Bem Amado; Antônio Carlos e Jocafr criaram as trilhas de Supermoela e Meu Primeiro Amor. Entre outras duplas em um esquema que funcionou até 1974.<sup>3</sup>

Em 1975 a trilha da novela Pecado Capital emplacou vários sucessos como a canção Moça de Wando; Juventude Transviada de Luiz Melodia, e mais 5 musicas nas paradas de sucesso da rádios. As gravadoras viram nessa relação com a maior emissora do país uma chance de divulgar seus artistas.<sup>4</sup>

1 SIMÕES, Cassiano Ferreira; MATTOS, Fernando. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In: BRIT-TOS, Valério; BOLAÑO, César. Rede Globo: 40 Anos de Poder e Hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005, pp. 41-43.

2 BRYAN, Guilherme; VILLARI, Vicent. Teletema. São Paulo: Dash, 2014,p.52.

3 BRYAN, Guilherme; VILLARI, Vicent. Teletema. São Paulo: Dash, 2014, p.56.

4 BRYAN, Guilherme; VILLARI, Vicent. Teletema. São Paulo: Dash, 2014, pp.175-177.

“O cruzamento entre as mídias criou uma potência nunca vista antes na indústria cultural brasileira. A telenovela ocupou o lugar que, na década anterior, havia sido dos festivais: foi através dela que os músicos brasileiros passaram a apresentar ao grande público sua obra.”<sup>5</sup>

No caso das gravadora e do departamento comercial da Rede Globo, as negociações podem ser entendidas da seguinte maneira: querendo a gravadora promover um artista novo que tenha um trabalho pronto, ela deve procurar o departamento musical da emissora para propor a sua divulgação como trilha. Se o artista já está fazendo sucesso, o interesse de fazer sua canção integrar uma trilha sonora diminui, uma vez que a compra do disco da novela, motivada pelo conhecimento daquela canções específica, pode indicar que o disco do artista não foi ou não será comprado, o que não é vantajoso para gravadora. Mas para a emissora é importante contar com uma canção de um intérprete consagrado, trazendo ainda maior distinção a novela. Desse impasse surge frequentemente a seguinte troca: promove-se uma canção de um artista novo e a gravadora oferece outra, de um já famoso.<sup>6</sup>

Evidentemente é um esquema mais complexo do que possa parecer, mas obviamente é uma via de mão dupla, onde Som Livre e gravadora que cede o fonograma tenta gerar lucro. Para o presente trabalho usaremos os relatos de Terezinha de Jesus e Ednardo, que tiveram músicas de seus discos incluídas em novelas. Ao serem questionados sobre a importância de participarem de trilhas de novelas Ednardo diz:

Eu estava em Fortaleza, fazendo um show, estava no hotel, lembro até hoje o hotel, Beira-Mar, ficava ali na praia... Beira-Mar, entre Iracema e Mucuri, estava tomando banho, em maio de 1976. A televisão ficou ligada no quarto, o meu show ia começar às onze, onze e pouco da noite, eu estava tomando banho, aí a televisão ligada, quando eu escuto, a música tocando toda. Bicho, foi um susto, eu saí correndo nu de dentro do banheiro, para ver que coisa era aquela, E, para meu espanto, eu vi a música todinha sendo executada, nesse tempo, tinha seis minutos e meio. E, hoje em dia, não é o padrão. Hoje em dia, o pessoal bota música de dois minutos, dois minutos e meio, três minutos, no máximo. Essa música tinha, naquele tempo... depois fizeram até outras edições cortando a introdução e o final, essa coisa toda. E eu falei: “caralho”, (risos), bom demais, bom demais.<sup>7</sup> (EDNARDO, 2014)

Nesse trecho Ednardo explica que só ficou sabendo que a canção estava na abertura da novela Saramandaia ao ver na televisão. Diferente dos acordos que muitas vezes eram feitos entre gravadora e Som Livre, não houve acordo para colocar a canção O Romance do Pavão Misterioso como abertura da novela. Guto Graça Mello ouviu a música e achou que seria apropriada para a novela de Dias Gomes, que fazia críticas ao regime ditatorial através do realismo fantástico. Ednardo já até pensava em retornar para Fortaleza, uma vez que já estava lançando o terceiro disco e ainda não tinha acontecido na cena musical. O compacto simples com a canção ficou entre os mais

5 BRYAN, Guilherme; VILLARI, Vicent. Teletema. São Paulo: Dash, 2014, p.178.

6 DIAS, Márcia Tosta. Rede Globo e indústria fonográfica um negócio de sucesso. In BRITTOS, Valério Cruz; BO-LANÔ, César Siqueira(Org) São Paulo: Paulos, 2005, p.317.

7 EDNARDO. Entrevistador: Daniel Lopes Saraiva. Rio de Janeiro, 21 de Ago. 2014.

vendidos, e o disco voltou a ser comercializado, por um lado atrapalhando a divulgação do LP Berro que era o disco que Ednardo lançava no ano de 1976, mas depois ajudou nas vendas do disco.

A mesma questão sobre a importância de se fazer parte da trilha sonora de uma novela foi feita à Terezinha de Jesus, que teve uma canção incluída na novela Três Marias exibida entre novembro de 1980 e maio de 1981. A canção era tema de uma das três protagonistas, todas com nome de Maria. As atrizes Glória Pires, Nádia Lippi e Maitê Proença interpretaram respectivamente Maria José, Maria Augusta e Maria da Glória. A música Caso de Amor era tema da personagem de Maitê Proença.<sup>8</sup>

É ótimo, pena que eu não vi muita melhora nas vendagens, por que parece que a novela não foi boa. Dizem que é a pior novela da Globo, ou sou eu que digo né não sei. Mas eu acho que é muito bom entrar numa novela, eu acho que é um caminho maravilho, dá visibilidade no seu trabalho. Principalmente estando começando, é importante ter visibilidade.<sup>9</sup>

Diferente de Ednardo que viu sua sagração a partir da trilha de novela, Terezinha acredita que o insucesso da novela pode não ter ajudado na divulgação da trilha, conseqüentemente não reverberou nas vendas de disco.

Ao observarmos a memória dos dois artistas fica evidente que reconhecem as trilhas de novela como um dos principais veículos para a divulgação do artista. A própria Terezinha de Jesus ressalta o quanto é relevante participar de uma trilha, mesmo que sua participação não tenha lhe rendido frutos.

Ao trabalhar com memórias Daphne Patai destaca:

Do imenso depósito de memória e reações possíveis evocadas pela situação da entrevista, o entrevistado seleciona e organiza temas, episódios e lembranças, então comunicando de maneira particular. Sem dúvida, a memória em si é gerada e estruturada de maneira específica, em função da oportunidade de contar uma história de vida e das circunstâncias que isso acontece. Em outro momento de vida, ou diante de outro interlocutor, é provável que surja uma história bem diferente, com ênfases diferentes.<sup>10</sup>

Portanto através das memórias desses artistas tentamos entender de que forma participar das trilhas e de programas ligados a indústria televisiva é de importância para esses artistas e conseqüentemente para suas trajetórias.

Destacamos aqui que não apenas as trilhas de novela eram de grande relevância para o destaque dos artistas nos meios audiovisuais. Três programas da época de grande audiência e também da Rede Globo foram sistematicamente citados por eles, quando perguntados se participaram de programas televisivos. São eles o dominical Fantástico, o programa da Chacrinha e o Globo de Ouro.

8 BRYAN, Guilherme; VILLARI, Vicent. Teletema. São Paulo: Dash, 2014, .pp.335-336.

9 JESUS, Terezinha de. Entrevistador: Daniel Lopes Saraiva. Natal, 25 de jul. 2013.

10 PATAI, Daphne. História Oral, Feminismo e Política. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p.30.



## Os programas

O programa Fantástico estreou em 1973, com idéia de ser uma revista eletrônica, com reportagens investigativas, e abordando assuntos culturais, de saúde entre uma série de temas. Um dos quadros de maior audiência era o clipe do Fantástico, onde artistas já consagrados ou em início de carreira. O programa do Chacrinha tem sua primeira exibição na Globo em 1967, onde ele fica cinco anos. Em 1982 ele volta a emissora onde fica até sua morte em 1988. Já o Globo de Ouro, que funcionava como uma parada de sucesso, onde artistas iam para apresentar canções que faziam grande sucesso nas rádios, o programa foi apresentado de 1972 até 1990.

Cabe ressaltar que a década de 1970 foi quando a TV Globo mais do que qualquer outra emissora empenhou em renovar sua programação. O que passou a ser chamado pela mídia impressa de “padrão globo de qualidade”, título que a emissora utilizaria posteriormente. Portanto fazia parte dos planos da direção em criar programas que tivessem maior qualidade cultural. Programas considerados sensacionalistas foram aos poucos eliminados da grade de programação, como exemplos os programas de Chacrinha e Dercy Gonçalves foram tirados do ar.<sup>11</sup>

Durante as entrevistas dos artistas uma questão comum a todos é qual a importância da televisão na carreira do artista, e a importância na desse veículo de comunicação na carreira de cada um.

Terezinha de Jesus diz “Particpei, de quase todos, pelo menos o que eu achava mais importantes eu particpei.” Ao ser questionada quais programas ela cita: Eu particpei do Fantástico, que na época era o melhor, era bom você entrar no Fantástico, o Brasil inteiro via.

Foi, o primeiro foi o Atrás do Circo Voador, e o segundo foi Odalisca em Flor<sup>12</sup>, Chacrinha eu fazia quase toda semana, fazia Geração 80 também, um programa jovem na Globo, e fiz todos esses programas que você imaginar, fiz o Bolinha. Até o Aérton Perlingeiro eu fiz. O primeiro que eu fiz da TV aberta mais comercial assim foi o Almoço com as Estrelas. Esse eu acho que você nunca viu.<sup>13</sup>

Infelizmente durante a pesquisa no deparamos com informações a respeito de participações em programas televisivos, que são de acesso fechado. A dificuldade de acesso aos arquivos televisivos, a imprecisão de sua catalogação e a falta de referência a respeito das imagens encontradas dificultam o historiador decifrar códigos do meio televisivo.<sup>14</sup> Os arquivos quando disponibilizados são via YouTube ou material de colecionadores que vendem essas imagens. Muitas vezes só ligados aos artistas que obtiveram maior destaque de vendas. Essas participações só são descobertas pela memória dos artistas e alguma coisa pela imprensa escrita, que esporadicamente comentava os programas ou revelava as atrações.

11 RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor. A Renovação estética da TV. In: História da Televisão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018, p.119.

12 Clipes que foram exibidos no Fantástico

13 JESUS, Terezinha de. Entrevistador: Daniel Lopes Saraiva. Natal, 25 de jul. 2013.

14 HAGEMeyer, Rafael Rosa. História e Audiovisual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p.91.

Rapaz, em alguns momentos, eu achei maravilhoso e outros não. Agora, não tenho, por exemplo, o que reclamar disso aí não. A televisão, meu camarada, é uma coisa que é uma vitrine, né? Uma exposição. Quando a gente topa fazer alguns lances na TV, a gente está sabendo, às vezes, até não, a que está se expondo, né? A maior parte das vezes, a gente não sabe, né? Porque eu já vi coisas malucas, tipo assim, músicas de vários camaradas, colocadas... como é que chama, assim, em coisas que não têm nada a ver, sabe?<sup>15</sup>

Ednardo deixa claro as duas faces da televisão, pois se por um lado ela te divulga, por outro ela vira dona do material, o artista por sua vez perde o controle da sua obra.

Como pode ser observado partindo da memória dos artistas, os programas da TV Globo eram de grande importância para que o artista se tornasse conhecido nacionalmente, ou para um disco recém lançado ter suas vendas potencializadas.

Há de ressaltar que conforma cita Alessandro Portelli quando trabalhamos com fontes orais devemos traçar um caminho complexo, cobrindo três níveis distintos e ao mesmo tempo conectados: “ um fato do passado(o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (a interação entre esses dois fatos)”<sup>16</sup> Sendo assim trabalhamos aqui com a memória de dois artistas que tiveram seus depoimentos recolhidos décadas depois do início de suas carreiras, portanto é perceptível a maneira como os anos subsequentes e o estágio atual de suas vidas influi nos depoimentos, ao mesmo tempo algumas informações só podem ser adquiridas através dos relatos, que muitos vezes tem uma riqueza de detalhes que outras fontes não seriam capazes de preencher.

Partido do que já citamos trabalharemos agora com os quatro clipes do programa dominical Fantástico, são eles: eles Frevo Mulher, Banquete dos Signos, Revelação e Pavão Mysteriozo. Interpretados. Respectivamente interpretados por Amelinha, Elba Ramalho, Fagner e Ednardo.

## Os Clipes

O primeiro clipe aqui citado é da canção Frevo Mulher, música que da nome ao disco da cantora, lançado pela CBS em 1978. A canção composta por Zé Ramalho, foi a música de trabalho do álbum. Talvez por esse motivo a roupa usada pela cantora no clipe é a mesma que veste na capa do disco, fazendo assim uma ligação direta entre o artista visto na televisão e aquela na capa do disco. No vídeo aparecem dois momentos, em um conjunto de cenas a cantora em um campo e do outro lado uma cena de ao que parece moradores subindo no pau de arara<sup>17</sup>, o que constrói uma alusão de imigração. Pois dessa forma que muitos Nordestinos saíam das suas cidades rumo ao sul<sup>18</sup>

15 EDNARDO. Entrevistador: Daniel Lopes Saraiva. Rio de Janeiro, 21 de Ago. 2014.

16 PORTELLI, Alessandro. História oral como arte de escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.18.

17 Caminhão adaptado para o transporte de pessoas

18 Nesse caso sul refere a parte geográfica não a região

do país. Na continuação das imagens é possível ver os passageiros dentro do caminhão em uma estrada de terra. Já as imagens da cantora aparecem em uma vegetação típica da região Nordeste, com vegetação da catinga, como os cactos.<sup>19</sup>

O segundo vídeo é Banquete dos Signos, música também composta por Zé Ramalho, para o segundo Long Play da intérprete. O disco Capim do Vale(1980), gravado pela Epic, um braço fonográfico da CBS. A chamada do Clipe do programa dominical diz que “Elba reuniu 10 mil pessoas em um show em São Paulo, que a cantora diz que quando canta é para levantar, explodir e fazer voar, uma atriz que virou cantora e estava lançando seu segundo LP”. No clipe Elba Ramalho aparece nas dunas, com um vestido branco, leve. O sol é o outro elemento presente em todo clipe, ao fim a sombra da cantora nas dunas, e o sol atrás que gera um efeito no fim do vídeo.<sup>20</sup>

O terceiro clipe aqui focado é da canção Revelação, interpretada por Fagner. Composta pelos irmãos piauienses Clodo e Clésio, ela integra o quinto disco do artista, Eu Canto Quem Viver Chorar(1978) . Na chamada do clipe no programa televisivo é destacado que a canção é uma das mais tocadas na rádio e nas ruas nos três primeiros anos de 1979, além de elogiar a interpretação do artista. O clipe tem como cenário predominante um quarto, o cantor chega com uma boina, muito parecida com a que ele usa na capa do disco. Parece então que o a imagem do clipe remete a do disco, o que poderia ajudar na identificação para um possível comprador do LP. Diferente das outras duas artistas, Fagner já era artista conhecido em âmbito nacional naquele momento, era seu quinto disco, tendo já canções gravadas por Elis Regina e Roberto Carlos, além de ter a participação de Nara Leão em seu primeiro disco. Era diretor do selo Epic, que naquele momento lançava artistas como a já citada Elba Ramalho, Terezinha de Jesus e Zé Ramalho.<sup>21</sup>

O último aqui analisado é da canção Pavão Misterioso, do primeiro disco solo de Ednardo, que além de intérprete é o compositor da música, que conta como uma das faixas do LP O Romance do Pavão Misterioso. Como ressaltado anteriormente, a música fez muito sucesso ao ser escolhida como abertura de uma telenovela. O disco é de 1974, lançado pela RCA Victor. Já o clipe é de 1976, ano da novela. O cantor aparece sentado, com um violão, usando uma calça e uma camiseta de cordas trançada. Com o cenário todo preto, o cantor é a figura central, e só divide a atenção com a imagem do Pavão que está atrás do artista.<sup>22</sup>

Os quatro artistas que tiveram aqui seus clipes trabalhados fazem parte de um momento musical brasileiro em que artistas de outras partes do país tiveram a chance de dar início as suas carreiras no eixo Rio-São Paulo. Na década de 1970 era praticamente impossível iniciar uma carreira não estando nos grandes centros. A região nordeste tem o maior grupo de artistas que naquele momento ganham visibilidade e oportunidade de gravar. Alguns já se conheciam de seus estados,

19 (<https://www.youtube.com/watch?v=3rMZkpkLSBY>) <acesso em 20 de Junho>

20 ([https://www.youtube.com/watch?v=oH\\_HElwTQqs](https://www.youtube.com/watch?v=oH_HElwTQqs)) <acesso em 20 de Junho>

21 ([https://www.youtube.com/watch?v=KaBS\\_RYfRCU](https://www.youtube.com/watch?v=KaBS_RYfRCU)) <acesso em 20 de Junho>

22 (<https://www.youtube.com/watch?v=g8fTcdIyJXs>) <acesso em 20 de Junho>

outros se encontram pela primeira vez já no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Mas o que cito destaco é que mesmo tendo trajetórias singulares eles compartilharam similaridades. Para além de serem da mesma região, os quatro artistas aqui abordados gravam em algum momento de sua carreira para o selo CBS, ou para seu braço fonográfico o Epic. Além disso compartilhavam as mesmas redes de sociabilidades. O que faz com que possamos os enxergar enquanto movimento.

No cliques aqui narrados fica evidente a tentativa de ficar as duas primeiras cantoras ao lugar de origem delas, ou seja a região Nordeste. Já Fagner e Ednardo não tem essa conexão de forma explícita nos vídeos musicais. Mas em outros momentos de suas carreiras também tem suas imagens ligadas à de cantores regionais, longe de ser um problema. Entretanto uma questão a se pensar é o porquê de alguns artistas serem considerados regionais e outros serem incluídos a sigla MPB (que seria a sigla que representaria a música popular brasileira).

### Conclusão

O artigo aborda rapidamente a história da importância da televisão na construção da carreira de um artista nas décadas de 1970 e 1980. Ressalta também a importância de se trabalhar com o audiovisual, nesse caso com os cliques do programa dominical Fantástico. Analisar os vídeos nos permite entender a forma com que determinado artista era divulgado, seja pela gravadora, ou emissora. Muitas vezes os lançamentos dos cliques eram atrelados ao lançamento dos discos. Para além disso o audiovisual ajuda na construção da imagem do ídolo, o artista, o que ajuda na vendagem dos LP's. Os compactos simples e duplo perdem espaço para o Long Play na década referida, onde um projeto artístico é trabalhado envolvendo arte gráfica da capa, encarte, ordem das faixas, escolha de músicas de trabalho entre outros aspectos.

O texto aqui apresentado é um convite para se trabalhar a música e o audiovisual, que nas décadas referidas andavam juntas, a televisão era a principal vitrine para o artista. A TV Globo por ser a campeã de audiência absoluta, seria essa plataforma ideal para divulgar um artista novo, ou um trabalho de um artista já consolidado. Como exemplo temos o cantor Roberto Carlos, que em 1974, no auge do sucesso assina um contrato para ser exclusivo da emissora carioca, o artista até hoje mantém essa exclusividade.

O historiador Rafael Hagemeyer em seu livro atenta para a observarmos que parte da academia ainda hoje ignora a televisão enquanto fonte, mesmo sendo evidente que desde a década de 1970 é impossível ignorar a influência social das televisões na sociedade ocidentais.<sup>23</sup> No campo historiográfico essa rejeição é ainda hoje percebida, a televisão considerada por muitos acadêmicos como alienante. Em crescimento, mas ainda pontuais são os trabalhos que decidem debruçar sobre programas ou novelas exibidas nas TV's.

23 HAGEMEYER, Rafael Rosa. História e Audiovisual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p.34.

Acreditando então que enquanto temática há muito que ser trabalhado tanto em temas ligados a música e ao audiovisual, esse artigo faz esse convite. Vale destacar que esse texto é originário de uma tese de doutorado em andamento, cujo tema central é a explosão da música nordestina nas décadas de 1970 e 1970. Esse artigo é então um dos fios condutores para pensar a trajetória desses artistas enquanto individuais e de que forma se relacionam como grupo. Pensar também de que forma esses artistas desenvolvem suas relações com a indústria fonográfica, e com a construção da carreira, que perpassa pela aparição nas redes de televisão.

## Juan de Palafox, bispo e vice-rei: Igreja e Estado na Nova Espanha do séc. XVII

Flavia Silva Barros Ximenes  
flaviaslb@yahoo.com.br

### Resumo

Os religiosos sempre tiveram papel de destaque no governo das monarquias ibéricas onde cardeais, bispos e inquisidores frequentemente integraram juntas e conselhos. Luis Ribot assinala que nos primeiros tempos da Idade Moderna o cargo de presidente do Conselho de Castela esteve ocupado na maioria das vezes por bispos. Nos territórios ultramarinos a coroa também não prescindiu da colaboração do clero numa atuação que foi muito além da evangelização dos naturais. As prerrogativas concedidas pelo padroado, em especial o direito da apresentação de candidatos aos postos eclesiásticos, faziam com que a Igreja funcionasse como um auxiliar da Coroa, o que levava o rei a eleger para as posições mais elevadas da igreja os clérigos mais colaborativos, geralmente com um histórico de serviços já prestados à monarquia. Como ocupantes de uma posição particular na estrutura do poder e detentores de enorme influência, os bispos muitas vezes entraram em conflito com a jurisdição de vice-reis e audiências, o que faz destas figuras ricos instrumentos de análise da estrutura de poder de que faziam parte. Desse modo, essa comunicação pretende refletir sobre a participação eclesiástica no governo das Índias tendo como referência a atuação de Don Juan de Palafox y Mendoza, *hechura* do conde-duque de Olivares, bispo e vice-rei.

**Palavras-chave:** Igreja, Governo das Índias, Juan de Palafox, Monarquia Hispânica

Durante muito tempo as coisas de César e as de Deus andaram juntas, em especial na península ibérica do século XVII onde a ordem sócio-política baseava-se fundamentalmente no catolicismo, a política era indissociável do elemento religioso e o dever primordial do rei era defender a fé católica.

Numa arquitetura de governo onde o poder era, em essência, partilhado, os eclesiásticos sempre tiveram papel de destaque. Além de estarem presentes no Conselho da Inquisição, pela própria natureza da matéria tratada, os primeiros presidentes do Conselho de Fazenda foram bispos, o arcebispo de Toledo e o Inquisidor Geral participavam habitualmente do Conselho de Estado e, no início da Idade Moderna, o cargo de presidente do Conselho de Castela pertenceu, na maior parte das vezes, a bispos<sup>1</sup>.

1 RIBOT, Luis. "El gobierno de la Corona de Castilla en los siglos XVI y XVII". In: Rodriguez, Antonio C. y Martínez, Adolfo C. (orgs.). *Saber y Gobierno*. Madrid: Actas, 2013, p.93.



Consciente da influência da Igreja na vida social, a coroa a utilizou de várias formas para afirmar a própria autoridade, seja utilizando o amplo alcance do episcopado através da rede de paróquias e do papel dos bispos como transmissores das comunicações reais através dessa rede, da legitimação do regime e suas políticas através do discurso religioso, onde o governo real era expressão da vontade divina ou da própria concessão de cargos de destaque e importância no governo.

Nos territórios ultramarinos a Coroa também não prescindiu da colaboração do clero numa atuação que foi muito além da evangelização dos naturais. Entre os anos de 1493 e 1508 os papas Alexandre VI e Julio III concederam aos Reis Católicos o padroado sobre toda a Igreja das Índias, ou seja, cederam a Coroa certos direitos em troca da edificação, dote e fundação de tudo que fosse conveniente para a expansão da fé na América<sup>2</sup>. Um dos direitos concedidos pelo padroado era a apresentação de candidatos aos benefícios eclesiásticos. Todos eram nomeados pelo rei ou pelos vice-reis, que atuavam como vice-patronos, e mesmo que as nomeações estivessem tecnicamente sujeitas a aprovação do papa (no caso de bispos) ou das autoridades diocesanas (nos benefícios menores) esta aprovação era praticamente automática<sup>3</sup>, o que fazia com que o progresso na carreira eclesiástica dependesse do favor real. Entre Deus e o rei, os bispos atuavam num limite tênue entre o secular e o religioso. Pastores de seu rebanho, pais e protetores dos fiéis, também eram coadjutores de ordens reais e intermediários, através dos tribunais eclesiásticos, de vários aspectos da vida da população.

Detentores de tanta influência, não é de estranhar que as relações com as autoridades seculares tenham sido muitas vezes conflituosas, em especial com os vice-reis, com os quais geralmente competiram por jurisdição e prerrogativas. Para Letícia Perez Puente a condição do bispo como agente político fica clara na seleção dos eleitos para ocupar as dioceses americanas, pois eram homens de Estado e sua nomeação se deveu aos méritos de suas realizações ou ao que prometiam realizar ao assumir o cargo. Embora o padroado tenha justificado o controle real sobre as atividades eclesiásticas, a canalização desse controle se deu em grande medida através dos bispos. Puente<sup>4</sup> chama a atenção para o poder que os bispos detinham e que, para ter uma idéia do alcance deste poder basta atentar para suas relações com o poder dos vice-reis, com o qual todos competiram, salvo raríssimas exceções. Pedro Cardim<sup>5</sup> ao afirmar que a presença do religioso sempre marcou o exercício da autoridade, ressalta que o poder, em si, envolve quase sempre um elemento religioso, na medida em que condiciona o comportamento das pessoas. Os religiosos investidos de poder temporal, no limite entre Deus e César, nos permitem com suas contradições, erros e acertos, refletir sobre os meandros da política e sua interseção com a religião. Don Juan de Palafox y Mendoza foi um dos que se equilibrou nesse limite tênue.

2 GARCIA, Antonio Rubial (coord.) La Iglesia en el México Colonial. México: Ediciones de Educación y Cultura, 2013.

3 FARRIS, N. M. La Corona y el clero en el México colonial 1579-1821. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

4 PUENTE, Letícia Perez. El obispo. Político de institución divina. In: La Iglesia en Nueva España. Problemas y perspectivas de investigación. México Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

5 CARDIM, Pedro. Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. Revista de História das Idéias, Coimbra: IHTI, v. 22, 2001.

### Juan de Palafox y Mendoza, bispo e vice-rei

Nascido em 1600, filho do Marques de Ariza, graduou-se em direito canônico na Universidade de Salamanca, centro dos grandes debates da época, em especial da questão reformista, que crescia a medida que a monarquia espanhola se afastava do “século de ouro”. No início do século XVII a Coroa espanhola, o outrora vitorioso império de Felipe II, enfrentava uma crise financeira, e era difícil manter o controle sobre seus territórios, o que já havia levado à perda dos Países Baixos em 1580 e sessenta anos mais tarde levaria à perda de Portugal. Com a crescente debilidade da economia ameaçando a Coroa há o despertar de uma consciência da crise, que leva a um debate intenso para buscar suas razões e nesse contexto proliferam textos conhecidos como arbítrios.

No entender dos reformistas o declínio da Coroa não era de fundo político ou econômico, mas tinha como causa a decadência da moral e dos costumes que dominava a monarquia em todos os setores. Em meio à efervescência reformista Palafox, tão logo se gradua na Universidade é encarregado por seu pai de tutelar seu irmão mais moço e administrar o marquesado de Ariza. Em 1626 é chamado para representar a nobreza nas Cortes Aragonesas convocadas por Felipe IV para negociar a contribuição a União de Armas, projeto do conde-duque de Olivares que propunha a criação de um exército comum para todos os reinos da Monarquia espanhola, sustentado igualmente por todos com recursos humanos e financeiros. Sem abrir mão das prerrogativas aragonesas Palafox defendeu a proposta real, afirmando que a colaboração com a Coroa fortaleceria a posição de Aragão perante o rei, oferecendo maiores possibilidades de ascensão a seus habitantes. Ao final das cortes, as partes entraram em acordo: em troca do apoio a União de Armas, os aragoneses teriam maior participação nos cargos da administração real. Essa medida estava em perfeita concordância com a intenção de Olivares de integrar a Monarquia, tornando-a mais homogênea e unificada.

Os esforços de Juan de Palafox e sua lealdade ao rei chamaram a atenção do conde-duque de Olivares, que reconheceu o potencial do jovem aragonês, o qual no mesmo ano de 1626 recebeu a nomeação como procurador do Conselho de Guerra. Este ano foi um divisor de águas na sua carreira, quando se transformou de um promissor nobre de Aragão em um dos membros do círculo de preferidos de Olivares, os favoritos do favorito do rei. Em 1629 recebeu as ordens sacerdotais e alguns meses depois, no mesmo ano, foi nomeado fiscal do Conselho das Índias, sendo logo depois designado como capelão-mor da irmã do rei, a infanta dona Maria, com a missão de escoltá-la em sua viagem a Viena onde encontraria seu marido Fernando III, rei da Boêmia e da Hungria. Retornando a Madrid retomou seu posto no Conselho das Índias e logo foi promovido a conselheiro, tendo então a oportunidade de entrar em contato com o governo do Novo Mundo e suas particularidades.

Ao chegar também ofereceu ao rei o *Dialogo político del estado de Alemania y comparacion de España con las demas naciones*, que pode ser considerado um arbítrio, escrito na forma de diálogo entre dois amigos, Don Francisco e Don Diego, que debatem as vantagens da monarquia espanhola sobre as outras. Já se encontra aqui uma fratura entre o pensamento de Palafox e de Olivares, já que

na fala de Don Francisco, enfatiza que as diferentes leis dos reinos que compõem a Coroa são muito convenientes: cada reino é governado de acordo com suas inclinações e características próprias, mas unido por um único rei e uma única fé, mantendo leis e costumes próprios de cada reino que deveriam ser respeitados pelo rei para o crescimento da monarquia e a manutenção de seus territórios enquanto para Olivares, no entanto, a solução para o declínio espanhol era a centralização e unificação da autoridade real. No seu texto também se encontra a preocupação com a moralidade, mas o pano de fundo da obra é a defesa da monarquia composta:

D.Dieg. Como podeis assentar esto de una Ley, siendo tan diferentes las Leyes, con que se gobiernan las Coronas de Castilla, Aragon, y Portugal? D. Franc. Esta diferiencia, no es la que desazona el estado comun, antes es muy vistosa, y conveniente. Porque assi como no vendra bien, el sombrero á la mano, ni el guante á la cabeza, y seria estraño, y disforme, si se trocassen; así cada Reyno, conforme sus naturales, sus inclinaciones, su situacion, sus circunstancias, ha de tener diferentes la leyes, y con esse cuidado se ha de gobernar; porque seria peligroso alterarles el gobierno que aman, porque con él nacieron y crecieron. Pero en lo universal, que es el reconocimiento, la lealdad, la obediencia, y jurisdiccion, este sujetos á un Rey, tienen conseguida la mas principal parte de la felicidad en lo político.<sup>6</sup>

Defendeu e nunca abandonou a opinião de que a unidade da Coroa é sua fé e seu rei, tendo cada reino suas leis e características próprias, devendo o monarca visitar seus reinos, para “quitar la tristeza á los subditos, y aún los zelos de assiste más á una que á otra Nacion” comportando-se como “fuese nacido en cada una”, granjeando assim o amor dos súditos, outro conceito que perpassa os escritos políticos palafoxianos: “justamente ama el Rey á sus vassallos, y justamente le amamos”<sup>7</sup>, “Claro está que un Rey Catolico [...] teme mas las lagrimas de sus vasallos, que las lanzas de sus enemigos [...]”<sup>8</sup>, para o bispo, o amor do vassalo é o grande tesouro do seu rei.

Dando sequência a seus planos de reforma e aumento da intervenção governamental, o conde-duque de Olivares enviou as Índias como vice-rei o Marques de Gelves com a incumbência de pôr seu plano em prática, o que resultou em desagrado e, em 1624, numa revolta que culminou com a fuga desesperada de Gelves da fúria da população disposta a assassiná-lo. Em 1639 a notícia de uma nova ameaça a autoridade de um vice-rei chegava à corte, desta vez o marques de Cadereita era desafiado por uma facção que incluía membros da audiência do México e o Conde-duque então decidiu enviar um visitador geral para restaurar a ordem e zelar pelos interesses da Coroa: o escolhido para a missão foi Don Juan de Palafox.

Nomeado visitador geral em março de 1639, recebeu as incumbências de conduzir as residências dos vice-reis Cerralvo e Cadereita, resolver a disputa entre o vice-rei e a audiência e conduzir uma investigação sobre a conduta dos magistrados do tribunal do México, além de inspecionar a Universidade do México, o Tribunal de Contas, o *Correo Mayor* e a Casa da Moeda, deter a fraude

6 Dialogo político del estado de Alemania y comparacion de España con las demas naciones. Tomo X das *Obras del Ilustrissimo y Venerable Siervo de Dios Don Juan de Palafox y Mendoza*, p.77

7 Dialogo político del estado de Alemania y comparacion de España con las demas naciones, p.77

8 Dialogo político del estado de Alemania y comparacion de España con las demas naciones, p.73

na extração da prata e a administração dos impostos das minas e portos além de ser ordenado bispo de Puebla de Los Angeles, maior diocese da Nova Espanha. Em dezembro do mesmo ano, Palafox, munido de amplos poderes seculares como visitador e não menos ampla influência religiosa conferida pelo bispado, embarcou rumo à Nova Espanha, onde aportou em junho de 1640. Dois meses depois era a vez do novo vice-rei chegar à Nova Espanha. Membro de uma das famílias mais aristocráticas da península, don Diego Lopez Pacheco Cabrera y Bobadilla, duque de Escalona, teria uma carreira curta na nova função: Em 1641, após a notícia da rebelião portuguesa, foi deposto após acusações de conspiração com os portugueses rebeldes, que apesar de não serem substanciais, foram suficientes para alarmar a corte e selar a deposição do vice-rei.

Depois da deposição de Escalona, Palafox é empossado como vice-rei interino e arcebispo do México, além de atuar como visitador-geral. Foi o momento de maior concentração de poder em suas mãos, reunindo a autoridade e o prestígio das esferas religiosa e secular. Profundamente impressionado com as revoltas da Catalunha e de Portugal, Palafox advogava uma mudança radical da postura da Coroa em relação à América, com a adoção de medidas mais conformes aos interesses locais, em especial dos crioulos. Conquistou o apoio local com suas medidas, concentradas basicamente em reduzir a pressão fiscal sobre o vice-reino, inclusive colocando-se contra o imposto do papel selado e propondo a redução da taxa da *alcabala*, limitar os poderes do vice-rei e reformar a administração local. No entanto, reformar a administração da Nova Espanha era um risco que a Coroa não queria correr num momento de fragilidade interna e externa e, assim, em novembro de 1642 García Sarmiento de Sotomayor y Luna, conde de Salvatierra, substituiu Juan de Palafox como vice-rei.

O vice-reinado de Salvatierra é o início de tempos difíceis para Palafox, um período marcado por tensões políticas, onde não pode contar com seu patrono, conde-duque de Olivares, que caiu do poder em 1643, mesmo ano em que Palafox havia renunciado ao cargo de Arcebispo do México. Duas visões estavam em choque: a do conde, para quem o necessário era recolher impostos para o tesouro real, e a do bispo, que queria reformas profundas cujos resultados seriam vistos a longo prazo. Logo as visões opostas do ex e do atual vice-rei entraram em conflito, enquanto na esfera religiosa, explodia um conflito com os Jesuítas, motivado pelo pagamento dos dízimos. Salvatierra representava para Palafox a política autoritária que levava a perda de Portugal e a revolta da Catalunha, priorizando a arrecadação de fundos sem levar em conta as necessidades locais. Os embates entre ambos prosseguiram, a autoridade do visitador geral contra a do vice-rei, que se uniu aos inimigos do bispo-visitador até lançar sobre ele o fantasma de uma rebelião, acusando-o de ser perigoso para a estabilidade do vice-reino e de incitar o povo a revolta. Acusado de sedição, com os ânimos da população exaltados em seu favor, o que motivou um tumulto em Puebla, Palafox saiu da cidade e se escondeu em São Jose de Chiapas, num auto-exílio que durou de junho a novembro de 1647. Em setembro de 1647 chegaram ordens de Madri para por fim a contenda: o conde de Salvatierra foi designado como vice-rei do Peru, e Palafox recebeu ordens de encerrar a visita geral, mas só em novembro, com a chegada do governador interino da Nova Espanha, saiu do seu esconderijo e retornou à sua diocese. O fim de seu projeto reformista foi decretado por uma ordem

datada de fevereiro de 1648, a qual determinou que embarcasse no primeiro navio para a Espanha, e em junho de 1649 deixa a Nova Espanha para onde, apesar de seu desejo, não mais voltaria.

A principal característica do pensamento político de Palafox é a defesa do pluralismo da monarquia espanhola, com seus vários reinos unidos sob o comando de um rei. As revoltas da Catalunha e de Portugal convenceram ainda mais Palafox do acerto de sua proposição. As políticas de Olivares tornaram-se muito impopulares em Portugal, acumulando a participação do reino na guerra, tanto financeiramente quanto com o envio de soldados, com as violações do Estatuto de Tomar, que o rei espanhol tinha concordado em respeitar quando da União Ibérica.

Assim, com a rebelião portuguesa, vendo perdido mais um reino em seu já fragmentado Império, Palafox convenceu-se ainda mais da necessidade de retorno ao modelo tradicional da monarquia dos Habsburgo, onde o rei atua como um pai solícito, governando por si com a ajuda de bons conselheiros, visitando seus reinos e se adaptando a seus costumes. Acreditava que não era possível aplicar regras gerais de governo a uma estrutura intrinsecamente diversificada. Para ele a unidade e a diversidade dessa monarquia não eram contraditórias e poderiam coexistir, sendo necessário para isso que o rei defendesse os interesses particulares de cada um dos territórios sob sua autoridade, pois a unificação forçada poderia “adoecer o corpo da monarquia”:

...es intentar, que estas Naciones, que entre si son tan diversas, se hiciessen unas en la forma de gobierno, leyes y obediencia, gobernandolas con una misma mano y manera, y que á este intento, resistido por la naciones, se resistisse o Valido que o deseaba con muy buena intencion, ofendendose de que ellas no se ajustassen á su modo, y sobre esto despertasse diferencias. Porque a la verdad esta empresa, aunque nació de bonissima raíz, que era hacer unidad en el gobierno, y excluir la diversidad que suele ser la madre de las discordias; pero assi como era possible siendo criador, era imposible siendo Gobernador lo que intentaba: pues solo Dios puede criar á los Reynos con unas inclinaciones, pero una vez criados con diversas, necesario es que sean diversas las leyes, y forma de su gobierno.<sup>9</sup>

Para isso propôs medidas compatíveis com os interesses da Nova Espanha, em especial dos crioulos, cujo apoio considerava tão indispensável para a coesão social e estabilidade da monarquia quanto o das oligarquias peninsulares. Além de propor, pôs em prática um projeto de reforma, que a Coroa não arriscou apoiar. As áreas em que concentrou seus esforços eram demasiado sensíveis, em especial no tocante a arrecadação de impostos.

Para Palafox, reduzir os impostos era uma maneira de fortalecer a autoridade real, pois, na medida em que se suas elites recebessem compensação pelos serviços à coroa, os vice-reinos das Índias seriam leais ao rei e rentáveis a monarquia. Para justificar essa posição comparava os impostos ao sangue, que se sobe todo à cabeça debilita o corpo e se desce todo ao corpo enfraquece a cabeça, sendo assim “toda conservação pública consiste em dar à cabeça o bastante, e deixar no corpo o necessário.”<sup>10</sup>

9 *Dictames Espirituales y Politicos*, p. 45. Encontra-se no Tomo X das *Obras del Ilustrissimo y Venerable Siervo de Dios Don Juan de Palafox y Mendoza*.

10 *Dictames Espirituales y Politicos*, p. 29.



Enquanto lutava para reformar a administração do vice-reino e cumpria suas obrigações como visitador-geral, não descuidou da atuação no campo religioso. Ao assumir o bispado de Puebla, Palafox tinha dois objetivos principais: transferir o controle das paróquias indígenas das ordens mendicantes para o clero regular e obrigar os jesuítas a pagar os dízimos à igreja diocesana.

Nos primeiros tempos da conquista o clero regular, munido de privilégios concedidos pela sede apostólica para suprir a falta de clérigos seculares, desembarcou na nova terra para evangelizar os índios e estruturou uma organização eficiente, mas, segundo as normas da Igreja, improvisada. Com a chegada dos primeiros bispos, que já encontraram toda uma estrutura regular em funcionamento, começaram as tentativas de impor a administração diocesana o que resultou em um longo e persistente conflito entre o clero regular e o secular. No século XVII, o *déficit* de padres seculares que havia nos primeiros tempos da conquista não existia mais, ao contrário, havia aproximadamente 2.000 padres crioulos no vice-reino competindo por lugares na hierarquia da Igreja<sup>11</sup>. Os frades, por sua vez, não queriam entregar suas paróquias e surgiam críticas de enriquecimento excessivo e abusos cometidos contra os índios. Havia uma longa história acerca do enfrentamento entre bispos e ordens regulares; já no século anterior o arcebispo do México, Don Pedro Moya de Contreras tinha se envolvido em longos e infrutíferos embates com as ordens. Seis meses após sua chegada, Palafox determinou que a ordem dos franciscanos obedecesse a um decreto real de 1638 que determinava que os frades prestassem exames perante o bispo em teologia, moral e língua ou as paróquias seriam confiscadas. Perante a recusa do comissário da ordem, fez valer suas prerrogativas para cumprir a determinação, despejando paróquias sob protesto dos frades e distribuição de panfletos e sermões vilipendiando o bispo, que prosseguiu em suas determinações, fazendo com que os Dominicanos e Agostinianos também entregassem paróquias, no total três dominicanas, duas agostinianas e trinta e uma franciscanas.

O bispo também se enfrentaria com os Jesuítas num confronto que ultrapassaria os limites da Nova Espanha. Já em 1642, com a cobrança dos dízimos aos jesuítas, que se recusavam a pagá-los, os ânimos estavam exaltados. A pedido de Palafox foi feito um levantamento dos bens dos jesuítas, que revelou uma enorme riqueza acumulada sobre a qual os frades se recusavam a pagar o dízimo devido. Por doação papal os dízimos do Novo Mundo pertenciam à Coroa, que os distribuía, logo, deixar de pagá-lo lesava a Coroa, que não recebia o devido, e a Igreja, que ficava sem a doação correspondente. Em 1647 o conflito explodiu com acusações de parte a parte, ataques mútuos, excomunhões recíprocas, com intervenções da Igreja e da Coroa – só em janeiro de 1648 o rei expediu catorze cédulas sobre a contenda. Mesmo após seu retorno a Madri, embate com persistiu, com os frades acusando os partidários de Palafox de conspirar contra a Ordem. Em 1652 Palafox oferece ao rei a obra *Defensa canônica por la jurisdicción episcopal de Puebla de los Angeles*, a qual obteve reação inflamada dos frades. A disputa só foi encerrada após dois breves papais em favor de Palafox, mas o mal estar persistiu ao longo de um interminável processo de canonização do bispo.

11 TOLEDO, Cayetana Alvarez de. Politics and Reform in Spain and Viceroyal Mexico: The life and Thought of Juan de Palafox 1600-1659. New York: Oxford University Press Inc., 2004, p.66.



Palafox cresceu à sombra tanto da visão de um iminente declínio da monarquia espanhola quanto do saudosismo que invocava reformas que trariam o retorno dos tempos gloriosos. E é a consciência do declínio e necessidade de reforma que vão nortear todo o pensamento político de Palafox e também sua ação na Nova Espanha.

Enviado por um Olivares confiante na lealdade ao rei e na energia reformadora do seu pupilo para atuar nas Índias, interpretou sua missão de forma totalmente diferente da do seu protetor, acreditando que os territórios americanos eram parte autônoma da monarquia e tinham o mesmo direito dos reinos peninsulares. A Coroa, em sua opinião, deveria mudar a sua forma de governar não só nos territórios europeus, mas também nas Índias e foi com essa intenção em mente que aportou na Nova Espanha como visitador e agarrou com ímpeto a possibilidade de se tornar vice-rei.

Palafox seguiu lutando até o fim, pregando e escrevendo, sem se deter perante as oposições, mas tanta determinação não impediu que seus planos fossem frustrados. Ainda advertiu o rei ser muito provável que “por la distancia tan apartada de su cuerpo y cabeza que es Vuestra Majestad, los virreynatos queden politicamente del todo separados de Vuestra Majestd”<sup>12</sup> que muitos consideram uma previsão da independência das Índias, com quase dois séculos de antecedência.

## Conclusão

Através da atuação de Juan de Palafox podemos observar as estruturas sociais e políticas da América do século XVII e o papel da Igreja e seus agentes nessas estruturas. O poder que os homens da Igreja possuíam, o uso desse poder pela Coroa através do padroado que mantinha a Igreja sob o controle real, os conflitos entre o poder religioso e secular permitidos e até provocados por jurisdições não delimitadas claramente, o impacto da crise e das tentativas de reformas da Monarquia hispânica sobre uma sociedade marcada por tensões e disputas entre a elite local e os peninsulares, são o contexto onde se desenrola parte significativa da carreira de Palafox, cenário que o influenciou e que foi influenciado por ele.

As reformas promovidas pelo conde-duque de Olivares e seus efeitos nas Índias, onde havia uma tensão constante entre peninsulares e crioulos numa constante disputa por cargos na administração e por privilégios para seu grupo, também podem ser observadas da perspectiva de Palafox, que abraçou a causa dos crioulos, defendendo seus interesses. Os conflitos com dois vice-reis deixa entrever o quão delicada era a manutenção do equilíbrio entre poderes que lutavam por suas prerrogativas, o que não era diferente na relação entre o episcopado e as ordens religiosas, com os bispos tentando impor sua autoridade na administração diocesana contra as ordens que reclamavam os privilégios adquiridos como pioneiros na evangelização indiana.

12 BOADELLA, Monserrat Galí (Org.) La Pluma e El Baculo. México: BUAP, 2004, p.55.

Enfim, não é possível compreender a história da Nova Espanha sem considerar a participação crucial da Igreja na sua formação, muito além da tarefa evangelizadora dos índios. O estudo de Juan de Palafox mostra a profundidade dessa participação e a necessidade de considerar a análise do episcopado como pano de fundo para a compreensão de um leque de situações onde os homens da Igreja atuaram de forma marcante, influenciando a sociedade e a política.

## O início da presença portuguesa no “Reino de Angola”, século XVI

Luciana Lucia da Silva  
l.lucia.silva@hotmail.com

### Resumo

A comunicação proposta busca apresentar alguns aspectos da relação mantida entre portugueses e povos Mbundu – denominação dada aos falantes do kimbundu que ocupavam uma larga faixa da África Central Ocidental – no momento inicial dessa presença estrangeira na região, que se deu já no século XVI. O reino do Ndongo, habitado por um subgrupo entre os Mbundu, se situava na região que ficou conhecida como Angola a partir do início da presença portuguesa no local. Nesta região foram mantidas relações bastante diferentes daquelas estabelecidas pelos portugueses em outras localidades da costa africana até então. Essa foi uma região onde se deram contatos, estabeleceram-se alianças e conflitos de forma bastante intensa e peculiar entre portugueses e africanos e que viriam a resultar no estabelecimento da futura colônia de Angola. Nesta apresentação trabalharemos com a ideia de “dinâmica imperial”, perspectiva historiográfica que vem sendo adotada por grande parte dos estudos recentes acerca da presença portuguesa nos diferentes territórios ultramarinos. Trata-se de uma forma de pensar o Império a partir da articulação entre os diferentes territórios que o compunham, reconhecendo que cada um desses territórios possuía dinâmicas próprias, que se articulavam com o centro da monarquia em Portugal e, principalmente, entre si, conectando-se uns aos outros em diferentes arranjos temporais e espaciais, identificando, entre outras coisas, a importância do sistema atlântico como primordial a sua construção. Temos como pressuposto a crença de que a compreensão da “dinâmica imperial” possibilita um melhor conhecimento não só da sociedade portuguesa, mas das áreas que a ela estiveram conectadas nesse período, como é o caso do chamado “reino de Angola”. O objetivo deste trabalho é pensar dinâmicas presentes nos primeiros contatos entre os portugueses e os habitantes do Ndongo. Buscando perceber nesse momento inicial o fator relacional entre interesses portugueses e Mbundu – os quais certamente estiveram envolvidos nesse processo, mas têm o seu papel muitas vezes negligenciado na escrita da história. Portanto, questionamos quais teriam sido as motivações, interesses e expectativas presentes no desejo do estabelecimento dessa relação tanto para portugueses quanto, e principalmente, para africanos. Além de problematizar quais tipos de relação puderam ser estabelecidos entre portugueses e povos Mbundu nesse momento.

**Palavras-chave:** Reino de Angola, Ndongo, presença portuguesa.

## O “reino de Angola”

O Ndongo era um núcleo de poder habitado por um subgrupo entre os Mbundu, os falantes do kimbundu, que ocupavam uma larga faixa da África Centro Ocidental, ao longo do baixo Kuanza e do médio Kuango.<sup>1</sup> Sua área era limitada a norte pelos povos Bakongo, a sul pelos Ovimbundu e a leste pelos povos Chokwe-Lwena. A partir do início da presença portuguesa esta região passou a ser conhecida como Angola, numa referência ao seu soberano, o *ngola*, aparecendo na documentação como “reino de Angola”.

O Ndongo era baseado em formas linhageiras de organização, mas conseguiu certo grau de centralização ao formar confederações de linhagens hierarquizadas entre si. O desenvolvimento de estruturas de poder mais centralizadas se baseava na posse de insígnias de poder como o *ngola* e perpassavam as linhagens; de modo que cada linhagem continuava a ter certa autonomia dentro de seu espaço específico. Foi esse desenvolvimento que fez com que no século XVI o Ndongo pudesse ser considerado um reino com bem sucedida centralização e controle das linhagens, havia atingido posição de destaque em relação aos demais grupos Mbundu e uma estrutura hierárquica que possibilitou sua expansão numa grande dimensão. O seu principal chefe era o *ngola* e o poder local era exercido pelo soba, um chefe de linhagem que exercia o poder em contato direto com a população.<sup>2</sup> Foi exatamente com esses dois poderes, o *ngola* e os sobas, que os portugueses precisavam negociar o comércio e sua presença na região.

Neste trabalho, que resulta de pesquisa de mestrado ainda em fase inicial, e que tem por objetivo realizar uma análise crítica de aspectos da relação mantida entre portugueses e povos Mbundu no século XVI, iremos problematizar a visão que a percebe como resultante apenas da ação dos conquistadores, através de um olhar atento às trocas que estavam sendo estabelecidas naquele momento entre os diferentes agentes envolvidos nesse processo. Entre os objetivos está a identificação dos interesses e expectativas presentes no estabelecimento dessas relações tanto para portugueses quanto para africanos ainda no XVI, pensando, principalmente, quais as características Mbundu ajudaram a conduzir as possibilidades de atuação portuguesa no Ndongo.

Buscamos, assim, identificar a importância do Ndongo ou reino de Angola nesse contexto, já que ele vai passar a fazer parte do Império Português, influenciando e sendo influenciado pelas dinâmicas imperiais, atlânticas, pois passa nesse momento a estar em contato não só com Portugal, mas com diferentes outros espaços atlânticos, fazendo uso de suas mercadorias, dos seus códigos, através de diferentes arranjos temporais e espaciais. Porém, reconhecendo que esse espaço possuía dinâmicas internas próprias, que foram de grande importância para a construção desse todo, desse sistema atlântico.<sup>3</sup> Acreditamos que esse tipo de olhar possibilita um melhor conhecimento não só

1 BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870: Zambézia, Zaire e o Atlântico Sul*. Luanda: ENDIPU/UEE, s/d, p. 22.

2 PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

3 BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no*

da sociedade portuguesa, mas das áreas que a ela estiveram conectadas nesse período, como é o caso do chamado “reino de Angola”.<sup>4</sup>

### Envolvimento no tráfico atlântico

Os centro-africanos, nos quais se incluem os habitantes do Ndongo, dominaram a população escrava inicial das Américas no começo do século XVII<sup>5</sup> O que podemos verificar através dos dados apresentados por Joseph Miller que mostram que durante o século XVI a África Central foi responsável por 82,7% do total de escravizados embarcados através do Atlântico e, na primeira metade do XVII, por 92,8% do total (ver tabela).<sup>6</sup> Desse modo percebemos que, como afirma Joseph Miller, no começo do século XVII, os centro-africanos eram maioria entre os escravos que chegavam à América<sup>7</sup>.

**Tabela 1**

**Escravizados da África Central (embarcados) como proporção do total do comércio atlântico por quartos de século.**

Anos	África Central	Total Atlântico	% África Central
1519-1600	130.900	158.300	82,7
1601-1650	564.700	608.800	92,8
1651-1675	88.400	223.500	39,6
1676-1700	134.100	516.300	26
1701-1725	256.700	956.300	26,8
1726-1750	550.400	1.303.700	42,2
1751-1775	712.000	1.901.200	37,4
1776-1800	813.900	1.906.000	42,7
1801-1825	698.300	1.650.400	41,8
1826-1850	770.600	1.621.000	47,5
1851-1867	155.000	180.500	85,9
<b>Totais</b>	<b>4.875.000</b>	<b>11.026.000</b>	<b>44,3</b>

**Fonte:** MILLER, Joseph. “A África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850.” In: HEYWOOD, Linda M. (org.) *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 78-79.

O Ndongo, apesar de não ser a única região da África Central a comercializar escravos, foi local de destaque no envio de escravos para as Américas através do comércio atlântico. Um olhar sobre o comércio atlântico de escravos na África Central revela a importância do Ndongo para a

**império português, séculos XVI-XIX.** São Paulo: Alameda, 2005.

4 GUEDES, Roberto. *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2013.

5 MILLER, Joseph. A África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, Linda M. (org.) *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 36.

6 MILLER. *A África Central...*, p. 78.

7 MILLER. *A África Central...*, p. 36.

história desse comércio desenvolvido entre africanos e europeus. O envolvimento do Ndongo no comércio de escravos através do Atlântico se iniciou com a venda de cativos para negociantes situados em São Tomé.<sup>8</sup> Com o tempo a presença de comerciantes portugueses na região a sul do Congo começou a se intensificar. As relações comerciais estabelecidas entre Mbundu e portugueses, fizeram com que o Ngola tivesse conhecimento dos benefícios do tráfico de escravos e que a Coroa portuguesa identificasse o “reino de Angola” como mercado promissor, atraindo sua atenção.

Assim, a partir do século XVI, de modo especial a partir de 1580 e nas primeiras do XVII, a busca por cativos na região do Ndongo cresceu de forma bastante intensa, estabelecendo a região de Angola como uma das principais fornecedoras de mão de obra escrava para as Américas ao longo da história do tráfico Atlântico<sup>9</sup>; e consolidando Luanda, nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro, como o maior porto africano de trato.<sup>10</sup>

John Thornton afirma que os centro-africanos teriam tido um papel muito ativo nesse desenvolvimento comercial através do Atlântico, participando dele por sua própria iniciativa. Segundo este autor, as políticas adotadas pelos portugueses para assegurar o controle e a participação da Coroa no comércio africano segundo suas normas e que resultaram na conquista de Angola nos anos 1570, eram conseqüências do plano da Coroa portuguesa de centralizar e monopolizar o comércio, provavelmente para obter um preço monopolista contra os africanos e para garantir seu próprio rendimento ou o de seus licenciados. E, embora a colônia portuguesa de Angola tenha, com certeza, ajudado a manter o controle ao redor da foz do rio Kuanza, os portugueses instalados além de seus limites continuaram a fazer alianças locais e não sofriram supervisão.<sup>11</sup>

Essa dificuldade de controle português se deve ao fato de os africanos não estarem dispostos a aceitar todas as regras estabelecidas pela Coroa. Pois, o desejo dos Mbundu era, da mesma forma que o dos europeus, o de garantir o privilégio de serem os primeiros a escolher as mercadorias e obter o melhor preço nas negociações.<sup>12</sup> Assim, Thornton critica a visão de que a decisão dos africanos de vender escravos poderia ter sido forçada ou involuntária, resultante de uma pressão externa que teria alterado suas dinâmicas internas. De acordo com o defendido por Thornton, a participação africana no comércio atlântico não foi algo imposto pelas necessidades europeias, o que, segundo o autor, pode ser comprovado pelo fato de os africanos já fazerem uso interno de escravos e de um uso comercial já existir antes do comércio de exportação através do Atlântico.<sup>13</sup>

8 MILLER. *A África Central...*, p. 54-55.

9 MILLER. *A África Central...*, p. 33; HEINTZE. *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 279.

10 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000, p. 261.

11 THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 110-111.

12 THORNTON. *A África e os africanos...*, p. 118.

13 THORNTON. *A África e os africanos...*, p. 151-152.



## O Ndongo como parte do Império Português

A partir do século XVI, o Ndongo se insere no projeto colonial português e, com a fundação da vila de Luanda, em 1575, os portugueses iniciam seu estabelecimento no litoral dessa região, de modo que esta passa a fazer parte da expansão portuguesa, o que leva o Ndongo a participar do chamado Império português, do qual foi, segundo os números do tráfico revelam, parte importante. Dessa forma, segundo Diogo Ramada Curto, para a compreensão das dinâmicas locais das sociedades que os portugueses buscaram colonizar, é importante se adotar um ponto de vista que não elimine a existência de fatores imperiais e coloniais, já que esses aspectos são importantes para se entender as sociedades africanas em contato com essa estrutura imperial. Pois, em certa medida, houve de fato um sistema colonial português, com uma ideologia própria aplicado à costa ocidental da África, mas que também compreendia conflitos entre as partes e diferentes interesses. Assim, Ramada Curto alerta para o fato de que, para se compreender os negócios e interesses presentes nesse contexto, é crucial incluir as iniciativas locais, sobretudo as que envolviam os chefes políticos africanos, já que a agência africana influenciava essas dinâmicas, através de sua capacidade de manipulação desses negócios e de seus interesses.<sup>14</sup>

Nesse sentido acreditamos que o Ndongo em sua dimensão atlântica, a partir do contato com os portugueses deva ser pensado através de uma ideia de “dinâmica imperial”, perspectiva historiográfica que vem sendo adotada por grande parte dos estudos recentes acerca da presença portuguesa nos diferentes territórios ultramarinos e que busca superar a história imperial tradicional que enfatiza as normas de controle metropolitanas. Na perspectiva de uma “dinâmica imperial” busca-se pensar o Império a partir da articulação entre os diferentes territórios que o compunham, reconhecendo que cada um desses territórios possuía dinâmicas próprias, que se articulavam com o centro da monarquia em Portugal e, principalmente, entre si, conectando-se uns aos outros em diferentes arranjos temporais e espaciais<sup>15</sup>. Esta perspectiva visa possibilitar uma melhor compreensão do Império ultramarino luso entre os séculos XVI e XVIII, identificando, entre outras coisas, a importância o sistema atlântico como fator primordial a sua construção. Tendo como pressuposto a crença de que a compreensão da “dinâmica imperial” possibilita um melhor conhecimento não só da sociedade portuguesa, mas das áreas que a ela estiveram conectadas nesse período<sup>16</sup>, como é o caso do chamado “reino de Angola”. Reconhecendo a importância das realidades, concepções e iniciativas postas em prática pelas diversas elites do Ndongo como dado importante na configuração dessas dinâmicas, desde seu momento inicial.

14 CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais: séculos XV a XVIII*. São Paulo: Editora Unicamp, 2009, p. 338-339.

15 BICALHO; FERLIN. *Modos de governar...*, 2005.

16 GUEDES. *Dinâmica Imperial...*, 2013.

### O início da presença portuguesa: a primeira embaixada

As primeiras tentativas do *ngola* de fazer contato diplomático com a coroa portuguesa teriam se dado já nas duas primeiras décadas do século XVI. Tentativas essas que teriam sido respondidas com o envio de uma primeira embaixada portuguesa ao Reino do Angola em 1520. A respeito desta sabemos, através do regimento redigido por D. Manuel aos embaixadores Manuel Pacheco e Baltasar de Castro – respectivamente capitão e escrivão do navio –, datado de 16 de fevereiro de 1520, que deveria proceder ao descobrimento do “Regno dAngola”<sup>17</sup> até o Cabo da Boa Esperança.<sup>18</sup> Após detalhar as coisas que seriam necessárias para se levar na viagem, que incluíam presentes, mercadorias e ornamentos para celebrar missa; D. Manuel especifica os objetivos dessa viagem na passagem a seguir:

[o] noso primçipall fundamento hé mamdarmosvos nesta viagem, pera verdes se pode[y]s fazer cõ elRey dAngola que se faça christão e asy a jemte de sua terra, como hé elRey de Comguo, porque somos □ formados que o deseja e que vieram já seus embaixadores a Comguo decramdo que o desejaua ser [...] <sup>19</sup>

Além de apontar como principal fundamento o desejo de fazer o “rei de Angola” cristão – o que não se sustenta ao longo do regimento, como veremos –, esta passagem afirma que D. Manuel havia sido informado de que o rei de Angola havia expressado o desejo de receber o batismo através de embaixadores enviados ao Congo. Referência que aparece em diversos outros documentos e é enfatizada em outro momento por este mesmo regimento:

tanto que cheguardes ao lugar omde o dito Rey esteuer, lhe dire[y]s de nosa parte que nós fomos □ formados per muytas vezes que ele mandou seus □ baixadores a elRey de Comguo, dizemdo que lhe mandase laa om□ s bramquos e sacerdotes, porque se queria tornar christão; e que sabjdo por nós seu bom desejo, por acreçentamento de nosa samta fee vos emuiamos a ele dar lhe nosa amjzade, poys foy tam bem aconselhado que qujs vyr □ conheçimmento da verdade [...] <sup>20</sup>

Nesse segundo trecho mais uma vez o Congo aparece como intermediário entre o *ngola* e o D. Manuel na solicitação da ida de sacerdotes ao Ndongo, demonstrando que nesse momento as relações entre este e Portugal ainda deviam ser tuteladas pelo rei do Congo. Apesar disso, esta solicitação da ida de homens brancos ao Ndongo marca o desejo do *ngola* de se relacionar diretamente, e de forma mais formal com europeus, sem a interferência do Congo; fator que irá mudar a dinâmica da presença portuguesa e das relações de força na África Central.

Este documento é bastante revelador no que se refere aos interesses portugueses nessa viagem de descobrimento e exploração da região a sul do Congo que incluía, principalmente, o “Reino de Angola”. Vejamos este trecho:

17 Essa é, segundo Beatrix Heintze, a primeira vez que o “Regno dAngola” aparece documentado, o termo “Mbundu” teria aparecido ainda antes, no título que identificava Afonso I como “rei de manicongo, e senhor dos Ambu[n]dos”. HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Luanda: Kilomelombe, 2007.p. 171.

18 BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952-1988, vol. I, p. 431.

19 BRÁSIO. *MMA*, vol. I, p. 431-432.

20 BRÁSIO. *MMA*, vol. I, p. 434-435.

Outrosy somos □ formado que no dito Regno dAngola [h]á prata, porque se vyo per huñas manylhas que vyeram a nós delRey de Comguo; trabalhare[y]s por saber parte donde há a dita prata. E asy de quaees quer outros metães e se os há e acham □ sua terra ou noutras e quam lomge sam e se sã estimados e se leuam trabalho □ os tirar, fazemdo por nos trazer amostra de todos e quallquer outro avjso que cõprir, asy das cousas e mercadoyas que lá haa que caa são estimadas [...]. E asy mesmo, quaes das nosas sam lá prezada e □ comtya e preço as □.<sup>21</sup>

Nele D. Manuel demonstra a busca por encontrar o local de onde provinha a prata que supostamente existia em Angola<sup>22</sup>, bem como inquirir a existência de outros metais. O interesse de exploração desses metais fica evidente quando ele especifica que além de encontrar o local de onde se situam as jazidas desses metais, os embaixadores devem procurar saber se é muito trabalho extraí-los. Porém, é ainda mais revelador ao orientar que tragam amostras de todas as coisas e mercadorias estimadas na Europa que lá existam, bem como que procurem saber quais as mercadorias europeias são valorizadas pelos Mbundu. O que revela interesse no estabelecimento de trocas comerciais com a região do Ndongo que traria a Portugal a possibilidade de obter lucros ao adquirir produtos de grande valor, mas que em contrapartida só poderão ser garantidos através do suprimento de mercadorias de interesse local.

A expectativa portuguesa de acesso a itens de grande valor e da descoberta de mercadorias das quais se possa tirar proveito é expressa nesta e em diversas passagens desse regimento, ficando evidente ao longo do documento que os produtos de maior interesse português são, além da prata, o marfim e os escravos. Desse modo o rei de Portugal enfatiza que “carreguamduous o dito Rey dAmguola o navyo descrauos e marfym ou meta□ es [...] darnos conta do que achaes”<sup>23</sup>, e que, se pelo contrário, “nam se querendo o dito Rey se fazer christão, ou nam achamdo hy prata o[u] outro metall ou cousa que se posa receber proveyto”<sup>24</sup> sigam ao longo da costa, via caminho do Cabo da Boa esperança, descobrindo o que há em outras terras. E mais adiante:

se em jndo [a] caminho do Cabo da Boa Esperança desafyuzados do dito Rey dAmguola se fazer crhistão, achardes outro que o queira ser e vos parecer que é sevço de Deus e nosso comuerterse á fee e que se seguirá dhy fruyto, trabalhare[y]s pelo fazer christão [...] e carreguare[y]s o navyo despravos e marfym e metaees [...].<sup>25</sup>

fare[y]s por trazer a melhor carga que poderdes, e vos vire[y]s com ela á dita Jlha de sã Tomé e dhy ao Regno na maneira que dito hé; e nam vos damdo carga em abastamça, tomare[y]s peças de partes ao meio, segundo custume e vos vire[y]s á dita Jlha, resguatamdo por peças e marfym as mercadorias que vos sobejarem.<sup>26</sup>

21 BRÁSIO. *MMA*, vol. I, p. 432-433.

22 De acordo com Alberto Oliveira Pinto, o futuro mostraria que a prata de que eram feitos os objetos saídos do Ndongo para o Congo não era proveniente de minas situadas no território do Ndongo. PINTO, Alberto Oliveira; M'BOKOLO, Elikia. *História de Angola: da pré-história ao início do século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras, 2015, p. 192. Apesar disso, a crença na existência dessas minas de prata conduziu grande parte da ação portuguesa nessa região durante os séculos XVI e XVII.

23 BRÁSIO. *MMA*, vol. I, p. 436.

24 BRÁSIO. *MMA*, vol. I, p. 435-436.

25 BRÁSIO. *MMA*, vol. I, p. 437.

26 BRÁSIO. *MMA*, vol. I, p. 438.

Momentos do regimento em que ficam evidentes o desejo da coroa de obter frutos, não só para o serviço de Deus, mas para o seu; enfatizando que os embaixadores devem fazer o possível para retornar com o navio cheio, utilizando todas as mercadorias possuídas que sobrando estiverem para a aquisição de marfim e para o resgate de escravos. De modo que trazem indícios para crermos que a conversão ao cristianismo antes de objetivo desta viagem é o mecanismo pelo qual se esconde os motivos econômicos<sup>27</sup>, se legitima o envio desta embaixada e, principalmente, pelo qual se busca selar um acordo de pareceria ou “amizade” tendo em vista um favorecimento português. Nesse sentido, o fato do *ngola* não ter aceitado o batismo, seja nesse momento seja nos encontros subsequentes, se coloca como bastante revelador.

De acordo com Alberto Oliveira Pinto, esta primeira embaixada de Portugal ao Reino do Ndongo não teve sucesso. Segundo este autor Baltasar de Castro teria desembarcado na foz do rio Kuanza no ano de 1520, tendo de fato estado na presença de Ngola Inene ao se dirigir à sua corte, obedecendo às instruções dadas por D. Manuel no regimento. Porém, o *ngola* não aceitou tornar-se cristão “e disso deu Baltasar de Castro participação num relatório a Manuel Pacheco que partiria para o Kongo, deixando o companheiro cativo do rei do Ndongo”<sup>28</sup>. Baltasar de Castro teria permanecido no Ndongo, como prisioneiro do *ngola* por seis anos, antes de também se dirigir para o Congo, como aponta carta escrita por ele a D. João III, datada de 15 de outubro de 1526, em que escreve: “faço saber a v. a. que elRey de Cõguo me tyrou de catyvo de poder dAmguola; vym ter a esta cydade ho derradeyro dya do mes de set[em]bro de 1526”<sup>29</sup>.

Não se sabe os motivos para a recusa do soberano kimbundu em aceitar a conversão ao cristianismo e para fazer de Baltasar de Castro seu prisioneiro, em especial tendo ele mesmo solicitado a presença de homens brancos e sacerdotes para fazê-lo cristão, como aponta a documentação. Mas, segundo Beatrix Heintze, isso é demonstrativo de que nunca chegou a haver “uma cooperação oficial amigável entre os portugueses e os reis desse Estado [Ndongo]”, de forma que desde os primeiros contatos oficiais em 1520 os reis do Ndongo alimentaram grande desconfiança em relação aos portugueses e às suas intenções.<sup>30</sup> O que revela o protagonismo dos soberanos do Ndongo nos acontecimentos que vieram a se desenrolar nos séculos XVI e XVII e que fizeram com que o Ndongo fosse, nas primeiras décadas do século XVII, o principal fornecedor de escravos para exportação a partir de Luanda.<sup>31</sup>

27 PINTO; M'BOKOLO. *História de Angola*, p. 194.

28 PINTO; M'BOKOLO. *História de Angola*, p. 196-197.

29 BRÁSIO. *MMA*, vol. I, p. 485.

30 HEINTZE. *Angola nos séculos XVI e XVII*, p.169.

31 HEINTZE. *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 279.

### Considerações Finais

No século XVI, a partir do contato com os portugueses e com o comércio transatlântico de escravizados, o Ndongo ou Reino de Angola esteve intimamente ligado ao Atlântico e, portanto, influenciando e sendo influenciado pelos acontecimentos em escala mundial; ele passa a estar em contato com diferentes culturas, o que inclui formas de pensar, outras línguas, diferentes religiosidades e, principalmente, uma ampla variedade de produtos. Ao lançarmos o olhar sobre as relações mantidas entre portugueses e Mbundu ainda no início do século XVI podemos perceber que o desejo na venda de escravos, nas relações diplomáticas e, em alguns casos, na evangelização se deu por iniciativa dos chefes do Ndongo, em especial do *ngola*. Desse modo, os avanços e recuos dessa relação foram quase sempre resultado de interesses e expectativas mútuas por parte de portugueses e Mbundu.

# O apreço pelas feras e materiais exóticos: elefantes e marfins no Atlântico<sup>1</sup>

Rogéria Cristina Alves<sup>2</sup>  
rogeriaufmg@gmail.com

## Resumo

A proposta deste artigo é demonstrar, a partir de fontes históricas, uma face da circulação de elefantes e marfins pelo chamado “mundo atlântico” no decorrer do século XVIII. Essa análise objetiva contribuir para o estudo das sociedades formadas em torno do oceano Atlântico e o impacto causado nas mesmas, a partir da comercialização do marfim de origem africana. Nesse ínterim, as representações e simbolismos atribuídos à figura dos elefantes, na África, na Europa e na América, ao longo do tempo, também serão pontuadas.

**Palavras-chave:** Marfim, Elefantes, Comércio.

## Definições sobre o marfim

O marfim foi definido diferentemente ao longo da história. O termo marfim pode estar diretamente associado à dentina (dentes) ou presas dos elefantes, dos hipopótamos, das morsas, do narval<sup>3</sup>, do javali africano, do cachalote<sup>4</sup>, dos extintos mamutes e dos mastodontes siberianos (nessas duas últimas espécies, o marfim é utilizado em sua forma fossilizada).<sup>5</sup> Ossos e chifres de

- 1 Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*, PTDC/EPHPAT/1810/2014. E também pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), através da chamada nº4/2018, PCRH.
- 2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, no Departamento de Educação (FaeE/UEMG).
- 3 O Narval (*Monodon monóceros*) é um mamífero cetáceo (parente das baleias), que vive nas águas frias do Ártico. Essa espécie possuiu um dente incisivo de marfim, em forma espiral, que pode medir até 3 metros. Esse dente lhes serve como instrumento de luta durante os combates rituais que realizam os machos para estabelecer a ordem hierárquica pela posse das fêmeas, do mesmo modo como os cervos utilizam os seus cornos. Informações disponíveis em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/planetinha/fique-ligado/baleia-unicornio-narval-artico-daniel-botelho-745668.shtml> e [http://www.brasil247.com/pt/247/revista\\_oasis/68601/Narval---A-espetacular-migra%C3%A7%C3%A3o-do-unic%C3%B3rnio-do-%C3%81rtico.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/68601/Narval---A-espetacular-migra%C3%A7%C3%A3o-do-unic%C3%B3rnio-do-%C3%81rtico.htm). Acesso em 26/01/2016.
- 4 Os cachalotes (*Physeter macrocephalus*) são mamíferos cetáceos com dentes, facilmente reconhecido pela sua enorme cabeça quadrada e maxilar inferior estreito. Informações disponíveis em: <http://escola.britannica.com.br/article/574445/cachalote>. acesso em 01/02/2016.
- 5 O uso de marfim fóssil pode soar estranho aos ouvidos mais desatentos. Contudo, há notícias recentes sobre o uso desse material em objetos de luxo. No ano de 2006, por exemplo, a empresa fabricante de canetas e lápis, *Faber-Castell* produziu uma edição limitada e luxuosa da “caneta do ano” – uma coleção intitulada “luxos da natureza”. Produzida numa tiragem limitada, com marfim fóssil de mamute e madeira ébano, o objeto é uma prova contemporânea de que a associação do marfim ao luxo, à distinção e à erudição permanece até os nossos dias. Disponível



diferentes animais também são utilizados no fabrico de objetos variados e muitas vezes são confundidos com o marfim.<sup>6</sup> Mariza de Carvalho Soares defende que até o século XIX dava-se o nome de marfim apenas aos segmentos de dentes de elefantes, fossem eles brutos ou lavrados: “O dente inteiro e o osso da mandíbula eram chamados “marfil”. A palavra marfil deriva de fil, que em árabe quer dizer elefante.”<sup>7</sup>

Sabe-se ainda da existência do chamado marfim vegetal. Em 1750 o frei sul-americano Juan de Santa Gertrudis já mencionava em suas crônicas as sementes de jarina, comparando-as a “bolas de mármore”, nas quais se entalhavam estatuetas. Jarina é o nome da semente da palmeira de igual nome, esta palmeira pertencente ao gênero *Phytelephas* – termo formado pela composição das palavras de raízes gregas *phyto*, que significa vegetal e *elephas* relativa a elefante, em alusão ao assim chamado marfim vegetal, obtido da semente da planta. Nativas da região equatorial das Américas Central e do Sul, as palmeiras *Phytelephas* podem ser encontradas na Amazônia brasileira, boliviana, peruana, equatoriana, colombiana e também na região Pacífica do Equador e da Colômbia.<sup>8</sup> Em meados do século XIX a semente de jarina foi descoberta como matéria-prima para fabricação de botões, sendo esta a sua principal aplicação no passado. Ao final do século XIX, aproximadamente 20% de todos os botões para vestimentas, do mundo, eram confeccionados em jarina - considerada como substituto à altura do marfim animal.<sup>9</sup> Entretanto, o marfim proveniente dos elefantes é por vezes, chamado de “marfim verdadeiro” e é o mais utilizado e apreciado. Nos elefantes as presas de marfim são o par de dentes incisivos superiores – que continua a crescer durante todo o tempo de vida do elefante e por isso, equivale à idade do elefante.<sup>10</sup> Existem, atualmente, três espécies de elefantes conhecidas no mundo: o elefante asiático, o elefante africano das savanas e o elefante africano das florestas. Embora pareçam semelhantes à primeira vista, é cediço que os elefantes africanos são diferentes dos asiáticos - por uma série de fatores e características físicas. Nos elefantes asiáticos, os machos possuem as famosas presas de marfim, já nas fêmeas elas são vestigiais ou inexistentes.<sup>11</sup>

---

em: <http://www.graf-von-faber-castell.com.br/caneta-do-ano/luxos-da-natureza/caneta-do-ano-2006>. Acesso em 09/02/2016.

- 6 Não se pode deixar de registrar a existência de uma ave chamada calau-de-capacete. Habitante das florestas tropicais do leste asiático, essa espécie possui capacete natural – também chamado de elmo. Composta por queratina, tal estrutura se estende do bico até o crânio dessas aves, é utilizada em entalhes e é chamada por alguns de “marfim” – embora não seja um dente. Informações disponíveis em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/ameacada-de-extincao-ave-rara-tem-cabeca-mais-valiosa-que-marfim,2afcf8b237cd5abcc721350a5f5996ffdfc19evq.html>. Acesso em 27/01/2016. [marfim,2afcf8b237cd5abcc721350a5f5996ffdfc19evq.html](http://noticias.terra.com.br/ciencia/ameacada-de-extincao-ave-rara-tem-cabeca-mais-valiosa-que-marfim,2afcf8b237cd5abcc721350a5f5996ffdfc19evq.html). Nos Estados Unidos, no National Museum of American History, as peças feitas com a carcaça das baleias é também chamado de marfim.
- 7 SOARES, M. de C. “Por conto e peso”: o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV-XVII. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Vol. 25. N. 1. Jan/Abril 2017. P. 59.
- 8 COSTA, M. L. da; RODRIGUES, S. F. S.; HOHN, H. *Jarina: o marfim da Amazônia*. Belém Paka-Tatu, 2008. P. 21, 24 e 28.
- 9 COSTA, M. L. da; RODRIGUES, S. F. S.; HOHN, H. *Jarina: o marfim das biojoias da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rem/v59n4/v59n4a059.pdf>>. Acesso em 08/08/2015.
- 10 CHAIKLIN, M. *Ivory in World History - Early Modern Trade in Context*. History Compass. 8/6 (2010): P. 530.
- 11 Informação disponível em: <http://www.zoologico.sp.gov.br/mamiferos/elefanteafricano.htm>. Acesso em 01/11/2015.

O marfim de elefantes tem qualidades únicas: não é coberto por esmalte, mas sim por uma pele externa, que funciona como uma casca. A presa natural pode variar em tons de branco brilhante, amarelado, rosado ou marrom. É também poroso, o que significa que pode ser tingido. Maleável, suporta quase todo tipo de tratamento podendo ser aquecido, cortado, serrado, embebido, gravado, moído ou trabalhado em um torno e apresenta menor proporção para rachar que o osso.<sup>12</sup> Os elefantes produzem tipos diferentes de marfim. E normalmente o marfim de elefantes asiáticos é considerado mais difícil de ser trabalhado, sendo o marfim de origem africana preferido neste sentido. Contudo, a cor e a dureza das presas de marfim de elefantes variam também em função da dieta dos animais. França, Barboza e Quites ressaltam que:

Por exemplo, os dentes dos elefantes provenientes da Ásia eram mais brancos que o Africano, de textura menos fechada, porém, não susceptível ao polimento. O tipo mais refinado e bonito era proveniente da região chamada Pagani, no leste da Costa da África. Conhecido como marfim verde ou marfim guiné, era apreciado por sua transparência e seu tom creme ou, amarelo pálido. Este tipo de marfim, ao contrário dos demais, tornava-se mais branco com o tempo. Na Índia, mais precisamente na região de Ceilão, era bastante apreciado o marfim de cor rosa-pálido. Cada um destes tipos de animais apresentam características específicas que podem facilitar ou dificultar o entalhe.<sup>13</sup>

Após a aprovação da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES), em 1989, o comércio internacional de marfim foi proibido. Desde então, vários países destruíram as presas ou objetos confeccionados com esse material, com o objetivo de não estimular a captura e morte dos elefantes.

### Marfins e elefantes em circulação no mundo Atlântico

O apreço por espécimes exóticos, de origem não europeia e provenientes de terras distantes, era uma recorrência na Europa entre os séculos XV e XVII. O fascínio pelos marfins e elefantes é testemunhado até mesmo entre as relações políticas estabelecidas entre o Reino da Dinamarca e Portugal. Prova disto é a famosa “Ordem do Elefante” instituída no Reino da Dinamarca, no século XV, cuja história está relacionada à história de Portugal, e que existe até hoje. Segundo a historiadora Patricia Seed, as boas relações entre as cortes portuguesa e dinamarquesa eram reconhecidas, ao ponto de nobres dinamarqueses viajarem em embarcações portuguesas, no norte da África e também portugueses estarem presentes em embarcações dinamarquesas. A Ordem do Elefante teria se originado num acontecimento trágico: a morte de um nobre dinamarquês, em uma embarcação portuguesa, na costa africana, enquanto buscava informações sobre os elefantes e suas presas de marfim (não se sabe

12 CHAIKLIN, M. *Ivory in World History - Early Modern Trade in Context*. History Compass. 8/6 (2010): P. 530.

13 FRANÇA, C. L.; BARBOZA, K. de M.; QUITES, M. R. E. . *Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim*. In: 19º Encontro da Associação Nacional de pesquisadores em artes plásticas. "Entre territórios"- 20 a 25/09/2010 - Cachoeira, Bahia, Brasil. P. 2645).Disponível em:< [http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao\\_linda\\_de\\_franca\\_2.pdf](http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao_linda_de_franca_2.pdf)>. Acesso em 02/02/2015.

se em interesse próprio ou se a pedido do monarca dinamarquês, que instituiu a Ordem dez anos mais tarde deste ocorrido). O símbolo da Ordem é a figura de um elefante, sobre o qual está assentado um sujeito de origem africana e "moura", usando turbante e segurando a lança.

A circulação de marfim africano, em Portugal, segundo os pesquisadores Luis Afonso e José Horta datam da segunda metade do século XV e acompanham o processo de exploração da costa ocidental africana.<sup>14</sup> O cronista português Rui de Pina relatou que entre os presentes levados pelos embaixadores congolezes ao rei português D. João II, em 1489, destacavam-se dentes de marfim e diversos objetos esculpidos no mesmo. Também nota-se a presença do marfim, no relato da primeira embaixada oficial portuguesa ao Congo, em 1491, quando os lusitanos alcançaram Pinda (ou Mpinda) e dias depois encontraram o rei do Congo, relatando que o mesmo estava: “[...] sentado numa cadeira de marfim com algumas peças de pau lavradas, ao seu modo mui bem.”<sup>15</sup>

Há registros de viajantes que identificaram o contato com as presas de elefantes ao longo da costa atlântica, nomeadamente em Serra Leoa, Reino do Benim e Reino do Congo. Em *Descrição da Costa Ocidental Africana*, Valentim Fernandes ressaltava o talento e habilidade dos artesãos de Serra Leoa: “[...] fazem coisas sotijs de marfim, como colheres/saleyros e manilhas, os homens desta terra som muy sotijs negros de arte manual a saber de saleyros de marffim e colhares. E assi qualquer obra que lhe debuxam os cortam em marfim [SIC].”<sup>16</sup>

Cobiçado por suas propriedades físicas – textura, tamanho, cor e brilho – o marfim africano, era valorizado por diferentes povos. Para Ross, essa valorização passava também pelas representações que o elefante assumia para diferentes populações africanas, sendo associado à figura da liderança.<sup>17</sup> Decerto que o marfim, por vezes esteve ligado às figuras das chefias africanas, haja vista às referências ao marfim e ao ouro que compunham um dos tronos do Mansa, no Mali,<sup>18</sup> e a presença de um bracelete de cobre ou marfim, entre as insígnias do Rei do Congo.<sup>19</sup>

O estranho, o fantástico, o maravilhoso e o exótico tornaram-se parte integrante da vida cotidiana em Portugal, em especial após a descoberta do Novo Mundo.<sup>20</sup> A importação de animais

14 AFONSO, L. U. & HORTA, J. da S. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490-C.1540. *ARTIS: Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Número 01, 2013. Disponível em: <[http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf\\_artigo.pdf](http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf)>. Acesso em 17/07/2015.

15 AMARAL, I. do. *O reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o reino dos Ngola (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996, p. 34-35.

16 FERNANDES, V. *Códice Valentim Fernandes*. (Leitura Paleográfica, notas e índices de José Pereira da Costa). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997, p. 111. Apud: AFONSO, L. U. & HORTA, J. da S. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490-C.1540. *ARTIS: Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Número 01, 2013. Disponível em: <[http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf\\_artigo.pdf](http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf)>. Acesso em 17/07/2015.

17 ROSS, D. H. *Imagining Elephants: An Overview*. *Elephant: The Animal and Its Ivory in African Culture*. Ed. Doran H. Ross. Los Angeles: Fowler Museum of Cultural History, UCLA, 1992.

18 NIANE, D. T. O Mali e a segunda expansão manden. In: NIANE, D. T. *História Geral da África*. Vol. 4. África do século XII ao XVI. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 171.

19 VANSINA, J. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, D. T. *História Geral da África*. Vol. 4. África do século XII ao XVI. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 651.

20 TUDELA, A. P. de. & GSCHWEND, A. J. Renaissance menageries: exotic animals and pets at the Habsburg

exóticos para Portugal, depois de 1500, superava qualquer outra corte europeia contemporânea. Neste sentido, o apreço pelos objetos em marfim, bem como pelos elefantes era evidente. O exótico era exposto em coleções particulares, nos chamados gabinetes de curiosidade (*Kunstkammer*, em alemão), chamados, por vezes, de “quarto das maravilhas”, cômodos nas residências de nobres e ricos que abrigavam coleções de objetos e até espécies animais taxidérmicas, oriundas do Novo Mundo. Os gabinetes, segundo Pomian, eram o “o universo inteiro que se pode ver de um só golpe, e o universo reduzido, por assim dizer a dimensão dos olhos.”<sup>21</sup> Portanto, é importante destacar que tais coleções não devem ser observadas como uma simples compilação de objetos aleatórios, mas compreendidas como espaços de narrativas, que retratavam a percepção de mundo de seus detentores.<sup>22</sup>

No século XVI, anualmente, Portugal recebia dez elefantes provenientes do reino de Jafna (Ceilão), como um pagamento dos tributos que eram exigidos pelos portugueses aos vassallos asiáticos. Os animais também eram símbolos do poder de um reino absoluto.<sup>23</sup> Há relatos de que entre 1510 e 1514, o vice-rei da Índia Portuguesa, Afonso de Albuquerque, teria despachado quatro elefantes de Cochim para Lisboa, juntamente com tratadores e instruções específicas para alimentar os animais. Entre esses animais estaria o famoso elefante branco que seria, mais tarde, oferecido como presente ao papa Leão X.<sup>24</sup>

Em Portugal, bem como em outros reinos europeus, os elefantes estiveram presentes nas chamadas “*menageries*” – espécies de jardim zoológicos mantidos ao lado dos palácios reais por toda a Europa. As *menageries* - uma extensão dos gabinetes de curiosidades a céu aberto - eram habitadas por plantas e animais estranhos à Europa e reservados à diversão, entretenimento e caça das famílias reais e nobres. Ao expor a fauna e a flora do Novo Mundo, as *menageries* tornavam-se vitrines que refletiam o domínio de monarcas europeus sobre terras exóticas, desempenhando uma função política aos mesmos, retratando-os como reis preocupados com os segredos da natureza.<sup>25</sup> As primeiras referências às *menageries* portuguesas datam do final do século XIII, durante o reinado de D. Diniz.

Outra monarca que não foi imune ao fascínio causado pelos marfins e elefantes foi D. Catarina de Áustria. Apaixonada por colecionismo, ela controlava em Lisboa a importação de

---

courts in Iberia and central Europe. In: ENENKEL, K. A. E. & SMITH, P. J. (orgs.) *Early Modern Zoology: The construction of Animals in Science, Literature and the Visual arts*. Brill: Leiden e Boston, 2007, p. 421.

21 POMIAN, K. *La Culture de la Curiosité. Le temps de La reflexion*. Gallimard: Paris, 1986, p. 342.

22 BLEICHMAR, D. *Seeing the world in a Room: looking at Exotica in Early Modern Collections*. In: BLEICHMAR, D. MANCALL, P. C. *Collecting across cultures. Material Exchanges in the early Modern Atlantic World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011, p.16.

23 GSCHWEND, A. J. *A procura portuguesa por animais exóticos*. In: HALLETT, J. (Ed.) *Cortejo triunfal com girafas/ Triumphant procession with giraffes*. Fundação Ricardo do Espírito Santi Silva, Lisboa. s.d., p. 37.

24 BARBAS, H. *Monstros: o rinoceronte e o elefante. Da Ficção dos Bestiários à Realidade Testemunhal*. Universidade Nova de Lisboa, 2000, p.105.

25 CAÑIZARES-ESGUERRA J., “Iberian Science in the Renaissance: Ignored How Much Longer?” *Perspectives on Science*. 2004, p. 114.

animais exóticos e objetos de luxo, a partir de uma rede de contatos que envolvia comerciantes, vice-reis e agentes portugueses na obtenção de itens exclusivos. Segundo a historiadora Anne-marie Jordan Gschwend, a rainha Catarina tinha uma família muito alargada na Áustria e em Flandres e chegou a enviar dois elefantes para a Europa Central.<sup>26</sup> Como representante de um império marítimo de proporções globais, D. Catarina disseminava a imagem de uma poderosa governante, que domesticava as forças indomáveis da natureza. Em setembro de 1562, meses antes de sua renúncia ao trono português, D. Catarina ordenava aos contadores, que levassem ao conhecimento do tesoureiro do reino, as duas cadeiras da China que possuía e também os quatro abanos de marfim – o que se cogita serem espécies de leques em marfim.<sup>27</sup> O fascínio que a rainha Catarina tinha pelos elefantes e o marfim pode ser testemunhado em seu próprio túmulo, no qual há duas miniaturas de elefantes, feitos em mármore verde do Alentejo, com presas de marfim verdadeiras.

O comércio ativo com a África e com a Ásia, por meio da presença portuguesa nestes territórios permitiu ao também monarca, D. Manuel I reunir uma quantidade considerável de espécies animais nativas. D. Manuel I mantinha elefantes, gazelas, antílopes, leões, um macaco amestrado e uma grande coleção de aves africanas. Os elefantes eram acomodados no Palácio de Estaus, um edifício que não sobreviveu ao terremoto de 1755. Há relatos de que D. Manuel I realizava procissões que vinham do palácio real até à Sé, em ritmo lento, com cinco elefantes e uma chita em cima de um cavalo, “que deixava os transeuntes boquiabertos”.<sup>28</sup> Para comemorar estes espetáculos, o próprio monarca encomendou um retrato, no qual foi representado como um exótico rei montado em um elefante. O domínio sobre o exótico e a associação deste animal a uma figura de poder, pôde, mais uma vez, ser atestada.

Lisboa sintetizava o que se vivenciava no início do período moderno europeu: o aumento das interconexões do comércio de proporções globais e o colonialismo.<sup>29</sup> Gschwend chama a atenção para a demonstração de poder que estava imbuída na importação desses animais para Lisboa. Segundo a historiadora, a intenção de D. Manuel I era demonstrar para as cortes europeias e também para o Vaticano, que ele era um homem global, conhecedor e dominador de realidades distantes.<sup>30</sup> Para Rodrigues e Devezas, o estimo e curiosidade despertados por esses animais, nos europeus, era fruto da magia do desconhecido:

26 GSCHWEND, A. J. *The story of Süleyman: celebrity elephants and other exotica in Renaissance Portugal*. Pachyderm Productions, Zürich & Philadelphia, 2010.

27 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante citado apenas como ANTT). Alvará da rainha D. Catarina para os contadores levarem em conta ao tesoureiro as 2 cadeiras da china e 4 abanos de marfim, como consta do conhecimento da camareira D. Mécia de Andrade. Referência: PT/TT/CC/1/106/10.

28 GSCHWEND, A. J. *The story of Süleyman: celebrity elephants and other exotica in Renaissance Portugal*. Pachyderm Productions, Zürich & Philadelphia, 2010.

29 BLEICHMAR, D. Seeing the world in a Room: looking at Exotica in Early Modern Collections. In: BLEICHMAR, D. MANCALL, P. C. *Collecting across cultures. Material Exchanges in the early Modern Atlantic World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011, p.16.

30 GSCHWEND, A. J. *The story of Süleyman: celebrity elephants and other exotica in Renaissance Portugal*. Pachyderm Productions, Zürich & Philadelphia, 2010.



Mais do que a pimenta, a canela, a noz-moscada, o gengibre e o cravinho – que acicataram a Expansão portuguesa pelos oceanos –, mais do que as joias verdadeiras, o coral, o marfim, as porcelanas, a seda e os tecidos finos, estes bichos exóticos carregavam ‘magia’ para o comum dos europeus. Faziam parte do imaginário do ‘outro’ mundo que a maioria não conhecia, nem nunca visitaria.<sup>31</sup>

As representações gráficas dos elefantes também estiveram presentes em mapas, tapeçarias e outros objetos, nos quais o elefante representaria o continente africano e o triunfo das descobertas portuguesas em “dar novos mundos ao mundo”.<sup>32</sup> Representações de elefantes estão presentes no famoso Atlas Miller, cuja autoria é atribuída a dois cartógrafos de origem africana – Pedro e Jorge Reinel - que comporiam a equipe de cartógrafos oficiais da corte Portuguesa, chefiada por Lopo Homem.<sup>33</sup> Neste atlas, a região da Índia é representada por dois elefantes cinzas e um rinoceronte. O atlas é composto por uma série de cartas náuticas e destaca-se pela precisão com a qual é desenhada a costa brasileira, já em 1519. Há ainda representações de elefantes na África, no Mapa Mundi de Pierre Desceliers (1550) e no mapa da África, produzido em 1554, pelo alemão Sebastian Münster, no qual um elefante é representado na parte meridional do continente. Para além da evidente associação destes paquidermes com o continente africano, as representações recorrentes destes animais denunciavam os descaminhos que o marfim trilhava pelas mãos de outros europeus, que não fossem os portugueses:

[...] o cartógrafo deveria estar informado sobre a ingerência dos portugueses no comércio de presas de elefantes na contra-costa. Desde cedo, os macuas forneceram presas de elefantes aos portugueses que, mais pelo ouro do que pelo marfim, buscaram estabelecer suas feitorias e enclaves.[...] No caso africano, elefante e marfim formam um binômio indissociável nas ilustrações da literatura viática e de livros de história natural. Devido ao marfim, a imagem do elefante africano se torna recorrente nos mapas feitos em Amsterdã. Muitos deles eram produzidos para fins comerciais e para embasar novas rotas ou novas estratégias à geopolítica das companhias de comércio.<sup>34</sup>

Ainda neste sentido, destaca-se a existência de um ofício elaborado pelo governador de Pernambuco, em meados do século XVIII, no qual se relata que um elefante, muitos pássaros e galinhas encontravam-se num navio provindo do Reino de Angola que aportava em Pernambuco, aos dezesseis dias do mês de abril de 1763.<sup>35</sup> A carga viva com destino a Lisboa, vinha pelo Atlân-

31 RODRIGUES, J. N. e DEVEZAS, T. *Salomão: o elefante diplomata*. Lisboa: Centro Atlântico, 2008, p. 14.

32 COSTA, P. F. da. Secrecy, Ostntation, and the illustration of exotic animals in sixteenth-century Portugal. *Annals of science*, Vol. 66, nº 1. 2009, p. 73.

33 MOREIRA, R. Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60), Dois cartógrafos negros na côrte de D. Manuel de Portugal (1495-1521). *3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. Agendas para História da Cartografia Iberoamericana. Universidade de São Paulo. São Paulo, abril de 2010, p. 1 a 10. Disponível em: <https://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/rafael-moreira-3siahc.pdf>. Acesso em 05/02/2015.

34 CORREA, S. M. de S. Oceano Etiópico, elefantes e marfim em iconografias neerlandesas. In: SILVA, V. S. (Org.). *O marfim no mundo moderno*. Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p.77.

35 Arquivo Histórico Ultramarino (doravante citado apenas como AHU). Documento AHU \_ACL\_CU\_015, Caixa 99. D.7758.



tico causando tumulto entre a tripulação da charrua São José. Relata Luis Diogo Lobo da Silva, governador da capitania de Pernambuco, que até então, duzentos e cinquenta e sete galinhas e pássaros já haviam morrido – o que ocorrera não “por falta de trato”, mas pela mudança de clima e demais efeitos da viagem. Apesar das outras espécies, o elefante estava bem e a preocupação do governador era garantir que o paquiderme, os pássaros e galinhas sobreviventes chegassem vivos ao seu destino final. Para tal, ele decidiu embarcar os animais em outro navio maior e relatou essa troca no documento encontrado.

Embora breve, o ofício do governador de Pernambuco, demonstra a existência de um trânsito de animais, pela via atlântica. Recife era local de escala de navios saídos da costa de Angola com destino a Portugal, assim, por diversas vezes, navios carregados de animais de origem africana faziam paradas naquela capitania e despertavam a curiosidade na população local. Segundo Almeida, a influência do Iluminismo e as mudanças produzidas pela administração do Marquês de Pombal fizeram com que a Coroa Portuguesa renovasse seus interesses pelas possessões ultramarinas e suas riquezas naturais.<sup>36</sup> Nesse sentido, havia uma determinação que obrigava os governadores das colônias portuguesas a enviarem para a capital do Reino espécies animais, que seriam destinadas a várias instituições. Paralelo ao trânsito destes chamados animais exóticos, a circulação pela Europa de objetos ebúrneos também fora uma constante a partir do século XVI e neste sentido, há alguns estudos já iniciados sobre a estética da produção destas peças e suas origens.<sup>37</sup>

Santos destaca que a partir do século XVII, o marfim evolui de objeto exótico e de uso circunscrito aos ricos e nobres e passou a circular mais amplamente.<sup>38</sup> Ao longo do século XVII,

36 ALMEIDA, A. V. de. *Animais enviados para Portugal entre 1754 e 1805, pelos governadores da capitania de Pernambuco* [Livro Eletrônico]. São Paulo: NEHil/FFLCH/USP, 2014. P. 6 e 15. Disponível em: <[http://www.usp.br/nehil/arquivosdonehilp/backup/NEHILP\\_2.pdf](http://www.usp.br/nehil/arquivosdonehilp/backup/NEHILP_2.pdf)>. Acesso em 29/11/2016.

37 Neste sentido, destacam-se as pesquisas elaboradas pelos pesquisadores do grupo internacional de pesquisas “*African Ivories in the Atlantic World: A Reassessment of Luso-African Ivories?*”, cujas produções encontram-se parcialmente publicadas, em dois livros: SILVA, V. S. (org). *O marfim no mundo moderno*. Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017; & SILVA, V. S.; PAIVA, E. F.; GOMES, R. L. (orgs.) *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2017. Há também outros trabalhos destes pesquisadores publicados recentemente: DIÓRIO, R. R. e ALVES, R. C. “Na rota do marfim”: a circulação do marfim africano em terras brasileiras (Século XVIII). In: REIS, R. B. dos; RESENDE, T. A. G DE; MOTA, T. H.(orgs.) *Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos*. 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. ALVES, R. C. ; DIORIO, R. R. ; MALACCO, F. ; SANTOS, V. S. .A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço Atlântico entre os séculos XV e XIX - apontamentos das pesquisas. Conferência Internacional Sul-Americana: Territorialidades e Humanidades, 2016, Belo Horizonte. *Caderno de Resumos da Comunicação Coordenada 5*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. SANTOS, V. S. ; PAIVA, E. F. ; FRONER, Y. ; GOMES, R. L. . O Santo Antônio em marfim do Museu de Congonhas: uma hipótese sobre a tradução da imaginária africana para outros materiais, no contexto brasileiro. *Marfim Africano: comércio e objectos, sécs. XVI-XVIII*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2017. GOMES, R. L.. Sobre saleiros da Guiné, buzinas da Índia e rosários do Brasil: variações em torno da categorização dos marfins africanos em coleções europeias dos séculos XVI e XVII. *Conferência Marfim Africano: comércio e objectos, sécs. XVI-XVIII*, 2017, Lisboa. LÚZIO, J. A sacralização do feminino nas imagens marianas de marfim. *Anais do Museu Paulista* (Impresso), 2017. SOARES, M. de C. “Por conto e peso”: o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV-XVII. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Vol. 25. N. 1. Jan/Abril 2017.

38 SANTOS, V. S. O marfim como objeto global, uma introdução. In: SILVA, V. S.; PAIVA, E. F.; GOMES, R. L. (orgs.) *O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão

uma variedade de objetos esculpidos em marfim, de proveniência africana, tais como saleiros, píxides<sup>39</sup>, olifantes, colheres lavradas, circulavam pela Europa, especialmente, em Lisboa. A presença destes objetos presenteáveis e colecionáveis, que não possuíam diretamente funções práticas ou cotidianas, reforça os argumentos de que o marfim atingiu um alto valor comercial na Europa e foi apreciado enquanto um bem de luxo e material exótico.<sup>40</sup> Considerados os primeiros espécimes conhecidos de escultura africana a terem sido introduzidos na Europa, muitas dessas peças estão presentes em coleções de arte de museus do mundo inteiro<sup>41</sup> – e são consideradas representantes artísticas de um estilo híbrido que desperta a atenção de estudiosos contemporâneos.<sup>42</sup>

Para Martha Cheiklin o impacto do comércio de marfim sobre a história humana é muito maior do se supõe, visto que este material foi a causa de algumas das mais antigas redes comerciais humanas. Chamado por alguns de “ouro branco”, o marfim esteve por vezes associado ao comércio de escravizados ou à figura de caçadores furtivos, para Harvey Feingold e Marion Johnson essa dupla associação negativa pode ser chamada de “Complexo do Marfim”<sup>43</sup>. E talvez deva-se a ela, os poucos estudos sobre o marfim, que é comumente relegado a um segundo plano mediante a importância do comércio de outros elementos que lhes são comumente associados.

### Conclusões

A análise sobre o comércio e circulação dos marfins de origem africana, via circuito atlântico, revela três pontos cruciais que devem ser considerados pelos estudiosos das relações comerciais ocorridas neste âmbito: primeiramente deve-se considerar o papel fundamental das sociedades africanas na obtenção e transporte das presas de marfim *in natura*, bem como na captura dos elefantes; em segundo lugar é preciso se compreender quais foram os significados e a importância atribuída aos elefantes e ao marfim em diferentes partes deste mundo atlântico; e por fim é preciso reconhecer a relevância do comércio deste material, que embora pouco estudado não deixa de ser

---

Cultural e Editora, 2017, p. 14.

39 Segundo Santos, píxide é uma caixinha com tampa para guardar a hóstia sagrada a ser ministrada àqueles que estavam à beira da morte. Ver: SANTOS, V. S. Introdução – Marfins no Brasil e Marfins no Atlântico. In: SILVA, V. S. (org.). *O marfim no mundo moderno*. Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p.13-30.

40 ROSS, E. G. Afro-Portuguese Ivories. *Heilbrunn Timeline of Art History*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000. Departamento de Artes da África, Oceania e Américas do Metropolitan Museum of Art. Disponível em: < [http://www.metmuseum.org/toah/hd/apiv/hd\\_apiv.htm](http://www.metmuseum.org/toah/hd/apiv/hd_apiv.htm)>. Acesso em 22/08/2015.

41 Peças em marfim, de origem africana ou indiana, estão abrigadas em vários museus do mundo e chamam a atenção pela riqueza de detalhes e habilidade de seus produtores. Há exemplares de olifantes de marfim, por exemplo, no Museu Hermitage, em São Petesburgo (Rússia); no Musée National de la Renaissance, em Écouen, na França. No Brasil, destaca-se coleção de peças em marfim presente no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (RJ); no Museu Carlos Costa Pinto, em Salvador (BA) e também no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG).

42 WONDJI, C. Os estados e as culturas da Costa da Alta Guiné. In: OGOT, B. A. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO/Ministério da Educação Brasil, 2010, p. 455.

43 FEINBERG, H. M. & MARION, J. *The West African Ivory Trade during the Eighteenth Century: The ... And Ivory Complex*. *The International Journal of African Historical Studies*, 15/ 3 (1982): 435–453.

significativo. Neste sentido, ao se estudar a importância do comércio do marfim, considerando-o como um material comercial significativo do ponto de vista econômico e sociocultural, torna-se fundamental compreender quais eram os significados que o elefante – seu portador natural – assumia para as sociedades envolvidas neste comércio. Além de representar o domínio comercial sobre terras desconhecidas, portar o marfim e dominar os elefantes, revelaria também o fascínio europeu pela *naturalia* africana, o que reflete uma perspectiva histórica de inserção do continente africano numa perspectiva de comércio para além do tráfico de escravizados.

# "Seguir nos estudos para melhor servir": a trajetória do mulato Antonio José da Silva Vale César pelos espaços de educação formal do Império português

Lucas dos Santos Silva

Graduando

Universidade Federal de Juiz de Fora

lucas009911@gmail.com

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo central analisar a trajetória de Antonio José da Silva Vale César (1775-?), militar de baixa e mulato que intentara, através do letramento e do ingresso em espaços de educação formal, ascender socialmente. Em uma sociedade de Antigo Regime, naturalmente hierarquizada, a carreira militar era também um locus no qual a mobilidade social fundada no mérito era limitada, de modo que as perspectivas de ascensão engendraram-se em observância à manutenção da harmonia entre os estatutos do corpo social. Em que pese tais considerações, bem como as revisões historiográficas que nuançam o caráter parcial dos resultados das reformas ilustradas empreendidas em Portugal na segunda metade do século XVIII, observa-se a partir do período pombalino transformações na filosofia administrativa referente ao sistema militar, a qual passa a pautar-se na racionalização administrativa e na busca por eficiência e disciplina, visando a segurança e defesa do reino e do ultramar sobretudo através da maior integração entre as forças militares. Neste contexto de transformações, consubstanciaram-se mecanismos de premiação daqueles que se destacaram por seus estudos em aulas públicas ou academias militares, espaços de educação formal que contribuiriam naquela conjuntura para a gestação de uma camada de militares letrados de baixa patente. A análise da trajetória de Vale César permite-nos precisamente complexificar os olhares sobre tal conjuntura, viabilizando a apreensão das fissuras nos sistemas normativos que se (re) definem neste quadro de transformações políticas, administrativas e institucionais dos anos finais do Antigo Regime. Vale César nascera em Vila Rica e ingressara no Regimento de Cavalaria Regular das Minas em condições bastante particulares, posto que, em princípio, dada a sua cor/ condição social, fora admitido naquela tropa paga sem receber soldos. É somente ao ingressar na Aula Pública de Desenho de História, ou Figura e Arquitetura Civil e nela ser premiado que Vale César, por ordem régia, passa a ter seus vencimentos como soldado, e posteriormente, como sargento, quitados. Ainda que a marca de sua cor jamais tenha sido apagada, Vale César chega mesmo a receber a autorização do Príncipe Regente para frequentar a Universidade de Coimbra, o que desvela-nos que as reformas de cunho administrativo e institucional gestaram novas formas de ascensão e, na trajetória analisada, de afastamento de uma ascendência escrava.

**Palavras-chave:** Reformismo ilustrado, educação formal, *Cor*, mobilidade social, carreira das armas.

Na segunda metade do século XVIII, processam-se uma série de transformações no Estado português, identificadas com o chamado “reformismo ilustrado”. Na perspectiva de Antonio Manuel Hespanha e José Subtil<sup>1</sup>, tal conjuntura é a da emergência de uma “Nova Razão de Estado”, identificada com princípios racionalistas, utilitaristas e empiristas, alguns dos quais afinados com as “Luzes do século XVIII”. Preterir-se-ia, a partir de então, o “imobilismo da administração passiva” da tradição corporativa e seu pluralismo jurídico e político, em favor de uma nova concepção da arte de bem governar, dotada de um caráter mais pragmático e de uma racionalidade de governo mais ativa, disciplinar e policiadora. A agência do rei não mais estaria circunscrita ao exercício e distribuição da justiça. Entre os reformistas, preponderava o entendimento de que a superação do “atraso” e estagnação do Império dependiam de um príncipe e de um Estado que, imbuídos da razão, pudessem intervir sobre entidades abstratas, como a “população” e o “território”, em diferentes matérias, a começar por questões econômicas, fiscais, militares, educacionais e de segurança<sup>2</sup>.

A subsistência e reprodução desta nova racionalidade administrativa, que, como observado, identificava-se com “modernos” instrumentos de gestão, dependeria das instituições de ensino<sup>3</sup> e da formação de indivíduos “meritórios” e tecnicamente competentes, isto é, dotados de um novo tipo de saber que os versasse nesta “Nova Razão”. A ênfase no campo da instrução pública, sintoma das feições utilitaristas da Ilustração portuguesa, consumou-se após a expulsão dos jesuítas com a criação das Aulas Régias, do Colégio dos Nobres (1761), do Imposto do Subsídio Literário (1772), e, finalmente, da Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino (1794). Conforme pretende-se observar neste trabalho, as reformas na instrução pública não tiveram efeitos estritamente na renovação das elites políticas. Mesmo entre os grupos de baixa extração, residentes tanto no Reino quanto no Ultramar, as reformas no ensino e, de modo mais amplo, no paradigma político-administrativo do Império, se faziam sentir. O letramento, a “profissionalização” e o domínio de um saber técnico e, sobretudo, útil ao Estado, tornar-se-iam critérios que, juntamente a outros típicos do Antigo Regime<sup>4</sup>, determinariam o recrutamento dos funcionários régios.

1 HESPANHA, António Manuel & SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial*: volume 1 (ca. 1443- ca.1580). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

2 São algumas das manifestações institucionais que demarcam o reformismo português e a consolidação de um Estado Disciplinar: a criação e reforma das secretarias de Estado; a criação do Erário Régio; a extensão da administração de tipo intencional, nomeadamente da Intendência Geral de Polícia (1780); a Real Academia de Ciências de Lisboa (1779); a chamada Lei da Boa Razão (1769); a Junta ordinária da Revisão e Censura do Novo Código (1783); as reformas na Universidade de Coimbra (1772); a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas; a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e Seus Domínios (1788).

3 FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*, São Paulo, Alameda, 2008, pp. 8-67.

4 Entende-se como aspectos determinantes da mobilidade social em sociedades de Antigo Regime o seu caráter relacional, familiar e intragrupal. GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO et al. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 337-373.

Ainda no intento de compreender o reformismo ilustrado português e seus impactos na formação daqueles que atuariam em um Estado dotado de uma nova racionalidade, cumpre observar as reformas militares empreendidas pelo Conde de Lippe em Portugal (1762-1777). Em que pese o seu alcance limitado, este empreendimento de modernização das forças militares portuguesas contribuiu para o delinear de um circunscrito processo de profissionalização da carreira das armas, a partir do qual o domínio de saberes técnicos úteis à corporação passavam a ser reputados como meritórios e dignos de mercês<sup>5</sup>. Nesse sentido, as aulas públicas e academias militares seriam espaços de educação formal que contribuiriam para a formação e profissionalização de militares letrados de baixa patente tanto no Reino quanto no ultramar e que, num certo sentido, inaugurariam práticas educativas características do Reformismo ilustrado português por seu caráter pragmático e utilitário.

A análise da trajetória de Antonio José da Silva Vale César permite-nos precisamente complexificar os olhares sobre tal conjuntura, viabilizando a apreensão das fissuras nos sistemas normativos que se (re) definem neste quadro de transformações políticas, administrativas e institucionais dos anos finais do Antigo Regime. Cabe observar, nesse sentido, que não objetiva-se aqui tomar o caso analisado como prova de sucesso das reformas ilustradas, e, tampouco, como exemplo típico da superação das hierarquias e da desigualdade natural que caracterizam as sociedades de Antigo Regime. Mesmo porque, como veremos, para além da formação técnica e do letramento, a todo momento Vale César teve de mobilizar suas redes de sociabilidade e clientela, bem como os serviços prestados a sua Majestade a fim de obter mercês. Portanto, em seu caso, a dimensão relacional da mobilidade social, identificada no Antigo Regime com a economia do dom, ainda se fazia presente. Além disso, em que pese o alargamento de seu campo de possíveis após o ingresso nos espaços de educação formal, a marca da *cor* de Vale César, isto é, sua condição social atrelada a uma ascendência escrava, jamais foi apagada, o que desvela-nos a premência de hierarquias sociais típicas do Antigo Regime.

Antônio José da Silva Vale César nasceu em Vila Rica, em 1775. Embora não saibamos sua filiação, é presumível que se tratasse de um indivíduo de baixa extração cuja ascendência remontava à escravidão, já que em alguns documentos Vale César é considerado mulato<sup>6</sup>. Em 1797, Antonio alistou-se voluntariamente como soldado no Regimento Regular de Cavalaria das Minas, sem obter o pagamento de seus soldos. Apenas três anos após seu alistamento, o militar já intentava acessar mercês em recompensa por seus serviços na condição de voluntário. A primeira solicitação de Vale César refere-se a um pedido de Sesmaria<sup>7</sup> - na sua Vila de origem - o qual lhe é negado. Neste mesmo período, Antônio afirma ser Comandante de um presídio na Capitania, o que, de modo indireto, revela-nos que naquela altura o militar já adquirira relativo destaque entre os soldados rasos

5 RODRIGUES, Neuma Brilhante. Resultados parciais e expectativas frustradas: os Cunha Mattos sob as reformas de Lippe. *Almanack*, Guarulhos, n. 16, p. 309-342, ago. 2017.

6 (AHU\_MG; Cx. 169, D.22)

7 (AHU\_MG; Cx. 155, D.1)



de seu regimento<sup>8</sup>. Há de se analisar ainda um terceiro pedido de mercê realizado por Vale César enquanto ainda residia em Vila Rica, a nomeação para o cargo de tesoureiro da Real Fazenda. Nesta solicitação, bastante pretenciosa se considerarmos a *qualidade* social do suplicante, pela primeira vez Antônio afirma ter frequentado as primeiras Letras e os Estudos literários.

Na referida solicitação, que também lhe é negada, para além de referir-se ao letramento dentre os serviços prestados, Antônio Vale César explicita que tanto os “Estudos literários” quanto o “seguimento das Armas” foram elementos constituintes de sua trajetória. Não nos são evidentes os meios através dos quais Vale César teve acesso aos “Estudos Literários”, mas é razoável supor que o suplicante tenha frequentado alguma das aulas de Primeiras Letras existentes na Capitania. Como veremos adiante, o fato de Antônio ter almejado frequentar aulas régias em Lisboa nos faz aventar tal hipótese, na medida em que demonstra seu conhecimento acerca do funcionamento das ditas aulas e de sua distribuição espacial no Império.

Em 1801, a trajetória de Antônio José da Silva Vale César toma novos rumos, quando o soldado solicita a mercê de ingressar na Pública de Desenho de História, ou Figura e Arquitetura Civil. Após obter a graça e o transporte para o Reino, em 15 de Outubro de 1801, o soldado passa a frequentar as aulas<sup>9</sup>. Não é possível inferir as razões que impeliram Vale César solicitar o ingresso nas Aulas precisamente em Lisboa, prescindindo das redes de sociabilidade e dos meios de sobrevivência que dispunha em Minas. Contudo, tal ação permite-nos considerar que o militar, ao seu modo, apreendia que naquele contexto do Império o domínio de um saber útil ao Estado poderia alargar suas possibilidades de ascensão, mesmo que de modo sempre limitado e condicionado por fatores outros<sup>10</sup>.

A Aula Pública de Desenho de Figura e de Arquitetura, criada na capital do Império em 1781, fora inspirada no projeto da cidade do Porto, onde ministrava-se um ensino elementar, baseado na cópia de desenhos e relevos<sup>11</sup>. Tratava-se de um ensino organizado em classes, dotado de um regulamento preciso, que previa o recurso a manuais e que definia de modo nítido as relações professor/ aluno. Aqueles que intentassem ingressar nas aulas, segundo o alvará régio, teriam sua admissão condicionada por uma avaliação prévia dos professores, os quais atestariam após um período experimental de quinze dias as aptidões dos candidatos. Para o ingresso, eram condições necessárias saber ler, escrever e executar as quatro operações aritméticas. O curso teria duração de cinco anos e, anualmente, seriam ofertados três prêmios para os alunos vencedores de um concurso em cada uma das áreas, isto é, Desenho e Arquitetura<sup>12</sup>. Com tais medidas, é visível que perfaziam

8 (AHU\_MG; Cx. 156, D.65)

9 (AHU\_MG; Cx. 165; D. 19)

10 GOULÃO, Maria José – O Ensino artístico em Portugal: subsídios para a história da Escola Superior de Belas Artes do Porto. *Mundo da Arte*. Nº 3, 1989, p. 21- 37.

11 GOULÃO. *O Ensino artístico em Portugal*, p. 21-37.

12 FARIA, Miguel F. Joaquim Carneiro da Silva e o Plano da Aula Pública de Desenho de Lisboa: contributo para a história do ensino das Belas-Artes em Portugal. In: *Anais - série História*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa: 2008, p. 165-184.

os ideais de fundação daquela Aula Pública um esforço no sentido de valorizar a aplicação dos alunos e o seu domínio dos saberes ali ensinados, tendo em vista que estes corresponderiam às necessidades do Estado. Na perspectiva de Miguel Figueira de Faria, a Aula Pública de Desenho demarcava uma relevante transformação no ensino artístico em Portugal. O uso da adjetivação “pública”, nesse sentido, reforça o afastamento com experiências de ensino que a antecedem, bem como a ruptura com concepções corporativas de ensino balizadas pelo formalismo da relação tradicional mestre/ aprendiz. Faria nuança ainda o caráter pragmático dos objetivos das ditas aulas e dos conteúdos nela ministrados, os quais deveriam se fazer úteis ao Estado no contexto de reconstrução da cidade após o Terremoto de 1755.

Em 1803, cerca de um ano após seu ingresso como discípulo, Antônio Vale César é premiado com o segundo prêmio de Arquitetura Civil. O militar mobilizaria esta premiação nos diversos contextos em que recorreu ao Príncipe a fim de receber suas graças, a começar pelo requerimento de soldos feito já em Lisboa<sup>13</sup>, alegando ter sido acometido por uma enfermidade e não ter condições de manter-se naquela cidade. Para além de reportar seus méritos e o avanço nos estudos, Antônio valer-se-ia ainda das redes interpessoais que conseguira estabelecer no Reino para legitimar sua reivindicação, o que indica-nos a premência da dimensão relacional que se coloca entre as estratégias mobilizadas por aqueles desejosos de ascender socialmente. Na documentação apresentada pelo militar, encontram-se atestações de seus professores Germano Antonio Xavier de Magalhães e José da Costa e Silva<sup>14</sup>, este último um dos fundadores das referidas aulas. Além de reportarem-se à premiação de Vale César, seus professores também destacam sua “inteligência, habilidade” e “bom procedimento e costumes”. É pertinente observarmos ainda que, até o momento, em nenhuma das atestações há qualquer menção à *cor* de Antônio José da Silva Vale César.

A *cor* de nossa personagem só seria mencionada uma vez que a Coroa indagasse ao Capitão-general de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, a razão pelas quais Antonio, estando em um Regimento de tropas pagas, não recebera soldos até então<sup>15</sup>. Segundo a resposta dada pelo Capitão-general, Antonio não obteve soldos por ter se alistado em um Regimento de brancos sendo mulato. A condição para sua admissão foi servir como músico do Regimento, local em que os indivíduos de sua cor eram admitidos. Entretanto, por não ter se habilitado no “serviço de músico”, Antonio permaneceu sem soldos. Ainda que não seja possível precisar categoricamente em que medida, no contexto de seu alistamento, Vale César enxergou o ingresso no “serviço de músico” como uma brecha para a superação de sua condição social e inserção no Regimento Regular, é notável a omissão de tal expediente em toda a documentação a qual teve-se acesso. Mais do que isso, Vale César destacou como um de seus serviços o fato de ter servido “gratuitamente”, “voluntariamente” e “fardado à sua própria conta”. Presumivelmente, a relação entre *cor* e ascensão social no caso de Vale César exprime-se de modo tácito pela sua ausência nas fontes analisadas. Não ter sua condição

13 (AHU\_MG; Cx. 165; D. 19).

14 FARIA. *Joaquim Carneiro da Silva e o Plano da Aula Pública de Desenho de Lisboa*. p.65-184.

15 (AHU\_MG; Cx. 165, D. 77).

de mulato explicitamente mencionada exceto na circunstância acima, parece apontar que, mesmo de modo limitado, o campo de possíveis de nossa personagem foi alargado após o seu ingresso em uma instituição de ensino.

O reconhecimento conferido à Antônio e à sua empreitada nas aulas públicas de Lisboa evidencia-se ainda ao considerarmos quem em 1804 é expedida uma resolução que defere o requerimento de Vale César e, para além disso, delibera que o suplicante deveria receber seus soldos desde o dia de seu ingresso na carreira das armas, em 1797<sup>16</sup>. A continuidade e o “aproveitamento nos estudos” são apontados como condicionantes para que Vale César continuasse a receber seus soldos em Lisboa.

Na trajetória analisada, não foi apenas na consecução dos soldos que o letramento e a formação nas aulas régias parecem ter influenciado de modo decisivo. Em Fevereiro de 1804 - portanto, em um contexto em que Vale César ainda frequentava as aulas régias de Lisboa - o soldado conseguiu ascender à patente de sargento da Companhia de Pedestres agregada ao seu Regimento. Ainda que não se tratasse de um posto do oficialato, a condição de sargento sinalizava uma ascensão notável para um indivíduo que ingressou na carreira das armas em um Regimento regular de brancos em condições questionáveis, ou, no mínimo, bastante peculiares. Nesse sentido, é interessante observar que na justificativa dada para a sua nomeação a utilidade da “educação” e da profissionalização aparecem como elementos decisivos<sup>17</sup>.

Há nos escritos do comandante de seu Regimento, Coronel José de Souza Lobo e Mello, que naquele contexto estava também em Lisboa, uma associação direta entre os “estudos da sua profissão” e a utilidade de Vale César para a Companhia em que ingressou. Portanto, a “educação” e o ingresso nas aulas de Desenho e Arquitetura Civil são reconhecidos como serviços prestados passíveis de restituição pela economia do dom, elemento basilar no Antigo Regime. Contudo, tal argumentação, manifesta nos diversos contextos em que Vale César intentou receber as graças da coroa, parece refletir também o impacto das ideias reformista entre aqueles que ocupavam os altos postos do Império. O discurso do reformismo ilustrado de valorização de uma educação que instrumentaliza e que viabiliza uma intervenção calcada na razão útil e na “ciência” parece ter pesado na trajetória de ascensão de Vale César, afinal, um indivíduo marcado por uma ascendência vinculada à escravidão.

Para além do ingresso nas aulas de Desenho de História, ou Figura e Arquitetura Civil, Vale César intentara também frequentar as aulas na cordoaria e nos arsenais de fundição. O suplicante, para tanto, alegava serem úteis “aos que verdadeiramente se aplicam”<sup>18</sup> o “Estudo das Máquinas e Engenhos”, assim como os “Estudos matemáticos” e a “Engenharia Civil, ou Militar. Mais do que

16 (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Livro (2º) de registro das representações da Capitania de Minas Gerais [expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro]. Livro 4068. p. 169).

17 (AHU\_MG; Cx. 169, D. 22)

18 (AHU\_MG; Cx. 169, D. 22)

evidenciar a relação entre o “estudo” e a utilidade, ou a possibilidade de “melhor servir”, a solicitação de Vale Cesar evidencia também as redes interpessoais e de clientela que o militar foi capaz de construir. O sargento é capaz de mobilizar novamente as atestações de seus professores e, ainda, de seus superiores do regimento, o coronel José de Souza Lobo e o sargento-mor Manoel Thenorio de Valadares.

Para além de seus professores e superiores do Regimento, dois outros personagens enviam atestações em favor de Vale César, o padre Antonio Nogueira Duarte e o capitão de milícias Manuel José Leite da Rocha<sup>19</sup>. Antonio, então recém chegado à Lisboa, foi capaz de acionar redes de natureza clientelar muito provavelmente estabelecidas ainda em Minas Gerais a fim de conseguir reconhecimento na capital do Reino. Neste contexto, tanto pelos depoimentos de seu sargento-mor quanto do padre e do capitão, a situação de penúria de Antonio é reiterada e posta em contraposição à abundância em que viveu em Minas Gerais. Uma vez mais, chama atenção, portanto, a decisão tomada por Antonio de - afastando-se de seus meios de subsistência e sujeitando-se a riscos e a possibilidade de viver em penúria - partir para o Reino a fim de prosseguir seus estudos. Nesse sentido, parece não ser possível ignorar que, na trajetória analisada, a empreitada de cruzar o atlântico a fim de melhor instruir-se é apreendida como uma estratégia que, se exitosa, poderia alargar o campo de possibilidades e oferecer perspectivas de ascensão. Há de se considerar ainda que as transformações no Império português em fins do século XVIII gestaram um contexto menos hostil aos empreendimentos daquele militar. À medida em que o Estado português ampliava seus espaços de atuação, nomeadamente na educação com a criação das Aulas Régias, consubstanciava-se um grupo de indivíduos de baixa extração como Vale César que deslocavam-se para o Reino a fim de prosseguir nos estudos. Portanto, além daqueles que ocupavam os altos cargos na administração do Império, havia também indivíduos de menor *qualidade social*, até mesmo mulatos, que frequentavam espaços de educação no Reino a fim de ocupar cargos de menor projeção no Estado português<sup>20</sup>. E não seriam estes os últimos pedidos de mercê de nossa personagem.

Surpreende o número de requerimentos que Vale César fizera à Sua Majestade em um intervalo de poucos anos. Há, entretanto, uma última solicitação que merece ser analisada. O mulato, que saíra de Minas Gerais para frequentar às aulas públicas no Reino e que durante os primeiros anos vivendo em Lisboa parece ter enfrentado uma conjuntura de miséria e enfermidade, entre 1806 e 1807, solicitou a permissão régia para se formar em Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra continuando a receber soldos. No requerimento, o suplicante anexa a carta de aprovação nas aulas de Arquitetura Civil que frequentara e aponta os êxitos de seus estudos<sup>21</sup>. É possível que sua formação pregressa tenha influenciado a decisão régia, que defere o requerimento e autori-

19 (AHU\_MG; Cx. 165; D. 77).

20 Magnus Pereira fezera observações semelhantes ao analisar a trajetória de Elias Alexandre da Silva Corrêa. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Rede de mercês e carreira: o “desterro d’Angola” de um militar Luso-Brasileiro (1782-1789). *Revista História: questões e debates*. Curitiba: PR, Ed. da UFPR, ano 24, n. 45, jul./dez. 2006.

21 (AHU\_MG; Cx. 160, D. 106).

za o pagamento dos soldos<sup>22</sup>. O ingresso na Universidade representaria uma ascensão significativa na trajetória do sargento no que concernia à sua educação e, para além disso, o desenhar de uma longínqua possibilidade de nobilitação. Formar-se em Coimbra certamente produziria na trajetória de Vale César um novo campo de possíveis, permitindo que o mulato requeresse novas mercês à Coroa e, até mesmo, distanciasse-se de sua ascendência escrava.

Embora agraciado pelo monarca, Antonio Vale César não chegaria a ingressar em Coimbra. Não apenas para o Império português e para a dinastia dos Bragança o ano de 1807 seria marcado por turbulências e incertezas. A trajetória de Vale César é também incerta naquele ano, e a documentação a ela pertinente é particularmente lacunar. O que se sabe é que desde o início de 1806, quando concluía seus estudos, Antonio ficara sem receber soldos<sup>23</sup>. A partir deste período, são diversos os requerimentos de Vale César junto ao Erário Régio solicitando, conforme determinado pelo Monarca, a continuidade do pagamento de seus soldos enquanto se aplicasse na Universidade de Coimbra<sup>24</sup>.

O último dos requerimentos encontrados data de Outubro de 1807, poucos dias antes da saída da corte portuguesa rumo ao Brasil e da invasão francesa. Ao que parece, a capitania de Minas Gerais chega a remeter ao Rio de Janeiro a quantia que cabia à Antonio, já que em um dos requerimentos o militar solicitava que o valor lhe fosse repassado<sup>25</sup>. Não é possível precisar o que inviabilizou que Antonio recebesse seus soldos, mas é razoável supor que a transferência da Corte e, portanto, do aparato administrativo da metrópole, agravaram as dificuldades de Vale César em acessar as instâncias do governo e de efetivamente obter as graças recebidas. O que se sabe é que pouco tempo depois, no início de 1808, nossa personagem solicitou autorização e o transporte necessários para retornar à sua Capitania, alegando que, apesar dos “bons serviços obrados”, não tinha condições de subsistir em Lisboa.<sup>26</sup>

## Conclusão

Antonio não mais foi encontrado na documentação. Portanto, não sabemos se ele de fato retornou a seu Regimento e se lograra alguma outra graça por seus estudos. De todo modo, a trajetória de Vale César permite-nos analisar qual era o campo de possíveis e, naturalmente, os

22 (AHU\_MG; Cx. 184, D. 39).

23 (AHU\_MG; CX. 187, D. 5)

24 (AHU\_MG; CX. 181, D. 29). (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Livro (2º) de registro das representações da Capitania de Minas Gerais [expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro]. Livro 4069. p. 024

25 (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Livro (2º) de registro das representações da Capitania de Minas Gerais [expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro]. Livro 4069. p. 035-037

26 Diz Antonio José da Silva Vale César, Sargento da Cavalaria de Minas Gerais como se mostra pelo Documento junto que ele veio a esta corte requerer os prêmios dos seus bons serviços obrados nesta Corte e naquela Capitania, e como não foi despachado até a ausência de S. A. R. se deve recolher a sua praça pois se acha sem subsistência alguma de que sirva. Nestes termos roga a N. A. R. que em consideração a triste situação em que o suplicante se acha se digne a mandar se lhe faça o seu competente passaporte como igualmente se dê o seu transporte, Portanto. (AHU\_MG; Cx. 187, D. 05)

limites que se colocavam no horizonte daqueles militares que, no Reino e no Ultramar, acessaram o letramento e, através das Aulas Régias ou de outros meios, prosseguiram nos estudos durante os anos finais do Antigo Regime português. Além disso, permite-nos ainda analisar em que medida “seguir nos estudos” viabilizava o afastamento de um passado ou ascendência atrelada à escravidão e, sobretudo, se o domínio de um saber útil ao Estado contribuía para o aplacar das marcas do mulatismo naquele contexto de Reformas e do gérmen de um processo de profissionalização da carreira das armas.



# Poder, conflitos e corrupção no Tribunal da Bula da Cruzada em Portugal no século XVII

Veronica de Jesus Gomes<sup>1</sup>  
veronicadejgomes@gmail.com

## Resumo

Pertencer ao clero, no Portugal do Antigo Regime, não significava necessariamente ter uma vida reclusa, de devotamento, abnegação e propagação da palavra de Deus. Não consistia impreterivelmente que se tivesse total e exclusiva dedicação aos ofícios divinos. O clero era uma organização muito heterogênea e hierarquizada graças a vários aspectos, a exemplo da observância religiosa (regulares e seculares) e da origem social. Integrá-lo era fazer parte da “ordem mais prestigiada”<sup>2</sup> de uma sociedade organizada a partir de uma concepção corporativa, na qual a cada indivíduo cabia uma função no ordenamento divino da comunidade, a que correspondiam diferentes estatutos jurídicos, políticos e honoríficos. Seus membros tinham importantes privilégios, que se tornavam mais relevantes e atraentes à medida que o indivíduo galgava os degraus superiores da carreira, implicando disputas e rivalidades para a obtenção dos postos mais honrosos, que reuniam consideráveis rendimentos e outras prerrogativas, e que, evidentemente, nem sempre, foram ocupados pelos mais bem preparados. Os conflitos foram muito comuns, tanto no ultramar quanto no reino, onde os clérigos se envolveram em disputas, promovendo, constantemente, a desordem social. Não raro, aqueles homens usaram armas nem sempre louváveis para obter os cargos mais relevantes. O artigo tem dois objetivos: analisar os manuscritos – cópias de certidões e cartas do inquisidor Manoel da Cunha, que, entre 1633 e 1634, foi comissário geral do Tribunal da Bula da Cruzada, instituição eclesiástica que administrava os rendimentos da venda das bulas, nos quais ele refere a devassa que mandou realizar naquela instituição, que, além de expor os desvios ocorridos durante o comissariado de seu antecessor, D. António Mascarenhas, demonstrou seu grande zelo pela fazenda régia, procurando asseverar que, como bom e leal vassalo, servia com fidelidade e amor ao monarca. Por outro lado, buscamos examinar os conflitos, as disputas pelo poder, a utilização do Santo Ofício como elemento de luta política, num cenário de perseguição aos cristãos novos no qual se inseriu Mascarenhas, acusado de corrupção, de sodomia e de “nepotismo”, questões que envolveram cristãos novos e um cristão velho, secretário do Tribunal da Cruzada, incriminado de judaísmo e condenado à fogueira pelo “pecado nefando”.

**Palavras-chave:** Eclesiásticos, corrupção, Tribunal da Bula da Cruzada, Portugal, conflitos

1 Doutoranda na Universidade Federal Fluminense (UFF), orientanda da Dr<sup>a</sup>. Georgina Silva dos Santos, bolsista do CNPq.

2 PAIVA, José Pedro. Um corpo entre outros corpos sociais: o clero. In *Separata da Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, vol. 33, 2012, p. 173.

Pertencer ao clero, no Portugal do Antigo Regime, não significava necessariamente ter uma vida reclusa, de devotamento, abnegação e propagação da palavra de Deus. O clero era “uma ordem profundamente heterogênea e hierarquizada plurivocamente” devido à “observância religiosa (distinção entre regulares e seculares), da sagração (isto é, do grau/nível do sacramento da ordem), da ocupação e rendimentos que gerava (distinção entre clero beneficiado e não beneficiado), da sua origem social”<sup>3</sup>. Ser um integrante do clero era fazer parte da “ordem mais prestigiada” do interior de uma sociedade organizada a partir de uma concepção corporativa, na qual “a cada um competia uma específica função no quadro do ordenamento de raiz divina da comunidade, a que correspondiam diferentes estatutos jurídicos, políticos e honoríficos, conforme consagrado nas Ordenações Manuelinas”<sup>4</sup>. O estatuto político-institucional da Igreja, fala-nos António Manuel Hespanha<sup>5</sup>, tinha várias esferas, e uma delas dizia respeito à sua isenção e à de seus integrantes em relação ao direito comum do reino.

Integrar o clero significava ter importantes privilégios, que se tornavam ainda mais relevantes e atraentes à medida que se galgava os degraus superiores da carreira eclesiástica, que incluía a docência, a assistência, as atividades burocrático-jurídicas em vários tribunais – os auditórios episcopais, a Inquisição, o Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, a Junta da Bula da Cruzada, além da ocupação de postos na administração dos bispados, cabidos, colegiadas e ordens religiosas. Assim, ser um membro do clero não implicava em exercer tarefas necessariamente religiosas, mas também “colaborar com a Coroa (tanto no reino como no império), ou senhores nobres, de quem muitos eclesiásticos eram capelães”<sup>6</sup>.

Daí que se vincular ao clero consistia em estar inserido num universo do qual não estiveram ausentes as disputas, as dissensões e as rivalidades para a obtenção dos postos mais honrosos e significativos, que podiam reunir consideráveis rendimentos e outras prerrogativas. Em Portugal, a documentação inquisitorial aponta que os clérigos estiveram envolvidos em disputas entre si, promovendo, constantemente, a desordem social. As demandas não se circunscreveram aos tribunais, onde protagonizaram inúmeros litígios, visto que também incluíram agressões verbais e físicas. Os homens da Igreja chegaram ao extremo de “danarem terceiros que mantinham alguma ligação familiar aos seus inimigos e ainda a moverem denúncias falsas nas várias instâncias judiciais como arma de arremesso”<sup>7</sup>. Eles tanto acusavam pessoalmente seus desafetos quanto pagavam a terceiros para fazê-lo e costumavam incriminar seus confrades mais frequentemente durante as visitas pastorais, no decurso das visitas “inquisitoriais de distrito, no período subsequente à afixação de um edital do Santo Ofício e em qualquer outro momento, bastando para tal inventar uma história, remetê-la por carta, e dá-la a conhecer a um agente inquisitorial local ou aos inquisidores”<sup>8</sup>.

3 PAIVA, José Pedro. *Um corpo*, p. 173.

4 PAIVA, José Pedro. *Um corpo*, p. 165.

5 HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político – Portugal – século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 325.

6 PAIVA, José Pedro. *Um corpo*, p. 166.

7 GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira de. *A quarta porta do inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Tese de doutorado. Florença: 2012, p. 316.

8 GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira de. *A quarta porta do inferno*, p. 316.

As desavenças envolveram seculares e regulares, fosse pela partilha dos bens materiais, fosse pelas disputas por benefícios, ou ainda por meras vinganças. No cenário belicoso, era comum ver coadjutores pelejando contra vigários para a aquisição dos seus benefícios; curas de almas “que lutavam pela obtenção de protagonismo econômico, espiritual e, nalguns casos, carnal; priores que se desentendiam com missionários por estes se imiscuírem nos negócios da paróquia, e tantas outras situações de luta entre os ministros da Igreja”<sup>9</sup>. As fontes do Santo Ofício português mostram que, não raro, aqueles homens usaram armas nem sempre louváveis para alcançar postos de visibilidade, tendo trilhado caminhos um tanto tortuosos para obtê-los. Os documentos produzidos, na década de 1630, pelo inquisidor Manoel da Cunha, apontam a existência de significativos conflitos em torno do comissariado da Bula da Cruzada.

Entre 1633 e 1634, Manoel da Cunha foi comissário geral do Tribunal da Bula da Cruzada, uma instituição eclesiástica, criada em 1591, com o intuito de administrar os rendimentos advindos da venda das bulas. Os manuscritos, cópias de cartas e de certidões, presumivelmente, produzidos entre 1633 e 1635, não foram escritos apenas por Cunha, uma vez que contém, por exemplo, a cópia de uma certidão escrita por Jerónimo Pinheiro, secretário do tribunal, que informa sobre o estado em que a instituição foi deixada pelo antecessor de Cunha, D. António Mascarenhas. Eles compõem um conjunto de cerca de 33 fólios, alguns em branco, outros fragmentados, algumas vezes escritos em espanhol, e os principais assuntos neles tratados dizem respeito especialmente à arrecadação da bula da Cruzada. Os documentos comparam os dois comissariados, responsabilizando Mascarenhas pela falta de ordem nos livros da Cruzada. Ademais, fazem referência à ausência de juntas nas quais seriam discutidos diversos tópicos relativos ao tribunal e aos rendimentos da bula, às cobranças de dívidas atrasadas, deixadas por D. António, aos empréstimos feitos por Cunha para atender às necessidades das naus da Índia e do contratador de Mazagão, e, por fim, a conclusão de que Mascarenhas não foi um bom administrador da Cruzada, da fazenda régia, tendo, até mesmo, levado consigo certa quantia contra a ordem do monarca. Ou seja, teria praticado corrupção, o que, ao que tudo indica, era muito usual no que tange aos rendimentos da bula.

Tais práticas levaram à execução de uma devassa, que, devido à desordem nos livros de registros, não foi concluída pelos contadores régios. Assim como os conflitos e as dissensões entre clérigos eram muito comuns no Portugal do Antigo Regime, os desvios dos relevantes rendimentos da Bula da Cruzada também foram corriqueiros. No que tange à Bula da Cruzada nas Índias de Castela, no Seiscentos, o historiador José Antonio Benito assinalou que graças ao gradual crescimento da instituição da bula no século XVII tornou-se cada vez mais necessária a precisão de sua contabilidade: “y con el fin de llevar las cuentas claras, por Real Cédula de 30.04.1602 se ordenaba que la contabilidad de Cruzada se llevara aparte en arca de 3 llaves”<sup>10</sup>. Apesar do progressivo cui-

9 GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira de. *A quarta porta do inferno*, p. 316.

10 Entretanto, tal medida não deve ter surtido o efeito esperado e nova disposição foi emitida em 19 de abril de 1671, quando “se recordaba la necesidad de establecer arcas de tres llaves separadas de la Real Caja en todas las cabezas de partido”. BENITO, José Antonio. *Historia de la Bula de la Cruzada en Indias*. In *Revista de Estudios Históricos-*

dado, as fraudes na contabilidade eram frequentes, “como el descubierto en 1605 en la persona de Alonso Ramos Cervantes, por lo que continuaron promulgándose medidas preventivas”<sup>11</sup>, a exemplo da tomada em 1606, quando se determinou que “siga la costumbre de soltar presos por Pascua salvo que tenga deudas con la Real Hacienda”<sup>12</sup>. Com o intuito de coibir a corrupção, a disposição de 28 de março de 1609 ordenou a criação de tribunais da Cruzada nas cidades onde houvesse audiência real, ou seja, nas duas capitais dos vice-reinos. Mesmo assim, ao longo de todo o século XVII ocorreram inúmeras fraudes, apesar das inspeções realizadas nos tribunais localizados nas colônias da América espanhola.

Os manuscritos de Manoel da Cunha expõem os desvios e as dívidas de impressão de bulas que teriam sido deixadas ao Colégio de Salamanca por D. António Mascarenhas, cujo comissariado foi responsável pela venda do maior número delas. Segundo o padre jesuíta Francisco da Lapa, que assistia havia muitos anos a impressão das bulas, a mando do Colégio Real de Salamanca, entre 1622 e 1632 teriam sido vendidas cerca de 600 mil por ano, incluindo as do ultramar. Os documentos mostram que o novo comissário, em sua retórica discursiva, frisou seu grande zelo pela fazenda régia, asseverando que, como bom e leal vassalo, servia com fidelidade e amor ao monarca Filipe III, de Portugal. Esse contexto está inserido num cenário mais amplo, no qual emergem significativas relações de poder e intensos conflitos, numa conjuntura que parece apontar a existência de disputas em torno do comissariado do Tribunal da Bula da Santa Cruzada.

Um primeiro aspecto a ser salientado é que D. António Mascarenhas foi comissário geral de 1621 até 1633, período verificado pela devassa levada a cabo a mando de Manoel da Cunha. Mas por que Mascarenhas deixou o comissariado e foi substituído por Cunha? Em quais circunstâncias Manoel da Cunha tornou-se comissário geral da Cruzada? Seus papéis apontam que ele parece ter ocupado o cargo a partir de uma mercê régia. Pouco tempo depois, o monarca, ao nomear António de Mendonça para o posto, segundo Cunha,

me mandou o VisoRey deste Reino, em nome de VMg<sup>de</sup> que sem embargo da dita nomeação, fosse eu continuando com o serviço de VMg<sup>de</sup> no mesmo cargo; e porq' a jurisdição [...] estava radicada em minha Pessoa, pella delegação do Bispo de Viseu, E sem nova ordem de sua S.<sup>de</sup> se não podia exercitar por outra [...] e fui continuando em servir o dito cargo, porq' sempre meu intento he, E será antepor [...] a olhos fechados o serv.º de VMg<sup>de</sup> a tudo mais<sup>13</sup>.

Vale ressaltar que o *Regimento do Tribunal da Bula da Santa Cruzada* foi elaborado em 1634, por Manoel da Cunha, a mando do rei (antes o tribunal era orientado pelo Regimento de Castela), e determinava que os comissários gerais fossem escolhidos pelo papa, que lhes concedia o *Breve de*

*Jurídicos* (Sección Historia del Derecho), Valparaíso, Chile, n.º XVIII, 1996, p. 90.

11 BENITO, José Antonio. *Historia de la Bula*, p. 91.

12 Apud BENITO, José Antonio. *Historia de la Bula*, p. 91.

13 *Certidões e cartas de D. Manuel da Cunha sobre a Bula da Cruzada*. In Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Marqueses de Olhão, Núcleo Eclesiástico, cx. 42, n.º 5. Disponível em < <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=6680346> > Acesso em 10 de jan. de 2017.

*Comissão*, e depois eram nomeados pelo monarca. Seriam sempre eclesiásticos, naturais do Reino, letrados, “que bem mereça ocupar cargo de tanta estimaçãõ, e confiança; o qual não sómente usará da jurisdicção Apostolica, e delegada nas materias espirituaes, mas tambem da minha jurisdicção Real, nos casos, e cousas que neste Regimento especialmente forem declaradas”<sup>14</sup>. Não está ainda claro se a nomeação de Manoel da Cunha seguiu esses trâmites, já que, ao que parece, como assinalado, ele assumiu o posto por mercê régia.

Um segundo ponto que precisa ser sublinhado é que o responsável pelos livros de registros da Cruzada, nos tempos do comissariado de Mascarenhas, e tão criticado por Manoel da Cunha, deve ter sido o secretário Miguel de Abreu, pajem de D. António, que foi incriminado de judaísmo e condenado à fogueira pelo “pecado nefando”, em 1632, um ano antes de Manoel da Cunha assumir o posto de comissário da Cruzada e ordenar a execução da devassa. O próprio Manoel da Cunha foi um dos inquisidores que interrogou Miguel de Abreu no seu processo pelo crime de sodomia. Dado não menos importante é que em alguns processos inquisitoriais contra sodomitas, Mascarenhas foi inculpaado de sodomia e cuja casa seria um espaço de grande circulação de homens. Ademais, outras fontes apontam que, em 1606, ele, que por via paterna (era filho de D. Pedro Mascarenhas e Ana Fernandes), era oriundo da melhor nobreza da Corte, foi temporariamente suspenso dos cargos, após aproximadamente 166 capítulos terem sido apresentados contra ele na Corte de Madri. As acusações “implicavam-no em casos de corrupção e nepotismo envolvendo cristãos-novos”<sup>15</sup>.

Para examinar as denúncias contra D. António Mascarenhas, o monarca nomeou importantes pessoas, incluindo o presidente do Conselho da Fazenda, seu confessor, um doutor do Conselho Real de Castela e a Francisco Nogueira, do Conselho Supremo de Portugal em Madrid. Depois de tudo analisado, “foy ElRey fervido mandallo restituir aos seus Officios , confundindo com esta honra a sem razão dos seus inimigos, e justificando com a restituiçãõ a synceridade do seu procedimento”<sup>16</sup>. Em suma, o rei considerou que os depoimentos contra Mascarenhas eram quase todos singulares, muito suspeitos e oriundos de inimigos e mandou que lhe fossem restituídos os cargos:

14 E “do mesmo modo usarão della os Deputados, Commissarios subdelegados, e mais Officiaes da Cruzada”. Os demais cargos – um secretário, um tesoureiro geral, um provedor, um contador, um escrivão da receita e despesa e contadoria, um promotor fiscal, um porteiro e um solicitador – eram providos pelo próprio comissário geral “sem preceder Consulta, e com Carta passada em seu nome poderãõ servir, e exercitar seus officios”. Regimento do Tribunal da Bulla da Santa Cruzada, e dos Mais Ministros, e Officiaes subordinados a ella. 1634. In *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*. Tomo VI. Disponível em <[http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id\\_partes=116&acao=ver&pagina=209](http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=116&acao=ver&pagina=209)> Acesso em: 28 de abr. de 2016.

15 RÉGO, João M. V. M. de F. “*A honra albeia por um fio*”. Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expressão Ibérica (sécs. XVI-XVIII). 655 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Minho, 2009, p. 370.

16 *Coleçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Que neste anno de 1727. se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores, Dedicada a ElRey Nosso Senhor, seu Augustissimo Protector, E ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M.DCC.XXVII. Agradeço ao Dr. João de Figueiroa-Rêgo, da Universidade de Évora, o envio de preciosas dicas bibliográficas acerca de D. António Mascarenhas, p. 99.



y que tambien la persona, que los examinò. fuè recusado por el dicho Don Antonio, y aver para ello causas, y razones, como el alegò, y mostrò; y examinados los descargos, que diò por papeles, testigos, y razones: y nõ constar cosa, porque meresca ser privado de los dichos Officios<sup>17</sup>.

O documento apontava claramente que D. António Mascarenhas tinha muitos inimigos e, ao que tudo indica, devido aos altos e notáveis cargos que ocupava. Apesar de sua inserção em importantes redes clientelares, ele teve, na década de 1620, uma série de divergências com influentes pessoas eclesiásticas, como ele mesmo escreveu na sua *Relacam dos procedimentos que teve Dom Antonio Mascarenhas*, dirigida ao papa Urbano VIII. Mascarenhas estava no centro de vários interesses e disputas, o que certamente contribuiu para que, por diversas vezes, tenha sido acusado de agir incorretamente. Tais cizânias mostram que D. António Mascarenhas estava inserido numa conjuntura delicada e muito marcada por conflitos, o que indubitavelmente fez com que granjeasse como desafetos muitas pessoas graves.

Anos mais tarde, Miguel de Abreu, secretário da Cruzada, autodeclarado cristão velho, foi tido pelos inquisidores como “prezo per culpas de Judaísmo”<sup>18</sup> no processo de um de seus parceiros, o padre dominicano António Barbosa, listado em 1630. Se, de fato, Abreu chegou a ser arrolado por judaísmo, os autos não foram localizados. Entretanto, ele parecia manter grande proximidade com os cristãos novos, uma vez que em sua primeira confissão, em 1618, perante o inquisidor D. Francisco de Bragança, durante a visitação do Santo Ofício, que teve lugar no Convento de São Domingos, de Lisboa, Miguel, entre 17 e 18 anos, quando já servia D. António Mascarenhas, então deão da capela Del Rey, revelou como foi iniciado aos 13, 14 anos, por um cristão novo, na arte “nefanda”. Vale lembrar que, como apontado, Mascarenhas, já na primeira década do Seiscentos, foi denunciado em Madrid justamente por suas conexões perigosas com os cristãos novos. Ademais, o período em que Mascarenhas estava no centro de sérios conflitos foi marcado por violenta atividade persecutória da Inquisição contra os cristãos novos<sup>19</sup>.

Como já salientado, por disputas, por rivalidades, por ódios e por vinganças, os homens da Igreja, frequentemente, criaram enredos falsos e difamatórios. Teria sido por essa via que Manoel da Cunha assumiu o controle do Tribunal da Cruzada e contribuiu para o afastamento de Mascarenhas? Seus manuscritos assinalam diversas vezes seu cuidado pelos negócios régios, ressaltando que tinha realizado um bom trabalho e que a quantia por ele arrecadada nos negócios da Cruzada não era resultado de um milagre, mas sim de seu amor e fidelidade ao monarca. Depois do breve papal que nomeou António de Mendonça como o novo comissário geral, Cunha escreveu ao monarca, pedindo sua dispensa, mas não obteve resposta, e não lhe parecia justo que um cavalheiro como ele ocupasse o cargo por conveniência de seu dono. Cunha deu a entender que estava um tanto

17 *Colecção dos Documentos e Memórias*, p. 100.

18 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 6827.

19 Em setembro de 1628, por exemplo, “Lisboa exhibia cento e vinte e sete penitenciados e fazia executar sete pessoas em vida, três em imagem”. AZEVEDO, João Lúcio de Azevedo. *História dos Cristãos Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975, p. 191.



decepcionado com os frutos de seu zeloso e fiel trabalho, já que não parece ter sido bem remunerado pelo rei, muito embora tenha ressaltado “otros servicios que hize de no menor calidad que no repito per no cansar a Vex.<sup>ca</sup>” reafirmando, por fim, “el premio que el servicio merecia porque el buen vasallo desea solo que su principe entienda la fidelidad com que es servuido”<sup>20</sup>.

A retórica de seu texto mostra que, como sublinhou Pedro Cardim, “as ligações afetivas eram parte integrante do processo político e das distinções estatutárias então vigentes”<sup>21</sup>. Assim como na documentação analisada pelo autor, de que emerge grande quantidade de dados acerca do processo político português, evocando querelas, conflitos, traições, julgamentos, castigos, e até execuções, do cenário que aparece nos manuscritos aqui estudados transparecem disputas e relações de poder no Tribunal da Cruzada. Embora Cardim destaque que sentimentos individualistas, como a inveja, a cobiça, a ambição, tenham sido sublinhados pela historiografia, ele afirma que sua preocupação é com os sentimentos de união entre as pessoas, o que mantinha a coesão da comunidade, os laços afetivos que mantinham a vida em grupo. No caso aqui analisado, a nosso ver, os sentimentos individuais parecem ter sido bastante relevantes no contexto de contendas e disputas por cargos, podendo ter originado certas denúncias, a exemplo da que dava conta de que Mascarenhas desviou recursos da fazenda régia, mas que, devido à ausência de fortes indícios, não foi possível provar tais acusações.

Cardim ressalta que a aristocracia enalteceu a amizade e as ligações afetivas enquanto os vassallos insistiram no caráter amoroso dos laços que mantinham com o rei. Para o autor, “o sistema de relações que a monarquia estabeleceu com os diversos corpos do reino é altamente tributário do afecto e do modelo doméstico de organização da vida em grupo”<sup>22</sup>. No que se refere à Casa Real portuguesa, segundo ele, “existia uma estreita articulação entre esta noção afectiva de política e os princípios de hierarquização estatutárias então vigentes”. Laços afetivos não eram pensados como fator perturbativo do processo governativo, mas sim “elementos constitutivos e até mesmo indispensáveis ao bom funcionamento daquele sistema”<sup>23</sup>.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, apesar dos inconvenientes e particularidades, o conceito de “corrupção” aqui empregado se justifica porque ele “não só circulava no imaginário político da Época Moderna, mas também recobria condutas identificadas ao mau governo das gentes, consideradas como desvio das suas formas ideais”<sup>24</sup>. A ideia de corrupção, muito vinculada à noção de bem comum, de bom governo e de bom governante, estava alicerçada sobre “um sistema ético-normativo derivado das tradições antigas e cristãs”<sup>25</sup>. Ela estava inserida num “debate

20 *Certidões e cartas de D. Manuel da Cunha sobre a Bula da Cruzada*.

21 CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afectos*. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. VI.

22 CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afectos*, p. xii.

23 CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afectos*, p. xii.

24 ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil*. Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 14.

25 ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil*, p. 14.

mais amplo sobre a natureza da instituição política que floresceu na Europa a partir de meados do século XVI”. Se durante muito tempo vigorou a perspectiva de um Estado absolutista fortemente centralizado, “responsável pela emergência de uma sofisticada máquina administrativa”, atualmente a concepção é outra e está calcada na ideia de “uma organização política mais fluida, concebida como uma rede de teias em que afetos como amizade, amor e fidelidade articulavam o conjunto das relações políticas”<sup>26</sup>.

As inquietações de Cunha, que buscou se valer de sua pena, um instrumento de poder, se inserem num período em que, como aponta o historiador Fernando Bouza, a maior preocupação da nobreza europeia não era mais “con las letras em su perfil humanístico y literário, sino con el mucho más específico y concreto manejo de los papeles”<sup>27</sup>. No processo de enobrecimento dos letrados, os membros da nobreza buscavam uma crescente aproximação com a escrita e suas práticas. Assim, “el mundo de los *algodones*”, ou de papel e tinta, “que irremediabilmente conlleva ya el despacho de materias de estado y gobierno, puede ofrecer vida nueva al viejo tópico del parangón entre armas y letras, convirtiendo a la pluma en una renovada espada puesta al servicio del rey”<sup>28</sup>. Ou numa escrita em busca de mercês.

Para finalizar, temos tentado analisar os manuscritos de Manoel da Cunha à luz dos conflitos e disputas nos quais aqueles homens estiveram envolvidos, que podiam dar margem à criação de enredos e acusações de rivais e desafetos, por vinganças, por invejas, por múltiplos interesses, que podiam incluir os cargos no Tribunal da Cruzada. Assim como as denúncias por sodomia, crime sob jurisdição do Tribunal do Santo Ofício, poderiam ser pretexto para afastar desafetos, adversários políticos e inimigos, demonstrando que a Inquisição pode ter sido, não raro, um elemento de luta política, o mesmo parece ter se passado com as acusações de corrupção (e de sodomia) contra Mascarenhas, que não puderam ser comprovadas, embora sejam inteiramente verossímeis, já que como exposto, os desvios dos rendimentos da bula eram corriqueiros. Dos documentos também transparece certa mágoa de Manoel da Cunha, que, apesar de ter zelado intensamente pela fazenda régia, não foi suficientemente remunerado. No fim de seu curto comissariado, além de buscar resguardar sua honra, “censurada no reino”, afirmou “que que’ me tirou o oficio não me pode tirar que compri nelle com minha obrigação”, acrescentando, por fim, “que a resam em my a de vencer a natureza porque conheço que o que me fica excede m<sup>to</sup> o que mereço, e hum clérigo que ao menos no exterior quer parecer homem de bem não sente perder o que lhe não era necessario”<sup>29</sup>.

26 ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil*, pp. 14-15.

27 BOUZA, Fernando. La correspondencia del hombre práctico. Los usos epistolares de la nobleza española del Siglo de Oro a través de seis años de cartas del tercer conde de Fernán Núñez (1679-1684). In *Cuadernos de Historia Moderna*. Anejos, 2005, IV, pp. 132-133.

28 BOUZA, Fernando. *La correspondencia del hombre práctico*, pp. 132-133.

29 *Certidões e cartas de D. Manuel da Cunha sobre a Bula da Cruzada*.

# O princípio do bem comum para as monarquias ibéricas modernas: um estudo de caso

Júlia de Cássia Silva Cassão  
juliacassao@hotmail.com

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo de análise a trajetória do contratador dos diamantes, Felisberto Caldeira Brant, que encabeçou um consórcio para a arrematação deste contrato, com início em 1749 e fim no ano de 1753. Acusado do crime de descaminho de diamantes durante o período, além de desrespeito às cláusulas do contrato e defraudação dos cofres da Fazenda Real, buscaremos compreender como a noção de bem comum e o repertório caro ao conceito, difundido nas monarquias ibéricas e no espaço colonial, contribuíram para o rigor de sua sentença. Além disso, problematizaremos a aplicabilidade do conceito de corrupção para a referida época, aqui compreendido como a putrefação e a degradação do corpo da República, assim como fator de não promoção da justiça - a principal atribuição do príncipe. Pois, se o bem comum residia no fim último de toda sociedade política, no bom governo, na liberalidade e no princípio do "dar a cada um o que é seu por direito", a corrupção, a partir das venalidades, das ilegalidades e das práticas consideradas ilícitas - entre elas as realizadas por Brant -, concorria para o desequilíbrio do governo das gentes.

**Palavras-chave:** Bem comum, monarquias ibéricas, contrato dos diamantes, corrupção.

Uma compreensão a respeito do princípio do bem comum – ainda hoje pedra de toque e um dos fundamentos que conformam a cultura política ocidental – para as monarquias ibéricas, especialmente a portuguesa, e sua relação com a trajetória de uma personagem tem por objetivo apreender as “relações que perpassam os problemas gerais da correspondência entre o indivíduo e a sociedade”, seja nos meandros que o próprio sistema proporcionou ou nos momentos em que o cerco se fechava às consideradas fissuras por onde a normal legal se esvaziava<sup>1</sup>. Isto é, a partir de um estudo de caso, acreditamos que a percepção das atitudes dos sujeitos, para nós as do contratador dos diamantes, só podem ser explicadas pelo contexto histórico que permitiu a sua atuação. Homem de seu tempo, é claro, os comportamentos de Caldeira Brant, acreditamos, levantam questões sobre a sociedade da época moderna, principalmente a que se constituiu no espaço colonial, mas que manteve relações com a dinâmica que orientou a vida no Reino.

1 LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

Brant, nascido no Brasil, filho de pai português, desde cedo, percebemos pela documentação, envolveu-se em situações que conjugaram política e formação de redes de relações<sup>2</sup>. Em 1730, sempre junto a seu irmão Joaquim – demonstrando a força dos vínculos familiares – são acusados de atentar contra a vida do ouvidor da comarca do Rio das Mortes<sup>3</sup>. Para evitar a prolongação dos desentendimentos, esses irmãos retiraram-se para a região de Paracatu e as minas de Goiás, iniciando no Rio Claro e Pilões a mineração dos diamantes recém descobertos. Enriquecendo rapidamente, estabelecendo relações com potentados locais e adquirindo poder de mando, Brant envia ao rei, D. João V, no ano de 1746, a confirmação de uma mercê, recebendo, logo em seguida, o posto de capitão da Cavalaria de Ordenanças de Paracatu<sup>4</sup>. Garantido prestígio social, agora oficialmente, Brant buscará, pelas posses adquiridas, arrematar o contrato dos diamantes, que se encerraria no ano de 1748 – posto que consolidaria o seu estatuto social. Autoridades na Demarcação Diamantina, juntamente ao intendente dos diamantes, os contratadores conseguiam tomar para si parte de um poder que os possibilitava grande jogo de cintura nas relações ali estabelecidas.

A partir dessa inicial narrativa de sua trajetória, procuraremos agora relacionar as dimensões macro e micro para, ao fim, sintetizar uma hipótese que coloca nossa personagem no centro de uma discussão que deu azo, naquela época, às reflexões sobre a moralidade na administração e a conduta do oficialato régio. Um primeiro esforço de conceituação e que não poderia ficar de fora, ou seja, para o contexto que permitiu a atuação de Brant, é a que se estabelece em torno da constituição do Estado Moderno. Das abordagens tradicionais às que ganharam viço com as obras, principalmente, de Antônio Manuel Hespanha, destacamos aqui a viragem da acepção que, se antes concentrava a discussão em fatores absolutistas - como o poder centralizado na figura do soberano a partir uma burocracia mais ou menos estruturada calcada em critérios de racionalização -, ou seja, em uma abordagem estatalista, nos últimos tempos, na nova historiografia portuguesa e na brasileira que vem em sua esteira, o que percebemos é, de todo, o contrário<sup>5</sup>. Em um ímpeto que podemos

2 Esta personagem foi objeto de variados estudos, em diversas perspectivas, desde o século XIX até mais recentemente. Destacamos as análises tradicionais de: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos Diamantes nas Minas Gerais (século XV/III)*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1945 e BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2. ed. rev. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969. Já para uma nova abordagem, é vital citar: FURTADO, Júnia Ferreira. *O labirinto da fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes*. História: Fronteiras. V. II. Anais do XX Simpósio Nacional da Anpuh. São Paulo: Humanitas. FFLCH-USP, 1999. P. 309-319; *Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso*. Varia História, Belo Horizonte, UFMG, vol. 21, 2000. p. 295-306 e *Terra de Estrelas*. In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik L. *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru, SP: Edusc, 2009. Para visão semelhante, ler: FERREIRA, Rodrigo de Almeida; FURTADO, Júnia Ferreira. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos - 1740-1771*. 2004. 253 p., enc. Dissertação - UFMG, Fafich. A pesquisa em andamento de Camila Silva também se debruça sobre sua história: SILVA, Camila Pelinsari. *O contratador Felisberto Caldeira Brant: sucessos, tragédias e meandros de suas relações com o poder real*. Anais VI EIH. Bahia, 2016. p. 319-330.

3 Arquivo Histórico Ultramarino. Manuscritos Avulsos de Minas Gerais. Cx. 17, Doc. 35 e Cx. 20, Doc. 5.

4 FERREIRA. *O descaminho de diamantes*, p. 166. AHU, MAMG Cx. 48, Doc. 5

5 Destacamos por ora: HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto: *A representação da sociedade e do poder*. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, volume 4, 1993; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

chamar de iconoclasta, o Estado – conceito extemporâneo, fruto de uma projeção anacrônica - foi substituído pela concepção das *redes clientelares*, isto é, para essa nova historiografia, a sociedade do Antigo Regime – com o foco voltado aos indivíduos – constituiu-se em redes e o espaço político por excelência converteu-se, por conseguinte, na Corte<sup>6</sup>. O maior ponto a se destacar, acreditamos, nessa abordagem que se preocupa, em primeiro plano, com a distribuição e a organização dos poderes na sociedade é o enfoque que ela deu a, de que modo, a partir de mecanismos diversos, esse mesmo poder, agora plural e descentralizado, estruturou-se politicamente. Ou seja, esses pesquisadores preocuparam-se com os modelos mentais com que essa sociedade se compreendeu, assim como a sua percepção da origem da comunidade política, sua constituição e forma de governo que dela sobressaiu. Outra temática fundamental e que devemos destacar é a referente ao *paradigma corporativista*. O pensamento social e político que se constituiu no período medieval e fortaleceu-se na época moderna é, para esses historiadores, dominado pela existência de uma ordem universal, em que a referida comunidade política, à imagem do corpo humano, organizava-se de forma a que, o corpo místico político da República e, mais especificamente, cada uma de suas partes, se mantivesse e cooperasse – de forma diferente, é claro – na realização de seu destino, o fim último das monarquias. De acordo com Barreto e Hespanha, nesta sociedade em que os homens são naturalmente desiguais, o rei, mais simbolicamente, enquanto cabeça desse corpo, governava orientado pelo bem comum, pela conservação dos equilíbrios sociais e, ao representar externamente a unidade, sua função seria a de garante da justiça, “a arte das artes e a alma do governo”<sup>7</sup>.

Conservadora, portanto, calcada na tradição, em um modelo doméstico, na força dos costumes, nos direitos adquiridos e em uma ordem natural, esta comunidade política, antes fundada em poderes informais deu precedência a valores outros que não a lei como fator de coesão da sociedade. Isto é, as práticas contrárias a lei, em um primeiro momento, eram autorizadas e até incentivadas pela força dos costumes. Tal conclusão, para nós, é de suma importância, pois o lastro dos comportamentos neste período deu à legislação o caráter de mais uma entre os ordenamentos que, a despeito de um esforço de normatização – concluído somente no século XVIII, mais especificamente em 1769, com a Lei da Boa Razão -, ao fim e ao cabo, concorria para o enfraquecimento e o constrangimento das ações do monarca. Fundamental, do mesmo modo, – também para o espaço colonial – é o tópico que diz respeito à lógica personalista que enformou e dinamizou as práticas sociais. Nesse sentido, destacamos o conceito de economia do dom e, mais uma vez, o de redes clientelares. De acordo com a vertente, esta rede em cujo topo se encontra o rei, patrono dos patronos e detentor de todas as graças, constituiu todas as relações humanas que se manifestaram no Antigo Regime português. Também em Brant encontramos aspirações para o galgar de posições por meio da formação do que acreditamos serem estas chamadas redes de clientela, de compadrio

6 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. *As redes clientelares*. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (162-1807)*. Lisboa: Estampa, volume 4, 1993

7 BARRETO, HESPANHA. *A representação da sociedade e do poder*, p. 113-140..



ou de apadrinhamento<sup>8</sup>. Após a confirmação do seu título de capitão dos cavalos, a arrematação do contrato em sociedade com seu irmão e Alberto Luís Pereira, Felisberto Brant buscou desde o início criar a partir da administração do contrato laços de compadrio com o governador da capitania, Gomes Freire de Andrade. Dando sua filha em batismo, o contratador assegurou um vínculo, tão forte para a época, que perduraria por vários anos. Além disso, testamenteiro do velho intendente, Brant conseguiu empreender suas ações consideradas ilícitas sem a interferência do agente da coroa, pois este não cumpriu com sua função de fiscalização do trabalho nas lavras. De 1749 a 1751, desse modo, o contrato correu tranquilamente, como é ressaltado por Júnia Furtado: Felisberto minerava em áreas proibidas, empregava um número superior aos seiscentos escravos permitidos, cooptava a população local e, assim, auferia os lucros que jamais entrariam nos cofres da Fazenda Real.

Tal estabelecimento de alianças, então, fundado em um vínculo afetivo que esfumava a distinção entre o público e privado, lançava às relações políticas desta época uma dimensão em tudo pessoal que, principalmente, ao se basear em estratégias de prestígio, colaboraria, em aspecto mais geral, para os já citados equilíbrios de poder. O rei, por conseguinte, também estava obrigado a conceder mercês – a chamada liberalidade régia –, de modo que os serviços prestados deveriam ser restituídos, tendo, por fim, sua unidade garantida pelas propaladas relações informais ancoradas naquele seu específico direito, como falado, permissivo, poroso e permeável. No entanto, e é aqui que queremos chegar, tais relações repousavam nos princípios da Segunda Escolástica, que deitaram raízes profundas na Península Ibérica. Passando por Luís de Molina, Juan de Mariana, Francisco de Vitória, entre outros, todos eles retomando ideias de São Tomás de Aquino, o que sobressai é a convicção de que o príncipe é tido, primeiramente, como obrigado ao bem público e à utilidade de seus vassallos, pois a origem pactícia da sociedade previa limites intransponíveis à sua ação. O poder, nesse sentido, é do povo que o concede parcialmente a um escolhido para a garantia da saúde do governo das gentes. O patrimônio do reino não é patrimônio do rei, o príncipe não é proprietário de seu reino, mas seu “defensor, acrescentador e administrador”, nas palavras de Vitorino Godinho em citação de Luciano Figueiredo<sup>9</sup>. Ancorado em virtudes cristãs, vinculado a exemplos clássicos, guiado por uma tratadística moral e política, além dos espelhos de príncipe que remontavam à Baixa Idade Média, o monarca na Península Ibérica, impelido à realização da justiça, constringido por um pacto, à maneira do pastor e pai que conduz suas ovelhas e a sua própria casa – tópica disseminada no período – deveria cuidar para a plenitude do fundamento, compreendido como o bem-estar e garantia dos fins últimos dos homens, seus súditos. Dando a cada um o que é

8 FURTADO, *O labirinto da fortuna...*1999. ANTT. Manuscritos do Brasil. Condições que se hão de observar no 3 contrato. Vol. 31 e DIAMANTINA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745-1765. f. 23 e 30. Freire de Andrade foi o padrinho de Tereza, filha de Brant, comparecendo ao Tejuco pessoalmente. Foi também padrinho dos filhos de Pereira, mas, nesse caso, enviou um representante ao arraial.

9 FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Narrativas das rebeliões. Linguagem política e ideias radicais na América Portuguesa moderna*. Revista USP, São Paulo, n. 57, p. 6-27. Março-Maio 2003; GODINHO, Vitorino Magalhães. *Finanças Públicas e Estrutura do Estado*. In: *Ensaio II*, Lisboa, pp. 29-74, pp. 44-5.



seu por direito, os reis lusitanos, desde o século XIV e, especialmente, com a Lei Mental de 1434, distinguem o que é de sua propriedade e o que é dos povos. Sua legitimidade se sustenta na manutenção do bem comum, sendo que a usufrui somente na medida em que o realiza. Ser um bom governante, pressupunha, portanto, uma “arte de governar”. A salvaguarda da harmonia social da comunidade política assentava-se, assim, no encadeamento do “bem comum, bom governo, justiça e saúde do corpo místico”<sup>10</sup>.

O bem comum é fruto de uma vasta literatura que percorre desde a construção do conceito até a sua aplicação nos diferentes contextos históricos, que guardam, por seu caráter de tópica, um fundo comum, isto é, um repertório acionado ao sabor das demandas dos homens em seu tempo. Aqui, optamos por utilizar as perspectivas de André Miatello, Hugo Verdera e Monserrat Herrero, autores que detêm objetivos diferentes, como, à luz do pensamento de São Tomás de Aquino, refletir a atualidade de tal noção para a filosofia política da sociedade contemporânea, buscando em sua acepção clássica e, posteriormente, cristã, os aspectos que a fazem de suma importância para a excelência do fazer político; analisar as relações de poder e as definições da formulação nas práticas políticas da Baixa Idade Média ou, ainda, cotejar o vínculo entre o bem comum e os bens públicos da comunidade política, mas que, em conjunto, pretendem desvelar o que foi partilhado quando tal operador foi colocado na ordem do dia. O conceito, nesse sentido, pode ser entendido, nas palavras de André Miatello, “como o ordenador do agir civil, que transcende os agentes históricos e as instituições visando a utilidade comum, a vida coletiva e a justiça social”<sup>11</sup>. Ancorada na tradição política ocidental desde Aristóteles e presente também na formulação teológica cristã, tal formulação, de acordo, mais uma vez, com Miatello, permitiu usos variados, ensejando a utilidade da *res publica* e devendo, por isso, ser desejada de maneira ilimitada. Em termos aristotélicos, diz Verdera, o bem comum é a finalidade comum e a mais elevada da comunidade política; já para o pensamento cristão, que recebe da filosofia grega o seu aporte, com os autores da Segunda Escolástica e, principalmente, com São Tomás de Aquino, o conceito se converte em meio para se chegar a um fim<sup>12</sup>. O bem do povo, portanto, é mais divino que o bem de um único homem, embora todos sejam dependentes de Deus, o que resulta na primazia absoluta do comum sobre o particular, mesmo que exista a possibilidade de harmonizá-los. A finalidade última para o referido período, assim, ordena-se para o transcendental e o sumo bem, que é Deus, de onde o bem comum terreno deriva, identifica-se com a união de todos e de cada um dos membros da comunidade política para o alcance da justiça e da felicidade dos povos. Fim último dos seres, e sendo público sinônimo de comum, toda a socie-

10 ROMEIRO, Adriana. *A corrupção na Época Moderna – conceitos e desafios metodológicos*. Revista Tempo. Vol. 21 n. 28, pág. 1-22.

11 MIATELLO, André Luís Pereira. *Relações de poder e bem comum na Baixa Idade Média italiana (séc. XIII-XIV)*. Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 38, p. 181-217, dez. 2013.

12 VERDERA, Hugo Alberto. *La problemática del bien común y el bien particular: a la luz del pensamiento de Santo Tomás de Aquino*. Semana Tomista. Potencia y poder en Tomás de Aquino, XXXVII, 10-14 setembro de 2012. Sociedad Tomista Argentina; Universidad Católica Argentina. Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires. Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/ponencias/problematica-bien-comun-bien-particular.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2018.

dade política se ordenaria para a sua realização. À semelhança do corpo humano, na associação para viver em comunidade, o bem comum define essencialmente, como diz Herrero, o que consolida a perfeição de uma vida digna, de bem-estar e saúde dos organismos<sup>13</sup>. Decisiva para a excelência das partes e realizada graças à circunstância política, pois inscrita como causa final para a orientação da República, o bem comum, em síntese, é a pedra de toque que justifica o viver em comunidade.

Esse repertório de pensamento, estável no período que vai do século XVI ao XVIII, do Reino à colônia, encontrou sua antítese no conceito de corrupção - ainda hoje tema de debates acalorados na historiografia. Para uns, semelhante noção jamais poderia ser aplicada à época, pois sua utilização pressupõe a distinção entre as dimensões do público e do privado, o que não teria acontecido. Já para outros - vertente ao qual nos filiamos -, este conceito pode e deve ser instrumentalizado, pois, a despeito de uma separação entre público e privado, a noção perfaz outros significados que não o concebido hoje<sup>14</sup>. Os pesquisadores que refutam a categoria, acreditamos, projetam erroneamente para a sociedade que ali se constituiu características de nosso tempo, descambando no maior erro que o historiador pode cometer: o anacronismo. Para evita-lo, o primordial é ter o cuidado em perceber como os homens à época refletiram sobre sua realidade e a que recobriu tal formulação, completamente diferente da realidade atual. Recorremos, assim, aos dicionários de época, tais como o de Rafael Bluteau, de 1728 e o de Antônio de Moraes Silva, de 1789, além dos tratados políticos e morais difundidos na Península Ibérica, como os de Diogo do Couto, Saavedra Fajardo, Castillo de Bobadilla, Antônio de Guevara, entre outros apropriados pela legislação<sup>15</sup>. Nesses textos, a referência ao termo é frequente e envolve contextos ideológicos, religiosos, políticos e morais. Corrupção, naquele sentido, derivava do latim *corruptione* e significava declínio, decadência, putrefação, ou seja, a passagem de um estado ideal a outro inferior. Ela era o *efeito* de consideradas práticas ilícitas, ao contrário de hoje - que é a própria prática ilícita - e tal processo degenerava o corpo místico político da República. Se hoje a corrupção se atém às práticas econômicas, naquela época abrangia também práticas religiosas e morais como, por exemplo, as da pobreza ou riqueza em excesso, as ações heréticas e a avaria das autoridades que levariam, em suma, à tirania, à injustiça e à infelicidade dos povos. Essas consideradas ilicitudes, abusos e excessos revestiam práticas como o contrabando, para a nossa análise de suma relevância, a venalidade de cargos e o enriquecimento ilícito e, assim, ao serem discutidos, rememorados e reescritos na referida tratadística da época, concorreram para a percepção, desde o século XVI, de elaboradas e variadas questões

13 HERRERO, Montserrat. *Bien común y bienes públicos*. In: Empresa y Humanismo. Universidad de Navarra. Pamplona, España. Cuaderno n. 116 marzo de 2011.

14 Ensejado pela historiografia espanhola - e mais recentemente pela brasileira -, que dá ao tema vital importância para a compreensão das relações surgidas no Império espanhol, destacamos o Congresso “Debates sobre la corrupción en el mundo ibérico, siglos XVI-XVIII”, ocorrido na Universidade Complutense de Madrid, em maio de 2017, onde mais de oitenta renomados historiadores de todo o mundo debateram amplamente o tema.

15 Os referidos dicionários, assim como os tratados políticos e morais podem ser encontrados rapidamente na Internet. Sublinhamos para o caso dos dicionários: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario>. Já para os tratados, destacamos as plataformas de busca das universidades e bibliotecas ibéricas. Para a sua análise, ressaltamos a importante obra, lançada recentemente: ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil. Uma história, séculos XVI-XVIII*. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2017.

pertinentes ao exercício de poder. Referenciando-se em um sólido quadro religioso e clássico, os autores explicitavam e condenavam tais abusos e buscavam empreender para o governo das gentes nesta literatura que também podemos chamar de arbitrista – a despeito da força dos clientelismos e patrocínios - as virtudes do que entendiam por bom governo.

A historiografia sobre a corrupção, se antes deu a prática, principalmente para o espaço colonial, um caráter de exceção à regra e fator de desestabilização do sistema, agora, principalmente com os historiadores que tratam do Império espanhol e, no Brasil, com os trabalhos de Paulo Cavalcante e Adriana Romeiro para o caso português, a ela foi conferida uma função política<sup>16</sup>. Fator de flexibilização das tensões do Império, tal prática facilitava negociações, sendo a válvula de escape que deu dinamismo às relações empreendidas na América colonial. Reiteramos, assim como esses pesquisadores, que não nos alinhamos com a vertente que supervaloriza uma capacidade de agência dos homens da colônia, pois sua ênfase cairia em outro extremo: a resolução harmoniosa de conflitos inerentes ao sistema colonial, que se ocorreram não deram o tom às relações que nesse espaço se constituíram. O interesse da metrópole, assim, seria a manutenção dos equilíbrios e a estabilidade dos negócios coloniais a despeito das distâncias do centro metropolitano e da impossibilidade de controle efetivo, havendo, por isso, uma linha que demarcou os limites da tolerância e os excessos condenados. A discricção nos atos no “fazer a América”, a não interferência nos negócios da Coroa e a preservação dos cofres reais definiram o que foi considerado lícito ou ilícito por parte daqueles sujeitos. Neste ponto acreditamos poder associar, de novo, a trajetória do contratador dos diamantes Felisberto Brant a esses processos, retomando o início de nossa análise: os discursos do moralmente aceito e os comportamentos dos oficiais da administração que descambaram em corrupção. Neste equilíbrio móvel de tensões, de acordo com Adriana Romeiro em citação de Pilar Leiva, é em contextos como estes que se destaca a “sutil diferença entre práticas corruptas e práticas que derivam em corrupção”<sup>17</sup>.

Na Colônia portuguesa, como é sabido, ao passo que as fronteiras se dilatavam pela ocupação de terras longínquas e o decorrente estabelecimento de órgãos administrativos, para garantir a governabilidade, Portugal recorreu à cooptação, pela compra de direitos, principalmente dos estancos – mas não de cargos, pois era proibido, a despeito de, mesmo assim, acontecer - em essência reais, por parte de agentes privados e, por isso mesmo, intermediários. A relação entre a metrópole e os potentados locais, aqueles dispostos a dispendar seus cabedais para obter uma função na administração e, com ela, consequentemente, adquirirem poder de mando, demonstravam as complexidades das relações políticas

16 Citamos os trabalhos de: PHELAN, John Leddy. *The Kingdom of Quito in the seventeenth century: bureaucratic politics in the Spanish Empire*. Madison: University of Wisconsin Press, 1967; PIETSCHMANN, Horst. *Corrupción en las Indias españolas - revisión de un debate en la historiografía sobre Hispanoamérica colonial*. In: PIETSCHMANN, Horst; COMÍN, Francisco; PÉREZ, Joseph. *Instituciones y corrupción en la historia*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998, p. 31-52; BERTRAND, Michel. *Grandeza y miseria del oficio - los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011; CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec, 2006 e o já referenciado ROMEIRO. *Corrupção e poder no Brasil...* 2017.

17 LEIVA, Pilar Ponce. *Acusaciones de corrupción y prácticas sociales infamantes. Quince años en la vida de Agustín Mesa y Ayala (1670-1685), contador de la Real Hacienda de Quito*. Revista Complutense de Historia de América, n. 43, 2017, p. 60; ROMEIRO. *A corrupção na época moderna...*, 2015.

estabelecidas no espaço colonial. Esses homens, assim como acreditamos ser um deles a nossa personagem Caldeira Brant, personificavam parte do poder do rei ao adquirirem esta função dita pública na governança. Interesses públicos e privados imiscuíam-se e não raro se chocavam<sup>18</sup>. O sistema de contratos, já tradição no Reino, realizado em leilões públicos, foi mais uma das formas encontradas para a extensão dessa autoridade, pois ao transferir para um particular os gastos com os monopólios em princípio régios, Portugal, alcançando os lucros que proviriam do preço fixo estipulado em edital, evitava vultosos e inesperados gastos – que não poderia arcar – e preocupava-se apenas com a fiscalização de tal negócio, que, no entanto, muitas vezes foi negligenciada por aqueles instruídos a sua inspeção. Delegando, assim, poder a esses indivíduos, outrora à margem da governança oficial, o rei permitiu que suas sombras se alongassem e, com ela, a demanda pelos seus interesses privados acima dos públicos, ou seja, aqueles que estremeciam a primazia princípio do bem comum<sup>19</sup>. Como brecha do sistema como um todo, o nosso foco é demonstrar, desse modo, que a atividade considerada ilícita foi mais um custo que a administração no Reino, para manter mesmo que opaca a sua presença, aceitou. Os limites de atuação para as atividades desses homens, como demonstrado, é claro, existiam: um acordo possibilitava sua condescendência, mas sempre dentro de determinadas balizas. Para além dela, o rei em sua feição simbólica e também prática agiu e Caldeira Brant foi um daqueles que não soube se movimentar naqueles jogos de forças.

Destacamos, para corroborar essa visão, a chegada à Demarcação Diamantina, em 1751, do novo intendente dos diamantes, Sancho de Andrade Castro e Lanções, orientado a passar a limpo as ações do contrato, do contratador e os procedimentos concernentes à mineração no Distrito<sup>20</sup>. Inserido em um contexto de modificação das funções administrativas, cumpriu com o seu papel, fiscalizou as áreas de mineração, a qualidade dos serviços e a utilização do número de escravos estipulados pelas cláusulas do contrato, entrando, assim, em choque com Felisberto<sup>21</sup>. As duas autoridades – uma em missão oficial, a outra, assegurada por prestígio social e força de mando -, detinham claramente discursos dissonantes, aspirações e redes de relações diferentes. De um suposto roubo ao cofre dos diamantes à abertura das devassas para a sua verificação, pelo ouvidor da comarca José Pinto de Moraes Bacelar, descobriu-se que Brant encabeçava uma quadrilha de contrabando de diamantes que se estendia a nível internacional<sup>22</sup>. O contratador e seu sócio foram presos, remetidos ao Rio de Janeiro

18 Assentadas também no privilégio conferido aos mais amigos pela especificidade do amor e da amizade para o período, tais relações baseadas no afeto e na troca de serviços, assim como nos ideais de fidelidade, foram analisadas em: CARDIM, Pedro. *Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII*. Lusitania Sacra, 2 série, 11, 1999.

19 Não poderíamos deixar de citar SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Em alusão às prédicas de Padre Antônio Vieira, no século XVII, a autora o retoma em sua crítica à postura do oficialato régio. De acordo com o jesuíta, e não deixamos de concordar com ele, à medida que se distancia a figura do rei – o Sol -, pelas distâncias ou pela intermitente comunicação, o funcionário real – a Sombra – ganha cada vez mais autonomia, que muitas vezes incorria em arbitrariedades. Quando o sol está no zênite a sombra é pequenina, mas quando se encontra no ocaso, é tão extensa que a imagem do astro parece fenececer.

20 AHU. MAMG. Cx. 58. Doc. 73

21 A racionalização administrativa e controle financeiro deram o tom às chamadas posteriormente Reformas Pombalinas, iniciadas com a ascensão de D. José I e de seu ministro Sebastião Melo, que refletiram no Distrito Diamantino. FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

22 FURTADO. *O labirinto da fortuna*, 1999 e FERREIRA. *Descaminho de diamantes*, 2004. AHU. MAMG. Cx. 60. Doc.

e depois à prisão no Reino. Brant teve seus bens sequestrados e os abusos de poder cometidos em nome de sua autoridade foram descobertos. Preso de 1753 a 1769, jamais conseguiu o relaxamento da prisão, apesar da característica casuística e de dissimulação imputada à Justiça do período<sup>23</sup>. Após esses dezesseis anos, foi agraciado com liberdade assistida, mas sofria de graves problemas de saúde o que impossibilitou gozá-la de forma plena, pois faleceu pouco tempo depois<sup>24</sup>.

A ascensão de Sebastião Melo, depois Marquês de Pombal, e as reformas que visavam a uma maior arrecadação e controle nas contas públicas, as reformulações no jogo político português e em seu aparato administrativo remontam, acreditamos, àquele processo, discorrido também na tratadística, de ponderação sobre a moralidade administrativa e reflexão sobre o exercício de poder que coexistiu lado a lado com mentalidades em processo de transição, uma estamental e outra mais afeita à racionalização, evidenciados por Michel Bertrand para o império espanhol, mas que podem ser aplicados ao contexto português<sup>25</sup>. Felisberto nessa intersecção incorreu naqueles propalados erros crassos para a rememoração da tópica da corrupção: suas ações foram públicas, todo o Distrito Diamantino esteve envolvido em suas jogadas consideradas ilícitas; a Fazenda Real foi defraudada, pois estourado o escândalo, a praça internacional do comércio de diamantes entrou em polvorosa, as letras de crédito foram resgatadas e não havia fundos para cobri-las. O rei, para evitar a degradação das finanças e o conseqüente estremecimento de suas relações com as demais Monarquias, cobriu essas dívidas e tornou-se o único credor de Brant. Vilipendiado o fisco da mesma forma, além, é claro, do corpo da República, o processo de corrupção se instaurava. Retirou-se de vários súditos para cobrir os prejuízos de um único homem. A não promoção da justiça e do bem comum, isto é, a felicidade dos povos e o dar a cada um o que é seu por direito fez de Brant um corrupto. A função política da corrupção e das práticas que a engendravam, outrora fator do dinamismo da sociedade colonial, nesta época, pareciam já não mais serem válidos. Os sentidos dessa prática tornaram-se diferentes e a lógica do funcionamento da administração agora pautava-se por outros mecanismos. O bem comum foi usurpado, pois sua definição mantinha-se estável, ao contrário da do conceito de corrupção que se transformava na época. Seu restabelecimento só pôde ocorrer com a punição exemplar do homem que sempre manteve sua posição de “fiel súdito de el rei”, reafirmando repetir práticas do antigo contratador, que nunca foi punido<sup>26</sup>. Acreditamos que Felisberto detinha outro padrão moral do que era lícito ou ilícito daquele que a Coroa passou a demonstrar. Justiça, bem comum – a finalidade suprema da criação da comunidade política –, corrupção, relação entre Coroa e súditos. Princípios e dinâmicas estes tão caros à época a que nos debruçamos, mas que no dimensionamento da correspondência entre um indivíduo e seu contexto de atuação, nos possibilitaram entrever como os jogos de forças e as apropriações modificaram o que, estável em um momento, no outro já não parecia mais o ser...

---

29, 37 e 56 e Cx. 63. Doc. 79.

23 AHU. MAMAG. Cx. 63. Doc. 28 e 36 e Cx. 67. Doc. 37.

24 ANTT. Ministérios do Reino, Decretos Régios, pasta 17, n. 34.

25 BERTRAND. *Grandezza y Miseria*, 2011.

26 AHU. MAMG. Cx. 66. Doc. 06.



## A venalidade de ofícios nas Minas setecentistas

**Rafael Jose de Paula Braga**

Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora  
rafaelpbjf@hotmail.com

### Resumo

A venalidade de ofícios foi uma prática facilmente localizada e bastante difundida na monarquia espanhola, sendo utilizada pela Coroa como uma saída nos momentos de dificuldade financeira. No caso português, por sua vez, essa prática carece de pesquisa mais aprofundada, que busque perceber sua frequência e extensão. O presente trabalho procura exatamente determinar a existência da venalidade na administração lusitana e definir as maneiras pelas quais ela acontecia, focando sua análise nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, período de institucionalização política da administração metropolitana na região e aumento da densidade populacional. Além disso, esse estudo quer também enxergar a venalidade na sociedade em que está inserida, baseando-se na virada historiográfica de autores como João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Fernanda Bicalho e no conceito de Antigo Regime nos Trópicos. Ideias como economia do dom, mercês, autoridades negociadas, monarquia pluricontinental e poderes municipais estão todas presentes na visão do meio social em que a venalidade cresceu e se desenvolveu, encaixando-se nesse meio o qual, a primeira vista, poderia parecer oposto a essa prática. Assim, busca-se perceber os aspectos e características principais que a venda de ofícios assumiu em território luso não de maneira isolada, mas sem nunca perder de vista a sociedade em que ela se faz presente. Uma sociedade em que possibilidades de ascensão social existiam e eram perseguidas, com a venalidade podendo ser utilizada com esse propósito de mobilidade.

**Palavras-chave:** Venalidade, Sociedade, Mobilidade Social.

Em relação à venalidade de ofícios, os estudos dessa prática na monarquia portuguesa apenas começam a se fixar, sendo que durante muito tempo se acreditou que ela não havia acontecido em Portugal. Diferentemente da coroa espanhola, onde a venda de ofícios era clara e até mesmo oficial (em grande parte para financiar os vários conflitos em que a Espanha se envolveu), na metrópole lusitana a identificação dessa atividade é mais escusa. Assim, por esse motivo, a análise dessa temática se mostra de grande importância e interesse no sentido de se revelar os principais aspectos dessa prática e de trazer a luz mais um elemento constitutivo dessa sociedade de Antigo Regime portuguesa. É isso que esse breve artigo busca, dessa forma, apresentar: alguns resultados e elementos referentes à prática da venalidade na sociedade luso-mineira da primeira metade do sé-



culo XVIII, obtidos na presente pesquisa baseando-se no que foi encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino para Minas Gerais.

No decorrer do estudo, foram encontrados 359 ofícios negociados na documentação estudada, o grosso deles se concentrando na década de 40. Um ponto importante que deve ser inicialmente explicado se refere aos tipos de provimentos possíveis na hora das indicações dos homens que iriam ocupar os ofícios. Existiam basicamente dois regimes através dos quais a Coroa nomeava seus funcionários. O primeiro, a *serventia*, significava uma concessão temporária do posto, geralmente de três anos, mas não sempre, em que o indivíduo exerceria o cargo apenas nesse curto tempo definido pela monarquia. Passado esse tempo, o ofício retornava às mãos do monarca, o qual podia prorrogar o posto na mesma pessoa ou escolher outro indivíduo para a sua ocupação. Dessa forma, qualquer que fosse a decisão, era necessária uma renovação ao fim do tempo prescrito. Já no segundo tipo de nomeação, a *propriedade*, a situação era diferente. Nessa concessão, o ofício era cedido de forma vitalícia, geralmente como uma alta forma de mercê remuneratória por serviços prestados. Logo, o recebimento de um posto como propriedade, pela suas próprias características, era muito prestigioso, até mesmo pela forte possibilidade existente de transmissão hereditária do cargo aos herdeiros após a morte do homem originalmente agraciado. Situação essa, aliás, responsável por grandes controvérsias. Durante todo o decorrer do século XVIII houve no Império Português discussões e críticas acerca da patrimonialização dos ofícios e sobre o próprio caráter desse tipo de concessão, ligadas ao direito da Coroa reincorporar esses postos ou não, especialmente no que tange ao período pombalino. O mérito desse debate vai além dos objetivos do presente estudo, mas o fato dele existir é mais uma comprovação dos limites do poder real dentro da lógica de funcionamento dessa sociedade, e mesmo do direito adquirido por seus membros frente ao centro de poder lisboeta e sua capacidade de negociação.<sup>1</sup>

É importante ainda destacar sobre essa questão envolvendo os dois regimes de concessão, que a nomeação das *serventias* podia ser feita não só pelo Rei e seu centro em Lisboa mas também, principalmente no caso da América portuguesa, pelos seus conselhos e funcionários de alto escalão, como os governadores. Os próprios cargos *camarários* eram exemplos de cargos eletivos feitos em regime de *serventia* nos quais a localidade tinha grande peso na decisão da nomeação. Esse fator é mais uma diferença em relação à propriedade, uma vez que as nomeações desse tipo eram prerrogativas exclusivas do monarca. Isso fazia sentido não só do ponto de vista da mercê concedida, que sendo uma alta honraria deveria vir do próprio Rei, mas também pela possibilidade de alienação perpétua de um bem pertencente à Coroa, algo que somente a cabeça da monarquia poderia realizar.<sup>2</sup>

Assim, essa distinção entre os dois tipos de regime de concessão se mostra importante para a percepção de quais ofícios eram mais frequentemente transacionados. Na presente pesquisa

1 Para melhor entender não só essa questão da patrimonialização dos ofícios, mas também as diferenças básicas entre os dois tipos de concessão, ver: STUMPF, Roberta. *Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português*. In: Topoi (Rio de Janeiro), vol. 15, n.29, 2014, p. 612-634.

2 STUMPF, Roberta. *Os provimentos de ofícios*, p. 612-634.

ficou claro que, pelo menos no que se refere à Minas Gerais, cargos em regime de propriedade não eram comumente vendidos, sendo negociadas apenas as serventias dos ofícios em questão. Essa forma de se realizar a venda, tanto no que tange a particulares quanto a Coroa (essa diferenciação será mais esmiuçada no futuro), significava um controle maior da monarquia lusa sobre a prática da venalidade, uma vez que as serventias eram temporárias e retornavam ao Rei após o seu cumprimento; além de permitir um maior recolhimento de dinheiro, já que dessa forma o mesmo posto poderia ser vendido inúmeras vezes.

Em 1741, o monarca Dom João regularizou exatamente essa situação, colocando como cargos passíveis de venda apenas aqueles que se referissem a serventias.<sup>3</sup> Neste decreto, pode-se ver claramente como o monarca luso buscou obter sobre a venalidade um controle maior, regulamentando a situação de maneira a obter uma vantagem mais ampla para a Coroa. Além disso, a referência a “pessoa idônea” que deveria assumir o cargo mostra uma preocupação não apenas com a quantia em dinheiro que seria entregue no ato da compra, mas também que aquele que assumisse a posição fizesse parte dos padrões exigidos por aquela sociedade. Essa pequena menção já mostra como, no Antigo Regime português, não era apenas o dinheiro que era levado em consideração quando a monarquia fazia uso da venalidade de ofícios. Essa era a diferença principal, e a maneira pela qual a venda podia ser levada a cabo sem entrar em choque com a cultura política e a tradição desse tipo de sociedade, evitando de certa forma a crítica à prática em si.

Fato que se percebe muito claramente também se for dedicada a devida atenção ao aparecimento do termo “donativo” nesse decreto, muito utilizado em todas as fontes estudadas para encobrir casos em que os postos eram vendidos. A utilização dessa palavra indica alguns aspectos dessa prática que são muito importantes para se compreender como ela se encaixava na sociedade luso-brasileira, e como o meio social reagia a ela. Em primeiro lugar, a necessidade de disfarce mostra como realmente a venalidade de ofícios era mal vista por todos e não poderia ser uma prática aberta e direta como em outras coroas europeias, gerando críticas e necessitando de subterfúgios como esse para existir (esse elemento será devidamente explorado mais a frente no capítulo). Mais importante ainda, por sua vez, é a carga que a palavra escolhida para esse fim carrega. Donativo traz no seu bojo toda uma aura de doação, de serviço livre e espontâneo mas que ao mesmo tempo exige retribuição e reciprocidade. Até mesmo o termo usado para definir a venalidade por aqueles envolvidos na prática se relaciona com o sistema de mercês e a economia do dom, ao travestir também no plano dos significados a venda como uma recompensa pelo leal serviço, aqui representado por dinheiro livremente sacrificado para contribuir com o engrandecimento da monarquia. Levando-se em conta que, como foi colocado acima, o dinheiro não era o único fator levado em consideração nesses casos, necessitando também o requerente de se provar como vassalo fiel através das boas obras, o ciclo se completa. É mais um caso do novo se apresentando como velho para se fixar, bebendo na tradição daquela sociedade para ser aceito.

3 Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 41, doc.: 59.

Além da regulamentação em si da maneira pela qual seria permitida a venalidade, a Coroa, em algumas situações determinadas, lançou ordens que definiam a transação de ofícios específicos para a arrecadação real, nomeando diretamente quais os postos deveriam ser negociados. Mais uma prova de que a monarquia portuguesa não era completamente oposta à prática se ela seguisse determinados requisitos, quando necessário fosse. O decreto passado pelo Rei ao secretário do Conselho Ultramarino Manuel Caetano Lopes de Lavre em 1739 mostra bem isso, apresentando uma série de ofícios que deveriam ser providos pela venalidade.<sup>4</sup> Mais uma vez, ao se falar em “serventúrios aprovados na forma do estilo”, fica claro no decreto real que não é apenas o dinheiro que será levado em conta ao se escolherem os compradores dos postos previamente definidos. O dinheiro, é claro, se apresenta como um fator, mas apenas mais um fator, entre tantos outros levados em consideração no momento do provimento. A qualidade, o bom serviço e a retribuição em forma de mercê se encontram condensadas de maneira bem fácil de enxergar nessa pequena frase, assim como apareceram no documento anterior quando se falou em “pessoa idônea”.

Um último exemplo importante desse tipo de transação, em que vários ofícios eram negociados de uma vez por parte das autoridades, se encontra numa relação enviada por Jose Antonio Calado, ouvidor-geral da comarca do Rio das Mortes, ao Rei D. João V em 1744.<sup>5</sup> Em resposta a um pedido do monarca, o ouvidor despacha uma listagem com o estado em que se encontravam os ofícios na sua jurisdição, as pessoas que as ocupavam e a maneira de provimento. Nessa lista aparecem alguns ofícios preenchidos por venalidade, mas o aspecto mais interessante do documento aparece numa nota ao final da dita relação, que mostra o governador provendo ofícios através da venda. Percebe-se assim que não era apenas a Coroa que poderia prover homens nos postos administrativos utilizando-se do artifício da venalidade, mas também oficiais menores as suas ordens como os governadores. Provavelmente a Coroa deveria confirmar esses cargos futuramente, como era de praxe, mas ainda assim a possibilidade de outros oficiais acatarem a venda de ofícios dá uma dimensão da vitalidade dessa prática na sociedade portuguesa, do seu enraizamento e de como ela foi sendo aceita e absorvida dentro de uma cultura política que a princípio, e na verdade por princípio, deveria se opor a ela. Até mesmo a Câmara municipal, como se verá mais à frente, parece ter feito uso dessa prerrogativa, completando seu aparecimento em todos os níveis de governabilidade.

Ainda falando dos tipos de ofícios mais transacionados, durante a pesquisa percebeu-se que a maioria absoluta dos ofícios negociados era especialmente de justiça e de fazenda. Os ofícios de escrivão, meirinho, tabelião e inquiridor, contador e distribuidor respondem somados por 90,7% dos cargos colocados a venda no período estudado, representando o grosso dos principais postos comprados. O mais vendido era o de escrivão, tendo que levar-se em conta a quantidade de ofícios desse tipo nas mais diversas áreas existentes dessa sociedade e a sua importância, uma vez que a administração era feita na sua maior parte por escrito (basta se atentar para o volume de massa

4 Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 38, doc.: 38.

5 Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 44, doc.: 102.

documental administrativa deixada para trás como fonte nos dias de hoje). Era um ofício chave para aqueles que queriam obter alguma influência local, sequestrando para si o mando regional e construindo um nome para a sua família, se tornando um dos principais na sua municipalidade. De maneira geral, aliás, não só o ofício de escrivão, mas todos esses que se configuraram nos mais vendidos, pela sua posição estratégica na justiça, parecem representar uma porta de entrada para certo tipo de enobrecimento, esse relacionado ao serviço e as boas obras. Obviamente que um homem que possuísse uma esfera de influência regional dificilmente poderia esperar se igualar à nobreza de sangue tradicional do Reino, como já foi dito. No entanto, poderia almejar fazer parte desses potentados locais que viviam à lei da nobreza, e se sobressaíam na localidade através do controle político e da criação de redes que poderiam até, em casos mais extremos, chegar à metrópole. Esse inclusive parece ser o objetivo buscado ao se procurar a compra desses ofícios. Era uma conversão de dinheiro em status, uma busca por prestígio que exercer um cargo desses poderia ajudar a alcançar. A partir daí, crescendo nas boas obras e no favor do Rei, esses homens poderiam subir de estatuto ocupando espaços em retribuição a lealdade a Coroa. Mais um fator, dentre outros, que parece mostrar como a venalidade de fato evoluiu dentro dessa sociedade de Antigo Regime, e não à margem dela.

Muito já foi falado em relação à venalidade levada a cabo pela Coroa portuguesa. No que concerne à venda privada, também existem alguns pontos importantes a se destacar. Como já foi dito anteriormente, os ofícios que poderiam ser vendidos eram apenas aqueles concedidos em regime de serventia, com tempo definido para o seu exercício. Pois bem, na maior parte desses casos o indivíduo que recebia a serventia também recebia a faculdade de ele próprio poder nomear um serventuário, ou seja, de escolher outra pessoa para servir o posto, pelo tempo total ou parcial que a mercê previa. A justificativa geralmente usada de maneira oficial nessas situações era a de impedimento para o exercício da função, como em caso de doença ou velhice. Mas na prática, essa faculdade foi utilizada como instrumento para a fomentação de um mercado privado de ofícios, em que a pessoa interessada em ocupar o posto entregava uma quantia em dinheiro para que o detentor do ofício o nomeasse como serventuário. Ao que tudo indica, ocorria assim um pagamento duplo: o primeiro feito a Coroa para a promulgação do decreto de nomeação; e o segundo feito pelo serventuário para conseguir do indivíduo nomeado originalmente na serventia pelo Rei a indicação para a ocupação do ofício. Em relação à venda privada, essa parece ter sido a principal maneira, ao menos entre as reconhecidas pelos canais legais, de existência dessa prática. Interessante notar aqui como, por sua vez, a monarquia lusa encontrou uma possibilidade de levar vantagem e capitalizar em cima de uma prática realizada por particulares. Além de receber diretamente na tesouraria de sua fazenda um valor pela transação do posto, ela também exercia um controle incisivo sobre quem ocuparia a posição, uma vez que era sua a faculdade de confirmar todas as nomeações de serventuários acordadas entre as partes privadas. Nenhum ofício poderia ser legalmente ocupado sem o reconhecimento da Coroa, inclusive aqueles que envolviam a prática venal. Mais uma diferenciação do poder central português que visava evitar uma generalização sem controle da venda de cargos,

e que aponta para a preocupação com outros aspectos nessas nomeações além do puro e simples elemento monetário.

Mas como é possível ter certeza de que houve, em casos como os citados acima, uma transação entre indivíduos particulares? O caso a seguir serve exatamente de exemplo para demonstrar essa questão. O documento se refere a uma consulta do Conselho Ultramarino de 1748 feita em resposta a um requerimento de Jose da Silva Zuzarte, relativo ao ofício de tabelião da Vila do Ribeirão do Carmo.<sup>6</sup> Existe uma disputa acontecendo pelo dito ofício, originalmente nomeado pelo Rei na pessoa de Manoel Pinto de Mesquita. De posse do posto, que foi concedido com a faculdade de nomeação de um serventuário, o proprietário vendeu através dessa faculdade o cargo para Manoel Tavares Leda, em um daqueles casos de venda privada tutelada pela Coroa que foi descrito acima. Porém, pouco tempo depois do acerto, ambos, vendedor e comprador, vieram a falecer, deixando dúvidas sobre a quem passaria o ofício a seguir. No centro da disputa se encontram as viúvas dos dois homens, Natalia Leite Guedes e Catarina Teresa da Silva. A primeira, viúva do vendedor, alega que Manoel Tavares Leda não havia ainda entrado na serventia do posto quando de sua morte, e que por isso a venda não havia se concretizado; logo, o cargo deveria ser incorporado a ela para que indicasse o serventuário que quisesse. A segunda, viúva do comprador, afirma que embora seu marido houvesse morrido antes de exercer as funções do ofício, havia realizado já a compra da dita posição, entregando o dinheiro a Manoel Pinto de Mesquita como atesta a escritura da transação; dessa forma, a venda teria sim se realizado, e o direito de usufruir do posto seria dela. Além das duas viúvas, por sua vez, entram também no litígio os dois serventuários escolhidos por cada uma delas para a ocupação do cargo, ambos enviando ao Conselho seus próprios requerimentos defendendo a legalidade da serventia do ofício para uma ou outra viúva, de acordo com o seu próprio interesse (o autor da petição transcrita, Jose da Silva Zuzarte, era o serventuário escolhido pela viúva do comprador, Catarina Teresa da Silva).

Momentos de questionamento e conflito como esses podem ser extremamente interessantes porque revelam coisas que numa situação de relativa normalidade não apareceriam tão facilmente. Em primeiro lugar, nesse documento as palavras “compra” e “venda” são usadas abertas e explicitamente, não deixando dúvidas de que se trata da transação de um ofício. Além de expor a prática da venalidade e deixar patentemente claro que era realmente disso que se tratavam essas situações de renúncia e nomeação de serventuários, o caso acima transcrito mostra que era dessa forma que os envolvidos de fato enxergavam isso, ou seja, como compra e venda, como a negociação de uma posse por compensação financeira. Em segundo lugar, a menção ao pagamento de dívidas no documento confirma algo que Roberta Stumpf havia dito anteriormente, qual seja, que em casos como esse era mais fácil para o proprietário obter a renúncia em favor de outrem, já que havia toda uma questão não econômica para essa sociedade envolvendo o ressarcir de um débito.<sup>7</sup>

6 Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 52, doc.: 77.

7 STUMPF, Roberta. Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII. In: STUMPF, Roberta (Org.); CHATURVEDULA, Nandini (Org). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controle e*

Por fim, naquele que talvez seja o ponto principal trazido por essa consulta, a transcrição deixa evidente que havia sim um pagamento feito entre os particulares envolvidos na transação para que o proprietário da serventia fizesse a nomeação para outra pessoa, além do dinheiro depositado na Fazenda real para a compra do ofício, pagamento esse que na teoria era proibido. Inclusive o serventário José da Silva Zuzarte, em determinado momento de sua argumentação no requerimento, afirma que Natalia Leite Guedes ao nomear um serventário próprio estava dessa maneira vendendo o ofício duas vezes, o que era feito em grave prejuízo ao primeiro comprador, Manoel Tavares Leda, de cuja viúva ele recebera sua nomeação.

Assim, o caso acima descrito, apesar de ser apenas um exemplo, parece oferecer uma luz sobre situações similares, comprovando que de fato existia um certo mercado de ofícios entre particulares por trás das renúncias e faculdades concedidas pela Coroa para a nomeação de serventários, com uma quantia ficando realmente em mãos privadas. Mas o fato é que, como já foi apontado, a monarquia estava sempre presente nessas ocasiões, confirmando as nomeações e ela própria fazendo uso da venalidade ao arrecadar determinados valores para sua Fazenda através da transação de ofícios. Ou seja, a Coroa continuava a ter a centralidade das decisões sobre a questão.

Finalmente, concluindo a questão da venalidade, resta falar exatamente sobre o papel ocupado por essa prática no âmbito dessa sociedade que aparentemente deveria rejeitá-la, mostrando assim uma peculiaridade muito interessante assumida pela questão venal no meio luso. Isso pode ser visto em duas críticas feitas à prática da venalidade, a primeira partindo de Jose de São Boaventura Vieira em 1728, o qual busca a posição de carcereiro da cadeia de Vila Rica, além do parecer do próprio Ouvidor Geral;<sup>8</sup> e a segunda sendo feita pelo Ouvidor Geral da Comarca do Rio das Mortes, Francisco Leote Tavares, em 1733. Em carta endereçada a D. João V, o ouvidor faz um relato acerca do procedimento do guarda-mor geral das Minas nas nomeações de guardas substitutos e escritvães.<sup>9</sup>

As duas críticas vêm completar o quadro geral ao apresentar o lado inverso da moeda. Em ambos os documentos aparecem situações em que ofícios vendidos são criticados por estarem sendo ocupados por pessoas de qualidade inferior, que não estariam aptas para o exercício das funções a que foram designadas e estariam causando prejuízos com a sua má atuação. Essa crítica à venalidade, além de mostrar como a opinião geral sobre essa prática era negativa, também mostra especificamente uma crítica não a venda de ofícios em si, mas a pura transação comercial de uma posição sem se levar em consideração a pessoa que estava comprando o posto. Ou seja, quando esse tipo de venalidade acontecia, aqui sim uma venalidade contrária à economia do dom que regia essa sociedade, ela era duramente criticada e combatida, uma vez que colocava em importantes cargos pessoas desqualificadas pra tal, prejudicando a própria lógica de funcionamento do meio

---

venalidade (séculos XVII-XVIII). 1ª. ed. Lisboa: CHAM, 2012, p. 291.

8 Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 12, doc.: 37.

9 Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 24, doc.: 30.



social. Numa cultura política sustentada tão fortemente pela justiça distributiva, acatar o dinheiro como único fator relevante na ocupação de um ofício era beneficiar alguém que não havia feito por merecer, era dar a um indivíduo algo que não lhe era devido, tirando de outrem uma justa recompensa conquistada por lealdade e bons serviços prestados à Coroa. Reforçando assim a ideia proposta aqui, fica claro com esses exemplos que era extremamente importante nessa sociedade outros fatores de provimento para além do dinheiro, não estritamente econômicos.

Dessa forma, sintetizando tudo que foi apresentado até aqui, não existe outra conclusão possível a se fazer que não seja em favor da existência da prática da venalidade de ofícios também na monarquia portuguesa, representada nesse capítulo pelo estudo em Minas Gerais. Uma prática que foi se tornando frequente e importante, ao contrário do que poderia parecer a primeira vista e apesar do preconceito em relação a ela por parte do meio social em que estava inserida. A cultura política de Antigo Regime que orientava a lógica de funcionamento dessa sociedade soube, em Portugal, absorver para dentro de si uma maneira de agir que a princípio seria oposta a essa própria sociedade, validando-a e tornando-a passível de acontecer. A venalidade tomou, assim, uma feição única em terras lusas, revestindo o dinheiro de reciprocidade, realizando vendas em que o aspecto financeiro não resolvia nada sozinho. A tradição, a mercê, os serviços e as boas obras que atestavam a lealdade enquanto vassalo, tudo isso ainda se fazia presente; apenas era aberta uma nova possibilidade para aqueles que desejassem se provar, demonstrando sua fidelidade enquanto, no processo, procuravam subir na escala social (e se enriqueciam materialmente também, porque não). Um investimento em status que muitos desses homens buscaram e souberam aproveitar, o que só confirma o entendimento da prática venal como fazendo parte desse mundo, ao invés de um apêndice externo, fora de lugar e sem função. Tudo que foi visto no decorrer desse trabalho indica para isso, o que não significa de forma alguma um fim em si mesmo, muito pelo contrário; o que se espera é que esse seja apenas o começo, com um vasto escopo de possibilidades abertas pela frente...

# Montesquieu, Benjamin Constant, Tocqueville e alguns problemas do mundo moderno.

Marco Antonio Barroso<sup>1</sup>  
marco.faria@uemg.br

## Resumo

A reflexão sobre as bases da fundação do estado moderno e da democracia liberal não está ausente da reflexão continental europeia. E podemos encontrar como esforço de traduzir a experiência inglesa, e norte americana, para mentalidade continental e, em especial de língua latina, as obras de Montesquieu, Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville. Ora, o presente trabalho tem como escopo discutir o posicionamento teórico de Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville em referência à delimitação de poder e a representatividade política na democracia liberal. A escolha dos pensadores que são objeto deste estudo não se deu fortuitamente, sendo que um dos marcos teóricos que amparam a escolha foi apresentado, ou seja, sua apropriação da vivência/meditação de origem anglófila sobre as bases da democracia liberal. Não obstante, destacamos também a proximidade intelectual que há, por herança, entre as instituições políticas brasileiras e francesas. Contudo, um interlocutor poderia nos questionar, ainda, sobre a distância entre o memento nosso histórico e o dos autores que são objetos de nosso estudo; a este interlocutor podemos responder que a distância contestada é, de fato, positiva para a avaliação crítica almejada, uma vez que ganhamos distanciamento do objeto de estudo e uma visão panorâmica das ideias e dos fatos por elas engendrados. Não negamos, porém, que a motivação principal da pesquisa está ancorada nos problemas contemporâneos e pela crítica que vem sofrendo a ideia de democracia representativa. Reconhecemos, também, que o presente trabalho não tem pretensões de originalidade, pois o assunto em voga já foi trabalhado com excelência por variados autores. Contudo, a revisão de alguns pontos de vista, ou a ruminância de ideias, é sempre um passo importante na reflexão filosófica, principalmente no que tange a uma parte tão prática e tão próxima de nós, quanto a filosofia política. Como metodologia de trabalho faremos um estudo monográfico acerca das principais obras de cada um dos referidos autores, seguindo a ordem cronológica de aparecimento da reflexão de cada um, tendo como fonte primária textos destacados dos livros: *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, *Princípios de política aplicados a todos os governos*, de Benjamin Constant, e *Lembranças de 1848* e trechos de *A democracia na América*, de Alexis de Tocqueville.

**Palavras-chave:** Modernidade, Democracia, Filosofia Política.

<sup>1</sup> Doutor, professor e pesquisador da Universidade do Estado de Minas Gerais.

## Introdução

As ideias de limitação do poder e da representatividade são dois dos temas basilares em destaque nos escritos dos principais pensadores do liberalismo clássico – sejam eles ingleses, dos Estados Unidos ou franceses – a propósito da nascente ideia de democracia representativa. E se na Inglaterra, e em sua principal colônia na América, a preocupação com a limitação do poder do soberano, e com a representatividade, aparentam ser algo constitutivo da própria ideia de nação, o mesmo não pode ser dito dos povos do continente europeu e de suas colônias americanas. Todavia, a reflexão sobre as bases da fundação do estado moderno e da democracia liberal não está ausente da reflexão continental europeia. Podemos encontrar como esforço de traduzir a experiência inglesa, e norte americana, para mentalidade continental e, em especial de língua latina, as obras de Montesquieu, Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville. Conforme acentua HAYEK, “Benjamin Constant e Montesquieu e, melhor ainda, Tocqueville foram pensadores ingleses na França”<sup>2</sup>, dada a apropriação que fizeram do amor pela liberdade, tão cara aos ingleses. Em termos continentais, nossos autores se encontram na linha intelectual de Pierre Bayle (1647-1707) que já no século XVII era a favor da separação entre o poder político e o poder da igreja. Bayle defendia a consciência como única instância julgadora e legisladora das ações humanas.

Ora, o presente trabalho tem como escopo discutir o posicionamento teórico de Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville em referência à delimitação de poder e a representatividade política na democracia liberal. A escolha dos pensadores que são objeto deste estudo não se deu fortuitamente, sendo que um dos marcos teóricos que amparam a escolha foi apresentado, ou seja, sua apropriação da vivência/meditação de origem anglófila sobre as bases da democracia liberal. Não obstante, destacamos também a proximidade intelectual que há, por herança, entre as instituições políticas brasileiras e francesas. Contudo, um interlocutor poderia nos questionar, ainda, sobre a distância entre o memento nosso histórico e o dos autores que são objetos de nosso estudo; a este interlocutor podemos responder que a distância contestada é, de fato, positiva para a avaliação crítica almejada, uma vez que ganhamos distanciamento do objeto de estudo e uma visão panorâmica das ideias e dos fatos por elas engendrados. Não negamos, porém, que a motivação principal da pesquisa está ancorada nos problemas contemporâneos e pela crítica que vem sofrendo a ideia de democracia representativa. Existe uma percepção difusa de que, com o avanço das “mídias sociais”, “o povo” deseja participar mais diretamente das decisões dos governos. Reconhecemos, também, que o presente trabalho não tem pretensões de originalidade, pois o assunto em voga já foi trabalhado com excelência por variados autores. Contudo, a revisão de alguns pontos de vista, ou a ruminação de ideias, é sempre um passo importante na reflexão filosófica, principalmente no que tange a uma parte tão prática e tão próxima de nós, quanto a filosofia política.

2 HAYEK, Friedrich von. *Hayek na UnB*. Brasília: UnB, 1981, p.25.

Para alcançar as metas estabelecidas para nossa pesquisa, como metodologia de trabalho faremos um estudo monográfico acerca das principais obras de cada um dos referidos autores, seguindo a ordem cronológica de aparecimento da reflexão de cada um, tendo como fonte primária textos destacados dos livros: *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, *Princípios de política aplicados a todos os governos*, de Benjamin Constant, e *Lembranças de 1848*, de Alexis de Tocqueville.

## Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville.

### Referencial teórico da obra de Montesquieu

O senhor de *La Brède* e Barão de Montesquieu, de nome Charles Louis Secundat, nasceu dia 18 de janeiro de 1689 no, no castelo de *La Brède* nas circunvizinhanças de Bordeaux. Em seus escritos de juventude, destaca-se uma *Dissertação sobre a Política dos Romanos no Domínio da Religião*. A crítica a autoridade política e a ironia, outras características do Século das Luzes, se avultam pela primeira vez com as *Cartas Persas*, escrito em que Montesquieu coloca sua habilidade literária à serviço de sua reflexão política. Com tom satírico, o livro retrata a sociedade francesa do setecentos, através das cartas trocadas entre dois viajantes persas quando de passagem por Paris. O tom ácido de sua crítica política pode ser visto pela seguinte passagem sobre o rei de França, aos olhos dos viajantes persas, ele aparenta ser:

O mais poderoso príncipe da Europa. Não tem minas de ouro como o rei da Espanha, seu vizinho, mas tem mais riquezas porque as tira da vaidade dos súditos, inesgotável mais que as minas... Esse rei é um grande mágico: exerce seu império sobre o próprio espírito dos súditos, fazendo-os pensar como ele. Se não tem mais que um milhão de escudos em seu tesouro e tem necessidade de dois, não precisa fazer mais do que persuadi-los de que um escudo vale dois, e todo mundo acredita.<sup>3</sup>

Do trecho citado, permanecerá para a reflexão política do Barão de Montesquieu, como traço perene, a luta contra a tirania – tendo ela qualquer “origem social”. Essa característica conservadora, própria do espírito de nosso autor, pode ser identificada no discurso fúnebre pronunciado por Maupertius em 1775, quando de sua morte. Segundo a homilia, Montesquieu, “sempre inclinado à brandura e à humanidade, receava mudanças das quais os maiores gênios nem sempre podem prever as conseqüências. Esse espírito de moderação, com o qual via as coisas na calma de seu gabinete, aplicava-o a tudo...”<sup>4</sup>.

Aos 59 anos escreve sua obra de maturidade, *O Espírito das Leis*. A primeira contribuição para o desenvolvimento da história do pensamento, presente na referida obra, é o método que permite seu desenvolvimento. Nele, o pensador francês, distingue a ciência que pretende fazer, sobre o desenvolvimento dos modelos sociais, de das perspectivas religiosas e morais; e também, tenta

3 TRUC, Gonzague. “Introdução e notas”. In, *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.XII.

4 TRUC, Gonzague. “Introdução e notas”, p.XVI.

partir das teorias sociais abstratas e dedutivas para o enfoque descritivo e comparativo, por meio de fatos empíricos. A novidade apresentada por Montesquieu está em apresentar o desenvolvimento das instituições em bases puramente físicas e humanas, rompendo com o teleologismo da tradição cristã, fundada por Santo Agostinho em seu *Cidade de Deus*. Para o pensador iluminista, “o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como *são* e não como *deveriam ser*.”<sup>5</sup> Montesquieu, formulou um novo conceito de lei ao aplicar uma metodologia comparativa na descrição dos fatos humanos em separação à ideia de filosofia moral. No *Espírito das Leis*, o autor francês formula um novo conceito de lei em que a teleologia não se encontra como fator fundante. Essa nova perspectiva separa o pensamento de nosso autor tanto das filosofias morais que o precederam, pois elas supunham haver leis que agiam como mandamentos externos, supondo igualmente uma vontade legisladora que se equiparava-se ao agir humano consciente. Em outros termos, as filosofias antigas e medievais atribuíam às forças naturais, ao destino ou às divindades o poder de destinar vida dos seres humanos por leis, tendo estes que, como súditos, segui-las para alcançar a felicidade terrena ou as benesses de uma vida futura.

Para Montesquieu, lei “é uma relação necessária que deriva da natureza das coisas, e nesse sentido todos os seres tem suas leis”.<sup>6</sup> Por consequência, “tendo cada domínio dos seres suas próprias leis, elas não podem ser apreendidas senão a partir dos próprios fatos, pela comparação e pesquisa, pelo tateio e não pela intuição das essências” e, embora busque princípios primeiros, o autor de *O Espírito das Leis* não pretende encontra-los em conceitos pré-estabelecidos, mas “na natureza mesma das coisas”. Ainda como assevera Truc, outra inovação, em *O Espírito das Leis*, é a categoria de totalidade, que se encontra no capítulo dedicado à distinção entre a natureza dos Estados e seus princípios. Para Montesquieu, a natureza de um estado seria algo formal, ou seja, ele é que aparenta ser (república, monarquia, tirania, etc.), já a categoria de princípio seria uma “disposição dos homens no sentido de realizar uma determinada forma e não outra”, sendo para o filósofo o princípio entendido como um sentimento por uma daquelas formas específicas, ou seja uma paixão. Por exemplo, “na república essa paixão é a virtude (entendida em sentido político, e não no moral); na monarquia é a honra; e no governo despótico é o temor”. Contudo, princípio (espírito) e forma, interagem vivamente na constituição do Estado, “formando uma totalidade real, em que todos os pormenores da legislação, instituição e costumes são efeitos e expressões de uma unidade interna.”<sup>7</sup> Embora haja alguma semelhança com a categorização formulada por Aristóteles (384-322 a.C.) para a os tipos possíveis de governo (monarquia, aristocracia e democracia), na nova classificação proposta por Montesquieu, o que mais importa não são as formas políticas que um Estado pode assumir, mas o espírito que motivava o aparecimento delas. Depreende-se dessa dinâmica uma filosofia da história em que o progresso das sociedades é consequência de uma pluralidade causal, muito mais ampla do que a do pensador de Estagira. A respeito da metodologia de pensador francês, assevera ARON [2008, p.4]:

5 TRUC, Gonzague. “Introdução e notas”, p.XVIII.

6 MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.

7 TRUC, Gonzague. “Introdução e notas”, p.XVIII.

Seu objetivo é tornar a história inteligível: deseja compreender o dado histórico. Ora, este apresenta a seus olhos sob a forma de uma diversidade quase infinita de costumes, ideias leis e instituições. O ponto de partida da sua investigação é precisamente essa diversidade, que parece incoerente; a finalidade da pesquisa deveria ser a substituição desta diversidade incoerente por uma ordem conceitual. Exatamente como Max Weber, Montesquieu deseja passar do dado incoerente a uma ordem inteligível.<sup>8</sup>

Tal como destaca Aron, Montesquieu pensa que “é preciso captar, por trás da sequência aparentemente acidental dos acontecimentos, as causas profundas que o explicam”. Novamente aproximando a teoria formulada por Montesquieu a de Weber, e demonstrando a modernidade da primeira, Afirma Aron que ela: “Consiste em dizer que é possível organizar a diversidade dos hábitos, dos costumes e das ideias num reduzido número de tipos e não que os acidentes podem ser explicados por causas profundas. Entre a diversidade infinita dos costumes e a unidade absoluta de uma sociedade ideal, há um termo intermediário”.<sup>9</sup> Mesmo tentando fazer uma ciência limitada aos fatos humanos, rigorosa e positiva, o pensamento de Montesquieu transita lentamente, como podemos flagrar no *Espírito das Leis*, do puramente factual ao normativo, desenhando o projeto político que delineia sua obra mestra. Em 1729, quando de sua viagem à Inglaterra, Montesquieu, inspirado pelo sistema político constitucional inglês, desenvolve a teoria da separação dos poderes que, em seu entender, teria como objetivo a criação de um Estado cuja finalidade última seria a liberdade.<sup>10</sup> Conforme acentua MANET, “ao ver na oposição entre o poder e a liberdade o centro do problema político, Montesquieu fixa aquilo a que poderíamos chamar a linguagem definitiva do liberalismo”<sup>11</sup>.

### Referencial teórico da obra de Constant

Devido ao grande número de panfletos e de escritos de momento, talvez pudéssemos afirmar, em uma rápida passagem de olhos pela obra de Constant de Rebecque, que ele não é um autor sistemático. Realmente, talvez não possamos encontrar em seus escritos um sistema fechado – o que seria até contraditório em face das ideias que sempre nortearam sua vida. Mas existe uma linha mestra que conduz seu pensamento e que culmina na escrita de duas obras de referência para dois nichos fulcrais do pensamento ocidental, política e religião. São as obras: *De la religion considérée dans sa source, ses formes et ses développements* e *Principes de politique applicables a tous governments*. Somente com a leitura destes livros é que podemos captar, como um todo, o pensamento teórico do nosso autor, pois são obras complementares que se tangenciam todo o tempo. Ao lermos *De la religion* e *Principes de politique* temos a real noção das filosofias social, política e histórica de nosso autor, e de como a

8 ARON, Raymond. *As etapas. Do pensamento. Sociológico*. Raymond Aron. Martins Fontes. São Paulo 2008, p. 04.

9 ARON, Raymond. *As etapas. Do pensamento. Sociológico*, p. 04

10 TRUC, Gonzague. “Introdução e notas”, p.XXIII.

11 MANENT, Pierre. *História intelectual do liberalismo*. Lisboa: Edições 70, 2015, p.106.



religião encaixa-se nessa construção – feita a partir da *observação do mundo da vida*, se assim podemos nos expressar. Gostaríamos de frisar que aqueles pontos em que a teoria política de Constant relaciona-se com sua teoria sobre o fenômeno religioso, notadamente, sua teorização a partir do vivido real, ou seja, da imersão na experiência existencial. Constant é um protestante franco-suíço, mas o seu tom político é, por assim dizer, profundamente inglês. Como afirma O’Keefe, o pensamento de Constant está enraizado na realidade. Nosso autor prima por seguir o código de conduta dos filósofos de língua inglesa, que afirmam que: “Tudo é o que é, e não outra coisa”.<sup>12</sup>

É preciso chamar a atenção acerca da obra *Principes de politique*, a qual possui duas versões. A primeira versão dos *Principes* (1806-1810) só veio a lume de forma completa pelas mãos de Etienne Hofmann no início dos anos 80 do século passado. Conforme afirmam os principais pesquisadores da obra política de Constant, a primeira versão dos *Principes de politique* pode ser lida como um manual de princípios filosóficos normativos, que procuram guiar a construção de um governo realmente representativo e que tenha como fim a liberdade de seus cidadãos – não importando qual seja o sistema político adotado. A versão de 1806-1810 é, pois, uma obra mais extensa e discursiva do que a segunda versão, de 1815, esta última escrita durante o período dos *Cent jours*. Tal como acentua Capaldi, a segunda versão possui um caráter dirigido, preocupada com a fundamentação de questões constitucionais – em especial aquelas direcionadas a sustentar uma monarquia representativa. Dado o caráter acentuadamente teórico da obra escrita em 1806-1810, será sobre ela que centramos nossa leitura. Em sua “Introdução” à tradução norte-americana dos *Principes*, escreve Capaldi: “*Princípios de política* de Constant é um microcosmo de toda sua filosofia política e uma expressão de sua experiência. (...). A edição de 1810 expressa, na sua forma mais pura, as ideias que Constant considerava universalmente aplicáveis a todos os governos civilizados”.<sup>13</sup>

Constant admite o princípio da soberania popular e entende este princípio como a única fonte do poder político. Mas, para ele, a soberania não pode ser ilimitada, pois ameaça o indivíduo e sua liberdade. Nosso autor tem uma concepção pessimista sobre o poder político, o que torna necessária, para a proteção dos direitos dos indivíduos, a limitação deste poder. Entre esses direitos inalienáveis se encontram o direito de opinião, de expressão e de crença; direitos cujo poder político não pode penetrar, uma vez que se encontram no domínio da consciência.

Assim como Locke, Constant defende a ideia que o poder político tem por fim somente a garantir os direitos fundamentais à vida, à liberdade e a propriedade. Dessa forma, legisladores e magistrados são “duplamente incompetentes diante da consciência religiosa”, filosófica e politicamente. Assim como Turgot, Constant defende a ideia de que a *vontade geral* não é outra coisa senão a organização dos interesses particulares. A vontade geral é um “lugar social” onde as vontades

12 Cf. O’KEEFE, Dennis. *Constant et la Modernité: un libertarien conservateur*. Disponível em; <http://pt.scribd.com/doc/47558956/Dennis-O%E2%80%99Keeffe-Constant-et-la-Modernite-un-libertarien-conservateur-IC>, consultado em 18/06/2012

13 CAPALDI, Nicholas. “Introdução”. In, Benjamin CONSTANT DE REBECQUE. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p.30.

particulares se autocoordenam, tolerando reciprocamente a vontade alheia. Constant apela, pois, à *tolerância*, que define como liberdade para todos afirmarem seus pensamentos. Afirmo nosso autor que, “errado ou certo, o pensamento de um homem é seu bem mais sagrado”. E, defendendo o direito das minorias, assevera: “a opinião da minoria não pode se subordinar à da maioria. Nenhuma opinião pode, por conseguinte, ser dirigida por consenso social”.<sup>14</sup> Constant não coloca nenhuma restrição à tolerância e defende a *tolerância civil* e não somente a *tolerância religiosa*. [CONSTANT DE REBECQUE, p.46].

Embora concordasse, até certo ponto, com a ideia de “pecado original”, Constant não consegue conceber como um Estado “totalitário” pode controlar os vícios humanos. Sobre o tema, escreve nosso autor:

Há uma noção bizarra segundo a qual se alega que, porque os homens são corrompidos, é necessário dar a alguns deles ainda mais poder... ao contrário, a eles devem ser dados menos poderes, quer dizer, é necessário combinar as instituições com sensibilidade e colocar em seu seio alguns contrapesos contra os vícios e as fraquezas humanas.<sup>15</sup>

Se por um lado Constant rompe com o Iluminismo e com a Revolução Jacobina, por outro, também não se identifica com o tradicionalismo. Ele rejeita tanto o programa revolucionário, disposto a usar a força para destruir as tradições que não atendiam seu “critério filosófico” de valores, como a proposta dos tradicionalistas, pela mesma razão: a rejeição à ingerência externa no julgamento privado, próprio do indivíduo.

### Referencial teórico da obra de Tocqueville

No centraremos aqui na obra do pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), intitulada *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em Paris*. Fisicamente, o livro é dividido em três partes e sete apêndices. Na primeira parte, Tocqueville escreve sobre o caráter de suas lembranças acerca dos fatos ocorridos durante a revolução de 1848, e sobre os sintomas pré-revolucionários que a sociedade francesa da época apresentava; o autor nos mostra, em sua narrativa, o vácuo de representatividade existente entre as camadas mais baixas da população e as esferas constitutivas do poder, e também sobre a incompreensão desta última em relação aos primeiros sintomas de agitação popular. Na segunda parte, o autor nos apresenta sua leitura sobre os fatos ocorridos e sua posição de homem de ação; na tentativa de manter aquilo que defendia como intelectual, ou seja, a ideia de uma democracia calcada nos valores da representatividade e da liberdade individual, Tocqueville descreve sua candidatura a representante de seu departamento para a assembleia que formularia a constituição pós-revolucionária.

14 CONSTANT DE REBECQUE, Benjamin. *Princípios de Política aplicáveis a todos os Governamentos*. Paris: Hachete, 1997, p.157.

15 CONSTANT DE REBECQUE, Benjamin. Ralph RAICO. « Le rôle central des libéraux française au XIXe siècle ». In, Alain MADELIN. *Aux sources du modèle libéral français*, p15.

ria. À terceira parte da obra cabe apresentar a participação de Tocqueville no ministério de comércio exterior, durante o primeiro ano de governo de Luís Bonaparte (1808-1873).

Somente o dito acima já seria um grande apelo para a leitura da obra do pensador francês, mas as *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias* não se resumem ao testemunho histórico. Encontramos na obra em apreço alguns pontos que devem se destacar por sua “ahistoricidade”. Além da aguda sensibilidade do autor para os fatos humanos, podemos encontrar na obra em questão, análises sociológicas, não reducionistas, que permitem entender a conjuntura que levou a França, naquele momento histórico, à mais uma revolução.

Podemos apreender dos escritos de Tocqueville uma filosofia da história não determinística, como frisa o autor:

De minha parte, detesto os sistemas absolutos, que tornam todos os acontecimentos da história dependentes de grandes causas primeiras, ligadas entre si por um encadeamento fatal, que elimina, por assim dizer, os homens da história do gênero humano. [...] Creio que [...] muito dos fatos históricos importantes só podem ser explicados por circunstâncias acidentais e que muitos outros são inexplicáveis; e enfim que o acaso [...] tem um grande papel em tudo que vemos no teatro do mundo.<sup>16</sup>

Embora não acredite na determinação histórica por um ente absoluto, o pensador francês faz questão de destacar que crê: “firmemente que o acaso nada faz àquilo que, de antemão, já não esteja preparado. Os fatos anteriores, a natureza das instituições, a dinâmica dos espíritos e o estado dos costumes são os materiais com os quais o acaso compõe os imprevistos que nos assombram e nos assustam.”<sup>17</sup> Caberia, pois, à uma espécie de história-sociológica fazer a análise dessas pequenas causalidades que compõe os grandes acontecimentos, não para prever o futuro, mas para, como uma espécie de psicanálise social, entendermos o hoje.

Acerca do espírito revolucionário francês escreve Tocqueville: “[eu] havia adquirido demasiada experiência dos homens para acreditar, dessa vez, em palavras vãs; sabia que se uma grande revolução pode fundar a liberdade de um país, a sucessão de várias impossibilita por muito tempo toda liberdade regular.”<sup>18</sup> E continuando escreve: “e eis a Revolução Francesa que recomeça, pois é sempre a mesma”.<sup>19</sup> Tanto quanto um intelectual, o autor francês foi um homem de ação, como caracterizado por Max Weber, e teve como preocupação, como muito bem acentua em várias passagens, a liberdade civil, sobre a qual escreve:

Eu tinha passado os mais belos anos de minha juventude em uma sociedade que parecia fazer-se próspera e grande ao fazer-se livre; havia concebido a ideia de uma liberdade moderada, regular, contida por crenças costumes e leis; os encantos dessa liberdade tinham me comovido, e ala converteu-se na paixão de toda minha vida.<sup>20</sup>

16 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Cia. Das letras, 2011, p.104.

17 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.104.

18 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.107.

19 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.108.

20 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.109.

Podemos destacar, também, a descrição psicológica das patéticas figuras dos atores políticos daquele cenário. Tanto adversários quanto aliados não escapam da fina observação de caráter feita por Tocqueville. Sobre a análise do caráter escreve o pensador: “a dificuldade está sobretudo no próprio sujeito, possui a distância necessária para ver bem, perde-se facilmente sobre os pontos de vista, os interesses, as ideias, os gostos e os instintos que o fazem agir. Esse entrecruzamento de pequenos caminhos mal conhecido por aqueles mesmos que o frequentam impede-os de discernir com clareza os grandes caminhos que a vontade cria para chegar às resoluções mais importantes”.<sup>21</sup>

### Conclusão

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior, ainda incipiente, que teve como ponto de partida nossa tese, intitulada *Benjamin Constant de Rebecque entre o iluminismo e o romantismo: uma teoria crítica para a compreensão do sentimento religioso*, defendida no ano de 2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF. Naquele momento já sabíamos da importância da obra de Benjamin Constant de Rebecque no campo dos estudos políticos, todavia não pudemos desenvolver a contento este lado do pensamento rebecqueano, uma vez que, o foco de nossa pesquisa, era o aspecto de seu pensamento dedicado à teorização sobre o fenômeno religioso.

Passados alguns anos, decidimos voltar ao tema que havia sido colocado temporariamente entre parênteses, contudo ampliando seu objeto e escopo, localizando o pensador franco-suíço em uma linha de pensadores que tentaram aproximar o pensamento político francês daquele exercido na Inglaterra. Nesta linhagem intelectual, que vai de Pierre Bayle a Raymond Aron, decidimos focar a pesquisa em mais outros dois autores; além do próprio Constant de Rebecque, Montesquieu e Tocqueville.

Estando esta pesquisa ainda em seu estágio inicial, seria temerário apresentar conclusões de caráter definitivo para o objetivo proposto, ou seja, sobre validação, nos dias de hoje, do posicionamento teórico de Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville em referência à delimitação de poder e a representatividade política na democracia liberal – levando em conta especialmente a realidade brasileira das últimas décadas.

Entretanto, mediante o pesquisado até aqui, podemos afirmar que algumas preocupações são comuns entre os nossos três pensadores, tais como: garantir que os benefícios trazidos pelas novas ideias advindas com a modernidade não degenerassem em suas formas populistas (no caso, a monarquia representativa para Montesquieu, participação popular e os direitos ensejados pela revolução francesa, no caso de Constant de Rebecque, e a democracia, tal como testemunhada nos Estados Unidos, no caso de Tocqueville); e encontrar uma forma mais equitativa de representação política, de modo a preservar a participação das minorias nas decisões do estado.

21 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.125.

# Do Bonde à Paineira: a conquista de espaço das mulheres na Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Monalisa Carmo

Mestranda em Educação - Universidade Federal de Viçosa

Graduada em História - Universidade Federal de Viçosa

monalisacarmo3@gmail.com

## Resumo

Esse texto é parte de um projeto de pesquisa de mestrado que se encontra em construção e busca discutir a conquista de espaço das mulheres na atual Universidade Federal de Viçosa, problematizando os discursos e a produção de feminilidades. Tomando como base a conquista, faz-se necessário analisar o contexto de origem e propostas estabelecidas para essa instituição que se constituiu como um espaço de formação prioritariamente agrária, e dominado por homens. A UFV originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (1922 - 1948), parte de um projeto antigo do presidente Arthur Bernardes. Em 1927 iniciaram os cursos Fundamental e Médio, atendendo ao objetivo central, logo em seguida começou o Curso Superior de Agricultura e em 1932 o Curso Superior de Veterinária. Com seu desenvolvimento passou a ser Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) entre 1948- 1969. Ao longo do desenvolvimento dessa instituição, a presença feminina esteve de forma pouco visibilizada em alguns espaços. Nos grandes eventos como a “Semana do Fazendeiro” haviam aulas destinadas a participação feminina, considerando que os fazendeiros chegavam à cidade acompanhados de suas mulheres. Elas participavam de atividades básicas que poderiam auxiliar no trabalho de seus maridos. Em 1952 foi criada a Escola Superior de Ciências Domésticas que futuramente daria origem ao curso de Economia Doméstica. Com um público preponderantemente feminino, o curso promovia disciplinas que auxiliariam na extensão rural, cuidados domésticos e, principalmente, possibilitou a conquista das mulheres de um diploma. Em meio a esse processo circularam jornais organizados por estudantes, como "O Bonde" (1945-1963), escrito pelos alunos do curso de Agronomia, que permite compreender como o espaço masculino lida com a presença feminina. E a partir de 1956, com a circulação do jornal feminino "A paineira" percebemos como as mulheres lidam com tais relações. A partir dessas divisões binárias do espaço procuro compreender a conquista das mulheres nessa instituição marcada pelas relações de gênero. Assim procuro discutir e problematizar os espaços de dominação masculina e as construções sociais enfrentadas por essas mulheres e naturalizadas pelo “eterno feminino”.

**Palavras-chave:** Jornais estudantis, mulheres, ensino superior

## As bases da Universidade Federal de Viçosa

A atual Universidade Federal de Viçosa consolidou-se a partir de um projeto mineiro para a construção de uma instituição que conciliasse modernização e agricultura do Brasil. Tendo a região da zona da mata mineira como local escolhido, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária representava a necessidade de modernização, no início século XX. Dessa forma, no dia 06 de setembro de 1920, o secretário de agricultura, Clodomiro Augusto de Oliveira, assinou a Lei nº761 autorizando o governo do estado a criar uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, sendo necessário apenas a escolha do local. Através de uma comissão, Viçosa foi escolhida, cidade do então presidente da província de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes. No dia 28 de agosto de 1926, a ESAV foi inaugurada e no dia 1º de agosto de 1927 iniciaram as aulas. Foram oferecidos, inicialmente, os Cursos Fundamental e Médio, em seguida o Cursos Superior de Agricultura e em 1932 o Curso Superior de Veterinária. Como coloca Lopes, formava-se assim uma instituição predominantemente masculina, voltada a atender a formação de homens que trabalhariam com a agricultura, fonte de desenvolvimento do Brasil.<sup>1</sup> Um ensino preocupado com a formação prática, entendendo a sala de aula como uma extensão para a vida no campo.

O ensino é orientado de modo que se exija dos alunos o maior trabalho útil possível. Há aulas teóricas e práticas: as primeiras, são ministradas no Edifício Principal; as outras, são dadas nos laboratórios centrais, em laboratórios rurais, nos campos e estábulos. É preocupação máxima do Estabelecimento fazer que seus alunos tenham verdadeira vida de campo, empenhados o mais possível nos problemas agrícolas.<sup>2</sup>

Em 1948, a Escola passou para o governo do estado de Minas Gerais transformando-se em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que em seguida, no ano 1952, ainda com enfoque agrícola, abriu espaço para criação da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESDC), formada pelos departamentos de Nutrição, Vestuário, Decoração, Puericultura, Arte e Recreação Educação, Psicologia e Sociologia. Em 1954, procurando a formação de profissionais para trabalhar na extensão rural, iniciou o curso de Economia Doméstica, um importante espaço para profissionalização feminina.

o curso de Economia Doméstica de Viçosa se apresenta como um conjunto de conhecimentos que se define historicamente como *ciência de e para mulheres*. No caso específico de Viçosa, o curso se desenvolve a partir de uma Escola de Agricultura que, ao se transformar em Universidade Rural, inclui o curso de Ciências Domésticas como uma das unidades de ensino que lhe garante a mudança de estatuto institucional, ou seja, de Escola isolada, passa à condição de Universidade.<sup>3</sup>

A abertura de um curso para mulheres em uma instituição masculina, levanta pontos importantes para o embasamento da minha pesquisa, me fazendo questionar como acontece o processo de conquista das mulheres por esses espaços educativos, quais eram esses espaços e como se dava a relação entre homens e mulheres.

1 LOPES, Maria de Fátima. *O sorriso da paineira: construção de gênero em Universidade Rural*. 1995. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. Rio de Janeiro, 1995, p.

2 Estatutos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Viçosa- Minas Gerais, p. 12

3 LOPES. *O sorriso da paineira*. p.1.



## O Jornal estudantil como espaço de construção dos cotidianos

Pensando na relação entre homens e mulheres na instituição me atento a pensar os objetivos de formação desses cursos, definindo quais eram os espaços de mulheres e homens e os meios utilizados por esses estudantes para composição dessas novas redes de formação e construção de conhecimentos mútuos que ultrapassavam o convívio em sala de aula. O cotidiano desses estudantes permitiu que fosse criado o jornal *O Bonde* (1945- 1963) e *A Paineira* (1956)<sup>4</sup>, o primeiro começou sendo escrito pelos estudantes do curso de Agronomia, e o segundo pelas alunas do curso de Economia Doméstica.

A existência dos dois grupos de estudantes nos mostram uma clássica divisão social do trabalho em que a formação masculina é voltada á prática e habilidades ditas masculinas, o próprio estatuto da ESAV já ressaltava a importância em manter contato com a vida no campo, enquanto as mulheres tem uma formação para o lar e cuidados com a família, e elas entendiam isso como seu papel fundamental dentro da instituição.

Em um primeiro contato com o jornal *O Bonde*, percebo as reivindicações dos estudantes e a necessidade em ocupar esse espaço, segundo Certeau<sup>5</sup>, marcado por composições e valorização do discurso. É possível compreender as narrativas/os relatos citados nos jornais, pois

as estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais. Com toda uma panóplia de código, de comportamentos ordenados e controles, elas regulam as mudanças de espaço (ou circulação) efetuadas pelos relatos sob a forma de lugares postos em séries lineares ou entrelaçados.<sup>6</sup>

Ou seja, os jornais utilizados produzem deslocamentos, são constituídas de lugares e espaços. A ESAV se apresentava apenas como um espaço, quando analiso as propostas do estatuto, lá se encontra a estratégia colocada para os estudantes, no entanto, existem espaços de fuga que possibilitam a existência desses lugares com as vozes dos estudantes. A instituição não coloca o jornal para os alunos, eles percebem essa necessidade e discutem questões que são inesperadas a essas propostas.

A Universidade se torna lugar, um elemento na relação de coexistência, com diversas composições, sujeitos, sonhos e lembranças. Esses lugares lidam com passagens que transitam de um para outro. Ele é instantâneo, os elementos que o constituem não podem estar um sobre o outro. Porém, quando esse lugar instantâneo passa a ter interferência do tempo, direção e velocidade, ele torna-se espaço. Assim como a palavra dita, o espaço não é único, conseqüentemente seu efeito também não. Ele lida com o movimento, o cruzamento de móveis modificados pelo seu desdobra-

4 O jornal *A Paineira* apresenta-se disponível no arquivo central da Universidade Federal de Viçosa com apenas quatro exemplares que ainda não me permite definir melhor sua periodicidade e tempo de circulação na instituição.

5 CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 22 ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2014

6 CERTEAU. *A invenção do Cotidiano*. p.200.

mento. Logo, “o espaço é um lugar praticado”<sup>7</sup>, é a ação que faz do lugar um espaço.

Em meio a isso, os relatos dos alunos tem o poder de transformar os lugares em espaço e os espaços em lugares. A movimentação desses sujeitos cria uma série de outras composições que permitem o movimento, e esse dá origem às narrativas de homens e mulheres nos jornais. Composições que me dizem sobre as produções a cerca do ideal de mulher. Nas narrativas de *O Bonde*, as delimitações de gênero são evidenciadas, haviam afazeres masculinos e femininos, e tais comportamentos eram vigiados, a masculinidade era vigiada e produzia um discurso moral sobre os gêneros<sup>8</sup>.

Nos cem primeiros exemplares já analisados, percebo uma maior atenção a figura feminina na valorização da beleza, na necessidade em manter e descrever os relacionamentos e desejos pelas meninas da cidade de Viçosa e dos locais que os alunos visitavam. São narrativas muito descontraídas, em tom humorístico que revelam o entendimento das mulheres a partir do desejo masculino. No entanto, em outras passagens percebemos a desvalorização da feminilidade, eles descreviam as mulheres como seres estranhos que causavam medo e espanto.

Muié?  
Nunca vi trem tão imundo!  
Desde o começo do mundo  
Vem carregando pecado  
Pois ela,  
É um animar tão bandido  
Que só arranja marido  
Para desgraça co’ o coitado

Demonho,  
Mardoso cumo êle é,  
Vestiu rôpa de muiê  
Só pra assusta os cristão  
O inferno  
Ficou danado de quente,  
Intupidinho de gente:  
Só muié, nem um varão!  
Muié?!  
Já ficou mêmo porvado  
Que é um bicho mais danado  
Do que saci Pererê  
Mais eu,  
Num sei o que me trapaía,  
Puis pro causa duma saía  
Só intê capais de morré!<sup>9</sup>

Segundo Filho<sup>10</sup>, havia uma relação de ganho e perda, pois apesar do desprezo eles sen-

7 CERTEAU. *A invenção do Cotidiano*. p.202

8 FILHO. *Masculinidades*. p.140.

9 Jornal *O Bonde*. 1º de setembro de 1945, p. 3 Viçosa- MG.

10 FILHO, Jairo. *Masculinidades: Um jogo de aproximações e afastamentos, o caso do jornal estudantil O Bonde*. 215f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de pós-graduação em Educação, Juiz de Fora- MG, 2017, p.174.

tiam necessidade em seduzi-las, e ao longo de várias edições é possível perceber essas relações de paquera e desejo de conquista. Os relatos anteriores ao curso de Economia Doméstica permitem perceber que já havia um contato e relações com as mulheres. Elas estavam em eventos, eram parte fundamental no “Baile da Rainha”, os alunos conheciam moradoras da cidade, funcionárias como Nely Gomes, eram sempre lembradas. E é por meio desse contato que procuro perceber as produções da feminilidade produzidas

Essas delimitações e vigilâncias espaciais nos caminham para compreensão da construção de uma Escola de Economia Doméstica voltada ao atendimento de padrões criados a cerca da figura feminina. A escola trazia uma formação para o lar, uma profissionalização da função doméstica que era entendida pelas mulheres da época como espaço de conquista.

A conquista de um diploma que habite a exercer uma profissão torna-se o ponto mira que acompanha a menina desde os primeiros anos de estudo primário. Ninguém desaconselha esta luta honesta, o saber nunca prejudica alguém, mas que ao lado dessa instrução especial receba também aquela que lhe ensinará a perceber seus máximos deveres, que se eduque antes de mais nada, para cumprir a missão que recebeu diretamente de Deus “mulher e mãe”.<sup>11</sup>

Havia um reconhecimento de que o papel da mulher era o cuidado com o lar e a família, e a profissionalização desse dever era uma conquista. Essa formação de mulheres burguesas voltadas a sua manutenção no lar são características do curso de Economia Doméstica, segundo Lopes<sup>12</sup>, um curso conhecido como *ciência de e para* mulheres e apesar dos aspectos conservadores que mantinham as mulheres dentro de uma natureza feminina, ainda na década de 1950 que propunha transformações, a autora considera que tais modernizações permitiam o acesso de algumas mulheres a Universidade colocam as Ciências Domésticas como uma *modernização conservadora*.

Um jornal de autoria feminina pode sugerir um caráter revolucionário diante de um contexto em que mulheres ocupam espaços público a partir de uma série de lutas. Ribeiro<sup>13</sup> pensando os movimentos feministas, nos atenta para a necessidade em dizer quem são essas mulheres que saem do público ao privado, a luta feminista para que as mulheres ganhassem as ruas, o direito de trabalhar não se referia às mulheres negras que já estavam nesses espaços pelas condições de sobrevivência. É preciso reconhecer o contexto dessas mulheres, evitando generalizações e o anacronismo. O jornal ressalta como ser estudante em uma universidade era em si revolucionário, mesmo diante de um curso voltado as demandas do lar que mantém o *eterno feminino*<sup>14</sup>. Reconhecer esses espaços é fundamental para compreensão das transformações da sociedade atual e exige uma leitura que compreenda o contexto dessas mulheres, as relações de força que permitem a ascensão feminina à vida acadêmica.

11 *A Paineira*, p. 3, 07 de novembro de 1956

12 LOPES. *O sorriso da paineira*. p.160

13 Carneiro, 2013 apud RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Letramento: Justificando. Belo Horizonte, 2017.

14 Conceito usado por Simone de Beauvoir para se referir as construções sociais estabelecidas às mulheres, criando padrões sobre ser mulher, que mantém a condição de dominação.

A instituição permite o acesso de mulheres, mas não conta com a construção de um espaço de comunicação como os jornais organizado por elas. Essas fontes tornaram-se táticas criadas pelas estudantes, elas ultrapassaram aquilo que lhes foi ditado e colocado como estratégia. No entanto, elas passam a ditar comportamentos e vigilâncias. Em *O Bonde*, os discursos repletos de humor e ironia vigiavam e controlavam o comportamento masculino e feminino. Homens com comportamentos ditos afeminados eram lembrados e se tornavam motivo de diversão para os colegas.

Se até 1956 eram os homens que, por meio d' *O Bonde*, descreviam as mulheres, elas passaram a produzir suas próprias narrativas e apesar da manutenção de padrões estabelecidos como femininos, elas percebiam ali uma conquista. Através do uso dessas mulheres da expressão “conquista” para se referir ao que elas vivenciavam, me propus a usar esse termo para o trabalho. Apesar de ser muito mais uma manutenção dos afazeres do lar, das obrigações consideradas femininas e uma nítida divisão social do trabalho, a saída do espaço privado para o público, ainda pensando no retorno ao privado, era entendido por elas como conquista. A possibilidade em construir um jornal para falar sobre sua formação estava para além do objetivo de inserção das mulheres na lógica profissional. O contato na produção de narrativas gera conflitos entre os homens d' *O Bonde* e as mulheres d' *A Paineira*, e é tomando como base essas relações que me proponho a pensar esses cotidianos.

Ao trabalhar com *A Paineira* e *O Bonde* preciso considerar que são narrativas produzidas por estudantes, espaços para divulgação da opinião desses sujeitos. O jornal aqui será usado, principalmente, enquanto fonte, trazendo questionamentos sobre as narrativas a cerca do feminino com base em autores que me permitem compreender a formação de jornais construídos por estudantes em meio ao cotidiano da formação profissional e os embates sociais estabelecidos pelas relações de gênero, as definições e delimitações a cerca do que é ser homem e mulher constroem as narrativas por eles produzidas.

## A potência do ensaio de Virginia Woolf: uma análise da submissão da mulher

Julia Helena Dias<sup>1</sup>  
julialenadias@gmail.com

### Resumo

Virginia Woolf escreveu mais de 500 ensaios, porém, sua memória enquanto escritora acabou por se consolidar como romancista. Escolhi para análise *Three Guineas* publicado em 1938 (2015). Pois, neste ensaio ela faz uma análise sobre como a sociedade poderia evitar a guerra, denunciando a proximidade da cultura patriarcal (não desconheço a problemática do conceito, contudo, acredito que o uso do conceito faça sentido para o contexto histórico de Woolf, suas críticas são apresentadas a partir da sua concepção de um sistema patriarcal), com o fascismo, uma forma evidente de limite e colapso da ética de uma sociedade. Ela vai ver na violência simbólica, de considerar a mulher como menos humana, e assim, com menos direitos e naturalmente inferior, uma similaridade com as teorias racistas do fascismo. Assim, vai apontar a necessidade de que para que se lutasse contra o fascismo, era necessário que se criticasse os valores “típicos” da masculinidade, como a violência, a guerra e a submissão das mulheres. Ela vai propor que as mulheres trabalhem para evitar a guerra, através de uma associação independente da dos homens, a Associação das De Fora, de fora da sociedade. Penso que a validade das análises e proposições dela passam, principalmente, por associar a submissão das mulheres como uma condição de possibilidade do fascismo. O que ela chama a atenção é para a não singularidade da experiência italiana e alemã, mostrando que a fagulha do fascismo já existiria no sentimento de superioridade masculina, em relação as mulheres. Para fazer essa análise utilizo a historiadora Joan Scott e os seus usos do conceito de poder de Foucault, que defendem o gênero como um dos poderes que hierarquizam a sociedade. Seria possível, como propõe Woolf, para as mulheres refundarem a sociedade? Minha resposta provisória a partir da leitura de Butler (2016) é que, talvez seja possível construirmos uma sociedade mais igualitária, mas não como mulheres, pois, a heteronormatividade é um poder excludente por definição. Não é mais possível criticar a sociedade estando “de fora dela”, precisamos reconhecer que fazemos parte e reproduzimos os sentimentos de superioridade entre os seres humanos, que acaba por construir e justificar o machismo, o racismo e o fascismo.

**Palavras-chave:** Virginia Woolf, gênero, fascismo.

Virginia Woolf (1882 - 1941) ficou conhecida pelo seu trabalho como romancista e é lembrada como uma figura importante no movimento modernista europeu. No entanto, ela também

1 Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

escreveu ensaios por toda a sua vida, parte da sua obra que acabou quase esquecida pela história da literatura, até a década de 1970. Assim, este trabalho tem como proposta uma análise de *Three Guineas*<sup>2</sup> publicado em 1938. Minha hipótese é de que a partir de uma leitura histórica do ensaio de Woolf, podemos ver em *Three Guineas* uma tentativa dela de evitar o prognóstico de uma nova guerra mundial. Assim, ela propõe a questão: como podemos evitar uma nova guerra? Para a qual ela dá a seguinte resposta: mudando as relações de poder entre os gêneros.

Woolf desenvolve a ideia de “filhas ou irmãs do homem educado” para designar as mulheres de seu próprio meio vindas de famílias de classe média. Porém, como elas não possuíam a propriedade dos bens da família nem na maioria dos casos alguma renda própria ela hesita em vê-las como burguesas também. Como ela lembra no ensaio essas filhas e irmãs eram proibidas de participarem do exército ou de investirem na bolsa de valores, assim: “Com efeito, não podemos recorrer a pressão da força nem a pressão do dinheiro.

Defendo, portanto, que podemos entender seu ensaio como uma obra que defende o pacifismo ao apostar nas mulheres, que excluídas do poder, teriam uma maior capacidade de ver a guerra como um ato de barbárie. Pois, como de fora da vida pública, mesmo da educação universitária, as mulheres teriam desenvolvido outros saberes, entre eles o de reconhecer a “psicologia” do poder. Para provar essa suposição Woolf vai usar a história, mostrando a relação de exclusão das mulheres do poder ao longo do tempo. Mas também através do uso de biografias mostra as observações e desejos das mulheres para a sociedade em uma tentativa de demonstrar as suas capacidades de análise:

Bem, felizmente, há um ramo da educação que é colocado na categoria de "educação não remunerada" que implica na compreensão dos seres humanos e suas motivações, e que - se removemos a palavra qualquer conotação científica - Poderia ser chamado de psicologia. Certamente, o casamento - a única grande profissão aberta para a nossa classe desde o início dos tempos até o ano de 1919; Casamento: a arte de escolher o ser humano com quem viver a vida de forma satisfatória - ele nos ensinou algo sobre esse assunto.<sup>3</sup>

O ensaio é composto de três capítulos que não podem ser definidos pela presença de um tema central já que a escritora vai e volta nas temáticas que aborda. São abordados, principalmente: a história das mulheres, através de citações de biografias e de dados que tentam provar a condição de submissão das mulheres na sociedade inglesa; biografias de homens, com citações buscando compreender a visão deste “outro” sobre a guerra; seu diagnóstico do problema da hierarquia na sociedade inglesa, principalmente no campo da educação, do exército e da política; sua análise das estratégias da luta das mulheres, passando de uma crítica e defesa do feminismo para a sua proposição de manter uma liberdade de pensamento e atuação dissociada das instituições, entendidas por ela como masculinas; a denúncia da barbárie da guerra, através da descrição de imagens

2 WOOLF. Virginia. *Tres Guineas*. 1ed, Trad. Laura García, GODOT: Buenos Aires, 2015.

3 WOOLF. Virginia. *Tres Guineas*. 1ed, Trad. Laura García, GODOT: Buenos Aires, 2015, p.14.



da guerra civil espanhola; e a sua associação entre o patriarcado e o fascismo. O ensaio também é composto por uma seção final de notas, uma seção extensa que compõe um quarto do ensaio. Nessas notas Woolf traz as fontes de suas citações, além de propor discussões mais aprofundadas sobre seus temas, demonstrando assim, um trabalho árduo de pesquisa para a escrita deste ensaio. É interessante observar, que para a crítica literária este ensaio é tido como repetitivo e muito longo, com notas excessivas. Minha hipótese é de que pelo reforço da memória de Woolf como uma autora “apenas” de ficção, o ensaio é lido com uma expectativa a que ele não se propõe, ele é uma prosa de não-ficção.

Foucault ao escrever o prefácio da edição americana de *Anti-Édipo*, intitulado “Introdução à uma vida não fascista”, fala no perigo permanente do fascismo para além dos acontecimentos históricos da Alemanha e da Itália na primeira metade do século 20:

E não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini – que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas –, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e explora.<sup>4</sup>

Contudo, o que seria um “fascismo não histórico”? Entendo que Foucault, como Woolf, alerta para o perigo da ameaça fascista de toda a sociedade que se deixa levar pelo desejo de poder através da submissão do outro. Porém, se pensarmos como Woolf propõe que essa primeira submissão se dá através da hierarquia dos gêneros que estabelece a diferença sexual como um pilar da organização das sociedades ocidentais, não podemos entender o fascismo como uma possibilidade fora da história. Porque, a diferença sexual não é natural, não é um dado, ela é estabelecida e reforçada pelas relações de gênero construídas pela história patriarcal da sociedade ocidental:

Os estudos de gênero já mostraram como as diferenças entre os sexos, estabelecidas de maneira hierárquica, são construídas historicamente e como as noções de masculino e feminino são igualmente históricas. No entanto há uma tendência muito grande em apagar os traços biológicos da constituição das identidades sexuais, que reflete em minha opinião uma relação de medo e ódio à natureza. Contra um determinismo biológico, neutralizaram-se as diferenças sexuais.<sup>5</sup>

### O ensaio de Woolf a partir das relações de gênero

Os estudos de gênero têm procurado, desde Joan Scott, enfatizar a relação de poder que se dá entre os socialmente identificados como homens e as socialmente identificadas como mulheres. Assim, para Torrao Filho, o gênero se converte numa categoria útil não apenas para contar a histó-

4 FOUCAULT, Michel. “O Anti-Édipo: Uma Introdução à Vida Não Fascista”. In; Cadernos de Subjetividade / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. – v. 1, n. 1 (1993) – São Paulo, 1993 [páginas 197 a 200] (originalmente publicado como Prefácio à edição americana de O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia, de Gilles Deleuze e Félix Guattari), p.199.

5 TORRAO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Cad. Pagu [online]. 2005, n.24, p.148.

ria das mulheres, mas para operar uma reescrita de toda a história, ele enfatiza como a abordagem a partir do gênero descaracteriza o “sujeito universal” da historiografia:

Ele pode lançar luz sobre a história das mulheres, mas também a dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e igualmente das mulheres entre si, além de propiciar um campo fértil de análise das desigualdades e das hierarquias sociais. Scott argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”. 1. Este aspecto relacional vem da preocupação de alguns de que os estudos femininos se centravam sobre as mulheres de maneira demasiado estreita, assim a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente. Além disso, o gênero enquanto categoria de análise teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”. 2. Ao lado das noções de classe e “raça”, gênero assinalava o interesse da historiografia em uma história que incluía os discursos dos “oprimidos”, numa análise do sentido e da natureza desta opressão.<sup>6</sup>

Entendo que a instrumentalização do conceito de gênero como uma categoria de análise histórica como proposta por Joan Scott foi possível através de uma apropriação feminista das teorias de Foucault sobre o poder e sobre o saber. Para ele, ambos os conceitos não eram dados fechados, mas tinham um papel metodológico para a compreensão das relações que ele buscava estudar. Assim como o gênero não é essencializado pela teoria feminista de Scott e é sempre relacional, o que é/foi ser mulher num dado período equivale ao que não foi/é ser homem no mesmo período. Woolf na década de 1930 busca para as mulheres um protagonismo social e histórico que não condizia com as suas condições de possibilidade naquele momento, mas ela o faz para disputar o futuro. Diante da possibilidade de uma nova guerra, ela responsabiliza as mulheres para que esse futuro não se concretize, idealizando para elas um protagonismo social. As mulheres ainda não eram, em sua maioria, donas de seu próprio destino, contudo Woolf vê nessa possibilidade uma solução para a violência da guerra. Sua concepção do que era uma mulher é, assim, relacional ao que eram os homens para ela. Se eles faziam a guerra, elas deveriam impedi-la, se, ela enfatiza, tivessem liberdade de ação e de pensamento para tanto. Na segunda parte do trabalho, farei a crítica a essa concepção de Woolf de designar às mulheres toda a esperança e responsabilidade de transformar a sociedade. Contudo, precisamos entender o que era esperado das mulheres em sua sociedade, dessa forma, poderemos compreender que a sua aposta no protagonismo das mulheres na construção da paz foi uma forma de se opor às limitações impostas a qualquer ação pública das mulheres.

Ela vai tentar demonstrar a relação entre a masculinidade e a guerra. Para ela, a virilidade e a violência, comportamentos socialmente atribuídos aos homens são responsáveis pelo fomento

6 TORRAO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Cad. Pagu [online]. 2005, n.24, p. 129-130.

das guerras. Woolf vê nesse comportamento, além da explicação das guerras, o motivo da condição de submissão das mulheres. A construção do seu argumento é pioneira ao atribuir à opressão das mulheres uma condição fundadora da masculinidade. Mas é importante perceber como ela já via nessa construção da identidade masculina uma relação de opressão entre os próprios homens. Por isso, ela cita em seu ensaio um poema de um soldado-poeta que sendo obrigado a lutar na Grande Guerra (1914-1918) a condena pela estupidez de sua violência. Woolf reforça que a guerra não era uma escolha de todos os homens e que eles também sofriam com a sua violência. Assim, ela associou à violência a masculinidade, mas não de forma “natural”, como se os meninos nascessem violentos. Ela propõe que as instituições promovem a violência, até mesmo a escola e a universidade.

Para Virginia Woolf a repressão das mulheres operada pelos homens através da organização patriarcal as manteve dentro de casa, na família. Em *Three Guineas* ela tenta responder qual o papel das mulheres na sociedade para ajudar a impedir a guerra, visto a tensão crescente com a expansão do fascismo e do nazismo pela qual passava a Europa. Ela cria o ensaio a partir da resposta a uma carta, vinda de um homem intelectual e pacifista que pede a colaboração dela e das mulheres para sua sociedade cujo objetivo era proteger a liberdade e a cultura, buscando assim impedir a guerra. Woolf vai se negar a participar dessa sociedade e tem o seguinte argumento:

A nós nos cabe o seguinte: De que maneira podemos ajudá-lo a proteger a cultura e a liberdade intelectual nós, que fomos expulsas da universidade de maneira tão reiterada e que recém agora somos recebidas de maneira tão restrita, nós, que não temos recebido nem um pouco de educação paga, ou recebemos tão pouca que só conseguimos ler e escrever em nossa língua, nós, que na realidade não somos membros da intelligentsia, mas da ignorantsia? A lição da história, corroborada com o que ensina os jornais diariamente, nos compele a tomar uma posição mais restringida. O único que podemos fazer para ajudá-lo a defender a cultura e a liberdade intelectual é defender a nossa própria cultura e nossa própria liberdade. [...] no ano de 1938, essa cultura segue consistindo principalmente na leitura e na escrita em nossa língua.<sup>7</sup>

Woolf caracteriza preservar a cultura como o exercício desinteressado da leitura e escrita em língua inglesa. E a liberdade intelectual como a liberdade de dizer e escrever o que se pensa, ou seja, vivências que não eram possibilidades simples para as mulheres, mas às quais ela argumentava que deviam ser os seus propósitos de luta para uma real emancipação.

Woolf estabelece neste ensaio uma ligação entre o patriarcado, com seus valores viris que submeteram as mulheres, com o fascismo que buscava submeter todos considerados inferiores. Ela vai ver na violência simbólica, de considerar a mulher como menos humana, e assim, com menos direitos e naturalmente inferiores, uma similaridade com as teorias racistas do fascismo. Assim, vai atrelar a luta contra o fascismo a crítica aos valores típicos atribuídos à masculinidade, como a violência, a guerra e a submissão das mulheres. Traçando um paralelo da seguinte maneira:

7 WOOLF, Virginia. *Tres Guineas*. 1ed, Trad. Laura García, GODOT: Buenos Aires, 2015, p.134-137.

As filhas dos homens instruídos que foram chamadas, muito a seu pesar, “feministas”, eram na realidade a vanguarda do movimento que atualmente você promove. Lutavam contra o mesmo inimigo que você luta e pelas mesmas razões. Lutavam contra a tirania do estado patriarcal igual você luta contra a tirania do estado fascista. [...] no estrangeiro o monstro saiu da superfície de maneira mais visível. Não é possível confundi-lo com outra coisa. Ampliou o seu objetivo. Agora interfere na liberdade de vocês, os diz como vocês tem que viver, além de distinguir entre os sexos, distingue entre as raças. Vocês sentem na própria carne o que sentiram suas mães quando foram excluídas, quando as calaram por serem mulheres. Agora excluem vocês, lhes calam, porque são judeus, porque são democratas, por sua raça, por sua religião. [...] A iniquidade absoluta das ditaduras, seja ela em Oxford, em Cambridge, em Whitehall ou em Downing Street, contra os judeus ou contra as mulheres, na Inglaterra ou na Alemanha, na Itália ou na Espanha, se manifestou diante de vocês. Porém agora lutamos juntos.<sup>8</sup>

Judith Butler utiliza as teorias de Foucault que divergia da teoria psicanalítica da sublimação dos desejos em atos culturais. Foucault teorizava a lei a partir de uma perspectiva gerativa, ou seja, a própria proibição produz os desejos, sem, contudo, a postulação de um desejo original:

Se a sexualidade é construída culturalmente no interior de relações de poder existentes, então a postulação de uma sexualidade normativa que esteja “antes”, “fora” ou “além” do poder constitui uma impossibilidade cultural e um sonho politicamente impraticável, que adia a tarefa concreta e contemporânea de repensar as possibilidades subversivas da sexualidade e da identidade nos próprios termos do poder. [...] em oposição à lei fundadora do Simbólico, que fixa identidades a priori, podemos reconsiderar a história das identificações constitutivas sem a pressuposição de uma lei fixa e fundadora.<sup>9</sup>

Trago a crítica de Butler a psicanálise freudiana porque ela abre a possibilidade da mudança nas relações de poder da “lei” do pai. Ela, assim como Woolf, narra o desconforto, o mal-estar dos sujeitos que se constituem subjugados por essa lei, e reivindica a sua transformação e a construção de uma sociedade mais igualitária que a sociedade hierárquica patriarcal. Ela questiona o próprio cerne da psicanálise, o complexo de Édipo. Para Butler ele seria um dos responsáveis pela manutenção do binarismo de gênero que estipula tão normativamente uma identidade sexual feminina e masculina:

Seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de “mulheres” que apenas necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa. A hipótese de sua incompletude essencial permite à categoria servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados. A incompletude por definição dessa categoria poderá, assim, vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva. É a “unidade” necessária para a ação política efetiva? Não será precisamente a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras?<sup>10</sup>

8 WOOLF, Virginia. *Tres Guineas*. 1ed, Trad. Laura García, GODOT: Buenos Aires, 2015, p.156-157.

9 BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Trad. Renato Aguiar, Civilização Brasileira, 2016, p.55- 103.

10 BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Trad. Renato Aguiar, Civilização

Contudo, Woolf mesmo já tendo criticado a categoria mulher em outros ensaios e mesmo depois de escrever *Orlando* como uma metáfora para a androginia desejável para a humanidade, em *Three Guineas* volta a apostar no sujeito mulher para a construção de uma nova sociedade. O que Butler no final do século 20 já não pode mais fazer, mudando o sujeito revolucionário para o sujeito que desconstrua o sistema binário heteronormativo.

Por que Woolf volta a apostar na categoria mulher como uma categoria de sujeitos com potencial para transformar a sociedade? Minha hipótese é o recrudescimento da violência na Europa com o surgimento do fascismo e a guerra civil na Espanha. Como ela vê o sujeito responsável pela guerra como o sujeito masculino, tenta apostar na mulher como o sujeito capaz de construir a paz. A grande argumentação de Woolf vai ser apostar que a condição de submissão das mulheres as deu uma capacidade de entender o sofrimento e a “psicologia” da dominação, o que as dotaria de uma capacidade maior de resistir aos apelos do poder hierárquico e da vontade de submissão do outro.

Ela buscou apostar que a condição das mulheres podia servir como uma potencialidade para a mudança, sua leitura é assim nova. Pois a condição das mulheres em relação aos homens havia sido lida até então como uma relação de falta. As mulheres estariam atrasadas em termos civilizatórios em relação aos homens. Contudo, ao criticar a civilização, Woolf inverte essa relação, por não estarem inseridas da mesma forma que os homens na sociedade, as mulheres poderiam operar a sua reforma.

---

Brasileira, 2016, p.36.

## A representação da emancipação feminina no jornal O Lar Católico (1930-1945)

Mônica Euzébio da Costa<sup>1</sup>  
monicacostajf@hotmail.com

### Resumo

A partir da década de 1930 o Brasil passou por um intenso processo de industrialização e urbanização, com isso tivemos diversas transformações tanto econômicas quanto sociais. Nesse último aspecto nos interessa observar as mudanças ocorridas dentro das famílias, pois o referido contexto favoreceu a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, nesse período predominava-se o discurso da família higiênica, que era pautado pela valorização do trabalho feminino no ambiente privado do lar. Nesse contexto, a Igreja Católica também contribuiu para a disseminação desse discurso que era permeado pela valorização do trabalho feminino no ambiente doméstico, uma vez que, para o poder eclesiástico a vocação “natural” das mulheres era serem esposas e mães, e o trabalho fora de casa deveria ser exercido exclusivamente pelos homens. Pois, em uma sociedade com espaços bem definidos tanto para homens quanto para as mulheres, aquelas que adentrassem no espaço dito masculino estariam colocando em questão toda uma representação forjada para as mesmas de “Rainha do lar”. Entretanto, sabemos que mulheres de classes mais abastadas sempre trabalharam fora de casa em virtude de sua situação econômica e cultural, logo as mesmas sempre tiveram de conviver com os estereótipos construídos em nossa comunidade, bem como o fato de serem consideradas “mulheres da rua”. Desse modo, no presente trabalho teremos por finalidade discorrer acerca do discurso da Igreja Católica sobre a emancipação feminina e suas possíveis consequências para as mesmas, a partir de artigos retirados de um jornal de uso exclusivo dessa instituição religiosa na cidade de Juiz de Fora, denominado O Lar Católico. Assim, faremos uma breve análise sobre a construção social em torno das mulheres principalmente no que diz respeito a atividades exercidas pelas mesmas fora do ambiente doméstico.

**Palavras- chave:** Mulheres, Igreja Católica, imprensa.

### Introdução

O presente artigo tem por finalidade fazer um breve estudo sobre as representações que são forjadas para as mulheres em nossa sociedade. A partir da análise de artigos do jornal O Lar Católico da cidade de Juiz de Fora, no período que corresponde de 1930 a 1945, teremos por

1 Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Especialista em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.



finalidade analisar como o trabalho externo exercido pelas mulheres era visto pelo poder eclesástico.

O processo de industrialização e urbanização que o Brasil passou principalmente na década de 1930, contribuiu para uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, é importante enfatizar que os discursos normatizantes da época, enfatizavam que o trabalho feminino deveria estar condicionado unicamente ao ambiente privado de seu lar, onde a mulher deveria ser uma boa mãe, esposa e dona de casa.

O trabalho feminino fora de casa sempre foi alvo de muitas críticas, muito em virtude desse período de estudo termos a chamada família higiênica, onde os homens que deveriam trabalhar fora de casa e as mulheres deveriam ficar restritas ao ambiente privado exercendo atividades exclusivamente domésticas. Entretanto, é importante enfatizar que por mais que nossa sociedade fosse permeada por muitas representações em torno das mulheres, uma delas sendo a questão do trabalho externo, muitas sempre trabalharam fora de casa, era uma realidade muito comum entre as mulheres pobres. Logo, os discursos normatizantes da época não eram condizentes como o cotidiano de muitas.

Desse modo, o presente artigo será estruturado em dois tópicos, a saber: O Lar Católico: a construção da chamada “boa imprensa” juiz-forana e A emancipação feminina: ambiente privado ou público? No primeiro tópico faremos um breve estudo sobre a formação do jornal O Lar Católico na cidade de Juiz de Fora, enfatizando sua principal finalidade, que era de ser um difusor de discursos normativos para a sociedade e principalmente para as mulheres, e também neste tópico será rapidamente analisado como os jornais na análise historiográfica são vistos como objetos e sujeitos da pesquisa histórica. Já no segundo tópico, teremos por objetivo analisar a partir dos artigos do jornal O Lar Católico como o trabalho feminino fora de casa era avaliado pelo poder eclesástico em nosso corpo social.

### **O Lar Católico: a construção da chamada “boa imprensa” juiz-forana**

Os jornais são uma fonte de suma importância para os historiadores, uma vez que, nos permitem analisar uma determinada sociedade em suas várias faces. Assim, podemos identificar que os periódicos são portadores de várias representações que permeiam nossa comunidade, logo os mesmos podem ser considerados, “[...] a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”<sup>2</sup>, na medida em que se constituem como já mencionado como fontes de estudo para a pesquisa histórica, e também como sujeitos já que fazem parte da construção de uma sociedade.

Em um primeiro momento a historiografia não via com bons olhos os estudos realizados por meio de jornais, pois em uma perspectiva histórica que se tinha por essência a verdade abso-

2 LUCA, Tania Regina de; Martins, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.8.

luta dos fatos, os periódicos eram vistos como fontes tendenciosas, e assim não eram confiáveis. Somente nos anos finais do século XX, com a terceira geração da Escola dos Annales, que temos novas abordagens e objetos históricos, com isso os jornais passam a ser fontes de extrema importância para a análise historiográfica. Assim como identifica a autora Maria Helena Capelato, “[...] a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos [...]”.

<sup>3</sup> Assim, o estudo por meio dos jornais possibilita ao historiador identificar as mudanças e permanências de uma determinada sociedade.

O jornal *O Lar Católico* surge em Juiz de Fora, no ano de 1912, sob o comando da Congregação do Verbo Divino, mas neste período era denominado de *A Bússula*. Somente no ano de 1919 que o periódico ganha o nome de *O Lar Católico*. O jornal tinha por redatores e escritores os próprios clérigos, que defendiam em seus artigos as doutrinas da Igreja Católica. O periódico combatia veementemente todos aqueles que eram considerados como inimigos da fé cristã, bem como o comunismo e o espiritismo. Também continha em seus artigos orientações de conduta para a sociedade, e principalmente para as mulheres, que eram orientadas desde o modo de se vestir e falar, bem como os lugares “adequados” para as mesmas.

A imprensa católica era um projeto no qual o poder eclesiástico depositava todas as suas forças, pois se acreditava que esse era o melhor meio de se comunicar com a sociedade, bem como difundir as doutrinas religiosas para a população. O próprio periódico em seus artigos enfatizava a importância do mesmo para as famílias brasileiras, já que o mesmo deveria ser visto como um amigo e conselheiro para as mesmas. Podemos observar isso no próprio nome dado ao jornal, que em um primeiro momento foi denominado de *A Bússula* e em seguida de *O Lar Católico*, ambos os nomes assim como podemos ver refletem esse sentido de orientação.

Poderemos cuidar dos pobres e dos doentes, construir igrejas e capelas, abrir escolas, pregar missões, centuplicar círculos de piedade ... enquanto não nos interessarmos deveras pela imprensa católica, nada haveremos conseguido para a regeneração da sociedade. Deixemos de ilusão. A imprensa é senhora absoluta da opinião pública [...]<sup>4</sup>

Como podemos observar no trecho acima, a imprensa católica era vista como um meio muito importante para a difusão dos preceitos católicos, não adiantava fazer nada se a mesma não fosse vista como um instrumento de regeneração da sociedade de acordo com os prelados. Dentre os artigos do jornal *O Lar Católico* e dentro do projeto de “boa imprensa”, tínhamos várias orientações sobre as “boas” e “más” leituras de acordo com o clero. Era orientado que a leitura de “bons” jornais bem como o católico, que era um amigo e conselheiro para as famílias, e só traria benefícios para a mesma. Já leituras que eram consideradas “impróprias” não deveriam fazer parte da vida das pessoas, que deveriam ser orientadas pelo periódico religioso.

3 CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p.13.

4 LEME, D.Sebastião . *Imprensa católica*. *O Lar Católico*, 22 de jun.1930, ano XVIII,nº 25,p.194.

Os jornais eram um instrumento muito importante que os sacerdotes usavam para chegar a seus fiéis e assim, passar para os mesmos as doutrinas da Igreja Católica. O Lar Católico era um veículo de fácil acesso, contudo dirigido para uma elite, formadora de opinião. Dessa forma não era feito para a massa, mas sim para um público que ao ver do clero iria disseminar a doutrina católica.<sup>5</sup>

Dessa forma, a partir da análise de alguns artigos do jornal O Lar Católico, temos por escopo identificar como o trabalho externo das mulheres era discutido em tal periódico. Como a chamada emancipação feminina era julgada pelos prelados, em um contexto que o processo de industrialização e urbanização do Brasil, possibilitou uma maior entrada das mulheres no mercado de trabalho.

### A emancipação feminina: ambiente privado ou público?

Parafraseando Lucien Febvre – para quem o conhecimento histórico deve ter como referência “os homens, nunca o homem” – torna-se inadequado falar-se hoje em uma “história da mulher”. Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe portanto abordar-se a “história das mulheres”.<sup>6</sup>

A história das mulheres é revestida de uma intensa pluralidade. Contudo, em vários contextos históricos muitos discursos normativos não levaram em consideração a diversidade feminina. No final do século XIX e início do XX, surgem em nossa sociedade vários discursos normativos, bem como o médico, o jurista e o religioso, que definiam rígidas regras comportamentais para as mulheres. Nesse contexto, o trabalho externo exercido por muitas mulheres era veementemente criticado, pois segundo os discursos normativos da época, o trabalho fora de casa exercido pelas mesmas colocava em risco o projeto de família “ideal” proposto pela chamada família higiênica. Dentro desse paradigma tínhamos, o espaço público como sendo o do homem, onde o mesmo deveria trabalhar e ser o provedor de sua respectiva família, já para a mulher ficava destinado o espaço privado do lar, onde a mesma deveria ser uma boa esposa, mãe e dona de casa. Segundo Margareth Rago, “[...] Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa[...]”<sup>7</sup>. Logo, nesse período temos em torno das mulheres todo um arcabouço simbólico que tinha por finalidade desqualificar qualquer atividade externa exercida por elas.

Dentre os discursos normativos do período o religioso é o nosso objeto de estudo, a partir da análise do jornal O Lar Católico. A maternidade era a grande arma que o discurso religioso usava em

5 MUSSE, Christina Ferraz; PEREZ, Luiza Quinet Ramos. **Lar Católico: a Igreja e a função pedagógica da imprensa**. Trabalho submetido ao III Encontro Regional Sudeste de História da Mídia no GT de História da Mídia Imprensa, 2014, p.2.

6 SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus. 1997.p. 399.

7 RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.62.

seus periódicos contra as mulheres que trabalhavam fora, pois se havia toda uma preocupação em torno da criação das crianças, que ao ver do clero era de única e exclusiva responsabilidade da mãe. Logo, o discurso católico era muito pautado pela “missão” divina da mulher, na qual estaria a maternidade.

O Cristianismo operou uma transformação radical [...] ensinou a mulher qual era o maior título de sua grandeza, a maior glória de sua coroa, sintetizando sua dignidade nesses dois tiníssemos afetos de mãe e esposa [...] O tão decantado progresso moderno, que deveríamos chamar regresso, pretende emancipar a mulher dos seus deveres, exaltando a beleza de sua forma, os primores de suas graças, e, transformando a natureza de seus direitos e deveres se esforça para mostrar que a mulher é completamente independente e que deve ter por limites de sua atividade as diversas ocupações do homem, com os mesmos direitos e obrigações destes. Não se iludam, porém, as mulheres. A arena de seus combates e glória deve circunscrever ao lar; no remanso da família é que a mãe, a esposa e a filha devem desenvolver toda sua atividade. Os títulos de esposa e mãe são as pérolas mais preciosas de sua coroa de glória.<sup>8</sup>

Como podemos observar no trecho acima, retirado do jornal *O Lar Católico*, temos uma ênfase muito grande sobre os deveres das mulheres, em primeiro momento a emancipação feminina é vista pelos prelados como um regresso e não um progresso, na medida em que as mesmas ao trabalharem fora de casa estariam deixando de lado suas tarefas como mães e esposas que de acordo com o discurso religioso, deveriam ser as únicas atividades femininas. Em um segundo momento podemos verificar, a nítida divisão entre as atividades femininas e masculinas, já que no trecho acima é enfatizado que o lugar da mulher é em seu lar. Logo, podemos identificar uma clara diferenciação entre os gêneros a partir do discurso católico.

A missão da mulher na sociedade moderna é variadíssima, importante, admirável, se for bem compreendida. A mulher incumbe mais e melhor do que o homem, manter a civilização cristã. A mulher pode mantê-la, especialmente, como mãe de família, ensinando a seus filhos a moral doce e profunda de Jesus [...] A mulher pode manter no seu lar a bondade, a ternura, o decoro, a pureza a caridade, que sejam exemplo, ensinamento e alegria. E assim o marido e os filhos quando a cercam terão por ela afeto e respeito.<sup>9</sup>

No trecho acima, podemos verificar como a maternidade é enaltecida no discurso católico, uma vez que, é enfatizado que cabe a mulher passar para seus filhos a moral e os “bons costumes”. Também podemos observar que a fala do poder eclesiástico, tenta mostrar que a missão da mulher em nossa sociedade é muito ampla, se ela for bem compreendida, ou seja, os prelados enfatizam que por vezes as tarefas das mesmas são vistas de uma forma secundária, mas que na verdade essas atividades são de suma importância para a organização familiar, de acordo com os prelados. Outra questão importante também seria o fato do trecho acima mostrar que as mulheres ao cumprirem suas missões serão respeitadas tanto pelos filhos quanto pelos maridos, pois as mesmas estariam exercendo atividades que trazem o bem para o seio familiar a partir do discurso religioso.

8 NARDY, Mõns. Missão da mulher. *O Lampadario*, 29 de jan. 1938. ano XII. nº614, p.1.

9 Atividade feminina. *O Lar Católico*, 07 de abr.1935. ano XXIII. nº 14, p.107.

Os mesmos mestres do erro, que por escritos e por palavras, ofuscam a pureza da fé e da castidade conjugal, facilmente destroem a fiel e honesta sujeição da mulher ao marido. Emancipação social, enfim, enquanto se afastam da mulher os cuidados domésticos tanto dos filhos como da família para que desprezados estes, possa entregar-se às suas inclinações naturais e consagrar-se até as funções e negócios públicos.<sup>10</sup>

A emancipação feminina era muita mal vista pelos prelados, pois trazia consigo toda uma desestruturação familiar ao ver do clero. No trecho acima é possível identificar isso, uma vez que, os prelados vêm no trabalho externo da mulher um descuido com relação às tarefas domésticas de sua casa. Pois, um trabalho que deveria ser prioridade para as mesmas de acordo com o poder eclesiástico, ficaria em segundo plano na medida em que as mesmas exercessem atividades fora do lar.

Pode a mulher casada, sem prejuízo da direção de seu lar e da educação de seus filhos, entregar-se a atividade política? Se essa atividade se limitar ao simples exercício do voto, ela pode perfeitamente exercer-la sem prejuízo algum. Sem porém, essa atividade se estender a representação política, só com o sacrifício quase total das suas funções de mãe e de esposa ela poderá exercer. O bom desempenho de um lugar de Deputado ou Senador exige horas e horas de estudo consecutivo de questões, por vezes vitais para a nacionalidade. Como poderá a mulher, no meio de tantas e tão graves preocupações, cuidar de seu lar, da educação de seus filhos, destes sobretudo, que exigem constante vigilância?<sup>11</sup>

A definição de espaço público para os homens e de espaço privado para as mulheres era uma constante na fala dos prelados, muito em virtude de discursos prol emancipação feminina estarem em alta nesse período de estudo, assim a diferenciação de espaços de acordo com o gênero era uma fala constante do clero. O questionamento da Igreja Católica como podemos ver acima, era o fato da impossibilidade das mulheres exercerem atividades externas sem comprometerem o cuidado com seu lar, pois essa atividade exigia muito das mesmas e na medida em que elas tivessem outras tarefas, ao ver do clero o trabalho em casa ficaria comprometido.

Logo, a partir de todos os artigos supracitados podemos observar às representações sociais que eram colocadas as mulheres, pois como Roger Chartier identifica, “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupos que as forjam [...]”.<sup>12</sup> Portanto, as mulheres estavam envoltas em um conjunto de construções sociais, onde suas atividades ficavam restritas ao ambiente privado de seus lares. Contudo, é de suma relevância enfatizar que muitas mulheres sempre trabalharam nesse contexto, haja vista sua situação econômica e também porque o trabalho era normal para muitas.

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguido e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas

10 A emancipação feminina. **O Lar Católico**, 03 de maio.1931. ano XIX. n°18, p.140.

11 A mulher e a política. **O Lar Católico**, 14 de ago. 1932. ano XX. n°33, p.261.

12 CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel,1990, p.17.

a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer como o pejo da “mulher pública”.<sup>13</sup>

Assim, podemos identificar que o discurso religioso não levava em consideração a pluralidade das mulheres, e que contribuía para disseminar condutas normativas que por vezes não cabia a muitas delas. Desse modo, o jornal católico contribuiu pra propagar um discurso no qual, mulheres que trabalhavam fora de casa poderiam ter sua honestidade questionada e aquelas que não o faziam eram consideradas “Rainha do lar”. Então, o próprio jornal era o formulador e disseminador dessas representações para as mulheres sendo assim um sujeito na construção histórica.

### Considerações Finais

O presente artigo teve por escopo fazer uma breve análise sobre o discurso da Igreja Católica perante a emancipação feminina, a partir do jornal O Lar Católico na cidade de Juiz de Fora, no período de 1930 a 1945. Em um primeiro momento abordamos a questão do jornal como uma fonte de suma relevância para a construção da análise histórica, demonstrando ao longo do texto, como o mesmo pode ser tanto objeto quanto sujeito histórico, e em um segundo momento foi feita a análise dos artigos do jornal supracitado.

Desse modo, podemos concluir que o jornal O Lar Católico da Igreja Católica em Juiz de Fora, contribuiu com a propagação de representações com relação à emancipação feminina, uma vez que, os artigos do mesmo desqualificavam as atividades externas exercidas pelas mulheres e enalteciam as atividades do lar.

Contudo, por mais que tivéssemos vários discursos normativos para as mulheres com relação ao trabalho externo, muitas sempre trabalharam e não deixaram de fazê-lo por conta de falas estereotipadas, haja vista, que o trabalho feminino era normal para algumas, em virtude de sua condição econômica e também por uma questão cultural, na qual, a independência das mulheres pobres era uma constante.

Portanto, é possível concluir que o jornal O Lar Católico, foi um grande difusor de representações para as mulheres, e que na presente pesquisa o mesmo foi tanto objeto de estudo, já que o mesmo é uma fonte de suma importância para a pesquisa histórica, e também como sujeito histórico na medida em que ajudou a construir representações para os gêneros.

13 FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p.516.



## A participação das mulheres da Revolução Francesa (1789-1799)

Gabriela Stehling Sarmento  
Graduanda em História - UFMG  
gabrielassarmento@hotmail.com

### Resumo

Robespierre categorizou que o papel das mulheres na Revolução Francesa (1789-1799) deveria se limitar ao âmbito privado, devendo elas exercerem seus papéis de cidadãs com a maternidade cívica, enquanto para os homens a cidadania era exercida em âmbito público não sendo permitida a possibilidade de “troca de papéis”.

A necessidade de um posicionamento de grandes atores políticos, como Robespierre, sobre o comportamento das mulheres demonstra a força dos movimentos que elas conseguiram realizar. A construção da imagem da mulher na Revolução Francesa é dotada de viés pejorativo, afirmando que as mulheres “militantes” negligenciaram seu papel enquanto mães da pátria e queriam se situar em um ambiente que não lhes era permitido, o espaço público.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) versava sobre liberdade e igualdade para todos os homens, mas não incluía as mulheres. Se no texto o espaço para a agenda feminina se mostrava ausente, é possível, por depoimentos e registros das mulheres nas marchas e movimentos, repensar a presença das mulheres francesas na Revolução.

Analisando a Revolução Francesa por um viés sociocultural, a comunicação visa discutir o mapeamento das mulheres que participaram dos eventos, e pensar a participação destas pela ótica de leitura de movimentos políticos e de gênero. Construir um banco de dados a respeito destas personagens possibilita enxergar quem eram os grupos atuantes em diferentes momentos da Revolução, levando em consideração as profissões, condições econômicas e os discursos das mulheres.

A partir da análise de dados levantados pode-se inferir o desejo de serem parte e pensadas também como cidadãs, merecedoras da igualdade e da liberdade. Pensar as mulheres como grupo que agiam politicamente na Revolução Francesa é uma maneira de pensar as relações de gênero e discutir sobre a consciência que estas mulheres possuíam de suas posições naquela sociedade.

**Palavras-chave:** Mulheres, Revolução Francesa, gênero, cidadania.

## Introdução

O desenvolvimento do artigo apresentará dois momentos, primeiramente com o enfoque na Revolução Francesa, e depois com maior detalhamento sobre a participação feminina e a explicação da construção de banco de dados que está sendo desenvolvido para um projeto de pesquisa. Esta divisão foi feita desta maneira pois um dos maiores motivadores da pesquisa sobre a presença feminina na revolução foi a ausência da agenda feminina nos discursos de liberdade, igualdade e participação popular. Para entender a ausência das mulheres nestes discursos é necessário primeiro compreender o que está sendo tratado por liberdade e igualdade neste contexto, e como os termos estão sendo resinificados.

Uma das questões que motivou a pesquisa foi se, apesar de as mulheres não serem consideradas cidadãs, elas participaram e reivindicaram ser reconhecidas como atores da Revolução. Na segunda parte do desenvolvimento será tratado sobre como ocorreu a participação, a bibliografia utilizada neste processo, o que motivou a construção do banco de dados, e como tem sido o processo de busca por fontes para este. Neste momento não apresentarei discussões sobre a categorização das mulheres em relação a termos de gênero (se são feministas ou não, ou pensar categorizações dentro das divisões do que hoje tratamos por questões de gênero) limitando o enfoque a questão da participação. A pesquisa que permitiu a escrita deste artigo está relacionada a um projeto de iniciação científica que ainda se encontra em processo, e por isto as discussões sobre gênero não foram desenvolvidas neste artigo, pois acontecerão somente na parte final da iniciação científica.

## Desenvolvimento

“Art. O objetivo de toda associação política é a manutenção dos direitos naturais e imprescritíveis do homem e o desenvolvimento de todas as suas faculdades.  
II. Os principais direitos do homem são aqueles de prover à conservação de sua existência e da liberdade.  
III. Esses direitos pertencem igualmente a todos os homens, seja qual for a diferença de suas forças físicas e morais.”<sup>1</sup>

O trecho citado acima é de um discurso de Robespierre na Convenção do dia 24 de abril de 1793, onde o debate visava repensar a Declaração ao buscar limitar os direitos de propriedade. A aparição de verbetes como “direitos naturais” e “liberdade” nos discursos de Robespierre<sup>2</sup> mostram a busca por estas questões no período da Revolução por líderes da Revolução. O uso e os significados destas palavras começam a ser debatidos pelos revolucionários, ampliando o grupo a quem atinge e a discute.

1 ZIZEK, Slavoj. Parte II- Na convenção Nacional: Projeto de Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. In: ZIZEK, Slavok (Org.) **Robespierre: Virtude e terror**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar [2007] cap.9 p 123-130.

2 Ibidem

O intuito inicial deste artigo é dialogar brevemente com os conceitos de liberdade e igualdade apresentadas no *Dicionário crítico da Revolução Francesa*<sup>3</sup> e com a ideia de deslocamento do poder de François Furet<sup>4</sup>. Esse diálogo se justifica por que um dos principais fatores que motivou a busca da participação das mulheres na Revolução Francesa foi a existência de discursos sobre igualdade e liberdade para todos os homens, mas as mulheres não eram consideradas cidadãs que também ganhariam as aquisições de liberdade e igualdade.

Furet apresenta a mudança de visão sobre as representações do poder, e a ideia de que o poder, que antes pertencia ao rei passa a pertencer ao povo. O deslocamento do poder para o povo propõe novas questões sobre governabilidade, representação e a vontade geral. A ideia de substituição do poder do rei pela ideia abstrata de nação viabiliza a construção de discursos sobre os limites e o alcance da participação popular efetiva, e sobre o papel do povo no governo.

Se no Antigo Regime o poder é representado por uma figura concreta, o rei, quem ocupava o poder, a ideia de que o poder pertence ao povo deixa uma imprecisão sobre quem com quem está de fato o poder. A legitimidade e a vitória pertenciam simbolicamente a quem conseguissem representar a vontade geral, pois não era possível que todos governassem simultaneamente. A discussão apresentada é sobre quem representa o poder do povo, mas não sobre quem constitui esse poder, sobre quem é o povo. As mulheres não são colocadas aqui como parte da constituição desse grupo, e o “povo” é pensado somente no masculino.

Mona Ozouf<sup>5</sup> discute os diferentes sentidos, entendimentos e usos das palavras liberdade e igualdade, diferenciando os termos entre igualdade civil e igualdade de fato, e liberdade negativa e liberdade positiva. A igualdade civil é encontrada em discursos anteriores à Revolução, onde os mais talentosos possuem melhores posições sociais, enquanto a igualdade de fato realça as desigualdades sociais, e enumera a necessidade de corrigi-las, permitindo assim a igualdade pela coerção social. A liberdade individual garantia os direitos legais dos cidadãos, e afirmava que que tinham o direito de não serem obrigados a nada além do que está na lei, enquanto a liberdade coletiva era a visão da liberdade como a Revolução, o sacrifício da liberdade para se alcançar a liberdade, que foi a teoria usada no período do terror, para se justificar os atos cometidos.

O objetivo de apresentar os argumentos utilizados por Ozouf neste artigo é mostrar como existiram diversos debates sobre como a liberdade deveria ser concebida, e como foram propostas novas maneiras de se pensar quais seriam os valores de liberdade e igualdade. Refletir sobre os grupos sociais que alcançados por estas discussões e mostrar que as mulheres não se incluíam nas discussões acerca destes direitos. As definições de igualdade e liberdade não fazem restrições a participação das mulheres explicitamente, mas também não mencionam uma agenda feminina que

3 OZUF, Mona; FURET, François. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. São Paulo – SP: Nova Fronteira, 1988. 117p.

4 FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1989. 232 p.

5 OZUF, Mona; FURET, François. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. São Paulo – SP: Nova Fronteira, 1988. 117p.

visasse atender às preocupações de protagonistas femininas. As preocupações com igualdade de fato chegaram a abarcar discussões legais e econômicas, mas não contemplou questões de gênero.

Apesar de as mulheres não serem oficialmente reconhecidas como cidadãs no período Revolucionário, existem exemplos famosos de participação feminina, como a Marcha a Versalhes em outubro de 1789, que motivaram a questão para saber se, a participação feminina se fazia independentemente do reconhecimento legal. A vastidão de bibliografias encontrada a respeito do tema foi a primeira evidência do interesse e da exploração sobre este tópico. Livros que se dedicam integralmente a relatar as ações das mulheres na revolução, e analisar os feitos destas. No primeiro acesso a estes materiais foram utilizados os livros de Tania Morim Machado<sup>6</sup>, Olwen H. Hufton<sup>7</sup> e Joan Scott<sup>8</sup>.

Estas leituras mostram um panorama de ampla participação feminina na revolução. São citados diversos nomes, e é possível observar que a participação feminina não se limita a um grupo econômico, ou a um momento específico da Revolução. Os movimentos integrados pelas mulheres tiveram permanência e continuidade, e ocorreram de diversas formas. Hufton apresenta a dualidade pelo título de “cidadãs” que foi algo reivindicado por muitas mulheres durante a revolução, para serem reconhecidas enquanto participantes dos movimentos, mas era negado pela política institucional.

Hufton<sup>9</sup> evidencia que as mulheres eram excluídas do direito de votar, pois não eram consideradas animais políticos, e a sua natureza deveria ser permanecer trancada no espaço privado. Apesar disso, tanto na tomada da Bastilha quanto na marcha de Versalhes, o grupo de mulheres que não possuía o título de cidadãs conseguiu intervir na vida política e teve capacidade de trazer mudanças sobre os acontecimentos. Para as mulheres que se envolveram nos atos dos dias de outubro, foi uma notável atividade de tomada de consciência, em que elas passaram de cidadãos passivos para um grupo político que possuía voz para fazer reivindicações.

Não apenas as mulheres participaram de movimentos durante a Revolução, como reivindicaram que recebessem o título de cidadãs, e fossem reconhecidas em suas participações. Pelas categorizações feitas por Tania Morim Machado<sup>10</sup> a respeito das formas de ativismo das mulheres na Revolução, nota-se que a participação não se limitou somente a um grupo de mulheres, visto que à descrição de mulheres de diferentes grupos sociais atuando, além de diferentes maneiras de participação. É possível pensarmos com o quadro apresentado por esta autora sobre como algumas das manifestações realizadas pelas mulheres foram recebidas pelos homens e pelo governo da época, como a questão da maternidade cívica em comparação com as mulheres-soldado

6 MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e Perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo – Sp: Alameda Casa Editorial [2013] 367 p.

7 HUFTON, Olwen H. **Women and the limits of citizenship in the French Revolution** [S.I: s.n] 1992. 228p

8 SCOTT, Joan Wallach. **Las mujeres y los derechos del hombre; Feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944**. Primera. Ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012. 270 p.

9 HUFTON, Olwen H. **Women and the limits of citizenship in the French Revolution** [S.I: s.n] 1992. 228p. Capítulo 1.

10 Ibidem

A maternidade cívica era a ideia de que as mães ensinariam as crianças a linguagem “ máscula e da liberdade”<sup>11</sup> e com isso surgem publicações dirigidas às mães transmitindo a mensagem que a Revolução teria transformado o caráter das pessoas. Com isso a devoção total da mãe à criança se tornaria uma manifestação de patriotismo. As mulheres deveriam se manter então submissas e restritas ao lar, e suas funções eram a de dar à luz e a de formação moral de um novo homem, que este sim deveria estar em âmbito público, lutando na Revolução. Apesar de esta ser uma participação feminina que ocorre em ambientes privados, “Durante toda a Revolução, as mulheres assumiram o papel de mães com orgulho”.<sup>12</sup>

Este exemplo de participação feminina não foi somente aprovado pelo governo e por Robespierre, como também foi incentivado. Em contraposição a este caso, Morim apresenta a participação das mulheres soldado; mulheres que se alistaram individualmente no exército, como mulheres, ou disfarçadas de homens. Chegou a ocorrer um decreto para expulsar as mulheres-soldados das frentes das batalhas, evidenciando a reprovação da presença destas dentro do exército.

O contato com estas bibliografias permitiu notar que a participação feminina na Revolução foi ampla, tanto em relação a uma referencial temporal, quanto no número de atores. Pela nossa opção de não trabalhar com as discussões específicas de gênero neste momento, decidimos pela criação de uma tabela na qual lançamos todas as informações levantadas sobre as mulheres e sua atuação identificadas na pesquisa em fontes secundárias e primárias.

O projeto inicial para a tabela visava incluir: nome, data e local de nascimento e morte, causa da morte, grupo econômico da família, se foi presa, a atuação profissional, e uma coluna que foi chamada de “feitos”, que pretendia explicar ao leitor o porquê de aquela mulher ter sido selecionada. Posteriormente serão apresentados maiores detalhes sobre a dificuldade desta coluna, que se apresentou como a mais difícil de ser preenchida, e de como foram superadas.

Com o início do processo de montagem do banco de dados foram encontradas referências a 137 mulheres que participaram, de diferentes maneiras na Revolução. A maioria dos nomes foi retirada dos livros já citados neste artigo, que me conduziram a novas fontes. Partindo destas indicações, busquei completar as informações através da consulta ao site da Biblioteca Nacional Francesa, especialmente a seção Gallica<sup>13</sup> como fonte para pesquisar documentos específicos relativos a estas mulheres. Nesta consulta busquei documentos como certidões de casamento, nascimento e óbito. Outra ferramenta utilizada para encontrar informações a respeito destas mulheres foi o Google acadêmico, através do qual foi possível encontrar referências destas em outros livros e artigos, para criar a rede de informações buscada.

11 PROCTOR, Candice E. “The Cult of Republican Motherhood” In: **Women, equality and the French Revolution**. Contribution in Women’s Studies, vol 115. Greenwood Press, 1990, p. 127.

12 MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e Perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo – Sp: Alameda Casa Editorial [2013]. p. 56.

13 Disponível para acesso *online* por meio do endereço: <http://gallica.bnf.fr/accueil/?mode=desktop>. Acesso em 27 de junho de 2018.

Além destes, outras ferramentas que me auxiliaram a encontrar informações mais específicas acerca das mulheres foram o Geneat<sup>14</sup> e algo próximo a um banco de dados produzido pela universidade Santa Catarina, o Mnemósine<sup>15</sup>. O Geneat é uma biblioteca genealógica que permite realizar uma pesquisa por nomes ou sobrenomes, e apresenta os dados genealógicos da pessoa, além de apresentar as citações em jornais, livros, revistas e obituários que este nome aparece. O Mnemósine é um site que apresenta 30 nomes de escritoras francesas do século XVIII. É possível selecionar cada um dos nomes e acessar uma página específica que leva a um conjunto maior de informações específicas de cada um, apresentando de maneira clara e de fácil acesso uma pequena bibliografia sobre cada uma destas mulheres.

Com o decorrer da pesquisa, um dos problemas encontrados foi a possibilidade de algumas mulheres usarem nomes falsos ou anagramas de seus próprios nomes, e isso estar criando um resultado falso em relação a quantidade de nomes encontrados, pois muitos poderiam estar aparecendo de maneira repetida, ou fazerem referência a uma mulher que não existiu. Para contornar esse problema, foram acrescentadas três colunas a tabela: Nome do pai, nome da mãe, e nome do marido. Com essas informações é possível verificar se há algum nome repetido de maneira mais clara, além de ser passível de enxergar o uso dos diferentes nomes familiares (caso uma mulher assine com o sobrenome do pai, ou da mãe).

Um dos grandes desafios a respeito da montagem deste banco de dados foi a falta de informações de algumas mulheres, especialmente em comparação aquelas que possuem uma vasta bibliografia a respeito. Em alguns casos as mulheres eram citadas nos livros por algum de seus feitos ou o recebimento de alguma pensão do governo, mas não há maiores informações sobre quem foram essas mulheres, ou mesmo por que foram gratificadas. Gerbaux<sup>16</sup> faz uma lista com os nomes, ações e gratificações de algumas mulheres, mas em alguns casos o motivo não apresentado.

Outra dificuldade encontrada foi em relação ao preenchimento da categoria de “feitos”. Como apresentado anteriormente no artigo, esta categoria visava apresentar ao leitor o porquê de o nome daquela mulher ter sido selecionado para o banco de dados. Esta categoria se tornou complicada se ser explicadas por que sobreram algumas mulheres, como as citadas sobre as gratificações acima, faltam informações para conseguir preencher as lacunas sobre como foi sua participação, enquanto em outros casos as mulheres atuaram de diferentes maneiras. Olympe de Gouge é um bom exemplo para se pensar as possibilidades de pluralidade de ações que as mulheres tiveram na Revolução, pois foi dramaturga, abolicionista, foi guilhotinada, escreveu panfletos e a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”. Ao analisarmos casos como a de Gouge pensar em uma única razão para ela estar no banco de dados parece um esvaziamento da totalidade de suas ações.

14 BIBLIOTECA DE Genealogia. Disponível em: < <https://pt.geneanet.org/biblioteca-de-genealogia> >. Acesso em: 28 de maio de 2018.

15 NÚCLEO DE PESQUIASA DE HISTÓRIA DA TRADUÇÃO – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- BRASIL. Página principal. ANTOLOGIA DE ESCRITORAS FRANCESAS DO SÉCULO XVIII. Disponível em: <https://mneimosineantologias.com/seculo-xviii/> . Acesso em: 28 de maio de 2018.

16 GERBAUX, F. La Révolution Française - Revue Historique, tome 47, 1904 /07, p 53-53, microfilm LC18-333, Bibliothèque Nationale François Mitterrand.



## Nós, mulheres negras “sozinhas” e as intersecções: raça, gênero, classe e sexualidade

**Aline Cardoso Lima**

Mestranda em História Social  
Universidade Estadual de Montes Claros/Bolsista Fapemig  
aline.historiasf@gmail.com

### Resumo

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento que se propõe discutir sobre memórias afetivas de mulheres negras “sozinhas” da cidade de São Francisco/MG. O interesse aqui é compreender se essas mulheres negras “sozinhas” menos escolarizadas e que pertence a classes populares, conseguem perceber através de suas experiências afetivas as opressões que as submetem em função de sua raça, gênero, classe e sexualidade. Neste diapasão, a pesquisa pretende trazer para discussão a solidão da mulher negra, pensada a partir da interseccionalidade entre raça, gênero, classe e sexualidade. Pretende-se entrevistar inicialmente oito mulheres negras que até o presente momento não estão em nenhum tipo de relacionamento estável e que se dispuseram a relatarem suas histórias de vida. São mulheres com diferentes faixas etárias, e, para isso, as dividimos em dois grupos: o primeiro, composto por quatro mulheres negras entre 30 e 45 anos, chefes de família e com filhos. O segundo grupo é inserido por quatro mulheres negras entre 50 e 87 anos, que não tiveram filhos. Mas por razões de a pesquisa estar em desenvolvimento e no processo de realização de entrevistas e transcrições, decidiu-se apresentar uma discussão sobre os pressupostos teóricos e metodológicos a partir dos estudos da História Oral, mais precisamente por história de vida, por ser um método adequado ao que se propõe. E utilizaremos a autora Kimberlé Crenshaw, para compreender os sistemas de dominação que interligam entre si, criando intersecções. Sendo que esse conceito contribuirá para refletir sobre a invisibilidade afetiva da mulher negra, pobre e “sozinha”, que é permeado pela solidão. Espera-se que esse estudo possa romper com os silêncios afetivos da mulher negra.

**Palavras-chave:** Mulheres negras; Interseccionalidade; preterimento.

A interseccionalidade se tornou um conceito essencial neste estudo para refletirmos a respeito da afetividade e solidão de mulheres negras “sozinhas”, que se encontram inseridas na cidade de São Francisco<sup>1</sup>, pois percebemos que discutir sobre este assunto é necessário para compreender-

---

1 A presente cidade foi emancipado pela Lei nº 2.416 no dia cinco de novembro no ano de 1877, e se encontra localizado na região Norte do Estado de Minas Gerais, cortado pelo Rio São Francisco, com população de aproximadamente 53.828 habitantes.

mos as diferentes opressões que as submetem em função de sua raça<sup>2</sup>, gênero, classe e sexualidade. E pela necessidade de visibilizar essa temática que timidamente está sendo contextualizada por diferentes pesquisadoras e militantes que têm percebido que o preterimento de mulheres negras não meramente está relacionado a questões simplórias de serem motivadas por opções de gosto ou atração física. Tendo em vista que gosto também é uma construção social.

Sendo que vão muito além desses segmentos apresentados, segundo a socióloga Ana Cláudia Lemos Pacheco em sua tese de doutorado intitulado por *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar*<sup>3</sup>: *escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*<sup>3</sup> que posteriormente a defesa dessa tese a autora consolidou o seu estudo na publicação do livro *Mulher negra: afetividade e solidão* no qual nos adverte que o preterimento não parte meramente de escolhas deliberadas, mas sim de práticas socioculturais que são construídas no imaginário social, acerca do racismo e do sexismo praticados contra a mulher negra. Vale frisar que não temos intuito aqui de reprimir ou afirmar que gosto não se discute, assim como o amor não tem explicação, apenas se sente. Nossa intenção é questionar e problematizar a solidão da mulher negra, sendo que não é do nosso interesse – de modo algum – em controlar ou impedir os relacionamentos interracialis, uma vez que somos livres para escolher com quem nos relacionamos.

Mas entendemos que o preterimento da mulher negra está advindo ao processo escravocrata no Brasil, pois ainda permanece no imaginário social que a mulher negra não é vista como uma parceira para manter uma união estável, tanto pelo homem negro como pelo branco. E consequentemente as mesmas estão destinadas ao celibato definitivo. Constata-se essa afirmação a partir do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o qual indica que 52% da população feminina negra não estão em uma união estável.

É interessante perceber que as mulheres negras estão sujeitas às mais diferentes representações e estereótipos sexistas, machistas e muitas vezes depreciativos. Assim, falar do corpo da mulata é frequentemente associado à sexualidade, pois ainda são perpetuados no imaginário social aos prazeres e desejos sexuais, tratado com um corpo fofoso. Conforme ressalva Gilberto Freyre:

A mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada, aliás, às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f... negra para trabalhar”, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual da mulata. Aliás, o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela

2 Decidiu-se aqui utilizar o conceito de raça ao invés de etnia, pois partimos do pensamento de Kabengele Munanga, no sentido histórico, político-ideológico e social. MUNANGA, Kabengele. *As facetas de um racismo silenciado*. In: Raça e diversidade. Org. Lília Moritz Schwarcz e Renato da Silva Queiróz. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1996.

3 PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar*<sup>3</sup>: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008, p. 335.

beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelecões muito mais do que as “virgens pálidas” e as louras donzelas<sup>4</sup>.

De todo modo, infelizmente, o corpo da mulher negra ainda é tratado e considerado forte, “pau para toda obra”, que está sempre disposta a servir o outro; muitas vezes associado à mãe preta, à ama de leite, que é obrigada a deixar seus filhos à mercê para dedicar aos filhos da sinhazinha; pronta para cumprir os afazeres domésticos. “Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas ‘tipo exportação’<sup>5</sup>”.

Resquícios estes ainda presentes na sociedade brasileira, e sendo a questão da estética, da fisionomia da mulher negra um dos atributos que contribuem para sua solidão, pois é notável como o ideal de beleza tem sua influência a partir do modelo hegemônico europeu, visto como belo a mulher branca, de cabelo liso (de preferência longos), altas e magras, pois se condizem mais “adequadas” para uma união matrimonial, dignas de serem apresentáveis socialmente para a família, para os ciclos de amigos e escolhida para serem mães de seus filhos. Enquanto aquelas que possuem a cor da pele negra, (quando mais retinta mais dificuldades vão ter para se relacionar afetivamente), com nariz achatado, lábios grossos, e com a textura de cabelo crespo, geralmente estão sujeitas aos mais diferentes estigmas depreciativos, e compondo os índices de mulheres negras “sozinhas”.

Faz-se necessário assinalar, quando nos referimos aqui sobre a solidão da mulher negra, é preciso pensar além das relações afetivas amorosas entre os pares. Temos que refletir a solidão que envolve as amizades. Quantas mulheres negras já não se sentiram excluídas das “rodas de conversa”, não foram convidadas para aquela festa e nem mesmo foram ouvidas por aquelas que se diziam serem suas “amigas”, pois suas angústias muitas vezes são guardadas para si mesmas, enquanto as mesmas servem de conselheira sentimental para a amiga branca. Sem falar da solidão familiar. Quantas mulheres negras que foram criadas apenas pelas mães, tendo em vista que foram abandonadas pelo pai e nem mesmo tiveram a oportunidade de conhecer o amor paternal. Quantas meninas negras já não se sentiram excluídas na escola, seja pelo(a) professor(a) ou pelos colegas de turmas!

E nas festas juninas, será que sempre tiveram a oportunidade de participar da quadrilha<sup>6</sup>? Sendo que as meninas negras raramente consegue encontrar um colega de sala disposto a dançar com as mesmas, no entanto nas series iniciais com a intervenção dos professores é mais visível

4 FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 27 ed. Rio de Janeiro: Record, 1990. p. 9-10.

5 CARNEIRO, Sueli. *Gênero, raça e ascensão social*. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544. 1995. p.50.

6 Segundo Thiago Castro a quadrilha é uma adaptação popularizada da antiga dança aristocrática, resultante da apropriação de um costume das classes mais abastardas por parte da população que não estava inserida nos ciclos pertencentes à antiga “fidalguia”. E é nesse ponto que parece estar concentrada a especificidade da quadrilha junina, bem como seu status de prática da cultura popular brasileira. Essa apropriação é que a faz um elemento pertencente às práticas artístico-culturais do “povo brasileiro”. Castro, Thiago Silva de. *A quadrilha junina em um contexto de profissionalização: um estudo sobre a cultura quadrilheira em sobral/CE*. Captado em: Acesso em: 14 Mai. 2018.

perceber que aquelas de cor negra até participa dessas festividades, mas no decorrer de suas vivências enquanto alunas vão sendo rejeitada. Mas, provavelmente, já se sentiram ridicularizadas pelos colegas de sala de aula, sendo o cabelo crespo e a cor da pele um dos atributos físicos mais carregados de apelidos pejorativos. Quem sabe já até mesmo esteve inserida naquela “listinha” da garota considerada a mais feia da classe. As crianças negras ou pardas começam a sentir na pele as práticas racistas e discriminatórias ainda muito cedo. São atitudes e práticas cometidas contra a mulher negra que começam ainda na infância e se estendem na fase adulta. E às vezes deixando marcas profundas. “Apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros. São, talvez, as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e adolescência<sup>7</sup>”. Admitte-se que todas essas questões supracitadas compõem a solidão da mulher negra.

Nesse sentido, o nosso interesse neste estudo é verificar se realmente essas mulheres negras “sozinhas” que são menos instruídas intelectualmente<sup>8</sup>, conseguem entender as opressões que a cercam, e quais são os meios que elas possivelmente encontram para afrontar todos os diferentes marcadores sociais impostos. Pois acreditamos que, embora sejam mulheres pobres, e tendo em vista que boa parte delas que serão entrevistadas nem mesmo tiveram acesso à educação, entretanto, partimos do pressuposto que através de suas experiências vividas, acreditamos que as mesmas encontram subsídios para confrontar esses múltiplos abusos, sejam eles: sexistas, racistas, classistas entre outros.

É pertinente enfatizar que, quando mencionamos mulheres negras “sozinhas”, estamos tomando como referência o posicionamento de Pacheco. De acordo com a autora, quando se trata da mulher negra, deve-se pensar na condição de ser “sozinha<sup>9</sup>”, pois a maioria delas não consegue estabelecer um relacionamento estável. Geralmente são chefes de família.

Por ter como foco as histórias de vida de mulheres negras “sozinhas” em decorrência da sua solidão e afetividade, a História Oral corrobora para analisarmos os depoimentos das nossas depoentes em virtude das suas experiências vivenciadas, pois “as história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala<sup>10</sup>”. Sendo um método e técnica de pesquisa que nos oferece subsídios para aproximar e estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados. Mas ainda no momento de discorrer suas vivências para uma pessoa até então considerada “estranha”, principalmente ao tratar do assunto que estamos contextualizando, em que podem estar presentes lembranças dolorosas. Nessa perspectiva os pesquisadores que abordam a História Oral têm nos auxiliado para as possíveis circunstâncias que durante o processo de entrevista poderão ocorrer, seja uma pausa, silêncio, choro ou alegria.

7 GOMES, Nilma Lino. *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural*. Set/Out/Nov/Dez, 2002.

8 O termo foi empregado no sentido daquelas mulheres negras “sozinhas” que não tiveram acesso à educação, deve ficar claro aqui de modo algum pretendemos desconsiderar os saberes adquirido cotidianamente.

9 PACHECO, *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar?*: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, p.10.

10 ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 37-38.

A partir dessas nuances expostas, é perceptível como o feminismo negro é fundamental neste estudo, pois nos possibilita problematizar e analisar as questões inerentes aos negros, no que se refere à raça, gênero, sexismo e desigualdades sociais. Tendo em vista que o movimento feminista negro ganha destaque nos 1970 e 1980, visibilizando os sujeitos negros subalternos. Sendo a principal crítica do feminismo negro norte-americano aos lugares priorizados de fala das ativistas brancas de classe média e heterossexuais, suas ações já não atendiam às mulheres negras. No momento as feministas brancas objetivavam e reivindicavam o reconhecimento dos seus direitos civis e políticos, entre eles o direito ao voto, de trabalhar fora do espaço privado e não terem distinções de salários em relação aos homens. Neste momento as mulheres negras simplesmente lutavam pelo direito de serem reconhecidas como sujeitos, sem falar que elas já trabalhavam arduamente, [...] “mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas [...] mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar”<sup>11</sup>!

Assim sendo, não tem como se debruçar a respeito do preterimento da mulher negra “sozinha” e não mencionar os diferentes marcadores sociais de opressões que lhe atingem, uma vez que as intersecções estão acionadas à questão de raça, gênero, classe e sexualidade. Não cabe pensar distintamente. Um está condicionando à outra.

O conceito de interseccionalidade foi introduzido pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw no final dos anos 1980. E um dos textos mais acessíveis no Brasil para esclarecer sobre o que vem a ser interseccionalidade é intitulado “*Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*”<sup>12</sup>, o qual foi publicado em 2002 pela Revista Estudos Feministas, e associado ao Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas ocorrida na África do Sul (Durban), em 2001. A interseccionalidade se trata de:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento<sup>13</sup>.

A interseccionalidade nos faz refletir sobre dois ou mais eixos de subordinação, proporcionando-nos entender as diferentes vias de opressões que estão interligadas entre si, sendo que é possível notar e reconhecer que as mulheres negras não são enquadradas apenas numa categoria,

11 CARNEIRO. *Gênero, raça e ascensão social*, p. 50.

12 CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Rev. Estud. Fem., Jan, 2002, vol.10, n.º.1, p.171-188.

13 CRENSHAW. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. p.177.

como a de gênero, por exemplo. É necessário olharmos além desse prisma, devemos refletir sobre os múltiplos marcadores sociais.

Gênero e raça geralmente se encontram mais visíveis na problematização da solidão de mulheres negras, uma vez que as mesmas se inserem na sociedade sofrendo o peso de múltiplas opressões que não é mais nem menos importante que da mulher branca. Porém é necessário identificar que a mulher negra experimenta um conjunto de desvantagens sociais que resultam em uma posição social inferior à da mulher branca.

É considerado importante e necessário refletirmos a respeito da solidão da mulher negra, pois se constata que a interseccionalidade está sendo um conceito bastante inerente para nos orientar neste estudo, uma vez que nos oferece meios para dar visibilidade e para entendermos os diferentes eixos de opressões a que estão sujeitas as mulheres negras “sozinhas”, haja vista que não tem condições de pensar em apenas um desses marcadores sociais separadamente. E, sobretudo, a história oral de vida nos auxiliará para compreendermos de fato as experiências de vida dessas mulheres negras “sozinhas” por meio dos depoimentos, e por razão de a pesquisa ainda estar em andamento, os resultados aqui são parciais. E de antemão o que podemos concluir é que o campo metodológico oferecido pela História Oral é de suma relevância para conhecermos a realidade enfrentada por estas mulheres negras “sozinhas” que são preteridas para a união estável.



# O contraponto da República: Canudos e sua loucura político-religiosa

**Bruno de Oliveira Mastrantonio**  
Mestrando em História  
Universidade Federal de São Paulo  
brunomastrantonio@gmail.com

## Resumo

Em Novembro de 1897 o já conhecido médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) publicou, na Revista Brasileira, "A loucura epidêmica de Canudos", resultado de suas reflexões sobre o conflito armado ocorrido em Belo Monte. Escrito ainda no calor dos acontecimentos, o artigo científico confirmava o diagnóstico de delírio crônico de Antônio Conselheiro e o suposto contágio de sua loucura a seus seguidores, fazendo parte de uma série de estudos que Nina Rodrigues fez no campo da psicologia social. A partir deles, temos como objetivo interpretar os nexos entre a trajetória do autor, suas obras e o contexto social em que viveu para compreender suas intencionalidades políticas em meio a sua atuação científica. Membro de uma elite intelectual e herdeiro de uma ciência positiva, Raimundo Nina Rodrigues esteve preocupado não somente com a comprovação de suas teorias, mas também com a viabilidade de uma nação que se pensava pela raça. Sua postura radical e pessimista fundamentou o diagnóstico das loucuras epidêmicas como tentativa de explicação para manifestações político-religiosas como Canudos, fenômeno evidente das contradições de uma República recém instaurada.

**Palavras-chave:** Canudos, loucura, psicologia social, Primeira República.

## Introdução

O artigo tem como objetivo interpretar as intencionalidades políticas do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) nos seus estudos sobre Canudos, a partir das relações que se formam entre a trajetória do autor e o contexto de publicação das obras. Acreditamos que as publicações deste autor na área da psicologia social, de modo geral, e de Canudos, de modo específico, ainda pouco exploradas pelos historiadores, revelam aspectos singulares do embricamento entre medicina e política.<sup>1</sup>

No dia 7 de outubro de 1897, o jornal *O Paiz*, um dos principais porta-vozes da República, publicava o desfecho dos eventos ocorridos no arraial de Belo Monte. "A vitória" vinha em letras garrafais,

<sup>1</sup> Essa pesquisa atualmente desenvolve-se em âmbito de Mestrado na Universidade Federal de São Paulo e tem como agência fomentadora a FAPESP (Processo: 2016/03376-0).

seguido de um caloroso texto no qual se comemorava a notícia definitiva da destruição de Canudos, prevista nos telegramas que antecedem dois dias esta publicação. “Vingada a República”, tratava-se de um “dia de festa”, em que o sacrifício dos soldados republicanos seriam lembrados como um ato de bravura em nome do civismo. Reunidos nessa comemoração estavam nomes conhecidos da política, membros da Câmara dos Deputados, alguns senadores e militares. A euforia era resultado de uma sensação de consolidação dos ideais republicanos, que então colocavam Canudos “sob a lei”.<sup>2</sup>

Restava ainda saber o real paradeiro de Antônio Conselheiro, pois os telegramas que chegavam não davam a certeza se ele havia morrido ou se estava foragido. Confirmada a sua morte, e após a exumação do cadáver, sua cabeça foi entregue à Faculdade de Medicina da Bahia, aos cuidados do médico Raimundo Nina Rodrigues, que acrescentou nota ao seu texto:

Não altera de uma linha as considerações deste estudo a notícia que nos acaba de transmitir o telegrapho de que a 5 de Outubro o general Arthur Oscar, que desde junho se achava em Canudos á frente de mais de doze mil homens apoderou-se finalmente daquele reducto, batendo completamente o bando de fanáticos que ali se achavam entrincheirados. Foi encontrado o cadáver de Antonio Conselheiro, já sepultado no santuario de uma igreja que ali estava construído, com proporções taes que se havia transformado em uma fortaleza inexpugnável. A conducta de Antonio Conselheiro mantendo-se até a morte no seu posto, quando lhe teria sido facilimo retirar-se de Canudos para ponto mais estratégico é a confirmação final de sua loucura na execução integral do papel do Bom Jesus Conselheiro que lhe havia imposto a transformação de personalidade de seu delírio chronico.<sup>3</sup>

O arraial estabelecido na região do nordeste da Bahia tinha tomado proporções nacionais. Ao menos esta é a dimensão dada por toda sua cobertura jornalística, toda comoção nacional voltada aos oficiais mortos e à urgência de um parecer científico sobre o movimento, prontamente escrito por Raimundo Nina Rodrigues ainda no calor do momento. Para compreender os significados e as intencionalidades do autor a partir de seu artigo científico, é preciso levar em consideração diversos fatores que circundam a sua publicação: a organização social de Canudos em meio à fragilidade do novo regime político; o papel ativo da medicina e dos médicos-políticos como produtores de um conhecimento útil para a modernização do país, de modo geral, e de Nina Rodrigues, de modo específico; as especificidades da política local baiana e as possibilidades de ação que o campo científico via no processo de consolidação da República.

### Canudos no cenário Republicano

Se a virada do século XIX para o XX parecia acelerar o tempo de forma desenfreada para os habitantes da capital do Império e das principais cidades brasileiras, que aos poucos assimilavam as novas ideias de civilização, liberdade e progresso, nos sertões do país, por outro lado, o tempo

2 *O Paiz*, Rio de Janeiro. 7 de out. 1897.

3 NINA RODRIGUES, Raimundo. “A loucura epidêmica de Canudos”. In: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1939. p.50. Mantida grafia original.

ainda parecia seguir o ritmo da natureza. É verdade que, a despeito dos tímidos brados republicanos ecoados nas cidades, pouca coisa mudava de fato na vida rural. Tal contraste, que certamente marca de forma singular o primeiro período republicano no Brasil, é imprescindível para a compreensão da atuação dos agentes históricos envolvidos nessa trama.<sup>4</sup>

É preciso lembrar também que a proclamação da República não significou uma ruptura no processo histórico nacional. Ela tampouco garantiu a entrada do Brasil na modernidade ou representou os anseios de uma camada popular mobilizada<sup>5</sup>.

Na Bahia, os mesmos agentes que nos tempos do Império ocupavam cargos políticos importantes passaram a se articular em partidos para se manterem vivos no molde republicano. É o caso de José Luiz de Almeida Couto, político liberal que fora conselheiro do Império e o último presidente da província da Bahia, professor da Cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia. Ao lado de José Gonçalves Dias e do Barão de Jeremoabo, participou da fundação do Partido Republicano Constitucional, em 1894, quando da cisão do Partido Republicano Federal baiano, fazendo oposição ao conservador Luis Viana, que viria a se tornar o governador do estado em 1896.<sup>6</sup> Pouco tempo depois se iniciaria o conflito armado em Belo Monte, cujos fracassos das primeiras expedições influenciariam diretamente na política local e nacional. As inóspitas terras do sertão baiano, onde habitavam Conselheiro e seus seguidores, viriam a se tornar nacionalmente conhecidas, fosse pela ampla cobertura jornalística, pela literatura ou pela ciência, após o sucesso da quarta expedição que destruíra definitivamente o arraial.

Antônio Conselheiro, que durante a vida e depois dela fora acusado como um “simples louco”, uma vítima da “monomania religiosa” e do “delírio crônico de Magnan”, foi educado quando jovem e tornou-se escrivão de juiz de paz. Ainda no império, já incomodava autoridades locais e eclesiásticas com as suas pregações, quando em 1887, o então presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello enviou ofício ao governo imperial pedindo a internação de Conselheiro no “Hospício de Alienados” da Corte, ao que foi respondido que não lhe havia lugar disponível. A trajetória de sua vida é retomada por Nina Rodrigues como um recurso para identificar as fases de desenvolvimento do diagnóstico de delírio crônico, que o médico associa com os momentos conturbados que Antônio Mendes Maciel passou desde a saída de sua cidade natal, Quixeramobim, no Ceará, até seu estabelecimento nos sertões da Bahia, onde se tornaria o Conselheiro.

Tão logo Maciel seguiu com suas pregações na região do Belo Monte, os barões de gado, os comerciantes e os padres começaram a perder parte da população que lhes era dependente para

4 NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República”: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, pp.15-44.

5 COSTA, Emília Viotti da. “A proclamação da República”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

6 QUADROS, Consuelo Novais de. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História, Salvador, 1973

o líder religioso. Em meio ao contexto de disputas eleitorais de uma República recém-instaurada, coronéis viam sua mão de obra e força bélica irem embora para o paraíso na terra prometido por Conselheiro. Não obstante, a região de Canudos estava na zona de influência do Barão de Jeremoabo, o mesmo que havia se unido a José Gonçalves na oposição ao então governador, Luis Viana, fato que impulsionou as críticas contra a sua administração, acusando-lhe o despreparo e a indiferença frente ao movimento que crescia. Para a elite local, Canudos significava uma ameaça de uma nova força política; para as autoridades eclesiásticas, tratava-se de um herege que atraía os fiéis da Igreja Católica; com o advento da República, logo descreveram Canudos como um foco de criminosos fanáticos, ou ainda um reduto monarquista. Para a República, Canudos era a barbárie, o oposto dos ideais da civilização que os governantes tanto almejavam. E para a medicina? Foi Nina Rodrigues quem os descreveu:

Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco. Mas a sua loucura é daquelas em que a fatalidade inconsciente da moléstia registra com precisão instrumental o reflexo, sinão de uma época pelo menos do meio em que ellas se generaram (...) É examinada por este prisma que a cristalização do delírio de Antônio Conselheiro, no terceiro período da sua psychose progressiva, reflete as condições sociológicas do meio em que se organizou<sup>7</sup>

### Entre a Ciência e a Política

Raimundo Nina Rodrigues havia ingressado na Faculdade de Medicina da Bahia em 1882, e entre idas e vindas ao Rio de Janeiro, graduou-se em 1887, após aprovação “com distinção” de sua tese *Das Amiotrofias de Origem Periférica*, um estudo sobre três casos de paralisia progressiva. Em 1889 se tornou professor adjunto da Cadeira de Clínica Médica, cujo titular era José Luiz de Almeida Couto. No momento de publicação de *A loucura epidêmica de Canudos*, já era o professor titular da cadeira de Medicina Legal, sucessor de Virgílio Damásio, presidente da Sociedade de Medicina Legal da Bahia e compunha, ao lado de Almeida Couto e Pacífico Pereira a comissão encarregada de publicar a *Revista dos Cursos da Faculdade*. Já havia publicado *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1894 e dedicado a Lombroso, Ferri e Garófalo, demonstrando sua afinidade às teorias da antropologia criminal italiana, cujo método consistia na coleta de dados antropométricos com o objetivo de identificar as origens hereditárias na criminalidade.

Essa breve descrição da trajetória acadêmica de Nina Rodrigues é suficiente para ilustrar a rede de relações pessoais e políticas que o médico construiu ao longo de sua vida. Almeida Couto viria a se tornar seu sogro, enquanto que Pacífico Pereira era irmão de Manuel Vitorino Pereira, o vice-presidente da República que então exercia o cargo no afastamento de Prudente de Moraes, e que mandara telegrama entusiasmado mandando vivas à República com o término do conflito

7 NINA RODRIGUES, Raimundo. “A loucura epidêmica de Canudos”. In: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1939. pp52-53. Mantida grafia original.

de Canudos à *Gazeta Médica da Bahia*, da qual seu irmão era diretor e ele parte do conselho de redatores. Os irmãos foram, ao lado de Nina Rodrigues, importantes nomes da Escola Tropicalista Baiana, um grupo de médicos que, atuando à margem da Faculdade de Medicina da Bahia num primeiro momento, conseguiu criar uma tradição médica na Bahia a partir do enfoque dado às doenças tropicais em suas investigações.<sup>8</sup>

Ainda que Nina Rodrigues tenha se associado à antropologia criminal de Lombroso em seus estudos de responsabilidade penal, os dados empíricos coletados nos crânios que analisou requeriam outros aparatos teóricos que complementassem as falhas nos pressupostos do criminalista italiano. É o caso do seu estudo sobre Canudos, que revela um viés de avaliação da loucura de Antônio Conselheiro já um pouco diferente de uma conclusão lombrosiana rígida. Apoiando-se no diagnóstico de delírio crônico de Magnan, Nina Rodrigues traçou a genealogia do líder de Canudos para confirmar que, não apenas sua condição de mestiço do sertão, como também o meio social e os eventos políticos, contribuíram para o desencadear de sua doença. Para explicar o fenômeno social que o arraial representou, o médico maranhense se apoiou na teoria de contágio vesânico a dois proposta por Lasègue e Falret em 1877. Para estes autores, o contágio se dá por meio da relação entre um indivíduo indutor, ou elemento ativo, e um elemento passivo. O contágio se daria sob determinadas condições:

A primeira condição é que ele seja de uma inteligência fraca, mais disposta à docilidade passiva do que à emancipação; a segunda, que ele viva em relação constante com o doente; a terceira, que ele esteja engajado pelo estímulo de um interesse pessoal. Não se sucumbe à fraude a não ser pela sedução de um lucro, qualquer que seja. Não se cede à pressão da loucura a não ser que ela o faça entrever a realização de um sonho acalentado.<sup>9</sup>

Baseando-se nesses termos, conclui Nina Rodrigues que a loucura de Antônio Conselheiro era contagiosa, epidêmica, sendo que:

Em Canudos, representa o elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mystica de Antonio Conselheiro e dando-lhe umas tinturas das questões políticas e sociaes do momento, creou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o capaz de fazer vibrar a nota ethnica dos instinctos guerreiros, atavicos, mal extinctos ou apenas soffreados no meio social hybridado dos nossos sertões, de que o louco como os contagionados são fieis e legítimas creações. Ali se achavam de facto, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica de loucura.<sup>10</sup>

Mas, afinal, o que tornou esse diagnóstico possível? Por que ele é também político? Nossa hipótese é que a construção do diagnóstico de “loucuras epidêmicas” só foi viável no Brasil por

8 MAIO, Marcos Chor. *A medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma Trajetória Científica*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 11 (2): 226-237, Apr/Jul, 1995.

9 LASÈGUE, C. & FALRET, J. A loucura a dois (1877). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 9 (4), 714-728. p.720.

10 NINA RODRIGUES, Raimundo. “A loucura epidêmica de Canudos”. In: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1939. p.64. Mantida grafia original.

dois motivos de certa forma interligados: primeiro, as contradições da modernidade e do progresso evidenciadas no meio social brasileiro, que teve como decorrência o pensamento fatalista da inviabilidade de uma nação mestiça; segundo, a insuficiência da teoria lombrosiana, que empiricamente não dava conta de sanar as explicações das criminalidades centradas exclusivamente na figura do criminoso. Aquela, de cunho social e político, implicava em tentativas de elaboração de códigos penais e projetos políticos excludentes; a segunda, de cunho científico, mas também político, implicava em afirmação do saber médico em áreas específicas e aceitação ou adequação de teses científicas para a realidade nacional. De fato, ainda que Nina Rodrigues tenha se afiliado à escola lombrosiana, os estudos de caso que publicou com medições de crânios revelava falhas da teoria do *criminoso nato*. O mesmo se observa em Canudos, em seu artigo publicado anos mais tarde, em 1901, no *Annales Medico-Psicologiques*

as autoridades exumaram seu cadáver para estabelecerem sua identidade e procederem á autopsia. A cabeça foi separada, sendo-me o craneo oferecido médico chefe da expedição, o major Miranda Curio. Encontra-se atualmente no laboratório de Medicina Legal da Bahia.(...)<sup>11</sup>

E após uma extensa tabela de dados numéricos:

O craneo de Antonio Conselheiro não apresentava nenhuma anomalia que denunciasse os traços de degenerescência: é um craneo de mestiço onde se associam caracteres anthropológicos de raças diferentes. (...) É pois um craneo normal. (...)

Antonio Conselheiro era realmente muito suspeito de ser degenerado, na sua qualidade de mestiço; por causa disso, e na impossibilidade de examiná-lo diretamente, procurámos com cuidado refazer sua história.<sup>12</sup>

Essa nuance na orientação teórica de Nina Rodrigues revela um aspecto importante que pretendemos manter como viés de nossa análise. Uma vez que nosso conjunto documental são textos escritos por um ou mais indivíduos, é preciso ter em mente que tais textos são resultados da trajetória intelectual de seu autor, suas intencionalidades e do contexto histórico no qual ele se insere. Dito isto, é preciso frisar que não se trata de buscar certa coerência de nossos autores estudados, mas, antes, perceber como as contradições são reveladoras: um Nina Rodrigues que não encontra subsídios empíricos para explicar Canudos buscou outra chave de explicação para o problema do mestiço do sertão. No entanto, antes de considerarmos isso um mérito de nosso autor, resultado de uma possível “honestidade intelectual” ou certo “apreço pelo empirismo”, é preciso refletir sobre as intencionalidades de Nina Rodrigues com a publicação deste estudo. Com isso queremos dizer que para entender o significado de seus textos devemos perceber quais

11 NINA RODRIGUES, Raimundo. “A loucura das multidões: nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil.” In: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1939, p.131. Tradução de Arthur Ramos. Mantida grafia original.

12 NINA RODRIGUES, Raimundo. “A loucura das multidões: nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil.” In: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1939, p.131-133. Tradução de Arthur Ramos. Mantida grafia original.



são as intencionalidades implícitas e quais são as intenções que representam o ato comunicativo presente no texto.<sup>13</sup>

Cientificamente, tratava-se de “fazer a sua marca”: a rede de contatos de Nina Rodrigues o garantiu um espaço bastante confortável de atuação e de intervenção social por meio da medicina e não da política, como preferiu muitos de seus pares. Publicações estrangeiras, redação de revistas médicas, associações profissionais; Politicamente, trata-se de um projeto intelectual para a nação, fatalista e que, embora não se proponha solução plausível, possibilitou seus seguidores a darem continuidade em um tema que será tão retomado na década de 1930, sob os olhos de uma psiquiatria diferente daquela que ainda se formava na época de Nina Rodrigues.

Os artigos de Nina Rodrigues sobre as “loucuras das massas” tem duas intencionalidades que se completam e se articulam: dar sentido à população miserável do sertão, ao contraponto que Canudos foi; e sanar as “anomalias” do paradigma epistemológico da criminalidade, cujo principal teórico nesse viés foi Cesare Lombroso. Suas intencionalidades descrevem, portanto, duas preocupações: a da medicina para com a sociedade e a da medicina para com outras áreas do saber. Para ambos os problemas, a “loucura epidêmica” era a solução mais viável a se apresentar, se considerarmos a publicação do texto: pouco menos de um mês da destruição do arraial.

Por fim, o fato da publicação ter sido feita na Revista Brasileira não deve ser ignorado: tratava-se de um periódico voltado para um leitor “esclarecido”, que tenderia a possibilidade de apoiar e legitimar a ciência nacional. Uma forma de divulgação de estudos; no caso de Canudos, quase uma prestação de contas de uma medicina que se via no papel de mantenedora dos meios pelos quais viria o progresso civilizatório.

### Considerações Finais

Nascido e crescido no Império, Nina Rodrigues vivenciou a abolição da escravidão e a proclamação da República. Como outros intelectuais de sua geração via, na transição do antigo para o novo regime político, novas possibilidades de reformas na sua área de atuação e novas expectativas para a reorganização da nação. Sua produção intelectual revela sua pretensão de alcance nacional e internacional ao mesmo tempo em que se propõe resolver os entraves da modernização do Brasil, testando teorias e adaptando-as à realidade que viveu. Se é verdade que em boa parte sua ascensão acadêmica se deu por sua capacidade intelectual, indiscutivelmente presente nas suas reflexões, não se pode descartar a possibilidade de que a rede de relações pessoais que construiu ao longo de sua trajetória ao menos tenha facilitado os caminhos por onde passou, as instituições onde esteve e os periódicos onde publicou. Ao contrário do que se possa

13 SKINNER, Quentin. *Significado e interpretação na História das Ideias*. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. Tempo e Argumento, Florianópolis, v.9., n.20, p.358-399. Jan/abr. 2017.

imaginar, Canudos não era uma comunidade religiosa isolada do mundo político, nas inhóspitas terras do sertão. Em meio a crise do novo regime e da instabilidade política local, ateou fogo no cenário político nacional, representando o contraponto daquilo com que sonhavam os arautos da República: o reduto dos mestiços fanáticos, da barbárie e da degeneração, de tal modo que a República, o Exército e a Medicina viram ali um inimigo em comum. A sua destruição não era apenas o triunfo de uma política voltada para o progresso; mas a garantia desse progresso a qualquer custo.

## A Guerra Fria na perspectiva da saúde: entre convergências e controvérsias

Huener Silva Gonçalves  
Mestre em História/UFMG  
TAE CEFET-MG  
huener@cefetmg.br

### Resumo

Como tema tradicional na historiografia política, o período da Guerra Fria (1945-1991) viu florescer, nas últimas décadas, análises historiográficas preocupadas com a produção nos campos social, cultural, ambiental, da ciência e da tecnologia. Tais abordagens possibilitaram enriquecer a compreensão dessa época no sentido de perceber as lógicas que dialogaram com lacunas e questões apresentadas pelas análises exclusivamente políticas. Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como objetivo geral apresentar apontamentos sobre a Guerra Fria na ótica do campo da Saúde, considerada como uma das expressões do campo da Ciência e da Tecnologia, tendo como ênfase a saúde internacional. Para isso, introdutoriamente, este trabalho caracterizará sucintamente o período, com o intuito de se entender a denominação “Guerra Fria”. Assim, autores como Eric Hobsbawm, representante de uma análise de tendência mais política do período, e Marcos Cueto, que pensa o período na perspectiva da História das Ciências e da Saúde, juntamente com outros trazidos oportunamente à discussão, serão importantes marcos teóricos para a proposta pretendida por esse trabalho. Quanto ao campo da Saúde, enquanto campo da Ciência e da Tecnologia, a abordagem a ser realizada o considera entremeado por períodos de convergências e períodos de controvérsias, como pondera Bruno Latour. O arcabouço teórico elencado colaborará na abordagem das campanhas contra as doenças crônico-degenerativas, com ênfase no câncer, na antiga União Soviética, divulgadas pelo periódico produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), A Saúde do Mundo, enquanto tempo de contemplação e convergência entre as forças oponentes na Guerra Fria. Por outro lado, a epidemia de febre dengue hemorrágica (FHD) em Cuba, ocorrida em 1981, destacada por periódicos e outras fontes no Brasil, será tratada enquanto tempo de controvérsia. Enfim, sugere-se a aplicação da perspectiva da História das Ciências, sobretudo nas Ciências da Saúde, com seu aparato conceitual, para pensar a Guerra Fria para além dos termos distensão, trégua, tensão e conflito, comuns em uma análise tradicionalmente política.

**Palavras-chave:** Guerra Fria, saúde pública, câncer, dengue.

Em 1945, o mundo assistia o fim do conflito mais violento da história mundial, a Segunda Guerra Mundial. Para além da descoberta dos campos de concentração na Alemanha e no Leste

Europeu, o ano ficou marcado pelo uso militar eficiente da energia atômica, com o lançamento das bombas de Hiroshima e Nagasaki, a criação de um novo sistema diplomático de resolução de conflitos, a Organização das Nações Unidas (ONU), e o advento da supremacia estadunidense sobre o mundo capitalista, frente a uma Europa fragilizada, e a consolidação da liderança soviética sobre o mundo socialista. Em suma, tais fatores colaboraram para a emergência da Guerra Fria.

Enquanto termo, a denominação Guerra Fria não nasceu da caneta de historiadores. O seu primeiro uso se deu, ainda, em 1945, quando o escritor George Orwell, em *You and the Atomic Bomb*, artigo publicado no diário britânico *Tribune*, utilizou o termo para expressar sua preocupação quanto ao impacto do sucesso do uso militar da energia atômica nos rumos das relações internacionais no pós-Segunda Guerra<sup>1</sup>. Em 1947, por conta de pronunciamento na conferência na Câmara de Representantes da Carolina do Sul, o empresário e conselheiro do presidente estadunidense Harry Truman, Bernard Mannes Baruch, definiu como Guerra Fria o ambiente proporcionado pelas relações entre EUA e URSS. Por isso, defendeu reformas que pacificassem as relações entre capital e trabalho objetivando impedir o avanço do socialismo entre os operários no mundo capitalista<sup>2</sup>. Outro termo associado à Guerra Fria nos discursos políticos e na mídia foi cortina de ferro. Introduzido em fala do Primeiro Ministro britânico, Wiston Churchill, em visita a cidade estadunidense de Fulton, em 1946, tinha como intuito provocar uma reação dos EUA quanto a uma possível ampliação da influência soviética sobre a Europa. Tal ressalva foi levada em conta em pronunciamento do presidente Harry S. Truman, que lançou uma série de medidas para a defesa do mundo livre da ameaça comunista, o que ficou conhecido por políticos, jornalistas e historiadores como Doutrina Truman<sup>3</sup>. Finalmente, o encerramento desse período teve como destaque dois marcos: a queda do Muro de Berlim em 1989, possibilitando a reunificação alemã, e a fragmentação da URSS, anunciada pelo líder soviético no natal de 1991.

Enfim, a análise desse período propiciou, a partir da década de 1990, ricas abordagens na historiografia, sobretudo, na linha de análise política, e, recentemente, na História da Ciência, principalmente, quando se refere à configuração da saúde pública internacional, ora de forma convergente, ora de forma conflituosa. Como proposta de pensar esses pólos, será destacada a cooperação de cientistas estadunidenses e soviéticos quanto ao câncer a partir de artigos do período *A Saúde no Mundo* e o estado de controvérsia, ainda presente, envolvendo os EUA e Cuba em torno da epidemia de dengue hemorrágica que grassou no último país em 1981.

1 ORWELL, George. You and the Atomic Bomb. *Tribune*, Londres, 19 out. 1945. Captado em: <[http://orwell.ru/library/articles/ABomb/english/e\\_abomb](http://orwell.ru/library/articles/ABomb/english/e_abomb)>. Acesso em: 04 abr. 2018

2 JOURNAL of the House of Representatives of the First Session of the 87th General Assembly of the State of South Carolina, p. 1085. Captado em: <[www.bartleby.com/73/233.html](http://www.bartleby.com/73/233.html)>. Acesso em: 04 abr. 2018.

3 BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da Guerra Fria. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 61-111, 2001. Captado em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/47>. Acesso em: 25 mar. 2018

### A Guerra Fria: apontamentos historiográficos

Era 25 de dezembro de 1991, a bandeira da URSS baixou pela última vez no Kremlin em Moscou, após pronunciamento de renúncia do líder soviético Mikhail Gorbachev, desencadeando a dissolução da União Soviética, e último ato de encerramento da Guerra Fria. Tal evento motivou vários sentimentos ao redor do globo: um vazio interior para aqueles que acreditavam e defendiam ideais socialistas e comunistas, alívio para os que temiam um conflito nuclear e a autodestruição da humanidade e vitória para os defensores dos ideais liberais. Ainda na década de 1990, análises desse período, principalmente com o foco político, floresceram no cenário acadêmico. Um dessas foi a de John Lewis Gaddis. Para ele, a humanidade vivenciava, aproximadamente, a cada 150 anos, um ciclo de tensão militar nas relações internacionais. A Guerra Fria seria um desses ciclos e poderia ser vista como uma “longa paz”, caracterizando-se por uma paz nuclear, que neutralizou o ímpeto belicista das duas superpotências em prol do diálogo na resolução de conflitos, possibilitando a criação de um sistema de paz bipolar de relações internacionais, ou seja, focado na liderança estadunidense no bloco capitalista e soviética no socialista. Enfim, a permeabilidade das fronteiras nacionais, levando ao enfraquecimento de regimes autoritários e economicamente centralizados, implicou, para o autor, na paz liberal<sup>4</sup>.

Em *A Era dos Extremos, o breve século XX*, Eric John Hobsbawm, ao estudar as fontes e artigos produzidos ao longo da Guerra Fria, identificou características que constituíram um padrão narrativo para o período: disposição ao conflito pelas superpotências, defesa dos acordos feitos nas conferências de 1945, receio global de uma guerra nuclear disseminado pela mídia e política contencionista ideológica nos cenários nacional e internacional empregada pelos governos soviético e estadunidense<sup>5</sup>. Considerando esse quadro, o historiador problematizou os marcos temporais e a tendência de ver o período de forma homogênea. Ademais, o trabalho abre caminho para pensar a Guerra Fria como um processo marcado por heterogeneidade nas relações entre as superpotências e entre essas e suas áreas de influência.

Em relação aos marcos temporais Slavoj Žižek observou que a dinâmica da contenção ideológica permite pensar a Guerra Fria como retomada da luta do Ocidente contra o rival emergido após 1918, a URSS que, por seu lado, buscou conter o avanço dos valores ocidentais sobre sua área de influência<sup>6</sup>.

Entre aos trabalhos que abordaram as negociações que envolveram EUA e URSS e outras nações dentro e fora dos blocos, permitindo manter e expandir suas influências, pode-se destacar o trabalho de Odd Arne Westad. A partir do acesso a documentos inéditos conservados em arquivos

4 GADDIS, John Lewis. *The United States and the End of the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

5 HOBBSAWM, Eric John. *A Era dos Extremos*. O breve século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

6 ŽIZEK, Slavoj. *Bem-Vindo ao deserto do Real*: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

de países do antigo bloco soviético, o autor abriu novas fronteiras de análise dessas negociações, especialmente, quanto à influência soviética<sup>7</sup>. Para ele, o papel da contenção ideológica e propagação de valores, como estratégia preponderante de intervenção mundial das superpotências, deve ser contextualizado frente às políticas de aliança e variáveis geoestratégicas. Tal perspectiva tem se mostrado presente em trabalhos atuais na História das Ciências, que avaliaram como a intercessão ou divergências de interesses políticos, sociais e culturais influenciaram na produção da ciência e de políticas científicas, destacando-se as voltadas à saúde pública, na Guerra Fria.

André Vieira Campos demonstrou que o alargamento da cooperação entre EUA e Brasil em saúde pública na década de 1940, simbolizado pelo acordo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), aglutinou interesses de ambas as partes. Para o governo brasileiro, ampliava-se a cobertura de ações em saúde em regiões onde o Estado se mostrava ausente. Para os EUA, se constituiu como modelo de intervenção, que partia do princípio que o desenvolvimento poderia erradicar a miséria e afastar a influência comunista no Terceiro Mundo<sup>8</sup>. Por sua vez, o trabalho de Marcos Cueto se mostra importante para entender como a rivalidade entre as superpotências se desenvolveu no âmbito da Organização Mundial de Saúde (OMS) por conta da proposta de agenda para a saúde pública defendida por cada uma<sup>9</sup>. Ele ressaltou como EUA e URSS serviram da saúde pública para suas intervenções no globo, enfatizando as campanhas mundial de erradicação da malária e da varíola e, principalmente, como se deu as relações entre os governos estadunidense e dos países latino-americanos nesse campo. Rodrigo César da Silva Magalhães destacou que a rivalidade da Guerra Fria não impediu o estabelecimento de redes científicas transnacionais, principalmente, a partir das agências internacionais de saúde. Em suma, essas agências ampliaram a circulação de cientistas para além dos territórios nacionais, possibilitando uma análise desses atores para além da nacionalidade<sup>10</sup>.

Consideradas as contribuições desses trabalhos para pensar a produção da ciência e seus alcances na produção da agenda da saúde pública no período da Guerra Fria, as duas próximas sessões terão como foco, respectivamente, a análise da configuração de uma rede transnacional que coligou cientistas estadunidenses e soviéticos em torno das pesquisas relacionadas ao câncer e a abordagem de como a rivalidade política entre Cuba e EUA se apropriou da epidemia de dengue hemorrágica, a primeira da doença no continente americano, ocorrida no primeiro país em 1981.

7 WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. New York: Cambridge University Press, 2007.

8 CAMPOS, André Luiz Vieira de. O Serviço Especial de Saúde Pública: políticas internacionais e respostas locais. *História em Revista*, UFPel, Pelotas, v. 11, p. 37-61, 2005.

9 CUETO, Marcos. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

10 MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva. *A erradicação do Aedes aegypti: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.



### Convergências na saúde na Guerra Fria: o câncer e a rede científica URSS-EUA

Aqueles que analisam o período da Guerra Fria, pelo viés da bipolaridade EUA-URSS, correm o risco de acreditar na inexistência de cooperação entre cientistas dos dois blocos rivais. Porém, o estudo de Nikolai Krementsov demonstrou que a pesquisa em torno do câncer convergiu interesses de cientistas soviéticos e estadunidenses entre 1944 e 1948, permitindo formar uma rede transnacional, ocultada pela crença na rivalidade política entre as nações<sup>11</sup>. Artigos publicados no periódico da OMS, *A Saúde do Mundo*, sugerem que essa rede foi retomada a partir de 1964, momento de arrefecimento das tensões entre as superpotências conhecido como Coexistência Pacífica.

Em *A Rússia ataca o Câncer: exame em massa, tratamento e pesquisa*, publicado em setembro de 1964, o jornalista francês Jean Eparvier destacou, de maneira positiva, a política de saúde pública anti-câncer na URSS, condensando os relatos de cientistas soviéticos de importantes instituições atuantes nesse processo<sup>12</sup>. Um dos entrevistados era A. N. Novikov, diretor do Instituto Herzen de Oncologia de Moscou, que discorreu sobre a dinâmica da campanha soviética de massa de combate ao câncer entre 1948 e 1963, ressaltando a educação sanitária, a dinâmica da campanha antitabagista, o rastreamento de casos da doença, o papel das empresas, dos médicos e centros de saúde no diagnóstico e tratamento ao câncer. Em relação ao sistema de saúde público, comentou sobre as instituições que compõem a hierarquia responsável pelo combate e o fato da gratuidade possibilitar maior cobertura de atendimento da população. Ao fim, descreveu com orgulho as descobertas científicas sobre o estado geral canceroso em sua instituição, que foram apresentadas no Congresso Mundial de Câncer em Moscou (1962).

Outro entrevistado, Nikolai Nikolaevich Blokhin, diretor do Instituto de Oncologia Experimental e Clínica e Presidente da Academia de Ciências Médicas da Rússia e da União Internacional Contra o Câncer, informou que a equipe do seu instituto era composta por um oncologista experimental, virologista, pneumopatologista, quimioterapeuta, radiologista, ginecologista e imunologista<sup>13</sup>. Entre eles, destacou o oncologista experimental Leon Manusovich Shabad<sup>14</sup>.

Premiado em 1962 pela OMS devido ao melhor trabalho em métodos de combate ao câncer, Shabad, defendia que, por conta da quantidade de benzopireno no ar, o cigarro era menos culpado quando comparado às fábricas e automóveis, e que existiria uma condição pré-cancerosa nos indivíduos, permitindo uma intervenção preventiva. Essa tese era vista com ressalvas por cientistas europeus. Quanto a recepção da tese pelos cientistas estadunidenses, o oncologista experimental fez o seguinte relato:

11 KREMENTSOV, Nikolai. *The cure: a story of cancer and politics from the annals of the cold war*. University of Chicago Press, 2002.

12 EPARVIER, Jean. *A Rússia ataca o Câncer: exame em massa, tratamento e pesquisa*. *A Saúde do Mundo*, OMS, Genebra, p. 30-37, set. 1964.

13 NIKOLAI Nikolaevich Blokhin. *The Great Soviet Encyclopedia*, 3rd Edition. 1970-1979. The Gale Group, Inc. Captado em: <https://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Nikolai+Nikolaevich+Blokhin>. Acesso em: 30 mar. 2018.

14 LEON Manusovich Shabad. *The Great Soviet Encyclopedia*, 3rd Edition. 1970-1979. The Gale Group, Inc. 25 Captado em: <https://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Leon+Manusovich+Shabad>. Acesso em: 30 mar. 2018.

Há dois meses atrás estive nos Estados Unidos. Visitei vários laboratórios e tivemos longas discussões sobre a condição pré-cancerosa, cuja existência os americanos negavam de pé firme. Depois de estudar as preparações microscópicas que eles haviam feito, meus colegas dos Estados Unidos e eu concordamos em que se verificam nos tecidos modificações que distinguem o verdadeiro câncer da condição pré-cancerosa<sup>15</sup>.

Tal relato sugere que a Guerra Fria não impediu o trânsito científico entre Shabad e especialistas estadunidenses, levando-os a um consenso favorável ao soviético, o que não se pode verificar na Europa e mesmo no antigo bloco soviético<sup>16</sup>. E mais, tal posicionamento dos estadunidenses favorece a hipótese de que o soviético possa ter se apropriado dele para aumentar sua credibilidade em comunidades científicas refratárias a sua tese.

A oncologia praticada na Rússia voltou às páginas da revista em 1970. Por conta do Dia Mundial da Saúde promovido pela OMS, que foi dedicado ao diagnóstico precoce do Câncer, uma entrevista foi realizada com o Dr. Blokhin. Nela o cientista soviético afirmava que “A oncologia é uma ciência nova [...] A cooperação internacional entre os especialistas de câncer através da União Internacional Contra o Câncer (UIC), da OMS e pela Agência Internacional de Pesquisa do Câncer em Lyon está contribuindo para o progresso do assunto.”<sup>17</sup> A afirmação apresenta indícios de que a rede transnacional do câncer teria se mantido a partir do espaço criado pelas agências internacionais de saúde pública, possibilitando a circulação de conhecimento entre os blocos rivais.

Entretanto, se o câncer proporcionou um espaço de cooperação científica em um ambiente de tensão política internacional, o mesmo não verificou na contenda política envolvendo cubanos e estadunidenses em torno da origem da epidemia de dengue hemorrágica ocorrida em Cuba em 1981.

15 EPARVIER, Jean. A Rússia ataca o Câncer, p. 36-37.

16 Indícios da controvérsia entre Shabard e outros cientistas russos podem ser observados em títulos de uma série de artigos publicados nas revistas russas *Voprosy Onkologii* e *Arkhiv Patologii* entre 1956 e 1974: SHABAD, Leon Manusovich. Reply to the articles published in the discussion on the monograph "Precancer in its experimental-morphologic aspect", *Meditina*, 1967. *Voprosy Onkologii*, v. 15, n. 6, p. 116-8, 1969. SHABAD, Leon Manusovich. The experimental-morphologic aspect of the problem of precancer. *Arkhiv Patologii*, v. 35, n. 8, p. 61-8, 1973. NEĪMAN, Iosif Markovich. Problem of precancer. Apropos of L. M. Shabad's article "The experimental and morphological aspect of the problem of precancer". *Arkhiv Patologii*, v. 36, n. 3, p. 57-61, 1974. GOL'BERT, Z.V.; LAVNIKOVA, G.A. Critical comments on the article by L. M. Shabad, "The experimental morphological aspect of the problem of precancer". *Arkhiv Patologii*, v. 36, n. 6, p. 56-60, 1974. SHABAD, Leon Manusovich. [Reply to criticism in connection with my article "Experimental-morphological aspects of the problem of precancer", published in the journal "Arkhiv of Patologii", 1973, n. 8]. *Arkhiv Patologii*, v. 26, n. 11, p. 73-6, 1974. As referências da existência desses artigos são encontradas no portal PubMed-NCBI (<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>), que traduziu os títulos do russo para o inglês. Além da dificuldade de idioma, a indisponibilidade digital dos textos é outro obstáculo para o estudo dessa controvérsia.

17 AUMENTAM as esperanças. Entrevista com o Dr. N. Blokhin. A Saúde do Mundo, OMS, Genebra, p. 8-39, fev-mar. 1970, p. 13.

## A apropriação do discurso científico em uma controvérsia política da Guerra Fria: a epidemia de Febre Dengue Hemorrágica (FHD) em Cuba (1981)

Era fim de maio de 1981, início da temporada de chuvas, casos de uma doença desconhecida emergiram nos arredores de Havana, capital cubana. Febre, dores de cabeça, abdominais, oculares, musculares, manchas vermelhas na pele e hemorragias se apresentaram como sintomas de um mal, contabilizando 344.203 casos e levou à morte 158 vítimas. Pelos sintomas relacionados, as autoridades científicas e da saúde pública acreditavam se tratar de uma forma mais agressiva de meningite, doença endêmica no país<sup>18</sup>. Diante da grande ocorrência de casos, cientistas do Instituto de Medicina Tropical Pedro Kourí (IPK), liderados pelo médico infectologista Gustavo Pedro Kourí, passaram a estudar laboratorialmente a moléstia e, ainda em junho, conseguiram isolar o agente etiológico da doença: o vírus DEN-2, causador da Febre Dengue Hemorrágica, presente pela primeira vez no continente americano<sup>19</sup>. Logo, a transmissão foi relacionada ao mosquito *Aedes aegypti*, com alto índice de infestação no país, fator que facilitou a rápida propagação da doença.

Identificada a doença e seu mecanismo de transmissão, o governo cubano adotou ações de redução da infestação do mosquito, de conscientização da população quanto às condições que levam a proliferação do inseto, diagnóstico e atendimento médico hospitalar, priorizando crianças, idosos e portadores de outras doenças que poderiam ter seus riscos potencializados com a FHD. Para casos de menor gravidade, foram indicados o repouso domiciliar e a administração de acetomonofen, atual paracetamol, ou dipirona, conforme sugeria a OMS. Segundo Carlos Dotres Martinez et al, o sucesso das ações empreendidas para o controle da epidemia foram favorecidas pela existência de um sistema nacional de saúde gratuito com ampla cobertura médico-preventiva em todo o país, que contou com o aporte de 103.131.463 milhões de dólares para esse fim<sup>20</sup>. Vencida a epidemia, uma pergunta seguia sem resposta: qual era a origem do vírus que circulou no país? Tal pergunta teve sua primeira resposta em de 26 de julho daquele ano, no ápice da epidemia.

Aproveitando-se de um discurso comemorativo ao aniversário de eventos relacionados a Revolução Cubana, televisionado para todo o país, o Presidente Cubano, Fidel Castro, acusou a CIA de disseminar o vírus no país com o intuito de sabotar o regime e a revolução. Para justificar a denúncia, comentou a existência de relatórios do Senado estadunidense que investigaram a produção, armazenamento e uso de armas biotecnológicas pela CIA. Além disso, salientou que existiam

18 DOTRES MARTINEZ, Carlos et al. Algunos aspectos clínicos durante la epidemia de Dengue hemorrágico en Cuba. *Cad. Saúde Pública*, Jun 1987, vol.3, no.2, p.148-157. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v3n2/v3n2a03.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

19 Por conta disso, o IPK passou a integrar o Programa Internacional de Investigação da FHD com financiamento do Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (CIID, Canadá). KOURI, Gustavo Pedro et al. Dengue hemorrágico en Cuba. Crônica de una epidemia. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, v.100, n.3, p. 322-9, 1986. Captado em: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/15825/v100n3p322.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 mar. 2018.

20 DOTRES MARTINEZ, Carlos et al. Algunos aspectos clínicos durante la epidemia de Dengue hemorrágico en Cuba, 1987.

indícios de que o vírus foi coletado em soldados estadunidenses em ação na Coreia e no Vietnã. Por fim, declarou que, por conta do Embargo de Washington, empresas com capital estadunidense se recusaram a ajudar o país com meios sanitários de combate à doença e, por não receber a ajuda prometida pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), teve que importar inseticida da Europa, tornando ainda mais dispendiosa a campanha<sup>21</sup>.

Em resposta, o Porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Dean Fisher ironizou o discurso ao afirmar que Castro sempre atribuiu o fracasso de sua revolução e problemas internos aos EUA e força externas. Ele comentou que o vírus foi disseminado em Cuba por soldados cubanos que retornaram de Angola. Além disso, informou que no início de julho, em solidariedade ao povo cubano, os EUA tinham aprovado na OPAS o envio de 300 toneladas de inseticida para combater a epidemia naquele país. Por fim, para o Chefe de Doenças Transmissíveis da OPAS, Ronald Saint John, o grande número de infectados e mortos pela doença em Cuba estaria relacionado ao impacto da epidemia de DEN-1 em 1977<sup>22</sup>.

Um novo capítulo ocorreu em setembro quando Castro, em discurso de abertura da Conferência da União Interparlamentar, novamente, acusou o governo de Ronald Reagan de causar a epidemia de FHD em Cuba. Em resposta, o Senador estadunidense Robert Stafford comentou que aquilo era um insulto e que os EUA jamais se esqueceriam disso<sup>23</sup>.

A controvérsia ganhou novos capítulos ainda na década de 1980. A tese de que a epidemia era decorrência de uma ataque biológico promovido pela CIA foi endossada em 1982 pelo artigo de Bill Schaap, *U.S. Biological Warfare – The 1981 Cuba Dengue Epidemic*, publicado na revista *Cover Action*<sup>24</sup>. Outra manifestação favorável a tese teria ocorrido no Congresso de Internacional de Medicina Tropical, Calgary, Canadá, em 1983, quando o médico infectologista Gustavo Kouri, após relatar brevemente sobre a epidemia, teria declarado ao fim, que as evidências apontavam para a introdução do vírus pelos EUA<sup>25</sup>. Por fim, em abril de 1984, o Jornal soviético *Krasnaya Zvezda* acusou os EUA de usarem armas biológicas em Cuba<sup>26</sup>. O silêncio de fontes favoráveis a posição estadunidense, sugere que o país deu

21 CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en el acto central con motivo del XXVIII Aniversario del asalto al Cuartel Moncada, celebrado en Las Tunas, el 26 de julio de 1981, Año del XX Aniversario de Girón. Captado em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1981/esp/f260781e.html>. Acesso em 20 mar. 2018. FIDEL acusa CIA de fazer em Cuba guerra biológica que já matou 113 pessoas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1981, Internacional, 1º Caderno, p. 12. Captado em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/27775](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/27775). Acesso em 28 mar. 2018.

22 EPIDEMIC in cuba sets off dispute with U.S. *The New York Times*, 06 set. 1981. Captado em: <https://www.nytimes.com/1981/09/06/world/epidemic-in-cuba-sets-off-dispute-with-us.html>. Acesso em: 28 mar. 2018.

23 SENADOR Stafford afirma que EUA não esquecerão “insulto” de Fidel Castro. *Jornal do Brasil*, 17 set. 1981, Internacional, 1º Caderno, p. 12. Captado em [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/30315](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/30315). Acesso em 28 mar. 2018.

24 SCHAAP, Bill. The 1981 Cuba Dengue Epidemic. *Covert Action Information Bulletin*, Washington, n. 17, Summer p. 28-31, 1982.

25 CABRERA, Marieta. La ciencia desnuda un crimen contra Cuba. Captado em: <http://bohemia.cu/ciencia/2016/01/la-ciencia-desnuda-un-crimen-de-ee-uu-contra-cuba-en-1981/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

26 NORTE-AMERICANOS acusados de usar armas biológicas. *Jornal do Comercio*, Manaus, ano LXXX, n. 33.242, 19 abr. 1984, p. 6. Captado em: [http://memoria.bn.br/DocReader/170054\\_02/8674](http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8674). Acesso em: 28 mar. 2018.

URSS acusa os EUA de envenenarem Cuba. *Diário do Pará*, Belém, 19 abr. 1984, p. 6. Captado em: [http://memoria.bn.br/DocReader/170054\\_02/8674](http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8674).

pouca atenção à controvérsia. Por outro lado, artigos publicados por pesquisadores cubanos no *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana* e no periódico brasileiro *Cadernos de Saúde Pública* somente analisaram as epidemias sob a perspectiva epidemiológica e clínica, sem emitir um posicionamento político<sup>27</sup>.

Passados mais de 20 anos da epidemia, um artigo das pesquisadoras do IPK Rosmari Rodriguez-Roche, María Guadalupe Guzmán e Yoandra Hinojosa, *First dengue haemorrhagic fever epidemic in the Americas, 1981: insights into the causative agente*, publicado em dezembro de 2014 na revista alemã *Archives de Virology*, apresentando resultados de análise do sequenciamento do genoma completo da cepa do vírus DEN-2 presente em Cuba, foi apropriado por críticos e defensores do regime político cubano, mantendo viva a controvérsia inaugurada em 1981<sup>28</sup>. Mas isso é assunto para um trabalho futuro.

### Considerações finais

A historiografia da saúde e os contextos arrolados por esse trabalho demonstraram que a História da Ciência pode contribuir para uma análise mais rica da Guerra Fria para além da rivalidade entre URSS-EUA que, em tese, impediria o trânsito de cientistas.

O conceito de redes transnacionais, em conformidade com a perspectiva adotada por Rodrigo César da Silva Magalhães, empregado para pensar a rede formada em torno da pesquisa do câncer por cientistas dos EUA e da URSS entre as décadas de 1960 e 1970, autoriza ao historiador pensar como se deu as negociações e convergências de interesses para a formação desses territórios da ciência que não se limitaram aos territórios estatais, possibilitando uma “nova cidadania” para o cientista. Conforme visto, agências internacionais como a OMS, OPAS, UIC entre outras, formadas em torno de questões humanitárias, favoreciam a transposição de barreiras políticas e ideológicas no período.

Por outro lado, o exemplo da controvérsia inaugurada por Fidel Castro com os EUA em torno das origens do vírus causador da epidemia de FHD, em 1981, em Cuba, abre a possibilidade de o historiador dialogar com teorias que focam como o conhecimento científico pode ser apropriado como discurso político e como uma contenda política pode influenciar na produção científica. Trabalhos dos *Science Studies*, como os de Bruno Latour, podem colaborar na análise dessas controvérsias e traduções de interesses<sup>29</sup>.

Enfim, apesar das dificuldades persistentes no estudo da ciência praticada no bloco socialista, como a dificuldade de decodificação de textos e a indisponibilidade virtual e física de acervos, publicações da OMS, da OPAS e de outras agências internacionais associadas a saúde podem contribuir para a identificação e mapeamento dessas redes e controvérsias sob a perspectiva transnacional.

---

bn.br/DocReader/644781/732. Acesso em: 28 mar. 2018.

27 KOURI, Gustavo Pedro et al. Dengue hemorrágico en Cuba., 1986. DOTRES MARTINEZ, Carlos et al. Algunos aspectos clínicos durante la epidemia de Dengue hemorrágico en Cuba, 1987.

28 RODRIGUEZ-ROCHE, Rozmari; GUSMÁN, María Guadalupe; HINOJOSA, Yoandra. *Archives de Virology* – International Union of Microbiological Societies, v. 159, n. 12, p. 3239- 3247, 2014. Captado em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00705-014-2188-y?no-access=true>. Acesso em: 28mar. 2018

29 LATOUR, Bruno. *A Esperança de Pandora*. Bauru: Edusc, 2001. \_\_\_\_\_. *Ciência em ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000.



## Governador Valadares/MG: estigmas vividos por portadores de hanseníase

Marina Guimarães Pereira<sup>1</sup>  
marinagp22@gmail.com

Samara Alves Avanzi<sup>2</sup>  
samaraavanzi@gmail.com

Sandra Nicolli<sup>3</sup>  
nicolinicoli@hotmail.com

Sueli Siqueira<sup>4</sup>  
suelisiqueira.gv@gmail.com

### Resumo

A Hanseníase é causada pela bactéria *M. Leprae*, uma doença contagiosa que é transmitida pelo contato com o portador da mesma. Afeta a pele e incapacitações neurais, podendo causar até paralisações de mãos e pés. A doença, que era conhecida como lepra, traz consigo um grande preconceito, devido às sequelas que pode acarretar e também porque antigamente segundo o cristianismo, era conhecida como a doença dos pecadores. Um preconceito que ainda é existente na sociedade. Este estudo tem como objetivo descrever os constrangimentos, advindos do estigma social da doença, vivenciado por pessoas que tiveram hanseníase e estão curadas. A metodologia se baseia em relatos de dois casos com informantes típicos, onde buscou-se compreender os estigmas vivenciados. Os resultados permitem considerar que ao decorrer dos anos, desde a intolerância religiosa e social com os leprosos, até a atualidade, houveram muitas mudanças no âmbito da doença. Com o surgimento da Poliquimioterapia – um tratamento baseado em doses mensais de remédios e em bateria de exames para acompanhamento que impede a transmissão e, propósito final, a cura – houve mais conscientização por parte dos familiares e pessoas leigas a respeito do assunto, diminuindo assim, algumas formas diretas de hostilidades e preconceitos para o portador. Contudo, através das histórias de vida pode-se perceber que os constrangimentos ainda estão presentes, pois relataram o medo de serem vistos entrando na unidade de tratamento. O fato de terem sido acometidos pela hanseníase é, como relatam, um segredo guardado e só revelado em casos muito especiais. Nesse sentido, pode-se considerar que os portadores da Hanseníase omitem a presença da doença devido ao histórico de exclusão e também pelos sentimentos de insegurança e ansiosos diante da aceitação

- 1 Graduada em Psicologia na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Bolsista de Iniciação Científica do projeto Migração e Saúde, a circulação da doença entre origem e destino. Leste de Minas Gerais e Estados Unidos.
- 2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Bolsista de Iniciação Científica
- 3 Historiadora e em Gestão e mestre em Gestão Integrada do Território- UNIVALE. Colaboradora no projeto.
- 4 Professora PhD em Ciências Sociais. Orientadora e Coordenadora da pesquisa.



social. Ainda hoje, mesmo havendo uma cura para a doença, o preconceito contra os acometidos se faz presente devido ao estigma que historicamente acompanha a Hanseníase.

**Palavras-chave:** Hanseníase, estigma, território.

## Introdução

A hanseníase é uma das doenças mais antigas da história da humanidade. Trata-se de uma doença infecciosa de origem bacteriana que causa lesões na pele e nos nervos, e por muito tempo ficou conhecida como lepra. Segundo Carolina Oliveira, em 1976 a nomenclatura foi substituída por hanseníase que faz referência ao médico norueguês Gerhard Armauer Hansen, que identificou em 1873, o bacilo como o causador da mesma<sup>5</sup>.

Mariana Silveira descreve que a hanseníase é conhecida desde as antigas civilizações e ficou marcada como a “doença da pele”, manifestada desde os tempos bíblicos, que traz consigo a marca do preconceito, discriminação e exclusão social desde o seu surgimento<sup>6</sup>. Segundo Cleuza Ornellas, com o intuito de amenizar os impactos e neutralizar o estigma que o nome “lepra” traz consigo, a nomenclatura foi substituída pelo nome hanseníase. Afastando assim, os aspectos históricos que o termo traz, e diminuindo os preconceitos presentes na terminologia<sup>7</sup>.

De acordo com Pinto, na antiguidade contrair a hanseníase era uma sentença de morte, pois se tratava de uma doença contagiosa que não tinha cura, muitas vezes associada ao pecado, impurezas, castigo de Deus ou espíritos malignos. Assim, os acometidos por esse mal eram temidos por todos e por essa razão alguns eram mortos ou exilados de suas comunidades sendo obrigados a abandonar tudo o que possuíam, ou seja, seus bens e familiares, vivendo em isolamento social<sup>8</sup>. Em muitos países, os doentes deveriam andar com a cabeça coberta e com calçados para não infectarem os caminhos por onde passassem. E sobre o corpo deveriam usar uma túnica ou hábito de cor parda, castanha ou negra para que pudessem ser identificados. Além da experiência do exílio e vivendo isolados, também sofriam com o desprezo, preconceitos e o desrespeito enquanto seres humanos (CARVALO, 1932).

Conforme destaca Carolina Oliveira, a descoberta da causa da doença, o meio de transmissão e logo depois a cura, deu novo alento aos doentes. Após muitos estudos e pesquisas obteve-se grandes avanços em relação à hanseníase, mudando assim, o curso da história de vida de muitas

5 OLIVEIRA, Carolina Pinheiro Mendes Cahu de. De lepra à hanseníase: mais que um nome, novos discursos sobre a doença e o doente 1950-1970. Recife, 2012. 246 folhas Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

6 SILVEIRA, M. G. B., Coelho, A. R., Rodrigues, S. M., Soares, M. M., & Camillo, G. N. Portador de hanseníase: impacto psicológico do diagnóstico. *Psicologia & Sociedade*, ano 2014, v. 26, n. 2, p. 517-527.

7 ORNELLAS, C. P. *O paciente excluído: história e crítica das práticas médicas de confinamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

8 PINTO, P.G.H.R. *O estigma do pecado: a lepra durante a Idade Média*. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 131-144, 1995.

pessoas. Principalmente dos acometidos pela hanseníase que foram tratados e receberam a cura, que então poderiam retomar suas vidas juntamente com seus familiares e sua comunidade, sendo libertos do medo da transmissão. E também daqueles que posteriormente foram diagnosticados com hanseníase, pois tinham o alívio que não se tratava de uma doença sem cura, mas sim de uma doença que tinha tratamento, garantindo a manutenção de uma vida normal<sup>9</sup>.

A partir das referências lidas sobre a temática, observa-se que os indivíduos acometidos por esta doença tendem a ser de uma classe socioeconômica menos favorecida, com restrição de informações preventivas da doença, além de ter um sistema imunológico mais vulnerável. Nesse sentido, objetiva-se nesse artigo descrever os estigmas ainda vividos pelos portadores de hanseníase no município mineiro de Governador Valadares. A metodologia utilizada nesse estudo foi uma revisão bibliográfica, de leituras em dissertações acerca do tema sobre a Hanseníase na microrregião de Governador Valadares, artigos científicos, além das cartilhas e manuais divulgados pelo Ministério da Saúde sobre a temática. Dessa forma, foi possível compreender o histórico da doença.

### **Hanseníase: aspectos biológicos apresentados pelo indivíduo portador**

Segundo Fernanda Cruz o bacilo *Mycobacterium Leprae* tem alta infectividade, porém baixa taxa de adoecimento, atingindo apenas 10% da população<sup>10</sup>. De acordo com o Ministério da Saúde, acredita-se que o ser humano é a única forma de transmissão do bacilo da doença. Seu período de incubação é variável, de dois a sete anos e afeta pessoas de ambos os sexos, de todas as idades, ocorrendo com menor frequência em crianças, e atingido em grande maioria os homens. Os fatores ambientais e das condições individuais do hospedeiro e sua forma reativa ao bacilo determina a intensidade em que a pessoa será acometida pela doença<sup>11</sup>.

Conforme descrito por Marcos Queiroz, os sintomas característicos da hanseníase são lesões na pele e nos nervos periféricos, sendo apresentado primeiramente manchas avermelhadas na pele. Os sintomas dermatológicos mais comuns são: manchas (aumento ou diminuição de melanina em determinada área da pele), placas (se estende na superfície por vários centímetros), infiltração (aumento da espessura e consistência da pele) e nódulo (lesão sólida, elevada ou não). Podem afetar qualquer parte do corpo, sendo mais frequente na face, no tronco e nos membros superiores e inferiores<sup>12</sup>. As lesões são acompanhadas de alterações na sensibilidade da área lesionada e ocorrem apenas e de acordo com a evolução da doença. São inflamações dos nervos, podendo ser causadas pela ação do bacilo, pela reação do organismo a este fator ou pelas duas alternativas. Encontram-

9 OLIVEIRA, Carolina Pinheiro Mendes Cahu de. De lepra à hanseníase.

10 CRUZ, Fernanda Liene Cavalcante da. *Representações sociais de adolescentes sobre a hanseníase*. 93 f. Dissertação em Ciências da Saúde – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. 86 p.

11 BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia para o controle da Hanseníase*. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 90 p.

12 QUEIROZ, M. S., PUNTEL, M.A. *A epidemia hanseníase: uma perspectiva multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 120 p.

se manifestadas através de dor e espessamento dos nervos periféricos, perda de sensibilidade e de força nos músculos nas áreas inervadas<sup>13</sup>.

### Tratamento, prevenção e controle da patologia

Conforme referência de Izaildo Luna, o tratamento medicamentoso contra a hanseníase teve início em meados da década de 1950. Este trouxe a certeza de que após as doses, a transmissão do bacilo é paralisada, trazendo para os portadores a esperança de uma reintegração social<sup>14</sup>. É perceptível que a aceitação ao tratamento está ligada ao controle da doença, já que um indivíduo infectado pode transmitir a bactéria que é causadora da endemia.

De acordo com o Portal da Saúde, a poliquimioterapia (PQT) é o tratamento ambulatorial recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a hanseníase, pois elimina o bacilo e impede a evolução da doença. A eficiência destes medicamentos é mais satisfatória em relação ao bacilo do que o uso de apenas um. Sua dosagem é alterada em relação aos pacientes, principalmente quando estes são crianças, possuem algum tipo de intolerância às substâncias empregadas na preparação do remédio, ou tem peso inferior a trinta quilos. A PQT não é contraindicada para gestantes. Já em mulheres que estão ainda na fase reprodutiva é necessário alertar que a rifampicina pode interagir com anticoncepcionais, diminuindo a ação destes. A cura é esperada após a administração do número de doses prescritas dentro do tempo proposto pelo médico.<sup>15</sup>

No tratamento, segundo o Queiroz e Puntel, se utilizam esquemas terapêuticos que auxiliam na administração dos medicamentos e através destes se observa o efeito farmacológico no corpo do indivíduo. Tais esquemas são administrados conforme a classificação da doença<sup>16</sup>.

O esquema terapêutico para casos PB se dá em seis doses e com o comparecimento mensal na Unidade de Tratamento para a administração supervisionada. Segundo o Portal da Saúde, a finalização do tratamento pode ser em até nove meses por causa de alterações na administração das doses. Quando a última dose for ingerida é necessário que o portador refaça os exames dermatológicos para comprovar a cura. Já para o MB são administradas doze doses, também com o comparecimento mensal na Unidade de Tratamento para a administração supervisionada. Por causa das alterações no uso das doses, o tratamento pode ser concluído em até dezoito meses. Assim como na outra classificação, após a última dose, é necessário que o paciente passe também por exames dermatológicos para receber alta. Entretanto, se não houver melhora alguma, uma nova avaliação deverá ser prescrita<sup>17</sup>.

13 BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia para o controle da Hanseníase*

14 LUNA, Izaildo Tavares et al. **Adesão ao tratamento da Hanseníase: dificuldades inerentes aos portadores.** Rev. bras. enferm, Brasília, v. 63, n. 6, Dez. 2010 p. 983-990.

15 *Portal da saúde, hanseníase: tratamento.* (2014). Citado em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/705-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/hanseníase/11299-tratamento>> Acesso em: 29 nov 2016.

16 QUEIROZ, M. S., PUNTEL, M.A. *A endemia hanseníase.*

17 *Portal da saúde, hanseníase: tratamento.*

É importante destacar que mesmo após a cura, é preciso estar atento a qualquer modificação na pele ou sintomas diferentes que possam surgir. Nesse caso, torna-se necessário o retorno a alguma Unidade Básica de Saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde, a hanseníase possui estados reacionais do sistema imunológico de quem tem o *M. Leprae*. São esses estados reacionais que, normalmente, dão indícios de que a doença está presente pois se aparecerem anteriormente ao início do tratamento, pode induzir ao diagnóstico positivo da doença. São também os principais responsáveis por lesões dos nervos e incapacidades resultantes da hanseníase. Estes estados reacionais são diagnosticados através de exames físicos e dermatoneurológicos. São classificados em dois tipos: reação tipo 1 ou reversa e reação tipo 2. Ambas as reações podem afetar a forma PB e MB, tendo efeitos diferentes dependendo de como se apresentam<sup>18</sup>.

Para prevenir e controlar a epidemia da hanseníase nos locais onde ocorrem, conta-se com os serviços prestados pela Vigilância Epidemiológica. Através de um conjunto de ações que busca proporcionar o conhecimento, detectar e prevenir os fatores determinantes para a saúde individual ou coletiva, é que se encontra a efetividade dos serviços epidemiológicos. Pode-se destacar três funções desenvolvidas pela vigilância epidemiológica, sendo elas: obter informações sobre a doença que estejam atuais com os acontecimentos; orientar atividades de controle da doença, assim como avaliá-las e divulgar para a população informações referentes ao controle da epidemia. Tais funções têm como objetivo descobrir novos casos e realizar diagnósticos precoces, prevenindo assim, as incapacidades que a doença pode causar e, como resultado final obter o controle do foco da infecção. É de suma importância uma boa capacitação dos profissionais que atuam nas unidades de tratamento<sup>19</sup>.

Segundo Joyce Nunes, muito se avançou sobre a hanseníase desde seu descobrimento, porém uma boa parte da população brasileira ainda possui escassas informações a respeito dessa doença, acarretando assim, em constrangimentos sociais e familiares devido aos estigmas e preconceitos efetivados ao longo dos anos. No que se refere ao impacto psicológico, pode-se enfatizar que o medo do isolamento social; o desânimo com o tratamento; o medo da rejeição e discriminação provoca o sofrimento psíquico a respeito do que está vivenciando, afeta conseqüentemente sua vida social/relacional, e privada<sup>20</sup>.

18 BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia para o controle da Hanseníase*.

19 BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia para o controle da Hanseníase*.

20 NUNES, Joyce Mazza; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; VIEIRA, Neiva Francinely Cunha. *Ter hanseníase: percepção de pessoas em tratamento*. Revista Rene, Fortaleza, v.9, n.4, p.99-106

### Preconceitos e estigmas acerca da hanseníase

José Garcia aponta que por vários séculos os indivíduos portadores dessa doença foram afastados da sociedade, família, amigos e, condenados a viver em um ambiente em privação de liberdade. Esse modo de viver do indivíduo acabava levando-o à morte devido ao isolamento social. Quando internados nos hospitais-colônia, perdiam o contato com o mundo externo, recebendo somente a visita do médico uma vez por ano<sup>21</sup>.

Realça-se que antes do diagnóstico de portador da hanseníase, os indivíduos conviviam por um longo tempo com a suspeita de terem a doença e passavam a viver com o peso do estigma da “lepra”. Segundo Ivan Figueiredo, mesmo depois da descoberta do tratamento e da possibilidade de cura ao ser diagnosticado, o portador corre o risco de afastamento e até ruptura dos vínculos familiares e com a sociedade em que vivem<sup>22</sup>.

Nesta mesma perspectiva, Belchior descreve que o diagnóstico tem a função simbólica de nomear os sintomas. E muitas vezes o paciente encontra-se apreensivo por estar doente e não saber do quê. Sendo assim, o diagnóstico deveria ser um alívio dessa angústia, porém em pacientes hansenianos o efeito é o contrário do esperado, pois ao serem diagnosticados com a doença, poderão desencadear um forte impacto momentâneo que se estende aos demais de convívios sociais do adoentado<sup>23</sup>.

Para Erving Goffman, é possível perceber que os estigmas e preconceitos vivenciados pelos portadores de hanseníase são vários, dentre eles destaca-se a percepção que o indivíduo apresenta de si mesmo, ou seja, voltados para os aspectos corporais, sendo estes as deformidades físicas deixadas pela doença. O segundo estigma, estaria relacionado a culpa de caráter individual, percebidas como vontade fraca, crenças falsas e rígidas, sentimentos de desonestidades, decorrente de distúrbios mentais, comportamento radical, entre outros. E por fim, o terceiro tipo de estigma, está relacionado com os aspectos voltados a raças, nação e religião, que podem ser transmitidos através das gerações e contaminar por igual os membros de uma mesma família. Todos estes estigmas convergem do indivíduo para com o meio onde transita. Na hanseníase, o estigma está voltado e interligado com os aspectos relativos ao corpo e a imagem deste de forma geral<sup>24</sup>.

Enfatiza-se que diversos são os sentimentos relacionados e vivenciados pelos portadores, principalmente por ser uma doença milenar. De acordo com Baialardi, tais sentimentos podem ser descritos como: o medo; a vergonha; a culpa; a exclusão social; a rejeição e a raiva. Esses estão internalizados no psiquismo de seus portadores, pois o estigma e o preconceito mantêm-se

21 GARCIA J. R. L. *Entre a “loucura” e a hanseníase: interfaces históricas das práticas e políticas instituídas*. Hansenologia Internationalis. 2001. Ed. 26 n. 1. p 14-22.

22 FIGUEIREDO, I. A. *O plano de eliminação da hanseníase no Brasil em questão: o entrecruzamento de diferentes olhares na análise da política pública*. Tese de doutorado em Políticas Públicas, Universidade Federal de Maranhão, São Luiz, MA. 2006.

23 BELCHIOR, J. D. B. *O impacto do diagnóstico no paciente com hanseníase*. Monografia, Curso de Psicologia, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG. 2004.

24 GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar; 1982.

no imaginário dos indivíduos. Pensamentos e comportamentos presente tanto nos portadores como nos não portadores estão enraizados em nossa cultura, causando assim, sofrimento e dor. Mesmo com a cura, ainda existe preconceito em torno das pessoas acometidas pela doença, permanece também uma resignação prevalente, principalmente em relação às pessoas que sofreram lesões neurofisiológicas permanente em decorrência da hanseníase. Essas pessoas podem conviver normalmente com a sociedade, porém pelo estigma que a doença traz, há uma tendência maior por ocultar, até da própria família. Observa-se que além do sofrimento físico há também um sofrimento psíquico<sup>25</sup>.

É notório que ao conviver com a doença, o indivíduo sofre alterações psicológicas, que vão desde uma emoção forte e/ou persistente, ou até mesmo um transtorno. Entretanto, os estudos de Mariana Silveira descrevem como os portadores que tiveram o diagnóstico de hanseníase se sentiram, dizendo ter o desejo de se isolarem, fazer mudanças e até mesmo morrer. Ao receber a informação, se percebe a confusão de sentimentos e emoções intensas como: tristeza; medo; insegurança; preocupação; inquietação; angústia; melancolia; desesperança entre outros<sup>26</sup>.

É fundamental para obter resultados positivos em relação ao tratamento, que o paciente tenha à sua disposição uma equipe multidisciplinar, ou seja, uma equipe composta por diversos profissionais de diferentes especialidades e que tenham como foco tanto sua saúde física quanto emocional. Dessa forma, o profissional responsável pelo bem-estar psíquico do paciente, deve fornecer oportunidades para externar suas vontades, seus sentimentos e suas emoções, sejam elas positivas ou negativas e agir de forma que facilite o processo de reestruturação do paciente.

### Um território marcado pela hanseníase

O território geográfico de Governador Valadares situa-se no Vale do Rio Doce ao Leste do Estado de Minas Gerais. Segundo os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população de 263.689 habitantes. Segundo Haruf Espíndola, durante a sua formação histórica, o território foi marcado pelas relações de poder e conflitos de interesses. O município foi emancipado em 1938, entre as décadas de 1940 e 1970 tornou-se pólo de aquisições de capital financeiro e da migração nacional e internacional, obtendo um crescimento populacional rápido em um curto tempo, o que favoreceu a organização do capital do indivíduo e conseqüentemente da localidade<sup>27</sup>.

De acordo com Maria Terezinha Vilarino, na década de 1900 a 1930 o serviço de saúde em Governador Valadares era escasso, o que contribuiu para o surgimento e a proliferação de doenças.

25 BAIALARDI, K. S. *O estigma da hanseníase: relato de uma experiência em grupo com pessoas portadoras*. Hansenologia Internationalis, 2007, ed. 32, n. 1, p. 27-36.

26 SILVEIRA, M. G. B., Coelho, A. R., Rodrigues, S. M., Soares, M. M., & Camillo, G. N. Portador de hanseníase

27 ESPÍNDOLA, H. S. et al. Apropriação de terras devolutas e organização territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. Território, sociedade e modernidade. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.



Devido às baixas condições de saneamento agrupadas ao crescimento urbano desordenado, as enfermidades se manifestavam de forma rápida<sup>28</sup>. Para Patrícia Genovez e Flávia Pereira, a partir dos anos de 1980, o município se tornou referência no tratamento da hanseníase, seja pela incidência ou pela terapia inovadora. Essa década também é marcada pela transição de uma doença incurável para uma nova realidade de cura. Tornou-se relevante, devido ao grande índice de pacientes portadores de hanseníase, o tratamento no município<sup>29</sup>.

Ainda de acordo com as autoras, as pesquisas realizadas sobre a hanseníase no Brasil na primeira metade do século XIX, foram marcadas pelas investigações dos fenômenos patológicos da doença, permeados pelos aspectos do meio, humorais, terapêuticos e com pouca ênfase na prevenção. No decorrer do século XX, os estudos e as publicações foram voltados para uma percepção mais prática sobre a hanseníase, através de políticas públicas de saúde conduzidas pelo governo brasileiro, com o desígnio de amenizar as demandas de casos.

De acordo com Patrícia Genovez, na primeira metade do século XX, mudanças significativas ocorreram na saúde pública. Tais mudanças apontaram para práticas de campanhas e movimentos sanitários que ocorriam tanto no meio urbano quanto no meio rural, pois controlar as endemias eram de suma importância, principalmente para a consolidação do Brasil como nação. Essas mudanças assinalam para uma nova forma de perceber a doença. A hanseníase deixa de ser suscetível de internação e passa a ser abordada como outras doenças, com tratamentos em ambulatórios, através de medicação específica sem grandes complicações<sup>30</sup>.

No contexto histórico da hanseníase em Governador Valadares, pode-se destacar que em 1935, ela tem seu primeiro registro na Ficha Epidemiológica e Clínica<sup>31</sup> (FEC) na cidade. Em 1962 o município torna-se sede do grupo de Campanha Nacional<sup>32</sup> contra a Lepra, os serviços eram ofertados aos portadores, aos familiares e à comunidade em geral. Percebe-se que neste período a família se encontra presente e participante no tratamento da doença. De acordo com Patrícia Genovez, em 1975, a FSESP assume as atividades de controle da Hanseníase no Vale do Rio Doce, através da criação dos Centros Regionais de Saúde do Estado de Minas Gerais e, em 1976 as atividades pertinentes à hanseníase foram ampliadas por mediação da Policlínica Estadual e, posteriormente para o Centro Regional de Saúde de Governador Valadares<sup>33</sup>.

28 VILARINO, M. T. B. *Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942 e 1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2008.

29 GENOVEZ, P. F., PEREIRA F. R. *O “drama” da hanseníase: Governador Valadares, as políticas públicas de saúde e suas implicações territoriais na década de 1980*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 2016, v.23, n.2, p.379-396.

30 GENOVEZ, P. F., PEREIRA F. R. *Da lepra à hanseníase: política pública, o cotidiano e o estigma a partir da memória de seus atores – governador Valadares (década de 1980)*. História: Questões & Debates, Curitiba: Editora UFPR. 2014, n. 60, p. 205-228.

31 Atualmente a ficha encontra-se nos arquivos do Centro de Referência a Doenças Endêmicas e Programas Especiais (CREDEN-PES)

32 Os trabalhos da campanha nacional eram realizados na Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP).

33 GENOVEZ, P. F., PEREIRA F. R. *Da lepra à hanseníase*.

De acordo com a Secretaria Estadual da Saúde de Minas Gerais (1983), o controle da hanseníase, em 1982, no Estado de Minas Gerais assinalava um comportamento endêmico da doença, sendo considerado grave, pois envolvia todo o território geográfico mineiro.

A partir das reportagens editadas no jornal local O Diário do Rio Doce, Patrícia Genovez e Flávia Pereira descreve que Governador Valadares, em 1987, por apresentar novamente um elevado índice da doença, foi classificada como uma região endêmica. Com isso, o município credenciou como uma unidade-piloto para a inserção do tratamento usando a Poliquimioterapia (PQT) aos pacientes ali assistidos<sup>34</sup>. A PQT possibilitou novas oportunidades para os portadores da hanseníase em relação ao tratamento e também uma nova perspectiva de cura. Entretanto, a partir do início de 1989, Governador Valadares apresenta alguns resultados do controle da Hanseníase, este sendo considerado como um longo processo da diminuição de casos da doença.

Atualmente, a cidade conta com os serviços oferecidos pelo Centro de Referência a Doenças Endêmicas e Programas Especiais (CREDEN-PES), o qual possui uma equipe multidisciplinar, contribuindo com o diagnóstico/tratamento, auxiliando o portador e seus familiares nesse processo. Sendo assim, Governador Valadares continua como referência estadual no tratamento e em casos notificados da hanseníase.

### Considerações finais

Com base nas referências utilizadas para a realização deste artigo foi possível perceber que o reconhecimento precoce da hanseníase e tratamento são elementos fundamentais para o controle da transmissão da doença. Torna-se fundamental destacar que a hanseníase acarreta consigo aspectos negativos ligados ao seu antigo nome “lepra”. E esse estigma vem acompanhando a sociedade há milênios de anos.

Com o passar do tempo e com o avanço das ciências da saúde, pôde-se desenvolver fármacos para impedir o causador da transmissão, ou seja, a doença deixa de ser uma enfermidade que não tem cura e conseqüentemente os portadores recebem alta após o tratamento. Porém, mesmo com tantos avanços em relação a doença, os conceitos negativos persistem, ligados a discriminação e ao isolamento destes do convívio social.

Todavia, analisar as condições psicossociais dos indivíduos acometidos pela hanseníase é uma tarefa importante e complexa, pois deve ser desenvolvida de forma a recuperar sua integridade social. O estigma dessa doença pode desenvolver diversos problemas físicos, psicológicos, sociais, econômicos e familiares, levando em muitos casos à perda da participação social. Infelizmente estes indivíduos continuam à margem da sociedade, ainda incompreendidos por um contexto social que segrega o diferente, mesmo após a cura da doença.

34 GENOVEZ. P. F., PEREIRA F. R. *Da lepra à hanseníase*.

## Estratégias e luta pela terra na cidade de Valença (1850-1888)

Felipe de Melo Alvarenga

Mestrando em História Social da Cultura (CECULT)

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

f.m.alvarenga@hotmail.com

### Resumo

O objetivo deste artigo é compreender os efeitos e ambiguidades da Lei de Terras de 1850 na cidade de Valença, partindo de uma perspectiva de redução da escala de observação que focaliza como as relações costumeiras de acesso à terra, assentadas em relações pessoais e/ou familiares, acabaram condicionando a construção de estratégias pelos atores sociais que buscavam legitimar sua ocupação num contexto de regularização da apropriação fundiária e da propriedade da terra.

**Palavras-chave:** Lei de Terras de 1850; Lavrador; Estratégias; Costume.

### Introdução

A obtenção de terras no Brasil significou não somente a apropriação de um bem social que representasse a possibilidade de produção de gêneros para subsistência e/ou para o mercado, mas também foi sinônimo de prestígio social e de poder político para aqueles que a possuíam.<sup>1</sup> Por outro lado, para manter o domínio sobre ela era preciso lidar com limitações legais e consuetudinárias que demarcavam território, principalmente quando estamos falando do contexto posterior à promulgação da Lei de Terras de 1850. Para ter o domínio sobre as terras não bastava somente se dizer dono delas ou apenas possuir um título que referendasse a propriedade, mas ser capaz de exercer um poder efetivo, ocupando-a e praticando atos possessórios, capazes de assegurar o direito sobre a mesma e legitimando-a na prática. Por este motivo, os conflitos pela posse e pela propriedade de terras refletiam o jogo de poder de uma sociedade complexa, na qual as partes conflitantes buscavam se afirmar e garantir o domínio e a autonomia em relação ao outro.<sup>2</sup>

Estes conflitos fundiários foram bastante significativos na região do Vale do Paraíba fluminense, área bastante dinâmica devido à formação de grandes cafezais e de enormes fazendas, que dinamizaram o mercado mundial do café no século XIX.<sup>3</sup> Assistiu-se aí a um acelerado processo de

1 Motta, Márcia Maria Menendes. *O Direito à Terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Editora Alameda, 2009.

2 Motta, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 47.

3 MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café

apropriação territorial que escondeu, na verdade, uma transferência violenta da terra pública para as mãos privadas, vitimando antigos moradores estabelecidos há muitos anos naquelas paragens, como os índios Coroados e pequenos posseiros que estavam instalados nestes municípios do alto da Serra fluminense.<sup>4</sup> O regime de sesmarias propiciou a criação de um grupo de privilegiados que mantinha a sua autoridade à custa dos grandes latifúndios, muitas vezes com grandes extensões de terras abandonadas, prejudicando os interesses de outras parcelas da população que ali vivia.<sup>5</sup>

Na tentativa de controlar esta rápida apropriação fundiária, fiscalizando o apossamento de terras, e procurando estabelecer as novas regras do jogo fundiário no que tange à propriedade, foi promulgada a Lei de Terras de 1850.<sup>6</sup> Quatro anos depois, foi estabelecida a imposição do registro de terras, mais comumente conhecidos como os Registros Paroquiais, em cada município do Império. Em seu Regulamento de 1854, os párocos de cada freguesia deveriam registrar as posses e propriedades declaradas pelos lavradores para que o Estado brasileiro pudesse regularizar as terras privadas e discriminá-las daquelas que eram “devolutas”.<sup>7</sup>

O objetivo deste artigo é justamente compreender este processo de regularização da propriedade da terra, analisando as relações entre aqueles lavradores que registraram seus terrenos e aqueles que nem apareceram enquanto declarantes. Tomamos como região de estudo a cidade de Valença, município localizado na parte ocidental do Vale do Paraíba fluminense, que presenciou um rápido progresso econômico pela produção cafeeira.<sup>8</sup> A precoce apropriação fundiária das terras valencianas levou alguns historiadores a afirmar que quando a lei de 1850 foi decretada os litígios fundiários estavam finalizados, porque as terras públicas já estavam todas ocupadas. Logo, teria sido definida a noção genérica de uma “propriedade da terra” e aqueles que possuíam meios para declará-la no Registro Paroquial a puderam garantir.<sup>9</sup> No entanto, acreditamos que a realidade valenciana foi um pouco mais complexa e dinâmica.

A hipótese aqui trabalhada, e compartilhada com outros historiadores, ratifica que, mesmo não possuindo títulos que referendassem seus direitos de propriedade, homens e mulheres livres

---

no século XIX.” In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383. Ver também: STEIN, Stanley Julian. *Vassouras*: um município brasileiro do café, 1850-1900. Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

4 MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os Donos da Terra*: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1979. Ver também: DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo*: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

5 MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café*: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888. Niterói: Editora Cromos/Clube de Literatura, 1993, p. 23-30.

6 SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndios*: efeitos da Lei de 1850. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

7 DEAN, Warren. "Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil". In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 51: 4, 1971, p. 606-625.

8 Ver: FERREIRA, Luiz Damasceno. *História de Valença* (Estado do Rio de Janeiro): 1803-1924. 2ª edição. Rio de Janeiro: 1978 [1924]; IÓRIO, José Leoni. *Valença De Ontem e De Hoje* (Subsídios para a História de Valença) – 1789-1952. 2ª edição. Rio de Janeiro, Valença: Fundação da Biblioteca Nacional (ISBN), 2013 [1953]; ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro, 1989; TJADER, Rogério da Silva. *Uma Pequena História de Valença*. Valença: Editora Valença, 2003.

9 Ver, principalmente: MUNIZ. *Os Donos da Terra*, p. 87.

e pobres mobilizaram formas costumeiras de acesso a terra, balizadas por relações sociais e familiares, que acabaram formulando estratégias na tentativa de se afirmar e de se fazer reconhecidos na comunidade.<sup>10</sup> Ao reduzirmos a escala de observação, procuraremos avaliar como estas formas costumeiras de acesso à terra foram realmente afetadas pela Lei de 1850. Já o método empregado na pesquisa consiste em cotejar os registros paroquiais com processos cíveis e criminais posteriores ao ato de regularização das terras de um determinado lavrador. Para isso, o “nome” será o fio condutor de nossa análise: buscaremos reconstruir a teia de relações sociais nas quais um indivíduo estava inserido na comunidade que o envolvia.<sup>11</sup>

### Entre registros e processos: Manoel Antonio Brandão e o agregado João Luis de Oliveira

No ano de 1856, o lavrador Manoel Antonio Brandão e sua mulher, declararam que possuíam uma parte de terras de cultura na sesmaria do Batatal, na margem do Rio Preto, que tivera cinquenta alqueires “pouco mais ou menos”.<sup>12</sup> A sesmaria em questão se “achava em comum” e estava habitada com outros interessados, cujas terras eram divididas e compartilhadas entre herdeiros, familiares e vizinhos. Seu irmão, Theodoro Domingues Brandão, também não ficou de fora: declarou no ano anterior (1855) que também era possuidor de uma sorte de terras na mesma sesmaria do Batatal e que dividia com a vizinhança ali instalada.<sup>13</sup>

Não obstante, Theodoro Brandão morreu em 1865 e um inventário<sup>14</sup> foi aberto a fim de partilhar os seus bens para seus três filhos menores. Seis anos depois, seu irmão, Manoel Antônio Brandão abriu um processo cível de “Ação Demarcatória” no intuito de medir o terreno compartilhado com outros interessados.<sup>15</sup> Manoel Antonio Brandão e sua mulher, dona Maria Escolástica Moreira, disseram ser possuidores de parte da fazenda denominada Santo Antônio do Bananal. Percebemos que “a parte de terras de cultura”, declarada anteriormente, já se constituía em uma unidade de produção. No entanto, ela ainda continuava em comum habitação com outros indivíduos. A explicação para tal fato pode ser identificada no processo quando são apresentados alguns indícios sobre o histórico da sesmaria do Batatal. Tratava-se de um patrimônio familiar: as terras

10 MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Edição revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 39; MOTTA. *Nas Fronteiras do Poder*.

11 GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: \_\_\_\_\_. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

12 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ): Livro 88 (1854- 1857). Município de Valença: Freguesia Nossa Senhora da Glória. Registro 57, Folha 25.

13 APERJ: Livro 88 (1854- 1857). Município de Valença: Freguesia Nossa Senhora da Glória. Registro 47, Folha 21.

14 Arquivo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro (AMJRJ/CCPJ): Nome da parte 1: Theodoro Domingos Brandão (Inventariado), Nome da parte 2: Maria José de Jesus Brandão (Inventariante). Ação: Cível de Inventário. Ano do processo: 1865. Comarca: 64 – Valença. Caixa: 1504/D. RG: 14203. Códice: 14994.

15 AMJRJ/CCPJ: Nome da parte 1: Manoel Antonio Brandão, Nome da parte 2: Maria Escolástica, Nome da parte 3: Joaquim Fagundes da Silva Malle. Ação: Cível de Demarcação. Ano do processo: 1871. Comarca: 64 – Valença. Caixa 1566/D. RG: 14843. Códice: 15634.

da fazenda de Santo Antônio do Bananal provinham de um título de herança dos falecidos José Joaquim de Oliveira e dona Perpétua Domingues da Silva. Esta propriedade foi legada aos irmãos Raimundo José Brandão, Pedro José Brandão, Antonio José de Oliveira Brandão, Celestino José de Oliveira Brandão, Theodoro Domingues Brandão e o próprio Manoel Antonio Brandão.

Interessante avaliar a estratégia desta família depois da morte dos pais. Como vimos, somente dois irmãos declararam terras nos Registros Paroquiais. Isto se deveu porque diversas transações de compra e de venda foram realizadas entre os herdeiros da família Brandão: curiosamente, os não-declarantes venderam suas porções de terras aos dois declarantes, Theodoro e Manoel Antonio Brandão. Estes seriam os sucessores e proprietários da fazenda Santo Antônio do Bananal: a estratégia de acumulação das terras nas mãos de poucos era uma forma de garantir a reprodução social do grupo para que o patrimônio familiar não se fragmentasse posteriormente.<sup>16</sup>

Supostamente regularizada em 1856, esta fazenda, todavia, nunca havia sido medida e demarcada. Isto abriu espaço para que os direitos de propriedade fossem consuetudinariamente construídos entre os habitantes que declararam as terras e aqueles herdeiros ou aparentados que foram cultivando na localidade. Neste caso, os limites das terras nestas duas décadas (1850-1870) estavam intimamente ligados à criação e recriação de uma rede de relações pessoais<sup>17</sup>, mesmo que os títulos de herança e de compra estivessem concentrados nas mãos de poucos – os declarantes Theodoro e Manoel Brandão. Com a morte daquele, seria a oportunidade deste discriminar as terras na vizinhança que lhe cabiam, inclusive com seu próprio concunhado, Ventura Ignácio da Silva, que se casou com a ex-mulher de seu falecido irmão.

Neste ínterim, Manoel Antonio Brandão procedeu na ação demarcatória, exigindo que os indivíduos confrontantes apresentassem seus referidos títulos, intimando-os na justiça para que comparecessem ao juízo municipal de Valença. Pelo visto, parece que o caso só foi concluído no final do ano de 1871. Pelas medições realizadas, percebemos que Manoel Antonio Brandão conseguiu regularizar significativa parcela de terras frente aos outros confrontantes, totalizando 549:248 braças quadradas. Por outro lado, ao procurarmos o seu nome em outros processos judiciais, percebemos que o ano de 1871 não foi nada tranquilo para ele! O que aconteceu no interior de sua fazenda? Analisando mais detidamente as relações sociais dentro do seu terreno que estava, curiosamente, em processo de demarcação, poderemos nuançar um pouco mais as estratégias de outros indivíduos que procuravam legitimar seus direitos de propriedade.

No dia 27 de fevereiro deste mesmo ano, Manoel Antonio Brandão abriu um processo de queixa<sup>18</sup> contra João Luis de Oliveira, que havia aparecido de maneira bem sucinta no processo de demarcação anterior, vivendo em terras do suplicante. A queixa se iniciou com uma denúncia.

16 PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 125; p. 175.

17 MOTTA. *Nas Fronteiras do Poder*, p. 214.

18 AMJRJ/CCPJ: Nome da parte 1: Manoel Antonio Brandão, Nome da parte 2: João Luis de Oliveira. Ação: Cível de Queixa (Sumário de Culpa). Ano do processo: 1871. Comarca: 64 – Valença. Caixa 1602/A. RG: 015176. Códice: 15967.



Manoel Antonio Brandão afirmava ser proprietário de dois escravos, nomeados Tibúcio (trabalhador da roça) e Josefa (cozinheira). Brandão concedeu-os a João Luis de Oliveira para que o ajudassem quando ele precisasse. Porém, este ofereceu os dois cativos em empréstimo a Joaquim Moreira de Alagão. Por este ato, Oliveira era acusado de ter cometido o crime de estelionato contra Brandão, se apropriando de bens privados (neste caso, escravos), e dando-os em penhor a terceiros. Tal crime seria enquadrado no assim previsto artigo 264 do Código Criminal do Império do Brasil. Apressadamente, o suplicante reivindicou a devida punição, avaliando o dano no valor de 3:000\$000 réis.

Contudo, os processos de queixa não eram tão simples assim. O procedimento para casos como este requeria o que se chamava de “Sumário de Culpa”, um complexo de atos necessários ao esclarecimento de um processo criminal consequente de uma queixa. Cabia, nesta fase do processo, ao juiz qualificar e interrogar o réu, ouvir a defesa e as testemunhas informantes. Dos depoimentos, conseguimos extrair algumas informações valiosas.

João Luis de Oliveira nasceu por volta de 1821, na província do Rio Grande (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul). Alegava ter 50 anos de idade, ser casado e dizia saber ler e escrever. No auto de qualificação, não pudemos captar sua cor e muito menos suas procedências familiares, dizendo somente ser filho de Manoel Gomes de Oliveira. Afirmava exercer a profissão de lavrador, cultivando e trabalhando a terra. Depreende-se que se tratava de um homem livre, com poucos recursos, e que havia migrado para a cidade de Valença a fim de conseguir acesso à terra para estabilizar-se nela.

O recurso à mobilidade especial era uma das principais características da experiência de liberdade de homens e mulheres livres e pobres no século XIX. Era uma opção permanente nas estratégias de sobrevivência de famílias de lavradores<sup>19</sup> que buscavam limitar as incertezas do futuro, principalmente quando a situação “apertava”.<sup>20</sup> Contudo, a contraface da mobilidade se expressava na tentativa de fixação. Um mesmo indivíduo poderia romper com o desenraizamento e se reinserir em outra região para atingir alguns objetivos estratégicos que foram estimulados quando este decidiu se movimentar, qual seja: a expectativa de conseguir acesso estável na terra. O “homem móvel” se transfigura no “homem enraizado”.

Parece que este foi o caminho percorrido por João Luis de Oliveira, quando decidiu sair de seu local de origem para se estabelecer em terras valencianas. No momento do suposto crime de estelionato, residia no lugar denominado Paiolinho, na fazenda de Santo Antônio do Bananal. Avaliava ter chegado ali por volta do ano de 1865. Os recém-chegados, por outro lado, não passavam despercebidos numa região. Ainda mais se estamos falando de escravos que, ao tentarem se diferenciar no mundo dos cativos, mobilizavam a capacidade de mover-se para se aproximarem

19 MATTOS. *Das Cores do Silêncio*, p. 39-41; p. 50-62.

20 LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

da experiência de liberdade.<sup>21</sup> De qualquer forma, parece que João Luis de Oliveira não obteve problemas neste sentido. Foi consenso, entre todas as testemunhas, o fato de que o réu criou laços sociais e familiares na fazenda Santo Antônio do Bananal, ao haver se casado com uma das filhas de Manoel Antonio Brandão, dona Anastácia Maria Brandão.

Com o casamento, João Luis de Oliveira se fixou na região, deixando de ser estrangeiro ou estranho à comunidade. Ao constituir família com a filha de Manoel Antonio Brandão, o “agregado” transformaria toda a instabilidade da situação de um “homem desenraizado” em estabilidade, abrindo as portas para conseguir uma roça de subsistência, com moradia habitual e possibilidade de cultivo nas terras, e até mesmo a dois escravos, Tibúcio e Josefa, que ganharia em dote pelo casamento.<sup>22</sup> Parece que com estas relações estabelecidas, João Luis de Oliveira conseguiu permanecer nas terras tranquilamente durante cinco anos, de 1865, quando chegou, até 1870. Neste ano, porém, começaria a haver tensão entre o queixoso e o réu.

João Luis de Oliveira havia contraído uma dívida com a dona Ana Francisca de Azevedo Ramos. Para pagar a dívida que fez, concedeu em penhor os dois escravos ao marido e procurador da credora, Joaquim Moreira de Alagão. O valor “precioso” destes dois escravos, num contexto de supervalorização do preço do cativo pós-1850, foi suficiente para que a dívida fosse quitada. Todavia, mais significativo do que “desfazer-se dos escravos” depois do fim do tráfico transatlântico, foi o rompimento das relações entre Brandão e Oliveira.

A relação do agregado com o senhor-fazendeiro era balizada por uma condição de subalternidade/de dominação<sup>23</sup>, mas também de reciprocidade: a “concessão” das terras e dos escravos ao agregado deveria ser correspondida com a lealdade e compromisso deste para com o fazendeiro.<sup>24</sup> Quando Oliveira penhorou os cativos sem ao menos consultar Brandão, as boas relações costumeiras foram rompidas. A autonomia de resolver os seus próprios problemas (a dívida) esbarrou na interferência cotidiana do fazendeiro na vida do “agregado”. Neste sentido, Manoel Antonio Brandão interpretou como uma afronta o fato de que o seu genro, “ansiando-se (ser) senhor dos já referidos escravos, e assumindo domínio” conceda-os a terceiros mesmo que o domínio “lhe não foi transferido”<sup>25</sup>. Ante todo o exposto, o dependente violou a vontade do senhor. Cabia agora administrar, estrategicamente, a sua defesa.<sup>26</sup>

Ao dar em penhor os dois escravos, Oliveira compreendia que a transferência de domínio havia sido realizada no ato do dote de seu casamento. Como prova, apresentou um documento que

21 MATTOS. *Das Cores do Silêncio*, p. 53-57.

22 Não era incomum que homens livres e pobres possuíssem “situações” de terras e escravos que o auxiliassem na produção agrícola. Ver, por exemplo: MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, Faperj, 2009.

23 FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

24 MOTTA. *Nas Fronteiras do Poder*.

25 AMJRJ/CCPJ: Processo cível de Queixa/Sumário de Culpa (Manoel Antonio Brandão e João Luis de Oliveira), p. 2-2v.

26 Sobre a inviolabilidade da vontade senhorial na segunda metade do século XIX, ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

referendária a propriedade dos cativos, documento este que o fazendeiro alegava ser falso. Curiosamente, a intenção de abertura do processo de queixa, com objetivos claros de acusar o réu do crime de estelionato, acabou se desconfigurando com a teia de relações sociais que foram relatadas durante o “Sumário de Culpa”. As testemunhas tiveram papel importantíssimo na decisão do processo. Em sua conclusão, a justiça decidiu pela improcedência do caso aberto: a transferência da propriedade dos escravos foi reconhecida e o fato de que ela tenha sido realizada entre parentes só aumentou as chances de João Luis de Oliveira se defender.

O tiro acabou saindo pela culatra. Mas parece que as relações pessoais e costumeiras entre o fazendeiro e o lavrador não continuaram sendo as mesmas desde que o processo de queixa foi aberto e, logo após, perdido por Brandão. As antigas formas costumeiras de acesso à terra construída por relações pessoais e familiares foram perturbadas no momento em que a propriedade escrava foi penhorada. As possibilidades de João Luis de Oliveira permanecer na terra foram dificultadas. Não é à toa que Brandão abriu outro processo cível, dessa vez de despejo, contra o agregado em meados de 1871.<sup>27</sup>

Brandão e sua mulher disseram na denúncia que abriu o processo de despejo que não mais convinha, simplesmente, que João Luis de Oliveira e sua mulher permanecessem habitando na pequena casa em que viviam, situada na fazenda do Bananal. Ao reafirmarem serem senhores e possuidores destas terras, alegaram que concederam permissão para que o casal aí habitasse, permitindo-lhes cultivar o terreno. Abruptamente, Brandão requereu que a justiça intimasse os réus no prazo de 24 horas para que despejassem a casa que ocupavam.

Senão acompanhássemos os processos cíveis anteriores, não captaríamos que lógicas costumeiras foram rompidas, assumindo um tom um tanto impessoal que garantiria a legitimidade do suplicante ao reivindicar aquelas terras e a expropriação deste casal. Como vimos, os alvos do processo de despejo eram, nada mais, nada menos, que seu próprio genro e sua própria filha! Na verdade, a estratégia de Brandão, engessada no discurso jurídico, buscava confirmar uma situação de subordinação inerente a figura do “agregado”.<sup>28</sup> O que Brandão não esperava era que o próprio “subordinado” contestasse o processo de despejo, desejando proceder nos termos conciliatórios com o auxílio de seu advogado. Ao fazer isso, João Luis de Oliveira buscava desconstruir os laços de subordinação construídos anteriormente, afirmando-se enquanto um legítimo confrontante de Manoel Antonio Brandão.<sup>29</sup>

Primeiramente, contestou que a intenção de despejar as terras em que se estabelecia se tratava de “um procedimento violento e iníquo, que não encontra o mais leve fundamento em di-

27 AMJRJ/CCPJ: Nome da parte 1: Manoel A. Brandao, Nome da parte 2: Joao Luis de Oliveira. Ação: Cível de Despejo. Ano do processo: 1871. Comarca: 64 – Valença. Caixa: 1447/D. Códice: 14481. Tombo: 013690.

28 FRANCO. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*.

29 Caso parecido foi estudado na tese de doutorado de Márcia Motta, quando analisou a revolta dos agregados do Barão de Piabanha que desconstruíram a relação vertical com o fazendeiro, fortalecendo os laços horizontais com os pequenos posseiros na comunidade rural ali instalada. Ver: MOTTA. *Nas Fronteiras do Poder*, p. 207-211.

reito”: a denúncia e a abertura do caso surpreenderam João Luis de Oliveira que não esperava uma atitude tão violenta intentada pelo fazendeiro. A defesa começou a ser mais incisiva quando o agregado afirmou que “as terras cujo despejo pretendem são judicialmente compradas pelo réu e parte dadas em dote a este pelos autores que marcaram-lhe as divisas”. Além disso, “a casa em que habita o réu foi em sua maior parte por ele construída (...) sendo ordinárias as ações de despejo de ‘prédios rústicos’”, não podendo ser admitido o “procedimento tumultuário empregado pelos autores”.<sup>30</sup>

A estratégia de João Luis de Oliveira foi justamente afirmar um duplo direito sobre as terras nas quais estava situada a sua casa: parte do direito de propriedade foi originado por relações costumeiras materializadas no dote recebido; e parte foi originado mediante a compra de uma parcela de terras que anexou às mesmas. A constatação da moradia habitual e a caracterização de sua casa enquanto um “prédio rústico”, que na acepção corrente do século XIX se referia ao “prédio” dedicado a agricultura e ao cultivo da terra, legitimavam sua reivindicação à propriedade, que deixaria de ser mediatizada pelo fazendeiro.

O final do processo acabou por “deixar em prova” a ação de despejo aberta por Manoel Antonio Brandão. Parece que a contestação de João Luis de Oliveira surtiu efeito estratégico: mesmo que o caso de despejo não tenha sido totalmente suspenso, pelo menos a sua permanência na terra ainda estava garantida. Estas conquistas “mínimas”, longe de serem irrisórias para o olhar do investigador, devem ser identificadas para compreendermos como indivíduos, *a priori*, despossuídos, acessaram e defenderam seu direito à propriedade mesmo depois da Lei de Terras de 1850.

Em janeiro de 1874, Manoel Antonio Brandão faleceu e foi aberto um inventário<sup>31</sup>. Somavam-se em móveis, animais, escravos, bens de raiz e dívidas, a quantia de 81:378\$606. No cálculo de partilha<sup>32</sup>, encontramos mais uma vez o nome de João Luis de Oliveira, que por cabeça de sua mulher, dona Anastácia Brandão, se qualificava enquanto herdeiro do falecido fazendeiro. O pagamento total dos bens ao casal de “agregados” calculou-se em torno do montante de 3:652\$662. Nesta parte do cálculo de partilha, temos acesso as propriedades adquiridas por Oliveira e Anastácia: um sítio, “a beira da Estrada da Polícia”, que continha uma “casa velha”, com extensão de “2 alqueires de terras” e contendo cafezais. Além de dois pés de café plantados e “com fruto”. Estes bens somados constituíam todo o patrimônio material de Oliveira.

Até aqui, poderíamos argumentar que Oliveira continuava estabelecido por ali. Por outro lado, o nome do lavrador, ao ser perseguido na investigação, foi encontrado mais uma vez, na Conta Testamentária de Brandão<sup>33</sup>, aberta no ano de 1877. Como ato expresso de suas últimas vontades

30 AMJRJ/CCPJ: Processo cível de Despejo (Manoel A. Brandão e João Luis de Oliveira), p. 7-8.

31 AMJRJ/CCPJ: Nome da parte 1: Maria Escolástica Moreira (Inventariante), Nome da parte 2: Manoel Antonio Brandão (Inventariado). Ação: Cível de Inventário. Ano do processo: 1874. Comarca: 64 – Valença. Caixa: 1422/D. RG: 013458. Códice: 14249.

32 AMJRJ/CCPJ: Nome da parte 1: Manoel Antonio Brandão. Ação: Cível de Inventário/Cálculo de Partilha dos Bens. Ano do Processo: 1874. Comarca: Valença. Caixa: 1508/D. RG: 14228. Códice: 15019.

33 AMJRJ/CCPJ: Nome da parte 1: Manoel Antonio Brandão, Nome da parte 2: Ventura Ignácio da Silva. Ação: Cível de Conta Testamentária. Ano do processo: 1877. Comarca: 64 – Valença. Caixa: 1702/A. RG: 16172. Códice:

des, foram produzidos efeitos para além do momento da morte do testador e com consequências trágicas para a vida de alguns herdeiros. Uma delas foi a seguinte:

“Deixo a minha filha Anastácia, muda, casada com João Luiz de Oliveira, a quantia de um conto de réis que será convertido em apólices da dívida pública de que a dita minha filha só terá usufruto, não podendo dispor dela por motivo algum e por sua morte reverterá a dita apólice a seus filhos que disporão dela da maneira que lhes convier. Declaro que o restante de minha terça será dividido metade para minha mulher Maria Escolástica Moreira e a outra metade com igualdade para todos os meus filhos, com exceção de minha filha Anastácia, mulher de João Luiz de Oliveira.”<sup>34</sup>

Como se percebe, a quebra das relações costumeiras entre Brandão e Oliveira afetou até a vida da filha do fazendeiro falecido. Das sete herdeiras de seu pai, ela era a única que tinha recebido este valor. Além disso, não poderia usufruí-lo em vida, sendo legado aos netos de Brandão quando a mãe deles morresse. Nas últimas páginas do processo, Dona Anastácia Brandão apelou para a justiça, em 1884, requerendo um novo alvará de licença para continuar recebendo da caixa de amortização os competentes juros da apólice da dívida pública, mesmo que “apenas em usufruto com reversão a seu filho”, para suprir o desaparecimento de seu marido, João Luis de Oliveira, “o qual se acha ausente em parte não sabida há mais de 12 anos”.<sup>35</sup> Se seus cálculos estiverem certos, Oliveira haveria partido da região de Paiolinho um ano após a abertura do processo de despejo, em 1872.

Não sabemos as causas deste novo desenraizamento e muito menos se ele recebeu realmente os bens ou a quantia do cálculo de partilha. Só o que sabemos foi que ele, depois dos conflitos e das pilhérias que presenciou e reagiu, optou pela mobilidade novamente. Se partiu realmente em 1872, uma das possibilidades para explicar este evento seria a própria expulsão expedida a mando de Brandão. A tradicional violência exercida pelo senhor poderia ter sido decisiva para que o lavrador decidisse partir das terras que ocupava, mesmo que isso significasse abandonar sua mulher com sua prole. Ou, quem sabe, tenha partido porque acreditava que sua autonomia nunca seria respeitada. A única coisa que podemos extrair foi que o “homem enraizado” outra vez viu na mobilidade a saída mais estratégica para continuar exercendo sua liberdade.<sup>36</sup> Quem sabe tenha decidido se fixar em uma nova região aspirando uma porção de terras. Mas isso é uma outra história.

## Conclusões

O caso analisado neste artigo nos ajuda a compreender como a redução da escala de observação pode auxiliar o investigador interessado em avaliar os efeitos da Lei de Terras no Império

---

16963.

34 AMJRJ/CCPJ: Processo cível de Conta Testamentária (Manoel Antonio Brandão e Ventura Ignácio da Silva), p. 9v-10.

35 AMJRJ/CCPJ: Processo cível de Conta Testamentária (Manoel Antonio Brandão e Ventura Ignácio da Silva), p. 30.

36 MATTOS. *Das Cores do Silêncio*, p. 54-62.

brasileiro. Neste ínterim, o método mobilizado na pesquisa permitiu a análise histórica do processo de regularização empreendido pelo Regulamento de 1854, “descongelando” a objetividade do registro de terras ao cotejarmos com processos cíveis e criminais que um determinado declarante se envolveu nos anos posteriores à declaração.

A criação deste sistema normativo de ordenamento fundiário acabou por abrir espaços intersticiais que permitiram a construção de estratégias que modificavam constantemente a realidade.<sup>37</sup> Por este motivo, é sempre importante ressaltar que as relações de propriedade, ao serem relações sociais, devem ser observadas desde uma pluralidade de ângulos, focalizando a mutabilidade dos direitos sobre terras para além dos princípios legais e dos marcos institucionais.<sup>38</sup> Esta perspectiva relacional abre novas questões sobre o problema, visto que muitas disputas reduzidas à definição genérica de “conflitos fundiários” poderiam ser conectadas a litígios centrados em relações sociais propriamente ditas. Isto pode contribuir com novas facetas para o entendimento da aplicação da Lei de Terras no Brasil do século XIX.

---

37 LEVI. *A Herança Imaterial*.

38 CONGOST, Rosa. *Tierras, Leyes, Historia*. Estudios sobre “la gran obra de la propiedad”. Barcelona: Editora Crítica, 2007.



## Terra, trabalho e mobilidade indígena nas fronteiras do Leste mineiro

**Romilda Oliveira Alves**

Doutoranda em História Social da Cultura – UFMG

Professora da UEMG – Unidade Ibirité

Bolsista PCRH/Fapemig

romildahis@yahoo.com.br

### Resumo

O objetivo desta comunicação é estudar o processo de conquista e civilização indígena nos territórios situados entre os limites dos rios Doce, Pomba e Paraíba, na primeira metade do século XIX. O interesse principal é analisar as relações que se estabeleceram entre apropriação territorial e trabalho compulsório dos índios nos aldeamentos e demais espaços da Zona da Mata mineira e Vale do Rio Doce, abordando a agência indígena como elemento fundamental para compreender a expansão das fronteiras e a dinâmica da produção mercantil de alimentos. Na perspectiva dos estudos de Maria Celestino de Almeida<sup>1</sup>, que utiliza o conceito de Steve Stern denominado “resistência adaptativa”, busca-se demonstrar que a integração dos nativos nos aldeamentos e unidades produtivas das localidades em estudo possibilitou que eles alcançassem porções de terras, ferramentas agrárias, proteção contra os inimigos, instrução escolar e cristã e aprendizagem de ofícios mecânicos. Ademais, a pesquisa pretende analisar as fugas temporárias e permanentes dos aldeamentos como mecanismos de sobrevivência física e cultural dos índios, que agiram por escolha própria ou com algum incentivo dos fazendeiros para integrá-los em suas unidades produtivas como trabalhadores compulsórios. Essa mobilidade espacial expressava as estratégias criativas, a autonomia e a liberdade dos indígenas, mesmo que limitadas, em busca de meios para escapar das epidemias e encontrar melhores formas de viver. Por meio de documentos cartorários e administrativos, tais como registros de compra e venda de terras, petições, requerimentos, relatórios e correspondências, será analisada a participação ativa dos índios em atividades ligadas à agricultura, serviços públicos e comércio, bem como a dinâmica fundiária e os conflitos sociais. Por fim, a proposta é discutir que o caminho para a “civilização” indígena no século XIX esteve intimamente atrelado ao “mundo” do trabalho e à questão da terra.

**Palavras-chave:** trabalho compulsório indígena, terras indígenas, aldeamentos, conflitos fundiários, mobilidade indígena

1 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 2003.

A partir da segunda metade do século XVIII, os governadores de Minas Gerais se dedicaram à formação de bandeiras armadas para a conquista dos Sertões do Leste mineiro, que compreendem os atuais territórios da Zona da Mata mineira e Vale do Rio Doce, regiões tradicionalmente habitadas pelos **índios Puris**, Coroados e Coropós. Este espaço geográfico passou a funcionar como o Novo Eldorado, atraindo indivíduos de antigas áreas mineradoras, com o propósito de buscar riquezas e possessões territoriais, como também “domesticar” e “civilizar” os gentios com o intuito de transformá-los em súditos cristãos e vassalos do Império Português<sup>2</sup>.

No início do século XIX, o Estado joanino reforçou as novas áreas de expansão e o papel de Minas como capitania abastecedora de alimentos. Além disso, definiu uma política indigenista que ampliou o direito dos colonos e militares de reduzir, aprisionar e escravizar os povos e indivíduos indígenas mais resistentes ao processo de conquista e expansão do domínio português. A Carta Régia de 13 de maio de 1808<sup>3</sup>, assinada pelo Príncipe Regente, Dom João VI, declarava uma guerra ofensiva contra os índios, genericamente denominados “Botocudos”<sup>4</sup>. Essa legislação retomava legalmente a escravização indígena e criava a Junta de Conquista e Civilização dos Índios, do Comércio e da Navegação do Rio Doce, demarcando as áreas cortadas pelos vales dos rios Doce e Pomba em seis (6) divisões militares e, para cada uma delas, nomeava um comandante com o dever de controlar os aldeamentos e outros espaços dedicados à produção de alimentos<sup>5</sup>.

A partir de então, organizam-se novos “descimentos”, comandados por militares, que convenciam os índios a abandonarem seus territórios e “descerem” para os vários quartéis, presídios<sup>6</sup>

2 LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37. n° 35, 2017, pp. 119-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n75/1806-9347-rbh-2017v37n75-05.pdf>. Acesso em: 20/05/2018.

3 Cartas Régias que declararam guerras aos índios Botocudos de Minas Gerais e São Paulo foram expedidas em 13/05/1808, 24/08/1808, 05/11/1808, 02/12/1808, 01/04/1809. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. Uma compilação (1808/1889). São Paulo: Comissão Pró-Índio/Edusp, 1992.

4 Os grupos de índios nômades e seminômades mais resistentes ao processo de conquista e expansão do domínio português foram genericamente denominados no século XVI de tapuias, posteriormente de aimorés e, na segunda metade do século XVIII, de botocudos. LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37. n° 35, 2017, pp. 119-143 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n75/1806-9347-rbh-2017v37n75-05.pdf>. Acesso em: 20/05/2018. De acordo com Maria Izabel Missagia, os paulistas e portugueses denominaram os grupos de índios que povoavam os sertões do Leste Mineiro de “Botocudos” em virtude dos ornatos de madeira, semelhantes a um tampo de tonel (batoque), que eles usavam nas orelhas e no lábio inferior. MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os botocudos na Província de Minas*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004. p. 41-42. Jonh Monteiro alertou os historiadores sobre os cuidados que se deve ter ao analisar as categorias sociais produzidas na sociedade colonial, sobretudo as classificações étnicas generalizantes como “carijós”, “tapuios” ou “índios”, que eram utilizadas para identificar as várias nações indígenas com origens étnicas, línguas e culturas distintas. MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Estudos de História indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 59.

5 LANGFUR. *Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência*, p. 123.

6 Presídios eram lugares onde se estabeleciam as forças militares destinadas à defesa do território ou civilização dos índios, bem como à prevenção do contrabando. FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1982. p. 82. De acordo com Adriano Toledo Paiva, entre 1808 a 1814, construíram-se 61 bases militares ao longo dos Rios Doce, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, Jucuru e seus afluentes, bem como 27 quartéis. PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

e aldeamentos que se estabeleciam ao longo das principais estradas e caminhos, que margeavam os afluentes dos Rios Doce, Pomba e Paraíba. Nesse contexto, os aldeamentos retomam sua importância como locais estratégicos para facilitar a ocupação territorial, além de incentivar empreendimentos agrícolas e comerciais para abastecer e dinamizar o mercado interno de Minas Gerais.

Para fundamentar sua ofensiva militar, o Príncipe Regente recorreu ao princípio da “guerra justa”, que autorizava a escravização e extermínio dos indígenas que se recusavam a se converter à doutrina cristã ou que cometiam hostilidades contra os missionários, militares e aliados da Coroa portuguesa<sup>7</sup>. O discurso colonizador afirmava que as ofensivas dos indígenas contra os colonos resultavam em abandono das fazendas e áreas de mineração, ocasionando muitas vítimas e perdas materiais para o erário régio. Este fato justificava o uso da força retaliatória contra os povos acusados de hostilidades, que apenas lutavam pela manutenção dos seus territórios. De acordo com Hal Langfur, a guerra só teria fim quando os colonos retornassem às suas unidades produtivas e “os indígenas se submetessem ao império”<sup>8</sup>.

É necessário salientar que as situações de contato em áreas de fronteira não se limitavam às guerras, uma vez que o processo de interação entre as populações autóctones e os colonos também se dava por momentos de convivência pacífica<sup>9</sup>. Os próprios indígenas que promoviam correrias e atacavam os colonos e suas fazendas procuravam os diretores militares e propunham acordos de paz. Ainda que a “guerra justa” fosse autorizada pela Coroa portuguesa, houve o estabelecimento de alianças e negociações com os grupos considerados hostis. Tanto os colonos quanto os gentios souberam utilizar das relações de alianças tecidas em tempos de guerra e paz em proveito próprio<sup>10</sup>. Entretanto, não se pode negar que as populações indígenas foram submetidas à superioridade tecnológica e militar dos colonizadores, às violências e às epidemias, bem como tiveram suas relações de trabalho modificadas para responder aos interesses políticos e econômicos das esferas dominantes.

Os relatórios de Guido Thomaz Marlière<sup>11</sup> apresentam informações importantes para refletir sobre as dinâmicas e conflitos sociais em torno da questão da terra e produção agrária e mercan-

7 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 2002, pp. 115-132.

8 LANGFUR. *Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência*, p. 125-126.

9 BOCCARA, Guillaume. “El poder creador: tipos de poder y estrategias de sujecion en la frontera sur de Chile en la época colonial”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. BAC, mis en ligne le 14 février 2005, référence du 29 septembre 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document597.html>, p. 65-69.

10 HAMEISTER, Martha Daísson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 272.

11 Guido Thomáz Marlière exerceu o cargo de Diretor-geral dos Índios (1813 a 1836) das aldeias das freguesias de São Manuel do Rio Pomba, de São João Batista do Presídio e outras regiões circunvizinhas. Sobre a trajetória militar e administrativa de Marlière, ver: AGUIAR, José Otávio. *Memórias e Histórias de Guido Thomáz Marlière (1808-1836)*. A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

til. Outrossim, apresentam ricas descrições sobre as formas de organização do trabalho dos índios e o seu papel protagonista na expansão econômica dos espaços fronteiriços das regiões banhadas pelas bacias hidrográficas dos rios Doce e Pomba e Paraíba.

A Junta de Conquista e Civilização do Rio Doce defendia a “pacificação” e “civilização” dos índios por meio de atividades laboriosas que contribuíssem para a manutenção do Erário Régio. Assim que se tornavam aldeados, os nativos recebiam dos diretores militares ferramentas, vestuário, uma porção de terra para construir suas residências e plantar suas roças, como também uma canoa para navegação, tachos de cozinha e instrumentos para a construção de moinhos. Além do cuidado com suas plantações de cultura, os indígenas deveriam trabalhar nas lavouras dos aldeamentos, inclusive vigiá-las contra a invasão dos portugueses e outros grupos nativos mais resistentes à “pacificação” e “civilização”<sup>12</sup>. No aldeamento de Cuieté, por exemplo, os aldeados, além de praticar a caça e a pesca, negociavam a poaia, cera da terra e mel<sup>13</sup>. Há relatos ainda da presença de crianças e jovens índios aprendendo a navegar, fiar e cultivar algodão em troca de jornais, roupas e alimentação<sup>14</sup>.

Os índios “pacificados” eram empregados em atividades de canoagem, abertura e conservação de estradas para permitir o livre trânsito das tropas de cargas que circulavam entre os limites de Minas Gerais com as capitânicas do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As expedições de conquista contavam sempre com a presença de um intérprete que atuava como ajudante e “língua” (índio que falava o português e ajudava os soldados aquartelados na mata na aproximação com seus habitantes) que tinha a função de tranquilizar e apaziguar os ânimos dos grupos indígenas mais resistentes à usurpação de seus territórios<sup>15</sup>. Adriano Toledo Paiva argumenta que a experiência de canoagem dos índios e o seu conhecimento da topografia e geografia do território levaram os sertanistas a utilizá-los como guias em expedições. O autor afirma que o conhecimento cartográfico dos indígenas transmitido aos sertanistas, por meio da oralidade, foi fundamental para a elaboração de “mapas e roteiros dos caminhos terrestres e fluviais” que levaram a terrenos potencialmente férteis e às lavras minerais<sup>16</sup>.

Francisco Campos, capelão de São João Batista do Presídio, foi um dos missionários responsáveis pela catequização dos índios Coroatos, Coropós e Puris, que habitavam as zonas banhadas pelos Rio Pomba, Xopotó, Muriaé e Bagres. Em 1801, este padre elaborou o “Plano de Catequese e Civilização dos Índios”, apontando a necessidade de “civilizar” os gentios e transformá-los em súditos cristãos e vassalos do rei. Neste projeto, a catequese caminhava *pari passu* com a “civilização” para o trabalho. O reverendo recomendava que as patrulhas de índios que percorressem o sertão fossem obrigadas a alternar, de forma moderada, o trabalho militar com o cultivo de milho,

12 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 103, Documento 02. (02/08/1817)

13 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 116, Documento 27. (23/03/1818)

14 JOSÉ, Otiliano. *Fatos e figuras de Visconde do Rio Branco*. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1956. p. 156.

15 Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XI, Fasc. I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907. p.5. APM, COL.APM.000268. p. 239-240.

16 PAIVA. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais*, p. 41- 44.

criação de galinhas, plantação de algodão e outros gêneros. De acordo com Francisco Campos, os diretores militares deveriam distribuir porções de terras aos índios aldeados e persuadi-los a plantar lavouras para o sustento de suas próprias famílias, de forma que os gêneros excedentes fossem vendidos nos mercados mais próximos. Os índios somente poderiam vender a produção com presença do regente ou inspetor, os quais seriam responsáveis por fiscalizar o comércio e os preços dos produtos. O comerciante que estabelecesse trocas comerciais com os indígenas deveria se adequar às normas de preços impostas pela administração colonial. Se desobedecesse, seria “obrigado a restituir todo o prejuízo” aos índios e, “castigado pelo engano, e mau exemplo” e, ainda, pagar o produto conforme seu justo valor<sup>17</sup>.

De acordo com Maria Hilda Banqueiro Paraiso, a política indigenista joanina ampliou o direito dos colonos e militares de reduzir e aprisionar índios com o compromisso de educar e utilizar os seus serviços por um período de 10 anos<sup>18</sup>. Entretanto, em muitos casos, quando terminava este prazo, o índio que havia sido liberto da escravidão permanecia na propriedade, tornando-se disponível para o fazendeiro, que poderia utilizá-lo por meio do aluguel e jornada diária de trabalho<sup>19</sup>. Essa política indigenista foi mantida formalmente até a criação da Lei de 17 de outubro de 1831, que revogou as “guerras justas” contra os nativos selvagens de São Paulo e Minas Gerais, concedendo liberdade aos que viviam no cativeiro. Conforme seu artigo 2º, “ficavam revogadas as Cartas régias de 13 de maio e de 2 de dezembro de 1808 na parte em que autorizam na província de Minas Gerais a guerra aos índios e servidão dos prisioneiros”<sup>20</sup>. Apesar da proibição da escravização dos nativos, os moradores trataram de criar formas alternativas de recrutamento para utilizá-los como mão de obra em suas unidades agrícolas.

Os diretores dos aldeamentos foram denunciados por não obrigarem os nativos aldeados ao trabalho na lavoura e por deslocar-se com eles frequentemente pelas freguesias sem o consentimento das autoridades administrativas. Já os comandantes militares foram acusados de empregá-los em seus serviços particulares. Em 1819, o comandante João do Monte da Fonseca recebeu a Provisão da Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios para fundar um aldeamento, levantar uma igreja e demarcar terras para os índios Puris no sertão de Muriaé<sup>21</sup>. Doze anos depois, este capitão foi alvo de reclamações dos moradores, os quais o acusavam de utilizar suas prerrogativas administrativas para se apropriar do trabalho dos índios na extração de ervas medicinais e os tratar “piores do que escravos”, dando-lhes apenas “um saco de milho” para “compensar com outro de poaia”<sup>22</sup>.

17 Arquivo Público Mineiro. CC - Caixa 110, Planilha (PI) 20645. Rolo 533. (Sem data)

18 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Guido Pokrane, o Imperador do Rio Doce. In: Anais do XVIII Simpósio Nacional de História. Simpósio Nacional de História- ANPUH. Londrina, 2005. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/MHParaiso.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2017. p.3.

19 ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 126-129.

20 Coleção de Leis do Império do Brasil (1822-1889). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Portal da Câmara.

21 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 111, Documento 60. (21/08/1819).

22 Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial (SP). Presidência da Província (PP) ¼, Caixa. 01, Documento 06. (01/01/1831). De acordo com Adriano Toledo Paiva, a poaia era uma droga do sertão utilizada como planta medicinal para provocar vômitos. PAIVA. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais*, p. 71.



Em um relatório datado de 3 de outubro de 1819, Guido Thomas Marlière informava sobre o grande número de índios Puris “mansos e pacíficos” que havia encontrado no aldeamento de Manuelburgo. No documento em questão é possível observar claramente a resistência e os acordos dos indígenas com relação às intenções de Marlière, que só conseguiu inspecionar as plantações de cultura do aldeamento depois que ofereceu aos aldeados alguns brindes, como vestuário, alimentos e ferramentas<sup>23</sup>. É importante ressaltar que, muito mais que presentes, estes bens materiais significavam a ação consciente dos índios e suas práticas de resistência e acordos. Os instrumentos agrícolas (machados, enxadas, foices e facões) distribuídos pelos missionários e militares aos Coroatos, Coropós, Puris e Botocudos e a instalação de tendas de ferreiro nas aldeias foram indispensáveis para a inserção dessas populações em formas de organização do trabalho que atendiam às necessidades de mão de obra dos fazendeiros e sitiadas das regiões banhadas pelos Doce, Rio Pomba, Xopotó, Muriaé e Bagres.

Os índios fizeram escolhas, negociaram e resistiram ao processo de conquista e ocupação dos seus territórios. O índio Guido Pokrane, considerado o botocudo mais amigo dos brasileiros, é um exemplo notório de como as lideranças indígenas foram capazes de articular interesses e se apropriar dos códigos culturais europeus para demonstrar prestígio e poder junto a seu grupo étnico e se diferenciar socialmente de outros grupos não “aliados” aos interesses imperiais. Além de falar bem o português, ele formou alianças com pessoas ilustres da sociedade e alcançou enorme respeito junto a seus parentes. Inclusive, teve a oportunidade de viajar até o Rio de Janeiro para se apresentar ao Imperador com o interesse de convidá-lo para ser padrinho do seu filho<sup>24</sup>. Em retribuição a essa amizade e confiança, o Imperador ofereceu-lhe como presente uma ilustre e boa espingarda<sup>25</sup>.

Em recompensa pelos bons serviços prestados a essa alta autoridade e por sua fidelidade ao Diretor Marlière, Pokrane teve a oportunidade de atuar como diretor de um grande aldeamento denominado Manhuaçu, localizado em Cuieté, no Vale do Rio Doce. Nessa Aldeia, ele tinha terras próprias e vivia em casa coberta de telhas, possuindo animais de criação, plantações de cultura, engenhoca de mandioca e uma moenda de cana para fabricação de rapaduras<sup>26</sup>. Pokrane exerceu forte influência “sobre os índios de sua aldeia” e aplicava castigos aos que não obedeciam às suas ordens.

Os índios aproveitaram da sua condição de aldeados e recorreram às autoridades administrativas para apresentar queixas e reivindicações contra a violência e apossamento dos seus territórios e de seus recursos naturais pelos não índios. Em 1825, Guido Marlière recebeu a representação dos coroados com denúncias contra ameaças de morte e invasão de suas terras por parte de José Gomes de Melo. Marlière ordenou a este fazendeiro a restituição das terras indígenas, afirmando

23 Arquivo Público Mineiro. CC - Caixa 08, Planilha (Pl) 10171. Rolo 533. (03/10/1819).

24 Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XI, Fascículo I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907. p.7

25 Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM), ano XI, Fascículo I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907. p.7.

26 Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XI, Fascículo I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907. p.7



que os portugueses deveriam preservar a “a paz, tranquilidade e amizade” com os índios “trabalhadores e civilizados” a fim de não desagradar e levá-los a promover rebeliões<sup>27</sup>.

A documentação coeva revela também um sistema de práticas de aliciamento de mão de obra indígena e os constantes deslocamentos de índios para exercerem trabalho compulsório em fazendas localizadas próximas das aldeias. A mobilidade espacial era uma realidade na vida dos aldeados, que, muitas vezes, transitavam de uma fazenda a outra à procura de alimentos, ferramentas, roupas e remédios para suas enfermidades. Os administradores dos aldeamentos e missionários buscavam sempre controlar as contínuas viagens dos nativos para os povoados, concedendo-lhes licenças de trânsito para exercerem tarefas laboriosas somente se atendessem aos interesses da administração colonial<sup>28</sup>. A análise de alguns relatórios e requerimentos emitidos pela Junta Militar do Rio Doce demonstra que as resistências adaptativas<sup>29</sup> (fugas, deserções e alianças) reconfiguraram as coletividades e reconstruíram as identidades indígenas na medida em que provocavam mudanças em suas relações sociais, políticas e econômicas.

Os moradores se aproveitaram da situação de falta de recursos das aldeias para se beneficiarem da força de trabalho dos índios em suas fazendas. Em 1811, Antônio José Dias Coelho, Brigadeiro e Inspetor Militar do Presídio de São João Batista, relatava que, ao inspecionar a 2ª, 3ª e 4ª Divisões, localizadas na parte direita do sertão do rio Doce, observou que os índios Puris da Aldeia José Ribeiro tinham fugido para a casa de Leandro Dias da Cunha. Embora a documentação não apresente detalhes sobre os motivos da permanência dos índios na casa desse morador, podemos inferir que essa relação envolvia a apropriação da força de trabalho compulsória dos indígenas, cujo pagamento possivelmente efetuava-se em troca de materialidades como ferramentas, vestuário e alimentação<sup>30</sup>. Como argumenta João Pacheco de Oliveira, raramente os índios recebiam salários por seus ofícios e ocupações, visto que os pagamentos se davam por vínculos pessoais, acordos, parcerias e outras formas de negociação<sup>31</sup>.

O inspetor Antônio José Dias mandou dois soldados até a casa de Leandro Dias para resgatar e retornar com os Puris para a aldeia. Contudo, o fazendeiro não aceitou devolver os índios e, ainda por cima, agiu com violência contra os soldados e mandou prendê-los em sua fazenda. Por desobedecer às leis e às autoridades, Leandro Dias e seu filho foram presos no Quartel Geral e colocados no tronco durante uma noite. Após serem soltos receberam advertência para nunca mais

27 Arquivo Público Mineiro. SP, PP ¼, Caixa. 01, Documento 04. (29/08/1825)

28 Arquivo Público Mineiro. CC - Caixa 110, Planilha (PI) 20645. Rolo 533. (sem data).

29 Em seus estudos sobre o papel das aldeias indígenas no processo de formação e desenvolvimento da sociedade colonial do Rio de Janeiro, a historiadora Maria Celestino de Almeida utilizou em suas abordagens teóricas e metodológicas o conceito de Steve Stern denominado “resistência adaptativa” para demonstrar que os índios, em seu contato com o outro, aprenderam novas práticas culturais e políticas e souberam utilizá-las em prol dos seus próprios interesses. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*, p. 34.

30 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 83, Documento 29. (29/03/1811).

31 OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

induzir os índios a fugir do aldeamento<sup>32</sup>. Por um lado, esse caso revela a intensa interação e aliança entre os indígenas e demais agentes da fronteira, por outro as disputas travadas entre os diretores e os fazendeiros em torno do trabalho indígena.

Em um requerimento do ano de 1821, Guido Thomaz Marlière, inspetor da Divisão Geral da Junta de Conquista e Civilização dos Índios, reclamava que o Furriel José Lucas havia incentivado alguns Puris pacificados a abandonar o aldeamento de São João Batista do Presídio para utilizá-los como força de trabalho em sua fazenda de gado, localizada em Manuelburgo. Marlière afirmava que tentou de diversas maneiras persuadir os indígenas a retornarem para o aldeamento, mas não obteve sucesso em sua empreitada porque eles consideravam o dito Furriel um homem bom e um pai que lhes dava roupas, alimentos e ferramentas<sup>33</sup>. Essa informação revela a intensa interação e aliança entre os aldeados e os fazendeiros da região, além da vulnerabilidade dos índios ao trabalho compulsório.

De acordo com Adriano Toledo Paiva, a produção de aguardente foi um dos fatores de atração dos índios às unidades produtivas, inclusive o elemento desencadeador do processo de “destribalização” e “desestruturação” das sociedades indígenas. Segundo ele, o cultivo da cana de açúcar constituiu uma atividade de destaque no rol das produções das fazendas de São João Batista do Presídio<sup>34</sup>. O caldo de cana servia como remédio para os enfermos, e a aguardente, além de funcionar como bebida, era muito utilizada nos lares para a cura de feridas. Em troca da cachaça e sacos de milho, os gentios davam aos colonos poaia, cera, mel, bálsamos e outros gêneros<sup>35</sup>.

A expropriação e o uso limitado dos arcos e flechas constituíam uma forma de privar as populações indígenas de suas viagens, evitando que se embrenhassem pelas matas e abandonassem as lavouras dos aldeamentos. Além disto, controlavam as contínuas guerras entre os Coroados e os Puris. A formação de patrulhas compostas por “uma esquadra de índios, comandadas por um cabo civilizado”, certamente funcionaram como mecanismos para cessar esses conflitos e evitar as fugas temporárias e permanentes dos aldeados<sup>36</sup>.

Em 1811, o inspetor da Junta Militar, Antônio José Dias Coelho, emitiu um parecer ao governador denunciando o grande número de índios aldeados da 2ª Divisão que estavam foragidos das aldeias, andando dispersos e unidos pelas estradas e matas a cometer crimes e insultos como o de “flecharem alguns negros para lhes tirarem as ferramentas”. Nesse parecer, o inspetor acusava o Diretor dos Índios José Marques Ferreira de não obrigar os índios da Aldeia da Casca a se dedicarem às lavouras de cultura e de viver com eles “em qualquer parte” sem anuência do governo. Em seu relato, o autor do parecer tomou o cuidado de ressaltar que, ao percorrer as estradas da 2ª

32 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 83, Documento 29. (29/03/1811).

33 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 121, Documento 18. (11/04/1821).

34 PAIVA, Adriano Toledo. *Aranjeis da tradição: conquistadores nos sertões do ouro (1760-1800)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p. 224.

35 Arquivo Público Mineiro. SP. PP ¼, Caixa. 04, Documento 62. (sem data)

36 Arquivo Público Mineiro. CC - Caixa 110, Planilha (PI) 20645. Rolo 533. (sem data).

Divisão, se esbarrou com esse diretor dirigindo-se à antiga aldeia de José Ribeiro, levando consigo vinte e cinco (25) índios, “entre grandes e pequenos”, em busca dos alimentos que estavam em falta na Aldeia da Casca<sup>37</sup>.

Esse documento é interessante por destacar a resistência adaptativa dos índios aldeados, identificados como “mansos desobedientes”, por abandonarem os aldeamentos e não se sujeitarem às leis e à religião. Chama a atenção também o fato de o inspetor recomendar ao rei que eles fossem repartidos com carta de ofício para os “melhores fazendeiros da Capitania” de forma que fossem úteis ao Estado, à religião e a si mesmos. Os homens e suas esposas deveriam permanecer juntos em uma mesma fazenda para receber a doutrina cristã e educação para o trabalho. Depois de “domesticados”, o casal de índios poderia tornar-se agregado da fazenda e “criar para si e para os filhos que ali for tendo” um rancho e plantações de cultura<sup>38</sup>.

De acordo ainda com o parecer do inspetor, os índios pequenos menores de 10 anos seriam “repartidos do mesmo modo pelas povoações da Capitania”, devendo ser educados em escolas, aprender a doutrina cristã e os ofícios mecânicos. O processo de aprendizagem das meninas condizia com o lugar social que a mulher ocupava daquela sociedade, limitando-se ao ensino das prendas domésticas. Conforme ainda o parecer, os índios desobedientes deveriam ser integrados em novas aldeias o mais próximas possível do centro das matas e dos limites de “algum rio ou serra”. Se fossem vistos fora dessas demarcações e se envolvessem em qualquer tipo de insulto, passariam a ser “batidos como inimigos”, pois “a experiência tem mostrado que eles juntos aldeados, jamais perdem o uso da sua ferocidade e toda despesa feita pela Real Fazenda a este respeito é inútil [...]”<sup>39</sup>. As posturas de resistências dos indígenas eram vistas pelas autoridades como “atitudes de selvageria, barbaridade e ferocidade”<sup>40</sup>.

### Breves considerações finais

O presente artigo buscou refletir sobre a ação consciente e criativa dos atores indígenas no contexto da expansão do domínio português e legitimação do Estado Nacional. O interesse foi destacar os conflitos, acordos, alianças dos nativos e o prestígio social alcançado pelas lideranças indígenas. Destacou-se que a integração das diversas nações indígenas (Coroados, Coropós e Puris) em aldeamentos situados entre os vales dos rios Doce, Pomba, Paraíba e seus afluentes realizou-se com o objetivo de promover a catequização e “civilização” desses povos, bem como prepará-los para a prática agrícola e distintas atividades econômicas ligadas à produção mineral e mercantil de alimentos, tais como construção e manutenção de vias de comunicação, extrativismo, ofícios mecânicos e práticas militares.

37 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 84, Documento 62. (27/04/1811).

38 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 84, Documento 62. (27/04/1811).

39 Arquivo Público Mineiro. SG, Caixa. 84, Documento 62. (27/04/1811).

40 PARAÍSO. *Guido Pokrane*, p. 21.

A documentação coeva nos mostrou meninos e meninas desraigados de suas comunidades de origem e reduzidos em fazendas para serem alfabetizados e aprenderem atividades domésticas e ofícios mecânicos que ocultavam a escravidão. Muitos indígenas abriram mão da sua condição de aldeados e foram em busca de alianças com os colonos não só para fugir dos ciclos epidêmicos que assolavam os aldeamentos como também para estabelecer contratos de trabalho e alcançar conquistas materiais e respeito junto à sua comunidade. Por fim, esta mobilidade espacial expressava a estratégia criativa, resistência, autonomia e liberdade dos indígenas, mesmo que limitada, em buscar melhores formas de viver.

# As contribuições de Darcy Ribeiro para a história indígena dos séculos XX e XXI

Matheus Pereira  
matheuspereirac@hotmail.com

## Resumo

A produção intelectual de Darcy Ribeiro é de grande importância para as ciências humanas em geral e, especificamente, para os estudos sobre as populações indígenas brasileiras. Este trabalho tem por objetivo analisar sua obra “*Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno*”, publicado no ano de 1970. Cerne desta comunicação, este livro teve e ainda tem grande importância para os estudos que se interessam pela história indígena, pois trouxe discussões sobre o conflito de terras, inseriu o índio em nossa sociedade e, conseqüentemente, o percebeu como cidadão. Diante disso, nosso objetivo é compreender seu contexto de produção, bem como de que maneira os conceitos abordados nesta obra influenciaram os estudos relacionados às populações indígenas no Brasil durante os séculos XX e XXI. Além disso, tentaremos analisar o motivo da existência de um silêncio na historiografia nacional do século XX em relação às populações indígenas e as razões que levaram a um novo movimento que pensa estes mesmos povos como agentes históricos.

**Palavras-chave:** Política indigenista, Darcy Ribeiro, Intelectuais, Século XX.

## Introdução

Darcy Ribeiro, entre outras coisas, antropólogo e intelectual brasileiro, diplomou-se em Ciências Sociais pela escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1946, com especialização em Antropologia. Trabalhou como etnólogo do Serviço de Proteção dos Índios (SPI) e, durante os anos de 1947 e 1956, dedicou-se aos estudos dos indígenas de várias tribos do país. Participou da fundação do *Museu do Índio* (1953) e colaborou com a criação do Parque Indígena do Xingu (1961). Ribeiro também foi professor de Etnologia da *Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil* e Ministro da Educação durante o governo de João Goulart. Com o Golpe Militar em 1964, vai para o exílio e vive em diversos países da América Latina. Durante o período do exílio, Ribeiro trabalhou na formação de cursos universitários na América Latina, foi professor de Antropologia na *Universidade Oriental do Uruguai* e assessor do presidente Salvador Allende no Chile, e de Velasco Andrade no Peru. Durante seu período de exílio, Darcy Ribeiro publicou diversas obras como “O

1 RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno, 7. ed. São Paulo: Global, 2017 p. 448

*Processo Civilizatório*<sup>2</sup>(1968), *“As Américas e a Civilização”*<sup>3</sup>(1969) e, em 1970, é publicado o livro – que terá maior enfoque nessa análise- *“Os Índios e a Civilização”*.

### Darcy Ribeiro e o indigenismo

Darcy Ribeiro tem uma produção muito significativa no que se refere aos estudos ligados aos povos indígenas e abordaremos algumas de suas obras nesse trabalho, entre elas *“Cultura e Línguas Indígenas do Brasil”*<sup>4</sup>(1957), *“Política indigenista brasileira”*<sup>5</sup> (1962), o já citado livro *“Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno”* (1970) e, por fim, *“Ensaio Insólitos”*<sup>6</sup>(1979). Em seus trabalhos, Ribeiro examina diversos temas relacionados aos indígenas, tais como o modo em que a expansão da agricultura e da pecuária impactaram na vida da população indígena, a política indigenista brasileira, além da atribuição ao índio da categoria cidadão, entre outros.

Em sua obra *“Cultura e Línguas Indígenas do Brasil”*, Ribeiro realiza um extenso relatório estatístico sobre a situação das tribos indígenas do Brasil. Nesse estudo, o pesquisador mostra como a população indígena caiu de cerca de um milhão em 1900 para menos de 200 mil em 1957. Nesse período, mais de 80 tribos indígenas que entraram em contato com a sociedade brasileira foram dizimadas por conta do contágio e das doenças trazidas pelos “civilizados” ou, por eles, foram desaculturadas.

Em *“Os Índios e a Civilização”*, Darcy Ribeiro também analisa os conflitos entre populações indígenas e os ditos civilizados nas áreas de expansão agrícolas, escolhendo como enfoque os casos dos Kiangang de São Paulo e os fazendeiros produtores de café e, além dos povos Xokleng e os imigrantes europeus no sul do país nos primeiros anos do século XX. Em ambos os casos os indígenas foram tratados como obstáculos para a civilização.

Outro objeto de suas investigações, e de suma importância, foi a temática relacionada à política indigenista brasileira, extensamente analisada tanto em sua obra *“Política Indigenista Brasileira”*, de 1962, como posteriormente em *“Os Índios e a Civilização”*, de 1970'. A abordagem de Darcy Ribeiro sobre as políticas de proteção aos indígenas passa desde os fatores que levaram à fundação do *Serviço de Proteção ao Índio (SPI)*, em 1910, como o seu trabalho prestado pelo SPI e sua própria experiência como ex-funcionário da instituição. Para Ribeiro, assim, os motivos que levaram à fundação do SPI estão relacionados a um imaginário construído nas cidades sobre os indígenas, muito influenciado pelos romances indigenistas, pautados em um ideal romântico, do final do século XIX.

2 RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório, 5. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998 p. 320

3 RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização: processos de formação e causas de desenvolvimento desigual dos povos americanos. 5. Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007 p.527

4 RIBEIRO, Darcy. Cultura e línguas indígenas do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957 p. 100

5 RIBEIRO, Darcy. Política indigenista brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro, 1962 p. 178

6 RIBEIRO, Darcy. Ensaio Insólitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Ludens, 2011 p.221



Nesse contexto, a formulação de uma política indigenista coube principalmente aos positivistas, que se baseavam no evolucionismo humanista de Auguste Comte. Para presidir o novo órgão foi chamado o General Rondon devido à sua experiência de mais de vinte anos em atividades nos ser-tões do Mato Grosso. A Comissão Rondon foi uma aplicação considerada consciente das ideias de Comte e o seu resultado demonstrou com sucesso que não era necessário o uso de violência contra as populações indígenas, além de serem inviabilizadas as teses sobre a incapacidade dos índios para o propalado conceito de civilização.

O *Sistema de Proteção ao Índio* (SPI) passou, desse modo, nesse período, a realizar ações para proteger as tribos dos extermínios que aconteciam e suas ações detêm um papel importante na formulação de leis que seriam necessárias para assegurar, em grande parte, o direito à cidadania para os indígenas. Entretanto, o SPI passou por dificuldade financeiras e baixas tanto em pessoal como em verba e suas atividades começaram a ter alguns surtos com um grande número de ação empreendidas e, em contrapartida, momentos de longa estagnação. Em 1957, o SPI é separado dos partidos políticos e passa a ser um órgão de interesse militar, o que propiciou que militares da ativa assumissem cargos dentro do Sistema. Com essa mudança, o SPI abandona qualquer relação com as ideias positivistas originais de sua fundação, especialmente com o Marechal Rondon, e, por conseguinte, durante a década de 1960 surgiram as primeiras denúncias de que os próprios funcionários estariam maltratando as populações indígenas, sendo que muitos foram acusados de assassinatos e até mesmo escravização de índios. Com toda a polêmica que passou a cerca-lo, em 1967, o SPI fecha as suas portas dando lugar à *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI), ainda hoje atuante.

Outro conceito importante abordado por Darcy Ribeiro em sua obra “Os Índios e a Civilização” é o de transfiguração étnica. Para o autor, transfiguração étnica é um processo pelo qual os povos se constituem e se transformam, não existindo uma conversão ou assimilação desses povos em outras sociedades, mas sim uma integração. Isto é, tal integração para o caso dos indígenas na sociedade nacional não romperia e, aqui, acreditamos estar o centro para o entendimento dessa formulação, de acordo com o pesquisador, a identidade indígena, pois, apesar de todas as mudanças nos costumes e no modo de vestir, essas transformações seriam necessárias para a sobrevivência em um contexto que é de todo hostil a essas populações. Mantida uma identidade indígena, na língua, nos costumes ou na educação de suas crianças, preserva-se o primordial de sua cultura, forjada anteriormente aos processos de contato com os outros povos, notadamente os ditos brancos civilizados.

A produção intelectual de Ribeiro, portanto, tem grande importância para se pensar os diálogos existentes a respeito dos povos indígenas. Em suas obras, é possível entrever as formas como os indígenas eram vistos naquele contexto específico e o discurso presente por trás das políticas indigenistas da época, assim como as diversas representações que se fizeram dos indígenas brasileiros.

## Diálogos

Um ano após a sua saída do SPI, Darcy Ribeiro lança o seu livro *“Cultura e Línguas Indígenas do Brasil”* (1957), como falo, em que analisa os povos indígenas entre 1900 e 1957 e traz à luz dados sobre a queda populacional dessas populações causada pelo contato com os “civilizados”. Em 1962 é publicado o livro *“Política indigenista brasileira”*, sendo que, nesse período, Ribeiro tinha se tornado Ministro da Educação do governo de João Goulart. Obras que, acreditamos, fundam-se no diálogo que Ribeiro passa a estabelecer com pesquisadores internacionais importantes para a análise do quadro geral desses povos.

Já o livro *“Os índios e a civilização”* – obra que acreditamos ser o cerne de suas formulações a respeito da temática -, foi publicado em 1970, durante a Ditadura Militar no Brasil e período em que Darcy Ribeiro encontrava-se exilado. Como é sabido, no decorrer desse período, especialmente nos chamados anos de chumbo iniciados com a promulgação do Ato Institucional N. 5 (AI5), em 1968, ocorreu a perseguição de artistas e intelectuais engajados na resistência aos excessos cometidos pelos generais, o que com o intelectual não foi diferente. Além disso, a repressão e censura aos pensamentos considerados imorais e subversivos ou associados à esquerda, que contrariaram a política militar e, é claro, dentro dela, a referente às populações indígenas, deram também o tom desse período.

Saltando para o ano de 1979, Darcy Ribeiro publica o seu livro *“Ensaios Insólitos”* no qual aborda no capítulo Indianidades, a situação àquela época da população indígena no Brasil. Em um dos subtópicos do capítulo, intitulado *“Um ministro agride os índios”* podemos observar a disputa de duas maneiras de se entender os povos indígenas, uma apresentada por Ribeiro e outra pelo ministro do interior durante o governo de Ernesto Geisel, Maurício Rangel Reis. Por um lado, percebemos a visão do ministro na qual os diversos indígenas estariam acabando, isto é, sendo extintos e, portanto, não existiria a necessidade – ou, melhor dizendo, um trabalho que ao fim e ao cabo seria inútil - de se demarcar a suas terras nem de preservá-las; por outro a posição de Ribeiro em defesa da tutela estatal das populações indígenas. Aqui, podemos ver que duas posições: uma afeita ao direito dessas populações, embora ainda de teor paternalista, e outra, alinhada a ideais que propalam propriedade privada, o apego ao capital e desrespeito claro àqueles que outrora tiveram parte e, porque não total, dizimação de sua cultura e cotidiana. Duas perspectivas que acreditamos serem ainda observadas nos discursos que voltam o olhar ao tema.

Referencial, assim, para pesquisadores do tema indigenista brasileiro, tanto a trajetória intelectual de Darcy Ribeiro como suas obras, especialmente as citadas acima, chamaram a atenção de outros pesquisadores do campo das Ciências Humanas, como a Antropologia e as Ciências Sociais, principalmente, e em outras diversas áreas do conhecimento. Nossa análise ao se deter na obra que considera o foco das problematizações do pesquisador, assim como nas que, nos diversos campos das Ciências Humanas dialogam com ele, possibilita, acreditamos, que levantemos uma hipótese, a ser analisada no tópico seguinte – mesmo que preliminarmente - sobre o abandono de pesquisas

propriamente históricas até então sobre o tema. Nesse sentido, já em 1978, o antropólogo americano Shelton H. Davis publica seu livro intitulado “*Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*”<sup>7</sup>, no qual discute os impactos das políticas desenvolvimentistas sobre as populações indígenas no Brasil durante os anos 1970. Em sua obra, o pesquisador discute a importância do *Relatório Figueiredo*<sup>8</sup> e as formas de violência sofridas pelos índios brasileiros como, por exemplo nos casos dos massacres de tribos inteiras com uso de dinamites e metralhadoras, açúcar envenenado com arsênico entre outras atitudes de brutalidade e sadismo contra aquelas populações. No decorrer de sua obra, o antropólogo, assim, dialogará com a obra e os conceitos que acreditamos serem fundamentais de Darcy Ribeiro, entrando nas discussões sobre a política indigenista brasileira, os problemas crescentes no SPI e os conflitos entre os agricultores e os índios nas zonas de expansão.

Saltando para o ano de 2001, portanto quase trinta anos depois do lançamento dessa obra e, observando que a lacuna nas produções das Ciências Humanas em geral sobre o tema indígena já vinha se dissipando, Haydée Ribeiro Coelho, Pós-Doutora pela Universidad de la República e professora associada da Faculdade de Letras da UFMG, publicou um artigo intitulado “*O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai*”<sup>9</sup>. Em sua obra, a autora analisa a experiência de exílio do autor e a forma como o contato de Darcy Ribeiro com outros intelectuais latino-americanos, entre eles Ángel Rama, influenciaram em sua produção. De acordo com a autora, durante esse período, Ribeiro transformou o seu banimento do país em produtividade, pois, trabalhando e ajudando a escrever parte de uma vertente e corrente de pensamento que a pesquisadora chama de *História Cultural e Política da América Latina*, o antropólogo consolidava suas posições e, nesse sentido, concorria para sua expansão além do território brasileiro.

Nesse mesmo ano, a então doutoranda em Antropologia pela *Universidade de São Paulo*, Clarice Cohn publicou um artigo intitulado “*Culturas em transformação: Os índios e a civilização*”<sup>10</sup>. Durante o seu artigo, a pesquisadora faz uma reflexão com o conceito de Darcy Ribeiro – já explicitado - de transfiguração étnica, baseando-se na experiência de um grupo indígenas brasileiros, os Xikrin, grupo Kayapó que viviam no estado do Pará. Esse grupo tinha uma tradição de guerra com uma fonte de recursos simbólicos e materiais, entrando em conflito com outras populações indígenas ou com os “brancos”, apropriavam-se de sementes para diversificar suas plantações, ornamentos, roupa e alimentos industrializados e utilizavam esses objetos que conseguiam nesses confrontos como objetos rituais.<sup>11</sup> Atualmente os Xikrin já não fazem mais guerra e mantem contatos amistosos tanto com as demais populações indígenas como com os “brancos”

7 DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 p. 208

8 O Relatório Figueiredo foi produzido em 1967 pelo procurador geral da república Jader de Figueiredo Correia. Contendo mais de sete mil páginas, o relatório traz informações sobre a violência contra populações indígenas em todo país, praticada principalmente por latifundiários e alguns agentes do Serviço de Proteção ao Índio. O documento ficou perdido por mais de 45 anos, sendo redescoberto em 2012 no Museu do Índio no Rio de Janeiro.

9 COELHO, Haydée Ribeiro. *O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai*. Aletria, 2002

10 COHN, Clarice. *Culturas em transformação: Os índios e a civilização*. São Paulo em Perspectiva. **Volume 15, número 2. São Paulo Abril/Junho de 2001.**

11 A autora utiliza o termo brancos entre aspas como uma forma de se referir a pessoas não-indígenas.

e dessa relação a apropriação de elementos externos como gravadores de áudio e de vídeo que são utilizados como forma de divulgar sua cultura e rituais. Para a autora, os Xikrin estão em um processo no qual sua cultura e modos estão se modificando, mas ao mesmo tempo mantem sempre presente sua identidade.

Ressaltamos e acreditamos que, neste ponto, há a consolidação de uma viragem da produção intelectual brasileira, pois, se anteriormente nos parecia que a opção por análises de temas indígenas eram idealizadas, relegadas a um segundo plano ou não supunham um lugar de fala dessas populações, onde a obra de Darcy Ribeiro pode ser considerada um ponto fora da curva, neste período, reconhecendo que a obra de um pesquisador se faz pelos assuntos e inquietações caros a sua época, a escolha por uma nova abordagem dessas populações se faz em um momento que indígenas adquirem espaço na cena pública e se empenham no esforço de fazer valer seus direitos anteriormente preteridos. Além disso, com as novas pesquisas nas pós-graduações de nossas universidades, o diálogo aberto entre os campos de conhecimento nacional e internacional, assim como uma abertura e conjuntura políticas que dá forma, seja em leis em instituições, à essa discussão, uma corrente que, renovada em seus fundamentos, começa a despontar no cenário intelectual do país.

Em 2007, assim, o pesquisador André Luís Lopes Borges de Mattos, na esteira dessa nova vertente, defendeu sua tese de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) intitulada *“Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)”*<sup>12</sup>. No decorrer de seu trabalho, o pesquisador aborda a trajetória de Darcy Ribeiro desde sua formação acadêmica até a sua consolidação como antropólogo em um período de reestruturação do Serviço de Proteção dos Índios. Além disso, trata da sua posição enquanto político influente e exilado, se debruçando, por isso, também na sua importância para a criação dos cursos universitários de antropologia no Brasil e na sua atividade como intelectual com abrangência na comunidade internacional. Aqui, percebe-se que a influência de Ribeiro, ainda se faz presente, suas formulações e conceitos são ainda o ponto de partida – a despeito das novas perspectivas que ascenderam nos anos 1980 nos trabalhos com o tema indigenista - para as análises das sociedades indígenas brasileiras e, dessa maneira, reformuladas as abordagens contemporâneas, o apelo aos conceituais tradicionais se tornam fundamentais para exames que abarcam sociedades, culturas e modos de viver e se relacionam com outros povos das populações indígenas, atuais ou as extintas<sup>13</sup>.

12 MATTOS, André Luís Borges de. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado.

13 A partir dos anos 80 e 90, uma nova historiografia passa a pensar as populações indígenas, diferente das abordagens de Ribeiro que ainda tinha uma visão muito paternalista da política indigenista e ainda perpetuava discursos das “três raças” formadoras do país. Entre os principais representantes dessa historiografia estão Manuela Carneiro da Cunha e Maria Regina Celestino de Almeida.

## Indígenas, indigenismo e pesquisa

Apesar de importantes contribuições de outros campos das Ciências Humanas, principalmente da Antropologia e das Ciências Sociais – como, é importante ressaltar, *“História dos índios no Brasil”*<sup>14</sup>, dentre outras obras de pesquisadores como Manuela Carneiro da Cunha, as temáticas a respeito das populações indígenas no Brasil não têm recebido grande atenção por parte dos historiadores e é por isso que nossa revisão bibliográfica – no tópico anterior - optou pelas análises das obras desses pesquisadores. Pensamos que tal alheamento se deva pela ênfase dada pelas vertentes historiográficas brasileiras que se consolidam no século XX a uma história cultural que, mesmo atenta a uma “história vista de baixo” ou ao “rés do chão” ocupada com conteúdos não menos importantes como o Movimento Negro, a Escravidão ou aspectos caros à Democracia, não vislumbrou essas populações, por séculos subjugadas, como aptas a serem agentes de sua própria história. Somente a partir de um ambiente político e de uma esfera pública que se voltou para as causas indígenas, com os próprios indivíduos dessas populações se comprometendo com a questão da destruição de sua cultura nativa ou a demarcação de suas terras e dispondo, assim, de um lugar de fala, a academia se interessou por suas demandas e, assim sendo, ganharam espaço as pesquisas que se voltam a essa temática.

Novas pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação em História estão sendo produzidas, o interesse por esse campo está em expansão e pesquisadores que abordam o tema agora estão em voga no cenário intelectual. Entre eles, acreditamos ser de grande valia a referência ao capítulo *“As relações entre a política indigenista e a repressão dos povos indígenas em Minas Gerais durante a ditadura: Notas sobre a experiência Xakriabá”*<sup>15</sup>, escrito pela doutoranda em história pela Universidade Federal de Minas Gerais Juliana Ventura de Souza, presente no recém-publicado livro *“A Ditadura Aconteceu Aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro”* além da dissertação de José Gabriel Silveira Corrêa *“A ordem a se preservar: A gestão dos índios e o reformatório agrícola Krenak”*<sup>16</sup>.

## Conclusão

Darcy Ribeiro foi um importante e muito conhecido intelectual brasileiro, seja por suas produções ou pelas ações e participação na política nacional. A obra e trajetória intelectual e profissional de Darcy Ribeiro trazem grandes contribuições para a pesquisa sobre em história sobre as populações indígenas e a política indigenista brasileira. O trabalho de Ribeiro apresenta algu-

14 CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 p. 609

15 FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. *As relações entre a política indigenista e a repressão dos povos indígenas em Minas Gerais durante a ditadura: Notas sobre a experiência Xakriabá* In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel e BATISTA, Natália(orgs.). *A Ditadura Aconteceu Aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. 1. ed. Belo Horizonte: Letra e Voz. 2017 p.280

16 CORRÊA, José Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar: A gestão dos índios e o reformatório agrícola Krenak*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2000. 216 p.

mas discussões ainda presentes nos dias atuais e muito relevantes para os estudos das populações indígenas e do indigenismo no Brasil. Ao abrir possibilidades de pesquisa, o autor ensinou que novos pesquisadores dialogassem com suas obras, debatessem e, é claro, também refutassem suas proposições, consolidando, assim, um campo que passou a preocupar com essas populações, suas culturas, suas permanências e descontinuidades.

Além disso, para se pensar nas contribuições do pensamento de Ribeiro no contexto atual, é necessário considerar a época de sua produção e os diálogos no período, levando em consideração o impacto e a recepção de suas obras tanto no contexto nacional como internacional, assim como as discussões levantadas por seus trabalhos. Em suas reflexões, o autor trouxe perspectivas que ajudam a entender o pensamento indigenista existente durante grande parte do século XX, as diferentes perspectivas a respeito das políticas indigenistas e as representações sobre os povos indígenas.



## African Writers series e coleção autores africanos em perspectiva comparada

Giovanni Mannarino

Mestre em História (UERJ)

Membro do Grupo Interinstitucional de Pesquisa *Áfricas*

<http://grupoafricas.wix.com/site>

[ggmannarino@gmail.com](mailto:ggmannarino@gmail.com)

### Resumo

A *African Writers Series* (AWS) foi uma criação da *Heinemann Educational Books* que, comandada por Alan Hill e Van Milne, publicou, entre 1962 e 1984, 270 livros de autores africanos entre romances, poesia, peças teatrais e biografias. Convidado para trabalhar como consultor editorial da série, o escritor nigeriano Chinua Achebe – autor do já aclamado ‘O Mundo se Despedaça’ (1958) – atuou como um ímã que atraiu autores para a coleção, contribuindo para criar uma espécie de cânone da literatura africana no período pós-independências. Já a *Coleção Autores Africanos* (CAA) foi lançada, pela Editora Ática, em 1979 e publicou no Brasil 27 livros até ser encerrada no ano de 1991. Foi conduzida pelo professor da USP, Fernando Mourão. Entre os objetivos dos organizadores estava a construção um ‘mapa literário’ do continente africano a partir das publicações. Este trabalho tem como proposta fazer uma análise comparada entre a AWS e CAA. Veremos as semelhanças e diferenças entre os dois projetos editoriais. Nosso argumento é que ambas foram responsáveis pela divulgação da literatura produzida no continente africano e pela consolidação deste tipo de produção no mercado editorial de seus países. Argumentamos também que há fortes indícios, a partir da análise da escolha dos títulos, que a AWS tenha influenciado a CAA.

**Palavras-chave:** Literatura Africana; Coleção Autores Africanos; African Writers Series; Chinua Achebe; Fernando Mourão.

A *African Writers Series* (AWS) foi uma criação da *Heinemann Educational Books* que, comandada por Alan Hill e Van Milne, publicou, entre 1962 e 1984, 270 livros de autores africanos entre romances, poesia, peças teatrais e biografias. Convidado para trabalhar como consultor editorial da série, o escritor nigeriano Chinua Achebe – autor do já aclamado ‘O Mundo se Despedaça’ (1958) – atuou como um ímã que atraiu autores para a coleção, contribuindo para criar uma espécie de cânone da literatura africana no período pós-independências.

Já a *Coleção Autores Africanos* (CAA) foi lançada, pela Editora Ática, em 1979 e publicou no Brasil 27 livros até ser encerrada no ano de 1991. Foi conduzida em uma parceria entre o dono da editora, Anderson Fernandes Dias, e o professor da USP, Fernando Mourão. Entre as obras

lançadas estão desde a literatura oral africana até a literatura pós-colonial, abarcando autores de diversos países do continente, mas com uma grande ênfase nos de língua portuguesa. Entre os objetivos dos organizadores estava a construção um ‘mapa literário’ do continente africano a partir das publicações.

Este trabalho tem como proposta fazer uma análise comparada entre a AWS e CAA. Para isso, analisaremos o contexto de publicação de cada uma das coleções e faremos um rápido perfil dos editores. A seguir, veremos as semelhanças e diferenças entre os dois projetos editoriais; como a escolha de editores - que eram acadêmicos - influenciou o rumo dos projetos; os pontos em comum em relação à seleção dos títulos que seriam publicados, etc. Nosso argumento é que ambas foram responsáveis pela divulgação da literatura produzida no continente africano e pela consolidação deste tipo de produção no mercado editorial de seus países. Argumentamos também que há fortes indícios, a partir da análise da escolha dos títulos, que a AWS tenha influenciado a CAA.

### Chinua Achebe e a African Writers Series

Achebe é um dos principais nomes da literatura produzida na África. Nasceu em Ogidí, região sudeste da Nigéria, em 1930. Cresceu em um ambiente de forte contato entre a cultura nativa e a do colonizador. Seus romances tomam a história da Nigéria - desde a chegada dos colonizadores ingleses no final do século XIX ao período pós-independência - como pano de fundo. Foi considerado pela crítica o fundador do romance africano, título que ele não concorda.

Ao longo das pesquisas sobre o autor, pude tomar conhecimento do leque amplo de atividades que ele desempenhou além de escritor, como por exemplo professores de literatura africana em diversas universidades da Nigéria, Europa e Estados Unidos; produtor da Rádio Nigeriana (entre 1954 e 1967) e editor de uma série de livros e periódicos, entre eles a *African Writers Series*, publicada em Londres pela editora *Heinemann*

Achebe havia lançado seu livro de estreia, *Things Fall Apart* por esta mesma editora em 1958 e o grande sucesso da obra e o avançar dos movimentos de independência na África impulsionou a *Heinemann* a investir no mercado de literaturas do continente, até então bastante incipiente na Europa. É nesse contexto que ela lança em 1962 a *African Writers Series* (AWS), uma coleção que tinha como objetivo publicar livros de autores africanos em edições de bolso (*paperback*) para que pudessem ser vendidos a preços baixos e em grande quantidade. O símbolo da coleção passou a ser a cor laranja da capa, bastante chamativa, que todos os títulos da série ganharam<sup>1</sup>.

Inicialmente, os editores desejavam que a série pegasse livros já consagrados e publicados originalmente em capa dura (*hardback*) para que fossem republicados pela AWS em edição de bolso.

1 CURREY, James. Chinua Achebe, the african writers series and the establishment of african literature. *African Affairs*, 2003, pp. 575 – 585.

A baixa quantidade de publicações de autores africanos no mercado editorial inglês, no entanto, fez com que a AWS mudasse sua orientação. Ela passou a publicar também livros inéditos e autores iniciantes, o que foi o seu diferencial.<sup>2</sup>

Chinua Achebe foi convidado para assumir o cargo de conselheiro editorial, função que ele desempenhou até 1972. Seu papel dentro da AWS era ler manuscritos enviados por jovens escritores e escritoras de todo o continente e selecionar aqueles que seriam publicados. Ele estava determinado a escolher o que a África tinha de melhor sem colocar barreiras de gênero, região, moral ou política.<sup>3</sup> Ao longo dos seus dez anos como editor, a série publicou 100 livros entre romances, poesia, peças teatrais e biografias políticas. Achebe foi considerado a pessoa certa para saber quais livros seriam ideais para serem vendidos no mercado escolar africano, já que os que eram vendidos até então não levavam em conta os interesses locais e sim o dos colonizadores.

O editor chefe Alan Hill argumenta que o sucesso da série se deve à atração que Achebe gerava aos novos escritores que enviavam uma quantidade imensa de manuscritos para serem publicados pela AWS. Phaswane Mpe, no entanto, levanta outros argumentos interessantes. O primeiro é que a *Heinemann* ofereceu a diversos escritores africanos a oportunidade de superar as dificuldades estruturais para publicar na sua terra natal, investindo financeiramente na publicação de novos livros em Londres. Além disso, eles poderiam escrever suas histórias, mesmo aquelas críticas ao colonialismo, e lança-las na capital inglesa, onde elas seriam lidas e repercutiriam. Publicar em uma grande editora da Inglaterra era uma garantia de que não só seus compatriotas, mas todo o continente teria acesso àquele livro. E por fim, publicar no exterior poderia ser a única opção em casos de países com governos ditatoriais.<sup>4</sup>

Em entrevista, um dos editores responsáveis pela série, James Currey, afirma que o que os autores sempre falaram sobre a importância de série é que ela deu a eles, autores africanos, a ideia de que eles poderiam escrever.<sup>5</sup> A África estava passando por uma série de transformações ao longo das décadas de 1960 e 1970. Com o número de países independentes crescendo, aumentava também a necessidade de retomar o “poder de narrar” - como diz Edward Said<sup>6</sup> - a história africana, de revalorizar sua cultura e seu passado. Com isso, diversas universidades são criadas no continente e acabam se transformando no mercado principal para a AWS.

Seu foco era o mercado educacional. A série produzia livros que seriam utilizados pelos exames de acesso às novas universidades e também os que seriam trabalhados nos cursos superiores. A *Heinemann* também aproveitou as oportunidades das livrarias que eram abertas nos campus

2 CURREY, James, p. 576.

3 CURREY, James, p. 576.

4 MPE, Phaswane. The role of the Heinemann African Writers Series in the development and promotion of african literature. *African Studies*, n 58, v 1, 1999, pp. 109.

5 CURREY, James. AWS, Chinua Achebe & all those books. Entrevista concedida a Nourdin Bejjit. *Africa Writing Online*. Disponível em: < <http://www.african-writing.com/four/jamescurrey1.htm> > Acesso em: 27 jan. 2017.

6 SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

universitários para vender suas publicações a toda comunidade acadêmica.<sup>7</sup> Os autores estimam que cerca de 80% dos livros lançados pela AWS eram vendidos no próprio continente africano enquanto 10% eram comprados por europeus e 10% por norte-americanos.<sup>8</sup>

Não podemos correr o risco de supervalorizar Chinua Achebe e a AWS como os grandes responsáveis pela consolidação da literatura africana. Sua canonização torna invisível o papel fundamental de romances publicados antes de *Things Fall Apart* e o papel de outras editoras pioneiras no lançamento de autores africanos.<sup>9</sup> De qualquer forma, a contribuição da *Heinemann* foi e continua sendo significativa. Ela proveu um fórum onde os escritores negros africanos podem argumentar sobre sua história, cultura e identidade.<sup>10</sup>

Alguns autores afirmam que a série tinha como objetivo controlar a literatura africana promovendo um neocolonialismo e o reforço da ideologia colonial.<sup>11</sup> Esse argumento, no entanto, tira o peso não só da atuação de Achebe, mas também de outros editores que o sucederam e que tinham voz ativa para dizer quais livros seriam publicados e ainda dos próprios autores que viam na AWS um canal fundamental para publicar suas produções, inclusive aquelas que criticavam o colonialismo.<sup>12</sup>

### Fernando Mourão e a Coleção Autores Africanos

A *Coleção Autores Africanos* (CAA) foi lançada, pela Editora Ática, em 1979 e publicou no Brasil 27 livros até ser encerrada no ano de 1991. Foi conduzida em uma parceria entre o dono da editora, Anderson Fernandes Dias, e o professor da USP, Fernando Mourão. A proximidade entre os dois surge quando Mourão publica por esta editora a sua dissertação de mestrado sobre literatura angolana, cujo título era “A sociedade angolana através da literatura”<sup>13</sup>. Entre as obras lançadas estão desde a literatura oral africana até a literatura pós-colonial, abarcando autores de diversos países do continente, mas com uma grande ênfase nos de língua portuguesa.

Entre os objetivos dos organizadores estava a construção um “mapa literário” do continente africano a partir das publicações, incluindo autores dos 54 países africanos. Este objetivo, no entanto, não foi atingido já que a coleção perde força com o falecimento de Fernandes Dias em 1988 e acaba sendo encerrada em 1991. Apesar disso, podemos dizer que a coleção atingiu sua meta de contribuir para a divulgação da cultura de diversas regiões da África no Brasil, criando pontes de diálogo que até aquele momento eram muito raras.

7 CURREY, James. AWS, Chinua Achebe & all those books.

8 CURREY, James, 2003, pp. 581.

9 MPE, Phaswane, p. 120.

10 MPE, Phaswane, p. 108.

11 GRIFFITHS, G apud MPE, Phaswane, p. 110.

12 MPE, Phaswane, p. 111.

13 PEREIRA, Márcio; CRUZ, Cláudio. A presença das literaturas africanas no Brasil: a formação de um projeto literário. *Estudos Linguísticos*: São Paulo, v. 46, n.3, 2017, p.1194.

Outros projetos editoriais já tinham tentado publicar séries de autores africanos no país. Um exemplo foi a coleção “Romances da África”, da editora Nova Fronteira, mas ele foi encerrado pela falta de retorno. Podemos dizer que a Ática teve um relativo sucesso em função do contexto nacional e internacional vivido naquele final da década de 1970. Era o momento de nascimento dos países que se libertaram do imperialismo português, como Angola e Moçambique. Livres da censura metropolitana, novas publicações eram lançadas e davam à CAA material a ser publicado. Além disso, o Brasil vivia o início do processo de abertura do Regime Militar, com a redução da censura e ampliação do movimento negro, por exemplo, que demandava representatividade

É neste contexto, também, que os estudos africanos ganham corpo no Brasil, com um maior número de pesquisas em diferentes universidades e cursos, além da criação de institutos de pesquisa da área e programas de pós-graduação. Tudo isso contribuiu para expandir o público alvo deste tipo de publicação e explica o interesse da Editora Ática em criar a coleção <sup>14</sup>.

### **AWS e CAA em perspectiva comparada**

Quando colocamos a AWS e a CAA lado a lado, muitos pontos em comum aparecem, o que nos faz acreditar na possibilidade que a série inglesa tenha influenciado ou minimamente inspirado a série brasileira. A primeira semelhança, no entanto, se dá pelo contexto que elas foram produzidas. Enquanto a AWS foi lançada em 1962, momento em que grande parte dos países africanos estavam conquistando sua independência, em especial as ex-colônias inglesas como Nigéria, Gana e Quênia, a editora Ática inaugura sua coleção em 1979, alguns anos depois da independência das ex-colônias portuguesas como Angola e Moçambique, momento em que nestes países a produção e publicação de livros, agora sem a censura de Portugal, se acentua.

A proximidade entre os dois projetos editoriais fica mais evidente ao analisarmos o gráfico abaixo. Entre os 27 livros lançados pela CAA, 10 foram publicados também pela AWS, sendo que destes, 9 chegaram ao público primeiro pela série inglesa. Entre os livros não lançados pela AWS, que totalizam 17, 14 eram de língua portuguesa. Ou seja, a AWS tinha um pioneirismo inegável se levarmos em conta a publicação do conjunto da produção literária africana, mas, se recortarmos para a língua portuguesa, o projeto da CAA era original.

14 SOUZA, Joseneida Eloi de. Trajetórias das literaturas africanas no Brasil: pensando a questão editorial. **Inventário** (Universidade Federal da Bahia. Online) , v. 8, p. 1-12, 2011.

Imagem 1  
Livros da CAA



Esta afirmação fica ainda mais evidente quando analisamos os gráficos da origem das publicações de cada projeto editorial. Abaixo podemos ver como as obras da CAA são majoritariamente dos países de língua portuguesa. Das 27 obras lançadas, 18 são destes países, 6 são de língua francesa e apenas 3 são de língua inglesa. Entre os países de origem, a grande maioria vem de Angola (11), Cabo Verde (4) e Moçambique (3).

Imagem 2  
Língua das obras da CAA

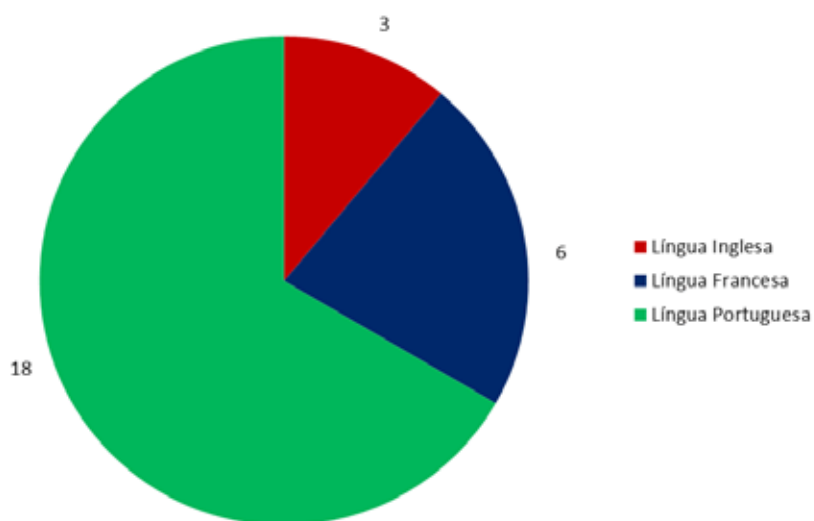
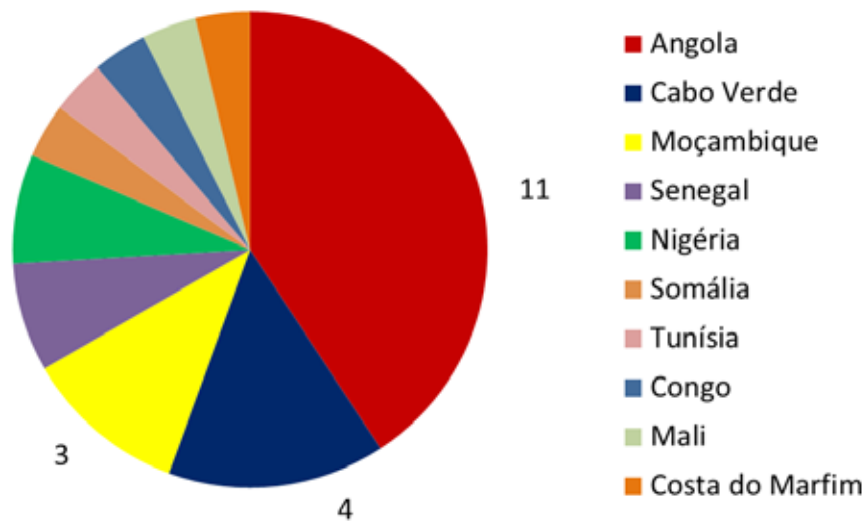


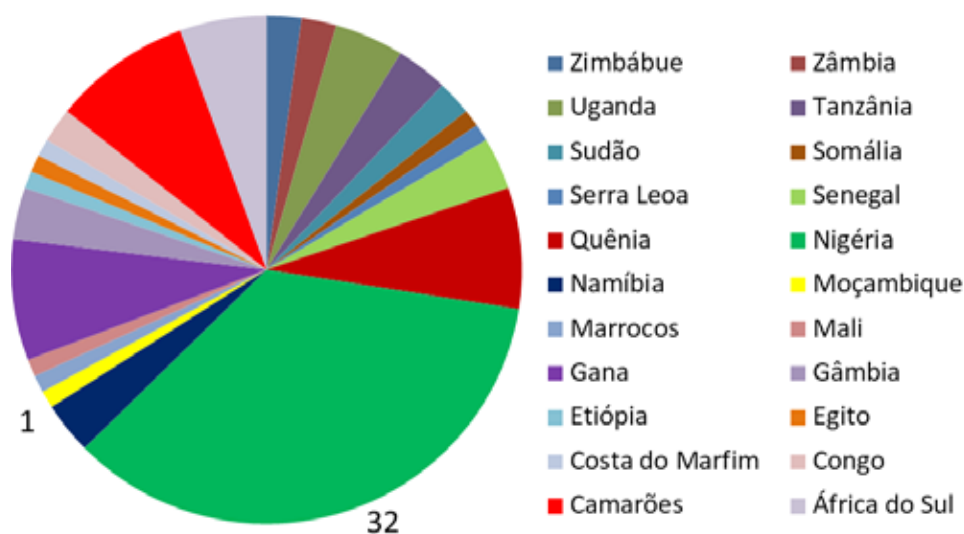


Imagem 3  
País de Origem das obras da CAA



A origem dos 100 primeiros livros publicados pela AWS também nos trazem informações relevantes. Vemos que uma maior quantidade de países foram contemplados – 22, enquanto na CAA foram 10 -, até em função da maior quantidade de livros. Outro ponto interessante é observarmos que, neste período (1962-1972), apenas um romance de língua portuguesa apareceu na AWS<sup>15</sup>. Este fato provavelmente é explicado porque neste momento ainda não haviam acontecido as independências das colônias portuguesas, dificultando a inclusão de produções da região na coleção. No entanto, mesmo após 1975, muito pouco será publicado pela série inglesa de livros angolanos, moçambicanos, etc. Dos 270 livros lançados pela AWS entre 1962 e 1984, apenas 6 eram de língua portuguesa (2%)<sup>16</sup>.

Imagem 4  
País de Origem das obras da AWS



<sup>15</sup> “Nós matamos o cão tihoso”, de Bernardo Honwana.

<sup>16</sup> “Luuanda” e “A vida verdadeira de Domingos Xavier”, de Luandino Vieira, “Mayombe”, de Pepetela; um livro de poemas de diversos autores; “Uidade e Luta”, de Amílcar Cabral; e “Nós matamos o cão tihoso”, de Bernardo Honwana.

Analisando a origem das produções que aparecem nas duas coleções podemos perceber, ainda, a forte influência que seus editores terão na escolha das obras, fazendo com que os selecionados sejam, em sua maioria, dos países que eles possuíam uma relação mais intensa. No caso da AWS, a Nigéria, país natal de Achebe, foi responsável por 32 dos 100 livros do período em que o romancista foi o editor da série – incluindo vários de seus próprios títulos<sup>17</sup>. Já na CAA, 40% dos títulos publicados eram de angolanos, o que se explica pela relação próxima de Fernando Mourão com o país, que foi, inclusive, tema de sua tese de doutorado – publicada pela Ática um ano antes do lançamento da coleção brasileira.

Outra semelhança entre os projetos é que ambos vão focar seus produtos para atender ao mercado de paradidáticos, livros para serem utilizados em escolas, vestibulares e universidades. Muitos deles apresentaram informações extratextuais como biografias, glossários, notas de rodapé, facilitando a sua utilização por professores e alunos em sala de aula<sup>18</sup>.

O projeto gráfico das coleções também possuem algumas semelhanças, como o fato de ambas terem sido lançadas em edições de bolso. Podemos ver, ainda, que os nomes das coleções são muito parecidos e que ambas utilizam o “mapa negro da África” nas capas das publicações. Mas também diferenças interessantes. Enquanto a AWS criou sua identidade com a cor laranja das capas, a CAA produziu este efeito com a presença em quase todos os títulos do “corpo negro”. Esta presença nas capas dialogava com o contexto de final da Ditadura Militar no Brasil onde o movimento negro voltava a se organizar e demandava representatividade<sup>19</sup>.

### Imagem 5

#### Capas das primeiras edições da AWS e CAA



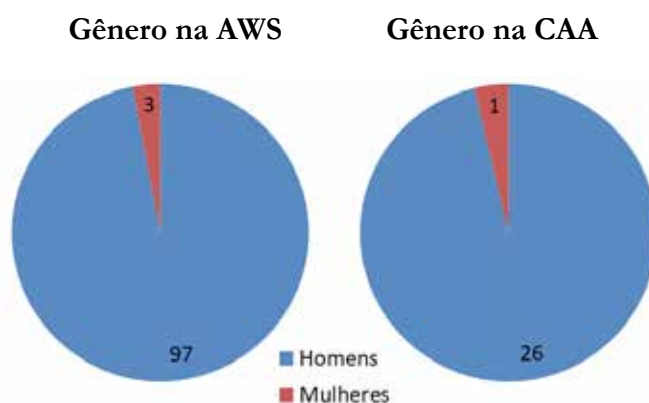
17 *Things Fall Apart* (1962), *No Longer at Ease* (1963), *Arrow of God* (1966), *A mando f the People* (1966) e *Girls at War* (1972).

18 PEREIRA, Márcio; CRUZ, Clauber, p. 1195.

19 PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *O Ensino e a Pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639*. In: Gladys Lechini. (Org). **Los estudios afroamericanos y africanos en America Latina: herencia, presencia e visiones del otro**. Buenos Aires: Clacso, 2008. p. 253-276.

Uma última semelhança, esta não muito feliz, em que em ambas as coleções o espaço destinado a publicações de obras produzidas por mulheres foi muito pequena. Na AWS, entre os 100 primeiros livros apenas 3 eram de mulheres e no caso da CAA, de 27 obras, apenas 1<sup>20</sup>. O baixo número nas séries certamente está relacionado a um número menor de livros escritos por mulheres naquela época, fato que começaria a mudar nas décadas seguintes.

Imagem 6



As publicação da *African Writers Series* e da Coleção de Autores Africanos e a atuação de seus editores foram fundamentais para difundir a literatura produzida na África em seus países de origem – Reino Unido e Brasil –, contribuindo assim para a valorização da cultura africana no período pós-colonial.

20 No caso da CAA a autora foi Lina Magaia, com o romance “Dumba Negue: histórias trágicas do banditismo”. Já na AWS aparecem Flora Nwapa com “Idu” e “Efuru” e Buchi Emecha com “The Joys of Motherhood”.

## “O povo da caravana”: agentes sociais do comércio sertanejo no Bié (séc. XIX)

Ivan Sicca Gonçalves

Mestrando em História

Universidade Estadual de Campinas

ivansiccag@gmail.com

### Resumo

Um dos eventos mais importantes para a história de Angola no século XIX foi a proibição legal do tráfico atlântico de escravos em 1836. Mesmo com a continuidade de um intenso contrabando de escravos para as Américas nos anos que se seguiram à proibição, a necessidade de mudança na pauta de exportação abriu espaço para o crescimento da venda de gêneros coloniais, demandados de forma crescente pelos países industrializados. Apesar da metrópole ter planejado inicialmente expandir a agricultura na região, os principais produtos exportados em Angola no século XIX, com a exceção do café, tinham suas produções dominadas pelas chefias africanas do interior do continente. Para a viabilidade desse comércio de longa distância ligando o interior ao litoral, entre as décadas de 1840 e 1860 os comerciantes sertanejos residentes no reino do Bié foram importantes agentes comerciais que organizavam caravanas de carregadores centro-africanos, estabelecendo intensos fluxos que abasteciam o porto de Benguela com marfim, cera e goma-copal.

Os sertanejos do Bié, comerciantes de diversas origens sociais e geográficas, residiam e transitavam em regiões distantes da ocupação colonial portuguesa, sendo obrigados a lidar com as lógicas e normas das sociedades africanas para permitir o funcionamento do comércio. Esses esforços consistiam tanto em uma hábil capacidade diplomática em negociar a passagem segura pelos sobados do interior, quanto na negociação constante necessária para recrutar e manter as centenas de trabalhadores africanos que os acompanhavam durante as viagens. Por fim, esse comércio só era possível graças a um complexo sistema de crédito no qual os sertanejos eram contratados pelas grandes casas comerciais de Benguela, que os provinham com um vultuoso investimento inicial, necessário para comprar produtos sob monopólio régio de chefias africanas como o marfim.

Este trabalho procura analisar as tensões entre esses diversos atores sociais registradas nos relatos diários do comerciante António Francisco Ferreira da Silva Porto, um dos principais sertanejos do Bié. Seus cadernos possuem um conjunto de reflexões e descrições diárias sobre o cotidiano dessas viagens, apresentando os impasses que eram colocados para os chefes de caravana pelo tensionamento constante de inúmeros agentes africanos, cujas vozes foram pouco exploradas pela historiografia que estudou a ascensão do “comércio lícito”.

**Palavras-chave:** Angola colonial, comércio lícito, caravanas de longa distância.

### Angola e o comércio lícito

O tema sobre as conexões entre o combate ao tráfico de escravos e a futura ocupação colonial europeia no continente africano no final do século não é recente para os historiadores africanistas. Existe uma bibliografia bastante consolidada sobre as relações entre a abolição do tráfico transatlântico de escravos e a ascensão do comércio de gêneros coloniais nas antigas regiões fornecedoras de escravos, apontando para a compatibilidade histórica entre essas diferentes atividades econômicas, sendo que geralmente os grandes protagonistas do comércio “lícito” eram diretamente envolvidos com o contrabando de escravizados. Mesmo que não seja consensual para tais historiadores uma ligação tão simples, destacou-se esse período de transformações econômicas, políticas e sociais de diversas regiões do litoral africano como um ponto de partida, seja pelo crescimento de intenções europeias de ocupação do interior, seja pelo crescente uso de formas de trabalho forçado de africanos para alimentar novas economias exportação, para a ocupação colonial europeia a partir do último quartel do século XIX.<sup>1</sup>

No caso de Angola, os estudos da historiografia sobre o chamado “comércio lícito” se centraram nas relações entre a independência do Brasil em 1822 e os planos portugueses para a intensificação da colonização dos domínios em Angola, tentando introduzir culturas agrícolas de exportação em altas dimensões em busca de, inicialmente, tornar tais regiões mais autônomas frente às conexões atlânticas com o Brasil, alimentadas pelo comércio de escravos, e, após a proibição legal dessa atividade em 1836, diversificar a pauta de exportações para assegurar as rendas aduaneiras após a perda do principal produto de exportação dos portos angolanos. Encarnando a metáfora de formar “novos brasis” em África, o caráter pouco efetivo dessas políticas do Estado português foi apontado, com diversos matizes, por vários historiadores de Angola oitocentista que, para além da constatação de um fracasso inicial de consolidar uma colônia de exportação comparável às antigas possessões na América, mostram a incapacidade da administração colonial controlar o intenso tráfico ilegal de escravos, o pouco sucesso de muitos tipos de iniciativas agrárias na região e os espaços criados para o sucesso econômico de atores não previstos pelos ideólogos liberais da metrópole, como os moradores luso-africanos ou mesmo alguns sobas, que se destacariam principalmente pela participação na produção de café.<sup>2</sup>

1 Entre eles: ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press, 1989; SOUMONNI, Elisée. *Daomé e o mundo atlântico*. Trad. Vera Ribeiro. Amsterdam/Rio de Janeiro: SEPHIS/CEAA, 2001; LAW, Robin (Org.), *From slave trade to “legitimate” commerce: the commercial transition in nineteenth-century West Africa: papers from a conference of the Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2007; LOVEJOY, Paul E.; HOGENDORN, Jan S. *Slow Death for Slavery: the Course of Abolition in Northern Nigeria, 1897-1936*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

2 ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979; DIAS, Jill Rosemary. Mudanças nos padrões de poder do “Hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c.1845-1920). *Penélope: Fazer e desfazer a história*, Lisboa, n. 14, p.43-91, 1994; DIAS, Jill Rosemary. O Kabuku Kambilu (c. 1850-1900): uma identidade política ambígua. In: ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE ANGOLA (Org.). *Actas do Seminário: Encontro de povos e culturas em Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 13-53; FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola, 1850-1880*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005; FERREIRA, Roquinaldo.

Há que se ter uma noção, no entanto, que, apesar da aparente pouca efetividade dos planos coloniais, o comércio de gêneros coloniais em Angola cresce vertiginosamente após a década de 1840. Segundo a estimativa da historiadora portuguesa Maria Emília Madeira Santos, após a baixa profunda nos rendimentos aduaneiros a partir da proibição do tráfico em 1836, chegando em 1839 a somente 1/8 do que eram antes da proibição do tráfico - já que os rendimentos só podiam contar com comércio lícito, em 1845 o movimento comercial nos portos em Angola, somando comércio lícito e ilícito, já superava os valores de 1825, no auge do comércio de escravos.<sup>3</sup> Esse crescimento acontece, não por causa dos projetos agrícolas, mas sim por causa de recursos produzidos no interior, cuja produção era controlada por autoridades africanas autônomas, a exemplo do marfim, da cera de abelha e da goma copal. Para acessar tais produtores, as casas comerciais concentradas nas cidades litorâneas como Luanda e Benguela necessitavam de um grande esforço de conexão de regiões que as vezes distavam centenas de quilômetros do litoral, o que só seria possível na África Central, com ausência de rios navegáveis e com caminhos cheios de obstáculos e doenças que atingiam os animais de carga, com a contratação de caravanas comerciais de longa distância, formadas por carregadores centro-africanos que marchavam por meses entre os territórios do interior e os portos do litoral.

No caso do abastecimento de produtos para o porto de Benguela, grande importância teve o grupo de comerciantes que veio a ser conhecido como a segunda plêiade de comerciantes sertanejos do Bié. Com sua base de operações localizada na capital do reino *ovimbundu* do Bié, os sertanejos, chamados assim porque o interior do continente era chamado na época de "sertões", eram um conjunto de comerciantes de diversas origens sociais e culturais que eram contratados pelas grandes casas comerciais do litoral para formarem caravanas de carregadores que fizessem o transporte do interior até os portos litorâneos. Ao contrário da região conhecida como Corredor do Kwanza, onde a presença administrativa e militar portuguesa se estabelecera há séculos, o Planalto Central Angolano, onde se localizava o Bié, era controlado por grandes reinos *ovimbundu* sobre os quais os portugueses não tinham qualquer forma de controle. Mesmo que seja questionável afirmar um controle colonial pleno dos portugueses no Corredor do Kwanza durante o século XIX, a diferença com o Planalto Central é considerável, tanto pela impossibilidade de estabelecimento de forças militares portuguesas para proteção e manutenção de poder dos capitães-mores do interior, quanto pela situação dos únicos dois presídios portugueses da região, Caconda e Quilengues, que estavam cercados pelos grandes reinos *ovimbundu* do Huambo, Bailundo e Bié, com os quais Portugal, desde o século XVIII, procurou evitar entrar em conflito armado.<sup>4</sup> Devido a esse controle

---

Abolicionismo versus Colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX). In: GUEDES, Roberto (Org.). **África: brasileiros e portugueses** - séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 95–112.

3 SANTOS, Maria Emília Madeira. Introdução (Trajectória do Comércio do Bié). In: SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da (Ed.). *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África*. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986, v. 1, p. 74–75.

4 HEYWOOD, Linda Marinda. *Contested power in Angola: 1840s to the present*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2009, p. 3–4.



das chefias africanas do interior, os sertanejos moravam na corte do reino do Bié e lá conseguiam proteção e fornecimento de trabalhadores pelo soba do Bié para montarem as caravanas, sendo obrigados, em troca, a obedecer às leis e dialogar com as diferentes lógicas centro-africanas de relações de poder, assim como pagar pesados impostos ao soba do Bié - que muito se favorecia, por essa razão, com a manutenção dos sertanejos em seu território.<sup>5</sup>

O principal produto dinamizador do comércio de longa distância em meados do século, tanto no corredor do Kwanza, quanto no Planalto Central, foi o marfim. Diante do crescente contrabando e da pressão daqueles que defendiam os planos coloniais de reformulação da economia angolana, em 1832, Portugal aboliu o monopólio régio sobre a venda de marfim, que forçava todos os comerciantes a vender a preços artificialmente baixos para órgãos da administração colonial que, por sua vez, eram responsáveis pela exportação do produto para o mercado europeu. O resultado imediato da quebra do monopólio foi a expansão significativa das exportações de marfim, como mostra a Tabela 1, tornando-o um dos principais produtos de exportação de Angola até o final do século. Devido à ausência de grandes manadas de elefantes nas regiões Ocidental e Central de Angola, o fornecimento de marfim exigia busca mais distante por fornecedores que dominassem a caça em regiões de manadas abundantes, forçando a expansão das rotas comerciais para o interior.<sup>6</sup>

**Tabela 1**  
**Exportações Legais<sup>7</sup> de Marfim em Navios Portugueses**

Local de Exportação:	Período (ano):	Quantidade de Marfim Exportado:
Luanda	1830-1832	2 288 kg
Luanda e Benguela	1844	52 800 kg
Luanda e Benguela	1857	76 455 kg

**Fonte:** GONÇALVES, Ivan Sicca. *Apontamentos Vindos dos Sertões: negociação, comércio e trabalho nas Caravanas de António Francisco Ferreira da Silva Porto* (década de 1840). Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, p. 28.

O caso do abastecimento de marfim para Luanda foi bastante estudado pela historiografia sobre Angola oitocentista, apontando para atuação fundamental dos grupos de caçadores *chokwe*, que desafiaram progressivamente os monopólios comerciais dos grandes reinos africanos do interior, como o Império da Lunda.<sup>8</sup> Por outro lado, sendo menos abordado pela bibliografia, o caso

5 SANTOS. Introdução (Trajectória do Comércio do Bié), p. 47–51.

6 SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Nos caminhos de África: Serventia e Posse* (Angola-Século XIX). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 11–12.

7 Dados que desconsideram, portanto, o contrabando de marfim realizado por comerciantes portugueses e estrangeiros antes e depois da quebra do monopólio régio.

8 HENRIQUES, Isabel Castro. Comércio e empresários em Angola na 2ª. Metade do século XIX. In: *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV - XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004, p. 393–413. Há também o estudo clássico de Isabel Castro Henriques, proveniente de sua tese de doutorado, sobre as mudanças nas dinâmicas políticas e comerciais do interior de Angola causadas por agentes de transformação como os *chokwe*. HENRIQUES, Isabel Castro. *Pecursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

do *hinterland* de Benguela, que também possuía nessa época uma pequena população de elefantes, foi marcado pela procura dos sertanejos por estabelecer uma rota ligando o Bié ao reino do Lui, na região do Barotse, nas margens do rio Zambeze (atual fronteira entre Angola e Zâmbia). Nessa região, o marfim era um produto de monopólio do rei Lozi (como também eram chamados na época os povos do reino do Lui), que oferecia aos sertanejos, para além da fatura de dentes, condições comerciais extremamente favoráveis de passagem e comercialização, havendo não só a ausência de necessidade de pagamento de imposto de passagem, sendo que no Planalto Central eles eram obrigados a pagar a cada sobado pelo qual passavam, mas também com a ausência do sistema de mucanos - nome dado aos crimes e respectivos castigos que, com frequência, os sertanejos eram obrigados a pagar no formato de multa se desobedecessem às regras consuetudinárias dos povos que visitavam, assim como as do soba que cedia trabalhadores para a caravana.<sup>9</sup>

Para manter o fluxo por rotas tão longínquas, esses comerciantes sertanejos, estabelecidos e integrados no seio de sociedades centro-africanas, precisavam manter a lucratividade e segurança de seus negócios (e de seus próprios corpos) dentro de complexas redes de relações sociais. Dentre elas estavam, desde os complexos esquemas de financiamento a crédito realizado pelas casas comerciais do litoral para dar o investimento inicial da empreitada - com as quais os sertanejos conseguiam as chamadas fazendas (tecidos, bebidas, armas ou pólvora) para servir de mercadoria de troca no interior,<sup>10</sup> passando pela diplomacia constante com as chefias africanas do caminho que, em troca de segurança e direito de passagem, cobravam impostos de passagem (a quibanda), ou mesmo a diplomacia com grandes reinos africanos para a livre passagem pelo território e fornecimento constante de mercadorias.<sup>11</sup>

Todo esse universo de relações, em que cada uma mereceria uma análise bem mais detida do que essa breve comunicação procurou fazer, viabilizou a existência e o funcionamento do comércio de longa distância, que dinamizou a economia colonial da Angola do século XIX. Ao desenvolverem narrativas sobre o comércio que se resumam a somente os resultados econômicos como os números de importação e exportação, as cotações no mercado estrangeiro ou as taxas aduaneiras, são apagadas da análise toda essa série de relações que também interferem diretamente nas dinâmicas do comércio lícito. Por essa razão, há a necessidade de se fazer uma história social desse tema a partir dos agentes do comércio caravaneiro, para poder acessar toda essa rede de relações sociais que se entranham e são fundamentais para entender os termos do comércio lícito ter se desenvolvido do jeito que se desenvolveu.

9 SANTOS. Introdução (Trajectória do Comércio do Bié), p. 115–116.

10 FERREIRA, Roquinaldo. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860*. Luanda: Kilombelombe, 2012, p. 269–270.

11 As condições políticas no Planalto Central durante a década de 1840, que vão trazer diretrizes para a relação com os sobas do interior até pelo menos o final da década de 1860, são exploradas com maior detalhamento no capítulo 2 da minha Monografia de Bacharelado: GONÇALVES, Ivan Sicca. *Apontamentos Vindos dos Sertões: negociação, comércio e trabalho nas Caravanas de António Francisco Ferreira da Silva Porto (década de 1840)*. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, p. 50–75.

## A Sociedade Caravaneira em Movimento

Estudar as caravanas comerciais vai muito além de analisar a trajetória de seus chefes, os comerciantes sertanejos, que são indivíduos diversos com ampla experiência prática no trato com as casas comerciais do litoral e com as chefias africanas do interior que, sem dúvida, têm seu papel fundamental para a construção e manutenção das rotas do interior. Porém, é sempre fundamental lembrar que os sertanejos não viajavam sozinhos: havia a necessidade de contratar enormes contingentes de carregadores para a formação das caravanas. Para tal empreendimento, era necessário o recrutamento de grandes comitivas de carregadores, cujo recrutamento era realizado com os sobas. No caso do Corredor do Kwanza, onde havia uma maior presença colonial portuguesa, geralmente esses carregadores eram fornecidos de forma compulsória pelos sobas avassalados, o que gerava entre os trabalhadores revoltas, fugas e despovoamento de regiões inteiras. Não havendo a mesma capacidade de coerção sobre os sobas nos reinos *ovimbundu*, os portugueses não tinham a mesma possibilidade de cobrar o trabalho compulsório dos carregadores do Planalto Central, necessitando de outro mecanismo de contrato.<sup>12</sup>

Esse mecanismo baseava-se no pagamento de intermediários centro-africanos, conhecidos como pombeiros ou quissongos, com um pacote com quantidade padronizada de fazendas (nesse caso, tecidos) chamado *banzo*, relativo ao número de carregadores que seriam por eles remunerados. Dessa maneira, formando a partir de pequenas células, administradas cada uma por um quissongo diferente, tornava-se possível a arregimentação de caravanas que, nessa região, podiam alcançar de 1000 a 1500 membros - indo muito além do séquito pessoal de escravos e agregados do sertanejo, que raramente ultrapassava o número de 50 pessoas.<sup>13</sup>

Por essa montagem celular também funcionava a hierarquia interna dentro da caravana, que era fundamental para o seu funcionamento. Os quissongos, além de responsáveis pelo contrato e remuneração dos seus carregadores, eram também aqueles que marchavam na frente, abrindo o caminho e retirando obstáculos naturais ou plantados por inimigos, na forma de feitiçaria.<sup>14</sup> Para além dessa proteção contra obstáculos, a marcha dos quissongos também servia para controlar o ritmo de caminhada da caravana, fundamental para a manutenção da coesão e segurança da comitiva, já que grupos menores que desviassem do coletivo poderiam cair em emboscadas montadas, tanto para escravização dos carregadores, quanto para roubo de carregamento. Esse grande conjunto

12 SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. Fissuras no discurso abolicionista português: o serviço de carregadores e a colonização da África centro-ocidental. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011, p. 7.

13 SANTOS. Introdução (Trajetória do Comércio do Bié), p. 87–88, 101–102; SANTOS. *Nos caminhos de África*, p. 16–17.

14 HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 372. É notável, nesse sentido, que o termo quissongo tenha origem na linguagem militar entre os ovimbundu, sendo usado tanto para uma noção de pertencimento às altas patentes, sendo os conselheiros do rei ou os marechais, mas também usado como guarda avançado ou arauto. Para mais sobre a etimologia do termo quissongo, ver: GONÇALVES. *Apontamentos Vindos dos Sertões*, p. 64.

coeso de pessoas, sempre acompanhadas por membros armados, atraía inclusive grupos menores que não tinham nenhuma ligação ao chefe da caravana e seus imediatos, mas que os acompanhavam para aproveitarem a oportunidade de uma travessia mais segura.<sup>15</sup>

A atuação desses intermediários do comércio de longa distância permitiu uma grande ascensão de sujeitos dentro de rígidas sociedades centro-africanas, sujeitos esses que não estavam nas linhagens reinantes e que puderam, pelo comércio, acumular recursos e poder, minando gradativamente o monopólio do poder dos grandes reinos *ovimbundu*. A partir da década de 1860, com o crescimento do comércio de borracha, mercadoria que não exigia mecanismos muito elaborados de produção, podendo, portanto, ser realizada fora dos eixos monopolizados pelos grandes reinos africanos, esses sujeitos sem linhagem, chamados de *sekulus*, puderam formar as próprias caravanas, consideravelmente menores e mais ágeis, podendo superar os empreendimentos dos sertanejos, que entrariam em declínio nesse período.<sup>16</sup>

Além disso, para os próprios carregadores a participação na caravana poderia ser a oportunidade de uma carreira comercial, já que estavam constantemente comercializando no caminho a sua parte do banzo, principalmente após a chegada das caravanas nos grandes reinos em que, enquanto o chefe da caravana fazia a diplomacia com o rei africano, os quissongos e seus carregadores faziam viagens subsidiárias que não eram controladas pelo sertanejo.<sup>17</sup>

É importante ainda apontar que, no entanto, apesar desses contratos autônomos realizados com cada quissongo, é o chefe da caravana (seja o sertanejo ou um de seus imediatos, chamados de *makota*) que possui responsabilidade pela segurança e bem-estar de toda a gente da caravana.<sup>18</sup> Independentemente de suas categorias sociais de livres ou escravos, em qualquer momento ou lugar os membros da caravana são identificados e se identificam como "filhos do soba" e, como foi o chefe da caravana quem negociou com o soba o direito de contratar os seus filhos, se algo acontecesse a eles, é o chefe da caravana que se responsabiliza pelo acontecimento frente ao soba. Elaine Ribeiro chama essa rede de dependência entre os membros da sociedade caravaneira de "vínculos sociais de responsabilidade".<sup>19</sup>

Entender tais vínculos ajuda a traçar uma tarefa bastante difícil e somente encarada recentemente, que é a de analisar a participação no comércio da maioria do povo da caravana, e não só dos intermediários. A partir da compreensão e apropriação dos carregadores sobre a responsabilidade

15 SANTOS. *Nos caminhos de África*, p. 29–30.

16 HENRIQUES. Comércio e empresários em Angola na 2ª. Metade do século XIX, p. 393–413; HEYWOOD. *Contested power in Angola*, p. 7–10, 20–21. Vale destacar que esse processo foi inicialmente estudado pelos trabalhos pioneiros de Linda Heywood sobre as transformações sociais na região, provenientes desde a época de sua tese de doutorado, defendida na década de 1980.

17 SANTOS. Introdução (Trajectória do Comércio do Bié), p. 101–102.

18 SANTOS. *Nos caminhos de África*, p. 17.

19 SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. *Sociabilidades em Trânsito: os carregadores do comércio de Longa Distância na Lunda (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2016, p. 151–152, 168.

mantida pelo chefe da caravana frente a eles, alguns trabalhos apontam as paralisações de carregadores nas expedições científicas do final do século e a capacidade de barganha dos carregadores frente ao isolamento do chefe, que corria o risco de ser abandonado no meio do continente por boa parte dos trabalhadores de sua expedição.<sup>20</sup> Para além do enfrentamento mais aberto como tais paralisações, havia tensionamentos constantes realizados pelos carregadores na defesa de seus interesses, forçando o chefe da caravana a sempre procurar calcular o quanto era prudente de se exigir dos trabalhadores e quando era necessário ceder às pressões para evitar enfrentamentos que atrapalhassem seus objetivos finais: de realizar a viagem e manter a lucratividade do empreendimento.<sup>21</sup>

Esse cálculo pode ser percebido em um relato de António da Silva Porto, um dos líderes entre os sertanejos, que produziu uma notável obra manuscrita sobre o cotidiano no interior do continente desde a década de 1840 até 1890. Trata-se de um episódio ocorrido em 15 de março de 1847, quando ocorre a quebra de uma ponte sobre o rio Cutato dos Quimbundos, pela qual a caravana passava:

[...] felizmente que tal incidente [a quebra da ponte] não foi seguido de desgraça alguma, porque neste caso teríamos de ficar estacionários no local quatro ou cinco dias em fúteis curativos que a crença dos Ganguellas exige, e que de ordinário terminam com o acesso do curandeiro [...], isto além das multas correspondentes ao denominado crime.<sup>22</sup>

Independentemente de qualificar os cultos dos carregadores como "fúteis", Silva Porto conhece as regras da sociedade da qual contratou seus trabalhadores e, portanto, sabe que seria obrigado a parar no meio do caminho em caso de acidente, porque a caravana não seguiria sem os devidos rituais. Caso ele decidisse desobedecer tais regras, além de correr o risco de um enfrentamento frontal com a enorme quantidade de trabalhadores que o cercavam, que poderiam, por exemplo, paralisar a caravana ou mesmo abandonar o chefe no meio do caminho, ele poderia ser punido pelo soba do Bié, com o pagamento de mucanos.<sup>23</sup> Dessa forma, para manter a racionalidade comercial do seu empreendimento, Silva Porto e outros sertanejos eram obrigados a reconhecer e ceder aos interesses e costumes de seus carregadores, que tinham consciência de sua importância dentro das dinâmicas do comércio lícito no interior.

Procurei expor, nessa breve reflexão sobre os agentes sociais do comércio de longa distância, algumas das negociações e conflitos que moldaram as dinâmicas de tal atividade comercial, que

20 HEINTZE. *Pioneiros africanos*, p. 359–361; SANTOS. *Nos caminhos de África*, p. 24–25; SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2010. 216 p.

21 HENRIQUES. *Percursos da modernidade em Angola*, p. 402, 417–418.

22 SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e apontamentos de um português em África*. diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986, p. 281.

23 Tal assunto era bastante sensível para Silva Porto que, devido à sua revolta frente a esse sistema punitivo, produziu uma das fontes mais reveladoras do funcionamento de tal mecanismo, o seu Memorial de Mucanos, caderno no qual registrou os mucanos pagos em todos os 50 anos de sua carreira nos sertões.

marcaria uma das mais importantes transformações econômicas, sociais e políticas da história de Angola colonial: a “transição” da escravidão para o comércio lícito. Dessa forma, torna-se possível o desenvolvimento de estudos que compreendam esse processo histórico como um campo de disputas, ocupado por toda uma gama de atores sociais que vão desde os grandes comerciantes portugueses até os milhares de carregadores africanos cujos documentos não nos permitiram acessar nem mesmo seus nomes. Torna-se necessário, portanto, compreender a agência desses diferentes grupos para compreender as intensas transformações sociais ocorridas no interior do continente, que antecedem em décadas a ocupação europeia da região.



# A política de deportação dos libertos para a África: os casos do Brasil e dos EUA

Tainá Elis Santos de Souza  
taina.elis@gmail.com

## Resumo

Antes mesmo da organização completa da *American Colonization Society* (ACS), em 1817 e dos primeiros colonos, em 1822, uma parcela negros livres, abolicionistas e forros já começaram a se expressar publicamente contra a colonização na Libéria. Eles acusavam a participação de escravistas na Associação e defendiam que a emigração reafirmava a desigualdade entre negros e brancos nos Estados Unidos. Para alguns abolicionistas, o movimento de colonização na África era na verdade uma forma de expatriação dos negros, retirando-os do lugar que nasceram e conheceram a vida toda e levando-os para um lugar desconhecido e hostil.<sup>1</sup> Entre 1850 e 1853, o cônsul brasileiro Hermenegildo Frederico Niterói foi enviado para uma missão na Libéria a fim de fazer um tratado diplomático para o recebimento dos africanos libertos que estavam no Brasil. Esse projeto imperial de deportação dos africanos libertos, concebido logo após a Revolta dos Malês, em 1835, inicialmente tentou negociar o estabelecimento de uma colônia brasileira na África. As mudanças legislativas pós-1835 permitiram o estabelecimento da pena de deportação para os africanos libertos que participaram da Revolta dos Malês<sup>2</sup> e isso foi crucial para a formação dessa política de deportação baseada na concepção de que os africanos libertos eram estrangeiros dentro do território imperial brasileiro<sup>3</sup>. Este trabalho analisa como a situação de apatridia dos negros libertos, tanto nos EUA, quanto no Brasil, os colocaram em uma situação de vulnerabilidade social e jurídica que acaba os obrigando a emigrar para África.

**Palavras-chave:** Deportação, África, negros libertos, Brasil e Estados Unidos.

## Diferenças entre os sistemas escravistas

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise panorâmica das políticas de deportação que foram implementadas pelos governos brasileiro e norte-americano, considerando as divergências entre os sistemas escravistas que estas políticas. Porém, podemos apontar que ambos os países estavam inseridos em um sistema econômico capitalista agroexportador do século XIX e no contexto de uma História Atlântica, com interconexões sociais e intelectuais.

1 MEHLINGER Louis R. The Attitude of the Free Negro Toward African Colonization. *The Journal of Negro History*, Chicago, v. 1, n. 3, p. 276 – 301, jun. 1916. p. 276- 277

2 REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

3 CUNHA, Manuela C. da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

A facilidade de acesso à alforria foi uma distinção do sistema escravista da América Portuguesa, em relação às outras colônias europeias nas Américas, delineando-a demograficamente com uma composição populacional relativamente equilibrada entre negros e brancos. Havia uma grande população livre negra (majoritariamente crioulos e mulatos) vivendo com os brancos, sendo que a maioria de escravizados era composta principalmente de africanos. A prática de favorecimento dos mulatos na dinâmica da alforria do sistema escravista acirrava uma diferença social entre eles e a população negra porque, além de terem um maior acesso a liberdade, eles tinham a possibilidade de exercer uma série de ofícios mais qualificados e de prestar o serviço militar.<sup>4</sup> Ademais, os crioulos (negros nascidos no Brasil) conseguiam ser alforriados com mais frequência do que os africanos escravizados.<sup>5</sup> Segundo Marquese, as alforrias eram uma ‘válvula de escape’ do sistema escravista para garantir o controle da população escrava e evitar as rebeliões, isto era assegurado pela dinâmica entre o acesso facilitado às alforrias, principalmente pela população crioula e mulata, e o suprimento constante da demanda de mão-de-obra escrava através da importação de africanos pelo do tráfico transatlântico.<sup>6</sup>

Nos Estados Unidos, havia uma população escrava muito menor do que no Brasil e o acesso à alforria era mais difícil. O tráfico internacional foi proibido em 1808, em um acordo acertado depois de uma pressão britânica, o que acabou por favorecer o fortalecimento do tráfico interestadual no país. Essa proibição foi, inclusive, apoiada pelos senhores de propriedades escravistas mais antigas que acreditavam que a população escrava se reproduziria naturalmente.<sup>7</sup> Com exceção das elites mulatas de Nova Orleans e Charleston, o sistema escravista norte-americano não oferecia uma distinção social forte entre negros e mulatos, ambas as classes eram amalgamadas sob o signo de negros e exerciam indistintamente o trabalho braçal, serviços domésticos ou ofícios manuais.<sup>8</sup> O sistema federalista norte-americano fez com que houvesse uma multiplicidade de variações legislativas em relação à escravidão, porém todas visavam garantir o direito à propriedade dos escravos aos senhores. Ao contrário do Brasil, o sistema escravista norte-americano acabou se configurando em um esquema birracial.<sup>9</sup>

Os libertos possuíam um papel dependente dentro dos dois sistemas escravistas porque tinham um acesso limitado à terra e acabavam se tornando uma fonte de mão de obra reserva e mais barata, além de ficarem sujeitos à uma série de restrições legais. Apesar das distinções estabelecidas, a Revolução do Haiti (1791-1804) impactou fortemente as classes senhoriais dos dois países. Além disso, a eclosão de uma série de rebeliões internas teve a responsabilidade atribuída à população liberta e a deportação foi o caminho escolhido pelos Estados Unidos e pelo Brasil como uma solução para que fosse evitado ‘um novo Haiti’.

4 MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n.74, p. 107-123, mar. 2006.

5 CUNHA. *Negros, estrangeiros*.

6 MARQUESE. *A dinâmica da escravidão no Brasil*, p. 121.

7 BERLIN, Ira. *The Long Emancipation: The Demise of Slavery in the United States*. Cambridge, Massachusetts e Londres: Harvard University Press, 2015.

8 GENOVESE, E. D. *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*. New York: Vintage, 1976.

9 MARQUESE. *A dinâmica da escravidão no Brasil*, p. 117.

### O caso norte-americano: A Rebelião de Nat Turner e as *Colonization Societies*

No ano de 1811, a Rebelião da *German Coast* (Território de Orleans) da qual participaram, aproximadamente, 200 escravizados, demonstrou para os senhores norte-americanos o perigo que causaria a chegada dos ideais de liberdade da Revolução do Haiti e da Revolução Francesa nas suas fazendas.<sup>10</sup> Em 1816, o ministro presbiteriano Robert Finley fundou a *American Colonization Society* (ACS) com o objetivo de recolher fundos para a alforria e envio de negros libertos para a África. Entre os financiadores havia abolicionistas e humanitaristas, que queriam libertar os escravos e os negros de serem cidadãos de segunda-classe, além de senhores de escravos que se preocupavam com a crescente população de libertos. Apesar do financiamento recebido pelo governo dos Estados Unidos, a ACS foi um empreendimento coletivo-privado e o governo e gerenciamento da colônia da Libéria, fundada em 1822, era de responsabilidade dessa Sociedade.

A Rebelião de Nat Turner, em 1831, redimensionou os aspectos da colonização da Libéria. Turner liderou uma revolta de escravos e libertos na Virgínia que ocasionou na morte de cerca de 60 brancos. Houve uma forte repressão e juntamente com o líder, aproximadamente 200 negros foram mortos por participação efetiva ou por serem suspeitos. Porém, essa rebelião acendeu os ânimos senhoriais contra a população liberta. Entre 1830 e 1860, um estado depois do outro foi endurecendo as leis e impedindo o acesso às alforrias e estabelecendo um prazo para que os que as obtivessem ou já as tivessem se retirassem do estado.<sup>11</sup> Entre 1820 e 1830, 1.670 emigrantes foram para a Libéria. Depois da revolta, houve um grande aumento na procura, após três meses, 326 negros livres fugiram das retaliações no condado da rebelião e embarcaram para a Libéria. No total, 1.300 negros libertos sulistas foram para a Libéria entre o final de 1831 e 1833.<sup>12</sup> Em 1832, 1.200 libertos fundaram uma nova colônia mais ao sul do território, em *Cape Palmas*, sob a administração da *Maryland Colonization Society*. Posteriormente, também surgiram outros dois pequenos assentamentos. Primeiro, em 1834, o *Bassa Cove* foi fundado pela *Young Men's Colonization Society of Pennsylvania* e pela *Colonization Society of the City of New York*. Depois, no ano de 1836, o território de *Mississippi in Africa* foi estabelecido pela *Mississippi Colonization Society*.<sup>13</sup>

Desde a fundação da ACS, a emigração dos negros libertos para a África foi tema de um debate acalorado dentro do movimento abolicionista norte-americano. O fato é que, depois da rebelião de Nat Turner houve uma grande mudança. O pânico de outras rebeliões aumentou o patrocínio financeiro e a política de deportação se estabeleceu como uma alternativa ao problema,

10 RASMUSSEN, Daniel. *American Uprising: The Untold Story of America's Largest Slave Revolt*. Nova Iorque: Harper Collins, 2011.

11 GENOVESE. *Roll Jordan Roll*, p.399.

12 BURIN, Eric. *Slavery and the peculiar solution: a history of the American Colonization Society*. Flórida: University Press of Florida, 2005.

13 LOWENKOPF, Martin. *Politics in Liberia: The Conservative Road to Development*. Califórnia: Hoover Institution Press, 1976.

disseminando as *Colonization Societies* por todos os EUA. Do ponto de vista dos libertos, a situação jurídica foi se tornando cada vez mais precária e a ida para a África, apesar da alta taxa de mortalidade<sup>14</sup>, ficando cada vez mais atraente.

### **O caso brasileiro: Rebelião dos Malês e a tentativa de estabelecimento de uma política imperial de deportação**

A partir da eclosão da Revolução Haitiana, em 1791, a produção cafeeira e açucareira da ilha foi fortemente afetada, abrindo uma demanda de açúcar no mercado que recolocou a Bahia no mercado agroexportador. O reaquecimento da economia acelerou a importação da mão de obra escrava para a Bahia, tendo como fonte privilegiada o comércio com a Costa da Mina, favorecido pela retirada dos franceses e ingleses da região e pelas guerras internas, derivadas da *jihad* de Usman dan Fodio.<sup>15</sup> O perfil da população africana que estava sendo importada para a Bahia foi mencionado pelo conde da Ponte formado por nações muito guerreiras. Houve um ciclo de revoltas na Bahia, entre 1807 e 1835, que foram conduzidas principalmente por escravos e libertos africanos.<sup>16</sup>

Em 1835, aconteceu em Salvador a famosa Rebelião dos Malês. De acordo com o levantamento de Reis, dentre os 203 condenados, quatro dos líderes foram sentenciados à morte e os outros três líderes foram condenados às galés. Grande parte dos escravos foi açoitada e devolvida, além disso, os senhores, com condições financeiras, que tiveram escravos condenados às galés recorreram da sentença. Todas as sentenças de prisão recaíram sobre os réus libertos e 34 deles foram condenados à deportação. A deportação, no entanto, foi um desvio que não estava previsto no Código Criminal.<sup>17</sup>

A população baiana urbana foi tomada por um grande medo após a Rebelião dos Malês e foi feita uma petição, assinada por 320 cidadãos, pela deportação dos africanos livres alegando que eles apoiaram e orientaram os escravos que participaram. Mesmo sem nenhuma prova, vários africanos libertos, que eram apenas suspeitos de participarem da revolta, foram sumariamente deportados.<sup>18</sup> Segundo Cunha, a legislação dos libertos era regida por duas diretrizes: a segurança e o abastecimento de mão de obra.<sup>19</sup> Tendo em vista que a população urbana se sentiu altamente ameaçada após o levante, não foi considerado “a possibilidade de se estar sonhando os direitos dos libertos, já que o Brasil não celebrara nenhum tratado com país africano, e mesmo se o tivesse, teria

14 ZUBERI, Tukufu. *Swing Low, Sweet Chariot: The Mortality Cost of Colonizing Liberia in the Nineteenth-Century*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

15 MARQUESE. *A dinâmica da escravidão no Brasil*, p. 120.

16 REIS. *Rebelião Escrava no Brasil*.

17 REIS. *Rebelião Escrava no Brasil*, p. 256.

18 REIS. *Rebelião Escrava no Brasil*, p. 257.

19 CUNHA. *Negros, estrangeiros*.

liberdade para expulsar indivíduos considerados nocivos à sua segurança”<sup>20</sup>. Em 24 de março de 1835, esse abaixo-assinado foi aprovado pela Assembleia e foi enviada uma petição dos deputados provinciais para o Parlamento nacional solicitando que se considerasse a necessidade urgente de se estabelecer uma colônia em qualquer ponto da costa da África para deportar os africanos libertos.<sup>21</sup> A Lei nº 9, de 13 de maio de 1835, regulamentou a política de deportação e instituiu um projeto de deportação em massa dos africanos libertos, estabelecendo que eles deveriam deixar a Bahia tão logo houvesse um acordo com algum lugar na África. A Lei nº 14 regulamentou serviço de ganho em Salvador e restringiu a circulação, as práticas do canto e os grupos de ofícios dos libertos.<sup>22</sup>

Em novembro de 1835, segundo Reis, o navio *Maria Damiana* deixou Salvador com destino a Uidá, onde o famoso negociante e traficante Francisco Félix de Souza, o “Xaxá”, se comprometeu a atestar a chegada dos duzentos africanos que estavam embarcados. No entanto, a política de perseguição policial e controle legal dos africanos, estabelecida após a Rebelião do Malês, fez com que mais 700 pedissem passaporte para fora do Império.<sup>23</sup> João José Reis afirma que as políticas pós-1835 na Bahia visavam tonar a vida dos libertos cada vez mais difícil, a fim de que eles emigrassem espontaneamente e os ainda escravizados não desejassem se libertar.<sup>24</sup>

No Rio de Janeiro, a ideia da deportação foi apoiada pelos defensores do projeto político nacionalista do Império, sendo que a formação da emergente identidade brasileira era baseada na união dos portugueses e dos indígenas. Mesmo abolicionistas, como Frederico Leopoldo Cezar Burlamarqui, que foi secretário da “Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Indígenas”, era a favor da deportação dos africanos e da reposição da mão de obra através da vinda de trabalhadores europeus:

A philanthropica idea do melhoramento da sorte dos escravos, e consequentemente a da sua emancipação gradual, deve pois referir-se ao futuro para que se evitem os perigos reaes, que podem e mesmo devem sobrevir. Penso que as medidas por mim enunciadas, ou outras que se adoptem em seu lugar, serão hum grande passo para esta obra immortal. Cuide o governo em formar colonias na Africa com os escravos que fôr libertando; e coadjuvem-no os particulares patriotas e illustrados, formando sociedades de libertação, que vão pouco a pouco desemtupindo as Cidades d'esse montão de entes miseraveis, que só servem para torna-las en aggregados de senzalas, em taperas immundas.<sup>25</sup>

Segundo Cunha, há indícios de que essas ideias de deportação não estavam restritas apenas a alguns ideólogos fanáticos e as finanças precárias foi o que impediu o Império de dar prosseguimento a esse projeto.<sup>26</sup> O governo tentou estabelecer um acordo com Portugal para que lhe ven-

20 REIS. *Rebelião Escrava no Brasil.*, p. 455.

21 CUNHA. *Negros, estrangeiros.*

22 REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil.*, p. 274.

23 CUNHA. *Negros, estrangeiros.*

24 REIS. *Rebelião Escrava no Brasil.*, p. 281.

25 BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo Cezar. *Memoria analytica d'cerca do commercio d'escravos e d'cerca dos malles da escravidão domestica.* Rio de Janeiro: Typographia Commercial Fluminense, 1856. p. 104-105.

26 CUNHA. *Negros, estrangeiros.*

desse uma parte dos domínios em Angola, mas não obteve resposta. Posteriormente, o governo imperial tentou um estabelecer um tratado com a Inglaterra e os EUA para deportação para Serra Leoa ou Libéria, tendo em vista os acordos já estabelecidos para repatriação dos negros apreendidos nos navios negreiros depois a lei antitráfico de 1831.<sup>27</sup>

### **As tentativas de acordo do Brasil para a deportação dos africanos libertos para a Libéria**

Após o envio da petição para a Assembleia Geral Legislativa, de acordo Reis, o presidente da província da Bahia, Francisco de Souza Martins, recomendou ao governo imperial que negociasse com os Estados Unidos a deportação dos libertos africanos da Bahia para a Libéria.<sup>28</sup> O governo norte-americano transferiu as negociações para a *American Colonization Society* (ACS) que respondeu que receberia os libertos africanos ao preço de 50 pesos espanhóis por cada emigrado e isto acabou inviabilizando o acordo. Posteriormente,

A independência da Libéria no final da década de 1840, porém, reacendeu a esperança do Governo Imperial em desviar para lá parte dos indesejados africanos livres que já se acumulavam no Império. Com efeito, a tarefa de [Hermenegildo Frederico] Niterói consistia, basicamente, em fechar um acordo de emigração de gente de cor livre com o Governo da Libéria independente ao menor custo para o Tesouro Público Imperial.<sup>29</sup>

Em 1850, Niterói foi designado cônsul geral do Brasil na Libéria e saiu em uma missão diplomática que passou pela Europa e chegou à Libéria em 1852. Ele foi recebido pelo presidente Joseph Jenkins Roberts com todas as formalidades e ressaltou, no Ofício de 12 de maio de 1853, com o relatório da sua viagem, a satisfação do presidente liberiano em ter mais uma nação a reconhecer a independência do país. O reconhecimento do Império Brasileiro ao governo independente liberiano e a residência do cônsul na Monróvia também foi ressaltado no Relatório Anual da *American Colonization Society* de 1853 e em vários números do *African Repository*, periódico da ACS, daquele ano<sup>30</sup>. Mesmo reconhecendo saber que o governo imperial brasileiro mantinha a escravidão no seu território, o presidente Roberts tentou amenizar apelando para a suposta igualdade com a qual os “foros legais de que gente de cor livre brasileira, ingênua ou liberta, gozava no Brasil de recíproca igualdade com a raça branca, e comparando com a disparidade das leis e preconceitos mantidos nos Estados Unidos”<sup>31</sup>. Não se pode dizer até que ponto Roberts sabia sobre as leis contra os africanos no Império brasileiro, mas o possível acordo entre os dois países proporcionava vantagens

27 GUIZELIN, Gilberto da Silva. Relações Brasil-África: A missão Niterói à Libéria. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 28, p. 549 - 582. 2016.

28 REIS. *Rebelião Escrava no Brasil*, p. 274.

29 GUIZELIN. *Relações Brasil-África*, p. 551

30 AFRICAN REPOSITORY. Washington, v. 29, 1853. p. 37, 97, 114, 131 e 239. Captado em: < <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hwrchr;view=1up;seq=1>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

31 GUIZELIN. *Relações Brasil-África*, p. 574.



para ambos os lados: o governo liberiano adquiria mais uma forma de tentar pressionar os EUA a reconhecer a sua independência e o governo imperial vislumbrava a solução para o problema da população africana liberta.

Depois de vários meses de residência na Monróvia, o cônsul Hermenegildo Niterói não conseguiu estabelecer o acordo de deportação, principalmente devido ao fato de que o governo imperial não poderia arcar com o transporte e sustento de, pelo menos, seis meses dos emigrados e o governo liberiano estava, também, com problemas financeiros e enfrentando conflitos dispendiosos com as populações nativas no interior do território. Niterói retornou ao Brasil, depois de 14 meses na Libéria, sem um acordo para a deportação de brasileiros para a Libéria. Foi-lhe oferecido um acordo comercial que ele não aceitou por não ter sido autorizado a fazer esse tipo de negociações. Na realidade, as novas esperanças do governo imperial no ano de 1850 foram infundadas porque, apesar da independência em 1847, a emigração para Libéria continuou sendo organizada pela *American Colonization Society* até 1904.

### Conclusão

As particularidades de cada sistema escravista fez com que o perfil de deportados fosse diferente. Nos Estados Unidos eles eram os negros libertos, de forma mais geral, e no Brasil foram, especificamente, os africanos libertos. Ambos os grupos, porém, poderiam ser considerados apátridas e encontravam-se em situação de vulnerabilidade jurídica. Os libertos, de forma geral, ameaçavam a materialidade da ideologia na qual o regime escravista que defendia a falta de afeição dos negros pela liberdade e a naturalização da lealdade escrava.<sup>32</sup> Eles foram excluídos dos projetos nacionais e a cidadania, em diferentes termos, no Brasil e nos EUA. Portanto, os libertos tinham o desafio constante de manter a condição de liberdade, que poderia, a qualquer momento, ser revogada ou questionada, trazendo uma instabilidade jurídica que só poderia ser resolvida com a abolição da escravidão.<sup>33</sup>

Os Estados Unidos conseguiram estabelecer um projeto de deportação bem estruturado, principalmente pelo fato de ter sido financiado por capital privado. Havia pelo menos o envio anual de emigrados da *American Colonization Society*, fora as outras sociedades, até que o início da Guerra Civil em 1861 e, posteriormente, a Proclamação da Emancipação, em 1863, fizeram com que os volumes de embarcados decaíssem vertiginosamente, levando a ACS ao fim, no ano 1904.<sup>34</sup> O Império do Brasil tentou instaurar o projeto de deportação através de acordos, a viagem do cônsul Niterói para a Libéria ilustra bem o desejo imperial deportar da população liberta africana. Porém, a dependência do financiamento público para a concretização desse projeto fez com as migrações tivessem pouquíssimo volume, já que se esperava que os próprios libertos emigrassem de forma espontânea.

32 BERLIN. *The Long Emancipation*, p.16.

33 BERLIN. *The Long Emancipation*, p. 39.

34 BURIN. *Slavery and the peculiar solution*

A perseguição instaurada, depois da Revolução do Haiti e das rebeliões internas, ocasionou a degradação das condições de vida dos libertos. Consequentemente, o retorno para a África tornou-se, principalmente, um vislumbre de melhoria de suas condições sociais. Isso criou um “paradoxo da condição de estrangeiro arvorada pelos retornados em sua região de origem”<sup>35</sup>. Os emigrados para a Libéria, extremamente ocidentalizados, se organizaram em torno de uma identidade fundamentada na religião protestante, na língua inglesa e nos costumes norte-americanos, já que não se identificavam, nem se interessavam com os costumes africanos. Os libertos africanos que foram deportados do Brasil não tiveram como retornar para as culturas das quais foram arrancados e, portanto, se organizaram diante de uma nova identidade. Isso pode ser evidenciado pela forma com que estes deportados acabaram organizando uma comunidade em torno de uma identidade brasileira em Lagos e em Uidá, preservando práticas culturais, alimentares, estéticas e religiosas adquiridas na experiência diaspórica.

---

35 CUNHA. *Negros, estrangeiros*, p. 149.

# Virgem Margarida: Múltiplas feminilidades da mulher moçambicana no pós independência

Jacqueline Maia dos Santos

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

jacqueline.historia@gmail.com

## Resumo

O projeto da nova nação moçambicana proposto pelo governo pós-independência incluía a construção de um “homem-novo”, fora dos estereótipos e ideias colonialistas. A construção desta nova comunidade homogênea em Moçambique estava imbricada não apenas a uma transformação de ordem econômica, mas também no nível da personalidade individual, sendo necessário, na premissa deste projeto, um rompimento total com tudo representado pelo colonizador português, seus hábitos, culturas, mentalidades e comportamentos. O filme *Virgem Margarida*<sup>1</sup> (2012) dirigido pelo cineasta brasileiro-moçambicano Licínio Azevedo volta à Moçambique de 1975 para narrar a história de um grupo de mulheres que por não se enquadrarem aos padrões do “homem-novo”, são capturadas na capital Maputo e encaminhadas ao interior do país para serem reeducadas e transformadas em “mulheres-novas”. A partir de suas lentes o filme oferece outra narrativa sobre fragmentos, sob a perspectiva das personagens femininas que foram submetidas a processos de violência e opressão ao longo de toda a história. Assim, o filme propõe outro olhar sobre o modo como o processo revolucionário foi construído sobretudo a partir da atuação de mulheres nesse processo, sendo uma fonte importante para a historicidade do processo de independência e suas possíveis contradições no projeto de nação moçambicana.

**Palavras-chave:** Mulheres, Moçambique, cinema, independência

## O diretor e a história

O objetivo deste trabalho é a partir da análise do filme *Virgem Margarida* refletir sobre possíveis contradições existentes na narrativa de emancipação da mulher, bem como no projeto do “homem-novo” moçambicano proposto pela Frelimo (Frente de Libertação Moçambicana) após a independência, em 1975, depois de um período de pouco mais de dez anos de guerra contra Portugal.

No fim de 1975, prostitutas de norte a sul de Moçambique foram levadas para centros de reeducação criados pela Frelimo com o objetivo de serem disciplinadas, através de trabalhos for-

1 VIRGEM MARGARIDA. Direção: Licínio Azevedo. Moçambique: Ebano Multimedia; Portugal: Ukbar Filmes; França: JBA Production; Angola: Dreadlocks. 2012.

çados, a um comportamento considerado adequado a nova nação moçambicana. Essas mulheres eram enviadas a campos no norte do país, para que corrigissem seu comportamento imoral e se transformassem na "mulher nova" socialista. Essa nova postura era considerada como pré-requisito para o rompimento com os estereótipos e ideais colonialistas, já que a prostituição era um dos símbolos da decadência e exploração colonial.

O roteirista e diretor do filme é o brasileiro - moçambicano Lício Azevedo. Nascido em Porto Alegre em 1951, Lício migrou para Moçambique em 1978, depois de uma passagem por Guiné-Bissau. Naquele país desenvolveu uma carreira dedicada a produção cinematográfica, sendo um dos fundadores da empresa moçambicana de produção de cinema Ébano Multimédia e produtor de vários longas-metragens e documentários. Inclusive, foi a partir da produção de um documentário sobre prostituição, *A última prostituta* (1999) que surgiu a ideia de se fazer uma narrativa a respeito dos centros de reeducação de prostitutas. Segundo o diretor:

O meu filme *A última prostituta* [é] um documentário clássico de entrevistas, a partir de uma fotografia de Ricardo Rangel, com dois militares a escoltarem uma prostituta. Na altura chamou-me a atenção o depoimento sobre uma camponesa que tinha ido à cidade comprar o enxoval e, indocumentada, foi levada por engano para os campos. Construí o filme *Virgem Margarida* a partir dessa história contada por reeducandas: uma virgem num centro de reeducação entre setecentas prostitutas.<sup>2</sup>

O cinema e seu produto, o filme, funcionam não como representação fidedigna da realidade, mas como uma fonte a ser explorada, que foi construída com determinados objetivos, por sujeitos munidos de valores e ideias próprias.<sup>3</sup> Sobre sua experiência de contar parte do que foi a história dos centros de reeducação o diretor ainda afirma que “[...]quero compreender o lado humano destes processos, a contradição dos grandes ideais que, por vezes, se transformam em tragédias, pois as pessoas que os dirigem são mais fracas do que os mesmos.”<sup>4</sup> Logo, a produção cinematográfica feita por Lício Azevedo carrega informações e reflete uma visão acerca de uma realidade histórica, tanto a que é retratada no enredo, como a que é vivenciada no seu período de produção.

### As múltiplas feminilidades

As múltiplas feminilidades das mulheres oriundas de várias regiões do país foram ignoradas em prol de um plano de homogeneização de comportamentos, de um treinamento militar cujo

2 LANÇA, Marta. Reeducação de mulheres. Entrevista com Lício de Azevedo sobre o filme “Virgem Margarida”. Buala. 13 set. 2012. Disponível em: <[www.buala.org/pt/afroscreen/reeducacao-de-mulheres-entrevista-a-licinio-azevedo-sobre-o-filme-irgem-margarida](http://www.buala.org/pt/afroscreen/reeducacao-de-mulheres-entrevista-a-licinio-azevedo-sobre-o-filme-irgem-margarida)>. Acesso em: 04/02/2018.

3 FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. (Orgs.). História: novos objetos. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

4 LANÇA, Marta. Reeducação de mulheres.

objetivo era a educação das mentes e dos corpos. Paulina Chiziane, em seu livro *Niketche: Uma história de poligamia* faz uma interessante descrição da diferença ente as mulheres do Sul e do Norte de Moçambique:

As mulheres do Sul acham que as do Norte são umas frescas, umas falsas. As do Norte acham que as do Sul são umas frouxas, umas frias. [...] No norte, as mulheres enfeitam-se como flores, embelezam-se, cuidam-se. No Norte a mulher é luz e deve dar luz ao mundo. No Norte as mulheres são leves e voam. Dos acordes soltam sons mais doces e mais suaves que o canto dos pássaros. No Sul as mulheres vestem cores tristes, pesadas. Têm o rosto sempre zangado, cansado, e falam aos gritos como quem briga, imitando os estrondos da trovoada. Usam o lenço na cabeça sem arte nem beleza, como quem amarra um feixe de lenha. Vestem-se porque não podem andar nuas. Sem gosto. Sem jeito. Sem arte. O corpo delas é pra reprodução apenas. (...) A mulher do Norte é linda, sabe amar, sabe sorrir e sabe agradar(...) A mulher do Sul é servil, econômica, não gasta nada, compra um vestido novo por ano.<sup>5</sup>

A partir da narrativa ficcional de Paulina Chiziane podemos refletir a respeito da multiplicidade das personagens apresentadas pela história contada no filme, e como essas diferenças de origem também pautam o desenrolar do enredo. Na medida que a narrativa se desenvolve são apresentadas em seu decorrer a história de cinco mulheres, quatro destas (Rosa, Suzana, Luísa e Margarida) estariam no grupo “subversivo”, isto é, o das mulheres que não seguiam as normas propostas pelo novo governo, portanto, “inimigo”. É possível inferir que essas mulheres são do sul do país, já que logo no início do filme elas fazem um longo trajeto de ônibus para o norte do país. Paralelamente há a figura da comandante Maria João, que representaria o governo e sua proposta de comportamento ideal para a nova nação. Nas cenas seguintes, são apresentadas as rotinas de cada uma dessas mulheres, seus desejos, demandas e algumas características de suas personalidades.<sup>6</sup>

Somos apresentados primeiramente a Rosa, que estava saindo de casa para trabalhar, enquanto o caminhão responsável pelo recolhimento das mulheres de comportamento imoral continuava circulando pela cidade. Suzana é apresentada na cena seguinte: mãe solteira, de duas crianças, enquanto se arrumava para ir trabalhar, observava e orientava os filhos durante a refeição do café da manhã. Todos os dias as crianças ficavam aos cuidados da vizinha, Dona Vanda, até o retorno da mãe deles no tardar da noite. Posteriormente somos apresentados a Luísa, que enquanto se veste em frente ao espelho, escuta as críticas de sua mãe em relação a sua roupa, considerada por ela “indecente”.

A cena seguinte mostra o movimento, à noite, da rua Araújo, famosa na capital moçambicana pelos bares e danceterias, assim como pela prostituição. Após esse plano de localização, Rosa apareceu novamente na cena, dessa vez, oferecendo seus serviços a um dos marinheiros que andava pela calçada. A indiferença do homem deixou-a bastante irritada. Na sequência, enquanto Suzana

5 CHIZIANE, Paulina. *Niketche: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 31-32

6 FRANÇA, Alex Santana. As contradições do projeto da nação Moçambicana pós - independência no filme *Virgem Margarida* (2012), de Licínio de Azevedo. *Revista África(s)*, v. 04, n. 07, p. 28-43, jan./jun. 2017

dançava no palco de uma danceteria, Luísa estava sentada em frente a uma das mesas do bar trocando carícias e beijos com um homem; havia outro casal na mesa também demonstrando muita intimidade. Nas cenas iniciais o diretor nos apresenta algumas das personagens principais do filme, com pequenas narrativas introdutórias, já destacando algumas características das personalidades dessas personagens, que serão mais aprofundadas adiante: a geniosa e, ao mesmo tempo, bem-humorada, Rosa, a maternal Suzana, a independente Luísa<sup>7</sup>. Quando essas mulheres são apreendidas pelo exército para serem encaminhadas ao centro de reeducação encontram Margarida, a virgem do título, que tinha ido a cidade para fazer o enxoval de casamento, porém se perdeu da tia que a acompanhava, e por não saber ler e escrever, e estar sem documentação que comprovasse sua origem e inocência, também foi presa.

O filme possui o mérito de tratar um assunto que de certa forma ainda é tabu em Moçambique, que são os campos de reeducação. É importante salientar que não eram apenas as prostitutas o público alvo. Testemunhas de Jeová, homossexuais, criminosos, mães solteiras, inimigos políticos da Frelimo foram enviados para locais ermos no Norte do país.<sup>8</sup> Ao mesmo tempo em que eram vigiados por militares e cultivavam produtos agrícolas supostamente para o desenvolvimento do país, eram abandonados à própria sorte em péssimas condições de sobrevivência. E a obra, ainda que seja uma ficção, é também uma reconstrução que extrapola a visão dos discursos oficiais.

A personagem Maria João representa o lado da ordem (do Exército da Frelimo). Ela, inclusive, lutou durante a guerra de libertação de Moçambique contra Portugal. Maria João aparece pela primeira vez no filme, quando, ao conversar com um dos comandantes, recebe a notícia de que teria uma nova missão a cumprir: supervisionar um centro de reeducação localizado no norte do país. Ela tenta recusar a tarefa, alegando que sua prioridade agora era casar e construir uma família, já que havia prometido isso ao noivo, assim que terminasse a guerra. Entretanto, com o discurso de que “a luta não terminava com a independência, que a independência era apenas uma etapa da luta de libertação do povo moçambicano”, proferido pelo comandante, ela acaba sendo convencida de suas obrigações para com o país e aceita a missão, acreditando que aquela tarefa seria mais curta que a anterior.<sup>9</sup> É uma personagem interessante para pensar como um discurso pode ser persuasivo e mobilizador no sentido de conquistar aliados para uma determinada causa, já que a comandante fazia parte daquele segmento da população que aderiu a luta de libertação por acreditar nas promessas de uma experiência socialista mais democrática, independente e moderna que poderia viabilizar melhores condições de vida no pós independência. A comandante Maria João é a chefe do centro de reeducação e se autodefine como uma mulher que também pode ser homem. Isso se reflete no seu comportamento, no seu discurso, e visualmente, no uso de um uniforme disforme, no cabelo curto, em um corte tipicamente militar, numa tentativa clara de masculiniza-la.

7 FRANÇA, Alex Santana. As contradições do projeto da nação Moçambicana pós - independência.

8 CABAÇO, José Luís. Moçambique: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 359 p.



Não podemos deixar de mencionar que a sociedade moçambicana, na amplitude e na diversidade do seu mapa etnolinguístico, antes e durante a presença dos colonizadores esteve permeada por práticas culturais tradicionais cujo combate era central na consolidação da política de emancipação feminina e na construção do “homem novo” da Frelimo. Destaca-se a denúncia contra o *lobolo*, uma cerimônia tradicional de casamento em que a família do noivo oferece um dote à família da noiva<sup>10</sup>, cerimônia pela qual Margarida tinha acabado de passar. Ela já era uma noiva *lobolada*, aguardando apenas o ritual de casamento.

No campo de reeducação há o encontro entre as mulheres do Sul e do Norte de Moçambique, cuja descrição da diversidade vai de encontro a descrição feita pela escritora Paulina Chiziane. As prostitutas do Norte são apresentadas como mais charmosas e sensuais, e usam estas características, e também o sexo, para conseguir “pequenos favores” dos militares, como por exemplo, sabonetes para tomar banho, itens que não eram fornecidos a outras mulheres. O encontro e os conflitos das mulheres do Sul e do Norte traz a tona a reflexão sobre outra prática tradicional, mas em alguns aspectos violentas, que também estavam no escopo de combate e extinção pela Frelimo, que eram os ritos de iniciação sexual. A todo momento a virgindade Margarida era questionada, até que uma das mulheres, mais velha e experiente na condução destes ritos, apalpa a genitália da jovem de forma violenta, para que se verificasse fisicamente que ela ainda não tinha tido relações sexuais. Apenas após essa averiguação, que Margarida passou a ser respeitada pelas outras mulheres como uma virgem.

A partir do momento em que as outras mulheres identificam a injustiça da presença de Margarida no campo de reeducação, há um esforço coletivo para que ela seja libertada e devolvida a sua família. E é neste momento que a narrativa também se destaca por permitir visualizar de forma mais explícita como o homem modernizador, os militares a serviço da revolução, permanecem emulando comportamentos do colonizador branco, principalmente quando Margarida é tratada de forma extremamente violenta por um dos comandantes. Rosa, diz abertamente ao comandante Felisberto, superior da comandante Maria João, “O camarada é pior que o colono”<sup>11</sup>.

### Considerações finais

O diretor Licínio Azevedo possui um papel importante na construção do mercado cinematográfico do Moçambique pós- independência, e as suas produções a partir do fim dos anos 70 auxiliaram o projeto da Frelimo de usar o cinema como ferramenta de reescrita da história oficial, a legitimação do novo Estado e o rompimento com o discurso do colonizador, e por conseguinte a construção de uma nova identidade moçambicana.

10 SAMB, Fatime. *A mulher moçambicana e as práticas culturais*. In: MORAIS, Carolina (org.); PEREIRA, Matheus (org.); MATTOS, Regiane (org.). *Encontros com Moçambique*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

11 VIRGEM MARGARIDA. Direção: Licínio Azevedo Moçambique:

Porém o filme *Virgem Margarida* é um projeto diferenciado por fazer uma recuperação crítica do passado, na qual se problematiza as contradições existentes no projeto de construção da nova nação moçambicana no pós - independência. A tentativa de homogeneizar através da violência o comportamento de mulheres tão intensamente diferentes. Ao invés de liberdade, igualdade e união, o que se viu foi a perseguição e a opressão.

Da captura das personagens principais no centro de Maputo, até a rebelião no centro de reeducação; podemos elencar uma série de contradições: vemos mulheres sendo transportadas em más condições de transporte e alimentação; um treinamento militar em condições inóspitas, a contradição do comportamento dos militares que pregavam a construção de uma nova nação igualitária e moderna; e o ápice da violência, no estupro de Margarida, que leva por fim, a união destas mulheres, apesar das suas multiplicidades e diferenças que a princípio eram irreconciliáveis. Pode-se afirmar que neste final, da união apesar das diferenças, que a ficção mais se distancia da realidade.

# Narrativas Oraís em Comunidade Remanescente de Quilombo – Taquaral (MG)

Márcio Eurélio Rios de Carvalho<sup>1</sup>  
eureliomarcio@gmail.com

## Resumo

O artigo proposto busca fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre as possibilidades trazidas pela história digital para recuperar histórias de vida em comunidades negras rurais, num corte sincrônico do presente etnográfico. Avalia a contribuição de diversos estudos interdisciplinares que se ampararam na oralidade presente nestes espaços seculares, de modo a resgatar a identidade étnico-racial neles presente. Demonstra ser possível criar mecanismos para transformar a história da África no Brasil, a partir destes territórios étnicos, numa história publicizada, no que se convencionou chamar história oral pública, por meio da tecnologia social da memória, com o intuito de dar maior visibilidade às comunidades negras de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** História pública oral, história digital, histórias de vida, comunidades quilombolas, identidade étnico-racial.

## Introdução

O texto que segue é fruto das reflexões realizadas durante o Encontro de Pesquisa em História (EPHIS) em 2018. No momento, discutimos a singularidade étnico-racial brasileira e o problema do estigma da cor que move o racismo, delineando o significado histórico do reconhecimento a partir das ações afirmativas. Enumeramos alternativas teórico-metodológicas capazes de suplantar as dificuldades de se conceber a cultura de forma essencializada, com ênfase para a cartografia etnográfica da diáspora. E, finalmente, procuramos delinear alternativas para transformar a história da África numa história publicizada, através do que se convencionou chamar de história oral pública.

## A diáspora como recurso analítico.

O debate recente no ensino de História tem se voltado para criar estratégias capazes de capacitar os professores para o estudo-aprendizagem da história africana e da cultura afro-brasileira.

---

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atualmente é professor de Filosofia e Ética, Antropologia Cultural, Práticas do Ensino de História II e História do Brasil Império, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Campanha).

O uso da cartografia tem sido um instrumento fundamental para que os alunos vejam a história, olhem o passado com toda sua materialidade. Qualquer que seja o enfoque, a África precisa com- parecer com mais intensidade nas pesquisas dos historiadores e na sala de aula. Alguns trabalhos se voltam para a discussão de alguns conceitos fundamentais no trato pedagógico da temática, como raça, etnia, tradição, diversidade, diferença e identidade; outros discutem alguns suportes técnicos, como as artes, literatura, cinema, promissores para um tratamento crítico da pluralidade étnico-racial; outros analisam as formas de desconstrução do conteúdo, imagens e formas do livro didático; outros abordam ainda a especificidade de alguns personagens da literatura e o modo em que a desigualdade se perpetua; alguns outros trabalhos analisam estratégias mais gerais adotadas por professores, quando de uma situação de racismo; há também quem aborde os espaços públicos e lugares de memória que podem ser visitados, de modo a tornar o ensino da cultura afro-brasileira mais presente.

A compreensão da dimensão global da diáspora africana pode se apropriar do potencial da geografia e do trabalho com mapas para o desenvolvimento da temática. O mapa, por exemplo, das principais rotas de deslocamento dos povos europeus e africanos, e as principais articulações econômicas do capitalismo primitivo comercial “revela a intensidade do fluxo existente no oceano Atlântico, ao longo desses séculos (XV-XIX) e aponta o triângulo econômico entre a África (seres humanos cativos), a América (trabalho escravo, produtos e riquezas tropicais) e a Europa (acúmulo de riquezas, enriquecimento e expansão territorial do Estado)” (ANJOS, 2006, p. 60)<sup>2</sup>. Sabe-se que, além do fato de os povos africanos terem uma longa tradição de bons agricultores, ferreiros, construtores, mineradores e detentores das mais avançadas tecnologias desenvolvidas nos trópicos, outro fator para sua escolha “era que, trocando na África produtos manufaturados por homens cativos, e na América estes por mercadorias coloniais, as classes dominantes das metrópoles da Europa apropriavam-se mais facilmente das riquezas aqui produzidas. Esse jogo de trocas estabelecido pelos europeus imprimiu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico e, estrategicamente, permitiu que a distribuição das populações africanas, de diferentes reinos e impérios, fosse realizada indiscriminadamente nos territórios da América” (ANJOS, 2006, p. 60). Rapidamente os mercados transatlânticos (savana-floresta-praias) suplantaram as antigas rotas transaarianas (floresta-savana-deserto), por onde trocavam ouro, sal, borracha e o africano escravizado.

Tal dinâmica histórica da diáspora africana levou à desestruturação total dos antigos reinos, impérios e estados políticos<sup>3</sup> do continente. Por outro lado, graças a ela foi possível que se estabele-

2 ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Meio ambiente, antigos estados políticos e referências territoriais da diáspora. In: BRASIL. *Educação Africanidades Brasil*. Brasília: UnB/SECAD, 2006.

3 “Organizações territoriais e políticas (...) [que] são núcleos e agrupamentos humanos de domínio com limites e fronteiras bastante fluidos, que alcançam maior ou menor extensão territorial de acordo com o nível de autoridade e dinamismo de seus governantes” (ANJOS, 2006, p. 61). Não devem ser consideradas tribos porque alcançaram contingentes de milhares de pessoas e não devem ser equiparados aos reinos europeus com fronteiras rígidas e limites precisos.

lecessem “as culturas do Atlântico negro [que] criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento. Elas especificam formas estéticas e contraestéticas e uma distinta dramaturgia da recordação que caracteristicamente separam a genealogia da geografia, e o ato de lidar com o de pertencer” (GILROY, 2012, p. 13)<sup>4</sup>. Foram nas “extraordinárias conquistas musicais do Atlântico negro” que a crítica ao mundo real se manifestou, através da perpetuação da utopia do “sublime escravo”, uma combinação de dor e prazer, que foi característica das culturas dos negros da diáspora. Tais identidades criadas pelos descendentes de escravos não se restringem à hegemonia de uma cultura nacional, mas se encerram numa história que suplanta os marcos e fronteiras nacionais – o transculturalismo negro. A unificação da comunidade negra no Reino Unido se deu mais pela migração do que pela memória da escravidão, e se materializou na música. Embora não fosse uma cultura etnicamente marcada, favoreceu a elaboração de uma cultura conectiva, contestando a ideia de cultura racial autêntica. Segundo ele, a música não pode “ser reduzida a um diálogo fixo entre um eu racial pensante e uma comunidade racial estável. Todavia, ao contrário da escravidão que prendia o negro, a estética o liberta, tornando-se igualmente um instrumento de consolação e resistência (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, RODRIGUES, 2010, p. 80). Particularmente Gilroy nos ensina que:

como uma alternativa à metafísica da ‘raça’, da nação e de uma cultura territorial fechada, codificada no corpo, a diáspora é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Uma vez que a simples sequência dos laços explicativos entre lugar, posição e consciência é rompida, o poder fundamental do território para determinar a identidade pode também ser rompido (GILROY, 2012, p. 18).

Torna-se urgente aprofundar o significado de diáspora, atentando para a identidade étnico-racial e cultural a ela atrelada. Deve-se inserir a história do continente africano no contexto maior denominado “mundo atlântico”: “uma das ideias centrais desses estudos [de Philip Curtin, Joseph Miller, Paul Gilroy e John Thornton]<sup>5</sup> é a de que os diversos povos e culturas que habitaram as duas margens do Atlântico, a partir do século XV, não permaneceram apartados. Pelo contrário, eles sempre tiveram formas diferentes de comunicação, ocorrendo uma espécie de integração ou vínculo constante entre os diversos mundos ligados pelo oceano. (...) A história do oceano permite a elaboração de um eixo explicativo que possibilita, entre outros instrumentos, estudar a África sem começar pelas estruturas sociais e econômicas dos europeus” (OLIVA, 2004, p. 29-30)<sup>6</sup>.

4 GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. 2ª ed. SP: Editora 34; RJ: UCAM/Centro de Estudos afro-Asiáticos, 2012.

5 CURTIN, Philip. *The Atlantic Slave Trade: a census*. University of Wisconsin Press, 1972; CURTIN, Philip. *The World and the West: the European challenge and the overseas response in the age of empire*. Cambridge University Press, 2002; MILLER, Joseph. *Poder Político e Parentesco: antigos estados mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico, 1995; GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: UCAM/Editora 34, 2001; THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. Cf. CURTIN, Philip. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África*, v. 1. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982

6 OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em perspectiva. *Revista Múltipla*, Brasília, 10 (16), jun. 2004, p. 29-30.

### História pública e oral em comunidades negras rurais.

O eurocentrismo não é apenas uma forma particular de etnocentrismo, típico de várias culturas no tempo. Ele implica numa diferença significativa: é a expressão de uma dominação objetiva dos povos europeus ocidentais no mundo, e é a crença na superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu ocidental, visto como fatalidade desejável. O último estágio evolutivo a que todos os povos devem almejar (BARBOSA, 2008, p. 47). A excepcionalidade européia se traduz na diretriz “econômico-social (capitalismo); culturalista (modernidade, cultura greco-romana); religiosa (judaico-cristã); racial (“branca?”) (BARBOSA, 2008, p. 48).

Examinando a questão da consciência histórica como “modo como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo em que vivem”, Sara Albieri afirma que a colonização européia no mundo fez da Europa o sujeito capaz de contar as histórias dos povos subjugados, a partir da tradição cultural européia. O conceito de consciência histórica permite romper com a visão eurocêntrica, de modo a

empreender a interpretação das diferentes culturas segundo um princípio universal dado na condição humana. Trata-se então de historiar os diferentes povos a partir de suas manifestações: mitos de origem, narrativas de memória e genealogias de famílias estão entre as múltiplas formas de dar sentido às coisas no tempo. Tais manifestações também fazem parte do cotidiano: os álbuns de família, as memórias de infância e as narrativas dos antepassados constituem outros tantos modos de historiar, plenos de mitos e ritos (ALBIERI, 2011, p. 27).

A autora utiliza o recurso do conceito de consciência histórica para fundamentar a possibilidade de passagem da história acadêmica (científica) para a história pública (divulgação histórica), na medida em que ele nos permite reconhecer na condição humana o pressuposto histórico de que “pensamos e falamos historicamente, e esse é o modo pelo qual nos posicionamos na cultura” (ALBIERI, 2011, p. 27).

A metodologia de história oral, “que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2010, p. 15), é a que melhor se associou à história pública (SANTHIAGO, 2011, p. 97). A produção da fonte, integrando o processo de pesquisa, dá-se pela situação de entrevista, onde pesquisador e pesquisado criam um saber mediante a negociação “associada a um contrato social que define, por um lado, o espaço da universidade como legitimador da experiência histórica, e por outro, a legitimidade da experiência social como conhecimento histórico” (MAUAD/DUMAS, 2011, p. 84-85). Alguns elementos sobressaem no processo: a escuta (que obriga o entrevistador a operar com a noção de autoridade compartilhada)<sup>7</sup>, os argumentos e memórias (que definem

7 O conceito de “autoridade compartilhada” foi proposto por Michael Frisch em 1990, e desde então se tornou diretriz capaz de nortear a relação dialógica de qualquer entrevista (Cf. FRISCH, Michael. *A Shared authority: essays on the craft of oral and public history*. Albany: Suny Press, 1990).



o sentido da narrativa através da rememoração) e narrativas (o produto da relação entre narrativa historiográfica e narrativa biográfica) (MAUAD/DUMAS, 2011, p. 85).

A própria natureza da história oral, de coletar informações do público, faz com que os pesquisadores compartilhem o produto com a comunidade, afetando a percepção pública sobre toda ela (SANTHIAGO, 2011, p. 98)<sup>8</sup>. Ricardo Santhiago pondera que “os praticantes de história oral levam vantagem no âmbito público, na medida em que as histórias narradas já possuem, em si, componentes capazes de despertar a atenção do possível espectador” (SANTHIAGO, 2013, p. 132).

Linda Shopes identifica três marcos nesta aproximação entre a história oral e a história pública: “o predomínio da história social; a preocupação com as audiências; e o desenvolvimento das mídias digitais” (SHOPES, 2016, p. 76). Quanto ao primeiro aspecto, a autora sugere que o conhecimento histórico foi invadido nos anos de 1970 e 80 por uma preocupação com os grupos subordinados e suas relações com as estruturas de poder. Por outro lado,

membros desses grupos não dominantes (mulheres e minorias étnicas e raciais em particular, mas também comunidades trabalhadoras e minorias sexuais) empoderados pelos movimentos sociais da época, passaram a exigir cada vez mais que suas histórias fossem incluídas nas narrativas dominantes de nosso passado (SHOPES, 2016, p. 77).

Este contexto foi favorável a uma aproximação entre a história oral e a história pública, uma vez que a primeira se tornou um meio de expandir o conteúdo dessas histórias e sua audiência.

O segundo marco refere-se ao modo como o historiador público começou a ser visto, como o profissional “que apresenta a história para audiências não acadêmicas, e não necessariamente como alguém que trabalha em um meio não acadêmico” (SHOPES, 2016, p. 78). O historiador público migrou de atividades menos visíveis (museus, arquivos, pesquisa para clientes privados) para uma prática mais visível e vulnerável, expondo a diferença de sua interpretação da história, daquela do público leigo. E isso possibilitou a apreensão do conceito de “autoridade compartilhada”, sugerindo que é inerente à história pública e oral a noção de que “nós não somos os únicos intérpretes. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados, é, por definição, compartilhado” (FRISCH, 2011, p. 127 apud SHOPES, 2016, p. 80). Assim como a autoridade compartilhada, a memória, tão propalada em estudos recentes, nos ensina que “as pessoas e sociedades lembram (sic) do passado de certos modos, modos frequentemente diferentes – se não contrários – de como os historiadores o fazem”. Mais ainda, “os historiadores orais e os historiadores públicos têm invocado a memória como um pivô em torno do qual seus trabalhos devem ser entendidos”. Os historiadores têm examinado “como a história oral tem sido usada para construir – ou desconstruir, como pode ocorrer – o entendimento público do passado” (SHOPES, 2016, p. 81).

8 Ricardo Santhiago exemplifica com o impacto ocasionado pela coletânea organizada por HAMILTON, Paula; SHOPES, Linda. *Oral history and public memories*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2008 (Cf. SANTHIAGO, 2011, p. 98).

E, finalmente, o terceiro marco refere-se aos métodos e técnicas que ambos têm utilizado com relação à revolução digital e ao uso de novas mídias:

Historiadores orais geralmente colocam tanto as entrevistas em si quanto as transcrições na web e têm desenvolvido ferramentas sofisticadas para pesquisá-las e sincronizá-las (...). De maneira similar, historiadores públicos têm desenvolvido exposições e coleções arquivísticas anotadas *online*, *podcasts* para caminhadas em *tours* históricos, mapas interativos e um leque de outros materiais digitais orientados para o público. Todas essas modalidades têm aumentado enormemente o acesso e ampliado audiências em escala verdadeiramente global (SHOPES, 2016, p. 82).

Afora as “entrevistas temáticas”, destacam-se no interior da área de investigação, os depoimentos orais baseados em “histórias de vida”, condicionadas à memória do entrevistado. Como lembra Ana Maria Mauad,

A experiência social dos sujeitos históricos é um pressuposto para qualquer investigação que tenha como ponto de partida o uso de técnicas de história oral. Na sociedade brasileira, de alfabetização recente e com hábitos de leitura restritos a determinados segmentos sociais, a transmissão oral de valores, tradições, regras e hábitos permanece viva e com importância significativa no processo de formação do indivíduo e dos comportamentos sociais (MAUAD/DUMAS, 2011, p. 85).

Por outro lado,

Histórias de vida possuem um conteúdo emotivo apto a atrair e encantar (ou mesmo repugnar, o que é igualmente encantador) que, em princípio, independe do interesse de apreensão intelectual. Do ponto-de-vista da criação do material, tais histórias já estão quase sempre equipadas do que é essencial para captar um leitor, um ouvinte, um espectador (SANTHIAGO, 2011, p. 98).

Karen Worcman, além de considerar a história oral baseada em experiências de vida ferramenta poderosa para o desenvolvimento social e pessoal (WORCMAN, 2013, p. 144), analisa a metodologia da “tecnologia social da memória” adotada pelo Museu da Pessoa, estratégia vigorosa para “transformar histórias de vida em fonte de conhecimento” (WORCMAN, 2013, p. 145). Segundo ela, quando as pessoas relatam suas experiências numa narrativa, elas atribuem um sentido ao vivido, portanto, “o processo de ‘narrar’ a própria história impacta o indivíduo, na medida em que o leva a criar e/ou rever o sentido de suas experiências” (WORCMAN, 2013, p. 147). No momento mesmo em que se dá um sentido ao que viveu, o indivíduo transforma-se continuamente, agindo e decidindo sobre sua existência a seguir.

A internet não só permitiu a constituição de grandes acervos digitais, como “passou a permitir que os ‘visitantes’ se tornassem também ‘produtores de informação’”. Baseando-se em Humberto Eco, Karen Worcman nos lembra que o desafio atual é “preparar as novas gerações para discriminar uma informação na web” (WORCMAN, 2013, p. 151). É inegável o potencial dessas “aplicações da tecnologia digital e da internet para ampliar a participação de indivíduos e comuni-

dades (provenientes de tradições orais e/ou excluídas socialmente) na produção de conteúdos que venham a fazer parte da memória social” (WORCMAN, 2013, p. 151).

Mas não basta digitalizar narrativas históricas dessas comunidades como meio de inclusão social, é preciso

constituir espaços alternativos para que comunidades excluídas da ‘História oficial’ possam registrar e preservar sua memória coletiva. Estamos falando também em instrumentos que permitam a esses grupos produzir e divulgar sua narrativa histórica a partir dessa memória. É na possibilidade de construir e divulgar o que a própria comunidade acredita como sendo seu patrimônio histórico que reside (...) o caminho para o uso da memória e da tecnologia digital como ferramentas de transformação social (WORCMAN, 2013, p. 148-149).

Embora sejam importantes o registro e preservação (digital) da memória desses grupos para fortalecer suas identidades e diversificar as memórias em nossa sociedade, é preciso criar mecanismos para incluí-las no processo de informação e difusão do conhecimento. É preciso evitar uma nova “forma de colonização”, agora no mundo virtual, desses grupos subalternizados e minorizados. Para isso, é necessário que os próprios grupos sejam capazes de eles próprios produzirem e gerirem suas histórias, conforme a importância que dêem ao seu patrimônio: “é nesse sentido que podemos pensar como os grupos e indivíduos socialmente excluídos podem utilizar a tecnologia digital e a internet como formas de inclusão social e cultural” (WORCMAN, 2013, p. 152)<sup>9</sup>.

### Referências bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A criança negra, uma criança e negra. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (orgs.). Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. BH: Autêntica, 2010.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. 2ª ed. RJ: Casa da Palavra, 2009.

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à História Pública. SP: Letra e Voz, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Coleção África-Brasil: cartografia para o ensino-aprendizagem. 2ª ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Meio ambiente, antigos estados políticos e referências territoriais da diáspora. In: BRASIL. Educação Africanidades Brasil. Brasília: UnB/SECAD, 2006.

<sup>9</sup> O Museu da Pessoa nasceu com essa intenção de propiciar o registro de histórias e memórias de qualquer pessoa ou instituição ao seu abrigo: “O primeiro passo foi o uso da história oral na escola, com o projeto denominado *Memória local na escola*. O segundo foi a tentativa de levá-lo a diferentes organizações sociais. A partir dessas experiências, iniciamos uma série de atividades que passaram a conjugar a construção de redes de memória com a formação de diferentes grupos sociais. O conjunto dessas práticas serviu de base para o que viemos a chamar de tecnologia social de memória” (WORCMAN, 2013, p. 153).

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Quilombolas: tradições e cultura da resistência. SP: Aori Comunicação, 2006.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. ÁfricaBrasil – Atlas Geográfico Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, história e história da África. Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 1, jun. 2008.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº 1, 2002.
- BRASIL. Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 2005.
- BRASIL. Situação Social da População Negra por Estado. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2014.
- CURTIN, Philip. The Atlantic Slave Trade: a census. University of Wisconsin Press, 1972.
- CURTIN, Philip. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). História Geral da África, v. 1. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.
- CURTIN, Philip. The World and the West: the European challenge and the overseas response in the age of empire. Cambridge University Press, 2002.
- FRY, Peter. A Persistência da Raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- FRENCH, John. Passos em falso da razão anti-imperialista: Bourdieu, Wacquant, e o Orfeu e o Poder de Hanchard. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº 1, 2002.
- FRISCH, Michael. A Shared authority: essays on the craft of oral and public history. Albany: Suny Press, 1990.
- GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. Trad. Cid Knipel Moreira. 2ª ed. SP: Editora 34; RJ: UCAM/Centro de Estudos afro-Asiáticos, 2012.
- HAMILTON, Paula; SHOPES, Linda. Oral history and public memories. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2008.
- HANCHARD, Michael. Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº 1, 2002.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Desigualdades e Indicadores Sociais no Brasil. In: SCHWARTZMANN, Luisa Farah et AL (orgs). O Sociólogo e as Políticas Públicas: ensaios em homenagem a Simon Schwartzmann. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar História hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. 2ªed. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2009, p. 178.

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: novos métodos e possibilidades narrativas. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à História Pública. SP: Letra e Voz, 2011.

MILLER, Joseph. Poder Político e Parentesco: antigos estados mbundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico, 1995.

MUNANGA, Kabengele. Origem e Histórico do Quilombo na África. Revista USP, São Paulo, n. 28, dez/fev 1995/1996.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez/fev 2005/06.

MUSEU DA PESSOA. Tecnologia Social da Memória: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. [s.l]: Abravideo; Fundação Banco do Brasil, 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em perspectiva. Revista Múltipla, Brasília, 10 (16), jun. 2004, p. 29-30.

SAILLANT, Francine. Reconhecimento e reparações: o exemplo do movimento negro no Brasil. In: MATTOS, Hebe (org.). História Oral e Comunidade: reparações e culturas negras. SP: Letra e Voz, 2016.

SANSONE, Livio. Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Trad. Vera Ribeiro. Salvador: EDUFBA/Pallas, 2007.

SANTHIAGO, Ricardo. Palavras no tempo e no espaço: a gravação e o texto de história oral. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à História Pública. SP: Letra e Voz, 2011.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. SP: Letra e Voz, 2016.

SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil Africano. São Paulo: Ática, 2006.

TAYLOR, Charles (et al). Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (orgs.). *História Falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

WORCMAN, Karen. *História oral, histórias de vida e transformação*. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (orgs.). *Depois da Utopia: a história oral em seu tempo*. SP: Letra e Voz/Fapesp, 2013.



## Laços de sociabilidade entre escritoras latino-americanas e questões de gênero nos ensaios de Gabriela Mistral, 1909 – 1937

Ana Beatriz Mauá Nunes  
biamauanunes@gmail.com

### Resumo

Em 1945, a poetisa chilena Gabriela Mistral (1889 – 1957) conquistou o primeiro Prêmio Nobel de Literatura para a América Latina. O reconhecimento de sua produção poética e ensaística em nível nacional e internacional rendeu a ela um lugar quase sacralizado no panteão de escritores e poetas latino-americanos, consagração reforçada, ainda, por sua atuação como professora e consulesa. “La Santa Mistral”, como ficara conhecida no Chile, destaca-se hoje tanto pelo legado na poesia quanto pela produção de ensaios e críticas a respeito de seu país. Um esforço necessário para compreender sua trajetória enquanto intelectual, entretanto, consiste na investigação do intercâmbio epistolar estabelecido por ela com outras escritoras. A construção de redes de sociabilidade intelectual, dentro e fora do Chile, foi elemento de extrema relevância para o seu reconhecimento intelectual. O propósito não é relativizar a qualidade de seus escritos, e sim, compreender como a trajetória intelectual de mulheres dedicadas à escrita profissional dependeu da criação de laços de sociabilidade e solidariedade com outras escritoras na mesma condição, especialmente por meio de correspondências. O âmbito epistolar constituiu-se enquanto espaço privilegiado para a discussão de temáticas associadas ao cotidiano destas mulheres, assim como um instrumento para negociações, reflexões e mediações. Desta forma, esta apresentação tem por objetivo discutir a conformação de laços de sociabilidade entre mulheres escritoras latino-americanas tendo o caso de Mistral como ponto de partida para o entendimento da especificidade de trajetórias de mulheres dedicadas à escrita profissional.

**Palavras-chave:** Gabriela Mistral, gênero, história intelectual.

O pensamento político de Gabriela Mistral vem sendo desvelado pelo esforço de uma historiografia recente, dedicada a investigar sua produção ensaística, em que versam profundas reflexões sobre temáticas relacionadas à educação, feminismo, identidades nacionais, reforma agrária. Pela ausência de uma filiação partidária e de uma militância entendida nos moldes do engajamento intelectual de meados dos anos 1930, o pensamento intelectual de Mistral dificilmente se encaixa em dicotomias de “esquerda” ou “direita”, “conservadora” ou “progressista”. Tem sido considerado, neste sentido, que embora a escritora pudesse demonstrar certo conservadorismo em relação

às questões morais, apoiava fervorosamente a reforma agrária na América Latina e esteve sempre atuando em favor das classes desfavorecidas. Partindo de três ensaios escritos por Mistral: *La Instrucción de Las mujeres* (1906), *Organización de Las Mujeres* e *Una nueva organización del trabajo* (1927), buscaremos investigar como se deu o processo de elaboração de ideias a respeito da condição das mulheres em diferentes etapas de sua trajetória.

Se a afinidade com os ventos feministas de sua época se manifesta de forma concreta na produção intelectual de muitas de suas contemporâneas, as ponderações a respeito deste assunto em Mistral por vezes se manifestam com tons mais conservadores. Embora tenha atuado em defesa do acesso à educação para as meninas, sua instrução nunca deveria obstruir seu verdadeiro propósito: a maternidade. Em ensaio de 1906 intitulado *La Instrucción de la mujer*, a escritora defende veementemente a necessidade para que “traga uma dignidade para o coração e para a vida: a dignidade da ilustração. Tal dignidade da ilustração, por sua vez, deveria estar colocada à serviço da maternidade, da capacidade de educar os filhos.

Embora refletisse sobre a condição da mulher indígena chilena, da maternidade e da pobreza, e tendo ela própria rompido com padrões a ela impostos, Mistral em diversos momentos demonstrou certa antipatia ao movimento feminista dos anos 1930. Em *Una Nueva Organización del Trabajo*, publicado no Jornal El Mercurio, Santiago, 12 de junho de 1927. Ao ponderar a respeito das disparidades entre o trabalho masculino e feminino, Mistral afirmava que a mulher será igual ao homem quando não tenha seio para amamentar e não tenha em seu corpo a capacidade da vida, quer dizer, algum dia, em outro planeta, desses que exploram os teósofos em seu astral.” Para ela, as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificariam a existência de ofícios diferentes.<sup>1</sup>

Ao longo do ensaio, Mistral propõe:

Pedimos una organización del trabajo humano que divida el trabajo humano en tres grupos:

Grupo A: profesiones u oficios reservados absolutamente para hombres, por la mayor fuerza material que exigen o por la creación superior que piden y que la mujer no alcanza.

Grupo B: profesiones u oficios enteramente reservados a la mujer por su facilidad física o por su relación directa com el niño.

Grupo C: profesiones u oficios que puedan ser servidos indiferentemente por hombres y mujeres.<sup>2</sup>

A argumentação avança em concepções da divisão entre trabalhos que dispendem esforço intelectual, como o de conselheiro filosófico e político dos povos, que deveria ser tarefa masculina, enquanto, as atividades atreladas à educação infantil deveriam ser permanentemente realizadas por mulheres,

1 MISTRAL, Gabriela. Feminismo: una nueva organización del trabajo. In: Por la humanidad futura: antología política de Gabriela Mistral. ORG. POZO, Diego. La pollera ediciones: Santiago, 2015.

2 MISTRAL. *Por la humanidad futura*.

uma vez que representariam um prejuízo de masculinidade ao homem. O discurso de Mistral se contrapõe à forma como ela própria desenhou sua trajetória, visto que a escritora não somente foi vencedora do Prêmio Nobel de Literatura como trabalhou como consulesa em diversos países.<sup>3</sup> O processo de construção de uma identidade de gênero feminina se dá entre discursos e práticas, frequentemente conflitantes entre si. Tal incongruência pode indicar a emergência de diversidade de identidades femininas que se descortinam em meados do século XX e que escapam as dicotomias simbólicas estabelecidas tradicionalmente pelo patriarcado. Ao se distanciar dos lugares-comuns impostos às mulheres, associados exclusivamente à maternidade e cuidado do lar, Mistral desenha seu próprio entendimento de uma identidade feminina, ora reforçando tais convicções, ora distanciando-se delas.

De acordo com Mistral, determinados tipos de ofício exigiriam “maturidade absoluta da consciência, uma visão panorâmica da paixão humana que a mulher quase nunca ou nunca tem”. Neste ensaio, Mistral reafirma a divisão sexual do trabalho, noção respaldada no entendimento de inferioridade intelectual e emocional feminina. Tal linha de argumentação apresenta um modelo conciliador de divisão sexual do trabalho, em que reforça como a principal tarefa da mulher é de cuidado ao lar e aos filhos. Nesta medida, o trabalho da mulher torna-se aceitável quando está atrelado ao cuidado – por exemplo, a enfermagem, professoras de educação primária, etc. Todos os ofícios deveriam ser exercidos sem deixar de lado o trabalho doméstico. Identifica-se neste sentido a perpetuação de categorias cristalizadas de “homens” e “mulheres” e os papéis a serem assumidos por eles dentro de um sistema social que codifica os seus comportamentos e os dota de significado em relação a determinado modelo tradicional. Não obstante, os lugares sociais a serem ocupados pelas mulheres foram historicamente construídos, não a salvo de tensões e disputas sobre discursos a respeito da divisão entre o público e o privado.

Em “O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva”, Silvia Federici discute como as raízes do domínio masculino e a construção da identidade social da mulher se constituem na “categorização hierárquica das faculdades humanas”, o que atribui às mulheres uma concepção degradada de realidade corporal, física e intelectual. Federici parte do estudo da caça às bruxas como fenômeno responsável pelo disciplinamento do corpo feminino ao espaço doméstico, sendo, ainda, elemento fundamental para o processo de acumulação primitiva de capital. A domesticação do corpo feminino atuou de maneira favorável ao capitalismo, sendo uma precondição para a acumulação de trabalho e riqueza. Ao dedicarem-se ao trabalho não remunerado doméstico, as mulheres foram as responsáveis pela reprodução da força de trabalho humano. De acordo com a autora, “no que diz respeito ao enfoque feminista, nosso primeiro passo deve ser documentar as condições sociais e históricas nas quais o corpo se tornou elemento central e esfera de atividade definitiva para a constituição da feminilidade [...] Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que é a fábrica para os homens: o principal terreno de e sua exploração e resistência”<sup>4</sup>

3 FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017, p. 17

4 FEDERICI. *O Calibã e a Bruxa*. P. 19

Em correspondência de agosto de 1936, Mistral escreve a Ocampo a respeito da participação das mulheres na Guerra Civil Espanhola. Na correspondência, nota-se a continuidade da ideia de que a participação feminina na guerra deveria ser sempre de suporte e auxílio aos soldados, desempenhando atividades de cuidado como costurar, cozinhar, cuidar dos filhos, etc.

A lo menos, yo quiero saber si María está en Madrid y si piensa en la posibilidad de salir *o si no ve peligro extremo para ella*. Y ya están peleando, carabina al hombro, las mujeres en la España, falangistas disparatadas y las comunistas. Yo deseo que ganen las izquierdas, pero yo no entiendo nunca el que se lleve mujeres esa inmundicia de la guerrilla, así sea para salvar al Niño Dios que corriese.. peligro. Por dios, estos batallones de mujeres me traen con la cabeza vuelta de revés. Pueden ir a hacer la comida de los soldados, a coser su ropa, a llevarles los niños para que les vean, a regar, a trabajar em las industrias, a mil cosas; pero como lo espectacular es el pantalón y la cabarina, allá van, las grandes sensacionalistas.<sup>5</sup>

Meses após o falecimento de Mistral, Ocampo publicou o ensaio “Gabriela Mistral em suas Cartas”, em que afirma como a devoção da escritora para com suas cartas se assemelhava à devoção para com sua poesia. O talento epistolar de Mistral resguardou a ela um lugar na posteridade. Esse mesmo cuidado na escrita de suas cartas, como Ocampo já nos advertiu, pode ser observado no trecho selecionado acima.<sup>6</sup> Para defender a concepção de que não caberia as mulheres a atuação no *front* e na guerrilha, Mistral dialoga com certo ideário de divisão sexual do trabalho, reforçado tanto em sua produção ensaística quanto literária. As formas de atuação da mulher devem estar sempre atreladas a determinados ideários de feminilidade, manifestadas, principalmente, pela maternidade. Segundo Mistral, “a principal forma de patriotismo feminino é a maternidade perfeita”.

Em ensaio publicado pelo jornal chileno *El Mercurio* em 1936, intitulado *Organización de las mujeres*, Gabriela Mistral tece duras críticas ao movimento feminista de seu país. Não porque não acreditasse nas reivindicações de paridade social, econômica e política propostas por ele, mas por discordar das ferramentas utilizadas pela militância. Para ela, o feminismo chileno chegava a ser uma “expressão do feminismo mulhêr” por apresentar “mais emoções que ideias”. Embora fosse composto por mulheres notáveis, o Consejo Nacional de Mujeres, órgão responsável por organizar – carecia de um jornal feminino que tratasse de religião, pedagogia (sem tecnicismos), higiene, traduções e divulgação do trabalho social.

A respeito do sufrágio feminino, Mistral também apresentava ressalvas. No ensaio *El voto femenino*, a escritora afirma que a bandeira fora apropriada tanto pelas direitas quanto pelas esquerdas a seu próprio proveito. Não acreditava na ideia de que os homens teriam medo da competência feminina “nós não tivemos mulheres geniais.” Em resposta às críticas recebidas pelo texto anterior,

5 MISTRAL, Gabriela [Carta, 21 de agosto de 1936, Lisboa, Portugal] para OCAMPO, Victoria in *Esta Nuestra América*: correspondência, 1926 – 1956. El cuenco de Plata: Buenos Aires, 2006.

6 Na mesma correspondência, Mistral pede a Ocampo que realizasse uma tiragem de 2000 exemplares de seu livro de poesias, *Tala*, pela Editora *Sur* para reverter os fundos arrecadados para as crianças refugiadas da Guerra. A intenção de Mistral era fundar orfanatos no México – já que até o momento fora o único país a se manifestar favoravelmente às suas intenções – para acolher cerca de 6000 crianças fugidas da Espanha.

sobre a divisão do trabalho, Mistral afirma: “segundo as bravas feministas que me sarandearam por desejar uma divisão sexual do trabalho, eu sou uma senhora medieval que nunca trabalhou.” O pouco entusiasmo com o sufrágio, de acordo com Mistral, dá-se pelo fato de tampouco demonstrar o mesmo apreço pelo “Parlamento dos Homens”.<sup>7</sup>

A crítica aos esforços pela conquista do sufrágio feminino não necessariamente se restringiu a setores mais conservadores da sociedade. Muitos movimentos de mulheres associados ao socialismo e ao anarquismo não enxergavam no voto a possibilidade de emancipação da mulher, tampouco uma reconfiguração de dinâmicas políticas e econômicas. Em relação ao movimento sufragista dos Estados Unidos, Angela Davis afirma como a questão do voto era muitas vezes recebida com certa indiferença pelas mulheres afro-americanas e brancas da classe trabalhadora. A própria ativista Susan B. Anthony, uma das fundadoras do National Woman Suffrage Association, afirma que essas mulheres estavam mais preocupadas em melhorar sua situação econômica do que em conquistar o voto. De acordo com Davis,

“por mais essencial que a igualdade política fosse para a campanha mais ampla pelos direitos das mulheres, aos olhos das trabalhadoras afro-americanas e brancas pobres isso não era sinônimo de emancipação. O fato de que as estratégias de luta se baseavam conceitualmente na condição específica das mulheres brancas e de classes privilegiadas colocava tais estratégias em desacordo com as percepções de empoderamento das mulheres da classe trabalhadora”<sup>8</sup>

Neste sentido, analisar as inclinações ou distanciamentos de mulheres contemporâneas ao movimento pelo voto, dentro ou fora na América Latina, deve ser capaz de considerar que a luta por emancipação feminina revela as diferenças de necessidades inerentes a classe e raça. Enquanto para mulheres brancas, a equidade política significava a possibilidade de inserção em uma dinâmica predominantemente masculina, de levar reivindicações de mulheres para as instâncias do poder, as mulheres da classe trabalhadora estavam mais diretamente preocupadas com “empregos, condições de trabalho, salários mais altos e violência racista.” A reformulação conceitual dos significados do voto, entretanto, abriu espaço para que tanto as trabalhadoras brancas quanto as afro-americanas e latinas convergissem no entendimento de que o voto não significava um fim em si mesmo, mas como um instrumento para conquistar salários mais altos e melhores condições de trabalho. Em diversas correspondências, Mistral manifesta seu sentimento de inadequação referente a determinados estereótipos de feminilidade, por isso, afirmou: “me dou muito bem com poucas mulheres”. Uma hipótese a ser considerada sobre os motivos pelos quais a escritora não parecia reforçar as benesses de amizades femininas está atrelada a um evento traumático de sua infância, responsável por afastá-la da educação formal até sua adolescência.

7 MISTRAL, Gabriela. *El voto femenino*. In: *Por la humanidad futura*: antologia política de Gabriela Mistral. ORG. POZO, Diego. La pollera ediciones: Santiago, 2015.

8 DAVIS, Angela. *Vamos subir todas juntas: perspectivas raciais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas*. In: *Mulheres, cultura e política*. Boitempo: São Paulo, 2017

Me avengo con muy pocas mujeres. Pero, sobretodo, son muy escasas *las que se sienten bien conmigo*. Y me han creado, al fin, cierto complejo de infeminismo. No las busco. Verdad que aqui se trataba de una hermana de Ud.; debí pensarlo y debí buscar su dirección. Hoy le escribo. Le pido perdón por la torpeza y prometo hallármela más tarde em alguna parte. Ahora sé de ella cosas tranquilizantes. Una mujer de gran mundo me da siempre temor y también miedo. [MISTRAL, 31 de Agosto, Rio de Janeiro, 1937]<sup>9</sup>

Lucila estreou seus estudos em uma pequena escola dirigida por sua madrinha, “una mujer anciana y totalmente ciega”, quem devia acompanhar do colégio a casa. Em certa ocasião, sua madrinha a encarregou de separar os caderninhos de papel a serem entregues as outras alunas. Por conta de sua timidez, as outras garotas pegavam as folhas de papel dos caderninhos, de forma que ao final do ano, o montante de papel havia acabado. Ela fora acusada de ladra e sendo incapaz de protestar contra a injustiça da acusação por ser “tan muda”. Além de ser expulsa do colégio, Mistral foi apedrejada “sin compasón” por suas colegas de classe ao sair da escola. Não o suficiente, a diretora do colégio ainda revistou seu quarto em busca de evidências do possível delito e de fato, encontrou papéis escolares, que a então aluna havia recebido de sua irmã, professora. Em vez de registrar o delito como motivo da expulsão, a escola escolheu como justificativa uma “doença mental”.

Esse registro assombraria a sua carreira como educadora. Em seus escritos autobiográficos compilados na obra *Bendita mi lengua sea*, a autora relata a sua profunda relação com a educação, especialmente, a dificuldade em comprovar sua capacidade intelectual diversas vezes pela ausência de um título. Sua formação autodidata havia dificultado o reconhecimento imediato de seus pares. Embora demonstrasse, por vezes, grande entusiasmo pela vida na sala de aula, Mistral afirma em 1918 que “el colégio me há bebido toda la juventud. Mi sensibilidad, mi pequeña cultura, mis grandes entusiasmos, todo lo he dado a la profesión. Soy pobre. Este tesoro de juventud era mi único tesoro y se lo entregué de una manera absoluta”.<sup>10</sup> Em certa medida, a dedicação à sala de aula havia sugado sua disposição para seus outros interesses.<sup>11</sup>

Um aspecto interessante dos registros de Mistral sobre sua carreira como educadora é como a escritora constantemente manifesta consciência de que sua condição social havia impossibilitado que frequentasse instituições educacionais de prestígio.

“Yo no tengo, es cierto, [el título de maestra], mi pobreza no me permitió adquirirlo y este delito, que no es mío sino de la vida, me há valido el que se me niegue, por algunos, la sal y la agua. Adiante, continua “Me lapidan por esta culpa de entrar a uma escuela a enseñar sin haber pasado por una escuela grande donde deben fabricarse, por ley del Estado, todos los maestros. Yo vine de outra

9 MISTRAL, Gabriela [Carta, 31 de Agosto de 1937, Rio de Janeiro] para OCAMPO, Victoria in *Esta Nuestra América*: correspondência, 1926 – 1956. El cuenco de Plata: Buenos Aires, 2006.

10 Em seus escritos, Mistral reforça ainda mais a questão de classe do que à questão de gênero, possivelmente por acreditar que a escola primária fosse um espaço “natural” para as mulheres. A temática da classe será tratada e retomada diversas vezes na correspondência com Victoria Ocampo, a ser discutida posteriormente.

11 BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. "vida y obra de Gabriela Mistral", en: Jaime Quezada (1942-). Memoria Chilena . Disponible en <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-94817.html> . Accedido en 06/06/2018.



parte. Vine de mi corazón. Em primer término, de mi corazón lleno de ansia de sarse [...] No entre a esa escuela porque nací pobre.”<sup>12</sup>

Neste sentido, nota-se como Mistral reconhece sua inadequação em relação ao domínio deste conjunto de saberes, valorizados por certa cultura institucional. Sua formação autodidata, apartada dos espaços institucionais do saber, havia fragilizado suas possibilidades de reconhecimento no início da carreira. A ausência de títulos e de uma vivência propriamente baseada nos Liceus, entretanto, fora neutralizada graças ao seu comprometimento com a crença na educação. Contudo, nunca desvalorizou ou relativizou o papel central do professor como responsável por auxiliar alunos e alunas em seu processo de autonomização intelectual.

A passagem referida acima, sobre o sentimento de inadequação à escola, encontra-se em correspondência enviada ao então Secretário de Educação Pública do México, José Vasconcelos, em 1921. A aproximação entre os dois escritores teve como consequência a ida de Mistral ao México para colaborar com reformas de educação no ano seguinte. A escritora havia trabalhado em escolas rurais no Chile, como em Coquimbo, Punta Arenas e no Liceu de Magalhães, na Patagônia chilena. De acordo com a autora, sua missão nesta última escola era a de “reorganizar un colégio dividido contra sí mismo y ayudar em la chilenización de um território donde el extranjero superabundaba”.<sup>13</sup> Durante os dois anos em que permaneceu no México, a educadora organizou um livro sobre educação feminina intitulado “Lectura para mujeres”, colaborou com dezenas de jornais dentro e fora do país, bem como trabalhou em sua poesia. Nesta época, evidencia-se um traço relevante em seu pensamento pedagógico: a crença na especificidade de uma “pedagogia da menina”, justificada por sua condição de futura mãe.

Son muy diferentes los asuntos que interesan a niños i niñas – sostenía. Siempre se sacrifica em la elección de trozos la parte destinada a la mujer, y así ella no encuentra em su texto los motivos que deben formar la madre. Y sea profesionista, obrera, campesina o simple dama, su única razón de ser sobre el mundo es la maternidade, la material y espiritual juntas o la última, em las mujeres que no tenemos hijos.<sup>14</sup>

No excerto acima, identifica-se o vértice de união entre o pensamento pedagógico da escritora e de seu conservadorismo em relação às aspirações femininas. Ao definir categoricamente que a atuação da mulher está atrelada ao desenvolvimento pessoal e espiritual da humanidade, delega a segundo plano quaisquer atividades que não estejam associadas à maternidade. Nota-se, ainda, como a autora aproxima mulheres de diferentes classes sociais por causa do propósito compartilhado: seja trabalhadora ou uma dama, o igual destino das mulheres é a maternidade. A vocação para ser mãe está acima da situação de classe de cada mulher.

12 QUEZADA. *Vida y obra de Gabriela Mistral*.

13 MISTRAL, Gabriela. Cuatro Hombres Americanos. In: Por la humanidad futura: antología política de Gabriela Mistral. ORG. POZO, Diego. La pollera ediciones: Santiago, 2015.P. 55

14 MISTRAL, Gabriela, 1889-1957, compiladora. Lecturas para mujeres : destinadas a la enseñanza del lenguaje . Disponible em Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-7912.html>. Accedido en 06/06/2018.

Um ângulo proveitoso para observar as concepções sobre a atuação feminina de Gabriela Mistral é o da maternidade. A própria autora nunca teve um filho biológico, embora houvesse especulações do contrário. Em 1936, após a morte de sua esposa, o meio irmão de Mistral, Carlos Godoy, entregou a ela seu filho, Juan Miguel Godoy Mendoza, quando a criança possuía um ano de idade, sob a promessa de que jamais reivindicaria a custódia do filho. Apelidado de *Yinyin*, o jovem foi adotado pela escritora e viveu com ela até 1943, quando cometeu suicídio por ingestão de arsênio, quando habitavam em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Os motivos que levaram Yinyin à decisão tão extrema eram incertos, inclusive para a própria Mistral. Para ela, seu “filho adotivo” havia sofrido xenofobia no Brasil por conta de seus traços indígenas, e estava de coração partido por conta de um amor não correspondido. Também chegou a afirmar que ele havia sido assassinado, embora a autópsia indicasse o contrário.<sup>15</sup> De qualquer forma, a escritora jamais se recuperou emocionalmente de sua perda.

A questão da maternidade fora amplamente discutida pelos movimentos feministas dos anos 1960 e 1970. A noção de a maternidade enquanto um dom natural, inerente à existência das mulheres, foi duramente questionada, dando margem à debates sobre o seu caráter compulsório. A pesquisadora francesa Elizabeth Badinter em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* traça um itinerário da história da família, tendo como ponto central a relação entre mães e filhos. Ao investigar o hábito de delegar os filhos para amas de leite, tão comum na França dos séculos XV ao XVIII, inclusive nas camadas mais baixas, Badinter demonstra como a necessidade de sobrevivência ultrapassava o sentimento de amor materno. Muitas mulheres trabalhadoras não podiam interromper seu trabalho para amamentar um filho, ainda mais sabendo que as possibilidades de que ele ultrapassaria o primeiro ano de vida eram baixas.

As incongruências entre práticas e discursos apontam para a insuficiência dos modelos de feminilidade em abarcar as expectativas e anseios de mulheres em diferentes espaços e temporalidades, que questionaram por meio de suas práticas, o *status quo*, embora os discursos produzidos sobre elas nem sempre reforçassem a liberação feminina. Isso aponta como conscientemente ou não, as mulheres estavam se munindo de modelos explicativos masculinos para subverter a própria ordem. Os estereótipos de feminilidade então existentes interferiam diretamente na forma como Mistral percebia-se enquanto mulher. De acordo com a escritora, a sua herança basca havia determinado um traço importante em sua personalidade, o qual era incompatível com o “sentimentalismo feminino”: a forma dura e honesta de dizer as coisas. A estrutura de sua personalidade de acordo com sua autopercepção distanciava-se das expectativas de feminilidade: a delicadeza, sutileza, contenção.

O reconhecimento de Gabriela Mistral enquanto escritora não se consolidou apenas pela qualidade literária de seus escritos, mas esteve associado à sua capacidade de articulação com um

15 Nadie podrá entender mi espanto de hallarme a mi Yinyin agonizando de arsénico. Nada, nada me había preparado para este golpazo. Y nada hubiera podido prepararme. MISTRAL, Gabriela. *Cuaderno de Petrópolis*. (1941 – 1945), p. 213.

cânone literário majoritariamente masculino, reforçado por redes de sociabilidade formadas pela troca de cartas, pela redação de prólogos a artigos e livros de outros escritores. a, esteve atrelada à sua habilidade de se associar diversos escritores e figuras notáveis de sua época, que inevitavelmente contribuíram para sua carreira. Isso se pautava ainda pela necessidade de autodefinição da mulher escritora em um mundo patriarcal atrelado ao desejo de formação de uma tradição de escritoras mulheres.

Tais excertos acima analisados revelam importantes traços do pensamento político de Gabriela Mistral. A complexidade de sua faceta política escapa a quaisquer classificações dicotômicas. Compreender a multiplicidade de Gabriela(s) significa atentar para as estratégias mobilizadas por escritoras a caminho de sua profissionalização, ferramentas as quais contradizem a forma como atuou como escritora internacionalmente reconhecida e consulesa, contradiz a defesa da divisão do trabalho entre os sexos, uma vez que ela própria rompeu inúmeros paradigmas impostos às mulheres de sua época. Inclusive por dedicar em sua poesia à condição da mulher chilena, indígena, da questão de classe e de terra em seu país de origem. Contudo, deve-se considerar que discursos mais conservadores a respeito da atividade feminina também serviam como uma forma de negociação de seu reconhecimento público.

Neste sentido, observa-se que o entendimento da mulher enquanto um sujeito autônomo, com plena capacidade de decisão e de individualidade, esteve nublado pela noção de que sua existência estava subordinada às expectativas masculinas. Sua autopercepção esteve, frequentemente, associada às condutas determinadas pela feminilidade. Uma vez deslocadas delas, tais mulheres seriam-se inadequadas ou não-femininas. O caminho escolhido por Mistral na definição de suas identidades femininas configura-se a partir de um novo horizonte, afinal, não encontrou a essência de sua feminilidade na maternidade, tampouco no matrimônio, uma vez que tais feitos não fizeram parte de sua vida. A construção de sua subjetividade deu-se por suas atuações profissionais, isto é, pela escrita profissional. Tal processo, certamente, não se estabelece sem conflitos, basta recordarmos das constantes afirmações de Mistral a respeito da relevância da maternidade para as mulheres. Por entre seus passos, descortinou novas possibilidades do ser mulher.

## Raça em Gilberto Freyre: uma aproximação a Ricardo Benzaquen

André Amud Botelho  
andreamudbotelho@gmail.com

### Resumo

Esforço reflexivo de aproximação aos principais livros e às trajetórias de Gilberto Freyre, sociólogo, antropólogo e escritor pernambucano, e de Ricardo Benzaquen, antropólogo e historiador carioca. Mais especificamente, o objetivo do trabalho é o de contextualizar as elaborações de Gilberto Freyre sobre a categoria raça reveladas em seu mais famoso livro – "Casa-grande & senzala", tendo como base teórica fundamental a seminal contribuição de Ricardo Benzaquen, sintetizada sobretudo em "Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30".

Já na década de 1930, Gilberto Freyre fez uso peculiar da categoria "raça". Valorizou a experiência da miscigenação na formação social brasileira e, à sua maneira, posicionou o encontro das raças e as soluções a partir da mestiçagem no centro de suas análises. Seu esforço ganhou especial relevância ao destacar a riqueza do processo de mestiçagem para a compreensão do Brasil e as contribuições das raças na composição do sistema social brasileiro.

Em razão de circunstâncias várias, sobre as quais refletiremos, a interpretação da obra de Freyre esteve embotada por décadas e o autor de fundamental passou a pouco lido ou pouco levado a sério por parte relevante da intelectualidade brasileira. O movimento de reabilitação da obra de Freyre e a reconfiguração dos seus sentidos encontraram em "Guerra e paz" de Ricardo Benzaquen seu clímax.

Tangenciar a complexidade da trajetória de Gilberto Freyre faz mais sentido quando nos aproximamos do processo de reabilitação nos meios intelectuais brasileiros por que passou o autor especialmente a partir de meados da década de 1980. E certamente a atuação de Ricardo Benzaquen de Araújo é das mais destacadas para isso. Por meio da contextualização e reinterpretação da obra de Freyre na década de 1930, Benzaquen reinsere o autor pernambucano no debate brasileiro do início da década de 1990, anos em que eram presentes os ecos da discussão brasileira em torno de uma nova Constituição e nos quais os debates sobre raça, racismo e diversidade cultural no país foram questões cruciais.

**Palavras-chave:** Pensamento social brasileiro, *raça*; Gilberto Freyre; Ricardo Benzaquen.

O trabalho que se segue é esforço reflexivo de aproximação aos principais livros e a elementos das trajetórias de Gilberto Freyre, sociólogo, antropólogo e escritor pernambucano, e de

Ricardo Benzaquen, antropólogo e historiador carioca.<sup>1</sup> Mais especificamente, o objetivo aqui é de contextualizar as elaborações de Gilberto Freyre sobre a categoria *raça* reveladas em seu mais famoso livro – *Casa-grande & senzala*<sup>2</sup>, tendo como base teórica fundamental a contribuição de Ricardo Benzaquen, sintetizada sobretudo em *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*.<sup>3</sup>

Já na década de 1930, Gilberto Freyre fez uso peculiar da categoria de *raça*. Valorizou a experiência da miscigenação na formação social brasileira e, à sua maneira, posicionou o encontro das raças e as soluções a partir da mestiçagem no centro de suas análises. Seu esforço ganhou especial relevância ao destacar a riqueza do processo de mestiçagem para a compreensão do Brasil e as contribuições das raças na composição do sistema social brasileiro.

Em razão de circunstâncias várias, como veremos à frente, a interpretação da obra de Freyre esteve embotada por décadas e o autor de fundamental passou a pouco lido ou pouco levado a sério por parte relevante da intelectualidade brasileira. O movimento de reabilitação da obra de Freyre e a reconfiguração dos seus sentidos encontraram em *Guerra e paz* de Ricardo Benzaquen seu clímax.

Gilberto de Mello Freyre nasceu no ano de 1900 no Recife. Filho de família afluente e descendente de linhagens de antigos senhores de engenho de Pernambuco e do nordeste do Brasil, origens às quais se refere usualmente ao longo de sua obra, Freyre possui papel fundamental no âmbito do pensamento social brasileiro por ser dos primeiros autores a refutar os pressupostos racistas das elaborações intelectuais a respeito da formação da sociedade brasileira. Compõe seu primeiro livro, *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933, declarando sua filiação às teses culturalistas da antropologia praticada nos Estados Unidos por Franz Boas. Ao longo de todo o texto de *Casa-grande & senzala*, Boas é citado como fonte de inspiração e de uma espécie de conversão do autor pernambucano ao método histórico-culturalista e à concomitante negação dos valores de interpretação social e histórica que partissem do conceito biológico de *raça*.

Ao conhecer a antropologia praticada nos Estados Unidos e, em especial, um de seus protagonistas naquele período renovador da disciplina das primeiras décadas do século XX, o alemão Franz Boas, Gilberto Freyre inicia um processo de *conversão* que será ponto de partida para sua original interpretação a respeito da formação social e histórica brasileira, ao preencher de positividade a miscigenação da população de seu país.

Em Portugal, no exílio pós-1930, Gilberto Freyre escreve *Casa-grande & senzala*. A publicação e a recepção do livro logo posicionam-no dentre os mais destacados do pensamento brasileiro.

1 Ricardo Benzaquen de Araújo viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Nasceu, contudo, em Manaus no ano de 1952.

2 FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

3 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

A atuação intelectual de Gilberto Freyre seguiu firme ao longo de toda a sua vida, com a publicação de dezenas de livros, ensaios e artigos, bem como com a redação de textos para jornais brasileiros e estrangeiros e com a participação na política institucional do país, tendo chegado a ser eleito, no final da década de 1940, deputado federal de Pernambuco pela *União Democrática Nacional*. Sua oposição ao governo de João Goulart, seu apoio ao golpe civil-militar em 1964 e a proximidade ao regime salazarista de Portugal marcaram a atuação pública de Freyre no final de sua vida. Além de seus posicionamentos políticos conservadores, sua produção intelectual cada vez mais auto-referente e auto-elogiosa embotaram a apreciação de sua obra por parte da intelectualidade brasileira da segunda metade do século XX. Algo como uma reabilitação de Freyre na cena acadêmica brasileira se deu a partir do final da década de 1980, depois de sua morte, com a publicação de relevantes trabalhos de interpretação de sua obra, dedicados em especial a *Casa-grande & senzala* e *Sobrados & mucambos*.

A tentativa de tangenciar a complexidade da trajetória de Gilberto Freyre faz mais sentido quando nos aproximamos do processo de reabilitação nos meios intelectuais brasileiros por que passou o autor especialmente a partir de meados da década de 1980.<sup>4</sup> E certamente a atuação de Ricardo Benzaquen de Araújo é das mais destacadas para isso. Por meio da contextualização e reinterpretação da obra de Freyre na década de 1930, Benzaquen reinsere o autor pernambucano no debate brasileiro no início da década de 1990, anos em que eram presentes os ecos da discussão brasileira em torno de uma nova Constituição e nos quais os debates sobre raça, racismo e diversidade cultural no país foram questões cruciais.

Pelo menos desde 1986, ano em que apresenta o trabalho “Modernismo e modernidade em Gilberto Freyre” no grupo de trabalho “Pensamento social no Brasil” dos Encontros Anuais da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Benzaquen dirige parte de seus esforços intelectuais à obra de Freyre. A comunicação apresentada naquele encontro da *ANPOCS* e nos seguintes prenunciavam a tese que iria ser defendida por Ricardo no *Museu Nacional da UFRJ* em 1993.

Embora desenvolvida no mais tradicional programa de pós-graduação em antropologia do país e evidentemente mobilize autores muito caros aos quadros da disciplina, como Franz Boas, James Clifford, Hélène Clastres, Eduardo Viveiros de Castro, Giralda Seyferth, entre muitos outros, a imensa e variada bibliografia de *Guerra e paz* já permitiria vislumbrar algo da particularidade do trabalho. Não podia ser diferente em um esforço que buscava (re)interpretar as contribuições de outro intelectual de formação, interesses e *parti pris* tão particulares.

Além de toda a erudição e sofisticação intelectual de Benzaquen, destacadas por seus colegas, amigos e alunos<sup>5</sup>, sua formação acadêmica e atuação profissional podem nos fornecer pistas de um intelectual como que moldado para o desafio de interpretar Gilberto Freyre.

4 Além de Ricardo Benzaquen e Luiz Costa Lima, possuem trabalhos relevantes sobre Freyre na década de 1980: Elide Rugai Bastos, Moema D'Andrea, Roberto Da Matta, José Guilherme Merquior, dentre outros.

5 Dentre as muitas homenagens recebidas por Benzaquen, destaco o artigo de José Reginaldo dos Santos Gonçalves, “Um amigo do mundo”. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Um amigo do mundo”. In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 07.02: 545-556, 2017.



Graduado em história na *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)* em 1974 e interessado desde cedo por diálogos entre a historiografia e as ciências sociais, Benzaquen inicia mestrado em antropologia social no *Museu Nacional* já no ano seguinte. Sua dissertação *Os gênios da pelota: um estudo do futebol como profissão* foi dedicada à “observação das categorias mobilizadas pelos jogadores de futebol falando sobre a profissão (abatimento, autocrítica, confiança, humildade etc.)”.<sup>6</sup>

Meu interesse foi se definindo aos poucos, queria efetivamente seguir o curso de História, mas estava interessado em um tipo de História que tivesse relação com a Antropologia, e de maneira mais ampla, com as Ciências Sociais. Já cheguei no curso de História com a preocupação de reencontrar questões que tinha visto nos cursos de Antropologia e Sociologia<sup>7</sup>

Aliada à formação acadêmica em história e antropologia, a atuação profissional de Benzaquen *é sui generis*: foi professor no *Departamento de História da PUC-Rio*, pesquisador dedicado ao pensamento social no *CPDOC-FGV* e professor de sociologia no *IUPERJ*, como destacam Fernanda Arêas Peixoto<sup>8</sup> e José Reginaldo Gonçalves.<sup>9</sup> Orientou mais de cinquenta dissertações de mestrado e vinte e nove teses de doutorado nos programas de pós-graduação nos quais trabalhou, em história (*PUC-Rio*) e sociologia (*IUPERJ*), além de ter participado de bancas de avaliação de teses e dissertações em programas de antropologia, comunicação, letras e outras.

É especificamente aos livros *Casa-grande & senzala* e *Guerra e paz* que nossa atenção se volta agora. Mais concisamente ainda: o exercício a que me proponho é o de tecer algumas considerações quanto à mobilização da categoria de *raça* realizada por Gilberto Freyre e quanto aos elementos e sentidos com os quais trabalha Benzaquen na interpretação que propõe.

A primeira dessas considerações diz respeito a uma aparente contradição. Freyre busca valorizar a identidade e cultura brasileira sem necessariamente se desfazer do uso de *raça*, embora tal uso esteja quase sempre atrelado ao de *cultura*. Tal atrelamento é, por vezes, provocado por Freyre para elucidar a oposição entre as duas categorias e sua filiação ao culturalismo boasiano ou, por outro lado, para uma aproximação que termina por diminuir as tensões entre as duas.

Desde as páginas iniciais do primeiro prefácio de *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre busca posicionar seu trabalho como que atualizado pelas mais recentes teses das ciências sociais. O uso frequente das categorias de *raça* e *cultura*, entretanto, confunde o leitor.

Defensor do estudo histórico intensivo dos fenômenos etnológicos e das culturas, Boas teorizou sobre a existência de *culturas humanas* em oposição à premissa evolucionista de uma única

6 PEIXOTO, Fernanda Arêas. “Equilíbrio e risco: a vitalidade de *Guerra e paz*” (resenha). In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 07.02: 611-621, 2017, p. 617.

7 BASTOS, Elide Rugai; REGO, José Márcio; LOUREIRO, Maria Rita. *Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 343.

8 PEIXOTO. “Equilíbrio e risco: a vitalidade de *Guerra e paz*”.

9 GONÇALVES. “Um amigo do mundo”.

*cultura humana*. Por meio desse método, chega à conclusão da particularidade de cada história cultural, dos desenvolvimentos peculiares a cada cultura. Para ele, revela-se impossível compreender as culturas a partir de um único esquema.

É a tradição personificada por Boas que Freyre recorre quando necessita enfrentar as questões atinentes à discussão sobre *raça e cultura* ao longo de *Casa-grande & senzala*. O índice onomástico do livro nos informa que o autor alemão é citado por Freyre em doze páginas, sintomaticamente nos trechos em que mobiliza suas forças para diferenciar seus esforços interpretativos das análises que partiam de pressupostos biológicos ou do determinismo geográfico, que eram comuns nas discussões sobre *raça* e miscigenação racial no Brasil.

Mesmo com sua intenção de marcar a centralidade da *cultura* para a interpretação social, Freyre reitera o uso de *raça* em *Casa-grande & senzala*. E o faz de duas maneiras principais: 1- descrevendo e comparando características físicas de raças e povos, no posicionamento que é o mais contraditório em relação às teses culturalistas; 2- adotando uma versão de *raça* em conjunção a de reflexões sobre adaptabilidade dos povos aos ambientes geográficos e climáticos e às variáveis das histórias culturais. Nesse último caso, Gilberto Freyre trata menos de brancos, amarelos, negros, e mais de povos e identidades culturais, como portugueses, ibéricos, árabes ou judeus.

A esse respeito, cito síntese elaborada por Benzaquen em *Guerra e paz* sobre a noção de *raça* que, para ele, é a adotada por Freyre:

Gilberto trabalha com uma definição fundamentalmente *neolamarckiana* de *raça*, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua – variada, discreta e localizada – interação com o meio físico.<sup>10</sup>

É com essa noção de *raça*, adaptável às distintas condições ambientais e repleta de porosidades com a noção de cultura antropológica que Freyre buscou equilibrar seus esforços de interpretação da miscigenação no Brasil em *Casa-grande & senzala*. Nem sempre obtém êxito. Há trechos em que a versão de *raça* mais biológica e comprometida mesmo com certos pressupostos racistas destaca-se.

De uma maneira geral, é a versão de *raça* por meio da qual se busca ponderar o dado físico junto ao cultural e ambiental a hegemônica em *Casa-grande & senzala*.

Gilberto Freyre constrói o grosso de sua argumentação negando os pressupostos evolucionistas, escrevendo muitas vezes contra eles. Os usos aparentemente contraditórios da categoria *raça*, a despeito disso, afastam-no também dos cânones da antropologia culturalista.

É nesse paradoxo que Benzaquen concentra sua reflexão sobre *raça* e miscigenação em *Casa-grande & senzala*. Se o uso de *raça* é presente ao longo de todo o livro de Freyre, Benzaquen

10 ARAÚJO. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. p. 37.

mantém seu foco de análise nele mais especificamente nas vinte e cinco páginas de um dos capítulos de *Guerra e paz*, “Corpo e alma do Brasil”.

Como se sabe, o já clássico livro é dedicado a uma interpretação ampla da obra de Gilberto Freyre da década de 1930. Foi nessa década que seus mais relevantes livros foram publicados, *Casa-grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936).

*Guerra e paz* é dividido em duas partes, “A Rússia americana” e “Arsênico e alfazema”. A primeira delas é reservada inteiramente à cuidadosa interpretação do maior clássico de Freyre, enquanto a segunda parte revela uma abordagem do restante dos trabalhos de Freyre da década de 1930. Convém notar que mesmo a análise do restante da produção de Freyre na década é embebida em grande medida pelas sugestões e mecanismos já reunidos em *Casa-grande & senzala*. Na segunda parte do livro, o olhar de Ricardo se volta, portanto, aos vínculos, ecos e eventuais contradições presentes à obra de Freyre naquela década de maneira geral.

Voltando à primeira parte do livro, chegamos à interpretação de Benzaquen sobre *raça* e miscigenação. Boa parte dela é dedicada à contradição entre a auto-declarada *conversão* de Freyre ao culturalismo aprendido com Boas e as suas continuadas referências a *raça*.

Ao fazê-lo, contudo, Benzaquen dirige-se ao leitor e convida-o a acompanhar seu movimento de detalhamento dos significados do conceito de *raça* desde o iluminismo, sintetizando as noções que mais circulavam dentre suas correntes. É assim que somos apresentados ao poligenismo, “que postulava a existência de múltiplos (...) centros de criação da *raça* humana”;<sup>11</sup> e ao monogenismo cujos defensores advogavam a tese de uma origem única para os seres humanos.

A pequena genealogia das noções de *raça* permite a Benzaquen tratar mais diretamente das consequências dos seus pressupostos no debate brasileiro sobre *raça* e miscigenação quando da publicação de *Casa-grande & senzala*.

O poligenismo, com o seu exclusivismo étnico, dando substância erudita a reflexões, como as introduzidas por Agassiz, que condenavam o país ao fracasso em virtude da ampla acolhida que aqui teve a mestiçagem, pois é lógico que, se as *raças* possuíam origens totalmente incompatíveis, o seu intercâmbio só poderia nos trazer a esterilidade a ruína. E o monogenismo, mais abrangente, capaz de postular a disseminação da herança ocidental desde que sob o seu mais estrito controle, tornando intelectualmente possível uma fórmula como a do branqueamento.<sup>12</sup>

Ora, à medida que reconhecemos os esforços de Gilberto Freyre por estabelecer a miscigenação como um fator positivo e de originalidade do sistema social brasileiro, como conceber a reiteração que faz do conceito de *raça*, a não ser reconhecendo uma imprecisão ou descuido relevante?

Benzaquen nos sugere que, apesar da inegável presença de *raça* na obra de Freyre, sua apreensão se distingue das tradições onde germinaram as noções de *raça* que circulavam no debate

11 ARAÚJO. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. p. 33.

12 ARAÚJO. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. p. 35.

intelectual brasileiro. A inovação de Freyre teria sido, assim, não a de deixar de mobilizá-la conceitualmente mas de reconfigurá-la ao não “se comprometer com o seu sentido mais usual”.<sup>13</sup>

Ricardo Benzaquen introduz aos leitores de Freyre a noção de *meio físico*, do *meio ambiente* como conceito capaz de equilibrar as categorias entendidas como opostas, antagônicas. Tal noção é chave para a compreensão dos sentidos da contradição entre a valorização de *cultura* e seu uso reiterado de *raça*. Compatibilizando as categorias *raça* e *cultura*, para elas servindo como que de ponte a criar nexos, o *meio físico* “amoleceria” as duas, emprestando-lhes plasticidade, similar àquela primordial à aptidão dos povos (das culturas e raças, à maneira de Freyre) para adaptarem-se à diversidade dos ambientes em que se desenvolviam.

A síntese operada por Benzaquen engendradora pelo reconhecimento do valor heurístico de *meio físico* permite que ele complexifique o entendimento quanto a esse tópico, diminuindo o peso negativo de certo inacabamento ou indefinição das proposições freyreanas.

Esse inacabamento seria parte de um mecanismo mais amplo de Freyre que o tornava capaz de aproximar polos opostos, os elementos antagônicos presentes na formação brasileira, sem se desfazer de nenhum deles, sem definir necessariamente sínteses a respeito deles, mas de tornar evidentes suas características essenciais.

A compreensão de Benzaquen a respeito da noção de *raça*, ao ressaltar o valor do meio físico, permite-o posteriormente avançar para sua original formulação quanto ao “luxo de antagonismos” que Freyre identificou na formação da sociedade brasileira e fez ter lugar também em seu livro.

Referindo-se à concepção de mestiçagem e às noções de *raça* e *cultura* em Freyre – bem como sua plasticidade em relação ao meio físico – Benzaquen afirma: “Ela permitirá a Gilberto definir o português – e mais adiante o brasileiro – em função de um 'luxo de antagonismos' que, embora equilibrados, recusam-se terminantemente a se desfazer e a se reunir em uma entidade separada, original e indivisível”.<sup>14</sup>

Operando intelectualmente a partir da centralidade de meio físico em *Casa-grande & senzala*, nosso autor estabelece rumos para pensar outra noção fundamental relacionada àquela: o *tópico*. Percebe a consonância que Gilberto marca entre os antagonismos, os desequilíbrios, os grandes excessos e as grandes deficiências na formação da sociedade brasileira com o clima na qual ela se desenvolve. Também passa a ser capaz de demonstrar os elementos que, para Freyre, fundamentam a reprodução de tão particular sociedade, por meio do equilíbrio de seus antagonismos, por suas zonas de confraternização.

Antes da segunda edição de *Guerra e paz*, em 2005, Benzaquen volta ao tema do livro com o artigo “Raios e trovões: plasticidade, excesso e modernidade na obra de Gilberto Freyre” na coletâ-

13 ARAÚJO. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. p. 36.

14 ARAÚJO. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. p. 41.

nea *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*.<sup>15</sup> Depois dela, publica “Chuvas de verão: 'antagonismos em equilíbrio' em *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre” em outra importante coletânea *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*.<sup>16</sup> Como ele mesmo nos explica, são duas versões de um mesmo texto. A segunda delas parece mais sintética, possui menos citações de trechos de Freyre e reserva mais espaço ao detalhamento das teses que Benzaquen reúne em *Guerra e paz*.

A leitura dos dois textos nos permite perceber que Benzaquen refaz neles resumidamente o caminho traçado em seu livro. Inicia com a discussão sobre a noção de raça em Freyre, sua conversão ao culturalismo, um debate sobre o alcance dos escritos de Freyre para o debate sobre miscigenação no Brasil, até chegar à reflexão sobre os antagonismos em equilíbrio.

Há um elemento que chama atenção na economia dos dois textos: o destaque à forma narrativa encontrada por Freyre. Evidente que Benzaquen trata até mais longamente da relevância da questão em seu livro, mas nos artigos ela passa a ter dimensão semelhante à ideia dos antagonismos em equilíbrio enquanto perspectivas fundamentais para a análise de *Casa-grande & senzala*. Ricardo escreve:

Gilberto termina por criar a impressão de que os valores que ele analisa mantêm-se vivos e influentes por intermédio do seu relato. *Casa-grande & senzala*, conseqüentemente, deixa de ser apenas um trabalho acadêmico para converter-se em uma espécie de casa-grande em miniatura, uma voz longínqua mais genuína, legítima representante daquela experiência que era discutida em suas páginas, enquanto nosso autor, evidentemente, converte-se em personagem de si mesmo.<sup>17</sup>

Finalmente, se Freyre buscou reabilitar o passado da formação da sociedade brasileira para refutar as teorias sobre a necessidade do branqueamento de sua população e elogiar a riqueza e originalidade presentes na formação social do Brasil, certamente Benzaquen realizou uma interpretação sofisticada o bastante para iluminar suas teses, esclarecer e perceber sentidos em suas ambigüidades e paradoxos, reelaborando-as e reposicionando-as no debate contemporâneo. Pois, como escreveu Borges em um de seus contos seminais: “que o futuro não tem realidade senão como esperança presente, que o passado não tem realidade senão como lembrança presente”.<sup>18</sup>

15 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Raios e trovões: plasticidade, excesso e modernidade na obra de Gilberto Freyre”. In: Castro Rocha, João Cezar de (org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, Univercidade Editora, 2003.

16 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Chuvas de verão: ‘antagonismos em equilíbrio’ em *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre”. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

17 ARAÚJO. “Chuvas de verão: ‘antagonismos em equilíbrio’ em *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre”. p. 208.

18 BORGES, Jorge Luis. “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 41.

## Nacionalismo e Marxismo na obra de Nelson Werneck Sodré (1938-1964)

Helio Maurício Piraj  Cannone<sup>1</sup>  
helio.cannone@gmail.com

### Resumo

Nelson Werneck Sodré nasceu em 1911 no Rio de Janeiro. Formou-se em 1933 na Escola Militar de Realengo e na Escola do Comando e Estado-Maior do Exército em 1946. Em 1955, passou a atuar como professor de História do Brasil do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tornando-se chefe da cadeira de História em 1962, onde ficaria até o fechamento do instituto dois anos depois. Entre 1938 e 1991, Sodré publicou 56 livros. Sua obra pode ser dividida entre uma primeira fase estritamente nacionalista, uma segunda marxista (marcada fortemente pelos textos publicados pelo ISEB) e uma terceira, historiográfica. Em cada uma delas, o elemento anterior não é excluído, mas acumulado. Esta pesquisa pretende privilegiar as duas primeiras fases, nas quais se destacam textos de cunho sociológico e político. Nestas, a História serve mais de ferramenta auxiliar para diagnóstico sobre a política e a sociedade brasileira do que como fim em si mesma. Justificamos também este recorte porque não se atentou ainda suficientemente para como se deu a transi o de uma fase para a outra na produ o de Nelson Werneck Sodré. Será hipótese desta pesquisa que Sodré era um autor nacionalista e marxista, tendo o segundo elemento entrado depois e contribuído para a complexidade do primeiro. A partir do seu comunismo nacionalista, o autor se debruçou sobre a História do Brasil a fim de compreender suas peculiaridades e propor um projeto político que julgava adequado para seu tempo. Nos anos de 1960, Nelson Werneck Sodré deu insumo teórico ao ISEB e   aliança entre comunistas e trabalhistas pelas reformas de base defendidas pelo então presidente João Goulart. Com o golpe de 1964, o instituto foi fechado e o horizonte de expectativas de todos os envolvidos nele se encerrou. Se o conceito de desenvolvimento era antes poliss mico, os militares deram a ele defini o autoritária e afastada de op oes democráticas como a de nosso autor. Dentre as influências teórico-metodológicas do trabalho estão a História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e o Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner. O primeiro para pensar o conceito de Nacionalismo de Nelson Werneck Sodré dentro de uma dura o mais ampla no tempo. Já Skinner nos auxiliará tanto a ler os textos de Sodré dentro de sua época como a entendê-los pelo efeito perlocucionário da linguagem, ou seja, entendendo as ideias políticas como a o política, uma vez que os textos de Sodré buscam intervir na sua realidade.

**Palavras-chave:** Pensamento político brasileiro, Nacionalismo, Marxismo, ISEB, PCB

1 Bacharel e Licenciado em História pela PUC-Rio, Mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ e Doutorando em Ciência Política pela mesma institui o.



### Referencial teórico

De acordo com Christian Lynch<sup>2</sup>, existem duas correntes que marcam a tradição do pensamento político brasileiro. A primeira seria a cosmopolita, hegemônica e estaria compreendida entre 1880 e 1930. De caráter universalista, ela estava preocupada em enquadrar o Brasil em uma filosofia da história geral segundo a qual o país estaria atrasado em relação à Europa, embora todos tendessem para uma mesma direção. Segundo o mesmo autor, as guerras mundiais teriam sido responsáveis por mudar a hegemonia para a segunda corrente, nacionalista. Nela, teria havido um esforço de compreensão do Brasil a partir de suas especificidades

Wanderley Guilherme dos Santos afirma que a revolução de 30 teria sido um “divisor de águas”<sup>3</sup> no pensamento político brasileiro. A partir de tal evento, começaram a ganhar força pautas características do nacionalismo, como a dicotomia entre um Brasil agrário e um Brasil industrial, a busca de singularidades do país e a crítica a tentativas de transplantação mecânica de ideias estrangeiras. Estas ideias ganharam projeção a partir das leituras de Alberto Torres e Oliveira Viana. Eles foram recepcionados tanto por conservadores e fascistas – como Miguel Reale e Plínio Salgado – quanto por autores que se consideravam à esquerda no espectro político, como Francisco Martins de Almeida, Francisco Pontes de Miranda e Virgínio Santa Rosa.

Passou a haver, então, uma complexificação ainda maior da tradição de pensamento nacionalista brasileiro, tendo, com estes intelectuais, derivações tanto à esquerda quanto à direita no espectro político. Wanderley Guilherme dos Santos entende que nos anos 1950 essas pautas se intensificaram ainda mais com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). É deste caldo cultural que nos parece que Nelson Werneck Sodré se valeu. Influenciado de um lado pelo nacionalismo crescente e de outro pelo comunismo, o autor desenvolveu a sua própria interpretação histórica do Brasil, que, conforme se explicitou na apresentação deste projeto, era crítica ao latifúndio e tinha o povo como agente da revolução brasileira.

Na “Cartografia do Pensamento Político Brasileiro”, Christian Lynch<sup>4</sup> explica o que compõe o estilo periférico de redação, característico das produções nacionais. Para ele, o fato dos autores do pensamento político brasileiro se enxergarem como habitantes de uma periferia atrasada deu ao conjunto dos seus textos conformação estilística e temática específica. As elites brasileiras teriam internalizado os pressupostos europeus de um processo histórico evolucionista, onde o Brasil estaria atrasado em relação ao centro.

O fato de não se virem como pertencentes à civilização produtora de filosofia e de universalismos teria feito com que os pensadores brasileiros escrevessem de forma menos abstrata e

2 LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. Revista Dados, v. 56, n. 4. Rio de Janeiro, 2013. p. 727-766.

3 SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da Imaginação Política Brasileira. Revista Dados, n. 7. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970. p. 20.

4 LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 19. Brasília, jan.-abr. 2016, p. 75-119.

menos teórica. Portanto, o “estilo periférico” teria menor grau de generalização e maior sentido prático. Somar-se-ia a isto uma visão negativa do passado e positiva do futuro, na qual o primeiro é percebido como a época quando teriam surgido os problemas que precisariam ser superados. Já o segundo seria “[...] o lugar da redenção nacional, a se alcançar pelo progresso, pela civilização, pela evolução, pela modernização, pelo desenvolvimento”<sup>5</sup>.

Na história do pensamento político brasileiro, o ISEB – e, portanto, o próprio Nelson Werneck – estaria no influxo do movimento iniciado de década de 1920. Neste período, a questão nacional seria retomada como forma de fortalecer o país contra ameaças externas. Alberto Torres e Oliveira Viana são postos por Christian Lynch como os maiores representantes desta fase. Já Celso Furtado seria responsável por inserir a CEPAL na discussão depois da Segunda Guerra Mundial.

### Metodologia

Dentre as influências teórico-metodológicas do trabalho estão a História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e o Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner. Os dois autores são tratados como aproximáveis a partir da análise de Marcelo Jasmin<sup>6</sup>, que os vê como complementares, já que, juntos, ajudam a pensar as dimensões diacrônicas e sincrônicas das ideias políticas. Nesta pesquisa, o primeiro autor nos permite, junto com as abordagens teóricas de Wanderley Guilherme dos Santos e Christian Lynch, pensar o conceito de Nacionalismo de Nelson Werneck Sodré dentro de uma duração mais ampla no tempo. Deste modo, pode-se perceber a história do conceito como referente ao que Mark Bevir<sup>7</sup> chama de tradição.

Já Skinner<sup>8</sup> nos auxiliará em dois sentidos. No primeiro, podemos, a partir deste autor, atentar para o aspecto performático da linguagem. John Austin<sup>9</sup> (1990) nomeia em sua teoria dos atos de fala três sentidos para a linguagem: locucionário (língua empregada de acordo com as regras sintáticas para transmitir uma mensagem), ilocucionário (de transmitir determinada mensagem e ao mesmo tempo realizar uma ação) e perlocucionário (de buscar a partir da linguagem gerar determinado efeito em seu receptor). Skinner (1969) destaca o último tipo para entender as ideias políticas como forma de intervir e transformar a realidade. Leremos, então, de maneira diferentes os textos de Nelson Werneck Sodré se os pensarmos como ação política.

Na segunda instrumentalização metodológica de Skinner, sua teoria será usada para pensar as ideias de Sodré horizontalmente. O autor britânico nos fornece inspiração para realizar uma

5 LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 19. Brasília, jan.-abr. 2016, p. 85.

6 JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In: Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo, vol. 20, n. 87, 2005.

7 BEVIR, Mark. A lógica da história das ideias. São Paulo: Edusc, 2008.

8 SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. History and Theory, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

9 AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer. Porto Alegre: Arte médicas, 1990.

pesquisa que buscará reconstituir o contexto de produção dos livros de nosso objeto e de seus interlocutores. Inspirado, então, por Quentin Skinner, este trabalho tem, acima de tudo, preocupação contextualista. Esforça-se aqui por entender as ideias em seu contexto de produção, buscando reconstituir os seus respectivos sentidos quando pensadas, antes do esforço de adaptá-las ao presente. Se pretende fazer a pesquisa com recurso a livros, tanto os publicados pelo autor quanto aos daqueles que se pretende estabelecer nexos com ele.

### Desenvolvimento

O principal problema de pesquisa que nos deparamos com este trabalho é o de compreender com uma teoria de origem cosmopolita e universalista como o marxismo pôde, em um contexto histórico (anos 1940-1960) e espacial (Brasil) diferentes, ser conciliada com o nacionalismo. Para fazer a pesquisa, não poderemos fugir de um estudo sobre o comunismo, já que a história do pensamento político de Nelson Werneck se confunde com a história de uma parte central do marxismo no Brasil. Ele apareceu como intelectual importante na fase nacionalista e de frente ampla progressista do PCB, que não marca o partido como um todo. Segundo Raimundo Santos<sup>10</sup>, foi a partir do suicídio de Getúlio Vargas que o Partido Comunista do Brasil se viu obrigado a diferenciar as forças não comunistas internas e compor com os setores tidos como progressistas. Antes disto, o Partido teria posição contrária a Getúlio Vargas e fundo cosmopolita, considerando pouco importantes as análises das questões internas para fazer a revolução no país.

No XX Congresso do Partido Comunista Soviético esta reorientação do PCB foi consolidada em documento oficial. Na “Carta de 1958”, o Partido Comunista do Brasil passou a defender explicitamente uma via não sectária e pacífica de revolução. As pautas principais do PCB passaram a ser a luta contra Imperialismo dos Estados Unidos da América e a defesa do desenvolvimento econômico por moldes nacionalistas e democráticos. Antes de uma revolução socialista, o Brasil precisaria de uma revolução nacional-democrática e antifeudal<sup>11</sup>. Nesta leitura, o desenvolvimento capitalista foi percebido como interesse do povo e do proletariado como um todo<sup>12</sup>. Lê-se no documento:

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças.<sup>13</sup>

10 SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). História do marxismo no Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 133-156.

11 Trecho da Carta de 1958: “A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”.

12 “O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano”.

13 LOWY, Michel (Org.). O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2 ed. São Paulo:

João Quartim de Moraes, ao tratar do Programa Nacional Democrático do PCB, coloca Nelson Werneck Sodré como “a expressão teórica mais completa do programa”<sup>14</sup>. Em outro texto, João Quartim de Moraes<sup>15</sup> afirma que os dois conceitos fundamentais de Lenin e de Stalin que orientaram o pensamento comunista no Brasil seriam os de tática e de estratégia. A diferença entre os dois é que o primeiro diria respeito aos objetivos que deveriam orientar a ação do partido dada a conjuntura imediata, enquanto o segundo diria respeito às estratégias de longo prazo. Em Nelson Werneck Sodré, o desenvolvimento capitalista era a tática e a revolução comunista a estratégia. Outra noção analisada por João Quartim de Moraes foi a de “etapa”. Sodré compreendia, a partir de suas leituras sobre o Brasil e do programa nacional-democrático do PCB, que, na etapa em que o país se encontrava, era precisa realizar a revolução burguesa nacional, uma etapa anterior à revolução propriamente comunista.

Diante disso, pretendemos investigar a forma como, influenciado por Lenin, Nelson Werneck queria produzir consciência revolucionária nas massas. Parece-nos sustentável que seus escritos foram um esforço teórico de dar sentido para o movimento que ele acreditava ser necessário em sua época. Entretanto, nós discordamos da interpretação de que Sodré foi influenciado somente pelo comunismo internacional. Esta pesquisa se propõe a verificar os vínculos de nosso autor com a derivação socialista da tradição nacional-periférica do Brasil. Nelson Werneck Sodré partiu das análises de Lenin sobre o imperialismo, mas as fundiu com o programa nacional-democrático do PCB e com o seu próprio nacionalismo tenentista.

Não nos parece, entretanto, que a literatura se debruçou suficientemente sobre a importância da inserção do autor na tradição de pensamento nacionalista brasileiro. Veremos como Sodré foi um intelectual comunista. Certamente, as ideias dessa corrente de pensamento influiriam nas suas interpretações, mas não as explicam sozinhas. Algumas de suas propostas, comumente associadas às influências exógenas, são melhor compreendidas à luz de autores nacionais com os quais Nelson Werneck dialogava. Nossa hipótese é que o marxismo deste autor não pode ser compreendido sem se entender o contexto do nacionalismo progressista brasileiro, e como ele deriva no nacional-desenvolvimentismo do ISEB.

Ao analisar as obras anteriores à fase propriamente isebiana de Nelson Werneck percebe-se que ele era leitor do nacionalismo dos anos 1930. Não se pode desprezar a influência do tenentismo no pensamento deste autor. Assim como Luiz Carlos Prestes, Nelson Werneck Sodré tinha formação militar e o positivismo oriundo deste setor social também teria influenciado o seu industrialismo. Ele era entusiasta do movimento tenentista, que dentre os seus representantes teve derivações à direita, com Góis Monteiro e à esquerda, com Virgínio Santa Rosa.

---

Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 227.

14 MORAES, João Quartim de. O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. História do marxismo no Brasil, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 162.

15 MORAES, João Quartim. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). História do marxismo no Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 47-88.

O *sentido do tenentismo* de Virgínio Santa Rosa<sup>16</sup>, publicado originalmente em 1933, é expressão da derivação socialista do nacionalismo brasileiro. Não à toa quem fez o prefácio do livro na terceira edição foi Nelson Werneck Sodré. Nele, o autor comunista apresenta que o atraso das Ciências Sociais no Brasil geralmente se explicaria pelo fato de não se ter instrumental teórico adequado para compreender os eventos logo após seu acontecimento. Contudo, o livro de Santa Rosa seria exceção.

Em *Formação histórica do Brasil*<sup>17</sup>, na parte em que Nelson Werneck Sodré analisa o tenentismo e a revolução de 1930, ele concorda com as interpretações apresentadas por Virgínio Santa Rosa, assim como marca enfaticamente a centralidade do problema do latifúndio. Para ambos, a revolução de 1930 possibilitou a industrialização do Brasil, a conseqüente tendência de derrocada do latifúndio e a participação das massas no processo revolucionário.

Não é absurdo dizer que uma das teses que mais se associam a Nelson Werneck Sodré é sua afirmação da existência de relações feudais no Brasil. Para justificar a interpretação de Sodré, Jorge Grespan<sup>18</sup> o enquadra no debate internacional de intelectuais marxistas que defendiam a existência do feudalismo no Japão, na América Latina e na Rússia. Uma vez que feudalismo é entendido nesta escola de pensamento como modo de produção anterior à acumulação de capital, a existência de feudalismo fora da Europa seria plausível. Logo, ele deveria existir em qualquer lugar antes que o avanço das forças produtivas permitisse a existência do capitalismo.

Parece-nos que para entender como Nelson Werneck formula esta questão seria preciso recorrer também a outras interpretações brasileiras que buscaram entender a questão do latifúndio no país. Pretendemos, no decorrer da pesquisa, investigar esta questão. Ao menos desde de *Populações meridionais do Brasil*<sup>19</sup> de Oliveira Viana, impera o diagnóstico da grande propriedade de terra como algo negativo na formação brasileira. Para ele, haveria algo de feudal na estrutura agrária brasileira que ecoaria desfavoravelmente na sociedade e na economia, chegando a ser pior do que o feudalismo europeu.

Também para Martins de Almeida, o latifúndio seria uma influência nefasta para o homem público nacional, impedindo-o de pensar o país de forma realista e, portanto, garantindo os privilégios da aristocracia rural. Em suas palavras, “os nossos homens públicos podem ter, como o tem realmente, a cabeça nas nuvens, mas suas raízes estão enterradas nos feudos afazendados em que está repartido o território nacional”<sup>20</sup>. Martins de Almeida já nos anos 1930 fazia referência à grande propriedade de terra brasileira como latifúndio feudal, assim como Nelson Werneck fará

16 ROSA, Virgínio Santa. O sentido do tenentismo 3. ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

17 SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 4. ed. São Paulo: brasiliense, 1967. O livro é apresentado pelo seu autor no prefácio como fruto do curso de História do Brasil que Nelson Werneck dava no ISEB desde 1956.

18 GRESPLAN, Jorge. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 135-150.

19 VIANNA, Francisco José de Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed, 1952.

20 ALMEIDA, Martins de. Brasil errado: ensaio político sobre os erros do Brasil como país. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932.p. 79.

vinte anos depois. Para ele, a solução seria uma reforma agrária que reorganizasse a propriedade de terra no país, remendando o fato de o latifúndio compor núcleos vitais independentes e dissociados uns dos outros, tal como já tinha analisado Oliveira Vianna.

Segundo Marcos Del Roio<sup>21</sup>, a adesão explícita de Nelson Werneck Sodré ao marxismo ocorreu após sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros. As produções anteriores à sua entrada no Instituto foram colocadas em segundo plano pela bibliografia especializada. No entanto, elas nos aparentam ser material rico para compreender os vínculos do autor com o pensamento nacionalista brasileiro.

Na *História da literatura brasileira*<sup>22</sup>, o autor elogiou a preocupação que desde os anos 1930 se teria pelos estudos sociais e políticos. Ele diagnosticou que a literatura teria desenvolvido um gosto por estudar o Brasil e seus problemas. Na sua época, a literatura estaria virando nacional, colando-se à vida do país. Oliveira Vianna foi colocado entre o melhor que o Brasil teria à época: “Os estudos sociais e políticos que constituem toda a obra de Oliveira Vianna, firmam-se como mais sólidos que possuímos. A sua reconstituição do nosso desenvolvimento histórico, guarda uma linha severa de realismo; é, sem dúvida, o fruto de pesquisa conscienciosa”<sup>23</sup>.

Entendemos que, nos anos 1940, o autor estava absorto em estudar o pensamento brasileiro para compreender a formação de uma cultura autóctone. Antes de sua adesão explícita ao marxismo, Sodré se preocupava com a identidade do Brasil e sua formação, a fim de justificar a unidade do país. Tal ponto que pode ser demonstrado com a leitura do primeiro livro publicado pelo autor. Em *Panorama do Segundo Império*, Sodré explica: “Nunca esteve, nesses anos, em perigo a unidade brasileira – essa milagrosa unidade que atravessa quatro séculos, através dos choques mais terríveis e se mantém através dos contrastes mais notáveis”<sup>24</sup>.

Em outro livro, *Orientações do pensamento brasileiro*, Nelson Werneck faz relatos biográficos dos intelectuais analisados, para, com este recurso, inserir os autores em suas épocas, no meio que os cercava. Os escolhidos seriam aqueles que emergiram da transição de uma “[...] cultura com alicerces fora das peculiaridades”<sup>25</sup> (SODRÉ, 1942, p. 15) para uma cultura “[...] ligada a terra e associada aos seus motivos” (SODRÉ, 1942, p. 15)<sup>26</sup>. Estes intelectuais teriam se interessado em estudar o Brasil e suas peculiaridades, sem embuti-lo em formas de pensar vindas do estrangeiro. Buscaremos apresentar tal livro como uma tentativa de cânone do nacionalismo realista.

21 DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. História do marxismo no Brasil, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 73-134.

22 SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos. São Paulo: Cultura brasileira, 1940.

23 SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos. São Paulo: Cultura brasileira, 1940.p. 235.

24 SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. Rio de Janeiro: Companhia editora nacional, 1939. p. 3.

25 SODRÉ, Nelson Werneck. Orientações do Pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942. p. 15.

26 SODRÉ, Nelson Werneck. Orientações do Pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942. p. 15.



Nos textos escritos durante sua atuação no ISEB, Nelson Werneck Sodré partiu do conceito marxista de ideologia para elaborar sua história do pensamento social e político brasileiro. Segundo Marx, tal como expresso em *A ideologia alemã*<sup>27</sup>, esse conceito seria definido como projeção e visão de mundo que se adquiriria por participar de certo tipo de convivência social. Então, ideologia seria nesta perspectiva a produção e reprodução de uma lógica falsa para ver o mundo usada por uma classe para justificar sua dominação. Em dois trabalhos de Nelson Werneck o uso de Ideologia nesta chave aparece claramente. Um deles é seu livro publicado em 1961 *A ideologia do colonialismo*<sup>28</sup> e o outro é um texto publicado em *Introdução à Revolução brasileira*<sup>29</sup>, sob o título de “Elaboração da cultura nacional”, correspondente à parte do livro que se propõe a analisar a evolução da cultura no Brasil. As duas obras possuem análises muito semelhantes, sendo a segunda uma versão menor da primeira.

Em *A ideologia do Colonialismo*, publicado pelo ISEB em 1961, o autor faz uma história social e econômica da produção intelectual brasileira para examinar o quanto os personagens selecionados estariam aprisionados pelas questões de seu tempo. No livro, ele concedeu certo perdão à maioria dos autores pelos erros cometidos, uma vez que as condições objetivas do tempo em que escreveram não permitiriam que eles pensassem diferente. Observa-se uma procura em destacar, inclusive, contribuições destes autores para o debate nacional.

Oliveira Viana, por outro lado, recebeu tratamento diferente. Passados os anos iniciais de elogios, Sodré passou a vê-lo não como intelectual a ser estudado, mas como adversário político cujas ideias ainda teriam influência. Oliveira Viana é encarado como um racista, cuja obra careceria de método histórico e sociológico e cujas descrições seriam imprecisamente explicadas via análise psicológica, cultural e não das condições materiais. O livro *Populações meridionais do Brasil* seria, para Nelson Werneck, mera expressão da ideologia colonial que serviria apenas para afagar leitores que a defenderiam. Haveria ainda, segundo Sodré, imprecisões de ordem geográfica: Oliveira Viana não teria conhecimento dos ambientes nos quais ele busca condicionar os tipos sociais que descreve; suas fontes são precárias e os sociólogos a que recorre na sua época, superados.

A opinião de Sodré em 1961 é radicalmente distinta daquela que apresentava no início dos anos 40, especialmente em *Orientações do Pensamento brasileiro*, obra na qual dedica um capítulo exclusivamente ao elogio do intelectual fluminense. Ele teria feito um estudo materialista do Brasil, partindo de referências como Feri e Garofalo. A partir dos estudos de psicologia social (Le Play, Demolin e Gabriel Tarde), o sociólogo teria entendido que os homens seriam formados no presente a partir do passado, que viveria no subconsciente de todos.

Desse modo, se em 1961 *Populações meridionais do Brasil* é um livro que expressaria a ideologia do colonialismo e uma visão equivocada sobre o Brasil, vinte anos antes ele foi classificado como

27 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: teses sobre Feuerbach. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

28 SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.

29 SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963

“[...] um dos livros básicos para os estudos nacionais, marca o início duma curiosidade mais objetiva pelas nossas cousas”<sup>30</sup>. Em 1942 o livro de Oliveira Viana tinha para Nelson Werneck “[...] uma função de divisor de águas”<sup>31</sup>.

A mudança da avaliação sobre Oliveira Viana, assim como as mudanças epistemológicas das análises de Nelson Werneck, serão estudos a ser melhor desenvolvidos no decorrer da pesquisa. Ela nos parece indício da transição de ênfase em uma literatura nacional (e nacionalista) para o marxismo como linguagem universal a ser cruzada com as realidades locais. Pretendemos verificar se o juízo sobre Oliveira Viana muda na mesma proporção em que a preocupação de Sodré deixa de ser a busca pela nacionalidade em sentido mais cultural para ser a da superação do colonialismo em uma chave não apenas nacionalista, mas marxista.

---

30 SODRÉ, Nelson Werneck. Orientações do Pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942. p. 73.

31 SODRÉ, Nelson Werneck. Orientações do Pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942. p. 73

## José Rodrigues da Costa e sua tipografia: poder e laços de sociabilidade<sup>1</sup>

Thayná Cavalcanti Peixoto

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

thaynacpeixoto@gmail.com

### Resumo

José Rodrigues da Costa, natural da província da Parahyba do Norte, assim que completou seus estudos primários se iniciou nos afazeres da arte tipográfica. Em seguida, se aperfeiçoou e trabalhou em outras províncias do império e, no retorno à sua terra natal estabeleceu a Typographia de José Rodrigues da Costa, a qual, entre os anos de 1848 a 1862, imprimiu sucessivamente relatórios dos presidentes de província, além de uma média de 12 jornais e seis escritos de autores paraibanos, além de outros gêneros impressos entre 1848 a 1866 (ano de seu falecimento). Este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de José Rodrigues da Costa enquanto um importante produtor e difusor da cultura impressa na capital da Província da Parahyba do Norte entre os anos de 1848 e 1866. Tendo em vista que ao longo do período supracitado, o tipógrafo se tornou quase que o único editor dos documentos oficiais do governo provincial, chancela que conseguiu por meio de relações estabelecidas com personagens políticos influentes à época, é que se pretende adicionar as noções de culturas políticas e redes de sociabilidade, para identificar como as relações sociais estabelecidas pelo tipógrafo influenciaram na construção do que era ou não publicado. Para tanto, a pesquisa baseia-se em um amplo conjunto de fontes, composto em sua maioria pelos jornais e escritos identificados que foram impressos em sua oficina, bem como pelos indícios apontados por Eduardo Martins no livro intitulado *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* (1978), que é referência sobre a trajetória deste estabelecimento. Foi possível observar que, além do estabelecimento comercial, o tipógrafo também circulou por outros espaços de sociabilidade, cuja agenda interferiu na construção de laços que foram essenciais para sua longa permanência no mercado de impressão na capital. Em consequência da criação e ampliação desses laços sociais, José Rodrigues da Costa chegou ao ápice de sua atuação enquanto um intermediário da cultura impressa, quando lançou, em 1862, um jornal de sua propriedade, *O Publicador*, um periódico de publicação diária que se tornaria um dos mais duradouros jornais da Paraíba no período imperial.

**Palavras-chave:** Tipógrafo, imprensa; sociabilidades; Parahyba do Norte.

1 Este trabalho contém questões e problemáticas que foram discutidas em PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

Nos prelos da Tipografia de José Rodrigues da Costa foram impressos, sucessivamente, entre os anos de 1848 a 1862 uma grande quantidade de documentos do governo, alguns escritos de autores da província, como também uma média de 12 jornais que circularam na capital, sendo *O Publicador* (1862-1886), o mais conhecido deles, que além de ter sido de sua propriedade, também foi um dos mais duradouros do período imperial da província. Para, além disso, o tipógrafo José Rodrigues da Costa “costuma entrar na história da imprensa da Paraíba, porque foi da sua tipografia, herdada por seus filhos após a sua morte, que surgiu o jornal oficial da Paraíba, *A União*, Órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, em 1892”<sup>2</sup>, jornal este que circula até os dias atuais.

Desta forma, este trabalho pretende explicitar, brevemente, a trajetória de José Rodrigues da Costa enquanto um protagonista da produção e difusão da cultura escrita na província da Parahyba do Norte entre os anos de 1848-1866. Para tal análise, estou considerando José Rodrigues da Costa um *intermediário da cultura escrita*,<sup>3</sup> em consonância com os estudos desenvolvidos por Robert Darnton (2010)<sup>4</sup> e Roger Chartier<sup>5</sup> (2014). *Intermediários da literatura*, Para Darnton (2010), teriam sido as pessoas que desempenharam atividades de editores, tipógrafos, impressores, livreiros, distribuidores, ou seja, os que foram responsáveis tanto pela produção quanto pela difusão dos impressos. No caso de José Rodrigues da Costa me parece que ele que teria mediado a passagem da palavra manuscrita para a imprensa em gêneros não apenas literários, a exemplo de documentos e jornais de cunho oficial.

Nesse sentido, considero o tipógrafo um importante intermediário da cultura escrita, pois acredito que “[...] os tipógrafos e jornalistas do século XIX eram homens de letras, comprometidos com o saber, que reconheceram rapidamente o poder da imprensa e sua força na divulgação do conhecimento”<sup>6</sup>. Atrelados à essa noção, foi necessário acrescentar as noções de *culturas políticas*<sup>7</sup> e *redes de sociabilidade*<sup>8</sup>, para identificar se as relações sociais estabelecidas pelo tipógrafo influenciaram ou não sua permanência no mercado de impressão na capital.

2 BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa, 2009, p.52.

3 Estou considerando como a palavra escrita na sua forma impressa ou manuscrita (CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.43).

4 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette Mídia, Cultura e Revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

5 Considero que Roger Chartier ao longo dos anos se aprofundou nos estudos sobre as diversas relações estabelecidas entre os indivíduos com o mundo da palavra escrita, pelos processos de produção, transmissão e apropriação dos impressos.

6 Intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.206.

7 Compreendem-se as culturas políticas compartilhando da noção de Serge Berstein (1988), quando afirma que no mesmo espaço nacional é necessário privilegiar a “pluralidade das culturas políticas” (BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX & SIRINELLI (org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988, p. 354)., e também corrobora-se com a obra de Rodrigo Patto Motta (2014), quando as define como: “[...] um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2014, p.21).

8 De acordo com Jean-François Sirinelli (2003) as “redes”, se formam por meio de laços atados em torno de afinidades ideológicas e culturais formadas entre pessoas de um mesmo mundo, como a redação de uma revista, por exemplo. Já as sociabilidades, segundo Sirinelli (2003), são formadas majoritariamente por duas forças antagônicas, “pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebamham e a influência que exercem”, e pela força de exclusão que seriam as “posições tomadas, debates suscitados, e as cisões” (SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: *Por uma História Política*. RÉMOND, René (org). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p.249).

O nome de José Rodrigues da Costa não aparece uma só vez na historiografia sobre a imprensa paraibana, em textos de ampla circulação entre os estudiosos da temática, como: *A Imprensa na Parahyba* (1922), de Alcides Bezerra e *A Imprensa na Paraíba* (1962), de José Leal. Na obra de Antônio Serafim Rêgo Filho, *Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba* (1963), o tipógrafo e seus herdeiros foram mencionados rapidamente como “proprietários do jornal *O Publicador*”. Nesses estudos, ficou claro que, o intuito dos historiadores fora o de descrever os principais títulos e datas de circulação dos periódicos que circularam na Paraíba, tanto na capital quanto em outras cidades, algo característico da escrita histórica à época dos respectivos autores.

Contudo, em 1978 fora publicada por Eduardo Martins a obra *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* com a intenção de “[...] lembrar aos estudiosos da história da imprensa um dos vultos mais destacados do nosso passado jornalístico e editorial [...]”<sup>9</sup>. Neste livro, o autor descreveu a trajetória da tipografia desde a sua fundação por José Rodrigues da Costa, passando pela transição sob a direção de seus herdeiros até sua inteira dissolução em 1892. Foi a partir desta obra que ficou conhecida a trajetória do “[...] português José Rodrigues da Costa [...]”<sup>10</sup>, que, em 1834, instalava aquela que viria a ser a primeira tipografia de iniciativa privada na capital da província, então Cidade da Parahyba, à Rua Direita, nº 2<sup>11</sup>. Segundo o mesmo autor, a abertura deste estabelecimento ocorreu após o tipógrafo ter arrematado a tipografia do jornal *O Cruzeiro*, na cidade de Recife, do qual havia feito parte da equipe gráfica, assim como também teria trabalhado na impressão do periódico, *Correio da Paraíba*, que o levou a supor o estado de escassez dos estabelecimentos tipográficos na capital da província Parahyba do Norte, decidindo, então, por instalar uma oficina na capital paraibana. Entretanto, tendo em vista que o peso da instituição histórica e o *lugar social* dos indivíduos refletem no discurso do historiador e considerando que Martins (1978) foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, torna-se compreensível que sua narrativa de cunho descritivo e, muitas vezes, despreocupada em indicar aos leitores a localização dos documentos, pertence às regras e práticas forjadas e impostas pelos interesses desta instituição à sua época. Logo, por não ter conhecimento e nem acesso aos mesmos documentos utilizados por Martins (1978), em relação às afirmações reverberadas pelo autor, resolvi encarar o desafio de trilhar outros caminhos e fontes<sup>12</sup> que me dessem mais sustentação para analisar a atuação de José Rodrigues da Costa enquanto tipógrafo na capital da província entre os anos de 1848 a 1866.

9 MARTINS, Eduardo. *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*. Governo do Estado da Paraíba, 1978, p.13.

10 MARTINS, Eduardo. *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*. Governo do Estado da Paraíba, 1978, p. 21.

11 MARTINS, Eduardo. *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*. Governo do Estado da Paraíba, 1978, p. 21-23.

12 Meu *corpus* documental foi constituído pelos seguintes acervos: os digitais como o da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional ([www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)) e o site *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19* (<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>), onde consegui localizar alguns dos impressos da tipografia de José Rodrigues da Costa; pelo Arquivo Privado Maurílio de Almeida, que foi essencial para a descoberta de jornais, livros, relatórios e coleção de leis da província da Parahyba do Norte; Banco de Dados dos Assentos de Batismo dos anos de 1833 a 1866 do Arquivo Eclesiástico (AEPB), e do Acervo do Cartório Monteiro da Franca, localizei o processo de *Autoamento de uma petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa, de 1873*.



Para tanto, baseado no impresso mais antigo<sup>13</sup>, referente a 1848 que consegui localizar, publicado em sua tipografia, presente no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, encontra-se a razão do recorte inicial desta pesquisa, e, finalizo minha análise no ano de 1866, pois foi quando um repentino mal estar tirou a vida do tipógrafo. E, assim, em busca por documentos que pudessem me trazer informações mais palpáveis em relação à origem do tipógrafo, localizei no jornal *O Publicador* que José Rodrigues da Costa, havia nascido no dia 12 de outubro de 1811, na província da Parahyba do Norte<sup>14</sup>. Era o que dizia a nota póstuma escrita em sua homenagem, no exemplar de 12 de novembro de 1866 do jornal *O Publicador*, quatro dias depois do seu falecimento. Ainda de acordo com essa redação, José Rodrigues da Costa teria se inserido no fazer da *arte typographica* após completar seus estudos primários. Angariando os seus “primeiros e fracos recursos, que poudé obter de seu trabalho e economia”<sup>15</sup>, ele teria decidido aprofundar seus conhecimentos técnicos em Pernambuco. Entretanto, a escola tipográfica da província vizinha ainda “não lhe pareceu o bastante a conseguir o aperfeiçoamento, que desejava, e partio para o Rio de Janeiro”<sup>16</sup> onde trabalhou, aprimorou suas técnicas gráficas, “e tornou-se um artista tão perito”<sup>17</sup> publicando impressos em uma tipografia própria. Entretanto, “O amor da pátria, a saudade de sua velha mãe, o chamaram a esta província, onde ele estabeleceu uma pequena e modesta oficina [...]”<sup>18</sup>, esta que foi a *Typographia de José Rodrigues da Costa*, em que esteve à frente até seus recém-completados 55 anos de idade, já que, a oito de novembro do ano de 1866 uma grave *apoplexia*<sup>19</sup> fulminante tirou todos os seus sentidos e sua vida. Ainda neste mesmo exemplar, na última página da seção intitulada *Obituário* consta que foi sepultado no *cemitério público*<sup>20</sup> da capital no dia 9 de novembro de 1866, “José Rodrigues da Costa, 55 annos, solteiro, Parahybano; apoplexia”<sup>21</sup>.

Logo, na tentativa de seguir essa pista sobre as origens de José Rodrigues da Costa foi explorado o Arquivo da Santa de Misericórdia, na tentativa de localizar o seu registro de óbito, já que havia sido sepultado no cemitério público da capital, este que à época estava sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Quando foi possível localizá-lo como um dos integrantes desta

13 *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Província da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847*. SILVA, Francisco Pereira da. Typographia de José Rodrigues da Costa, 1848.

14 Utilizarei a nomenclatura da época, portanto, quando me reporto à Província da Parahyba do Norte, refiro-me ao atual Estado da Paraíba e ao mencionar Cidade da Parahyba estou me referindo à capital, atual João Pessoa.

15 *O Publicador*, 12 novembro de 1866, nº1252, p.1.

16 *O Publicador*, 12 novembro de 1866, nº1252, p.1.

17 *O Publicador*, 12 novembro de 1866, nº1252, p.1.

18 *O Publicador*, 12 novembro de 1866, nº1252, p.1.

19 **Apoplexia**. Privação repentina do uso dos sentidos e movimento PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

20 O primeiro cemitério da capital foi construído em 1855, “porém desde 1850 que já havia uma aprovação da Assembleia para a criação do cemitério na cidade da Paraíba” (MARIANO, Serioja R. C.; MARIANO, Nayana R.C. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. v. 9, ano IX, n. 3, p. 1-20, set./ out./ nov./ dez. 2012, p. 14). De acordo com Nereida Silva, “o cemitério público da capital não foi o primeiro da Paraíba construído tendo-lhe precedido o de Piancó, no alto sertão” (SILVA, Nereida Soares Martins. Santa Casa dos mortos: Ritos fúnebres, misericórdia e relações de poder na Paraíba oitocentista. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES/XV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, *Anais Eletrônicos*, Florianópolis: ABHR, 2016, p.7.

21 *O Publicador*, 12 novembro de 1866, nº1252, p.1.



instituição, tendo ingressado para a Irmandade da Misericórdia, no dia 6 de março de 1853 aos 41 anos de idade, sob o estado civil de solteiro, de nacionalidade brasileira e naturalidade da província da *Parahyba do Norte*, por profissão descrita como *commercio*, tendo efetuado o pagamento de uma *joia* de entrada na quantia de 5\$000 réis, e, logo abaixo de seu nome constava: *Nomeado Definidor no ano Compromissal de 1856 e Falleceu a 8 de novembro de 1866*<sup>22</sup>. Partindo dessa fonte presente no Arquivo da Santa Casa e das informações contidas na nota póstuma de seu jornal, inferi, desta forma, que o tipógrafo era mesmo natural da província da Parahyba do Norte, e não *português* como havia afirmado Eduardo Martins (1978). Em relação à trajetória anterior à instalação da tipografia de José Rodrigues da Costa na Cidade da Parahyba, até o momento, não foram localizados documentos referentes às suas vivências em outras cidades. Mesmo o tipógrafo tendo falecido sob a o estado de solteiro, pelos indícios presentes na obra de Martins (1978) sabia-se que José R. da Costa possuía uma companheira e filhos, pois a tipografia passaria, após a sua morte, a se intitular dos *berdeiros de José R. da Costa*. Sendo assim, por meio da fonte cartorial catalogada no Acervo do Cartório Monteiro da Franca, pelo documento intitulado de *Autoamento de uma Petição da tutora Joanna Maria do Rosario Costa*, do ano de 1873. E, a partir do cruzamento dos dados contidos nesse processo cartorial juntamente com informações identificadas no Banco de Dados dos Assentos de Batismo foi possível construir algumas inferências sobre o núcleo familiar<sup>23</sup> do tipógrafo.

Nos autos do processo *de tutoria*, dona *Joanna Maria do Rosario Costa*, em 1873 anexou dois pedidos das certidões de batismos das duas primeiras filhas, Calecina e Elysia, ao então Vigário da Matriz de Nossa Senhora das Neves. Por meio destes registros<sup>24</sup> de batismos por escrito continha que Calecina nasceu em 22 de março de 1847 sob a condição de escravizada e que foi libertada no dia seguinte pela senhora Maria Francisca do Espirito Santo, também dona de sua mãe Joanna, segundo consta a carta de alforria que foi apresentada no momento do batismo da criança, 17 dias após sua libertação. Desta maneira, ficou explícito que tanto a primeira filha do casal quanto a própria mãe Joanna tiveram a condição de escravizadas. Segundo o registro de Calecina consta que foi apresentada uma carta de alforria, carta esta que não foi possível localizar até o momento.

No momento do batismo<sup>25</sup> de sua segunda filha, em 1850, Elysia, descrita como parda e filha natural da mãe Joanna Maria do Rosario, fica notório que nesse momento, a mãe, Joana incorporou *Maria do Rosario* ao seu nome, o que leva-se a pensar que ela teria alcançado sua liberdade entre os anos de 1847 a 1852, já que “os cativos recebiam prenomes, mas não sobrenomes (esta prática foi uma característica da escravidão luso-brasileira e acabava por diferenciar escravos de livres)”<sup>26</sup>. O nome completo pode ser um sinal de que Joana estaria sob a condição de libertada e

22 *Livro dos Irmãos da Misericórdia*, 1872, Arquivo da Santa Casa de Misericórdia.

23 Para informações mais detalhadas do percurso de análise acerca da família do tipógrafo, ver PEIXOTO (2017).

24 Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 13 março de 1873.

25 Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba 13 mar. 1873.

26 CUNHA, Máisa Faleiros da. Práticas de nomeação entre escravos. In: X CONGRESO ASOCIACIÓN DE DE-

de que, possivelmente, escolheu esse sobrenome em homenagem a “Nossa Senhora do Rosário, protetora de muitos negros”<sup>27</sup>. Infelizmente, o ano e a forma como Joana Maria do Rosário atingiu sua liberdade não podem ser indicados, pois até o momento não foi possível localizar nenhum documento em relação à mesma. Após pesquisas tanto no documento cartorial, quanto nos assentos de batismo, ainda foi possível localizar uma nota, publicada pela própria Joanna, companheira do tipógrafo, no jornal *O Publicador*:

Joanna Maria do Rosario, mãe dos menores: **Callecina Rodrigues da Costa, Elysia dos Anjos Rodrigues da Costa, José Rodrigues da Costa Junior, Francisca Maria do Espirito Santo Costa, Francisco Rodrigues Godinho, Julia Austriberta Rodrigues da Costa e Joanna Ignacia Rodrigues da Costa**, declara a quem interessar possa, que, por haver outras pessoas de nome igual ao da anunciante, e para prevenir qualquer dúvida que para o futuro se possa dar, assignar-se- há d’ora avante **Joanna Maria do Rosario Costa**. Parahyba do Norte, 5 de outubro de 1866.<sup>28</sup> (grifos meus).

A partir deste anúncio Joanna esclareceu qualquer dúvida sobre o matrimônio com o tipógrafo, já que, para não ser confundida com outras *Joannas*, resolveu adotar, daquele momento em diante, o nome de seu companheiro. Sendo assim, os dois não se casaram perante a igreja para que a mesma tivesse adicionado *Costa* ao nome, mas mostrou que possuía sim uma relação sólida com o tipógrafo por adotar o sobrenome de seu companheiro e pai de seus filhos. Dos sete filhos descritos neste extrato, foi possível identificar todos os assentos de batismos exceto o de *Francisco Rodrigues Godinho*, e a partir da análise desses registros consegui identificar que dos seis padrinhos dos filhos de José Rodrigues da Costa com sua companheira Joanna Maria do Rosário, três dos padrinhos possuíam patente militar, além disso, um médico, um padre e um comerciante.

Com isso, percebeu-se que a utilização das relações de compadrio foi “sem sombra de dúvida, um poderoso mecanismo de ampliação das redes clientelares”<sup>29</sup>, sendo assim, acreditou-se que José Rodrigues da Costa e sua companheira se utilizaram dos artifícios culturais e políticos à época para escolheram os padrinhos de seus filhos, principalmente, por estarem inseridos na lógica social escravagista e hierárquica, o que fica nítido pelo perfil social dos padrinho em que três dos padrinhos possuíam patentes militares, um deles era representante do clero, um comerciante e outro médico. Desta maneira, por meio do compadrio, compreendeu-se que a relação que o tipógrafo estabeleceu com a sociedade na qual viveu, foi marcada por “redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor”<sup>30</sup>.

---

MOGRAFÍA HISTÓRICA, 2013, Albacete - Espanha. *Actas do X Congresso da Associação de Demografia Histórica*. Madrid - Espanha: ADEH/CCHS-CSIC, 2013. v. 10, p.2.

27 LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. 2010. 378f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, p.110.

28 *O Publicador*, 6 de outubro de 1866, nº1223, p. 4.

29 BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Padrinhos de Muitos Afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João del Rei, Séculos XVIII e XIX Simpósio Nacional de História –ANPUH XXII, *Anais Eletrônicos*, João Pessoa, 2003, p. 4.

30 MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). *Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 93-122,

Todavia, para compreender a inserção de José Rodrigues da Costa, enquanto tipógrafo, na capital, é preciso conhecer o cenário da imprensa no qual ele estava inscrito, já que as relações formais, informais e de sociabilidades se constituíram, muitas vezes, pelos espaços urbanos ao longo do século XIX<sup>31</sup>. Para tanto, foram localizados e analisados vinte e oito<sup>32</sup> títulos de periódicos entre as décadas de 1830 a 1860, e como consequência desta análise percebi algumas características desta conjuntura da imprensa na capital da província.

Desta maneira, por meio dos jornais analisados, foi possível inferir que a grande maioria saía de uma a duas vezes por semana, exceto *O Publicador*, lançado em 1862 por José Rodrigues da Costa, que era de publicação diária. Em relação aos jornais da província da Parahyba analisados observou-se que geralmente estes possuíam quatro páginas e normalmente finalizavam com a seção *anúncios* ou *avizos*, mas em alguns jornais também se encontrou a seção de “*correspondência*”. Adicionado a isso, também é possível inferir que os periódicos, em sua maioria, “Poderiam ser comprados no próprio local de impressão [...] Algumas folhas utilizaram espaços consolidados de comércio, como lojas, tabernas e boticas”<sup>33</sup>. Além dessas características, foi possível perceber a pouca variação no preço dos jornais, vendidos em uma média de 80 a 100 réis, entre 1830 e 1840, e de 100 a 200 réis nas décadas de 1850 e 1860, o que tornou os periódicos, de certa maneira, acessíveis perante a sociedade imperial.

Desde os primórdios da imprensa paraibana se observa a predominância dos espaços de produção da palavra impressa na Rua Direita (atual Duque de Caxias) e, após análises dos jornais localizados, percebi que outras ruas também tiveram este protagonismo, como a Rua Nova (Av. General Osório), a Rua das Trincheiras, a Rua da Baixa (atual trecho entre a Igreja da Misericórdia e a Rua Guedes Pereira) e a Rua da Areia, além do aparecimento da Rua das Convertidas (atual Av. Maciel Pinheiro) na década de 1860. Tanto na parte alta da cidade, constituída por ruas como a Rua Direita, Nova, das Trincheiras e da Baixa, como na parte baixa, Rua da Areia e Convertidas, percebe-se que a imprensa circulou nas duas partes mais importantes da capital da província paraibana. A Rua Direita, que abarcou a tipografia de José Rodrigues da Costa por três diferentes casas – de número 8, 6 e 20 –, possuía a concentração de parte dos sobrados de ar senhorial, levando a crer que muitas das pessoas pertencentes às elites moravam, ou possuíam casas nesta importante rua. Desta maneira, o tipógrafo soube escolher muito bem a localização de seu estabelecimento, pois ao que parece, fora este um ponto que contribuíra ainda mais para a reputação de sua tipografia. Além disso, gostaria de destacar que identifiquei no jornal *O Publicador*<sup>15</sup>, um extrato sobre a *Collecta da décima urbana*<sup>16</sup> dos anos de 1864 e 1866 em Simplício Narciso de Carvalho, padrinho de uma das

---

2007, p. 95.

31 MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

32 Para mais informações ver PEIXOTO (2017).

33 MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p.127.

filhas de José Rodrigues da Costa, era o proprietário da casa de número 20 na Rua Direita, que abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa dos anos de 1856 a 1858 e de 1862 a 1866, indicando que as relações de compadrio também influenciaram sua ação enquanto tipógrafo.

Voltando o olhar para o universo do que foi impresso na tipografia de José Rodrigues da Costa, foi possível identificar a publicação de relatórios, falas e exposições de presidentes e vice-presidentes de província, sucessivamente de 1848-182 e em 1864. Além destes documentos a tipografia dele também fora responsável pela impressão de algumas *Collecções de Leis Provinciais*, publicadas entre os anos de 1848 a 1865, totalizando dezesseis impressões, sendo as de 1841 e 1844 reimpressas em 1862. Também foram impressos, uma média 12 jornais entre os anos de 1849 a 1866, nos quais em 1849 foram publicados *O Espreitador*, *Correio Oficial Paralybano* e *A Ordem*; no ano de 1850 *o Alva* e *O Governista Paralybano*; em 1853 *o Jornal da Assembléa Legislativa Provincial da Paralyba*; em 1854 o jornal *A Matraca*; *O Paralybano em 1855*; no ano de 1856, *A Epocha*; em 1860, *O Imparcial*; em 1861 *o Diário da Paralyba*, e em 1862 o jornal *O Publicador*. Dos doze periódicos descritos apenas *A Ordem* não se encontra na lista dos impressos elaborada por Martins (1978) em sua obra. E, os únicos que não foram localizados até o momento foram *O Espreitador* e *A Matraca*. Para além desses, saíram dos prelos de sua tipografia uma média de sete escritos de autores paraibanos, com os seguintes títulos: *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva* (1848); *Lições de Rethorica* por Manoel Caetano Vellozo (1849); *Ensaio para a estatística da provincia da Paralyba do Norte. Parte I*, de Francisco Pereira da Silva (1850); *Vida e Poezias do Capitam-Mor Francisco Xavier Monteiro da Franca* (1854); *A Pagina um Album ou Algumas Horas de Descanço de Um Empregado de Fazenda por Hum Piaulyense Official da Secretaria da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Paralyba* (1861); *Instruções Sanitarias Populares por Dr. Antonio da Cruz Cordeiro* (1862); *Mosaico: Poesias traduzidas* de Joaquim Maria Serra Sobrinho (1865). Sendo assim, percebeu-se que havia entre elas uma quantidade expressiva de documentos referentes ao poder provincial sob a responsabilidade do tipógrafo de editar e publicar, independente do partido dos governantes, pois já que a província paraibana não possuía uma imprensa dita oficial, dependia das tipografias e jornais existentes para publicar seus atos, assim como a imprensa também dependia de contratos com o governo, publicando despachos e expedientes. Desta maneira, percebe-se a existência de uma relação de dupla dependência, situação esta já alertada por José Murilo de Carvalho (2008), quando afirmou que a imprensa “não constituía poder independente do governo e da organização partidária”<sup>34</sup>.

Em 1862, acredita-se que José Rodrigues da Costa atingiu o ápice de sua atuação como intermediário da cultura escrita, lançando *O Publicador*, este que foi o primeiro jornal de impressão diária na província<sup>35</sup>, além de ter sido, durante o período imperial, um dos mais duradouros, pois circulou de 1862 até o ano de 1886. Ao longo do ano de 1862, por meio de análise dos números, foi possível perceber que o conteúdo do jornal estava disposto por duas colunas e por algumas seções

34 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 54.

35 MARTINS, Eduardo. *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*. Governo do Estado da Paraíba, 1978, p.174.

fixas como *Parte Oficial*, *Registro Noticioso* e *Annuncios*. Em 1864, o continuou sendo estruturado em quatro páginas e também ao longo dos outros anos, mas, passou a ser dividido em três colunas, ao invés de duas. Assim como em 1862, entre o período de 1864 a 1866, em suas primeiras duas páginas, vinham notícias de cunho oficial, intitulada de *Parte Oficial*. Alguns exemplares traziam, entre a terceira e quarta página, seções intituladas de *Variedades*, *Miscellanea* e *Litteratura* (folhetins, crônicas e notícias diversas) e sempre na última página a seção de *Annuncios*, estes que tanto podiam tomar apenas o final da página, como a última página por inteiro, a depender de seu conteúdo.

Em pesquisas nas páginas de *O Publicador*, consegui identificar algumas pessoas que auxiliaram José Rodrigues da Costa na publicação de seu jornal, sendo eles: dois tipógrafos, João Francisco Soares e José Eduardo da Silva Pinto; Padre Lindolfo José Correa das Neves fora Redator além de Lindolfo Malaquias do Rosario, que era o cobrador, o responsável por receber tanto o pagamento das assinaturas quanto as publicações dos leitores. Portanto, apenas posso afirmar que, de fato, esses quatro homens trabalharam na tipografia de José Rodrigues da Costa, mas devido à prática do anonimato adotado nas páginas do jornal *O Publicador*, não posso garantir quem foram os outros possíveis redatores. Portanto, a tipografia de José R. da Costa estivera dentro do processo de circulação da cultura letrada por vários motivos aqui apresentados, pelas notícias sobre a província, a Corte e outras localidades do mundo nas páginas de seus impressos, pelos romances, folhetins e crônicas presentes nos impressos que publicara e, principalmente, por ofertar materiais que estavam diretamente ligados ao mundo da leitura, escrita e da instrução.

### Considerações Finais

José Rodrigues da Costa, enquanto tipógrafo esteve marcado nas páginas da historiografia por ter sido o proprietário tanto de uma tipografia quanto de um dos jornais mais duradouros do período imperial na província paraibana. Foi por meio da obra de Eduardo Martins (1978) que o tipógrafo ganhou um breve destaque, mas que permaneceu nas sombras da trajetória de sua tipografia que continuou sob a direção de seus filhos. Desta forma, gostaria de reforçar a importância da obra de Martins (1978) para este trabalho, pois foi um ponto de partida fundamental para que eu seguisse os vestígios, inclusive buscando em outras fontes, que indicaram informações divergentes das que havia no livro de Martins (1978) como também possibilitaram acrescentar fatos que não foram sequer mencionados pelo autor. Dentre eles estão o fato de ter encontrado mais de um indício de que o tipógrafo era natural da Província paraibana, rompendo com a ideia de que um “português” teria sido o responsável por tanta credibilidade e qualidade no mundo da impressão em uma província brasileira; em relação à sua vida pessoal, foi possível perceber que o tipógrafo realmente tivera um relacionamento com dona Joanna Maria do Rosario, que possuía a condição de ex-escravizada, e de que o casal tivera sete filhos, não cinco, como se pensava até então. Também foi possível compreender que a Rua Direita, que abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa por três diferentes casas, também foi o endereço de oficinas tipográficas, como também dos mais variados espaços que contribuíram para a difusão das letras na capital.



## Imprensa e população negra livre no Rio de Janeiro (1830-1834)

Wellington Silva  
wrsdivmg@hotmail.com

### Resumo

Os debates ocorridos durante o período das regências foram profícuos no que tange à publicação de ideias e identidades de grupos específicos. Vemos surgir, na imprensa, uma série de periódicos destinados a públicos distintos da esfera pública agitada de então. Lançar um periódico era consolidar uma forma de atuação política no interior da sociedade. A liberdade de imprensa fez surgir no palco do teatro da política parcelas da população que viviam nas ruas da cidade e que, todavia, não alcançavam visibilidade política. Nesse conjunto de jornais que surgem na década de 1830 podemos observar uma crescente de títulos que apresentam matizes sociais e políticas típicas do período e da criação de sentimentos políticos compartilhados entre grupos específicos. Nesta comunicação, apresentaremos os traços principais de um modelo de imprensa criado no seio de parte da sociedade que despontava como agente político, a população negra livre, que vivia de uma maneira marginalizada na capital do Império e sofria com recorrentes ataques por parte da população que buscava a restauração e dos que se organizavam em traços políticos conservadores. A população negra livre, estava enredada em uma teia significativa que àquele período discutia a integração da cidadania no império brasileiro. A Constituição de 1824 assimilou de forma bastante ampla a ideia de cidadania dentro das perspectivas nacionais. Problematisando a constituição da cidadania no período regencial, esta comunicação pretende discutir a criação e a circulação das publicações periódicas *O Homem de Cor*, *O Lafuente*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*. Publicados na capital do Império do Brasil durante o ano de 1833. Estas publicações periódicas podem ser entendidas como tipo de imprensa específica, voltada para a defesa da cidadania universal dos homens livres. A preocupação principal dos periódicos era a luta pelos direitos civis e políticos apresentados em parte na Constituição de 1824. Nosso objetivo principal é compreender o antirracismo e a luta contra o reconhecimento público da categoria de raça no Período da Regência.

**Palavras-chave:** Brasil Império, período das regências (1831-1840), imprensa cidadã, raça.

Por “imprensa cidadã”, Célia Maria Marinho de Azevedo (2005)<sup>1</sup> toma a produção periódica que se desenvolveu durante o ano de 1833 na cidade do Rio de Janeiro. Para a autora, podemos perceber uma “certa” revolução na palavra impressa que, naquele momento, iniciou um debate

1 AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da “raça”: anti racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 24, julho dezembro de 2005.



acalorado sobre a “questão racial” no império do Brasil. Explicamos as aspas: uma “certa” revolução está conectada à ideia que a imprensa periódica no Brasil passou a se preocupar com questões específicas de grupos sociais e, assim, a se posicionar em um jogo político apresentado por muitos historiadores como “teatro do jornalismo”. Já por “questão racial”, Azevedo pondera que ela não pode ser considerada como o mote principal desses pasquins. Embora contenham debates nos quais se evidenciam um desfavorecimento da população “de cor” na sociedade do Rio de Janeiro do oitocentos, os citados órgãos de imprensa estariam apenas momentaneamente preocupados com a questão racial, tendo como intenção primordial buscar um modelo de cidadania *desrracializada*. Isto é, eles estavam assentados em ideais liberais de – principalmente – igualdade de acesso para todos que podiam ser considerados cidadãos, a partir das definições da Constituição de 1824.

Dois anos após o episódio de 7 de abril, saía a público o primeiro periódico direcionado diretamente à população negra na corte regencial. O cenário era o da intensa agitação política em torno da democracia e de conflitos em torno da cidadania no Brasil. Esse periódico era *O Homem de Cor*, impresso na Tipografia Fluminense. Ele saiu em cinco números, entre os meses de setembro a novembro de 1833 e tinha o valor de 40 réis. Era um pasquim, ou seja, tinha uma intenção notoriamente panfletária de denúncia da situação da população negra livre no interior da sociedade do Rio de Janeiro naquele período. Seus números eram assinados anonimamente apenas por “o redator”.

A historiografia tem sublinhado que a produção desse periódico está de acordo com as propostas desenvolvidas pelo partido *exaltado*<sup>2</sup>. No cabeçalho do *Homem de Cor*, vê-se uma apresentação de um debate muito forte sobre a situação dos homens de cor no período da regência. De uma maneira esquemática, é apresentada, de um lado, uma coluna com um parágrafo da Constituição de 1824 e, do outro, uma fala do presidente da província de Pernambuco. No parágrafo 14, do artigo 179, da Constituição de 1824, que era apresentado no jornal, lia-se: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”. Já na fala de Manuel Zeferino dos Santos, proferida em 12 de junho de 1833, o presidente de Pernambuco dizia: “O Povo do Brasil é composto de Classes heterogêneas, e de balde as Leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma há de procurar, e tender a separar-se das outras, e eis um motivo a mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”<sup>3</sup>.

Manuel Zeferino dos Santos discursava sobre uma proposta apresentada na Corte e, com o receio de uma possível tomada de controle por parte dos “homens de cor” em importantes espaços políticos e públicos, sugeria uma forma eficaz de separação entre brancos e mulatos. O objetivo de Zeferino dos Santos era a instalação de obstáculos ao acesso aos cargos de importância pela classe mais numerosa, a “de cor”. Esse era o caso, por exemplo, da Guarda Nacional. Criada com a intenção de deter as revoltas *exaltadas*, os cargos mais elevados da Guarda poderiam ser ocupados pelos homens de cor, a classe mais numerosa e, portanto, ameaçadora.

2 MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 65.

3 *O Homem de Cor*. Rio de Janeiro, 1833. n. 1, v. 1.

A população negra era temida por ser numerosa. Durante a primeira metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro contou com um imenso contingente de escravizados e ainda uma expressiva quantidade de livres e libertos. Segundo visualização da cidade, composta principalmente por viajantes, é possível dizer que cerca de 2/3 da população era “de cor”. O sentimento era de medo em relação a uma revolta, tal como a que ocorreu no Haiti em 1791. Nesta comunicação é importante considerar o Rio de Janeiro como uma “cidade negra”, tal como apresentou Chalhoub:

Com efeito, os escravos, libertos e negros livres pobres da Corte haviam instituído uma cidade própria, arredia, alternativa, ao longo de décadas de luta contra a instituição da escravidão no século XIX. Esta cidade negra se fez através de movimentos e racionalidades cujo sentido fundamental, independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi inviabilizar a continuidade da instituição da escravidão na Corte<sup>4</sup>.

Tomando como ponto de partida os espaços de socialização da população negra oitocentista, principalmente a fração livre e liberta, Chalhoub constatou que o conflito entre posições diferentes envolvia uma grande discussão sobre a disputa de poder. Devemos considerar, no referido contexto, a construção de identidades sociais e a busca pelo reconhecimento da cidadania. Segundo Azevedo, o reconhecimento da cidadania estaria para além da divisão da sociedade por raças. Todavia, é importante perceber que a luta através da disputa racial foi um “recurso político momentâneo” para se alcançar uma “cidadania desracializada”<sup>5</sup>. Tomar esses jornais dessa maneira não diminui a qualidade do debate político apresentado em suas páginas, tampouco enfraquece a percepção de que eles carregam um traço importante para reconhecermos um primeiro combate a uma sociedade extremamente hierarquizada a partir de posturas fenotípicas. Além disso, o critério de origem étnica não pode ser tomado *a priori* como chave de interpretação desses periódicos. Segundo Ivana Lima: “A identidade étnica só existe quando construída, como ação política”<sup>6</sup>. Assim, devemos olhar para a “imprensa cidadã” como uma produção histórica e como tal compreendê-la no interior do discurso que produzia e da linguagem que mobilizava.

Os debates ocorridos durante o período das regências foram, portanto, profícuos no que tange à publicização de ideias e identidades de grupos específicos. Vemos surgir, na imprensa, uma série de periódicos destinados a públicos distintos da esfera pública agitada de então. Lançar um periódico era consolidar uma forma de atuação política no interior da sociedade. A liberdade de imprensa fez surgir no palco do teatro da política parcelas da população que viviam nas ruas da cidade e que, todavia, não alcançavam visibilidade política.

Ao lançar um olhar sobre a imprensa cidadã do século XIX, Azevedo aponta como sendo o momento inicial do antirracismo brasileiro, “época em que o termo ‘raça’ ainda estava longe de

4 CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

5 AZEVEDO. A recusa da “raça”, p. 303.

6 LIMA, Ivana Stolze. Com a palavra, a cidade mestiça. In: Mattos, Ilmar Rohloff de (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 167.

alcançar a sua ‘veracidade’ científica a ponto de petrificar-se em nossas mentes como uma realidade irrecusável, venha em sua versão mais dura”<sup>7</sup>. O nascimento de um discurso e de uma prática jornalística negra não disseminadora dos estigmas raciais e comprometida com o valor máximo republicano, que é a igualdade de direitos, é percebido na imprensa do século XIX e XX. Desde 1833, os jornais negros<sup>8</sup> afirmavam os direitos dos cidadãos brasileiros para ilustrar o grau de exclusão e discriminação que atingiam os descendentes de africanos. Os jornais da imprensa negra do século XIX foram a expressão real de que “os afro-brasileiros conseguiram formular uma fala própria e torná-la pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los”<sup>9</sup>. Estavam inseridos na luta contra o racismo, discriminação e preconceito racial no Brasil. O contexto de produção desses periódicos é totalmente propício para a compreensão da terminologia de raça, conforme apresentamos. O período regencial (1831-1840) foi um momento de intensa movimentação política, e nele principalmente dois pontos merecem destaque: 1) o estabelecimento da ideia de Nação brasileira através das múltiplas identidades, entre elas a do negro<sup>10</sup>. Ainda que o negro estivesse nesse período subjugado ao regime escravista, que não o reconhecia como integrante da sociedade, a parte livre da população negra existia enquanto “embranquecida” e conseguia lograr êxito em alguns empreendimentos, como os periódicos selecionados para nossa análise demonstram; 2) as publicações voltadas para a população negra debatiam, no interior das mais diversas disputas políticas, o lugar dos negros livres na sociedade brasileira<sup>11</sup>, embora elas continuem reforçando a posição dos escravos, como, por exemplo, ao apoiar a Constituição de 1824, que previa a escravidão como forma de regime de trabalho.

Nesse conjunto de jornais que surgem na década de 1830 podemos observar uma crescente de títulos que apresentam matizes sociais e políticas típicas do período e da criação de sentimentos políticos compartilhados entre grupos específicos. Nesta comunicação, apresentamos os traços principais de um modelo de imprensa criado no seio de parte da sociedade que despontava como agente político, a população negra livre, que vivia de uma maneira marginalizada na capital do Império e sofria com recorrentes ataques por parte da população que buscava a restauração e dos que se organizavam em traços políticos conservadores.

7 AZEVEDO. A recusa da “raça”, p. 303.

8 A historiografia tem se referido a este período reportando o surgimento de uma “imprensa mulata”, destacando seus intuítos nativistas em defesa da população mestiça e negra livre. Todavia, segundo AZEVEDO. A recusa da “raça”, p. 311, “ainda conhecemos pouco o conteúdo textual desta série de jornais cujos títulos são expressivos de um sentimento de autoafirmação racial e de uma vontade de se contrapor à tradicional hierarquia racial pública associada com a colonização portuguesa”. Sobre o conceito de imprensa mulata, ele é apresentado em FLEURY, Thomas. Race and social control in independent Brazil. Publicado no Journal of Latin American Studies, vol. 9, nº 2. 1977.

9 PINTO, Ana Flávia. De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899). 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

10 BARMAN, Roderick J. Brazil: the forging of a nation, 1798-1852. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

11 MOREL, Marco. O período das regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Perceber uma visão mais detida sobre a linguagem que era mobilizada pelos periódicos na década de 1830 representa, em alguma medida, escolher algumas palavras mais importantes e buscar traçar alguns apontamentos sobre elas. Algumas são notoriamente importantes, tais como, por exemplo, “brasileiro”. A utilização dessa palavra deve ser compreendida como sendo possuidora de um papel crucial para a identificação de um projeto político. Junte-se a ela algum adjetivo e é possível que se passe de *brasileiro nato* a *brasileiro adotivo*; ora se é um “filho da pátria”, ora se é apontado como um forasteiro que apoia a emancipação do Brasil. Da mesma maneira a palavra cidadão dotava-se de extrema complexidade. Ser cidadão estava definido e garantido na Constituição. Todavia, havia separações de início entre *cidadão ativos* e os *outros cidadãos*, que, por sua vez, podiam ser divididos em *povo* e *plebe*, cada um desses designativo compreendendo um modelo específico de “cidadão brasileiro”. A disputa pelo reconhecimento, nesse contexto, foi essencial para a imprensa cidadã.

Esse momento da história do Brasil é marcado por uma proeminência das cores dos brasileiros, e seus sentidos hierarquizantes herdados do Império português aparecem como eixo dos combates de muitos dos jornais e panfletos com orientação política liberal exaltada, marcando a emergência de uma linguagem racial da política. No interior dos embates travados no palco do teatro da política, os debates produzidos pelos pasquins que constituem objeto neste texto permitiam a certas camadas da população argumentar sobre o sentido que a condição de mestiço assumia, tomando-se como sendo a de verdadeiros brasileiros e, com isso, reforçando um caráter diferente do português, aqui associado à figura do colonizador.

No *Homem de Cor*, por exemplo, temos uma passagem que demonstra bem essa condição do mestiço, e ela surge como a busca da compreensão sobre os desdobramentos do sete de abril. A memória do sete de abril foi também alvo da disputa política, ora reconhecida como “gloriosa revolução”, ora reconhecida como “revolução regeneradora”. Entre os *exaltados*, é encarado como a grande questão que lhes foi inculcada pelos *moderados*. Seria interpretado como uma falsa aliança, falsas promessas de mudança que, no rearranjo político com a saída de d. Pedro I e a ascensão da Regência, pouco se efetivaram. O argumento da falsa mudança está inteiramente conectado com a possibilidade de busca de reivindicações específicas, como o caso dos “empregos nacionais” e a participação na Guarda Nacional. Segundo Lima, ela significava estatuto simbólico combinado à liberação do recrutamento obrigatório para outros corpos militares. Aliadas às questões específicas também se puderam notar questões mais amplas, tais como as que propunham um pacto federativo para a organização política do Estado. Ainda nesse contexto, os pasquins assumidamente *exaltados* chegam a questionar a proposta de união das raças para derrotar os “inimigos do Brasil”<sup>12</sup>. Vejamos essa passagem do Brasileiro Pardo:

[...] Os tais patriotas, daqueles tempos, gritavam contra os adotivos em todos os seus discursos, gazetas, conversações; e eu, pobre patinho, ia caindo no logro, e à semelhança do carneiro, seguia a direção dos então pastores: amigo do meu país, extremoso pelos princípios livres, e zeloso por o que eles então chamavam

12 LIMA. Com a palavra, a cidade mestiça, p. 13.

nacionalidade, já aborrecia os adotivos, e ainda que não fosse acostumado a chamar ninguém por alcunhas, contudo em vendo um adotivo quase que já estava na minha mão o deixar o de chamá-lo – maroto, marinheiro, chumbo, etc. – vieram as garrafadas, e eu fiquei doido de todo! O Melo Miranda, o Guerra, o Areias, e outros que tais que, segundo a fama, então se distinguiram, se eu os houvesse pilhado, não sei o que teria feito: os nossos Evaristos gritaram-nos em gazetas – sangue pede sangue – o caboclinho Republico berrava – mata chumbo – numa palavra, para encurtarmos razões, que todos sabem, a tal coisa de chumbo, maroto e marinheiro, levou as coisas ao ponto de D. Pedro abdicar<sup>13</sup>.

O *Brasileiro Pardo* pretende desconstruir tal união nacional, ou pensar em termos diferentes. Daí, junto a outros discursos, tematizar o preconceito racial, a relação entre critério social ou critério de cor ou raça.

A separação inerente às cores dos cidadãos mantinha-se, porém, agora, era usada contra os cidadãos com postura política *exaltada*. Usados como armas contra os *exaltados*, esses discursos mobilizados partem de panfletos com uma retórica conservadora e apelam diretamente para as designações dos homens livres de cor. Dessa maneira, e a partir de uma interiorização dessa parte da população, as denominações passam a designar características inerentes de um determinado tipo de “cidadão de cor”.

No *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, defensor de uma postura *moderada*, facilmente agredia-se qualquer oposição chamando-a de *caramuru*, ou *restaurador*. É o que ocorreu com o *Verdadeiro Patriota*, apelidado por ele de *Verdadeiro Caramuru*, ao afirmar que “O Fundador da Monarquia e Independência Brasileira foi obrigado por uma torpe sedição de tropa, e garotos, envolvidos até com negros de ganho, ou de Ele assinar a lei fundamental nas escolhas de seus ministros, ou de ser assassinado”. O contra-argumento de Evaristo foi o seguinte:

Sobre a insolência com que o V. Caramuru se exprime acerca da gente que teve parte na revolução de 7 de Abril, o que diremos, quando a imprudência e cegueira de alguns desses mesmos lhe insuflam a ousadia? As nossas tristes divisões têm dado aos escravos uma audácia que cairá por si mesma, logo que os liberais conheçam seus verdadeiros interesses e esqueçam intrigas miseráveis para se ocuparem com os destinos da pátria, e para tratarem de impedir que as influências retrógradas preponderem outra vez no país. Os negros de ganho não estavam no Campo da Honra na madrugada de 7 de Abril: nada tendo a ganhar numa ordem de coisas que só prometia liberdade, eles se escondiam assustados e receosos da vingança do povo que suas negridões tinham irritado. Era tal sua covardia que o rapaz de menos força e de condição mais humilde se atrevia a insulta lós em massa, sem que eles fossem ousados a dar mínima resposta. Só imploravam perdão e lastimavam o engano em que tinham vivido a respeito do ex-Monarca, que cobriam agora de injúrias e de baldões. Desses negros de ganho; conhecemos centos; mas nem um só podemos descobrir no Campo da Honra na célebre noite, que tanto os traspassou de medo<sup>14</sup>.

13 *Brasileiro Pardo*. Rio de Janeiro, 1833. vol. 1, p.1.

14 *AURORA FLUMINENSE*. Rio de Janeiro, 1830-1833, n. 791, p. 3368.

O cidadão de cor, que lutava pelos mesmos direitos constitucionais que os cidadãos brasileiros brancos, combatendo o tráfico negreiro e buscando desracializar a existência legal da escravidão no país, deveria se manter apenas em nome do direito de propriedade. “No Brasil não há mais que escravos e cidadãos”; “O título 2 da Constituição não distinguiu o roxo do amarelo, o vermelho do preto”; “no Brasil não há brancos, nem mulatos, há cidadãos brasileiros, ingênuos e libertos!”: essas são algumas das enfáticas declarações impressas nos jornais exaltados. Como o redator de *O Homem de Cor* deixa claro, o intento do presidente moderado daquela província era criar batalhões segundo “os quilates da cor” – um de “intitulados brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos”. Mas todos sabiam que a Constituição não distinguia os cidadãos, pois com ela as distinções ficavam por conta de seus talentos e méritos individuais. Por isso mesmo, cabia aos *exaltados* e também aos brancos não *moderados* unir-se em defesa da Constituição, pois agora “a balança” pendia “em favor das raças desprezadas bem que não desprezíveis”<sup>15</sup>.

---

15 O Homem de Cor. Rio de Janeiro, 1833. n. 1, v. 1.



## Justiça em primeira instância, provimento dos cargos judiciais e comunicação política em Mariana, Minas Gerais (1711-1750)

Mariane Alves Simões<sup>1</sup>  
marianehist@gmail.com

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a justiça em primeira instância na região de Mariana, Minas Gerais e seu aparato na primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, utilizaremos como fontes principais a documentação avulsa do Conselho Ultramarino referente a Minas Gerais, a documentação da câmara correspondente ao período delimitado e alguns documentos judiciais. A justiça em primeira instância ocorria nos quadros da Câmara através do desempenho do juiz ordinário ou de fora. Na região de Mariana o cargo de juiz ordinário foi criado em 1711, passando a ocorrer eleição de dois juízes como previsto nas Ordenações Filipinas. Os juízes ordinários atuaram nessa região até 1731, quando foi criado o cargo de juiz de fora. Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através dos processos de pelouros em mandatos de um ano, enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com o intuito de ser o suporte ao poder real nas colônias. O objetivo aqui é analisar principalmente o provimento dos cargos judiciais locais. Nesse sentido, nossa intenção é demonstrar a evolução do aparato judicial ao longo dos anos, nos atentando onde e como esses cargos eram providos. Desse modo, ao debruçarmos sobre a temática da justiça em primeira instância buscamos nos apropriar da noção de monarquia pluricontinental, cuja dinâmica governativa apoiava-se fundamentalmente na negociação entre o centro e suas conquistas, tentando apreender como se equilibravam as determinações régias e os usos e costumes de uma justiça local.

**Palavras-chave:** Justiça, Mariana, provimento, juízes.

O nosso objetivo aqui é apresentar algumas reflexões sobre a justiça em primeira instância na região de Mariana, Minas Gerais e seu aparato na primeira metade do século XVIII. A justiça em primeira instância ocorria nos quadros da Câmara através do desempenho do juiz ordinário ou de fora. Na região de Mariana o cargo de juiz ordinário foi criado em 1711, passando a ocorrer eleição de dois juízes como previsto nas Ordenações Filipinas. Aqui, priorizaremos um foco da pesquisa de

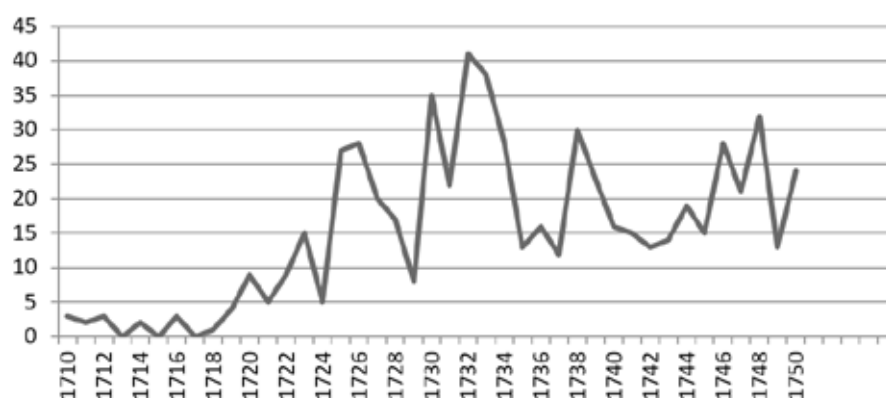
<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

doutorado, que é nos debruçarmos sobre comunicação política existente no Conselho Ultramarino referente a Minas Gerais e na documentação da Câmara, enfatizando os documentos que tratem da justiça local na região de Vila do Carmo/Mariana na primeira metade do XVIII e sua comarca e na correspondência emitida pelos indivíduos que atuaram como juízes ordinários e juízes de fora na região. Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através dos processos de pelouros em mandatos de um ano, enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados.

A comunicação que se estabelecia entre os moradores das Minas e as autoridades régias, nos possibilita ter acesso aos mecanismos que definiam assuntos referentes a execução da justiça local e aos indivíduos que ocupavam os cargos judiciais. Encontramos um número considerável de correspondências que perpassam a questão da justiça em primeira instância e seus agentes na comarca de Vila Rica do Ouro Preto na primeira metade do XVIII, basicamente 559 correspondências, que foram agrupadas em um banco de dados. Ainda selecionamos os documentos emitidos pelos indivíduos que atuaram como juízes ordinários (31) e juízes de fora na região (47). Nesse período, a circulação de cartas, requerimentos e petições no Conselho Ultramarino possibilitavam discussões sobre a execução da justiça e aos seus agentes em um canal de comunicação política com o reino. Essas correspondências demonstram um crescimento acentuado nas correspondências ao longo da primeira metade do século XVIII.

### Gráfico I

#### Correspondências do Conselho Ultramarino referentes a execução da justiça em primeira instância- Comarca de Vila Rica 1711-1750



Fonte: correspondências do AHU.

O gráfico acima demonstra que o número de correspondências referentes a justiça vai ser inexpressivo durante a primeira década da execução judicial, tendo um aumento significativo nas décadas seguintes. Percebemos que a década de 30 vai concentrar uma maior circulação de correspondências, atinente a criação do cargo de juiz de fora na câmara da região, que gerou novas demandas judiciais e necessidade de regulamentação do novo cargo. Os juízes de fora passam a atuar na região em 1731 em detrimento dos juízes ordinários.

O aumento da comunicação política referente a justiça local vai apresentar uma clara relação com a burocratização dos cargos da justiça. Nesse sentido, nossa intenção é demonstrar a evolução do aparato judicial ao longo dos anos, nos atentando onde e como esses cargos eram providos. No topo do aparato judicial em primeira instância estava o cargo de juiz ordinário ou o juiz de fora, seguido por outros agentes, como tabelião, meirinho, alcaide, porteiro, juiz de vintena, entre outros. Alguns cargos judiciais locais são providos ou prorrogados no Conselho Ultramarino, encontramos 142 correspondências referentes aos cargos judiciais em primeira instância. O maior número de correspondências nesse órgão referem-se ao cargo de tabelião (32) e o menor número ao cargo de juiz de vintena (1).

**Tabela 1**  
**Requerimentos, provisões e bilhetes dos cargos judiciais**  
**de Mariana no Conselho Ultramarino (1711-1750)**

Cargos	n	%
Tabelião	32	22,5
Meirinho das execuções	17	12
Inquiridor, contador e distribuidor	11	8
Meirinho do campo	8	5,5
Porteiro	8	5,5
Curador geral	6	4
Juiz de fora	4	3
Juiz de vintena	1	0,7
Escrivão do publico judicial e notas	4	3
Escrivão do meirinho das execuções	6	4
Escrivão do meirinho do campo	6	4
Escrivão das execuções	13	9
Escrivão dos órfãos	13	9
Escrivão	9	6,3
Escrivão da vara do alcaide	4	3
Total:	<b>142</b>	<b>%</b>

Fonte: correspondências do AHU.

Desse modo, buscamos partimos das análises qualitativas das correspondências, buscando reflexões que nos ajudem a entender os agentes da justiça no período delimitado. Segundo Pires o complexo modelo administrativo e de subministração da justiça no período colonial remonta aos fundamentos do Estado português, e o melhor entendimento sobre sua implantação e funcionamento nas Minas Gerais tem no estudo das provisões e ofícios instrumento indispensável de pesquisa<sup>2</sup>. De acordo com Russel Wood a análise do caráter estrutural da administração local no Império Português mostra que em um primeiro estágio há um acúmulo de funções, e posteriormente

2 PIRES, Maria do Carmo. O provimento da ordem. Dossiê 67. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p.67- 79, jul.-dez. 2006.

surge a necessidade de criar estruturas administrativas secundárias e dependentes da principal<sup>3</sup>. Segundo Monteiro e Consentino a dimensão corporativa da monarquia pluricontinental exprimia-se, em primeiro lugar, na própria natureza dos requerimentos coletivos e individuais<sup>4</sup>.

Em relação ao cargo de juiz ordinário e de juiz de fora, houve uma discussão em torno da atuação dos juizes ordinários, como ocorrerá em outras partes do Império Português desde o medievo. Essa contenda se concentrou na possibilidade da criação ou não do cargo de juiz de fora nessa localidade. Em maio de 1726, o governador capitão geral das Minas Dom Lourenço de Almeida, escreve uma carta ao rei alegando a necessidade de se criar o cargo de juiz de fora nas câmaras de Vila do Carmo e Vila Rica, “por se comporem estas duas vilas e seus termos de grande número de moradores, e por esta causa serem muitas as demandas e se padecerem de inumeras vexações nos juizes ordinários”<sup>5</sup>. Em consulta, o Conselho Ultramarino responde que faltam bacháreis para servir os lugares do Reino e que as “causas que la se movem não são de qualidade que as não podem resolver os juizes ordinários” e que ainda bastam os ouvidores dessas comarcas das Minas. No entanto, os argumentos usados pelo governador devem ter tido um peso importante na decisão das autoridades centrais de se criar o cargo de juiz de fora na região, pois sabemos que o cargo de juiz de fora foi criado ainda nesse ano de 1730, já que encontramos um lembrete dando conta da nomeação do bacharel Antonio Freira da Fonseca Osório para o lugar de juiz de fora da Vila<sup>6</sup>. Foi alegado ainda que ordenado do novo juiz “parece que sejam 400.000 réis e que estes sejam pagos pelas câmaras”<sup>7</sup>.

Em relação aos outros cargos que compunham o aparato judicial, alguns exemplos destacam, como as correspondências que perpassam o cargo de alcaide. Em 1712, o alcaide Domingos Fernandes Santiago foi provido pelos oficiais da Câmara em vereança<sup>8</sup>. O alcaide era nominalmente um oficial de justiça, sendo basicamente responsável por impor o cumprimento da lei ao nível local. Esses oficiais eram providos pelo período de três anos, como previsto nas ordenações. Os oficiais camarários também faziam provisão do escrivão de alcaide<sup>9</sup>.

O cargo de alcaide ilustra uma convenção interessante em relação ao seu provimento, já que no ano de 1726 os oficiais da câmara respondem a uma ordem régia no Conselho Ultramarino para não fazerem o provimento dos oficiais do alcaide e do seu escrivão, afirmando que “a Câmara

3 RUSSELL-WOOD, John. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural*. In: *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

4 R. FRAGOSO, João Luiz R.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico*. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

5 AHU-Minas Gerais, Caixa: 9, Doc: 32. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a criação do ofício de juiz de fora para a Vila Rica e para a Vila de Nossa Senhora do Carmo. Anexo: carta. Data: 21 de maio de 1726.

6 AHU-Minas Gerais, Cx: 17, doc: 01. Lembrete, dando conta da nomeação do bacharel Antônio Freire da Fonseca para o lugar de juiz de fora da Vila do Ribeirão do Carmo. Data: 01/07/1730.

7 AHU-Minas Gerais, Caixa: 9, Doc: 32. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a criação do ofício de juiz de fora para a Vila Rica e para a Vila de Nossa Senhora do Carmo. Anexo: carta. Data: 21 de maio de 1726.

8 Arquivo Público Mineiro – CMM 002.

9 RUSSELL-WOOD, John. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural*. In: *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

desta Vila pertence ao provimento dos ditos ofícios, tanto por assim o determinar a Ordenação do Reino, como por estar em posse de fazer os ditos provimentos desde a criação dela”. Nesse momento, os oficiais rogam “a Vossa Majestade que atendendo a lealdade com que os moradores dessa Vila sempre se empregaram no Real serviço, e no grande zelo com que sempre fizeram executar as reais ordens nos queira fazer mercê de nos conservar na posse de prover os ditos oficiais”, que eram providos pelo tempo de três anos<sup>10</sup>. Ainda no mesmo ano, o rei escreve uma carta direcionada a câmara de Mariana, onde relata que fora servido mandar que as câmaras dessas Minas não proovessem os ofícios de alcaide e seu escrivão como faziam desde sua criação. Apesar disso, o rei ordena que essa câmara continuasse na mesma posse do dito cargo “na forma da ordenação livro 1º, título 75, parágrafo 2, que se entende no respeito do alcaide e não pelo que pertence ao escrivão dele”<sup>11</sup>. As Ordenações Filipinas determinavam que “os juizes e vereadores, os homens bons, deveriam escolher um homem bom”<sup>12</sup> para ocupar o cargo e que a provisão deveria ser confirmado pela coroa. Percebemos pela análise das vereanças que os oficiais camarários continuaram a fazer provisão do cargo alcaide, mas deixaram de prover o seu escrivão, que passa a ser provido pelo Conselho Ultramarino.

A primeira correspondência referente ao cargo de inquiridor, distribuidor e contador é datada de 1723, onde Luís de Souza da Costa pede prorrogação por mais um ano e relata ter sido provido no cargo por tempo de um ano, e pede para “V. Majestade lhe faça mercê de mandar passar provisão por mais um ano para serventia do dito ofício”<sup>13</sup>. No ano seguinte o mesmo Manoel, pede outra prorrogação no cargo. No documento é relatado que o mesmo “tem servido com bom procedimento e aceitação daquele povo sem erros, como consta da certidão junta dos oficiais da câmara da mesma Vila”<sup>14</sup>. A provisão é concedida e fica o suplicante incubido de pagar os novos direitos.

No ano de 1723, Simão Neto de Carvalho, tabelião do judicial e notas e escrivão das execuções, solicita provisão na serventia do dito ofício pelo tempo que Sua Majestade quiser. No requerimento é relatado que o mesmo satisfazia “suas obrigações muito pontual e inteiramente e com igual satisfação dos governadores, ouvidores e povos”<sup>15</sup>.

10 AHU-Minas Gerais, cx. 8, doc. 84. CARTA dos oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, sobre a ordem régia de não poderem fazer o provimento dos oficiais do alcaide e do seu escrivão. Anexo: representação (2ª via). Data: 08 de junho de 1726.

11 Arquivo Público Mineiro, CMM 003, p.33.

12 Ordenações Filipinas, Livro 1, título 75: Dos alcaides pequenos das cidades e vilas.

13 AHU-Minas Gerais, cx: 4, doc: 53. Requerimento de Luís de Sousa da Costa, contador, inquiridor e distribuidor da Vila do Carmo, ao rei [D. João V], solicitando provisão por mais um ano na serventia do dito ofício. Data: 13 de agosto de 1723.

14 AHU-Minas Gerais, cx. 17, doc. 44. Requerimento de Manuel da Silva Leitão, distribuidor, contador e inquiridor da Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, solicitando a D. João V a mercê de o prorrogar no exercício do referido cargo. Data: 17 de novembro de 1730.

15 AHU-Minas Gerais, Cx: 04, doc: 64. Requerimento de Simão Nero de Carvalho, tabelião do Judicial e Notas e escrivão das Execuções da Vila de Nossa Senhora do Carmo, ao rei [D. João V], solicitando provisão na serventia do dito ofício pelo tempo que Sua Majestade quiser. Data: 17 de setembro de 1723.

O ofício de porteiro vai ser provido inicialmente em vereança. Mas, encontramos algumas correspondências no Conselho Ultramarino, referentes a provisão desse cargo. Encontramos, por exemplo, dois requerimentos de Jose Luis, nos anos de 1739 e 1740, pedindo prorrogação no cargo por um ano. No primeiro requerimento, Jose Luís, pede prorrogação por mais um ano no cargo e diz que “serviu muitos anos o ofício de porteiro do Conselho da mesma, primeiramente por nomeação da câmara, e depois por provimento dos governadores daquele estado”<sup>16</sup>. No segundo encontramos uma carta dos oficiais da Câmara, atentando para “o bom procedimento, limpeza de mãos e acolhimento as partes, guardando em muito segredo de justiça”<sup>17</sup>. A análise dos documentos judiciais, mais especificamente as ações cíveis, atestam o longo e importante período de atuação do suplicante como porteiro na região.

Destarte, percebemos o Conselho Ultramarino como espaço de provimento e prorrogação dos cargos judiciais em primeira instância, assim como um canal de comunicação entre os agentes locais e os poderes centrais. Análises qualitativas dessas correspondências e provisões podem fornecer aspectos importantes sobre os ritmos de provisão e dos agentes que formavam o aparato judicial local.

### Considerações finais

O objetivo aqui foi refletir sobre como a comunicação política pode ajudar a entender os mecanismos dos provimentos dos cargos judiciais locais e como esses agentes se comunicavam com o Conselho Ultramarino. Percebemos um crescimento das correspondências referentes a justiça e provisão dos cargos judiciais na primeira metade do século XVIII. Qualitativamente, as correspondências indicam o tempo de provisão e como os agentes judiciais se comunicavam com o centro, o que ditava muitas vezes o tempo de permanência no cargo, já que o Conselho deferiu uma série de prorrogações, sempre pautadas na “*boa satisfação e limpeza de mãos*”<sup>18</sup>, atentando para o cumprimento do “*seu regimento e a forma da lei*”<sup>19</sup>.

De acordo Maria do Carmo Pires os oficiais das periferias, no tocante ao cotidiano, participavam da “lógica oligárquica” da localidade e, ao mesmo tempo, negociavam com o centro<sup>20</sup>.

16 AHU-Minas Gerais, cx: 38, doc: 54. Requerimento de José Luís, solicitando Provisão, por um ano, para o Ofício de porteiro da Câmara de Vila do Carmo. Data: 23 de outubro de 1739.

17 AHU-Minas Gerais, cx: 40, doc: 07. Requerimento de José Luís Homem, porteiro dos Auditórios da Vila de Nossa Senhora do Carmo, solicitando a prorrogação de seu exercício no dito ofício, por mais um ano. Data: 03 de outubro de 1740.

18 AHU-Minas Gerais, Cx: 16, doc: 05. Requerimento de Simão Neto de Carvalho, tabelião do Público Judicial e Notas, da Vila de Nossa Senhora do Carmo, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar, por mais um ano, na serventia do referido ofício. Data: 07 de janeiro de 1730.

19 AHU-Minas Gerais, Cx: 16, doc: 05. Requerimento de Simão Neto de Carvalho, tabelião do Público Judicial e Notas, da Vila de Nossa Senhora do Carmo, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar, por mais um ano, na serventia do referido ofício. Data: 07 de janeiro de 1730.

20 PIRES, Maria do Carmo. O provimento da ordem. Dossiê 67. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p.67- 79, jul.-dez. 2006.



Para Fragoso o sistema se movimentava através da economia de mърces, ou seja, os elos de reciprocidades e dependências entre aqueles poderes punha em funcionamento a monarquia pluricontinental<sup>21</sup>. Desse modo, ao debruçarmos sobre à temática da justiça em primeira instância buscamos nos apropriar da noção de monarquia pluricontinental, cuja dinâmica governativa apoiava-se fundamentalmente na negociação entre o centro e suas conquistas, tentando apreender como se equilibravam as determinações régias e os usos e costumes de uma justiça local.

---

21 FRAGOSO, João Luiz. Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): Aparentamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, João Luiz R.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico*. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

## Uma ferrovia em disputa: o caso da Estrada de Ferro Leopoldina (1870-1898)

Walter Alves de Paula Neto  
Mestrando (UFJF)  
walttternetto@gmail.com

### Resumo

O modal ferroviário foi visto, durante a passagem dos séculos XIX e XX, como um modelo promissor para o avanço tecnológico no setor dos transportes. No Brasil, este tipo de transporte teve importância no processo de diminuição das distâncias entre os centros produtores de bens de exportação para os portos no litoral, facilitando a comunicação entre os sertões brasileiros e os portos no Rio de Janeiro e Santos, levando o “progresso” àquelas comunidades. Neste contexto, a Zona da Mata mineira se caracteriza como uma importante produtora de café no sudeste brasileiro, principalmente na porção sul da região, local de grande interesse para o surgimento de diversos caminhos ferroviários para o escoamento da produção. A *Estrada de Ferro Leopoldina* foi inaugurada em 1872, com o objetivo de conectar a Zona da Mata mineira ao ramal da *Estrada de Ferro Pedro II*, na divisa entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, facilitando a escoação do café produzido na região. Através desse trabalho é proposta a análise das relações estabelecidas entre as diversas personagens que atuaram na expansão dos ramais da companhia, como membros da sua diretoria e as lideranças políticas das localidades atendidas pelos trilhos da empresa, no caso em questão, as cidades de Leopoldina e Cataguases, e também políticos de outros níveis do poder imperial, discutindo questões sobre as relações de poder existentes entre estas personagens e o processo de expansão da malha ferroviária da *Leopoldina* pelo território da Zona da Mata. O recorte temporal do trabalho parte do período em que se inicia a discussão sobre os projetos ferroviários nos âmbitos políticos mineiros em meados 1870 e com a chegada da *Pedro II* em território mineiro, pela província do Rio de Janeiro em 1869 e se encerra em 1898, período marcado pelas diversas falências desta empresa, resultando na transformação da empresa em *Leopoldina Railway Company Limited*, no mesmo ano e mantida por capital britânico. Assim sendo, lançou-se mão de documentação oficial em diversos níveis do governo imperial, além do uso de periódicos, tanto da província mineira como da fluminense, que, em muitos casos, eram utilizados como divulgadores das disputas que marcavam o processo de expansão dos trilhos, a fim de levantar quais eram essas disputas e como tais ocorriam como desdobramento das demandas políticas locais ou regionais.

**Palavras-chave:** Estrada de ferro, Leopoldina, Zona da Mata, Minas Gerais.

Volta-Grande, Nove de Outubro. Uma inauguração de caminho de ferro, sendo festa atraente, como prova do progresso de um país, não deixa, contudo, de ser tarefa árdua, para quem tem de descrevê-la. [...] A partida para a festa devendo ter lugar, segundo diziam, às 5h e 40 minutos da manhã de ontem, só realizou-se as 6 e alguns minutos, à chegada do sr. Ministro da Agricultura. [...] Em São Cristóvão embarcou S. M. o Imperador. Vamos, pois, com Cesar e com sua fortuna. [...] Às 9 horas chegamos à Barra do Pirai. [...] Da Barra a Entre Rios, distância de 90 quilômetros, gastamos duas horas. Cada um desses 90 quilômetros, segundo os cálculos ultimamente produzidos pelo engenheiro Ewbank da Câmara, custou 42.000\$; os que seguem para diante alcançaram a cifra de 70.000\$, sempre para cada um. Para-se em Entre Rios. [...] A 1 hora e 20 minutos estávamos em Porto-Novo do Cunha. Na estação, uma banda de música estruge os ares com o hino nacional. Deixamos a linha de Pedro II, entramos nos carros da nova estrada. O Imperador, o ministro, os semanários da corte, o diretor da nova companhia, Dr. João Paulo de Mello Barreto, o da estrada de D. Pedro II, Dr. Sobragy, o engenheiro em chefe desta, Dr. Firmo de Mattos, o engenheiro fiscal Dr. Aranha, rodeiam o Imperador, que vai num carro aberto, embandeirado e na frente da própria máquina. [...] Às três horas chegávamos à Volta Grande. A câmara de Leopoldina nomeou ao Dr. José do Rezende Monteiro, para cumprimentar a S. M. Imperial. [...] No final do festim, o diretor da companhia ergueu um brinde a Sua Majestade. Aos lados do chefe do Estado sentaram-se os cavalheiros acima nomeados e mais os senhores conselheiros C. Ottoni, senador Firmino, conselheiro Homem de Mello e Dr. Monteiro de Barros. Ali pernoitou, e visitou pela manhã de hoje a fazenda do mesmo nome, pertencente ao Sr. José Rezende Monteiro. [...] Está, pois, inaugurada a Estrada de Ferro da Leopoldina. Invadiu-se o sertão daqueles lados. Está lançada à terra a miraculosa semente. Os frutos serão riquíssimos e abundantes. [...] Estrada da Leopoldina atende e satisfaz, no dizer de competentes e imparciais, as necessidades e as aspirações de um centro importante, igual no que mais importante seja e possa ser no país inteiro. [...] Ao concluir esta rápida e descolorida notícia, feita ao correr do vagão, no meio da poeira, fatigados em excesso, só temos a acrescentar a que fica – um brado de caloroso entusiasmo à bela província de Minas Gerais, e de louvar àqueles que tudo venceram para tornar realidade o que foi por muitos sofismado e desprestigiado, e por muito favor proclamando como uma utopia<sup>1</sup>.

O trecho apresentado é um excerto retirado do *Jornal do Comércio*, em 10 de Outubro de 1874, dois dias após a inauguração do primeiro trecho da *Estrada de Ferro Leopoldina*, depois de mais de dois anos desde a aprovação do estatuto da empresa pelo Decreto Imperial nº 4976, de 05 de Junho de 1872, no qual o governo imperial deu autorização à diretoria da empresa para iniciar o processo de venda das ações no mercado de valores no Rio de Janeiro, concluindo um processo iniciado ainda em 1870.

Na 42ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 24 de Setembro de 1870 é apresentado o projeto nº 120, pelo deputado, eleito pelo 3º distrito (que representava os votos da Zona da Mata), Horta Barbosa. O projeto tinha como tema principal a autorização, ao presidente da província, para contratar qualquer empresa ou companhia organizada para a construção de um ramal de estrada de ferro ligando Porto Novo do Cunha à Leopoldina,

<sup>1</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 de out. 1874, p. 03.

e, além disso, visava utilizar a verba antes definida pelo projeto nº 36, que será citado adiante<sup>2</sup>. Infelizmente o discurso proferido pelo deputado na defesa do projeto não está disponível e não foi encontrado durante a pesquisa, mas é de grande importância analisar alguns nomes que seguem vinculados ao projeto. O primeiro a aparecer é a do deputado Lucas Antônio Monteiro de Castro que, apesar de não ter sido eleito pelo distrito referente à Zona da Mata, possuía forte ligação com a cidade de Leopoldina, fazendo parte do clã, oriundo da região mineradora, que possuía na porção sul da Zona da Mata mais de 24 sesmarias, concentrada em apenas oito membros, que utilizavam da presença da família em altos escalões do governo para o acúmulo de terras na região cafeeira<sup>3</sup>.

Além do deputado que propôs o projeto, também acompanham os outros cinco deputados eleitos pelo 3º distrito: José Miguel de Siqueira, Américo da Silva e Oliveira, Theotônio de Miranda Lima, Feliciano Augusto de Oliveira Penna, Cândido Ignácio Ferreira Lopes. Essa união dos deputados eleitos pela região denotava a importância do projeto para a Zona da Mata, que via neste uma forma de auxiliar na expansão da estrutura de exportação da localidade.

Ao longo da década de 1850 é continuada a expansão do café na região, sendo Mar de Espanha e Leopoldina destacadas nos relatórios de Presidente da Província mineira em diversos anos desta década, escalando com o passar dos anos, chegando à média anual de 2,5 milhões de arrobas no período entre 1871-1880, além de uma safra entre 1878-79 de 4 milhões de arrobas<sup>4</sup>. Apesar de trazer dados posteriores a 1870, os números acima demonstram o crescimento da produção cafeeira na região de Leopoldina. A questão dos transportes começa a tomar importância neste período na localidade, além de ser tema constante nos debates na Assembleia Provincial.

Na 10ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, o deputado Dr. Modesto de Faria Bello, que também ocupava o cargo de Diretor da *Diretoria de Obras Públicas* da presidência da província, apresentou o projeto nº 36, que autorizava a execução, por parte da presidência da província, de obras para a construção de diversas estradas, elaborando um plano de viação para a província, estando entre elas uma que ligasse a cidade de Leopoldina a Porto Novo do Cunha, sendo um dos estopim para a criação desta lei a chegada da *Estrada de Ferro Pedro II* na província, que tinham a intenção de alcançar ao vale do São Francisco em Minas Gerais<sup>5</sup>. A ideia deste projeto era suprir uma demanda antiga dos provincianos, visto que tirando o Caminho Novo, que ligava a região central ao Rio de Janeiro, passando pelo território da Zona da Mata e a *Estrada União e Indústria*, ligando Juiz de Fora à Petrópolis, através de uma pista pavimentada, não havia estradas com boas condições em Minas Gerais<sup>6</sup>.

2 *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 08 de Out. 1870, p. 03.

3 MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Família, estratégias e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII/XIX). *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 30, n. 1, p. 121-139, 2017, p. 124.

4 MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno e concentração de população escrava no principal município cafeeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora (Segunda Metade do século XIX). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10º, 2002, Diamantina. *Anais...* 2002, p. 9.

5 *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 12 de Ago. de 1870, p. 01.

6 BLASENHEIM, Peter Louis. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. *Locus: revista de história*, Juiz de

Durante a 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Provincial, em 26 de Setembro de 1870, o projeto nº 120 é aprovado sem debate em primeira leitura, entrando em segunda leitura já na próxima sessão, no dia 27 de Setembro, na qual o deputado Bello envia uma emenda substitutiva ao projeto. Nesta emenda, o deputado torna mais clara a questão da subvenção, colocando limites para o pagamento dos juros de até 7% sobre o capital utilizado na construção dos quilômetros da ferrovia, que não podiam exceder os 2.400 contos de reis ou nove contos por quilômetro, dessa forma o deputado disponibilizava mais recursos do tesouro da província para o pagamento, se necessário, das obras referentes à estrada de ferro<sup>7</sup>. A substitutiva já é assinada por poucos deputados, estando nomeados, além de Modesto de Faria Bello, José Miguel de Siqueira, eleito pelo 3º distrito e José Bento Nogueira Junior que, mesmo não sendo deputado eleito pela Zona da Mata, possui certa ligação com a região, já que foi responsável pelo projeto que elevou o distrito de São Sebastião do Feijão Cru em Vila Leopoldina<sup>8</sup>.

No debate seguinte a apresentação da substitutiva, o deputado Pe. Modesto Luiz Caldeira, eleito pelo 7º distrito, apresenta algumas considerações contra o projeto:

Não entro em longas considerações porque, como já disse, sou o menos habilitado sobre a matéria; e as poucas reflexões que vou aventurando são unicamente para provocar a discussão e ouvir o nobre autor do projeto justifica-lo de forma, que a casa, bem orientada, possa aprova-lo. Todos nós reconhecemos que a província carece de estradas, mas esta necessidade não pode ser satisfeita de um só golpe. Se despendermos por esta forma unicamente com o ramal que do Porto do Cunha se dirige à cidade de Leopoldina, o resultado será que o centro, o sul e o norte da província [...] ficaram sem estradas. [...] Eu entendo, Sr. presidente, que a província não está em circunstância de fazer já e de pronto estradas de ferro, principalmente para lugares que já estão próximos ao grande ramal [Estrada de Ferro Pedro II]. Se os fazendeiros da mata do Rio entendem que esse é de grande utilidade para seus interesses peculiares, para o transporte de seus gêneros, eles, que dispõem de grandes capitais, que possuem muito patriotismo, podem muito bem fazer essas 10 legas de estradas ainda mais, tendo esta casa votado uma lei que autoriza o presidente a contratar com quaisquer companhias que se organizassem na província. [...] Enfim, apresentando estas considerações à casa, não tenho outro fim senão despertar a discussão e ouvir as valiosas razões que devem ser produzidas pelo autor do projeto<sup>9</sup>.

No decorrer da fala de Caldeira fica exposto certo nível de discordância com a preferência dada pela lei à região da Zona da Mata, em detrimento de outras regiões, principalmente com o grande volume de capital que a obras sugaria do tesouro provincial, tornando inviável o investimento em outras regiões. Esta indignação era acompanhada por outro deputado, que durante o discurso do deputado do 7º distrito, lançava indagações sobre a ausência de investimentos da província em localidades mais ao norte da província, sendo ele o deputado Luís Gomes Ribeiro. A fala

---

Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996, p. 83.

7 *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 11 de Out. de 1870, p. 01.

8 *O Bom Senso*, Ouro Preto, 17 de Abr. de 1854, p. 02.

9 *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 11 de Out. de 1870, p. 02.

do padre também carrega uma visão sobre os fazendeiros da Mata, pois em mais de uma situação o deputado cita a região como Mata do Rio, provavelmente era uma forma de afirmar que os produtores de café da região eram mais voltados para as relações com a província fluminense do que a mineira, visto a proximidade da região com a província da corte. O deputado também utiliza do argumento da riqueza que os fazendeiros matenses estavam acumulando com o café, dando a sugestão que os fazendeiros, ao invés de fazerem que a província custeasse uma ferrovia para as suas demandas, utilizem de uma lei já aprovada anteriormente para construir uma estrada de rodagem para chegar ao ramal da *Pedro II*.

Cinco deputados discursaram após a fala de Caldeira, mas suas falas não foram disponibilizadas. Ao fim destas, é posto um aditivo ao projeto, obrigando a companhia a indenizar a província caso não consiga terminar os trabalhos até o ponto terminal do ramal no tempo estipulado em contrato. O debate continua com diversos deputados apresentando visões contrárias aos custos que a subvenção de juros poderia trazer para a fazenda mineira, encabeçados pelo deputado Câmara, os deputados apontam para a necessidade de tornar viável a navegação do rio das Velhas, afluente do São Francisco. Para tal, lançam mão da iniciativa do governo imperial de prolongar os trilhos da *Pedro II* pelo centro da província mineira, a fim de encontra-se ao São Francisco e, a partir daí, conectar através da navegação com as províncias do interior do país, sendo tal movimento uma defesa do deputado desde o início das assembleias<sup>10</sup>.

Apesar das tentativas de barrar o projeto, por parte de diversos deputados das regiões centrais e do norte, o projeto substitutivo e o aditivo são aprovados pela assembleia, indo à terceira leitura<sup>11</sup>, que vem a acontecer na sessão do dia 29 de Setembro. A discussão é iniciada pelo deputado Teixeira da Motta, afirmando não ser contra o empreendimento e o auxílio por parte da província para a construção do ramal, visto que atenderia parte dos municípios mais ricos da província, devido à produção de café, podendo trazer benefícios para toda a província através da colheita dos impostos sobre a exportação da rubiácea<sup>12</sup>. O deputado continua seu discurso, afirmando que não é um dever da província mineira construir estradas de ferro e apresenta suas visões sobre isso. Primeiro afirma que a província deveria dar preferência ao plano viário apresentado anteriormente, em detrimento da construção de apenas um ramal. O segundo ponto é que o auxílio com juros sobre o custo da construção da ferrovia consumiria toda a renda anual disponível para a província. Por fim, a última razão apresentada pelo deputado é a de que é maior o interesse do governo imperial que sejam construídos ramais ligados a *Pedro II*, que assim, receberia mais cargas e teria maior lucro, necessário, já que o governo imperial utilizou muito capital para a construção e manutenção da ferrovia.

Por fim o deputado apresenta um requerimento para um estudo a ser realizado pelos engenheiros da província, a fim de tornar mais claro os custos e assim, de forma consciente, ser possível

10 *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 19 de Ago. de 1870, p. 02.

11 *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 11 de Out. de 1870, p. 03.

12 *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 13 de Out. de 1870, p. 01.



votar a favor ou contra o projeto. Após diversas falas de outros deputados em relação aos custos das obras e a necessidade destes estudos, o projeto fica em suspenso até a entrega do relatório dos engenheiros, no próximo ano desta legislatura, em 1871<sup>13</sup>. Infelizmente não foi possível, com a pesquisa até o momento realizada, encontrar a continuação da discussão em relação ao projeto nº 120.

Em 1871, através da Lei nº 1826, de 10 de Outubro de 1871, fica autorizado o governo provincial a dar subvenção, não ultrapassando a quantia de 9:000\$000 rs. por quilômetro, ou dar garantia de juros de até 7% sobre o capital utilizado, sem superar 2.400:000\$ rs. para qualquer companhia ou empresa ligando Porto Novo do Cunha à Leopoldina por meio de via férrea<sup>14</sup>. A lei ficou muito próxima do que foi apresentada na emenda substitutiva ainda na Assembleia Provincial. Uma nova etapa de todo o processo é iniciada. O processo da concessão ultrapassa o nível provincial e chega ao âmbito imperial, a partir do decreto nº 4.914, de 27 de Março de 1872. Essa mudança de nível pode ser explicada pela importância que a concessão assumia para a produção cafeeira em Minas Gerais e no interesse do governo imperial em tornar este caminho férreo viável. O decreto concedeu a Antônio Paulo de Mello Barreto, engenheiro envolvido em diversos outros empreendimentos ferroviários<sup>15</sup> e de melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro<sup>16</sup>, bem próximo aos governantes do império<sup>17</sup>, autorização para organizar uma companhia de estrada de ferro ligando Porto Novo do Cunha à Meia Pataca. Da lei provincial até o decreto imperial, o destino final da concessão foi modificado, indo para mais ao norte de Leopoldina, chegando à Santa Rita do Meia Pataca, que pode ser explicada por esse trecho retirado do *Jornal do Comércio*:

Ontem foi aqui festejado o decreto n. 4914 de 27 de Março que concede autorização ao engenheiro Antônio Paulo de Mello Barreto para organizar uma companhia que se incumba de construir uma estrada de ferro entre a estação do Porto novo e esta povoação. Os moradores do arraial com uma banda de musica percorreram toda povoação atirando foguetes e saudando a aurora civilizadora que desponta no horizonte, e em diversos discursos improvisados de momento, festejaram com estrepitosos vivas os iniciadores da ideia, o coronel José Vieira de Rezende e Silva, Dr. Nominato José de Souza Lima e deputado Horta Barbosa, que concorreram muito para a passagem do projeto na assembleia provincial, garantindo juros à mesma empresa, e finalmente ao engenheiro Mello Barreto, a quem foi concedido privilégio em que se depositam todas as nossas esperanças<sup>18</sup>.

Em um misto de relações locais entres os líderes políticos da região de Meia Pataca, que buscaram aproximação com um elemento ligado ao governo imperial, é estabelecida uma conexão entre os níveis provincial e imperial, criando uma rede que possibilitou a mudança do ponto final da ferrovia.

13 *Noticiador de Minas*, p. 02-03.

14 MINAS GERAIS, Província. *Coleção das leis da Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais de 1871*. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1871, p. 121-123.

15 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 03 de Jul. de 1877, p. 02.

16 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 de Mai. de 1874, p. 02.

17 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 de Nov. de 1874, p. 03.

18 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 de Abr. de 1872. p. 03.

Por fim, em 05 de Junho de 1872 é publicado o decreto 4.976. Neste decreto o governo imperial concedeu a companhia, organizada por Mello Barreto, nomeada *Companhia Estrada de Ferro Leopoldina*, aprovando seu estatuto e dando autorização para os inícios de trabalhos de obras e ações no mercado<sup>19</sup>. Além de Mello Barreto, a primeira diretoria da empresa era formada por: Alexandre de Castro, com envolvimento na praça de comércio do Rio de Janeiro<sup>20</sup>; J. C. Harrah, que atuava no mercado de importações e exportações<sup>21</sup>; Themistocles Petrocochino, investidor em empresas de viação férrea, bancos e seguros<sup>22</sup> e João Frederico Russel, membro da Guarda Real do império e também investidor em sociedades anônimas<sup>23</sup>.

Concluindo, neste trabalho o intuito era apresentar as diversas facetas da expansão da malha ferroviária da *Estrada de Ferro Leopoldina*, demonstrando os diversos grupos e níveis políticos que um dia estiveram envolvidos, com a companhia que dominou todos os ramais da Zona da Mata mineira, no final do século XIX e início do XX. A intenção foi a de mostrar que mesmo um empreendimento local, em um contexto regional, envolveu diversos níveis do poder imperial, além de demandar disputas nesses mesmos níveis, vide os debates relativos ao projeto de lei que viria tornar-se a lei que deu início ao processo de organização da companhia.

19 BRASIL, Império. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1872*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p. 465-472.

20 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 02 de Dez. de 1860, p. 02.

21 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 27 de Nov. de 1864, p. 03.

22 *Correio do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de Jan. de 1872, p. 04.

23 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de Jul. de 1877, p. 02.

# A culinária "Labatu" de São José do Triunfo, MG

Paulo César da Costa Pinheiro

Bacharel em História

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

pauloccpinheiro@gmail.com

## Resumo

São José do Triunfo é um dos distritos do município de Viçosa MG, situado a cerca de 8 km do centro. Sua origem está na doação de uma área de 2,5 alqueires que Bento Lopes fez ao Santo São José em meados do Século XIX. Com o fim da escravidão, os escravos libertos procuravam um lugar para se estabelecer e ali chegando obtinham gratuitamente da igreja um lote e construíam sua moradia. Aos poucos o patrimônio foi se transformando no povoado de São José do Triunfo. A pobreza da população do patrimônio levou ao consumo de alimentos disponíveis e o desenvolvimento de uma culinária local, conhecimento oriundo dos antepassados, que se perdeu com o desenvolvimento econômico. Este trabalho visa resgatar receitas da culinária local que desapareceram com a melhoria econômica da população, e com a introdução de novos alimentos. As receitas foram resgatadas através de entrevistas orais com moradores locais mais idosos, que foram instigados a relembrar alimentos que eram consumidos na comunidade na década de 50 e início dos anos 60 e que atualmente não são mais consumidos, bem como suas receitas.

**Palavras-chave:** História da alimentação, história oral, culinária, escravidão.

## Introdução

A alimentação é um elemento central de expressão em todas as culturas<sup>1</sup>. Hábitos alimentares são os meios pelos quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, em resposta a pressões sociais ou culturais, escolhem, consomem e utilizam partes dos conjuntos de alimentos disponíveis<sup>2</sup>. Mesmo sob restrições severas, as escolhas alimentares possuem um grande significado: o que, como comemos, e com quem, revela muito sobre os nossos desejos e relações. As escolhas sobre os alimentos são moldadas cada vez mais pela economia global. Do ponto de vista da alimentação, a diferenciação entre os grupos, só pode ser encontrada nos hábitos das classes baixas, uma vez que as elites compartilham hábitos entre si eles são mais homogêneos.

1 MINTZ, Sidney Wilfred. *Tasting food, tasting freedom: excursions into eating, culture and the past*. Boston: Beacon Press, 1996, 149p.

2 GUTHE, Carl E., MEAD, Margaret. *Manual for the study of food habits: report of the Committee on Food Habits*. Washington, DC: National Research Council, 1945.

A historicidade da sensibilidade gastronômica explica, e é explicada, pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram esta época. "Neste sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é o lugar da alimentação na História <sup>3</sup>".

Na historiografia vem sendo discutida, em particular pela escola dos *Annales*, a necessidade da história de dialogar com diversas outras áreas. A análise da longa duração foi proposta por Braudel <sup>4</sup> para caracterizar os fenômenos que estão ligados às lentas mudanças das estruturas da sociedade. Os fatos históricos permitem na longa duração analisar acontecimentos do passado, refletir conseqüências e fatos observados no presente e realizar análises e projeções para o futuro. Nesta análise estão os elementos da vida material representados pelos hábitos, heranças e escolhas longínquas, onde não há consciência dos agentes<sup>5</sup>. A partir da escola dos *Annales* surgiram pesquisas que buscavam nos hábitos alimentares, da sua produção às formas de consumo, elementos para entender o passado.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes, a qual possibilita recuperar informações importantes acerca de acontecimentos em determinado período, muitas vezes prestes a se perderem com o tempo <sup>6</sup>. A história oral, portanto, é uma metodologia que permite buscar estes fatos de longa duração.

### São José do Triunfo <sup>7</sup>

São José do Triunfo, também conhecido por "Fundão", é um dos distritos do município de Viçosa MG, e se situa a cerca de 8 km do centro. Sua origem está na doação de uma área de 2,5 alqueires que Bento Lopes fez ao Santo São José em meados do Século XIX, onde foi erguida uma capela e formou o patrimônio de São José do Triunfo. Aos poucos o patrimônio foi se transformando no povoado de São José do Triunfo. Para morar no local bastava solicitar permissão ao padre que cedia gratuitamente um lote e, em seguida, levantar sua morada obedecendo ao arruamento lá traçado. Nunca foi cobrado foro. Com o fim da escravidão, os escravos libertos procuravam um lugar para se estabelecer e São José do Triunfo se tornou um local de fixação de ex-escravos, e provavelmente a razão da existência de tantas pessoas de cor<sup>8</sup>. Em 1961 as terras do patrimônio já estavam praticamente ocupadas, possuindo 408 habitantes<sup>8</sup>.

3 SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.42. Editora UFPR, 2005, p.11-31, p.12-13.

4 BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.41-78.

5 CARNEIRO, Henrique Soares. Comida e Sociedade: significados sociais da história da alimentação. *Questões e Debates*, n.42, 2005, p.71-80.

6 ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, 302p, p.155

7 PINHEIRO, Paulo Cesar da Costa. Alguns apontamentos históricos sobre o povoado de São José do Triunfo, MG. IN: VI EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG, 08 a 12 de maio de 2017, Belo Horizonte, MG, *Anais Eletrônicos...* Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH / UFMG, 2018, p.2999-3009.

8 PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". *Experientiae*, UFV, Viçosa, v.3, n.2, Fev. 1963, 58p

## A disponibilidade alimentar

Segundo Frieiro<sup>9</sup>, com o fim da escravidão, as condições alimentares da população negra, se já eram ruins, em muitos casos pioraram. O negro liberto agora tinha de ganhar o seu sustento em condições penosas e difíceis. Eles tinham agora que se nutrir com o que a natureza podia proporcionar: algum peixe, alguma caça, raízes, palmitos e frutas do mato.

Pinto<sup>10</sup> analisou a disponibilidade alimentar de São José do Triunfo a partir do consumo de 21 itens. Esta análise foi baseada sobretudo em alimentos comercializados (fubá, arroz, feijão, café, pão, leite, manteiga, carne, queijo, batata, massas, doces), e em alguns alimentos de produção própria (aves, ovos, tomate, couve, taioba, aipim, abóbora, laranja e banana). Esta análise considerou o índice alimentar baixo ou médio para a maioria (65%) da população. Pinto não analisou os alimentos descritos nesta pesquisa, nem o consumo de caça e peixe.

A pobreza da população do patrimônio levou ao consumo dos alimentos disponíveis e o desenvolvimento de uma culinária local, conhecimento oriundo dos antepassados. Com a melhoria das condições econômicas, o consumo destes alimentos que estava associado às extremas condições de pobreza, foi pouco a pouco se perdendo e esquecido.

## Metodologia da pesquisa

Este trabalho buscou resgatar alimentos e receitas da culinária local que desapareceram com a melhoria econômica da população, e com a introdução de novos alimentos. A maioria destes alimentos exóticos citados ainda é encontrada no povoado, mas não são mais consumidos, e desconhecidos pelos moradores com menos de 50 anos de idade.

As receitas foram resgatadas através de entrevistas orais com moradores locais mais idosos, que foram instigados a lembrar alimentos consumidos na comunidade na década de 50 e início anos 60 e que atualmente não são mais consumidos, bem como suas receitas. A alimentação básica do povoado nesta época era baseada em angu, feijão, couve, banha (utilizada como gordura), mingau de couve, batatas. Ocasionalmente toucinho, galinha e pato de criação próprias.

As entrevistas foram registradas com um gravador de voz digital Sony ICD-PX720, salvas em formato mp3 no computador e posteriormente analisadas para levantamento das informações. A metodologia utilizada foi a entrevista livre. “O formato mesmo do questionário, elaborado unilateralmente pelo pesquisador, bloqueia o surgimento de dados novos e inesperados. Quanto mais nos fechamos dentro de um quadro teórico rígido, mais veremos as respostas se limitarem a confirmar ou desmentir as hipóteses iniciais sem, contudo, abrir brechas ou espaços para a elabo-

9 FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, Angu e Couve*. São Paulo: Ed. USP, 2ª ed, 1982, 227p. (p.123)

10 PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". *Experientiae*, UFV, Viçosa, v.3, n.2, Fev. 1963, 58p.

ração de outras hipóteses. Já a técnica da entrevista livre, concebida como um diálogo aberto onde se estimula a livre expressão da pessoa com quem se conversa, amplia o campo do discurso [...]. Sem dúvida, a entrevista livre, para não partir em todas as direções, deve ter um fio condutor, uma estrutura de base ligada ao núcleo temático a ser pesquisado <sup>11</sup>.

A modalidade de história oral deste trabalho é Tradição Oral: o resgate de histórias de domínio coletivo, mas que não está registrado, e que neste caso espera pela intervenção do historiador de história oral para que seja documentada<sup>12</sup>.

### Receitas de São José do Triunfo

Foi realizado o levantamento de várias receitas culinárias (Tabela 1), que eram usuais num passado recente, e que atualmente caíram em desuso, talvez por estarem associadas a um passado de dificuldades, mas sobretudo devido à incorporação de novos hábitos alimentares. A geração local com menos de 50 anos desconhece o uso culinário do Caruru, Capiçoba, Jurubeba, Malvarisco sendo estas plantas consideradas ervas daninhas ou venenosas.

A culinária do local ainda é predominante feita em fogão de lenha (figura 1), mesmo que muitas famílias já possuam fogão a gás.

Figura 1

#### Fogões de Lenha Típicos de São José do Triunfo (Fogão de barro e fogão de tijolos).



Fonte: Fotos do autor

11 BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *Pesquisa Participante*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.29-30.

12 ROMPATTO, Maurílio. A oralidade como fonte de pesquisa da História Regional. *História, Historiadores, Historiografia*. (Rev. Programa de Estudos Pós-Graduados de História pucsp), n.41, dezembro 2010, p.337-350.



Tabela 1

## Receitas culinárias de São José do Triunfo, MG

<b>Macarrão com pato</b>
<b>Ingredientes:</b> 1 pato (2 kg) limpo, 1 kg de macarrão goela de pato, Temperos: alho, cebola, caldo de carne, sal.
<b>Modo de fazer:</b> Picar o pato e refogar no óleo, e ir pingando água até cozinhar (suar). Retirar o pato da panela e refogar o macarrão na borra. Acrescentar água e o pato e cozinhar o macarrão até o ponto desejado. Temperar com sal. Segredo: deixar com bastante água para o macarrão não ficar duro quando esfriar.
<b>Pato suado</b>
<b>Ingredientes:</b> 1 pato limpo
<b>Modo de fazer:</b> Picar o pato e refogar no óleo, e ir pingando água até cozinhar (suar). Temperar com sal.
<b>Salada de folhas</b>
<b>Ingredientes:</b> Couve, Caruru de porco ( <i>Amaranthus viridis</i> L.), Capiçoba ( <i>Erechtites valerianifolius</i> ), Agrião, Mostarda, Tomate, Cebolinha, Salsinha
<b>Modo de fazer:</b> Picar ou rasgar com as mãos as folhas. Misturar. Temperar com sal. Regar com gordura de porco.
<b>Jurubeba</b>
<b>Ingredientes:</b> Frutos de Jurubeba (de preferência frutos bem tenros)
<b>Modo de fazer:</b> Socar os frutos da Jurubeba no pilão. Quando amassado, colocar na peneira e lavar em água corrente para retirar as sementes (as sementes amargam muito). Recolher a polpa da jurubeba. Ferver em água e sal para retirar o amargor. Retirar e escorrer a água e refogar na gordura de porco. Obs. Servir com angu, arroz ou feijão.
<b>Broto de taboa (Palmito Taboa) refogado</b>
<b>Ingredientes:</b> Brotos de taboa (só se usam os pedaços bem tenros).
<b>Modo de fazer:</b> Picar os brotos em pedaços pequenos. Ferver em água e sal para tirar o amargor. Retirar e escorrer a água e refogar na gordura de porco.
<b>Broto de samambaia</b>
<b>Ingredientes:</b> Brotos de samambaia bem tenros (talos)
<b>Modo de fazer:</b> Picar os brotos de samambaia em cruz. Ferver em água e sal para tirar o amargor. Retirar e escorrer a água e refogar na gordura de porco.

**Fubá suado****Ingredientes:**

1/2 kg de Fubá grosso

**Modo de fazer:** Umidecer o fubá em água levemente salgada. Em uma panela com um pouco de gordura de porco, colocar o fubá úmido e mexer até cozinhar.

Obs. Pode se comer puro, com feijão e arroz ou misturado com café na xícara.

**Ovo gorado****Ingredientes:**

1 ovo gorado (o ovo gorado flutua na água)

**Modo de fazer:** Quebrar uma pontinha do ovo, sem derramar. Colocar o ovo na brasa do fogão (de lenha) para assar e cozinhar.

**Tanajura****Ingredientes:**

Tanajuras

**Modo de fazer:** Tirar a cabeça e asas da tanajura, deixando somente o tronco. Fritar em gordura de porco com sal até ficar bem crocante.

**Café com farinha****Ingredientes:**

Farinha de Milho ou Mandioca, 1 xícara de café, Leite

**Modo de fazer:** Colocar um pouco de café na xícara (com farinha de mandioca o café deverá estar frio, para a farinha não empelotar). Misturar a farinha com o café até dissolver bem. Completar com café quente ou leite misturando bem, até atingir uma consistência de mingau.

**Folha de batata doce****Ingredientes:**

Folhas de batata doce

**Modo de fazer:** Picar ou rasgar (tal couve) as folhas. Refogar em gordura de porco quente e sal até amaciar.

**Folha de abóbora d'água ou de abóbora de porco****Ingredientes:**

Folhas de abóbora d'água ou abóbora de porco

**Modo de fazer:** Picar ou rasgar (tal couve) as folhas. Refogar em gordura de porco quente e sal até amaciar.

**Folha de quiabo****Ingredientes:**

Folhas tenras de Quiabo.

**Modo de fazer:** Picar as folhas de quiabo tal como se pica couve. Refogar em gordura de porco quente e sal até amaciar. Obs. Servir com feijão, arroz, angu, frango ou carne.

**Lobrobó (Ora-pro-nobis)****Ingredientes:**

Folhas de Lobrobó (Ora-Pro-Nobis) (*Pereskia aculeata*)

**Modo de fazer:** Picar as folhas de Lobrobó tal como se pica couve. Refogar em gordura de porco quente e sal. Obs. Servir com feijão, arroz, angu, carne ou frango.

**Folha de malvarisco**

**Ingredientes:** Folhas de Malvarisco (*Althea officinalis*)

**Modo de fazer:**

Picar as folhas de malvarisco tal como se pica couve. Refogar em gordura de porco quente e sal. Obs. Servir com feijão, arroz, angu, frango ou carne.

**Folha de mentruste****Ingredientes:**

Folhas de Mentruste

**Modo de fazer:** Separar as folhas de mentruste. Refogar em gordura de porco quente e sal.

**Folhas de caruru de porco <sup>1</sup>****Ingredientes:**

Folhas de Caruru (*Amaranthus viridis* L.)

**Modo de fazer:** Picar as folhas de caruru tal como se pica couve. Refogar em gordura de porco quente e sal. Obs. Servir com angu.

**Mingau de couve****Ingredientes:**

Folhas de couve refogadas, Fubá de milho (de moinho d'água, grosso)

**Modo de fazer:** Picar ou rasgar as folhas couve. Refogar em gordura de porco quente e sal até amaciar. Colocar o fubá em uma panela e acrescentar água. Misturar o fubá com a água, deixar o fubá assentar. Derramar a água de fubá sobre a couve refogada, e cozinhar até o ponto de mingau. Obs. Com a massa de fubá restante, faz-se o angu.

**Folha de jiquiri****Ingredientes:**

Folhas de Jiquiri (*Solanum juciri* Mart. ex Sendtn.).

**Modo de fazer:** Dobrar as folhas de Jiquiri ao longo da nervura central. Retirar os espinhos da nervura central. Picar ou rasgar as folhas de jiquiri tal como se pica ou rasga couve. Refogar em gordura de porco quente e sal até amaciar.

**Mingau de jiquiri****Ingredientes:**

Folhas de Jiquiri (*Solanum juciri* Mart. ex Sendtn.), Fubá de milho (de moinho d'água, grosso)

**Modo de fazer:** Dobrar as folhas de jiquiri ao longo da nervura central. Retirar os espinhos da nervura central. Picar ou rasgar as folhas de jiquiri tal como se pica ou rasga couve. Refogar em gordura de porco quente e sal até amaciar. Colocar o fubá em uma panela acrescentar água. Misturar o fubá com a água, deixar o fubá assentar. Derramar a água de fubá sobre o jiquiri refogado, e cozinhar até o ponto de mingau.

**Arroz com flor de jiquiri****Ingredientes:**

Flor de Jiqueri (*Solanum juciri* Mart. ex Sendtn.), Arroz.

**Modo de Fazer:** Refogar o arroz. Colocar a 1ª água para cozinhar. Ao colocar a 2ª água de cozinhar, dispor as flores de Jiqueri sobre o arroz e deixar o arroz terminar de cozinhar.

**Flor de feijão <sup>2</sup>****Ingredientes:**

Flor de Feijão

**Modo de Fazer:** Colher as flores de feijão. Lavar. Refogar em gordura de porco.

**Borragem frito****Ingredientes:**

Folhas de borragem (*Borago officinalis*), Ovos

**Modo de fazer:** Bater os ovos até misturar bem. Pingar umas gotas de leite para tirar o gosto de ovo. Molhar as folhas de burragem nos ovos batidos até molhar bem. Fritar as folhas em gordura de porco. Obs. Pode-se também passar as folhas em farinha trigo ou rosca antes de fritar.

**Cambará (assa peixe) frito****Ingredientes:**

Folhas de tenras de Cambará (*Vernonanthura phosphorica* (Vell.) H. Rob), Ovos

**Modo de fazer:** Bater os ovos até misturar bem. Pingar umas gotas de leite para tirar o gosto de ovo. Molhar as folhas de cambará nos ovos batidos até molhar bem. Fritar as folhas em gordura de porco. Obs. Pode-se também passar as folhas em farinha trigo ou rosca antes de fritar.

Umbigo de banana
<b>Ingredientes:</b> Umbigo de banana
<b>Modo de fazer:</b> Tirar as folhas externas do umbigo de banana. Picar o umbigo de banana. Em uma panela, ferver água com bastante sal. Colocar o umbigo picado e deixar esfriar. Escorrer. Repetir (ferver água com sal, colocar umbigo, deixar esfriar). Refogar o umbigo em gordura de porco.

Sopa de banana verde
<b>Ingredientes:</b> 1 dúzia de bananas verdes (de preferência banana prata, que é mais consistente)
<b>Modo de fazer:</b> Cozinhar as bananas verdes (com casca) em água. Uma vez cozidas, descascar, passar as bananas por uma peneira. Refogar. Adicionar água quente à poupa das bananas até atingir a consistência desejada. Temperar com sal.

Mamão verde
<b>Ingredientes:</b> Mamão verde
<b>Modo de fazer:</b> Descascar o mamão verde. Tirar as sementes. Picar. Refogar na gordura de porco. Temperar com sal.

Guisado
<b>Ingredientes:</b> Abobrinha, abóbora, berinjela, chuchu, jiló, quiabo, batata, batata doce, tomate etc
<b>Modo de fazer:</b> Picar tudo. Misturar. Cozinhar em fogo brando. Refogar na gordura de porco. Temperar com sal.

Algumas destas receitas têm como objetivo de enganar o paladar, e trazer o sabor da carne e peixes que faltavam na alimentação. Como exemplo o borragem e camarão fritos, que tem o gosto de labari frito e arroz com flor de jiquiri que tem o gosto de arroz com peixe.

O macarrão com pato (figura 2) é o *Chef-d'œuvre* da culinária local sendo a sua presença obrigatória nas grandes festividades: casamentos, batizados, congado etc. A este prato é atribuído um significado de festividade, "sustança" e abundância. É importante ressaltar que o uso carne de pato não é comum na culinária mineira.

Figura 2  
Macarrão com pato.



Fonte: Foto do autor

A maioria dos pratos da culinária local (atual e antiga) possui muito caldo. Segundo Carneiro<sup>13</sup> a técnica de cozimento lento e com caldo foi trazida ao Brasil pelos portugueses, que por sua vez foi introduzida pelos judeus que habitaram na península ibérica.

O uso de temperos na culinária local é quase inexistente, sendo verificado o uso regular de somente sal e ocasionalmente alho e cebola. Os relatos afirmaram que como o alho tinha valor comercial: todo alho plantado era vendido, restando para ser utilizado como tempero somente as folhas e os dentes que caíam, que eram utilizadas como tempero do feijão, mingau etc.

Para muitos habitantes a única forma de consumir carne até os anos 80 era a carne de caça ou pesca. A caça hoje é proibida, mas a pesca é ainda muito presente na comunidade, sendo uma fonte de alimentação e uma das principais formas de lazer de muitos.

O Lobrobó (Ora-Pro-Nobis) e a Couve eram intensivamente consumidos no passado, ainda fazem parte do consumo da população, mas em pequena escala e com preconceito. O lobrobó, devido ao seu alto teor de proteínas é também conhecido como “carne dos pobres”.

13 CARNEIRO, Henrique Soares. Comida e Sociedade: significados sociais da história da alimentação. *Questões e Debates*, n.42, 2005, p.71-80, p.76



O uso dos talheres ainda não foi completamente absorvido pela comunidade, sendo que muitas pessoas só utilizam a colher para comer<sup>14</sup>. As justificativas para o uso de colher: “a colher pega mais comida” e “com o garfo se engole muito ar”. O uso da gamela como prato, apesar de não ser comum, não causa estranheza.

A palavra “Labatu” não é encontrada nos dicionários com o sentido que existe neste povoado: mexido ou mistura de comida. Ao designar no título de “labatu” a culinária levantada por este trabalho, o autor não quis menosprezar a culinária local, mas os próprios guardiões da memória que apresentaram estas receitas, algumas vezes a designaram de “labatu”. São também de uso corrente em São José várias outras palavras<sup>15</sup> que não estão registradas nos dicionários da língua portuguesa, como exemplo “tibornada” com o sentido de comilança.

A principal festividade de São José do Triunfo é a festa de Nossa Senhora do Rosário (Congado), realizada no mês de outubro. Nesta festa é tradição o Rei e a Rainha do Congado oferecerem um almoço (gratuito) para toda o povoado e convidados. Tipicamente participam deste almoço cerca de 1.500 pessoas. Nos últimos anos o cardápio deste almoço foi: macarrão com pato (prato principal e o mais apreciado), farofa, arroz, tutu, salpicão e pernil ou frango frito.

### Conclusões

O objetivo deste trabalho foi resgatar alimentos e receitas, que não são mais de uso corrente, mas que permaneciam na memória dos antigos moradores, de modo a preservar este conhecimento e história. Com a melhoria das condições econômicas, o uso destes alimentos foi abandonado e esquecido. Estas receitas foram resgatadas através de entrevistas orais com moradores locais mais idosos, que foram instigados a lembrar alimentos que eram consumidos na comunidade na década de 50 e início anos 60 e que atualmente não são mais consumidos, bem como suas receitas.

A metodologia da entrevista livre nos permitiu ir além do objetivo inicial de registrar a culinária local, permitindo resgatar outros conhecimentos tais como ingredientes, modo de preparo, utensílios, ingredientes, aspectos históricos e socioeconômicos.

Estas receitas são associadas a tempos difíceis, de extrema pobreza, e foram abandonadas pela incorporação de novos hábitos alimentares. Alguns moradores descrevem estas receitas como receitas dos tempos dos escravos. Das receitas levantadas, permanece na culinária atual o macarrão com pato, pato suado e frango com lobrobó, que por levarem carne, estão por sua vez associadas

14 “Ainda assim, até depois da Independência, em muitas vilas do interior, nem todas as pessoas sabia servir-se senão da colher”. Rocha Pombo, A vida na Cidade Colonial, *Correio da Manhã*, 02 jan 1929.

15 PINHEIRO, Paulo Cesar da Costa. Alguns apontamentos históricos sobre o povoado de São José do Triunfo, MG. IN: VI EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG, 08 a 12 de maio de 2017, Belo Horizonte, MG, *Anais Eletrônicos...* Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH / UFMG, 2018, p.2999-3009.

às festividades. O macarrão com pato é o grande prato da culinária local atual, com presença quase obrigatória nas festividades na comunidade.

O resgate de receitas antigas vem de encontro às novas vertentes gastronômicas, que, face ao aumento das comidas industrializadas, propõem o retorno à simplicidade e autenticidade de cozinhar, e procuram fazer o resgate das tradições culinárias e a recuperação de antigas receitas.

- 1 Obs. Apesar de não pertencer à culinária local, um morador relatou a Farofa de Caruru: “Estando o Caruru refogado, acrescentar farinha de milho e misturar fazendo uma farofa”.
- 2 Ao colher a flor, este ramo de feijão não produz mais a vagem.

## Os porões da pesquisa histórica e o processo de recuperação e preservação de acervo

Ana Beatriz Siqueira Bittencourt  
bia.sbittencourt@gmail.com

Gabriel Vianna Moraes dos Santos  
gmoraes@id.uff.br

Luana Perdigão de Sá Bonacchi Santos  
luanabonacchi@id.uff.br

### Resumo

O acesso do historiador às fontes escritas dos diversos períodos é imprescindível para uma maior exatidão da pesquisa histórica, proporcionando um amplo panorama do assunto abordado. Para que tal acesso seja garantido, é necessário que os acervos documentais estejam devidamente preparados para receber visitas regulares de historiadores, com documentos em condições de manuseio e de leitura. Sem o devido cuidado para com a documentação presente nos diversos arquivos, a perda de material de pesquisa e a possibilidade de jamais ser possível recuperar importantes informações sobre o passado são patentes. Tendo em vista um horizonte no qual haja uma maior interação entre o profissional historiador e seu local de pesquisa, faz-se necessário uma maior conhecimento tanto das condições do acervo que será alvo da intervenção de pesquisa, quanto dos métodos de acondicionamento, manuseio e conservação de toda a documentação que possa se encontrar no arquivo. A divulgação dessas informações à comunidade acadêmica são imprescindíveis para que se possa compreender a importância de todo o procedimento de conservação e restauração que se efetua nos diversos acervos; da mesma forma se faz relevante a divulgação destas informações ao grande público, em uma proposta de aproximação com o fazer acadêmico, destacando a importância da preservação da documentação original para a sociedade, seu processo histórico e historiográfico. Nesse sentido, a presente apresentação tem por objetivo explorar os fatores de deterioração de acervos de arquivos e bibliotecas brasileiros, enfatizando a metodologia e a política de trabalho do processo de conservação e restauro documental. Além de expor os esforços de instituições em aprimorar as estas técnicas, a fim de tornar público ou facilitar o acesso a informações de cunho histórico, sendo então abordado sob a perspectiva do nosso contato com o trabalho de cooperação técnico-científico entre SPU-MPOG/BID e UFF para recuperação, preservação, organização, catalogação e disponibilização do acervo histórico do patrimônio da União no Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Pesquisa histórica, conservação restauração;

## Introdução

A importância documental para a pesquisa histórica é algo dado, incontestável. Fonte de estudos, o documento é parte da expressão cultural de uma sociedade ou de um indivíduo, são relatos que nos permitem conhecer e reconhecer os frutos de seu próprio tempo, e posteriormente os nosso tempo. Um documento estabelece vínculos entre o passado, o presente e o futuro que queremos e esperamos.

A palavra documento tem a mesma raiz latina do verbo *doceo*, que significa ensinar [...] transmitir informação. *Documentum*, portanto, significa modelo. É dessa noção que se desenvolveu a ideia de testemunho, de prova, a ideia de que o documento é um veículo de informação que eu obtenho. [...] E é nesse sentido, inclusive, que se considera o problema das fontes para o conhecimento da história: por intermédio dos documentos que seriam esses testemunhos do pensamento e da atividade do homem<sup>1</sup>.

O acesso do historiador às fontes escritas dos diversos períodos é imprescindível para uma maior exatidão da pesquisa histórica, proporcionando um amplo panorama do assunto abordado. Para que tal acesso seja garantido, é necessário que os acervos documentais estejam devidamente preparados para o acesso regular de historiadores, com documentos em condições de manuseio e de leitura. Sem o devido cuidado para com a documentação, por parte da instituição que possui a custódia, a perda de material de pesquisa e a possibilidade de jamais ser possível recuperar importantes informações sobre o passado são patentes.

Para isso é necessário primeiramente entender o documento enquanto parte pertencente ao nosso patrimônio cultural, como um bem. Assim, é de vital importância fazer conhecido também o valor desse material – como de tantos outros como objetos, imagens, etc. –, para além da academia. Pensando a relação entre cidadania e identidade, o arqueólogo Vítor Oliveira Jorge, identifica o patrimônio como herança, mas também como a construção de um projeto de futuro.

Defende-se uma concepção dinâmica e plural de patrimônio, como um valor de cidadania democraticamente partilhado [...] Patrimônio implica em uma inextricável articulação de herança e construção. Herança, porque subjacente à ideia se encontra a vontade de conservar, valorizar e transmitir certos bens; construção, porque tais valores são indissociáveis do nosso olhar contemporâneo sobre eles, são uma criação nossa, na medida em que os reconhecemos como valores patrimoniais<sup>2</sup>.

Tendo em vista um horizonte no qual haja uma maior interação entre o profissional historiador e seu local de pesquisa, faz-se necessário um maior conhecimento, tanto das condições do acervo que será alvo da intervenção de pesquisa, quanto dos métodos de acondicionamento, manuseio e conservação de toda a documentação encontrada no acervo. A divulgação dessas infor-

1 MENESES, Ulpiano Bezerra. O objeto material como documento. Reprodução de uma aula ministrada no curso Patrimônio cultural: políticas e perspectivas. IAB/CONDEPHAAT, 1980, p. 2.

2 JORGE, Vítor Oliveira. Arqueologia, Patrimônio e Cultura. São Paulo: Instituto Piaget, 2000, p. 125.

mações à comunidade acadêmica é imprescindível para que se possa compreender a importância de todo o procedimento de conservação e restauração que se efetua nos diversos acervos. Da mesma forma, faz-se relevante a divulgação destas informações ao grande público, em uma proposta de aproximação com o fazer acadêmico, destacando a importância da preservação da documentação original para a sociedade, seu processo histórico e historiográfico.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo explorar os fatores de deterioração de acervos documentais, enfatizando a metodologia e a política de trabalho empregadas e do processo de conservação e restauração. Além de expor os esforços de instituições em aprimorar essas técnicas, a fim de tornar público e facilitar o acesso às informações de cunho histórico, sendo então abordado sob a perspectiva do nosso aprendizado enquanto bolsistas executando a recuperação, preservação, organização, catalogação e disponibilização do acervo documental custodiado à Secretaria do Patrimônio da União, sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro. Destaca-se também a importância e os esforços desta, como pioneira dentre os órgãos do Poder Executivo a investir recursos destinados à recuperação, preservação e disponibilização de documentos no âmbito do Centro de Conservação e Laboratório de Restauração no qual estamos alocados. Esta experiência de mais de uma década, reconhecida pelo Arquivo Nacional - órgão orientador e fiscalizador no tocante à gestão documental do Poder Executivo -, vem trazendo logros para a história fundiária do país.

### Condições da documentação

De forma mais geral, trabalharemos aqui sobre as condições da documentação e os principais problemas que podem ser encontrados neste contexto. O processo de degradação do papel pode ser analisado a partir de dois grandes grupos de causas: os fatores internos e os fatores externos.

Os fatores internos são os que estão ligados diretamente à composição do papel, relacionados aos tipos de fibras, tipos de encolagens, aos resíduos químicos e metálicos utilizados na própria fabricação do papel, ou na composição das tintas e pigmentos usados – nesse caso, “as duas causas principais de deterioração química do papel são: oxidação e hidrólise da celulose”<sup>3</sup>.

Os fatores externos são subdivididos em basicamente quatro grandes grupos: os agentes físicos, químicos, físicos mecânicos e biológicos. Os agentes físicos estão ligados basicamente à exposição do documento à luz em excesso – tanto a luz artificial quanto a natural emitem radiação infravermelha e ultravioleta –, ao desequilíbrio de temperatura e umidade que aceleram o processo de oxidação do papel – “a hidrólise da celulose é a sua decomposição por exposição à

3 DUREAU, J. M. e CLEMENTS, D. W. G. Princípios para a preservação e conservação de espécies bibliográficas. Trad. Maria da Conceição Casanova, Maria Fernanda Casaca Ferreira, Maria Luísa Macedo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 23.

água (incluindo a umidade normal presente na atmosfera), [...] quanto mais alta é a temperatura, mais rápida é a oxidação e mais acelerada é a hidrólise<sup>4</sup>. Os agentes químicos, por sua vez, estão ligados à exposição à poeira, poluição, e etc. Já os agentes físicos mecânicos são os relacionados às questões de guarda inadequada, manuseio incorreto, e desastres como incêndios e inundações. Por fim, os agentes biológicos identificados como as bactérias, os fungos, os insetos (dentre eles, traças, baratas, cupins, brocas), os roedores e o homem, que conscientemente ou não é um dos principais agressores do papel.

Assim, é possível entender a importância do diagnóstico enquanto primeira etapa no processo de recuperação dos acervos. É necessário fazer um levantamento com a função de identificar as condições físicas de cada documento a fim de entender a prioridade e a urgência de trabalho em cada um deles. “É decisivo para a definição de qual documento será tratado primeiro, bem como, qual será selecionado, baseado na relevância da publicação para a instituição e a disponibilização do documento em âmbito nacional”<sup>5</sup>.

Um ponto importante a ser destacado é a longa duração da aplicabilidade dos procedimentos de conservação e/ou restauração durante o processo de tratamento da documentação. Todos esses procedimentos demandam um certo tempo para conclusão, dependendo portanto da condição de cada folha do documento que é analisada e tratada uma a uma. Além do tempo vale destacar a necessidade de pessoal capacitado tecnicamente para a realização do trabalho, uma demanda que no caso também influencia diretamente no tempo de duração do serviço. Logo, faz-se importante a conscientização de que é necessário um melhor tratamento dos acervos como forma de ampliação do tempo de vida do papel, para que a médio e longo prazo se precise menos das intervenções em laboratórios de restauração, garantido por métodos melhor aplicados de preservação e conservação. Protegendo a documentação de danos mais graves através de precauções básicas.

### Conservação e Restauração documental

No que tange a necessidade dos documentos em receber alguma espécie de tratamento, quando ocorre a falha dos métodos de acondicionamento, gerando danos seja pelo mau uso humano, pelas condições ambientais não propícias, ou mesmo os danos já existentes, determina-se através de uma análise de estado a intervenção mais apropriada, tendo como opções a conservação preventiva, a conservação reparadora e a restauração – do menor ao maior grau de necessidade de intervenção.

Os acervos das bibliotecas são basicamente constituídos por materiais orgânicos e, como tal, estão sujeitos a um contínuo processo de deterioração. A conservação, enquanto matéria interdisciplinar, não pode simplesmente suspender um processo de degradação, já instalado. Pode, sim, utilizar-se de métodos técnico-

4 DUREAU, J. M. e CLEMENTS, D. W. G. Princípios para a preservação e conservação de espécies bibliográficas, p. 23-24.

5 COSTA, Marilene Fragas. Noções básicas de conservação preventiva de documentos. Rio de Janeiro: Laboratório de Conservação Preventiva de Documentos, FIOCRUZ, 2003, p. 10.



científicos, numa perspectiva interdisciplinar, que reduzam o ritmo tanto quanto possível deste processo<sup>6</sup>.

A conservação preventiva tem como prerrogativa as ações que visam dar longevidade ao acervo através da higienização periódica deste e de armários e mapotecas, manuseio adequado da documentação, controle de pragas, assessorias diretas aos setores de guarda com treinamento de pessoal, uso de informações sobre materiais mais adequados à preservação do documento, entre outras práticas. As atividades concernentes à conservação reparadora são as pequenas intervenções realizadas no documento tais como os pequenos reparos, enxertos, acondicionamento, encadernação.

E a restauração, por sua vez, relaciona-se às ações mais intensivas, que irão interferir na estrutura do documento para que seja recuperada a sua estrutura original. Considera-se esta etapa o último estágio de medidas para salvar um acervo, visto que quando uma obra ou documento necessitam da restauração é porque todo o tipo de degradação ocorreu<sup>7</sup>.

No entanto, o trabalho que é executado nos centros de conservação e nos laboratórios de restauração é ainda mais abrangente que as práticas das etapas conservadoras e restauradoras dos documentos, consistindo no aprendizado coletivo acerca do manuseio de equipamentos e materiais - como no caso da espátula térmica, de osso e de teflon, dos pincéis, bisturi e estiletos, mesas de luz, capela para produtos químicos, prensas, deionizador, mesa umidificadora e de higienização, além da máquina de obturação de papel, por exemplo – inclusive do uso de produtos químicos, como o hidróxido de cálcio, acetona e álcool puros, além do preparo dos materiais de uso comum, tais quais o corte do papel japonês e o preparo de colas, principalmente da carboximetilcelulose (CMC) –, os procedimentos de cartonagem e confecção de envelopes de poliéster.

Visto isso, discorre-se sobre as etapas do procedimento de conservação, o qual o ponto de partida é o diagnóstico e fichamento do documento a ser trabalhado, efetuando a verificação do estado físico de conservação dos documentos e o preenchimento de uma ficha contendo informações como procedência do documento, identificação temática ou de assunto, tipo de material encontrado, estado de conservação geral, características básicas, tratamento a ser realizado, acondicionamento necessário e observações extras relativas ao documento e seu tratamento.

No caso dos processos, contendo muitas páginas, ou de uma obra que virá a ser desmontada, é fundamental a numeração das folhas, uma vez que o documento precisa retomar o formato original, para então ser realizado o desmonte e tratamento individualizado parte a parte.

Uma etapa essencial da conservação é a higienização, e esta pode ocorrer de variadas formas, sendo as principais com pó de borracha plástica e auxílio de uma “boneca” de algodão e

6 SPINELLI JÚNIOR, Jayme. A conservação de Acervos Bibliográficos & Documentais. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 1997.

7 VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. 1º Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

trincha, e na mesa de higienização com auxílio de uma trincha e até mesmo o bisturi, para sujidades mais profundas. Interessa salientar que até a higienização ser efetuada, o documento deve ser manuseado com o devido cuidado amparado pelos equipamentos de proteção individual (EPI), sendo estes, luvas de látex ou vinil e máscaras cirúrgicas, no mínimo, e em caso de desconhecimento pela condição de higienização do documento, como pelos pesquisadores que entram em contato com este tipo de material, também recomenda-se o uso de EPI a fim de evitar possíveis contaminações.

O diferencial dos procedimentos de recuperação de acervo que recebem o tratamento pelas diretivas da preservação, passando pela conservação e até a restauração, está no caráter de reversibilidade de seus procedimentos. Nesse contexto, enquadra-se portanto, os pequenos reparos efetuados no campo da conservação, tais como os reparos com papel japonês nos cortes e rasgos, podendo adequar-se na gramatura do papel, com o filmoplast, uma fita adesiva reversível que possui variados tipos (P, R, T, P90, por exemplo são nomenclaturas que distinguem a opacidade e transparência, espessura e modo de aplicação) e os enxertos – inserção de papel onde há perda.

Devido o grau de interferência da restauração, esta implica no uso de medidas de precaução a erros, assim, torna-se imprescindível o teste de solubilidade nas tintas, verificando se haverá uma futura reação e perda da escrita/pintura/imagem ao entrar em contato com água deionizada – esta que é utilizada nos tratamentos e até no preparo de materiais, pois uma vez que encontra-se livre da carga de íons, não interfere na acidificação do documento –, hidróxido de cálcio que é utilizado no tratamento químico, principalmente de clareamento de sujidades, e álcool que pode ter sido utilizado em tipos de cola adesiva, por exemplo.

Feitas as devidas precauções e procedimentos primários como a higienização e testes de solubilidade, é necessário para reverter a acidificação e executar uma limpeza mais efetiva do documento, entrando no procedimento de banho. Este pode ser efetuado de três formas: por aspersão, por imersão e por flutuação, cabendo ao restaurador ou técnico definir o método mais apropriado, que irá variar de acordo com o grau de danos existentes no documento.

Uma das etapas mais complexas da restauração está no preparo das polpas de celulose, estas que são a origem do papel neutro confeccionado na máquina de obturação de papel (MOP), utilizado também em enxertos. A polpa de celulose, no caso do *Laboratório de restauração da SPU/RJ*, é doada pelo laboratório do *Arquivo Nacional*, que detém a maior produção de polpa do país, com diferentes gramaturas, comprimentos de fibras e cores. Além da polpa, são doados também corantes para o posterior preparo dessa e uso na MOP. É importante ressaltar que o preparo da polpa é efetuado de acordo com a necessidade do documento, acompanhando o tipo de fibra, a coloração mais aproximada, e espessura.

Nesse momento, é possível iniciar os procedimentos de reenfibragem, que consistem em devolver da melhor maneira possível, o suporte perdido no documento, dentro de suas especificações físicas do papel. Assim, existe a reenfibragem manual e a mecânica. A primeira compreende a utilização da polpa já preparada, aglutinando suas fibras às do documento, enquanto o segundo método equivale ao procedimento desenvolvido através da MOP.

Ainda acerca da perda de suporte, é possível realizar outro procedimento de restauração, conhecido como velatura. Quando a deterioração atinge o papel estruturalmente, a ponto de impedir o manuseio sem que cause maiores danos ou perda de informação – como visto nos documentos manuscritos à base de tinta ferrogálica, composta por ferro, e que geralmente possui característica acidificação, a qual permite a corrosão da escrita –, recorre-se ao procedimento da velatura que é feito a partir da colagem de um papel japonês sobre todo documento, com a cola carboximetilcelulose, de gramatura adequada a fim de que não se obscureça as informações, nem se altere a espessura do documento.

Após todo o trabalho de reestruturação do papel, este que já estava fragilizado, com cortes, perdas e ondulações, reage às transformações executadas, uma vez que ocorre o encontro de materiais diferentes, o recebimento de cola e até mesmo o contato com água e produtos químicos. O impacto que o papel sofreu desde sua existência até mesmo nos processos de conservação e restauração, impele muitas das vezes numa ondulação do documento, e para retomar o formato original, torna-se necessária a planificação, em prensa ou entre placas, utilizando-se borrifadores de água deionizada ou cola de reencolagem.

Por fim, quando o documento está apto a ser manuseado, utilizado para fins de pesquisa e pelo grande público, quando de acesso livre, recobra-se uma necessidade primária dos acervos documentais: o acondicionamento adequado. Documentos mais frágeis acondicionados em envelopes de poliéster, processos em caixas-cruz de papel filifold documenta, plantas em mapotecas. Nesse contexto, espera-se redobrar os cuidados de armazenamento do acervo, e com as condições ambientais anteriormente explicitadas, fazendo uma manutenção continuada e permitindo assim, a preservação e acesso a esses documentos de suma importância histórica.

### Uma política pública

A preservação dos diversos acervos documentais deve ser encarada como uma política pública primária, visto o seu potencial na elucidação de problemas jurídicos e de ordens diversas, e por conta de sua importância para pesquisas históricas. Esses pontos podem representar um ganho substancial à sociedade, de forma a clarificar períodos passados do procedimento estatal a respeito dos mais diversos assuntos que repousam nas páginas da documentação arquivada nos órgãos públicos. A gestão documental é um item garantido por lei, sendo o Poder Público o maior responsável pela mesma.

A lei nº8.159, de 8 de janeiro de 1991<sup>8</sup>, prevê o seguinte:

Art. 1º. É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Da mesma forma, no artigo 17 é dito que “a administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e

8 BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Ver em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)>.

municipais”. Nesse sentido, é correto dizer que o Poder Público pode ser responsabilizado pela preservação dos arquivos públicos, em suas diversas esferas.

A mesma lei, em seu artigo 18, atribui a competência geral da gestão documental quando afirma que,

Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos.

Parágrafo único. Para o pleno exercício de suas funções, o Arquivo Nacional poderá criar unidades regionais.

Esse parágrafo único abre um precedente para a instalação de Centros de Conservação, capitaneados e inspecionados pelo *Arquivo Nacional*. Como o órgão do Poder Público responsável pela guarda e implementação de uma política nacional de arquivos, há a possibilidade de que ele regule a criação e manutenção de locais adequados para a guarda, preservação e conservação da documentação arquivada, visando a disponibilidade da informação à sociedade.

O acesso à informação contida nos arquivos públicos está regulamentado pela lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011<sup>9</sup>, que revogou os artigos 22 a 24 da lei 8.159/91, que antes legislavam sobre esse ponto. Em seu segundo capítulo, que versa sobre o acesso às informações e divulgação, a lei estabelece os parâmetros sobre a gestão e utilidade. O artigo 6º reafirma a responsabilidade do Poder Público em gerir e garantir a disponibilização das informações contidas nos arquivos, através da “proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade [...]”, como está registrado no segundo ponto do artigo. Já o artigo 7º, versa sobre o acesso à informação em si, especificando qual informação pode ser disponibilizada e por quais meios.

É de nosso entendimento, portanto, que a legislação brasileira é favorável à instituição de políticas de preservação de arquivos, de forma a fomentá-la, especificando quais são os responsáveis pela promoção da mesma, no sentido de garantir à sociedade o pleno acesso às informações contidas nos diversos arquivos públicos, quando dentro da norma estipulada.

A partir dos pontos observados acima e da experiência que tivemos nesses 18 meses de estágio no *Centro de Conservação e Laboratório de Restauração da SPU/RJ*, chegamos ao entendimento de que há uma grande necessidade da institucionalização dos centros de conservação, no sentido de que cada instituição que detém a guarda de um arquivo documental, precisa se conscientizar da importância da conservação de tal documentação, tanto para uso dos tramites internos da própria instituição, quanto ao modo que se permita às gerações o acesso a fontes para a pesquisa histórica e, em um sentido mais amplo, a disponibilização dessas informações à sociedade em geral, quando possível.

9 BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Ver em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>.

Partindo desse pressuposto, consideramos importante que haja o devido comprometimento dos órgãos públicos que detêm acervos. Esse comprometimento pode ser traduzido na adoção de planos autônomos para a implantação de um programa de planejamento e preservação para cada acervo que ainda não os possua. Essa iniciativa pode facilitar a melhor gestão do acervo existente, assim como acervos futuros, mantendo-os em boas condições para a guarda da documentação, melhorando o acondicionamento e permitindo o acesso do público aos documentos que possam ser consultados.

Consideramos a importância da aplicação de um Programa de Planejamento e Preservação em cada órgão público que detenha um acervo documental, pelo fato de que a partir dele se pode obter uma maior conscientização da instituição e seus funcionários no sentido de identificar os seus problemas relacionados à preservação de seu acervo. Assim, pode-se criar um plano de ação que coloque em prática todos os pontos do processo de conservação apresentados anteriormente, de forma que contemplem a necessidade de cada acervo.

Para que esse processo aconteça, é de vital importância a adoção de duas medidas por parte da instituição que se interesse pela preservação de seu acervo: a busca de referências e modelos disponíveis para a implantação de medidas para a preservação documental e a informação e capacitação dos funcionários que estarão envolvidos no programa, seja direta ou indiretamente. Quanto ao primeiro ponto, no caso do projeto do qual fazemos parte como estagiários, destaca-se a presença e a instrução dos restauradores na coordenação do trabalho no laboratório, além das referências obtidas a partir dos laboratórios presentes na *Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional*.

Quanto à capacitação dos funcionários, ela é de suma importância, para a criação de uma “cultura de preservação”, de forma a contribuir tanto para uma maior durabilidade da documentação corrente, que um dia ainda fará parte de um acervo, quanto dos documentos que, periodicamente, precisam ser consultados. Essas ações visam evitar que os fatores de deterioração advindos da ação humana, possam gerar um dano ainda maior na documentação a ser preservada, facilitando o processo de recuperação dos documentos já danificados e a preservação daqueles que ainda possuem um maior grau de integridade física.

Nossa posição é a de que a conscientização da importância da existência de Centros de Conservação, espalhados nos diversos órgãos públicos mantenedores de acervos documentais, é de extrema importância para a manutenção da informação presente nesses locais. A deterioração da documentação nos diversos acervos, não só pelos fatores naturais, mas principalmente pela ação humana, geralmente resultado de uma expressiva falta de informação referente ao manuseio correto e tratamento da documentação, representa uma grande perda para a sociedade. Perde-se o conhecimento contido em tais documentos a respeito das mais diversas questões, sejam elas jurídicas, fundiárias e/ou afins, impedindo por vezes o conhecimento e esclarecimento das mesmas. Perde-se, também, parte da história do país, na figura da informação que nunca “verá a luz do dia” através da pesquisa histórica, a qual poderá nunca dispor de tal fonte.

## Santos, práticas alternativas de cura e micro-história.

Marcos Estevam Vasconcelos Silva<sup>1</sup>  
mevs\_hist@yahoo.com.br

### Resumo

A comunicação tem como objetivo divulgar os resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado que investiga o papel e a importância das práticas alternativas de cura no cotidiano da população do município mineiro de Juiz de Fora no período de vigência do primeiro Código Penal Republicano (1890 a 1941). A proposta é apresentar a trajetória de Francisco Marcio de Paula, um garoto de 16 anos, negro, pobre e analfabeto que ficou conhecido como “O Santo do Poço Rico”. De acordo com as informações contidas no inquérito em que Francisco foi réu e nas reportagens especiais publicadas pelo periódico *Diário Mercantil* na primeira quinzena de outubro de 1932, o “taumaturgo” estava realizando curas “assombrosas” na “humilde” residência em que se achava hospedado. Dizendo-se enviado da famosa “Santa” Manoelina de Coqueiros – personagem que também abordaremos - o menino chegou a atrair, em apenas um dia, cerca de duas mil pessoas que buscavam se livrar das enfermidades da alma e do corpo através de suas benzeções e da água que distribuía. Francisco rapidamente ganhou fama e destaque na cidade por conta de suas práticas de cura e seu sucesso imediato não foi responsável apenas por chamar a atenção daqueles que acreditavam em seus préstimos. Chegando ao conhecimento da polícia que um menor estava “atizando a curiosidade pública”, o delegado local determinou que fossem tomadas as necessárias providências para afastá-lo da aglomeração dos “crentes”, vindo de todas as partes. A história de Francisco Marcio de Paula nos permite discutir, através da análise de múltiplas fontes sob uma perspectiva de micro-história, algumas questões relevantes como os significados conferidos por indivíduos e por diferentes grupos sociais à experiência da doença e da melhor forma de curá-la nos primeiros decênios do século XX e a condenação dos hábitos, dos costumes e das religiosidades populares, vistas pelas classes dominantes como fruto da ignorância e do atraso e que constituíam um sério entrave ao desenvolvimento e ao progresso do país.

**Palavras-chave:** Micro-história, Santo do Poço Rico, Práticas alternativas de cura.

Nos últimos anos procuramos investigar algumas questões relacionadas às práticas alternativas de cura estabelecidas na cidade mineira de Juiz de Fora nas primeiras décadas do século XX.

1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.



Em dissertação intitulada “Entre a Justiça, a Ignorância e a Sabedoria”<sup>2</sup>, por exemplo, abordamos a constituição do campo da medicina acadêmica na cidade, sua penetração social e as tensões entre o paradigma científico e as práticas alternativas de saúde que conformavam o imaginário coletivo no período de vigência do código de 1890. Através da análise dos periódicos *O Pharol* e *Diário Mercantil* e também dos processos de Crime Contra a Saúde Pública, buscamos perceber como e porque as classes conservadoras locais, sintonizadas com o discurso médico-higienista característico dos anos iniciais do século XX, lançaram mão de estratégias discursivas e coercitivas que combatiam e estigmatizavam essas práticas. As fontes consultadas evidenciaram que as lutas simbólicas deflagradas pelos médicos acadêmicos visavam não apenas criminalizar, ridicularizar e inferiorizar os curadores<sup>3</sup> e seus “clientes”, mas, sobretudo, angariar legitimidade social para suas formas de tratamento por meio da retórica da autoridade científica, que, naquele contexto, se afirmava como símbolo do cosmopolitismo, da distinção social e da modernidade burguesa.

A análise dos processos de Crime Contra a Saúde Pública utilizados na confecção do estudo também nos permitiu levantar algumas questões sobre as relações estabelecidas entre os curadores, os médicos acadêmicos e a população. Os dados apontaram que nesse momento as práticas alternativas de cura se mostravam indispensáveis para alguns habitantes de Juiz de Fora. Seus agentes, mesmo sendo alvos de uma perseguição sistemática associada a dois fatores não excludentes como a marginalização e a condenação dos hábitos e costumes populares e a tentativa da “medicina científica” local de “higienizar” o espaço urbano e de se firmar como a “arte de curar” hegemônica, não deixaram de ser procurados. Existiam elementos em seus tratamentos que os tornavam indispensáveis para aqueles que viveram na “Manchester Mineira”<sup>4</sup> nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX.

Um dos objetivos da pesquisa era perceber quais eram os elementos responsáveis por fazer com que a população ignorasse o discurso produzido pelas classes dominantes locais e continuasse a solicitar pelos préstimos dos curadores. É certo que a falta de recursos financeiros, apresentada pelo discurso hegemônico como um dos principais fatores de aproximação entre os curadores e a população, não foi ignorada na pesquisa. Seria ingenuidade acreditar que todos que viviam em Juiz de Fora nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX tinham condições de contratar os serviços dos esculápios. No entanto, os processos criminais demonstraram que as práticas alternati-

2 SILVA, Marcos Estevam Vasconcelos. *Entre a Justiça, a Ignorância e a Sabedoria: o papel e a importância das práticas alternativas de cura na “Manchester Mineira” republicana*. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de Pós-graduação em História, São João del-Rei, 2015.

3 O termo “curador” está sendo utilizado para classificar todos aqueles que atuavam no campo da cura sem contar com um diploma acadêmico. A existência de inúmeros indivíduos em Juiz de Fora nas décadas iniciais do século XX com práticas e terapias heterogêneas nos levou a adotar um termo mais abrangente, capaz de englobar tanto aqueles que atuavam como “verdadeiros” médicos quanto os que curavam através do catolicismo popular, das religiões afro-brasileiras, do espiritismo e etc.

4 O desenvolvimento das atividades urbanas que firmaram Juiz de Fora como o maior polo industrial de Minas Gerais até as primeiras décadas do século XX garantiu ao município alguns apelidos sugestivos como “Manchester Mineira”, “Barcelona brasileira”, “Princesa de Minas” e “Atenas de Minas”.

vas de cura não eram acionadas apenas por essa razão, uma vez que pessoas que possuíam recursos e acesso à medicina acadêmica também se valiam dos tratamentos dispensados pelos curadores.

Como um fator de aproximação entre parte da população e os curadores levantamos a hipótese de uma possível desconfiância dos juizforanos em relação às práticas desempenhadas pelos médicos acadêmicos. Todas as fontes disponíveis indicaram que por mais que houvesse um amplo esforço das autoridades municipais e da imprensa local para valorizar a profissão médica e estigmatizar as atividades dos curadores, esse discurso não se materializava na prática social. Para uma parte significativa da população, a "medicina científica" era uma "arte de curar" relativamente "nova" e "estranha". Seus agentes possuíam um comportamento próprio e um método "científico" de intervir no corpo doente bastante diferente daqueles que a população estava habituada. Embora seus tratamentos fossem divulgados, principalmente pela imprensa, como os únicos eficazes no combate às enfermidades, eles, quando acionados, não correspondiam às expectativas. Das diversas testemunhas envolvidas nos processos de Crime Contra a Saúde Pública, muitas afirmaram que recorreram aos curadores após terem visitado, sem muito sucesso, alguns médicos estabelecidos em Juiz de Fora.

Outro elemento que contribuía para afastar parte da população juizforana dos esculápios nos primeiros anos do século XX era o caráter autoritário de suas práticas. As truculentas "ações saneadoras" que figuravam diariamente nas primeiras páginas dos periódicos locais, idealizadas pelos "Doutores" ligados à *Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora* e à *Inspetoria/Diretoria Municipal de Higiene*, eram responsáveis por negatizar ainda mais a imagem da medicina "científica". Com medo de que suas casas - e suas privacidades - fossem vistoriadas, "higienizadas" e até mesmo demolidas, muitas pessoas deixavam de procurar pela assistência médica, omitindo casos de doenças e se socorrendo em outras práticas de cura.

Em contrapartida, alguns curadores estabelecidos em Juiz de Fora apresentavam outras formas de lidar com as doenças muito mais próximas do cotidiano e da crença da população. Suas explicações para as origens das moléstias não eram complexas e suas formas de tratamento eram socialmente compreensíveis dentro da visão de mundo compartilhada por seus "clientes". Ao invés de recorrerem a intervenções dolorosas e indesejadas, como as cirurgias e as internações, receitavam banhos, chás, ervas, purgantes, pão, água fluída, passes, orações e etc. Enquanto que a medicina acadêmica buscava explicar as causas das doenças através de fatores exclusivamente físicos, como os "famosos" miasmas mórbidos, principais responsáveis pelas enfermidades e que surgiam, segundo os esculápios, nas residências insalubres dos menos afortunados, indivíduos identificados com as práticas religiosas afro-brasileiras, com o espiritismo e com o catolicismo popular possuíam uma interpretação que envolvia um funcionamento integrado do corpo e do espírito que era compartilhada por parte significativa da população. Inspirados pelos estudos da historiadora Gabriela dos Reis Sampaio (2001) e do físico Fritjof Capra (1986), percebemos que nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX era comum em Juiz de Fora a crença de que as doenças que acometiam

o corpo físico eram causadas pela interferência, direta ou indireta, do sobrenatural. Muitos agentes da cura estabelecidos na cidade, aos olhos de seus "clientes", eram supostamente indispensáveis pela capacidade que tinham de manipular essas "forças ocultas". Além de tratar a tuberculose, a sífilis, tumores e dedos machucados, arranjavam e desmanchavam casamentos, auxiliavam na venda de propriedades, faziam aparecer amores e objetos furtados, entre outras coisas. O fato de todos eles possuírem uma "clientela" significativa, formada por pessoas de Juiz de Fora e de outras localidades, sugeriu que suas formas "ignorantes", "irracionais" e "supersticiosas" de explicar e tratar as doenças eram, pelo menos para uma parte da população, mais convidativas e toleradas do que as prescrições "científicas" dos médicos acadêmicos.

Muito embora os achados da dissertação tenham comprovado a hipótese de que o fator econômico não era determinante na aproximação entre a população e as práticas alternativas de cura estabelecidas em Juiz de Fora nos primeiros decênios do século XX, algumas questões sobre outros elementos responsáveis por essa aproximação necessitavam ser aprofundadas a partir da análise de outras fontes. A localização de um novo material após a conclusão da pesquisa empreendida no mestrado nos abriu a possibilidade de revisitar o tema no doutorado sob uma perspectiva de micro-história, explorando mais a fundo as múltiplas relações entre os curadores, a população, os médicos acadêmicos, as autoridades municipais e a imprensa. Nesse sentido, dois achados se mostraram importantes para nossos propósitos. Trata-se das trajetórias de Francisco Marcio de Paula e Manoelina Maria de Jesus.

Francisco era um garoto negro, com 16 anos de idade quando ficou conhecido em Juiz de Fora como "O Santo do Poço Rico". Segundo as reportagens especiais publicadas pelo periódico *Diário Mercantil* na primeira quinzena de outubro, o "enviado da Santa Manoelina de Coqueiros" estava realizando curas "assombrosas" na "humilde" residência em que se achava hospedado na Avenida Rivelli. Após ganhar destaque nas publicações diárias do periódico juizforano que traziam informações sobre sua vida e sobre suas curas, Francisco chegou a atrair, em apenas um dia, cerca de duas mil pessoas que buscavam se livrar das enfermidades da alma e do corpo através de suas benzeções e da água que distribuía. Entre essas pessoas – muitas delas entrevistadas pelos repórteres do *Diário Mercantil* – estavam tanto os "pobres coitados" que não possuíam recursos suficientes para recorrer aos tratamentos oferecidos pelos médicos acadêmicos, como aqueles que já haviam buscado pela "medicina científica" sem obter dela um resultado satisfatório.

As descrições dos supostos "milagres" de Francisco na imprensa não foram responsáveis por divulgá-los apenas entre aqueles que acreditavam e buscavam por seus préstimos. Chegando ao conhecimento da polícia que no bairro do Poço Rico um menor estava atraindo "a curiosidade pública, anunciando ter feito curas assombrosas", o delegado João Valladão determinou que fossem tomadas as necessárias providências, instaurando um Inquérito para colher as declarações de Francisco e de seu primo Cesário Marcondes. Valladão achou também conveniente realizar um exame de sanidade "na pessoa do mencionado menor", nomeando como peritos os médicos Simeão de Faria e Joaquim Geraldo de Assis<sup>5</sup>.

5 Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo Fórum Benjamim Colucci. INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932, p. 2

Em 7 de outubro de 1932, às 13 horas da tarde, Francisco foi submetido ao exame de sanidade solicitado pelo delegado. Nele, os peritos atestaram que o “santinho” era um “débil mental, com manifestações paranoicas, mania religiosa e de perseguição, apresentando sinais clínicos de uma fraqueza pulmonar incipiente, pelo que convém a sua reclusão em um estabelecimento apropriado”<sup>6</sup>.

No mesmo dia em que o exame foi realizado, o delegado resolveu finalizar o Inquérito e encaminhá-lo ao Juiz de Direito da Primeira Vara de Juiz de Fora. Na conclusão do documento, Valladão fez questão de sublinhar que Francisco Marcio de Paula era um menor abandonado e que Cesário Marcondes, detentor provisório da guarda do garoto, o “explorava, consciente ou inconscientemente”, algo que o tornava incapaz de cuidar de Francisco por não compreender sua “triste situação” mental. Desta forma, impunha-se a necessidade de uma medida de proteção ao “infeliz”, pois só assim poderia ele receber o tratamento médico de que tanto necessitava. Para as autoridades, a reclusão de Francisco em uma instituição da cidade também era essencial para afastá-lo da aglomeração dos “crentes”, vindo de todas as partes<sup>7</sup>.

Diante da possibilidade de internação de Francisco Marcio de Paula, a população juizforana reagiu imediatamente. No dia 13 de outubro de 1932 cerca de 290 pessoas assinaram um documento endereçado ao Juiz da Primeira Vara pedindo que Francisco continuasse realizando seus milagres e permanecesse morando com seu primo Cesário Marcondes:

O abaixo assignados confiantes no espirito de justiça de V. S vem expor o seguinte: - Conforme é já sabido de acordo com a indicação fornecida pelo sr. Dr. Delegado de Polícia, V.S determinou que o menor Francisco Marcio de Paula que vem obtendo curas inegáveis e reconhecidas por todos que vem frequentando a sua casa, fosse internado num asylo. Entretanto desejosos todos da não internação do referido menor viemos todos a presença de V. S solicitar permissão para que Francisco Marcio de Paula fique residindo com seu parente com que vem morando há quase dois meses, curando os pobres coitados que não dispõem de recursos para recorrerem a sciencia medica, ou mesmo aqueles que já trataram pela sciencia e nada conseguiram.<sup>8</sup>

Em cinco de novembro de 1932, o Juiz A. Martins finalizou o inquérito ordenando que a peça fosse arquivada. Atendendo parcialmente os pedidos daqueles que participaram do abaixo-assinado, o magistrado confiou a guarda de Francisco Marcio de Paula a seu primo Cesário Marcondes “com recomendação de zelar pela sua saúde e educação e proibição de especular-se com a credence popular que pretende transformá-lo em milagreiro”<sup>9</sup>. E essa foi a última vez que encontramos informações sobre Francisco nas fontes analisadas até agora.

Já Manoelina era uma jovem negra, pobre e analfabeta que ficou nacionalmente conhecida no primeiro semestre de 1931 como a “Santa de Coqueiros”. Os rumores sobre os inúmeros mila-

6 INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932, p. 9

7 INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932, p. 10

8 INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932, p. 16.

9 INQUÉRITO, 7 de outubro de 1932, p. 23

gres realizados pela camponesa na cidade de Entre Rios de Minas se espalharam rapidamente pelo país com a ajuda das reportagens realizadas por alguns periódicos, como o vespertino carioca *A Noite* que dedicou uma atenção especial ao caso. De forma repentina, o pacato lugarejo se transformou em um centro agitado de fé e curiosidade. Pessoas de todos os cantos do país e de diferentes classes sociais se dirigiam para a humilde casa da Santa a pé, a cavalo, de carro ou transportadas por caminhões superlotados.

A equipe de reportagem do Rio enviada para Coqueiros foi responsável por entrevistar os inúmeros romeiros que se diziam curados pela “taumaturga”. Atentaram também para a intensa movimentação e para a crescente insatisfação da polícia, dos médicos e dos membros da Igreja Católica da região que condenavam as práticas da “santa”. Em junho de 1931, quando Manoelina foi internada no Instituto psiquiátrico Raul Soares, localizado em Belo Horizonte, a população e a redação do *A Noite* reagiram contra a “truculência das autoridades mineiras” pedindo sua liberação imediatamente.

Antes mesmo de um habeas-corpus ter sido julgado pelo Superior Tribunal de Belo Horizonte, Manoelina Maria de Jesus foi posta em liberdade no dia 16 de junho. Livre do manicômio e das garras da polícia, a jovem camponesa partiu para Dom Silvério. Naquele distrito, a “afluência” de romeiros continuou a todo vapor até o início de 1932, quando Manoelina, “depois de um longo período de extraordinária evidência, cairá no esquecimento”<sup>10</sup>.

Como é possível perceber, as histórias de Francisco e Manoelina possuem muitos pontos em comum. Ambos eram negros, pobres e analfabetos, foram “beatificados” pela população, tiveram seus milagres divulgados pela grande imprensa, foram diagnosticados pelos esculápios como “débeis mentais” e acabaram perseguidos pelas autoridades por conta de suas práticas de cura.

Quando nos deparamos com o caso do “Santo do Poço Rico” ficamos surpresos e eufóricos com sua possível excepcionalidade. Embora a trajetória daquele garoto que conquistou parte da população juizforana fosse repleta de aspectos interessantes, como o número elevado de enfermos que buscaram por seus préstimos, o que nos chamou atenção em um primeiro momento foi o posicionamento que o *Diário Mercantil* adotou em relação à sua atuação, visto que esse periódico não costumava adotar uma postura de conivência com as práticas culturais populares, sobretudo com as que envolviam uma intervenção na alma e no corpo doente. Assim como alguns de seus “concorrentes”, o “Diário” compactuava com os discursos formulados pela corporação médica e pelas autoridades municipais de que estas atividades deveriam ser combatidas sistematicamente.

No processo de confecção do projeto de pesquisa apresentado na seleção do doutorado desconhecíamos por completo as proezas da “Santa de Coqueiros”. No entanto, conforme avançamos na leitura das fontes disponíveis sobre o caso de Francisco durante o primeiro ano de curso, percebemos que Manoelina era uma peça fundamental de nosso quebra-cabeça. O fato de seu

10 Como vive, actualmente, Manoelina Maria de Jesus. *A Noite*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1932, p. 1.

nome aparecer com destaque nos títulos das reportagens sobre “O Santo do Poço Rico” indicou que ela seria indispensável para a realização de nossas pesquisas. Tivemos, então, a necessidade de investigar os pormenores da vida da Santa. Não foi preciso muito esforço para perceber as similitudes entre os dois casos e que o “sucesso” de Francisco em Juiz de Fora em 1932 foi, provavelmente, o desdobramento de um fenômeno que se iniciou em Coqueiros no ano anterior.

Os textos, antes contraditórios, publicados pelo *Diário Mercantil* em outubro de 1932 foram se tornando inteligíveis na medida em que aprofundamos nos trabalhos realizados pela equipe do *A Noite* em Coqueiros. A inspiração do articulista do *Diário* em relação às reportagens produzidas por seus colegas do Rio de Janeiro deu contornos mais nítidos às diversas semelhanças entre as duas séries de reportagens, como a ênfase na movimentação de romeiros, as descrições dos milagres, as entrevistas com aqueles que se diziam curados pelos “Santos” e a suposta imparcialidade diante dos “estranhos fenômenos”.

O fato é que alguns periódicos como o *A Noite* e o *Diário Mercantil*, ao conferir destaque aos “supostos milagres” realizados por Manoelina e Francisco, deram visibilidade às suas práticas e romperam com certos padrões ideológicos que orientavam a grande imprensa no início da década de 1930. O “contraditório” *Diário Mercantil*, em uma reportagem publicada na primeira página do dia 8 de abril de 1931, por exemplo, denunciou os métodos empregados pelo *A Noite* em suas coberturas sobre o “caso Manoelina”. Segundo o texto, a ampla divulgação dos supostos milagres da “santa” pelo “espalhafatoso jornal carioca” era responsável por levar milhares de enfermos até Coqueiros. Enfermos estes que desconheciam por completo as “artimanhas” do vespertino do Rio. Ainda de acordo com o jornal juizforano, a estratégia utilizada pelo *A Noite* para construir a imagem da “Santa Manoelina” foi a mesma empregada alguns anos antes no caso do famoso “fakir” da Rua dos Barbonos, onde um repórter teria se passado por um indiano “para mostrar quão fácil é explorar-se a credulidade popular”. Dentro dessa perspectiva, “a Santa de Coqueiros não passava de um “mutatis mutandis”, um caso semelhante ao do fakir”. A prova definitiva dessa “fabricação de noticiais” era a entrevista publicada pelo “A Noite” no dia 2 de abril com “um notável médico de Juiz de Fora”, o dr. Francisco das Chagas Sobreira”. Na verdade o Dr. Sobreira era o “famoso curandeiro” França Sobreira, “Espécime completo do roceiro, quasi analphabeto, incapaz de articular com acerto dez palavras”<sup>11</sup>.

Embora seja impossível negar que uma parte da imprensa tenha sido responsável por construir as imagens e ampliar a credibilidade da “Santa de Coqueiros” e do “Santo do Poço Rico”, não se trata de afirmar aqui que ela foi à única responsável por gerar a autoridade social desses curadores. Longe disto. Indivíduos como Manoelina e Francisco, mesmo sendo alvos de uma perseguição sistemática nas primeiras décadas do século XX, desempenhavam um papel importante no cotidiano de uma parcela significativa da sociedade.

11 Um “enviado” de “santa” Manoelina está operando “milagres” no bairro de Poço Rico. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 08 de abril de 1932, p. 1.



Em certo sentido, as histórias de Francisco Marcio de Paula e Manoelina Maria de Jesus, ao serem analisadas sob uma perspectiva de micro-história, foram capazes de trazer a tona algumas contradições presentes no discurso da imprensa que não havíamos percebido nos estudos anteriores. Além disso, foram justamente essas contradições que possibilitaram avançar em alguns pontos inexplorados na dissertação. Graças às descrições dos milagres e as entrevistas concedidas por aqueles que procuravam pelos préstimos dos “santos”, publicadas nas primeiras páginas de determinados periódicos que comumente traziam informações sobre esses indivíduos apenas nas páginas policiais, foi possível aprofundar em algumas questões relevantes como o papel e a importância que as práticas alternativas de cura desempenhavam no cotidiano da população, os significados conferidos por indivíduos e por diferentes grupos sociais à experiência da doença e da melhor forma de curá-la nos primeiros decênios do século XX.

Para encerrarmos a discussão é indispensável gastarmos apenas mais algumas linhas com Manoelina e Francisco. Como vimos, nos primeiros decênios do século XX indivíduos como eles, mesmo sendo criminalizados e estigmatizados pelas constantes investidas dos grupos hegemônicos, não deixaram de ser requisitados por uma parcela significativa da população. Em Juiz de Fora, por exemplo, era enorme a quantidade e a variedade de curadores que atuavam no mesmo período que o “Santo do Poço Rico”. Mas nenhum deles alcançou a visibilidade de Francisco. As proezas do menino obviamente estão relacionadas aos elementos citados no início desse texto que conferiam credibilidade às práticas alternativas de cura. No entanto, acreditamos que outro fator foi decisivo para o “êxito” do “santinho”: sua autoridade social. Tomadas emprestadas as palavras de Giovanni Levi:

Havia outros homens que curavam os males gerados por causas naturais ou que se ocupavam do sobrenatural; portanto, não se pode explicar o sucesso de um novo curandeiro só em função das curas obtidas ou das novas esperanças que ele oferecia para aqueles já desiludidos com outros curandeiros. Também não podemos reduzir completamente um fenômeno emergente à cultura prevalente em circunstâncias normais. É, na realidade, a ampliação e restrição da variedade das causas que geram as doenças, o que produz um determinado comportamento dos homens em relação à possibilidade de intervenção e de cura. Isto se dá não só do ponto de vista da diversa identificação das técnicas e das pessoas capazes de curar, mas também em relação ao sentimento geral da confiança na eficácia das curas e na autoridade social de um gênero específico de curandeiro<sup>12</sup>.

Uma das hipóteses que aventamos é a de que a autoridade social de Francisco foi um legado deixado por Manoelina que foi sendo reforçada pelas publicações contraditórias do “Diário Mercantil”. Em 1931 a fama de Manoelina ultrapassou as fronteiras de Coqueiros com a ajuda da imprensa, atingindo localidades distantes e relativamente próximas como Juiz de Fora. Neste município, assim como em muitos outros, havia confiança na “eficácia das curas” da camponesa. Desta cidade, muitos enfermos partiram em direção a João Ribeiro em busca de uma cura para

12 LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 76-77.

suas aflições, espremendo-se nos vagões da Central ou em caminhões superlotados. No centro da “Manchester Mineira”, próximo à Catedral Metropolitana, o rosto da Santa foi visto dentro da garrafa de água benta e causou um grande alvoroço.

Nesse sentido, a popularidade dos curadores, as visões etiológicas, a fama de Manoelina na cidade e as reportagens do “Diário Mercantil” contribuíram para “santificar” Francisco. Todos esses elementos somados deram credibilidade às curas do garoto e firmaram sua autoridade social. Em outubro de 1932 o “santinho” herdou algo de imaterial. E o cenário para sua ascensão e queda repentina já estava parcialmente montado. A imprensa local tinha o modelo a ser seguido. A população juizforana possuía um santo para chamar de seu. E os médicos e as autoridades policiais um jovem negro e pobre para diagnosticar como “débil mental”.

## Travessia clandestina: diferentes representações sobre o “Coioote”

Carolina Silva Horta Machado

Graduada em História/Licenciatura pela UFMG  
lina.shm@hotmail.com

### Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa realizada para o curso de bacharelado em História/UFMG, cujo tema são as representações sobre o processo de travessia clandestina por terra, do Brasil para os EUA, uma das formas pelas quais se dá a emigração ilegal, de (ex)moradores de Sardoá/MG. Por ser um processo baseado na ilegalidade, o risco aos viajantes é imanente, sendo as relações entre emigrantes e Coiotes fundamentadas em confiar no desconhecido. Nesse sentido essa apresentação tem como objetivo analisar as representações em torno da figura do Coioote, que se apresenta de forma ambígua, possibilitando ou impedindo a realização do sonho dos emigrantes. Para tanto, a pesquisa se valeu da metodologia da História Oral, que nos permite ampliar a compreensão do processo migratório, já que “as narrativas dos migrantes evocam os ‘imaginários culturais’ sobre os futuros locais de destino e explicam como estes *imaginários* são produzidos, disseminados, recebidos e usados.”<sup>1</sup>. Assim, foram realizadas entrevistas temáticas com emigrantes retornados, membros de uma mesma família originária da cidade de Sardoá/MG, que realizaram a travessia clandestina entre os anos de 2000 – 2015. A pesquisa conta também com a análise de reportagens jornalísticas sobre o tema, publicadas no período selecionado (2000–2015) e retiradas dos seguintes jornais: a Folha de SP, Estadão e Veja, que nos fornecem um panorama de como estava a questão da migração clandestina no Brasil. Além disso, serão utilizadas também as representações da emigração e do Coioote, identificadas na novela América (escrita por Glória Perez e exibida pela Rede Globo em 2005) que trazia em seu enredo o drama da emigração clandestina para os EUA. Sol, personagem principal interpretada por Débora Secco, fez a travessia clandestina mais de uma vez durante a novela, com a ajuda de Coiotes que a colocaram nas mais perigosas e inimagináveis situações, agindo muitas vezes com violência. Assim, foi possível perceber a existência de diferentes imaginários sociais sobre o Coioote. Midiaticamente, por meio da novela América e das reportagens jornalísticas, o Coioote é representado como um vilão, responsável por cometer atrocidades durante a travessia clandestina. Por outro lado, as narrativas de emigrantes retornados evocam o lado humano do Coioote, que é representado como uma pessoa qualquer, que está apenas realizando um trabalho para sobreviver, e que sem ele o sonho de chegar nos EUA jamais seria alcançado.

**Palavras-chave:** Travessia clandestina, coioote, migração, história oral.

1 THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v.22, n.44, 2002. p. 345.

## Introdução

A partir da década de 1980, é perceptível um avanço na emigração de brasileiros em busca de melhores oportunidades socioeconômicas. Nesse panorama, a região de Governador Valadares/MG destaca-se como pioneira, tornando-se representativa da emigração para os Estados Unidos da América - EUA. Com o passar dos anos e o aumento dos empecilhos para a entrada de emigrantes nos EUA, novas alternativas para emigrar são criadas, inclusive por meios ilegais. Dentre essas alternativas destaca-se a travessia clandestina, por terra, das fronteiras mexicanas para os EUA. Diante das inúmeras dificuldades em percorrer esse trajeto, os migrantes se valem da ajuda do Coiote, uma pessoa, geralmente mexicana, que tem conhecimento e habilidade para cruzar a fronteira.<sup>2</sup> Este trabalho, se propõe a analisar as representações em torno da figura do Coiote, que se apresenta de forma ambígua, possibilitando ou impedindo a realização do sonho dos emigrantes. Essas representações se constituem em veículos midiáticos (alguns jornais da grande imprensa e a novela *América*) e em narrativas de memória de sujeitos que vivenciaram a travessia clandestina, em entrevistas de história oral.

Cruz e Peixoto destacam que os jornais e revistas “agem como força ativa na constituição dos processos de hegemonia social”<sup>3</sup>, atuando, entre outras coisas “na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, etc.; na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social e na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo.”<sup>4</sup> Dessa forma a imprensa, entendida como uma linguagem constitutiva do social, se torna uma fonte privilegiada de constituição e difusão do imaginário social sobre a travessia clandestina.

Para tanto, foi realizado um levantamento de reportagens jornalísticas sobre a temática nos acervos online dos jornais *Estado de São Paulo* e *A Folha*, que estão no *ranking* entre os 4 maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano, segundo a Associação Nacional de Jornais<sup>5</sup>. Foi realizada pesquisa também no acervo online da revista mensal *Veja*, considerada a revista de maior circulação no Brasil, com uma tiragem superior a 1 milhão de cópias<sup>6</sup>. A pesquisa foi realizada no ano de 2016 e se restringiu ao período entre os anos 2000 – 2016, com a busca dos termos-chave “travessia clandestina” e “migração ilegal”. Com os termos “travessia clandestina”, foram encontradas 64 reportagens das quais 13 eram sobre a emigração de brasileiros rumo aos Estados Unidos. Já na busca com os termos “migração ilegal”, foram encontradas 153 reportagens das quais 30 eram sobre a emigração de brasileiros para os Estados Unidos.

2 SPENER, David. Mitos y realidades de un arquetipo fronterizo: Narrativas sobre el coyote mexicano. Ponencia presentada en el XXXIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Ciudad de Guatemala. 2001.

3 CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, dez. 2007. p. 259.

4 CRUZ; Peixoto. Na oficina do historiador. p. 259.

5 Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> acessado em 28/06/2018.

6 Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja> acessado em 28/06/2018.

Tal como os jornais, a novela, ao longo dos anos, consolidou-se como uma espécie de vitrine da moda, notícia e comportamentos, fortalecendo-se a noção “de que as novelas influenciam e estimulam, positiva ou negativamente, comportamentos coletivos ou individuais.”<sup>7</sup> Nesse sentido, esse trabalho se debruçará também sobre alguns aspectos retratados na novela *América*, que foi exibida em horário nobre no Brasil, durante o período de 14/03/2005 a 04/11/2005 e atualmente se encontra integralmente disponível na plataforma do Globo Play. Escrita por Glória Perez, a novela *América* tem como enredo principal a história de Sol (Deborah Secco), uma carioca que nutre desde a infância o desejo de ter uma vida melhor nos Estados Unidos. Após duas tentativas frustradas de conseguir o visto para viajar legalmente, Sol procura Alex (Thiago Lacerda) com o intuito de atravessar a fronteira a qualquer custo. Dessa forma, a trama se desenvolve representando os percalços do caminho percorrido pelos emigrantes que fazem a travessia ilegal pelo deserto mexicano<sup>8</sup>.

Além dos jornais e da novela, foram realizadas 3 (três) entrevistas temáticas, a partir da metodologia de História Oral, com o intuito de compreender como se dá a representação da travessia clandestina nas narrativas de memória de emigrantes retornados. Na tentativa de recuperar a memória e a subjetividade dos sujeitos que vivenciaram essa experiência, o processo migratório foi apreendido como um deslocamento/movimento não apenas geográfico e linear (do país de origem para outro), mas múltiplo, movendo-se em diferentes sentidos (sociais, culturais, econômicos, etc.). A História Oral nos auxiliou nessa análise, já que visa também a valorização da experiência individual e da subjetividade, possibilitando trazer à luz aspectos sociais, históricos e principalmente subjetivos dessa experiência, que é por vezes conflituosa e/ou dolorosa.<sup>9</sup>

As entrevistas foram realizadas com emigrantes retornados membros de uma mesma família, originária de Sardoá. Dois dos entrevistados são irmãos – José<sup>10</sup>, 40 e Breno, 44 – e realizaram a travessia clandestina juntos, em agosto de 2005. O terceiro entrevistado é Pedro, 28 – primo dos outros entrevistados, e realizou a travessia clandestina acompanhado da irmã mais velha e de um primo, no ano de 2007. Os entrevistados são moradores e ex-moradores da cidade de Sardoá, que se localiza a 331,4 km da capital, Belo Horizonte e a 72,7 km de Governador Valadares. Essa região é profundamente marcada pelo que Sousa chama de cultura da migração, que segundo ele se “estabelece publicamente quando o ato de migrar se torna socialmente legitimado”<sup>11</sup>, sendo a migração percebida como vantajosa ao possibilitar e/ou facilitar o alcance ao sucesso socioeconômico desejado

7 HAMBURGUER, Esther. 2005. O Brasil antenado: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p.13.

8 LANTELME, Lenise; FRAGA, Kátia Agostini. Discurso da novela América sobre a imigração de brasileiros para os EUA. Revista Científica da Faminas, Minas Gerais, v.4, n.1, jan-abr. de 2008.

9 OSMAN, Samira Adel. Imigração e o Tema Moverdor. Oralidades, São Paulo, (1), p. 33-40, mai. 2007.

10 Por se tratar de um processo ilegal, os nomes foram alterados visando a preservação da identidade dos entrevistados.

11 SOUSA, Leonardo Gomes. Redes Sociais, Mercado e Cultura Migratória – Um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na Microrregião de Governador Valadares no Século XXI. 2016. 154p. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte. p. 16.

Além de se restringir a analisar a região de Sardoá, esse trabalho tem seu recorde temporal iniciado em 2001, quando acontece os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Partimos da hipótese de que, possivelmente, é a partir daí que a emigração ilegal, por meio da travessia clandestina das fronteiras, torna-se uma rota mais comum de entrada nos EUA para os brasileiros. Segundo Sousa<sup>12</sup>, nesse período ocorreu um endurecimento das políticas migratórias, com a adoção de medidas restritivas à liberação de vistos de turista, dificultando a entrada legal de brasileiros no país. Nosso recorte se estende até 2016, que é quando as entrevistas que serão analisadas, se concluíram. Partimos, assim, do pressuposto de que a memória se compõe no momento presente, sendo ele também elemento de análise nessa pesquisa.

### Travessia clandestina nas mídias

A partir de 1980, com uma significativa demanda pela emigração internacional, constituiu-se um “mercado da migração”, composto por diversos agentes e instituições, que se distribuem e se organizam de forma a possibilitar e garantir a travessia do Brasil para os Estados Unidos<sup>13</sup>. Porém, o progressivo fechamento das fronteiras estadunidenses na década de 1990, com a imposição de inúmeras restrições para a retirada do visto, principalmente para valadarenses, levou à consolidação da chamada “indústria da migração ilegal”, que fornece desde documentos falsos até os meios necessários para consolidação da travessia ilegal das fronteiras<sup>14</sup>.

Nos jornais pesquisados, foi encontrada uma grande variedade de termos para explicitar a atuação da “indústria da migração ilegal” e daqueles que desempenham variadas funções dentro dela. Do total de 13 termos encontrados, “Coioite” foi a denominação que apareceu mais vezes, estando presente em 17 reportagens. Algumas vezes, o termo “Coioite” vinha acompanhado de sua definição, como guia de emigrantes<sup>15</sup> e/ou pessoa que leva/facilita a entrada de emigrantes clandestinos para os EUA<sup>16</sup>, geralmente identificando sua atuação nas cidades fronteiriças do México<sup>17</sup>.

12 SOUSA. Redes sociais, mercado e cultura migratória, 2016.

13 SOUSA. Redes sociais, mercado e cultura migratória, 2016

14 FAZITO, Dimitri; SOARES, Weber. The Industry of Illegal Migration: Social Network Analysis of the Brazil-US Migration System. *International Migration / OIM*. doi: 10.1111/imig.12034. 2014

15 WATKINS, Nathalia. O êxodo das crianças. *Veja*, São Paulo, p. 72-73, 18 jun. 2014. GASPARG, Malu. A aventura e o sofrimento dos brasileiros que tentam ingressar clandestinamente em território Americano. *Veja*, São Paulo, v. 4. p. 40-35, 4 fev. 2004.

16 DA REDAÇÃO. México destitui 10% de seus policiais por corrupção ou ligação com carteis. *Estado de São Paulo*, São Paulo, A12. 31 ago. 2010.

17 DA REDAÇÃO. Quem insiste em ir para os EUA usa rotas perigosas pela América Central. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. C6, 25 jul. 2007. LACERDA, Marco Antônio de. O muro da fronteira. *Estado de São Paulo*, São Paulo, A16. 11 mai. 2003.



Destacamos que a maioria das reportagens encontradas relatava situações de abusos, violências<sup>18</sup> e assassinatos<sup>19</sup>, ocorridos na fronteira do México, revelando as péssimas condições em que essa travessia acontece. Nessas reportagens, as violências, abusos e até assassinatos de emigrantes durante a travessia são apontados como responsabilidade da “indústria da migração ilegal”<sup>20</sup>, que envolve “extorsão, sequestro, agiotagem e assassinado”<sup>21</sup>. A “indústria da migração ilegal” é, na maioria das vezes, personificada na figura do coioote, que é, na grande maioria das reportagens, identificado como um mexicano que extorpe emigrantes, assedia mulheres, faz uso de entorpecentes e abandona os emigrantes sem alimento, sem água<sup>22</sup> e sem assistência em caso de acidentes<sup>23</sup>.

Na novela *América*, no entanto, o principal responsável pela migração do Brasil para os Estados Unidos não é representado como um coioote. Logo nos primeiros capítulos, o personagem de Alex (Thiago Lacerda) é apresentado como um atravessador, que facilitaria a entrada de emigrantes nos Estados Unidos. Além das negociações financeiras, é Alex que viaja junto ao grupo de emigrantes, orientando-os até a chegada no México. E é aí, durante uma conversa entre Sol (personagem principal interpretada por Déborah Secco) e outra mulher que também está aguardando o momento da travessia, que é utilizado pela primeira vez o termo coioote, denominando os responsáveis por atravessar os emigrantes.

Durante a primeira tentativa de Sol de chegar aos Estados Unidos, o personagem de Alex se posiciona como um chefe, que apesar de brasileiro, é o responsável por dar as ordens aos outros empregados, que, naquele caso, são representados como mexicanos – esses, sim, apresentados como sendo os coiootes. Segundo o site do Memória Globo, “a função de Alex é formar grupos de imigrantes, providenciar para eles passaportes e documentos falsos, passagens aéreas e hospedagem provisória no México, enquanto Ramiro (Coioote) auxilia os clandestinos a atravessar a fronteira, acompanhando-os na viagem”<sup>24</sup>. Tanto na novela como na maioria das reportagens encontradas, o Coioote é identificado como um mexicano que atua nas fronteiras transportando os emigrantes<sup>25</sup>, enquanto o atravessador/aliciador é um brasileiro que tem sua atuação ligada ao Brasil<sup>26</sup>.

18 LACERDA, Marco Antônio de. O muro da fronteira. *Estado de São Paulo*, São Paulo, A16. 11 mai. 2003. TREVISAN, Cláudia. ‘La Línea’, A fronteira que divide 2 mundos. *Estado de São Paulo*, São Paulo, A15. 24 nov. 2013.

19 PORTELA, Marcelo. Massacre no México põe fim a sonho de vida melhor de dois brasileiros. *Estado de São Paulo*, São Paulo, A10. 30 ago. 2010. MOTTA, Filipe. ‘Ele queria melhorar de vida’ Diz prima de morto no México. *A Folha*, São Paulo, A10. 30 ago. 2010.

20 MICHAEL, Andrea. Brasileiros detidos nos EUA devem voltar em até 15 dias. *A Folha*, São Paulo, A11. 23 fev. 2007.

21 PORTELA, Marcelo. Leis inadequadas e silêncio das vítimas bloqueiam caça a aliciadores ilegais. *Estado de São Paulo*, São Paulo, A16. 05 set. 2010.

22 CEOLIN, Adriano. CPI mapeia 12 rotas de acesso aos EUA. *A Folha*, São Paulo, p. A30, 04 jun. 2006.

23 KATTAH, Eduardo. Vítima de acidente no deserto morre em Minas. *Estado de São Paulo*, São Paulo, C3. 30 nov. 2005.

24 Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/america/trama-principal.htm> acesso em: 28/06/2018.

25 DA REDAÇÃO. Quem insiste em ir para os EUA usa rotas perigosas pela América Central. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. C6, 25 jul. 2007. LACERDA, Marco Antônio de. O muro da fronteira. *Estado de São Paulo*, São Paulo, A16. 11 mai. 2003.

26 DA REDAÇÃO. Quem insiste em ir para os EUA usa rotas perigosas pela América Central. *Estado de São Paulo*, São

Na novela *América* os coiotes são representados em grande maioria por atores figurantes – com exceção de Ramiro (Luís Melo), que se mantém continuamente na trama – e apresentados como mexicanos rudes, que agem com brutalidade, matando se necessário, e que não mantêm diálogos com os emigrantes ilegais. Um exemplo é quando Sol é buscada por um coiote na casa onde está e é levada à força para outro lugar, onde tem seus pertences levados/roubados e fica sozinha, sem comida e água, aguardando sem saber o que irá acontecer. Em seguida, outro coiote, novamente sem dar qualquer explicação, a leva à força dali e a esconde dentro do painel de um carro com o intuito de passar pela migração americana sem ser descoberta.

O autor David Spener, ao constatar o surgimento de inúmeros termos para designar quem facilita a entrada de emigrantes ilegais, aponta que

Todos os termos que se utilizam para designar o contrabando de seres humanos levam a uma série de conotações que contribuem sutil, porém significativamente, à elaboração de narrativas sobre o caráter da gente que se dedica a este tipo de atividade e sobre a natureza mesma da atividade. [...] Ademais, o termo que esta pessoa emprega não somente carrega o peso de sua própria intenção ao selecioná-lo, mas também todo o peso do campo cultural no qual o termo se insere.<sup>27</sup>

Segundo o autor, Coiote é o termo mais comumente utilizado e pode se referir, coloquialmente, tanto àquele que faz as negociações iniciais, quanto a quem acompanha o migrante durante a travessia da fronteira ou qualquer outra pessoa que ofereça algum serviço pago, com o fim de facilitar a entrada do migrante ilegal. Apesar de ser um termo profundamente mexicano, “derivado da palavra *coyotl* em *náhuatl*, na qual denomina o lobo gris que se cria no México”<sup>28</sup>, tanto a novela *América*, quanto os jornais e a revista pesquisados se valeram em grande medida dessa denominação. Spener percebe ainda, que o termo coiote está tradicionalmente associado a uma visão negativa, retratando-o em grande maioria como “enganador, ladrão, predador, astuto, traiçoeiro e egoísta”<sup>29</sup>, que expõe os emigrantes a diversos perigos e não se importa em matá-los ou abandoná-los em qualquer situação.

As reportagens encontradas, que informavam sobre a emigração ilegal, utilizavam-se em grande medida, de conotações negativas ao se referir à indústria da migração ilegal e ao denominar as pessoas responsáveis pela travessia majoritariamente como coiotes, associando esses indivíduos a adjetivos pejorativos. Muito possivelmente, nesses veículos de informação, essas representações da emigração clandestinas tem a intenção de dissuadir as pessoas de buscarem esse caminho.

Já a novela *América*, tem caráter de folhetim e é voltada principalmente para o entretenimento de seus telespectadores, representando a travessia clandestina como eminentemente perigosa e violenta, onde os emigrantes estão sempre sujeitos a abusos ao confiarem em pessoas gananciosas

---

Paulo, p. C6, 25 jul. 2007. MAISONNAVE, Fabiano. Brasileiro se rende para entrar nos EUA. *A Folha*, São Paulo, A16. 30 mai. 2005.

27 SPENER, Mitos y realidades de um arquetipo fronterizo, p. 7 (tradução nossa).

28 SPENER, Mitos y realidades de um arquetipo fronterizo, p. 9 (tradução nossa).

29 SPENER, Mitos y realidades de um arquetipo fronterizo, p. 9 (tradução nossa).

que ganham a vida com a criminalidade. Apesar disso, a travessia clandestina transforma-se numa narrativa épica, onde a mocinha enfrenta os percalços do caminho para conseguir alcançar o sucesso, alimentando e corroborando a ideia de que a travessia clandestina possibilitaria o êxito social e econômico.

Assim, por serem de naturezas diferentes – informacional e folhetinesca, respectivamente – as representações midiáticas aqui analisadas direcionam suas narrativas para caminhos opostos. Nos periódicos, encontramos a indicação do fracasso, com impossibilidade de realização do sonho com a deportação ou assassinatos<sup>30</sup>, enquanto na novela *América* encontramos a possibilidade do sucesso, alcançado pela personagem principal. Porém, em ambas as mídias, a figura do coioote é representada de forma negativa, apontando-o como violento e ganancioso.

### Travessia clandestina no trabalho de memória

Percebemos que em grande maioria, as mídias têm construído um imaginário da experiência migratória ilegal como essencialmente violenta, enfatizando a atuação da “indústria da migração ilegal” como criminosa. Apesar disso, para moradores e ex-moradores da cidade de Sardoá, localizada a 73 km de Governador Valadares, emigrar para os Estados Unidos faz parte da cultura local, sendo considerada condição necessária ao êxito individual, profissional e pessoal<sup>31</sup>. Portanto, foram realizadas 3 entrevistas com moradores e ex-moradores de Sardoá, que realizaram a travessia clandestina entre 2005 e 2007, com o intuito de identificar e analisar as representações da figura do “coioote” na narrativa de memória de emigrantes repatriados.

O primeiro entrevistado, transpareceu tranquilidade ao lembrar das relações com os coiootes, percebendo-os como guias responsáveis por indicar o caminho até os Estados Unidos.

José: Ah... os caras, eles pareciam tranquilos, mas assim... eles conheciam bem né?, sabiam muito bem o que eles estavam fazendo, todos eles. Tanto o que dirigia, quanto o... o que atravessou a gente lá no deserto, lá, caminhando, sabe?! Eles conheciam bem a rota.

Já o segundo entrevistado, Breno, hesitou em utilizar o termo coioote para se referir às pessoas que fizeram os primeiros contatos em Sardoá, denominando-as como financiadores e/ou agenciadores, tal como encontramos em algumas reportagens de jornal. Segundo ele,

Breno: Na realidade, essa coisa, assim, de coioote, né?... Porque na realidade ninguém conhece coioote. Então, você tem contato com pessoas que... estão ali na cidade, pessoas muitas vezes conhecidas, né? Então... eles não são, assim, coiootes. Pessoas que você encontra na rua, bate papo, isso e aquilo. Você sabe que eles agenciam, né? Eles é que financiam, eles é que pegam a propriedade como garantia.

30 MOTTA. ‘Ele queria melhorar de vida’. *A Folha*, 30 ago. 2010.

31 SOUSA. Redes sociais, mercado e cultura migratória, 2016.

O termo coioete passa a ser utilizado pelo entrevistado, quando ele começa a rememorar a travessia da fronteira no deserto. Citando as dificuldades do trajeto, o coioete é aquele que orienta o caminho, já que está acostumado com as condições extremas do lugar.

Breno: Alimentação é o mínimo. Ou você toma água e você come um amendoim, uma coisinha assim. Porque no começo... você vai caminhando, vai bebendo água, isso e aquilo. Mas, em pouco tempo, a água acaba, aí... não tem essa coisa, o coioete, ele já está acostumado com isso. Então, ele vai andando e fala “oh, quem fica pra trás vai morrer. Vocês têm que andar, e tal.” [...] quando você andava um período aí o... o coioete falava:” “agora a gente vai parar aqui e tal e... vamos descansar”.

Para Breno o coioete, muitas vezes, é o mexicano pobre que busca um meio de subsistência e guia os emigrantes pelo deserto, orientando-os sobre o que pode ou não ser feito. Na experiência do entrevistado, percebemos que as relações também se deram de forma tranquila entre emigrantes e coioetes, apesar de ele demonstrar estar ciente do risco eminente dessa relação:

Breno: Tinha pessoas vigiando. Eles, eles tentavam demonstrar, assim... tranquilidade, né?! Aquela coisa... mais amiga etc., mas quando precisavam ser mais duros, eles eram. Tipo assim: “você não pode sair na rua, você não pode olhar pelo muro, você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”

CM: Você presenciou alguma situação em que eles foram mais rígidos?

Breno: Não, não presenciei não. Não teve necessidade, né?!

Diferentemente de Breno, o entrevistado Pedro identifica seus primeiros contatos na cidade de Sardeá como coioetes.

Pedro: Esses caras, os chamados coioetes, eles passam, né, e, tipo assim, oferecem a viagem, falam que... prometem algumas coisas que pode ser, pode ser...

CM: Mas oferece, assim, sem saber do seu... de um interesse prévio?

Pedro: Não que ele chegue para mim e ofereça, mas você, pelo fato de você já também já ter uma expectativa de sair, você, tipo assim, fica sabendo de alguém que vai levar, que leva, né? E procura essa pessoa para saber como funciona a viagem, como que é a forma de pagamento, quando que você tem que pagar, e assim vai...

E hesita ao entrar em mais detalhes sobre como se deram esses contatos iniciais, já que se trata de uma negociação ilegal, provavelmente visando a proteger os conterrâneos de algum tipo de culpabilização ou responsabilidade legal:

Pedro: Ah, a gente chegou... não, eu nem sei como te responder isso, é melhor nem relatar, né? É, tipo assim...

CM: Você pode ficar à vontade, se você quiser falar ou não.

Pedro: Não, mas é porque, tipo assim... a pessoa que, tipo assim... a pessoa leva, é uma pessoa mais conhecida entendeu, então? Sei lá, eu acho melhor nem, nem entrar em detalhe.

Percebemos que os termos utilizados pelos emigrantes repatriados para denominar os membros da “indústria da migração ilegal” são variáveis, mas que, diferentemente do que encontramos nos jornais, o termo coioote não é associado diretamente a adjetivos pejorativos. Pelo contrário, os emigrantes alegam ter sido bem tratados na maior parte da viagem, e que os contatos com responsáveis pela travessia se davam de forma tranquila, já que eram pessoas boas, que sabiam o que estavam fazendo e que apenas realizavam um trabalho como outro qualquer.

CM: Quais foram as condições físicas em que você viveu durante a travessia? Até a chegada no México, depois da travessia, como eram as casas que vocês ficaram?... alimentação, esse tipo de coisa?

José: Olha, ah... as casas eram todas muito boas, a alimentação era boa... entendeu, era tudo muito farto, tinha muita fartura... tudo tranquilo. [Silêncio].

CM: Tudo tranquilo. Tinha lugar para dormir, tinha...?

José: Tinha. A gente dormia em cama, tudo.

No relato dos emigrantes repatriados entrevistados no âmbito dessa pesquisa, é possível perceber que a “indústria da migração ilegal”, é personificada na figura do coioote, embora ele não seja representado como um agente de violência<sup>32</sup>. Ao contrário do que encontramos nas mídias brasileiras, os emigrantes não responsabilizam seus guias pelas dificuldades enfrentadas durante os trajetos.

### Considerações Finais

Nesse trabalho, percebemos que as mídias pesquisadas representam a travessia clandestina como um processo essencialmente violento, dando destaque aos abusos sexuais, de autoridade, violação de direitos humanos e assassinatos que ocorrem na fronteira do México. Essas reportagens, em grande maioria, associam esses crimes à “indústria da migração ilegal”, responsabilizando-a. Dessa forma, as mídias omitem a responsabilidade do Estado e buscam dissuadir possíveis emigrantes – num movimento contrário à análise de David Spener<sup>33</sup>. Esse autor afirma que “o fenômeno da ‘coyotaje’ na fronteira não é senão uma consequência lógica das políticas migratórias e de controle fronteiriço dos Estados Unidos”<sup>34</sup> que, ao acirrar o fechamento da fronteira, obriga os emigrantes a buscarem rotas cada vez mais perigosas e arriscadas, expondo-se a situações extremas no deserto. O autor aponta também que, ao retratar o coioote como o vilão do teatro fronteiriço, os governos desviam sua responsabilidade pelos abusos e políticas que são igualmente inumanas.

32 Violência é definida pela Organização Mundial da Saúde como “o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mal-desenvolvimento ou privação”. Ver mais em: Krug et al., World report on violence and health, Organização Mundial da Saúde, Genebra. 2002. ISBN 9241545615 (em inglês).

33 SPENER, Mitos y realidades de un arquetipo fronterizo, 2001.

34 SPENER, Mitos y realidades de un arquetipo fronterizo, p. 44 (tradução nossa).

Por outro lado, nas narrativas de memórias de emigrantes retornados, o termo coioite não é associado diretamente a adjetivos pejorativos. Eles são apresentados como pessoas que estão executando um trabalho e que possibilitam aos migrantes chegar aos Estados Unidos. Assim, a figura do coioite é representada de forma ambígua, ora como obstáculo, ora como auxílio para a concretização do sonho.



## Editorial de periódico científico: espaço de construção da narrativa científica

Letícia Alves Vieira

Doutora em Ciência da Informação/UFMG

leticia.alves@gmail.com

### Resumo

Essa comunicação tem como objetivo trazer reflexões acerca do papel do editorial de periódico na construção das narrativas científicas na área de Ciências Humanas, com foco na disciplina História. Para consecução desse objetivo, realizou-se uma análise discursiva dos editoriais da revista *Varia Historia* no recorte temporal de 2007 a 2016. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma Análise de Conteúdo (AC) a fim de se organizar o corpus analisado em Análise do Discurso (AD), tendo como escopo a Teoria Semiolinguística (TS) de Patrick Charaudeau. Em síntese, com a análise dos editoriais, foi possível compreender o potencial desse novo objeto como instância político-científica e o fazer científico de um domínio de conhecimento. O modelo de combinação teórico-metodológica, entre AC e AD, e um novo objeto - o editorial científico - mostrou-se profícuo para a compreensão dos elementos discursivos presentes nos editoriais, desvelando o conceito de ciência construído segundo as discussões acerca da neutralidade da própria ciência, a construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, a política como assunto histórico, e, por fim, a preocupação com a internacionalização do periódico, e a circulação do conhecimento científico em História. Dessa forma, foi possível iniciar a construção de um diálogo entre as disciplinas História, Linguística e Ciência da Informação, através da metodologia, objeto de pesquisa e referencial teórico para a realização do estudo apresentado.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; Comunicação científica; Editorial; Narrativa científica; Periódico científico.

### Introdução

A presente comunicação tem o propósito de trazer à tona o editorial do periódico científico como um espaço de produção e construção da narrativa científica. Sempre nos deparamos com debates e discussões acerca do que se é ciência, como ela se insere na sociedade e vem da sociedade. Se determinado campo disciplinar é ou não científico, dentre outras questões. Esse trabalho nos mostra o editorial como um espaço possível e passível de construção de uma narrativa da ciência para a ciência. E não apenas como um espaço de apresentação de seus artigos, textos e opiniões do editor, mas como possibilidade de discussão do fazer científico e seus desdobramentos. Traz-

mos, portanto, o editorial da revista *Varia Historia* do Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas da UFMG – PPGHIS/FAFICH/UFMG, como possibilidade de objeto dessa discussão. Apresentamos os editoriais dos anos de 2007 a 2016 como recorte temporal para nossa pesquisa. Norteamos nosso olhar, a partir de três conceitos basilares que são apresentados logo no início, após esse primeiro momento, nos debruçamos sobre o *corpus* escolhido e as análises possíveis no contexto apresentado e por fim, algumas considerações pertinentes à questão proposta.

### Alguns conceitos

Quando estamos visitando uma área que não é a nossa de origem formacional, é importante trazermos à luz, os conceitos que iremos utilizar para nos dar embasamento teórico e também metodológico na condução das nossas argumentações e análises propostas.

Três conceitos são basilares para o presente trabalho - comunicação científica, discurso e narrativa científica - é nesse tripé conceitual que nos embasamos para trazer a discussão acerca do editorial de periódico científico como um espaço possível de construção da narrativa científica.

### Comunicação científica

São vários os conceitos representativos para definir a comunicação científica, portanto, nesse artigo, utilizaremos a comunicação científica, tanto como (...) um campo de estudo do espectro total de atividades informacionais que ocorrem entre os produtores de informação científica, desde o momento em que eles iniciam suas pesquisas até a publicação de seus resultados e sua aceitação e integração a um corpo de conhecimento científico<sup>1</sup>, como também, o processo que envolve construção, comunicação e uso do conhecimento científico com a finalidade de promover sua evolução<sup>2</sup>.

Embora, todo o sistema que envolvia comunicação científica já exista há muito tempo, é a partir do século XVII, com o surgimento dos primeiros periódicos científicos - precursores da comunicação científica moderna<sup>3</sup> teremos uma difusão mais ampla do que se fazia em ciência.

1 BERTIN, Patrícia Rocha B.; FORTALEZA, Juliana Meireles; SUHET, Allert Rosa. Paradigma atual da comunicação científica e introdução da revista Pesquisa Agropecuária Brasileira (PAB) no canal eletrônico. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 83-95, set./dez. 2007.

2 LARA, Marilda Lopes Ginez de. *Glossário*. Termos e conceitos da área de comunicação e produção científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (orgs.) *Comunicação e Produção Científica: contexto, indicadores e avaliação*. São Paulo: Angellara, 2006. p.395.

3 Para maiores detalhes e aprofundamento da questão, ver a tese: VIEIRA, Letícia Alves. *A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas: análise discursiva de editoriais da revista Varia Historia (2007-2016)*. Belo Horizonte, 2017. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

## Discurso

Outro conceito importante para nossa discussão é a definição de discurso. Há muitas conceituações que corroboram com diversas correntes de pensamento para o que vem a ser discurso, para esse trabalho, usamos a definição geral de Orlandi<sup>4</sup>, que nos diz se tratar de “uma prática da linguagem, ou seja, uma narrativa científica construída a partir de condições históricas e sociais específicas.”

## Narrativa científica

E por fim, trazemos o conceito de narrativa científica, que é “a escrita dos fatos e acontecimentos científicos, levando-se em consideração a produção, a circulação e a disseminação da ciência. Construída a partir de condições específicas, no contexto histórico e social na qual esse acontecimento está inserido.”<sup>5</sup>

## Caminhos teóricos e metodológicos

O nosso olhar foi pautado de forma múltipla. O nosso lugar de fala é a Ciência da Informação, e nos valem do objeto da História representado pelo periódico e, mais precisamente, por seus editoriais. Utilizamos a Análise do Discurso da Linguística como abordagem teórico-metodológica tendo por base a Teoria Semiolinguística (TS) de Charaudeau e também os conceitos e teorias de Maingueneau, outro autor do campo discurso. Esses dois representados como teóricos basilares na compreensão do nosso objeto. E também a Análise de Conteúdo de Bardin<sup>6</sup>, que é aplicada em várias áreas de pesquisas sociais e humanas.

## Escolha do periódico e recorte temporal

Primeiramente, escolhemos a área de conhecimento: a disciplina História. A escolha se baseou em dois pilares: por ser uma disciplina do campo das Humanidades, já que o primeiro periódico surge nessa área, e por ser uma área correlata à Ciência da Informação. Quanto à escolha do periódico, após um levantamento no Qualis Capes de Periódicos, data base de avaliação 2015 e extratos A1 e A2, somente de revistas brasileiras, em um universo de aproximadamente 62 revistas, a *Varia Historia* foi selecionada por estar no extrato A1, e ser avaliada na área de História, apesar de contemplar publicações tanto da História quanto da Filosofia. Está indexada nos seguintes indexadores: Latindex, DOAJ, LiVre!, Redalyc, SciELO, *Web of Science* (SciELO Citation Index), *Historical Abstracts with Full Text*, Fonte Acadêmica (EBSCOhost) e Scopus.

4 ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9.ed. Campinas: Pontes, 2010.

5 VIEIRA, Leticia Alves. *A construção da narrativa científica nas Ciências Humanas: análise discursiva de editoriais da revista Varia Historia* (2007-2016). Belo Horizonte, 2017. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

6 BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

Quanto ao recorte temporal, foi estabelecido o ano de 2007 para início, e finalizado no ano de 2017. O ano de 2007 é o marco de entrada da revista no SciELO, e também quando começa a aparecer sistematicamente o editorial, conforme descrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)<sup>7</sup>.

### Coleta de dados e organização do *corpus*

Os editoriais selecionados para o *corpus* foram coletados com base em cada fascículo da revista, que se encontra disponível no Scielo Brasil. Após o *download* de cada fascículo, extraímos apenas os editoriais de cada um. Atribuímos um número para cada editorial, sendo o de número 01 o editorial do volume 23, número 37 de 2007, e assim sucessivamente.

A primeira etapa se consistiu na leitura geral dos fascículos, com o objetivo de conhecê-los e também as marcas linguísticas do campo da História, pela construção da escrita. Após essa leitura, organizamos o *corpus* por meio da Análise de Conteúdo (AC).

A AC contribuiu para conhecermos o material do corpus, a fim de que fosse efetivamente realizada a organização e análise do material que foi coletado, seguindo 3 (três) fases: a pré-análise: a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos mesmos.

Em sua maioria, os editoriais pertenciam a fascículos que possuíam dossiês temáticos, além dos artigos livres. Dessa forma, foi essencial elencarmos as categorias temáticas, correspondentes àquele conjunto de artigos publicados.

Uma primeira etapa se deu pela análise argumentativa do discurso científico presente nos editoriais segundo a sua construção enunciativa, estabelecida por meio de procedimentos semânticos, discursivos e de composição. Em sua maioria, os editoriais pertenciam a fascículos que possuíam dossiês temáticos, além dos artigos livres. Dessa forma, foi essencial elencarmos as categorias temáticas, correspondentes àquele conjunto de artigos publicados.

Nessa breve exploração do material a ser analisado foi possível conhecer, por meio da técnica de AC, o conteúdo dos editoriais e o que representavam no recorte temporal analisado. Com base na exploração realizada, utilizamos a AD fundada na TS de Charaudeau, com o objetivo de analisar a construção da narrativa científica para a área de Humanidades, mediante a disciplina História, e, com isso, também compreender a construção do conceito de ciência por intermédio dessas narrativas.

Os procedimentos foram aplicados ao *corpus* com o objetivo de compreender a encenação argumentativa presente nos editoriais, e demonstrar como ocorreu a construção do argumento aplicado à construção de uma narrativa científica nas Ciências Humanas, baseando-se na análise dos editoriais do periódico da disciplina História.

7 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6021: informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro, 2015.

E, por fim, foi realizada a análise discursiva dos editoriais, utilizando sua respectiva organização argumentativa, por meio da TS de Charaudeau<sup>8</sup>, em conformidade com uma situação triangular que se constituiu de um sujeito argumentante, nesse caso, representada pela editora da revista *Varia Historia*, o sujeito alvo, que são os leitores da revista e a proposta a respeito do mundo, como objetivo de construir uma premissa para a atuação dos dois sujeitos anteriormente citados.

### O Editorial como objeto e gênero discursivo

Primeiramente, é preciso localizar o editorial como um gênero discursivo e as condições de produção do discurso nesse espaço. Isso inclui as esferas de produção e interpretação, o quadro institucional dentro do domínio de discurso científico.

### O gênero discursivo

O estudo de gêneros não é novo para a Análise do Discurso. Há diversas pesquisas referentes a essa temática, mas se faz necessário deixar claro o que consideramos como gênero discursivo e sua tipologia.

Segundo Marsusch<sup>9</sup>, os estudos sobre gêneros textuais não são novos, e datam de mais de 25 anos. Em Aristóteles<sup>10</sup>, gênero se define mediante sua finalidade e compreende três elementos importantes: o orador, o assunto de que se fala e o ouvinte. Tomando-se por base esses elementos, na perspectiva do filósofo, há três gêneros discursivos, voltados para cada tipo de ouvinte: (a) para o espectador que olha o presente; (b) para a assembleia que olha o futuro e (c) para o juiz que julga o passado. Em consequência disso, em Aristóteles, teremos três tipos de discurso relacionados aos respectivos anteriormente descritos: (a) discurso epidítico; para o (b) o discurso deliberativo e para (c) o discurso judiciário ou jurídico.

Porém, a noção de gênero aristotélica não apresenta aplicabilidade metodológica atualmente. Na época em que foram descritos, a demanda era outra, originária dos discursos orais e das discussões na Ágora. Nos dias atuais, a sociedade na qual estamos inseridos apresenta outras demandas e comporta outros gêneros mais amplos que os supracitados. Podemos verificar essa mudança por intermédio de outros autores, como Bakhtin, por exemplo.

8 CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

9 MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

10 ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha Grandes Nomes do Pensamento, volume 1).

Segundo Bakhtin<sup>11</sup>, os gêneros do discurso devem ser vistos de forma composicional, conforme constata-se a seguir:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e a finalidade de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.

De acordo com o autor que fala a respeito da estabilidade dos enunciados, temos no texto escrito, e, no caso dessa tese, os editoriais, uma forma estável destes e, por conseguinte, não estão sujeitos a intervenções externas de caráter interacional como no caso dos textos orais.

Por outro lado, Maingueneau<sup>12</sup> situa a sua definição de gênero discursivo segundo vários de seus estudos. O autor traz para a discussão a classificação dos gêneros discursivos em três grandes categorias: i) os gêneros autorais, ii) os rotineiros, iii) os conversacionais.

Os gêneros autorais seriam aqueles determinados pelo próprio autor ou editor. Sua indicação autoral repousa, geralmente, sobre a paratextualidade. Nesse caso, encontramos discursos de ordem publicitária, jornalística e também o próprio editorial.

### Algumas análises e resultados

Aqui apresentamos algumas análises possíveis e resultados da nossa perspectiva de como o editorial de um periódico pode ser um espaço de construção da narrativa científica para uma área de conhecimento.

Para tanto, trazemos o conceito de ciência de acordo com os autores do verbete no Dicionário de Conceitos Históricos, em seguida,

Para Silva e Silva<sup>13</sup>, ciência: [...] pode ser entendida tanto como processo de investigação para se chegar ao conhecimento quanto como o conjunto de conhecimentos construído com base na observação empírica do meio natural e social, que tem como finalidade fornecer fundamentos que permitam à humanidade viver mais e melhor no mundo que a cerca.

11 BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich Os gêneros do discurso In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 278-326.

12 MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Orgs.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. cap.2, p. 43-58.

13 SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*, 3.ed. São Paulo: Contexto, 2010.



Levando em consideração uma das possíveis definições para ciência e a qual escolhemos para essa comunicação, traremos como se deu a efetiva presença do conceito de ciência para a História no periódico *Varia historia* ao longo dos anos de 2007 a 2016.

Primeiramente, identificamos o termo Editorial pela primeira vez no volume 4, número 7 do ano de 1988. A partir do ano de 2007, o texto começa a aparecer sistematicamente, e, a partir do ano de 2015, precisamente no volume 31, número 55, há a presença, de fato, de dois textos distintos: um de apresentação do fascículo e do Editorial.

Dessa forma, sistematizamos o conceito de ciência na revista *Varia Historia* de acordo com a exposição logo em seguida.

Em 2007, os temas que foram identificados são: Neutralidade da ciência, uso da técnica, objetividade, fortalecimento da área de estudos da História das Américas no Brasil, colaboração dos pesquisadores para o tema em questão. No ano seguinte, 2008, o estudo da diversidade social-histórica, reflexão e construção do diálogo entre várias disciplinas, relações entre história e natureza, aspectos visíveis e invisíveis da arte e história foram a tônica dos fascículos. O ano de 2009 trouxe à reflexão temas como, a construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, articulação entre medicina-Estado-sociedade, profissionalização no campo da saúde, construção do saber científico. Já 2010 apresentou novas perspectivas para o estudo da história medieval (novas fontes), saúde e história, estabelecimento de um vínculo entre conhecimentos científicos e ideologias políticas. Estudos dos temas política, república, cultura e patrimônio através da história estiveram presentes durante o ano de 2011. Inteligência e história como pesquisa acadêmica tiveram espaço na divulgação de artigos no ano de 2012. O ano seguinte foi marcado por temas relacionados ao periódico como instância de produção científica e discursiva, a reestruturação do periódico *Varia historia*, a História como ciência, colaboração internacional. A política como assunto histórico (o estudo da direita), os intelectuais e a história na América Latina como campo de investigação. O resgate da trajetória do periódico, o papel da escrita na história, a história como ciência, construção das narrativas históricas, o papel dos periódicos na consolidação e avanço científicos foram temas relevantes para a comunidade no ano de 2015 e em 2016 a preocupação com a internacionalização do periódico, circulação do conhecimento científico em história e melhoria na qualidade dos resumos/abstracts apareceu com bastante destaque nas publicações.

Dessa forma, foi possível identificar e compreender a escrita dos fatos e acontecimentos científicos inseridos em um determinado contexto de produção, circulação e disseminação da ciência, sem perder de vista o contexto histórico e social no qual todos aqueles acontecimentos estão inseridos. Diante desse cenário, e dos temas tratados nos editoriais analisados, tecemos algumas considerações acerca dos resultados encontrados.

### Considerações finais

Considerando a teoria de Charaudeau<sup>14</sup>, os modos de discurso predominantes em editoriais são o **descritivo** e o **argumentativo**. Porém, a nossa escolha recaiu sobre os modos de organização enunciativo e argumentativo: o primeiro organiza o discurso, e o segundo elenca as possibilidades da argumentação nas mensagens que seriam direcionadas aos sujeitos destinatários. O modo de organização descritivo, como o próprio nome indica, além da própria descrição, orienta-se pelo relato, descrição e narração, o que não se aplicava em nosso objeto de estudo.

Dessa forma, constatou-se que o editorial não é um espaço pertencente ao editor, mas, sim, fruto de inquietações e de reflexões a respeito do fazer científico, embora seja possível encontrar diversas marcas da filiação epistemológica e ideológica do editor responsável. E configurou-se como um domínio da prática da informação em uma situação de comunicação, segundo o conceito presente na obra de Charaudeau. Entretanto, nesse caso em específico, uma situação de comunicação científica.

Examinando, então, o editorial como um objeto de instância política, que nos permitiu compreender o fazer científico em um domínio de conhecimento. Nesse espaço, a fala do editor não se resumiu à apresentação do fascículo e de seus artigos publicados. Essa instância discursiva foi utilizada com o objetivo de legitimar o campo da História como ciência, orientar a respeito da ética em publicações e coordenar as publicações com base na área de pesquisa na qual o editor tinha experiência, desenhando, assim, uma linha editorial para aquele período. No que se refere ao papel do editor no processo da editoria, foi possível constatar que a linha editorial do periódico se mantinha conexa às áreas de pesquisa dos editores daquele período, o que demonstra uma inclinação dos temas publicados, dossiês temáticos relacionados à área de atuação do editor. Inferem-se, dessa questão, duas razões: a primeira se deve à familiaridade com o tema e com isso a escolha de pareceristas para aquele fascículo seria mais exata; e a segunda poderia residir no fato de a demarcação de pesquisas se inserirem na comunidade científica daquele campo.

O presente estudo contribui significativamente para a compreensão do fazer científico baseando-se nas reflexões contidas em editoriais de periódicos, podendo ser replicada para quaisquer áreas de conhecimento com o objetivo de conhecer e compreender a estruturação do discurso científico da área estudada, como também da construção dessa narrativa.

E, por fim, analisar o discurso científico nos possibilita compreender a construção do conceito de ciência para um determinado campo, e também como ele se constrói e se entrelaça entre os sujeitos daquele contrato de comunicação.

14 CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

# A visão católica do pentecostalismo em Campanha – MG no jornal *Voz Diocesana*

Adenilson Domingues Mariano<sup>1</sup>

adenilsondomingues@gmail.com

ALVES, Vânia Maria Siqueira<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho propõe abordar a reação do clero católico ao avanço do pentecostalismo no município de Campanha – MG na década de 1950, através do jornal *Voz Diocesana*, veículo informativo oficial da Diocese criada na cidade em 1907. O periódico que, como em suas palavras iniciais, “tinha como propósito estabelecer vínculos de união entre a cidade episcopal e as paróquias, entre o assistente diocesano e as organizações paroquiais, comunicando notícias sobre o andamento de suas atividades”<sup>3</sup>; foi utilizado como instrumento de associação entre os protestantes e os comunistas, de forma maniqueísta, fazendo alusão e se aproveitando da condição política dos Estados Unidos e dos países da América Latina no contexto da Guerra Fria para combater missionários estadunidenses protestantes e pentecostais que vieram para o município e fundaram a Igreja Assembleia de Deus em 1954. O jornal ainda se utilizou de desqualificações para enfrentar o movimento protestante, referindo-se a seus integrantes como semeadores da discórdia, que dividiam famílias com suas pregações, e propulsores da destruição da integridade e soberania nacional. Soma-se a isso a preocupação com a expansão da doutrina protestante em escolas, hospitais e templos que, na visão católica poderia lançar as gerações futuras à incredulidade a partir da infusão da dúvida religiosa. Para esta investigação, além das fontes impressas do periódico, contou-se ainda com depoimentos de indivíduos ligados ao movimento pentecostal no município. A análise dessas fontes evidenciou a intolerância e o combate da Igreja Católica em relação ao movimento protestante, objetivando manter sua hegemonia no meio religioso no município.

**Palavras-chave:** Pentecostalismo, Reação Católica, *Voz Diocesana*, Campanha – MG.

## Introdução

O movimento protestante, encabeçado por Martinho Lutero e seguido por outros reformadores, tais como Calvino, Zwínglio e Henrique VIII, deu origem a grupos protestantes como o lu-

1 Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Campanha.

2 Professora do Curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Campanha e orientadora da pesquisa.

3 EDITORIAL. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 26 de out. 1947, p. 1.

teranismo, calvinismo e anglicanismo. Do protestantismo histórico do século XVI até à vertiginosa multiplicação evangélica que se vê nos dias atuais, um longo caminho foi percorrido.

Da Europa, o protestantismo se espalhou pelo mundo, chegando ao Brasil ainda no século XVI, com a invasão francesa da Baía de Guanabara entre 1555 a 1558; com a invasão e tomada de Pernambuco pelos holandeses calvinistas em 1630, onde permaneceram até 1645; e com o estabelecimento da França Equinocial no Maranhão na primeira metade do século XVII.<sup>4</sup>

No entanto, a entrada efetiva de igrejas tradicionais protestantes no Brasil se deu no século XIX com a vinda da família real portuguesa. Nesse contexto, surgiram dentre outras: a Igreja Anglicana do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1810; a Igreja Evangélica de Confissão Luterana em São Leopoldo e Nova Friburgo, em 1824; e a Igreja Presbiteriana do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1862.<sup>5</sup>

No início do século XX, novos movimentos também chegaram ao país, entre os quais se destaca o pentecostalismo, movimento originário dos Estados Unidos a partir da experiência que ficou conhecida por Reavivamento da Rua Azuza.<sup>6</sup> Esse movimento era pautado bíblicamente no

livro *Atos dos Apóstolos*, cuja leitura literal gerou a crença de que o mesmo fenômeno ocorrido com os apóstolos no dia de Pentecostes – o “batismo de fogo” – poderia se repetir entre os fiéis, abrindo-lhes a possibilidade de desenvolvimento de dons carismáticos como cura, profecia, glossolalia e libertação, entre outros. Mais ainda: o “Batismo no Espírito Santo” – uma experiência inteiramente individual e marcada pela emoção – dependeria única e exclusivamente da fé do converso.<sup>7</sup>

No presente trabalho, propõe-se abordar o discurso do catolicismo em relação ao avanço do movimento pentecostal em Campanha na década de 1950, através do periódico *Voz Diocesana*. Neste sentido, além da pesquisa bibliográfica, recorreu-se ao levantamento e análise de uma representativa série de publicações entre os anos de 1950 a 1960.<sup>8</sup> Também foi necessário recorrer a outras fontes de informação, como a história oral, para dar conta do objeto investigado. O trabalho de produção de fontes orais utilizadas foi dividido em três momentos: a preparação, realização e tratamento das entrevistas.<sup>9</sup>

4 FERNANDES, Carlos. Em nome de Jesus – Como a Reforma Protestante foi decisiva para transformar o Brasil de país católico em potência evangélica do século 21. *GEO em Revista*, Santo André – SP, Edição Especial, nº 2, p. 56-64, out. 2017, p. 56.

5 FERNANDES, Carlos. Em nome de Jesus, p. 59.

6 Reunião de avivamento pentecostal ocorrida em Los Angeles, Califórnia, liderada pelo pastor afro-americano William Joseph Seymour no dia 14 de Abril de 1906. Caracterizada por experiências de glossolalia (falar em línguas estranhas) e cultos de adoração, foi muito criticada pela mídia secular e teólogos cristãos por considerarem a reunião de comportamento escandaloso e pouco ortodoxo.

7 MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, SP: ANPOCS, 1996, p. 45.

8 Para maiores esclarecimentos sobre a importância da fonte impressa na pesquisa histórica, confira LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 111-153.

9 ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: história dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 155 – 202.

## O Pentecostalismo: raízes históricas e sua expansão no Brasil

O pentecostalismo surgiu como uma reação ao movimento anglicano na Inglaterra. Após a proclamação do Ato de Supremacia em 1534 pelo rei Henrique VIII – que rompia com a Santa Sé e inaugurava uma igreja nacional – um grupo influenciado pelas ideias do teólogo João Calvino (1509-1564), que reunia advogados, comerciantes e moradores de zonas rurais, chamado pejorativamente de puritanos<sup>10</sup>, pretendia dar continuidade às reformas na Igreja do país.<sup>11</sup> O movimento ocorreu em meio a um período de avanços e retrocessos<sup>12</sup> na questão religiosa inglesa e foi duramente combatido pela ordem política vigente, fazendo com que seus adeptos procurassem refúgio em uma nova terra: a América do Norte, terras que deram origem aos Estados Unidos.<sup>13</sup>

Mais tarde, esse grupo perseguido se transformou em perseguidor de outros grupos na América, em especial os anabatistas e os quakers.<sup>14</sup> Os primeiros foram os fundadores da colônia Rhode Island<sup>15</sup>; e como estes, outros grupos se deslocaram para a América, sendo influenciados pelo metodismo de Jonathan Edwards e John Wesley.<sup>16</sup> Primavam por uma moralidade extremamente elevada e por um maior peso dado à conversão. Esta corrente entrou na composição do pentecostalismo moderno.

A expansão dos movimentos pentecostais estadunidenses ultrapassou suas próprias fronteiras, com o chamado pentecostalismo missionário.<sup>17</sup> Por meio de inúmeras denominações, os estadunidenses enviaram missionários a diferentes países do mundo, dentre eles o Brasil, em movimentos e fases diversas. Na primeira metade do século XX, no que ficou convencionada como a “Primeira Onda Pentecostal”<sup>18</sup>, surgiram igrejas como a Congregação Cristã do Brasil (1910) em São Paulo e a Assembleia de Deus (1911) no Pará, ambas associadas às camadas menos favorecidas

10 O termo “puritano”, cunhado em 1560 na Inglaterra, trazia uma ideia satírica e ofensiva. “*Puritano*” era alguém mal-humorado, presunçoso, descontente e, em certa medida, um hipócrita. Para aprofundar o conhecimento sobre o assunto, consulte: RYKEN, Leland. *Santos no Mundo: Os puritanos como realmente eram*. 2ª ed. São José dos Campos: Fiel, 2013.

11 GOMES, Ozean; REIS, Roberto dos. *Pentecostalismo*. Pindamonhangaba: IBAD, 2014, p. 20.

12 A rainha Maria Tudor havia reatado os laços com a Igreja Católica de 1553 a 1558, e Elizabeth I, pouco havia reformado a Igreja, apenas organizando o Livro Comum de Orações e adotando os *Trinta e Nove Artigos* como credo oficial, motivada mais por motivos políticos do que religiosos.

13 GOMES, Ozean; REIS, Roberto dos. *Pentecostalismo*, p. 20.

14 A principal característica dos anabatistas era a convicção de que o batismo era para adultos, não para crianças, distinguindo-os nitidamente de outras religiões. Ainda, se negavam a usar armas, mantinham-se separados do mundo e excomungavam transgressores. Já os *quakers* não aceitavam organizações clericais e prezavam pela simplicidade e ações pacifistas, beneficentes e solidárias. Acreditavam que todos tem a capacidade de sentir a presença de Deus sem nenhum intermediário e defendiam uma sociedade igualitária, sem discriminação entre sexos ou cor de pele.

15 GOMES & REIS, *Pentecostalismo*, p. 24.

16 Jonathan Edwards (1703 - 1758) foi um pregador congregacional, teólogo calvinista e missionário aos índios americanos. Um dos mais importantes filósofos norte-americanos. John Wesley (1703-1791) foi um clérigo anglicano e teólogo britânico, líder e precursor do Movimento Metodista ocorrido na Inglaterra no século XVIII.

17 Para Álvarez, a partir do Reavivamento da Rua Azuza, deve-se pensar em “movimentos pentecostais”, devido a diversidade característica com que se espalha e se manifesta em várias partes do mundo (Álvarez, 1996 *apud* GOMES & REIS, p. 47 - 49).

18 FRESTON, 1996 *apud* GOMES & REIS, p. 86.

da sociedade brasileira. A Assembleia de Deus foi fundada pelos missionários sueco – americanos Daniel Berg e Gunnar Vingren e se expandiu com o ciclo da borracha na Amazônia.<sup>19</sup> Hoje, entre as principais ramificações do protestantismo no Brasil, é a maior igreja evangélica no Brasil e a que mais tem crescido no país, totalizando mais de 12 milhões de membros segundo o censo de 2010 (29% do total de protestantes no país), como se pode verificar na tabela 1.

**Tabela 1 – Igrejas Evangélicas no Brasil e número de fiéis em 2010**

Igrejas evangélicas	Nº fiéis	Porcentagem
Igreja Evangélica Assembleia de Deus	12.314.410	29%
Evangélica não determinada	9.218.129	22%
Outras Igrejas evangélicas pentecostais	5.267.029	12%
Igreja Evangélica Batista	3.723.853	9%
Igreja Congregação Cristã no Brasil	2.289.634	5%
Igreja Universal do Reino de Deus	1.873.243	4%
Igreja do Evangelho Quadrangular	1.808.389	4%
Igreja Evangélica Adventista	1.561.071	4%
Igreja Evangélica Luterana	999.498	2%
Igreja Evangélica Presbiteriana	921.209	2%
Igreja Pentecostal Deus é Amor	845.383	2%
Igreja Maranata	356.021	1%
Igreja Evangélica Metodista	340.938	1%
Igreja O Brasil para Cristo	196.665	0%
Comunidade Evangélica	180.130	0%
Igreja Casa da Bênção	125.550	0%
Igreja Evangélica Congregacional	109.591	0%
Igreja Nova Vida	90.568	0%
Igreja Evangélica de Missão	30.666	0%
Igreja Evangélica Renovada	23.461	0%
<b>TOTAL</b>	<b>42.275.438</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/Censo 2010.<sup>20</sup>

19 A Congregação Cristã no Brasil foi fundada pelo ítalo-americano Luigi Francescon (1866 – 1964) no bairro do Brás, em São Paulo. Cresceu entre os imigrantes italianos vindos para o Brasil para trabalharem na produção de café.

20 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Captado em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/default\\_caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm). Acesso em: 11 dez. 2017.



### A *Voz Diocesana* e o pentecostalismo em Campanha na década de 1950

O protestantismo foi introduzido em Campanha no ano de 1884, notadamente pelo Reverendo Eduardo Carlos Pereira (1855 – 1923) quando da organização da Igreja Presbiteriana do Brasil na cidade.<sup>21</sup> Todavia, foi com a chegada de igrejas como a Congregação Cristã no Brasil, a Batista, e a Assembleia de Deus, que o movimento protestante ganhou certa expressão, na década de 1950. Esta última, foi formada após a vinda do casal de missionários estadunidenses Bernhard e Antonette Olivia Johnson para a cidade em 7 de janeiro de 1954, batizando os primeiros membros em 7 de janeiro de 1955.<sup>22</sup>

Até a década de 1950, o movimento protestante no município de Campanha esteve reduzido a poucas denominações citadas anteriormente.<sup>23</sup> A cidade é de forte tradição católica desde seus primórdios: ainda com o nome de “Arraial de São Cipriano”<sup>24</sup>, a ereção canônica de Campanha como paróquia foi no ano de 1739. Sedia uma diocese criada pelo papa São Pio X desde 8 de setembro de 1907 e que hoje abrange 70 paróquias em vários municípios do sul de Minas Gerais.<sup>25</sup>

Em 1947, o jornal *Voz Diocesana* foi criado pela diocese da cidade, e tinha como propósito estabelecer vínculos de união entre a cidade episcopal e as paróquias, entre o assistente diocesano e as organizações paroquiais, comunicando notícias sobre o andamento de suas atividades.<sup>26</sup> A criação desse jornal deu-se no contexto do pós-guerra e início da Guerra Fria, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Este governo consolidou o alinhamento do Brasil com as ideias democrático-liberais estadunidenses e rompeu relações diplomáticas com a União Soviética no mesmo ano de criação do periódico, participando da onda anticomunista que se alastrava pela América Latina.<sup>27</sup>

21 Eduardo Carlos Pereira nasceu na cidade de Caldas, em 1855. Estudou e lecionou no Colégio Ypiranga (1870-1873), em Araraquara e Campinas. Mais tarde se tornaria um grande pesquisador da gramática da Língua Portuguesa. Convertido pelo Reverendo George Morton, missionário norte-americano sulista, tornou-se membro efetivo da Igreja Presbiteriana em 1875. Sua chegada a Campanha deu-se em 1883, pastoreando a Igreja Presbiteriana da cidade até 1888 (LIMA, 2012 *apud* SOBRINHO, Juliano Custódio. “Por que então a reserva, o silêncio medroso ante um crime tão grave?” – A atuação protestante no Sul de Minas Gerais no limiar da Abolição. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 27º, 2013, Natal. Anais Eletrônicos... Natal: ANPUH, 2013. p.1-19. Disponível em: [http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364950584\\_ARQUIVO\\_Anpuh2013-JulianoCustodioSobrinhodoc.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364950584_ARQUIVO_Anpuh2013-JulianoCustodioSobrinhodoc.pdf). Acesso em: 24 de janeiro de 2018).

22 Segundo depoimento de Domingos Alves Nicolau, pastor-presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Campanha – MG, foram missionários naturalizados estadunidenses que estiveram em todo o sul de Minas Gerais entre as décadas de 1940 a 1980 abrindo igrejas e realizando o trabalho evangélico (NICOLAU, Domingos Alves. *Criação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Campanha – MG*: depoimento [dez. 2017]. Entrevistador: MARIANO, Adenilson Domingues. UEMG, 2017. 1 arquivo .mp3 (10 min.). Entrevista concedida para pesquisa “Resistências ao movimento pentecostal em Campanha – MG por um periódico católico”).

23 Ao longo dos séculos XX e XXI, outras denominações se instalaram na cidade, a saber: Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Igreja Presbiteriana Renovada no Brasil, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras.

24 DIOCESE DA CAMPANHA. Paróquia Santo Antônio (Campanha/MG). Captado em: <http://www.diocesedacampanha.org.br/portal/index.php/sumir-mapa-forania-de-ns-fontes/67-paroquia-santo-antonio-campanha-mg>. Acesso em: 27 mar. 2018.

25 DIOCESE DA CAMPANHA. História. Captado em: <http://www.diocesedacampanha.org.br/site/index.php/diocese/historia>. Acesso em: 11 dez. 2017.

26 EDITORIAL. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 26 de out. 1947, p. 1.

27 Para Tulchin, várias datas são utilizadas para definir o início da Guerra Fria: em 12/03/1947, Harry Truman solicita aos gregos o envio de armas e dinheiro para o combate a uma ameaça de golpe comunista, precedido por Wins-

Neste contexto e constituindo-se num dos instrumentos de comunicação da diocese de Campanha, o jornal *Voz Diocesana*, através das publicações de alguns religiosos, destacando-se o padre Arlindo Vieira, também serviu ao combate ao comunismo e ao avanço do protestantismo em sua área de atuação diocesana. Entre os anos de 1950 e 1960, especificamente a partir de 1954, esse clérigo publicou diversos textos criticando a expansão do movimento protestante e pentecostal, em sua maioria, associando-o ao comunismo. Neste momento, é importante destacar, houve a criação da Assembleia de Deus no município, o que parece ter contribuído para o acirramento das críticas aos pentecostais em razão de sua expansão na região.

Essa estratégia era de certa forma maniqueísta, a mesma utilizada pelos Estados Unidos para tratar do comunismo. Se lá se combatia o perigo vermelho associando-o à subversão, aqui o protestantismo também fora assim julgado, enfatizando, entre outras coisas, a ligação de clérigos protestantes a partidos comunistas. Referindo-se a uma revista norte-americana, intitulada *American Mercury*, Vieira insinua que ela começa por

afirmar categoricamente que o maior grupo de classe que hoje defende a propaganda comunista nos Estados Unidos é composto de clérigos protestantes. (...) [O] partido comunista alistou pelo menos 7.000 clérigos protestantes, como membros remunerados na qualidade de operários agentes de espionagem, aderentes do partido em vários graus. (...) É isso um índice claro de profunda decadência do clero protestante.<sup>28</sup>

Em outro texto de 10 de setembro de 1955, é descrito o número de pastores protestantes envolvidos em supostas organizações de caráter comunista, cujo objetivo era derrotar os Estados Unidos: “171 pastores protestantes como participantes das manobras das ofensivas de paz comunista”.<sup>29</sup> Além disso, criticava uma suposta influência marxista no Cristianismo, apontando que a formação dos protestantes ancorava-se na teoria comunista: “Já faz muitos anos que os seminários protestantes dos Estados Unidos foram contaminados pela perniciosa doutrina do Evangelho social”.<sup>30</sup>

Vieira ainda relatou que mesmo publicações protestantes estavam a serviço do comunismo:

O *Protestant* tomou ultimamente o nome de *The Protestant Digest*. É uma publicação radicalmente anticatólica e pró-comunista. Nestes últimos quinze anos dificilmente se encontra um número no qual não haja pelo menos meia dúzia de artigos violentos que atacam com furor satânico a Igreja Católica e ao mesmo tempo defendem a União Soviética.<sup>31</sup>

Segundo esse clérigo, funcionários públicos dos Estados Unidos seriam punidos caso fossem comprovadas suas colaborações ao comunismo. O mesmo deveria ocorrer com os pastores

---

ton Churchill, que agira de modo análogo um ano antes em um discurso de 05 de março no Westminster College (TULCHIN, Joseph S. *América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta*. Trad. Lavinia Silveiras. São Paulo: Editora Contexto, 2016).

28 VIEIRA, Arlindo. Os pastores protestantes e o comunismo. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 20 ago. 1955, p. 1.

29 VIEIRA, Arlindo. Os pastores protestantes e o comunismo II. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 10 set. 1955, p. 1.

30 VIEIRA, Arlindo. Os pastores protestantes e o comunismo III. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 20 set. 1955, p. 4.

31 VIEIRA, Arlindo. Os pastores protestantes e o comunismo. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 10 dez. 1955, p. 4.

protestantes.<sup>32</sup> Ainda comparava-os aos falsos profetas descritos na cosmogonia cristã: “Evidentemente, são estes os falsos profetas, os lobos vestidos de peles de ovelhas de que fala o Mestre divino”<sup>33</sup>, considerando-os incrédulos: “Esses pobres pastores, muitos deles já há muito corroídos pela descrença, pois a isso leva o protestantismo, facilmente se deixaram embair pelas artimanhas do comunismo ateu”.<sup>34</sup>

Arlindo Vieira ainda evoca o discurso de que a religião católica é o elemento de identidade brasileira e a luta contra a expansão do movimento protestante seria necessária para manter essa identidade.

Quando pensamos nos Estados Unidos, logo nos acode à mente a figura desses semeadores de cizânia. Muitos dizem, sem laivos de dúvida, que eles pretendem exclusivamente desunir-nos (pois a religião é o maior vínculo dos povos) a fim de entregar-nos sem reserva aos senhores prepotentes que os mandam para estas terras exercer tão inglória missão.<sup>35</sup>

A ideia subjacente é a de que os Estados Unidos dominariam o Brasil com sua política intervencionista, da “boa vizinhança”, como parte do domínio maior na América Latina. Está ainda presente a ideia de que tal intervenção desestabilizaria o país no exterior. Em outro fragmento do mesmo texto, atribui aos pentecostais tal responsabilidade:

[Os] pentecostais (...) exercem livremente sua ação nefasta, mantidas e estimuladas pelo ouro americano.

Lançam por toda a parte a confusão empenhados satanicamente em quebrar a unidade religiosa do país. Quando conseguirem isso, virá de per si e quase necessariamente a ruptura da unidade nacional. Destruída a unidade nacional, deixaremos de ser uma nação independente.<sup>36</sup>

Diante do exposto, pode-se supor que o discurso do pároco estava impregnado de elementos de certa intolerância, entendida como a incapacidade de reconhecimento das diferenças culturais, étnicas, religiosas, entre outras, dos diversos grupos que convivem no mesmo espaço nacional. Neste caso, observa-se duas rejeições complementares em seu discurso: a recusa de uma ideologia política – o comunismo, e o combate a uma específica manifestação religiosa – o protestantismo. A intolerância religiosa do pároco está expressa no jornal. Em uma publicação de 1954, Arlindo Vieira nota “no semblante de todos a mais viva indignação e até gestos de revolta contra os detratores de nossa pátria e de nossa gente”, referindo-se aos pastores pentecostais em atuação.<sup>37</sup> Em outro texto, o autor ainda relata que esses “missionários são antipáticos a um povo que está satisfeito com a sua religião”.<sup>38</sup> Esses fragmentos se constituem parte de um discurso que denota

32 VIEIRA, Arlindo. Os pastores protestantes e o comunismo II. *Vozes Diocesana*, Campanha, MG, 10 set. 1955, p. 1.

33 VIEIRA, Arlindo. Os pastores protestantes e o comunismo. *Vozes Diocesana*, Campanha, MG, 10 dez. 1955, p. 4.

34 VIEIRA, Arlindo. Os pastores protestantes e o comunismo. *Vozes Diocesana*, Campanha, MG, 20 dez. 1955, p. 4.

35 VIEIRA, Arlindo. Política da Boa Vizinhança I. *Vozes Diocesana*, Campanha, MG, 28 fev. 1954, p. 1.

36 VIEIRA, Arlindo. Política da Boa Vizinhança III. *Vozes Diocesana*, Campanha, MG, 20 de maio de 1954, p. 1.

37 VIEIRA, Arlindo. Política da Boa Vizinhança II. *Vozes Diocesana*, Campanha, MG, 10 mar. 1954, p. 1.

38 VIEIRA, Arlindo. Política da Boa Vizinhança. *Vozes Diocesana*, Campanha, MG, 21 mai. 1954, p. 1.

a tentativa de situar o catolicismo como religião legítima do Evangelho de Cristo, excluindo todas as outras fora dessa tradição.

Havia, portanto, uma acentuada rivalidade entre católicos e protestantes recém-chegados. Numa entrevista concedida em 11/12/2017 por um pastor pentecostal da cidade de Campanha, encontra-se o relato de que no primeiro batismo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, os católicos teriam atirado estrume de gado no reverendo que realizava a cerimônia como forma de protesto à sua realização: “Inclusive o primeiro batismo que foi realizado aqui em Campanha, os congregados marianos, que é uma organização dentro da Igreja Católica, eles jogaram estrume de gado em um pastor que estava fazendo o batismo (...) o Bernhard Johnson”.<sup>39</sup> Este depoimento, entretanto, deve ser visto sob suspeição, por partir de um pentecostal que, de forma subjetiva, poderia estar rememorando um passado, a partir de variadas intenções.

Como integrante do clero católico, seu discurso vinculava religião e política, desqualificando os grupos protestantes e considerando seus líderes “embaixadores indesejáveis”, que tinham por finalidade combater violentamente o clero e insultar o papa e os bispos, promovendo a discórdia religiosa ao disseminarem suas heresias. É possível lançar algumas hipóteses com relação aos reais motivos por detrás dessa atitude: desde os anos de 1940, os católicos vinham se sentindo ameaçados pela perda do número de seus fiéis. Um expediente que poderia surtir efeito seria associar o protestantismo ao comunismo, em sintonia com o discurso de sua rejeição, levada a cabo pelos EUA desde, pelo menos, o início do século XX. Não se deve emitir juízo de valor ou julgar suas atitudes, mas compreender que esse discurso se deu em uma época de acirrada disputa ideológica que polarizava, de um lado defensores do comunismo, de outro os adeptos ao capitalismo.

Suplantando as críticas de natureza dogmática, o sujeito da enunciação além de conectar o discurso religioso à ideologia política, endossa a ideia de que seus rivais, protestantes, atentariam também contra a moral e os bons costumes, já que “trouxeram-nos, não a paz do Evangelho, mas a desunião, a luta entre irmãos. Dividem as famílias, atiram pais contra filhos, arrancam lágrimas a muitas pobres mães e se convertem em objeto de execração geral”.<sup>40</sup> Com relação especificamente aos pentecostais, objeto de crítica maior pelo simples fato de se fazerem presentes nestas plagas, a eles se referem como “seita” que “não passa de uma grosseira superstição, [e até] ferozmente combatida pelas principais denominações protestantes dos Estados Unidos”.<sup>41</sup>

Para esse clérigo, os protestantes eram vistos como um grupo sem coesão, devido à diversidade de denominações existentes entre eles, já que estavam “separados do tronco que transfunde a vida das almas”.<sup>42</sup> Essa diversidade era vista como algo negativo, que devia ser evitada. Ao con-

39 NICOLAU, Domingos Alves. *Criação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Campanha – MG*: depoimento [dez. 2017]. Entrevistador: MARIANO, Adenilson Domingues. UEMG, 2017. 1 arquivo .mp3 (10 min.). Entrevista concedida para pesquisa “Resistências ao movimento pentecostal em Campanha – MG por um periódico católico”.

40 VIEIRA, Arlindo. Pastores Indesejáveis I. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 10 out. 1957, p. 1.

41 VIEIRA, Arlindo. Protestantismo e Catolicismo nos Estados Unidos. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 20 fev. 1954, p. 1.

42 VIEIRA, Arlindo. Orar pelo Papa. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 20 mar. 1954, p. 1.

trário, em sua visão, o catolicismo, representava, sob a autoridade do pontífice Pio XII, a “unidade de Deus na Terra” e, por isso, alvo dos protestantes.<sup>43</sup> A sua preocupação se canalizava também para o âmbito socioeducacional, quando demonstrava inquietação para com a criação de colégios, hospitais e meios de imprensa protestantes, veículos ativos para difusão de suas crenças. Numa passagem, assim se expressa:

recebem os pretensos pastores norte-americanos (...) somas vultosas para abrir colégios onde nossa mocidade é descatalizada e depois descristianizada; erguem hospitais para ilaquear, sob a capa da caridade, a boa fé do nosso povo; fundam revistas e jornais para a propaganda de seus erros”.<sup>44</sup>

Em outro fragmento, o mesmo clérigo demonstra ainda uma maior preocupação com a instituição de escolas pelos protestantes. Em sua visão,

para ilaquear a boa fé do povo, fazem alarde de que em tais instituições [as escolas protestantes] não se trata de religião, que nelas se respeitam todas as crenças. Convidam até professores católicos para lecionar em seus colégios. Entretanto, nunca confiam a esses professores as aulas de maior responsabilidade. E com que cores pintará um professor protestante o quadro sombrio da revolução religiosa do século XVI? Em lugar do ensino da religião, ministrado aos alunos católicos, há apenas a leitura da Bíblia interpretada à moda protestante.<sup>45</sup>

Contrasta o modo de vida dos protestantes e católicos, atentando para a distinção entre o exercício de suas funções pastorais. Enquanto

os padres (...) viajam penosamente nas boleias de caminhões ou montados em tardos animais, possuem eles, os confortados pastores protestantes, os seus *jeeps*, carros-capelas e aviões, com boas residências nas maiores cidades, mas investindo com facilidade lá aonde o Padre não pode ir ou não pode permanecer.<sup>46</sup>

Diante da ameaça do protestantismo, diversos são os alertas aos leitores para que não se envolvam com tal movimento:

O brasileiro, apegado a sua fé, vê e não pode deixar de ver com maus olhos essas levas de pastores americanos que deixaram em sua pátria milhões de homens que perderam de todo o ideal cristão e aportaram a estas plagas para arrebatá-lhes o tesouro da fé, para ganhá-los a seus erros.<sup>47</sup>

### Considerações Finais

Desde o surgimento e expansão do protestantismo no século XVI, a religião tem sofrido retaliações e tentativas de supressão de maneiras variadas. A análise dos fragmentos do jornal *Voz*

43 VIEIRA, Arlindo. Política da Boa Vizinhança II. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 10 mar. 1954, p.1.

44 VIEIRA, Arlindo. Política da Boa Vizinhança II. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 10 mar. 1954, p.1.

45 VIEIRA, Arlindo. Pastores Indesejáveis III. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 31 out. 1957, p. 1

46 EMBAIXADORES INDESEJÁVEIS. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 10 set. 1954, p. 2.

47 VIEIRA, Arlindo. Pastores Indesejáveis II. *Voz Diocesana*, Campanha, MG, 20 out. 1957, p. 1.

*Diocesana* permite-nos perceber uma certa tentativa de invalidação da religiosidade protestante. Os textos estão permeados por um discurso de crítica do clero católico, representado por um de seus clérigos, aos pentecostais, na tentativa de conter a perda de fiéis ao protestantismo que se expandia na cidade.

Ao utilizar o jornal como veículo de comunicação para propagar uma particular e contingencial visão de mundo política e religiosa, o sacerdote busca dar-lhe um caráter universal, impedindo o aparecimento do diferente. Percebe-se assim, uma associação do comunismo combatido pela Igreja Católica com o protestantismo, ao mesmo tempo que utiliza-se da condição política dos Estados Unidos e dos países da América Latina no contexto da Guerra Fria para combater os próprios estadunidenses protestantes.

Ao que parece, a recusa ao discurso protestante apresentado no jornal deve-se especificamente à vinda dos missionários estadunidenses Bernhard e Antonette Olivia Johnson para a cidade, fundando a Assembleia de Deus em 1954, aproximadamente no mesmo período de publicação dos textos no periódico. Para isso, foram também utilizadas desqualificações de diversos tipos, associando-os a semeadores da discórdia, que dividiriam famílias com suas pregações, e seriam destruidores da integridade e soberania nacional. Somava-se a isso a preocupação com a expansão da doutrina protestante em escolas, hospitais e templos que, na visão do pároco católico poderia lançar gerações futuras à dúvidas dogmáticas.



## O sino da igreja: memórias de mães e pais de santo em São João del-Rei

**Rafael Teodoro Teixeira**

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da  
Universidade Federal de São João del-Rei  
teixeirarafaelteodoro@gmail.com

### Resumo

O presente trabalho vem apresentar o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “A voz dos atabaques na cidade onde os sinos falam: trajetória de vida de mães e pais de santo em São João del-Rei”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei, sob orientação da Professora Doutora Silvia Maria Jardim Brügger – DECIS/UFSJ. O projeto tem como objetivo traçar a trajetória de vida de mães e pais da cidade mineira de São João del-Rei, a partir de seus relatos orais, e é por isso que a metodologia empregada na história oral nos é muito cara para o desenvolvimento desse trabalho, já que via de regra as religiões de matriz afro-brasileiras e africanas, tem como base a oralidade pra a preservação de suas tradições religiosas, essas que são mantidas pelos filhos e filhas de santo e pelos adeptos das religiões e sobretudo e que justifica nessa pesquisa a escolha das mães e pais de santo que são os pilares fundamentais de uma família do axé, pois eles carregam consigo, pois a história desses se confundem com a história da religião. Outro objetivo que vem sendo desenvolvido nessa pesquisa é a catalogação e o mapeamento dos terreiros da cidade, está que é conhecida por manter viva em sua história e tradições os rituais católicos que estão ligados ao cotidiano e a memória da cidade e é por isso também que justifica escolha da temática do projeto, pois na cidade “onde os sinos falam”, também os batuques dos atabaques e tambores deveriam ecoar um canto de resistência aos anos de escravidão, mas permanecem inaudíveis, mesmo que os terreiros tenham se multiplicado no entorno de toda a cidade.

**Palavras-chave:** Memória, terreiros, oralidade.

As histórias familiares são passadas de geração em geração, por meio de fotografias, vídeos, cartas ou dos mais velhos para os mais novos, como uma forma de manter vivos os laços que fazem as chamas das histórias dessas famílias continuarem acesas. A família está distante de ser constituída apenas por avós, mães, pais e filhos consanguíneos, há outros tipos de laços definidores de tal identidade, como é o caso daqueles estabelecidos entre pessoas que frequentam as religiões de matriz afro-brasileira.

A formação desta estrutura familiar se remete aos tempos do cativo, onde os negros escravizados foram forçados a ficarem distantes de suas culturas, comunidades e tradições religiosas<sup>1</sup>. Nesse sentido, os negros escravizados se encontraram na mesma situação, independente se fossem homens ou mulheres, crianças, povos inimigos, realezas ou súditos, curandeiros e feiticeiros, todos foram separados de seus povos, para tornar mão-de-obra servil no Brasil<sup>2</sup>.

O sistema escravista fez que entre os grupos de cativos nascesse um “sentimento de solidariedade”<sup>3</sup>, onde eles puderam reconstruir suas identidades, a partir dos moldes da sociedade brasileira. Nesse sentido, os negros escravizados formaram culturas, e entre elas, estabeleceram princípios para uma nova formação religiosa. Uma vez que, os cultos africanos, tinham formações de linhagens familiares, ou seja, eles eram reservados a grupos ou povos específicos. Uma característica que Segundo o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva, não conseguiu se refazer.

No Brasil, essa estrutura religiosa não pôde se repetir. Como vimos, a escravidão separou famílias e etnias trazendo escravos de lugares diferentes, com cultos e conhecimentos diferentes em relação aos segredos rituais de sua religião. Somando a isso, o extremo rigor da perseguição aos cultos africanos no Brasil não permitiu que os templos pudessem se multiplicar ao ponto de se dedicar ao culto exclusivo de apenas um orixá.<sup>4</sup>

Consequentemente os cativos se viram obrigados a reunir diversas entidades de diferentes povos em apenas um lugar, ou seja, festas que eram realizadas separadamente para cada orixá, em suas determinadas linhagens, agora estava sendo feitas no mesmo espaço dos outros deuses, como exemplo as festas de Xangô, deus do trovão que é cultuado em Oyó, estava tendo os seus festejos no mesmo lugar de Oxóssi, deus da caça e da agricultura, cultuado em Keto<sup>5</sup>.

Dessa forma, há décadas, são realizados estudos voltados sobre a história das mães e pais de santo e das religiões de matrizes afro-brasileiras, buscando traçar caminhos na busca da compreensão destas tradições, por meio de suas heranças culturais, que são passadas pela oralidade dentro dos *Ilês*<sup>6</sup>. Toda esta estrutura religiosa complexa, regada de símbolos, ritos e sincretismos, é mantida por filhas e filhos de santo, adeptos da religião e sobretudo pelas Ialorixá/Mãe e Babalorixá/Pai responsáveis pela orientação tanto espiritual como ritualística dos terreiros.

As histórias dessas religiões também são encontradas nos terreiros de São João del-Rei, o município situado no interior de Minas Gerais, é conhecido por sua paisagem que nos leva aos

1 KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 36.

2 SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira. 5. Ed. São Paulo, Selo Negro, 2005, p. 29.

3 VERGER, Pierre Fatumbi. Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns na Bahia de todos os santos, no Brasil, e na antiga costa dos escravos, na África. Trad. Carlos Eugênio Marcodes de Moura. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 20.

4 SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira. 5. Ed. São Paulo, Selo Negro, 2005, p. 62.

5 PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 20.

6 Ilê significa casa.

tempos coloniais, e também por manter viva em sua tradição os festejos e rituais católicos, que são manifestados por meio de procissões, missas e pela linguagem dos sinos. Motivo esse que nos levou a colocar no título deste trabalho, “o sino da igreja”, para fazer alusão a um ponto-cantado<sup>7</sup>, popularmente conhecido pelos adeptos e não adeptos das religiões de matriz afro-brasileira.

“O Sino da igreja faz belém blém blom  
O Sino da igreja faz belém blém blom\  
Deu meia-noite o galo já cantou\  
Seu Tranca-Ruas que é o dono da gira\  
Oh corre gira que Ogum mandou.

Este ponto é entoado nos terreiros de Umbanda, Quimbanda, Omolocô e também pode ser ouvido em alguns barracões de Candomblé. Em uma breve análise da letra do ponto, os sinos, como os tambores e os atabaques, são utilizados para comunicar com o mundo espiritual, para anunciar o início dos trabalhos. Meia-noite é vista como um horário de grande carga energética entre os adeptos das religiões de matriz afro-brasileira, e é o momento propício para a realização de alguns rituais das religiões, que envolve principalmente os exus e as pombagiras, entidades que são procuradas para resolver problemas amorosos, falta de emprego e também em alguns casos de doenças do corpo e da alma.

São muitos pontos cantados e riscados em São João del-Rei, principalmente nos terreiros de Umbanda, que é de grande maioria na cidade. Podemos fazer essa afirmação, pois está sendo desenvolvido um projeto de mestrado intitulado “A voz dos atabaques na cidade onde os sinos falam: trajetória de mães e pais de santo em São João del-Rei” e tem entre seus objetivos mapear a presença dos terreiros e casas de religiões de matriz afro-brasileira existente no município, usando uma metodologia chamada “bola de neve”, que “pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dada pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma”<sup>8</sup> dessa forma, fomos identificando os terreiros existentes na cidade.

Como por exemplo a Tenda Espírita Caboclo Rodazil que tem como mãe de santo, Ivonete Assis dos Santos, 85 anos. Ela nos foi indicada por alguns pais e mães de santo e também por pessoas da população da cidade, moradora do bairro do Tijuco, na Praça das Gameleiras, dona Ivonete nos relata que conheceu a religião ainda menina, quando foi morar na cidade do Rio de Janeiro.

Quando eu peguei os meus 17 anos, fui em um terreiro, sentei lá, ajudando a bater palma, eu tinha muito medo, quando elas iam receber, aí eu ficava encostada no banco, aí derrepente o meu guia abaixou, era o caboclo Rodazil, ele abaixou sem eu esperar, depois ele subiu, depois que encerrou os trabalhos, aí a minha mãe de santo disse, olha filha, você agora é do terreiro, porque seu guia, o seu chefe abaixou, é o caboclo Rodazil, aí eles bateram palma e cantaram, Rodazil chegou/ Rodazil já veio/ Rodazil encontrou novo cavalo. Quando aconteceu isso, eu morava no Rio de Janeiro<sup>9</sup>.

7 Ponto-Cantado: são entoados para chamar, despedir e manter a ritualística das entidades espirituais nos terreiros.

8 DEWES, João Osvaldo. Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos. UFRGS, 2013. p.10

9 Entrevista concedida por Ivonete de Assis dos Santo a Rafael Teodoro Teixeira e Simone de Assis, em sua residência, na Praça das Gameleiras, bairro do Tijuco em São João del-Rei, no dia 28 de junho de 2018.

Na entrevista ela nos fala também que tinha medo das práticas religiosas, pois para ela, todo aquele ritual era desconhecido, talvez por nascer em uma família católica, não tivera um contato inicial com a religião, que a ela foi apresentado através de uma colega.

No princípio eu não passava nem perto, quando eu via eles cantando eu tinha medo, aí eu fui crescendo, aí quando foi um belo dia, eu falei para a minha colega, o Jandira, eu estou ficando com medo, eles ficam cantando, batendo, fazendo essas coisas, e eu estou ficando com medo. Eu não sabia que a tal Jandira era lá do “samba” não, aí ela falou assim, isso aí não faz mal a ninguém, isso aí é para ajudar, é uma religião, é para ajudar o que a gente precisa, o que falta para a gente, a gente acende uma vela branca, reza para o anjo de guarda e depois faz o pedido daquilo que quer, mas nada de fazer maldade para ninguém<sup>10</sup>.

O preconceito gerado sobre essas religiões, são geradas inicialmente pela falta de conhecimento sobre o seus ritos e práticas religiosas, que via de regra, usam elementos da natureza e sacrifício de animais, mas o que mais corrobora com essa intolerância é o processo de demonização dessas práticas religiosas, que outrora era feita pela igreja Católica e hoje é reafirmada por muitas igrejas evangélicas, que buscam vincular a imagem dessas religiões a algo negativo<sup>11</sup>. Essa prática preconceituosa é recordada por D. Ivonete, que ao retornar para São João del- rei, encontrou resistência de seus vizinhos, que a chamaram de louca ou macumbeira.

Para enfrentar essa resistência, diante a abertura de seu terreiro, D. Ivonete subia em uma pedreira perto de sua casa e entoava cânticos da Umbanda, assim ela foi chamando atenção das crianças e posteriormente de seus vizinhos, que foram se aproximando.

Eu punha um banquinho lá em cima, eu sozinha, depois os meninos iam chegando. Aí eu subia num banquinho e falava assim, vamos minhas filhas, eu chamava de minhas filhas, por causa das filhas de santo, mas ninguém era minha filha. Vamos pedir ao nosso pai Oxalá, todas as bênçãos para esse povo que não conhece a nossa linha, e agora nós vamos abrir aqui, nessa linda cidade, eu quem sou a mãe de santo, vamos abrir o terreiro aqui, para reanimar essa cidade.<sup>12</sup>

Ao passar dos anos o terreiro de D. Ivonete, foi ganhando adeptos e fama pela cidade, atraindo pessoas da região e também de outros estados, entretanto, hoje por sua avançada idade, a tenda espírita, abre esporadicamente e corre risco de fechar. Uma preocupação que está inerente em um expressivo número de mães e pais de santo em São João del- Rei, que procura pessoas para continuar os seus legados.

Situação que ocorreu com a Tenda Espírita Pai Joaquim de Angola, um dos terreiros mais reconhecidos na cidade, localizado na entrada do bairro São Judas Tadeu, a Tenda Espírita do Pai Joaquim de Angola, chama a atenção das pessoas que por ela passam, um muro baixo branco que já

10 Entrevista concedida por Ivonete de Assis dos Santo a Rafael Teodoro Teixeira e Simone de Assis, em sua residência, na Praça das Gameleiras, bairro do Tijuco em São João del- Rei, no dia 28 de junho de 2018

11 CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Religião e resistências: os afro-brasileiros e a perseguição in: Paralellus, Recife, v. 8, n. 19, set./dez. 2017, p. 447-458

12 Entrevista concedida por Ivonete de Assis dos Santo a Rafael Teodoro Teixeira e Simone de Assis, em sua residência, na Praça das Gameleiras, bairro do Tijuco em São João del- Rei, no dia 28 de junho de 2018.

está perdendo a sua cor, devido ao tempo, delimita o terreiro entre a calçada e a Rua Henrique Benfenatti, no centro encontra-se um pequeno portão azul, já na entrada do terreiro ao lado esquerdo, encontra-se a casa de força<sup>13</sup> e ao direito, um pé de café é de outras plantas que provavelmente eram cuidadas e que hoje cresce sem rumo, em ambos os lados, são elas: espada de São Jorge, guiné, abre caminho e algumas trepadeiras, a maioria dessas folhagens são importantes para os rituais das religiões de matriz afro-brasileira.

Continuando a nossa entrada, uma ponte localizada no meio do terreno nos leva a principal entrada do terreiro, a ponte passa sobre um rio, que outrora era limpo, e hoje o mal cheiro se faz presente por causa da poluição, no meio da ponte que é cercada por grades azuis, ainda estão os vasos de flores com as espadas de São Jorge, mas o que chama atenção dos transeuntes, é a fachada da Tenda do Pai Joaquim. Ao centro do prédio situa-se uma porta de vidro, e nas duas laterais vitros em formato de obelisco compõem a arquitetura, na parte proeminente da fachada, estão presentes alguns pontos riscados, que são atribuídos aos exus e pretos-velhos guardiões do centro espírita<sup>14</sup>, esses pontos estão presente do lados esquerdo e direito do frontispício e são separados pelos letreiros onde se vê escrito, “Tenda Espírita Pai Joaquim de Angola”, acima do letreiro, uma pequena torre, contendo ao meio a imagem de Iemanjá e sobre a torre uma cruz, que nos mostra a imponência desse terreiro, que a mais de quinze anos encontra-se fechado, após a morte de seus dirigentes.

Quem nos relata um pouco sobre a história desse terreiro é o zelador do *Ilê Axé Omolocô Ti Oxóssi Ogbani*, Cláudio Márcio do Carmo, 43 anos, que era filho da tenda espírita, através de seus depoimentos Cláudio nos relata sobre a formação do terreiro, que inicialmente percorreu as ruas de São João del-Rei, para então situar na entrada do bairro São Judas Tadeu/Caieira. Outro Depoente que também nos revela a trajetória do terreiro é Domingos Ramos Sobrinho, 73 anos, que era sobrinho de Dona Antônia Maria Damaso, conhecida como Dona Glorinha, que foi uma das mães de santo do terreiro, junto com sua tia e o esposo ele pode acompanhar até o ano de 1972 o crescimento do terreiro do “Pai Joaquim”.

Este centro ou Pai Joaquim de Angola, eu comecei a frequentá-lo, com fala aqui em Minas, rapazinho! Lá na Rua Santo Antônio, o grupo que era envolvido ali, era o meu próprio padrinho, o Nem do Aticrino<sup>15</sup>, Dona Maria Andreza, Guilherme Neves, evidentemente a Tia Glória e outros que eu não me lembro no momento. Mas como a frequência começou a ficar muito significativa, logo foi feito um movimento, para arrumar um local adequado, porque lá era uma casa adaptada ao terreiro.<sup>16</sup>

13 Uma pequena casa, com uma porta de aproximadamente, um metro e meio, cada terreiro tem a sua casa de força é seus tamanhos são variados, para os adeptos das religiões a casa de força é o local onde estão os exus, guardiões do terreiro.

14 Quem nos disse os significados de cada ponto riscado, foi Cláudio Márcio do Carmo, ex-filho de Santo da Tenda Espírita Pai Joaquim de Angola.

15 Nem Aticrino, também é identificado pelos entrevistados como Nem do Cachimbo ou Sr. Nem.

16 Entrevista concedida por Domingos Ramos Sobrinho a Rafael Teodoro Teixeira, na residência do pesquisador, na rua Henrique Benfenatti, bairro São Judas Tadeu em São João del-Rei, no dia 20 de abril de 2018.

Maurice Halbwachs nos diz que “ a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na dos outros, nossa confiança na exatidão será maior”<sup>17</sup>. Nesse sentido, colocamos em diálogos os depoimentos do Sr. Domingos Sobrinho e do Zelador Cláudio Carmo para entendermos melhor a trajetória da Tenda Pai Joaquim de Angola.

O que me parece mais consensual, porque eu sei por histórias dos médiuns mais antigos, e que ele se originou da necessidade de ter um lugar próprio, porque eles alugaram uma casa, aliás, eu não vou dizer que a casa era alugada, porque eu não sei qual era a condição da casa, se era própria ou não, eu acho que era alugada, porque se precisa-se às vezes sair, tudo indica que era aluguel, que era na Rua Santo Antônio, onde eles faziam os trabalhos [...], de lá eles tiveram uma temporada na Rua São João, acredito mais pela influência do senhor Nem, que tinha uma casa na Rua São João, desse momento, eles começaram a construir a sede do Pai Joaquim, onde é até hoje, então foi Rua Santo Antônio, com uma Passagem na Rua São João e depois eles já construíram o terreiro.<sup>18</sup>

Antes da fundação do terreiro, o grupo se denominava como Nossa Senhora da Guia, só posteriormente com construção do prédio que veio chamar Tenda Espírita Pai Joaquim de Angola, no entanto os entrevistados não entram em detalhes, pois a memória sobre esse processo é muito superficial, a mais coerente entre os depoimentos é o aumento da frequência de adeptos da religião, que se resultou na necessidade de ter um local apropriado para o grupo.

Com a edificação da sede, o número de pessoas a procura do terreiro teve um aumento significativo, atraindo pessoas da cidade e da região, além de novos membros para a casa.

O centro, realmente foi evoluindo, o mais frequentado, era o “Maracanã” da Umbanda aqui. [...] era a “Meca” da Umbanda na região, então vinha pessoas de vários lugares, visita de outras casas de Umbanda, pessoas de outras cidades, aqui realmente você tinha que agendar para ser atendido, notadamente, nas sextas-feiras, era mesmo superlotado.<sup>19</sup>

Além do Sr. Domingo, quem nos relata também sobre esse movimento do terreiro é Regina dos Santos Chagas, 58 anos, ela foi Ogã e médium do terreiro.

Muita gente, procurava o terreiro do pai Joaquim, era muito famoso, era o terreiro mais famoso que tinha, e olha eu vou te falar ajudaram muitas pessoas, lá lotava, lá enchia de mais, era tanto bancos do lado dos homens e das mulheres, que os bancos ficavam todos já ocupados, que as pessoas ficavam em pé atrás, a Toninha ajudou muitas pessoas, a minha preta velha ajudou muitas pessoas, não só os meus, todos lá de dentro ajudavam, enchia muito, toda segunda quarta e sexta, você nunca via o terreiro vazio, muitos assistentes, muita gente, conseguiu muita graça lá.<sup>20</sup>

17 HALBAWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo. Centauro. 2006. p.29.

18 Entrevista concedida por Cláudio Marcio do Carmo a Rafael Teodoro Teixeira e Simone de Assis, em sua residência, na rua São José, bairro do Tijuco em São João del- Rei, no dia 16 de abril de 2018.

19 Entrevista concedida por Domingos Ramos Sobrinho a Rafael Teodoro Teixeira, na residência do pesquisador, na rua Henrique Benfenatti, bairro São Judas Tadeu em São João del- Rei, no dia 20 de abril de 2018.

20 Entrevista concedida por Regina dos Santos Chagas a Rafael Teodoro Teixeira, em sua residência, no bairro Senhor dos Montes em São João del- Rei, no dia 28 de março de 2018.



No dia 30 de março de 2018, depois de estar mais de treze anos fechado, as portas do terreiro foram reabertas pelo Zelador Cláudio Carmo, com a intervenção do congadeiro Luthero Castorino, amigo da família da última zeladora do terreiro, conhecida por todos como Dona Maria Pintada. Atualmente o terreiro está passando por um processo de recuperação, um terreiro que no passado era sinônimo de conhecimento das práticas religiosas, hoje encontra-se bancos quebrados, imagens em estado de deterioração, assoalho podres e sem os atabaques, sem os tambores, sem vida.

### Conclusão

O processo de levantamento dos terreiros em São João del-Rei é lento, pois para ganhar a confiança, das mães e pais de santo, precisamos primeiro ser conhecidos por toda a família de santo. Para assim conseguimos nossas entrevistas e pesquisar a história dos terreiros. Outra dificuldade encontrada é a camuflagem dos terreiros, que passam por despercebidos e estão escondidos por traz de casas ou muros, sem placas ou alguma sinalização. Nesse sentido, até a presente momento<sup>21</sup>, foram levantados trinta terreiros de diferentes cultos afro-brasileiros e afro-indígenas. As categorias dos cultos encontradas no município são Umbanda, Candomblé, Quimbanda, Omolocô, Jurema Sagrada e Bruxaria. Está sendo também desenvolvido um mapa com a localização dos terreiros e a catalogação, contendo, tipo de culto, chefes das casas e as atividades que realizam.

---

21 30 de junho de 2018

## Apontamentos sobre a presença holandesa na Amazônia (1600 a 1623)<sup>1</sup>

**Pablo Henrique Santos da Silva**

Graduado em História pela Universidade da Amazônia  
pablohenriquess15@hotmail.com

**Leticia Pereira Barriga**

Doutoranda  
Universidade Federal do Pará  
leticiabarriga@hotmail.com

### Resumo

A região de Gurupá está localizada na confluência do rio Xingu com o delta do rio Amazonas. Outrora marcada por um processo histórico permeado de interações pré-coloniais e coloniais, um território que envolveu diversas disputas entre as nações europeias durante o período colonial, especialmente entre portugueses e holandeses, e grupos indígenas. Assim, esta pesquisa tem como objetivo investigar a presença holandesa na Amazônia entre os anos 1600 a 1623, buscando compreender a ação colonial holandesa na região de Gurupá-PA, desde a fundação do forte Mariocay até sua expulsão pelos portugueses, em 1623. Os critérios metodológicos usados nessa pesquisa partem da análise de fontes escritas e mapas, e trabalhos que pontuem as atividades holandesas na região amazônica e principalmente na localidade de Gurupá. Por meio desta análise objetiva-se compreender a região, ligada a um contexto colonial holandês no território amazônico no início do século XVII, e dessa forma entender o processo colonialista no delta amazônico. Os estudos que analisam a presença holandesa no território amazônico são recentes, existindo ainda muitas lacunas sobre a ação desses sujeitos na região, o que justifica a importância deste estudo.

**Palavras-chave:** Amazônia, holandeses, gurupá, projeto, processo.

A Amazônia do século XVII é marcada pela construção de fortificações em pontos estratégicos pela coroa portuguesa, preocupada em proteger e expandir o território ocupado, em constante disputa com outras nações europeias. Entre as nações, destacam-se os holandeses. Em início do século XVII, se observa na documentação colonial as diversas tentativas holandesas de dominar territórios e desenvolver alianças com nações indígenas.

A região Amazônica tornou-se alvo de diversas disputas pelo seu controle desde a chegada dos europeus. Relatos, desenhos, uma série de documentos foram elaborados por viajantes euro-

<sup>1</sup> Este trabalho é um desdobramento da minha monografia de conclusão de curso, defendida em 2017.

peus que estiveram no local, contribuindo para a construção de um imaginário do “Novo Mundo”. Notícias que chegaram a Europa, despertando o interesse dos europeus, e se lançam ao Atlântico os portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses, promovendo uma sequência de transformações na região, sobretudo ao conhecimento científico.

As grandes navegações dos séculos XV e XVI implicaram no continente europeu uma enorme e abrupta mudança de escala de pensamento, alargando sobremaneira as percepções do europeu não apenas em sentido físico, mas também mental. Saindo dos limites mediterrâneos, o colonizador europeu, sobretudo o ibérico, empreenderá viagens em dimensões oceânicas, ampliando significativamente seu domínio territorial. Essa abrupta mudança vai implicar diretamente no projeto colonizador e, fundamentalmente, no processo colonialista, nas diferentes formas que o projeto colonial foi remodelado para a realidade regional<sup>2</sup>.

### O projeto holandês para a Amazônia seiscentista

Os holandeses navegavam pela região amazônica desde o século XVI, mas é no século XVII que passaram a formular projetos de forma mais sistemática para desenvolver comércio na região, explorando-a e ocupando-a. Há notícias da presença holandesa na região amazônica desde a segunda metade do século XVI<sup>3</sup>. Algumas fontes do século XVII revelam a presença mais intensa dos holandeses no território amazônico, construindo feitorias, povoados e fortificações militares, gerando uma série de preocupações aos portugueses. Sobre isso Antonio Baena afirma que:

Em maio (1623) chega de Lisboa á Cidade de Belem o Capitão Luiz Aranha de Vasconcellos com especiaes ordens do Gabinete de Madrid para sondar o Rio Amazonas, e reconhecer todos os sítios, que nellecuparem com intruso domínio Hollandezes, e mais Nações da Europa. Communica as suas InstrucçoesaõCapitão-Mor. Resolve-se na forma delas por onde deveria começar a expedição. Apromtaõ-se os meios regulados pela providencia politica; e no fim de Maio caminha para Gurupá<sup>4</sup>.

Os holandeses possuíam várias técnicas para a construção de embarcações, produzindo barcos para diferentes atividades, se tornando especialistas nesses serviços. Muitos portugueses e espanhóis contratavam embarcações holandesas, como afirma Anderson Araujo ao pontuar que:

No final do século XVI, com uma demanda de navegação colonial crescente, aumenta-se o fluxo de contratação dos barcos holandeses. É necessário ter em mente que capitão e tripulação presente nesses navios eram de origem neerlandesa. Dessa forma os holandeses conheceram as feitorias e postos comerciais euro-

2 Sobre a noção de projeto e processo na Amazônia colonial ver: SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia – Sertões do GrãoPará, c. 1755 - c. 1823. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.

3 CARDOSO, Alírio. A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338 – 2011.

4 BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará, Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo (ed. original de 1838), 1969.

peus nos novos mundos e finalmente tiveram contato com as cartas geográficas secretas pertencentes a Portugal, divulgando-as pelos Países Baixos<sup>5</sup>.

O conhecimento holandês sobre a região pode ser constatado também a partir da leitura cartográfica, esses mapas eram constituídos a partir das informações que partiam desde os colonos até os moradores da região, fornecendo valorosas informações, funcionando também como um instrumento político, para delimitar fronteiras nas disputas coloniais<sup>6</sup>

Nos anos de 1600 os holandeses representavam uma grande ameaça para as coroas ibéricas. Boxer afirma que “a expansão holandesa nos Sete Mares durante a primeira metade do século XVII foi, à sua maneira, tão notável como a expansão marítima portuguesa e espanhola ocorrida 100 anos antes”<sup>7</sup>. No final do século XVI havia na Holanda algumas companhias de comércio organizadas, participando ativamente com o comércio das Índias, o que impulsionará as investidas mais consolidadas no século seguinte<sup>8</sup>.

No século XVII são criadas duas principais companhias de comércio na Holanda. A primeira delas foi a Vereenigde Oost-Indische Compagnie (VOC), implantada em 1602, e tinha como finalidade explorar os mercados asiáticos. A segunda foi a West-Indische Compagnie (WIC) de 1621 com a dupla finalidade de promover guerra e comércio<sup>9</sup>. A criação dessas duas principais companhias representa uma organização sistemática neerlandesa, caracterizada por projetos variados para explorar diversas regiões do mundo. Nesse contexto, a WIC marcou um intenso “domínio territorial sobre diversas áreas da África e da América portuguesa”<sup>10</sup>.

As investidas holandesas nas Américas tomaram diferentes rumos, em variadas regiões. Alguns documentos e estudos históricos<sup>11</sup> apontam para uma presença intensa no século XVII dos holandeses em regiões da Guiana e Amapá, promovendo uma série de mudanças na paisagem, na construção de fortificações e se inserindo nas redes de trocas indígenas.

Os holandeses estabeleceram diversas colônias e feitorias nas Guianas, uma delas foi a colônia holandesa no Essequibo por volta do século XVII, onde marca um poder político e econômico de forma sistemática por parte dos Países Baixos. Por volta de 1616 os holandeses constroem nessa

5 ARAÚJO, Anderson Leon Almeida de. Os Flamengos, os Holandeses e a América - contribuições neerlandesas no novo mundo. In: Graciela Bonassa Garcia. (Org.). *Perspectivas Históricas de uma Mesma América*. Seropédica, RJ: Edur UFRRJ, 2010. p. 14.

6 DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de setecentos. 2001.

7 BOXER, Charles R. O império marítimo português 1415-1825, São Paulo, Companhia das Letras, 2002. p. 118.

8 LIMA, Fábio de Araujo Costa. Dos Países Baixos às Províncias Unidas: projeção de poder e riqueza no contexto de múltiplas e recorrentes lutas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2016, p. 87 – 88.

9 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Videntes. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

10 CARDOSO, Alírio. Beschrijving van Maranhão: a Amazônia nos relatórios holandeses na época da Guerra de Flandres (1621-1644). *Topoi* (Rio J.) vol.18 n. 35, Rio de Janeiro July/Dec. 2017, p. 409.

11 Ver: OLIVEIRA, R.G. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial. *Revista Textos & Debates* n. 11, 2006. HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, vol. VI, n. 1, 2011.

região o forte Kijkoveral, fornecendo um maior um suporte militar e apoio a política expansionista holandesa<sup>12</sup>. Esta região ainda era um território desconhecido para alguns europeus, mas os holandeses já faziam uma longa rota nessa área. As alianças com as populações indígenas foram fundamentais para os holandeses se estabelecerem nesses locais. Em 1595, o inglês Sir Walter Raleigh escreveu a obra “Discoverie”, onde descreveu com detalhes algumas informações da navegação pelo rio Orinoco e estimulou expedições que pudessem chegar ao território do El Dorado. Conforme o relato de um comandante dessa expedição, o rio Essequibo era indicado como o possível caminho fluvial para o interior do território amazônico, fazendo chegar ao lago Manoa<sup>13</sup>.

Além da colônia do Essequibo os holandeses estenderam os seus domínios por diversas partes das Guianas, sobretudo na região litorânea, em períodos diferentes. Mas, um ponto a ser destacado neste trabalho, é a presença holandesa durante o século XVII no que hoje é o Estado do Amapá.

Algumas expedições holandesas em direção à região amazônica foram financiadas por mercadores dos Países Baixos, como a embarcação Fortuijn, afundada pelos portugueses em 1616. O navio trazia diversas mercadorias para trocar com os índios por especiarias<sup>14</sup>. O Fortuijn foi um exemplo de diversas embarcações holandesas e de outras nações européias que circularam pela costa do Amapá e outras áreas do espaço amazônico. Sobre a presença holandesa no Amapá afirma:

O comércio de neerlandeses no Amapá no período 1600-1615 se caracteriza pela presença de empresas pequenas que operavam com investimento baixo e projetos de curto prazo. As viagens eram relativamente curtas entre 5 e 6 meses, e o comércio exigia pouco investimento além mar. West Friesland era tanto um centro assim como Zeeland, que estava mais destacada na literatura<sup>15</sup>.

Os holandeses construíram algumas feitorias no século XVII na região do Amapá, esses postos eram simples, com objetivos claros de promover uma aproximação com as populações indígenas dentro de um sistema de trocas e através disso obter lucros. O comércio na costa oriental do Amapá alcançou o seu auge por volta de 1610 a 1620, o volume da exportação dos produtos extrativista na região estava em alta e as plantações aumentavam a produção de tabaco e urucum<sup>16</sup>. É justamente neste período que os holandeses passam a ocupar a região de Gurupá, demonstrando uma frente sistemática de ocupação exploratória, inserida no projeto colonizador holandês.

12 OLIVEIRA. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial, p. 89.

13 OLIVEIRA. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial, p. 85.

14 BARRETO, M. V. Soldados, Comerciantes, Colonos e Índios: A Disputa Européia pela Foz do Amazonas (1616-1647). Belém, Estudos Amazônicos, 2016, p. 49.

15 HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). Revista Estudos Amazônicos, vol. VI, nº 1, 2011, p. 195.

16 HULSMAN, Lodewijk. Escambo e Tabaco; o Comércio dos Holandeses com Índios no delta do Rio Amazonas 1600-1630. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; JUNIOR, J. A. S. (ORG). Novos Olhares Sobre a Amazônia Colonial. Belém: editora Paka-Tatu, 2016, p. 39.

## O Forte Mariocay e o processo colonialista holandês na região de Gurupá

Neste estado se achava aquelle Commandante, quando no dia 7 do mez de Agosto lhe chegou à noticia, de que quarenta léguas à costa do mar estava furto hum navio de Hollanda com a lancha fóra , que diligentemente procurava a communição dos Indios aldeados; e ao mesmo tempo teve também varios avisos, que confirmava a repetição delles, de que no rio Curupá (que he hum dos que desagoão na grande boca do das Amazonas ) bordejavaõ outras embarcações de mayor força da mesma Nação, espalhando vozes, de que naquelle sitio esperavaõ huma grosta Armada, expedida dos Estados Geraes, com o projecto de estabelecer nelle huma nova Colonia<sup>17</sup>.

Iniciamos este tópico deste trabalho com uma citação, retirada dos Annaes de Berredo para mensurarmos o grau de interesse que a região dispunha no início da colonização da Amazônia pelos europeus na entrada do século XVII. Localizada na confluência do rio Xingu com o delta do rio Amazonas, Gurupá foi outrora marcada por um processo histórico permeado de interações pré-coloniais e coloniais, um território que envolveu diversas disputas entre as nações européias durante o período colonial. Os dados arqueológicos, relatos de viajantes, missionários e mapas, revelam detalhes, aspectos físicos do local e informações dos povos que viviam nessa região.

Os holandeses tiveram uma acentuada presença na região na primeira metade do século XVII. O documento acima descrito por Berredo deixa clara a existência de um projeto holandês que tinha por objetivo implantar uma colônia no local por volta do ano de 1616. Era recorrente a chegada de notícias aos portugueses acerca de diversos projetos coloniais holandeses para a Amazônia, um deles faz referência a um inglês de nome Juan Peeter que pretendia, com ajuda dos “Estados de Olanda”, descobrir a grande cidade de Manoa<sup>18</sup>.

Diante da ausência ocupacional ibérica na região de Gurupá pelo menos até 1623, quando há relatos da expulsão dos holandeses pelos portugueses, evidencia o plano efetivo de ocupar esse território por parte dos holandeses e as demais nações ocidentais. Nesse contexto, para o êxito do projeto colonial holandês, exigia o estabelecimento das relações com as populações locais.

Assim, de projeto colonial começou-se a estabelecer o processo colonialista holandês com características mais complexas, com trocas comerciais, além da construção de feitorias e colônias, e a obtenção de informações de lugares a serem ocupados. Ou seja, tornou-se fundamental o diálogo com os grupos indígenas existentes na região, tornando-os essenciais na ocupação territorial.

Os holandeses intensificaram as suas ações no delta do rio Amazonas, e por volta do ano de 1616 construíram o forte Mariocay em Gurupá, localizado na margem direita do rio Amazonas, “e servia como um entreposto comercial para negociar com os índios os produtos da floresta”<sup>19</sup>. A fortificação foi destruída pelos portugueses ainda no século XVII, “em 1623, Bento Maciel

17 BERREDO, Bernardo pereira de. Anais Históricos do Estado do Maranhão. São Luís: Alumar, 1988 [1749]. p. 182 – 183.

18 Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, 2ª. Ed., Belém, Tomo I. 1968. p. 337.

19 TRECCANI, Girolamo Domenico. Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá.



Parente, capitão-mor do Pará, arrasou o forte holandês de Mariocay”<sup>20</sup>. Outras duas fortificações foram construídas pelos holandeses as proximidades da região de Gurupá, localizadas no rio Xingu, chamadas de Orange (também conhecido como Materoo) e Nassau (também conhecido como Gormoarou). Esses assentamentos representaram o empreendimento colonizador holandês na região, estabelecidos em pontos estratégicos, como foi o forte em Gurupá.

As fontes sobre a fortificação holandesa em Gurupá são escassas, as informações encontradas até o momento sobre essa região, partem de fontes portuguesas. Dessa forma, algumas informações aqui apontadas partem de deduções a partir dos registros de outros fortes holandeses do período na região amazônica. Se existe uma carência informativa a respeito da fortificação Mariocay em Gurupá, por outro lado, em relação às fortificações Orange e Nassau no Xingu, as fontes revelam que os postos foram construídos em madeira<sup>21</sup>. Não podemos destacar a possibilidade do forte em Gurupá ter as mesmas características, haja vista que essas três fortificações formavam um entreposto comercial e colono holandês no delta amazônico.

Assim, os holandeses se instalaram na região em 1616, tomando como referência a construção do forte Mariocay, e foram expulsos sete anos depois, em 1623, com a primeira ofensiva portuguesa. A presença holandesa na região e o seu contato com os indígenas assumiu certas peculiaridades em relação às povoações nas Guianas, e de outras partes do espaço amazônico como afirma Pablo Bonillo:

A situação é notavelmente diferente no estuário do rio Amazonas, que oferece um amplo catálogo de ilhas, baías e rios, para realizar as interações entre europeus e nativos. Seja por essa ou outra razão, o fato é que as fábricas européias na foz da Amazônia são muito mais estáveis<sup>22</sup>.

A região de Gurupá está entre duas importantes áreas culturais amazônicas, Santarém e Marajó. A arqueologia tem mostrado um intenso complexo cultural cerâmico pré-colonial nessas regiões<sup>23</sup>, muito relacionado com a tradição Policroma, entre elas a cultura Aristé, que domina o litoral da Guiana oriental<sup>24</sup>. Pesquisas recentes têm apontado para o encontro de artefatos cerâmicos na região de Gurupá que apresentam motivos estilísticos que se enquadram ao complexo cultural Koriabo, originário na Guiana, sugerindo um provável intercâmbio cultural. Nesse contexto, podemos pensar nos sistemas regionais multiétnicos, com diversas redes de trocas, existentes

---

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2006, p. 108.

20 “Relatório que fez o capitão André Pereira sobre o rio das Amazonas e terras circundantes, 1616”. *Annaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará*, Belém, tomo 1, 1968, p. 279.

21 TRECCANI. Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá, p. 98.

22 BONILLO, P. I. *La conquista portuguesa del Estuario Amazónico - Identidad, Guerra y Frontera (1612-1654)*. Teses de doutorado, University of Saint Andrews, Sevilla, 2015, p. 248.

23 SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. “Muito além dos Campos arqueologia e história na Amazônia marajoara”. *GKNoronha*, Belém, v.1. n.1 2010.

24 LIMA, Helena Pinto; FERNANDES, Glenda Consuelo Bittencourt. “Cerâmicas arqueológicas da foz do Xingu: uma primeira caracterização”. In: *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia rumo a uma nova síntese*, IPHAN, Belém, v.1, n. 1, 2016, p. 210-223.

entre as populações locais, muito antes do contato com os europeus, que certamente continuaram existindo, mas sofreram diversas interferências<sup>25</sup>. Os artefatos cerâmicos encontrados na região de Gurupá têm revelado uma diversidade de fragmentos, mostrando um multiculturalismo populacional na região, e também uma intensa área de trocas de mercadorias pela quantidade de matérias de origem européia.

Os holandeses desde o início procuraram estabelecer relações amistosas com as sociedades indígenas, pois reconhecia a necessidade da força e conhecimento nativo para explorar e combater os portugueses e espanhóis e outras nações inimigas oriundas da região Amazônia. Os holandeses se aproximaram e “mantiveram boas relações com os povos de raiz Tupis e em algumas ocasiões ofereceram apoio militar e econômico aos povos não Tupis”<sup>26</sup>.

Os assentamentos holandeses no delta do rio Amazonas aparecem nas fontes como plantações de cultivo de tabaco, algodão, urucu, possivelmente a fortificação em Gurupá esteve nessas condições. “Os holandeses, irlandeses e ingleses ensinaram os índios a forma de se preparar o tabaco conforme os interesses comerciais na Europa”<sup>27</sup>. Os holandeses e as demais nações européias criaram diversas estratégias para obter vantagens comerciais na região, e teve que readequar os seus projetos coloniais a realidade local. Como resultados modificaram o contexto social das sociedades indígenas na região, como afirma:

Meu argumento é que uns novos grupos de atores, os europeus, tornaram-se competidores numa rede regional que se estendia ao longo das margens do Amazonas, incluindo os rios afluentes e as áreas interfluviais – e essa rede de relações foi transformada e reconfigurada como resultado<sup>28</sup>.

A comunicação européia com as populações ameríndias representou um grande obstáculo no período inicial do contato, para isso houve a necessidade de desenvolver várias estratégias para entender e ser entendido, tanto da perspectiva do europeu, como do indígena. No início do contato os sinais foram muito utilizados pelos holandeses para se comunicar com os índios, “é provável que os gestos indianos envolvessem a agitação e o gesto das mãos para receber os visitantes holandeses”<sup>29</sup>. Nesse jogo de sinais e gestos que marcaram a relação entre os holandeses e as populações ameríndias, houve casos de mulheres indígenas serem oferecidas aos holandeses pelos próprios índios, “os índios também tentaram assegurar relações pacíficas com os recém-chegados neerlandeses, usando as mulheres como símbolos diplomáticos de amizade”<sup>30</sup>. Esta aproximação revela o interesse da parte dos índios de criar laços com os holandeses, haja vista que essas sociedades

25 MARK, Harris. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajós e além na história ameríndia. Revista de Antropologia, 2015.

26 BONILLO. La conquista portuguesa del Estuario Amazónico, p. 346.

27 HULSMAN. Escambo e Tabaco, p. 47.

28 MARK. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais, p. 45.

29 MEUWESE, M. P. For the peace and Well-Being of the Country: Intercultural Mediators and Dutch-Indian Relations Innew Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Dissertação enviada à Escola de Pós-Graduação da Universidade de Notre Dame em Cumprimento Parcial dos Requisitos pelo grau de Doutor de Filosofia, 2003, p. 43.

30 MEUWESE. For the peace and Well-Being of the Country, p. 44.

exerciam essas aproximações através de casamentos com outros grupos regionais, dessa forma é possível observar o protagonismo indígena nesse processo colonial holandês.

Um documento do século XVII apresenta um protesto de um capitão português de nome João Pereira de Cárceres, aonde o mesmo fornece notícias da presença de estrangeiros na região de Gurupá, e das alianças praticadas entre os capitães holandeses e as nações indígenas dos engaiaba, mapuas, periquas, ariquiras, jacoanis, managages, aruanes e outras<sup>31</sup>. Dessa forma, podemos observar as indígenas participando ativamente no processo colonialista holandês na região amazônica e Gurupá.

O projeto colonial holandês para o território amazônico e a região de Gurupá exigiu dos holandeses a flexibilidade, a reorganização do que foi projetado inicialmente, pois eles se depararam com os agentes indígenas e a dinâmicas sociais internas regionais, e certamente precisaram criar uma seqüência de estratégia para o desenvolvimento de relações sociais com as populações, pois os mesmos eram aliados fundamentais na ocupação da região.

### Considerações finais

A região Amazônica é marcada por uma rica sociodiversidade, banhada por diversos rios, e uma fauna e flora exuberante, sendo uma região composta de diversas localidades, cada uma na sua especificidade cultural. Dessa forma o território amazônico é compreendido como uma região marcada pela sua complexidade. Diante disso, a região foi e é constantemente “violada” por sujeitos que visavam e visam extrair riquezas, provocando mudanças significativas nos aspectos físicos e culturais do território, tendo em vista que diversas pessoas de outras localidades do país e outras partes do mundo se deslocaram para o território amazônico em busca de melhores condições de vida. Mas, é preciso compreender esse fato contemporâneo dentro de um processo histórico, marcado por diversos agentes, dentre eles, os holandeses.

Durante o século XVI e XVII as notícias sobre o Novo Mundo repercutiram em toda Europa, o imaginário europeu foi estimulado pelas observações feitas no território descoberto, o que gerou a cobiça de aventureiros, comerciantes das diversas regiões da Europa, iniciando com Portugal e Espanha, mas também com os ingleses, franceses e holandeses. Dessa forma, devemos observar as investidas holandesas na região amazônica dentro de um contexto de cobiça, de novas terras, fontes de matérias primas.

Quando os holandeses adentraram a região amazônica chegando a Gurupá, conhecendo a geografia e os povos que viviam na região, se depararam com uma nova realidade, mesmo já tendo experiências coloniais em outros continentes, identificaram que as suas projeções para o espaço amazônico precisavam ser readequadas à nova realidade que se apresentava para o sucesso colonial almejado, uma reorganização que evoluiu táticas, negociações, alianças, guerras, mudanças na paisagem amazônica, o que configurou o processo dessa ação colonial holandesa.

31 AHU\_CU\_013, Cx. 1, D. 69.

## História e literatura: uma análise de *Redoble por Rancas*, de Manuel Scorza

Maria Thereza Magalhães Gomes de Santana  
maria.thereza.97@hotmail.com

### Resumo

O presente projeto de pesquisa pretende estudar a primeira obra literária que compõe a pentalogia do escritor peruano Manuel Scorza, nascido em Lima em 1928, pertencente ao neoindegenismo, movimento que marcou a novela peruana a partir dos anos 1940. A pentalogia ocupa-se de narrar a luta dos camponeses dos Andes Centrais nos anos 60 do século XX contra os interesses econômicos de uma companhia mineira norte-americana, que tentava expulsar os lavradores de suas terras. É composta pelos livros *Redoble por Rancas* (Barcelona, 1970), *Garabombo el Invisible* (Barcelona, 1970) – sendo que estes dois primeiros relatam os primórdios da luta camponesa –, *El Jinete Insomne* (Caracas, 1977) – que relata a reorganização para uma grande batalha após o massacre de Chince –, *El Cantar de Agapito Robles* (Caracas, 1977) e *La Tumba de Relámpago* (México, 1979) – que retratam a batalha final e o desfecho dessa guerra.

Alicerçado no realismo mágico – escola literária latino-americana do século XX – Scorza se encarrega de narrar esta “guerra silenciosa” em tom de denúncia política e social, uma vez que a população indígena andina havia enfrentado este massacre sem o auxílio do Estado e sem registros por parte também deste Estado. Segundo o autor, a luta narrada é representativa de uma luta nacional contra o latifúndio e o neocolonialismo dos grandes cartéis que dominavam o Peru desde a colonização. Seu objetivo é, portanto, narrar o drama que a *história oficial* – termo utilizado pelo autor e passivo a críticas, conforme faremos no desenvolvimento desta pesquisa – não conta e que os índios não falam, evidenciando a resistência e coragem destes indígenas. O estudo, pois, se limitará à Província de Cerro de Pasco no Andes Centrais e aos pequenos povos que lá habitam, onde ocorre o primeiro dos muitos massacres que vão acontecer durante a *última rebelião quéchua* de 1959-60.

Este tema, portanto, se enquadra no atual panorama historiográfico e também apresenta a relevância de tentar responder lacunas deixadas pela História as quais a literatura se ocupou em repontar. O objetivo deste trabalho, então, é o de repensar os diálogos – limites e possibilidades – entre a narrativa literária e a narrativa histórica em diálogo com a historiografia contemporânea, refletindo em que medida um pode valer-se do outro ou, até mesmo, ocupar seu espaço, como neste caso, em que a História não se preocupou em relatar as guerras silenciosas que, por outro lado, foram o objeto de pesquisa central do romancista peruano.

**Palavras-chave:** História, literatura, literatura latino-americana, realismo mágico.

### Manuel Scorza: biografia, trajetória e espaços de atuação

Manuel Scorza nasceu no ano de 1928 em Lima, filho de pais camponeses emigrantes dos Andes peruanos (Cajamarca e Huancavelica). Viveu em Huancavelica de 1934 a 1939 e retornou à Lima em 1943, onde concluiu os estudos secundários e, já em 1945, ingressou à *Universidad Mayor de San Marcos*. Nesse momento, deu início a uma intensa atividade política e revolucionária a partir de sua filiação ao APRA (*Aliança Popular Revolucionária Americana*).

A APRA desponta no Peru em 1924, fundada por Haya de la Torre (1895-1979), quando do debate sobre socialismo e marxismo na América Latina nas primeiras décadas do século XX e seus problemas de tradução à realidade local. A isso, somou-se a necessidade de se criar um marxismo verdadeiramente latino-americano, enquanto as Internacionais Comunistas – ditadas pelo centro do poderio da União Soviética – lançavam duras fórmulas para a organização de partidos nos diversos países do globo.

Nessa conjuntura, irromperam-se dissidências ao pensamento leninista-marxista no continente que propunham adaptações das ideais comunistas às realidades latino-americanas, como Mariátegui e Haya de la Torre. Ambos apresentavam uma percepção sobre os problemas nacionais ligados à terra e sobre a peculiaridade do processo revolucionário indoamericano, bem como defendiam o papel importante da comunidade indígena como agentes de transformações políticas – lançando, então, olhares minuciosos sobre as questões indígenas latentes. Por isso, de acordo com o fundador da APRA, a aliança era a adequação do pensamento de Karl Marx à América Latina.

Definindo-se como “organismo político autónomo tendente a constituirse en partido”<sup>1</sup>, a APRA surgiu como um movimento de frente internacional dos trabalhadores manuais e intelectuais, centrando seu programa de ação política na luta anti-imperialista. O movimento defendia a união de todas as forças e classes que lutavam contra o domínio norte-americano sobre a América. O seu programa político apresentava cinco pontos principais, sendo eles: luta contra o imperialismo yanque; unidade da América; nacionalização da terra e da indústria; internacionalização do canal do Panamá; e apoio a todos os povos oprimidos do mundo.

Tendo nascido como um movimento de ação revolucionária, a APRA transformou-se em partido político em 1931. Num primeiro momento, o seu projeto político mantinha suas linhas anti-imperialistas e pautava, além disso, as questões da realidade indígena e campesina do país e das especificidades “indoamericanas”, isto é, o reconhecimento da dimensão indígena das sociedades hispano-americanas e, principalmente, peruana.

Manuel Scorza filia-se ao partido ainda nessa conjuntura reformista de sua agenda política, e é justamente sua atuação no cenário político peruano como militante aprista que o leva ao seu primeiro exílio, com seus 20 anos recém-cumpridos. No dia em que o APRA foi colocado na ile-

1 HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. El antiimperialismo y el APRA. Presentaciones: Luis Alva Castro, Edgar Núñez Román. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010, 276 pp.

galidade pelo General Manuel A. Odría em 1948, seu poema amoroso *Rumor en la nostalgia antigua* havia sido publicado no jornal aprista La Tribuna. Foi detido e obrigado a abandonar o país nesse mesmo ano, impedido, então, de terminar seus estudos na faculdade de Filosofia e Letras.

Durante seus primeiros anos de exílio, Manuel Scorza transitou por entre Brasil, Chile e Argentina (1948-1952), até, enfim, estabelecer-se no México (1952-1956), onde deu prosseguimento aos seus estudos literários na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) e manteve inicialmente um forte contato com militantes apristas exilados no mesmo país. Nesse momento, Scorza ainda demonstrava apoio ao APRA, como se pode constatar a partir da publicação de seu ensaio *Una doctrina americana* na revista mexicana Cuadernos Americanos, em 1952. Nas palavras de Dunia Gras Miravet,

El artículo se ocupaba de los fundamentos ideológicos del aprismo, así como de la posición política del autor como miembro del APRA. El artículo insistía en los valores fundacionales de la ideología del aprismo, que en aquella época era antiimperialista y anticomunista. Destacaba la reclamación de una redistribución más justa de la riqueza y la unidad política y económica de Indoamérica (nombre con que denominaba Haya de la Torre a Latinoamérica y que también adoptó Scorza).<sup>2</sup>

A experiência do exílio, já muito dolorosa para Manuel Scorza, tornou-se ainda mais penosa quando o APRA, que em suas origens se configurou como uma intenção de encontrar um pensamento com originalidade americana e de cunho fortemente anti-imperialista, desembocou nas terras socialdemocratas, aliou-se ao poder que tão duramente o havia atacado e acabou sendo base ideológica de uma classe burguesa, não se envergonhando em flertar com o imperialismo estadunidense.<sup>3</sup>

De acordo com Jorge Rodríguez Beruff<sup>4</sup>, as mudanças significativas na orientação ideológica e na estratégia partidária do APRA – que se repousaram sobre o abandono dos pontos reformistas do programa político e sobre o predomínio da ala conservadora na direção do partido – justificaram-se pelas intensas experiências de repressão e ilegalidade que o partido e seus militantes sofreram durante a ditadura do General Odría (1948-1956). A partir delas, os líderes apristas se convenceram de que um caminho viável para a chegada ao poder seria uma aliança pacífica e democrática com alas da burguesia progressista que se aliavam às forças imperialistas – deixando de lado, assim, justamente sua principal pauta, o anti-imperialismo.

O militante lamentou-se ao ver como o partido que o havia levado para longe de sua pátria renunciava de prontidão aos seus postulados ideológicos. Com isso, abandonou o partido e pu-

2 MIRAVET, Dunia Gras. Manuel Scorza: la construcción de un mundo posible. Serie América: Colección de ensayos de la Asociación Española de Estudios Literarios Hispanoamericanos. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2003, p 27.

3 GONZÁLEZ SOTO, Juan. La memoria de los olvidos: Manuel Scorza. Letralia, Tierra de Letras, n. 13, 18 de noviembre de 1996.

4 BERUFF RODRÍGUEZ, Jorge. Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar en el Perú: 1948-1968. Lima: Mosca Azul Editores, 1983, 264p.



blicou uma carta aberta, em tom irônico, intitulada *Good-bye, Mister Haya*<sup>5</sup>. Nela, criticou a postura contraditória do fundador da aliança e do partido em relação às intervenções estadunidenses e estrangeiras no território nacional. Seu afastamento da atuação política do APRA coincidiu com

la cristalización de sus posiciones políticas en torno al antiimperialismo y a la reivindicación de un nacionalismo de izquierdas panamericano, por una parte, y el descubrimiento del problema de la explotación de los indios y la posesión de la tierra, que configuraba una realidad a menudo pasada por alto, incluso desde posiciones de la izquierda latinoamericana. Estas posiciones ideológicas [...] fueron de especial importancia posteriormente, y se reflejarán tanto en las diversas facetas creativas como en el activismo político y las manifestaciones públicas del autor.<sup>6</sup>

Essa aproximação com as questões indígenas e camponesas justificou sua entrada, na década de 1960 – já reestabelecido em território peruano após o fim da ditadura de Odría –, para o *Movimiento Comunal del Perú*, grupo político ativo em defesa dos direitos do campesinato indígena. Este movimento se configurava como um novo tipo de organização sindical agrária que mesclava formas de atuação modernas e tradicionais.

Frente a los movimientos milenaristas precedentes, los nuevos métodos de lucha campesina eran mucho más complejos y diversos: desde la utilización de todos los mecanismos legales posibles hasta acciones violentas puntuales -como la ocupación de haciendas-, pasando por huelgas, movilizaciones o el fomento de los apoyos políticos externos.<sup>7</sup>

Além disso, concentrava os principais líderes camponeses dos Andes Centrais e contava com o apoio de Manuel Scorza, que se tornou Secretário de Política do movimento e tomou parte secundária nas revoltas camponesas que se iniciam nessa década nos Andes peruanos.

O conflito em Cerro de Pasco – palco também das novelas da pentaogia de Manuel Scorza – se instaurou em 1959 devido às atividades expansionistas da *Cerro de Pasco Corporation*, multinacional mineradora que, no contexto, apresentava projetos de criação agropecuária, desejando, para tal, ampliar sua posse de terra na região. Sorrateiramente, a empresa foi cercando as terras comunais disponíveis para o pasto da comunidade nativa da região – gerando uma disputa em torno da propriedade das terras em questão, que se manifestou a partir das revoltas indígenas que se instauraram ao longo de todas as comunidades camponesas dos Andes Centrais.

Num primeiro momento, a querela se pleiteou institucionalmente a partir de denúncias ao governo central – chefiado, no contexto, por Manuel Prado –, processos legais e manifestações pacíficas em frente ao Parlamento. Sem obterem respostas, a ação indígena se radicalizou e baseou-se então, principalmente, em invasões das fazendas da região. O governo, antes ignorando a questão, respondeu com ações repressivas intensas denominadas *Operación Desalojo*, nas quais o Exército ex-

5 Publicada originalmente en el diario de México El Popular, en 1953. Reproducida en la revista limeña Generación, núm. 8, 1954

6 MIRAVET. Manuel Scorza, p. 29.

7 MIRAVET. Manuel Scorza, p. 31.

pulsou aos índios e reivindicou as terras para seus proprietários *legais*, isto é, os fazendeiros. A ação das forças nacionais produziu um terrível e sangrento massacre do exército de 3500 camponeses envolvidos na luta.

Manuel Scorza, ao presenciar parte da luta em Cerro de Pasco, volta à Lima com o objetivo de documentar a rebelião, os problemas do campesinato andino e seus mecanismos de mobilização. Para tal, iniciou a publicação de manifestos que se fundamentavam a partir da documentação que havia colhido, como entrevistas e materiais fotográficos. Esse arquivo documental posteriormente se tornou a matéria prima de sua pentalogia, *A Guerra Silenciosa*.

Por assumir esse papel de denúncia dos massacres que estavam sendo empreendidos para cessar as revoltas camponesas, Manuel Scorza, junto com outros envolvidos no conflito, teve que abandonar o país mais uma vez em 1967, sob a ameaça de condenação de cinco anos de prisão mediante acusação de atacar a seguridade do Estado e das Forças Armadas Nacionais. Nas palavras do autor:

Asistí a las más terribles escenas: prisiones, fusilamientos, masacres, asaltos. La prensa no informaba nada y a los que queríamos denunciar la situación nos reprimían. Yo fui enjuiciado junto a otros participantes, acusado de atacar la seguridad del Estado, con mayúscula. Yo era pasible de cinco años de cárcel, así que decidí salir del país.<sup>8</sup>

Então, vai para Paris em 1968 e, já na Europa, inicia a publicação de suas baladas. A pentalogia conferiu ao autor fama internacional e o título de novelista das lutas camponesas do Peru.

Dividindo sua estadia entre a Europa e o Peru, até o fim de sua vida Manuel Scorza se introduziu ativamente na vida política de seu país. Participou da criação do *Frente Obrero Campesino Estudiantil y Popular* (FOCEP) – partido de esquerda que agrupava diversos coletivos sociais –, chegando, inclusive, a se candidatar como vice-presidente pelo partido nas eleições presidenciais de 1980. Participou também da fundação, junto a outros escritores peruanos, da *Frente de Intelectuales Peruanos por la Identidad y la Soberanía de los Pueblos de Nuestra América* (1982).

Embora em seu relato autobiográfico Scorza tenha construído uma relação direta entre seu estabelecimento em Paris e sua conversão em um famoso escritor de novelas – já que antes escrevia essencialmente poesias –, Miravet expõe pontos do conjunto de sua vida que melhor explicam sua atividade como narrador. Declara que os motivos de seu exílio possivelmente foram menos épicos e mais pessoais e, ainda, que a publicação de *Redoble por Rancas* é mais acidental do que parece, ao contrário da construção mítica de que seu exílio político se deu justamente devido a seu envolvimento na luta dos camponeses e sua necessidade de expor os horrores que lá ocorreram. Em seus primeiros anos de exílio, em entrevistas, o autor pouco fala da dimensão política de seu exílio – deixando clara a dimensão pessoal – e não comenta de seus projetos ensaísticos – embora fale de seus projetos como escritor de poesia.

8 SCORZA apud GONZÁLEZ SOTO. La memoria de los olvidos.

No está claro en qué momento concibió Scorza la posibilidad de transformar su historia en una novela y, más tarde, en un ciclo novelístico. Tal vez fuera entonces, en 1968, una vez instalado en París, al examinar con calma todo el conjunto de materiales que había recogido. En todo caso, lo que sí parece claro es que la intención original de Scorza no era escribir una novela, sino un ensayo, como ya se ha anticipado:

En París escribí un informe de Raneas. Lo reléí y se lo leí a amigos y todo. Vi que le faltaba el corazón; no veía lo que yo había visto. Y entonces un día lo que hice fue arrojar todo esto y soñar la realidad, como si yo estuviera adentro. Y escribí Redoble por Rancas.<sup>9</sup>

Com sua novela finalizada, Scorza a enviou para concursos e editoras. *Redoble por Rancas* foi uma das finalistas do Premio Planeta e, depois, foi publicada pelo mesmo editorial no ano de 1970, em Barcelona. A obra teve boa acolhida na Europa e posteriormente na América Latina, tendo sido traduzida em 32 línguas. Terminou a publicação de sua pentalogia em 1979 e, já no início da década de 1980, empreendeu a publicação de sua última obra, *La Danza Inmóvil* (1983) – que faria parte de uma trilogia intitulada *El Fuego y la Ceniza* e que abandonaria a temática indigenista, mas que foi interrompida por sua morte inesperada.

Em 28 novembro de 1983, o escritor peruano faleceu aos cinquenta e cinco anos de idade. Scorza partiu de Madrid para Bogotá em ocasião do Encuentro Cultural Hispanoamericano, organizado pela *Academia Colombiana de la Lengua* e, a mais ou menos 8km de distância do aeroporto de Barajas, o avião em que se encontrava o escritor e tantos outros intelectuais e escritores latino-americanos – Angel Rama, Marta Traba, etc. – caiu e se incendiou.

### Redoble por Rancas

*Redoble por Rancas* é a primeira novela da saga que narra as revoltas campesinas travadas entre 1959 e 1963 nos Andes Centrais peruanos. Nela, relata-se a luta da população da minúscula aldeia de Rancas contra o avanço de uma Cerca que vai apoderando-se de suas terras. A Cerca representa a *Cerro de Pasco Corporation*, companhia norte-americana de exploração mineral e agropecuária. As reivindicações – infrutíferas – ante as autoridades levam a um enfrentamento da população revoltosa com as tropas enviadas da capital para proteger os interesses dos fazendeiros.

Duas tramas principais seguem a narrativa, embora elas se entrelacem. A primeira delas trata os esforços de Héctor Chacón para matar o juiz de primeira instância de Rancas, o Juiz Montenegro, que é muito temido e odiado por suas injuriosas ações. Grande parte do fruto do trabalho dos camponeses ia para ele, assim como o destino de todos eles estava nas mãos do juiz, que agia sempre arbitrariamente e em seu próprio benefício. Chacón inicialmente decide matá-lo movido por vingança, uma vez que havia sido preso devido a falsas acusações empreendidas pelo Juiz, mas, no meio da trama, começa a questionar sua onipotência e suas injúrias.

9 MIRAVET. Manuel Scorza, p. 41.

En el transcurso de la novela, la rabia de Chacón contra la injusta actitud de Montenegro crece, y su odio personal se transforma en activismo social con matices políticos. Cuando decide matar al juez, ya no es por razones personales simplemente, sino también para vengar a los otros campesinos.<sup>10</sup>

Enquanto isso, paralelamente, uma cerca vai apoderando-se das terras dos camponeses sem explicação. Vivendo em territórios cada vez menores e perdendo seus rebanhos, os camponeses se convencem de que experimentavam algum tipo de castigo divino. O padre da comunidade, Chasán, “trata de convencerlos de que se trata de una obra de los hombres y no de un castigo divino, por lo que en lugar de rezar deben actuar”<sup>11</sup>. Assim, Fortunato, um humilde pastor, inicia uma onda de sublevações armadas de paus e pedras contra os fazendeiros, os homens que estavam levantando a cerca e contra a Cerca em si. Desde o início, os camponeses envolvidos nesses ataques sofrem ameaças e ações por parte da *Cerro de Pasco Corporation*, mas o grande massacre se dá de fato quando, inesperadamente, a Guarda Nacional chega de assalto na cidade. Muitos camponeses morrem – como é o caso de Fortunato –, outros tantos ficam feridos e, ainda, alguns vão presos, como Héctor Chacón. Assim, a rebelião é detida, mas não sem deixar um rastro de inspiração para uma nova reunião de forças e para a retomada da luta contra a Cerca, os fazendeiros e a *Cerro de Pasco Co.*

A trama se desenvolve alicerçada no realismo maravilhoso – poética literária da nova literatura latino-americana do século XX que congrega uma convivência harmoniosa entre o real e o sobrenatural, o fantástico. De acordo com Irlemar Chiampi, a narrativa do maravilhoso se insere no âmbito do real como “modo de produzir no leitor uma inquietação física (medo e variantes), através de uma inquietação intelectual (dúvida)”<sup>12</sup>, isto é, a partir de uma transposição de elementos extraordinários para a realidade do relato que não causam o estranhamento discursivo, mas, pelo contrário, são incorporados ao real e passam a ser compreendidos, criticamente, como parte da realidade.

Na obra de Manuel Scorza, o realismo maravilhoso se coloca a serviço da verossimilhança e da discussão sobre a realidade fantástica e delirante da literatura latino-americana. Por um lado, os elementos fantásticos são empregados como forma de “revelar las dimensiones míticas del universo indígena sin aislarlas de la realidad, con lo que obtiene imágenes mas profundas y certeras de esse universo”<sup>13</sup>. Por outro, são mobilizados como forma de questionar se o delírio está no texto, isto é, se é meramente imaginativo, ou se é estritamente histórico – quer dizer, se a realidade da América Latina é realmente excessiva, assim como evidencia em uma entrevista concedida ao programa *A Fondo*, na TVE (televisão espanhola), em 1977, conversando com Joaquín Solar Serrano:

10 MIRAVET. Manuel Scorza, p. 166-167.

11 MIRAVET. Manuel Scorza, p. 167.

12 CHIAMPI, Irlemar. O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispanoamericano. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 53.

13 CORNEJO POLAR, Antonio. Sobre el “neointigenismo” y las novelas de Manuel Scorza. Revista Iberoamericana. Vol. L, Núm. 127, Abril-Junio 1984, p. 549.

A mí me decían hace poco que por qué todas mis historias acaban en derrotas y en masacre. Y yo no las acabo, las acaba la realidad. Y las masacres tampoco las hice yo, las hicieron las fuerzas de represión en cada lugar.<sup>14</sup>

### Manuel Scorza e a *história oficial*

Tanto os esforços do autor em direção à verossimilhança quanto à constatação da realidade delirante latino-americana se justificam por sua clara intenção de narrar as rebeliões camponesas em questão como forma de documentá-las, uma vez que, em suas palavras, “hay muy pocas noticias en la historia porque la historia oficial no la cuenta y los indios no hablan”<sup>15</sup>. Scorza, a todo o momento, coloca-se na qualidade de testemunha ocular das lutas indígenas e, ao mesmo tempo, impõe-se o dever de contá-las e construir uma contra-história “para hacer frente a esa historia oficial impuesta y extraña, una realidad en la que muchos protagonistas no tenían lugar”<sup>16</sup>.

Dessa forma, questiona qual seria uma história de fato peruana, narrando não só as lutas camponesas pela recuperação de suas terras, mas também referenciando episódios históricos de domínio coletivo em que figuras ou relatos heroicos são interpelados. Isto se evidencia, por exemplo, na sobreposição da tropa encarregada de reprimir a resistência em Rancas – comandada por Guillermo Bodenaco, Comandante da Guarda Civil – e da tropa de Bolívar – general do exército patriota que inicia a campanha final das lutas para a independência da dominação espanhola.

Nesse movimento, confronta a história nacional peruana – que cumpre seu papel na construção da identidade nacional e na afirmação do vínculo de pertencimento a um coletivo, criando modelos de classificação do mundo, signos e símbolos que sustentam uma ordem convincente para assim outorgar a confiança que o mundo, como nos apresentam, é real – e subverte a representação do passado difundida pela história oficial.

Scorza consideraba provocadoramente que, desde la conquista, el pueblo peruano se había quedado parado, anonadado, porque se quedó sin historia, ya que se le extirpó la que le era propia y se le impuso una ajena. Como sentenciaba en una entrevista con Elda Peralta, contraponiendo el mundo indígena al mundo occidental: En América Latina toda "la historia" es una colosal mentira y esa mentira comienza el día mismo de la Conquista, de la fundación de la sociedad colonial por notarios, soldados, sacerdotes, que hablan una lengua extranjera<sup>17</sup>

No que tange à construção dessa contra-história, pode-se dizer que Scorza logrou certo êxito. Sem questionar seu relato e seus métodos – que de fato não podem ser respaldados com os instrumentos manejados pela historiografia –, tem-se que, de uma forma ou de outra, seus livros

14 MIRAVET, Dunia Gras. Dos entrevistas promocionales en RTVE: A fondo y encuentros con las letras. In: Manuel Scorza, un mundo ficción. 790 f. Tesis doctoral para optar al título de doctor en filología española – Departamento de Filología Española, Universidad de Barcelona, 1998, p. 736.

15 MIRAVET. Dos entrevistas promocionales em RTVE, p. 731-732.

16 MIRAVET. Manuel Scorza, p. 164.

17 MIRAVET. Manuel Scorza, p. 164.

circularam mundialmente e, assim como se percebe pelo número extensivo de entrevistas que deu e por suas infusões na mídia europeia, criaram uma *representação social*<sup>18</sup> dessas lutas da qual o imaginário se apropriou, colocando-a no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela seu referente. Cabe ressaltar ainda que a versão construída pelo autor foi a única a circular em nível mundial, quicá nacional, e foi responsável por conferir à Scorza o posto de *novelista das lutas campesinas do Peru*.

A atuação dessa representação social sob a realidade se confirma no fato de que a obra e sua fama internacional foram responsáveis por reabrir o debate sobre as lutas campesinas no Peru. O presidente general Velasco Alvarado – que esteve no poder entre 1968 e 1975 –, logo nos primeiros anos de seu governo, iniciou um tímido processo de reforma agrária no país e, além disso, interviu diretamente na libertação de um dos personagens da novela, Héctor Chacón – colocado em liberdade após 11 anos de cárcere. Ainda mais, o general Morales Bermúdez, presidente do Peru depois de Velasco Alvarado, decidiu continuar a reforma agrária anunciada ao país justamente em Rancas.

Sabemos que, diferentemente do discurso historiográfico, a narrativa literária não parte necessariamente da condição de veracidade de seu relato, embora fique claro que a obra tratada aqui seja uma ficção controlada, isto é, que haja uma intensa busca pela verossimilhança. Esse limite ao qual o escritor peruano se impõe, no entanto, não é o mesmo imposto para a narrativa historiográfica, que se liga aos pares e aos métodos rigorosos do como se escrever história.

Mas, é justamente a partir desse olhar que busca pensar as aproximações e os distanciamentos entre as duas narrativas que nos dá deixo para uma investigação histórica: não seria a pentalogia de Manuel Scorza um bom caminho para o acesso à história dessas *guerras silenciosas*? As reflexões sobre os limites e os diálogos entre História e Literatura devem ser sistemáticas, mas, de antemão, uma coisa fica clara – e não podemos aqui ignorá-la: a Literatura se ocupou de responder lacunas deixadas pela História e, assim, criou uma representação social da realidade da qual o imaginário se apropriou, colocando-a no lugar da realidade. Os principais estudos sobre a obra de Scorza ficaram a cargo da crítica literária, e é justamente a partir desse diálogo interdisciplinar e da abertura da História para novos objetos e abordagens que essa pesquisa, ainda incipiente, pretende se desenvolver.

18 CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244p.



## Recriando a escrita da história no modernismo artístico brasileiro dos anos 1940 – trajetória de Vieira da Silva e Arpad Szenes

Milena Guerson<sup>1</sup>  
UFT  
milenaguerson@gmail.com

### Resumo

Este trabalho aborda o desenvolvimento de um percurso de pesquisa em História da Arte que se deu a partir do contato com o Acervo do *Museu de Arte Murilo Mendes* (MAMM), em Juiz de Fora/MG. Busca-se apresentar como a atitude colecionista de um poeta e crítico de Arte serviu de base para a construção de uma abordagem singular em História da Arte, com ênfase nas sociabilidades do Modernismo.

Trata-se de enfatizar a relação de amizade entre o poeta Murilo Mendes e o casal de pintores naturalizados franceses Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes. O vínculo entre os dois artistas e o literato surgiu na década de 1940, no Rio de Janeiro, momento em que Vieira e Szenes encontravam-se em exílio, devido aos desdobramentos da 2ª Guerra Mundial no contexto europeu.

Desse momento de instabilidade econômica, social e afetiva surgiram relações de compartilhamento artístico-cultural entre poetas, críticos e artistas, nas conjunturas de um sistema de Arte ainda incipiente/emergente na cena carioca. As obras de Artes Visuais e os registros escritos (correspondências) hoje existentes no acervo do MAMM espelham essas relações, fazendo ressurgir, via escrita da História, o convívio cosmopolita e intersemiótico, próprio à época. Em outros termos, o caráter fragmentário dos documentos em evidência ressoa na instabilidade daqueles “tempos de guerra”, nos facultando construir interações peculiares entre História e Memória.

Ao retratar Vieira da Silva em seus momentos de ateliê, Arpad Szenes traduz o pensamento plástico da artista sob seu olhar, na criação de um “mito” que reconta a sua história junto com a esposa, viabilizando a construção de uma Pintura compartilhada. Tal compartilhamento se origina no diálogo da obra do casal entre si, mas se reforça nas produções de poetas, críticos e escritores, os quais constituem um círculo de convivência em torno dos dois artistas. Na riqueza das trocas de experiências e produções, a Arte revela sua melhor interface, pela valorização do instante cotidiano. É dessa forma que o dueto de poéticas empreendido pelo casal, além de promover um questionamento metalinguístico da Pintura entre o tradicional e o moderno, nos permite tecer ressignifica-

1 Professora Assistente na Universidade Federal do Tocantins. Trabalho correspondente à pesquisa feita no Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens da UFJF entre 2013 e 2015.

ções sobre a interface Arte/vida. Arma-se um cenário teórico em que a materialidade do espaço se une à temporalidade subjetiva da memória, de onde a obra de Vieira e Szenes emerge como caso exemplar.

**Palavras-chave:** Acervo de poeta, Vieira da Silva e Arpad Szenes, História e Memória.

O recorte para este trabalho se deu a partir das atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2013 junto ao Grupo de Pesquisa do Acervo de Artes Visuais do MAMM (*Museu de Arte Murilo Mendes/UFJF*), um projeto então coordenado pela Profa. Raquel Quinet Pifano, vinculado ao recém-criado Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens da UFJF. Dentre os muitos nomes da Arte Brasileira e dos abstracionistas italianos que integram o acervo em questão, vimos surgir diante de nós a obra divergente e a história singular de uma portuguesa, naturalizada francesa, casada com um húngaro – também naturalizado francês – que, por suas raízes judaicas, precisou viver exilado no Brasil, junto com a companheira, na década de 1940, enquanto durou a 2ª Guerra Mundial.

Os protagonistas desse encontro plural eram Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes, frequentemente identificados no âmbito da Teoria e História da Arte como figuras atuantes no contexto da moderna “Escola de Paris”, uma expressão que se refere ao grupo de artistas que sucede as atuações pioneiras de Picasso, Braque, Matisse, entre outros, absorvendo e repensando as tendências da Pintura modernista francesa, havendo desdobramentos marcantes dessa função de atualização das tendências no período entreguerras.

A expressão *École de Paris* é definida por Argan como “uma espécie de nova *bohème*”, onde se encontram múltiplas nacionalidades nos “cafés de *Montparnasse*”, e onde “não se procura uma unidade da linguagem, todas as linguagens são aceitas por igual”, desde que sejam “modernas”.<sup>2</sup> Devido a esses dois fatores – a interação entre nacionalidades e o aceite “irrestrito” das linguagens modernas –, Argan sugere que o termo “cosmopolita” é o adjetivo que melhor sintetiza a atmosfera da *École de Paris*.

No cenário artístico-cultural do Rio de Janeiro de 1940, Vieira e Szenes constituiriam, em torno de si, um círculo de convivência, destacando-se o início da amizade com Murilo Mendes, um poeta “cosmopolita”, que, na sua inquietude e ânsia de pluralidade cultural, apreciava, para além da Poesia, também a Música e as Artes Plásticas. Enquanto poeta e crítico de Arte, Murilo escreveria sobre as obras de Vieira e Szenes; já sob a máscara do colecionador, guardaria, como se fossem “cimélios”<sup>3</sup>, as obras que receberia de presente dos seus amigos artistas.

2 ARGAN, G. C. *Arte Moderna*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 341.

3 MENDES, Murilo. [Carta] 26 abr. 1969, Roma [para] Bicho [autógrafa]. Acervo. Juiz de Fora: MAMM/UFJF. Na referida carta, Mendes resgata o termo “cimélio” em agradecimento à Vieira, que lhe envia de presente algumas pinturas. O termo se relaciona a preciosidade das peças sacras das igrejas. “Querida Bicho, Merci infiniment pelo segundo guache que me mandou ultimamente, e que muito apreciamos. Chegou com atraso pois houve nas últimas semanas 2 greves de correios aqui. Marianne não tendo podido vir a Roma, enviou por via postal a preciosa cimélia.”

Boa parte da coleção de Artes Plásticas formada por Murilo viria a integrar o acervo do MAMM, que conta hoje com sete obras de Arpad Szenes e dezesseis obras de Vieira da Silva, entre desenhos, gravuras e pinturas. Tais exemplares relacionam-se às situações vividas pelos dois artistas no período em que estiveram no Brasil; quando não retratam diretamente momentos de convivência diária do casal com seus amigos, costumam corresponder às circunstâncias derivadas desse convívio, como é o caso dos trabalhos de ilustração.

Valéria Lamego argumenta que “o maior legado de Maria Helena em seu período brasileiro está nas amizades e em sua pintura”.<sup>4</sup> Seguindo este pressuposto, o melhor caminho para apreendermos o legado de Vieira da Silva para a Arte Brasileira seria, então, recorrer à observação das obras e aos testemunhos das amizades que aqui se estabeleceram. E muitas vezes a integração amizade/Arte iria transparecer na própria superfície das obras.

Devido à natureza dos trabalhos (alguns deles foram inclusive enviados ao poeta por via postal), a quase totalidade das obras de Vieira e Szenes presentes no acervo do MAMM tem como suporte o papel e, em geral, são de pequenas dimensões. Há, entretanto, como exceção ao suporte de papel, uma pintura sobre tela, de Arpad Szenes, à qual foi atribuído o título *M.H. Vieira da Silva pintando Saudade* e a data de 1948, a partir de uma inscrição feita por Murilo no verso da tela. Foi o encontro com essa pintura que nos levou a definir o recorte final para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Em 1948, quando Szenes realiza *M.H. Vieira da Silva pintando Saudade*, o casal já tinha vencido a etapa do exílio e retornado à Paris, mas, ainda assim, considerando que Szenes habitualmente retratava a esposa em ocasiões cotidianas, inclusive nos momentos de ateliê, estima-se que, no singelo quadro, o pintor represente Vieira a elaborar um retrato de Maria da Saudade Cortesão, esposa de Murilo (note-se que eles haviam se casado em 1947).

Trata-se de uma obra que, acima do tratamento abstrato que a constitui, simboliza a relação de amizade entre Murilo/Saudade e o casal de pintores. Uma amizade expressa também no conjunto das correspondências enviadas pelo poeta aos dois artistas, onde o nome da esposa de Murilo é frequentemente mencionado, havendo ainda alguns trechos – e cartas – redigidos pela própria Saudade.

Então, ao pensarmos na ligação entre os quesitos amizade e Arte, as obras e documentos existentes no acervo do MAMM parecem vencer o tempo, ressurgindo como memórias vívidas, pois nos facultam espelhar, acima dos fragmentos, a amizade entre o poeta e o casal de pintores, nascida no contexto daqueles “tempos de guerra”, mas perpetuada nos instantes de eternidade que as palavras e as imagens nos permitem alcançar. E quando aqui ressaltamos o vínculo palavra/imagem, procuramos, de fato, fazer referência à interação entre as fontes visuais do acervo (obras

4 LAMEGO, V. Dois mil dias no deserto: Maria Helena Vieira da Silva no Rio de Janeiro (1940-1947). In: AGUI-LAR, N. (org.). *Vieira da Silva no Brasil*. São Paulo: MAM, 2007, p. 56.

de Arte) e as fontes escritas, no caso, a correspondência enviada por Murilo Mendes, entre 1943 e 1975, cujas respostas remetidas por Vieira e Szenes se perderam.<sup>5</sup>

Tanto as obras presenteadas por Vieira e Szenes a Murilo, quanto as correspondências enviadas pelo poeta ao casal de amigos possuem um caráter “fragmentário”, ou seja, não nos permitem recuperar informações sólidas, como confirma Macedo, ao propor que as cartas “silenciam” precisões sobre a vida e a obra do casal.<sup>6</sup> Trata-se de um silêncio que oblitera o fato concreto, fazendo sobressair o testemunho de amizade, escrito em uma linguagem informal, descontraída, que nos permite imaginar o convívio fraterno entre artistas, cujos encontros habitualmente aconteciam nas dependências do Hotel Internacional, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Aliás, ao observarmos a bibliografia sobre a obra de Vieira e Szenes, quase sempre somos direcionados para o espaço da intimidade, de onde a relação entre materialidade (espaço), memória e subjetividade desponta como fator crucial.

Essas conexões entre os conceitos de espaço e memória se revelaram como imprescindíveis para a compreensão da obra do casal a partir da primeira atividade efetiva que desenvolvemos para esta pesquisa, que foi a análise das correspondências enviadas por Murilo a Vieira e Szenes, entre 1943 e 1975 (praticamente desde o momento em que se conheceram até o ano da morte do poeta). O conjunto das correspondências é composto principalmente por postais de felicitação pelo aniversário ou saudações pela passagem do ano, a que se seguem, em menor número, bilhetes e “cartas” propriamente ditas. Quanto à dinâmica dos envios, podemos considerar que eles ocorrem, de fato, após o retorno dos artistas à Paris, em 1947, e mantêm-se mesmo com a mudança do poeta para Roma, no fim da década de 1950. Onde quer que estivesse, na sua residência, em Roma, nas viagens a passeio ou a trabalho, Murilo não deixava de enviar saudações aos amigos.

O poeta irá se referir a Vieira e Szenes, quase na totalidade das correspondências, através do termo “bichos”, o que pode ser atribuído a um dado cultural, uma “gíria” em vigor na época.<sup>7</sup> A alcunha revela uma particularidade do casal, pois era um tratamento comum entre os amigos mais próximos, embora tenha se estendido até mesmo para a crítica de Arte. Szenes costumava se referir à esposa pela alcunha “bicho” (no singular)<sup>8</sup>, e o nome viria a compor, em 1976, o título do documentário *Ma femme chamada Bicho*, realizado por Jose Álvaro de Moraes, abordando vida e obra do casal. Desse modo, seja no plural ou no singular, para se referir a ambos ou apenas a Vieira, Murilo utilizará frequentemente a alcunha, muitas vezes compondo simbólicos trocadilhos de palavras.<sup>9</sup>

5 O conjunto das correspondências foi cedido, em “fac-símile”, ao acervo do MAMM, pela Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva (FASVS).

6 MACEDO, S. C. *O retrato de Vieira da Silva por Murilo Mendes*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 28.

7 Ao tratar sobre Almeida Júnior (1850-1899), em seu livro *A arte brasileira*, Gonzaga Duque comenta: “Na Academia o autor de ‘Descanso do Modelo’ foi o que se chama na gíria dos estudantes – um bicho. Os colegas metiam à bulha, desapiedadamente, o seu tipo de provinciano; [...]” GONZAGA-DUQUE. *A arte brasileira*. Introdução e notas de Tadeu Chiarelli. São Paulo: Mercado das Letras, 1995, p. 180. Estima-se que, em meados do século XX, o termo ainda estivesse em uso.

8 Algumas vezes, nos escritos de Murilo e em depoimentos do casal de artistas, a alcunha também aparece metaforicamente vinculada ao apreço que Vieira e Szenes tinham em relação aos animais.

9 MORAIS, José Álvaro. *Ma femme chamada bicho*. Produção: Centro Português de Cinema para a Fundação Gul-

A primeira carta de que se tem registro, datada de 13 de novembro de 1943, remete à ocasião em que Murilo está se recuperando de uma afecção pulmonar, no sanatório de Correias/RJ.<sup>10</sup> Seu conteúdo parece tratar da resposta do poeta a alguma mensagem previamente enviada pelo casal, seja por meio escrito ou mesmo através de recado dado por alguém que o tenha ido visitar. Nessa ocasião, Vieira e Szenes encontravam-se há aproximadamente três anos no Brasil e, na passagem final da carta, Murilo faz alusão ao contexto da guerra e à situação do exílio, conforme podemos observar no trecho em destaque:

Fiquei muito comovido ao saber que vs. sentem falta de mim; o que é próprio de bichos que vivem, não em tocas, mas em colmeias – e que viveram tantos anos nessa grande colmeia que é Paris – que haveremos de ver em breve, se Deus quiser, livre da odiosa bota prussiana. E eu também sempre me lembro com saudade dos nossos cafezinhos – o da xícara, e o metafísico.<sup>11</sup>

Na passagem, a metáfora da frase final é alusiva às conversas sobre Arte que poeta e artistas vinham estabelecendo desde que se conheceram, após a chegada de Vieira e Szenes ao Brasil. Além desse fator, o intenso convívio artístico-cultural do ambiente parisiense é evidenciado, como uma “grande colmeia”, cheia de sociabilidade, em oposição à contingência do exílio – à necessidade de se esconderem, como bichos em uma toca, devido ao contexto da guerra. Trata-se de uma passagem significativa, pois ilustra o clima de boemia que marca a vida artística a partir da modernidade, estendendo-se os “cafés metafísicos” de Paris ao Brasil.

As palavras cotidianas de Murilo endereçadas a Vieira e Szenes deslocam o valor canônico do poeta e do pintor, mostrando o simples encontro de pessoas em função de uma vida na Arte. Contudo, isso não se restringe apenas aos escritos – formais e informais – de Murilo, ou às obras que hoje integram o acervo do MAMM. É algo que se revela, em níveis diversificados, também na crítica de Ruben Navarra, na prosa-poética de Agustina Bessa-Luís, entre outros teóricos e literatos que, a exemplo desses que tiveram contato direto com o casal de artistas, ajudam a constituir a história e a memória de Vieira e Szenes.

Em suma, o importante a se constatar é que, no desempenho de sua função de salvaguarda de documentos e obras de Arte, o MAMM possibilitou que construíssemos uma abordagem de estudo. Apesar de não termos utilizado o acervo como tema único, ele tornou-se parte integrante do método, nos levando a compreender a reciprocidade existente entre as “histórias” que envolvem a criação de uma pintura e a salvaguarda de suas “memórias”.

No decorrer da pesquisa, tratamos de perseguir os processos de criação de Vieira da Silva, cuja carreira se constitui a partir de três momentos distintos: antes, durante e depois da 2ª Guerra

---

benkian. Lisboa: 1977. DVD. 80 min.

10 Na cronologia de vida e obra que integra o livro abaixo referenciado, consta que se tratou de um “breve internamento” devido à tuberculose. MENDES, Murilo. *Poesia completa e prosa*. (Texto e notas por Luciana Stegagno-Picchio). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 71.

11 MENDES, Murilo. [Carta] 13 nov. 1943, Correias, Sanatório Bela Vista – Estado do Rio de Janeiro [para] Bichos [autógrafa]. Acervo. Juiz de Fora: MAMM/UFJF.

Mundial, visto que o período de exílio vivido pela artista no Brasil se coloca como um divisor de águas em sua trajetória. Concluímos que Vieira realiza as suas principais pinturas a partir de composições espaço-temporais, as quais espelham a percepção intersubjetiva da artista sobre mundo e, em especial, sobre o espaço da “cidade”; pois, o estudo estrutural e intersubjetivo de espaços arquitetônicos se mostra como um dos cerne da obra da artista.

‘Je suis une femme de la ville’, afirma Vieira da Silva e confirma-o a sua pintura. A cidade – a visível e a invisível, a que se eleva aos céus e a que se afunda nos subterrâneos – é a sua paisagem. As construções sucedem-se e encadeiam-se. Os quarteirões e as bibliotecas, as estações de metropolitano e as gares, entrelaçam-se numa pesquisa ímpar onde a perspectiva cede espaço à cor e nela (re)cria novos espaços.<sup>12</sup>

Na década de 1930, Vieira realiza suas primeiras pesquisas plásticas, enquanto na década seguinte, 1940, continua os seus desenvolvimentos, realizando obras relacionadas à temática da guerra, as quais exigiam a presença de figurações em suas pinturas, havendo ainda, segundo nota Aguilar, as interferências provocadas pelo contato com o contexto artístico-cultural brasileiro.<sup>13</sup> Vieira incorpora em suas obras, dentro das proporções cabíveis, as conotações sobre o conflito mundial e o contexto brasileiro, seguindo o curso natural que aquele momento impunha às suas produções. A partir do impulso que o abstracionismo recebe no pós-guerra, Vieira não elimina de suas telas a figuração em seu sentido estrito, mas, sim, a presença de figuras humanas. As conhecidas “câmaras de azulejos” que se fazem presentes em seus quadros se tornariam, definitivamente, espaços desabitados, onde o valor ou o enigma do vazio adquire sua força plena de significação.

Também nos dedicamos a pensar sobre o hábito cultivado por Szenes, de retratar Vieira em momentos cotidianos, havendo uma expressiva série de obras do pintor – estimada em cerca de 450 trabalhos – onde a artista aparece em cenas de ateliê, ou mesmo em momentos cotidianos de repouso, assumindo então o papel de “modelo artística”. Nosso objetivo era compreender como as câmaras de Vieira da Silva propunham um questionamento da Pintura em seus próprios meios, e então como Arpad Szenes traduziria ou espelharia tal questionamento ao retratar a esposa. A respeito das cenas de ateliê compostas por Szenes, concluímos que o artista capta não apenas o que ele vê ao retratar Vieira em atividade, capta também o raciocínio plástico da artista, construindo uma “Pintura compartilhada”, ideia que propusemos a partir do estudo das temáticas que integram os anais do seminário *Criações Compartilhadas*.<sup>14</sup>

A Pintura era, algumas vezes, compartilhada por Vieira e Szenes no espaço físico do ateliê, era compartilhada pelos dois nos diálogos plásticos entre suas respectivas obras; era ainda compartilhada em diálogos intersemióticos, na parceria estabelecida com seus amigos. Por fim, a Pintura

12 RUIVO, Ana; RUIVO, Marina Bairrão; SANTOS, Sandra. *Au fil du temps: percurso fotobiográfico de Maria Helena Vieira da Silva*. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer/FASVS, 2010, p. 70.

13 AGUILAR, Nelson (org.). *Vieira da Silva no Brasil*. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2007 [Catálogo].

14 SIMIONI, A.P.C. et al. (Org.). *Criações Compartilhadas: Artes Literatura e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2014.



era compartilhada no contexto amplo da História da Pintura, pois, segundo a argumentação de Lichtenstein, esse campo teórico se constrói através das atualizações que artistas e teóricos fazem ao recontarem e edificarem novos mitos fundadores.<sup>15</sup> Assim, a Pintura é compartilhada entre gerações, alcançando o espaço atemporal, chegando até os dias de hoje, onde a obra de Vieira e Szenes encontra a percepção estética de cada um de nós.

Em uma mensagem enviada do Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1947 – apenas dois meses após Vieira ter deixado o Brasil –, Murilo já solicita que a artista lhe envie a opinião dos críticos referente à exposição das obras do período brasileiro na Galeria Jeanne Bucher, evento que teria feito Vieira antecipar-se a Szenes por cerca de três meses em seu retorno definitivo à Europa. Diante dessas circunstâncias, Murilo também diz à amiga na carta mencionada:

Você nos tem feito muita falta. Mesmo apesar da gente passar às vezes semanas sem se ver, o fato da gente saber que você estava aqui, no Rio, bichaneando, nos dava alegria! E agora Paris, com você deve ser melhor. Esperamos vê-la num futuro não remoto. O Arpad tem pintado coisas muito bonitas, pois, a ausência da amada também inspira. O mito da bicho está crescendo em força e significação plástica e poética.<sup>16</sup>

A obra de Vieira cresce em “força e significação plástica e poética” no espaço mítico da abstração no pós-guerra, e a mensagem de Murilo Mendes acima transcrita acentua esse fato, como o fecho de um período de incertezas vivido pela artista. Apesar dos vieses estéticos que rondam os debates sobre as obras do período brasileiro, existe certo consenso a respeito de que – conforme resumem as palavras de Bairrão Ruivo –, “para Vieira da Silva, a estadia no Brasil foi particularmente dolorosa e a sua obra reflete o desenraizamento, a saudade e a angústia da guerra”.<sup>17</sup>

Tanto os estudos biográficos quanto os específicos sobre o período brasileiro narram que a etapa do exílio consistiu em um tempo vivenciado por Vieira com muita angústia, sendo Szenes o seu suporte, pois a personalidade introspectiva da pintora encontrava complemento no espírito arrojado do companheiro, uma cumplicidade que transparece no conjunto da obra do casal. Considerando que grande parte dos retratos que ele faz da esposa correspondem ao momento do exílio, estimamos que, durante o período da guerra, Szenes intensifica a dedicação a esses retratos como um modo de fortalecer a esposa em seus aspectos interpessoais e como um incentivo à continuidade de sua prática artística.

É nesse sentido que, conforme sugere o próprio Murilo Mendes, foi possível propor conclusivamente, na etapa final de execução da pesquisa, uma leitura diferenciada da trajetória do casal, sugerindo que a série de pinturas e desenhos em que Szenes retrata Vieira institui a construção de um “mito”, nos moldes de uma atualização dos relatos fundadores, próprios ao campo da Teoria

15 LICHTENSTEIN, J. O mito da pintura. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A Pintura: textos essenciais*. São Paulo: Ed 34, 2004. v. 1. p. 17-24.

16 MENDES, Murilo. [Carta] 31 mai. 1947, Rio de Janeiro [para] bicho [autógrafa]. Acervo. Juiz de Fora: MAMM/UFJF.

17 BAIRRÃO RUIVO, Marina. Vieira da Silva, agora. In: *Vieira da Silva, agora*. Rio de Janeiro: MAM, 2012, s/p.

e História da Pintura. Para a revisão sobre os relatos fundadores, utilizamos como fonte a abordagem de Jacqueline Lichtenstein.<sup>18</sup> Problematizamos, por fim, como a Pintura era compartilhada pelo casal de artistas e ampliada para o círculo social, modernista, em que conviviam, na própria constituição de um “mito” (pós-vanguarda) que reaviva a trajetória e a obra dos artistas estudados.

Muitos pintores se dedicaram ao estudo do espaço, mas poucos souberam encarnar através dele a descoberta subjetiva do tempo da forma como o fizeram Vieira da Silva e Arpad Szenes. Esta proposição ecoa nas palavras de Murilo Mendes quando, residindo em Roma em 1968, resume a mensagem geral do seu conjunto de cartas para o casal ao dizer: “Aqui em casa estão sempre vocês, no nosso pensamento e carinho, nas paredes, nos livros, nas coisas que evocam passagens da nossa vida, esperamos revê=los êste ano em Paris”.<sup>19</sup>

Suas telas são registros dos lugares físicos e interiores por onde passam. São obras de artistas que, diante do contexto totalitário com o qual se defrontam, perdem a referência de suas respectivas nacionalidades, levando a um questionamento de suas identidades pessoais e profissionais. São registros de moradas que se misturam a ateliês, no tempo exíguo que resta entre viagens, e que revelam aspectos singulares na tessitura dos sentidos da “criação artística” modernista.

Nas suas telas, vemos, a todo o tempo, “coisas” a evocarem passagens da “vida”, dessa vida efêmera que se altera incessantemente e que a Arte faz permanecer em instantes de eternidade. São paredes, azulejos, edifícios, cidades, paisagens; outras vezes músicas, livros, cartas, peças de xadrez, cadeiras, cavaletes, telas, paletas e pincéis, indo de encontro às “pessoas” – de todos os tipos – que rondam semelhantes espaços; sejam espaços externos ou subjetivos e mesmo que oscilem entre a materialidade e a memória.

18 LICHTENSTEIN. *O mito da pintura*, p. 17-24.

19 MENDES, Murilo. [*Cartão postal*] 27 jan. 1968, Roma [para] bichos [autografa]. Acervo. Juiz de Fora: MAMM/UFJF.

## O *tempo* de Nelson Rodrigues: construções de temporalidades em *Vestido de noiva*

Isabella Santos Pinheiro

Mestranda em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro

isabellapinheiro@hotmail.com.br

### Resumo

Pretende-se analisar a construção da temporalidade dos planos da peça *Vestido de noiva*, a partir do texto da peça e de suas indicações cênicas. Ressalta-se que por temporalidade entende-se o tempo próprio de cada ação. As relações entre a cena e o que ela projeta e as relações entre tempo e espaço de encenação, também serão investigadas.

*Vestido de noiva* (1943), do dramaturgo Nelson Rodrigues, foi consagrada pela crítica teatral como o marco de início do teatro moderno brasileiro. A peça narra a história de Alaíde, que sofre um acidente e fica entre a vida e a morte. Enquanto os médicos prestam socorro a ela, a peça fica situada entre três planos: o da realidade - plano em que ela está sendo operada pelos médicos -, o da alucinação - que ela encontra uma mulher que já estava morta quando ela achou seu diário e descobriu tudo a seu respeito -, e o da memória - plano que aos poucos vai sendo reconstruído. Ao final da peça, aparece um quarto plano, denominado plano irreal. Conforme Alaíde vai se afastando da vida, o plano da realidade vai desaparecendo e as memórias vão sendo reconstruídas. As narrativas da peça ocorrem a partir do acidente de Alaíde, passam por toda a cirurgia e se encerram algumas cenas após sua morte. Embora o texto não sinalize a duração da cirurgia, muito possivelmente ela durou algumas horas, pois os diálogos dos repórteres dão a entender que eles estão recebendo notícias do estado de saúde de Alaíde no mesmo dia que ocorreu o atropelamento.

Uma averiguação, por meio do texto da peça e de suas indicações, da forma de construção da cena em *Vestido de noiva*, pode ser uma interessante via de estudo das contribuições de Nelson Rodrigues para o teatro brasileiro moderno.

**Palavras-chave:** Teatro brasileiro, modernidade, vestido de noiva; Nelson Rodrigues, Temporalidades.

Presumindo que toda narrativa possui uma ordem temporal, seja ela cronológica ou não, e ainda, baseando-me em Gerárd Genette, quando diz que nas narrativas mais clássicas dificilmente a ordem cronológica dos fatos é invertida sem um anúncio prévio, será realizada aqui, uma análise da ordem temporal de *Vestido de noiva*. De acordo com Genette:

Estudar a ordem temporal de uma narrativa é confrontar a ordem de disposição dos acontecimentos ou segmentos temporais no discurso narrativo com a ordem de sucessão desses mesmos acontecimentos ou segmentos temporais na história, na medida em que é indicada explicitamente pela própria narrativa ou pode ser inferida deste ou aquele indício indireto. É evidente que a reconstituição nem sempre é possível, e que se torna ociosa para certas obras-limites, como os romances de Robbe-Grillet, onde a referência temporal se encontra pervertida de propósito. É igualmente óbvio que, na narrativa clássica, pelo contrário, ela não somente é possível na maior parte das vezes, pois aí o discurso narrativo nunca inverte a ordem dos acontecimentos sem o dizer, como, ainda, é necessária, e precisamente pela mesma razão: quando um segmento narrativo começa por uma indicação como: “Três meses antes, etc.”, tem que se ter em conta ao mesmo tempo aquilo *depois* de que essa cena vem na narrativa, e aquilo *antes* que se supõe que veio na diegese: um e o outro, ou, melhor dizendo, a relação (de contraste ou de discordância) entre um e o outro é essencial ao texto narrativo, e suprimir essa relação por eliminação de um dos termos não é ater-se ao texto, mas mata-lo de boamente.<sup>1</sup>

Ainda segundo o autor, embora as inversões de ordem não sejam uma invenção moderna, sendo um dos recursos mais tradicionais da narrativa literária, tornou-se cada vez mais comum na dramaturgia moderna do século XX, a construção de descontinuidades cronológicas nas narrativas. A essas descontinuidades, dá-se o nome de *anacronias*. Tais discordâncias entre a ordem da história e a ordem da narrativa, podem se apresentar de várias formas diferentes. Na análise seguinte, será verificado se existem incorporações, na narrativa de Nelson Rodrigues, de antecipações ou retropecções, sequências hierárquicas, descrições prologadas ou resumidas e avanços com ou sem recuo. Será realizada uma análise minuciosa da narrativa de *Vestido de noiva*.

### Plano da realidade (1º, 2º e 3º ATO)

Ponderando de forma mais geral a ordem histórica dos acontecimentos em detrimento da ordem da narração, nos 3 atos da peça, nota-se que o plano da realidade tem uma continuidade retilínea, sem anacronias. Podemos classificar o plano da realidade como pertencente ao grau zero<sup>2</sup> da narrativa.

### Plano da alucinação (1º ATO)

Quanto ao plano da alucinação, suas 7 primeiras aparições no primeiro ato seguem uma ordem cronológica que será rompida no oitavo aparecimento do plano. No plano 8 da alucinação, Alaíde repete a última fala do personagem “Homem”, no plano anterior: “*Lembre-se de seu casamento*”. Após Alaíde repetir esta fala, as indicações cênicas do texto sugerem que seja colocado o som

1 GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega Universidade, 1976, p. 34.

2 Estado de perfeita coincidência temporal entre a ordem cronológica da história e a ordem da narrativa.

da Marcha Nupcial e que Alaíde faça um gesto de segurar uma cauda invisível de seu vestido de noiva. Em seguida, a personagem Clessi elogia o vestido de Alaíde e ela agradece a Clessi, dizendo que o viu em um filme. Nesse momento é feita uma *retrospecção* ao dia do casamento de Alaíde, ocorre uma simulação de um acontecimento do passado.

### Plano da alucinação (2º ATO)

O plano da alucinação seguinte ao oitavo ocorre no segundo ato da peça. Os 4 primeiros planos da alucinação do segundo ato são sobre Madame Clessi. Pensando uma continuidade de todos os planos da alucinação da peça, existe uma *ruptura* entre o último plano da alucinação do primeiro ato, para o primeiro plano da alucinação do segundo ato. Não apenas uma ruptura como uma grande *retrospecção* à 1905, ano em que ocorre o enterro de Clessi, mas, uma descontinuidade de assuntos. Os planos da alucinação do segundo ato estão inaugurando uma outra história, da vida da personagem Clessi.

O plano 5 da alucinação, do segundo ato, embora tenha relação com as lembranças da vida de Clessi, em 1905, é um plano isolado da cronologia, pois constitui-se de uma conversa entre Alaíde e Clessi, abordando toda essa mistura de histórias da vida de Alaíde e da vida de Clessi nas alucinações. O plano 6 da alucinação inicia-se ainda embaralhando as duas histórias, mas depois volta ao tema do enterro, em 1905. Ao fim do segundo ato, o plano 7 da alucinação faz um *retorno* ao tema do último plano do primeiro ato e dá continuidade ao dia do casamento, mesmo sendo por meio de memórias equivocadas do dia do casamento de Alaíde e Pedro.

### Plano da alucinação (3º ATO)

O primeiro e o segundo planos da alucinação do terceiro ato dão continuidade ao último plano da alucinação do ato anterior. O plano 3 da alucinação do terceiro ato volta a um assunto iniciado no plano 5 da alucinação do segundo ato, sobre a pesquisa feita por Alaíde, a respeito de Clessi, na Biblioteca Nacional. Em seguida, aparecem os personagens Pedro e Lúcia no plano da alucinação e o assunto muda, voltando-se para uma discussão, posterior ao dia do casamento de Alaíde e Pedro, sobre o que teria sido dito naquele dia. Por fim, no último plano da alucinação da peça, apenas aparecem Alaíde e Clessi de costas para o público.

### Plano da memória (1º ATO)

Realizando no plano da memória uma análise parecida com a efetuada no plano da alucinação, percebe-se que os 2 primeiros planos da memória do primeiro ato tratam do mesmo assunto, o diálogo dos pais de Alaíde sobre o diário de Madame Clessi. Do terceiro ao quinto plano da me-

mória do primeiro ato, Alaíde já está casada com Pedro e ambos conversam, embora não se possa afirmar se esta é uma memória verídica ou falsa. Pode-se dizer que ocorreu uma *aceleração repentina da narrativa*. O sexto plano da memória mostra jornalheiros noticiando a morte de Pedro, que supostamente foi morto por Alaíde. Já o último plano da memória do primeiro ato, faz uma *retrospecção* ao dia do casamento de Pedro e Alaíde, período anterior ao terceiro plano da memória.

### Plano da memória (2º ATO)

Do primeiro ao terceiro plano da memória do segundo ato, ocorre a continuidade do último plano da memória do primeiro ato, sobre o dia do casamento de Pedro e Alaíde. Ao fim do terceiro plano, acontece uma mudança do plano da memória do casamento de Alaíde para um plano da memória onde está Clessi e seu namorado, em 1905. Dessa forma, é construída uma *retrospecção* no interior do plano, e não de um plano para outro, como é mais comum. O quarto plano da memória, dá prosseguimento à história de 1905. Do quinto ao oitavo plano da memória do segundo ato, é retomada a história do casamento. E ainda, existe um *avanço narrativo* do quarto para o quinto plano.

### Plano da memória (3º ATO)

Os 4 planos da memória do terceiro ato dão continuidade à história de Clessi, que havia parado no plano da memória de número 4 do ato anterior. Além dos planos da realidade, alucinação e memória, existe o plano irreal, que aparece apenas uma vez, após a morte de Alaíde, e mostra Alaíde e Clessi vendo o enterro da personagem Alaíde, sem saber quem morreu.

### Análise geral da microestrutura de *Vestido de noiva*

Verificando a sequência, por toda a peça, de cada um dos planos, nota-se a frequência de um movimento de vaivém, sobretudo nos planos da memória. Mas também é interessante averiguar como se dá a mudança entre planos diferentes, no interior de cada ato, examinando assim, os meios de ligação entre memória, alucinação e realidade, e a sua fluidez, pois quanto mais fluida e dinâmica, mais veloz é a narrativa.

Se identificarmos o elemento analítico denominado *encaixe hierárquico*<sup>3</sup> por 2 níveis distintos, podemos concluir que, ao logo de toda a narrativa, é acionado o recurso do encaixe hierárquico de nível 1 – um encaixe mais brando, de simples continuidade da narrativa -, e, em alguns momentos,

3 Genette (1976), entre as páginas 40 e 41 do *Discurso da narrativa*, enumera a ordem em que a história foi narrada e cria uma nova numeração para a ordem que os fatos realmente ocorreram, em uma tentativa de identificar quais segmentos dependem do outro para existir. Na presente análise, ocorreu uma adaptação deste dispositivo de Genette e uma divisão dele em dois níveis, para uma melhor adaptação do recurso analítico à peça *Vestido de noiva*.



é utilizado o recurso do encaixe hierárquico de nível 2, como na mudança do plano da alucinação 2 para o plano da memória 1 do primeiro ato, onde o plano da memória se inicia completando a fala, partida ao meio, do plano da alucinação.

O encaixe hierárquico tratado aqui como de nível 2, demonstra um grau de dependência entre os segmentos muito superior ao de uma simples continuidade. Nesse encaixe, o segundo segmento da narrativa só é possível com a existência do primeiro segmento. Um outro exemplo de encaixe hierárquico de nível 2 acontece no final do primeiro ato da peça. O plano da alucinação 7, possibilita a existência do plano da alucinação 8. Porém, nesse exemplo, há um plano da realidade entre os 2 planos da alucinação, mas esse plano da realidade, se retirado daquele local, não altera em nada a narrativa, pois os 2 planos da alucinação possuem uma ligação direta de continuidade. Ainda no primeiro ato, no plano da alucinação 4, ocorre uma *antecipação* da narrativa quando aparece o corpo de Pedro antes da história de sua suposta morte ser contada.

No segundo ato, as retrospectões passam a não ser uma característica apenas do plano da memória. O plano da alucinação também se encarrega desses retornos, ficando a cargo do plano da memória as lembranças do dia do casamento de Alaíde e Pedro e do plano da alucinação, os retornos ao ano de 1905, com lembranças de Alaíde de suas leituras do diário e de reportagens sobre Madame Clessi. Tais lembranças são misturadas a fantasias criadas na mente da personagem Alaíde. Por não ser uma atribuição natural da alucinação os retornos ao passado, como acontece com as memórias, as ocorrências de lembranças de 1905 quando estiverem no plano da alucinação irão ser frisadas. No terceiro ato, as recordações de 1905 concentram-se apenas no plano da memória.

Após uma análise mais precisa dos atos, conclui-se que a construção narrativa da peça é feita de uma forma que possibilita o plano da alucinação e da memória trabalharem complementando um ao outro, em constante ligação. Os planos da memória são constituídos, naturalmente, por retrospectões, pelo simples fato da memória estar sempre ligada ao passado. Mas a grande questão que se coloca aqui é a elaboração de uma narrativa repleta de inconstâncias, de idas e voltas do início ao fim. É interessante notar que os planos da memória e da alucinação correspondem ao que está acontecendo no mundo real, pois a medida que a morte se aproxima, a mente de Alaíde se deteriora, ficando cada vez mais confusa. O jogo com a temporalidade, as constantes buscas por explicações no passado, as ligações estabelecidas pelos planos, nada mais são do que tentativas de transpassar uma total conturbação de uma mente inconsciente e embaralhada, à beira da morte. *Vestido de noiva* é um verdadeiro turbilhão de temporalidades distintas, com constantes oscilações de velocidade, sendo trabalhadas simultaneamente.

A peça não faz nenhuma sinalização evidente em relação à passagem de tempo, mas é possível ter uma ideia do tempo passado por meio dos acontecimentos no plano da realidade. Os personagens de *Vestido de noiva* ora estão no mundo real, ora no mundo da alucinação ou da memória de Alaíde, circulando pelos três planos. A peça, segundo o próprio dramaturgo é uma tragédia em 3 atos. O trecho a seguir, é uma demonstração da preocupação com a descrição do cenário que encontramos no texto *Vestido de noiva*.

Luz em resistência no plano da alucinação. 3 mesas, 3 mulheres escandalosamente pintadas, com vestidos berrantes e compridos. Decotes. Duas delas dançam ao som de uma vitrola invisível, dando uma vaga sugestão lésbica. Alaíde, uma jovem senhora, vestida com sobriedade e bom gosto, aparece no centro da cena. Vestido cinzento e uma bolsa vermelha.<sup>4</sup>

Ou nesse outro trecho:

A 3ª mulher deixa de dançar e vai mudar o disco da vitrola. Faz toda a mímica de quem escolhe um disco, que ninguém vê, coloca-o na vitrola também invisível. Um samba coincidindo com este último movimento. A 2ª mulher aproxima-se lenta, de Alaíde.

A simultaneidade em *Vestido de noiva* ocorre entre dois ou mais planos distintos. A utilização do recurso do *flashback* é feita de forma dinâmica, com planos se alternando a todo tempo entre realidade, memória e alucinação. Nelson Rodrigues se aproxima de técnicas cinematográficas<sup>5</sup> ao realizar construções de cenas simultâneas, em uma tentativa de se equiparar à fluidez própria do cinema. Como exemplo de cena simultânea em *Vestido de noiva*, temos essa rubrica de Rodrigues: “*Trevas. Luz no plano da realidade: Lúcia e Pedro. Lúcia chorando. Coroas. Luz também no plano irreal.*”<sup>6</sup>.

A construção dos diálogos prioriza uma linguagem mais despojada. Foi utilizado, em *Vestido de noiva*, um vocabulário mais cotidiano, popular entre a classe média carioca. A exemplo de tal vocabulário, pode ser citado um diálogo que ocorreu no plano da realidade da peça:

1º Fulano (berrando) – Diário!  
 2º Fulano (berrando) – Me chama o Osvaldo?  
 1º Fulano – Sou eu.  
 2º Fulano – É Pimenta. Toma nota.  
 1º Fulano – Manda.  
 2º Fulano – Alaíde Moreira, branca, casada, 25 anos. Residência, Rua Copacabana. Olha...  
 1º Fulano – Que é?  
 2º Fulano – Essa zinha é importante. Gente rica, Mulher daquele camarada, um que é industrial, Pedro Moreira.  
 1º Fulano – Sei, me lembro. Continua.  
 2º Fulano – Aprofundamento dos ossos da face. Fratura exposta do braço direito. Escoriações generalizadas. Estado gravíssimo.  
 1º Fulano - ... generalizadas. Estado gravíssimo  
 2º Fulano – O chofer fugiu. Não tomaram o número. Ainda está na mesa de operação.<sup>7</sup>

4 RODRIGUES, Nelson. *Vestido de noiva: drama em três atos: peça psicológica*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012, p. 109.

5 O cinema chegou ao Brasil nos últimos anos do século XIX e na década de 1930 estava concentrado entre o Rio de Janeiro e São Paulo. As imagens em movimentos apresentadas pelo cinema despertavam muita curiosidade no público que estava acostumado com peças teatrais.

6 RODRIGUES, Nelson. *Vestido de noiva*, p. 161.

7 RODRIGUES, Nelson. *Vestido de noiva*, p. 157-158.

A aceleração do palco carioca, relaciona-se com os avanços tecnológicos que estavam sendo vivenciados pela sociedade, nas palavras de Tânia Brandão, o teatro de repetições, as comédias de costumes, que vinham sendo realizadas nos palcos, funcionavam:

Apesar de mergulhada na precariedade, de encenar uma rigidez e uma ingenuidade de sensações associáveis ao velho modelo da sociedade rural terceiro-mundista, agroexportadora, a antiga comparsaria prolongou o seu poder por um período de tempo considerável, funcionando a partir de estabilidades que eram o oposto do dinamismo industrial e técnico da sociedade do século XX. Existia um novo homem, filho do século XX, da máquina e de uma sensacional revolução científica e tecnológica, que não cabia mais nos tipos fixos e esquemáticos do velho teatro, nem se movia à vontade em seus cenários de papel pintado, segundo uma geometria rígida.<sup>8</sup>

Edwaldo Cafezeiro, ao realizar uma análise de Mário e Oswald de Andrade, com a finalidade de mapear os pensamentos destes autores, destaca que pretende “estabelecer os pontos de contato entre a tradição e a modernidade, compreendendo, com Adorno, que o novo só é possível dentro de uma tradição determinada”<sup>9</sup>. A partir desta afirmação, podemos concluir que para o autor o novo surge por meio do contato entre uma tradição hegemônica e as novas práticas, pois qualquer forma de modernidade tem sua origem em uma sociedade que possui tradições e cria novas práticas a partir de adaptações das práticas que já estão em circulação. Outro ponto importante é o estabelecimento de convenções<sup>10</sup>, entre o público e as novas práticas. A historiadora e crítica teatral Tânia Brandão chama a atenção para mais um tópico de extrema relevância: a construção do moderno a partir de múltiplas tendências e iniciativas individuais.

É evidente que tantas mudanças, realizadas ao longo de um período de tempo considerável, foram obra de individualidades e, apesar de aplainadas quando reunidas em um inventário sumário, significaram, muitas vezes, tendências conflitantes, opostas, irredutíveis umas às outras. A natureza própria do moderno, que o tornou *novo* na história da arte é a sua polissemia.<sup>11</sup>

Desta maneira, se por um lado o dramaturgo estabelece trocas com a produção teatral de seu tempo, por outro, tenta desvincular sua imagem dos modelos teatrais em vigor. Sem dúvidas, Nelson Rodrigues propôs dispositivos inovadores para a cena, sobretudo no que diz respeito a temporalidade. Porém, o considerado marco inicial do teatro moderno brasileiro deve ser analisado em diálogo com as tradições e as individualidades das diversas tentativas de renovação ocorridas por mais de uma década, até a eleição de Nelson Rodrigues como o fundador do teatro moderno.

8 BRANDÃO, Tânia. *A máquina de repetir e a fábrica de estrelas: Teatro dos Sete*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002, p. 30.

9 CAFEZEIRO, Edwaldo; GADELHA, Carmem. *História do teatro brasileiro: um percurso de Anchieta a Nelson Rodrigues*. Editora UFRJ, 1996, p.382.

10 *Convenção* também é um conceito analisado por Raymond Williams em alguns de seus livros e no livro escolhido para essa análise, “Marxismo e Literatura”.

11 BRANDÃO, Tânia. *A máquina de repetir e a fábrica de estrelas*, p. 17.

# As canções de *alucinação*: as canções do disco “Alucinação” como diálogos com seus contemporâneos e sua época

André Luiz Rocha Mattos Caviola  
Graduando em História  
Uni-BH  
andrecaviola@live.com

## Resumo:

O objetivo de análise desse artigo é o disco “Alucinação” do músico e compositor Antônio Carlos Belchior, lançado em 1976 pela gravadora Polygram/Philips, com dez composições de sua autoria. Dentro do estudo da canção, o historiador Marcos Napolitano lança as bases para uma análise que compreende tanto os mecanismos verbo-poéticos e os parâmetros musicais que na experiência estética da canção forma uma unidade. Além dessa dupla articulação proposta por Napolitano, pretende-se relacionar neste trabalho o disco *alucinação* a outras tipologias documentais, associando-os a temas da historiografia e a problemática de seu próprio tempo, como a contracultura nos anos 1960, os anos da repressão durante a ditadura civil-militar, a emergência de uma nova geração de artistas, a tentativa de uma proposta musical pós-tropicalista e a articulação entre o regional e o nacional presente nas canções do disco.

**Palavras-chave:** História e música, Belchior, Alucinação.

## Introdução

Após o anúncio de sua morte, em 30 de abril de 2017 na cidade de Santa Cruz do Sul, uma comoção nacional tomou conta da internet e dos meios de comunicação em geral, com a realização de reportagens, homenagens póstumas e a publicações de diversos artigos que retrataram a vida e obra de Belchior. Em artigos publicados em vários meios de comunicação estão presentes referências aos clássicos da literatura citados em suas canções, à desobediência civil em sua expressão poética, a revolução permanente proposta pelo compositor, relatos de amigos sobre sua passagem pelo estrangeiro, análises sobre o seu período fora dos holofotes, ou sua “desaparição”, a representação sobre as “duas pontas do Brasil”, análise sobre relação dos jovens da era digital com o compositor, o Belchior que a crítica vulgar não viu, um artigo de Caetano Veloso falando sobre a importância de suas canções, além de diversas outras análises sobre a sua vida e obra.

Em 2017, ano de sua morte, o país passou por duas denúncias de corrupção arquivadas contra o Presidente Michel Temer, a condenação do Ex-Presidente Lula pelo juiz Sérgio Moro, a maior apreensão de dinheiro em espécie da história do país atribuído a Geddel Vieira Lima, e uma

greve geral nacional contra cortes de benefícios de seguridade social e mudanças nas leis trabalhistas, que depois foram aprovadas. Eram e são tempos sombrios sem previsão de fim.

O disco *Alucinação*, lançado em 1976, insere-se em tempos também sombrios, assim como estes atuais, que soube falar sobre as tensões de sua época, tanto no âmbito nacional, quanto internacional. Talvez, por isso, a morte do autor tenha gerado tamanha repercussão ao fato de colocar-se como um fio de esperança em tempos de incertezas.

Portanto, nesse artigo, pretende-se relacionar o disco *Alucinação* à outras tipologias documentais, associando-os a temas da historiografia e a problemática de seu próprio tempo, como a contracultura dos anos 1960, os anos de repressão durante a ditadura civil-militar, a emergência de uma nova geração de artistas, a tentativa de uma proposta musical no cenário pós-tropicalista e a articulação entre o regional e o nacional presente nas canções do disco.

Para auxiliar nessa tarefa, dentro do estudo da canção, Napolitano propõe uma dupla articulação musical e verbal<sup>1</sup> para análise das canções. Além dessa proposta, faz-se necessário realizar o entrecruzamento entre as diversas fontes, sejam elas as canções, entrevistas, capas dos discos ou a crítica presente nos jornais ou periódicos específicos. Segundo Arcanjo, através da variação da tipologia documental é possível perceber uma relação mais complexa entre música e sociedade<sup>2</sup>.

### O que pesa no norte cai no sul

Segundo Severiano, após a efervescência cultural dos anos 1960 no eixo Rio e São Paulo e com a consolidação de artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, dentre outros, a música brasileira adquire uma nova característica, a dos regionalismos musicais<sup>3</sup>. Miriam Hermeto, por sua vez, aponta que a passagem dessa década é caracterizada pela diversidade da produção musical, identificada na formação de alguns coletivos de artistas. Esses grupos desenvolveram formas específicas de produzir a canção popular, sendo incorporados paulatinamente pelo mercado que se encontrava em transformação<sup>4</sup>.

Dentre esses músicos, destaca-se a figura de Antônio Carlos Belchior (1946-2017), músico e compositor cearense natural da cidade de Sobral. O disco *Alucinação*, de 1976, é o seu segundo trabalho de estúdio. Após a cantora Elis Regina gravar três canções suas, *Alucinação*, *Como Nossos Pais* e *Velha Roupa Colorida*, Belchior foi convidado por Marco Mazzola para apresentar o repertório de

1 NAPOLITANO, Marcos. *História e Música - história cultural da música popular* - 3 ed. rev.; 1.reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2016, pp. 78-79.

2 ARCANJO, Loque. *História da música: reflexões teórico-metodológicas* - Revista Modus - Ano VII / N° 10 - Belo Horizonte - Maio 2012, p. 13.

3 SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade* - São Paulo: Editora 34, 2013 (3ª edição), p. 420.

4 HERMETO, Miriam. *Canção popular brasileira e ensino de história: palavras, sons e tantos sentidos*. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 125.

*Alucinação*. Gravado no Estúdio Phonogram de 16 canais, no Rio de Janeiro, foi lançado em junho de 1976, com dez canções de autoria de Belchior.

Segundo Medeiros, “poucas coisas poderiam ter dado tão certo. Gravado em três dias, *Alucinação* vendeu meio milhão de cópias (era o tempo em que só Roberto Carlos beirava essa cifra)”.<sup>5</sup> O disco foi abordado por diversos meios de comunicação, principalmente, pelas temáticas elencadas pelas canções, a maneira direta de Belchior em comunicar-se com o ouvinte, além da popularidade na voz de Elis das canções executadas em seu espetáculo *Falso Brillhante*, estreado em 1975 e encerrado em 1977.

Esse fator, em grande parte, pode ser explicado pelo período de mudança no qual o mercado fonográfico brasileiro encontrava-se. Após o recrudescimento da repressão com a instituição do AI-5, o exílio de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Geraldo Vandré e Chico Buarque o mercado vivia uma reestruturação. Segundo Napolitano, em grande parte, motivada pela perseguição aos artistas mais criativos e valorizados, como também relacionado à segmentação do mercado, que hierarquizava os artistas de acordo com o tipo de produto musical oferecido ao grande público<sup>6</sup>.

A Revista Pop, importante periódico sobre música da época, lançou duas notas sobre o lançamento do disco, em julho de 1976 e junho de 1977:

O som de Belchior é uma das coisas mais fortes e importantes que têm acontecido na música brasileira, nos últimos anos. Compositor da chamada “nova geração de briga da MPB”, Belchior começa a despontar como o nome mais popular desse movimento. Suas letras, diretas e lancinantes, não deixam tempo para o ouvinte sequer tomar fôlego, tal a riqueza de imagens e emoções. *Alucinação* é o seu segundo LP<sup>7</sup>.

No ano passado, o segundo LP deste cearense (*Alucinação – Phonogram*) foi direto da fábrica para paradas de sucesso. E ele foi recebido pelo público e parte da crítica como uma espécie de redentor poético de sua geração musical pós-tropicalista. Seus poemas longos, urbanos e relativamente críticos serviam de tema para acaloradas discussões, de bandeira para rebeldia juvenil. Mas poucos perdoavam a voz arranhada, gutural, desse menestrel moderno<sup>8</sup>.

Além de uma reportagem de duas páginas realizadas por Eduardo Athayde, também em junho de 1976:

A cara larga de vaqueiro. A fome insaciável pelo novo. A rebeldia. A provocação. O indiscutível talento. Tudo isso somado, resulta em Belchior, nascimento Antônio Carlos Gomes Belchior Fontinelle Fernandes, cearense de 29 anos. Ele afirma apenas que é “um rapaz latino americano”. E eu digo que isso quer significar três coisas: não cede, não concede, se impõe. O seu novo LP, intitulado “Alucinação”, vai fazer a cabeça de todos os que estiverem atentos a música e principalmente à letra. É o LP do ano, não tenho a menor dúvida. Quem não se tocar, dançou. [...]. Vou pecar pela repetição, mas acho que o trabalho de Belchior se resume no

5 MEDEIROS, Jotabê. Belchior: apenas um rapaz latino americano - São Paulo: Todavia, 1º ed., 2017, p. 92.

6 NAPOLITANO, Marcos. *História & Música*, pp. 69-70.

7 *Alucinação*, Revista Pop, julho. 1976.

8 *Belchior (WEA)*, Revista Pop, junho. 1977.



verso: quero que o meu canto torto feito faca, corte a carne de vocês. O torto, no caso, talvez se reflita na simplicidade do fraseado musical. Mas o afiado da faca pinta em cada um dos versos que faz, ele que é um letrista da pesada<sup>9</sup>.

Em ambas as reportagens, não há menção no que diga respeito às sonoridades presentes no disco. O ponto de convergência de ambas está na maneira de Belchior comunicar-se com o público, da maneira direta que suas canções são construídas e as temáticas presentes nelas. Belchior apresentava-se como um revolucionário, um imigrante nordestino que propunha a superação da tradição em nome da construção de novas perspectivas. Mas essa superação não se dava através da luta armada ou da revolução – discurso muito em voga na época da ditadura –, mas sim através do amor e o poder transformador desse sentimento. Dialogava mais com os movimentos da contracultura nos Estados Unidos, como o movimento hippie, do que com a revolução das massas e a esquerda revolucionária. Em tempos de forte repressão, esse discurso acenou de maneira otimista, como uma nova possibilidade que se anunciava.

### Você diz que depois deles não apareceu mais ninguém

já que até o momento, foi analisado apenas o posicionamento de Belchior e a receptividade do disco por parte da mídia especializada, a partir de agora, o que será analisado serão algumas canções, fontes que nos ajudarão a identificar essa tensão entre o regional e o nacional e como a emergência de novos artistas no cenário musical brasileiro do período está relacionado a essa questão.

Belchior, em *Apenas Um Rapaz Latino Americano*, *Fotografia 3x4* e *À Palo Seco* ressalta, logo nos primeiros versos das canções, a origem humilde, a narrativa do deslocamento, seja o da periferia/centro ou norte/sul, e a diferença entre expectativa e realidade existentes no país:

Eu sou apenas um rapaz / Latino-americano / Sem dinheiro no banco / Sem  
Parentes importantes / E vindo do interior / Mas trago na cabeça uma canção  
do rádio / Em que um antigo / Compositor baiano / Me dizia / Tudo é divino  
/ Tudo é maravilhoso<sup>10</sup>.

Eu me lembro muito bem do dia que cheguei / Jovem que desce do Norte pra  
cidade grande / Os pés cansados e feridos de andar légua tirana / De lágrimas nos  
olhos de ler o Pessoa / E de ver o verde da cana / Em cada esquina que passava /  
Um guarda me parava / Pedia os meus documentos e depois sorria / Analisando o  
3x4 da fotografia / E estranhando o nome do lugar de onde eu vinha<sup>11</sup>.

Se você vier me perguntar por onde andei / No tempo em que você sonhava /  
De olhos abertos, lhe direi / Amigo, eu me desesperava / Sei que assim falando  
pensas / Que esse desespero é moda em 76 / Mas ano mesmo descontente /  
Desesperadamente, eu grito em português / Mas ando mesmo descontente /  
Desesperadamente, eu grito em português<sup>12</sup>.

9 ATHAYDE, Eduardo. *Belchior: o que me interessa é amar e mudar*. Revista Pop, junho. 1976.

10 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Apenas um rapaz latino-americano*.

11 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Fotografia 3x4*.

12 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *À palo seco*.

Durante o ano de 1976 o Brasil havia acabado de sair de um dos períodos de maior prosperidade econômica durante a ditadura civil-militar instalada no país, o de 1969 a 1973, que atingiu seu auge durante o governo do general Médice. Conhecido como o “milagre econômico brasileiro”, esse intermédio foi caracterizado por um crescimento significativo do PIB, melhorias na infraestrutura do país, aumento do nível de emprego e desenvolvimento industrial. Porém, além desse crescimento econômico não ter ampliado a distribuição de renda, pelo contrário, ele acentuou ainda mais a desigualdade social do país, houve um considerável aumento da inflação e da dívida externa, alavancados pelos empréstimos realizados no exterior. Em 1974, a crise mundial do petróleo foi responsável por sacramentar o fim do “milagre econômico brasileiro”, com o aumento do preço dos produtos derivados do petróleo, o aumento da inflação e o enfraquecimento do consumo interno e da produção industrial.

A expectativa gerada pelo “milagre” não se consolidou de maneira sustentável e efetiva frente à realidade instável que voltava à tona no país. Além de trazer o relato dessa dura realidade, Belchior estabelecia um diálogo de maneira direta com o ouvinte de suas canções através do cotidiano que affigia a maioria dos brasileiros, procurando ser um porta voz dessa geração. Anunciava o canto torto, feito faca, carregado de denúncias que há muito haviam sido silenciadas ou eram realizadas através de metáforas, paráfrases e analogias:

Não me peça que eu lhe faça / Uma canção como se deve / Correta, branca, suave / Muito limpa, muito leve / Sons, palavras, são navalhas / E eu não posso cantar como convém / Sem querer ferir ninguém / Mas não se preocupe meu amigo / Com os horrores que eu lhe digo / Isso é somente uma canção / A vida realmente é diferente / Quer dizer / Ao vivo é muito pior<sup>13</sup>.

A minha história é talvez / É talvez igual a tua, jovem que desceu do Norte / Que no Sul viveu na rua / E ficou desnordeado, como é comum no seu tempo / E que ficou desapontado, como é comum no seu tempo / E que ficou apaixonado e violento como eu como você<sup>14</sup>.

Sei que assim falando pensas / Que esse desespero é moda em 76 / E eu quero é que esse canto torto / Feito faca, corte a carne de vocês / E eu quero é que esse canto torto / Feito faca, corte a carne de vocês<sup>15</sup>

Belchior procurava conquistar o seu espaço através da empatia com o ouvinte. Utilizava a crítica ácida, como meio de consolidar-se num mercado musical em período de transformações. Não se limitava a cantar apenas sobre “as coisas do Norte” ou destacar-se como um músico regional, cantava às coisas do Norte, as coisas do Sul e, principalmente, as coisas que integravam essas duas regiões, caracterizadas, nesse momento, pela grande migração de nordestinos em busca de sonhos e esperanças de vidas melhores e o complexo quadro de desigualdade vivido no país.

13 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Apenas um rapaz latino-americano*

14 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Fotografia 3x4*

15 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *À palo seco*

A linguagem musical, nesse momento, nos ajuda a entender melhor, essa integração que Belchior buscava em suas canções. Em *Apenas Um Rapaz Latino-Americano*, vê-se a influência do repente através da sensação dos versos cantados não respeitarem uma certa estrutura musical, gerando a impressão de que existem mais sílabas do que as permitidas por cada verso. O coral lírico, influência da música religiosa em sua formação, se faz presente do início ao fim a canção. A bateria e o contrabaixo, ganha destaque por todo o andamento, e a guitarra em alguns arranjos. Esses instrumentos citados são, normalmente, identificados com o blues, o jazz, o rock e o pop, se apresentando como contrapontos às outras influências já citadas.

Já em *Fotografia 3x4*, através de uma levada lenta e compassada, sustentada pela bateria, contrabaixo e instrumentos de metais, a canção parece reconstruir a própria trajetória expressa no canto do artista, através da alternância entre dois acordes que se estendem de início ao fim da música, mostrando variações apenas no final de algumas estrofes e no refrão. É uma canção de quatro notas que ganha ares de sofisticação através dos arranjos da guitarra que acompanham a entonação da voz do cantor.

À *Palo Seco*, por sua vez, apresenta uma introdução executada com o órgão sendo ocupando o lugar de destaque. Após a introdução, o violão conquista seu espaço durante todo o restante da composição como principal instrumento. Também é caracterizada por uma levada lenta e compassada que se integra aos próprios versos cantados. Ao fundo, escuta-se por todo o decorrer da canção, os arranjos realizados ao piano, assim como o acompanhamento da bateria e contrabaixo, mas em um segundo plano sonoro, ganhando espaço em alguns momentos de transição entre estrofe, ponte e refrão. Segundo Medeiros, principalmente através dos versos “eu grito em português”, vê-se a necessidade, inclusive, da utilização de elementos e instrumentos nativos como recursos de expressão<sup>16</sup>.

### **Rock, hot dog, play it cool, baby. Doze jovens coloridos**

Para seguirmos adiante, é necessário conceituar o fenômeno da contracultura ocorrido nos anos 1960, inicialmente, nos Estados Unidos e, paralelamente, adotado em outros lugares do mundo, até mesmo em países do bloco socialista.

Segundo Feijó,

a contracultura foi o nome que recebeu a rebelião de jovens na segunda metade da década de 60 do século XX, principalmente jovens universitários norte-americanos de classe média que se recusavam a cumprir serviço militar em função da Guerra do Vietnã. Buscando uma vida alternativa, também criavam uma nova música e negavam uma sociedade de alta tecnologia e sociedade de consumo correspondente<sup>17</sup>.

16 MEDEIROS, Jotabê. *Belchior: apenas um rapaz latino americano*, p. 92.

17 FEIJÓ, Martin Cezar. *Cultura e contracultura: relações entre conformismo e utopia*. - Revista Facom - Nº 21 - 1º Semestre de 2009. Disponibilizado através do link: <<https://goo.gl/h7ybW4>> . Acesso realizado em 14/06/2018, p. 4.

Guimarães aponta que no Brasil a influência da contracultura alinhou-se ao posicionamento crítico, subversivo e de questionamento ao regime, adotado por certos artistas diante da ditadura civil-militar em vigor no país. Identificada com movimentos estudantis da década de 1960, com um cunho político de luta e rebeldia, alguns destes, ligado à estética do novo ritmo em voga, o *rock and roll*, reivindicavam a liberdade frente as “rédeas” do mundo adulto. Outros, porém, voltavam-se para a cultura popular do Brasil, para pensá-la de maneira crítica, interligando-a ao que era produzido fora do país<sup>18</sup>.

Em *Velha Roupa Colorida*, Belchior fala sobre a dialética do tempo e da mudança social, onde, ao mesmo tempo que recicla o “velho” em “novo”, também transforma o “velho” em “velho”. Apesar da ressalva, alinha-se com o pensamento revolucionário, diferentemente do conservador que olha para o passado com ares nostálgicos e apresenta o futuro como decadência, acredita no tempo presente, no sujeito como agente da própria história e capaz de construir um futuro diferente e melhor.

Você nem sente nem vê / Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo / Que uma nova mudança em breve vai acontecer / E o que há algum tempo era novo jovem / Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer<sup>19</sup>.

Belchior segue adiante por meio dos investimentos interdiscursivos com outras produções, símbolos da contracultura, como a canção *She's Leaving Home*, dos Beatles, e *Like a Rolling Stone*, de Bob Dylan, e com a citação de símbolos que caracterizaram essa geração: liberdade juvenil, caracterizada pela velocidade do automóvel, dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, que são representações do movimento hippie. Belchior também aponta para a necessidade de seguir adiante, pois o “passado é uma roupa que não nos serve mais”. Tal postura, pode ser interpretada também, pela necessidade de novas referências, principalmente no cenário da música de então, para seguir adiante.

Nunca mais meu pai falou: She's leaving home / Ou meteu o pé na estrada, like a rolling stone / Nunca mais eu convidei minha menina / Para correr em meu carro (loucura, chiclete e som) / Nunca mais você saiu a rua em grupo reunido / O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quê de um cartaz / No presente a mente, o corpo é diferente / E o passado é uma roupa que não nos serve mais / No presente a mente, o corpo é diferente / E o passado é uma roupa que não nos serve mais<sup>20</sup>.

Nos próximos versos, Belchior cita Edgar Allan Poe, representante do romantismo literário norte americano, no século XIX. Poe, através do poema *O Corvo*, representação máxima da poesia do autor, utiliza a figura do animal como mensageira da perda irreparável e da inevitabilidade da morte. Belchior, o relaciona com *Blackbird*, canção dos Beatles e o *Assum Preto*, de Luiz Gonzaga, para ressaltar que o passado nunca mais.

18 GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca. *Traços da contra cultura na cultura brasileira da década de 1960: um estudo comparado entre movimentos contraculturais nos Estados Unidos e no Brasil*. - XVIII Encontro Regional (ANPHU-MG) - Disponibilizado através do link: <<https://goo.gl/j3HQPL>>. Acesso realizado em 14/06/2018, pp. 8-9.

19 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Velha Roupa Colorida*.

20 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Velha Roupa Colorida*.

Percebe-se, então, uma proposta de superação a tudo que é passado, tanto às suas raízes nordestinas, sintetizadas na figura de Luiz Gonzaga, como, também, num dos maiores símbolos culturais do mundo, os Beatles. No final, Belchior ainda afirma a necessidade de rejuvenescer, ou seja, restituir à juventude, mas não com o passado, aos movimentos que já aconteceram e tiveram a sua contribuição, mas sim, em direção ao futuro, a partir de novos paradigmas.

Como Poe, poeta louco americano / Eu pergunto ao passarinho: Black bird, assum-preto, o que se faz? / Haven never haven never haven never haven never haven / Assum-preto, pássaro preto, black bird, me responde, tudo já ficou atrás / Haven never haven never haven never haven never haven / Black bird, pássaro preto, pássaro preto, me responde / O passado nunca mais / Você não sente nem vê / Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo / Que uma nova mudança em breve vai acontecer / O que há algum tempo era jovem novo / Hoje é antigo / E precisamos todos rejuvenescer / E precisamos todos rejuvenescer / E precisamos todos rejuvenescer<sup>21</sup>.

Em *Alucinação e Como Nossos Pais*, Belchior também trata desse mesmo panorama apresentado, a superação de referenciais passados e a construção de novos paradigmas. Essa postura faz parte do cenário pós-tropicalista de sua produção, no qual via a contracultura e o movimento tropicália como encerrados, mas, ainda assim, repercutindo em forma de sonhos, expectativas e influenciando toda uma produção posterior. Porém, sempre com incredulidade quanto a repercussão e influência desses movimentos, alertando para os problemas reais, cotidianos e não para as utopias.

Eu não estou interessado / Em nenhuma teoria / Em nenhuma fantasia / Nem no algo mais / Nem em tinta pro meu rosto / Ou oba oba, ou melodia / Para acompanhar bocejos / Sonhos matinais / Eu não estou interessado / Em nenhuma teoria / Nem nessas coisas do oriente / Romances astrais / A minha alucinação / É suportar o dia-a-dia / E meu delírio / É a experiência / Com coisas reais<sup>22</sup>.

Não quero lhe falar / Meu grande amor / Das coisas que aprendi / Nos discos / Quero lhe contar como eu vivi / E tudo que aconteceu comigo / Viver é melhor que sonhar / Eu sei que o amor é uma coisa boa / Mas também sei / Que qualquer canto / É menor do que a vida / De qualquer pessoa<sup>23</sup>.

A contracultura, apensar de reivindicar uma cultura hegemônica vigente, foi incorporada também pela dinâmica do mercado. Artistas, símbolos e a moda foram exploradas comercialmente pela indústria cultural. As lutas sociais avançaram no campo da liberdade e dos direitos civis, mas, muita coisa ainda, estava indiferente frente às essas transformações, ou melhor, à expectativa gerada por essas transformações. Nessas duas canções, a crítica à incorporação do mercado e a amplitude das conquistas são ressaltadas nos seguintes versos:

Um preto, um pobre / Uma estudante / Uma mulher sozinha / Blues jeans e motocicletas / Pessoas cinzas normais / Garotas dentro da noite / Revolver: cheira cachorro / Os humilhados do parque / Com os seus jornais / Carneiros,

21 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Velha Roupa Colorida*.

22 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Alucinação*.

23 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Como Nossos Pais*.

mesa, trabalho / Meu corpo que cai do oitavo andar / E a solidão das pessoas / Nessas capitais / A violência da noite / O movimento do tráfego / Um rapaz delicado e alegre / Que canta e requebra / É demais! / Cravos, espinhas no rosto / Rock, hot dog / Play it cool, baby / Doze jovens coloridos / Dois policiais / Cumprindo o seu duro dever / E defendendo o seu amor / E nossa vida / Cumprindo o seu duro dever / E defendendo o seu amor / E nossa vida<sup>24</sup>.

Já faz tempo / Eu vi você na rua / Cabelo ao vento / Gente jovem reunida / Na parede da memória / Esta lembrança / É o quadro que dó mais / Minha dor é perceber / Que apesar de termos / Feito tudo, tudo, tudo / O que fizemos / Ainda somos os mesmos / E vivemos / Ainda somos os mesmos / E vivemos / Como os nossos pais / Nossos ídolos / Ainda são os mesmos / E as aparências, as aparências / Não enganam, não / Você diz que depois deles / Não apareceu mais ninguém / Você pode até dizer / Que eu estou por fora / Ou então / Que eu estou enganado / Mas é você / Que ama o passado / E que não vê / É você / Que ama o passado / E que não vê / Que o novo sempre vem / E hoje eu sei, eu sei / Que quem me deu a ideia / De uma nova consciência / E juventude / Está em casa / Guardada por Deus / Contando seus metais<sup>25</sup>.

Num Brasil, no ano de 1976, ainda fortemente marcado pela repressão da ditadura e pela expectativa de redemocratização, que não tão cedo se concretizaria, Belchior traça esse panorama que alterna entre o sonho de transformação motivado pelos movimentos da contracultura e seus derivados, com a realidade pouco alterada no plano social. Segundo o compositor, somente a ação direta e ordinária nas questões sociais, conseguiria alterar tal vazio entre sonho/expectativa e realidade vivida.

Em *Velha Roupa Colorida*, logo em seu início, percebe-se a presença de sintetizadores inspirados no rock psicodélico dos Beatles e Pink Floyd, com o objetivo de construir um clímax para o que estava por vim, que é encerrado com a entrada da voz do cantor ao executar os primeiros versos. A partir daí, nota-se apenas a voz, o violão, alguns instrumentos de percussão e arranjos de teclado ao fundo. Ao fim de cada estrofe, realiza-se uma pausa, interrompida com a volta dos sintetizadores e uma virada de bateria, que logo cessa quando o compositor torna a cantar. A música segue essa estrutura até o seu fim.

*Alucinação*, por sua vez é executada a partir do acompanhamento do violão à voz, com presença discreta do contrabaixo, teclado e bateria em seu início. Após a execução da primeira estrofe, o protagonismo do violão divide-se com os outros instrumentos. É uma canção, cujo compromisso, evidentemente está no que é cantado e não no que é executado musicalmente, diferentemente dos experimentalismos musicais tropicalistas e do rock dos anos 1960. À exemplo das duas outras canções, em *Como Nossos Pais* a voz ganha destaque, com alguns arranjos de teclado e instrumentos de corda ao fundo. É uma música direta, com algumas pausas e contrapontos presente entre a mudança de estrofes. As viradas de bateria, longas e espaçadas, claramente, tanto nessa, como nas outras, fazem referência às bandas de rock dos anos 1960 e 1970 do cenário internacional, mas, aproxima-se do Folk no sentido de dar destaque à voz.

24 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Alucinação*.

25 BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Como Nossos Pais*.



### Considerações finais

O ponto de partida para escrita desse artigo foi a comoção a partir de sua morte em 2017, a repercussão do acontecimento pelos meios de comunicação e a transformação do artista num símbolo de resistência e luta. Grande parte dessa repercussão, como apontado na introdução, o transformou em um exemplo a ser seguido em tempos de crises, como os atuais, devido suas posições críticas e perspectivas que visavam a transformação e a mudança - a maioria delas presentes no disco *Alucinação*. Essa impressão sobre o trabalho do artista aconteceu tanto em 1976, assim como em 2017, evidenciado a partir da análise das canções, da repercussão do disco na mídia especializada e de entrevistas realizadas pelo próprio artista. A partir da análise (letra e música) das canções podemos apontar que o espaço que Belchior buscava conquistar estava balizado nas seguintes questões: a música popular como aquela que está ao lado do povo; simplificação da linguagem (tanto musical como textual); a integração do regional e do nacional; e a ressignificação das referências passadas frente às expectativas futuras. Em um período de crise política, econômico e cultural, que assola o país, realizou-se a retomada de um artista que teve êxito em expressar suas convicções e comunicar-se com o grande público, ao compor canções geracionais.

# A república da canção: os diálogos musicais de Noel Rosa na Era Vargas

André Luiz Rocha Mattos Caviola  
Graduando em História  
UniBH  
andrecaviola@live.com

Lucas Romano Silva  
Graduando em História  
UniBH  
lucasromano23@gmail.com

## Resumo:

Esse artigo tem como objetivo a análise de sambas compostos durante a Era Vargas. Serão objetos de estudo as canções Positivismo (1933), de Noel Rosa e Orestes Barbosa; Lenço no Pescoço (1933), Mocinho da Vila (1933), Conversa Fiada (1933), de Wilson Batista; e Rapaz Folgado (1933), Feitiço da Vila (1933) e Palpite Infeliz (1933), de Noel Rosa. Dentro dessa perspectiva, o estudo da República no Brasil é tema de grande destaque no meio acadêmico e nos estudos empreendidos por diversos campos da História, seja na perspectiva política, cultural ou social. A canção popular, além de acompanhar as diversas experiências humanas, é uma expressão artística possuidora de forte poder de comunicação principalmente quando difundida pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social. Dessa forma, a canção e a música popular podem ser pensadas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história dos setores da sociedade pouco lembradas pela historiografia. As canções selecionadas são anteriores à consolidação do samba como um ritmo nacional e distanciam-se três anos da revolução de 1930 e a formação da Aliança Liberal, estabelecida entre lideranças políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba para fazer frente às oligarquias paulistas. Essas canções dialogam com o universo mental do período, desvelando tensões sobre pautas relacionadas à educação e trabalho, economia brasileira, os ideais modernizantes que fundaram a república, a reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, além de ilustrar uma disputa entre os compositores sobre a representatividade do samba na sociedade republicana, trazem em si referências à capital republicana do período, polo de maior efervescência cultural no país.

Palavras-chave: Era Vargas, Noel Rosa, Canção popular, História e música.

## Introdução

[...] Depois, aos poucos, o nosso samba / Sem sentirmos se aprimorou / Pelos salões da sociedade / Sem cerimônia ele entrou / Já não pertence mais à Praça / Já não é samba de terreiro / Vitorioso ele partiu para o estrangeiro [...]

- Carlos Cachça e Cartola, *Tempos Idos*.

O estudo da República no Brasil é tema de grande destaque no meio acadêmico e nos estudos empreendidos por diversos campos da História, seja na perspectiva política, cultural ou social. Um dos grandes autores que trata o período é o historiador José Murilo de Carvalho. Em seu livro *Os Bestializados* (1989), o autor fala da existência de “duas repúblicas”, uma com “R” maiúsculo e outra com “r” minúsculo.

Para o autor, a *República* era aquela oficial, na forma de estado, leis e instituições. Essa República tinha cunho tecnocrático, atendia aos interesses da elite. No caso do Rio de Janeiro, a República afastava os cidadãos da representatividade no poder da cidade, tendo os prefeitos nomeados pelo Presidente da República com aprovação do Senado. Essa estratégia servia para dar maior controle da cidade ao Estado, já que a capital era uma caixa de ressonância que fazia os problemas locais correrem por todo o território nacional.

Um dos projetos da República era a “europeização” da capital através das reformas que mexiam profundamente na estrutura da cidade, o que gerou tensões no espaço público. Dentre elas, José Murilo destaca uma relacionada ao romance *O Cortiço*, que na realidade era o lugar onde

se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, a menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo. Este inimigo era outro cortiço e, principalmente, a polícia. Frente à polícia, dono e moradores se uniam, pois estavam em jogo a soberania e a honra da pequena república. Cortiço em que entrava a polícia era o cortiço desmoralizado. É profundamente irônico e significativo que a república popular do cortiço se julgava violada, derrotada quando lá entrava o representante da república oficial.<sup>1</sup>

Apesar do autor apontar como exemplo da República com “r” minúsculo os cortiços – ocupações de cunho popular – podemos apontar vários outros locais dentro da cidade do Rio de Janeiro que funcionavam com uma dinâmica parecida e que ressoavam os debates da República. Locais como botequins, esquinas, terreiros de religiões de matrizes africanas, as casas das mães sinhás e dos sinhôs, as praças, dentre outros, eram locais de extrema sociabilidade dos populares do Rio de Janeiro.

Dessa forma, o autor apresenta dois lugares da República: uma institucionalizada, de reconhecimento oficial, e uma república que se faz nas ruas, nas resistências e nos lugares populares. Desse modo,

o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobreterráneo da cultura das elites. Das repúblicas renegadas pela República foram surgindo os elementos que constituíram uma primeira identidade coletiva da cidade, materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol.<sup>2</sup>

Para nos ajudar a desvelar esse mundo subterrâneo, o estudo da canção popular é de grande ajuda no que diz respeito ao estudo da cultura e das mentalidades no Rio de Janeiro do início da República.

1 CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. – Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1987, p. 39.

2 CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 41.

Segundo José Geraldo Vince de Moraes,

entre as inúmeras formas musicais, a canção popular (verso e música), nas suas diversas variantes, certamente é a que mais embala e acompanha as diferentes experiências humanas [...] Ela está muito mais próxima dos setores menos escolarizados (como criador e receptor), que a maneja de modo informal (pois, como a maioria de nós, também é um alfabeto de código musical) e cria uma sonorização muito própria e especial que acompanha sua trajetória e experiências. Além disso, a canção é uma expressão artística que contém um forte poder de comunicação, principalmente quando se difunde pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social. Se de fato essas condições [...] são reais e se estabelecem dessa maneira, aparentemente as canções poderiam constituir-se em um acervo importante para se conhecer melhor ou revelar zonas obscuras das histórias do cotidiano dos segmentos subalternos. Ou seja, a canção e a música popular poderiam ser encaradas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história dos setores da sociedade pouco lembradas pela historiografia.<sup>3</sup>

A partir de tal perspectiva, pretendemos no âmbito desse artigo levantar discussões e problematizações através das canções *Positivismo* (1933), de Noel Rosa e Orestes Barbosa sobre os ideais que fundaram a república; *Lenço no Pescoço* (1933), *Mocinho da Vila* (1933), *Conversa Fiada* (1933), de Wilson Batista; e *Rapaç Folgado* (1933), *Feitiço da Vila* (1933) e *Palpite Infeliz* (1933), de Noel Rosa que ilustraram uma disputa entre os dois compositores sobre a representatividade do samba.

### Desde que o samba é samba “não” é assim

De acordo com Marcos Napolitano, a cidade do Rio de Janeiro, centro de encontros e mediações culturais altamente complexas, forjou, ao longo do século XIX e XX, a maioria das nossas formas musicais urbanas. O Nordeste (Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará) também exerceu grande contribuição, fornecendo ritmos musicais, formas poéticas e timbres característicos que se incorporaram a esfera musical mais ampla, principalmente a partir do final dos anos de 1940<sup>4</sup>.

Porém, ainda segundo o autor, apesar de todas as regiões brasileiras possuírem uma intensa atividade musical, nem todas conseguiram “contribuir para a formação das correntes principais da música urbana de circulação nacional, na medida em que não penetraram na mídia (sobretudo o rádio e a TV) nacional”<sup>5</sup>.

Nas palavras de Napolitano,

[...] a aceitação da música popular brasileira, sobretudo pelos seguimentos médios da população, não foi linear, nem repentina. A expansão e a diversificação

3 MORAES, José Geraldo Vinci de, 2000 – *História e música: canção popular e conhecimento histórico* - Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, no 39, p. 203-221. 2000 – São Paulo, SP. Disponível em: <<https://goo.gl/UZgHmn>>, p. 205.

4 NAPOLITANO, Marcos, 2002 – *História e Música – história cultural da música popular* – Belo Horizonte. Autêntica, 2002, 120p.

5 NAPOLITANO, Marcos, 2002 – *História e Música*, pp. 39-40.

do público de música popular brasileira acompanharam as próprias vicissitudes da própria estruturação dessa esfera cultural e do sistema comercial em torno da música popular como um todo. As elites com maior formação cultural e poder aquisitivo ainda teriam de esperar a Bossa Nova para assumir, sem culpa, seu gosto por música popular brasileira.<sup>6</sup>

Contudo, o período ao qual as canções selecionadas dizem respeito é ao ano de 1933, anterior à consolidação do samba como um ritmo nacional. Fazem três anos da “Revolução de 30” e da formação da Aliança Liberal, compreendendo lideranças políticas dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba para fazer frente às demais oligarquias.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, a Aliança Liberal operava sob o lema “Representação e Justiça”, sua plataforma estava voltada fundamentalmente para a regeneração política, o que implicava na luta pela reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, na defesa do voto secreto, da moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais. Ao propugnarem pelo liberalismo, as oposições pretendiam tornar o sistema político mais representativo ao nível da classe dominante, integrando à mesma as frações da elite não representadas na estrutura do poder, além dos segmentos médios urbanos que se desenvolveram em função da expansão econômica (VIZENTINI, 1983, p. 74). O programa propunha além das já mencionadas reformas políticas, a anistia aos revoltosos dos anos vinte e medidas de proteção ao trabalho como a aplicação da lei de férias e regulamentação do trabalho de menores e o da mulher.<sup>7</sup>

Tais propostas eram de fato medidas mais progressistas frente ao cenário que se desenvolveu na República no Brasil desde sua proclamação. Porém, após a derrota nas eleições de 1930, dá-se início a Revolução e Vargas chega ao poder.

No âmbito da educação e do trabalho, segundo Ângela de Castro Gomes, “os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários”<sup>8</sup>. Ainda segundo a autora, é neste período que

elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de ‘reabilitação’ do papel e do lugar do trabalhador nacional<sup>9</sup>

Noel Rosa, o Poeta da Vila ou Filósofo do Samba, e Orestes Barbosa, autor do mais belo verso da música brasileira, segundo Manoel Bandeira, resolveram questionar no ano de 1933, os próprios ideais republicanos fundados no positivismo que deram origem à nossa república e a crítica situação econômica do país no pós-1929, ao comporem o samba homônimo *Positivismo*:

A verdade, meu amor, mora num poço / É Pilatos lá na Bíblia quem nos diz /  
Que também faleceu por ter pescoço / O autor da guilhotina de Paris / A ver-

6 NAPOLITANO, Marcos. *História & Música*, p. 40.

7 FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos vinte e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f., pp. 15-16.

8 OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 151.

9 OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e poder*, p. 151.

dade, meu amor, mora num poço / É Pilatos lá na Bíblia quem nos diz / Que também faleceu por ter pescoço / O infeliz autor da guilhotina de Paris / Vai, orgulhosa querida / Mas aceita esta lição: / No câmbio incerto da vida / A libra sempre é o coração / O amor vem por princípio, a ordem por base / O progresso é que deve vir por fim / Desprezaste esta lei de Augusto Comte / E foste ser feliz longe de mim / O amor vem por princípio, a ordem por base / O progresso é que deve vir por fim / Desprezaste esta lei de Augusto Comte / E foste ser feliz longe de mim / Vai, coração que não vibra / Com teu juro exorbitante / Transformar mais outra libra / Em dívida flutuante / A intriga nasce num café pequeno / Que se toma para ver quem vai pagar / Para não sentir mais o teu veneno / Foi que eu já resolvi me envenenar<sup>10</sup>

Noel e Orestes eram amigos, boêmios e colegas de mesa no Café Nice, que fora inaugurado no ano de 1928, na Av. Rio Branco, na época em que o Rio completava o seu processo de reurbanização. Já o Positivismo é uma corrente filosófica, que teve no francês Augusto Comte (1798-1857) seu principal idealizador e serviu de base para fundamentar a Proclamação da República. Seu lema era: O amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim. Na bandeira estrelada que ostenta a mãe gentil, porém, o amor, primeira estrela do lema Comtiano, ficou de fora. Está lá, manca, a bandeira, a bradar insensível: “Ordem e Progresso”.

A ausência do amor tocou fundo o coração dos dois poetas, que resolveram abordar o progresso enaltecido pelo positivismo, expondo nossa crescente dívida externa com seus juros exorbitantes. Mas se o amor ficou fora da bandeira, não poderia ser excluído da canção também.

Devido isso que, em *Positivismo*, os desgostos da economia brasileira são comparados às de uma mulher que, também se esquecendo do amor, desprezou a tal lei de Auguste Comte e foi aproveitar a sua felicidade em outros ares, talvez com alguma ordem e, certamente, com muito progresso.

Tal situação é sintomática para pensar os novos significados que os populares, representados pela figura de Noel e Orestes, davam as questões que afligiam o país. Também nos desvela o limiar existente sobre a interação entre a *República* e a *república*, analisadas por José Murilo de Carvalho, além do fato de que o povo precisava sim de inclusão, de políticas públicas e assistencialistas, mas também, precisava de empatia, algo que lhe foi tolhido desde o início da República no Brasil.

Outro caso emblemático envolvendo Noel Rosa e seu samba deu-se no embate musical com Wilson Batista. Segundo Diniz e Cunha, ambos reivindicaram para si a representação que o samba deveria ter na sociedade. Se no caso de Noel o samba deveria representar além do malandro carioca, as donas de casa, os intelectuais, o pessoal do morro, dos subúrbios e os bacanas, para Wilson Batista o ritmo deveria ser a expressão da malandragem<sup>11</sup>.

Sobre o estudo dos diálogos musicais entre Noel e Wilson Batista, Marcos Napolitano afirma que

10 Noel Rosa e Orestes Barbosa, *Positivismo*, 1933.

11 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 176p.



por um lado, das elites e das camadas médias escolarizadas, em processo de afirmação de valores nacionalistas, em busca das ‘forças primitivas’ da nação; por outro lado, das classes populares, em busca de reconhecimento cultural e ascensão social<sup>12</sup>.

Essa situação deu-se no âmbito das outras canções<sup>13</sup> apresentadas ainda na introdução, que criaram um dos diálogos e intrigas mais famosos da música popular brasileira. Esse embate sobre a representatividade do samba também antecedeu a política que iria se consolidar no Governo Vargas a partir de 1939, com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), para “divulgar a imagem de bom-moço do presidente e censurar quem fosse do contra”<sup>14</sup>. Esse órgão, além de tentar moldar a imagem que seria criada sobre o regime através da censura, também era o responsável por avaliar o que estava de acordo ou não com as políticas defendidas pelo Governo Vargas.

Num contexto de censura e legitimação do governo, a valorização do trabalho foi um dos argumentos mais propagados pelo regime, reprimendo, de certa forma, os sambas que realizavam ode à malandragem e vadiagem.

Esta política de valorização do trabalho é denominada por Ângela de Castro Gomes como a *construção do homem novo* através do “reconhecimento de que a civilização e o progresso são um produto do trabalho”<sup>15</sup>. O grande esforço do Estado Nacional brasileiro estava relacionado ao fato de que o trabalho não era simplesmente um meio de ganhar a vida, mas, sobretudo um meio de servir a pátria.

As canções sobre as quais discorreremos agora, compostas no ano de 1933, ainda não estavam submetidas à censura do DIP, mas já traziam representações ideológicas sobre a construção da figura do malandro e a representação do samba, apesar de aparente liberalidade sobre o tema no contexto da composição.

André Diniz e Diogo Cunha, no livro *A República Cantada*, dedicaram-se a descrever essa situação a partir da análise das canções já mencionadas:

[...] Noel vivia na malandragem, mas para ele o samba era mais que isso: representava as donas de casa, os intelectuais, o pessoal do morro, dos subúrbios e os bacanas. Wilson Batista percorria os mesmos cenários de Noel Rosa e inspirou sua diversificada obra na exaltação à malandragem. O diálogo entre Noel e Wilson era moderno, político e tornou-se histórico sob a ótica musical. Tudo começou com lenço no pescoço”, composta por Wilson Batista em 1933.<sup>16</sup>

12 NAPOLITANO, Marcos. *A Síncopa das Ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2007, p. 27

13 Lenço no Pescoço (1933), Mocinho da Vila (1933), Conversa Fiada (1933), de Wilson Batista; Rapaz Folgado (1933) e Palpite Infeliz (1933), de Noel Rosa.

14 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, p. 71.

15 GOMES, Ângela de Castro. *A construção do homem novo*, p. 155.

16 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, pp. 72-73.

A canção *Lenço no Pescoço* trás em seus versos a descrição da figura do malandro que se consolidou em oposição aos ideais modernizantes que fundaram a república, sustentados pelas políticas científicas e higienistas dos governos e responsáveis também pelo processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro que ocasionou a demolição dos cortiços, a revolta da vacina e relegou à marginalidade as classes populares que não viam no trabalho representação e sobreviviam da forma que podiam.

Meu chapéu do lado / Tamanco arrastando / Lenço no pescoço / Navalha no bolso / Eu passo gingando / Provoco e desafio / Eu tenho orgulho / Em ser tão vadio / Sei que eles falam / Deste meu proceder / Eu vejo quem trabalha / Andar no miserê / Eu sou vadio / Porque tive inclinação / Eu me lembro, era criança / Tirava samba-canção / Comigo não / Eu quero ver quem tem razão / E eles tocam / E você canta / E eu não dou<sup>17</sup>.

Em sua linguagem musical, é notório o ritmo cadenciado do samba e a influência do gíngado proporcionado pelos ritmos de maxixes e lundus, que também fazem referência às próprias artimanhas que esses populares deviam lançar mão para buscar a sua sobrevivência.

Noel ficou intrigado com o malandrecos Wilson querendo quebrar a banca. Respondeu no mesmo ano com “Rapaz Folgado”, contestando a identificação da figura do sambista com a malandragem<sup>18</sup>.

Já na canção *Rapaz Folgado*, Noel reivindica o próprio valor do sambista ao afirmar que direcionamentos apenas em relação ao malandro ignora outras esferas sociais. Chega a convocar o “povo civilizado” a não compactuar com tal postura e participar também do movimento do samba:

Deixa de arrastar seu tamanco / Pois tamanco nunca foi sandália / E tira do pescoço o lenço branco / Compra sapato e gravata / Joga fora esta navalha que te atrapalha / Com chapéu do lado desta rata / Da polícia quero que escapas / Fazendo um samba-canção / Já te dei papel e lápis / Arranja um amor e um violão / Malandro é palavra derrotista / Que só serve pra tirar / Todo o valor do sambista / Proponho ao povo civilizado / Não te chamar de malandro / E sem de rapaz folgado<sup>19</sup>.

Vale lembrar que diferentemente de Wilson Batista, Noel chegou a frequentar a escola de medicina, sendo colega de Oswaldo Cruz, e é oriundo de uma família de classe média, filho de um funcionário público. Ou seja, ambos falavam de locais diferentes.

Ainda novo no meio musical carioca, Wilson tirou proveito do sucesso momentâneo e prolongou a polêmica com “Mocinho da Vila”. O “mocinho”, por sua vez, ofereceu como réplica a obra-prima “Feitiço da Vila”, em parceria com Vadico.<sup>20</sup>

Essa diferença dos lugares de fala dos compositores contribuiu para a distinção dos tipos de samba que eram produzidos. Noel virou um expoente do “samba do asfalto”, enquanto Wilson Batista do “samba do morro”.

17 Wilson Batista, *Lenço no Pescoço*, 1933

18 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, p. 73.

19 Noel Rosa, *Rapaz Folgado*, 1933.

20 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, p. 73.

Dessa forma, em *Mocinho da Vila*, Wilson continua suas críticas direcionadas à figura de Noel, tirando-o a legitimidade para criticar quem é malandro e fala de locais diferentes dele:

Você que é mocinho da Vila / Fala muito em violão, barracão e outros fricotes mais / Se não quiser perder o nome / Cuide do seu microfone e deixe / Quem é malandro em paz / Injusto é seu comentário / Falar de malandro quem é otário / Mas malandro não se faz / Eu de lenço no pescoço / Desacato e também tenho o meu cartaz<sup>21</sup>.

Já em *Feitiço da Vila*, em parceria com Vadico, Noel adota uma postura diferente da de Wilson. Em vez de criticá-lo diretamente, recorre a figura da Vila Isabel para poder exaltar o samba que é produzido ali e o tem como principal expoente.

Quem nasce lá na Vila / Nem sequer vacila / Ao abraçar o samba / Que faz dançar os galhos / Do arvoredo e faz a lua / Nascer mais cedo / Lá, em Vila Isabel / Quem é bacharel / Não tem medo de bamba / São Paulo da café / Minas da leite / E a Vila Isabel da samba / A Vila tem um feitiço sem farofa / Sem vela e sem vintém / Que nos faz bem / Tendo nome de princesa / Transformou o samba / Num feitiço decente / Que prende a gente / O sol da Vila é triste / Samba não assiste / Porque a gente implora / Sol, pelo amor de Deus / Não vem agora / Que as morenas / Vão logo embora / Eu sei por onde passo / Sei tudo que faço / Paixão não me aniquila / Mas, tenho que dizer / Modéstia à parte / Meus senhores / Eu sou da Vila!<sup>22</sup>

De acordo com Diniz e Cunha, “Wilson compôs então ‘Conversa Fiada’, música bem elaborada, e a resposta de Noel veio na forma de outro clássico do samba – ‘Palpite Infeliz’”<sup>23</sup>. Wilson chama de *Conversa Fiada* o que Noel chamou de *Feitiço da Vila*, nos lembrando do trecho citado no início do artigo em que José Murilo de Carvalho fala sobre as rivalidades e disputas que se davam no âmbito dos cortiços na *república*:

É conversa fiada dizerem que o samba da Vila tem feitiço / Eu fui ver para crer e não vi nada disso / A Vila é tranquila porém eu vos digo: cuidado! / Antes de irem dormir dêem duas voltas no cadeado / Eu fui a Vila ver o arvoredo se mexer e conhecer o berço dos folgados / A lua essa noite demorou tanto / Assassina-ram o samba / Veio daí o meu pranto<sup>24</sup>

Noel, compõe em resposta a canção *Palpite Infeliz*, procurando exaltar os outros locais que também fazem samba e colocar panos quentes na discussão, afirmando que a Vila não quer abafar ninguém:

Quem é você que não sabe o que diz? / Meu Deus do céu, que palpite infeliz! / Salve Estácio, Salgueiro, Mangueira, / Osvaldo Cruz e Matriz / Que sempre souberem muito bem / Que a Vila não quer abafar ninguém, / Só quer mostrar que faz samba também / Fazer poema lá na Vila é um brinquedo / Ao som do samba dança até o arvoredo / Eu já chamei você para ver / Você não viu porque não quis / Quem é você que não sabe o que diz? / A Vila é uma cidade independente

21 Wilson Batista, *Mocinho da Vila*, 1933.

22 Noel Rosa e Vadico, *Feitiço da Vila*, 1933.

23 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do brasil através da música*, p. 74.

24 Wilson Batista, *Conversa Fiada*, 1933.

/ Que tira samba mas não quer tirar patente / Pra que ligar a quem não sabe /  
Aonde tem o seu nariz? / Quem é você que não o que diz?<sup>25</sup>

Após *Palpite Infeliz*, pela parte de Wilson, o embate entre os compositores continuaria, porém,

os fracos “Frankenstein da Vila” e “Terra de Cego”, de Wilson Batista, não receberam resposta do poeta de Vila Isabel. Hoje podemos agradecer a Noel e Wilson: qualquer que tenha sido o motivo da desavença, se ela aconteceu de fato ou se foi puro jogo de cena, gerou belíssimas sambas – e não impediu uma parceria entre eles, na música “Deixa de ser convencida”<sup>26</sup>.

### Considerações finais

A esfera dos debates e do discurso é a esfera da própria formação do pensamento democrático. Ainda durante o processo de formação cultural brasileira e das incertezas da nação, o samba e a canção foram mecanismos utilizados por parte da população carioca, já que não possuíam voz mesmo numa república fundada nos ideais de liberdade, igualdade e participação.

Esse submundo existente na cidade do Rio de Janeiro contrastou durante muitos anos com a política dita oficial por parte da burocracia municipal, estadual e federal, até a assimilação das massas por parte do governo Vargas, ainda que negligenciada. Encarado como ignorante, o objetivo do estado seria o de educar e sanar a ignorância do povo.

Utilizar as canções como fonte para pensar os processos existentes durante a república nos afasta da ideia da ignorância das massas defendida por Vargas e seus ideólogos.

25 Noel Rosa, *Palpite Infeliz*, 1933.

26 DINIZ, André. CUNHA, Diogo. *A república cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música*, p. 74.

## As independências africanas, os estudos pós-coloniais e a história da arte

Sandra Mara Salles  
Doutoranda em História  
Unicamp  
sandra.nangadef@gmail.com

### Resumo:

Este texto busca abordar o impacto dos estudos pós-coloniais no campo da história da arte e, mais especificamente, na historiografia da arte africana, com foco na interseção entre arte e política e a partir da análise de uma exposição.

Tendo em vista o estabelecimento da História da Arte como disciplina acadêmica no século XIX, no auge do domínio colonial europeu na África e na Ásia, e as profundas transformações pelas quais a disciplina vem passando nas últimas décadas - num processo constante de ruptura com o eurocentrismo epistemológico que a caracterizou durante mais de um século - proponho uma discussão sobre os aportes dos estudos pós-coloniais e decoloniais na produção de novas formas de conhecimento neste campo como contribuição ao simpósio “Descolonização e História”. As posições subalternistas e pós-coloniais encontraram um dispositivo privilegiado nas ações dos artistas, curadores e críticos trabalhando no campo da arte africana desde meados dos anos 80. Algumas exposições importantes organizadas por curadores africanos na Europa e nos Estados Unidos se inscrevem neste movimento, que tem profundos desdobramentos até hoje na constituição de uma nova narrativa sobre a história da arte, mais inclusiva, menos eurocentrada.

Com a proposta de apresentar e discutir alguns momentos emblemáticos neste processo e novas possibilidades teórico-metodológicas dele advindas no campo da história da arte, tomaremos como estudo de caso a exposição *The Short Century: Independence and Liberation Movements in Africa, 1945-1994*, primeira exposição a abordar, por meio da arte em suas diversas linguagens, a dinâmica das transformações políticas e sociais no continente africano no período de luta anticolonial e de formação dos estados nacionais. Os estudos pós-coloniais estão diretamente ligados à construção teórica deste projeto curatorial que buscou demonstrar, por meio de documentos de diversas categorias, imagens de arquivos e obras de arte, a emergência de novas identidades nos antigos países colonizados, que teriam se delineado durante as lutas de liberação e se afirmado no período pós-colonial.

**Palavras-chave:** História da arte, estudos pós-coloniais, arte africana

O estabelecimento da História da Arte como disciplina acadêmica se deu no século XIX, no auge do domínio colonial europeu na África e na Ásia, e vem passando por profundas transformações nas últimas décadas, num processo constante de ruptura com o eurocentrismo epistemológico que a caracterizou durante mais de um século. Em 1983, o historiador da arte Hans Belting lança pela primeira vez seu enunciado sobre “o fim da história da arte”<sup>1</sup>, em uma conferência na qual examinava a viabilidade e a legitimidade de se insistir nos preceitos que até então informavam a disciplina. Ao longo da década que se segue à esta primeira abordagem do tema, Belting dá continuidade às suas reflexões e reforça seu argumento quanto às limitações do enquadramento tradicional da história da arte, que até então fora contada de uma perspectiva euro-ocidental, propondo uma nova ciência da imagem.

A narrativa da disciplina aparece para o autor como um “equivoco ocidental”<sup>2</sup>, apresentando o desenvolvimento de algumas correntes da produção visual de uma determinada cultura como único e universal. Ao revisitar sua tese uma década mais tarde, Belting pontua que “a assim chamada história da arte foi sempre uma história da arte europeia, na qual, apesar de todas as identidades nacionais, a hegemonia da Europa permanecia incontestada. Mas essa bela imagem provoca hoje o protesto de todos aqueles que não se consideram mais representados por ela”<sup>3</sup>. Para o autor, a disciplina parece incapaz de incorporar desenvolvimentos recentes da produção artística, associados a outro tipo de relação com a obra, distintos da contemplação tradicional.

A subdisciplina história da arte africana teve seus primórdios nos anos 60 com os estudos de seus pioneiros focados quase exclusivamente nas artes “tradicionais” e “pré-modernas” e procedendo à sua análise nos termos da antropologia. No final dos anos 80, em sincronia com as reflexões de Hans Belting, novas formas de análise surgem. Estudiosos e críticos engajados nos estudos e na crítica pós-coloniais reconsideraram sua abordagem das artes africanas dos séculos XIX e XX por outro viés, problematizando a tradição.

Mas é somente na década de 1990 que ocorre uma transformação significativa no campo de pesquisa da arte e cultura visual africanas, dentro de um movimento mais amplo de descentramento e revisão da narrativa historiográfica sobre a arte. É neste contexto que um novo discurso sobre as produções visuais do continente surge e que os estudiosos se voltam para os processos de constituição de suas modernidades artísticas. O foco se desloca então para artistas cuja formação se deu nas escolas de artes, dentro e fora do continente africano, e que atuaram no meio urbano, em estúdios, com produções que dialogavam com os aspectos conceituais e formais das vanguardas europeias.

1 BELTING, Hans. *Das Ende der Kunstgeschichte?* Munique: Deutscher Kunstverlag, 1983. A primeira publicação no original em alemão se refere ao texto que resulta de uma aula inaugural ministrada por Belting na Universidade de Munique. Ela foi traduzida para o inglês em 1986: BELTING, Hans. *The end of the history of art?* Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

2 BELTING, Hans. *O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.11. Trata-se da edição brasileira, traduzida da edição alemã de 1995 na qual Belting inclui novos capítulos e retoma de maneira crítica as questões abordadas edição original de 1983.

3 BELTING. *O fim da história da arte*, p. 116.



Este pequeno histórico nos revela que posições subalternistas e pós-coloniais encontraram um dispositivo privilegiado nas ações dos pesquisadores, artistas, curadores e críticos trabalhando no campo da arte africana já na década de 1980<sup>4</sup>. Algumas exposições importantes na Europa e nos Estados Unidos, realizadas por curadores norte-americanos, europeus e, frequentemente a partir da década de 1990, por africanos, se inscrevem neste movimento, que tem profundos desdobramentos até hoje na constituição de uma nova narrativa sobre a história da arte, mais inclusiva, menos eurocentrada<sup>5</sup>.

Apresentarei brevemente alguns momentos emblemáticos no processo de entrada das teorias pós-coloniais no campo da história da arte, por meio de exposições de arte africana cujas narrativas nelas se basearam e inspiraram ou com elas dialogaram. Em seguida, discutirei o caso a exposição *The Short Century: Independence and Liberation Movements in Africa, 1945-1994*, que é meu objeto de pesquisa atual.

Foi em exposições realizadas nos Estados Unidos e na Europa no século passado que a produção material proveniente do continente africano começou a ser revelada para o mundo sob a conotação pejorativa de “arte primitiva”. A primeira grande exposição que marcará definitivamente a maneira de se expor arte africana e o modo como ela será recebida pelo público e pela crítica será *Primitivism in the XX<sup>th</sup> Century Art*, realizada no *Museum of Modern Art* de Nova York, em 1984<sup>6</sup>. Nesta exposição, obras “etnográficas” foram colocadas lado a lado com obras canônicas das vanguardas europeias. Não se tratava de uma exposição de arte africana em si, mas uma celebração das reapropriações formais das artes da África, da Oceania e das Américas pelo modernismo europeu, na qual as artes não-ocidentais apareciam apenas como coadjuvantes e fontes de inspiração.

Segundo a historiadora da arte norte-americana Maureen Murphy, esta mostra marcaria uma virada decisiva nas reflexões sobre arte e poder, suscitando um debate acerca dos interesses políticos ligados às questões de representação e desconstruindo a ideia de neutralidade política no campo artístico. As críticas suscitadas por esta iniciativa fizeram parte deste movimento mais vasto de deslocamento do olhar, induzido pelo estudos pós-modernos e pós-coloniais nas mais diversas áreas do conhecimento. A crítica pós-colonial teria feito, assim, segundo Murphy, sua entrada no campo das artes visuais.<sup>7</sup>

4 O impacto das teorias pós-coloniais no campo artístico internacional já era considerável desde o final dos anos 80. Destaca-se neste processo o trabalho crítico empreendido pelo artista conceitual, escritor e curador Rasheed Araeen, que funda, em Londres, a revista *Third Text*, em 1987 e realiza a exposição *The Other Story – Afro-Asian Artists in Post War Britain* (em 1989), uma das primeiras exposições a empregar a crítica pós-colonial na construção de sua narrativa.

5 A multiplicação das plataformas discursivas a partir década de 1990 com o lançamento de publicações que se tornaram referência como a *Revue Noire* (em 1991), *NKA Journal of Contemporary African Art* (em 1994) e, mais recentemente, *Critical Interventions*, (lançada em 2007), entre outras, foi fundamental neste processo de renovação do discurso sobre a arte africana.

6 RUBIN, William. *Primitivism in XX<sup>th</sup> Century Art: Affinity of the Tribal and the Modern*. New York: Museum of Modern Art, 1984.

7 MURPHY, Maureen et al. “Arts, violences, identités: l’apport des études postcoloniales ». *Perspective. La revue de l’INHA*, Paris, INHA/Armand Colin, n.1, jun. 2012, p. 57-58.

Quatro anos depois, a historiadora da arte africana Susan Vogel realizou no *The Center for African Art*, também em Nova York, a mostra *ART/Artifact*<sup>8</sup>. Na mostra, Vogel expôs uma rede de caça zande (povo que habita atualmente o norte da África Central: na República Democrática do Congo, Sudão do Sul e República Centro-Africana) utilizando recursos de expografia contemporâneos. Tratava-se de uma apresentação enxuta, com uma legenda na qual eram mencionadas somente as informações “Rede, povo Zande, Zaire”, sem referência às longas informações etnográficas que constavam em legendas de boa parte das exposições de arte africana em museus norte-americanos e europeus. Em outras salas, estatuetas consideradas obras-primas foram expostas em vitrines sobrecarregadas e posicionadas ao lado de objetos menos elaborados, o todo acompanhado com textos e legendas. Com esta estratégia expográfica, de artefato, a rede de caça passa a ter o status de obra de arte enquanto, em contraposição, o público não reconhece o valor de objetos primorosos que são expostos nas vitrines misturados a outros mais rudimentares.

Segundo o crítico de arte e curador Okwui Enwezor, Susan Vogel se especializa durante seus anos no *Museum of African Art* de Nova York, no tipo pós-moderno de exposição de arte africana, buscando frequentemente transgredir, de maneira consciente e provocativa. De acordo com Enwezor, ao tomar liberdades históricas e epistemológicas com os modelos de exposição e de curadoria e ao repensar radicalmente nossa forma de colocar objetos no espaço, Vogel entende os espaços de exposição como o lugar de enfrentamentos e de combates de ideias e não como quadros neutros<sup>9</sup>. Utilizando a estratégia do *ready-made* em *ART/Artifact*, a curadora transforma o espaço da exposição em espaço que tenta neutralizar o modo como a etnografia e a antropologia desistoricizam os objetos e as práticas cotidianas, enfatizando a primazia do impacto visual sobre a funcionalidade do objeto.

Vogel dá continuidade à sua reflexão em outra exposição: *African Explores, 20th. Century African Art*<sup>10</sup>. Realizada em Nova York em 1990, *Africa Explores* foi pioneira em seu escopo e reuniu obras de diferentes tipologias, a partir de um levantamento feito pela curadora das mais variadas produções presentes no continente africano ao longo do século XX. São incluídas na mostra máscaras "contemporâneas", estatuária funerária de cimento, fotografia, letreiros publicitários bem como obras de artistas formados em escolas de arte, entre outras produções.

Segundo Enwezor, o trabalho de Susan Vogel deve muito às práticas discursivas que emergiram com as teorias pós-moderna e pós-colonial e nos permite compreender como os discursos antropológicos e etnográficos são reveladores das fraturas históricas que atravessam a troca desigual entre as culturas

8 Danto, Arthur et al. *Art/artifact: African art in anthropology collections*. New York: Center for African Art; Munich: Prestel Verlag, 1989. Ver também: GELL, Alfred. A rede de Vogel, armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas. *Arte e Ensaios. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais*. Trad. Marcia Martins Campos e Laura Bedran. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da UFRJ, a. 8, n. 8, 2001, p. 174-191.

9 ENWEZOR, Okwui. Topographies de la pratique critique: l'exposition, un lieu/un espace. *Le Journal de la Triennale #5*. Paris: CNAP/Palais de Tokyo, Agosto de 2012. p. 3-7. Disponível em: [http://www.cnap.fr/sites/default/files/article/123910\\_le-journal-de-la-triennale--5--laforetdessignes--okwuienwezor\\_1\\_fr.pdf](http://www.cnap.fr/sites/default/files/article/123910_le-journal-de-la-triennale--5--laforetdessignes--okwuienwezor_1_fr.pdf). Acessado em 20 de junho de 2018.

10 VOGEL, Susan. *Africa Explores: 20th Century African Art*. New York: Center for African Art, 1991

pós-coloniais e os públicos dos museus ocidentais<sup>11</sup>. *African Explores* foi, além disso, uma resposta de Vogel à exposição *Les Magiciens de la Terre*, realizada em 1989 no *Centre Georges Pompidou* de Paris.

Exposição emblemática, é a partir de *Les Magiciens de la Terre*<sup>12</sup> que uma certa arte africana, na qual passa a ser impressa a marca de “contemporânea”, rompe as fronteiras que até então limitavam seu acesso ao circuito da arte contemporânea ocidental. Jean Hubert Martin, seu curador, apresenta obras de artistas africanos ao lado de seus homólogos de outras regiões do mundo, lançando um novo olhar sobre esta produção e associando artistas a artesãos em torno de critérios geográficos e temporais. Sem critérios estéticos precisos para reunir os artistas, o curador optou por privilegiar o aspecto “mágico” e monumental das obras. Esta exposição foi extremamente criticada pela visão considerada primitivista de seu curador, que priorizou artistas autodidatas e simplesmente ignorou aqueles que possuíam uma formação acadêmica.

Duas outras exposições importantes, organizadas por curadores africanos, se inscrevem neste movimento pós-colonial e subalternista.

A primeira delas foi a exposição *Unpacking Europe*, que aconteceu em Rotterdam, em 2001. Organizada por dois curadores africanos, Salah Hassan e Iftikhar Dadi, ela tinha por objetivo questionar o postulado da homogeneidade da Europa através da constatação da presença cada vez maior de estrangeiros em solo europeu, em particular estrangeiros não-brancos, e então sublinhar o eco crescente das noções de hibridação e de multiculturalismo.

O catálogo desta exposição inclui textos de conhecidos teóricos pós-modernos, pós-coloniais e subalternistas e também estudos consagrados a artistas não-europeus reconhecidos internacionalmente, entre eles Yinka Shonibare, cuja obra foi exposta em Rotterdam e ilustrou a capa da publicação<sup>13</sup>. Seus curadores estimavam que uma imigração crescente na Europa necessitava de uma revisão da ideia de uma cultura ou de uma civilização europeias puras. Para eles, a Europa seria uma entidade misturada, mestiça, enquanto suas fronteiras, os limites entre a Europa e a não-Europa, teriam sempre sido porosos e pouco definidos.

Esta manifestação artística e intelectual contesta assim a pretensão da Europa ao universalismo e sua vontade de essencializar a democracia e os direitos humanos sem levar em conta a violência sofrida pelos povos colonizados. A democracia europeia floresceu durante a escravidão e a exploração colonial e sua historiografia caracterizava as culturas destes povos como “primitivas”, sem história, sem escrita, sem passado. Seria necessário então “provincializar” a Europa, transformando-a em uma área cultural como outra.

O conceito desta exposição vai ao encontro da tese desenvolvida por Dipesh Chakrabarty no seu livro *Provincializing Europe*<sup>14</sup>, no qual o historiador indiano questiona a pretensão do Ocidente

11 ENWEZOR. *Topographies de la pratique critique*, p. 6.

12 MARTIN, Jean-Hubert et al (Org.). *Magiciens de la terre*. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1989.

13 HASSAN, Salah e DADI, Iftikhar (Ed.) *Unpacking Europe: Towards a Critical Reading*. Rotterdam: Museum Boijmans Van Beuningen, 2001.

14 CHAKARBARTY, Dipesh. *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, Princeton University Press. 2000.

de governar o mundo, em nome da razão universalista. A filosofia do Iluminismo e a dialética - em particular marxista - são particularmente visadas pelo autor porque pretendem enunciar categorias a serem aplicadas a toda a raça humana.

Encontramos ecos desta postura na 11ª. Edição da Documenta XI, realizada em 2002 na cidade de Kassel na Alemanha, cuja curadoria geral foi do nigeriano Okwui Enwezor<sup>15</sup>. Pela primeira vez um curador não ocidental fora convidado a dirigir a mais famosa exposição internacional de arte contemporânea do mundo. A principal diferença entre o Documenta XI e as edições anteriores desta mostra foi a crítica explícita de uma tendência eurocêntrica e imperialista na exibição e valorização das artes. Para o curador, a democracia ocidental estaria inacabada na medida em que a imagem que ela deseja passar de si mesma corresponde a uma utopia muito distante da realidade. Ele enfatiza a necessidade de revisitar o grande relato de emergência da democracia europeia, considerando os povos submetidos à opressão e os movimentos dos povos que se ergueram contra a dominação ocidental.

O projeto incluía uma estrutura de 5 plataformas, com seminários reunindo artistas, escritores e intelectuais em torno de um tema central para compreender o mundo de hoje. Kassel fora programada para ser a última plataforma.

Enquanto elaborava conceitualmente e pragmaticamente a Documenta, Enwezor realizou um outro projeto ambicioso, ao mesmo tempo político e artístico, que a antecedeu e, de uma certa forma, antecipou suas discussões. Trata-se da exposição *The Short Century: Independence and Liberation Movements in Africa, 1945-1994*.

*The Short Century* foi a primeira exposição a abordar, por meio da arte em suas diversas linguagens (artes plásticas, cinema, literatura, música, etc.) a dinâmica das transformações políticas e sociais no continente africano no período de luta anticolonial e de formação dos estados nacionais. Realizada na Alemanha e nos Estados Unidos entre 2001 e 2002 e acolhida em instituições como o Museu de Arte Contemporânea de Chicago e o MoMA de Nova York, a exposição teve a participação de mais de 50 artistas do continente africano e cerca de 140 obras de arte, além de objetos das mais diversas tipologias, compondo um aparato curatorial de mais de 500 itens. Nela buscou-se discutir a emergência de novas identidades nos antigos países colonizados nos anos 40 e 50 e seus desdobramentos na produção de artistas africanos cuja prática se deu na fronteira entre a subjetividade colonial e a experiência pós-colonial.<sup>16</sup> Este processo teria sido fundamental na constituição de um modernismo artístico africano<sup>17</sup>.

15 ENWEZOR, Okwui. The Black Box. In: *Documenta 11\_Platform 5: Exhibition Catalogue*, Kassel: Documenta and Museum Friedericianum and Ostfildern-Ruit: Hatje Kantz Publishers, 2002. p. 42-55.

16 A equipe curatorial incluía, além do curador-chefe, Okwui Enwezor, quatro co-curadores: Chika Okeke-Agulu, Lauri Firstenberg, Mark Nash e Rory Bester.

17 “Aquilo que esta exposição espera demonstrar é a elaboração deste modernismo paralelo, manifestamente africano, graças às histórias (pós)-coloniais do continente, ainda que aberto ao resto do mundo, do qual se ele vê como parte essencial.”. OKEKE-AGULU. Modern African Arte. In: ENWEZOR, Okwui (Ed.). *The Short Century. Independence and Liberation Movements in Africa, 1945-1994*. Munich, Prestel, 2001. p. 31 (tradução nossa).

Os curadores apresentam assim o modernismo africano como um campo político, o enfatizando como uma tática de rebelião contra o domínio colonial. A questão da autenticidade africana perpassa essa narrativa, uma vez que o discurso dos curadores buscava contestar a visão de uma apropriação de ideias e formas pictóricas ocidentais pelos africanos como práticas culturais limitadas ou pior, derivativas. Eles argumentam que os artistas africanos “localizavam” abordagens ocidentais, criando trabalhos que eram reconhecidamente africanos, fazendo eco às preocupações dos próprios artistas - muitos deles estudaram ou ensinaram nos primeiros centros de arte modernista africana.

O projeto curatorial é desta forma inscrito no interior de um projeto político de cunho fortemente pós-colonial e o catálogo da exposição, composto de textos dos curadores e de (outros) intelectuais africanos, discursos seminais, manifestos, entre outros documentos históricos e imagens de arquivos se tornou uma importante referência bibliográfica para estudiosos do campo<sup>18</sup>.

“Exposição-arquivo”, “exposição-documento”, *The Short Century* visa reposicionar o continente africano nas narrativas do século XX e os estudos pós-coloniais estão diretamente ligados à construção teórica deste projeto curatorial. A exposição buscou destacar a ideia do fim da hegemonia ocidental sobre o resto do planeta e a emergência de uma nova era marcada pela existência de um mundo multipolar e não mais bipolar, entre colônias e metrópoles. As imagens coloniais e pós-coloniais que compõem tanto a cenografia da exposição quanto o catálogo representam proeminentes chefes de estado europeus e outras celebridades junto a líderes africanos. Apresentadas ao lado de documentos visuais de política partidária e movimentos políticos, elas não atendem ao conceito de um mundo dividido em metades não-ocidentais e ocidentais. É a evidência de um passado comum, que rejeita essa divisão conceitual. Em vez de paralelas, essas histórias estão interligadas de várias maneiras<sup>19</sup>.

O papel da Documenta11 e da exposição *The Short Century* ao integrar as teorias pós-coloniais no léxico curatorial é notável. Estas exposições, e várias que se seguiram, se inspiram nas teorias pós-coloniais não somente para ilustrá-las com obras e cenografias, mas também para produzir teoria. Elas renovam o campo da arte. Sua análise permite uma privilegiada aproximação do projeto político de seu curador, que tem se destacado nas últimas duas décadas como um dos grandes nomes da reconfiguração do campo artístico no cenário global.

18 ENWEZOR, *The Short Century*.

19 WOLBERT, Barbara. “The Short Century of Europe: African Art in German Exhibitions”. *New German Critique*, Durham, Duke University Press, n. 92, 2004, p. 169-193.

# O pós-abolição em Oliveira nos discursos do jornal *Gazeta de Minas* (sécs. XIX/XX)

Cleudiza Fernandes de Souza  
Mestranda em História  
Universidade Federal de São João del-Rei  
cleosouzalh@gmail.com

## Resumo:

O presente trabalho tem a pretensão de abordar os discursos construídos em torno da questão abolicionista, em Oliveira, Minas Gerais, no período do imediato pós-abolição, nos artigos e notícias publicadas no Jornal *Gazeta de Minas* (antigo *Gazeta de Oliveira*), a partir de 1888 até os anos do primeiro decênio do século XX. O periódico, que começou seu funcionamento em 1887, é o mais antigo do estado mineiro ainda em funcionamento, e trouxe em suas páginas alguns delineamentos sobre a questão emancipacionista e a alocação do negro ex-cativo como cidadão livre, em sociedade. Utilizando uma bibliografia metodológica, pretende-se analisar esses posicionamentos, como também contextualizar o período pós-abolição oliveirense, fazendo um balanço historiográfico sobre a temática. A escolha do recorte regional tem a ver com o fato da região do Rio das Mortes, onde se concentrava a cidade, ter sido um dos maiores eixos escravistas de Minas, contando com uma diversificação econômica considerável. A escolha temporal justifica-se pelo "boom" de informações, a nível nacional, percorridos nos meios de comunicação e imprensa, tendo como eixo a temática abolicionista. E nos números do jornal *Gazeta de Minas*, isto não foi diferente, percorrendo artigos sobre o 13 de maio, questão da substituição da mão-de obra e perfis disseminados acerca dos recém-libertos. Sem prender-se a uma análise puramente institucional, como usualmente foi feito durante longos períodos da historiografia, neste texto também pretende-se fazer um contraponto entre a visão das elites e a posição dos próprios ex escravos, indo de encontro às novas revisões bibliográficas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Pós-abolição, imprensa, Oliveira.

## Abstract:

This paper intends to address the discourses built around the abolitionist question, in Oliveira, Minas Gerais, in the immediate post-abolition period, in articles and news published in the *Gazeta de Minas* Journal (formerly *Gazeta de Oliveira*), from 1888 until the years of the first decade of the twentieth century. The newspaper, which began its operation in 1887, is the oldest in the state of Minas Gerais still in operation, and has brought in its pages some designs on the emancipationist question and the allocation of the ex-captive Negro as a free in society. Using a methodological



bibliography, we intend to analyze these positions, as well as to contextualize the post-abolition period of Oliveira, making a historiographic balance on the theme. The choice of the regional clipping has to do with the fact that the region of the Rio das Mortes, where the city was concentrated, was one of the largest slave lines in Minas Gerais, counting on considerable economic diversification. The temporal choice is justified by the "boom" of information, at a national level, carried out in the media and the press, having as its axis the abolitionist theme. And in the numbers of the newspaper *Gazeta de Minas*, this was no different, going through articles on May 13, question of the replacement of labor and disseminated profiles about newly released. Without attaching itself to a purely institutional analysis, as it was usually done during long periods of historiography, this text also intends to make a counterpoint between the vision of the elites and the position of the ex-slaves themselves, going against the new bibliographical revisions About the subject.

**Keywords:** Post-abolition, press, Oliveira.

Como fonte histórica, a utilização da imprensa em análises não é uma tarefa fácil. Segundo Tânia Regina de Luca, por muito tempo houve uma resistência por parte dos historiadores em se escrever uma história por meio da imprensa.<sup>1</sup> Isso teria a ver, segundo a pesquisadora, com a tradição nos séculos XIX e início do XX, de incessável busca da verdade dentro da disciplina histórica.<sup>2</sup> Neste contexto, determinados documentos acabavam sendo vistos como algo não fidedigno para o alcance de tal objetivo. E os periódicos, fontes do presente, foram colocados como objetos cercados de subjetividade, e de difícil encontro com a credibilidade.<sup>3</sup>

Com o advento da Nova História, vindo com a terceira geração dos *Analles*, nas décadas finais do século XX na França, a prática historiográfica modificou-se.<sup>4</sup> A preocupação agora não era mais uma busca sistemática pela verdade, que traria o risco de levar o historiador a uma posição matizada e acrítica. Houve uma renovação dos temas, e um maior enfoque nos sistemas culturais, em contraposição a uma História centrada apenas no macrossocial, e nos fatos passados.<sup>5</sup> Assim, os periódicos deixam de ser vistos apenas como fontes complementares ou duvidosas, para serem importantes aliados na reconstrução das trajetórias humanas, já no presente.

No presente texto, proponho uma análise de alguns artigos publicados no final do século XIX e início do XX no jornal "Gazeta de Oliveira" (atual Gazeta de Minas), referentes ao tema da abolição dos escravos no país. Procurando, na abordagem, é claro, seguir alguns preceitos de cuidados investigativos. Atuando criticamente, o historiador tem a possibilidade de adentrar às páginas dos informativos e retirar ricas possibilidades investigativas, bem como descobrir nesta fonte um suporte relevante de reconstituição historiográfica. Uma tarefa nem tão simples, mas que requer

1 DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 3ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.111.

2 DE LUCA. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p.111.

3 DE LUCA. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p.112.

4 DE LUCA. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p.112.

5 DE LUCA. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p.113.

prática, paciência e cuidado. Espero contribuir, mesmo que seja pouco, para essa concepção historiográfica calcada na cautela e nas renovadas buscas a documentos diversos.<sup>6</sup>

Oliveira esteve localizada, até a segunda metade do século XVIII, numa das regiões escravistas mais significativas de Minas Gerais: a Comarca do Rio das Mortes. Em 1868, devido a problemas de comunicação e entraves judiciários com a sede da região, São João del-Rei, foi removida para a Comarca do Rio Lambari.<sup>7</sup> Para facilitar a organização judiciária das cidades e vilas, estas foram separadas pelo Estado imperial entre Comarcas. E era comum que se desmembrassem ou se incluíssem em outras, dependendo das variadas situações.

Em meados de 1887, pós-retirada de Oliveira da Comarca do Rio das Mortes, inicia-se um novo processo. Nas palavras de Luiz Gonzaga da Fonseca, memorialista que dedicou um ensaio para tentar recontar a História do município, o ano “marca a hegemonia dêsse segundo ciclo e enseja a emancipação cultural de Oliveira que então começa a sair da tutela sanjoanense”.<sup>8</sup> Uma imprensa própria da cidade começa a circular, e no dia 4 de setembro de 1887 é inaugurada a *Gazeta de Oliveira*, atual *Gazeta de Minas*, sob a tutela principal de um jornalista e redator recém-chegado, o português Antônio Fernal.<sup>9</sup> Nas palavras de Fonseca, o Jornal nasceu “neutro e alheio às politiquices da aldeia”.<sup>10</sup>

Apesar da fala do memorialista, o periódico não pareceu estar tão alheio às chamadas “politiquices” da região. Durante os anos finais do século XIX, o jornal fez questão de iniciar sua abordagem dos assuntos relacionados à abolição, tema este que era cada vez mais flamejado e levado à frente em todas as partes do Império. Na edição do dia 27 de maio de 1888, por exemplo, a *Gazeta de Oliveira* fez uma publicação relacionada ao episódio da emancipação. Em tom festivo, um artigo foi noticiado sobre a atitude dos libertos advinda com o 13 de maio, que comemoraram a promulgação da data pelas ruas da cidade:

#### **Festa à liberdade**

Na bella noite de domingo passado, 20 do corrente, os novos cidadãos que acabam de entrar para a comunhão brasileira, graças à vontade da nação auxiliada pelos poderes publicos, reuniram-se na praça do Cruzeiro, e precedidos de banda de música dirigiram-se à casa do Redactor-chefe d’esta folha, manifestando eles o indizível contentamento por meio de calorosos vivas – ao mesmo tempo que <<vôa, remonta impaciente aos ares o ignivomo foguete estrepitizo.>>

(...) Dahi, os recém-libertos, acompanhados de muitas outras pessoas, foram parar a frente da casa do Ex.mº Senhor Doutor Felisberto Soares de Gouveia Horta, muito digno Juiz de Direito d’esta Comarca, o qual, com sua palavra eloquente e respeitosa ouvida, pronunciou um bello discurso em que saudando a

6 Os artigos da *Gazeta de Oliveira* localizam-se em seu próprio acervo digital <<http://acervo.izap.com.br/>> e no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional <<http://memoria.bn.br/>>

7 FONSECA, Luis Gonzaga da. *História de Oliveira*. Edição Centenária, 1961, p. 107.

8 FONSECA. *História de Oliveira*, p. 239.

9 FONSECA. *História de Oliveira*, p. 239.

10 FONSECA. *História de Oliveira*, p. 242.

liberdade bem entendida, aconselhou-os que empregassem toda a sua actividade no trabalho, educassem suas famílias e fugissem, como da peste, de frequentarem as tabernas. Ao terminar o S. Ex.m<sup>o</sup> **tão oportuno e creterioso** foram lentadas entusiastas vivhas. [...] Reinou sempre a maior ordem n'este registro pela solução radical de um problema tao urgente, e estamos convencidos de que a decisão dada pelos poderes públicos não trará nenhuma perturbação grave ao trabalho, menos ainda é ordem publica.<sup>11</sup>

Ao lado das comemorações e do tom caloroso de recepção da emancipação, estava ela ali presente: o medo da desordem. Na data do 13 de maio, um pequeno número de negros foi libertado no país.<sup>12</sup> Na verdade, a maior parte dos ex-escravos tinha sido alforriada antes da data, com as estratégias empreendidas para conquistas de alforrias e as leis emancipacionistas, como coloca Wlamyra Ribeiro de Albuquerque.<sup>13</sup> A data representou mais um fato simbólico, cultural, do que propriamente numérico.<sup>14</sup> Mas é aí que residia também a preocupação das elites.

Antes mesmo da abolição, nos anos finais do sistema escravista, o temor a motins aparecia nas falas dos senhores de cativos. E ao mesmo tempo, surgia também como argumento dos emancipacionistas, quando estes afirmavam que uma abolição cuidadosa representaria uma busca pela prevenção à desagregação social.<sup>15</sup> Com a institucionalização do fim do cativo, e as mudanças culturais que poderiam ser empreendidas com o fato de negros não se verem mais com a possibilidade de detenção do outro, é o que poderia insurgir a partir desta percepção que passou a tirar o sono dos agentes institucionais.

Nos anos anteriores à abolição já se tramitavam projetos que disciplinassem os negros alforriados.<sup>16</sup> Aprendizado profissional e coerção policial jurídica eram elementares enquanto estratégias disciplinares.<sup>17</sup> Numa sociedade do século XIX, onde tentava-se moldar a população a moldes burgueses aos olhos da modernidade, a organização era alvo a ser alcançado. Além disso, práticas de repressão e controle serviriam para colocar, de certa forma, “os indivíduos em seus lugares”.

Segundo o artigo do Jornal, os ex-cativos teriam se dirigido para a frente da residência de Antônio Fernal, que os saudou pela liberdade alcançada, com alegria. O argumento carregado pelo periódico, contra aqueles que lhes acusavam de apoio ao escravismo, é de que não se colocavam contra a abolição, mas sim preocupavam-se com os dias posteriores dos agricultores de Oliveira, público alvo do Jornal. Por isso, o realce à uma suposta “satisfação” do seu redator-chefe com o acontecimento.

11 *Gazeta de Oliveira*, vinte e sete de maio de 1888.

12 ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra*. Bahia, 1880-1900. Campinas: UNICAMP, 2004, p.88.

13 ALBUQUERQUE. *A exaltação das diferenças*, p.88.

14 ALBUQUERQUE. *A exaltação das diferenças*, p.88.

15 MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste Escravista*. Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 210.

16 AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites – século XIX. 1ª edição. São Paulo: Paz e Terra: 1987.

17 AZEVEDO. *Onda negra, medo branco*, p.130.

A *Gazeta de Oliveira* tinha na época, como subtítulo principal a frase “Órgão commercial, agrícola, noticioso e litterario”. Continha, como os folhetins importantes de outras regiões da Corte, crônicas literárias, críticas, informes oficiais e comerciais, notícias internas e externas. A maior preocupação do Jornal, relacionado ao tema da emancipação cativa, estava no tocante, como já dito, à situação dos agricultores, com um número significativo de artigos sobre plantações, vendas, comércio externo e outros assuntos de interesse agrícola. Diagramamente, o periódico concentrava-se em colunas pequenas, contendo no máximo 4 páginas. Não era barato ser assinante, e também não era barato fazer publicações: 10 mil réis o preço da assinatura anual, 80 réis por linha da publicação.<sup>18</sup> A última parte do Jornal geralmente era reservada à anúncios publicitários de comerciantes de Oliveira: armazéns, escritórios de advocacia, medicamentos, no valor de 15 mil réis por anúncio. Neste período, o órgão ainda não trabalhava com fotografias ou imagens. Tinha circulação no município, outras regiões do estado e até, esporadicamente em locais mais afastados, como o Rio de Janeiro. Por isso, em 1899 passa a ser chamado de *Gazeta de Minas*.

Antes do 13 de maio de 1888, a questão da virada do trabalho cativo para o livre preocupou os donos de plantações em Oliveira, setor responsável por um dos mais importantes eixos de economia da cidade, e também no restante do país. A *Gazeta de Oliveira*, “jornal agrícola”, não poderia deixar de se posicionar sobre o assunto. No domingo de 1º de abril de 1888, na coluna “Questões de actualidade”, sem assinatura específica, abordou o problema prático da transformação do trabalho:

Este nos parece o lado pratico do problema que agora se discute, é sob esse ponto de vista que desejamos ver debatida a questão da transformação o trabalho que por sua vez se acha ligado a assumpto de muita actualidade, de muita transcendencia que nos limitaremos a esmerar, chamando para elles a attenção dos mais competentes e interessados. São elles constituídos pelos factos: lei de locação de serviços, lei obrigando libertos e vagabundos a sujeição do trabalho, e nesse sentido lembramos que o restabelecimento do recrutamento forçado única medida que é capaz de fazer com que a parte ociosa da população se empregue (...) Encarado sob esse prisma, o abolicionismo é, e ninguém o constesta, uma ideia divina e de largas vistas, mas quando elle serve de pretexto ao vicio a ociosidade e a vagabundagem que visa apenas o nivelamento das classes e o desejo ardente de destruir o que está feito, no intuito único de anarchizar **o país, então o abolicionismo com justa razão está classificado ao lado do** nihilismo, do socialismo, do fenianismo e do communismo cujas ideias nunca foram sancionadas pela parte sensata da população do globo e Oxalá não nos seja ainda preciso obter do parlamento leis iguaes a que acaba de ser votada no reichstag allemão contra os socialistas que é assim sustentada pelo Sr. Puttkamer ministro do interior da Alemanha.<sup>19</sup>

Os reformadores nacionais achavam necessário, num período de transição para a sociedade livre, instituir medidas pedagógicas afim de disciplinarizarem os libertos e também a população mais pobre. Para Célia Maria Marinho de Azevedo, em seu clássico *Onda negra, medo branco: o negro*

---

18 Informações do Jornal referentes ao ano de 1888.

19 *Gazeta de Oliveira*, primeiro de abril de 1888.

no imaginário das elites – século XIX, aos olhos do Estado os governados deveriam ser moldados, passando por uma educação moral “civilizadora”, afim de se tornarem braços trabalhadores úteis para o progresso do país.<sup>20</sup> A transformação do trabalho passava por esse âmbito.

Em 1879 é instituída a Lei de Locação de Serviços, que regularia o trabalho nas lavouras, com a “ameaça” da possibilidade de uma abolição próxima. Apelidada de “Lei Sinimbu”, a legislação previa punições e obrigações mais rígidas em contratos de empregabilidade.<sup>21</sup> Oferecia, assim, aos fazendeiros, nas palavras de Maria Lúcia Lamounier, “as garantias necessárias para o uso de seus serviços e o cumprimento dos contratos”.<sup>22</sup>

O vício e a ociosidade da população liberta vieram realçados ao lado da necessidade de se empregar novos braços trabalhadores nas lavouras, nem que para isso o alistamento forçado tivesse de ser utilizado. Trabalhadores livres e negros alforriados não viam mais tanta necessidade em prestar serviços para proprietários, porque além das formas de subsistência que os mesmos já articulavam a algum tempo, os fazendeiros não tinham mais tanto controle sobre seu tempo de trabalho.<sup>23</sup> Assim, a coerção aparecia como o único meio possível.<sup>24</sup> Confirma Hebe Mattos o fato que, na segunda metade do século XIX, os esforços de fazendeiros, escravistas e outros agentes políticos se concentravam nas estratégias em se encontrar novos caminhos para a transformação do trabalho.<sup>25</sup>

Interessante como o abolicionismo também foi retratado: de um lado, como uma ideia divina, mas se escapasse às vistas da organização social, era intitulado como ideário anarquizante: a linha tênue que separava as duas concepções parecia pequena. A emancipação era colocada ao lado de categorias “aterrorizantes” para as elites, como o socialismo e o comunismo.

O Jornal posicionou-se tão explicitamente à posição dos fazendeiros, que acabou comprando uma briga com outro periódico mineiro, que se posicionara algumas vezes em favor da libertação escrava. O *Bom Sucesso*, órgão de mesmo nome de sua cidade sede, teria publicado indiretas ao Jornal de Antônio Fernal por conta de tal “divergência”, acusando-o de apoio aos escravocratas. Infelizmente não consegui localizar tal artigo. Mas dentro da *Gazeta de Oliveira*, inclusive na mesma edição da fala da Princesa, a resposta foi certa:

(...)Diga-nos o colega: em que se funda a sua teimosia em querer a todo o transe apresentar-nos ao publico como escravocratas? A *Gazeta de Oliveira* guardou sempre a mais profunda neutralidade no tocante a abolição do elemento servil, porque teve o bom senso de não agitar, no meio em que vive, essa incandescente discussão; pois no fim das contas é a lei que vem satisfazer as aspirações de uns e obrigar à outros a obedecer o que ela decretar.

20 AZEVEDO. *Onda negra, medo branco*. p. 49.

21 LAMOUNIER, Maria Lúcia. O trabalho sob contrato: A lei de 1879. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.6 n°12. Março/agosto -1986, p. 101-124.

22 LAMOUNIER. O trabalho sob contrato: A lei de 1879.

23 AZEVEDO. *Onda negra, medo branco*, p.128.

24 AZEVEDO. *Onda negra, medo branco*, p.128.

25 MATTOS. *Das cores do silêncio*: p. 210.

O único artigo publicado por nós e que se prende à questão aludida, e em que confessamos, veja-se bem, que a escravidão estava extinta, foi sobre a transformação do trabalho: e embora o nosso colega não partilhasse as ideias que n'este particular expendemos, não quer isso dizer que não fossem elas dictadas pelo amor que consagramos ao progresso de nossa terra, e que não estivessem de nosso lado homens de bom pensar.

A proposito: que proveito tirou o nosso colega da publicação de seus artigos abolicionistas no próprio logar em que fez gemer o prelo?<sup>26</sup>

Já posteriormente, no dia 10 de maio de 1903, a *Gazeta de Minas*, a três dias do aniversário de 15 anos da Lei Áurea, disponibilizou um texto bem opinativo sobre o assunto e a situação dos ex-cativos:

### Lei Áurea

Passa na quarta-feira próxima a formosa data de 13 de maio que extinguiu no Brasil para sempre o cativo.

Constituia o sistema escravocrata no Brasil um estorvo a civilização; a Lei Áurea fel-o cair por terra e a civilização continuou entre nós a sua marca triunphante. Estavam quebradas as cadeias que por tantos annos acorrentaram o escravo à prepotencia e vontade de seu senhor; já o mísero tornado homem podia entoar hymnos à liberdade. Mas que uso fez o ex-escravo d'essa regalia? Poucos comprehenderam, a maior parte abusou d'ella.

Dahi a vadiagem, o vício e a miséria. O abuso, porém, nada justifica; a <Lei Áurea> impunha-se como necessidade ao Brasil civilisado.

Salve, 13 de maio!<sup>27</sup>

Vadiagem, vício, miséria. O que constituía tais características? Uma real ociosidade, ou por exemplo, a constituição de outras formas de trabalho que não aquelas compostas pela prestação de serviços ao seu ex-senhor? Como já citado, permanecer trabalhando para antigos proprietários talvez não se constituísse como a opção mais rentável. Foi a partir dessa premissa que muitos ex-cativos decidiram trabalhar por conta própria, tendo controle sobre seu tempo e recursos de trabalho. Isto, na visão das elites, nem sempre era bem visto.

Dois tipos de opiniões se encontram e se divergem nos artigos do Jornal. Lado a lado, a ode à abolição encontra o mesmo espaço da crítica na forma como o Estado realizou a transformação do trabalho cativo para o livre. Os textos não continham assinaturas. Acredito que pela preferência às possibilidades de anonimato dos cronistas, algo que culturalmente estava presente na forma de se fazer imprensa da época. Mas, de qualquer forma, eram selecionados – e muitos, escritos – por Antônio Fernal.

O redator-chefe e criador da *Gazeta de Oliveira*, pelo menos nas informações que consegui encontrar, não tinha nenhuma relação direta com algum Clube de Lavouras ou de fazendeiros.

26 *Gazeta de Oliveira*, treze de maio de 1888.

27 *Gazeta de Minas*, dez de maio de 1903.



Por isso, a premissa mais considerável e que arrisco dizer, é que, o português, recém-chegado em Oliveira, ao tentar incluir-se socialmente entre os grupos hegemônicos, escolheu a classe mais influente do município para ser público-alvo de seu Jornal: os agricultores.

Pensando em outras questões práticas, ter um público alvo bem delineado na imprensa, é ao mesmo tempo a garantia ou a espera inicial de que alguém irá ler e adquirir os periódicos. Num momento onde o número de alfabetizados não era algo tão hegemônico, escolher como principal receptor um núcleo abastado, com maior possibilidade de escolarização, pode ser uma medida sagaz.

Ao mesmo tempo, gostaria de salientar que os contornos impressos não são tão simplificados. Não colocarei a explicação anterior como uma certeza, mas sim, dentro de uma possibilidade, numa ordem de fatores maior. Ao lado da questão do lucro e venda, o periódico também pode contar com as próprias opiniões pessoais de seus responsáveis. Infelizmente Fernal não poderá nos dizer quais suas reais intenções ao criar um Jornal voltado para assuntos de interesses das classes proprietárias, mas uma coisa é fato: os artigos vinculados também poderiam expressar suas concepções individuais e políticas.

Agora, volto-me a questão dúbia do Jornal: Poderia um periódico explicar no mesmo artigo, questões agrícolas, em defesa dos proprietários e ao mesmo tempo sem assumir declarado apoio ao escravismo? Para elucidar tal questão, recorro-me à expressão “*escravismo de circunstância*”, trabalhada por Angela Alonso:

Em vez de escravistas de princípio, com legitimação enfática, tivemos escravistas de *circunstância*: compelidos pela conjuntura a justificar a situação escravista, sem defender a instituição em si, que, reconheciam, civilização e moral condenavam naquela altura do século. A escravidão seria cancro a minar o organismo social traiçoeiramente, o maior dos inimigos porque de dentro, demônio familiar. Mas seria forçoso mantê-la, dadas as circunstâncias – a imperiosa economia. Ou, como respondera o Imperador aos abolicionistas franceses, em 1866, a liberdade era princípio nobilíssimo, mas “as circunstâncias penosas nos quais se encontrava o país” obrigavam a retardá-la.<sup>28</sup>

E assim, constituiu-se “a defesa não da escravidão, mas da situação escravista”.<sup>29</sup> Não se realiza mais o apoio explícito ao cativo, mas à propriedade latifundiária e ao proprietário, impelido pelo contexto. Num momento onde moralmente fundamentar-se na continuidade à escravidão não é algo bem-visto, uma explicação conciliadora entre ambas as questões, emancipacionista e agrícola, era a melhor saída para parlamentares, escravistas, fazendeiros e parte da imprensa “saírem pela culatra”. Neste seguimento, a *Gazeta de Oliveira* consegue sustentar o apoio ao público-alvo, sem sair desmoralizada na sociedade ou abrir defesa à escravidão. Não pretendo aqui, afirmar, um “jogo de dissimulação”. Mas sim, explicar que numa conjuntura complexa como a pré-abolicionista, a imprensa também esteve incluída entre esses recursos conflitivos e conciliadores.

28 ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 59.

29 ALONSO, *Flores, votos e balas*, p.60.

Quanto à frase “neutro e alheio às politiquices da aldeia”, mencionada pelo memorialista Luiz Gonzaga da Fonseca, em relação à fundação do periódico de Fernal, levanto alguns questionamentos. Após análise e leitura dos textos publicados na *Gazeta*, não sustentaria tão firmemente a hipótese explanada por Fonseca. O discurso politizado se fazia presente na defesa à propriedade agrícola e na preocupação da transformação do trabalho nas lavouras. Apesar de não se afirmar escravista, e colocando a emancipação como causa de progresso, a *Gazeta de Oliveira* acabava explanando, mesmo que implicitamente, uma posição desconfiada e dúbia em relação à abolição.

Os contornos da Imprensa não são tão óbvios como se parece ser: podem conter posições variadas, numa mesma linha. Neste breve ensaio, quis trazer um pouco dessas complexidades ao lado de uma análise sobre a questão da emancipação cativa. Ilustrar, assim, um pouco do trabalho historiográfico no trato de fontes periódicas e seus ganhos investigativos.